



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 22 de dezembro de 2009)
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões
Relatório Final da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia
Atas das Sessões Plenárias do Parlamento do Mercosul**

VOLUME II/III

ANO LXIV – SUP. AO Nº 205 – QUARTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE		4ª SECRETÁRIA
Marconi Perillo - (PSDB-GO)		Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE		
Serys Slhessarenko - (PT-MT)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO		1º - César Borges - (PR-BA)
Heráclito Fortes - (DEM-PI)		2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO		3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

Maioria (PMDB/PP) - 18 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha (4,5,7) Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 3 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 27 Líder Raimundo Colombo - DEM (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes
	PTB - 8 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
	PV - 1 Líder Marina Silva - PV	
	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 22 de dezembro de 2009)

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal	7
– Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional	132
– Secretaria de Comissões.....	141

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 53ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2009.....	257
Ata da 54ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2009.....	263
Ata da 55ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 52ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e 61ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta, realizada em 24 de novembro de 2009.....	284
Ata da 56ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2009.....	302
Ata da 57ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 49ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada, em Conjunto, em 26 de novembro de 2009.....	313
Ata da 58ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de dezembro de 2009.....	355
Ata da 59ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 51ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada, em Conjunto, em 3 de dezembro de 2009.....	396
Ata da 60ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009.....	425
Ata da 61ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 53ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada, em Conjunto, em 10 de dezembro de 2009.....	449

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 56ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2009.....	474
Ata da 57ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2009.....	494
Ata da 58ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009.....	516
Ata da 59ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2009.....	544
Ata da 60ª Reunião em Conjunto com a 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, realizada em 19 de novembro de 2009.....	546
Ata da 61ª Reunião em Conjunto com a 55ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 52ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 24 de novembro de 2009.....	562
Ata da 62ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2009.....	580
Ata da 63ª Reunião em Conjunto com a 10ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, realizada em 26 de novembro de 2009.....	604
Ata da 64ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009.....	629
Ata da 65ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009.....	629
Ata da 66ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2009.....	693
Ata da 67ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2009.....	716
Ata da 68ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2009.....	726
Ata da 69ª Reunião em Conjunto 11ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, realizada em 16 de dezembro de 2009.....	734

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 52ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 55ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e 61ª Reunião	

1024	Quarta-feira 23	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL - SUPLEMENTO	Dezembro de 2009
da Comissão de Assuntos Sociais, realizada, em conjunto, no dia 24 de novembro de 2009.....	751	Ata da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2009.....	1232
Ata da 53ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de novembro de 2009.....	769	Ata da 29ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2009.....	1232
Ata da 54ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009.....	842	Ata da 30ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de agosto de 2009.....	1239
Ata da 55ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de dezembro de 2009.....	846	Ata da 31ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de agosto de 2009.....	1268
1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		Ata da 32ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de setembro de 2009.....	1294
Ata da 76ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2009.....	887	Ata da 33ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de setembro de 2009.....	1309
Ata da 77ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2009.....	909	Ata da 34ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2009.....	1324
Ata da 78ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de dezembro de 2009.....	921	Ata da 35ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de setembro de 2009.....	1368
Ata da 79ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009.....	933	Ata da 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2009.....	1373
Ata da 80ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009.....	952	Ata da 37ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2009.....	1389
Ata da 81ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2009.....	958	Ata da 38ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de setembro de 2009.....	1405
Ata da 82ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009.....	980	Ata da 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2009.....	1431
Ata da 83ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2009.....	1004	Ata da 40ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de outubro de 2009.....	1466
VOLUME II		Ata da 41ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2009.....	1489
1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		Ata da 42ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de outubro de 2009.....	1500
Ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2009.....	1026	Ata da 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2009.....	1518
Ata da 43ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de dezembro de 2009.....	1044	Ata da 44ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de outubro de 2009.....	1565
Ata da 44ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009.....	1051	Ata da 45ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de outubro de 2009.....	1575
Ata da 45ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2009.....	1078	Ata da 46ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2009.....	1587
1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH		Ata da 47ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de outubro de 2009.....	1617
Ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2009.....	1091	Ata da 48ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de novembro de 2009.....	1657
Ata da 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009.....	1124	Ata da 50ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2009.....	1672
Ata da 44ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2009.....	1165	Ata da 51ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2009.....	1696
1.2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE		Ata da 52ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2009.....	1709
Ata da 25ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de julho de 2009.....	1186	Ata da 53ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2009.....	1716
Ata da 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de julho de 2009.....	1187	Ata da 54ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2009.....	1732
Ata da 27ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de agosto de 2009.....	1206	Ata da 55ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2009.....	1756

1.2.7.1 – Subcomissão Permanente da Amazônia e Faixa da Fronteira

Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2009..... 1780

Ata da 4ª Reunião Extraordinária, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, realizada em 8 de julho de 2009..... 1790

Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2009..... 1828

1.2.8 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI

Ata da 47ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada em 19 de novembro de 2009..... 1837

Ata da 48ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada em 23 de novembro de 2009..... 1867

Ata da 49ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura Conjunta com a 57ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 26 de novembro de 2009..... 1898

Ata da 50ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2009..... 1940

Ata da 51ª Reunião Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 3 de dezembro de 2009..... 1973

Ata da 52ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2009..... 2024

Ata da 53ª Reunião Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 10 de dezembro de 2009..... 2044

Ata da 54ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2009..... 2069

VOLUME III**1.2.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR**

Ata da 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2009..... 2108

Ata da 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2009..... 2134

Ata da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2009..... 2136

Ata da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 e 18 de novembro de 2009..... 2138

Ata da 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009..... 2143

Ata da 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009..... 2148

1.2.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 40ª Reunião Conjunta com a 47ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada em 24 de novembro de 2009..... 2154

Ata da 41ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2009..... 2175

Ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009..... 2188

1.2.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 45ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009..... 2201

Ata da 46ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009..... 2247

Ata da 47ª Reunião Extraordinária Conjunta com a 40ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada em 24 de novembro de 2009..... 2251

Ata da 48ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2009..... 2272

Ata da 49ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009..... 2301

Ata da 50ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009..... 2316

Ata da 51ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2009..... 2348

1.3 – RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**1.4 – ATAS DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR E
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

**ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CON-
SUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGIS-
LATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE
2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS.**

Às catorze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **MARINA SILVA, JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, ALMEIDA LIMA, ÁLVARO DIAS, FLEXA RIBEIRO** e **SÉRGIO ZAMBIASI**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a primeira parte da presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 90 de 2009-CMA, de sua autoria, “com a finalidade de debater a respeito do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa no Brasil, tendo como convidados os Parlamentares integrantes da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional – CMMC e Sérgio Rezende, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia”. Comparecem o Senhor Deputado **SARNEY FILHO**, membro da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, e o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia que profere palestra. Finda a explanação do Ministro, apresentam suas considerações os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO** e **MARINA SILVA** e o Senhor Deputado **SARNEY FILHO**. A Presidência suspende a reunião às quinze horas e quarenta e sete minutos e a reabre às quatorze horas e sete minutos do corrente dia. Passa-se a segunda parte da reunião destinada à deliberação de proposições. **Item 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 283, DE 2009 – TERMINATIVO**, que “institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências”. Autoria: Deputado **SARNEY FILHO**. Relatoria: Senadora **MARISA SERRANO**. Parecer: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CI, com a Emenda nº 3-CAE, com a Subemenda da CAE à Emenda nº 2-CI, além de outras Emendas. Resultado: Concedido pedido de

vista ao Senador Gilberto Goellner. Obs.: matéria encaminhada para deliberação no Plenário do Senado Federal em virtude de aprovação de requerimento de urgência. **Item 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 284, DE 2009 – TERMINATIVO**, que “cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências”. Autoria: Deputado **SEBASTIÃO BALA ROCHA**. Obs. 1: concedido pedido de vista na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. Obs. 2: matéria encaminhada para deliberação no Plenário do Senado Federal em virtude de aprovação de requerimento de urgência. **EXTRAPAUTA**, é apreciada a **PROPOSTA DE ATO Nº 1, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “cria o Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senhores Senadores **GILBERTO GOELLNER** e **MARINA SILVA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às catorze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **RENATO CASAGRANDE**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA
INFORMATIZADA DA
REUNIÃO DE 25-11-2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião se destina à realização de Audiência Pública em conformidade com a aprovação do Requerimento 90, de 2009, de minha autoria, aprovada em 3/11/2009, com a finalidade de debater a respeito do inventário de emissões e remoções de gases de efeito estufa no Brasil, tendo como convidados os parlamentares integrantes de Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas no Congresso Nacional e o Sr. Ministro do Estado da Ciência e Tecnologia Sérgio Rezende.

Nós já registramos aqui e agradecemos a presença à Mesa do Ministro Sérgio Rezende, do secretário executivo Luiz Elias, que também acompanha

essa Audiência Pública, e o Ministro Sérgio Rezende. E nós daremos início a Audiência Pública uma vez que ainda hoje, antes de Ordem do Dia, é intenção nossa votarmos à Política Nacional de Mudanças Climáticas, que é a última Comissão que essa proposta tramita. Depois vai a Plenário do Senado. Então, Sr. Ministro, eu passo a palavra à V. Exa. para que possa dar início a sua apresentação, desde já agradecendo em nome dos Senadores e Senadoras da Comissão a sua presença e da sua equipe aqui na Comissão de Meio Ambiente.

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Muito obrigado, Senador Casagrande, meu correligionário, amigo. Eu quero cumprimentar o Senador João Pedro, cumprimentar a todos os presentes, as pessoas da imprensa.

Há uns quatro meses... três meses atrás, mais ou menos, nós começamos a ver uma certa ressonância na mídia brasileira com uma cobrança em relação ao segundo inventário de emissão de gases de efeito estufa. Na verdade, a cobrança tinha duas questões: uma é uma certa reclamação pelo fato do Brasil não ter dados oficiais depois de 1994; e por não publicar o outro inventário. E essas cobranças foram, na verdade, ganhando volume e, há cerca de um mês atrás, o Senador Casagrande telefonou e disse: "Olha, nós queremos saber o que está acontecendo. Será que você podia vir fazer uma exposição na Comissão de Meio Ambiente?" Eu falei: "Irei com satisfação assim que tiver os dados preliminares". Porque nós optamos, senador, por não ficar respondendo a imprensa artigo, porque nós precisamos, realmente, mostrar com mais densidade do que se trata o assunto.

Então, eu quero agradecer o seu convite para estar aqui hoje e vou fazer uma apresentação sucinta. Eu espero que ele tire dúvidas. E estou trazendo informações, daqui a pouco chegarão aqui cópias de uma nota que nós preparamos, de um informe, que será distribuído na Comissão e também à imprensa. Eu quero dizer da grande satisfação de ter a Senadora Maria Silva, minha ex-colega de Ministério, nessa apresentação.

O título faltou a palavra emissão, que foi eu mesmo que fiz nos últimos dois dias. Inventário de Emissão de gases de efeito estufa. Próximo. Está aí um sumário da apresentação. O último item, senador, ele é opcional. Se... Eu vou fazer a apresentação do inventário, e se depois de apresentar houver tempo, eu posso rapidamente falar nas ações do Ministério da Ciência e Tecnologia, além de fazer o inventário sobre esse tema importantíssimo que, felizmente, a sociedade brasileira, e mais, a humanidade está tomando conhecimento do grande perigo que o planeta está passando.

Até... É importante registrar que até uns três anos atrás, senador, esse assunto de mudanças climáticas, aquecimento global, eles eram discutidos em Fóruns muito pequenos, não havia um interesse maior da sociedade. Mas, a partir, principalmente, daqueles relatórios de IPCC, que são relatórios com dados científicos, informações, começou a haver uma mobilização e esse, hoje, é o tema do mundo. Esse é o tema do mundo. A crise econômica foi o tema até vários meses atrás. O tema hoje não é a economia, o tema hoje é sobrevivência do planeta. Próximo.

E eu peço licença aos senadores, aos presentes, para, rapidamente, dar algumas informações sobre o que é isso. Esse tema de gases na atmosfera é um tema que já vem preocupando, pelo menos chamando a atenção de cientistas, há, praticamente, dois séculos. Em 1924, Fourier, que era um matemático, calculou que a Terra seria muito mais fria se não houvesse os gases que existem na atmosfera. Em 59, o físico John Tyndall(F) descobriu que alguns gases, como o CO₂ e o metano, aprisionam a radiação infravermelha, criando efeito estufa. Pouco depois Arrhenius(F) calculou que a temperatura da Terra aumentaria 5 graus centígrados se a concentração de CO₂ na atmosfera fosse o dobro que era. Olha, isso foi há cem anos atrás. Mais recentemente Charles Keeling montou uma estação de medição de CO₂ no auto do monte Mauna Loa, no Havaí, e descobriu que as concentrações de gases na atmosfera estavam crescendo. Próximo.

Basicamente o efeito é de conhecimento: o sol irradia para todos os lados e chega na Terra radiação com amplo espectro de energia. A maior parte atravessa a atmosfera e é absorvida pela superfície terrestre. Próximo.

Chama atenção aqui que o raio médio da Terra é de 6.378 quilômetros. A atmosfera tem apenas 100 quilômetros de espessura, ou seja, é uma camada fininha. E a atmosfera é isso, são gases que estão atraídos pela atração gravitacional. E que a atmosfera é constituída hoje aproximadamente 78% de gás nitrogênio, 21% de oxigênio, 0,93% de argônio e 0,38% de gás carbônico, mas 0,38 é hoje, porque já foi menos e vai ser mais.

Uma parte da radiação, ela é refletida de volta por esses gases, porque os gases com estruturas atômicas diferentes, eles têm propriedades de deixar passar ou não deixar passar a radiação dependendo do espectro. Então, a parte de infravermelho, que é exatamente a radiação emitida pelo calor, grande parte da radiação infravermelha, ela é a aprisionada na atmosfera, e isso aqui produz, então, o aquecimento da superfície da terra. Próximo.

E chama efeito estufa porque é exatamente o que acontece numa estufa de plantas, para se crescer plantas. Deixa-se passar radiação, mas a estufa, aquela proteção, mantém a radiação infravermelha e aumenta a temperatura. Eu chamo atenção de que os três principais gases de efeitos estufa são: o CO₂, o gás carbônico, que corresponde a 3,67% de carbono – o carbono não é um gás, o carbono é encontrado na natureza na forma de diamante, de grafite. Ele não é um gás. Mas como os principais gases de efeito estufa têm carbono, então a palavra que passou a denominar a questão do que está acontecendo é o aumento da concentração de carbono. Mas não é de carbono. O que está na atmosfera é o gás carbônico; o metano, CH₄, ele tem um efeito 21 vezes maior do que o gás carbônico; o óxido nitroso, 310 vezes maior.

Esses números aqui são número que ainda são sujeitos a debate. De vez em quando vem alguém que diz: “Olha, o número não é esse, não. Deve ser tal”, porque ele não exprime apenas a diferença de peso, ele exprime também o efeito da retenção na atmosfera e o papel que ele tem na reflexão de volta da radiação. Próximo.

Continuando com marcos histórico. Em 1968, estudos sugerem a possibilidade de um colapso das geleiras polares e aumento catastrófico do nível do mar, por conta do degelo, mas também por conta do aumento de temperatura do próprio mar. Em 1988, chegamos perto, esse climatologista da NASA, depois no Senado dos Estados Unidos que diz ter certeza que o aquecimento global será catastrófico. Em 88, também foi criado o IPCC, o *International Panel on Climate Change (F)*.

Ontem, senador, nós criamos, nós instalamos o IPCC brasileiro, o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, que vai fazer para o Brasil o que o IPCC faz para o mundo. Ou seja, é um conjunto de pessoas, especialistas na área, para estar discutindo e apresentando proposta.

Em 1992, na ECO-92, na Rio-92, foi acordada a Convenção Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas, com o objetivo de evitar a interferência perigosa dos humanos no clima. Em 97, houve o Protocolo de Kyoto, aprovado na COP-3. Próximo.

Finalmente, o último *slide* de informação história. Em 2001, o IPCC previu um aumento de 1,4 a 5,8 na temperatura do planeta até 2100, dependendo do ritmo de emissões de gases de efeito estufa. Em 2005, o Protocolo de Kyoto entrou em vigor. Ele só entrou em vigor oito anos depois de aprovado, sem a adesão da Austrália e dos Estados Unidos. Em 2007, o IPCC mostrou que o aquecimento global é inequívoco, prevendo um aumento de 3 graus centígrados caso a

concentração de CO₂ dobre. E, finalmente, vamos ter em dezembro próximo, daqui a um mês, a Conferência de Copenhague, que nós esperamos, apesar dos impasses, da dificuldade, que defina um novo acordo para evitar continuidade desse processo. Próximo.

Está aqui um gráfico obtido lá no Havaí. Mensalmente tem informações, e ele mostra, inequivocamente, o aumento da concentração de gás carbônico. Aqui está em PPM. Na verdade, isso aqui corresponde a... esse número aqui é 0,38% da concentração na atmosfera, 370 partes por milhão. Isso aqui mostra inequivocamente – próximo – o aumento da concentração de gás carbônico.

Sobre as emissões. Esse desenho mostra, inicialmente, os países agrupados em conjunto. Aqui embaixo os Estados Unidos, aqui a União Européia, o Japão, os países desenvolvidos e o Japão, aqui os Países da ex-União Soviética, China, Índia, países em desenvolvimento, países pobres. Isso aqui é a população desses países. E nós vemos que esses conjuntos aqui dos Estados Unidos até as ex-Repúblicas Soviéticas, que têm 20% da população – próximo –, elas são responsáveis pelas emissões acumuladas que chegam a quase 80%. Esses países respondem por 80% dos gases acumulados da atmosfera.

Por isso é que na Convenção do Clima e em todas as convenções posteriores, no Protocolo de Kyoto, há uma distinção entre os chamados “países do anexo um”, que são esses daqui, e “países do anexo dois”, que são os outros. Os do anexo um poluíram, são responsáveis por 80% das concentrações, e é por isso que os países em desenvolvimento que, para se desenvolver, precisam de mais energia, precisam de muitas outras atividades, não querem, não podem ter os mesmos compromissos ou compromissos do mesmo tipo que os países que já respondem por 80% da concentração dos gases.

As emissões – aqui são dados de 2004, os últimos dados mais confiáveis – de 2004 mostram o seguinte: os países em desenvolvimento já estão emitindo mais, então eles estão aqui do azul para cima. Em 2004 eles eram responsáveis por 40% das emissões, enquanto que os outros, desenvolvidos, responsáveis ainda por 60% das emissões. Próximo.

Aqui um total de emissões por setor de atividade de 1970 até 2004 – são alguns anos. Esse desenho é um desenho que está publicado pelo IPCC. Ele aqui tem então CO₂ devido a desmatamento, chamado “uso da terra”. Aqui nós temos CO₂... Desculpe, aqui é devido à emissão, a produção de energia. Aqui devido a desflorestamento. Aqui é metano, devido a diversas atividades, entre elas, a principal, agricultura. E aqui

óxido nitroso. O que nós vemos é... óxido nitroso também é principalmente agricultura, principalmente.

Mas o que nós vemos é o seguinte: em 1970 as emissões totais eram da ordem de 30... isso aqui é gigatoneladas de óxido de carbono equivalente. Faz-se equivalência para se trabalhar com uma unidade uniforme. Tem muita gente que trabalha com carbono, aí o número é diferente, é 3,7 vezes menor. Mas o CO₂ está, gradualmente, se tornando padrão, porque é gás. Em 2004, portanto, 34 anos depois, a emissão era quase o dobro. Ela é, hoje, praticamente o dobro do que era há 34 anos. Próximo.

Também informações do IPCC. O que está acontecendo com a temperatura média da Terra que vinha – sempre oscila, naturalmente –, mas, nas últimas quatro décadas, um aumento monotônico, não é monotônico, mas tem flutuações, mas é um aumento decidido.

Aqui o aumento do nível do mar. O nível do mar subiu de praticamente 50 centímetros desde mil oitocentos e tanto até hoje, ou seja, em 200 anos. E aqui a diminuição da camada de gelo no Hemisfério Norte, lá no Pólo Norte. Próximo.

E as consequências, nós tomamos conhecimento a cada dia, quer dizer, aumento de gelo, realinhamento do litoral, enchentes, assim por diante. Próximo.

Pois bem, na Convenção da ONU, de 2002, os países – que foram aderindo gradualmente, mas hoje tem cerca de 150 países que aderiram, assumiram os compromissos, são signatários da Convenção Quadro da ONU – assumiram compromisso de fazer inventários nacionais à Comissão do Clima. Os países desenvolvidos, “anexo um”, têm a obrigação de apresentar anualmente; os países do “anexo dois” têm a obrigação de apresentar periodicamente, mas não é anualmente. E o primeiro inventário devia ser apresentado pelos países do “anexo dois” em 2004, que foi quando nós apresentamos, e foi a Convenção da ONU que definiu que em 2004 os países tinham que apresentar os inventários das emissões de 1900 e de 1994.

Por que o intervalo é grande? Porque as variações são pequenas de ano para ano. Então, para a medida ter um pouco de precisão, ela precisa de um certo intervalo.

Segundo fato. Quando isso começou a fazer não se tinha ainda toda a ciência e tecnologia para fazer essas medidas para fazer inventário. Isso é uma ciência que não é uma ciência exata, aliás, ela está em constante evolução, como eu falei, tem números que são questionados. Então, entre chegar e dizer que lá numa determinada região tem uma emissão de tanto e que está correspondendo a isso, até isso ser mapeado num território mais amplo, tem diferenças. E, portanto, o inventariado, o levantamento, a medição

de gás de efeito estufa emitido pela atmosfera, como eu falei, é uma ciência e tecnologia em desenvolvimento. Próximo.

E como eu disse, os países industrializados têm que fazer inventários anuais. O último disponível em 2007. Os países desenvolvidos... Os países em desenvolvimento, o primeiro inventário era 2004 – pode passar – para aqueles dois anos.

A nossa primeira comunicação, como eu disse, foi feito em 2004, correspondendo a dois anos; a segunda comunicação, eu quero chamar atenção disso, segunda comunicação, a obrigação formal é de ser apresentada no início de 2011, com o inventário dos anos até 2000, de 90 até 2000. E, aliás, quando se faz isso – e já foi feito – os dados do inventário anterior sofrem correções. Os dados de 90 e 94 já sofreram uma correção. É como o PIB. Anuncia-se o PIB de um ano, dois anos depois está se corrigindo o PIB. Por quê? Porque tem informação nova e assim por diante. Próximo.

O nosso inventário... Os gases de efeitos estufa. Eu já chamei atenção dos mais importantes, mas têm outros: os hidrofluorcarbonos são importantes, os perfluorcarbonos, hexafluoretos de enxofre. Próximo.

E aí, então, dependendo da atividade, tem gases que são mais importantes do que outros. Os setores que são, então, inventariados são:

Energia – na queima de combustíveis fósseis os mais importantes são CO₂, o metano e o óxido nitroso; as emissões fugitivas na indústria de carvão, mineral e petróleo são CO₂ e metano; em processos industriais depende da indústria e tem uma variedade enorme, então, por exemplo, aqui têm algumas: indústrias de produtos minerais é o CO₂, indústria química é o CO₂ e o metano, indústria metalúrgica é o CO₂ e um dos perfluorcarbonatos, na produção e utilização de... não sei o que está ali... é o hexafluoreto de enxofre e esse outro aqui. Próximo.

Na agropecuária, o óxido nitroso e o metano; no cultivo do arroz, metano; e assim por diante. [soa a campainha]

Na mudança do uso da terra e floresta – desmatamento, CO₂, CH₄ metano e óxido nitroso – ou seja, vejam que uso de mudança de terra tem vários aspectos; conversão de florestas, abandono de terras marejadas, mudança no carbono dos solos e reservatórios. Próximo.

Tratamento de resíduos – metano, óxido nitroso. Próximo.

O primeiro Inventário Nacional, ele fez então esse levantamento. Isso aqui é um dado de 1990 e ele mostra que 59% das emissões de gases de efeito estufa do Brasil, naquele ano, proviam de mudança de uso da terra e floresta, que é essa cor aqui, é o grande,

principalmente de desmatamento da Amazônia, mas também do serrano e da caatinga.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ministro, quais as instituições envolvidas no inventário?

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Eu vou mostrar daqui a pouquinho. O total das emissões brasileiras em 1990 era, aproximadamente, 1,5 gigatonelada de gás carbônico daquele ano, no ano todo. Próximo.

Senador João Pedro está aí. O inventário, ele envolve um grande número de instituições. Essas instituições, grande parte delas não é ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O papel do Ministério é contratar algumas instituições, ter adesão gratuita de outros e fazer todo o trabalho de articulação, de recebimento de informações, de compilação – vou falar daqui a pouco mais como.

Participam do inventário cerca de 150 instituições, cerca de 700 especialistas. O inventário tem coordenações setoriais – vou mostrar daqui a pouco. A coordenação geral é do nosso departamento, coordenação de mudanças climáticas globais, do MCT. E ele tem procedimento de controle e garantia de qualidade, que são exigidos pelo IPCC, pelos diversos órgãos que fiscalizam e que ordenam o que se faz nessa área.

É preciso ter a verificação da adequação da metodologia e relatório de referência transparentes. O inventário é um documento que está chegando aqui para eu deixar com o presidente, é um documento dessa, assim, de umas 500 páginas, mas ele tem 15 a 20 anexos, que é um detalhamento muito grande. Já chegou aqui Linei(F)? Pronto. Vou passar ao Presidente, Senador Casagrande, um exemplar da primeira comunicação que é em espanhol. Senador, ele é feito em português, em espanhol, em francês, em inglês e... Isso aqui não é o inventário todo, isso aqui é documento básico, tem 268 páginas, ele tem 15 anexos, ou seja, tudo o que é feito, é feito com grande detalhamento e transparência.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O PV e o PT não têm acesso? Só tem um exemplar.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Mas é possível que esse inventário já esteja na mão da maioria dos partidos, ele é de 94. Estamos ávidos pelo outro.

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Eu acho que eles estão, mas agora não temos mais português, porque distribuímos em português. Está aqui, pronto, já vieram. Então, nós trouxemos em espanhol, que é muito parecido.

Senador João Pedro está aí o inventário. É o primeiro inventário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Não, o segundo eu vou falar daqui a pouquinho. Senador, estão aí as instituições coordenadoras setoriais. Como eu falei, tem 150 instituições, mas elas trabalham sob a coordenação da energia de uma ONG, que chama E&E, e também do Ministério de Minas e Energia; da agropecuária é AMBRAPA; do uso da terra, a FUNCATE – a FUNCATE é uma Fundação de apoio à operação do INPE; resíduos é a CETESB(F), de São Paulo; no caso da indústria são várias, são várias, a ANEL também está envolvida, mas são as entidades setoriais, a ABIQUIM(F), a ABAL, e assim por diante. Próximo.

E, por exemplo, no caso do levantamento do que acontece com o uso da terra, a FUNCATE é que faz isso. Ela recebe imagens de satélites, o mapa do Brasil é dividido, é composto de 429 imagens. As imagens são adequadas aos diversos biomas: o bioma amazônico, a savana do cerrado, a caatinga do nordeste, o pantanal e a floresta atlântica, a mata atlântica. Próximo. Próximo. Próximo, por favor.

No caso da Amazônia são utilizadas 198 imagens; do cerrado 118. E aí, as várias classes para poder fazer o cálculo da emissão de gás carbônico, de gases de efeito estufa, elas são classificadas em floresta, campo, pastagem, áreas agrícolas, áreas alagadas, área urbana e outras. Próximo.

No caso de Amazônia, aquelas imagens dão origem a 800 mil polígonos. Cada polígono tem que ser examinado individualmente. No caso do cerrado são 1 milhão 325 mil polígonos. Cada um tem que ser examinado individualmente para... E isso é feito com ciência e tecnologia, isso não é feito, de uma hora para outra, por uma expressão simples. Isso é feito com tecnologia de informação, de processamento de imagens. Próximo.

E como eu disse, para cada polígono, então, é feito um levantamento detalhado, aonde se vê a emissão, mas também, eventualmente, informação sobre a absorção, ganha ou perda dependendo da transição. Porque tem áreas em que há reflorestamento e aí quando está havendo reflorestamento ou quando está havendo recomposição natural da floresta, está havendo, então, absorção de gás, e tudo isso tem que ser calculado. Próximo.

O cronograma do segundo inventário está aí então:

Em novembro de 2009, a nossa coordenação no Ministério concluiu a recepção das informações, e concluiu os estudos e fez, então, os levantamentos preliminares – que eu vou apresentar daqui a pouquinho;

De janeiro a julho de 2010 o relatório de referência será divulgado, relatório detalhado. Aí será feito uma consulta pública a especialistas que não participaram

da elaboração, que só participaram 700, e tem muito mais especialista. Nessa área, então, cada dia tem mais, todo mundo que entende dessa área tem alguma coisa para dizer. Então, eles são colocados em consulta pública. Serão feitos seminários de avaliação;

E, no início do segundo semestre do próximo ano, será feito, então, uma edição do relatório de referência consolidadas. A partir do relatório de referência, então, é que é feito esse documento, que é um documento resumo.

Por isso, e eu queria insistir nisso, que quando começaram as cobranças “Está chegando a Conferência de Copenhague” “O Brasil não tem inventário” e assim por diante, nós não estávamos trabalhando com calendário para apresentar em Copenhague, porque ninguém vai apresentar inventário em Copenhague. O inventário vai ser apresentado é no começo de 2011.

Agora, era importante ter dados confiáveis. Então, nossa equipe está trabalhando há quatro meses para poder vencer os cronogramas, para poder chegar antes da Conferência de Copenhague com os dados preliminares. Os dados preliminares são muito mais detalhados e muito mais confiáveis do que qualquer estimativa que for publicada, mas eles são parecidos, muito próximos dos números com que o governo está trabalhando, porque nós estamos no governo. Então nós estamos fazendo levantamento, nós estamos realimentando, trocando informações com o Ministério do Meio Ambiente, com a Casa Civil, com o Ministério de Minas e Energia, de modo que o que o governo fez até agora para fazer estimativas para fazer proposta para Copenhague, ela se baseia, dentro de uma tolerância, nos dados que nós estamos usando, mas nós estamos agora em condições de apresentar dados preliminares que são bastante confiáveis. Próximo.

Então, nós já estamos distribuindo aí um documento que tem tabelas com um certo detalhe: as tabelas com as emissões de cada um dos subsetores, de cada setor de gás carbônico, de metano, de óxido nitroso, de hidrofluoretos, perfluoretos e hexafluoreto de enxofre [soa a campainha] e assim por diante. E, no final, tem uma tabela com os dados convertidos em CO₂. Eu não vou mostrar tabela aqui, eu vou mostrar, rapidamente, gráficos. Por exemplo, as emissões em gás carbônico equivalente de indústria e resíduos de 1994 até 2005 passaram de 0,06 gigatoneladas para 0,084. Total de emissões vinda de indústrias e resíduos. Próximo.

É a menor de todas a cada ano. A menor de todas é de indústria e resíduos. Em seguida vem energia e agropecuária. Aqui é o total de emissão, por ano, de energia, nessa curva e de agropecuária nessa curva. Eu estou fazendo um gráfico diferente, porque as es-

calas são diferentes. Veja que essa escala vai de zero a um giga.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Os gráficos detalhados não estão, mas está o geral. Próximo. De uso da terra, desmatamento, é a maior de todas, está numa outra escala diferente. Próximo.

Finalmente, um gráfico consolidado em que nós temos aqui embaixo indústria e resíduos somados, menos de 0,1 giga toneladas; a energia é a diferença dessa para essa, é o que está no meio; a agropecuária é a diferença dessa para essa, de tal maneira que isso aqui é aditivo; e uso da terra e desmatamento é essa diferença.

E veja, então, que nessas de baixo a variação é mais ou menos monotônica, ela vai crescendo gradualmente. Por isso que se fazem extrapolações e assim por diante. Mas o desmatamento, ele muda de ano para ano. Nós tivemos um pico em 2005, depois um queda, depois tivemos um outro... Aliás, em 95, depois outro pico em 2004. Então, o desmatamento acaba produzindo essa variação maior. Próximo.

E, finalmente – esse é o último *slide* relativo ao inventário –, se nós fizermos um gráfico numa escala adequada, proporcional, indo até 2020, aqui tem 15 anos a mais, ou seja, nós pregamos isso aqui e colocamos proporcionalmente. Vejam que o cenário tendencial... Só que o governo fez a conta setor por setor, mas o cenário tendencial seria isso, ou seja, tem aqui uma média – isso aqui é um valor médio –, uma média a continuar pela média, levando em conta que o País está crescendo, vai continuar emitindo, se nada fosse feito de diferente, nós chegaríamos em 2020 emitindo, naquele ano, 2,7 gigatonelada de gás carbônico equivalente. A emissão de 2005 é de aproximadamente 2,2 gigatonelada.

Ontem, eu li uma matéria no jornal em que um relatório do Banco Mundial diz que o governo está exagerando as emissões previstas para 2020, e que o cenário tendencial seria 1,8, se eu não me engano. Mas 1,8 é menos do que é emitido hoje, e os números que nós estamos trazendo aqui para a Comissão mostram em detalhe isso. Eu acho difícil que o Banco Mundial tenha uma informação mais detalhada do que a nossa. Aliás, em geral, o Banco Mundial se baseia em dados que foram produzidos pelos países. Próximo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em 2020 [ininteligível].

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Em 2020, se continuarmos trabalhando como trabalhamos, essa seria a emissão de 2020. Só que, nos últimos dois meses, trabalhou-se muito no governo e, naturalmen-

te, havia toda uma mobilização da sociedade quase que exigindo que o governo – e é bom que isso esteja acontecendo – apresentasse compromisso de reduções voluntárias em Copenhague. E as contas foram feitas em detalhe, a maior redução virá do desmatamento, mas também têm reduções significativas propostas a partir de mudanças na forma de fazer a agricultura, e o Brasil... a agropecuária, quero dizer. E o Brasil tem dado exemplo nisso, o tratamento que tem sido dado no caso da suinocultura, de tratamento de dejetos e assim por diante, o Brasil está sendo citado como um País exemplar. E como a suinocultura, o Projeto de Suinocultura entra em MDL, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, nós temos muitos produtores fazendo isso, porque eles vendem o crédito de carbono correspondente.

Então, é possível fazer uma produção agropecuária com menor teor de carbono, e isso está previsto no estudo que foi apresentado. A questão da energia também: é possível emitir menos carbono com a matriz mais limpa, com menos termoeletricas ou também com termoeletricas movidas a combustíveis que não sejam tão produtor de gases de efeito estufa.

Então, a proposta que está sendo levada para Copenhague, já foi apresentada pela Ministra Dilma na pré-COP na semana passada, é aproximadamente 37%. Esse aproximadamente é porque a faixa é de 36 a 39. São números aproximados.

É isso que está sendo estudado. Eu, como disse, senador, eu teria mais informações, mas não é o caso de fazer hoje.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: O governo está levando para Copenhague um compromisso voluntário de, em 2020, em vez de emitir 2,7 giga, que seria o cenário tendencial, de estar emitindo 1,7 giga, portanto, uma gigatonelada a menos. O número que está trabalhando é um giga mais ou menos um determinado fator que depende de vários cenários que estão sendo estudados.

Com esse *slide* eu termino a apresentação. E eu quero agradecer, porque eu não vou apresentar o seguinte porque realmente nós estamos com a agenda apertada. Numa outra ocasião, Senador Casagrande, eu teria a satisfação de vir aqui e mostrar o que o Ministério da Ciência e Tecnologia está fazendo, além do inventário, que é importante, mas é um pedacinho, para a ciência e tecnologia contribuírem para que o Brasil possa atingir aquela meta de emitir menos em 2007. Nós estamos trabalhando com a Rede CLIMA, que vai estar monitorando e envolvendo muitos setores; nós estamos trabalhando com a produção de energia sem

emissão de gás de efeito estufa; e assim por diante. Mas eu deixarei isso para uma outra ocasião. E eu quero agradecer a oportunidade da apresentação e estou à disposição dos senadores para questionamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Bem, muito obrigado, Ministro Sérgio Rezende. Eu vou tomar a liberdade de... Eu fui autor de requerimento para que V. Exa. pudesse vir aqui... Pelas informações que eu achei muito interessantes... Pelo o que eu tenha conhecimento, na projeção dos compromissos voluntários assumidos pelo Brasil, esses dados já foram usados além de outros dados também dos setores econômicos, até um pouco mais de 2005, dados usados para projeção. De qualquer maneira, se nós sairmos de 2,7 para 1,7, tendo como referência 2005, nós vamos reduzir mais de 20% das emissões. É essa a conta.

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Redução real.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Redução real. Mais de 20%, dá vinte e poucos por cento, dá 22%, 23% de redução real, tendo como referência 2005.

Nós também temos um dado que eu acho que é um dado assim meio que surpreendente, porque a atividade industrial não cresceu praticamente nada suas emissões.

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Ela quase dobrou, mas é que o volume total dela é bem menor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ela quase dobrou, porque o gráfico não está muito... Mas está bom, eu sei que o gráfico na escala é um pouco difícil a gente verificar. Quais as observações, assim... Dentro desse gráfico, tem alguma observação? O senhor fez uma apresentação rápida dos dados. Dentro desse gráfico nós podemos verificar... se a atividade industrial quase dobrou, que é a primeira aqui vermelha, essa vermelha, está certo? Mas não foi ela que cresceu mais, quem continuou ainda crescendo mais foi a agropecuária e, na média, há o uso da terra e floresta, na média, mesmo que nos últimos anos tenha decaído, mas ainda a atividade industrial e energia ainda são atividades que tem... ainda cresceram um pouco, mas que tendem a crescer muito mais daqui para frente naturalmente. Mas eu queria só fazer essas observações. Daqui a pouco eu vou... Eu vou passar a palavra para os inscritos, quem fizer fazer a inscrição. João Pedro com a palavra, depois a Senadora Marina Silva. Então, com a palavra Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente Casagrande, Senadora Marina, secretário executivo

Carlos Luiz, Ministro Sérgio Rezende. A primeira pergunta que eu faço é: essa exposição, esses números que V. Exa. está mostrando são os mesmos dos outros Ministérios que estão lidando com esse debate como, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente e Ministério de Minas e Energia? Se são os mesmos números. E essa projeção de reduzir de 2,7 para 1,7, se é essa a projeção dos Ministérios também.

E é claro que o Brasil nesse debate nacional e internacional, ele... Eu não tenho nenhuma dúvida que, por conta da... Não só do empenho do governo... eu percebo o esforço do governo e da mobilização da sociedade civil, o Brasil vai ter um número consistente, chega com números, chega com um projeto com foco.

Agora, nós vamos precisar trabalhar muito e o Ministério de V. Exa. é muito importante do ponto de vista da tecnologia, de ciência e tecnologia. Por exemplo, o campo. Nós temos que pesquisar mais e disponibilizar a pesquisa. As nossas universidades, eu vejo... para reduzir, não basta apontar o número, mas o envolvimento de instituições para que atenda a vontade, a estratégia. E sem ciência e tecnologia nós vamos, nós podemos perder esse objetivo.

Então, ou seja, nós vamos precisar ter um projeto de apoio, de recurso, de concursos, de incentivo à pesquisa. O campo, a indústria... e pesquisa e indústria e tecnologia inovadora mesmo, coisa do século XXI. Então, eu percebo com esses números a importância do governo ter esse compromisso, ao mesmo tempo da opinião pública, da sociedade ter essa consciência. Esses números não poderão ser apenas de governo, mas da sociedade brasileira.

Então, envolver a sociedade para o cumprimento das metas, fazer com que a sociedade, e aí não só a brasileira, mas mundial, entenda o desdobramento de Copenhague é uma tarefa grande para todos nós, homens públicos, governos, mas fundamentalmente a sociedade. Eu penso que esse é um debate que nós temos que espalhar, de trabalhar todas as nossas regiões, precisamos envolver prefeitos, vereadores, empresários, associações, cooperativas para buscar esses números.

Mas eu quero parabenizar aí o esforço do Ministério, dirigido por V. Exa., porque esse é um debate nacional, mas ele é um debate internacional, é um debate do planeta, como cuidar do planeta, e qual o papel, a contribuição que o Brasil dará nesse debate concretamente. Eu quero parabenizar o esforço da equipe de V. Exa., de V. Exa. e do Ministério. Obrigado.

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Eu posso fazer um comentário?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Pode fazer um comentário ou se quiser fazer um comentário final, eu vou ouvir... Mas pode fazer o comentário, depois a gente vai ouvir a Senadora Marina Silva.

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Comentário, dando um exemplo, senador... Em primeiro lugar eu quero agradecer as suas palavras e dizer o seguinte: nós estamos realmente engajados com o Ministério da Energia, PETROBRÁS, ELETROBRÁS e CEPEL com relação à pesquisa para produção de energia limpa, para a mobilidade... Temos uma rede de carros elétricos e de baterias para carros elétricos, e assim por diante. Então, isso realmente vai exigir... Nós precisamos ter tecnologia verde, ou seja, para economia, uma nova fase da economia.

No caso da agricultura, há muitas práticas agrícolas que podem contribuir nisso. Agora, como o senhor falou, é preciso ter pesquisa de ponta para realmente contribuir para isso. Eu vou citar um exemplo de uma coisa que o Brasil é pioneiro. Tem uma professora que faleceu já, que era da Universidade Rural do Rio de Janeiro, que desenvolveu uma bactéria que fixa na raiz da soja – na verdade, o grão já é produzido dessa maneira –, mas ela fixa na raiz da soja, e ela absorve nitrogênio do ar, e ela então... porque a planta precisa de nitrogênio. Então, ela fixa nitrogênio e isso foi desenvolvido para soja e foi um dos principais fatores que contribuíram para que a soja espalhasse no Centro-Oeste sem tanta necessidade de fertilizante como é feita hoje.

Hoje, quando se traz fertilizante nitrogenado e faz, então, a movimentação para plantar e se emite nitrogênio. Enquanto que essa bactéria, ela faz o contrário, ela puxa nitrogênio do ar, porque o ar tem 80% de nitrogênio. Então, hoje é um trabalho intenso para fazer isso – para feijão já existe também –, mas para fazer para a cana-de-açúcar. Na cana-de-açúcar não se conseguiu fazer até agora.

Então, se nós conseguirmos fazer para várias plantas importantes, que têm grande extensão de plantio no Brasil, nós vamos estar contribuindo com tecnologia de ponta. E estamos trabalhando junto com o Ministério da Agricultura, EMBRAPA nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Primeiro eu quero aqui cumprimentar o Ministro Sérgio Rezende, com quem tive a honra de trabalhar durante o período em que fiquei no governo do Presidente Lula. Reconheço quanto foi importante a parceria do Ministério do Meio Ambiente, sobretudo no que concerne ao INPE, no que diz respeito

ao que fomos capazes de produzir, com transparência, com a criação do Sistema DETER, o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real, disponibilizando essas informações para a sociedade, que nos levou a resultados muito profícuos em relação à diminuição do desmatamento da Amazônia. E eu diria, sem sombra de dúvidas, esse esforço responsável pela maior parte do esforço brasileiro que, agora, se compromete com metas, de sorte que se não fosse aquele trabalho dificilmente nós teríamos condições de estar aqui, agora, celebrando esta decisão de irmos para Copenhague com metas.

Eu quero aqui dizer uma questão que eu acho que V. Exa. como homem de ciência, um gestor público, se comportou aqui com uma honestidade intelectual, digna de ser parabenizada quando V. Exa. disse que o Ministério da Ciência e Tecnologia precisa de dados preliminares que sejam, enfim, confiáveis para que se possa ter esse número que vamos levando, que o inventário será, enfim, apresentado à sociedade em 2010 e que o Ministério de Ciência e Tecnologia trabalhou muito fortemente nos últimos dois meses. É aí que eu digo que reside a honestidade de V. Exa. como homem público, porque esses dados preliminares, nós sabemos, eles são essenciais para que esta meta não seja algo tirada da nossa cabeça. Isso é algo muito sério para o País e para o que nós vamos apresentar no âmbito da convenção. E eu não tenho dúvidas de que a ação do Ministério do Meio Ambiente, quando fez essa estimativa, contribuiu significativamente para que a sociedade brasileira desse a sustentabilidade política necessária para que saíssemos de uma discussão inteiramente refratária em relação a essa agenda de mudanças climáticas para uma posição mais pró-ativa.

Não há dúvida de que só há mais ou menos três meses esse assunto subiu para o mais alto nível de governo e V. Exa. acaba de dizer, também, que há dois meses foram intensificados os trabalhos para que tivéssemos esses dados preliminares. Obviamente que no meu entendimento o adequado é que tivéssemos o inventário, que o inventário estivesse pronto, e as explicações – e é isso que eu gostaria de ter e que a sociedade quer ter – é por que até agora não foi feito, já que a gente já conta com essa base tão relevante como, enfim, V. Exa. acabou de mencionar. Porque se nós... comparando aqui o que foi dito: a redução em relação a 2005 será muito maior do que 15%, nós estamos aqui assumindo uma posição ainda muito conservadora. O Estado de São Paulo está se comprometendo com 20, e eu estou apresentando uma emenda de que a gente tome como base de referência 2005. E até conversei com o Senador Casagrande que fizéssemos isso, e hoje eu me sinto inteiramente respaldada por aquilo

que disse V. Exa. para fazê-lo. Porque eu acho que é assim que o Brasil vai avançar nessa agenda.

Eu iria fazer uma série de perguntas em relação ao que eu entendo... enfim, há uma falha, um déficit, um prejuízo grande para nós não termos um inventário, mas V. Exa. já falou e disse que esse esforço foi mais fortemente tomado a partir dos últimos dois meses. Era bom que sabendo que tínhamos um compromisso como este agora, em dezembro, que esse esforço tivesse acontecido durante todo o ano, e é essa explicação que nós gostaríamos de ter, porque eu não tenho dúvida de que se o Ministro Minc não tivesse tido a ousadia de fazer essa estimativa, nós ainda estaríamos numa posição inteiramente refratária em relação a esse inventário. Estaremos numa posição refratária em relação a metas. E eu atribuo essas metas a três coisas: ao trabalho que fizemos anteriormente, com plano de combate ao desmatamento, do qual V. Exa. é co-autor e responsável pelos resultados; a pressão da sociedade brasileira, que não se conformava e não se conforma com essa posição refratária que tínhamos quando o Brasil pode ser duplamente pró-ativo; a comunidade científica, a quem homenageio na Rede CLIMA e na pessoa do Dr. Carlos Nobre e, ao mesmo tempo, os formadores de opinião que colocaram esse assunto no topo da agenda nacional o tempo todo.

De sorte, Ministro Rezende, que eu sei do compromisso que tem com essa agenda, mas há um déficit que o Brasil tem que assumir internamente.

Uma outra coisa que eu estou apresentando como emenda é que na política nacional não precisa constar o termo voluntário. Automaticamente é voluntário na convenção, porque os países não anexos só tem um mecanismo de participar, é como voluntário. Mas o fato de ser voluntário não significa que não é vinculante. Então, não se enganem aqueles que pensam que vão apresentar e depois possam fazer diferente.

Agora, se nós estamos aprovando uma política, e é uma lei aprovada no Congresso, o termo voluntário não tem sentido, senão nós estamos legislando sobre o quê? A forma voluntário é a forma como participamos no âmbito da convenção. Para o Brasil é um compromisso que pode ser a partir de 2011 a Ministra Dilma, o Governador Serra, o Ciro Gomes ou até mesmo eu, se for candidata e se for vitoriosa, mas tem que ser uma obrigação do País, não pode ser algo que possa mudar ao sabor da conjuntura política, tanto depois como agora para ganhar os louros dessa discussão.

Então, eu lamento profundamente que não tenhamos esse inventário, acho que o Brasil chegaria em Copenhague na situação que está, com a posição dos Estados Unidos, da China, mesmo que o Presidente Obama... está dizendo que vai levar metas, mas é em

cima da proposta que vai ser aprovada no Congresso, e é uma proposta ainda muito tímida, representa muito pouco em relação a 90, e os Estados Unidos perdeu dez anos dessa discussão.

Então, eu tenho aqui que fazer um duplo reconhecimento, o reconhecimento positivo naquilo que concerne à redução das emissões e o registro de que esse atraso no inventário é negativo, sim, porque esse de 94 já é de domínio público. E também apresentando uma emenda de que o inventário possa ser atualizado anualmente a partir de agora, que se crie um sistema transparente na Internet, um Portal, para que possamos acompanhar o cumprimento das metas, do mesmo jeito que fazemos em relação ao desmatamento e que o setor enérgico também faz para planificar as suas ações, a EPE faz.

Então, são várias ferramentas que, no meu entendimento, colaboram significativamente com a ação tomada pelo governo, que já tem a Política de Mudanças Climáticas – vamos aprovar agora –, o Plano de Mudanças Climáticas, um Fundo para as Mudanças Climáticas e até mesmo uma meta. Só nos falta o inventário.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Ministro Sérgio Rezende.

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Inicialmente eu quero agradecer as suas palavras em relação a nossa atuação conjunta no Ministério, mas eu queria esclarecer o seguinte: eu apresentei aqui, logo nos primeiros *slides* a questão do inventário, que é não apenas este documento, que é o documento síntese. Ele consiste de, este ano... próximo vai consistir de 20 documentos setoriais. A elaboração... não chamo ainda um inventário. A elaboração desse documento preliminar, a ser colocado em consulta pública, ele está há muito tempo previsto para acontecer no início do próximo ano. Nós começamos a adiantar o trabalho e com isso o que nós temos hoje? As tabelas que eu apresentei... Não apresentei, que eu distribuí no nesse documento, são as tabelas mais importantes desses documentos.

O inventário, quando tiver publicado, não vai ter tabelas muito mais detalhadas do que essas, são praticamente essas. Nós só chamamos a atenção de que todos esses números que estão aqui, eles vão ser, de agora até março, verificados e checados, porque, como eu como chamei atenção, no caso da Amazônia nós estamos falando de 880 polígonos que são examinados. No caso do cerrado são um milhão e 300.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): São 880 mil polígonos.

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Mil polígonos. Essas tabelas, elas são os dados preliminares

do inventário, portanto, são os dados oficiais do governo, são dados oficiais. Agora, da mesma forma que quando—

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): O Ministério do Meio Ambiente trabalhou com esses dados?

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Trabalhou com números parecidos. O Ministério do Meio Ambiente trabalhou... Nós trabalhamos sempre em conjunto. Lógico que cada um fazia o seu trabalho, mas, de vez em quando, tinha reuniões para checar os números. E alguns números foram chegando durante a elaboração do trabalho. Os números do cerrado chegaram até há duas semanas atrás. Por que chegaram? Porque como eu disse, eles exigem uma equipe muito grande, no caso da FUNCATE, examinando as imagens, então, o trabalho foi acelerado.

Ao longo dos dois ou três meses que nós sentamos juntos, vários Ministérios, os números foram mudando um pouco, e é por esta razão que quando o governo apresentou a proposta de redução, ele botou uma margem de 10%. A eventual variação desse número não vai chegar a 10%. Isso aqui tem um erro de, no máximo, 5%, 4% a 5%, no máximo, mas os números são os números oficiais de hoje. Isso que eu queria chamar atenção.

Quando o IBGE publica o resultado do PIB do País e ele publica, em geral, logo no começo do ano seguinte. Ele publica o número, esse número é divulgado, ele fica sendo reexaminado durante dois anos. Nessas duas últimas semanas, nós tivemos o número final do PIB de 2007.

Então, isso aqui é um inventário, senador, não é o documento de comunicação final, mas as tabelas são as tabelas oficiais do inventário dados preliminares. Pode ficar tranquila com isso.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Então posso apresentar a emenda em relação a 2005 que estaremos cobertos?

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: E eu queria só concluir sobre essa sua colocação de que precisamos ter todo o ano. Nós agora, como eu falei, organizamos a Rede CLIMA, que é coordenada pelo professor Carlos Nobre. Ela envolve quase 40 instituições das várias áreas do conhecimento. A Rede CLIMA vai estar permanentemente fazendo isso.

Agora, em alguns setores, de ano para ano, é até muito difícil avaliar qual foi a variação, porque ela é muito fina. É essa a razão pela qual, na Convenção do Clima dos países em desenvolvimento, se exige os dados há quatro anos, a cada quatro anos, porque aí são dados até mais precisos. Nós temos plenas condições de ter, a cada ano, estimativas, e números de

talhados na medida em que eles são... atualizados à medida em que eles dão mais segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): De quatro em quatro anos [ininteligível].

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: De quatro em quatro é o ideal, mas nós, por exemplo, as nossas tabelas...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Até porque olhando os dados de 90 e 2005, por enquanto os dados são muito ainda próximos um do outro.

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: A distribuição setorial de CO₂, ela é igual, na verdade. Se nós olharmos a tabela, nós vemos que tem diferença nas vírgulas, mas na hora que você tira a vírgula, fica a mesma coisa. Então, é perfeitamente possível pegar dados no intervalo maior e fazer interpolações anuais. Nós vamos estar fazendo isso com mais frequência.

Eu só queria dizer o seguinte: foi a partir da metade do ano passado, com o aumento da importância da Conferência de Copenhague, que foi havendo toda uma mobilização e um aumento do ritmo do nosso trabalho para conseguirmos fazer isso. De nossa parte, como cidadãos, nós estamos muito satisfeitos pelo fato de haver essa grande mobilização da sociedade com a questão climática. Essa é uma questão que se a humanidade não tomar providências imediatamente nós realmente teremos um planeta destruído em mais algumas dezenas de anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, eu vou, então... Senador José... Sarney Filho. Alguma coisa? V. Exa. vai... vamos abrir uma possibilidade de V. Exa. falar rapidamente, que nós queremos tentar votar a matéria antes das quatro horas da tarde que começa a Ordem do Dia, mas como membro da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Presidente, só para um registro muito rápido. Primeiro um prazer muito grande, obrigado Presidente por estar nos abrindo essa palavra.

Eu, infelizmente, não pude assistir à palestra, então tenho muita pouca coisa a comentar. Mas confio muito na intervenção da Ministra Marina que, evidentemente, é uma conhecedora do assunto e, certamente, os argumentos por ela atualizados aqui seriam os argumentos por mim atualizados também.

De qualquer forma, fica uma sugestão a respeito de um assunto bastante novo, que não tem, na realidade, muito a ver com a coisa atual, mas que vai ter a ver com o futuro.

Na discussão que houve na Câmara, que ainda não chegou ao Senado, do pré-sal, nós entramos, o Partido Verde, através da minha pessoa, entrou com uma emenda obrigando, na prospecção, na retirada do petróleo, do gás, na produção, para que se fizesse um inventário dessas emissões. O relator, a princípio, se sensibilizou, até prometeu à gente que iria colocar, e depois não colocou, mas disse que isso poderia ser melhor discutido no Senado.

Então, é uma sugestão, já que é um assunto que cada vez mais vai ganhar importância, e no futuro, daqui a 15 anos, ninguém nem sabe como vai ser encarado um combustível fóssil como o petróleo, se vai ter uma taxação internacional, se vão exigir transparência absoluta de sua origem até o seu consumo. Então, uma sugestão ao Ministro é que incorpore essa ideia, talvez até a gente possa se atualizar aqui do poder de revisão nesse caso do Senado, e acrescentarmos isso. Porque eu acho que isso não implica nenhuma despesa extra, e já fica um compromisso para daqui a 15 anos esse processo exploratório, as empresas já incorporarem isso nos seus custos, que não é lá grande coisa frente ao volume de recurso que vai ser utilizado em todo o processo e nem frente às emissões que vão ser causadas pela própria queima dos combustíveis fósseis.

Então, era basicamente isso, Presidente, muito obrigado pela palavra, fica aqui a sugestão e eu recebi esse livro, como cheguei atrasado, e estou vendo aqui que é em espanhol. Isso... Eu acho que isso não quer dizer que a gente esteja falando em linguagens diferentes aqui na Comissão. Eu espero que a gente esteja falando a mesma linguagem. Apenas uma brincadeira, e muito obrigado aí pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, o senhor quer comentar alguma coisa ou posso fazer minha fala e depois passar...

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Sobre a língua, deputado, o inventário, ele é produzido em português, inglês, francês e espanhol, porque ele tem que ser visto pelos outros. A edição em português está esgotada, então eu trouxe em espanhol. É essa a razão.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigada. Está esclarecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, então eu quero concluir aqui esta parte da nossa Audiência Pública, mas antes de agradecer ao Ministro, agradecer ao Luiz Elias, ao José Miguéis(F) e ao Nilton Parcionik(F), falei o nome certo? Pela presença de vocês, mas especialmente ao Ministro Sérgio Rezende.

SR. MINISTRO SÉRGIO REZENDE: Eles sofreram nos últimos dois meses.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Meus parabéns pelo trabalho. Eu quero ressaltar a importância do trabalho. Se já podia estar com a publicação feita ou se não está ainda, mas eu não quero tirar o brilho do trabalho. Acho que um trabalho excepcional feito pelo Governo Federal, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, com o apoio de muitos setores econômicos do Brasil, fornecendo dados, informações... Então, eu acho que é um dado importante, já temos os principais dados aqui, o Ministro colocou num papel, encaminhou para nós, isso não poderá ser diferente daquilo que vai ser publicado no ano que vem. Então, os dados importantes e referenciais estão aqui divulgados e publicados pelo Governo Federal, através do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Então, eu quero aqui ressaltar a importância e falar que o Governo Brasileiro mudou de patamar, e mudou de postura com relação ao tema Mudanças Climáticas. O governo avançou na direção da construção de um compromisso voluntário com relação às reduções, estabelecendo meta, um número a ser observado lá na frente. Um decreto do Presidente vai dizer qual é o caminho para que a gente possa chegar essa meta em 2020. Isso é uma conquista que tem a participação de muita gente: tem a participação da Senadora Marina Silva, que foi ministra; tem participação do Deputado Sarney Filho, que foi Ministro do Meio Ambiente. Então, eu acho que é um tijolinho que cada um coloca nessa construção, e eu quero aqui parabenizar o Ministro Carlos Minc que agora, de forma muito aguerrida, também tem lutado e lutou para que a gente pudesse ter essa posição e o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Relações Exteriores, que lá atrás mudou uma posição da Conferência de Bali, junto com a Ministra Marina Silva, mudou uma postura do Brasil, que não aceitava nenhuma política que pudesse ser acompanhada internacionalmente, e mudaram a posição brasileira da adoção de políticas públicas.

Então, vamos também, vamos aqui reconhecer os avanços que nós tivemos. E, neste ano, o Governo Brasileiro, por diversas razões – mas governo é assim mesmo, só faz as coisas por razões, não tem governo que faz as coisas sem uma razão –, por razões diversas: pela pressão política, pela compreensão das resultantes das forças internas de governo, pela necessidade de se ter um protagonismo na conferência, por diversas razões o Governo Brasileiro adotou um postura que é uma postura muito adequada para o momento que nós estamos vivendo e por ser um país do “anexo dois”. Então, este é um reconhecimento que nós temos, e na

hora que o Ministro vem aqui, e é importante a gente salientar isso, em primeira mão, divulgar no Congresso Nacional os dados preliminares do inventário é uma valorização para nós, que estamos aqui compondo o Congresso Nacional, valoriza o Congresso Nacional, valoriza a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional e fortalece no sentido de a gente, de fato, aprovar a Política Nacional de Mudanças Climáticas, para que nós possamos ter na Conferência de Copenhague mais um instrumento que servirá de discurso para que países como os países como os Estados Unidos possam ser muito mais audaciosos do que apenas os 17% como referência 2005, que estão dizendo que o Presidente Barack Obama vai anunciar nas próximas horas.

Então, nós estamos sabendo da gravidade da situação, do momento que a gente está vivendo, mas nós estamos, na minha avaliação, cumprindo a nossa parte. Temos muito o que fazer, mas tem, assim, tem ações apontadas e sendo executadas e temos trabalhos importantes, porque na hora que a gente aprova isso na lei, nós transformamos esse compromisso, que era do Poder Executivo, para um compromisso do Congresso Nacional e da sociedade brasileira, que discute conosco aqui permanentemente. E nós vamos ter trabalho para fazer o acompanhamento, a fiscalização, a cobrança para que as ações sejam implementadas.

Então, parabéns Ministro pelo trabalho. E também faço aqui o agradecimento ao Ministro Carlos Minc, ao Ministro Celso Amorim, mas também transmito esse agradecimento à Ministra Marina, em especial, que nesse governo foi ministra e que deu a sua contribuição. Obrigado aí pela presença de vocês, nós vamos suspender a reunião por cinco minutos para decidirmos das autoridades do Ministério de Ciência e Tecnologia e retornaremos com a apresentação do relatório da Ministra Marina Silva.

[Sessão suspensa às 15h47]

[Sessão reaberta às 16h07]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Bem, vamos retomar a nossa sessão. Agora nós temos o quórum para que a gente possa reabrir a sessão. E sessão de hoje, de votação de projetos, está em pauta é a votação do Projeto de Lei que trata da Política Nacional de Mudanças Climáticas e também está em pauta, estaria em pauta o Projeto de Lei que cria o Fundo Nacional, mas o fundo foi pedido vista lá na Comissão de Assuntos Econômicos, e a Política conseguimos votar na Comissão de Assuntos Econômicos. E vamos colocar em debate, em

discussão e apresentação do relatório pela Senadora Marina Silva, que é a nossa relatora.

Então, já indo diretamente ao tema, ao assunto, eu passo a palavra a Senadora Marina Silva para que faça, apresente o seu relatório do Projeto de Lei da Câmara 283, de 2009. Autor do projeto o Deputado Sarney Filho, apensado ao projeto do Deputado Sarney Filho, projeto do Governo Federal. Com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Antes, Sr. Presidente, só para que possamos ter clareza da questão procedimental. Esse relatório aqui teria caráter terminativo, mas foi feito um pedido para que caísse o caráter terminativo e ele fosse levado até o Plenário. No Plenário serão lidos os três relatórios ou o que aprovarmos aqui ele será consolidado para a apresentação em Plenário?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Veja bem, de fato a Senadora Marina Silva levanta uma questão e uma mudança na tramitação do projeto. Esse projeto seria terminativo na Comissão e, votado na Comissão, ele iria à Câmara dos Deputados, porque está tendo alteração. Para que nós pudéssemos, para que nós possamos ganhar tempo, a Senadora Ideli propôs e pegou um documento assinado por todos os líderes, tornando a votação aqui não terminativa, terminativa em Plenário, porque isso faz com que nós possamos fugir das cinco sessões de recurso que nós teríamos. O projeto votado terminativo de Comissão, ele fica cinco sessões, qualquer parlamentar pode recorrer da sua votação, do seu resultado, do seu relatório ao Plenário do Senado.

Então, para fugirmos disso, para que haja um processo mais rápido é que foi feito dessa forma. Chegando ao Plenário, o projeto chega com três relatórios: relatório de Comissão de Infraestrutura, relatório da Comissão de Assuntos Econômicos e relatório da Comissão de Meio Ambiente. E se tiver um entendimento vota o relatório do entendimento, se não tiver entendimento, alguém pedirá preferência por um dos relatórios. É esse o procedimento de votação em Plenário. Senadora Marina Silva com a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Obrigada, Sr. Presidente. Eu vou ir direto à análise, para que possamos ganhar tempo.

“Conforme art. 102-A, inciso II-A, compete à Comissão opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, conservação da natureza e defesa dos recursos naturais entre outros.

A mudança do clima constitui o maior desafio já imposto à humanidade. Trata-se de uma questão com óbvias implicações ambientais associadas a outras

de natureza econômica, social, cultural, tecnológica, apenas para citar algumas.

Em 2007, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC, vinculado à Organização das Nações Unidas, ONU, que reúne milhares de cientistas das mais diversas nacionalidades, inclusive brasileiros, divulgou seu quarto relatório de avaliação. De acordo com esse documento, as alterações do clima são inequívocas e, com 90% de certeza, decorrem das atividades humanas.

As principais causas do agravamento do efeito estufa são o uso indiscriminado de combustíveis fósseis e as mudanças de uso da terra, em especial o desmatamento”.

Eu queria aqui abrir um parêntese, Sr. Presidente, para essa questão do desmatamento, como foi apresentado aqui, que nós temos que tratar essa questão aqui com muito cuidado. Por exemplo, quando fala do uso da terra e desmatamento, as emissões são elevadíssimas; quando fala da agricultura, pecuária e os outros setores parece que há um equilíbrio. Mas nós não podemos perder de vista que uma boa parte do desmatamento que é feito não é porque as pessoas querem ver a terra nua, desmatada, é porque ela é desmatada para que se tenha a pecuária e a agricultura. Logo, há uma associação direta entre esses setores e o desmatamento. Não são só as emissões de metano que devem ser pensadas como algo agravante da mudança do sistema climático, porque também 75% do desmatamento é em função da atividade pecuária. É só para que a gente entenda que essa separação é um processo didático, mas que tem uma ligação direta desmatamento e atividade econômica no modelo predatório que nós temos até hoje.

“As consequências do fenômeno também já foram muito divulgadas: aumento de temperaturas médias do planeta, derretimento das geleiras, elevação do nível dos oceanos, perda de áreas agricultáveis, deslocamento de culturas agrícolas, aumento de incidência de doenças tropicais, entre outras. As modificações da geografia física terão: tropicais, enfim, em áreas tropicais, entre outras.

Certamente, reflexões sobre a geografia humana do mundo também serão motivo de consequências em relação a isso. Projeta-se um forte aumento dos contingentes populacionais deslocados os refugiados ambientais e dos conflitos decorrentes das escassezes de recursos naturais.

As soluções para o problema são também conhecidas: promover ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa e de adaptação aos efeitos já inevitáveis das mudanças climáticas.

No campo da mitigação impõe-se a redução do consumo de combustíveis fósseis, substituindo-os por outras fontes renováveis de energia; o combate ao desmatamento e as queimadas; o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos; e a adoção de práticas sustentáveis na agricultura e na indústria.

No campo da adaptação, mostra-se necessário mover a segurança ambiental, alimentar... promover a segurança alimentar, ambiental e humana no planeta.

No plano internacional os estados nacionais firmaram, durante a Rio-92, as bases do regime internacional de enfrentamento das mudanças globais do clima.

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e o posterior Protocolo de Kyoto consagraram o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Segundo ele, todas são responsáveis pela adoção de medidas destinadas a combater as alterações climáticas e suas consequências. Os países desenvolvidos, no entanto, devem arcar com maior parcela dos custos associados, pois são, historicamente, responsáveis pela maioria das emissões de gases de efeito estufa para a atmosfera.

Bem conhecidas, portanto, são as causas, as consequências e as soluções para as mudanças climáticas globais. O que falta? Falta uma ação decisiva que nos tire do discurso à prática, implementar, de fato, as ações necessárias ao efetivo enfrentamento da questão.

No plano internacional, o Brasil precisa assumir um papel protagonista na negociação para a conformação do regime aplicável ao segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto, em conformidade com os interesses nacionais e a necessidade de preservação do meio ambiente do planeta.

No plano doméstico, devemos adotar estratégias sustentáveis de desenvolvimento coerente com a posição internacional do País. Para ilustrar esse ponto, basta lembrar, por exemplo, que a participação de energia suja, produzida com base em carvão mineral e óleo combustível na matriz energética brasileira, aumentou significativamente nas últimas décadas.

Em que pese o fato de a maior parte das emissões brasileiras decorrer de mudanças do uso do solo, essa constatação demonstra a incoerência da política energética com a necessidade de preservação do sistema climático global.

Ao estruturar o conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos na Política Nacional de Mudanças Climáticas, o PLC número 283, de 2009, permite o estabelecimento de planos, programas e projetos coerentes para o enfrentamento da questão no plano doméstico, e possibilita a atuação articulada nas esfe-

ras Federal, Estadual e Municipal dos diversos órgãos e entes públicos e privados envolvidos com o tema.

Trata-se de uma política fundamental para que o País aproveite a oportunidade de implantar um modelo de desenvolvimento em bases sustentáveis, pouco intensivo em carbono.

Os relatores que nos antecederam no exame da matéria apresentaram importantes contribuições para o aperfeiçoamento do projeto. Assim, acatamos na íntegra as emendas nº 1 e nº 3 das Comissões de Infraestrutura, da Comissão de Assuntos Econômicos, bem como a subcomissão... a subemenda da Comissão de Assuntos Econômicos, a Emenda nº 2.

Consideramos, entretanto, oportuna as seguintes modificações: a subemenda adotada pela Comissão de Assuntos Econômicos nos termos de subemenda que apresentamos ao fim desse relatório. Suprimimos o termo voluntário da expressão 'compromisso nacional voluntário' por considerá-lo desnecessário, uma vez que todos os compromissos assumidos pelos países em desenvolvimento não integrantes do 'anexo um', no âmbito da Convenção de Mudanças Climáticas, como é o caso do Brasil, são sempre voluntários. Isso porque a única forma de os países não anexos, ou seja, os países em desenvolvimento, participarem com compromissos de redução. Estabelecemos um piso mínimo de referência para a meta de redução de emissões assumida pelo governo.

Segundo a análise do próprio Ministério do Meio Ambiente, o nível de redução das emissões poderia chegar a 20% em relação a 2005, ou seja, ficar em torno de 1,55 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente. Para tanto, bastaria ampliar a meta de redução do desmatamento no bioma serrado para 60%. Aliás, este número havia sido já acordado, pelo o que sei, com os Ministérios do Meio Ambiente, Agricultura, Ciência e Tecnologia, que foi modificado depois no debate no mais alto nível de governo, como inicialmente previsto, promover ações de reflorestamento e ampliar as metas já estabelecidas para a área de agricultura.

Além disso, conforme projeção do próprio governo, caso nenhuma medida de mitigação seja tomada, o País emitirá em 2020 cerca de 2,7 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente. Ao assumir a meta de redução de 36,1% a 38,9% das emissões projetadas até 2020, o governo espera atingir emissões de aproximadamente 1,65 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente. Esse compromisso equivale a uma redução de 15% em relação às emissões do País em 2005, que foram estimadas em 1,94 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente.

Para atingir essa meta, o governo propõe reduzir a taxa de desmatamento no bioma Amazônia em 80%

e no bioma serrado em 40% até 2020, além de adotar ações na área de agricultura, energia e cirurgia.

Além disso, propomos emenda destinada a incluir inciso VII ao art. 3º para definir que todas as medidas implementadas para a execução do Plano Nacional de Mudanças Climáticas serão passíveis de acompanhamento pela sociedade, a qualquer tempo, por meio de serviço criado especificamente para esta finalidade, no âmbito da rede mundial de computador.

Consideramos fundamental contar com diretrizes para que a participação do cidadão possa ocorrer de forma mais ampla e qualificada possível. É inegável que a criação de uma espécie de Portal na Internet, com as informações relevantes sobre o assunto bem como o andamento dos programas e ações do governo relacionadas à questão climática, é uma forma altamente eficiente de dar transparência à gestão do Plano Nacional e da Política Nacional de Mudanças Climáticas e de potencializar e qualificar a ação do cidadão comum dos formadores de opinião e das instituições da sociedade interessadas no assunto.

Uma experiência importante foi o que fizemos com o plano de combate ao desmatamento em que as informações eram colocadas de forma transparente para o acompanhamento da sociedade, o que nos levou ao cumprimento, pelo menos no caso do Ministério do Meio Ambiente, das metas que foram por nós assumidas juntamente com o Ministério de Ciência e Tecnologia, no que concerne ao aperfeiçoamento das tecnologias de monitoramento; e do Ministério da Justiça e da Defesa e do Desenvolvimento agrário no que concerne às ações de comando e controle. O mesmo já não aconteceu com a agricultura, transporte e energia, que não cumpriram com a parte do desenvolvimento sustentável.

Outra emenda que oferecemos acrescenta novo inciso ao art. 4º, definindo como objetivo da Política Nacional de Mudanças Climáticas a ampliação significativa da extensão das áreas protegidas por unidades de conservação marinha, de acordo com estudos de vulnerabilidade da zona costeira as mudanças climáticas e considerando principalmente as regiões estuarinas e de manguezais, sumidouros naturais de gás carbono. As áreas marinhas protegidas são instrumentos fundamentais para a conservação dos recursos vivos marinhos e também para diminuir os impactos causados pelo aquecimento global. Os oceanos produzem 70% do oxigênio disponível e abrangem, aproximadamente, 80% das espécies de animais e plantas do planeta. A exploração desenfreada dos recursos marinhos vem deteriorando de forma acelerada esse ambiente. Essa realidade deve ser revertida por meio de doação de metas de criação de áreas marinhas protegidas, or-

denamento costeiro e controle das fontes de poluição marinha de origem telúrica, priorizando o investimento em saneamento básico.

Além disso, com as áreas marinhas protegidas e os oceanos limpos e saudáveis, eles poderão realizar a sua função natural como o maior sumidouro de gás carbônico e também mitigar os impactos na biodiversidade e nos estoques pesqueiros.

Por fim, sugerimos emendas que acrescenta incisos ao art. 6º, de modo a atribuir novo instrumento à Política Nacional de Mudanças Climáticas: inventário brasileiro de emissão e remoções antrópicas de gases de efeito estufa não controlados pelo protocolo de Montreal, que deverá ser atualizado anualmente; os planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento nos biomas, ou seja, estender também para os demais biomas o mesmo que já conseguimos para a Amazônia com o seu plano de combate ao desmatamento.

Não temos dúvida de que um dos instrumentos mais importantes para a orientação e a gestão da Política Nacional de Mudanças Climáticas é o inventário. Afinal, esse é o documento que fornece as estimativas das emissões regionais e dos setores da economia, permitindo, assim, o acompanhamento, a avaliação e eventual ajuste da implementação das ações contidas na Política Nacional de Mudanças Climáticas, com vistas ao cumprimento eficiente das metas assumidas pelo País.

Nesse sentido, é fundamental contar com atualizações periódicas anuais a exemplo do que já se faz atualmente na área energética, onde a Empresa de Pesquisa Energética – EPE emite anualmente o balanço enérgico nacional para orientar o planejamento dos setores público e privado.

Ademais, é importante ressaltar que as emissões oriundas do desmatamento e queimada representam cerca de 60% do total das emissões de gases de efeito estufa no País, e a meta assumida pelo governo pretende reduzir em 80% o desmatamento da Amazônia e 40% no cerrado.

O êxito que vem sendo obtido desde 2005 no combate ao desmatamento da Amazônia é fruto, em grande medida, da criação, em 2004, do Plano de Ação e Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia. Esse Plano estabeleceu uma nova estratégia para o enfrentamento do problema. O que antes era uma ação isolada do Ministério do Meio Ambiente passou a ser um esforço integrado de governo, mobilizando 13 Ministérios, a partir de uma combinação de ações voltadas para coibir as práticas ilegais e estabelecer condições para que o desenvolvimento sustentável seja um modelo dominante na região, o que ainda precisa

ser feito, porque o que temos ainda é muito foco nas ações de comando e controle.

Nesse sentido, é fundamental que essa nova e eficiente abordagem seja inserida no elenco de instrumentos com os quais a Política Nacional de Mudanças Climáticas contará para alcançar as metas propostas, e que possam ser criados planos semelhantes para os biomas ainda não contemplados, como é o caso do cerrado.

Acreditamos que a proposição vem, em boa hora, estruturar uma política é imprescindível à promoção do desenvolvimento do País, possibilitando a consolidação do crescimento econômico com responsabilidade ambiental e justiça social."

O voto, Sr. Presidente. "Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC 283, de 2009, com a Emenda nº 1 da Comissão de Infraestrutura, com a Emenda nº 3 da Comissão de Assuntos Econômicos e com a subemenda da Comissão de Assuntos Econômicos nº 2 e também da Comissão de Infraestrutura na forma da subemenda abaixo, além das emendas apresentadas a seguir.

Subemenda nº 2 dá-se a seguinte redação ao art. 5º acrescentado ao PLC 283, de 2009, pela Emenda nº 1 da Comissão de Infraestrutura, renumerando como art. 12 e, como art. 13, o art. 12 do texto original.

Art. 12. Para alcançar os objetivos da Política Nacional de Mudanças Climáticas, o País adotará como compromisso nacional ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas a reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões projetadas até 2020.

§ 1º A redução das emissões de gases de efeito estufa definidos no caput não poderão ser inferiores a 20% em relação às emissões quantificadas no inventário brasileiro de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa para o ano de 2005."

Eu havia discutido com a Senadora Ideli e com o Senador Casagrande essa proposta de tomar como base 2005 e uma redução de emissões não inferior a 20% e, hoje, me senti inteiramente confortável dada à posição aqui colocada pelo Ministro de Ciência e Tecnologia, que segundo o cálculo que apresentou, isso poderá ser até em torno de 25% pelos cálculos que fizemos, de sorte que eu acho que não ajudará a Política Nacional de Mudanças Climáticas se nós fizermos uma lei apenas em cima de projeção. Não há como se fazer um regramento legal sobre uma projeção, o que nós podemos incidir é sobre as emissões já realizadas a partir da base estabelecida em 2005.

Inclusive conversando aqui com um dos técnicos do Ministério de Ciência e Tecnologia ele me indagava por que eu estava querendo institucionalizar uma proje-

ção. E eu disse: "Não estamos institucionalizando uma projeção se a minha emenda for aprovada", porque aí, de fato, nós estaremos incidindo sobre as emissões já realizadas e o Brasil estará, sim, contribuindo duplamente, porque estará fazendo reduções em relação a 2005 e estará mudando a sua curva de emissões pelas políticas que estarão sendo implementadas no sentido de viabilizar o novo modelo de desenvolvimento.

"A projeção das emissões para 2020, assim como o detalhamento das ações para – isso aqui é o § 2º -, assim como o detalhamento das ações para alcançar o objetivo expresso no caput serão dispostos por decreto tendo, por base, o Segundo Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal a ser concluído em 2010.

Aí vem uma outra emenda, que acrescenta-se ao art. 3º o seguinte inciso:

Art. 3º, inciso VII. Todas as medidas implementadas para a execução da Política Nacional de Mudanças Climáticas serão passíveis de acompanhamento pela sociedade, a qualquer tempo, por meio de serviço criado especificamente para esta finalidade no âmbito da rede mundial de computadores.

Já fiz a justificativa anteriormente de que a melhor forma é de que todos os setores possam ter acesso às informações como forma de viabilizarmos a implementação da política, de fazer os ajustes necessários com o olhar tanto do governo quanto da sociedade.

Acrescente ao art. nº 4º o seguinte inciso:

Art. 4º, inciso nº IX.

Inciso IX. A ampliação significativa da extensão das áreas protegidas por unidade de conservação marinha de acordo com estudos de vulnerabilidade da zona costeira às mudanças climáticas, considerando principalmente as regiões estuarinas e de manguezais."

Isso aqui é um indicativo de que nós vamos também investir para áreas de proteção para a conservação marinha. Por quê? Além de ser um grande sumidouro de carbono pode ser, também, um espaço de emissão. No caso aí, enfim, da zona marinha, de toda essa parte, ela pode ser, sim, considerada um verdadeiro pulmão do planeta. E eu não estou aqui dizendo quanto vai ser, depende dos estudos. Mas da mesma forma que estamos nos dispondo a combater a degradação e o desmatamento, temos que nos dispor também à ampliação significativa para a conservação marinha brasileira como uma forma de evitarmos as emissões e também de perdermos esses verdadeiros sumidouros de carbono.

"Acrescente-se ao art. 6º os seguintes incisos, renumerando-se os demais:

Art. 6º, inciso III. O Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa, não controlados pelo Protocolo de Montreal, que deverá ser atualizado anualmente."

Essa atualização é para que possamos trabalhar sem ficar dando tiro no escuro como quase estávamos dando agora. Se não fossem as estimativas feitas pelo Ministério do Meio Ambiente, a pressão da sociedade, que fez com que, hoje, alguns números e estimativas também pudessem vir a público.

"Inciso IV Os planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento nos biomas."

É aquilo que justifiquei anteriormente de que os demais biomas brasileiros também deverão contar com os seus planos de combate ao desmatamento como forma de não ser apenas a Amazônia que contará com essa ferramenta, até porque essa é uma parte que já temos *know how*, com as devidas adaptações, aplica-se inteiramente ao cerrado e aos demais biomas brasileiros.

Esse é o relatório e eu gostaria de que pudéssemos aprovar também no Plenário, porque, assim eu entendo, é uma grande contribuição para que o Brasil não esteja apenas com uma posição de conjuntura, mas com o dever de casa de estrutura para que fazer a diferença na redução das emissões de CO₂ e ainda promover sinergias entre outras convenções, como é o caso da Convenção da Biodiversidade. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem, Sr. Presidente. Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigada, Senadora Marina Silva pelo seu relatório. Em discussão a matéria. Para discutir Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores. Eu vejo que a introdução aqui de pareceres diferentes do que foi apresentado por V. Exa. lá na CAE, e a exiguidade do tempo de se analisá-lo convenientemente aqui, principalmente com esforço que o governo está fazendo em reduzir o crescimento de suas emissões de uma forma proposta, uma forma voluntária, afim de que se busque conciliar o crescimento econômico, num País como o Brasil, que é um País em desenvolvimento, de uma forma sustentável, e que esses valores que serão apresentados na COP-15, pelo Brasil, não deveriam constar de uma forma legal, de uma norma legal brasileira, como está sendo proposto aqui, pela supressão do termo voluntário... Pela supressão do termo voluntário... "do compromisso nacional voluntário". E a supressão desse termo não deveria constar

em lei, como já explicitarei, e se ele é voluntário, isso se torna obrigatório.

Então, desse modo, a inserção em texto legal de alvos numéricos, fixos, para redução de gases de efeito estufa, proposto pelo governo, pode produzir mais dificuldades que gerar benefícios para o País. Nesse caso, perde-se a flexibilidade de escolha de modelos de implementação das ações necessárias de prazo para alcance desses objetivos e de possíveis alterações nos objetivos previstos, que se fazem necessários em decorrência da mudança do cenário político internacional.

Ademais, a definição da obrigatoriedade da redução das emissões de gases de efeito estufa invalida toda a adicionalidade de possíveis projetos de MDL, que poderiam advir nas medidas adotadas, impedindo um fluxo importante de recursos externos para o Brasil.

Por isso, eu vejo que essa emenda não conste no texto final desse projeto de lei. Em virtude disso, e devido a demais incongruências que se corrigidas poderão conduzir um texto final mais eficiente para a implementação de uma Política Nacional de Mudança Climática, e um texto observando um texto suficientemente abrangente, de forma a permitir que as ações específicas de mitigação e adaptação a serem adotados sejam desenvolvidas pelas esferas federais de maneira a atender todas as características sociais, culturais, econômicas, demográficas, físicas de cada região do País. Para isso nós precisamos fazer várias análises a respeito desse projeto da Política Nacional de Mudanças Climáticas. Em função disso eu gostaria de pedir vista, Sr. Presidente, para que nós pudéssemos, num prazo breve, apresentar as modificações necessárias para este projeto.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Antes de conceder vistas, vamos ouvir a Senadora Marina Silva para os esclarecimentos dela.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Bem, primeiro, a ideia de que ao nos comprometermos com metas e, enfim, nós estamos invalidando qualquer tipo de vantagens que temos já conquistadas com o mecanismo de desenvolvimento limpo. Isso não vai acontecer, isso está preservado, até porque os países do "anexo um", eles continuam fazendo isso de forma a complementar as suas metas. O problema é que cada um vai ter um quanto com o qual está se responsabilizando. Aquilo que excede a esse quanto é o que nós podemos negociar. E o Brasil inclusive está fazendo aí toda uma conversa com os Estados Unidos, porque boa tarde da meta dos Estados Unidos,

eles estão querendo conseguir graças às reduções brasileiras. Se nós conseguirmos extrapolar o nosso quanto, obviamente que nós podemos, sim, continuar com o benefício.

Uma outra coisa que eu gostaria de esclarecer, que o senador pediu vistas, é que a Senadora Ideli Salvatti está colhendo a assinatura de todos os líderes para cair a terminalidade aqui na Comissão e ir direto para o Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Já colheu.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Já conseguiu, então, não temos como fazer o pedido de vistas, porque o projeto vai direto para o Plenário sem prejuízo dos questionamentos—

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Só um esclarecimento, Senadora Marina Silva. O projeto só vai direto ao Plenário, sem votarmos na Comissão, se estiver em pedido de urgência no Plenário, e não é isso que Senadora Ideli recolheu. A Senadora Ideli recolheu assinatura para que não haja de forma terminativa a votação da matéria aqui e, sim, no Plenário. É diferente.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Cai a terminalidade aqui. Isso, é isso que eu disse, e vai direto para o Plenário, e ao cair—

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Vai direto ao Plenário—

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Pela urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): --se houver urgência, se aprovar a urgência. Por enquanto a matéria está aqui, tem pedido vistas, é regimental, terei que conceder vistas, terei que marcar nova reunião para votarmos a matéria. Se nesse meio tempo tiver urgência lá, V. Exa. vai apresentar o relatório de V. Exa. lá no Plenário do Senado.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Tudo bem. O que eu estou dizendo é que se ela conseguiu a maioria das assinaturas dos líderes, ela já tem a urgência para ir para o Plenário. Se tem a urgência, mesmo que peça vistas aqui, não será um recurso protelatório, porque ele será... É isso que eu estou esclarecendo, que será... com todo direito, pode fazê-lo, mas será inócuo porque vai direto para o Plenário. É nesse sentido que eu estou falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Alguém mais quer discutir a matéria? Antes de perguntar, de fato, ao Senador Gilberto Goellner se mantém o pedido de visto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mantenho o pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Eu só quero fazer, nós temos o seguinte: então vamos combinar aqui uma coisa. Nós poderemos ter a votação das matérias que estão obstruindo a pautas hoje. Se tiver votação da matéria que está obstruindo a pauta e houver regime de urgência com relação a essa matéria, essa matéria vai a Plenário hoje, está certo? Hoje, não tem... Com vista ou sem vista, mas isso não tira a legitimidade de V. Exa. de pedir vista da matéria.

Se não houver a votação da matéria hoje, a matéria só poderá voltar à pauta na terça-feira da semana que vem. Então, eu poderia até chamar uma nova reunião para hoje à noite ou para amanhã cedo, mas não vai ser necessário ou não vai ser eficaz, uma vez que nós não votaremos a matéria, uma matéria como essa numa sessão deliberativa de amanhã. Certamente os líderes deverão deixar-se... Se não votarmos hoje, para que haja votação na terça-feira. Então, eu poderia, sim, conceder...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Só fazendo uma avaliação aqui e a matemática e o cálculo junto com vocês, que, naturalmente, terei que conceder vista à V. Exa.. Se votarmos hoje eu acho muito mais adequado, porque a matéria tem que voltar para a Câmara, mas, de qualquer maneira, eu vou conceder vista e a matéria retornará à pauta na terça-feira às onze e trinta da manhã, se não votarmos a matéria em regime de urgência hoje no Plenário, que eu trabalharei para que nós votemos. Quero só deixar claro que eu trabalharei para que nós votemos hoje, está certo? Em Plenário do Senado.

Então, esta matéria, está encerrada a sua discussão e eu agradeço a Senadora Marina Silva e retorno à pauta da Comissão, se assim for necessário na terça-feira.

Uma outra... Só antes de vocês se retirarem, eu queria propor a aprovação de um ato da Comissão de Meio Ambiente, porque o Tribunal de Contas da União está requerendo ou precisando desse ato, para criar um Portal de acompanhamento de gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016.

“Artigo único. O PRODAZEM desenvolverá Portal para acompanhamento de gasto para Copa do Mundo de Futebol de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016.

Parágrafo único. O Portal conterá dispositivo para inclusão dos dados de documento previstos no anexo I, relativamente a cada ação pública destinada aos dois eventos que se refere ao caput.”

Aí tem o anexo I orientando, até para que o tribunal possa, de fato, já pedir ao Governo Federal que lance nesse Portal os dados referentes a esses eventos. Em discussão o Ato da Comissão de Meio Ambiente. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado o Ato da Comissão do Meio Ambiente. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convidando à próxima para terça-feira da semana que vem, às onze e trinta da manhã, com a pauta já publicada mais o Projeto de Lei da Política Nacional de Mudanças Climáticas.

Sessão encerrada às 16h48.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR E
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e seis minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **JOÃO PEDRO, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, VALDIR RAUPP, MARIA DO CARMO ALVES e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. **EXTRAPAUTA**, é apreciado o **ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 89, DE 2009-CMA**, que “requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 89 de 2009-CMA, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que solicitou a realização de audiência pública com a presença do Diretor-Presidente da Agência Nacional da Água – ANA, José Machado, para que seja incluído, no rol de convidados, o Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Francisco de Assis de Souza Filho”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Resultado: Aprovado. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 1) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer junto à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle, nos termos do Artigo 102-A, Inciso I, Alínea “e”, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Tribunal de Contas da União realize Auditoria Operacional no Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), instituído pela Lei nº 6.194, de 1974”. Autoria: Senadores **JOÃO PEDRO e SADI CASSOL**. Resultado: Retirado de pauta, a pedido do Senador João Pedro. **Item 2) PROPOSTA DE ATO Nº , DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “dispõe sobre o tratamento a ser dado aos avisos oriundos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Resultado: Adiado. **Item 3) INDICAÇÃO Nº 3, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, que “sugere que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA), nos termos regimentais, manifeste ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a importância de isentar a exigência de contrapartida em dinheiro nos convênios firmados com as Prefeituras Municipais enquanto a arrecadação dos municípios apresentar comportamento de queda”. Autoria: Senador **SADI CASSOL**. Relatoria: Senador **OSVALDO SOBRINHO**. Parecer: Arquivamento da matéria. Resultado: Retirado de pauta, a pedido do relator. A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO**, que

“altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público”. Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Parecer: Contrário à matéria. Obs.: apresentado voto em separado, pelo Senador César Borges, favorável ao projeto, na forma do parecer oferecido pelo Senador Marco Maciel na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Resultado: Adiado. **Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO**, que “institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente”. Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Relatoria: Senador **VALDIR RAUPP**. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Relatoria: Senador **GIM ARGELLO**.

Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009 – TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências”. Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO. Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CI. Resultado: Adiado. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências”. Autoria: Senador PEDRO SIMON. Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2009 (PL. Nº 207, DE 2007, NA ORIGEM) – TERMINATIVO**, que “dá nova redação ao caput art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, obrigando o estabelecimento de ensino a divulgar a lista de material escolar 45 (quarenta e cinco) dias antes da data final para matrícula”. Autoria: Deputado CLODOVIL HERNANDES. Relatoria: Senador JOÃO PEDRO. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. A Presidência convida para tomar assento à Mesa os Senhores Norihiko Kondo e Kenichi Tsugumi, respectivamente, Diretor-Chefe e Consultor da RUM Alliance, que fazem uso da palavra para expor acerca da reciclagem de veículos. Apresentam suas interpeleções aos palestrantes os Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO, JEFFERSON PRAIA e JOÃO PEDRO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **RENATO CASAGRANDE**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA
INFORMATIZADA DA
REUNIÃO DE 1º-12-2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

A pauta de hoje... Nós temos aqui um aditamento ao requerimento da presença da Agência Nacional de Águas, que já está marcada para o dia 08 de dezembro, para que seja incluído no rol o Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Francisco de Assis de Souza Filho. Fez agora um Congresso lá no Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, e ele virá também junto com o Presidente da ANA apresentar os resultados do Congresso, do Simpósio sobre Recursos Hídricos.

Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que forem favoráveis à aprovação do aditamento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós temos também uma proposta de ato, que já decidimos... Como a Senadora Marisa Serrano pediu vistas, nós demos prazo até a semana passada, depois... Até a semana retrasada, passamos para a semana passada, passamos para essa semana. Como a senadora não está presente, poderíamos votar. Mas, de qualquer maneira, eu ainda acho que poderíamos deixar para a semana que vem para que a gente possa votar este ato. Se os senadores concordarem, que é o Item nº 2, nós continuaríamos com a matéria para ser apreciada posteriormente, dando mais um prazo à Senadora Marisa Serrano, caso ela tenha alguma sugestão para fazer na votação da matéria. Está certo?

O Item nº 3, o Senador Osvaldo Sobrinho pediu para que fosse retirado de pauta; e os demais itens são terminativos, nós ainda não temos *quorum*.

E quero propor a V. Exas., que nós recebemos o pedido de dois empresários japoneses, que se encontram nessa comissão, o Sr. Kenichi Tsugumi e o Sr. Norihiko Kondo, que estão presentes, que eu gostaria de chamá-los para tomarem assento aqui nas cadeiras.

Nós temos um intérprete, que é o Kota Sakagushi(F), que vai fazer a... Vai interpretar e vai traduzir a fala dos dois empresários, que têm uma proposta de reciclagem de veículos para apresentar para essa comissão. Como nós estamos com tempo, nós vamos conceder a eles 15 minutos para que eles possam fazer a sua apresentação.

Desde já eu gostaria de... Fausto, intérprete... O Fausto vai ser o intérprete... Eu gostaria então... Quem vai fazer a exposição, Fausto? Sr. Tsugumi, que vai fazer a exposição. Então ele tem 15 minutos para sua exposição.

SR. KENICHI TSUGUMI: [pronunciamento em outro idioma].

SR. FAUSTO (INTÉRPRETE): Muito bom-dia. Eu vim do Japão. Eu vim ao Brasil em 92 e participei da Conferência ECO 92. E é a segunda vez que venho

ao Brasil. Dezessete anos passaram desde a última vez que vim ao Brasil.

O que mudou nesse período?

Os 500 milhões de veículos no mundo passaram para um bilhão. A concentração de CO₂ na atmosfera passou de 300 partículas por milhão para 385 partículas por milhão. O que eu quero falar, na verdade, é que além dessa mudança do CO₂, o que vamos fazer com esse bilhão de automóveis?

Cada automóvel tem em média 1,1 toneladas de peso. Ou seja, um bilhão de automóveis são um bilhão de toneladas de material. Ou seja, agora que temos a emergência dos países chamados BRICs, Brasil, Rússia Índia e China, a questão de como processar esses veículos ficou mais grave. Não vou passar dados específicos agora, mas há três fatores essenciais que você deve considerar quando for utilizar esses veículos que perderam sua vida útil, não em lixo, mas sim como recurso.

O primeiro é você criar legislações. No Japão, foi criada a chamada Lei de Reciclagem. Com essa lei, a reciclagem de veículos passou a 95%, e nós visamos 100% de reciclagem. Supomos que logo virá, no Brasil, o momento em que será necessário o processamento adequado de veículos que perderam sua vida útil.

A segunda condição é tornar viável, em termos de negócio, a reciclagem, ou seja, a indústria de reciclagem de automóveis. Nós chamamos essas indústrias de indústrias venais, as que fazem reciclagem de veículos, da mesma forma que há, nos seres humanos há artérias e veias. O Sr. Kondo falará em sua apresentação mais detalhes sobre isso.

A terceira condição é criar espaço para treinamento, capacitação de pessoas que façam reciclagem.

Eu sou Diretor do Centro Internacional de Reciclagem. O nosso centro é um Centro Educacional que capacita esse tipo de pessoas. E agora estamos fazendo planejamento, preparação para que, no ano que vem, seja realizado um treinamento, tendo algo com pessoas do Brasil e da América latina. E agora nós estamos elaborando o melhor currículo possível, tendo em vista o Brasil. Reafirmando, o que é necessário para que haja reciclagem é a existência de legislação, a viabilidade como negócio e a capacitação de pessoal.

Encerro a minha apresentação e agora eu passo a palavra para o Sr. Kondo.

SR. NORIHIKO KONDO: [pronunciamento em outro idioma].

SR. FAUSTO (INTÉRPRETE): Eu me chamo Kondo e vim do Japão. Vou apresentar as nossas atividades. Nós criamos a chamada aliança RUM. RUM é

a abreviação de Re-Use Motorization Alliance, Aliança de Reutilização de Motores.

A minha empresa, a Kairo(F), ela tem realizado a exportação de peças veiculares para 61 países. Temos orgulho de que nossa função é fazer com que peças que deixaram de ser utilizáveis no Japão ganhem vida, novamente, no exterior.

Entretanto esse tipo de atividade, se não for gerenciada adequadamente, é um processo que pode causar danos ambientais. Assim, nós assumimos a responsabilidade sobre os veículos e peças automotivas que exportamos, que são usadas. E essa é a minha função.

Nós, como recicladores, tentamos não competir, mas, sim, colaborar no sentido de melhorar o meio ambiente e gerar desenvolvimento sustentável. Assim, nós chamamos todas as indústrias automotivas do Japão e, junto ao Parlamento Japonês, montamos a RUM, que foi reconhecida como organização sem fins lucrativos.

Nós fizemos exposição também na Feira Mundial que foi realizada na província de Aichi, no Japão, em 2005. Como o Dr. Tsugumi falou anteriormente, como caso de indústria venal foi o primeiro caso no mundo. Nessa ocasião, fizemos discussões envolvendo o Ministério da Economia Japonês, fabricantes de automóveis e especialistas.

Também, na mesma ocasião, fizemos exposições mostrando a possibilidade de reciclagem que seria o caso, por exemplo, de aproveitamento de peças de veículos como assentos para mobília.

Também, em 2006, na Universidade das Nações Unidas, localizada no Bairro Jingumae(F), Tóquio, foi realizada a Primeira Conferência Nacional sobre Reciclagem. E, nessa ocasião, discutimos sobre o processamento adequado de veículos que perderam sua vida útil diante da UNEP, das Nações Unidas.

Em 2007 foi fundado o IREC(F), Centro Internacional de Educação de Reciclagem. E prevemos a vinda de muitos brasileiros para receber treinamento em nosso Centro.

Lá, nós fazemos capacitação de pessoal para a reciclagem de automóveis, tendo como centro os membros da Aliança RUM. E nesse Centro já foram formados 78 recicladores. E também recebemos pessoas de outros países para realizar treinamento, onde lá mostramos os casos bem sucedidos de reciclagem japonesa e bons exemplos de cultura de reciclagem.

Em 2008, na Cidade de Kanazawa, de onde eu venho, foi realizada a Segunda Conferência Nacional sobre Reciclagem. E, nessa ocasião, falamos sobre reciclagem para membros de países em desenvolvimento, envolvendo 22 países.

Em 2009, esse ano na Cidade de Dalian, na China, falamos sobre, discutimos como deve ser a reciclagem de veículos na China.

O IREC(F) possui, além do centro de treinamento, possui instalações de hospedagem para pessoas que receberem treinamento. Nós recebemos, também, pessoas pós-graduandos da Universidade Técnica de Kanazawa para treinamento.

E a reciclagem de automóveis não visa apenas a contribuir para o meio ambiente. Também visamos contribuir para a geração de uma nova área de negócios, que é a reciclagem.

Através de carros usados, verificamos as peças que podem ser utilizadas neles e fazemos a venda delas tanto nacional quanto internacionalmente.

Como vocês podem ver na foto, na esquerda, na primeira fase nós preparamos o [soa a campainha] desmantelamento tirando materiais tóxicos, incluindo o gás *freon*; e na foto da direita temos o desmantelamento onde tiramos as peças necessárias.

Como vocês podem ver na foto, nós temos essa seleção das peças que são marcadas com códigos de barra e geridas por computador. Como vocês podem ver através dessa ilustração, nós temos uma rede onde nós fazemos a exportação de peças usadas para todo mundo.

Eu agradeço pela oportunidade de fazer essa apresentação. Muito obrigado.

SR. NORIHIKO KONDO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado. Alguma... Primeiro, gostaria de perguntar aos nossos dois expositores se eles trouxeram a Legislação Japonesa que trata da reciclagem de veículos? Se trouxeram, gostaria que deixassem na Comissão de Meio Ambiente, se possível, uma cópia da legislação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, e acompanhando a--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um segundo. Eles trouxeram a... Ok.

Senador Flexa Ribeiro, é Senador do Estado do Pará, no Norte do Brasil.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, depois o senhor pode me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Depois o Senador Jefferson Praia, do Estado do Amazonas, do Norte do Brasil também; e o Senador João Pedro, do Estado do Amazonas, também do Norte do Brasil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero saudar os nossos visitantes e parabenizar o Presidente por trazer um assunto da maior importân-

cia para que possamos discutir aqui na Comissão do Meio Ambiente.

V. Exa. pediu a Legislação do Japão com relação a reciclagem. Eu ainda, aditando a pergunta de V. Exa., gostaria de saber se, no Japão, existe alguma legislação que defina a vida útil do veículo e que, em função disso, ele seja proibido de circular, porque é importante. Isso nós não temos. No Brasil, então, os veículos aqui circulam por 10, 15, 20, 30 anos. Então isso é um fato

Realmente isso é um problema que nós caminhamos, o planeta caminha para considerar a reciclagem como um negócio. Um negócio. A questão ambiental está transformando a reciclagem... Eu estive visitando, Senador Casagrande, na Alemanha, uma indústria de reciclagem de computadores, como tem também, deve ter, de eletrodomésticos. Quer dizer, chega um momento em que você não tem mais a vida útil daquele equipamento, você acaba tendo que ter um destino final. E, normalmente, se não houver a reciclagem, esse destino final vem a agredir o meio ambiente.

Então lá, eles tomam os computadores usados, e eu as visitei, e reutilizam inclusive metais nobres que estão nas placas dos computadores e fazem a redistribuição, fazem a... daquelas coisas, como me parece que foi aqui exposto.

Quer dizer, você cria um comércio de peças reconhecida para modelos inclusive que já saíram de linha de fabricação, mas que ainda estão em condições de circular, e essas peças já não são mais produzidas.

Eu acho que é importante o ensinamento que ele está nos trazendo. E a solicitação de V. Exa., de ter a Legislação do Japão, é importante para que a gente possa aprender com isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. E eu quero só informar aos nossos senadores de que nós temos a política de resíduos sendo tratada na Câmara, tramitando na Câmara dos Deputados, e está avançando na Câmara dos Deputados.

Eu conversei com o Senador Cícero Lucena, que tem tratado desse assunto já aqui na Comissão há algum tempo, para nós formarmos aqui já um grupo de trabalho, para nos adiantarmos à ação. A hora que a matéria chegar aqui, nós já temos uma opinião sobre a matéria, a gente pega a base da Câmara e vai discutindo.

Então eu vou constituir um grupo de trabalho da comissão. Quem tiver interesse em debater o tema, em participar do grupo de trabalho, para que nós possamos já nos anteciparmos a tramitação da matéria aqui no Senado, e agilizarmos a tramitação quando a matéria chegar a esta Casa

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E essa questão da reciclagem, com certeza vai fazer parte dessa--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Faz parte da política de--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Da Política de Resíduos Sólidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, gostaria de, inicialmente, parabenizar os dois expositores, acho que... Acho, não, nós estamos tratando de um tema de grande relevância nesse momento em que o mundo passa por uma revolução.

Muitos não sentiram isso, e os senhores já trabalham dentro do contexto dessa revolução, de uma nova economia, de uma economia verde e, portanto, ela vai passar pelo processo de reciclarmos o que nós já temos trabalhado com recursos da natureza.

Nós sabemos que o nosso planeta, ele hoje é pequeno para as nossas demandas, para que o queremos. E diante da responsabilidade que temos que ter a cada dia em relação à questão climática – faço aqui um rápido parêntese para parabenizar o Japão pelas iniciativas que tem tido no sentido de trabalhar com a perspectiva de redução das emissões de CO₂.

Nós percebemos todo o esforço que o Japão está fazendo nesse sentido, e trabalhamos, no Brasil, para que possamos também avançar cada vez mais dentro do contexto de termos a nossa responsabilidade. E eu falo aqui como amazônida, como alguém do Estado do Amazonas, que tem em seu Estado 98% de áreas preservadas e conservadas. Nós temos 98% praticamente de áreas intocadas, no maior Estado brasileiro. Portanto, a nossa responsabilidade é muito grande, e acredito que temos que caminhar nesse sentido.

A tecnologia, eu gostaria de saber, a tecnologia desenvolvida por vocês é uma tecnologia japonesa? Essa é a primeira questão que eu faço.

Com relação à questão da Legislação, já foi tocada pelo Senador Casagrande. É fundamental que nós possamos ter a experiência que os senhores já tiveram no Japão, e verificarmos como podemos trabalhar isso no nosso país.

O negócio é o novo negócio dentro do contexto da nova economia, da economia verde, que vai, na verdade... está fazendo esse processo. Estamos, ainda, de forma muito lenta, mas é um caminho sem volta, onde teremos um planeta diferente, um planeta que vai esquecer, paulatinamente – em alguns casos teremos que avançar bastante – a forma de produção, a maneira de produzimos. Vamos passar para uma

nova maneira, onde a reciclagem, ela terá um papel, da minha observação, fundamental. Tornar-se-á um grande negócio.

E vocês colocaram um terceiro ponto, como o treinamento da mão de obra. Como... essa tecnologia deve ser uma tecnologia japonesa. Como fazer para que possamos fazer parcerias com o Brasil? Como fazer que possamos aproveitar o que vocês já desenvolveram lá no Japão?

E é claro que tudo isso é importante para aquilo que se fala muito, que é a questão ambiental. Mas eu entendo, Sr. Presidente, e aí eu concluo, que hoje, por mais que nós foquemos diretamente a questão do meio ambiente, mas nós estamos falando de tudo. Estamos falando do planeta, estamos falando da vida, estamos falando de todos os aspectos que envolvem os países como um todo.

Nós vamos conseguir trabalhar a questão ambiental, a questão econômica e avançaremos nas questões sociais, já que o mundo, infelizmente, tem uma realidade de muitos pobres ainda.

Mas tudo isso que estamos discutindo hoje, que envolve essa coisa maior que é... A nossa preocupação com o clima, certamente, provocará um mundo melhor. Nós trabalharemos para ter um mundo melhor.

E parabenizo os senhores pela rápida exposição, objetiva, mas muito interessante. Eu gostaria, depois, de obter mais informações sobre esses trabalhos.

Muito obrigado.

SR. KENICHI TSUGUMI: [pronunciamento em outro idioma].

SR. FAUSTO (INTÉRPRETE): Vou responder a uma das perguntas. Não há, no Japão, uma regra que defina o tempo de vida útil de um carro. Não há uma decisão, uma determinação jurídica que diga qual a vida útil de um veículo. Isso é uma questão não só de capitalismo, mas uma questão de responsabilidade pessoal do indivíduo o quanto tempo deve manter a posse.

Entretanto, no Japão, há um sistema de inspeção veicular, onde a cada dois a três anos o veículo é verificado em termos de segurança, e quando o veículo tornou-se... No Japão, quando o veículo se torna, considero-se o fim da vida útil, todas as informações sobre ele são publicadas.

Então, além de haver a legislação, temos o domínio da informação. E com isso podemos fazer como a indústria Kairo(F) tem feito, negócios verdes, limpos ecologicamente. Havendo a disponibilização da informação, é possível haver monitoramento e, partir daí, é possível contribuir para a reciclagem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, só um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se o veículo não passar na inspeção veicular, ele está proibido de circular ou não?

SR. NORIHIKO KONDO: [pronunciamento em outro idioma].

SR. FAUSTO (INTÉRPRETE): Se você não deixar o veículo pronto para inspeção, você não pode utilizá-lo. Se não for aprovado na inspeção, não pode utilizá-lo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então a vida útil é definida pela inspeção. Não aprovado, ele não pode circular. E aí a empresa de reciclagem adquire esse veículo, ela tem que comprar do proprietário? Mesmo não circulando, ele teria que dar uma destinação. Essa destinação pode ser a venda para a empresa de reciclagem?

SR. NORIHIKO KONDO: [pronunciamento em outro idioma].

SR. FAUSTO (INTÉRPRETE): Sim. Nós adquirimos esse tipo de veículo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador João Pedro, do Amazonas.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, senhores convidados. Considero o debate da maior importância, e esse é um debate não só do Japão, mas um debate internacional, que envolve todos os nossos países. É um debate da sociedade contemporânea: o que fazer com os veículos.

Eu ouvi um número de 78 pessoas formadas no Instituto. Eu considero esse número muito pequeno, e se tem outros números: quais são as perspectivas de formar mais técnicos para trabalhar com reciclagem.

E a minha pergunta também vai no sentido do marco regulatório no Japão. Se pudesse detalhar mais esse debate para definir o marco regulatório, de como tratar, de como trabalhar.

Tem um subitem desse debate que são os pneus, o pneu do carro, a borracha, o plástico que participa do veículo. Como está sendo trabalhado também esse aspecto de reciclagem? E qual a participação do Governo Japonês nesse debate?

Se eu entendi, são dois empresários, e é a iniciativa privada que está fazendo a pesquisa, discutindo, difundindo a importância da reciclagem. E qual o papel que joga, nesse processo, do Poder Público, do Governo Japonês para se interessar, para incentivar a pesquisa, para participar da reciclagem dos veículos no Japão. E muito obrigado.

SR. NORIHIKO KONDO: [pronunciamento em outro idioma].

SR. FAUSTO (INTÉRPRETE): Muito obrigado por sua pergunta. O senhor falou que a número de 78 formandos ainda é pequeno, mas, em termos concretos, para a indústria venal, a indústria venal em si não está consolidada.

Como falamos antes, já há, por exemplo, a preparação para a aceitação pelo Parlamento sobre reciclagem, mas ainda não há como... nada que defina sobre a indústria venal no Parlamento Japonês. Então, agora nós estamos atuando na formação de pessoal para a indústria venal e temos a perspectiva de mais pessoas sendo formadas no futuro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu fiz uma pergunta sobre a participação do governo, porque eles são da iniciativa privada.

SR. NORIHIKO KONDO: [pronunciamento em outro idioma].

SR. FAUSTO (INTÉRPRETE): O Governo, com base na legislação sobre a reciclagem, coordena as nossas atividades, monitora as nossas atividades. Mas o Governo não faz, não coordena a nossa educação, capacitação de pessoal.

SR. KENICHI TSUGUMI: [pronunciamento em outro idioma].

SR. FAUSTO (INTÉRPRETE): Eu vou responder, agora, sobre a Lei de Reciclagem. Nessa foto na esquerda, embaixo dessa parte branca, há 500 mil toneladas de resíduo pulverizado veicular. E é um pouco difícil ver na foto da direita, embaixo, mas é esse tipo de material que está embaixo da matéria branca. Nesse material, há resíduos de plástico, borracha e também cobre.

Essa é considerada a maior falha em termos de meio ambiente em relação à atitude da indústria automobilística japonesa.

Assim, em 2005 foi proposta a legislação ambiental sobre reciclagem e, em 2005, ela entrou em vigor. Em termos de negócios, para você poder fazer o aproveitamento da reciclagem do material pulverizado, gasta-se três milhões de dólares anuais, ou seja, 30 milhões de dólares em dez anos.

E desses, para você tirar o material útil, você pode tirar no máximo dois milhões de dólares em valor desse material. Isso tem no material que foi distribuído para os senhores.

A Legislação Japonesa sobre reciclagem tem quatro características: A primeira... Na primeira as indústrias automobilísticas e de peças têm que fazer processamento de três componentes específicos. Esses três são: gás *freon*, resíduos pulverizados veiculares e *air bags*.

Segunda característica que os usuários devem pagar a taxa de reciclagem. Cerca de cem dólares pagos uma única vez.

A terceira característica tem ligação com o registro de veículos que perderam sua vida útil.

E na quarta característica foram criados centros de controle para centros de promoção à reciclagem.

E, assim, que é administrada a reciclagem automobilística no Japão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Tem mais algum questionamento? Eu gostaria, ainda, na posição levantada pelo Senador João Pedro, quando ele falou do Governo, se há algum apoio, incentivos fiscais ou financeiros por parte do Governo Japonês em relação a esta iniciativa?

SR. KENICHI TSUGUMI: [pronunciamento em outro idioma].

SR. FAUSTO (INTÉRPRETE): Não há nenhum tipo de suporte financeiro pelo Governo Japonês. Entretanto, o Governo Japonês faz com que todas as entidades judiciárias locais façam o controle rigoroso do cumprimento dessa legislação, ou seja, a função do Governo é garantir o cumprimento da lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Bem, nós temos diversos desafios, vamos verificar o que podemos fazer em relação a nossa legislação. Após trabalharmos a legislação, se caminhamos na direção que, hoje, já é o que vocês estão fazendo no Japão, quanto custaria viabilizar uma empresa para começar a fazer trabalho de reciclagem? Quanto de investimento – estamos falando para você ter uma planta, similar ao que vocês têm no Japão, ou se são diversas plantas – que tipo de investimento... Em quantidade de investimento? Estamos falando de quanto. É uma informação importante para os empresários que depois vão assistir a esta reunião.

SR. KENICHI TSUGUMI: [pronunciamento em outro idioma].

SR. FAUSTO (INTÉRPRETE): Inicialmente, tem relação com a quantidade de veículos que vão ser processados. Nós temos essas informações no Japão e, se for necessário, podemos entregar aos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Alguém mais de V. Exas. gostaria de fazer--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [ininteligível] para montar uma idêntica [ininteligível].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas ele perguntou isso...

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Já foram feitos esses questionamentos. É acerca do nome. É indústria venal, é isso? Você sabe que venal, no Brasil, é uma coisa muito, é um termo pesado, não é, que não é sincero. É isso? Indústria venal?

SR. KENICHI TSUGUMI: [pronunciamento em outro idioma].

SR. FAUSTO (INTÉRPRETE): Eu creio que no corpo do senador, como no de outras pessoas, há artérias que conduzem oxigênio para os órgãos e as veias que carregam o material depois da utilização pelos órgãos. Mais do que simplesmente artérias e veias, nós nos referimos ao ciclo.

Em 92, quando eu vim ao Brasil, tive oportunidade de visitar a Amazônia. Eu fui visitar a colônia japonesa de Tomé-Açu, que fica a 400 quilômetros de Belém, no Pará. Na Floresta Amazônica que eu vi não havia nenhum tipo de lixo, isso porque havia um ciclo.

A indústria também deve seguir as regras da natureza. Indústrias automobilísticas como Toyota, Honda e Volkswagen constroem carros, e nós utilizamos esses carros, e temos que continuar o ciclo com esses veículos. Ou seja, em países em desenvolvimento como a China e o Brasil é claro que devemos promover a venda de veículos, mas também devemos atuar no sentido de processar, de retornar esses veículos como recursos.

Ou seja, o que nós falamos como indústria venal, apesar do termo, tem relação com indústrias que retornam, que completam a ciclo. E é nesse sentido que... seguindo as regras da natureza que falamos de indústria venal.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Ok. Gostaria de agradecer em nome desta comissão, do Senador Renato Casagrande, que, infelizmente, teve que sair por ter outro compromisso neste mesmo horário.

Eu quero agradecer, então, o Diretor-Chefe Norihiko Kondo e o consultor Kenichi Tsugumi. Muito obrigado pela excelente exposição e pelas informações. É claro que nos deixaram para que nós possamos refletir e verificarmos como podemos caminhar no sentido de viabilizarmos a reciclagem nesta área no nosso país.

Muito obrigado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, antes de terminar, o primeiro Item de Pauta, que é um requerimento meu, não terminativo, eu gostaria de retirar de pauta este requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Por solicitação de V. Exa. será atendido, Senador João Pedro.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 12h54.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR E
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia oito de dezembro de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **MARINA SILVA, JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER, MARISA SERRANO, GIM ARGELLO, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, ADELMIR SANTANA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a primeira parte da presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 89 de 2009-CMA, de autoria da Senadora **MARISA SERRANO**, destinada a “receber o Diretor-Presidente da Agência Nacional da Água – ANA, José Machado, para apresentar os resultados de sua gestão tendo em vista o encerramento, em breve, de seu mandato”, com Aditamento de sua autoria que incluiu no rol de convidados da presente reunião o Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH, Francisco de Assis de Souza Filho, para expor acerca do XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, realizado em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, entre os dias 22 e 26 de novembro do corrente ano. A Presidência convida o Senhor Benedito Braga, Diretor da ANA, para compor a Mesa e registra a presença do Senhor Paulo Varella, também Diretor da ANA, e dos seguintes Senhores (as): Gisela Forattini, Assessora da Presidência; Antônio Félix Domingues, Coordenador de Articulação e Coordenação; Hamilton Pereira da Silva, Chefe de Gabinete; e Ricardo Andrade, Superintendente de Implementação

de Programas e Projetos, todos da ANA. Finda a explanação do Diretor-Presidente da ANA e do Presidente da ABRH, bem como da breve consideração proferida pelo Senhor Benedito Braga, apresentam seus questionamentos os (as) Senhores (as) Senadores (as) **MARINA SILVA, JOÃO PEDRO e JEFFERSON PRAIA**. A Presidência suspende a reunião às doze horas e vinte e sete minutos e a reabre às doze horas e vinte e nove minutos do corrente dia. Passa-se à segunda parte da pauta destinada a deliberação de proposições. **Item 1) PROPOSTA DE ATO Nº 2, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “dispõe sobre o tratamento a ser dado aos avisos oriundos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Resultado: Aprovado. A Presidência registra a presença dos Senhores Arthur Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Mariana de Araújo, Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; e Ricardo Murishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. **Item 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2009 (PL. Nº 3.937, DE 2004, NA ORIGEM) – NÃO TERMINATIVO**, que “estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências”. Autoria: Deputado **CARLOS EDUARDO CADOCA**. Relatoria: Senador **JOÃO PEDRO**. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda que apresenta, Emendas nºs 1 a 20-CCT/CI/CAE e nºs 22 a 28-CCT/CI/CAE, Subemenda à Emenda nº 21-CCT/CI/CAE, Emendas nºs 30 e 31-CI/CAE e rejeição da Emenda nº 29-CI/CAE”. Resultado: Aprovado o parecer favorável com as Emendas nºs 1 a 20-CCT/CI/CAE/CMA; nºs 22 a 28-CCT/CI/CAE/CMA; nº 21-CCT/CI/CAE, nos termos da Subemenda nº 1-CMA; nºs 30 e 31-CI/CAE/CMA; nº 32-CMA e rejeição da Emenda nº 29-CI/CAE. **Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, que “institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária”. Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Relatoria: Senador **GILBERTO GOELLNER**. Parecer: Contrário ao PLS nº 260, de 2007 e favorável ao PLC nº 78, de 2008, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer contrário ao PLS nº 260, de 2007

e favorável ao PLC nº 78, de 2008, na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutiva). Tramitando em conjunto com o **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2008 (PL Nº 708, DE 2008, NA ORIGEM) – NÃO TERMINATIVO**, que “estende os incentivos especiais de que trata o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura e pecuária”. Autoria: Deputado RODRIGO ROLLEMBERG. Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER. Parecer: Contrário ao PLS nº 260, de 2007 e favorável ao PLC nº 78, de 2008, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer contrário ao PLS nº 260, de 2007 e favorável ao PLC nº 78, de 2008, na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutiva). **Item 3) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, que “propõe que a comissão realize ato de fiscalização e controle sobre planejamento de investimentos em infraestrutura”. Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Relatoria: Senador JOÃO PEDRO. Relatório prévio: **I)** Admissibilidade da presente Proposta de Fiscalização e Controle, **II)** adoção das seguintes providências: 1) solicitação, com fulcro nos arts. 90, XI, e 102-B, III, do Regimento Interno do Senado Federal, à Consultoria Legislativa e à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle da Casa, de realização, num prazo de cinco meses, de estudo técnico comparativo em nível internacional com a finalidade de: a) levantar os marcos normativos e as estruturas de planejamento de longo prazo do investimento público em infraestrutura física em países cuja experiência possa ser considerada relevante; b) sumarizar as lições que podem ser extraídas das experiências estudadas, tanto como erros a evitar quanto como sugestões que mereçam ser seguidas numa revisão do esforço brasileiro de planejamento de investimentos públicos em infraestrutura; 2) autorização, desde logo e com fulcro nos arts. 102-A, I, “c” e 102-B, III, do Regimento Interno do Senado Federal, à Consultoria Legislativa e à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle da Casa, para solicitar documentos e informações adicionais aos órgãos e entidades de relevância para o desenvolvimento dos estudos mencionados no item 1; 3) solicitação, com fulcro no art. 102-B, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, ao Tribunal de Contas da União, de estudo técnico comparativo em nível internacional com a finalidade de: a) levantar os marcos normativos e as estruturas de planejamento de longo prazo do investimento público em infraestrutura física em países cuja experiência possa ser considerada relevante; b) sumarizar as lições que podem ser extraídas das experiências estudadas, tanto como erros a evitar quanto como su-

gestões que mereçam ser seguidas numa revisão do esforço brasileiro de planejamento de investimentos públicos em infraestrutura; 4) solicitação, com fulcro no art. 102-A, I, “c”, do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da avaliação que façam acerca das modificações necessárias quanto ao marco normativo e à estrutura brasileira de planejamento de investimentos públicos em infraestrutura, com vistas à adequação de tais instrumentos às necessidades da economia brasileira e às melhores práticas internacionais; 5) levantamento das informações e opiniões adicionais que venham a ser sugeridas pelos levantamentos definidos nos passos anteriores, para o que fica o Relator, desde já, expressamente autorizado a requerer, oficiar ou reunir-se com órgãos, entidades ou especialistas com esta finalidade; e **III)** após a adoção das providências acima indicadas, o retorno dos autos processados ao Relator, para que o material recebido possa ser analisado com o auxílio dos serviços de assessoramento técnico da Casa com vistas à formulação do relatório definitivo desta Proposta de Fiscalização e Controle, nos termos do art. 102-C do Regimento Interno, segundo os critérios estabelecidos no Parecer, a saber: a) se as práticas examinadas de planejamento do investimento público em infraestrutura revelam pontos do modelo atualmente vigente no país que precisam de aperfeiçoamento do ponto de vista: a.1) da eficiência econômica do investimento; a.2) da consistência das políticas públicas geradas; e a.3) do equilíbrio interregional e intergeracional das decisões de investimento por ele induzidas; b) que medidas concretas, de natureza legislativa, fiscalizadora ou gerencial, poderiam ser adotadas para o mencionado aperfeiçoamento. Resultado: Aprovado o relatório prévio. **EXTRAPAUTA**, é apreciado o **PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 168, DE 2009 (PL. 1.181, DE 2003, NA ORIGEM) – NÃO TERMINATIVO**, que “estabelece a política nacional de segurança de barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000”. Autoria: Deputado LEONARDO MONTEIRO. Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER. Parecer: Favorável à matéria com emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer favorável com as Emendas nºs 1 a 8-CMA (de redação). **Item 6) EMENDA Nº 2-PLEN AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004 (PL. Nº 6.100, DE 2002, NA ORIGEM) – NÃO TERMINATIVO**, que “altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de

setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto)". Autoria: Deputado CELSO RUSSOMANNO. Relatoria: Senador VALDIR RAUPP. Parecer: Favorável à Emenda nº 2-PLEN, na forma da Subemenda que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer favorável à Emenda nº 2-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CMA.

Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO, que “dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)". Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas (CN). Relatoria: Senador JOÃO PEDRO. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, que “acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que menciona especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil". Autoria: Senador JAYME CAMPOS. Relatoria: Senador GILVAM BORGES. Parecer: Favorável à matéria com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público". Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Parecer: Contrário à matéria. Obs.: apresentado voto em separado, pelo Senador César Borges, favorável ao projeto, na forma do parecer oferecido pelo Senador Marco Maciel na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Resultado: Adiado. **Item 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO**, que “institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". Autoria: Senadora SERYS SLHES-SARENKO. Relatoria: Senador VALDIR RAUPP. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senador GIM ARGELLO. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº**

195, DE 2009 – TERMINATIVO, que “altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências". Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO. Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CI. Resultado: Adiado. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a proteção ao patrimônio fóssilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências". Autoria: Senador PEDRO SIMON. Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2009 (PL. Nº 207, DE 2007, NA ORIGEM) – TERMINATIVO**, que “dá nova redação ao caput art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, obrigando o estabelecimento de ensino a divulgar a lista de material escolar 45 (quarenta e cinco) dias antes da data final para matrícula". Autoria: Deputado CLODOVIL HERNANDES. Relatoria: Senador JOÃO PEDRO. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senhores Senadores GILBERTO GOELLNER, MARINA SILVA, FLEXA RIBEIRO e VALDIR RAUPP. No transcorrer dos trabalhos assumem a Presidência os (as) Senhores (as) Senadores (as) MARISA SERRANO, GILBERTO GOELLNER e JEFFERSON PRAIA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **RENATO CASAGRANDE**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA
INFORMATIZADA DA
REUNIÃO DE 8-12-2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, de 53ª Legislatura. Os senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Bem, essa reunião se divide em duas partes: a primeira parte vai ser uma Audiência Pública, em conformidade com o requerimento da Senadora Marisa Serrano, destinada a receber o Diretor-Presidente da

Agência Nacional de Águas, José Machado, que eu já convido para estar presente, aqui, junto à Mesa, participar da composição da Mesa, para apresentar os resultados de sua gestão que se encerra brevemente, dia 18 de dezembro. E ainda o Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Francisco de Assis de Souza Filho, que também convido para participar aqui, junto com a gente, para que possa apresentar também os resultados da Reunião do Congresso Brasileiro que nós tivemos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, nos últimos dias.

Eu aproveito a oportunidade e peço a autorização aos senadores e senadoras que eu possa também convidar o Benedito Braga para fazer parte da Mesa, que é diretor também da Agência. E faço o registro do Diretor Paulo Varella, está aqui, junto conosco. Muito obrigado, Paulo. Da Gisela Forattini, que é assessora do Presidente; do Félix Domingues, que é coordenador da ANA; do Hamilton Pereira da Silva, que é chefe de gabinete; do Ricardo Andrade, que é superintendente da Agência Nacional de Águas.

Bem, nós vamos dar início, ouvindo o nosso Presidente José Machado. O José Machado está concluindo sua gestão, como nós já dissemos aqui, e o convite que a Senadora Marisa Serrano fez é para que ele possa apresentar aí um balanço da sua gestão, o que conseguiu resolver em termos dos desafios que ele encontrou e o que ele deixa como desafios para os novos diretores, para os atuais e novos diretores, que serão indicados. Se as indicações vierem rápidas, nós vamos votar ainda este ano; senão, nós vamos ter que deixar para fevereiro, está certo? Mas dependemos do Presidente da República fazer a indicação dos cargos vagos, ou que estarão vagos, a partir dos próximos dias. Mas nós somos muitos gratos ao José Machado pela sua colaboração e pelo trabalho em parceria que desenvolvemos nos últimos meses, especialmente agora, neste ano, que nós assumimos a presidência, a Senadora Marisa Serrano assumiu a presidência da Subcomissão de Recursos Hídricos, e a ANA sempre foi uma parceira. Estamos fazendo seminários em parceria, estamos fazendo trabalho em conjunto, eu tenho certeza que nós vamos continuar com essa parceria com a ANA, mas essa Audiência Pública é uma forma, também, de nós agradecermos todo o trabalho feito por V. Exa. e toda a parceria feita conosco aqui, no desenvolvimento da Política de Recursos Hídricos.

Então, eu passo, inicialmente, a palavra ao José Machado, que nós, aqui, sugerimos em torno de 20 minutos, mas, nesse caso de hoje, não é um tempo inflexível, naturalmente, como nunca, mas, especialmente hoje, o tempo que V. Exa. desejar, mas nós

damos como referência 20 minutos. Com a palavra o Presidente José Machado.

SR. JOSÉ MACHADO: Exmo. Sr. Senador Renato Casagrande, Exma. Sra. Senadora Marisa Serrano, quero cumprimentar Benedito Braga, meu colega, Diretor da Agência Nacional de Águas, que encerra seu mandato também na mesma ocasião, na mesma data, decano da ANA. Cumprimentar o Francisco Assis, Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Cumprimentar os meus colegas da ANA, na pessoa do Diretor Paulo Varella.

Senhoras e senhores, primeiramente, eu queria agradecer, de maneira muito penhorada, de maneira muito forte, a parceria, a cumplicidade, o companheirismo dos senadores dessa comissão, e eu destaco, particularmente, o Presidente da comissão, Senador Casagrande, estendo o meu agradecimento ao Senador Leomar Quintanilha, que o antecedeu, também, uma pessoa de extraordinária e rara sensibilidade, que nos acolheu, com muito carinho, aqui, desde o tempo em que estive à frente dessa comissão. E a Senadora Marisa Serrano, que é uma amiga dos tempos da Câmara dos Deputados e, hoje, uma senadora brilhante, uma senadora sempre muito atuante e com elevado espírito público. Eu tenho que agradecer, também, ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ter confiado em mim, me indicando para a diretoria e sinalizando, também, o cargo de Diretor-Presidente da ANA, durante dois mandatos consecutivos, e, lógico, a Ministra Marina Silva, Senadora Marina Silva, que foi, na verdade, a pessoa que me indicou ao Presidente, que é da sua atribuição legal fazê-lo. Sou muito agradecido também ao Ministro Carlos Minc, atual Ministro do Meio Ambiente, com quem atuo, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, uma vez que a Agência Nacional de Águas é vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Agradeço aos meus colegas diretores, mesmo aqueles que já deixaram a ANA, especialmente o Oscar Cordeiro e o Bruno Pagnoccheschi, e os atuais diretores, Benedito Braga, a quem já me dirigi, ao Paulo Varella e ao Dalvino Franca, e aos demais colegas, servidores da ANA, seus superintendentes, gerentes, servidores de carreira e os demais servidores, colaboradores da ANA, que compõem o quadro de servidores da Agência Nacional de Águas.

Nós nos constituímos num time, a ANA é um time, uma corporação muito pró-ativa, muito ciente da sua responsabilidade. O ambiente na Agência Nacional de Águas é um ambiente de trabalho muito fecundo, de muita cooperação, de muito companheirismo, camaradagem. A ANA é uma instituição onde o ambiente é de muita camaradagem, as pessoas, ali, são amigas entre si, não há disputas que sejam... Há emulação,

claro, porque a emulação é sempre muito bom que haja, mas não há nenhuma disputa perniciosa, que signifique desgastes pessoais, ou da direção. A direção sempre teve condição de cumprir o seu papel, se apoiando na estrutura da ANA, que é uma estrutura bem equacionada. Nós temos, hoje, cerca de 600 servidores na ANA e estamos prestes, devemos homologar, esta semana, o último concurso, incorporando mais 149 servidores, o que, portanto, nos levará ao patamar de setecentos e poucos servidores. Isso é um indicador do crescimento da ANA. A ANA cresceu em termos de corpo técnico e de servidores, de modo geral, cresceu orçamentariamente, nós não tivemos uma decadência orçamentária. Nós tivemos um orçamento modesto, mas um orçamento crescente, e eu digo que um orçamento muito bom. Esse ano, em particular, em que pese a crise que nós vivemos, a crise econômica, nós vamos praticar um orçamento este ano, talvez, se nós discriminarmos o PRODES, que é um programa que tem um orçamento mais robusto, mas, este ano, nós não tivemos PRODES. Quer dizer, o nosso orçamento talvez seja o maior da história, quando discriminamos alguns programas como o PRODES.

Então, eu acredito que a ANA sofreu uma evolução muito positiva durante esse período. Nós podemos dizer que a segunda geração de diretores, essa que eu tive a honra de presidir, o Dr. Braga é o decano, ele está desde o início da ANA, completando um ciclo de nove anos, eu completo um ciclo de cinco. Dr. Braga vivenciou todo o período. O primeiro período, a primeira etapa, foi a etapa de fundação da ANA, de fortalecimento institucional, é um período difícil, porque exige uma série de providências, de formação das equipes, do desenho, da arquitetura, da instituição, ela se firmar como instituição reguladora, cumprindo o seu papel e de articulação do sistema de recursos hídricos em todo o país. Portanto, eu reputo à primeira fase uma fase fundamental. Como toda a instituição, no começo, ela padece muito, ela tem muitas dificuldades. Então, quando eu assumi, a ANA já estava numa fase de desenvolvimento e crescendo. Portanto, eu não peguei a ANA numa situação de inércia ou de falta de perspectivas. Então, o meu trabalho foi dar continuidade. O meu trabalho, como Diretor-Presidente foi de receber um legado e dar continuidade a esse legado, impulsionando a Agência para frente. Então, esse foi o nosso trabalho, o trabalho da diretoria, que eu tive a honra de presidir, e contei muito com a experiência do Dr. Braga e o seu prestígio técnico – ele, como o decano, como a pessoa que veio da diretoria anterior. Então, Dr. Braga foi uma pessoa fundamental para o meu trabalho, pela sua experiência profissional também. Ele é uma pessoa que já tem uma experiência profissional muito larga,

muito fecunda, também, como professor universitário, e mesmo dentro do sistema, uma pessoa muito influente e que deu, assim, uma tranquilidade muito grande para o meu trabalho. Evidentemente que os demais diretores também, cada qual com a sua característica, com a sua personalidade, mas, como eu disse, nós constituímos uma diretoria muito harmônica, muito harmônica, o ambiente, assim... Eu não sei se isso se repete em outras agências, oxalá se repita, mas, na ANA, os diretores são amigos, companheiros e leais uns aos outros; nós temos um ambiente de lealdade. Ainda que cada qual tenha a sua personalidade, tenha a sua visão diferenciada, mas a instituição... A nossa diretoria, ela se caracterizou por uma unidade, tanto assim que nós não votamos, não houve uma votação de um contra o outro, em nenhuma ocasião, nas duzentas e tantas reuniões que fizemos durante essa gestão, porque todas as nossas decisões foram por consenso. Quando alguma matéria, por algum motivo, não tinha consenso, nós retirávamos de pauta para amadurecer, para discutir, voltávamos ao debate técnico, fazíamos os ajustes necessários, para que a matéria tivesse condição de ser votada de uma maneira mais enriquecida, pelo debate, pela construção. Acho que isso é uma característica dessa direção. É uma coisa que o Dr. Braga sempre fala: "Nós somos verdadeiramente uma diretoria colegiada". Isso se repete com a saída... Mesmo com a saída de alguns diretores, os atuais diretores continuam primando por essa qualidade, que eu reputo uma qualidade da ANA.

Durante o nosso período de cinco anos, a ANA teve um grande avanço técnico, do ponto de vista de produção de estudos técnicos, de ampliação do conhecimento da situação de recursos hídricos no país. Nós tivemos oportunidade de contratar e de realizar vários estudos, visando produzir conhecimento e produzir planejamento. Eu vou mencionar alguns deles. Um deles nós estamos concluindo uma etapa agora e vamos lançar amanhã, que é o atlas de oferta de água, que é um trabalho vigorosíssimo, talvez um dos estudos mais completos da atualidade, Senador Casagrande, eu não tenho menor dúvida. No Estado Brasileiro, talvez seja um dos estudos mais completos, mais instigantes e mais generosos com o país, porque ele propõe uma série de investimentos para garantir segurança hídrica ao Nordeste, a dois estados do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e todas as regiões metropolitanas brasileiras. E autorizamos, também, recentemente, a diretoria aprovou a contratação do atlas para o resto do país, o que significa que, dentro de um ano, nós teremos um diagnóstico completo sobre a oferta de água urbana de todos os municípios brasileiros, todos, sem extinção de um só

município. Todos os municípios terão diagnóstico da situação hídrica, num horizonte de planejamento até 2025, e com as soluções. Nós não apresentamos só os problemas, nós apresentamos as respostas. Para o município 'X', que tem alguma deficiência de manancial ou de sistema, ou uma deficiência mista, tanto de manancial quanto de sistema, a solução é essa e vai custar tanto. Se tem projeto, se não tem projeto... E tudo isso será colocado na internet, de tal modo que qualquer cidadão brasileiro, qualquer senador, qualquer deputado, qualquer órgão pode, acessando pela internet, querendo saber a situação de um determinado município, a ficha desse município estará lá, como um Raio X da situação e da solução. Há municípios que a situação é satisfatória, e nós também... "Até 2025, esse município está ok". Então, amanhã, nós vamos fazer o lançamento desse trabalho.

Eu tive a oportunidade de apresentar aqui, sob sua presidência, o Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Araguaia-Tocantins, que é um trabalho, também, de grande envergadura técnica, porque trouxe uma visão de uma das regiões mais promissoras do país, do ponto de vista dos recursos hídricos, mas, dentro de uma visão de usos múltiplos, dentro de uma visão de água e desenvolvimento, nós temos uma visão das enormes potencialidades dessa região do país, do ponto de vista de desenvolvimento econômico e social. E estamos concluindo, e estará pronto em março do ano que vem, eu espero que sob sua presidência ainda seja possível trazer esse trabalho aqui, para apresentar nessa Comissão, o Plano Estratégico dos Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas, sendo que, Senadora Marisa Serrano, nós temos um trabalho concluído e que precisa ser, agora, submetido ao escrutínio do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Esse é um dos nossos pleitos, e eu peço, aqui, o apoio da senhora, do Senador Casagrande, no sentido de que o Plano de Recursos Hídricos do Pantanal e do Alto Paraguai, que está pronto desde 2004... Esse não foi realizado sob a nossa gestão, mas é uma herança que nós recebemos, um trabalho técnico, também, de grande envergadura, de fôlego e de profundidade, que poderá ser um excelente subsídio ao planejamento dessa região tão importante, que é essa região do Pantanal, que deve ser preservado como uma jóia, pela sua enorme riqueza, sua diversidade hídrica, diversidade biológica, e o papel relevante que essa região tem para o nosso país.

Eu poderia mencionar outros trabalhos técnicos. O Relatório de Conjuntura que nós lançamos este ano, que foi o primeiro Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos, que é um trabalho técnico que visa oferecer, a cada ano, uma atualização do estado da arte dos re-

ursos hídricos do Brasil. E a cada ano ele será atualizado. É um trabalho também importantíssimo. O GEO Brasil Recursos Hídricos, em parceria com o PNUMA, um trabalho, também, interessantíssimo de diagnóstico e de prognóstico sobre a gestão e o planejamento de recursos hídricos no Brasil. A nossa participação ativa e fundamental, como o apoio técnico essencial, à elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, também um estudo de grande interesse e de grande envergadura, porque é o guia geral da política de recursos hídricos do Brasil, que é o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Eu poderia, aqui, mencionar exaustivamente outros trabalhos técnicos, o planejamento da Rede Hidrometeorológica, que sofreu um grande impulso nos últimos anos, estamos fazendo investimentos significativos na nossa rede, que estava em processo de deterioração, quando nós assumimos, porque a ANA recebeu a rede de herança do setor elétrico. São mais de cerca de seis mil estações pluviométricas, fluviométricas, que são fundamentais para fazer o monitoramento dos corpos d'água no Brasil, sobretudo os corpos d'água de caráter estratégico, porque nós temos um olhar, também, sobre a nossa rede básica, que é aquela que é uma rede estratégica, do ponto de vista do monitoramento dos recursos hídricos e de constituição de um banco de informações essencial para a gestão e o planejamento de recursos hídricos do nosso país.

O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos teve um grande impulso, nesse período recente, com a criação de novos comitês de bacias, não apenas nos estados, mas, também, os rios de domínio federal, criamos o comitê, instalamos o Comitê do Paranaíba e o do Piranhas-Açu, fortalecemos os demais comitês, os demais comitês federais, caso do São Francisco, Comitê do São Francisco, que teve e tem um apoio decisivo da ANA para implementação dos instrumentos de gestão, sobretudo as decisões recentes que esse comitê tomou, no sentido da implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e a institucionalização da Agência de Bacia, que deve passar, agora, pela aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Comitê do Paranaíba, estamos contratando Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paranaíba. É um comitê também que está em franco desenvolvimento. O PCJ, Piracicaba, Capivari e Jundiá, que teve um avanço significativo, durante o nosso período, porque nós implementamos a cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do PCJ, do mesmo modo que consolidamos a cobrança na Bacia do Rio Paraíba do Sul e implementamos outros instrumentos de gestão nessas bacias estratégicas. A Bacia do

Rio Doce, estamos concluindo o Plano de Recursos Hídricos da Bacia de Rio Doce, que é muito cara ao Senador Casagrande, já que é um rio que abrange dois estados, o Estado de Minas e o Estado de Espírito Santo, um rio importantíssimo para o nosso país, dada a sua relevância estratégica para o desenvolvimento econômico desses dois estados brasileiros.

A regulação vem passando por um processo de aperfeiçoamento e modernização. Todo o trabalho da superintendência de outorga e fiscalização, a superintendência de usos múltiplos da água, que nós temos a presença do Dr. Francisco Viana, que é o superintendente da Superintendência de Outorga e Fiscalização, que atua no sentido de fazermos avançar, de maneira sistemática, a regularização do uso da água no Brasil, respeitando uma metodologia que estabeleceu um elenco de prioridades, procurando hierarquizar o nosso país, dentro de uma visão territorial – quais são as bacias estratégicas, quais são as regiões onde o uso da água está vivendo uma situação de maior conflito ou de degradação dos corpos d'água. Queria cumprimentar a Senadora Marina Silva, já tive oportunidade de me referir a sua pessoa, aqui, na introdução, quando fiz os agradecimentos, não apenas de praxe, mas agradecimentos de coração aos papéis que muitos exerceram nessa fase, e o seu papel, ao me escolher, arriscando, jogando no escuro, arriscando em colocar o meu nome na mesa para dirigir a ANA. Eu acho que foi uma atitude muito generosa de sua parte, e eu sou muito grato porque, ao ter a oportunidade de vir para ANA, eu vim viver a maior experiência na vida pública que eu tive. Não menosprezo as demais, mas, sem dúvida alguma, a que me deu mais prazer, a que me enriqueceu mais como ser humano, na vida pública, foi a Agência Nacional de Águas, indiscutivelmente. Eu sou muito grato à senhora, por ter tido não sei se um descortínio, ou, enfim, de me conduzir para aquele cargo tão importante para mim.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): [ininteligível] que eu também lhe sou muito grata.

SR. JOSÉ MACHADO: Mas, Senadora Marina, eu estou aqui fazendo, percorrendo, de uma maneira, assim, muito panorâmica, o enorme progresso que a ANA teve, não graças a mim, mas graças a nossa equipe, nesses últimos cinco anos em que estive à frente da ANA.

Os meus colegas da ANA, Senador Casagrande, costumam dizer que o diferencial que eu pude introduzir, a grande contribuição que eu trouxe para a ANA foi a minha experiência como homem público, a visão, que a gente sempre traz a visão de uma pessoa que viveu experiências duras na vida pública, grandes embates políticos, e a ANA, apesar de ser uma agência regu-

ladora, que não está muito sujeita, está muito pouco sujeita aos embates políticos, ela é muito preservada, e eu fiz questão de preservar a ANA de qualquer embate político que tivesse conotação partidária, ainda que seja uma pessoa oriunda de partido, mas eu procurei, de todas as formas, neutralizar qualquer tipo de contaminação negativa – não sei se existe contaminação positiva, mas, enfim -, procurei deixar a ANA mais protegida possível de qualquer disputa ou qualquer tipo de interferência. Mas não há dúvida de que essa experiência deve ter sido útil à ANA, como foi útil eu ter insistido muito com os meus colegas, e tive deles uma receptividade muito grande, para trabalhar incessantemente, para colocar o tema da água na Agenda Nacional, procurando mostrar ao país, à sociedade, aos poderes públicos e para dentro do governo que o recurso hídrico, ele é essencial para a vida do Brasil. O recurso hídrico é uma joia inestimável que o nosso país tem e seria um erro se nós não projetássemos a água para o topo da Agenda Nacional. Esse trabalho de olhar a água dentro de uma visão de usos múltiplos, procurando tirar proveito da água, mas tirar proveito com inteligência, com racionalidade, com prudência, respeitando a água como um bem, mas, na medida em que você faz planejamento, faz gestão e cuida bem dessa jóia, ela eternamente vai trazer benefícios ao país, eternamente, porque o ciclo hidrológico, se nós pudermos mantê-lo incessantemente, esse ciclo hidrológico vai irrigando a nossa vida, vai trazendo benefícios ao nosso país, e o nosso país é uma potência em água, e, se nós ignorarmos isso, nós estamos sendo ingênuos. O Brasil é uma potência em água, e isso vai fazer a diferença, já fez diferença até agora e vai fazer, dramaticamente, diferença nesse século, dramaticamente. Muitos dizem que a água vai se tornar a coisa mais importante desse século. Qual sistema ambiental pode prosperar sem água? Como podemos viver sem água, a vida, as florestas, os animais, o ser humano? E como que nós podemos prescindir da água para a nossa economia? A nossa economia depende de água. Qualquer atividade econômica depende de água. Não há nenhuma atividade de econômica que prescinde de água – algumas mais, outras menos -, e o nosso grande esforço é que o uso da água seja feito com eficiência, com parcimônia.

Então, nós temos que fazer uma mudança cultural no Brasil, em que pese a abundância relativa de água que temos. Nós temos que praticar o bom uso da água em todas as esferas. Por quê? Primeiro para aliviar os nossos conflitos, porque nós temos conflitos, hoje, severos, pelo uso da água, em muitas regiões do país, inclusive para o uso humano. Nós sabemos muito bem que muitos dos sistemas de abastecimento

de água no Brasil captam água poluída, degradada. É claro que a boa tecnologia torna essas águas potáveis, mas sempre oferece um risco e um custo elevado. O Sudeste já sofre, padece de escassez de água, Senadora Marisa Serrano, porque a água está degradada e porque a demanda vem crescendo e vai crescer, vai continuar crescendo avassaladoramente, porque as populações estão crescendo, os usos estão pressionando muitas das nossas regiões metropolitanas. O nosso atlas mostra isso dramaticamente. O Nordeste, sabidamente, uma região semi-árida, que tem escassez de água e que está tendo crescentes problemas que estão se agravando, a questão da desertificação e outros programas associados à água. Então, nós temos que ter uma resposta cada vez mais robusta, e nós... Eu estava dizendo, agora, há pouco, aqui, para um interlocutor nosso, de que o Brasil está enfrentando a questão da água. O Brasil não está despreparado. O Brasil, graças a esta Casa, aprovou uma lei que é uma ferramenta poderosíssima para enfrentar a questão da água no Brasil, e isso vem acontecendo há 12 anos, desde que existe esta lei. Nós estamos construindo uma política de água no Brasil, implantando os instrumentos de gestão, implantando os comitês, implantando a gestão nos estados, fortalecendo a ANA, fortalecendo os conselhos, até porque o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, ele é um sistema inovador, porque ele é uma reinvenção do Estado Brasileiro, e essa ficha não caiu ainda para muitos governantes neste país, que ainda não têm a menor ideia do que é um Comitê de Bacia, como é que ele funciona e para que ele existe. Muitas vezes, um Comitê de Bacia é encarado como um estorvo, como uma instituição que está ali para criar problema. De um lado falta conhecimento sobre o que significa um Comitê de Bacia, por parte de muita gente, gente importante, do mesmo modo que falta, às vezes, aos Comitês de Bacia uma identificação melhor do seu próprio papel, como uma extensão do estado. Às vezes, um Comitê de Bacia se confunde como uma Organização Não-Governamental, uma ONG, vira oposição. Comitê não pode ser oposição. Imagina. Comitê não pode levantar(F) bandeira de oposição. Comitê é uma instância de tomada de decisão, no seu âmbito, dentro da sua esfera de atribuição, mas, às vezes, o Comitê se insurge contra governos, e não é esse o seu papel. Ele tem que estar ali, debatendo os temas e cumprindo o seu papel.

Eu diria, portanto... Tenho que, para finalizar, dizer que a carreira do servidor da ANA teve um grande desenvolvimento. Os nossos servidores, hoje, têm carreira, eles têm carreira, eles estão com os seus salários adequados e têm uma condição de trabalho muito boa, por-

que as condições de trabalho da ANA... Nós temos um PAC Computacional altamente sofisticado, qualificado na ANA, todos têm equipamentos para trabalhar, todos trabalham com condições de trabalho, e estamos continuamente melhorando as condições físicas da ANA. Vamos iniciar uma reforma, agora, vigorosa, num dos prédios principais da ANA, para poder melhorar todas as condições ambientais de trabalho, mais conforto, mais luminosidade, mais conforto térmico. Tudo isso são investimentos que nós fazemos continuamente e temos tido apoio para realizar essas tarefas. E temos um planejamento estratégico. A ANA tem, hoje, um plano estratégico. Nós não nos guiamos pelo acaso e nem pela genialidade de algum técnico ou de algum diretor. Nós estamos eliminando o acaso na ANA, sem eliminar a criatividade, sem eliminar o talento de cada um que tem que ser expressar com liberdade, que a ANA tem ambiente de liberdade. Não há repressão, na ANA, à liberdade de expressão. Evidentemente que a gente exige ambiente de urbanidade e de respeito, mas há uma liberdade intelectual muito grande, na ANA, para as pessoas produzirem, oferecerem ideias novas e assim por diante. Criamos várias instâncias de discussão. Não é só a diretoria colegiada que se reúne; nós criamos um colegiado de dirigentes, expandido com superintendentes, com gerentes, que participam, apresentam as suas propostas. A gente discute, processa, aprova. E o planejamento estratégico, ele tem... Nós identificamos a nossa visão, a nossa missão, os nossos valores, as nossas metas estratégicas. Tudo isso, hoje, serve de um guia para a ação.

Então, meu caro Senador Casagrande, eu fiz um percurso aqui muito panorâmico, talvez muito genérico, porque não era o caso de entrar em detalhes, mas, de todo modo, nós estaremos sempre à disposição. Eu já estou com saudades da ANA, eu digo isso com toda a franqueza, eu estou com muitas saudades da ANA, sem ainda ter feito as minhas despedidas finais, porque, realmente, foi um lugar fabuloso de se trabalhar, tem sido, para mim, uma experiência notável. E quero dizer que a parceria com esta comissão tem sido crucial para a ANA. A ANA tem uma atenção muito especial para a Comissão de Meio Ambiente do Senado, é a nossa segunda casa. Toda vez que temos algum problema, alguma dificuldade, a gente vem bater nessa porta, porque é uma porta que sempre esteve aberta para a Agência Nacional de Águas, e isso é uma coisa fundamental na vida pública. Tem muitas coisas que nós podemos divergir, tem muitas coisas que nós temos que ir para os embates políticos, mas as pessoas, os homens e as mulheres públicas, cada vez mais, têm que buscar convergências, em vez de ficar perscrutando divergências. Eu sempre pautei a

minha vida pública dessa forma. Senadora Marisa Serrano é testemunha disso. Fui líder da bancada do PT na Câmara e, lá, eu sempre fui um bom negociador, um bom fazedor de acordos. Bons acordos para fazer avançar, não ficar com aquele oposicionismo, muitas vezes estéril, que não leva para lugar nenhum. Oposição é importante na democracia, e nós não devemos anulá-la em hipótese alguma, mas eu acredito que o nosso país está vivendo um momento da sua história que nós precisamos, cada vez mais, buscar as nossas convergências, todos os brasileiros.

E eu quero dizer, para encerrar, que essa minha passagem pela ANA me ensinou muito a exercitar esse ponto de vista, porque nós, o tempo todo, procuramos nos entender com as demais agências, com os demais setores do governo, procurando fazer aquilo que manda a lei, que é a gestão integrada. Não dá para fazer gestão de recursos no Brasil se nós ignorarmos o transporte, se nós ignorarmos a agricultura, ignorarmos as outras interfaces com a água. Então, a gente tem que ter essa visão e esse processo.

Então, o Brasil não virou jogo, como o senhor mesmo disse, no encontro da ABRH, em Campo Grande, nós ainda não vencemos o jogo no Brasil, na área de recursos hídricos. Nós ainda estamos perdendo o jogo, perdendo o jogo para a velha cultura do padrão de desenvolvimento do nosso país, mas eu acredito que nós estamos virando esse jogo, porque eu acredito que, mais, aí, uma década, talvez duas, o Brasil terá uma gestão consolidada no Brasil. Não que os corpos d'água tenham, da noite para o dia, virado vinho. O milagre da água para o vinho. Num condão, você muda a qualidade da água. Não, isso não vai acontecer. Isso vai levar mais tempo. Mas o mais importante... Embora isso seja essencial, melhorar a qualidade da água, mas o mais importante, nesse momento, é nós termos o controle da situação e as ferramentas. A hora que nós tivermos isso consolidado, implantado e maduro no Brasil, eu acho que nós viramos o jogo, porque aí nós vamos ter condição de ter a gestão plenamente a serviço das águas no nosso Brasil. Eu acho que nós não temos isso ainda, mas estamos a caminho. Peço desculpas e agradeço a generosidade de V. Exa. de ter estendido por demais o meu tempo, eu acho que eu fui abusivo. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente José Machado, pelas suas explicações e pela forma panorâmica como nos prestigiou aqui, com as ações de ANA, e está encerrando um mandato exitoso, não tenho dúvida disso. Nós estamos, também, aqui, na Mesa,

com o Dr. Benedito Braga, que também está, agora, no mesmo dia, no mesmo tempo, mesmo momento...

DR. BENEDITO BRAGA: Na mesma hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, pergunto a V. Exa. se V. Exa. quer fazer uma mensagem à comissão e aos presentes. Cinco minutos para V. Exa., e, se for preciso mais... Mas, se puder, a gente agradece, aí, a possibilidade de ficar dentro de um tempo adequado, mas não poderíamos deixar de passar à V. Exa. a palavra, também, para poder fazer a sua saudação na Comissão de Meio Ambiente.

SR. BENEDITO BRAGA: Muito obrigado, Senador Casagrande, Senadora Marisa Serrano, Ministra Marina Silva, membros desta comissão. Senhoras e senhores, eu serei extremamente breve. Só gostaria de aduzir às palavras do nosso querido Diretor-Presidente que o nosso país é um país presidencialista e, quando a gente fala numa diretoria colegiada, é complicado, quando você tem um Diretor-Presidente que pensa como Presidente, e não como diretor colegiado, e o Dr. Machado, o que eu queria destacar da sua gestão foi essa sua visão estratégica de como funciona uma agência reguladora, no modo colegiado, e soube exercer, com grande competência, esse mandato e foi através dessa sua visão e de seu entendimento que a ANA pôde dar, realmente, um salto. Eu acredito que, na gestão do meu companheiro Machado, nós realmente passamos para outro patamar, do ponto de vista político.

A ANA, hoje, interage, de maneira muito articulada, com o setor político, e isso é muito importante, do ponto de vista de elevar a Agenda da Água no país. A primeira fase da ANA, com o meu querido amigo Kellman, nós assentamos as bases técnicas sólidas. A ANA é uma instituição sólida, do ponto de vista técnico, e, aqui, eu queria também fazer uma homenagem ao Machado de, numa transição de governo, e à minha querida Ministra Marina, numa transição de governo, em que havia uma visão política, ideológica, totalmente diversa, tiveram o entendimento claro de que a Agência vai além desses pontos, ela tem que manter uma visão de estado, e valorizou o elemento técnico e elevou, do ponto de vista político, fora do partidário, mas do político com o 'P' maiúsculo. Então, eu me sinto muito feliz de ter compartilhado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. Benedito, pelas suas palavras e pela sua disciplina no tempo. José Machado ficou dentro do tempo também, ficou nos 40 minutos que nós delegamos a ele. Eu vou passar a palavra, agora, ao Francisco de Assis de Souza Filho, que vai fazer uma apresentação dos resultados do nosso Simpósio

de Recursos Hídricos, lá em Campo Grande, depois a gente abre para a fala das nossas senadoras. Então, vamos conceder 15 minutos para que o Francisco possa fazer a sua exposição. Com a palavra.

SR. FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA FILHO:

Bem, inicialmente, gostaria de agradecer o honroso convite para participar dessa sessão, e este convite... Essa sessão, inclusive, que se ilustra não só pela importância da comissão e da Casa, mas pelo momento que se dá esse nosso encontro, que é quando dois diretores da ANA, Diretor-Presidente, Dr. José Machado, cidadão das águas do Brasil, que termina aqui o seu mandato e sinaliza(F), e o Dr. Braga. Então, eu acho que é uma sessão extremamente relevante, e a ABRH, Associação Brasileira de Recursos Hídricos, se sente feliz de estar nesse momento, e aí eu saúdo e agradeço ao Senador Renato Casagrande, à Senadora Marisa Serrano, saúdo também a Senadora Marina Silva.

O Senado Federal Brasileiro, ele tem prestado uma relevante contribuição ao Brasil, no tema dos recursos hídricos, notadamente, nas discussões, realizadas nessa Casa, que possibilitaram a construção de uma Lei das Águas, a Lei 9433/97, que definiu o conteúdo da reforma das águas no Brasil, visionária em seus objetivos e moderna nos seus instrumentos. A Lei das Águas criou um Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que tem como um dos objetivos centrais a definição de um sistema de gerenciamento administrativo de conflitos de água, entendendo o conflito de água não como uma patologia, mas como um processo social inerente à gestão de recursos hídricos. Isso eu acho que é uma grande contribuição que se dá, e aí eu acho que faz parte dessa ideia modernizadora que se dá na política das águas. E essa lei das águas, ela plasmou, em seu texto, alguns princípios e fundamentos que a comunidade técnica brasileira julgava os mais pertinentes para a realidade hídrica nacional. A ABRH se orgulha por ter sido fórum de discussão dessa comunidade técnica, e as suas cartas, como a de Foz de Iguaçu, em 89, a de Salvador, 87, manifestaram a visão da comunidade técnica e científica de recursos hídricos que subsidiaram a lei.

Podemos destacar dessas cartas da ABRH algumas ideias que se tornaram paradigmas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Por exemplo, a carta de Foz do Iguaçu, de 89, ela sinalizava já a necessidade de gerenciamento integrado de recursos hídricos, sem dissociar os aspectos quantitativos, qualitativos, as fases aéreas, superficial e subterrânea, já sinalizava a importância da unidade geográfica básica a ser adotada no gerenciamento de recursos hídricos da bacia hidrográfica, já sinalizava que a água é um recurso limitado que, por conta dis-

so, ela é um bem econômico, de expressivo valor, já sinalizava a necessidade de a gente ter instrumentos, como a questão da cobrança pelo uso da água e o planejamento de recursos hídricos, já sinalizava um supremo absoluto do gerenciamento de recursos hídricos hoje, que é a questão do processo de participação pública. Então, todos esses aspectos já eram objetos da carta de Foz de Iguaçu, e se, hoje, eles são senso comum, na realidade, hoje, do senso comum no processo de gerenciamentos de recursos hídricos, eles se consubstanciam numa verdadeira reforma muito profunda das práticas que existiam nos recursos hídricos, e essa reforma é uma reforma que, inclusive, ainda está em andamento.

A ABRH, ela se encontrou novamente em seu Simpósio Nacional, em Campo Grande, nos dias 22 a 26 de novembro, próximo, passado, no seu Simpósio Nacional, e, inclusive, aqui, eu novamente agradeço à Senadora Marisa Serrano, ao Senador Renato Casagrande, à Senadora Marina Silva, ao Senador Delcídio Amaral, que enriqueceram o nosso Simpósio Nacional com sua presença e com suas ideias, nosso profundo agradecimento por terem participado do evento.

E esse evento, ele produziu uma carta, que eu passo a vocês, agora, não a lê-la, mas a comentar alguns dos seus pontos. Primeiro deles é que a gente diz, na carta, que o país do futuro se vê com eufórica esperança no presente, como em poucos e singulares momentos de sua história, mas, para que a esperança persevere, há que se enfrentar, com criatividade inovadora, algumas questões relevantes. Entre estas, os recursos hídricos, eles se destacam por suas questões específicas. Água é tanta, tanta na cheia, tão pouca na seca, tão suja em função do problema de qualidade da água e tão cara. Esses aqui são os aspectos fundamentais do processo de gerenciamento de recursos hídricos. E, também, por conta da água, ela ter uma relação primária com outros temas, tais como energia, saúde, transporte, agricultura e ambiente. E a gente diz também que a relação entre a natureza e o desenvolvimento tem, na dualidade água e recursos hídricos, um momento de síntese. Então, recursos hídricos é a natureza, recursos hídricos é desenvolvimento. Enquanto a infraestrutura física e em suma o processo produtivo, água é desenvolvimento, é recursos hídricos. Então, a água é a coisa em si, é essa entidade físico-química que existe nos lagos e nos rios. Recursos hídricos é a coisa para nós, é quando a água, ela se torna benefício para a sociedade. Água é natureza; recursos hídricos é natureza e é sociedade. E, ao trazer em si, então, quando a água passa... Ao trazer em si, em sua cor, no seu odor e no que transporta, a memória dos lugares em que passou, ou seja, a memória do uso e ocupação

do solo, a água torna-se integradora do espaço geográfico, a não reconhecer fronteiras entre municípios, entre estradas e nações, isto é, ser transfronteiriça, a água torna-se integradora do espaço geopolítico. Essas características credenciam o tema recursos hídricos e sua política como um lugar privilegiado para a integração de políticas públicas, sendo este um desafio atual para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O Dr. Machado, em sua intervenção, sinalizou, de forma enfática, a importância dessa tarefa para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e abordagem de usos múltiplos com relação à questão da água.

A gente também sinaliza que um dos desafios importantes para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, diz respeito que as populações humanas devem ter seu direito e acesso à água assegurados, e ainda persiste o desafio do suprimento de água para o uso humano, notadamente para as populações rurais, e este é um problema, é um relevante problema de equidade social, para que... Um problema hoje, o suprimento de água, principalmente das comunidades rurais difusas. A gente precisa definir um equacionamento. Hoje, nós temos o equacionamento para os grandes sistemas. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos já apresenta um equacionamento para o grande sistema. A gente precisa avançar no abastecimento dessas populações difusas.

Outro problema diz respeito à questão da gestão das águas em ambientes urbanos. Os centros urbanos brasileiros, hoje, demandam uma solução integrada para o seu lixo, para as suas cheias, para o seu esgoto e para o seu abastecimento de água. Nós temos que começar a pensar no gerenciamento de água em regiões urbanas, e, quando pensar nas metrópoles, nas regiões urbanas, não pensar, pensar na cidade em si, mas pensar na cidade e no seu entorno.

Outra dimensão extremamente relevante, na questão do gerenciamento de recursos hídricos, que é sinalizada pela carta, diz respeito à relação da água com o clima, e aí tem dois pontos importantes: é que, hoje, fazem com que o problema dos recursos hídricos não seja mais um problema local, mas eles são contaminados pela escala global. A ocorrência da água em bacia hidrográfica, por pequena que seja, é condicionado por processos na escala planetária. O clima e economia global interligam na escala do tempo de nossas vidas, todos os locais do planeta. O clima e a economia global condicionam a oferta e a demanda de água, e, quando a gente fala em clima, a gente não fala só de mudança climática, a gente fala também de variabilidade climática. A gente tem que entender, inclusive, o

processo de mudança climática dentro do processo de variabilidade climática. A Terra tem uma história, nem sempre foi assim. Existe aí... A gente está vivendo, hoje, nos últimos 12 mil anos, quando a gente inventou o estado, a sociedade que a gente vive, num período interglacial, que é o holocênico(F), que a gente vive. Doze mil anos atrás a gente estava na idade do gelo. Há pouco mais de... Entre 1400 e 1900, a gente teve uma pequena idade do gelo no Hemisfério Norte. Tem que entender os processos de mudanças climáticas, dentro desses processos de variabilidade climática que existe. No Nordeste, por exemplo, em várias regiões, a gente tem já essa pronunciada variabilidade climática. No próprio Pantanal, a gente tem, por exemplo, degrau climático de 72, que faz com que vazões em Coxim modifique esse [ininteligível] significativamente. O setor hidroelétrico brasileiro foi favorecido, construiu infraestrutura, pensando em vazões da década de 70 e 80, a de 31 até 70, 80, e, hoje em dia, ele tem mais água do que era previsto, em função de variabilidade climática. Então, a gente tem que entender esse processo de mudança climática, dentro da variabilidade climática, e, quanto à variabilidade climática, nós temos que incorporar, no Plano Nacional de Recursos Hídricos, que foi conduzido pela Senadora Marina Silva, elementos de gerenciamento do risco climático. É fundamental que a gente incorpore isso.

Além disso, a mudança climática e os processos de aquecimento global, eles vão impor, também, uma maior capacidade, necessidade de adaptação do sistema sócionatural, que é o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Uma outra dimensão que a gente não pode excluir, e eu vou passar rapidamente sobre ela, para obedecer, ficar no tempo aqui, mas tem alguns outros comentários, é a questão da globalização dos recursos hídricos. Hoje, o processo de globalização, ele impõe, necessariamente, um estresse em vários ecossistemas naturais, porque, hoje em dia, a produção, ela não é determinada só na escala local. A escala global é que vai determinar, por exemplo, com que, no Rio Grande do Norte, do Paulo Varella, seja produzido, junto com Ceará, melão, e esse melão é o melão para exportação. Então, a escala global e a economia global, ela começa a influenciar as demandas de recursos hídricos na escala local, e isso faz com que a gente tenha que começar a pensar nas inter-relações, e, hoje, existe até um conceito, chamado de água virtual, que é essa água intrínseca, que é exportada entre países, e a *commodity* não traz só em si... Ela traz em si uma quantidade de água que precisa ser operada, e o Nordeste Brasileiro, por exemplo, hoje, é um grande exportador de água, através dos seus produtos de ex-

portação. Então, isso faz com que a gente tenha que observar, no nosso Sistema de Regulação... Mesmo, às vezes, os elementos da microeconomia, da regulação, estando muito bem condicionados localmente, mas existem deseconomias que ocorrem devido a subsídios, protecionismo, em escala global, e aí surge um novo elemento que precisa ser considerado, que é uma dimensão internacional do problema de recursos hídricos. Problema de recursos hídricos já não é mais um cesta de problemas locais. Hoje, existe unidade nesse problema global, e a gente precisa começar a pensar em instrumentos e ferramentas para poder operar isso; as implicações da economia global, nos recursos naturais e hídricos, localmente.

Um outro ponto importante diz respeito ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e, aqui, a gente diz, na carta, que o Brasil olhou o mundo e criou o seu Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos com dois braços: um gerenciador de conflito, promotor de consenso, e o outro, regulador executor. Esse sistema propõe reformas profundas que modificaram centros de poder, as formas de tomada de decisão e os mecanismos de financiamento do Sistema de Recursos Hídricos. Avanços significativos foram alcançados na institucionalização do sistema, e a ANA é o exemplo mais cabal disso. Mais ainda persistem desafios significativos. A reforma da água no Brasil necessita-se completar e se aprimorar em diversas dimensões. Uma delas é na articulação dos estados federados com a União. A gente precisa definir melhores mecanismos para poder operar nesse sentido, fazendo com que os elos de desenvolvimento mais embrionário ainda, os estados com desenvolvimento mais embrionário, tenham um nível de aceleração maior no seu desenvolvimento e se complete. Um outro... E aí eu acho que o Parlamento Brasileiro, ele tem um importante papel nisso.

Um outro ponto é a questão da sinergia do Sistema de Gerenciamento de Conflitos e do Sistema Regulador, que a gente precisa avançar na dimensão de uma nítida divisão social do trabalho entre os Sistemas de Consenso, que foi criado pela Lei 9433, e o Sistema Regulador, que foi fundado com a Lei da ANA, que promova ganhos sinérgicos e estabeleçam mecanismos de peso e contrapesos entre esses dois sistemas. Precisamos avançar nas formas de prover base técnica para construção de consenso, para o planejamento e para a tomada de decisão política. A complexidade da realidade sócionatural dos recursos hídricos demanda conhecimento, sob pena dos consensos de planejamentos e tomadas de decisões serem ineficientes ou insustentáveis.

Um outro desafio que a gente tem, no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e também está sinalizado na carta, diz respeito aos processos de participação pública. A gente precisa aperfeiçoar os mecanismos de representatividade e legitimidade dos agentes sociais do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, no sentido de qualificar o processo de participação, resolver as simetrias que existem entre os agentes que participam do processo de participação. Que o processo de participação, ele não se encerra simplesmente por colocar numa sala usuários, com seus diversos usos, a sociedade civil; é necessário que a gente dê possibilidades para que a democracia se exerça. Você colocar na mesma sala capacidades de intervenções diferentes pode não ser a melhor forma de garantir justiça no processo; precisa qualificar esse processo, evitar capturas e qualificar fundamentalmente esse processo de participação pública. É necessário que a gente avance, e aí, obviamente, sempre com medo de burocratização, que é uma coisa que a gente precisa ter cautela.

Outro ponto importante, que eu adicionaria aqui, à carta, rapidamente, são duas rápidas observações. Uma diz respeito à lei para um país heterogêneo. E aí eu digo assim: "O Brasil possui uma grande diversidade de paisagens, de geoambientes. Cada uma delas com diferentes possibilidades e vulnerabilidades ambientais. Essa diversidade faz a abundância conviver com a escassez hídrica. O contraste da Amazônia e do semiárido nordestino é ilustração cabal. No entanto, a diversidade de Brasis hídricos é muito mais pronunciado quando se cruzam a realidade física do Sistema de Recursos Hídricos com sua realidade social. Há escassez, devido à quantidade, como no Nordeste brasileiro, e devido à qualidade, como no Sudeste do Brasil, como já sinalizado pelo Dr. Machado. Há processos políticos com dinâmicas e culturas diferentes, nas diferentes bacias hidrográficas. Dessa forma, tem que se pensar em um sistema nacional que seja suficientemente flexível para incorporar e integrar a dinâmica sócionatural de todos os Brasis. Grosso modo, o Brasil úmido do Norte e Centro-Oeste, o Brasil da escassez quantitativa do Nordeste e a escassez qualitativa do Sul, Sudeste, a norma brasileira... A norma brasileira está mais afeita às regiões onde há conflitos por escassez, tendo, na escassez qualitativa, seu [ininteligível] primário de aplicação. E a gente precisa criar instrumentos para a região mais úmida e aquele mais operacional com relação à questão.

Um outro ponto extremamente relevante, e aqui também eu adiciono à carta, é a questão da ANA. A experiência de países desenvolvidos mostra que regular e fiscalizar uso de rios e lagos é um processo que

leva décadas para ser integralmente implementado e necessita ser assentado sob sólidas bases técnicas e científicas. O Brasil felizmente vem trilhando o mesmo caminho, em direção ao sucesso. Esse fato tem sido reconhecido internacionalmente e é essencial que as mesmas diretrizes que nos trouxeram até aqui venham e tenham continuidade. Efetivamente, graças à competência técnica dos diretores e funcionários da ANA, tem sido possível encaminhar soluções para complexos problemas, tais como os relacionados aos monitoramentos dos nossos recursos hídricos, a locação de água, a gestão de conflito, ao controle da poluição e a dos eventos extremos, secas e cheias, esses últimos agravados pelas mudanças climáticas. É desejável para a diretoria da ANA que continuem conduzidas por profissionais da qualidade dos que lá estão hoje, e aí rendo minhas homenagens ao Dr. Machado e ao Dr. Braga, ao Dr. Varela, aqui, também, presente, e a outros que saíram da ANA e que deram importante contribuição e que não sejam apenas, nesse elemento, que não sejam apenas vocações para gestão pública, mas que também tenham notório conhecimento e competência técnica e científica. Eu acho que esse elemento é fundamental para que a gente continue desbravando.

Um outro ponto importante é a questão que esses desafios que a gente acaba de colocar, segundo a carta da ABRH, são muitos, e esses desafios necessitam ser encarados de forma... As respostas têm que ser dadas sustentáveis, tem que ter respostas sustentáveis, e o conceito de sustentabilidade é o supremo absoluto nos discursos das últimas décadas. Não obstante esse fato, a sua implementação prática, ela não tem sido trivial, e há várias classes de desafios com relação à sustentabilidade. A primeira é definir o que é sustentabilidade, que é um objeto de disputa. A gente fala que insustentabilidade forte ou fraca, dependendo da forma como se considera o capital natural, multiplicidade de formas de entender a eficiência econômica, mas há esse desafio em definir o conceito, há um desafio importante em gerar conhecimento, com metodologias robustas e confiáveis para isso, e há, também, um desafio político de se fazer essa implementação. Há caminhos para sustentabilidade, e esses caminhos para sustentabilidade já começam a ser trilhados em alguns lugares do Brasil. Acho que o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é uma sinalização nesse sentido, e eu quero só, para finalizar, enfatizar o papel do Parlamento.

Eu acho que o Parlamento e essa Casa em especial têm um importante papel no enfrentamento dos desafios do gerenciamento de recursos hídricos. O diálogo entre os Estados Federados, em busca de

acordos, o diálogo com os Paramentos das Águas, o Conselho Nacional, que eu acho que esse é um diálogo que tem que ser intensificado nessa Casa, Conselhos Estaduais e Comitês de Bacia, em busca de dar maior robustez e representatividade às decisões, fortalecendo o processo participativo. A construção de diálogos nacionais sobre a água, com vistas à construção de pactos das águas, que constituem políticas de estado, de longo prazo, são exemplos de potenciais caminhos para explorar essa relação do setor de recursos hídricos com essa Casa. Obviamente, o Parlamento já vem dando passos importantes nesse sentido, não só na construção da lei. As sessões que essa comissão vem fazendo, itinerantes, pelo Brasil, já é um caminho de construir esse diálogo. O Pacto das Águas, elaborado pelo Parlamento Estadual Cearense, é uma outra possibilidade, e a gente eu acho que tem que... Há espaço para aprimoramento e para avanços desse sentido. E, no ano que se avizinha... Isso é uma questão extremamente relevante. No ano que se avizinha, o Plano Nacional de Recursos Hídricos será revisitado. Vê-se aí uma grande oportunidade para essa Casa dar mais uma contribuição na formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e participar desse processo de reeleitura do Plano Nacional.

Para concluir, eu diria o seguinte: que a ABRH vem contribuindo, nas três décadas de sua existência, com publicações de livros, a realização de seminários, em todos os momentos relevantes, como o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a construção da Lei das Águas, o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, e a gente deseja continuar a fazê-lo, e que a ABRH coloca-se à disposição dessa Casa, do Senado Federal, para manter um diálogo, no sentido de enfrentar o grande desafio, que é garantir água para o desenvolvimento sustentável. Era esse o relato que eu tinha a fazer. Obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada. Nós agradecemos, aqui, a palavra do Dr. Francisco de Assis de Souza Filho, que preside a Associação Brasileira de Recursos Hídricos, que, há pouco, esteve em Campo Grande, num grande evento, e que sinalizou para o país as mudanças e as necessidades, ainda, que temos que enfrentar na questão de gestão de recursos hídricos.

Mas eu quero, aqui, fazer algumas colocações, como autora do requerimento para esta Audiência Pública, dizer da alegria de nós podermos estar aqui, fazendo um balanço e dando uma visão macro das questões hídricas brasileiras, mas também tristes,

porque estamos numa fase de mudança, e fase de mudança sempre se espera, e o Dr. Francisco Assis, aqui, já colocou até o que a ABRH pensa a respeito dos futuros diretores da ANA, quais os atrativos(F) e as condições que teriam que ter para conduzir bem a ANA. Dizer que a gente sente, claro, com a mudança da saída do Diretor-Presidente, José Machado, que é um grande companheiro de tantos anos e que mostrou a sua competência, discernimento e a capacidade gerencial no comando da ANA, e o Dr. Benedito Braga é outra pessoa que eu tenho um enorme respeito, pela qualidade técnica, pelo trabalho que executou, nesses nove anos da ANA, e a gente espera que os dois tenham, aí, saindo da ANA, a sua vida retomada. Principalmente o Benedito, que ficou nove anos. Retomar a sua vida acadêmica, seja feito com enorme êxito, e o José Machado também, nos seus empreendimentos futuros.

Mas eu queria fazer aqui uma colocação que... Deixar... Nesse final de gestão, eu queria pedir ao Dr. José Machado que nos fizesse uma relação – foi o que me têm me perguntado muito as pessoas – entre a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e a ANA. Se, talvez, a ANA, com esse crescimento que se viu, e é notório, é o crescimento da ANA, e as ações que a ANA vem realizando, se isso não pode, de qualquer forma, trincar, aí, o relacionamento de ações específicas entre a ANA e a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos.

E dizer ao Dr. Braga que uma das questões, também, que poderiam ser levantadas seria da estrutura técnica. Se elas, centralizada na ANA, não seria obrigatoriamente traduzida em mais efetivo apoio às diversas regiões do país, não só concursos periódicos, mas que a ANA pudesse ter um braço forte, mesmo, nos estados, através de uma melhoria da atuação dos estados, e aí eu falo em Mato Grosso do Sul, que é incipiente a atuação de recursos hídricos, e acredito que nós precisaríamos dar um choque, para que ela realmente se fortalecesse, porque não há só o centro que teria que se fortalecer; nós teríamos que ver, como vimos no Ceará, um exemplo de integração, que acredito que os estados brasileiros precisariam ainda comandar.

E ao Dr. Francisco Assis de Souza Filho, quero dizer que a ABRH tem feito o seu papel. É o papel, mesmo, de discutir, propor, reunir todas as áreas de atividade relacionadas aos recursos hídricos da água, para que possa nos propor inovações, melhorias, sugestões e fazer também o balanço daquilo que está acontecendo no país, colocando sempre essa Casa à disposição. Mas queria ouvir um pouquinho do Dr. José Machado.

SR. JOSÉ MACHADO: Bem, com relação à relação entre a ANA e a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, o que eu posso dizer é o seguinte: de fato, durante todo esse tempo, vez ou outra, tem ocorrido algumas interfaces não muito harmoniosas entre a ANA e a SRH, por conta de visões, que muitas vezes existem, visões diferenciadas, entre ambas instituições. Mas nós temos advogado a ideia de que a ANA tem um papel diferenciado. Como uma agência de estado, ela se responsabiliza pela implementação da política de recursos hídricos, pela coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e a Secretaria de Recursos Hídricos, como órgão de governo, que está muito mais afeito às responsabilidades de um determinado governo, a visão de um determinado governo, e nós temos procurado construir uma relação articulada e harmônica entre a ANA e a SRH. Ainda que haja, em alguns momentos, visões diferenciadas e, vez ou outra, algum ruído possa ter ocorrido, mas nós temos procurado superar essas divergências e construído uma política comum. Cito o exemplo, por exemplo, do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Quem conduziu a elaboração do plano foi a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, sob a égide da Ministra Marina Silva, e a ANA foi a responsável para dar o suporte técnico. Quer dizer, quem deu a condução política, quem articulou os estados da Federação, quem fez todo o arranjo político institucional de mobilização no país foi a SRH, e a ANA deu o substrato técnico, o tempo todo dando o apoio técnico para dar conteúdo e robustez ao plano. Eu acho que foi, ali, uma divisão de tarefas muito boa, onde a gente teve uma combinação excelente, e o produto foi muito bom.

Então, eu não creio que isso possa vir a ter algum prejuízo no futuro. Evidentemente que o que tem sempre presidir nessa situação é o espírito(F) público. Os dirigentes da ANA e o secretário de recursos hídricos têm que ser parceiros, nós temos que construir uma parceria e buscar sempre uma política integrada, procurar sempre os ajustes. E nós temos feito isso, cresceu muito o nosso relacionamento, e, hoje, o ambiente de colaboração é muito efetivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Dr. Braga.

SR. BENEDITO BRAGA: Senadora, eu gostaria, talvez, de, rapidamente, fazer uma colocação do ponto de vista da necessidade de uma combinação de duas leis: a Lei 9433 e a 9984. Por quê? A Lei 9433, quando foi promulgada, ela previu um Conselho Nacional de Recursos Hídricos como elemento máximo do Sistema Nacional de Gerenciamento, ou seja, um Conselho que deveria dar grandes diretrizes e assim

por diante. O que aconteceu, antes da passagem da Lei 9984? Esse Conselho passou a ter uma função mais executiva do que estratégica, que era a previsão dele, e aí foi criando um conjunto de câmaras técnicas muito detalhistas, e essas câmaras técnicas passaram a ter vida própria, e, ao invés do Conselho pautar as câmaras técnicas, as câmaras técnicas passaram a pautar o Conselho. De maneira que eu acho que, hoje, nós precisaríamos pensar numa revisão dessa forma de atuação desse Conselho, e ele se valer da ANA como o elemento técnico para as suas análises. Nós temos aí, como o Dr. Machado muito bem disse, uma agência de estado, que terá mais de 700 funcionários, o ano que vem, à disposição do sistema, sem custo nenhum adicional, só o custo que já existe, para dar esse balizamento técnico para as questões que são levantadas nesse conselho. Então, eu gostaria de, na minha saída, já deixar uma proposta de que essa Casa revise a forma como esse sistema atua e trazer para o Conselho Nacional a sua grandeza de seu o elemento máximo, e não um Conselho que trata de coisas miúdas do dia a dia.

Com relação à questão da relação com os estados, eu acho que esse é um ponto fundamental que a senhora tocou, e a visão da ANA é de que o sistema deve, efetivamente, ser descentralizado, e nós temos que valorizar o estado, no sentido de que ele entenda a importância da gestão de recursos hídricos. Alguns estados, por força da necessidade, o Ceará, por exemplo, onde a água é pouca, você tem que se preocupar bastante, avançou nessa questão. Outros eram muito elevados, eram líderes e, com o tempo, foram caindo, que é o caso do meu estado, que, lastimavelmente, não tem mais aquela liderança, assim, do ponto de vista da gestão de recursos hídricos. Hoje, o Ceará é o nosso ídolo, e eu fico muito feliz de estar aqui, com um grande representante cearense, o Dr. Assis, o Dr. Viana. Então, a ANA está trabalhando no sentido de prover os estados com a capacidade, criar capacidade institucional e técnica. Nós temos uma superintendência encarregada, especificamente, da capacitação, e nós estamos trabalhando no sentido de ter capacitação a distância, fortalecimento institucional, e, através da outorga e do cadastramento de usuários, nós estamos fazendo, também, um trabalho de articulação com os estados. Então, eu vejo aí que esse trabalho vai continuar, e a minha esperança é de que a futura diretoria da ANA tenha essa visão do nosso querido Machado, de interagir com os estados, no mais alto nível, e promover esse desenvolvimento dos estados. Eu acho que nós temos um futuro muito bom nesse sentido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A palavra está aberta aos senadores e senadora. Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sra. Presidente, primeiro, eu quero, aqui, cumprimentar o amigo e companheiro José Machado, tive a felicidade de tê-lo como Presidente da Agência Nacional de Águas, durante um período, parte do período em que fiquei como Ministra do Meio Ambiente. Eu acho que ele deu continuidade, com brilhantismo, ao trabalho que vinha sendo feito pelo Dr. Jeferson Kelman, que teve o mérito de tirar do papel uma agência com a qualidade da ANA e, ao mesmo tempo, integrar duas coisas importantes: a gestão do recurso, com forte base técnica, com uma forte articulação institucional e social, em relação com a sociedade. Eu acho que essa presença da ANA, na articulação com os governadores, com os prefeitos, com a realidade local, deu uma qualidade política, no sentido de Política com 'P' maiúsculo, muito relevante para a Agência Nacional de Águas. De sorte que eu quero aqui parabenizá-lo juntamente com toda a sua equipe e não poderia deixar de agradecer na sua pessoa, mas, também, citar pessoas aqui, como o Benedito Braga, citar pessoas como o Viana, o Oscar, que já não é mais o nosso diretor, meu companheiro e amigo Bruno. Eu até, depois, quero fazer um rápido registro em relação ao Bruno, o Varella, o Paulo Varella, Dr. Paulo, o nosso diretor, a Dilma, que, hoje, já não é diretora, mas tive a felicidade de trabalhar com ela também, durante um curto período, o Dalvino, que também foi um diretor, o Joaquim, que não era diretor, mas eram os nossos superintendentes, eu estou aqui fazendo [ininteligível]... Enfim, e dizer que eu não tenho como citar a todos aqui, Braga, mas, Dr. Francisco de Assis, foi um grupo de pessoas que eu aprendi a conviver e aprendi muito sobre a gestão de recursos hídricos, Senadora Marisa Serrano.

Uma das coisas importantes, para mim, primeiro, foi aprender a natureza da Agência, com a sua independência, e, ao mesmo tempo, uma independência não arrogante, porque a ANA, ela surgiu com uma mediação muito forte na relação com a sociedade, não tinha aquela ojeriza, como as pessoas achavam, que ter relação com o Congresso, isso já contamina a autonomia da agência. A ANA sabe fazer isso com muita competência e, ao mesmo tempo, não se deixar levar pela agenda do cotidiano das pressões parlamentares. Então, eu acho que ela, de fato, tem essa característica que o nome comporta, o nome de uma Agência, com nome feminino, ela é bastante integradora dos processos políticos e institucional da melhor qualidade. E acho que uma das coisas importantes que eu gostaria de lembrar aqui foi a contribuição que a ANA deu

para vários processos da gestão dos recursos hídricos, associado(F) à dinâmica do desenvolvimento que não é uma tarefa fácil nos outros setores, a gente ainda está engatinhando como fazer isso e, talvez, nessa Agenda do Desenvolvimento Sustentável, a Agência Nacional de Águas, ela é uma espécie de antecipação, porque ela lida com a questão do recurso hídrico já fazendo a mediação, como é que isso vai ser destinado adequadamente para a produção, para a geração de energia, enfim, para o suprimento das demandas humanas e dos animais, como lidar com a escassez e ao mesmo tempo estranhamento em como regular a abundância como é o caso de Amazônia. Então, a Agência tem um papel muito importante nessa dinâmica inovadora de compatibilizar o uso do recurso natural que é uma base fundamental para o desenvolvimento e a sua proteção.

Uma outra coisa que também foi importante, essa discussão corajosa aqui que a ABRH colocou, da gestão do recurso, mas a cobrança pelo uso da água. Quando eu cheguei no Ministério do Meio Ambiente havia um estranhamento, sobretudo, dos movimentos sociais, de alguns comitês de bacia fazendo uma discussão como se tivesse privatizando a água de um modo geral, inclusive para o atendimento humano, e tivemos todo um trabalho de desmistificação em mostrar que era fundamental a cobrança voluntária pelo uso da água, que esse recurso pudesse ser destinado para ser revertido em benefício para a bacia, onde é realizada a cobrança com qualidade para a melhoria e recuperação de áreas até que já haviam sido degradadas, corpo d'águas que precisava ser recuperados, nascentes que precisam ser recuperadas. Enfim, eu saúdo todo esse esforço.

E vou fazer aqui três colocações muito rápidas. Antes, eu quero fazer aqui um registro. Quando o Dr. Kelman ia sair da Agência Nacional de Águas, eu estava, de fato, muito preocupada como dar continuidade ao trabalho e como ampliar para os novos desafios. E o Bruno disse: "Você tem um pessoa maravilhosa". E eu olhei para ele e ele disse: "O Zé Machado". Ele foi um prefeito muito respeitado, atuante lá no comitê da Bacia do Capivari, Jundiá e Piracicaba, e acho que é uma grande contribuição o olhar de alguém que atuou pelo lado da gestão pública como prefeito e ao mesmo tempo envolvido com comitê de bacias e que teve uma atuação parlamentar muito favorável e até mediadora no processo de aprovação da lei. E os meus olhos brilharam e imediatamente eu liguei para o Machado perguntando se ele concordava e assim trabalhei com o Presidente Lula que acolheu muito afetivamente a sua indicação. Mas o Bruno foi uma pessoa muito importante para mim quando eu cheguei no Ministério, porque ele,

no bom sentido, me deu a ficha de todos os diretores da ANA e ele me dizia o quanto que essas pessoas tinham um valor técnico, que independentemente de terem qualquer vinculação política fazia um trabalho técnico e foi esse olhar que eu tive, num primeiro momento, para os nossos diretores, para os nossos superintendentes e foi assim que eu os recebi.

E por que eu estou falando do Bruno? Porque a cada mudança que acontecia, ele me ajudava muito na articulação para viabilizar o próximo diretor. Inclusive, no caso do Varela, você e ele atuaram diretamente para que a gente viabilizasse. E eu quero aqui lamentar profundamente, independente do que virá no lugar do Bruno, que eu sei que será também uma pessoa de qualidade, que é a pessoa que apresentou a todos com a maior isenção, com a maior articulação, independente de se era de DEM, se era de PSDB, se era de PMDB, se era de PT, não importava, ele se dedicava a isso. No dia em que ele foi ser votado aqui, nessa Casa, infelizmente nessa Casa, que ele se articulava tanto com tantos Srs. Senadores aqui de diferentes partidos, talvez o tenham usado como vingança por alguma razão contra o Presidente Lula, ou por alguma razão contra mim ou por alguma razão contra a própria Agência Nacional de Águas, porque quem perdeu foi a Agência Nacional de Águas e quem perdeu foi o sentido de ética, da justiça quando se avalia o currículo de uma pessoa.

Eu quero fazer essa reparação, Machado, porque foi algo que foi muito doído, não porque eu tivesse qualquer interesse pessoal em relação a Sr. Bruno, mas porque foi uma injustiça que essa Casa cometeu com aquele que a ajudou a promover a justiça com o currículo, a biografia e a competência de todos os senhores, que eu sei, ele estava correto. Então, esse é um registro que eu quero fazer. Ele nunca me pediria para fazer isso, nem sei se ele vai concordar com isso que eu estou fazendo aqui agora, mas eu me sinto na obrigação de fazer.

A pergunta que eu faço aqui é para os três expositores, nossos parceiros de trabalho aqui no Congresso, Senadora Marisa Serrano. Primeiro, para a ABRH, o Dr. Francisco de Assis. Se há necessidade de mudanças ou complementações no Marco Regulatório da gestão de recursos hídricos e quais seriam alguns exemplos que já pudesse citar, porque nós temos uma lei aprovada, nós temos uma série de desdobramentos, mas aqui foi mencionado, já, que talvez tenhamos que fazer algumas mudanças ou reavaliações, então, alguns exemplos do que poderíamos nos debruçar para trabalhar em relação ao Marco Regulatório.

E para o Presidente Machado que, no meu entendimento, fez toda essa macroavaliação de forma

brilhante, se a implementação do Plano de Recursos Hídricos em que pela está, sobretudo, no desdobramento nos estados, porque uma coisa foi o Plano Nacional de Recursos Hídricos, mas nós sabemos que isso tem um rebatimento nos estados aonde a coisa, de fato, acontece. Em que pé está isso e quais são os desafios para a implementação do plano daqui para frente?

E para o Dr. Braga em relação à Agência de Bacias e o desafio da internalização do recurso em benefício da própria bacia. Porque eu sei que nós conseguimos dizer que o recurso seria prioritariamente aplicado na bacia, conseguimos isso numa luta muito grande com o Ministério da Fazenda, mas eles acabaram nos aplicando uma peça, que o dinheiro que é recolhido, que é arrecadado pela cobrança voluntária, ele tem que sair do próprio recurso do Ministério do Meio Ambiente, não é uma adicionalidade. Como é que isso está sendo tratado, porque no decorrer do processo virará um problema. Quanto mais arrecadarmos, se o dinheiro do Ministério não é aumentado, não é adicionado, isso vai subtrair o nosso próprio recurso, é como uma cobra que come a sua própria calda. Então, eu gostaria de saber como se pode fazer para evitar essa injustiça, porque o Ministério tem o seu orçamento a agência nacional fez todo um trabalho para fazer a cobrança voluntária, o usuário faz o pagamento na expectativa de que o dinheiro retorne para a bacia, mas como você continua tirando da mesma cesta não há adicionalidade.

Então, são essas as perguntas que gostaria de fazer e agradecendo a toda diretoria, aos superintendentes, aos funcionários pelo trabalho que fizeram durante a minha gestão e de um modo particular a esse amigo, Machado, que eu até brincava com ele. Ele tem um nome certo para o lugar certo, porque água se pode cortar de machado a vontade, talvez não fosse o melhor nome para cuidar da Secretaria de florestas.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador João Pedro com palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente Marisa Serrano, eu quero pedir a palavra apenas para registrar e dar um testemunho, aqui nesta Casa e fora da Casa, inclusive em nível internacional do interesse dos dirigentes da Agência Nacional de Água em construir uma cultura, uma consciência(F), uma gestão pública sobre as nossas bacias.

Essa experiência do Estado Brasileiro em fazer a gestão das nossas bacias, das águas brasileiras, ela é muito recente. Há bem pouco tempo do ponto de vista da história, ninguém imaginava ter uma preocu-

pação nos moldes dos dias atuais, do século XXI. Eu sou testemunho na pessoa, em todos os diretores, do Benedito Braga, mas eu quero dizer ao José Machado que é o Diretor-Presidente da ANA, para toda a sua equipe, eu quero dar esse testemunho do empenho de todos vocês no âmbito do Congresso, nas discussões regionais por este Brasil afora, no 5º Fórum Mundial das Águas, na Turquia e em Istambul, a presença do Brasil com as suas contribuições do ponto de vista, não só de discutir Marcos Regulatórios, mas da gestão como um todo, a preocupação do Brasil com esse tema tão atual. Em Istambul, a gente pôde testemunhar. Já no Império Romano o cuidado e a preocupação que eles tinham como tratar a água, como preservar, como trabalhar esse debate, essa preocupação com a água.

Eu quero desejar, nesse final de gestão, caminhos novos com muita sabedoria, luz, saúde e com esse compromisso público de V. Exas.. Eu quero dizer que quem ganhou foi o Brasil, foi a sociedade, estava dizendo que esse é um processo novo do Brasil da ANA, da agência, outros diretores virão, é papel do Senado ter a responsabilidade de analisar, de votar, é papel dessa Comissão do Meio Ambiente fazer permanentemente avaliações, discussões, seminários, Audiências Públicas sobre esse debate. Esse é um debate do povo brasileiro, da sociedade brasileira. Esse é um debate que diz respeito a países que compõem a fronteira com o Brasil, que compõem a América do Sul, é um grande desafio. A minha região, a Amazônia, não pode viver sem uma gestão, sem uma agência estruturada, ampliada, presente em todo o Brasil, mas principalmente na Amazônia. E da pessoa do Presidente José Machado, eu quero dizer da minha alegria de ter testemunhado o esforço público de vocês fazerem o melhor pela ANA, mas pelo Brasil, pelas bacias, pelos povos, pelas águas brasileiras.

Parabéns. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Bem, algum comentário final? Porque nós vamos partir para o encerramento dessa parte e vamos entrar na votação dos projetos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Então, me perdoe. Ministra Marina está aqui dentro? Bem, enquanto a Marina não chega, Jefferson Praia com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu cheguei atrasado--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Nós vamos ter votação de projeto daqui a pouquinho, então nós vamos ter que agora... Agora já estamos chegando perto da pressa. Mas antes vamos ouvir V. Exa.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu apenas gostaria de... Eu cheguei atrasado, perguntava do João Pedro sobre se os senhores tinham colocado, já que estamos encerrando uma gestão, tinham colocado algumas sugestões a serem feitas da experiência. Acredito que todos nós que assumimos qualquer missão, nós ganhamos muitas experiências, conseguimos aprofundar na análise dos problemas e saímos com muitas ideias ainda.

Então, eu não sei se foi feito isso, eu gostaria de ouvir os senhores. Nós somos da Amazônia, eu e o Senador João Pedro, eu sou de Estado do Amazonas, tenho uma grande preocupação com a água no nosso estado, eu acho que deixamos muito a desejar pelo menos em relação ao estado do Amazonas, eu não me sinto satisfeito com o que vejo quando vejo municípios que não têm compromisso com a água dentro do contexto da abrangência do município, da sua área e acredito que nós temos desafios enormes. Então a minha preocupação é essa. Quando percebo saneamento básico, tivemos recentemente um estudo que apontou que o Brasil precisará de 200 anos para atender as demandas, Senador Casagrande, atuais em relação ao saneamento básico. Então, nós não fazemos investimento em saneamento básico, prefeito não faz saneamento porque a população quer outras coisas, tem gente que pergunta: "A senhora quer água ou quer asfalto?" Isso é pergunta que se faça para um município? "A senhora quer uma rede de esgoto ou quer asfalto?"

Então, o nosso desafio é enorme, porque não vejo compromisso dos governantes municipais, estaduais e eu acredito, a nível Federal também, nós precisamos avançar nessa questão da água. Não vejo, e aí me desculpem os senhores estão trabalhando essa questão, mas eu gostaria de saber que avanço tivemos. "Não, Jefferson, estava aquilo, avançamos dois passos. Não, estava aqui avançamos um centímetro". O que precisamos para avançar mais? Porque, pelo menos aonde eu conheço, no Estado do Amazonas, que tem muita água, graças a Deus, e por isso os problemas não são grandes, mas nos municípios você já percebe igarapés sendo poluídos. Em Manaus, por exemplo, é a cidade dos igarapés poluídos. Quem quiser tomar banho no igarapé vai ter que sair da área urbana uns 30 km, acabaram com tudo, nós acabamos, porque eu sou de lá, eu ajudei também, vamos colocar assim já que não fiz nada para proibir aquela poluição toda.

Então, essa é minha preocupação, me desculpem se eu estou colocando alguma coisa que... Mas os senhores que entendem melhor do assunto do que eu; se tem alguma luz, se tem alguma coisa [ininteligível] o que precisam fazer? O que o Brasil precisa fazer para de forma prática... Uma coisa é o que queremos outra coisa é o que dá para ser feito. O que dá para ser feito para irmos avançando nessa questão de não termos águas sendo tratadas de forma inadequadas no nosso país?

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, com a palavra, então, o Presidente José Machado.

SR. JOSÉ MACHADO: Senadora Marina... Bom, eu já foi advertido pelo Presidente que o meu tempo tem que ser muito objetivo por conta da agenda da comissão.

Então, a ministra Marina me levanta algumas questões. Primeiro agradecer os comentários generosos da querida amiga.

Em relação ao plano, o Plano Nacional de Recursos Hídricos é um grande plano diretor. É um plano de diretrizes e essas diretrizes estão sendo aplicadas sistematicamente. Nós, na ANA, definimos que o plano deveria ser a ferramenta principal para materialização do nosso plano de aumento(F) estratégico, portanto a ANA escolheu as diretrizes, hierarquizou as diretrizes do plano e as suas principais ações procurando transformar isso na nossa prática dentro daquilo que nós temos de capacidade operacional dentro da ANA.

O desdobramento... Uma das deficiências do plano que nós estamos tentando corrigir, pouco a pouco, é introduzindo metas ao plano, porque eu advogo a necessidade de nós termos um plano de metas, não apenas um plano diretor, mas um plano que tenha também compromissos temporais para que a gente possa ter até uma condição melhor de fazer uma boa avaliação. Então, o plano nacional está passando por um processo de detalhadamente, está recebendo metas no que concerne às atividades de responsabilidade da ANA e o desdobramento nos estados, Ministro, os estados não respondem homogeneamente a política de recursos hídricos. Alguns estados estão muito bem, estão avançando no fortalecimento dos órgãos gestores, estão se capacitando, estão aplicando menos recursos que tem sido repassados pela ANA através do PROÁGUA, através de outros programas, mas alguns estados estão inertes ou estão ainda muito titubeantes em relação a se prepararem para ter uma política de recursos hídricos efetivos.

Então, o nosso esforço tem sido no sentido de pressionar os estados. Nós estamos pressionando

incessantemente os estados para que eles tenham, Senador Jefferson Praia, órgão gestor de recursos hídricos. Então, no que diz respeito, por exemplo, ao Amazonas, nós achamos que o Estado do Amazonas ainda não tem um órgão gestor de recursos hídricos e é uma necessidade, porque a política de recursos hídricos ela não pode ficar sem identidade, ela precisa ter uma identidade porque ela tem instrumentos, ela tem diretrizes e instrumentos e precisa ter uma equipe técnica minimamente constituída para poder liderar esse processo. Quando essa política está embutida em outros órgãos, ela fica meio sem identidade, sem personalidade, e a maioria dos estados ainda não desabrochou para essa necessidade de ter uma instrumentação para fazer a política avançar. O caso do Amazonas e da região Amazônia que é muito específica em função da abundância de água, é um estado que ainda, digamos, do ponto de vista da escassez, está muito... Nem dá para falar em escassez de água na Amazônia, 70% da disponibilidade de água do Brasil está lá e do planeta se nós pudermos colocar. Agora, os igarapés é verdade.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): E V. Exa. me permite rapidamente um aparte? Nós estamos num momento lá de seca. Então, olha só que coisa paradoxal, no meio da água as pessoas não têm água, Senador Casagrande, porque dependendo da posição onde estão localizadas as... Aonde as pessoas estão nas comunidades, por exemplo, os lagos aqui está, por exemplo, o rio passando aqui se estiver os lagos aqui em local um pouco mais alto com a vazante, a água sai daqui toda e os rios secaram, os peixes estão morrendo e as comunidades que estavam próximas aqui estão sem água para beber, para você ter uma ideia.

SR. JOSÉ MACHADO: Essa é uma questão crucial na Amazônia, as populações ribeirinhas. O Estado Amazonas com o apoio da ANA desenvolveu uma experiência que ainda precisa ser, digamos, ganhar escala, que é aproveitamento de água de chuva, porque do mesmo modo que no Nordeste, no semiárido, foram feitas as cisternas para armazenar água de chuva, na Amazônia nós podemos fazer uma adaptação e aproveitar água de chuva com caixas d'água menores porque lá chove com mais frequência e você não precisa armazenar para o ano todo, você pode armazenar por alguns dias ou por alguns meses. Então, é perfeitamente possível... Nós precisamos ganhar escala. A diretoria da ANA tomou uma decisão, agora, esta semana, de oficial ao Ministério do Desenvolvimento Social para ver se existe possibilidade de nós constituirmos um programa de dotação desses equipamentos para as populações ribeirinhas

para que elas possam ter água potável, água de boa qualidade, porque às vezes a água está ali, mas ela está em indisponível para o consumo. Às vezes até rios que pela condição da natureza não são apropriados para consumo humano, mesmo que não estejam poluídos. No caso dos igarapés, eles estão poluídos. Em muitos casos, estão poluídos por esgoto doméstico lançado *in natura* sem nenhum tratamento. Essa é uma responsabilidade do setor de saneamento, que a área de recursos hídricos, que é a nossa área, está permanentemente colaborando e pressionando para que o setor de saneamento venha dar respostas para o país inteiro, em particular para a Amazônia. Eu acho que a política de saneamento está engatinhando, mas ela tem futuro, eu acredito nisso, esta Casa aprovou um novo Marco Regulatório do setor de saneamento que eu espero que tenha um futuro brilhante daqui pra frente, mas se o setor de saneamento não tiver recursos, que não são poucos, para investir em tratamento de esgotos e destinação adequado dos esgotos e do lixo urbano, de fato, nós vamos continuar poluindo os corpos d'água que estão ao lado das nossas casas, contaminando as nossas vidas e comprometendo a qualidade de vida das crianças, sobretudo, que morrem muitas vezes por razões banais, por problema de qualidade de água.

Então, o senhor tem toda razão e nós temos que, a par de trabalhar pela implantação da Gestão de Recursos Hídricos na Amazônia, nós temos que, enquanto ANA, fazer o monitoramento dos corpos d'água porque isso com uma rede cada vez mais sofisticada, que é o que nós estamos trabalhando para ter redes telemétricas em números cada vez maior na Amazônia, sobretudo, nos rios fronteirizos e transfronteirizos para que esta água que é importada de outros países chegue em boas condições e buscando cooperação com outros países como estamos, nesse momento, estabelecendo cooperação com outros países para fazer uma gestão integrada na bacia Amazônica. Mas são desafios que o senhor tem toda razão e nós precisamos trabalhar para isso.

Agradeço as palavras do Senador João Pedro e a Ministra Marina é isso, quer dizer, os estados estão elaborando seus planos estaduais de recursos hídricos com apoio do Ministério do Meio Ambiente e da ANA, os comitês de bacia estão se dissiminando nos estados, nos estados estão, mas, como eu disse, em níveis diferentes, alguns estados como o Ceará, como o Dr. Braga falou, na vanguarda outros estados, na retaguarda estão engatinhando.

Então, esse trabalho de apoio aos estados de exortação aos estados, essas visitas que a Comissão de Meio Ambiente está fazendo aos estados com

a proposta do Senador Casagrande, me parece que é uma contribuição importante que esta Casa dá na medida em que leva para os estados o debate, porque nós precisamos fazer a cabeça dos governadores para que eles tomem a decisão de criar o órgão gestor. O caso, por exemplo, dos estados que vão receber as águas do Rio São Francisco, alguns estados ainda não têm seu órgão gestor instituído, não têm técnicos, nem quantidade suficiente, nem com qualificação necessária para fazer a boa gestão das águas.

Então, eu acho que o plano é um excelente plano, ele está sendo implementado dentro de uma velocidade possível, mas não há dúvida de que nós temos que incrementá-lo e aperfeiçoá-lo. Sobretudo, esse é um debate que nós iniciamos em Istambul com o Senador Casagrande, nós advogamos que em algumas situações precisamos criar algumas políticas vinculantes na área de recursos hídricos, obrigar os estados da Federação a cumprir determinadas obrigações porque se ficar nesse voluntarismo, a gente nunca vai ter porque aí é aquilo que o Senador Jefferson Praia colocou: é esgoto ou asfalto? Ora, é o pior dos mundos, é um dilema de Sofia a gente discutir entre esgoto ou asfalto, ou entre política de recursos hídricos ou política de obras públicas. Quer dizer, fica um dilema terrível. Então, se nós não criarmos algumas vinculações dentro do nosso pacto federativo, eu acho que nós vamos continuar tendo problemas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente José Machado. Rapidamente, Francisco para também fazer um esclarecimento. Um minuto.

SR. FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA FILHO: Primeiro, fazer um registro da presença da futura Presidente da ABRH a partir de janeiro, Dr. [ininteligível]. Segundo, não posso deixar de comentar a questão da Senadora Marina Silva, sua questão é extremamente relevante, o tempo não vai dar para respondê-la na forma ampla. Eu me comprometo, pessoalmente, em viabilizar um documento e vou sugerir, inclusive, a ABRH para montar uma comissão para fazer isso de forma mais sistemática, mas pessoalmente já tem o meu compromisso.

E dois pontos rápidos, um seria essa questão do diálogo. Existe a dominialidade dupla da água entre os Estados e a União e uma das questões é exatamente esse diálogo entre os Estados e a União e uma das possibilidades, inclusive, é da criação de instrumentos econômicos para incentivar os estados a agirem e cumprirem metas. E uma segunda questão, um segundo tema extremamente relevante, é a questão de gestão de água nos municípios que integra aí gestão de águas urbanas das grandes metrópoles.

Então são dois temas, só para citar dois, mas a gente promete fazer uma posição mais sistemática e trazer para a senhora, pessoalmente me comprometo com isso e vou sugerir a ABRH para fazer uma comissão para fazer isso com uma qualidade superior.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Francisco. Eu quero, então, agradecer-lo, agradecer muito ao Benedito Braga.

SR. BENEDITO BRAGA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Braga tem? Desculpe.

SR. BENEDITO BRAGA: Um minuto, pode ser?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode, pode.

SR. BENEDITO BRAGA: Obrigado, ministra, Senadora Marina Silva. A questão que a senadora coloca é extremamente importante, porque essa contribuição que vem das bacias hidrográficas é como se fosse um condomínio, quer dizer não é imposto, é um condomínio que se o sujeito quiser pagar ele paga, se o comitê da bacia disser assim: "Daqui para frente não tem mais cobrança", não tem.

Portanto, não é justo que o Ministério da Fazenda passe a mão nesse dinheiro, aí na gestão da Ministra Marina, nós conseguimos que o Ministério da Fazenda não passasse a mão no dinheiro, que fosse um recurso não-contingenciável. Isso foi bom de um lado, mas de outro foi ruim, porque aí obrigava a gente gastar esse dinheiro e comprometendo um orçamento, porque isso daí é uma coisa específica lá da bacia hidrográfica.

Então, eu ainda não tenho a saída para esse ponto, acho que é relevante, nós estamos trabalhando nisso, entretanto, o que tem acontecido, ministra, é que nós melhoramos o nosso orçamento e a cobrança não tem impactado as nossas ações, felizmente, não é, mas uma situação de orçamento apertado isso daí vai ser um problema que nós vamos ter que resolver.

E só comentar a questão que o Senador Jefferson Praia colocou que Manaus tem os mesmos problemas do Rio de Janeiro, de São Paulo, quando o pessoal fala de Amazônia fala da floresta, etc, mas se esquece de que os problemas urbanos são terríveis. Então a ANA tem um programa chamado PRODES que é uma forma de subsidiar o município de forma inteligente, ao invés de dar o dinheiro para o prefeito, ele deposita o dinheiro na Caixa Econômica e o prefeito só pode retirar o dinheiro quando a estação de tratamento de esgoto estiver funcionando. Então, se ele conseguir com a própria Caixa um empréstimo, ele pode fazer a estação de tratamento e resolver o problema. Esse

programa está aí, é o Governo pegar. A ANA não tem condição, no seu orçamento, de fazer, quer dizer tem áreas do Governo, quer dizer, essa Casa aqui poderia mostrar para o Governo que é uma forma inteligente de resolver o problema e que implica em eficiência, em transparência e todas as coisas boas.

Quer dizer, então, respondendo especificamente sobre a pergunta, tem um programa, sim, basta o Governo pôr dinheiro nele.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Benedito. Obrigado Francisco. Obrigado José Machado e eu tenho certeza que José Machado e Benedito que vão agora... Encerraram o mandato na direção da ANA, como diretores da ANA, mas continuaram militando, naturalmente, nessa área, colaborando e ajudando, prestando e emprestando toda a experiência que vocês têm para que nós possamos aqui dar continuidade a um trabalho importante nessa área de recursos hídricos.

Muito obrigado, e eu suspendo a reunião por 30 segundos para que a gente possa despedir os convidados e retomaremos com a votação dos projetos.

[Sessão suspensa às 12h27]

[Sessão reaberta às 12h29]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Estamos, então, reabrindo a nossa sessão, a nossa reunião e partiremos para a segunda parte desta sessão--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --que será a votação de matérias que estão em pauta.

Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de, aproveitando a estada aqui do Presidente dos diretores da ANA, que têm interesse também num Projeto de Lei, projeto que veio da Câmara, o PLC nº 168, que institui e estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, nós queríamos homenagear a Agência Nacional das Águas, a ANA, e ao seu Presidente José Machado analisar esse projeto e colocá-lo a apreciação desse colegiado. É um extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em apreciação o requerimento do Senador Gilberto Goellner, quem for favorável permaneçam como se encontram. Aprovado. Está incluído extrapauta o Projeto de Segurança de Barragem.

Item 1 da pauta, "*dispõe sobre o tratamento a ser dado ao avisos oriundos do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e de outros*

órgãos e entidades da administração pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle". É de minha autoria e foi concedido vistas a Senadora Marisa Serrano, e ela já leu, estudou, já me deu aval para que a gente possa votar a matéria.

Em discussão o Item nº 1. Não havendo quem queira discutir, em votação a proposta de ato. Senadores e Senadoras que forem favoráveis a votação da matéria permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 2. Projeto que Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa de Concorrência, "*dispõe sobre prevenção e repressão de infrações contra a ordem econômica. Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. O Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 41, Código de Processo Penal, e a Lei 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga as disposições da Lei 8.884, de junho de 94, e a Lei 9781, de janeiro de 99; e dá outras providências*". Autoria, Deputado Carlos Eduardo Cadoca. Relatoria, Senador João Pedro. Relatório, favorável a matéria com Emenda que apresenta.

Então com a palavra, Senador João Pedro para apresentar o relatório da reestruturação do CADE. Aproveito e registro, aqui, com alegria, a presença de Arthur Badin que é Presidente do CADE, está acompanhando a votação e da Mariana de Araújo, que é a Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça, muito obrigado pelas suas presenças; e o Secretário Murichita(F), também, que acaba de chegar, que é Diretor do Departamento, muito obrigado pela sua presença, pode tomar assento em uma das cadeiras.

Senador João Pedro, em condições de apresentar o relatório? Matéria importante já negociada acordada nas diversas comissões da Casa, se pudermos apreciá-la eu já faço a defesa da matéria porque já foi um entendimento feito para que este relatório pudesse ser apreciado, já foi apreciado em outras comissões e nós estamos precisando reestruturar o CADE porque dará, naturalmente, agilidade decisões preventivas e nós teremos condições de clarear a função de cada órgão na defesa da livre concorrência.

Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, do relatório. O relatório é extenso, vou ler parcialmente ele, mas vou para a análise fazer o Item 2.

"O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009 incorpora substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 3.937, de 2004, de autoria do Deputado Carlos Eduardo Cadoca e ao Projeto de Lei 5.877, de 2005, de autoria do Poder Executivo e tem o objetivo de estruturar o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Na redação proposta, 128 artigos compõem este projeto. Destaca-se a seguir, sinteticamente, os dispositivos do projeto com ênfase nas alterações produzidas em relação ao ordenamento jurídico vigente. O art. 2º mantém as atuais regras sobre a aplicação territorial da lei. O art. 3º a 20 reestrutura o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o CADE, que passa a ser composto por um tribunal administrativo, uma Superintendência-Geral e um Departamento de Estudos Econômicos. De forma genérica, pode-se afirmar que o Tribunal assume as atuais atribuições do Plenário do CADE que são de julgar os processos administrativos de infração a ordem econômica e analisar atos de concentração econômica.

A Superintendência-Geral, por sua vez, assume as atribuições da atual Secretaria do Direito Econômico do Ministério da Justiça, no que tange a Defesa da Concorrência, são em regra poderes para iniciar processos ou simplesmente arquivá-los com possibilidade ou não de o tribunal rever a decisão de arquivamento, conduzir investigações e propor sanções a serem aplicadas pelo Tribunal. O objetivo de tais demandas é colher provas de condutas e efeitos caracterizadores de infração a ordem econômica ou de danos derivados de concentração empresariais”.

Eu vou passar para a análise do projeto. É isso que o Senador Renato Casagrande chamou a atenção de que há entendimento, todo ou um processo de construção desse projeto.

Da análise: “O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União para legislar sobre direito econômico. As regras sobre iniciativa parlamentar foram observadas e, portanto, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade formal.

Foram observadas as regras pertinentes à regimentalidade dado que nos termos do inciso III, alínea ‘c’ e ‘e’ do art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle opinar sobre as políticas e assuntos desenvolvidos pelo Poder Público, relativas à defesa dos direitos do consumidor, defesa da concorrência e repressão da forma e atuação ilícita de monopólios, bem como avaliar as relações custo e preço de produtos, bens e serviços com vistas a estabelecer normas de repressão à usura aos lucros excessivos, ao aumento indiscriminado de preços e à cartelização de segmentos do mercado.

Quanto à juridicidade, observo o projeto, os aspectos. A) inovação porque reestrutura o CADE. 2) efetividade e coercitividade representadas pelo poder vinculante de suas decisões ao caso concreto. C) espécie normativa adequada, já que a Defesa da Con-

corrência e a repressão ao uso de poder econômico devem ser disciplinadas por lei ordinária. D) generalidade, uma vez que as normas do projeto se aplicam indistintamente a todas as pessoas naturais e jurídicas, esta de direito privado ou público.

No que respeita a técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 98, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria adversa ao tema tratado na proposição e a sua redação. Na forma do substitutivo apresentado, a nosso ver, não merece reparos.

Quanto ao mérito, o projeto traz inegáveis avanços e comparado a legislação atual, como anotam os aspectos a seguir mencionados.

Primeiro, porque confere maior celeridade a instrução e ao julgamento dos processos do CADE. O projeto une em uma mesma entidade as funções da instrução – a cargo do Superintendente-Geral – e de julgamento – a cargo do Tribunal – dos processos administrativos de competência do CADE, o que contribui para a celeridade da conclusão da análise processual.

Pelo projeto, o Tribunal não pode mais estabelecer férias coletivas do colegiado e do Procurador-Geral, o que contribui para a celeridade na análise processual. Esse mecanismo de receber coletivo, previsto na lei em vigor, contribui para a demora na análise processual, dado que provoca a suspensão dos prazos processuais.

A elaboração de pareceres pela Procuradoria nos processos de competência do Tribunal deixa de ser uma exigência – peça essencial a instrução -, e passa a ser uma opção exercida por decisão do Conselheiro-Relator ou do Superintendente-Geral. Isso confere maior agilidade à instrução e ao julgamento, mesmo porque a solicitação de tal parecer não provocará a suspensão de prazo de análise do processo, nem impedirá a sua inclusão em pauta para julgamento. A elaboração de pareceres econômicos também passa a ser uma opção a cargo do Conselheiro-Relator e a tarefa passa a ser incumbida ao Economista–Chefe, o que também confere agilidade ao processo.

O Superintendente-Geral poderá aprovar os atos de concentração por decisão monocrática. Como é cabível recurso por terceiro interessado, e como o próprio Tribunal poderá avocar o processo, não há prejuízo algum para as competências do Tribunal. Em consequência, a pauta do Tribunal estará desafogada de atos de concentração de menor complexidade, os quais poderão ser aprovados por decisão monocrática do Superintendente-Geral.

Segundo, porque confere maior independência funcional para os membros do CADE.

O projeto fixa mandato de quatro anos sem recondução, para Presidente e Conselheiros o que constitui mecanismo capaz de conferir maior independência funcional aos membros, se comparado ao modelo de mandato de dois anos com uma prorrogação, pois o processo de recondução é capaz de produzir perda momentânea de independência funcional para o membro do Tribunal.

O art. 113 do projeto implanta o sistema de mandatos não coincidentes, o que constitui medidas salutar para a independência do CADE e a estabilidade de suas decisões.

Terceiro, porque confere mais poderes de instrução para o CADE. Pelo projeto, o Tribunal do CADE pode exigir colaboração de outros órgãos e entidades federais, independentes de exigir convênio. O projeto permite, ademais, em seu art. 88, § 7º que o CADE exige a apresentação de atos de concentração não adstritos aos parâmetros de apresentação indicados na lei.

Quarto, porque atribui ao SEAE o papel de 'advogado da concorrência' e o SEAE passa a promover, de forma explícita, o papel de advogado de concorrência em amplos poderes com amplos poderes para A) opinar sobre atos de órgãos públicos ou privados, em especial das agências reguladoras que esteja em processo de consulta pública. B) opinar sobre proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional. C) elaborar estudos setoriais de ofício ou quando requerido pelo CADE. D) denunciar o órgão competente a existência de ato normativo de caráter anticompetitivo.

Quinto, porque confere mais atribuições para o Presidente de CADE. Pelo projeto, será o Presidente, e não do Plenário do Tribunal, a competência para firmar contratos e convênios com órgãos ou entidades nacionais e submeter, previamente, ao Ministério de Estado da Justiça os que devem ser celebrados com organismos estrangeiros ou internacionais.

Por sua vez, as emendas apresentadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e de Serviços de Infraestrutura são meritórias pelos fundamentos devidamente apresentados nos respectivos pareceres aprovados e, portanto, merecem ser acolhidas.

Deve-se observar, entretanto, que a Emenda nº 21, do CCT apresenta erro material, pois ao inovar redação do inciso I do art. 88, do projeto acabou por revogar o restante do artigo por deficiência de técnica legislativa. Daí a necessidade de adoção de subemenda por esta comissão, a qual tem idêntico conteúdo, sendo tão-somente corretivo do erro material.

Deve-se observar, ainda, não ser meritória a Emenda nº 1, a qual deve ser rejeitada e adotada nova emenda para essa comissão, para restabelecer a com-

petência outorgada a SEAE no inciso VII do art. 19, do PLC nº 6, de 2009, mas com a seguinte redação: 'manifestar-se-á quando julgar pertinente ou for solicitada a respeito do impacto concorrencial de negociações a cerca do acesso ao mercado brasileiro'.

Essa redação mais abrangente que a original é capaz de fomentar com mais robustez as atribuições outorgada pelo PLC nº 6, de 2009, à SEAE, no âmbito de advocacia da concorrência".

O voto. "Pelos motivos expostos, manifestamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, com a emenda abaixo apresentada, pela aprovação das Emendas nº 1 a nº 20, a nº 22 e o nº 28, da CCT, com subemenda substitutiva a Emenda nº 21, pela aprovação das Emendas nº 2, nº 3 da CI, e pela rejeição da Emenda nº 1 da CI".

Subemenda substitutiva. "Dê-se ao inciso I do caput do art. 88, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, a seguinte redação:

Art. 88: Serão submetidos ao CADE pelas partes envolvidas na operação os atos de concentração econômica em que, acumulativamente: I) pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios total no país, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

Dê-se ao inciso VII do art. 19, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, a seguinte redação:

Art. 19, inciso VII. Manifestar-se-á quando julgar pertinente ou for solicitada, a respeito do impacto concorrencial de negociações acerca do acesso ao mercado brasileiro".

É isso, Sr. Presidente. O voto.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, submeto a aprovação. Os que tiverem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado com a subemenda, com as emendas e pela rejeição da Emenda nº 1, da CI. Aprovado.

Gostaria de pedir inversão de pauta. A inversão para introdução do Item 5 da pauta, que é de minha relatoria.

Eu passo, então, ao Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Vamos... O pedido de inversão de pauta do Senador Gilberto Goellner, Senadores que

forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado. Que trata da Política Nacional... É o Item nº 5, Senador?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Da Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária.

Com a palavra Senador Gilberto Goellner. Expedito Júnior é o autor. Relatoria, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, esse projeto veio da Câmara e opinamos pela rejeição do PLS nº 260, de 2007 e pela aprovação do PLC nº 78, na forma do seguinte substitutivo: Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, e aonde se lê: silvicultura... A nossa proposição é que se coloca a palavra 'floresta' conforme entendimentos que se fez principalmente com a área da EMBRAPA.

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Instituição da Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária, com os objetivos de melhorar a forma de sustentar a produtividade e a qualidade dos produtos, e a renda das atividades agropecuária, por meio de aplicação de sistemas integrados de exploração de lavoura, pecuária e floresta em áreas já desmatadas como alternativas ao monocultivos tradicionais. II) mitigar o desmatamento provocado pela conversão de áreas e vegetação nativa em áreas de pastagem ou de lavouras, contribuindo, assim, para manutenção de áreas de preservação permanente entre a Reserva Legal. III) estimular o desenvolvimento e pesquisas científicas tecnológicas voltadas para esses sistemas de produção integrados tanto pecuária-lavoura, pecuária-floresta, lavoura a floresta, e lavoura a pecuária e a floresta. IV) estimular e promover educação ambiental por meio de ensinamentos diferentes disciplinas em todos os níveis escolares, assim como os diversos agentes das cadeias produtivas no agronegócio, tais como fornecedores insumos, matérias-primas, produtores rurais para a sociedade de um modo geral. V) promover a recuperação das áreas de pastagem degradadas por meio de sistemas produtivos sustentáveis, principalmente a integração lavoura-pecuária-floresta. VI) apoiar a adoção de práticas e sistemas agropecuárias e conservacionista, que promova a melhoria e a manutenção dos teores matéria-orgânica do solo. VII) diversificar a renda do produtor e fomentar novos modelos de uso da terra, visando a sustentabilidade da agricultura com a preservação ambiental. VIII) difundir e estimular práticas alternativas ao uso de queimadas na agropecuária visando mitigar os impactos dessas

impropriedade químicas, físicas e biológicas do solo, reduzindo tamanhos impactos para diversidade da fauna e da flora. IX) fomentar a diversidade dos sistemas de produção com inserção dos recursos florestais visando à exploração comercial de produtos madeireiros e não-madeireiros, por meio da silvicultura e da reconstituição de corredores de fauna, da proteção de matas ciliares e reservas florestais ampliando a capacidade de geração de renda do produtor. 10) estimular e difundir sistemas agrosilvipastoris, aliados às práticas conservacionistas de bem-estar animal.

Parágrafo Único: a integração de lavoura-pecuária-floresta é definida como diferentes sistemas produtivos de grãos, frutíferas, fibras madeiras, carne, leite e agroenergia implantados em uma mesma área em consórcio, em rotação ou em sucessão com vista à recuperação de áreas degradadas e a diversificação das atividades econômicas no âmbito da propriedade com sustentabilidade social, econômica e social.

Art. 2º: A política nacional da integração lavoura-pecuária-floresta será implementada com base nos seguintes princípios: I) preservação e melhoria das condições físicas, química e biológicas do solo, pastagem e lavoura. II) sustentabilidade econômica dos empreendimentos agropecuários. III) investigação científica e tecnológica voltada ao desenvolvimento dos sistemas integrados envolvendo a agricultura, pecuária e floresta de forma sequencial ou simultânea na mesma área; integração do conhecimento tradicional sobre o uso sustentável de recursos nacionais; sinergia entre ações locais, regionais e nacionais. VI) cooperação entre o setor público e privado como organizações não governamentais e empresas. VII) estímulo à diversificação de atividades econômicas, no âmbito da agricultura familiar quanto nos grandes empreendimentos agropecuários. VIII) observância do zoneamento ecológico econômico do Brasil em respeito às áreas de proteção ambiental de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas. IX) observância aos princípios de lei e leis estabelecidas para a preservação ambiental. X) incentivar a adoção do plantio direto com prática de manejo do solo.

Art. 3º: Compete ao Poder Público, no âmbito da Política Nacional, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta: definir planos de ação e regional, nacional com a participação das comunidades locais. II) estimular a adoção de rastreabilidade de certificação de produtos pecuários, agrícolas e florestais, oriundos dos sistemas integrados de produção. III) capacitar os agentes de extensão rural a lidar com os respectivos, com os aspectos ambientais econômicos dos processos da diversificação, rotação, consorciação e sucessão das atividades de agricultura e pecuária em floresta. IV)

criar e fomentar linhas de crédito rural consoantes com os objetivos e princípios da Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta. V) estimular a produção integrada, o associativismo, o cooperativismo e agricultura familiar. VI) promover a geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias. VII) fiscalizar a aplicação de recursos provenientes de incentivos creditícios fiscais. VIII) controlar os riscos de desequilíbrio ambiental por meio do licenciamento das atividades do Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, no entorno das áreas de proteção ambiental; ter relevante interesse ecológico de reservas extrativistas, parques estaduais, parques nacionais, florestas estaduais e nacionais. IX) difundir a necessidade de racionalização do uso de recursos naturais nas atividades agropecuárias por meio da capacitação de técnicos e produtores rurais, agentes do Poder Público, estudantes de ciência agrárias e outros, e por meios de comunicação. X) assegurar infraestrutura local necessária aos mecanismos de fiscalização do uso conservacionista dos solos. XI) estimular e fiscalizar o uso de insumos agropecuários. XII) estimular a mudança do uso das terras de pastagem convencionais em pastagens arborizadas para a produção de ruminantes em condições ambientalmente adequados, afim de proporcionar aumento da produtividade para melhorias de conforto e bem-estar animal.

Art. 4º: Em sua execução, a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta utilizará os instrumentos da Política Agrícola, da Política Nacional de Meio Ambiente e dos financiamentos do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Art. 5º: As operações de crédito para Integração Lavoura-Pecuária-Floresta de que trata essa lei, serão concedidos bônus a títulos de pagamento por serviços ambientais, aos mutuários que comprovarem a recuperação de passivos ambientais e a melhoria ecológica das áreas exploradas.

Essa lei entra em vigor 180 dias após a data da sua publicação”.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente. Eu gostaria de mencionar apenas uma relação de fortalecimento que esse sistema de agricultura vai propiciar ao País, só os efeitos das emissões de gás metano pelos animais ruminantes, apesar dessas 250 árvores, em média, que são colocadas nessa integração com a pecuária poderiam amenizar 48 animais, a emissão de 48 animais seriam suficientes para contrabalancear a emissão de 48 animais, quando na média um sistema desse vai sair de uma média de meia unidade animal por hectare, ou uma, e, possivelmente, um sistema de manejo poderá subir para quatro, cinco animais, quer dizer, intensificando a pecuária, e com isso cada hec-

tare, aonde for feito esse consórcio, poderia essas 250 árvores integradas a esse sistema produtivo propiciar a anulação dos gases de efeito estufa gerados pelo gás metano, que também contribui negativamente, em uma relação de 48 animais que seriam anulados a emissões por essas 250 árvores em um hectare, quando, na realidade, um hectare não comporta 48 unidades, quer dizer, ele está promovendo uma compensação muito grande num sistema integrados de produção.

Então, submeto esse relatório final, desse projeto que veio da Câmara do Deputado Rolemberg.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Em discussão o projeto. Senadora Marina Silva, V. Exa. tem a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sr. Presidente, primeiro lugar, eu quero aqui dizer que esse projeto, ele é altamente relevante. E eu quero parabenizar, sobretudo, a EMBRAPA, transferência de tecnologia na pessoa de Dr. Luís Carlos Balbino, que está aqui presente, ressaltando a importância dos pesquisadores que se dedicam ao desenvolvimento de tecnologias que asseguram a produção agropecuária e florestal, e a conservação dos serviços ecológicos do ambiente.

Eu quero chamar, também, a atenção para o fato de que Ministério da Agricultura incluiu essa tecnologia como medida mitigadora dos efeitos climáticos, na Política Nacional de Mudanças Climáticas, e quero aqui fazer um apelo para que a gente possa ver a necessidade de que as metas que foram apresentadas pelo Governo, que são metas ainda sob emissões projetadas, elas possam, nos próximos anos, ser produto de relevantes conquistas para o setor agropecuário. Eu quando vi, inclusive, um artigo que o Ministro Stephanes escreveu dizendo o quanto era importante o Ministério da Agricultura participar desse debates, que, na época, não estava envolvido, era apenas o Ministério de Meio Ambiente e Relações Exteriores, e Ciência e Tecnologia, e ele utilizava como exemplo o trabalho que vem sendo feito pela EMBRAPA transferência de tecnologia, e não há dúvida de que essas pessoas tiveram uma visão antecipatória, esses pesquisadores, com certeza, se dedicaram a esse projeto, batalharam pelos recursos e agora ele pode ser tirado da cesta da EMBRAPA como um dos bons frutos para um momento em que a humanidade e o mundo inteiro quer ver medidas concretas e efetivas de mitigação dos efeitos que levam a mudança do sistema climático. A razão e os benefícios, e o alcance desse projeto do Senador Expedito Júnior, já foram mencionadas aqui

pelo nosso relator. De sorte, que eu quero dizer que sou favorável à sua aprovação e quero dizer que essa comissão, que é a Comissão de Meio Ambiente, vem em socorro de um projeto que é altamente relevante para um desenvolvimento econômico, social, na agricultura, com eficiência e competitividade, porque o projeto havia sido rejeitado na Comissão de Agricultura, Sr. Presidente, acho que ele tinha tido apenas um voto na Comissão de Agricultura. O Senador Expedido Júnior, muito corretamente, recorreu para que ele viesse tramitar também nessa Comissão de Meio Ambiente e aqui a Comissão de Meio Ambiente coloca muito claramente que a preocupação com a economia do Século XXI está exatamente com aqueles que pensam estrategicamente o País, pensam estrategicamente a agricultura e que não ficam querendo manter os velhos padrões do Século XIX e do Século XX.

Portanto, quero parabenizar o relator, quero parabenizar, sobretudo, a equipe da EMBRAPA, na pessoa do Dr. Luís Carlos, e dizer que essa Comissão de Meio Ambiente presta um relevante serviço à Política Nacional de Mudanças Climáticas e os esforços que o Brasil terá de fazer para reduzir o CO2 por desmatamento, pelo uso da terra na agricultura, no setor de energia e na indústria, sendo que nesse caso aqui há uma complementariedade dupla em relação ao desmatamento e uso da terra.

Muito obrigada, Sr. Presidente, parabenizo mais uma vez essa comissão por estar dando uma contribuição para o desenvolvimento insustentável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Continuamos em discussão. Ninguém mais quer fazer o uso da palavra da discussão. Passamos a votação. Os que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos passar ao Item 3. Relator, Senador João Pedro, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, nos termos de art. 102-C inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal sobre a proposta de fiscalização e controle número 02/2009, que propõe que a comissão realize ato de fiscalização e controle sobre planejamento de investimentos em infraestrutura.

Com a palavra Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, eu tenho a honra de relatar o projeto de V. Exa. que preside a sessão.

O Senador Jefferson Praia propôs a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, a realização de um ato de fiscalização e controle sobre o planejamento de investimentos em infraestrutura.

Seu mérito, Sr. Presidente, do voto. *“Diante do exposto, considerando que o tema é da competência da comissão, que a matéria é de extrema relevância para a administração pública Federal e que a complexidade do tratamento do tema exige um instrumento de controle de grande alcance e fôlego, como é a proposta de fiscalização e controle, nos termos do art. 102-B inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Voto, por quê? Primeiro, seja considerada oportuna e conveniente a presente proposta de fiscalização e controle e adequado o seu alcance. II) para o atingimento de suas finalidades conforme plano de execução apresentado nesse parecer, sejam adotados os seguintes procedimentos: – aí tem um série de procedimento. Certo?

Voto pela admissibilidade e a matéria... O meu voto, Sr. Presidente, é pelo acolhimento dessa iniciativa, evidentemente, só observando. Esta comissão terá mais trabalho para acompanhar a fiscalização de infraestrutura em todo o Brasil. É isso?

É o voto Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Em discussão--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O projeto que o Senador João Pedro tão bem relata, ele é da maior importância, que ele propõe que a comissão realize atos de fiscalização e controle sobre o planejamento de investimento infraestrutura. E mais do que isso, ele pretende que sejam solicitadas as informações a respeito de experiências em outros países, de êxitos e falhas cometidas no planejamento de infraestrutura a médio e longo prazo em outros países. Isso é da maior importância porque essa comissão como é de controle e fiscalização, ela tem que acompanhar *pari passu*.

Eu acredito que, talvez, nós não tivéssemos um descontrole tão grande como ocorre no PAC, se nós tivéssemos já tido essa oportunidade de adequar a questão das obras de infraestrutura, dos projetos de infraestrutura a esse planejamento correto. Porque o que se vê é que as obras são lançadas, elas não têm projeto, elas não têm nenhum planejamento feito e elas são feitas de forma midiática, ou seja, são feitas para que o povo seja levado a uma ilusão de algo que não existe. Isso ocorre no meu estado, ocorre no Brasil inteiro. As obras são lançadas, são feitas festas e em seguida elas não têm a sua execução dentro daquele

cronograma. Aquilo que é para levar um ano dois anos, leva 10, 20 anos.

Então, é importante, Senador João Pedro, que esta comissão possa, realmente, ter essa tarefa de primeiro buscar essas informações e depois fazer, realmente, a fiscalização acompanhando tanto física como financeiramente as obras, não só de infraestrutura, mas como todas as outras que possa ser feita em nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Ainda em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos a votação. Os que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de indagar se nós já podemos votar o Item 6, e eu queria, já aproveitando, pedir a retirada de pauta, a pedido da Senadora Marina que apresentou duas emendas e não foi possível ainda fazer análise do Item 9. Eu sou relator e tem vista da Senadora Marina Silva.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): A solicitação da V. Exa. será atendida.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): V. Exa. tem a palavra, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de aproveitar aqui, desde o início nós aprovamos uma apreciação extrapauta do Projeto de Lei, PLC nº 168, que se encontra na Mesa, e em homenagem a Agência Nacional das Águas que hoje prestou aqui uma prestação de contas da gestão do Presidente José Machado, que tem muito interesse nesse projeto e devido à exiguidade do nosso tempo e do meu pessoal também, que eu tenho compromisso agora já nesse horário também, eu gostaria de ver apreciado esse Projeto de Lei da Câmara nº 168, da qual eu sou relator. Eu poderia ser bem breve já que há um acordo muito grande em todos os órgãos envolvidos nessa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Consulto o Senador Valdir Raupp, o Senador Gilberto Goellner solicita que seja apreciado esse projeto extrapauta, de forma breve. Seria o próximo, seria o de V. Exa., mas havendo... Se houver concordância dos senhores, passaremos, então, para o item—

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Se o relatório for breve, porque eu tinha um compromisso às 13 horas. Se o relatório for breve como o Senador Gilberto está falando, sem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Passamos, então, ao parecer do Senador Gilberto Goellner, da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2009, PL nº 1.181, de 2003, na origem, do Deputado Leonardo Monteiro, “que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas a acumulação de água para quaisquer usos à disposição final ou temporária de rejeitos e a acumulação de resíduos industriais; e altera a redação do art. 35 d Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e do art. 4º da Lei 9.984, de 17 de julho de 2000.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado os membros dessa comissão. “O voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2009 com as seguintes emendas de redação que foram sugeridas pela Agência Nacional de Águas, a ANA. A emenda do inciso I e ao inciso III do art. 5º, do PLC nº 168. I) a entidade que outorgou o direito do uso de recursos hídricos, observado domínio do corpo hídrico; quando o objeto for de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico. III) a entidade outorgante dos direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de rejeitos, ou a quem a autoridade outorgante delegar.

Outra emenda de redação aos incisos I a X do art. 8º. I) identificação do empreendedor. II) dados técnicos referentes à implantação do empreendimento, inclusive no caso de empreendimentos construídos após a promulgação dessa lei do projeto como construído, bem como aqueles necessários para operação e manutenção da barragem. III) estrutura organizacional e qualificação técnica dos profissionais de equipe de segurança da barragem. IV) manuais e procedimentos de roteiros, inspeções de segurança e de monitoramento de relatório de segurança da barragem. V) regra operacional dos dispositivos de descarga da barragem. VI) indicação da área de entorno das instalações e seus respectivos acessos a serem resguardados a quaisquer usos ou ocupações permanentes, exceto aqueles indispensáveis a manutenção e operação da barragem. VII) plano de ação de emergência, quando exigido, relatórios de inspeções de segurança e revisões periódicas de segurança.

Outra emenda é o art. 9º que fica assim: As inspeções de segurança regular e especial terão sua periodicidade e qualificação de equipe responsável, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento definidos pelo órgão fiscalizador, em função da categoria de risco e o dano potencial associado à barragem.

A outra emenda de redação ao artigo do § 2º do art. 10.

§ 2º: A revisão periódica de segurança da barragem deverá indicar as ações a serem adotadas pelo empreendedor para manutenção da segurança da barragem compreendendo para tanto: o exame de toda a documentação, em particular dos relatórios de inspeção; o exame de procedimentos e manutenção e operação adotados por empreendedor. III) análise de comparativo do desempenho da barragem em relação às revisões efetuadas anteriormente.

Também uma emenda ao inciso V, art. 17, manter serviço especializado em segurança de barragem conforme estabelecido pelo Plano de Segurança da Barragem. E também uma emenda ao art. 19 que aonde os empreendedores de barragens enquadrados no Parágrafo Único do art. 1º, dessa lei, terão prazo de dois anos, contados a partir de sua publicação, para submeter a aprovação dos órgãos fiscalizadores relatório especificando as ações e o cronograma para a implantação do Plano de Segurança de Barragem.

E também uma emenda ao art. 20, uma emenda de redação aonde no caput 35, estabelece que no Item 11: Zelar pela implantação da Política Nacional de Segurança de Barragem. 12: Estabelecer diretrizes para implementação do Programa Nacional de Segurança de Barragem e aplicação de seus instrumentos, e a atuação do Sistema Nacional de Segurança da Barragem.

VIII) apreciar o relatório de segurança fazendo, se necessário, recomendações para a melhoria da segurança das obras, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional.

E a última emenda é o art. 21, seu art. 4º, que estabelece: Item 20: Organizar implantar e gerir o sistema nacional de informações sobre segurança de barragem; 21: Promover articulação entre os órgãos fiscalizadores de barragem; 22: Coordenar a elaboração do relatório de segurança de barragens e encaminhá-lo, anualmente, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos de forma consolidada.

Esse é o nosso Voto pela aprovação com essas emendas de redação”.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Os que aprovam, permaneçam como se encontraram. Aprovado.

Passamos ao Item 6 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle sob a Emenda nº 2 oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004, PL 6.100, de 2002, na origem, que altera o art. 31 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, “que dispõe sobre a proteção do consumi-

dor e das outras providências”. Relator, Senador Valdir Raupp. V. Exa. tem a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadoras, “como a Emenda nº 2 ajusta o texto do PLC nº 53, de 2004, ao Regulamento Técnico Metrológico, objeto da Portaria (INMETRO) nº 157, de 2002, concluímos que a emenda, em apreciação, concorre para aprimorar o texto de Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004, portanto, entendemos meritória e relevante a emenda oferecida em Plenário.

Por sua vez a CCJ apresentou subemenda a Emenda nº 2, afim de aperfeiçoar a sua redação. No entanto, a subemenda apresentada não se reveste de boa técnica legislativa, uma vez que o pontilhado no caput do art. 31 poderá ser interpretado como manutenção da redação atual da Lei 8.078, de 1990, tão pouco se corrigiu a referência equivocada à Lei nº 8.079. Assim, apresentamos, nessa comissão, nova subemenda, a Emenda de Plenário nº 2.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Emenda nº 2 apresentada em Plenário ao Projeto de Lei na Câmara 52, de 2004, na forma da seguinte subemenda: ‘acrescente-se ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, nos termos de que dispõe o art. 1º do PLC nº 52, de 2004, o seguinte Parágrafo Único. Parágrafo Único: não será informado o peso, no caso de produto em relação a qual, conforme o previsto em ato normativo do órgão competente, deva ser indicado o volume ou o cumprimento”.

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Em discussão. Passamos a votação. Srs. e Sras. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Como o próximo item é um item que o relator não se encontra, e os demais são itens terminativos, damos por encerrada esta sessão.

Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h17.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR E
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinquenta e seis minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Se-

nhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, WELLINGTON SALGADO, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, INÁCIO ARRUDA, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, ALMEIDA LIMA, ADELMIR SANTANA, OSVALDO SOBRINHO e SERGIO ZAMBIASI**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Presente também o Senhor Senador **RENAN CALHEIROS** não membro da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. São incluídos **EXTRAPAUTA**, com aquiescência da Comissão, três indicações para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA. O Senhor Senador **JOÃO PEDRO** assume a direção dos trabalhos para o Senhor Presidente, Senador **RENATO CASAGRANDE**, relatar a **MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 266, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **VICENTE ANDREU GUILLO**, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor José Machado”. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Parecer: Em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Vicente Andreu Guillo para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA. O Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE** reassume a Presidência e registra a presença dos atuais Diretores da ANA: Senhores José Machado, Benedito Braga, Paulo Varella e Dalvino Troccoli Franca. **MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 267, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **PAULO RODRIGUES VIEIRA**, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior”. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador **JOÃO PEDRO**. Parecer: Em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Paulo Rodrigues Vieira para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA. **MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 268, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO**, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Bruno Pagnoccheschi”. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora **MARISA SERRANO**. Parecer: Em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. João Gilberto Lotufo Conejo para exercer o car-

go de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA.. Apresentam seus questionamentos aos indicados os Senhores Senadores **INÁCIO ARRUDA, JOÃO PEDRO, MARISA SERRANO e CÍCERO LUCENA**. O Senhor Presidente, Senador **RENATO CASAGRANDE**, passa a palavra aos sabatinados para que estes possam responder às interpelações dos Senhores Senadores. Após, a Presidência convida a Senadora **MARISA SERRANO** e o Senador **JOÃO PEDRO** para servirem como escrutinadores. É anunciada a aprovação da indicação dos Senhores **VICENTE ANDRE GUILLO** e **JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO** com 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção e do Senhor **PAULO RODRIGUES VIEIRA** com 12 votos favoráveis, 2 votos contrários e nenhuma abstenção para exercerem o cargo de Diretores da Agência Nacional de Águas – ANA. Em seguida o Presidente adia os itens constantes da pauta: **Item 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos”. Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2007 (PL. Nº 405, DE 1999, NA ORIGEM) – NÃO TERMINATIVO**, que “proíbe as empresas prestadoras de serviços de cobrar dos contratados pela expedição de certidões ou declarações e altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor”. Autoria: Deputado José Pimentel. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Parecer: Favorável à matéria nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, que “acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que menciona especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil”. Autoria: Senador **JAYME CAMPOS**. Relatoria: Senador **GILVAM BORGES**. Parecer: Favorável à matéria com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo

de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público”. Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Parecer: Contrário à matéria. Obs.: apresentado voto em separado, pelo Senador César Borges, favorável ao projeto, na forma do parecer oferecido pelo Senador Marco Maciel na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Resultado: Adiado. **Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte”. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senador GIM ARGELLO. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009 – TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências”. Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO. Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CI. Resultado: Adiado. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências”. Autoria: Senador PEDRO SIMON. Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **RENATO CASAGRANDE**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA
INFORMATIZADA DA
REUNIÃO DE 15-12-2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata da reunião anterior.

Submeto à apreciação dos Srs. Senadores a inclusão extrapauta dos indicados para diretores da ANA, feita pelo Presidente da República: a inclusão extrapauta da indicação do Sr. Vicente Andreu Guillo, do Sr. Paulo Rodrigues Vieira e do Sr. João Gilberto Lotufo Conejo. Quem for favorável à inclusão extrapauta, como sugestão do presidente, permaneçam como se encontram. Aprovada a inclusão extrapauta.

Se já temos a aprovação da inclusão extrapauta, eu vou convidar os indicados para comporem a Mesa para que possam passar pela sabatina. Convido, então, o Vicente Andreu Guillo para compor a Mesa, convido o Paulo Rodrigues Vieira para compor a Mesa e convido o João Gilberto Lotufo Conejo para compor a Mesa.

Convido o Senador João Pedro para fazer a apresentação do relatório da indicação do Sr. Paulo Rodrigues Vieira. Só um segundo, João. O indicado Paulo não se encontra presente ainda. Então eu vou chamá-lo para tomar assento à Mesa e eu faço a leitura e a apresentação do Vicente Andreu Guillo. Por favor, então o senhor poderia tomar assento aqui e presidir a comissão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com a palavra o Senador Renato Casagrande, relator da propositura.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador João Pedro. Eu estou tendo a honra de fazer a apresentação e o relatório da indicação do Sr. Vicente Andreu Guillo, que hoje é Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, conhecedor da área e militante da área.

“Nos termos do art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, cominado com o disposto no art. 9º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e no art. 3º, do Anexo I, do Decreto 3.692, de dezembro de 2000, o Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Vicente Andreu Guillo para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas na vaga do Sr. José Machado. O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de cargo que a lei determinar.

O curriculum vitae do Sr. Vicente Andreu Guillo, anexada à Mensagem Presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

O Sr. Vicente Andreu Guillo formou-se em Estatística em 1980, na Universidade Estadual de Campinas, no Estado de São Paulo. Sua experiência profissional é ampla. No Município de Campinas/SP, foi Presidente

da Sociedade de Abastecimento de Água e Secretário Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Foi Diretor da Companhia Paulista de Força e Luz, Presidente da Usina Termoelétrica Nova Piratininga Ltda. e Membro do Conselho de Administração da Usina Termoelétrica Termobahia, em Salvador. Atualmente é Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

A longa experiência profissional, aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o cargo, está comprovada no curriculum vitae do indicado. Fica, assim, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Vicente Andreu Guillo para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, Sr. Presidente”.

Este é o relatório do Sr. Vicente Andreu Guillo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu transiro, após a leitura feita pelo Senador Renato Casagrande, a Presidência dos trabalhos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Registro as presenças dos diretores atuais da ANA que estão aqui presentes, o Presidente José Machado, que estava aqui até recentemente. Obrigado, presidente. O Benedito Braga também está aqui presente, Paulo Varella, Dalvino, são diretores que estão presentes aqui nessa sessão.

Eu apresentei o relatório do Sr. Vicente Andreu Guillo. Vamos apresentar todos os relatórios e vamos depois passar para a sabatina.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Isso, depois fazemos a votação na mesma chapa.

Então com a palavra o Senador João Pedro para fazer a apresentação do Vicente Andreu Guillo, não, desculpa, do Paulo Rodrigues Vieira.

Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, “sob a Mensagem nº 267, de 2009, do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Paulo Rodrigues Vieira para cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas na vaga do Sr. Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, combinado com o disposto no

art. 9º, da Lei 9.984, de 17 de julho de 2000, e no art. 3º, do Anexo I, do Decreto 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Paulo Rodrigues Vieira para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, a ANA, na vaga do Sr. Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior. O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de cargos que a lei determina.

O curriculum vitae do Sr. Paulo Rodrigues Vieira, anexado à Mensagem Presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

O Sr. Paulo Rodrigues Vieira formou-se em Comunicação Social em 1997, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, e em Direito em 2004, na Universidade Paulista – UNIP. Possui formação de contador, com especialização em controladoria e finanças pelo Centro de Ensino Superior de Dracena. Sua experiência profissional é ampla, sendo servidor público federal de carreira de finanças e controle, analista de finança e controle da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Na administração pública do Estado de São Paulo, foi presidente do Conselho Fiscal da Companhia Docas do Estado de São Paulo. No âmbito federal, foi analista de finanças e controle da Controladoria Geral da União, assessor especial de controle interno do Ministério da Educação – MEC e ouvidor da Agência Nacional de Transporte Aquaviários – ANTAQ. Atualmente, é conselheiro fiscal do Banco Nossa Caixa, na representação do Banco do Brasil. No magistério superior, é coordenador e professor do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas de Cruzeiro e professor dos Cursos de Ciências Contábeis e de Direito do SEJI(F).

A longa experiência profissional, aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o cargo, está comprovado no curriculum vitae do indicado. Fica, assim, a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Paulo Rodrigues Vieira para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas”.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente. É o relato.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador João Pedro. Portanto, passaremos à apresentação do relatório do terceiro indicado, o Sr. João Gilberto Lotufo Conejo. A Senadora Marisa Serrano é a relatora.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Obrigada, Sr. Presidente.

“Nos termos do art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, cominado com o disposto no art. 9º, da Lei 9.984, de 17 de julho de 2000, e no art. 3º, do Anexo I, do Decreto 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. João Gilberto Lotufo Conejo para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Sr. Bruno Pagnoccheschi. O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

O curriculum vitae do Sr. João Gilberto Lotufo Conejo, anexado à Mensagem Presidencial, demonstra que a sua formação acadêmica e a experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

O Sr. João Gilberto Lotufo Conejo formou-se Engenheiro Civil com especialização em hidráulica em 1972, na Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo – USP. Em 1976, concluiu o curso de mestrado em Engenharia Hidráulica na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – EDUSP. Subsequentemente, em 1979, adquiriu o diploma de Member Chip(F) do Imperial College em Engenharia Hidráulica, do Imperial College of Science and Technology da Universidade de Londres, na Inglaterra. Sua experiência profissional é muito ampla, tendo exercido o cargo de professor assistente na EDUSP e vários cargos de direção em entidades e instituições relacionadas à gestão de recursos hídricos. Foi diretor da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH. No Município de Campinas/SP, foi diretor técnico da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento – SANASA. Na administração pública do Estado de São Paulo, foi secretário executivo do Comitê Coordenador do Plano e do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Foi secretário-adjunto de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, conselheiro de administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAE. Em âmbito federal, ocupa na ANA o cargo de Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos. Possui extensa produção científica, tendo publicado artigos científicos sobre modelos hidrológicos, integração de bacias hidrográficas e capacidade de expansão de oferta de água no Estado de São Paulo.

A longa experiência profissional, aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o car-

go, está comprovado no curriculum vitae do indicado. Fica, assim, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. João Gilberto Lotufo Conejo para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA”.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano. Com a apresentação dos três relatórios, abro para a discussão e para o debate.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): O primeiro inscrito é o Senador Inácio Arruda e o segundo é o Senador João Pedro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Primeiro, uma proposta para V. Exa., que possa abrir a votação, independente das inscrições para a sabatina.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Depois da palavra de V. Exa. eu abrirei.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se quiser, pode abrir imediatamente.

A primeira questão que eu queria levantar é que com o nome de ANA, a agência precisava ter pelo menos uma mulher. Eu quase que indicava uma mulher publicamente um dia desses num ato de lançamento do Atlas das Águas. Já disse até que já tinha chegado o nome aqui, já ia votar, estava sendo votado, mesmo assim o Presidente da República não se sensibilizou e indicou três homens para a ANA. É uma coisa pesada três homens para a ANA de uma vez assim [risos]. Mas tirante o gracejo, eu acho que os indicados todos têm mais do que competência para tocar a Agência Nacional de Águas.

Eu faço uma referência especial ao José Machado, que está aqui presente, exerceu funções no executivo como prefeito, parlamentar destacado, atencioso. Na ANA trabalhou com grande atenção essa questão dos recursos hídricos no Brasil. Eu sou do Ceará, no Estado do Ceará o José Machado esteve três vezes para discutir o Pacto das Águas, nos eventos mais importantes, mostrando o seu compromisso de se deslocar por esse gigantesco País para discutir o problema dos recursos hídricos e, no nosso caso, em região inóspita. Nós temos ali o chamado Nordeste Setentrional, que é a área mais carente de recursos hídricos do País. Então esse trabalho que o José Machado fez é muito destacado. Os senhores têm essa responsabilidade de na ANA dar sequência a uma gestão muito comprometida. É uma responsabilidade enorme para uma área onde o Brasil vai precisar, mesmo tendo, porque o Brasil já é destacado nessa área, em gestão mes-

mo nós já trabalhamos muito, trabalhamos muito, mas podemos dizer, a língua portuguesa permite, é muito pouco ainda o que foi feito até agora. Por isso, o desafio dos senhores é gigantesco de apoiar as iniciativas e de trabalhar nessa articulação.

Agora nós temos um Atlas, já temos um Atlas na mão. Com o Atlas na mão, digamos assim, que nós temos um instrumento para ajudar os estados a se integrarem mais e aprimorarem a gestão dos mananciais hídricos do País que é uma... Digamos assim, se a energia que há pouco nós discutimos é estratégica, para nós, que temos essa matriz energética com base nos recursos hídricos, então a água é mais estratégica ainda, entendeu, porque ela serve não só para gerar energia, mas para abastecimento, em todos os terrenos você vai precisar desse recurso. Então o manejo desse recurso tem que ser muito bem trabalhado, muito bem discutido, está certo, na Agência Nacional de Águas e com os estados, na grande articulação com os estados brasileiros.

Então eu quero cumprimentá-los e destacar este aspecto, uma gestão muito positiva do José Machado. Gostaria que na próxima, digamos assim, nas próximas indicações então nós resolvêssemos o problema da ANA de uma vez por todas, está certo, mas quero dizer que os nomes indicados merecem o nosso apoio, o nosso voto, porque têm não só o *currículo*, mas o empenho já em várias ações que desenvolveram ligadas à questão dos recursos hídricos do País.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Inácio Arruda. Vamos abrir então à votação. Quem quiser já manifestar o seu voto, já autorizo o secretário a colher os votos.

Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Marisa Serrano, Srs. Diretores que estão sendo submetidos à sabatina do Senado, diretores que estão praticamente deixando uma gestão de uma agência que eu considero das mais importantes desse País, que é a ANA. Eu quero inclusive, Presidente Casagrande, fazer uma saudação aos diretores que estão aqui na pessoa do seu presidente, o José Machado. Eu penso que é uma referência do ponto de vista da gestão que os novos diretores deem continuidade, aprofundem, mas eu quero fazer um registro aqui na pessoa do Presidente José Machado pelo espírito público, pelo interesse de fazer a gestão das águas brasileiras da forma mais transparente e competente. É uma agência nova, podemos dizer assim, a ANA. É uma agência nova, mas ela é atual, ela é futuro.

Nós precisamos, inclusive o Congresso Nacional, esta Casa, compreender o papel estratégico desta agência, no sentido de apoiarmos, de aprofundarmos discussões que ainda não foram concluídas, tanto em nível internacional, como em nível nacional, regional, esse debate tem que ser aprofundado. Nós precisamos aprofundar a concepção de fazer um debate sobre águas do ponto de vista público, do ponto de vista público: como envolver prefeitos, como compreender anseios, pleitos de comunidades no sentido de termos este bem da nossa natureza, do nosso meio ambiente, no sentido de ter acesso, de ser acessível a todas as populações. Eu venho lá da Amazônia e acompanhei um pouco esse debate.

Eu quero lembrar que esta comissão tem dado uma grande contribuição junto com a ANA, junto com instituições, junto com ONGs, no sentido de fazer o melhor debate sobre este tema. O Brasil tem uma grande responsabilidade no sentido de fazer a gestão das nossas águas, das nossas bacias, compreender pleitos legítimos, inclusive em nível internacional. O Brasil não pode abrir mão da sua soberania, mas o Brasil não pode ser arrogante no sentido de não conversar, principalmente ali na Amazônia, com países que compõem a Pan-Amazônia, que compõem a gestão de grandes rios, como o nosso Rio Amazonas, como o Rio Madeira com a Bolívia, o Amazonas com o Peru, com a Colômbia, com a Venezuela, o Rio Negro que vem lá do norte deste continente.

Enfim, eu quero dizer, Sr. Presidente, da minha confiança em votar nos três diretores encaminhados pelo Presidente da República e de desejar aos futuros diretores da ANA uma gestão exitosa, comprometida com soberania, comprometida com o espírito público, comprometida com a gestão absolutamente democrática desse bem que pertence a todos nós do Brasil. Então eu quero desejar uma exitosa gestão para os futuros diretores e desejar também aos diretores que daqui a pouco deixam a ANA, na pessoa do Presidente José Machado, que eles continuem sendo esses grandes brasileiros e esses grandes homens públicos.

Então muito obrigado e eu penso que a Comissão de Meio Ambiente, ela vai continuar apoiando, fiscalizando, opinando, tentando construir, como há pouco estivemos em Fortaleza discutindo a gestão, a experiência rica das populações do Estado do Ceará na gestão das suas águas, que é uma referência. Enfim, eu desejo aos futuros diretores uma gestão exitosa e que vocês possam compreender, andar por esse Brasil distante, longo.

A semana passada nós estávamos aqui, na quinta-feira última, fazendo uma Sessão Solene sobre o papel de Pedro Teixeira, ou seja, o Brasil, ele foi defi-

nido pelo caminho das águas. Então foi percorrendo o Rio Amazonas que nós definimos, lá no Século XVII, o tamanho, a grandeza do nosso País, e que vocês continuem a caminhada de Pedro Teixeira no Século XXI.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador João Pedro. Lembrando aos membros da comissão que amanhã nós teremos aqui, às 14 horas, uma audiência com o Senador Heráclito Fortes, mais os diretores da Casa, para discutir, dar continuidade àquela discussão sobre as medidas que o Senado está tomando com relação à sua parte administrativa.

Senadora Marisa Serrano com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu fico contente em que estejamos aqui discutindo a modificação e as mudanças que vão acontecer na ANA. É clarividente que seguindo uma norma processual, porque afinal de contas a equipe que até hoje está à frente da ANA foi uma equipe que trabalhou muito ligada ao Congresso Nacional e, principalmente, a essa comissão. São incontáveis as vezes que discutimos as questões maiores sobre recursos hídricos no País e o relacionamento muito estreito que o Presidente José Machado e os seus diretores conseguiu com esta Casa. Portanto, é claro também que a gente fica um pouquinho triste por termos uma ruptura nesse processo, mas temos a certeza que é um processo natural e que vamos continuar juntos. Para nós é fundamental, principalmente para essa comissão, ter a ANA como grande parceira, como sempre foi e eu tenho certeza que vai continuar sendo nos nossos trabalhos aqui, e V. Exa. sabe o quanto nós temos trabalhado nessa questão.

Como Presidente da Subcomissão Permanente de Águas desta Comissão de Meio Ambiente, eu quero dizer que águas aqui é o meu trabalho. A Subcomissão Permanente é justamente aquela a quem eu me dedico muito e, portanto, eu digo que o meu estado me puxa para isso, porque é um estado que é ladeado por duas grandes bacias, a do Rio Paraguai e do Rio Paraná, embaixo o Aquífero Guarani e no norte todo o Pantanal. Então é um estado das águas e, portanto, é com grande interesse que eu participo hoje dessa sabatina.

Eu queria fazer uma pergunta para cada um dos que estão aqui participando.

Dr. Lotufo, eu queria perguntar que recentemente nós acompanhamos com grande interesse pela mídia o lançamento, e o Presidente José Machado nos falou aqui no último dia em que esteve fazendo o seu relatório para nós, do conjunto de estudos que a ANA intitulou de Atlas de Abastecimento Urbano de Águas, que está sendo lançado agora. Quais as alternativas

de transformar esses estudos em programas estruturais para o País?

Dr. Vicente, eu gostaria de ouvi-lo a respeito... Para nós todos a ANA tem se destacado dentre os órgãos todos do governo pela sua capacidade propositiva na área de recursos hídricos. No seu entendimento, quais são os maiores desafios da instituição para os próximos anos?

Dr. Paulo, eu li a sua biografia, que é exemplar. É uma biografia forte, principalmente na área jurídica. Mas eu gostaria de perguntar: qual é a experiência que V. Exa. tem na gestão de recursos hídricos no País?

Eram essas as três perguntas que eu gostaria de deixar aqui para os nossos sabatinados.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): As perguntas serão respondidas depois que os parlamentares se manifestarem. Senador Cícero Lucena, questão de ordem.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para ganhar tempo, Presidente, eu acrescentaria às perguntas da senadora, eu já indagaria, com uma única pergunta para os três, sobre o posicionamento em relação à transposição das águas do Rio São Francisco.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Continua aberta a discussão. Não havendo quem queira mais discutir a matéria, eu vou passar a palavra aos sabatinados.

Antes de passar a palavra aos sabatinados, eu gostaria muito, primeiro, já repetir e reafirmar um agradecimento ao José Machado, que está se despedindo da ANA, ao Benedito Braga, que está se despedindo da ANA, agradecer o apoio que eles prestaram a esta Comissão de Meio Ambiente. Pedir ao Dalvino, ao Paulo, aos que estão agora sendo sabatinados, se forem confirmados na votação em Plenário do Senado, que possam dar continuidade a esse trabalho de parceria com a Comissão de Meio Ambiente do Senado. Nós temos procurado fazer um trabalho pelo Brasil afora, fizemos já um debate já Região Nordeste, fizemos um debate sobre gestão de recursos hídricos na Região Centro-Oeste, vamos às demais regiões do Brasil no intuito e no sentido de fortalecermos e incentivarmos para que a gestão estadual de recursos hídricos possa de fato acontecer. Não só a gestão estadual, mas também em alguns municípios a gestão municipal, que os estados em especial tenham a sua estrutura técnica, a sua estrutura institucional voltadas para a gestão de recursos hídricos. Então nós temos uma parceria muito grande, capitaneada pela Presidente da Subcomissão, a Senadora Marisa Serrano, e que nós queremos dar continuidade a ela no ano que vem, que é

um ano importante, é um ano de debate eleitoral. Nós temos as questões relacionadas às mudanças climáticas que foram incorporadas ao processo de debate político no mundo e no Brasil. A questão de água tem que estar incorporada efetivamente, gestão de recursos hídricos tem que estar incorporada ao debate político, à disputa que nós teremos do projeto nacional e as disputas nos projetos estaduais, quem é que tem a proposta para apresentar nessa área, como financiar o abastecimento de água, como financiar a gestão de recursos hídricos.

Então eu acho que esse é um debate importante, a ANA terá um papel e queremos que a ANA continue fazendo esse trabalho junto com a Comissão de Meio Ambiente. É o chamamento que eu faço como Presidente da comissão, os demais membros da comissão e a Senadora Marisa Serrano como Presidente da Subcomissão. No mais, desejo aí sorte.

Nós temos a expectativa que os indicados possam exercer com toda a competência técnica o trabalho à frente da ANA. Essa expectativa é uma expectativa pelo nível de gestores que a ANA possui hoje e que tem que continuar nesse mesmo nível. Então a nossa expectativa é muito positiva com relação àquilo que nós queremos para a ANA a partir desse momento, com essa nova composição, com os novos diretores.

Então eu faço esse registro e passo a palavra, primeiro, ao Vicente Andreu, para que possa responder às questões colocadas pelos senadores.

SR. VICENTE ANDREU GUILLO: Sr. Presidente Senador Renato Casagrande, eu queria agradecer duplamente, inclusive a relatoria da minha indicação a esta comissão e ao Senado, cumprimentar também a Senadora Marisa Serrano, do Mato Grosso do Sul, todos os senadores aqui presentes, queria agradecer também todos os amigos e amigas da Secretaria de Recursos Hídricos, da Agência Nacional de Águas, militantes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por estarem presentes aqui conosco nessa sabatina.

Eu queria dizer que eu preparei, não um só, mas dois pronunciamentos que eu pensei em fazer aqui nesse momento. Eles têm aproximadamente dez minutos, mas tendo em vista a generosa manifestação dos senadores e da senadora a respeito da nossa condução, eu vou procurar incluir alguns desses itens que constam aqui dessa apresentação que eu faria no contexto das respostas à Senadora Marisa Serrano, também ao Senador Cícero Lucena e também alguns dos pronunciamentos, então rapidamente incluir e aí poupá-los da leitura desse documento, que eu deixo ao senador como registro para que ele conste, mas eu não farei a leitura dessa minha apresentação.

Então respondendo à questão apresentada pela Senadora Marisa Serrano, quais são no nosso ponto de vista os maiores desafios para os próximos anos, do ponto de vista da ANA, do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGRE. Eu começaria dizendo que a principal preocupação seria a integração com os estados. Então a Constituição define a responsabilidade compartilhada entre a dominialidade das águas dos Estados e da União, há um nível de desenvolvimento desigual por parte dos estados nas suas políticas, nos seus instrumentos, nos seus organismos capazes de fazer a gestão das águas, e eu penso que esse é um trabalho fundamental da agência no sentido da consolidação dos Conselhos de Recursos Hídricos. Ao mesmo tempo apostar – e acho que esse trabalho vem sendo feito pela Agência Nacional de Águas – no fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica, de forma como preconiza a Lei de Águas, de forma descentralizada, participativa. Nós apostamos de que essa orientação da Lei de Águas é a orientação correta no sentido de apostar no fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Eu apontaria, também, uma grande preocupação na implementação dos instrumentos previstos na Política Nacional de Águas, em particular, dos cinco instrumentos previstos, mas em particular a cobrança pelo uso da água. Eu estou convencido de que a lei, me permitam dizer isso, a lei trata de maneira equivalente, igual, todo o território nacional, e nós temos que ter a sabedoria para tratar de forma a atender as especificidades regionais do nosso País, seja da Amazônia, seja do Pantanal, seja da Caatinga, seja da Bacia do Paraná, dada a diversidade que tem. Eu falo isso por conta do instrumento cobrança pelo uso da água. Eu penso que esse é um instrumento muito importante, de forma a garantir recursos para a manutenção do sistema, recursos que sejam provenientes da própria decisão dos usuários, mas evidentemente tratar isso de forma a contemplar as características regionais da diversidade, a complexidade no nosso País, porque é diferente falar sobre cobrança do uso da água em regiões metropolitanas como São Paulo, o Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais, que são estados que estão avançados nesse mecanismo, tratarmos disso na Região do Semiárido, no Nordeste brasileiro, e tratamos da cobrança, por exemplo, na Região Amazônica, que tem que ser evidentemente tratado de forma diferente, assim como eu acredito que há necessidade de se tratar adequadamente os diversos usuários em relação ao sistema de cobrança que hoje os comitês fixam, mas que nacionalmente tem aplicado valores quase que equivalentes em todo o território nacional e sem distinção das características dos usuários. Eu faço

essa distinção especialmente em relação à questão do usuário agricultura, eu acho que a cobrança também deverá contemplar adequadamente as características de cada cultivo e ser um estímulo à gestão de recursos hídricos e não da forma como muitas vezes a cobrança é entendida, como um imposto ou que torne mais caro o acesso à água.

Como segundo instrumento, além da cobrança eu penso que nós devemos apostar muito na implantação, porque não há, depois da Resolução 357 do CONAMA, que define o enquadramento dos corpos em classe, que essa é uma atribuição do sistema de meio ambiente, não há nenhum estado que fez o enquadramento dos corpos d'água. Esse instrumento é um instrumento muito poderoso do ponto de vista de planejamento de recursos hídricos na perspectiva de uma garantia futura de qual é a situação que nós desejamos para aquele corpo hídrico e um instrumento não só de planejamento, mas de integração dos recursos hídricos também com o sistema de meio ambiente, que é preconizado pela Constituição. Porém, nós ainda não alcançamos da forma satisfatória.

Por último, em relação a essa questão sobre as prioridades, senadora, eu queria mencionar a necessidade do fortalecimento do ponto de vista de recursos financeiros dentro do próprio sistema também. Eu considero isso uma questão central e coloquei aqui três itens que eu destacaria. O primeiro é esse diálogo com os estados no sentido da constituição dos fundos estaduais de recursos hídricos e que os recursos dos fundos estaduais sejam realmente voltados para recursos hídricos, porque a experiência tem demonstrado que alguns estados têm utilizado esses recursos no sentido de colocar no caixa único com os gastos mais diversos. Eu penso que essa é uma tarefa fundamental em relação aos fundos estaduais.

Uma segunda tarefa muito importante que a ANA tem perseverado e eu vou manter essa preocupação e essa ação, é o descontingenciamento dos recursos do setor elétrico. São recursos da ordem de 100 milhões de reais/ano que acabam sendo que são oriundos da cobrança do setor elétrico e acabam sendo contingenciados por uma interpretação a respeito da figura jurídica dessa cobrança. Eu entendo que essa é uma cobrança que deve manter o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, como está na lei, porém, são recursos que não deveriam estar contingenciados. Cem milhões de reais são valores muito expressivos. E, por último, como eu menciono inclusive aqui também nesse meu documento, eu queria chamar a atenção do Plenário, eu tenho uma preocupação muito grande, senadora, com o vencimento das concessões das grandes usinas hidrelétricas nacionais. A partir de 2004 essas usinas

começam a vencer a sua concessão e representam cerca de 20% do sistema gerador nacional. Eu tenho chamado isso, simplificado, de um pré-sal do setor elétrico, porque as usinas estão lá, mas com o fim da sua concessão, há que se fazer uma pequena conta de ajuste, mas na verdade toda a amortização do capital daquela usina passa a ser um patrimônio da sociedade. Isso representa cerca de 45% da tarifa de geração de energia elétrica. Alguns cálculos que eu fiz, eles apontam para recursos da ordem de cinco a seis bilhões de reais/ano com o vencimento das concessões só de geração. Vencerão também as concessões da transmissão e da distribuição.

Então eu acredito que a sociedade tem que participar desse debate, porque sem dúvida nenhuma esse é o momento para que as tarifas de energia sejam também readequadas, mas que esses recursos sejam apropriados para o setor como, por exemplo, o setor de irrigação. Eu acredito que é possível criar, assim como foi feito para o saneamento, um estímulo aos proprietários rurais através de um PRODES para a irrigação, assim como está sendo feito com o programa Produtor de Água, que permite esse diálogo com esse setor importante, que é o usuário, onde 70% da água no Brasil é utilizados pela irrigação. Então eu faço um destaque especial que para que a sociedade, a agência, participe ativamente desse processo de debate acerca do vencimento das concessões das usinas hidrelétricas.

E, por último, em relação à minha posição a respeito da transposição do Rio São Francisco, eu venho de uma bacia, que é a Bacia do Piracicaba, da Cidade de Campinas, onde a nossa bacia tem uma das maiores transposições de águas do País. Relativamente, eu acredito... Bom, a do Guandu é quase 100%, mas é uma proporção de cerca de 60% da água da nossa bacia é transposta para a região metropolitana de São Paulo em função do sistema Cantareira. Então tenho em relação a esse tema da transposição uma preocupação, um cuidado muito grande. Sou favorável à transposição, entendo que a Constituição garante a todos os cidadãos, cidadãs brasileiras, o acesso à água. Eu acho que esse é um pressuposto do que está colocado dentro do sistema. Todas as condições técnicas a respeito da operação adequada, da manutenção dos ecossistemas estão garantidos na outorga preventiva já elaborada, já feita pela Agência Nacional de Águas, da garantia mínima de vazão na foz de 1.300m³, na garantia ajuzante de Sobradinho de 1.850m³, então em toda a garantia para atendimento da demanda sem que isso repercuta em nenhum prejuízo para o Rio São Francisco. Então eu sou favorável.

Agora, entendo que há, como mencionei no início, a necessidade de uma grande articulação com os estados das bacias receptoras para que a gestão seja feita de forma apropriada, para que haja uma institucionalidade na operação desse sistema, é uma questão crítica, na manutenção econômica, quer dizer, como fazer que os usuários dessas águas possam contribuir e manter esse sistema em operação, que será bastante caro. Então há cuidados a serem observados, mas sem dúvida nenhuma eu acredito que o País e a Região Nordeste do Brasil ganha sensivelmente com esse projeto de transposição. Quero aqui então deixar essa minha manifestação de forma explícita.

Para encerrar eu também queria, como eu falei, ter um discurso mais longo, mas eu queria aqui fazer uma menção e fazer um agradecimento a todos na figura do Dr. José Machado também. Eu já o conheço da bacia, viemos da mesma bacia, ele foi prefeito da Cidade de Piracicaba, eu venho de Campinas, e eu tenho certeza de que ele é um exemplo a ser seguido na gestão da agência e, também, como pessoa, como uma pessoa que deu dignidade ao seu mandato como um gestor público no Brasil. Então eu agradeço a todos vocês.

Eu queria fazer rapidamente, só para me lembrar, eu também compartilho de algumas preocupações, eu acho que nós evoluímos muito, mas eu tenho usado que o sistema de recursos hídricos é, como na visão popular, é aquela situação de um copo pela metade. Os mais otimistas podem dizer – e têm motivos para isso, sem dúvida nenhuma – de que nós avançamos muito e o copo está meio cheio. Aqueles que acreditam que os desafios ainda são bastante grandes – e o são também – têm todas as condições para dizer também que o copo está meio vazio. Eu acredito que o mais importante nesse processo é reconhecer a necessidade de servir à Nação, principalmente com a integração com os estados e com os Comitês de Bacia para que a gente num futuro muito próximo enxergue esse copo totalmente cheio.

Eu agradeço a presença de todos vocês. Realmente é uma emoção muito grande, é um momento muito especial da minha vida.

Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado ao Dr. Vicente. Passo a palavra ao Paulo Vieira para as suas colocações e já aproveitando e respondendo aos questionamentos feitos pelos deputados (sic).

SR. PAULO RODRIGUES VIEIRA: Exmo. Sr. Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; Exmo. Sr. Senador

João Pedro, Relator da Mensagem 999, do Sr. Presidente da República, que submete à apreciação deste Senado Federal o nome deste servidor público para, se aprovado, ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas.

Quero, Sr. Presidente, pedir vênias a V. Exa. para registrar a presença da minha esposa, Andréia Cristina, companheira de todas as horas. Eu estou casado há mais de dez anos já, ela está aqui presente.

Inicialmente, quero agradecer ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pela minha indicação ao cargo de Diretor da ANA.

Minha experiência no serviço público iniciou-se há dezoito anos, como recenseador do IBGE na Cidade de Condeúba, no sertão da Bahia, durante o censo de 1991. Naquela oportunidade, vivenciei de perto o forte e duradouro problema da escassez de água que atinge parte do Nordeste brasileiro, trazendo graves consequências ao processo de desenvolvimento econômico e social daquela importante região do País. Ao ingressar na Controladoria-Geral da União, em 2002, passei a atuar diretamente no campo da gestão das políticas públicas e na avaliação dos seus impactos e resultados para o desenvolvimento do país. Coordenei auditorias de fiscalizações de gestão em órgãos e entidades da administração pública, tais como: IBAMA, DNIT, Porto de Santos, ANATEL, SEBRAE e diversas prefeituras espalhadas por diversas locais da nossa Federação.

No Ministério da Educação tive a grata, talvez histórica oportunidade, de participar da equipe que escreveu o FUNDEB e que escreveu o projeto da Universidade Federal da Grande Dourados e da Universidade Federal do ABC.

Na Agência de Transportes Aquaviários... Neste momento eu peço vênias, Sr. Presidente, para responder à pergunta da Exma. Sra. Senadora Marisa Serrano. Durante o meu período na agência, eu elegi como minha principal missão nos dois mandatos que me foi concedido pelo Sr. Presidente da República, atender a Região Norte do País e parte do Centro-Oeste. É uma das regiões mais carentes do sistema de transporte e, conseqüentemente, que usa, usa de forma vital o transporte aquaviário, dependendo quase que todo do transporte aquaviário. São seis grandes linhas na Amazônia. Nessas seis grandes linhas nós temos transportes de remédios, nós temos transportes de alimentação, combustível e o que é mais difícil ainda, senadora, é que esse transporte, por questões econômicas, é híbrido: constantemente há o risco de acidentes ambientais nos rios, há os riscos de acidentes ambientais para as pessoas. Apurei só esse ano algo em torno, eu devo ter instalado algo de cem procedi-

mentos fiscais visando atender questões de segurança e dano ao meio ambiente nos rios da Região Amazônica. Também durante a nossa gestão nós submetemos ao Congresso Nacional o projeto que cria as chamadas Instalações Portuárias de Pequeno Porte. O marco regulatório do setor portuário é de 1993, a chamada Lei de Portos, a 8.630. Essa lei não contemplou os portos da Amazônia, os pequenos portos, gerando situações graves ao meio ambiente, às pessoas, ao controle da ANVISA e à própria situação de fronteira, que eu já vou tentar tratar aqui quando falarei dos rios fronteiriços e transfronteiriços. Então a nossa principal preocupação, a nossa principal experiência é no uso múltiplo das águas e, sobretudo, voltado às hidrovias.

Também em termos de regulação, em termos do desenvolvimento de regulação, venho desde o ano passado participando do chamado PRO-REG, o Programa de Fortalecimento da Regulação da Casa Civil. E, também, devo avançar. Há um estudo nosso do nosso grupo de trabalho na Faculdade de Ciências Humanas de Cruzeiro, onde eu coordeno o Curso de Direito, de estudar a possibilidade da chamada regulação voluntária para o Saneamento básico no País. O que nós temos observado muito é que há uma dificuldade muito grande de aportar investimentos no saneamento básico no Brasil. Dizem os especialistas que a principal fonte disso é justamente a dificuldade de se colocar um marco regulatório duradouro e que dê segurança ao investidor. Um exemplo disso é o constante conflito com a Caixa Econômica Federal, que diz acaba não tendo condições, condições macroeconômicas, condições jurídicas de se aportar os recursos existentes hoje. Não existe no nosso arcabouço jurídico possibilidade de ter uma regulação federal ampla no setor de saneamento básico, porque que a Constituição diz que saneamento básico é questão local. Ah, tem um conflito do conceito de situação local. O que é esse conflito de situação local? Está no Supremo, porque se diz hoje que as regiões metropolitanas, para efeito de água e saneamento, seriam questões locais. Então é uma ideia que eu devo trazer a esta Casa, se Deus assim me permitir isso, se eu merecer a aprovação desta Casa eu pretendo trazer a ideia de também incorporar a figura da regulação voluntária no setor de saneamento básico, ou seja, há possibilidade dos mais de cinco mil municípios também aderirem à regulação federal via ANA. Não seria uma regulação propriamente dita, seria a chamada regulação voluntária. É inédita essa ideia? Também não. Nós temos a figura da regulação voluntária no setor de portos, a chamada Legislação de Portos Delegados. Nós temos o caso de portos delegados, Porto de Suape, em Pernambuco, Porto de Itajaí, em Santa Catarina, também

temos o caso de um porto delegado à iniciativa privada em Ibituba, Santa Catarina. Então trazemos também essa experiência.

Outra questão, senadora e senadores, que nós observamos que deve entrar na Ordem do Dia, é a questão das águas fronteiriças e transfronteiriças. Isso é o que nós, sem querer avançar no tema pelo adiantado da hora, é uma questão de direito internacional. Tivemos recentemente uma greve na Bolívia questionando o avanço das águas em função da construção das usinas. Tivemos também um juiz, que eu estou tentando lembrar o nome, acho que de Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul, que exigiu o licenciamento de uma hidrovia inteira, sendo que boa parte dela... Os rios não escolhem onde nascer, os rios assim, muitas vezes como nós, seres humanos, não escolhemos onde a gente quer nascer, e uma parte dela está em território estrangeiro, estado nacional independente. Então temos que enfrentar esse verdadeiro conflito de leis no espaço, porque dois ordenamentos jurídicos estão aí. Eu acho que um amplo lugar para se fazer isso hoje é o Parlamento do MERCOSUL. Eu tenho muita esperança que é no Parlamento do MERCOSUL que vamos desenvolver uma legislação comum. Existem experiências já de legislações na área penal, acho que o Protocolo de Olivos é um caso desse. Então em termos disso, é uma questão que eu considero na Ordem do Dia.

A segunda questão que eu também considero de notável importância, tenho uma longa vivência nessa questão, são as chamadas outorgas e fiscalizações. Eu entendo que a outorga é um instrumento primordial para o uso econômico da água. Gostaria de sempre deixar claro que aquela água destinada aos animais, às pessoas, essa não deve ser objeto de outorga. O que eu entendo que é objeto de outorga é o uso econômico da água. A outorga, na verdade, é um pacto, é um pacto social do usuário com o Poder Público e o Poder Público age em nome da coletividade. Então nós temos que limitar o uso, nós temos que fiscalizar. Aí é que vem o segundo instrumento grande, é o instrumento da fiscalização. Juntos são complementares: através da outorga eu concedo um direito e através da fiscalização eu observo a fidedignidade, o cumprimento deste direito e promovo as correções necessárias. Também uma das formas de se baixar o custo da fiscalização, sobretudo quando se trata de águas, é a gente hoje apelar para o geoprocessamento. O geoprocessamento pode ser um instrumento, pode ser um grande instrumento nessa avaliação de fiscalização. Nós abrimos na ANTAQ esse ano algo em torno de 180 fiscalizações, então é daí que vem a experiência nossa com outorga e fiscalização.

Em termos de Comitês de Bacias, tem sido feito um trabalho excelente. Acho que nós precisamos dar continuidade a esse trabalho que vem sendo feito pela Agência Nacional de Águas. Aliás, eu aproveito, eu acho que têm muitos funcionários aqui da agência, eu aproveito para parabenizá-los, é um serviço excelente, e nós, se eu merecer a confiança desse Senado Federal, eu pretendo dar e contribuir para aperfeiçoar muito, para buscar novas formas de governança, para buscar novas formas de adesão da melhor forma possível, talvez buscar também novas fontes de recursos.

Enfim, Sr. Presidente, os temas e desafios são imensos e a minha vontade de servir e de contribuir é maior ainda. Afirmo neste momento diante desse Senado, a minha forte crença no desenvolvimento econômico e social do País, na livre iniciativa, nas instituições da República e, sobretudo, na democracia, que vem sendo construída por todos os brasileiros e brasileiras nos últimos anos, nessas duas últimas décadas.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado ao Paulo Vieira. Passo, então, a palavra ao João Gilberto Lotufo.

SR. JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO: Sr. Presidente Senador Renato Casagrande, Sras. e Srs. Senadores. Quero registrar os meus agradecimentos à S. Exa., a Senadora Marisa Serrano, relatora da mensagem que submete o meu nome para esse cargo, e na mesma linha dos antecessores eu vou procurar responder às perguntas que me foram feitas evitando superposições, que eu diria que boa parte dos temas cobertos inclusive pelo Vicente, eu estou muito sintonizado, nós temos convivido já há um bom tempo. Quero dizer, também, que estou na ANA desde a sua criação, a convite do primeiro presidente da diretoria, o Dr. Jerson Kelman, e essa grande oportunidade me permitiu sair daquilo que eu fazia no Estado de São Paulo para enfrentar esse desafio, como foi comentado aqui pelos senadores, do tamanho do País, com essa diversidade.

Procurando então, primeiro, atender à pergunta que me foi feita sobre o Atlas do Abastecimento Urbano de Água, eu fico muito à vontade de responder sobre essa questão, porque entre os grandes desafios citados do País está a questão do saneamento e a oferta de água em particular no semiárido setentrional, como foi colocado aqui. Esse foi exatamente um dos primeiros temas que na Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos eu tive a oportunidade de trabalhar, trabalhando com inúmeros colegas também da região, e a gente concebeu àquela época o Atlas Nordeste do Abastecimento Urbano de Água, que procura diagnosticar a oferta de água nos municípios e dá uma respos-

ta de como atender, qual é o manancial, se o sistema está adequado e quanto custo. Esse trabalho foi exitoso para o Nordeste, com cerca de 1.400 municípios que nós estudamos, tão exitoso que ele se expandiu para grande parte do País e, agora, nós estamos partindo para 100% do País. Nesse trabalho que nós atualizamos para o Nordeste, incluindo todos os municípios, inclusive os com menos de cinco mil habitantes, para o Sul, que é o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul e mais regiões metropolitanas, que envolvem mais de 80% da população urbana do País, cerca de três mil municípios mais ou menos, nós identificamos que cerca de 64% requerem investimentos para que a gente possa garantir a oferta de água e o atendimento do abastecimento urbano nesse País até o ano de 2025. Isso implicou, resumidamente, em investimentos da ordem de 18 bilhões em água e uma recomendação de investimentos de 23 bilhões em tratamento de esgoto para garantir que essas captações atendam a condições de qualidade, que é o problema associado nessa questão.

Com relação especificamente à perspectiva de implementabilidade desse instrumento, a gente vê caminhos que o Atlas poderá servir como uma referência para o Governo e suas instituições para balizamento das solicitações de financiamento para o setor e, ainda, a necessidade de que a maioria dos municípios, que em geral estão abaixo de 50 mil habitantes, tenha ainda grande dificuldade com relação à capacitação para se credenciar a financiamentos, à elaboração de projetos. Então nesse estudo a gente recomenda que seja feita, no âmbito do governo, uma força tarefa que permita, vamos dizer, alavancar essas questões que podem ser aglutinadas e solucionadas com mais racionalidade de investimentos para cerca de mais de mil municípios nesse País.

Então esses desafios, para que eles possam ser vencidos, o Governo e a sociedade precisaria abraçar esse projeto e, para isso, nós estamos recomendando, sugerindo que a questão interssetorial seja facilitada, através então da criação de comissões ou comissão interministerial que possa agregar os setores envolvidos também no saneamento, ou seja, o Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Saneamento, a FUNASA e também o Ministério da Integração, que tem essa atribuição de tratar desse tema. Enfim, esse é um exemplo de desafio, de agregação no ambiente do governo para que a gente tenha resultados efetivos para a sociedade.

Esse Atlas, como eu falei, nós agora acabamos de contratar recentemente, ainda nessa gestão, para o restante do País, mais de 2.600 municípios. Para o Centro-Oeste e o Norte, por exemplo, só fizemos as

capitais e as cidades com mais de 250 mil habitantes. Agora estaremos realizando para todo o País, então também no Norte e Centro-Oeste teremos essa oferta, vamos dizer, desse produto que, sem dúvida, traz um benefício, uma visão global dessa questão do atendimento de água para os municípios, que é a grande prioridade da nossa legislação.

Falando em desafios e talvez agregando aí alguma questão nesse ponto que já foi tangenciado, eu acho que essa questão do Atlas, eu não ficaria só no Atlas, eu acho que a ANA nesse período, ela produziu produtos ou projetos da magnitude de um PRODES, programa de compra de esgoto tratado, um programa de cisternas rurais com gestão social, um programa produtor de água, todos programas que estão ainda a procura de um tratamento à altura da capacidade que eles têm de dar resposta para os recursos hídricos e para as bacias hidrográficas.

Então esse é um desafio que eu diria que não é só do Atlas, mas têm muitos outros produtos e, sem dúvida, mais alguns que estaremos desenvolvendo, com certeza, para que a gente consiga fazer com que essa perspectiva de transportar isso para a realidade seja viável. Isso, sem dúvida, esbarra normalmente na questão tão falada da transversalidade. Então me parece que uma das questões, que foi aqui muito bem colocada pela senadora inclusive, de que a ANA tem se voltado muito para a parte externa e, particularmente, para esta Casa, mas eu acrescentaria que nós precisamos, agora que nós estamos recebendo uma nova quantidade de concursados, nós temos um reforço substantivo e, sem dúvida, eu acho que nós tínhamos que profissionalizar para fora muito mais, com muito mais ímpeto do que tem sido feito ainda, podermos ter pessoal para que a gente se credencie para fazer essa articulação de uma forma mais ainda competente, que a gente possa fazer com os diferentes parceiros e atores, seja ele o governo estadual, como foi muito bem colocado aqui, o governo federal. Por quê? Porque se a ANA for muito competente na sua atividade de gestão, mesmo assim a gente não garante que as questões objetivas, que é a melhoria da quantidade e qualidade da água, se efetive. Por quê? Porque dependem de recursos que fogem da governabilidade da nossa área.

Portanto, sem articulação nós não conseguimos resultado efetivo. Nós podemos ser muito competentes, mas não vamos ter o resultado prático para o cidadão. Então, sem dúvida, nós temos que ter uma profissionalização e cada vez mais uma proximidade com todos esses atores, desde os governos estaduais para fortalecer o sistema, mas no governo federal para que a gente aprimore a racionalidade dos investimentos

públicos e também com a sociedade em geral, mas em particular com os usuários da água, onde a gente precisa ter uma agenda construtiva permanente e aproximá-los cada vez mais. Então esse, sem dúvida, eu vejo que é um desafio. E nesse contexto a ANA, e a gente, através da elaboração de planos, temos percebido que a agenda água e desenvolvimento é algo vital nessa questão, principalmente quando a gente vai para as regiões aonde ainda não há tanta degradação e que, sem dúvida, nós precisamos nos antecipar e termos condições disso e, portanto, novamente nós dependemos de atores que extrapolam ao nosso controle e, portanto, precisamos fazer parcerias substantivas. Então esta é uma outra questão, de voltar-se para fora e consolidar esse processo de uma maneira conjunta nos diferentes níveis.

Com relação à questão do São Francisco, eu só adicionaria naquilo que o Dr. Vicente colocou que eu tive a oportunidade de coordenar o Plano Estratégico de... P Plano Decenal, não foi Estratégico, o Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco, e foi uma condicionante negociada entre o Comitê da Bacia e o Governo Federal de que não deveria haver início das obras até que o plano fosse elaborado. Nós tivemos um prazo de seis meses para elaborar um plano desse, participativo, e conseguimos cumprir o prazo. Então os resultados do plano, obviamente, indicam efetivamente que há disponibilidade hídrica e a questão é basicamente de opções por investimentos, na verdade. E diga-se de passagem, é muito relevante que essa atualização do Atlas para o Nordeste, a maioria das obras utiliza a transposição como uma das fontes hídricas, ou seja, é um instrumento que é complementar à transposição, absolutamente necessária para que as águas dessa obra cheguem efetivamente ao seu destino final e que possa ter um resultado socioeconômico adequado.

Eu queria também assim para estar fechando essa questão fazer aqui alguns agradecimentos, principalmente a oportunidade que eu tive na minha vida de conviver com equipes absolutamente brilhantes, em particular na Agência Nacional de Águas com diretorias e pessoas iluminadas, em particular a minha equipe, a SPR, mas a todos os superintendentes, o nosso trabalho é sempre conjunto, sempre de equipe. E ao Dr. José Machado, que eu admiro de longa data, que insistiu e persistiu na minha indicação aqui. E ao ministro que, obviamente, também me permitiu ser indicado aqui e até chegar no Presidente Lula e nessa comissão.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Dr. João Gilber-

to. Falta ainda o voto da Senadora Marisa Serrano, se for votar, para que nós possamos abrir a apuração dos votos. Então eu vou recolher o voto da Senadora Marisa Serrano e convido o Senador João Pedro para que, junto com a Senadora Marisa Serrano, possam fazer a contagem dos votos.

Os pronunciamentos estão aqui comigo. Quem tiver interesse depois, a secretaria da comissão vai estar disponibilizando.

Faça a contagem, Senadora Marisa, junto com o Senador João Pedro.

Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano, Senador João Pedro. Catorze votantes, tivemos *quorum* na votação. O Sr. Vicente Andreu Guillo teve, dos 14 votos, 14 votos sim; o Sr. João Gilberto, dos 14 votos, 14 votos sim; o Sr. Paulo Vieira, dos 14 votos, 12 votos sim e dois votos não.

Então estão aprovados na comissão, naturalmente serão encaminhados ao Plenário do Senado, que é a votação que consolida o resultado da sabatina feita aqui na comissão.

Eu agradeço as presenças de todos vocês, parabênizo vocês e vamos levar o processo para que a gente possa tentar votar ou hoje ou no máximo até amanhã no Plenário do Senado.

Muito obrigado às presenças de vocês.

[palmas]

Nós temos ainda matérias na pauta, mas a maioria das matérias são matérias terminativas. Portanto, matérias terminativas dependem de quorum especial e deixaremos então para a sessão seguinte.

Nada mais havendo a tratar, convido para a próxima sessão, que será amanhã, às 14 horas, Audiência Pública com o 1º Secretário da Comissão, o Senador Heráclito Fortes, e o Diretor-Geral do Senado.

Boa-tarde a todos vocês. Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h09.

ATA DA 42ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores

membros da CDH **Paulo Paim e Flávio Arns**. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Item Único.** Audiência Pública, **nos termos do Requerimento nº 52, de 2009 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 18/11/09, com vistas a debater “**as questões relativas aos portadores de Autismo**”. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. Convidados que comparecem: **Berenice Piana de Piana** – Mãe de Dayan Saraiva Piana de Piana, autista de 15 anos; **Mariel Mendes** – Biomédica e Mestranda da UFF/RJ e pesquisadora da ADEFA; **Sandra Cerqueira** – Psicóloga, representando **Geórgia Regina M. de Meneses Fonseca** – Pediatra; **Ulisses da Costa Batista** – Militar e pai de autista; **Cássia Maria Gomes Bello** – Assistente Social; **Iranice do Nascimento Pinto** – Representante da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Autistas Mão Amiga; **Julceli Antunes** – Diretora Presidente da Associação em Defesa do Autista– ADEFA. Inicialmente, o Senhor Presidente convida o Senhor Saulo Pereira, portador de autismo, a fazer uma apresentação de canto. Em seguida, chama os senhores convidados que comparecem à mesa e passa a palavra a eles. Após as explanações dos Senhores convidados, o Senhor Presidente faculta a palavra a pessoas do plenário. Fazem uso da palavra a **Senhora Maria Cristina C. L. Hoffmann** – Assessora da Coordenação Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde; **Maria Lúcia Gonçalves** – Movimento Orgulho Autista do Brasil; **Padre Joel** – Arquidiocese de Teixeira de Freitas-BA; **Rita Valéria Brasil** – Presidente da AMA-BA – Associação dos Amigos dos Autistas da Bahia; **Fernando Cotta** – Coordenador da Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal – CORDE-DF; **Augusto Marques de Azevedo** – portador de autismo de Brasília e **Edmundo de Albuquerque** – Vice-Presidente da Associação Brasileira de Autismo no Brasil. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados para as suas considerações finais. A Senhorita Shahla, filha da convidada **Berenice Piana de Piana**, faz entrega de placa de homenagem ao Senhor Presidente, Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente convida o Senhor Saulo Pereira, portador de autismo, a fazer novamente uma apresentação de canto para encerrar a Audiência. Fazem uso da palavra o Senhor Senador Paulo Paim e o Deputado Estadual do PSC/RJ Audir Santana – não membro. O Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta

Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 02 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Bom dia a todas e todos, meus amigos e minhas amigas. Nós vamos iniciar nossa Audiência Pública.

Declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Teremos, hoje, então, uma Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº. 52/09, CDH, de autoria deste senador. Aprovada em 18/11/09. *“Para debater as questões relativas aos portadores de autismo.”*

Convidados. Eu, à medida que for chamando os convidados, eu já solicito que eles venham para a Mesa. Convidados, para debater esse tema tão importante para todos nós, são os seguintes: Julceli Antunes, diretora presidente da Associação em Defesa do Autista, ADEFA. Seja bem-vinda!

[palmas]

Mariel Mendes, biomédica e mestranda da UFF/RJ e pesquisadora da ADEFA.

[palmas]

Iranice do Nascimento Pinto, representante da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Autistas Mão Amiga

[palmas]

Berenice Piana de Piana, mãe de Dayam Saraiva Piana de Piana, autista, 15 anos

[palmas]

E, por fim, aqui pela minha lista, Ulisses da Costa Batista. Está presente, por favor? Vamos aumentar mais uma cadeira aí. Ulisses da Costa Batista, militar.

Dos convidados, são os que estão presentes, até o momento.

Olha, eu tenho aqui todo um *paper*, tem uma senhora que me pediu que gostaria também de fazer uso da palavra. Eu permitirei que a senhora use a palavra, no momento adequado. Sente aqui na primeira fila, por favor.

Eu tenho, aqui, toda uma introdução que a assessoria fez sobre o tema, mas eu não vou comer,

eu diria até o equívoco de ler uma introdução, e não ser bem aquilo que vocês pensam. Então, nós vamos ganhar tempo, eu não vou ler a introdução e vou ouvi-las e ouvi-lo, porque acho que vocês, mais do que ninguém, é que podem discorrer sobre o tema.

Já me informaram que não estava presente, pelo menos no momento que eu recebi o papel, mas já estava sentadinha ali, a senhora Cássia Maria Gomes Bello, assistente social, que eu também peço que coloquem uma cadeira aqui no início da mesa. Vou aproximar um pouquinho mais para cá, para que também a Cássia possa estar aqui entre os convidados.

Então, vamos, de imediato, iniciar nossa Audiência Pública. Eu até solicito alguns que estão mais atrás, se quiserem, podem ocupar aqui a primeira fila. E também dizer que, numa situação de nós entendermos que alguém do Plenário deva usar a palavra, nós vamos contemplar principalmente aqui na primeira fila.

Então, eu peço que fiquem na primeira fila. Tem aqui o representante do DF, se não me engano. Fica aqui na primeira fila, também. A senhora também já está aqui... Para nós começarmos nosso debate.

Só dizer que esta Audiência Pública, para debater as questões relativas aos portadores de autismo, foi a partir do momento que um grupo de senhoras e senhores, enfim, me procuraram, e eu fiquei muito sensibilizado com o tema. E, a partir daí, entendi eu que é mais do que justo que a gente tivesse uma Audiência Pública, pela repercussão, inclusive aqui no Senado, como também com a TV Senado, para que todo o Brasil conheça um pouco mais sobre esse tema que atinge tantos brasileiros e brasileiras, que, pelo relato que eu recebi, me deixou, digamos, comprometido com a causa. Permita que eu diga isso.

Então, é com satisfação que a gente abre esta Audiência Pública para ouvir todos os nossos convidados, e, digo mais, sem prejuízo de que no mínimo três ou quatro pessoas que estão no Plenário possam também, num segundo momento, interagir, já que o tema é de interesse de todos nós, de interesse de toda... todo o povo brasileiro.

Eu pergunto, aqui, à Mesa se podemos iniciar pela ordem que está aqui.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na hora da sua fala, a senhora... Fica na primeira fila. Então, convido a Sandra Cerqueira, para sente, também, aqui na primeira fila. Já está aqui a Sandra. Então, a Sandra Cerqueira, por favor.

Então, conforme já entendimento feito aqui, nós vamos começar com a Sra. Berenice Piana de Piana, que vai solicitar, inclusive, que um menino de 15

anos... De 25 anos, aqui está 15, minha assessoria falhou... Vamos demitir já quem bateu errado aqui. É tudo brincadeira, viu? Não vamos demitir ninguém, aqui ninguém demite ninguém.

Então, a mãe de Dyan Saraiva Piana de Piana, 25 anos... É isso?

SRA. BERENICE PIANA DE PIANA: Não, o que vai cantar tem 25 anos, esse é meu filho, o de 15 anos é meu filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bem. Passo a palavra para a senhora, neste momento, para então fazer essa primeira introdução.

SRA. BERENICE PIANA DE PIANA: Bom dia a todos. Eu tenho, hoje, aqui, a honra de estar representando as mães de autistas brasileiras. E como o lema da ADEFA, Associação em Defesa Autismo, é “autismo é tratável”, nós gostaríamos de apresentar a vocês nossa prova viva de que autismo, de que o indivíduo autista pode se recuperar. Eu gostaria de chamar para cantar nosso querido Saulo Laucas Pereira.

[palmas]

SR. SAULO LAUCAS PEREIRA: Bom dia a todos.

[música]

“Ave Maria, gratia plena.

Maria, gratia plena

Maria, gratia plena

Ave, ave dominus,
dominus tecum.

Benedicta tu in mulieribus,
et benedictus

et benedictus fructus ventris
ventris tui, Jesus.

Ave Maria.

Sancta Maria,
ora pro nobis,
nobis peccatoribus,
nunc et in hora
mortis nostrae.
Amen.”

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos ao Saulo. Beleza de canção, beleza de voz, beleza de interpretação e numa demonstração, que você disse muito bem, é só dar oportunidade, que nós chegamos lá.

SRA. BERENICE PIANA DE PIANA: Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero dizer que ele vai nos brindar também no encerramento. No encerramento, ele vai cantar outra vez para nós.

SRA. BERENICE PIANA DE PIANA: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra para sua exposição, por 10 minutos, à Sra. Berenice, e, depois, na sequência, nós aqui vamos, conforme acordo feito, que a Sra. Sandra Cerqueira... A Sra. Sandra vai substituir a Geórgia e a Simone. É isso? Está ok?

SRA. BERENICE PIANA DE PIANA: Eu gostaria de colocar aqui, também, que o Saulo não é só cantor, ele toca piano divinamente, fala inglês, italiano e alemão.

[palmas]

Ele é um exemplo de superação. Eu tenho acompanhado a trajetória do Saulo e eu sei quantas vitórias ele já conseguiu. Cego, autista, quando a ciência dizia que não, Saulo insistia em dizer que sim. Ele conseguiu se recuperar, contrariando todas as expectativas. E está aqui para nos dar esperança, para nos mostrar uma luz no final do túnel.

Eu gostaria de colocar, aqui, agora, o que é autismo. Autismo é uma síndrome que afeta a comunicação, o comportamento e a socialização do indivíduo. Manifesta-se tipicamente aos três anos de idade, e fica comprometido todo seu desenvolvimento psico-neurológico.

Há várias suspeitas e recentes estudos apontam para a contaminação por mercúrio, Thimerosal, e outros metais pesados como possíveis causas. Em 1990, as estatísticas eram de um para cada 10 mil nascimentos. E deu um salto. Em 2009, um para cada 91 nascimentos. E, em meninos, é um para cada 58. Nos Estados Unidos, porque, no Brasil, nós não temos sequer estatística. Esses números são endossados pela Academia Americana de Pediatria e outras organizações federais.

Gente, esses números só já nos dão o sinal de alerta de que algo está errado. Alguma coisa de muito grave está acontecendo. Se não existe epidemia genética, alguma coisa está acontecendo.

Nós falamos tanto em deixar um planeta melhor para nossas crianças, será que não é o caso de pensarmos em deixar crianças melhores para esse planeta? Ou que geração nós vamos ter daqui para frente? Uma geração de autistas. Porque esses números não param de crescer. Existe uma causa. Com certeza existe uma causa. E nós temos que investigar. Nós temos que cuidar para que esses números não continuem crescendo de forma absurda.

Vocês devem estar se perguntando, neste momento, o que é que mães, simplesmente, mães de autistas fazem aqui, se reúnem e chegam até aqui. Eu lhes digo que a situação é desesperadora, senão, nós não teríamos chegado até aqui.

No momento em que eu entrei em contato com o Senador Paulo Paim, graças a Deus, ele, de imediato, captou a mensagem e nos apoiou, eu senti um grande alívio, porque finalmente alguém nos ouviu, alguém ouviu nosso grito.

Todos os dias me aparece uma mãe desesperada. Quem sabe que sou ativista nesse movimento, representando a Associação em Defesa do Autista, me procura. E eu fico de mãos atadas, mais desesperada, não sei o que fazer com elas. Então, no momento, nós estamos oferecendo um ombro amigo para que elas venham chorar. Tem seus lares destruídos, sua vida completamente fora de rumo, normalmente, o pai desaparece de casa, e a mãe fica sozinha. E ela não desiste, ela abraça esse filho com tanto amor, com tanta garra. Ela não desiste.

Então, eu posso dizer para vocês que a classe de mães de autista é a classe mais unida que eu conheço

[palmas]

Elas são todas... Todas se tornam mães dos outros filhos. Eu me considero mãe de todos os autistas do Brasil. E eu sei que, no caso delas, não é diferente. Elas também são mães de nossos filhos. É a classe tremendamente unida. Nós choramos juntas, nós abraçamos juntas, sorrimos juntas, com a vitória do filho, que, muitas vezes, é vista a microscópio. O progresso deles é visto a microscópio. Por quê? Porque não tem tratamento adequado.

E eu não estou dizendo que na rede pública não haja atendimento ao autista, eu estou dizendo que o atendimento não é adequado. Autismo é tratável. Nós estamos olhando, de fora, as crianças, lá nos Estados Unidos, sendo recuperadas, completamente. E nós, as mães brasileiras, olhando de fora, assistindo a tudo, como se a criança americana fosse melhor que a criança brasileira.

Gente, nossas crianças têm o mesmo valor que a criança americana. Elas também merecem ser recuperadas. E não é raro vocês verem autistas com ilhas de genialidade, como o Saulo. Isso é muito mais comum do que vocês imaginam. Esses indivíduos têm muito a oferecer à nossa sociedade. Têm muito a oferecer.

Então, eu acho que o que está faltando é entendermos a mão a essas pessoas incríveis, a esses "Saulos" do nosso Brasil inteiro. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos à Sra. Berenice, que fez uma exposição rápida, objetiva e, com certeza, mexeu com o coração de todos nós e de quem com certeza assiste ao programa pela TV Senado e que vai ao ar novamente. Meus cumprimentos.

Passamos a palavra, neste momento, à Sra. Mariel Mendes, biomédica e mestrande da UFF/RJ e pesquisadora da ADEFA. Dez minutos.

SR. MARIEL MENDES: Bom dia a todos. Realmente, a gente fica emocionada e encanta, não é? Eu gostaria de desejar, primeiramente, agradecer a todos que estão aqui, a quem está nos dando ouvido, e desejar as boas-vindas àqueles que, pela primeira vez, estão conhecendo e reconhecendo essa causa.

Eu tenho certeza de que vocês não vão sair daqui os mesmos. Vocês vão se apaixonar, vocês vão se emocionar e vocês vão aprender a amar, porque quem luta com o autista aprende a amar, porque o autismo, ele é amor, e a gente luta por isso porque ama.

Quando resolvi vestir essa camisa e conhecer este mundo, que se diz o mundo por aí, é o mundo dos autistas, eu resolvi reconhecer... Conhecer. E, depois, eu aprendi que não existe mundo de autista, existe o nosso mundo, existe um único mundo. E essas crianças, elas são capazes, sim, de interagir conosco. Elas são capazes. Elas estão no mesmo mundo em que estamos.

[palmas]

Elas são especiais? São. São especiais. Mas elas são especiais, porque elas não estão preparadas para entrar em contato com tanta toxina, com tantas coisas, tanto produto químico a que somos expostos todos os dias. Elas não estão preparadas para isso. E acabam... Acabam se tornando autistas.

E não basta eles serem especiais. E é por isso que essas mães estão aqui. Não basta. A gente sabe que não basta. Precisamos investir em diversidade, para tentar transformar essas visões, porque sabemos... Sabemos que o autismo, ele é tratável, a criança, ela pode se recuperar.

A exemplo disso, temos Saulo, tantas crianças que passaram pela ADEFA, pela Escola Metamorfose e tantas outras crianças por aí que conseguiram recuperar.

Mas por que elas conseguiram recuperar? Porque os pais têm poder aquisitivo para isso. Porque eles têm condições de investir muito, muito, porque essas crianças, elas precisam de investimento. E aquelas que não têm? E aquelas que não têm? E é por isso que pais, aqui, hoje, que têm condições, que tiveram resultados e estão aqui lutando por aqueles que não têm, porque todos amam, como a Berenice falou, é uma classe unida. Então, estamos aqui lutando por aqueles que podem e por aqueles que não podem e por aqueles que ainda virão.

E, para mim, o autismo é uma das síndromes que mais causa tumulto emocional. Não só por parte das famílias, não, mas também para o profissional. Eu sei

disso, eu... Assim, a cada dia é uma... É um desafio e, assim, causa tumulto emocional, sem dúvida, isso causa. Abala o... Qualquer pessoa, diante do autismo, ele se sente impotente. E, de acordo com as pesquisas, já tem quatro anos que eu venho procurando entender mais sobre o autismo, e, durante todo esse tempo e com base nas pesquisas que a gente tem feito e no que já está publicado, o autismo tem a ver com intoxicação por metais.

Não que ele seja exatamente a causa. Nós não estamos aqui para falar: "A causa é essa ou a causa é aquela", nós estamos tentando buscar isso e saber o que realmente está acontecendo. Mas existem algumas hipóteses. E, diante do que eu tenho visto, dos exames que eu tenho analisado, os autistas, eles estão intoxicados. Eles têm problema intestinal. Eles têm alergia, têm problema ao glúten e a caseína, e é por isso que elas reivindicam alimentos orgânicos, sem glúten, sem açúcar... É por causa dessas coisas. Essas crianças, elas não estão preparadas para receber tantas toxinas.

Então, é por isso que essas mães, elas querem alimentos orgânicos, para tentar diminuir essa carga tóxica. E é por isso que eu ressalto – também, já finalizando, eu fico aberta para se alguém quiser tirar alguma dúvida –, eu ressalto a importância da integração do meio familiar, do meio profissional e, sem dúvida, do meio político, para que juntos possamos identificar as causas, os desequilíbrios, os excessos e juntos tentarmos recuperar essas crianças.

E só para não... Vou falar um pouco do tratamento biomédico, porque é o que tem causado tanta polêmica nos pesquisadores, tantas dúvidas. O tratamento biomédico, ele se baseia em quê? Que os sintomas psicológicos sejam um produto do processo metabólico. Isso que concentra o tratamento biomédico. E ele é baseado em exames, onde identifica o que está em excesso, o que está faltando. E, a partir daí, vai tentar uma recuperação.

E, ontem, eu estava lendo uma reportagem numa revista e eu vi, assim, que até eu não tinha passado, às vezes, a gente fica tão preso em algum... Só autismo, autismo... Mas eu vi uma reportagem interessante de uma Senadora, mulher, é... Mariana, onde ela faz uma dieta restrita de metais. Ou seja, os metais, eles não estão afetando não só crianças, tem gente... Todos nós somos intoxicados. Só que nós temos a capacidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Marina Silva.

SR. MARIEL MENDES: A Marina Silva. Então, ela tem, ela faz uma dieta restrita de metais. Porque ela teve um problema seriíssimo. Então, ou seja, isso está afetando todo mundo. Não manifesta em alguns, porque

eles têm a capacidade de estar eliminando isso, eles têm essa tolerância. E as crianças? E os bebês? Que já nascem e são inundados com tantas toxinas.

Então, assim, a gente precisa investir em pesquisas ligadas nessa área, a gente precisa estar buscando, para saber se é realmente. Se não for, não é. Mas a gente precisa saber. Não estamos aqui para afirmar. Eu sou pesquisadora e eu estou pesquisando. Então, assim, eu quero, no final, poder ajudar essas famílias. Poder falar: "É isso, não é isso". É isso que eu estou buscando e eu espero e peço ajuda e a colaboração de todos. Assim eu agradeço minha oportunidade [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos à Dra. Mariel Mendes, que é biomédica, mestrando, que faz aqui uma bela exposição, chamando a responsabilidade, Dra. Mariel, de todos nós, de todos os setores da sociedade.

E passamos a palavra, neste momento, à Sra. Sandra Cerqueira. A senhora pode usar o microfone. É só apertar ali o botão, ele fica verde... A senhora pode fazer sua exposição.

SRA. SANDRA CERQUEIRA: Bom, como psicóloga, nosso objetivo é relatar nossa experiência dentro dessa caminhada, em relação às questões do autismo.

Como tias de autista, também que sou, educadora, também, eu quero falar um pouco da nossa experiência, desses últimos quatro anos, que nós temos desenvolvido lá em Niterói, no Rio de Janeiro. Lá, nós temos utilizado exatamente aquilo que já foi falado aqui.

Os Estados Unidos, eles são referência em tratamento de autismo. Nós sabemos que os autistas, eles têm sido recuperados não só nos Estados Unidos, mas também na Europa, e com resultados muito rápidos, eficientes, e o objetivo é que a gente possa reverter esse quadro o mais breve possível. E o que a gente tem experimentado, ali em Niterói, é que isso é possível. É possível a gente reverter a situação do autismo que nós estamos vivendo hoje. Mas, para isso, é importante, necessário e fundamental que realmente o Poder Público possa abraçar essa causa como sendo uma causa urgente.

Eu queria colocar um pouco para vocês, em relação ao que é feito lá em terapia comportamental. Terapia cognitiva comportamental, que é a análise do comportamento, que é feita, [ininteligível], é feita nos Estados Unidos.

O comportamento... O tratamento comportamental do autismo, ele visa ensinar crianças habilidades que ela não possuiu. O que acontece com o autista é que, ao longo do seu desenvolvimento, ele não con-

segue assimilar aquilo que uma criança neurotípica assimila.

Nós aprendemos por imitação. Nós aprendemos, desde bebê, vendo e ouvindo nossos pais e os cuidadores com quem a gente convive. O autista, por questões de intoxicação, por questões metabólicas, por questão, vamos dizer, multifatoriais, ele não consegue desenvolver essa capacidade de imitação, o que vai restringir, em muito, seu repertório.

Então, ele se torna uma folha em branco, em que não são impressas as informações necessárias para que ele tenha autocuidado, para que tenha todos os componentes necessários para que ele alcance a independência, assim como qualquer criança neurotípica tem.

A função da análise do comportamento, da terapia cognitiva comportamental é ensinar essas habilidades que não foram adquiridas no seu desenvolvimento neurotípico.

Então, o que nós vamos fazer? Nós vamos ensinar as habilidades de forma fracionada. Um comportamento, ele é subdividido em vários pedacinhos, e, assim, você vai ensinando pedacinho por pedacinho. Isso é o que tem tido muito sucesso nos Estados Unidos. Embora eles tenham uma característica mecanicista, eles têm, assim, um perfil um pouco diferente do nosso. Nós somos mais afetivos, nós somos mais, talvez, digamos, mais lúdicos, e eles são um pouco mais técnicos.

Então, nossa experiência, que iniciou nesses três anos para cá, a ADEFA criou um projeto de pesquisa, que veio trazer terapia comportamental com diferencial. Hoje, você pode encontrar no Brasil algumas instituições que têm terapia comportamental, mas não a terapia comportamental associada à dieta alimentar, associada ao tratamento biomédico. Por isso a ADEFA criou a primeira escola para autistas, no Brasil, que associa esse tripé: dieta, terapia comportamental e tratamento biomédico.

[palmas]

Eu, assim... Eu até me arrisco a falar, aqui, que é a primeira escola no Brasil que... E a primeira escola em todo o mundo. Porque eu não tenho nenhuma referência de que exista, em algum lugar, alguma escola que tenha o objetivo de trabalhar, investigar, pesquisar a questão da dieta, da investigação e da questão do tratamento biomédico.

É notório, eu posso dizer a vocês, pela minha experiência, não pelos livros, não pelo que alguém me disse, mas pelo que eu vejo no dia a dia, que, durante todos esses anos, crianças tratadas com dieta, tratamento biomédico e terapia cognitiva comportamental têm um resultado rápido e efetivo.

Hoje, eu já tenho um paciente considerado já uma criança neurotípica. O Pedro Augusto é uma criança que começou o tratamento aos dois anos, hoje, ele tem cinco, ele tem três anos de tratamento, de intervenção. Ele é uma referência, porque ele realmente cumpriu todas essas etapas, e o resultado dele foi indubitavelmente o melhor de todos.

Então, nós temos que nos permitir não ficar escondidos atrás de crenças que nós temos adquiridas dos nossos antepassados, vamos dizer assim, e arriscarmos a, no mínimo, pesquisar, ler, investigar o que é isso. Porque o que eu ouço falar, e os pacientes que chegam para nós todos os dias, eles dizem assim: "Não, me disseram que isso tudo não está comprovado. Isso não tem comprovação científica. Isso não é... Não está legalizado". E as pessoas ficam escondidas atrás de uma crença, de coisas... E elas não estão se permitindo ver. Elas não estão se permitindo caminhar até um lugar onde isso existe e ver que isso é real.

Quando nós falamos em cura, nós somos apedrejados: "Porque isso não existe. Não é possível". Mas eu quero, aqui, ser apedrejada

[palmas]

Eu quero ser apedrejada, porque, se esse for o preço que eu preciso pagar para dizer a vocês, para dizer ao senador e às autoridades, eu não quero deixar passar a oportunidade, para dizer a vocês e desafiar a cada um que está aqui para comprovar aquilo que eu estou dizendo.

Eu não quero falar e não quero deixar que essas palavras fiquem sem uma resposta. Mas eu quero que vocês vejam, e, depois que vocês virem, vocês digam se o que eu digo é verdade ou é mentira.

A terapia ABA, o que nós importamos dos Estados Unidos, é aquilo, vamos dizer assim, que hoje está mais em pauta. Mas nós sabemos que, em São Paulo, se cobra 500 reais a hora para se fazer uma terapia ABA. Eu pergunto a vocês se um pai de autista tem 500 reais a hora para fazer terapia ABA. Nós precisamos imaginar que existem pais que chegam para nós todos os dias, e eles não estão... O autista, gente, ele pula, ele grita, ele é julgado como uma criança desobediente, que está no restaurante e joga tudo para cima. Além disso, os pais levam uma carga de culpa, alguma coisa absurda.

E nós, a única coisa que nós temos oferecido para esses pais é uma terapia comportamental a 500 reais a hora. E o que eu quero dizer para vocês é que nós temos uma iniciativa pioneira de treinar profissionais. Nós temos feito isso, isso tem dado certo, nós temos que aprender muito ainda [soa a campainha].

E eu queria dizer para vocês o seguinte: a classe médica tem resolvido problemas dessa ordem, muitas

vezes, administrando uma medicação. Eu quero deixar aqui registrado que meus pacientes que são medicados, é claro, com exceções, em questão de pacientes que têm convulsão, que precisam ser medicados, os demais autistas não precisam de medicamentos e, sim, de suplementos e de nutrição adequada.

Então, fica aqui minha experiência. Não é meu conselho, minha experiência. Que, da mesma forma que os médicos falam em reorganizar: "Esse remédio é para reorganizar". O que os autistas precisam é de re-estima. Eles são destroçados. E essas crianças e adolescentes e adultos, eles estão totalmente em frangalhos, frustrados.

Você imagina o que é uma criança não poder se comunicar com seu pai. Seu pai não saber o que ele sente, o que ele pensa, se dói... Ele, na sua aflição, ser relegado a um isolamento, que ele não consegue romper, e nós não permitimos e não damos a oportunidade para que ele rompa.

Então, esses pais precisam ser tratados. Por isso lá nós fazemos terapia de família. Lá os pais recebem orientação de como devem lidar. Pais não são profissionais. Pais precisam saber o que fazer com esses filhos. Quando eles dão crises, os pais se identificam com ele em culpa. Se punem, porque eles estão fazendo isso.

Então, nós temos essa experiência. Nós desenvolvemos uma re-estima. Não é reorganização, é re-estima. É ensinar o autista a ter autoestima, a ser amado, a ser valorizado, a ser aceito. E esse trabalho tem sido, assim, maravilhoso.

Outra coisa importante é a integração sensorial. Essas crianças são totalmente hiperssensíveis. Eles não têm um filtro. Você imagina estar na *Times Square* e recebendo todo tipo de estímulo daqueles letreiros luminosos. Esses autistas, eles são agredidos, invadidos por toda sorte de estímulos. Não há um filtro.

O que isso não vai causar, emocionalmente, numa criança como essa? É importante saber que o autista precisa de quantidade de terapia. Ele precisa de muito estímulo. Não adianta você fazer um dia por semana de terapia, duas vezes por semana, uma hora de terapia. Não gaste seu dinheiro com uma hora de terapia, duas vezes por semana, porque isso é inútil para o autista. Eles precisam de muita quantidade de estímulo, muita quantidade.

A equipe interdisciplinar tem que ser toda ela focada dentro do problema daquela... Tem que haver comunicação entre os profissionais. Um profissional tem que saber o que o outro profissional está fazendo. Tem que haver uma avaliação constante entre profissionais. Tem que haver um currículo personalizado. Essas

crianças estão relegadas ao ensino regular ineficiente. Inclusão não há. Não há.

Existem pessoas muito bem intencionadas. Existem instituições que estão realmente querendo acertar, mas ainda não estão acertando. O autista precisa de ensino individual. Ele precisa de um currículo individual. Alguns estão com a percepção num nível, estão com a parte motora em outro nível. Como é que vou dar uma receita de bolo e ensinar a mesma coisa para crianças em estágios diferentes? Impossível.

Currículo individualizado, atenção individualizada. Em compensação, esses autistas vão ficar nessas instituições por muito pouco tempo. Eu quero falar para vocês, nós temos casos de crianças que, em cinco meses, estão recuperadas e indo à escola regular, com vocabulário, crianças na- verbais, que não falavam absolutamente nada, que foram condenadas nas instituições, associações públicas, organizações conhecidas e famosas lá no Rio de Janeiro [soa a campainha]. Posso continuar?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais cinco minutos.

SRA. SANDRA CERQUEIRA: Então, vamos encerrar. E essas crianças elas estão completamente reabilitadas. O processo que vai ser de adaptação, ele pode ser acompanhado. Agora, essas crianças precisam ser tratadas no CTI. Elas precisam adquirir condições mínimas para serem inseridas numa escola regular. Elas precisam olhar. O contato ocular não existe. Elas precisam sentar, eles são hiperativos. Eles precisam falar, eles são não-verbais.

Vamos permitir que essas crianças tenham o mínimo de condições para que elas possam competir com todas as outras crianças que nós conhecemos. Eu agradeço, então, a oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os cumprimentos à Dra. Sandra, que fez uma bela exposição e, com certeza, depois, no debate, a senhora poderá voltar, inclusive, para poder situar a nós todos e ao Brasil, pela TV Senado, esse tema tão importante e apontando caminhos, inclusive, para nossas crianças.

Passo a palavra, neste momento, ao Ulisses da Costa Batista. Ulisses, que é militar e vai fazer também sua exposição.

SR. ULISSES DA COSTA BATISTA: Bom dia a todos. Bom dia, Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim, as autoridades aqui presentes, Deputado Aldir, se tiver mais alguém que eu não conheça... Nós queremos agradecer a presença dos pais, dos presidentes de instituições, ADEFA, Mão Amiga e outras se houver. E dizer que nós estamos fazendo história e dizer

que minha fala, aqui, eu teria muito a falar, já vi que o tempo é limitado, em função dos debates, das coisas que virão, mas dizer que é uma caminhada que culmina, aqui, nesse momento, e a gente espera que ações que de fato transformem a vida dos autistas possam se acelerar, a partir desse processo.

Eu vou falar sobre políticas públicas, o que tem sido feito nos últimos 10 anos, e eu, com minha... Com meu pouco tempo, tenho acompanhado e tenho militado nessa luta.

“Autismo, no Brasil, 10 anos de luta.” Esse tem sido o foco, nesses 10 anos de caminhada de tratamento do meu filho. Meu filho Rafael tem 13 anos de idade, há 11 anos tratando e há 10 anos eu venho buscando políticas públicas. E, de maneira, de forma interessante, queria chamar atenção daquela frase ali. Foi numa entrevista à TV Brasil, programa especial, fui convidado para fazer um programa pai especial, e, no meio da entrevista, Rafael sai com essa frase. Não foi nada combinado: “Ter autismo não é só uma deficiência, é também um grande desafio”.

E eu, humildemente, completo... Foi uma coisa, assim, que nos emocionou e nos chamou atenção. Se, para o Rafael é um desafio, muito maior é para o Estado brasileiro, que não tem a política específica para o tratamento do autista; muito maior é para os governos estaduais e municipais, que não implantaram uma série de tratamentos específicos para o autismo; e maior ainda para a família e para a sociedade. Então, por isso nós estamos aqui.

Ode passar. Eu vou tentar resumir, passar rápido essas telas. Nós estamos aqui representando, como nós dissemos, pais, que não puderam ter, em tempo oportuno, diagnóstico precoce. Estamos representando, aqui também, pais que, podendo pagar o tratamento, têm que arcar com altos custos desse tratamento, porque, no serviço público, não existe tratamento de igual qualidade.

Então, como começou minha trajetória? Como todos sabem, o autismo, ele não vem carimbado, não aparece olhinho puxado, nem a língua para fora, nem sinais externos, nada que indique a criança vai ser autista. Não existe exame que possa detectar autismo. E, sim, um inventário de diagnóstico, onde o pediatra poderia descobrir os sinais precoces, que não existe ainda, não foi implantado na rede pública de saúde no Brasil.

Então, o Rafael, nos primeiros meses de vida, normal, andando, uma inflamação de ouvido, um episódio de alergia à lactose, uma coisa comum em vários diagnósticos de autista. Esses sinais de inflamação, diarreia, vômito... E, em torno de um ano para dois anos de idade, a fala desaparece, o pediatra não viu

problema nenhum nisso, e começou a se agravar os sinais precoces do autismo.

Parecia que estava surdo, parecia que não ouvia, ora muito agitado, hiperativo, ora se isolava e ficava no canto dele, até que isso ficou, de certa forma, nos chamou tanta atenção, e o pediatra não via nada, que nós começamos a procurar outros terapeutas, outros profissionais. Então, tomografia computadorizada, ressonância magnética, uma série de exames, e, por fim, o Rafael não parecia ser mais uma criança, aquela criança que a gente tinha desejado e planejado. Uma psiquiatra, então, faz o diagnóstico, informou que o Rafael era portador de autismo infantil. E, quanto ao tratamento, ela nos informou que, na rede pública, nós não encontraríamos.

Então, era uma sentença para nós dizer: “Seu filho tem autismo, começa a tratar, e você não vai encontrar tratamento na rede pública”. Então, a gente fica desorientado, sem fazer o que fazer. E, nessa busca de terapia e tratamento, o Rafael foi diagnosticado em 98, em 99, lendo esse jornal, eu me deparei com essa matéria. “Uma mãe abandona uma criança, na porta do Hospital Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro, porque não tinha condições de tratar o filho, o tratamento era caro, então, ela amarra uma frauda no pulso, amarra ele na grade da entrada do hospital, o menino tinha 10 anos de idade.

Aquilo me chocou, porque, se eu já estava com drama com meu filho, ao ler aquilo, eu vi: outras pessoas estão com drama pior, porque não podem nem tratar seus filhos e estão abandonando seus filhos. Aí começou o desejo de procurar ajudar meu filho e ajudar outras pessoas.

Então, vou fazer, agora, um resumo rápido desses 10 anos que eu venho acompanhando de políticas públicas de saúde. Então, começar por São Paulo. Em 2000, a Promotoria Pública de São Paulo entra com uma ação de tutela antecipada, porque pais, no Estado de São Paulo, alegam, testemunham que não há tratamento específico no Estado de São Paulo para os autistas.

As crianças, quando de família humilde, ficam relegadas em casa, em cárcere privado, reféns do autismo, porque não tem tratamento específico. Em 2006, essa matéria, quem lembra: “Meninos do porão”, em 16 de junho de 2006, uma matéria que veio, um divisor de água, veio mostrar a história de nove autistas que ficam enclausurados dentro de casa, na periferia de São Paulo, porque não tem tratamento específico. Então, as famílias ficam destruídas.

Pode passar. Estado da Bahia. Então, em São Paulo, tivemos uma lei, uma ação na Justiça. Na Bahia, em 2007, é aprovada a Lei 10.553/07, que prevê a as-

sistência aos pais de autistas. Então, os pais, mais uma vez, os pais vão à Assembleia Legislativa, procuram seus legisladores e pedem para que seja implantada uma lei de atenção aos autistas.

O fato é que o governador, na época, vetou, o Projeto de Lei retorna à Assembleia Legislativa, e os deputados derrubam o veto e aprovam a lei. Em 2005... Em 2008, sai essa matéria da *Época*, retratando a história de autistas na Bahia, falando de autistas em cativeiro, mostrando que não só em São Paulo, mas também na Bahia existem autistas enclausurados em suas próprias casas, por não terem tratamento específico.

Aí voltamos, agora, para o Rio de Janeiro, meu estado natal. Em 2001, a partir de 99, eu comecei a procurar instituições, órgãos do Governo, em 2001 eu procurei vereador para saber o que poderia ser feito, 2004 procurei a Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência, que havia sido criada, para ver o que podia ser feito pelos autistas. Como não encontrava resposta, eu procurei a Defensoria Pública dos Direitos Humanos, para fazer a denúncia de que não há, no Rio de Janeiro, não há no Brasil, mas a Defensoria Pública, o âmbito é no Estado do Rio de Janeiro. Porque não há diagnóstico precoce, não há atendimento multidisciplinar, que é o atendimento adequado, e não há acompanhamento para as famílias.

Então, a Defensoria acata minha denúncia, é convocada, então, uma associação, e aí nós convidamos a Mão Amiga, que foi a associação que, junto conosco, entrou com ação contra o Estado do Rio de Janeiro. E foi, então, em 2005, a Defensoria Pública protocolou, na 9ª Vara de Fazenda Pública, uma ação de tutela antecipada, para exigir do Estado atendimento às crianças autistas.

E, o jornal *Estadão*, de São Paulo, em 2005, publica a matéria dessa nossa ação. "Pais de autistas lutam contra o descaso." Aí retrata ali a história da nossa ação, por que nós entramos e aparece também a entrevista do Dr. Adailton Pontes, que é pesquisador do Instituto Fernandes Figueira, ele é pesquisador e quer procurar um marcador, um exame que possa detectar o autismo. É o que os americanos estão procurando, também.

E esse pesquisador, ele fala uma coisa, e está no jornal *Estadão*, de São Paulo, uma coisa impressionante. Ele fala: "Após diagnosticar o autismo, acontece uma coisa gravíssima para mim, como profissional: eu não tenho para onde encaminhar essas crianças. Eu faço o diagnóstico, mas não tenho para onde encaminhar". Isso está registrado no jornal *Estadão*, de São Paulo

[palmas]

Em 2006, a igreja lança, na campanha da fraternidade, a pessoa com deficiência. Foi aberto um fórum no Rio de Janeiro, eu fui para esse fórum participar, conheci as necessidades das outras pessoas com deficiência. Eu moro na zona oeste do Rio de Janeiro, fundamos lá, junto com mães, um fórum "Cidadania e dignidade às pessoas com deficiência". Esse fórum está aberto até hoje, pessoas da comunidade participam, algumas vezes, nós convidamos representantes públicos, políticos, às vezes, mandam seus assessores nesse nosso fórum.

E, em 2006, eu já sabia que existia ação de tutela antecipada, mas eu queria mais. Então, eu fui à Câmara de vereadores propor que fosse feita alguma coisa, alguma coisa de imediato, porque a ação na Justiça ia demorar, como demorou a ação de São Paulo. A ação de São Paulo, de 2000, em 2005, o Estado foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal a pagar o tratamento às pessoas com deficiência daquele estado [soa a campainha].

Então, em 2006, eu procurei a Câmara de vereadores, para que fosse feita uma política pública. Então, foi feito um Projeto de Lei, esse Projeto de Lei foi aprovado na Câmara, foi para sanção do prefeito, o prefeito vetou o projeto, como aconteceu na Bahia, vetou, o projeto volta para a Câmara, os vereadores derrubam o veto, e a lei do autismo foi aprovada no município do Rio de Janeiro, em 2007.

A Defensoria Pública dos Direitos Humanos entra com uma representação junto à OEA. Nossa ação, que nós entramos de tutela antecipada em 2005, está parada até hoje. Então, em 2007, eu ligo para a defensora: "Por que nossa ação não anda?". "Ah, o estado posterga, adia, usa todos os prazos, e a ação está parada." Eu perguntei: "Nós não podemos representar o Brasil contra a OEA, devido ao acordo internacional de eliminar e erradicar toda forma de deficiência? Porque o Brasil é signatário desse acordo". Então, a defensora ouviu esse conselho, essa indicação que eu fiz, e fizeram uma ação, uma representação contra o Brasil, junto à OEA.

Isso tudo está aqui, eu montei um dossiê "Autismo no Brasil, 10 anos de luta", vou passar para o senador um resumo de tudo isso. Em 2007, a revista *Época* faz essa matéria "Um novo olhar sobre o mundo oculto do autismo". É uma matéria de capa, falando sobre o autismo, são 10 folhas, e, nessa matéria, aparece um antigo percentual, de 2007, onde, lá nos Estados Unidos, para cada 150, um é autista. Isso em 2007. E o Governo Bush, que, na época, era o Governo Bush, destinava um bilhão de dólares para pesquisas sobre o autismo. Então, nós vemos que temos muito a fazer no Brasil.

Aí, ali, continuando em 2007, os vereadores derubam o veto, a lei do autismo no município é aprovada. Pode passar. Em 2008, o prefeito entra com ação de constitucionalidade e embarga a lei do autismo, no município, na Justiça. Então, a lei não entra em vigor.

Em 1º de junho de 2008, o *Jornal do Brasil* faz uma matéria “O Brasil corre o risco de ser condenado na OEA”; “Tratamento de autismo evolui, mas poucos têm acesso”; e “Drama de quem está à margem das novas terapias”. É uma matéria interessante, contando a história de pais que, por não ter recursos, não podem tratar seus filhos.

Ainda em 2008, eu fui à Procuradoria da República fazer a denúncia de que, no Brasil, já que a Defensoria era âmbito do estado, eu fui à Procuradoria da República, para fazer a denúncia de que no Brasil não existe tratamento específico para autismo. Então, foi aberto um procedimento administrativo, na Procuradoria da República.

Entrei, eu não paro, entrei no site da OEA e consegui falar com esse Sr. Santiago Cantón, que é um secretário executivo, para saber como estava o andamento do processo, do nosso processo na OEA. Aquele item ali é um item interessante, e eu não sei se caberia, aqui, ao Senado a gente discutir isso. Pesquisando sobre leis, porque nós gastamos muito com tratamento com nossos filhos. Então, eu descobri, percebi que existem isenções de IPI, ICMS e IPVA para pessoas com deficiência. Pessoas que podem dirigir, que são habilitadas. E eu descobri que, em São Paulo, há um Projeto de Lei para estender esse benefício aos autistas, cegos, paralisia cerebral e retardo mental. Entendendo que, mesmo que o deficiente que não... Aquele que dirige também é deficiente, ele também deveria receber isenção.

Então, o Estado de São Paulo entrou com um Projeto de Lei, está tramitando lá na Casa, então, eu procurei, aqui na LEG(F), levei esse Projeto de Lei, cópia de São Paulo: “O que nós podemos fazer aqui no Rio de Janeiro?”. Então, foi feita uma indicação legislativa para o governador do estado, pedindo a isenção de IPVA e ICMS.

Eu sei que quem argui sobre essa matéria é o governador, através da Secretaria de Fazenda e do CONFAZ, Conselho Nacional de Fazenda, mas acredito que, em todo o território nacional, todos os pais precisam, por gastarem muito, precisam se locomover. Às vezes, o transporte é inacessível, a criança está agitada, então, ter isenção para adquirir veículo não é um privilégio, faz parte de nós termos meios de poder reverter mais recursos para nossos filhos.

Fiz, em 2008, contato com um deputado federal, para tentar uma Audiência Pública, coisa que a ADEFA

conseguiu com o Senador Paulo Paim. Em 2008, no dia 02 de abril, a ONU decreta o primeiro Dia Mundial da Conscientização do Autismo. Secretário Ban Ki-moon faz essa determinação, declara esse dia, então, nós temos um dia para lutar pela causa autista.

Então, nesse ano de 2009 foram feitas várias ações, a ADEFA fez várias ações no Rio de Janeiro, para chamar atenção da sociedade no autismo.

Eu fiz uma carta aberta à sociedade, encaminhei para a Câmara de vereadores, no Rio de Janeiro [soa a campanha], encaminhei para a ALERJ e foi encaminhado aqui também para o Senado [soa a campanha].

Eu queria terminar... Pode passar. Pode passar. Aí. Não, volta uma. Volta a anterior. Aí, essa. A Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que está em vigor, porque o Brasil é signatário desse acordo, chama atenção para alguns pontos, e eu queria ressaltar esses dois pontos. *“As pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com as diversas barreiras, podem obstruir sua participação na sociedade com as demais pessoas.”*

Eu queria dizer que essas barreiras... Não é a deficiência que coloca essas barreiras, somos nós que colocamos barreiras, quando não damos o tratamento específico ao desenvolvimento do autista. Quero dizer que meu filho tem 13 anos, está na escola, ele acompanha a idade escolar, tem 13 anos, está na 7ª série, é investimento tremendo que nós fazemos, e a gente não mede esforços em gastar. E quero dizer que, ele estando lá, é um sinal de que outros virão. Mas, ele estando lá, enfrenta dificuldades com os próprios colegas. Meu filho já foi agredido na escola, falei isso na ALERJ, numa audiência que nós tivemos na semana passada. Por duas vezes, foi agredido na escola; uma vez no banheiro, enquanto um menino batia, o outro tirava foto dele. No recreio, um menino deu um soco, e outro disse: “Vai embora, seu fracassado”.

Para mostrar que o desafio está conosco, pais, está na sociedade, está no legislador. Nós precisamos fazer com que as pessoas olhem o diferente, e ele vem com diferença por quê? Porque faz parte da dignidade humana sermos diferentes. Faz parte da condição humana. É a diversidade humana. Podemos vir cegos, podemos vir surdos. Isso cabe à dignidade humana. E a Declaração dos Direitos Humanos assegura o direito à dignidade humana.

Eu queria, então, encerrar, dizendo que nossa pauta, nossa reivindicação é: diagnóstico precoce, é preciso implantar uma política de diagnóstico precoce no Brasil, com inventário de diagnóstico precoce, para que os pediatras, lá no exame de puericultura, aquele que recebe o bebezinho, possa, a partir desse

inventário, detectar precocemente o autismo. Acabou ou não.

Aí vem o atendimento multidisciplinar. Ele tem que ser encaminhado para um local adequado, onde possam ser atendidas suas necessidades específicas. Então, o tratamento multidisciplinar, que seja criado esse atendimento. Hoje, o atendimento é feito nos CAPS. Não estou condenando o atendimento dos CAPS, mas é fato, e aqui está um resumo de ações no Brasil inteiro, onde as pessoas não estão satisfeitas. Então, aqui, esse resumo de 10 anos, que eu passei rapidamente, vários estados, organizações estão procurando o Poder Público, procurando a Justiça para atestar: “O atendimento que está sendo feito não é adequado, por isso nós estamos brigando”.

Então, diagnóstico precoce, atendimento multidisciplinar e acompanhamento para a família. É inaceitável nós vermos as famílias se separando, se desfazendo, porque onde não se tem onde tratar, se gasta muito, e a família se desfaz, por não ter apoio, por não ter recurso, por não... Os centros de excelência, as universidades, estejam lá os pesquisadores estudando, investigando. Não cabe a nós. Nós somos pais. E, no entanto, muitos pais aqui estudam lei, como eu estudo e leio, há 10 anos, psicologia, psiquiatria, fonoaudiologia, neurologia, e eu sou pai, eu já pago meus impostos. Por que eu tenho que ficar estudando? Por que eu tenho que procurar lei? Por que eu tenho que ficar... Minha esposa pergunta: “Ulisses, quando você vai parar?”. Eu falei: “Eu não sei”. Eu nem sabia que ia chegar aqui no Senado, e nós estamos aqui.

[palmas]

Então, eu termino dizendo que, agora, esse coro é nosso, essa voz é nossa. Dizer que você pai, você mãe, você que está aqui conosco nessa causa, nós não estamos mais sozinhos. E, quando meu filho foi agredido na escola, eu disse uma coisa para ele muito dura para dizer para um filho. Eu disse: “Filho, é preciso que você passe por isso, para que outros venham passar por essa humilhação, ser agredido, é preciso que você passe, porque outros virão. Porque, se você sair da escola, como muitos saíram, outros não virão”.

É preciso que as crianças vejam. Se eu pudesse, eu pegaria um microfone, falaria na porta de escola: “A certeza do meu filho estar aqui é que os filhos de vocês, os netos de vocês amanhã terão um dia melhor na sociedade”. Obrigado

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos ao Sr. Ulisses da Costa Batista, que faz, aqui, um relato de vida do seu filho, da sua família e da sua trajetória. Eu recebo, aqui, “Autismo no Brasil, 10 anos de luta”. E não só uma

homenagem à sua fala... Que eu queria dizer, chore à vontade. Eu também sou meio chorão.

[palmas]

Que sua fala mostra, como todos aqui, o que vem de coração, da alma, um sentimento nobre, bonito e de luta e pensando não só no seu filho, mas também em todos os filhos do Brasil.

Meus sérios cumprimentos, e eu queria pedir que aquela faixa escondida lá no canto, traz ela e bota aqui na frente. Não sei onde, mas vamos botar é aqui. Não pode ficar escondida lá.

[palmas]

Nem que eu tenha que tirar o relógio e botar no lugar do relógio, aqui.

[palmas]

Mas pelo menos essa bota aqui, traz ela para cá, para nós. Não sei se alguém pode ajudá-lo, aqui. Eu acho que pode até pendurar aqui. Vamos achar uma forma de pendurar ela. É no relógio mesmo. Não vai nem precisar tirar o relógio. Missão cumprida.

[palmas]

Os cumprimentos por quem idealizou, inclusive, muito bonita: “Autista: quem conhece ama”. Parabéns pela criatividade. E, com certeza, eu queria dizer para vocês que eu tenho muito orgulho, eu sei que o debate é longo e delicado, eu sou o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ele foi debatido no Senado, Senador Flávio Arns foi o relator, foi para a Câmara, agora, tivemos cinco encontros regionais no Brasil, ele volta para o Senado. E eu, com certeza, vou trabalhar, se vocês assim entenderem, depois da audiência, com o relator, na Câmara, para que a gente passe o pente-fino na redação que está dada lá, na questão do autismo, para ver se contempla exatamente aquilo que vocês pensam. E que a gente amplie, se necessário, e, mesmo se for necessário, pode contar comigo, que, se for preciso, eu apresento um Projeto de Lei, aqui no Senado, fruto desta Audiência Pública. Vocês é que vão decidir.

[palmas]

E o pessoal tem a mania de dizer que eu sou o autor dos projetos polêmicos. Aí eu fico com sua frase, se defender o autismo for um projeto polêmico, eu fico com a sua frase: “Joguem mais caminhões e caminhões de pedra também em cima de mim”. Eu quero dividir com a senhora essa luta e com todos vocês, naturalmente.

[palmas]

Passamos a palavra à Cássia Maria Gomes Bello, que é assistente social.

SRA. CÁSSIA MARIA GOMES BELLO: Bom dia a todos. Bom, como assistente social, é com alegria que eu reconheço, neste espaço, nesta Casa, motivo

de tantas... tantos questionamentos vergonhosos, essa porta aberta para o reconhecimento do art. 5º da Constituição, de que todos são iguais perante a lei.

Eu trabalho com crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, de abuso sexual e negligência. Antes de tudo, eu queria só deixar uma indagação no ar, a respeito, que pessoa pública é essa que foi eleita pelo voto direto e tem a coragem de embargar uma lei que vai amparar alguém que não tem direito à voz? Será que é porque ele não vota?

[palmas]

Será porque ele acha que aquele voto, daquele autista, não vai cair na urna e, por isso, ele pode ser desamparado? Que país é esse que temos que ter legislações, que temos que ter comissões de Direito Humano para ensinar o ser humano a ser humano? Infelizmente, o homem não gosta daquilo que não é igual, daquilo que não é belo. Então, ele deixa de reconhecer no autista um ser humano de direito, como ele é.

Então, peço a esta Casa que possa ter medidas protetivas, como o ECA invoca, em toda criança em situação de vulnerabilidade. Todo autista está numa situação de vulnerabilidade. Eu faço parte do NACA, como eu já falei para vocês, que é um programa da FIA, da Fundação da Infância e Adolescência, gerida, atualmente, pelo Movimento de Mulheres de São Gonçalo, onde nós recebemos, encaminhados pelo Conselho Tutelar, por delegacias e Ministério Público, fazemos avaliação diagnóstica de crianças vítimas de violência, de abuso sexual e negligência.

Aí eu pergunto para vocês: como é que a gente vai fazer a avaliação de um autista? Eles são bem mais vulneráveis do que uma criança que fala, que pode correr, que pode dizer: “Mãe, o tio está fazendo, o fulano está acontecendo”.

Aí eu fui comentar isso com um pai de autista, que está aqui conosco, lá na ALERJ, e ele olhou para mim e falou assim: “Cuidado, porque aquilo que você avalia como violência, para um autista pode não ser”. A visão de realidade dele é completamente diferente da nossa. E, ali, naquele momento, meu chão se abriu. Mas, independente de qualquer coisa, temos, atualmente, a mídia e alguns legisladores falando tanto em pedofilia, no combate à pedofilia, gostaria que eles se lembrassem, nesse momento, dos autistas.

Outra relação que eu queria ver, é como ouvimos aqui, que muitos pais somem, graças a Deus, temos belos exemplos, aqui, como o Ulisses, como o Júlio e outros aqui presentes, de pais brilhantes, que assumem o papel de pai, de cuidador, de provedor daquela família. E eu gostaria que o Estado me respondesse como é que vai ser o dia em que uma mãe e um pai de um autista morrer e deixar essa criança ou esse ser, se

nós não temos abrigos para cuidar daqueles que falam. Como é que vai ser para aqueles que não falam?

Eu também sou professora. Faço parte do PROJOVEM da cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. Eu tenho sete mil alunos. Nenhum autista. Isso significa o quê? O programa, o PROJOVEM é um programa que visa minimizar a baixa escolaridade de jovens de 18 a 29 anos. Significa o quê? Que os autistas, nenhum deles está nessa situação? Não. Significa que os autistas não têm acesso às escolas.

O Sistema Único de Saúde não viabiliza tratamento. As grades curriculares que preparam os professores, os profissionais, não incluem o preparo efetivo para esses profissionais. Se um professor – a dita “escola inclusiva” –, se um professor não consegue lidar com aluno surdo, porque ele não sabe Libras, porque, se ele quiser aprender Libras, ele vai pagar do bolso dele. Como é que ele vai trabalhar com autista, que necessita do olho no olho, que necessita... Porque todos nós somos únicos. Nossa digital é um sinal disso, que não existe ninguém igual a ninguém.

O autista, mais do que ninguém, eu não tenho filho autista, eu não tenho parente autista, mas, um dia, eu posso ter, porque a estatística mostra que, de 90 que nascem, um é autista. Então, eu queria que esses legisladores, que esses homens públicos que negam, que vetam lei de acesso a essas pessoas se colocassem nesse lugar. Pudessem ficar um dia, num canto escuro, no silêncio, para saber como é a vida do autista.

Se ele não quer fazer agora, por aqueles que estão, que ele pense no futuro, que, provavelmente, na família dele, um dia, vai ter um. Então, que ele se antecipe. Porque as coisas, infelizmente, no nosso país, são morosas. Nós, hoje, estamos lutando, estamos batalhando para que a 10 anos a coisa venha a ter uma situação um pouco melhor do que nós temos hoje. Porque, até pouco tempo atrás, década de 80, de 90, os Síndrome de Down, os portadores de Síndrome de Down, que, depois que a mídia mostrou que eles podem fazer alguma coisa, mas foi preciso que um canal de televisão fizesse uma novela mostrando, para que a humanidade acordasse. Para que um jogador de futebol, que tem um filho com Síndrome de Down, viesse a público e falar aquilo como se fosse uma coisa sobrenatural. Aí, hoje, as pessoas acham muito bonitinho a Síndrome de Down.

Brigamos pelo dia do orgulho gay, brigamos pelo direito a opções sexuais diferentes, pela questão do negro... Tudo tem que ser fracionado no país. Será que o ser humano não pode ser tratado como humano, independente de cor, de raça e de situações mentais? São todos iguais.

Um autista, criança, ele é tão criança como qualquer outra. E seus direitos estão sendo negados, a partir do momento em que ele não tem direito à escola, ele não tem direito a lazer, ele não tem direito à saúde, ele não tem direito a nada. Enquanto profissional, eu estou olhando, aqui, estou vendo tanta gente chorando. Por quê? Porque esse é um passo, é um dia histórico, nós viemos falando isso: é um dia histórico.

[palmas]

Gente, o autismo é tratável, sim. O autismo é tratável, sim. Então, que a comunidade científica se incomode. Mas não espere ter um filho ou um parente autista para pesquisar. Que se cumpra [palmas], que faça não enquanto parente, mas enquanto ser humano. Que nossos políticos, que são eleitos por voto direto – graças a Deus, demos um passo no país, onde nós elegemos –, que eles se façam cumprir.

O autista não vota, mas a mãe, o pai, o irmão, os tios, os amigos, os simpatizantes dos autistas votam. E nós vamos cobrar isso da sociedade.

[palmas]

Esse é o pedido que eu tenho para fazer a esta Casa, que hoje, com muito orgulho, eu me sinto feliz por isso. Me senti feliz, estou aqui olhando para o nosso deputado, a quem eu não conhecia. Que bom, deputado, já sei que eu tenho em mais um em quem votar.

Olhei agora para o Senador Paim. Que bom, senador, eu já sei em quem eu posso votar. Eu já não voto mais no escuro. Porque sei que, pelo menos, eu tenho duas pessoas em quem eu posso confiar neste país. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero, antes, cumprimentar a Dra. Cássia, que é assistente social, pela sua fala e dizer, me permita me dirigir a você, Cássia, diretamente Cássia, que podem todos me chamar de Paim, que eu concordo plenamente com vocês. Às vezes, as pessoas dizem: “Não, Paim, mas está usando a chantagem do voto”. Mas o que eu vou fazer? Se eles é que fazem as leis, eles, que eu digo, os políticos, eu prefiro votar em políticos que tenham compromissos com as causas do nosso povo, da nossa gente. Qual é o problema?

E eu recomendo: “Vote em quem tiver compromisso com suas causas”. E alguns ficam bravos. Mas podem ficar bravos, que eu vou continuar dizendo. Qual é a arma que a gente tem de pressão? É a arma da democracia. Por que não nós... Que nem você falou muito bem, Cássia, eu vou olhar para todos os políticos dos seus estados, eu, no caso, sou do Rio Grande do Sul, pode-se dizer que a Cássia, simbolicamente, disse que votaria em mim. Claro que ela não pode votar em mim, mas ela fez uma simbologia. E é legítimo. Cada

estado tem que fazer isso mesmo. Tem que pressionar. Porque, se aqui é a casa do povo, o Congresso Nacional, eu passo uma procuração para os políticos para quê? Para que ele me represente. Ora, então, eu quero políticos que me representem. Eu quero dizer que eu assino embaixo em toda sua fala--

SRA. CÁSSIA MARIA GOMES BELLO: Quem sabe se o senhor pode se eleger, um dia, a Presidente da República, aí eu vou poder votar no senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora, ela me pegou bem... [risos]. Me pegou, me pegou bem.

SRA. CÁSSIA MARIA GOMES BELLO: Agora, quem sabe, precisamos de pessoas comprometidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo, então, depois dessa dela... Fiquei sem jeito.

SRA. CÁSSIA MARIA GOMES BELLO: Não quero que usem isso contra o senhor. Até porque quem não é simpatizante com a causa sempre procura alguma razão para detonar. Temos aqueles que usam inconstitucionalidade em causas humanas. E é bom que, da próxima vez, Ulisses, fique bem claro o nome desses governantes que vetaram esses...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, sim, isso é fundamental.

SRA. CÁSSIA MARIA GOMES BELLO: Fulano vetou. Nós temos que dar nome aos bois, justamente para que nós possamos sempre saber em quem votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Passo a palavra, agora, de imediato, à Iranice do Nascimento Pinto, representante da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Autistas Mão Amiga.

Só dizer para o deputado que, a qualquer momento, o deputado pode fazer uso da palavra. Deputado, fique tranquilo, quando você quiser, você fala. Todas as comissões que eu presido, deputado estadual, mesmo estadual ou federal, que estiver no Plenário, quando quiser, pede... A palavra está concedida ao deputado.

SRA. IRANICE DO NASCIMENTO PINTO: Bom dia. Eu sou Iranice, sou mãe de um rapaz, de um adolescente de 16 anos, autista, muito fofo, fofo, muito fofo. E, assim, vou contar uma história breve, rapidinho, que aconteceu, quando eu descobri o autismo do Paulo Igor.

Já descobri o autismo do Paulo Igor já tarde. Quando ele teve o diagnóstico, ele já estava com sete anos. Mas, antes, eu sabia que ele tinha algo diferente. O Paulo Igor, aos dois anos, se autoalfabetizou, hi-

perléxico, e eu fiquei perdida, sem saber o que fazer muito com o Paulo Igor.

Cada vez mais, o Paulo Igor lendo, cada vez mais, o Paulo Igor mudando o comportamento, e muito perdida, sem saber o que fazer, como todas as mães fazem, saíram procurando ajuda. E fui em todos os lugares que me indicavam. Até chegar no Instituto Fernando Figueiras, onde o Dr. Adailton Pontes diagnosticou o Paulo Igor como autista.

E ele falou assim para mim, a frase que o Ulisses falou que ele falou no jornal, ele falou assim: “Mãe, você tem que procurar um atendimento psicoeducacional para o Paulo Igor”. E eu perguntei para ele, muito inocentemente: “Onde é que eu encontro?”. Aí ele falou para mim: “Mãe, eu não sei como fazer”. Aí eu falei: “Bom, se ele é médico, e não sabe, como é que eu vou fazer?”. Porque as escolas não aceitavam, ele é um garoto super inteligente, lendo, fazendo tudo, mas tinha um comportamento muito difícil. E as escolas não aceitavam.

E tinha um grupo, na época, estava se formando um grupo de mães, estava se formando por uma forma, no próprio instituto, um grupo de mães para falar sobre essa falta de atendimento, sobre a falta de escolas, sobre a falta de terapia para as crianças, e eu me inseri nesse grupo, fui convidada para continuar, para ficar no grupo e dar essa continuação.

E surgiu uma... Surgiu a ideia de formarmos uma associação. E formamos. Eu, junto com a Mônica Acioli e outros pais, formamos a Associação de Pais e Amigos de Pessoas Autistas Mão Amiga, a primeira no Rio de Janeiro a trabalhar com autismo.

Só que a gente achou que nós... ia ser muito fácil, como tinha muitos pais, tinha muitos autistas, e, assim, a gente ter recursos, como era pais e amigos, a gente ia ver, correr atrás dos amigos para fazer alguma coisa. Só que os amigos fugiram, assim, tal... [risos] e, junto com os amigos, foram os pais também. Muitos pais. Porque, assim, formou a associação, como não veio o resultado, de imediato, aí foi se esvaziando a associação. Mas eu, como acredito, como acreditei e acredito muito no meu filho, eu vi que dava para fazer alguma coisa.

E, assim, eu não tinha como pagar um atendimento. Eu não tinha como botar meu filho na escola particular. Mas desempregada, morando em aluguel... Eu, como muitas, tinha... Estava com o mesmo problema. Então, vamos nos juntar. Sempre falo que ela é nossa anjo da guarda, a Mônica, e ela dava muito apoio, ela é muito estudiosa, estuda muito autismo, ela sabe muito de autismo, e a gente começou um trabalho.

Começamos um trabalho no consultório dela, paralelo; enquanto ela atendia um autista, dois autis-

tas particulares, ela inseria um autista no meio, e um desses era meu filho. Nessa época, ela tinha uma sócia no consultório, e a menina teve que viajar. Aí ela falou: “Iranice, olha só, acho que nossa associação vai afundar, vai acabar, porque eu não tenho como pagar um aluguel, manter isso aqui”. Na época, era no Méier. “E manter isso aqui.” Aí eu: “Caramba! E agora? Meu filho sem escola, já com sete anos, sem atendimento de duas vezes na semana, de 40 minutos”, e não só tinha ele, tinha outras crianças também. “E o que eu vou fazer?” Aí ela falou assim: “Olha, se nós arrumarmos um lugar, eu posso ir uma vez por semana, eu deixo o consultório, e nós vamos... Eu vou fazer esse atendimento para essas crianças que a gente já está atendendo”.

Isso tinha umas cinco crianças. E eu falei assim: “Ah, vai ser agora mesmo! Pode ser até na minha casa”. Fui lá, quando cheguei lá na... Fui, participei de um grupo de casais, lá na igreja, e cheguei lá e fui pedir socorro ao padre. “Padre, olhe, socorro, porque, senão, meu filho vai ficar sem atendimento. A gente precisa de uma sala, a gente precisa trabalhar, e o pouquinho que ele tem eu não posso perder. Não posso, porque eu não tenho como fazer o tratamento do meu filho. Tudo é muito caro, tudo é muito longe, tudo tem passagem, eu não tenho como.” Aí o padre nos cedeu uma sala na igreja, e a gente ficou trabalhando duas vezes na semana, 40 minutos.

Aí vieram alguns voluntários, vieram mais crianças, e isso nós passamos quatro anos trabalhando na igreja, nesses 40 minutos. A associação foi crescendo um pouquinho, foi crescendo, mas, assim, com muita dificuldade, porque a gente trabalha na Baixada Fluminense, e o pessoal vem de Belford Roxo, Caxias, e é um pessoal de baixa renda, e, quando foi um dia, a Mônica falou: “Iranice, a gente precisa... A gente precisa trabalhar mais, mais horas”. E a gente fazia cursos, fazia palestras. “E precisamos trabalhar mais.”

E nós fomos procurar especialistas, para essas pessoas estudarem e trabalhar mais com autismo, e foi o que a gente fez. Nós demos um passo, assim, no escuro e fomos alugar um salão. Ofereceram um salão, a Cláudia ofereceu um salão para a gente, que era um salão de festa, e, nesse ano, nós tivemos uma doação muito legal, de um anjo, que eu nem conhecia, passou de passagem, assim, e deixou uma doação para a gente, e nós montamos uma... Nós montamos tipo uma escola, para fazer essa... A associação e estamos trabalhando. Agora há pouco, nós já mudamos para outro.

Nós estamos com 43 autistas, entre dois e oito anos, e um trabalho com adolescente. Mas, para mim, não foi tão fácil. Para mim e outros. Porque, assim, eu

tive que trabalhar o comportamento do meu filho em outra instituição, porque, na Mão Amiga, não tinha como trabalhar o comportamento dele. Ele estava crescendo, e a gente não tinha pessoal especializado. Mas não deixei de trabalhar pela Mão Amiga. Fiquei três anos e meio numa instituição, trabalhando com ele, mas também trabalhando pelas outras crianças que estavam na Mão Amiga.

E vêm outras questões, vêm as questões das leis, vêm as questões da documentação, que, até então, a gente achava que era fácil, mas que não é nada fácil, tudo muito difícil para a gente fazer, falando que também só restou eu e a Mônica na associação, e nós duas, assim, trabalhamos, respiramos Mão Amiga e, agora, a família também, e eu tenho... Quero deixar claro, aqui, que eu tenho muita sorte na minha família.

E, assim, o Paulo está uma beleza de criança. Está lindo, está com um 1,80m, está maravilhoso, comportamento muito legal... E assim a gente vai passando. Mas o que eu falar também, com a Hebe, fofa, é que ela levantou uma causa muito difícil, que é a causa da mãe, quando ela morre, da pessoa, quando... O autista vai ficar sozinho.

Nós temos um projeto para casas assistidas. Mas, daqui para frente, se Deus quiser, acho que, com a ajuda de vocês, nós vamos ter essa... esse apoio, porque, assim, quinta-feira passada, nós enterramos uma mãe. Ela, com 48 anos, o filho dela com 12 anos. E, assim, muito triste, porque o pai não sabe nada da criança. As tias não sabem nada. E tudo era o filho, tudo que ela fazia era junto com o filho. Se ela ia no banco, ia com o filho... Então, era, assim, muito difícil. Mas é triste a gente falar isso? É, mas acontece. É a natureza. É a natureza. E a gente tem que dar apoio a essa família, entendeu? O que a gente precisa mesmo é que as pessoas ajudem mesmo.

[palmas]

E, assim, o assunto é muito grande. O assunto é muito extenso. Mas o que a gente... Outra causa, também, é o que nós vamos... O que nós vamos fazer com a mãe que chega na nossa associação, pedindo ajuda, uma mãe que tem três autistas? Três autistas adultos, que a menina já tem 17, o menino, 26, e outro menino, 30. Ela só consegue levar um para a Mão Amiga. E os outros dois? Como é que eu posso ajudar esses dois adultos, se não tem recursos, se não tem nenhum lugar para eles irem? Ficar picando papel o tempo todo dentro de casa? Faz duas semanas que ela não aparece lá, faz duas semanas. Por quê? Porque ela não tem como deixar os outros que estão em crise. Ela mora numa quitinete, com três. Se para mim um já é difícil, como para todos aqui, imagina para essa mãe. O que eu posso fazer? Como eu sofro com isso?

Eu queria ajudar, mas não dá, não posso. Entendeu? Não posso. Não está na minha mão. Não está.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como vocês percebem, eu demoro um pouquinho para falar, porque também não é por nada, viu? Porque a emoção aqui, demonstrada agora pela Iranice, é a emoção que eu vejo no... Que eu vejo no Plenário. Acho que está... Não sei se a TV pega. Está todo mundo, no Plenário, com os olhos cheios d'água. Eu também não sou de ferro [risos]. Não vão querer que eu também não gagueje, aqui. Não tem jeito.

Meus parabéns, mães. O deputado queria usar, ele vai usar a palavra, depois, ele vai comentar, também. Eu só pedi para ele, quero dizer, Deputado Dr. Aldir Santana, que é do Rio de Janeiro, Deputado Estadual do Rio de Janeiro, que eu tenho um carinho muito grande pelo Rio. Recentemente, eu estive lá no Rio, onde eu recebi a medalha Tiradentes, o deputado foi lá, o deputado me viu lá, a Deputada Inês Pandeló me ofereceu a medalha, e o deputado estava lá com a gente. Mas, depois, o deputado vai falar.

Eu vou passar a palavra, neste momento, à diretora presidente da Associação em Defesa do Autista, da ADEFA, a Sra. Julceli Antunes, que foi quem me assessoreou, aqui na Mesa, todo o tempo. Ela quem me ajudou, aqui, nos encaminhamentos.

SRA. JULCELI ANTUNES: Gente, eu queria só deixar uma mensagem de reflexão para os políticos, para os médicos, cientistas, educadores, nutricionistas, todos os profissionais de saúde e de educação. Foi uma mensagem que eu recebi ontem, na palavra de Deus: "Ninguém põe vinho novo em odres velhos. Se o fizer, o vinho os arrebenta e perder-se-á, juntamente com os odres. Mas vinho novo em odres novos". Marcos, 2-22.

[palmas]

E queria, assim, deixar essa reflexão. O que será o vinho novo, que Deus está colocando para a gente? Eu interpreto de um jeito e vou falar rapidamente, mas eu deixo isso para que cada um pense. Eu vejo como vinho novo todas essas novas tecnologias, metodologias, tudo o que tem surgido de novo e que tão pouca gente sabe.

E o que seriam os odres novos? Os odres novos é uma nova mentalidade. É uma nova visão. Não são profissionais novos. Ninguém está querendo substituir nenhum profissional. Não é acabar com o que a saúde pública existe, e, sim, capacitar profissionais, para que o dinheiro que já sai, hoje, para a saúde pública, em prol dos autistas, porque já existem algumas instituições públicas que fazem o trabalho, mas que eles sejam odres novos, com novas cabeças, com novos

conhecimentos, buscando novas pesquisas, e não achando que autismo é um modo de ser.

Gente, autismo não é um modo de ser! Autismo é um comprometimento metabólico seriíssimo, e que nós precisamos enxergar e fazer alguma coisa. Porque, graças a Deus, Deus me deu um neto autista. Graças a Deus!

[palmas]

Porque, se eu não estivesse esse neto, eu não estaria aqui. Eu nem saberia que minha missão seria essa. Mas eu buscava minha missão, e, um dia, Deus: “Você está custando tanto a descobrir, que eu vou te dar um neto”. Porque ele me deu vários autistas na minha vida, mas eu não reconhecia como autista. Eu via que eram pessoas diferentes, mas eu não sabia que eram autistas.

E, hoje, que eu tenho meu neto, eu olho para essas pessoas, que passaram pela minha vida, e digo assim: “É, Senhor, o Senhor já tinha um plano para minha vida, e eu não entendia. Como eu era cega!”. E como nós somos cegos, tantas vezes, na nossa vida inteira. Passamos pela vida cegos, porque não enxergamos.

E a palavra de hoje, que Deus nos deu, antes de nós irmos para cá, foi que ele tiraria a cegueira, faria as pessoas, os surdos, os surdos-mudos falarem, os cegos enxergarem. E eu acho que é isso que Deus quer de nós. Vamos abrir nossos olhos, vamos enxergar e vamos fazer nossas crianças autistas falar, viver, ser social, que eles são crianças maravilhosas.

Esse cartaz fala exatamente o que todos nós, que temos uma pessoa autista, quem tem um autista na família ou quem conhece um autista o ama muito. Porque eles são seres especialíssimos.

[palmas]

Capazes. Nós pudemos ter a oportunidade de ver o Saulo, que fala três línguas. O filho da Berenice, ele não fala uma palavra, mas ele lê inglês, francês e árabe. E não fala uma palavra.

[palmas]

Mas, quando coloca a leitura na frente dele, ele lê. E, quando pergunta a ele por escrito, faz-se a pergunta, qual a língua que você mais gosta de ler? Ele fala: árabe. Então, gente, não vamos deixar que nossas crianças se percam, porque nós temos grandes políticos autistas que virão e que farão a diferença. Porque eles são especiais, porque eles são puros, e nós precisamos de muita gente pura. Por isso que Deus está mandando muito autista. Não vamos ver isso como coisa ruim, mas como coisa que nós, sim, temos que fazer a diferença. Mas para que eles façam a diferença nesse mundo tão caótico que nós estamos vivendo. Muito obrigada.

[palmas]

Ah, eu gostaria que... Antes, só uma coisa. Nós estamos realizando, em 2010, em março de 2010, o primeiro... Não é primeiro, é o segundo Congresso internacional, onde nós traremos cinco médicos, cientistas e pais de autistas, que vão trazer as últimas novidades em tratamento para autismo. E vocês estão convidados, depois, no site, nós vamos ter... dar todas as informações e precisamos de colaboração. Então, quem puder colaborar nesse Congresso, nós também estamos abertos a ouvir, depois. E, agora, para fechar, coloca o filme. Um filme que nós temos sobre autismo, que fala tudo. Ele fala por si só.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só informar que, após o filme, a palavra vai voltar ao Plenário. Já temos aqui cinco inscritos. Dr. Aldir Santana, deputado estadual, a Sra. Maria Gonçalves, que é diretora, Cristina... E a Cristina, do Ministério da Saúde. Vamos ao filme.

[exibição de vídeo]

[música]

*I see trees of green, red roses too
I see them bloom for me and you
And I say to myself
What a wonderful world*

*I see skies of blue and clouds of white
Bright sunny days, dark...*

[gritos]

*...of people walking by
I see friends shaking hands saying
How do you do?
They're really saying
I love you*

*I see babies cry, I watch them grow
They'll learn much more than I'll ever know
And I think to myself
What a wonderful world
Yes, I think to myself
What a wonderful world*

*And I say to myself
What a wonderful world*

*I see trees of green, red roses too
I see them bloom for me and you
And I say to myself
What a wonderful world*

*I see skies of blue and clouds of white
Bright sunny days..."*

>> Oi, eu sou Alessandra, mãe do Pedro Augusto, que foi diagnosticado autista aos dois anos. Aos dois anos, ele não falava, quando nós iniciamos a dieta. E, a partir da dieta, ele já começou a apresentar melhoras no contato ocular, tentava verbalizar algumas palavras,

e o tratamento dele foi progredindo, à medida que nós avançamos no tratamento biológico dele. Nós fizemos muito trabalho de pesquisa, a família praticamente sozinha, porque não contamos com a ajuda do Estado. Nessa fase, ele foi apresentando também melhoras. Nós fizemos o tratamento biológico, até hoje, ele faz dieta, e é isso aí, hoje, aos cinco anos, ele já tem um diagnóstico diferente do que ele tinha aos dois. Os médicos não veem nele mais comportamento autístico acentuado.

>> Meu nome é Ulisses, sou pai de Rafael. Ele foi com autismo aos dois anos e seis meses de idade, porque ele não falava, ele não interagía, parecia que era surdo... A gente chamava pelo nome, parecia que ele não ouvia. Às vezes, ele esbarrava nas coisas e parecia que não via, se irritava com barulho, com luzes fortes.

[música]

>> O autismo... Eu descobri isso agora, aos 10 anos. Porque eu soube disso, porque meu pai sempre falava muito de mim às autoridades, a cada telefonema que ligasse, falava a história tudo de novo. Sabe, 10 anos para cá, eu achava essas histórias chatas. Mas, depois, fui percebendo de que ter autismo não é só uma deficiência, também é um grande difícil que um filho de um pai possa ter e que tenha o mesmo... Que esse pai tem o mesmo carinho por todos os filhos.

[música]

“And I say to myself
What a wonderful world
And I say to myself
What a wonderful world”

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Show, show, show. Meus cumprimentos. Meus cumprimentos pela produção...

Inclusive, aquele Plenário vazio... Queríamos esse Plenário cheio. “Precisamos de você”, essa é a mensagem. Olha, maravilha, viu? Meus cumprimentos, Julceli, que falou por último, agora, expressou a visão de todos, todos foram muito felizes, aqui, na exposição, e o filme, de fato, fecha com muita qualidade esse debate.

Se não me engano, é teu filho, não? Olha, o menino foi, assim, brilhante. É aquilo que eu sempre digo: a pessoa com alguma deficiência, ela só precisa de oportunidade. Deem oportunidade, que ela chega lá.

Bom, vamos ao Plenário, e quero dizer que o Plenário vai falar, sem prejuízo dos nossos debatedores. Como eu havia anunciado, eu... O primeiro a fazer uso da palavra é o Dr. Aldir Santana, deputado estadual pelo Rio de Janeiro. Nós vamos dar cinco minutos para cada um do Plenário, e, se precisar, a gente alonga.

DEPUTADO ALDIR SANTANA (PSC-RJ): Obrigado, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos. Senador, eu acho que esse momento é um momento emblemático e simbólico. E se é reconhecido que o paciente portador de autismo tem problema de comunicação, seus pais, familiares, simpatizantes têm que fazer com que suas vozes sejam ouvidas. E, portanto, se V.Ex^a me permite, eu vou repetir, bom dia a todos.

PLATEIA: Bom dia.

DEPUTADO ALDIR SANTANA (PSC-RJ): Eu quero agradecer à Julceli, à Iranice, à Berenice, que me fizeram esse convite, tivemos essa oportunidade, posso dizer um privilégio, na semana passada, quando tivemos a oportunidade de presidir a Audiência Pública naquela Casa. E eu tenho certeza de que uma das pessoas que hoje estão de parabéns é A Deputada Inês Pandeló, que, quando fez a indicação de dar a honraria, que é a melhor, é a maior honraria daquela Câmara Legislativa, que é a medalha de Tiradentes para V.Ex^a, estava reconhecendo o trabalho que V.Ex^a se propôs a fazer.

Tenho certeza de que o reflexo desta Audiência, aspectos que a gente também tem, aqui, vivido não são diferente daqueles que a gente assistiu e viveu na Assembleia Legislativa, quando vários integrantes, vários participantes chegaram às lágrimas. E eu tenho certeza de que V.Ex^a é um político feliz, porque feliz é aquele que, político, ainda consegue se emocionar, ainda consegue chegar às lágrimas.

[palmas]

Nós, que militamos na área da saúde, há muito tempo, minha formação é médica, e eu confesso que o contato com o termo, na realidade, autismo começou nos bancos da faculdade e que, posteriormente, vivenciei muito pouco.

E eu quero parabenizar, acima de tudo, a todos esses pais, abnegados, porque, muito mais do que qualquer profissional de saúde, são os pais os maiores pesquisadores, são os maiores incentivadores, são os maiores perseguidores de uma justiça social, que a gente, hoje, busca atender, através dessas propostas legislativas que a gente apresenta.

A Cássia, eu quero agradecer suas palavras de incentivo, de carinho, você pode ter certeza de que a gente fica muito triste, quando a inconstitucionalidade caminha com a desumanidade.

Eu acho que a Deputada Inês Pandeló, que é a relatora desse Projeto de Lei que apresentei na Casa de Leis Fluminense, ela verbalizou o seu apoio, esteve lá, num determinado momento da audiência, terminou a Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, da qual ela é membro, e ela ali verbalizava, no Plenário da Casa de Leis, que ela vai buscar – e é

aí que a gente fica satisfeito de ter parlamentar e ter companheiros que têm esse mesmo tipo de desejo, de espírito –, ela vai corrigir, aperfeiçoar, emendar, salvar o projeto, caso esse projeto esteja correndo risco de caminhar nesse aspecto da inconstitucionalidade.

Eu acho que, efetivamente, o agente político, ele tem que procurar suprir. O que é inconstitucional vamos transformar em inconstitucional. O que não está de acordo com o mérito, se aquele projeto é um vício de iniciativa, que se procure corrigir. Mas que uma realidade dessas não pode ficar nos bastidores frios do tecnicismo legislativo.

[palmas]

E eu tenho certeza de que essa Audiência Pública, que com aquela Audiência Pública da Assembleia Legislativa em muito vai contribuir. E felicitá-lo pela autoria do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, que eu tenho certeza de que o Estado do Rio de Janeiro, como todos os demais estados aqui hoje representados, portanto, os pais e familiares da pessoa portadora de autismo, eu tenho certeza de que o Brasil, ele caminha por um futuro diferente, um futuro melhor, para que a gente possa ter a certeza de que, quando a gente apresentou um nome para ser sufragado, avaliado, ponderado pelo eleitor, a gente estará contribuindo e tendo a certeza.

Esse cartaz, aqui, ele fala tudo. Estatística de autismo, Estados Unidos, um para cada 91 nascimentos; no Brasil, várias interrogações. Então, até mesmo naquela condição de amanhã, se Deus quiser e se assim a sociedade ou parte dela assim entender, que a gente venha novamente a ser candidato, é que a gente não olha, às vezes, para número, mas esses números têm que ser buscados. Porque, somente mergulhando nesse escuro, a gente vai chegar no final do túnel e encontrar a luz, que vai fazer da vida do cidadão, da cidadã brasileira uma vida muito melhor. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos ao Deputado Estadual Aldir Santana, que já informa a todos nós que já tivemos uma Audiência Pública no Rio de Janeiro, onde V.Ex^a presidiu, e vamos torcer, quem sabe todas as assembleias, a exemplo do que fez o Rio, o Senado fez, também promovam esse debate. Meus cumprimentos, deputado.

Eu passo a palavra, até porque ela vai ter que depois se retirar, à assessora do Ministério da Saúde, aqui presente, a Sra. Cristina Hoffmann. Por favor.

SRA. CRISTINA HOFFMANN: Obrigada pela oportunidade de estar aqui com vocês, estar trocando. Mas eu fiz questão, eu também sou mãe e tenho filhos,

então, eu também tenho que sair para pegar menino em escola, correr, essas coisas.

Então, por isso que eu pedi que me cedessem a palavra, porque eu não gostaria de deixar, aqui, este encontro, este Plenário, sem trazer algumas questões e dividir com vocês e mostrar... Eu trabalho, atualmente, na coordenação de saúde mental do Ministério da Saúde, departamento de ações programáticas estratégicas. E a gente tem definido a política de saúde mental, e o tema infância e juventude é muito recente, também, na agenda, na agenda pública. E isso é uma questão que a gente reconhece.

Agora, o tema do autismo, para nós, é muito caro, é uma prioridade. Isso que eu queria estar trazendo para vocês, em termos, eu acho que muitos de vocês acompanham as diferentes... A gente sabe, vários tocaram, aqui, no centro de atenção psicossocial, nós sabemos que não basta, que temos que ampliar essa rede, e a gente fala muito da questão da ampliação de uma rede ampliada, também, de atenção, onde tenha a participação não só de profissionais, não só de cientistas, mas de familiares, de usuários; essa é a lógica que permeia toda a política, a política e o movimento da reforma psiquiátrica, que é o que move a política de saúde mental no Brasil, hoje.

Mas eu queria trazer, também, para vocês, primeiro, a abertura do nosso espaço da coordenação, para estar recebendo as sugestões, para a gente estar trocando e construindo junto uma melhoria.

Em 2008, nós formamos um GT nacional, com representação de instituições, de familiares, de profissionais, de gestores, de pesquisadores, no sentido de estar pensando a atenção do autista na rede SUS, porque é uma prioridade, a gente sabe que existem muitas falhas, algumas ações já foram iniciadas, eu acho que isso é importante, também, a gente divulgar, porque a gente precisa ampliar e a gente precisa ter força para ampliar essa rede de atenção, e essas ações, que elas possam estar se reproduzindo e que sejam celebradas parcerias, também, com instituições, com ONG, com associação de familiares e de pais.

A gente conseguiu incluir, eu acho que isso foi uma conquista muito importante, na caderneta de saúde da criança, que é feita em todas as unidades básicas de saúde do país inteiro, a questão da indicação, da detecção precoce de indicativos, que o profissional que está lá na ponta, seja enfermeiro, médico, atendente, possa estar atento, estar identificando precocemente sinais de autismo, de Saúde da Família...

Isso é fundamental, a inserção dessas ações nos programas de Saúde da Família, que é quem chega à porta de cada um de nós. Eu acho que essa é uma questão, uma conquista importante. Outra conquista

que a gente tem conseguido, eu queria estar dividindo com vocês, é a garantia, um trabalho conjunto com o Departamento de Saúde Bucal para a especificidade que é o atendimento de uma pessoa com autismo, de uma criança com autismo, que possa garantir, também na rede pública, esse atendimento.

A gente vê que são sérias as dificuldades. Mas, em especial, e eu não vou tomar muito tempo, assim, de dizer para vocês que o que a gente acredita tem muito a ver e em muito coincide com o que vocês estão dizendo aqui, porque nós acreditamos num trabalho que seja feito de forma integral, num atendimento que seja feito de forma interssetorial e num atendimento que também utilize a informação, os dados vindos de pesquisas científicas.

A gente, inclusive, está negociando, e não é fácil, você sabem, vocês que estão na lida, no dia a dia, o quanto é difícil a gente estar levantando instituições de pesquisas que tenham interesse, que queiram estar buscando aprofundar o tema. A gente está fechando um convênio, para fazer um primeiro levantamento sobre prevalência [soa a campainha] de autismo. Acho que isso vai ser uma conquista importante para a gente, ter dados reais de diferentes metodologias que são utilizadas e como a gente pode pensar nessa integração, nessa aproximação.

Mas, em especial, assim, nossas orientações, elas se pautam no atendimento multidisciplinar, num projeto terapêutico individualizado, onde cada caso vai ter seu caso discutido, e não é só centrado na questão biológica, mas também na questão social, familiar, emocional. A gente entende que isso significa uma atenção integralizada do indivíduo, integral, o acompanhamento familiar, como eu falei, e o enfoque nessas diferentes áreas.

Então, o que eu gostaria de trazer que, embora ainda é pequena a rede, em especial os centros de atenção, que são formas de financiar, inclusive, o atendimento na rede pública, os centros de atenção psicossocial, em especial, o infanto-juvenil, embora os outros também tenham a autorização para o atendimento de autismo, é muito mais centrado, em função de toda a especificidade, nesses centros, para a infância e para a juventude, também através da parceria com uma área específica do Ministério, que é da saúde da pessoa com deficiência, que, historicamente, foi muito mais... O autismo era muito mais recebido, digamos assim, pelas instituições ligadas mais às deficiências, a gente sabe, em função dessa lacuna histórica da atenção na saúde pública, muito mais feito por AMAs, APAEs, Pestalozzis. Vocês sabem disso.

E o que a gente quer é, realmente, estar ampliando de essa rede e estar construindo junto possibilidades e

a garantia do acesso ao autista, na rede SUS. Então, eu queria, mais uma vez, assim, parabenizar, colocar à disposição e já pedir desculpa, de antemão, vou poder ficar mais uns 10 minutinhos, se alguém tiver alguma questão, mas, depois, eu tenho que me retirar. Obrigada pela oportunidade, mais uma vez.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria agradecer muito à Cristina, por essa sua fala não oficialmente, mas dando a opinião de como é que o Ministério da Saúde está vendo esse tema. Para a gente é confortante sua presença aqui e ter pedido, inclusive, para usar a palavra. Isso mostra compromisso com a causa. E, a partir da sua fala, a Sra. Julceli gostaria de, antes de a senhora sair, fazer uma pequena fala, e eu permito, neste momento.

SRA. JULCELI ANTUNES: Eu queria falar que nós temos uma equipe de pesquisa na ADEFA, nós estamos transformando a ADEFA numa OSCIP, já estamos com estatuto, tudo já preparado para ser um centro de pesquisa, tratamento e reabilitação. E já estamos com uma equipe toda que já vem estudando há muitos anos, e estamos, assim, abertos para colaborar, para estarmos juntos nessa batalha. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ulisses, por favor.

SR. ULISSES DA COSTA BATISTA: Eu queria, também, me dirigir à senhora e dizer que, aqui, nesse dossiê, que representa a luta de pais pelo Brasil, mostrar que realmente, se há... Se o caso é recente, se o Ministério está se mobilizando, o fato é que ações, no Brasil inteiro, estão sendo feitas por pais e instituições, para que o atendimento melhore.

Tenho duas cartas, aqui, emblemáticas, que retratam a dificuldade no atendimento no CAPS no Rio de Janeiro. Não posso falar de outros estados, porque eu não recebi cartas de outros estados, mas, do Rio de Janeiro, tem casos aqui específicos, uma criança de sete anos, outra de 13 anos, onde o atendimento não é adequado. Não vou aqui ler, a carta é extensa--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas eu me comprometo de fazer uma cópia de todo o dossiê e passar em mãos.

SR. ULISSES DA COSTA BATISTA: Sim. Então, retrata, aqui, a realidade de pessoas que não recebem o atendimento adequado, não é informado a eles que tipo de atendimento é feito, nem prognóstico, falta fono, falta especialistas... Então, como nós pais não podemos esperar o Estado se preparar, nós, então, partimos para a ação.

E por isso nós estamos nos mobilizando, e pais, no Brasil inteiro, recebi um e-mail ontem, de Manaus,

onde uma mãe, com um grupo de pais, de 37 pais, está se organizando, pegou a lei do município do Rio, pegou a lei da Bahia, a lei da Paraíba, para tentar pleitear, junto à Câmara de vereadores daquele estado, uma lei também em benefício dos autistas.

Então, fato é que ações estão acontecendo no Brasil, e, se há algum atendimento, esse atendimento não está sendo adequado, e, por isso, os pais estão se mobilizando. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fica meu compromisso – já aviso, aqui, a Secretaria Geral da Comissão –, de passar uma cópia para a Sra. Cristina. Uma cópia do dossiê. Pois não.

SRA. CÁSSIA MARIA GOMES BELLO: Eu gostaria de sugerir, inclusive, ao Ministério da Saúde, que existe a ficha de notificação compulsória, em caso de violências e abusos, que as unidades de saúde têm, por obrigação, fazer a notificação, e que muitos se omitem, por medo da represália e tudo mais.

O município de São Gonçalo, ele está trançando essas informações, está sendo pioneiro em notificar, juntamente com a Secretaria de Educação, com os CREAs. E eu gostaria que, nessa ficha que foi idealizada pelo Ministério da Saúde, pudesse ter uma lacuna, dizendo que a pessoa tem a deficiência, que a pessoa é um autista, que ela merece um atendimento diferenciado. E que pudesse haver algum agravante, em relação... Na questão legislativa, para que o abusador, para que o agressor de um autista ou de uma pessoa com problemas mentais pudesse ter um agravante nessa lei, porque as leis são muito brandas, em relação a essa culpabilidade.

Então, que o Ministério ficasse atento a implementar, em todo o território nacional. Porque, se existe um cadastro para veículos roubados, não existe esse tipo de cadastro, porque, infelizmente, nossas legislações, elas protegem o patrimônio, elas não protegem a vida humana.

Então, eu gostaria que ficassem atentos em relação a essas fichas de notificação compulsória, principalmente se tratando do autista, porque eles também são vítimas de violência. São muito mais suscetíveis a esse tipo de violência. Obrigada

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra, neste momento, que havia me procurado, antes mesmo da Audiência, digo: “Aqui, todo mundo fala. Fale mal de mim, bem de mim fala, também”. Então, não tem problema nenhum.

Inclusive, o Fernando Cotta, que é coordenador, aqui no DF, para a inclusão da pessoa com deficiência, interveio junto a mim também [risos]. Me deu um

“carteiraço”, disse: “Olha, Paim, tem que botar aqui a nossa...” [risos]. Carteiraço no bom sentido. Você me convenceu, com argumentos, que ela devia falar.

Então, eu passo a palavra, neste momento, também por cinco minutos, à Sra. Maria Lúcia Gonçalves, diretora do Movimento Orgulho Autista Brasil. Palavra empenhada é palavra cumprida.

SRA. MARIA LÚCIA GONÇALVES: Com certeza. Muitos me conhecem, pela lista, há oito anos, que eu pertencço à lista dos autistas. E me conhecem como Mara, avó do Vitor, 10 anos. As avós, não é?

Pois é, eu acho que eu concordo com tudo o que foi dito aqui, com todas as dificuldades, e eu vou acrescentar mais uma: há falta de psiquiatras no Brasil. Alguma coisa tem que ser feita. Gente, tem menos de três para cada 100 mil pessoas... Eu estou falando de psiquiatras pediatras, o que trata da infância e juventude, com pessoas com menos de 20 anos.

Porque é aí que tem tratamento. Fora daqui, acabou. Você tem noção? Já está estabelecido, já está cristalizado, já aconteceu. Então, é assustador que só tenha menos de três, para cada 100 mil habitantes, de pessoas acometidas de transtornos severos. São pessoas... Cem mil com transtornos severos. Não são 100 mil habitantes, 100 mil pessoas com transtorno severo, menos de três. Isso é assustador!

Então, você pensa em tanta saída... Eu andei pensando em tanta saída bonita... Quando eu me deparei com isso, eu disse: “Acabou. Não tem, esquece, põe a viola no saco”. Porque eu pensei: “Não, se os pediatras não têm... Quem sabe na residência, se tiver um psiquiatra na residência, olha que beleza!”. Mas não tem psiquiatra. Não tem.

Então, a gente se depara com mais um obstáculo fantástico. Então, quem receita remédio? Quem? São pessoas que não são gabaritadas para receitar remédio para doente mental. Vamos falar sério, gente! Ela já foi embora?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ela está aqui, está aqui.

SRA. MARIA LÚCIA GONÇALVES: Pois é, e como é que funciona isso? Eu sou só avó. Alguém tem que me responder. Se a estatística é essa, alguém tem que me dizer quem é que receita remédio. Então, é assustador!

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se quiser responder a alguns questionamentos, a senhora pode responder, viu?

SRA. MARIA LÚCIA GONÇALVES: Então, é assustador! Porque você caminha em direção de muitos obstáculos. É na escola... Eu acho que a saúde tem que dar as mãos para a escola, para a educação. Não podem caminhar sozinhas. Entendeu? Não dá

para caminhar sozinha. Porque a professora detecta, também.

Gente, eu fui a 13 médicos para descobrir que meu neto era autista. Eu fui a 13 médicos. O último chegou a dizer: "A senhora está enlouquecendo a sua filha". Eu disse: "Doutor, eu criei quatro. Eu tenho cinco netos". Na época, eu só tinha cinco. "O que eu faço? Não estou enlouquecendo minha filha." "Está. Vai deixando sua filha paranóica." E eu descobri o autismo do meu neto, quando ele ficou três horas sentado, parado, olhando uma parede. Eu me horrorizei. Eu disse: "Ele é autista". Mas fui eu [soa a campainha].

Então, eu acho que são coisas que têm que... Pediatra não está preparado para ter autista, mas tem que ter na formação. O próprio psiquiatra tem que aumentar a carga do psiquiatra em saúde mental, de infância e juventude, dentro das universidades. Porque eles passam seis meses estudando um montão de coisas, desse "tamanico", autismo.

O autismo tem que ser enxergado. Enxergado, visto. O autismo não é uma coisa que se... Aleatória. Ele tem que ser visto. Não adianta eu chegar para você: "Mas, doutor, meu neto grita três horas". "Mas ele não tem nada." E, realmente, ele sempre foi um menino saudável, nunca ficou doente na vida. Vitor nunca adoeceu. E aí? "Mas, doutor, tem que ter alguma coisa. Ninguém grita três horas. Ninguém chora três horas. Ninguém se atira no chão e bate a cabeça no chão. Ninguém bate a cabeça na parede. Não é possível!". "Não, ele não tem nada. Todos os exames, uma belezinha."

Então, a coisa toda é muito esquisita. Toda a coisa tem que mudar. Tem que mudar o pediatra, tem que mudar a creche. A creche tem que saber identificar. A gente só sabe que tem coisa errada, entendeu? O menino não dormia. A noite toda sem dormir, o dia inteiro sem dormir. Dormia uma hora, duas. O que é isso? E meu neto não tem nada?

Se fazia de surdo, não ia para o colo, Alexandra chorava, dizia: "Mamãe, meu filho não gosta de mim". Então, estava tudo lá. Desde os cinco meses, quatro meses, três meses, quando ele empurrava a Alexandra, que não queria mamar.

Então, realmente, eu não sei. Tem muita coisa errada, sabe? Sugestões estão aqui. Eu me emociono, porque é difícil. Eu lembro de tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Leve, depois, à Mesa, por favor, as sugestões.

SRA. MARIA LÚCIA GONÇALVES: Estão aqui. Eu gostaria de lhe passar. Então, várias cabeças pensando fizeram esse papel, e eu espero que o senhor olhe com carinho. E é isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, Fernando, você estava com a razão, que ela tinha que falar. Eu gostei muito da fala dela, vou receber e vou encaminhar cópia também para a senhora. Ela queria responder parte para a senhora.

SRA. CRISTINA HOFFMANN: Só porque, realmente, como eu tenho que sair, então, essa é uma questão da formação, para nós, é fundamental.

Semana passada eu tive a oportunidade de estar participando de um... Está aberto, inclusive, até o dia 30, o incentivo para a formação de psiquiatras, em especial, dentro da diretriz do SUS. Por quê? O que a gente vê é uma falta, realmente. E essa questão é histórica da atenção de profissionais voltados, e tanto de pediatras quanto de psiquiatras infantis. É uma questão que a saúde da infância e adolescência, historicamente, vai se deixando. A gente percebe isso.

E só para vocês tenham conhecimento, serão ampliadas, antes, as bolsas para residência eram basicamente financiadas pelo MEC. O Ministério da Saúde, a partir desse ano, está dividindo, em igual número de bolsas, para aumentar a oferta e tentar segurar esse profissional na rede pública, para que possa garantir o acesso.

E uma das condições que nós colocamos para as instituições, que serão as matriciadoras, que seriam, assim, as responsáveis pela formação, é que tenham obrigatoriamente a oferta da residência, que chama R4, que seria a residência psiquiátrica de infância e juventude.

Então, acho que são ações como essas. Agora, é muito importante o apoio e a questão... Exatamente, de todos os serviços. Este ano, o Conselho Nacional de Saúde convocou a 4ª Conferência Nacional de Saúde de Metal. Não sei se todos conhecem. Provavelmente, ocorra no final do primeiro semestre. Também é um espaço importantíssimo para trazer a causa da saúde mental. A infância e juventude para nós é uma prioridade, a gente precisa muito do apoio da sociedade, também, para que também a gente consiga ampliar esse acesso e essa atenção. Então, mais uma vez, obrigada e vou pedir licença.

SRA. MARIA LÚCIA GONÇALVES: Senador, existem estados que não têm nenhum. Nenhum psiquiatra. E não são poucos. Estou certa?

SRA. SANDRA CERQUEIRA: Senador, antes da saída dela, eu poderia só fazer uma colocação?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É que já tem, aqui na Mesa, também, a Mariel e a Berenice.

SRA. SANDRA CERQUEIRA: Sim. Você é uma pessoa querida, não é? [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Vai atrasar a segunda agenda um pouquinho só.

SRA. SANDRA CERQUEIRA: Eu queria colocar, no caso, a ADEFA, a Escola Metamorfose, pelo trabalho que a gente realiza, com muita eficácia, colocar nossa metodologia à disposição do Ministério da Saúde, para oferecer treinamento para equipes, para profissionais na área terapêutica, nessa área que une a questão dieta, tratamento biomédico e terapia comportamental.

Se o Ministério da Saúde estiver aberto a receber de nós a experiência que nós temos vivido, com tanto sucesso, a gente está aberto, e nós estamos, com a maior motivação, querendo poder fazer o máximo possível para que vocês possam atingir, aí, sim, cada vez mais eficiência e qualidade para essas crianças.

[palmas]

A gente tem um fórum, que eu acho que é um espaço muito importante, acho que a gente... O senador também tem nossos contatos, a gente pode estar reservando, que é o Fórum Nacional de Saúde Mental Infante-Juvenil. Inclusive, tem representantes desta Casa, o Senador Flávio Arns, mesmo, de muitos encontrados que ele--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É um grande senador.

SRA. SANDRA CERQUEIRA: --participado desse fórum. E esse é o espaço para a gente trazer a discussão. De repente, pode ser um tema de um próximo fórum, a questão específica do autismo. Eu acho que essa é uma questão que esse seria o fórum para estar discutindo as diferentes modalidades, diferentes formas de atenção, para que a gente possa realmente estar buscando a melhoria da qualidade. Está bom? Obrigada, gente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu tenho, aqui, uma lista de inscrição. Eu agradeço à Dra. Cristina, pela contribuição que deu, eu tenho aqui a Mariel, neste momento, em seguida, a Berenice e, depois, o Padre Joel e o Augusto Azevedo, e também o Fernando está aqui na minha lista. Por favor, Mariel.

SR. MARIEL MENDES: Bom dia, de novo. Como o Senador falou, foi importante o que essa avó falou, porque ela tocou num ponto, numa dificuldade que talvez seja uma das maiores. Porque precisamos, precisamos. Os autistas precisam, a família precisa de profissionais capacitados. E onde eles estão, se é que eles existem? E, enquanto ela falava, eu voltei no tempo, e passou toda minha trajetória, de quando eu venho lutando pelo autismo.

[palmas]

Há quatro anos, por acaso, pela internet, eu vi uma reportagem, e aquilo me chamou atenção. Eu falei: "Não, eu quero fazer a diferença, eu vou fazer alguma coisa". Estou tentando, estou fazendo, Julceli e Eloá sabem da minha caminhada. Eu sou do norte de Minas, não tive apoio nenhum, falo isso abertamente, não tive. Que a questão toda, quando a gente está na academia, precisa haver estímulo. Eu não fui estimulada em ponto algum. Eu fui o tempo todo criticada. Eu fui o tempo todo apedrejada a desistir do que eu estava fazendo. Que eu estava fazendo uma coisa que não fazia parte da minha realidade. Eu falei: "Não, eu não vou desistir. Porque, se eu continuar fazendo [palmas] o que todo mundo está fazendo, eu não vou chegar a ponto nenhum, eu não vou chegar a lugar nenhum. Eu vou fazer". E continuei.

E, como o Ulisses também falou da caminhada dele, eu não esperava que chegaria a esse ponto. Hoje, estamos no Senado. E eu sei que, a partir de agora, vai ser diferente. Vai ser, porque temos quem vai nos dar ouvido. E a questão do estímulo, queira ou não queira, qualquer profissional, ele se forma, ele quer... Ele precisa... Ele precisa de dinheiro. Ele não forma para trabalhar de graça. E essa é uma das questões. Para você ser pesquisador, você precisa também do financeiro. Eu tenho feito tudo o que eu faço de graça, por amor, porque eu realmente amo essas crianças. Eu adoto cada uma no meu coração, mesmo que eu não conheça.

[palmas]

E eu consigo sentir a dor da cada pai. Eu não tenho ninguém na minha família. Eu não tenho conhecidos autistas, não, mas eu sinto. Eu sinto como é difícil. E eu fui barrada várias vezes, mas eu não desisti. E eu quero deixar aqui para os pais: não desistam, porque é possível. Se vocês irem à luta, se vocês buscarem, vai dar certo. Eu creio nisso. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito bem, Mariel. Isso é uma lição de vida, de como chegar lá. Está de parabéns, viu? Acho que todos, teus pais, tua família, enfim, têm que ter muito orgulho de você.

Passo a palavra à Berenice.

SRA. BERENICE PIANA DE PIANA: Eu quero parabenizar essa avó, pela sua brilhante fala. Eu fico realmente comovida, e sua história não é muito diferente da maioria das mães. Nós acabamos virando médicas, enfermeira, psicóloga, psiquiatra, tudo isso. Porque não há quem faça isso por nós. Meu filho foi mais ou menos isso. E eu acabei diagnosticando sozinha, sem ser profissional da saúde. Porque ninguém dava diagnóstico. Ele não tinha nada, mas também

não era normal. Eu tinha mais dois filhos, eu sabia que não era igual.

Então, eu fui comprar livros de psiquiatria usados e estudar, para chegar à conclusão de que ele era autista. Eu cheguei para o profissional e disse: “Meu filho é autista”. Foi assim. Mas eu queria colocar, também, outra questão, nós temos que investigar porque o desinteresse pela psiquiatria. Por que nossos jovens, nossos universitários não escolhem esse caminho? O que há contra a psiquiatria? Por que tão pouca gente se dedica a essa área? É uma questão que se deve investigar, para que haja estímulo, para que tenhamos novos psiquiatras. É isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Olha, eu me sinto duplamente contemplado nesta Audiência e dizer, Berenice, que eu sou de uma família de 10 irmãos. Pai e mãe ganhava salário mínimo. E nós não tínhamos nenhum com nível superior. Daí nós dissemos: “Não, o Inácio Paim Filho – meu pai já faleceu –, é o caçula, esse vai ter nível superior”. E ele escolheu a medicina. Calcule.

Então, cada um de nós dava um centavo para cá, um centavo para lá, e adivinha o que ele escolheu e o que ele é hoje? E ele dá palestra praticamente em todo o Brasil, algumas, no exterior. Psiquiatra.

[palmas]

Quando ele entendeu... Quando ele escolheu, nem eu sabia se era o caminho. Ele é um vitorioso e ele é um psiquiatra.

Bom, enfim, eu passo a palavra, agora, pela ordem de inscrição, ao Padre Joel e, depois, vai ser o Fernando Cotta e, depois, o Augusto. Padre Joel, por favor.

SR. JOEL: Eu quero considerar, senador, esta disponibilidade da Casa, que, sem dúvida, a Casa está disponível a partir do seu coração, da sua disposição, de ter abraçado essa causa, trazido para si essas dores. Tem um adágio popular que diz que quem tem sua dor que chore ou que gema, mas o mundo dos autistas é um pouco diferente. É preciso que tenha muita gente chorando com os autistas, por eles e com eles, sendo ou não sendo autistas.

Eu quero também dizer que vou fazer um esforço de não usar cinco minutos, já de antemão, pedindo permissão à Mesa, à sua pessoa, as pessoas organizadoras, se eu posso fazer com que haja um aparte para essa pessoa que está ao meu lado, que é Rita Valéria Brasil, também lá da Bahia. Foi uma pessoa lutadora, aguerrida, mesmo, junto a inúmeros pais e mães. E, aqui, quero agradecer o Brasil, porque o Brasil participou, o Brasil participou da elaboração da primeira lei em favor das pessoas portadoras do autismo.

Não foi simplesmente um deputado que apresentou, e o Plenário aprovou. Longe disso. A lei foi aprovada mediante audiências públicas, como está sendo feita esta. Conferencistas de várias partes do país estiveram no estado, e foi, sobretudo, mediante o clamor dos pais e mães de autistas e amigos, que, por várias vezes, lotaram as galerias, Deputado Paulo Jackson, da Assembleia Legislativa no Estado da Bahia, levando também seus filhos, filhas autistas para as sessões de apresentação do projeto, para sessões de possível aprovação, depois, mediante a ocasião do veto, lotaram a assembleia novamente, as galerias. Infestaram, permitam-me a expressão, os gabinetes dos deputados, com e-mails, telegramas, telefonemas, fax... Então, foi uma ação verdadeiramente coletiva.

E eu quero dizer que eu tive meramente a oportunidade que os pais e amigos de autistas me deram de, mediante os dois anos de mandato que eu tive, poder apresentar o projeto, lutar por ele, batalhar por ele, batalhei depois, também, que houve o veto, mas a lei, quem fez mesmo acontecer foram os pais e amigos de autista, não só do Estado da Bahia, com muita ênfase, os do Estado da Bahia, mas de todo o Brasil.

E quero, aqui, agradecer na pessoa do Fernando Cotta, o Prêmio Orgulho Autista, político destaque do ano de 2007, mas, na ocasião, disse a ele que o prêmio estava vindo para as minhas mãos, mas eu dedicava aquele prêmio a todos os pais e amigos de autistas. Eu não tenho autistas na minha família, enquanto diagnosticado, que, às vezes, a gente pode até ser que tenha, e não tenha conhecimento, mas não tenho. Todavia, eu reconheço que é preciso que a lei ou as leis, enquanto elas vão existindo, elas não sejam uma esmola para os autistas ou pais e amigos de autistas. Mas seja uma [palmas]. Seja uma política de garantia de segurança de direitos.

Que jamais a lei também seja interpretada de forma a pensar que é meramente um dependente. Mas a lei possa vir a reconhecer a grandeza da pessoa, muitas vezes, em defesa na pessoa do autista. E, quando eu digo que gostaria que Rita pronunciasse, é porque ela tem um trabalho prestado no Estado da Bahia, ela preside a AMA, que, hoje, está atendendo 85 crianças, e já esteve, no ano de 2000, [soa a campainha] com mais de 300 na lista de espera.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Autista?

SR. JOEL: Autista. E quero só fazer uma referência que, quando se derrubou o veto, lá no Estado da Bahia, não foi uma oposição ao Governo, quando vetou. A derrubada do veto foi uma manifestação expressiva de amor, de carinho e de atenção aos pais, amigos e, de uma maneira especialíssima, aos au-

tistas. E quero dar uma sugestão: qualquer Projeto de Lei, nesse sentido, que possa ser suprapartidário. Suprapartidário.

Eu retirei requerimento de urgência da votação duas vezes [soa a campainha]. Duas vezes. E deixei para votar o projeto depois da eleição, para não dar conotação política.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Entendi.

[palmas]

SR. JOEL: Porque, infelizmente, as forças políticas nem sempre favorecem, às vezes, mais atrapalham do que favorecem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu quero dizer que eu comungo com a tese que V.Ex^a levanta agora, Padre Joel, tanto é que eu estava aqui pensando, enquanto V.Ex^a falava, se nós chegarmos ao entendimento de que tem que entrar com o projeto, aqui na Comissão, eu já vou propor que o projeto entre em nome das entidades aqui na Comissão, que é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Então, o projeto é das entidades, a Comissão acolhe, eu pego para relatar e dou parecer favorável, para que ele transite na Casa. O projeto não entrará com nome de nenhum senador. Entrará com o nome das entidades. Há essa possibilidade, e eu me comprometo com vocês. Ok?

[palmas]

Entra em nome das entidades, a relatoria os senadores farão.

Eu quero passar a palavra ao Fernando Cotta, que está aguardando, mas eu me comprometi, na fala, aqui, do padre Joel, que eu passaria, daria a oportunidade para que você me mostrasse... É um filme, não é? Um filme que retrata sua luta lá na Bahia. E dizer que, no dia 27, estou na Bahia, lá na assembleia lá, e vou falar sobre diversos temas, inclusive, sobre o estatuto da pessoa com deficiência.

E quero vê-los lá, para falar desse tema, que vai ser tema também da nossa conversa lá. Vamos ao filme, então. Pode usar a palavra.

SRA. RITA VALÉRIA BRASIL: Senador, eu só tenho a agradecer essa oportunidade de poder falar cinco minutos e mostrar esse filme. Porque, na verdade, foi esse filme que me impulsionou a ir à luta. E falar em nome de todas as mães da Bahia e de todas que estão aqui presentes.

Eu votei, e veio o veto. Mas o veto não vetou minha voz.

[palmas]

O veto me fez falar mais alto, por conta dessa menina chamada Isadora, a quem eu entreguei na

mão do Estado, três anos atrás, e, até hoje, uma ação não foi feita em prol dela. E nós estamos, agora, assumindo esse compromisso perante essa criança. Mas vamos lutar.

Mas eu peço ao senhor que nos ajude nessa luta, porque não tem sido fácil. Porque travou nosso Estado, por uma causa tão justa e tão nobre. E nós estamos fazendo o papel do Estado, com um centavo do Estado. Mas nós vamos conseguir. Porque nosso objetivo é mudar a história do autismo no Brasil. E eu quero mostrar, gente, são cenas chocantes.

[palmas]

Mas são cenas, senador, que o senhor vai levar para os demais. Eu gostaria que se passasse, por favor.

[exibição de vídeo]

>> *[ininteligível] João Carlos Silva de Jesus, é deficiente mental, autista, ele está passando--*

SRA. SANDRA CERQUEIRA: Não é essa. Esse menino é Joan. É a primeira, Isadora, um. Eu estou com oito crianças em cárcere privado, em Salvador. Essa daí.

Na época, ela tinha nove anos de idade. O movimento único que essa criança fazia era somente isso. Agride o pai, agride a mãe, agride a quem tiver perto dela. E eu tive a oportunidade de ter um contato inicial, pegando essa criança em casa, porque ela não pega transporte, porque ela agride todo mundo, eu a peguei, conduzi até a AMA e comecei uma avaliação com ela. Aí nossa luta, para levar para o Estado essas imagens, eu tive oportunidade de ver a beleza que essa menina tem e o potencial cognitivo que essa criança tem. Porque, num simples gesto, vocês vão ver a resposta que essa criança nos deu.

[exibição de vídeo]

>> *A gente brincou com a bola. "Rebola bola, você diz que dá, que dá... Você diz que dá na bola, na bola você não dá". Lembra dessa música? Lembra? "Rebola bola, você diz que dá, que dá... Você diz que dá na bola, na bola você não dá". Eu vou para pertinho de você, tá? Cadê a mão de Isadora? A mão.*

SRA. SANDRA CERQUEIRA: Essa criança não teve diagnóstico precoce. Essa criança não teve intervenção precoce. Essa criança não teve nada de políticas públicas. Nada que pudesse favorecê-la. Aí ela já tentando dar a mãozinha para dar a resposta. Isso é o que se chama sistema Honey(F) de comunicação alternativa.

[exibição de vídeo]

>> Peguei! Viu que legal? Vamos de novo? Mão. Cadê a mão? Peguei de novo sua mão! Peguei de novo sua mão! Ai, agora, você pegou na minha.

SRA. SANDRA CERQUEIRA: Agora, corta essa imagem e passa Isadora 2, por favor. Só para gente fechar. Esse é o lar de Isadora, e, nesse mesmo dia, eu voltei para a sala, e a irmã dela estava ouvindo uma música na televisão, que coincidiu com o momento, eu voltei, e ela queria brincar de novo comigo, e veja o que ela fez.

[exibição de vídeo]

SRA. SANDRA CERQUEIRA: Senador, eu preciso disso para todos os demais. Essa criança, ela não tem a deficiência intelectual. Ela teve falta de tudo. E é por ela e por outras que nós tivemos a oportunidade de ver Saulo, que brilhantismo! Parabéns, Saulo! Mas essa criança, como outras e a maioria que eu tenho na escola da AMA, 75% não tem o poder aquisitivo, de ter recursos para ter uma equipe multifuncional, trabalhando com ela. E eu preciso disto: da intervenção precoce, de uma equipe multidisciplinar, de psiquiatras, que também na Bahia não tem. Eu tive uma criança que teve um surto psicótico 4, e foi internada. O Juliano Moreira, no Mário Leal, porque não tem CAPSIA 3 para o internamento dessa criança 24 horas. A gente está pedindo socorro. Eu agradeço a oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Rita. Parabéns pelo teu trabalho, pela... Não somente pelo vídeo, mas pela forma como a gente... Você acabou mostrando que a criança, ela responde, ela responde. Quando há incentivo, quando há contato, quando há amor, por isso que eu olho de novo para esse cartaz, aqui, ela só precisa de amor. É o que você demonstrou aqui. Só a mão amiga.

E para dar esse amor, esse carinho, e você foi muito objetiva, nós temos que ter estrutura para chegar lá. Senão, ela fica parando, a gente fica com a palavra amor, mas não chega. Não chega nem perto. Como a senhora falou, o caso das mães. Têm medo. Então, nossos cumprimentos. Eu vou passar a palavra, neste momento, ao Fernando Cotta, que havia se inscrito e, depois, ao Augusto Matos de Azevedo.

SR. FERNANDO COTTA: Muito bem. Primeiro, queria parabenizar esses pais, mães, principalmente, que se deslocaram do Rio de Janeiro para cá. Puxa vida! Eu queria... Vamos inverter o papel, vamos bater palma de lá para cá, do Rio, de todo o Brasil, de Brasília, também--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos ver, para ajudar, aqui. Quais os estados que estão aqui? Vamos ver. Um por um.

PLATEIA: Alagoas

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O próximo.

PLATEIA: São Paulo

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Próximo.

PLATEIA: Minas Gerais

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Bahia eu sei que está aqui. Bahia eu sei que está aqui

[palmas] E não me deixem fora. Rio Grande do Sul está aqui

[palmas]

PLATEIA: Brasília

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Brasília

[palmas] Amazônia

[palmas] Goiás

[palmas] Santa Catarina

[palmas]

Muito bem, Fernando. Você que criou esse momento aí.

SR. FERNANDO COTTA: Muito bem. Eu queria, primeiro, cumprimentar, Senador, porque, assim, para mobilizar é tão difícil. Esses pais tiveram que deixar seus afazeres, seus outros filhos, seus filhos autistas, que muitas vezes não puderam acompanhá-los, enfim, tiveram que deixar seus trabalhos, aquilo que a Dra. Mariel colocou também, a gente tem que trabalhar para dar conta de pagar. É tudo tão caro para a gente, não é? E, enfim, acho que... Sabe? Essa coisa de: "Puxa, vamos mobilizar! Teve alguém que nos ouviu, tem alguém que nos está dando condições agora de poder proporcionar uma vida melhor para nossos filhos e para os filhos dos outros também".

Quanta gente que a gente tenta mobilizar, para esse tipo de evento e, muitas vezes, as pessoas: "Ah, não vou, não, isso não dá em nada. Não vou, não". E eu quero crer que dá, sim, que a gente vai insistir. Nem que demore, mas a gente vai. Quando vou procurar, de vez em quando, o senador me vê de vez em quando, a gente se encontrou há coisa de duas semanas, e a turma já me olha assim: "Lá vem o pidão. O que ele vem pedir? É o homem da pessoa com deficiência. Já vem pedir". Porque a gente pede mesmo, não tem como. Não existe outra forma que a gente conheça.

Então, a forma legislativa, realmente, é a forma que nos parece muito clara.

Então, assim, queria inverter isso. A via-crúcis, que foi colocada aqui pelos pais de autistas, eu sou, antes de tudo, pai de autista, tem o Fernandinho, com 12 anos, meu filhão, e a via-crúcis é uma particularidade muito comum em pais de autistas, sabe?

Os médicos, a grande maioria dos médicos não conhece direito o que é autismo. Eu vou conversar com os médicos, e, infelizmente, há colegas seus, há pessoas brilhantes na medicina. Mas há colegas de vocês, vocês sabem disso, que são semideuses. Que, puxa, como D. Mara muito bem disse, nós vamos chegar a essa pessoa e dizer: "Olha, esse menino não está... De repente, ele parou de ir ao banheiro, ele parou de falar as poucas palavras... Enfim, parou as atividades corriqueiras, do dia a dia, cotidianas, ele deixou de fazer". "Não, mas isso é ciúme do irmão, isso é... A senhora que..."

Ainda tem gente em faculdade, eu passei por isso, em Universidade Federal, que culpa a mãe ainda, sabe? Infelizmente, nós ainda temos isso no Brasil. Meu filho, há coisa de três semanas, senador, para o senhor ter uma ideia como a turma não acredita na história do glúten, minha esposa foi introdutora, aqui em Brasília, da dieta do glúten, depois ler, importar livros do Dr. William Shaw, lá dos Estados Unidos, até serem publicados em português. Mas, como tem gente que dúvida, tem uma clínica aqui em Brasília, que meu filho estava conhecendo a clínica, coisa e tal, a terceira ida dele à clínica, e aí o dono da clínica nos acompanhando, tudo, tem uma pessoa que a gente paga para acompanhar nosso filho. Nós que somos de classe média, eu digo os remediados, nós temos ainda condição. Nós gastamos mais do que temos para poder fazer com que nossos filhos tenham o atendimento que a gente acha que seja adequado.

Então, a acompanhante, aquela coisa, em determinado ponto, o dono da clínica falou: "Não, espera aí. Agora, você não vai mais". "Mas por quê?" "Não, não vou mais, coisa e tal." [soa a campainha] E, em vez de ligar para os pais e perguntar: "Olha, puxa, ele está... Posso?". Não, deixou.

Aí, daqui um pouco, isso já informados, na terceira vez, já exaustivamente informados de que o menino fazia uma dieta de glúten, de caseína, essa coisa toda, ele vem todo satisfeito e diz: "Olha, acabou de comer uma bolacha, ele está muito bem". Você não sabe o inferno que virou minha vida. A palavra é essa.

Hoje, ele não está na escola, hoje, ele está agressivo, hoje, ele não está aceitando colocar uma roupa, em virtude do glúten. Segundo a Dra. Geórgia, eu acompanho muito a Dra. Geórgia, já estivemos com

ela algumas vezes, ela disse que são em torno de oito meses para o glúten sair completamente do organismo da pessoa. Veja o estrago. O glúten sair completamente do organismo da pessoa.

Meu filho, pela nossa experiência, em torno de três a quatro meses, ele já não funciona com aquele opióide, até porque você está falando que o sujeito está drogado. Mas, enfim, já não funciona opióide. Então, você imagina o estrago. Isso para quem tem alguma condição. E para quem não tem? Que se alimenta disso diariamente? Como é que nós fazemos? Já não acredita mais.

Então, é complicado. Quando o Padre Joel se referiu, Padre Joel, que eu dei o prêmio, não fui eu, não, viu? Existe um conselho que indica as pessoas para o Prêmio Orgulho Autista, essas pessoas são indicadas, e as pessoas do Brasil, desse conselho, é que reconheceram, votaram. O senhor tinha concorrentes, também, votaram, e o senhor representa todo esse pessoal que começou com esses Projetos de Lei, que estão nos estados. Aqui em Brasília tem um Projeto de Lei que foi este ano, por ocasião do Dia do Orgulho Autista, um deputado aqui em Brasília entrou, Deputado Benício Tavares, e vários estados.

Então, queria já aproveitar, senador, será que não era o caso de uma lei federal? Será que não era o caso de a gente já começar... Claro, dentro do que cabe, uma lei, pensar já nesse sentido, da iniciativa. Tenho certeza de que a coisa vai andar muito bem.

Queria agradecer ao senhor, mais uma vez, e dizer que, aqui, essas pessoas estão falando em resgatar vidas, resgatar famílias. Estão desse jeito aí, não raro. Muito obrigado

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Só dizer, Fernando, que já é meio consenso, pelo que percebi, que teremos uma lei federal. E aí até aceitando o conselho, aqui do Padre Joel, para mim era muito mais fácil, pegar: "Dá aqui para mim a lei, que já apresento e já marco posição". Não. O que eu propus foi diferente. Vocês vão formular a lei, vai ter entrada, em nome das entidades, aqui nesta Comissão. Eu me comprometo a fazer o relatório, dizer que o Projeto de Lei das entidades passa a ser o projeto não do Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos. É assim que vai tramitar o projeto aqui. Esse acordo está meio que firmado já entre nós.

SR. FERNANDO COTTA: Mas jamais isso vai tirar a imagem que eu tenho certeza que todo o Brasil tem do senhor. O senhor mesmo já frisou aí, como autor de projetos polêmicos, e que abraça, realmente, as minorias.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou ter a marca de ser o relator, com muito orgulho, vou dizer. Está certo ou não está?

[palmas]

SR. FERNANDO COTTA: Parabéns, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra, neste momento, ao Sr. Augusto Matos de Azevedo.

SR. AUGUSTO MATOS DE AZEVEDO: Olá. Bom dia a todos. Eu queria, primeiramente, me apresentar. Estou numa posição diferente de vocês, eu sou Augusto Matos, que não sou pai de autista, não sou amigo de autista, pelo contrário, eu sou autista. Eu tenho a Síndrome de Asperger [palmas] e vejo uma dificuldade enorme quanto à escola.

Bem, não só aceito pelos meus colegas, sofro *bullying*, já sofri, sofro e, provavelmente, ainda vou sofrer *bullying*, já tenho isso em mente. E o que eu gostaria de trazer? Minha maior dificuldade, dentro da escola, são os professores. Porque o que acontece? Eu tenho dúvidas que não são compatíveis com minha escolaridade. Estou no segundo ano do ensino médio. Aí minha resposta mais comum é: "Não. Sua resposta vai chegar quando você estiver na faculdade". Tá, mas meu caso é: "Pô, eu não quero a resposta quando chegar na faculdade. Eu quero agora".

[palmas]

Eu quero aprender, eu quero mudar tudo, mudar a sociedade, mudar, como está acontecendo agora. Porque não sou só eu que estou sofrendo. Não vou ser só eu, se continuar assim. Então, eu tenho que tomar alguma medida, eu tenho que fazer a diferença, entre as pessoas que estão próximas a mim, entre toda a sociedade.

Bem, quanto ao autismo ser algo tratável, eu discordo. Porque eu tenho uma concepção diferente de vocês. Porque, para mim, quando alguma pessoa nasce com alguma grande dificuldade, ela tem que ter algo que compense por outro lado. No meu caso, eu nasci com a Síndrome de Asperger e também sou altas habilidades. E vejo que, se fosse algo tratável, eu perdesse essa característica do autismo, provavelmente, também perderia altas habilidades, porque me veio para compensar.

Outra coisa que eu queria trazer é também com os professores. Por exemplo, eu tenho afinidade com a matéria de exatas, principalmente a matemática pura. E minha professora de matemática é alguém que parece excelente. Ela me dá conteúdos diferentes do que dá para o resto da turma. Porém, as provas que ela vai passar, os testes são primeiro passados para mim, para ver se eu resolvo com o conteúdo que ela

apresentou em sala de aula, para depois passar para o resto da turma, e me dá um teste com mesmo valor, com complexidade maior. Só isso.

[palmas]

SRA. MARILENE: Fala da mecatrônica

[palmas] Fala aí, Augusto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como é seu nome?

SR. AUGUSTO MATOS DE AZEVEDO: Augusto Matos de Azevedo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Augusto. O Augusto acho que deu... O Augusto deu, praticamente, uma aula para todos nós. Pode falar.

SR. AUGUSTO MATOS DE AZEVEDO: Eu fiz um curso de robótica. Eu consegui em Sobradinho, que existe um professor dando um curso de robótica, numa escola pública. E, geralmente, o que acontecia é que os alunos poderiam começar a entrar nesse curso a partir do primeiro ano do ensino médio. Eu consegui na metade da oitava série.

Eu sempre tive um grande problema de adaptação ao conteúdo curricular que os professores me passam, porque eu sempre achei pouco. Sempre tive essa vontade de aprender mais. E é algo que eu não... Não vou trazer como uma vontade minha, mas como uma necessidade. É algo que, se eu não aprender nada novo durante um dia, eu não consigo dormir à noite.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Brilhante, Augusto. Brilhante! Parabéns! Estão pedindo palmas para você de novo, viu?

[palmas]

SR. AUGUSTO MATOS DE AZEVEDO: Mais uma coisa que eu gostaria de acrescentar é que eu, minha mãe, aqui comigo, que nunca me desamparou, sempre está buscando ajuda para mim...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como é o nome da sua mãe?

SR. AUGUSTO MATOS DE AZEVEDO: Marilene.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cadê ela? Queremos ver ela. Merece uma salva de palmas.

[palmas]

É aquela que está com a máquina na mão, bem quietinha, ali. Máquina branquinha ali.

SR. AUGUSTO MATOS DE AZEVEDO: Ela sempre me deu um grande apoio. Nós temos gastos bem maiores do que recebemos no salário, e uma coisa que eu gostaria de acrescentar é que eu fui diagnosticado só no ano passado e já consegui esse desempenho todo.

E uma coisa que me ajudou muito, além de todo o tratamento, foi que a primeira coisa que minha mãe fez, quando recebeu o diagnóstico, foi dizer: “Augusto, você é autista, você tem essa síndrome”. E o que eu fiz, a partir daí? A partir daí, eu fui pesquisar e ver o que é normal que eu tenho, o que eu posso usar de bom, o que eu tenho de bom, que eu ainda não conheço, que eu ainda não sei, e o que eu tenho de ruim, que eu ainda não conheço. E como é que eu posso trabalhar com o que eu tenho de bom, para superar essas minhas incapacidades?

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nunca fiz isso aqui. Sabe o que é isso aqui? Isso é a batida do tambor, que só os heróis merecem.

SR. AUGUSTO MATOS DE AZEVEDO: Uma coisa que a gente está tentando ajudar bastante os autistas, mesmo não vindo aqui, até hoje, não trabalhando diretamente com as leis, a adaptação curricular e ajuda psicopedagógica no colégio. Que nós conseguimos esse ano, nós conseguimos o primeiro caso do Distrito Federal e de adaptação curricular, num caso para mais.

O que está acontecendo comigo? Durante a manhã, estou fazendo o segundo ano normal, que, inclusive, já estou passado, e, durante a tarde, eu estou assistindo quatro matérias do terceiro ano. O que vai acontecer para o ano que vem? Vou passar para o terceiro ano, como aluno normal, enquanto vão ser liberados para mim algumas matérias dentro da UnB.

[palmas]

A gente sempre vem pensando não só para mim, porque eu já estou terminando o ensino médio, e tudo o que eu conseguir agora não vou ter muito uso. Mas, para o próximo que virá, tenho que abrir uma porta para a próxima pessoa. E deixar essa porta aberta sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Valeu, mestre. Valeu, mestre! Valeu, valeu, valeu. A Mesa aqui quer falar com você, viu? Por favor.

SRA. JULCELI ANTUNES: Augusto, exatamente essa é nossa proposta, de uma educação individualizada, atendendo às potencialidades de cada autista.

Nós sabemos que isso é difícil, até para ter profissionais que acompanhem vocês. Mas eu acho que é o momento, você abriu, aqui, as portas para que nós convoquemos outros autistas, como você, que têm habilidades fantásticas, e nós temos prova disso, porque nós vimos, todos os dias, lá no nosso trabalho, na nossa instituição, crianças com dois anos, que já sabem ler, e coisas, assim, fantásticas e que eles ainda são pequeninhos.

Quando chegar a tua idade, se eles, com dois anos, sabem ler, imaginem quando chegar a tua idade, vão estar igual a você ou mais que você, como é o caso do Saulo, que fala três línguas.

Então, essa é uma das propostas de reivindicação... De reivindicações que nós estamos fazendo. Educação individualizada para autismo. Porque vocês serão os homens sérios de amanhã, serão nossos políticos

[palmas]

SRA. JULCELI ANTUNES: Você é de onde, Augusto?

SR. AUGUSTO MATOS DE AZEVEDO: Eu sou daqui.

SRA. JULCELI ANTUNES: De Brasília? Nós gostaríamos de, depois, ter, assim, um contato com você, porque você vai nos ensinar como ensinar vocês.

SR. AUGUSTO MATOS DE AZEVEDO: Ah, gostaria de acrescentar mais uma coisa. É para dizer o que está acontecendo, hoje, se não... O que aconteceria hoje, o que está acontecendo, se eu não tivesse o acompanhamento. Bem, eu sempre vim, desde pequeno, trazendo: “Eu não vou colar nas provas, não vou copiar dever dos meus colegas, não vou fazer nada desse tipo. Vou ser sempre uma pessoa que ninguém possa falar nada contra mim”. Mas, dos últimos dias para cá, que eu vejo que estão me cobrando média oito, estão me cobrando média de nota muito alta. E, para eu fazer isso, só tem uma possibilidade: eu tenho que copiar os deveres dos meus colegas, por quê? Porque, em tempo fora da escola, eu não tenho tempo suficiente para concluir meus deveres. Mesmo que eu fosse um aluno normal, que não fizesse nenhum curso durante a tarde, o número de deveres que são passados em sala de aula e a nota exigida por esses deveres, eu não vou conseguir alcançar a média que eles estão me pedindo. Então, preciso entregar todos os deveres, mas, para entregar todos os deveres, eu tenho que copiar dos outros

[palmas]

SRA. JULCELI ANTUNES: É isso. Então, depois, eu quero falar, e aí a gente fala particular.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Ulisses também queria fazer uma fala. E, depois do Ulisses, nós combinamos, vai voltar o Saulo.

SR. ULISSES DA COSTA BATISTA: Eu queria dizer, Exmo. Senador Paulo Paim e a todos que estão aqui, nós estamos propondo uma mudança de paradigma, tanto para aqueles que, com baixo QI, devido à sua condição, não podem frequentar a escola, precisam de um currículo personalizado, adaptado, ele acabou sinalizando uma coisa que as escolas precisam de profissionais, psicopedagogos, outros profissionais,

com outros olhares, já para atuar na parte psicopedagógica, já dentro da escola.

Então, nós estamos propondo mudança de paradigma. Ele é exemplo de altas habilidades. E a escola, o currículo pedagógico tem que ser adaptado para contemplar a todos. Autistas virão. Eles já estão chegando, já é uma realidade, tanto aqueles com baixo QI quanto aqueles de altas habilidades.

Nós propomos uma mudança de paradigma. Precisamos de representantes da educação, como teve uma representante da saúde, precisamos caminhar juntos. Então, aqueles que são da educação, aqueles que são da saúde, deem as mãos, porque nós precisamos de todos e precisamos mudar paradigma, como foi dito aqui.

Não que venham novos profissionais, mas os que já estão aqui mudar seu pensamento, acreditar que eles já estão nas salas de aula. Só que estão enfrentando inúmeras dificuldades, sem contar aquela do colega que vai fazer *bullying*. Então, é preciso que profissionais, como a Rita falou, vão à escola falar da importância do diferente. O diferente traz qualidades para a escola. O diferente não traz só empecilho, não. Ao se adaptar para aquela criança, outras se beneficiam.

É o caso do Rafael. A gente coloca um profissional para adaptar o professor, no final do ano, ele diz: "Olha, por causa dos conselhos que foram dados para o Rafael, mais alunos se beneficiaram na sala". Então, precisamos caminhar juntos, educação e saúde, mudar paradigma, adaptar currículos, para que os de alto funcionamento, os de baixo QI possam estar na escola. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Augusto, veja, quando eu botei, aqui, eu digo, vou passar a palavra ao Sr. Augusto. Ao senhor, mesmo [risos]. Pela capacidade intelectual dele, aqui, agora, você pediu a palavra de novo, a prioridade é tua. Depois eu vou dar, aqui, para a Mesa, dois minutos para cada, para que façam as considerações finais, e aí vamos para o encerramento.

Não, a palavra vai a você. Você que é prioridade. Você está com a palavra. Depois que vai voltar para a Mesa.

SR. AUGUSTO MATOS DE AZEVEDO: Só convidar a todos para que, como, na semana passada, houve o CONAE, eu participei do CONAE, que eles estavam organizando as próximas metas da educação, preparando a educação para os 10 anos, a partir de 2011.

Bem, o que aconteceu? A que eu participei foi um... O Plenário regional. Plenário daqui do Distrito Federal. O Plenário... O Plenário nacional vai acontecer

ano que vem, se não me engano, no começo... Em abril do ano que vem, e ele vai trazer também essa questão de autismo no eixo 6, relacionado a diferenças, e não tratando só de autismo, mas de todas as diferenças, para que nós possamos ver como é que a gente vai poder mudar a educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu começo com a Mesa, começar pela Cássia. Dois minutos para cada um, para as considerações finais, depois, no final, entra, então, o Saulo.

Cássia, por favor. Dois minutos para cada um.

SRA. CÁSSIA MARIA GOMES BELLO: Augusto, enquanto educadora, enquanto professora e assistente social, eu vou dizer para você que eu sempre tive como exemplo Paulo Freire, que é um exemplo de educador, que nunca respeitou limites. Ele nunca... Ele nunca viu limites para que a educação pudesse ser atingida a todos.

E ele diz o seguinte: "Que eu almejo o dia em que o direito suplante a caridade". Enquanto educadora, enquanto assistente social, eu também espero isso. Que o direito seja respeitado e que a caridade seja posta de lado. E que você, além de lindo, porque você é muito lindo, anormal é quem não consegue ver essa beleza que você tem

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Berenice, por favor.

SRA. BERENICE PIANA DE PIANA: Eu quero dizer às mães de autistas de todo o Brasil, que eu estou aqui representando, que nós somos todas missionárias. E, hoje, eu estou saindo daqui com a sensação do dever cumprido.

Quando eu cheguei até o Deputado Aldir Santana e o Senador Paulo Paim, não imaginava que fosse culminar nessa magnífica Audiência. Então, hoje, eu tenho--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza uma das mais bonitas que eu participei. E eu tenho 23 anos de Congresso Nacional.

SRA. BERENICE PIANA DE PIANA: Muito obrigada. Eu me sinto, Senador, muito honrada em ter recebido sua atenção [soa a campainha] e NÓS termos chegado até isso. Então, hoje, eu quero dizer para todos aqui, gostaria que me respondessem. Autismo é...

PLATEIA: Tratável!

SRA. BERENICE PIANA DE PIANA: A luta...

PLATEIA: Continua!

SRA. BERENICE PIANA DE PIANA: Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns. Iranice, por favor.

SRA. IRANICE DO NASCIMENTO PINTO: Bom, a gente tem mais É que agradecer por essa festa, e alguém, hoje de manhã, quando nós acordamos, falamos assim: “Depois da Audiência, nós vamos fazer uma festa”. E vamos, não é? Vamos fazer uma festa. A gente tem mais é que agradecer e, assim, que todos sejam amigos dos autistas. Pelo amor de Deus! Nós precisamos. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Parabéns. Parabéns para você. Ulysses, por favor.

SR. ULISSES DA COSTA BATISTA: Eu me senti, agora, na obrigação de representar o segmento masculino.

[palmas]

Nós pais... Nós pais estamos marcando presença, estamos junto com as mães, junto com as instituições, não viramos, não nos furtamos ao direito de lutar, arregaçar as mangas. Quero dizer que a palavra de ordem é mudar. É mudar, porque eles já estão em nosso meio, eles já estão querendo espaço, eles estão dirigindo a voz e dizendo o que precisa ser feito, as crianças autistas.

Então, dizer aos pais, vamos juntos, vamos fazer mudança, a palavra de ordem é mudança, nos vários estados do nosso país. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Ulysses. Por favor, Mariel.

SR. MARIEL MENDES: Eu acho assim, como todo mundo, aqui, está muito feliz, dá para ver o sorriso estampado. Eu estou muito feliz por isso. Quero agradecer, em especial, cada um de vocês que aqui estão e dizer que, hoje, mais do que nunca, eu estendo minha mão para dizer que vocês podem contar, cada pai, cada profissional pode coberto comigo, estou à disposição e eu me encontro feliz, porque, hoje, eu estou vendo fazer... Está fazendo valer tantos anos de sofrimento. Tanto para mim quanto para muitos que estão aqui. Hoje valeu a pena!

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Olha, como eu sou senador, em nome dos deputados, dois minutinhos para nosso deputado, aqui, fazer uso da palavra.

DEPUTADO ALDIR SANTANA (PSC-RJ): Obrigado, senador. E eu quero até agora me considerar um mentiroso, senador. Porque o reflexo da Audiência Pública foi lágrimas do início ao fim. E, dessa aqui, a gente sai daqui com sorriso estampado no rosto. Faço minhas suas palavras, Mariel. Parabéns a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Deputado Aldir Santana, do Rio de Janeiro. E, como ela estava também para falar aqui da Mesa, mas, humildemente, ela falou ali do Plenário, eu passo a palavra para a Dra. Sandra, que falou também em nome da Geórgia e da Simone.

SRA. SANDRA CERQUEIRA: Para mim, foi um privilégio que palavras não conseguem expressar. Essa... Esse milagre que nós pudemos contemplar. E eu atribuo esse milagre a realmente aquele que é digno de toda honra, de toda glória, de todo louvor. Esse é nosso Deus. Ele proporciona momentos como esse. Que nós possamos, então, a partir daqui, continuar essa caminhada tão linda, como os momentos que nós pudemos viver. Contem comigo para que vocês precisarem. Ok? Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E, para não discriminar, nossa avó aqui, que insistiu tanto, vai ter dois minutinhos também [risos].

SRA. MARIA LÚCIA GONÇALVES: Pois é, gente, é o primeiro passo. Eu estou batalhando, aqui em Brasília, há anos, e não tem sido fácil. Mas eu acho que alguma coisa já conseguimos. Agora, a caminhada é dura. No começo, eu me animava tanto... Não quero jogar um balde de água fria, não, sabe? Gente. É que o caminho é longo. Porque você não... Não é só uma lei, é fazer cumprir a lei. É toda uma máquina emperrada que vem atrás e que não anda. Eu acabei de falar, é psiquiatra, gente, que não tem. Então, é toda uma morosidade... Que nos cobra muito e nos custa muito.

Então, vamos... Só não podemos arrefecer, sabe? Eu sou avó e não luto só pelo meu neto, nem vocês. Então, é sempre pensando naqueles que estão vindo atrás e os que estão pela frente, sabe? Então, vamos continuar lutando.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Agora, para encerrar, mas o Plenário, daqui a Julceli vai terminar. Padre Joel que ganhou o prêmio, dois minutinhos para encerrar, em nome do Plenário. Vai lá, Padre Joel. Que ganhou o prêmio, não é?

SR. FERNANDO COTTA: Em 2007, não é, Padre Joel? Prêmio Orgulho Autista.

SR. JOEL: Eu quero agradecer essa oportunidade de estar sentindo esse calor humano, de todos os pais, mães, amigos, desta Casa. E quero, sobretudo, agradecer pela preocupação suas em gerar políticas públicas. Tem um pensador, que se não me foge à memória, é Rubem Alves, que ele diz que o papel da política ou do político é ajudar o povo a realizar seus sonhos.

Então, é uma missão muito árdua, se pensar bem no teor do que é ser um homem público, uma mulher versada nas questões públicas. Muitos podem se alegrar, como muitos podem chorar e até morrer por omissão ou por ação dos homens públicos.

E acho que o senador sabe disso, os políticos também têm seus limites, porque é um conjunto de pessoas, de ideias, às vezes, ele apresenta um projeto dessa relevância e pode, às vezes, ter dificuldades.

Então, é bom a gente estar, assim, com o pé bem no chão, porque as coisas não são tão fáceis quanto a gente poderia torná-las e tão simples quanto elas são. Mas, muitas vezes, quem deve fazer o papel de facilitador, às vezes, dificulta. Mas o que eu quero ressaltar, mesmo, é a coragem, a bravura, no sentido humanitário, de tantos pais e tantas mães. E, sobretudo, aqueles que nós nem imaginamos que estão com seus filhos, suas filhas, às vezes, amarrado no pé de uma Mesa, às vezes, trancafiado num quartinho lá dentro, como nós temos alguns casos que nós conhecemos, e, às vezes, esses pais são criticados, entregues, às vezes, à polícia, porque julgam que estão lá com doentes mentais amarrados ou maltratando menores ou adolescentes, crianças, que é o termo mais correto.

Então, é uma gama de dificuldades. E conviver com isso, aquilatar tudo isso é só quem verdadeiramente passa, e, às vezes, a gente nem sabe, nesses rincões de Brasil, quantos e quantos e quantos.

Então, vamos lutar para que nós tenhamos uma lei, um projeto nacional que realize o diagnóstico precoce e que dê condições de realmente acompanhar, como o Augusto disse, que, se não é o caso de tratar, mas é o caso de acompanhar.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Rita está olhando... Será que não vai me dar um minuto? Porque eu também falei. Rita, vamos lá.

SRA. RITA VALÉRIA BRASIL: Eu vou aproveitar meu um minuto para ler um pequeno texto de Carlos Mitty(F), que é um psicanalista que eu amo o trabalho dele, que ele fala muito sobre essa inclusão. Eu não sei se vocês sabem, nós temos um decreto de que o ano que vem nós temos que estar com todas as nossas crianças dentro da rede regular de ensino.

Aprovo, luto e sou a favor da inclusão. Mas a gente tem que ter muito cuidado com a inclusão que existe dentro da escola regular, que pode segregar tanto quanto na escola especial. É preciso ter muito cuidado, quando a gente for fazer uma lei em relação a isso, para que a gente não possa prejudicar nossas crianças, nossos adolescentes.

Simon Baron-Cohen, um proeminente pesquisador de autismo, coloca com propriedade que o problema

da inserção do autismo em ambiente inadequado ou despreparado é um erro. Metaforicamente, este autor compara tal situação a de um peixe marinho inserido em água doce. O peixe funciona muito bem em seu ambiente natural. Porém, quando inserido em outro que está em desajuste, seu sistema nervoso provoca danos.

O problema não é o peixe, mas o ambiente em que ele está inserido, ainda mais nossa inclusão, da forma como está. Profissionais despreparados, nós temos casos de gêmeos na escola da AMA, em que uma das crianças foi encontrada amarrada, dentro da cozinha, porque a diretora alegou que ele come o lanche de todo mundo, e ela não tinha como controlar, que a mãe tinha que levar uma cadeirinha especial para essa criança ficar presa, para não poder roubar o lanche do colega. Está no Ministério Público o caso dessa criança, dessa família.

E, mesmo assim, esses gêmeos já passaram por quatro escolas regulares. Nós tiramos a escola regular, está em outra, porque nós acreditamos na inclusão. Portanto, a inclusão de crianças e jovens com autismo, no ensino regular, deve ser vista com parcimônia, considerando as particularidades dessa condição, em relação à proposta. A inclusão pode beneficiar a muitos autistas, mas não a todos. A esses devem ter uma opção de ensino que contemple suas particularidades, por questão de respeito humano, justamente porque o eixo central do advento da inclusão é esse. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem um senhor que está, desde que eu iniciei aqui, ele levanta a mão e diz: "Vou ter uma chance?". Pegue o microfone aí, e você tem um minutinho, meu amigo, porque nosso problema não é o horário. Por nós, ficava a tarde toda aqui, porque o tema está muito rico, para todos que estão assistindo à TV Senado.

SR. ALDEMANDO(F) DE ALBUQUERQUE: Muito obrigado, senador. Eu estou aqui, eu sou de Manaus, Amazonas. Então, eu queria falar apenas um pouco sobre a história do autismo no Brasil. Eu tenho um filho de 28 anos, que é autista. Então, quando precisei do diagnóstico, eu fui a São Paulo, e o Dr. Raymond Rosenberg, que estava chegando dos Estados Unidos, e falou que ele era autista.

Aí eu perguntei para ele: "Doutor, o que é autista? O que é autismo? E o que eu posso fazer pelo meu filho?". Ele disse pra mim: "Estude". Então, foi isso que eu fiz, até hoje. A partir dali, conheci outros problemas, de outras famílias, mães, pais... E fundamos, então, a Associação Brasileira de Autismo, da qual, hoje, sou o vice-presidente. E, correndo por todo o Brasil e uma

parte da Europa, resolvemos trazer alguma coisa que pudesse beneficiar o autista no Brasil.

Não todo o Brasil, porque vi depoimentos de pai ali, com 10 anos, uma jovem avó, de profissionais, de mães, e, enfim, de muita gente, aqui, que talvez ainda nem fosse nascida, quando já estava nessa luta. E essa luta não é do Amazonas, essa luta é do Brasil, não é da Bahia. Essa luta é do Brasil, essa luta não é do Rio de Janeiro, essa luta é do Brasil. Se nós nos unirmos, as instituições, as instituições também políticas, fazer políticas públicas não é fácil. Mas eu sei que é capaz de mudar.

E vi aquela avó, ouvi muito bem, quase, assim, um desespero, que eu também já fiquei desesperado, na época, porque, quando descobri que no autismo não tem cura, não tem remédio, não tem exame que vá diagnosticar, a gente fica desesperado. Mas trabalhamos, sim. Então, as informações são poucas [soa a campanha].

Na época que nós começamos, era muito mais difícil do que agora. A gente mandava buscar livros nos Estados Unidos, na Europa e mandava traduzir, para poder trabalhar. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Por favor, Julceli.

SRA. JULCELI ANTUNES: Gente, hoje, realmente, eu estou, assim, super emocionada, porque nós estamos fazendo, esta semana, três anos de instituição. Dia 29 de novembro, nós completamos três anos.

E estamos, assim, coroados uma semana de aniversário com muita alegria. Primeiro, com a Audiência Pública, no Rio de Janeiro, pelo Deputado Aldir Santana, e, hoje, aqui, com esta Audiência Pública maravilhosa, onde nós conseguimos aprender. Porque nós sabemos pouco do autismo. Apesar de estudarmos muito, nós ainda sabemos muito pouco. E precisamos aprender muito com você, Augusto. Porque você é que vai dar as coordenadas, você representando todos os autistas.

[palmas]

Para que nós possamos realmente fazer a diferença. Porque não adianta nós... Eu sou pedagoga e sou avó. Mas não adianta nós pensarmos o que é melhor. Você é capaz de nos direcionar. E Deus te colocou aqui, na minha frente, e eu sabia que, hoje, ia ser um dia diferente, porque a palavra de hoje era: "Muitos cegos irão enxergar. E muitos surdos-mudos irão falar". E isso hoje aconteceu aqui.

E eu sei que todo o Brasil, que está assistindo agora à TV Senado, está sensibilizado. Tomara que tenha muita gente vendo, porque nós só temos a agradecer e pedir só a Deus para completar sua palavra e sua de que a gente tem que ter pé no chão. Sim. A gente

tem que ter pé no chão. Mas eu sei que quem está no comando é Deus. E, quando ele entra no comando, ninguém acaba com o plano dele.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SRA. BERENICE PIANA DE PIANA: Senador, eu gostaria de pedir, neste momento, que minha filha, [ininteligível] de Piana fizesse a entrega de uma placa em sua homenagem e em agradecimento a tudo o que aconteceu hoje aqui. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

[palmas]

Ela pede que eu leia. Eu vou ler aqui: "*Ao Senador Paulo Paim, o agradecimento sincero e a reverência de todas as famílias e autista e da ADEFA, Associação em Defesa do Autista*". Muito obrigado.

[palmas]

SRA. BERENICE PIANA DE PIANA: Agora, nós teremos mais um momento de encantamento, com nosso querido Saulo. Por favor, Saulo vai cantar para nós *O Sole Mio*.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Enquanto o Saulo se dirige aqui, para fazer uso da palavra, eu só queria dizer que essa placa eu vou dedicar a todos os senadores, de forma simbólica, para que os 81 senadores aprovelem o projeto de vocês.

[palmas]

SR. ENIVALDO: Senador, eu sou pai de... Como seu pai, sou pai de 10 filhos. E esse é um dos orgulhos meu. Eu tenho 10 orgulhos. Só que quem vê o Saulo aqui, hoje, essa maravilha de pessoa, do qual eu me orgulho, ele não pode ver como passou ali no filme. Ele fazia... Faz parte daquele filme que passou. Aquela criança se arrastando pelo chão, quebrando todas as portas, as cortinas de casa, passando três horas fazendo escândalo. Eu ia dormir no hotel, uma vez, com minha família, ficou três horas fazendo escândalo, nós pegamos ele, botamos no carro, fomos para casa.

Então, eu queria chamar atenção para sua sensibilidade, para o senhor passar esses filmes e, se caso algum colega seu vier com a tal da palavra de inconstitucionalidade, reúna, aqui, 10, 15 crianças autistas e coloque seus colegas aqui para vivenciar. Porque só quem.

[palmas]

Porque a dor, a dor... A dor não pode ser dita, a dor tem que ser sentida. Somente quem sente a dor pode realmente falar. Entendeu?

Então, eu quero, mais uma vez, externar, aqui, minha satisfação de conhecê-lo. Eu já o conhecia, através da mídia. Tenho o prazer de conhecê-lo pessoal-

mente. Mas eu sei que, infelizmente, essas palavras ainda voam ao léu. Porque a emoção vai embora logo. Mas eu gostaria que o senhor continuasse.

Esse negócio “da luta continua”, não, tem que ser voando essa luta. Tem que chegar correndo, um avião a jato. Aliás, não sei nem por que estamos reunidos aqui para fazer a lei, porque essa lei já devia existir há muitos anos.

[palmas]

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): O Enivaldo, que é o pai do Saulo... Suas palavras foram marcantes. E pode ter certeza de que eu comungo. Porque eu, que estou em tantas caminhadas também, eu uso o termo que o senhor usou aqui. Só quem... Só quem é negro sabe que o racismo existe neste país. Tanto quanto o negro ninguém sabe. E, como V.Exª disse, só a dor de ver aqui as crianças é que vão entender o tanto que essa causa é justa. Então, seu nome? Enivaldo. Uma grande salva de palmas a todos os pais e mães para a figura do Sr. Enivaldo, aqui.

[palmas]

Para orgulho de todos nós, o Saulo... O microfone é seu, Saulo.

[música]

“Che bella cosa na iurnata ‘e sole,

n’aria serena doppo na tempesta!

Pe’ ll’aria fresca pare già’ na festa,

che bella cosa na iurnata ‘e sole.

Ma n’atu sole cchiu’ bello, oi ne’, ‘o sole mio, sta ‘nfronte a te!

O sole, ‘o sole mio, sta ‘nfronte a te, sta ‘nfronte a te!

Quanno fa notte e ‘o sole se ne scenne,

me vene quase ‘na malincunia.

Sotto ‘a fenesta toia restaria,

quanno fa notte e ‘o sole se ne scenne.

Ma n’atu sole cchiu’ bello, oi ne’, ‘o sole mio, sta ‘nfronte a te!

O sole, ‘o sole mio, sta ‘nfronte a te, sta ‘nfronte a te!”

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Mais um, agora pedido aqui do Presidente da Comissão, não é só do Plenário, não. E ela aqui sugeriu. Não sei se é essa aqui...

SRA. BERENICE PIANA DE PIANA: O que você quer cantar, Saulo?

SR. SAULO LAUCAS PEREIRA: O Presidente Lula tem que agradecer para eu cantar, quem sabe, do Carlos Gomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Vamos lá. Eles estão localizando a música.

Enquanto localiza, deixa eu dizer rapidamente para vocês para a gente encerrar, depois de ouvir mais uma vez o Saulo, alguns encaminhamentos.

Então, a gente apresenta... Vocês apresentarão o Projeto de Lei, aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Eu me comprometo de acertar com o Senador Cristovam a relatoria, o relatório, eu já adianto que vai ser favorável, favorável e daí ele começa a tramitar em nome da Comissão.

Segundo, nós vamos, junto ao Ministério da Saúde, com a própria Cristina, que esteve aqui, para receber a demanda mais imediata de vocês. Certo? Então, esses dois encaminhamentos já estão garantidos.

E, por fim, eu me comprometo com vocês de interagir junto, também, eu mesmo me comprometo, junto à Câmara, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, para que eles recebam também o material desta Comissão e o projeto que vocês vão elaborar.

Então, o projeto pode vir da Câmara dos Deputados, no Estatuto e teremos um projeto específico aqui na Comissão de Direitos Humanos. Esse é o encaminhamento. Todos concordam?

[palmas]

SRA. SANDRA CERQUEIRA: Eu não sei se é apropriado, mas pode se propor a criação, então, aqui, desta Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro. O projeto será pela Comissão.

SRA. SANDRA CERQUEIRA: Então, fica... É uma proposta de criação, então, aqui, desta Comissão, que irá...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fica que as entidades têm que assinar. Porque a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SRA. SANDRA CERQUEIRA: Então, de uma Comissão para análise e encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, para analisar, fazer... E registra... Eu assumo a relatoria, e ele começa a tramitar, em nome da Comissão. Ok? Então, vamos ouvir as palmas aí... As palmas para o projeto de vocês. A técnica avisa que está pronto, então, o Saulo vai encerrar nossa Audiência Pública. Com você, Saulo.

[música]

“Tão longe, de mim distante,

Onde irá, onde irá teu pensamento?

Tão longe, de mim distante,

Onde irá, onde irá teu pensamento?

Quisera saber agora, quisera saber agora

Se esqueceste, se esqueceste

Se esqueceste o juramento!

Quem sabe se és constante

*Se inda é meu, teu pensamento
Minha'alma, toda devora
Da saudade, da saudade,
Agro tormento...
Tão longe, de mim distante,
Onde irá, onde irá teu pensamento
Quisera saber agora se esqueceste
Se esqueceste o juramento!
Quem sabe se és constante
Se inda é meu, teu pensamento
Minha'alma, toda devora
Da saudade, agro tormento.”*
[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, com essa bela interpretação do Saulo, a gente encerra a Audiência Pública, mas me permitam que eu diga somente essa frase, e para mim tem uma simbologia muito forte, que eu diga somente isso. Como é bom... Como é bom saber que, no mundo, existem pessoas iguais a vocês. Está encerrada a Audiência Pública.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h34.

ATA DA 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia dois de dezembro de dois mil e nove, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Cristovam Buarque**), reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **José Nery, Paulo Paim, Flávio Arns, Cristovam Buarque, a Senadora Marina Silva e o Senador Eduardo Suplicy – não membro**. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Item Único.** Audiência Pública, **nos termos do Requerimento nº 48, de 2009 – CDH**, de autoria do Senador José Nery, aprovado em 10/11/09, com vistas a debater “**os termos do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu – Belo Monte**”. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. Convidados que comparecem: **Aloysio Antônio Castelo Guapin-**

daia – Diretor de Assistência – Presidente Substituto, em representação a **Márcio Augusto Freitas de Meira** – Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; **Francisco Del Moral Hernandez** – Coordenador do Painel de Especialistas Autores do Trabalho: Análise Crítica do Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, em substituição a **Sônia Magalhães** – representante do Painel; **Rodrigo Timóteo Costa e Silva** – Procurador da República em substituição a **Viberto da Cunha Peixoto Junior** – Procurador da República; **Antônia Melo** – Representante do Movimento Xingu Vivo para Sempre. O Senhor Presidente chama os senhores convidados que comparecem à mesa e passa a palavra a eles. Às onze horas e quinze minutos, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, passa a presidência ao Senador José Nery. O Senhor Presidente, Senador José Nery, convida à mesa a líder indígena da nação das mulheres da etnia Kayapó, Tuíra Kayapó, para fazer uso da palavra. Às doze horas e cinquenta e nove minutos, o Senador José Nery devolve a presidência ao Senador Cristovam Buarque. Às treze horas e vinte e nove minutos, o Senador Cristovam Buarque passa a presidência ao Senador José Nery sem se manifestar oralmente. Após as explanações dos Senhores convidados, o Senhor Presidente faculta a palavra a pessoas do plenário. Fazem uso da palavra: o cacique indígena José Carlos Arara (terra indígena Arara da Volta Grande do Xingu-PA); José Guilherme Zagallo – Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Dhesca Brasil; a líder indígena Juma Xipaya (aldeia Tucayá); o Cacique indígena Luis Xipaya (aldeia Tucayá – região dos rios Iriri e Curuá – Altamira/PA); Lucimar Barros da Silva – agricultor da Volta Grande do Xingu-PA. O Cacique Luis Xipaya faz entrega de manifesto escrito sobre a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados para as suas considerações finais. O Senhor Presidente faz suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque, José Nery e a Senadora Marina Silva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 50 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um bom-dia, um bom-dia a cada uma e a cada um de vocês.

Eu declaro aberta a 43ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e coloco-a em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como estão. Está aprovada.

Essa audiência que nós vamos ter hoje, ela foi aprovada por um requerimento do Senador José Nery, e por isso mesmo vai presidir uma boa parte da Sessão, acho que é o mais importante, o Senador para presidi-la. Foi aprovada no dia 10 de 11 e quer debater em profundidade os termos do Estudo de Impacto Ambiental do aproveitamento hidrelétrico do Rio Xingu—Belo Monte.

Eu quero dizer, antes de qualquer coisa, que nós estamos nas vésperas desse grande encontro, nós estamos nas vésperas desse grande encontro para discutir o futuro do mundo por causa do aquecimento global e me preocupa que estão transformando... Estão transformando o aquecimento global em uma discussão apenas sobre emissões de dióxido de carbono.

O problema ambiental tem que ser tratado com mais amplitude e mais seriedade. Não é um problema apenas de química, quantidade de dióxido de carbono que se joga na atmosfera. O problema ambiental tem que ser discutido do ponto de vista dos distúrbios, sofrimentos que provocam sobre as gerações atuais e sobre as gerações futuras.

Nesse sentido, nós não podemos deixar de analisar, por exemplo, o problema da energia nuclear, que aparentemente, que aparentemente não, que não gera dióxido de carbono, mas que pode, a longo prazo, fazer inviável, inabitável, partes importantes da terra brasileira.

Nós não podemos deixar de discutir o problema das grandes represas, que além de destruírem flora e fauna, deslocam populações locais com seu hábitos culturais que devem ser tomados em conta.

Alguns dizem que não se pode parar energia por causa de cemitérios, onde aí dormem os antepassados. Eu acho que temos que levar em conta, sim, os aspectos culturais; que não se deve levar em conta a

destruição de uma cidade quando é para iluminar outras, tem que se levar em conta, sim.

Tem que se levar em conta o sofrimento das famílias obrigadas ao deslocamento, aquelas que perdem não apenas seus bens, que podem ser repostos quase todos, mas que perdem a relação sentimental, afetiva, atávica, como se diz, com sua própria terra.

Meio ambiente, é uma questão muito maior do que dióxido de carbono e do que mesmo o aquecimento global. O aquecimento global deslocou, Senador Nery, a discussão ecológica, do equilíbrio, para um aspecto apenas que talvez seja o mais visível para toda a humanidade, mas não é o mais dramático para cada grupo específico da população e mesmo de cada grupo entre as muitas tribos da sociedade humana em geral.

Daí a satisfação dessa nossa audiência. Nós estamos discutindo um caso bem específico, de um tipo de energia que não é aquele que gera o dióxido de carbono, mas que mesmo assim gera um impacto ambiental, porque gente também faz parte do ambiente e gente local e não apenas gente distante nas grandes cidades. Eu creio que essa nossa audiência tem uma importância muito grande para analisar esse aspecto.

Eu tenho acompanhado o assunto das grandes represas em outros países, especialmente na Índia, onde há um grande movimento nacional na luta, juntando a energia nuclear e as grandes represas, é um movimento que luta contra essas duas formas de energia, propondo inclusive uma mudança na maneira de viver e não apenas na maneira de produzir energia.

Porque a gente discute muito as emissões químicas e esquece as emissões mentais, de comprar mais do que precisa, de consumir mais do que deve e usar energia mais do que é possível. O problema ambiental é muito mais uma questão de mentalidade do que de química, por isso eu ponho tanto a educação como caminho.

O movimento ambiental vai ganhar força, a busca do desenvolvimento sustentável vai encontrar sua solução nas escolas. Mas enquanto as escolas não são capazes de ter todos em horário integral, com professores realmente bem preparados, bem remunerados e bem dedicados, para que esse assunto penetre na cabeça das crianças e forme os adultos do futuro, que vão construir o desenvolvimento sustentável, vamos trazer o assunto para dentro do Senado.

Não apenas do ponto de vista de procurar saídas para educação, que vai ser de longo prazo, as saídas serão de longo prazo, como também trazer vocês aqui, para juntos criarmos um impacto nacional na defesa de soluções que gerem energia, mas, sobretudo, reduza a necessidade de energia. Que gere energia mesmo

para as novas e reduzidas demandas, mas respeitando os aspectos locais, da flora, da fauna e especialmente das sociedades humanas que aí vivem.

Por isso, a minha satisfação de estar aqui nessa Audiência como Presidente da CDH.

Eu quero dizer a vocês que o público de vocês aqui está bastante satisfeito. Como vocês sabem, essas audiências não são feitas exatamente para que os Senadores estejam presentes, eles nem sempre conseguem, nós mesmos aqui vamos ter que nos revezar por causa de outras comissões.

O Senador Eduardo Suplicy, que também, provavelmente, vai precisar, mas essas audiências viram documentos permanentes nos anais e fica registrado que pelo menos alguns de nós resistimos a essa tendência maléfica de um desenvolvimento desumano e antinatural.

Além disso, isso é transmitido pela televisão, neste momento talvez ao vivo, não sei se está, mas certamente depois passam em outras sessões. Podem servir de documentos para que sejam debatidos nas escolas, vocês levem para os locais onde vocês vivem. A audiência tem um papel muito maior do que apenas a presença dos senadores. E nesse sentido, o importante é que vocês aqui estejam e que nós possamos fazer a audiência.

Eu agradeço ao Senador Nery a iniciativa e cada um de vocês que aqui estão, carregando a bandeira que desenvolvimento não pode ser a qualquer custo. E eu espero, carregando, a bandeira que desenvolvimento no sentido que é conhecido não combina, não casa com meio ambiente. Crescimento econômico não casa com meio ambiente.

Eu fico horrorizado quando eu vejo as comemorações das propostas que estão sendo levadas à Copenhagem, de redução das emissões, ao mesmo tempo em que se comemora o aumento na venda de automóveis e a construção de grandes represas. É uma contradição absurda; é como pecar pela desculpa que no outro dia vai no confessionário pedir perdão. Não resolve o problema apenas as promessas de redução de emissões quando continua o desvario da produção descomprometida.

O PIB não combina com o meio ambiente, pelo menos enquanto o PIB for composto pelos produtos atuais; até a gente mudar esses produtos não há como combinar são incompatíveis, um crescimento de PIB leva ao crescimento de emissões e, portanto, a redução do equilíbrio ecológico. Nós estamos aqui para denunciar isso, graças a vocês.

E nesse sentido eu vou convidar os que aqui virão para fazer seus depoimentos, comunicando desde já que é com muita tristeza, eu digo mesmo, palavra

bem escolhida, que não vamos poder ter aqui o representante, o Dom Krautler, que eu acho que teria muito a nos dizer. Também nós vamos ter aqui o Rodrigo Timóteo, Procurador da República, não tinha chegado até há pouco tempo, mas vai chegar.

Agora, nos comunicou que não virá o José Antônio Muniz Lopes, que eu acho que seria muito importante a presença dele, isso talvez exija uma outra audiência em outro momento.

Não virá também o Roberto Messias Franco, do IBAMA, o que também é uma pena muito grande, porque é a pessoa encarregada de zelar pelo equilíbrio ecológico.

E não virá... Eu creio que não virá também o representante da ELETRONORTE, que não está aqui na lista, que estava... Esse é da ELETROBRÁS.

Agora, a Antônia Melo veio, aqui estava como se não tivesse chegado, mas ela veio.

Então, eu vou chamar, para que compareçam, o Aloysio Antônio Castelo Guapindaia, que é Diretor de Assistência e Presidente... Diretor de Assistência e Presidente substituto, dá representação a Márcio Augusto Freitas Meira, ou seja, representando o Presidente da FUNAI, a quem eu agradeço muito.

[palmas]

O Francisco Del Moral Hernandez, que é Coordenador do Painel de Especialistas, autores do trabalho, Análise Crítica Do Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte em substituição a Sônia Magalhães.

[palmas]

E a Antônia Melo, que é representante desse belo movimento que é Xingu Vivo para Sempre.

[palmas]

Eu vou passar a palavra na ordem que eu chamei as pessoas. Então em primeiro lugar, Aloysio Antônio Castelo Guapindaia, representando Márcio Augusto Freitas de Meira, que é Presidente da FUNAI.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Senador Eduardo Suplicy, ilustres convidados que atenderam o convite, a FUNAI, o movimento Xingu Vivo para Sempre, Dr. Hernandez, coordenador do painel de especialistas, que produziu o estudo crítico sobre a hidrelétrica de Belo Monte.

Quer dizer, eu pedi a palavra, Sr. Presidente, na verdade, para, no início ainda da nossa Audiência Pública, como representante do Estado do Pará, fazer

aqui uma breve e entusiasmada saudação a todos que organizam e compõe o movimento Xingu Vivo para Sempre, que se expressa com a brilhante presença nesse Plenário da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Aqui com a representação dos povos indígenas dos Xingu, dos ribeirinhos, dos agricultores, quilombolas, juventude, professores, enfim, dos lutadores do povo daquela região do meu Estado do Pará, que, há mais de 25 anos, se organizam e resistem e lutam para que seus direitos de povos originários sejam respeitados.

E nesse sentido, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, essa audiência se reveste de extrema importância para que aqui fossem apresentados os resultados do estudo de impacto ambiental quanto a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, os impasses que temos vivido nesses 25 anos e, sobretudo, a presença de cada um de vocês aqui, significa a continuidade dessa resistência para um desenvolvimento que seja, na verdade, de encontro às reais necessidades da população do Xingu e não apenas para realizar um grande empreendimento hidrelétrico, que na verdade tem outros interesses que não é exatamente o interesse de favorecer as maiorias que ali lutam e sobrevivem a tanto tempo.

Então, Sr. Presidente, era para fazer essa saudação e solicitar que ao final dos depoimentos dos ilustres convidados, nós possamos ouvir, pelo menos, três ou quatro representantes que estão aqui nessa audiência, em especial eu creio que todos queremos ouvir palavra da Índia Tuíra, que há 25 anos atrás, naquele encontro dos povos indígenas do Xingu em Altamira, usou aquele facão e foi até ao Presidente da ELETROBRAS, por sinal o atual Presidente, Antônio Luiz Muniz Lopes.

E lá, com aquele facão passou ao lado da sua garganta aquela imagem que correu o mundo e que ainda hoje Tuíra significa a imagem da resistência de um povo que aprendeu a lutar, a resistir e a defender os seus direitos.

[palmas]

Depois vamos ouvir a Tuíra e vamos ouvir também, Presidente... A ideia é que possamos ouvir o representante dos ribeirinhos, agricultores, bem como... São três representantes, agricultores ribeirinhos e indígenas, como parte ainda da exposição após os nossos convidados aqui usarem da palavra.

Muito obrigado a V. Exa. e um agradecimento especial ao Senador Cristovam Buarque, que desde o primeiro momento em que tratamos da realização dessa audiência tem oferecido todo o apoio e incentivo para possamos fazer aqui um bom debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço, Senador Nery, por sua iniciativa, por suas palavras, complementando o que eu tinha falado, e passo a palavra, então, ao Aloysio Antônio.

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPINDAIA: Bom-dia a todos e todas aqui presentes, uma saudação especial ao Senador Cristovam Buarque, presidindo a sessão, em nome do qual saúdo todos os presentes aqui, na Mesa.

Quero também saudar os representantes das populações indígenas, que estão aqui presentes, e também de outras populações da região do empreendimento de Belo Monte.

Inicialmente, é importante que a FUNAI esclareça que ela, a Instituição FUNAI, não é o órgão licenciador de qualquer empreendimento econômico, está certo? O órgão licenciador são o IBAMA pelo Governo Federal ou as secretarias de meio ambiente dos estados.

Então, dependendo do tipo de empreendimento licencia esse empreendimento ou o IBAMA ou uma determinada secretaria de meio ambiente aonde o empreendimento está sendo realizado ou está sendo programado.

No caso de Belo Monte, da Hidrelétrica de Belo Monte, quem licencia esse empreendimento e quem está analisando nesse instante, está certo, a licença é o IBAMA e nós não estamos com o IBAMA presente.

No entanto, a FUNAI, cabe à FUNAI e é obrigação da FUNAI fazer a análise do componente indígena dos empreendimentos, qualquer que seja eles, que impactam de forma direta ou indireta uma determinada população indígena ou populações, se a gente se referir a mais de uma etnia envolvida nesse processo.

Então, a FUNAI, ela trabalha a análise do componente indígena, é assim que tecnicamente nós chamamos.

Então, eu vou aqui, no tempo que eu tenho, fazer esses esclarecimentos, no sentido como é que a FUNAI atuou nesse processo do licenciamento ambiental de Belo Monte e também vou entrar, por fim, nas recomendações que a FUNAI elaborou no seu parecer técnico, parecer técnico esse que foi remetido ao IBAMA para que o IBAMA, então, na sua análise, leve em consideração o componente indígena.

Bom, dito isso, a gente... Vou tentar rapidamente fazer uma explanação aonde eu possa fazer todos compreenderem como é que é que esse processo se deu dentro da FUNAI, dentro de um cronograma ou dentro de uma... Dentro dos aspectos mais históricos do processo.

Nós sabemos que, na verdade, Belo Monte é fruto de um projeto que iniciou há mais de 20 anos, não é isso?

O projeto, esse, na verdade, iniciou com uma proposta, com uma elaboração do Governo Federal, de um complexo de aproveitamento energético do Rio Xingu, complexo hoje, à época denominado de Cararaô. Então, esse, inicialmente o complexo, ele atingia terras indígenas, inclusive atingia a terra Kayapó.

O movimento social, à época, inclusive com a participação dos indígenas, reagiram fortemente a esse complexo, o que levou o Governo Federal a rever o seu posicionamento. Nessa revisão, então, se propôs o que hoje conhecemos como a Usina de Belo Monte.

A Usina de Belo Monte, então, ela... Dessa feita, não alaga terras indígenas e a FUNAI, ela entra no processo a partir de um decreto legislativo, ou seja, o Poder Legislativo, ele autoriza o Poder Executivo a implantar um empreendimento de Belo Monte, não é o complexo Cararaô, é de Belo Monte, desde que o Governo Federal, o Poder Executivo, faça e cumpra toda a legislação. Quer dizer, faça os estudos de impacto ambiental e cumpra com toda a legislação ambiental do nosso país. E também faz uma referência a esse decreto, esse Decreto é o nº 788, de 14 de julho de 2005. Também faz uma referência da necessidade de estudos de natureza antropológica, referente às comunidades indígenas localizadas na área de influência.

Então, a partir desse decreto, a FUNAI inicia o processo e entra com as suas sistemáticas institucionais, no sentido de fazer ou mandar fazer os estudos de natureza antropológica que o Decreto Legislativo pedia.

Então, nesse meio tempo há uma ação do Ministério Público Federal que paralisa os estudos. O Supremo julga a ação e nesse julgamento a Ministra Ellen Gracie, no seu parecer, autoriza e diz que o decreto, ele é constitucional, porque a ação era uma ação de inconstitucionalidade ao decreto legislativo. Então, a Ministra, no seu parecer, ela considera o decreto constitucional e faz referência da necessidade das oitivas às comunidades indígenas, que se façam então os estudos e que o IBAMA realize as oitivas das comunidades indígenas.

O decreto fala no IBAMA, não fala na FUNAI; no entanto, a FUNAI é o órgão indigenista... Desculpa, eu não desliguei o celular... A FUNAI é o órgão indigenista e, naturalmente, é o órgão que tem a capacidade e a especialização suficiente para cumprir com a determinação das oitivas em que a Ministra cita no seu parecer.

Então, a FUNAI assume para si a responsabilidade, não só de realizar ou de analisar os estudos do

componente indígena, mas também assume para si a responsabilidade de realizar todas as oitivas necessárias em se tratando do empreendimento Belo Monte.

Então é o que eu passo agora a relatar para os senhores, como tudo isso aconteceu.

É importante que se... Também, que eu faça referência, que foi então em dezembro de 2007 que a FUNAI começou o processo de comunicação com as comunidades indígenas.

Então, o Decreto Legislativo é de 2005. Em março de 2007, então, nós temos a liberação, pelo Supremo, dos processos, e a FUNAI inicia, em dezembro de 2007, as comunicações, as primeiras comunicações para as comunidades indígenas.

Em 2008, uma resolução... Eu acho que isso é um ponto importante para a gente afirmar aqui. Em 2008, há uma resolução, a Resolução nº 06/2008, do Conselho Nacional de Política Energética, definiu o aproveitamento de Belo Monte como um único potencial a ser explorado.

Então, aquela, a partir dessa resolução, aquela ideia de um complexo aonde outras usinas seriam construídas, ela, a partir dessa resolução, ela simplesmente... O Governo Federal abandona com essa ideia de um complexo ou da construção de outras usinas.

Bom, então, em agosto de 2008 inicia-se, quer dizer, a FUNAI, a partir de um termo de referência, que é assim que a FUNAI trabalha, nós elaboramos um termo de referência, esse termo de referência, eles foram discutidos com as comunidades indígenas envolvidas ou seja, impactadas, que sofreriam o impacto do empreendimento, nós discutimos os termos de referência com essas comunidades antes de repassar o termo à ELETRONORTE, que é a responsável, seria e é hoje a responsável pelos estudos de impacto ambiental.

Esses termos, esse termo, foram todos discutidos com a comunidade, aprovados, e só aí, então, nós remetemos para a ELETRONORTE contratar os profissionais que realizariam os estudos do componente indígena. A ELETRONORTE recebe o termo, passa a contratar a empresa responsável pelos estudos do componente indígena.

Quando, então, a empresa, essa empresa contratada vai chamar os profissionais, os antropólogos e outros especialistas para a realização dos estudos, as comunidades indígenas são também consultadas. E os profissionais contratados são profissionais que teve na verdade, vamos assim dizer, aprovação dessas comunidades. Ou seja muitos desses profissionais foram até contratados por indicação, por ser da confiança dessas populações.

A partir daí, a FUNAI então, no termo de referência, ela divide, a gente divide quatro grupos a ser estudados.

O grupo 1 são das terras indígenas consideradas diretamente impactadas, por estar próximas, por elas estarem próximas ao empreendimento. Então, foi a terra indígena Paquicamba, Arara da Volta Grande, Juruna do km 17, Trinchira Bacajá. Terras essas pertencentes, então, ao grupo 1.

O grupo 2, são composta por terras indígenas que estariam numa área de influência indireta, mas a FUNAI considerou que elas estariam sofrendo também impactos diretos, diretos, mas estão geograficamente mais distantes do empreendimento. Foram as terras indígenas Apyterewa, Arawete, do igarapé Ipixuna, Koatinemo, Kararaô, Arara e Cachoeira Seca.

O grupo 3 era composto pelas terras indígenas da etnia Kayapó, onde, a princípio, não seriam feitos estudos, porque elas estavam fora da área de influência do empreendimento, mas deveriam ser contempladas com o plano de comunicação específico para os povos indígenas.

Buscou-se, assim, trabalhar com os impactos psicossociais ocorridos junto a esses povos desde o projeto do Complexo Cararaô. Uma vez que o projeto do Complexo Cararaô gerou uma instabilidade e uma incerteza muito grande com relação à sobrevivência dessas populações, uma vez que o projeto do Complexo Cararaô estaria alagando essas terras indígenas, o que o projeto Belo Monte abandonou essa idéia, ou seja, de tal forma que as terras indígenas Kayapós não seriam mais alagadas e não serão mais alagadas, pelo complexo, pelo projeto de Belo Monte, pela Usina de Belo Monte.

No entanto, nós incluímos, fizemos um grupo, um grupo 3, de comunicação, justamente para que pudéssemos trabalhar esse impacto gerado a partir do que foi definido pelo Complexo Cararaô e o que nós fizemos.

E o grupo 4 composto pelos índios citadinos residentes em Altamira e Volta Grande do Xingu, que serão diretamente impactados pelo empreendimento.

Então, a FUNAI aqui também traz uma novidade na análise do componente indígena de um determinado empreendimento, uma vez que a FUNAI nunca tratou a questão dos índios que moram nas cidades. A FUNAI sempre considerou e sempre tratou os índios residentes nas terras indígenas e nas aldeias.

Então, criamos um grupo para isso, justamente também para entender a relação que existe entre a cidade de Altamira e Arara da Volta Grande do Xingu e as aldeias e as terras indígenas que estão ali nessa região.

Bom, tivemos então uma cronologia de reuniões do componente indígena, que eu não vou citar aqui, que ela é uma cronologia muito grande, mas só para dizer para os senhores que a FUNAI, ela fez reunião, reuniões, em vários momentos, em várias etapas do processo de licenciamento e do processo de análise do componente indígena. Desde as primeiras comunicações, antes de iniciar propriamente dito os estudos, até na fase da realização dos estudos e depois na fase de apresentação dos estudos.

E também discutindo ali e fazendo incorporar a esses estudos as preocupações das populações indígenas que estavam sendo, que estariam sendo afetadas pelo Projeto de Belo Monte.

Então nós iniciamos esse processo, na verdade, no dia 10 de dezembro de 2007, como eu falei aqui, e findou no dia 16 de setembro desse ano, quando foram, então, essa fase final, nós apresentamos os estudos realizados pela empresa e pelos antropólogos e pelos técnicos especialistas com relação ao componente indígena.

Isso foi apresentado, foi amplamente discutido e todos puderam e tiveram a oportunidade de colocar suas preocupações, as suas observações.

Isso tudo foi feito antes das audiências públicas que o IBAMA realizou, audiências essas que são obrigatórias pela legislação ambiental e que a FUNAI também participou e os indígenas também tiveram a oportunidade de participar.

Vou agora, não vou aqui, não vou ter tempo aqui para entrar no detalhamento dos estudos, mas vou agora entrar na parte de como é que a FUNAI procedeu a análise desses estudos, como é que ela, então, elaborou o seu parecer a partir daí e qual foram as conclusões em que a FUNAI chegou e qual foram as recomendações da Instituição FUNAI.

A FUNAI quando recebeu os estudos, e ela recebeu... Em julho de 2009, ou seja, em julho desse ano, nós cuidamos de primeiro fazer uma verificação se os estudos, esses estudos, atendiam ao termo de referência que nós entregamos à ELETRONORTE e discutimos com as comunidades indígenas.

E a gente nesse levantamento, fizemos, chegamos a conclusão que atendeu ao termo de referência, ou seja, aquilo que não atendeu, a nossa análise, ela fez recomendações ou apontou para a necessidade de complementações. Mas isso não inviabilizaria ou seria motivo para a gente parar o processo de licenciamento ambiental.

Então, a FUNAI, ela fez o seu parecer e a gente... Levantamos alguns pontos nesses estudos, que os estudos já apontavam, também, que foram motivos de preocupação dos especialistas e que os nossos téc-

nicos também consideraram pertinentes, é justamente com relação a vazão do rio.

Nós sabemos que o projeto de Belo Monte, ele é um projeto que não forma grandes lagos, ele trabalha com uma tecnologia que os especialistas, e eu não sou especialista da área, mas os especialistas da área chamam de fio d'água. Isso significa dizer que você controla a vazão do rio.

Então, por exemplo, na seca do Xingu, na seca do Xingu, o rio terá uma vazão maior do que o normal, e na cheia do Xingu o rio terá uma vazão menor do que o normal.

Então, aí mexe-se com o regime do rio, ou seja, o rio na seca não secará mais tanto como seca, como costuma secar, inclusive, na seca, possivelmente, até permitirá a navegação, mas na cheia ele não terá aquela cheia como temos hoje, ele terá uma vazão menor, que pode gerar algumas dificuldades inclusive para a própria navegação.

Bom, a questão da vazão é um problema apontado pelos estudos em que a FUNAI então [soa a campainha] Está bom, já estou concluindo... A FUNAI então recomenda ao IBAMA para que verifique a vazão do rio, para que dê garantias de que a vazão proposta ou a vazão aprovada, não gere impactos na etnofauna e também não gere impactos para essas populações indígenas que dependem do rio para sua sobrevivência.

Isso é uma resposta técnica que o IBAMA tem que fazer, porque não cabe à FUNAI tratar da vazão do rio, nós levantamos a preocupação e pedimos ao IBAMA que nos responda a questão, essa questão da vazão, se de fato os estudos de impacto ambiental dão segurança de que ao mexer na vazão do rio não irá comprometer com a vida do próprio rio e das populações, evidentemente, indígenas, que dependem do rio para sua sobrevivência.

Uma outra recomendação que nós fizemos é que fossem adotadas medidas que são medidas para... De compensação desses impactos e principalmente medidas de obrigação do Poder Público no sentido de se fazer presente àquela região para que possamos controlar os impactos ambientais durante a construção e depois, durante o operação do empreendimento.

Quais são esses impactos? Por exemplo, o adensamento populacional, que tende a crescer, então é preciso que o Poder Público esteja presente, para que não só atenda a essa população que irá naturalmente migrar para o local durante as obras, principalmente durante as obras, não tanto na fase de operação, mas durante as obras, mas a gente sabe que depois quando entrar em operação, toda uma população que para

ali foram residir, a tendência é uma boa parte ainda permanecer.

Então, o Poder Público precisa fazer presente para prestar serviços de educação de saúde, e a FUNAI tem que ter mais presença na região também para que possa ter um trabalho mais permanente com as populações indígenas.

Os estudos recomendam que o Poder Executivo possa constituir um processo de articulação entre vários órgãos, para que possa fazer uma atuação integrada na região. E a FUNAI recomenda, faz a mesma recomendação.

Para concluir, então, o tempo é curto para... Enfim...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está perdido?

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPINDAIA: Para tratar muitas coisas... Não, eu não estou perdido não, companheiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] está pessimamente assessorado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento [interrupção no áudio] Eu quero assegurar a palavra...

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPINDAIA: Se o Senador me der mais uma hora, eu falo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu asseguro a palavra ao Dr. Aloysio. Fique à vontade, já teve tempo, mas fique à vontade, não se sinta pressionado.

E eu peço ao público que ouça com todo o respeito o que cada um vai falar aqui.

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPINDAIA: Pois não, Senador, obrigado. Agradeço. Porque, realmente, o tempo é curto, mas vamos lá.

Bom, eu vou então ainda voltar às nossas considerações e recomendações.

Eu vou falar dos índios citadinos. A pesquisa das terras indígenas Xipaya e Curuaia, tendo em vista a forte presença de representantes desses grupos nas cidades de Altamira e Volta Grande do Xingu, deverão ser apresentadas a genealogia citadas nos últimos estudos do componente indígena sobre os índios citadinos.

Esse componente, ele não foi concluído ainda. Nós estamos... Esse componente está sendo realizado e está condicionado a LI, para a entrega desse componente.

A questão da indústria madeireira, que foi outra preocupação que nós temos em Belo Monte. Porque nós estamos considerando que em função do adensamento populacional, pode gerar um impacto severo nas terras indígenas com relação a extração de madeira.

Então, a gente faz a recomendação ao IBAMA para que o IBAMA possa fazer os processos de fiscalização permanente durante o empreendimento, para que esse impacto não se realize ou não se configure esse ilícito ambiental. Temos a garantia que o empreendimento, por força da legislação, não utilizará madeira da região, só utilizará madeira certificada.

Isso aí, o que nós dá essa garantia é a própria legislação em vigor, que obriga a um determinado empreendimento a usar madeira certificada.

Nós também, a partir das recomendações da FUNAI e o estudo aponta muito para a necessidade de que o empreendimento Belo Monte, se autorizado, esse empreendimento possa de fato beneficiar, em termos de desenvolvimento, as populações indígenas que estão sendo atingidas pelo empreendimento.

O estudo da FUNAI, ele trabalha muito nessa direção, se vamos fazer um empreendimento que vai gerar, assim, um determinado impacto, mas impactos esses que se o IBAMA autorizar e licenciar vai considerar que podem ser mitigados e compensados, mas também só valeria a pena esse empreendimento se de alguma forma beneficiasse fortemente as populações indígenas que ali habitam.

Em função dessa discussão em que os estudos também apontam para essa direção, em que o próprio IBAMA também aponta para essa decisão, que o Presidente da República fez publicar um decreto agora em 19 de novembro, em que institui um grupo de trabalho intergovernamental com o objetivo de concluir o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, onde a FUNAI tem dois representantes.

Ou seja, o Ministério da Justiça tem dois representantes e automaticamente o Ministro passou à FUNAI a indicação de dois representantes da própria FUNAI para que a gente possa fazer esse plano, considerando nesse plano as populações indígenas.

Uma outra coisa que o nosso... As nossas recomendações há uma outra recomendação nossa é que a ELETRONORTE, independente aqui de quem vai vencer a licitação para a construção da obra, a ELETRONORTE faça um convênio com a FUNAI aonde nesse convênio a ELETRONORTE se compromete com um plano de ação naquela região, ou seja, ela vai financiar diretamente a partir de um plano de trabalho que a FUNAI está constituído.

E a ELETRONORTE, então, vai investir recursos próprios independente se ela vai ou não vai ganhar a licitação ou se ela vai ou não vai participar dos consórcios ou do consórcio vencedor, então, para justamente desenvolvermos um plano de ação de sustentabilidade, de desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas.

Esse convênio, ele é mais abrangente, ele não apenas irá desenvolver esse plano dentro das terras indígenas que estão, que são impactadas direta e indiretamente, mas também atingirá uma região maior, inclusive a terra dos Kayapós, que, como vimos, não foram considerados no estudo, uma vez que não tinham, não sofreriam impacto, apenas o impacto psicossocial, em que a FUNAI está trabalhando isso.

Então, teremos nesse convênio a possibilidade, junto com esse Plano de Desenvolvimento Sustentável que temos a obrigação de elaborar até março do ano que vem ou maio, se não me engano, fazer com que a FUNAI tenha possibilidade de desenvolver uma ação que permita o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas.

Senador, é isso que eu tinha a colocar aos senhores e estou a disposição para os questionamentos de todos vocês, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Dr. Aloysio.

Convido o Dr. Rodrigo Timóteo Costa e Silva para vir fazer parte da Mesa.

Precisamos de uma cadeira. Fica ali, ali, ali.

Cumprimento o Senador Paim

[palmas]

Cumprimento o Senador Paulo Paim, que está aqui, presente, como sempre, conosco. E passo a palavra, na ordem que eu disse dos que foram chamados, ao Francisco Del Moral Hernandez.

SR. FRANCISCO DEL MORAL HERNANDEZ: Bom-dia a todos e a todas, aqui presentes.

Antes de mais nada, eu queria agradecer o convite para participar dessa Audiência Pública, sobre um tema que vem se tornando mais na atualidade alvo de muita controvérsia. Eu chamaria, assim, alvo de controvérsia, no pequeno espaço público de discussão, ou no pequeno espaço que tem se dedicado a um projeto hidrelétrico que se apresenta como o terceiro maior empreendimento hidrelétrico do mundo.

Eu sou engenheiro eletricista, tenho mestrado em energia e eu sou pesquisador do Instituto de Eletrotécnica em Energia da USP.

E falando um pouco do contexto da minha participação, eu, junto com a Professora Sônia Magalhães, da Universidade Federal do Pará, fomos convidados pelos movimentos sociais e movimentos sociais e movimentos ambientais e organizações ligadas ao movimento Xingu Vivo para Sempre, nós fomos convidados para compor um painel de pesquisadores de estudiosos para se debruçar sobre os estudos do impacto ambiental que foram produzidos pelo Consórcio ELETRONORTE, ELETROBRÁS, Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade

Gutierrez e Leme Engenharia, para fazer o estudo de impacto ambiental.

Então, nós conseguimos reunir 40 pesquisadores de várias Universidades Brasileiras, produzimos 21 pareceres sobre aspectos que julgamos os mais importantes, sobre omissões e problemas do estudo de pacto ambiental do projeto de Belo Monte. Participamos do processo das audiências públicas. Participamos de visitas a terras ribeirinhas na Volta Grande do Xingu.

E nesse período, a partir de 1º de agosto, até o momento das audiências públicas, esse conjunto de pesquisadores se debruçou dia e noite sobre mais de 18 mil páginas dos estudos de impacto ambiental e produzimos esses pareceres que foram protocolados junto ao Ministério Público Federal e junto ao IBAMA, para que fossem, que essas nossas críticas e posicionamentos fossem objeto também de análise no processo de licenciamento ambiental.

Nós temos que deixar registrado de público que esse processo de licenciamento ambiental referente ao projeto da hidroelétrica de Belo Monte, ele tem se configurado como um processo de desfiguração do processo geral de licenciamento ambiental. Por quê?

Esse conjunto de 38, 36 volumes, dos quais os componentes indígenas foram os últimos volumes a serem apresentados de público, sendo que temos que registrar também que o estudo dos índios citadinos foi disponibilizado apenas dois dias antes, dois dias antes da terceira Audiência Pública, que foi a maior Audiência Pública que o IBAMA já fez, cinco mil pessoas presentes na Audiência Pública na cidade de Altamira.

Então, esse volume do componente etnológico referente aos índios citadinos só foi disponibilizado dois dias antes da última audiência. Esse é apenas um exemplo desse processo... Muito atravancado, muito apressado, de um projeto que seria a segunda maior usina hidrelétrica brasileira.

Então, a gente deixa registrado que esse processo ao contrário de que muita gente diz, principalmente pessoas ligadas ao IBAMA e aos consórcios empreendedores, que esse processo de licenciamento ambiental está correndo de uma maneira tranquila e dentro dos ditames da lei.

Nós devemos deixar registrado que esse processo está sendo muito atribulado, inclusive tem volumes referentes a mamíferos aquáticos foram disponibilizados apenas após as audiências públicas. Quando a gente fala de disponibilização desse estudo de impacto ambiental, tem que ser dito o seguinte: esses volumes, eles estão disponibilizados na Internet, um conjunto de 18 mil páginas, 36 volumes.

Através de um esforço que eu chamo de titânico, nós conseguimos nesse grupo de 40 pesquisadores fazer essa leitura e essa avaliação. Mas isso dedicou esforço de 24 horas.

Então, o ponto de partida é que esse processo de licenciamento ambiental, ele não está sendo, digamos, bem conduzido no sentido que se trata de uma obra extremamente impactante, localizada... Esse projeto é localizado numa das regiões de biodiversidade de maior importância, inclusive reconhecido pelo Ministério... Inclusive reconhecido pelo Governo Federal como uma das áreas de maior interesse de biodiversidade do Brasil, que é a Volta Grande do Xingu.

Então, eu me sinto contente de estar presente aqui nessa audiência, particularmente agradecer ao Senador Cristovam Buarque. E dizer que, inclusive, eu, antes de vir para cá, eu li um dos textos do Senador Cristovam Buarque, lá da década de 80, que ele chamou, um artigo muito bem feito, que se chamava *O Fetiche da Energia* e dizia aquilo que você comentou aqui, que você comentou que o desenvolvimento ele nem sempre se coaduna com o meio ambiente.

Então, eu preparei aqui uma breve exposição, porque inclusive eu acho que é fundamental que a gente tenha uma noção da geografia desse projeto. Então eu pediria para passar o primeiro *slide*.

Se nós pudéssemos ver de cima a Volta Grande do Xingu e ali a gente sobrepôr, há algumas manchas, lá em azul, que seriam as superfícies de alagamento; caso Belo Monte, o Projeto Belo Monte fosse levado adiante, compreenderia uma obra de engenharia extremamente complexa.

Ao contrário do que se apresenta no estudo de impacto ambiental, principalmente nos primeiros volumes, como uma forma de propaganda, que diz que a Usina de Belo Monte é uma das usinas que tem o menor índice de alagamento dentre as usinas hidrelétricas do Brasil e do mundo.

Relativamente, essa informação, ela é verdadeira. Mas o Projeto de Belo Monte é um projeto tão complexo, que esses índices ambientais deveriam ser revisados. Por quê? Simultaneamente o Complexo de Belo Monte alaga parcelas do Rio Xingu, a chamada calha do Rio Xingu, provoca um seccionamento do Rio Xingu acerca de 60 quilômetros rio abaixo da cidade de Altamira, no que se chama do Sítio Pimental, ali um pouco acima da Vila da Ressaca.

E faz um desvio do leito original do rio alagando regiões nas quais hoje não existe, além de Igarapés, populações rurais que fazem parte da região que se chama da região dos travessões da Transamazônica no interior da Volta Grande do Xingu.

Então essa obra é tão complexa que simultaneamente ela alaga porções de terra e provocaria a jusante da barragem principal e perfazendo cerca de 100 quilômetros da Volta Grande do Xingu, acarretaria uma diminuição muito drástica, ali o professor Hermes está indicando, uma diminuição muito drástica dos volumes de água ofertados por aquela porção a jusante da barragem principal.

E o que chama a atenção ao longo dos vários volumes do estudo de impacto ambiental é que [soa a campainha], é que as populações ribeirinhas e as duas terras indígenas, aquela que está em vermelho que é a terra indígena Paquichamba, dos índios Jurunas e logo cruzando o rio a terra indígena Arara da Volta Grande, essas populações, as população ribeirinhas da Vila da Ressaca, do Garimpo do Galo, da terra indígena Paquichamba e da terra indígena Arara do Maia, elas não são contabilizadas como população diretamente atingida

Quando, na verdade, essa intervenção de Engenharia provocaria significativas alterações nos modos de vidas dessa populações; por quê? Essas populações se servem diretamente do uso do rio. Como? Utilizando o rio para transporte, obtenção de água, obtenção da sua fonte protéica, ou seja essas população ribeirinhas se servem da pesca. E os estudos evidenciam que 70% da proteína obtida na alimentação dessas populações vem do rio.

Agora, essa redução drástica de vazão, esse adjetivo que a gente utiliza "redução drástica" e até a gente utiliza um termo um pouco mais agressivo que é a região do sequeiro, ela é uma redução muito drástica. As populações ribeirinhas, aqui presentes, sabem muito bem disso.

O Rio Xingu é um rio que tem uma dinâmica muito variável, varia desde a época do inverno, que é a época onde as águas estão mais altas, de uma vazão de até 28 mil metros por segundo, até, na época do verão, reduções de mil ou até menos de mil metros cúbicos por segundo. Isso significa que toda a biodiversidade e a floresta, ali presente, evoluiu em função, evoluiu ao longo dos anos, evoluiu em função dessa dinâmica do rio.

Inclusive as populações ribeirinhas também têm seu modo de vida adequado a essa dinâmica que formou toda a biodiversidade da Volta Grande.

O que se chama no EIA/RIMA... O que se chama lá no EIA RIMA de vazão ecológica, que deveria na verdade ser chamada de vazão obrigatória ou vazão sanitária, é uma vazão que submeteria essa região aqui da Volta Grande, cerca de 100 quilômetros da Volta Grande, a uma redução drástica da oferta hídrica, ela chega a 700 metros cúbicos por segundo, que

são valores inferiores à média do verão observado nessa região.

Então, na verdade, as condições de navegação não estão garantidas nessa região, como não estão garantidas as condições de manutenção da biodiversidade nesse entorno aqui da Volta Grande. Isso é uma omissão extremamente grave no Estudo de Impacto Ambiental.

Esse Estudo de Impacto Ambiental, ele traz um vício muito grande; ele considera as populações afetadas pelo empreendimento como as populações que teriam sua terra alagada, mas como é uma obra inédita, pelo menos no meu conhecimento enquanto engenheiro eletricista, é uma obra que simultaneamente alaga e ressaca porções do rio, as populações diretamente afetadas deveriam ser consideradas inclusive aquelas na região do sequeiro

E nesse sentido, as duas terras indígenas deveriam, sim, estar contabilizadas dentro do contingente da população diretamente afetada.

Então, o que o EIA/RIMA chama de área diretamente afetada, é apenas a região onde haverá, haveria, caso o projeto fosse construído, áreas de alagamento e as áreas dos canteiros de obras aqui presentes.

Isso é um equívoco conceitual, é um equívoco ambiental de alguém que se pretende ser estudioso e zeloso nas questões ambientais, isso é um equívoco de caracterização.

Pelo ineditismo da obra, simultaneamente, nós devemos considerar todas as terras alagadas, submetidas às influências dos canteiros de obras aqui presentes e essas regiões que teriam a sua vazão drasticamente reduzida.

Para ter uma ideia, as simulações que nós fizemos no painel de estudiosos, no painel de especialistas, indicam que a diminuição do nível de água nessa porção aqui da Volta Grande do Xingu chegaria até cinco metros, cinco metros de diminuição do nível da água, não estamos falando de vazão, porque a vazão é um elemento que interessa mais às turbinas do que às populações aqui residentes, porque a população aqui entende o nível de água, a altura da água.

Essa diminuição de cinco metros aqui comprometeria drasticamente as condições de navegação e mesmo a obtenção de água potável. Por quê? As comunidades aqui ribeirinhas se servem de poços. Obviamente, se você tem uma diminuição de até cinco metros do nível de água aqui, você também teria dificuldades da obtenção de água pela perfuração de poços.

Então, essa é uma omissão bastante grave, que está presente no Estudo de Impacto Ambiental e nós consideramos essa uma das mais graves nesse estudo de impacto ambiental.

Obviamente, todas essas considerações nós colocamos a disposição do IBAMA, mas nós ainda não tivemos nenhuma informação conclusiva ou substantiva de que essas considerações ainda estão sendo levadas em conta, bem porque essas simulações que fizemos aqui, elas não estão presentes de maneira nenhuma no Estudo de Impacto Ambiental, como também não estão presentes aqui avaliações sobre qual seria a perda econômica das atividades das populações aqui presentes com essa diminuição drástica da oferta de água. Essa é uma omissão também bastante grave.

Uma outra omissão que também está presente e nós consideramos como uma das mais importantes é que existe um subdimensionamento da população rural diretamente afetada por esse empreendimento. O que nos leva a crer que há insuficiências metodológicas muito sérias na avaliação socioeconômica da região rural e urbana das áreas atingidas.

Vamos dar exemplos disso. No EIA/RIMA se apresenta que nas populações rurais aqui presentes, o índice de pessoas por domicílio é de 3,14 pessoas. Ora, estudos consagrados desta região, estudos consagrados, objeto de teses de mestrado, de doutorado, inclusive de bibliografia considerada reconhecida, diz que, na verdade, as populações rurais teriam de cinco a sete pessoas por domicílio nessa região.

Essa mesma avaliação se apresenta aqui no estudo da população atingida nos igarapés Ambé, Panelas e Altamira, na sede urbana de Altamira. Esse índice de três vírgula alguma coisa pessoas por domicílio também é utilizado no EIA. Isso claramente são números bem inferiores do que a realidade oferece.

Então, nós poderíamos dizer em termos estimativos de que a população hoje tida como afetada por esse empreendimento de 18 mil pessoas, 16 mil urbanas e 2 mil e 400 rurais, é um número subestimado. Se nós fossemos utilizar esses números que a bibliografia, que os estudos acadêmicos já registraram, certamente nós teríamos um contingente populacional afetado nessa região de 30 mil pessoas.

Veja que nós não estamos falando dessa omissão que está presente no EIA que não considera as populações a jusante da barragem principal como população diretamente afetada, nem como área diretamente afetada. Isso é uma omissão extremamente grave, que nós temos que trazer de público aqui na discussão.

Um pouco mais à frente eu entrarei em algumas questões referentes a duas terras indígenas aqui, aproveitando a presença do representante da FUNAI, o Diretor da FUNAI e infelizmente teremos que avançar falando sobre o projeto e nossas críticas sem a presença do consórcio empreendedor. Vamos para frente.

Isso eu já disse, um problema crítico geral, subestimação da população atingida, a subestimação da área diretamente afetada; a área diretamente afetada é considerada pelo EIA apenas como a área de alagamento ou área submetida aos canteiros de obras. Isso para um projeto complexo como esse e inédito como esse, que alaga e ressaca simultaneamente, não pode ser considerado como um conceito adequado, com o qual nós possamos concordar. Vamos em frente.

Então, na verdade, olha só, a área diretamente afetada ela hoje perfaz 1.522 quilômetros quadrados, com 516 quilômetros quadrados de área de alagamento. Esses 1.522 quilômetros quadrados que se apresenta no EIA, considera a área de alagamentos, a área de canteiros de obras e considera a Calha do Rio Xingu apenas, não considera as margens do Rio Xingu.

Ou seja, é como se apenas a Calha do Rio Xingu fosse afetada por esse empreendimento, quando na verdade todas as populações ribeirinhas também o são.

Então, essa subestimação da área do sequeiro como cômputo da área diretamente afetada é uma omissão tremendamente grave.

Então, na verdade, esses índices ambientais que os empreendedores do consórcio que fizeram o EIA falam que são índices muito interessantes para a Usina de Belo Monte, eles não se sustentam, porque não levam em consideração essas áreas que por nós, do painel, consideramos que deveriam ser incluídas na área corretamente afetada.

Então, esse índice ambiental que se propaganda de que a Usina de Belo Monte tem bons índices ambientais, não é uma informação verdadeira. Vamos adiante.

Então, a área diretamente afetada é bem maior do que a apresentada e ela é uma intervenção de engenharia extremamente complexa, ela é realmente muito complexa e de extrema dimensão.

Para ter uma ideia, para a formação daqueles reservatórios na região dos travessões da terra, da Transamazônica, que hoje em dia existe uma sequência muito importante de igarapés, para fazer aquele represamento o que precisaria ser feito? A construção de 29 diques, que na verdade são 29 barragens, porque esses diques, para fazer o aprisionamento da água e evitar que essa água voltasse para o leito original do Rio Xingu, esses 29 diques são, na verdade, barragens.

Porque alguns deles superam 1.500 metros, 60 metros de altura e avanços laterais de 60 metros. Para fazer essa condução da água para aquela região do reservatório teriam que ser feitos dois canais de doze quilômetros cada um e mais um outro canal de oito

quilômetros com 500 metros de largura em alguns trechos, precisando, para isso, fazer escavações muito volumosas de terra e pedra.

Então, saiu na imprensa recentemente e nós colocamos também nos nossos pareceres de que esse volume de escavação seria equivalente aos volumes escavados no Canal do Panamá. Isso é verdade. Se você pega a ficha técnica da obra dos primeiros volumes, volume 1, 2, 3 e 4 do EIA, você vai ver que os volumes são os mesmos da escavação do canal do Panamá.

Então, essa obra, na verdade, ela também acaba com a vida de vários igarapés presentes naquela área, anque eu mencionei, por exemplo os igarapés Paquicamba, Ticaruca, Cajueiro, Cobal e Santo Antônio que são igarapés que sustentam o modo de vida daquelas populações rurais inclusive.

[soa a campainha]

O bota-fora de terra e entulho também comprometeria áreas muito grandes daquela região dos travessões e é por esse motivo que nós temos que tornar público que aquela subestimação da população rural colocada no EIA/RIMA é muito grave.

Essa é uma intervenção de engenharia sobre uma área muito grande, são 160 quilômetros de leito de rio, leito do Rio Xingu, numa região onde existe hoje, inclusive alta atividade econômica na agricultura do cacau, na pecuária. Existe, sim, uma economia importante naquela região. Vamos para frente.

As grandes dimensões do projeto. São dez anos de construção previstos no EIA, mas isso, historicamente, se verifica a ocorrência de atrasos. Existiria, na verdade, aqui, um afluxo de operários que em algum momento da obra chegaria por volta de vinte mil operários, mais um fenômeno que é muito importante e subestimado também no EIA, que é o impacto da atração de pessoas, estimado talvez em cem mil pessoas.

Cem mil pessoas naquela região, inclusive na região dos canteiros de obra, fazendo pressão sobre as terras indígenas que estão muito próximas dos canteiros de obras, inclusive, é uma avaliação subestimada no EIA. Essa avaliação de cenários que envolvam essa atração de pessoas para essa região, essa estimativa por cenário, essa análise por cenário não aparece no EIA/RIMA.

Ou seja, um estudo de impacto ambiental de uma obra desse tipo deveria ter a contribuição do estudo de cenário, sem Belo Monte ocorre isso na região hoje, se Belo Monte fosse construída ocorria isso.

Então, na verdade isso foi uma demanda que colocamos nas audiências públicas e também protocolamos junto ao IBAMA.

Existe uma estimativa de que tenhamos cerca de mil quilômetros quadrados, que seria uma área que envolveria o trabalho das construções de estrada, portos e acampamento. Até numa reunião recente que ocorreu em São Paulo, com a Associação Brasileira de Infraestrutura, eles dizem que essa obra é extremamente complexa até mesmo do ponto de vista do canteiro das obras.

Três ou quatro meses por ano essa terra, que a região que a época do inverno é uma época muito complicada para se trabalhar com terra. E o conjunto dos equipamentos que seriam transportados para lá teriam que ser trazidos por terra ou rio, ou seja, esse conjunto de infraestrutura e esse conjunto de obras civis aqui, com certeza provocaria uma intrusão e uma ameaça muito grande às duas terras indígenas ali presentes e muito próximas desse canteiro de obra.s.

Então, por esse motivo também nos causa muita estranheza que as populações indígenas ali presentes e as populações ribeirinhas ali muito próximas das que seriam os canteiros de obras não estejam computadas como população diretamente atingidas.

Isso significa o quê? Que do ponto de vista dos direitos, essas populações não teriam como reivindicar nada, porque sequer elas estão contabilizadas como população atingida. Vamos em frente

Nós estamos falando do Rio Xingu e das populações ribeirinhas e de toda a biodiversidade que depende da dinâmica daquele rio. E um problema crítico, que diz respeito a esse seccionamento do rio e a essa diminuição drástica da vazão, é o problema hidrológico que seria acarretado com esse seccionamento do rio.

Então, alguns problemas que nós colocamos no nosso painel, um deles é a não-inclusão de uma análise da dimensão dos níveis de água do Rio Xingu naquela região que nós estamos chamando de sequeiro. Isso não foi feito pelo EIA, nós tivemos que fazer e demonstrar que aquela diminuição de até cinco metros de água, na verdade, compromete drasticamente o modo de vida das populações, as condições de transporte e as condições de pesca.

Então, nesse momento, a gente quer discordar do posicionamento do representante da FUNAI, quando diz que esse hidrograma ecológico apresentado pelo EIA seja suficiente ou seja passível até de uma dúvida. Na verdade, essa diminuição drástica da vazão, inclusive nos testemunhos ali colocados, nas próprias entrevistas com as populações ribeirinhas indígenas, diz claramente que esses 700 metros ali ofertados por um bom período do ano, compromete drasticamente as condições de vida daquelas populações.

Outro aspecto importante, é que não foi feita inclusão do trecho a jusante da foz do Rio Bacajá, ou seja, o EIA/RIMA não estudou o que aconteceria com o rio de maneira substantiva, após a foz do Rio Bacajá, que é um rio de extrema importância, de afluência do Rio Xingu e para as populações indígenas ali presentes, como a população indígena Trinchira Bacajá e a população indígena Arara.

Então, na verdade, a gente não pode afirmar, e a gente tem que dizer isso de público, que as conclusões do EIA/RIMA, não se pode afirmar que esse hidrograma de consenso, chamado de consenso, por quê? Pelas palavras do EIA/RIMA, procura atender a manutenção da biodiversidade do Rio Xingu, o que não é verdade, com a situação de geração de energia.

Nós não podemos concordar que esse hidrograma de consenso seja sustentável do ponto de vista da manutenção desses modos de vida. Nem da manutenção das florestas aluviais, a navegação e uma coisa muito importante, já que estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, nem a segurança hídrica e alimentar daquelas regiões.

Essa análise não foi feita, a segurança hídrica e alimentar daquelas populações não foi feita no EIA/RIMA. Nós não concordamos que possa ser oferecida uma licença prévia sem que essas condições de segurança hídrica e alimentar, sob essa análise, essa análise sobre as populações ali residentes seja conclusiva ou no mínimo muito mais profunda.

[palmas]

Outro aspecto importantíssimo: o EIA não apresentou uma avaliação temporal da diminuição do lençol freático; se os níveis de água caem, o lençol freático também cai. Isso compromete também a manutenção da floresta aluvial que depende tremendamente do lençol freático.

O Professor Hermes está aqui, especialista em biodiversidade, Professor da Universidade Federal do Pará, pode nos falar sobre isso também e não é avaliada a área atingida por essa consequência.

Então, essa supressão da área da região de sequeiro é uma omissão extremamente grave e diz respeito às comunidades indígenas também. Vamos em frente.

Os estudos de sedimento também foram entendidos por nós como insuficientes e comprometem até, isso já é uma implicação mais na área urbana, comprometem mesmo até as informações presentes sobre os níveis de alagamento da cidade de Altamira. Não foram identificados no EIA nenhum estudo de sedimentos na região de Altamira. Foram mencionados sedimentos leves, mas nós sabemos que os sedimen-

tos mais grossos que vêm do fundo do rio, são os mais importantes na sedimentação.

Essa é uma omissão extremamente grave, protocolamos também e é uma incerteza que causa muito preocupação, porque compromete aquela estimativa sobre a área de alagamento da cidade da Altamira, que em termos do EIA, comprometeria 16 mil pessoas, pela nossa estimativa muito mais. Vamos em frente.

Aqui apenas um *zoom* na região dos canteiros de obras, no qual eu mencionei que para fazer esse acomodamento da água aqui, o desvio do leito original do Rio Xingu, precisaria... Estão sendo projetados 29 diques, na verdade, são 29 represas. Eu coloquei aqui algumas dimensões, mas não dá para ler, alguns dos diques são, na verdade barragens.

A barragem principal aqui, na Ilha Pimental, 06 quilômetros de comprimento, 35 metros de altura. Aqui na região dos diques temos barragens de até 1.500 metros, 60 metros de altura, avanço lateral de 60 a 80 metros, com escavações naquela ordem que eu mencionei para vocês.

Então, na verdade, a terra Paquicamba, a terra indígena Paquicamba aqui, que também é uma terra indígena que está sob processo de discussão sobre ampliação da sua área, estaria extremamente colada com as regiões de canteiros de obras e, particularmente aqui no Sítio Pimental, teríamos um alojamento com 6 mil pessoas.

Então, são consequências que na nossa opinião não foram devidamente tratadas pelo estudo de impacto ambiental, quais sejam, essas pressões sobre as obras civis, sobre essas regiões na Volta Grande do Xingu, vamos em frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu queria pedir licença, eu estou achando estimulante a apresentação, mas de fato estão me chamando à Comissão de Educação, onde está havendo uma audiência como essa, convocada por mim, embora lá eu não seja presidente, por isso eu vou ter que estar lá dando a minha presença.

Eu quero passar a Presidência ao Senador Nery e dizer que voltarei aqui, sim, logo que puder sair da Comissão de Educação.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Com a palavra.

[troca de presidência]

SR. FRANCISCO DEL MORAL HERNANDEZ: Um outro aspecto bastante interessante, que diz respeito mais a aspectos técnicos da obra é que na verdade

o que o EIA/RIMA oferece como informação geral do empreendimento, é de que a energia que seria ofertada por Belo Monte, ela é, na verdade, muito maior do que, na verdade, as condições do rio podem oferecer.

O que eu estou querendo dizer? Como eu disse a vocês, o Rio Xingu tem uma dinâmica muito alterada, possui momentos em que pode atingir 28 mil, 30 mil metros cúbicos por segundo, mas pode chegar também a 700 metros cúbicos por segundo, 400 metros cúbicos por segundo, como já se observou. Como o Aloysio disse, é verdade, a Usina Belo Monte, ela pode ser considerada como uma energia... Uma usina a fio d'água.

Ela, na verdade, ela segue as flutuações do rio. Então, na verdade, ela não acumula água, então ela, na verdade, geraria mais energia conforme as vazões afluentes maiores. Então, na verdade, uma usina de fio d'água também segue as variações do rio.

Então, naqueles períodos de verão onde o Rio Xingu está mais baixo, o atendimento aqui da potência instalada não seria feito. Então, na verdade, cálculos que foram feitos, por exemplo, na UNICAMP, por volta do ano de 2002, mostram que individualmente a Usina de Belo Monte, se você considerasse apenas a Usina de Belo Monte e considerando o histórico das vazões de 1930 a 2000, ofereceria em termos de potência média 1/10, 1/10 da potência instalada.

O que, na verdade, é colocado no EIA/RIMA, é que a energia firme de Belo Monte seria 4 mil 462 megawatts, ou seja, 39% do valor total. O que é energia firme? A energia firme é a energia que seria sentida pelo sistema interligado se a usina hidrelétrica estivesse conectada. Mesmo que nós concordemos que esse número pode ser possível, esse número, 39% da potência instalada, demonstra que a Usina de Belo Monte geraria bem menos energia do que está sendo dito por aí.

Por quê? Está sendo dito de público que a Usina de Belo Monte seria equivalente a Usina de Itaipu. Isso é verdade? É, mais ou menos; ela tem a mesma potência instalada ou próxima da potência instalada de Itaipu, mas os rios são diferentes.

Na verdade, o Rio Xingu tem toda essa flutuação. Então, a potência acionada real de Belo Monte é 39%, se nós formos acreditar nas simulações feitas pela ELETROBRAS através dos seus *softwares* de simulação, seria 39% do valor total.

Então, existe uma ociosidade operativa nesse projeto, que se torna mais grave quando a gente for observar que existe a necessidade da manutenção do que se chama do hidrográfico obrigatório, que é de 700 metros cúbicos por segundo, que em alguns períodos do ano poderia chegar a 8.000 metros cúbicos

por segundo, ou 4.000 metros cúbicos por segundo, em anos alternados, durante apenas um mês. Isso significa, em termos do que o rio é hoje, 1/6 ou 1/4 do que se observa hoje.

Olha, os nossos pareceres sobre biodiversidade, sobre manutenção da pesca, da ictiofauna e da floresta aluvial, nessa região, dizem que é impossível que essa biodiversidade seja mantida. E é impossível também que condições mínimas de manutenção dessa biodiversidade sejam mantidas.

Aquela simulação que nós fizemos, que dizia a diminuição do nível de água em até cinco metros, compromete tremendamente a navegação.

Então, essa situação de ociosidade operativa, ou seja, dessa... Acionando apenas 39% da capacidade instalada significa o quê? Isso é uma ameaça e nós estamos chamando de convite para outras barragens acima do rio Altamira. Por quê?

Consideremos que por hipótese a Usina de Belo Monte seja feita. É bem possível que daqui alguns anos o Ministério das Minas e Energia venha de público dizer o seguinte: "Olha, nós temos a Usina de Belo Monte que é uma usina ociosa do ponto de vista da sua operação. Como nós podemos fazer para que ela deixe de ser ociosa e acione a potência completa durante o maior tempo durante o ano. É regularizando o rio, é fazendo barramentos adicionais, barramentos a montante de Altamira e barramentos a montante do projeto de Belo Monte."

Ou seja, na verdade, aquela ideia original que diz ter sido abandonada, aquela ideia original dos anos de 1980, que diz ter sido abandonada de construção de vários barramentos no Rio Xingu, na verdade, nós corremos risco de que isso seja reeditado. Isso nós estamos fazendo essa constatação aqui. Por quê?

A ociosidade operativa desse projeto pode induzir que outros barramentos sejam feitos no futuro. Principalmente se aparecer novamente de público aquela obsessão pela oferta de energia, a chamada crise do apagão, a necessidade de mais e mais energia, que é algo que ainda, nesse momento, particularmente, ainda é algo que não está devidamente comprovado. Vamos em frente.

Esse daí eu acho que a gente poderia pular.

Um outro aspecto que chama muito a atenção e aí talvez poderemos fazer algum diálogo com a FUNAI nesse momento, é que, ao longo da leitura dos 36 volumes do EIA/RIMA, particularmente dos volumes mais ao final, onde estão os projetos e programas de mitigação dos impactos, nós observamos que há uma lista imensa de programas e projetos, mas sem o devido detalhamento.

Em alguns debates se menciona que não é possível, hoje em dia, fazer um detalhamento desses planos. Na minha avaliação, eu acho que uma obra desse porte, a segunda maior usina hidrelétrica do Brasil, a terceira maior do mundo, uma obra complexa como essa, inédita como essa, deveria trazer maior grau de detalhamento do ponto de vista de uma ética ambiental de discussão e até do ponto de vista de uma estimativa de custos econômicos dessa obra.

Nós temos que dizer novamente, de público, que nós não sabemos os custos reais de Belo Monte. Tudo bem, o pessoal do consórcio empreendedor fala: “Olha, nós não podemos e não sabemos as dimensões, isso será apresentado no leilão”. Eu posso até concordar que o número final, tudo bem, ele apareça no leilão, mas números estimativos próximos do valor devem aparecer.

E essa ausência de detalhamento de programas e projetos de mitigação também dizem respeito aos custos sociais e econômicos da obra, seja diretamente ao empreendedor, seja ao... Poder Público, porque muitos desses programas de projetos de mitigação mesmo que não estão detalhados, eles transferem para o Poder Público uma grande gama de responsabilidades.

Então, essa ausência de programas, de projetos de mitigação, não permite que a gente possa dizer que eles são adequados ou não. Então, olha lá: no volume 33, por exemplo, existem 13 planos, 53 programas e 58 projetos relacionados; quando nós fizemos a leitura do parecer da FUNAI a respeito, o parecer da FUNAI que disse que essa obra é viável.

Se você pega o parecer da FUNAI, quando trata, por exemplo, da terra indígena Juruna e da terra indígena Arara, para pegar dois exemplos, estão listados ali a necessidade de 48 programas ou planos, eu não me lembro bem agora o número, são 48, mas é dessa ordem, 48 ou 46, são planos muito numerosos extremamente complexos que, na nossa opinião, não poderiam ser transferidos para um processo, um momento onde a licença ambiental já estivesse oferecida.

Então, essa questão do custo de Belo Monte, custo social e econômico, ela é extremamente pertinente e presente, pertinente na discussão, presente na discussão pública, através dos meios de comunicação que também colocam que ninguém sabe o custo efetivo de Belo Monte, mas é uma omissão extremamente grave até do ponto de vista da possibilidade da análise da adequação ou não desses planos. Vamos em frente.

Esse gráfico aí é meio complicado, mas eu vou tentar falar um pouquinho dele. Aqui, em azul, estão as vazões ofertadas pelo chamado hidrograma ecológico. O que são hidrogramas ecológicos? Os empreendedo-

res estão dizendo que, em anos alternados, eles vão oferecer o hidrograma ecológico nº 1 e o hidrograma ecológico nº 2, que são esses em azul. Esses pontinhos aqui são as vazões desse hidrograma ecológico que a gente procura chamar de vazão reduzida do rio, porque a gente já chegou a algumas conclusões de que ele não pode ser chamado de vazão ecológico.

Então, aqui, nós temos a indicação do que o Rio Xingu oferece hoje, nos anos mais úmidos, nos anos médios e nos anos secos. E aqui o que seria oferecido pela vazão ecológica.

Aqui nós podemos ver que, na época de inverno, cerca de 28 mil metros cúbicos por segundo, que ocorrem nos anos mais chuvosos, estaria reduzido para apenas um período de um mês ou menos que isso, a oito mil metros cúbicos por segundo. E no outro ano, quatro mil, e no outro, oito mil. E veja como aqui nos períodos mais secos e mesmo nos períodos úmidos essa oferta de água aqui ela é diminuída.

Nós não podemos concordar com a conclusão de que o hidrograma ecológico, ele seja sustentável. Nós também não podemos concordar que ações ambientais de monitoramento nesse trecho do rio na Volta Grande do Xingu sejam deixados e detalhados para uma nova próxima fase do licenciamento. Por quê? Isso compromete os modos de vida daquelas populações, indígenas e não indígenas.

Os indígenas que estão ali nas suas terras e dos indígenas que se relacionam com a cidade e vão até Altamira e voltam para sua cidade, para sua terra indígena e comercializam seus produtos. Nós não podemos concordar com essa indicação do EIA que isso deve ser previsto, planos e programas de detalhamento, para a próxima fase da licenciamento. Vamos em frente.

Isso aqui eu já falei. Aqui é a nossa avaliação, e simulação dos níveis de água na Volta Grande com reduções de até cinco metros, três metros, quatro metros ao longo do ano, considerando os dois hidrogramas, o hidrograma... A vazão reduzida 1 e a vazão reduzida 2. Vamos em frente.

Isso aqui também é uma curva que também é meio complicada de entender, mas aqui mostra que no período de janeiro e junho, que são as regiões mais chuvosas, cerca de 50% do tempo ou seja, metade do tempo do período de janeiro a junho, nós teríamos uma redução de quatro metros do nível de água no Rio Xingu naquele trecho, isso aqui é bastante sério. Vamos em frente.

Um aspecto importante também que eu já falei é que a ausência dos estudos de sedimentação no EIA/RIMA não permitem dizer, por exemplo, que esses níveis de água aqui, que o EIA/RIMA diz que estariam presentes na cidade de Altamira. Aqui nós temos na

linha debaixo, a linha contínua, que é o que existe hoje, essa flutuação bastante grande dos níveis de água, chegando até perto de 98 metros e depois caindo para a cota de 93, e aqui tracejado com o reservatório.

Nós não podemos garantir que esses níveis aqui seriam garantidos. Por quê? Os estudos de sedimentação não são conclusivos, isso é uma omissão grave, que é uma reivindicação que nós fizemos nas audiências públicas e nessa solicitação e no encaminhamento dos nossos pareceres ao IBAMA. Vamos em frente.

Para resumir, existe uma metamorfose dos números no EIA/RIMA. O EIA não apresenta a área do sequeiro como área diretamente atingida, desconsidera gravemente a região de jusante de Belo Monte. Ele não caracteriza o que significa, o que eles chamam de lotes inviáveis, nem como seria a indenização desses lotes inviáveis.

O que são os lotes inviáveis? São aqueles lotes em que parte da sua terra estaria impactada pela obra, pelos canteiros de obras ou pela região do alagamento, porque é bem possível que alguns lotes tenham metade, 1/3 ou 1/5 da sua área comprometida, ou talvez mais. Esses lotes são inviáveis ou não são inviáveis? Essa caracterização, ela não é devidamente tratada no EIA.

O outro aspecto muito importante é que, no censo que os empreendedores fizeram ali, a equipe de pesquisa constatou que existiam ausentes do domicílio no momento da pesquisa; essa ausência de domicílio no momento da pesquisa não pode significar que ali não mora ninguém. Por esse motivo, nós dizemos que, metodologicamente, esse censo que fizeram nas áreas rurais e urbanas também está comprometido.

Essa projeção de migrantes em potencial e os potenciais riscos de intrusão em terras indígenas ou mesmo de afluência nas regiões ribeirinhas, também não está devidamente tratado.

Outro aspecto que foi muito grave e foi notado no parecer assinado pela Professora Sônia é que não foi feita nenhuma projeção demográfica a respeito dessas populações, que sofreriam deslocamento compulsório ou mesmo populações atraídas pelo empreendimento.

O que quer dizer isso? Como a gente está falando de uma obra que, se fosse levada adiante, demoraria dez anos para ser concluída, então isso quer dizer o seguinte: por exemplo, uma pessoa que, hoje, tem oito anos, no final de dez anos, teria 18 anos. Ou seja, já estaria numa população economicamente ativa. Com 14 anos, já estaria dentro da população economicamente ativa.

Então, essa análise demográfica da evolução da faixa etária da população atraída e atingida também

não foi feita. Isso poderia ser feito, no mínimo, com base em bibliografia que já existe sobre o assunto. Vamos embora. Vamos embora, já falei sobre isso.

Então, aqui, na verdade, o projeto do Rio Xingu, como ele se apresenta hoje, ele se apresenta como diz lá o Conselho Nacional de Política Energética, um empreendimento de apenas um barramento no Rio Xingu que apresenta sérias consequências técnicas, que na nossa opinião se configura como um convite a barramentos futuros, que é aquela ideia original de aproveitamento integral do Rio Xingu. Por quê?

Aí eu vou falar como engenheiro elétrico muito fascinado pela tecnologia também. Se eu, como engenheiro elétrico, lá na minha cadeira de geração, transmissão e distribuição, visse o perfil do rio aqui um desnível de 281 metros entre o Rio Iriri e o Rio Xingu, na altura do Rio Iriri até a Foz do Rio Amazonas, 281 metros desse volume de água realmente seria um aproveitamento hidrelétrico. Só que tem uma questão: eu fui engenheiro elétrico, mas eu não faltei nas aulas de ciência ambiental. Vamos embora. Vamos embora.

Então, eu peguei aqui uma parte do parecer na FUNAI, eu vou fazer uma provocação, mas não uma provocação... Uma provocação apenas para estimular o debate. O parecer da FUNAI é algo que chama a atenção e nos deixou bastante preocupados, eu vou dizer francamente por quê: eu peguei a parte final aqui e não vai dar para ler, mas se eu me lembro bem e aí o Aloysio vai me ajudar, nisso que ele deve estar com o parecer nas mãos.

Ele diz que o empreendimento de Belo Monte é considerado pela FUNAI como um empreendimento viável. Quando nós fazemos a leitura do parecer da FUNAI, nós verificamos que há um reconhecimento muito forte pelo parecer das alterações dos modos de vida das populações ali presentes em vários aspectos.

Na obtenção das proteínas, no caráter simbólico da reprodução do seu material cultural, na possibilidade de transporte, ou seja uma dependência intrínseca do modo de vida ribeirinho e indígena nesse caso, com as condições do Rio Xingu. Nós, através da análise dos vários tomos do EIA/RIMA, nós dizemos que é praticamente inviável essa oferta hídrica tal como se apresenta.

Então, nos causou muita estranheza duas coisas; não obstante constatações que a FUNAI fez das tremendas alterações dos modos de vida das populações e daquela sequência de planos e projetos de mitigação que a FUNAI diz que deveriam ser acionados no momento futuro, nós não entendemos como a FUNAI possa dizer que esse empreendimento é viável. Vamos em frente.

Eu paro por aqui e deixo aqui registrado duas fotos ali da Volta Grande do Xingu e dos grandes encachoeiramentos dessa maravilha, que é a Volta Grande do Xingu.

Obrigado. Xingu Vivo!

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY

(PSOL-PA): Nossos cumprimentos ao Dr. Francisco Hernandez, Coordenador do Painel de Especialistas, autor do trabalho *Análise Crítica do Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*, que aqui apresentou, com uma riqueza de análise e de detalhes importantes aos questionamentos a esse empreendimento hidrelétrico no Rio Xingu.

Eu queria, nesse momento da nossa audiência, entendendo e compreendendo o simbolismo da participação dos povos indígenas do Xingu nessa luta, e mesmo porque vamos conceder a palavra ao final das exposições a três representantes da região, índios, ribeirinhos e agricultores, eu gostaria de, simbolicamente, também porque vai ter direito a palavra, eu queria convidar a vir Mesa a índia Tuíra, para que estivesse mais perto de todos nós aqui, para—

[palmas]

[manifestação da plateia].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY

(PSOL-PA): Oportunamente, nós... Oportunamente nós ouviremos, ao final da exposição do Dr. Rodrigo Timóteo, é Procurador da República em Altamira e a nossa companheira Antônia Melo, que aqui representa toda a luta do Comitê Xingu Vivo para Sempre, nós ouviremos a Tuíra, ouviremos o Luiz Xipaia e José Carlos Arara. São os três convidados que teremos a oportunidade de ouvir ao final dessa primeira parte das exposições.

Queria registrar a mensagem que nos foi enviada pela Senadora Marina Silva, que, nesse momento, está na comissão de Constituição e Justiça do Senado, participando de uma audiência, onde trata de projetos que alteram para pior a legislação ambiental brasileira, nessa verdadeira guerra em que os ruralistas, o agronegócio e os grandes representantes do capital no campo brasileiro, estão empreendendo para alterar as regras, a legislação.

E nesse momento ela se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, justificando assim a sua ausência aqui nesse debate, mas não impedindo que até ao final ela possa ainda vir a ter aqui.

Eu queria, então, agora passar a palavra ao Dr. Rodrigo Timóteo Costa e Silva, Procurador da República em Altamira, que pudesse fazer a sua exposição, sobretudo aqui também assinalando a enorme contri-

buição do Ministério Público Federal, da Procuradoria da República, na Constituição, nos questionamentos a esse empreendimento.

V. Sa. tem a palavra por dez minutos. Se necessário, prorrogarei pelo tempo necessário, para que a exposição seja feita com as informações que subsidie e contribua efetivamente para esse debate que estamos aqui realizando.

Dr. Rodrigo com a palavra.

SR. RODRIGO TIMÓTEO COSTA E SILVA: Agora sim. Alô! Bom-dia a todos. Primeiramente, queria saudar aqui a Mesa, na pessoa do Presidente, vice-Presidente da Comissão, mas atualmente presidindo a Comissão, o Excelentíssimo Sr. Senador José Nery, aos demais presentes e a todos que vieram distante, pegaram ônibus lá de Altamira e que estão aqui lutando por um direito, principalmente o direito de ser representado, de ter voz ativa num processo de licenciamento desse nível.

Eu queria também pedir desculpas por ter me atrasado, mas estávamos resolvendo um outro problema, que é um grande problema, que é a BR 163, liga Cuiabá a Santarém, e também passa próximo a terras indígenas e causa, também, tem causado muito problema, principalmente ambiental, desmatamento e invasões de terra indígena. Então estávamos resolvendo isso hoje, aproveitando a visita em Brasília.

Eu vou tentar ser sucinto e também eu queria oportunizar o debate, aqui principalmente com a presença da FUNAI e eu vou começar pautando aqui a minha exposição, primeiro por um protesto aqui.

Deixar o meu protesto também da ausência, ontem, da FUNAI na audiência que o Ministério Público realizou nesse auditório, que convocou e convidou todos os integrantes de todo esse licenciamento ambiental, socioambiental, da hidrelétrica Belo Monte, infelizmente só compareceram os representantes do ICMBIO e do BNDES.

E hoje, também estava aguardando a presença da ELETROBRAS, pelo menos algum representante da ELETROBRAS, do IBAMA, do MME e, infelizmente, não estão presentes.

E isso inviabiliza um debate mais profundo, um debate que possamos apresentar não só as críticas contra o empreendimento, mas as críticas que possam até melhorar o empreendimento ou que possa alterar todo... Melhorar a qualidade dos estudos e de todo o projeto de engenharia.

Mas deixando esse protesto pela ausência deles aqui no debate, eu vou começar por um ponto básico e talvez esse tenha motivado a reunião, que é a ausência de um diálogo mais profundo com as populações diretamente atingidas e com a população indígena.

Nós no Ministério Público sempre zelamos para que a democracia, que o processo fosse democrático, o processo garantisse que todos os envolvidos fossem ouvidos e ouvidos numa qualidade que pudessem interferir diretamente no licenciamento, no projeto de engenharia e na exploração do potencial hidrelétrico.

As audiências públicas, eu vou começar pelas audiências públicas, como bem ressaltado pelo Professor Francisco, nós tivemos um diálogo infeliz com o licenciador e com as empresas que estão... Que fizeram o levantamento do estudo do EIA/RIMA, do Estudo de Impacto Ambiental.

Por que eu digo infeliz? O Senador também sabe do evento que ocorreu em Belém, que a população tradicional, os índios que estavam presentes foram literalmente excluídos da presença dentro da Audiência Pública. Tivemos restrição não só à entrada deles, mas restrição a um diálogo mais profundo, a espaço na Mesa, a espaço para as exposições, como hoje expostas pelo Professor Francisco, levantando pontos relevantíssimos no estudo de impacto ambiental e que causam um grande impacto nessa população que hoje está aqui presente, mas que nas audiências públicas ficaram à margem, necessitando aguardar cinco, seis horas para poder falarem três minutos com o empreendedor, com uma restrição de palavra em três minutos, que ninguém conseguia explicar em uma pergunta toda esse imbróglio, que é um imbróglio, porque é um projeto de engenharia de alta complexidade e que trouxe, que ainda causa muita incerteza, principalmente nessa população que sequer teve informação mais qualificada e mais compreensível a pessoas que não são técnicas.

Então, o que motivou o Ministério Público ajuizar a última ação civil pública era que garantisse a efetiva participação dessas populações no processo de licenciamento.

E aí eu vou também levantar uma crítica, aproveitando a presença da FUNAI, por quê? A gente sabe e isso é corrente no direito ambiental, que as audiências públicas foram feitas para um diálogo com a sociedade civil. Todavia desde a Constituinte, a população indígena tem uma forma diferente de ser tratada no licenciamento ambiental. Isso tem uma relevância inclusive pela questão da linguagem, da questão, do conhecimento técnico que tem que ser apresentado de acordo com as tradições das populações.

E me surpreendeu também o parecer da FUNAI ao afirmar que a população indígena havia sido consultada e tinha ocorrido a oitiva indígena como propaganda no parecer da FUNAI, que afirma no item 2, no parecer 302/2009, afirma que: "No tocante a realização das oitivas indígenas, esta Fundação considera

que cumpriu o Decreto Legislativo 788, de 2005, no decorrer no processo de licenciamento."

E porque que me surpreende isso? Porque eu compareci, Sr. Aloysio, em duas oitivas, supostas oitivas que a FUNAI realizou com a terra indígena Paquiçamba e os Araras da Volta Grande do Xingu que são as duas mais impactadas do projeto. E por dezenas de vezes, eu digo dezenas de vezes, foram perguntados ao representante da FUNAI se aquilo era oitiva da população indígena, se aquilo que estava sendo apresentado, que era a apresentação do EIA/RIMA, isso se era considerado oitiva indígena.

E o técnico da FUNAI que estava presente afirmou categoricamente que aquilo seria apenas apresentação do Estudo de Impacto Ambiental, que colheria alguns considerandos dos povos indígenas, mas que a oitiva indígena viria de outra forma.

O que eu quero deixar consignado aqui é que não podemos ter um duplo discurso, um com os povos indígenas e depois outro no parecer da FUNAI. Isso realmente, eu estava presente na audiência, nessa reunião nas terras indígenas e muito me surpreendeu. Porque é apresentando para a população indígena o Estudo de Impacto Ambiental com algumas colaborações, sim, da comunidade indígena, mas reconhecendo que aquilo não era considerado oitiva indígena.

E ao tempo que eu estava chegando aqui na reunião, foi informado que numa decisão do Supremo Tribunal Federal, permitiria que a FUNAI realizasse as oitivas [soa a campainha] indígenas nesse processo de licenciamento. Aí eu tive o cuidado de pegar a decisão da Ministra Ellen Greice, que se formos ler, foi uma decisão monocrática, o que significa isso? Não foi uma decisão, não foi um posicionamento do Supremo Tribunal Federal, mas foi a decisão da Presidência do Supremo Tribunal Federal, que isso pode ser alterado pelo Plenário tranquilamente.

Mas que essa, na decisão, ela expressa, eu vou ler aqui, rapidinho, mas as razões quanto a questão da oitiva indígena é afirmado o seguinte ponto, a conclusão dela: "*Por isso considero, neste momento, prematura e ofensiva à ordem administrativa, a decisão que impede ao Poder Executivo a elaboração de consulta às comunidades indígenas.*"

Temos que lembrar que essa decisão foi em 2007, quando o Decreto Legislativo permitiu não a oitiva, permitiu a realização, o início dos estudos de impacto ambiental.

Uma coisa é o início dos estudos de impacto ambiental, é esse ponto que a gente estava, isso em 2007. A decisão foi de março de 2007, então o que ela entendeu foi o seguinte: "*Por isso considero, neste momento, prematura e ofensiva à ordem administrativa, decisão*

judicial que impede ao Poder Executivo a elaboração de consulta às comunidades indígenas.

Aliás, o importante debate jurídico a respeito da natureza dessa consulta, se política ou técnica não é cabível na presente via de suspensão de decisão, tendo em vista os estritos termos do art. 4º da Lei 8.437/92."

E completa:

"Ante ao exposto, com fundamento no art. 4º da referida lei, defiro o pedido para suspender, em parte, a execução do acórdão proferido pela 5ª Turma do TRF-1, para permitir ao IBAMA que proceda à oitiva das comunidades indígenas interessadas. Fica mantida a determinação de realização do EIA e do laudo antropológico, objeto da alínea 'c'."

Ora, vamos lá, vamos entender o que foi essa decisão. Essa decisão aqui, por lá afirmada, pela própria Ministra afirmada, ela ressalta que o importante debate jurídico a respeito da natureza dessa consulta ela não... Se ela é política ou se ela é técnica não era cabível nessa decisão.

Então, não quer dizer, aí passa para uma interpretação sobre a Constituição, sobre a Convenção 169 da OIT, que essa posição aqui não é uma posição, primeiro que não é definitiva e sequer entrou no mérito se vai permitir a oitiva da comunidade indígena, vai ser técnica ou administrativa.

O que se permitiu era, no contexto dos estudos de impacto ambiental, era que o Empreendedor, junto com o IBAMA, comesse a fazer, a realizar o estudo de impacto ambiental com o correspondente laudo, laudo antropológico. Não que a essa época ela excluísse a consulta política dos órgãos do Congresso Nacional e inclusive uma consulta técnica que podia ser feita pela FUNAI.

Então, é uma interpretação extensiva reconhecer que essa decisão aqui garantiu que a FUNAI possa dar o parecer exclusivamente técnico. O debate sequer chegou a ser objeto dessa decisão.

Então, eu vou deixar bem claro que o posicionamento do Ministério Público e de todas as pessoas que estudam o direito indígena, reconhece que a consulta aos povos indígenas tem que ser uma consulta fundamentada não só em laudos antropológicos, mas uma consulta através do Congresso Nacional, inclusive com a interpretação direta do art. 231, §6º da Constituição.

Então, nós do Ministério Público, nos deixamos um pouco, nos deixa um pouco receosos quanto a questão da consulta indígena, por quê? Porque demonstra que há uma pressão do Governo Federal para a realização de um licenciamento rápido desse projeto.

E um projeto do porte de Belo Monte não é um projeto de Governo, é um projeto de Estado e ele tem que ser muito bem debatido com toda a população. E tem que isso garantir, principalmente, voz ativa a todos eles, não só aos indígenas mas como populações ribeirinhas e outras que vão ser diretamente afetadas.

Aí eu puxo um pouco do licenciamento para a questão do ICMBIO. O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade sequer foi consultado sobre os impactos nas unidades de conservação da região. Isso pode ser um tecnicismo, que para alguns falam que nós do Ministério Público estamos pedindo só é o adiamento do empreendimento, mas se formos analisar a legislação vigente, na Instrução Normativa nº 1 de 2009, do próprio Instituto Chico Mendes de Biodiversidade garante que todo o empreendimento que tenha impacto nessas áreas na unidade de conservação, todo o empreendimento tem que passar pelo Conselho deliberativo nessas unidades de conservação.

Isso inclui quem? Isso inclui não só o técnico do ICMBIO, mas também toda a população ribeirinha que vai sofrer diretamente o impacto, que no próprio Estudo de Impacto Ambiental, eles reconhecem que a população ribeirinha vai sofrer com o aumento da demanda pesqueira em suas áreas, vai sofrer com a pressão antrópica sobre as unidades de conservação. Com isso, como está acontecendo, como reconhecido pela própria FUNAI, que há possibilidade da indústria madeireira se instalar dentro das unidades de conservação, aumentar o desmatamento e por aí vai.

Então, mais um problema de ausência de participação democrática no licenciamento está na ausência do IBAMA consultar o ICMBIO sobre as unidades de conservação que vão ser impactadas no projeto. E, principalmente, ouvir a população ribeirinha que faz parte desse Conselho Deliberativo de cada um dessas unidades de conservação.

Nesse primeiro passo sobre a questão da participação democrática, a gente já demonstra que as audiências públicas foram restritivas e não atenderam todas as populações que são diretamente afetadas. A oitiva indígena foi feita de um jeito, apresentada de um jeito para a população indígena e realizada de outro jeito no parecer da FUNAI. E quanto a questão da população ribeirinha, sequer foi consultado o ICMBIO nesse procedimento.

Isso era só a questão da participação democrática.

Tem outros pontos, que eu que sei que eu já estourei o tempo, mas eu posso, eu vou levar alguns pontos eu vou tentar --

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Dr. Rodrigo e a todos da Mesa, nós não

vamos ser tão rigorosos no tempo, até porque toda a Mesa terão tempo. Inclusive, já comuniquei ao Dr. Aloysio Guapindaia, de que como a instituição governamental presente é a FUNAI que terá o tempo necessário e devido para responder e também fazer questionamento, na medida que o debate...

O importante aqui é que o conteúdo desse debate possa ajudar a ter todos os esclarecimentos e a aclarar sobretudo o papel de cada instituição e da luta do nosso povo nesse embate sobre o projeto da hidrelétrica de Belo Monte.

Portanto, pode...

[palmas]

Portanto, todos terão direito à fala, com o tempo necessário.

SR. RODRIGO TIMÓTEO COSTA E SILVA: Eu queria agradecer o Presidente aqui da Mesa--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. RODRIGO TIMÓTEO COSTA E SILVA: Por incentivar um debate mais profundo realmente do empreendimento.

Então, eu vou passar para a questão do parecer da FUNAI, que, independente disso, tem alguns outros pontos que são fundamentais para entendermos a realidade local, principalmente a realidade local dos povos indígenas.

Foi comentado, está aqui, no parecer, encaminhado, que solicitaram novos estudos, estudos complementares sobre a questão da bacia hidrográfica do Rio Bacajá. Há uma tentativa da FUNAI de restringir o seu âmbito de atuação, falando que isso é questão do IBAMA, mas a questão da vazão do Rio Bacajá está diretamente afetada ao modo de vida dos Kayapós e dos Xicrins da terra indígena Trancheira Bacajá.

A terra indígena Trancheira Bacajá vive diretamente do... Tendo como a principal via de escoar a produção de transporte o Rio Bacajá e, conseqüentemente, o Rio Xingu.

Sem entendermos a questão da vazão do Rio Bacajá, principalmente da capacidade de navegabilidade do Rio Bacajá, é impossível termos uma conclusão da viabilidade do projeto, se essa população vai acabar ficando isolada, sem possibilidade de transposição de deslocamento do rio... Pelo Rio Bacajá, inclusive, de transporte básico para chegar na cidade de Altamira.

Isso é relevantíssimo. E por que eu digo que é relevante e que não deveria ser condicionado à licença de instalação? O estudo do Rio Bacajá é um estudo de diagnóstico de impacto ambiental e não só um estudo de diagnóstico de impacto ambiental. É estudo de diagnóstico de impacto socioambiental principalmente a questão indígena dessas populações. Voltando à

questão indígena dos Xicrins, dos Bacajá e dos Kayapós, dos Bacajá que existem na região.

E nós temos o problema que questões de diagnóstico não podem ser levadas para a segunda fase do licenciamento ambiental. O diagnóstico é essencial para o julgamento da viabilidade socioambiental do projeto. Não podemos deixar isso para depois do leilão, inclusive se entendermos que depois do leilão há um estudo complementar e reconhece que aquilo é inviável para a população local, o que vai poder ser feito? Vamos o quê? Mitigar? Vamos criar o quê? Vamos criar estradas dentro da terra indígena? Vamos modificar o modo de vida do indígena, principalmente quanto a questão da alimentação, a segurança alimentar a segurança hídrica desses povos?

Isso é fundamental que esteja antes que seja realizado, antes da licença prévia, não para depois da licença prévia. Isso é o entendimento da interpretação da Resolução nº 01, de 86 do CONAMA, quando diz que: licença prévia realizará, o objetivo da licença prévia é o julgamento da viabilidade socioambiental do projeto, incluindo os diagnósticos do projeto. Então, isso, realmente, eu acho fundamental ser ressaltado aqui, que não pode ser levado para a licença de instalação, mas tem que ser na licença prévia.

Outro ponto fundamental e que... Outro ponto fundamental aqui na questão dos povos indígenas se refere à questão da desintrusão dos não indígenas em áreas indígenas que vão ser diretamente afetadas pelo empreendimento.

Todos nós sabemos que empreendimentos no bioma amazônico levam a aumento, grandes empreendimentos levam a aumento de desmatamento; não só pelo alagamento ou pelo sequeiro que o empreendimento vai trazer, mas principalmente pela pressão antrópica de, pelo menos, duplicar a população da região Transamazônica no entorno de Altamira.

E essa estimativa de duplicar a população já é uma estimativa realmente reduzida, porque não é levado em consideração no estudo de impacto ambiental os impactos cinérgicos do empreendimento que vem a ser a construção de um porto, a construção, o asfaltamento da BR 230, a Transamazônica, e a construção das linhas de transmissão, isso tudo não é levado em consideração no Estudo de Impacto Ambiental.

Então, a estimativa de cem mil pessoas, para... De aumento de cem mil pessoas para a região, ela é restritiva, e vamos ter muito mais, um deslocamento muito maior de população para a região e isso vai aumentar o quê? A pressão antrópica, não só nas terras indígenas, o que a gente diz pressão antrópica é a pressão das pessoas que estão chegando, disputando terra, aumentando a nossa capacidade, os conflitos

fundiários que já são dramáticos na região, e principalmente a invasão em terras indígenas, principalmente as terras indígenas que são próximas a Transamazônica e ao empreendimento.

Então, nós vamos falar do Paquiçamba, Araras, os Araras da Volta Grande, o Cachoeira Seca e Arara e a terra indígena Arara, fora as outras que estão no complexo, que estão no entorno da bacia e as terras que já são muito invadidas como Apyterewa e São Félix do Xingu.

Então, o que eu acho fundamental antes de qualquer empreendimento ser realizado, primeiro, é a demarcação física e a homologação da terra Arara Volta Grande do Xingu; ela já é uma terra que já tem invasão, você já tem uma terra invadida, que vai ficar a menos de vinte quilômetros do empreendimento, ela já está invadida e além de invadida ela sequer foi demarcada fisicamente e homologada.

Como podemos aceitar que o empreendimento seja viável, o parecer da FUNAI falando que o empreendimento é viável, sem a desintrusão dessa população e sem uma demarcação física dessa realidade, dessa terra. Isso vai causar o quê? Isso causa uma insegurança à população.

O José Carlos aqui, representante da Arara da Volta Grande do Xingu, reconhece que, hoje, já tem invasão, imagina quando tiver uma pressão antrópica de mais de duplicar a população local.

O que as pessoas vão fazer? As pessoas com a quantidade de árvores, de madeira que tem lá dentro. A possibilidade do garimpo dentro de uma terra indígena, que graças a Deus lá não existe ainda nada disso, mas que com a pressão antrópica há a necessidade de existir. E o que a gente reconhece nesse parecer da FUNAI? Que é levado a criação de um grupo de estudo, um grupo de trabalho, para a gente começar a realizar a demarcação e a desintrusão das áreas dentro do...

Não pode ser realizado depois da licença prévia e depois do leilão, porque só o ato de ter o leilão já traz uma pressão antrópica absurda para a região. E além da Volta Grande do Xingu, temos o grande ponto que é a cachoeira seca, que é uma terra indígena Arara, e ela tem hoje um dos maiores problemas sociais da região, que tem pelo menos mil famílias na região, dentro da região, ocupando a terra indígena e pressionando que a população Arara tenha uma redução em sua terra indígena. Então, outro problema seriíssimo.

Eu teria outros pontos aqui, mas eu vou também reduzir, porque já... Então assim, alguns outros pontos vão ser levantados, mas eu acho que é fundamental que, também, aqui, aproveitando o Congresso Nacional, aqui o Senado Federal e utilizando de um órgão que

é de assessoria técnica de vocês, que é o Tribunal de Contas da União temos que ter um zelo muito grande sobre a questão econômica desse empreendimento.

O Professor Francisco levantou a questão dos 39% da capacidade instalada, de a produção vai girar em torno de 39% da potência instalada do empreendimento. Isso é muito baixo para um grande empreendimento, pelo menos o custo instalado, isso leva a possibilidade de outros empreendimentos na região.

E afirmar que por uma Resolução do CNPE falando que não vão ter outras barragens na Bacia do Rio Xingu, isso daí não garante nada que as terras de outros indígenas aqui sejam atingidas, principalmente porque a Resolução do CNPE facilmente pode ser revogada na próxima reunião deles, e isso não garante que a Bacia do Rio Xingu não tenha outros empreendimentos.

Então, eu só peço aqui também, já um pedido aqui de encaminhamento prático, que seja acompanhado de perto junto ao Tribunal de Contas da União a análise econômica do projeto, porque além desse problema da subutilização da potência instalada em 39%, que leva à possibilidade de outros empreendimentos acima, temos a questão da linha de transmissão, que a única linha de transmissão licitada atual só tem a capacidade de escoar a produção em 2.400 megawatts, hoje, por uma capacidade instalada de 11 mil megawatts.

O que é necessário para realizar isso? Necessariamente, teriam que criar outras linhas de transmissão, só que outras linhas de transmissão não poderiam funcionar com uma capacidade ociosa, funcionar, vamos supor, com 39% da linha instalada só para três ou quatro meses do ano atingir a sua capacidade máxima.

O que isso indicia? Indicia que, para ser viável um empreendimento do porte de Belo Monte, com as linhas de transmissão de Belo Monte, necessariamente ou você constrói outras barragens acima, a montante, dentro da bacia do Rio Xingu ou, necessariamente, você teria que ter outros empreendimentos hidrelétricos no Rio Tapajós que aí seria um outro debate, mas tem previstos pelo menos sete empreendimentos hidroelétricos no Rio Tapajós, que atinge diretamente unidade de conservação e outras terras indígenas que aí provavelmente seriam afetadas.

Então, eu só estou deixando claro que discutir Belo Monte não é discutir só Belo Monte, é discutir o modelo de desenvolvimento do interior do Pará, o modelo do desenvolvimento da Amazônia e isso é fundamental, que não deixemos ficar na mão de cinco ou seis pessoas, de só o setor elétrico decidir o que é importante para a Amazônia.

Não estou falando, não estou pregando aqui que tem ser de um jeito ou de outro, mas não pode ficar

restrita a discussão a apenas técnicos do setor elétrico e alguns do meio ambiente. Temos que ter uma discussão maior.

[palmas]

E aqui é a Casa do Povo, então acho que aqui é o lugar para ter uma discussão, inclusive em Plenário, acho que isso tem que ser muito bem debatido, o que queremos para o desenvolvimento da Amazônia.

Desculpa por exceder o tempo; está bom, mas obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Nossos agradecimentos ao Procurador da República, Rodrigo Timóteo, por sua brilhante exposição. Quero registrar a presença do Cacique Simão Butse, dos Xavantes do Mato Grosso, que está aqui conosco.

Quero anunciar já a presença entre nós da Senadora Marina Silva, que, como eu anunciei antes, poderia estar conosco de fato, a quem agradecemos a presença.

Vamos ouvir agora a companheira, posso assim chamar por conta de tantas lutas naquela região do Xingu, Antônia Melo, que aqui representa o Comitê dos Povos do Xingu, Xingu Vivo para Sempre.

Logo em seguida, ouviremos a Índia Tuíra e demais representantes que eu anunciei no início da sessão.

Também creio que haverá manifestação, eu creio, da Senadora Marina Silva e de outros senadores que aqui venham à Comissão.

Então, com a palavra Antônia Melo, que representa e sintetiza aqui nessa Mesa, a luta de todos e todas, mas que nós pudéssemos ouvir a cada um, a cada movimento, a cada segmento seria o ideal, mas Antônia Melo fala pelo Comitê Xingu Vivo Para Sempre.

[manifestação da plateia].

SRA. ANTONIA MELO: [música] *“Embarca na luta, embarca, molha o pé, mas não molha a meia, não venham lá de Brasília fazer barragem na terra alheia. Não venham lá de Brasília fazer barragem na terra alheia.”*

Embarca na luta, embarca, molha o pé, mas não molha a meia, não venham lá de Brasília fazer barragem na terra alheia. Não venham lá de Brasília fazer barragem na terra alheia.”

Viva o Rio Xingu Vivo para Sempre!

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. ANTONIA MELO: Primeiramente, o nosso agradecimento ao Senador José Nery pela realização dessa Audiência aqui, na Comissão dos Direitos Humanos do Senado Federal.

Para nós é muitíssimo importante, Senador, porque nós, os povos do Xingu, até então estávamos abandonados desse espaço de discussão política nos poderes constituídos do nosso país.

Então, ontem nós tivemos uma audiência no Ministério Público Federal da Sexta Câmara e da Quarta Câmara, um espaço muitíssimo importante, para lá, perante as autoridades do Ministério Público Federal, principalmente, falar dos nossos anseios, falar das nossas denúncias, as quais não tivemos oportunidade anterior.

E deixar aqui, desde o início da fala, o nosso repúdio, a nossa insatisfação, com os representantes do Governo, que lá... Foram, convidados, e lá não estiveram para nos ouvir.

Então, como foi dito na Audiência, foi um total desrespeito a esses povos que vieram de tão longe, indígena e não-indígena, para falar com as autoridades.

Mas dizer que esse espaço está sendo muito importante, porque hoje, aqui, também no Senado, aqui na Comissão dos Direitos Humanos, nós queremos também falar, várias pessoas irão falar, irão colocar as denúncias.

Já foram iniciadas aqui pela Mesa, os componentes da Mesa, pelo Professor Francisco, um dos especialistas que nos ajudou a mostrar para nós os erros, os equívocos e as mentiras desse Estudo de Impacto Ambiental de Belo Monte.

O Procurador da República, o Dr. Rodrigo, que é esse incansável defensor da sociedade, tem sido esse defensor da sociedade e o fiscal da lei, o qual ele já falou também aqui dos equívocos, das falhas que tem esse EIA/RIMA de Belo Monte.

Dizer que nós estamos aqui, esses povos da Bacia do Xingu, Senador e demais da Mesa, viemos de tão longe, mas aqui está representado, nesses povos aqui indígenas, de toda a Bacia do Rio Xingu, desde o Médio até o Mato Grosso, desde o Pará até o Mato Grosso, estão aqui representados, vieram de tão longe se sacrificando, mas aqui estão para formar, fortalecer essa grande luta.

Os povos do Médio Xingu, do Alto, como os povos, os Kaiapós lá de Redenção, de São Félix do Xingu, aqui representado pela nossa irmã companheira Índia Tuíra, os povos ribeirinhos da Volta Grande do Xingu, os trabalhadores e trabalhadoras rurais, os estudantes, a juventude, enfim, os representantes de vários municípios, nove municípios da região da Transamazônica e Xingu então aqui está.

Não é uma comitiva tão grande, cem pessoas, mas estão muito bem representados os anseios, as vozes de todos esses povos da Bacia do Rio Xingu.

Como também o apoio de várias entidades não governamentais, como o ISA, a Rede Brasileira, a Rede dos Direitos Humanos Ambientais, a Plataforma DHESCA, enfim outras tantas que estão aqui nos apoiando. Isso é muito importante.

Como várias pessoas aqui irão falar, eu não vou, gostaria de falar o mínimo possível, para que as pessoas pudessem também, que estão aqui, pudessem falar um pouco mais e mais pessoas então fazer a sua... Colocar sua mensagem, sua denúncia, enfim.

Dizer aqui ao representante da FUNAI, reforçar mais uma vez, Sr. Aloysio, de que essa Resolução do CNPE, do Conselho Nacional de Política Energética, que tanto o senhor se referiu e tem sido uma referência de várias representantes do setor elétrico brasileiro, como se essa resolução fosse a salvação de Belo Monte para ser construído.

Então, essa resolução, ela, para nós, ela não tem nenhuma, vamos dizer assim, ela para nós não tem nenhuma segurança, ela para nós é uma resolução tendenciosa, feita às pressas, quando os indígenas, o ano passado, no grande encontro dos povos indígenas, em maio de 2008 em Altamira, que o governo ignorou esse grande encontro, que a imprensa também ignorou esse grande encontro.

Então, nesse grande encontro dos povos indígenas e movimentos sociais, aconteceram episódios e que depois foram colocadas a responsabilidade sobre os indígenas, sobre nós, tentando criminalizar os movimentos sociais. Mas que as pressas, os índios cobraram se realmente era o complexo de barragem do Rio Xingu aquele de 89, que eles se posicionaram contra, como estão se posicionando hoje também.

Então, rapidamente foi conversado dentro do governo uma lei, uma determinação que mostrasse para os indígenas que era apenas uma barragem no Rio Xingu, dito assim, lembro muito bem do que diz a resolução: "*Fica estabelecido apenas um aproveitamento hidrelétrico chamado Belo Monte no Rio Xingu, a jusante do Rio Xingu.*" Isso foi claro e evidente para tentar tapear os índios e a nós, essa resolução.

Isso fica claro que a montante, onde moram os Kayapós, onde moram os demais povos da bacia do Rio Xingu, pode encher de barragem, então isso fica claro para nós. Então, é uma resolução extremamente inconfiável e tendenciosa.

Dizer também que é claro que essa matriz energética é um modelo que não se sustenta de jeito nenhum.

E nesse sentido, eu gostaria aqui Senador, de solicitar uma atenção maior nessa questão desses empreendimentos. Como já foi dito aqui pelo Senador Cristovam Buarque, feita a qualquer custo, de que

esses empreendimentos, eles são empreendimentos que estão sendo financiados pelo BNDES. E aí está o caso do Rio Madeira, do Complexo Madeira e nós aqui solicitamos uma atenção ao povo do Rio Madeira, da Barragem Jirau e Santo Antônio, que eles terão muitas denúncias a fazer do uso, do mau uso, de como está sendo utilizado o dinheiro público do BNDES para o projeto de morte e destruição dos povos do meio ambiente.

[palmas]

E dizer que nós também, Belo Monte já está sendo conversado para 16 bilhões de reais, para construção de Belo Monte.

Nós queremos dizer aqui, Senador, que não iremos nunca aceitar isso, que o dinheiro público nosso, suado, arrancado do estômago, de muitas vidas que morreram sem assistência médica lá nos municípios, lá nessas localidades, seja esse dinheiro financiado empresas transnacionais e multinacionais que estão aí para devastar a nossa Amazônia, principalmente com esses projetos do PAC, destruir tudo e trazer a morte de nossas populações. Nós pedimos aqui investigação sobre esses recursos do BNDES.

E para finalizar, dizer que nós estamos realmente muito contentes e que nós queremos que, a partir de hoje, que esses espaços públicos do povo, Senado, Congresso Federal, estejam também abertos para ouvir o povo.

Esses empreendimentos, as autoridades constituídas nesses espaços públicos não podem ouvir apenas as empreiteiras, não podem ouvir apenas setores do Governo, FUNAI, IBAMA, ELETRONORTE e ELETROBRAS, mas ouvir principalmente o povo que lá mora, nessas localidades nessas regiões.

Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Os nossos cumprimentos—

SRA. ANTONIA MELO: Eu quero entregar aqui um dossiê, o relatório dos especialistas sobre a análise do EIA/RIMA.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): A Comissão de Direitos Humanos recebe o documento, que passa a constar dos anais dessa audiência e de todos os nossos debates, que orientam os nossos debates estes sobre esse tema.

Agradeço a Antônia por transmitir aqui de forma tão clara os sentimentos e a luta do povo no Xingu.

Quero, nesse momento, agradecer a presença do Dr. Rodrigo Timóteo, Procurador da República em Altamira, que por razões de compromisso naquela região precisa retornar imediatamente.

Nós agradecemos a presença e dizer antes que o senhor se ausente, até porque apresentou, o senhor apresentou claramente um protesto pela ausência das instituições governamentais na audiência ontem no âmbito da Sexta Câmara do Ministério Público Federal.

Mas igualmente a ELETRONORTE, aliás, aliás, a ELETROBRAS e o IBAMA aqui não compareceram e não enviaram representante.

Essa postura apenas reafirma a forma autoritária como tem se comportado no encaminhamento, no andamento, na análise dessa questão, porque se os projeto de Belo Monte é defensável, ele pode ser defendido em todo e qualquer espaço, especialmente o espaço público, aqui no Congresso Nacional, do Senado Federal, da Comissão de Direitos Humanos, não havendo nenhum impedimento para que o debate seja aqui feito de forma transparente, clara e compromissada, sobretudo, com aquilo que diz a nossa Constituição.

Portanto, eu queria afirmar que é nosso propósito apresentar requerimento para a realização, no momento adequado, de nova Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

E, se possível, porque depende da aprovação do colegiado dessa Comissão, ao invés de convite que foi feito dessa vez a todos, aos senhores que estão aqui na Mesa, todos foram convidados como foi convidada a ELETROBRAS e o IBAMA, nós queremos agora não mais convidá-los, o Senado e essa Comissão, se o quiser, por sua maioria, pode convocá-los para vir aqui prestar os esclarecimentos necessários.

[palmas].

E não se trata...

[manifestação da plateia].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Por favor, por favor. E não se trata. Por favor, por favor.

Não se trata aqui de nenhuma atitude autoritária ou de qualquer natureza, para não entender a ausência, porque simplesmente poderiam ter mandado uma justificativa e não fez. Como fez o Bispo do Xingu, Dom Erwin Krautler, que não podendo estar presente, justificou antecipadamente.

Então, além disso, se houver a compreensão e o debate e decisão dessa Comissão, dizia a pouco ao Dr. Rodrigo, de que é nosso interesse, sim, se possível, realizarmos reuniões de diligência da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal no Estado do Pará, em Belém, Altamira, para aprofundar a continuidade desse debate, porque pelo que foi exposto aqui, há muitos elementos obscuros que não têm sido enfrentados por parte do Governo, em especial por parte das empresas responsáveis pelos estudos.

Portanto, fica aqui o nosso compromisso de dar continuidade desse debate num patamar sempre elevado, mas sem desprezar o nosso compromisso de buscar a verdade e o respeito à Constituição e as leis do país.

Muito obrigado a todos e ao Dr. Rodrigo pela sua participação.

[palmas]

Vamos ouvir e eu convidava, eu convido o Ireô, para traduzir uma fala da Índia Tuíra, que representa, é um símbolo da luta, de resistência dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos povos do Xingu, que há 25 anos protagonizou aquele fato que até hoje está em nossas mentes.

A imagem que correu o mundo, uma índia que se aproximou do Presidente da ELETRONORTE, por sinal o atual Presidente, aliás é o presidente da ELETROBRAS, que o atual Presidente, Dr. José Antônio Muniz Lopes e ali com um facão simbolizando a resistência disse: "Não queremos Belo Monte", ou, naquele tempo, "Não queremos Cararaô."

Então eu vou pedir a Tuíra para fazer uma breve fala e pedir ao Ireô que pudesse, que viesse aqui para fazer, ou daí de onde você está possa fazer então a tradução da fala da Tuíra.

Você fala.

[manifestação da plateia]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Vamos ouvir...

[manifestação da plateia]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Vamos ouvir eu gostaria a Comissão, é sempre bastante...

SRA. TUÍRA: [pronunciamento em língua indígena].

SR. IREÔ: Pode deixar aí, vou terminar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Ele precisa traduzir agora. Vamos lá. Ireô.

SR. IREÔ: Dr. Aloysio, a Tuíra pediu você, vocês são homem da FUNAI, então, hoje eu estou aqui de novo em Brasília, o Xingu está na minha mão. Xingu está na minha mão e está, eu não pode deixar, vai acontecer construção de barragem, eu não quero.

O Rio Xingu está no meu coração, porque meu parente, todos índios que está na beira não pode perder área dele não.

Eu não deixa fazer barragem no Rio Xingu. Eu nasci à beira do Rio Xingu, por isso eu não posso deixar construção.

Obrigado.

[palmas]

SRA. TUÍRA: [pronunciamento em outro idioma]

SR. IREÔ: Aloysio, a Tuíra pediu aos senhores, porque o Presidente da FUNAI pediu para mim, porque o Presidente da República Lula pediu para mim chegar aqui, sentar à Mesa com ele, para ele me explicar a situação de barragem.

Vocês... Estamos aqui na cidade nem saber o Tuíra está lá na aldeia faz um trabalho escondido, faz um levantamento escondido. Por isso que eu não pode deixar construção de barragem Belo Monte.

Obrigado.

[palmas]

SRA. TUÍRA: [pronunciamento em outro idioma].

SR. IREÔ: Aloysio, poderia a FUNAI ajudar os índios que está lá na área, "fazeria" um projeto bom para o índio ficar vivendo tranquilo.

Vocês abandonou o índio, está lá na aldeia, não saiu nenhum um projeto bom, nem saúde melhorava e nem nada. E vocês estão aqui na nossa sede, FUNAI aqui de Brasília, vocês são de passagem, passageiros, você trabalha com nós aqui de passageiro e você autorizando as coisas nem saber índio que está lá na área.

Então, por isso que eu estou aqui com vocês, podia o Presidente da FUNAI aqui comigo, me ouvindo falar com ele.

Então você está aqui a presente dele eu estou falando vocês não podem fazer isso.

Obrigado.

[palmas]

SRA. TUÍRA: [pronunciamento em língua indígena].

SR. IREÔ: Aloysio, se FUNAI, será a FUNAI vai ajudar meu tio Cararaô está lá a beira do rio.

Será FUNAI vai ajudar os índios Arara que está lá perto, está na beira do rio?

Se você abrir o supermercado ou você já fez um lugar bom para ele, eu quero você explicar para mim, eu quero saber se você ajudaria outros índios que está no lado do rio.

Vocês são FUNAI, nem consultaram os índios, nem ouvir índio e você papel, de vocês mesmo aqui em Brasília, autorizando o IBAMA autorizando outras pessoas para fazer levantamento para fazer orçamento de barragem, pediram vocês, vai ter a briga, vai ter briga no início do construção Belo Monte.

Esse eu estou falando, isso eu estou falando com você, sério mesmo, vai acontecer isso.

[palmas]

SRA. TUÍRA: [pronunciamento em língua indígena].

SR. IREÔ: Aloysio, o Presidente da FUNAI poderia entender, poderia saber, porque na época a SPI foi atrás dos índios, foi atrás de outras pessoas, amansaram os índios todos. Podia o Presidente da FUNAI hoje estar aqui com a gente, lembrava na época.

Então, ele esqueceu antepassado que SPI através do Governo amansaram todos os índios.

Então, o Governo abandonou nós índio. Sabemos o Governo Lula ajudava índio Kayapó e outras etnia. Está ameaçando pela autorização de fazer barragem, o próprio Governo Federal que está aqui está ameaçando, está começando a briga. Índio e branco.

Eu quero você passar por Presidente da FUNAI saber eu, Tuíra, está aqui com vocês falando com vocês. Obrigado.

SRA. TUÍRA: [pronunciamento em língua indígena].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado Tuíra [interrupção no áudio].

SR. IREÔ: Aloysio, o Tuíra pediu ao senhor, eu estou aqui contigo, Aloysio, podia o Presidente da FUNAI aqui comigo para mim falar direto para ele, para ele me ouvir. Eu estou jovem ainda, eu não deixa construção de barragem em Belo Monte lá no Rio Xingu.

Belo Monte está na minha mão, por quê? Eu não quero deixar. Nunca vocês me pediu para vir aqui sentar e você, Presidente, outra pessoa, autoridade para conversar pessoalmente, para eu ouvir se é bom ou não. E eu estou aqui com vocês.

Outra coisa, vocês é uma pessoa chama pai dos índios e vocês esqueceram muito tempo e vocês começando a matar índio lá na aldeia e aqui também, por quê?

Você não lembra, eu Tuíra estar aqui com vocês. Lá na área do Kayapó nos outros etnias, é todo é mesmos índio é meu filho, ninguém vai sofrer na minha mão.

Eu quero vocês me ouvir chegando a Presidente, você passa a minha recado e ele me ouvir, me chamar pessoalmente para mim ouvir ele.

Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado. Essa manifestação da Tuíra, na sua própria língua e traduzida pelo Ireô, tem, para nós, aqui, um significado muito importante, porque é a palavra dos povos originários da Amazônia, aqueles mais do que ninguém são os responsáveis por nos dizer e nos afirmar a necessidade de garantir a sobrevivência dos povos amazônidas, dos índios, dos ribeirinhos, dos quilombolas, dos povos da floresta.

E, sobretudo, clamar que nenhuma intervenção, que nenhum projeto desenvolvimento ou pretensiosa-

mente de desenvolvimento, ouse, ouse aniquilar com esses direitos fundamentais do nosso povo.

Então, foi por isso que nós escutamos aqui, com especial atenção, a fala contundente da Tuíra, que é a fala dos que resistem e dos que lutam.

Eu queria então, nesse momento nós deveríamos ouvir o José Carlos Arara, o Luiz Xipaiá, a Alenúncia e a Lucimar.

Eu queria pedir a compreensão em razão do adiantado do tempo e porque aqui foram expostas de forma bastante clara toda as questões, embora não tenha-se resposta para todas as questões, que nós pudéssemos ouvir, eu vou consultar a Senadora Marina Silva se deseja usar da palavra, para, em seguida, retornar à Mesa e aí também não vou limitar o tempo, para que possamos aqui fazer a discussão.

É claro que a proposta do Governo, o único órgão governamental presente é a FUNAI, o qual Dr. Aloysio agradecemos prontamente. A FUNAI não veio, o Presidente Márcio Meira, mas enviou um representante, Diretor de Assistência, que aqui está representando a instituição.

Ou seja, é diferente da ausência da ELETROBRAS e do IBAMA. A ELETROBRAS, depois, chegou que horas esse... Bem, depois, chegou hoje, mas que horas? Então a ELETROBRAS envia agora, pelo menos me chega ao conhecimento nesse momento, um comunicado que *"Em razão de inadiável compromisso assumido com antecedência nos impede de comparecer a audiência a qual fomos convidados nesta data. Trata-se de evento de interesse de todo o setor elétrico nacional que é a data comemorativa do CEPEL, órgão de desenvolvimento e pesquisa e desenvolvimento da energia elétrica."*

Enfim, foi enviado agora, pelo menos me chega aqui ao conhecimento, um ofício da ELETROBRAS justificando a ausência. Nem por isso a cadeira deles aqui deixou de ficar vazia.

Eu queria nesse momento conceder a palavra à Senadora Marina Silva e demais senadores que eventualmente venham ainda à Comissão, para retornar à Mesa e ao final aqui elaborarmos alguns encaminhamentos a partir dessa audiência.

Senadora Marina Silva com a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Obrigada, Senador. Primeiro, eu quero cumprimentar V. Exa. pela iniciativa dessa audiência. Quero cumprimentar a todos os aqui presentes, tanto os indígenas da etnia Kayapó quanto os demais que aqui estão se solidarizando, Xavantes, parceiros, organizações de apoio, dizer que é um momento, de fato, muito difícil.

A ausência do IBAMA e da ELETROBRAS é grave, a justificativa de última hora não remove o ca-

ráter, eu diria até desrespeitoso com essa Comissão de Direitos Humanos, que tenta promover o debate, envolvendo os diferentes segmentos que afetam essa questão de Belo Monte.

Quero cumprimentar aqui o Dr. Rodrigo pela exposição que fez, também o Dr. Aloysio e o Dr. Francisco Moral Hernandez.

Eu quero dizer que, hoje, é um dia difícil aqui, nesse Senado, porque nós temos as comissões sempre funcionando no mesmo horário.

Então, eu estava na Comissão de Constituição e Justiça, porque ali ia ser votado um projeto que muda o Código Florestal e não podia sair de lá enquanto não tirasse da pauta.

Conseguimos adiar para uma Audiência Pública; depois tinha vários projetos que também eram danosos ao meio ambiente.

Eu queria fazer uma abordagem, inicialmente de consideração geral. Eu havia preparado uma série de perguntas aqui para o IBAMA, para a ELETROBRAS e para a FUNAI, cumprimento o Dr. Aloysio aqui representando a FUNAI, que teve a dignidade de mandar um representante para interagir com os Srs. Senadores e com as comunidades que foram convidadas.

Em relação a FUNAI, ao IBAMA, é de meu conhecimento de que o Diretor do IBAMA de Licenciamento está pedindo demissão, em função de não querer assinar essa licença. Provavelmente deve estar sofrendo pressão para assinar uma licença com a qual ele não concorda. Então acho que a sociedade deve ficar atenta, as autoridades, Ministério Público, todos os segmentos, atentos, porque não se pode fazer nenhum tipo de constrangimento ao gestor público.

Quando eu era Ministra do Meio Ambiente, o processo de licenciamento da Hidrelétrica do Madeira foi um processo difícil, tencionado, mas em nenhum momento eu permiti que a pressão, ela fosse diretamente para os meus diretores, sequer para o meu Presidente do IBAMA. Ela foi exercida diretamente sobre a figura da Ministra, pela mídia, pelo Ministério de Minas e Energia, por setores do governo e pelas populações envolvidas.

Quando o Ministério de Minas e Energia deu um prazo de que a licença deveria ser dada no dia 15 de fevereiro e não haviam sido dadas respostas técnicas que eram necessárias em relação a mercúrio, em relação a sedimento, às populações, em relação a como se ia fazer para a proteção dos bagres do Rio Madeira, quando isso foi exigido, eu disse que a licença não seria dada.

Disse diretamente numa reunião com o Presidente Lula, com a Ministra Dilma, com o Ministério de Minas e Energia, de que a licença não seria dada

dia 15 de fevereiro. E um jornalista me perguntou na oportunidade se eu não iria ceder à pressão e a minha resposta é de conhecimento público, que foi a de “Perco o pescoço, mas não perco o juízo.”

E por que não podemos perder o juízo? Porque o processo de licenciamento é também um processo técnico e se é dado aos outros segmentos o direito de apresentar viabilidade técnica, viabilidade econômica, deve ser dada também para os servidores públicos do IBAMA, o direito de mostrar que o projeto é viável do ponto de vista ambiental, não podemos ter dois pesos e duas medidas. Em relação a um só se pode fazer o empreendimento se ele foi viável tecnicamente, economicamente, esses são compreendidos tem o tempo que necessitam para poder dar sua resposta.

Quando se trata dos servidores do IBAMA, dos nossos analistas ambientais, aí as pessoas querem que eles passem por cima da técnica, passem por cima dos processos legais e às vezes isso pode levar a passar por cima da ética, de sorte que nenhum servidor público é obrigado a fazer aquilo que tecnicamente não está respaldado.

Uma outra questão: um dia desses, numa audiência lá em São Paulo, uma jornalista me perguntou a minha posição sobre Belo Monte e aí eu quero dialogar diretamente com os senhores aqui. Na oportunidade eu fiz uma referência ao problema dos aproveitamentos hídricos na Amazônia, e de que esses aproveitamentos hídricos são importantes para o suprimento de energia, foi isso que eu disse.

Mas não disse, *a priori*, que era favorável e nem contra Belo Monte porque é um processo técnico. E que o eu disse? O problema de Belo Monte é que não se fez o que deveria ter sido feito, um levantamento, o que o Dr. Rodrigo falou, um plano de desenvolvimento sustentável para a área de abrangência de todos esses empreendimentos, para que tenhamos uma visão mais abrangente.

E a partir daí é que se sabe se tem viabilidade ambiental, mas não basta viabilidade ambiental; em alguns aspectos, é se tem viabilidade social é quando se trata das comunidades indígenas o cuidado deve ser redobrado.

Então, eu queria esclarecer esse ponto, porque circulou uma informação de que eu teria dito que era favorável ao empreendimento.

Quando eu era Ministra, nunca me submeti a dizer se era favorável ou contra *a priori*, eu sempre me manifestava no mérito, após os técnicos darem o seu parecer. E sempre disse que o gestor público não deve facilitar nem dificultar o empreendimento; o gestor público deve agir de acordo com os princípios que estão inscritos na Constituição Brasileira, de legalidade, pro-

bidade, transparência e impessoalidade. É isso que o gestor público deve fazer.

Eu tenho uma crítica a fazer em relação ao Congresso Nacional. O Congresso não pode dar uma carta em branco para fazer qualquer empreendimento em terra indígena antes de ter o estudo de impacto ambiental...

[palmas]

Não pode dar uma carta em branco antes de ouvir as populações indígenas, não em Audiência Pública, como estamos fazendo aqui, não é isso?

É um processo particular, como está inscrito da OIT. E a FUNAI também tem que ouvir as comunidades indígenas, não pode criar nenhum subterfúgio para que essa escuta seja feita de qualquer jeito.

As pessoas têm que estar previamente informadas, tem que ser treinadas inclusive para saber o que está sendo discutido. De sorte que eu acho muito grave que um empreendimento dessa magnitude esteja sofrendo pressão, que tudo indica são pressões políticas, ao ponto de o diretor estar se demitindo e o Presidente do IBAMA, me parece, que está muito desconfortável em continuar no cargo caso as pressões continuem

Eu acho que nós temos responsabilidades, todos, com o suprimento de energia do país, mas temos que ter todo o cuidado para que os fins não use de todos os meios, eu digo e repito: os aproveitamentos hídricos da Amazônia são importantes, são importantes, mas o problema é que eles são vistos de forma pulverizada, sem ter uma avaliação ambiental integrada, sem uma avaliação ambiental integral estratégica para que possa ter uma posição e uma visão panorâmica de todas as questões que estão em volta.

Então, como não veio aqui a ELETROBRAS, como não veio aqui o IBAMA, só tem a FUNAI, eu vou fazer a pergunta apenas para a FUNAI e já parabenizando essa Comissão de Direitos Humanos, chegou o nosso Presidente, Senador Cristovam Buarque. O Senador Nery é um atuante Senador na defesa dos direitos humanos.

A pergunta é: a FUNAI considera que tenham sido cumpridos os dispositivos da Convenção 169 da OIT, sobre consultas às comunidades indígenas impactadas pelo empreendimento da hidrelétrica, da usina hidrelétrica de Belo Monte? Com que elementos é que a gente pode dizer que isso foi atendido? Na denúncia que é feita pelos índios, pelas organizações não governamentais, pelo Ministério Público, não foram atendidos esses pré-requisitos.

E olha que eu tenho muito respeito e carinho pelo presidente Márcio Meira, não faço discurso populista eu sei que ele é uma pessoa séria, mas nesse caso

a denúncia que está sendo feita é de que não foram ouvidas comunidades indígenas como deveriam ser ouvidas, de acordo com a norma legal.

E que aqui no Congresso se fez a aprovação de uma autorização sem que as comunidades também tenham sido ouvidas, ainda que alguns senadores, inclusive eu, V. Exa., trabalhamos exaustivamente contra essa ilegalidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Os cumprimentos e agradecimento à Senadora Marina Silva, pela brilhante manifestação.

E nesse momento retorno à Presidência da Mesa ao nosso Presidente, Senador Cristovam Buarque para que possamos dar continuidade à nossa Audiência Pública.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço desculpas por ter ficado um tempo fora, lá na Comissão de Educação, que é tão importante quanto o meio ambiente, essa é a verdade, até porque eu, como insisto, o problema do meio ambiente será resolvido dentro da mentalidade das crianças, conforme a gente formar essas crianças daqui para frente.

Aproveito para dizer que ontem foi a abertura da Conferência Internacional de Educação de Adultos, em Belém, e que a nossa Ministra, candidata a Presidenta e Senadora, fez um depoimento que emocionou a todos, inclusive todos os representantes de 156 países que ali estavam, dos quais 93 Ministros da Educação, sobre como ela enfrentou desafios e como de dentro dela veio o desejo de ser alfabetizada e estudar, partindo até de um gosto religioso, de querer ser freira, ainda que ela disse que depois de estudar e conviver com as freiras, descobriu que tem freiras que não sabiam ler.

Nem sei se ainda existe. O depoimento da Marina foi formidável e coincidiu com o que ela falou, conversando comigo mais em particular, sobre essa ideia da alfabetização ecológica, que ela defende tanto, que eu coloquei no *twitter*.

E muitos me disseram que a Marina é discípula do Fritjof Capra, que é quem escreveu um livro sobre isso, que eu confesso que eu não me lembrava disso. Depois que alguns falaram, eu me lembro de já ter lido a respeito desse livro.

Pois bem, eu quero dizer da satisfação de ter tido essa audiência, que ela ficou incompleta pela ausência aqui do representante do IBAMA, do representante da

ELETRONORTE, e da ELETROBRAS, ficou incompleta, não cumpriu seu papel.

E nós estamos dispostos, Senador Nery, de pedir umas outras audiências, para que eles compareçam aqui.

E até lá, antes de passar para os encaminhamentos, que eu pediria ao Senador Nery que ficou mais tempo aqui, que faça e até pelo envolvimento dele, eu quero passar a palavra ao representante da FUNAI, para saber se quer dar uma resposta à Senadora Marina.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Cristovam, na verdade, nesse momento nós deveríamos ouvir os três expositores que fizeram inicialmente suas observações, inclusive a FUNAI, como foi o único órgão governamental presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Acabou aqui ouvindo as reclamações, as críticas, as sugestões de forma muito democrática.

Então, a ideia é que o Dr. Francisco Hernandez e o Dr. Aloysio Guapindaia, e a Antonia Melo possam, nessa parte aqui, fazer suas considerações, inclusive, respondendo no caso da FUNAI, Dr. Aloysio, a própria pergunta elaborada pela Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu só gostaria de que o Dr. Aloysio pudesse responder porque, como eu estou aqui também com um pé na Comissão de Constituição e Justiça, que tem um projeto que eu relato, se ele puder responder, porque a qualquer momento eu posso sair daqui para voltar na Comissão de Constituição e Justiça.

E quero dizer que é uma satisfação poder conhecer a Tuíra e parabenizar a sua coragem, a sua força, enfim, essa dignidade que chega até nós com essa força interior, que nos comove a todos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPINDAIA: Obrigado, Senador.

Inicialmente, antes de entrar na resposta, Senadora, eu gostaria de dizer à Tuíra que vou levar suas palavras ao Presidente da FUNAI, está certo? Então vou informar a ele de todas as suas preocupações, com as preocupações essas que foram aqui levantadas. E tenho certeza que o Presidente da FUNAI vai recepcionar essas suas preocupações.

As suas preocupações são também as preocupações da própria FUNAI, porque é uma instituição que existe para defender os direitos das populações indígenas.

E por isso mesmo, entro na resposta que a Senadora, da pergunta que a Senadora Marina, nos fez.

A OIT, ela determina que... E a OIT, sabemos, que tem valor de lei no nosso país, ela determina que as populações, principalmente as populações indígenas, sejam escutadas em toda e qualquer ação dos governos que afetem essas populações.

A FUNAI, em todo e qualquer empreendimento econômico, ela tem feito o processo de escutas ou de oitivas ou de consultas, está certo, como assim determina a OIT.

Todo e qualquer processo de licenciamento ambiental em que a FUNAI trata do componente indígena, as oitivas, as escutas são realizadas. Isso está comprovado nos nossos processos que estão em arquivo na FUNAI.

Muito está se falando da FUNAI com relação a Belo Monte. Que a FUNAI não fez as oitivas, que a FUNAI não fez as escutas, que a FUNAI não cumpriu com as determinações da Ministra Ellen Greice no seu parecer em relação àquela ação civil pública, que a FUNAI deu a licença do empreendimento, que a FUNAI deu a viabilidade do empreendimento.

Então, isso tudo a gente ouve falar, circula pelo país todo, está em debate, está em pauta nacionalmente. É necessário aqui, para compreensão da matéria, que a gente esclareça algumas questões.

Primeiro, não é a FUNAI que dá a licença, não é a FUNAI, que diz se o empreendimento tem ou não viabilidade.

O que nós fizemos com relação à viabilidade foi, a partir dos estudos realizados, nós dissemos que do ponto de vista do componente indígena o empreendimento tem viabilidade, desde que se nós pegarmos o relatório técnico, Senadora, o relatório técnico. Isso que a senhora falou também para nós é importante, porque nós tratamos tecnicamente da questão.

Lá está muito claro o posicionamento, os estudos que foram feitos do componente indígena, que não foi a FUNAI que realizou diretamente os estudos, porque não foram os técnicos da FUNAI, mas foram contatados profissionais, especialistas de várias áreas, que a partir do termo de referência que a FUNAI elaborou, esses estudos foram realizados e a FUNAI analisou esses estudos. Então, a análise dos estudos, elas estão respaldados nos estudos.

A FUNAI, se sentiu falta de alguma coisa com relação ao Rio Trincheira Bacajá, diz que precisa fazer estudos complementares. Se ela considerou que os projetos ali colocados nos componentes que foram analisados, que os estudiosos apresentam como projetos que podem compensar os impactos ambientais.

A FUNAI considerou que aqueles eram projetos que poderiam sim, compensar determinados impactos ambientais.

Então, desde que se cumpram os programas, se cumpra os projetos e desde que faça os estudos complementares e desde que, essa parte é importante, se resolva a questão do adensamento populacional das questões da pressão madeireira na região nas terras indígenas.

E, principalmente, com relação a vazão do rio, que é um ponto importante para a gente, porque a FUNAI não tem especialistas técnicas para analisar a vazão de um rio. Mas os estudos do componente indígena indicam que se não se resolver a vazão do rio, a questão da vazão do rio, as populações indígenas podem ter problemas, sim.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Aliás esta era um pergunta que eu ia fazer ao IBAMA.

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPINDAIA: Pois é, então o IBAMA não está aqui para responder.

O que nós fizemos? Nós encaminhamos o nosso parecer ao IBAMA, dizendo ao IBAMA justamente isso, se resolva a questão da vazão, que é um problema, está certo? E se resolva as outras questões que estão colocadas nos nossos estudos, aí sim o empreendimento tem viabilidade do ponto de vista do componente indígena.

Com relação às outras áreas, aos outros temas, o IBAMA tem que resolver, já não é a FUNAI.

Então, a viabilidade dada pela FUNAI é uma viabilidade condicionada à resolução das problemáticas ali levantadas. Esse é o primeiro ponto.

O outro ponto, para responder aqui a Senadora, nós fizemos todo um processo de consulta às comunidades indígenas envolvidas no empreendimento, que iniciou em 2007 e terminou em 2009.

Não é verdade que a FUNAI não informou a todo mundo envolvido, isso está comprovado em processo, está a disposição dos senhores, inclusive do Ministério Público Federal. A hora que pedir o nosso processo a gente encaminha ao Ministério Público Federal. As atas estão todas registradas nesse processo, todas assinadas e estão encadernadas no nosso processo de licenciamento.

Então, nós consideramos, quando nós mandamos o documento ao IBAMA, o ofício esse, que foi assinado por mim como Presidente substituto, de encaminhamento do nosso parecer, nós colocamos sim, o Procurador aqui se referiu que a FUNAI considera que cumpriu com o processo de consulta, que cumpriu com todo o processo, porque a oitiva que nós estamos falando ela é um processo.

Ela não se realizou agora, ela iniciou essas oitivas em 2007. E o tempo todo, em todas as fases do licenciamento e dos levantamentos, dos estudos do componente indígena, a FUNAI foi acessando as comunidades e foi informando desde a confecção do termo de referência. O termo de referência foi acordado com as comunidades.

Então, a FUNAI considera que, sim, cumpriu com a sua obrigação institucional em relação ao Belo Monte, assim como ela vem cumprindo em relação a todos os outros empreendimentos, rodovias, outros empreendimentos energéticos, ferrovias, linhas de transmissões.

A FUNAI faz um termo de referência, encomenda estudo, analisa estudo e consulta as comunidades indígenas dos problemas que podem decorrer desse empreendimento.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eles tinham clareza, Dr. Aloysio, que esses diálogos e essa oitivas elas eram para instruir o processo de Belo Monte?

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPIN-DAIA: Tinham.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): As comunidades indígenas estavam devidamente esclarecidas de que essas--

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPIN-DAIA: Tinham.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): De que essas oitivas eram com essa finalidade?

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPIN-DAIA: Com a finalidade de compor o processo do licenciamento, sim.

[manifestação da plateia].

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPIN-DAIA: Bom, olha, o Procurador esteve em dois locais e o que ele falou eu posso afirmar aqui, eu posso sustentar essa afirmativa aqui que o Procurador passou uma informação infelizmente equivocada. E eu posso ser--

[manifestação da plateia].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu gostaria de atenção.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Pela ordem, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu queria pedir tranquilidade a todos, como temos tido até aqui, para ouvirmos com toda a atenção as explicações do Dr. Aloysio.

E, se necessário, como há alguma questão que eventualmente não se considera esclarecida, então uma pessoa pode aqui depois que está na assistência pode fazer a pergunta.

Mas eu gostaria, como funcionamos até aqui, seja assegurada a plena participação de cada um, sem a necessidade de interrupção.

Dr. Aloysio com a palavra.

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPIN-DAIA: Obrigado, Senador, até porque, inicialmente, a FUNAI, ela usou um tempo bastante reduzido.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E justamente por isso, reconhecendo isso, eu assegurarei ao senhor, desde o início, de que teríamos o tempo necessário para fazer os esclarecimentos e o debate.

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPIN-DAIA: Infelizmente o Procurador não está presente, então. Mas nós ficaremos presentes até o final da discussão.

Os processos de oitiva ou de escuta, estão todos referenciados no nosso processo. Então, se vocês manipularem, vocês vão ver o que está colocado lá, é diferente do que o Procurador nos colocou aqui. O Procurador faz uma interpretação do que ele viu, do que ele escutou, os nossos técnicos quando chegam lá, eles afirmam que estão lá para mostrar o resultado dos estudos.

Essas discussões e essa reuniões nas aldeias foram as últimas reuniões realizadas, na verdade. As oitivas iniciaram em 2007. Como eu falei foi um processo, desde 2007 até 2009, isso tudo está documentado no nosso processo, isso é importante que se diga.

Agora, evidentemente, no calor de uma discussão ideológica, tudo aparece, tudo pode aparecer. E o que eu quero afirmar aqui é que a FUNAI tratou tecnicamente da questão.

Eu, enquanto diretor da área, a coordenação de meio ambiente é ligada à diretoria de assistência; eu, enquanto diretor da área, promovi várias discussões técnicas com os nossos técnicos. E por diversas vezes eu fiz a pergunta a eles: "Os estudos, eles nos atestam a inviabilidade do empreendimento do ponto de vista do componente indígena? Porque se claramente isso está concluído nos estudos, vocês estão autorizados a botar no parecer de vocês, e eu vou politicamente sustentar."

Eles me responderam que eles não poderiam botar isso, porque os estudos não mostravam isso, não mostravam. Não foi a FUNAI que fez os estudos, inclusive os especialistas que fizeram os estudos foram com a anuência das comunidades indígenas.

Então, o primeiro, o pacto político que eu fiz com os técnicos foi esse: "Eu sustento politicamente o parecer técnico, desde que vocês me comprovem que os estudos estão realmente dizendo que o empreendimento é inviável, que ele não pode acontecer, na medida que vai comprometer a sobrevivência daquelas populações indígenas que estão ali colocadas."

Os estudos, então, não mostram isso, os estudos mostram que o empreendimento, ele tem viabilidade, desde que se adotem as medidas de compensações, se adotem as medidas de mitigações, se adote e se resolva a questão da vazão, porque se não se resolver a questão da vazão, aí sim a inviabilidade do empreendimento, mas não é a FUNAI que vai dizer, a FUNAI não tem especialistas para estudar a vazão hidrológica.

A FUNAI trabalha com antropólogos, trabalha com geógrafos, trabalha com biólogos. Então, repassamos, sim, para o IBAMA, porque cabe, é responsabilidade do IBAMA, se o IBAMA responder que a vazão hidrológica compromete, então o IBAMA não vai dar a licença e satisfaz a FUNAI também, porque a FUNAI está preocupada com essa questão.

Agora, querer repassar para a FUNAI responsabilidade que não é dela, eu acho que a gente erra o tiro, erra o alvo.

Agora, a FUNAI tem que ser cobrada, sim, do cumprimento das suas obrigações. Está certo? E uma das obrigações da FUNAI são de fato realização das oitivas; agora, querer dizer que a FUNAI não fez oitiva, até porque cada um tem uma interpretação diferente do que é oitiva.

[manifestação da plateia].

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPINDAIA: Não é? Cada um tem. Então a FUNAI--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu solicito, atenção. Atenção, eu gostaria que o nível da audiência continue como iniciamos, então aqui é para a gente debater, falar, não é para a gente impedir que o outro se manifeste.

Então, eu gostaria que o mesmo entendimento que tivemos aqui desde o início seja mantido.

Com a palavra o Dr. Aloysio.

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPINDAIA: Agora, outra questão que eu quero colocar com relação às oitivas é que a FUNAI faz as oitivas de diversos empreendimentos econômicos, diversos. A FUNAI nunca teve nenhum questionamento, está tendo agora de Belo Monte, não estamos fazendo diferente.

Agora, se essas oitivas são ou não aquelas que o art. 231 da nossa Constituição diz que é para fazer, isso aí o Congresso Nacional tem que nos dizer, porque ou

então o Supremo tem que nos dizer, porque a FUNAI cumpriu com o procedimento, com o seu processo.

Na verdade, a FUNAI, com relação a Belo Monte, é isso que eu estou dizendo, ela cumpriu com o seu rito institucional.

Em relação às oitivas de Belo Monte, essas oitivas nós avançamos significativamente no processo, então Belo Monte, o processo de licenciamento Belo Monte ele teve sim um diferencial, porque nós realizamos essa obrigação com mais cuidado, avançando inclusive institucionalmente na constituição de um processo de escuta que atenda de fato aos anseios da comunidade indígena.

Agora, é verdade dizer também, está certo, que as comunidades indígenas não foram consultadas se elas querem ou não o empreendimento.

O processo de oitiva foi um processo inserido dentro do processo de licenciamento ambiental, ou seja, de mostrar que o empreendimento vai ser realizado, de mostrar os estudos, de mostrar os impactos, de mostrar quais são as medidas que estão sendo propostas para a mitigação e compensação desses impactos.

Essas foram as oitivas que nós realizamos, e durante o processo tivemos comunidades que se posicionaram a favor do empreendimento, como tivemos comunidades que se posicionaram contra o empreendimento. Isso é verdade.

Isso tudo está registrado no nosso processo de licenciamento. Tudo está registrado, o processo é público, está certo? Está à disposição do Ministério Público Federal.

Agora, por isso que eu falei, a FUNAI tem procedimentos institucionais internos que adota e tem adotado. Então é isso. É por isso que nós colocamos no documento que cumprimos com a nossa obrigação institucional.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPINDAIA: Só um instante, por favor.

Eu quero aqui fazer referência, já fiz referência a vários questionamentos aqui do Dr. Hernandez e de outros, do Procurador da República, o Rodrigo Timóteo, mas eu quero fazer referência aquilo que a nossa participante aqui na Mesa, Antônia Melo se referiu. Deve estar aqui.

A questão da demarcação de terra indígena, é fato que hoje naquela região nós temos terras indígenas que precisam ser regularizadas. Estão precisando das suas regularizações fundiárias, que é desde a demarcação até a desintrusão de não índios nessas terras. Aquela região tem essa realidade, assim como vários regiões do Brasil também têm essa realidade.

E a FUNAI, ela tem tido dificuldades de cumprir com essa missão constitucional de fazer a demarcação, de fazer, principalmente, a desintrusão.

Por isso mesmo, no nosso parecer, a gente coloca a necessidade de um reforço institucional da FUNAI, para que a FUNAI cumpra com as suas obrigações naquela região, que vai sofrer caso o empreendimento seja realizado, outros impactos que vão se somar aos existentes hoje.

Porque, hoje, existem impactos severos que estão agredindo as populações que estão lá vivendo, mas o empreendimento Belo Monte vai somar e vai aumentar.

Então, a FUNAI, institucionalmente, isso está dito no nosso relatório, não tem condições e estrutura para enfrentar os seus compromissos institucionais hoje, mesmo que não tenha o empreendimento, que dirá com o empreendimento de Belo Monte.

Em razão disso, o Presidente da República já autorizou, assinou antes da FUNAI concluir os estudos do componente indígena de Belo Monte, a criação de 3.100 novas vagas para a FUNAI. Então, a FUNAI vai estar contratando nos próximos anos um quantitativo de servidores que vai dobrar a capacidade da instituição.

Assim como a FUNAI também está implantando, a partir da aprovação de novos cargos comissionados, uma nova estrutura administrativa para fazer com que o órgão seja um órgão mais capaz de realizar com as suas obrigações constitucionais.

Então, é isso que eu inicialmente queria me referir.

Obrigado, Senador.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pois não, pela ordem, Senadora Marina Silva

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): É só para dar conhecimento, Sr. Presidente, que eu estou apresentando requerimento de minha autoria, fazendo também o pedido de uma Audiência Pública com a presença dos índios Guarani-Caiová, do Mato Grosso do Sul, pedindo que sejam ouvidas várias autoridades, dentre elas o Ministro Tarso Genro, uma lista de oito pessoas, em função daquela visita que fiz, inclusive representando a nossa Comissão.

A situação das comunidades de Guarani-Caiová, também uma situação precária, tivemos problemas gravíssimos que envolveu o assassinato de duas pessoas e que, infelizmente, não se tem o devido empenho para que os mandantes e os assassinos sejam punidos.

De sorte, Sr. Presidente, que eu gostaria de já deixar consignado esse requerimento para uma próxima Audiência Pública, a fim de que possamos também ouvir a comunidade Guarani-Caiová, no sentido de buscarmos uma série de respostas para os problemas que estão enfrentando, demarcação de suas terras e, ao mesmo tempo, a violência que está insuportável sobre aquela população ameaçada de morte, já com algumas vidas ceifadas ao longo de muitos anos.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): A Mesa acolhe o requerimento encaminhado pela Senadora Marina Silva e o submeterá à apreciação no momento devido, por ser também relacionado ao tema e, como sem dúvida, bastante relevante.

Vamos, então, ainda ouvir a Mesa, o Dr. Francisco Hernandez e depois Antônia Melo.

Porém, no aspecto que há pouco... Vários aspectos da fala do Dr. Aloysio que suscitaram alguns questionamentos, e como eu disse que garantiria que a participação da audiência, pudesse aqui levantar alguns questionamentos, faremos logo em seguida.

Vamos ouvir o Dr. Francisco Hernandez.

SR. FRANCISCO DEL MORAL HERNANDEZ: Eu acho que eu vou querer ser breve, porque eu acho que seria mais produtora nessa situação do debate a gente ouvir lideranças que estão aqui presentes.

Ali temos representantes do CIMI, temos o José Carlos que é liderança indígena da terra indígena Arara do Maia.

Obviamente, eu posso usar a palavra e ter uma interpretação pessoal a respeito de algumas coisas que o Dr. Aloysio falou e tal. E eu até gostaria de falar um pouco sobre isso.

Com respeito à caracterização ou não do que ocorreu em termos de reunião como oitiva, o que eu posso dizer é que existe a documentação de várias reuniões que ocorreram. E aí eu teria duas coisas a dizer: primeiro, nessa documentação que inclusive tem documentação em vídeo, existem reuniões em que as próprias pessoas que estavam conduzindo a reunião, chegaram a dizer que não se tratava de uma oitiva.

Eu acho que é possivelmente a isso que o Procurador Rodrigo se referiu, isso está documentado. Então existem reuniões em que caracterizadamente foi dito que não era uma oitiva e isso se transformou em oitiva e inclusive faz parte do parecer na FUNAI, dizendo que aquilo foi oitiva.

Um outro ponto que eu queria comentar, porque eu acho que a gente deve dar vazão às pessoas que estão aqui presentes é que o parecer da FUNAI, ele me causou muita estranheza num outro aspecto, que

eu acabei não comentando na minha primeira fala, que é o seguinte: o parecer da FUNAI, nos seus últimos parágrafos, diz que considera que o espaço privilegiado das audiências públicas foi um espaço privilegiado do ponto de vista da informação às comunidades indígenas.

Isso é textual, nós podemos pegar o parecer da FUNAI e verificar isso. Eu posso dar o meu testemunho pessoal, outras pessoas que estavam aqui também, nas Audiências Públicas, eu particularmente participei de três dela, o espaço da Audiência Pública não é um espaço privilegiado da discussão.

Então nós temos que discordar radicalmente do parecer assinado pelo... Nesse quesito, assinado pelo Dr. Aloysio, porque nós estivemos lá. Particularmente na Audiência Pública de Altamira, que foi a maior Audiência Pública do IBAMA, cinco mil pessoas. As comunidades indígenas ali presentes ficaram até cinco horas da tarde. A audiência começou por volta das duas horas da tarde e cinco horas da tarde as comunidades indígenas se retiraram dali.

O que ocorreu entre duas horas e três da tarde? Apenas a exposição, em um caráter muito superficial, pelos empreendedores, do conjunto da obra; o debate substantivo de prós e contras, viabilidade ou inviabilidade, oitiva ou não oitivas ficou para depois, quando esvaziadamente quando a audiência já estava esvaziada, a altas horas da madrugada.

Então, nós não podemos concordar com isso que está escrito no parecer da FUNAI, de que as audiências públicas são espaços privilegiados dessa discussão e informação. Então, esse aspecto tem que ser levantado, sim.

Então, como eu disse, existe essa polêmica do que é oitiva ou não oitiva, esse fato que o Rodrigo presenciou, de que algumas reuniões foi dito que não era uma oitiva, isso acabou sendo considerado como tal.

E um outro aspecto que eu queria dizer é o seguinte: esses volumes completos do Estudo de Impacto Ambiental foram disponibilizados apenas no início de agosto. Eu quero saber o seguinte: com esses volumes disponibilizados e alguns aspectos da viabilidade do hidrograma ecológico ou da vazão reduzida como nós chamamos, impacto sobre o modo de vida das populações ribeirinhas, ou seja, o caso dessas 18 mil páginas, ou seja o estudo que foi disponibilizado.

E como eu disse, parte dos estudos indígenas foram disponibilizados não no início de agosto, mas no decorrer de agosto e foram os últimos entregues, eu quero perguntar o seguinte: com esse conjunto, que é a informação técnica que a FUNAI diz que precisa para proceder as oitivas, houve retorno nas populações indígenas para discutir essas 18 mil páginas, que

trazem elementos a respeito de viabilidade técnica, comprometimento de modos de vida, capacidade de navegação? Creio que isso não ocorreu.

Então, se por um lado nós concordamos que existiam reuniões e isso está documentado desde o ano de 2007, a questão mais substantiva é: tomando nas mãos o Estudo de Impacto Ambiental e com esse conjunto de informações, a população indígena se viu informada sobre consequências potenciais desse projeto? É claro, eu tenho uma interpretação pessoal e o painel de especialista que se reuniu tem: é não.

Agora, eu acho que nós estamos aqui num momento privilegiado, onde várias lideranças ribeirinhas e indígenas estão aqui, eles podem dizer, de viva voz, se eles consideram aquele processo informativo ou não e se eles se sentem informados ou não a respeito das consequências.

Eu, obviamente, fiz visitas da Volta Grande do Xingu e interagi com comunidades e fiquei extremamente surpreso pelo elevado grau de ignorância sobre as consequências dessa obra.

Bom, tudo bem, isso é um testemunho particular, eu acho que seria mais produtivo que o Dr. Zagallo, por exemplo, da Plataforma DHESCA, que relatou as nossas viagens e reuniões na Volta Grande, as lideranças indígenas falassem.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Dr. Francisco Hernandez, Coordenador do Painel de Especialistas do Estudo Crítico sobre Complexo Hidrelétrico de Belo Monte.

Eu gostaria de passar a palavra à Antônia Melo e logo em seguida eu vou ouvir algumas pessoas da assistência aqui, que tem considerações e informações a fazer aqui à Mesa.

SRA. ANTÔNIA MELO: Então, rapidamente, dizer ao Dr. Aloysio que ele fala que os técnicos que fizeram o levantamento e estudo da questão antropológica nos indígenas, eles não declararam nada que seria inviável.

Primeiramente, Dr. Aloysio, o que muito nos estranha, aliás nós, movimento social e indígenas do Xingu, o movimento Xingu Vivo, levamos essa preocupação, essa denúncia ao Ministério Público Federal, ao Dr. Rodrigo, dizendo que não aceitaríamos que as empresas interessadas em construir empreendimento, a obra, pagassem o Estudo de Impacto Ambiental.

Isto para nós que temos inteligência perfeitamente funcionando, isso para nós demonstra uma... Que é nada, não é nada sério, que esse estudo realmente é inconfiável, é um estudo que não traz segurança, que não é imparcial.

E isso aí está mostrando, Dr. Aloysio, o que relatou mais de 40 especialistas que se debruçaram sobre esse estudo de impacto ambiental e mostraram, estão mostrando aqui o Dr. Francisco o que é esse projeto, as falhas, as mentiras, enfim a inviabilidade.

Então, primeiramente, se a empresa paga, interessada em construir uma obra, paga para os especialistas, para os técnicos fazer um estudo esses técnicos têm que dar, tem que devolver a resposta para o interessando na obra, claro, de acordo com o seu interesse. Então esse já é um ponto.

Depois, o senhor falou que em todos os empreendimentos a FUNAI tem acompanhado e ninguém tem reclamado, somente o caso de Belo Monte. Ah, isso é muito bom, nós estamos contentes e felizes com isso, porque demonstra que este povo indígena, que este povo da Bacia do Xingu tem conhecimento da questão, está atento às questões e não se deixa enganar.

[palmas]

Só isso, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Bem, vamos, nesse momento, garantir a palavra a alguns representantes que manifestaram interesse de se manifestar.

E como é próprio nessa Comissão de Direitos Humanos, inclusive, um procedimento um pouco diferente do conjunto das comissões, em que normalmente falam apenas convidados à Mesa, mas aqui tem um componente importante nessa Comissão, que não é só direitos humanos é de legislação participativa, ou seja, também nós consideramos esse aspecto fundamental que as pessoas possam falar.

Nesse sentido nós vamos ouvir três ou quatro lideranças, mas gostaria de ouvir todos eles. Porém, temos em funcionamento na Casa outras tarefas, outras comissões e outras tarefas. Vamos ouvir... E eu gostaria de combinar um tempo de até três minutos, para disciplinar o tempo nessa reta final da nossa reunião ao Cacique José Carlos Arara, para sua manifestação.

SR. JOSÉ CARLOS ARARA: Oi, Primeiro, eu queria dar um bom-dia e agradecer pela oportunidade que eu já estava com ela quase perdida.

Eu quero me direcionar ao Aloysio, olhe para mim, por favor. Aloysio, olhe para mim.

Eu sou Cacique da terra indígena Arara da Volta Grande do Xingu, aonde foi realizado algumas explanação do projeto.

Em nenhum do momento foi dito que lá seria oitiva indígena. Portanto, deixo claro para você, caro amigo, vou afirmar o que o Rodrigo acabou de dizer a você e você acabou dizendo que não.

Eu tenho prova, eu tenho dois DVDs gravado, o 1 e o 2, aonde o qual me surpreendeu quando eu acabei

de receber os DVDs, onde nós afirmamos nas entrevistas nas gravações perante a própria FUNAI que estava representando lá, a FUNAI disse que não era oitiva e a comunidade afirmou dizendo a mesma coisa.

Quando nós recebe o DVD está escrito lá oitiva indígena; em nenhum momento aconteceu a oitiva indígena dentro da terra indígena Arara Volta Grande do Xingu. Em nenhum momento

[palmas]

Eu gostaria que vocês fizessem as coisas de boa fé, não de má-fé, pelas costas dos indígenas. Porque se vocês estão pensando que nós somos indígenas, estamos lá ao longo dos rios, ao longo da mata, nós vamos ficar de braços cruzados esperando lemanjá cair do céu, negativo.

Não aconteceu a oitiva, é mentira da FUNAI e isso não aconteceu em momento algum.

E eu vou fazer o possível para que chegue esse DVD em suas mãos, nas mãos do Presidente da FUNAI [soa a campainha], para você ter certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado, José Carlos.

[palmas]

Posteriormente, os membros da Mesa e o Dr. Aloysio, em particular, a quem se dirige algumas perguntas, tratará de responder.

Vamos ouvir Dr. Guilherme Zagallo, advogado e relator nacional do direito humano e meio ambiente, para que faça sua manifestação.

SR. GUILHERME ZAGALLO: Boa-tarde, senador, boa-tarde, senhoras e senhores, serei muito breve.

Eu faço parte da Plataforma DHESCA Brasil, o Projeto Relatores, nós temos relatores em direitos humanos, já desde 2002, com cem missões realizadas, denunciando violações de direitos humanos já em nossos país.

Estamos já, estivemos nas audiências públicas, de Altamira e de Belém, estivemos no Encontro dos Povos do Xingu na Volta Grande, estamos concluindo um relatório preliminar, existem já violações de direitos humanos acontecendo.

Essa questão das oitivas indígenas, Dr. Aloysio, o senhor, os seus técnicos podem ter dito que fizeram as oitivas, as populações indígenas não consideraram as reuniões como oitivas indígenas. E lhe digo porque: o senhor fala em reuniões feitas desde 2007; o Estudo de Impacto Ambiental, ele só foi depositado no IBAMA há seis meses. Como que em 2007 vocês estavam fazendo oitivas indígenas, se o projeto sequer estava delineado?

Para efeitos ambientais, o projeto só começa há seis meses. Então, como que estava, o que estava sendo exibido às populações indígenas?

[soa a campanha]

A questão que o senhor coloca no documento, que o senhor encaminha ao IBAMA, que o empreendimento seria viável, com estudos complementares sob a bacia hidrológica do Rio Bacajá, sobre a questão dos índios citadinos, sobre a situação da indústria madeireira e sobre a vazão reduzida.

Dr. Aloysio, eu lhe pergunto só uma coisa básica, aqui não é questão jurídica, é uma questão de lógica: se esses estudos complementares sobre a Bacia do Bacajá, sobre a vazão reduzida, eles forem realizados e derem como negativo do ponto de vista do impacto às populações indígenas, a FUNAI já atestou a viabilidade, vocês atestaram a viabilidade só com a implementação dos estudos, vocês não condicionaram os resultados desses estudos.

Houve precipitação, me desculpe a franqueza, houve precipitação por parte da FUNAI. Se havia dúvidas sobre os impactos do empreendimento, a FUNAI tinha que ter solicitado ao IBAMA, ela não tem obrigação legal. V. Exa. está certo, ela não tem obrigação legal de atestar essas informações, ela não tem técnicos, não tem competência legal para isso.

Mas o princípio da precaução e da cautela mandaria que a FUNAI solicitasse esses estudos e somente após os estudos pudesse, aí sim, indicar o que estava acontecendo com o impacto das populações indígenas.

Eu não sei se o senhor sabe, mas esses povos vão estar submetidos a um regime de seca permanente.

Eles vão estar, na maior parte do ano, as mínimas médias do Rio Xingu são de 1.100 metros cúbicos por segundo de água. Eles vão estar submetidos na maior parte dos meses a um regime de 700 metros cúbicos por segundo, com redução do nível do rio, com redução do volume de água, com redução, sim, vai ter impacto sobre a pesca, é impossível, vai ter menos água.

Mas o mais grave, no período de cheia o rio ele chega a ter 25, 27 mil metros cúbicos por segundo. O máximo que esse rio, esse trecho da Volta Grande vai ter é oito, um ano com oito mil metros cúbicos e no ano seguinte com 4 mil metros cúbicos. E mesmo esse mês de oito mil, é um mês só de oito mil metros cúbicos; na verdade, a vazão vai ser muito reduzida.

Então, este rio vai sofrer uma alteração no seu ciclo milenar de seca e cheia e passa ter basicamente somente seca, com alteração, com impacto sobre o modo de vida daquelas populações ribeirinhas, inclusive, incluindo aí as populações indígenas, na pesca, na questão dos lençóis, os lençóis freáticos o acesso à água para quem não está imediatamente na beira do rio.

As aldeias, sobretudo o povo Arara vai ficar, vai ter dificultado o seu acesso à Altamira para questões de saúde, para questões... Grande, parte dos prestadores de serviços, enfermeiros, professores, eles vêm de Altamira, eles passam a ter uma barragem de trinta metros no meio do caminho. Não há nenhuma previsão, além da redução do próprio nível do rio.

Eu não sei se se o senhor já esteve lá na terra Arara, eu estive agora no mês passado, num ano que não foi um ano muito seco, mas há restrições à circulação inclusive de pequenos barcos e isso vai se intensificar, porque o nível que nós encontramos no rio o mês passado [soa a campanha] ele vai ser um nível bastante inferior. Nós encontramos o rio com 1.500 metros cúbicos de água, aproximadamente. O rio vai passar a ter, de forma quase que permanente, 700 metros cúbicos de água.

Então haverá uma dificuldade grave para a circulação daquelas populações do ponto de vista da assistência médica, não só para eles serem intervenções maiores, mas mesmo para o deslocamento dos profissionais que hoje atendem as comunidades, sobretudo das terras indígenas Arara e Paquichamba.

Então, me parece que a FUNAI não foi cautelosa nessa questão do seu parecer, do parecer que foi encaminhado à Direção do IBAMA.

Acha que fez as oitivas indígenas, o depoimento aqui do Cacique José Carlos diz em sentido contrário e parece que há registro. Há declaração dos técnicos do IBAMA que foram ao local dizendo que aquilo não era oitiva indígena.

Então, me parece que o Estado brasileiro que já cometeu tantas violências, e não só está, os senhores estão ouvindo mais, mas por exemplo, na Transamazônica, o trecho do rio que vai ficar submetido a seca permanente é um trecho de cem quilômetros, foram realizadas --

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Conclua Dr. Guilherme.

SR. GUILHERME ZAGALLO: Três audiências públicas somente. Por esse motivo o Ministério Público solicitou a realização de 27 outras audiências nos outros municípios, nas comunidades que estão sofrendo esse impacto, o projeto não considera que essas comunidades são impactadas.

Então, me parece que já está ocorrendo sim, violação de direitos humanos, o direito de acesso às audiências públicas, das comunidades serem informadas. E no caso específico das comunidades indígenas, das oitivas indígenas reconhecidas pelas comunidades indígenas que tenham, ou seja, clareza de que estão sendo ali apresentados os seus direitos.

Nas audiências públicas, as comunidades indígenas se retiraram entre outros motivos, porque além de não ter nenhum tipo de tradução para aqueles que não falavam, não dominavam o idioma português, aquelas poucas comunidades que tinham inscritos que tem linguagem escrita também não havia nenhum tipo, as comunidades indígenas não puderam efetivamente...

Eu fui testemunha disso. Estive às doze horas na Audiência Pública lá, não puderam participar do processo das audiências públicas realizadas, nem em Altamira, nem em Belém.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço ao Dr. Guilherme.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E registro a presença do Professor Hermes Fonseca de Medeiros, do campus da Universidade Federal do Pará em Altamira, pela sua participação e colaboração.

E convido para usar da palavra a liderança indígena Juma Xipaia, para uma breve manifestação.

SRA. JUMA XIPAIA: Boa-tarde a todas e a todos.

Representante da FUNAI, eu gostaria de lhe dizer o seguinte: eu prestei atenção que você ficou um pouco aborrecido quando falamos que não teve oitiva nas áreas indígenas e eu confirmo. Eu digo aqui para você que não teve, porque na minha área indígena e na outra próxima da minha terra indígena, não teve oitiva nenhuma.

Nenhum representante da ELETRONORTE e nem da FUNAI e nem outro qualquer foi lá. Quando reclamamos, eles falaram que iam duas antropólogas para fazer esse trabalho, dessas duas, nenhuma foi lá.

Então, não houve nenhum representante da FUNAI e nem daqui de Brasília e nem de lugar nenhum, muito menos de Altamira. Porque até de Altamira... E outra coisa, me desculpa, me atrapalho, se a FUNAI ela trabalha corretamente e ela faz cumprir a lei dos índios, só se for aqui em Brasília, porque lá em Altamira não. Porque o representante da FUNAI de Altamira impediu foi os indígenas a estar aqui com nós para representar.

[palmas]

Para mostrar a nossa insatisfação em relação a Belo Monte.

Só um minutinho, por favor. Está? Sim, entendeu? Eu gostaria de dizer isso para ele, que não fique aborrecido, porque aborrecido que era para estar aqui que somos nós, para sair de tão distante para chegar aqui para em poucas palavras que eu entendi que estamos mentindo em relação quando falamos que não houve a oitiva nas áreas indígenas. Entendeu?

Então, gostaríamos de ser ouvidos e que realmente quando fosse assinado um documento que fosse realmente verdadeiro, entendeu, que afirmasse realmente, porque agora, no momento, eu não estou com o documento aqui da FUNAI, mas que está lá a assinatura que foi feita as oitivas nas áreas indígenas, a qual nunca foram feitas, entendeu, e só ouvimos reclamações dos outros povos indígenas em relação a hidrelétrica

Então, estamos aqui para mostrar a nossa insatisfação, a nossa indignidade em relação a esse empreendimento, da qual é absurdo, é inaceitável para nós indígenas, então, senhor representante da FUNAI. Então, eu gostaria até de falar um pouco mais aqui, porque ficamos muito chateados em relação a vocês, porque o que eu confirmo o que o parente Xavante Alexandre falou, que a FUNAI é a funerária do índio. E é mesmo.

Porque ela está para defender o índio e em momento algum ela falou, foi nas áreas indígenas falar em relação a Belo Monte, o que ia acontecer, o que ia nos prejudicar.

Então, que estamos sendo chamado,s que eu entendi, estamos sendo chamados de mentirosos. Quem é os verdadeiros mentirosos? Quem lhe garante que o pessoal que foram encarregados para fazer essas oitivas eles fizeram de fato?

E qual é o documento que comprova que foram feitas essas oitivas nas áreas indígenas.

[soa a campainha]

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Passo a palavra, como último inscrito, é o Sr. Luiz Xipaia, para uma breve manifestação.

SR. LUIZ XIPAIA: Boa-tarde, boa-tarde a todos.

Sr. Senador, eu sou Luiz Xipaya, sou cacique do povo Xipaya, da aldeia Tukayá, só faço, sou Presidente do Conselho Indígena de Altamira, o COIA, represento também a Associação dos Povos Indígenas Xipaya, da Aldeia Tukayá.

Eu tenho a dizer para V.Sa. que o desrespeito, não só da FUNAI, mas dos governantes desse país também com relação aos povos indígenas, já passou dos limites.

Nós, povos indígenas, estamos cansados, cansados e prontos para uma guerra, para uma batalha relacionado principalmente a Belo Monte. Eu gostaria, no momento, não entrar em detalhes, em conversas que já falaram o suficiente.

Eu gostaria se o senhor me permitir [soa a campainha] eu ler um comunicado dos povos indígenas da nossa região.

“À Excelentíssima Sra. e Excelentíssimos Srs. Deborah Macedo Duprat, Vice-Procuradora-Geral da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia, Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente, Márcio Meira, Presidente da FUNAI, Roberto Messias Franco, Presidente do IBAMA, Tarso Genro, Ministro da Justiça, Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Nós, povos indígenas, aqui representando povo Kayapó, da Aldeia Kokraimoro, Pykarãrãkre, Kikretum, Las Casas, Kriny, Moikarakó, Kayapó do Xingu, Aldeia Kararaô, Xipayá, Aldeia Tucumam e Tucaia, Juruna Aldeia Paquichamba KM17, Vitória do Xingu, Arara da Volta Grande, terra indígena Anhangá, povo Arara Cachoeira Seca e povo de outra região Yanomami e Guarani, de São Paulo Aldeia Krucutu.

Queremos comunicar o seguinte: excelentíssimos representantes do governo brasileiro [soa a campanha] e Procuradoria Geral da República, nós povos indígenas do Brasil, preocupados com as ações que tem o Brasil direcionado às populações indígenas e desrespeito do Governo com as referidas populações, temos a lhes dizer que após o primeiro contato da chegada dos não-índios nesse país, os povos indígenas foram massacrados, dizimados de forma brutal, ignorados pelos seu representantes.

Tivemos perdas significativas das populações indígenas nesse país onde em nenhum momento a sociedade tratou esses povos com devido respeito.

Que após 500 anos de contato com essa civilização, os povos indígenas no Brasil só tiveram perdas territoriais, precariedade, desrespeito em seus direitos humanos e com falta de integridade moral para com os povos indígenas ainda existentes nesse Brasil.

Senhores representantes do Governo, nós, povos indígenas, aqui, representados, estamos denunciando para vosso conhecimento do desrespeito do Governo Federal para com as populações indígenas, especificamente no que concerne ao projeto a ser executado na região de Altamira, Volta Grande do Xingu, projeto esse destinado a aproveitamento hídrico para a geração de energia elétrica, que afetará as populações indígenas dessa região e de toda a Bacia Hidrográfica do Xingu.

Há 20 anos os povos indígenas dessa região falaram em encontro, no ano de 1989, e deixaram claro que esse projeto é inviável para ser implantado no Rio Xingu.

Os povos indígenas em 2008, em outro grande encontro voltaram a falar e debater contra esse projeto, que seria implantado nessa região. E mais uma vez o governo desrespeita os povos indígenas, des-

respeitando a convenção 169 da OIT, sendo o governo brasileiro consignatário.

Mais uma vez estamos aqui, povos indígenas em Brasília, para falar sobre Belo Monte, ao longo desses 20 anos de luta dos povos indígenas contra o projeto dessa HE Belo Monte, o governo teve tempo suficiente para apresentar propostas alternativas para as populações indígenas dessa região e não o fez.

Os povos indígenas cansados dessa luta onde o Governo só houve aquilo que lhe interessa, estamos querendo pôr fim nesta história macabra para os povos indígenas.

Senhores representantes do governo brasileiro, nós, povos indígenas, representados nesse comunicado, estamos solicitando de vosso conhecimento para impedir que posição negativa possa vir a acontecer nessa região.

Se o governo continuar nos desrespeitando como povo brasileiro e como povo indígena, e como primeiro habitante desse país, ao longo de 500 anos estivemos a mercê do governo, servindo como massa de manobra, como soldado de proteção à natureza, onde nem sequer somos donos das terra que ocupamos.

Nós, povos indígenas, como defensores da natureza estamos cansados de ver os não-índios destruir as nossas florestas com a convivência das autoridades governamentais e judiciárias desse país.

Vendo toda essa situação, nós tomamos a seguinte medida: nós indígenas não vamos sentar mais com nenhum representante do governo, para falar sobre a HE Belo Monte, pois já falamos tempo demais e isso custou 20 anos de nossa história.

Se o governo brasileiro quiser construir Belo Monte da forma arbitrária como esta sendo proposto, que seja de total responsabilidade desse governo e dos seus representantes, como também da Justiça, o que virá a acontecer com os executores dessa obra, com os trabalhadores e com os povos indígenas.

O Rio Xingu pode virar um rio de sangue, esta é a nossa mensagem que o Brasil e o mundo tenha conhecimento do que pode acontecer no futuro se os governantes brasileiros não respeitarem os nossos direitos como povos indígenas no Brasil.”

[palmas]

Sr. Senador.

[manifestação da plateia].

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Atenção.

[soa a campanha]

[manifestação da plateia].

SR. LUIZ XIPAIA: Sr. Senador, só para concluir o meu raciocínio, gostaria de entregar cópia desse documento, onde entregamos ontem para a Deborah Macedo Duprat, a Vice-Procuradora Geral da República, onde encaminhará para todas essas pessoas mencionadas aqui uma cópia.

Gostaria também de deixar aqui nessa Audiência Pública também cópia desse documento e dizer para todos os governantes desse país, que respeitem os povos indígenas, que tratem os povos indígenas com mais respeito.

Que vocês, representantes da FUNAI, que foi órgão criado para falar em defesa dos povos indígenas, olhe e veja enquanto aqui em Brasília vocês estão aqui, nós povos indígenas estamos lá na aldeia sofrendo a miséria, a precariedade da nossa vida.

Então, vá, eu gostaria que esse Governo tirasse uma comissão de deputados, de governadores, de senadores, que fosse visitar as terras indígenas para ver como é que vivem os povos indígenas na miséria e o Governo não faz nada para melhoria dos povos indígenas.

Essa é a nossa indignação com relação ao Governo por não tratar nós, povos indígenas, com o devido respeito que nós merecemos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado, Luiz Xipaia, acolhemos o manifesto e documento que você acabou de ler e apresenta o indicativo a quem ele está endereçado.

Nós também, em nome da Comissão de Direitos Humanos, faremos chegar às mãos de todos que foram endereçados esse documento para também compartilhar dessas preocupações que vocês expressam nesse documento.

Evidentemente, pelo próprio espírito da atividade que realizamos, atividade do Poder Legislativo, do Congresso Nacional, que é pautada pelo debate nos diversos problemas nacionais de todos os povos, de todas as regiões, de todas as tribos de todas as etnias.

Evidentemente que nós aqui sempre buscamos debater baseado num diálogo franco e sincero, aberto e transparente e vocês, só queria falar que se vocês pudessem depois ponderar, ao dizer que não estão mais dispostos a participar de nenhuma audiência e nenhum diálogo, de sentar com quem quer que seja, por conta dos enfrentamentos desses mais de 25 anos de luta e resistência.

Evidentemente, seremos sempre acolhedores do desejo dos que lutam, dos que estão aí nessa grande batalha, mas lhes dizer que nós, da nossa parte, sempre buscaremos debater e a melhor forma de diálogo para fazer cumprir as leis de nosso país, respeitar os povos

indígenas e em especial os que lutam na resistência contra o projeto hidroelétrico de Belo Monte.

Só para fazer essa consideração e retornando agora a palavra aos membros da Mesa, para que possam oferecer respostas e suas considerações finais, visto que, ao final mesmo, teremos que adotar aqui algumas sugestões de encaminhamentos.

A palavra agora, eu vou começar da esquerda para cá, o Dr. Francisco Hernandez, depois Dr. Aloysio e Antônia Melo, nessa ordem.

SR. FRANCISCO DEL MORAL HERNANDEZ: Eu vou ser breve eu vou simplesmente fazer um agradecimento pelo convite--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu gostaria de um pouco de silêncio, para que possamos acompanhar a exposição dos nossos convidados.

SR. FRANCISCO DEL MORAL HERNANDEZ: Eu gostaria de agradecer ao convite da Comissão de Direitos Humanos do Senado, agradecer ao Senador José Nery, ao Senador Cristovam Buarque.

Agradecer, obviamente, aos movimentos sociais de Altamira, o movimento Xingu Vivo para Sempre, que nos convidou para estar aqui presente nessa condição de representante dessas discussões a respeito de questões mais técnicas e mais relacionadas sobre essa análise crítica que fizemos sobre o empreendimento.

Queria agradecer também a presença do Dr. Aloysio, porque nós viemos numa delegação aqui para Brasília, participar de duas audiências públicas, ontem no Ministério Público Federal e na verdade não houve a presença, vamos dizer assim, dos principais protagonistas que estão propondo esse projeto de Belo Monte. Então, nós não conseguimos estabelecer nenhum diálogo.

Hoje, a presença aqui do Dr. Aloysio permitiu um diálogo com a FUNAI e isso foi muito produtivo, muito importante, então, eu queria deixar o meu agradecimento direcionado também ao Dr. Aloysio.

Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço ao Dr. Francisco Hernandez e concedo a palavra ao Dr. Aloysio Guapindaia, aqui representando a FUNAI.

SR. ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPINDAIA: Obrigado, Senador. Não tenho mais muito a acrescentar do que eu já falei.

Eu preciso, estive aqui com vocês, dizer isso a vocês. Eu estive aqui com vocês no melhor espírito democrático, de discussão e de debates, até porque nós da FUNAI consideramos que uma importante obrigação

de uma instituição pública é realizar suas atividades com a total transparência.

Em que pese algumas falas que foram falas muito apaixonadas, e a gente tem que entender que isso é um processo de luta da sociedade e os movimentos sociais são uma parte importantíssima do desenvolvimento do Estado Brasileiro.

É evidente que a nossa discussão aqui foi uma discussão de pontos de vista diferentes. E um debate se realiza com qualidade, na medida que isso fica bem, quando isso fique bem colocado.

A FUNAI é um órgão que existe para promover e proteger as populações indígenas. Em tudo o que importa a promoção e proteção. Independente de quem esteja hoje na Instituição, na direção da Instituição, essa é uma Instituição que deve muito orgulhar o Estado Brasileiro e as populações indígenas, porque é uma instituição que tem 40 anos de história e se somando ao tempo do SPI, ano que vem teremos cem anos de história de política indigenista no nosso país.

Esses cem anos, eles significam erros e acertos. Talvez muito mais erros do que acertos. Talvez. É difícil avaliar.

Agora, no entanto, a existência de uma política indigenista no nosso país deu aos índios e talvez essa dívida o Estado Brasileiro não pague nunca, mas deu aos índios quase 13% do território nacional em terras indígenas, com o objetivo claro de fazer a proteção dessas populações.

Então, aqui, nós não estamos aqui, eu não estou aqui com vocês enquanto a pessoa, porque enquanto pessoa eu tenho os meus posicionamentos ideológicos, é verdade, todos nós temos, vocês têm, eu tenho aqui, o Senador, todos nós temos. E é bom que tenhamos. Um Estado Democrático de Direito se constrói assim, é na divergência e nas diferenças e no respeito a elas que nós construímos esse Estado.

E a FUNAI trata de uma população que merece o respeito do Estado Brasileiro, que merece o seu reconhecimento enquanto uma população diferenciada e que tem os seus direitos diferenciados assegurados na Constituição, no 231.

E para falar no 231, lá é muito claro quando diz que um determinado empreendimento se realiza dentro de terra indígena ou suprima o território indígena, as comunidades indígenas afetadas precisam ser escutadas pelo Congresso Nacional.

Ora, aí para entrar na questão das oitivas, é verdade também que esse tema volta fortemente na OIT, que lá é tratado sobre um outro aspecto, lá é tratado não empreendimento [soa a campanha], que afetam, que se realizam dentro de terra indígenas, lá trata de todo e qualquer empreendimento que afetam uma co-

munidade indígena, precisa, o Poder Público precisa escutar essa comunidade.

Agora é verdade também que não está escrito em lugar nenhum, nenhum na norma legal, o que é oitiva indígena, não está. O que eu falei aqui é que a FUNAI adota um procedimento institucional interno, e foi isto que nós fizemos. E quando nós confrontamos isso, a obrigação do parecer da Ministra Ellen Gracie, nós dissemos que nós cumprimos com ao parecer da Ministra. Então é só isso.

Eu concordo com vocês, afinal de contas o que é a oitiva indígena? Que tipo de procedimento o órgão público deve adotar para fazer essa oitiva indígena? O que deve realmente ser consultado numa determinada área de interesse do Governo Federal ou de outros grupos econômicos que afetam a terra indígena.

Qual é o resultado que isso deve ser alcançado nesse processo? Nós não temos uma regulamentação nessa direção. E até deixo aqui, como sugestão a essa Casa, que pudéssemos fazer essa regulamentação, porque é uma regulação da própria OIT, que é a OIT nós sabemos, o Governo Federal e essa Casa, ela incorporou como uma lei, tem um Decreto Legislativo que reconhece a OIT como válida e para ser aplicado em território nacional.

Mas ainda carecemos de uma regulamentação importante, que defina o que é oitiva indígena e quais são os procedimentos que o órgão indigenista deve adotar para isso. O que os nossos servidores técnicos falaram em alguns locais, eles estavam se referindo e eles falaram mesmo, mas eles estavam se referindo, só para concluir, que aquilo que nós estávamos fazendo lá que era o procedimento interno da FUNAI.

Aquilo que a FUNAI faz enquanto rotina, consulta às populações, não é? E foram perguntados: "Isso é oitiva?" Eles disseram: "Não é." Porque eles disseram "não é"? Porque não é aquilo que o Congresso Nacional determina enquanto oitiva, aquilo que o Congresso Nacional fala. Até porque esse empreendimento não tem supressão do território nacional. Então aí a FUNAI considera que não se aplica o 231, mas se aplica, sim, a OIT.

A OIT é perfeitamente aplicável nesse caso. E é isso que nós buscamos cumprir com essa obrigação. Então fica aqui, como sugestão, para que nós possamos ter uma regulamentação e uma definição na norma legal, o que vem a ser, de fato, oitiva indígena, porque aqui nós temos uma fragilidade, nas normas legais que define a relação do Estado brasileiro para com as populações indígenas. Isso é fato.

Então, a gente precisa avançar nesse processo é essa a mensagem que eu quero deixar aqui e dizer a todos vocês, aos Senadores, agradecer o convite e

dizer a vocês representantes das populações indígenas que a FUNAI estará sempre a disposição para fazer as discussões, para fazer os debates, inclusive quando essa Casa nos convidar, sempre fazemos questão, quando ela nos convida, sempre fazemos questão de estar presente nas discussões.

Muito obrigado, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço ao Dr. Aloysio Antonio Castelo Guapindaia, aqui representando a FUNAI, pelo comparecimento, pelos esclarecimentos e, sobretudo, aqui reconhecer que das instituições públicas convidadas foi o órgão de governo que compareceu a essa audiência. Por isso, como os demais deveriam ter igualmente aqui estado presente.

Então, agradecemos a contribuição a esse importante debate.

Vamos ouvir Antônia Melo, representando o movimento Xingu Vivo para Sempre, em sua considerações finais.

SRA. ANTÔNIA MELO: O movimento Xingu Vivo para Sempre, com toda a sua representação aqui, nessa Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Senador Nery, agradece imensamente o seu esforço e o seu compromisso enquanto Senador do Pará, do Pará em que vivemos essas mazelas dos atropelamentos e dos saques dos nossos recursos naturais por esses grandes empreendimentos, mineadoras, enfim.

Então, agradecemos bastante o seu empenho e temos certeza que a nossa voz hoje aqui não é em vão, daqui sairão os encaminhamentos para que possamos avançar nesse processo de discussão, de levar a nossa voz a todas às autoridades, ao conhecimento, enfim, de todos e não só do Brasil, mas fora do Brasil e de outros países da América Latina e da América do Sul, que também sofrem com esses empreendimentos, irmãos e irmãs nossos latino-americanos, enfim.

Queremos dizer e ressaltar aqui, com firmeza, que esta é uma fala apaixonada dos agricultores da Volta Grande do Xingu, que estão sendo ameaçados, sofrendo tortura psicológica, por perderem suas terras agricultáveis, trabalhadores e trabalhadoras rurais que há 20, 30, anos 40, anos dedicaram ali o seu sacrifício e que hoje estão vivendo com dignidade porque ali produziram, lutaram para ter a sua alimentação e ainda vender para as cidades, estar na cidade para contribuir com alimentação do povo da cidade.

É a fala apaixonada dos ribeirinhos que estão ameaçados de perder suas terras também, agricultáveis, de perder o seu rio para tirar o seu alimento, torturados também psicologicamente pelas empresas, ELETRONORTE, ELETROBRAS, e essas empresas

que ao longo desses meses, desses anos mentiram e enganaram esses povos.

É a fala apaixonada dos indígenas que aqui já se mostraram torturados de perder seus rios, suas terras, suas culturas, é a fala apaixonada dos povos das comunidades, das cidades ameaçadas de ser alagadas, expulsas de suas terras, de suas casas.

É a fala apaixonada de nosso Bispo Dom Erwin, ameaçado de morte por conta desse empreendimento e que está dizendo ao lado dos povos excluídos e prejudicados por esses empreendimentos.

É a fala apaixonada de todas as pessoas, entidades que nos apóiam e que vê nesses projetos, projetos de morte e destruição da nossa Amazônia e do nosso país.

É a fala apaixonada de tantas pessoas, das mulheres, das crianças, dos jovens da nossa região, que estão vendo sua cultura, que estão vendo seu futuro ser ameaçado por esse empreendimento, um empreendimento de morte.

É a fala apaixonada, sim, Dr. Aloysio, das pessoas que lutam para ter uma democracia realmente participativa e não uma democracia mascarada, que não respeita as populações, que não ouve as populações.

É uma fala apaixonada, sim, da ética, do compromisso, da Justiça, dos direitos humanos, de todo esse povo que sonha e que quer e que já faz da nossa região, do nosso país, da nossa Amazônia, um outro modelo de desenvolvimento, buscando a dignidade, a preservação e a conservação da nossa natureza, do nosso meio ambiente e de todos os povos.

Obrigada

[palmas]

E eu queria, só para complementar, Senador Nery, dizer que, diante de tudo que foi apresentado aqui, do que os especialistas mostraram, da inviabilidade desse monstro projeto, de tudo que os povos indígenas falaram aqui, de tudo o que está sendo falado e discutido, já se tem claro, efetivamente, muita clareza desse projeto inviável, monstruoso, destruidor.

Portanto, nós pedimos que nos ajudem a em documentos, em processos, enfim, para que esse projeto seja abandonado definitivamente, porque Belo Monte é um projeto inviável, um projeto de morte e destruidor e, portanto, nós queremos o fim desse projeto.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Os nossos cumprimentos a Antônia Melo, representante do Movimento Xingu Vivo para Sempre.

Eu queria, então, agora, sugerir encaminhamentos que serão tratados e deliberados nessa Comissão de

Direitos Humanos, para que esse debate ocorrido aqui nessa Audiência Pública não se esgote aqui e agora.

Primeiro, dizer às representações todas que aqui compareceram, do Governo, na pessoa do Dr. Aloysio Guapindaia, representando a FUNAI, do painel de especialistas que produziu um estudo crítico sobre os impactos do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte, na pessoa do Dr. Francisco Hernandez, cumprimentar a todo o grupo de especialistas que se dedicaram a esse trabalho e a esse brilhante estudo.

Agradecer a presença da Antônia Melo, da Antônia Melo, que por tudo que expressou nessas suas últimas considerações, afirma a luta dos povos do Xingu de forma muito autêntica, como de fato tem ocorrido nesses últimos 25 anos.

Agradecer ao Dr. Rodrigo Timóteo Costa e Silva, Procurador da República em Altamira, que aqui também contribuiu nesse importante debate.

Aos Srs. Senadores e Senadoras que aqui compareceram

E é claro, e a toda a representação de todos os movimentos que se fizeram aqui presentes.

Queríamos, primeiro, tomar como encaminhamento a realização de novas audiências nesta Comissão, convidando os órgãos que aqui não compareceram, mas também com as presenças dos que aqui hoje aqui estiveram para que possam prestar, em respeito a essa Casa, a essa Comissão de Direitos Humanos, mas especialmente em respeito às organizações dos movimentos sociais que são, na verdade, os grandes autores, dessa Audiência Pública, que se sentiram desrespeitados com a cadeira vazia da ELETROBRAS e do IBAMA.

Vou discutir com os membros da Comissão a possibilidade da formação de um grupo de estudo e acompanhamento específico para solicitar, em primeiro lugar, os documentos relativos a esse processo já produzidos, seja pelo IBAMA, pela FUNAI, pelos empreendedores, pelo painel de especialistas e sugerir que um grupo de estudos nos auxilie no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Meio Ambiente e, provavelmente, outras comissões afins da Casa, para um estudo de todos esses documentos, de todos os depoimentos das afirmações feitas aqui nesta audiência, das afirmações dos debates realizados no âmbito da audiência ocorrido ontem na sede da Sexta Câmara do Ministério Público Federal, das próprias Audiências Públicas realizada pelo IBAMA, pelos empreendedores no Pará e em Altamira e em Belém, para que possamos contribuir de forma mais direta no mais completo esclarecimento destes estudos, para o pleno cumprimento da Constituição brasileira, das nossas leis e do respeito à luta daqueles

que entendem que Belo Monte não é necessário. As razões são muitas.

[palmas]

Também, vamos verificar a possibilidade de realização de oitivas, de audiência desta Comissão de Direitos Humanos em 2010, no primeiro semestre de 2010, no Estado do Pará. Vamos propor Belém e Altamira, mas essa é uma questão que deverá ser definida através de requerimento que vamos apresentar ao colegiado.

Considerando as denúncias que nos chegaram quanto as pressões para que os diretores, o Diretor de Licenciamento Ambiental do IBAMA, bem como a Diretoria do IBAMA como um todo, que vem sofrendo ilegítimas, graves pressões para apressar o licenciamento, inclusive todos nós sabemos já foram anunciadas pelo menos três ou quatro datas como limite para que esse licenciamento seja concluído, publicado, autorizado.

Queremos comunicar que faremos contato ainda hoje com a direção do IBAMA, para manifestar nossa preocupação com esse tipo de pressão indevida e, sobretudo, reafirmar que um instrumento, um órgão do Estado brasileiro, como é o IBAMA, não pode se sujeitar, de forma alguma, a pressões de empreiteiras, de grandes grupos econômicos, que na verdade serão os grandes beneficiários com o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte.

[palmas]

Então, manifestaremos claramente, não só eu, vou telefonar, mas vou pedir ao próprio Presidente Cristovam Buarque que o faça, porque não se pode admitir pressão ilegítima quando elas têm necessidade de tempo, para fazer os estudos que considerem necessários, da forma mais abrangente, da forma mais isenta possível, para apontar quanto a viabilidade ambiental, social e econômica daquele empreendimento.

Eu creio que aqui conseguimos, pelo menos, colocar na Mesa, da forma mais clara, os aspectos mais relevantes desse debate, mas está longe de chegarmos a uma conclusão, a um consenso, porque as posições são muito definidas, não é? Os que querem e os que não querem Belo Monte.

Então, a Comissão fica aqui de prontidão para acolher, a todo momento que seja necessário, as contribuições de todos os órgãos envolvidos nessa questão e, em especial, que os movimentos que estão em torno dessa luta possam dizer no Pará, que contam aqui no Congresso Nacional com o apoio para o debate, para a discussão, para aprofundar essa luta dessa Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O companheiro pediu a palavra insistentemente, eu creio que tenha alguma sugestão a fazer. Nós concedemos a palavra.

SR. LUCIMAR BARROS DA SILVA: Eu sou Lucimar Barros da Silva, sou agricultor da Volta Grande, eu quero declarar ao senhor que eu peguei 117 assinaturas para ter uma Audiência Pública dentro do nosso Travessões.

Que lá nossa estrada é muito difícil, o prefeito não liga para a estrada para que os nossos amigos agricultores, meus vizinhos, aqueles senhores de idade, todos pudessem se expressar em frente a ELETROBRAS.

Mandamos no tempo certo, a Renata mandou para o IBAMA aqui para Brasília e não tivemos resposta.

Os nossos agricultores até hoje estão esperando a resposta.

E quero apelar também, se houver mais audiência, que tenha dentro do nosso Travessões, porque nós agricultores somos muito tímidos, o agricultor tem que ir lá com ele, que o agricultor muitos deles morre no canto, são muito tímidos, que tenha Audiência Pública dentro dos Travessões, para ficar mais fácil todos os agricultores expressar seu sentimentos em frente ao grande projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado, consideraremos essas suas sugestões em Audiência Pública posterior ou tratando mais diretamente do assunto que interessa aos agricultores da região.

Eu queria também dizer, Dr. Aloysio, que acolhemos a sugestão que o senhor apresentou, quanto a necessidade de regulamentação do que significa os procedimentos para uma oitiva indígena, bem como outros temas afins e dizer que estamos a disposição para acolher essas sugestões e juntos aqui possamos elaborar a proposição legislativa que contribui efetivamente para regulamentar uma questão que, preenchendo aí uma lacuna existente, constatada nesse debate, e que portanto nós também acolhemos essa sugestão apresentada por V. Sa..

E, ao final, agora agradecer a presença de todos, dizer que aqui nem é um ponto de partida, nem é o fim da caminhada, é mais um momento para afirmar a participação política do nosso povo nos espaços públicos como essa Comissão, aqui pode realizar, quando realiza uma audiência como essa.

E dizer que ao retornar, cada uma para suas casas, para suas comunidades, para o seio do nosso próprio povo, dos companheiros e companheiras que estão nessa luta, levem a todos e a todas um abraço de reforço, de esperança, de fé, e de compromisso

naquele Brasil que deve respeitar principalmente os direitos dos mais pobres.

Um grande abraço, está encerrada a Audiência Pública.

[palmas]

Sessão encerrada às 14h32.

ATA DA 44ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e nove, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **Paulo Paim, Flávio Arns e Marcelo Crivella**. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Item Único.** Audiência Pública, **nos termos do Requerimento nº 42, de 2009 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 01/10/09, com vistas a debater o tema “**As oportunidades para trabalhadores negros e mulheres no acesso, ascensão e remuneração nos supermercados**”. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. Convidados que comparecem: **Otávio Brito Lopes** – Procurador Geral do Trabalho; **Ilza Aparecida Marques Zilli** – Advogada e Consultora Jurídica do Grupo Pão de Açúcar, em representação ao **Senhor Claudio Galeazzi – Escritório Central do Grupo Pão de Açúcar**; **Frei Davi Santos** – Coordenador da Educafro; **Lourenço do Prado** – Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), em representação ao Senhor **Ricardo Patah** – Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo; **Arlton Sousa** – Gerente de Relações Institucionais do Grupo Wal-Mart, em representação ao senhor **Héctor Núñez** – Escritório Central Wal-Mart Brasil; **Moriel Landim Franco** – em representação ao senhor **Jean-Marc Pueyo** – Escritório Central do Carrefour Brasil; **Gilberto Augusto Leitão Martins** – Magistrado Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região, em representação ao Magistrado **Luciano Athayde Chaves** – Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Inicialmente, o Senhor Presidente, Senador

Paulo Paim, conclama a todos os presentes a assistir um vídeo intitulado *Physically Challenged Kids Running – Stalin* (Fonte: Internet YouTube), a respeito de uma competição ocorrida há época dos Jogos Olímpicos de Seattle entre garotos portadores de deficiências física e mental, que demonstram solidariedade para com um dos competidores de uma corrida de 100m rasos ao levá-lo após uma queda e desistirem da vitória para auxiliarem-no a romper a fita de chegada todos juntos. O Senhor Presidente chama os senhores convidados que comparecem à mesa e passa a palavra a eles. Após a explanação dos senhores convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 13 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento 42/2009, CDH, de autoria desse senador, aprovado em 1/10/2009, para debater o tema *As Oportunidades para Trabalhadores Negros e Mulheres do Acesso, Ascensão e Remuneração no Mercado de Trabalho*. Aqui especifica supermercados, mas, para mim, pode ser mais abrangente, e não somente nos supermercados. Foram convidados: Otavio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho; Vilma Leite Machado Amorim, Coordenadora Nacional da Coordenadoria Internacional da Promoção da Igualdade, Oportunidade e Eliminação da Discriminação no Trabalho; Sussumu Honda, Presidente da Associação Brasileira de Supermercados, ABRAS; Fábio Leal Cardoso, Procurador do Trabalho; Laís Abramo, Presidente da OIT; Ailton Souza, Gerente de Relações Internacionais do Grupo Wal-Mart, em representação ao Sr. Héctor Núñez; Mariel Landin Franco, Diretor de Assuntos Corporativos do Grupo

Carrefour; Ilza Aparecida Marques Zilli, advogada e consultora jurídica do Grupo Pão de Açúcar, em representação ao Sr. Claudio Galeazzi, do Escritório Central do Grupo Pão de Açúcar; e, ainda, Lourenço de Padro, Presidente da União Geral dos Trabalhadores, representando aqui o Sr. Ricardo Patar, que é o Presidente da UGT. E também o Frei David, da EDUCAFRO. O Frei David também está aqui, presente, e participou da outra reunião.

Me permitam que, como hoje, no dia de hoje, nós estamos aqui, no Senado, na 5ª Semana de Valoração da Pessoa com Deficiência, o Senado, inclusive, convidamos a todos a participar de 15 a 12 desta semana tão importante da valorização da pessoa com deficiência. O título é *Abraçando as Diferença*. Eu me sinto incorporado nesse processo. Sou o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi muito polêmico, o debate. Nós avançamos muito, e, acredito, depois que o Senado aprovou e foram realizados cinco encontros regionais no país, é bem provável que, no dia 21 de setembro do ano que vem, o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, lei, também, de minha autoria, o Presidente da República vai poder sancionar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, já que estamos construindo um grande entendimento. Eu recebi hoje, pela manhã, um pequeno vídeo e confesso que foi de uma sobrinha minha, a Daniela, que mora em Belo Horizonte, e eu tomei a ousadia de, homenageando a luta das pessoas com deficiência, embora eu não vi o vídeo ainda, só que ela me disse que o vídeo é muito bonito e que mostra a unidade do nosso povo, da nossa gente, apesar da deficiência. Então, em uma homenagem a esta 5ª Semana da Valoração da Pessoa com Deficiência, eu gostaria que o vídeo fosse passado nesse momento. Se puderem apagar as luzes, eu acho que ajuda, deixando só o necessário para a câmera.

[exibição de vídeo em outro idioma]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De crianças com deficiência.

[exibição de vídeo em outro idioma]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais som, ou não? Só tem som no meu.

[exibição de vídeo em outro idioma]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, eu acho que a mensagem passou. Vamos à nossa Audiência. Vamos fazer da seguinte forma: eu vou convidando de dois a dois, as pessoas falam e retornam para a primeira fila. Eu chamo primeiro o Dr. Otavio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho. Faz favor. E convido, também, nesse momento, a Sra. Ilza Aparecida Marques Zilli, advogada e consultora jurídica do Grupo Pão de Açúcar, em representação ao Sr. Cláudio Galeazzi, do Escritório Central do Grupo

Pão de Açúcar. Em seguida, nós vamos convidando para fazer uso da palavra, aqui, na Mesa, os convidados, dois a dois.

Eu só quero fazer uma introdução, e vocês me permitam que eu faça nesse momento. O Ministério Público do Trabalho vem realizando um trabalho, no meu entendimento, exemplar, na luta contra o preconceito e a discriminação. Prova disso são os constantes diálogos que vem travando com os setores representativos do mercado de trabalho. Em nossa última audiência, contamos, dentre outros, com a presença da FEBRABAN, que assumiu o papel de valorizar as diferenças e vem ampliando um debate qualitativo e quantitativo em toda a rede de bancos brasileiros. Olha que é difícil eu elogiar bancos. Eu não descrimino ninguém, mas a audiência que tivemos aqui com a FEBRABAN foi muito boa, tanto na questão do negro no mercado de trabalho como também das pessoas com deficiência. Eles deixaram um dado, dizendo que eles têm quatro mil vagas à disposição para a gente mandar pessoas que possam ser ocupadas na sua atividade, desde que, claro, tenham algum tipo de capacitação para aquela área. Hoje, em um setor não menos importante, ouviremos a atuação do Ministério Público no setor supermercadista, mas, antes, não posso deixar de manifestar para todos aqui e aqueles que acompanham a TV Senado, como está o andamento, aqui, no Congresso, do Estatuto da Igualdade Racial.

Nós apresentamos a proposta do Estatuto da Igualdade Racial há dez anos, aqui, no Congresso. E, quando eu digo nós, é porque o movimento negro, o de direitos humanos, enfim, negros e brancos, todos aqueles que acreditam em uma sociedade sem preconceito e discriminação, assumiram a vanguarda de dialogar com a sociedade sobre a importância desse instrumento de distribuição social. O Estatuto, atualmente, está na CCJ do Senado. Já foi aprovado, por unanimidade, nessa Casa. Em seguida, ele foi para a Câmara dos Deputados. Agora, retornou e está, repito, na CCJ. Ao longo dessa trajetória, a proposta ideal da reparação aos 300 anos da escravidão e da ausência de políticas públicas foi sofrendo mutilações, e o movimento, formado por negros e não negros, acabou, por bem, aceitar a retirada de alguns pontos do Estatuto que, para nós, eram fundamentais, lá, na Câmara dos Deputados, para garantir a aprovação do mesmo. Mas, infelizmente, a mutilação está chegando ao extremo. Logo aprovaremos, se continuar assim, somente a capa do estatuto. Primeiro, foi exigido que fosse retirado do projeto original o Fundo de Promoção da Igualdade Racial. Em seguida, modificamos alguns artigos que eram determinativos para autorizativos, concordamos

também. Retirou-se, também, as cotas nas universidades, concordamos também. Retirou-se as cotas na mídia, concordamos também. Retirou-se, também, o ponto relativo às mulheres negras, concordamos também. Retiraram a questão quilombola, concordamos também. Diminuiu o percentual de negros nas candidaturas dos partidos políticos, concordamos também. Retirou-se o quesito cor, concordamos também. Retiraram pontos relativos à saúde da população negra, concordamos também. Agora, querem retirar todo o capítulo sobre saúde da população negra. O conceito sociológico, antropológico, de raça, e as cotas no mercado de trabalho. Enfim, praticamente, estão desmontando o Estatuto, que foi fruto de um trabalho de 12 anos, 12 anos. Sou a favor de um Estatuto que estabeleça direitos e crie diretrizes para as políticas de igualdade das instituições públicas e privadas. Em relação ao parecer, que hora está em debate na comissão, recebi inúmeras correspondências de negros e brancos, que discordam radicalmente das mudanças de supressão daquilo que restou do Estatuto, lá, na CCJ. Não vou ler aqui, mas, por exemplo, recebi uma carta do Frei David, da nossa sempre militante lutadora, Edna Roland, que faz uma crítica muito, muito dura, muito, muito dura, à postura daquilo que está querendo se fazer agora, na CCJ, aqui, do Senado.

Em resumo, ela diz, no final: "Nos tirem tudo, mas não o direito de lutar e a dignidade". Eu não vou ler aqui as considerações que ela faz em relação ao que está sendo proposto lá na CCJ. Mas guardarei esse documento com muito carinho e vou pedir que se registre ele nos anais da comissão e também nos anais, à tarde, aqui, no Plenário do Senado da República. A história tem que saber que houve um momento como esse, como houve momentos na Lei Áurea. Houve aqueles que eram contra a Lei Áurea, apesar das suas limitações, e houve aqueles que eram a favor da Lei Áurea. E vejam que a gente não consegue, quase, hoje, lendo os livros da história, saber, efetivamente, aqueles que eram contra a Lei Áurea. Poucos nomes que a gente consegue resgatar, porque foi mandado queimar os livros para que esses nomes não ficassem na história do Brasil. E, pelo que percebo aqui, nós estamos, hoje, em um debate quase semelhante a esse, entre os escravocratas da época e aqueles que queriam, efetivamente, a liberdade do povo negro. É um debate muito duro, muito duro. A gente lamenta o ponto que chegamos. Eu confesso que fiz de tudo para construir o entendimento. Aceitei, inclusive, as mudanças profundas que aconteceram lá na Câmara dos Deputados. Foi firmado um acordo na Câmara, com todos os partidos, todos, todos, todos, desde o PT ao PDT, ao PSB, ao PCdoB, o DEM, o PSDB, o PDT, o PMDB, enfim, não

teve um partido que ficou fora. Mas tem setores super conservadores que, depois de firmar o acordo, vieram para o Senado, querendo terminar de destruir o Estatuto da Igualdade Racial. Eu lamento ao ponto que chegamos. Eu confesso que não permiti que houvesse a votação na semana passada. Manterei a minha posição na CCJ: se for para destruir totalmente aquilo que foi construído por brancos e negros, pessoas de bem, que querem combater o preconceito, durante décadas, eu não vou pactuar com isso. Para mim, seria muito mais fácil, ao contrário do que alguns dizem, entrar para o meu currículo: aprovei o Estatuto do Idoso, aprovei o Estatuto da Igualdade Racial, aprovei o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência é um grande estatuto, é uma peça mágica, eu diria, para as pessoas com deficiência, onde todos os senhores estão aqui de uma forma ou de outra, o Ministério Público, com certeza, a Procuradoria-Geral do Trabalho ajudou muito. E será um grande estatuto, como é o Estatuto do Idoso. Mas o Estatuto da Igualdade Racial, é humilhante o texto que estão querendo que a gente concorde que seja aprovado.

Alguém já disse, e eu repito, uma frase que é conhecida: "Ao rei tudo, menos a honra". Como está, não dá para aceitar e, a menos que se caminhe para que se aprove algo, pelo menos, da forma que foi acordado lá na Câmara dos Deputados, é impossível, é impossível. E repito para aqueles que, às vezes, fazem crítica, quando eu tenho uma posição mais dura: eu sou um conciliador. Mas mesmo a conciliação tem limites, ela tem limites. Chega um momento que não dá, e aí vamos para o debate, vamos para o voto. E eu quero elogiar aqui a Edna Roland, que ela diz uma frase, no final, ela diz o seguinte: "É hora de perguntarmos, publicamente, aos parlamentares e setores do movimento negro, que estão nesse debate há anos, qual é o limite da negociação do projeto do Estatuto da Igualdade Racial? Tem que ter um limite. Já nos tiraram os dedos, as mãos, os braços, as pernas. Até onde irão recuar para atender à voracidade dos setores conservadores que querem nos impor termos indignos nesse processo de negociação?". Ela termina dizendo: "Lembro-me de Palmares, onde uma frase diz: 'Há momentos em que somente a derrota pode nos salvar'". Acho que essa frase é forte: "Há momentos em que somente a derrota pode nos salvar". Vamos à nossa Audiência Pública, e o estatuto, naturalmente, continuará o debate, até que cheguemos a um entendimento, ou, no voto, se perde ou se ganha. E a vida é assim. Se tivermos que recomeçar, vamos recomeçar tudo outra vez. Então, de imediato, eu passo a palavra ao Dr. Otavio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho.

SR. OTAVIO BRITO LOPES: ...de participar dessa Audiência Pública para tratar de um tema extremamente importante. Agora, há pouco, eu conversava com o Frei David, e ele me perguntou o que eu achava dessa questão do Estatuto da Igualdade Racial, no estágio em que se encontrava. É porque algumas pessoas entendem que é melhor um mal acordo do que um demanda. E eu fiz uma colocação. Eu digo: "Mas, Frei David, até que ponto está havendo uma negociação ou uma rendição?". Porque, dependendo da situação, é mais honroso ser derrotado. A honra está na derrota, em algumas situações.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível]

SR. OTAVIO BRITO LOPES: Não, de modo algum. E eu fico imaginando isso porque nós não somos racistas, não é isso? Imagine se fôssemos. Porque a gente percebe, hoje, que o grande mal do Brasil é que as pessoas não reconhecem a existência do racismo, mas basta olhar essa assembléia e nós vamos verificar a desproporcionalidade entre brancos e negros. Quando eu participei com algumas reuniões com as Centrais Sindicais, falando, exatamente, da questão racial e da questão da desigualdade de gênero, eu mostrei a assembléia de dirigentes sindicais e disse: "Olha, por que a questão racial e a questão de gênero, normalmente, não constam das convenções coletivas? Basta ver – aponte – essa assembléia de dirigentes sindicais: a grande maioria, homens, bancos". Então é óbvio que essa situação de preconceito, de exclusão, ela vai se perpetuando ao longo de tempo, porque as estruturas estão assim, e as pessoas tendem a manter a estrutura, manter as coisas como estão.

O senador elogiou a FEBRABAN, e eu, hoje, tenho a FEBRABAN, nessa questão da igualdade racial, como um parceiro valiosíssimo. Eu, realmente, rendo elogios à FEBRABAN, uma entidade representativa de bancos, que, normalmente, todos nós temos alguns preconceitos em relação aos banqueiros, mas eu, hoje, reconheço que a postura do setor empresarial foi extremamente importante, extremamente progressista. Eu até costumo dizer que, em cinco ações que nós ajuizamos, eu obtive uma postura muito mais progressista do setor empresarial do que, propriamente, do Judiciário. Obviamente, foram cinco ações, quer dizer, é um número muito reduzido. Eu não posso fazer um pré-julgamento do Judiciário como um todo. E dentro do próprio Ministério Público do Trabalho, eu enfrento dificuldades, que eu tenho colegas que entendem que nós não somos racistas, que não existe racismo no Brasil. Entendem, também, que não existe preconceito em relação a gênero. Mas quando nós vamos tratar da

pessoa com deficiência, a pessoa, normalmente, tem aquela... Que não é a postura correta, fica com pena: "Então vamos cuidar da pessoa com deficiência, porque nós sentimos uma pena, coitado". E também não é essa a postura. A pessoa com deficiência não está atrás de pena, está atrás de dignidade, está atrás de trabalho, está atrás de igualdade. Então, a própria postura, quando nós vamos enfrentar algumas situações de discriminação, é também uma postura equivocada, porque partimos do pressuposto de que são pessoas que são merecedoras de pena e não de cidadania, e a diferença é muito grande. O foco é totalmente diferente quando se trabalha com a noção de cidadania e quando se trabalha com a noção de piedade.

Em relação à questão racial e de gênero no mercado de trabalho, o Brasil reconheceu, perante a OIT, que discriminamos negros e discriminamos mulheres. Há esse reconhecimento. Os dados do IPEA, os dados do IBGE, os dados do meio acadêmico demonstram claramente um distanciamento de igualdade, seja na educação, seja na saúde, seja na oportunidade de trabalho, em relação a negros e em relação às mulheres. Mas nós insistimos em manter o *status quo*, brincar de avestruz, fazer de conta que não estamos vendo nada, que nada disso existe. Hoje, eu vejo o setor empresarial como um setor extremamente importante nessa visão de mundo futuro, do mundo que nós queremos deixar para os nossos filhos. Quer dizer, nós queremos deixar o mesmo mundo que nós recebemos, ou pior? Não. Nós temos que deixar um mundo melhor do que aquele que nós recebemos. E, para isso, nós precisamos de um engajamento. Eu trouxe aqui alguns dados em relação à questão racial, até para mostrar qual é o objetivo do Ministério Público. Eu vou pedir ao Santiago para passar os slides.

O nosso primeiro objetivo é fomentar o reconhecimento do problema da discriminação racial e de gênero. Reconhecer é o ponto de partida para a solução de qualquer problema. A discriminação e o racismo são chagas, são doenças sociais, e toda doença tem como pressuposto da cura, o conhecimento da doença. O objetivo é o seguinte: conclamar o empresariado nacional a trilhar o caminho de promoção da igualdade. Nós queremos o meio empresarial como parceiro, até porque, na questão... Com a *expertise* que adquirimos em relação às pessoas com deficiência, nós observamos de que nada adianta incluir a lei, determinar uma cota e incluir a pessoa com deficiência na empresa, e ela ficar ali, discriminada, jogada, largada e não inserida dentro do ambiente de trabalho. Pode passar para o próximo.

Como nós podemos afirmar que as desigualdades de emprego são causadas por discriminação?

Nós temos várias causas que geram uma diferença. Nós temos a segmentação do mercado de trabalho, as pessoas escolhem determinadas profissões, algumas profissões, obviamente, são mais bem remuneradas do que outras. Em algumas profissões, nós temos um número maior de homens do que de mulheres e vice-versa, mas essa é uma segmentação que ocorre naturalmente no mercado de trabalho. Nós temos, também, diferenças baseadas no merecimento, maior educação, maior experiência, maior treinamento, maior tempo de serviço. Mas nós temos, também, um tipo de diferença de admissão, de salário e de ascensão funcional que decorre, basicamente, do sexo da pessoa, da raça e da idade. E aí eu tenho o fator que é a discriminação, é esse que nós queremos combater.

O círculo vicioso da discriminação gera uma série de consequências, que nós nem sempre analisamos. Nós achamos que essa desigualdade social que existe hoje, no Brasil, esse abismo social, que nós não temos nada a ver com ele, nada. Mas não é verdade, porque nós temos, hoje, atitudes individuais, nós temos estruturas institucionais públicas e privadas, com processos de seleção, com práticas informadas por estereótipos e preconceitos. Isso gera uma discriminação que alimenta o processo de desigualdade socioeconômica que existe hoje, no Brasil.

O segundo objetivo é mostrar ao setor empresarial que é factível a utilização de ações pró-equidade de gênero e raça nas empresas brasileiras, e de uma forma bastante simples. Eu pego a questão do setor bancário, que nós fizemos uma negociação como essa, só que, na Câmara dos Deputados, e ali nós tivemos o Ministério Público do Trabalho de um lado, com o auxílio técnico do IPEA, a EDUCAFRO, CONTRAF, CUT, AFROBRAS e ARA, como sociedade civil, e, do outro lado, a FEBRABAN, que contratou a assessoria técnica do CEERT e contou com os 18 maiores bancos privados do Brasil participando desse projeto. Esse projeto resultou em... Nós não chegamos a concluir e nem firmar nenhum TAC, muito pelo contrário, nós nos reuníamos aqui na Câmara, em reuniões previamente agendadas, e estabelecíamos objetivos, metas: "Até a reunião seguinte, vamos chegar com tal meta atingida". Então, a primeira foi o mapeamento da diversidade no sistema bancário nacional. Como o IBGE trabalha com autodeclaração, o que nós fizemos? Autodeclaração, também, no setor bancário. Então foi feito um mapeamento da diversidade praticamente em todos os bancos no Brasil. Nós concluímos esse projeto. Nós pactuamos ações em prol da igualdade em cada um dos três âmbitos: admissão, ascensão funcional e inserção de pessoas com deficiência. Concluímos, também. E

agora nós estamos na etapa final do projeto, que é o monitoramento bienal dos resultados.

Então, o Ministério Público do Trabalho, junto com a própria FEBRABAN, entidades do Movimento Negro e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, agora, de dois em dois anos, vai fazer um monitoramento, um mapeamento e verificar os resultados que estão sendo alcançados, ou não. Procurar, onde não houver nenhum resultado, procurar ver qual o problema e tentar, junto com aquele determinado banco, aquela determinada empresa, enfrentar a situação de uma forma mais pontual.

Nós aprendemos muito com a FEBRABAN. Isso aqui foi uma ideia inclusive deles. A sensibilização do público bancário para reconhecer os problemas relacionados à discriminação racial, quanto a mulheres e pessoas com deficiência. Questão racial, questão das mulheres e pessoas com deficiência. A própria FEBRABAN entendeu, e nós concordamos, durante a negociação, que era preciso preparar o seu público interno, gerentes, supervisores e o público externo, as pessoas que lidam normalmente com o banco, mostrando e sensibilizando para a questão da discriminação.

Então, esses cartazes aqui foram produzidos pela própria FEBRABAN e distribuídos entre os bancos. Houve também um trabalho de conscientização do público interno de gerentes, de subgerentes, de diretores, todos participaram desse trabalho de sensibilização. Na segunda etapa, nós reconhecemos a realidade do setor econômico, visando compreender as principais causas das desigualdades raciais de gênero encontrada.

Então, os dados finais, esses aqui são dados obtidos em parceria com a própria FEBRABAN, nós comparamos com o PNAD e IBGE de 2007. O percentual de negros, ou seja, verificamos uma distância de quase 20 pontos percentuais entre: o percentual de negros, no mercado de trabalho, e o percentual de negros, que trabalham nos bancos.

Uma explicação encontrada nesse mapa que foi feito foi o reduzido grau de abertura dos processos seletivos. Essa conclusão é importante ficar claro que não foi uma conclusão do Ministério Público, foi uma conclusão do Ministério Público com o FEBRABAN, através, exatamente, desse processo, desse censo interno que nós realizamos.

Então, no slide seguinte, já que nós verificamos que o pouco grau de abertura do processo seletivo gerava, em grande parte, essa diferenciação que nós observamos em relação a negros e mulheres, o que é que nós fizemos? Fomos ver como ocorreu, de que forma ocorriam os processos seletivos. Eles eram pouco transparentes, porque abriam brechas para precon-

ceitos, estigmas e produziam efeitos que prejudicam, injustamente, determinados grupos.

As lições que nós tiramos, em parceria com a FEBRABAN, desses fatos. Primeiro, reconhecer que a discriminação não se dá apenas com a exclusão intencional. Ficou muito claro que nem sempre há uma intenção deliberada de excluir determinados grupos. Com isso, devemos ter em mente que a promoção da igualdade só ocorre se for um processo contínuo, que demanda ações no âmbito individual e institucional. Não adianta ações meramente pontuais, fizemos uma grande ação em um determinado momento e esquecemos o assunto. Não, aquele tema tem que fazer parte da agenda institucional.

As sugestões para planejar as ofertas de vagas. Já que verificamos que as ofertas de vagas eram muito fechadas, o que é que nós fizemos? Evitar critérios sem relação direta com os requisitos para a vaga de trabalho, para não desencorajar candidatos com a qualificação necessária. Concentrar seleções para cargos iniciais em menos processos seletivos, para que seja possível divulgar ao máximo os anúncios de emprego, ou de vagas para promoção e revisar, periodicamente, os critérios utilizados para admissão, promoção, treinamento interno e transferências.

A divulgação das vagas para o público externo. Evitar divulgar vagas apenas entre empregados, para não restringir o acesso a seleções. Tais práticas tornam o processo seletivo, mesmo que sem intenção, fechado para determinados grupos.

Articular a divulgação de processos seletivos abertos com entidades de Defesa dos Direitos de Minorias, de modo a assegurar a candidatura de pessoas desses grupos. Aqui é importante enfatizar que a FEBRABAN, e, hoje, diversos bancos têm parcerias com entidades do Movimento Negro, exatamente fazendo, visando dar publicidade às vagas que existem hoje no setor bancário.

Publicar os critérios a serem utilizados na seleção para admissão ou ascensão funcional. O que nós observamos é que os critérios eram praticamente inexistentes. Boa parte do recrutamento era feito sem qualquer tipo de critério, a não ser a indicação às vezes de próprios empregados da empresa.

Durante o processo seletivo. As sugestões: monitorar o perfil dos candidatos em comparação com o perfil dos que foram, efetivamente, selecionados. Então, vamos ver as pessoas que se candidataram e o perfil dos que foram selecionados, para assegurar a presença de negros e mulheres nas seleções. Monitorar desproporções entre candidatos e selecionados para futuras novas ações.

Treinar os responsáveis pelas seleções no tema de igualdade e oportunidade. Aquilo que nós observávamos é que as pessoas encarregadas do processo seletivo não tinham a menor noção dessa questão. Ter sempre selecionadores de sexo, cor e raças diversas, porque a tendência natural é as pessoas selecionarem com base naquele quadro que já existe dentro da própria instituição. Se a maioria do quadro funcional é de homens e de pessoas brancas, a tendência é isso se prorrogar e isso se prolongar. Então, ter entre os selecionadores pessoas de ambos os sexos e cores. Negros e mulheres nos grupos pré-selecionados. Ter procedimento de reclamação quanto à discriminação para os candidatos a emprego, assim como publicar quais são as ações disciplinadoras nesses casos.

Aqui nós verificamos a ascensão das mulheres bancárias na segunda etapa do projeto. Nós verificamos o percentual de mulheres em cargos de diretoria e presidência muito baixo, gerência também, supervisão também baixo, funcionais... Os cargos mais baixos é que nós observamos um percentual maior de mulheres. Então, se esse percentual maior de mulheres existe na base, e nós verificamos, na questão educacional, as mulheres têm o mesmo nível de escolaridade e, em alguns bancos, até bastante superior aos homens, nós observamos que, à medida que a ascensão funcional vai ocorrendo, o percentual de mulheres vai caindo significativamente.

A ascensão dos negros no setor bancário, percentual ínfimo em nível de presidência, gerência, supervisão e funcionais. O número também bastante baixo nos cargos iniciais, mas podem observar que, entre os cargos iniciais aos cargos mais elevados, o percentual cai significativamente.

Esses dados, é importante observar que eles foram coletados junto com a FEBRABAN, com o objetivo de identificar os problemas e buscar soluções. Aqui, também, dentro de cada cargo, nós observamos as diferenças também. Pode passar o seguinte.

Alguns fatos que foram observados durante esse trabalho realizado. Escolaridade: negros e bancos, homens e mulheres já contratados no banco. Ou seja, o quadro funcional do banco equivale-se nos níveis de escolaridade superior e pós-graduação, ou seja, aquela diferença que nós observamos nos slides anteriores, do pequeno percentual de negros e mulheres nos cargos mais elevados, não se justifica pelo nível de escolaridade, porque os níveis são praticamente os mesmos. Experiência profissional: negros e brancos, homens e mulheres já contratados, ou seja, o quadro já existente equivale-se em tempo de serviço. Então, também não foi o tempo, a experiência profissional que justificou aquela diferença.

A partir dessas constatações, o que pode ser feito? Aqui também soluções encontradas em parceria e negociação com a FEBRABAN. Adotar ações afirmativas na admissão de aprendizes e estagiários nos setores com desproporções severas. Resultado: maior oferta de pessoal qualificado, para futuras contratações. Hoje, a FEBRABAN vem realizando convênios, termos de cooperação com as universidades, que utilizam o sistema de cotas, exatamente buscando estagiário, buscando aprendizes, para que venham, no futuro, a ocupar um cargo na empresa. Adotar ações afirmativas para grupos sub-representados no acesso a treinamentos internos. Nós observamos aqui que boa parte da ascensão ocorre após os treinamentos internos. Só que esses treinamentos internos eram feitos com indicações dos próprios chefes imediatos, que normalmente não indicavam mulheres e nem negros. Indicavam normalmente homens e brancos para o treinamento interno, que ia proporcionar, depois, o acesso a um cargo mais elevado. Ações afirmativas também para grupos sub-representados nas seleções para cargos de liderança. O seguinte. Então, é isso.

O objetivo foi mostrar que é possível fazer alguma coisa. É possível fazer a diferença. É possível adotar uma postura de responsabilidade social. A FEBRABAN deu, a meu ver, um exemplo que hoje é mostrado, foi, inclusive, em um seminário que teve há pouco tempo atrás. Foi mostrado, inclusive, para representantes do setor empresarial americano, mostrando o que se faz aqui já no Brasil.

Nós temos a outra opção, que é aquela velha disputa judicial. Que pode resultar infrutífera? Pode, mas podemos também levar essas decisões, como na época eu alertei a FEBRABAN para a OEA, para a OIT e mostrar que o governo brasileiro, o Judiciário, não respeitam os tratados internacionais. Isso atinge o Estado, não atinge diretamente a empresa, mas é no caso da empresa tal, é no caso do grupo econômico tal. Então, ou mal, ou bem, afeta a imagem.

O lado positivo é que a FEBRABAN... Eu, na época, quando eu comecei esse projeto com os bancos, falaram que era coisa de doido, porque são muito bem articulados, tem os melhores advogados, são muito bem preparados. Eu digo: "Mas é exatamente com esse setor que eu quero trabalhar inicialmente". Por quê? Porque, por serem tão bem preparados, se eles resolverem se engajar nesse projeto, eles vão realmente fazer a diferença e o resultado foi esse.

Nós, hoje, nós não precisamos firmar um TAC. Nós, na realidade, assumimos, na época, um compromisso, perante a Comissão de Constituição e Justiça, que iríamos iniciar uma negociação. Cada etapa da negociação era fechada, era acertada, trazíamos os

resultados, discutíamos e, hoje, nós estamos com várias ações afirmativas já implementadas, sem necessidade da qualquer desgaste. Muito pelo contrário, isso, para a imagem do setor bancário, para a imagem do país, é extremamente importante. Porque não adianta nós, aqui, brasileiros, enfiarmos a cabeça embaixo da terra e falar: “Não somos racistas”. Lá fora, todo mundo sabe que nós somos, não adianta a gente fazer de conta que o problema não existe, nós podemos nos enganar, mas não podemos enganar todo mundo.

A FEBRABAN, ela tem observado que a pluralidade, que a multiplicidade de pessoas, de negros, de mulheres, de pessoas com deficiência, ela gera um resultado extremamente positivo para a produtividade e para o público em geral. Porque a clientela dos senhores, como eu falei com o movimento bancário, a clientela dos senhores é formada por negros, é formada por mulheres, é formada por pessoas com deficiência, é formada por índios, é formada por uma pluralidade social muito grande.

Então, eu conclamo aqui às lideranças do setor supermercadista para que não abandone a ideia, sem pelo menos saber do que se trata. Vamos conversar. Eu acho que essa porta aberta aqui, no Senado, é extremamente importante, para nós termos uma mediação e, a partir dessa mediação, realizarmos um trabalho similar a esse que foi realizado pela FEBRABAN.

Então, eu agradeço a atenção, agradeço o comparecimento dos senhores e agradeço ao senador por esta oportunidade, que eu acho que é extremamente importante. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Otavio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho, aceite aqui os cumprimentos desse senador, não só pela exposição, mas pelo trabalho que vem fazendo no dia a dia. Eu gosto muito de uma frase que diz, quando o camarada diz assim: “Nós estamos escrevendo a história”. Eu acho que V. Exa. está fazendo a história, é muito mais forte para mim do que escrever a história. V. Exa., com essa postura que está adotando, está fazendo a história. Então, os meus cumprimentos. Como é bom saber que existem pessoas ainda, permita que eu diga isso, iguais a você. Parabéns. Por favor, eu passo a palavra à Dra. Ilza Aparecida Marques Zilli, consultora jurídica do Grupo Pão de Açúcar.

SRA. ILZA APARECIDA MARQUES ZILLI: Nós não vamos fazer nenhuma apresentação. Nós viemos mesmo para prestigiar V. Exa.. Cumprimentamos também o Procurador, pela excelente apresentação, e o Grupo Pão de Açúcar está à disposição.

Hoje, nós temos uma reunião geral, por isso, nós, Presidente, a reunião, ela é desde o começo do ano, ela já é pré-estabelecida datas e etc. Então, todos os

empregados, todos os funcionários do grupo estão lá e todos os diretores. Eu fui, então, designada para deixar de ir à reunião para prestigiar V. Exa., o grupo prestigiar V. Exa..

Nós temos, lá na empresa, diversos programas, há mais de dez anos, de inclusão. Nós temos, por exemplo, como V. Exa. falou de vagas, as vagas de ascensão. Lá na empresa, elas são publicadas em painéis em todas as lojas. Então, por quê? Nós podemos ter um caixa que ele é advogado, ele é economista, então, essas vagas são disponibilizadas, não há discriminação à qualificação dele. Então, todos têm direito a essa ascensão. Chama PROCIM(F), sai no computador e essas vagas são oferecidas. Isso para dar oportunidade a todos. A deficiência, não há nada que impeça da pessoa entrar lá, nós temos as mulheres em grande maioria lá, visto que estou aqui.

Mas, de qualquer forma, o que a minha empresa quer deixar claro é que ela está à disposição e que nós estamos, sim, vamos fazer parte dessa campanha que o senador está agora e projetos que puder participar, ou que puder colaborar, nós estamos presentes, vamos estar presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Percebemos a disposição de dialogar, Dr. Otavio, para a construção de políticas afirmativas também do Grupo Pão de Açúcar. Eu, de acordo com o que havíamos combinado, eu vou convidar para a Mesa, agora, pediria que o senhor e a senhora retorne para a primeira filha, eu vou convidar o Frei David e o Lourenço do Prado, para serem os dois painelistas nesse momento.

Pela sua experiência com o tema, que é maior acho que de todos nós que estamos aqui, eu passo a palavra, de imediato, ao Frei David, para que ele faça a sua exposição. Eu estou adotando o sistema de 10 com mais cinco, mais cinco se for necessário, até, no máximo, 20 minutos.

SR. DAVID SANTOS: Parabenizo e saúdo ao Senador Paim, guerreiro, homem consciente do processo de serviço à nação. Parabenizo a todos os participantes dessa audiência, dizendo que estamos vivenciando um momento muito especial desse querido país, chamado Brasil. Eu confesso que não me imaginava poder participar de momento tão bonito como este, onde grandes setores da nação, FEBRABAN, CNI, CNC, aqui, agora, o setor do Pão de Açúcar, e outros grandes setores sentam para discutir o Brasil ideal.

Entendo que vivemos uma fase muito bonita, e grande parte da comunidade negra está em sintonia com esse momento de diálogo, porque está percebendo resultados concretos. A exposição do Dr. Otavio foi bastante rica, mostrando esses quase que cinco

anos de lutas intensas e reuniões intensas. Lembrando que tivemos vários grandes atores nesse processo, o Instituto IARA, por exemplo, e lembrando o papel determinante da comunidade negra, quando, em 2003, 100 negros e negras ocuparam uma agência do Banco Itaú, protestando contra a exclusão da contratação de negros e negras. A partir dessa ocupação da agência do Banco Itaú, percebemos que acelerou o processo de diálogo, de conversa e de entendimento. Para nós, está sendo fundamental que a militância permaneça sempre ativa e pró-ativa e, ao mesmo tempo, aberta ao diálogo. Assim que o Itaú aceitou o diálogo, tivemos mais de dez reuniões com o Itaú. Em seguida, vários outros bancos, várias reuniões, e, por final, etapa final e muito positiva, a FEBRABAN entrou firme no processo, representando todos os bancos.

Senador Paim, eu não tenho dúvida que o setor supermercadista será solidário a esse momento novo de Brasil. Assim como agora, vemos o Senador Paim, homem de esquerda, comprometido com o Brasil melhor, tendo a coragem de elogiar a FEBRABAN na televisão, vemos o nosso irmão, o Dr. Otavio, do Ministério Público do Trabalho, Coordenador Geral, elogiar a FEBRABAN, entendo que também vamos, brevemente, poder elogiar o setor supermercadista, assim que os dados concretos da inclusão começar a serem visualizados e trabalhados.

Nós estamos vivendo um momento especial no Brasil. O nosso sonho era que os responsáveis pela legislação, deputados e senadores, todos fossem responsáveis com o Brasil ideal e entendessem que o Brasil ideal é um Brasil diversificado. É um Brasil que reconhece com muita tranquilidade a sua dimensão indígena, a sua rica dimensão euro-descendente e também reconhecesse, com tranquilidade, a sua dimensão afro-descendente.

O fato concreto é que quem está no comando político do Brasil, um grande setor está infelizmente dopado por uma visão eurocêntrica, está dopado por uma visão eurocêntrica e entende que qualquer possibilidade de articulação da comunidade indígena, em prol de direitos fundamentais, entende que qualquer articulação da comunidade negra para os direitos fundamentais é uma ameaça.

Eu confesso e faço um apelo aos senadores, especialmente ao Senador Demóstenes Torres, homem que tem uma sabedoria no campo jurídico incrível, mas, infelizmente, não tem a sabedoria da diversidade ética que o Brasil tanto ama. Que ele reveja a sua posição, que a assessoria do Senador Demóstenes Torres, especialmente, reveja a sua posição anti-Brasil. O que o Senador Demóstenes Torres está fazendo, a partir do DEM, ex-PFL, com a comunidade negra e com a co-

munidade indígena, eles vão ter vergonha futuramente assim que tudo ficar mais claro.

O que está acontecendo agora, ou seja, quando você percebe a FEBRABAN, com total humildade, sinceridade, trazer às claras o grande índice de exclusão do negro na FEBRABAN. Brevemente, vocês vão ver o setor supermercadista trazer às claras e colocar a olho nu para todo mundo que é normal avaliar, que é possível, sim, fazer mudança nessa realidade.

Eu tenho certeza que todos os assessores dos senadores, que estão dando relatórios bastante superficiais, até chegando à beira da mentira... Se você pegar o último parecer que a assessoria do Senador Demóstenes Torres entregou a ele para ele defender, eu tenho certeza que esses assessores vão ter vergonha do que eles ali relatam.

Eles confundem, por exemplo... Trazem para um debate político, confundem o debate político com o debate de genética. Eles trabalham a visão da genética para combater a visão política do indígena e do negro no seu direito à inclusão. Vou dar um exemplo aqui. Vou dar um exemplo. No parecer que deveria, ou deverá, eu tenho certeza que será rejeitado pelos senadores sérios... No parecer do Senador Demóstenes Torres, a sua equipe de assessoria coloca, por exemplo, o seguinte: ele fala que, geneticamente, raça não existe. Ora, a discussão não é biológica, a discussão é a política, todos nós sabemos que a raça não existe, mas todos nós sabemos que o racismo existe, e se a assessoria do Senador Demóstenes Torres fosse um pouco mais honesta, iria consultar, por exemplo, o parecer do Supremo Tribunal Federal, que já discutiu esse assunto. O Supremo Tribunal Federal, em 2007, discutindo o problema daquela editora do Rio Grande do Sul que produzia material discriminatório. Ali, o Supremo definiu que raça no Brasil não é e não deve ser visto como algo isolado, como algo apenas biológico, mas, ali, o Supremo já votou e definiu que raça, no Brasil, é um conceito social, raça no Brasil é um conceito social. Então, quando a assessoria do Senador Demóstenes Torres leva o grande senador ao erro, com certeza, essa assessoria vai ter vergonha, um dia, do parecer que botou na mão do senador, que é indefensável. Qualquer pessoa bem preparada tecnicamente, com referência à questão da sociologia, jamais assina o parecer que, erradamente, entregara na mão do senador para defender. Nós, comunidade negra, temos certeza que o Estatuto da Igualdade Racial é uma ferramenta para ajudar o setor supermercadista, ajudar a FEBRABAN e ajudar a todos os setores que querem um Brasil melhor, a fazer bem feito o seu trabalho.

Quando encontramos setores do Senado radicalmente contra um Brasil plural, o que está acontecendo

é deixar às claras para o Brasil essa visão retrógrada desse setor e, mais uma vez, a sociedade brasileira vai estar à frente do Senado e dos deputados. Lógico, ofende os bons senadores, os senadores que querem um país sério. Nós temos um grande número de senadores aqui que já compreende essa questão de que raça não se discute a partir da biologia, mas que raça se discute a partir da sociologia, e eles já não têm esse problema. No entanto, outros setores vivenciam esses equívocos. Portanto, nossas expectativas, Senador Paim, é que tenhamos força suficiente, enquanto comunidade branca e negra, organizada, que ama um Brasil melhor. Nossa expectativa é que tenhamos força para dizer o seguinte: “Não aceitamos uma só vírgula de mudança mais no estatuto”, e, agora, estamos conversando, discutindo com a comunidade negra, para ter como única alternativa agora, Senador Paim, aqui, nessa casa: “Só aceitamos voltar a adotar o estatuto que saiu do Senado”.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Frei David, me permita, questão de justiça. Sabe quem é que foram os relatores do estatuto que saiu daqui? Quem mais me ajudou?

SR. DAVID SANTOS: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou ter que dizer aqui, o falecido Senador Antonio Carlos Magalhães. Ele, como presidente da CCJ, leu o estatuto, relatado por Rodolfo Tourinho, que é assessor da FIERGS, hoje, e disse: “Paim, eu vou romper todos os prazos e vou pedir que o Estatuto seja aprovado”. Aprovou num único dia, na comissão, remetemos para o Plenário, e, lá, ele defendeu no Plenário. Sabe quem mais relatou o estatuto? Senador César Borges e Senadora Roseana Sarney, foram esses quatro os que mais trabalharam dentro do Estatuto que nós aprovamos aqui, por unanimidade, olha bem o que eu estou dizendo, e são fatos verdadeiros, estou falando a verdade só. E falei outro dia para o filho do Senador Antonio Carlos Magalhães: “O teu pai foi um mestre para que esse estatuto fosse aprovado aqui”. O Senador Rodolfo Tourinho dialogou com todos os setores e é assessor da FIERGS hoje, e meu respeito a ele, um grande senador da república, não só por causa disso, e o Senador César Borges e a Roseana Sarney. Foi aquele estatuto que foi para a Câmara, que tinha quilombola, que tinha cota na mídia, que tinha cota no mercado do trabalho, que tinha o capítulo das mulheres, o capítulo das regiões afro-brasileiras, nós fomos construir lá na Bahia, eu fui junto com ele para a Bahia, num grande encontro lá e elaboramos o estatuto. O estatuto vai para a Câmara, depois de um longo debate, envolvendo todos os partidos, todos,

todos, todos, eu me submeti à decisão soberana da Câmara e ele volta para cá.

Agora, chegando aqui, ainda querem criticar a mim, porque eu digo: “Olha, agora, não dá, se a gente tira tudo, agora, vai ficar só a capa, como eu digo”. Vai ficar... O estatuto, se for aprovado nos moldes como querem aqui, agora – querem, eu diria que não, me desculpem, mas é um ou outro só -, vai ficar isso aqui, e o conteúdo vai sumir. Se é para aprovar uma capa para currículo desse ou daquele senador, a mim não interessa. Eu prefiro dizer para a história que fui derrotado no debate do Estatuto da Igualdade Racial, se é que se isso acontecer. Eu fiz questão de resgatar isso, porque, veja bem, eu estou falando aqui de lideranças, na época, que eram dos Democratas, e foi verdadeiro, me ajudaram e muito, muito, foram sentenas e dezenas, no mínimo dezenas de reuniões. E, agora, simplesmente, alguém resolveu que não, que tem que desmontar aquilo que a Câmara fez sobre alguns protestos, mas fez, e a gente acabou concordando. Só queria ilustrar isso, porque a história tem que registrar isso, e são fatos verdadeiros, eu não estou aqui negando os fatos e a verdade.

SR. DAVID SANTOS: Senador Paim, o mais interessante é que estão desmontando não só o que a Câmara fez, mas também estão desmontando o eles próprio fizeram, o próprio Senado fez na primeira versão. Então, Senador Paim, a nossa proposta, e entendo que grande parte da comunidade negra também tem essa visão, é de lhe dar força e dizer: “Vamos defender que se vote agora – e o Regimento Interno do Senado permite isso -, se vote unicamente o texto que saiu do Senado e acabou, sem mudar uma vírgula”. Eu entendo que o Senado, que o Regimento Interno permite isso, ou seja, rejeitar tudo o que foi feito na Câmara, votar integralmente o que foi feito no Senado a primeira vez e passar isso adiante. Eu proponho que se estude... Vamos estudar como fazer isso, acontecer com mais agilidade e, inclusive, contando com a solidariedade dos demais senadores bons que têm consciência de um Brasil ideal.

Voltando, ainda, nesse último parecer que a assessoria do Senador Demóstenes Torres levou ao erro, lá fala o seguinte: “Rejeita-se a expressão identidade negra, porque não existe no Brasil identidade negra e identidade branca”. Olha só que visão bastante superficial. Nós sabemos que o Brasil tem como riqueza para o mundo inteiro ser um país que tem diversidade étnica, e a diversidade étnica é você poder ir aos quatro cantos do Brasil e ver lá o Clube Ítalo-Brasileiro ou outros clubes que se organizam a partir da suas culturas e de suas realidades das suas etnias. Ora, por que as etnias, aqueles que vêm das etnias européias pode se

articular, e nós, que estamos vindo da etnia negra e etnia indígena, não podemos nos articular, enquanto grupos organizados, valorizando o comum que temos no Brasil, mas enriquecendo as dimensões específicas? Proibir isto é uma visão ingênua, e a visão ingênua é a visão de quem está sentado numa visão eurocentrica e que é a visão que queremos combater. O parecer diz que a identidade negra faz parte da identidade nacional no samba, no futebol, na mulata e no molejo, palavras do parecer que levaram para a mão do senador e estão cometendo o senador a esse erro.

No entanto, ali, no parecer, eles não citam que a identidade negra pode estar também na medicina, pode estar no mercado de trabalho, pode estar na produção da engenharia, ou seja, eles segmentam e admitem e limitam onde é que pode aparecer os valores da identidade negra, é no samba, futebol, na mulata e no molejo, cita expressões bobas, assim, queremos e estamos aí; no entanto, também queremos ter a nossa identidade negra na medicina, no mercado de trabalho, no setor bancário, no setor supermercadista, queremos enriquecer todos os setores do Brasil, com o valor da comunidade negra. Lá, no parecer, eles... Diz abertamente de rejeitar o art. 9, que define especial atenção a um problema nacional e que, infelizmente, a medicina do Brasil foi irresponsável em não avaliar esse problema, está provado que a comunidade negra tem uma anemia própria da comunidade negra, assim como a comunidade branca tem só uma anemia própria da comunidade branca, mas a comunidade negra sofre da anemia falciforme, e essa anemia, ela é letal, tem índice de morte, a média de vida de quem tem essa doença é de 25 anos, e ali, portanto, o estatuto solicita que haja, por referência ao Ministério da Saúde, em atendimento específico a essa realidade. O estatuto manda cortar de maneira cabal, sem diálogo, essa visão. Lógico, é um total desconhecimento da realidade. No art. 5º, o parecer manda sair as cotas na educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permita, Frei David, desculpa interromper. É tão grave isso, a anemia falciforme, que nós apresentamos um Projeto de Lei, o Senado aprovou, a Câmara aprovou, e, a semana passada, o vice-Presidente, no exercício da presidência, ex-Senador José Alencar, sancionou o Dia Nacional de Luta em Defesa das Pessoas que Sofrem da Anemia Falciforme e arrancaram totalmente do estatuto o capítulo que tratava dessa questão, e, no dia nacional de defesa das pessoas que sofrem... Ontem, se não me engano, o Correio Brasiliense ou a Folha de São Paulo fez um materializa de duas páginas sobre o quanto que atinge as crianças, inclusive com AVC, devido a anemia falciforme e isquemia, anemia

falciforme leva à AVC, à isquemia, e as pessoas não querem que o estatuto trate desse tema.

SR. DAVID SANTOS: Eu entendo que o Senador Demóstenes Torres é um homem que quer acertar. Eu conclamo ao senador para não cair na armadilha dos seus assessores, levando adiante esse parecer injusto, irresponsável, sem conteúdo minimamente técnico. Ainda no parecer que entregaram na mão do senador, está dizendo para o senador rejeitar o art. 15, inciso 5º, que defende as cotas nas universidades. Gente, defender isso, nessa altura, é muita ingenuidade. Observem vocês que porque o Senado e a Câmara está lenta no processo, as próprias universidades públicas brasileiras federais e estaduais largaram para trás Senado e Câmara e, por conta própria, estão adotando cota nas universidades. Nós, movimento negro, em 90, quando estávamos discutindo a questão das cotas, nós planejávamos que, em 2015, chegaríamos, no máximo, a 20 universidades adotando cotas. Nós, comunidade negra, quando discutimos as cotas nos anos 90, nós planejávamos que, em 2015, chegaríamos, no máximo, com 20 universidades adotando cotas. Senador Paim, com muita alegria, tenho certeza que vamos chegar, no mês de janeiro, com a universidade nº 100 adotando... Está em 98 universidades no Brasil adotando cota para negro, indígena, brancos pobres, e com certeza chegarão a cem em janeiro de 2010. Ou seja, ultrapassou todas as expectativas de maneira positiva essa questão.

E na altura do campeonato, vem um grupo de assessores, sem conhecimento de causa, sugerindo o Senador Demóstenes Torres a cometer o erro de mandar cancelar todas as cotas no Brasil. O mais grave ainda é o seguinte: todas as universidades públicas brasileiras que adotaram cotas, a UnB, a Federal do Rio Grande do Sul, a Federal da Bahia, a Federal de Minas Gerais e outras várias do Brasil, todas que adotaram cotas, já fizeram pesquisa, após um ano de adoção das cotas. E os jovens negros, os jovens indígenas, os brancos pobres, que entraram pelas cotas, atenção, que entraram pelas cotas, no vestibular, tiraram nota 30% abaixo dos demais da classe média que entraram sem cotas. No entanto, após um ano estando na mesma sala de aula, com o mesmo professor, com a mesma estrutura de biblioteca e de laboratório da faculdade, esses alunos negros, indígenas e brancos pobres estão com media acadêmica igual ou superior aos demais que entraram sem cotas. Ora, com todo esse farto material feito pelas próprias universidades, como é que a assessoria, que é paga por dinheiro público, dá ao senador um parecer tão equivocados, tão injusto, tão errado, tão superficial, tão desonesto. Eu até proporia uma maneira de mandar demitir esses

assessores. O dinheiro é público, eles são pagos com o dinheiro público, como é que leva o senador a errar a esse nível? O art. 45 também manda cancelar o art. 45, incentivos fiscais à contratação de negros. Gente, olha que ingenuidade, FEBRABAN. A FEBRABAN, tivemos agora a reunião, dias atrás, na FEBRABAN. A FEBRABAN está decidida em avançar mais, ela reconhece que a inclusão do negro está muito lenta na FEBRABAN. Nos reunimos na FEBRABAN dias atrás, agora, cinco dias atrás, em São Paulo, a FEBRABAN decidiu organizar, no começo do ano que vem, Senador Paim... Se me permitir, vou propor o seu nome para compor a Mesa, lá, na FEBRABAN, um seminário para avaliar a questão da inclusão nas indústrias ligadas à FEBRABAN, vai ter, no começo do ano, esse seminário feito pela FEBRABAN. E olha, os assessores do senador cometeram o absurdo de propor ao senador para cancelar o art. 45, que dá incentivos fiscais à contratação da negros. Ora, as empresas já estão fazendo isso, sem incentivo fiscal. FEBRABAN faz isso, sem incentivo fiscal. Eu tenho certeza que o setor supermercadista vai fazer isso sem incentivo fiscal, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, que tudo isso aqui é autorizativo, não obriga, não. Se ela quiser, ela vai receber nessa linha, e nem isso eles querem deixar, nem autorizativo.

SR. DAVID SANTOS: Exatamente. Eu volto, então, a dizer, Senador Paim, que, lendo o parecer da equipe equivocada, a equipe irresponsável que produziu o parecer para o Senador Demóstenes Torres, lendo esse parecer, no final, ele fala o seguinte: ele vota a favor da constitucionalidade do projeto da Câmara e ele vota a favor da plena constitucionalidade do projeto que saiu do Senado, que é o Projeto 213/2003". Ora, se, ali, no parecer, ele fala isso, ele, então, legítima que o Senador Paim e outros bons senadores do próprio DEM, e outros partidos aqui, desta casa, recuperem, dos arquivos desta casa, o estatuto aprovado aqui, em 2003, apresente agora, nessa reunião de amanhã, bote em votação e acabe com essa conversa para o senado não passar vergonha diante do Brasil. Para mim, é uma vergonha se o que vem aí for adiante. Concluo parabenizando o Senador Paim, parabenizando o Ministério Público do Trabalho, parabenizando o setor supermercadista por essa audiência, que tenho certeza, vai ajudar a criar o Brasil ideal que desejamos.

Só concluindo, senador, eu quero trazer aqui, também, esse Jornal Porantim, para dizer da nossa solidariedade com a comunidade indígena. Estatuto dos Povos Indígenas volta a tramitar no Congresso Nacional, após 15 anos engavetado. Ou seja, os donos do Brasil, aqueles que querem um Brasil unicamente

eurocêntrico, não permitiram que o Estatuto do Indígena fosse adiante. E eu quero, agora, conclamar os meus indígenas, para, junto conosco, fazer uma grande frente de luta, em favor dos indígenas e dos negros, exigindo a votação dos dois estatutos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cumprimento o Frei David, que avançou um pouco mais e deixou claro, aqui, para o Brasil, a sua visão em relação ao debate também do Estatuto da Igualdade Racial, sem deixar de falar sobre o negro e as mulheres no mercado de trabalho. Frei David, a sua fala eu acho que vai ajudar muito esse debate aqui. Eu gostaria que a CCJ e o relator indicado que, na verdade, é o presidente, ela avocou para si, refletisse sobre a sua fala, V. Exa. foi muito, eu diria, muito diplomático, fazendo um apelo ao senador e para que não acompanhe o erro cometido por aqueles que sugeriram que ele, eu diria, destroçasse o trabalho que foi feito na Câmara, que está muito longe daquilo que nós aprovamos aqui, no Senado, por unanimidade. Parabéns a V. Exa., Frei David. Lourenço do Prado, vice-Presidente da UGT.

SR. LOURENÇO DO PRADO: Bom-dia, eminente Senador Paulo Paim, que preside os trabalhos, eminente Frei David Santos, eminente expositores que me antecederam, o Dr. Otavio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho, e a Dra. Iza Aparecida Marques, advogada e consultora jurídica do Grupo Pão de Açúcar. Senhoras e senhores. Em primeiro lugar, nós agradecemos ao eminente Senador Paulo Paim o convite para aqui estarmos, para participarmos dessa Audiência Pública que discute e debate tema de importância fundamental para o Brasil. O companheiro Paulo Patah que, evidentemente, é o Presidente da central, UGT, União Geral dos Trabalhadores, e também é o Presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, Capital, por motivos de uma série de compromissos outros, não teve condições de estar aqui, presente, mas manda pedir escusas ao Senador Paim e aos demais expositores, e estaremos sempre para contribuir, para colaborar e prestar o nosso testemunho também. É um tema de importância fundamental isso que debate a questão relativa aos problemas raciais do nosso Brasil. Se a gente notar que a raça negra, vindo da África, teve uma importância fundamental e tem importância fundamental no país, no caldeamento da nossa raça, e para quem tem alguma dúvida ou para quem não tem uma consciência muito firme a respeito do problema que é realmente o racismo no Brasil, e no mundo como um todo, eu diria que uma visita à África do Sul, vamos dizer, Joanesburgo, por exemplo, seria uma forma talvez de tratamento de

choque para quem não tem uma mente bem formada, aí, com a consciência bem firme ainda. Numa oportunidade, eu estive em Joanesburgo, e, ali, visitamos, evidentemente, o Museu do Apartheid, que, realmente, representou uma vergonha, não só para aquele país, a cidade, como também para o mundo todo, para todos os continentes. Então, a gente vê aquele tanto de forcas colocadas ali, tantos foram enforcados, tantos que foram assassinados pelo regime dos brancos, que, ali, administrou o país durante muitos anos, e... Só que, ali, de certa forma, era uma coisa bem clara, não fica muito com um pouco de cinismo, como, muitas vezes, nós, no Brasil, temos e falamos: "Nós não somos racistas", o nosso eminente Procurador-Geral repetiu isso em muitas oportunidades: "Olha, nós não somos racista, eu não sou racista, ninguém aqui é racista", e tal. Mas, na verdade, é o seguinte: fica sempre, ali, internamente, a pessoa não faz transparecer esse sentimento de bloqueio, mas quase que, conscientemente, isso ocorre, e a questão racial, ela tem que ser combatida, não tenha dúvida nenhuma.

Nós, para auxiliarmos minimamente, os trabalhadores auxiliarem minimamente no debate desse importante tema e também em fazer encaminhamentos concretos, encaminhamentos sérios e consequentes para envolver, debater a questão do racismo no Brasil, nós fundamos, em 20 de novembro de 1995, o Dia da Consciência Negra no Brasil, o INSPIR, que é o Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial. Esse instituto foi fundado por entidades sindicais de trabalhadores das Américas. Aqui, do Brasil, participaram três centrais sindicais. A CUT, naquela época, em 1995, a CGT, que, hoje, de certa forma, já está incorporada dentro da UGT, que foi uma das formadoras da UGT, e os companheiros da Força Sindical. Então esse instituto, ele, na verdade, procura debater esse tipo de evento, realizar seminários. Esse ano que passou, que está passando agora, de 2009, nós fizemos um grande evento aqui, em Brasília, no mês de novembro, com a participação do, se não me engano, Senador Paim, claro que lá esteve, e de autoridades do Poder Executivo, representantes do Poder Judiciário, justamente, e de trabalhador e de empregadores, também, justamente, para debater essa temática que toca a todos nós.

Eu sei que, dentro dos sindicatos comerciais, existe um instrumento normativo de trabalho, uma convenção coletiva de trabalho que estabelece uma cota de trabalhadores negros, e o que a gente, na verdade, espera, nesse tipo de evento, é que outros supermercados mais, e, agora, nós temos um processo de aglomeração de empresas supermercadistas, outros supermercados mais, outras empresas mais, portan-

to, venham se somar a essa iniciativa de estabelecer esse tipo de abertura, democratização do mercado de trabalho, sem estabelecer os limites, sem estabelecer bloqueio em razão da cor da pele. Nós temos um trabalho curto que eu não vou... que envolve a questão estatística, muito embora o eminente Dr. Otavio Brito Lopes já tenha praticamente esquadrinhado, de forma definitiva, esse assunto, mas só que ele ficou mais, um pouco, na parte dos bancos. O que a gente vê o seguinte: que há uma precariedade do mercado de trabalho quanto ao aspecto de liberdade para os negros e negras do Brasil, como um todo. O aspecto mais perverso da discriminação no espaço de trabalho se dá nos processos de promoção ou mobilidade para cargos e chefia, liderança ou comando que têm maiores responsabilidades, visibilidade e remuneração. Isso é uma afirmação feita por Mércia Consolação Silva, socióloga e consultora do Centro de Estudos de Relações do Trabalho e Igualdades, CEERT, que já foi, inclusive, objeto de indicação bibliográfica aqui do eminente Procurador Otavio Brito Lopes. Esse é um trabalho longo, e eu vou me ater aqui a fazer uma descrição breve a respeito de alguns quadros que tem. São dados buscados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do IBGE, alguns deles dos anos 2000, 2001, 2002. Também tem quadros mais antigos. O primeiro quadro deles que consta desse trabalho é justamente relativo à população ocupada segundo o ramo de atividade por cor, em percentuais. É uma tabela levantada pelo IBGE, em 2001.

Por exemplo, no ramo de atividades... Por exemplo, atividade agrícola, branco, 16,1%; preta, 17,5%; parda, 27%. Indústria de transformação, 14,1%; branca, 11,2%; preta, 10,1%; parda, comércio de mercadorias que é o foco aqui do debate, nessa manhã. Comércio de mercadorias: branca, 15,6%; preta, 11,4%, e tem mais que fala sobre prestação de serviços, serviços auxiliares de atividades, transporte e comunicação. Evidentemente, eu acho que a questão do serviço deve englobar também a questão de banco. Muitas vezes, banco fica meio submerso nessa questão da estatística do apanhado, mas deve estar aqui, na questão relativa a serviços, que finanças, não tenha dúvida nenhuma, que é um serviço.

Com relação ao outro ponto que tem aqui, que é uma tabela de desemprego total por sexo e cor. Nas regiões metropolitanas de Brasília, esse levantamento é feito em 2002. Aqui tem Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre... Como parece que o foco aqui é mais São Paulo, então, em São Paulo, por exemplo, relativamente a negros, mulheres, homens e mulheres, esse total, em São Paulo, atinge, por exemplo, a 27,4% para homens, para mulheres, aliás, e 21% para homens

negros. A tabela três, que é distribuição das famílias por classe de rendimento médio mensal familiar, per capita, segundo a cor do chefe de família, evidentemente... Essa é uma tabela antiga, de 1999. Classes de rendimento: famílias, segundo a cor do chefe, até meio salário mínimo, 12,5% branca; 26, 5% negra. De meio salário mínimo a mais... De mais de meio salário mínimo: branca 20%; negra, 28%. Mais de um a três salários mínimos: branca, 37%; negra, 31%. De mais de três a cinco salários mínimos: branca: 11,1%; negra: 4,3%. Mais de cinco salários mínimos: branca, 14%; negra, 3,4%. Uma tabela também que cuida da taxa de desemprego total por cor e escolaridade em percentuais, regiões metropolitanas do Brasil, isso é de 2001. Eu também vou me ater, aqui, no caso, a São Paulo, porque justamente parece que o número de expositores e o foco está um pouco voltado para São Paulo, onde realmente acabam se concentrando os grandes conglomerados financeiros, supermercadistas e etc.. Então, quanto a São Paulo, essa taxa de desemprego total por escolaridade em percentuais, regiões metropolitanas do Brasil. São Paulo, por exemplo, quanto à questão de escolaridade, portanto, analfabetos, São Paulo: 16,2%; fundamental incompleto: 16,7%; fundamental completo: 17,8%; médio: 26,4%; médio completo: 12,6%; superior: 6%.

Então, eu não trouxe aqui uma exposição de forma didática e organizada, como foi apresentado anteriormente pela Procuradoria-Geral do Trabalho, mas trouxemos essas considerações aqui, com esses dados estatísticos, para essa egrégia comissão. Esperamos que tenha alguma utilidade na elaboração dos estudos que estão sendo feitos pelo eminente Senador Paulo Paim e sua equipe, nessa Casa de Lei, o Senado da República. E dizer, mais uma vez, renovar aqui o nosso pleito de que esse exemplo, que já foi seguido por um segmento de empregadores dos supermercados em São Paulo, através de um instrumento normativo de trabalho celebrado com o Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, capital, seja seguido por outros segmentos, outros representantes, outras empresas do ramo supermercadista do Brasil, para que a gente possa, em futuro próximo, ir eliminando, dentro do possível, essa chaga que, realmente, atinge todos nós, brasileiros, e justamente representa essa forma de racismo, muitas vezes subliminar, em uma forma quase que inconsciente, mas que na verdade pega muito forte, pego pesado.

E para a gente ter um país como o nosso, formado pela população indígena, por negros e por europeus, por brancos, na verdade, para que se estabelecesse aqui esse caldeamento de raça, nós temos que trabalhar muito forte, no sentido de diminuir, e, no final,

até, de algum tempo mais, a gente eliminar de forma completa toda e qualquer forma de discriminação racial por questão da idade, pela questão de gênero e outras formas mais que, realmente, envergonham a nossa sociedade. Mesmo porque o país está incluído em um conserto das nações no mundo todo.

Nós notamos que a África, por ser um país de 54, sendo um continente de 54 países, em toda e qualquer concentração, em qualquer evento internacional, antes, discute os problemas de forma organizada por países, especialmente na Organização Internacional do Trabalho, na OIT, praticamente sempre a África, a raça negra, portanto, ela tem lá o peso de 1/3 dos votos, no mínimo. Então, até por uma questão de realidade e de saber fazer conta e de estatística, também, nós temos que respeitar essa questão da diversidade, essa questão da diferença de cor de pele. E, mais uma vez, cumprimentar o Senador Paim pela iniciativa de realizar essa audiência e desejar muito êxito, portanto, à conclusão e aos objetivos, que esses trabalhos sejam alcançados. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Lourenço. Deixa só eu dar o testemunho, Lourenço, que, quando o Patah assinou esse acordo coletivo, acho que foi convenção coletiva, uma convenção coletiva em São Paulo, ele me convidou para estar na assembleia. A assembleia lotada de brancos e negros, e todos bateram palma no momento que em que foi assinada a convenção, no sentido de que houvesse cota para os negros e mercado de trabalho no Estado de São Paulo.

Segundo o Patah, foi o primeiro acordo, a primeira convenção coletiva que assegurou a questão das cotas para os negros no mercado de trabalho. Então, um abraço, Patah, presidente da UGT e também dos Sindicato dos Comerciantes de São Paulo. Nesse momento, eu convido o Lourenço e o Frei David para retornem e passam à Mesa os últimos três convidados.

Convido o Sr. Ailton Souza, gerente de relações institucionais do Grupo Walmart, e convido também Moriel Landin Franco, diretor de assuntos corporativos do Grupo Carrefour, e Sr. Gilberto Augusto Leitão Martins, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região. Com esse três, nós terminarmos a nossa última Mesa. Eu vou aqui, pela minha ordem de inscrição, passando a palavra, de imediato, ao Sr. Ailton Souza, dez minutos, com mais cinco, se necessário.

SR. AILTON SOUZA: Bom-dia, senador. Bom-dia a todos. É uma satisfação participar desta audiência, representando o nosso Presidente que está em viagem. Eu trouxe para vocês alguns *slides*, eu não

sou especialista na área, mas conversei bastante, esses últimos dias, com meus colegas, em São Paulo, e pude perceber em muitos deles o entusiasmo e a dedicação com que esse trabalho é feito na empresa, buscando aí atender não só os requisitos legais, mas também aprender com este novo momento e criar uma organização que seja reflexo do que existe na sociedade brasileira. Rapidamente, para dar um pouco da dimensão do grupo no Brasil, nós estamos presentes há 14 anos no Brasil.

Quando esse quadro foi feito, nós tínhamos 361 lojas, mas devemos fechar o ano com 400 lojas, atuamos em 18 estados do Brasil, temos 75 mil funcionários, esse número vem crescendo. E trabalhamos, aí tem um histórico de quando nós viemos para o Brasil, em 95, até 2009. O grupo é formado por vários formatos de lojas, vários tamanhos, uma presença muito forte no Sul do Brasil e no Nordeste e também crescendo no Sudeste.

Então, essa diferenciação de tamanho, de formatos de lojas, faz com que nós tenhamos, também, que entender melhor o nosso consumidor e entender e participar da comunidade onde nós estamos presentes. Esse é um projeto do Walmart, chamado Diversidade, que foi iniciado esse programa em 2005, mas em 2008 a empresa entendeu que o assunto era de tamanha importância que necessitava, realmente, criar uma área.

Hoje, nós temos uma diretoria que cuida da área de diversidade e desenvolvimento organizacional, uma diretora que tem uma equipe, gerentes, analistas que buscam, como disse o Procurador Otavio, trabalhar isso não apenas em momentos específicos, mas trabalhar isso durante todo o ano, em todos os momentos com a organização, com os cargos de liderança para promover a diversidade dados os específicos no Walmart. Então, esse é o que eu disse anteriormente, quer dizer, nós estamos presentes em várias comunidades no Brasil, em 18 estados, e precisamos entender o consumidor e a sociedade e fazer parte. E nada melhor do que ser representativo dessas localidades. Nós procuramos contratar sempre as pessoas próximas à loja, para uma questão da facilitação de transporte e também para prestigiar essa comunidade onde nos instalamos.

O trabalho, falando um pouco mais sobre o grupo de diversidade, abrange não só a questão dos negros e das mulheres, mas também da pessoa com deficiência, a LGBT, pessoas de idade e aprendizes. Então, essa área, no Walmart, procura trabalhar todas as questões e, obviamente, aqui, com a discussão se volta mais à questão das mulheres e dos negros, eu vou me ater a ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos falar sobre isso.

SR. AILTON SOUZA: Mas, na questão de deficiência, nós ainda não estamos com a cota completa, mas temos, hoje, praticamente, 4% do nosso quadro de funcionários, formado, composto por pessoas com alguma deficiência. E eu soube, agora, eu tenho pouco tempo na empresa, mas eu soube recentemente que, no dia em que se comemorou o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, nós temos 2.300 funcionários portadores de deficiências que trabalham nas nossas lojas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quantos?

SR. AILTON SOUZA: Dois mil e trezentos. E estamos trabalhando para chegar no número que estabelece a legislação. Em relação às mulheres, nós temos uma série de iniciativas, eu não vou entrar em detalhes em todas, mas que demonstram o comprometimento da administração e do presidente e de todos os vice-Presidentes da diretoria. São ações que ocorrem frequentemente, que procuram, através do diálogo, construir políticas e processos que valorizem esses grupos que nós listamos no *slide* anterior.

Por exemplo, a questão da mulher, a gente tem um Café Mulher em Foco. Esse grupo é coordenado pelo Presidente do Walmart. Eles se reúnem três, quatro vezes ao ano e discutem como é que nós estamos progredindo em relação à equidade de gênero. Existe também um comitê formado, mais recentemente, de mulheres, para tornar essa discussão ainda mais em frente, esse é um encontro presencial, mas também ele acontece de forma virtual, para fomentar a discussão sobre a participação das mulheres no Walmart. E nós temos, ainda, algumas ações que nós estamos apoiando, participamos através de apoio financeiro ou até mesmo de discussão, no Brasil e na América Latina, na América como um todo, no sentido de aprender, também, com esses fóruns de discussões.

Eu chamo atenção, aqui, para uma pesquisa que nós fizemos em 2007, denominada Filhas do Varejo, para entender a percepção das mulheres que trabalham no Walmart, como elas percebem a atuação da empresa, quais são as expectativas, onde é que nós podemos avançar. E um dado, hoje, que nós temos é que Walmart fez a extensão, como resultado desse trabalho, da licença-maternidade para seis meses como forma de atender, também, essa reivindicação das mulheres que atuam no Walmart. Ainda nesse último *slide* sobre a questão das mulheres, procuramos sempre, em eventos como o Dia Internacional da Mulher, fazer uma comunicação e trazer uma palestra,

aproveitar esse momento para comunicar a posição do Walmart para todos os funcionários.

Nós temos um meta de ter 50% das mulheres, na Companhia, e 35% em cargos de chefia. No *slide* seguinte, a gente vai ver que nós ainda não estamos nesse número, mas aqui nós temos, hoje, 31% das mulheres em cargos de chefia e estamos com 48.2 de mulheres formando a força de tarefa do Walmart. Então, nós ainda temos que trabalhar para conseguir, pelo menos, os 35% em cargos de chefia e chegar a 50% da força de trabalho com mulheres. Na questão dos negros, a nossa empresa tem apoiado, apoiou a formatura da primeira turma da Unipalmarenses. Estamos fazendo um trabalho, fechando um convênio para 2010, para desenvolver um programa de *trainees* diretamente com essa Universidade, para atrair talentos para a nossa empresa.

Então, a ideia é fortalecer ainda mais a parceria com a Unipalmarenses. O ano que a passou, nós fizemos uma primeira pesquisa, que foi apresentada aqui, anteriormente, de autodeclaração, para identificar qual é a população negra que trabalha para o Walmart. E nós, antes, fazíamos isso através de uma pessoa que trabalhava, recebia lá a documentação e designava. Agora, de acordo com o IBGE, nós estamos usando a mesma metodologia e fazendo uma pesquisa de autodeclaração. Foi feita e a gente vai ver o resultado aqui na frente. Esse é o programa de *trainee* que nós vamos lançar, especificamente, inclusive, com um número, uma política afirmativa, um percentual da contratação tem que ser de negros. E nós vamos fazer, agora, no início de 2010, uma pesquisa sobre as perspectivas do negro no Walmart.

Assim como nós fizemos para as mulheres, nós vamos fazer, agora, no início de 2010, uma pesquisa qualitativa e quantitativa para fortalecer e ainda mais trazer subsídios para gente melhorar, ainda, nessa linha, assim como a gente fez a pesquisa com as mulheres. É um material riquíssimo, a gente consegue captar, entender onde é que a empresa está acertando, onde é que a empresa precisa melhorar. E isso é uma ferramenta que guia o trabalho que vai ajudar ainda mais a conduzir os trabalhos do grupo de diversidade.

Nós também fizemos a comemoração do Dia da Consciência Negra. E esse ano, nos estados São Paulo, Rio e algumas cidades do Brasil, onde foi feriado, a empresa estendeu isso, também, para as outras unidades, para outros estados e cidades, onde ainda não é o feriado nacional, local ou feriado regional, a empresa, deliberadamente, concedeu para todos um dia a mais de férias naquelas cidades onde as lojas abriram, por conta de não ser feriado, mas que, no próximo ano, todos os associados, que é como nós

chamamos os funcionários no Walmart, terão um dia a mais, em referência ao Dia da Consciência Negra. Eu fico aqui, no escritório de Brasília, não foi feriado nesse dia, trabalhei, mas tem um dia a mais nas minhas férias, no ano que vem, por conta dessa extensão, que a empresa entende que é importante isso e não pode ficar restrito, apenas, só às cidades ou aos estados que, hoje, tem isso como feriado. Só voltar aquele *slide*, um pouquinho. A nossa meta é atingir 15% no nosso quadro de direção formado por negros. Hoje, nós ainda não... Pode deixar isso aí. Aquele ali só tem a meta, que é 15%, aqui, nós temos o percentual, hoje, de 12%, quase 13%. Então, a meta, a curto prazo, é chegar, pelo menos, a 15%.

E uma pesquisa que nós fizemos, ainda não foi possível fazer no Sul, foi apenas no Nordeste e no Sudeste, nós chegamos à conclusão, tendo esse mapeamento, que 48% das pessoas que trabalham no Walmart são negros. E a ideia é, agora, fazer também no Sul, que não foi possível, para gente ter um mapeamento geral de todas as unidades, em todos os estados, de como é que está a situação, para gente poder trabalhar em políticas afirmativas e conseguir fazer com que, definitivamente, o nosso quadro de funcionários represente o que é a diversidade das comunidades onde estamos operando.

Aqui, eu posso, depois, fazer, senador, chegar à mão dessa comissão, dos integrantes, eu não tenho aqui comigo, mas é um série de publicações, de materiais que nós temos produzido com base na nossa realidade, para orientar os nossos gerentes de lojas, que muitas vezes estão muito distantes da sede da empresa. Nós temos feito um trabalho, através da área de diversidade, de capacitação desses gestores para que eles possam fazer o *cascadeamento*. E como apoio a esse trabalho, nós produzimos esses guias para ajudar o gerente, o supervisor a como lidar com funcionário portador de deficiência ou um cliente. Esses são manuais produzidos a partir desse grupo de trabalho que nós temos lá no Walmart. Aqui, são mais alguns desses materiais, são apostilas, peguei nos *fôlderes* de bolso, que podem ajudar no esclarecimento no dia a dia.

Nós temos um portal, também, na nossa intranet que consolida todos esses materiais, também acessível a todos os empregados. E a nossa missão é sermos o reflexo da comunidade onde estamos presentes. Aqui, eu trouxe um reconhecimento que nós tivemos esse ano, que é o selo diversidade do Governo do Estado de São Paulo. O Walmart foi uma das únicas empresas varejistas que recebeu esse selo, aqui está a nossa diretora. Em reconhecimento a esse trabalho que vem sendo feito, quer dizer, isso vai continuar esse trabalho de acompanhamento, mas é uma maneira de obter

o reconhecimento pelas iniciativas que estão sendo feitas, a gente entende ainda tem muito a aprender, a fazer, mas é importante. Então, eu agradeço essa minha breve explanação, nós temos um trabalho muito forte no Walmart na área de sustentabilidade.

Aqui, eu trouxe até um anúncio que a gente fez recentemente, que tem por objetivo alinhar a questão do clima, da diversidade, a questão da sustentabilidade e, obviamente, que as pessoas fazem toda a diferença. E, no varejo, há uma concentração muito grande de mão de obra. Então, nós temos, sim, é um dever e uma missão e o objetivo de tornar o Walmart cada vez mais representativo da sociedade brasileira. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Nós vamos ao debate, mas, com certeza, tem muita coisa boa acontecendo nesse país, e essa Audiência Pública serve, também, nesse sentido. Eu mesmo confesso que não conhecia muito desses programas, e vejo com alegria, inclusive, essa visão global da diversidade. Por isso que eu fiz questão, fale, sim, também, lhe pedi aqui, das pessoas com deficiência, que é mulher, é negro, são aqueles que estão em uma situação de miséria absoluta, que nós temos que olhar para todos. E por isso a palavra diversidade, eu confesso a vocês que dos meus programas que eu atuo, no Sul, eu tenho um programa chamado Cantando as Diferenças. E eu fiz com que eles chegam já a 348 cidades, das 496 do Rio Grande. É essa linha: desde a livre orientação sexual à questão racial, à questão das mulheres, à questão dos idosos, das crianças. E, para alegria minha, um tipo, um selo de qualidade.

Quando a gente assina o convênio, é um convênio de ideias, só. Não entra dinheiro nenhum no processo. É um convênio de ideias que eu assino com os prefeitos e a prefeitura diz que aquilo para ela é um selo de qualidade. E eu fico muito feliz com isso, a partir do no momento que eu vejo que eles estão avançando nesse sentido. Por isso a minha alegria de ver, aí Frei David, que grande parte do empresariado está muito mais avançado que alguns parlamentares, que nosso admitem nem discutir esse tema, é como se houvesse. Enquanto os próprios empresários, banqueiros estão fazendo o debate sobre o tema e combatendo a discriminação. Bom, essa audiência cumpre, também, esse papel. Eu passo a palavra, de imediato, ao Sr. Moriel Landin Franco, diretor de assuntos corporativos do Grupo Carrefour.

SR. MORIEL LANDIN FRANCO: Em nome do Grupo Carrefour, gostaríamos de cumprimentar a Mesa, na pessoa de V. Exa., Senador Paulo Paim, agradecer pela oportunidade de participarmos de um debate tão importante. O próprio nome – As oportunidades para Trabalhadores Negros e Mulheres no Acesso à As-

censão e Remuneração no Supermercado – já diz o quanto é importante para todos nós brasileiros. E nós, do Grupo Carrefour, achamos essa iniciativa excelente e somos muito gratos de podermos participar. O interesse nosso é transmitir algumas informações do setor de comércio e serviços, sobretudo informações do Grupo Carrefour Brasil.

Eu trouxe alguns dados de pesquisa do Dieese, onde informa que comércio e serviços é considerado o setor que mais emprega negros e mulheres no mercado de trabalho do Brasil. Levantamento realizado entre 2004 a 2008, a proporção de ocupados negros, segundo o Dieese, em relação ao PEA, população economicamente ativa, atingiu, subiu de 77% para 84%, ou seja, teve um aumento de 9%, que são representativos. Nesse mesmo período, a taxa de desemprego caiu 30%, ou seja, de 22,5% foi para 16%.

Outro dado do Dieese, que eu trago, foi o rendimento médio do negro, que houve um acréscimo de 6.1%, e nós, supermercadista, tivemos aqui a oportunidade de ver alguns número do Wal-Mart, informações do Pão de Açúcar. Nós, supermercadistas, acho que a gente tem uma participação muito importante nesses dados. Nós estamos hoje com aproximadamente 75.725 unidades associadas à ABRAS, Associação Brasileira de Supermercados, o que proporciona 876.916 empregos, dados de 2008. Ou seja, a representatividade de 5,5% do PIB. Então é um setor muito importante para toda a sociedade brasileira, e daí de estarmos aqui, presentes, discutindo um debate primordial para a evolução para esse país.

O Carrefour está no Brasil há 34 anos, já estamos atingindo 139 municípios, e nós tínhamos... No ano de 2000, nós tínhamos 44.571 colaboradores; hoje, nós temos 68 mil... Dados de setembro de 2009: 68.715 colaboradores. Desses 68.715 colaboradores, 63% se autodeclararam negros e pardos, 37% se autodeclararam brancos. Mulheres no Carrefour, em 2005, representava 46%; atualmente, dados de 2008, na verdade, elas já são maioria, elas representam 51% de colaboradores.

Na ABRAS, o dado é de 2004, as mulheres representam 44.9%, e em 2008 esta representatividade alcançou 45.6%, também numa escala ascendente. As mulheres em cargos de gestão no Carrefour Brasil, Grupo Carrefour Brasil, elas, em 2005, representavam 21%; hoje, representam 31%. Nós temos um trabalho também muito forte de admissão no primeiro emprego. Em 2005, nós contratamos, como primeiro emprego, aquela oportunidade do cidadão fazer parte da sociedade, 4897 contratados; em 2008, nós tivemos 8182 pessoas contratadas como primeiro emprego. Então mostra um trabalho muito forte de inclusão social no

setor, e essas pessoas enxergam oportunidades. Em 2005, nós promovemos 3914 pessoas; em 2008, foram 7629 pessoas. Então, isso estimula a busca de poder trabalhar no setor supermercadista. Eu não trouxe dados dos programas de responsabilidade social do Carrefour, mas eu gostaria de comentar um dado sobre um número de empregados que participam do programa de voluntariado. Em 2007, eram 186 colaboradores, e, hoje, nós temos 1421 colaboradores, atuando diretamente com o programa de voluntariado.

Então, é um trabalho muito forte que a empresa tem de sensibilização para as questões sociais. Os dados que nós trouxemos denota-se que o setor supermercadista, sobretudo o Carrefour, tem avançado alguns passos, mas na certeza de que muitos outros estão por vir. Então acho que a gente precisa mesmo alcançar um Brasil melhor, um Brasil mais justo, mais igualitário, as informações do ilustre procurador Otavio, de fato, são muito impactantes, e eu vejo que o setor supermercadista, notadamente o Carrefour, vem nesse sentido, no sentido de realmente atingir as diferenças, com respeito e valorizando a diversidade. Então, essas são as informações, senador, que eu gostaria de trazer ao debate. E nós temos... Eu gostaria até de aproveitar a oportunidade de comentar um pouco do trabalho que falou sobre pessoas com deficiência. Foi um trabalho que nós tivemos muita dedicação. Hoje, nós temos também quase duas mil pessoas nos nossos quadros de pessoas, jovens profissionais que nós chamamos, também alcançam quase 1300 jovens profissionais, menores aprendizes. E isso foi possível de que forma? Trabalhando a sensibilização, avaliando todas as áreas que a empresa possui, identificando o nível de deficiência e aonde ela se encaixava em cada cargo, sensibilizamos hierarquia, sensibilizamos as pessoas que participam do processo seletivo, montamos cartilhas de acessibilidade, de maneira que nossas lojas também fossem trabalhadas, e nós tivemos um resultado muito feliz.

Hoje, o maior desafio para a empresa é reter essas pessoas que nós conseguimos contratar, e acreditamos que isso vá ter melhoras. Também capacitamos, relacionado à diversidade, recentemente, mais de 100 pessoas para o tema de diversidade negra. E o projeto é multiplicar isso para toda liderança, ou seja, a busca da empresa em respeitar as diferenças e valorizar a diversidade, ela é intensa, e nós estamos aqui, à disposição para poder colaborar, para poder construir esse país melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço o Sr. Moriel Landin Franco, que falou pelo Grupo Carrefour, mostrando a sua disposição dessa política de ações afirmativas e inclusão de todos

que são discriminados. Eu quero só justificar aqui a não presença do Sr. Fábio Leal Cardoso que me mandou o seguinte ofício: *"Sr. Senador, embora tenha confirmado a minha presença na Audiência Pública desta comissão, para debater discriminação, emprego no comércio e no mercado, fui surpreendido ontem com um telegrama do Tribunal Regional do Trabalho, da 18ª Região, com sede em Goiânia, notificando a ANPT, acerca de um julgamento no dia de hoje, 15 de dezembro de 2009, no processo TRT [ininteligível] 2369, de 2009, no qual a ANPT é parte interessada. Eu lamento, portanto a impossibilidade do comparecimento à prestigiada Audiência Pública"*. Está justificado por parte do Sr. Fábio Leal Cardoso, mas está aqui assim mesmo, assistindo ao debate, que vai levar naturalmente para ele, a Sra. Cristina Camargo está lá, acompanhando o debate. Então passo a palavra, como último convidado que se fez presentes quase todos, faltou somente uma pessoa, ao Sr. Gilberto Augusto Leitão Martins, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região. Por favor.

SR. GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS:

Bom-dia a todos. Aqui compareço, Senador Paim, representando a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, na pessoa do Sr. Presidente, que não pôde estar aqui, presente no dia de hoje, e me pediu que representasse a Associação Nacional dos Juizes do Trabalho. A Associação de Juizes, ela tem uma visão tanto do interior do Poder Judiciário quanto do exterior do Poder Judiciário, já que representa os juizes no seio da sociedade como entidade de Direito Privado. E a visão que tenho, como juiz, como representante de juizes na associação, é que temas como esses, propostos inicialmente pelo Ministério Público, envolvendo a questão dos bancários, tem enfrentado, como disse aqui o Procurador Otavio Brito Lopes, grandes dificuldades de absorção dentro do Judiciário, e eu me permitiria tentar aqui explicar as dificuldades que têm gerado enfrentamento dessas ações afirmativas no Poder Judiciário. O Poder Judiciário é, por natureza, um órgão extremamente conservador, seja porque o nosso direito, ele é fundado basicamente em legislação, juiz, ele se limita a aplicar a lei, e, muitas vezes, a lei, que está abaixo da constituição... Vem daí uma tradição do nosso direito de entender que o que está na Constituição é algo distante da sociedade, são apenas princípios, que aquilo ali não concretiza e não realiza direito, a ideia de que a constituição concretizaria direito é algo novo no nosso direito, é algo que vem sendo implementado aos poucos dentro da academia. Então, o Judiciário, que é, por natureza, conservador, que não tem o bafejo do mandato popular como tem o Poder Legislativo, e mesmo o Poder Legislativo, como vi aqui,

nessa Mesa, enfrenta grandes dificuldades em absorver temas como esse, dentro do Judiciário, Senador Paulo Paim, as coisas são tem mais difíceis ainda. Se o próprio Poder Legislativo não se imbuir da necessidade de implementar uma legislação que reconheça a necessidade de a sociedade brasileira resgatar essa imensa dívida que tem com negros principalmente, com a questão do gênero, que a nossa sociedade, infelizmente, é extremamente masculina, diria eu, branca e masculina, então, se o Poder Legislativo não se imbuir dessa premência de criar uma legislação que minore, que estirpe esta dívida social que nós temos com a raça negra, dificilmente, dentro do Judiciário, nós teremos ações, teremos o acolhimento de ações afirmativas como essa.

É bem verdade que o Ministério Público, na pessoa do Procurador Otavio, vem realizando notável trabalho, me lembro que, quando ele iniciou a propositura dessas ações, eu tive a certeza que o nosso Judiciário não estava ainda preparados para recebê-las, como não estava, não estava pelas razões que já disse, que já explanei. Mas é necessário, é absolutamente necessário, que o Poder Legislativo crie uma legislação. O Poder Legislativo que é mantido através do mandato popular, crie uma legislação séria a esse respeito. E trago aqui... Acho que também é necessário que tenhamos uma visão do que é o Judiciário, hoje, em nosso país. Um Judiciário extremamente conservador, principalmente em nossos Tribunais. Na primeira instância, que o acesso se dá por concurso público, uma forma absolutamente democrática de se prover os cargos de juízes; no Tribunal, as coisas são diferentes. No Tribunal, o provimento se dá por nomeação, em lista tríplice, formado por Tribunais, o cargo nos Tribunais são vitalícios, não se muda. Os juízes, que lá chegam, ficam para a vida inteira, e, muitas vezes, se sentem dono do cargo, maiores do que aquilo que eles próprios representam. Então, paralelamente a essa necessidade de se criar essa legislação que combata o racismo, que combata todo o tipo de desigualdade, há necessidade, também, de se implementar uma revisão dentro do próprio Poder Judiciário, Senador Paulo Paim. O Judiciário, que, é bem verdade, tem procurado trazer, para dentro de suas discussões, temas que interessem à sociedade brasileira, daquilo que se chama de ativismo político. O ativismo político tem gerado, dentro do Judiciário, atuações que aproximam a justiça da sociedade. Infelizmente, dentro da nossa Justiça do Trabalho, o ativismo político tem gerado, isso sim, uma maior flexibilização do Direito do Trabalho, essa flexibilização que contamina e que degenera o nosso Direito do Trabalho. O ativismo político, dentro da Justiça do Trabalho, a verdade é essa, não tem gerado uma

maior aproximação da nossa Justiça da sociedade. É essa a visão que eu tenho, como Presidente de uma associação de magistrados, que sente a necessidade de que o Judiciário mude, de que o Judiciário seja bafejado por áreas mais democráticas, Senador Paulo Paim. É essa a palavra que trago, agradecendo à V. Exa. a oportunidade e dizendo da impossibilidade do Juiz Luciano Ataíde de não estar aqui e ter me enviado a essa missão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos ao Dr. Gilberto, que deixou muito claro a preocupação dele com o próprio Judiciário, e chama à responsabilidade, corretamente, o Legislativo. Se o Legislativo não apresenta lei e se o Judiciário, com as instâncias conservadoras, não vai dar um passo à frente, porque vai dizer que não tem lei que respalda. É mais ou menos isso, doutor?

SR. GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então fica o apelo aqui para que o Congresso se debruce, vote o Estatuto da Igualdade Racial, na sua forma original, que, ali, estava contemplados as políticas afirmativas que dariam respaldo para o Executivo e para o Judiciário tomar posição, mediante a discriminação que existe, infelizmente ainda, no nosso país. Todos os convidados usaram da palavra. Eu deixo a palavra, nesse momento, aberta aos convidados. Os que quiserem alguma pergunta entre si, algum questionamento... Por favor, Dr. Otavio com a palavra. O primeiro inscrito.

SR. OTAVIO BRITO LOPES: Senador, eu ouvi as explicações e fiquei bastante satisfeito. Quando iniciamos esse trabalho com o setor bancário, todos os bancos já tinham algum projeto na área de diversidade, os projetos existiram. O que não havia era... Não havia metas ou, quando essas metas existiam, elas não eram, digamos assim, cobradas. Então, isso gerava uma situação um pouco peculiar. Parecia que o programa de diversidade era algo muito mais para a empresa apresentar, um cartão de visitas, do que algo, propriamente, efetivo. Isso nós verificamos no setor bancário depois que fizemos o censo, e eu acho que, em todo programa de transparência, no momento que a empresa prepara um programa de diversidade e apresenta esse programa à sociedade, eu tenho certeza que não é intenção de nenhum dos senhores enganar a sociedade. Quer dizer, eu sei que a intenção é a melhor possível. Mas, como no serviço público, quando nós nos manifestamos em relação a qualquer coisa, nós temos que ter transparência, eu acho que uma programa como esse, ele só poderá ser realmente efetivo com transparência. E aí é um convite que eu faço de nós realizarmos,

negociando esse mesmo censo que foi feito no setor bancário, com monitoramento de dois em dois anos. Porque os dados apresentados, quando são unilaterais, eles perdem um pouco, perdem bastante da sua força, bastante do seu valor. Quando esses dados são apresentados a partir de um trabalho conjunto, de um trabalho transparente, fica muito mais simples, muito mais fácil de a gente verificar que, realmente, a empresa cumpre um ideal de responsabilidade social. E eu vi que os senhores têm essa preocupação, mas eu gostaria que nós pudéssemos realizar, também, esse mesmo censo, dentro do setor. Nós conversaríamos a metodologia... Quer dizer, isso tudo seria negociado, nós não vamos impor, mas gostaríamos de negociar e até conhecer a metodologia que os senhores empregam nesses dados que trazem. Porque, havendo uma concordância... Quer dizer, como fizemos na Câmara, nós poderíamos trazer essa discussão para cá também e apresentarmos aqui os resultados e chegarmos à seguinte conclusão: "Olha, fechamos um acordo aqui, quanto ao censo, quanto aos dados, vamos seguir tal metodologia", porque aí nós temos, realmente, como apresentar à sociedade um resultado que seja efetivamente confiável.

Eu fico preocupado... Eu vi o meu amigo... O Gilberto, antes de tudo, é um amigo pessoal, por quem eu tenho um carinho e uma admiração muito grande. Mas eu fico vendo, como membro do Ministério Público, a situação da sociedade, o pobre. Imagine: para a sociedade como explicar um estado em que, se o Legislativo não funcionar, quer dizer, não editar regras que tornem a Constituição efetiva, e o juiz falar: "Eu não posso fazer nada, porque eu dependo do Legislativo", eu pergunto: como fica a sociedade, o povo comum, o pobre? Porque eu digo, é fácil a gente jogar... "Olha, é problema do Legislativo que não legisla. O Judiciário tem que cumprir a constituição". Hoje, enquanto nós não acabarmos com esse positivismo exacerbado e conservadorismo exarcebados, contrários ao princípio democrático, nós vamos ter essa situação, em que a população não conta com o Estado, o Estado se omite. O que nós precisamos, hoje, é cumprir a Constituição, e, com todas as vênias, o Judiciário não precisa do Congresso Nacional para fazer cumprir a Constituição; não precisa. O Congresso Nacional pode estar em mora em várias coisas, mas, no momento em que a Assembléia Constituinte aprovou a Constituição do país, com direitos assegurados... O direito à igualdade, ele está assegurado. Eu não preciso de uma intermediação infra-constitucional; eu preciso apenas, onde ele não for observado, de um Judiciário que tenha essa visão. Eu falo com muita tranquilidade para o Gilberto porque é um juiz progressista, eu posso falar isso para

ele com tranquilidade, porque a carapuça não é para ele, mas o que nós vimos hoje é isso, é o Judiciário descumprindo a Constituição, o Judiciário que se omite de fazer cumprir um princípio, fazer cumprir um direito constitucional, o direito à igualdade, é um Judiciário que pratica por omissão e constitucionalidade.

Então, acho que essa visão da Constituição não apenas como uma carta de princípios, enquanto essa visão não existir, nós vamos ter esse tipo de situação. E aí eu pergunto: até quando a sociedade vai aceitar essa situação, sem gerar um descrédito total nas instituições democráticas? E a responsabilidade, volto a insistir, é do Legislativo, mas é do Judiciário, e é do Ministério Público também, é do Ministério Público também, porque um projeto como esse, nós temos internamente nossas dificuldades também, nós temos as nossas dificuldades, nós temos pessoas que entendem que a Constituição não está bem clara em relação a isso, mas a Constituição, em outros aspectos, não são tão claras assim, terminam sendo aclaradas quando há um interesse específico. Então é essa observação que eu faço e o convite ao Wal-Mart, o Carrefour, perdão, e o Grupo Pão de Açúcar, se nós poderíamos dar continuidade, aí nós nos reuniríamos, para traçar uma estratégia, e aí, numa outra reunião, traríamos aqui o resultado a essa comissão, à sociedade que participa, também, dizendo: "Olha, estamos negociando nesse sentido". E não há necessidade de firmar um TAC. Como eu falei desde o início, eu quero que, tendo um projeto de diversidade, nós possamos dar um *start* daquele projeto e observar o avanço; se ele está gerando um resultado efetivo ou se não está gerando um resultado efetivo. Porque eu tenho certeza que a intenção dos senhores é que esses projetos gerem um resultado efetivo. Então, é esse o convite que eu faço, e gostaria de ouvir, saber se há esse interesse, que nós poderíamos marcar uma reunião interna, nossa, e trazermos, depois, ao senador, esse resultado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Convite aceito, doutor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não sei se alguém mais quer se pronunciar sobre o convite?

SR. AILTON SOUZA: Eu acho que é um convite, uma boa sugestão a gente... Sugiro levar para o nosso Presidente da ABRAS, como setor, mas eu acho que, do ponto de vista do Wal-Mart, também, temos todo o interesse em nos engajar nessa causa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, meus cumprimentos aqui ao doutor. Percebo aqui que, tanto o representante do Carrefour como do Wal-Mart, concordaram com a sugestão, e eu já deixo aqui, de pronto, o espaço da Comissão,

aqui, de Direitos Humanos, se necessário for, se quiserem, inclusive, se encontrar aqui, para essa reunião de trabalho, serão bem-vindos. Só um pouquinho, Frei David.

SRA. ILZA APARECIDA MARQUES ZILLI: O Pão de Açúcar também veio para prestigiar e tem esse interesse, mas eu concordo com o meu amigo do Wal-Mart, que o setor supermercadista não é só o Carrefour. Então, nós temos a nossa associação, que é a ABRAS, e talvez seja muito mais proveitoso e muito melhor, o resultado seria melhor também, e que a ABRAS fosse, então, consultada e participasse disso também. Porque a ABRAS tem todos associados no Brasil todo. Não só nós que temos, estamos quase no Brasil todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas só para ajudar, eu entendi, mas, pelo que percebi, aqui, tanto o Carrefour, como o Wal-Mart, disse que há toda a disposição...

SRA. ILZA APARECIDA MARQUES ZILLI: Nós também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem prejuízo dessa consulta ao setor.

SRA. ILZA APARECIDA MARQUES ZILLI: Não é consulta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A pergunta que eu faço é se o Pão de Açúcar também tem a mesma disposição que mostrou aqui o Carrefour e o Wal-Mart.

SRA. ILZA APARECIDA MARQUES ZILLI: Nós temos a mesma disposição, o que eu estou dizendo é que eu concordo com o Wal-Mart, que seria mais proveitoso e muito mais abrangente colocar a associação, que já tem pesquisas, e nós temos os trabalhos, também, internos, de diversidade, mas a ABRAS, talvez, seria muito melhor, muito mais proveitoso e muito mais... o resultado talvez muito mais abrangente a nível Brasil, que é o que nos interessa a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para a Mesa, é bom ouvir o representante do Carrefour e do Wal-Mart, e, também, do Pão de Açúcar, que mostram essa disposição e aconselham, inclusive, que se convide o que faremos, doutor, o que faremos também.

SR. GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS: Nós convidamos já a associação por três vezes, para três eventos distintos, e eles nunca compareceram. Então, eu sou...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas já teve um avanço aqui, hoje. Conversar não é crime.

SR. GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS: Eu sou da opinião que, se nós começarmos esse tra-

balho, a associação vai ficar extremamente constrangida em ficar de fora, ela vai nos cobrar. Eu vou fazer o convite, mas os senhores tenham certeza: se nós iniciarmos esse trabalho, eles vão nos procurar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Frei David, por favor.

SR. DAVID SANTOS: Senador, eu quero registrar, enquanto representante da sociedade civil, registrar que a proposta do Ministério Público do Trabalho e o acolhimento do Senador Paim, como Presidente em exercício da Comissão de Direitos Humanos, reproduz o sucesso que foi a Comissão de Direitos Humanos, da Câmara dos Deputados, junto com o [ininteligível] e sociedade civil. Então, eu proponho que estejam nessa comissão, também, representantes da sociedade civil, do sindicato, que entendemos que esse caminho vai ser eficiente para todos nós, brasileiros, para o Brasil que sonhamos. Então, eu parablenizo o Wal-Mart, Carrefour, Pão de Açúcar, por ter falado sim. E, com certeza, a ABRAS vai acordar para a importância disso aí. E eu quero, também, parabenizar o juiz presente, Dr. Gilberto, pela fala dele, porque acompanhei, com muita dor, como brasileiro, todos as etapas dos cinco processos que o Ministério Público do Trabalho abriu, com referência a esse debate da inclusão do negro no setor bancário, a postura. Eu peço, se tem alguém pesquisador, que pesquise os despachos de juizes trabalhistas, negando as propostas da comunidade negra, da sociedade civil e do Ministério Público. Eu tenho certeza que são despachos ingênuos, mais uma vez, superficial, e, ao mesmo tempo, por outro lado, dizer para vocês que o Brasil vive um momento bonito. O tema do negro, da inclusão, foi sempre um tema secundário no Brasil. Agora, com essas Audiências Públicas, com a maturidade desses setores empresariais, o tema está vindo à sociedade, jornais sérios estão aqui e vão fazer cobertura. Os jornais que têm interesses já pré-determinados não vão falar nadinha sobre essa audiência de hoje, os jornais que estão comprometidos com o Brasil torto. Quem quer um Brasil equilibrado, com negro, branco, indígena, participando em igual condições, vai trazer matéria, mostrando a seriedade dessas empresas, aqui presentes, assumindo construir um Brasil com dignidade, com igualdade. Senador, parabéns, então, para todos nós, o Sr. Presidente em exercício da comissão, e eu proponho que se leve adiante a proposta do Ministério Público do Trabalho, tendo esse monitoramento, essa reunião periódica de dois em dois anos, garantindo a presença da sociedade civil e dos sindicatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se ninguém mais tiver algum tipo de questionamento, eu vou encerrar a Audiência Pública, mas já

dizendo que, terminando o recesso parlamentar, nós faremos já a primeira reunião, interna, de trabalho, na linha proposta pelo Dr. Otavio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho. Se assim vocês entenderem, eu proporia que fosse no mês de março, a gente marca a data, porque, em fevereiro, retomamos, eu aprovo o requerimento para que essa nova reunião aconteça, uma reunião interna, como um grupo de trabalho, para ampliarmos o debate e avançarmos nas ações afirmativas, nessa visão da diversidade, combatendo todo o tipo de preconceito. Ok. Muito obrigado a todos. Está encerrada esta Audiência Pública.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h31.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia nove de julho do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Paulo Duque, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Mozarildo Cavalcanti, Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Antes do início do 1º painel da audiência pública, o Presidente submete à apreciação, como **Extrapauta**, o **Item 1**: Requerimento (SF) nº 811, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “*Requer, nos termos dos arts. 40, § 1º, inciso I, e 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior por ocasião do Congresso Internacional de 2009 da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), na Mesa Renda Básica – Abordagens, Experiências e Desenvolvimento no Mundo, que ocorrerá nos dias 12 a 14 de julho de 2009, na cidade de Santiago,*

no Chile, e do Seminário Internacional A Democracia Hoje, nos dias 16 e 17 de julho de 2009, na cidade de Santo Domingo, na República Dominicana, comunicando que se ausentará do país no período de 12 a 18 de julho de 2009.” O Senador Inácio Arruda faz a leitura de seu relatório. Aprovado. O Presidente inicia a apreciação da Pauta. **Audiência Pública** para instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que “*Aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela*”, em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti e Efraim Morais, aprovado dia 01 de julho de 2009. O Presidente convida para compor a mesa os integrantes do 1º painel: Sr. **Darc Costa**, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul, Deputado **Neudo Campos**, Deputado Federal e Ex-Governador pelo estado de Roraima, Sr. **Leopoldo López**, Ex-Prefeito do município de Chacao, na Região Metropolitana de Caracas e Sr. **Gustavo Tovar-Arroyo**, Escritor, membro ativo de direitos humanos e um dos ideólogos do movimento estudantil venezuelano. O Presidente faz a leitura da Carta enviada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pelo Sr. **Julio Garcia Montoya**, Embaixador da República Bolivariana da Venezuela no Brasil. O Senador **Fernando Collor** apresenta o Requerimento nº 49, de 2009-CRE de sua autoria, com a seguinte redação: “*Nos termos do art. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja apresentado voto de censura ao Embaixador da Venezuela no Brasil, Sr. Julio Garcia Montoya, pela desrespeitosa carta enviada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na tentativa de justificar sua ausência na Audiência Pública desta data, destinada a debater a adesão daquele país ao MERCOSUL*”. Fazem uso da palavra os Senadores **Inácio Arruda, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Romero Jucá e Inácio Arruda**. O Presidente concede a palavra aos expositores. Fazem uso da palavra o Deputado Neudo Campos, o Sr. Gustavo Tovar-Arroyo, o Sr. Leopoldo López e o Sr. Darc Costa. Após a exposição dos convidados do 1ª Painel, o Presidente apresenta os seguintes itens **Extrapauta Item 2**: Projeto de Decreto Legislativo nº 498, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Coopera-*

ção na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado em Brasília, em 14 de dezembro de 2006.” O Senador Geraldo Mesquita Júnior faz a leitura de seu relatório. Aprovado. O Presidente registra a presença dos Deputados **Dr. Rosinha e Efraim Filho. Extrapauta Item 3:** Requerimento (SF) nº 842, de 2009, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque em que requerem “... nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para manifestação respeitosa de apelo para que o julgamento dos sete líderes iranianos da Fé Bahá’í, cinco homens e duas mulheres, que acontecerá no dia 11 de julho de 2009, no Irã, seja feito com toda transparência, justiça e respeito aos Direitos Humanos.” Aprovado. **Extrapauta Item 4:** Requerimento nº 47, de 2009-CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, em que “Requer, nos termos regimentais, que o PLS 486, de 2008, que “unifica a hora legal no território brasileiro”, seja apreciado pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, tendo em vista que a matéria é pertinente à competência dessa Subcomissão”. Aprovado. **Extrapauta Item 5:** Requerimento nº 49, de 2009-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, em que “Nos termos do art. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja apresentado voto de censura ao Embaixador da Venezuela no Brasil, Sr. Julio Garcia Montoya, pela desrespeitosa carta enviada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na tentativa de justificar sua ausência na Audiência Pública desta data, destinada a debater a adesão daquele país ao MERCOSUL.” Rejeitado. O Senador **Heráclito Fortes** propõe que a carta do Embaixador da Venezuela no Brasil, Sr. Julio Garcia Montoya, seja devolvida. O Senador **Fernando Collor** solicita que o resultado da votação do Requerimento nº 49, de 2009-CRE seja enviado ao embaixador venezuelano. O Senador **Mozarildo Cavalcanti** assume a Presidência da Comissão. O Presidente suspende a Sessão às 14:20 horas. A Sessão é reaberta às 15:11 horas. O Presidente, Senador **Eduardo Azeredo**, convida para compor a Mesa os convidados do 2º Painel da reunião, Embaixador **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**, Secretário-Geral Das Relações Exteriores, Embaixador **Luiz Felipe Lampreia**, Ex-Ministro das Relações Exteriores e o Sr. **Carlos Pio**, Professor da Universidade de Brasília. Fazem uso da palavra o Professor Carlos Pio, o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e os Senadores Inácio Arruda, Fernando Collor, Arthur Virgílio, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, João Tenório, Augusto Botelho, Cristovam Buarque e Tasso Jereissati. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às de-

zessete horas e quarenta e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e catorze minutos do dia quinze de julho do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Tião Viana, Geraldo Mesquita Júnior, Efraim Moraes, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Flávio Arns, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Tasso Jereissati, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da primeira parte da pauta, e convida para compor a Mesa o Embaixador Brian Michael Fraser Neele. **1ª Parte Item 1:** Mensagem nº 86, de 2009, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor Brian Michael Fraser Neele, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Antígua e Barbuda.*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Mozarildo Cavalcanti**, para fazer a leitura do seu relatório. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **Brian Michael Fraser Neele** para fazer sua exposição. O Presidente concede a palavra aos Senadores **Geraldo Mesquita Júnior e Romeu Tuma**. O Presidente declara aberto o processo de votação. Os senadores **Rosalba Ciarlini e Augusto Botelho** fazem uso da palavra. O Presidente faz a inversão da pauta. **Item 2 Pauta Extra:** Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD),

que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Igarapé Rapiirã entre as Cidades de Plácido de Castro e Montevideo, celebrado em La Paz, em 17 de dezembro de 2007”. O Presidente concede a palavra ao relator, Senador **Tiã Viana**, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. O Presidente inicia a apreciação da Pauta. **2ª Parte Item 12:** Requerimento (SF) nº 88 de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “*requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Aplauso ao povo e governantes da Lituânia, no Leste Europeu, pelo 91º aniversário da independência daquele país*”. O Presidente concede a palavra a relatora, Senadora **Rosalba Ciarlini**, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. **2ª Parte Item 3:** Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2006, de autoria da Deputada Luiza Erundina, que “*Acrescenta § 3º ao art. 4º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999. (Estabelece a composição do Conselho Deliberativo Federal na Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas)*”. Tramitando em conjunto com: Projeto de Lei da Câmara nº 25 de 2008, de autoria do Deputado Celso Russomanno, que “*Altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências*.”; Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que “*Autoriza o Poder Executivo a instituir a Ouvidoria da Polícia Federal*.”; Projeto de lei do Senado nº 117, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que “*Altera a Lei nº 8906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia, para identificar os honorários percebidos de indiciados em crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes*.”; Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2003, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “*Altera a Lei nº 10446, de 8 de maio de 2002, para tornar obrigatória a investigação da Polícia Federal nos crimes de repercussão interestadual ou internacional*.”; Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que “*Acrescenta § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica das autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo previsto em legislação própria*.”; Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, que “*Altera a redação do parágrafo segundo, do artigo 11, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre a cobrança de taxas das empresas de seguran-*

ça privada).”; Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2006, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que “*Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estender a posse legal da arma de fogo aos limites da propriedade rural, moderar as penas dos crimes previstos nos arts. 12, 14 e 15, diminuir para 21 anos a idade mínima para aquisição da arma de fogo, reduzir o valor de taxas, admitir a cessão aos órgãos de segurança pública das armas apreendidas ou entregues voluntariamente, além de outras providências*.”; Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “*Acrescenta inciso ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá nova redação a seu § 1º, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal*.”; Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “*Acrescenta o § 4º ao art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para determinar que as armas de fogo contenham número de série gravado em suas superfícies interna e externa*.”; Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “*Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências*.”; Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2007, de autoria do Senador César Borges, que “*Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para modificar as fontes de receita do Fundo Nacional de Segurança Pública e estabelecer a obrigatoriedade de repasse de, no mínimo, oitenta por cento dos recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aplicação em ações de segurança pública*.”; Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “*Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, para determinar prazo de arquivamento de filmagens*.”; e Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “*Altera o inciso VII do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, para estender o direito a porte de arma de fogo aos agentes de vigilância do Poder Executivo Federal*.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador **Tiã Viana**, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado o parecer pelo encaminhamento de requerimento para o desapensamento geral das proposições e os res-

pectivos apensamentos por afinidade. **2ª Parte Item 8:** Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda, assinado em Nova Iorque, em 26 de setembro de 2007.”* O Presidente concede a palavra ao relator, Senador **Mozarildo Cavalcanti**, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. **Item 3 Pauta extra:** Aviso nº 51, de 2009, de autoria do Tribunal de contas da União, que *“encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão 2.045/2008, proferido nos autos do processo nº TC-018.303/2007-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a Representação em face a notícias veiculadas na imprensa, acerca de possíveis irregularidades envolvendo a aquisição de terras por estrangeiros na região amazônica, sem o atendimento dos requisitos legais pertinentes, e o aumento do desmatamento no sul do Estado do Amazonas”*. O Presidente concede a palavra ao relator, Senador **Augusto Botelho**, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. **2ª Parte Item 5:** Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005”*. O Presidente concede a palavra ao relator, Senador **Renato Casagrande**, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. **2ª Parte Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“aprova o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004”*. O Presidente designa relator “Ad Hoc” o Senador **Augusto Botelho**, a quem concede a palavra para fazer a leitura do relatório. O Senador **Renato Casagrande** faz uso da palavra. Aprovado. O Presidente torna a reunião secreta às onze horas e dezenove minutos. A reunião é reaberta às onze horas e trinta e quatro minutos. O Presidente comunica a aprovação da indicação do embaixador. O Presidente submete à Comissão item extrapauta. **Item 1 extra-pauta:** Requerimento nº 50, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *“requer nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados*

os senhores Dauberson Monteiro da Silva, chefe da Primeira Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores, e Wilson Ruy Mozzato Krukoski, chefe da Segunda Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores, a participarem de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para tratarem de questões relativas à fronteira brasileira.” Aprovado. **Item 1 Pauta extra:** Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Evitar Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com Relação ao Imposto sobre a Renda, celebrado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006”*. O Presidente concede a palavra ao relator, Senador **Antonio Carlos Valadares**, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. **2ª Parte Item 13:** Requerimento nº 7, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *“requer, nos Termos do Art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE para realização de audiência pública visando debater o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Para tanto deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais do (a) Ministério das Relações Exteriores, (b) Ministério da educação, (c) Ministério da Cultura, (d) Academia Brasileira de letras, e (e) Associação Luso-Brasileira de letras.”* O Senador **Cristovam Buarque** faz uso da palavra. Aprovado o requerimento, excluindo o representante do Ministério da Cultura. **2ª Parte Item 6:** Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“aprova o texto do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, assinado em Praia, em 15 de setembro de 2006”*. O Presidente concede a palavra ao relator, Senador **Fernando Collor**, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. Os Senadores **Cristovam Buarque** e **Mozarildo Cavalcanti** fazem uso da palavra. **2ª Parte Item 1:** Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2007, que *“dispõe sobre a obrigatoriedade da união de trasladar corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior”*, de autoria do Senador Expedito Júnior. Adiado. **2ª Parte Item 2:** Projeto de lei do Senado nº 463, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *“altera a Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para ampliar o rol de produtos e estender a isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI) nela especificados às casas militares*

ou aos Gabinetes Militares da união, dos Estados e do Distrito Federal". Adiado. **2ª Parte Item 7:** Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão, celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007". Adiado. **2ª Parte Item 9:** Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007". Adiado. **2ª Parte Item 10:** Requerimento (SF) nº 1.210, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim que "requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos anais do Senado, voto de repúdio e censura às declarações racistas ocorridas no dia 16 de outubro de 2007, pelo ganhador do prêmio Nobel de Medicina, James Watson, afirmando ao jornal britânico "The Sunday Times" que negros são intelectualmente inferiores aos brancos". Adiado. **2ª Parte Item 11:** Requerimento (SF) nº 1.311, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto e outros, que "Requerem, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de repúdio ao presidente da Venezuela, Hugo Chavez, pela forma antidemocrática com que impôs a reforma constitucional em seu País, tendente a consolidar seu regime autoritário e personalista de governo". Adiado. **2ª Parte Item 14:** Requerimento nº 48, de 2009 – CRE, de autoria da Senadora Marina Silva, que "nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, requer a realização de audiência pública desta comissão em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com o objetivo de debater o PLS nº 69, de 2004 – Complementar, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do artigo 231, § 6º, da Constituição Federal. Solicita, para tanto, que sejam convidados as seguintes autoridades: Representante da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI; Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Procuradora-Chefe da 6ª Câmara do Ministério Público Federal; Representante do Ministério da Defesa; Representante da Organização Internacional do Trabalho – OIT". Adiado. **Item 04 Pauta extra:** Requerimento (SF) nº 856, de 2009, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que "requer seja autorizada a emissão de passagens e diárias para viabilizar sua participação na XII Taller Internacional de Gestión Tec-

nológica e Innovación – GESTEC 2009, a realizar-se na cidade de Havana, Cuba, no período de 20 a 24 de julho de 2009." Adiado. **Item 05 Pauta extra:** Requerimento (SF) nº 857, de 2009, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que "requer seja autorizada a emissão de passagens e diárias para viabilizar sua participação no evento World Outgames, que será realizado no período de 25 de julho a 02 de agosto de 2009, na cidade de Copenhagen, Dinamarca". Adiado. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 14 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Nós estamos fazendo essa Reunião Extraordinária, não, é Reunião Ordinária, mas em dia alterado; ao invés da quinta, exatamente pela presença dos Srs. Senadores, sendo a última Reunião dessa primeira parte do ano de 2009, pelo fato de termos agora duas semanas de recesso... Que anteriormente era um mês, eram quatro semanas. Agora, são duas semanas apenas de recesso. Então, voltaremos depois com a nova Reunião já no início de agosto.

A primeira parte da pauta, eu convido para compor a Mesa o Embaixador Brian Michael Fraser Neele, que é indicado para Antígua e Barbuda. Se trata da mensagem nº 86/2009, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Michael Fraser Neele, Ministro de primeira classe da carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Antígua e Barbuda. Autoria da Presidência da República, sendo Relator o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Eu concedo, portanto, a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator da mensagem, para ler o seu relatório.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-PR): Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srs. Senadores, de acordo com o art. 52, inciso IV da Constituição, compete privativamente ao Senado Federal o exame prévio, e por voto secreto, da escolha de Chefe de missão diplomática de caráter permanente. Nesse sentido, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do Sr. Brian Michael Fraser Neele, Ministro de primeira classe da carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto Antígua e Barbuda.

O Ministério das Relações Exteriores elaborou, em razão do preceito regimental, currículo do indicado. Nascido no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 41, o indicado é filho de Jorge Brian Fraser Neele e Ethel Marie Neele. Ingressou na carreira diplomática em 63, por concurso, tornando-se 3º Secretário no ano seguinte. Entre as funções desempenhadas na Administração Pública, destacam-se: Assessor do Departamento de Promoção Comercial; Chefe da Divisão de Informação Comercial; Chefe do escritório de representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, em 1998.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Cônsul Geral do Consulado Geral em Genebra, em 84; Embaixador da embaixada em Lagos, em 88; Embaixador na Embaixada em Beirute, em 96; Embaixador da Embaixada de Ancara; Cônsul Geral em Roma, e Embaixador na Embaixada de Tegucigalpa, em 2008. Chefiou inúmeras delegações brasileiras em reuniões e encontros internacionais.

No tocante ao relacionamento bilateral, o informe preparado pelo Itamaraty, anexo à mensagem presidencial, registra que o Brasil estabeleceu embaixada em Saint John's, cumulativamente com a embaixada residente em Havana, em 1992, pouco depois da independência do país. As relações bilaterais restringiam-se a solicitações de votos e apoios em organismos multilaterais. Em consonância com política de maior cooperação com os países da região do Caribe, foi criada a embaixada residente em 18 de fevereiro de 2009.

No plano comercial, o relacionamento é pouco expressivo, e apresenta superávit em favor do Brasil. Exportamos ladrilhos de cerâmica e produtos alimentícios industrializados e importamos produtos eletrônicos e de informática. A agenda bilateral contempla a possibilidade de cooperação nas áreas de infraestrutura, de saúde, de aquicultura e de estudos marinhos. Ante o exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão

possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Eu quero lembrar que o Embaixador Brian Michael é inclusive Embaixador do Brasil em Honduras; nós já aprovamos um novo Embaixador, mas será muito importante que ele possa nos dar informações sobre Honduras. É evidente que, inclusive, uma parte pode ser na parte secreta, tendo em vista a natureza do problema que existe hoje em Honduras. De maneira, Sr. Embaixador, que eu já queria lhe passar a palavra, tenho a honra de lhe passar a palavra para sua exposição, que pode ser sobre... É livre, evidentemente, sobre Antígua e Barbuda, mas seria interessante que já pudesse abordar um pouco a sua experiência em Honduras.

Com a palavra, o Embaixador Brian Michael.

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, senhoras e senhores. Compareço perante essa Comissão pela quinta vez, e sempre é uma honra e um privilégio estar aqui. Acho que, é uma opinião pessoal, mas acredito que compartilhada por muitos colegas meus, é uma etapa essencial no relacionamento entre a minha Casa, o Itamaraty, e esta Casa, esse momento de diálogo com os futuros chefes de posto, que, inclusive, nos dá uma ainda maior representatividade quando estamos no exterior porquanto o endosso do Legislativo aumenta a nossa credibilidade, ao mesmo tempo em que aumenta a nossa responsabilidade.

Estou agora designado para representar o Brasil em Antígua e Barbuda, pequeno país do Caribe, onde a nossa presença se fazia necessária, já de algum tempo, porquanto... Não talvez em função propriamente, diretamente, do país em si, mas, sim, muito pela crescente participação do Brasil no cenário internacional e pela importância que cada país tem hoje, dentro dos contextos de acordos regionais de participação em entidades multilaterais regionais que possam, então, ser um viés para a projeção dos nossos interesses e para a proteção dos nossos interesses também.

Na questão do Caribe, o Caricom representa... O conjunto do Caricom, dos países do Caricom, representa um terço dos países membros da OEA, e representam uma proporção ponderável dos votos também na ONU, como um bloco. E eles tendem a trabalhar em bloco. O Caricom é muito unido. Então, o Brasil está presente em todos os países independentes do Caribe e faz muito sentido porquanto, hoje em dia, cada vez mais, a democracia representativa se estende também no exterior. E podemos contar... Para podermos contar com o apoio de uma entidade como o Caricom, temos

que estar lá. Sem falar nos muitos países que estão já crescentemente abrindo embaixadas ali, por ali afora. Cuba, México, Venezuela, todos já tem embaixada em Antígua, “*Antiga*”, como eles chamam. E não ousou dizer que haverá 300.000 embaixadas lá, mas o fato deles já estarem quase que impõe, ou exige a nossa presença também.

O país vive essencialmente de turismo, mas há um incipiente comércio conosco, da parte deles, que é estimular, porque nos fornecem peça e componentes que são incorporados em produtos industrializados brasileiros, na área de automóveis e na área de eletro... Computadores e aparelhos elétricos. Há... Além dos temas citados pelo nobre relator, nós temos diversas áreas de trabalho a explorar com eles, na área de assistência e cooperação ao desenvolvimento. O Brasil tem muito a oferecer e, nesses países, uma pequena operação realizada, bem realizada pelo Brasil, tem um efeito imensamente grande, e um efeito multiplicador, porque nem sempre é possível ter uma participação significativa para nós, num contexto de um país grande, onde o grande esforço brasileiro desaparece dentro do contexto geral.

Especificamente com relação à Antígua, há hipóteses diversas de trabalhar com eles em... Na área até de alta tecnologia, porque eles carecem de tecnologia de ponta na área de comunicações, como também na área de imagens via satélite, e isso tem repercussões para uma indústria que eles querem desenvolver, que é a indústria da pesca; nós podemos cooperar com eles também no desenvolvimento das suas riquezas marinhas. Inclusive, na área de biomassa, eles estão iniciando um projeto de aproveitamento de algas marinhas, como biomassa para combustíveis e, eventualmente até a produção de etanol. Nós pedem para instalar ali uma indústria de etanol, o que é uma possibilidade. Nós já temos uma empresa brasileira, a Andrade Gutierrez, contratada para renovar e ampliar o aeroporto deles.

E como, de uma forma geral, o Brasil, eu diria que... Me perdoem dizer mais uma vez, mas é a verdade, mais uma vez, o Brasil é muito bem visto e, graças a Deus, nós somos muito bem vistos no mundo inteiro, até onde eu andei. Isso facilita enormemente a tarefa de um representante diplomático. No caso, ali... Inclusive eles estão tendo que redirecionar um pouco a economia deles; estavam e continuam vivendo do turismo. Mais de um milhão de visitantes... É a meta deles, já superam a meta de meio milhão de visitantes/ano. E tinham muito... Eles tinham desenvolvido muito a área financeira de *offshore banking* só que eles foram vítimas também de um senhor pouco escrupuloso; não chegou às dimensões do Madoff, mas o Sr. Stanford

deu um prejuízo da ordem de oito bilhões de dólares, e praticamente obrigou o país a sustar suas operações nessa área, que eles estão reestruturando, e também aí é uma área onde eles já acenaram que gostariam de uma cooperação com o Brasil.

A forma de governo é uma forma de governo parlamentar, herdada dos ingleses; o executivo é presidido por um Primeiro Ministro; o Legislativo é bicameral; são 17 Senadores e 17 Deputados. Curiosamente, os Deputados são eleitos por sufrágio direto e os Senadores, porém, são nomeados pelo Governador Geral, que representa a rainha da Inglaterra, que é a Chefe de Estado. O que explicou um pouco até a demora em me conceder o meu *agreement* porque teve que ir a Londres. E o Judiciário ainda reflete os antigos laços coloniais porque a Corte mais alta de apelação é para Parlamento inglês. Isso está sendo revisto, os países da... Justamente os países de origem colonial inglesa da região já acertaram que vão constituir uma Corte suprem entre eles, mas ainda não está funcionando.

O PIB é alto, para a população, 1.6 bilhões, e o PIB *per capita*, de 19 mil dólares por habitante, é bastante significativo. Contudo, é um país que também sofre de desemprego. E, nesse ponto, na medida em que nós possamos, talvez, desenvolver ali uma solução, por seus bons portes que possuí, uma solução de entrepostagem de produtos brasileiros, poderemos contribuir para o desenvolvimento do país, criar empregos e facilitar o nosso comércio. Nós temos linhas diretas só para São Domingos e Jamaica nessa região toda. Não há outra linha direta nem sequer para a América Central. Panamá sim, é exceção, mas o resto da América Central não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): De navio?

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: De navio. De avião, nem pensar. De avião, não tem nada... Só agora, via Caracas, via Bogotá ou via Panamá; Miami sim, sempre. Mas com todos os problemas de você passar por Miami.

Eu acho que, se me permitem, eu encerraria a exposição sobre o país, mas o senhor me pediu para falar um pouco sobre Honduras. Eu achava que isso seria conveniente, talvez, numa Sessão, depois, em outro momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador. Eu quero lembrar que o Embaixador foi Embaixador na Nigéria, no Líbano, na Turquia e Honduras. Ele lembrou, é a quinta vez que vem aqui a essa Comissão, agora, designado para Antígua e Barbuda.

Embaixador, eu, com todo... Exatamente vendo seu currículo, eu tenho, e já fiz publicamente uma crí-

tica a essa criação de, eu chamaria de embaixada em micro países. Nós vemos aqui que, inclusive o Embaixador de Antígua em Brasília, na verdade, mora lá em Antígua; ele não está aqui em Brasília. E a população é realmente uma população muito pequena, 85 mil habitantes apenas. Se nós olharmos a relação, quer dizer, é um país aparentemente até com um nível de vida bom, com essa receita *per capita*, e com o 60% da economia baseada em turismo. Turismo basicamente dos americanos provavelmente, pela proximidade com Miami.

De maneira que o meu questionamento é mais em cima da abertura de embaixadas, não é só essa, o senhor sabe, além de Antígua e Barbuda, o governo abriu e está abrindo embaixada em Dominica, que a gente consegue ver ali só o nome, não dá para ler o país, tem também Grenadines, mais embaixo ali, Saint Vincent e Grenadines e São Cristóvão e Nevis, que também está ali meio perdido dos nomes no mapa. Quer dizer, são países muito pequenos realmente, enquanto que, na minha opinião, em países grandes, nós podíamos ter mais Consulados, como próprio Portugal, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Argentina, Consulados, ao invés de termos embaixadas em países pequenos.

De maneira que a minha... O senhor me permita, me desculpe, mas o meu questionamento é mais em cima dessa decisão de abertura de embaixadas em países tão pequenos e com pouca relação com o Brasil.

Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Queria cumprimentar o Embaixador, os membros do Itamaraty aqui presentes, Sras. e Srs. Senadores... Presidente Eduardo Azeredo, não é para contra dizê-lo, mas é para expressar uma opinião paralela, dentro desse quadro que V. Exa. traçou há pouco.

Eu ainda prefiro que o Brasil ate ou reate laços com esses pequenos países, se instale com seu corpo diplomático... Eu ainda prefiro essa política de aproximação a... Eu acho que é preferível isso, ou seja, claramente há o propósito; eu não vejo nada demais nisso, de o Brasil conquistar adeptos ao seu pleito de conseguir um assento permanente no Conselho da ONU, eu prefiro essa política àquela de aproximação com alguns países com graves problemas, inclusive na área de direitos humanos, e a gente ficar fazendo uma ginástica danada para não melindrar, ao mesmo tempo em que tenta se aproximar, fazer uma ginástica para não melindrar.

Então, Senador, é apenas para, dentro desse seu raciocínio, dizer que eu ainda prefiro essa aproximação com pequenos países, alguns dos quais a gente visi-

tou o ano passado, do que a aproximação com outros países, cheios de problemas, não é? Inclusive graves problemas na área de direitos humanos. Nós já, na Sessão anterior—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Como Coreia do Norte, né?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Como Coreia do Norte, como Irã etc. Não vejo nada demais na aproximação. Agora, essa tentativa de aproximação e de busca pelo apoio ao pleito do Brasil não pode nos levar a uma posição dúbia. A gente não pode tentar se equilibrar numa corda bamba aí com esses países e passar a mão em cima de alguns fatos, alguns acontecimentos, em razão dessa aproximação. Portanto, era apenas para expressar essa opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem. Eu quero pedir inclusive ao nosso Senador Geraldo Mesquita, nosso vice Presidente, que assuma temporariamente aqui a presidência. Eu vou só participar de uma votação da Comissão de Ciência e Tecnologia, de dois relatórios que eu sou responsável. E já passo a palavra ao Senador Romeu Tuma. E lembrando, então, que nós teremos uma parte secreta, onde o Embaixador poderá falar um pouco mais sobre Honduras.

Senador Romeu Tuma.

[troca de presidência]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou ser rápido porque eu me considero... Eu considero o Embaixador Brian Michael Fraser Neele. Não sei se estou pronunciando corretamente [risos]. Mas eu chamá-lo de irmão também não faz mal, não é?

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: Não, ao contrário, minha honra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tive felicidade de, mais de uma vez, participar com o Embaixador Michael, aí acerta, não é? De coisas importantes da representação brasileira, principalmente quando Embaixador do Brasil no Líbano; nós estivemos da primeira vez em Washington, em uma reunião de participantes de vários países sobre a recuperação do Líbano, e cada país poderia, dentro da discussão... O nosso líder era o Embaixador Paulo de Tarso, que, infelizmente, com muito esforço, em razão do derrame que teve, esteve presente, acompanhou, nos orientou e o Embaixador conhecia bem a problemática do Líbano, da guerra interna, da destruição e do sofrimento do povo e da região, quase, Síria, Líbano e toda aquela área. E nós, no domingo, nós chegamos no domingo, porque a reunião era segunda-feira, às oito da manhã,

em Washington. Fomos dar um passeio em um shopping e nós resolvemos fazer uma compra de presente para a sogra [risos].

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: Eu fui inocente nisso. Eu apenas acompanhei...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Viu, Senador? Nós temos que pensar na nossa sogra, já que, pelo menos a minha mãe não era mais viva, e minha sogra tem uma potencialidade de me dar ganho de causa quando discuto com a minha mulher. Que, aliás, é difícil, mas, de vez em quando... O Embaixador conhece profundamente as regiões onde ele foi Embaixador, são várias. É um homem educado, é um homem culto, é um homem inteligente. E tem uma carreira bonita no seguimento da representação brasileira no exterior.

Houve uma dúvida do Presidente, que eu conversei com ele, também sobre a ida do Embaixador para Antígua e Barbuda, porque ele achava que o Brasil estava criando muitas embaixadas em países de pequena expressão, eu diria assim. Mas eu não acho que isto traga um prejuízo ao Brasil porque, se há condições de diplomatas representarem o Brasil em vários países do mundo, se puder ocupar todos eu seria favorável. Até porque, quando eu participei, é claro, guardadas as proporções da INTERPOL, eram 166 países que participavam da Polícia Internacional. Então, quanto mais o Brasil ocupar, melhor para o Brasil porque começa a nascer um novo mercado. Quer dizer, não só a parte política, mas a parte econômica também.

E a gente se fazendo presente, seja qual for a dimensão do país à população, tranquilamente, cada vez mais, o Brasil cresce no conceito internacional das nações.

Eu não vou falar do Embaixador mais porque eu seria suspeito. E até para não me emocionar porque as saudades emocionam. É um amigo que eu tenho. Tivemos oportunidade de participar juntos, presente em reuniões importantes que o Brasil participou na recuperação do Líbano principalmente. Estive no Líbano também. Aliás, tem um fato interessante aqui, que era uma quinta-feira ou sexta-feira, o Itamaraty perguntou, Embaixador, se tinha algum descendente de árabe que poderia ir nessa reunião, representando o Congresso. Só tinha eu. Aí eu fui designado a ir. Aí, o Itamaraty disse: "Ah, não tem dinheiro para a viagem". Você custeia, depois recompõe aí as despesas". Então, eu fui, corri, tirei... Precisava tirar visto, não sei o quê... Embarquei no sábado, domingo estava lá, o Embaixador me recebeu em Washington, estivemos juntos, porque era uma reunião no Governo americano, Departamento de Estado, para tentar... Eu estou repetindo, para tentar estabelecer um programa de recuperação do Líbano pós-guerra interna.

Então, eu fui e me senti muito feliz de estar naquela reunião, até achei interessante que o Japão queria dar auxílio só moral. Os grandes países, interessante como são as coisas, os grandes países querendo dar auxílio moral, ninguém quer dar... O Brasil deu o que podia dar que era a participação na elaboração de projetos, e tudo isto dentro da nossa capacidade econômico-financeira e intelectual. Agora, os grandes países ficaram de pensar, que não sabia... Financeiramente, ninguém abriu. Estava presidindo o que foi morto no ato de terrorismo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Hariri.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Hariri estava presente para explicar o que acontecia no Líbano. Eu voltei, fui para tribuna explicar porque a gente, quando viaja aqui, tem que ter a dignidade de ir para a tribuna e explicar porque fez uma viagem. E o falecido Deputado Ricardo Isaac, que foi meu amigo muito tempo, descendente, achou ruim por que é que ele não foi chamado, e fui eu. Porque eu era... Meu pai era Sírio, minha mãe é libanesa. Agora, eu falei: "Você não tava aqui, rapaz. Eles queriam um cara na marra, pegaram no laço. Você vai na viagem para lá". Mas ele foi, eu fui também, quer dizer, não houve nenhum problema, mas houve aqui uma crítica pública de que não poderia ter ido e era direito dele, por ser mais... Ele faleceu, meu amigo sempre permanente. É amigo do senhor também, foi lá... Nós tivemos uns jantares gostosos, lá no Líbano, o pessoal do Líbano, principalmente a Câmara dos Deputados, teve uma apreciação grande na presença da delegação brasileira. E eu acho que esses laços aumentaram bastante, em razão do trabalho do Embaixador porque o relacionamento dele com as autoridades libanesas era muito grande.

Depois, ele foi para Turquia, eu fiquei com vontade de ir até lá. Quando eu fui, ele não estava mais. Estava numa reunião ainda da Polícia Federal, me convidaram, eu fui. Mas, quem sabe, Deus me deixe vivo para visitá-lo lá em Barbados. É minha esperança de poder dar uma volta num shopping, tomar um café com o senhor e bater um papo informal para tirar toda essa tensão que a gente está sofrendo aqui.

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: É verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Boa sorte para V. Exa.

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: Obrigado, Senador.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então, com a palavra, o Embai-

xador Michael, se quiser fazer algum comentário sobre--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: Se permite uma pequena história que aconteceu comigo, eu estava chefiando o Itamaraty do Rio de Janeiro, e o Lampreia, meu colega de colégio, era o Ministro, Chanceler. Ele estava presidindo uma reunião, mas já tinha me avisado que ia me passar a Presidência. Ao fazê-lo, ele me apresentou à platéia, “deixo vocês nas boas mãos do meu colega, Embaixador Brian Michael Fraser Neele”. Aí ele parou um instantinho, “apesar do nome, é brasileiro, carioca, e tem uma qualidade adicional que o Itamaraty até hoje não entende. Com esse passado, pai inglês, mãe americana, porque que ele é torcedor do Vasco, ninguém sabe”. [risos]

Agora, curiosamente, você--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas quanto é a despesa de o cara ser Vasco da Gama, que é na faixa--

[risos].

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: Está bom. Mas quando--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só interromper rapidamente, dizer aos Srs. Senadores e Senadoras que já está aberto o processo de votação.

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: Quando se fala de Antígua, não se tem, talvez, muito presente que é um país essencialmente de afrodescendentes, 91 %. Mas tem dois aspectos curiosos ali, que... Pequeno componente branco, digamos assim, da população, não chega a 2%... Há três grupos nítidos, que são os irlandeses, os ingleses e os portugueses, que vieram da Ilha Madeira, nos meados do século 19, quando do problema das castas de uva, não me lembro o nome dessa doença, mas uma doença que aniquilou quase a indústria do vinho, durante um tempo na Europa, *Filoxera*, eu acho que chama.

Então, curiosamente, você tem, então, em Antígua, um grupo de portugueses, e deve ter um bom bacalhau lá também, eu espero, quem sabe? E outro grupo que também existe lá são os sírio-libaneses e palestinos, que são todos, no caso aí, são todos cristãos; não há notícias de imigração médio-oriental de muçulmanos, mas só de cristãos. Mas, então, o senhor tem duas razões para chegar lá: Uma para me visitar e outra para visitar os seus patrícios.

Senador, eu estou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senadora Rosalba Ciarlini pede a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É um prazer conhecê-lo. Brian Fraser Neele.

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: Pode ser, eu sou mais conhecido como Michael, que a senhora omitiu.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pronto, Brian Michael Fraser Neele. Eu acho que acertei a pronuncia ou errei?

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: 100%.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero dizer que, com a experiência e com o perfil que nos foi mostrado, o senhor tem toda a condição de fazer um bom trabalho, como tem feito nas missões que lhe foram entregues. E que é muito importante realmente que o Brasil ocupe espaço, por menor que seja o país. Mas é um outro país, esse relacionamento é importante, nós somos um país que está em desenvolvimento, que necessita abrir cada vez mais suas fronteiras para o mercado, para que nós possamos fazer parceiros no mercado. E que veio de todos os países do mundo. Então, realmente, nesse ponto, eu concordo com o Senador que nos antecedeu de que realmente é importante. É bom que o Brasil esteja em tudo. Porque cada brasileiro, com certeza, num país desses, como o senhor irá fazer, e tem feito por onde passou, vai plantar uma semente de boa convivência, de relacionamentos que vão mostrar a força e o potencial do nosso país. Isso é muito bom para que nós possamos continuar sendo um país de paz, e um país que possa gerar mais oportunidade para a nossa gente, de emprego e renda. E isso se faz, realmente, através desses relacionamentos. É de fundamental importância.

Então, desejo boa sorte, já que tenho certeza que essa Comissão, conhecendo seu histórico, conhecendo seu trabalho, irá aprovar mais uma vez a sua ida para bem representar o nosso Brasil, lá em Barbuda e Antígua.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senadora. Nós vamos--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu não vou poder ir, com o Senador Romeu Tuma, porque os patrícios deles estão por lá. Os meus... Bem, de qualquer maneira, qual é o brasileiro que não é um pouco português?

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: A senhora não é descendente de português?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sou.

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: Então, pronto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Por onde você anda no Brasil você encontra um português.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Augusto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Embaixador Brian, Barbados... Eu sou de Roraima. Roraima é um Estado que--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não é Barbados, é Barbuda.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ah, Barbuda?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É. Antígua e Barbuda.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu já ia puxar... É no Caricom também, Barbuda? O Caribe, para nós, é importante porque nós--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É feminina, tem o Barbado e tem uma Barbuda.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): --nós pretendemos ser produtores de alimentos para o Caribe, para os hotéis de Caribe. Por exemplo, o mamão lá de Roraima é um mamão doce, especial, ótimo. O mamão mais gostoso que tem no Brasil é o de Roraima. E a gente não exporta para o Caribe. Nos hotéis do Caribe, você não come mamão. Chega lá, é difícil você comer um mamão num hotel daquele lá. Tem melancia, tem... Mas mamão tem pouco. Então--

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: Eu farei um esforço especial porque eu gosto muito de mamão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ótimo, então, vamos lutar, porque nós, em Roraima--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu espero que o senhor goste também de melão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Estamos começando a cultivar mamão de olho nesse mercado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu espero também que o senhor goste de melão porque melão é lá do nosso Rio Grande do Norte. Melhor melão do Brasil.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E melancia, melancia nós temos de boa qualidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O relatório mostra aqui que 60%

da economia é turismo, vem do turismo, suas praias. Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, eu, como Relator, já analisei os aspectos todos e realmente estou convencido. Agora, o Senador Augusto puxou um assunto de Roraima, não é? E não há nenhum Estado que esteja mais próximo lá de Antígua e Barbuda do que Roraima. O estado brasileiro mais próximo. E nós temos sempre dito aqui, inclusive no debate da entrada da Venezuela no MERCOSUL, é que embora nós estejamos lá próximos, nós não temos quase comércio. Em Roraima, o comércio com o Brasil passa ou por avião ou pelo mar. Quer dizer, não toca em Roraima. Então, é uma boa coisa, para que o Embaixador leve essa ideia de que a gente realmente, Roraima inclusive, penalizado por essa demarcação de reservas indígenas, reserva ecológica; tem hoje alguma coisa em torno de 10% do seu território somente disponível. Mas, nesses 10%, que é maior do que a área, por exemplo, do país que o senhor vai ser Embaixador, dá para produzir bastante coisa, não só o mamão que o Senador Augusto falou, mas também, e nós estamos querendo intensificar uma produção de soja, e beneficiar para exportar já beneficiado. Quer dizer, geograficamente, nós estamos muito bem. O que falta realmente é termos condições de incentivar esse comércio aí. O que, aliás, é única saída para desenvolver nosso Estado.

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: Eu queria comentar rapidamente a generosa palavra da Sra. Senadora e depois do meu Relator. Eu compartilho inteiramente a sua opinião de que tamanho do país não é documento. Documento é a experiência do país, a participação que ele tem no contexto em que ele se insere, em que ele vive. Eu acho que, sem a presença de um representante brasileiro, é difícil muitas vezes convencer os países a compartilharem as nossas preocupações e modificarem eventualmente as suas posições para melhor... Para que melhor reflitam num contexto que atendam aos interesses de ambos. Isso é, talvez, a mais importante tarefa que um representante brasileiro tem no exterior, que é essa de influenciar decisões dos outros países.

Também, por menor que seja o país, sempre haverá alguma coisa que eles vão fazer melhor do que qualquer outro. Isso aí eu terei que descobrir o que será. Mas, em todos os lugares que eu tenho andado, sempre foi essa uma verdade que eu constatei. E tomei nota, inclusive do seu interesse pelo melão. Mas é uma verdade. O ponto que o nobre senador levantou de que não tem mamão lá, essas coisas, o senhor tem toda a razão. Nós temos que procurar forma para o Brasil poder chegar nesses mercados. Isso terá que

ser por... Ter uma capacidade de um porto franco, que possa redistribuir nossas mercadorias que, muitas vezes, só podem chegar hoje em dia em container, mas um container imenso com um produto só, talvez seja muito excessivo para aquele mercado. Então, temos que procurar capacidade de redistribuição.

Antígua é um país que tem portos excelentes, desde os tempos explorados pelos europeus, desde os tempos dos Séculos XVIII e XIX, particularmente Nelson, lá tem o famoso Nelson's Dockyard, Nelson baseou parte da frota inglesa ali. E isso não foi por acaso, é porque o porto era bom. Então, nós podemos, talvez, ter ali uma plataforma brasileira, seria um aspecto que eu iria explorar.

O meu Relator me falou também da proximidade do Brasil via Roraima ao Caribe, e é um fato que o Caribe é um pouco uma área do mundo que o Brasil... Ainda não... Não é o que o Brasil esqueceu, o Brasil ainda não acordou para o Caribe. Mas, como eu disse, os países do Caribe já representam mais de um terço da OEA, dos países votantes na OEA, que é uma coisa... E eles tendem a votar em conjunto, como também representam um bloco de muito peso na ONU. E, na ONU, não é só política, na ONU, são considerações econômicas, comerciais, sociais, direitos humanos, tudo. Então, é uma plêiade de áreas onde a presença de um agente diplomático brasileiro em um país pequeno desses, sobretudo, quando ele é membro de um bloco que tende a votar coeso, pode ter muita importância, muita importância mesmo.

Agora, eu estive falando com o meu Relator sobre um trabalho esquecido do Brasil que é feito há mais de século pelas nossas comissões de limites. Me permitam os senhores, é um pequeno prazer que eu tenho de elogiar esses servidores nossos que ficam lá demarcando as nossas fronteiras, às vezes, em regiões difíceis, mas é graças ao trabalho dessas duas comissões, uma sediada em Belém, outra sediada no Rio, que o Brasil não tem problemas nas fronteiras. Eu não conheço problema de fronteira, de atrito na fronteira, desde que o Barão, em 1904, assinou o tratado de reconhecimento de limites, porque essas duas comissões trabalharam sempre com dedicação, com afinco. E eu estava falando com o Senador que eles merecem um pequeno museu, porque eles têm acervo fascinante, de coisas desde o tempo de Rondon, que está lá guardado, esquecido. Um museu das comissões de limites aqui em Brasília seria, eu acho, uma homenagem apropriada, até porque os estados como o seu, são os estados que foram muito beneficiados pelo trabalho deles.

Desculpe, eu me prolonguei, Senador.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Até queria aproveitar que o Embaixador tocou nisso, e justamente pela sugestão dele, me ocorreu a ideia de que eu estou encaminhando um Requerimento à Mesa, que a gente possa votar extrapauta, convidando os dois Presidentes das comissões de fronteira para virem falar aqui na Comissão de Relações Exteriores, e especialmente na Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, porque a gente realmente terá aqui informações importantes que nós podemos estar desconhecendo e que a nossa Subcomissão especialmente quer ter um retrato fiel, não só do que se passa com as fronteiras de forma bilateral, mas também como é que estão as nossas fronteiras no restante dos aspectos que interessam muito ao país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mozarildo. Antes de passarmos à parte secreta, eu já vou dar início à segunda parte da reunião de hoje, enquanto os Srs. Senadores vão exercendo o direito do voto, que trata das questões de projetos que estão aqui previstos.

O primeiro deles, eu quero passar a palavra ao Senador Tião Viana, que refere-se ao projeto de Decreto Legislativo nº 399/2009, que aprova o texto do acordo do Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Bolívia, para a construção de uma ponte internacional sobre Igarapé Rapiirã entre as cidades de Plácido de Castro e Montevideo. Montevideo com "o", celebrado em La Paz, em 17 de dezembro de 2007. Eu estou falando Montevideo com "o" porque, quando a gente vai procurar Montevideu com "u" para saber a temperatura lá nas reuniões do MERCOSUL, sempre aparece essa outra Montevideo com "o". Teve um dia que eu falei: "Mas como está quente lá em Montevideu?" [risos], na verdade, é Montevideo do Acre que estava aparecendo. Depois que eu vi que Montevideu com "u" estava frio, e Montevideo com "o" estava muito quente.

Com a palavra, o Senador Tião Viana.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pela ordem, Presidente. Antes de o Senador Tião Viana iniciar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --Como eu tenho que fazer a abertura da Comissão de Assuntos Sociais, com Audiência Pública, e já estão me chamando, eu gostaria que depois desse projeto, se fosse possível do Tião Viana, V. Exa. colocar... Fazer uma inversão de pauta, que tem um projeto de nº 12, que eu sou Relatora--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeito. Acho que todos estão de acordo pelo motivo justificado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente, serei muito objetivo, é uma matéria de projeto Decreto Legislativo, envolvendo o governo do Brasil e o governo da Bolívia, é uma matéria em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o 84, inciso VIII da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido.

Nós temos uma confirmação, nessa matéria, sobre o mérito do acordo, sendo inequívoco, e a leveza da efetividade das diretrizes firmadas no âmbito do UNASUL, organismo que deita raízes em agosto do ano de 2000. As reuniões que lhe deram sequência deixaram a ideia da criação de uma comunidade sul-americana de nações.

Por fim, foi instituída em 2004, com objetivo de constituir um bloco econômico. A UNASUL representa uma população de 360 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto de 2,5 trilhões de dólares, de acordo com os dados de 2006, o Brasil é o maior de economia da região. Essa matéria diz respeito a uma responsabilidade que teria o governo do Brasil em cooperação com o governo da Bolívia, num acordo para viabilização de uma ponte sobre o chamado Igarapé Rapiirã, envolvendo as cidades de Plácido de Castro, no Brasil, e cidade de Montevideo, que hoje está se passando a ser chamada de Vila Evo Morales. Então, já está tendo essa substituição e vai corrigir esse im-
passe de V. Exa.

Diante do cumprimento dos termos dos acordos internacionais, das normas constitucionais brasileiras, da norma constitucional, o meu voto é pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo, entendendo que ele será um fortalecedor da integração dos países que fazem... Que dividem fronteira e que não tem uma integração física efetiva. Meu voto é sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco em votação. Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu concedo, portanto, agora, a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini. É o Item 12. Requerimento nº 88/2009, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Aplauso ao povo e governantes da Lituânia, no Leste Europeu, pelo 91º aniversário da independência daquele país.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu também irei ser bastante objetiva, até porque esse projeto ele já deve-

ria inclusive ter sido aprovado já há mais tempo, mas antes tarde do que nunca, que é autoria do Senador Álvaro Dias, que requer um voto de aplauso ao povo e aos governantes da Lituânia pelo 91º aniversário de independência daquele país. A República da Lituânia é um país do leste europeu. E, comemorando 91 anos de sua independência, que foi proclamada em 16 de fevereiro de 1918, por conselho de cidadãos, presidido por Jonas Basanavicius. E a história da Lituânia, na verdade, é muito mais antiga e repleta de episódios de obstinação e resistência à dominação estrangeira. É uma saga que remonta muitos séculos, mas exatamente ao distante ano de 1.253, quando o líder Mindaugas conseguiu unir as diversas tribos lituanas que habitavam aquela região e constituiu um país no qual se fez coroar rei.

De lá para cá, ao longo de mais de 800 anos, por conta da sua posição estratégica e em decorrência do fato de se tratar de um país de dimensões modestas e cercado por vizinhos poderosos, a história da Lituânia e seu povo foi por muito tempo uma sucessão de ocupação, partilhas e anexações, mas principalmente abriu uma sucessão de heroicas resistências de um povo sem abrir mão de sua... sem abrir mão de suas identidades culturais e sua independência. Então, esse voto de aplauso é exatamente para homenagear esse povo, que durante toda a sua história, sempre foi um símbolo de resistência e liberdade. O meu voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senadora. Portanto, do Requerimento nº 88 de 2009 – CRE, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado a inserção em Ata de voto de aplauso ao povo e governantes da Lituânia, no leste europeu, pelo 91º aniversário de independência daquele país, de autoria do Senador Álvaro Dias, com parecer favorável. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agradeço a Senadoras Rosalba pela sua permanência aqui conosco. E prometo, logo depois que terminar a Reunião, ainda vou para Comissão também, como membro da Comissão de Assuntos Sociais.

E já volto ao Item 03. O Relator é o Senador Tião Viana. É o projeto de lei da Câmara, nº 107/2006, que Acrescenta § 3º ao art. 4º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999. (Estabelece a composição do Conselho Deliberativo Federal na Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas). Esse projeto tramita em conjunto com outros...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sr. Presidente, venho a esta Comissão para exame, nos termos do art. 136, inciso VIII, do Regimento Interno dos projetos de lei da Câmara. De Nº 107 de 2006, 25/2008, e os projetos de lei do Senado 01, 107, 153/2003, 212/2005, 64, 67, 199, 239, 342/2006, 65 e 173/2007 e 287/2008, todos relativos ao direito penal e processual penal. Não foram apresentados a esses projetos emendas perante a Comissão; as proposições sob exame tratam dos seguintes assuntos: Ouvidoria de Polícia Federal, proteção a vítimas e testemunhas, segurança privada, Segurança Pública, investigação policial, advocacia e armas de fogo.

Assim sendo, Sr. Presidente, para que pudéssemos garantir eficácia e correção do processo legislativo, a análise das proposições demandaria reunião em blocos temáticos e definida, desta maneira, o trabalho do Relator, bem como a apreciação, por parte da Comissão, seriam em melhores termos.

Diante do exposto, concluo pelo encaminhamento de Requerimento para o desapensamento geral das proposições e os respectivos apensamentos por afinidade, nos termos que segue a matéria. Esse é meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Coloco em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado, portanto, o parecer ao projeto de lei da Câmara nº 107 e outros, relatado pelo Senador Tião Viana.

Eu passo, em seguida, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator do Item 08, que trata-se do... Um momento Senador.

Nós vamos ter início já, daqui a pouco, da Sessão deliberativa. Trata-se do projeto de Decreto Legislativo nº 395/2009, não terminativo, e que aprova o texto de cooperação técnica do Governo do Brasil e Governo de Ruanda, assinado em Nova Iorque, em 26 de setembro de 2007.

Com a palavra o Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, para economia processual, eu vou deixar de ler o relatório, que já foi distribuído e entrar na análise.

O mérito do acordo é inequívoco inexistem, no sítio da divisão de atos internacionais das Relações Exteriores, referências à existência de trabalhos bilaterais de que relações são incipientes devendo, por óbvio, serem reforçadas quando não efetivamente substanciadas. É mandatário, todavia, ressaltar que a mecânica dos ajustes complementares setoriais, que aditarão o presente acordo que não pode consis-

tir em habilidade para que os tratados fujam ao crivo congressual. Frise-se que o mandamento constitucional é que de que os acordos que impliquem ônus ao Erário devem ser submetidos à aprovação do poder Legislativo. A taxionomia ajuste complementar a esperar tratar-se de mero acordo executivo não elide a necessidade de análise substancial do projeto do ato internacional, quanto mais não seja por que é controversa a aceitação por nosso ordenamento jurídico, pela prática legislativa, pelo entendimento judiciário.

Por fim, pela doutrina brasileira, em direito internacional, de que existem atos internacionais que prescindem da aceitação parlamentar para devida a vigência. No mais, espere a confidencialidade às cláusulas constantes em acordo de igual natureza.

O voto. Por todo o exposto, somos pela aprovação do presente projeto Decreto Legislativo nº 395/2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores e Senadoras que estão de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o texto do acordo de cooperação técnica do governo da República Federativa do Brasil e governo do Ruanda.

Passo já a palavra ao Senador Augusto Botelho, em relação à pauta extra do Item nº 03, aviso nº 51, que trata do aviso nº 51, de autoria do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão 2045, bem como os relatórios que o fundamentaram.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, o relatório já se encontra... É de conhecimento de todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, então, eu vou ler direto o meu voto em relação ao aviso.

À luz do exposto, concluo pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo encaminhamento do aviso nº 51/2008, do Tribunal de Contas da União, assim como dos documentos que o acompanham, juntamente com cópias deste parecer, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para posterior arquivamento. E que sejam enviadas cópias desse parecer ao Tribunal de Contas da União. Este é meu voto Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Obrigado, Senador Augusto Botelho.

Passamos agora ao último item que tem a presença de Relator aqui presente, que é o Item 05 da pauta. O PDS nº 388/2009, cujo Relator é o Senador

Renato Casagrande, e é o projeto de Decreto Legislativo nº 388/2009, que aprova o texto do memorando de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Bolivariana da Venezuela, no campo da cooperação científico-tecnológica, celebrado em Caracas, em 2005.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, o acordo em análise revela ser compatível com iniciativas assemelhadas. Objetiva, em síntese, reforçar o relacionamento entre os dois países, com destaque para os domínios científico e tecnológico. Nesse sentido, o texto estabelece como as principais áreas de cooperação as de saúde, de biodiversidade, tecnologia, de informação, aeroespacial, biotecnologia, tecnologia agrícola, metalurgia, petróleo, gás e energia alternativa. A iniciativa prescreve as modalidades de cooperação, fixa as autoridades competentes, cuida dos direitos de propriedade intelectual, versa sobre troca de informação, dispõe sobre equipamento necessário à pesquisa, trata de aspectos financeiros das ações de cooperação. O memorando estabelece ainda comitê conjunto de cooperação científica e tecnológica para que, entre outras atribuições, definir mecanismo de procedimento para implementação do acordado, bem como criar condições favoráveis ao cumprimento do avençado.

O tratado em análise contempla, em aspectos sensíveis, a necessidade de observância tanto da respectiva legislação interna, quanto de acordos internacionais porventura existentes em relação ao assunto. Assim, por exemplo, no tocante ao direito de propriedade intelectual, que é um assunto importante que envolve os países. O documento prevê ainda a possibilidade de conclusão de ajustes complementares em protocolos em mais de uma passagem, no art. 6º, art. 12... Verifica-se, neste ponto, que a minuta do Decreto Legislativo, produzido na Câmara dos Deputados, deixa clara a necessidade de aprovação no Congresso Nacional de quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido memorando, bem como quaisquer ajustes complementares.

Portanto, Sr. Presidente, esse decreto que aprova o texto de memorando entre o governo do Brasil e governo da Venezuela, pelo exposto, tem toda a minha compreensão e entendimento e meu relatório é pela aprovação do Decreto Legislativo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Renato Casagrande, em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Ainda tem um item aqui, que é da relatoria do Senador João Tenório, mas que eu peço ao Senador Augusto Botelho, que, como relator *ad hoc*, possa fazer a leitura. Trata-se de um item importante. É sobre a poluição por navios e aprova o texto consolidado da convenção internacional para a prevenção internacional da poluição por navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, com as emendas adotadas... Com as emendas adotadas em 04 de dezembro de 2003 a dia 1º de abril de 2004. Autoria desta Comissão, Senador João Tenório, Senador Augusto Botelho, com a palavra, como Relator *ad hoc*. É o Item 04, Sr. Relator. Página 104. Convenção internacional da prevenção da poluição por navios, que é uma coisa que acontece muito, né? Até grave, hoje em dia.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

É um assunto importantíssimo, isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, exatamente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, o relatório está na mão de todos Sras. e Srs. Senadores, e eu vou ler da análise para frente.

Antecipamos que não havemos constatado problemas de constitucionalidade e juridicidade no texto do projeto que encaminha a consolidação. Que conveniente e oportuna, e em muitos aspectos merece aprovação legislativa. Endossamos, todavia, o aviso constante no parecer da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados: A tradução desta consolidação, encaminhada pela Casa Civil ao Congresso e que é objeto de análise e aprovação pelo poder Legislativo, não é fiel aos termos constantes nos atos internacionais originais e contrasta com a Lei 966/2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências. O que possui afinidade maior com o texto referência.

A discordância é tecnicamente grave ao tratar da ação do dano ambiental. A observação não é mero exercício de diletantismo, mas evoca necessidade de clareza nas balizas que definirão as margens de dano, pelas quais se afere a responsabilidade por dano ambiental, bem como medidas acautelatórias necessárias para desfazer face. O projeto foi aprovado pelas comissões na Câmara, com alteração formal e redacional proposta por aquela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para tornar o texto mais compatível com a proposta original quanto aos níveis de graduação e encaminhados ao Senado Federal. Reiteramos a necessidade de manter essa alteração, a forma à qual não há reparos a se fazer no projeto.

O voto. Por todo exposto, somos pela aprovação do presente projeto do Decreto Legislativo 283/2009. Este é o relatório, Sr. Presidente, do Senador João Tenório, do qual eu sou Relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Em discussão o relatório--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quero discutir, Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quero discutir e dizer da importância desse acordo, dessa convenção internacional que nós estamos aprovando hoje, depois de muito tempo, aprovando essa convenção. Já aprovada, estamos propondo as mudanças a ela, mas a poluição por navios precisa de uma regulamentação cada vez maior, porque a quantidade de navios presentes no oceano, nos oceanos, cada vez é uma quantidade maior, e temos que ter uma regulamentação, os deveres, as preocupações, as punições, e a forma como isso deve ser conduzido, na hora que acontece o acidente que derrama óleo no mar.

Então, só para registrar a importância desse entendimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Renato Casagrande. Realmente é verdade, aumenta o fluxo de tráfego, e aumenta essa questão. Portanto, é muito importante que o Brasil possa ratificar esse tratado.

Nos termos da Constituição Federal, eu vou transformar a Reunião em secreta, para que nós possamos ouvir ainda o Embaixador Brian Michael, em relação à questão do país do qual ele é hoje Embaixador, que é Honduras, que gera algum interesse.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Foi aprovado. O anterior foi aprovado já, eu coloquei. Bom, então, vou repetir aqui. Em discussão o relatório. Quem estiver de acordo permaneça como está. Está aprovado, portanto, o tratado... O tratado em relação à poluição de navios. 388, não é? 383... 283, 283, lido pelo Senador Augusto Botelho.

Eu solicito ao Senador João Pedro que seja o nosso secretário da... E que nós possamos passar primeiro à parte secreta, depois faremos o escrutínio de contagem, não é? O senhor queria usar a palavra ainda antes?

Com a palavra o Senador João Pedro antes.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pela ordem, Sr. Presidente. Depois da Reunião secreta, nós voltamos ao expediente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Se tiver número e se ainda não tiver iniciada a Sessão.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Porque eu acabei de ler o conteúdo de dois ofícios de V. Exa., que eu quero inclusive agradecer e concordar com ele, por conta da viagem que vou fazer à Palestina, nesse período do recesso. Tive acesso ao conteúdo e eu quero dizer da minha concordância, e se V. Exa. vai ler e vai dar conhecimento a esta Comissão, depois da Reunião, ou se vai ser agora, antes de nós apuramos, fazemos os procedimentos de conclusão da votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Faremos no momento da reabertura da Sessão, porque ela já está fechada.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado.

Sessão secreta às 11h19.

Sessão reaberta ao público às 11h34.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está reaberta a Reunião. Comunico a aprovação do Embaixador Brian Michael Fraser Neele para Antígua e Barbuda na América Central no Caribe. Meus cumprimentos ao Embaixador, desejo muito sucesso. E ainda, antes de concluir, quero dar conhecimento aqui a dois assuntos ao Plenário ainda. O primeiro é o Requerimento nº 50/2009, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, sejam convidados os Srs. Dalberson Monteiro da Silva, chefe da 1ª Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores, e Wilson Ruy Mozzato Krukoski, Chefe da 2ª Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores, a participarem de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia da Faixa de Fronteira, para tratar de questões relativas à fronteira brasileira. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o Requerimento para ouvir os Srs. Dalberson Monteiro da Silva e Sr. Wilson Rui Mozzato Krukoski, no âmbito da Subcomissão Permanente na Amazônia e da Faixa de Fronteira.

O Senador João Pedro estará em viagem à Palestina e eu quero, então, dar conhecimento também aqui ao plenário que estou, como Presidente desta Comissão, enviando uma carta ao Sr. Mahmoud Abbas, sua Excelência Sr. Mahmoud Abbas Presidente da Autoridade Nacional Palestina, em Ramallah, nos seguintes termos. *“Na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*

do Senado da República Federativa do Brasil, tenho a honra de transmitir a V. Exa., por meio do Senador João Pedro, membro desta Comissão, em viagem ao território palestino, os votos de que em breve tempo seja possível alcançar um clima de harmonia na região, quando sente uma paz duradoura e sustentável baseada na existência de dois estados livres, independentes e que se respeitem mutuamente”, está de acordo com a própria posição Governo brasileiro.

O Senador João Pedro também será portador de uma outra carta ao Presidente do Conselho Municipal Bani Nahim, também na Palestina, na mesma situação em que manifesto os votos de prosperidade e bem estar para o povo local ao Presidente do Conselho Municipal de Bani Nahim.

Srs. Senadores, anunciando que chega aí o Senador Antonio Carlos Valadares... Sr. Embaixador, só mais um minuto que... Se nós pudermos ainda dar um seguimento a algum item... Eu consulto a Mesa do Senado se nós podemos dar seguimento a alguns itens de tratados, com a chegada do Senador Antonio Carlos Valadares, que é Relator aqui de alguns itens.

Então, Senador Valadares, nós já terminamos a aprovação do Embaixador, mas, antes ainda de encerrar e passar aos cumprimentos, eu gostaria de já poder, já que essa é última Reunião desse período... Não é propriamente um tratado, mas é um Requerimento de sua autoria e também um outro item que está aqui, que é o Item 01. Esse é o texto.

Vamos começar, então, pelo item da pauta extra, Senador Valadares, é o projeto Decreto Legislativo nº 319/2009, que aprova o texto da convenção entre a República Federativa do Brasil e o governo da República do Peru, para evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal com relação ao imposto sobre a renda, celebrado em Lima, em 2006.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, eu farei um resumo dessas duas matérias--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeitamente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --Tendo em vista que elas já foram distribuídas aos Srs. Senadores. A primeira, que trata do texto da convenção entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal com relação ao imposto sobre a renda, celebrado em Lima, de 17 de fevereiro de 2006.

O meu parecer é pela sua aprovação. E o outro, que trata do Requerimento de Audiência Pública

para tratar sobre o acordo ortográfico de língua portuguesa, é um Requerimento, Sr. Presidente... É um Requerimento... E qual é a orientação de V. Exa. sobre esse Requerimento? De Audiência Pública para tratar sobre o acordo ortográfico? E nós convidamos vários representantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Podemos dar--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Autoridades--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Deixa eu só colocar em votação primeiro o acordo, depois entramos nesse item.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Depois o Requerimento vai ser votado ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Exatamente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, eu coloco o acordo em discussão, o acordo com o Peru para evitar a dupla tributação. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação, os que estiveram de acordo, permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado.

Passamos agora, então, ao Requerimento nº 07, que requer que seja designado dia e hora desimpedidos desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para realização de audiência pública, visando debater o acordo ortográfico da língua portuguesa. E para tanto deve ser providenciada a oitiva dos representantes legal do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Academia Brasileira de Letras, e Associação Luso-Brasileira de Letras. E o autor é o próprio Senador Antonio Carlos Valadares. Eu coloco, portanto, em discussão este Requerimento--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, somente para dar uma rápida explicação. É que houve o acordo ortográfico da língua portuguesa envolvendo os países do idioma português em todo o mundo. E o Brasil é signatário deste acordo. Entretanto, há reações, e essas reações eram previsíveis, principalmente em Portugal. E essas reações caminham na direção da não aplicação das regras estatuídas no acordo. Isto é preocupante, desde quando o Brasil, que é um país de dimensão continental, com uma população de quase 200 milhões de habitantes, e fica impossibilitado de, em organismos internacionais como a ONU, ser a língua portuguesa utilizada como instrumento de comunicação, como acontece com o inglês, com o espanhol, com o alemão e até o japonês.

Em encontros internacionais, é utilizado como instrumento de comunicação, com tradução simultânea. Mas, infelizmente, V. Exa. mesmo é testemunha, nos encontros internacionais que participou juntamente comigo e com outros Senadores, a língua portuguesa não é língua oficial, no panorama internacional. Não é considerada oficial. Daí, o acordo foi com esse objetivo, de fortalecer o nosso idioma e que pudesse ser utilizado nas comunicações oficiais, na ONU e em outros organismos internacionais, como língua oficial, admitida pelos países do mundo inteiro.

Então, meu Requerimento é no sentido de ouvirmos autoridades representativas, que tenham uma relação direta com este assunto, como por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura, a Academia Brasileira de Letras e Associação Luso-Brasileira de Letras. Então, o Requerimento tem esta finalidade de fortalecer o acordo, de fazermos um debate aqui qualificado, a fim de que todos se convençam da utilidade desse instrumento legal do qual o Brasil é signatário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Eu só pediria, como nós temos tomado uma linha de termos só quatro membros, quatro expositores nas Audiências Públicas. V. Exa. sugere cinco. Gostaria, se pudesse excluir um dos cinco, que nós aprovássemos já com número de quatro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): De imediato, podia tirar aqui... Bom, aí não sei. O seguinte, tem o representante do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Academia Brasileira de Letras e Associação Luso-Brasileira. V. Exa., Senador Cristovam Buarque, que entende deste assunto, relacionado com a educação, V. Exa. sugeriria a retirada de alguns desses convidados?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Para nós mantermos, dentro da norma que estamos colocando...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É que todos se interessam por esse assunto, não é? Que a Academia Brasileira de Letras de Portugal também não tem boa vontade com esse acordo. Então, seria bom a Academia Brasileira vir aqui para falar sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É, não sei... O Ministério da Cultura, talvez, o da Educação não é mais importante nesse assunto do que o da Cultura?

SR. SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É isso que eu ia dizer, se tivesse que escolher, seria Ministério da Cultura.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tiraria, não é?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pronto, estou de acordo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não é bom, mas se inviabiliza o...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Inviabiliza o funcionamento.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ok, agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, eu coloco, então, em votação. Então, ficam os representantes legais a serem designados do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Educação, da Academia Brasileira de Letras e da Associação Luso-Brasileira de Letras. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Bom, nós não temos mais nenhum Relator aqui presente, dos demais itens que estão na pauta. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, apenas para pedir desculpa, porque, como essa Sessão foi na quarta-feira, coincide com a Comissão de Direitos Humanos, da qual eu sou Presidente. Então, felizmente, terminou a tempo de vir aqui. Porque mesmo sendo aqui um suplente, eu me considero titular. Eu não queria deixar de vir aqui dar o meu depoimento a respeito do Embaixador Michael, não apenas pela experiência e competência dele, mas também porque faz parte do seleto grupo que a gente pode dizer que passou por situações que a gente pode caracterizar como um herói brasileiro. Não sei se isso foi lembrado aqui ou não. Mas o fato de que o Embaixador foi sobrevivente de um acidente de avião, durante o posto em que ele estava, que perdeu a esposa naquele acidente, no Aeroporto de Tocantins, Tegucigalpa, faz dele uma figura especial. Além de toda a sua carreira. Eu creio que todo o amor que se tem por Honduras, e eu morei lá durante dois anos, adquiri esse amor, sei que o Embaixador não ia querer sair por outras razões, mas, pelo que ele passou, de fato, eu considero que o Ministério das Relações Exteriores tomou a posição correta em colocá-lo à disposição uma outra função.

E aproveitar, falar de que eu sou Defensor dessa política, Presidente Collor, do governo brasileiro abrir embaixadas pelo Brasil. Eu acho que a bandeira do Brasil estar em um país tem um significado, independente dos aspectos comerciais, que, a meu ver, deturpam a visão das relações exteriores, como se nossos diplomatas fossem mascates, eles tem que... Também, isso que ia dizer. Eles têm um papel nisso, mas não pode concentrar. Eles têm o papel de re-

presentar o país, tem o papel dinamizar intercâmbio cultural, educacional e de manter a bandeira sendo carregada naquele país.

Então, eu sou francamente favorável a que haja esse novo posto e que o Embaixador Brian Michael esteja nessa posição. Lamento não ter chegado a tempo de votar no seu nome. Mas é porque estava na outra Comissão.

É isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam, realmente nós fizemos alteração da data, exatamente pela presença dos Senadores. Mas foi muito importante aqui toda a exposição do Embaixador Brian Michael, inclusive, na parte secreta, pudemos falar um pouco mais francamente da situação atual em Honduras, dos problemas que acontecem que levaram lamentavelmente ao golpe de Estado que aconteceu naquele país.

Ainda, dando seguimento, portanto, eu quero aproveitar a presença dos Srs. Senadores, e nós ainda temos aqui alguns itens, que podem ser votados, não terminativos, não foi iniciado o processo de votação ainda no Plenário. Portanto, regimentalmente, podemos ainda dar seguimento. E nós temos o Item 06 da pauta, que é da relatoria do Senador Fernando Collor, aqui presente, que é projeto de Decreto Legislativo nº 393/2009, que aprova o texto do Protocolo de Cooperação das Comunidades dos países de língua portuguesa no domínio da Defesa, assinado em Praia, em 15 de setembro de 2006.

O Relator, portanto, é o Senador Fernando Collor, a quem concedo a palavra.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Embaixador, trata-se de um parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre o projeto de Decreto Legislativo nº 393/2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprovou texto do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no domínio da Defesa, assinado em Praia, em 15 de novembro de 2006.

O relatório: O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 2009, tendo, naquela Casa, passado pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Acompanham a proposição a mensagens 953/2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e exposição de motivos nº 267, de setembro de 2007, do Sr. Secretário Executivo do Ministério das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte: "O referido documento insere-se na

propriedade que o Brasil tem conferido à cooperação entre os países de língua portuguesa, contribuindo para o desenvolvimento e segurança comunitárias. Diz respeito também aos compromissos de fortalecimento da confiança e transparência mútuas, assumidos no âmbito da comunidade dos países de língua portuguesa. Adicionalmente, oferece fundamento jurídico à operação Felino, exercício já realizado entre os países membros, o qual muito contribuiu para o adestramento e desenvolvimento doutrinário dos Militares participantes".

A exposição de motivos ressaltada ainda que o acordo em apreço objetiva promover e facilitar a cooperação entre os estados membros, no domínio da Defesa, criando uma plataforma comum para o compartilhamento de conhecimentos e experimentos e experiências, prometo promovendo uma política comum de cooperação nas esferas de defesa militar e contribuindo para o desenvolvimento de capacidades internas, com vista ao fortalecimento das forças armadas dos países da comunidade.

É importante assinalar que o Brasil enviou ao secretariado da comunidade de países de língua portuguesa declaração interpretativa, na qual informa que o protocolo que ora examinamos não constitui... Não constitui uma aliança militar ou um mecanismo de assistência mútua, mas se destina à cooperação em tempos de paz.

O protocolo cujo texto encontra-se em anexo compõe-se de 16 artigos, nos quais destaca que são estabelecidos os princípios gerais de cooperação entre os membros da comunidade, no domínio da Defesa, bem como os vetores fundamentais dessa cooperação, a estrutura e funcionamento desses mecanismos de parceria, além dos dispositivos formais para execução do tratado.

Quanto à análise, o acordo em apreço mostra-se de extrema relevância aos interesses brasileiros, uma vez que promove a cooperação em área estratégica como a Defesa. Ademais, contribui com o fomento das relações de amizade no âmbito da comunidade de países da língua portuguesa, fortalecendo nossos laços com as nações lusófonas.

O presente acordo é, portanto, instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil e trará benefícios diretos à nação. O voto: Por todo exposto, e, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente projeto de Decreto Legislativo nº 393/2009.

É esse o relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Agradeço ao Relator, Presidente Fernando Collor, e coloco em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam, permanecem como se encontram. Aprovado.

Srs. Senadores, já concluída, portanto, a primeira parte da oitava do Embaixador, e também a pauta e pauta extra, ficarão pendentes apenas alguns itens que os Relatores não estavam presentes, eu quero agradecer a presença de todos, nesse semestre, nessa última Reunião, antes das duas semanas de recesso, e desejar ao Embaixador Brian Michael Fraser Neele, lá em Antígua e Barbuda, reiterando que a minha crítica é apenas à questão das embaixadas serem em países muito pequenos.

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ainda não chegou, nós temos um Requerimento apresentado, solicitando as justificativas, os custos envolvidos. Mas ela não foi ainda encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores. Mas eu reitero o nosso reconhecimento ao trabalho do Embaixador, que já foi Embaixador do Brasil, no Líbano, na Turquia, atualmente em Honduras, e onde mais? E na Nigéria. E que vai agora para mais essa missão. Melhor, porque nas praias, tem muitas praias lá em Antígua e Barbuda, mas ainda um país realmente em crescimento. E por isso que eu faço essa ressalva que fiz antes, explicando a minha ressalva, que é exatamente a criação, eu discordo do Senador Cristovam nesse caso específico, mas é uma opinião pessoal minha, não opinião do Presidente, é opinião pessoal.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas nós discordamos como grandes amigos. Isso não tenha a menor dúvida. Isso é bom. Eu só fiquei com uma dúvida, que eu não sei como é que está. A sua substituição em Honduras vai ser imediata? Porque o Brasil não pode ficar sem Embaixador em Honduras num momento como esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, o Embaixador já foi aprovado aqui.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Foi aprovado, teve sabatina. Mas mas não sabe se vai ser rápido ou não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só podia assumir se ele fosse aprovado aqui.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sei.

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: No momento, o Brasil, como muitos outros países, não a

totalidade. Ainda existem embaixadores presentes lá nos Estados Unidos, de Taiwan, que não é precedente para nós, Japão e Coreia. E do Peru, curiosamente, do Peru. Mas a—

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os outros foram—

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: --a determinação do Governo brasileiro é que eu tenho que voltar, não para passar o cargo, mas para me despedir, enfim, a determinação do Governo brasileiro é que eu permaneça até uma normalização da situação. O que quer dizer isso, como digo, só bola de cristal, quando é que isso vai poder acontecer.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas aí eu tenho outra pergunta. Não seria mais o caso de estarem lá tentando ajudar na intermediação, em vez de se afastarem?

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE: Senador, o senhor me coloca uma pergunta fora da minha alçada. Como as negociações estão se procedendo fora de Honduras, talvez o Embaixador nosso em Costa Rica seria, talvez, o que mais pudesse agir. É difícil dizer. É evidente que, se tivéssemos capacidade... Se estivesse presente lá um Embaixador poderia ter uma atuação, é por isso que eu acho que os Estados Unidos estão lá junto ao governo de fato, está lá, o governo que assumiu depois do golpe. Mas o grau de capacidade de influenciar decisões ali, internas, eu acho que de que qualquer agente diplomático, talvez, talvez o americano, porque tem um poder financeiro lá atrás. Mas nosso seria muito remoto, muito remoto. Ainda mais porque o mediador é o Presidente Arias, que tem até o prêmio Nobel da Paz por suas intermediações bem sucedidas nas outras questões ali regionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, eu sei que não cabe formalmente o pedido de urgência para encaminhar à Plenário a decisão a respeito do Embaixador, mas eu gostaria que fossem feitas as gestões possíveis, e a gente espera fazer também no Plenário, para que aproveite, que talvez seja a última Sessão de votação no Plenário, a gente possa votar já em Plenário, o nome do Embaixador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeitamente, Senador. Nós vamos providenciar, até exatamente com essa observação do Senador Cristovam, que o processo possa estar normalizado em relação à representação do Brasil em Honduras.

Eu quero ainda registrar que a Embaixadora Gladys vai nos abandonar, esta também é a última Reu-

não que ela participa aqui conosco, ela está indo para Buenos Aires, para o Consulado do Brasil em Buenos Aires. E, portanto, quero agradecer muito seu trabalho, Embaixadora, sempre muito cortês, muito simpática, muito agradável com todos nós, e auxiliando muito essa relação da Comissão de Relações Exteriores com o Ministério das Relações Exteriores. Portanto, tenha muito sucesso lá nas suas novas funções em Buenos Aires.

Está encerrada a Sessão. Desejo felicidades ao Embaixador.

Sessão encerrada às 11h59.

ATA DA 27ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia seis de agosto do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Tião Viana, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Flávio Torres, Renato Casagrande, Inácio Arruda, Adelmir Santana, Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente faz a leitura do expediente: – OF. SF/1550/2009, encaminhando informações recebidas do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em resposta ao Requerimento (SF) nº 596/2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, acerca das decisões e deliberações realizadas na reunião do Grupo de Trabalho previsto no artigo 11 do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, prevista para o último dia 19/05/2009; – Ofício nº 186, de 2009, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, encaminhando cópia de expediente enviado ao Presidente do Senado Federal, no qual informa que chefeará missão empresarial à América Latina – Peru, Panamá e Ve-

nezuela – nos próximos dias 16 a 21 de agosto; – Ofício nº 3, de 2009, do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Bélgica, Deputado Edinho Bez, comunicando a instalação, no Congresso Nacional, do Grupo Parlamentar Brasil-Bélgica, com eleição e posse da diretoria ocorridas no último dia 2 de junho; – Expediente do Encarregado de Negócios da Embaixada da Rússia no Brasil, Sr. Andrey Guskov, encaminhando o texto da Declaração do Conselho da Federação da Assembléia Federal da Federação da Rússia, aprovada em 18 de julho de 2009; – Ofício nº 720, de 2009, da Câmara Municipal de Uruguaiana, informando a realização de audiência pública por aquela Casa Legislativa para debater os problemas enfrentados pelos condutores brasileiros de veículos de carga na Argentina, quando foi elaborada a “Carta de Uruguaiana”; – Carta nº 01/2009, subscrita pelo Sr. Álvaro José da Mota, militar do Corpo de Fuzileiros Navais, residente em Niterói-RJ, apresentando queixa referente àquela organização militar; – Carta de 05/06/2009, subscrita pelo Sr. Avelino Iost, na qual solicita apoio, em nome dos aeronautas e aeroviários residentes no Rio Grande do Sul, para que a Lei nº 10.559, de 2002, seja colocada em prática. O Presidente inicia a apreciação da pauta e faz sua inversão. **Extrapauta – Item 1:** Requerimento nº 52, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “*nos termos dos artigos 39, inciso I, e 40, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização para que delegação parlamentar represente esta casa em viagem oficial ao Haiti, no período de 13 a 15 de agosto do corrente.*” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, que faz a leitura de seu relatório e pede ao Presidente a substituição de seu nome por outro Senador para participar da viagem ao Haiti, a fim de dar oportunidade para que outro colega conheça aquele país. Aprovado. O Senador **Fernando Collor** faz uso da palavra e aborda a questão das relações do Brasil com o Paraguai, basicamente sobre o Tratado de Itaipu e sobre as recentes deliberações tomadas por parte do governo brasileiro. O Presidente retoma a apreciação da **Pauta: Item 9.** Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa “Non Aedificandi” em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de*

2008". O Presidente concede a palavra ao relator, Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, que faz a leitura de seu relatório. Aprovado. **Item 7:** Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*Aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2007*". O Presidente concede a palavra ao relator, Senador **Pedro Simon**, que faz a leitura do seu relatório. O Senador **Geraldo Mesquita Júnior** assume a Presidência dos trabalhos e coloca a matéria em votação. Aprovado. **Item 8:** Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 27 de setembro de 2005*". O Presidente concede a palavra ao relator, Senador **Pedro Simon**, que faz a leitura de seu relatório. Aprovado. **Item 10:** Requerimento nº 1.210, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que "*requer, nos termos do art. 223, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos anais do Senado, voto de repúdio e censura às declarações racistas, ocorridas no dia 16 de outubro de 2007, pelo ganhador do prêmio Nobel de Medicina, James Watson, afirmando ao jornal britânico, "The Sunday Times, que negros são intelectualmente inferiores aos brancos*". O Senador designa relator "ad hoc" o Senador **Flávio Torres**, que faz a leitura do relatório. O Senador **Pedro Simon** faz uso da palavra. Aprovado. O Senador **Pedro Simon** faz uso da palavra e propõe uma análise sobre a questão da instalação de bases americanas na Colômbia. O Senador **Eduardo Azeredo** traz ao conhecimento da Comissão que recebeu em seu gabinete o General James e a Subsecretária de Defesa dos Estados Unidos da América, que trataram do tema apresentado pelo Senador Pedro Simon. Os Senadores **Heráclito Fortes** e **Cristovam Buarque** fazem uso da palavra. O Presidente dá prosseguimento à Pauta. **Item 3:** Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*aprova o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Referente*

à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa, assinado em Brasília, em 25 de maio de 2006". O Presidente concede a palavra ao relator, Senador **Eduardo Azeredo**, que faz a leitura de seu relatório. Aprovado. O Senador **Eduardo Azeredo** reassume a Presidência dos trabalhos. O Senador Pedro Simon retoma o tema da instalação de bases americanas na Colômbia e fica decidido que a Comissão tentará agendar um encontro com o Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, que se encontra no Brasil e será recebido pelo Presidente Lula. O Presidente dá prosseguimento à Pauta. **Item 5:** Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão, celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007*". O Presidente concede a palavra ao relator, Senador **Flexa Ribeiro**, que faz a leitura de seu relatório. Aprovado. **Item 6:** Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007*". O Presidente designa relator "ad hoc" o Senador **Flexa Ribeiro**, que faz a leitura do relatório. Aprovado. O Presidente da Comissão comunica que recebeu a visita do candidato à Presidente da República do Uruguai, José Mujica. **Item 2:** Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "*altera a Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para ampliar o rol de produtos e estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nela especificados às Casas Militares ou aos Gabinetes Militares da União, dos Estados e do Distrito Federal*". O Presidente designa relator "ad hoc" o Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que faz a leitura do relatório. Aprovado. **Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007*". O Presidente designa o Senador **Mozarildo Cavalcanti** relator "ad hoc", que faz a leitura do relatório. Aprovado. **Item 1:** Projeto de Lei

do Senado nº 516, de 2007, que *“dispõe sobre a obrigatoriedade da união de trasladar corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior”*, de autoria do Senador Expedito Júnior. Adiado. **Item 11:** Requerimento nº 1.311, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto e outros, que *“requer, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de repúdio ao presidente da Venezuela, Hugo Chavez, pela forma antidemocrática com que impôs a reforma constitucional em seu País, tendente a consolidar seu regime autoritário e personalista de governo”*. O presidente designa o Senador **Pedro Simon** relator “ad hoc”. O Senador **Flexa Ribeiro** faz uso da palavra e pede a retirada da matéria uma vez que os autores não estão presentes e o parecer é pelo arquivamento. Retirado de pauta. **Item 12:** Requerimento nº 656, de 2009, de autoria do Senador João Tenório, que *“requer, nos termos regimentais, votos de solidariedade e aplauso ao ilustre escritor peruano Sr. Mario Vargas Llosa, pela defesa intransigente da democracia e repúdio a toda e qualquer manifestação de regime totalitário na América do Sul, promovidos em Caracas no âmbito do fórum “Encontro Internacional Democracia e Liberdade”*. O presidente designa relator “ad hoc” o Senador **Flexa Ribeiro**, que faz a leitura do relatório. Aprovado. **Item 13:** Requerimento nº 48, de 2009-CRE, de autoria dos Senadores Marina Silva e Eduardo Azeredo, que *“nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a realização de audiência pública desta comissão em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com o objetivo de debater o PLS nº 69, de 2004 – Complementar, que Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do artigo 231, § 6º, da Constituição Federal. Solicito, para tanto, que sejam convidados as seguintes autoridades: Representante da Comissão Nacional de Política Indigenista– CNPI; Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Procuradora-Chefe da 6ª Câmara do Ministério Público Federal; Representante do Ministério da Defesa; Representante da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Aprovado. O Senador **Flexa Ribeiro** assume a Presidência dos trabalhos. **Extrapauta – Item 2:** Requerimento nº 639, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que *“requer, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e repúdio à decisão do Governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada “RCTV”*. O*

relator, Senador **Eduardo Azeredo**, reformula seu parecer verbalmente, propondo o arquivamento da matéria. Aprovado o arquivamento. O Senador **Eduardo Azeredo** reassume a Presidência. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 27ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 41 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passo à leitura de alguns comunicados a esta Comissão. Para conhecimento, eu recebi os seguintes expedientes: o Expediente 1.550/2009, encaminhando informações e respostas ao requerimento sobre as decisões e deliberações realizadas na reunião do grupo de trabalho, previsto no art. 11, do Protocolo de Adesão da República Bolivariana, da Venezuela ao MERCOSUL. Eu peço ao secretário que, portanto, faça o encaminhamento aos senadores dessa resposta do Ministério das Relações Exteriores sobre o requerimento.

Na verdade, já tinha havido... O primeiro já tinha sido encaminhado, então essa seria a segunda resposta. Também o Ofício 186/2009, do Ministro Miguel Jorge, encaminhando cópia do expediente enviado ao Presidente do Senado, informando que chefeará a missão empresarial à América Latina, Peru, Panamá e Venezuela, nos próximos dias 16 e 21 de agosto.

O Ofício nº 03, de 2009, do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Bélgica, do Deputado Edinho Bez, comunicando a instalação, no Congresso Nacional, do Grupo Parlamentar Brasil/Bélgica, com eleição e posse da diretoria, ocorridas no último dia 02 de junho.

Ainda, o Expediente do Encarregado de Negócios da Embaixada da Rússia no Brasil, o Sr. Andrey Kuskov, encaminhando o texto da Declaração do Conselho da Federação da República da Assembléia Federal da Federação da Rússia, aprovada em 18 de julho de 2009.

O Ofício nº 720, de 2009, da Câmara Municipal de Uruguaiana, informando a realização de audiência pública, por aquela casa legislativa, para debater os problemas enfrentados pelos condutores brasileiros de veículos de carga, caminhoneiros, na Argentina, quando foi elaborada a Carta de Uruguaiana, documento cuja cópia é encaminhada a esta Comissão, juntamente com a cópia em DVD do evento. É solicitado ainda o apoio desta Casa, na busca de uma solução para a questão.

Mais dois comunicados ainda. A carta nº 01, de 2009, enviada pelo membro do Corpo de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro, apresentando queixa sobre as atitudes adotadas pela administração naval, denunciando suposta discriminação e segregação da classe, por parte do comando de pessoal dos fuzileiros navais, no que se refere às promoções e graduação superior. Carta, ainda, datada de 05 de junho de 2009, subscrita pelo Sr. Avelino Iost, pedindo apoio, em nome dos aeronautas e aeroviários, residentes no Rio Grande do Sul, para que a Lei nº 10.559, de 2002, que regulamenta o art. 8º, do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais e dá outras providências, seja colocada em prática. O referido artigo refere-se à concessão de anistia aos que foram atingidos por atos de exceção, institucionais complementares, aos que foram apreendidos pelo Decreto Legislativo 18, de 1961, e os atingidos pelo Decreto Lei nº 864/69.

Passamos agora à apreciação da pauta. O primeiro Requerimento que está aqui se refere à visita que faremos às tropas brasileiras ao Haiti, e eu solicito ao Senador Geraldo Mesquita, como relator, que faça o seu posicionamento. Trata-se de Requerimento que, nos termos do Regimento Interno do Senado, requer autorização para que a delegação parlamentar represente esta Casa em viagem oficial ao Haiti, no período de 13 a 15 de agosto do corrente, saindo no fim do dia 13. E a missão tem como finalidade observar a ação das tropas brasileiras que prestam relevante serviço junto à missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti, Minustah. Também primordial nessa viagem, o aprofundamento das relações bilaterais entre o Brasil e o Haiti. Para o sucesso da missão parlamentar, o Exmo. Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim, autorizou a cessão da aeronave da Força Aérea Brasileira para a realização dos deslocamentos necessários. O convite foi encaminhado a todos os Srs. Senadores, tanto os

membros quanto suplentes, e teremos, portanto, ainda um tempo restante, mas eu peço a todos os senadores que manifestarem interesse que o façam o mais rápido possível para que as providências possam ser tomadas do ponto de vista administrativo.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Eduardo, Presidente desta nossa Comissão, Srs. Senadores presentes, senhoras e senhores. De fato, o relatório diz respeito ao Requerimento nº 52, de 2009, desta Comissão, que solicita necessária autorização para que a delegação de Senadores desempenhe missão no exterior, como representantes desta Casa, em viagem ao Haiti, no período de 13 a 15 de agosto. Originalmente, fazem parte da delegação o Presidente desta Comissão, o Senador Eduardo Azeredo. Figuro aqui como um dos integrantes. Posteriormente, vou falar sobre isso. Senador João Pedro, Senador Gerson Camata, Senador José Nery, suplente de Senador Eurípedes Pedro de Camargo. Há previsão, no Requerimento, de substituição dos nomes dos ilustres parlamentares por outros membros desta Comissão, em caso de eventual impossibilidade de participação na missão. A solicitação vai ainda no sentido de cobrar autorização para que os servidores da Comissão, José Alexandre Girão Mota da Silva, Eduardo Carvalho, Pedro Paulo Mena Barreto Rezende e a jornalista do Jornal do Senado Tâmara Rodrigues Brasil Caixeta, acompanhem a referida viagem.

Trata-se de um imperativo regimental. Afinal, o art. 40, do nosso estatuto interno, prevê que a ausência do senador, quando imbuído de representação da Casa ou ainda no desempenho de missão no país ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do plenário, se houver ônus para o Senado, estabelecendo, ainda, em seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a comissão que tiver maior pertinência. Informo ainda, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que os Srs. senadores e assessores se ausentarão do país, no período de 12 a 15 de agosto do corrente ano, para o desempenho dessa missão, que tem como finalidade observar a ação das tropas brasileiras que prestam relevante serviço junto à missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti, a chamada Minustah, e também o aprofundamento das relações bilaterais e o maior conhecimento dos aspectos políticos culturais, institucionais e econômicos da região, visando a troca de experiências entre os parlamentares das casas legislativas do Brasil e do país a ser visitado.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o meu voto é pela aprovação da solicitação. E, aqui, faço uma breve referência ao fato de meu nome figurar nessa viagem, nessa missão. Em setembro do ano passado, eu tive a oportunidade, juntamente também com o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Heráclito e outros colegas, de visitarmos países do Caribe, entre eles o Haiti. E fiz, aqui, inclusive, um *mea culpa, mea culpa*, em termo. Essa viagem, para mim, particularmente, foi extremamente útil, produtiva. Pude observar a participação, o comportamento da tropa brasileira naquele país. Estivemos com autoridades do Haiti, legislativas e outras autoridades. E me dei conta da importância dessa missão. Uma missão... E, anteriormente, eu tinha tido a oportunidade de visitar outro país que está sob o mesmo processo de, digamos, intervenção de tropas a pedido da ONU, que pude verificar que a condução dada ao processo, esse processo no Haiti tem particularidades interessantes. Ele visa contribuir... Além da missão militar propriamente dita, ele visa contribuir para o processo de reestruturação do país. Eu pude observar isso e sou testemunha disso, com muita dificuldade, mas isso está ocorrendo. Porque entendo que uma missão dessa não pode ser executada sem que esta seja a visão final do processo: países amigos participarem, mesmo que militarmente, de um processo de pacificação, mas também tendo em conta o futuro desse país. Eu cheguei a dizer que, quando apreciarmos, no Senado, autorização para o envio de tropas, eu havia votado contra, senador, e, após a visita ao Haiti, eu cheguei a dizer aqui, e também na tribuna, que, se tivesse feito essa viagem anteriormente àquele momento e se outra autorização chegar ao Senado Federal, aqui, eu votarei a favor, porque me dei conta e me convenci de que é importante a participação das tropas brasileiras naquele país. Tropas brasileiras, diga-se de passagem, que estão sendo complementadas com reforço grande de militares, engenheiros, médicos, enfim, militares que têm uma função muito importante naquele país.

Portanto, seria imensamente prazeroso para mim participar mais uma vez, mas eu acho que é importante que outro parlamentar, que não tenha tido ainda contato com o país, possa ir ao Haiti e confrontar suas conclusões e, talvez, como o que ocorreu comigo, mudar a concepção do processo, mudar a concepção sobre o processo.

Portanto, Senador Eduardo, peço encarecidamente a V. Exa. que promova a substituição desse seu companheiro por outro colega nosso que acho importante que visite o Haiti, que conheça, e que, de algum forma, se sinta responsável por aquilo ali também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita, nosso Vice-Presidente, e que traz até a gente essa experiência importante. Vamos agora, então, um ano depois, renovar essa observação e fiscalização dentro dos trabalhos das forças brasileiras no Haiti.

Eu quero registrar, com prazer, a presença do Senador Flávio Torres, que assumiu, em virtude de licença regimental da Senadora Patrícia Saboya. Seja bem-vindo, Senador.

Eu coloco em votação o primeiro requerimento. Se os Senadores estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado. Coloco agora, também, em votação o parecer do Senador Geraldo Mesquita, autorizando a referida viagem. Os Srs. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos dar continuidade à reunião.

Senador Geraldo Mesquita, Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de trazer ao plenário desta Comissão um tema que vem sendo debatido, com alguma frequência, nas nossas reuniões, tratando das relações do nosso país com o país vizinho, Paraguai, basicamente sobre a questão do Tratado de Itaipu e sobre as recentes deliberações que foram tomadas por parte do governo brasileiro. Após complexas negociações que todos nós acompanhamos, os governos do Brasil e do Paraguai finalmente chegaram a um terreno comum, a respeito das demandas paraguaias sobre Itaipu. De um lado, a parte paraguaia diminuiu a sua estridência e a falta de flexibilidade; de outro, o Brasil apresentou uma solução engenhosa. E, aí, de parabéns o Ministro de Minas e Energia, Ministro Edison Lobão, que não altera o Tratado, mas, sim, a sua interpretação. Com essa alternativa, o Paraguai poderá vender a sua parte não consumida de energia da binacional no mercado livre brasileiro e não apenas para a Eletrobrás. O mercado livre compõe-se dos grandes consumidores de energia como indústrias e centros comerciais, e o mercado regulado é constituído pelas distribuidoras de eletricidade. O novo sistema a ser implantado de forma gradual fundamenta-se em visão inovadora do art. 14, do Tratado de Itaipu, que diz: "A aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu será realizada pela Eletrobrás e pela Andi, que também poderão fazê-lo por intermédio das empresas ou entidades brasileiras

ou paraguaias que indicarem". Esse artigo vinha sendo interpretado desde a assinatura do Ato Internacional, em 1973, como se a Eletrobrás devesse comprar a energia a ser consumida no Brasil e a sua homóloga Andi comprar a eletricidade a ser consumida no país vizinho, no caso, o Paraguai. A nova leitura mais flexível destaca a possibilidade, portanto, de delegação da competência estatuída pelo Tratado. O que não muda, porém, é o caráter binacional da energia produzida, ou seja, a comercialização da produção não consumida só pode ser feita entre os dois sócios e não para terceiros países, como queria o Paraguai. Nesse ponto não existe margem de manobra, pois se trata, em verdade, de uma cláusula pétria.

E aí talvez fosse bom, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que nesses entendimentos finais ficasse bem detalhado o que é exatamente a energia excedente de Itaipu para que não haja qualquer tipo de dúvidas ou quaisquer tipos de dúvidas. Outros pontos relevantes acordados na reunião entre os Presidente Lula e sua contraparte foram, primeiro, o reajuste de 200% da compensação pelo fornecimento, a criação de grupo de trabalho para detalhar o *modus operandi* dos temas discutidos, a linha de transmissão de 450 milhões de dólares entre a usina e Assunção a ser paga pela binacional e o financiamento pelo BNDES de obras de infraestrutura no Paraguai.

Eu acho, inclusive, que, aqui, poderia, e deveria também, ser incluída a ponte que liga o Brasil a Porto Murtinho, a ponte sobre o rio Paraguai que liga o Brasil... O rio Paraguai ligando ao nosso município brasileiro de Porto Murtinho que é uma obra muito importante.

A legislação brasileira que regulamenta o papel da Eletrobrás em relação à Itaipu deverá ser adaptada pelo Legislativo. É importante notar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que essa nova sistemática de venda de energia, em princípio, não teria necessidade de ser submetida ao Congresso, porque se trata de mera modificação interpretativa. Mas, no entanto, por iniciativa do Presidente Lula, e que o Presidente Lugo aquiesceu, combinaram de enviar o tema à consideração parlamentar, o que eu acho um gesto importante do Presidente brasileiro no sentido de prestigiar a casa legislativa, as duas Casas do Congresso Nacional.

As negociações chegaram a bom termo, sem que o governo brasileiro tenha cedido às principais reivindicações de Lugo como a renegociação do Tratado, que é algo impensável, e a venda de eletricidade para terceiros países, a chamada soberania energética. Recorde-se, porém, que a reação inicial da diplomacia brasileira foi no sentido de atender as exageradíssimas demandas do Presidente Lugo. O governo brasileiro só não cedeu por causa da forte pressão exercida por este

parlamento e de segmentos ponderáveis da opinião pública e pela sensibilidade aguçada do Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva.

Esses antecedentes fazem com que o assunto mereça ser acompanhado com redobrada atenção. O Brasil deve colocar limites claros para o Presidente Lugo, para evitar que o Paraguai, por razões de política interna, por exemplo, eleitorais, volte a se utilizar da binacional para pressionar o governo brasileiro, com o fim de obter dividendos políticos. Cumpre também acompanhar a situação dos brasiguaios, tema que foi abordado pelo presidente do Brasil no encontro presidencial, mas que poderá voltar a ser insuflado tão logo haja maior interesse das forças que apoiam o atual governo paraguaio se da parte brasileira isso não ficar muito bem explicitado, ou seja, os brasileiros que ali estão residindo precisam ter garantido o acesso à terra em que eles se encontram produzindo e trabalhando para o desenvolvimento do próprio país vizinho.

Ademais, o governo brasileiro precisa iniciar uma reflexão no sentido de estabelecer políticas de Estado, com vistas à correção das assimetrias no âmbito do Mercosul. Essa é uma das iniciativas que realmente trabalha a favor do fortalecimento do Mercosul. Mas o que nós não podemos ficar é apenas em atitudes reativas, nós precisamos ter um programa global, geral e estabelecermos quais medidas nós iremos adotar em relação aos vizinhos países que compõem conosco o bloco do Mercosul para corrigirmos essas assimetrias, e que não nós tenhamos de fazer essas correções meramente quando alguns dos presidentes desses países manifestam a sua insatisfação, fazendo com que a política externa brasileira seja meramente reativa diante dos fatos quando eles se apresentam. Como se verificou, por exemplo, agora no caso das exigências do governo Lugo em relação a Itaipu.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vejo esta iniciativa, tomada pelo governo brasileiro, e esse encontro, promovido pelo Presidente Lula, como uma iniciativa extremamente importante, foi uma construção engenhosa, coordenada pelo Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, que merece a consideração, no meu entender, salvo melhor juízo, desta Casa, sobretudo porque os dois presidentes, por iniciativa do Presidente brasileiro, resolveram, sem haver necessidade, mas acharam por bem encaminhar essas decisões, que foram tomadas entre elas, à deliberação das casas legislativas de ambos os países.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Collor. Realmente, é oportuno que nós possamos discutir, vamos

discutir oportunamente, quando o projeto do governo aqui chegar. As notícias, evidente que sempre com a ressalva que as notícias nem sempre são muito fidedignas, mas dizem que nós poderíamos ter um aumento no custo da energia ao consumidor da ordem de 3%. Então, vamos ter um pouco mais de esclarecimento. É importante alguns pontos que V. Exa. traz aqui, como esse de que, na verdade, não haverá a venda para outros países, como queria o Paraguai, apenas para o Brasil. Mas o aumento do preço é um ponto polêmico e poderemos discutir aqui adequadamente.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Sem dúvida, esse é um ponto muito importante, mas, por enquanto, nós estamos nos valendo da palavra que foi dada, oficialmente, de que isso não implicará em nenhum reajuste para o consumidor final em função desses recursos que serão transferidos para o Paraguai. Esperamos, portanto, que essa palavra oficial seja consolidada no momento oportuno e que o consumidor final brasileiro não seja, em nenhum momento, penalizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Ainda só comentando. Evidente que o BNDES financiar investimentos de infraestrutura, a própria linha de transmissão, isso já devia ter sido feito até há mais tempo. Acredito que são iniciativas importantes, sem dúvida alguma. Pessoalmente, eu fico apenas com a posição mineira, meio desconfiado, só em relação se vai aumentar ou não vai aumentar para o consumidor. Mas vamos aguardar, portanto, a discussão. Mas é importante o tema trazido por V. Exa. aqui, hoje. Muito obrigado.

Vamos, então, iniciar já a leitura de diversos pontos da pauta. Eu vou pedir ao Senador Collor, que é relator de um dos itens, que pudesse já dar segmento a ele. É o item... Desculpe, Senador, o Senador Geraldo Mesquita que é relator aqui. Senador Geraldo Mesquita, é o item 09, o PDS nº 510, de 2009, que "aprova o Texto do Acordo por Troca de Notas para Esclarecimento de uma Faixa *non aedificandi* em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai". Esse é até um acordo recente, de 09 de abril de 2008, recente em relação a outros que, às vezes, aparecem por aqui que são de datas muito anteriores.

Então, com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, de fato, cuida-se de texto adicional a acordo, por troca de notas referente a estabelecimento de área "*non aedificandi*", na faixa de fronteira, assinado pelos governos brasileiro e paraguaio, em 1980, e promulgado, entre nós,

pelo Decreto nº 88.589, de agosto de 1983. Esse documento proibia a realização de qualquer construção, cerca, plantação ou outro tipo de obstáculo em faixa de 25 metros, medidos a partir da linha de fronteira, para dentro do território de cada um dos países, em suas respectivas zonas rurais. É isso que significa área "*non aedificandi*".

O documento em análise visa estabelecer faixas semelhantes para suprir uma missão anterior, faixa semelhante com 10m de largura para cada lado da linha de limite internacional nas respectivas zonas urbanas da fronteira entre o Brasil e o Paraguai. O acordo, Sr. Presidente, objetiva, assim, disciplinar a situação concreta que aponta para a dificuldade eminente de se divisar marcos fronteiriços em região de intensa movimentação de pessoas e bens. Trata-se, pois, de instrumento necessário para o maior controle pelos países envolvidos e sua respectiva zona de fronteira. Importante registrar que o assunto adquire maior consistência visto que oriundo do órgão encarregado de zelar por aquele espaço, seja a Comissão Mista de Limite e de Caracterização da Fronteira Brasil/Paraguai.

Com base no exposto, considerando ser conveniente aos interesses nacionais a ratificação do Acordo em análise, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 510. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Os Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos agora... Ainda dos relatores já presentes, o Senador Pedro Simon, que é o relator de dois itens. Vamos aqui acompanhar. É o item 07 e o item 08, Senador Simon. São dois protocolos, um Protocolo e um Acordo. O item 07 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2009, que "Aprova o Texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2007.

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Pedro Simon, relator da matéria para ler o seu relatório.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, senhores parlamentares, esse Protocolo, o PL do Projeto de Decreto Legislativo foi oferecido pela Representação Brasileira ao Parlamento do Mercosul. Na Câmara dos Deputados já recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores. Foi aprovado pelo plenário daquela Casa, ainda em maio de 2009. Segundo explica a Exposição, as modificações propostas ao Protocolo de Olivos visam tornar adequadas as futuras alterações do número de Estados Partes do

Mercosul. Para tanto, deverão sofrer modificações os arts. 18, 20 e 43 do Protocolo de Olivos.

O art. 1º, do texto do Protocolo em exame estabelece modificações ao art. 18, do Protocolo de Olivos, que trata da composição do Tribunal Permanente de Revisão. No lugar de cinco árbitros que integravam o tribunal anteriormente, o art. 1º limita-se a estabelecer que ele estará composto de um árbitro titular designado por cada Estado Parte do Mercosul. O árbitro terá um suplente e será designado pelo período de dois anos, renovável por no máximo dois períodos consecutivos. O quinto árbitro, previsto pelo inciso III do art. 18 do Protocolo em vigor, desaparece, dando lugar a mecanismo segundo o qual serão designados um árbitro adicional e seu suplente, de nacionalidade de alguns dos Estados Parte do Mercosul, sempre que o tribunal, por força da adesão de novos membros ou de denúncia de algum Estado Parte, passe a estar integrado por um número par de árbitros titulares. Esse árbitro adicional será escolhido pelos Estados Partes, por unanimidade, de lista a ser conformada por dois nomes indicados por cada Estado Parte.

Quando o Tribunal Permanente de Revisão contar com a participação de um árbitro adicional e houver nova adesão ao Mercosul ou desligamento de um Estado Parte, o árbitro adicional e seu suplente exercerão os seus mandatos até que seja designado o árbitro de novo Estado Parte ou até que seja formalizada a denúncia do Estado Parte que se retira.

O art. 2º modifica o art. 20 do Protocolo de Olivos, concernente ao funcionamento do Tribunal. Determina que, quando a controvérsia envolver dois Estados Partes, o Tribunal estará integrado por três árbitros, dos quais dois serão nacionais de cada parte na controvérsia e um terceiro, que exercerá a Presidência, será designado mediante sorteio a ser realizado pelo Secretário da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão. Essa tarefa, à luz do art. 20 do Protocolo de Olivos, era, até então, atribuída à Secretaria Administrativa do Mercosul, órgão com sede em Montevidéu.

O art. 3º modifica o art. 43 do Protocolo de Olivos. Refere-se, esse dispositivo, a grupo de especialistas a ser convocado pelo Grupo do Mercado Comum, quando de sua intervenção no procedimento de solução da controvérsias. A modificação consiste apenas na supressão do número de 24 membros que comporiam a lista de especialista com base em indicações feitas pelos Estados Partes.

O art. 4º cria o art. 48 bis a ser incorporado ao Protocolo de Olivos, o qual dispõe sobre a Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão, estabelecendo que esse ficará a cargo do Secretário, que deverá ser nacional de qualquer dos Estados Partes do Mercosul.

O art. 5º atribui certas funções à secretaria do tribunal permanente de revisão que à luz do Protocolo de Olivos eram confiadas à secretaria administrativa do MERCOSUL, localizada em Montevidéu.

Segundo o art. 6º, o Conselho do Mercado Comum aprovará a adequação do Regulamento do Protocolo de Olivos, no prazo de 60 dias.

O Tratado de Assunção, texto fundador do Mercosul, prevê a possibilidade de adesão ao bloco de países membros da Associação Latino-Americana de Integração, ALADI, desde que por decisão consensual dos Estados Partes. O Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos tem em vista a adequação dos mecanismos adotados por aquele instrumento do Mercosul à possibilidade de adesão de novos Estados-Partes ao agrupamento regional.

Com o início das atividades da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão, cuja sede foi instalada na cidade de Assunção, fizeram-se necessárias adaptações ao Protocolo de Olivos. Segundo esclarece a Exposição de Motivos que acompanha o texto do Protocolo Modificativo, tarefas referentes à solução de controvérsias no âmbito do Mercosul antes atribuídas à Secretaria Administrativa localizada em Montevidéu, deve ser agora transferidas à Secretaria do Tribunal.

Voto. Pelo exposto, nos manifestamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2009, que acata o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias no Mercosul, tendo em vista a necessidade de se adequar esse relevante instrumento da integração à possibilidade de ampliação do agrupamento regional. É o voto, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Senador Simon. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O PDS nº 489, é de relatoria, também, do Senador Pedro Simon. É o item 08 da nossa pauta, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, assinado em 25 de setembro de 2005.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Em cumprimento ao dispositivo do art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, da Consti-

tuição Federal, o Sr. Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional, referido na ementa. Nos termos regimentais, esta Comissão é chamada a pronunciar-se.

O Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 4 de junho do corrente ano, tendo, naquela Casa, passado pelo crivo da Comissão de Relações Exteriores. E a Mensagem nº 995, do Poder Executivo, encaminhada, em 2007, ao Congresso Nacional, traz o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília. O presente Acordo permite que os dependentes, assim considerados cônjuge ou companheiro, filhos solteiros, menores de 21 anos, filhos solteiros menores de 25 anos que estejam estudando, em horário integral, em universidades ou centros de ensino superior reconhecidos, e filhos solteiros com deficiências físicas e mentais, exerçam atividade remunerada.

A permissão vale a partir do momento da chegada do membro da Missão diplomática, Repartição consular ou Missão junto a uma Organização Internacional no Estado receptor até o momento de partida do último ou até o fim de um período posterior razoável. O exercício da atividade remunerada está condicionada à prévia autorização do trabalho do Governo local, por intermédio de pedido formulado pela Embaixada do Brasil acreditante ao Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado. Os dependentes que exerçam atividades remuneradas segundo os termos estabelecidos no Acordo em tela terão suspensas as imunidades civil e administrativa relacionadas às atividades no Estado acreditante. Outrossim, perderão a isenção de cumprimento das obrigações tributárias e previdenciárias decorrentes da referida atividade, ficando submetidos à legislação aplicável às pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Estado receptor para todos os efeitos decorrentes daquela atividade remunerada.

O Acordo entrará em vigor por troca de notas e vigorará por prazo indefinido. À proposição não foram apresentadas emendas. É o relatório.

Análise. Nos termos da Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, a qual acompanha e instrui a Mensagem Presidencial, o Acordo sob análise refere-se à tendência atual de estender aos dependentes dos agentes de missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional. Nesse sentido o texto pactuado proporciona a criação de um espaço profissional para dependentes de membro no

serviço no exterior, especialmente para os cônjuges, possibilitando a esses o exercício de atividades extras que a mera função de acompanhante do funcionário transferido para outro país.

Com efeito, o Brasil assinou acordos semelhantes com diversos países, entre os quais Argentina, Canadá, Estados Unidos, França, República Dominicana, República Tcheca, Uruguai e Venezuela. Vários desses acordos foram assinados na década de noventa e, pelo menos um no final na década de oitenta.

Reconhecemos a importância de autorizar o exercício profissional aos dependentes e entendemos que o Poder Executivo tem a prerrogativa de submeter Acordos à apreciação do Congresso quando de sua conveniência.

Voto. Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal, e versando a boa técnica legislativa, somos pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito bem. Em discussão. Não havendo quem queira discutir o relatório do Senador Simon, em votação. Os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Temos agora o Requerimento nº 1.210, de 2007. Requer, nos termos do art. 223, do Regimento Interno, ouvido o plenário, que seja consignado nos anais do Senado, voto de repúdio e censura às declarações racistas ocorridas no dia 16 de outubro de 2007, pelo ganhador do prêmio Nobel James Watson, afirmando ao jornal britânico "The Sunday Times" que negros são intelectualmente inferiores aos brancos. Essa matéria tinha como relator original a Senadora Patrícia Saboya, e eu solicito ao Senador Flávio Torres.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Qual é o item, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): 10.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): 07?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): 10.

Solicito ao Senador Flávio Torres, se for da sua conveniência, proferir o relatório *ad hoc*.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Chega à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Requerimento em que o Senador Paulo Paim propõe que seja consignado nos Anais do Senado, voto de repúdio e censura a declarações racistas feitas pelo cientista James Watson, ganhador do Prêmio Nobel de Medicina. O jornal britânico "The Sunday Times" publicou a 16 de outubro de 2007, entrevista atribuída ao cientista James Watson, Dessa entrevista constavam, entre outras declarações,

a de que os negros são intelectualmente inferiores aos brancos. Por esta razão, Watson declarava-se pessimista em relação ao futuro da África.

O eminente Senador Paulo Paim reagiu com rapidez, apresentando o requerimento que recebeu o nº 1.210, de 2007, solicitando voto de repúdio e censura às declarações de cunho nitidamente racista. Em seguida, o Senador Paim anexou ao requerimento a íntegra de pronunciamento feito em plenário pelo nobre Senador Marcelo Crivella a respeito da unidade africana, suas potencialidades e dificuldades.

Análise. São tão esdrúxulas as declarações atribuídas ao cientista James Watson, designado para Prêmio Nobel de Medicina pela sua contribuição à descoberta do DNA, que não se pode encontrar qualquer justificativa para elas. À época, argumentou-se que a idade avançada do cientista recomendaria que se encarassem essas afirmações com certo distanciamento, além de se ter alegado que haveria uma distorção em sua interpretação.

Posteriormente, o próprio James Watson se explicou procurando afirmar que não era racista e que fizera as declarações em outro contexto. Nada disso permite-nos tolerar esse tipo de afirmativa. O racismo, sob todas as suas formas, não pode ser tolerado em hipótese alguma. O Brasil tem uma sólida tradição de condená-lo contando inclusive com legislação estruturada nesse sentido ao longo dos anos. No contexto internacional, felizmente, essa postura tende a se institucionalizar. O requerimento em questão permite que o Senado Federal reafirme sua postura de franco e aberto repúdio a qualquer manifestação racista parte de onde partir.

Voto. Pelo exposto no âmbito das competências desta Comissão, o nosso voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.210, de 2007. Este relato é da Senadora Patrícia Saboya, que eu subscrevo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Flávio Torres.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sou totalmente favorável à proposição do Senador Paim. Custa crer que um cientista que ganhou o Prêmio Nobel da Paz, faça a essa altura da vida uma afirmativa dessa natureza.

Eu creio que chegou a hora do grande momento da integração mundial com relação ao respeito aos direitos humanos, e com relação ao respeito de que nós somos todos iguais, e que não é a cor que vai diferenciar uma raça ou um país.

Realmente, a África é um continente com o qual a humanidade inteira tem um pleito de gratidão e tem

uma obrigação de fazer alguma coisa para reparar o que eles sofreram.

Quando a gente vê, quando a gente toma conhecimento do que aconteceu. Inclusive, o nosso Brasil, Deus nos perdoe, foi dos últimos países a terminar com a escravidão. Esses milhões de africanos que contribuíram para esse crescimento dos Estados Unidos, para o desenvolvimento do Brasil, querer fazer distinção, querer dizer que é uma raça inferior, que tem inteligência inferior e por isso ele não tem confiança no desenvolvimento da África. Pelo amor de Deus!

A África colonizada. Olha aí o mapa, João Pedro. A Inglaterra e a França que dominavam aquela região, na hora que tiveram que proclamar a independência racharam em 30 países pedacinhos diferentes para exatamente não deixar que houvesse entendimento. A África devia ser que nem a América do Sul, 13, 14 países. No entanto, em cada cantinho tem um, exatamente para que um não deixasse o outro crescer e desenvolver. Foi uma maldade, foi uma crueldade o que foi feito. E isso vem acontecendo ao longo do tempo.

Quando a gente vê, o americano dedicou 1 trilhão e 700 bilhões para resolver a crise financeira ocasionada ultimamente. Quando a gente vê as nações: "Não, vamos contribuir para o desenvolvimento da África". E aí dão meia dúzia de instrução. É uma coisa fantástica. Quando a gente diz que uma parte do que os Estados Unidos, a Rússia, a China gastam para o armamento nuclear daria para resolver o problema da fome na África, a gente vê a crueldade dessa situação. No meio disso vem um cidadão, realmente um cérebro superior, ganhou o Prêmio Nobel para mostrar que, às vezes, não é no cérebro, não é na inteligência, não é na capacidade, o cara pode ter o cérebro fantástico, pode ser um gênio, mas cá entre nós, como pessoa é um pobre coitado.

Eu dou meu voto de solidariedade a esse projeto do Senador, a essa proposta, a esse Requerimento do Senador Paim, manifestando a minha revolta, a minha raiva, a minha mágoa, porque, na verdade, o mundo vai levando, vai levando. É tudo de mentirinha. Reuniões daqui, reuniões de acolá, mas o que se resolve é mandar alguma comida, alguma injeção, algum não sei o que. Mas contribuir para o desenvolvimento da África, para que ela avance, não é a falta de inteligência, é a crueldade do mundo que impede que isso aconteça.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É verdade, Senador Simon. Eu também me associo ao voto, proferido pelo Senador Flávio Torres. Um cientista. E o Senador Flávio Torres é um cientista, é um catedrático, sabe muito bem avaliar uma expressão pesada como essa. A África, eu creio que a África encontra-se no atual

estágio de desenvolvimento ou subdesenvolvimento, como alguns possam desejar, não é pela sua cor, é pela perversidade e pela ganância da Europa, como um todo, que durante muito tempo espoliou, maltratou, matou, escravizou. Enfim, esse foi o comportamento durante séculos que se abateu sobre o povo africano como um todo, que mesmo fracionado, como lembrou o Senador Simon, guarda uma unidade. A unidade e, lastimavelmente, a gente identifica a unidade africana exatamente no aspecto mais negativo que é na miséria, na fome, no isolamento da comunidade internacional, que como lembrou, mais uma vez, o Senador Pedro Simon, aplaca ou tenta aplacar a sua consciência mandando migalhas para a África, migalhas mesmo, caixas de remédio ou caixas de alimentos, às vezes, até vencidos. Portanto, eu queria apenas me associar ao Senador Paim, à Senadora Patrícia e agora ao Senador Flávio Torres. Esse nosso repúdio tem as suas limitações, mas ele não pode deixar de ser explicitado. Sempre que uma manifestação dessa, racista, surja no nosso meio, devemos repudiá-la com veemência. Quem sabe um dia ela possa surgir algum efeito que até agora é inócuo, mas, pelo menos, a gente mostra quem a proferiu, que as coisas não são assim. Pois, não Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): ...Com o Senador Pedro Simon e a Senadora Patrícia, dizendo que o cientista James Watson, que ganhou o prêmio nobel junto com o Krieger, quando descobriu a estrutura molecular do DNA, ele é um cientista de biologia molecular, de laboratório, estudando biologia, que não dá a ele autoridade para comentar sobre a evolução da raça humana. No próprio relatório do Senador Paim, no requerimento do Senador Paim, há uma informação do cientista brasileiro da Universidade de Viçosa, da Universidade de Minas Gerais, perdão, Danilo Pena, em que ele diz o seguinte: a concepção moderna da evolução humana mostra que o homem moderno nasceu há menos de 200 mil anos e nasceu na África, e só agora aos 60 mil anos foi que ele saiu da África para habitar outros continentes. Então, nós somos descendentes dos africanos, todos nós, toda a humanidade branca ou loira é descendente direto dos africanos. Então, isso realmente é uma observação absurda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Senador Flávio. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação. Os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Flávio Torres, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Senador Flexa estava aqui há pouco. Pois não, Senador Simon, com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não sei se é o momento oportuno. Eu gostaria de fazer uma proposição de uma análise de um tema que eu acho muito importante, no momento se V. Exa. me permitir, se fosse possível eu gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o maior prazer, Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu posso falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Tem toda a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu sou um dos parlamentares que, desde a campanha política, tem visto, com uma imensa simpatia, a figura de Barack Obama. Não é o problema de ser negro – também isso -, mas a sua personalidade, o seu estilo, me emociona, Sr. Presidente. O carinho à família. Acho uma pessoa realmente que eu devoto uma admiração muito grande.

Acho que, enfim, falei isso na tribuna, antes de ele assumir, eu falava de algumas coisas que eu achava que ele podia fazer e que não dependia do hoje, de amanhã. Uma, aquela penitenciária maldita de Cuba. Tomou posição. Outra, abrir posição para aqueles 50 anos, horrível com relação à Cuba. Ele tomou a posição. Ele tomou uma série de posição. Outra, com relação ao Oriente Médio, aquela crise onde o Bush ficava de um lado e perdia oportunidade, que ele devia tomar uma posição para levar a questão adiante, ele tomou a posição.

Então, eu tenho falado com muito carinho. Achei que a decisão dele, houve aquele incidente, um incidente... Meu Deus! Um professor de grande prestígio, negro, vai entrar na sua casa. Esqueceu a chave dentro, está querendo arrombar a porta da casa dele ali. Uma senhora telefona e vem a polícia, e há um incidente ali, é um incidente... Mas a imprensa e o Obama chamou de um adjetivo pesado, e a polícia se magoou e deu uma nota, a competência com que ele resolveu. Foi para a televisão com a maior humildade, pediu perdão do fato, e é verdade, não é o assunto, é a forma como ele agiu, o adjetivo que ele usou e convidou todos para tomar uma cerveja. Coisa inédita. Então, vai o professor negro, vai o policial e sentam e tomam uma cerveja de confraternização. Isso revela...

Mas agora eu estou preocupado, Sr. Presidente. De repente eles querem criar seis bases dos Estados Unidos na Colômbia. O argumento é que todos nós sabemos o problema gravíssimo da droga, é muito grave esse problema. E tanto nós sabemos que o americano está nesse problema não é porque quer ajudar a Colômbia, não é porque quer resolver o problema

da Colômbia, mas é porque essa droga vai parar nos Estados Unidos. E, muitas vezes, o americano esquece que a culpa é de quem produz, mas o cidadão só produz se tem alguém que consome, tem alguém que compra lá na ponta. Então, isso é gerado uma série de problemas dramáticos na Colômbia. E eu acho, com toda sinceridade, que são realmente problemas graves, problemas sérios.

Mas o Obama, que a gente espera – e ele mesmo disse – que vai iniciar uma nova forma de diálogo, começar com criar seis bases na Colômbia. Ainda que se diga e venha o representante do Obama no Brasil e o Presidente Uribe está chegando aí, é que o negócio é para combater o tóxico, não sei o que. Mas base a gente sabe como começa, e não sabe como termina.

Então, eu acho que podia se ver uma forma, quer ver uma forma de exemplo que existe, estou falando apenas em tese. Lá no Haiti, no Haiti tem uma tropa, mas não é uma tropa americana, não é uma base americana, é uma tropa, até o Brasil está lá. Então, eu acho que a gente devia, eu acho muito importante, presidente, que a Comissão fizesse alguma coisa nesse sentido, fizesse uma discussão, o Brasil entrasse... O Lula já falou. Aliás, todos têm falado contra. Mas, em primeiro lugar, eu fico magoado com o Obama. Primeiro fez, depois foi conversar. Eu acho que ele poderia ter evitado esse método do Bush, podia primeiro conversar e depois fazer. Eu acho que seria muito melhor que o Obama, que tem iniciado tantas coisas positivas e diferentes, também fizesse isso. Primeiro vai fazer as bases, e agora vem perguntar o que é que nós achamos. Nós achamos que devia perguntar antes de criar. Então, eu acho que se a gente pudesse intervir—

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pode me dar uma informação?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só para concluir. Se a gente pudesse intervir, no sentido de não criar base americana, tem que fazer uma coisa, vamos ver. Como foi no Haiti, vamos ver alguma forma de como fazer. Mas, de repente, seis bases americanas na Colômbia é um aspecto muito negativo.

Nós estamos enfrentando problema na Nicarágua, Honduras? Honduras. Onde o americano, pela primeira vez, tomou uma posição diferente. Nós estamos aí enfrentando uma situação delicada. Eu acho que foi muito positiva, a América toda, cá entre nós, inclusive, Venezuela, Paraguai, Bolívia, a América toda determinou um protesto a isso que está acontecendo. Eu acho que já é um procedimento com o qual nós não estávamos acostumados. Porque, na América Latina, o que acontece? O cara vai lá, dá um golpe e assume. Terminou, aí todo mundo reconhece e não tem o que fazer. Lá é um lado positivo. Mas eu acho

que se a gente fizesse, até porque o Obama é sensível a isso, se for um Bush da vida eu acharia que era bobagem enorme. Mas tanto que ele está mandando um emissário.

Se nós entrássemos no sentido de fazer alguma coisa... O que eu tenho medo. O Obama está fazendo um belíssimo movimento no sentido de combater a guerra fria. Por exemplo, o Bush estava naquela tese por causa do Irã, estava botando uma base de foguete que, na verdade, era contra a Rússia. Um absurdo! O Obama foi lá com a Rússia, dialogou, e não vai acontecer isso, vai fazer um entendimento. Conseguiu ele, com muita competência, que a China, a Rússia se unissem num esquema para que Coreia e, principalmente, Irã baixem a bola com relação a isso, mas não vai fazer essa base.

No Oriente Médio, o Obama está entrando no sentido de compor, pela primeira vez, em vez de o americano ficar só do lado de Israel deixando as coisas acontecerem, está do lado do Israel, mas está cobrando que os dois lados parem, está caminhando.

Com relação à Coreia, de repente o americano e todo mundo está iniciando uma política diferente. Está a China, está a Rússia, está todo mundo numa política para acalmar a Coreia. Então, o que é que eu estou vendo? A guerra fria está melhorando no mundo inteiro, mas vamos transferir a guerra fria para a América. De repente, aquilo que está melhorando lá, vamos trazer para cá. Então, com toda sinceridade. Então, o que querem fazer? O Uribe é homem dos Estados Unidos e o Chávez é o homem da Rússia. Vá para o inferno! Isso não vai transformar o Brasil numa guerra fria. O Brasil não, a América Latina.

Então, eu acho que onde nós pudéssemos entrar nesse esquema no sentido de que o Obama, que o americano não faça isso, porque isso a gente sabe como começa e não sabe como termina. Se nós fizéssemos isso, que o Obama continuasse com a sua política que está nota mil em nível mundial, mas que aqui na América Latina essa decisão de, de repente, abrir seis, sete bases americanas a pretexto de combater a droga. Está lá. O Chávez é uma pessoa imprevisível.

Então, eu acho que nós, presidente, não sei, mas eu acho que nós deveríamos entrar nessa jogada, porque está chegando aí o Presidente Uribe, está chegando aí ou já chegou o representante direto do Presidente Obama que vem falar com o Lula. O Lula já se manifestou, mas eu acho que a gente devia tomar providência nesse sentido.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon, eu quero usar para a gente trazer ao conhecimento aqui dos membros da Casa que eu estive com o General James anteontem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):

Quem?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

O general James, que é esse assessor do Presidente Obama, que veio aqui ao Brasil.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ah, o senhor já esteve com o homem?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Ele nos procurou e o recebi no gabinete hoje, no meu gabinete hoje, pela manhã, a subsecretária de defesa. E ela veio exatamente para se colocar à disposição e dizer que está havendo um mal entendido, primeiro que o Tratado já existe há dez anos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Como é que é?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

O acordo com a Colômbia já existe há dez anos, não é um acordo novo. Eles estão--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas vão aplicar... Agora era uma e agora querem para seis.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Ela está dizendo o seguinte: que as bases não são americanas, são bases colombianas--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com soldado americano.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

--que o número de soldados está sendo acrescido em 10% e de recursos também 10%, porque o valor já era 200 milhões de dólares, está passando para 217 milhões de dólares. Foram as informações que ela me trouxe de manhã e se colocando à disposição para dizer: "Olha, não é o que está sendo divulgado. É um acordo de dez anos de existência, é um incremento nas bases colombianas".

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas por que é que esse acordo devia ser feito base americana com a Colômbia, não é feito com a América? Não é feito com os países americanos? E esses soldados que têm que ir lá, em vez de ser só americano. Fazer como foi feito no--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, no Haiti.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Como foi feito no Haiti.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

O presidente é o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr.

Presidente, V. Exa. me permite?

Uma das pessoas que eu mais admiro pela vida pública é o Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ele vai se manifestar ao contrário. Quando começa assim, fico preparado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Começa elogiando. Só primórdio. O popular só primórdio, não é Senador?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Estou ao lado de V. Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Aliás,

ele é que mais em uma oportunidade, quando estou falando na tribuna, que eu começo assim, ele: "Já estou preparado porque vem coisa". Eu também.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não,

não. V. Exa. fique absolutamente tranquilo. É apenas que eu tenho um cuidado fantástico com a sua biografia. Eu acho a biografia de V. Exa. uma das coisas boas que nós temos nesta Casa, e eu não poderia deixar de lhe alertar para um fato. V. Exa. tem que ter reações iguais para fatos iguais.

Eu vinha hoje de manhã para cá e a CBN anunciava, repercutiam umas declarações do Presidente Hugo Chávez de que assinou um Tratado de Armamento com o Governo da Rússia. Portanto, eu acho que nós temos que ter, nós não podemos repercutir nesse Senado o que pensa o Marco Aurélio Garcia, seu conterrâneo, até por coincidência, seu conterrâneo. O Marco Aurélio Garcia que protesta com relação a determinados comportamentos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ele é gaúcho?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Disseram-me que sim, me disseram que sim, que seria gaúcho, até a conferir.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Mineiro não é não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Disseram-me que seria, que as alegações dele com o Ministro Nelson Jobim seria por ser gaúcho. Mas, independente, é brasileiro. Ouviu, Senador Simon, é brasileiro. O que eu acho apenas é que nós temos que ter cuidado com essa corrida armamentista que começa a sinalizar ser determinante com relação aos nossos países vizinhos. Essa casa nos Estados Unidos é preocupante. Agora, esse anúncio, feito pelo presidente Chávez, hoje, com relação à Rússia, nos preocupa também, como nos preocupa as ações que o Irã, coincidentemente, vem fazendo, no mesmo sentido, com a Venezuela, de forma que eu queria apenas fazer esse...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu fecho tudo com V. Exa. Eu apenas diria--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Claro.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): --que nós poderíamos tentar ver isto. V. Exa. esteve lá no Haiti. O Haiti está lá. Vai estar lá o quê? Está lá o Brasil desenvolvendo, está a ONU lá.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Vários países. Exatamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Fazer uma coisa nesse sentido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Acho, claro que sim.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Como

foi feito no Haiti.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só

que aí vai ser um pouco a soberania Colombiana. A Colômbia precisa pedir e a Colômbia não pediu a participação dos outros países. A Colômbia, infelizmente, eu acho um erro, eu concordo com V. Exa., a Colômbia poderia abrir esse leque de apoio já que são apoios estratégicos, inclusive, para combate do narcotráfico. Devia ter a colaboração de outros países.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso

que eu acho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De

países vizinhos. Eu acho que a questão... O Senador Pedro Simon recebeu o Espírito Santo de orelha. Pode ser que ele traga novidade sobre a matéria, o que vai melhorar o nosso debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Heráclito, Senador Pedro Simon, deixa-me botar a minha minúscula colher...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu estou plenamente de acordo. Eu acho que o problema é sério. Eu acho que a única coisa que deveria acontecer, em vez de botar base americana, vamos fazer a América.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não estou defendendo base americana não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso é que estou dizendo. América.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mais ainda, Senador Simon, sabe o que é que acontece--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

O que eu acho é que o Chávez não tem o direito de responder essa situação americana com ameaça de colocar armamento russo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Claro que não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Você sabe qual é a ques-

tão, a meu ver? O Senador Eduardo lembrou aqui, em contato com o representante americano, que esse acordo com a Colômbia vige há dez anos. Ora, há mais de dez anos que a América Latina não é mais constituída de republiquetas de banana, há mais de dez anos. Então, mesmo que esse acordo--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tem gente que ainda não sabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas aí, Senador Simon,

eu acho o seguinte, além do que V. Exa. propõe, ou seja, que uma operação dessa seja constituída por forças dos países da América Latina, eu acho que uma decisão... Olha, no ano passado, no parlamento do Mercosul, V. Exa. estava presente. O seu conterrâneo, mais uma vez, o conterrâneo do Senador Simon, Nelson Jobim, a convite do parlamento, do nosso parlamento lá, começou a esboçar a possibilidade de um Conselho de Defesa de Segurança do Mercosul, Conselho de Segurança do Mercosul. A América Latina hoje, os países da América Latina hoje, todos eles, de uma forma ou de outra, estão vinculados a organismos regionais, ora ao Mercosul, ora à recém criada Unasul, que, a meu ver, deveria estar operando dentro do próprio Mercosul. O que importa é que os países latino-americanos hoje, de uma forma ou de outra, estão sempre vinculados a organismo regional, Senador Heráclito. Acho que um tratado como esse não pode ser feito de país a país, ele precisa, necessariamente, passar pelos organismos regionais para ser aprovado ou rejeitado ou adotada uma medida como essa que V. Exa. propõe. Se é o combate ao narcotráfico, só o americano entende disso? Nós entendemos disso também. Temos a nossa experiência militar e civil. Por que uma base dessa não pode ser operada por forças integradas da América Latina e de outros países também. Não importa. O que importa, na essência, é que um acordo como esse, Senador Heráclito, não se sustenta mais nos dias de hoje, acordo polarizado como esses, país a país. Ele precisa, necessariamente, ser submetido a organismos regionais da América Latina, à Colômbia, obedecida a soberania dos países etc. e tal. Agora no tema segurança, e esse conselho que começou a ser ventilado e depois gorou, esse conselho deveria ressurgir e, se possível, ser instalado na América... Conselho de Defesa e Segurança da América Latina do Mercosul--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não me lembro. O senhor me permite? Mas se eu não me lembro, ele até foi criado em tese, eu me lembro que houve uma reunião, até foi aqui em Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas está só no papel ainda. Não tem nada.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não tem, mas no papel foi criado, só no papel. Que não tem nada, eu concordo. O que eu quero dizer é que já há uma ideia nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É uma ideia nesse sentido. Eu acho que isso pode ser o estopim para que a gente retome essa discussão no parlamento do Mercosul e, quem sabe, a gente prossiga nessa linha--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): --para que assuntos dessa natureza não tramitem aqui, na América Latina, sem a audiência desses organismos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até porque V. Exa. diz uma coisa que é muito importante: esses países não são mais governados por homens despreparados.

Eu estive com o Senador Eduardo Azeredo, no ano passado, numa visita a países da América Central, e eu quero citar só um fato: eu fiquei impressionado com o preparo, com a visão de futuro que tem o presidente da Guiana. Nós estivemos com ele, V. Exa. estava também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito preparado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito preparado. Tivemos uma conversa com ele, em Georgetown. Um homem altamente preparado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sensível e preparado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O do Panamá, que agora que foi trocado, o da República Dominicana, a primeira-ministra do Haiti são pessoas com visão fantástica. Uma coisa totalmente diferente do que se via anteriormente, que dava, inclusive, motivo para enredo de vários filmes de ação que se vê, ainda hoje, circulando pelo circuito mundial do cinema.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com certeza.

Senador Flávio Torres, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Queria fazer um complemento ao comentário do Senador Pedro Simon. Ele que está remetendo aos Estados Unidos a estranheza das bases. Os Estados Unidos são muito longe. A gente devia remeter também à Colômbia que está aceitando as bases, porque eles não estão impondo, a Colômbia é que está aceitando as bases.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A coisa é tão atravessada, Senador Flávio Torres, que o presidente da Colômbia encontra-se em périplo pela América Latina para, talvez, justificar o injustificado. Se a coisa fosse tão assimilável assim não precisava ele estar... Hoje ele está aqui no Brasil, vai se encontrar com o Presidente Lula para explicar a situação. Ora, aquilo que precisa ser explicado tem alguma coisa...

Mais alguém deseja se manifestar sobre o tema? Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu imagino, cheguei agora, que o tema sejam as bases--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): As bases.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --Da Colômbia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Verdade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu, hoje de manhã, conversando com o Senador Pedro Simon. Ele deve estar chegando até.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Ele já me manifestou sobre o assunto.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ele já se manifestou. Então, eu quero me manifestar na mesma direção dele.

Embora, seja um país soberano e ninguém pode impedir de maneira alguma, claro, é uma preocupação para o continente inteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É o que nós estamos propondo aqui que uma decisão como essa precisa, necessariamente, passar pelos fóruns regionais, que hoje a América Latina tem profusão, inclusive.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam, o que eu transmiti aqui também é que eu recebi hoje, às 9h30, a visita da Subsecretária de Defesa Americana que está aqui no Brasil. E ela exatamente me pediu que transmitisse à Comissão que trata-se de um acordo de dez anos de idade, um acordo antigo, que as bases não são americanas, são bases colombianas e que se trata de um incremento, não de uma nova base, um incremento da ordem de 10%. São as informações que ela pediu que transmitisse. Exatamente trazendo aqui porque eu comungo da mesma preocupação. Evidente que nós não queremos que haja uma militarização, uma corrida armamentista, não é isso que interessa, evidentemente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lembremos que Cuba é um país soberano, mas, quan-

do os russos colocaram base em Cuba, os americanos imediatamente fizeram todo o possível para evitar. E com razões do ponto de vista de segurança americana, era uma ameaça. Nós não estamos na guerra fria, nossa relação com os Estados Unidos não é a mesma de Estados Unidos com a Rússia, obviamente, com a União Soviética, mas é algo que--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pois é. Mas, na época, era União Soviética. Então, é algo que pode preocupar. Sobretudo, lembrando que ali está uma das maiores reservas da grande riqueza do futuro, que é a água, e, se o caso é, de fato, drogas, aí estamos chamando errado: base, devia chamar de um grande posto policial.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Verdade.

Não havendo mais quem queira se manifestar sobre o assunto.

Estou aqui usurpando a cadeira de presidente desta Comissão por uma simples razão--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [ininteligível] essa matéria. Qual é a ideia de...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu acho que V. Exa. deve formalizar e provocar a Comissão de alguma forma para que a gente possa dar curso aí a...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu faço isso, mas vamos fazer de conta que eu já fiz, eu entrego o requerimento, mas tal requerimento, o que é que podemos fazer?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Podemos convidar o embaixador americano, que ele pudesse fazer uma explicação. O que acontece é que o embaixador americano está saindo, está chegando embaixador novo, está no período de transição.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quando é que vai sair? Quando é que ele chega?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ele sai hoje, sai amanhã sexta-feira, amanhã já viaja.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O novo deve chegar quando? Ainda não passou lá no Congresso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não sei que dia que vai chegar o novo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Está sendo sabatinado lá ainda.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O compromisso da Comissão é o de realizar--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Uma coisa é que o Lula está numa posição correta. Eu só não sei se... Como é eu vou te dizer, ele assume a posição e fica de braços cruzados. Eu acho que a gente talvez pudesse falar com o Lula que ele deve levar adiante essa questão. Daí eu sou menos o gaúcho e sou mais o Ministro das Relações Exteriores, eu acho que...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu concordo em gênero, número e grau com V. Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não tinha nada que se meter nisso, eu acho que ele falou demais até.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós temos que ter uma política direcionada pelo Itamaraty.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A política oficial do Brasil é o Itamaraty.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Exatamente. Eu acho que ele falou bobagem, ele não tinha nada que ter falado, não tinha nada que ter falado. Se tem o Itamaraty, tem o Presidente da República.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É porque, no Brasil, nós temos dois Itamaraty.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É porque, no Brasil, nós temos dois Itamaratis. O problema é esse.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E ainda se vangloria de que falou com o chefe, o Secretário de Estado Americano e Francês.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Falou bobagem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É um bobo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com toda sinceridade.

Acho que ele está saindo do... Talvez convidar... V. Exa. tem razão. O embaixador não adianta nada porque ele está indo embora. Não vai dizer coisa nenhuma.

Eu me lembro quando nós estivemos lá no embaixador. Quem é que foi comigo? Nós fomos falar com o embaixador o negócio da Quarta Tropa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Suplicy.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ele nos explicou que a Quarta Tropa... Você foi também?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu estava lá.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Você estava lá. Que ele nos explicou que a Quarta Tropa era uma... Ele até estranhava: "Pensei que vocês iam agradecer". A Quarta Tropa é uma tropa de paz, de amor, para ajudar, é cientista, cheio de médico, não sei o que para ajudar a América. Então, ele tem umas posições estranhas.

Eu acho que nós temos que aproveitar o Obama. Eu acho que uma coisa que dá para dizer é o seguinte: não vai ficar bem para a biografia do Obama porque isso vai marcar. Mas o que é que vai marcar? O Obama criou seis bases na América Latina. Ele falou do Bush, falou, falou, falou e, no entanto, fez coisa muito mais do que o que o Bush fez, que é criar seis bases. Isso é o que vai ficar.

Então, eu acho que, talvez, eu estava pensando se nós pudéssemos... Se V. Exa. pudesse fazer uma manifestação, uma nota nossa profunda, sim, onde nós mandávamos para o embaixador, para o americano, para nós, para os países da América, para o Mercosul dizendo dessas coisas que nós achamos, etc. e tal, que o Obama representa uma coisa nova. Eu acho que ele nem está se dando conta. As intenções podem ser positivas – que é o problema da luta contra o narcotráfico, não sei o que. Mas essas coisas a gente sabe como começa e não sabe como termina.

Então, o apelo que a gente faz--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu concordo com a proposta do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas eu acho, Senador Heráclito--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora acho primeiro que nós temos que ouvir as partes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Então, é isso que eu ia dizer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porque, senão, nós vamos dar uma nota sobre uma versão. Poderíamos ouvir o embaixador da Colômbia e o representante legal dos Estados Unidos sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu acho imprescindível.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [ininteligível] o Presidente da Colômbia?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Presidente da Colômbia é hoje. Ele está aqui, hoje, no Brasil.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Hein?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Presidente da Colômbia está hoje, no Brasil. O Itamaraty está com a bandeira da Colômbia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós poderíamos ouvir o embaixador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E por que é que nós não vamos visitá-lo? [ininteligível] Pediria uma conversa com Presidente Uribe. Eu acho que pode ser.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu não sei a programação dele. Vai estar com o Presidente Lula. Aqui, no Senado, não está previsto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Falando do embaixador--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só não vale pedir ao Sr. Marco Aurélio.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Tem que ligar para o Marco Aurélio.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Fala com o Embaixador da Colômbia, que é uma pessoa muito simpática. Eu o conheço. E diz: "Olha, nós gostaríamos de fazer...". Não ele vir aqui, nós vamos fazer uma visita a ele, se ele pode nos ouvir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então eu entrarei em contato com ele se--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acho que era uma boa. Se ele está aqui. Meu Deus do céu, vamos...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se for possível, ainda hoje, com o próprio Presidente, senão com o próprio embaixador, se ele puder.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vamos [ininteligível] para ele, vamos dizer que não é nada nesse sentido, mas que é apenas no sentido de fazer até... Se for o caso de até fazer a mesma coisa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já que ele está fazendo uma visita de esclarecimento, nada melhor do que a Comissão falar com ele.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso aí.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem. Entrarei em contato.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Acho que, se ele já está aqui, vamos pedir uma audiência com ele... Audiência não, uma visita para ele.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, claro. Vou procurar saber qual é a programação, porque eu não estou sabendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Certeza.

Dando prosseguimento à nossa Sessão. Nós temos aqui o item 3 da Pauta. É um Projeto de Decreto Legislativo não terminativo cuja relatoria coube ao Senador Eduardo Azeredo, por isso que eu estou aqui presidindo a nossa sessão para que ele possa proferir o seu relatório. Em seguida ele reassume.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, trata-se de Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2009, que “aprova o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, Referente à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro de Ensino Superior e da Pesquisa, assinado em Brasília, em 25 de maio de 2006. O mérito do Acordo é inequívoco para promoção das relações bilaterais, sobretudo neste ano corrente de 2009, Ano da França no Brasil. A parceria estratégica entre ambos os países é antiga e a cooperação econômica e cultural de uma importância inconteste. Grande contingente de estudantes brasileiros de graduação e pós-graduação se beneficiam de intercâmbio com aquele país.

O alinhamento entre os países é de importância inconteste, tributo de anos de relações bilaterais bem conduzidas e equilibradamente forjadas. Recordo que no corrente ano de 2009 o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso foi homenageado pela Câmara de Comércio França-Brasil com o prêmio Personalidade França-Brasil, destinado a profissionais de reconhecimento público, brasileiros ou franceses, que tenham contribuído para as relações entre os dois países.

Propõe o Presidente Sarkozy, em parceria com o Brasil, uma Aliança para Mudança, visando empreender, nas várias frentes de desafio mundial, ações conjuntas calcadas em um novo multilateralismo, adaptado ao mundo multipolar e que contemple as necessidades reais dos países em desenvolvimento. Essa nova estratégia de ação multilateral leva em consideração, entre outras frentes, o desenvolvimento econômico e social com o pressuposto da paz, da estabilidade e da segurança internacional. Nesse sentido, o melhoramento dos padrões educacionais dos países em desenvolvimento é condição necessária e incontornável para o desenvolvimento econômico e social, e a proposta trazida no âmbito do Projeto de Decreto Legislativo ora em apreço é ainda mais oportuna.

Portanto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2009, que aprova o texto de Protocolo de Cooperação entre o Brasil e a

França para a Criação de um Fórum Franco-Brasileiro em Ensino Superior e Pesquisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores, que concordam com o relatório do Senador Eduardo Azeredo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em continente, passo a presidência ao Senador Eduardo Azeredo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro, o item 05, que aprova o termo de acordo de cooperação econômica de comércio entre o governo—

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Apenas o Sr. Presidente, seu antecessor, ele pediu que eu entrasse... Eu entro com o requerimento e nós vamos dizer que já aprovamos o requerimento de fazer uma visita ao Presidente...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já ficou acertado. O presidente vai fazer o contato com o embaixador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sei, mas apenas ficar como uma decisão, que nós decidimos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, um requerimento nesse sentido.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então foi tomada uma decisão, porque tinha se pedido para gente fazer o requerimento, mas é que foi feito o requerimento e foi aprovado para fazer a visita.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na verdade, para visita, não haveria necessidade de requerimento.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Para a visita, não há necessidade de requerimento.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sei, apenas para planejar, mas, dentro do contexto—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): No contexto de que houve uma decisão da Comissão, no sentido de procurá-lo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu já estou pedindo que faça um contato com a Embaixada da Colômbia para nós sabermos... Ou com o Itamaraty para nós sabermos qual é a programação do Presidente Uribe. Se for possível, evidentemente, encaixar ainda um contato hoje com o próprio Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade e esse [ininteligível] do Senador Simon [ininteligível], pela política da integração com a América Latina, com a América Central. Eu estou aqui preocupado, eu não sei ainda qual é a posição do Senador Simon com relação à visita que V. Exa. vai fazer ao Haiti. E eu achava de fundamental importância que o Senador Simon participasse dessa delegação. Essa viagem é uma viagem da maior importância, Senador Simon.

Qual é a data da viagem para ver a agenda do Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Quinta-feira, dia 13.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quinta-feira, dia 13. A Comissão vai no dia 13 e volta--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): No dia 15.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dia 15.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Aonde?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ao Haiti. Acho que V. Exa...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. ficou fã do Haiti.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Bacana a viagem que V. Exa. fez lá.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não. Eu estive lá o ano passado e, possivelmente, vou este ano. Eu acho fundamental até para se ver *in loco* a maneira como as nossas tropas estão...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu vou ser muito sincero, muito sincero.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sou fã de V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito obrigado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Porque acho que as viagens que V. Exa. Fez, eu dou nota mil. É o tipo da coisa... em primeiro lugar, umas viagenszinhas muito sem graça, em nível pessoal. Mas V. Exa. foi à América Latina, à América Central e na África fazer viagens, assim, que mostram... Eu acho que foi uma das coisas mais bonitas que o Senado fez, o sentido dessa integração. Eu imagino como deve ter sido bem recebida a nossa presença nesses países. Com toda sinceridade, não fui porque não pude, mas disse a V. Exa. que apoiava e tinha inveja de não poder ir. Mas acho que essa de V. Exa., e essa no Haiti, secundando o que V. Exa. Fez, eu acho sensacional. Meus cumprimentos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Daí por que eu sugeriria à V. Exa., sinceramente, que integre essa delegação. É uma viagem rápida.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu tenho 80 anos. Se eu for, o Lula já vai desconfiar o que é que vai acontecer. Eu acho que onde eu estou, o Lula está do outro lado, ele vai dizer que vou fazer alguma coisa. Eu proporia o Sarney no meu lugar. O presidente Sarney seria muito positivo. O Presidente Sarney ou o Lula ou o Collor porque esses... O Lula não, o Sarney, o Renan ou o Collor que aí vai representando o Governo junto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eu gostaria, sinceramente, que V. Exa. fosse a essa viagem e eu me comprometeria ir com V. Exa. para que visse realmente o trabalho que os brasileiros fazem naquele país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon, eu recebo aqui a informação de que... A agenda do Presidente Uribe está aqui. Ele chega agora... Senador Simon, a agenda do Presidente Uribe da Colômbia. Ele chega agora, às 13h30, à base aérea; às 15 horas, ele tem um encontro com o Presidente Lula; e, às 17, ele já parte.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pode ser no aeroporto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Pode ser na chegada ou na saída. Tem que trocar os vôos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Na chegada, não pode, que nós não vamos falar diplomaticamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Tem que falar com o Presidente antes. Está bem, então, esses dois e o secretário. Mas o nosso assessor do Itamaraty podia verificar então se é possível algum encontro ainda, logo após a saída do presidente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Agora, Presidente, sobre esse ângulo, seria interessante que V. Exa. conversasse pelo telefone com o embaixador, hoje, para ver, mais ou menos, qual é o tom da conversa do Presidente nosso com ele, para nós não irmos para outro caminho... Quer dizer, ou antes ou depois, terminada a reunião, para o embaixador falar com V. Exa., para V. Exa. saber o que é que eles decidiram, para nós não irmos lá no escuro, ir por uma linha completamente diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Eu quero só insistir que as informações dos Estados Unidos são nesse sentido, que não se trata de seis novas bases, trata de bases já existentes, bases colombianas. Então, vamos ouvir também o lado da Colômbia.

Nós vamos, então, dar seguimento à pauta, com o item 05, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 394, que “aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Brasil e a República do Cazaquistão, celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007. Senador Flexa Ribeiro, a quem passo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores. Trata-se de acordo bilateral, versado em onze artigos, visando a promover o comércio bilateral, assegurando as Partes Contratantes o tratamento de nação mais favorecido e do princípio da não discriminação.

Em larga medida, o Acordo formaliza a situação favorável, de fato, favorável ao Cazaquistão, garantindo ao Brasil a contraparte. A concessão de tratamento de nação mais favorecida para importações provenientes do Cazaquistão já ocorre, uma vez que o Brasil não discrimina países específicos na aplicação da tarifa externa comum. Com o Acordo, o Cazaquistão estenderá esse benefício às importações brasileiras, o que, até o momento, não é obrigatório, porquanto não faz parte da Organização Mundial do Comércio OMC.

Na Câmara, o acordo recebeu pareceres pela aprovação, sem ressalvas. Aprovado no plenário daquela Casa, em maio de 2009, foi imediatamente encaminhado ao Senado.

Análise, Sr. Presidente. O mérito do Acordo é inequívoco para promoção das relações bilaterais, ainda rarefeitas, bem como para a concretização do mandamento constitucional que trata da promoção da cooperação internacional e do desenvolvimento.

O Acordo visa unicamente a promoção das relações comerciais bilaterais, tendo-se em conta a especial condição do Cazaquistão como país em desenvolvimento.

Voto. Por todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2009, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007. Este é o voto, Sr. Presidente.

Só com uma observação e parabenizando V. Exa. que nós temos, diferentemente do que já ocorreu em alguns outros acordos, aprovado o acordo até com certa celeridade. Esse, de 2007, nós estamos aprovando, em 2009, já quase dois anos depois. Mas aprovamos aqui acordos com dez, doze anos que foram firmados e que o Senado Federal só se manifestou após muito tempo. Acho que devemos ainda diminuir esse tempo aqui, que, praticamente, é de quase dois anos. Mas, de qualquer maneira, é bem menor do que dos anteriores. O voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Senador Flexa Ribeiro, solicito que, como relator *ad hoc*, V. Exa. faça o relatório do item 06, que é o Decreto Legislativo nº 398, de 2009, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação e Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007”. O relator é o Senador Arthur Virgílio, o nosso líder, que, não estando presente, eu peço ao Senador Flexa Ribeiro que seja o relator *ad hoc*.

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com muita honra que como relator *ad hoc*...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Líder meu e do Senador Flexa Ribeiro. O Senador Arthur Virgílio é líder meu e do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E é líder também do Senador Pedro Simon, eu não tenho dúvida disso, que o Pedro Simon se junta a nós na defesa do Senado Federal, como sempre tem feito. E como eu disse, para mim é uma satisfação, como relator *ad hoc*, transmitir e fazer a leitura do parecer no nobre Senador Arthur Virgílio.

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009 que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República

do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, do inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 14 de maio de 2009, tendo, naquela Casa, passado pelo crivo das Comissões de Constituição, Justiça e de Cidadania e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 31, de 2008, do Poder Executivo que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional e a Exposição de Motivos nº 00414 do Ministério das Relações Exteriores de 21 de dezembro de 2007, do Senhor Ministro do Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte: “o referido documento insere-se na prioridade que o Brasil tem conferido à cooperação e integração da América do Sul, contribuindo para o desenvolvimento e segurança regionais. Diz respeito, também, aos compromissos de fortalecimento da confiança e transparência mútuas assumidas no âmbito das Américas”.

A Exposição de Motivos ressalta, ainda, que o acordo “atribui ênfase à pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços ao compartilhamento de conhecimentos e experiências: à promoção de ações conjuntas de treinamento e instrução militar e à colaboração em assuntos relativos em equipamentos e sistemas, bem como a outras áreas de interesse comum”.

O Tratado compreende nove artigos, estabelecendo regras gerais para cooperação, que vão do compartilhamento de conhecimento nas áreas de Ciência e Tecnologia ao intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares passando ainda por visitas a aeronaves e navios militares, eventos culturais e desportivos, facilitação de iniciativas comerciais relacionadas a materiais e serviços vinculados à área de defesa, implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa “com a possibilidade de participação de entidades militares e civis de interesses estratégicos para as Partes”.

O acordo trata, ademais, de questões relacionadas a responsabilidades financeiras, responsabilidades civis, solução de controvérsias e segurança da informação classificada. Sobre esse último ponto, o art. 5º do Acordo dispõe que “a proteção a assuntos sigilosos, que vierem a ser trocados ou gerados no âmbito deste Acordo, será regulada entre as Partes,

por intermédio de um acordo para a proteção da informação classificada”.

Análise, Sr. Presidente. O ato internacional em apreço mostra-se de relevância ao promover a cooperação entre o Brasil e Equador na área de Defesa. A iniciativa dos dois países em cooperar certamente beneficiará as populações e os interesses nacionais de ambos.

Inegável, portanto, que o presente Acordo é um instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil, e que promoverá diretamente o projeto nacional de defesa.

Voto, Sr. Presidente. Por todo exposto e por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009. Este é o parecer do nobre Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Em discussão. Eu indago só ao Senador Flexa, que é *ad hoc*: esse é um acordo de defesa que é semelhante ao acordo dos Estados Unidos e Colômbia?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não me parece semelhante porque, aqui, não trata de instalação de base, trata-se de um intercâmbio de cooperação, como bem diz aqui, no seu parecer, o relator--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Na linha de troca de informações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De troca de informações, visita, passando ainda por visitas, aeronaves e navios militares e facilitação de iniciativas comerciais relacionadas a materiais e serviços vinculados à área de Defesa, implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de Defesa com a possibilidade de participação de entidades militares e civis de interesse estratégico para as partes. Quer dizer, em nenhum momento [falha no áudio] brasileira no Equador ou [falha no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Eu quero trazer aqui, ainda, ao conhecimento dos senhores membros da Comissão, que eu recebi, ontem, a visita do candidato à Presidente da República Uruguai, José Mujica, ex-Senador Mujica, que é o candidato do governo. Lá no Uruguai, não tem reeleição, então o Presidente Tabaré estará terminando o seu mandato. As eleições são no próximo mês de outubro. O Senador Simon, que é vizinho ali da região... o Sena-

dor Mujica que esteve comigo ontem como candidato do Uruguai a Presidente da República, candidato do grupo de governo, esteve ontem, esteve ontem aqui. E ele me colocou que são, na verdade, três candidatos principais, ele pela frente do Presidente Tabaré, o candidato do Partido Colorado que é filho do ex-presidente Bordaberry e também o ex-presidente Lacalle por outro partido, o Partido Nacional. São três candidatos que vão disputar a eleição no próximo período.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É candidato a Presidente, novamente, o Lacalle é candidato a presidente, e o Pedro Bordaberry é filho do antigo Presidente Bordaberry.

Estamos aqui ainda, antes de passar aos demais itens, temos aqui ainda... Vamos passar primeiro aos últimos dois, o PLS e o PDS. Eu solicito ao Senador Mozarildo que seja relator *ad hoc*. O primeiro deles é o item 2 que é o PLS 463. Projeto de Lei do Senado que altera a Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997 para ampliar o rol de produtos e estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, nela especificados às Casas Militares ou aos Gabinetes Militares da União, dos Estados e do Distrito Federal. Autoria do Senador Sérgio Zambiasi. O relator é o Senador João Tenório. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 4 e 25 de junho do corrente e será encaminhada ainda à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. O relator é o Senador João Tenório, portanto, eu solicito ao Senador Mozarildo, na ausência do Senador João Tenório, que seja o relator *ad hoc*.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, como a matéria está distribuída a todos os Senadores, eu vou ler somente a análise e o voto.

Compete a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o exame tanto do mérito quanto da constitucionalidade e da técnica legislativa do projeto.

Quanto à forma e adequação constitucional, o projeto não apresenta vício. Com efeito, ele, de um lado, insere a isenção que se quer na lei de regência; de outro, não exorbita das atribuições legislativas no tocante à ampliação do rol dos produtos isentos de IPI.

Ressalte-se, ainda, que a iniciativa é, a vários títulos, meritória. Os benefícios da medida só serão sentidos pelos órgãos diretamente responsáveis pela segurança institucional dos Chefes dos Poderes Executivos, o que há de compensar a risível falta de arrecadação. Destaca-se, por igual, que a proposta, tendo

em conta seu escopo limitado, não há de afrontar a saúde financeira dos municípios.

A proposição está vinculada ao tema da violência no país. O assunto é objeto de preocupação de todos. Parece correto sustentar que inexistente no país cidadão que não se preocupe com a crescente onda de insegurança. O problema, veiculado diariamente pela mídia, alcançou níveis sem precedentes. Pesquisas demonstram o aumento da violência, sobretudo nas áreas urbanas e regiões metropolitanas. Inúmeros fatores contribuem para esse quadro. Nesse sentido, os efeitos desestabilizadores da modernização, a globalização e o aumento da desigualdade servem, de algum modo, para explicar a estratégia engendrada para maximizar interesses individuais, de que é exemplo o crime organizado.

Visando responder a essas circunstâncias, o Estado tem procurado armar, de modo destacado, por meio do aumento do contingente de seus agentes de segurança. Entretanto, inobstante os investimentos em segurança tanto pública quanto privada, não se tem observado redução significativa da violência da sociedade brasileira. E mais, o problema passa a ameaçar os órgãos da cúpula da administração pública. Nessa linha, verificamos a ocorrência com maior intensidade de assaltos e ataques à instituições que têm o dever de coibir a violência no seio da sociedade. Passou a ser usual, por exemplo, ataques a quartéis e delegacias. O crime organizado parece não mais encontrar limites.

Nesse sentido, o projeto de lei em apreciação, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, busca facilitar pela via da isenção tributária o aparelhamento dos órgãos responsáveis pela segurança institucional dos respectivos Poderes Executivos da República. A isenção contemplada há de facilitar, de maneira tópica, a aquisição de equipamentos destinados à segurança daqueles que, em derradeira instância, têm a missão de elaborar, em suas respectivas unidades, o plano de segurança pública. Eventual vulnerabilidade desses órgãos representaria, de alguma maneira, a falência no sistema nacional de segurança e a vitória da criminalidade organizada em detrimento do restante da sociedade brasileira.

Assim, o voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão o parecer. Não há quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos, ainda agora, ao item 4 da pauta, que eu também solicito ao Senador Mozarildo para relator *ad hoc*, que trata desse Projeto de Decreto Legislativo

nº 392, de 2009, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre a Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007. A relatora é a Senadora Rosalba Ciarlini, que não estando presente, solicito, portanto, o Senador Mozarildo Cavalcanti como relator *ad hoc*. Eu acho que vem na mesma linha de simplificar essa questão de vistos e facilitando eventuais transferências ou visitas, não só de turismo, mas também oficiais.

Com a palavra o Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, da mesma forma, eu quero dispensar a leitura do relatório e ler apenas a análise e o voto.

O mérito do Acordo é inequívoco, sobretudo porque não descuida de observar a necessidade de se respeitar a legislação constitucional e infraconstitucional de ambos em relação ao tema da entrada, permanência e saída de estrangeiros em seus territórios. Da maior relevância é a previsão da possibilidade de se revogar total ou parcialmente a vigência do Acordo por razões de segurança, ordem ou saúdes públicas. O Acordo, sem deixar de ser importante marco para o avanço das relações bilaterais, facilita a circulação de pessoas para distintos fins como turismo e a educação, ensejadores de maior estreitamento no futuro das relações bilaterais. Assim o voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2009. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos, agora, ao item 11 da pauta. Já nos requerimentos. O item 1 é um PLS, mas é o Senador Suplicy que é o relator, mas exige *quórum* qualificado, e, portanto, nós vamos ter que adiar para outra reunião, que ele “Dispõe sobre a Obrigatoriedade da União de Trasladar Corpo de Brasileiro de Família Hipossuficiente falecido no exterior. É um assunto importante, mas ficará, como é caráter terminativo, tem que ficar para uma próxima reunião.

Portanto, o item 11 é um requerimento também do senador, o relator também é o Senador Suplicy. Eu solicito ao Senador Pedro Simon...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Simon... É um Requerimento nº 1.311, de 2007, do Senador Mário Couto e outros, que já está aqui há mais também, nesta Comis-

são. O parecer é pelo arquivamento. O requerimento pede um “voto de repúdio ao Presidente da Venezuela Hugo Chávez, pela forma antidemocrática com que ele impôs a reforma constitucional em seu país, tendente a consolidar o seu regime autoritário e personalista de governo”. De autoria do Senador Mário Couto. O Senador Suplicy, que é o relator, não compareceu pelo arquivamento do requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria à V. Exa. que retirasse de pauta, visto que o autor do requerimento, ou os autores não se encontram e o próprio relator, porque, já que é pela rejeição, terá que haver um--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na verdade, é pelo arquivamento, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ou seja, é pela rejeição e terá que haver um arquivamento--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É uma forma diplomática de rejeitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É regimental, o Senador Flexa pede...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não estou pedindo vista, não. Eu estou pedindo que seja retirado de pauta, para que os autores possam defender junto ao relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Perfeito. Está de acordo. Então, atendido. Está retirado de pauta.

Passamos, então, ao item 12, também um Requerimento de nº 656, que “requer, nos termos regimentais, voto de solidariedade e aplauso ao ilustre escritor peruano Mario Vargas Llosa, pela defesa intransigente da democracia e repúdio a toda e qualquer manifestação de regime totalitário na América do Sul, promovidos em Caracas, no âmbito do Fórum Encontro Internacional Democracia e Liberdade”, de autoria do Senador João Tenório. Relatoria do Senador Arthur Virgílio, o parecer é favorável. Solicito ao Senador Flexa Ribeiro, então, já que foi o relator do assunto do Senador Arthur Virgílio, que também seja nesse item 12.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Sr. Senador Eduardo Azeredo e Srs. Senadores. Esse pode ser lido como o parecer do Senador Arthur

Virgílio, como indicação minha, como relator *ad hoc*, até porque o parecer é favorável. Então, não há discordância entre o autor e o relator.

Então, o parecer, no relatório, diz que vem ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o requerimento em epígrafe, de autoria do Senador João Tenório, que, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita a consignação dos anais desta Casa de voto de solidariedade e aplausos a Mario Vargas Llosa, em alusão a episódio por ele protagonizado em Caracas, no final de maio do corrente ano.

Na ocasião, como esclarece a justificação do requerimento, o intelectual peruano, após ser detido no aeroporto da capital venezuelana, aceitou participar de um debate com o Presidente Hugo Chávez. O debate a ser veiculado pela TV estatal daquele País, oportunidade na qual Vargas Llosa defensoria publicamente suas convicções democráticas, afinal, não aconteceu.

O voto de solidariedade e aplauso diz respeito ao voluntarismo e arrojo das posições defendidas pelo intelectual peruano, ao tempo em que promove uma homenagem à carreira e à obra internacionalmente conhecida do escritor.

Análise, Sr. Presidente. De fato, Mario Vargas Llosa, dramaturgo, ensaísta, ficcionista, jornalista e crítico literário, é um dos grandes intelectuais da América do Sul. Sua vasta obra é traduzida em várias línguas, é conhecida e apreciada mundo afora. Sua atuação e posições políticas, em particular em favor das liberdades individuais da democracia, são igualmente reconhecidas. Por sua atuação, Vargas Llosa vem recebendo, ao longo da carreira, vários prêmios e condecorações em alusão a sua obra e a sua militância democrática.

O episódio destacado pelo requerimento em exame reafirma a coerência e a vocação democrática do escritor peruano. Mesmo que o debate a que foi convocado não tenha sido realizado, o seu destemor, ao aceitar defender publicamente suas posições, ficou registrado para todos quantos militam a favor das liberdades democráticas.

Nesse sentido, pela pertinência da homenagem, pela alta carga simbólica de que se reveste, consideramos oportunos os votos de solidariedade e louvor requeridos.

Voto. Pelo exposto, atendidos os pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos pronunciamos pela aprovação do Requerimento nº 656, de 2009.

Eu subscrevo integralmente o parecer do Senador Arthur Virgílio. O fato do escritor Mario Vargas Llosa propor à Venezuela discutir a questão da existência,

Senador Mozarildo, de um processo democrático naquele país é, de fato, louvável. Lamentavelmente, como diz aqui, não houve a audiência, não houve a participação que o debate seria veiculado por uma TV estatal. Cada vez mais restrita naquele país, lamentavelmente, a liberdade da imprensa.

Então, nada mais oportuno de que aproveamos o parecer do Senador Arthur Virgílio ao requerimento do Senador João Tenório de votos de solidariedade e de aplausos. Solidariedade por não ter sido possível o debate e a audiência pública lá, e de aplauso pelo escritor Mario Vargas Llosa mostrar a sua independência, a sua posição em defesa da democracia, não só na América do Sul, mas em todo mundo. É pela aprovação o parecer, Presidente, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Então, aprovado.

Passamos, agora, ao último item da pauta, ainda previsto, que é o item 13, que trata de um Requerimento nº 48, da Senadora Marina Silva, que “solicita a realização de audiência pública dessa Comissão, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de debater o PLS nº 69, de 2004 -Complementar, que “dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal, nas terras indígenas, nos termos do art. 231, § 6º, da Constituição Federal. Solicita que sejam convidadas as seguintes autoridades: representante da Comissão Nacional de Política Indigenista, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Procuradora-Chefe da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, representante do Ministério da Defesa e representante da Organização Internacional do Trabalho”. Portanto, estão propostos, e está subscrito por mim também esse requerimento. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Coloco em votação. As Sras. Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Tem, ainda, aqui, extra-pauta. Nós temos o Requerimento nº 639, também de 2007, portanto já é um requerimento muito antigo, do Senador Flexa Ribeiro e com a minha relatoria, em relação, ainda, à Venezuela. Trata-se de um voto de censura e repúdio a decisão do governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada RCTV. O meu parecer é favorável. Entretanto, eu quero reformular o parecer aqui nesse momento, pelo fato de que nós já fizemos uma aprovação referente ao mesmo tema e foi um apelo para que não fosse fechada esta emissora. Foi aprovado o

apelo, foi aprovado pelo plenário e o assunto também já está, de alguma forma, superado de maneira negativa, quer dizer, a emissora foi realmente fechada. Então, o objetivo do Senador Flexa Ribeiro é o objetivo que o meu relatório foi favorável, mas, no momento, eu quero reformular aqui verbalmente o relatório e propondo o arquivamento--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --propondo o arquivamento deste voto, tendo em vista o tempo já passado.

Com a palavra, para discutir, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda razão, quando diz que o fato já foi acontecido há bastante tempo e que já estaria ultrapassado. Mas eu quero pedir a V. Exa., como relator da matéria--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só um instantinho. Senador Pedro Simon. Só um instantinho, Senador Flexa, antes de a gente... A questão ainda da Colômbia. Eu vou entrar em contato com V. Exa. Já foi feito o contato com o embaixador da Colômbia e, de início, está sendo encaminhado, e nós teríamos um encontro, eu falo com V. Exa. mais tarde, para a gente poder ter um encontro com o Presidente Uribe, antes dele embarcar na base aérea. Mas eu entro em contato com V. Exa. ainda na parte da tarde.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Tudo bem. Perfeito. Está ótimo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Pedro Simon, gostaria que V. Exa. pudesse ouvir...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu entendo. Todos nós temos 501 coisas. Mas eu acho que deveria ser também às segundas, não só às sextas.

Mas eu dizia ao Senador Eduardo Azeredo que, como relator do meu requerimento, realmente, o fato que levou à apresentação do requerimento, ele já está ultrapassado, porque ele foi há dois anos ou um ano e meio atrás. Acontece, Senador Simon, Senador Flávio, que, lamentavelmente, essas atitudes do governo do Presidente Hugo Chávez estão sendo continuadas.

Eu quero reformular, e aí peço ao relator que possa considerar essa reformulação para que também sejam considerados não só aquele fato da não renovação da licença na RCTV, como também os jor-

nais têm informado, e comprovando o nosso receio, o Presidente Chávez através do líder do Partido Pró-Chávez que criaram agora o UPV, orquestra inovações à última emissora de televisão que não foi cooptada ou fechada, deixando clara a sua intenção de privar o cidadão venezuelano de obter informações imparciais, não só isso, mas privando o povo de um dos princípios básicos da democracia, ou seja, liberdade de imprensa. Ainda antes dessa invasão que houve a esse canal de televisão, alguns dias antes, o governo da Venezuela encerrou 35, me parece, emissoras e empresas de comunicação na Venezuela, alegando haver incorreções em alguns documentos. O fato é que houve o fechamento.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exato. É verdade. V. Exa. tem toda razão.

Então, eu solicito ao Senador Azeredo que incorpore ao requerimento original esses fatos recentes que continuam a acontecer, lamentavelmente, naquele país irmão, o que leva a, realmente, não haver liberdade de imprensa lá, e que, sendo assim, ele mantenha o parecer pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Seria um novo requerimento?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, é um aditivo a esse que eu estou propondo, porque V. Exa. ao propor o arquivamento diz que já houve--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está superado pelo tempo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Está superado. Eu estou colocando novos fatos que a imprensa está colocando. Então, V. Exa. quer considerar um novo requerimento, eu o faço já, então apresento e peço que seja extra-pauta.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. não arquiva, dá vista para ele, e ele apresenta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu sou o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É que ele é o autor, eu que sou o relator, é que invertemos aqui. Na verdade, faltou... Eu tenho que passar a presidência para o Senador Flexa para eu poder ser o relator. Então, eu que sou o relator, ele é o autor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E é importante, Senador--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas a proposta que ele está fazendo é o seguinte: em vez de arquivar, dá vista para ele.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não é vista, não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não é vista. Eu sei. Na próxima sessão...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. A minha proposta, eu quero substituir este requerimento por um novo, até porque existe...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim, mas por um novo e na próxima sessão aprovamos um novo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, ele está com o relator, ele pode dar o parecer imediato.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Acho que não, sinceramente acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa, vamos fazer o seguinte: vamos terminar esse requerimento, que é de 2007, que estava exatamente, digamos, na gaveta aqui, nós fazemos uma atualização--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só quero aditar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --e arquiva esse e fazemos um novo requerimento para votar na próxima semana.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V. Exa. me permitir, Presidente, se V. Exa. me permitir, eu quero aditar mais uma informações aos Srs. Senadores, que estão no requerimento que eu estou reapresentando. Confirmando a postura de ditador, foi encaminhada à Assembléia Nacional, pela Procuradora-Geral da Venezuela, Sra. Luisa Ortega Díaz, projeto de lei que prevê a prisão de jornalistas e outros profissionais da imprensa que cometerem os chamados crimes midiáticos, querendo claramente manipular a opinião pública ao comparar qualquer notícia jornalística de cunho oposicionista a crime. Esses fatos que já estão sendo repetitivos lá na Venezuela. Precisa que tenha por parte da Comissão uma posição de aprovação ou não do requerimento. Então, eu apresento e peço que seja colocado extra pauta. Não há necessidade de haver parecer formulado, apenas será colocado em discussão, aprovado ou não o requerimento. É um requerimento, não é um projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

Senador, V. Exa. está como presidente momentaneamente. Então, ainda como relator, eu quero, então, concluir essa questão do requerimento anterior 639, com o relatório que será formulado. Estou fazendo aqui, verbalmente, pelo arquivamento, em virtude da superação temporal do assunto.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então eu coloco...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mantém o arquivamento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Estou mantendo o arquivamento do anterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O arquivamento anterior.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, o próximo--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, está arquivado. Não há *quórum* qualificado.

É votação simbólica, Presidente. V. Exa. tem aprovado dezenas, centenas de projetos com votação simbólica no plenário e aqui na Comissão, então não é o caso. Se V. Exa. não quiser aprovar--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Deixa-me só explicar. Senador Flexa, só um momento. É porque, nesse momento, Senador, como eu sou o relator, eu tive que, então, passar a presidência para o Senador Flexa. Então, nesse caso específico do requerimento do Senador Flexa, de 2007--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está arquivado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --eu estou propondo o arquivamento. Agora, depois, ele vai me devolver a presidência, e aí eu vou decidir sobre o requerimento que ele está apresentando agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso.

Então, devolvo a presidência ao--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, antes, tem que votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, coloco em votação o arquivamento do requerimento, que foi aqui exposto. Requerimento nº 639, de 2007. Os Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Então, arquivado, aprovado o arquivamento

Eu devolvo a presidência ao nosso chanceler, Senador Eduardo Azeredo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É um brincalhão, não sou chanceler.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É chanceler da diplomacia parlamentar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É o nosso candidato à chancelaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está certo. Muito obrigado.

Srs. Senadores, Senador Flexa, eu quero dizer que, pelo caráter, de alguma forma, polêmico do requerimento, nós não temos aqui o número suficiente, e me perdoe, V. Exa. é meu companheiro de partido, mas eu vou transferir para a próxima reunião a votação desse requerimento, para que seja dado conhecimento a todos os membros, tendo em vista que se trata de um voto de censura e repúdio a outro governo, a um dirigente, de maneira que eu terei que fazê-lo na minha função de Presidente da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h44.

ATA DA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO, DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, PLENÁRIO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia onze de agosto de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senhor Senador Lobão Filho, com a presença dos Senadores **Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Tião Viana, Francisco Dornelles, Efraim Moraes, Eduardo Azeredo (Presidente da CRE), Flávio Torres, Flávio Arns, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Romeu Tuma, Jayme Campos, Osmar Dias, César Borges, Neuto de Conto e Adelmir Santana.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta: **Audiência Pública Conjunta** para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 69 de 2004 – Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que “*Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal*

nas terras indígenas, nos termos do artigo 213, § 6º, da Constituição Federal.” Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 55, de 2009-CCJ, de iniciativa da Senadora Marina Silva, aprovado em 08/07/09 e Requerimento nº 48, de 2009-CRE, de iniciativa da Senadora Marina Silva e do Senador Eduardo Azeredo aprovado em 06/09/09. Convidados: **Cel. Marinho Pereira Rezende Filho**, Gerente da Divisão de Políticas Setoriais do Departamento de Política e Estratégia da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais, Representante do Ministro de Estado da Defesa; Sr. **Márcio Meira**, Presidente da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI do Ministério da Justiça e Sra. **Rosana Mattos**, Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB. Justificaram a ausência: Sra. **Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira**, Procuradora-Chefe da 6ª Câmara do Ministério Público Federal e o Sr. **Christian Ramos Veloz**, Representante da Organização Internacional do Trabalho, Especialista Principal em Normas Internacionais do Trabalho. O Presidente concede a palavra aos expositores. Fazem uso da palavra os Senadores **João Pedro, Augusto Botelho e Neuto de Conto.** O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e trinta e nove minutos; e, para constar, nós, Gildete Leite de Melo e José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretários das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, respectivamente, lavramos a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; – Senador **LOBÃO FILHO**, Presidente em Exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ATA DA 29ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia treze de agosto do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, João Pedro, Tião Viana, Francisco Dornelles, Efraim Moraes, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Flávio Torres,**

Flávio Arns, Augusto Botelho, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Rosalba Ciarlini e Romeu Tuma. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da pauta e faz a sua inversão. **Item 08:** Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, adotado em Assunção, em 20 de junho de 2005*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Efraim Moraes**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado. **Item 02:** Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2009, de autoria do Senador Gilvam Borges, que “*Altera o art. 3º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, e acrescenta § 4º ao art. 3º da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, para definir que o Serviço Militar ou o Serviço Alternativo de Médicos, Farmacêuticos ou Dentistas diplomados por Instituição de Ensino Superior regular seja realizado na Amazônia Legal, preferencialmente nos municípios com menos de duzentos mil habitantes, e dá outras providências*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Flávio Arns** para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado parecer pela rejeição. **Item 05:** Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2009, de autoria da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que “*aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Peru, celebrado em Montevideu, em 30 de novembro de 2005*”. O Presidente designa relator “ad hoc” o Senador **Flávio Torres**, a quem concede a palavra para fazer a leitura do relatório. Aprovado. **Item 06:** Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 16 de maio de 1991, celebrado em Valência, em 14 de maio de 2002*”. O Presidente concede a palavra ao relator “ad hoc” Senador **Flávio Arns** para fazer a leitura do relatório. Aprovado. **Extra Pauta Item 1:** Requerimento nº 54, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita Júnior e Flávio Arns que “*requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, em*

20 de agosto de 2009, Voto de Louvor para a Escola Superior de Guerra (ESG) referente ao 60º aniversário. Requer, ademais, que este Voto de Louvor seja encaminhado ao Ministério da Defesa”. Aprovado. Demais itens da pauta: **Item 1:** Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “*dispõe sobre a obrigatoriedade da união de trasladar corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior*”. Adiado. **Item 3:** Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, de autoria do Senador Gim Argello, que “*altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir o porte de arma pelos agentes e inspetores de segurança do Poder Judiciário e pelos agentes de trânsito dos Estados e do Distrito Federal*”. Adiado. **Item 04:** Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto da Convenção nº 185 (revisada) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e anexos, adotada durante a 91ª Conferência Internacional do Trabalho daquela Organização, realizada em 2003, em Genebra, a qual trata do novo Documento de Identidade do Trabalhador Marítimo, com vistas na sua ratificação e entrada em vigor no Brasil*”. Adiado. **Item 7:** Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006*”. Adiado. **Item 09:** Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007*”. Adiado. **Item 10:** Projeto de Decreto Legislativo nº 495, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação no Campo da Agropecuária, assinado em Brasília, em 4 de dezembro de 2007*”. Adiado. **Item 11:** Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo Estrutura de Cooperação em Sociedade da Informação entre os Governos da República*

Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006". Adiado. **Item 12:** Requerimento (SF) nº 1.311, de 2007, de autoria do Senador Mario Couto e outros que *"Requer, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Repúdio ao presidente da Venezuela, Hugo Chavez, pela forma antidemocrática com que impôs a reforma constitucional em seu País, tendente a consolidar seu regime autoritário e personalista de governo"*. Adiado. **Item 13:** Requerimento nº 53, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que *"Requer, nos termos do art. 223, do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura à escalada do autoritarismo do Governo da Venezuela"*. Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. – Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, Presidente em exercício.

REGISTRO DA ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 44 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Quero registrar, aqui, antes do início dos nossos trabalhos, a viagem oficial que farão diversos colegas nossos, entre eles o colega Flávio Torres, ao Haiti, no final da tarde de hoje. É uma missão importante, eu já estive no Haiti no ano passado, como já disse, por diversas ocasiões. Acho de fundamental importância que outros parlamentares visitem aquele país, observem o que está acontecendo, porque temos pessoal brasileiro atuando naquele País, numa missão da ONU, e é importante que o Parlamento Brasileiro, vez por outra, tenha a oportunidade de acompanhar o trabalho desse nosso pessoal, militares, e, dentre os militares, profissionais da área médica e de outras áreas, acompanhar de perto o que está acontecendo naquele país. Portanto, em nome dessa Comissão,

eu desejo todo o sucesso à missão e ficamos aqui, no aguardo do relato daquilo que os Srs. Senadores encontrarão por lá.

Temos presente aqui o Senador Flávio Arns, que é o Relator do Item 2, uma matéria não terminativa, é o Projeto de Lei do Senado nº 192, que altera o art. 3º, da Lei 5.292, de 08 de junho de 1967.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Senador Efraim Moraes – e eu concordo – está pedindo uma colocação, pela ordem.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Se por possível. V. Exa. tem os seus compromissos, mas, se houvesse a possibilidade de invertemos o PDS 486, se eu pudesse relatar, eu sou o Relator e--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Submeto ao Plenário a solicitação do Senador Efraim. Os Senadores, que concordam, permaneçam como estão. Está aprovado. Relate, Senador, por gentileza.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu agradeço, Sr. Presidente, inicialmente ao Senador Arns, pela inversão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Claro que eu fiz isso porque senti a concordância do Senador Flávio Arns.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu jamais faria sem a concordância dele, eu não aceitaria, por hipótese nenhuma, essa possibilidade, nem de discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É verdade.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas, como houve a antecipação, eu agradeço a V. Exa. também, e eu trato do--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Qual é o item?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): É o Item 8 da pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2009, que vem do PDC 495, de 2001, da Câmara dos Deputados. É de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL, que "Aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre compromisso com a promoção e proteção dos direitos humanos do MERCOSUL, adotado em Assunção, em 20 de junho de 2005".

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída à Representação Brasileira do Parlamento do MERCOSUL, que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo em análise, em 21 de fevereiro de 2008. A exposição passou, em seguida, pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Direitos Humanos e Minorias e de Cons-

tuição, Justiça e Cidadania. O ato internacional foi, finalmente, aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em 04 de junho de 2009.

A análise, Sr. Presidente, do Projeto. O ato internacional em análise constitui-se no dizer da exposição de motivos ministerial que acompanha a mensagem, a cláusula de direitos humanos do MERCOSUL. O protocolo foi o principal resultado da 1ª Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados, criado em dezembro de 2004, por iniciativa brasileira. O ato internacional, que vai vincular os Estados-partes do MERCOSUL, está lavrado em nove artigos e um extenso preâmbulo que, como veio a acontecer em tratados de tal natureza, expressam princípios fundamentais, mesmo comandos normativos, que serão cruciais na aplicação e interpretação futura do acordo.

As medidas, previstas no art. 1, que está citado de 1 a 5, eu poderia aqui dizer a V. Exa. que o art. 1º preconiza que a vigência das instituições democráticas e o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais são condições essenciais para a vigência e a evolução do processo de integração entre as partes.

Já no art. 3º, o âmbito de aplicação do protocolo será nos casos de violações graves e sistemáticas dos direitos humanos e liberdades fundamentais em uma das partes.

Eu diria a V. Exa. que as medidas previstas neste artigo, ou seja, no art. 4º, que são consultas, as consultas que resultarem ineficazes, serão adotadas por consenso pelas partes e informadas à parte afetada, a qual não participará de processo decisório, entrando em vigor na data dessa comunicação, tal como estabelecido no art. 5º, o art. 6º... Já o art. 2º determina que as partes cooperarão para a promoção e proteção dos direitos humanos.

Assim, Sr. Presidente, eu diria a V. Exa. e aos demais pares de que o Protocolo de Assunção fortalece o MERCOSUL político, no que diz respeito à proteção dos direitos humanos, abordagem que estava incompleta no arcabouço institucional do bloco. Ao condicionar a integração ao compromisso de proteção dos direitos humanos, de certa forma, complementa o Protocolo de Ushuaia, sobre compromisso democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile, de 1998. Os mecanismos de consulta, aqui previstos, são similares ao atualmente estabelecido no Protocolo de Ushuaia para casos de ruptura democrática.

Portanto, Sr. Presidente, em função do relatório e da análise que acabamos de fazer, por tudo que foi exposto e visto que estão observadas a adequação legislativa e regimental, o Voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2009. Esse é

o meu Voto, antes, porém, mais uma vez, agradecendo a esse extraordinário parlamentar Senador Flávio Arns e a V. Exa., pela preferência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Antes de colocar em discussão o relatório do Senador Efraim, trago algumas informações a propósito, inclusive, do tema, abordado pelo Senador Efraim no seu relatório.

O Senador Efraim, que faz parte do Parlamento do MERCOSUL, como eu, sabe – e, aqui, eu trago a notícia para os demais parlamentares – que cabe à Comissão de Direitos Humanos do Parlamento MERCOSUL, regimentalmente, prestar informações acerca da situação dos direitos humanos nos países que fazem parte do MERCOSUL, anualmente. No ano passado, esse material foi colhido através de Audiências Públicas, nos quatro países. Eu fui designado Relator da nossa Comissão de Direitos Humanos, da qual faço parte, eu estou com o relatório pronto, mas ele ainda é parcial, porque vou submetê-lo à Comissão de Direitos Humanos na próxima segunda-feira, e, se aprovado, será o relatório a ser apresentado ao Plenário do Parlamento MERCOSUL para conhecimento da comunidade internacional que faz parte desse organismo.

Acrescento que, já no mês de setembro, iniciaremos nova rodada de Audiências Públicas, Senador Arns, a começar pelo Brasil. E V. Exa., que é um estudioso do assunto, é o membro do Parlamento que mais se dedica à causa dos direitos humanos. Faço questão de já informar a V. Exa., aos demais companheiros e amigos parlamentares que, já no mês de setembro, em data a ser marcada, na próxima segunda-feira, iniciaremos uma nova rodada de Audiências Públicas, ouvindo entidades governamentais e não-governamentais ligadas à área dos direitos humanos, para, mais uma vez, colhermos informações que possam consubstanciar novo relatório, a ser representado ano que vem, no Parlamento do MERCOSUL. Portanto, esse era o informe que eu achei oportuno trazer à Casa, aproveitando a oportunidade do relatório do Senador Efraim Moraes.

Em discussão o relatório do ilustre parlamentar. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Os parlamentares, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora, enfim, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para que profira o relatório acerca do Projeto de Lei do Senado nº 192, Item 2 da nossa pauta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Sr. Presidente. Este Projeto de Lei nº 192, que altera o art. 3º, da Lei nº 5.292, de 08 de junho de 1967, e acrescenta § 4º, ao art. 3º, da Lei nº 8.239, de 04 de outubro de 1991. O objetivo do Projeto é o de definir que

o serviço militar ou o serviço alternativo de médicos, farmacêuticos ou dentistas diplomados, em instituição de ensino superior regular, seja realizado na Amazônia Legal, preferencialmente nos municípios com menos de 200 mil habitantes, e dá outras providências.

Esse Projeto de Lei não é Terminativo nesta Comissão, é Terminativo na sequência na Comissão de Assuntos Sociais e é de autoria do Senador Gilvam Borges.

Eu passo, Sr. Presidente, só a fazer a leitura da análise, que é sucinta. Diz o seguinte o texto: “Nesta Comissão, convém que seja feita a avaliação do Projeto, sob a ótica da defesa nacional. Demais aspectos de mérito serão tratados na Comissão de Assuntos Sociais – onde será, como eu já mencionei, Terminativo. No que concerne à matéria de competência desta Comissão, assinalamos ser extremamente louvável a iniciativa do Sr. Senador Gilvam Borges, afinal é importante a ocupação da Amazônia por brasileiros e a presenças de nossas Forças Armadas na região, com o objetivo tanto de proteger nosso território quanto, em especial no caso dos que se ocupam da saúde, contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas que vivem na Amazônia também. Nesse sentido, rendemos a nossa homenagem à proposição em apreço.

Em que pese seu valor para a defesa nacional e o progresso do País, o Projeto, salvo melhor juízo, padece de vício insanável de inconstitucionalidade. A proposta vai de encontro, a nosso ver, ao art. 61, § 1º, inciso II, letra ‘f’, da Constituição Federal, o qual atribui iniciativa privativa ao Presidente da República para Leis que disponham sobre militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

Ora, para que esses militares da área de saúde sejam alocados na região amazônica ou em qualquer outra do Brasil, é necessário que cargos sejam criados ou redistribuídos, e isso é competência do Poder Executivo. De fato, é o Executivo, em especial o Ministério da Defesa e os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que dispõem de informações e conhecimentos necessários para estabelecer onde e de que maneira devem ser alocados seus servidores, com destaque para o pessoal militar. Não vemos, portanto, como semelhante medida iniciada nesta Casa, ou seja, no Poder Legislativo, possa prosperar, sem violar o princípio da separação dos Poderes.

Ante o exposto – destacando: a despeito de fazermos nossas as preocupações do autor da proposta, a preocupação do autor em dar uma condição de vida melhor para a população, particularmente nos municípios com menos de 200 mil habitantes, utilizando-se,

para isto, da infraestrutura existente na área da saúde; concordamos com tudo isto, só não podemos, assim, face ao argumento legal, que é da competência do Executivo fazer isto, salvo melhor juízo também -, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2009”. Então, este é o Voto, Sr. Presidente.

Agora, eu gostaria de dizer que, particularmente, na Comissão de Assuntos Sociais, caso seja este o entendimento, também, daquela Comissão, que nós poderíamos, perfeitamente, fazer uma indicação ao Presidente da República, ao Ministro da Defesa, aos Comandos da Aeronáutica, da Marinha e do Exército, para que esta preocupação... Fazer um documento oficial da Comissão, não como Projeto de Lei, no caso, diante, aparentemente, da impossibilidade, para que medidas dessa natureza sejam, de fato, tomadas, e, imagino, talvez, até que venham sendo tomadas, porque há uma preocupação, naturalmente, dentro da estrutura das Forças Armadas, que seja feito esse atendimento da população. Mas, de qualquer forma, eu penso que um posicionamento oficial nosso é interessante e eu até vou sugerir, depois, na Comissão de Assuntos Sociais, que é a Comissão, como eu mencionei, que vai analisar o mérito propriamente dito, o assunto social, que é a saúde, assistência, previdência, trabalho, que isso possa ser feito. Então, nesse sentido, eu concordo com o Senador, é importante a preocupação, mas opinamos, pelas razões expostas, pela rejeição do Projeto de Lei nº 192, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão a matéria, relatada pelo Senador Flávio Arns.

É uma boa lembrança, Senador Flávio Arns, que o assunto não se esgote nessa Comissão, que possa migrar para a Comissão de Assuntos Sociais e, de alguma forma, que a gente, de lá, possa fazer um indicativo ao Poder Executivo, para que medidas semelhantes, ou que se coadunem com o espírito da iniciativa do Senador Gilvam, possam ser adotadas. Acho que seria de fundamental importância. Sem prejuízo de se registrar, Senador Arns, que isso, de alguma forma, já ocorre há muitos anos na Amazônia. Profissionais das Forças Armadas, Aeronáutica, Exército e Marinha, temos um barco da Marinha que, anualmente, na época das cheias, percorre os rios ali, inclusive do meu Estado, Juruá, fazendo atendimento médico aos ribeirinhos, às comunidades. Isso já ocorre de alguma forma, mas o ideal é que fosse em escala bem maior. Portanto, louvável a iniciativa de V. Exa. de procurar fazer com que a matéria migre para a Comissão de Assuntos Sociais, e, de lá, possamos fazer um indicativo ao Poder Executivo.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Os Senadores, que aprovam o relatório do Senador Arns, permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer pela rejeição. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais para prosseguimento da tramitação.

Solicito ao Senador Flávio a gentileza de relatar *ad-hoc* a matéria constante do Item 5, que é um Projeto de Decreto Legislativo de autoria da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, Senador, e relatada originalmente pelo seu colega, Senador Inácio Arruda. Concedo a palavra a V. Exa.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores. O Projeto trata da aprovação de um Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre os Governos da República da Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados-partes do MERCOSUL, e o Governo da República do Peru, celebrado em Montevideu, em 30 de novembro de 2005.

O Projeto foi aprovado na Câmara, nas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Constituição, Justiça e Cidadania.

O instrumento internacional em pauta representa Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, da associação latino-americana de integração entre o MERCOSUL e a República do Peru. O Acordo de Complementação Econômica nº 58, ao qual o presente protocolo se agrega, já foi incorporado ao ordenamento jurídico nacional, por meio do Decreto 5.651, de 29 de dezembro de 2005, e está em vigor entre o Brasil e o Peru desde o dia 1º de janeiro de 2006.

O atual protocolo, que ora se analisa, acresce-se-lhe um mecanismo de solução de controvérsias, peça de fundamental importância para o referido acordo, uma vez que todas as divergências que surjam, em relação à interpretação, aplicação ou descumprimento de suas disposições, deverão ser submetidas ao regime de solução de controvérsias, estabelecido no presente protocolo.

O procedimento, previsto no instrumento em apreço, está descrito em cinco capítulos. O Capítulo 1, abrangendo os arts. de 1 a 4, define as partes contratantes, que são o MERCOSUL e o Peru, sendo os países membros do MERCOSUL denominados partes signatárias, o âmbito de sua aplicação e preconizam que as controvérsias que surgirem, em relação ao disposto no acordo, nas matérias reguladas pela Organização Mundial de Comércio, poderão ser resolvidas em outro foro, à escolha da parte reclaman-

te. Além disso, determina que poderão ser partes, na controvérsia, ambas as partes contratantes; isto é, o MERCOSUL e a República do Peru, assim como um ou mais Estados-partes do MERCOSUL e o Peru, em sua qualidade de partes signatárias.

O Capítulo 2, formado pelos arts. 5 a 7, dispõe sobre as negociações diretas, concebidas como etapa preliminar na solução das controvérsias. Nesse sentido, determinam-se os prazos, as possibilidades de consultas mútuas e de intercâmbio de informações, bem como as autoridades responsáveis de cada parte para a condução das negociações.

O Capítulo 3, que vai dos arts. 8 a 11, prevê que, caso se esgote o prazo da negociação direta sem solução, as partes poderão solicitar a atuação de uma Comissão Administradora para discutir a questão. O capítulo disciplina a atuação da Comissão Administradora, destacando-se os prazos, sua competência para emitir as recomendações que julgar pertinentes e a possibilidade de convocar a equipe de assessoramento de especialistas.

O procedimento arbitral, realizado por um Tribunal Arbitral *ad-hoc*, está abrangido no Capítulo 4, dos arts. 12 ao 28. Ai se define que o Tribunal decidirá sobre as controvérsias, com base nas disposições do Acordo de Complementação Econômica nº 58, os seus protocolos adicionais, nos demais instrumentos assinados no âmbito do acordo, nos princípios e disposições do direito internacional e nos fundamentos gerais do direito pertinente. O Tribunal Arbitral é composto por três árbitros, atuando a título pessoal e não como representantes das partes ou de um Governo. São provenientes de listas de indicações prévias de cada país. O laudo arbitral, adotado pela maioria entre os árbitros, é inapelável e obrigatório para as partes, tendo valor de coisa julgada.

Por fim, o Capítulo 5, comportando os arts. 29 a 33, cuida das disposições gerais destinadas à interpretação e regulamentação do procedimento arbitral.

O sistema de solução de controvérsias em análise constitui-se em um instrumento hábil, dotado os requisitos necessários à consecução dos fins para os quais foi concebido, assemelhando-se aos demais procedimentos análogos, existentes no direito internacional, inclusive no Protocolo de Olivos de solução de controvérsias no MERCOSUL.

Como se depreende, trata-se de importante instrumento internacional, no conjunto de documentos destinados a incrementar a integração da América do Sul, fortalecendo e proporcionando maior institucionalidade ao relacionamento comercial do MERCOSUL com países irmãos, como é o caso da República do Peru. Este protocolo sobre solução de controvérsias

certamente contribuirá para a ampliação consertada do MERCOSUL em relação aos demais vizinhos do continente.

De acordo com a disposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha a Mensagem Presidencial, a importância histórica do presente acordo se avulta, quando inserida no contexto da Declaração de Cuzco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações, de 08 de dezembro de 2004, que reiterou a determinação dos Estados Sul-Americanos de desenvolver um espaço integrado, no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura, que fortaleça a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva subregional e em articulação com outras experiências de integração regional, para o fortalecimento da América Latina e do Caribe e lhes outorgue uma maior gravitação e representação nos fóruns internacionais.

Voto. Ante o exposto, tendo em vista o impacto positivo na consolidação da integração continental, o Voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2009. Este Voto é do Senador Inácio Arruda e eu o subscrevo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agradeço ao Senador Flávio Torres. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Solicito ao Senador Flávio Arns a gentileza de relatar *ad-hoc* a matéria constante do Item 6, que trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 476, que aprova o texto do Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, este relatório foi elaborado pelo Senador Flexa Ribeiro e agradeço a V. Exa. por ter sido indicado como Relator *ad-hoc*.

O Brasil e a Espanha já possuem um Convênio de Seguridade Social, celebrado em 16 de maio de 1991, portanto, dezoito anos atrás, e já em vigor. Esse Convênio de 1991 fixa os procedimentos básicos para a concessão de benefícios em cada um dos países e determina que as autoridades competentes de cada uma das partes deverão estabelecer, entre outros aspectos, o ajuste administrativo necessário para o cumprimento do acordo, bem como designar as respectivas instituições competentes dos órgãos de ligação, procedendo à divulgação das medidas adotadas quanto à legislação interna concernente ao cumprimento do acordo.

Agora, aprecia-se o ato internacional, denominado Convênio Complementar ao Convênio de 1991, assinado em 14 de maio de 2002, para estabelecer novas regras concernentes à aplicação dos mecanismos de previdência social entre as duas partes. O presente acordo foi celebrado por troca de notas e não introduz matéria nova e nem altera os dispositivos do Convênio original. Apenas se limita a incorporar dispositivos ao mesmo, tal qual uma Emenda, perfazendo, depois, um instrumento único.

Esse Convênio Complementar está configurado em três artigos que veicula as seguintes alterações: uma de conteúdo e outra formal, regras complementares para o Convênio de Seguridade Social, no que diz respeito ao cálculo de quantias devidas, em virtude de seguro voluntário, para beneficiar o segurado, e inclusão dos nomes das autoridades firmantes, omitidos na versão original do Convênio. A alteração de mérito está relacionada ao montante de pensão pró-rata, a ser pago ao beneficiário, referente ao período de seguro-obrigatório, para incluir período de seguro voluntário, quando ambos forem coincidentes e cumpridos, posteriormente à entrada em vigor do Convênio de Seguridade Social. Tal montante pró-rata seguirá critérios dispostos na legislação vigente da parte, na qual tenha sido cumprido o período de seguro voluntário. Brasil e Espanha, portanto. Efetuados os cálculos, cada parte reconhecerá e abonará a pensão que seja mais favorável ao interessado.

Essa Emenda no Convênio de Seguridade Social entre Brasil e Espanha aperfeiçoa o texto original, em consonância com os princípios e disposições do sistema brasileiro de seguridade social, proporcionando normas mais claras e mais benéficas aos cidadãos das partes signatárias. A reciprocidade de sistemas previdenciários é fundamental para garantir o acesso a direitos básicos da seguridade social, especialmente situações de risco involuntário, como o seguro-doença e o seguro-acidentário. O Brasil já mantém acordos semelhantes com inúmeros países, como Estados Unidos, China, Argentina, Uruguai, Portugal e Espanha.

Portanto, em função desses aspectos, o Voto do Relator, Senador Flexa Ribeiro, eu acompanho o Voto como Relator *ad-hoc*, o Voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Proponho que seja incluído, na pauta de hoje, para apreciação, o Requerimento nº 54, de 2009, desta

Comissão, Senador Flávio. Os Senadores, que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

O requerimento é vazado nos seguintes termos: “Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado Federal, em 20 de agosto de 2009, voto de louvor para a Escola Superior de Guerra, referente aos 60 anos da sua existência... Sexagésimo aniversário da Escola Superior de Guerra”. A autoria é do Senador Eduardo Azeredo e deste Senador que voz fala. Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só, antes, inclusive, se V. Exa. me permitir, até eu gostaria de--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com toda certeza.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --também ser um dos signatários, que é uma medida importante, necessária, um trabalho de qualidade e que deve ser, assim, enaltecido, também, nesses 60 anos de trajetória.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com a assinatura do Senador Flávio Arns e as referências que faz à matéria, coloco em apreciação. Os Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

Não havendo mais nada a ser tratado nessa Sessão, ela está encerrada.

Sessão encerrada às 11h18

ATA DA 30ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte de agosto do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Antonio Carlos Valadares**, **Tiã Viana**, **Pedro Simon**, **Geraldo Mesquita Júnior**, **Paulo Duque**, **Efraim Moraes**, **Heráclito Fortes**, **Flexa Ribeiro**, **Fernando Collor**, **Flávio Torres**, **Renato Casagrande**, **Augusto Botelho**, **Inácio Arruda**, **Wellington Salgado de Oliveira**, **Rosalba Ciarlini**, **Romeu Tuma** e **Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata

da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da pauta e faz sua inversão. **Item 07:** Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, celebrado em Brasília, em 2 de fevereiro de 2006*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Flexa Ribeiro**, para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 09:** Projeto de Decreto Legislativo nº 490, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto da Medida I (2003) – Secretariado do Tratado da Antártida, adotado durante a 26ª Reunião Consultiva do Tratado da Antártida (ATCM), realizada em Madri, em 2003*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Augusto Botelho**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado. **Item 05:** Projeto de Decreto Legislativo nº 482, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Estatuto emendado da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, adotado na Haia, em 30 de junho de 2005*”. O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, para fazer a leitura do relatório. Aprovado. **Item 01(1ª Parte):** Mensagem nº 132, de 2009, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Renato Casagrande**, para fazer a leitura do seu relatório. O Presidente abre o processo de votação. **Item 17:** Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto das Resoluções MSC.180(79), MSC.203(81), MSC.209(81), STCW.6/Circ.3, STCW.6/Circ.4, STCW.6/Circ.5, STCW.6/Circ.6, STCW.6/Circ.7, STCW.6/Circ.8, STCW.6/Circ.9, STCW.6/Circ.10, adotadas nas Sessões do Subcomitê de Treinamento e Serviço de Quarto de Marítimos (STW) da Organização Marítima Internacional, que resultaram em emendas à Convenção Internacional sobre normas de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto de Marítimos (STCW-1978)*”. O Presidente

concede a palavra ao Relator, Senador **Renato Casa-grande**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado. **Item 12:** Projeto de Decreto Legislativo nº 495, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação no Campo da Agropecuária, assinado em Brasília, em 4 de dezembro de 2007*”. O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador **Flávio Torres**, para fazer a leitura do relatório. Aprovado. O Presidente comunica convite da CPLP para Senadores participarem como observadores das eleições de Moçambique. **Item 14:** Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo Estrutura de Cooperação em Sociedade da Informação entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Antonio Carlos Valadares**, para fazer a leitura do seu relatório. Assume a Presidência o Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. Aprovado. **Item 18:** Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional*”. O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator, Senador **Antônio Carlos Valadares**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado. **Item 11:** Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Flexa Ribeiro**, para fazer a leitura do seu relatório. Reassume a Presidência o Senador **Eduardo Azeredo**. Aprovado. **Item 15:** Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Flexa Ribeiro**, para fazer a leitura do seu relatório. Assume a Presidência o Senador **Geraldo Mesquita**

Júnior. Aprovado. **Item 04:** Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio APA, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006*”. O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator, Senador **Pedro Simon**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado. **Extra Pauta:** Requerimento nº 56, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que “*Dá continuidade ao ciclo de debates sobre Ciência e Tecnologia na Amazônia, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, requeiro nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inc. V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para a 3ª Audiência sobre o tema acima citado: Reitor da Universidade Federal do Acre (UFAC); Reitor Universidade Federal do Amapá (Unifap); Reitor Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Reitor Universidade Federal do Pará (UFPA); Reitor Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Reitor Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Reitor Universidade Federal de Roraima (UFRR); Reitor Universidade Federal do Tocantins (UFT)*”. Aprovado. **Extra Pauta:** Requerimento nº 58, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que “*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 397, inciso I, e art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja feito convite às autoridades abaixo relacionadas para, em Audiência Pública nesta Comissão, prestar esclarecimentos sobre em que condições o Governo brasileiro renegociou com o Governo do Paraguai o contrato da usina hidrelétrica de Itaipu. Sr. Edson Lobão, Ministro de Minas e Energia; e Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores*”. Aprovado. **Extra Pauta:** Requerimento nº 55, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior que “*Requer, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Embaixador da República da Bolívia no Brasil, a participar de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para tratar de matéria divulgada no jornal Folha de São Paulo no último dia 13, quinta-feira, intitulada: “Bolívia expulsará 20 famílias brasileiras da fronteira, diz vice-ministro*”. Aprovado. **Item 20:** Requerimento (SF) nº 660, de 2009, de autoria do Senador João Pedro que “*Requer, na*

forma do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à *Fédération Internationale de Football Association (FIFA)* pela escolha da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, como uma das 12 cidades que abrigarão jogos da *Copa do Mundo 2014*". O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador **Augusto Boteelho**, para fazer a leitura do relatório. Reassume a Presidência o Senador **Eduardo Azeredo**. Aprovado. **Item 02:** Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia (SF), que "Acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990". O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Romeu Tuma**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado. **Item 03:** Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, de autoria do Senador Gim Argello que "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir o porte de arma pelos agentes e inspetores de segurança do Poder Judiciário e pelos agentes de trânsito dos Estados e do Distrito Federal". O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Romeu Tuma**, para fazer a leitura do seu relatório. Os Senadores Geraldo Mesquita Júnior e o Senador Flexa Ribeiro pedem vista. O Presidente concede vista coletiva. **Item 06:** Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006". O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Romeu Tuma**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado. **Item 8:** Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2009, de autoria da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul que "Aprova o texto da Decisão nº 33/04 do Conselho do Mercado Comum (CMC), que criou o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM), adotada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004". O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador **Pedro Simon**, para fazer a leitura do relatório. Aprovado. **Extra Pauta:** Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2009, de autoria do Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD) que "Aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal entre a República Federativa do

Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 6 de agosto de 2007". O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Romeu Tuma**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado. **Item 10:** Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2009, de autoria do Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD) que "Aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático e Consular, celebrado em Brasília, em 27 de março de 2007". O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, para fazer a leitura do relatório. Aprovado. **Item 19:** Requerimento (SF) nº 1.311, de 2007, de autoria do Senador Mario Couto e outros que "Requer, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Repúdio ao presidente da Venezuela, Hugo Chavez, pela forma antidemocrática com que impôs a reforma constitucional em seu País, tendente a consolidar seu regime autoritário e personalista de governo". Adiado. **Item 21:** Requerimento nº 53, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que "Requer, nos termos do art. 223, do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura à escalada do autoritarismo do Governo da Venezuela". O Senador Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Heráclito Fortes e Eduardo Suplicy fazem uso da palavra. Em votação o adiamento da votação do Requerimento. Rejeitado. Em votação o requerimento. Aprovado. O Senador Eduardo Suplicy faz uso da palavra. **Extra Pauta:** Requerimento nº 57, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque que "Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater o necessário reequipamento das Forças Armadas – FFAA, especialmente nos aspectos relacionados com a compra de submarinos e aviões de combate, considerando os seguintes pontos: Com quais cenários de conflitos internacionais envolvendo o Brasil trabalham nossas FFAA; Quais os necessários equipamentos para enfrentar os conflitos baseados nesses cenários e em que forma os novos equipamentos são armas necessárias; Como nesses cenários o conhecimento de ciência e tecnologia é considerado um recurso fundamental; Além do reequipamento físico, quais as necessidades e recursos necessários e métodos para o equipamento científico e tecnológico inclusive com apoio ao ITA e ARAMAR; Quais os recursos necessários para o fortalecimento dos serviços de inteligência

internacional. Para debater o assunto, sugerimos o próprio Ministro Nelson Jobim ou até três expositores indicados por ele". Aprovado nos termos do aditamento do Senador Flexa Ribeiro, para que a Audiência Pública seja conjunta com a Comissão de Ciência Tecnologia. **Extra Pauta:** Requerimento nº 59, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo que "*Requer nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha, a participar de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para fazer exposição acerca do Projeto Submarino Nuclear Brasileiro (NUC)*". Aprovado. Os Senadores Cristovam Buarque e Flexa Ribeiro fazem uso da palavra para discussão da matéria. **Extra Pauta:** Requerimento nº 60, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy que "*Em aditamento ao Requerimento nº 55, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores, requeiro nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja também convidado o Embaixador Eduardo Gradihone Neto, Diretor do Departamento das Comunidades de Brasileiros no Exterior, a participar de Audiência Pública perante esta Comissão, para tratar de matéria divulgada no jornal Folha de São Paulo no último dia 13, quinta-feira, intitulada "Bolívia expulsará 20 famílias brasileiras da fronteira, diz vice-ministro"*". Aprovado. O Presidente torna a reunião secreta às doze horas e quatro minutos. A Reunião é reaberta às doze horas e sete minutos. O Presidente comunica a aprovação da indicação do embaixador. **Item 1:** Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2007, que "*dispõe sobre a obrigatoriedade da união de trasladar corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior*", de autoria do Senador Expedito Júnior. Adiado. **Item 13:** Projeto de Decreto Legislativo nº 500, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que "*Aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos sobre o Cobre – GIEC*." Adiado. **Item 16:** Projeto de Decreto Legislativo nº 506, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que "*Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrado em Copenhague, em 13 de setembro de 2007*." Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às doze horas e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo

Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 10 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

10h00 em ponto, estamos extremamente pontuais, estamos com o horário não só Britânico, Suíço e foi um horário muito de acordo com o previsto.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos agora à apreciação da pauta. O Item nº. 1º, que "Aprecia a indicação do Sr. George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomata do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta".

Nós vamos aguardar um pouco mais, que a relatoria é do Senador Renato Casagrande.

Eu passo então para os itens relativos a projetos e acordos, iniciando com o Item 7, que tem como Relator o Senador Flexa Ribeiro.

Item 7º. Projeto de Decreto Legislativo nº. 485, de 2009, que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático e consular, celebrado em Brasília, em 02 de fevereiro de 2006".

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores.

Presidente Senador Eduardo Azeredo está faltando a placa de identificação de V. Exa. É importante, a TV Senado está transmitindo a sua imagem para todo o Brasil e, principalmente, para Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeitamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Essa Comissão é chamada a opinar sobre o PDS nº. 485,

de 2009, encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Submete a consideração desta Casa o acordo entre o Brasil e a Índia, sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático e consular, celebrado em 02 de fevereiro de 2006.

Na Câmara, a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores, autora do Projeto de Decreto Legislativo que o aprova, tendo passado ainda pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e Trabalho, Administração e Serviços Públicos, aprovado pelo Plenário, em julho de 2009. No Senado Federal, a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores, em 23 de junho de 2009, e não recebeu emendas.

Análise. O ato em tela visa a permitir que os dependentes do pessoal diplomático e consular do Brasil na Índia e da Índia no Brasil, possam exercer atividades remuneradas no Estado acreditado, nas mesmas condições dos nacionais do referido Estado, uma vez obtida a respectiva autorização e com base no princípio da reciprocidade.

A autorização deverá ser solicitada junto ao Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado, porém reserva-se o direito de denegar autorização em determinadas áreas de trabalho. A autorização será válida em princípio, somente durante o período da missão do funcionário do Estado acreditante.

O instrumento dispõe também sobre o regime de imunidade a vigorar para os dependentes, especificando que não gozarão de imunidade civil e nem administrativa, no que diz respeito às atividades relacionadas com o seu emprego.

Para os dependentes que gozem de imunidade penal do Estado acreditado, as normas serão aplicadas a qualquer ato que resulte da atividade remunerada, mas no caso de delito grave, o Estado acreditante deve considerar eventual pedido no sentido de renunciar a imunidade. O mesmo deve ocorrer quanto à renúncia de imunidade de execução penal.

O acordo sujeita os dependentes a Legislação aplicável naquele Estado em matéria tributária, previdenciária e financeira, decorrentes da referida atividade. O ato permite o acesso ao trabalho aos familiares dos agentes diplomáticos e consulares, que se encontrem em missão oficial na Índia que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional.

Segundo esclarece a exposição de motivos trata-se de reivindicação das novas gerações do serviço exterior brasileiro. No intuito de proporcionar aos dependentes do funcionário transferido espaço profissional próprio, e o exercício que atividades outras, que não a mera função de acompanhamento.

O Brasil tem acordos semelhantes com diversos outros países, tais acordos refletem a tendência atual de extensão aos dependentes dos agentes das missões oficiais, a oportunidade de trabalhar no Exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

Voto, Sr. Presidente. Por todo o exposto, voto favoravelmente a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 485, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

Passamos agora ao Item 9, a relatoria do Senador Augusto Botelho. Projeto de Decreto Legislativo nº. 490, de 2009, que “Aprova o texto da Medida I (2003) – Secretariado do Tratado da Antártida, adotado durante a 26ª Reunião Consultiva do Tratado da Antártida (ATCM), realizada em Madri, em 2003”.

Relator Senador Augusto Botelho, a quem concedo a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, o relatório já está na mão de todos os Srs. Senadores aqui presentes e vou passar direto para a análise.

O acordo internacional ora em exame compõe-se de 25 artigos. O art. 1 define os termos a serem nele utilizados e o art. 2 determina que o Secretariado, como órgão da Reunião Consultiva do Tratado da Antártida – *Antarctic Treaty Consultative Meeting*, ATCM, possui personalidade e capacidade jurídicas para executar suas funções no território do país sede, a República Argentina, porém somente até o limite autorizado pela Reunião Consultiva do Tratado da Antártida Norte, doravante chamado de ATCM, que é a Reunião Consultiva que gere o Tratado.

O artigo dispõe sobre as instalações que servirão de sede ao Secretariado, estabelecendo que o Governo Argentino tomará todas as medidas apropriadas para protegê-las e as iniciativas cabíveis no que diz respeito ao fornecimento a sede, de eletricidade, esgoto, água, recolhimento de lixo, bem como demais serviços públicos disponíveis.

Em caso de necessidade de que se procedam a quaisquer mudanças quanto à localização ou extensão de suas instalações permanentes, o Secretariado dará a conhecer ao Governo tal fato, por meio da Reunião Consultiva – ATCM.

Os arts. 4 e 5 referem-se às imunidades de jurisdição em procedimentos judiciais e administrativos

de que gozam as propriedades, ativos e instalações do Secretariado, elencando as exceções, como o caso de expressa renúncia desta imunidade pela ATCM; delito cometido com veículo a motor que envolva veículo pertencente ao Secretariado ou operado em seu nome, reivindicação de salários, estipêndios ou quaisquer outras retribuições devidas pelo Secretariado, entre outras.

A ATCM pode renunciar aos privilégios e imunidades previstos no Tratado, quando o privilégio e imunidade impeçam o curso da Justiça, porém, no caso de Delegados, a renúncia aos privilégios e imunidades pode ser feita pelos Estados Partes que representam.

Os arts. 8, 9 e 10 determinam a isenção de impostos diretos, inclusive imposto de renda, imposto sobre ganhos de capital e todos os impostos estaduais, além dos direitos alfandegários, impostos de consumo e de valor agregado.

No que concerne a importações e exportações, inclusive de suas publicações, moeda e câmbio, o Secretariado estará isento de quaisquer restrições, conforme dispõem os arts. 11, 12 e 14.

As imunidades e privilégios de Delegados, durante sua estada na República Argentina, no exercício de suas funções oficiais, serão reguladas pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, sendo que os Delegados do Governo Argentino, ou nacionais, ou residentes permanentes na República Argentina, não gozarão das imunidades e privilégios acima. Também o Secretário Executivo, a não ser que se trate de nacional da República Argentina, ou residente permanente naquele país, estará ao abrigo dos dispositivos constantes da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, bem como seus familiares.

O art. 17 detalha as imunidades e isenções de que goza o corpo funcional do Secretariado, que não são, no entanto, aplicáveis àqueles funcionários que tenham nacionalidade, ou sejam residentes permanentes da República Argentina.

Da mesma forma, o art. 18 estipula os privilégios e imunidades de que desfrutarão os peritos, isto é, as pessoas contratadas para executar projetos de curto prazo ou temporários em nome do Secretariado, sempre excetuando os nacionais da República Argentina e residentes permanentes daquele país.

Por outro lado, o acordo prevê que o Secretariado cooperará integralmente com as autoridades competentes da República Argentina, a fim de impedir abusos dos privilégios, imunidades e facilidades nele mesmo estabelecidas.

No que diz respeito à entrada e permanência de pessoas que tenham relacionamento oficial com o Secretariado no país sede, é estipulado que o Governo

Argentino facilitará a sua entrada no território e que os vistos, quando necessário, serão emitidos sem demora e sem pagamento de taxas.

O art. 21 dispõe sobre a notificação que a ATCM deverá fazer ao Governo contendo as nomeações do Secretário Executivo e demais funcionários e peritos, a quem o Governo fornecerá carteira a ser utilizada como prova de identidade e de nomeação.

No que diz respeito à solução de controvérsias surgidas da aplicação ou interpretação do acordo, os arts. 22 e 24 estabelecem mecanismo de consulta e, se necessário, a arbitragem obrigatória.

Finalmente, o art. 25 dispõe sobre a entrada em vigor e término do ato internacional em exame, que poderá ser extinto mediante notificação de qualquer das partes contratantes.

Na mensagem que encaminha o instrumento internacional em apreço ao Presidente da República, o Ministro das Relações Exteriores destaca que o Brasil, tendo aderido ao regime do Tratado da Antártida, desde 1995, adquiriu, em 1983, o status de Parte Consultiva do Tratado, o que lhe possibilita participar no processo de tomada de decisões relativo a essa extensão do planeta, por ele abrangida.

Na 24ª Reunião Consultiva, segundo esclarece a referida mensagem, os Estados Partes, entre eles o Brasil, concordaram em que o volume de trabalho na preparação e acompanhamento das reuniões justificava a criação de um Secretariado permanente, aceitando o oferecimento da República Argentina para sediar tal órgão.

A Medida I, de 2003, ora em exame, estabelece as bases para a efetiva entrada em funcionamento do Secretariado, ocorrida em 2004, com a eleição do Secretário-Executivo e alocação de cotas de contribuição para o orçamento.

Prossegue a mensagem do Ministro, sublinhando o caráter exclusivamente administrativo do Secretariado, cujas funções são voltadas para o assessoramento da preparação e realização das Reuniões Consultivas do Tratado da Antártida e a implementação do mecanismo de troca de informações entre os Estados Partes, previsto no tratado.

No tocante à constitucionalidade, o acordo internacional em tela não afronta dispositivos da Carta Magna, obedecendo, ademais, aos requisitos formais. Trata-se, por todo o exposto, o instrumento em exame de um acordo de sede para o Secretariado, que funcionará com o objetivo de prestar apoio técnico e logístico às reuniões dos Estados Partes do Tratado da Antártida.

Acordo este assinado entre a Reunião Consultiva do Tratado da Antártida e a República Argentina,

merecendo, sem sombra de dúvida, a aprovação deste colegiado.

A Antártida é um continente desconhecido e o Brasil tem desenvolvido muitos trabalhos lá. Na nossa base Comandante Ferraz, situada lá, na qual vários Senadores já estiveram, existem dez laboratórios fazendo pesquisas em áreas de conhecimento humano, assim, desconhecidas para a humanidade e nós estamos na ponta dessas pesquisas. Nossos cientistas estão trabalhando e estão adquirindo conhecimento e trocando conhecimento com as demais equipes que estão lá, para uma situação futura.

Eu brinco até que lá na Antártida, a gente está treinando para habitar outro planeta, quando chegar a hora da gente fazer uma colonização em outro planeta, que isso vai chegar certamente, os conhecimentos da Antártida vão ser úteis, por causa das condições muito inóspitas do continente, assim de variações de temperatura muito bruscas, de ventanias fortes. O Senador Eduardo Azeredo já esteve lá também, nós sabemos disso.

Então, com base no exposto, e considerando ser de todo conveniente aos interesses do País, a ratificação do ato internacional em análise, concluo este Parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 490, de 2009.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Eu quero lembrar aos Srs. Senadores, que existem visitas periódicas que são realizadas pela Marinha e pela Aeronáutica, lá nesse programa da Antártida. De maneira que, os Senadores que tenham interesse podem manifestar o interesse, para que possamos encaminhar aos responsáveis.

O Senador Wellington, por exemplo, nós precisamos com muita antecedência, que tem providenciar um macacão maior, uma coisa assim, para que lhe caiba bem. Mas nunca esteve lá ainda? Pois é, vale a pena, realmente. Eu já fui, o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Senador Wellington Salgado de Oliveira vai ocupar duas vagas naquele Hércules, para sentar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A cama lá para dormir é boa?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É tudo apertadinho lá, igual do Haiti, que tinha toque de alvorada seis horas da manhã.

Em discussão, portanto o relatório. Já terminou. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. Aprovado.

Passamos, portanto, agora ao Item 5 da Pauta, que é da relatoria Senador Marco Maciel, que está hoje impossibilidade de estar presente, por motivo de viagem. Então, eu solicito ao Senador Wellington Salgado, como Relator *ad hoc*.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo, Não Terminativo, nº. 482, de 2009, que "Aprova o texto do Estatuto Emendado da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, adotado em Haia, em 30 de junho de 2005". Relator Senador Marco Maciel.

Relator *ad hoc*, Senador Wellington Salgado de Oliveira, a quem concedo a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Eduardo Azeredo, por essa oportunidade de Relator *ad hoc*, um Relatório do Senador Marco Maciel, o que eu farei nesse momento.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido. Esta Comissão é, portanto, chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 482, de 2009, PDC nº. 399, de 2007, na origem.

Na Câmara dos Deputados, foi aprovado pelo Plenário, em 04 de junho de 2009, após passar pelo crivo das Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem nº. 425, de 28 de junho de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº. 129, de 05 de junho de 2007, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que informa que o documento, composto de 16 artigos, objetiva atualizar e adaptar o antigo texto do Estatuto da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, à realidade do cenário internacional contemporâneo.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Análise. Cumpre destacar, de início, que a Primeira Sessão da Conferência da Haia ocorreu em 1893. Desde o primeiro momento, a Conferência acolheu como principal objetivo a unificação progressiva das regras de Direito Internacional Privado, até o advento da Segunda Guerra Mundial, ocorreram outras cinco sessões 1894, 1900, 1904, 1925 e 1928.

A 7ª Sessão, realizada em 1951, representou o advento de nova era com a adoção do Estatuto que, entre outras coisas, elevou a Conferência à categoria de organização intergovernamental.

O documento entrou em vigor no dia 15 de julho de 1955. Desde 1956, ela passou a realizar sessões

plenárias a cada quatro anos. A 21ª Sessão se reuniu em 2007.

O Brasil se vinculou à Conferência, pela primeira vez, em 1972, mediante o Decreto nº. 70.390, de 12 de abril de 1972. O Poder Executivo promulgou entre nós o Estatuto da Conferência. No entanto, em 1977 o governo denunciou, sem maiores considerações, o documento. Com isso, o país, de modo lamentável, deixou de ser membro da Organização.

Nesse sentido, o Decreto nº. 80.102, de 08 de agosto de 1977, tornou pública a denúncia. Felizmente, o Brasil voltou a se comprometer no plano internacional com o Estatuto da Conferência. Após aprovação congressional, o Presidente da República fez promulgar o Decreto nº. 3.832, de 1º de junho de 2001.

Passados mais de cinquenta anos da entrada em vigor do Estatuto, os membros da organização entenderam necessária a implementação de modificações em seu instrumento constitutivo de forma a adequá-lo aos novos tempos.

Assim, aprovaram seguindo o *quorum* convencional prescrito de dois terços dos Membros, as emendas que deram origem ao novo Estatuto ora em apreciação. Essas modificações foram adotadas durante a 20ª Sessão, em 30 de junho de 2005, Ata Final C, aprovadas pelos Membros em 30 de setembro de 2006. Entraram em vigor em 1º de janeiro de 2007.

O documento emendado tem como principal intuito franquear o ingresso, na condição de membros da Conferência, de organizações regionais de integração econômica. Essa possibilidade é disciplinada pelo novo art. 3º, que define organização regional de integração econômica como sendo “uma organização internacional que seja constituída unicamente de Estados soberanos e a qual seus Estados Membros tenham transferido competência sobre uma gama de assuntos, inclusive autoridade para tomar decisões vinculantes para seus Estados Membros em relação àqueles assuntos”.

A reforma avançou, ainda, no sentido de aperfeiçoar o mecanismo referente à regra para emendas ao Estatuto. O novo texto aponta para a necessidade de convergência de critério numérico, número de ratificações com critério temporal. A nova disciplina demanda número mínimo de ratificação de dois terços dos Estados Membros e indica que as emendas não entrarão em vigor antes de nove meses contados de sua adoção por consenso, tempo para os Estados aprovarem as emendas de conformidade com seus respectivos procedimentos internos.

Verifica-se ainda, mudança em sua numeração visando adequar o texto e todas as referências a alíneas foram substituídas por parágrafos. Por fim, foi

lavrada, além da versão francesa, versão em inglês, igualmente adotada como autêntica.

Registre-se, por fim, que a vinculação do nosso País à Conferência é tanto mais importante quanto mais se verifica aquilo que foi lançado na Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem: “A participação do Brasil na Conferência é de significativa importância à luz do aumento expressivo das comunidades brasileiras no Exterior, na medida em que as convenções de direito internacional privado constituem instrumento essencial na solução de conflitos privados de dimensão internacional”.

Voto, Sr. Presidente. Por todo exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº. 482, de 2009. É esse o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Wellington Salgado.

Em discussão o relatório, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para devidas providências.

Voltamos à primeira parte da reunião de hoje, que trata-se o Item nº. 1, Não Terminativo. Mensagem nº. 132, de 2009. Submete a apreciação do Senado Federal, a indicação do Sr. George Ney de Souza Fernandes, para, cumulativamente com a Embaixada do Brasil junto a Líbia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

Relator Senador Renato Casagrande, a quem eu passo a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação do Sr. George Ney de Souza Fernandes, que é Ministro de Segunda Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto a Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal, para aprovar previamente, por voto secreto, a escolha do chefe de missão diplomática em caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores atendendo a preceito regimental elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que seguem.

Sr. George Ney, nasceu na cidade de Niterói/Rio de Janeiro, Bacharel em Direito e Letras pela Universidade Federal Fluminense. Ingressou no quadro diplomático em 78, tornando-se Terceiro Secretário. Foi promovido a Segundo Secretário, em 1980, a Primeiro Secretário, por merecimento em 88, e Conselheiro em 96 e a Ministro de Segunda Classe em 2001.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Divisão de Transportes e Comunicações, Embaixada na Guatemala, Embaixada em Montevidéu, Embaixada em Bucareste, Primeira Subchefia da Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional, Reunião da Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica, Embaixada no Vaticano, Embaixada em Santiago, Embaixada em Havana, Embaixada em Harare.

Consta, ainda, do processado, ter sido agraciado com a Medalha de Pacificador, a Ordem de São Gregório Magno e a Ordem Bernardo O'Higgins.

O documento anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Malta, informa ser ela uma república parlamentarista, mediterrânea, cuja população é quase hegemonicamente católica, 98% do total e, com o qual, o Brasil firmou relações diplomáticas em 1975, não havendo, todavia, registros de visitas de alto nível de caráter bilateral.

A política externa maltesa é pautada pela neutralidade militar, tendo sido historicamente um dos grandes defensores do Movimento dos Não-Alinhados. Aderiu à União Européia, o que requereu os ajustes de praxe, ainda em andamento, como a remoção de barreiras tarifárias e de controles de capital.

Questão momentosa ocorreu em 2008, quando o resgate de imigrantes ilegais africanos no território marítimo, entre a Sicília e Malta gerou controvérsia junto aos pares europeus, desgastados com a alegada indulgência de Malta e da Itália, na aceitação de imigrantes que procuram por proteção.

Economicamente, seu foco, até a independência da Inglaterra, em 1964, era o provimento de serviços para as bases militares britânicas. Hoje, a falta de recursos naturais locais, sua localização periférica e seu reduzido mercado consumidor têm exigido de Malta esforço de redefinição.

A prestação de serviços, sobretudo financeiros, descortina-se como o carro chefe da economia maltesa. No comércio bilateral com o Brasil, verifica-se pequeno aumento do fluxo comercial.

Não foram apontadas, no relatório do Ministério das Relações Exteriores, áreas potencialmente promissoras, seja no âmbito das relações comerciais ou

da cooperação bilateral, para a densificação e o aprofundamento dos elos bilaterais.

Sr. Presidente, a designação do Sr. George Ney de Souza Fernandes é para que ele possa acumular a representação junto à Líbia e também à Malta. Até porque, Malta está claro que não tem ainda tantas relações e potencial que permita uma relação bilateral na área econômica, especialmente neste momento.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório. É este o meu relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Renato Casagrande. Como V. Exa. mencionou a cumulatividade, portanto, não há necessidade da presença do Embaixador, que aqui já esteve.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E nós acabamos de apreciar a indicação do Sr. George Ney, que eu fui Relator também, para a Embaixada da Líbia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Exatamente, para a Embaixada da Líbia.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ele estava na Embaixada do Brasil junto ao Vaticano e nós aprovamos aqui, recentemente, a sua indicação como Embaixador da Líbia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Exatamente, ele esteve aqui já aprovado para a Líbia, portanto, agora, essa cumulatividade com Malta, que é uma pequena ilha como mostra ali o nosso mapa. E, portanto, havendo essa cumulatividade.

Eu solicito só, sempre que possível, ao Secretário da Comissão e aos representantes do Itamaraty, que a cumulatividade seja coincidente com a sabatina. Seria mais interessante se pudéssemos ter sempre essa coincidência, solicito ao Embaixador que nós possamos ter essa providência.

Portanto, eu declaro aberto o processo de votação, já está aberto, tendo em vista que o material já estava distribuído e os Srs. Senadores, portanto, já podem votar.

Eu volto, então, a segunda parte da pauta, nós temos o item também de relatoria do Senador Renato Casagrande, que é o Item nº. 17, que é o PDS, vamos ver aqui o número dele, aproveitar que já está com a palavra, é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 507, de 2009, que "Aprova o texto das resoluções – aí tem um punhado de siglas, de número, está o material com V. Sas. – adotadas nas Sessões do Subcomitê de Treinamento e Serviço de Quarto de Marítimos (STW), da Organização Marítima Internacional, que resultaram em

emendas à Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento, expedição de certificados e serviço de quarto de marítimos (STW-1978)".

O nosso representante da Marinha está aqui, sabe bem essas, todas as siglas que estão aqui, STCW, 6, CIRC 3.

A relatoria é do Senador Renato Casagrande, a quem concedo a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, farei um resumo do meu relatório. É um texto de resolução e que, em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional. Esta Comissão é, pois, chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo.

Na Câmara dos Deputados, os acordos foram aprovados pelo Plenário, em 10 de junho de 2009. Acompanha a proposição a Mensagem nº. 32, de janeiro de 2008, do Poder Executivo, que encaminha os textos dos tratados ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos.

Em junho de 1984, pelo Decreto Presidencial foi promulgada em nosso país a Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto, estabelecendo padrões mínimos de formação e treinamento para os tripulantes dos navios mercantes.

Por força de sua tarefa de tripulações dos navios mercantes, estão inseridas em ambiente de elevada interatividade internacional, o que torna crítico o aspecto principal da padronização de seus procedimentos de trabalho.

A necessidade desta padronização, propósito principal da Convenção, torna-se evidente quando se examinam causas de acidentes e encontra-se, frequentemente, o erro humano como causa direta ou fator de contribuição.

Em sua investigação pouco aprofundada, verifica-se a má, ou incompleta, formação e treinamento de marítimos, envolvido como origem destes erros.

Tendo em vista a constante evolução tecnológica e a experiência colhida durante a investigação de acidentes ocorridos, fazem-se necessárias adaptações, alterações no anexo da Convenção, onde estão contidas as regras para formação e treinamento, e no seu Código de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviços de Quarto.

Esse Código, que, em última análise, é a regulamentação das diversas Regras, é composto de uma parte obrigatória, onde estão contidas diversas

recomendações para a implementação dos diversos dispositivos da Convenção.

Dentro deste espírito, as Partes Contratantes da Convenção, incluindo o Brasil, chegaram às emendas a seguir, que necessitam ser aprovadas pelo Legislativo, para atualizar o referido Ato Internacional da questão da qual somos signatários.

Então, Sr. Presidente, é um ato internacional que o Brasil está agora fazendo com os demais países, nessa Convenção Internacional, que estabelece as regras do mérito na Marinha Mercante e, portanto, por todo exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº. 507, de 2009, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Renato Casagrande.

Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, não há nenhuma Senadora aqui presente, permaneçam como se encontram, aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

Dando segmento agora, solicito ao Senador Flávio Torres, como já anteriormente lhe solicitado, seja o Relator *ad hoc*, em relação ao PDS nº. 495, da relatoria do Senador Tião Viana, que esteve aqui anteriormente, mas não pôde permanecer até o fim da reunião e que trata também de mais um dos acordos hoje em discussão, são 23 itens que temos aqui.

Trata-se do processo de Decreto Legislativo nº. 495, de 2009, que "Aprova o texto do acordo entre o Brasil e Israel sobre cooperação no campo da agropecuária".

Com a palavra, portanto, o Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, em seguida será o 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em seguida--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): --será o Senador Antônio Carlos Valadares, que tem duas Relatorias, os itens 14 e o Item 18.

Senador Flávio Torres, com a palavra, que eu tinha anunciado anteriormente. E tem, ainda, o Senador Flexa Ribeiro, logo em seguida. Senador Flávio Torres, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): O Acorde em exame, conforme assinala a Exposição de Moti-

vos nº. 72, datada de 19 de março de 2008, do Ministro das Relações Exteriores, visa a promover e fomentar o desenvolvimento social e a cooperação entre Israel e Brasil, mediante o compartilhamento de conhecimentos no setor agropecuário.

Composto de apenas nove artigos, o ato internacional em epígrafe pretende desenvolver, promover e expandir a cooperação entre Brasil e Israel, no setor agropecuário, por meio dos seguintes mecanismos: Treinamento e extensão em agropecuária; transferência de tecnologia; intercâmbio de informação científica; promoção de investimentos agrários privados; utilização de águas marginais em sistemas de irrigação; técnicas e tecnologias pós-colheita; melhoria de sistemas de marketing para produtos agropecuários; promoção de pequenas e médias empresas do agronegócio no setor agropecuário.

Os arts. 3º, 4º e 5º do Acordo em tela preveem o compartilhamento de conhecimentos por meio do intercâmbio de legislações agrárias, dados estatísticos, regulamentos sobre produtos vegetais e animais e serviços fitossanitários e veterinários, bem como mediante a organização conjunta de simpósios sobre produção e tópicos agropecuários.

O art. 7º inclui o intercâmbio de peritos e de *know-how*, como parte da implementação da cooperação acordada.

Os arts. 8º e 9º contêm cláusulas concernentes à possibilidade de emenda do Acordo, que se fará a qualquer momento, por meio de entendimento entre as Partes e sobre a vigência e denúncia do mesmo.

O Acordo em tela reflete o interesse dos Estados signatários em aprofundar a cooperação tecnológica e o conhecimento recíproco no campo da agricultura e da pecuária.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, Israel é, hoje, um parceiro relevante para a inserção internacional brasileira. O Acordo em exame, não só permitirá melhor aproveitamento das oportunidades de comércio bilateral de produtos agropecuários entre Brasil e Israel, como também poderá contribuir para que o nosso País amplie seu acesso ao significativo mercado importador israelense de carne bovina.

Ademais, o ato internacional em pauta aprofunda os tradicionais laços de amizade que unem os dois Estados, ressaltando, ao mesmo tempo, a importância de que se revestem os setores agropecuários e alimentícios, para o seu desenvolvimento.

Por todo o exposto, bem como por não conter a proposição qualquer vício de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa, voto

favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº, 495, de 2009.

Esse é o voto do Senador Tião Viana e eu o subscrevo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram, aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências. Agradeço ao Senador Flávio Arns pela sua relatoria.

Antes de passar ao Senador Antônio Carlos Valadares, eu quero só comunicar que recebemos aqui do Chefe da Divisão da África II, Luciano Helmold Macieira, do Ministério das Relações Exteriores, um comunicado sobre a questão referente às eleições que vão ocorrer em Moçambique, em 28 de outubro próximo.

E que o Governo de Moçambique transmitiu um convite à CPLP, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, o convite para que haja uma participação, como observadores, de uma missão de observação eleitoral da CPLP, às Eleições Presidenciais Legislativas Oficiais de Moçambique, nesta data de 28 de outubro.

Em 2008, foram enviadas Comissões da CPLP às eleições legislativas da Angola, Guiné-Bissau. Em 2009, eleições presidenciais antecipadas em Guiné-Bissau, também contaram com observadores da CPLP. Se algum Senador tiver o interesse, por favor, manifeste.

Com a palavra, o Senador Antônio Carlos Valadares, Relator do Item nº. 14, também Não Terminativo, que é o Projeto de Decreto Legislativo, nº. 501, de 2009, que "Aprova o texto do Acordo Estrutura de Cooperação em Sociedade da Informação entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia, assinado em Brasília, em 13 de Setembro de 2006".

Trata-se, portanto dos três países que têm esta União Brasil, África e Índia. Com a palavra, o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, farei um relato sintético, dessa proposição, mesmo porque, V. Exa. já anunciou a sua finalidade.

Segundo a exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, a qual acompanha a mensagem do Presidente da República, esse instrumento tem como objetivo promover a cooperação entre Brasil, Índia e África do Sul, em áreas como: inclusão digital, governo e governança eletrônicos, tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento, assim como, para o acompanhamento conjunto da Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação.

Em primeiro lugar, é necessário destacar que o presente acordo insere-se, com muita justeza, no contexto da cooperação vigente entre Brasil, Índia e África do Sul, fruto do diálogo denominado IBAS Índia, Brasil e África do Sul. E esse diálogo é um desdobramento, com nova feição, da articulação Sul-Sul, tão apadriñada pela diplomacia brasileira, mesmo na época do regime militar.

África do Sul, Brasil e Índia são países com extenso território, populações multiétnicas, democracias modernas e posturas semelhantes em temas como a defesa da paz e da segurança internacionais.

Não obstante sua singeleza, o acordo traz objetivos amplos, ambiciosos e atuais. Sociedade da informação é o conceito para caracterizar a civilização moderna, marcada pela explosão informacional, pela aceleração dos fluxos produtivos e pela disseminação da informação e do conhecimento. A tarefa das políticas públicas, incluindo acordos como o que ora se aprova, é precisamente diminuir a exclusão social e dar oportunidades aos menos favorecidos.

O Voto. Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este Parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 501, de 2009. É o Parecer, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram, aprovado.

Senador Antônio Carlos Valadares, há mais um PDS aqui, relatado por V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Item 18.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É o Item 18. O PDS 509, de 2009. Eu peço que V. Exa. profira o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

O Projeto de Decreto Legislativo nº. 509, de 2009, que aprova o texto do Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional. O texto em apreço foi encaminhado pelo Poder Executivo.

O Protocolo em exame foi aprovado em 2005, pelos países signatários da OHI e contém uma série de emendas à Convenção que alteram a estrutura institucional da Organização, atualizando, ademais, a sua visão, missão e objetivos.

Do processado que me coube relatar constam a Resolução da 3ª Conferência Hidrográfica Internacional Extraordinária, que aprova o Protocolo de Emendas à Convenção e a Versão Consolidada da Convenção Modificada pelo Protocolo de Emendas, ora em exame.

Consta ainda, em anexo, o Certificado de Registro da Convenção e Regulamento Geral da OHI, na Secretaria das Nações Unidas, em conformidade com o art. 102, da Carta das Nações Unidas.

O processo decisório da Organização está estipulado no art. 9º, que prevê que, na falta de consenso dos países quanto a alguma decisão, prevalecerá a regra da maioria dos membros presentes e votantes, com desempate pelo voto do Presidente.

Cada país membro tem direito a um voto, exceto no caso da eleição do Secretário-Geral e dos Diretores, para a qual os membros dispõem de um número de votos determinado por escala estabelecida em função da tonelagem das suas frotas. Também as decisões referentes ao programa de ação ou finanças da Organização deverão ser aprovadas por maioria de dois terços dos países membros presentes e votantes.

A Exposição de Motivos encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores assinala que o Brasil faz parte da OHI, desde os seus primórdios, em 1921, sendo que durante os seus mais de 80 anos de existência, a OHI tem promovido o avanço da Hidrografia e da Cartografia Náutica mundiais. Suas resoluções e recomendações constituem importantes requisitos que devem ser observados pelos países cujo desenvolvimento e soberania dependem, em grande medida, do transporte marítimo.

No que diz respeito à sua conformidade com a Carta Magna, o presente Protocolo de Emendas coaduna-se perfeitamente com as disposições constitucionais vigentes.

Por todo o exposto, e considerando não haver na proposição qualquer vício de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 509, de 2009.

É o Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Senador Valadares.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

O Senador Flexa Ribeiro é Relator de alguns projetos. O primeiro aqui é o Item 7º, do PDS nº. 485.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Já foi?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já foi relatado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O Item 11. PDS 494, Senador Flexa Ribeiro, a matéria “Aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre o livre exercício de atividades econômicas remuneradas por parte de familiares dependentes do pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Madri, em 17 de Setembro de 2007”.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Geraldo Mesquita Júnior, Srs. Senadores.

Este acordo é idêntico ao que foi relatado no Item 7º, com a Índia, só que aqui trata com relação à Espanha.

Diz o relatório. Esta Comissão é chamada a opinar sobre o PDS nº. 494, de 2009, que resulta da Mensagem nº. 42, de 2008, enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, para apreciação do Acordo entre o Brasil e a Espanha sobre o livre exercício de atividades econômicas remuneradas por parte de familiares dependentes do pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, aprovado em 2007.

O ato internacional foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em 04 de junho de 2009. A proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores, em junho de 2009, e recebeu emendas.

Análise. O ato internacional visa permitir que os familiares dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico das missões diplomáticas exerçam atividades remuneradas no Estado acreditado, nas mesmas condições dos nacionais do referido Estado, uma vez obtida a respectiva autorização.

Segundo o Acordo, são considerados dependentes: O cônjuge, companheiro ou companheira com quem mantenha uma união análoga à conjugal; filhos e filhas solteiros menores de 21 anos; filhos e filhas solteiros menores de 25 anos que estejam frequentando cursos universitários em horário integral; e filhos e filhas solteiros portadores de necessidades especiais.

A Embaixada do Estado acreditante deverá solicitar autorização em nome do dependente do Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado.

A autorização poderá ser negada, nos casos em que possa empregar-se somente nacionais do Estado acreditado; quando o empregador seja o Estado ou quando a atividade afete a segurança nacional. A autorização terminará em um prazo máximo de dois meses, depois da data do término da missão do indivíduo, a quem a pessoa em questão esteja vinculada.

Os dependentes, não gozarão de imunidade civil e nem administrativa, no que diz respeito às atividades relacionadas diretamente com seu emprego. Para os dependentes que gozem de imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado, o Estado acreditante considerará qualquer pedido no sentido de renunciar à imunidade. Na hipótese de que não haja a renúncia à imunidade e, na percepção do Estado acreditado, o caso seja considerado grave, poderá solicitar a retirada do país do dependente em questão.

O Acordo sujeita os dependentes que exerçam atividade remunerada à Legislação aplicável naquele Estado, em matéria trabalhista, tributária e previdenciária. O ato internacional permite o acesso ao trabalho aos familiares dos agentes diplomáticos, consulares e de pessoal técnico e administrativo que se encontrem em missão oficial em país estrangeiro, que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional.

Segundo o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, o Brasil tem acordos semelhantes assinados com diversos outros países. Tais acordos refletem a tendência atual de extensão aos dependentes dos agentes das Missões oficiais a oportunidade de trabalhar no Exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

Voto. Sr. Presidente, por todo o exposto, e visto que está observada a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 494, de 2009.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

Passo também ao Senador Flexa Ribeiro para o Item 15. PDS nº. 504, Item 15, Projeto de Decreto Legislativo que “Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha relativo ao estabelecimento e funcionamento de Cen-

tros Culturais, assinado em Madri, em 17 de Setembro de 2007”.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Eduardo Azeredo e Srs. Senadores.

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 504, de 2009, que aprova o texto do Acordo Brasil e Espanha relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais, encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº. 226, de 2008.

Na Câmara a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores, autora do Projeto de Decreto Legislativo que o aprova.

Aprovado pelo Plenário em junho de 2009, foi o projeto enviado à apreciação do Senado Federal. Distribuída a matéria à Comissão de Relações Exteriores, em 23 junho de 2009, não recebeu emendas.

Análise. A Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, esclarece que o ato internacional: Atende à disposição de ambos os Governos regularem o estatuto jurídico das instituições culturais, especialmente no que tange ao estabelecimento de marco geral para instalação e funcionamento de Centros Culturais no território de cada uma das partes.

O acordo em exame aplica-se a: Centros culturais públicos espanhóis no Brasil subordinados à Agência Espanhola de Cooperação Internacional; o Instituto Cervantes, a Sociedade Cultural Brasil-Espanha; a Associação Hispano-Brasileira Instituto Cervantes e, ainda, aos Centros Culturais Brasileiros na Espanha subordinados ao Ministério das Relações Exteriores.

Os centros têm por objetivo contribuir para o fortalecimento da cooperação entre as Partes nos campos da cultura, das artes, da educação, da ciência e das manifestações audiovisuais, assim como para o melhor entendimento recíproco por meio do ensino e difusão de suas línguas e culturas próprias.

Para a consecução de tal meta, são elencadas algumas ações a serem desenvolvidas pelos centros, tais como a organização de cursos de língua, cultura e civilização nacionais e programas de formação de professores; a organização de provas e exames para a obtenção de diplomas de certificação de conhecimento da língua do país de origem; a difusão de informações relativas à vida cultural, científica e artística do país de origem do centro; a organização de conferências, colóquios, etc., de visitas de pesquisadores, acadêmicos, jornalistas e artistas; criação de bibliotecas e salas de leitura e difusão de informações culturais, científicas e artísticas.

As Partes se comprometem, a conceder as facilidades necessárias para o estabelecimento e fun-

cionamento, os quais, porém, não poderão ter caráter lucrativo, comercial ou industrial. Cada centro será administrado por um diretor, que, se vinculado à missão diplomática ou consular gozará dos privilégios e imunidades a que têm direito os servidores diplomáticos e consulares, desde que não seja nacional da parte receptora, nem tenha fixado residência em seu território antes do início da prestação de serviços.

A parte receptora a livre entrada e concederá isenção de direitos, impostos ou gravames aduaneiros de importação ao material, equipamento de informática, móveis, catálogos, livros, filmes, discos e material didático e audiovisual. O compromisso visa a incrementar as relações de amizade entre o Brasil e a Espanha e contribuir para ampliar a cooperação em matéria de cultura.

As relações entre os dois países passam por excelente momento, haja vista a proximidade entre as duas sociedades, a intensidade dos contatos políticos e a importância dos vínculos econômicos. Por meio do acordo o Brasil e a Espanha desejam trabalhar para compartilhar conhecimentos e experiências que propiciem maior aproximação.

Votos, Sr. Presidente, por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 504, de 2009. Esse é o voto, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

O Senador Pedro Simon, presente, nos dará a honra da leitura do relatório do Item 4. PDS 112, Senador Pedro Simon, de autoria da Comissão de Relações Exteriores, o Projeto de Decreto Legislativo, da Câmara que “Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o desenvolvimento sustentável e a gestão integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006”.

Com a palavra, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a opinar sobre o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006.

O ato internacional em apreço foi encaminhado ao Congresso Nacional, no dia 19 de dezembro de 2006.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e aprovou o projeto. Distribuída à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, também recebeu pareceres favoráveis, sendo, então aprovada no Plenário, em 15 de maio de 2008.

Por se tratar de matéria de interesse do Mercosul, mesmo tendo sido aprovada em Plenário, a matéria foi ao exame da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, cumprindo um procedimento transitório para as matérias que tivesse tramitação já iniciada antes da formalização da Representação naquele colegiado.

O voto é favorável ao projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agradeço ao Senador Pedro Simon.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir em votação. Aprovado. A matéria irá à Secretaria Geral da Mesa.

Submeto ao Plenário a inclusão de requerimentos extrapauta, são três requerimentos. O primeiro de autoria do Senador Flexa Ribeiro, para que seja feito o convite as autoridades abaixo relacionadas para ir a Audiência Pública, conjunta nessa Comissão e na CI, prestar esclarecimento sobre em que condições o Governo Brasileiro renegociou com o Governo Paraguai, o contrato da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Os convidados são Ministro Edison Lobão e o Embaixador Celso Amorim.

O outro requerimento... Os Senadores que concordam que incluamos em pauta, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O segundo requerimento, também de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Dá continuidade ao ciclo de debates sobre ciência e tecnologia na Amazônia, no âmbito da Subcomissão da Amazônia e na faixa de fronteira em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia. Requer a realização de audiência e que sejam convidadas as seguintes autoridade: Reitora da Universidade Federal do Acre, por sinal ela já esteve aqui, Senador Flexa, Reitor da Universidade Federal do Amapá, da Universidade Federal do Amazonas, Federal do Pará, Rural da Amazônia, Federal de Rondônia, Federal de Roraima e Federal de Tocantins”.

Os Senadores que concordam com a inclusão em pauta permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de autoria deste Senador, para que seja convidado o Embaixador da República da

Bolívia no Brasil, a participar de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para tratar da matéria divulgada no Jornal Folha de São Paulo, no último dia 13, quinta-feira, intitulada “Bolívia expulsará vinte famílias brasileiras da fronteira”. Diz vice-Ministro.

Essa matéria no dia seguinte foi a folha publicou declarações de autoridade negando o fato, mas há uma questão candente lá na fronteira com o meu Estado, não só nessa Região de Santa Cruz, como ali mais próximo da fronteira com o Acre, famílias estão sendo desalojadas e há notícias de que os métodos não são dos melhores.

É necessário um esclarecimento por parte do Governo Boliviano, para que o Governo Brasileiro possa e essa Comissão possa se manifestar a respeito do assunto.

Os Senadores que aprovam a inclusão permaneçam como estão. Aprovado.

Há apenas uma retificação com relação ao requerimento do Senador Flexa Ribeiro, a Audiência Pública que ele propõe com a presença do Ministro Edison Lobão e do Embaixador Celso Amorim, para discutir Itaipu é apenas desta Comissão.

Eu vou submeter à aprovação os requerimentos. Os Srs. Senadores que concordam com o teor dos requerimentos permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu queria pedir à gentileza, Senador Augusto Botelho, relatar *ad hoc*, o requerimento de autoria do Senador João Pedro, cabia ao Senador Arthur Virgílio relatar, como ele não se encontra, eu peço a gentileza do Senador Augusto Botelho relatar.

É o Item 20, Senador, é o requerimento nº. 660, que objetiva “Voto de Aplauso à Federação Internacional de Futebol – a FIFA, pela escolha da Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, como uma das 12 cidades que abrigarão Jogos da Copa do Mundo de 2014”. Se o V. Exa. puder fazer a gentileza.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu vou relatar esse processo *ad hoc*. O Relator original é o Senador Arthur Virgílio.

Nos termos do art. 103, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, vem a exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o requerimento em epígrafe, mediante o qual se pretende apresentar voto de aplauso à *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), pela escolha da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, como uma das 12 cidades que abrigarão jogos da Copa do Mundo 2014.

O Senador João Pedro, autor da iniciativa, considera que os dirigentes da FIFA tiveram sensibilidade com a escolha da cidade, já que a realização de

jogos em Manaus resultará em benefícios para toda a Amazônia, que se estende por nove estados, em, aproximadamente, 5.1 milhões de quilômetros quadrados de extensão.

Considera-se que os investimentos que serão feitos para dotar a cidade de infraestrutura para atender às necessidades dos turistas, torcedores, jogadores e imprensa reverterão em equipamentos e serviços que resultarão na melhoria da qualidade de vida dos seus dois milhões de habitantes. Por isso, a importância da decisão da FIFA e da apresentação do requerimento.

Análise. A consagração nos anais desta Casa da homenagem proposta nos parece extremamente justa. Trata-se de fato incontestável a relevância de que se reveste a atividade futebolística no País, não apenas como expressão cultural maior de nosso povo, mas como elemento de ocupação do tempo livre, do lazer, a que todos os cidadãos brasileiros têm direito.

Essa modalidade desportiva contribui, igualmente, por meio da participação em competições internacionais, para uma aproximação e mútuo conhecimento entre as nações, além de elevar o nome do Brasil à posição de destaque no cenário mundial.

Do ponto de vista econômico, a escolha da cidade de Manaus, como uma das sedes da Copa de 2014, tem significado expressivo para a região como um todo.

É verdade que a Constituição Federal prevê mecanismos para viabilizar o desenvolvimento e atenuar as desigualdades sociais e econômicas impostas às regiões mais longínquas e privadas de condições autossustentáveis do País. Entretanto, não obstante a existência de um pólo industrial e livre de impostos na Região Norte, a Zona Franca de Manaus, e a melhoria da qualidade de vida das capitais estaduais, as áreas próximas a essas padecem da falta de recursos e investimentos, públicos ou privados, que visassem ao seu progresso.

A preparação da capital do Amazonas, para acolher as equipes de futebol em 2014, por certo criará circunstâncias propícias para o desenvolvimento das atividades econômicas locais, do aporte de serviços de infraestrutura e da criação de empregos.

Devo salientar e acrescentar que o meu Estado será muito beneficiado, porque Manaus é a cidade mais próxima de Boa Vista, uma hora de avião de Boeing. E por estrada, 12 horas de viagem.

Voto. À vista do exposto, somos de Parecer favorável à aprovação do Requerimento nº. 660, de 2009. É esse o voto Sr. Presidente, que relatado *ad hoc*.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

Agradeço ao Senador Geraldo Mesquita, nosso Vice-Presidente e já então retomando aqui a minha participação.

Passo a palavra ao Senador Pedro Simon que já está aqui conosco, Senador Pedro Simon ... Desculpa, eu ia lhe passar a segunda vez a palavra.

Então é o Senador Romeu Tuma, que tem algumas matérias aqui, Senador, que são sua relatoria é o Item 2º, 3º e 6º, são os três. Exatamente são os três que vamos passar aqui.

O Item 2, Projeto de Lei do Senado nº. 235, de 2009, "Acrescenta Inciso VI ao art. 7º da Lei nº. 6.815, de 09 de Agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990". A autoria é da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, da qual o Senador Romeu Tuma é membro e eu também, de maneira que esse é um projeto realmente importante, dentro do objetivo dessa CPI, de buscar resultados concretos.

Com a palavra, portanto o Senador Romeu Tuma, como Relator da matéria.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Projeto de Lei, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, da qual eu faço parte, visa a conceder e o Senador Geraldo também faz parte da Comissão.

Conceder à autoridade diplomática o poder de negar visto de entrada e permanência no Brasil a estrangeiro que, em outro país, tenha sido indiciado pela prática de crime contra a liberdade sexual de criança ou adolescente ou correspondente aos descritos nos arts. 240 e 241 da lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, que abrangem às seguintes condutas: produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornografia envolvendo criança ou adolescente, e vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfico envolvendo criança ou adolescente.

Nós sabemos e ainda ontem na televisão, Senador Flexa Ribeiro, Presidente, Senador Pedro Simon, a televisão mostrou o Secretário de Sorocaba, que foi preso em flagrante com três adolescentes numa casa, numa casa de tolerância que estariam as três crianças e foram presos. Então, nós vemos, talvez não tenha

um avanço o crime de pedofilia, mas há a denúncia, a coragem de trazer ao conhecimento das autoridades o que vem acontecendo.

Isto é uma razão da própria CPI, que tem trabalhando intensamente em fechar alguns acordos, principalmente com aqueles que trabalham dentro do sistema de informática, que era muito usado na prática de pedofilia.

E aqui a gente está buscando através desse projeto, cercar internacionalmente a liberdade e a possibilidade daqueles que praticam esse terrível crime contra criança, adolescente, de poder em circular livremente quando são identificados e provavelmente condenados por esse crime.

E evitar estimular o turismo sexual que, infelizmente, o Brasil é sempre um convite das agências internacionais de turismo, e agora, começamos a fechar o cerco sobre isso. Então, eu peço a aprovação deste Projeto de nº. 235, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento a da... Será encaminhada à Secretaria da Mesa, para as devidas providências.

Item 3, também da autoria, da relatoria do Senador Romeu Tuma, o senhor vai precisar se ausentar? Tem mais dois projetos da sua relatoria. O Item 3º é também Não Terminativo. Ele vai depois para a Comissão Constituição e Justiça.

É o Projeto de Lei do Senado nº. 301, que "Altera a lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir o porte de arma, pelos agentes e inspetor de segurança do Poder Judiciário e também pelos agentes de trânsito, dos Estados e do Distrito Federal". Autoria do Senador Gim Argello, o Relator é o Senador Romeu Tuma.

É um projeto realmente importante, este que permite a arma pelos agentes e inspetores de segurança do Poder Judiciário e, também, pelos agentes de trânsito, dos Estados e do Distrito Federal.

Com a palavra, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Este Projeto de autoria do Senador Gim Argello, que altera a lei nº 10.826, de dezembro de 2003, para permitir o porte de arma pelos agentes e inspetores de segurança do Poder Judiciário e pelos agentes de trânsito, dos Estados e do Distrito Federal.

O projeto acrescenta dois incisos ao art. 6º, do Estatuto do Desarmamento, para autorizar o porte de arma de fogo para os integrantes das carreiras de analista e técnico judiciário do Poder Judiciário da União, com atribuições de inspetor e agente de segurança judiciário. Os servidores do Departamento de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal, que atuam como agentes de trânsito.

O projeto ainda prevê que o porte a essas categorias profissionais fica condicionado à comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo. As alterações finais isentam as respectivas instituições de pagamento de taxas previstas e prevêem a possibilidade de servidor menor de 25 anos de idade adquirir a arma.

Em sua justificativa, argumenta-se a necessidade de os integrantes dessas categorias portarem armas de fogo, no caso dos primeiros, em razão de executarem atividades de proteção de autoridades e visitantes. E, no caso dos segundos, por terem de lidar com condutores embriagados e violentos.

Aqui que eu chamo a atenção à cautela, preparo psicológico e técnico do agente de trânsito, porque ele vai tratar com a população, praticamente, sempre inocente e realmente poderá ter que agir, algum tipo de delito que aconteça o uso da arma, quando estritamente necessário, para impedir a prática da delinquência.

Como não foram apresentadas nenhuma das emendas, ela seguirá para a Comissão de Justiça. E aqui eu descrevo como é o Estatuto do Desarmamento, o número de habitantes e tudo isto. E pedimos a aprovação, dentro do critério de cautela, com o preparo técnico e psicológico daqueles que forem portar arma, quando em serviço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão a matéria. Eu mesmo quero discutir, Senador Romeu Tuma, o senhor considera que, nesse caso, exatamente com a sua experiência, o seu conhecimento, é válido que nós permitamos que também o agente de trânsito possa portar arma de fogo?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [Interrupção do áudio] Estava no projeto eu não quis tirar até porque foi o pedido, mas eu não sou muito favorável que o agente de trânsito, a gente não pode confundir duas coisas que são importantes. Tem cidades que o agente de trânsito é um policial militar, então, ele está incluído.

Agora, o agente de trânsito, que lá em São Paulo que eles chamam de amarelinho, realmente eu retiraria. Eu falo isso apenas em respeito ao--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Em Belo Horizonte também nós temos a municipalizada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É temerário.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que não temerário, é perigoso. Até porque dá um desequilíbrio, tranquilamente, no cidadão que não tem um preparo psicológico profundo, porque pode a qualquer instante atirar num cidadão que está meio embriagado e xingar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, sim. Que desrespeita o sinal apenas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --e invés dele reagir na busca de apoio do policial que tem o poder de polícia, porque o agente de trânsito em tese não tem. Então, eu estou criticando o próprio relatório, mas é que o estava me afligindo um pouco, já que V. Exa. puxou o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não seria melhor, então.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Acho que podia pedir vista ou eu retirar para poder.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Para poder reavaliar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vamos ver se alguém quiser me dar vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Talvez só aqueles que tivessem a formação militar, deixar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pedir vista, pronto.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Vista coletiva.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Peço vista também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, vista concedida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que é uma razão muito clara, porque o contrato, sempre o agente de trânsito é terceirizado, normalmente, não tem uma formação, não é nem o guarda municipal que é previsto na Constituição, também, até hoje, não foi aprovada a lei que dê poder de polícia para poder até garantia, porque um guarda desse atirar em alguém, ele vai responder processo como cidadão comum. Não terá nenhum tipo de proteção jurídica que lhe dê tranquilidade.

Só o porte de arma passa a não ser crime mais. Então, eu acho que V. Exa. tem razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, tudo bem, então está concedida vista para nós podermos--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tinha aqui uma aflição.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): --reanalisar e talvez fazer essa emenda, permitindo apenas ao agente de trânsito que forem das Polícias.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Deixar para os agentes do Poder Judiciário, que tem uma formação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, esse do Poder Judiciário, também, agora os agentes de trânsito que seriam aqueles policiais, apenas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Normalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está bem.

Passamos ao Item 6, em seguida votaremos os requerimentos, temos três requerimentos aqui, inclusive um já para uma reunião na semana que vem.

O Item 6, também de relatoria do Senador Romeu Tuma. É o Decreto Legislativo nº. 483, de 2009, que "Aprova o texto do Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, para a correta aplicação da Legislação Aduaneira e a prevenção, investigação e combate a infrações aduaneiras, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006".

Eu quero lembrar mais uma vez, que, às vezes, a gente pode causar alguma estranheza essas datas, mas não é aqui da nossa Comissão, pelo menos, na Comissão nós temos tido uma agilidade muito presente e esse próprio projeto chegou aqui há pouco tempo. Mas o atraso vem ou do Ministério das Relações Exteriores, ou da Câmara dos Deputados.

Com a palavra, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu pediria licença, Presidente e Srs. Senadores, para ler a análise, para evitar a descrição do projeto.

O tratado em apreciação justifica-se pela circunstância de as infrações contra a Legislação Aduaneira serem prejudiciais à segurança dos Estados, bem como aos seus interesses econômicos, comerciais, fiscais e sociais. Nesse sentido, o acordo segue as orientações sobre assistência mútua administrativa da Organização Aduaneira Mundial, organização internacional sediada em Bruxelas.

Iniciativas dessa natureza buscam, como indicado, nos considerando o estabelecimento de equilíbrio entre a facilitação e o controle para assegurar a livre

circulação do comércio lícito e satisfazer as necessidades dos governos para a proteção das sociedades e das receitas.

Então, eu queria só chamar a atenção que não há nenhum indicativo mínimo possível de ter qualquer rusga política nesse acordo, o acordo é de trabalho mesmo, de proteção Aduaneira.

E como segue a OAM, a Organização Aduaneira Mundial, em Bruxelas, onde eu já estive como chefe de polícia para discutir um problema de trânsito de carne entre o Brasil e a Comunidade Européia, tem uma ação fiscalizadora muito forte, muito presente e conhecedores com técnicos especialistas nessa área.

Então, eu sou favorável à aprovação, visto que não há nenhum indício de que posso trazer qualquer intranquilidade ao Brasil. Então, esse é o meu relatório, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Eu coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós temos ainda um outro, exatamente, tem um extrapauta também com Senador Romeu Tuma, já aproveitando a sua presença. Senador Pedro Simon, se o senhor puder ficar só mais um, têm um outro item referente ao Mercosul e V. Exa. como membro do Mercosul, eu gostaria que também pudesse ser o Relator *ad hoc*. Que é o do... Podemos? Podemos... Está bom. O Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas eu não nunca vou me atrever a fazer na frente dele, Sr. Presidente, até porque, o senhor tem que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, mas para poder tomar água, que ele já foi Relator de três itens, agora ele toma água enquanto o senhor relata. É que o outro é extrapauta, então, nós faríamos primeiro esse que está na pauta, que é da relatoria do Senador Alvaro Dias, que não estando presente, eu solicito ao Senador Pedro Simon que seja Relator, *ad hoc*.

É o Projeto de Decreto Legislativo nº. 487, que "Aprova o texto da Decisão nº. 33/04, do Conselho do Mercado Comum (CMC), que criou o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM), e foi adotada em Belo Horizonte, em 16 de Dezembro de 2004". Autoria da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Senador Pedro Simon, com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Do Senador Alvaro Dias, como Relator, o Executivo enviou

ao Congresso Nacional a mensagem veiculadora do Tratado em epígrafe. Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi recebida em 2007, encaminhada à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, para relatório, seguindo depois para as Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Educação e Cultura; de Constituição e Justiça e de Cidadania, Finanças e Tributação.

Na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, a Mensagem foi aprovada, na forma do Projeto de Decreto Legislativo em análise, de 11 de março de 2008. Na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a proposição foi aprovada em 02 de julho de 2008; na de Educação e Cultura, em 13 de agosto de 2008; na de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 07 de outubro de 2008; e na de Finanças e Tributação, em 13 de maio de 2009. E, finalmente, no Plenário da Câmara dos Deputados, o Acordo foi aprovado em 04 de junho de 2009.

Em 22 de junho, subsequente, o Projeto foi encaminhado ao Senado Federal, onde foi designado para ser analisado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Aqui, após o prazo regimental, durante o qual não foram apresentadas emendas, a proposição foi distribuída ao Relator signatário.

Cuida-se aqui de um importantíssimo acordo do Sistema Mercosul, um dos mais sensíveis e geradores de efeitos no âmbito da integração sub-regional. Pela Decisão do Conselho do Mercado Comum, que aprovou a criação do Fundo Educacional do Mercosul, que ora se aprecia. Esta Decisão está composta de quatro artigos e acompanha-a um anexo, que a integra.

O art. 1º cria o FEM e determina que seu objetivo é financiar os programas e projetos do setor educacional do Mercosul, com vistas ao fortalecimento do processo de integração regional.

O art. 2º estabelece que o Fundo está aberto à participação dos Estados Associados, mediante troca de notas entre o Estado interessado e o Conselho do Mercado Comum.

O art. 3º define a Reunião de Ministros de Educação com órgão responsável pela distribuição dos recursos para os programas e projetos, seguindo as diretrizes do Plano Operacional Anual para o Setor Educacional do Mercosul.

Por fim, o art. 4º estipula que o Fundo será constituído pelas contribuições nacionais dos Estados Partes do Mercosul e dos Estados Associados, dos rendimentos, contribuições extraordinárias de terceiros países, de outros organismos e do setor privado.

A decisão traz, como parte integrante, um anexo com o Regulamento do Fundo e também das contribuições por Estado Parte ou Associado. Cada Estado

Parte, de 30 mil dólares por ano, e uma contribuição variável, proporcional ao número de matrículas escolares de cada Estado Parte.

A contribuição variável atual está na tabela constante do anexo, que aponta a parcela variável do Brasil em 132 mil dólares, a maior do bloco, e a do Uruguai em dois mil dólares, a menor. O Fundo total, com esses dados, perfaria a quantia de 360 mil dólares anuais.

Como já mencionado, a distribuição dos recursos será de responsabilidade da Reunião dos Ministros de Educação do Bloco e sua administração ficará a cargo de um organismo especializado, selecionado pela Reunião de Ministros.

É de se registrar que o escopo do Fundo contribui substancialmente para as tarefas de integração do Mercosul e se ajusta também às demais instâncias institucionais do Mercosul, inclusive às do Parlamento do Mercosul, por meio de sua Comissão de Educação e Cultura e de suas competências fiscalizadoras para todos os fundos do bloco.

Segundo a Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha o ato internacional, o Ministério da Educação já dispõe de dotação orçamentária suficiente, não apenas para honrar a quota nacional, como também, para investir em contribuições específicas previstas no Fundo, como, por exemplo, para a Universidade do Mercosul e para as Escolas da Fronteira.

Com o presente acordo, portanto, o Mercosul está criando mais uma estrutura orçamentária supranacional, a exemplo do Fundo para a Convergência Estrutural (FOCEM), simplificando, assim, as condições institucionais necessárias para a edificação do bloco.

Voto. Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 487, de 2009. Sala das Comissões. O seu Relator, Senador Alvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. A matéria será, portanto, encaminhada para as providências necessárias.

Senador Romeu Tuma passando, portanto, agora, e logo depois deste Decreto, nós vamos ainda ter um outro, só mais um, que o Senador Geraldo Mesquita será o Relator *ad hoc*, por nossa solicitação e depois passamos então aos requerimentos, que nós temos aqui que são quatro requerimentos.

Senador Romeu Tuma, trata-se de uma solicitação de inclusão extrapauta, aqui, solicitada pelo próprio Presidente Sarney.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº. 505, de 2009, que “Aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica Internacional, em matéria penal, entre o Brasil e os Estados Unidos mexicanos, assinado na cidade do México, em 06 de agosto de 2007”.

Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O acordo, que ora se submete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pretende disciplinar todos os pedidos de cooperação jurídica bilateral a serem submetidos a partir da sua entrada em vigor – ainda que relativos a ações ou omissões ocorridas anteriormente, inclusive àqueles que versem sobre ações ou omissões não consideradas delitos pela Legislação interna da Parte Requerida.

Excepcionando-se quanto a esses últimos pedidos se referirem a medidas acautelatórias, assecuratórias como, por exemplo, a busca, apreensão e perdimento de bens e/ou direitos.

A propósito da proposição em análise é acelerar as investigações e tornar mais eficaz a aplicação da lei em ambos os países, mitigando a impunidade.

A cooperação não escusa o exercício de funções reservadas às autoridades nacionais pelas autoridades da outra Parte contratante e não será aplicável nos casos de: Detenção de pessoas para extradição, para a execução de sentenças penais e para a prestação de cooperação jurídica a terceiros Estados.

Referida cooperação poderá ser denegada quando se referir a: Motivos de ordem pública e segurança nacionais, que se contrastarem com a Legislação interna da Parte Requerida ou com obrigações internacionais por ela pactuadas; referir-se a ações pelas quais a pessoa processada na Parte Requerente, já foi condenada ou absolvida, pelos mesmos fatos, na Parte Requerida ou a ação penal tenha sido prescrita; referir-se a delitos propriamente militares, a crimes políticos assim definidos na Legislação da Parte Requerida; houver razões para que se acredite que o pedido foi solicitado no intuito de processar alguém por razões de raça, sexo, religião, nacionalidade, origem étnica ou ao fato de pertencer a grupo social determinado ou em função de suas opiniões políticas, quando o delito for punível com a pena de morte; quando a pessoa sujeita à investigação tiver sido definitivamente absolvida ou condenada pela Parte Requerida; ou quando o pedido não reunir os quesitos arrolados no Tratado.

Verifica-se aqui que, dentro da Legislação Brasileira da Constituição, foram preservadas o não atendimento quando do Requerente a essas denegações, que já constitui do processo do acordo.

De forma que, não havendo óbice a aprovação da matéria, o meu voto é favorável à aprovação pelo Decreto Legislativo de nº. 505, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, coloco em votação. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para devidas providências.

Vamos passar ao último item de Projeto de Decreto Legislativo, que é o Item 10, que eu solicito ao Senador Geraldo Mesquita que seja o Relator *ad hoc*. O Senador Fernando Collor, já esteve aqui presente, mas não está no momento, ele é da sua relatoria, ele não pode retornar.

É o Projeto de Decreto Legislativo 493, de 2009, que "Aprova o texto do Acordo por troca de notas, entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de pessoal diplomático e consular, celebrado em Brasília, em 27 de março de 2007".

Com a palavra, o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Presidente.

Na verdade, o acordo ora em exame nessa Comissão é a substituição acertada por troca de notas entre as Chancelarias do Brasil e da Grã-Bretanha, do acordo sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de pessoal diplomático e consular, assinado em julho de 87 e expirado em 2005.

O presente instrumento tem idêntica natureza ao acordo anterior. Ele visa permitir que os Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de uma das partes contratantes designado para exercer uma missão oficial na outra, como membro de missão diplomática ou repartição consular ou Missão junto a Organização Internacional, sejam autorizados a exercer atividade remunerada no Estado acreditado, de acordo com a Legislação do referido país e uma vez obtida a devida autorização, nos termos do presente acordo.

O acordo estabelece quem é dependente, o cônjuge, companheiro ou companheira permanente, os filhos e filhas solteiros menores de 21 anos, os filhos e filhas solteiros menores de 25 anos que estejam frequentando cursos universitários em horário integral e, os filhos e filhas solteiros portadores de necessidades especiais.

O ato permite o acesso ao trabalho aos familiares dos agentes diplomáticos, consulares e do pessoal administrativo. O objetivo da troca de notas é exatamente esse.

O Senador Fernando Collor, e eu aqui ratifico, vota pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 493, de 2009.

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós não temos, portanto mais acordos ou, temos agora requerimentos. O primeiro requerimento que está na pauta é o Item 19, é o requerimento 1.311 de 2007, de autoria do Senador Mário Couto e outros e o Relator é o Senador Eduardo Suplicy, que não está aqui presente, tem o Parecer pelo arquivamento do requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Trata-se do requerimento de voto de repúdio ao Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, pela forma antidemocrática com que impôs a reforma constitucional em seu país, tendente a consolidar seu regime autoritário e personalista de governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador. Só dizer que esse requerimento já constou na nossa pauta, em 23/04, 25/06, 15/07, 06/08 e 13/08 e é pelo arquivamento. O Senador Eduardo Suplicy não estando presente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ausência do autor e do Relator, eu sugeriria a V. Exa. que pudesse mais uma vez retirá-lo de pauta e aí faria um contato, V. Exa., com os dois Senadores, para que numa próxima reunião eles estivessem presentes. Em não estando, V. Exa. colocará como Relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tudo bem, estando de acordo também, estão de acordo, vamos adiar novamente esse relatório que é pelo arquivamento.

Item 20, Senador Flexa Ribeiro, que é o 21 e tem dois extrapauta aqui. Vamos primeiro com o Senador Flexa Ribeiro, que está na pauta.

Item 20 que é um requerimento em relação à FIFA já foi aprovado.

Requerimento nº. 53, de 2009, requer nos termos do art. 223, voto de censura à escalada do autoritarismo ao governo da Venezuela. Autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o proponente, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o requerimento que apresento e peço o apoio dos meus pares, é um requerimento que sugere um voto de censura a escalada do autoritarismo do Governo da Venezuela.

O primeiro Presidente Hugo Chávez, em 2007, não renovou a licença da RCTV. Sabe-se que a verdadeira razão desse ato antidemocrático e política deixando claro o perigoso totalitarismo que se instalava naquele país.

Naquela ocasião, em 2007, Senador Eduardo Azeredo, eu propus um requerimento com voto de repúdio ao Presidente Chávez, pela não renovação da concessão da RCTV, que era naquele instante a líder de audiência na Venezuela.

Este requerimento ficou sobrestado por vários anos e numa das últimas reuniões, V. Exa. consultando a mim, dizendo-me de que ele havia perdido o objeto, face a questão temporal e eu aquiesci a V. Exa. dizendo que nós poderíamos aprovar o seu arquivamento, o que realmente aconteceu.

E apresentei este requerimento, que está em discussão, em que, ao invés de voto de repúdio, eu proponho voto de censura. Por que isto? Porque iniciado naquele ato da não renovação da RCTV, o Presidente Chávez continuou e intensificou agora a sua ação de impedimento da liberdade de imprensa na Venezuela. Nós sabemos que a liberdade de imprensa é, sem sombra de dúvida, um dos pilares da democracia.

E, recentemente, ele sustou a renovação de mais de 200 rádios alegando que essas rádios estavam com pendências, e propondo inclusive que se criasse uma rádio popular, expressão do próprio Presidente Chávez, para operar nas frequências das emissoras cujas licenças foram canceladas como parte das chamadas: "Luta contra o latifúndio da mídia". Palavras do Presidente Chávez.

Nós estamos assistindo uma escalada naquele país irmão de uma arbitrariedade muito grande com relação a ações da chamada, do chamado socialismo bolivariano, que ele procura implementar.

E agora, ele retomando as suas ações, tenho aqui na Revista Veja, agora de 05 de agosto, Presidente Senador Eduardo Azeredo, uma matéria, uma entrevista com o Sr. Guillermo Zuloaga, que detém a concessão da televisão Globovisión, e que diz que na Venezuela só sobrou ele e que mesmo ele está sob ameaça de fechamento.

Uma das perguntas que é feita aqui na entrevista, Chávez diz o seguinte, perguntando a ele: "Chávez já ameaçou encerrar operações da Globovisión diversas vezes, por que até agora não conseguiu fazer isso?". E diz o Sr. Guillermo Zuloaga: "Entre todos os 60 processos administrativos que estamos respondendo não há um sequer que tenha embasamento legal para levar ao fechamento do canal, além disso, Chávez parece ter se conscientizado do custo político de tomar tal iniciativa". Mas não parece, porque em seguida ele fecha ou não renova a concessão de mais 200 emissoras de rádio.

E diz o Presidente Chávez, numa afirmativa sua que deve haver limites para a liberdade de expressão. Eu discordo no momento em que seu governo promove uma campanha contra "Abusos da mídia".

Senador Romeu Tuma, palavras do Presidente Chávez: "Nenhuma liberdade pode ser ilimitada onde há leis e uma Constituição". Senador Cristovam Buarque, fecho aspas. Diz Chávez na entrevista coletiva concedida nessa quarta-feira, agora: "Se não querem viver sob as leis façam como Tarzan na selva". Esta é a posição do Sr. Hugo Chávez.

Então, eu acredito que nós, pela Comissão de Relações Exteriores, temos que dar uma demonstração aos nossos irmãos venezuelanos de apoio à plena democracia, que é o regime que todos nós defendemos para o mundo inteiro e, em especial, para a América do Sul. Não podemos deixar um risco de um regime autoritário estar se constituindo num país irmão.

E, por isso, proponho e peço o apoio dos meus pares, para que se aprove esse voto de censura ao Presidente Chávez, pela forma antidemocrática e que impede a liberdade de imprensa na Venezuela. Peço, portanto a aprovação do requerimento, por parte de meus pares.

Estes são Sr. Presidente, os argumentos que gostaria que os meus pares na Comissão pudessem refletir e apoiar, para que ele saiba que no Brasil, o Senado Federal, a Comissão de Relações Exteriores acompanha e se preocupa para que a Venezuela continue tendo um regime de plena democracia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Senador Cristovam Buarque pede a palavra, em

seguida ao Senador Cristovam Buarque, Senador Romeu Tuma.

Senador Cristovam Buarque, com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Presidente, longe de mim, querer ficar contra um requerimento que luta contra o autoritarismo, de jeito nenhum.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então vote a favor.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

E acho que a gente deve ficar atento.

Mas eu gostaria de sugerir um adiamento desse voto, por duas razões, primeiro o número. É um primeiro muito pequeno aqui presente, para uma decisão tão forte, não sei se regimentalmente ou politicamente.

Segundo. No dia 12 e 13 de setembro, está marcada uma reunião do Governo da Venezuela, com representantes da UNASUL, em que o assunto será exatamente esse, para que a gente não esteja de repente votando pelo que sai na mídia, ou pelas denúncias que nos chegam.

Vamos esperar uma posição oficial das instâncias maiores do continente e de outros governos, para, aí sim, podermos votar isso com o número maior com mais informações. É o único reparo que eu faço é o momento do voto. Eu sugeriria que esse assunto viesse na próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma, com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, Presidente, eu quando, no meu primeiro mandato, eu recebi para relatar, um projeto que criava restrições à imprensa. Eu li e dei uma declaração que seria desfavorável à aprovação do projeto, porque ia cercear a liberdade de imprensa. Uma semana depois, eu perdi a relatoria, porque havia interesse do governo em cercear a liberdade de imprensa.

Então, eu fiz a manifestação e disse não mudaria o meu ponto de vista, quando proibiam autoridades em fazer declarações que não interessavam ao governo.

Então, eu não posso ser incoerente comigo mesmo, quando se procura buscar a liberdade de imprensa. E aqui, nós estamos discutindo muito isso aqui e vários membros do Parlamento do Senado têm declarado favorável à liberdade total da imprensa.

É claro que o senhor tem leis penais que possam realmente punir a irresponsabilidade, se algum jornalista criar qualquer ofensa e desvirtuar a verdade, então, nós não podemos ser contra a liberdade de imprensa, já que a Legislação normal do ordenamento jurídico protege quem se sentir agredido ou ofendido.

Então, eu sou favorável ao requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Continua a discussão, mais alguém queira discutir? Bom, a questão é uma questão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu quero só fazer uma observação, que é realmente uma questão polêmica, evidentemente. O Paraguai, essa semana, o Presidente Hugo retirou a proposta de inclusão da Venezuela na Mercosul, ele está temendo a não aprovação ele retirou do Congresso do [ininteligível] Paraguai, retirou a mensagem e, portanto...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com que argumento?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Com o argumento de que se faria novos estudos, mas, na verdade, ele está com receio de que fosse derrotado o projeto de aprovação. Então, nesse momento, houve uma modificação de posição no Paraguai, aqui nós continuamos ainda dependendo também do Parecer do Senador Tasso Jereissati.

Então, eu passo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu concordo com o Senador Flexa Ribeiro e acho que nós, brasileiros, com a história que temos, não podemos abrir mão da liberdade de imprensa. [interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Existe a proposta do Senador Cristovam Buarque, de que fosse adiado, eu consulto então os Senadores.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu sou favorável a votação, com certeza, do Senador Cristovam Buarque.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu mantenho pela votação, Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu concordaria com a votação hoje, não tem nenhum problema.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela votação, Presidente, vamos votar.

SENADOR EDUARDO SUPICÝ (PS-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Senador Eduardo Suplicy, primeiro, pede pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PS-SP): Sr. Presidente, na medida em que os Parlamentares do Mercosul, vão se reunir com representantes do governo e da oposição do Venezuela nos dias 13 e 14 de setembro, avalio como relevantes termos estas informações mais completas para, então, apreciarem, portanto eu estou de acordo com o Senador Cristovam Buarque, no sentido de adiar esta votação, me parece que é de bom senso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos ao voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Bom, vamos, deixa eu fazer só uma proposta aqui, então, é a solução mais mineira, Senador, substituindo a palavra censura por repúdio, apesar de ser...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu troquei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Já trocou?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já troquei, repúdio por censura.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas é ao contrário, repúdio é menor do que a censura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, ponha repúdio, faça que V. Exa. quiser.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Em termos diplomáticos, o repúdio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Façamos a troca e vamos a voto. Pronto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pronto, troque que o V. Exa. quiser e vamos ao voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O repúdio é menor do que censura em termos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Apoia-do, vamos ao voto.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PS-SP): Sr. Presidente, como o Senador Flexa Ribeiro está insistindo em não acatar a recomendação do Senador Cristovam Buarque, então é, necessário que haja o *quorum* e, portanto, como não temos o suficiente, não poderemos realizar a votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós temos o *quorum*, sim.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PS-SP): Não há.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O *quorum* não.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PS-SP): Eu peço verificação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A votação não é qualificada.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PS-SP): É, é necessário. Quando há questionamento, se não há o *quorum* necessário, então, não se pode fazer a votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, ontem eu assisti ao final da Sessão, um Senador Eduardo Suplicy indignado, fazendo um discurso emocionado. Eu pensei que o Senador Eduardo Suplicy fosse viver uma nova era, uma nova época, mas vi que não tem jeito, ele nem presente estava à Casa, foi orientado por algum Espírito Santo da orelha e vem a Plenário defender, sem nenhuma convicção, algo que é cristalino, que é a defesa da liberdade de imprensa.

Portanto, eu quero lamentar que aquela indignação que o Senador Eduardo Suplicy mostrou ontem no Plenário, dando murro na mesa, fugindo até um pouco seu estilo, não seja praticado aqui num momento como esse, quando, na realidade, o que se defende aqui é a liberdade de imprensa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PS-SP): O Senador Heráclito Fortes, sabe que eu sou um defensor da liberdade de imprensa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não parece, Senador Eduardo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PS-SP): E que eu defendo-a intransigentemente, mas eu avalio que sobre este caso será importante ter as informações, as mais completas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu insisto, na votação, Presidente, não há--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --por-que dando o Senador Cristovam Buarque, como o Senador Eduardo Suplicy são defensores intransigentes da liberdade de imprensa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aliás, o Senador Cristovam Buarque, ultimamente tinha me dito que estava muito decepcionado com o Chávez, parece que teve uma recaída. É natural. Vota a favor, me disse agora.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele vota a favor. Então vamos ao voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, existe a solicitação do Senador Eduardo Suplicy, de verificação de *quorum*. Nós precisamos de dez assinaturas de aprovação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós temos as assinaturas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Nós temos a presença de mais dez.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, nós temos a presença, mas o voto não é qualificado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Sr. Presidente, eu quero assegurar que se as informações forem as mais completadas e constatando a violência, contra a liberdade de imprensa, que eu votarei favoravelmente, mas eu quero seguir a recomendação do Senador Cristovam Buarque de votarmos, inclusive.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador quer votar. O Senador Cristovam Buarque concorda com a votação, ele concorda.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, eu sou contra a votação, mas se houver eu votarei a favor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Eu também votarei a favor, se houver, mas eu gostaria que dado o voto de tamanha importância tenha o *quorum* necessário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos votar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Portanto, então, eu peço vista, Sr. Presidente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Eduardo Suplicy, pede vista.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): --já que...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Acho que vai para o currículo dele essa peça de defesa do Presidente Hugo Chávez.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Requerimento não tem pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não tem vista, requerimento não é?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Requerimento não tem pedido de vista. Presidente, ou nós votamos, nós temos *quorum* suficiente. A votação não é nominal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Eu requeiro votação nominal e peço verificação de *quorum*.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não existe, não existe a votação não é nominal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): É regimental.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se ele quiser, nós vamos votar, vamos derrubar a votação nominal. Pronto, é muito simples.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Não existe isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como que não?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Regimentalmente, não pode derrubar a votação. Não pode derrubar a verificação de *quorum*.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A verificação, o *quorum* está confirmado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Imagina se tem dois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O *quorum* está confirmado. Em que apóia a verificação de *quorum*? Você precisa de três Senadores, apoiar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador, vamos continuar o debate, que fica bonito o Brasil ver o Senador Eduardo Suplicy defender aqui o Presidente Chávez.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A ditadura--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Na verdade, por favor, deixa--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --do Presidente Chávez.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do Hugo Chávez.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É bom para a biografia dele.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, V. Exa. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Deixa eu dar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, V. Exa. como Presidente dessa Comissão [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu vou tomar a decisão, por favor, o senhor pode aguardar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., como Presidente desta Comissão, V. Exa. como Presidente tem que decidir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu vou tomar a decisão, por favor. O senhor pode aguardar, Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem que decidir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu vou tomar a decisão Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Coloca em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu vou tomar a decisão. O Senador Eduardo Suplicy pede a verificação de *quorum*, entretanto, para poder ter a verificação de *quorum* ele precisa do propriamente, ele não tem o apoioamento nesse momento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não tem apoioamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Nesse momento, então não é possível fazer, ele tem apenas um, mas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não é suficiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas ele precisa do apoioamento de mais de três Senadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então coloca em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não tendo eu vou colocar em votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Dentro do que prevê o requerimento, então.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então vamos lá.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu penso que põe em votação primeiro se adia ou não. Porque se um a único aqui, se o algum, se algum se abster ficar empatado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está bom, vamos colocar se vai adiar ou não. Vamos lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu coloco em votação, se adia ou não adia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quem a favor, coloque.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Quem estiver de acordo permanece como está.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quem é o quê?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A favor para adiar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Quem está de acordo em adiar, permaneça como está. Quem estiver contra não precisa levantar o braço só. Então são três votos contrários ao adiamento, e dois favoráveis ao adiamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então vamos votar agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então vamos a votação. Eu coloco, portanto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quem é a favor do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu coloco portanto em votação o voto de censura a escalada do autoritarismo ao Governo da Venezuela, proposto pelo Senador Flexa Ribeiro. Quem estiver de acordo permaneça como está, quem estiver contrário que levante o braço.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovado por unanimidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Inclusive com o voto do Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o voto do Senador Eduardo Suplicy a favor.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PS-SP): Eu falei que votaria a favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, pronto. Por unanimidade é bom que conste na Ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está aprovado por unanimidade dos presentes.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PS-SP): Eu lamento que o Senador Flexa Ribeiro, tenha preferido votar este requerimento, com um *quorum* estão exíguo é só a observação que queria fazer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. levará.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Bom, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Lamentável é a ausência patrulha chavista aqui no Plenário da Comissão, que se reuniu.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Lamento a falta de ação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., Senador Heráclito Fortes, deu o tom necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu quero exatamente, o Senador Eduardo Suplicy só, eu não votei, evidentemente, eu quero lhe dizer isso, nós começamos a Sessão às 10h00 e a presença dos representantes do governo é sempre muito pequena, os representantes do governo são ausentes, essa que é a dificuldade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O assunto estava em pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O governo nunca está presente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Eu gostaria de justificar então a minha ausência, porque eu estava na banca de tese do Dr. Aires que, brilhantemente, apresentou a sua tese sobre a Administração de Gabinete no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está certo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Então só agora pude aqui comparecer, mas por uma obrigação lá na Unilegis, de natureza acadêmica relevante para o Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Eduardo Suplicy, eu não me referia a V. Exa., V. Exa. está aqui presente, eu estou me referindo a outro membros da base de apoio do Governo, que não tiveram presentes. Está resolvendo o problema.

Vamos passar para o próximo item. São dois itens aqui extrapauta, o item do Senador Cristovam Buarque é o Requerimento 57, que requer a realização de Audiência Pública desta Comissão para debater o necessário reequipamento das Forças Armadas, especialmente nos aspectos relacionados com a compra de submarinos e aviões de combate, considerando os seguintes pontos: com quais cenários de conflitos internacional envolvendo o Brasil trabalha as nossas forças armadas? Quais os necessários equipamentos para enfrentar os conflitos baseados nesses cenários? E em que forma os novos equipamentos são armas necessárias? Como nesses cenários o conhecimento de ciência e tecnologia é considerado um recurso fundamental? Além do equipamento físico, quais as necessidades e recursos necessários e métodos para o equipamento científico e tecnológico inclusive com o apoio ao ITA e Aramar? Quais os recursos necessários para o fortalecimento do serviço de inteligência internacional? Para debater o assunto sugerimos o próprio Ministro Nelson Jobim, ou até três expositores indicados por ele.

Senador Cristovam Buarque, antes de lhe passar a palavra, eu quero também colocar um outro requerimento, que é afim, que é de minha autoria e que tem um caráter mais de urgência do assunto. Que requer

nos termos do art. 93, seja convidado o Sr. Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha, especificamente da Marinha, para participar aqui também conosco, para que faça uma exposição no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para fazer exposição acerca do projeto submarino nuclear brasileiro.

Eu complico por que esse projeto do submarino já tem a previsão votação na Comissão de Assuntos Econômicos, já próxima semana, nos recursos necessários para esse projeto.

Então seria importante que nós pudéssemos ouvir já, de imediato, na próxima semana, eu já fiz o contato com o Comandante da Marinha, com o responsável pela Marinha, no sentido de que ele já viesse a semana que vem.

O requerimento do Senador Cristovam Buarque é mais amplo, no aspecto que envolve também os caças e o equipamento como um todo. Eu colocaria os dois requerimentos para votação.

Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, eu coloco esse requerimento, não por ter qualquer ressalva contra reequipamento das Forças Armadas, Senador Romeu Tuma, e compra desses equipamentos, tanto submarinos quanto os caças. Agora, eu tenho uma curiosidade, como é que esses equipamentos se situam no cenário de guerra que se prevê para o futuro? Qual a função desses equipamentos nos conflitos que, porventura estejam previstos no nos nossos cenários de guerra.

Quanto se trata, por exemplo, da Amazônia, o que se fala é que menos submarinos e caças e mais armas locais é que são necessários. Eu quero ouvir isso.

Segundo, o que me interessa saber, é como é que as Forças Armadas hoje veem o papel inteligência em dois sentidos, Senador Romeu Tuma. Tanto a inteligência de informações quanto a inteligência de ciência e tecnologia.

Gastar oito bilhões na compra de dois submarinos, requer a gente saber qual é a competência que vamos adquirir para fabricar submarinos daqui para frente. E caças também. Então, as Forças Armadas estão gastando quantos bilhões em ciência e tecnologia? Eu não estou propondo parar essa compra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A compra tem que ver com a tecnologia.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu estou propondo, colocar mais dinheiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ela tem que vir com a tecnologia.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro, colocar mais dinheiro para a ciência e tecnologia.

gia e saber a assistência técnica da França, pode ser uma assistência técnica que a gente nem seja capaz de copiar depois. Então tem que investir nos projetos que já vem desde os militares desenvolvendo ciência e tecnologia, talvez, esse dinheiro seja capaz da gente produzir esses equipamentos.

Então vamos ouvir o Ministro sobre os cenários de guerra e essas armas e quanto investimento do setor de informações, por ciência e tecnologia e por o que chamam-se aí de espionagem mesmo. Qual é a capacidade da gente saber o que está acontecendo nos outros países?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero parabenizar o Senador Cristovam Buarque, pela proposição que ele apresenta e a preocupação, que é de todos os brasileiros, com as notícias da compra de armamentos por parte do Governo, que é importante e nós sempre defendemos aqui, ao longo de todo o nosso mandato, a reestruturação das Forças Armadas Brasileiras.

Isso é uma defesa permanente do Senado Federal. As Forças Armadas Brasileiras, que estavam sucateadas, precisam realmente de investimentos para que elas sejam modernizadas e aparelhadas, mas é importante que a Comissão de Relações Exteriores também possa se posicionar com relação às transações que estão sendo feitas, que segundo notícias da imprensa dizem respeito não só a qualificação do armamento, como também e, principalmente, a transferência de tecnologia, como o Senador Cristovam Buarque, se refere aqui, porque é importante para que no futuro o Brasil seja competente, Senador Heráclito Fortes, na produção desses armamentos. Ela tenha essa expertise.

Então, eu pediria Senador Cristovam Buarque, se V. Exa. permitir, eu aprovarei e pediria que fosse feita essa inclusão no seu requerimento aqui, aprovarei na Comissão de Ciência e Tecnologia um requerimento nos mesmos moldes, para que possamos fazer em conjunto a reunião com a Comissão de Relações Exteriores e de Ciência e Tecnologia, para que possamos ouvir do Ministro, as informações sobre as tratativas para a reestruturação das Forças Armadas Brasileiras.

Então, esta é a minha solicitação, que seja já com o apoio do autor, Senador Cristovam Buarque, que a reunião seja conjunta entre CRE e CI e farei aprovação na próxima reunião da CI, para também que possamos fazer essa Audiência Pública conjunta,

já que se trata de defesa nacional e de transferência de ciência e tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Então, nós vamos colocar os dois requerimentos, o requerimento 57 do Senador Cristovam Buarque, com esse aditivo que será conjunto e aí nós vamos entrar em contato com o Ministro Nelson Jobim, para que possamos fazer essa audiência mais ampla.

E o requerimento, já para a próxima semana, em que o representante da Marinha, o comandante está viajando, mas que o representante da Marinha possa aqui fazer uma exposição específica sobre o submarino nuclear, que já vai ser objeto de votação também na Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto não vem a está Comissão ele vai ser votado apenas na Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pergunto a V. Exa., se no requerimento do Senador Cristovam Buarque, nós ouviremos só o Ministro, não os comandantes das Forças?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O que está colocado é que o próprio Ministro sugira três expositores indicados por ele, que o Ministro indique quem deve falar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu faria também um adendo, que fosse o Ministro e os três comandantes das Forças, que estão recebendo os equipamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Estão de acordo? Ok, coloco, portanto em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Estão aprovados, portanto, ambos os requerimentos, com essas alterações previstas no requerimento 57, para que o convite seja sugerido ao Ministro Nelson Jobim e os três comandantes das três Forças e, também, que seja conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia.

O da Marinha para a próxima semana não é conjunto é apenas uma exposição sobre o projeto específico do submarino nuclear.

Nós temos ainda só, já terminando a votação, o Senador Paulo Duque pode votar, o Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Questão de ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou em dúvida, eu apresentei dois requerimentos extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Já foram aprovados, todos dois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas foi aprovada a inserção na pauta, ou já eles foram inseridos e aprovados?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Me informa o nosso Secretário Alexandre, que foram inseridos e aprovados.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Naquele momento em que era presidido pelo Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu estava recebendo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado.

Agora, com relação ainda a primeira parte da pauta. Como vai Senador, tudo bem? O nosso Senador Paulo Duque está bem de saúde, felizmente, não é Senador? Então, nós vamos passar.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PS-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Nós vamos ter que suspender a Sessão, para poder fazer a apuração da cumulativamente para Malta, do Embaixador George Ney.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PS-SP): Será brevíssimo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Antes, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PS-SP): Apenas um aditamento de requerimento, em relação ao que o Senador Geraldo Mesquita apresentou, sobre a situação dos brasileiros ali na Bolívia, para que, juntamente com o Embaixador da Bolívia, seja convidado o Embaixador Eduardo Gradilone Neto, Diretor do Departamento das Comunidades de Brasileiros no Exterior, que justamente está realizando um esforço para mediar um entendimento sobre o caso, então avalio que será de grande relevância, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É Embaixador da Bolívia?

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PS-SP): Ele foi convidado, o Embaixador da Bolívia, pelo Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Embaixador da Bolívia no Brasil?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PS-SP): No Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Foi aprovado já o requerimento do Embaixador da República no Brasil, para participar dessa discussão.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PS-SP): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Assim como o Embaixador da Colômbia esteve conosco aqui há poucos dias.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PS-SP): Estou apresentando um aditamento para que o Embaixador Gradilone, possa colaborar no esclarecimento sobre como é que é que o Itamaraty, do Departamento de Estrangeiros, possa colaborar, então, eu acho que seria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu acho que poderia ser no mesmo dia, mas em audiência conjunta, para não ferir suscetibilidades.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Juntas não, separadas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para não ferir suscetibilidades, nós estamos trazendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas, não caso, não acredito que haja.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PS-SP): Não há problema por que.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Embaixador vai explicar o que o país está fazendo.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PS-SP): Embaixador amigo de país amigo.

[sobreposição de falas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas não é assunto conflitante?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu não acredito que--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu creio que o importante é justamente chegar a.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Existe conflito, eu acredito que é eventual expulsão de brasileiros de terras bolivianas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu faria uma sugestão, que fosse consultado o autor do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está certo, consultamos o autor do requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PS-SP): Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De antemão, se houver concordância.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Deixamos, aprovado, eu acho que podemos aprovar.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PS-SP): Se eu consigo tão bem me dar com o Senador Heráclito Fortes, sobre assuntos sobre os quais temos divergência, imagine o Embaixador da Bolívia com o Diplomata Brasileiro do Departamento de Estrangeiros Sr. Presidente. Eu consigo aqui me dar tão bem com o Senador Heráclito Fortes e o Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ótimo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Manda ligar, Senador. Manda ligar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos votar, portanto.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PS-SP): Eu ligo, eu ligo, apesar da sua observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Se houver.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PS-SP): Eu ligo, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu antecipo, que se os Senadores me derem a delegação--

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PS-SP): Eu ligo, estou certo de que ele vai ser a favor também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): --que se houver alguma modificação os senhores me dão a delegação, se houver alguma dificuldade nós faremos separadamente. Se houver concordância, se não houver nenhuma dificuldade dos dois estarem presentes, nós faremos em conjunto.

Coloco, portanto em votação. Aprovado o requerimento de aditamento feito pelo Senador Eduardo Suplicy, com essa delegação condicional de ser conjunto ou não.

De acordo com o disposto na Constituição, eu suspendo, transformo a reunião em secreta, não suspendo, transformo a reunião em secreta, não para que seja ouvido o Embaixador, porque ele não está aqui presente, já que é um posto cumulativo, mas para que possamos fazer a apuração dos votos.

Convido os Senadores, Senador Heráclito Fortes e Senador Flexa Ribeiro, para atuarem como escrutinadores, solicitando, portanto que permaneça apenas

o Embaixador Sérgio, aqui conosco e os outros por favor, nos deem licença para a apuração.

[Sessão secreta às 12h04].

[Sessão reaberta ao público às 12h07].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A reunião está reaberta. Comunico a aprovação do Embaixador George Ney de Souza Fernandes, para, cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia, também exerça o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Malta. O resultado é que foi aprovado por unanimidade.

Não há, portanto, mais nenhum assunto a ser tratado, eu declaro encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h07.

ATA DA 31ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Renato Casagrande**, **Wellington Salgado de Oliveira**, **Flávio Torres**, **Eduardo Suplicy**, **Antônio Carlos Valadares**, **Francisco Dornelles**, **Geraldo Mesquita Júnior**, **Marco Maciel**, **Heráclito Fortes**, **João Tenório**, **Fernando Collor**, **Flávio Arns**, **Leomar Quintanilha**, **Eliseu Resende**, **Cristovam Buarque**, **Augusto Botelho**, **Inácio Arruda e Tasso Jereissati** Justificam a ausência os Senadores **Flexa Ribeiro** e **Roberto Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente informa que recebeu na Comissão carta do Senhor Robert Amsterdã, da Amsterdam&Peroff, encaminhando relatório daquela instituição sobre as violações de direitos humanos na Venezuela e a destruição sistemática do sistema judicial do país. Comunica, também, a presença do Almirante-de-Esquadra **Aurélio Ribeiro da Silva Filho** – Chefe do Estado-Maior da Armada, Tenente-Brigadeiro-do-Ar **Marco Aurélio Gonçalves**

Mendes – Secretário de Política Estratégica e Assuntos Internacionais, General-de-Divisão **Sérgio Etche-goyen** – Assessor Especial do Ministro. **Extra pauta:** Requerimento nº 63, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando “*Nos termos dos artigos 39, inciso I e 40, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização para cumprir missão oficial no período de 7 a 9 de setembro, representando a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em encontro que abordará o tema “O Agro-Negócio no Brasil e sua Inserção Internacional”, a ser realizado na Embaixada do Brasil em Paris, conforme convite anexo*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Augusto Botelho** para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. **Extra pauta:** Requerimento nº 62, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando “*autorização para que missão parlamentar represente esta Casa em viagem oficial à Nova Zelândia e ao Canadá. Informo que esta missão parlamentar terá a minha participação e do Senador Heráclito Fortes da seguinte forma: O Senador Heráclito Fortes desempenhará a missão na Nova Zelândia no período de 04 a 11 de setembro do corrente e a minha participação será, também, na Nova Zelândia e Canadá no período de 7 a 14 de setembro do corrente, conforme programação anexa*.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Augusto Botelho** para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. O Presidente dá início à pauta da reunião. O Presidente inicia a apreciação da Pauta. Audiência Pública “*Para debater o necessário reequipamento das Forças Armadas, especialmente nos aspectos relacionados com a compra de submarinos e aviões de combate, e também, sobre o projeto Submarino Nuclear Brasileiro (NUC), em atendimento aos Requerimentos nº 57 e 59, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Azeredo, respectivamente, aprovados dia 20/08/2009, e Requerimento nº 34 – CCT, de autoria do senador Flexa Ribeiro, aprovado dia 26/08/2009*”. O Presidente convida para compor a mesa o Ministro de Estado da Defesa **Nelson Jobim**. O Presidente concede a palavra ao Ministro **Nelson Jobim** para fazer sua exposição. Assume a Presidência o Senador **Lobão filho**, Presidente em exercício da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Os Senadores **Heráclito Fortes**, **Cristovam Buarque**, **Francisco Dornelles**, **Flávio Arns**, **Eduardo Suplicy** e **Eduardo Azeredo** fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e doze minutos, lavrando, nós, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e Irlene Martins Pinheiro, Secretária Adjunta da Comis-

são de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; – Senador **LOBÃO FILHO**, Presidente em exercício da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL-CRE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA – CCT

31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL CONJUNTA COM A 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 22 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas de reuniões anteriores, da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Ciência e Tecnologia. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

Antes de iniciar a Audiência Pública, nós temos dois assuntos mais rápidos, primeiro um comunicado que quero transmitir aos Srs. Senadores que recebemos na Comissão carta do Sr. Robert Amsterdam da Amsterdam and Peroff encaminhando relatório daquela instituição canadense sobre as violações de direitos humanos na Venezuela e a destruição sistemática do sistema judicial do país. Os Senadores que tiverem interesse podem solicitar uma cópia na secretaria da Comissão. Por outro lado, eu solicito também ao Senador Augusto Botelho, nós temos... É um Requerimento dentro do que previa o regimento, as autorizações de viagens internacionais devem ser aprovadas previamente aqui pelo Senado, por esta Comissão, de maneira que o primeiro trata-se de um requerimento e que eu passo a palavra ao Senador Augusto Botelho autorizando o Senador João Tenório em missão oficial no período

de 07 a 09 de setembro para falar sobre agronegócio no Brasil e sua inserção internacional na França, e o segundo Requerimento também já, em seguida, passo ao Senador Augusto Botelho que faça a leitura como Relator, trata-se de viagem a convite do Governo da Nova Zelândia e também viagem ao Canadá para participação na Conferência do Fórum Interparlamentar das Américas nos dias 13 e 14 do mês.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal prevê que a ausência de Senador quando incumbido de representação da Casa ou ainda no desempenho de missão no país no exterior deverá ser autorizada mediante deliberação do plenário, se houver ônus para o Senado.

O Senador comunica que em cumprimento ao disposto do art. 39 do regimento interno, o Senador João Tenório se ausentará do país para participar do encontro que abordará o tema: o agronegócio no Brasil e sua inserção internacional, a ser realizada em 08 de setembro na Embaixada do Brasil em Paris. Promovido em conjunto pela Câmara de comércio Brasil/França e pela MRSA Consultoria Ltda., com patrocínio e apoio da Companhia Hidroelétrica de São Francisco, a Chef da Empresa Brasileira de Agropecuária – Embrapa. O encontro constará de três conferências básicas que abordarão o cenário econômico brasileiro frente à crise mundial, o agronegócio no Brasil sob o ponto de vista do Ministério da Agricultura e Pecuária e agroenergia do Brasil e as possibilidades de inserção internacional. Trata-se, pois, de importante evento na difusão do nosso país como potência no campo agroalimentar e agroenergético.

O voto. Diante do exposto o meu voto é pela aprovação da solicitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

O outro Requerimento, por favor, Senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Requerimento dentro do mesmo art. 40, o Senador informa que em cumprimento do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Heráclito Fortes se ausentará do país no período de 4 a 11 de setembro do corrente ano e o Senador Eduardo Azevedo no período de 7 a 11 do mesmo mês para o desempenho desta missão que será dividida em duas partes: a primeira consiste em viagem à Nova Zelândia com passagem pela cidade de Washington, Auckland, Remington, Christchurch e a convite do Parlamento

neozelandês, entre os dias 4 e 12 de setembro onde serão debatidos os temas de cooperação educacional, acordos sobre programa férias e trabalho, parceria agroindustrial e mudança climática, ademais de proporcionar a discussão acerca do aprofundamento das relações bilaterais entre Brasil e Nova Zelândia, a segunda parte compreende uma viagem à cidade de Ottawa no Canadá, somente com a participação do Senador Eduardo Azevedo para a 6ª Assembleia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA nos dias 13 e 14 do mesmo mês. Visando promover a participação parlamentar no sistema interamericano e o incremento do diálogo interparlamentar sobre questões importantes para o hemisfério.

Informo ainda que o Governo neozelandês ficará a cargo da hospedagem dos parlamentares no período de 04 a 12 de setembro.

Voto. Diante do exposto o meu voto é pela aprovação da solicitação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, portanto, agora já com a presença do Senador Lobão Filho, vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia a esta audiência conjunta das duas Comissões: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Esta Audiência Pública é para debater o necessário reequipamento das Forças Armadas, especialmente, nos aspectos relacionados com a compra de submarinos e aviões de combate, e também sobre o projeto submarino nuclear brasileiro em atendimento aos Requerimentos nº 57 do Senador Cristovam Buarque, nº 59 de minha autoria e também o nº 34 de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Convido para compor a Mesa o Ministro Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa que aqui comparece novamente. O Ministro já esteve aqui recentemente para falar sobre a estratégia nacional de defesa.

Registro ainda a presença do Almirante de Esquadra Aurélio Ribeiro da Silva Filho, Chefe de Estado Maior da Armada, Tenente Brigadeiro do ar Marco Aurélio Gonçalves Mendes, Secretário de Política Estratégica e Assuntos Internacionais, e do General de Divisão Sérgio Etchegoyen, Assessor especial do Ministro.

Ministro, já dando segmento, portanto, à audiência, já lhe passo, de imediato, a palavra, agradecendo, mais uma vez, o seu pronto atendimento aos convites desta Comissão.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Srs. Senadores, senhoras e senhoras. Cabe-me fazer uma exposição sobre os trabalhos que estamos desenvolvendo em relação ao submarino nuclear e aos submarinos convencionais e as negociações que estão sendo produzidas com o Estado francês.

Eu vou fazer uma exposição global sobre o tema em todos os seus âmbitos. Vejam os Srs. Senadores... Srs. Senadores, os temas que nós vamos expor agora aos senhores dizem respeito primeiro ao ambiente estratégico que nós analisamos, segundo a questão específica da Marinha do Brasil dentro do conjunto do ambiente estratégico brasileiro, e depois o submarino convencional, submarino propulsão nuclear e por último os aspectos econômicos financeiros do contrato com os franceses.

A primeira questão que eu queria mostrar aos senhores é em relação à Convenção do Mar de 1982 para que seja compreendida claramente qual é a situação jurídica do mar nas proximidades do litoral brasileiro.

A convenção do mar estabelece como limites marítimos no que diz respeito a esta questão, primeiro: uma linha base do litoral que já foi fixada no Brasil há alguns anos. Dessa linha base 12 milhas marítimas da linha base constituem o mar territorial. Aqui o país tem soberania sobre o subsolo marítimo e sobre a coluna d'água, como também tem soberania sobre o espaço aéreo. Logo após, pela convenção do mar, vem a zona contígua em que essa soberania reduz-se, não obstante a isso o país tem controle do subsolo... Nós temos a zona contígua que são mais 12 milhas e nós temos um conjunto de 24 milhas.

A seguir nós temos a chamada zona econômica exclusiva, na zona econômica exclusiva o país tem a propriedade, digamos assim, do subsolo marítimo como também tem a propriedade de todas as riquezas existentes sobre as águas. Agora observem bem, esta zona que é a parte zona econômica exclusiva é uma zona de passagem de qualquer navio de qualquer país que se chama passagem inocente. A única parte onde temos soberania absoluta são as 12 milhas. Temos soberania e propriedade do subsolo e também das riquezas da coluna d'água, isto corresponde ao que nós conhecemos por zona econômica exclusiva. No entanto, a Convenção do Mar previa ainda que se a plataforma continental do país fosse além das 200 milhas, poderia o país estender a legitimidade sobre o subsolo e não sobre a coluna d'água até o limite da borda exterior da plataforma continental e com outro limite não passando de 350 milhas. Então, o que é que temos? Nós temos o seguinte: zona econômica exclusiva 200 milhas, zona econômica, ou seja, borda exte-

rior da plataforma continental 350 milhas, e aqui está o bordo exterior, e aqui está a plataforma continental.

Então, eu queria observar para os senhores o seguinte, e aqui é importante ter presente isto considerando a soberania brasileira. Nessa região aqui, até aqui o Brasil tem titularidade sobre a riqueza das águas e sobre a riqueza dos fundos marinhos, a partir das 200 milhas até 150 milhas o Brasil não tem controle sobre a riqueza do mar, da coluna d'água, mas tem controle sobre o subsolo marítimo. Essa é a diferença fundamental, ou seja, nós temos até 350 milhas em 150 milhas no subsolo é do Brasil, na riqueza acima das 150 milhas posteriores as 200 milhas nós não temos controle, não temos propriedade sobre as riquezas, ou seja, peixes etc., sendo que nas 200 milhas nós temos titularidade sobre a coluna d'água e sobre o subsolo. Isso é para compreender a situação...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Entre 200 e 350 qual é a situação?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, a situação dos 200 veja, repito, as 200 milhas correspondem à zona econômica exclusiva. Nestas 200 milhas nós temos titularidade absoluta sobre o fundo marinho e sobre as riquezas existentes da coluna d'água. Nos outros 150 que completam os 350, nas outras 150 milhas nós temos somente titularidade do fundo marinho, mas não temos titularidade sobre a riqueza na coluna d'água.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A lagosta só 200 m?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Peixes, etc., etc., e etc. Isso é importante. Agora vamos deixar bem claro o seguinte: a zona econômica exclusiva independentemente da borda continental, da plataforma continental o país tem a zona econômica exclusiva até 200 milhas, agora se e somente se a plataforma continental daquele país limítrofe ou litorâneo se estender além das 200 milhas é que vai se estender este pedaço. E se se estender além de 150 milhas não pode. O limite na borda do limite exterior da barra continental é 150 milhas. Perceberam, entenderam agora o problema? Por exemplo, se a borda continental terminasse aqui nós tínhamos até 200 milhas, se a borda continental termina aqui nós não vamos ter mais 150. Depende da existência da borda continental. Correto?

Com isso nós temos o seguinte: sobre as 12 milhas marináticas o espaço aéreo nacional se estende até 12 milhas náuticas, após isso o espaço aéreo é internacional. Ou vejam que os limites marinhos e os limites do espaço aéreo são distintos, em cima espaço aéreo internacional começam as 12 milhas náuticas da linha base do litoral. Este, digamos, é o pano de fundo jurídico da Convenção do Mar de 1982.

Aqui eu apresento aos senhores a questão do pré-sal. Aqui temos Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e aqui estão todas as bacias, a Bacia do Espírito Santo, a Bacia de Campos e a Bacia de Santos. E agora eu mostro aos senhores o que é que se passa sobre esse tema. Esta zona azul que os senhores estão vendo aqui são as 200 milhas, ou seja, aqui nós estamos com as 200 milhas totalmente inscritas. Quando o Governo Sarney iniciou, iniciou no Governo Sarney os trabalhos da Marinha e da Petrobras para o levantamento da borda exterior da plataforma continental, chamava-se projeto Leplac, apresentamos o projeto Leplac à ONU que é aquela parte cinza, ou seja, ali estão os limites do bordo exterior da plataforma continental brasileira até o limite máximo desse bordo. Então, vejam bem, nós crescemos ao país essas áreas aqui, e aquele lá de cima. Aqui a plataforma continental não passava de 200 milhas, portanto, não podia ser estendida até 350 milhas. Com isso nós temos a seguinte realidade territorial: o território emerso do Brasil é 8.5 milhões de kms², que é isso aqui. A zona econômica exclusiva que é a parte azul nós temos 3.5 milhões de kms², a extensão da plataforma continental submetida à ONU dá mais 1 milhão de kms² o que nos dá um total de águas a parte do mar de 4.5 milhões de kms². Agora observem bem, ainda há uma controvérsia na ONU nesta parte em que a ONU faz recomendações sobre a pretensão brasileira neste ponto, uma discussão técnica que vai ser resolvida pela comissão, junto à divisa com a Guiana Francesa, tem ainda um pedaço de uma discussão que a ONU está submetendo... Nós estamos submetendo à discussão é um pequeno pedaço em frente à Fortaleza e tem um pedaço aqui embaixo em frente ao Brasil. Aqui havia um problema que já foi resolvido, ou seja, a ONU reconheceu que Trindade e Martim Vaz estão dentro da cordilheira correspondente à plataforma brasileira. Então, na verdade, o que nós temos hoje, em linhas gerais, são 4.5 milhões de kms² de águas jurisdicionais brasileiras, quando eu falo águas jurisdicionais eu estou falando riqueza da coluna d'água do subsolo e riqueza do subsolo, e temos 8.5 milhões de kms² de zona do território emerso.

Agora eu queria mostrar aos senhores uma imagem sobre um problema geopolítico importante levantado pelo Ministério da Defesa. Observem bem. Nós temos aqui em azul mais claro e em azul mais escuro o zona total do Brasil. Aqui está a África com toda a zona, o Brasil fez o levantamento do bordo dos limites exteriores da plataforma continental da Namíbia, vai fazer em negociações com a Angola e chamou atenção do tema para a África do Sul. Nós conversamos com Angola, Namíbia, África do Sul, já conversamos também, embora, Congo Quinxaga é pequeno, porque

são 20 km de litoral, é um bico, e depois a parte da África do Norte, ou seja, Marrocos etc.

Qual é o problema que temos? Esta área, aqui são ilhas inglesas que eu vou mostrar aos senhores que são águas também de zona econômica exclusiva dos ingleses. A área em azul escuro entre a África e a América do Sul corresponde àquilo que em direito do mar se chama área que é a parte internacional que é controlada ou disciplinada pela Convenção do Mar. Os ingleses têm isso aqui. Os ingleses têm a Ilha de Ascensão, a Ilha de Santa Helena, Tristão Cunha, Bock(F), Sandwich, Geórgia, Orçada e Malvinas. Malvinas lembrem-se de toda esta disputa, inclusive, da guerra de Malvinas. Aqui os senhores observem o cinturão estratégico ou a linha estratégica inglesa sobre o Atlântico Sul.

Agora dentro da área na parte azul escura e isso é importante que os senhores estejam presentes, nós temos outro fenômeno. Aqui nós temos o seguinte, os senhores observem esses quadradinhos aqui. Esses quadrados correspondem ao que já foi identificado de riquezas nos fundos marinhos, os fundos marinhos tem nódulos polimetálicos, tem sulfetos polimetálicos e crostas cobaltíferas que são minérios. Vou dar um exemplo. Os senhores estão observando zona aqui, uma luz mais clara aqui, isto aqui é a chamada elevação do Rio Grande. Está há 450 milhas do litoral do Brasil e é uma zona onde já há pesquisas por parte de alemães e russos em relação aos nódulos polimetálicos dos fundos marinhos, que dão riquezas, ou seja, são minérios que podem ser explorados por qualquer país ou qualquer empresa e não precisam ser empresas que estejam dentro ou sob a titularidade dos países correspondentes a esses litorais, quer africanos, quer brasileiros, argentinos ou uruguaios.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual o procedimento?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Acontece o seguinte: O país faz pesquisa, qualquer país faz pesquisa nessa região da área, submete essas pesquisas a uma comissão de fundos marinhos da ONU, e a comissão de fundos marinhos da ONU pode fazer uma autorização, uma espécie de "concessão" para que aquele país explore o fundo marinho, e cada linha de exploração é um nódulo, é um polígono de 10 km por 10 km, sendo que cada país pode agregar a si conjuntos e até 25 subconjuntos, o que dá 2.500 km². Ou seja, a comissão dos fundos marinhos poderá outorgar a exploração de até 2.500 km² do fundo marinho a qualquer pretendente, dependendo se cumprir as regras estabelecidas pela própria comissão de fundos marinhos da ONU. Observem bem. Quando o Brasil fez o levantamento para nós levantarmos à ONU e sus-

tentarmos à ONU a plataforma continental brasileira para estender até 350 milhas, evidentemente, que o levantamento feito pela Marinha veio, mais ou menos, até esse ponto do Atlântico, nós levantamos até aqui os fundos marinhos.

E outros países fizeram outros levantamentos e nós identificamos o seguinte: Aqui, o que os senhores estão vendo aqui, observem que tem uma lógica aqui. Estas aqui são as chamadas crostas cobaltíferas e sulfetos polimetálicos que estão na chamada cordilheira meso-atlântica que, de acordo com os geólogos, surgiu com a separação dos continentes. Nesta cordilheira meso-atlântica nas crostas cobaltíferas os japoneses identificaram, encontraram um ser vivo porque aí envolve também o ser vivo que pode produzir hemoglobina humana, ou seja, tem uma bactéria nesta região que os japoneses têm condições de, trabalhando cientificamente em laboratórios, de transformar em hemoglobina humana, ou seja, uma riqueza brutal. E também temos aqui os nódulos metálicos e os sulfetos metálicos que estão no fundo do mar. Esta concessão pode ser feita ou esta autorização pode...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: A empresa e o país. Empresa legitimada por país, mais ligada, porque normalmente é empresa, o Pacífico já tem isso, no Atlântico ainda não, no Atlântico Sul ainda não temos. Mas observem bem, temos riquezas, mas já temos pesquisas desenvolvidas pelos alemães e russos aqui na chamada elevação do Rio Grande onde é rica em nódulos de manganês.

As concessões, Srs. Senadores e Senadoras, essas concessões, como eu acabei de dizer, poderão chegar a 2.5 km² para explorar no fundo do mar. Ora, se nós temos uma autorização para explorar no fundo do mar, evidentemente, que quem estiver explorando esta riqueza no fundo do mar num espaço de 2.5 km² o que é que nós vamos ter? Nós vamos ter instrumentos na superfície, plataformas na superfície que dão suporte logístico para a exploração do fundo marinho. Correto? Logo teremos em cima no mar, na superfície do mar plataformas fixas para explorar a concessão.

Agora eu vou colocar em cima do mapa as linhas marítimas comerciais brasileiras de exportação. 90 e poucos por cento da riqueza brasileira utilizam as linhas marítimas do mar. Observem as linhas marítimas brasileiras como também as linhas marítimas das Antilhas, chilenas, alemães e italianas olhem onde passam isso. Ou seja, as linhas marítimas brasileiras passam por sobre as áreas que são ricas. E aqui nós temos um problema, ainda não resolvido com a África ou, melhor ainda, não resolvido na Organização das

Nações Unidas que corresponde aqui, como é que faz, por exemplo, aqui ou como é que faz aqui? Se uma linha marítima coincidir com uma plataforma de exploração de fundo marinho quem paga o custo que vai aumentar porque esta linha terá que mudar, porque esta linha terá que fazer um desvio e ao fazer o desvio sobre essa plataforma nós temos um aumento do custo do frete, um aumento do custo do transporte da produção.

O Pacífico já tem, mas o Pacífico não tem problema de linhas marítimas, o Pacífico hoje é uma parte correspondente ao Equador e um pouco ao sul do Equador. Esse assunto não foi debatido ainda na ONU. Eu fiz uma conversa com a África do Sul, com a Namíbia, com a Angola com Quinxaxa e também com Marrocos para levantar o problema e dizer que nós temos interesses geopolíticos idênticos. Foi identificada, inclusive, pela África do Sul a necessidade de nós termos uma política unificada no tratamento do Atlântico sul sob pena de chegarmos tarde, e aí temos um controle, ou seja, a distribuição de todo o Atlântico Sul em prejuízo das linhas marítimas dos países litorâneos. Eu estou querendo colocar para os senhores o universo do que nós estamos tratando.

Agora eu vou falar sobre a Marinha do Brasil. Mas antes disto eu queria mostrar que na estratégia nacional de defesa aprovada pelo Sr. Presidente da República e elaborada pelo Ministério da Defesa nós tínhamos que na maneira de conceber a relação entre as tarefas estratégicas da Marinha, ela tem três tarefas estratégicas: a negação do uso do mar, o controle das águas marítimas e a projeção de poder, são estas as funções estratégicas das marinhas do mundo, negação do uso do mar, controle de áreas marítimas e projeção de poder.

Na discussão que se estabeleceu sobre esses três pressupostos estratégicos, ficou claro e definido pelo Brasil e pelo Governo de que nós não poderíamos ser iguais nas três, nós não poderíamos tratar a função estratégica de negação do uso do mar de forma igual ao controle das águas marítimas de projeção do poder porque correríamos o risco de sermos medíocres nas três, tendo em vista a vastidão dos 4.5 milhões de km² das águas jurisdicionais brasileiras, além das águas marrons que são as águas dos rios, as duas grandes bacias, a Bacia do Amazonas e a Bacia Paraná-Paraguai.

Foi estabelecido então a seguinte ordenação na estratégia nacional de defesa: vamos privilegiar a negação do uso do mar como primeira função estratégica da Marinha, a segunda o controle das águas marítimas e a terceira a projeção do poder. Ou seja, a ordenação é a negação do uso do mar a terceiros

das nossas águas jurisdicionais, segundo: o controle das águas marítimas, e o terceiro a nossa projeção de poder. A projeção de poder praticamente para nós de baixa densidade, porque corresponderia à tentativa expansionista e o Brasil nunca tem pretensão expansionista.

Então, vejam, dentro deste critério a primeira tarefa da Marinha relativa à negação do [ininteligível] é a defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas; a segunda é a defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos, das ilhas oceânicas e das águas jurisdicionais brasileiras. Nós teríamos as plataformas petrolíferas com objetivo principal e teríamos como também objetivo as águas jurisdicionais brasileiras no seu conjunto global.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ministro, me permita só interromper um momento. Eu vou pedir licença porque eu vou a uma oração no Plenário aqui do Dia do Soldado, então passo a Presidência ao Senador Lobão Filho que é presidente da CCT e retorno ainda.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Fique à vontade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ministro, aproveitando. A negação do uso do mar, quer dizer, a proteção do uso do mar para nós e negação pelos outros?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Essa expressão técnica: negamos o uso do mar para terceiros que não brasileiros.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito. E defesa pró-ativa.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Pró-ativa é no sentido, eu volto lá, no sentido de nós termos ações pró-ativas e termos instrumentos no local para negar o uso do mar, se for necessário. Esse é o sentido pró-ativo, não podemos ficar esperando para depois chegar. Temos que estar lá, ou seja, a negação pró-ativa é esse o sentido, como também a negação pró-ativa das instalações navais portuárias e as águas jurisdicionais e arquipélagos e ilhas oceânicas, ou seja, não precisamos deixar que a coisa aconteça para depois nós não estarmos lá, nós temos que estar lá antes que aconteça. Por quê? Porque a política estratégica fundamental do Brasil em termos de defesa é dissuasória e a presença dissuade a tentativa, a presença brasileira neles locais dissuade a pretensão de terceiros de vir a esses locais, terceiros que eu me refiro podem ser nações. Hoje, Senador Cristovam, nós estamos num mundo de conflitos assimétricos, estão cada vez mais desaparecendo os conflitos convencionais que são conflitos entre Estados, normalmente são conflitos de Estados com organizações criminosas e isso nós

encontramos os conflitos que ocorrem na margem da Somália com piratas, os conflitos que se deram, por exemplo, no Iraque hoje, os conflitos no Iraque são conflitos assimétricos, não é um conflito de um Estado nacional com outro Estado nacional é um conflito de um Estado nacional com organizações não nacionais, criminosas e ideológicas, políticas etc.

Continuo, Senador. A terceira determinação em relação à Marinha é prontidão para responder a qualquer [ininteligível] por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas às vias marítimas de comércio. Então, você protege as áreas petrolíferas, bacias petrolíferas, portos, toda a extensão de portos etc. E, por último, proteção das vias marítimas para o assédio nessa vias marítimas, quer seja feita por Estado, o que é praticamente inviável, quer seja feita por forças não convencionais ou criminosas como é o caso da Somália, para proteger as vias marítimas de comércio brasileiros. Essas seriam as três funções básicas da Marinha na negação do uso do mar as duas primeiras e na terceira no controle das vias marítimas. E ainda a capacidade do Brasil de participar de operações internacionais de paz fora das águas do território brasileiro e fora das águas jurisdicionais brasileiras que é o caso, por exemplo, em que a Marinha não participe por hora, mas, sim, como apoio logístico é o caso do Haiti etc. em que nós teremos que participar de forças de manutenção de paz.

Observem bem. Na discussão sobre as participações internacionais de forças brasileiras, o Brasil se nega a participar de qualquer operação de fazer a paz, que é aquele conceito de operações humanitárias americanas que vão para fazer a paz. Não, o Brasil não vai para fazer paz, o Brasil vai para manter a paz. E também agora eu estou discutindo com a ONU, principalmente, considerando o Haiti a função do Brasil de construir a paz. O que significa isso? Viabilizar a construção, a recomposição das infraestruturas do país para o desenvolvimento econômico. Então, nós temos três conceitos internacionais: fazer a paz, nós não participamos, que é invadir. Manter a paz e construir a paz nós sustentamos. E ainda para assegurar esse objetivo de negação do uso do mar que é o primeiro que nós estamos falando, o Brasil contará com força naval submarina de envergadura composta de submarinos convencionais e submarinos de propulsão nuclear. Essa foi a decisão que nós tomamos em novembro, submetemos ao Sr. Presidente da República que, por sua vez, submeteu ao Conselho de Defesa Nacional e acabou sendo aprovado pelo decreto correspondente.

Agora eu gostaria de mostrar um problema aos senhores também que são as infraestruturas críticas no

país, que não têm a ver, logicamente, exclusivamente, com a Marinha, mas eu gostaria de fazer um voo sobre esse tema que representa o tema que conduz à reestruturação e à reorganização das Forças Armadas.

Observem bem. Primeiro as estruturas críticas nacionais, são aquelas que correspondem e servem a todo o país. Bacias petrolíferas e campos de produção. Observem as bacias. Nós temos a Bacia de Santos, a Bacia de Campos, a Bacia do Espírito Santo, esta região aqui junto à Bahia, esta região que está Uru-tu que são campos de produção dentro do território emerso, no território imerso nós temos essas bacias. Depois temos os dutos, todos esses conjuntos são os dutos, oleodutos e também gasoduto. Depois temos as hidrelétricas, essas são as hidrelétricas de que estão acima de mil megawatts, por isso eu estou chamando de hidrelétricas nacionais, que são distribuidoras, são produtoras para todo o país.

Eu já queria chamar atenção dos senhores, a concentração disso na região Sul e Sudeste. Observem aqui. Aqui está Itaipu. Estas todas são zonas de produção de energia hidroelétrica acima de mil megawatts, depois temos as termoelétricas que são essas em verde que aparecem aqui, depois temos as de gás natural que é este azul que está colocado aqui, depois temos as nucleares, temos a usina nuclear de Angra e temos ainda Rezende. Portos, todos os portos que são saídas de grandes produções nacionais, portanto, nós consideramos isto como infraestrutura crítica nacional. Aeroportos... também os aeroportos nacionais, ou seja, que fazem as grandes ligações nacionais. Telecomunicações. Os nódulos, nós de telecomunicações. Ferrovias. Observem. Eu volto a chamar atenção da concentração de toda a infraestrutura no Sul e Sudeste. Observem a rarefação desta região e a rarefação desta região. Começa o nascimento, ou seja, a concentração nesta região. Por último as linhas de transmissão. Essas linhas de transmissão escolhidas, Srs. Senadores, são aquelas que, se derrubadas, criam um problema regional brutal, ou seja, são nós de transmissão, e ainda o centro do poder político que é aqui em Brasília. E aqui nós temos aquilo que eu chamaria, nós estamos chamando tecnicamente dentro do Ministério da Defesa de infraestruturas críticas nacionais.

Eu coloco agora para os senhores terem uma ideia do complexo as regionais, e aqui nós temos todas as infraestruturas críticas nacionais e regionais somadas num conjunto. Termoelétricas, hidroelétrica aquém de mil megawatts, e todos os conjuntos que respondem, vejam aqui. Aqui o rio Amazonas, esta região toda aqui, esta região em cima de termoelétricas que temos nesta região aqui, agora observem bem a distribuição do conjunto do poderio de infraestrutura do Brasil, vocês

encontram nesta região aqui, os vazios se encontram nessa região, como também aqui nessa região do Nordeste. Eu não sei se os senhores já conheciam este tipo de análise, mas demonstra...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: São pequenas, são todas pequenas, porque você não tem como ter aqui, nessa região só funciona térmica, você não tem como fazer grandes hidrelétricas no Amazonas, e aqui também são as termos e as produções de energia elétrica para o pelotão e fronteira do Exército, é o conjunto global do país.

Mas vamos voltar ao nosso tema. O nosso tema são as bacias petrolíferas, já que nós vamos tratar da questão de submarinos, o nosso tema é esse aqui: Bacia de Campos, Bacia de Santos, Bacia do Espírito Santo. Eu queria mostrar aos senhores a situação da Marinha do Brasil hoje, como a Marinha Brasileira está hoje. Nós temos distritos navais em Rio Grande, Ladário (que é ao lado de Corumbá no Mato Grosso), São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Natal, Belém e também Manaus, e ainda Brasília; temos um batalhão de operações ribeirinhas, um mero batalhão de operações ribeirinhas junto a Manaus, aqui se leia fuzileiros navais, como também temos alguma coisa em Ladário e ainda temos a base, a primeira esquadra e a primeira divisão anfíbia e a base de submarinos da Baía da Guanabara.

Eu quero chamar a atenção dos senhores, um dado histórico importante, lembrem-se do conflito da Marinha pós proclamação da república, com o conflito da Marinha pós proclamação da república, a Marinha não se posicionou favoravelmente à república, somente o Exército se posicionou com o Marechal Deodoro. Quando Floriano Peixoto assumiu o governo ele condenou a Marinha ao fundo da Baía da Guanabara para evitar [ininteligível] da Marinha e a Marinha lá ficou no fundo da Baía da Guanabara onde hoje ainda está lá o estaleiro, lembrem-se que esse estaleiro, essa região e a Escola Naval e etc. e tal, não, a Escola Naval, o estaleiro e esta região é exatamente a Escola Naval é a parte onde foi em 1808 a entrada dos fuzileiros, hoje fuzileiros navais que vieram a parte da esquadra portuguesa que veio com D. João VI, e tudo ficou no Rio e lá permaneceu desde 1808.

Com a república, Floriano prende a "Marinha" prende a Marinha, eu estou fazendo uma expressão forte no Rio de Janeiro por causa da Revolta da Armada e por causa da posição dos marinheiros contrários à república.

Isto é o que temos. Uma base submarina no rio e esses conjuntos de situações. Qual é o projeto que

nós vamos ter de reestruturação e de reorganização das Forças Armadas considerando a estratégia nacional e defesa que fizemos? É o seguinte, número um: vamos criar batalhões e operações ribeirinhas em Ladário, em Tabatinga e na entrada do Rio Amazonas em Belém. Por que faremos isso? Porque vejam, Ladário pega a região, a Bacia do Paraná, aqui pega a tríplice fronteira e nós vamos ter aqui nessa região um grande fluxo de fronteiras do Peru, Colômbia e Brasil, ou seja, Tabatinga e Letícia, e aqui depois, eu não vou... Evidentemente, que eu estou falando na Marinha, mas eu gostaria de chamar a atenção que plano idêntico ou similar nós temos com o Exército, tendo em vista, que nessa região aqui vamos ter que começar um fluxo de pessoas com a construção que está sendo feita em comum com o Brasil, Bolívia e o Peru da ligação com o Atlântico, e aqui nós já temos em Assis, Brasil, uma ponte já construída. Então, nós vamos aqui, inclusive, levar para o Acre uma brigada de infantaria do Exército para proteção daquela região.

Mas falando, continuando com a Marinha. Batalhões de operações anfíbias nesses três pontos. Base de submarinos. Faremos outra base de submarinos em Itaguaí no Rio de Janeiro que é o assunto que nós vamos tratar com os senhores agora. Essa base de submarinos vai ser a base de submarinos de operação do submarino moderno mais um submarino de propulsão nuclear. Temos ainda a criação nesta região, a estratégia nacional de defesa nos determina a criação de uma segunda esquadra e de uma segunda divisão anfíbia em região mais próxima a foz do rio Amazonas, por que em regiões mais próximas ao rio Amazonas? Porque o rio Amazonas na sua foz é de águas rasas, então temos que encontrar uma zona nesta região do Nordeste que viabilize nós protegermos a grande entrada para o Brasil. Lembrem-se os senhores que os portugueses, ou melhor dito, Marquês de Pombal na década de 1750 com D. João I ele construiu aqui o forte que os senhores conhecem no Amapá para proteger a entrada, ele construiu aqui a forte Príncipe da Beira para proteger a parte do rio Guaporé na divisa com a Bolívia. Ele construiu aqui o forte Coimbra na entrada do rio Paraná, e nós estamos, digamos, retomando aquilo que o Marquês de Pombal havia determinado em 1750 e que nós abandonamos.

E por último algo que é fundamental para tudo que é o monitoramento, se lembrem que uma das funções da Marinha é o monitoramento das águas jurisdicionais, isso só é possível via satélite. Daí a brutal importância do centro de lançamento de Alcântara no Maranhão onde nós dispomos da possibilidade de estar a três graus no Equador e os senhores sabem que os satélites óticos, satélites de radar ou geoestacionários

eles precisam ser lançados a partir do Equador, ou seja, o veículo lançador do satélite sobe vai à linha do Equador é deslocado do satélite e aí é uma decisão de terra se o satélite será polar ou será equatorial, se ele vai circular assim ou se ele vai circular assim. Daí a maior riqueza em termos estratégicos do Brasil é exatamente o centro de lançamento de Alcântara, ou seja, a necessidade de termos lá, no mínimo, 20 bases de lançamento de satélites, satélites geoestacionários, satélites de radar e satélites visuais, os satélites óticos são satélites que não passam das nuvens, então nós temos problemas, precisamos ter também o satélite de radar para suprir esta deficiência, e o satélite de radar tem a possibilidade de passar, inclusive, pela folha das árvores.

Eu, recentemente, estive na França e fui examinar o centro de vigilância e de monitoramento do território francês, e vi o trabalho, o satélite que controla a Guiana Francesa e você enxerga gente se movimentando, exatamente com o satélite ótico ou o satélite de radar, então você tinha duas imagens, a imagem do satélite ótico que às vezes tinha nuvens ou não tinha nuvens e você enxergava o que estava acontecendo no combate ao garimpo, por exemplo, o garimpo ilegal na Guiana, os franceses controlam [ininteligível] que é próximo a Paris através exatamente do satélite, isto o Brasil precisa ter satélites nosso e está exatamente o projeto que nós temos da ampliação de Alcântara e aquilo que nós chamamos os três grandes núcleos estratégicos, os três grandes pontos estratégicos nacionais, o nuclear, o satelital e o cibernético. O nuclear para propulsão, para energia e para fármacos. Isto é ou esta é a Marinha que pretendemos e que o projeto global, isso aqui tudo corresponde a 20 anos, 20 a 25 anos a complementação desse projeto global, mas todo ele estabelecido com sequência anual. E ainda por último nós temos um projeto final que é o projeto da Amazônia segura, é a transformação e criação de capitânicas, delegacias e agências da Marinha nesta região toda aqui. Para que? Para garantir as águas jurisdicionais brasileiras da Bacia do Amazonas. Isto aqui se os senhores... A imagem é outra, com isto se os senhores somarem isso aos pelotões de fronteira que nós temos hoje que são 21 e vamos criar mais 28, passaremos a ter 49 pelotões de fronteira de selva na Amazônia, nós temos a segurança completa de toda a fronteira da Amazônia até o início do Paraná, e, inclusive, nessa região a previsão da estratégia nacional e da ocupação é termos um satélite que fará toda a visibilidade desta região até o início do Paraná. Essa aqui é a região amazônica e aqui começa a zona de transição para o cerrado, nessa região começa a transição do cerrado. Isto é o que nós temos.

Agora o que é que é correspondente, o que é que isto... Vejam. A lógica dessas locações estão vinculadas àquelas estruturas críticas. Nós não somos um país de pretensões imperialistas, nós somos um país de dissuasão e de proteção das nossas riquezas. O que é que nós temos para fortalecer o poder naval e fazer com que aquilo ali seja dissuasório conforme eu referi ao Senador Cristovam? Primeiro o Programa de Desenvolvimento de Submarinos que é o Prosub que nós vamos conversar em seguida, e os outros meios que a Marinha necessitará para este conjunto, navios de patrulha oceânica, costeiro e propósitos múltiplos, aviões embarcados, helicópteros – que já está em andamento o projeto com os franceses para a construção na Elibras em Minas Gerais de 51 helicópteros com total transferência de tecnologia para empresas brasileiras e construção no Brasil. Observem bem, o ponto fulcral da estratégia nacional de defesa em termos de aparelhamento das forças tem uma regra, o Brasil não é comprador de prateleira, o Brasil é parceiro, daí porque o Ministro da Defesa (como também o Ministro de Assuntos Estratégicos) circulou o mundo todo antes da elaboração da estratégia nacional conversando com franceses, com a França, com a Índia, com a Rússia, com os Estados Unidos, com outros países também, com a China, para discutir que nível de relação estratégica nós poderíamos ter em termos de ligar a defesa com o desenvolvimento nacional. Formos bem sucedidos em relação aos helicópteros com os franceses, e os franceses se dispõem a construir o 725 que é o Cougar moderno, o super Cougar, o mais moderno dos aviões de transporte na Elibras lá em Minas Gerais, mas com supridores brasileiros e a transferência de tecnologia sensível como a turbina, a produção da turbina, cuja negociação está sendo feita, por hora, com a Turbomeca do Rio de Janeiro que é a maior das empresas brasileiras capacitadas para esse assunto. A Aviônica está sendo negociada com a Aéreo Eletrônica, uma empresa que está no Sul do país, em Porto Alegre e que tem especialidade completa no que diz respeito à Aviônica.

Ainda temos um quarto tipo de instrumento para aquela situação que são os veículos aéreos não tripulados que é a possibilidade de você ter monitoramento do país através desses veículos não tripulados que são veículos de monitoramento ou veículos de ataque, no caso específico. E o que nós precisamos são veículos de monitoramento do litoral e de monitoramento também das fronteiras. Esses veículos têm a seguinte característica: eles têm um centro, um console num determinado lugar, são lançados e transmitem imagens para este console e desse console você controla o monitoramento. Por que isto? Porque a estratégia global de

defesa que nós estabelecemos é a seguinte. Global, não só da Marinha, mas global, monitoramento em primeiro lugar, mobilidade em segundo lugar e presença em terceiro lugar. Nós não podemos ter presença em todo o Estado nacional, portanto, a ordem que se estabeleceu, Senador Dornelles, é o monitoramento do território e das águas jurisdicionais através dos satélites dos Andes, em seguida a capacidade de mobilização, ou seja, a mobilidade das forças nos pontos do território para fazer presença, já que não podemos ter presença em todos os lugares de um território de 8.5 milhões de km². A Marinha e, portanto, tem este e, ainda por último, meios de fuzileiros navais para as duas divisões anfíbias que vamos construir. Os fuzileiros navais têm uma característica específica que eles correspondem, digamos, aos soldados de infantaria do Exército, tentando fazer uma péssima comparação.

Agora vamos fazer uma análise sobre as características de um submarino convencional e um submarino de propulsão nuclear. O submarino convencional, a primeira observação, a propulsão do submarino convencional é diesel elétrica com a energia armazenada em baterias que pesam, mais ou menos, 250 toneladas cada uma delas, ou seja, a propulsão são quantas baterias que se usam?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Mas quantas baterias são?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Duas baterias.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: São duas grandes baterias. Capacidade. A capacidade desse submarino convencional, considerando natureza do seu casco e a sua estrutura, ele vai de 50 m até 500, ou seja, antes de 50 m não tem espaço para ele passar. Ou seja, a sua capacidade são águas rasas, de 50 até 500, mais de 500 ele não suporta, ou seja, a estrutura não aguenta a pressão que vem de dentro da água. Dependência. Dependente do ar atmosférico, a cada, mais ou menos, 12 horas ele precisa subir à superfície e fazer aquilo que os marinheiros chamam de snorkel que é substituir, renovar o ar e recarregar as baterias, ou seja, isto corresponde a, mais ou menos, um espaço de 12 horas. A cada 12 horas ele precisa subir, e vai assim por causa dessa natureza tecnológica, porque ele depende da bateria diesel elétrica. A velocidade, aqui vejam, observem bem, a velocidade desses submarinos convencionais são de quatro nós a seis nós, o que em quilômetros, eu pedi para traduzir em quilômetros para nós entendermos melhor, são 7.4 km, no mínimo, a 11.2 km, no máximo, ou seja, ele pode circular em torno de 10 km por hora submerso.

É a velocidade do convencional. Ele desloca o Ticuna, que é o Ticuna brasileiro e que foi construído com a tecnologia dos alemães, ele desloca 1.400 toneladas e o Scorpene desloca 1.800 toneladas, que é outro submarino francês.

O emprego. Tendo em vista a velocidade, o emprego desses navios e aquilo que eu referia no início, está limitado pela posição, ou seja, a estratégia da posição, vocês têm que estar no lugar porque a velocidade que ele desenvolve não viabiliza o deslocamento rápido. Então, você tem que ter uma estrutura, a dependência e, portanto, a estratégia é a estratégia da posição que depende exatamente do monitoramento e do conjunto. Agora o submarino nuclear. A propulsão é gerada por um reator nuclear, ou seja, em vez de uma energia oriunda de diesel ela é oriunda de combustível de origem nuclear que aciona o reator nuclear. Eu queria chamar a atenção dos senhores que é o seguinte: este reator nuclear é um trabalho que nós estamos fazendo... Nós temos duas tecnologias, o Brasil já detém em Iperó em São Paulo, o enriquecimento, o ciclo completo do enriquecimento do urânio e também a capacidade de construirmos o reator nuclear. E isto é tecnologia que não se transfere. Nenhum país transfere tecnologia nuclear para ninguém. O Brasil tem uma coisa curiosa e aqui eu queria lembrar, principalmente, os Senadores do Rio de Janeiro, o Almirante Álvaro Alberto que conseguiu trazer para o Brasil de uma forma muito curiosa a primeira supercentrífuga que era produzida na Alemanha e que ele trouxe dentro de um navio cheio de batata inglesa, de Cartofer(F), trouxe porque tinha de trazer dessa forma, não se deixava comprar, trouxe e nós começamos... Os marinheiros no Brasil no projeto nuclear iniciado pelo Almirante Álvaro Alberto e depois desenvolvido pelo Almirante Othon, nós hoje temos um tipo de centrífuga, a única do mundo. Os americanos e os alemães, os alemães e os europeus dispõem de centrífugas com eixo. Os senhores sabem que tomando o minério de urânio você precisa separar o urânio 238 do 235 e para enriquecê-lo, ou seja, enriquecer urânio significa ficar puro no máximo de 20% porque chegando a 80% é para bomba nuclear, se você fizer um enriquecimento de 20% é para propulsão nuclear para uso em agricultura, para uso em medicina e para uso na produção de energia elétrica, que é o caso da usina nuclear de Angra.

Pois bem, o Brasil hoje tem uma centrífuga, as supercentrífugas brasileiras não são sobre eixos, elas rodam, giram sobre um leito eletro-magnético, não tem fricção e, portanto, não tem desgaste. Foi por isso que os senhores assistiram há uns dois ou três anos uma briga entre a agência de fiscalização decorrente de tratados de não produção de armas nucleares conosco,

brasileiros. Eles queriam trazer os técnicos para examinar as nossas centrífugas. Não mesmo! Nós botamos, inclusive, painéis para eles não enxergarem as centrífugas, e eles medirem o tipo de concentração de urânio que estávamos trabalhando para demonstrarmos que estávamos trabalhando com urânio 235 em 20% e não além de 20%, mas não deixamos olhar as centrífugas, e eles queriam olhar as centrífugas, e houve um fato em que um dos fiscais da agência abaixou para tentar olhar por baixo e levou um ponta-pé do nosso representante para impedir que ele conhecesse qual a nossa tecnologia da base da circulação sobre o eletro-magnético. Esta capacidade nós temos, como estamos tendo a capacidade da construção do reator.

Portanto, no submarino de propulsão nuclear nós temos claramente energia gerada por reator nuclear. Segundo, capacidade superior a 100 m, a sua capacidade. Dependência, imersão por tempo indeterminado, ou seja, este submarino não depende do ar para a sua recarga e a substituição do ar interior para a tripulação se dá por filtros especiais cuja tecnologia é dominada da Europa, e ele então pode ficar um tempo indefinido no mar, a única limitação que esse submarino tem não é do submarino, mas a tripulação do submarino por causa do nível de estresse. Os americanos conseguiram ficar, no máximo, seis meses imersos, os franceses conseguiram chegar a quatro e meio, quatro meses e meio imersos na tentativa maior, porque começa a levantar o nível de estresse, ou seja, do problema da claustrofobia imposta à tripulação, mas ele não tem a necessidade de sair a cada doze horas, portanto, ele tem uma capacidade de ocultação extraordinariamente superior em relação ao submarino convencional.

A velocidade do submarino é de 6 a 35 nós, ou seja, ele tem uma velocidade mínima de 11 km/h a 65 km/h. Vocês observem a diferença de velocidade que nós vamos depois comparar com o convencional. E com isso o que é que acontece? O deslocamento é maior, ou seja, um deslocamento de seis toneladas e ainda o emprego não é limitado pela posição, com alcance em várias áreas geográficas. A estratégia do submarino com a propulsão nuclear não é a estratégia da posição, mas a estratégia do movimento, porque ele tem essa capacidade de ir a 60 km/h. E aqui vocês têm uma comparação entre o nuclear e o convencional e propulsão diesel elétrico-nuclear, profundidade de operação águas rasas, águas profundas, porque o casco do submarino nuclear é um casco brutalmente mais resistente que o casco do submarino convencional. Dependência da atmosfera, o convencional depende, o nuclear não. Velocidade: quatro a seis nós, seis a 35 nós. Vejam que o mínimo do submarino nuclear é o máximo do submarino convencional em termos

de velocidade na imersão. O deslocamento: desloca 1.400 a 1.800 toneladas e o nuclear, mais ou menos, seis mil toneladas, e o [ininteligível] estratégico, tendo em vista, a velocidade de cada um, o [ininteligível] de estratégia é de posição e o outro é de movimento. Essa é a diferença entre ambos os submarinos, considerando essa necessidade.

Agora vejamos. Aqui temos um perfil do submarino convencional. Ele tem um comprimento de, mais ou menos, 70 m e desloca, conforme eu disse, 1.800 toneladas. Segundo, o propulsor nuclear tem um comprimento de, mais ou menos, 100 m e desloca 6 mil toneladas. Essa é a diferença, digamos, estrutural entre os dois submarinos e a outra são as diferenças técnicas. E aqui nós temos a destinação e o emprego. Qual é a destinação e o emprego para este conjunto? Defesa da soberania brasileira, do território e dos interesses marítimos, e isto se localiza nessa região aqui. Segundo: o emprego em conjunto e tarefas que se complementam, ou seja, nós não podemos ter somente submarinos nucleares ou somente submarinos convencionais. Devemos ter ambos, já que nesta região é uma região de águas rasas, e, portanto, os convencionais operam mais próximos da costa e os nucleares mais distantes da costa, tendo em vista, a sua capacidade, e, portanto, é uma estratégia de operação conjunta. São tarefas que se complementam, os convencionais cumprem um determinado tipo de tarefa e os nucleares cumprem outro tipo de tarefa.

Eu quero falar a vocês como é que nós construímos no Brasil os submarinos Ticuna que são submarinos de tecnologia alemã decorrentes do acordo que foi feito em 1983. O objeto foi a construção de um mais quatro submarinos, ou seja, cinco submarinos convencionais, o primeiro foi construído na Alemanha e os demais foram construídos no Rio de Janeiro no estaleiro no Rio de Janeiro, o estaleiro naval no Rio. O projeto... E agora aqui eu gostaria de fixar muito bem isso, tendo em vista, os interesses alemães em relação às discussões que estamos tendo hoje. No projeto de 1983 ele foi elaborado na Alemanha sem nenhuma participação de técnicos brasileiros, nós não aprendemos e não transferimos os alemães a tecnologia do projeto do submarino, de projetar a construção de um submarino. Não houve qualquer transferência de tecnologia na elaboração do projeto. O projeto foi inteiramente elaborado pelos alemães e trazido para o Brasil para a construção dos outros quatro. A construção. Na Alemanha foi construído o primeiro submarino e no Brasil foram construídas todas as seções de proas, tubos e torpedos; o resto tudo nós tínhamos. Sempre a execução de um projeto que nós não tínhamos acesso na sua elaboração. No Brasil, vejamos,

na Alemanha foi construído... O primeiro submarino na Alemanha e todas as seções de proa que são os tubos de torpedo, a parte inicial do submarino foram todas elas construídas na Alemanha e no Brasil todas as demais quatro restantes.

Observem bem. Eu queria chamar atenção desse detalhe. O primeiro submarino foi construído integralmente na Alemanha, dos outros quatro submarinos todas as seções de proa que é a parte sensível do submarino foram construídas na Alemanha.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: É importado, ou seja, eles fizeram e nós trouxemos para cá. E as demais quatro seções que completam o submarino convencional Ticuna foram construídas no Brasil.

A manutenção. A manutenção dos submarinos, dos cinco submarinos Ticuna brasileiros, ou seja, de modelos brasileiros, é feita no arsenal de Marinha no Rio de Janeiro. Agora vejamos bem, os principais sistemas desses submarinos Ticuna são feitos por técnicos alemães, ou seja, os técnicos alemães vêm e os brasileiros deslocam os submarinos e os ajustes nos instrumentos sensíveis são feitos por técnicos alemães sem qualquer transferência de tecnologia, ajustes no sonar, no sistema de controle de imersão e todos os demais sistemas sensíveis. Os demais sistemas são elaborados pela... Os demais sistemas, que não são os principais, são feitos pela Marinha do Brasil nos ajustes, isto foi o que nós fizemos com a Alemanha, nós não aprendemos a construir submarinos porque não aprendemos a projetá-los e não apreendemos a mantê-los na sua manutenção considerando as partes sensíveis, ou seja, os principais sistemas, os demais sistemas não tinham problema, nós fizemos isto.

Agora eu quero trazer a vocês o programa do desenvolvimento submarino, ou seja, o programa de desenvolvimento de submarinos para a Marinha chamado Prosub que eu referi aos senhores como elemento integral e que integra a estratégia nacional de defesa. O objeto é a construção no Brasil de um estaleiro e de uma base. O lugar escolhido foi Itaguaí. E aqui está o desenho da base e do estaleiro para a construção dos novos submarinos brasileiros e, inclusive, o nuclear. Por que a base em Itaguaí? Porque está próximo da Nuclep. A Nuclep, os senhores conhecem, os que conhecem estão aqui atrás, e a Nuclep é a grande empresa que nós podemos fazer torços de grandes metais.

o Senador Francisco Dornelles conhece a Nuclep que fica naquela região e que hoje está, praticamente, paralisada sem encomendas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, não está. Ela está hoje com o Ministério de Ciência e Tecnologia. Há uma discussão depois eu falarei isso.

O que é que acontece? O estaleiro e a base vão ser construídos por um consórcio chamado Consórcio Baía de Sepetiba constituído pela TCNS que é empresa governamental francesa e a Odebrecht, foi escolhido pela TCNS a participação com a Odebrecht brasileira. A operação do estaleiro naval e a construção, manutenção dos submarinos nucleares e convencionais, tudo isso será feito nesse estaleiro, nós vamos operar, a Marinha operará o estaleiro naval e vamos construir dentro disso com esse Consórcio Sepetiba vai fazer o estaleiro, a base, a operação do estaleiro, a construção e manutenção dos submarinos que é a destinação do estaleiro. Para isso constituímos, para essa finalidade, nós vamos constituir uma sociedade e propósito específico a ser constituída pela Odebrecht com 50%, a TCNS com 49%, o governo brasileiro com 1%. Teremos ainda normas de proteção de propriedade intelectual e da tecnologia a ser transferida para ficarmos com ela no Brasil e a União deterá de uma golden chair e participará do conselho de administração. Isso é o modelo Embraer, ou seja, nós teríamos uma empresa para a construção de propósito específico. Encerrada a construção do submarino, do estaleiro, da base, a empresa desaparece, mas toda ela com controle brasileiro, através do controle da União pela golden chair e pelo conselho de administração.

Objeto. Além do estaleiro e da base o objeto é o projeto e construção, vejam bem, o projeto e construção no Brasil com transferência e tecnologia do estaleiro e da base com parceiro nacional. E ainda, o projeto e construção do submarino convencional, agora vou tratar só do projeto e construção dos submarinos convencionais, que serão quatro. A França, nós construiremos junto com técnicos brasileiros que já estão sendo formados pelos franceses, construiremos na França o primeiro submarino, a construção da seção de proa do primeiro submarino por técnicos da Marinha do Brasil e da TCNS, nós não temos condições, ou seja, o estaleiro no Brasil não terá condições de começar a construir desde logo a seção inicial da proa do primeiro submarino. E no Brasil construiremos o que? Todas as demais seções do primeiro submarino e todas as seções dos demais submarinos, a Marinha do Brasil com a assessoria da TCNS, ou seja, a primeira proa, a primeira seção de proa do primeiro submarino se constrói-se na França com a participação de técnicos do Brasil e de formação de técnicos brasileiros, e depois construiremos as demais seções do primeiro submarino no Brasil, sendo que dos outros três submarinos convencionais tudo será construído no Brasil, porque aí o

estaleiro já estará com a capacidade de funcionamento global com toda a transferência de tecnologia de todas as condições do submarino convencional.

Ainda o segundo, o segundo projeto, que é o projeto de construção, e agora eu falarei da propulsão nuclear. Eu quero chamar a atenção dos senhores que é o seguinte: a negociação com os franceses é exclusivamente da parte não nuclear do submarino de propulsão nuclear. A parte nuclear do submarino de produção, a parte nuclear é nossa, é o combustível brasileiro e o reator brasileiro que se chama Labgene, que está sendo desenvolvido em Iperó, no projeto Aramar em Iperó lá em São Paulo.

Os submarinos de propulsão nuclear nós consideramos no Brasil que todas as partes não nucleares, casco resistente, sistema de controle de imersão, sensores, motores elétricos, propulsão etc. Tudo isso com a tecnologia transferida para a Marinha do Brasil e para os consórcios brasileiros com controle brasileiro, ou seja, nós vamos construir integralmente no Brasil os submarinos de propulsão nuclear, a parte não nuclear exclusivamente brasileira, e a parte não nuclear da propulsão, toda ela com tecnologia francesa transferida ao Brasil e construída por brasileiros, através de um leque imenso de empresas supridoras, porque atrás disso tudo não é a base, o estaleiro que vai construir todos os instrumentos do submarino, você vai ter que estabelecer um leque de fornecedores, porque normalmente tal qual se passa com a Embraer e com o Elibras, normalmente, essas empresas são montadoras, elas fazem a parte substancial, por exemplo, a parte de casco vai ser trabalhada com a Nuclep, mas a tecnologia do casco resistente os franceses é que detêm, nós não detemos, nós detemos a tecnologia de casco de submarino convencional que era aquela dos franceses, que os franceses não transferiram a tecnologia do projeto, só nós construímos no Brasil, os alemães, minto.

Ainda o segundo elemento, além, do projeto de construção do submarino nuclear vamos ter o sistema de combate, ou seja, a integração sonar e direção do tiro que é exatamente o elemento componente dos submarinos. Observem bem que eu gostaria de chamar atenção dos senhores que é o seguinte: o Brasil tem proibição constitucional de armas nucleares, portanto, os mísseis e os torpedos que vão ser utilizados nos submarinos com propulsão nuclear serão mísseis convencionais, nós não podemos usar e não vamos produzir armas nucleares, o que precisamos é a propulsão nuclear por causa da velocidade, que aí nós ganharíamos a estratégia do movimento. Além, evidentemente, atrás disto um enorme arraso tecnológico que representa. Vejam só as áreas e as empresas brasileiras aqui um

rol de empresas brasileiras que são candidatas aos diversos elementos dos submarinos: segurança, tratamento do ar, habilidade do suporte à vida, sistema de combate. Aqui está o número das empresas, sistema de armas, eletricidade e automação. Vejam, eu não estou dizendo que todas elas vão fazer isso, eu estou dizendo que todas elas são candidatas a fazer isso, ou seja, poderemos ter quatro ou cinco que participarão do projeto ou mais dependendo do sistema. Sistema de propulsão, sistema de gerenciamento de plataforma, mastros, tubulação de ar (que aqui só tem a Bardela, que é a única com competência), materiais compostos e bombas. Sistema hidráulico, sistema de ar comprimido e sistemas mecânicos.

Observem. Eu queria chamar atenção dos senhores que trazendo esse conjunto, os senhores observem que os submarinos de propulsão nuclear e os submarinos convencionais, ou seja, o projeto sob Pro-sub importa em investimentos radicais de tecnologia no Brasil e desenvolvimento das empresas brasileiras do setor. Porque uma das sustentações que eu fiz ao Presidente Lula e quando elaboramos a estratégia nacional é que nós não podíamos descolar a defesa do desenvolvimento, ou seja, a indústria nacional de defesa tinha que estar colada ao desenvolvimento, mudamos a estratégia anterior que era a compra de prateleira. O Brasil saía por aí e comprava um treco aqui, um treco lá e depois só dava incômodo. Havia uma coisa chamada compras de oportunidade. Não é isso, senhores oficiais? E a compra de oportunidade era o seguinte: um determinado país abandonava um determinado instrumento e vendia a troco de banana, nós íamos lá e comprávamos, e depois para manter aquela tralha era um horror, porque a manutenção daquilo que já tinha sido descartado por uma força armada de outro país nós tínhamos que manter no Brasil, e aí começavam os embargos tecnológicos decorrentes das decisões do país, ou seja, nós não somos compradores, somos parceiros, quem quer ser parceiro o seja, dependendo das negociações que se façam. Agora venda exclusiva não.

E aqui nós temos o programa do desenvolvimento. Labgene é o reator. Eu quero lembrar o seguinte: temos que fazer em Iperó e estamos trabalhando em Iperó para a construção do Labgene, que é o laboratório do reator. Nós precisamos construir um reator, reproduzir um reator igual ao reator que será utilizado no submarino de propulsão nuclear, e esse reator para termos segurança e fazermos todos os testes nisso. Agora uma coisa: esse reator não é um reator de propulsão exclusiva para submarinos, é um reator também de propulsão de produção de energia elétrica. Então, nós teremos com o Labgene a possibilidade de

termos um reator com propulsão nuclear tanto para propulsão de um submarino, como para produção de energia elétrica. Isso aqui o projeto de 2007 a 2014 nós estaremos com todo ele levantado.

Aqui embaixo, isso aqui é a infraestrutura nuclear do submarino de propulsão nuclear. O projeto em construção nós vamos ter aqui, começa agora em 2010 as experiências, aqui nós vamos falar do submarino brasileiro, a construção do primeiro submarino que é do tipo Scorpene começa em 2011 e termina em 2015. Lembre-se que a primeira seção de proa desse primeiro submarino será construída na França, as demais serão construídas no Brasil. Em 2013 começamos a construção do segundo submarino convencional com toda a transferência de tecnologia construída em Itaguaí. Aqui se constroem todas as seções. Em 2015 iniciamos a construção do terceiro submarino que terminará em 19, em 2016 começamos a construção do quarto submarino que terminará em 2021. Neste período aqui de 2011 a 2015, no que diz respeito a transferência de tecnologia e o projeto de submarino nuclear, teremos a transferência de tecnologia dos equipamentos e sensores, ou seja, as empresas nacionais começam a produzir. A construção do nuclear começará, por coincidência, quando já tivermos construído o dois e o três, ele começa a ser construído em 2016 e terminará em 2021 e a construção da propulsão do submarino que é o reator para ele terminará em 2010, portanto, em 2021 nós contaremos com quatro submarinos de propulsão... Quatro convencionais e um submarino de propulsão nuclear. Os senhores poderão dizer: isso aqui é um tempo muito largo. Muito largo para a nossa geração, e nós não estamos tratando do tempo da nossa geração, nós estamos tratando do tempo da nação, e o tempo da nação é distinto do tempo de uma geração. Às vezes as gerações querem só se interessar pelas coisas que fazem no seu tempo e se esquecem de que são degraus do tempo de uma nação, e isso tudo mostra o desenvolvimento. Isso aí lembra o Dr. Ulysses, que dizia que o tempo não perdoa o que se faz sem ele. E aqui nós estamos tratando exatamente de um tempo, de um tempo da nação e não do tempo na nossa geração, porque até lá, se Deus quiser, todos estaremos mortos. E o Brasil continuará crescendo brutalmente.

Agora vamos ao problema dos aspectos econômicos e financeiros. Material dos quatro submarinos, material para os quatro submarinos convencionais e respectivo apoio logístico, o preço em euros é 1.6 bilhões de euros, construção dos quatro submarinos 726.2 milhões de euros, submarinos de propulsão nuclear, exceto, reator, 700 milhões de euros, porque aqui nós já estamos detendo a tecnologia dos demais,

a construção dos quatro que vêm daqui. Construção do submarino nuclear 551 milhões de euros, é um só, a diferença é fundamental. Equipamentos e sensores 99.7 milhões de euros, estaleiro e base naval 1.7 bilhões de euros, administração do contrato 215 milhões de euros, transferência de tecnologia 908.5 milhões de euros, o que dá um total 6.90 bilhões de euros acrescidos a ele do seguro de 100 milhões. A mensagem que o Sr. Presidente da República da República enviou ontem para ao Senado para autorizar a contratação nacional acresce aqui 100 milhões de euros que corresponde ao seguro do Coface, isso tudo através de uma divisão de financiamento nacional, participação nacional no financiamento e financiamento internacional com participação nacional de contrapartida.

O custo médio. Só para referir aos senhores. Aqui é o seguinte: desses 6.7 milhões de euros 4.3 milhões de euros é o financiamento, e o Brasil entrará com 598 milhões, e isto o prazo de pagamento disto vai a 2026 do financiamento internacional, sendo que a contrapartida nacional será implementada até 2024 no conjunto global desse projeto. Aqui nós temos o custo médio por tipo, o convencional: 415 milhões de euros e no nuclear sem o reator 1.2 bilhões de euros é o custo da construção desse submarino. E aqui nós temos o impacto fiscal do Prosub mostrando todo o andamento da base do submarino, aqui estão os totais, e aqui está na sequência o que mostra que nós encerraríamos a parte brasileira em 2024 orçamentado. O mecanismo...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Esse quadro. Se puder só...

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Qual é a explicação que o senhor quer?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu queria ver quanto custava em reais exatamente o total ali.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: O total eu lhe digo em seguida, porque nesse dado aqui eu estou só falando em impactos financeiros, eu vou chegar lá.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Aqui vem o roteiro da operação de crédito. Como é que nós fizemos a operação de crédito que corresponde a 4.3 bilhões de euros que é a operação de crédito com financiamento da Coface inglesa, aliás, a Coface francesa. A Marinha do Brasil fez a carta-consulta ao Ministério da Defesa, nós negociamos... Antes disso houve uma circulação mundial, circulei pelo mundo para saber quem estava disposto a transferir tecnologia nuclear. Somente os franceses aceitaram, os russos não, os países que dispõem de tecnologia nuclear para cons-

trução de submarinos de propulsão nuclear que são a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e a Índia que estão tentando fazer agora, e a Rússia, ninguém queria transferir, somente a França aceitou transferir. A Marinha do Brasil com isso faz uma carta-consulta ao Ministério da Defesa, nós encaminhamos ao Ministério do Planejamento, ao SEAIN, foi ao COFIEIX o projeto de financiamento, o COFIEIX aprovou, veio ao Ministério do Planejamento, o Ministério do Planejamento ratificou a decisão do COFIEIX, voltou à Marinha do Brasil e dirige-se ao Ministério da Defesa, nós nos dirigimos ao Ministério da Fazenda depois da aprovação do COFIEIX, o Ministério da Fazenda mandou para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que deu o parecer, de lá foi para a Secretaria do Tesouro Nacional que lá deu parecer, foi ao Banco Central, do Banco Central voltou à Procuradoria da Fazenda, da Procuradoria da Fazenda foi à Casa Civil, portanto, a Presidência da República e o Presidente da República enviou ontem a mensagem do Congresso ao Congresso Nacional para autorizar a operação de crédito. E depois de tomada a decisão dos senhores será reexaminada pela Procuradoria da Fazenda, o Ministério da Fazenda, a Marinha do Brasil e aí poderemos assinar os contratos. Eu acho impossível que nós venhamos a assinar o contrato no dia 07 de setembro considerando essa tramitação. Mas teremos uma assinatura no dia 07 de setembro simbólica com o Presidente Sarkozy para efeitos da manutenção. Eu creio que ainda temos Projetos de Lei sobre a parte brasileira.

Aqui os aspectos econômicos financeiros, o custo do Prosub, que estava inquieto o Senador Suplicy. Essa coluna é que interessa aqui. Isso aqui tudo foi evolução das negociações. Nós temos o custo do financiamento 4.3 bilhões de euros serão financiados pelos franceses, ou seja, pela Coface francesa que é uma espécie de BNDES francês com taxa de juros 5.5, [ininteligível] de 50 que são os acertamentos internos, os [ininteligível] que corresponde exatamente a também elementos internos, aqui é a questão de advogados etc. e etc., prêmios de seguro, e nós teremos um custo de 6.3% no total a partir, portanto, dessa proposta de junho de 2009. Eu quero lembrar aos senhores que esse financiamento funciona da seguinte forma: a parte nacional construiu, fez uma etapa da obra, o organismo internacional paga a parte nacional, o produtor nacional, o produtor nacional, o Brasil então terá seis meses para em cinco anos a cada duas parcelas por ano, a cada cinco anos para pagar a parcela, aquela parcela correspondente, ou seja, o retorno brasileiro, nós pagamos, os franceses pagam o correspondente, abre-se um prazo de seis meses, seis meses depois nós pagamos uma parcela,

seis meses depois pagamos outra até completarmos em cinco anos o total do débito, ou seja, dividido em 12 parcelas a serem atendidas, cumpridas em cinco anos, seis meses cada uma delas.

Essa é a parte... Lembre-se que esta aqui é a proposta correspondente à parte francesa, a parte brasileira é 598.2 milhões de euros.

E aqui eu venho com as considerações finais. Eu queria lembrar aos senhores o seguinte: o que é que significa ter submarino nuclear? Alguns dos Srs. Senadores não assistiram à exposição inicial sobre a questão estratégica, e eu queria fazer uma lembrança, me lembrar de algo que foi péssimo para a América do Sul que foi exatamente a guerra das Malvinas e da Argentina. E lembre-se e aqui estão as notícias que saíram no Clarin de 13 de abril de 1982 quando os ingleses enviaram os navios de propulsão nuclear para o teatro de operações das Malvinas, e olhem o poder dissuasório que representa a existência e a disposição que tivermos de um submarino que tenha a estratégia de movimento e não exclusivamente a estratégia de posição. E isto correspondente ao quê? Ao cumprimento da negação do uso do mar, do uso das águas jurisdicionais brasileiras nos 4.5 milhões de km², conjugados, evidentemente, com os submarinos convencionais. Na época a Veja publicou esta matéria de 14 de abril de 1988 e chamou isso de bloqueio em alto-mar, exatamente porque os ingleses resolveram deslocar para as Malvinas um submarino de propulsão nuclear. E vejam o que diz aqui esse trecho da matéria da Veja daquela data: *"Mesmo sem disparar um torpedo no fim de semana, os submarinos atômicos ingleses que, na verdade, era um só, já tinham obtido um feito importante, deixar permanentemente intranquila a frota argentina diante do perigo de um ataque silencioso e mortal vindo do meio das águas"*. Isso se chama o seguinte: demonstra claramente a capacidade dissuasória da manutenção e da existência de um submarino de propulsão nuclear.

E as considerações finais minhas é o seguinte: aqui eu elenco os países com capacitação de projetar, construir e operar submarinos de propulsão nuclear: Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China, são esses cinco países, os únicos no mundo que projetam, constroem e operam submarinos de propulsão nuclear, mas eles também armam os seus submarinos com armas nucleares que não é o caso do Brasil.

Portanto, esse projeto significa que nós vamos entrar nesse clube, ou seja, no clube dissuasório com a capacitação de projetar, construir e operar submarinos de propulsão nuclear. Lembre-se que nós temos limitações constitucionais por decisão soberana em 1988 em relação aos submarinos, a uso de armas nu-

cleares, o Brasil não usa armas nucleares, e, portanto, o enriquecimento de urânio que nós realizamos é um enriquecimento do urânio 235 até 20% para efeito do uso na propulsão nuclear, na energia nuclear, seja para a propulsão nuclear de um reator que propulsione o submarino, seja na propulsão de um reator que gere energia elétrica, seja o uso do urânio enriquecido a 20%. 20% significa o seguinte: o urânio que tem no mundo, o mais rico que tem no mundo pela informação dos séculos é o urânio 238, o mais raro é o 235 que está misturado. Quando você coloca na supercentrífuga você separa o 235 do 238 e a separação que nós precisamos é uma separação que leve a 20%, ou seja, 20% de urânio 235 e 80% de pureza, é por isso que tem depois da operação de uma usina nuclear tem rejeitos que é exatamente aquela parte que não é aproveitada. Agora se você enriquece urânio até 80% aí você começa a caminhar para a produção de bomba, ou seja, produção de bomba atômica que é a necessidade de urânio superenriquecido.

Há outras formas de experiência no mundo, não só das supercentrífugas, eu queria repetir porque alguns não estavam presentes, inclusive, o Senador Heráclito Fortes. Nós, e ele conhece, nós temos em Aramar uma supercentrífuga, a única do mundo que foi inventada por técnicos brasileiros, repito, que faz o enriquecimento de urânio sobre um leito eletromagnético. As supercentrífugas americanas e as supercentrífugas européias são eixo, ou seja, elas giram, fazem a rotação em cima de um eixo. As brasileiras fazem em cima de um leito eletromagnético sem atrito, essa tecnologia é nossa. E essa tecnologia é que alguns países desejam a todo plano que a gente transfira, e não transferiremos, porque é uma riqueza decorrente das aventuras, digamos, e das ações do Almirante Álvaro Alberto lá em 1950 quando trouxe, pela primeira vez no Brasil, uma supercentrífuga misturada com batata inglesa num navio de importação, a Marinha Brasileira acabou importando Cartofer, exatamente, mas no meio da Cartofer estava a primeira centrífuga na qual nós fizemos essa elaboração.

Eu queria terminar esta exposição para dizer aos senhores que nós estamos a caminho, portanto, da possibilidade de termos uma capacidade dissuasória absolutamente necessária, considerando que a América do Sul, leia-se, no caso específico o Brasil tem riquezas excepcionais no pré-sal, conforme eu mostrei aos senhores e mostrei também as regras da ONU em relação a isto.

Agora, Senador Suplicy, o total do projeto que deverá ser atendido a parte brasileira em 24, até 2024 e o pagamento final da parte financiada até 2026 nós temos um total de 6.7 bilhões de euros, 6.6 bilhões de

euros é o projeto, mais 100 em relação ao seguro, ao prêmio de seguro, nós temos 6.7 milhões de euros. Disto 4.3 milhões de euros corresponde à parte financiada e 598.2 milhões de euros corresponde à parte orçamentada no Brasil nós já enviamos.

E aqui eu queria encerrar, meu caro presidente, mas antes disso eu preciso fazer uma observação relevante, considerando o que foi difundindo claramente pela mídia nacional. Nós temos então condições de fazermos essa orçamentação. Qual é o problema que houve nos últimos dias em relação à difusão, Senador Jereissati? Houve uma indagação do porquê nós não negociamos com os franceses e não mantivemos o programa de 1983 com os alemães.

Primeiro os alemães não têm, não constroem navios de propulsão nuclear, segundo quando fizemos o projeto de 83 não transferiram tecnologia da elaboração do projeto, só construímos. E eu, Srs. Senadores, sou um deputado, aliás, minto, sou um advogado que teve lá passagem por tudo que é lugar e advogado, mas tem uma característica que advogado mantém em toda a sua vida, ele trabalha com precedentes. Quando conversava eu com o secretário americano Robert Gates e também com o general James Jones em que eles na discussão sobre o problema ainda não resolvido dos FX, ou seja, dos caças em que eles sustentavam de que a Boeing faria transferência de tecnologia em relação ao F18 eu disse a ele que queria examinar o assunto, mas que eu trabalhava com precedentes e apresentei ao general Jones dez precedentes de embargos americanos na transferência de tecnologia. Um deles tinha um ano atrás, fui auxiliado para solucionar esse problema pelo embaixador Sobel que já foi embora, que era um grande embaixador que nós tivemos aqui dos Estados Unidos e que resolveu um embargo. Qual era? O supertucano tem na sua composição e na sua construção um GPS com um metro de definição, GPS de direção do avião e de direção de tiro. Quando os americanos na terceira ou quarta partida de remessas para a Embraer do GPS mandaram um GPS degradado um GPS com 150 m de definição. E eu disse aos generais: é difícil eu ter com os Estados Unidos, tendo em vista, a minha formação de advogado que trabalha com jurisprudência e precedente e a jurisprudência ou precedentes americanos em transferência de tecnologia é próxima a zero.

Eu queria mostrar aos senhores dois problemas que surgiram recentemente com a Alemanha. Lembrem-se da Avibras. A Avibras é uma grande empresa brasileira produtora de mísseis, mísseis esses que são de combustível sólido. Na década de 80 a Petrobras com uma empresa que ela dispunha chamada Petroflex trabalhou ardentemente com o CTA a Aeronáutica,

o Centro Tecnológico Aeroespacial da Aeronáutica de grande capacidade tecnológica situado em São José dos Campos, trabalhou para desenvolver um produto chamado PBLH que é um dos elementos que compõe “a torta do combustível sólido dos veículos lançadores de satélite” e nós trabalhando para o lançamento do satélite brasileiro. Pois bem, a CTA e a PETROBRAS conseguiram produzir o PBLH como patente brasileira. O CTA que é órgão de pesquisa transfere tudo isso para a Petroflex empresa controlada pela PETROBRAS.

Na década de 90 a Petrobras privatizou a Petroflex e as ações da PETROBRAS foram compradas por acionistas brasileiros, e os acionistas brasileiros continuaram a produzir este elemento componente do combustível sólido. Em 2008, casualmente, em 2008 a Petroflex foi adquirida por um grupo alemão que interrompeu a produção do fornecimento do PBLH. Comunicou ao CTA e comunicou à Avibras, o CTA por causa da propulsão dos veículos lançadores de satélite e à Avibras por causa da propulsão de mísseis, comunicou que não produziria mais e avisava que aquilo não interessava à produção e que não tinha nenhum interesse naquela produção. Nós estamos agora retrabalhando para produzir com produção que não houve na década de 90 a preocupação na privatização de assegurar o controle do golden chair ou o controle da participação do governo brasileiro no Conselho de Administração para impedir decisões dessa natureza que são claramente para atingir a capacidade dissuasória do Brasil. Se os senhores quiserem outro exemplo.

Esta mesma empresa Avibras dispunha, esta mesma empresa Avibras dispunha, produz mísseis, e lembrem-se os senhores que acompanharam o assunto, no ano passado ela esteve com grande dificuldade financeira e nós conseguimos a exportação de 250 milhões de euros, mais ou menos, ou melhor, de dólares, para a Malásia, ou 350, não me recordo muito, uma quantidade substancial que viabilizava a Avibras, só que os mísseis da Avibras operavam sobre chassis, sobre plataformas produzidas pela Mercedes Benz alemã, a Mercedes Benz alemã envia uma carta à Avibras depois de nós termos, já a Avibras fechado as transações com a Malásia e envia ao Sr. Sami Hassuani que substituiu o presidente da Avibras que morreu num acidente de helicóptero. Os senhores estão lembrados disso, lá quando saía de Angra, enviou uma carta dizendo que por motivos do código de ética da empresa era não negociável os chassis U5000 que eram os chassis necessários para... Lembrem-se, o caminhão tem um leque, uma espécie de uma flauta e ali se coloca os mísseis, isso era produzido pela Mercedes Benz. Essa carta, Srs. Senadores, foi enviada, foi um fax enviado à Avibras em abril, em 2008, em

11 de abril de 2008. Base, o chassi necessário para os mísseis que havíamos negociado com a Malásia, a propulsão nuclear, a propulsão dos veículos lançamentos de satélite de combustível sólido. Casualidade? Isto é uma pergunta. Não é uma afirmação e nem uma insinuação. O que é que aconteceu? Estamos nós operando no sentido de termos um acordo com os chineses para conseguirmos reproduzir aquilo que já fazíamos aqui, e que estamos agora também negociando, a Avibras já consegue negociar com outras empresas para conseguir fazer, com certa rapidez, os chassis necessários. Nesse assunto não tem ingênuo. E aqui do que se trata? Trata-se daquilo que eu apresentei aos senhores desde o início.

Retorna só porque alguns senadores não estão aí, e eu gostaria só de fechar, meu caro presidente, mostrando a primeira imagem onde estão as estruturas críticas. Senhores, eu mostrei aqui aos senadores as estruturas críticas nacionais, as bacias petrolíferas e os campos de produção. Perdoem-me que eu repita isso, aqueles que assistiram, mas é fundamental para entender do que estamos falando. Os dutos nacionais, as hidroelétricas nacionais que produzem acima de mil megawatts, as termoeletricas nacionais, o gás, as produções de gás natural, a nuclear que corresponde à Usina de Angra em Rezende, os portos, os aeroportos, as telecomunicações, as ferrovias, as linhas de transmissões nacionais de energia, o centro de poder em Brasília está lá e acima eu agrego, Senador Tasso Jereissati, o que nós chamamos de futuras críticas regionais e aqui temos do que se trata, trata-se de tudo isso aqui. Trata-se, portanto, senhores, não só do Brasil, mas trata-se de um continente ou sub-região que tem primeiro: riquezas energéticas de hidrocarbonetos limpas extraordinárias, portanto, é o maior centro possível de produção de energia, tanto de hidrocarboneto quanto renováveis. Segundo, dispõe este continente ou este subcontinente da maior estrutura de água doce do mundo a Bacia do Amazônia e o Aquífero Guarani, e é o maior produtor de alimentos do mundo. É disto que se trata e é disto que estamos a falar, ou seja, estamos a falar exatamente... Agora eu chamaria a atenção já...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O verde o que é?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: O verde é Amazônia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não. A bolinha verde. O Piauí está cheio delas e eu assombrado aqui.

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O que é isso?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: São as termos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para futuro?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, não. Isso já tem. Isso aqui já existe no Brasil de termos, são pequenas termoeletricas, principalmente, na Amazônia que se usa muito termoeletricas pequenas para geração de pequenas cidades ou poços de fronteira.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Elas devem estar do lado do Maranhão, não é no Piauí.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: O Maranhão está um pouco abandonado. Que observem tem uma curiosidade aqui, esta região está vazia e essa região aqui é vazia. Se os senhores voltarem para a situação nacional observem como é que fica, ou seja, as infraestruturas críticas nacionais são as infraestruturas que estão... Ou seja, o Brasil em termos de infraestruturas nacionais ainda não passou do Tratado de Tordesilhas, o Tratado de Tordesilhas passa aqui, mais ou menos, a linha de Tordesilhas passa aqui, ou seja, o Sul e o Sudeste é a grande concentração das grandes infraestruturas críticas. Aqui no Norte um vazio, um imenso vazio. Isso vocês vão ver na aviação, na aviação você tem uma aviação toda verticalizada em que para você ter uma circulação das cidades do Nordeste entre si, salvo aquelas situadas junto ao mar vocês precisam vir a Brasília para depois subir de novo, porque não tem um voo horizontal, ou seja, toda ela é vertical e toda ela concentrada na linha à direita do Tratado da linha de Tordesilhas.

O que nós mostramos aos senhores em relação à Marinha é tentar retomar a grande imaginação do Marquês de Pombal, primeiro-ministro ou valido de D. João I na década de 1750, depois ele foi derrubado por Maria Louca e que conseguiu expandir o Brasil com aqueles fortes que os senhores conhecem: Príncipe da Beira, Coimbra, os fortes existentes lá em Pernambuco, os fortes existentes no Amapá que protegiam a entrada no Amazônia e etc. É disso que se trata. E os senhores receberam a mensagem do presidente. E eu creio que era o que eu tinha a dizer em relação ao Programa de Submarinos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia agradece a presença e a brilhante exposição do Ministro Nelson Jobim. E nesse momento passamos à lista de inscritos para que possam fazer as indagações necessárias ao Ministro.

Antes eu gostaria, eu pediria ao Ministro, já que o tema é o reaparelhamento das nossas Forças Armadas e mais especificamente a temática dos submarinos, que o Ministro pudesse complementar esta exposição, esta brilhante exposição com a questão do submarino já em construção, o nosso submarino nuclear que já está há 10, 15 anos sendo construído, para que pudesse atualizar também esta Comissão em relação a esse tema.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Desculpe-me, Senador, nós não temos construção em submarino nuclear, nós construímos com os alemães foi os submarinos convencionais Ticuna. O que nós temos é a parte nuclear que é o enriquecimento do urânio e a construção do reator, isso que nós estamos trabalhando em Iperó que não tem nada a ver, seguramente, com o submarino propriamente dito. O reator é necessário para o submarino, mas também é necessário para a geração de energia elétrica, isso nós temos em Iperó.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então, passamos ao primeiro inscrito o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Ministro e amigo Jobim, eu tenho a certeza que a sua vinda aqui seria absolutamente convincente até mesmo para os que já estão convencidos, como eu, há muito tempo, da necessidade de termos forças armadas compatíveis com a nossa dimensão e a nossa vocação. E nesse sentido eu sou um defensor das compras que estão sendo feitas.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Compras não, parcerias.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Parcerias que estão sendo feitas, porque eu acho que a gente já devia ter feito isso há algum tempo. Entretanto, como o senhor lembra, eu coloquei cinco pontos no que eu gostaria, um é qual o cenário dos conflitos. Eu acho que o senhor mostrou, deu para perceber, não são cenários de conflitos, são cenários de defesa, na verdade. Depois, quais os necessários equipamentos para enfrentar os conflitos? Não há dúvida do que eu vi sobre submarinos, eu tive que sair por causa das homenagens às Forças Armadas, não sei se se discutiu depois o caso dos aviões, mas satisfez. E aí é que entra a minha preocupação. Nesses cenários o conhecimento de ciência e tecnologia é considerado um recurso fundamental, a ciência e tecnologia, e, além, do reequipamento físico quais as necessidades e recursos necessários e métodos, além, desses equipamentos e dessas parcerias o que é que é necessário orçamentariamente para apoio a instituições como ITA e Aramar.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Formação, não é?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Formação, pesquisa. E, finalmente, foge um pouco disso, talvez fosse outro momento, e talvez devesse ser uma reunião sigilosa. Quais os recursos necessários para o fortalecimento dos serviços de inteligência em nível internacional? Porque eu fiquei muito assustado quando eu vi aqui o Ministério das Relações Exteriores dizendo que a maior parte das informações que eles usam é proveniente dos jornais lidos pelos diplomatas. Eu fiquei extremamente preocupado que o Brasil seja assim.

Mas eu queria me reportar àquele quadro das infraestruturas sobre o qual, inclusive, foi muito útil para mim, não só para o Senador Heráclito ver o que existe de termoeletrônica--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: No Piauí.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): No Piauí que também me surpreendeu. Mas eu falei há pouco na sessão de homenagem desse quadro das infraestruturas. O senhor listou de uma maneira bastante ampla treze itens, não há nenhum centro de ciência e tecnologia a ser defendido no Brasil em caso de guerra. Eu tenho quase certeza que nos Estados Unidos--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: É que não é considerada infraestrutura isso, na linguagem técnica não é considerada como infraestrutura.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Mas eu prefiro considerar como sendo. Eu não conheço esse quadro dos Estados Unidos, mas eu tenho a impressão--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, não, não é nos Estados Unidos é no mundo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Eu estou dizendo um quadro desses de infraestruturas--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Críticas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --para os Estados Unidos ou para a França, outro país, eu não conheço, mas eu acredito que os Estados Unidos devem colocar como parte--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Nós colocamos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --dessas infraestruturas. Também colocam?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Colocamos. Só que nós não chamamos de infraestruturas críticas, chamamos infraestrutura de informação e de técnicos que não é a infraestrutura crítica, e não são considerados infraestruturas, são centros de formação que no caso específico em relação às Forças Armadas é

o CTA da Aeronáutica que temos um problema que é a concentração em São José dos Campos, um dos problemas é de nós abrimos aquilo, ou seja, criarmos outros centros, o grande centro tecnológico, o centro da Marinha que está junto à USP, além do centro de Aramar, o IME o Instituto Militar do Exército está no Rio de Janeiro, que hoje é um dos maiores centros matemáticos do mundo, que tem grandes trabalhos de física, e ainda o do CETEX do Exército. Todas essas organizações. E eu quero trabalhar, foi bom V. Exa. ter levantado tudo isso, eu quero trabalhar exatamente com a possibilidade de termos serviços de inteligência em relação à nossa preservação do nosso conhecimento. Que isso é um problema.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Mas é que eu gostei tanto desse quadro, e se ali cabem nos centros, na infraestrutura cabem os centros de poder político, eu acho que deveria também colocar os centros de poder do conhecimento, os centros do poder científico e tecnológico. Mas é uma questão de metodologia, poderiam ser colocados em outro quadro também.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Em outro quadro.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Mas o que eu quero chamar atenção é se o Ministério, se o Governo está consciente e está tomando as medidas para a ideia que eu gosto de dizer que um país deseducado é um país desarmado, bem como, não só para fazer submarinos, até para os marinheiros que vão para esses submarinos, eles têm que ter formação. E a formação de uma minoria é tanto melhor quando a totalidade é educada, e aí você pode separar os bons entre todos, e não os bons entre alguns. Para a Seleção Brasileira de Futebol nós somos muito cuidadosos, nós deixamos todos os meninos jogando futebol dos 14 aos 18 e os bons chegam lá em cima. Lamentavelmente, na educação a cada minuto 60 estão saindo da escola, minuto escolar, digamos, não com 365 dias.

Eu vi quando o senhor falou... São dois pontos que eu quero. Um é quando o senhor falou da reunião do Conselho de Defesa Nacional. Eu queria sugerir um dia que esse Conselho se reunisse para discutir os riscos que o Brasil vive pela questão do abandono, do descuido histórico da educação. Eu acho que os Estados Unidos chegaram a fazer isso num documento chamado nação em risco coordenado até, eu acredito, pelo falecido ontem Senador Ted Kennedy.

Eu acho que deveríamos colocar como um dos armamentos fundamentais do futuro um país educado e graças à educação um país com muitos e bons cientistas tecnológicos. E a outra coisa. Eu não tenho

dúvida da negociação em relação à transferência de tecnologia. Mas eu gostaria de saber se dá para gente dizer que essa transferência de tecnologia pode significar invenção de tecnologias, que uma coisa é transferir que já é algo bom, a outra coisa é o poder de inventar.

Eu li não sei aonde que os iraquianos tinham recebido aqueles radares todos e até tinham certas transferências de tecnologia, inclusive, recebidas do Brasil, no caso de tanques, mas quando começou a guerra os americanos, aliás, os franceses deram informações aos americanos e eles desligaram os radares iraquianos à distância, hoje se movimenta aviões à distância, dependendo da tecnologia que tiver esse submarino, mesmo que a gente tenha tecnologia transferida para nós. A minha pergunta é: eles não têm condições de desligar os sistemas? Eles não têm condições de mudar a navegabilidade? Que a gente sabe sobre tudo isso é quase tudo importado, mas, sobretudo, eu queria perguntar: em quanto tempo a gente vai transformar a importação, transferência de tecnologia em capacidade inventar tecnologia? E se há um plano para isso? Não só usando os centros como o CTA e Aramar, mas também usando a infraestrutura que existe nas nossas universidades e seus centros de ciência e tecnologia.

Então, essas são as questões que eu gostaria.

Ficamos nos devendo um dia discutir um sistema de informações internacionais. Eu gostaria de um dia podermos discutir isso, obviamente, talvez numa sessão sigilosa, até não dizerem lá fora que nós não temos nenhum sistema de inteligência.

E a outra coisa é até quando a gente vai conseguir substituir a transferência recebida, a recepção de tecnologia por invenção de tecnologia própria aqui dentro, como me parece, hoje o senhor pode me corrigir, estão fazendo, por exemplo, a China e a Índia e até mesmo o Irã, na medida em que boicotam o Irã eles estão sendo obrigados a desenvolver por eles próprios suas armas.

Esses são os pontos. Mas fique certo que tem aqui um defensor do fortalecimento das nossas Forças Armadas para termos uma boa defesa.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Obrigado, Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu apenas agrego um vetor a mais, eu acho que a palavra vetor é muita apropriada para isso, um vetor a mais da defesa que é o vetor educação de base até os últimos níveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Ministro, por sugestão do Senador Francisco Dornelles e do Sr. Tasso Jereissati, nós fa-

remos as indagações em bloco para que possam ser respondidas de uma vez só.

Então, sendo assim, passo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Presidente Lobão Filho, Ministro Nelson Jobim, eu queria cumprimentar V. Exa. pela competência como V. Exa. vem conduzindo o Ministério da Defesa e pelas políticas anunciadas por V. Exa. de que o Ministério da Defesa, Marinha, Aeronáutica e Exército não serão, usando o próprio termo de V. Exa., de forma permanente compradores de prateleiras, mas vão ser braços da política industrial e tecnológica do país.

A minha indagação é muito simples, é um caso só. Analisando o quadro apresentado por V. Exa. eu perguntaria: pegando o índice de um a dez, de um a cem qual é a situação da Marinha Brasileira para o exercício daquelas funções, daquelas atividades práticas que V. Exa. enumerou na defesa da nossa estrutura crítica?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: De zero a dez?

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo o Senador Francisco Dornelles encerrado. Passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Ministro, em primeiro lugar também quero parabenizar V. Exa. e o Ministério da Defesa pela apresentação clara, boa, segura, tranquila. Que eu penso assim e esclarece as dúvidas que, porventura, qualquer pessoa tenha e, ao mesmo tempo, indica também o planejamento estratégico, a visão de futuro, as necessidades. Então, foi uma apresentação... E quero parabenizar o Ministério da Defesa pela apresentação. Ao mesmo tempo, quero elogiar também, mais uma vez, a Marinha do Brasil. Já estive no Rio de Janeiro visitando a base também de submarinos, tive a oportunidade, inclusive, de sair também com outros parlamentares no trajeto na Bahia, um pouco para fora também, e fiquei muito impressionado, muito bem impressionado com a organização, com a dedicação, com a competência, com o potencial daquela base para o Brasil, inclusive, a manutenção dos submarinos brasileiros toda feita lá, melhorando o seu tempo, gasto, inclusive, para manutenção de submarinos, e estendendo essa possibilidade de manutenção, inclusive, para outros países que não têm, sequer, a capacidade tecnológica de manutenção dos seus submarinos, então isso é feito pelo Brasil que significa um avanço tecnológico importante. E não só lá, mas também no programa Proantar que também a Marinha desenvolve na Antártica e que é um centro de pesquisa, de informação, de desenvolvimento, de presença do Brasil naquela área e, inclusive, nesse ano,

em agosto, neste mês, me desculpe, tivemos a oportunidade de que três escoteiros brasileiros através da União Parlamentar Escoteira do Brasil numa parceria com a Marinha pudessem visitar a base brasileira na Antártica, e foi uma experiência importante, eu deveria ter ido junto, mas, infelizmente, não foi possível, talvez numa próxima oportunidade eu possa ter essa chance e essa oportunidade também. Eu penso que a explicação de V. Exa. foi muito adequada no sentido de mostrar a necessidade da Marinha de uma maneira geral, e dentro dessa necessidade identificou a questão do submarino, é uma necessidade ampla também.

Eu só gostaria que V. Exa. abordasse a questão do orçamento da Marinha. Como é que está o orçamento, a previsão financeira? O Senador Dornelles falou, mais ou menos, nessa direção também para que essa infraestrutura pensada, planejada e idealizada não só do submarino, mas essa visão global do país em termos da presença em todas as áreas mencionadas em quanto que esta esse orçamento. E como é que esta o orçamento, como anda, como é que esta essa situação do diálogo com as instâncias do Governo, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, o próprio Presidente da República, naturalmente, como condutor maior de todo esse processo, para que isso se transforme em realidade.

Eu quero lembrar que Marinha, a pouco tempo, estava com muitas dificuldades no Proantar, por exemplo, para manutenção e revitalização das instalações não tendo obtido, não estava, naquela época, conseguindo dez milhões de reais para a manutenção daqueles equipamentos, mas depois e atualmente essa situação mudou e a gente sabe que o recurso hoje é suficiente para manutenção. Só gostaria de saber em termos gerais. E, inclusive, incluindo nesse sentido que o Senador Cristovam Buarque colocou, eu nem penso em termos de educação, mas as verbas necessárias para a pesquisa, principalmente, pesquisa, tecnologia, ciência, como é que os órgãos oficiais estão se posicionando em relação a esses grandes objetivos, porque a pesquisa, o conhecimento é a riqueza fundamental, concordo com isso, de um país para se chegar ao ponto de produzir e não só importar, mas produzir. É um processo permanente, difícil, a gente sabe, mas que deve ser direcionado para isso.

Mas quero parabenizar V. Exa. e dar explicações em termos financeiros, econômicos, não só disso, mas uma visão mais global. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Concluídas as colocações do Senador Flávio Arns. Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Senador Lobão Filho, prezado Ministro da Defesa Nelson Jobim. Também quero agradecer as informações que V. Exa. nos trouxe.

No que diz respeito à questão do custo financeiro eu agradeceria se puder nos informar, porque como há uma perspectiva, segundo a sua explicação, de irmos até 2026, então este custo vai se distribuir ao longo de alguns anos. E agradeceria se puder nos informar, pelo menos, por exemplo, 2009, 2010 e quem sabe para os próximos cinco anos, ao nível do orçamento, digamos, da República, da Marinha ou do Ministério da Defesa, quanto este programa poderá representar. E aí em termos de reais, aproximadamente, se o custo chega a quase sete bilhões de euros, o euro hoje em torno de 2,65 centavos, daria algo como 18,5 bilhões de reais, mas isso se distribuirá ao longo de alguns anos. Então, eu acho que seria relevante se pudermos ter a informação sobre isso e em comparação, por exemplo, com o orçamento da Marinha e do próprio Ministério da Defesa, que peso isso significará.

Eu conversava com o Senador Cristovam Buarque e me perguntava se houve hoje a exposição também da sua palavra, uma exposição sobre os aviões. Eu disse que não, hoje não tratou do assunto, mas dada a proximidade no próximo dia 07 da visita referida por V. Exa. do Presidente Sarkozy, e como tem havido muitas informações a respeito de como é que está a compra de aviões, embora, esse não seja o tema de hoje, eu acho que seria interessante se pudesse aproveitar a oportunidade para uma breve informação também sobre a compra de aviões pelo Ministério da Defesa, pela FAB e como é que está o procedimento.

E na questão relativa tanto aos submarinos nucleares quanto os aviões se puder nos colocar um pouco qual é o procedimento de escolha, V. Exa. Ministro Jobim mencionou que um dos principais fatores na escolha da nação que irá nos ajudar a França, foi a única nação das que dispõe de tecnologia e constroem submarinos nucleares no mundo hoje, as cinco que mencionou, que se dispôs transferir, realizar uma verdadeira transferência de tecnologia para o Brasil, e que este, portanto, foi o critério que me pareceu principal. Se puder nos dizer um pouco a respeito do processo de escolha se tem outros aspectos, além, desses tais como as questões referentes ao custo, e aí poderia aproveitar também para falar da questão de escolhas para a compra de aviões.

E relacionado a este tema acho que foi na última visita que V. Exa. fez à nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mencionou que o Ministério da Defesa teria interesse em formular sugestões no que diz respeito ao Projeto de Lei que o Senado está

por concluir a sua votação que atualiza a Lei 8.666 de concorrências, de métodos de licitações à luz da nova tecnologia vigente, seja da Internet, do pregão eletrônico ou da inversão de fase e, assim por diante.

Então, eu gostaria de informar a V. Exa. que justamente com o Senador Francisco Dornelles e com o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo nós chegamos a um entendimento que está praticamente pronto e na fase de redação final e que, se porventura, V. Exa. como Ministro da Defesa quiser apresentar alguma sugestão, então que estaríamos na reta final para recebê-las. Ministro Jobim, só gostaria de dar essa informação que nós estamos na fase final de um entendimento, então já está praticamente pronto o parecer e o acordo entre as diversas lideranças, entre eu e o Senador Dornelles que tivemos algumas diferenças, mas fomos ao Ministro do Planejamento acordarmos, e é provável que esteja dentre as matérias que poderão ser votadas nesse próximo mês de setembro. Então, avaliei que esta é uma informação relevante.

Finalmente. O Senador Cristovam Buarque sempre coloca a sua preocupação sobre como é que vamos ter uma nação com muita segurança, sobretudo, na medida em que todos estiverem educados. E com uma boa educação universalizada oportunidades boas. E V. Exa. sabe que eu tenho tido a preocupação para que o Brasil possa estar também promovendo ações de paz no mundo, e acredito que seja também uma das preocupações do Ministério da Defesa que possa estimular as ações que signifiquem evitar as guerras no planeta terra. Então, seja no que diz respeito ao que se passa ali no Iraque ou na Colômbia, ou no Oriente Médio, e assim por diante, nas Coreias, acho importante que as iniciativas para que possam significar a promoção da paz e do entendimento sejam relevantes. Por exemplo, quando estive na Coreia do Sul, ali disse que avaliaria como muito importante até para que um dia possa, de fato, haver a unificação da Coreia que possa o Brasil colaborar com isso, dada a paixão que os coreanos do Norte e do Sul mostraram pelo futebol, quando o Brasil lá ganhou a copa do mundo, que quem sabe um dia possa a seleção brasileira fazer um jogo com as duas seleções do norte e do sul da Coreia, uma partida na capital Pyongyang e outra em Seul. Isso foi muito bem recebido ali como uma proposta, além de eu também ter proposto a eles que instituíssem uma renda básica de cidadania para as duas Coreias e assim por diante.

Nesse mesmo sentido eu até quero dar a V. Exa. um exemplar do relatório da minha viagem ao Iraque.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu terminei. Foi a última frase.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então, depois da concisa exposição do Senador Suplicy. Eu passo a palavra, com grande prazer, ao nosso Ministro Nelson Jobim.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: O Senador Suplicy é obediente.

Eu agradeço as perguntas que foram formadas, inclusive, as manifestações feitas pelos Srs. Senadores. Mas eu queria fazer uma observação genérica inicial. Em 1988, 86, 87, 88, 89, 90 quando participei de 88 até 95, até janeiro de 95 no Congresso Nacional, mas, fundamentalmente, quando da elaboração da Constituição de 87 havia por parte de todos nós parlamentares ou havia por todos nós civis uma dificuldade para tratar de assuntos de defesa.

Em 1987, 88, no debate da Constituinte, onde eu fui líder do PMDF na parte final depois que o Senador Mário Covas foi para o PSDB, o que se observava foi uma discussão exclusiva sobre destinação das Forças Armadas a de 1942 e hoje, soberania poderes constitucionais e garantia da lei e da ordem quando demandados pelos poderes públicos. Os civis não queriam tratar de defesa, os civis identificavam no imaginário do político da época a defesa com repressão política, e, portanto, nós nos afastávamos desse assunto, não tratávamos disso. O que é que ocorreu? Qual foi a consequência dessa posição política daquela época? Deu-se um enclausuramento dos militares na sua função constitucional e as decisões militares sobre as necessidades militares eram exclusivamente feita pelos militares. Os civis não assumiram a defesa como uma questão nacional, os civis achavam, os parlamentares achavam que a defesa era uma questão exclusivamente militar, a ser tratada por militares.

Quando eu assumi o Ministério da Defesa eu acabei dizendo ao Presidente Lula, os senhores sabem que o meu retorno à vida pública decorreu daquelas questões de viação aérea decorrentes no ano de 2007, eu disse a ele que havia necessidade de que nós consolidássemos o Ministério da Defesa no sentido de ser o Ministério da Defesa o centro da formação da política militar do país, controlada por civis, a execução dessa política seria função dos militares. E aí o que é que acontecia, Senador Buarque, em relação à questão do orçamento? A questão do orçamento, Senador Buarque, era tratada da seguinte forma: cada força fazia o seu cálculo, o seu orçamento e enviava ao Ministro da Defesa, o Ministro da Defesa encaminhava, consolidava aquelas propostas e enviava para o Ministro do Planejamento e pronto. Não havia nenhuma participação sobre decisões de projetos de cada força.

Eu consegui agora, Sr. Senador, alterar este quadro, mas é uma alteração e entendimento com as forças e que virá com o projeto de reforma da Lei Complementar 97, mas eu já estou utilizando disso. Eu dividi com o orçamento das forças em três conjuntos: manutenção operativa, o que é que uma força precisa para manter no estado em que se encontra? Ou seja, manter os equipamentos, alimentos, fardamentos, etc, etc, munições para o estado em que se encontra, portanto, daí chamamos isso de manutenção operativa. Segundo os projetos que estavam em andamento e o terceiro os projetos futuros. Para fazer com que o Ministro da Defesa pudesse participar da decisão política e o governo civil da decisão política sobre qual dos projetos seriam projetos nacionais, não projetos meramente setoriais às forças. E é por isso, porque não tinha esse tipo de visão é que os projetos, todos os projetos... As forças eram contingenciadas de qualquer jeito, sem a menor referência, porque não eram considerados projetos nacionais, eram considerados projetos de corporações setoriais. Então, vejam. Com esta mudança o projeto Prosub, por exemplo, que é o que o senhor referiu, já vem no orçamento deste ano previstos dois bilhões e 314 milhões destinados ao Projeto Prosub para assegurar o início no orçamento de 2010 na PLOA no Projeto de Lei Orçamentário vem um valor correspondente a dois bilhões, 310 milhões negociados com o Planejamento.

Há um projeto importantíssimo para aquela estrutura de defesa e, principalmente, para a estratégia de mobilidade que é a aeronave cargueiro KC390 sendo produzida pela Embraer que vai substituir o antigo Hércules dos americanos, hoje têm o C137F que é caríssimo, mas nós vamos construir no Brasil um avião de transporte para 19 toneladas, portanto, o Hércules movido a jato e precisa de uma pista de 1.300 m, pistas dos pelotões de fronteira da Amazônia. Para esse nós destinamos 180 milhões de reais no primeiro investimento.

Aos helicópteros que vamos construir no Brasil que estamos negociando com os franceses, cujo pedido de autorização já veio para cá o que corresponde a um valor total do financiamento de 1.7 bilhões de euros, nós já destinamos um orçamento de 630 milhões de reais para o ano que vem, a aeronave da defesa FX, e agora vem a questão referida a FX, nós não destinamos nada ainda, não tem nada ainda sobre o FX por uma razão simples, não houve ainda o encerramento da fase analítica da força aérea. O FX – e aqui serve tanto ao Senador Suplicy quanto ao Senador Cristovam – houve apresentação de propostas do Sukhoi russo, do Rafale francês, do Gripen da Saab sueca, do Eurofighter que é um projeto comum

alemão, espanhol, italiano e inglês, houve propostas da Boeing americana do F-18 e apresentou-se também o F-16 da Lockheed americano, portanto, seis aviões ou seis ofertas se apresentaram para a força aérea analisar. Havia uma determinação política do poder civil, não compramos nada de prateleira, tem que haver transferência de tecnologia para o Brasil, se não tem transferência de tecnologia fora. Esse era o condicionante principal, porque a experiência brasileira, Senador Cristovam e Senador Suplicy, é de que as compras de prateleira que fizemos foram muito baratas, mas a manutenção depois foi um desastre, porque conseguir manter essas compras de oportunidade (portanto, de prateleira) acabou custando ao Brasil dinheiro do contribuinte brasileiro sem reversão alguma, porque não aprenderam nada com aquilo, e, portanto, a instrução política, determinação do Presidente da República decorrente da estratégia nacional de defesa era a transferência de tecnologia.

A força aérea tem uma tecnologia, uma técnica e uma metodologia importantíssima de análise desses aviões, dessas ofertas, fez o primeiro conjunto de análise, descartou o Sukhoi russo, por quê? Porque no item de transferência de tecnologia, os russos teriam respondido em fórum ao Brigadeiro Saito que isso era assunto para tratar depois. Descartou o F-16 da Lockheed americana porque é um projeto terminal, ou seja, um projeto que se esgotou, onde não pode exatamente aquele problema agregar invenções novas e tecnologias novas. E descartou também a força aérea desta análise o Eurofighter das quatro nações europeias, volto a repetir, Itália, Espanha, Inglaterra e Alemanha, porque a transferência de tecnologia dependia de uma manifestação dos quatro Estados e não houve. Restaram três na lista, na Shortlist, que é o nome técnico dado final que foi o F-18 da Boeing que afirmava transferência de tecnologia, o Rafale francês feito pela Dassault e o Gripen feito pela Saab, o Gripen-NG que é um projeto novo a ser feito. Isso está sendo ainda objeto de análise, Senador Suplicy, está sendo objeto de análise pela força aérea. A força aérea, inclusive, pediu complementações das empresas que negociavam, que fizeram as ofertas, e quando terminar a análise feita por isso, pela força aérea, essa análise será submetida ao Ministério da Defesa que levará ao Presidente da República para uma decisão final. Agora eu quero lhe afirmar com toda a absoluta tranquilidade, tem um axioma, falando numa linguagem que o eminente Cristovam Buarque conhece da filosofia analítica e da lógica matemática, tem um princípio básico axiomático, transferência de tecnologia. Nós queremos nos capacitar nacionalmente na nossa indústria de defesa. E isso eu disse aos americanos,

disse aos franceses e disse também aos suecos da Saab de que sem este jogo, sem isso não tinha jogo. Chega de nós criarmos dependência.

Portanto, Senador Buarque e Senador Suplicy, os quadros, o pressuposto básico é o grau de transferência de tecnologia, ou seja, o off-set que nós podemos construir no Brasil. Qual é a história que nós temos? A história que nós temos chama-se Embraer, chama-se acordo Brasil e Itália para a construção no Brasil do subsônico M1A1 que é o MX, foi o projeto MX, lembram-se? Há uns anos que a Embraer, que foi uma invenção genial do Montenegro, que contra todo mundo resolveu inventar de que a força aérea no CTA tinha que construir um avião e ninguém acreditava nisso e aí se construiu o Bandeirante, um grande sucesso no mundo. Isto foi uma “maluquice” do Montenegro que deu certo. Depois veio o Ozires conduzindo todo esse processo de entendimento com os italianos, e quando fizemos o acordo de transferência de tecnologia com os italianos, a Embraer deu um salto tecnológico, e hoje é uma das grandes empresas produtoras do mundo, principalmente, de aviões regionais que depois do Bandeirante veio o Brasília, em seguida veio o projeto MX e depois começaram o EMB145, tal e tal, Legacy e chegamos hoje ao EMB190, que é um avião de transporte civil. Quero lembrar que toda essa indústria de defesa é uma indústria dual, ela caminha tanto para a construção de materiais de defesa, como materiais civis, a Embraer produz o maior sucesso em termos de aviões de controle de espaço aéreo, não de ataque, mas também de ataque que são os supertucanos, que são construções da Embraer e que houve uma empresa americana que quis copiá-lo e que acabou quebrando.

A transferência de tecnologia, Senador, é vital, mas junto à transferência de tecnologia tem que vir a formação dos nossos técnicos e dos nossos cientistas. Então, no projeto nós temos também itens de formação, não é somente assim que se faz, não, eles têm que formar. Primeiro fazem formação de um grupo nas escolas francesas, na parte da construção e depois esse pessoal transmite todo esse conhecimento, fora os conhecimentos técnicos que vão transmitidos via papel, a formação nos institutos da Marinha, nos institutos do Exército e nos institutos da Aeronáutica, ou seja, nós não desligamos a formação porque senão não adianta nada. Vamos receber projetos, nos ensinam isso e desaparece esse conhecimento, e esse conhecimento tem que ser internalizado na formação. É por isso, Senador Buarque, que o Ministro da Defesa tomou uma decisão de examinar toda a estrutura de formação nas escolas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. E eu já avisei aos comandantes que num

dia X a tantas horas, Y que só serão reveladas no dia, eu irei a cada uma dessas academias para assistir aula para ver o que é que está acontecendo, exatamente por causa do problema da formação.

Quero dizer mais, Sr. Senador, que tudo isso vai nos levar à possibilidade de inventar, ou seja, de criar, ou seja, a transferência da tecnologia e a formação dos nossos cientistas para isto viabilizará exatamente a sua preocupação que é exatamente a de criar a Marinha, no caso que estamos tratando, ela precisa receber essa tecnologia, manobrar essa tecnologia e programar criações em cima da tecnologia que recebemos, ou seja, é pressuposto para o desenvolvimento da nossa formação dentro das nossas academias, não das academias operacionais, mas as academias científicas que é o caso do instituto da Marinha que está casualmente situado no campus da USP em São Paulo, ou seja, o campus, o instituto da Marinha está junto com as unidades, e isso está, Caro Senador, no item, na página 52... Eu fornecer um exemplar a V. Exa, e isso está na Internet, inclusive, sobre ciência e tecnologia na indústria, na estratégia nacional de defesa. A política de ciência, tecnologia e inovação para a Defesa Nacional tem como propósito estimular o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação de interesse para a Defesa Nacional. Isso ocorrerá por meio de um planejamento nacional para o desenvolvimento de produtos de alto conteúdo tecnológico, o envolvimento coordenado às instituições científicas e tecnológicas, civis e militares. Ou seja, tentar fazer a integração das pesquisas, porque nós sabemos que determinados institutos estão fazendo a mesma pesquisa que outros estão fazendo, e uns estão mais desenvolvidos que os outros, se nós juntarmos a força dos dois nós vamos dar um salto em relação a isso. E isso, meu caro Senador, eu levei ao Presidente da República exatamente mostrando o seguinte: temos que mudar a regra do jogo. Antes havia uma relação promíscua entre o Executivo e a Força, em relação à formação do orçamento, pediu dinheiro, vocês querem 50, vamos negociar isso aqui, dou 25, e aí com os 25 eles faziam o que bem entendiam que era a regra do jogo da época, muda. Ou seja, se estabelece a defesa dentro da agenda nacional, se estabelece projetos, e na apresentação que fiz ao Presidente da República e a apresentação que farei também aos senhores em relação às alterações que pretendo introduzir a uma delas que diz respeito ao problema de assegurar a permanência de recursos dos projetos de defesa. E ele concordou de que nós pudéssemos trazer Sr. Senador Suplicy, um Projeto de Lei, um PL a ser votado pelo Congresso que proibisse o contingenciamento de recursos destinados a projetos específicos de defesa

que fossem aprovados pelo Presidente da República. Não são projetos das forças exclusivas, são projetos do Ministério da Defesa aprovados pelo próprio Presidente da República. E aí nós teríamos uma forma de evitar, assegurar a atividade. V. Exa. falou no Engesa, lembre-se disso.

Eu quero lembrar a V. Exa. as causas da quebra da Engesa e que nos mostra o que é que nós temos que fazer. A Engesa foi a maior produtora de blindados que nós tivemos no Brasil, Urutu, Cascavel, toda uma estrutura de produtos de defesa que, inclusive, se jogavam para produtos civis, só que a Engesa fez um projeto num determinado ano, chamava-se o Osório que era um tanque, numa linguagem, digamos, inteligível. O tanque Osório concorre, ganha uma concorrência internacional para a venda à Arábia Saudita. Só que outro país não permitiu que a Arábia Saudita comprasse os Osórios e exigiu que a Arábia Saudita comprasse Sherman, e todos os investimentos que a Engesa havia feito no Osório determinaram a quebra da Engesa. Ou seja, isso aqui não é terreno para ingênuos e nós temos que exatamente ter a consciência de que os programas de defesa que sejam atendidos dentro daquela visão de estrutura de assegurar as infraestruturas críticas, inclusive, as de conhecimento que V. Exa. se referiu, são projetos que têm esses investimentos e essas necessidades.

Hoje o Ministério da Defesa, fora a folha de pagamento, tem destinado para a PLOA de 2010 nós temos um limite orçamentário determinado pelo Ministério do Planejamento de 13.5 bilhões de reais, desses 13.5 bilhões de reais eu tenho que fazer a redistribuição disto entre o Exército, Marinha e Aeronáutica, a Administração Central que é o próprio Ministério da Defesa, a Escola Superior de Guerra e também a ANAC e a Infraero que estão vinculadas ao Ministério da Defesa.

Eu quero dizer aos senhores que progredimos, se considerarmos o passado, progredimos, e a resposta que eu posso dar ao Senador Dornelles sobre de zero a dez, a capacidade que tem a Marinha hoje de atender ao pré-sal, ou seja, possibilitar garantia do pré-sal ela consegue manter uma patrulha de 15 dias por cada mês. Então, eu daria nota quatro. Isso aqui não é crítica, não é nada, isso aqui é uma constatação do mundo, esse é o mundo que estamos tratando. E, portanto, eu já encerro, Sr. Senador, para dizer mais de que quando temos em relação à Antártica, Senador Flávio Arns, V. Exa. me fez agora alguma coisa que não sabe o que fez, com a sua pronúncia eu me lembrei dos meus vizinhos lá de Santa Maria. V. Exa. deve falar um alemão [ininteligível] e não [ininteligível], mas o sotaque é parecido.

Senador Flávio Arns, a questão da Antártica é gravíssima, gravíssima no sentido de política geopolítica nacional. Qual é a grande disputa que existe na Antártica? Se a Antártica vai haver ou não pretensões territoriais. Dois países da América do Sul têm pretensões territoriais na Antártica, o Chile e Argentina. O Brasil não tem pretensões territoriais, a presença do Brasil se justifica exclusivamente pela pesquisa, foi esta a razão de que quando nós fomos, eu acompanhando o Presidente da República fui à Antártica, chamei a atenção ao presidente o seguinte: em 2045, 2050 vai se rediscutir o Tratado da Antártica e a destinação da Antártica. A presença do Brasil, dizia eu ao Presidente, só se justifica exclusivamente pela capacidade de pesquisa que nós aportarmos dentro da Antártica. Resultado: compramos mais um navio de pesquisa para a Antártica, o navio oceanográfico Ary Rongel que é antigo, que os senhores devem ter conhecido que ficava na Baía do Almirantado, hoje nós já deveríamos mandar para lá. Como é que vocês botaram o nome? Almirante Albuquerque?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Maximiano.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Maximiano, Almirante Maximiano que é um navio três vezes, com capacidade de três vezes mais que o Ary Rongel para exatamente a pesquisa e justificar a presença do Brasil. Portanto, Senador, nós estamos investindo na Antártica através da infraestrutura de pesquisa para viabilizar que as universidades brasileiras e os pesquisadores brasileiros tenham condições de realizar as pesquisas na Antártica. Nós administramos, a Marinha administra e o Ministério da Defesa administra a infraestrutura da Antártica que é utilizada pelas universidades brasileiras, principalmente, as universidades mais ao Sul do Brasil, Curitiba, Santa Catarina que tem lá aquela pesquisa oceanográfica, etc. e etc. Então, já uma segurança nesse sentido, Rio Grande também, Rio Grande que tem aquela pesquisa.

E em relação à questão de custos, meu caro Senador, nós temos o seguinte, nós vamos ter um financiamento na ordem de 4.3 bilhões de euros, e é o aporte nacional orçamentário e, portanto, nós já temos segurança orçamentária de 2010, precisamos de um valor agora para o [ininteligível] e vamos seguir até 2011, nós já temos assegurados os recursos que deverão ser prolatados no tempo até 2024, os recursos nacionais. O pagamento do financiamento vai até 2026, ou seja, orçamento até 2024 e pagamento até 2029, é verdade, tem cinco anos, o último [ininteligível] que a técnica que se montou é a seguinte: o órgão internacional financiador paga a obra, o Brasil tem seis meses para pagar uma parcela correspondente a um décimo do que foi pago, então nós pagamos a cada

cinco anos pagamos a parcela que foi paga, portanto, o financiamento vai ser saldado em 2029 que corresponde à conclusão final de todo o processo, ou seja, como eu disse anteriormente, até lá, se Deus quiser, estaremos todos mortos, mas isto é o Brasil que nós precisamos tratar. De outra parte ainda, Senador Suplicy--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas só do ponto de vista anual para os próximos anos, aproximadamente.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Já tem previsão orçamentária de dois bilhões e 314 já vem previsto no PLOA do ano que vem e em 2011 nós temos também a previsão orçamentária e temos já assegurados até 2000 e...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em 2011, 2.164.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: 2.164 em 2011, e depois então o Governo de 2011 vai ter que fazer os cálculos orçamentários para prosseguir o programa, já que esse programa se torna um programa obrigatório. É claro que isso aqui não é um Programa de Governo, isso aqui não é um programa de um partido, isso aqui é um programa da nação que compreende que precisa estabelecer aquelas estruturas de defesa que nós sustentamos.

E eu quero dizer aos senhores que o que se torna necessário, absolutamente necessário é que nós tenhamos quadros civis competentes na defesa e não temos. E é por isso, Senador Buarque, que nós vamos criar aqui em Brasília um campus da Escola Superior de Guerra para formação efetiva de civis que conheçam as questões de defesa, não tem civis no Brasil conheça as questões de defesa e não há uma carreira civil de defesa, o Ministério da Defesa é um amontoado de personagens: Banco Central, BNDES, Banco do Brasil, PETROBRAS, e assim você vai puxando, esse povo desaparece e a memória se vai, eu quero criar também no projeto um projeto de reformulação completa uma carreira civil de defesa, ou seja, que tenha competência para dialogar com os militares e possa subir à minha incompetência de fazer isto com eles.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Permita-me, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ministro, eu, mais uma vez, agradeço, mas eu queria insistir e fazer uma consulta. Insistir na ideia de que os 200 milhões de cérebros que esse país tem são parte de um sistema de defesa, desde que esses 200 milhões de cérebros recebam o desenvolvimento necessário através da educação.

Eu gostaria de perguntar, com quem eu posso dialogar no Ministério da Defesa para discutir esse assunto? Para ver o risco que o Brasil corre por não aproveitar esse imenso potencial que é mais importante que todo o pré-sal da vida, esse imenso potencial que nós temos de cérebros capazes de inventar todas as armas e sistemas—

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Senador Buarque, desde logo eu lhe convido, então o Ministério da Defesa, nós vamos alterar a estrutura do Ministério da Defesa, porque vamos criar o Estado Maior conjunto das Forças Armadas cujo chefe do Estado Maior terá a mesma precedência dos comandantes das forças e será conduzido para a reserva quando for nomeado e teremos secretarias, entre as secretarias teremos uma secretaria de ensino que é aquela que exatamente vai tratar do ensino, saúde e esporte.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas é mais do que o ensino específico para dentro.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Eu sei, mas é a formação e é a ciência. Também teremos uma secretaria de ciência e tecnologia. Eu então lhe convido para um almoço no Ministério da Defesa em que possamos discutir isso com mais profundidade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, aceito. Mas eu quero dizer que é mais do que isso, não é só a formação dos que estão dentro, os soldados, os estrategistas; mas é a educação de todo um povo para que a gente possa selecionar--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Aí o senhor começou a extrapolar o meu Ministério.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro, sem dúvida alguma, mas não a sua—

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Aí já é com o Ministério que V. Exa. foi titular em um momento que era o Ministro da Educação.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --o seu Ministério sim, mas não a sua preocupação, da mesma maneira que os postos petrolíferos são uma preocupação, aqueles 13 pontos são preocupação. Então, eu queria incluir esse décimo quarto na sua preocupação, aumentar as suas preocupações. Preocupar-se com o fato de que um país deseducado é um país desarmado, por mais que compre e mais que tenha transferência de tecnologia.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Concordo com V. Exa. Obrigado a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu vou passar a palavra para o Senador Eduardo Azeredo, mas eu gostaria de fazer um registro: nas conversas constantes que tenho com o Ministro Edison Lobão, ele tem referenciado V. Exa. como um dos maiores valores deste governo, valores

pela competência, pelo conhecimento e pela diligência. Depois desta exposição aqui, nada me resta mais a concluir de que a defesa da soberania nacional está em muito boas mãos.

Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Primeiro, quero concordar com as palavras do Senador Lobão Filho. O Ministro está, inclusive, agora muito familiarizado com a tecnologia da informática, as apresentações estão realmente muito boas, Ministro, de conhecimento.

Mas eu quero só, mais uma vez, lembrar então do pronto atendimento do Ministro a esta Comissão, agradecer a sua vinda. Comunicar aos Srs. Senadores que as duas mensagens referentes ao financiamento do programa de submarinos, do programa de helicópteros já estão na Comissão de Assuntos Econômicos, a Mensagem 169 de quatro bilhões, 324 milhões para a questão do submarino e com a relatoria do Senador César Borges e a Mensagem 170 é de um bilhão, 764 milhões de euros, nesse caso todos os dois de euros, já estão também lá com o Senador João Vicente Claudino.

Ministro, mais uma vez, apresentar as minhas escusas, eu estava fazendo uma saudação ao Dia do Soldado, e a solenidade ainda está em andamento ainda, mas eu vim aqui para poder lhe agradecer, mais uma vez, a presença.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Obrigado V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Registrei que V. Exa. estava na Casa, não estava lá, mas eu estava na Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Esta Comissão agradece a presença do Ministro Nelson Jobim, bem como a presença do Almirante de Esquadra Aurélio Ribeiro da Silva Filho, chefe do Estado Maior da Armada; ao Tenente Brigadeiro do ar Marco Aurélio Gonçalves Mendes, Secretário de Políticas Estratégicas e Assuntos Internacionais, e ao General de Divisão, Sérgio Etchegoyen, Assessor especial do Ministro a quem cumprimento pelo Dia do Soldado a toda a sua tropa.

Fica encerrada então esta Audiência Pública, agradecendo a presença do Ministro e também dos Senadores presentes.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h12.

ATA DA 32ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDI-

NÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às 10 horas e quinze minutos do dia três de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Tião Viana, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Paulo Duque, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Flávio Torres, Augusto Botelho, Adelmir Santana, Rosalba Ciarilini, Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque**. Justifica a ausência o Senador **Eduardo Azeredo**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente concede a palavra ao Senador **Pedro Simon**. O Presidente usa a palavra e, em seguida, inicia a apreciação da pauta e faz sua inversão. **Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto atualizado da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar”*. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **Francisco Dornelles** para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 2:** Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2009, de autoria do Senador Magno Malta, que *“Altera o art. 279 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, para determinar índice de alcoolemia e aumento da pena cominada”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **Mozarildo Cavalcanti** para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável com a Emenda nº 1-CRE, devendo a matéria ser encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento de sua tramitação. **Item 11:** Projeto de Decreto Legislativo nº 506, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrado em Copenhague, em 13 de setembro de 2007”*. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **João Tenório** para fazer a leitura do seu relatório. Faz uso da palavra o Senador **Augusto Botelho**. Aprovado o parecer favorável. **Item 6:** Projeto de Decreto Legislativo nº 491, de 2009, de

autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Estocolmo, em 11 de Setembro de 2007”*. O Presidente designa Relator “Ad Hoc” o Senador **Pedro Simon**, a quem concede a palavra para fazer a leitura do relatório. O Senadores **Romeu Tuma** e **Augusto Botelho** fazem uso da palavra. Aprovado o parecer favorável. **Item 3:** Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Gâmbia, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2005”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **Tião Viana** para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 7:** Projeto de Decreto Legislativo nº 492, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo de Co-Produção Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Delhi, no dia 4 de junho de 2007”*. O Presidente designa Relator “Ad Hoc” o Senador **Mozarildo Cavalcanti**, a quem concede a palavra para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 13:** Requerimento (SF) nº 1.311, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senadores, que *“Requerem, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de repúdio ao presidente da Venezuela, Hugo Chavez, pela forma antidemocrática com que impôs a reforma constitucional em seu País, tendente a consolidar seu regime autoritário e personalista de governo”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **Eduardo Suplicy** para fazer a leitura do seu relatório. O Senador **Heráclito Fortes** faz uso da palavra. Aprovado o parecer pelo arquivamento da matéria. **Item 9:** Projeto de Decreto Legislativo nº 500, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos sobre o Cobre – GIEC”*. O Presidente designa o Senador **Flávio Torres** Relator “Ad Hoc”, a quem concede a palavra para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 14:** Requerimento (SF) nº 661, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, que *“Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Organização dos Estados Americanos (OEA) pela*

reintegração de Cuba a este organismo regional". O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senador **João Pedro**, a quem concede a palavra para fazer a leitura do relatório. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. Aprovado o Requerimento. **Item 5:** Projeto de Decreto Legislativo nº 488, de 2009, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CD), que "*Aprova o texto do Acordo para a Concessão de um Prazo de Noventa Dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006*". O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senador **Flávio Torres**, a quem concede a palavra para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 15:** Requerimento nº 61, de 2009 – CRE, de autoria do Senador João Pedro, que requer "*nos termos regimentais, que esta comissão formule convite aos Senhores Celso Amorim, Ministro de Relações Exteriores, Embaixador Ibrahim Al Zebem, da Delegação Especial da Palestina no Brasil, um representante da ONU, e Raimundo Cezar Britto Aragão, Presidente do Conselho Federal da OAB, para apresentarem a esta comissão as propostas e projetos do Governo Brasileiro para a criação do Estado Palestino, em data a ser acordada e confirmada entres os convidados e os membros desta Comissão*". Faz uso da palavra o Senador **Eduardo Suplicy**. Aprovado o Requerimento. O Presidente concede a palavra ao Senador **Flávio Torres**. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. Demais itens da pauta: **Item 01:** Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "*Dispõe sobre a obrigatoriedade da União de trasladar corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior*". Adiado. **Item 8:** Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2009, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN), que "*Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para a Cooperação em Matéria de Combate à Fabricação e ao Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, celebrado em Assunção, em 23 de novembro de 2006*". Adiado. **Item 10:** Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007*". Adiado. **Item 12:** Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Fede-*

rativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Manágua, em 8 de agosto de 2007". Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, Presidente em exercício.

32ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 15 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As senhoras e os senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos agora à apreciação da pauta, mas--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa história de a gente aprovar sem ler e sem ver nada, depois aparece um troço secreto. É porque a gente aprovou e não sabe de nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Esse risco a gente não corre aqui não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não quero não ler a ata [ininteligível]. A gente tinha obrigação de dar uma olhada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu também acho.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Podemos até adotar como sugestão de V. Exa. a sistemática de um dia ou dois dias antes da reunião, da nossa reunião, que os parlamentares recebessem cópia da ata para--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Aquilo que você falou.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, o senhor tem razão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [ininteligível]. Está dispensada a leitura da ata da reunião da mesma, não, a leitura da ata anterior. Aí ele foi ler o que é que era a ata. A ata anterior dizia: aprovada as resoluções da reunião da mesa do dia tal. E não tinha nem [ininteligível] da mesa. Aprovada as resoluções da mesa da reunião do dia tal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Enfim. Vamos... Mas Senador Simon, e Senador Mozarildo aqui presente, eu queria, antes de passarmos à apreciação da nossa pauta, colocar aqui na Comissão de Relações Exteriores um assunto muito grave, de extrema gravidade. E V. Exa. que é membro do Parlamento Mercosul, Senador Simon, gostaria de contar e partilhar essa reflexão com V. Exa., em particular. V. Exa. é testemunha de que, pelo menos, há um ano e meio, no âmbito do Parlamento do Mercosul, as representações envolvidas vêm tentando construir, viabilizar um acordo de proporcionalidade daquele Parlamento. Significa dizer que países de dimensões diferentes, populações tão desiguais procuram uma regra de atuação proporcional dentro daquele Parlamento. Na reunião, me parece que de maio, realizada, inclusive, em Assunção, depois de muita polêmica, muita discussão, conseguimos aprovar uma regra de proporcionalidade e, no tocante ao Brasil, numa proporcionalidade mitigada, como se diz. Ela não corresponde, de fato, àquilo que deveria ser do ponto de vista da população brasileira, enfim, mas, contudo, aprovamos. Acho que foi um erro que cometemos em concordar que essa regra da proporcionalidade fizesse parte do mesmo acordo que estabelece a criação de um fórum judiciário regional no âmbito do Mercosul. Eu creio até que essa junção de dois assuntos diferentes, que dizem respeito ao Parlamento do Mercosul, e essa junção tem servido para que o governo paraguaio que tanto interesse tem em viabilizar tanta coisa para que o governo paraguaio continue de forma incompreensível a obstruir de forma deliberada a concretização desse acordo. Na última reunião, V. Exa. não participou...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Do Paraguai?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Do Paraguai, o governo paraguaio. Na última reunião e V. Exa. não participou, já sabedor dessa situação, eu propus na nossa reunião da representação brasileira que a bancada brasileira se retirasse da reunião num ato mais forte de protesto, a uma situação como essa. E só não o fizemos em

homenagem ao parlamentar Domingues que estava assumindo a presidência pró-têmpori, o paraguaio, Domingues, que tem uma história bonita no seu país e no Parlamento do Mercosul. Ficaria, contudo, deselegante, concordamos. Agora, não sem condições. Fizemos, mais uma vez, o Parlamento do Mercosul aprovar uma sugestão, já que nós não podemos deliberar de forma vinculante no Parlamento do Mercosul, fizemos aprovar, mais uma vez no Parlamento do Mercosul, uma concitação ao Conselho do Mercosul para que se reunisse de forma extraordinária, agora, dia 8 de setembro, e ratificasse o acordo, o que não tinha sido feito até então. E soube agora, pela manhã, que o governo paraguaio, o burocrata que o representa no Conselho do Mercosul, mais uma vez pediu para que a reunião não fosse realizada. Então, isso é um auto de chantagem, pura chantagem. E tem muita coisa em jogo. O que está em jogo, Senador Simon, é o processo de integração da América Latina que o Paraguai parece que não tem a visão histórica de compreender. O que está em jogo, eu não reputo como importante, sequer, a eleição direta do parlamentar do Mercosul. O que eu acho de extrema importância é que a possibilidade de elegermos representantes pelo voto direto para o Parlamento do Mercosul abre ensejo a que a população brasileira, pela primeira vez, participe da discussão do Brasil acerca do que é o Mercosul. Isso é que eu reputo importante. E o governo paraguaio, com essa visão obtusa, está tirando, suprimindo o direito da população brasileira de fazê-lo. Eu acho um absurdo isso, eu acho que isso vai inviabilizar o próprio Parlamento do Mercosul, quiçá, o próprio Mercosul, Senador Mozarildo. Não é possível que a gente possa conviver em dois organismos de fundamental importância para a América Latina como esses dois organismos e convivermos com situações como essa. Afinal, para que é que serve o Mercosul, afinal para que é que serve o Parlamento do Mercosul, se não para afinarmos os nossos interesses e não aprofundarmos as nossas divergências? Então, eu acho, Senador Pedro Simon, e V. Exa. que tem um papel histórico nessa construção.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não tenho conversado com o... Qual é o nome?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Hem?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Ministro das Relações Exteriores no Brasil, eu não tenho conversado com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Simon, é isso que eu lhe digo. Eu cheguei a propor um gesto duro, um gesto duro. Você retirar uma bancada inteira de um parlamento, isso significa um gesto duro. Eu cheguei a

propor isso, para V. Exa. ter ideia, porque conversas não tem mais, não tem mais conversa. Trata-se apenas da assinatura de um burocrata. É por isso que eu advogo o fortalecimento do Parlamento do Mercosul para que a gente não fique sujeito à predominância do interesse de um burocrata qualquer, para que a gente não fique sujeito a um burocrata qualquer. O Parlamento do Mercosul tem que se fortalecer, tem que conquistar o direito, inclusive, de decidir de forma vinculante no âmbito do Mercosul. Acho que foi um erro nosso consentir que o Parlamento do Mercosul surgisse sem essa qualidade. O Parlamento do Mercosul está até hoje tratando de moções, voto de aplauso, voto de repúdio; moções que no mérito tem importância, mas que, como o Parlamento não delibera de forma vinculante, ela não tem a menor expressão. Concordei em participar desse fórum, mesmo contrariado por não termos introduzido, de plano, a regra de que o Parlamento decida de forma vinculante--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. pôs o presidente da delegação brasileira [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não. Mas eu só concordei em participar e continuar participando, Senador, porque eu tinha a perspectiva de que isso poderíamos alcançar, lá na frente. E estou achando difícil até que o Parlamento se mantenha funcionando. Eu sou hoje, agora, nesse momento, eu estou cético até no sentido de achar que ainda podemos fazer tramitar no parlamento brasileiro a matéria que está lá, sobrestada na Câmara, que autoriza a eleição direta para Parlamentar do Mercosul. Acho que já não temos mais nem tempo, porque isso tem que ser aprovada até 30 de setembro. Então, mais uma vez, um movimento, um processo de integração, ele está ameaçado na América Latina em face da visão obtusa de... Eu digo mesmo, de um governo, o governo paraguaio, que tenta viabilizar acordos relativos à Itaipu e uma série de questões, e colocam uma questão dessa como, de forma pequena, dando a entender que está deliberadamente fazendo chantagem, colocando um cisco, que isso para mim é um cisco, na frente de questões muito mais relevantes. Então, acho que isso pode gerar consequências extremamente graves, extremamente graves, e isso é uma posição de governo que está sendo adotada. Enfim, obstruir a continuidade de tratativas que foram acertadas e que vêm sendo trabalhadas há tanto tempo. Eu sou membro do Parlamento do Mercosul quando o Parlamento ainda era comissão parlamentar conjunta, e V. Exa. Também. Isso vem de cinco anos atrás, seis anos atrás. V. Exa. é testemunha do esforço que todos nós fizemos. E para que as pessoas se compenetrem de que o que está

aqui não é o interesse do Geraldo, do Pedro Simon, seja de quem for, de que se crie mais um cargo, um mandato, seja lá o que for, o meu interesse não é esse, Senador. Eu posso concorrer lá na minha terra ao cargo que eu quiser. O interesse que eu guardo com muita expectativa é de que o povo brasileiro tenha, enfim, a primeira oportunidade de discutir o que é o Mercosul, porque à medida que fizermos uma eleição direta para representante brasileiro no Parlamento do Mercosul, esse assunto vai para o horário eleitoral, Senador Simon, necessariamente. E, necessariamente, o povo brasileiro terá que tomar conhecimento com profundidade do que é o Mercosul, do que é o Parlamento do Mercosul, se isso serve para alguma coisa ou se não serve para nada, se devemos prosseguir nessa construção ou não. A primeira vez que o povo brasileiro vai ter essa oportunidade, e isso está sendo suprimido do povo brasileiro. Ali, agora, nós estamos realizando uma reunião da Comissão dos Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, acabei de dizer. A Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul tem um papel regimental de colher anualmente a situação dos direitos humanos no âmbito do Mercosul, dos países do Mercosul, e fornecer um informe dessas questões. Fizemos isso com muito esforço e sacrifício, relativamente, é o que colhemos o ano passado, e essa é a primeira audiência pública que realizamos esse ano. As demais serão realizadas nos demais países para colhermos a manifestação de organizações governamentais, não governamentais, enfim, de todos. E essa situação, essa reunião da Comissão de Direitos Humanos, enfim, perde até o seu significado, a sua importância, perde até a sua importância. Portanto, eu não queria participar dessa reunião, também da Comissão de Relações Exteriores, porque os assuntos acabam se encontrando. Aqui é um fórum, também, especial para tratarmos dessa questão. Eu não gostaria de abrir essa reunião, já que o nosso presidente não pôde comparecer por compromissos outros, sem inferir esse assunto. Eu estou, de fato, expressando aqui a minha contrariedade, Senador Simon, em relação ao que está acontecendo. Vou fazer repercutir isso no plenário do Senado, vou ser mais contundente ainda do que estou sendo. Acho uma irresponsabilidade, uma irresponsabilidade o que está acontecendo. Eu repito, eu advogo a construção do Parlamento do Mercosul, até para não estarmos sujeitos a uma decisão de um burocrata qualquer como esse, que não tem a visão histórica de um processo de integração, e que coloca questões que dizem respeito, que é um tijolinho a mais nesse processo de integração, pisa num tijolo desse de forma irresponsável, eu diria, irresponsável, isso é uma irresponsabilidade. Pisa num tijolo, usa um tijolo desse

como chantagem para alcançar outros objetivos que poderão ser tratados de outra forma, de forma digna; isso não é forma digna de se tratar questões relativas aos interesses de países.

Mas dito isso, e se não houver a manifestação dos... Ok.

Eu quero saudar também a presença do Senador Dornelles que chegou após abrimos a audiência e conceder-lhe o direito de relatar matéria de seu interesse, Senador, tendo em vista, o compromisso que V. Exa. tem em seguida. É o item 04 Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto atualizado à Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar. Autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, e a relatoria lhe pertence. Com a palavra o Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta Comissão é chamada a opinar sobre Projeto de Decreto Legislativo enviado ao Congresso Nacional pelo Presidente da República para apreciação de texto atualizado da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar. O Poder Executivo decidiu apresentar uma versão consolidada da Convenção SOLAS-74 incorporando todas as emendas em um horizonte determinado de tempo. O texto é constituído da própria Convenção, com seu Anexo e seu Apêndice e as emendas em vigor até julho de 2004. O protocolo introduz um sistema de inspeções e certificações harmonizado com duas convenções da OMI. Quanto às emendas que elas foram aprovadas em 81, 83, 88, 92, 94, todas em vigor. A minha posição é, o meu aparecer é pela aprovação do projeto do executivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão o relatório do Senador Dornelles. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Senhoras e senhores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O Senador Mozarildo relata o Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2009, que altera o art. 279 do Decreto Lei nº 1001, de 21 de outubro de 69, para determinar índice de alcoolemia e aumento da pena cominada. Autoria do Senador Magno Malta e a relatoria do eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, que tem a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2009, altera o art. 279 do Decreto-Lei 1001, de 21 de outubro de 69 – Código Penal Militar, para inserir no tipo de embriaguez ao volante

o índice de alcoolemia de seis decigramas por litro de sangue, como parâmetro objetivo para considerar-se o estado de embriaguez, nos moldes do que estabelece o art. 306 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 97, do Código Brasileiro de Trânsito, do Código de Trânsito Brasileiro, com a redação dada pela Lei 11.705 de 19 de junho de 2008. Além disso, incrementa a pena cominada ao delito, que passaria de três meses a um ano para seis meses a três anos de detenção, além de multa, suspensão ou proibição de obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor.

Na justificativa, o autor do PLS, ilustre Senador Magno Malta, argumenta que a definição do crime militar, neste caso, deve conter o mesmo parâmetro objetivo da alcoolemia que já consta no Código de Trânsito Brasileiro, devendo ser punido com o mesmo rigor, para que não haja desproporcionalidade entre as penas impostas pela Justiça Militar e pela Justiça Comum.

Após ser analisada por esse colegiado, a proposição seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que se pronunciará em decisão terminativa.

Até o momento não foram oferecidas emendas ao projeto. Nos termos do art. 103, inciso VIII, do Regimento Interno do Senado, a Comissão de Relações Exteriores é competente para emitir parecer sobre a matéria do PLS 314/2009, que trata de direito penal militar.

Não observamos no projeto vícios de inconstitucionalidade formal ou material. A competência privativa da União para legislar sobre a matéria está amparada no inciso I do art. 22 da Constituição Federal. Outrossim, no presente caso a iniciativa de membro desta Casa Legislativa está de acordo com o que estabelece os arts. 48, caput, e 61 da Constituição Federal.

No mérito, temos que o Projeto de Lei do Senado é conveniente e oportuno, contribuindo para o aperfeiçoamento da legislação penal militar.

Em verdade, o projeto corrige uma distorção do sistema legal, que estabelece, para o crime comum, um parâmetro objetivo de embriaguez; e para o crime militar, critério subjetivo de subsunção ao tipo, além de prever pena mais branda.

Não obstante, temos por dispensável o parágrafo único que, sequer, é inserido no art. 279 do Código de Processo Penal Militar estabelecendo a aplicação subsidiária do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro.

No que se refere à técnica legislativa, cabe registrar que a nova redação do dispositivo deveria estar entre aspas seguida de iniciais NR, entre parênteses.

Voto: pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto 314, de 2009, com a seguinte emenda: Dê-se ao art. 279 do Decreto-Lei 1001, de 21 de outubro

de 69, Código Penal Militar, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 314, a seguinte redação: “Embriaguez ao volante. Art. 279 – Dirigir veículo motorizado sob administração militar, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a seis decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência. Pena: detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor”. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão. Em votação. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que vai deliberar de forma terminativa.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, se fosse o caso, uma inversão de pauta do item 11 que nós temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Se não houver discordância, concedida a V. Exa. o direito de relatar o item 11.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 506, deste ano, que aprova o texto e Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrada em Copenhagen, em 13 de setembro de 2007. Com a palavra o Senador João Tenório relator da matéria.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 506/2009 que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiências Energéticas, celebrado em Copenhague, em 13 de setembro de 2007. A matéria está relacionada com a Mensagem nº 274, de 14 de maio de 2008, por meio da qual o Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional o texto do referido memorando de entendimento nos termos do art. 49, item 01, combinado com o art. 84, item 08 da Constituição Federal. A mensagem é acompanhada da Exposição de Motivo nº 371, de 24 de novembro de 2007 do Ministro de Estado e Relações Exteriores. Recebida a Mensagem e Exposição de Motivos pela Câmara dos Deputados, se originou daquela Casa o Projeto de Decreto Legislativo 854/2008, sobre o qual é aprovado o texto do Memorando.

Ainda segundo o PDC nº 854/2008, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do “Memorando de

Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca sobre a Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis de Eficiência Energética”, bem como qualquer ajuste complementar que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Na Câmara dos Deputados, o PDC 854/2008 tramitou em regime de urgência sendo aprovado nas comissões chamadas a se pronunciar.

Nesta Casa, sob a forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 506/2009, a matéria foi lida em plenário no dia 23 de junho de 2009 e enviada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Decorrido o prazo regimental não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sr. Presidente, a Dinamarca e o Brasil são dois países, que de certa forma, se completam do que diz respeito a conhecimento em tecnologia de energias renováveis. O Brasil, como todos sabem, tem uma liderança expressiva do que diz respeito, sobretudo, a biocombustíveis e entre isso o etanol. E a Dinamarca, além de ter uma tecnologia específica e bem desenvolvida de energia eólica e tantas outras semelhantes, eles são “experts” e têm a maior tecnologia de desenvolvimento de novas enzimas capaz de proporcionar o melhor desenvolvimento da atividade na produção do etanol, sobretudo, e, principalmente, que é mais difícil, a segunda geração do etanol que é chamado o etanol celulósico.

Só para fazer um comentário, o grande problema de fazer o etanol celulósico é que a molécula de celulose é protegida por uma substância chamada lignina que é como se fosse uma cera que protege a molécula e isso impede qualquer processo enzimático de atingir a molécula de celulose, e como tal, torná-la fermentescível. A Dinamarca desenvolve um processo de produção de enzima, uma enzima completamente diferente que, possivelmente, permitirá que esse processo se aconteça e viabilizará, desta forma, de uma maneira bem mais rápida o processo da geração de etanol, o chamado etanol de segunda geração, o etanol celulósico.

Portanto, essa combinação da tecnologia que nós temos de produção de biocombustível com essas possibilidades importantes que a Dinamarca pode nos proporcionar justifica plenamente esse memorando e esse entendimento, daí porque, Sr. Presidente, o nosso voto não poderia ser outro a não ser pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 506/2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Tenório, vejo que V. Exa. tem conhecimento profundo sobre a questão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Interessante. Para discutir Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu apenas gostaria de constatar isso, que o Senador Tenório é um dos que entende mais da nossa energia renovável aqui, e que, realmente, nós temos que ampliar a nossa área de produção de etanol, porque assim que desenvolverem uma técnica viável economicamente para fazer etanol de celulose, nós vamos aproveitar o bagaço da cana, isso não há dúvida que vai ser transformado também. Mas nós temos que andar mais para gente tentar ter uma posição de mais domínio em relação ao álcool no mundo. Então, teríamos que desamarrar um pouco mais para permitir. Lá no meu Estado, por exemplo, estão botando dificuldade para instalar uma usina. Já existem quase 3.000 hectares de cana plantada, a usina está desmontada lá, mas não estão conseguindo licenciamento para montar a nossa usina, e nós estamos mais perto de tudo, do mundo, do mundo mais moderno, do mundo consumidor. Lá em Roraima, na área que nós temos, juntando as áreas de campos da Guiana, Venezuela e Roraima, dá para gente fazer uma bacia produtora de etanol. Só de Roraima dá para fazer, inclusive, para fazer um alcoolduto de Boa Vista até o mar, que são 400kms em linha reta, para mandar o álcool ou para os Estados Unidos, que está ali do outro lado. A gente chega dos Estados Unidos, eu acho que o navio chega em dois dias ou três dias de Georgetown da Costa da Guiana. Então, nós temos que aproveitar porque senão a gente vai perder a oportunidade, porque quando desenvolverem a tecnologia de aproveitar fazer o álcool direto da celulose, aí nós vamos ter que plantar floresta, ao invés de plantar cana no nosso lavrado. E, parabéns. Vamos continuar. E todo acordo que há troca de conhecimento é importante para nós. Nós temos o conhecimento, mas eles têm outra área. Então vamos trocar os nossos conhecimentos para melhorar a nossa produção.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito bem, Senador Augusto Botelho, V. Exa. tem razão. Aqui o acordo trata de cooperação na área de energia renovável, mas, sobretudo, da eficiência energética. Interessante.

Não havendo mais quem queira discutir. Em votação. Aprovada a matéria que vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências necessárias.

O Senador Pedro Simon, com a paciência franciscana de que lhe é peculiar, aguarda para relatar o item 06 e faz, inclusive, uma gentileza para relatar “ad

hoc” no lugar do nosso presidente, o Senador Eduardo Azeredo. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 491, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007”. Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto 491, Mensagem enviada ao Presidente da República para apreciação de Acordo com o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Suécia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Estocolmo, em 11 de dezembro de 2007.

Isso é uma tese muito interessante, muito importante, isso é uma grande discussão em termo das pessoas que servem na Embaixada e a possibilidade de seus familiares trabalharem em outros serviços dentro do país. Por isso a importância desse protocolo.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo e a proposição passou, em seguida, pelo crivo da Comissão de Trabalho Administrativo e Serviço Público e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O ato internacional foi finalmente aprovado pelo Plenário da Câmara em 4 de junho de 2009. A proposição veio ao Senado onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores.

O ato internacional em tela visa permitir que os dependentes de pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico de uma das Partes Contratantes, designado para exercer uma missão oficial no outro corpo como membro da missão diplomática, repartição consular ou missão junto a uma organização internacional, possam receber autorização para exercer atividade remunerada no Estado acreditado, de acordo com a legislação do referido Estado.

Segundo o Acordo, são considerados dependentes: o cônjuge, ou companheiro, ou a companheira; filhos, filhas solteiras menores de 21 anos; filhos e filhas solteiras menores de 25 anos que estejam frequentando cursos universitários em horário integral; e filhos e filhas solteiros portadores de necessidades especiais.

O Acordo estipula que a Embaixada do Estado acreditante deverá solicitar autorização para o exercício da atividade remunerada no Estado acreditado

em nome do dependente do Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado.

Determina ainda que autorização para o exercício da atividade remunerada cessará na data do término da missão do indivíduo a quem a pessoa em questão está vinculada.

Estabelece, também, regras sobre o regime de imunidades e vigora para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades de acordo com a Convenção de Viena para as Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, especificando que não gozando de imunidade civil e nem administrativa no que diz respeito às atividades relacionadas diretamente com o emprego.

O Acordo sujeita os dependentes que exerçam atividade remunerada a um Estado acreditado à legislação aplicável naquele Estado em matéria tributária e de previdência social decorrentes da reforma da referida atividade.

O ato internacional permite o acesso ao trabalho aos familiares de agentes diplomáticos, consulares e do pessoal técnico e administrativo que se encontra em missão oficial em país estrangeiro, que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos assinada pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador, Celso Amorim, o Brasil tem acordos semelhantes e assinados com diversos outros países. Tais acordos refletem a tendência atual da extensão aos dependentes de agente das missões oficiais a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

Pelo exposto, e visto que está observada a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação.

Essa é uma matéria que houve muito debate, Sr. Presidente, houve muita discussão. Eu me recordo, nos vários anos que eu estou aqui que, inclusive, houve algumas reuniões com embaixadores para discutir essa matéria. Pode os dependentes do embaixador trabalharem no país onde esse embaixador exerce a sua missão, a sua esposa, os seus filhos? Houve um debate muito intenso, houve uma discussão muito intensa. E estou vendo que se chega à conclusão, e diz a Exposição de Motivos que é uma prática que já está sendo adotada no Itamaraty, essa é apenas repetição de uma prática já em exercício no Itamaraty. Eu vejo com simpatia, eu vejo que no início havia um certo [ininteligível] de que não ficava bem ao embaixador ter parentes seus trabalhando no país. Repare até que na Exposição explica que esse cidadão pode ser até a embaixatriz, seja quem for que exerce atividade no

país, ela está como representante no corpo consular da Embaixada, ela está sujeita às leis, às normas do país onde ela está, e ela tem uma atividade à margem da sua atividade como representante da diplomacia.

Eu acho que essa foi uma discussão muito longa, houve um momento que nós tivemos coisas delicadas no Itamaraty. Eu me lembro, e Deus me perdoe, mas houve um momento em que se discutiu que o Itamaraty enviava a verba mensal para a Embaixada em dólar e houve interrogações com relação a como é que esse dólar era negociado lá no país. Então, o normal é negociar em dólar e entrega lá e no câmbio oficial troca e faz os pagamentos. Mas lá pelas tantas apareceu casos em que, imaginem os senhores naquela época, há 20 anos, o dólar com valor absoluto, o cidadão recebia em dólar, mas em vez de fazer a troca em dólar oficial, faz uma troca no paralelo e aí era uma importância 'x' bastante elevada a mais e aí passou a ter interrogação de como é que isso era usado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Houve um inquérito para ver isso aí.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Hem?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Houve inquérito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Exato. Então essas discussões foram travadas no Itamaraty. E dentre dessas uma foi essa de que os funcionários do Itamaraty, lá tem embaixador, tem ministro, tem cônsul, tem auxiliar, os filhos deles, os dependentes podem ou não podem ter uma atividade lá na cidade? E a conclusão é que pode. Eu, com toda sinceridade, acho normal que aconteça isso. Até porque, cá entre nós, a gente está sabendo que aquela época que a gente falava que era uma maravilha ser embaixador, aliás, embaixador é que nem nós no Senado, também que era uma maravilha ser senador, já não é bem assim, têm embaixadores que têm dificuldades, na medida em que o dólar... Porque o negócio era formidável, porque o dólar estava sempre lá em cima, a cotação do dólar era lá em cima, então... Mas numa medida em que isso não aconteceu, e que o dólar passou a ter desníveis e o aumento aqui que eles tinham também não aconteceu. Os embaixadores vivem, tudo bem, mas não naquelas regalias que havia antigamente. Então, eu vejo com simpatia o projeto, com toda sinceridade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sabe, presidente. O senhor dá licença, só um segundinho. Um funcionário público quando é transferido pode pedir a transferência da esposa ou vice-versa que é a união de cônjuges. Então, fica difícil dizer que é vinculação de família, porque existe a legislação quando é transferida para local diferente da moradia, ele pode pedir

união de cônjuges e ser transferido, quando é dentro da atividade pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O argumento final do Senador Pedro Simon de que, por exemplo, que o custo de vida agora põe em dificuldade alguns representantes nosso, diplomático, é mais uma razão para gente fazer esse acordo. Eu acho que é justo que a família possa trabalhar. Se o meu filho trabalha aqui e eu vou representar o Brasil lá na Dinamarca, ele tem que trabalhar lá também, se vive comigo, se ele faz parte, ainda está agregado ao grupo familiar. E nós também, reciprocamente, permitir que todos os filhos de embaixadores que vierem para cá também possam trabalhar. Eu acho que é justo, eu acho até estranho haver essa proibição, talvez alguns países proibiam, por isso é que tem que ficar bem claro isso. E nós temos que ajudar os nossos diplomatas. Inclusive, eu sou até favorável de que em países onde o custo de vida fosse mais alto, eles tivessem um aditivo na remuneração para poder fazer frente às necessidades daquele país.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Matéria que vem pacificar uma situação deveras difícil e preocupante. Nós estamos aqui com o embaixador Sérgio, a Ministra Cláudia, são representantes do corpo diplomático que acompanham aqui as reuniões da nossa Comissão. O Senador Tuma lembrou aqui da regra básica, o cônjuge que se desloca para servir em outra localidade, a esposa ou o marido pode também acompanhar esse movimento. Acontece que nós estamos falando de país para país. Aqui no Brasil eu posso ser requisitado para trabalhar em São Paulo, a minha mulher se trabalhasse, ou se trabalha, poderia servir lá também alguma instituição, mas é diferente você servir na Dinamarca. A Dinamarca só tem a nossa Embaixada, não tem outros órgãos brasileiros servindo que a pessoa pudesse ser agregada e passar a servir ali. Então, eu acho que é uma matéria que vem pacificar um assunto que dá uma solução adequada. O Senador Tuma estava me relatando aqui fatos passados que envolveram preocupações dessa ordem. Portanto, eu acho que o relatório do Senador Pedro Simon, relator “ad hoc”, é na medida para a solução do problema posto aqui nesta Comissão. Em discussão a matéria. Em votação. Aprovado. E a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Vamos ao item 03. É uma matéria não terminativa. Projeto de Decreto Legislativo nº 477 que aprova o texto do Acordo Básico de Operação Técnica entre o

Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gâmbia, assinado em Brasília em 09 de agosto de 2005, autoria desta Comissão e relatoria do Senador Tião Viana, que tem a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Senadores, trata-se de um acordo com fundamento no disposto do art. 49, inciso III, página 26. Fundamento do disposto do art. 49, inciso I da Constituição Federal do Poder Executivo por meio da Mensagem 830 de 06 de dezembro de 2005. Submete ao Congresso Nacional o texto de acordo básico de cooperação técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Gâmbia celebrado em Brasília em 09 de agosto de 2005. Matéria já apreciada na Câmara dos Deputados. Cuida-se aqui de um acordo quadro entre o Brasil e a Gâmbia que visa fortalecer as relações entre os aparatos de ciência e tecnologia dos dois países por meio de cooperação entre seus programas e políticas correlatas e da criação de mecanismos institucionais necessários a essa cooperação. Então, o acordo estabelece os princípios gerais pelos quais os organismos competentes das duas repúblicas adotarão as medidas conjuntas de fomento e estímulo ao setor, como eu já disse, o setor de ciência e tecnologia. Cuida-se, em suma, de um típico acordo quadro que só se materializará quando se desdobrar em ajustes complementares e negociados caso a caso obedecendo ao espírito de cooperação bilateral consagrado neste acordo. Então, aí o parecer discorre em análise mais específicas, mas sem mudar o que há de substantivo do texto. E com base no exposto, considerando ser de todo conveniente ao interesse dos dois países, e o Brasil especificamente, a ratificação do acordo em análise, concluo o parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 477/2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agradeço ao Senador Tião Viana. Em discussão. Em votação. Aprovada a matéria, será encaminhada à Secretaria-Geral de Mesa.

A presidência solicitou e o Senador Mozarildo, gentilmente, aquiesceu em relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 492 que aprova o texto do acordo de co-produção audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Deli, no dia 04 de junho de 2007. Autoria da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, da qual faço parte, e a relatoria cabe ao Senador Cristovam Buarque, e o Senador Mozarildo relata “ad hoc”. Com a palavra, Senador.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, eu peço permissão para dispensar à leitura do relatório e passar diretamente para a

análise e para o voto. A análise: o acordo em apreço se mostra de relevância ao promover as boas relações entre o Brasil e a Índia, fomentando a cultura dos dois países. Note-se que a significativa produção cinematográfica indiana, que aos poucos alcança os nossos hemisférios. No que concerne à produção brasileira, é importante que nossos valores culturais e a nossa sociedade seja mais conhecida pelo mundo.

Inegável, portanto, que o presente Acordo é instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil e que trará benefícios ao fomento à cultura em nosso País.

É bom também ressaltar que, na prática, o presente Acordo não cria ônus para o Estado, servindo apenas de base para futuros acordos entre entidades privadas.

O voto: por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 492/2009. É até oportuno que esse projeto esteja sendo, esse Acordo esteja sendo aprovado hoje quando a novela Caminho das Índias está fazendo tanto sucesso na televisão. O voto, portanto, é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão. Em votação. Aprovada a matéria, será caminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Projeto de Decreto Legislativo nº 508 que aprova o texto... Desculpem. O Requerimento nº 1.311 de autoria do Senador Mário Couto, que tem a relatoria do Senador Eduardo Suplicy, aqui presente, que requer, nos termos do art. 223 do regimento interno do Senado, voto de repúdio ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez pela forma antidemocrática com quem impôs a reforma constitucional em seu país tendente a consolidar o seu regime autoritário e personalista de governo. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, do Senador Mário Couto assinala que a reforma constitucional levada a efeito pelo presidente venezuelano Hugo Chávez teria o intuito de se consolidar ao regime autoritário e personalista de governo. A proposição atende ao disposto nos art. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado. No mérito, porém, sua discussão se mostra intempestiva, haja vista o fato de que esta reforma constitucional pretendida pelo governo da Venezuela ter sido rejeitada pelo governo venezuelano constado por meio de referendo realizado no dia 02 de dezembro de 2007. Tendo em vista que o resultado da decisão popular foi respeitado pelo governo venezuelano nos parece inoportuno reabrir a discussão da matéria nesta Casa após mais de um

ano de ocorrência dos eventos que motivaram a apresentação do requerimento. Sendo assim, sugiro que a proposição seja encaminhada ao arquivo.

Sr. Presidente, permita aqui informar que como os Senadores Heráclito Fortes, Pedro Simon e outros ponderaram que diante da notícia de que a Sra. Primeira-dama do Presidente Nicolas Sarkozy não o estaria acompanhando na sua viagem ao Brasil, que sugere, e eu faço, com prazer, com alegria, que caso a Sra. Carla Bruni venha ao Brasil que ela será muito bem-vinda, e é o apelo que os senadores fazem e eu reitero a proposição. Apenas um registro, Sr. Presidente. Proponho que a Comissão de Relações Exteriores diga ao Presidente Sarkozy que será muito bem-vindo, também se ele vier acompanhado da Sra. Carla Bruni.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se vier sozinho é cartão amarelo, não é Sr. Presidente? [risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Será bem-vindo de qualquer maneira, o Presidente Sarkozy, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão o requerimento relatado pelo Senador Eduardo Suplicy. Em votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pois não, Senador Heráclito, com muito prazer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu gostaria que o Senador Suplicy pudesse explicar mais um pouco o porquê desse requerimento. Eu queria pedir vista, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Da Sra. Carla Bruni?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Carla Bruni não está em discussão. Não, é o requerimento, eu acho que discutir um repúdio ao Chávez é um negócio muito...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, Senador, é possível que V. Exa. não tenha prestado atenção. O requerimento refere-se àquela reforma da Constituição que uma vez aprovada foi submetida a referendo, o referendo, através do referendo o povo por maioria, disse não. O presidente Hugo Chávez, no que diz respeito ao requerimento a ele alinhado, respeitou a decisão do referendo. Por esta razão é que eu proponho que a proposição deva ser arquivada nesse sentido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora entendi.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Em respeito a esta ação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Entendi. Então, não há necessidade do pedido de vista. O Senador Supply, de maneira rápida, conseguiu me convencer.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Está bem. Com respeito a Sra. Carla Bruni, ademais e ótimas qualidades, ela canta muito bem, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Poderá fazer um dueto com o orador que fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Supply, o senhor provocou, agora vamos lá. Como o senhor falou em nome de dois senadores, eu agora quero saber qual é a razão da questão que envolve a primeira-dama francesa?

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): V. Exa. sabe que ainda recentemente a Sra. Carla Bruni cantou junto com Bob Dylan em Nova Iorque "Blowing in the Wind", deve ser por isso que eles estavam brincando aqui comigo. O Senador Heráclito Fortes acaba de mencionar que ele gostaria que eu fizesse um dueto com ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, não, eu não entendi a questão primeira que V. Exa. colocou que ela seria bem-vinda.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Que ela será bem-vinda se puder vir, porque a imprensa diz que ela não acompanhará o Presidente Sarkozy nesta viagem. Ela já esteve no Brasil, recentemente, na última visita do Presidente Sarkozy. Nesta, entretanto, o Presidente Sarkozy estará em Brasília dia 07, assinará importante acordo com o Presidente Lula, já referido aqui em nossas Comissões, mas ele, desta vez, pelo que noticia a imprensa, virá só.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E, evidentemente, Sr. Presidente, que com a proposta insuspeita do Senador Pedro Simon para que o Senador Supply encampasse esse desejo de todos nós, o Senador Supply vai aproveitar para mostrar à primeira-dama francesa o seu projeto para combate à fome mundial e, tenho certeza, que ela levará daqui essa experiência e divulgará por onde estiver a partir de então.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito bem. Quer falar ainda Senador?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Senador não foi correto, não é fome mundial, é o projeto de Renda Minha.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): É o projeto Renda Básica de Cidadania—

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Renda Básica de Cidadania.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): --Que já foi objeto, inclusive, da consideração de uma das ministras, Auguste Butin, do Presidente Sarkozy acerca ao final... No início desse ano essa Ministra Auguste Butin, que é Ministra da Habitação, esteve no Brasil e conversou longamente comigo, em São Paulo, a respeito do projeto da Renda Básica de Cidadania. Ela é uma das proponentes dessa ideia, quando deputada que, em 2004, me convidou para a Assembléia Nacional Francesa debater o tema, e ela sempre diz ao Presidente Sarkozy de que se trata de uma excelente ideia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Supply, pelos esclarecimentos. Em votação a matéria relatada pelo Senador Supply. Aprovada a matéria, será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Nós temos aqui um Projeto de Decreto Legislativo nº 500 que aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos sobre o Cobre. Autoria é da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a relatoria coube ao Senador José Agripino. O Senador Flávio Torres, de forma muito gentil, aceitou relatá-lo "ad hoc". Com a palavra, Senador.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Vem a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 500/2009 que aprova o texto dos termos de referência e regras de procedimento do grupo internacional de estudos sobre o cobre. Já foi aprovada na Câmara dos Deputados. A matéria foi distribuída para a Comissão de Relações Exteriores, tendo passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Finanças e Tributação e de Minas e Energia. Distribuída à Comissão de Relações Exteriores em junho de 2009.

Acompanha o ato internacional em tela a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério de Minas e Energia, que explica que o Grupo Internacional de Estudos sobre o Cobre, ao lado do Grupo Interministerial de Estudos sobre o Níquel e do Grupo Internacional de Estudos sobre o Chumbo e Zinco, constituem juntos o tripé de organizações nas Nações Unidas na área de mineração.

Os Termos de Referência, ora em apreciação, que criam o Grupo Internacional, enumeram como objetivos do Grupo assegurar o aperfeiçoamento da cooperação no setor internacional do cobre mediante o aprimoramento das informações disponíveis sobre

o setor e a criação de um fórum para consultas inter-governamentais sobre o cobre.

A adesão ao Grupo é aberta a todos os Estados que estejam interessados na produção, consumo ou comércio internacional de cobre, bem como a qualquer organismo internacional que possua responsabilidade com relação à negociação, conclusão e aplicação dos acordos internacionais, particularmente os acordos sobre “commodities”.

O Grupo toma decisões por consenso, exceto em casos específicos, quando o voto majoritário é permitido. No tocante aos órgãos que compõem a sua estrutura institucional, o Grupo conta com um Comitê Permanente, integrado por membros que hajam manifestado interesse em participar dos seus trabalhos, que cumpre as tarefas a eles atribuídas pelo Grupo, informando da conclusão ou progresso de seus trabalhos. Poderão ser estabelecidos comitês e órgãos subsidiários. A chefia administrativa do Grupo é exercida por um Secretário-Geral que poderá contar com a equipe de funcionários, conforme se faça necessário.

No tocante ao orçamento do Grupo, as contribuições dos membros serão calculadas da seguinte maneira: 50% do orçamento serão divididos igualmente entre os membros; 25% serão distribuídos entre os Estados membros proporcionalmente a sua participação na exportação e importação de minérios e concentrados de cobre, calculados com base no conteúdo do metal cobre, e de cobre refinado e não refinado; os restantes 25% serão distribuídos entre os Estados membros proporcionalmente à sua participação em um total que consistirá na produção de mina, ou no consumo de cobre refinado de cada Estado membro.

Dos Termos de Referência em apreço constam ainda dispositivos concernentes às estatísticas e informações a serem coletadas pelo Grupo, estabelecendo que o Grupo deverá se empenhar para garantir que as informações disponibilizadas não prejudiquem o sigilo das atividades por parte dos Governos.

No tocante à sua entrada em vigor, os Termos de Referência passarão a vigorar de forma permanente quando os Estados, representando pelo menos 80% do comércio de cobre, notificarem ao Secretário-Geral das Nações Unidas da sua aceitação dos mesmos, e provisoriamente, quando os Estados, representando 60% do comércio de cobre, assim o fizerem.

Segundo explica a Exposição de Motivos, o cobre é o principal metal não-energético atualmente importado pelo Brasil. Esclarece, ademais, que o País possui reservas avaliadas em 17,14 milhões de toneladas, de acordo com os dados de 2001, das quais 87% se concentram no Estado do Pará, onde uma série de projetos desenvolvidos pela indústria nacional deverá

reverter esta posição. Destaca que estudos mostram que a produção brasileira pode alcançar 690 mil toneladas/ano, tendo os custos, em termos de investimento e valor por tonelada, entre os mais baixos do mundo. Conclui afirmando que o país deve, em cinco a dez anos, passar de exportador a substancial exportador de cobre.

Voto: por todo o exposto, por atender aos interesses do País, contribuir para o desenvolvimento da indústria brasileira de cobre e por obedecer aos requisitos formais e não afrontar dispositivos da Constituição Federal, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Lei nº 500/2009. O parecer é do Senador José Agripino e eu o subscrevo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador. Em discussão. Em votação. Aprovada a matéria, será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Vamos ao Requerimento nº 661 que trata de voto de aplauso à Organização dos Estados Americanos – OEA pela reintegração de Cuba a este organismo regional. Essa matéria é de autoria do Senador Paulo Paim e, originalmente, seria relatada pelo Senador Eduardo Azeredo. E eu peço ao Senador João Pedro, com a coincidência muito feliz, que relate a matéria.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pois não, presidente. O Requerimento é 661/2009, de autoria do Senador Paulo Paim, relator “ad hoc” designado pelo presidente, gostei da coincidência.

Do relatório, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Vem ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Requerimento 661, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer voto de aplauso à Organização dos Estados Americanos, a OEA, pela reintegração de Cuba a este organismo internacional. Da análise: em 1962, na 8ª Assembléia da Organização dos Estados Americanos em Punta del Leste, por meio da Resolução 6ª da Assembléia Geral da Organização, Cuba foi suspensa da OEA e da Junta Interamericana de Defesa diante da declaração de seu governo de que a Revolução Cubana possuía caráter socialista.

A decisão tomada estava longe da unanimidade: catorze países votaram pela suspensão e seis países se abstiveram. O Brasil, sob o governo de João Goulart, avesso ao comunismo, votou a favor da suspensão de Cuba em razão do seu caráter de preservação da segurança hemisférica contra ameaças externas, a maior delas identificada àquela época pelo Governo brasileiro, bem como por outros governos, como sendo o comunismo, mas votou contrariamente à decisão de suspender o país da OEA, uma vez que a adesão de Cuba aos demais campos de atuação e cooperação do

sistema interamericano permanecia sendo de interesse tanto para o país como para o hemisfério.

Sr. Presidente, prossegue o texto a justificativa do relator. E vou ao voto. O voto é favoravelmente à aprovação do Requerimento 661, de autoria do Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senhores, estamos tratando de uma questão de uma matéria de importância enorme. Eu considero que o bloqueio à Cuba foi um dos atos de maior truculência, um ato de segregação a uma nação, a uma população inteira. E no momento que a gente observa movimento no sentido de reintegrar Cuba a organismos como a OEA, enfim, no momento em que se faz um movimento contrário àquele encabezado pelos Estados Unidos, no sentido de acolher novamente o povo cubano, o agradável povo cubano, a começar na OEA, é matéria para não ficarmos apenas na aprovação desse requerimento. Eu acho até, Senador João Pedro, vou sugerir ao presidente da Comissão que os dois relatores, ele e V. Exa., façam a entrega pessoal ao Parlamento Cubano desse registro, desse voto. Acho que é um ato singelo, simbólico, mas que pode traduzir para o povo cubano a nossa admiração, o nosso apreço e, mais ainda, a nossa aspiração de que Cuba volte a se integrar de forma inteira ao processo de construção de um novo mundo juntamente com todos nós.

Em discussão, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, eu quero também manifestar o apoio às boas vindas de Cuba à Organização dos Estados Americanos, depois de ter sido suspensa desde o início dos anos 60. E reitero aqui o quanto avalio que para a normalização do processo democrático em Cuba, avalio que tanto a sua inserção na Organização dos Estados Americanos, como também o fim do bloqueio dos Estados Unidos em relação à Cuba do ponto de vista cultural, comercial e de turismo, e assim por diante, que acredito poderá acontecer com o novo governo Barack Obama, será algo que muito contribuirá para o processo de abertura, de democratização de Cuba.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não havendo mais quem queira discutir. Em votação. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências a serem tomadas.

Eu peço, mais uma vez, ao Senador Flávio Torres que faça a gentileza de relatar "ad hoc" uma matéria relativa ao Projeto de Decreto Legislativo nº 488, que aprova o texto do Acordo para Concessão de um Prazo de Noventa Dias aos Turistas Nacionais dos Estados

Partes do Mercosul, Estados Associados, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006. Eu estava nessa ocasião em Córdoba. Essa matéria, originalmente, seria relatada pelo Senador Inácio Arruda, seu colega de Estado, e peço a V. Exa. que relate.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): A matéria foi distribuída, inicialmente, à representação brasileira do Parlamento do Mercosul, depois foi à Câmara dos Deputados onde passou pelas Comissões devidas e o projeto foi aprovado em junho de 2009.

Vou direto à análise. Esclarece a Exposição de Motivos, datada de 31 de agosto de 2007, do Ministério das Relações Exteriores, que o Acordo, ora em apreciação, harmoniza os prazos que se concedem aos nacionais dos estados que conformam o bloco regional quando viajam em turismo.

Composto por apenas 7 artigos, o ato internacional em pauta estabelece prazo de permanência de noventa dias para os nacionais dos Estados Partes que sejam admitidos para ingressar no território de outra parte na condição de turistas.

O artigo 2º dispõe, entretanto, que as Partes se reservam o direito de não admitir o ingresso de pessoas nos seus territórios conforme suas legislações internas. Por outro lado, o Acordo em apreço será aplicado sem prejuízo das normas, disposições internas ou outros acordos entre as Partes, que sejam mais favoráveis aos beneficiários. As controvérsias que surjam sobre a interpretação do ato internacional sob exame, a aplicação ou o descumprimento das disposições nele contidas serão resolvidas por meio de sistema de solução de controvérsias vigente no Mercosul.

É estipulado o prazo de 30 dias, após o depósito do instrumento de ratificação pelo quarto Estado Parte do Mercosul, a partir do qual o Acordo entrará em vigor, tanto para os Estados Partes, como para os Associados que o tiverem ratificado anteriormente.

Como o Acordo está aberto à adesão de outros Estados Associados, segundo determina o artigo 6º, para os Estados Associados que não o tiverem ratificado antes dessa data o Acordo entrará em vigor no mesmo dia em que se deposite o respectivo instrumento de ratificação.

Finalmente, o artigo 7º autoriza a denúncia do Acordo por qualquer Estado Parte mediante notificação escrita às demais partes.

Como se sabe, um dos objetivos consignados no Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, é a harmonização das normas dos países membros, estabelecendo um só critério regional que fixe padrões comuns visando a beneficiar os cidadãos do bloco. O ato internacional em pauta aprofunda o processo de integração do Mercosul e contribui para o fortaleci-

mento da indústria do turismo na região. Ressalte-se, ademais, que a matéria respeita os preceitos relativos à adequação legislativa e regimental.

Voto: por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 488/2009. O relato é do Senador Inácio Arruda e eu o subscrevo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão. Em votação. Aprovada a matéria, será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências.

Temos aqui, por último, um Requerimento de autoria do eminente Senador João Pedro, e passo a palavra a ele para se referir ao Requerimento nº 53. Senador João Pedro. Requer nos termos regimentais que esta Comissão formule convite aos Srs. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ibrahim Zeben, da Delegação Especial da Palestina no Brasil, um representante da ONU e Raimundo Cezar Brito Aragão, Presidente do Conselho Federal da OAB, para apresentarem a esta Comissão as propostas e projetos do Governo Brasileiro para criação do Estado Palestino em data a ser acordada e confirmada entre os convidados e os membros desta Comissão. O requerimento, na verdade, é nº 61. Senador João Pedro, com a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, não poderia ser outro o local mais apropriado, senão a Comissão de Relações Exteriores do Senado, uma discussão que eu considero importante acerca da posição do governo brasileiro juntamente com outras instituições, desse que eu considero um tema, uma discussão, não só um tema, mas uma discussão atual de se criar o Estado Palestino. Essa, na realidade, é uma discussão que vem de muito, mas tem uma data emblemática, o pós-Segunda Guerra Mundial quando se cria o Estado de Israel, inclusive, com o voto brasileiro. E até hoje o povo palestino vive ali na Cisjordânia sem o seu Estado.

Eu quero dizer que a minha motivação de fazer este requerimento é no sentido de nós discutirmos, como um país membro da ONU, é uma posição da ONU a criação do Estado Palestino, embora as condições políticas, até hoje, não permitiram a criação desse Estado.

Eu estou extremamente motivado porque estive há poucos dias, no recesso parlamentar, e visitei a Cisjordânia, e vi a situação do povo palestino na Cisjordânia. E penso, considero atual nós fazermos essa discussão aqui para ouvirmos a posição, primeiro, de um representante da ONU, em que pé está esse encaminhamento, essa discussão. Acompanho o posicionamento do recém-eleito Presidente Barack

Obama, favorável à criação do Estado. Acompanho a posição da União Européia também pela criação do Estado Palestino. E eu quero destacar aqui a posição do nosso governo, o governo do Presidente Lula que tem uma posição muito forte nas discussões internacionais. Há quem diga, já ouvi, inclusive no Senado, aqui, que a melhor ação do governo do Presidente Lula é fora do Brasil. Eu já ouvi isso, salvo engano, do Senador Cristovam Buarque, destacando o papel internacional do Brasil.

Os dias que eu passei, passei dez dias na Cisjordânia, e é muito forte andar na Palestina e presenciar a vida do povo palestino, mas também de ver a presença brasileira na Palestina. Eu encontrei, Srs. Senadores, andando pelas ruas da Palestina, produtos do Brasil no comércio, e para você ver como é que o comércio internacional, como que a economia estreita países, povos. Então, vi vários produtos brasileiros no comércio na Palestina. Não estou falando do comércio, mas visitei uma universidade em Hamala e vi a juventude dali estudando. Posso testemunhar a cultura do povo palestino, um povo politizado, culto, mas a indefinição, a guerra, as guerras maltratam muito esse povo. E só tem uma saída: é ter o Estado e nós termos uma relação de Estado, como nós temos com Israel. Mas o povo palestino, no meu ponto de vista, não pode ficar sem a criação. Há uma pendência. E quem luta por democracia e quem luta pela relação entre povos, nós não podemos deixar de fazer essa discussão da importância do povo palestino ter o seu Estado, ser membro da ONU e ser acompanhado, evidentemente, pelas regras internacionais.

Então, esse Requerimento vai nesse sentido, de nós fazermos uma discussão aqui, não é uma discussão entre o povo palestino contra Israel e Israel contra... Não é isso não. Mas porque essa é uma discussão que vem acontecendo, mas ela não foi concluída, porque não existe o estado palestino. Então, estou apresentando esse requerimento para que nós possamos ouvir a opinião do governo Lula, do Itamaraty, da ONU, acho que a OAB pode contribuir com esse debate, enfim, mas fazermos uma discussão aqui muito madura e com um olhar solidário a um povo que faz parte da história da humanidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador João Pedro, V. Exa. hoje foi muito feliz, relatou duas importantíssimas matérias, e eu comungo com a vossa preocupação. O Estado Palestino há que se concretizar na medida em que ele seja, efetivamente, criado e que haja o reconhecimento das demais nações, ele se afirma. Essa é uma situação que precisa existir, precisa ocorrer, a criação do Estado, o reconhecimento das demais na-

ções ao Estado Palestino que abriga um povo tão sofrido, que vira e mexe se envolve, ou é envolvido, em questões que, no fundo, dizem respeito à tentativa de suprimir dele esse direito, de se afirmar como nação e continuar a se relacionar com o restante do mundo de forma altiva, como sei que é o anseio e a preocupação de V. Exa.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Avalio como muito importante o Requerimento do Senador João Pedro, e inteiramente favorável para que a Palestina possa logo se estabelecer como um Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Senador Suplicy. Em votação. Aprovada a matéria, que vai à Secretaria-Geral da Mesa. Produzimos muito hoje.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Eu gostaria de aproveitar o dia calmo da Comissão, a pauta tranquila, e eu queria levantar aqui um problema que há muito me incomoda, dividir com os outros Senadores esse sentimento. Toda vez que eu entro na Comissão de Relações Exteriores ou de Ciência e Tecnologia que eu frequente, me incomoda esse monte de papel que a gente tem em cima das mesas que, poucas vezes, se abre. Normalmente, você está interessado naquele relato que você faz. Eu acho que a gente que vive num mundo que, cada vez mais, se há um discurso que tem unanimidade hoje é o da sustentabilidade, dos recursos naturais, do meio ambiente, eu acho que a gente poderia dar um exemplo no Senado de disponibilizar esse material via Internet e disponibilizar na Secretaria. Se algum senador tivesse um interesse maior pode vir aqui, pode imprimir, pode consultar e a gente daria um exemplo economizando um gasto de papel no trabalho das Comissões. É uma sugestão que eu queria dar de trabalho para que a gente divida com os outros senadores essa preocupação, nas Comissões, porque é um volume enorme. Eu me dei o trabalho de juntar e a minha mesa está dessa altura de papel em um pouco mais de um mês que eu estou aqui no Senado. Só isso que eu gostaria de comentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador, o senhor está coberto de razão. Acho até que a gente deve formalizar

através de algum instrumento essa sua proposição. Gostaria que V. Exa. acionasse a sua assessoria para que gente identificasse a maneira de encaminhar essa questão, e que ela seja efetiva, porque aqui, às vezes, a gente trata de algumas questões como essa e daqui uma semana a gente esquece e o assunto vira pó. V. Exa. tem razão, é uma contradição, é um contrassenso, a gente aqui debaterá sobre sustentabilidade, meio ambiente e tal, e conviver com uma situação como essa, é vexatório isso, vexatório.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Presidente, a preocupação do Senador Flávio, de alguma forma, é contemplada já lá no plenário, porque justamente com o acesso que nós temos à Internet ali, agora, à Ordem do Dia e a todos os projetos que examinamos ali, está normalmente disponibilizada no mini computador de cada senador, e havendo, todavia, ainda alguns exemplares para eventual necessidade. Então, isso é objeto de preocupação do Senado e, em parte, foi contemplada a redução porque antes se produzia mais ainda, inclusive, lá para o plenário, volumes tão grandes quanto esses quando temos Ordem do Dia extensa. Isso para as Comissões nem sempre, já que aqui nós não temos esta mesma possibilidade como lá no plenário. Por outro lado, há que se notar que, muitas vezes, cada senador precisa ter a disponibilidade da leitura dos pareceres e dos projetos como aqui, às vezes, fazemos, talvez possa...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É simples de resolver isso, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): É possível chegar a um bom termo, porque eu acho que a preocupação sua, Senador, é muito saudável. Mas então como chegar a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O Senado avançou, mas eu comparo à seguinte situação, Senador Suplicy: um cidadão com câncer terminal melhorou 10%. O câncer continua sendo terminal. Eu acho que a gente precisa extirpar o câncer, acabar com essa novela. Parabenizo V. Exa..Inicie um movimento nesse sentido aí, Senador, e mostre mesmo o quanto a gente tem sido incoerente e contraditório aqui nesta Casa, até nessas pequenas questões.

Nada mais tendo a tratar, está encerrada esta reunião.

Sessão encerrada às 11h44.

ATA DA 33ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10

DE SETEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e dezoito minutos do dia dez de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Paulo Duque, Efraim Morais, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Flávio Torres, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Wellington Salgado de Oliveira, Adelmir Santana, Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque**. Justificam a ausência os Senadores **Geraldo Mesquita Júnior** e **Heráclito Fortes**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Posteriormente, comunica o recebimento de resposta ao Requerimento nº 649, de 2009, que solicitava informações ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre a criação de postos de fronteira na Amazônia. O Senador **Flávio Torres** faz uso da palavra. O Presidente comunica, ainda, incidente ocorrido com a Senadora Patrícia Saboya, conforme informação da própria Senadora, que, ao desembarcar no aeroporto de Roma, foi abordada de maneira inadequada por militares, tendo seu passaporte retido e sendo impossibilitada de entrar em contato com a embaixada brasileira. Os Senadores **Flávio Torres** e **Mozarildo Cavalcanti** fazem uso da palavra. O Presidente inicia a apreciação da pauta e convida o Embaixador Luiz Fernando Gouvêa de Athayde para se assentar à mesa da Comissão. **Item 01:** Mensagem nº 163, de 2009, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha que deseja fazer, do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Flávio Torres**, para fazer a leitura de seu relatório. O Presidente declara aberto o processo de votação e concede a palavra ao Embaixador Luiz Fernando Gouvêa de Athayde para fazer sua exposição. O Presidente submete à apreciação da Comissão item extrapauta. **Extrapauta Item 1:** Requerimento nº 66, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer, “*(...) nos termos regimentais, seja promovida, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa*

Nacional, Audiência Pública, tendo como convidado o Senhor Ministro da Defesa Nelson Jobim, objetivando discutir sobre o anunciado acordo militar feito com a França, incluindo a compra de aeronaves, submarinos e helicópteros para o reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras”. Aprovado. O Presidente retoma a pauta ordinária. **Item 02:** Requerimento nº 65, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer, “*(...) em aditamento ao Requerimento nº 58, de 2009 – CRE, de [sua] autoria, que a Audiência Pública seja feita em conjunto com a Comissão de Infraestrutura e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*”. Aprovado. O Presidente apresenta novo item extrapauta. **Extrapauta Item 2:** Requerimento nº 67, de 2009 – CRE, de autoria das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Educação, Cultura e Esporte; de Serviços de Infraestrutura; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; de Agricultura e Reforma Agrária e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requerem, “*(...) nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), Serviços de Infraestrutura (CI), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados: Vincent Defourny – Representante da UNESCO do Brasil; Marco Antonio Raupp – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Representante de renome da comunidade acadêmico-científica*”. Aprovado. O Presidente comunica a justificativa da ausência do Senador Geraldo Mesquita Júnior. Os Senadores **Eduardo Suplicy** e **Cristovam Buarque** fazem uso da palavra. O Presidente torna a reunião secreta às onze horas e trinta e seis minutos, para que possa ser retomada a apreciação da Mensagem nº 163, de 2009, item 1 da pauta ordinária. A reunião é reaberta às onze horas e quarenta e oito minutos. O Presidente comunica a aprovação da Mensagem e, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia

Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA A 33ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 18 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental declarado aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata de Reunião anterior. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Antes de dar início à Pauta, informo aos Srs. Senadores as Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que o Ministro da Defesa encaminhou informações em resposta ao requerimento nº 649 de 2009, de iniciativa dessa Comissão, sobre a criação de unidades militares na fronteira amazônica e nas terras indígenas. O requerimento foi de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e a resposta do Sr. Ministro encontra-se na Secretaria da Comissão à disposição das Sras. Senadoras e Srs. Senadores, e eu estou encaminhando especialmente para o Senador Mozarildo Cavalcanti, que foi o autor da solicitação, as informações.

São informações a respeito do número de postos de fronteira que o Brasil tem, qual é a previsão de novos postos de fronteira, a sua localização, o número de novos soldados por posto, de maneira que está a informação bem completa. Onde é que está a informação?

A informação é bem completa dando todo o acompanhamento das providências que estão sendo tomadas nessa região, dentro do Programa Nacional de Defesa do Brasil.

Basicamente são esses pontos que eu estava levantando, mas, estavam previstas a implantação de 28 pelotões especiais de fronteira ao longo do arco amazônico: No Estado do Amapá são quatro deles, no Estado do Pará são também quatro. No Estado de Roraima: Entre Rios, Jacamim, Vila Contão, Serra do Sol, Ericó e Uaiacás, no Estado do Amazonas são mais Demini, Jurupari, Marauíá, Tunuí, devem ser todos nomens indígenas, Traíra, Puruê e Bom Jesus

No Estado do Acre são quatro postos: São Salvador, Marechal Thaumaturgo, Jordão e Iaco. E em Rondônia também três postos: Surpresa, Rolim de Moura e Pimentieras do Oeste.

A implantação desses pelotões deverá ocorrer no período de 2010 a 2021, com o custo aproximado de 979 milhões de reais. O efetivo de cada pelotão é da ordem de 56 militares. A infraestrutura e modernização dos 21 pelotões já existentes. Alguns deles criados a partir de 1921, e esse projeto também será desenvolvido entre 2010 e 2018, a um custo de 138 milhões.

Então, esses são basicamente os dados principais dos pelotões de fronteira e todo o projeto está aqui, ainda que o Plano de Articulação e Equipamento do Exército deverá ter ao final de 22 anos, um aumento no efetivo de militares na região amazônica, em aproximadamente 21 mil e 500 homens e mulheres, porque agora está aumentando também o número de mulheres nas forças armadas.

Então, esse é o relatório que está colocado.

Um outro ponto que eu queria trazer ainda antes da dar início, antes de ouvirmos o Embaixador Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, diz respeito a um tema que foi exposto neste fim de semana, sobre a questão da energia nuclear e colocado de que o Brasil, segundo um físico, já teria condições, inclusive, de fabricar a bomba atômica se assim o quisesse.

Esse é um tema relevante, evidentemente, o Brasil tem toda uma característica e uma tradição pacifista e nós já dominamos bem o uso da energia nuclear através das nossas usinas que estão funcionando em Angra dos Reis e a terceira que está sendo retomada. Além do mais, a energia nuclear também ou toda a tecnologia nuclear é usada em equipamentos médicos e será usada agora também nos submarinos.

Então, eu quero só compartilhar com os Senadores esta preocupação, se seria o caso, de eventualmente, nós termos um convite ao próprio físico, ou a alguém do governo. Se aguardamos alguns pontos a mais, talvez um requerimento de informações ao Ministério, eu indagaria principalmente ao Senador Flávio que é também um físico se ele pudesse nos dar a sua opinião.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, esse é um assunto que eu tenho uma sensibilidade mundial para isso, por causa da questão da bomba. Eu acho que um físico que fez um trabalho de simulação numérica, é um físico teórico. Eu acho que ele é a última pessoa a gente conversar com ele, porque ele não tem autonomia política para dizer se o Brasil viu construir uma bomba ou não vai. Ele é um pesquisador que está trabalhando e eu acho importantíssimo que o Brasil trabalhe essas questões.

Para mim é claro que o Brasil se quisesse poderia fazer a bomba. Se quisesse como a gente foi atrás do ciclo de combustível e conseguiu fazer, conseguiu desenvolver tecnologia, eu acho que o Brasil, o país

se quisesse poderia. Claro que eu acho que não deve, e eu acho até que o Brasil compreende que não deve. O que a gente poderia aproveitar essa oportunidade. Pelo menos, na minha opinião, é que o Brasil poderia inaugurar um novo clube.

O mundo foi dividido no clube dos que tem as ogivas nucleares e dos que não têm. E eu vejo uma posição muito hipócrita dos países que têm fazerem campanha para que o resto dos países não tenha.

Então, eu acho que a gente poderia inaugurar um clube novo, os que poderiam fazer, não vão e não querer fazer, mas que deveriam brigar para que os que têm não tenham mais. Porque a posse dessas ogivas nucleares é uma ameaça a humanidade, tem um maluco qualquer que assume um país desses que tenha bomba.

Então, eu acho que esse artefato, a humanidade deveria fazer uma campanha para que o mundo desnuclearize no sentido das ogivas nucleares. Energia nuclear é importante, é uma energia, limpa. Ela não polui do ponto de vista de CO₂, é perigosa, com relação aos resíduos, essa discussão toda mobiliza a humanidade toda. Mas, a presença de armas que pode destruir 10, 15, 20 vezes a humanidade é uma questão que nós deveríamos militar para acabar com isso.

Então, eu acho que o físico... O princípio da independência acadêmica é uma questão fundamental na academia. Eu acho que os pesquisadores têm que ter a liberdade de trabalharem naquilo que eles quiserem. Os chefes, os Ministros, o Ministro de Relações Exteriores, o Ministro da Defesa. Essas pessoas têm o poder de dar um rumo ao país.

Se alguém tiver que se ouvido, eu acho que seria a esse nível, mas não a nível do pesquisador porque se ele vier aqui falar do trabalho dele, nem eu que sou físico vou entender. É um trabalho ultra especializado, simulação numérica, é um trabalho teórico, nós não iríamos entender. E o resto eu acho que não seria com ele, seria com alguém que estaria acima dele. Eu acho a posição da Agência Internacional de Energia Atômica, que tem esse papel de vigiar, devia olhar para os próprios pés, dizer que ela vigia, mas sentada em cima de uma bomba atômica.

Eu acho isso uma posição meio inaceitável, nós teríamos a moral para desarmar o mundo porque a gente poderia fazer a bomba, não quer fazer, não vai fazer, mas é inaceitável que o mundo tenha bombas que podem destruir a gente cem vezes, basta uma vez para destruir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador.

Eu estou realmente levantando essa questão, mas nós temos na semana que vem confirmada a presença numa Reunião Extraordinária, na quarta-feira, devido exatamente a questão de agenda, a presença do Ministro Nelson Jobim, que vem exatamente explicar a questão dos jatos, da compra dos jatos.

Então, nós poderíamos levantar essa questão junto ao Ministro no primeiro momento, não sei se seria uma boa alternativa tudo bem?

Então está bem, fica decidido nós levantaremos esse assunto ao Ministro Jobim.

Um terceiro ponto ainda que quero trazer ao conhecimento foi ainda na quinta-feira, a Senadora Patrícia Saboya, lá do Ceará, a Senadora Patrícia Saboya, ela teve um problema ao chegar no Aeroporto de Roma e foi abordada de maneira totalmente inadequada por um grupo de oito a dez militares e tendo a sua mala revisada e seu passaporte num primeiro momento confiscado. Ela pediu para falar com o Embaixador brasileiro eles não queriam deixar que ela falasse.

Então, ela entrou em contato conosco, eu fiz imediatamente uma nota. E entramos em contato com o próprio Ministério das Relações das Exteriores. E o Ministério então tomou todas as providências necessárias, ela depois ligou que já tinha sido liberada, mas, manifestando a sua indignação com o tratamento que recebeu na Itália.

Não é a primeira vez que acontece algum incidente dessa natureza com os brasileiros em outros países, especialmente na Europa, mas com uma Senadora, que se identificou como Senadora, realmente é uma questão que nos pareceu de gravidade. Felizmente, a questão foi resolvida, o próprio Embaixador esteve com a Senadora, o Ministro Celso Amorim, o Presidente Sarney todos se manifestaram junto a ela.

Mas, eu coloco esse tema também, exatamente, porque na condição de Presidente eu tomei essas providências. Mas, é importante que esse exemplo não seja seguido, o contrário, que o exemplo nos dê um alerta. Porque já tivemos problemas parecidos na Espanha, tivemos problemas parecidos em Portugal, tivemos problemas parecidos na Inglaterra.

Quando o nosso Embaixador Oto Maia esteve aqui, ele é responsável pela questão dos brasileiros no exterior. Ele colocou com muita clareza todo o trabalho que é feito em proteção aos brasileiros, através dos Consulados pelo Brasil, mas um ponto que me parece que ainda é um pouco carente seria de informações aos brasileiros que vão ao exterior.

Isso me parece um ponto que precisa de mais... De um avanço que muitos dos brasileiros que vão ao exterior às vezes passam por esses contratempos, por constrangimentos em aeroportos por desconhecimen-

to. Evidentemente não é o caso da Senadora Patrícia Saboya, mas são outras situações em que acontece essa situação, nos Estados Unidos também já aconteceu anteriormente.

De maneira que eu queria só trazer ao conhecimento dos Srs. Senadores essa questão. A Senadora ainda me ligou ontem novamente, me dizendo que já está retornando ao Brasil, mas ainda muito, realmente, ainda muito aborrecida com o que aconteceu.

Muito bem. Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Eu só queria pedir eu acho que a pronta intervenção do senhor e do Itamaraty foi fundamental para a Senadora ser liberada. Mas, eu acho que nós devíamos pedir as autoridades italianas para esses policiais, que tiveram essa atitude truculenta, receberem algum tipo de pressão interna do governo italiano, porque se não isso se repete.

Na medida em que isso não acontece, outro brasileiro, outro Senador vai lá vai ser tratado da mesma forma, por preconceito, porque é latino, porque é moreno, porque não tem... Porque essas coisas a gente deve tentar interferir junto às autoridades italianas para que esses policiais, sejam de qualquer forma admoestados, prevenidos ou limitados nessa ação por que é uma coisa arbitrária para um brasileiro que chega num país estrangeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): E especialmente, Senador, que as mulheres brasileiras tem sofrido mais com essa questão também, existe um certo preconceito com as mulheres, especialmente na Europa.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, eu concordo com o Senador Flávio, mas eu acho que nós deveríamos formalizar realmente essa posição. Porque se simplesmente resolver o problema, digamos de ela ser liberada, o que é um absurdo, qualquer que fosse o cidadão ainda mais uma Senadora e tendo se identificado como tal.

Eu acho que a Comissão devia instar a própria Presidência do Senado para que registrasse isso formalmente perante o governo italiano para que realmente, como disse o Senador, quem cometeu esse abuso de autoridade tenha algum tipo de registro e protesto nosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Bem, eu vou então, entrar em contato com o Presidente Sarney e verificar sim, fazer essa comunicação aqui da própria Comissão junto a Embaixada Italiana ou se o fazemos via Itamaraty. Está bem?

Bem, então vamos dar segmento agora à Pauta em si. O Item nº 1, que é a oitiva do Embaixador Luiz Fernando Gouvêa de Athayde que é indicado para a República da Croácia. Eu quero convidá-lo para que se assente à Mesa, e possamos dar início a essa oitiva. Trata-se da mensagem nº 163 de 2009, que submete à apreciação... Eu acho que foi a noite de ontem, eu nem até as 11 horas votando aqui, agora estou com a garganta seca, mas... "Submete a apreciação do Senado Federal a escolha que deseja fazer do Sr. Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia".

O Relator é o Senador Flávio Torres a quem concedo a palavra.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Nós estamos analisando a mensagem presidencial que indica o Senador Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, para Embaixador junto à República da Croácia, acompanha a mensagem presidencial o *curriculum vitae* do indicado, do qual cabe destacar que, nascido no Rio de Janeiro, no dia 03 de novembro de 1944, aqui tem 44 e o senhor seria um dia mais velho do que eu.

[risos]

Formou-se em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1967. Ingressou no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco em 1967, tendo sido promovido a Terceiro Secretário, em 17 de outubro de 1968; o Segundo Secretário, em 11 de maio de 1972; o Primeiro Secretário, em 02 de março de 1979; o Conselheiro, no dia 16 de dezembro de 1986; e Ministro de Segunda Classe, em 24 de junho de 1993.

Na Secretaria de Estado foi Assessor do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, em 1976, Chefe da Divisão de Informações Econômicas, em 1985, Assessor do Departamento Econômico e Editor da Resenha Econômica do Ministério das Relações Exteriores em 1987 e Chefe da Divisão de Formação e Treinamento, em 1993; entre outros relevantes cargos que exerceu.

No Exterior, serviu na Delegação junto à UNESCO, Paris em 1971; na Embaixada no México em 1975; Consulado-Geral em Los Angeles em 1979; Embaixada em Quito em 1981; Embaixada em Kingston e, 1985, uma missão transitória; Embaixada em Praia em 1986, missão transitória; Embaixada em Nova Delhi em 1987; Consulado-Geral em Nova York em 1989, Consulado-Geral em Toronto; A Embaixada em Port of Spain em 2005, como Embaixador; Representante

junto ao Governo da Comunidade de Dominica, em 2007, como Embaixador.

Chefiou a Delegação Brasileira à Reunião do Grupo Revisor da Implementação do Mandato da Cúpula das Américas sobre Agricultura, em 2001; à Reunião de Alto Nível do Mecanismo de Cooperação em Matéria de Drogas da América Latina, Caribe e União Européia, em 2007; a III Reunião de Plenipotenciários do Grupo de Revisão e Implementação de Cúpulas, em 2009.

Cedido pelo Ministério das Relações Exteriores, desempenhou a Chefia de Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Agricultura em 2003. O Ministério de Relações Exteriores também apresenta informações sobre a Croácia, relatando o panorama da política interna, aspectos da economia e os fundamentos da política externa e as relações Brasil–Croácia, dando ênfase às relações econômico-comerciais.

No que tange à política interna da Croácia, cabe ressaltar que adotou o regime político parlamentarista e que a União Democrática Croata, caracterizado como um partido de centro, tem se constituído força política preponderante no período pós-independência. Em relação às relações entre os dois países, o documento do Itamaraty ressalta que o Brasil reconheceu a independência da Croácia e, em seguida, estabeleceu as relações diplomáticas em 23 de dezembro de 1992. Sendo que a Croácia abriu embaixada em Brasília em 1997 e o Brasil em Zagreb no segundo semestre de 2006, registrando que antes a diplomacia brasileira na Croácia foi desempenhada cumulativamente pela Embaixada em Viena.

É significativo registrar a informação de que a Croácia mantém Consulado Honorário em São Paulo, onde está concentrada a colônia croata no Brasil, estimada em cerca de 20 mil pessoas. A informação enviada pelo Itamaraty relata, ainda, que o Produto Interno Bruto da Croácia alcança US\$ 63,95 bilhões em 2008 e que o crescimento econômico no biênio 2009/10 deverá sofrer forte influência da redução da demanda dos países da União Européia e do sudeste europeu, prevendo-se uma retração na ordem de 4% no presente ano e um crescimento de 0,2% no ano seguinte. Ressaltando, que estas taxas de crescimento dificultarão resolver o problema da inflação, significativamente presente na economia recente do país.

Os dados constantes do documento demonstram que o intercâmbio comercial entre os dois países tem sido substancialmente favorável ao Brasil, tendo em 2008, exportado 225,9 milhões e importado oito milhões de dólares. Dos valores referentes às exportações brasileiras, os principais produtos foram soja 30%, açúcares 34%, café em grão 12% e carne de frango e bo-

vina 12%. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Assim, Sr. Presidente, encaminho relatório favorável à indicação do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agradeço ao Senador Flávio Torres e declaro aberto o processo de votação e concedo a palavra ao Embaixador Luiz Fernando Gouvêa de Athayde para fazer sua exposição.

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE: Sr. Presidente, Srs. Senadores estou perfeitamente consciente da grande importância desta manhã dos acontecimentos nesta Casa e, portanto é meu propósito, antes de tudo, quero agradecer e o meu propósito é fazer uma apresentação tão rápida quanto possível sobre a Croácia. E por que vale a pena por ser um país interessante e de muito interesse para o Brasil, e em seguida passar sobre as relações entre os dois países é o que pretendo fazer.

A Croácia é um país que foi uma província romana, chamada Panónia, mas desde 925 é um país independente como reino e foi sucessivamente invadido pelo império Otomano, pela Hungria e pela República de Veneza, mas em 1526, passa para a Coroa dos Habsburgos e ali permanece no Império Austro-Húngaro, até a Primeira Guerra Mundial quando, então, passa a ser um Reino, o Reino dos Croatas, Eslovenos e Sérvios, depois chamado Reino da Iugoslávia.

E assim permanece até o final da Segunda Guerra, quando Tito vence com os partisans dele consegue expulsar os nazistas e declara República e é então criada a famosa República Socialista Iugoslávia, composta de várias “Repúblicas”, entre as aspas, são países, na realidade dentro dessa Federação, na qual a Croácia fez parte. Em 1980, morre Tito, procura-se manter uma presidência alternativa, mas o nacionalismo croata luta por independência, finalmente declarada em 1991.

A Sérvia, que tinha até então, com a sua capital Belgrado, a primazia sobre esta república, invade e ocorre uma guerra de quatro anos, bastante violenta, todos os senhores terão ouvido das famosas, limpezas étnicas, em que um trucidava os outros simplesmente pela sua origem étnica. E finalmente em 95, consegue-se pelo Acordo de Dayton se estabelecer a paz entre os dois países.

A Croácia é um país pequeno, aí está no mapa, é mais ou menos do tamanho da nossa Paraíba, tem o formato de bumerangue como podem ver. Tem apenas 4,5 milhões de habitantes, no entanto é um país de alto nível de vida, de alta qualidade de vida. Para terem uma ideia de 179 países no mundo ela ocupa a 45ª posição, como qualidade de vida enquanto o Bra-

sil está na 60ª apenas. A renda *per capita* é bastante alta é de 17 mil e 600 dólares. A taxa de alfabetização é 98, 5% da população adulta e a expectativa de vida é de 76%

Como já foi dito, a política interna desde a independência, adotou um Sistema Parlamentarista Unicameral, em que há o Presidente da República que é eleito por sufrágio universal direto, por um período de cinco anos, reelegível apenas uma vez. E o governo é chefiado por um Primeiro-Ministro que é o líder do Partido da Maioria e assessorado por um gabinete composto todos de Parlamentares, que são então nomeados os Ministros para os diversos ramos.

A atual Presidente Stipe Mesic, foi eleita em 2000 e reeleita em 2005, portanto, termina o ano que vem a sua Presidência. E a primeira Ministra é uma mulher, pela primeira vez, chamava-se Jadranka Kosor, e ela se tornou Primeira Ministra depois da renúncia recente do Primeiro-Ministro que era Ivo Sanader, por pertencer ao mesmo Partido que é União Democrática Croata, que é um Partido de centro-direita. E que vem dominando o país, desde a independência, a exceção do período de 2000 a 2003, quando foi ocupado pelo Partido Social Democrata.

São muitos os Partidos e vale a pena dizer, esse Partido Social Democrata, é de centro-esquerda, portanto, há uma alternância no poder entre a centro-direita e centro-esquerda. O Partido que há no poder a União Democrática Croata, se mantém graças a uma colisão com o Partido dos Camponeses, o Partido Social Liberal e o Partido dos Aposentados, é interessante.

Enfim, quanto à economia era a República mais rica do Iugoslávia, da antiga Iugoslávia, era de longe a República mais rica e teve um processo de industrialização bastante rápido, após a segunda guerra mundial. Mas sofreu muito com a Guerra da Independência contra a Sérvia que durou quatro anos, de 91 a 95, em que a grande parte da infraestrutura foi destruída, parte do território minado, é minado até hoje a parte leste do país.

Mas, a economia graças, enfim, já a essa tradição e a riqueza do seu solo e a formação acadêmica do seu povo, o país conseguiu recuperar-se a partir do ano de 2000, com crescimento médio anual de 4 a 6%, baixa inflação. A moeda que se chama kuna é bastante estável, a ponto de ser considerado até hoje pelo Banco Mundial um país de renda média alta, dos mais altos, confirmando inclusive a sua posição, naquele mundo pouco falado, mas que existe é o famoso, não é famoso, o tão pouco famoso, segundo mundo. Não chega a ser primeiro mundo, mas tampouco está classificado em terceiro mundo.

Então, a Croácia, possui então uma indústria, uma estrutura econômica pós-industrial, digamos assim, em que o setor de serviço ocupa 62% do PIB, o setor industrial 31% e a agricultura apenas 7%. O turismo por sinal cria 40% da riqueza do país e, portanto, quanto à atual crise global econômica, agravou-se muito a situação econômica, porque evidentemente o turismo ficou bastante afetado. Com isso o desemprego cresceu muito atualmente, está ainda na casa, dos 16%.

A dívida externa subiu para 51 bilhões, as reservas internacionais que eram de 13 bilhões, caíram para 7,5 bilhões apenas, mas na economia, do tamanho da economia ainda são razoáveis, dá ainda para cobrir importações de três meses. A produção industrial caiu de 5.6 para 2.9, e o Déficit Comercial aumentou para 16%. É previsto pelo Banco Central Croata que é em 2009, o PIB caía 4%, portanto, uma grande queda.

Na política externa, quer dizer, no contexto globalizado, como um país pequeno, europeu e cristão a Croácia, desde a independência, julgou que a sua melhor opção era aderir evidentemente a União Europeia, portanto, pediu a adesão logo de princípio. Houve no princípio uma certa dificuldade para contribuição ao Tribunal Internacional Contra Crime de Guerras da ex-Iugoslávia, por causa das famosas limpezas étnicas que todo mundo conhece.

Finalmente, ficou esclarecido ela contribuiu para esse Tribunal e iniciou-se então em 95 a negociação para sua entrada. Agora, as negociações continuam, porque a Eslovênia, que já parte da União Europeia, tem colocado dificuldade, por problemas fronteiriços, de limites fronteiriços. Como os senhores podem ver a Eslovênia tem um pequeníssimo saída do mar, a Itália vai até quase a Croácia e ela tem um pequeníssimo saída para o mar e deseja que a Croácia lhe ceda uma parte, 40 quilômetros de território para poder ela poder ter um mar territorial.

A Croácia acha que isso deve ser decidido por um Tribunal Internacional da Haia e, portanto, que o a Eslovênia tem feito? Tem colocado dificuldade de entrada da Croácia na União Europeia. Bom, no plano regional, no plano estratégico ela considera a sua entrada para a OTAN, o mais importante...

[soa a campainha]

Isso já ocorreu agora em abril do ano passado. Com o apoio dos Estados Unidos ela passou a fazer, a Croácia passou a fazer parte da OTAN.

E no plano regional, o objetivo principal é manter a estabilidade, depois daquela guerra que convulsionou toda a ex-Iugoslávia, é manter a paz regional e, sobretudo, boas relações com a Sérvia, o que tem conseguido fazer e cicatrizando um pouco as feridas da guerra que ainda estão recentes. Terminou em 95. E

com a Eslovênia, que apesar desse conflito territorial, é o seu quinto parceiro comercial, tanto em exportação e importação e oitavo investidor no país.

No plano internacional tem procurado manter relações com os países democráticos, sobretudo com os Estados Unidos que lhe apoiaram a entrada na OTAN, com o qual inclusive já mantém um acordo econômico de livre comércio bastante privilegiado.

E finalmente no plano multilateral, a Croácia tem participado com interesse de todos os organismos internacionais, sobretudo da ONU, onde já participou de 13 Missões de Paz, inclusive, do Minusta, no Haiti. Atualmente ocupa a posição, tem um assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU, o que demonstra que em tão poucos anos de independência esse país tem tido a sua posição reconhecida pela comunidade internacional.

Com relação às relações com o Brasil, em 92, então, o Brasil em janeiro reconheceu a independência, em dezembro estabelece relações diplomática, em 97 a Croácia abre aqui Embaixada em Brasília. Nós temos a Embaixada em Viena, cuidando dos assuntos, mas em 2006 abriu a Embaixada aqui em Zagreb. E as relações bilaterais tem se descaracterizado pela cordialidade, convergência de interesses, tanto no plano bilateral em que houve várias missões, inclusive duas delegações brasileiras do grupo Parlamentar Croácia-Brasil em 2004 e 2006.

E tanto no bilateral quando no multilateral, em que ambos os países vêm reciprocando o apoio as respectivas candidaturas nos Fóruns Internacionais. E essa atmosfera é propícia de imensa simpatia da Croácia pelo Brasil, onde ela tem como disse o nosso querido Relator, 20 mil descendentes aqui em São Paulo, que pretendo aproveitar, caso V. Exas. me honrem com a aprovação do meu nome para a Embaixada de Zagreb, para consolidar e adensar as relações entre os dois países.

Do ponto de vista político quer dizer, evidentemente, a primeira coisa que presente fazer é trabalhar para conseguir consolidar um apoio já acenado pelo governo croata, a nossa aspiração a ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e também para que a Croácia possa cooperar com o Brasil, na reconstrução do Haiti, já que tem missão já permanente lá. Nesse sentido é a minha intenção apressar a assinatura de um Memorando de Entendimento para Consultas Bilaterais do Aspecto Político que dará então uma institucionalização a cooperação nessa matéria entre os dois países.

Tenho também como propósito, propor a assinatura de um acordo básico de cooperação técnica de forma a estabelecer um acordo quadro para tratar de

áreas de cooperação de interesse comum, bem como dar ênfase ao acordo cultural que já está negociado e pronto para ser assinado. Por meio deste pretendo intensificar, porque o atual Embaixador já tem feito bastantes atividades culturais devo assinalar. Mas pretendo intensificar as ações de promoção cultural, divulgação do Brasil, através de exposições de arte plásticas, *shows* de artistas e, conjuntos, mostra de cinemas, como, aliás, já venho fazendo como Embaixador em Trinidad e Tobago.

Da mesma forma pretendo dar todo o apoio meu ao leitorado de português da Universidade em Zagreb, de forma que se possa constituir um núcleo para um futuro Centro de Estudos Brasileiros em Zagreb. No campo econômico comercial pretendo, antes de tudo, contribuir para o contínuo crescimento das exportações brasileiras o que vem ocorrendo já nos últimos cinco anos e que chegou inclusive, entre 2008 e 2007 e a crescem 45%, atingindo os 200 milhões de dólares.

E para tanto, pretendo utilizar alguns instrumentos, um instrumento que eu acho fundamental que é um acordo de cooperação no campo veterinário. Que por coincidência foi assinado por mim, numa missão Parlamentar Brasil – Croata, que eu tive a honra de acompanhar, em 2004, chefiada pelo Deputado Francisco Turra e acordo este que permitirá a venda de produtos de origem animal à Croácia, e com isso aumentar as nossas exportações.

E também um Memorando de Entendimento para Cooperação Aquicultura e Pesca que está em vias de negociação que pretendo finalizar, inclusive, com vistas a apoiar o Porto de *Rijeka*, que é o porto mais importante dessa área, era o porto de saída dos produtos do Império Austro-Húngaro. Já que a Croácia fazia parte do Império Austro-Húngaro e que tem uma estrutura bastante envolvida como é de conhecimento do nosso Presidente, Senador Eduardo Azeredo e que como entrada de produtos brasileiros para serem redistribuídos por toda essa Europa do Sudeste.

Não só dos países da ex-Iugoslávia, mas, também do Centro europeu, porque a Polónia, ocupa essa posição privilegiada, embora um país pequeno, como disse do tamanho da Paraíba, mas entre a Europa Central, Europa de Leste e o Mar Adriático. Além desse aumento quantitativo, pretendo diversificar as exportações brasileiras que tem se concentrado muito em *commodities* como disse o Relator o Senador Torres, apenas em *commodities*, enquanto eles nos exportam produtos de máquinas, equipamentos, produtos farmacêuticos, nós temos exportado café, açúcar, enfim produtos mais caracterizados como *commodities*.

E com isso que o eu pretendo fazer? Tentar incentivar a ida de missões brasileiras para a Croácia,

e a participação de representantes de indústrias brasileiras na Feira de Outono, que ocorre todos os anos em Zagreb. Bem, além dessas missões empresariais, procurarei incentivar ao máximo a troca de missões oficiais, científicas, técnicas e parlamentares. Espero que a 3ª Missão Parlamentar Croácia-Brasil possa se realizar, como estava antes dizendo ao Senador Eduardo Azeredo, ao nosso Presidente.

Enquanto estiver lá, tudo farei para receber uma missão de Parlamentares brasileiros lá, e com isso, Srs. Senadores espero cumprir devidamente essa nova missão como Embaixador do Brasil, representando dignamente e defendendo com afinco os interesses do Brasil na Croácia.

Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Embaixador.

Eu quero lembrar que a Embaixada do Brasil é relativamente nova na Croácia, com o atual Embaixador Haroldo Valadão, antes dele nós tínhamos um cônsul honorário que era muito ativo, com quem eu tive também o contato quando pude visitar aquele país. E é realmente uma nação que tem, nesse novo conceito, nessa nova participação dentro da Comunidade Européia, crescido muito e é uma opção que o Brasil tem como aliado, especialmente na questão das exportações.

Então, esse é um ponto que eu gostaria de lhe colocar quais são as perspectivas nessa linha de utilização do porto. É sabido que a Croácia chegou a ter uma das maiores companhias de navegação...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

A quinta companhia de navegação do mundo, que depois por problemas financeiros acabou... Sendo cancelada ou extinta. De maneira que basicamente nessa linha que eu gostaria de alguma informação adicional.

SR. EMBAIXADOR LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE: Pois não.

Enfim, a Croácia tem uma grande produção naval, chegou a ser a quinta do mundo, e infelizmente ultimamente tem sofrido a concorrência da China, como todo mundo e isso desfez um pouco, o que obrigou a subsidiar essa produção naval, e naturalmente isso está criando problemas para sua adesão a União Européia, que não admite subsídios a determinadas indústrias.

O Porto de *Rijeka* é importantíssimo, é fundamental como mencionei. Como mencionou o Presidente Azeredo... Nós temos... É um porto que é o mais importante dessa área toda; nem mesmo na Itália, vejam só, existe um porto como aquele ali. Estão vendo Rijeka?

O próximo porto importante será em Athena, enfim, já bem mais ao Sul e é tradicionalmente um porto de entrada de produtos do resto do mundo. Isso é que eu queria dizer, que é tão óbvio o interesse nosso de desenvolver, aproveitar as facilidades do Porto de *Rijeka*, que inclusive já houve uma missão de Minas Gerais, há dois anos, uma missão comercial que visitou a Croácia e justamente um dos objetivos que foi levantado junto à Câmara de Comércio Croata, pela nossa Câmara Comercial de Belo Horizonte, era de aproveitar esse porto com essa infraestrutura tão desenvolvida que tem auto-estradas como a Europa, [ininteligível] estava mencionando essa missão de Belo Horizonte, comercial, que foi há dois anos lá e que já tinha visitado e conversado sobre essa... Ficou muito impressionado com essa infraestrutura instalada no porto, e com as facilidades de auto-estradas e de comunicação naval, evidentemente em todo o Adriático e aérea.

Esse porto é ligado, à maioria por avião, é um aeroporto internacional, ligado a maioria dos países, das capitais européias, portanto, poderá constituir-se como um centro disseminador de altíssima importância de distribuição, uma rede de distribuição de produtos brasileiros. Devo dizer, inclusive, que eu não importo de apesar de sermos representantes de um país tão importante quanto o Brasil, copiar assim ideias de outros países. Devo dizer que o Chile, que é nosso vizinho, um país pequeno, mas que tem essa atividade bastante agressiva comercial, já o faz. O Brasil é o segundo país a ter a embaixada na capital, o Chile já o tinha por causa, inclusive, dessas facilidades.

E eles têm, através dessas facilidades do Porto de *Rijeka*, penetrado toda essa Europa do Sul com seus vinhos, com seus produtos típicos chilenos e, portanto, eu acho que é um desconhecimento brasileiro, como eu digo é pena por ser um país tão rico e com tantas facilidades, e os nossos homens de negócio conhecem pouco. Portanto, mencionei que pretendo incentivar muito a ida para essa feira anual de Zagreb, Feira de Outono, que se realiza em outubro, de representantes de indústrias brasileiras e também de missões brasileiras.

E vou entrar em contato com a Câmara de Comércio de Minas Gerais, que já conhece, já esteve em *in loco*, para ver se pode inclusive nos ajudar nisso. Mas, é indiscutivelmente o grande interesse econômico que temos a possibilidade que temos de aproveitar esse país como penetração na Europa, nessa parte da Europa do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador. Eu lhe peço desculpas só, por ter atendido ao telefone aqui,

SR. EMBAIXADOR LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE: Não, imagina.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas era o nosso Senador Marco Maciel, nós estamos exatamente tratando ainda da questão da Lei Eleitoral.

SR. EMBAIXADOR LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE: Eu sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Resolvendo algumas coisas aí de emergência. E até já chamei-o de Embaixador.

[risos]

SR. EMBAIXADOR LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE: Mas ele é muito compreensivo, é uma pessoa fantástica.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, dando segmento à reunião Srs. Senadores, alguma questão ou nós podemos então passar para já para a parte secreta?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Embaixador.

Nós assistimos esses países que eram mantidos pela Iugoslávia, com a guerra civil cruenta. Aquele lado leste lá está totalmente pacificado ou ainda tem tropa da ONU, mantendo ali a paz?

SR. EMBAIXADOR LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE: Não, realmente tem toda a razão levantar esse assunto. Houve tropas da ONU ali, justamente para fazer como quase um Estado tampão entre a Croácia e a Sérvia, lá no final à direita, no ocidente, desculpe, no oriente, no leste e extremo leste. Ali tem uma cidade importante, que infelizmente não aparece, tem aquela cidade Novi Sad, que estão vendo que é na Sérvia, logo passando a fronteira uma cidade chamada Vukovar, que era realmente... Havia aí uma tensão permanente, mesmo depois da guerra.

Finalmente, essa área até hoje é totalmente minada, é triste, populações civis perdem membros inferiores e pernas, por pisarem em minas. Há um processo de desminimização em processo no momento, mas já não há mais tropas da ONU. Ao contrário, agora a Croácia e a Sérvia finalmente estão tentando se entender chegando ao ponto de a Sérvia apoiar a entrada da Croácia na União Européia, ao contrário da Eslovênia, como acabei de dizer, pelos problemas de limite territoriais.

De modo que as feridas entre os dois países parecem que cicatrizaram, mas naturalmente se mantêm os resquícios dessa guerra fratricida, porque são todos eslavos do sul, mas que só o Tito conseguiu manter numa única república, digamos assim, numa única Federação como país. De modo que tem toda a procedência a sua pergunta.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Pois não.

SR. EMBAIXADOR LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE: Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador. Antes ainda de passar para a parte secreta, eu queria colocar, são três requerimentos que nós temos aqui, que eu gostaria de colocar em votação. O primeiro requerimento diz respeito exatamente a presença do Ministro Jobim, um requerimento do Senador Renato Casagrande, nº 66, que requer que seja promovido por essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, audiência pública tendo como convidado o Ministro da Defesa Nelson Jobim, objetivando discutir sobre o anunciado acordo militar feito com a França, incluindo a compra de aeronaves, submarinos e helicópteros, para o reaparelhamento das Forças Armadas.

E ainda em relação a ele, nós temos um complemento, é esse aqui não é? Não, o complemento é o do outro requerimento.

Então, eu coloco em discussão esse requerimento, estando os Srs. Senadores de acordo, não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Então, passamos ao requerimento nº 58 do Senador Flexa Ribeiro, 65, que requer em aditamento ao requerimento nº 58, que da CRE, que a Audiência Pública, seja feita em conjunto com a Comissão de Serviço de Infraestrutura e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Trata-se de requerimento referente à discussão dos esclarecimentos sobre as condições que o Governo Brasileiro renegociou com o governo paraguaio, o contrato da usina hidrelétrica de Itaipu, tendo como convidado Edison Lobão, Ministro do Estado de Minas e Energia, e o Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado de Relações Exteriores.

Portanto, é um aditamento ao requerimento já aprovado anteriormente. O Ministro Edison Lobão já está contactado, deverá estar aqui hoje, até nessas instalações, falando sobre a questão do petróleo, aqui especificamente sobre Itaipu. Coloco em discussão, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): E o terceiro requerimento é um requerimento conjunto, que requer, de acordo com as normas que as Comissões de Educação, Cultura e Esporte; Comissão de Ciência e Tecnologia; Comissão de Serviços de Infraestrutura; Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle;

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e ainda Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; possam realizar uma audiência para celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados: Vincent Defourny, representante da Unesco no Brasil, Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, Jacob Palis Júnior, Presidente da Academia Brasileira de Ciências e um representante de renome da comunidade Acadêmico-Científica.

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Comunico ainda que o Senador Geraldo Mesquita Júnior registrou, através de requerimento, justificando sua ausência por estar em compromisso político partidário no Estado do Acre.

Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em seguida, Senador Cristovam Buarque. Senador Cristovam Buarque, eu soube até que ontem o senhor foi chamado de Cristovão Colombo, não é?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas foi pela artista do programa Pânico, ela chamou de Cristovão Colombo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não ligo, não. Pode chamar de qualquer coisa.

[risos]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, eu quero cumprimentar o Embaixador Luiz Fernando Gouvêa de Athayde e desejar pleno êxito na sua missão na Croácia.

Eu estive brevemente em Zagreb, em 1962, quando tinha 20 para 21 anos, e acho que mudou muito de lá para cá, ainda era Iugoslávia. Eu ali fui de Zagreb para Belgrado, de trem, e conheci um pouco do que era, naquela época, um país que tinha, dentre outros objetivos, assim, um estímulo a participação dos trabalhadores na gestão das suas empresas, o sistema de autogestão, que o próprio Presidente Tito havia muito estimulado, e de uma maneira diferente, que se imaginava ali caminhar em direção a uma espécie de socialismo de mercado.

Mas, muitos foram os fatores que fizeram a ex-Iugoslávia de um lado deixar de ter um propósito tal como propugnado pelo Presidente Tito, ainda que de maneira independente em relação ao que proponha a

União Soviética e por outro lado, a Iugoslávia se desmembrou, acho que em seis outros países. E eu agradeço se puder nos responder... Infelizmente eu perdi a sua exposição, porque estava na arguição do Ministro Edison Lobão, é possível que o senhor já tenha exposto isto. Mas... Daqueles propósitos de construir uma economia que ao mesmo tempo combinasse objetivos do socialismo com os objetivos de uma economia de mercado, ainda há alguma coisa neste sentido, que guarda esta proposição com respeito, digamos, a alguns Partidos ou alguns governantes, que ao mesmo tempo hoje defendem a democracia? Mas em que medida aqueles elementos que foram importantes em um estágio da História da Iugoslávia e hoje, imagino, da Croácia, em que medida aqueles objetivos estão presentes, mas e se... E transformados, atualizados para que forma?

Também, como há um número muito significativo de pessoas, sobretudo em São Paulo mesmo, que são descendentes de croácios... Se puder nos dar uma breve exposição sobre esta interação que, imagino, possa existir da colônia croata no Brasil com a Croácia, hoje. E, finalmente, eu vou lhe encaminhar um livro sobre a renda de cidadania, da renda básica de cidadania, para me colocar também à disposição da interação com as autoridades da Croácia a respeito deste assunto, a qualquer momento que, como Embaixador, avalie como isso pode ser uma contribuição.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra, o Embaixador.

SR. LUIZ FERNANDO GOVÊA DE ATHAYDE: Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Senador.

É interessante, quer dizer, a sua pergunta é muito interessante e merece muita reflexão. Uma coisa que me chamou a atenção é que apesar de eles terem adotado totalmente a chamada economia de mercado, no entanto, seu sistema jurídico é totalmente ainda influenciado pelo período socialista.

Eles têm partidos que se alternam no poder, que são de centro... Eles têm partido de direita, de esquerda, não tem nenhum partido denominado socialista ou comunista. No entanto, os partidos são assim: Partido de Camponeses, Partido dos Aposentados, Partido dos Fazendeiros... São múltiplos os partidos, mas, como disse na minha exposição anterior, tem se alternado no poder o Partido Democrático Croata que é de centro-direita e que está atualmente no poder, e o Partido Social Democrata, que é de centro-esquerda.

Ambos naturalmente adeptos da economia de mercado, mas, que, no entanto, mantiveram, sim, todas as conquistas do período de Tito, do período da

Federação Iugoslava. As conquistas dos trabalhadores são mantidas e existe não uma política de renda mínima, Senador, no entanto, existe um salário mínimo que é extremamente elevado, cerca de mil dólares por mês. Portanto, como mencionei anteriormente, não há miséria no país, é um país considerado de renda média alta pelo Banco Mundial. É um país que, portanto, consolida aquela posição no segundo mundo que o senhor visitou que o senhor conheceu que não é primeiro e nem terceiro mundo e, que, naturalmente, não esquece ainda o seu passado socialista, só que um pouco conturbado por causa das Guerras Balcânicas, quando houve a dissolução da Iugoslávia.

Quanto à Colômbia Croata, é a terceira na América Latina, depois do Chile e da Argentina – ou Argentina e no Chile – creio que Chile e Argentina. Nós temos vinte mil pessoas, brasileiros de origem croata, em São Paulo. Devo lhe confessar que em todos os meus estudos não encontrei nenhuma interação propriamente dita na... Embora o atual Embaixador, que esteja lá apenas há três anos, faça muitíssimo pela promoção da cultura brasileira. E, evidentemente, o fato de termos essa componente croata na nossa brasilidade demonstra, inclusive gerou a importância – demonstra, não – mas gerou uma importância especial da Croácia, que tem poucas embaixadas no mundo, mas que, já em 97, abriu Embaixada em Brasília, ao passo que nós fomos até 2006, a nossa Embaixada lá tem menos de três anos. De modo que é meu propósito, naturalmente, continuar a fazer, enfim, essa promoção cultural brasileira, mas explorando inclusive esses vínculos que temos particularmente São Paulo e os imigrantes croatas para o Brasil com a Croácia.

E, evidentemente, agradeço muito o seu oferecimento. Esse livro será de muita valia, porque com todo esse passado de preocupação com, enfim, com o bem-estar social da população, que eu sei que está presente, inclusive nos subsídios que são dados... Não sei se Vossa Excelência estava aqui quando mencionei isso. Os subsídios que são dados às indústrias, de forma a manter o emprego em bons níveis, porque o emprego sofreu muito, agora, com o turismo, que representa 40% da produção do país, como eu mencionei antes. Com a atual crise global, evidentemente caiu o turismo. Isso afetou muito e o desemprego foi para 16%. E o país, mesmo sendo no momento governado por um Partido de centro-direita, tem tido a preocupação de manter os subsídios para manter o emprego em um nível decente, o que, inclusive, lhe tem criado muita dificuldade para aderir à União Européia, que exige a total eliminação dessas facilidades, acha que as forças de mercado devem agir livremente apesar de toda a crise que nós conhecemos.

Então é possível que isso evolua agora, assim espero, e estou certo de que a sua contribuição será muito válida, lhe agradeço muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Sr. Embaixador.

Eu, em geral, aproveito essas sabatinas para explorar não a relação do futuro Embaixador com o país, mas sim os temas que, a meu ver, serão importantes e polêmicos no futuro das relações do Brasil. É assim que eu pergunto a cada um, e já escrevi sobre isso. Recentemente eu fiz uma palestra no Rio Branco, sobre os grandes temas no futuro, como comércio, obviamente; como tráfico, obviamente; como a ilicitude que toma conta das relações; como tráfico de armas, não só de drogas, nem de órgão, nem de criança, nem de mulheres, apenas, todos os tráficos; terrorismo... São como quinze problemas.

Eu não vou explorar todos aqui, até porque não há tempo. Mas, tem um que eu gostaria de ver se a sua experiência, ao estudar essa região, permite levar para o mundo inteiro. Há ou não risco, e aonde haveria o risco de balcanização? Porque muitos têm dito que a globalização virá acompanhada de uma tribalização, os países se dividirão e se integrarão ao mesmo tempo. Se dividirão como unidades políticas, e se integrarão como unidade culturais, sociais, tudo isso.

Então, eu gostaria de ouvir se faz algum sentido pensar, hoje, em algum país que esteja em processo de disputas internas, como até poucos meses atrás estava a Bolívia, e pode voltar; como alguns acreditam que estaria a Colômbia, por causa das Farc; ou isso não existe? Como os muçulmanos na China, que alguns dizem que só não se separam porque o regime chinês é um regime aberto na economia e fechado na política. Tem até um livro muito interessante, que eu recomendo, sobre a China, que diz: “Enriqueça e fique calado”. Ou seja, do ponto de vista de fazer dinheiro quanto mais, melhor, mas do ponto de vista de liberdades, não haveria. Então, eu gostaria de saber sua ideia.

E a outra é uma curiosidade. Aqui teve um Embaixador da Iugoslávia com quem eu tive boas relações – mas 20 anos a memória começa a fazer esquecer – que tinha sido Reitor de uma Universidade em uma cidade litorânea, que eu tentei ver ali e não vi escrito. Ele era de uma cidade do litoral Adriático. Eu queria saber, com todas essas guerras, o sistema universitário se acabou nesses países ou ele sobrevive? E, se sobrevive em que áreas poderíamos ter cooperação, tanto recebendo como enviando.

E, finalmente, Presidente – não dirigindo ao Embaixador – eu quero dizer do meu orgulho do meu par-

tido. É tão internacionalista, que temos aqui os únicos Senadores presentes, é o titular e o suplente, poucos passaram entre mais... Um dos que passou já foi do PDT, o Senador Augusto Botelho, deve ser ainda, resquícios no DNA dele. Aliás, tem um Deputado assistindo que também é do PDT, o Deputado Wilson Picler.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Exatamente. Eu ia até registrar, o Deputado Wilson Picler, do Paraná.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, nós somos um partido internacionalista. É só um registro para que fique, mas aqui ficam as perguntas, Embaixador.

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE: Bom, antes de tudo, Senador, inclusive eu quero registrar um fato que talvez Vossa Excelência não se lembre, mas a última vez que fui sabatinado aqui, para ser Embaixador em Trinidad e Tobago, V. Exa. foi o Presidente e, portanto, eu me lembro que eu fui aprovado por unanimidade, de modo que a presença de V. Exa. aqui me traz muito orgulho.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com muito orgulho.

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE: E fico muito agradecido pelas suas perguntas, que são muito interessantes, quer dizer, eu acho que... Veja só, existe um país em processo de balcanização efetivamente, nos antigos Balcãs, que é a Sérvia. Foi perdendo todos os outros países e que, no momento, tem um problema muito sério com o Kosovo. O Kosovo, que é a metade sul da Sérvia, que quer independência, já conseguiu Montenegro – era Sérvia e Montenegro, Montenegro já se transformou num país independente – e o Kosovo sim. Em compensação, a Croácia – como eu disse no princípio – é um país muito rico. Era o país mais rico, a República mais rica da Federação Iugoslava e ela, por ter um nível de vida mais elevado – renda *per capita* de 17 mil e 600 dólares – ela tem também a vantagem de ter uma população bastante... Bom, enfim, a população... Houve todas aquelas limpezas étnicas, que é do seu conhecimento, enfim, os croatas eliminando os sérvios, os sérvios eliminando os croatas. Mas, o resultado de todo esse grande, essa grande tragédia que foi a dissolução da Iugoslávia – tragédia no sentido humano, digamos assim – foi justamente que a Croácia ficou um país extremamente homogêneo, veja só: 98% da população da Croácia fala croata, 96% é croata, eles têm alguns muçulmanos da Bósnia, eu vou entrar nesse assunto em seguida. Mas eles são, sobretudo, eles são católicos. São todos católicos, ao contrário dos sérvios, que são ortodoxos, e dos bósnios-herzegovinos, que são muçulmanos.

Então, existe uma homogeneidade do país, como no Brasil, digamos assim, eles falam a mesma língua, eles tem a mesma... Tem, até em grande parte, a mesma etnia. E, portanto, eu não vejo nenhuma preocupação – com relação à Croácia, mais especificamente – eu não vejo nenhuma preocupação de balcanização, de divisão. Agora a Bósnia-Herzegovina, no entanto, eu devo lembrar a todos que realmente tem uma parte, que é muito grande, de sérvios e de croatas. Eles têm um partido na Bósnia-Herzegovina que é croata.

Então, poderá, eventualmente, essa parte da Bósnia-Herzegovina querer separar-se e juntar-se à Croácia? Sim, pode ser. Mas, pode ser que não. A Moldávia todo mundo esperava que fosse se juntar à Romênia e, no entanto, preferiu ficar independente. De modo que pode... O processo de balcanização que V. Exa. mencionou certamente ainda está, eu acho, que ainda pode ter alguma continuidade, como está havendo com Kosovo e lá, mas não na Croácia. Eu acho que a Croácia está consolidada pelas suas vantagens econômicas e educacionais.

Então, respondendo a sua pergunta que mencionei no princípio, 98% da população acima de 15 anos é alfabetizada e o nível é muito elevado. É obrigatório o ensino até o secundário, e as universidades são todas, absolutamente todas do governo, uma herança do período socialista. E são universidades que têm muito prestígio, que fazem muitas pesquisas e que, portanto, é o caminho natural de todo croata ir para a universidade. Nós temos já uma cooperação importante, nós temos um leitor na Universidade de Zagreb, que é a maior... A Universidade que V. Exa. mencionou deve ser a de Split, que fica na Costa, e é a segunda cidade, que é famosa por pesquisas de assuntos marinhos, uma das principais do mundo, tem muita cooperação com a Escola de Sagres, em Portugal. Mas a Universidade de Zagreb é, de longe, a principal, a mais importante.

Nós temos, já, um núcleo lá, digamos assim. Nós temos um leitorado de português e de cultura brasileira, que eu estava mencionando, entre os meus objetivos é desenvolver e apoiar ao máximo, como, aliás, venho fazendo já em *Port of Spain*, como Embaixador em Trinidad. Eu consegui levar um leitor para a Universidade das Índias Ocidentais, que têm contribuído muito para irradiação da cultura brasileira. Eu acho que através daí, eu pretendo também ver se há possibilidade de estabelecer um acordo. Não temos nenhum acordo no plano universitário, temos acordos comerciais, de vistos e vários em andamento de cooperação política. Eu pretendo, certamente, reforçar essa cooperação acadêmica e, quem sabe, numa dessas viagens do Grupo Parlamentar Croata-Brasil, que já houve duas

em 2004 e 2008, V. Exa. poderia aderir e lá, juntos, sensibilizarmos mais ainda essa possibilidade, esse campo de cooperação.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [ininteligível] --ainda da pergunta. Uma é: Como foi possível sobreviverem essas universidades no meio do caos? Os estudantes deviam ir para a guerra civil. Os professores que puderam devem ter emigrado, não? Não houve uma emigração em massa, destruição, gás, paralisação? Como é que eles sobreviveram?

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE: Muito bem, exatamente. É a outra parte da pergunta, que não respondi. Houve essa guerra, que durou de 91 a 95. Foi uma guerra seriíssima, em que houve um milhão de mortos, um milhão de croatas mortos, é uma coisa... Enfim, fantástica, um número grande de mortos. E destruiu praticamente o país, que era o mais rico, veja só, era uma província riquíssima do Império Austro-Húngaro, isso nota-se em Zagreb – pena que o Senador Eduardo Suplicy não esteja aqui – pelos grandes palácios, a Casa da Ópera, que é do tamanho do Teatro Municipal do Rio de Janeiro...

Então, esta era uma província rica e, portanto, universidades fortes, muito privilegiadas na época, porque o porto natural de Viena era o de *Rijeka*, que, até hoje... Que é o porto que eu pretendo explorar, como disse, já, aproveitando a Missão de Minas Gerais que já esteve lá nesse sentido.

Então, houve, certamente, uma grande destruição, os jovens saindo da universidade para lutar. Durante quatro anos o país parou, foi uma guerra tremenda, fratricida, horrorosa. Falando a mesma língua, sérvios e croatas falam a mesma língua, escrevem diferente porque os croatas aderiram os caracteres cirílicos, os sérvios, e os croatas, os caracteres latinos. Mas houve uma grande migração também dos cientistas, esta era uma parte do Império Austro-Húngaro que produzia muito, tinha muita produção científica, na época. Foi um croata o pai de muitas invenções, ele é muito famoso, no momento me escapa o nome – complicadíssimo, devo confessar – mas ele fez, ele, todos saíram como V. Exa. mencionou, nesse período.

Há, no entanto, uma recomposição, graças ao, digamos assim, à estrutura econômica do país, ao bom nível cultural. Há uma... Eu acho que um renascimento desde 95 para cá, nesses últimos... São 14 anos, apenas, mas, veja bem, são 14 anos de um país que não era do terceiro mundo. São 14 anos que teve a guerra, mas já era um país que era do segundo mundo, do não falado segundo mundo. Não chegou a ser primeiro. Chegará, é possível, se ingressar à União Européia. De modo que as universidades são fortalecidas. Eu estive numa Missão Parlamentar Croata – V.

Exa. estava aqui quando mencionei – que foi chefiada pelo Deputado Turra, em 2004, e nós visitamos, inclusive, essa Universidade. Nós vimos essas facilidades de pesquisas aquáticas e náuticas, que eles são muito adiantados nisso.

Há, creio eu, um grande renascimento das universidades porque o próprio país e pelo nível, inclusive, de formação acadêmica anual, demonstra que, realmente, nesses 14 anos, eles conseguiram, assim como a infraestrutura, eles conseguiram reconstruir estradas e aeroportos e portos. Há um renascimento geral do país, que está sofrendo muito desde o ano passado com essa crise global, porque era um país de grandíssima atração turística, a Costa Dalmática é uma das mais belas da Europa, como Vossa Excelência deve saber, mas que está se recompondo aos poucos. E tem tido, teve um crescimento, durante seis anos, de 6%, de 4 a 6%, e que isso certamente terá se refletido na reconstrução das universidades, digamos assim, da parte acadêmica.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E a outra parte pergunta anterior é se, pelo fato de que o senhor deve ter estudado essa região, se dá para inferir riscos de balcanização em outros países do mundo. Tem algum país na África que esteja em processo de... A Ruanda, quase que se dividia, não é?

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE: É.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não se dividiu porque os dois grupos são espalhados em todo o território. Agora, em Ruanda chegou a morrer um milhão? Ou Croácia perdeu...

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE: Eu acho que sim, eu acho que sim. E aí, nesse milhão que eu falo, de croatas--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Sudão, hoje em dia--

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE: --pega também uma parte daqueles, naturalmente, dos croatas que até hoje existe um grande componente, como disse, que moravam na Bósnia-Herzegovina, que se consideram bósnios-herzegovinos, apesar de croatas, etnicamente – interessante, não é? – mas não são muçulmanos, são católicos, e nos da Sérvia também--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas quando o senhor diz--

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE: Sim, pois não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quando o senhor diz croata, etnicamente, é por razões raciais ou por razões--

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE:

Históricas--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

--culturais, religiosas?

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE:

Eu diria, eu diria...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Mas, sobretudo, religioso.

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE:

Veja só. Os croatas aparentemente vieram, são oriundos da Ucrânia. E eles são eles sempre foram... Era um povo muito prestigiado, que nesta região logo estabeleceram centros de... Como era o caminho natural da Áustria, da Hungria, para o Mar Adriático, eles se desenvolveram muito rapidamente. Em 1920--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

São eslavos.

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE:

Eslavos do Sul. E no ano de 1925 já era um reino independente, 1925. Foi uma província romana, chamada Panónia, muito rica, desde sempre foi um país bastante... Então, eu vejo... Quer dizer, por isso houve esse grande número--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Como se chamava?

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE:

Chamava-se Panónia, como província romana. E o Imperador Deocleciano criou, fez o seu último palácio, para se aposentar, justamente aí, na cidade de Split. Tem as grandes ruínas do palácio de Deocleciano, ali ao Sul da Ístria, a Ístria é como se fosse aquele triângulo, ali. E tem cidades romanas por este, enfim, que tem os maiores--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Foi por aí que se exilou Brutus, depois de assassinar Júlio César, ou não?

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE:

É eu acho que Brutus... Eu não sei, eu acho que Brutus... Foi mais na região ali perto da Eslovênia, mais na Eslovênia, que é aqui. O senhor está vendo Liubliana, que fica ali? Creio que ali, não tenho certeza absoluta.

Agora, a balcanização no mundo é uma coisa muito ampla. Veja que os tutsis e hutus se entenderam e se mantiveram no país, não é? É difícil dizer isso. Há países em que há movimentos separatistas, certamente, mas, nessa região do mundo existe sim uma real possibilidade, com a separação do Kosovo da Sérvia, e, eventualmente, dessa parte croata na Bósnia-Herzegovina. Em outros países, bom, existe sempre a possibilidade da Bélgica, os valões separarem-se dos flamengos, naturalmente. Quer dizer, isso tudo é difícil porque, enfim, eu acho que essa globali-

zação também une, não é verdade? Porque, se por um lado divide, por outro lado todo mundo tem interesses comuns em se manter. Essa interligação é imensa, veja só, a Croácia tem a sua ambição maior ingressar na União Européia

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

A União Soviética ainda tem os chechenos, não é?

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE:

É verdade. Bom, e não só os chechenos, mas os inguchétios, e outros chétios(F). Bom, enfim, de modo que sim, existem os chineses, como V. Exa. mencionou, isso quer dizer, claro, existem movimentos, enfim, em todo o mundo. Agora eu vejo na realidade a Croácia como um país menos suscetível a isso. Eu vejo como um país muito... Historicamente, quer dizer, um país independente desde 1925, que tem uma mesma etnia, que tem a mesma escrita, a mesma... São catolicismos...

Uma coisa interessante: A Croácia era o divisório entre o Império Romano do Ocidente e o Império Romano do Oriente, quer dizer, entre Bizâncio e... Por isso os muçulmanos chegaram até a Bósnia-Herzegovina, o senhor vê que a Croácia tem o formato de bumerangue, os muçulmanos chegaram até... A Bósnia-Herzegovina é toda muçumana, exceção na parte croata, que é católica, na costa. Mas, na realidade eles tinham toda a costa, mas o Império Otomano chegou até ali e ficou, até onde existem esses europeus muçulmanos na Bósnia, não é verdade? Mas é um país que soube, ao longo da história, romper--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Chegaram até Viena, não é?

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE:

É, chegaram até Viena.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Militarmente, não chegaram a ocupar.

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE:

É não conseguiram conquistar. Chegaram até Viena, sim, mas eles...

Então, a Croácia tem esses digamos essa história de mil anos, desde 1925... 1070, 1080 anos de unidade. Eles têm um sentimento croata como qualquer brasileiro, de qualquer origem, da Amazônia, do Sul do Brasil, de qualquer lugar, de origem africana, de origem índia, é brasileiro. O croata parece... Eu estive apenas três vezes lá. Agora, rapidamente, depois do casamento da minha filha na Alemanha, dei um pulo para ver a Embaixada em Zagreb e estive por dois dias lá, mas o que eu pude notar é esse sentimento nacional croata.

Então, eu não vejo possibilidade nenhuma -- é difícil dizer assim, ser tão taxativo -- mas eu não vejo

nenhuma possibilidade real de balcanização, digamos assim, da Croácia em si.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Nós temos um Embaixador em Zagreb, nesse momento?

SR. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE:

Temos, temos. Chama-se Haroldo Valladão, ele vai trocar comigo, ele vai para Trinidad e Tobago. Ele está lá há três anos, foi quando se abriu a embaixada – até então Viena era cumulativa – e ele vem fazendo um trabalho muito bonito, de muita penetração cultural, muitas exposições, levando muitos artistas – o Gilberto Gil esteve lá – enfim – como Ministro – e, enfim, houve várias trocas. Houve duas Missões Parlamentares, então existe uma... E, com motivo, existe no Croata esse conhecimento do Brasil, por causa de haver tantos croatas no Brasil, 20 mil em São Paulo, terceiro país depois de Chile e Argentina ter. Enfim, eu não sei se terei exaurido a sua pergunta, se satisfiz... O senhor tem alguma...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Não, não. Estou satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador.

Então, de acordo com o disposto no Inciso IV, do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único do art. 383 do Regimento Interno, a reunião da Comissão será transformada em secreta, a fim de que o Embaixador seja arguido pela Comissão. Eu solicito aos representantes da Itamaraty e ao Deputado que, se quiserem, podem permanecer.

[Sessão secreta às 11h37].

[Sessão reaberta ao público às 11h48].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está reaberta a sessão.

O Senador Flávio Torres, que atuou como Secretário e o Embaixador Luiz Fernando Gouvêa de Athayde está aprovado para a República da Croácia, por unanimidade, dos 12 votos que foram dados.

Eu desejo muito sucesso lá, Embaixador, e nós estávamos discutindo ainda que o Embaixador vai esperar, vai ter que esperar ainda a aprovação do novo Embaixador, do atual Embaixador da Croácia, que virá como indicado para Trinidad e Tobago, onde estava o Embaixador recentemente.

Então, desejo muito sucesso. Nada mais havendo a tratar, eu quero, ainda antes de encerrar, lembrar que está marcada a Reunião Extraordinária para a próxima quarta-feira, às 10h, com o Ministro Nelson Jobim, para falar sobre a polêmica criada com o anúncio antecipado das questões dos Caças das Forças Armadas.

Muito obrigado, está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 11h50.

ATA DA 34ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia dezesseis de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Efraim Morais, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Flávio Torres, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Adelmir Santana, José Agripino, Romeu Tuma, Tasso Jereissati e Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da Pauta. **Audiência Pública** “Sobre o anunciado acordo militar feito com a França, incluindo a compra de aeronaves, submarinos e helicópteros para o reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras, em atendimento ao Requerimento nº 66, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado dia 10/09/2009”. O Presidente convida para compor a Mesa o Ministro de Estado da Defesa, **Nelson Jobim** e lhe concede a palavra para fazer sua exposição. Os Senadores **Heráclito Fortes, Renato Casagrande, Sérgio Guerra, João Tenório, Antonio Carlos Valadares, Tasso Jereissati, José Agripino e Augusto Botelho** fazem uso da palavra. O Ministro **Nelson Jobim** faz convite aos membros da Comissão a visitarem o DCTA-Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às quatorze horas e quarenta e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 27 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Aprovada.

Registro a presença dos Srs. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Marco Aurélio Gonçalves Mendes, Secretário de Políticas Estratégicas e Assuntos Internacionais, Brigadeiro-do-Ar Carlos Augusto Amaral Oliveira, do Contra-Almirante Carlos Passos Bezerril, do Contra-Almirante Anatalício Ridsen. Esta reunião destina-se à Audiência Pública para discutir o anunciado acordo militar feito com a França, incluindo a compra de aeronaves, submarinos e helicópteros para o reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, em atendimento ao Requerimento nº. 66, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado dia 10 de setembro.

Convido para compor a Mesa o Exmo. Sr. Ministro Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa, que aqui comparece mais uma vez. O Ministro esteve aqui, a última vez, no dia 27 de agosto. Será sempre bem recebido, Ministro. Vamos agora a este tema que mobilizou bem e mobiliza ainda as atenções em relação à Defesa Nacional. Concedo, portanto, a palavra já ao Ministro Nelson Jobim, para que possa fazer a sua exposição aos senhores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a questão proposta pelo Senador Renato Casagrande, a respeito da compra de aeronaves, submarinos e helicópteros para o reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eminente Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, senhoras e senhores. Cabe-me, tendo em vista a determinação dessa Comissão, fazer uma exposição sobre o estado da arte(F) das negociações que estão sendo feitas com o Estado Francês, e também teremos a oportunidade de fazer algumas outras observações laterais sobre o conjunto de matérias, relativas ao movimento que estamos desenvolvendo junto ao Ministério da Defesa. O que eu quero deixar, inicialmente, claro aos senhores e senhoras é de que os atos, que agora estamos praticando, decorrem exatamente de um ano e meio de trabalho na elaboração

da estratégia nacional de defesa. A estratégia nacional de defesa é um documento de altíssima relevância, porque é o primeiro documento sobre defesa que é produzido por autoridades civis no país, e que foi discutido amplamente, não só com a área militar, evidentemente, com o estado maior de cada uma das forças, mas também as discussões que foram travadas com setores da sociedade civil, organizações econômicas interessadas nisso, ou seja, indústria nacional de defesa, e tem em vista basicamente um ponto.

A estratégia nacional tem dois eixos estruturantes, ou três eixos estruturantes, mas eu falarei em dois deles fundamentais. Um é a reorganização das Forças Armadas, através da consolidação de um processo que começou basicamente no Governo do Presidente Fernando Collor, com a Lei Complementar 69, depois se aprofundou, no Governo Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Ministério da Defesa, pela Lei Complementar 97/1999, e, depois, avançou neste aprofundamento, com a Lei Complementar 117, já votada no Governo do Presidente Lula. Agora, nós deveremos enviar ao Congresso uma série de projetos que importam na consolidação da transição democrática, em relação às Forças Armadas, ou seja, a definitiva subordinação das Forças Armadas ao poder civil. Fato que, no Brasil, sempre houve um balanceamento, considerando fatos históricos, que o próprio Senador Marco Maciel conhece muito mais do que a gente, porque exatamente é de Pernambuco, e, por ser de Pernambuco, lembra que Frei Caneca tentou, antes mesmo da independência, fazê-la através de Pernambuco, e, depois, Pernambuco se rebelou novamente, em 1948, com a Revolução Praieira. Isso mostra toda uma tendência, uma relação entre os militares e os civis, sempre uma relação de tensão. Ou seja, os derrotados na área civil buscavam apoio na área militar e assim vice-versa, e mudavam de figura conforme a evolução do tempo. Isso ficou muito claro em 1868, com a queda do Gabinete Zacarias Góes de Vasconcelos, e V. Exa. sabe. Aliás, eu faria um parêntese, se me permitissem, para dizer que o Presidente, o eminente Senador Marco Maciel, quando Presidente da Câmara, fez a melhor edição; ou seja, conseguiu estabelecer a melhor edição no Brasil sobre memória do Parlamento, que são os perfis parlamentares que foram organizados por Walter Costa Porto, por determinação de V. Exa., onde temos toda a recuperação histórica dos debates ocorridos no Parlamento, desde o Império à República.

Pois bem, os projetos que desejamos enviar serão projetos que terão como finalidade exatamente a consolidação desse processo que eu referi aos senhores, principalmente o fortalecimento do Ministério da

Defesa. Mas, hoje, vamos falar restritamente ao tema que me foi objeto de convocação e de convite, que é a situação das negociações que estamos fazendo com a República da França.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a primeira coisa... Ou seja, hoje eu pretendo fazer uma exposição que iniciará com a definição do ambiente estratégico, ou seja, do que se trata e do que estamos falando em termos de defesa, os antecedentes relativos às negociações que acabaram desembocando com a França, o acordo Brasil e França, os submarinos convencionais de propulsão nuclear, o programa de desenvolvimento de submarinos, os helicópteros 725, que são os Super-Puma e ainda o Projeto FX, o estado que se encontra o Projeto FX, que são os aviões de caça, e, por último, as matérias relativas ao Exército.

Quanto ao ambiente estratégico, o que nós temos é o seguinte: a primeira perspectiva do ambiente estratégico é esta, territorial, ou seja, diz respeito à nossa Amazônia, ou seja, o Atlântico Sul. Aqui, os senhores estão verificando uma zona de um azul mais claro, que é a zona correspondente à chamada Zona Econômica Exclusiva do Brasil, que corresponde a 200 milhas da linha base existente no litoral, e aqui o Brasil, com essas... Essa cor azul clara, nós temos 3.5 milhões de km², desde o Chuí, no Rio Grande do Sul, até a divisa com a Guiana, no Paraná(F). Ocorre que, já no Governo Sarney, a Marinha e a PETROBRAS iniciaram trabalhos sobre a expansão da área de domínio e de soberania brasileira, que foi o trabalho da fixação da linha externa da borda... Aliás, da borda externa da plataforma continental brasileira. Chama o Projeto LEPLAC. E os senhores veem este azul escuro, aqui e lá em cima, olha, que corresponde exatamente à expansão que a borda externa da plataforma continental brasileira nos assegura. Eu quero fazer uma pequena observação, de que, nessa zona de azul escuro, o Brasil tem as riquezas da coluna d'água, e as riquezas do fundo marinho e do subsolo marinho são de soberania brasileira. Nas 200 milhas. Nas 350 milhas, o máximo de 350 milhas, nós não chegamos a 350 milhas, porque vejam aqui: no litoral do Nordeste, a plataforma continental termina antes das 200 milhas, e, portanto, manteve-se as 200 milhas. A expansão se deu no Sul e se dá no Norte, nessa região do Norte. Nesta aqui, o direito do mar permite que a gente possa estender a soberania do país sobre o fundo marinho até o máximo de 150 milhas, além das 200 milhas. Então, nós não temos soberania sobre as riquezas da coluna d'água, nessa zona azul escura, mas temos soberania plena sobre os fundos marinhos, ou seja, as riquezas que estão no subsolo marinho e também no fundo marinho. O subsolo é nosso, dito de outra forma.

O pré-sal. Isso aqui é importante para o pré-sal, o poço Tupi está mais ou menos nessa zona, fica a 162 milhas da costa, ou seja, 38 milhas à linha final da zona econômica exclusiva. Com mais 150 milhas, nós estamos, então, a 182 milhas da costa. Ou seja... Aliás, o pré-sal está 182 milhas do final da área de soberania brasileira, do subsolo. Então, com isso, nós asseguramos essa situação. Há uma discussão lá, na ONU, ainda, ainda não definida, que estamos discutindo, que é uma parte correspondente à fronteira aqui, do Rio Grande do Sul, a esta região que os senhores estão enxergando aqui, olha, que chama-se Elevação do Rio Grande. E esta região, há uma discussão de nós estendermos, ou não, há uma... Eles pretendem que seja reduzida, não para 350, mas seja reduzida para 320 milhas. É uma questão técnica. Aqui, nós já resolvemos. Na Ilha da Trindade, já se resolveu, tem um problema em frente à Fortaleza e um problema na Divisa da Guiana, que nós estamos desenvolvendo trabalhos para justificar. A situação--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Já resolveu porque já está aprovado, está ok, já...?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: A parte fundamental, aí, de baixo, está aprovado. A única discussão é a parte de baixo, aqui, olha... Minto, perdão. O que é mais importante, aqui, dizer a vocês é que, nessa parte aqui, já está aprovado; aqui, tem essa pequena discussão, nessa parte final, que não altera a questão do pré-sal, e, aqui, em cima, em frente Fortaleza e em frente... Ou seja, em frente à Foz do Amazonas, em que a plataforma continental, sustenta a ONU que não é bem aquilo que nós tínhamos desenhado e estamos, então, prosseguindo.

Eu queria mostrar esta área que os senhores encontram entre essa região. O azul escuro é a área chamada, em Direito Internacional, a Área, ou seja, é a Área Internacional. Essas partes que circundam aqui são áreas de soberania inglesa, considerando o fato de que os ingleses têm, nessa região, Área de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Gough, Sandwich, Georgia, e ainda Orçadas e ainda as famosas discussões sobre Malvinas. Essa aqui é a chamada projeção de poder da Inglaterra no Atlântico Sul, em que essas áreas são de sua propriedade. Aqui, nós temos bases aéreas e fortalecimentos da Grã-Bretanha. De outra parte, também importante ter presente em relação a essa questão da área, a seguinte situação: aqui está o petróleo, observem bem que as bacias de petróleo importantes do Brasil estão, todas elas, consolidadas dentro de uma área em que o subsolo é brasileiro, incontestavelmente brasileiro, e, com isso, asseguramos a titularidade completa, porque observem bem que grande parte deles circundam o final das 200 milhas,

mas, com a extensão até 350 milhas, nós asseguramos isso.

O outro ponto importante, em relação ao Atlântico, é isto aqui. Observem. Essas linhas vermelhas, esses quadrados vermelhos são as pesquisas que foram feitas nos fundos marinhos. Há uma Comissão da ONU, a Comissão de Fundos Marinhos, que autoriza a exploração dos fundos marinhos, e estas zonas são zonas em que foram identificadas riquezas nos fundos marinhos. Isto aqui é a chamada Elevação do Rio Grande. Pois bem, nessas regiões, você tem sulfetos polimetálicos, tem uma série de riquezas no subsolo e ainda tem... Nessa região aqui, nessa parte aqui, circunda o que se chama... Daí por que essas ilhas estão aqui. Observem bem que essas linhas têm uma certa lógica. Isso aqui é a parte geológica da separação da África com a América e a chamada Cordilheira Meso-Atlântica. Nessa Cordilheira Meso-Atlântica, há pesquisas, nessa região, que identificam a existência de crostas cobaltíferas, com bactérias, seres vivos, que produzem hemoglobina humana. Os japoneses estão pesquisando esse assunto. E essas linhas retas, que eu estou colocando aqui, são as linhas comerciais brasileiras; ou seja, são as linhas de circulação das exportações brasileiras, vis à vis a África e vis à vis também a Ásia. Então, observem bem o eventual conflito que possa surgir entre as concessões que a Comissão Americana de Fundos Marinhos fizer para qualquer entidade, e essas concessões se compõem de módulos de 10 quilômetros cada uma, podendo uma o país obter uma concessão de 25 módulos do Fundo Marinho; ou seja, 2500 km² de fundos marinhos podem ficar sob a concessão, durante 50 anos, para um país. Ora, se você tem a concessão no Fundo Marinho, você tem que ter instrumentos na superfície, e esses instrumentos na superfície é que coincidem com as rotas marítimas brasileiras. A questão é perguntar: como é que fica isso? Quem paga o ônus do desvio ou da nova rota, a nova extensão da rota marítima? Que é um assunto que nós estamos suscitando junto à ONU e que ainda não foi resolvido. A ONU ainda não resolveu esse assunto, tanto é que nós, numa reunião que fizemos na África, reunimos os países costeiros, Atlântico à África, suscitamos o problema, porque é interesse deles também esse assunto. Essa, digamos, em linhas gerais, é a parte do Atlântico.

Agora, vamos saber do que se trata em relação às chamadas estruturas críticas nacionais. O que nós chamamos de estruturas críticas nacionais são, primeiro, as bacias petrolíferas; Bacia de Santos, bacia de Campos, Espírito Santo, esta região aqui de Sergipe, esta região aqui da Amazônia, aqui nós temos São Paulo... Enfim, onde nós encontramos já bacias petrolíferas e

campos de produção. O segundo conjunto são os dutos, e eu estou falando em infraestruturas nacionais, críticas nacionais. O que eu chamo de infraestruturas críticas? Aquelas infraestruturas que, se atacadas ou destruídas, elas podem criar consequências a regiões, macrorregiões nacionais. Aqui nós temos os dutos. Podia diminuir um pouco a luz? Aí. Aqui temos as hidrelétricas. Essas hidrelétricas, que eu estou mencionando aqui, são aquelas de mais de mil megawatts, por isso chamamos críticas nacionais. Depois temos as termelétricas, que estão aí. Depois, temos o gás natural, depois temos as nucleares. Ou seja, nós temos aqui a parte relativa à Iperó e Resende, ou seja, a Indústria Nacional Nuclear, a INB, portos, aeroportos, telecomunicações. Essas telecomunicações são os nós, ou seja, as redes de transmissão e os nós de transmissão entre regiões. As ferrovias e as linhas de transmissão. Isto aqui é o que nós chamamos infraestruturas críticas nacionais. A observação que eu faria, em termos geopolíticos, é que a maior parte das infraestruturas nacionais está nessa região aqui, olha, na Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Na parte Norte, temos poucas infraestruturas críticas nacionais, e o Nordeste é concentrado no litoral. Temos um grande vazio dentro do interior da Bahia e nessa região do nordeste aqui. E agora eu colocaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Norte de Minas. Como diria o nosso Presidente, que tem direito a fazer isso, ele refere ao norte de Minas, mas o norte de Minas é pouquinho coisa ali, bem pequenininho. Aqui eu acho que a diferença é maior. Bom, agora, a isto eu somaria as infraestruturas críticas. Temos o centro político de Brasília e somaríamos aqui as infraestruturas críticas regionais, e, aqui, nós temos o Brasil, o Brasil, com todas as suas infraestruturas críticas. Nós levamos algum tempo para conseguir reunir essas informações, porque são informações que estão dispersas em vários Ministérios, até nós conseguirmos identificar todo esse conjunto, que possa ser o conjunto, digamos, da parte emersa do território nacional, sendo que a parte imersa está aqui, nessa região. Ou seja, Srs. Senadores, é disso que se trata, é sobre isso que nós precisamos conversar e precisamos discutir.

O que nós resolvemos, no Ministério da Defesa, depois de fazermos essa análise? Nós resolvemos, então, pensar numa articulação, uma rearticulação, ou seja, uma revisão de locação das forças internas brasileiras, que são todas elas dissuasivas e não de ataque. E aí, então, nós temos... Agora, vamos à questão francesa. Primeira coisa que temos que falar é sobre o

Projeto Aramar. O Projeto Aramar é desenvolvido pela Marinha Brasileira, em Iperó, no Estado de São Paulo. Esse Projeto Aramar, que é o projeto nuclear da Marinha, o PNM, ele começou em 1979 e ele dispõe, esse projeto, de dois grandes projetos, o programa dispõe de dois grandes projetos: o domínio do ciclo do combustível, que já foi conquistado em 1982. Esse domínio do ciclo do combustível, que vai desde a mineração – lembrem-se que nós temos o minério de urânio -, mineração, conversão, enriquecimento, reconversão, pastilhas para a transformação do elemento combustível, que viabiliza as usinas nucleares e que dá origem, também, à propulsão nuclear, e, ainda, o desenvolvimento e construção de uma planta nuclear com reator, para a geração de energia elétrica, iluminação de cidades e propulsão de submarinos. Ou seja, em Iperó, nós desenvolvemos o que os marinheiros chamam de labgene, que é uma reprodução de um gerador que tanto serve para gerar energia elétrica, como também serve para a propulsão de um submarino de propulsão nuclear. Está em construção, em Iperó. Esta obra vai se tornar operacional em 2014. E ainda a fabricação de centrífugas para que a INB, a Indústria Nacional, produza combustíveis para as usinas de Angra 1 e Angra 2. Hoje, tudo isso é feito... Esta parte é feita por um consórcio europeu, Urenco. Nós já temos o controle da tecnologia em relação a isso. O que nós precisamos é fazê-la em termos industriais, e, para fazê-la em termos industriais, nós temos que exatamente desenvolver essa área da indústria e investir nessa região da indústria, o que, também, para nós, é vital. Agora, observem bem que, neste caso, o programa nuclear se compõe, portanto, desses dois: o ciclo do combustível e o labgene, que está avançado.

Quando nós resolvemos discutir e tentar conversar sobre esse tema de transferência de tecnologia, o Ministro Mangabeira Unger e eu nos deslocamos para vários países do mundo, a fim de discutir qual era a disponibilidade disso. O primeiro país que nós conversamos foram os Estados Unidos. A conversa se deu ainda no Governo Bush e, depois, uma conversa ainda no Governo Obama. E a afirmação que eu havia feito aos americanos, em relação à discussão de tecnologia, é de que eu não era um militar, que não conhecia essas questões na sua tecnicidade, mas que eu era um profissional do direito, eu era um advogado que, casualmente, tinha ficado dez anos no Supremo Tribunal Federal. E o fato de eu ser advogado... Eu trabalhava com precedentes, advogado e Juiz trabalha sempre com jurisprudência. Então, eu mostrei aos americanos que a jurisprudência americana não lhe era favorável, uma vez que nós tínhamos uma série de embargos de transferência de tecnologia, nos últimos anos, inclusive

há oito meses antes da minha conversa, em relação à transferência de tecnologia do GPS para o Super Tucano, e mostrei aos americanos que a sua tradição não os recomendava, considerando os precedentes que eu raciocinava. Eu não tinha outro jeito de raciocinar, senão em cima de precedentes. Conversamos com a França, que tinha disposição para isso, o Ministro Mangabeira conversou com Israel, eu não conversei com Israel, e conversamos com a Rússia. A Rússia também com dificuldade de transferência de tecnologia. Todos esses quatro países foram, digamos, auscultados. Esse era o momento inicial, não era o momento de fechar documentos ou fazer propostas, mas era o momento de debate sobre o tema. Por que a opção pela França, em relação ao problema do submarino e também nos outros temas?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Essa consulta foi já sobre os dois casos? Sobre submarino e jatos?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Nós queríamos saber de tudo, nós estávamos falando em indústria de defesa. Quando nós falávamos em indústria de defesa, se falava em submarinos, se falava em helicópteros, se falava em FX, em caça, se falava em CX, [ininteligível] de transporte, se falava também na modernização de equipamentos de infantaria, se falava em [ininteligível], ou seja, era uma conversa genérica... Falava-se também no problema da construção e transferência de tecnologia de navios patrulha oceânicos e litorâneos... Enfim, era uma conversa genérica de sondagem. E todo o problema que nós encontramos em relação a problema, por exemplo, nos Estados Unidos, é que você não tinha um organismo que decidisse definitivamente o assunto. Você tinha a Secretaria de Estado, você tinha a Secretaria de Defesa, tinha o Governo e tinha ainda o Senado, que poderia, a qualquer momento, votar uma legislação, impedindo a transferência de tecnologia.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [ininteligível] Suécia?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: A Suécia só se falava em avião. E o problema da Suécia, naquele momento, em relação ao Gripen, que nós vamos falar lá adiante, o Gripen oferecido pela Suécia, naquele momento, antes, naquele momento que falávamos do assunto – depois vamos falar quando conversávamos no FX – é que 45% do Gripen antigo, antes do NG, era um Gripen todo de tecnologia americana. Então, caía no mesmo conceito. O mesmo acontecia com o Eurofighter, mas vamos falar lá adiante. Bom, a França... Primeiro, em relação a submarinos, ela se propôs à transferência de tecnologia da elaboração do projeto submarino e cooperação no projeto submarino nuclear.

Não inclui o projeto e a construção do reator e seus controles. Ou seja, a França se dispunha, como de resto era possível, a transferência completa da tecnologia dos submarinos convencionais e a transferência da parte não nuclear do submarino de propulsão nuclear, e nós não queríamos a transferência de tecnologia da parte nuclear, porque essa nós dispomos. Ou seja, nós dispomos a tecnologia do combustível e a tecnologia do reator. O segundo, também a França se dispunha a transferir integral tecnologia para a construção, em Itajubá, na Helibras de Itajubá, dos helicópteros EC 725, que nós vamos ver logo adiante.

E os acordos do Brasil e França foram feitos da seguinte forma: em 23 de dezembro de 2008, no Rio de Janeiro, nós assinamos uma parceria estratégica com a França, cooperação integral em área de defesa, e aqui implicava Marinha, Exército e Aeronáutica. A Marinha dizia respeito aos submarinos, o Exército dizia respeito ao projeto do combatente brasileiro e os projetos de mobilidade estratégica, e a Aeronáutica dizia respeito aos FX, que também eles pretendiam fazer cooperação estratégica, sendo que as três forças participavam também, aí geridas pelo Ministério da Defesa, sobre a questão dos helicópteros. Os helicópteros se destinavam às três forças, que são helicópteros de transporte. Assinou-se também, em relação aos submarinos, assinou-se a concepção, construção e comissionamento técnico submarino, ou seja, foi o Ministério da Defesa Francês e Brasileiro que assinamos este, em linguagem diplomática, protocolo de intenções sobre concepção, construção e comissionamento. Comissionamento é o funcionamento, o andamento dele. Ou seja, ele está livre para andar e navegar. E, ainda, transferência de tecnologia e prestação de serviços técnicos para capacitação em projeto de construção. Agora, observem bem, esta que era fundamental para nós, considerando a experiência que tivemos com os alemães. Os alemães, nós não tivemos a transferência de tecnologia da conta da elaboração do projeto e só construímos parte dos submarinos alemães no Brasil, e os alemães nunca transferiram para nós os projetos de construção – nós vamos ver, logo a seguir -, a capacitação para a elaboração de um projeto de um submarino convencional, e nem a parte sensível, o monitoramento das partes sensíveis dos submarinos, que eram sempre feitos pelos alemães. Ainda nessa linha, em relação aos helicópteros, também fizemos um acordo, em dezembro de 2008, para a fabricação de 50 unidades de emprego geral, apoio logístico, que é fundamental, e o suporte logístico contratado num conjunto global de duração do helicóptero. E, além disso, a cooperação industrial e a compensação comercial

offset. Eu vou discriminar isso, quando nós tratarmos de cada um dos temas.

Agora, vamos, primeiro, dar uma examinada rapidamente – que eu já apresentei nessa Comissão, mas é fundamental que se compreenda – qual a diferença fundamental entre o submarino convencional e de propulsão nuclear, e qual a natureza de complementaridade entre esses dois instrumentos. O submarino convencional tem a propulsão diesel elétrica, com energia armazenada em baterias, cujo conjunto soma mais ou menos 250 toneladas. E esta é a propulsão diesel elétrica, capacidade é de 50 a 500 metros de profundidade, ou seja, a sua capacidade, considerando a sua propulsão e considerando, por via de consequência, a estrutura de seu casco. Abaixo disso, ele, digamos, amassa, numa linguagem mais popular. Os marinheiros é que me desculpem essa linguagem. Dependência do ar atmosférico. Ele tem que renovar e recarregar as baterias. Isso significa que eles chamam o **Snorkel**. Ou seja, o submarino convencional, a cada 12 horas, mais ou menos, ele tem que subir e fazer o **Snorkel**, ou seja, renovar o ar e recarregar as baterias. Ou seja, ele tem um nível de ocultação muito limitado, ou seja, limitado a duas vezes por dia. E em duas vezes por dia, de 12 em 12 horas, mais ou menos, ele tem que *snorkar*(F). E a velocidade é baixa, é uma velocidade mínima de quatro nós a seis nós, o que, traduzindo numa linguagem mais compreensível para nós, corresponde a 7.4 km/h, o mínimo, a um limite máximo de 11.2 km/h, submerso. Isto é a velocidade, o que mostra que é uma velocidade muito restrita. O deslocamento, ele desloca... O Ticuna, que é o submarino de produção germânica, feito no Brasil, ele desloca 1400 toneladas; o francês, o Scorpène francês moderno desloca 1800 toneladas. Portanto, 400 toneladas a mais do que o atualmente existente.

E o emprego... Aqui é fundamental compreender que o emprego de submarino, considerando a sua velocidade, é limitado pela posição. Então, a estratégia de emprego de um submarino é a estratégia da posição. Você tem que estar localizado onde for necessário, porque, se você resolver se deslocar para onde for necessário, já passou o tempo, tendo em vista essa velocidade de 11 km/h. Então, a lógica do submarino convencional e a estratégia é a estratégia de posição, e essa estratégia de posição decorre da sua limitação, em termos de velocidade. Já o submarino de propulsão nuclear, nós temos a seguinte situação: primeiro, ela é uma energia gerada por um reator nuclear. Segundo, a sua capacidade de imersão é superior a cem metros, ele pode ir bem mais do que cem metros. Ele vai até quanto? Acima de 500 metros de profundidade. Ou seja, tem uma capacidade de ocultação muito grande.

Dependência. Imersão por tempo indeterminado; ele não depende de ar. Porque, como o ar, você tem um sistema de renovação em terra de filtragem de ar, para o ar se respirar interiormente, e também a propulsão não depende de bateria, nem de ar. E aí, o que ocorre? A única limitação que o submarino de propulsão nuclear tem é a limitação relativa à tripulação. Os Estados Unidos conseguiram ficar seis meses submersos. A partir daí, começou o estresse da população crescida, a tripulação crescer imensamente. Os franceses me disseram que as Forças Francesas conseguiram ficar quatro meses e meio, mais ou menos, imersos. A partir daí, o nível de estresse da tripulação não permitiu a continuidade; ou seja, depende de treinamento. A velocidade do submarino de propulsão nuclear é, no mínimo, de 11,2 a 65 km/h, submerso, o que nos dá uma diferença fundamental entre o convencional... Lembre-se que o convencional, o máximo do convencional é o mínimo do nuclear. O nuclear chega, no modelo de hoje, chega a 65.5 km/h. O deslocamento: desloca seis mil toneladas, o outro desloca 1800 toneladas, o Scorpène, e 1600 toneladas, o Ticuna. E o emprego, aqui, a mesma relação em relação ao outro. Sem limitação pela posição, alcance em vastas áreas geográficas, e a estratégia não é estratégia da posição, mas é a estratégia do movimento. Você tem a possibilidade de utilizar este submarino, considerando a sua velocidade, através da estratégia do movimento.

E aqui tem uma comparação para os senhores terem uma ideia. Em relação à propulsão, diesel nuclear. Operação águas rasas, águas profundas, significa que os submarinos convencionais, por exemplo, podem ser utilizados junto, próximo, à foz do Rio Amazonas, mas não poderão... O nuclear não pode ser utilizado naquela região. Ou seja, o nuclear tem que ser utilizado na costa leste brasileira, correto? Porque é a de águas mais profundas. Dependência da atmosfera, o convencional tem dependência, o nuclear não, a velocidade de quatro a seis nós e de seis a 35, o deslocamento, 1400, 1800, e esse aqui, mais ou menos, seis mil toneladas. E a estratégia é a de posição e a de movimento. Isso significa o seguinte... Vejam a imagem comparativa do convencional. O convencional tem um comprimento de mais ou menos 70 metros, desloca 1800, e o outro, o nuclear, tem comprimento de mais ou menos 100 metros e desloca oito mil toneladas. Agora, observem bem, não obstante a diferença entre ambos os submarinos, eles são complementares, ou seja, eles dependem um dos outros, tendo em vista as situações específicas dos fundos marinhos. E aqui tem uma demonstração, uma destinação e emprego. Para os senhores terem uma ideia, a destinação e emprego desse submarino seria, primeiro, para a defesa. O

Brasil não tem nenhuma pretensão expansionista de forma alguma, e a defesa significa defesa da soberania, do território e dos interesses marítimos. E aqui vocês observem esta linha possível de locação de submarinos nucleares. Ou seja, num projeto de 50 anos, nós teríamos este conjunto de submarinos nucleares nesta linha e aqui estão os convencionais, que ficam próximo ao litoral, nas águas rasas. E aí você teria uma estrutura de posição dos convencionais fazendo um leque, ou seja, os convencionais seria o ponto do vértice e os submarinos nucleares fariam esta circulação aqui. E aí você fecha... Observem aqui, nessa zona de cá, a estratégia que a Marinha pretende é essa aqui. Esse aqui é de posição, e esse aqui tem capacidade de deslocamento. Então, esse aqui cobre esta área e esse aqui cobre esta área, sendo que esses aqui cobrem a parte interna. Por que estão locados aqui, nessa região? É porque aqui é a região do pré-sal.

Além do mais, o emprego é em conjunto, em tarefas se complementam, está demonstrado claramente que, como o primeiro é estratégia de posição, ele é o núcleo do vértice, já o outro circula de forma lateral, na extensão básica do convencional.

Acordo Brasil/Alemanha. Agora, quero mostrar aos senhores o que era o acordo em 1983, que foi muito referido aqui, ou melhor, na imprensa brasileira, sobre esta opção. O acordo de 1983 tinha por objeto a construção de um mais quatro, ou seja, de cinco submarinos. O primeiro seria construído integralmente na Alemanha, e os demais seriam construídos no arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Projeto. A elaboração era na Alemanha, sem participação de técnicos brasileiros; ou seja, os brasileiros não participavam da elaboração do projeto, recebiam o projeto pronto. Não havia nenhuma transferência de tecnologia de projeto. E segundo: nenhuma transferência de tecnologia na elaboração do projeto. Acabei de dizer. A construção, na Alemanha... O primeiro submarino foi integralmente construído na Alemanha. E dos demais submarinos, todas as seções de proa, ou seja, aquelas seções de proa que compõem, que têm os tubos de torpedos, foram todas elas construídas na Alemanha. E, no Brasil, ou seja, no arsenal de Marinha, se construiu as demais seções, que são as quatro restantes. Ou seja, o que acontecia? Nós construímos as quatro restantes, e os alemães enviavam da Alemanha a primeira, que é fundamental, e não transferiam tecnologia do projeto, da elaboração do projeto. Ou seja, a integração dessas seções é a grande tecnologia, porque é exatamente a forma, digamos, de que o submarino suporta as pressões que decorrem da profundidade. Ou seja, o Acordo Alemanha, à época, foi conveniente, que era o acordo possível de se fazer. Nós não tínhamos

tecnologia de enriquecimento de urânio e tínhamos a necessidade de ter submarinos, e era o único país que estava disponível a fazer dessa forma. Além do mais, nós temos que, na manutenção, no Brasil, era no arsenal de Marinha, a manutenção dos submarinos depois de utilizados, mas tinha uma característica curiosa: os principais sistemas do submarino, ou seja, do sonar, do sistema de controle de imersão, etc., os ajustes eram feitos por técnicos alemães, sem qualquer transferência de tecnologia. Ou seja, os alemães, a cada período de manutenção, vinham ao Brasil, os brasileiros colocavam os submarinos em operação, e os técnicos faziam os ajustes nos principais sistemas, eles mesmos, com aparatos trazidos da Alemanha. Ou seja, total dependência da Marinha Brasileira, e nós não tínhamos outra condição, senão essa. Nós precisávamos ter submarinos; portanto, tínhamos que nos submeter a isso.

Os demais sistemas a manutenção era feita pela própria Marinha, mas os sistemas sensíveis eram feitos pelos alemães. E aqui vem uma parte importante, que eram os sobressalentes, ou seja, eram adquiridos obrigatoriamente os sobressalentes de peças de submarino da MARLOG, que é do grupo HDW/TKS, e com preços muito superiores aos praticados pelos fabricantes dos itens. Ou seja, nós não tínhamos condições de comprar esses mesmos sobressalentes de outras fábricas, porque, no contrato inicial, ficou trancado com a Alemanha. Essas são, digamos, as linhas gerais do acordo Brasil/Alemanha de 1983. Repito: era o que se podia fazer em 1983. Não estou fazendo aqui uma crítica das decisões tomadas em 1983. Elas eram corretas, porque era o quadro estratégico e possível para o Brasil, nos anos de 1983.

E agora vou falar sobre o PROSUB, que é o programa que negociamos com a França, que diz respeito aos submarinos. Primeiro, o objeto deste conjunto... No PROSUB, nós temos dois objetos fundamentais. O primeiro é a construção, no Brasil, de um estaleiro de uma base, e o segundo é a construção de submarinos. Então, vamos falar primeiro sobre o primeiro objeto, que é o estaleiro e base. O estaleiro e base serão construídos por um consórcio, composto pela DCNS e Odebrecht. A DCNS é que escolheu sua sócia brasileira. Ou seja, aqui não há nenhuma participação do Governo Brasileiro, foram negociações tentadas pela DCNS, com fatores brasileiros, porque nós exigíamos que tivesse brasileiros trabalhando na elaboração. Os franceses, inicialmente, pretendiam que a DCNS construísse a base e o estaleiro. Isso não mesmo, tem que haver sócio brasileiro, para que nós possamos absorver a tecnologia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: A DCNS é empresa francesa de construção de submarinos, que é a estatal francesa. Operação do estaleiro. Ou seja, nesse estaleiro e base vai ser o Consórcio Baía de Sepetiba, operação do estaleiro e construção e manutenção dos submarinos. Essa é a destinação desses dois conjuntos. Vai se formar uma sociedade de propósitos específicos. Ou seja, ela se extingue, no momento em que acabar a construção do estaleiro e da base, em que a Odebrecht terá 59%, a DCNS 1%, e o Governo, nós teremos uma ação preferencial especial, que nos dá... É a Golden Share, que nos dá o controle e o poder de veto. Haverá transferência de tecnologia aos parceiros nacionais, e a União deterá uma ação de Golden Share, que, se os senhores olharem o modelo aqui, nós estamos, mais ou menos, baseados no modelo EMBRAER, similar ao modelo EMBRAER, só que EMBRAER não é uma sociedade de propósito específico; aqui será uma sociedade de propósito específico. Por quê? Porque, terminado a construção da base e terminada a construção dos submarinos, passa tudo isso para a Marinha, para o controle do Governo Brasileiro. E nós teremos participação da Assembleia Geral.

Já o segundo objeto do programa PROSUB é o projeto e construção dos submarinos no Brasil. Esse segundo projeto tem dois subprojetos: o relativo ao submarino convencional e o relativo ao submarino de propulsão nuclear. Eu volto a repetir, é submarino de propulsão nuclear. Nós, brasileiros, estamos vedados, por decisão constitucional e por acordos internacionais, de usarmos armas nucleares. Logo, esses submarinos serão armados com torpedos convencionais, e não com torpedos ou mísseis nucleares. Bom, esses submarinos convencionais... Na França, vai haver a construção da seção de proa do primeiro submarino, por técnicos da Marinha do Brasil e da DCNS. Qual é a razão disso? Porque, enquanto a gente constrói na França, com técnicos brasileiros e em comum com a DCNS, a construção da seção de proa, que é aquela parte da frente, que é o que os alemães faziam, enquanto estiverem fazendo isso, estará sendo construído aqui, em Itaguaí, o estaleiro e a base. Nós não teremos condições de construir a primeira seção. Então, para apurar o programa, construiremos a primeira, a proa... A primeira seção, a seção de proa do primeiro submarino, nós construiremos na França, com técnicos brasileiros e DCNS. E aí, no Brasil, nós vamos construir todas as demais seções do primeiro submarino, já que a seção de proa vai ser construída na França, e todas as seções dos demais submarinos. A Marinha do Brasil com assessores da DCNS; ou seja, tudo com

transferência de tecnologia. Aqui nós construímos, tudo aqui, no Brasil. Então, dito de outra forma, nós construiremos quatro submarinos, três submarinos integralmente no Brasil, e o primeiro submarino, a sua seção de proa, somente a sua seção de proa é que será construída na França. As demais seções serão construídas no Brasil. Isso é uma forma de você compatibilizar as obras da construção do estaleiro da base com o programa do submarino nuclear. Aliás, com o programa submarino.

Já o segundo objeto é o submarino de propulsão nuclear. Aqui, nós temos... No Brasil, vai ser construído... Porque vejam: o submarino de propulsão nuclear vai ser construído depois da construção do quarto submarino Scorpène, o que significa que nós já teremos, no Brasil, toda possibilidade de fazê-lo. Então, ele vai ser construído integralmente no Brasil, com transferência de tecnologia. Ou seja, todas as partes não nucleares serão transferidas; casco resistente, sistema de controle de imersão, sensores, motores elétricos de propulsão, etc. Todo esse conjunto, eu não referi a todos ali, está uma reticência ali do lado, ou seja, todas as partes não nucleares. Observem bem o acordo francês, e isto já foi acertado na época, nós não acertamos com ele a transferência de tecnologia nuclear, nós só acertamos com ele a transferência de tecnologia da parte não nuclear de um submarino de propulsão nuclear. E a parte não nuclear significa o casco, o sistema de controle de imersão, sensores, motor elétrico de propulsão e ainda toda aquela parafernália interna, cibernética interna ao submarino. Ainda o sistema de combate--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só... Desculpa, Ministro.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sim.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não está incluída a transferência de tecnologia da propulsão nuclear?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não. Essa é nossa. O reator e... O combustível reator é nosso. Ou seja, nós integraríamos o nosso reator a este projeto, então nós teríamos todo o conjunto não nuclear e a parte nuclear é nossa. Não existe país no mundo que transfira tecnologia nuclear.

Eu quero lembrar aos senhores o seguinte: de que uma das grandes disputas brasileiras, em relação a principalmente alguns setores, é que o Brasil dispõe de uma tecnologia de enriquecimento do urânio, baseado numa super centrífuga sem eixo. Os Deputados que tiveram oportunidade de chegar a Iperó, eventualmente poderão ter visto isto. Os sistemas das centrífugas normais são em eixo, ou seja, circulam sobre eixo. Como havia imensas restrições internacionais para o desenvolvimento dos projetos de enriquecimento de

urânio e a tecnologia nuclear no Brasil, isso se deve a um personagem, cujo nome está apostado na Angra 1, que é o Almirante Álvaro Alberto, que conseguiu trazer para o Brasil a primeira centrífuga, super centrífuga, e nós, no Brasil, fizemos a engenharia reversa da super centrífuga europeia, e, hoje, a super centrífuga brasileira, ela não opera sobre eixo, ela opera sobre um leito eletromagnético, ou seja, há dois... Ela circula sem atrito. Ou seja, ela tem uma... Sei lá a tecnologia qual é, mas os senhores colocam uma coisa em cima e embaixo, e aqui temos um tubo, e esse tubo circula. Aqui temos leitos eletromagnéticos, suporte em cima. Essa é a tecnologia que os países europeus e americanos pretendem ver, e lembrem-se de uma discussão que houve há algum tempo sobre a agência nuclear que queria ver essas centrífugas, e nós não permitimos. Colocamos, inclusive, uns painéis, para evitar que eles enxergassem qual era a tecnologia brasileira sobre essa super centrífuga.

Eu quero lembrar mais, só para efeito de uma questão histórica, de que este... A primeira super centrífuga no Brasil, adquirida pelo Almirante Álvaro Alberto, ela veio dentro de um navio cheio de batata inglesa. Ou seja, a Marinha Brasileira, num determinado momento, resolveu importar *Kartoffel* dos alemães, e, junto com o *Kartoffel*, veio também uma caixa onde estava a supercentrífuga. Vocês estão entendendo o que eu estou falando. Senão, não tinha jeito. O Almirante Alberto tentou comprar de forma transparente e foi vetado. Então, deu uma solução brasileira. E com isso, nós conseguimos desenvolver a tecnologia de Iperó.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem alguma dissidência?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Dissidência sobre?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Bom, aqui não é cópia. Nós copiamos e criamos uma coisa nova. Tem outros que só copiam para pior. Isso que você está se referindo.

Agora vou referir aos aspectos financeiros do contrato. O contrato comercial, os contratos comerciais já foram assinados em 03 de setembro, que é a parte que compõe os objetos dos negócios. O contrato nº. 1 trata do material e o logístico para os quatro submarinos convencionais e a construção dos quatro submarinos brasileiros; ou seja, material e logístico para os quatro submarinos. O segundo contrato comercial trata do material e logístico para submarino de propulsão nuclear e também para a construção... SN-BR é o submarino nuclear brasileiro, e o outro, S-BR, é submarino convencional brasileiro. O contrato nº. 3 trata

de equipamentos e sensores para estes conjuntos. O 4, projeto e construção do estaleiro de base naval, que é a parte mais civil das operações. O contrato 5, administração, planejamento e coordenação do projeto da construção do submarino nuclear, e o contrato 6 é a transferência de tecnologia, e, ainda, o contrato 7, o offset. Ou seja, nós temos sete contratos comerciais firmados com a França, que é um volume imenso de contratos firmados pela Marinha, com o DCNS. Tudo isso importa ações de Governo a Governo, considerando a empresa francesa.

Agora vem os aspectos econômico-financeiros dos contratos. Aqui tudo em euro. O contrato nº. 1, a parte A do contrato nº. 1, trata do material para os quatro submarinos convencionais e o apoio logístico, 12 anos após o comissionamento. Ou seja, após o comissionamento, que significa entrar no mar, essa é a linguagem dos marinheiros, nós temos 12 anos de apoio logístico por... 12. Dois anos. Aliás, dois anos de apoio logístico... Porque eu vi aquele parêntese lá. Nesse valor, com todo o material de reposição. Depois nós temos, também, no contrato 1B, a parte B do contrato, que é a construção dos quatro submarinos por esse valor de 756 milhões de euros. Depois, temos já o submarino nuclear, material para o submarino de propulsão nuclear, exceto o reator, como nós falamos, 700 milhões. O 2B é a construção do próprio submarino, 551. Aqui nós temos toda a parafernália que está no item A e, depois, toda a construção, que está no item B. Equipamentos e sensores, que aí é como torpedos, etc., etc., que vai este conjunto. Agora, eu quero lembrar aos senhores o seguinte: esses submarinos terão condições de utilizar torpedos de origem diversa. Ou seja, nós temos condições de integração de armas. Como eles transferem a tecnologia de integração de armas, você pode integrar, num submarino brasileiro, um torpedo feito no Brasil ou um torpedo feito na França, ou um torpedo feito na África do Sul, etc. A construção do estaleiro e da base naval em Itaguaí. Nós negociamos um terreno que estava sob a gestão da Doca do Rio de Janeiro, onde construiremos na parte de trás. Por que se escolheu Itaguaí? Primeiro, por uma questão estratégica. Porque se lembrem que o submarino de propulsão nuclear tem a capacidade da estratégia do movimento. Está próximo a todo o conjunto das bacias petrolíferas brasileiras, e, em segundo lugar, está próximo a Nuclep, que é uma empresa que está, hoje, digamos, muito subutilizada no Brasil, que é uma empresa de dobragem, que o Senador Dornelles conhece muito bem, lá naquela região de Sepetiba. Ali é Sepetiba ou Itaguaí? Itaguaí, não é? Administração do contrato: 215 milhões. A transferência de tecnologia: 908. O seguro de crédito, operação de crédito externo... Nós temos

um contrato de financiamento. Ou seja, nós vamos ver logo adiante, num contrato de financiamento, em que o seguro de crédito está neste valor, foi negociado. E aí, no final, nós temos um total de 6.7 bilhões de euros, o custo total dos quatro submarinos convencionais e um submarino nuclear e mais a construção da base do estaleiro no Rio de Janeiro.

Aqui nós temos o cronograma de desembolso. A base e o estaleiro, esta aqui, não está sujeito ao financiamento. Os desembolsos da base e estaleiro vão se estender até 2014, os submarinos vão estender até 2024. Ou seja, aqui está a parte financiada e nós vamos ter esse total no final, com... Nós terminaríamos o pagamento disso tudo em 2024.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

[pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Também.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

[pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sim, porque nós compramos, nós vamos construir aqui. Pelo seguinte... Agora, vou lhe mostrar, logo adiante, o contrato, que já explico melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): E esse financiamento foi o que foi aprovado pelo Senado, que tem os detalhes.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Aqui. O financiamento é um acordo de crédito com a COFACE. A COFACE é uma empresa internacional, francesa, que dá cobertura de todos os contratos, exceto contrato quatro, que é o estaleiro e a base, que é custeado pelo Tesouro, que vai custar 1.8 bilhões de euros, que este é custeado pelo orçamento. Os outros são custeados pelo financiamento. Porque a COFACE, como ocorre com os outros organismos estatais, eles não financiam para obras do exterior, obras civis no exterior, mas, sim, obras não civis. O valor do financiamento, pelo acordo de crédito com o COFACE, é 4.3 bilhões, 85% dos contratos comerciais, exceto o contrato 2, cuja cobertura será de 95% e o resto do orçamento. Os percentuais restantes serão custeados pelo Tesouro, que é o *downpayment*, que é o pagamento inicial nesse valor de 598 milhões de euros.

Depois eu vou deixar essa exposição com o Presidente da nossa Comissão, que aí os senhores podem tomar nota para evitar que... Tem uma série de informações aqui que são relevantes aos senhores. O agente financeiro, que é gerido pela COFACE, é um consórcio de bancos liderados pelo BNP Paribas, ou seja, o financiamento francês. Isto foi o acordo que fizemos com o Governo Francês. Aqui foi uma briga infernal... Que, evidentemente, aqui nós estamos falando em... Essas coisas foram fechadas em julho deste ano, quan-

do eu me encontrava em Paris, em que tivemos uma longa discussão em termos de taxa de juros, etc., etc. Enfim, a parte comercial, com a participação muito ativa, extraordinariamente ativa, do Embaixador Bustani, que é o Embaixador brasileiro em Paris. Nós tivemos representantes do setor de logística da Marinha e da Aeronáutica, que estava envolvido o helicóptero também, e o Embaixador Bustani gerenciava, ou seja, me representava, e eu operava, pelo telefone, com ele. E eu compareci a Paris para fazer as primeiras conversações, iniciar a parte. A disponibilidade para desembolso é de 15 anos e carência de seis meses a cada *tranche*. Significa o seguinte: a empresa cumpre o cronograma físico e financeiro, o financiador paga. Após seis meses, a parte paga pelo financiador será paga pelo Estado. Com este, a cada seis meses, começa a pagar um *tranche* para cinco anos; ou seja, cada *tranche* do pagamento, do cronograma financeiro, nós temos um período de carência de seis meses, e esse *tranche* é dividido em dez parcelas semestrais e pagamos em cinco anos. E isto, então, vai se prosseguindo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Esses já estão em execução? Esse projeto já está em execução?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sim, já começou. Não está assinado ainda, porque falta um detalhe que nós vamos chegar agora aí. Falta um detalhe, que os senhores têm que aprovar um PLN. Isso é um acordo já feito. Nós vamos... Este é o modelo que está ajustado. O contrato comercial está assinado; do financiamento, ainda não, porque nós temos que fazer... Nós temos que cumprir alguns requisitos que o Senado exigiu, que nós vamos mostrar em seguida.

Custo do financiamento. Aqui vem a discussão que ocorreu. Quando começou o início das negociações – e aí eu participava diretamente –, nós começamos com este valor aqui. A proposta saiu do Brasil com esse valor, depois começou a este, chegamos a este valor aqui, que foi a proposta em julho deste ano, onde nós chegamos e chegamos a essa taxa de custo adicional *all in*. E aqui vocês têm um conjunto de situações. Nós temos a taxa de juros, chegamos a uma taxa de juros de 5.5, chegamos... Esse *Arrangement Fee* é a comissão de arranjo, ou seja, a comissão da participação do negócio, o *Commitment Fee* é exatamente a comissão de compromisso, cobrado acima do saldo não desembolsado, o *Out of Pocket Expenses* diz respeito a outras despesas, tipo administrativas, relativos a gastos de papel, enfim, que financiam viagens, etc., etc., o prêmio de seguro em relação ao negócio, e o custo *all in* deu um total de 6.3. Os franceses queriam 6.4, e nós puxamos para 6.3, no conjunto final da negociação.

Agora vamos chegar lá. Sobre valores financiados. O valor financiado está aqui. Aqui você soma todo ele e põe lá embaixo. Vou te botar lá embaixo todo o total agora. E aqui nós temos aprovado... Esse financiamento internacional foi aprovado pelo Senado, em 02 de setembro, nessa Resolução 23, com duas condições. E aí a resposta ao Senador Heráclito Fortes. A primeira condição que o Senado impôs foi a inclusão na Lei 11653, que é o PPA 2008/2011, de ações que contemplem os objetivos e obrigações do PROSUB, no triênio 2009/2011, e ainda exigiu o Senado, como condicionamento, a inclusão na Lei 11897, de dezembro de 2008, que estima a receita e fixa despesa da União para 2009, e, no PLO para 2010, de dotações orçamentárias para o PROSUB. Na verdade, nós temos três condições: a primeira seria do PPA; a segunda, a receita e despesa estimada; e a terceira, o Projeto de Lei orçamentário. Nós damos a solução à aprovação do PL nº. 50, o crédito especial de 2.1 milhões para o *downpayment*, que está sendo examinado pela Comissão Especial. Neste caso, nós vamos ter um dispêndio de 608 milhões neste ano, nesse exercício, e o remanescente ficará para o exercício de 2010. Essa é a razão pela qual, Senador, o senhor que conhece bem isso, Senador Dornelles, esse projeto foi enviado no dia 31, que nós podemos, então, pela lei orçamentária, nós trabalharmos, no ano seguinte, com a parcela dos restos. E aí, inserido no PLOA, já está inserido... O projeto já está inserido no Projeto de Lei Orçamentária, que está em apreciação no Congresso, conforme a determinação do próprio Congresso. Uma vez votada essa situação, nós teremos condições de assinar finalmente esse financiamento. O custo médio por tipo do convencional é 415 milhões de euros, o custo médio de quatro, dos quatro convencionais, e o custo médio do propulsão nuclear, sem o reator, é 1.2 milhões de euros. Este é o conjunto daquilo que eu estou chamando PROSUB.

Agora, nós vamos ver o arrasto. Ou seja, nós vimos aqui os nossos compromissos. Agora eu quero verificar aos senhores e trazer notícias dos senhores do que isso significa em termos de arrasto. Transferência de tecnologia, de desenvolvimento de projetos, convencionais e nucleares, construção com emprego de sistemas computadorizados. Ou seja, a utilização na construção de sistemas de computadores, o CADS5, que é o modelo moderno, desenvolvimento de sistemas de combate, desenvolvimento de sistema de controle da plataforma, que é o próprio submarino, desenvolvimento de sistemas automatizados de controle, tudo isso passa para o domínio nacional. Manutenção de torpedos, manutenção de periscópios, inclusive

periscópio optrônico. O que é isso aí? Optrônico, o que é isso aí?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Só. Ok, obrigado. E construção de motor elétrico principal e pólos permanentes.

Agora, a cadeia produtiva, envolvida nessa história toda--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ministro, só um esclarecimento, Sr. Ministro. Isso é o que se chama de troca de tecnologia irrestrita?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Toda, total.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Mas, ao mesmo tempo, é irrestrita?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Se V. Exa. queria falar irrestrita, ela é irrestrita porque não envolve a parte nuclear, e nós não queremos a transferência dessa parte nuclear. A parte não nuclear é toda ela. Eu estou botando... Eu não estou botando aqui a imensidão. Selecionei algumas delas, porque, senão, não terminava. São quantos volumes disso aí? Em termos... Em termos de papel?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Mais de uma mesa de papel. Bom, aqui, nós temos o seguinte: a cadeia produtiva. Pela classificação nacional de atividades econômicas, vão ser beneficiadas, na cadeia produtiva, diretamente, 21 integrantes da cadeia produtiva e, indiretamente, 19 integrantes da cadeia produtiva. Os principais setores envolvidos nessa cadeia é o naval, o químico, o ótico, telecomunicações, o elétrico, o eletrônico, o metalúrgico, a mecânica pesada, motores, informática, construção civil, transporte, tecnologia da informação, armamento e munição. É por isso que nós chamamos que toda tecnologia militar, ela é dual, porque os senhores observem o seguinte: você tem aqui partes exclusivamente militares – munição, armamento – e tem partes claramente, não exclusivamente militares, que são civis, como é o químico, o ótico, telecomunicações, o elétrico, o eletrônico, metalúrgico, mecânica pesada, motores, informática. Na mecânica pesada, Senador Dornelles, nós vamos ter condições de desenvolver ativamente a Nuclep, que, hoje, está paralisada, praticamente. E aí serão gerados pelos cálculos dessa mesma classificação... Nós calculamos a geração... Tendo em vista as empresas envolvidas que vamos ver a seguir, nós vamos ter que gerar 11.500 empregos diretos e mais 33.500 empregos indiretos. Isso seria o efeito daquele investimento. Observem bem. E daí é que eu tenho me negado a essa discussão de que o Brasil está comprando armas.

O Brasil não está comprando armas. O Brasil está se capacitando nacionalmente no desenvolvimento de tecnologias duais.

Acordos de contrapartida, que são os offsets, ou seja, os investimentos que devam ser feitos no país. Nacionalização de mais de 36 mil itens, transferência de tecnologia nesta parte de manutenção e integração de sistemas de combate, sistema de controle de plataforma, manutenção dos sistemas automatizados de controle, participação de engenheiros da Marinha, no processo de construção e validação do motor elétrico principal, que são os engenheiros, treinamento de pessoal da Marinha na operação da raia acústica móvel do submarino e o apoio para a MB, mediante uso das instalações do DGA. O DGA é *La Delegation Generale pour L'Armement*. Na França, há uma... Vamos chamar assim, há um conjunto, as Forças Armadas Francesas, as Forças de Terra, de Ar e de Mar, *L'armes de Terre, D'air et de Mer*, eles não fazem compras. Quem faz compra é o DGA. Ou seja, é centralizado, esse é o modelo De Gaulle. O De Gaulle não permitiu que os militares se envolvessem com problemas de compras. O De Gaulle criou a figura do DGA, que é uma estrutura militar. Temos General, etc. e tal, mas que são da **Delegation Generale d'achat**. Essa delegação *generale d'achat*, ela faz... não de *arme*, de *armement*, acho que *je crois que c'est d'armement*. Bem, o fato é o seguinte: é que nós estamos aqui... Nessa reforma que nós estamos propondo, nós não pretendemos criar um DGA no Brasil, mas nós pretendemos criar uma secretaria de compras no Ministério da Defesa, ou melhor, uma secretaria de produtos de defesa, em que o Ministério da Defesa não efetuará compras, mas definirá a política de compras e a política das necessidades das forças. Isso significa claramente que as forças vão perder a capacidade de decidir sobre o que comprar. Elas só poderão comprar aquilo que for definido pelo Ministério da Defesa ou pelo Ministro da Defesa, via Secretaria de Produtos de Defesa. Anteriormente, você tinha as relações orçamentárias, eram as decisões de compras, eram feitas pelas forças; como havia uma política de distanciamento do poder civil em relação à matéria de defesa, as compras que eram feitas pelas forças eram compras de oportunidade, você acabava comprando aquilo que era mais barato e que era aquele material que viesse a ser descartado pelos exércitos estrangeiros. Isso aconteceu muito, com várias situações.

Os senhores sabem muito bem que, em matéria de produção de indústrias de defesa, nós temos um exemplo muito clássico e muito claro, que era o famoso exemplo da Engesa. A Engesa foi uma grande produtora de produtos de defesa, de caminhões, de blindados, etc., etc., e que acabou quebrando, e que-

brou porque a Engesa apostou todas suas fichas num projeto Osório. O projeto Osório era um grande tanque, digamos assim, projetado pela Engesa, e que ganhou uma concorrência internacional com um país do oriente e, com isso, viabilizava a Engesa. No entanto, um outro país do ocidente proibiu que esse país do oriente comprasse os blindados brasileiros e determinou que esse país oriental comprasse os blindados ocidentais, produzidos nesse país, e a empresa acabou não tendo condições de resistir ao choque econômico, que foi a quebra da concorrência e, portanto, não teve como financiar os investimentos feitos e quebrou. A Engesa que produziu o Urutu, o Cascavel, os caminhões de transportes que ainda circulam no Brasil e que são muito bons.

Outras transferências de tecnologia para as indústrias nacionais, para a produção de grande parte de 36 mil itens do objeto da nacionalização... Só vou dar uma ideia a vocês do que está envolvido nisso. Em segurança, estão candidatas à nacionalização essas empresas que estão aí elencadas: a Ares, Atomica, Brastech, a Bravio, a Detecta, Firetech... Enfim, aquele conjunto. Tratamento de ar, estão se habilitando a Aeromack, Airmarine, Atplan, Bernauer, esse conjunto. De habilidade e suporte de vida, aquele outro conjunto de empresas. Sistemas de combates, nós temos esse conjunto de empresas que estão candidatas a participar desse processo de nacionalização. No sistema de armas, a Bardella e a DCNS/Odebrecht; na eletricidade de informação: esse conjunto de empresas, principalmente a Weg Indústria. Sistema de propulsão, esse conjunto de empresa são as candidatas; sistema de gerenciamento de plataformas, as empresas nacionais abaixo elencadas; mastros, essas duas; tubulação é a Bardella, é a única que tem; materiais compostos, que é fundamental, são essas quatro, e bombas são essas... Essa empresa aqui. Adiante. Sistema hidráulico. Sistema de ar comprimido. E os sistemas mecânicos. Adiante. Agora vamos voltar. Essas são um elenco de empresas, em alguns itens de nacionalização que eu referi a vocês no offset.

Agora vamos passar para o helicóptero. O helicóptero que nós estamos falando é esse aqui. É o 725. É o *Super Puma*, digamos assim, da Eurocopter. Que é o avião, eu já voei nesse avião, voei em Cannes para conhecer o avião lá na própria fábrica da Eurocopter. A Eurocopter é acionista da Helibras, e nós vamos construir esses aviões no Brasil. Esses helicópteros.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Força Aérea já não possui o *Super Puma*?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Tem tecnologia para isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Não, já voa com... O helicóptero presidencial não é um avião desses?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Já, já voa. Já é um avião existente. Não é--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Não é fabricado no Brasil--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, vai ser fabricado no Brasil, porque nós vamos comprar. E, para isso, nós precisamos qualificar a Helibras para isso. E a característica da negociação do helicóptero é o seguinte, Senador: ele é a última geração da família *Super Puma*, é um helicóptero de cinco pás, daí por que 725, de cinco pás. É um helicóptero com capacidade de 28 passageiros mais três tripulantes. Ou seja, tu tem condições de colocar ele de transporte. Transporte de tropa, enfim, [ininteligível] gerais, emprego geral e [ininteligível] emprego militar, é o transporte de tropa com 28 militares [ininteligível], ou seja, com todos os equipamentos. Ele possui... Com o tanque *standard*, ele possui autonomia de 230 quilômetros. Eu traduzi, Senador, em quilômetros, não nós, ou milhas náuticas, porque milha náutica, para civil, pouco isso significa e pra mim também. E com tanques extras, que são possíveis adequar, ele tem uma autonomia de 1.567 quilômetros, colocando tanques extras... Evidentemente que a colocação de tanque extra diminui a capacidade de carga.

Sistemas eletrônicos, sistemas dinâmicos e motores de alta tecnologia. Esse, digamos, é a característica deste *Super Puma* ou 725. Nós botamos entre aspas '*Super Puma*' porque os franceses não chamam de *Super Puma*, nós é que botamos esse nome aí. A Força Aérea, e a hipótese é a seguinte, a destinação: a Força Aérea vai receber 16 mais dois para o grupo de transporte especial. Ou seja, a Força Aérea ficará com 18 helicópteros, e esses helicópteros terão o emprego de salvamento de resgate, que é o SAR, que é aquele sistema que nós utilizamos, o SAR é o sistema que nós utilizamos no acidente do Air France, e é o sistema que está alocado no Nordeste, principalmente em Recife e também em Campo Grande. Bem, transporte e carga de pessoal e salvamento e resgate em combate, aí é o C-SAR. O grande uso que nós temos a esse helicóptero, Senadores, é no SAR, principalmente no SAR e o transporte de carga e pessoal. O Exército receberá 16 para operações aéreas especiais, transporte de carga e pessoal e salvamento e resgate, ou seja, também SAR. Já a Marinha receberá 16 para patrulha marítima, ataque a alvos de superfície, transporte de carga e pessoal, salvamento e resgate e vigilância de águas jurisdicionais. Isso significa o seguinte: cada um desses 16 terão as especificações;

ou seja, não são todos iguais. Os da Força Aérea, os 16 da Força Aérea terão especificação voltada para a FAB, os 16 do Exército terão especificações voltadas ao Exército, e à Marinha terão 16 especificações. A plataforma é a mesma, com uma [ininteligível] distinta, conforme a necessidade de cada uma das forças. O que teremos os 50, então, helicópteros, sendo dois para transporte especial. Aí o Senador Heráclito Fortes poderá, talvez, ir ao Haiti de helicóptero. Você poderá ir ao Haiti de helicóptero.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ou para o Delta do Piauí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Prefiro a segunda opção.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Aquilo ali, que eu acabei de falar, é o emprego para cada uma das forças. Agora, o emprego dos 50 helicópteros de todas as forças. Ou seja, vamos ver como nós vamos empregar esses helicópteros no emprego geral. Aquilo seria os empregos específicos. Nós vamos empregar de apoio às calamidades públicas no Brasil e América do Sul: enchentes, desabamentos, incêndios, etc. É o caso que nós tivemos recentemente a questão de Santa Catarina, em que as operações de helicóptero foram fundamentais, e tivemos a questão na Bolívia, que foi o auxílio que o Brasil deu à Bolívia nos desabamentos e enchentes que houve na Bolívia. Nós teremos capacidade, então, de aumentar substancialmente essa situação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): As enchentes do Nordeste também.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Também as enchentes do Nordeste, principalmente as do Piauí.

Apoio e ajuda humanitária internacional, aqui significa os trabalhos que possamos desenvolver no caso do Haiti, que teríamos também as necessidades, e também alguns apoios internacionais que teríamos disponibilidade para tanto. Transporte de víveres, apoio de material e transporte de pessoal para ações nas regiões carentes, que são as ações subsidiárias de cada uma das forças que, normalmente, fazem esse tipo de trabalho, e apoio de transporte de material e pessoal para realização de operação de monitoramento de projetos, o que é importante também usar no monitoramento de construções de obras de toda natureza, você tem condições de fazer monitoramento muito fácil, através do uso desses helicópteros. E o apoio aos pelotões de fronteira, às reservas indígenas e às localidades de difícil acesso na Amazônia. Vocês sabem que os pelotões de fronteira, o acesso aos pelotões de fronteira se dá ou pelo Casa hoje, ou pelo avião Casa, Amazonas Casa, que é um avião espanhol, que é feito na Espanha e que nós vamos

substituir pelo Projeto KC390, da EMBRAER. O KC390 vai ser um avião que entra na faixa do Hércules de 19 toneladas. Então, os senhores me desculpem, que eu estou muito cansado--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Chamado de carro de mão voador.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Vou só dar uma explicação. Eu estou muito cansado, eu cheguei cinco horas da manhã, porque eu vim de Quito, então estou arrastando a voz, mas espero que os senhores tolerem. O KC390 é um avião de jato, para 19 toneladas e tem a capacidade de pista, requer uma pista de 1.300 metros. Ou seja, ele foi desenhado exatamente para atender as nossas necessidades na Amazônia, sendo que, na Amazônia, temos um problema, que teremos que substituir, na Amazônia, as pistas de asfalto nos pelotões de fronteira por pistas de concreto, porque o asfalto não resiste às grandes umidades, aos grandes calores que ocorrem naquela região. Então, progressivamente, nós estamos substituindo. Nós já temos uma delas que já foi substituída, que, se não me engano, é Iauaretê ou Vila Ipiranga, uma das duas. Mas estamos tocando nesse sentido.

Agora, vem os aspectos financeiros do 725. O valor total financiado é 1.7 bilhões de euros que correspondem a 90,98% do projeto. Nós conseguimos evidentemente um financiamento superior ao financiamento dos submarinos, porque não tinham obras civis, tinham poucas obras civis. Esses 1.7 bilhões de euros correspondem a 90,98% de todo o projeto; ou seja, 9% serão recursos orçamentados. Os juros é 5.10% do financiamento e *euribor*, seis meses em 2.9, tendo em vista as elevações dos custos. Quanto é que está o *euribor* agora? Está quanto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: 1.038 o *euribor*. Ou seja, o *euribor* a 1.038, nós teríamos quatro e pouco para este *downpayment*, porque é o financiamento do *downpayment*, e não o financiamento das obras. É o financiamento do pagamento inicial, cuja taxa seria o *euribor* de seis meses, com a taxa de 2%. O *commitment fee* de 0.5 dá o conjunto... No final, dá tudo a mesma coisa. O *commitment fee* dá 0.5; *arrangement fee* 0.6; o *out of pocket*, 50 mil euros e o *insurance premium* de 3.8, que é o prêmio de seguro, e o custo efetivo de 6.1. Ou seja, na soma toda, nós teremos esse conjunto geral, no custo efetivo final. E o repagamento, seriam 16 anos para o repagamento. Ou seja, nós vamos pagar esses investimentos até 2026, que corresponde exatamente o conjunto. Quero lembrar aos senhores que o desembolso, a palavra que se usa aqui, o desembolso é quando a empresa

paga, o financiador paga à empresa, e o reembolso ou repagamento é o pagamento pelo Governo ao banco do financiamento. E a previsão que nós fizemos, no caso dos helicópteros, é que o reembolso, ou seja, o repagamento para o financiador, se estende até 2016, na mesma modelagem: seis meses, dividido em *tranches* de dez parcelas, duas parcelas por ano de cada seis meses.

O cronograma de desembolso, que é exatamente o pagamento que vai ser feito pela empresa, é isso aqui. Este é o cronograma de desembolso. O desembolso global até 2017, sendo este CLS, que é... CLS é a parte do apoio logístico complementar, o que dá um total de desembolso de 1.9. Bom, agora, vamos, também, ao [ininteligível] tecnológico, também em relação a isso. Ou seja, a transferência de tecnologia genericamente, a produção de estruturas aeronáuticas em material compostos; o material composto é vital. O material composto significa a leveza do instrumento. Ou seja, os materiais compostos para a Aeronáutica, para a produção Aeronáutica, significa o peso da aeronave. É o caso, por exemplo, das asas, em que são elas elaboradas com material composto, é o caso, por exemplo, dos mísseis em que você tem as aletas, que são elaborados com material compostos, ou que representa um redução de peso e, portanto, uma capacidade de autonomia. Usinagem de ligas de alumínio aeronáutico de alto desempenho, engenharia de aeronaves de asas rotativas, nas áreas de projetos, certificação e integração, ou seja, ficariam com os três pontos, nós ficaríamos com engenharia para projetar, para certificar e para integrar, e também evidentemente para construir. O desenvolvimento de software para sistema de missão embarcados, sensores eletroóticos, que são visão noturna, aquelas coisas todas, e integração de mísseis, esse aqui é um tema vital, porque é a capacidade... Quando se fala em código fonte, normalmente está se falando na integração de armas. Ou seja, a possibilidade de você usar uma plataforma, fabricada no Brasil ou fabricada em outro país do mundo, e você possa integrar, nessa plataforma, mísseis de outra origem, que não a origem da própria plataforma. O Brasil tem dois grandes projetos, vocês conhecem muito bem. Nós temos aqui, no Brasil, a Avibras, que produz mísseis com combustível sólido, e também temos a MECTRON, que trabalha nos mísseis de última geração, que são aqueles mísseis com "fotografia do alto". Está em São Paulo, em São José dos Campos. A MECTRON é que tem uma negociação do IBAS, ou seja, a MECTRON é que representa, nas negociações do Brasil, a elaboração de um míssil A-Dart na África do Sul, em consórcio com a África do Sul, com a Índia e com o Brasil. Estamos na fase final. Deverá, até o fim

do ano, termos uma última fabricação, e aqui é com visor. Quando se chama mísseis de última geração, aqui, os mísseis normalmente são desviáveis por aquelas explosões, em que os aviões espalham explosões de material aquecido, e o míssil acaba se perdendo, ao passo que esse míssil que desenvolve a MECTRON é um míssil que tem visor ótico, ou seja, ele fotografa. O Senador Francisco Dornelles, não adianta ele ir para Itaguaí porque o míssil vai atrás dele.

E ainda simulação e VANT de asas rotativas. Outro ponto fundamental para nós é esses veículos aéreos não tripulados. E nós seríamos, então, a tecnologia para a produção de veículo aéreo não tripulado, com asas rotativas, ou seja, com helicóptero, que seria fundamental para o Brasil, principalmente no problema de monitoramento das fronteiras e também das águas jurisdicionais, que é fundamental para nós, que seria elemento suplementar ao satélite. Nós vamos precisar disso, vamos ver logo adiante. Nós vamos precisar de satélites para o monitoramento integral das fronteiras na parte amazônica, que é a parte mais fechada, e também o satélite de monitoramento das águas jurisdicionais, os 4.5 milhões de km², que é o projeto que envolve o Centro de Lançamento de Alcântara, que nós estamos no final de uma negociação dura, no sentido da sua ampliação. De forma tal, Senador Heráclito, que a gente possa ter no Centro de Alcântara, 23 bases de lançamento de satélite e não somente três.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Espero que o Deputado Domingos Dutra esteja de acordo.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Mas aí é voto. Aí é voto. Cadeia produtiva. Nesse desenvolvimento do 725, nós temos, no desenvolvimento da indústria nacional, produção de displays aeronáutico, Aereoeletrônica, que é a empresa que está no Rio Grande do Sul; produção de componentes dinâmicos, as empresas candidatas estão aqui elencadas; instalação de linhas de produção das aeronaves 725, 225, manutenção terceiro nível, isso tudo será feito na Helibras, em Minas Gerais; produção de infraestrutura intermediária de componentes; produção de estrutura metal do módulo traseiro; produção de painéis de material compostos; produção e suporte de manutenção de motores; montagem e suporte de manutenção de piloto automático e montagem e manutenção de equipamentos aviônicos; integração do míssil ar-solo, que é a única possível, que é a MECTRON, o desenvolvimento de integração de sensor eletro eletrônico, também a Optoeletrônica de São Paulo, o desenvolvimento de simulador eletrônico, o desenvolvimento de helicóptero de pequeno porte, que esse aí é a Brascopier, que nós temos a tecnologia para isso; e ainda o desenvolvimento de integração e

produção de sistema de missão e de sistema de proteção da aeronave, que são essas duas empresas.

Eu queria chamar atenção dos senhores o seguinte: um dos temas que nós chamamos a atenção, na estratégia nacional de defesa, é de que a nossa indústria de defesa está concentrada em São José dos Campos, e uma das fórmulas que nós temos que fazer é a desconcentração, porque é um ponto sensível. Ou seja, em caso de questões de eventuais agressões, etc., ou de ataques de qualquer natureza, ameaça de qualquer natureza, basta você atingir São Paulo. Basta você atingir uma pequena região de São Paulo e você destrói 80% da indústria. Então, uma das políticas que o Ministério da Defesa quer desenvolver é a política de dispersão nacional da indústria de defesa. Vocês observaram que grande parte dessas empresas se localizam em São Paulo. Isto é um, digamos, um fator econômico, mas, que dentro da política que queremos apresentar ao Congresso Nacional, para uma política da indústria de defesa, nós vamos ter que ter técnicas e possibilidade de haver essa dispersão. Nós temos indústrias no Rio de Janeiro, que é o caso da Turbomeca, temos alguma indústria de aerodinâmica, de aeroeletrônica, que são dos sensores da parte de avionica, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que é uma pequena empresa... Porque tudo isso são empresas pequenas, em termos de dimensão. Porque hoje... Piauí não tem nada. Só tem o... Tem o helicóptero do... Tem o avião do meu caro Senador, que sobrevoa todo o Piauí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Por sinal, voando com muita limitação, porque aquelas pistas, prometidas pelo Ministério de V. Exa., não foram construídas.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: E a altura também. E a altura do voo, também, V.Exa. tem problema.

Projeto de construção industrial. Esse projeto de cooperação industrial são todos gerenciados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, não é monitorado pelo Ministério da Defesa. Nesse aqui, nós vamos ter objetiva participação de empresas nacionais, na produção de componentes em várias empresas nacionais, que eu acabei de referir algumas delas, manutenção e suporte técnico dos componentes do helicóptero no Brasil, ou seja, ficarmos independente de problema de manutenção, com capacidade brasileira para isso, e o desenvolvimento da capacitação em engenharia de helicópteros e capacitação industrial de suporte técnico de manutenção da Helibras. Ou seja, a Helibras, hoje, é aquela que produz o Esquilo. Nós, então, ampliaríamos a produção do Esquilo e teríamos condições também de estabelecer um ponto. Porque,

na verdade, a Helibras é uma grande montadora hoje. Aliás, grande parte dessas empresas são montadoras e elas têm, digamos, uma capilaridade imensa na indústria. Além do mais, a instalação de simulador completo, nós vamos ter que instalar também o simulador completo no Brasil para treinamento, e integração da cadeia global do suprimento da Eurocopter. Aí nós integraríamos todos. Aqui, também, no acordo que foi feito, se estabeleceu com a Eurocopter uma zona de mercado mundial, América Latina e África. Ou seja, os helicópteros 725, a serem produzidos no Brasil, terão mercado cativo da América Latina e da África; ou seja, a possibilidade de vender. Porque nós não estamos... Uma empresa, uma indústria de produção de helicóptero não sobrevive com compras nacionais.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A África geral ou apenas parte da África?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: África.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Total?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Total.

E aqui vem os projetos de compensação comercial, que é os investimentos a serem feitos no Brasil. Esse quem está gerenciando é o Ministério da Defesa, que objetiva uma transferência de tecnologia em áreas de interesse das Forças Armadas, que nós estamos trabalhando nesse sentido; ou seja, sensores eletroóticos, integração de mísseis, simulação e VANT de asas rotativas. E, por último, engenharia de projetos componentes dinâmicos dos helicópteros. Seriam, então, transferidos com matéria de investimento em offset.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Esse acordo já está assinado na mesma época que assinou o acordo do PROSUB? O acordo dos helicópteros já assinado na mesma época--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: O acordo dos helicópteros, esse já está assinado. Inclusive o financeiro já deve ter sido assinado, porque independe de verba orçamentária, cujos orçamentos já foram votados e inclusive já foi aprovado pelo Congresso a parte relativa do alpendre. O outro, não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Ministro, apenas para registro. A Eurocopter ganhou concorrente com que outros modelos, com que outros tipos de helicóptero? Quem eram os concorrentes?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Os russos queriam trazer para cá, mas não queriam transferir a tecnologia. Americano não transfere tecnologia. E nós já tínhamos... A Helibras já tinha negociação com a Eurocopter aqui, em Minas Gerais; ou seja, já tinha uma empresa ligada à Helibras. Então, essa é a razão pela qual foi facilitada imensamente a negociação com a Eurocopter.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E não tem off-set de compras da França?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Nós forneceremos alguns materiais, materiais, à França, daqui, produzidos no Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não. Nós vamos comprar, até agora, 10 bilhões de euros. Quanto a França vai comprar do Brasil, com esse acordo?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Do quê? De helicópteros?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, de off-set.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Quanto é que vai ser do off-set, em relação à França?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] apresentar o número exato.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Números redondos?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O mesmo valor em pesos. Quer dizer...

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Dá 30% a 40%, não é isso? Em torno dessa faixa, que é a faixa do investimento aqui. Agora, o Projeto FX que deu tanta, digamos, discussões nos últimos dias, o Projeto FX, nós começamos... O Projeto FX, no Brasil, começou em 1995, com a emissão dos requisitos operacionais preliminares, na época do Governo, início do Governo Fernando Henrique Cardoso. Na época, eu era Ministro da Defesa, Ministro da Justiça, digo, e participava da discussão em relação a isso, porque havia uma discussão entre a Marinha e o Exército sobre o problema dos aviões operacionais sobre os porta-aviões. Houve a emissão dos requisitos operacionais em 1995. Depois, em 96, houve o pedido de informações às empresas que poderiam eventualmente ser selecionadas. No ano 2000, o Presidente aprovou o projeto; já em 2001, houve emissão do pedido de oferta. Tudo no Governo Fernando Henrique. E o cancelamento do projeto em 2005. O Governo Fernando Henrique Cardoso recebeu o resultado final da Força Aérea Brasileira em outubro de 2004. Outubro... Setembro de 2004... Henrique. Henrique. Não, não, minto, minto. 2003. Um momentinho só. Deixa eu me situar bem. Em 2002, a FAB havia encerrado os trabalhos de análise técnica dos aviões e enviou ao Presidente Fernando Henrique, era aquele momento em que o Ministro Pedro Parente fazia o processo de transição. Então, ele tomou a decisão de não fazer, de não tomar nenhuma decisão sobre aquele tema e deixou para o novo Governo, e, no dia 02 de fevereiro de 2003, o Governo suspendeu os três projetos então existentes, que era o Projeto FX, que era o Projeto CX, que era o Cargas, e ainda o projeto... Eram três. P3. O PX, que era o avião patrulha. Em abril

de 2003, o Governo liberou, o Ministro Viegas, que era o Ministro da Defesa, acabou liberando o Projeto CX, que deu origem aos Casas, a compra dos Casas espanhóis, e o projeto PX, que são os aviões patrulha, que vamos receber agora, em dezembro, o primeiro exemplar. Os aviões patrulha é uma plataforma Electra, toda ela comprada naquele cemitério americano, isso anos atrás, e toda ela recuperada pela EADS, na Espanha, em Sevilha, e lá está se colocando dentro do P3, chama-se hoje P3, estão sendo colocadas toda essa parafernália de monitoramento, de visualização e ele tem uma capacidade de reabastecimento em voo, a plataforma é a plataforma simples do Electra e foi escolhido por causa da altura, do tamanho interno do Electra e com toda a parafernália que está sendo transferida a tecnologia da EADS-Casa para a ATECH. São os técnicos da ATECH brasileira que estão trabalhando na parafernália eletrônica e cibernética que preenche esses aviões. São os aviões de monitoramento de águas, principalmente. E são aviões que, no projeto de rearticulação da Marinha, eles deverão ficar na base aérea de Salvador, ou seja, para pegar aquela região, pega toda aquela região que é o grande, digamos, fluxo de tráfego para a Europa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Esse foi liberado pelo Governo. Foi liberado pelo Governo, em abril de 2003, e ficou suspenso o FX. O FX não se falava mais durante a administração do Ministro Vegas, salvo quando, em 2005... Eles comunicaram o encerramento do projeto, depois, em 2008, já com a... Já eu no Ministério da Defesa, nós reativamos o projeto. Nós tínhamos recebido... Em dezembro de 2005, nós fizemos a desativação do Mirage 3.000, que virou museu. Em setembro de 2006, recebemos o primeiro Mirage 2.000; depois, em 2008, foi exatamente abril, mais ou menos, abril ou março de 2008, nós reativamos o Projeto FX, e, em junho de 2008, houve a emissão do pedido de informações, já que os pedidos de informações que nós tínhamos eram os pedidos de informações de agosto de 96, foram pedidas novas informações, e, em outubro de 2008, foi reduzida a lista dos candidatos, que era a chamada *Short List*. Nós tivemos... Nesse caso do pedido de informações, responderam a empresa que fabrica o *Sukhoi*, a empresa, a Eurofighter, que [ininteligível], que é um consórcio de empresas italiana, alemã, espanhola e britânica, o F-16, fabricado pela Lockheed, o F-18, fabricado pela Boeing, o Rafale, fabricado pela Dassault, francesa, e o Gripen NG, que é um novo projeto de Gripen *New Generation*, da Saab sueca, que foi enviado... Esses cinco estavam sendo examinados pela FAB, a FAB

produziu, dentro desse processo todo, que foram se atualizando progressivamente... Desde o início de 1996 até 2008, ele evoluiu muito, e, aí, nessa decisão final, restaram o F-18 da Boeing, o Rafale, da Dassault, e o Gripen NG, da Saab.

Em fevereiro de 2009, foi o momento do recebimento das ofertas, ou seja, que eles chamam bafo, que é oferta final de preço, etc., etc., transferências... Foi recebido pela Força Aérea. Em março de 2009, a Força Aérea fez uma série de reuniões sobre esclarecimento dos projetos. Depois, em março e abril de 2009, houve visita técnica de avaliações. Ou seja, oficiais da Força Aérea de aviões de caça foram às três empresas. Ou seja, visitaram a Dassault, visitaram a Saab e visitaram também a Boeing, para fazer testes e visitas técnicas de avaliação da aeronave, voar na aeronave, verificar, etc. Depois, em maio de 2009, começou a análise às ofertas realizadas, foi agora, já, nesse ano. Em junho a outubro de 2009, era entregue a análise final dos bafos, ou seja, essas ofertas que haviam sido feitas aqui terminaria, em tese, nesse mês de outubro de 2009, nós terminaríamos a análise da bafo, quando ocorreu o seguinte: dentro desse conjunto, evidentemente que acirrou-se a concorrência entre a Boeing, a Saab e a Dassault. O grande problema que era certificado em relação a Boeing era o problema da transferência de tecnologia. A grande dificuldade era a transferência de tecnologia, que isso envolveu muito sobre esse assunto de transferência de tecnologia. Envolveu no sentido de trabalhar para isso. Em relação a Boeing, foi o anterior Embaixador americano no Brasil, o Embaixador Clifford Sobel, e essas participações de Clifford Sobel, ainda no Governo anterior, e, depois, deu origem, em 07 de agosto, a uma manifestação da secretária Hillary Clinton, que enviou uma correspondência ao Ministro Celso Amorim e também uma correspondência dirigida a mim, pelo Secretário Adjunto de Defesa, Ashton Carter, que trata, na Secretaria de Defesa, da transferência de tecnologia, dizendo que a transferência seria integral, etc.

Depois, no dia 7 de setembro, houve a presença do Presidente Sarkozy, em que se manifestou, em que se demonstrou de que eles pretendiam... Nós temos uma opção, o Governo tem a opção francesa para a solução, uma opção política pela França para a aquisição deste caça. No entanto... A opção política, sim. Não era bem antes, porque havia o problema já da tecnologia, da transferência de tecnologia, que nós tínhamos as informações, na época, era que o Saab ainda continuava na dependência americana, e nós tínhamos o precedente que eu acabei de dizer, que são os precedentes americanos. No entanto, esses precedentes passaram a ser pretendidamente afastados por

parte da secretária Hillary Clinton, que se envolveu diretamente nesse assunto, eu mesmo, quando fui aos Estados Unidos, fiz reuniões com o General James Jones, que é o assessor de segurança do Presidente Obama, tendo ele a afirmação de que os Estados Unidos transfeririam tecnologia integral do F-18, que é o Super Hornet, da Boeing. O F-16, do Lockheed, ficou descartado na *Short List*. E, depois, tivemos conversa aqui, no Brasil. Esta conversa aqui, com Ashton Carter, foi aqui, no Brasil, que veio acompanhado de outra senhora, que não me recordo o nome, que era a subsecretária de Departamento de Estado.

No sistema americano, sobre transferência de tecnologia, você tem decisões que são tomadas pela Secretaria de Estado e pela Secretaria de Defesa. Tem que ter, sim, em ambas as instâncias, e ainda tu tem a possibilidade do Senado americano de estabelecer esta fórmula. É o que aconteceu com a Índia, por exemplo. Quando a Índia não firmou o TNP, o Tratado de Não Produção de Armas Nucleares, acabou o Senado Americano dando um tratamento diferenciado para a Índia, que não havia assinado o Tratado. Lembra-se que o Tratado foi assinado, o Tratado, considerando a possibilidade de que, no Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, os países atômicos, digamos assim, reduzissem os seus arsenais atômicos. E os países não atômicos pudessem usar a tecnologia nuclear para efeitos pacíficos. Aconteceu exatamente ao contrário, ou seja, houve uma ampliação dos arsenais atômicos no mundo e houve uma restrição enorme em relação ao desenvolvimento de tecnologias sensíveis para efeitos pacíficos, nos países não atômicos, digamos assim, que são aqueles que não têm arma atômica.

O Presidente Sarkozy, quando veio ao Brasil, no dia 7, fez a afirmação ao Presidente Lula de que haveria uma oferta de preço em relação... Havia uma diferença muito grande, que eu não conheço, porque esse assunto é restrito à FAB, mas a FAB informava, o Brigadeiro Saito informava, naquele momento, que havia uma grande diferença de valores entre os preços oferecidos pela Dassault, vis à vis os preços oferecidos pelo Gripen, pela Saab e pela Boeing. O Presidente Sarkozy, então, afirmou ao Presidente Lula de que faria ofertar um valor competitivo. Pelo menos, num primeiro momento, referia um valor similar, ou compatível, com os preços que são praticados pelas Forças Aéreas, pelas Forças Armadas Francesas vis à vis à Dassault. Nós mesmos dissemos, numa reunião com o Almirante Guillaud, de que... Almirante Guillaud é o Chefe do Estado Maior Particular do Presidente da República. *Mutatis mutandis*, corresponderia à nossa Casa Militar antiga aqui, no Brasil. E eu disse a ele que não conhecíamos o preço praticado pela Dassault

com as Forças Aéreas Francesas, que nós poderíamos considerar isso um teto, e não uma similitude, mas que precisávamos de um preço que fosse competitivo e fosse um preço razoável. Em segundo lugar, o Presidente Sarkozy afirmou também de que, em relação... Porque as Forças Armadas fazem sempre um cálculo do custo da aeronave pelo período de sua duração. Então, o custo da aeronave, o custo de manutenção, etc., etc., durante o período de 30 anos, que é o período de obsolescência da plataforma, que é o cálculo que eles estabelecem, estabelecem um custo X e que o custo da Dassault era muito alto em relação aos demais dois aviões, o F-18 e o Gripen. E o Presidente Sarkozy afirmou de que asseguraria, faria ofertar um preço igual ao preço praticado pelos franceses, que era 9.8 mil euros a hora, no custo total.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Ministro, a hora do Rafale custa 14 mil dólares, contra 10 mil dólares pela hora voada do F-18. Como é que o Presidente Sarkozy cobriria, durante 30 anos, essa diferença? Subsidiaria o combustível?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Isso ele afirmou. Eu já lhe responderei isso imediatamente porque ele diria o seguinte: a fórmula francesa é diferente da fórmula americana. A fórmula francesa é o seguinte: a Força Aérea Francesa negociou com a Dassault hora/voo. O custo, manutenção hora/voo, durante um período de tanto; se superar esse custo, a Dassault é que banca.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, não. Não havia escolha, não. Nós estávamos discutindo... Não discuti o preço, porque essa discussão foi feita por mim. Uma discussão feita por mim e pelo Almirante Guillaud. Eu não tenho status para falar com o Presidente Sarkozy, o senhor me perdoe, mas não é possível.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Ministro, eu sei que não tem, mas a minha pergunta é a seguinte: o senhor acaba de dizer--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Sérgio Guerra, no microfone.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Que o Presidente Lula conversou sobre preço ao Presidente Sarkozy.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não, não. Eu posso esclarecer. O que o Presidente Lula disse ao Presidente Sarkozy é de que os preços oferecidos, ou seja, havia uma grande diferença de preços entre os demais concorrentes e que, por isso, não poderia haver nenhuma decisão em relação a qualquer tipo de situação, se não houvesse

uma revisão de tudo isso. Em face dessa circunstância é que se determinou uma reunião com o Almirante Guillaud, em que eu participei, junto com o Brigadeiro Saito, o Embaixador Bustani e o Ministro Marco Aurélio Garcia, no hotel onde se encontravam hospedados os franceses. E do lado francês era o Almirante Guillaud, que era o representante direto do Presidente Sarkozy, o Sr. Delavy(F), que é o representante internacional do Presidente Sarkozy, o Presidente da Dassault, o vice-Presidente da Dassault e também o General Comandante do DGA e também tinha mais um assessor internacional. Enfim... E, lá, nós colocamos: "Olha, para que a gente possa tomar uma decisão, embora a nossa política estratégica seja a transferência de tecnologia básica, os senhores são os que transferem tecnologia integral. No entanto, há uma questão de preço. E se nós não podemos ter uma opção política pelo senhores, considerando a tradição americana de não transferir tecnologia, ou, pelo menos, ter restrições a transferência de tecnologia", basta ver que o Senado Americano, pelas informações da imprensa... Não conheço ainda a tal decisão em que autorizou ao Boeing fazer a transferência, fala em transferência de tecnologia necessária. O problema é de saber quem é a autoridade, para definir qual a tecnologia necessária que é o problema. Eu não conheço o texto, realmente. No entanto--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Qual a diferença da necessária e da irrestrita que o Presidente Sarkozy politicamente afirmou? Porque há uma decisão técnica e há uma decisão política. Nós vamos convir que o avião que o Sarkozy entende é um outro, que, por sinal, não veio ao Brasil, naquela época.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Em lógica, tem dois conceitos distintos, que é bom que talvez a gente possa lembrar, de suficiente necessário. O suficiente é aquela que basta. Ou seja, há certas decisões que são necessárias, mas não são suficientes. E há certas decisões que são suficientes, embora não sejam necessárias. O caso é o seguinte: a irrestrita é total e absoluta. Na conversa que eu tive com o Sr. Ashton Carter, na Embaixada Americana, que V. Exa. se encontrava presente, não na conversa, mas no mesmo dia, que era um coquetel, o Sr. Ashton Carter disse, por exemplo, de que a grande dificuldade que eles tinham era a integração de armas, ou seja, que o grande problema é que nunca havia, os Estados Unidos, feito qualquer tipo de transferência sobre integração de armas, significava o seguinte: isso significa de que as únicas armas a serem utilizáveis em aviões dessa natureza seriam armas francesas... Aliás, armas produzidas pelo próprio Estados Unidos.

Bem, mas continuando a resposta ao Senador. Nessa reunião, então, o que ficou? Eles disseram que iriam fazer ofertar, porque, vejam bem, a Dassault é uma empresa particular, privada. Houve um momento, não sei bem que momento, em que a Dassault deve ter necessitado de algum aporte de valores do Governo Francês, e a EADS Francesa tem 43% de ações, "nominadas" no direito brasileiro de ações preferenciais. Significa que só tem direito a dividendos, mas não tem direito ao processo decisório. Ou seja, o Governo Francês não tem assento no [ininteligível] da empresa francesa; só tem a capacidade de receber dividendos.

Pois bem, ele dizia que poderia ofertar um preço competitivo, razoável e comparável com o preço praticado pelas Forças Aéreas Francesas com a Dassault. Segundo, oferecia o mesmo modelo; ou seja, faria a Dassault ofertar o mesmo modelo de custos sobre as armas francesas, ou seja, o custo/hora dos aviões franceses, oferecidos a própria, porque, lá, na França, o modelo é um pouco diferente: é uma espécie de compra de hora. Ou seja, a Força Aérea compra horas de manutenção da empresa francesa. Se passar desse valor a manutenção, a empresa francesa é que paga. Prometeu também que faria ofertar a transferência irrestrita de tecnologia. Também afirmou o Presidente Sarkozy que... Neste entendimento nosso, que se transformou, depois, numa correspondência ao Presidente Lula, afirmou, também, o Presidente Sarkozy, que asseguraria o mercado da América Latina. Terceiro, e por último, assegurou também o financiamento diferenciável. Aí eu disse a eles de que a decisão sobre a questão relativa a aviões ia depender da análise do que isso representava em termos de números, teria que ser analisado pelo setor correspondente da Força Aérea. Daí por que... A Força Aérea fez uma reconvenção de todos os três concorrentes, para apresentar, até o dia 21, um prazo de manifestação de novas propostas. Ou seja, se vão manter as propostas, se vão alterar as propostas e o que isso consiste. Primeiro, em relação a F-18, o que significa transferência necessária de tecnologia. Eu não sei se essa expressão existe, ou não, essa expressão apareceu na imprensa; ou seja, o negócio não está fechado. Agora, fiquem certos do seguinte: há efetivamente, por parte do Governo, uma opção pela França, basta que a França cumpra as opções de transferência de tecnologia.

[sobreposição de falas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Essa transferência é só pela transferência ou tem outras questões políticas envolvidas?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Vejam, nós já tomamos uma decisão francesa em relação aos

helicópteros, em relação aos submarinos, dos FX vai depender da capacidade de concorrência com os demais outros concorrentes que têm a sua capacidade de conseguir tecnologia.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Há uma preferência pela França, mas dependerá, naturalmente, como o senhor disse, do preço, do valor final desses--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Lógico, é um conjunto, é um conjunto. É um pacote, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu tenho já inscrito aqui, inicialmente, o Senador Casagrande, que é o autor do requerimento, depois--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Eu não terminei ainda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria pedir apenas permissão dentro dessa matéria, se o Ministro permitisse... Aliás, quero louvar o Ministro pela frequência com que ele aceita os convites [interrupção no áudio].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Tenho muito medo da língua de V.Exa., por isso que eu aceito sempre.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então continue assim. E compareça.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sinceramente continuará assim, dependendo da sua continuidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas, Sr. Ministro, veja bem, a parte técnica, que eu acho que era o que deveria prevalecer numa questão dessa natureza, não teria criado os constrangimentos que criou. Evidentemente que eu tenho certeza que V. Exa. é um hábil político, é um homem que teve passagem por todos os níveis de poderes da República, conhece, foi Ministro do Supremo, foi parlamentar e, hoje, é Ministro da Defesa. V. Exa. e o Brigadeiro Saito poderiam ter passado sem o constrangimento desse anúncio político bem dito, mas sem nenhum embasamento técnico. V. Exa. há de convir--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Deixa eu só terminar de dizer uma coisa. Em relação à parte técnica, os aviões se equivalem. A informação é da Força Aérea. A única diferença é em relação ao Gripen, que é uma turbina; os outros são duas turbinas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas veja bem, vem a questão da EMBRAER, o C390, que é um projeto perseguido com muito otimismo por V. Exa., que tenho certeza que o Brasil--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Absolutamente necessário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aí vem o Ministro da Defesa francês Hervé Morin e chama de um carrinho de mão, jogando por baixo toda uma discussão que era para o futuro--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Ah, é verdade, me esqueci desse detalhe, também, que ele acabou de referir, de que o Presidente Sarkozy também manifestou o interesse de comprar dez C390.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E o Ministro da Defesa deles chama o produto, que possivelmente o Brasil compraria, de carro de mão. Então, essa coisa não está sendo levada, pelo menos por parte do Governo Francês, com seriedade, até porque o próprio Ministro da Defesa diz... Segundo ele, o Governo Francês e a Dassault vão concordar em transferir 100% do conhecimento necessário somente para a linha de produção das aeronaves, como processo de certificação, homologação e validação de etapa de produção, mas nunca vão revelar as tecnologias mais sensíveis.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: É isso que nós vamos aguardar--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é. Por exemplo, ele citou tecnologia de radares que nunca serão exportados. Vai mais, razão dada por ele... O Ministério da Defesa Francês, a tese do Ministério da Defesa sempre é que suas aeronaves estejam equipadas com sistemas mais avançados do que o que integram o das aeronaves exportadas. Então, já não é uma tecnologia irrestrita. Com relação à transferência de tecnologia--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Senador, só posso lhe responder uma coisa?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Esse assunto só pode ser examinado depois de vir as manifestações da própria empresa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é. Acho até inclusive que a Gripen e a Boeing devem ser consultadas também, inclusive para rever preço.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito, o Presidente da Boeing e o vice-Ministro da Defesa da Suécia estão em Brasília nesse momento.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: O que eu estou achando muito interessante e ótimo para o Brasil é que haja concorrência. Isso provocou uma imensa concorrência.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Podia terminar, então, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, temos de terminar--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eu queria só concluir--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos deixar o Ministro terminar, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só uma questão, eu finalizo. A questão da transferência de tecnologia, a questão do radar americano, para os tucanos, é grave. Agora, bem mais grave foi o comportamento do Governo Francês, na Guerra das Malvinas, com os *Exocet*, que não transferiu a tecnologia para o argentino, e o argentino ficou lá, com o Exocet--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Exatamente por isso que nós exigimos transferência de tecnologia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, quem não transfere tecnologia, não vamos infernizar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, vamos deixar o Ministro terminar.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Vamos falar sobre o mundo. E o mundo que se encontra hoje é o mundo na seguinte circunstância. No dia 21 de setembro, que é o prazo final, marcado pela Força Aérea, vão ser oferecidos todos os rolos de todos os três concorrentes, e nós vamos ver o que isso significa, o que significa irrestrita, o que significa preço compatível, o que significa transferência, e, lá, será tomada a decisão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro. Concordo exatamente com V. Exa.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Vamos aguardar o mundo. Acontece que V. Exa. está descumprindo uma determinação do Dr. Ulysses e está antecipando agonias. E por antecipar agonias--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. há de convir que quem antecipou essa agonia toda foi o Presidente da República, depois de um farto almoço com o Presidente Sarkozy. Foi ele que trouxe esse debate aqui, não foi--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Eu quero afirmar aos senhores o seguinte: o processo FX não está encerrado, tem muita água a rolar ainda, temos decisões a serem tomadas, temos aspectos a serem examinados--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Louvo a competência desse episódio do nosso Embaixador na França, ele tem todo o direito de não aceitar o modelo americano. Por dois motivos: ele é Embaixador do Brasil na França, tem que ter sucesso na sua missão, e ele tem uma mágoa americana que todos nós sabemos. Com toda a justiça, ele tem que ser contra.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Mas não desqualifica o Embaixador brasileiro na França--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pelo contrário, excelente Embaixador.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Grande Embaixador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E a mágoa dele é legítima.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Mas aqui não está misturando mágoa. Quem vai decidir somos nós, não ele.

Bom, agora, temos o último modelo, o último tema, que diz respeito ao Exército. Eu falei--

[sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O valor dos aviões.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, mas valor está sendo... Tudo sendo manifestado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senadores, vamos pedir ao Ministro para concluir, então, que nós possamos--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não há nenhum valor a ser afirmado, há, sim, um processo não encerrado. No momento em que isto for tomada a decisão é que os valores vão aparecer, porque as empresas agora estão reabertas a todas as possibilidades de ofertas, tendo em vista o que está ocorrendo. Agora, está ocorrendo, por exemplo, coisas importantes, a Boeing circula pelo país, tem 50 empresas que vão participar, a Saab diz que o preço vai ser baixo, a Dassault... Vai depender, vai verificar se a Dassault vai, ou não, dar cumprimento àquelas determinações do Presidente Sarkozy, e tudo isso é ótimo para nós. É ótimo para o Brasil. Chega do Brasil ser um mero comprador de A ou de B, ou de C, e ainda receber instruções de A. Isto já desapareceu. O que nós precisamos decidir é tratar dos nossos interesses e das nossas autonomias, e é este o compromisso que eu tenho, que é o compromisso do Governo. Tanto é que tudo aquilo que nós mostramos atrás não é compra de prateleira, porque, se os senhores deixassem, todo mundo vendia tudo. Mas não transferia absolutamente nada, e aí, no final, você fica como está acontecendo agora. E, depois, tem uma coisa: nós temos que tomar uma decisão sobre o FX porque nós temos o início da obsolescência. Hoje, nós temos três tipos de aeronaves, nós temos o MX, que é o A1, o A1, que está lá, na capital do país, em Santa Maria da Boca do Monte, que é produzido pela EMBRAER, com a Associação dos Italianos. Temos os Mirage, que estão aqui em Anápolis, os Mirage 2.000, e temos os F-5 recuperados, que estão em Canoas no Rio Grande do Sul. Esse conjunto todo, dentro do que nós vamos verificar, dentro do projeto... Não agora,

mas dentro do projeto global, nós queremos padronizar, porque o custo da manutenção de cada unidade é tremendo. Se você tiver um tipo de aeronave, você tem a possibilidade de uma padronização muito mais barata.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós temos que reforçar Santa Maria da Boca do Monte urgente.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: E também Teresina. Em relação ao Exército, nós temos... Esse Exército, digamos, é o que tem menos desenvolvimento, ainda, nos entendimentos que nós estamos fazendo com os franceses. Nós temos um programa básico do Exército, que é o programa de mobilidade estratégica. Este está já resolvido que é a participação de 16 helicópteros para o Exército. Esse projeto de programa de mobilidade estratégica, no que diz respeito aos helicópteros, está embutido dentro dos 16.

Depois, temos o programa do combatente brasileiro, que nós estamos chamando, em linguagem militar, o Programa Cobra, que tem dois elementos: a família de blindados de rodas, sobre rodas, e veículos aéreos não tripulados. São privilegiados pela estratégia nacional de defesa pelo seguinte... Lembrem-se que nós temos, na estratégia, três funções militares fundamentais: projeção de poder, monitoramento e presença. Ocorre de que nós decidimos, na estratégia, não dar tratamento igual aos três, porque, se déssemos tratamento igual à projeção de poder, à presença e monitoramento, nós teríamos mediocridade nas três. Então, o que se estabeleceu? Que é fundamental o monitoramento, em primeiro lugar, a mobilidade e a presença em terceiro lugar. Daí por que, dentro do aspecto do Exército, o programa de combatentes brasileiros e a mobilidade estratégica entram dentro do segundo item da necessidade subsequente ao monitoramento. Daí por que, Senador Heráclito Fortes, em relação ao monitoramento, é vital Alcântara. Ou seja, sem Alcântara... Ou seja, nós precisamos ter a capacidade de lançamento de satélites de Alcântara, para atender os satélites de vigilância da Amazônia -- nós vamos ver agora aqui -- e também o satélite de vigilância das águas territoriais.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Queria até dar uma sugestão a V. Exa., que, juntamente com o Presidente da Comissão, fizesse, convidasse a Comissão toda para fazer uma visita a Alcântara, eu acho que o mais rápido possível, é urgente. Eu acho que essa questão não está sendo dada por nós a atenção necessária e a urgência que precisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): V. Exa. já está convidado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. fique tranquilo, que, para lá, não precisa carimbar passaporte. É aqui, no Brasil, mesmo.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: E o terceiro programa, que é o Programa da Amazônia Protegida, que são os três grandes programas do Exército para esses próximos anos. E ainda o Sentinela da Pátria, que é o quarto, que eu já referi. Então, aqui, nós temos o seguinte: objetivo do programa combatente brasileiro... O primeiro programa de helicópteros já está resolvido. O segundo objetivo é a pesquisa, desenvolvimento e produção de material de emprego militar, por meio de projetos de ciência e tecnologia, indústria nacional de defesa, que diz respeito ao combatente brasileiro.

E aqui nós temos as principais ações. É os sistemas operacionais dos modos de brigada. A questão básica do Brasil... Para os senadores que não assistiram a parte inicial da exposição, vocês verificaram de que o nosso sistema, o nosso sistema de infraestruturas críticas está espalhado por todo o Brasil. E a locação das forças está a leste do Exército, considerando as necessidades a oeste. E nós, então, estabelecemos como módulo principal do Exército o modo brigada. E aqui, no modo brigada, nós temos a família de blindados, que começa para substituir os Urutus, da antiga Engesa, e ainda o VANT, ou seja, o veículo aéreo não tripulado, para monitoramento da fronteira. Nesse programa, na família de blindados de rodas, nós temos o seguinte: nós precisamos ter 3.961 viaturas, de 2011 a 2030, substituindo progressivamente as que estão sendo superadas e obsoletas. Há uma possibilidade de modernização dos Urutus, para prolongação de mais 12 anos dos Urutus, aproveitando a sua plataforma. O valor é de 500 mil reais a modernização dos Urutus, ou seja, muda motor, muda todo o sistema interno, você aproveita só as plataformas como recuperadas.

Segundo, parceria... Aqui já entram os italianos, que é a parceria do Exército Brasileiro com a FIAT IVECO, no desenvolvimento e fabricação do protótipo e [ininteligível], que é lá em Sete Lagoas, em Minas Gerais, onde está a FIAT IVECO, e nós temos um projeto em relação. São 12 versões diferentes e correspondem a um protótipo. Vai ficar... Até o final deste ano, fica pronto o protótipo do – aspas – vamos chamar de “Urutu III”. Esse não será o nome, mas é o veículo blindado sobre rodas, que corresponde a isso daí. Nós vamos ter dois tipos básicos, que é o de transporte de pessoal, que é do primeiro quadro, e o de reconhecimento, que é o segundo quadro, que está dentro do projeto da mobilidade estratégica.

O segundo é o veículo aéreo não tripulado, que é fundamental também para informação e monitoramento das fronteiras terrestres. Vocês observaram que o

VANT é necessário para a Marinha, para o Exército e para a Aeronáutica. Daí nós vamos ter a padronização. A Marinha tem necessidade do VANT, na monitoração das águas; o Exército, das fronteiras; e a Aeronáutica, também pelo espaço aéreo. Então, isso você terá que trabalhar com um conjunto de três e padronizar esse conjunto. É um projeto dual, é um projeto de 2011 a 2030. Os franceses oferecem... Nós estamos discutindo também com os franceses, com os israelenses e os americanos, que têm tecnologia para isso. Alcance. O primeiro VANT, que é um VANT nº 15, nós teríamos uma pretensão de 68 VANT para o Exército para alcance de 15 km, que são os VANTs que seriam utilizáveis mais nos pelotões de fronteira da Amazônia. O VANT 30, que seria 95 a um alcance de 30 km, com autonomia. E ainda o VANT 70, que são 77, com alcance de 70 km. E o desenho do VANT é esse aqui. Ou seja, esse você controla de uma plataforma.

Eu quero só chamar atenção dos senhores o seguinte, quando eu estive em Nellis, onde conheci o F-16, nos Estados Unidos, por autorização do Secretário Gates, eu visitei a parte subterrânea na base de Nellis, que é uma base aérea ao lado de Las Vegas. E lá era uma sala pouco maior que essa, e tinha uns 10, 12 computadores com monitoramentos e um joystick e lá tinham dois oficiais da Força Aérea americana trabalhando naqueles consoles. Aí um dos consoles apareciam imagem, estranho, secos... E o que era aquilo? Era um VANT americano monitorando o Afeganistão de Nellis nos Estados Unidos, ou seja, o VANT enviava imagem por satélite, a imagem por satélite vinha para esta sede e lá era decodificada e você enxergava o andamento. Era um VANT com visor de radar e visor ótico. E também tinha uma outra vez uma demonstração sobre estradas um VANT a 30 mil pés tinha capacidade de ler uma placa de um automóvel na estrada, e com uma capacidade de monitoramento muito grande. Ou seja, com um custo baixo porque você só gastava aqui. O custo total, o VANT, quando se fala em VANT não é só isso aqui, se fala em VANT todo o conjunto receptor. E isso também é necessário para, tanto para a Marinha, Exército, Aeronáutica. A Marinha mais os fuzileiros navais, a força anfíbia dos fuzileiros navais.

A Amazônia Protegida, que é outro programa que estamos trabalhando e que representa o fortalecimento da presença na Amazônia e as principais ações. Aumenta a capacidade de monitoramento de fronteira, toda a fronteira correspondente a amazônica, mais ou menos 12.700 km do Amapá até chegarmos à parte do cerrado, já na parte de transição. Nós teríamos o completo da estrutura operacional e logística e instalação e modernização dos pelotões especiais

de fronteira. A situação hoje é essa aqui. Nós temos 21 pelotões de fronteira na Amazônia, o projeto é colocar mais 28 pelotões de fronteira na Amazônia e cobrir toda essa região, chegando àquela parte Mato Grosso onde começa já o cerrado, ou seja, a parte de transição para o cerrado. Nós cobriríamos toda essa situação da Amazônia, sendo que isso aí teria por sobre isto um radar completo para a verificação e identificação. Observem bem, os pelotões de fronteira são pelotões individualizados, são pelotões de 70 oficiais, 80% dos pelotões de fronteira do comando militar da Amazônia são indígenas. Então, nós temos uma capacidade muito grande de operação em selva. Exatamente porque toda a tecnologia de sobrevivência de selva nós aprendemos com as comunidades indígenas que acabam integrando os pelotões. Mais ou menos 80%. Nós temos só um por hora no desenvolvimento, digamos, de progressão dentro do Exército, nós temos um pelotão de fronteira que é comandado pelo indígena, que é o Tiriós. Tiriós, que fica nessa região aqui, ele é comandado por um pelotão, por um indígena que galgou o cargo de tenente. E lá há moradias, inclusive tive oportunidade... Grande parte dos senhores, alguns dos senhores deve conhecer essa região aqui, que é a região da Cabeça do Cachorro, onde normalmente se vai, porque é fácil ir a São Gabriel da Cachoeira, São Gabriel da Cachoeira vai-se a Maturacá, pega o Dorso do Cachorro, que é Maturacá, que aqui está o Pico da Neblina e depois você opera nessa região aqui. Aqui está na Goela do Cachorro está o Iauaretê e aqui está a Vila Bittencourt, a Vila Ipiranga, etc., onde estão os conjuntos até chegar a Tabatinga, e depois você vira para a parte interna aqui do Acre, onde você começa com uma zona bem menos capacitada, porque observem bem, no Acre vamos ter a necessidade que há quatro pelotões novos. Nós temos este aqui e este aqui, vamos criar ainda brigadas nessa região porque em Assis Brasil nós construímos uma ponte que vai ser a circulação do Brasil com o Pacífico e aí vamos ter necessidade dessa fiscalização.

E aqui está o sistema integrado total, que é o sistema integrado de monitoramento da Amazônia que prevê isso aqui. Que é exatamente o radar. O satélite e os conjuntos de radares existentes. E aqui vocês têm uma ideia geral do conjunto geral da Amazônia e ainda das modernizações que devemos fazer com a criação dessas brigadas novas aqui, essas brigadas que serão criadas nessa região. Uma brigada hoje são quatro mil homens, o que representará um implemen- to muito grande, mas claro que isso é um projeto de 15 a 20 anos. O total vai depender, evidentemente, de certos recursos, mas a ideia é que, vejam, a ideia que nós temos é fazer um projeto complexo total, e que

possa ser executado independente às mudanças de Governo ou mudanças de Ministros e que tenha uma lógica de estabelecimento de crescimento desses projetos de dissuasão.

E ainda a reorganização e a modernização das brigadas dos modos de brigadas e as principais ações em relação a esse a implementação, transformação e modernização de organizações militares fora da Amazônia. Ou seja, nós temos um tratamento para a Amazônia e vamos ter um tratamento para fora da Amazônia. E aqui temos um exemplo, por exemplo, é a necessidade da transferência da brigada de paraquedistas hoje do Rio de Janeiro para o Centro-oeste. A necessidade de nós lembrarmos que o Centro-oeste... Como a lógica que nós estabelecemos é a lógica do monitoramento com a mobilidade para presença, é necessário que nós tenhamos os paraquedistas naquela região. Então, substituiríamos a brigada de paraquedistas do Rio por uma brigada leve de quatro mil homens, mas não de paraquedista. Hoje as operações no Rio de Janeiro de paraquedistas são praticamente impossíveis, considerando o tráfego aéreo naquela região. E traríamos isso para o Centro-oeste. Ainda não está decidido, vai depender de negociações que possamos encontrar um ponto em que tenha a disponibilidade. Daí, Senador Heráclito, a necessidade do C390, que é exatamente o avião de deslocamento que nós teríamos, com a capacidade do Hércules. Hoje os americanos fazem ainda o 130F, mas é caríssimo e os países que estão utilizando o 130F estão tendo dificuldades e restrições. É uma plataforma extraordinária, mas já ultrapassada. Então, no momento em que tivermos o projeto do C-130 [ininteligível], é de oito anos. Há uma ideia dos franceses adquirirem, há uma ideia também de eventualmente os franceses fazerem algumas transações com a EMBRAER, principalmente em dois pontos, que é uma discussão tecnológica, eu não conheço. Diz-se que os aviões da EMBRAER são tubulares. Se os senhores verificarem os aviões, desde o Legacy até o 190, são aviões tubulares, eles teriam que produzir uma tecnologia para os aviões gordos, os aviões com outro tipo de dimensão e também a tecnologia de rampa. A tecnologia de rampa e a tecnologia de aviões gordos a EADS tem, exatamente com a produção do CASA, a rampa do CASA e a produção que estão tentando fazer de um projeto que está paralisado, que é o Projeto 400.

E essas são as empresas envolvidas na indústria de defesa e envolvidas exclusivamente nas questões relativas, basicamente são as questões do Exército. Aqui nós temos o início, um mero acordo de intenções iniciais com os franceses para examinar o Projeto Felan. O Projeto Felan é o Combatente do Futuro, ou seja,

a ideia fundamental de que nós possamos dentro de um prazo, digamos, em que as condições econômicas suportarem, nós possamos ter o monitoramento individual de um soldado de fronteira via chip, através da comunicação por satélite e daí esse satélite não seria só um satélite de monitoramento, mas também um satélite de telecomunicações. E é fundamental, inclusive insisto, Presidente Eduardo Azeredo, na ideia oferecida pelo Senador Heráclito Fortes dos senhores conhecerem Alcântara. E da grande necessidade que temos de termos lá fortalecidamente uma base de lançamento capaz. Hoje, Alcântara está a três graus do Equador, os russos lançam os seus satélites de próximo da Sibéria e os senhores sabem que para lançar um satélite você precisa conduzir o veículo, precisa conduzir o satélite para o Equador e lá no Equador o satélite ou será equatorial ou será o satélite polar, mas precisa levar ao Equador, inclusive geoestacionários, os geoestacionários ficam paralisados, a terra vai girando, quando chega o ponto que eles necessitam o satélite se desloca, para no ponto necessário e vai acompanhando a volta. E com isso é vital para nós o melhor ponto no mundo de lançamento de satélite face o custo, porque nós estamos a três graus do Equador. E aí você tem uma capacidade imensa. Há uma discussão, os senhores conhecem, há uma discussão sobre o problema de existência de quilombolas na região, mas já há um caminho de solução para esse tema sem conflitos, inclusive, com os próprios quilombolas, há um entendimento muito forte do Ministério da Defesa com o Secretário Edson Santos que trata desse tipo de questões e ele tem a mesma posição vista por nós, mostrando a necessidade em termos estratégicos de uma ampliação de Alcântara. Eu quero lembrar o seguinte, cada base de lançamento precisa ter um raio de distância em relação à outra de 5 km. Se não tiver esse raio de 5 km, está fora dos graus de segurança internacional delimitados. Se nós ficarmos com CLA(F), com 8.3 mil hectares, que é o que tem hoje, nós podemos ter três bases de lançamento. Se nós ficarmos com a parte, conseguirmos expandir a parte, quem conhece a região, da parte Atlântica, da parte leste daquela península, nós podemos ficar com 23 bases. E 23 bases de lançamento significa não só uma autonomia em relação a satélite como a capacidade de você alugar e obter renda de lançamento de satélite de terceiros usando as nossas bases. Claro, satélite de monitoramento, satélite, inclusive, satélite de telecomunicações.

Sr. Presidente, em linhas gerais é isso. Gerais, só.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Ministro. Nós temos

aqui já o Senador Renato Casagrande, que é autor do requerimento, Senador Sérgio Guerra e depois ainda mais três Senadores inscritos, Heráclito Fortes, João Tenório e Antonio Carlos Valadares.

Eu vou pedir aos Senadores que realmente possam ser bem concisos, dois a três minutos seria bom para ter um processo mais interativo aqui, já usamos tanto essa palavra interativa ontem, vamos continuar interativos.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem, Sr. Presidente. Muito obrigado. Primeiro eu quero agradecer o Ministro Nelson Jobim, que de fato aceitou prontamente o nosso convite, convite meu e do Presidente da Casa, para tratar de um assunto tão importante. E em linhas gerais ele ficou aqui desde as dez e meia, mais de duas horas de exposição, chegando às quatro horas de Quito, então mostra que está preparado para ser um bom soldado e enfrentar as intempéries do cansaço. É porque é gaúcho, não é? Então está certo. É mais uma razão.

Mas Ministro, este acho que é... Acho que é, não, é o maior acordo militar que envolve as Forças Armadas do Brasil feito pelo Brasil, certamente na história do Brasil. Pelo que a imprensa noticia, chegaremos a 22,5 bilhões de dólares. Em torno disso, se colocarmos helicóptero, se colocarmos submarinos, e se colocarmos os caças.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mais dois... Dá 8.79...

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Reais. Vinte e quatro...

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): São 24.1 helicópteros e submarinos. Os dois. Sem os caças.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas 24 bilhões de reais, naturalmente, para serem pagos até 2026 que é o... 2029...

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Seis bilhões, aliás, 17 milhões... São 17 considerando os financiamentos da [ininteligível] etc., nós vamos terminar o pagamento desse total de seis bilhões, que é a parte financiável, nós vamos terminar em 20 anos, ou seja, vai até 2029.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Então, verificamos todos nós que é volume de recurso significativo, mesmo que o tempo seja elástico, é um volume de recursos significativo e mostra de forma clara a necessidade desse tipo de debate aqui no Congresso Nacional, especialmente no Senado, o Senado e a Câmara, o Congresso vai ter que se especializar um pouco mais, assim como o Governo está se especializando e apresentando uma proposta de Estratégia Nacional de Defesa, nós teremos também aqui, Presidente, que aprofundar o debate da Defesa Nacional. A relação com o Ministério da Defesa, com as Forças Armadas e, naturalmente, além de nós nos aprofundarmos no tema, o Ministério da Defesa vai ter que se estruturar mais do que está estruturado hoje. Nós, frequentemente, nós assistimos e verificamos as reclamações de quem está à frente das Forças Armadas com relação à falta das questões básicas de funcionamento das tropas. Então... Comida, bala... Então, o combustível... Como que o Ministério, de fato, qual a decisão do Governo de fato é estruturar mais adequadamente, o senhor estará encaminhando para cá alguns projetos com relação a esse Programa Estratégia Nacional de Defesa. Isso é uma decisão de Governo para que nós possamos ter o Ministério da Defesa, as Forças Armadas com mais estrutura para poder dar conta até da manutenção desses equipamentos. Até para que haja manutenção desses equipamentos.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Senador, só para lembrar o seguinte: Eu preferia que o senhor fiasse sempre Ministério da Defesa. Forças Armadas é um segundo ponto. O senhor está tratando com o Ministério da Defesa que trata do tema das Forças Armadas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Porque nós também estamos ainda adquirindo a cultura e buscando os novos hábitos. Mas o Ministério da Defesa terá que ter, naturalmente, muito mais estrutura do que tem hoje. Estrutura que eu falo é orçamento mesmo, para ter orçamento para poder dar conta da manutenção, para colocar essa nova estratégia em operação no Brasil.

Bem, nós na verdade com essa decisão, nós estamos fazendo apenas uma manutenção daquilo que nós temos hoje. Nós estamos mudando de patamar. O Brasil muda de patamar. De um país com equipamentos, com uma estratégia ainda mais simples, para um, para se adquirir equipamentos tecnologicamente mais adiantados, com uma estratégia mais bem definida nessa área de defesa. O Governo Brasileiro tem essa visão de que o Brasil não conseguirá se desenvolver [soa a campanha], porque é a visão... Já vou encerrar, Presidente. Que é a visão de todos os países que

se desenvolveram. Não há como se desenvolver em termos de qualidade, em termos de felicidade para o ser humano, sem avançar efetivamente num projeto audacioso na área da defesa militar. Acho que essa é a visão assim, só há caminho, só há caminho para trazer felicidade para o ser humano se existir gastos cada vez maiores na área da defesa? Este é o único caminho que o Brasil vê como defesa, como projeto, que esse é o único caminho do desenvolvimento... Esse é um dos pilares para o projeto de desenvolvimento para um Brasil desenvolvido, um Brasil economicamente forte?

E as outras questões que eu pude observar aqui, Ministro, como nós vamos fazer o investimento em ciência e tecnologia nessas áreas? Nós estamos... Acho que esses investimentos... Quem é que vai desenvolver? Quem é que vai dar sustentação a toda pesquisa que nós temos que fazer? Porque simplesmente transferir tecnologia... Tem que aperfeiçoar essa tecnologia, porque ano após ano isso vai se aperfeiçoando. Quem é que vai desenvolver todo esse trabalho?

E concluo, Ministro, com a visão muito clara já dita por V. Exa. Nós já fechamos, já assinamos o acordo com relação ao submarino, com relação aos helicópteros, vamos ter no dia 21 de setembro as propostas que vão orientar a posição brasileira. O Brasil já tem uma posição política Pró-França, que dependerá dos outros, das outras informações com relação a esta parceria. Mas essa posição política não é somente a transferência de tecnologia. Pode ser que tenha outras questões colocadas. Aí, Presidente Eduardo Azeredo, se for preciso e se o Ministro achar que é necessário no momento, se nós precisarmos fazer uma reunião reservada para que haja uma discussão, porque tem questões que não podem ser colocadas abertamente. Eu acho que nós deveríamos depois em conversa com o Ministro, verificar se há necessidade de alguma outra reunião reservada para que a gente possa compreender, efetivamente, a posição brasileira com relação a este assunto.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Renato Casagrande. Nós vamos fazer então o processo de três Senadores, depois o Ministro responde. Senador Sérgio Guerra e em seguida Senador Heráclito Fortes. Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Ministro Nelson Jobim, não precisa dizer que todos nós somos admiradores do Ministro e amigos dele, aqui no Senado o senhor só tem amigos. E respeito e consideração de todos nós.

Eu queria primeiro fazer um comentário rápido sobre o que disse Renato, o Senador Renato. Eu tenho visitado na minha área, no Nordeste, unidades militares que estão na situação de pobreza absoluta. O orçamento do Exército tem sido contingenciado, Exército, Aeronáutica e da Marinha ou não? Tem havido contingenciamento ou não? Porque o contingenciamento é o contrário da prioridade, e se não há prioridade para manutenção desse Exército, dos militares, como compreender uma prioridade desse tamanho, de 20, 30 bilhões de dólares?

Segundo, eu estranho todo esse processo de aquisição dos caças. Pode ser até por profunda ignorância sobre como isso se desenvolve, mas uma disputa na qual antes da conclusão da avaliação técnica alguém já diz, e é o Presidente da República, que há uma preferência política por um dos concorrentes, evidentemente que não ajuda disputa nenhuma nem negócio nenhum. O princípio da disputa é que todos tenham as mesmas condições para ao final se fazer a melhor escolha. E se essas condições são alteradas no caminho pelo Presidente da República na conversa com outro Presidente da República, o que dizer dos que chegaram antes e concorreram até então, suponho, em condições de igualdade? Como fica? Como é que explica isso? O cara chegou aqui, fez a proposta dele, submeteu ao julgamento técnico, submeteu-se ao julgamento técnico, está prestes a ser concluído o Presidente da República do Brasil chega e diz: "Olha, a preferência é pela França por razões políticas". Quando alguém não sabe exatamente o que dizer, fala razões políticas. Tinha um Deputado no meu Estado, que alguém quando perguntava a ele um assunto que ele não conhecia, ele dizia: "Olha, eu tenho razões políticas", e não resolvia nada. E que razões políticas são essas? Porque a França é um país que tem mais conosco a ver do que os Estados Unidos? E a Suécia? Será que tem alguma coisa que não seja compatível conosco? Qual é essa estranha aliança ou qual é o fundamento dessa aliança para curto, médio e longo prazo? Do que ela resulta? Transferência de tecnologia? Já está visto pelo próprio argumento do Ministro que não está resolvido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O Presidente Lula jamais faria uma escolha--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É outro avião, não é? Não o em questão.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Mas enfim, como é que esse negócio se dá? Eu cheguei aqui no Brasil, um país sério, respeitável, vou às For-

ças Armadas... Obedeço todos os critérios que estão desenhados, faço a minha proposta, ela é tecnicamente avaliada, eu tenho certeza que com justeza e competência... Daí as coisas estão prontas ou quase prontas, o Presidente vai almoçar com o Presidente da França e diz: "Olha, nossa preferência é pela escolha francesa". Imediatamente muita gente reclamou, a sociedade toda reclamou, porque não entendeu isso. Não foi a imprensa, não foi algumas pessoas, todo mundo não entendeu esse tipo de escolha anterior, porque é evidente que o grande esforço que está sendo feito é para confirmar a escolha política. E os que estão nessa disputa estão em absoluto processo de inferioridade. E não foi desenhado antes, foi desenhado agora. Eu, na minha modesta noção, não consigo entender isso e tenho quase certeza que o Ministro não tem muito a ver com isso também. Mas o fato é que isso aconteceu, isso é grave, isso não é uma coisa que... Não tem explicação para isso. Não tem explicação para isso. Olha, numa questão desse tamanho, com uma responsabilidade dessa, com orçamento que está envolvido, num país que está faltando dinheiro para muita coisa, inclusive para o Exército, para a Aeronáutica, para a Marinha, alguém toma uma decisão dessas no meio do caminho e diz: "Olha, politicamente, eu quero que seja..." Diz na frente de outro Presidente, um compromisso muito sério. Não é uma brincadeira [soa a campainha], é uma palavra forte do Presidente da República para outro.

Eu quero fazer umas perguntas. Esse Rafale, ele já foi comprado por outro país além do Brasil? Porque o Brasil poderá comprar, algum país já comprou ele? Alguém já fez essa escolha? Segundo, será que o relatório técnico que a FAB está fazendo já não contempla exatamente essas variáveis de transferência de tecnologia? De preço e de montagem final do equipamento no Brasil? Esses estudos estão concluídos no âmbito de quem deveria definir isso, que é a FAB? As Forças Armadas que tem expertise, que tem competência para fazer isso. Seguramente o Presidente Lula é da maior... É um político de rara inteligência, mas ele entende tanto disso como nós entendemos aqui de astronomia. Então, não me parece uma coisa sensata isso. Não tem sentido, não dá para explicar. Eu sei que o Ministro tem muitos recursos intelectuais, mas os fatos são os fatos.

Eu tenho conhecimento que empresas do setor aeroespacial e de defesas, tais como a EMBRAER, a MECTRON, a ATECH, forneceram ao comando da Aeronáutica e o Ministério da Defesa as suas avaliações a respeito das ofertas de transferência de tecnologia dos três concorrentes. Eu queria saber se essas avaliações são levadas em consideração ou não.

O que tem sido publicado pela imprensa é que o Governo da França tem prometido apoiar a candidatura do Brasil a um assento no Conselho de Segurança da ONU e a candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas. Isso como algo que nos leva a uma aproximação com a França a uma escolha em relação aos caças, fala-se muito dessa tal parceria estratégica. Eu queria saber quais são as obrigações do Governo da França nesse acordo, pois até o momento o que estamos assistindo é apenas um festival de compras do nosso lado. Nós estamos comprando. Muitos bilhões de dólares vão comprometer nosso futuro um bom tempo. Esse processo está visto, é um processo extremamente informal, não é um processo técnico, exclusivo, ortodoxo, é um processo na qual a capacidade de manifestação das pessoas excede os limites da avaliação técnica, como aconteceu com o Presidente. O que estamos recebendo em troca da França? Eu não estou defendendo os Estados Unidos, a Suécia, nem a França, nada disso. Acho que nós devemos fazer a melhor escolha. E estranho que essa escolha se faça desse jeito. Dessa forma. Num momento em que todos reclamam de todos transparência, todos reclamam de todos um processos, todos reclamam de todos uma certa ortodoxia indispensável para que a gente reestruture o país no geral, aqui mesmo no Congresso nós estamos acuados. Tendo que reformar nossos sistemas, metodizá-los, fazê-los mais contemporâneos para podermos ter condições de nos colocar perante a opinião pública. Como então entender que o Presidente da República no Brasil, numa conversa informal, assuma compromissos públicos desse tamanho porque são compromissos. Um Presidente dizer a outro que a preferência política dele é por determinado equipamento militar que está sendo ofertado em troca de dólares? De dólares ou euros, seja lá o que for de muito dinheiro, é evidentemente uma declaração de absoluta preferência que afeta o princípio, a base de qualquer concorrência, no caso os que são tratados, os que estão concorrendo devem ter respeitados seus direitos e as regras que presidem acontecimentos desse em qualquer lugar do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Sérgio Guerra. Vamos ouvir o Senador Heráclito Fortes e em seguida o Ministro responde, então, aos Senadores as perguntas colocadas pelo Casagrande, Sérgio Guerra e o próprio Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores. O Senador Sérgio Guerra leva vantagem de ser em primeiro lugar de falar antes de mim, em segundo de ser bem mais inteligente. Mas ele aborda com muita precisão

alguns pontos que são dúvidas não minhas, dele, nenhum de nós Senadores, mas são dúvidas no Brasil inteiro, porque ao que parece é que de repente todo o esforço feito pelo Brigadeiro Saito Juniti de avaliação técnica foi jogado por terra. A frustração que nos passou foi essa. Todo esse trabalho feito para que houvesse uma avaliação técnica foi jogado por terra num almoço do Presidente Sarkozy, Sr. Marco Aurélio Garcia, não sei quem mais, não sei quem mais, não sei quem mais. Veja bem, o Presidente Sarkozy faz afirmações com relação a seu produto, a secretária Hilary Clinton também fez. O que tem mais valor para o Governo Brasileiro, o que afirma o Governo americano ou o que afirma o Governo francês? Ou será que os dois países merecem crédito por parte do Brasil? Ou isso gera um jogo de carta marcada que já estava acertado há muito tempo atrás. O inaceitável nisso tudo é que o próprio Ministério das Relações Exteriores, especificamente o Sr. Marco Aurélio Garcia, deram uma conotação anti-americanista totalmente descabida para o momento que nós vivemos. Antiimperialista. Coisas dos bancos escolares que nós passamos não compatível com o mundo que nós vivemos. Veja bem, o Sr. Sarkozy e evidentemente é um bom vendedor, é um excelente vendedor, e você quer vender, você promete o que quer, quem quiser comprar que compre. Ele diz, por exemplo, que está aberto para o Brasil a venda desses aviões para outros países da América Latina. Senador Tasso, qual país da América Latina vai comprar? Venezuela já optou pelo modelo russo, o Chile optou pelo F-16, a Colômbia fala em um dia comprar o modelo americano. O nosso índio aqui de lado se comprar o do boliviano, se comprar, não, vai comprar... Não é um modelo francês, é porque ele já optou, inclusive o avião presidencial dele é um avião russo, super moderno, ponta de linha, desprezando, inclusive, a nossa EMBRAER. Então... O Antonov, sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é, de 27 anos, o avião que ele comprou agora, um avião fantástico. Então, veja V. Exa. que... Por outro lado, nós vamos ver que dentro da proposta concreta dos americanos, assistência tecnológica para compartilhar com a EMBRAER de todas as experiências... Estamos falando aqui da experiência para construção e montagem do 390, Sr. Ministro.

Apoio da Boeing à EMBRAER no esforço para venda de máquinas do C-390 e por aí vai. Ele faz – eu não vou ler todos –, ele faz quatro propostas concretas. Eu acho até, Presidente, que essa Comissão, V. Exa. como Presidente de Defesa, tem o dever de solicitar ao Governo do Presidente Lula, de maneira concreta,

o que um oferece e outro oferece. Porque, veja bem, nós estamos aqui diante de fatos concretos. E uma conversa do Presidente Sarkozy com o Presidente Lula. Quero crer que nenhum dos dois entenda de avião. Entraram num... Como é? [soa a campainha] V. Exa. acha que Sarkozy entende mais. Está bom. Agora, então o convide mais.

Portanto, Sr. Ministro, os fatos precisam ser esclarecidos. Essa questão que levantei agora a pouco, da hora voada do modelo americano e da hora voada do modelo francês, um consome 10 mil dólares/hora, que é o modelo americano, contra 14 mil dólares. E o Presidente Sarkozy disse que cobrirá durante 30 anos, como é que vai fazer essa... A cobertura dessas despesas? A bomba de gasolina vai ficar aqui à disposição ou a bomba de querosene à disposição para atender... Não tem sentido esse tipo de... Essas promessas que foram feitas. De forma que eu faria esses questionamentos.

Mas por último eu vi a bela exposição que V. Exa. fez aí sobre as cautelas que está tomando com relação à proteção das nossas fronteiras. Mas é uma coisa que me preocupa muito. Eu vi de maneira destemperada, despropositada, o Presidente Chávez anunciar da sacada do seu palácio a compra de mísseis. Mas ele fez aquilo com a ênfase de quem está em véspera de eleição, lançando, por exemplo, o pré-sal. Eu nunca vi tanta euforia. E ele estava anunciando a compra de bombas, de mísseis e dizia: "E atentem senhores, não é qualquer tipo de mísseis, não. São mísseis de 300 km". Eu perguntei aqui ao companheiro Botelho: "Botelho, qual é a distância de Boa Vista para a Venezuela?" Eu queria saber se o alcance pegava a casa dele, eu estou assombrado. Botar essa quantidade de mísseis na mão do Chávez não é brincadeira. Embora eu acho que ele tenha feito isso numa ameaça à Colômbia. Não sei nem sem a distância dá... Vamos ter agora que medir distância. De forma que eu queria saber de maneira concreta o que o Brasil está preparando, como o Brasil está vendo isso. Não é uma coisa pra gente, Senador Casagrande, ficar ouvindo calado porque esse avanço, o estreitamento das ligações do Presidente Chávez com o Irã, com a Rússia... Eu tenho menos medo da Rússia do que o Irã. O Irã realmente me preocupa, porque as ações do Irã não são ações tomadas às claras. De forma que essas coisas estão acontecendo... Eu nunca me esqueço quando o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o vice-Ministro do petróleo do Irã esteve aqui, foi Embaixador do Irã aqui no Brasil e me disse... Ainda era o Governo Bush, a atenção era grande disso. "Olha, o Bush nos fez perder durante muito tempo nos conflitos lá na nossa casa. Nós agora vamos inverter para cá, nós vamos

trazer o conflito para cá". E anunciou, naquela época, o início de voos regulares, voos comerciais entre a Venezuela e Irã. E por aí vai.

Então nós temos que ter, Sr. Ministro, preocupações com a nossa fronteira. Nós estamos há 120 anos sem nenhum conflito, mas diante dessas afirmações e diante de fatos concretos, como por exemplo, a compra desses mísseis e desses equipamentos, eu queria saber efetivamente qual é a estratégia do Ministério da Defesa sobre esse assunto.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito. Nós tínhamos falado que íamos já ouvir o Ministro, mas vou pedir então aos Senadores que estão inscritos... Aqui o tema é sempre muito correlato, que nós possamos fazer as perguntas todas, mas então peço só rapidez aqui. Senador Agripino está pedindo que nós pudéssemos fazer, ouvir os outros rápido aí. Tem mais quatro inscritos. Consulto então... Então, Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr. Ministro. Ficou claro para todos nós que ouvimos o depoimento de V. Exa. e que no que diz respeito à escolha das questões dos submarinos e os helicópteros, elas foram, sobretudo, baseada e estribada num estudo técnico de altíssima qualidade. Acho que ficou muito claro que o estudo que foi utilizado como referência para que se pudesse escolher essa solução foi um trabalho de porte, um trabalho de fôlego, que levou em consideração uma série de fatores, inclusive a capacidade brasileira de produzir um reator nuclear capaz de operar e acionar o submarino nuclear que o Brasil está adquirindo na França. Então, houve sim uma participação importante e decisiva das avaliações técnicas na escolha da solução. E o que é estranho é que parece que, no que diz respeito às questões dos aviões, o comportamento não é exatamente o mesmo, há um ingrediente político muito mais verbalizado, pelo menos, do que exatamente as questões técnicas seriam absolutamente indispensáveis também para a escolha desse equipamento. E o Governo tem dito claramente que a solução é uma solução fundamentalmente política e não técnica.

E mais, Ministro, o Presidente da República em Recife, semana passada, disse que a solução além de ser política era monocrática, ou seja, [soa a campainha] usando a palavra que o Ministro conhece bem, porque utilizou na sua vida profissional, disse que "quem vai decidir sou eu", o Presidente da República, então uma decisão monocrática, não é nem apenas uma decisão de Governo. Pelo menos ele disse claramente lá em Pernambuco, numa visita que fez ao Porto de Suape. Então isso é uma coisa que nos soa estranho. De uma

maneira, de um lado, um comportamento muito técnico, muito bem estruturado e de outro lado uma visão quase que exclusivamente política da questão. Então, esse é o primeiro ponto que eu gostaria de levantar.

O segundo ponto é o seguinte, no que diz respeito a essa questão de transferência de tecnologia. Eu acho que essa coisa está um pouco confusa, porque como disse o Casagrande e disse o Sérgio, há informações, há afirmações categóricas dos dois lados de que estão dispostos a fornecerem tecnologia necessária e suficiente, como V. Exa. bem disse, para que possamos operar da maneira tranquila que as Forças Armadas Brasileiras deseja. Essa coisa está tão pouco clara, que há uma dúvida sobre uma palavra que ficou aí: necessária. Não se mergulhou nisso para saber qual o significado dessa palavra necessária. Então, acho que essa questão de transferência de tecnologia é uma coisa que não está muito clara ainda, houve, como disse o Sérgio, de um lado, aliás, o nosso Heráclito, de um lado afirmações categóricas do Presidente da França de que seria fornecido, de outro lado autoridades importantes e representativas dos Estados Unidos. Então, eu acho que essa coisa deveria ser um pouco melhor explorada, pois está sendo colocado como fator decisivo na escolha do equipamento. Então, acho que seria importante que essa coisa viesse ser mais bem estudada e mais bem esclarecida.

E se comenta, pelo menos a imprensa se comenta, que se foi escolhida a França, nós estaríamos trocando uma compra imediata já de 100 Super Tucanos, se for o caso americano, por uma encomenda de um avião que está ainda em projeto pela EMBRAER, o KC-390 que só seria entregue dentro de 10 anos. Então, realmente, resumindo, de um lado um trabalho técnico, importante, magnífico, que deu como... Embasou a escolha da solução para os submarinos e o helicóptero, a preferência francesa. De outro lado, uma questão tão importante quanto essa, mas que está sendo dado, digamos assim, uma preferência política para a solução. E repito aquilo que eu disse, o Presidente da República em Pernambuco disse: "Quem vai decidir sou eu". Monocraticamente. Não é nem as Forças Armadas, não é nem o Governo Brasileiro que iria decidir. E, além disso, essa questão... Acho que não está muito clara para mim essa questão do que é a transferência, qual o receio que o Governo está tendo da oferta de transferência de tecnologia de um lado e do outro. O francês oferece da mesma maneira que o americano está oferecendo. Por que acreditar no francês e não acreditar no americano?

Quero dizer, Ministro, que não tenho nada a favor dos americanos e dos franceses. Ao contrário, prefiro a França, adoro a França, um país muito agradável, muito

mais agradável, e como disse o nosso Presidente, tem ainda um algo mais que pode oferecer, que é aquela beleza monumental que pode enriquecer qualquer ambiente e alegrar todos que estão presentes numa possível discussão.

Eram essas exatamente as minhas colocações.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório. Senador Antonio Carlos Valadares, por favor, também bem conciso.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, eu tive oportunidade de fazer uma viagem de mais ou menos 10 horas, recentemente, ali nas proximidades da Baía da Guanabara, no submarino Tibira, e esse submarino é um submarino convencional construído pela Marinha Brasileira no nosso estaleiro, sediado aqui no Brasil. Eu gostaria de saber de V. Exa. com relação aos futuros submarinos nucleares, qual a condição tecnológica do Brasil absorver do país que ganhar o acordo para a construção desses submarinos, para fazer a construção nos estaleiros do próprio Brasil desses submarinos.

Em segundo lugar, eu gostaria de saber com relação à transferência... Ainda transferência de tecnologia. Nós sabemos que os Estados Unidos estão anunciando que, através da Boeing, que daria uma transferência de tecnologia necessária. Então, há um termo semântico que está sendo discutido. Porque a França oferece uma transferência de tecnologia irrestrita. E isso dá para desconfiar de que alguém está querendo enganar alguém. Ou seja, pode acontecer de a França não conceder uma tecnologia irrestrita, ilimitada, como também os Estados Unidos a prometerem uma tecnologia necessária, podem estar escondendo a possibilidade de não fornecer a tecnologia realmente necessária que o Brasil precisa para desenvolver programas de construção, por exemplo, e manutenção de aeronaves. E existem três aeronaves que estão sendo objeto de apreciação pelo Brasil. Os Estados Unidos, a Boeing, é o F-18, a França, o Rafale. Aliás, os Estados Unidos estão prometendo cinco mil empregos e estão até estranhando que a França anuncia 16 mil empregos. E ainda existe o avião da Suécia, é o Gripen, não é? Então, seguinte, o que os americanos estão dizendo, que em todas as concorrências internacionais eles estão ganhando da Rafale, e que o da Suécia é um avião ainda em desenvolvimento e que cuja tecnologia ainda não é muito conhecida... E que o país que assumir este avião assume riscos na sua operação. Eu quero saber o que V. Exa. acha desses comentários que são amplamente divulgados pela imprensa nacional.

No Brasil, que tem uma grande extensão territorial... E já estou terminando, Sr. Presidente, uma grande faixa litorânea a ser controlada pela Marinha, atualmente tem cinco submarinos em operação no Brasil. Esses cinco submarinos... começou com o Tupi. E eles... Eu quero saber quanto... A construção pelo Brasil de não só de mais submarinos convencionais como futuros submarinos nucleares, quanto nós precisaríamos até... Suponhamos, até daqui 20 anos, e de quantos navios convencionais e quantos navios nucleares nós poderemos construir aqui nos nossos estaleiros, em Itaguaí, no Rio de Janeiro, e por que a escolha de Itaguaí como base, como estaleiro principal, o único para a construção dos futuros submarinos brasileiros?

Agradeço a V. Exa. Cumpri o tempo. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado. Ministro, agora o Senador Tasso Jereissati e o Senador Agripino--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só para terminar, não poderia deixar de registrar isso, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, não é apenas um especialista em Direito, tornou-se também um estrategista em matéria de Defesa Nacional.

Meus parabéns pela palestra que aqui realizou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Antes de passar a palavra ao Senador Tasso, eu vou colocar uma posição minha também. De localização. O submarino vai ficar sempre no Rio de Janeiro, não vamos ter uma outra base no Nordeste, quem sabe lá perto de Fortaleza, podemos até descentralizar um pouco.

Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu acho que... Ministro, foi muito bem colocado aqui pelo Senador Azeredo, porque um dos pontos que eu noto aqui, não seria o primeiro ponto que eu iria tocar, mas em todo... Estrategicamente, em todo projeto que envolve o investimento maciço de recursos, se procura também desenvolver não só determinados setores, mas determinadas áreas. Eu noto por aqui que 99% desses investimentos, à exceção de Alcântara, que fica quase no Norte, não fica no Nordeste, estão no centro-sul do país. Quando nós temos algumas áreas da região Nordeste que são altamente privilegiadas, não só para investimentos na área da Marinha, por exemplo, ou na área da Aeronáutica, que nós temos até uma grande tradição estratégica, e até pelas características do nosso clima, que facilita treinamento e uma série de coisas, por exemplo.

Eu sinto uma falta enorme e cada vez que eu vejo aqui esses investimentos aqui de bilhões e bilhões e bilhões e eu não vejo qualquer referência a qualquer

investimento na nossa região, eu fico preocupado, porque eu acho que faz parte da estratégia de defesa também o desenvolvimento do país com uma certa homogeneidade.

Agora, Ministro, o que eu vou sugerir aqui, acho que as perguntas todas já foram feitas, eu gostaria de entender uma porção de coisas que realmente estão me chamando atenção e que eu acho que nós precisaríamos aqui, reforçando a sugestão do Senador Casagrande, de fazer uma reunião reservada para que nós pudéssemos discutir alguns aspectos que eventualmente não pudessem ser ditos assim publicamente. Eu faço parte, como a maioria dos Senadores aqui, e V. Exa. com certeza também, de uma geração que nasceu dentro de uma visão que toda a nossa estratégia militar era montada para um eventual conflito com a Argentina. A partir de determinado momento, com o MERCOSUL e com a política principalmente aí do Presidente Sarney, essa preocupação me parece que foi minguando de uma certa maneira, e não havia no nosso hemisfério, na nossa região, no nosso continente, nenhuma movimentação forte de corrida armamentista, de países se colocando superior muito em superioridade muito mais elevada do que outros... Se mantinha um *status quo* com uma certa estabilidade.

Ultimamente, eu pelo menos, Senador Agripino, na minha... Da minha memória não me lembro de ter assistido durante toda a minha vida não só política, mas na minha vida, um investimento em armamento tão grande, principalmente aqui, começando aqui na Venezuela. Isso é um movimento que me parece novo, relativamente novo, e que me chama atenção e me assusta também. O Senador Heráclito fez referência no ambiente bastante, eu diria bélico, porque lembra aquelas grandes concentrações em que os Presidentes anunciavam, faziam aquelas paradas militares nos países totalitários, com a população se orgulhando daquele poder militar. Nós vimos recentemente [soa a campainha] o Presidente da Venezuela fazendo uma coisa desse tipo, anunciando a compra de mísseis. Eu não sei o que isso representa exatamente em relação à segurança brasileira, em relação à segurança das nossas fronteiras. E por esta razão eu também não entendo, como colocou o Senador Sérgio Guerra, o que é essa estratégia política. Qual é a estratégia política que faria, se é o caso, de se comprar equipamentos aparentemente de qualidade não tão comprovada do que outros, mais caros e de fazer praticamente uma pré-definição em função de determinada estratégia política. Estratégia de defesa do país, seria um alinhamento de médio prazo com a França, ou a França, que eu sei, já participa de outro bloco da OTAN, e essas coisas todas que tem no comando, inclusive o próprio Estados

Unidos da América, no comando, mas participando, os próprios Estados Unidos da América.

Então, eu gostaria muito... Se V. Exa. entender que é necessário que nós possamos ter uma Sessão reservada, para que nós pudéssemos entender alguns aspectos que provavelmente nós não estamos entendendo aqui, nós não estamos conseguindo captar a profundidade. Essa questão dessa corrida de armamento, Venezuela, Colômbia, etc., me preocupa. Eu não me lembro de ter assistido essa cena na minha vida e gostaria de entender qual é a preocupação brasileira em relação a isso, se existe razões para uma preocupação, e queria saber de V. Exa. basicamente se V. Exa. acharia que uma Sessão reservada seria mais adequada para que nós pudéssemos discutir essas questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Tasso Jereissati. Então, último orador inscrito Senador José Agripino, e depois o Ministro para as respostas.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Ministro Nelson Jobim, eu queria dar uma colaboração e eu vou falar uma coisa que vou dizer com constrangimento. Eu adoro a França, eu sou portador da *Legion d'Honneur* da França, me orgulho muito disso, mas eu quero muito mais bem ao meu país. O Presidente vai comprar, o nosso país está para comprar caças, jatos, junto com submarinos, e tem evidentemente dois critérios para definir a compra. Preço e a questão da transferência de tecnologia. Eu não quero discutir aqui os fatos que foram comentados que V. Exa. vai evidentemente esclarecer, da vinda do Presidente Sarkozy, que precipitou uma declaração do Governo Brasileiro dizendo que ia comprar os Rafale, depois voltou atrás em função do relatório da FAB que não foi entregue ainda, e evidentemente a razão estratégica ou de transferência de tecnologia não foi definida. Mas o que me preocupa não é nem menos isso. O Senador Tasso Jereissati acabou de falar da condição recente de países da América do Sul de estarem se armando. Principalmente a Venezuela. Eu quero me referir à guerra das Malvinas, as ilhas Falkland. Chegou às minhas mãos uma coisa que deixou estupefato e daí meu constrangimento, mas tenho que tornar público. É um artigo escrito pelo Sr. George Jones, editor de política publicado do *Daily Telegraph*, em 13 de março de 2002, não é de agora, não, é 13 de março de 2002. O título da matéria está na internet, é "*How friends helps us win Falklands war by John Nott*". John Nott era o secretário de defesa da Inglaterra na época da Margaret Thatcher, Primeira Ministra, e que levou a efeito a guerra das Malvinas. Sabe o que está dito nesse artigo? Vou passar às mãos de V. Exa. o artigo, é uma coisa que temos

que investigar. Porque se nós queremos transferência de tecnologia, nós queremos dominar. E o que está posto no artigo, é que o Secretário de Defesa, o Ministro da Defesa John Nott diz, declara a ajuda que a França deu a eles, ingleses, para ganhar a guerra das Malvinas. Como? Pasmem, Senador Tasso, ajudando a boicotar os Exocets que os pobres dos argentinos, nossos vizinhos da Argentina, dispunham para invadir as ilhas Falkland. O Ministro declara, está aqui no artigo, vou passar às mãos de V. Exa., ele declara. E o editor de política do **Daily Telegraph**, no dia 13 de março de 2002, postou no jornal a denúncia dizendo que os franceses ajudaram a eles a... Se a estratégia é às avessas, é contra, está difícil.

Então, acho que esse elemento tem que ser esmiuçado. Eu quero dar essa colaboração a V. Exa., investigar este assunto. Porque está dada... Trata-se de um artigo do John Nott, que fala sobre isso, em que eles vendem os Exocets à Argentina, e ensinam os ingleses a como boicotar os Exocets, ou como grimpar o lançamento dos Exocets, já imaginou nós comprarmos os Rafale, e mais na frente termos a infelicidade de uma guerra? Ele diz no artigo que os Estados Unidos defendem permanentemente o acordo, o acordo negociado para o fim da guerra. Mas que eles, ingleses, estavam determinados a ganhar a guerra e ganharam com a ajuda da França, que vendeu à Argentina os Exocets e ensinou aos ingleses como boicotar o funcionamento dos Exocets.

Então, se transferência de tecnologia é uma questão fundamental, isso aqui é transferência de tecnologia às avessas. É gol contra. E eu gostaria de passar às mãos de V. Exa. para que esse assunto fosse considerado com a importância que o artigo merece.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sr. Presidente, como eu não sou o Dr. Ulysses, o senhor me dá um minuto, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agradecemos, então, ao Senador José Agripino. Vamos agora só aguardar o Ministro.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Gostaria de fazer uma pergunta pontual a ele. Não vou gastar nem um minuto, nem dois minutos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, então como nós estamos aqui esperando o Ministro voltar, quando o Ministro voltar eu posso reafirmar para ele, mas nós vamos ter um dia, que é o dia 21 de setembro, que é o dia da entrega das pro-

postas para o FX. Nós já temos que marcar, de novo, a volta do Ministro aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Com a reunião secreta? Reservada.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aí nós temos que perguntar como é que ele quer essa... Porque nós, assim, naturalmente como Congresso, temos que acompanhar todo esse processo, porque é um processo que envolve muitos recursos. Além dos recursos, ou mais importante que os recursos, ou tão importante quanto os recursos, é a visão estratégica de Estado, de paz. O que nós queremos para esse país, porque o Congresso tem um papel nesse debate, tem um papel claro nesse debate. O que nós queremos? Uma potência bélica? O que nós queremos para o nosso futuro? Então, qual o caminho que nós vamos seguir? Terá que acompanhar. Como nós estamos acompanhando esse processo até agora, dia 21, depois do dia 21 ou logo no dia 21, o momento aí, vamos verificar com ele, mas ele terá que retornar aqui ou para uma reunião pública, aí acho que o Ministro tem que definir, ou numa reunião reservada, para que a gente possa compreender efetivamente a escolha e a decisão que o Brasil vai tomar com relação a este assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Esse, realmente, o Senador Tasso Jereissati lembrou bem, é o maior investimento da história nessa área. Eu só me lembro quando eu era criança do porta-aviões de Juscelino, o de Minas Gerais.

Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): E aqui também na Comissão prestar atenção sobre o quadro de absoluta pobreza do Exército Brasileiro e das instituições militares. Tem gente passando fome em vários lugares.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós já estamos convidando V. Exa., Sr. Ministro, para uma reunião aqui logo depois do dia 21, ou reservada ou pública, do jeito que o senhor achar mais adequado, para que a gente possa continuar o debate sobre esse tema que vai ter o desfecho, provavelmente iniciado seu desfecho, no dia 21.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ministro, antes ainda de passar a palavra, o Senador Augusto Botelho pediu... Rapidamente [ininteligível] Roraima.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A minha questão é pontual. Claro que sou favorável e acho que a transferência de tecnologia é fundamental. Não adianta fazer nenhum negócio se não houver a garantia de real transferência da tecnologia. Agora, me preocupa um pouco, assim, nós vamos fazer esse

investimento todo nessa área de defesa, as forças, e a força terrestre esse ano deixou de convocar mais ou menos 20 mil soldados por questão de economia. Recentemente, saiu na imprensa que estamos reduzindo o horário de trabalho para fazer mais economia. Essa nossa atitude, que é necessária, não vai agravar essa situação do Exército?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Augusto Botelho é de Roraima, não de Rondônia, como o seu colega confundiu, mas é de Roraima. Ministro Nelson Jobim.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: É que o pessoal do Sul não está acostumado com aquela região.

Bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vou começar a fazer uma resposta sobre o conjunto das perguntas que foram feitas, questões suscitadas. Agradeço muito o levantamento disso. Gostaria só de fazer uma retificação. Eu não uso a palavra compras, o Brasil não está comprando. O Brasil não é uma Venezuela que compra nos supermercados de arma do mundo. O que nós queremos é caminhar para a capacitação nacional. Isso é uma decisão tomada na estratégia nacional de defesa e que significa exatamente a capacitação nacional, significa a necessidade de parcerias estratégicas. Daí porque quando nós começamos a trabalhar na estratégia nacional de defesa, o Ministro Mangabeira Unger e eu nos espalhamos pelo mundo para conversar com... Enfim, os pontos em que nós identificávamos que poderia vir uma tentativa de parcerias estratégicas no sentido de buscarmos a capacitação nacional. Por quê? Porque o Brasil não tem inimigos. As questões de fronteira do Brasil foram resolvidas no início do Século XIX, aliás, no início do Século XX, final do Século XIX, pelo barão do Rio Branco. Não temos problemas de fronteira, tivemos durante o período, basicamente, o período da Velha República, questões que vinham ainda do tempo da Guerra do Paraguai, quando o Presidente Lopes, do Paraguai, através de tentativas com o Uruguai e com as províncias cisplatinas do norte tentavam criar uma condição de absorver aquela região que hoje circunda o Forte Coimbra, junto ao Mato Grosso. Aqueles que conhecem a geografia brasileira, sabem que o Brasil, a expansão do território brasileiro tem um nome, Marquês de Pombal. Ou seja, foi a política Pombalina do ano de 1750 até a ascensão no trono português da D. Maria I, que foi quem afastou Pombal, que nós tivemos as expansões territoriais brasileiras. Seja o Forte Príncipe da Beira em Rondônia, seja o Forte Coimbra no Mato Grosso, seja o Forte no Amapá, na entrada, onde você desenhou a região. Tanto é que o Brasil, ele é mais largo do que cumprido. A impressão que se

tem de que ele tem mais extensão na vertical, mas na verdade na horizontal ele tem mais extensão.

Bem, as conversas que foram feitas nesse momento, nós conversamos com os Estados Unidos, naquela época, evidentemente, o Governo Bush, no caso específico, ainda hoje, o Secretário de Defesa Robert Gates e também na época com a Sra. Secretária de Estado, a doutora... Como é o nome dela?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Bom, e depois fomos à Rússia. Estados Unidos, Rússia, França. O Ministro Mangabeira esteve na Índia, esteve na China, e depois conversamos também com os italianos. Os italianos têm--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, não. A última. Condoleezza. A conversa foi com Condoleezza Rice e com o Robert Gates, que continua na Secretaria de Estado. Nas conversas todas, o que era fundamental era a conversa sobre transferência de tecnologia. Houve até uma cena desagradável num determinado momento em Washington, quando fomos conversar com uma *Think Tank* que tinha grande influência no partido republicano, e os senhores sabem que lá diferentemente do Brasil, os institutos de pesquisa civil influenciam enormemente os partidos políticos, das suas relações. E na conversa que tivemos, o primeiro momento aguardávamos a chegada do Presidente que atrasou-se por problema de trânsito e eu me encontrava sentado na mesa de reuniões, e esse cidadão veio e pergunta: "O que os senhores querem comprar?" Aí eu olhei para o Embaixador, que estava comigo e disse: "Bom, pelo jeito vim ao lugar errado, o Brasil não quer comprar nada". Com licença, vou me retirar. Aí deu uma certa... Mas por quê? Porque a visão, sempre, a visão sempre no norte, principalmente dos países do Norte e do Oriente são de que o Sul é *down there*, o Sul é visto como lá embaixo. E isto é comum encontrar, inclusive em alguns artigos da década de 2000, depois que assumi o Ministério da Defesa, lamentavelmente... Lamentavelmente ou não, Valadares, tive que acabar estudando todas essas coisas aí. Tive que estudar transição militar na Espanha, transição militar na China, sabia como é que foram as articulações do Exército Vermelho e Deng Chiao Ping, em relação ao **Hua Kuo Feng** no final do período de Mao... Enfim, essas histórias todas eram importantes pra gente ter um retrato de todo esse quadro.

Bem, o fato é que nessas conversas todas, o que se observou nitidamente é de que o regime de Putin, que ainda no caso não havia sido eleito ainda

[ininteligível], Putin não pretendia fazer nenhum tipo de transferência de tecnologia, ou seja, nenhum tipo de parceria estratégica, porque achava que o Brasil estava muito longe. Os americanos não fariam esse modelo de transferência de tecnologia pretendida. Diziam que era impossível, tendo em vista decisões do Secretário de Estado e também decisões do Secretário de Defesa. Naquele momento tinha havido um problema, que foi o GPS degradado que os americanos haviam enviado para o Super Tucano. O Super Tucano depende de um GPS americano com uma definição de um metro. E os GPSs que foram enviados foram de 150 metros. Ou seja, não havia nenhuma possibilidade do Super Tucano operar nas condições de alta precisão. Depois disso foi resolvido através dos trabalhos do Embaixador Sobel, que V. Exa. conhece.

Bem, as conversas prosseguiram até chegarmos à França, em que as conversas com os franceses foram diferentes. Eu quero lembrar aos senhores que há uma tradição francesa completamente distinta em relação à Europa propriamente dita. A Europa continental toda teve sempre face a Grã-Bretanha uma relação muito próxima dos Estados Unidos. Mas ocorre que a França tem uma história muito distinta da Grã-Bretanha e distinta dos outros países europeus. E essa história chama-se Segunda Guerra Mundial. Lembrem-se que Churchill e Roosevelt tinham péssimas relações com o General De Gaulle, porque o General De Gaulle conseguiu alguma coisa absolutamente inenarrável, transformou um país que havia sido derrotado na guerra em vencedor. E como é que ele fez isso? Com uma intransigência incrível, com absoluta intransigência e com aquilo que De Gaulle chamava oner. Lembrem dos discursos do General De Gaulle na televisão francesa que foi um dos primeiros a usar a televisão como instrumento de conexão e compreender um fenômeno em que estava desaparecendo o discurso descritivo e analítico passando ao trabalho da relação de imagem, o General De Gaulle fez exatamente uma política de absoluta autonomia da França. Não se submeteu às restrições pretendidas por Roosevelt, não admitiu as restrições pretendidas por Truman e lembrem-se de um fenômeno, só para compreender o pano de fundo, quando os americanos, sem avisar o General De Gaulle, fizeram o dia D, o General De Gaulle estava em Argel, mas ele já havia enviado previamente para as Prefeituras, *préfecture*, no sentido francês, não no nosso sentido, que são aqueles gestores de reuniões, mandado homens da França livre. E os americanos chegando a essas cidades francesas, quando quiseram assumir e tinha ordem do General **Eisenhower** de assumir as chefias, Senador Tasso Jereissati, as chefias das Prefeituras locais, apresentava-se alguém

e dizia: “Aqui está a França”. Ou seja, nós temos que lembrar de que o processo do histórico da França é completamente distinto, e lembrem-se depois, De Gaulle já bem mais tarde, já depois do retorno, quando foi Renné Pigott foi buscar De Gaulle, quando se afastou na primeira vez e voltou para fazer a Constituição da 2ª República, da 4ª República, em 1951, 58, o General De Gaulle criou a “*Force de Frappe*”, e não participou de nenhum tratado imposto pelos americanos e pelos ingleses em relação ao desenvolvimento de tecnologia. E aí a França desenvolveu uma tecnologia própria extraordinária. Por quê? Porque tinha um sujeito que agredia. Era arrogante, intransigente, pretensioso e fez a França. A França moderna. Se os senhores tiverem oportunidade, não quero recomendar ninguém, leiam o livro sem... Digamos, conotação ufanista, porque é escrito por um jornalista inglês, **Don Cook**, sobre a biografia de De Gaulle, abandone o Jean Lacouture, que é um negócio, um tijolo imenso, e peguem aqui para verificar exatamente a pretensão que tinha o General De Gaulle, inclusive ao vetar, lembrem-se disso, o ingresso da Inglaterra no mercado comum. O que era aquilo? Era a questão de autonomia.

E isso nós sentimos, efetivamente, nas conversas que tivemos com a estrutura francesa. Lembrem-se que a estrutura francesa é toda ela é uma estrutura napoleônica, vinda do modelo napoleônico anterior e que de fato, na situação política naquele momento, nós tínhamos o quê? Um país que estava disposto a conversar com o Brasil, não na forma com que os outros conversavam com a gente. Olhando de cima para baixo. E aí nós começamos a conversar com os franceses. E os franceses então propuseram a possibilidade histórica de nós termos uma relação estratégica norte-sul. Não tínhamos acolhida no Governo Bush, tínhamos diálogos simpáticos, não tinha acolhida efetivamente. E a França tinha um detalhe importante, que nós utilizamos como retórica junto, principalmente, aos partidos franceses que reagiam às negociações brasileiras em que eu dizia como elemento de convicção e que criava um desequilíbrio, dizendo que a França era o único país europeu amazônico, considerando a Guiana Francesa.

Bom, e com isso começaram as conversas. As conversas foram exatamente nessa linha, de nós termos a possibilidade ou não de transferência de tecnologia. A decisão estratégica, portanto, meu caro Senador Agripino, foi exatamente essa. E lembrava claramente que nós lembrávamos, e isso é conhecido, é fator conhecido, não é novidade, isto que o senhor traz a público através de um artigo articuladamente, que foi a exigência dos britânicos em relação aos franceses a época da guerra das Malvinas sobre o código fonte

dos Exocets. E o único Exocet francês, aliás, argentino, que explodiu, pegou numa casa de máquinas de um dos navios franceses. Mas isso não acontece. E por quê? Porque não havia transferência de tecnologia nenhuma, naquele momento havia meramente aquisição de armas no mercado geral de armas.

Então, o que nós não podemos pensar, e aqui que está o ponto fundamental, ou o Brasil se capacita ou é um país absolutamente dependente. E eu acabo de repetir aos senhores o seguinte, a minha posição em relação ao extraordinário respeito que eu tenho aos Estados Unidos, é que eu lamentavelmente sou um advogado, um advogado de 45 anos de trabalho e fui Juiz durante 10 anos no Supremo Tribunal Federal. E advogado trabalha com jurisprudência. Trabalha com precedentes. E os precedentes que eu tinha dos americanos eram ruins. Eu disse isso já à administração Obama, mostrando dez hipóteses de embargos que os americanos haviam feito a desenvolvimento tecnológico no Brasil. Ou seja, nós precisamos ter a audácia que teve o Almirante Álvaro Alberto, quando resolveu na década de 50 que o Brasil deveria deter a tecnologia nuclear. Não para construir bomba, não esta conversa que a gente está vendo agora nos jornais, que o Brasil pode construir bomba, não sei o que mais... É o tipo da conversa que não tem o mínimo sentido. O Brasil tem obrigação constitucional de não ter bombas, o Brasil tem, isto sim, obrigação de ter o controle da tecnologia nuclear por quê? Porque a tecnologia nuclear é utilizável. Primeiro, como complemento da nossa base, nossa matriz hidrelétrica, a nossa matriz energética, que é basicamente hidrelétrica. Ou seja, precisamos ter a complementaridade. Daí o desenvolvimento do programa de Angra 1, depois o Angra 2 e agora estamos no desenvolvimento de Angra 3. E precisamos fazer isso para ter a complementaridade em relação à energia hidrelétrica que está sujeita àquilo que aconteceu no final do Governo Fernando Henrique, lembra-se, eu estava no Governo naquela época, aliás, não, já estava no Supremo, quando houve um problema de chuvas e quedas e etc. e tal e tivemos que examinar aquele problema do caos; isto é absolutamente necessário para a autonomia do país.

Segundo, em relação à defesa, a energia nuclear tem uma finalidade que é exatamente a propulsão de submarino nuclear, eu mostrei aos senhores o que significa a estratégia de movimento do submarino nuclear, vis à vis ao submarino convencional, cuja estratégia de posição considerando a velocidade.

Eu quero lembrar aos senhores o seguinte. A América do Sul – agora ampliando um pouco o nosso universo –, a América do Sul é a maior detentora de energia de hidrocarbonetos renováveis do mundo. A

América do Sul é a maior produtora de alimentos do mundo. E a América do Sul, envolvendo sempre o Brasil nisso tudo, a América do Sul é o maior depósito de água doce do mundo. A bacia amazônica e o aquífero Guarani. Os senhores imaginem o que isso valerá daqui a 50 anos. Lembrando que a produção de energia hoje se dá em regiões absolutamente conturbadas politicamente. Portanto, o que nós precisamos, e aí que está o ponto, o que foi decidido era a capacitação nacional, ter exatamente a não possibilidade de que os elementos de defesa que tenhamos possam ser controlados de fora. Nós temos um problema, meu caro, e ainda não resolvido. E precisamos enfrentar com absoluta rapidez. E estamos fazendo isso através do Instituto de Pesquisa da Aeronáutica, no CTA da Aeronáutica e eu queria então convidar essa Comissão para conhecer o centro de pesquisa da Marinha que operam junto à Universidade de São Paulo, e também o centro de pesquisas do Exército, o CEPEX, e o centro de pesquisa aeroespacial da Aeronáutica lá em São José dos Campos.

Qual é a nossa grande... É desenvolver tecnologia. Temos capacidade de absorvê-la e desenvolvê-la. E foi esse o raciocínio de Álvaro Alberto quando em 1950, "contrabandeou via batata inglesa" a primeira centrífuga no Brasil. E deu o que deu. Hoje nós temos autonomia tecnológica do controle do combustível nuclear. E isto é fundamental. Falei eu para a defesa, no sentido dissuasório, para, no segundo ponto, para o desenvolvimento energético, para a energia, e em terceiro para fármacos e agricultura. E isto nós paralisamos algum tempo por problemas de recursos financeiros, problema de crises financeiras e que agora estamos retomando.

Então, eu quero dizer aos senhores de que nós não temos inimigos. A última guerra convencional que o mundo viu foi a Guerra da Coreia. Guerra convencional são o quê? São Estados nacionais contra Estados nacionais. O que nós temos hoje são os chamados conflitos assimétricos, ou ameaças assimétricas. Os generais americanos não perceberam isso quando resolveram invadir o Iraque. Eles ganharam a guerra convencional no Iraque em dois dias ou três dias, Senador Jereissati. E não conseguem enfrentar a guerra assimétrica, ou seja, a guerra é de guerrilha. Ou seja, a formação para um tipo de conflito que não é o conflito convencional. E é isto que nós precisamos ter presente, de que nós precisamos capacitar não para ninguém. Não temos nenhuma pretensão expansionista. Mas sim para dizermos a alguém de que se entrarem aqui vão se incomodar. Aqueles que resolverem achar que a Amazônia tem que ser algo destinado exclusivamente ao mundo e não do Brasil, tem que se incomodar. Para

saber que aqui, ou seja, nesta terra, o Brasil cuidará com capacidade da Amazônia para o bem do Brasil e para o bem do mundo. Mas o Brasil não admitirá em hipótese alguma que formulações externas venham dizer aqui o que nós temos que fazer. E o único país possível de se fazer isto, a única forma possível de se fazer isto, é nós termos a capacidade de dizer não quando tivermos que dizer não. E isto é necessário pela capacitação nacional. Não temos inimigos, pelo contrário, temos grande amigos nas fronteiras e temos problemas nas fronteiras. Estou voltando agora de Quito, um enfrentamento de um grande problema com a Colômbia. Vamos resolver. Tudo isso a gente constrói. Mas vamos caminhar nesse sentido para essa construção.

Agora, o que chama atenção e aqui tem razão absoluta o Senador Casagrande, é que nós temos um problema. Nós despertamos para problemas de defesa há pouco tempo. Nós não falávamos de defesa. Na constituinte, a única coisa que se discutia de defesa era a função das Forças Armadas. Embora o Aldo Arantes e o... Os dois, o Aldo Arantes e o Aldo Rabelo quisessem discutir questões, ninguém queria dar bola nisso. Porque um assunto que para nós era intocável. Porque nós confundíamos, meu caro Tasso, defesa com perseguição política, e etc. E aí a relação que se estabelecia era a relação do quê? De se entregar uma meia dúzia de cruzeiros, depois cruzados e depois real, para os militares desenvolverem os seus projetos militares. E nenhum de nós, nem o Congresso, nem o Executivo na área civil, se comprometia com os projetos militares, porque consideravam projetos setoriais dos "milicos", não eram projetos da nação. Isso é um processo histórico. Nós temos... Todos aqueles que participaram daquele momento sabem muito bem que era este o momento psicológico e político daquele momento. Não havia outra coisa a fazer. Agora muda. E é por isso, meu caro Casagrande, de que eu estou apresentando, dentro de pouco tempo, o Governo estará apresentando um grande projeto de alteração da Lei Complementar 97 para a reestruturação completa do Ministério da Defesa. O Ministério da Defesa não tem nenhuma estrutura de defesa. Nós não temos nenhum civil que entenda de defesa. Eu não tenho condições de conversar. Difícil encontrar um civil, com exceção idiossincrasicamente, de alguns acadêmicos paulistas, que podem conversar sobre o assunto de defesa. E o pior, meu caro Senador Arruda, é que os colegas da academia desses que tratam de defesa o desprezam. Porque isto não é assunto para ser tratado. Vamos ter que tratar do pensamento de **Wittigstein**, vamos ter que tratar do pensamento de Spinoza. Isso

sim dá status. Tratar de defesa, não. Tratar de defesa é alguma coisa que--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Você sabe que a defesa, a base de sustentação do De Gaulle foram os comunistas na resistência.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Eu sei disso. V. Exa. está recuperando...

[falas sobrepostas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que não eram os militares, mas eram os civis.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Eram os civis. Exatamente. Agora, veja bem, lembra-se que quando o De Gaulle compareceu perante os argelinos--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas tem um bom núcleo. Tem um bom núcleo também no Rio de Janeiro. De civis na universidade que estão no núcleo de defesa.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Tem. Eu sei disso. Exatamente. Então, por isso meus caros Senadores, respondendo a questão do Senador Casagrande, é de que há necessidade de uma reestruturação completa do Ministério da Defesa com mudança do tipo de secretaria, com a criação do Estado Maior conjunto das Forças Armadas junto ao Ministério da Defesa, com a criação da Secretaria de Produtos de Defesa que vá definir a política de compras e a política de padronização das áreas e que vai ter a capacidade das negociações internacionais em relação a tudo isso. Ou seja, a pretensão é grande. Agora, quem pensa pequeno, dizia Dr. Ulysses, fica pequeno. Então, nós vamos ter que ter esse tipo de situação. O que nós enfrentamos agora?

V. Exa. referiu a problema de recurso. Efetivamente, nós estamos com problema emergencial de recurso considerando o contingenciamento ocorrido nesse período. Nós tivemos--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não é emergencial. Já tem sete, oito anos. Todos os anos têm contingenciamento drástico.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sim, mas depois eles descontingenciam no final do ano. Então, o contingenciamento é inicial, depois descontingenciam. E lamentavelmente o descontingenciamento maior foi no Governo Fernando Henrique, que eu participei. Então, não dá para a gente fazer uma... Não dá para politizar esse tema.

Ocorre o seguinte, o que nós precisamos ter presente é de que nós tivemos o contingenciamento de 12 bilhões só para investimentos, não é, porque nós temos um outro assunto, que é o assunto de folha. Mas investimentos, nós tivemos um contingenciamento, neste ano, de 12 bilhões, que era o valor correspondente a custeio e investimento das forças, nós tivemos

um contingenciamento de três bilhões. E agora estou negociando com o Ministério do Planejamento o descontingenciamento para isso. Por quê? Pelo seguinte: Quando nós assumimos o Ministério da Defesa, cada força... Isso era a Legislação. Cada força fazia o seu orçamento considerando seus critérios. Atrás do senhor tem um grande orçamentarista da Marinha, que é o Almirante Ridsen.

Bom, esse pessoal fazia o orçamento correspondente, o Ministro da Defesa consolidava o orçamento e mandava para o Ministério do Planejamento. Nós mudamos a regra e vamos alterar inclusive a regra jurídica, mas mudamos a prática. Começamos a discutir orçamento e dividimos em dois, Senador Casagrande, dois grandes temas. Aquilo que nós chamamos manutenção operativa significa as necessidades das forças para se conservar no estado que se encontram. Ou seja, custeio e o investimento de manutenção daquilo que tem. E o segundo, os projetos que seriam decididos não pelas forças, mas seriam oferecidos pelas forças dentro do grande projeto da estratégia nacional de defesa. E aí surge o problema dos recursos para isso. Nós vamos ter dois tipos de situações. Um é o recurso para a manutenção operativa, que é o que V. Exa. está falando, que atinge do contingenciamento. Efetivamente, o contingenciamento atinge a manutenção operativa. Não atinge os projetos, os projetos paralisam ou tem autonomia.

Então, o que eu quero fazer? É ter uma manutenção operativa estável, mas fundamentalmente inviabilizar a paralisação dos projetos em relação ao desenvolvimento das forças. Projeto PROSUB, etc., etc. Porque o que ocorre? Nós não temos condições de formar uma estrutura básica da indústria nacional de defesa se não tivermos continuidade nos projetos. É o caso, por exemplo, do chamado Urutu 3 junto à FIAT/IVECO e aqui em Sete Lagoas, que é um projeto de mobilidade básica do Exército, que é um veículo sobre rodas, não é sobre lagartas. Hoje modernamente fala-se mais em veículo sobre rodas não mais sobre lagartas.

Pois bem, o que nós queremos fazer? Nós queremos trazer um projeto, ou seja, estabelecermos a impossibilidade do descontingenciamento ou de contingenciamento dos recursos destinados aos grandes projetos que seriam aprovados pelo Presidente da República. Isto é Projeto de Lei. Isso os senhores vão ter que discutir aqui. Ou seja, o inviabilizar o contingenciamento e a não destinação, porque aí você tem o problema de mudanças de Governo, você tem o problema da mudança dos Ministros de Defesa. Aí "não, não quero isso, não quero aquilo". Eu me lembro, e os oficiais estão aqui para ser claros, mudava o coman-

dante do Exército ou mudava o Ministro do Exército, mudava a prioridade do Exército. Se o Exército era da cavalaria, as prioridades do programa iam para a cavalaria. Se o Exército era da infantaria, as prioridades do programa iam para a infantaria. Na Marinha era uma briga entre os navais e os marinheiros, e os submarinistas, ainda por cima.

Então o que nós precisamos estabelecer é uma continuidade. Como é que nós vamos fazer? Nós temos duas possibilidades. Uma é uma fonte de recursos orçamentada não contingenciável, e outra é o exame que nós estamos fazendo e um levantamento que está no projeto também do plano estratégico, que é o seguinte. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica gerem um dos maiores patrimônios imobiliários do país. Dentro desse patrimônio, nós temos três tipos: temos os patrimônios que são estratégicos, ou seja, são absolutamente necessários a sua permanência nas tropas e nas forças, quer agora, quer numa perspectiva estratégica de 100 anos. Tu tens o patrimônio histórico e tem o patrimônio que não é nem estratégico nem histórico, mas que decorre do processo histórico de ter ficado na gestão da Marinha.

Por exemplo, vamos a Rondônia. O quartel General de Rondônia está na praça central da cidade. Faz sentido? Não faz sentido. Aí você entra no quartel General em Rondônia, e você encontra puxadinho para um lado, puxadinho para outro... Por quê? Porque aquilo estrangulou com a aproximação da cidade. Então, o que nós estamos pensando? Em discutir uma separação desses três itens, sendo que esse item aqui seria fonte de recurso para as forças através de um Fundo Imobiliário, que poderia ser gerido pela Caixa Econômica ou pelo Banco do Brasil, nós estamos estudando isso. E aí você tem condições de ter origem de recursos próprios. Não o que acontece hoje. E os Srs. Senadores sabem muito bem, aqui não tem nenhum deles, mas 'N' vezes eu já recebi Senadores ou Deputados e Prefeitos e Governadores pedindo um pedaço num... "Ah, mas o Exército não ocupa isso, me dá isso aqui". "Não ocupa aquilo..." Teve o caso lá em Rondônia em relação ao teatro, Roraima, aliás, em Roraima em relação ao teatro. O prédio do Tribunal de Justiça, e não sei o quê, tudo em cima de terrenos do Exército que era na época o terreno do território. Ou seja, se não dermos uma destinação para aquilo, vai acabar sendo retaliado esse patrimônio, nós temos uma forma, portanto. Nós temos uma forma de estabelecer uma receita e eu submeti ao Presidente da República o problema de termos um grande programa de 25 anos em suscetível de descontingenciamento aprovado pelo Congresso Nacional. Ou seja, é dado o momento de se envolver na questão da defesa.

O problema é que nós precisamos: 1) No Ministério da Defesa criar uma carreira civil de defesa. Lá está o Dr. Ari. PETROBRAS ou Banco do Brasil? PETROBRAS. Que é o Diretor de Assuntos Institucionais, lá tem um outro secretário que veio do Banco do Brasil, tem um outro que veio do BNDES, tem um outro que veio daqui e daqui acolá. Ou seja, todos são trazidos para o Ministério da Defesa, porque quando foi criado o Ministério da Defesa não tínhamos quadro civil de defesa. É por isso que nós vamos trazer um campus da Escola Superior de Guerra para Brasília, para criar um instituto que deveria se chamar, não se chamará, mas deveria se chamar Pandiá Calógeras, para formação dos quadros civis de defesa e termos condições de desenvolver nesse sentido.

Hoje, Deputado(sic) Casagrande, o que nós temos em relação ao orçamento da União, hoje nós consumimos... Isso aqui é um emento em que eu tenho tudo sobre as forças aqui, como eu não posso ter tudo na cabeça, então eu tenho todos os elementos sobre todos os assuntos possíveis e imagináveis, que vão sendo atualizados. Em relação a isso, meu caro Casagrande, nós temos em relação ao orçamento... Nós temos hoje de custeio e investimento, num total geral para 2008, nós temos um total geral de 5 bilhões e 900 milhões, fora a folha de pagamento. A folha de pagamento é alta, tendo em vista a defasagem ou a diferença entre ativos e inativos. Os ativos representam 1/3 do total, aliás, 2/3 do total de personagens, mas 2/3 da folha são consumidos pelos inativos e pensionistas. Isso é o modelo que um dia vamos ter que examinar, não agora, mas temos que examinar e enfrentar.

Bem, o fato é que no ciclo histórico dos orçamentos, eu fiz um levantamento exatamente preocupado com isso, fiz um levantamento em relação aos vários comandos e fiz um histórico de 1995 até 2010, pegando um período de 10 anos que a gente pudesse ter uma visão da evolução do orçamento das forças. O orçamento do Ministério da Defesa que começou com 3.4 passou para 13.9 em 2010. Com os contingenciamentos ocorridos, que vão sendo descontingenciados na medida da manutenção dessa chamada Manutenção Operativa. É evidente que agora eu hoje à tarde terei uma reunião com o--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Já, execução orçamentária.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Está tudo aqui dentro. Aqui está toda a parte da execução orçamentária e não do previsto, a LOA.

Bom, em relação a isso, nós podemos dizer aos senhores o seguinte, esse projeto total que nós estamos mostrando aos senhores, no prazo de 29 anos representará 2.7% do PIB. O custeio de tudo, não só disso aqui. O custeio de toda a questão, inclusive das preocupações do nosso Senador Tasso Jereissati, nós temos uma previsão, Tasso, de instalar inclusive a segunda esquadra naquela região mais próxima a foz do Rio Amazonas, ali uma região de águas rasas, nós estamos estudando locais para desenvolver também transferir a Marinha, que acabou sendo, digamos, condenada à Baía da Guanabara pelo Floriano Peixoto, depois da república, a Marinha não era republicana, ela era monárquica. E, portanto o Floriano Peixoto condenou a Marinha e enfiou a Marinha no fundo da Guanabara e lá deixou presa, no fundo da Guanabara. Agora, vamos ter que tirar a Marinha de lá, mantendo lá, evidentemente, mas criar uma segunda esquadra que seria exatamente o Nordeste, pensando no desenvolvimento e a transformação de brigadas no Nordeste para esse tipo de situação e exigindo inclusive, investimentos de indústria de defesa no Nordeste para conseguir abrir, eu havia dito que nós temos uma fraqueza logística, ou melhor, uma fraqueza estratégica que é a concentração da nossa indústria de defesa no polo "São José dos Campos", na região de São José dos Campos. Ou seja, arrebentou aquilo, arrebentou tudo. Então por isso nós precisamos fazer essa extensão. Já falei no contingenciamento. Depois vou falar por último na questão do Rafale.

Volto, meu caro Sérgio Guerra, a dizer que nós não estamos um festival de compras. Nós estamos no festival de capacitação nacional. Essa é a linguagem real. Nós não estamos comprando nenhum pneu, não estamos comprando nenhum jipe. Nós estamos produzindo no Brasil e criando empregos. Ou seja, portanto não é um festival de compras, é um festival de capacitação nacional. O Senador Heráclito Fortes já saiu, mas evidentemente que temos que dizer a ele que tudo que ele referiu são notícias da imprensa e são ótimas. Em relação às questões a Boeing, da Saab. Por quê? Porque isso acirra a concorrência. E todas essas questões... "Não, mas é melhor esse, é melhor aquele, porque nós temos um valor X de um, temos o valor 'X' de outro..." Tudo isso vai ter que ser respondido pelo setor técnico da Aeronáutica depois do dia 21, que é o prazo final da entrega com eventual prorrogação sei lá, pelo pessoal da Aeronáutica que vai examinar o que eles vão dizer. E aí eu vou saber, meu caro Senador João Tenório, o que significa para os americanos necessário e o que significa para os franceses irrestrito. Isso aqui é palavra. Eu sei muito bem o que em lógica significa necessários. Se A, então

B, logo A é necessário para B. Agora, se A ou B então F, A não é necessário, mas é suficiente. Perceberam? É suficiente e é necessário. Agora, se A e B então F, A e B são necessários, mas isoladamente não são suficientes. Isso eu sei. Agora, eu quero saber o que significa isso em transferência de tecnologia. E mais, o que significa necessário e mais, quem é o competente para definir o necessário. Quem? Quem transfere ou quem recebe? Isso só posso saber depois. Agora, fique sabendo que eu sei do que está se tratando. Ou seja, é necessário? Mas quem é que diz? Sou eu que digo que é necessário ou o Tasso diz que é necessário? Aí o Tasso não vai me permitir comer churrasco e vai me impor comer carne de sol. Porque ele entende que é necessário comer carne de sol.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que é muito melhor. Há de se convir.

[risos]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Observou o Senador Arruda, não obstante as oposições existentes no Estado, confirma de que a divergência entre necessário e irrestrito ou não é diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ministro, deixa eu só socorrer o Heráclito aqui. É porque ele colocou aqui que quem está falando isso esse negócio de necessário é Marco Aurélio, o Ministro Marco Aurélio. Que não está envolvido no assunto. Só isso. Eu acho que ele colocou nesse aspecto.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Aqui ele está me referindo, fazendo referência a imprensa que teria dito, feito isso, feito aquilo. A imprensa diz que vamos fazer a bomba atômica. Pegaram um livro que é um grande trabalho teórico feito por um autor brasileiro, um grande trabalho teórico. Aliás, o Instituto Militar de Engenharia no Rio de Janeiro, o IME, é um dos maiores centros de matemática pura do mundo. Nós não sabemos disso, porque não interessa para gente saber, a gente não gosta de saber disso. A gente gosta de saber se os franceses são melhores, e se... Mas o fato é que o IME tem um grande centro, um dos maiores centros de matemática pura do mundo e esse cidadão produziu lá um livro que é uma compilação de trabalhos que estão na internet. Tanto é que a agência nuclear pretendia fazer uma espécie de vistoria no IME, o que eu não permiti.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, como eu fui o autor do convite ao Ministro, eu tenho que me ausentar para outro compromisso, Ministro Nelson Jobim, queria pedir permissão primeiro para me ausentar. Segundo, para pedir desculpas por esse compromisso e espero que a gente possa marcar a próxima--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Fique tranquilo. Faremos isso. Estou disponível, estou disponível a qualquer momento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Uma reunião reservada ou reunião pública, aí o Ministro que decide.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Para o Congresso estou disponível a qualquer momento.

Em relação ao processo, o processo não é formal, Sérgio. O processo é absolutamente formal. Ou seja, agora foi reaberto esse prazo, aconteceram dois fatos novos ou três fatos novos. Um, o fato novo mais conhecido e que foi mais, digamos, dimensionado pela imprensa, que é a manifestação do Presidente Sarkozy, mas existe também um fato novo.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sim. E há manifestação também da Sra. Hillary Clinton e há manifestação dita pela imprensa do Senado americano e há também a disposição da família Wallenberg, que é a dona da Saab em relação a... Então vamos ver o que vai fazer. E nisso só quem tem a ganhar com tudo isso é o Brasil. Ou seja, este acirramento para mim é ótimo. Porque exatamente mostra de que nós não somos mais tratados como quem decide lá o que a gente tem que fazer aqui.

Senador Valadares, já falei sobre as duas frases. É algo a saber depois. Eu me lembro uma discussão teórica, curiosa, em que mostra realmente o problema da indefinição das frases, eu lhe mostro uma fotografia. E aparece alguém dando um tiro no ouvido do outro. Aí o senhor dirá: "Não, isso aqui é um assassinato", aí eu puxo embaixo e mostro de que aquilo ali corresponde à execução de uma pena de morte determinada por um Tribunal 'X' do país 'Y'. Aquele carrasco é um assassino ou é o executor de uma ação administrativa? Ou seja, a imagem não significa coisa nenhuma. Significa sim as regras dos usos das palavras. E nós vamos descobrir isso quando aparecem essas propostas concretas.

Em relação ao FX, eu quero dizer aos senhores, os comentários são os mais variados possíveis na imprensa, mas a decisão tomada é no sentido do prosseguimento das propostas que vão terminar no dia 26, o estudo acurado da Marinha, aliás, a Aeronáutica fez o estudo da parte técnica, agora vem a parte comercial que está sendo discutida. Na parte técnica as informações que obtive da Aeronáutica há uma equivalência entre os três, com uma diferença em relação ao Rafale que é um avião de uma turbina, e avião de uma turbina... Aliás, o Gripen, que é avião de uma turbina que tem problemas de maior, digamos, vulnerabilidade. E

os outros são de duas turbinas. Tanto o Super Hornet como o Rafale. Mas isto, dizem eles, que se equivale tecnicamente. A questão é saber que tipo de negócios são pretendidos, que tipo de compensações e o que nós ganhamos com tudo isso.

O Senador Tasso Jereissati tem absoluta razão, eu não sei se V. Exa. assistiu a primeira apresentação que fizemos, logo no início, em que apresentamos as infraestruturas estratégicas do Brasil, as infraestruturas críticas e mostra claramente o privilegiamento do centro-sul. Em que mostra vazios no Nordeste, imensos vazios no Norte em relação a investimentos de infraestruturas críticas regionais e nacionais. O que isso é uma grande preocupação e nós estamos caminhando para jogar isso para lá.

O segundo ponto fundamental, Senador Tasso, é a América Latina. V. Exa. referiu o problema das disputas dentro da América Latina. Ocorre o seguinte: Todos os estados, todos os países da América Latina nesse momento estão vivendo países em que tivemos democráticas em que as pessoas foram eleitas, ponto nº 1, coisa nova, coisa absolutamente nova, não temos intervenção militar em nenhum dos países, mas temos conflitos. Temos tensões. Tensão existente hoje entre a Colômbia e a Venezuela, a questão existente entre a Colômbia e o Equador, considerando a fronteira do Equador com a Venezuela, aliás, com o Equador, com a Colômbia, nós temos ali em torno de 720 km de fronteira no Equador com a Colômbia, mas voltada, se colocar em linha reta nós teríamos em torno de 500 km de fronteira, mais ou menos 500 km de fronteira, onde no lado da Colômbia se localizam quatro forças das FARC, e a pressão que faz a Colômbia sobre estes guerrilheiros da FARC. Os guerrilheiros da FARC, ocorre aquilo que se chama efeito espirro: as pessoas passam para o outro lado. Então, o que nós temos do lado de cá? Temos sete mil homens do Equador que estão operando com uma complementaridade de mais três mil homens para evitar exatamente essa questão da guerrilha das FARC. Mas há uma dificuldade de nós resolvermos um problema com a Colômbia, que é a questão da transparência.

Ontem fracassou a reunião que fizemos em Quito(F), Lá no Equador, em Quito, em que três pontos, eu inclusive fui o que no final disse que o Brasil não assinava o documento. Por quê? Porque nós tínhamos proposto... Além de coisas digamos mais periféricas, mas tinha o núcleo duro da proposta brasileira que era: Primeiro, que todos os tratados internacionais fossem registrados no conselho de defesa sul-americano. Número um. O Equador disse que queria examinar esse assunto. Aliás, a Colômbia disse que tal, esse assunto seria examinado... Vamos examinar os outros primeiro.

Curiosamente a Colômbia participa da OEA e na OEA se estabelece, ou na ONU se estabelece, o tratado de que os tratados internacionais feitos entre as partes bilateralmente entre membros da entidade, sejam eles registrados no organismo correspondente. E se não fizer o registro não poderão ser opostos. A sanção ocorrente é de não poderem ser opostos a existência daquele tratado. A Colômbia disse que ia examinar o assunto, não podia decidir naquele momento. Segundo, a notificação aos países vizinhos da existência de manobras e de exercícios militares nas fronteiras. A Colômbia disse que precisava examinar este assunto. E o terceiro, que era as garantias que nós exigíamos em relação aos acordos que pudessem ser feitos por países da região com países fora da região. Garantias de não extraterritorialidade. Ou seja, a garantia de que os países fora da região, fora da América do Sul, que fizessem acordo e que dispusessem de tropas ou civis dentro do próprio território do país que viesse negociado, esse país teria que colocar como garantia de que aquela presença não era uma presença de ações extraterritoriais. Ou seja, pudessem praticar ações de natureza militar fora do território e do espaço aéreo do país contratante. A Colômbia não quis firmar nenhum, disse que não tinha condições, ofereceu garantias plenas e nós exigimos garantias formais. Plenas e formais. Ou seja, há necessidade, Senador Tasso, de uma nota diplomática informando a existência da garantia. Porque garantias eu conheço, o senhor pode dar garantias que eu serei muito bem recebido no Ceará, eu chego lá no Ceará e o senhor não está lá.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nunca vai acontecer isso.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Ótimo. Pelo menos já consegui isso. Uma vitória. O fato é que--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quer dizer que não precisa nem de formalizar.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: É mesmo? Já tem concorrente, hein? O fato é que na América do Sul a Colômbia se negou a fornecer as garantias formais. E quando ele disse que não aceitava, só oferecia plenas, aí eu disse claramente que eu considerava de que sem essas três... Sem esse núcleo duro, o Brasil não assinaria documento nenhum e aí a reunião acabou caindo, 11 países apoiaram a proposta brasileira, e um país... Aliás, 11 apoiaram a proposta brasileira e um deles que era a Colômbia... Mas esse assunto vai continuar. Isto é um processo, é um processo de tensão normal nas relações internacionais.

A América do Sul, o senhor referiu à questão do Presidente Chávez. Eu conheço muito bem o Presidente Chávez, tive várias conversas com ele, nós temos praticamente uma relação muito boa em termos de

entendimentos. O Presidente Chávez tem um problema com os Estados Unidos. Tem um problema de que uma visão de que os Estados Unidos é que prejudicam a Venezuela. Um fato é verdadeiro. Quem conhece a Venezuela e eu a conheci como Deputado, conheci como Juiz do Supremo e como Ministro da Justiça e como Juiz do Supremo em diversas ocasiões, o que eu observei na Venezuela foi que as elites venezuelanas que exploravam o petróleo, usavam os resultados do petróleo, meu caro Senador, para negociações comerciais em Miami e na Siriri(F), em Londres. E não reinvestiam no país. E não se criou uma classe média forte na Colômbia. A Colômbia ficou uma classe muito rica e... A Venezuela, e uma classe muito pobre. E aí o que passou? Passou-se que apareceu um líder, um líder importante--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem um livretinho de Celso Furtado, uma parte 57 e uma parte 74 que é muito ilustrativo.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: É nessa linha, exatamente nessa linha. E foi o que aconteceu com Andrés Perez, quando em 1995 assumiu o Presidente Fernando Henrique, nós tivemos uma reunião aqui em Brasília na posse de Fernando Henrique e Andrés Perez estava levando um problema de panelaço, uma coisa assim naquela época, que era exatamente esse tipo de conflito. Ou seja, temos que saber superar os conflitos da região. O que nós não podemos, nós não podemos é permitir que os conflitos, os atritos, os... As... Digamos, os conflitos que eu refiro são as divergências da região sejam resolvidos por terceiros que não da região. Este é o ponto. Ou seja, que nós sabermos tratar uma conversa que nós tivemos nos Estados Unidos nós dissemos claramente às autoridades americanas do novo Governo: "Se os senhores quiserem ter uma visão diferente em relação à América do Sul e que possa a América do Sul olhar os Estados Unidos de forma diversa, deem um tratamento diferenciado a Cuba". Esse era o ponto. O que se produziu? O que produziu, meu caro Senador Tasso Jereissati, o bloqueio econômico americano em Cuba? Produziu um povo pobre, um povo orgulhoso e uma brutal desconfiança da América do Sul. Nada mais. A América do Sul. Desconfiança da América do Sul em relação à América do Norte. Então, ou seja, nós estamos num caminho e creio que o caminho evidente de que o Presidente Obama tem lá as restrições decorrentes das estruturas políticas locais, mas isso é um processo que vai continuar. Não haverá aqui nesse caso da América do Sul, eu não vejo nenhum problema em relação ao Sukhoi que estão sendo comprados pelo Chávez. Eu lhe convidaria um dia desse, em Lima, no Peru, e o senhor vai verificar vários Antonovs que foram com-

prados há 25 anos pelo Governo... Eu não me recordo mais o Governo do Peru que estão lá abandonados por falta, exatamente, de manutenção. Nós sabemos perfeitamente que a manutenção dos Tupolev, dos Antonov, dos helicópteros, etc., etc. Eu não tenho nenhuma preocupação. É claro que a referência feita pelo nosso Senador Heráclito Fortes se referindo como se o colega fosse... Como se o Senador fosse de Roraima e não de Rondônia, referindo aos 300 km. Aí ocorre o seguinte, é de que país nenhum vai mandar mísseis, atirar mísseis na Amazônia. Não há o que se fazer com a Amazônia em relação a mísseis. O míssil pode explodir, ficar lá e desaparece. Depois você não vai achar o lugar, encontrar, tendo em vista a característica da Amazônia. Eu não tenho nenhuma preocupação em relação a este ponto.

Senador João Tenório, uma das coisas importantes desse projeto é a capacitação humana. Nós precisamos urgentemente o desenvolvimento de capacitação tecnológica no Brasil, de gente. E não existe aquela... Aquela grande questão do ovo e da galinha. Quem é que veio primeiro. As coisas acontecem quando provocadas. Se não são provocadas, não acontece. E o fato dessas transferências todas vão provocar um brutal desenvolvimento tecnológico. Veja-se a EMBRAER. A EMBRAER nasceu, aspas, de uma "maluquice" do Montenegro. O Montenegro enfiou na cabeça que tinha que construir um avião no Brasil. [ininteligível] Bandeirante. Depois, o Brigadeiro Ozires desenvolve com tecnologia aqui. Depois, fizemos um acordo com os italianos doado do grande programa do AMX que deu o A1, e aí a EMBRAER explodiu. Estourou corretamente, passou à mão privada com uma *golden share* do Governo Brasileiro e assento no conselho, essa *golden share* com poder de veto, nós temos lá um representante, um Brigadeiro representante da Força Aérea que é membro do conselho. Por quê? Porque se provocou. E isto vai provocar um brutal desafio para as nossas cabeças locais. E a forma pelo qual nós podemos empurrar tecnologia. Eu até estranhei, porque eu realmente não conhecia nada disso, e o fato de ter resolvido conhecer todas as unidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, eu ainda não estou, digamos, em 2/3, eu já fiz os 15.700 km de fronteira, verifiquei *in loco* as fronteiras, já fui à Amazônia, já fui ao submarino, já voei não sei no quê, já fiz o diabo, já fui a Cachimbo, já fui lá na sua terra, já estive em todo aquele problema visitando toda a fronteira com a Bolívia quando houve o problema no departamento de Pando, quando daquele conflito no departamento de Pando eu fui lá para acertar o problema daqueles refugiados. Enfim, isso tudo faz com que a gente consiga

produzir, [ininteligível], a gente pudesse isto produzir situações positivas.

Eu quero dizer mais aos senhores de que a preocupação do Senador Heráclito Fortes em relação ao Irã, é realmente uma preocupação. Só que o Irã não tem nada a ver conosco. O Irã. O Irã vai ter... Os problemas do Irã vão se resolver democraticamente. Agora, o que nós precisamos ter presente em relação a essas... Vejam, a essas democracias orientais, é que nós às vezes pretendemos, meu caro Senador, levar o modelo oriental como sendo um modelo universal. E colocar o modelo universal em cima de uma realidade completamente distinta. Deng Chiao Ping, numa conferência em Nova Iorque, logo depois da morte de Mao, porque lembra-se que Deng Chiao Ping, quando Mao retomou o poder com a guerra, com a chamada guerra cultural, o que fez o Deng Chiao Ping? Fez os grandes discursos do sul. V. Exa. deve ter lido os grandes discursos do sul feitos por Deng Chiao Ping no ostracismo. Preparando o novo modelo do desenvolvimento chinês. Até a morte de Mao e a queda de **Hua Kuo Feng**. O que fez Deng lá em Nova Iorque? Ouvido... E veja bem, Deng era uma coisa só, Presidente do Clube de Bridge. Ele nunca assumiu uma função de Primeiro-Ministro ou de presidente da... Ele sempre foi Presidente do Clube de Bridge e Presidente da Comissão Militar do [ininteligível] do Partido Comunista Chinês. Não é isso? O senhor que é especialista nesse assunto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Estou vendo que especialista é V. Exa..

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Aí o que acontece com Deng? Deng vai, meu caro Senador, isso é uma cena que é importante para gente compreender. Vai à Nova Iorque, faz uma exposição, Senador, uma exposição em Nova Iorque... Sobre a China e tal e aí lá uma ONG dessas diz assim: "Não, porque na China os Direitos Humanos não são respeitados, porque as pessoas não podem se deslocar do norte para o sul. E as pessoas precisam autorização do Estado para mudar de residência". E aí foi aquela manifestação das ONGs sobre o problema da liberdade de trânsito, livre trânsito... Concepção ocidental. Aí, Deng que era baixinho, pequenininho, e que Mao Tsé-Tung dizia que ele era surdo porque queria, porque ele não queria ouvir o que ele não queria ouvir. Aí ele respondeu: "Não tem problema. Vamos combinar o seguinte, dentro de seis meses retornarei à China. Retorno à China em seis meses. E eu vou fazer o seguinte, eu retorno à China e mando para Nova Iorque 40 milhões de chineses. O que os senhores vão fazer com eles?" A população da China naquela época era 900 milhões de pessoas. Ou seja, não dá pra gente discutir e tentar pegar o

Irã, que tem uma estrutura islâmica, e achar que isso vai virar uma democracia no modelo cristão. Não é possível. Vão a Marrocos e verifiquem, por exemplo, o convívio do direito islâmico com que eu estudei lá um período... Estudei, não, fiz uma pesquisa, junto ao Presidente do Tribunal local em que há uma ligação entre o direito francês e o direito islâmico. Essas coisas a gente tem que respeitar. Mas não. Nós achamos que somos donos do mundo e achamos que as nossas regras devem valer para todos. Não há. O problema do Irã superar-se-á através de um processo democrático. Observem de que cai o rei, Pahlevi cai. Lembrem-se do que aconteceu na Turquia? Lembre-se do que fez o **Kamal Ata Turk** com os novos turcos, em que moderniza brutalmente a Turquia de uma forma feroz. De uma forma feroz. Mas moderniza brutalmente a Turquia e a Turquia serve de um muro para o Islã em relação à Europa, não foi essa regra? Em que ele proibiu, inclusive, manifestações assim, digamos, tópicas, que eram só notícias para estabelecimento de uma divisão entre a Europa e o Oriente islâmico. E **Kamal Ata Turk**, hoje o grande turco, fez o quê? Modernar a Turquia. O que aconteceu no Irã? Cai o rei, e lembrem-se que a queda do rei foi antecedida de uma festa brutal e a construção de uma obra imensa, faraônica. Cai o rei, vem a radicalização de Khomeini, começa um processo político de divisão interna inclusive das autoridades do próprio chefia do conjunto islâmico. Isto é a regra do jogo. Isto é a regra do jogo, é a regra no mundo. Nós temos que ter paciência.

Então, portanto, meu caro Senador, eu encerro para responder finalmente ao Senador Tasso Jereissati, que a opção política, Senador, a opção política estratégica decorre exatamente de um processo histórico. Ou seja, no meu ponto de vista e no ponto de vista do Governo, nós achamos de que em termos estratégicos, quem nos ofereceu possibilidades de uma relação estratégica real, por hora, foi a França. Se aparecer outro num determinado momento será importante. E vejam, o que nós estamos fazendo agora de estratégico e vital é com Portugal também, em relação a quê? Ao continente a parte... A parte Atlântica da África em relação à parte Atlântica da América do Sul. Considerando a necessidade do controle da área. Aquilo que nós falamos aqui no início. Ou seja, toda aquela região, se os senhores lembrarem que entre a África e a América há um espaço chamado área internacional que é gerida pelos fundos marítimos, pela Comissão de Fundos Marítimos, e V. Exa., Senador, jantou ou teve um contato com o Presidente da Comissão, o ex-Presidente da Comissão dos Fundos Marinhos--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fui à Jamaica três vezes tratar com ele.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Exatamente. Este é um tema estratégico brutal para o Brasil. Agora, quem é a aliança? Quem nós temos que aliar nesse caso? Nós temos que nos aliar com Portugal. E aliar-mos com Portugal para quê? Para fazer diálogo com quem? Com o único país, digamos, que tem uma concepção de país na África hoje, que é exatamente a Angola. Para a gente estabelecer uma linha de definição e uma posição unificada na ONU em relação ao debate. Argentina, Brasil, Uruguai, Guiana Francesa, pegando a parte Norte, e aí teríamos diálogo para a definição dessas linhas. Ou seja, o que nós precisamos e aqui eu encerro, perdoe a minha... Digamos, a expressão, para lembrar o seguinte, e para encerrar lembrando que o Senador José Agripino fez referência à questão da Guerra das Malvinas. E aqui tem uma coisa que tem que ser, digamos, dimensionada. É a chamada guerra cibernética. Ou seja, o preparo necessário na guerra moderna, da guerra cibernética. Que a capacidade que possamos de cegar algum país em algum momento. E quero lembrar os senhores o seguinte: Por que no Brasil o controle aéreo não é feito por satélite? Se nós fizéssemos o controle do espaço aéreo por satélite seria mais eficaz. E por que não fizemos? Porque o satélite é um GPS. E o GPS basta você mudar uma atitude do satélite, ou seja, virar o satélite dessa forma, nós temos uma cegueira completa do país. É disso que se trata e é isso que a gente precisa enfrentar, sem rancores e sem, digamos, sem disputas partidárias, mas sim enfrentar com uma questão nacional. Nós estamos falando sobre o Brasil daqui a 50 anos. Tempo em que todos nós estaremos mortos. Mas todos lembrarão daquilo que deixamos de fazer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agradecemos então ao Ministro Nelson Jobim, aos Srs. Senadores, esperamos vê-lo em breve então com a continuação desse assunto.

Muito obrigado a todos, muito obrigado, Ministro.

[falas sobrepostas]

O Sérgio Guerra ainda quer--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Ministro, só duas palavras. Primeiro é o seguinte, essa questão de contingenciamento vista no tempo não tem relevância. Porque os contingenciamentos se dão e uma parcela deles ao longo do ano, dos valores, são descontingenciados. O que tem importância é saber a liquidação que foi paga no ano. E disso não foi tratado aqui. A nossa posição, nesse aspecto, é o seguinte, é de dizer... Eu não estou no tempo para resolver essa

questão, para saber se foi esse Governo ou outro, não é essa a nossa preocupação. A nossa visão é que não há prioridade real para as Forças Armadas existentes. Bem, se não há, não há expressão dessa prioridade do ponto de vista do orçamento. A prioridade que se dá nas palavras é diferente da prioridade que se dá no dinheiro. O dinheiro é que faz as coisas acontecerem e não as palavras. Pelo menos do ponto de vista do funcionamento... Eu fui no quartel e estava faltando comida. Então, isso... O senhor não precisa se pronunciar sobre isso.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Senador, eu vou lhe dizer o seguinte: A percepção do senhor pode ser essa--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Mas é real. Eu sei. As prioridades estão no PAC. O que estão fora da linha de contingenciamento, na "ciência e na tecnologia", entre aspas.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Senador, é exatamente essa a minha luta, estabelecer--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Tudo bem, o senhor terá todo nosso apoio para isso. Segunda questão, mudar, alterar, estabelecer um novo modelo para o sistema de defesa, para o Ministério da Defesa e as Forças Armadas, acho que é absolutamente pertinente, penso que as suas ideias são positivas, assim como a ideia de desenvolver no Brasil capacidade técnica e capacidade efetiva estratégica para médio, curto, médio e longo prazo. Não é disso que nós tratamos aqui. Nós tratamos aqui de uma operação de compra de aviões. Entre outras. Eu tratei aqui disso.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não tratei porque não compramos nada ainda.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim. Mas tudo bem. Mas nós compramos, mas o Presidente da República já disse duas coisas, primeiro, que a prioridade é comprar o avião francês. E segundo--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: A opção política é francesa.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): E segundo, que a opção política era pelo avião francês. E que a solução seria política no final. Disse isso também. Que vai resolver, nós vamos resolver. "É uma questão política, eu Presidente, é que vou resolver". Eu não acho que isso ajude. Eu não acho que isso ajude um processo de compra de coisa nenhuma.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Ajuda o concorrência brutalmente. Basta ver a preocupação de todos os outros.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Imagina se isso se generalizar. Todo mundo que está numa concorrência no meio do negócio o cara diz: "Olha, a

minha prioridade é aquele lá". Quer dizer, não pode isso, não faz sentido. Tem que fazer outra coisa.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Senador, nós estamos num processo--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Tanto não faz que o Presidente no outro dia deu outra conversa e pediu ao Ministro que falasse coisas diferentes, e ele está falando com brilho e a competência que ninguém lhe nega. Mas, efetivamente, o Presidente da República foi lá e disse. E não devia ter dito, um Presidente da República, que a prioridade era para a compra de aviões franceses. Isso não faz sentido, não tem sentido econômico, negocial, nem estratégico coisa nenhuma. Todo o seu discurso, absolutamente brilhante, não tem nada a ver com isso.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Senador, eu não sei qual foi o jornal que o senhor leu isso, mas--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não. Eu não li, não, eu vi. Eu li nos jornais.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Pois é. Eu não sei qual. Mas eu estava presente no local e que foi dito foi exatamente de que havia uma preferência política pela França.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): E que a solução é política. O Presidente disse.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Teríamos que verificar agora o processo que vai andar no processo de compra e venda. Vamos discutir isso no momento oportuno--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Tudo bem. Então, que a solução seja a melhor, que haja transparência, que a gente conheça exatamente o padrão dessa concorrência. Por exemplo, V. Exa. não falou nenhuma vez sobre a Suécia. A Suécia não é competitiva também? As restrições feitas aos Estados Unidos não se aplicam à Suécia.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Se aplicam, porque grande parte--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não, como? O país é independente, não está em guerra... Não entrou em guerra...

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Tudo bem, claro, mas não é esse o problema.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Tem tecnologia.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Parte integrante dos aviões franceses, dos Gripen existentes, hoje, 47% são americanos.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): E isso não está resolvido.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: São 47% americanos.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Isso não está resolvido. A garantia sobre esse tipo de equipamento não está resolvido.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não está nada resolvido [ininteligível].

[falas sobrepostas]

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Então essa é a restrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 14h47.

ATA DA 35ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia dezessete de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Flávio Torres, Flávio Arns, Renato Casagrande, Magno Malta, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti**. Justificam a ausência os Senadores **Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos. O Presidente concede a palavra ao Senador Francisco Dornelles, que solicita a inclusão de item extrapauta, e submete tal pedido à consideração da Comissão. Aprovado. **Item Extrapauta:** Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2009, de autoria do Presidente da República, que *“Institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional”*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Francisco Dornelles**, para fazer a leitura do seu Relatório. O Senador **Wellington Salgado de Oliveira** faz uso da palavra. Aprovado. O Presidente faz a leitura de comunicado sobre o Projeto de Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2010 e comunica o recebimento de informações relativas aos

Requerimentos nº 652 e 775, de 2009. A pauta ordinária da presente sessão é composta por sete itens e sua pauta extra por quatro itens. O Presidente, fazendo a inversão da pauta, inicia a sua apreciação. **Item 01, pauta extra:** Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 9 de junho de 2005”*. O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador **Roberto Cavalcanti**, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 02, pauta extra:** Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, celebrado em Brasília, em 16 de maio de 2007”*. O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador **Flávio Torres**, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 04:** Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para a Cooperação em Matéria de Combate à Fabricação e ao Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, celebrado em Assunção, em 23 de novembro de 2006”*. O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 03, pauta extra:** Requerimento nº 68, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *“Em aditamento ao Requerimento nº 50, de 2009 – CRE, solicita seja convidado o Embaixador Ênio Cordeiro, Subsecretário-Geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, para participar de Audiência Pública na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para tratar de questões relativas à fronteira brasileira, em substituição aos nomes anteriormente indicados”*. Aprovado. **Item 05:** Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007”*. O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador **Pedro Simon**, para fazer a leitura do

Relatório. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. Após debates, a Presidência retira a matéria de pauta. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. **Item 01:** Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que “*submete à prévia aprovação legislativa toda transação ou acordo visando solucionar litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira*”. Adiado. **Item 02:** Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “*dispõe sobre a obrigatoriedade da União de trasladar corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior*”. Adiado. **Item 03:** Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2009, de autoria do Deputado Vic Pires Franco, que “*Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (obriga as concessionárias de serviço aéreo a divulgar nota oficial, em 90 dias após a ocorrência de acidente aéreo com vítimas)*”. Adiado. **Item 06:** Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Manágua, em 8 de agosto de 2007*”. Adiado. **Item 07:** Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008*”. Adiado. **Item 04, pauta extra:** Requerimento nº 69, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “*requer, em aditamento ao Requerimento nº 61/09 – CRE, de autoria do Senador João Pedro, aprovado no último dia 3, que o convite para participar de Audiência Pública sobre as propostas e projetos do Governo Brasileiro para a criação do Estado Palestino, seja extendido ao jornalista Osias Wurman*”. Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dez horas e cinquenta minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotípi Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEVEDO**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 24 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Declaro aberta a 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa.

Depois a gente vai... Concedo a palavra ao Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, agora no dia 02 de outubro, o Presidente da República vai estar em Copenhague, onde vai ser decidido... Escolhida a sede das Olimpíadas, o Rio de Janeiro disputa com cinco outras cidades: com a Espanha, Tóquio, Chicago, e o Poder Executivo enviou esse projeto que cria... Institui o Ato Olímpico, é um ato que todos os países exigem para reunir as Olimpíadas.

Eu queria pedir à V.Exª a possibilidade de colocar extrapauta para que nós pudéssemos votar, isso já teve por unanimidade agora nas Comissões de Relações Exteriores, na CAE, e falta ainda vir à essa Comissão e à Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Aqui na Comissão há dois Senadores cariocas presentes, um é autêntico, o outro é adotado. Acho que dificilmente rejeitariam o pedido de V.Exª. Aprovado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): V.Exª tem a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, esse Projeto de Lei, de iniciativa do Presidente da República, institui o Ato Olímpico e traz um série de determinações para o caso da escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos.

São procedimentos extremamente da burocracia, como aquele que estabelece problema de vistos, problema de entrada e saída de desportistas, problema... Garantias, estabelecidos pela... Para as competições esportivas, são todos eles... O que eu posso dizer? Rotina.

De modo que o parecer já foi apresentado e o meu voto é pela aprovação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para, discutir, Presidente. Eu

queria somente relatar a dedicação do Senador Francisco Dornelles e também do Senador Crivella para que pudéssemos, em tempo hábil e em tempo rápido, aprovarmos esses pareceres.

Foram, assim, os dois que se dedicaram exaustivamente para a tramitação de documento, visto que esse documento, esse parecer, ele passou em várias comissões, acabou de passar na Comissão da Constituição e Justiça, da qual eu sou Vice-Presidente, colocamos extrapauta.

Ou seja, tudo sendo encaminhado pra que pudesse, o seu estado, Rio de Janeiro, estado em que eu nasci também, ter um bom... Uns Jogos Olímpicos, 2016, de boa qualidade, que teremos a decisão, não é isso Senador Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Início de outubro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Início de outubro na cidade de...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Copenhagen.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Copenhagen.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Com a presença do Presidente da República, espero com a presença de V.Ex^a.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):

O Presidente Sarney me convidou para que eu acompanhasse a Comitativa Nacional nesse momento e vou estar torcendo para o estado de V.Ex^a, o estado que eu nasci, mas que V.Ex^a representa nesta Casa.

Está de parabéns, V.Ex^a, que é um político... Não vou dizer antigo, mas um político tradicional e que consegue unir o jeito de fazer política de Minas, pelas suas raízes, pela sua genética e por esse jeito carioca que bem conhece, que é a sua estirpe.

Então, chegamos a esse grande político, que é o Senador Dornelles, com a história aí que o Senador Geraldo conhece muito bem, história recente do Brasil, ele ajudou a escrever.

Parabéns à V.Ex^a pela relatoria desse projeto e, com certeza, a aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):

O Senador Wellington está coberto de razão. O governo deve muito ao Senador Dornelles à tramitação célere dessa matéria em duas comissões hoje pela amanhã, mas não é desprezível também o empenho de V.Ex^a, que secundando as ações do Senador Dornelles ou por bem submeter a matéria na Comissão de Constituição e Justiça e fa-

zer com que o parecer fosse aprovado também com a maior celeridade.

Quem não torce pelo Rio de Janeiro, Senador Dornelles? Quem não torce para que essas Olimpíadas sejam realizadas no Rio de Janeiro?

A capital de todos nós. Todo brasileiro tem no Rio de Janeiro a sua segunda capital. Portanto, é com muita satisfação que eu coloco em votação o relatório do Senador Dornelles e colho nesse momento o voto de V.Ex^{as}, que eu tenho certeza que é positivo. Aprovada a matéria.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, eu tenho que agradecer muito à V.Ex^a, a compreensão demonstrada e que é uma consequência do carinho que eu sei que V.Ex^a tem pelo estado, pela cidade do Rio de Janeiro e essas coisas ficam sempre uma marca muito grande de agradecimento aqui pela sua grandeza em compreender que o Rio de Janeiro... A importância da aprovação desse parecer para o Rio de Janeiro.

E quero agradecer também, o 4º Senador do Rio de Janeiro, o Senador Wellington Salgado, que o Rio não abre mão que ele seja um dos nossos senadores. E agradecer a manifestação que ele acaba de fazer nessa manhã, aqui na Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):

Muito obrigado, Senador Dornelles. E sabendo também que Minas tem quatro Senadores também. Então, é uma covardia os dois estados contra o resto do país. Saímos de quatro votos(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):

É verdade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):

Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):

A matéria será encaminhada à Comissão de Educação Cultura e Esporte em decisão lá terminativa, Senador Wellington.

Antes de dar início à nossa pauta, a matéria submetida a voto agora foi extrapauta, informo às Sras. e Srs. Senadores que recebemos o Ofício do Sr. Fábio Gondim, Consultor Geral dessa Casa, com informações sobre o Projeto de Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2010, que está em tramitação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos, Fiscalização, a famosa CMO.

E é facultado às Comissões Permanentes a priorização de três programas ou ações dentre as constantes no anexo de metas e prioridades da LDO. As sugestões deverão ser encaminhadas, acompanhadas de ata de deliberação no prazo de até cinco dias antes da apresentação do relatório preliminar.

Portanto, os Senadores fiquem atentos aos prazos de encaminhamento das sugestões a serem apreciadas. Informo também que o Ministro das Relações Exteriores encaminhou informações em resposta ao Requerimento nº 652, de iniciativa desta Comissão, sobre possível constrangimento a que teria sido submetido o escritor peruano Mário Vargas Llosa em sua chegada à Venezuela, no Aeroporto de Maiquetía.

E também acerca do Requerimento nº 775, de iniciativa desta Comissão, com relatório da Organização dos Estados Americanos sobre a situação democrática e das eleições ocorridas em dezembro de 2006 na Venezuela.

As respostas do Sr. Ministro encontram-se na Secretaria da Comissão, à disposição das Sras. e Srs. Senadores e nesse momento saúdo o Senador Magno Malta pela presença nessa Comissão.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Então, vamos à nossa... À nossa pauta.

O Item 01 da nossa pauta extra é uma matéria não terminativa e trata-se do Projeto Decreto Legislativo do Senado, nº 484, de 2009, que *"Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado em Brasília, em 9 de junho de 2005"*. A autoria é dessa Comissão e a relatoria caberia ao Senador João Ribeiro e eu peço ao Senador Roberto Cavalcanti que profira o relatório *ad hoc*.

É o Item 01, Senador, da pauta.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, obrigado aí pela deferência da relatoria *ad hoc* e eu gostaria de dizer que eu, na verdade, eu estou substituindo o Senador João Ribeiro e o voto do eminente Parlamentar, nosso companheiro, nosso Senador, ilustre Senador, por todo o exposto e visto de que está observada a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto do Decreto Legislativo 484, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão o relatório, não havendo quem queira discutir. Em votação. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O Item 02, também não terminativo, trata-se do Decreto... Do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, do Senado Federal, que *"Aprova o texto do acordo de serviços aéreos entre o Governo da República Federativa e o Governo da República do Senegal, celebrado em*

Brasília em maio de 2007". A autoria, como sempre, da Comissão de Relações Exteriores, a relatoria também do Senador João Ribeiro e peço ao Senador Flávio que, por gentileza, profira o relatório *ad hoc*.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): O voto do relator, Sr. Presidente, é o seguinte: *"Pelo exposto, considerando-se ainda a inexistência de óbices de natureza constitucional, jurídica, regimental e de técnica legislativa e consoante à conveniência para a República desse acordo firmado pelo Governo Brasileiro, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, nº 503 de 2009, nos termos da redação oriunda da Câmara dos Deputados"*.

Esse é o voto do Relator e eu subscrevo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão. Em votação. Aprovado. A matéria, da mesma forma, será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Mais um item, trata-se de um requerimento. Senado Federal número...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Recebi duas informações que, na verdade, podem induzir a um equívoco no tocante ao Item 03 e 04 da pauta extra. Porque numa informação o Item 04 da pauta extra corresponde ao Item 05 de um outro anexo da pauta extra.

Então, gostaria de saber, que nós tivéssemos bastante precisão... Que item nós estamos—

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Dr. Alexandre vai esclarecer à V.Ex^a.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso, muito obrigado, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Está aí do seu lado.

Consulto o Senador Wellington se pode relatar *ad hoc*, uma matéria já apreciada pela Comissão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o maior prazer, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É o Item nº 04, Senador Wellington, da pauta ordinária, trata-se de um Projeto de Decreto Legislativo, nº 497, que *"Aprova o texto, do Memorando de entendimento entre a República Fe-*

derivativa do Brasil e a República do Paraguai, para a cooperação em matéria de combate à fabricação e ao tráfico ilícito de armas de fogo, munições, acessórios, explosivos e outros materiais correlatos, celebrado em Assunção em 23 de novembro de 2006". A autoria é dessa Comissão e a relatoria coube ao Senador Efraim Moraes e concedo ao Senador Wellington a palavra como Relator *ad hoc*.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou tentar resumir ao máximo aqui.

Relatório. Vem a esta Comissão... Desculpe, "*Vem a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2009, que aprova o texto do memorando de entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para a cooperação em matéria de combate à fabricação e ao tráfico ilícito de armas de fogo, munições, acessórios, explosivos e outros materiais correlatos, celebrado em Assunção, em 23 de novembro de 2006.*

A matéria foi distribuída inicialmente à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em conformidade com o que dispõe o Inciso I do art. 3º, da Resolução 1, de 2007, do Congresso Nacional, que elaborou o Projeto de Decreto Legislativo que a aprova.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 4 de junho de 2009, tendo naquela Casa passado pelo crivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Encaminhada a matéria ao Senado Federal, foi distribuída a este colegiado em 23 de junho de 2009, tendo vindo a este relator em 2 de julho...", tendo vindo ao relator Senador Efraim Moraes, "em 2 de julho de 2009, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

Acompanham a proposição a Mensagem nº 361, de 12 de junho de 2008, do Poder Executivo, que encaminha o texto do ato internacional em apreço ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 345, de 8 de novembro de 2007, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores".

Vou pular a análise, visto que já mostramos que o documento é celebração e vou direto ao voto.

"Por todo o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2009, não havendo reparos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria em exame".

É esse o voto do Senador Efraim Moraes, o qual eu sou o relator *ad hoc* nesse momento. É esse o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Wellington. Em discussão o relatório. Em votação. Aprovada. A matéria também será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Submeto à apreciação dessa Comissão requerimento que eu subscrevo, do Senador Mozarildo Cavalcanti, Requerimento nº 68 desse ano, ele pede a inclusão de mais uma pessoa numa audiência pública a ser realizada na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, a tratar de questões relativas à fronteira brasileira, em substituição aos nomes anteriormente indicados.

O convidado seria o Embaixador Ênio Cordeiro, Subsecretário Geral da América do Sul.

Submeto... Em discussão o requerimento. Em votação. Aprovado.

Eu consulto o Senador Simon, se pode fazer a gentileza de relatar a matéria relativa ao Item 05. É um Projeto Decreto Legislativo, nº 502, que "*Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras, sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007*". Autoria da matéria desta Comissão e como é o Senador Cristovam Buarque, que será muito bem substituído *ad hoc*, agora, pelo Senador Pedro Simon. Com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): "Nós fomos chamados a opinar sobre o Projeto de Decreto 502, de 2009, que resulta da Mensagem nº 40, de 31 de... 2008, enviado pelo Presidente da República.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo em análise passou pelo crivo das diversas comissões.

A proposição veio a essa Casa e foi distribuída às comissões dia 22 de junho.

O tratado, versado em 33 artigos, impõe às partes contratantes o dever de assistência no que concerne à entrega de documentos, à tomada de depoimentos ou declarações de pessoas, transferência de pessoas sob custódia, cumprimento de solicitações de busca e apreensão, fornecimento de documentos, registros e outros elementos de provas, exame ou perícia de objetos e locais, obtenção e fornecimento de avaliações de peritos.

Dispõe o tratado de regras de praxe constantes em atos de cooperação internacional.

As relações bilaterais brasil-hondurenhas ganharam novo alento no ano de 2007, quando diversas e

novas perspectivas de cooperação foram abertas durante a visita do Presidente do Brasil a Honduras.

Julgavam-se as relações em excelente estado e tendentes ao aprofundamento.

A fonte de cooperação em excelente estado, tendente ao aprofundamento”.

É um voto muito bem exposto pelo Senador Cristovam e como não podia deixar de ser, nós fomos absolutamente favoráveis a sua aprovação, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V.Ex^a permite um aparte, Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Há aqui uma ponderação, que avalio como significativa, porque na Comissão de Constituição e Justiça tramita hoje um projeto do Senador Aloizio Mercadante que propôs que enquanto perdurar esta situação decorrente do golpe militar havido em Honduras, no golpe de Estado havido em Honduras, que deveria haver uma sustação dos acordos internacionais entre o Brasil e Honduras, enquanto não se normalizar o processo de democratização naquele país.

E tendo em conta que está tramitando este Projeto de Lei ali na Comissão de Constituição e Justiça, a minha sugestão é que nós pudéssemos sustar, por enquanto, essa oposição.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É... É uma vergonha. V.Ex^a me surpreendeu, Presidente. Eu li e não me dei conta que era com Honduras.

Eu agradeço ao Senador Suplicy e peço desculpas por eu não ter me dado conta do detalhe. Eu estou plenamente de acordo com o Senador Suplicy, que nós temos que sustar para ver o que vai acontecer.

Seria até ridículo nós aprovarmos um projeto desse no meio dessa questão. Agora, como foi ridícula a minha posição de pedir a aprovação sem me dar conta.

Estou plenamente de acordo com—

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Simon, V.Ex^a jamais será ridículo nesta Casa. Houve um... O Relatório é do Senador Cristovam Buarque, é uma pessoa muito atenta aos fatos, é um ato de rotina, tenho certeza que o Senador Cristovam foi movido por ele, assim como todos nós.

Agora, é muito providencial a lembrança do Senador Suplicy.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O voto do Senador Cristovam foi anterior à situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Exatamente. Exatamen-

te, viu? Não houve má-fé, nem menção a qualquer equívoco aqui.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Geraldo Mesquita, pela ordem.

Eu faria uma sugestão ao Senador Pedro Simon, na qualidade de relator, que ele pudesse pedir retirada de pauta, que fica melhor do que vistas. Se regimentalmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A presidência retira de pauta.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso, isso, isso. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu só queria agradecer a atenção do Senador Pedro Simon e dos demais, e do Presidente, porque esta não aprovação imediata do acordo, do presente acordo, que tem... Conforme o Senador Pedro Simon leu, o parecer do Senador Cristovam Buarque, não haveria objeção, mas por intuito legítimo é de justamente mostrar ao governo, à Honduras, a importância de... Volta à democracia o quanto antes.

Então, agradeço ao Senador Pedro Simon de ter se sensibilizado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu que agradeço à V.Ex^a. É que a idade, eu cheguei aos 80 anos, já não tenho mais aquela... Caí numa fria que não tem explicação. Eu agradeço à V.Ex^a por ter me salvado dessa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [risos] Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Salvou a todos nós.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas ele... Senador, uma friazinha por ano, está bom. Foi só essa esse ano que eu vi.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, mas eu assumo a fria do Senador Simon. O Senador Simon não tem o direito de a ele ser atribuída fria nenhuma nessa casa.

Antes de encerrar essa Reunião eu submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior.

É um ato de rotina, se alguém quiser se indispor contra ele, que faça agora. Não havendo objeção está aprovada a Ata.

Encerrada essa reunião. Com os agradecimentos, a presença de todos.

Sessão encerrada às 10h50.

ATA DA 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA OR-

DINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 15 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e dois de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Roberto Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Flávio Torres, Flávio Arns, Renato Casagrande, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Romeu Tuma e Arthur Virgílio**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da Pauta. **Audiência Pública:** para *“discutir a situação política em Honduras em razão do cerco militar à Embaixada Brasileira em Tegucigalpa”*. O Presidente convida para compor a mesa o Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, Diretor do Departamento da América Central e Caribe do Ministério das Relações Exteriores. O Presidente concede a palavra ao Embaixador Gonçalo Mourão para fazer a sua exposição. Os Senadores **Flávio Torres, Geraldo Mesquita Júnior, Renato Casagrande, Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, João Tenório, Heráclito Fortes, Fernando Collor, Romeu Tuma, Arthur Virgílio e Inácio Arruda** fazem uso da palavra. O Senador **Antônio Carlos Valadares** apresenta o Requerimento nº 70, de 2009-CRE, de sua autoria, subscrito também pelos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Roberto Cavalcanti, Flávio Torres, Eduardo Suplicy, Fernando Collor, Inácio Arruda, Romeu Tuma e Flávio Arns, que *requerem, “nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Sr Manuel Zelaya, na forma da justificação anexada”*. O Presidente submete esse requerimento à apreciação como **Extrapauta**. Aprovado. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezesseis horas e vinte e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da

Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 15 HORAS E 15 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Submeto à Comissão dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Senhoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Esta Reunião Extraordinária se destina a discutir a situação política em Honduras, em razão do cerco militar à Embaixada Brasileira em Tegucigalpa. Eu quero... Já está aqui conosco, convidar, foi convidado por nós, que pudesse nos dar as informações necessárias, o Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, que é o Diretor do Departamento da América Central e Caribe no Ministério das Relações Exteriores.

O objetivo, Srs. Senadores, é que nós possamos discutir, na verdade, o... Qual deve ser o nosso posicionamento, evidentemente que é uma questão da maior gravidade porque, pelas regras internacionais e pela Convenção de Viena, as embaixadas são extensão do país, e assim, a Embaixada Brasileira em Tegucigalpa é um pedaço do Brasil. E, no momento, as informações são realmente de que existe, além de um cerco, um cerco físico dos militares de Honduras, existe também um corte de serviços essenciais, como água, luz e telefone.

Por outro lado, é da tradição brasileira realmente dar o asilo, não há, da minha parte, inclusive como membro da oposição, nenhuma restrição. O Brasil realmente deveria dar o asilo. Não poderia negar o asilo. Entretanto, nós temos que discutir quais são as circunstâncias e qual deve ser o papel do Governo Brasileiro nesse episódio.

De maneira que já, portanto, antes de... Fazendo essa manifestação, o Brasil agiu corretamente ao manifestar, no início, em junho, a sua... A sua posição contrária ao golpe de Estado; nós não podemos aceitar golpe de Estado em nenhum dos países, por nós termos não só essa crença democrática, mas pelos compromissos que o Brasil tem junto à Organização dos Estados Americanos, junto à Organização das Nações Unidas, o Brasil tem por, também no MERCOSUL

SUL, essa mesma cláusula democrática de defesa dos países, da democracia em todos os países.

De maneira que também com relação ao primeiro posicionamento do Brasil em junho, também existe um acordo de que o Brasil agiu corretamente, e o suporte de todos nós. Neste momento, da mesma forma. A discussão que pode, evidentemente, existir é em relação ao comportamento do Presidente deposto, Zelaya, enquanto Presidente, já que ele também estava querendo seguir passos não democráticos, ao desrespeitar decisões da Suprema Corte de Honduras. Mas essa é uma questão que está no meio do processo, não no que está no momento, que é o que fazer com esse cerco à Embaixada Brasileira.

Eu indago se algum Senador quer, de uma vez, se manifestar, ou se ouvimos o Embaixador. Vamos, então, ouvir o Embaixador para que possa dar uma visão dos acontecimentos. Com a palavra, o Embaixador Gonçalo Mourão.

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Sr. Senador, muito obrigado. Antes de tudo, queria agradecer esse convite para comparecer aqui a essa Comissão; foi um convite repentino, há muito poucas horas, soube dessa possibilidade, de maneira que eu estou aqui mais para responder inquietações ou dúvidas que os Srs. Senadores possam ter... Porque as informações que nós dispomos são informações claras e são as informações que praticamente já estão todas na imprensa. Não há nada que não... Que não tenha sido divulgado com relação ao que aconteceu nesse episódio da chegada do Presidente Zelaya na Embaixada do Brasil lá, e, por enquanto, até onde nós temos conhecimento também, não tenho conhecimento de nenhum fato com relação à situação atual da Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, que não seja o que está descrito na imprensa ou o que está nas páginas virtuais de diversos órgãos que têm páginas virtuais na Internet. Ou seja, a nossa Embaixada está... Ocupada, não, mas, enfim, está acolhendo uma quantidade de pessoas junto com o Presidente Zelaya; houve, ao que nós entendemos, um desalojamento, vamos dizer assim, da pequena multidão que cercava a Embaixada, que tinha ido ali prestar apoio ao Presidente Zelaya, houve uma ação de força do Governo, de fato. Creio que com gás lacrimogêneo, essas coisas, para dissolver essa presença das pessoas ali, e houve essa brutalidade do corte da água, luz, gás etc., na sede da chancelaria brasileira. Essa é a situação até onde nós pudemos ser informados pela nossa Embaixada de lá, até pouquíssimas horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Nós não temos lá... O Embaixador não está lá, porque o Brasil exatamente--

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Não. Nosso Embaixador, quando houve o golpe, estava de férias no Brasil. E nós, naturalmente, mantivemos o Embaixador aqui no Brasil, à semelhança do que todos os outros países da América Latina fizeram, que foi retirar os seus Embaixadores, da mesma maneira que os países da União Européia, também, imediatamente retiraram seus Embaixadores, um gesto que nós apreciamos muito, de países da União Européia, porque foi imediato e muito contundente. O único Embaixador que permanece lá, até onde nós sabemos, é o Embaixador dos Estados Unidos e o Embaixador do Peru.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): E está confirmado que realmente foi cortada a luz, foi cortada... Telefone, gás?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Está.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador, permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só o Senador Flávio tinha pedido a palavra primeiro. Senador Flávio e Senador Geraldo.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Eu queria fazer uma pergunta ao Embaixador. Nós vamos nos reunir, mas eu queria saber o seguinte: Há um claro descumprimento a acordos internacionais com relação a um pedaço do Brasil lá em Honduras. Que tipo de organismo internacional poderia ser apelado para tomar alguma providência? E se o Brasil já fez isso?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Nós já fizemos. O Ministro Celso Amorim já entrou em contato com a OEA, que é o primeiro organismo internacional que nós apelamos, porque é um organismo regional, de todos nós, nas Américas. Então, houve um apelo à OEA para que a OEA, de alguma maneira, fizesse ver ao Governo de fato em Tegucigalpa que é inaceitável esse tipo de coisa e que eles são responsáveis pela segurança, não só das pessoas, como também dos bens e da própria Embaixada do Brasil e de tudo que ali dentro estiver.

O Ministro Celso Amorim também fez gestões junto ao Governo norte-americano para que eles também levassem esse recado ao Governo de fato, já que os Estados Unidos mantêm seu Embaixador em Tegucigalpa e têm, portanto, de alguma maneira um canal de comunicação com o Governo de fato. O que nós não temos porque não queremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Embaixador Gonçalo, talvez V.Sa. não tenha condições nem de me responder, mas é mais uma reflexão. Já que o senhor trouxe à baila a Embaixada dos Estados Unidos. Eu me pergunto, já que... Se Zelaya estivesse nas instalações da Embaixada dos Estados Unidos, se a água, luz, etc. teriam sido cortadas da Embaixada dos Estados Unidos? Eu acho muito difícil, muito improvável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Deixa eu até colocar. Esse corte de água, luz, telefone, isso configura algum tipo de escala de escala, de invasão da Embaixada? Isso tem algum tipo de classificação diferente, do ponto de vista internacional, do ponto de vista diplomático? O fato de você cortar esses serviços? Quer dizer, não é uma invasão, mas é uma... Um cerceamento--

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Acho que não precisamos nem ir ao ponto de vista diplomático. Do ponto de vista de senso comum, é uma agressão. É um ato de agressão e que não pode ser aceito. E, de alguma maneira, isso tem que ser revertido. Nós não sabemos exatamente como; a primeira tentativa que nós temos de reverter isso é através de ofícios dos amigos que podem, de alguma maneira, intervir junto a esse Governo de fato com o qual nós não temos relações.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E quem é que pode intervir... Desculpa, eu cheguei... Tem alguém que possa...

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Nós... Como eu disse aqui, antes do senhor chegar, Senador, o Ministro Celso Amorim entrou em contato com a OEA, com o Secretário Geral da OEA, e com o Governo norte-americano que tem um Embaixador ainda [ininteligível], ao contrário da esmagadora maioria dos outros países do mundo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu posso... Como é que está a inscrição? Está solto assim?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mais informal. Mas a ideia é trocar ideias... Não tem mais nenhum inscrito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como o ex-Presidente Zelaya, talvez, alguma pergunta que vou fazer já tenha sido respondida. Eu peço desculpas, o senhor não precisa responder se já foi respondido... Como o ex-Presidente Zelaya chegou à Embaixada Brasileira? Em que operação?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: O ex-Presidente Zelaya quase que se materializou na Embaixada Brasileira. O nosso encarregado de negócios estava "posto em sossego", como diria o Camões, na sua sala, quando apareceu uma Deputada Zelayista, pedindo para falar com ele. Ele a recebeu, naturalmente, e essa Deputada disse que a primeira-dama, a esposa do Presidente Zelaya, a Sra. Xiomara Zelaya, gostaria de se entrevistar com o encarregado de negócios do Brasil. Naturalmente, o encarregado de negócios do Brasil, com muito prazer, receberia a esposa do Presidente Zelaya. A esposa do Presidente Zelaya, então, subiu à sala do encarregado de negócios e disse ao encarregado de negócios que o Presidente Zelaya estava nas proximidades e gostaria de ser acolhido na Embaixada do Brasil.

O encarregado de negócios naturalmente consultou imediatamente ao Ministério das Relações Exteriores, consultou-se ao Presidente Lula e, sem sombra de dúvida, eu acho que ninguém hesitaria em tomar a mesma atitude, que foi acolher o Presidente Zelaya na sede da chancelaria da Embaixada do Brasil. Foi oferecido ao Presidente Zelaya ir para a residência da Embaixada do Brasil, ele declinou do convite e preferiu ficar na chancelaria.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Foi feito ao Presidente Zelaya um convite para...

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Para ficar na residência, ao invés de ficar na chancelaria. Mais cômodo... Quarto, cama... Ele preferiu ficar na chancelaria.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu, Sr. Presidente, a Organização dos Estados Americanos já condenou a movimentação política e o Governo, que está hoje fazendo a gestão de Honduras. O Brasil, naturalmente, tem feito condenação permanente com relação a esse tema, e a Embaixada Brasileira em Honduras é um território brasileiro, e cabe ao Governo Brasileiro, naturalmente, dar abrigo ou exilar e acolher quem assim desejar, quem assim... Já de uma decisão política tomada há muito tempo, conhecida no mundo todo.

Não sei se seria adequado, porque a agressão com relação a corte de água, corte de luz... É uma agressão ao Estado Brasileiro. Acho que essa Comissão poderia condenar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Uma meia invasão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É uma meia invasão. Essa Comissão poderia condenar esse tipo de prática do Governo hondurenho, para que não deixemos que nenhuma atitude como essa possa

agredir ou ofender o Estado Brasileiro e, consequentemente, o povo brasileiro.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É apenas para fazer uma indagação. Talvez, algum Senador queira fazer e não tenha a oportunidade, ou alguma pessoa do povo, ou algum jornalista... Em face dessa situação concreta de ameaça de invasão, de uma agressão inominável contra a Embaixada dos Estados Unidos, e sendo V.Exa. o Embaixador de fato ou de direito, do Brasil, já que há um encarregado de negócios, Dr. Resende, não é? Comandando a Embaixada, se há alguma orientação do Itamaraty no sentido de que V.Exa. possa surgir--

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Sr. Senador, desculpa interromper o senhor. Eu não sou Embaixador de Honduras. Eu sou Diretor do Departamento da América Central e Caribe no Ministério das Relações Exteriores aqui em Brasília.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, eu gostaria de saber, no caso, se o Brasil deixou o seu Embaixador aqui, não é? Está aqui.

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Ele está em Brasília.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de saber, então, se há alguma... Uma reconsideração para que ele volte, diante dessa crise que se abateu sobre a nossa Embaixada em Honduras. V.Exa. tem algum conhecimento?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Em princípio, não, Senador, porque o Embaixador é o representante do Governo Brasileiro junto ao outro Governo. O Governo que está lá nós não reconhecemos. Então, nós precisamente retiramos o nosso Embaixador como uma demonstração de que não reconhecemos aquele Governo.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Certo. Então, só existe o encarregado de negócios; as relações diplomáticas estão rompidas--

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Não, não. As relações diplomáticas não estão rompidas. Nós não reconhecemos o Governo--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Na Argentina, há um rompimento, não é?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Perdão?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Há um rompimento... O Governo da-- [interrupção no áudio].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Não. Nós não rompemos relações com Honduras. Nós não reconhecemos o Governo--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não há rompimento?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Não.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas, com relação à Argentina, há um rompimento?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Que eu saiba, não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A Argentina com Honduras?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Que eu saiba não, Senador. Mas, desculpa, talvez, no caso, seja um detalhe, porque o que há hoje em Honduras é, como eu disse, todos os países da América Latina e o Canadá, inclusive, retiraram seus Embaixadores de Honduras. Todos os países da União Européia retiraram seus Embaixadores de Honduras. Então, as embaixadas lá estão todas nas mãos de encarregados de negócios, como uma demonstração clara de que nenhum país que lá está reconhece aquele Governo como um Governo de direito.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E V.Exa. sabe informar porque... Naturalmente que o Governo Brasileiro é um Governo que se mantém numa posição firme de combate à ditadura, de combate a qualquer regime discricionário que venha a atentar contra a democracia, como está acontecendo em Honduras, e eu... Eu gostaria de saber se o fato de o Presidente deposto ter escolhido a Embaixada do Brasil como abrigo, tenha sido... Tenha sido motivada por essa posição firme do Brasil ou porque outros... Outras embaixadas estariam numa situação mais deficitária do que a do Brasil?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Sem querer desmerecer nenhum outro país do continente, eu acredito que o Presidente Zelaya tenha encontrado, quando veio aqui ao Brasil, se entrevistou com o Presidente Lula, e se entrevistou naturalmente também com o Ministro

de Estado, tenha encontrado um respaldo firme nas posições do Brasil e nas posições serenas do Brasil com relação à situação em Honduras. Então, acredito que ele tenha escolhido esse destino, a Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, um pouco por isso também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Embaixador--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas Presidente, eu não encerrei ainda--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, é só um aparte a V.Exa.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Concede um aparte?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, um aparte para V.Exa. falar com o Embaixador. Tudo bem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, é só para complementar essa... Esse questionamento que V.Exa. fez ao Embaixador da... Da maior importância. Eu gostaria, Sr. Embaixador Gonçalves Mourão, de saber se... V.Exa. disse que o Presidente Zelaya ele... Pela acolhida que teve aqui, quando esteve no Brasil, teria escolhido a Embaixada do Brasil para pedir refúgio. Eu pergunto a V.Exa.: Na conversa que ele, Presidente Zelaya, teve com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, teria sido antecipada essa busca de refúgio na Embaixada do Brasil? Ou, de uma outra forma, teria sido um jogo combinado entre os dois Presidentes para que ele, ao voltar a Honduras, pudesse ter o refúgio na Embaixada Brasileira?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vou voltar a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares. Se o Sr. Embaixador quiser responder... O Senador Geraldo Mesquita sobre o mesmo assunto--

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Eu posso responder muito rapidamente: Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está bom. Então, Senador Mesquita... Valadares, o Senador Mesquita pede um aparte também.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Concedo um aparte a V.Exa. também, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas, encerrando definitivamente, eu gostaria de enfatizar de que estou lendo aqui no Estadão, no site do Estadão: "Dilma diz que Governo não incentivou ingresso de Zelaya. A Ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, afirmou, nesta terça-feira, que a entrada do Presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, na Embaixada do Brasil, em Tegucigalpa, não significa que o Governo Brasileiro tenha dado incentivo para o gesto. O fato de ele ter entrado não significa, disse a Ministra, em nenhum momento, que o Brasil incentivou, adotou, deu cobertura ou nada disso, simplesmente respeitou. Afirmou a Ministra, dizendo: 'Isso são Direitos Humanos elementares'".

Então, eu gostaria que V.Exa., Embaixador, reafirmasse ou não essas palavras que foram pronunciadas pela Ministra Dilma, porque houve boatos de que o Brasil teria incentivado...

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Não. O entendimento que nós temos no Itamaraty é que foi uma decisão pessoal, até onde a gente pode saber, do Presidente Zelaya, que nos surpreendeu. Como eu digo, a chegada dele na nossa Embaixada em Tegucigalpa se deu da maneira como eu relatei aqui. Naturalmente, ao chegar lá e ao pedir esse abrigo, a obrigação do Brasil, a obrigação até histórica, porque faz parte da nossa tradição, é conceder esse abrigo, sobretudo porque o Presidente Zelaya chegou dizendo que gostaria de, a partir dali, estabelecer um diálogo pacífico e construtivo na solução do problema nacional do seu país. Como é isso que nós estamos buscando na crise de Honduras, desde o começo da crise, ou seja, através de um diálogo pacífico e construtivo, resolver a crise positivamente, dentro do âmbito da democracia, nós não podíamos fazer de outra maneira, a não ser dar esse apoio ao Presidente Zelaya nessa sua intencionalidade.

Se o senhor me permite, Senador, eu gostaria de cumprimentá-lo pela proposta de resolução, que eu vi que o senhor está apresentando aqui, assisti ali pela televisão essa resolução de condenação. Porque realmente é uma demonstração de que, nessa situação em Honduras, nós não estamos atuando simplesmente como Poder Executivo do Brasil, mas nós não estamos atuando como o Brasil.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então V.Exa. confirma de que não tem fun-

damento a afirmação ou a insinuação de que o Brasil tenha interferido na ida do Presidente deposto, Manuel Zelaya, ao seu país, e obter antecipadamente abrigo na Embaixada do Brasil? V.Exa. confirma isso?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Até onde pode o Diretor do Departamento da América Central e Caribe confirmar, eu confirmo.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita e Senador João Tenório em seguida.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, a minha fala está prejudicada, porque eu não sabia do Requerimento do Senador Valadares, e a minha fala ia ser nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Na linha do Requerimento?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Na linha do Requerimento. Agora, em socorro ao Embaixador--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Requerimento está sendo distribuído. O Requerimento apresentado pelo Senador Valadares.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): --Em socorro ao Embaixador, eu até admito razoavelmente que o Brasil não esteja assim diretamente envolvido na entrada do ex-Presidente Zelaya no seu país, porque, se nós não temos sequer Embaixador naquele local, acho que muito menos pessoal. Nós estamos lá limitados a uma... A um corpo funcional muito pequeno, que eu acho que não teria a mobilidade e a autoridade suficiente para se envolver numa operação dessas. Porque é uma operação que envolve uma logística, envolve questões de segurança, envolve muita coisa.

Eu acho que o Brasil não dispunha, como não dispõe até agora, na Embaixada, pessoal preparado para se envolver numa operação dessas. Eu acho que é razoável aí a afirmativa da Ministra Dilma de que o país não se envolveu nessa operação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu estive, na semana passada, no domingo, eu estive com o Presidente da OEA, Insulza, que é chileno, e ele realmente dizia da dificuldade de chegar a uma solução. Ele dizia que as posições estão extremamente radicalizadas, tanto do Presidente deposto quanto do Presidente em exercício, e de que realmente, nas soluções foram tentadas, no estilo entre parlamentarismo, no estilo de... A volta com algumas condicionantes... Ele disse que é uma questão muito

complexa e de que não estava enxergando uma solução até a semana passada. Exatamente porque existe toda uma... Quer dizer, o Presidente no exercício, ele tem o apoio, mas, aqui no Brasil, nós já vimos isso também, que o Governo assume e acaba tendo apoio também do Judiciário e até mesmo do Legislativo. De maneira que isso não é um argumento muito válido, que o Governo tenha, no momento, apoio do Legislativo e Judiciário, porque isso já aconteceu aqui no Brasil também, chegou a ter. Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr. Embaixador, dois pontos. A primeira está mais ou menos respondida, o Senador Casagrande já levantou a questão. Porque há um certo descompasso de informação sobre como o Zelaya chegou na Embaixada Brasileira. Uma parte da imprensa brasileira está dando uma versão e uma outra parte está dando uma versão diferente.

Mas V.Exa... V.Sa. aqui esclarece que, de fato, houve uma intermediação, houve uma autorização, digamos assim, oficial, para que o Zelaya fosse absorvido pela Embaixada Brasileira, como refúgio. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é apenas uma reflexão. Eu tenho um grande receio de que o Brasil se transforme numa República de banana, do jeito que está. A Venezuela, um dia desses, invadiu... A Venezuela, não, a Bolívia invadiu a Petrobras... Cercou a Petrobras e invadiu a Petrobras. E mais ou menos ficou por isso mesmo. O Paraguai está exigindo que os brasileiros que moram a 50 quilômetros de distância da fronteira se retirem imediatamente, e deu um prazo fatal aí para que essa retirada aconteça.

Agora, há esse constrangimento, digamos assim, sobre a Embaixada Brasileira, lá em Honduras. Então, isso não está se tornando uma coisa, digamos assim, constrangedora para o país, desmoralizante para o país? Eu acho que o Brasil é uma República que merece ser... Não ser considerada uma República de banana, até como Honduras tem sido... Até com razão, porque ela é uma grande produtora de bananas lá.

Então, a preocupação que eu acho que se deve ter, nesse fórum aqui e no Brasil como um todo, é que se identifica muito claramente com essa política do Governo de concessões, concessões e concessões, uma degradação cada vez maior do respeito que os países da América do Sul, sobretudo, tem tido com o Brasil. Isso não é uma pergunta, o senhor não é obrigado a responder nada, apenas uma reflexão que eu acho que merece ser considerada. Nós estamos gradativamente nos tornando vítima de agressões gratuitas e, muitas das vezes, que não têm nada a ver com a importância, com o tamanho, com a responsabilidade

e com o respeito que o Brasil tem no cenário mundial. Era só isso, Presidente.

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Obrigado, Senador. Eu não tenho nada a responder, naturalmente. Se o senhor me permitir, eu posso fazer uma reflexão também, estritamente pessoal. São dois casos, naturalmente, um caso é esse caso dos países sul-americanos que o senhor se referiu, e o caso de Honduras é um caso diferente. O caso dos países sul-americanos, depende da ótica em que se veja o que é que é essa realidade. Eu preferiria ver como... Por exemplo, quando a gente anda por uma rua, se nós temos duas pessoas, dois sujeitos passeando pela rua, um muito mal vestido e esfarrapado e outro muito bem vestido e arrumado, e vem um miserável, o miserável vai pedir a esmola a quem está bem vestido, e não quem está esfarrapado. O Brasil hoje é um país que está ficando cada vez mais bem vestido. Então, vêm nos pedir coisas. E nós temos que saber atender.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Mas nós temos que saber atender, porque naturalmente--

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): --Pedir que reveja o acordo em Itaipu, pedir é um direito. Agora, chegar e impor e dizer: "Não, tem que ser dessa maneira". Eu acho que é uma falta de consideração com o país. É fazer com que aconteceu com a Petrobras, chamar a Petrobras, precisamos renegociar os hidrocarbonetos, preço de hidrocarbonetos... Tudo bem, é o pobre pedindo uma... Não é uma esmola, mas pedindo uma consideração ao rico. Mas é diferente do que eu estou citando. Estou citando são agressões repetidas e recorrentes que estão acontecendo à nossa, eu diria até, soberania.

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Com relação ao prestígio do Brasil, o fato do Presidente Zelaya ter ido à Embaixada do Brasil, por outro lado, mostra também um pouco do prestígio do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Embaixador, me desculpa, mas nós não podemos ter uma obsessão também por essa coisa de cadeira na ONU, no Conselho de Segurança, vira uma obsessão e o Brasil fica também com complexo de superioridade. Eu estou dizendo o que eu entendi do Senador João Tenório é um pouco nessa linha. O Brasil fica com uma certa obsessão e aí fica com um certo complexo também de que agora o Brasil que vai tomar conta do mundo. Não pode nunca chegar nesse ponto. Aquela coisa dos Estados Unidos ser a polícia

do mundo, nós não podemos querer ocupar esse lugar de jeito nenhum. Não é bom esse caminho, não.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem. Dentro em pouco, terá a Ordem do Dia, seria de bom alvitre nós colocarmos logo a moção.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Senador Heráclito está inscrito aqui.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou inscrito, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Também, Senador Casagrande. E o Senador Collor também... Senador Tuma... Vamos dar uma organização mais rápida. Senador Heráclito primeiro, depois Senador Casagrande, que já tinha falado, então, volta ao Senador Casagrande.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, meu caro Embaixador Gonçalo Mello Mourão, eu acho que nós temos que ter uma visão democrática única, e não visão democrática atulhada. Nós estamos tendo aqui, e é um vício, um vício que vem de trás, é difícil acabá-lo, uma visão relativa de direito democrático.

Eu não me conformo, por exemplo, com o silêncio dos mesmos que cobrem de apoio e de amparo o Zelaya, o silêncio com relação à liberdade de imprensa na Venezuela. Nós estamos aqui, por sinal, o Jornal do Senado hoje traz, na primeira página, um grupo de advogados venezuelanos foi a Montevideu. Eu quero até parabenizar o Jornal do Senado por ter tido a visão jornalística de colocar isso aqui. É fantástico. A reunião do MERCOSUL foi interrompida por manifestantes. E eu não vejo, Senador Suplicy, ninguém do seu partido defender esses advogados. Não vi a defesa, ninguém tomar a defesa aqui daqueles dois infelicitados cubanos... Aliás, o Senador Suplicy tomou. Foi uma voz isolada, tentou contato com os rapazes... Dois infelicitados cubanos que resolveram não voltar à ilha e foram arrancados do seu refúgio por agentes cubanos que vieram aqui em avião do Sr. Chávez, um fato grave. O Brasil acorcorou-se naquele momento. O silêncio da diplomacia brasileira foi uma coisa asquerosa. Foi asquerosa a maneira como nós nos comportamos, a maneira como nós entregamos os cubanos.

Portanto, essa solidariedade, ela tem dois aspectos. Nós trabalhamos, nós torcemos, nós queremos a volta da estabilidade democrática para Honduras... Longe de se querer o mal para Zelaya. Agora, entre isso e se fazer da nossa Embaixada um escritório político do Sr. Zelaya em Honduras, é uma questão... Diferença muito grande. Se você examinar aqui as fotografias, o Sr. Zelaya está fazendo comércio dentro da Embaixada

Brasileira. A coisa aí muda de figura porque nós temos que respeitar a autonomia do país. Podemos até trabalhar. Nós temos que ter... Usar o direito de pregar a liberdade, a volta da normalidade, mas nós não podemos pegar o próprio brasileiro, que é a Embaixada, e deixar acontecer o que está acontecendo.

A manchete no jornal O Globo é: "Brasil abre Embaixada para Zelaya tentar retomar poder em Honduras". Nós não podemos entrar nesse Chavismo de estar invadindo as questões internas com os países. O Chávez é que ameaça comprar míssil de alcance de 300 quilômetros para invadir a Colômbia e coisa que o valha. Mas, o ruim disso aí, Embaixador, eu acredito na versão de V.Exa., V.Exa. é um homem sério, não sabia de nada. Mas o Zelaya disse que o Presidente da República sabia e que combinou com ele... Declarações dele. Declarações dele, publicadas ontem. Ontem. E, aí veio desmentido daqui, de acolá... Mas o próprio Zelaya disse que acertou com o Presidente da República. E aí fica muito ruim--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vários jornais. Todos aqui... Eu posso até pedir aqui à assessoria que... Que pegue... Notícias em que o Sr. Zelaya disse que teve um entendimento com o Presidente Lula sobre sua volta. Vários jornais publicados. Eu trago para cá. Portanto--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós acreditamos nas palavras de V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, mas eu quero acreditar na palavra do Embaixador e aí fica difícil. Embaixador disse que não foi, está bom, não comunicaram ele. O Ministro Celso Amorim, Embaixador Celso Amorim disse que tomou conhecimento quando ele já estava lá. Mas ele deu uma declaração publicada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Casagrande.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De forma que eu--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Acabei e gostaria de--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Primeiro, Embaixador Gonçalo, nós temos dois Diplomatas, lá em Honduras. Um diplomata ou dois? Um diplomata. E temos staff, equipe administrativa, técnica?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Três pessoas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Três pessoas, incluindo o Embaixador. Incluindo o diplomata?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Nós temos um Embaixador que está no Rio de Janeiro, no momento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, o Diplomata que está lá.

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Temos um conselheiro lá, que está de encarregado de negócios. Temos um assistente de chancelaria, temos um motorista oficial--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas o Itamaraty já devia ter mandado urgentemente o Embaixador que já está escolhido assumir esse posto. É o mínimo... Mandar o Embaixador para lá, não deixar o encarregado. O encarregado tem ações limitadas, sabemos todos nós.

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Eu tentei explicar aqui ao Senador que nós não mandamos o Embaixador porque nós não reconhecemos o Governo de fato. O Embaixador--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Governo retirou o Embaixador de lá. O Governo retirou o Embaixador de Honduras. Já tinha retirado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ah, bom, então quem está administrando é o motorista?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não é o motorista administrando. Pelo que eu entendi...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Embaixada.

[risos].

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: O motorista está sendo muito útil porque ele sabe mexer com o gerador que funciona lá.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pelo que eu entendi, tem um chefe de negociação...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Tem um encarregado de negócios, que é Ministro ou conselheiro, que está lá.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma pergunta, para lhe ajudar: A Embaixada está desinstalada. O território dela continua neutro?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: A Embaixada está lá. É o território brasileiro lá.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, mas nós retiramos o nosso Embaixador de lá porque não concordamos com o atual Estado político.

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Mas mantemos a Embaixada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas a Embaixada fica mantida com todas as suas imunidades? Numa questão como essa?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Sem dúvida.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É uma questão técnica, que realmente... Curiosa, entendeu?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Sem dúvida.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É uma questão... Mas o Embaixador já disse que a presença do Estado Brasileiro lá, independente de ter o Embaixador ou não, mas é o território brasileiro... Isso está, naturalmente, firmado na... Na Convenção de Viena sobre relações diplomáticas. Mas eu... Então, assim, tem... Não tem... Embaixador, nenhuma... Nenhum risco aos nossos... Ao nosso Diplomata lá ou à nossa equipe, aparentemente, nenhum risco com relação...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Por isso estou perguntando a ele. Por isso que eu estou perguntando. A minha afirmativa é no sentido de perguntar. De... Se há... Se tem comunicação com a equipe brasileira que está lá ou não. Tem comunicação?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Claro, temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Computador... Deve ser por Skype. O Skype está funcionando?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Aqui, na mesma linha do Senador Casagrande, eu queria perguntar ao Embaixador se há precedente, Embaixador, nesse tipo de cerco. Há uma Embaixada...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Do Irã.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, estou falando de... Se há precedente, no mundo civilizado, de um cerco como esse? Aqui, há poucos instantes, um colega nosso alinhou, relacionou vários atos de... De agressão ao país em território estrangeiro. Lembrou aqui das instalações da Petrobras na Bolívia, lembrou aqui... Eu lembro aqui, acho que... Se não me falha a memória, no Equador,

instalações de uma empresa brasileira foram ocupadas. Vários casos dessa natureza, o que constrói uma contradição muito grande.

V.Exa... V.Exa., há pouco, de forma figurada, exemplificou a situação do país hoje. É um país que está se vestindo melhor. Eu digo que isso traduz, de certa forma, a mística do prestígio que o Presidente Lula vem alcançando a todo instante. Agora, é uma grande contradição: Um alto prestígio e esse prestígio não consegue impedir que instalações brasileiras sejam ocupadas, invadidas, violadas, quando se trata de estar em territórios estrangeiros... Na América Latina aqui. E agora, no caso de Honduras. Eu pergunto mais uma vez a V.Exa. se há precedente, no mundo civilizado, democrático, de um cerco como esse, que tem característica policial mesmo?

Quando há um sequestro, alguma coisa, a primeira coisa que a polícia faz é cortar luz, cortar água, cortar qualquer abastecimento para matar à míngua as pessoas. Se há precedente nesse sentido e se Zelaya tivesse se homiziado na Embaixada dos Estados Unidos, se a luz e a água lá daquele *bunker* dos Estados Unidos teria sido cortada. Eu acho que não.

Eu acho que isso fere de morte o chamado elevado prestígio do Presidente Lula porque ele não consegue fazer com que esse prestígio evite situações como essa. Se o prestígio fosse tamanho, como se propaga, as pessoas pensariam duas vezes antes de invadirem a Petrobras na Bolívia, antes de fazerem e praticarem atos como esse que foram praticados agora em Honduras. Obrigado, Senador Casagrande--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Deixa eu concluir a minha... Minha fala, que eu não concluí.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Para concluir. Em seguida, o Senador Tuma e o Senador Collor.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Senador Geraldo Mesquita coloca uma questão que é uma questão que não pode ser assim efetivamente levada nessa proporção porque o Governo interino que está lá é o Governo que já passou por cima da Constituição hondurenha para tomar o poder. Então, vai cortar linha telefônica, luz de qualquer Embaixada porque o compromisso é tentar legitimar o projeto e o Governo que lá está.

Se o Governo Brasileiro, e aí o Diplomata, o Embaixador já colocou isso com clareza, e também outros já declararam, se o Governo Brasileiro não teve nada a ver com a ida do ex-Presidente Zelaya para lá, ótimo. Se teve, não foi adequado. Se teve alguma coisa, se teve alguma articulação para o ex-Presidente Zelaya ir se abrigar na Embaixada Brasileira, não está ade-

quado. Acho que a posição do Brasil está tomada. É uma posição contra o golpe que teve em Honduras. Não podemos... Nós não podemos tentar compensar a nossa posição política com nada, nem com o terceiro mandado de Colômbia, nem com questão de Venezuela... Nada. Acho que o Brasil é líder hoje na América Latina e deve se postar como líder. Não deve fazer nenhuma manobra escusa nos bastidores e deve condenar, como condenou. E, naturalmente, se tem um ex-Presidente correndo risco de vida, tem que abrigar, tem que dar abrigo a essa pessoa na sua Embaixada. Então, se foi essa a posição do Brasil, merece o nosso aplauso. Se teve alguma coisa a mais, nós saberemos e aí poderemos condenar, na hora que tiver que condenar também. Mas por enquanto, acho que nós temos que adotar uma posição de condenação a esse tipo de atitude do Governo interino de Honduras.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria que o Embaixador nos esclarecesse uma coisa que é importante. Dentro da Embaixada Brasileira, encontram-se apenas o Sr. Zelaya e sua esposa ou todo o seu staff?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Encontram-se outras pessoas. Não sei dizer quantas pessoas, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ai, vai dentro do... Exatamente o que está sendo questionado pelo Senador Casagrande. Estão tomando uma posição de apoio a um assunto interno. Porque uma coisa é você dar abrigo a um Presidente que corre risco de vida e à sua família, à sua esposa. Outra coisa é você permitir a instalação de um comitê de Governo paralelo dentro da Embaixada Brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos ouvir o Senador Collor, então, Senador Heráclito.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sr. Embaixador, senhoras e Srs. Senadores, o que me parece que é absolutamente claro é que o Sr. Zelaya jamais empreenderia a volta ao seu país sem ele ter, de antemão, a garantia de onde ele poderia se, "hospedar". Daí, a primeira pergunta, se o Governo Brasileiro tinha conhecimento de que o Sr. Zelaya estava empreendendo a sua volta ao seu país e teria sido consultado o Governo Brasileiro da possibilidade de hospedá-lo na sede da Embaixada Brasileira em Tegucigalpa?

Em segundo lugar, o Brasil hoje não me parece o parceiro mais adequado para intermediar um conflito como este, tendo em vista as ações tomadas pelo Governo Brasileiro logo em seguida à deposição do Sr. Zelaya.

A outra pergunta e a colocação que deixaria por último, Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, é como o Governo Brasileiro, e particularmente o Ministério das Relações Exteriores, espera sair desse imbróglio? Alguns cenários já devem estar sendo delineados pela equipe do Ministério das Relações Exteriores para saber como ou qual será a saída desse enorme imbróglio em que a diplomacia brasileira se colocou e o Governo Brasileiro, porque eu não acredito que o Sr. Zelaya tenha voltado a Tegucigalpa e simplesmente batido às portas da nossa Embaixada e pedido licença para entrar. Eu tenho convicções de que isso não se daria, a não ser dentro de um entendimento havido entre a nossa representação em Tegucigalpa e o Sr. Presidente, circunstancialmente fora do poder, Zelaya. Essas considerações, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Quer falar, Embaixador? Senador Tuma logo em seguida.

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Antes do senhor chegar, Senador, eu descrevi as circunstâncias da chegada do Presidente Zelaya na Embaixada do Brasil. Ela foi precedida pela visita ao nosso encarregado de negócios de uma Deputada Zelayista do Parlamento latino-americano, que pediu ao encarregado de negócios se ele poderia receber a esposa do Presidente Zelaya. E o encarregado de negócios naturalmente disse que receberia a esposa do Presidente Zelaya com muito prazer. Então, a esposa do Presidente Zelaya subiu ao segundo andar da Embaixada e, diante do encarregado de negócios, perguntou se o Presidente Zelaya, que estava nas proximidades, seria bem recebido na Embaixada do Brasil.

Foi feita uma consulta ao Ministro de Estado, que consultou o Presidente da República, e que houve, então, a aceitação de que naturalmente o Brasil abrigasse o Presidente Zelaya na sede de sua chancelaria em Tegucigalpa. Esses são os fatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Tuma.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Talvez se o senhor perguntar a ele, Senador, porque eu não sei.

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu dispenso o conselho, até porque quem está aqui, V.Exa. me respeite, quem está aqui é o senhor. E eu dirigi a pergunta ao senhor. O senhor não tem direito de me mandar perguntar ao Sr. Marco Aurélio Garcia--

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Senador, eu não mandei, eu sugeri. E a outra coisa, eu tenho o maior respeito pelo senhor, porque é--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é. E eu também. E eu também. Eu fiz a pergunta a V.Exa. V.Exa. me responde ou não. Agora, não me mande perguntar ao Sr. Marco Aurélio Garcia porque ele presta conta, ele manda no Itamaraty, que V.Exa. serve, e não aqui nessa Casa.

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Eu não mandei, Senador. Eu não mando no senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Bem, Senador Tuma, então. Rapidamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone] Eu... Eu pedi que o Presidente Collor falasse primeiro porque ele tem estudado esse problema e tem um conhecimento profundo do assunto, inclusive, há pouco, na CPI da Petrobras, eu consultava qual era o sentimento que ele tinha em razão dessa situação que foi criada pelo Governo Brasileiro... Foi criada pelo Governo Brasileiro. Ela não foi criada pelo Presidente que foi afastado porque é difícil, Embaixador. Eu estou sentindo esqui que V.Exa. tem conhecimento em parte do que ocorreu, posterior ao que antecedeu... Que eu estou sentindo, assim, que V.Exa. tem feito todo o esforço para poder explicar aquilo que recebeu como informações até a entrada dele, o homizio dele dentro da Embaixada Brasileira, que é território nacional.

Mas, se a gente lembrar que ele ficou na fronteira da Nicarágua, três meses... Aí montou um bunker, tentou entrar, não conseguiu, foi impedido de todas as formas... Depois, ele voltou num silêncio total. Não se ouviu mais notícias a respeito dele. Então, hoje eu deduzo, não sei se estou certo ou errado, que começou um planejamento de ele voltar e entrar numa das embaixadas que estavam em apoio à situação dele, do afastamento condenado ilegal, irregular e como um golpe.

Portanto, todas as embaixadas praticamente retiraram seus Embaixadores e... Mas... Permaneceu a figura do... Da exigência do seu retorno, para depois o país decidir praticamente o que fazer com os processos que ele estava respondendo e respondeu lá.

Então, o Presidente Collor falou certo. Ele não deve ter chegado na porta, batido na porta e pedido licença para entrar. O senhor já disse que ele mandou a esposa em primeiro lugar consultar se poderia ser bem recebido. Houve, eu vi, o Ministro Celso Amorim na televisão dizendo que foi consultado pela pessoa...

Encarregado de negócios, e podiam não recebê-lo. Então, ele deve ter ficado, esperando na porta ou escondido em algum lugar dentro do próprio país que foi afastado. E, com isso, ele recebeu resposta positiva. Um fato novo, que V.Exa. diz aqui, que o Presidente também foi consultado. E autorizou que ele entrasse e lá se homiziasse. Então, é uma coisa bastante angustiosa, porque depois o Ministro Celso Amorim, Presidente Collor, o Ministro Celso Amorim, ao declarar que autorizou a entrada, eu vi, declarou, e depois passou o problema para o Presidente da Costa Rica negociar. Mas é o território brasileiro que está ocupado. Como é que nós vamos virar as costas para entregar para um outro para ir solucionar o que está ocorrendo dentro da nossa casa? Não sei se eu estou certo ou estou errado, essa política internacional está meio...

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ele está em território brasileiro. O Presidente está em território brasileiro e sob a responsabilidade do Governo Brasileiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como é que eu vou passar para o Presidente da Costa Rica, porque era o negociador anterior, que não conseguiu sucesso, Oscar Arias, e nós passamos para ele a solução de deixar ocupar ou não o território nacional, o território brasileiro.

Agora, a agressão de cercar e cortar água, cortar luz, cortar... É uma coisa bastante angustiosa. Acho que é uma agressão que nós...

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida. Isso merece ter uma... Uma resposta vigorosa, sem dúvida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O que o Brasil representa na sua soberania, na sua dignidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Tuma, nós estamos com o Requerimento nesse sentido apresentado pelo Senador Valadares. Estamos exatamente em discussão do Requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E os países que foram aqui levantados pelo Heráclito, Paraguai quer tirar os brasiguaios que estão lá com um prazo de um mês. O Brasil tem que reagir porque deu anistia ontem para todo mundo. O senhor entendeu? Eu não estou aqui querendo botar o senhor na parede porque acho que a sua informação, ela, relativamente, não é completa pelos antecedentes. Pode ser que eu esteja errado, não vou consultá-lo sobre isso, que não estou jogando nada contra o senhor, contra ninguém.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu quero esclarecer mais uma vez que o Embaixador Gonçalo Mourão foi chamado

à uma hora da tarde e teve a delicadeza de vir aqui exatamente para discutir conosco essas informações. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Muito bem, Presidente. Antes de mais nada, eu manifesto aqui a minha satisfação de poder aqui conviver com este bom colega e amigo, que é o Embaixador Gonçalo de Mello Mourão, e tenho algumas posições a estabelecer. Talvez, até sendo repetitivo em uma ou duas delas, não sei. Uma coisa é o Brasil cumprir com a sua tradição de conceder asilo político a quem procura a Embaixada. Isso é uma coisa. Outra bem diferente é ter havido uma articulação de Governo, visando, e seria um absurdo, transformar a Embaixada Brasileira num escritório político do Sr. Zelaya, enfim.

Tensão, ela acontece sempre nesses momentos. Quando caiu o Trujillo, por exemplo, a Embaixada Brasileira foi vigiada pela polícia, pela nova polícia, enfim, de maneira muito ferrenha. E a Embaixada Brasileira ficou entulhada de pessoas. Sempre acontecem essas tensões.

Agora, tem uma outra peculiaridade: O Sr. Zelaya, o Presidente Zelaya, ele não está na Embaixada para sair de lá com salvo-conduto e vir para o Brasil, morar no Brasil. Ao contrário, ele foi de outro lugar para lá e isso não sei se não se configura uma intromissão nos negócios internos daquele país. Houve um caso, no Itamaraty, muito folclórico. O grande intelectual, o grande escritor que era Álvaro Lins foi nomeado, por Juscelino Kubitschek, Embaixador em Portugal. E ele sabia que era uma ditadura, ditadura de Salazar, mas ele não só não comparecia aos atos que eram da obrigação dele fazê-lo, como ainda chegou o momento que começou a fazer comício nas ruas. Ele participou de comícios da oposição à ditadura salazarista. Ditadura que todos nós condenamos, historicamente, e quem viveu já condenava, quem tinha o sentimento democrático, mas o fato é que não era esse o papel do embaixador brasileiro. O papel do embaixador brasileiro era estabelecer boas relações de comércio, boas relações entre os dois povos, enfim. Uma população tão expressiva de portugueses no Brasil e já havia brasileiros em Portugal àquela altura. Ele extrapolou até pelo amorismo dele, ele deixou o coração e a ideologia falarem mais alto.

A nossa diplomacia ela tem a tradição da frieza, tem a tradição do profissionalismo. Então, não estou aqui discutindo da legitimidade do mandato de um ou de outro, enfim. Eu só entendo que o Brasil pode estar perdendo densidade para ser um agente negociador porque, desde o início, tomou posição muito clara a favor do Presidente Zelaya, desde o começo. Então, acaba se desqualificando como interlocutor, não sen-

do o interlocutor dos sonhos para com as duas partes estabelecer, quem sabe, eleições diretas daqui a tanto tempo, e que a crise tem que ter uma saída.

Agora, meu prezado Embaixador Gonçalo Mourão, a pergunta que lhe faço é bem simples: Nós estamos vendo lá uma pessoa que entrou no país e foi para a Embaixada Brasileira, então, o objetivo é fazer campanha política pela sua volta ao poder, diferente do asilado tradicional, que entra na Embaixada e daí vai sair. Esse aí já tem essa peculiaridade. E o Brasil está, a essa altura, sofrendo alguns vexames, com corte de luz, corte de água, enfim, está havendo uma certa extrapolação e um certo desrespeito ao território brasileiro naquele país. Na sua opinião, qual é a saída? Como é que o Brasil sai disso? Porque o Brasil pode ter sido metido nisso, se pura e simplesmente o Sr. Zelaya procurou a Embaixada e o Brasil concedeu asilo a ele, talvez, até na ingênua ideia de que fosse para ele sair de lá. Mantê-lo lá, a vida toda? Ou seja, vai mantê-lo na Embaixada porque o objetivo dele é ficar lá e a partir dali, reconquistar o poder? Eu não sei até que ponto vai chegar o tensionamento entre as duas partes.

Em outras palavras, qual é a saída para essa crise? Como é que o Brasil sai dessa? Porque a nossa diplomacia tem uma grande capacidade de resolver questões, e não de criar problemas. Eu temo que possa ter havido um certo equívoco, uma certa bola fora, e reconheço e exalto a competência do Ministro Celso Amorim, sou amigo pessoal dele, e tenho um carinho muito grande por todos, enfim, sei da competência com que o senhor dirige o Departamento de América Central e Caribe no Itamaraty. Mas, há uma situação de fato e desagradável. O Brasil poderia ter evitado isso ou não? O Brasil articulou isso ou não?

[soa a campainha].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --Já concluo, Senador. --O Brasil articulou isso ou não? É normal alguém... Volta para o país e pede asilo? O normal é pedir asilo para sair.

E, quarto, como é que vamos sair disso? Como é que isso fica? O que estaria o Itamaraty pensando? Qual é a saída? Nós temos que entrar na hora das propostas, agora. Não dá para ficar a Embaixada cercada; o Senador Heráclito Fortes acabou de tocar num ponto, talvez não tenha aprofundado, mas eu gostaria de aprofundar. Tem um Embaixador aprovado. Lá tem o encarregado de negócios *ad interim*. Não seria o caso de esse Embaixador que chega novo, sem nenhuma queimação, sem nenhum desgaste, chegar e ir com toda força para negociar o que seria a saída da crise? Enfim... Porque o fato é que o Brasil tradicionalmente reconhece o direito de não intervenção, e de autode-

terminação dos povos. O Brasil não... Se lá tem um Governo militar, o Brasil não deixou de ter relações muito boas nessa busca do Conselho de Segurança, da cadeira de Conselho de Segurança da ONU... Nós vimos nosso Presidente desfilando com ditadores africanos... Tudo nós vimos. O ditador do Irã, comunicado conjunto... Israel deve abandonar Golã imediatamente, enfim. Cheguei a pensar que o regimento lá do Rio de Janeiro ia descer e acabar com a festa toda, enfim. Eu... Então, esse argumento é um argumento falacioso porque mantém, seja com ditaduras à esquerda ou ditaduras à direita, mas mantém relação, relação perfeita. Eu não vi ali motivo para o Brasil romper relações com Tegucigalpa. Não vi. E o Brasil não rompeu relações com Tegucigalpa. Tanto, que manteve um encarregado de negócios *ad interim*. Qual é a saída?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim. Embaixador, as intervenções do Senador Arthur Virgílio se somam a que o Senador Collor tinha colocado. O senhor vislumbra alguma solução? Quer dizer, estamos exatamente nesse ponto. E eu vou pedir só aos Srs. Senadores para permanecer, que nós temos que votar ainda o Requerimento do Senador Valadares... Senador Arruda pede a palavra. Nós estamos com a Ordem do Dia já. Vamos ter que ser bem rápidos. Deixa eu só ouvir, então, o Embaixador rapidamente, depois o Senador Suplicy, após o Senador Inácio Arruda. Embaixador.

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Primeiro, a situação em Honduras não tem nada de normal, como bem assinalou o Senador Arthur Virgílio. É difícil se imaginar como isso vai acabar. Agora, um único caminho que pode ser seguido, que é o caminho da conversa, é o caminho da negociação, é o caminho do diálogo pacífico, político e construtivo. Foi com essa... Com esse espírito que o Presidente Zelaya entrou na Embaixada do Brasil. Ele disse que voltava ao seu país para poder manter um diálogo construtivo, pacífico, político e democrático para a normalização da situação da vida democrática de seu país.

Dentro dessa linha de pensamento, que é a linha de pensamento que tem conduzido não só o comportamento do Brasil, como o comportamento de todos os países da América Latina e do Caribe dentro da OEA, que nós recebemos o Presidente Zelaya na Embaixada do Brasil.

Agora, a partir daí, o que nós temos que fazer é incentivar a conversa, incentivar o diálogo, incentivar a discussão pacífica, construtiva e democrática para, de alguma maneira, chegar a uma solução pacífica em Honduras.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Bom, Sr. Presidente, primeiro acho que ninguém poderá forçar a barra para não considerar que a situação de Honduras é uma situação complicada e ali nós tivemos um golpe, um golpe de Estado e um Governo que se impôs pela força armada, não democrática. Porque normalmente há uma tentativa de grandes formadores de opinião, quer dizer, grandes... Com a força de formar opinião de que ali foi ao contrário. Quer dizer, tinha um golpista que foi posto para fora e assumiu um democrata. É ao contrário. Lá tem um Governo golpista, depois um Governo, esse Governo percorreu o mundo, teve o apoio acho que de toda a América, do Alasca à Patagônia, praticamente todos os governos prestaram apoio a Zelaya, e pediram a volta de Zelaya. Todos. Então, acho que isso é um fato importante, significativo. E Zelaya, por mais de uma vez, tentou entrar de volta no território de Honduras. E, finalmente, alcançou êxito, digamos assim, nessa sua tentativa. Dentro do território, que eu imagino que ele partiu de dentro do território de Honduras para a Embaixada do Brasil. Então, dentro do território de Honduras, ele foi para a Embaixada do Brasil. É uma tentativa de se proteger de um Governo legitimamente eleito. Acho que é uma coisa muito significativa. Então, um Governo legitimamente eleito, admoestado do poder por um golpe, volta ao seu país na busca do diálogo; esse diálogo não se estabeleceu até o presente momento, há várias tentativas com o Governo da Costa Rica e outros governos da região para intermediar esse diálogo, mas isso não teve êxito até agora, e há um fato objetivo, então. Zelaya está na Embaixada Brasileira. Esse território é do Brasil. Então, acho que nós temos não só que prestar apoio numa situação como essa, porque sempre a gente fica imaginando, no período do golpe, no período da ditadura no Brasil, a gente sempre ficava imaginando um pouco isso. Quantas vezes nós precisamos de asilo? Quantas? E nós fomos obrigados a sair do nosso território. Quem ficou, uma boa parte, teve que pagar com a vida para poder permanecer no nosso território.

Então, acho que do ponto de vista civilizacional, o Brasil age correto. Muito correto. Além de ter uma política exterior, no atual Governo, é tradição brasileira, mas a atual política exterior brasileira, digamos assim, desse ponto de vista, é mais agressiva. Do ponto de vista dos Direitos Humanos, do ponto de vista da defesa das Constituições, do apoio aos governos democráticos... Acho que nós estamos mais consolidados. Acho que, numa situação como essa, acho que duas iniciativas, o Senador Valadares tem razão no seu Requerimento, que eu acabei de subscrever, tem sentido,

acho que nós temos que apoiar o Zelaya, e apoiar o Governo Brasileiro no diálogo. O Governo Brasileiro não vai sair daqui para derrubar o Governo golpista lá de Honduras. Isso não se cogita. Mas o Brasil--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Nós nem compramos caças ainda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nem compramos. Está dando uma polêmica tão grande pra comprar os caças, você imagina comprar os caças... Então, as dificuldades são grandes. --Então, eu imagino um pouco que nós devemos reforçar, mesmo com as observações, críticas naturais da oposição, eu imagino a situação porque nós tivemos que ir ao encontro do Hugo Chávez, quando ele foi derrubado. E quem foi ao encontro de Hugo Chávez não foi o Marco Aurélio, nem foi Amorim, nem foi o Lula. Foi o Fernando Henrique que teve que ir ao encontro de Chávez para ajudar o país vizinho a restabelecer o processo democrático.

Acho que esse que é o caminho nosso. Acho que aqui que nós temos que reforçar. Reforçar a luta pelo caminho democrático. Há uma questão objetiva, concreta; Zelaya está na Embaixada do Brasil, digamos assim, Zelaya, naquela circunstância, está sob a proteção brasileira--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exa. permite um aparte? Para esclarecer.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Só peço rapidez, que nós temos que votar o Requerimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ocorre que não é o Sr. Zelaya e a esposa do Sr. Zelaya; são 70 pessoas já confirmadas aqui. São 70 pessoas dentro da Embaixada.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É fato porque cria situações assim como essa--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas a minha pergunta--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós vivenciamos no Brasil de ter embaixadas de vários países que nós tivemos que ocupar com mais de 70 pessoas para tentar escapar--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas a minha pergunta objetiva é outra. Se, num ato extremista, Embaixador, o Governo de Honduras invade a Embaixada Brasileira para tirar os que estão lá dentro. O que nós vamos fazer? Qual é a posição do Brasil?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Acho que agora... Já que é um aparte, é uma pergunta para o Embaixador, mas como eu estou com a palavra... Eu

imagino só que a... Há que ter uma força unitária brasileira. Mesmo que a oposição tenha suas observações críticas, que eu considero naturais, que fiz muito isso, infelizmente, eu passei muito tempo na oposição. Só agora, há pouco tempo, que eu estou participando de um Governo. Então, acho que é natural, correto até que aconteça, mas acho que é uma necessidade de unidade da nossa força política em apoio à missão brasileira lá em Honduras e ao Itamaraty. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, já melhorou a voz?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Valadares vai, a bem da verdade, falar por mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Valadares, que propôs o Requerimento, e nós já colocaremos em votação.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, antes da apresentação da moção, há uma preocupação do Senador Suplicy, e com muita razão, de que não se configure essa situação reinante em Honduras como um incentivo ou um preparo antecipado desta ação com o apoio Brasil. Porque o apoio do Presidente Lula é o apoio que nós todos damos ao retorno da democracia e o apoio ao Presidente Zelaya, por antecipação, nós fizemos isso. O Senado Federal fez isso, o Presidente da República recebeu o Zelaya...

Quer dizer, o que nós estamos discutindo nesse instante, Sr. Presidente, é a preocupação com a invasão da Embaixada, a possibilidade da invasão da Embaixada. Mas, o apoio antecipado, logística, que teria sido oferecida, condições materiais, isso não houve; está bastante claro, a não ser que alguém queira fazer especulação. Isso, num regime democrático, não é proibido fazer especulação.

Agora, o Presidente Lula foi muito correto ao apoiar o Presidente. Agora, a votação do Requerimento, Sr. Presidente, V.Exa... Eu... O final da proposta. Só a parte final. O Senado Federal... Quer dizer, é uma moção de censura e repúdio ao cerco militar na Embaixada do Brasil:

"O Senado Federal da República Federativa do Brasil manifesta, e a sua Comissão de Relações Exteriores, seu mais veemente repúdio ao absurdo cerco policial à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, o qual contraria frontalmente a responsabilidade do Estado hospedeiro, consagrada na Convenção de Viena sobre relações diplomáticas. Sua consternação com as violações de direito à livre manifestação dos partidários do governante legítimo de Honduras, Sr. Manuel Zelaya, já condenadas pela Comissão interamericana

de Direitos Humanos. Sua advertência de que a vida do Presidente Manuel Zelaya e a inviolabilidade da missão diplomática do Brasil em Tegucigalpa devem ser preservadas a todo custo. Sua conclamação à comunidade internacional, especialmente ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao Conselho Permanente da OEA a que intervenham positivamente no conflito hondurenho, inclusive mediante adoção de sanções concretas contra o Governo ilegítimo instalado em Tegucigalpa. Seu sincero apelo a todas as forças políticas de Honduras para que iniciem um processo transparente de diálogo que conduza esse país à conciliação e à volta da normalidade democrática”.

Para fazer justiça, Sr. Presidente, o primeiro signatário dessa moção é o Senador Aloizio Mercadante. Segundo lugar, é V.Exa., Senador Presidente, terceiro é o Senador Antônio Carlos Valadares e os demais que apóiam. Somos autores também desta proposição. Inclusive, o Senador Suplicy, que está aqui ao meu lado, rouco, que não pôde falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Vamos colocar em votação de uma vez por causa do horário da ordem do dia. Eu coloco, portanto, já tendo encerrado a discussão, eu coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado, portanto, o Requerimento. Eu quero, antes de concluir, agradecer a presença do--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero registrar aqui que me manifesto a favor da boa intenção do Senador Valadares. Eu sei que ele faz isso... Agora, acho que o documento não é um documento perfeito. Ele é um documento ufanista de uma situação, que não é isento. O Senador está aí movido de... De motivações, que eu concordo, Senador Valadares. Eu quero apenas fazer o registro. Eu estou apoiando V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só dizer que o que exatamente os termos do Requerimento são no sentido de um repúdio ao cerco militar da Embaixada Brasileira e o respeito ao direito de asilo que o Brasil está exatamente oferecendo. Do ponto de vista, realmente, da forma, as ressalvas realmente podem existir. As questões de incoerência do Governo Brasileiro em relação a outros governos que não são tão democráticos, também está de lado nesse momento. Acho que, no momento, Senador Inácio Arruda, eu sigo o que V.Exa. colocou. O momento é de uma posição única, unida da Comissão e do Senado, em defesa da soberania brasileira, ameaçada com esse cerco à sua Embaixada em Honduras.

A forma, se existe regime democrático ou não do Presidente Zelaya anteriormente, se outros países não têm o mesmo tratamento do Governo Brasileiro, são questões para outro momento ser discutido.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, só para fazer justiça. No momento em que eu me inscrevi para falar, chegou com essa moção o Senador Mercadante. E ele, então, colheu logo assinatura do Senador Roberto Cavalcanti. Em seguida, V.Exa., que eu mesmo colhi assinatura e eu não me incomodo, não. Eu sou o último, mas estou entre os primeiros. Agradeço a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O Senador Mercadante, não sendo membro dessa Comissão, nós precisaríamos de membros da Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria uma questão apenas. Em primeiro lugar, queria perguntar ao Senador Valadares: Essa posição do Senador Mercadante é irrevogável?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É irrevogável.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito obrigado. Sr. Presidente--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só uma palavrinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, Senador Tuma. Senador Tuma, para concluir.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente. Sr. Presidente. Eu gostaria-- [soa a campainha].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Se o Itamaraty tem um plano B, se o Itamaraty tem preocupações com a possibilidade de, num ato extremado, a nossa Embaixada ser invadida. Caso isso ocorra, quais seriam as providências que nós tomaríamos a respeito desse assunto.

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Nós já determinamos que permaneçam na Embaixada apenas o encarregado de negócios mais dois funcionários. Os outros todos foram mandados para casa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vi, a matéria diz isso. Mas a minha preocupação é da Embaixada Brasileira, o território brasileiro ser invadido. Vamos fazer o quê?

SR. EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO: Aí vamos ter que conversar, porque nós não vamos mandar os mariners(F). Eu espero que o Brasil nunca mande os mariners(F) para isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Pois é, minha preocupação é exatamente nesse sentido. Vamos admitir que ocorra, nós vamos sofrer um desgaste terrível.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem um detalhe aqui que é importante do que V.Exa. está falando: Uma advertência do Presidente Lula, direto ao Presidente Zelaya, que a [ininteligível] divulga aqui pela Folha on-line, que ele não dê pretexto para as forças de segurança do Governo interino invadirem a Embaixada. Ele diz ter conversado pessoalmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ou seja, respeitar as regras do asilo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem que respeitar o asilo, sem fazer comício como ele está fazendo aqui, que é uma advertência que o próprio Presidente Lula falou com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já está votado, já está aprovado. Eu só agradeço ao Embaixador Gonçalo Mourão, e vamos manter o acompanhamento do assunto. Acho que, se necessário, a Comissão volta a se reunir novamente. Mais alguma coisa, Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só para registrar. Não há qualquer informação na imprensa, registrada, de que o Presidente Lula tenha sabido, pelo Presidente Zelaya, de que ele faria o que fez, conforme aqui foi afirmado. E também no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Presidente foi ouvido depois que a senhora dele, que a esposa do Presidente Zelaya já estava lá. Muito obrigado, está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 16h29.

ATA DA 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e três de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **Eduardo Azeredo e Geraldo Mesquita Júnior**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Roberto Cavalcanti, Paulo Duque, Efraim Moraes, João Tenório, Fernando Collor, Flávio Torres, Marina Silva, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma e Cristovam**

Buarque. Justificou a ausência o Senhor Senador **Flexa Ribeiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica o recebimento da resposta do Ministério das Relações Exteriores sobre o Requerimento nº 776, de 2009, sobre a criação de representações diplomáticas brasileiras residentes em pequenos países da América Central. Em seguida, o Presidente inicia a apreciação da Pauta. Audiência Pública para tratar de matéria divulgada no jornal Folha de São Paulo, intitulada "Bolívia expulsará 20 famílias brasileiras da fronteira, diz vice-Ministro", em atendimento aos requerimentos nºs 55 e 60, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores **Geraldo Mesquita Júnior e Eduardo Suplicy**, respectivamente, aprovados no dia 20/08/2009. O Presidente convida o Embaixador **Eduardo Gradilone Neto** para compor a Mesa. O Presidente concede a palavra, pela ordem, ao Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **Eduardo Gradilone Neto**, para fazer sua exposição. O Senador **Geraldo Mesquita Júnior** assume a Presidência. O embaixador **Eduardo Gradilone Neto** prossegue com sua exposição. Os Senadores **Flávio Torres, Paulo Duque, João Tenório** e a Senadora **Marina Silva** fazem uso da palavra. O Presidente em exercício, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e dez minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 26 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Antes de dar início à pauta, informo aos Srs. Senadores que o Ministro das Relações Exteriores encaminhara informações em resposta ao Requerimento 776/2009, de iniciativa desta Comissão, sobre a criação de representações diplomáticas brasileiras residentes em Antígua e Barbuda, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves e São Vicente e Granadinas. A resposta do Sr. Ministro se encontra na Secretaria da Comissão, à disposição das Sras. Senadoras e os Srs. Senadores.

Passando, portanto, à pauta, trata-se de audiência pública para tratar de matéria divulgada no jornal Folha de São Paulo, no último dia 13 de agosto, intitulada: “Bolívia expulsará 20 famílias brasileiras da fronteira, diz vice-Ministro”. Em atendimento aos requerimentos nº 55 e 60/2009, de autoria dos Senadores Geraldo Mesquita e Eduardo Suplicy, respectivamente, aprovados dia 20/08/2009.

Convido, portanto, para compor a Mesa o Embaixador Eduardo Gradilone Neto, Diretor do Departamento das Comunidades de Brasileiros no Exterior do Ministério das Relações Exteriores.

Quero só dizer que esse é um caso específico, mas nós temos outras notícias de brasileiros recebendo realmente ameaças e constrangimentos na Bolívia. Seja bem-vindo, embaixador. E já, de pronto, lhe concedo a palavra, para que possa nos falar sobre essa questão específica, levantada sobre a situação dos brasileiros na Bolívia. É importante lembrar que o Brasil recentemente aprovou uma lei, no sentido de legalizar os imigrantes que estão aqui conosco, especialmente da Bolívia, mesmo, que tem muitos brasileiros aqui, de maneira que isso aumenta a estranheza com os constrangimentos que por vezes são feitos aos brasileiros neste país, e pela tradição brasileira de... Tradição pacífica, de boa relação com os vizinhos, evidente que preocupa, e essa foi a motivação que levou o nosso vice-Presidente Geraldo Mesquita, o Senador Eduardo Suplicy e toda a comissão a discutir a questão. Com a palavra, portanto--

SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Antes mesmo de o Embaixador Gradilone iniciar a sua fala, eu queria registrar aqui um fato muito interessante. Eu acabo de receber, pelas mãos do Embaixador Eduardo Gradilone, um convite para participar da II Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior. O evento chama-se “Brasileiros no mundo”. Vai ser realizado no Rio, no período de 15 a 16 de outubro desse ano, no Palácio do Itamaraty, e, conversando

com o Embaixador sobre o evento, ele me deu conta do sucesso do evento anterior, ocorrido ano passado, e da expectativa também de sucesso desse evento, que congrega autoridades brasileiras e representantes das comunidades brasileiras no exterior, não é? Japão, Bolívia, Paraguai, enfim, onde há brasileiro e onde há um princípio de organização deles.

Esse evento, logicamente, trata de questões como cultura, educação, trabalho, previdência... Enfim, eu acho que é uma iniciativa muito interessante, muito louvável do Itamaraty... O Embaixador me dá conta da existência, inclusive, de um site, “Brasileiros no Mundo”, é um portal que contém informações também para aqueles que estão em busca de contato e de saber da situação dos irmãos brasileiros que estão mundo a fora.

Portanto, eu queria primeiro agradecer o convite, formulado pelo Embaixador Gradilone, louvar a iniciativa e me comprometer aqui de fazer um esforço, inclusive, pela participação. É interessante que o Brasil tem sempre essa preocupação de sintonizar com os irmãos que estão mundo afora, mas há uma preocupação também do Governo Brasileiro de acolher, com generosidade também, os estrangeiros que aqui estão. É por isso que, já entrando, inclusive, no tema objeto da fala do embaixador hoje, é por isso que eu não entendo essa certa animosidade que, às vezes, se mostra até intensa, de outros países e principalmente os países aqui, que são nossos vizinhos, com brasileiros que lá estão muitos há dez, vinte, trinta, quarenta, cinquenta anos, trabalhando, produzindo e, de repente, se veem às voltas com uma situação de hostilidade, por vezes, até de truculência; essa não é a nossa prática, nós temos a tradição de acolhermos, inclusive de procurar regularizar a situação dessas pessoas que nos procuram, que vivem no nosso país, e que são naturais de outros países.

Portanto, acho muito oportuna a presença do Embaixador Gradilone, que vai poder nos dar algumas informações e tirar algumas... Responder a alguns questionamentos que nós hoje poderemos fazer. Era só para agradecer o convite para participarmos aqui do “Brasileiros no Mundo”.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador, com a palavra, Senador.

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Senador, eu gostaria de agradecer a menção à Conferência “Brasileiros no Mundo”, reforçar o convite do Itamaraty para que o legislativo esteja representado, especialmente a Presidência da Comissão de Relações Exteriores. É uma iniciativa muito importante, é um canal que nós criamos com os brasileiros no exterior, que tem dado

resultados muito importantes. Nós temos agora uma interlocução com os próprios brasileiros; nós temos, neste site, e também em forma de publicação, um diretório com centenas de associações de brasileiros em todos os lugares do mundo, centenas de entidades brasileiras que dirigem ou coordenam veículos de informação da imprensa brasileira no exterior, todos os órgãos de informação, e, com eles, então, nós temos um interlocução, através de um Conselho de Representantes, num processo de votação democrática deles próprios, e, nessa conferência, nós reunimos todos; são centenas de brasileiros que vêm de todas as regiões do mundo, onde nós podemos conversar inclusive sobre esses problemas que, hoje, nos ocupam nessa conferência.

Por exemplo, no caso da Bolívia, um dos membros do nosso Conselho de Representantes é o Dr. Mouad(F) Farias, da região de Trindade na Bolívia, que nos ajuda inclusive em termos jurídicos. É um advogado. De modo que essas questões de reassentamento e contatos, às vezes, com pessoas importantes da execução de certas políticas bolivianas, podem contar com a ajuda inclusive de brasileiros que já estão erradicados há mais tempo e têm maior envolvimento com as autoridades locais, de modo que, nessa conferência, nós temos oportunidade de reunir decasségus com brasiguaios, com brasivianos, com brasucas. Eles têm a oportunidade de apresentar as suas demandas, trocar ideias entre si; os órgãos dos governos são chamados por nós para prestar contas das demandas que dizem respeito, por exemplo, à área de educação, área de trabalho, Previdência Social, de modo que é um evento muito importante. São três milhões de brasileiros, é uma comunidade expressiva, maior do que a população de muitos estados.

Espero que o Senador Romeu Tuma também compareça à nossa Conferência “Brasileiros do Mundo”, ele também, assim como todos os Senadores, estão sendo convidados. E é um evento muito bonito porque nós temos esses representantes no Itamaraty, num formato de Conferência, em que o Itamaraty se esmera para que seja organizada com nível de qualidade das grandes conferências internacionais que nós costumamos fazer em relação a eventos políticos, econômicos e comerciais. De modo que é mais um razão... O palácio do Itamaraty fica todo decorado para isso. Na última Conferência, nós fizemos stands para América do Norte e Caribe, América do Sul e Central, Europa, e aí a Região de África, Ásia Oceania e Oriente Médio; as publicações desses brasileiros ficam expostas; criamos um estande, uma ouvidoria para todos que quisessem reclamar e apresentar reclamações.

E agora, então, nós temos um organismo dinâmico, vivo; as demandas já estão consolidadas numa Ata que reúne todas as demandas de todas as regiões, e, a cada conferência, ela é atualizada. Os órgãos prestam contas e nós retiramos demandas ou acrescentamos, ou, mais ou menos, colocamos, damos o registro do acompanhamento. E nessa conferência, vai ser votado um sistema de eleição para o Conselho Não Provisório, que é o que existe hoje, por um processo de votação via e-mail, que foi excedido meio de forma precária, mas de como vão as ser as eleições para o Conselho Permanente, que são também 12 membros, três de cada região, para um processo de votação que vai ser votado, e que estamos propondo que seja aberto, presencial, por correio, via Internet, sem os rigores do nosso sistema legal de eleições aqui, no Brasil, mas com a assessoria do Tribunal Superior Eleitoral, para que possa ser também imune a críticas. De modo que agradeço de novo à menção à conferência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador, eu queria só convidar o Senador Geraldo Mesquita para assumir a Presidência, que eu vou só à Comissão de Constituição e Justiça. Eu sou Relator de um projeto lá, e retorno ainda.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Hoje foi um dia de muitas surpresas, Senador Eduardo, soube, conversando o embaixador Gradilone e com o Senador Flávio, o Senador Flávio fez uma viagem de motocicleta e ele talvez seja, de todos nós aqui, o único que chegou a visitar o local onde foi morto Che Guevara, um local pequenininho, interessante. O Senador Flávio já fez um viagem de motocicleta, estava nos contando, e deve ter sido uma viagem fantástica, vou querer informações dela. Mas, Senador, fique à vontade...

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Eu me sinto honrado de estar presente aqui e acho que o momento é muito oportuno, porque a questão da Bolívia está na nossa pauta como prioritária, e várias ações têm se desenvolvido, nos últimos dias, nas últimas semanas, e a presença dos Senadores, do Legislativo, nessas conversações, têm sido constante. Nós tivemos três ou quatro reuniões com a Bancada Parlamentar do Acre, no Itamaraty, com relação a esse assunto, porque nós estamos chegando, com relação aos brasileiros da Bolívia, a momentos agora de definição, que são muito importantes e que exigem muita informação.

Recapitulando um pouco a problemática da Bolívia: em maio de 2006, o Governo Evo Morales decidiu implementar o art. 25, da Constituição, não a Cons-

tituição que existe hoje, a Constituição antiga, que já previa que estrangeiros não podem ocupar a faixa de 50km da fronteira. Este artigo nunca tinha sido implementado. Nós, no Brasil, também temos uma política de maior tolerância com relação às nossas fronteiras, não há também essa percepção dos cidadãos do MERCOSUL como verdadeiros estrangeiros, essa mentalidade mercosulina um pouco permeia o nosso relacionamento, mas, enfim, por razões de política interna, inclusive de imperativos do programa de reforma agrária, o governo boliviano decidiu implementar, e aí nós temos, então, o começo do problema dos brasileiros no plano; os brasileiros que estavam vivendo naquela região há décadas – a maior parte seringueiros, castanheiros, pequenos produtores – se viram, de repente, na situação de ilegalidade e começaram a receber notificações do governo boliviano de que deveriam desocupar as terras em 15 dias, 20 dias, 30 dias.

Houve um período de tensão muito grande – isso em maio de 2006 – e foi aí que nós começamos a negociar, mais diretamente com o governo boliviano, formas de solução do problema, que respeitassem a soberania, mas também que respeitassem os direitos humanos, os direitos adquiridos, enfim, que se levasse em conta também a situação de vulneráveis da maioria dos brasileiros.

Criamos dois grupos de trabalho: um migratório e outro, fundiário, porque os assuntos migratórios e fundiários estão muito ligados, e esses grupos chegaram num impasse, no começo de 2007, quando o governo boliviano exigiu que a Ata de uma das reuniões fundiárias que nós havíamos realizado estabelecesse uma data precisa para desocupação das terras, pelos brasileiros. Nós não podíamos aceitar e concordar com nenhuma data. Os brasileiros estão há décadas... Nós exigimos que fosse feito um levantamento apurado para ver quais que tinham filhos bolivianos, quais os que tinham dupla nacionalidade. Enfim, que fosse negociado um sistema pacífico, harmônico, de solução do problema.

Claro que nós gostaríamos que os princípios do MERCOSUL, de uma futura mentalidade mercosulina, pudessem ser aplicados na prática e que os brasileiros não fossem considerados estrangeiros, no sentido rigoroso da palavra. Mas os imperativos da política... O Governo Evo Morales já havia se comprometido em alocar terras para bolivianos do altiplano, mesmo que essa política pudesse ser contestada, inclusive até por aclimação de pessoas do altiplano, em áreas de outra temperatura e outras condições, mas o fato é que nós não tínhamos senão como acatar a decisão de um governo soberano.

Foram feitas muitas gestões entre os Presidentes, de forma a pedir ao Governo Boliviano que tivesse uma atenção especial com relação aos brasileiros, que eram vulneráveis, e foram mantidas muitas reuniões técnicas naquela altura, em 2007, sobretudo, entre as áreas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, conosco, e os correspondentes bolivianos, para estabelecer parâmetros referenciais para levantamentos que o Governo Boliviano iria fazer com relação a esses brasileiros.

Nós achávamos importante que, nesses levantamentos, fossem utilizados também critérios do nosso INCRA, para que, se, eventualmente, esses brasileiros tivessem que ser reassentados no Brasil, eles já estivessem caracterizados e preenchessem também os requisitos dos nossos programas de reforma agrária, mas, naquela altura, a desinformação era muito grande; a imprensa divulgava número de 60 mil brasileiros, era quase impossível se cogitar de um reassentamento, no Brasil, de um número tão grande de brasileiros. Esse número de 60 mil continua aparecendo na imprensa. Deve haver um equívoco com os números que o Barão de Rio Branco utilizou nas suas memórias de argumento, para que o Estado do Acre passasse a existir, com base na presença concreta de brasileiros, que o Barão estimava que fossem de 60 mil; esse número, até hoje, é citado, mas, na verdade, não existe, na Bolívia, mais do que 17, 18 mil brasileiros, na Bolívia inteira, e vários levantamentos, muitos feitos pelo departamento do PANDO, mas aí a questão política, das divergências políticas entre o governo central e o das províncias, fazia com que esses levantamentos não fossem levados a sério.

Inicialmente, o Governo Boliviano, também com base nos nossos critérios, fez um último levantamento e chegou... Primeiro, o Governo Boliviano delimitou a área prioritária que seria selecionada para que os brasileiros tivessem que se retirar, que eram as áreas de Bela Flor e Rapirã, no departamento do PANDO. E chegou a um número de 243 famílias, que seriam reassentadas, ou na Bolívia ou fora da Bolívia.

Enquanto isso, nós realizamos várias missões da nossa Agência Brasileira de Cooperação, no sentido de implementar uma orientação do nosso Ministro de Estado, o Celso Amorim, no sentido de transformar expulsão em reassentamento. E essa Agência Brasileira de Cooperação, que é uma unidade do nosso Ministério, idealizou com várias entidades bolivianas projetos de agrovila, que poderiam ser utilizados para a reocupação econômica dos brasileiros que tivessem que se mudar. Mas considerou que seriam viáveis economicamente, em termos de ocupação sustentável, na região de Cobija, que está dentro dos 50 km da fron-

teira. Para isso, era necessária a aprovação de uma lei, pelo Parlamento Boliviano, que autorizasse essa excepcionalidade nessa região, que é o facultado pela Constituição.

Porém, o projeto que estava em tramitação nesse sentido era um projeto da oposição. Como os senhores sabem, a situação se agravou, em termos de divergências; o governador do PANDO está preso até hoje, é candidato a vice, mas continua na prisão. Ele é de família originária do Brasil, o projeto não pôde ser aprovado. Então, nós não tínhamos mais condições jurídicas de realizar um projeto naquela área; nós tínhamos que procurar outras alternativas, e nós tínhamos a verba aprovada pelo Parlamento Brasileiro, de 20 milhões de reais, cerca de 10, 11 milhões de dólares, que iriam ser utilizados para esses projetos de reassentamentos brasileiros, e, inclusive, depois de todos os brasileiros atendidos, poderia abrigar bolivianos, de modo que nós tínhamos até expectativa de criar um projeto bi-nacional de integração, substituindo um problema que tinha que resolver e parecia muito difícil de resolver a contento de todos.

O Itamaraty inaugurou, com isso, um novo tipo de diplomacia. Isso foi em 2007. A Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras do Exterior foi criada no Itamaraty, em dezembro, justamente para dar mais atenção aos brasileiros do exterior enquanto comunidades; nosso primeiro desafio foi justamente essa ameaça de retirada, de expulsão dos brasileiros, que nós iríamos, então, transformar em reassentamento.

Nós fomos visitar os brasileiros; nós fizemos uma reunião em Plácido de Castro, com centenas de brasileiros que vinham de barco, de mulas, mulheres amamentando, e tudo, e explicamos o que nós estávamos buscando fazer com o Governo Boliviano, buscando dar a eles alguma forma de solução, já sondando quais estariam dispostos a se mudar para outras áreas, claro que a maioria precisava saber para que áreas e que tipo de atividades, como ficariam as benfeitorias, etc., e, desde então, temos procurado negociar com o Governo Boliviano uma forma de reassentamento pacífico e organizado.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Embaixador, o senhor me permitiria uma pergunta? A fronteira da Bolívia com o Brasil é muita extensa, pega do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e o Acre. Aonde é a região? É em toda essa extensão ou é localizada com o Acre?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Pois é. Os levantamentos e todas as atenções iniciais do Governo Boliviano se restringiram inicialmente naquela parte da fronteira do Acre, perto das imediações de Plácido de Castro, que, digamos, é a cidade mais conhecida.

Inicialmente, o Governo Boliviano não incluiu a área do Beni, que pegaria outra extensão muito grande da fronteira. Mas eu já vou mostrar que as coisas evoluíram, pelo seguinte: nós tínhamos que dar uma destinação aos recursos, inclusive porque se perdeu o exercício financeiro, e, ao mesmo tempo, tínhamos que dar um andamento ao assunto porque o Governo Boliviano tinha seus projetos de reassentar as pessoas de outras áreas do país, que já estavam e continuavam chegando, criando mais uma tensão na situação, e nós, então, resolvemos aproveitar o conhecimento, a imparcialidade e a experiência da Organização Internacional das Migrações, com a qual nós tínhamos acabado de estabelecer um acordo de relações. Nós fazemos parte da OIM, estamos negociando acordo de sede para se engajar nesse projeto, ser destinatário desses recursos, de modo que nós pudéssemos ter uma entidade internacional neutra para fiscalizar a aplicação desses recursos e nos prestar contas de cada iniciativa que fosse tomada, com vistas a um programa que foi objeto de um acordo Tripartite, no final do ano passado.

Por esse Acordo Tripartite, então, nós estabelecemos um cronograma para que a OIM retomasse os projetos da nossa Agência Brasileira de Cooperação e aí buscasse alternativas de ocupação fora da área de fronteira de 50 km. Isso foi, então... Essa foi a base e é esta a base jurídica com a qual nós estamos trabalhando com relação aos brasileiros.

Aí, o que é que aconteceu? Aconteceu que, nos trabalhos de levantamento, a OIM chegou à conclusão que os levantamentos, feitos pelo Governo Boliviano, estavam muito falhos; aquelas 243 famílias estavam elencadas. O problema, para nós, parece ser muito pequeno; 243 famílias seriam de administração muito fácil. Mas os levantamentos não eram corretos; eram, às vezes, incoerentes, e a Organização Internacional das Migrações resolveu, então, fazer um levantamento de toda a área da fronteira para calcular todo o universo de brasileiros que poderiam, a qualquer momento, ser chamados a abandonar as terras, não somente os da área de Beija-Flor e Rapirã, como tinha sido prioridade do Governo Boliviano, de modo que, se todos estão em desacordo com a Constituição, nada impedia que, daqui a alguns meses, o Governo Boliviano nos viesse também pedir a retirada de outros brasileiros. O que é que está acontecendo então?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu queria fazer uma pergunta para me esclarecer: há quanto tempo existe esse problema? Porque a gente lê esparsamente nos jornais, e que o senhor agora está nos dando com uma clareza absoluta e com detalhes desconhecidos até. Há quanto tempo dura isso?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: O problema nasceu em maio de 2006, quando o Presidente Evo Morales anunciou o programa de reforma agrária e a disposição de implementar o art. 25 da Constituição; a Constituição que já existia há décadas. Só que esse artigo nunca foi implementado. Então, brasileiros, famílias brasileiras, há décadas, estão naquela região em situação irregular, mas nunca se preocuparam, porque havia essa tolerância, as próprias autoridades conviviam com os brasileiros, de modo que o problema surgiu em maio de 2006.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora, outra pergunta: e no território brasileiro limítrofe, existem muitos bolivianos na mesma situação?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Não, naquela fronteira, não. Aquela fronteira é uma fronteira de atração de brasileiros e um pouco... O temor dos bolivianos... Você sabe, o episódio do Acre deixou seqüelas; todas as forças indicam para o movimento de brasileiros para a Bolívia, e não ao contrário. Primeiro porque as atividades econômicas da Bolívia são muito mais rentáveis, porque uma produção de castanha na Bolívia pode ser exportada para os Estados Unidos, a preços... com isenção de tarifas que os brasileiros, no lado nosso, não têm. De modo que a tendência é o contrário e o Governo Boliviano também, não só pelos seus compromissos com o programa de reforma agrária, com interesse políticos também de povoar aquela região, com correligionários do governo central, de modo que--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É a política interna da Bolívia.

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: É uma política interna. E também esse temor e a pretexto de soberania, de um pouco evitar esse afluxo de brasileiros para a Bolívia.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O senhor está servindo na Bolívia há muitos anos?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Não, eu sou o Diretor do departamento aqui, em Brasília, que cuida dos brasileiros no exterior, e nós que estamos, então, administrando--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O senhor vê uma solução objetiva, nesses próximos dois anos, para isso?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Então, nós... O acordo que nós temos com a OIM prevê justamente isso. A OIM vai apresentar agora, no próximo dia 28, o levantamento acurado de todos os brasileiros que foram cadastrados, foram sondados quanto à intenção de ficar na Bolívia, eventualmente, reassentados em outras áreas que a OIM vai oferecer, ou voltar ao Brasil.

Nós temos feito reuniões com todos os órgãos do governo, envolvidos nessa questão, principalmente o Ministério da Justiça, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgãos militares, órgãos de inteligência, o Governo do Estado do Acre. Eu conversei diretamente com o governador do Acre sobre esse assunto, e nós teremos, no dia 28 agora, o universo de brasileiros que estarão em condições ou de serem reassentados no Brasil ou na Bolívia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Embaixador, em algum momento, o Governo Boliviano cogitou da possibilidade de -- por exemplo, como ocorre aqui, conosco, em relação a alguns estrangeiros -- conceder cidadania para esse contingente de brasileiros?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Isso não resolveria em parte a questão?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: A ideia de nacionalização, digamos, dos brasileiros, ela sempre existe. O brasileiro que quiser se naturalizar boliviano, ele é livre, é uma decisão dele. Ocorre que, primeiro, ele tem que regular migratoriamente, e nós temos, então, outro grupo de trabalho, que é o Grupo da Regularização Migratória. Esse é outro problema que está caminhando paralelamente ao da regularização fundiária, porque nós temos um acordo de regularização migratória com a Bolívia, que espirou agora, há dois, três dias, mas que vai ter como sucedâneo um acordo de residência do MERCOSUL, que é muito mais amplo. Nós temos a base legal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A Bolívia é associada ao MERCOSUL.

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: E a Bolívia estaria contemplada neste acordo, que inclusive é mais preciso, ele dá mais direitos, etc. Acontece que a Bolívia tem um problema institucional. Quando nós falamos da Bolívia, nós temos que um pouco compreender que há uma carência institucional muito grande, de modo que nós regularizamos pelo menos 18 mil bolivianos aqui, e os bolivianos regularizaram seis, oito brasileiros. Mas os bolivianos...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Seis a oito mil...

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Seis a oito pessoas só.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Uma família.

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Só. Mas nós conseguimos da Bolívia algo que também é um... É quase que uma renúncia à soberania. Eles permiti-

ram que os nossos consulados passassem a receber os processos e nós fazíamos a tramitação em La Paz, e, depois, entregaríamos os títulos de regularização migratória. E nós temos centenas de processos que estão sendo tramitados, mas essas carências institucionais fazem com que as pessoas mudem e outras pessoas assumam e se revoltam um pouco em seus antecessores terem permitido que o Brasil passasse a controlar isso, de modo que esse processo não está se desenvolvendo com a celeridade que nós gostaríamos, embora parte das atribuições de recebimento esteja conosco.

Nós estamos marcando justamente agora, para o dia 29, na Bolívia, uma reunião do nosso Grupo de Trabalho Migratória, que é pouquinho para apresentar a nossa insatisfação com esse processo, pleitear o mínimo de simetria com o Brasil, que não só regularizou por conta do acordo bilateral, como, agora, com a anistia; os bolivianos estão todos contemplados, seja pelo acordo bilateral, até dois dias atrás, seja pela anistia, seja pelo acordo do MERCOSUL; são três instrumentos para regular.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Embaixador, qual é o tamanho desse problema? Ou seja, em outras palavras, quantos brasileiros estariam envolvidos com esse constrangimento, digamos assim, e estaria submetido a esse procedimento? Em que área nós estamos falando, que tamanho é exatamente esse problema, para a gente saber qual, proporcionalmente, deveria ser o esforço brasileiro no sentido de equacionar? Qual o tamanho? Nós estamos falando de um problema de que tamanho?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Olha, nós começamos com aqueles números exagerados, equivocados e que eram também mal intencionados; as estatísticas sobre brasileiros no exterior, quando interessa politicamente, em termos de reforçar apreensões de risco à soberania, ocupação de empregos, ocupação de terras, esses números são super dimensionados. Então, na época em que o problema surgiu, se falava de 60 mil brasileiros. Os levantamentos do Pando, de oposição ao governo central, fazia, mostravam 3.000 brasileiros em toda aquela área; nós achamos que, na área inteira daquela fronteira, exista uma comunidade de mais ou menos 1500 a 2000 brasileiros. Esses números são difíceis de estimar porque, na época da colheita, há um afluxo enorme de brasileiros que vêm, são contratados por brasileiros desse lado, bolivianos, de modo que essa presença parece ser muito maior em determinadas épocas.

Mas os levantamentos, agora, que a OIM está fazendo, depois dos levantamentos do Governo Boliviano, depois dos levantamentos do Governo do Pando

e dos levantamentos que nós fazemos com os nossos consulados itinerantes, vão chegando em duas mil, três mil pessoas. E nós acreditamos que, nesse levantamento da OIM, o número de 243 famílias que o Governo Boliviano elencou, num relatório, nos apresentou como o problema, e aí nosso acordo com a Bolívia, em princípio, se dirigiria a esse universo de 243 famílias... Não sabemos quantas pessoas, mas já se pode avaliar que não passasse de 1500, 2000 pessoas, dependendo do tamanho das famílias. Pode ser que, agora, tenhamos números maiores, mas não há nenhuma indicação de que possa haver mais do que 500 famílias neste levantamento acurado.

Então, só no dia 28, a OIM vai apresentar estes dados. Com base nesses dados do dia 28, a OIM provavelmente vai propor uma mudança do cronograma que nós aprovamos nesse Acordo Tripartite. Esse Acordo Tripartite estabelece que, até novembro, a OIM apresentará os projetos que serão oferecidos aos brasileiros, para que eles possam decidir se querem ficar na Bolívia ou se preferem ir para outro lugar, voltar para o Brasil, por exemplo.

O que não existe é a possibilidade de permanecerem no local, a não ser que o Governo Boliviano, o que já demonstra de não ter nenhuma de fazer, inclusive porque, agora, os bolivianos de outras regiões estão aguardando essas terras que foram prometidas, de modo que as alternativas serão colocadas muito claramente perante o Governo da Bolívia, agora, no dia 28—

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Duas opções: ou volta para o Brasil ou fica na Bolívia, em outro lugar, é isso? Lá é que não pode ficar.

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Lá não pode ficar. Esse é... Aí, o que tem acontecido, por que as tensões têm se avolumado? Há políticos, há empresários, há pessoas de índole inescrupulosa, brasileiros e bolivianos, se aproveitando dessa situação, se fazendo passar pelos funcionários da OIM, ameaçando os brasileiros, comprando por preço vil as propriedades que esses brasileiros temem perder, cobrando pedágios para transferência de animais e benfeitorias já para o Brasil, de modo que houve um clamor. Nós recebemos a bancada do Acre em peso, lá no Ministério, para reclamar dos achaques, das ameaças, das intimidações, tanto da parte de emissários do Governo da Bolívia, como dos emissários da Organização Internacional para as Migrações.

Fizemos uma sessão com PowerPoint, em que a OIM mostrou a equipe de 18 funcionários que tem, dez brasileiros, explicou que eles jamais iriam intimidar os brasileiros, porque, às vezes, eles têm que dormir... São zonas inóspitas e são famílias que têm, no míni-

mo, duas espingardas; qualquer tipo de ameaça feita por eles seria um contrassenso, nessas condições; às vezes, tem que atravessar rios e pernoitar, etc., mas mostrou como é que estavam sendo feitas as averiguações, o cadastramento, e é claro que o primeiro impacto era de insatisfação, porque, desde 2006, quando os brasileiros começaram a receber as intimações do Governo Boliviano, nós temos procurado negociar, e a situação um pouco que acalmou, e a expectativa de muitos era que o Governo Boliviano esquecesse esse problema e eles acabassem permanecendo.

E agora, com a presença física da OIM, mencionando o acordo trilateral que nós assinamos, esse problema ressurgiu. Então, o primeiro impacto era de rejeição aos emissários da OIM, que mostrava o trabalho que iam fazer do esclarecimento desses brasileiros e, depois, como esse trabalho era perdido, pela ação desses intimidadores que, às vezes, incitavam esses brasileiros a permanecerem, a reagirem com armas e não aceitarem esse reassentamento.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Embaixador, esse problema tem alguma coisa a ver com a refinaria brasileira que existia lá e que foi desapropriada ou foi...

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Não, o que aconteceu é que, num determinado momento, o problema da refinaria, o problema dos brasileiros acabou coincidindo porque, por um lado, houve a ocupação das refinarias, que foi muito divulgado, e, ao mesmo tempo, mas quase ao mesmo tempo, o Governo Boliviano desapropriou as terras de um latifundiário brasileiro chamado Chicão, num episódio na qual o Governo Boliviano deu a mesma visibilidade, colocando imprensa, câmeras e mostrando como prova do compromisso, no caso da desapropriação do latifúndio do brasileiro Chicão, que era proprietário, em associação com outro boliviano, mas mostrando como aquilo era uma demonstração do empenho do Governo em cumprir com as promessas de campanha, com as políticas de reforma agrária, assim como no caso das refinarias, em relação às riquezas naturais da Bolívia. De modo que a associação foi mais em termos de coincidência de época e, digamos, de visibilidade que foi dada ao episódio.

E o que o nosso Governo tem negociado, a nível de Presidentes, é um tratamento diferenciado para os vulneráveis, para os de boa-fé. Nesses planos, nesse reassentamento, não se incluem brasileiros, digamos, que tenham propriedades além do que a nova constituição estabelece como limite não sujeito à desapropriação; não estarão contemplados os brasileiros que estão ilegalmente poluindo ou ocupando irregularmente determinadas terras; não estão os brasileiros que

estiverem envolvidos com crimes, como narcotráfico, como ocorreu num episódio de 20 famílias nessa situação, que foram desapropriadas à força e criou uma grande confusão entre esse processo que nós estamos conduzindo dessa forma e uma operação desvinculada, mas que, como envolvia brasileiros na faixa de fronteira, foi utilizada também como demonstração de que o Governo Boliviano não estivesse cumprindo os compromissos estabelecidos conosco.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O senhor está otimista em uma solução boa, pacífica, para o Brasil e os brasileiros, nessa confusão toda em que eu tive oportunidade de tomar conhecimento hoje, pela primeira vez?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Bom, eu estou otimista pelo seguinte, Senador, nós estamos fazendo tudo para envolver todas as áreas na solução desse problema.

Eu vou chefiar uma missão à Bolívia agora, a partir do dia 28. Então, conversei com o Governador do Estado, e, assim que chegar, nós teremos uma reunião...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Qual é o Estado?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Do Acre, chegaria ao Rio Branco. Temos conversado com os Deputados da bancada do Acre, principalmente com o Deputado Melo, que é o Presidente da Liga Parlamentar Brasil-Bolívia, Nilson Mourão, que era o antecessor dele; a Deputada Perpétua, que é muito ligada também nesses assuntos do Acre.

Temos procurado divulgar o máximo isso que nós estamos fazendo; vou passar por Rio Branco para ouvir todas as demandas que o Governo, Parlamentares, autoridades, interessados tenham com relação a isso. Vou para Cobija, onde, no dia 28, terá se realizado uma reunião técnica do Acordo Tripartite Brasil-Bolívia-OIM, quando serão divulgados os resultados desse levantamento e quando provavelmente a OIM vai propor um cronograma mais prorrogado para os projetos de reassentamento, com base, inclusive, no atraso do Governo Boliviano em fornecer informações para a OIM, que pudessem fazer com que o cronograma atual pudesse ser cumprido. Primeiro, o Governo Boliviano se atrasou muito em concordar com o cronograma que a OIM apresentou, de modo que nós perdemos um, dois meses nessa demora boliviana.

Segundo, demorou muito em oferecer as terras que poderiam ser ofertadas. Então, a OIM também demorou para poder começar o trabalho de levantamento com os próprios brasileiros porque não tinha o que oferecer a eles, isso atrasou, e também atrasou o conflito que se propagou no Pando, que impediu qual-

quer tipo de trabalho de campo da OIM porque havia praticamente uma guerra, uma guerra que mantém hoje na cadeia o governador do Pando, embora candidato a vice-Presidente. De modo que esse grupo técnico vai um pouco provavelmente discutir isso, fazer essas ponderações e conseguir em nível, digamos, executivo do Governo Boliviano, alguma flexibilidade com relação à prorrogação dos prazos para reassentamento. Por outro lado, o nosso Presidente esteve com o Presidente Evo Morales, justamente pedindo que houvesse tolerância, flexibilidade, simetria, com relação aos nossos brasileiros. Isso será no dia 28. Eu vou de Rio Branco, vou para Cobija, vou tomar, então, conhecimento do resultado dessa reunião, e aí vamos reunir o nosso Grupo de Trabalho Migratório com a Bolívia, para discutir esses problemas de regularização migratória, discutir o problema fundiário, com base nesses resultados dessas reuniões. Vamos fazer outra reunião com todos os órgãos brasileiros que agem na fronteira, de modo que a Receita Federal, Polícia Federal, Exército, INCRA, IBAMA, um pouco para sentir a situação, e vamos fazer uma reunião com os próprios brasileiros que foram cadastrados, um pouco para mostrar a presença do Estado, e principalmente vamos inaugurar um consulado sazonal em Puerto Evo Morales, que é uma cidadezinha muito pequena, sob palafitas, que antigamente se chamava Montevideu, que sofreu um incêndio devastador e se transformou em Puerto Evo Morales; é um lugar muito precário, sem condições, mas nós vamos procurar fazer um consulado espelho em Plácido de Castro, para dar um pouco de suporte logístico para ex-consulados, de modo que teremos, então, um consulado mais próximo dos brasileiros, para um pouco inibir esses achaques, essas intimidações.

Nós não podemos orientar os brasileiros a se nacionalizarem, é uma decisão pessoal, mas vamos colocar informações disponíveis para que eles possam decidir qual a melhor alternativa. As regras de naturalização são aplicáveis a qualquer interessado. O boliviano que quiser se naturalizar brasileiro aqui, ele tem uma legislação, tem todos os mecanismos para fazer isso; a mesma forma na Bolívia. Às vezes, há problemas, porque grande parte desses brasileiros, por interesse ou por desconhecimento, naturalizou os filhos em dois lugares ou não tem ou tem duas certidões; há dificuldades em optar em você ter nacionalidade de um país, com documentos que, na verdade, comprovariam que você nasceu em outro país. Há também muito desconhecimento disso, mas há esse consulado, e nós temos procurado, então, dar todas as informações para que os brasileiros possam decidir naquilo que lhes cabe.

Nós, sinceramente, achamos que uma política de estimulá-los a adquirir uma outra nacionalidade vai um pouco contra o que nós gostaríamos; nós queremos o brasileiro, queremos o brasileiro nosso, que ele se integre harmonicamente e tudo, mas esse vínculo que nós teremos com a nacionalidade é muito forte--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O senhor tem um cálculo de quantos brasileiros já se naturalizaram bolivianos, mais ou menos?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Nesses levantamentos--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Nesses últimos dez anos, vamos dizer assim, a partir do Evo Morales, vamos dizer assim.

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Não sei dizer ao senhor.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não sabe?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Embaixador, ele perde a nacionalidade brasileira, quando se naturaliza?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Não, no nosso caso, nós admitimos várias nacionalidades.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ele fica com a dupla nacionalidade?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Mas, como essas pessoas estão em áreas muito afastadas, o que existia, no nosso direito de perda de nacionalidade, deve ainda estar na percepção dos brasileiros, de você perder a nacionalidade originária, se optar voluntariamente por outra; é relativamente recente a mudança da nossa Constituição para permitir dupla nacionalidade. E aquelas pessoas são muito simples, muito humildes; elas estão naquele contexto em que as informações chegam fragmentariamente, de modo que os nossos consulados itinerantes buscam supriras de informação, mas não é fácil. Essa área de fronteira é muito difícil.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Embaixador, por que é que o problema aflorou na região norte, com o Acre, que eu esperaria que fosse aqui, na fronteira com o Mato Grosso, no departamento de Santa Cruz, onde inclusive houve aquele problema da indústria brasileira que foi nacionalizada ali, as terras são mais férteis aqui. Não há problema na fronteira com o Mato Grosso?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Não, o que pode haver... Nessa nossa primeira missão à Bolívia, nós visitamos os brasileiros na área de Plácido de Castro, de Cobija e tudo, e eles foram Beija-Flor e Rapirrã, ilhas muito ligadas ao Estado do Acre, mas, depois, nós fizemos também visitas aos brasileiros que estão na área de Santa Cruz. Bom, aí é um outro brasileiro,

é um brasileiro afluente, proprietário de terras, com uma mentalidade muito aguerrida e com uma postura de resistência e de revolta com relação aos planos de reforma agrária do Governo Morales.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Tem grana e é organizado.

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Esse é um outro problema, que ainda não eclodiu de uma forma mais séria, mas nós entendemos que é o mesmo problema que os latifundiários bolivianos também vão ter com a Constituição. Não é um problema pelo fato de serem brasileiros. É um problema de terem áreas de propriedade maiores do que a Constituição isenta de desapropriação, de modo que esse problema, quando surgir, surgirá, digamos, na rubrica de grandes latifundiários, mas não de brasileiros que se encontram na Bolívia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Embaixador, qual é o conceito, a idoneidade dessa Organização Internacional para as Migrações e qual é a nacionalidade daqueles que estão lá, nesse local, envolvidos com essa operação?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Essa foi uma boa pergunta porque... Inclusive, da parte de muita gente que acompanha políticas externas e tudo, não se conhecia a Organização Internacional para Migrações; é uma organização que tem muita boa credibilidade, ela tem vários programas importantes. O mais importante de todos é o Programa de Retorno Voluntário de pessoas que não têm recursos e que querem retornar a seus países. Nós repatriamos brasileiros que estejam em condições de comprovado desvalimento, e o nosso departamento, a nossa área de assistência consular faz normalmente repatriação desses brasileiros. Há outros brasileiros que se utilizam dos Programas de Retorno Voluntário do próprio governo. Com essa crise econômica, os governos europeus, principalmente, aprovaram vários Programas de Retorno Voluntário. O Japão, por exemplo, tem um Programa de Retorno Voluntário que atende muitos brasileiros, e a Organização Internacional das Migrações tem, principalmente na Europa, um programa do qual se valem principalmente os brasileiros. A nacionalidade que mais usa esse programa é a de brasileiros.

A Organização Internacional para as Migrações; infelizmente, não é o sonho nosso de um organismo internacional para cuidar de circulação de pessoas. Nós temos órgãos para cuidar de circulação de mercadorias, fluxos financeiros, mas, para a circulação de pessoas, não temos; não há uma legislação no órgão de defesa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não seria bom o Ministério das Relações Exteriores cuidar

disso agora? Que é um problema gravíssimo, na minha opinião, o que estão fazendo com os brasileiros lá fora. Só cuidar disso? O órgão do Ministério ou um órgão independente? Porque eu pergunto: quantos consolados existem, brasileiros, consulados brasileiros, na Bolívia, mais ou menos?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Nós temos o consulado em Cochabamba, Santa Cruz, Cobija, Guairá-Mirim. Nós estamos elevando o nível desse Vice-Consulado em Cobija para Consulado Geral; estamos fazendo a mesma coisa com o de Cochabamba. Estamos elevando, então, o nível de todas as representações consulares na Bolívia. Estamos criando esse consulado sazonal em Puerto Evo Morales, com espelho em Plácido de Castro; estamos multiplicando os itinerantes, os itinerantes que vão para o meio do mato, levar assistência consular e se encontrar com os brasileiros; nós temos isso em todos os países do mundo. Mas, com a Bolívia, nós temos isso amplificado, de modo que... E o órgão que foi criado, foi criado justamente no Itamaraty. Foi criado, em dezembro de 2006, a Subsecretaria Geral para as comunidades brasileiras no exterior; o meu é um departamento dessa Subsecretaria, justamente para dar atenção, para cuidar dos brasileiros no exterior.

E nós criamos... Foi criada, no Itamaraty, essa Secretaria, em atenção a uma recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista sobre a imigração ilegal, que foi um documento base e recomendou que o governo criasse uma instância de alto nível para cuidar disso. Então, foi inclusive em atenção ao Legislativo que nós criamos essa Subsecretaria.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E está dando resultado?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Por isso que eu estou otimista. Nós estamos trabalhando com o governo do Acre, com a Bancada Parlamentar do Acre, com as autoridades do governo brasileiro, todas envolvidas nesta questão; evidentemente que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Acre... O INCRA do Acre—

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): E as Forças Armadas?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Com as Forças Armadas, as Forças de Inteligência, que vão fazer averiguações e nos dar elementos inclusive para poder... Nós decidimos criar o Consulado Sazonal em Puerto Evo Morales porque nós achamos que, com base nessas informações colhidas, nós precisávamos ter um posto concreto lá perto dos brasileiros, de modo que são valiosas as informações de todos esses órgãos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Embaixador, foi um prazer ouvi-lo, gostei muito da aula que o senhor nos deu aqui. Mas, infelizmente, um outro compromisso me obriga a deixar a companhia do nosso ilustre Presidente Geraldo, da nossa Senadora Marina, que é de lá, conhece bem o problema, o nosso Senador... É que ele é recém-chegado. Flávio. E peço licença para me retirar nesse momento e esperamos que V. Exa. tenha muito sucesso lá. Não é brincadeira a luta que V. Exa. tem naquela região; de Rio Branco até agora, não é brincadeira, não. 60 mil para 15 mil...

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Muito obrigado, Senador, é uma honra tê-lo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Embaixador, eu tenho uma preocupação. Veja, V. Exa., no início da sua fala, mencionou, e nós sabemos disso, uma cifra, de certo modo expressiva, destinada a... Colocada à disposição desse imbróglio, e por isso que eu perguntei a V. Exa. sobre a idoneidade dessa organização que atua intermediando essa questão. Eu confesso a V. Exa. que o temor que eu tenho é que esse dinheiro que se destinaria prioritariamente para favorecer as famílias, que são alvo dessa intenção do Governo Boliviano, desalojamento, etc., o dinheiro que seria prioritariamente destinado a, numa nova situação, acomodá-las e ressarcí-las, etc., que ele se esboroe em ações, movimentos burocráticos, e, chegar lá na frente, a gente se defrontar com mais uma dificuldade: a escassez do recurso ou o desaparecimento desse recurso para fazer face a necessidades que surgirão necessariamente; famílias que farão a opção por se estabelecer em outro local, no Brasil ou na Bolívia. Essas famílias, é bom que se diga que, tanto tempo estando por lá, mesmo em se tratando de pessoas humildes, pobres, têm lá as suas benfeitorias, tem lá os seus pertences; são famílias que, de alguma forma, precisarão, para tomar a decisão que tomarem, precisarão ser ressarcidas. Se tiverem que deixar um local como esse, não poderão sair com uma mão na frente e outra, atrás. Me parece que esse recurso foi alocado pelo Governo Brasileiro exatamente para prevenir situações como essa. A minha preocupação é que esse recurso seja exaurido em ações meramente burocráticas, e, quando ele se fizer necessário mesmo, já não existirá. V. Exa. não tem essa preocupação, essa percepção, não?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Não. Felizmente, eu não tenho, mas essa era a principal preocupação que nos levou a atribuir os recursos à OIM, porque a OIM é uma organização internacional, com centenas de países. Esses programas de retorno voluntário que ela administra são importantíssimos, os brasileiros se beneficiam muito deles. Nós temos uma

política de nem estimular e nem desestimular migração. O brasileiro é livre para ir e para voltar, políticas diferentes de outros países, mas o brasileiro que quer retornar e quer se beneficiar desses programas tem, na OIM, uma organização internacional de credibilidade, com aportes governamentais que a financiam e um sistema de prestação de contas que é muito rigoroso.

A OIM, também, ela nos ajuda... Muitos brasileiros. Organizações brasileiras no exterior se reúnem, e a OIM sempre colabora, dando algum tipo de recurso para que elas possam se reunir. Eles têm agora três programas em que pedem a nossa participação, de divulgação de informações sobre aspectos de migração, possibilidades de emprego, possibilidades de estudo e também advertências quanto a consequências da imigração irregular, de uma forma mais ou menos razoável. Nós temos muita preocupação com as políticas xenófobas que estão chegando aqui, oriundas dos países desenvolvidos, com diretivas de retorno, pacto europeu sobre migração e asilo, diretiva contra empregadores que empregam irregulares, e até chegar a políticas absurdas como a da Itália, que chega a reinstaurar as rondas de delação de imigrantes irregulares, criando, justamente num país que mais talvez tenha se beneficiado da migração, e especialmente para o Brasil, situações paradoxais.

Bem, a OIM, pelo menos, tem uma postura mais técnica. O nosso dinheiro está absolutamente controlado. Nós temos uma prestação de contas muito minuciosa de todo o dinheiro que está sendo usado nesses levantamentos. São, por enquanto, quantias não muito expressivas porque ainda não houve nenhum tipo de operação, tipo de compra de terras, deslocamento, etc. E isso só vai passar a haver depois que nós tivermos os resultados do dia 28.

De modo que, pelo contrário, eu acho que os recursos estão... Era a melhor alternativa; as alternativas eram perdê-los aqui, devolvê-los, e aí deixar os brasileiros sem o instrumento importante para a solução do problema, ou, então, passá-los ao Governo Boliviano, que era, então, uma temeridade porque nós não teríamos como fazer uma prestação de contas, como podemos fazer com a OIM.

E um balanço da OIM também deve levar em conta o seguinte: uma das técnicas e diretoras principais desse trabalho é uma brasileira chamada Bárbara Cardoso, que é praticamente a personificação desse projeto; é uma técnica de excelentes qualidades, de modo que nós temos uma interlocução com a OIM, através do escritório aqui, em Buenos Aires; o sonho da OIM é ter uma sede aqui, em Brasília, e está se trabalhando para isso. Então, nós temos uma interlocução boa com essa diretora brasileira.

E a equipe que está chefiada pelo colombiano Miguel Ruiz, lá na área mesmo de fronteira, tem dez brasileiros dentre os 18 que fazem parte da equipe, de modo que nós temos uma interface muito brasileira, como... Nos sentimos muito à vontade, e esses técnicos do INCRA nos ajudam muito nesse trabalho de campo. Pois não, Senadora.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Primeiro, eu quero cumprimentar o Presidente, quero cumprimentar V. Exa., Embaixador Eduardo, pela exposição que faz. E esse problema, ele já remonta de muito tempo. Eu me lembro que nos primeiros levantamentos que foi feito em relação a brasileiros morando na Bolívia, que chamávamos de brasivianos, foi feito pela Comissão Pastoral da Terra, no Acre, ainda na década de 80, quando eles fizeram os primeiros levantamentos e já colocando uma situação de preocupação em relação à situação dessas famílias, pedindo providências às autoridades em relação a várias questões ligadas à aplicação da Justiça no território boliviano, de dois pesos e duas medidas; quando acontecia isso, era o que era relatado pelas famílias à época, e que quando acontecia algum crime, alguma coisa, às vezes, os brasileiros eram acusados, mesmo sendo inocentes, porque se juntavam testemunhas que davam depoimentos, dizendo que quem tinha praticado aquela contravenção tinha sido o brasileiro e não o boliviano. Então a gente tinha relatos muito preocupantes já à época. E agora essa situação só se agrava.

Obviamente que não tem uma solução fácil, mas, ao mesmo tempo, as famílias que querem voltar para o Brasil, no meu entendimento, devem também receber apoio e não o apoio só para se mudar da fronteira para ocupar território boliviano. Talvez essa mediação precise ser feita porque alguns ficam lá pela ausência de oportunidade no território brasileiro, e não é justo, no meu entendimento, que um país que tem oito milhões de km² e uma população de quase 200 milhões, não tenha espaço para mais 400 ou mil famílias, então, nós temos que buscar fazer essa mediação.

Obviamente que já existem aqueles que já constituíram laços na Bolívia, que preferem ficar na Bolívia e, com essa ajuda, podem ficar, mas, no meu entendimento, há que se pensar formas de que também possam receber apoio para o retorno daqueles que desejam retornar. E a situação ali é mais agravada porque tem um trauma ali, às vezes, a gente tem trauma de falar do trauma, mas os bolivianos têm uma relação traumática com a presença de brasileiros ali, não precisamos negar o fato de que o Acre foi, em parte, uma conquista em território boliviano, e isso agrava mais ainda a situação dos brasileiros. Há que dialogar com a questão política, há que dialogar com os aspectos

legais e de recursos para esse problema, mas tem algo que é mais grave, que se não é tratado, às vezes, contamina até mesmo a negociação por aquilo que não é dito; há uma relação de desconfiança de parte a parte em relação a essa nossa presença.

Obviamente que qualquer suposição de que a história possa se repetir não é factível, não tenho nenhuma factibilidade, mas nós temos que ligar... Lidar também com os aspectos subjetivos dessa questão histórica, que é grave tanto para brasileiros quanto para bolivianos. Mas, enfim, eu acho que o senhor está dizendo que a organização tem idoneidade, que está fazendo um trabalho sério, e que tem uma forte presença de brasileiros nessa comissão, isso é bom, mas há que se buscar meios para aqueles que desejam retorno, porque o relato que eu tenho aqui, entre 400 mil famílias... É isso? Confere ou são mais?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: São 400 famílias, não mil.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Não mil famílias, o que é menos ainda. Porque, aqui na informação que tem na matéria do jornal, está dizendo que varia de 400 a mil famílias.

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Na verdade, nós só vamos saber no dia 28, e pode ser que esse número seja maior do que 450 e chegando até mil.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Nós somos um país, comparadamente com a Bolívia, que tem uma estrutura enorme e esses brasileiros merecem todo o nosso acolhimento. Então, eu acho que os que desejam voltar, porque do jeito que está aqui, é assim, os que desejam ficar receberão alguma ajuda para ir para área adequada, é isso? Confere?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Em qualquer das hipóteses, e aí devo mencionar também algo que também deve ser levado em conta: A OIM foi colocada diante de um desafio, e está procurando enfrentar esse desafio da melhor maneira possível, até para se firmar como entidade que foi chamada a resolver um problema complicado. De modo que o interesse da OIM é criar uma alternativa na Bolívia que seja interessante aos brasileiros. De modo que os atrativos que vão ser oferecidos aos brasileiros não serão inexpressivos; há todo o problema das benfeitorias, que não podem ser transportadas; o governo boliviano não pode pagar indenização por essas benfeitorias porque estão em território que não podia ser ocupado. Mas, em compensação, as terras que serão ocupadas terão, digamos, algum tipo de equivalência com as que serão deixadas, de modo que jogamos um pouquinho com isso, com o próprio interesse da OIM de apresentar alternativas interessantes.

Do lado brasileiro também porque, é claro, nós não podemos desencadear um processo de reassentamento no Brasil enquanto não se souber quem vai optar pelo reassentamento da Bolívia; o projeto foi concebido para isso, mas é claro que nós estamos tendo que imaginar que pode ser que possa haver um número muito grande de brasileiros que tenham que ir ao Brasil. Por isso que nós estamos trabalhando muito com o MDA, com o INCRA daqui de Brasília e com o INCRA do Acre, e eles já estão um pouco nos acompanhando e verificando qual vai ser o futuro, e aí terão o seu lote de terra, terão uma ajuda financeira, não sei, de cabeça, se são 15 mil reais, alguma cifra--

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Tem os números da própria reforma agrária brasileira.

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: --da reforma agrária brasileira. Como esses brasileiros foram cadastrados com os critérios que o INRA boliviano e o INCRA brasileiro negociaram justamente para que ele se pudesse beneficiar da reforma agrária brasileira, nós, então, teríamos a situação que eles terão as suas compensações.

E um esclarecimento que está no acordo tripartite: A OIM é muito técnica e ela faz questão de ser considerada órgão técnico; ela vai fazer o que nosso Governo, em coordenação com o da Bolívia decidirem. E se nós decidirmos interromper o projeto, ela vai fazer uma prestação de contas e nos vai devolver totalmente o dinheiro que não foi utilizado. Claro que nós vamos ver--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Embaixador, esse recurso está nas mãos da organização?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Esses recursos estão numa conta específica da organização, que trimestralmente ou semestralmente, é objeto de uma prestação de contas, que nos manda, e nós gastamos muito pouco até agora com esses levantamentos. De modo que praticamente a integridade dos recursos continua à disposição; dependendo do vulto desses reassentamentos, no Brasil ou no exterior, pode ser que nós tenhamos que estudar juridicamente como é que nós poderíamos aproveitar esse dinheiro que está com a OIM para algum tipo de ajuda num eventual reassentamento no Brasil. Temos que estudar, já que os recursos foram aprovados para reassentamento na Bolívia, de que maneira... Alguma coisa eu acho que nós poderíamos fazer, em termos de ajudar a movimentação, transporte e tudo, que não fosse proibido por esse instrumento. Mas nós vamos rever esse instrumento depois dessa reunião do dia 28; nós vamos ter que rever esse instrumento pelo menos para mudar os prazos; os prazos não são para saída dos brasilei-

ros, os prazos são para a OIM produzir os projetos que serão ofertados. Então, a OIM, como entidade técnica, vai propor mudanças. O nosso presidente conversou com o Presidente Lula e, em princípio, concordou com flexibilidade nesses prazos, de modo que nós esperamos que tenhamos, a partir do começo de outubro, e eu me prontifiquei e estava comentando, Senadora, eu vou a Rio Branco, que conversei com o Governador do Acre e com muitos Parlamentares da bancada do Acre, que participaram de várias reuniões conosco lá no Itamaraty, uma reunião no início da missão a Cobija, um pouco para recolher as demandas, vou para Cobija, e vamos ter reuniões com a Bolívia, do grupo migratório, outra com o grupo fundiário; vamos inaugurar um consulado sazonal em Puerto Evo Morales; vamos fazer a reunião com todos os órgãos brasileiros de fronteira; vamos fazer reunião com os brasileiros mesmo que estão sendo afetados. E aí volto para Rio Branco, onde, no dia 02, de manhã, vou estar à disposição lá para fazer uma prestação de contas de tudo que aconteceu, antes de regressar a Brasília.

Por isso que eu acho que nós estamos procurando trabalhar em conjunto com todas as forças para resolver um problema que foi criado por um decisão soberana de um outro governo, repito, nós preferiríamos que a tolerância, a mentalidade mercosulina de nacionalidade, o espírito de nacionalidade mercosulina prevalecesse e nós não tivéssemos que fazer isso; o Governo Evo Morales decidiu soberanamente, e nós não temos outro jeito senão nos coordenar para resolver a questão da melhor maneira possível. E estamos levando em conta, Senadora, tenha certeza, todas essas apreensões que a senhora antecipou. Vamos procurar justamente encontrar a fórmula que procure atender a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Embaixador, eu volto com a minha preocupação--

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Senador Mesquita, eu tenho que ir para CCJ, e peço desculpa a V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Por favor, Senadora.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): --ainda que eu aqui também seja suplente, mas fiz questão de comparecer porque é um tema que a mim me interessa muito, e acho altamente oportuno e, obviamente, que estaremos à disposição para aquilo que for necessário em relação a esse processo todo.

Muito obrigada pelos seus esclarecimentos.

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Obrigado, Senadora Marina. Mas

eu volto, Embaixador, com a minha velha preocupação. Eu não direito de levantar suspeita acerca da atuação dessa organização. Eu não tenho o direito, mas tenho preocupações. Mas tenho o dever de trazer à luz uma determinada questão. Primeiro, Embaixador, por que é que não se cogitou de ir uma comissão bipartite, institucional, afinal nós estamos tratando de pessoas cuja situação remete para a questão agrária, fundiária.

Então, acho que a Bolívia deve ter organismo institucional que cuida dessa problemática, assim como nós temos aqui, INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, outros organismos, até o gabinete institucional de segurança; nós temos organismos. Por que é que não se cogitou de uma comissão bipartite? V. Exa. me disse algo, há pouco, que me deixou, mais uma vez, bastante preocupado, o prazo que nós temos ou o prazo que está estabelecido é para que essa organização apresente projetos. Aí é que reside o problema, Embaixador, porque nós temos precedentes, nós temos históricos, nós temos notícias de que essa formulação, elaboração de projetos é que consomem grande parte de recursos que são destinados para um objetivo específico.

A Senadora Marina chamou a atenção para um aspecto, como fica a situação dos brasileiros que façam uma opção para retornar ao Brasil? Eles terão amparo financeiro? Esse recurso... E eu senti, de parte de V. Exa., eu queria até um esclarecimento, de que isso não está devidamente delineado, equacionado, porque nós estamos tratando, Embaixador, é uma possibilidade... Eu acredito que certo contingente desses brasileiros que estão por ali, eles deverão de fato fazer a opção por retornar ao Brasil por um razão muito simples, é bom que as pessoas saibam quem são essas pessoas que estão ali. Muitos, como se disse aqui, há dezenas de anos, o que é que eles estão fazendo ali? Colhendo castanha e produzindo borracha, ainda, e desenvolvendo uma agricultura incipiente. Mas, principalmente, produzindo, colhendo castanha e produzindo borracha porque a Bolívia, como V. Exa. esclareceu, a exportação dessa castanha de lá da Bolívia, por sinal, a castanha que é colhida no Acre atravessa a fronteira e vai para a Bolívia para ser vendida juntamente com a que é colhida na Bolívia. Os comerciantes lá no Acre fazem isso porque eles se beneficiam mais, porque, aqui no Brasil, para gente comercializar essa castanha, a carga tributária é tamanha, que o preço da castanha é aviltante; já é aviltante e eles não ganham nada.

Então, quem está lá, está envolvido nessa atividade. Veja, um cidadão desses, a área de seringal de castanheiras está ali naquelas franjas por isso a questão de estar ali na fronteira; um cidadão desse, se der a ele a opção dele ir lá para altiplano boliviano, o que

é que ele vai fazer lá? A pessoa que está, há 40 anos, 50 anos, fazendo só isso ele vai iniciar uma nova atividade, vai plantar coca, vai fazer o quê?

Então, acredito que grande parte dessas pessoas ou uma parte expressiva dessas famílias podem realmente optar por voltar ao Brasil, se fixar ali pelo Acre etc. E aí é que a minha preocupação volta, Embaixador, quando chegar essa hora, esse dinheiro terá sido consumido com elaboração de projetos, o senhor sabe do histórico das ONGs com relação... A burocracia consome grande parte do recurso que tem uma finalidade específica, quando a gente precisar esse recurso, já estará exaurido.

Então, eu lhe pergunto por que é que nós não pensamos numa comissão bipartite, institucional, já que pelo menos de parte do Brasil, nós temos organismos especializados e que cuidam exatamente dessas questões agrárias, fundiárias e, com o envolvimento do próprio Itamaraty na questão da migração, a gente fecharia esse questionamento. Eu digo que, quando nada, essa comissão bipartite deveria ser discutida, instituída, até supervisionar a atividade dessa ONG. Eu vejo... Eu não direito de levantar a suspeição da ONG, mas eu vejo com muita preocupação um volume tão grande de dinheiro como esse, mais de 20 milhões de dólares, destinados a equacionar a situação de brasileiros que estão na--

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: De reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC):--de reais, cerca de 10 milhões de dólares... ..Destinados a equacionar a situação do brasileiro, esse dinheiro ser, na verdade, consumido ao longo do tempo, com elaboração de projetos e ações meramente burocráticas e, quando precisarmos dele de fato para indenizarmos as pessoas ou realocarmos, porque isso tudo demanda recursos, a gente não ter mais como fazer.

Era a pergunta que lhe fazia expressamente por que é que nós não instituímos uma comissão bipartite para ter um absoluto controle de uma situação como essa?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Só um esclarecimento, Senador, a OIM não é uma ONG; é uma organização internacional, é uma organização com centenas de países, ela é... Ela não é da família da ONU, mas ela é associada à ONU. É uma organização internacional que tem credibilidade e personalidade jurídica de Direito Internacional; nós estamos negociando acordo de sede, então, é uma entidade que vai ter privilégios, imunidades... Não é, de forma alguma, uma ONG, por isso que o dinheiro foi destinado a essa organização.

Segundo, assim que surgiu o problema dos brasileiros na Bolívia, em maio de 2006, nós estabelecemos uma interlocução com o MDA, de alto nível; o nosso Embaixador Oto Agripino Maia, que é o Subsecretário-Geral das Comunidades brasileiras no exterior, se reunia, nós nos reuníamos regularmente com o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que participativa de todas as nossas reuniões, os nossos grupos de trabalho migratório e fundiário. Em geral, eram juntas, de modo que representantes do MDA, representantes do INCRA, representantes da ABIN, representantes do Gabinete de Segurança Internacional, representante do Ministério da Justiça, do Departamento de Estrangeiros, representantes da Polícia Federal, IBAMA, todos estes órgãos brasileiros se juntavam nas nossas delegações para discutir, nos grupos de trabalho bilaterais, com interlocutores bolivianos mais ou menos com a mesma composição, Exército...

De modo que nós temos, nos grupos de trabalho, a expressão desse Comitê bilateral a que o senhor se refere. Agora, pela primeira vez, e foi por isso que nós convocamos a reunião do grupo de trabalho, ele tinha sido, digamos interrompido por causa de imposição boliviana de que nós colocássemos um prazo para a desocupação dos brasileiros. Nós estamos reativando esses grupos agora, que vão um pouco funcionar como esse Comitê bilateral porque agora é que nós vamos ter o acordo com a OIM, temos os resultados para analisar, de modo de que, de certa forma, nós vamos atender a essa recomendação do senhor, fazendo essa reunião agora no dia 18, e colocando no temário justamente o exame do que está sendo feito pela OIM. E a OIM vai, provavelmente, nessa reunião, já apresentar os projetos que nos darão ideia de dimensão de custos, e essas preocupações que o senhor está nos trazendo serão devidamente levadas em conta. Acho que foi até bom o senhor ter alertado para que nós, juntamente com os bolivianos, tenhamos isso presente.

Paralelamente, o nosso trabalho de interlocução com o MDA e com o INCRA se intensificou. Agora, eu, ontem, conversei diretamente com o Secretário-Executivo do Ministério de Desenvolvimento Agrário, que está interinamente chefiando o Ministério, justamente para nos coordenar com relação a essa visita, com relação ao que pode vir a ser o grande encargo do MDA, de administrar a vinda desses brasileiros ao Brasil, de modo que estamos procurando justamente cercar o problema, de todas as formas, para evitar esses problemas que o senhor apontou, e com razão, que podem ocorrer.

Nós vamos fiscalizar com todo rigor o dinheiro que está aplicado com OIM; vamos verificar a viabili-

dade dos empreendimentos que serão apresentados e vamos ter uma coordenação muito estreita com todos os nossos órgãos, de verificar o que pode ser feito em relação a ajudar no reassentamento no Brasil, se ele se apresentar como as indicações parecem indicar, como majoritário, é provável que a maioria dos brasileiros porque, por causa da proximidade com o Brasil, por causa dos familiares, por causa de segurança... Aque-la área do Pando esteve conturbada, houve conflitos, mortes e problemas com terras, que... Pessoas que se apresentaram dessa estabilidade para atividades ilícitas e intimidações, de modo que vamos ter isso muito presente, eu tenho certeza, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Embaixador, quando o senhor fala dia 02, é dia 02 de outubro o seu retorno desse périplo.

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Tudo está previsto, então, que eu vá dia 28, chegue dia 28 em Rio Branco, e estarei à disposição para uma reunião prévia, mas que eu não terei mais nenhuma informação mais além dessas do que estou prestando aqui, mas aí, na volta, eu pretendo, na parte da manhã, no dia 02 estar à disposição do Governo do Acre, dos senhores, em Rio Branco, para relatar--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): E, em Brasília, o senhor vai estar aqui a partir do dia 03?

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: A partir do dia 03.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Eu vou discutir com os membros da comissão a possibilidade de trazer V. Exa., mais uma vez, depois desse seu périplo, porque, desta feita, V. Exa. está munido de informações novas e indicativos recentes.

Vou discutir também com os membros da Comissão até a possibilidade de convidarmos representantes dessa organização; acho que o Senado tem o direito de travar contato com essa organização e ouvi-los também.

V. Exa. traz a palavra do Governo brasileiro, do Itamaraty, mas é necessário que essa organização também preste os esclarecimentos necessários ao Senado Federal, através desta Comissão; gostaria até que V. Exa. nos fornecesse, ou nos indicasse, nomes que poderiam ser relacionados no nosso requerimento.

Vou conversar com o Senador Flávio, Senador Eduardo Azeredo e os demais Senadores da Comissão

para que a gente possa, no seu retorno, ouvi-lo mais uma vez, já que V. Exa. terá informações mais precisas, mais recentes, e quem sabe ouvirmos também representantes dessa organização, que está envolvida nessa operação.

Consulto o Senador Flávio se tem algum questionamento a fazer?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Não, eu só queria fazer um comentário que causa à gente muita estranheza, embaixador, se o senhor for entrar na Bolívia por terra, por exemplo, de Cáceres; Cáceres, você tem o posto da Polícia Federal que está há 80 km da fronteira. Então, você entra na Bolívia e não sabe que entrou na Bolívia, não tem um posto de fronteira, não tem uma autoridade brasileira, não tem nada. Você pega uma estrada e você vai... Eu fui até a fronteira com o Peru. Quando eu fui sair da Bolívia para o Peru, e aí tem uma fronteira, eu não tinha entrado na Bolívia, eu fui quase preso por ter invadido a Bolívia, porque não tem posto, nem boliviano e nem brasileiro, você nem sai do Brasil e nem entra na Bolívia, não tem ninguém que lhe pergunte nada. E se você entra em Assis Brasil, vindo do Peru, porque é bem pertinho da Bolívia, porque ali são quase três países, também não tem nada em Assis Brasil; vai ter o primeiro posto da Polícia Federal em Brasileira, que fica a cento e tantos quilômetros da fronteira.

Então, a fronteira, essas fronteiras são completamente desguarnecidas ou desprovidas, não tem o menor controle de quem entra ou de quem sai no Brasil, o que é uma coisa estranha porque tem uma estrada, tem uma ponte bonita, mas não tem nenhuma autoridade brasileira que pergunta quem é você, de onde veio e você entra sem o menor controle, isso é uma coisa muito estranha como as fronteiras do Brasil são desguarnecida; não é por acaso que você tem entrada de droga, de arma, porque não tem controle nem de polícia, nem do Itamaraty, nem de controle de passaporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Embaixador, concedo a palavra para suas considerações finais, para que a gente se encaminhe para o encerramento da nossa audiência.

SR. EDUARDO GRADILONE NETO: Só para agradecer essa oportunidade de prestar essas informações. Acho que poderia ser muito útil, esclarecedora, a presença dos representantes da OIM aqui. Nós fizemos exatamente isso no Itamaraty, quando a OIM estava acusada de intimidar e ameaçar os brasilei-

ros, de modo que foram chamados... Compareceram o Diretor Regional da OIM, Eugênio Ambrósio; a Dra. Bárbara Cardoso, brasileira, que é, digamos, a gerente nesse projeto, e o Sr. Miguel Ruiz, que é o gerente do projeto, lá na Bolívia.

E eles apresentaram, fizeram uma apresentação em *PowerPoint*, primeiro, mostrando o que é a Organização Internacional das Migrações para que justamente todos se tranquilizassem de estar tratando com uma organização internacional de muita credibilidade, com muitos recursos, de muitos países, com experiências de reassentamentos, na África e em vários lugares, com pessoas muito treinadas, com publicações excelentes, com um site na Internet, que dá ideia do trabalho que fazem, dos trabalhos de migração que financiam.

De modo que essa apresentação que foi feita pela OIM foi muito útil porque mostrou, primeiro, a idoneidade da organização e depois a precisão dos dados os mapas, com todos os detalhamentos, as explicações sobre qualidade de solo deste ou outro lugar, por que é que estavam cogitando daquela e não da outra área, de modo que eu tenho certeza que essa apresentação vai tranquilizar muito dos senhores com relação pelo menos a esse aspecto.

O problema é que é complicado, independentemente da credibilidade dos protagonistas, mas pelo menos nós temos procurado trabalhar com parceiros com gabarito, com respeitabilidade, justamente para que os problemas, que já são grandes, do assunto em si, sejam menores. E estou às ordens também para voltar aqui quando os senhores acharem necessário e, com muito prazer, eu o farei.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Embaixador Eduardo Gradilone Neto, a Comissão agradece a presença de V. Exa., seus esclarecimentos, a presença dos Senadores que aqui estiveram, de todos que acompanharam essa audiência. E estamos, na verdade, já com a nova expectativa, a expectativa do seu retorno dessa maratona que V. Exa. vai cumprir, colhendo informações. Nós estamos já na expectativa do seu retorno para que, mais uma vez, aqui nessa Comissão, possamos tratar dessa questão com a responsabilidade com que tratamos hoje. E, da próxima vez, quem sabe, com a presença desses representantes dessa organização.

Eu peço a V. Exa., por gentileza, que os nomes que V. Exa. declinou há pouco, que sejam oferecidos ao nosso Secretário, Dr. Alexandre, para que a gente possa instruir requerimento nesse sentido. A Comissão

de Relações Exteriores agradece penhoradamente a sua presença.

Está encerrada a nossa audiência.

Sessão encerrada às 12h10.

ATA DA 38ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Flávio Torres e Renato Casagrande**. Justificaram a ausência os Senhores Senadores **Geraldo Mesquita Júnior e Romeu Tuma**. Registra-se a presença do Senador **Oswaldo Sobrinho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica o recebimento da resposta do Ministério das Relações Exteriores ao Requerimento nº 776, de 2009, de iniciativa da Comissão, sobre a questão da abertura de novas Embaixadas em pequenos países da América Central, e esclarece que com essa resposta a Comissão poderá dar seguimento à oitiva dos embaixadores que já estão designados para dois desses países: São Vicente e Granadinas e São Cristóvão e Neves. Em seguida, o Presidente inicia a apreciação da Pauta. O Presidente concede a palavra ao Senador **Flexa Ribeiro** que sugere a remessa da mencionada resposta aos membros da Comissão. O Senador **Cristovam Buarque** faz uso da palavra e sugere o envio de uma mensagem de êxito à nova Diretora-Geral da Unesco. O Presidente dá início à Audiência Pública destinada a discutir assuntos referentes a comércio exterior, dificuldades diante da crise financeira, Mercosul e novos mercados, com a presença do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, em atendimento ao Requerimento nº 33, de 2009-CRE, de sua autoria, aprovado no dia 28 de maio de 2009. O Presidente convida o Ministro Miguel Jorge para compor a Mesa e lhe concede a palavra. O Ministro faz sua exposição. Usam da palavra os Senadores **Cristovam Buarque,**

Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles, Eduardo Suplicy, João Tenório e Oswaldo Sobrinho. Durante a reunião, o Senador Eduardo Suplicy assume, por alguns momentos, a Presidência dos trabalhos. O Presidente Eduardo Azeredo, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e nove minutos, lavrando, eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 27 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Antes de passar à audiência, eu quero só comunicar aos Srs. Senadores que já se encontra disponível – eu pedi à Secretaria para distribuir aos Srs. Senadores – a resposta do Ministério das Relações Exteriores sobre a questão da abertura de novas Embaixadas em pequenos países da América Central, e, com essa resposta, nós, portanto, poderemos dar seguimento à oitiva dos embaixadores que já estão designados para dois desses países: São Vicente e Granadinas e São Cristóvão e Neves.

Passamos, agora, à apreciação da pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Antes, então, o Senador Flexa Ribeiro com a palavra, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. ontem fez um pronunciamento em que V. Exa. abordava a questão do cerco à Embaixada Brasileira em Honduras e também fez referência a essa abertura de Embaixadas do Brasil em países que ainda não tenham uma... Pelo menos, eu entendi, no pronunciamento de V. Exa., não haveria necessidade de termos esses gastos aumentados, e sim--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sob o meu ponto de vista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do seu ponto de vista, do qual eu concordo. V. Exa. disse, há pouco, que fez uma consulta ao Ministério, que teve a resposta. Gostaria que fosse trazida ao conhecimento dos membros da Comissão de Relações Exteriores, que eu também gostaria de saber o motivo que leva o Governo a fazer essa expansão das Embaixadas e que não seja o que todos nós queremos, que não seja só o que todos nós brasileiros queremos, que o Brasil tenha um assento permanente no Conselho da ONU. Se a motivação for esta, eu acredito que valerá o sacrifício da sociedade com esses gastos adicionais. Mas nos preocupa, também, V. Exa. abordou esse assunto, também, que a imprensa, a mídia anunciou de que o candidato apoiado pelo Governo brasileiro, estranhamente não apoiando um candidato brasileiro na UNESCO, foi na UNESCO?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, foi na Direção Geral da UNESCO.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos nós—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Senador Cristovam era um dos nossos candidatos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos nós, o Senador Cristovam, todos nós aqui defendíamos que o Governo brasileiro apoiasse o candidato brasileiro, e, lamentavelmente, deixamos de apoiar o brasileiro para apoiar o egípcio, e o egípcio perdeu a eleição.

Então, eu gostaria que V. Exa., se pudesse encaminhar aos membros a resposta do Ministério, para que a gente possa tomar conhecimento dessa motivação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeito. Eu vou fazê-lo, vou pedir à Secretaria e, basicamente, o Governo informa que o custo de instalação de cada Embaixada está estimado em 200 mil dólares e que o custo mensal é da ordem de 24 mil dólares, o que daria outros 200, chegando próximo a um custo, no primeiro ano, de 500 mil dólares. Seria próximo disso no primeiro ano, portanto, 200 mil de instalação e 250 mil por ano.

Com relação ao número de funcionários, também está colocado, que seria um chefe, um ministro-conselheiro, um conselheiro-secretário, um oficial de chancelaria e um assistente de chancelaria.

Já com relação ao número de brasileiros residentes e o número de brasileiros visitantes, não há informação. O Governo informa que não tem essas informações, nem no número de brasileiros visitantes e nem no número de brasileiros residentes nessas pe-

quenas ilhas. É a antiga Barbuda, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves e São Vicente e Granadinas. Nós já aprovamos os Embaixadores de Antígua e Barbuda e Santa Lúcia; falta, realmente, a aprovação de São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, que estava esperando essa resposta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu gostaria que esses recursos — são 500 mil dólares por Embaixada/ano —, se pudesse ser aplicado na Ilha do Marajó, no meu Estado do Pará, seria muito melhor aproveitado pela sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, senhor. Senador Cristovam Buarque, com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, eu não vou falar da parte do comentário do Senador Flexa sobre a UNESCO, porque, afinal de contas, eu fui parte muito interessada, eu diria. Eu sugiro, apenas, se isso for de praxe, que se faça uma mensagem à nova Diretora-Geral, em nome do Senado brasileiro, dessa Comissão, desejando um bom trabalho, só isso.

Agora, eu quero falar das Embaixadas, viu, Senador Flexa? Eu creio que não há país pequeno. Todo país tem uma dimensão específica, cultural, política, senão não seria um país. Nesse sentido, um país como o Brasil, tem que procurar ter o máximo de Embaixadas. Nós temos que... O simples fato de atear a bandeira, já significa uma elevação do *status* do Brasil no cenário internacional. Muitos acham que a Embaixada é para aumentar as vendas e os negócios, também isso, eu acho que ela pode ajudar, mas para isso nós temos um Ministério importante, temos autoridades aqui que são capazes de fazer, independente do Ministério das Relações Exteriores. O que eu acho importante é sim o Brasil sair de um isolamento que viveu durante décadas, sem ter as Embaixadas que deveria para o nosso porte. Países como a Índia, China, mesmo Cuba, um país pequeno, eles conseguiram ter um presença imensa, graças a colocar a sua bandeira em uma sede da representação. Se está se gastando muito dinheiro, é tentar ver como é que a gente faz isso gastando menos. Isso sim a gente pode discutir. Mas mesmo gastando muito, o que gasta o Ministério das Relações Exteriores ainda é muito pouco para dar um efeito...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos ver. Agora, se o trabalho está funcionando bem ou não, essa é uma discussão. O que essas Embaixadas estão fazendo ou não: são apenas portadoras de bandeira ou são portadoras da imagem do Brasil? Isso merece uma discussão. Mas eu sou um entusiasta de

abertura de novas Embaixadas brasileiras, desde que não seja apenas para servir de emprego para pessoas. E aí tem uma coisa que a gente tem que respeitar no atual Governo, e o Fernando Henrique quase que totalmente, também: é que não tenham sido usadas essas Embaixadas para dar emprego a qualquer pessoa fora do Corpo Diplomático. Há países que usam as suas Embaixadas para dar emprego a políticos que eles querem cooptar ou políticos derrotados que eles não querem que caminhem para a oposição, aí mandam embora. O Brasil tem tido uma posição muito responsável. Os nossos diplomatas, hoje, 100% são de carreiras. Então, não são cargos usados dessa forma de compensação, na política.

Então, eu sou favorável à abertura. Agora, vamos discutir se o serviço está sendo bem feito e se é possível fazer com menos recursos ou não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu só... Se V. Exa. me permite, pelo art. 14--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Vamos iniciar a pauta? O art. 14, a rigor, é só quando houver alguma ofensa. É que aqui se usa esse art. 14 quando fala--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Elogio também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não, só quando houver ofensa. [risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só quero dizer que eu concordo com o Senador Cristovam, não sou contra a abertura de Embaixadas, não. Eu só acho que tem que haver um critério para essa abertura, ou seja, verificar qual a presença de outros países também com Embaixadas onde está se abrindo. Eu acho que a presença do país em outros territórios é importante; agora, tem que haver critério. Havendo critério, não há o que questionar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): As informações são de que o Brasil está, no momento, com 118 Embaixadas, sendo que 34 foram abertas desde 2003. Então, já houve um crescimento grande. Realmente, o momento financeiro do país melhorou, especialmente depois da estabilidade econômica, e hoje nós já temos, então, 118 Embaixadas. O que eu me referi é a questão, realmente, dos Consolados. Nós vemos... O Consulado de Boston atende 350 mil pessoas por ano. Então, de repente, o Consulado exige mais esforço do que, às vezes, uma própria representação.

Mas vamos dar início à Audiência Pública para discutir assuntos referentes ao comércio exterior, dificuldades diante da crise financeira, MERCOSUL e

novos mercados, em atendimento ao Requerimento nº 33 de 2009, que é de minha autoria.

Convido para compor a Mesa o Exmo. Sr. Miguel Jorge, Ministro de Estado, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Registro, ainda, aqui, a presença, entre nós, de Luiz Castilho, Conselheiro da Embaixada da República Argentina e também dos Diretores do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que aqui nos honram com a sua presença.

Sr. Ministro, já passando, de início, para a sua exposição, eu quero, primeiro, agradecer a sua presença e cumprimentá-lo pelo desempenho à frente do Ministério. O Ministério é da maior relevância para o país, um país moderno, e tem que ter, exatamente, uma área de desenvolvimento econômico ativa e o comércio exterior também tem um relevo muito grande dentro das funções sob sua responsabilidade, de maneira que, com os nossos cumprimentos e o nosso agradecimento, lhe passo a palavra.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Meu caro conterrâneo e Senador, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Azeredo; Sr. vice-Presidente da Comissão; prezados Senadores e membros da Comissão; senhoras e senhores, bom-dia.

Eu temo que a minha apresentação, inclusive por respeito a esta Casa, seja um pouco mais longa do que poderia, mas nós nos preparamos para dar todas as informações que julgávamos necessárias em relação ao comércio exterior brasileiro. Portanto, eu, já antecipadamente, me desculpo por, eventualmente, ser enfadonho nas apresentações. Mas é uma satisfação e um prazer comparecer a esta Comissão, Senador, para debater com os Srs. Senadores os rumos do comércio exterior do Brasil, e diante da crise internacional que teve efeitos bastante importantes sobre o comércio global. Esse ano, por exemplo, uma edição de julho do *World Economic Outlook*, do Fundo Monetário Internacional, indica que o comércio de bens pode cair em 12,2% no total. Para o próximo ano, a projeção é de um crescimento modesto de 1%, com muitos países registrando menores volumes de comércio, mas com uma ligeira melhora, por causa dos sinais de que a economia mundial começa certa recuperação. As intervenções do Estado em muitos países, com o emprego de diversos estímulos macroeconômicos, levaram a uma moderação e mesmo a leves sinais positivos nos países desenvolvidos, especialmente Estados Unidos e Japão.

De uma maneira geral, os países em desenvolvimento da Ásia, da África, a China e a Índia, principalmente, mantêm expectativas encorajadoras de taxas de crescimento do PIB. Segundo o mesmo relatório do

FMI, os países de “economias avançadas” ainda devem amargar uma redução da ordem de 3,8% do PIB esse ano, com um pequeno crescimento de 0,6% para 2010. Eu sempre sou muito cético com relação a previsões, mas eu preciso apresentá-las para os senhores.

Os indícios de recuperação e de retomada do crescimento são absolutamente fundamentais e importantes para o crescimento do comércio internacional. Desde o início da crise, no final do ano passado, a nossa economia teve alguns índices negativos, com uma retração à queda de 3,6 % do PIB no quarto trimestre de 2008, e de 0,9% no primeiro trimestre desse ano. Isso nos levou ao que se chama de uma recessão técnica. Mas nós retomamos, já, o ritmo de crescimento. O último dado do PIB, divulgado pelo IBGE, indica que nós crescemos 1,9% no segundo trimestre, o que mostra, também, que nós já saímos da recessão técnica, o que é muito promissor. Aliás, eu fiquei muito satisfeito de ver os jornais de hoje com o ex-Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros prevendo um crescimento de 6% para o PIB do próximo ano. Eu acho que é absolutamente alvissareiro que um ministro como o ex-Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, um economista conhecido, faça uma projeção desse porte. Aliás, é a melhor projeção das feitas até agora para a economia brasileira no próximo ano.

Um dado que atesta a solidez da nossa economia é que o Brasil avançou quatro posições e entrou para o grupo dos dez países que mais atraíram um investimento do estrangeiro direto em 2008, com uma cifra recorde de 45 bilhões de dólares, o que significa que é um valor que é a metade de todo o valor do investimento do estrangeiro direto para a América do Sul. E importante, ainda, citar que o fato de que a última agência importante de *rating* Moody's tenha dado o grau de investimento com a indicação de positivo para o Brasil possa, também, trazer mais investimentos estrangeiros diretos para o país.

Apesar da queda de investimento estrangeiro que se observou com relação a 2008, nós acreditamos que ainda ficaremos entre os dez maiores recebedores de investimento direto no mundo. Na outra ponta, que são os investimentos brasileiros no exterior, nós também nos destacamos. Houve um crescimento de 189% nos investimentos brasileiros no exterior, que é a maior alta nesse período. Isso prova, inclusive, o esforço, o resultado do esforço, o sucesso e o esforço de internacionalização de nossas empresas, e a ousadia dessas empresas de assumir risco para aproveitar boas oportunidades de investimento em um ambiente de negócios internacionalmente bastante depreciado.

A apresentação que eu passo a fazer agora, depois dessas considerações iniciais, ela está dividida

nos seguintes tópicos: Primeiro: panorama do comércio exterior brasileiro – dificuldades diante da crise internacional. O MERCOSUL, os novos mercados, com ênfase na realização de missões comerciais e nas negociações comerciais internacionais que hoje estão em curso no Brasil. E as atividades do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da CAMEX, a Câmara de Comércio Exterior, e do Governo brasileiro como um todo na preparação de medidas para combater os efeitos da crise.

Nos últimos anos os exportadores têm recebido grande atenção do Governo, e foram tomadas várias medidas para incentivar o aumento da produção e a maior agregação de valor aos produtos destinados ao mercado externo. Entre eles, várias medidas, inclusive, contaram com o apoio dos Srs. Senadores para a sua aprovação no Congresso Nacional. Nós podemos citar a criação do *Drawback* Verde-Amarelo e o *Drawback* Integrado, a redução dos tributos sobre investimentos e outra medidas que se destinaram a dar mais liquidez aos nossos exportadores. Também foram realizadas várias missões comerciais ao exterior – e serão realizadas, também – para ampliar e diversificar os mercados para os produtos e serviços brasileiros. Eu detalharei esses pontos um pouco mais adiante.

Nos últimos anos, o nosso comércio exterior experimentou grandes mudanças. Em 2008, marcado como o ano da crise, a participação das exportações de bens no PIB foi de 12,6%, em 2007 tinha sido de 12,4%. Eu acho esse número importante para dar uma dimensão do que significa o mercado interno e o que significou o mercado interno para que nós pudéssemos ter vencido a crise. E é importante se considerarmos que em 2008, o nosso PIB cresceu 5,1% e chegou a 2,9 trilhões, de acordo com o IBGE. Embora seja muito menor de que países tipicamente exportadores é um número bastante importante. Em dólares, o PIB de 2008 atingiu 1,596 trilhão, e nossas exportações foram de 197,9 bilhões, e foi uma cifra recorde. Mas, como eu disse, é apenas 12,4% do PIB.

Desde 2002, a corrente de comércio exterior mais do que triplicou no Brasil. Ela passou de 107,6 bilhões para 371,1 bilhões no ano passado. Mas nesses primeiros oito meses, nós sentimos bastante o efeito da crise internacional pela via do comércio exterior. Embora o nosso saldo comercial já esteja 18% acima do registrado de janeiro e agosto do ano passado, caiu o valor das exportações, o valor das importações e, consequentemente, da corrente de comércio. De janeiro a agosto as exportações chegaram a 97,9 bilhões de dólares, frente a 130,8 bilhões no mesmo período de 2008. Sobre iguais meses de 2008, elas caíram 24%. As importações chegaram a 77,9 bilhões, comparados

com 113,9 bilhões do mesmo período de 2008. Sobre iguais meses de 2008, as importações caíram 31%.

O saldo comercial, no acumulado janeiro a agosto, totalizou 19,9 bilhões, 18% a mais do que os 16,9 de janeiro a agosto passado, como já citado. A corrente de comércio acumula, hoje, 175,9 bilhões, comparado aos 244,7 do mesmo período de 2008, uma queda de 27,7% na corrente de comércio nesse mesmo período comparado.

Os slides subsequentes apresentam, graficamente, os dados já referidos, com números referentes a 2009. As nossas exportações caíram 24,7% entre janeiro e agosto, comparado com 2008. No mesmo período, as importações caíram 31% com relação ao ano passado. Em comparação com iguais meses de 2008, caíram as importações de combustíveis e lubrificantes, foram menos 54,1%; matérias-primas e intermediários, menos 32,4%; e de bens de capital, menos 20%. O bem de consumo, que nós temos a importação bastante menor, a queda foi de menos 9,7%. No acumulado de janeiro a agosto, o saldo comercial chegou a 19,9 bilhões, 18% a mais do que os 16,9 de janeiro a agosto do ano passado, é uma diferença de três bilhões. Os produtos que mais caíram nesse período foram os manufaturados, menos 31,3%, e os semimanufaturados, como menos 30,3%. Os produtos básicos recuaram 13,1%, e esses dados todos são sempre pela média diária de exportações.

Apesar do bom resultado da balança comercial, é preciso nós prestamos atenção no fato de que, pela primeira vez em 31 anos, nós exportamos mais produtos básicos do que produtos manufaturados. De janeiro a agosto, as exportações de básico foram de 41,9 bilhões, 300 milhões a mais do que os 41,6 dos manufaturados. A participação dos básicos nas nossas exportações chegou a 42,8%, mais que os 42,5% dos manufaturados. A crise derrubou o consumo de manufaturados, principalmente de bens de capital, pela redução da atividade econômica em vários mercados para o qual nós exportávamos, e também afetou mais significativamente os países que tradicionalmente importam manufaturados brasileiros.

Por outro lado, o mercado de *commodities* caiu menos, comparativamente, e com a China mantendo o seu crescimento por volta de 7% ao ano e se tornando o principal destino desses nossos produtos, em função da forte demanda causada por esse crescimento. Se por um lado as exportações de básico mantêm as contas externas brasileiras saudáveis, a queda dos manufaturados nos preocupa, porque são esses produtos de maior valor agregado que geram mais empregos na economia.

Como nós veremos adiante, nós temos trabalhado bastante, eu diria muito, para apoiar as exportações de manufaturados e para reduzir os efeitos da crise sobre nossas exportações de manufaturados e de semimanufaturados. O Brasil soube adotar uma política de diversificação dos destinos de nossas exportações. Além do expressivo crescimento em termo de valor e de volume, nós registramos mudanças importantes na distribuição dos nossos parceiros comerciais, com a inversão nas participações dos países desenvolvidos e em desenvolvimento ao longo desses últimos anos.

Em 2001, os percentuais de exportação para países desenvolvidos foram de 61,1% e de 39,9% para os países em desenvolvimento. No ano passado, 52% de nossas exportações foram para países em desenvolvimento e 48% para países desenvolvidos. Na prática, isso significa que nós atingimos um equilíbrio bastante interessante entre esses dois grupos de mercado, com o destaque crescente para os países em desenvolvimento, o que é bastante positivo, pois nós reduzimos a nossa dependência de apenas dois ou três compradores. De janeiro a agosto, esse índice melhorou mais ainda: 56,3% de nossas exportações foram dirigidas para países em desenvolvimento e 43,7% para os desenvolvidos, o que indica que essa tendência positiva deve se manter nos próximos anos. Se olharmos para os nossos principais mercados de destino, por país, nós verificamos que nossas exportações são bastante distribuídas, como nós acabamos de dizer. O mesmo também vale para as importações, que têm uma distribuição bastante equilibrada. Este ano, com relação ao MERCOSUL, nossas exportações caíram 39,4% e as nossas importações 16,3%, comparado com o mesmo período de ano passado. E nós temos feito um esforço especial para que esse comércio regional volte a avançar, pois já tínhamos atingido um patamar importante no fluxo comercial do bloco, com 36,6 bilhões no ano passado e um saldo favorável ao Brasil de 6,8 bilhões de dólares.

Nossas exportações para o MERCOSUL, em 91 foram de 2,3 bilhões de dólares, elas saltaram de 21,7 bilhões em 2008, crescendo quase dez vezes. Em 91, as importações originárias do bloco eram de 2,2 bilhões, fecharam em 14,9 bilhões o ano passado. Nesses 18 anos, vale destacar o período de 2003 a 2008, quando nossas exportações praticamente se multiplicaram por seis e as importações triplicaram. Isso demonstra o quanto as relações comerciais regionais foram dinamizada no atual Governo. Nós exportávamos 3,3 bilhões de dólares em 2002 e exportamos 21,7 bilhões em 2008. Nós importávamos 5,6 bilhões em 2002 e saltamos para quase 15 bilhões em 2008. Fica claro que--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ministro, deixa só eu interromper um pouquinho. Nesse caso do MERCOSUL, já há alguma reversão agora nesse segundo semestre?

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Começa a haver sinais de que está mudando, até pela situação melhor, tanto no Brasil como nos outros países do bloco, uma situação econômica melhor.

Houve um recuo, como eu já disse, nos valores exportados e importados de 40% quase. E certamente, Senador, falando com bastante clareza e fraqueza, as exportações e as importações no MERCOSUL se dão, principalmente, em termos de dois países, que são os principais parceiros pelo tamanho de suas economias, tamanho e diversidade de suas economias, que são Brasil e Argentina. Com todo o respeito pelos outros dois parceiros, mas os parceiros mais importantes são Brasil e Argentina, pelo tamanho de suas economias, de sua população e etc.

Mas, como eu dizia, houve em função de uma série de fatores que estão praticamente todos eles ligados à crise financeira que atingiu tanto o Brasil quanto o nosso parceiro do MERCOSUL. As exportações brasileiras, inicialmente, tiveram dificuldades decorrentes de problemas de liquidez – e aí já não falando de MERCOSUL, falando do mercado internacional –, os problemas de liquidez internacional com enorme restrição do crédito externo, retração no comércio mundial, crise de confiança e concorrência desleal em terceiro mercados, e algumas medidas protecionistas ensaiadas externamente.

No mercado interno, eu acho que seria muito importante destacar aqui a área de defesa comercial da Secretaria de Comércio Exterior, SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, na aplicação da salvaguardas, compromisso de preços, medidas compensatórias e direitos antidumping.

Há uma crescente atuação da Câmara de Comércio Exterior, da CAMEX, e dos órgãos do Ministério do Desenvolvimento em defesa da indústria nacional, e isso pode ser aferido pelas estatísticas do período mais recente. O número de medidas antidumping aprovadas subiu de 23, em 2007, para mais de 70 em 2008, todas elas aplicadas de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio. Até a primeira semana de setembro, o Departamento de Defesa Comercial, o DECOM, trabalhava em 28 investigações sobre concorrência desleal e importações, originária dos mais diversos países. Até agosto--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vinte e oito?

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Vinte e oito estão em curso hoje. Até agosto, havia 78 medidas em

vigor, a maioria com aplicação de direitos antidumping em caráter definitivo.

Convém mencionar, também, Senador, que nos últimos dois anos os prazos para concluir as investigações – e discutíamos isso com o Senador Francisco Dornelles, que sempre esteve muito preocupado com essa questão específica da defesa comercial –, os prazos para concluir uma investigação foram reduzidos pela metade: de dois anos para um ano, e com a aplicação de direito provisório no máximo em seis meses, que é uma prática que não se fazia antes. A aplicação, especialmente, dos direitos provisórios, permitiu reduzir danos potenciais a nossa indústria, que reclamou de práticas desleais de comércio adotadas por empresas exportadoras para o Brasil. Hoje, há direitos provisórios aplicados, por exemplo, a importações de fios de viscosa, de pneus para veículos e de carga de calçados. Os direitos provisórios sobre calçados, inclusive, foram aplicados na última reunião da CAMEX, há 15 dias, contra tênis importados de países da Ásia.

Interessante notar que uma das razões, também, para isso, não só se deve ao fato de que o Brasil tem uma maior inserção internacional, mas que também o Ministério fez um trabalho de informação com as federações de indústria nos vários Estados, mostrando para as empresas brasileiras que elas tinham a possibilidade de se defenderem contra práticas desleais de comércio, o que também fez com que os empresários se movimentassem e passassem a agir muito mais do que antes.

Eu preciso, também, aqui, Senador, e eu peço a sua permissão para ressaltar a dedicação e o profissionalismo dos funcionários de carreira do Ministério, da SECEX e da CAMEX, que, embora em número bastante reduzido, eles têm realizado um expressivo número de atividades em função do enorme aumento de demanda nos últimos dois anos, e um trabalho de altíssima qualidade. Juntamente com o Ministério do Planejamento, nós temos trabalhado para ampliar o número de profissional das áreas de exportação e de importação, porque o crescimento de nosso intercâmbio comercial e de nossos compromissos internacionais gera grandes necessidades como o acompanhamento de acordos, operações de comércio exterior, defesa comercial e outros assuntos. E eu não tenho dúvida, inclusive, de que o apoio do Senado é fundamental e pode ajudar a acelerar esse processo, pois fortalecer esse trabalho depende de aportes orçamentários à Pasta, e aqui vou fazer o pedido nosso para realizar concurso e modernizar os instrumento de gestão do comércio exterior e o desenvolvimento de sistemas operacionais como o SISCOMEX, que é o nosso Sistema de Comércio Exterior. O Brasil é o único país do

mundo que no mesmo dia, no final do dia, se sabe, exatamente, qual foi o fechamento do comércio exterior do país, pelo sistema SISCOMEX. Mas, como nós vimos pelas imagens até agora apresentadas, nós tivemos um grande aumento no fluxo de comércio exterior do país, e esse crescimento contribuiu decisivamente para a melhoria dos resultados macro e microeconômicos do país, com efeitos positivos na produção, nos investimentos e na nossa competitividade. O Presidente Lula sempre atribuiu uma grande importância ao processo de integração na América do Sul. Este ano o MERCOSUL completou 18 anos, desde a assinatura do Tratado de Assunção, período em que o Brasil, Argentina, Uruguai e o Paraguai evoluíram de uma zona de preferência de comércio para uma união aduaneira.

Aos poucos, paulatinamente, nós estamos avançando nos objetivos comuns de construir uma relação mais densa. Há cerca de um mês, eu estive em Montevideu para inaugurar uma agência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDES, que é a primeira representação do banco fora do Brasil, e ela foi instalada em Montevideu para apoiar as operações do banco em países da América Latina e, em particular, junto ao sócio do MERCOSUL. O banco vai intensificar seus esforços para ampliar o intercâmbio comercial com os países de região, financiando empresas brasileiras com atuação no bloco, especialmente em projeto de infraestrutura de interesse do Brasil e de impacto regional. Também será um importante canal para contatos mais ágeis entre o banco e as empresas com atuação regional, além de organismos de Governo, o que permitirá se obter de forma mais fácil e direta informações sobre as possibilidades de apoio financeiro oferecidas pelo banco.

Também nós realizamos em Foz do Iguaçu, na semana passada, a primeira edição do Encontro de Comércio Exterior do MERCOSUL, I ENCOMEX do MERCOSUL, que pretendeu chamar a atenção dos empresários brasileiros para os países do bloco e difundir a cultura exportadora como elemento de integração regional. Em Foz do Iguaçu, nós lançamos a versão regional para o sistema de análise das informações de comércio exterior do MERCOSUL, o Sistema Aliceweb MERCOSUL, que permitirá uma rápida verificação das estatísticas comerciais com os nossos parceiros do bloco. As informações sobre mercadorias, destino de exportações, origem das exportações, países e blocos econômicos com os quais mantemos relações comerciais ficarão disponíveis com rapidez e com informações atualizadas.

O aprofundamento da integração econômica entre nossos países tem à disposição uma ferramenta

muito importante, que é o Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL, o FOCEM, com recurso de cerca de 255 bilhões de dólares para projetos de integração produtiva. Atualmente, estão em execução 17 projetos dos 25 aprovados pelo fundo que opera desde 2005 e que tem por objetivo financiar programas de convergência estrutural no MERCOSUL para reduzir as assimetrias entre as economias dos países do bloco. Em sua maioria, os recursos do FOCEM vêm do Brasil e da Argentina, os sócios mais industrializados e que apoiam projetos em países de menor desenvolvimento relativo, o que fortalece a integração regional como um todo. Além das contribuições dos Estados-parte, os recursos do FOCEM também vêm de terceiros países e de organismos internacionais. Os projetos financiados pelo fundo são submetidos a uma comissão de representantes permanentes do MERCOSUL e aprovados pelo Conselho do Mercado Comum do Bloco.

Chamo a atenção, inclusive, para o programa Ação Pluriestatal MERCOSUL Livre de Febre Aftosa, que é financiado pelo FOCEM. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, ABDI, também ligada ao Ministério, apresentou, já, dois projetos de integração das cadeias produtivas de petróleo e gás, e do setor automotivo entre pequenas e médias empresas do MERCOSUL, que trarão benefícios e vantagens para as empresas brasileiras e para, também, as de nossos sócios em empreendimentos complementares. O Programa de Intensificação e Complementação Automotiva trabalha com três eixos de atuação, com o objetivo de ampliar a integração da cadeia automotiva do bloco, promover a competitividade de fornecedores de autopeças, desenvolver sistemas de informação para novos negócios e fomentar a inovação e o desenvolvimento tecnológico na cadeia automotiva regional.

O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores para o Setor de Petróleo e Gás que, aliás, foi discutido bastante com a Ministra da Produção da Argentina, Débora Jorge, na última visita que ela fez ao Brasil há poucos dias, pretende promover uma maior articulação com a rede de fornecedores do setor de petróleo e gás do MERCOSUL, para que empresas da região alcancem padrões internacionais de qualidade, de inovação e de preço. Esse projeto poderá aumentar a participação de empresas do bloco nas vendas para as petroleiras com operação na região, proporcionando ganho sistêmico de competitividade na cadeia regional de fornecedores do setor. O Brasil não ficou sem uma estratégia de diversificação de negociações bilaterais e regionais com acordos de livre comércio e de preferência tarifárias, como o caso

dos acordos entre o MERCOSUL e a Bolívia e entre o MERCOSUL e o Chile.

Por meio do MERCOSUL ou no âmbito de acordos firmados na Associação Latino-Americana de Integração, a ALADI, o Brasil vem intensificado o processo de integração na região em várias frentes de negociação. Após o início da Rodada Doha, por meio do MERCOSUL, nós assinamos acordos com o Peru; com a comunidade andina, que compreende a Venezuela, a Colômbia e o Equador; e com Cuba, além de acordos setoriais automotivo e de outros produtos com o México e outros países.

Nesse *slide*, os senhores podem ver as diversas iniciativas de integração com países da América Latina: o MERCOSUL com o Chile, a Bolívia, o México, o Peru, Colômbia, Equador, e Venezuela com Cuba, com o que é o SICA, que é o Sistema de Integração Centro-Americano e com o CARICOM, que é a Comunidade Econômica do Caribe. Cada acordo tem suas especificidades, mas todos foram assinados no mesmo interesse de assinar o comércio e a cooperação em diversos segmentos. Na visita do Presidente Felipe Calderón ao Brasil, agora em agosto, os Presidentes Lula e Calderón decidiram aprofundar as negociações comerciais entre os dois países, com a intenção de criar uma área de livre comércio entre o Brasil e o México.

O Governo brasileiro tem recebido muitas demandas do setor privado para que nós retomemos as negociações com o Governo mexicano. E hoje, está hoje, exatamente, na Cidade do México, uma delegação brasileira, formada por vários Ministérios para um encontro entre as autoridades dos dois países, para apresentar algumas sugestões brasileiras para aumentarmos o comércio bilateral, no primeiro passo para nós chegarmos a um acordo de livre comércio com o México.

Nos últimos anos, as trocas comerciais entre o Brasil e o México chegaram a 7,4 bilhões e o fluxo comercial entre os dois países pode crescer muito. O México é o sexto maior mercado consumidor de produtos agrícolas no mundo. Deve salientar, ainda, que um eventual volta das negociações bilaterais em escala globais, não conseguiria discutir assuntos de grande impacto para o comércio mundial e de interesse para o Brasil, como o do subsídio agrícola, os tratados... Porque são tratados, efetivamente, no foro multilateral da OMC.

Como há sempre interesses nem sempre coincidentes nos setores privados, pois alguns são mais agressivos e outros mais defensivos, nós precisamos mediar, com o Governo, essas posições divergente,

tornando viáveis essas negociações, sem desproteger os setores mais sensíveis da economia.

Os acordos extrarregionais do bloco também se desdobram em várias negociações em curso. Hoje nós temos discussões com a União Europeia; Israel; Conselho de Cooperação do Golfo, que inclui Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes, Omã e Kuwait; União Aduaneira da África Austral, o SACU formado por África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia; com Marrocos, Turquia, Egito, Paquistão, Jordânia, Coreia do Sul, Japão, Rússia e com os países que integram a Associação das Nações do Sudeste Asiático, a ASEAN. Para cada caso há particularidades, mas o fato é que há um interesse variado em negociações comerciais com o bloco MERCOSUL, na busca de novos mercados e por oportunidades de negócios com a América do Sul. No âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Comércio em Desenvolvimento, UNCTAD, o MERCOSUL está negociando, como blocos, o sistema global de preferência comerciais, que é um instrumento importante para promover o comércio entre os países em desenvolvimento que são membro do grupo do 77. Todos os processos já mencionados se somam ao próprio aprofundamento e alargamento do MERCOSUL, que é uma peça chave dos processos de integração regional do Brasil com os vizinhos e com nossos parceiros fora do continente. Pela nossa enorme competência e competitividade na área agrícola, é muito importante que a Rodada Doha, no âmbito da OMC, seja concluída com sucesso, e esse pode ser o [ininteligível] do Ministro, mas nós gostaríamos muito que isso acontecesse, pois somente no âmbito multilateral os países desenvolvidos poderão eliminar os subsídios às exportações agrícolas e reduzir as medidas de apoio interno a seus respectivos setores agrícolas.

Permanentemente, o Ministério do Desenvolvimento se esforça para aumentar a participação das nossas empresas no comércio internacional. Uma ferramenta decisiva para isso são as missões comerciais, que foram bastante estimuladas nos último dois anos, e são fundamentais para conquistar novos mercados e estabelecer oportunidades de negócio ao redor do mundo. Essas missões têm ajudado a conseguir bons resultados no aumento das exportações e também na internacionalização de nossas empresas e na atração de investimentos para o país. Elas ajudam a desconcentrar os fluxos do nosso comércio exterior, fortalecem as oportunidades de aumentar o intercâmbio com países de destino não tradicionais de exportações de bens e serviço.

Nós temos que ampliar ainda mais a nossa inserção externa, e essas missões incluem não só grandes

empresas, mas também, e principalmente, pequenos e médios empreendimentos que querem começar a exportar. Essas missões ajudam a difundir a imagem, no exterior, de empresas e produtos brasileiros com qualidade, competitividade. Ajudam a divulgar a cultura exportadora no país e ajudam a aumentar o número e a qualidade de produtos vendidos internacionalmente.

Este ano, nós já realizamos as seguintes missões, algumas delas lideradas por mim e pelo Secretário-Executivo do Ministério e até pelo próprio Presidente da República. Como se pode ver, nós fizemos Peru, Panamá, Venezuela, Moçambique, Cuba, Guiné, Nigéria, Gana e Senegal, Arábia Saudita, China, Turquia – esta liderada pelo Presidente -, Chile, Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos, e já temos missões comerciais programadas para o final deste mês, lideradas pelo Secretário-Executivo do Ministério, para a Turquia, Casaquistão e Usbequistão. Em outubro, iremos à Polónia, Hungria e República Tcheca. Em novembro, eu irei com uma grande missão à África do Sul, Angola e Moçambique. No início do ano, nós viajaremos para o Egito, o Líbano e os Emirados Árabes, e, de novo, para alguns países da África.

Uma das contribuições importantes... É interessante, inclusive, citar, Senador, foram mais de 500 empresas participantes dessas missões, e a imensa maioria nunca tinha, primeiro, participado de uma missão; e, segundo, nunca tinha exportado. Uma das contribuições importantes do Ministério e da Câmara do Comércio Exterior, que envolve vários órgãos do Governo, se relaciona às numerosas sugestões de simplificação, de modernização e de desburocratização de procedimentos relacionados ao comércio exterior. A CAMEX tem trabalhado em definição de diretrizes que possam integrar os trabalhos de vários órgãos para que nós possamos ter as melhores práticas de gestão de comércio, com instrumentos de análise de prática de gestão de risco, inclusive para os órgãos anuentes aos processos de exportação e importação. A grande maioria das medidas sobre as quais nós temos trabalhado é para reduzir a burocracia, criar a figura do operador econômico autorizado, aceitar documentos eletrônicos e melhorar a gestão dos processos, das operações, das rotinas e dos procedimentos para exportadores e importadores brasileiros, entre outros benefícios. Medidas de facilitação de comércio são cada vez mais necessárias para manter o crescimento do comércio exterior e para melhorar a competitividade de nossas empresas. Isso tudo, evidentemente, precisa ocorrer sem qualquer risco à segurança e ao combate de fraude nas operações de comércio exterior.

Para isso, o ano passado nós criamos o Grupo Técnico de Facilitação de Comércio, na estrutura per-

manente da CAMEX. São quase 40 órgãos e agências de Governo que atuam no comércio exterior que trabalham continuamente, no âmbito de sucessivas reuniões do grupo, para adotar medidas que tornem mais rápida a liberação de mercadorias e para eliminar exigências desnecessárias, para aprimorar a gestão de risco e para dar tratamento preferencial para operadores que tenham um bom histórico de cumprimento de suas obrigações. Como resultado disso, várias medidas já foram implementadas e outras estão em andamento e têm contribuído para descongestionar as zonas primárias de portos, aeroportos e pontos de fronteira terrestre. Os trabalhos do Ministério, do BNDES, do Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações, COFIG, que integra a CAMEX, tem se concentrado nas medidas de estímulo aos investimentos, como os mecanismos de “Ex”-Tarifário, desembolso e desonerações, e nas medidas de reforço de financiamentos para as nossas exportações de bens e de serviços. Os próximos *slides* detalham algumas dessas medidas.

As principais delas, para modernizar os processos administrativos de comércio exterior, vêm sendo adotadas sistematicamente, sob coordenação da CAMEX e em colaboração com vários órgãos, com vários outros Ministérios. Mencionarei, aqui, aos Srs. Senadores, algumas ações de destaque. A maioria delas não atrai a atenção da mídia, portanto, elas passam despercebidas, mas elas são importantes, pois resultam em mais facilidades para os exportadores e importadores. Revisão da lista de mercadorias sujeitas a licenças ou anuências na importação e na exportação. Desenvolvimento de novas ferramentas informatizadas e ampliação do acesso à base de dados para permitir a eliminação de licenças e anuências. Agora, entre os próximos dias 1º e 02, a CAMEX fará um Encontro Regional do Grupo Técnico de Facilitação, em Manaus, também envolvendo o setor privado. Com as autoridades estaduais nós pretendemos discutir a dinâmica da fiscalização de mercadoria nos portos e aeroportos das várias regiões brasileiras, para aperfeiçoar mais ainda a coordenação das ações de facilitação de comércio desenvolvidas pelo grupo. Além dos trabalhos que nós estamos desenvolvendo dentro do Brasil, nós também temos procurado acompanhar os modelos e os avanços feitos em outros países, e que podem ser considerados estudados para eventual implementação no nosso país.

Este ano, os representantes do grupo técnico realizaram visitas técnicas ao porto de Baltimore e ao aeroporto de Dulles, nos Estados Unidos, para conhecer o modelo de análise de risco, que nós consideramos fundamental para que seja implantado no Brasil, e os procedimentos adotados no país. Agora em outubro,

já temos outra visita técnica marcada para a Espanha, para um trabalho no Porto de Valência, já temos feito contato com a Embaixada do Reino Unido, para que nós possamos ter uma cooperação, e pretendemos fazer visitas técnicas a portos ingleses ainda no ano que vem.

Outras medidas de facilitação de comércio compreenderam a eliminação de licença de importação da Agência de Vigilância Sanitária, ANVISA, e da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, nesse último caso, para exportação e importação da material aeronáutico. Foram dispensadas de anuência na exportação a Comissão de Coordenação do Transporte Aéreo Civil da ANAC; a ANP, Agência Nacional de Petróleo; e a Polícia Federal. Essas medidas ajudam muito a reduzir os custos dos setores envolvidos e elas, mais que isso, ajudam enormemente para agilizar as operações de comércio exterior. Está em fase, também, de homologação, um sistema para emitir licença de importação instantânea. Com a criação dessa ferramenta, o próprio SISCOMEX poderá liberar, imediatamente, o registro pela verificação de certos parâmetros determinados pelos órgãos anuentes. O SERPRO, Serviço Federal de Processamento de Dados, e o Departamento de Comércio Exterior da SECEX já disponibilizaram base de dados para os principais intervenientes, para que os órgãos possam adotar estratégias e métodos de trabalho mais eficazes, e, principalmente, para desenvolverem um sistema eficaz de gestão de risco. A ANVISA e o Ministério da Agricultura são os maiores anuentes, já foram inicialmente selecionados para usar a base de dados com informações sobre licenciamento da importação. Os esforços do SERPRO de fornecer soluções tecnológicas pendentes do desenvolvimento de sistema, certamente nos ajudarão, como país, a atingir muito mais rapidamente os objetivos de desburocratização, orientados pela estratégia nacional de simplificação do comércio exterior.

Entre as medidas de desoneração tributária, eu gostaria de destacar a criação do *Drawback* Verde-Amarelo e do *Drawback* Integrado. Essas duas ferramentas permitem ao exportador brasileiro comprar insumo para a sua produção no mercado interno sem o pagamento de IPI, de PIS e de COFINS. Se, por um lado, se trata de desonerações das exportações, por outro são medidas que estimulam a substituição de insumos importados por insumos nacionais. Outras medidas que atenderam, também, o setor privado, ainda no *Drawback*, foi a extensão por um ano do prazo para comprovação de adimplemento dos compromissos de *Drawback* que vencem este ano, e a autorização para o deferimento de ato concessório do *Drawback* com base no fluxo físico e nas variações cambiais. Esses

temas estão tratados na Lei 11945, de 04 de junho deste ano.

Outras medidas de simplificação dos procedimentos aduaneiros e tributários são: dispensa de anuência para realizar operações de trânsito aduaneiro; disponibilização antecipada de informações de conteúdo de cargas marítimas, o que pode permitir a parametrização antes, ainda, da descarga do navio; a redução a zero da alíquota de imposto de renda sobre o pagamento de despesas com promoção comercial no exterior.

Dentre as medidas em andamento, em termo de simplificação de procedimentos, ainda se destacam: reformulação dos procedimentos de controle sanitário e fitossanitário de produtos de madeira e de embalagem que contenham madeira – tem coisas realmente muito interessantes nesse processo de exportação e importação. Há uma enorme dificuldade, havia uma enorme dificuldade para se desembaraçar, por exemplo, a mercadoria que viesse em um caixote que poderia ter, por exemplo, determinados cupins, fungos, etc. na madeira –; adequação de normas relativas ao comércio exterior constantes do regulamentado aduaneiro; aperfeiçoamento do mecanismo de compensação e ressarcimento do crédito tributário de exportação; revisão do atual processo de parametrização para a seleção de cargas a inspecionar.

Srs. Senadores, uma medida aparentemente simples e de extrema eficácia, que está em andamento em um trabalho que também envolve vários órgãos, é o levantamento de número de funcionários e horários de atendimento de cada instituição nos portos, aeroportos e postos de fronteira. Nós gostaríamos muito de harmonizar rotinas e horários de trabalho, reavaliar a necessidade de recursos e modernizar processos e procedimentos. Na prática, o que ocorre é que um determinado Ministério tem um funcionário em um horário, outro Ministério tem um funcionário em outro horário, e a carga fica a espera de aprovações diferentes, demorando dias e dias para ser liberada.

Dentre as iniciativas em curso, está uma que prevê a contratação de uma empresa de consultoria especializada, para que nós possamos adotar medidas de simplificação, de harmonização e de modernização de procedimentos nos portos brasileiros. Esse trabalho começará pelo Porto de Santos e depois se desenvolverá para outros portos.

A implementação da figura do operador econômico autorizado já é uma realidade nos grandes países exportadores. O agente econômico certificado para isso é habilitado para operações sem nenhum trâmite burocrático, em conformidade com a norma de segurança da cadeia logística, sanitária, fitossanitária e outros. Ele passa a ter um benefício que é a redução de exi-

gências e receber trâmites prioritários e simplificados nas operações de comércio exterior. Com isso, se reduzem controles físicos e exigências de documentos, se implementam trâmites prioritários simplificados para operações e se processa um fluxo rápido na aduana e nos vários controles. Além de reduzir o número de vistorias e economizar recursos para o Estado e também para os operadores privados, para os exportadores e importadores, essa mudança de método, com a adoção do modelo de operador autorizado, permitirá um melhor aproveitamento da logística disponível nas áreas portuárias, com resultados muito positivos para a fiscalização e para o combate de fraudes, e ela, evidentemente, vai trazer benefício para os operadores com um bom histórico de comportamento correto em todas as suas atividades comerciais.

Nós temos trabalhado, também, para aperfeiçoar os mecanismos de financiamento das exportações de bens e serviço. O Banco Central realizou leilões de moedas com o recurso das reservas brasileiras para financiar as exportações, conhecidos ACCs. A implementação do sistema de pagamento em moeda local também foi uma medida que permitirá a liquidação de operações comerciais entre Brasil e Argentina nas respectivas moedas locais. Os Bancos Centrais do Brasil e da Argentina tinham implementado o sistema apenas para o comércio de bens, mas o Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL aprovou sua extensão também para o comércio de serviços e transferências unilaterais. Quase 2% do comércio entre o Brasil e a Argentina já tem sido realizado pelo novo mecanismo de pagamento. Mas, se nós conseguimos estabelecer um instrumento de financiamento de comércio exterior denominados em pesos e em reais, certamente haverá um uso muito maior das moedas locais.

Entre outras medidas de financiamento nas exportações de bens e serviço destacamos: a criação do seguro de crédito para a exportação das micro, pequenas e médias empresas; a criação do Proex, financiamento para a produção exportável das micro, pequenas e médias empresas com faturamento bruto anual de até 60 milhões, até 100% do valor dos contratos poderão ser financiados com prazos de 180 dias para pagar; e ampliação do acesso ao Proex Financiamento para empresas com faturamento anual bruto até 600 milhões de reais.

Os resultados positivos de crescimento do PIB indicam que o conjunto de medidas adotadas pelo Governo apresentou excelentes resultados. A nossa indústria cresceu 2,1% no trimestre e o setor de serviço 2%, com a agropecuária praticamente estável, recuando apenas 0,1%. Sentimos a crise depois da maioria dos países, isso já está ficando uma obvieda-

de, nós falamos sobre isso, crescemos 5,1% o ano passado, isso sobre um forte crescimento já verificado de 5,7% em 2007. Também saímos da crise antes de muitos outros países, devido à própria dinâmica da nossa economia, mas principalmente por causa de um conjunto de políticas anticíclicas adotadas pelo Governo, que também tiveram um efeito estrutural para estimular o setor privado. Essas medidas ajudaram a manter o nível de emprego e aumentar grande parte dos investimentos, mesmo diante das turbulências externas. Nós usamos parte dos depósitos compulsórios do Banco Central colocando mais dinheiro no sistema financeiro para ampliar o crédito; reduzimos os juros; incrementamos o crédito nos bancos públicos; fortalecemos a capacidade de financiamento de longo prazo do BNDES. Também foram aumentados recursos para a agricultura, reduzidos substancialmente os impostos para importantes segmentos da indústria e mantivemos uma política social de efeitos extremamente benéficos para a população menos favorecida.

Recentemente, o custo da linha do BNDES Finame, do BNDES Finame Leasing, do BNDES Finame Agrícola, do BNDES Automático e do BNDES Exim Pré-Embarque, específico para as exportações, foi reduzido para 4,5% ao ano, e o prazo foi aumentado para dez anos na compra de máquinas e de equipamentos nacionais. Para a compra de caminhões e ônibus, a taxa de juros, hoje, é de 7,5% ao ano. Os investimentos externos continuam expressivos e a produção industrial se recupera em 23 dos 27 setores pesquisados. Os últimos dados do mercado de trabalho indicam que, de fato, estamos em uma etapa de recuperação da atividade econômica, o que se comprova pela queda do desemprego e pela criação de empregos formais.

Neste gráfico, nós podemos ver os números referentes à criação de empregos formais nos últimos meses. Em agosto, foram criados 242 mil empregos, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho. Esse é um número recorde da série histórica por período e o melhor resultado do ano. Mais 680 mil empregos já foram criados este ano, em plena crise, e eu chamo atenção aqui para o fato de que alguns países desenvolvidos... Um Presidente – e eu acho que todos os Srs. Senadores viram isso –, o Presidente comemorou, recentemente, o fato de que tinham sido perdidos apenas 240 mil empregos no mês, porque a previsão era de que se perdessem cerca de 400 mil empregos. Este ano, a taxa de desemprego está estável, com um índice de 8% da população econômica ativa em julho, na comparação com junho, quando a taxa foi de 8,1%. Esses números colocam o Brasil com taxa de desemprego comparativamente menores do que

as verificadas nos Estados Unidos, com 9,7%, e nas economias da zona do Euro, que registraram taxa de desemprego média de 9,5% até julho. Importante, inclusive, notar que alguns países chegaram a registrar perto de 20% de desempregados. Outras ações de destaque na área de comércio exterior envolveram a injeção de liquidez em moedas estrangeira pelo Banco Central, como os leilões de 24,4 bilhões de dólares para exportadores; a venda de 14,5 bilhões de dólares no mercado à vista; e os leilões de 33 bilhões de dólares de *swap* cambial.

Nos últimos 12 meses, os desembolsos totais do BNDES chegaram a 122 bilhões de reais, e de janeiro a julho um recorde de 75,1 bilhões de reais. Destacam-se, ainda, as medidas de apoio à inovação, com redução nas taxas de juros da linha para inovação tecnológica, que foram de 4,5 % para 3,5% ao ano, o que significa juro zero, abaixo de zero, se considerarmos a inflação, e de 3,5% ao ano na linha de capital inovador, com redução de 9,25% para 4,5 % ao ano. Eu considero que nós estamos diante de novas e imensas oportunidades que vão muito além desse Governo e muito além das circunstâncias conjunturais do momento. Hoje, a nossa economia volta a ter um excepcional ambiente para investimentos e para inovação. A retomada firme dos investimentos deve receber um impulso dos programas governamentais, e eu destaco aqui os projetos da Petrobrás, os investimentos associados ao pré-sal e também os relativos às energias renováveis. Nosso setor produtivo continua muito estimulado pelo dinamismo do mercado interno e se beneficiará ainda mais com a manutenção de um sistema financeiro saudável, com a expansão do crédito para consumo, para produção e para o comércio exterior.

Muito obrigado a todos e eu me coloco à disposição para as perguntas e, mais uma vez, eu me desculpo pelo longo depoimento, mas que, como eu disse no começo, considero que deveria fazê-lo com detalhes para os Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Ministro Miguel Jorge—

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem o Senador Cristovam e depois prosseguiremos com os oradores.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu estou inscrito e quero fazer uma consulta e uma ajuda ao Ministro, mas está havendo uma sessão de homenagem ao setor de turismo no Brasil, no plenário, e está chegando a hora de eu falar. Eu quero saber se eu posso ir e voltar aqui e minha vez será respeitada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, evidentemente que sim.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem? Então eu peço licença ao Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir primeiro o Senador Roberto Cavalcanti, que é o primeiro inscrito. Eu sou o autor, mas eu fico para o fim. Então, fica o Senador Roberto Cavalcanti e, em seguida, o Senador Dornelles.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Eduardo Azeredo, Presidente desta Comissão, cumprimento pelo requerimento; Ministro Miguel Jorge, parabênizo pela exposição, V. Exa. falou de que seria por demais extenso ou cansativo, mas de forma nenhuma, acho que veio nos prestar esclarecimentos substanciais sobre todo o questionamento que tínhamos e fazia parte do requerimento.

Eu gostaria, Sr. Ministro, de me desculpar, de fugir um pouco ao tema original, que é a crise financeira e o MERCOSUL, e ter como desculpa da minha fuga do tema principal, em razão do requerimento ter sido realizado em maio deste ano, em uma outra circunstância de mercado mundial, em uma outra circunstância de mercado brasileiro, e há mais de 150 dias; então, passados esses 150 dias, alguns níveis de preocupações nossas foram reduzidas, mas V. Exa. teve a competência de, através de números demonstrar, talvez nos esclarecer, sobre determinados pontos que havia dúvida. Mas, neste período, nesses 150 dias, surgiram fatos novos, e eu diria que talvez um fato marcante, novo, seja o relacionamento Brasil com a França, em função das aquisições do reequipamento militar brasileiro, ao qual eu parabênizo, admiro e me congratulo, mas eu gostaria de só tocar em alguns itens, e esses itens foram tirados exatamente do material distribuído por V. Exa. Na relação dos países mundiais importadores, a França aparece no 5º lugar, com 708 bilhões de dólares anuais. O mesmo país, no tocante aos países compradores do Brasil, aparece a França em apenas 12º lugar, com 1,420 milhões, e não bilhões, de dólares. Como países fornecedores do Brasil, a França aparece em 9º lugar na posição mais privilegiada de que no tocante às compras, às exportações brasileiras, a França aparece em 9º lugar, com 1,643 milhões de dólares.

Os acordos militares que o Brasil está assinando com a França envolvem a compra dos helicópteros para a Marinha e Aeronáutica, a compra dos submarinos e a tecnologia para a construção do submarino nuclear brasileiro, e a construção da base naval, elas ascendem a cifras de bilhões de euros. A compra militar brasileira com a França, no tocante aos caças, é

estimada em torno de quatro bilhões de dólares. Então, são valores significativos, e que eu alertaria, mesmo partindo da nossa concordância por essas aquisições, eu acho que seria chegado o momento do Ministério do Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior fazer exigências ou fazer condicionamentos para que nós tivéssemos, nessa oportunidade, já que está a França como o nosso maior parceiro, com esses fornecimentos nós tivéssemos uma parceria da França, no sentido de fazer com que este perfil de aquisição de produtos brasileiros fosse modificada e a França se tornasse um significativo importador de produtos brasileiros para contrabalançar essa fantástica aquisição que o Brasil está fazendo de equipamentos militares na França.

Então, eu traria, em nível de sugestão, talvez eu possa fazer um encaminhamento à Comissão de um requerimento na qual não é um alerta, é uma busca de uma oportunidade na qual o Brasil, que está competentemente estratificando suas exportações para diversos países no mundo, mas a França, como não está com uma participação significativa nessas exportações brasileiras, a França também tem comportamentos de algumas barreiras alfandegárias para produtos primários brasileiros, subsídios para produtos que competem com produtos brasileiros. Então, eu pediria que fizesse parte da pauta do Ministério de V. Exa., que nesta oportunidade nós possamos fazer o acoplamento dessas aquisições com um novo acordo, um novo tratado comercial junto à França, para compensar, exatamente, esses bilhões de euros e bilhões de dólares que serão investidos em equipamentos franceses. Era essa a minha observação e mais uma vez desculpa em fugir um pouco ao tema, mas, na verdade, eu acho que é um tema que está presente e foi posterior ao requerimento, que já passaram-se 150 dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Roberto Cavalcanti. Eu quero propor aos Srs. Senadores que nós possamos ouvir de dois em dois oradores, e aí ouvimos o Ministro, porque, normalmente, se usa aqui no Senado três, às vezes até mais, mas aí acaba perdendo um pouco a dinâmica da Audiência Pública.

Então, estando de acordo, eu passaria a palavra para o Senador Dornelles e depois ouviremos o Ministro, e faremos sempre de dois em dois. Tudo bem? Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Ministro Miguel Jorge, eu queria cumprimentar V. Exa. pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo no Ministério do Desenvolvimento, que é um Ministério de administração difícil, porque ele lida com o que existe

de mais importante na economia do país e encontra sempre barreiras e intransigências de alguns Ministérios que tenham o objetivo de influenciar em decisões que devam ser exclusivas do Ministro do Desenvolvimento. Eu quero cumprimentar a competente equipe que V. Exa. montou no Ministério, e vou cumprimentar essa equipe na pessoa daquela que eu considero o 'Pelé' da administração pública brasileira, que é a secretaria da SECEX, Lytha Spíndola.

Sr. Ministro, eu vejo até com frequência que certos companheiros seus de Ministério parece até que têm receio que o Brasil venha aumentar a sua exportação de *commodities*. Eu acho extremamente importante que nós venhamos a exportar *commodities*. Eu acho que essa tendência deve aumentar, inclusive se nós fizermos o acordo de Doha, nós podemos ampliar consideravelmente a nossa exportação de *commodities*, como vem acontecendo, principalmente com alguns mercados, como é o caso chinês. É uma tendência de ampliar e de importar, ampliar suas importações de *commodities* do Brasil, de modo que eu não tenho essa preocupação que muitas vezes aparece que a exportação de *commodities* está sendo maior que a exportação de manufaturados. Mas, muitas vezes, eu tenho, hoje, receio com o problema da exportação de manufaturados em decorrência do problema cambial.

V. Exa. mostrou aqui, muito bem, que as dificuldades que nós estamos encontrando hoje na exportação de manufaturados advêm da retração que está havendo em mercados tradicionalmente importadores nossos. De modo que a pergunta que eu faço é a seguinte: no momento em que esses países desenvolvidos, e a própria Argentina, saiam da crise, será possível restabelecer ou recuperar o nosso nível de exportação com a atual taxa cambial? A expectativa é que nós possamos recuperar. Segundo, eu queria dizer o seguinte: eu acho que o Governo atuou com muita competência na administração da crise. As medidas de natureza fiscal, monetária, creditícia fizeram com que o Brasil, praticamente, impedisse que essa crise que nasceu no exterior tivesse reflexo mais negativo sobre a economia brasileira. E uma das medidas tomadas nesse sentido, na área fiscal, consistiu na desoneração de IPI de automóveis, bens de capital e eletrodomésticos. E aqui nós temos uma tendência muito grande de chamar de incentivo a redução de impostos, a desoneração tributária é chamada de incentivo. Então, o que houve foi uma desoneração tributária dos setores extremamente importantes para a manutenção do nível de renda e de emprego.

De modo que eu queria perguntar: V. Exa., como Ministro do Desenvolvimento, terá condições de já fazer um apelo ao Ministro da Fazenda para que sejam

mantidas essas desonerações feitas na área do setor automobilístico, bens de capital e eletrodomésticos, ou seja, que essa redução se torne permanente? Que isso não é incentivo, é uma desoneração de impostos para setores que têm grande potencialidade de geração de renda e emprego e que sofreu uma carga tributária extremamente pesada.

De modo que a minha solicitação, aqui, é para que o Ministério do Desenvolvimento possa atuar e fazer um apelo grande, defender junto ao Governo, que o nível de tributação desses setores não volte ao que era o antigo, porque era uma tributação extremamente excessiva. Nós não estamos na hora de querer fazer política fiscal com muita rigidez. Nós estamos saindo de única crise. Saímos com competência, mas precisamos, ainda, de reforçar certos setores industriais durante o período em que eles não conseguem colocar a sua produção no mercado externo, e essa redução de carga tributária, que não é incentivo, porque eu não considero incentivo, devia ser mantida de caráter permanente.

E, por último, eu acho que nós temos aqui que pedir a sua especial atenção para a situação da indústria do café solúvel. Eu acho que se nada for feito nesse setor nós simplesmente vamos fechar as nossas fábricas de solúvel, como disse aqui o... Foi levantada essa possibilidade de problemas de proteção excessiva que existe sobre eles no Mercado Comum Europeu. Nós estamos quase impossibilitados de exportar café solúvel, e precisava ver se era possível agilizar certas práticas de *Drawback* que eles pudessem utilizar para aumentar, para continuar no mercado, porque a situação das indústrias de café solúvel é uma solução da maior dificuldade, da maior problemática nessa área.

São essas questões que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Francisco Dornelles. Então, com a palavra o Ministro Miguel Jorge.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Aliás, o Senador Roberto Cavalcanti colocou isso de forma muito objetiva, mostrando a preocupação dele, por exemplo, no caso da França, e no caso de países da Comunidade Europeia, eles colocam verdadeiras barreiras à entrada do nosso café solúvel, e se isso podia ser, realmente, objeto de uma negociação, como disse, com muita competência, o nosso Senador Roberto Cavalcanti.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Bem, Senador Roberto Cavalcanti, eu não posso considerar que esteja fechado o acordo para a compra dos jatos, até agora.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas dos submarinos sim.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Dos submarinos sim, mas uma grande parte desse contrato estaria ainda dependendo de certos trâmites. Agora, certamente, independentemente de com qual país nós assinemos essa compra, nós deveríamos, realmente, ter uma preocupação em, usar um termo lá do interior de minas, uma 'breganha', não é, em fazer uma discussão em torno de compra também de material brasileiro. Isso é o que seria, inclusive, o óbvio, digamos assim, além de um cuidado extremo de fazer com que não fosse apenas uma compra, mas uma compra com a possibilidade de produção destes produtos no país, com transferência de tecnologia para as empresas que, ou que viessem se instalar no país, ou com *joint ventures*, com associações e parceria com empresas brasileiras, porque nós fizemos isso no passado com muito sucesso e isso pode dar um salto de qualidade em termos de inovação, desenvolvimento tecnológico para as empresas brasileiras.

Portanto, independentemente de ser a França, ser a Suécia ou ser os Estados Unidos, nós deveríamos ter essa preocupação e também independentemente do tamanho, do lugar que ocupem na lista do comércio exterior brasileiro. Mesmo que todos três países estivessem no mesmo lugar na lista, e entre os três primeiros, nós deveríamos procurar compensações que são absolutamente naturalmente naturais em negócios que são de dois lados.

Portanto, eu compartilho da sua colocação e o Ministério do Desenvolvimento, que tem participado das discussões, mas muito em relação à transferência de tecnologia para que os órgãos envolvidos nesse processo possam ter essa preocupação como nós temos.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu agradeço a V. Exa., peço permissão ao presidente de chegar às mãos de V. Exa., só no tocante ao Pro-sub são trocas no valor de 6,7 bilhões de euros e esse não está sendo contestado em termos de ser país 'X' ou país 'Y', já está configurado e será com a França. Parabéns, mas eu acho que é chegado o momento de nós aproveitarmos esse ponto, esse fato comercial, e fazermos com que o Brasil, no tocante à França, pelo menos estabeleça novas parcerias e novos acordos comerciais.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só completando, ministro. O Presidente Sarkozy disse lá em Nova Iorque, segundo a imprensa, que já está fechado, sim, a compra dos caças, só nós é que não sabemos, ele disse ontem em Nova Iorque que já está fechado, sim, pelo lado francês.

Então, as questões do Ministro Dornelles.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Com relação à colocação do Ministro Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Ministro, por favor, só para comunicar V. Exa., que eu estou sabendo que V. Exa. vinha hoje aqui, eu estou entrando com um projeto estabelecendo a incidência da taxa Selic, no caso de ressarcimento dos créditos acumulados do IPI e COFINS, sei que V. Exa. ficará muito aborrecido com esse projeto, mas eu esperei a sua chegada aqui para estabelecer e para entrar e estou certo que ele vai ser aprovado.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Muito obrigado. Mas, Senador Dornelles, que tem uma enorme experiência nessa área, não só pela sua formação, mas por ter, inclusive, ocupado brilhantemente o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e, aliás, negociamos muito no tempo ainda em que eu estava na indústria automobilística e discutiam muito a questão dos impostos que gravavam a produção da indústria. A primeira questão, Senador, do dólar, eu acredito que neste patamar ainda é possível, evidente que seria muito melhor para o exportador nós termos um patamar diferente. Mas o que hoje têm inibido realmente as nossas exportações é a situação de crise vivida por outras economias que eram grandes compradoras do Brasil. Eu falei em indústria de automóveis, nós teremos uma queda enorme, brutal, eu diria, nas exportações nossas de automóveis, que são muito feitos *Intercompany*, nós não temos um mercado da indústria brasileira que distribui os seus próprios produtos em outros países, a maioria desses automóveis são exportados para preencher nicho de mercado das matrizes e os mercados para os quais esses veículos eram exportados, principalmente mercados do euro, Estados Unidos, México, tiveram quedas brutais de 50% a 60% na venda de veículos, certamente quando isso acontece, a primeira coisa que se faz é cortar a importação para se manter ao máximo a produção nos mercados onde essas fábricas estão instaladas.

Portanto, eu, claro que um dólar em patamar diferente poderia ajudar, mas ajudaria muito mais a nossa exportação uma recuperação rápida, se é que nós podemos esperar, e eu espero que isso possa ocorrer, da economia como um todo, no mundo todo.

Em segundo lugar, certamente o Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, ele sempre lutará pelos menores impostos, enquanto outro o lado, o meu vizinho, tanto o planejamento quanto a Fazenda, se baterão pelos maiores impostos, porque eles têm, os nossos Ministérios têm objetivos bastante diferentes, eu diria. Essas discussões são muito frequentes e são muito, eu diria que elas se dão num patamar muito tranquilo, muito amigável. Eu acho que

nunca nós tivemos discussões tão, eu diria profícuas, com relação à redução de impostos, como depois da crise, foram muito, tanto as autoridades da fazenda, quanto do planejamento, tiveram um sensibilidade muito grande para as questões apresentadas em relação ao enfrentamento da crise. Nós temos colocado, inclusive, para o Ministro Guido Mantega, a possibilidade de nós mantermos ao máximo estas reduções, especialmente, por exemplo, no caso que é bastante óbvio, do material de construção. Parece um paradoxo o Governo aumentar os impostos sobre material de construção, quando destina 36 milhões, por exemplo, como subsídio para compra de casas populares, no Programa Minha Casa, Minha Vida. Aumentar os impostos sobre materiais de construção que o próprio Governo terá que comprar e terá que pagar em casa subsidiada, parece realmente paradoxal e há outros exemplos como esses, que nós temos mostrado que seria bastante importante que pudesse ser mantida, não a chamada desoneração, mas a redução do imposto, porque na maioria dos casos não houve uma desoneração, desoneração quando você zera um imposto, o imposto foi zerado em poucos produtos, mas na maioria houve uma redução de imposto. E eu concordo com o Senador quando diz que não há, não deveria ser considerado um incentivo, a redução de impostos.

Com relação à indústria de café solúvel, Senador, nós não recebemos no Ministério, não tínhamos recebido até hoje, nenhuma informação sobre a crise na indústria do café solúvel, talvez porque esse assunto tenha ficado mais restrito, eu imagino que é o Ministério da Agricultura com quem a indústria possa ter discutido. Agora, nós procuraremos e, inclusive, tomaremos a iniciativa de procurar a indústria de café solúvel e chamaremos a indústria de café solúvel para conversar e, inclusive, para discutir a questão do *drawback*, eu posso imaginar a que queria se referir o ministro com relação ao *drawback* no caso com o café solúvel, que é importação de determinados *blends* de café para que sejam misturados no café que seria produzido no Brasil para exportação. Eu imagino que seja essa a colocação em relação ao *drawback* no caso do café, que me parece absolutamente viável, porque há controles e se nós fazemos *drawback*, por exemplo, para a indústria de automóvel, fazemos *drawback* agora para a indústria do frango e o frango, na verdade, é ração que voa, se nós considerávamos, que voa não, voa pouco, mas pelo menos tento voar, mas se nós considerávamos que nós temos hoje o *drawback* integrado, em que o próprio insumo nacional é desse contingenciado, eu não vejo nenhuma razão para que nós não possamos aplicar um processo como esse, do ponto de vista do Ministério de Desenvolvimento.

Não sei qual é a posição do Ministério da Agricultura, posso imaginar que tenha alguma resistência em relação ao Ministério da Agricultura, mas eu acho que nós poderemos conversar com o Ministro Stefanos e chegar a um bom termo com a relação à indústria do café solúvel, que é importante para o país, inclusive como indústria exportadora.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, o senhor autoriza que eu faça a última?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Claro.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Ministro, o senhor podia, V. Exa. podia explicar o motivo, V. Exa. reduziu ou zerou o imposto de importação, acredito que recentemente, sobre vários setores bens de capital. Isso não pode criar problemas e dificuldades para a indústria brasileira, pois essas desonerações feitas recentemente não podem criar problema para a indústria brasileira no momento em que ela encontra tantas dificuldades?

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Não acredito, Senador, porque elas foram zeradas para bens e equipamentos não produzidos no país. Portanto, não haverá nenhum prejuízo para a indústria nacional nesse caso, foi só para não similar, para sem similar nacional. Nós temos aplicado bastante isso e é importante notar que no caso dessas decisões, dessa iniciativa do Ministério, elas mostram por outro lado, ou de um lado, uma consequência da situação econômica do país ou da perspectiva em relação ao país. Porque são equipamentos para investimento, são máquinas que serão implantadas em investimentos produtivos no país. E foram concedidos esses "Ex"-Tarifários a pedido da iniciativa privada.

Portanto, é bastante importante que nós tenhamos feito isso, porque isso facilitará e desonerará o investimento no Brasil, pelo fato de se poder importar máquinas que nós não produzimos sem pagar um imposto de importação. Então todas elas sem similar nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ministro, eu queria só antes de passar para o Senador Suplicy, nessa questão de setores que às vezes tem uma particularidade, esse processo tem sido rápido do Ministério, porque, por exemplo, em relação aos calçados, no meu ponto de vista, acertadamente, o Governo colocou um *antidumping* para os calçados que vêm da China, mas já existe uma particularidade que está sendo levantada de que, por exemplo, os tênis para atletas, os tênis mais especializados que não são fabricados no Brasil, também vão acabar tendo esse acréscimo de 20%. Esse tipo de particularidade, isso tem um procedimento mais rá-

pido? Nesse caso foi trazido ontem, de que, realmente, todos os tênis esportivos, que não tem similar fabricado no Brasil, terão um preço acrescentado, porque entra no *antidumping* geral.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Senador, nós, esse...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Aqui não tem muito atleta não, mas...

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Este, mas deve ter vários aí. Este processo foi um processo muito difícil. Ele começou em dezembro, no final do ano, e foi muito rápido, embora tenha levado a enormes dificuldades, ele tem um processo que tem mais de 30 mil páginas, porque havia grandes interesses envolvidos, tanto interesses de fabricantes nacionais, quanto interesse dos importadores e nós tínhamos que tomar o maior cuidado para que fizéssemos os procedimentos todos e não houvesse nenhum para que não pudesse haver nenhum questionamento quanto aos procedimentos do Ministério. Aliás, como é de praxe, nós fazemos mesmo nos casos de menor repercussão. Mas houve o cuidado, porque no início desse processo, o pedido da associação de fabricantes de calçados era para todo o tipo de sapato, e houve depois, digamos, a retirada de vários produtos, por exemplo, calçados de segurança, que são calçados usados na construção, calçados de patins, calçados de metais e etc. Então houve a retirada de vários, inclusive, desses tênis especiais.

Agora, depende do que nós consideramos tênis para corrida. Um tênis, por exemplo, usado por um corredor, pelo recordista mundial de 100m, não é o mesmo tênis com quem a gente tenta correr aos domingos, por exemplo, num parque, embora sejam os dois tênis para corrida. Esses tênis muito especializados já foram retirados do processo de *antidumping* e não sofrerão este aumento. Agora, se for o tênis que a gente vai naquelas lojas e está escrito lá *running*, ele não é um tênis especializado em corrida, ele é um tênis para corrida de fim de semana, para corrida do dia a dia, mas não para profissionais da corrida. Então, esses tênis, eles terão aplicação do direito *antidumping*. Esses tênis para o fim de semana. Porque é bom lembrar, esses tênis não têm uma tecnologia tão sofisticada que não possam ser produzidas no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Suplicy e depois o Senador João Tenório.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Vou ser breve porque estou um pouco afônico. Um pouquinho melhor. Quero cumprimentar o prezado Ministro Miguel Jorge, por sua exposição tão completa e alguns aspectos tão positivos do esforço que V. Exa. e

o Governo do Presidente Lula, Ministério de Relações Exteriores vem desenvolvendo. Se nota pelos dados que apresentou esta diversificação maior do comércio exterior, sobretudo das exportações, antes mais concentrados para os Estados Unidos e Europa, e agora para toda a América Latina, América do Sul, Ásia, África, mais e mais. E V. Exa. que detalhou o enorme esforço que tem realizado, inclusive, pessoalmente da sua equipe e com os membros do Ministério de Relações Exteriores, das missões em que detalhou aqui, eu pude ouvir no caminho para cá, eu vim mais tarde por recomendação de poupar a voz. Precisei descansar um pouco mais, mas ouvi a sua exposição e achei muito louvável este esforço que está dando certo. Nota-se, sim, o efeito da crise econômica internacional nos dados apresentados, mas felizmente já, conforme demonstrou com uma reação muito positiva, que se reflete no aumento de oportunidade de emprego na economia brasileira, em grande parte já também pelo esforço das exportações.

Mas eu queria lhe formular uma pergunta a respeito da questão do câmbio, tratada pelo Senador Francisco Dornelles, uma vez que há duas semanas o ex-Presidente do Banco Central e economista, colega na Fundação Getúlio Vargas do Professor Francisco Dornelles e também o ex-Presidente do Banco Central Antônio Lemgruber, publicou no Valor Econômico há duas semanas, um artigo muito interessante sobre um tema que foi, inclusive, objeto de minha tese de doutoramento na Michigan State University, em 73, quando ele relembrou a experiência positiva para a economia brasileira nos anos 68, de agosto de 68 em diante, até meados dos anos 70, pelo menos, quando foram instituídas as mini desvalorizações. Ora, o professor Antônio Carlos Lemgruber lembra que aquele mecanismo de se ajustar periodicamente sem que o mercado soubesse exatamente o dia, mas eram intervalos relativamente pequenos. Então, se juntou, quer dizer, se acabou com aquela problemática de modificações abruptas na taxa de câmbio que aconteciam numa época de inflação acentuada, mas ao invés de se ajustar a cada ano, um ano e meio, digamos 25%, 30% com fortes efeitos, passou-se a haver a ter ajustes que às vezes eram a cada 30 dias, a cada 15 dias, a cada 40 dias, o Banco Central ou o Copom e o Banco Central faziam os ajustes e acontece que isso representou uma primeira fase de grande expansão das exportações e coincidiu também com o momento de crescimento acentuado da economia brasileira. Ora, diante da problemática que tem ocorrido por vezes, da taxa de câmbio não estar sendo tão conveniente para a expansão das exportações, sobretudo de manufaturados, mas também dos bens primários, então o

Professor Lemgruber fez uma sugestão, será que não seria interessante para as autoridades econômicas do Banco Central, portanto, do próprio Ministério de Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior, de se estudar se aquele mecanismo poderia eventualmente ser interessante uma outra vez? Não sei se V. Exa. teve a oportunidade de examinar. Mas eu acho que pelo menos merece uma reflexão séria e eu achei interessante o artigo e estou até recomendando aqui ao meu colega, Senador Francisco Dornelles que não soube dele, eu até encaminhei o artigo para o Professor Paulo Nogueira Batista Júnior, de quem sou amigo, para que ele, que tem muito tratado deste assunto. Refletir-se a respeito, mas se não teve a oportunidade de ler, pelo menos recomendo que possa ler e estudar.

Muito obrigado. E meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador João Tenório e depois ouvimos o ministro, então.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr. Ministro Miguel Jorge. Inicialmente, eu gostaria de registrar aqui o impacto e a importância que teve aquelas medidas emergenciais de créditos que foram tomadas pelo Governo para o setor de exportação, no momento em que... Eu não diria escasseou, mas secou completamente as fontes de crédito internacional. As pessoas que têm alguma intimidade com o setor de exportação, e eu tenho alguma intimidade com isso, sabe muito bem quão dramáticos foi aquele momento em que não havia a menor de possibilidade de suprimento de recursos internacionais para que houvesse a movimentação normal do processo de exportação. Então ele veio num momento muito oportuno, talvez não na medida adequada, mas no possível, e foi, sem sombra de dúvida, uma atuação, assim, eu diria importantíssima do Governo no que diz respeito à manutenção e à sobrevivência até diria, a sobrevivência no sentido da saúde desse setor de exportação. Foi muito importante.

Eu gostaria de fazer um comentário adicionando sobre a questão do câmbio. Discordo um pouquinho de V. Exa. quando diz que o melhor, quer dizer, não é que eu discordo, eu acho que a visão é que eu discordo da visão, só. Seria muito melhor uma recuperação do mercado internacional do que mexer na política cambial. Tudo bem, eu concordo, só que o mercado cambial independe de vontade nossa, nós mortais, do Presidente da República, enfim, das maiores autoridades, todas as autoridades do país depende, a circunstância é maior do que o mercado estabelece que deve ser dessa maneira ou daquela outra. A questão do câmbio, Ministro, tem um complicador aí que precisa ser lembrado. Quando o câmbio brasileiro este-

ve muito baixo da outra vez, o mercado estava muito disponível, porque ele foi anterior à crise. Então nós tivemos câmbio de 1,50, 1,60, por aí, mas naquele momento os mercados estavam abertos, robustos e intensos. Quando houve a queda do mercado, houve uma compensação imediata da situação do câmbio, menos pela movimentação comercial e muito mais pela falta, como eu disse a pouco, de recursos para financiar os movimentos internos de exportação do país. Então houve como uma compensação. Caiu o mercado e o câmbio subiu. Enquanto o câmbio estava baixo, o mercado estava bom, depois o mercado com a crise, mas o câmbio subiu. E neste momento, a grande preocupação daqueles que vivem de exportação, é que está acontecendo aí duas coisas simultaneamente, ou seja, você tem uma não recuperação dos mercados internacionais, aí tem alguma recuperação, mas muito incipiente ainda e ao mesmo tempo tem a questão do câmbio cada dia mais baixo, no processo, no viés de queda, o que preocupa profundamente. A combinação desses dois fatos preocupa bastante.

Eu queria falar e fazer um último comentário sobre as palavras do Ministro Dornelles sobre a questão da desoneração de alguns produtos brasileiros. Eu acho que o que aconteceu com a indústria automobilística e com as demais indústrias que sofreram a desoneração, ele foi extremamente pedagógico no Brasil, eu acho que foi pedagógico. Aqui nós brigamos, o Senador Suplicy é testemunha disso, trouxemos aqui o presidente do Banco Central dezenas de vezes para discutir a questão da taxa de juros e sempre se brigou, se gasta uma energia, se gastou energia imensa no sentido de rebaixar a taxa de juro, influir na política monetária, digamos assim. O que se observa é o seguinte: Por exemplo, os países importantes do mundo hoje eu diria alguns, União Européia, Estados Unidos, Japão, todos trabalham com taxas de juros negativas e apesar disso não estão conseguindo alavancar as suas economias. O Brasil com uma pequena mexida na carga tributária de alguns setores alavancou esse setor de uma maneira importantíssima como foi o caso da indústria automobilística que estava com um estoque exageradamente alto e de repente colocou toda aquela produção, todos aqueles estoques no mercado. Então, a política monetária, eu acho que isso demonstra claramente que não é unicamente a política monetária que deve ser focada no sentido de relançar a economia brasileira. A política fiscal tributária também é uma coisa muito importante.

Então, eu só queria acrescentar o que o Ministro Dornelles disse, que essa atuação que aconteceu em alguns setores muito específicos da vida nacional e deu o resultado que deu, ele evidentemente trará re-

sultados muito mais consistentes se atacar a economia como um todo. Quer dizer, uma diminuição dessa carga tributária, sem sombra de dúvida, terá um efeito de crescimento da economia nacional, talvez muito maior do que esse esforço que tem sido feito no sentido de mexer na política monetária. Então, eu acho que essa questão, repito, questão foi pedagógica, foi pontual, mas muito pedagógica, o Brasil recolocou todo o seu estoque de produção que estavam guardados lá, sem ter mercado para ele, quando atuou de uma maneira até singela, não foi nem tão importante no que diz respeito à carga tributária.

Então, era, mais ou menos, essas considerações que eu gostaria de fazer.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): O Ministro Miguel Jorge tem a palavra.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Senador Suplicy, eu não tinha lido o artigo, lerei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu vou lhe dar, já pedi para trazer aqui.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Como marcarei com nossos amigos do Banco Central uma conversa sobre essa discussão ou uma discussão com relação às mini como a gente chamava na época. O Senador estava ainda estudando, não é, Ministro? E o Senador Dornelles, mas nós já estávamos já em idade de perceber o efeito das mini no fim dos anos 60 e dos anos 70. Mas conversaremos com os nossos amigos do Banco Central, que tem sido, nesse processo todo muito difícil que nós passamos no fim do ano passado, muito conscientes da necessidade de fazer mudança de ajustes. O Banco Central teve, inclusive, no caso dos exportadores uma participação fundamental para que o crédito pudesse voltar nos ACC e nos fatos cambiais e que deram fôlego à exportação do Brasil no pior momento da crise.

Com relação à colocação do Senador João Tenório sobre questão pedagógica, eu concordo plenamente com o Senador. Seria importante também lembrarmos que no caso da indústria automobilística e de outras, a volta do crédito não só a volta, mas a expansão do crédito que se verificou no país nos últimos anos, independentemente da crise, que houve um travamento, mas um travamento num período específico, mas o crescimento do crédito no Brasil que chegou a 40% e eu me lembro quando o Presidente Lula dizia que o ideal e ele gostaria muito que crédito chegasse a 50%, estava menos de 20 e parecia um sonho se falar em

que pudéssemos ter crédito 50% do PIB no país, e eu que vim da indústria automobilística e também do sistema financeiro e vi a dicotomia que havia entre os dois setores. Mas a indústria automobilística, Senador, ela reagiu principalmente a partir de um patamar em função da volta do crédito de longo prazo para compra de produtos que são desejados por grande parte da população. Nós temos 30 milhões de novos consumidores que entraram no mercado interno nesses últimos dois, três anos. Eu me lembro que eu vinha muito a Brasília quando estava na Volkswagen, para discutir o fato de que era proibido se ter uma compra de automóvel por mais de 24 meses. E era muito difícil, nós nunca conseguimos fazer com que houvesse uma autorização para que um automóvel pudesse ser vendido mais de 24 prestações. Isso mudou só em 2003. Essa mudança, mais a volta do crédito, permitiu uma enorme recuperação da indústria automobilística. No caso da linha branca, por exemplo, o efeito mais importante que tem tido nos 30% de aumento de toda a linha branca, que é basicamente máquina de lavar roupa, geleira, máquina de lavar e geladeira e fogão é sintomático que a maior venda tenha tido a de máquina de lavar, que ocupa hoje o menor número de casas no Brasil. Hoje, menos de 50% dos lares brasileiros têm máquina de lavar roupa, e ela foi a de maior crescimento, exatamente porque a população de menor renda que está assumindo hoje a possibilidade de ser um consumidor, passou a comprar esta máquina, mas basicamente com o crédito que voltou e voltou em quantidades importantes. Certamente ajudou muito o fato de que nós tivéssemos reduzido os impostos e, no meu ponto de vista, eu acho que seria um patamar que nós poderíamos manter, porque não se avaliam quando se discute o efeito da chamada desoneração ou que se deixou de arrecadar o imposto, os efeitos paralelos que esta redução de impostos causou na venda com a redução, por exemplo, de salário desemprego que o Governo teria que pagar, porque se manteve emprego, por exemplo, na indústria automobilística, em todo o setor eletroeletrônico, na construção. Este aumento de emprego que nós notamos, os 242 mil, tem muito a ver com o aumento de vendas causado pela redução dos impostos em vários setores da economia, por exemplo, com o efeito brutal que tem nas famílias quando alguém fica desempregado, com ajuda, o problema de saúde que o Governo deixa de pagar. Se nós contarmos, além da arrecadação, se dá por aumento da escala de venda, se nós avaliássemos os efeitos secundários que há no aumento de venda como esse, certamente nós chegaríamos à conclusão de que a "Curva de Lafer" não foi ainda, como é que se diz? Não foi revogada, ela ainda funciona. Menores

impostos dão melhor venda e melhor venda gera mais impostos, gera mais empregos e gera mais riqueza.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Queremos muito agradecer a exposição hoje do Ministro Miguel Jorge, Ministro Sales, indústria e comércio exterior, por sua exposição tão completa. Mas felizmente o nosso Presidente chegou e ele, como autor do requerimento, ainda tem perguntas a formular. Eu vou encaminhar daqui a instantes o artigo que mencionei.

Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Supply. Eu quero primeiro, Ministro, é que eu recebi a ligação agora do Ministro Celso Amorim, exatamente em face da questão da crise de Honduras e ele me informa que uma das preocupações que nós temos manifestado e com relação ao número de pessoas na Embaixada, que essa preocupação realmente já estaria reduzindo o número para 60 pessoas, no momento, mas que é um ponto que preocupa sim e que o Governo, então, está envidando os esforços no sentido de que não haja um acirramento e também para que a OEA possa reassumir, digamos assim, a conduta das questões. E o Ministro manifesta também, exatamente, o oferecimento pela posição de respaldo da comissão de relações exteriores ao brigo que foi dado. E como eu disse ontem no meu discurso, nós temos um acordo até esse ponto, o desacordo de oposição e Governo, eu acho que começa exatamente nesse ponto da permanência desse número elevado de pessoas e do uso político, digamos assim, da Embaixada Brasileira. Ele me afirma que essa questão de está realmente nas preocupações, que ele já conversou pessoalmente com o Presidente Zelaya, manifestando também essa posição de que não pode haver um uso da Embaixada e garantindo que realmente o governo não tinha informações da chegada dele, que é outro ponto que foi questionado por vários membros aqui do Senado e me garante que o Governo não teve uma tratativa anterior, que ele realmente chegou como nos disse aqui o Embaixador, que foi só a Deputada que chegou dizendo que a primeira dama estava lá fora e que a primeira dama, por sua vez, então disse que, então, essa informação que eu queria trazer, então, também à comissão.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria aproveitar a ocasião para cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento que V. Exa. fez ontem no Plenário do Senado. E quero chamar atenção, inclusive, para o artigo da Jornalista Mirian

Leitão ontem e hoje no globo e na mesma linha. Eu acho importante a posição do Brasil em se manifestar contrário a golpes de estado da América Latina, mas acho uma coisa é se manifestar e se posicionar contra, a outra é permitir que a Embaixada do Brasil seja transformada num Comitê Eleitoral, num Comitê Político de um determinado candidato. Se estamos abertos para dar asilo ao candidato e nesse caso aqui o que ele tinha que fazer é um procedimento totalmente contrário, eu realmente, V. Exa., foi extremamente feliz, eu quero cumprimentá-lo e dizer que o Senado se orgulha muito do Presidente da Comissão de Relações Exterior que têm hoje na sua pessoa, pelo belíssimo pronunciamento feito ontem no Plenário.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Ministro Dornelles. Mas é suspeito, Ministro Dornelles, porque ele é mineiro, o Miguel Jorge é mineiro, então está tudo mineiro.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Ministro Miguel Jorge não é torcedor do América, é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Torcedor do América também. Nós somos campeões, torcedor do América Mineiro, nós somos campeões da série C.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Felizmente, eu sou atleticano.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu estou dizendo que nós somos campeões brasileiros e depois da série C, da série C, a gente fala baixinho, campeões brasileiros da série C. Isso é um detalhe. Senador Supply.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Prezado Presidente Senador Eduardo Azeredo, eu acho que as iniciativas que V. Exa. tem tomado, sobretudo neste caso de Honduras e do episódio do Presidente Zelaya, tem sido muito positivas e eu queria fazer uma sugestão de que V. Exa. possa dar o informe que acaba de nos transmitir dada a relevância do mesmo, se possível no início de sessão até. Eu sou até o primeiro orador, mas eu acho que é tão importante e até porque é possível que esta informação que V. Exa. dê possa até tranquilizar muitos dos Senadores, para eventuais pronunciamentos que fariam hoje à tarde. Então, a informação, inclusive, esta que o Ministro Celso Amorim explicou a V. Exa. como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que não teve o Governo brasileiro e, portanto, não o Presidente Lula, informação prévia de que iria lá o Presidente Zelaya chegar na Embaixada, mas que uma vez ele chegando foi, portanto, dada a guarida a ele e deste esforço que junto a OEA, junto a ONU, está se realizando para se promover a democra-

tização que é um objetivo, um anseio comum de todos nós brasileiros e latino-americanos e americanos, eu proponho que V. Exa., inclusive, leve ao Plenário, se possível, às 14 horas, eu não teria nenhuma objeção que V. Exa. traga essa informação antes de mim que sou o primeiro orador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Farei isso.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Mas o Senador Dornelles mencionou e eu também li na imprensa que um grupo de deputados estaria cogitando de ir a Honduras e me perguntou se não iria algum senador. O Senador Heráclito já brincou comigo que gostaria que eu fosse, queria ter me mandado, mas eu queria alertar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Também acho que o meu candidato do Senado seria o senhor.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Mas, Sr. Presidente, quero informar, eu tenho até uma visita para estar no Fórum de Biarritz no Equador que seria terça, quarta e quinta. Dada a relevância da arguição e votação do Ministro Toffoli, eu terei que ficar aqui, só vou quinta de madrugada, faço a palestra e volto quinta de noite e quinta no final da tarde, em quatro horas que vou estar lá. Vai ser possível? Então, na semana que vem, não posso. Mas eu acho que o Senado, quem sabe, possa também colaborar com a presença de Senadores e acho que isso, V. Exa., pode também tratar desse assunto, senão na semana que vem que nós teremos votações aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então, Senador Supply, essa questão já foi trazida de maneira informal, eu considero que no momento não seria impertinente a ida de Senadores, respeitando a decisão da Câmara, mas vamos acompanhar os acontecimentos e torcer para que tudo se revolta da maneira mais pacífica.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito bem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu quero fazer aqui algumas perguntas, ficaram para mim duas questões mais polêmicas, MERCOSUL e Venezuela. Então, eu vou começar com MERCOSUL, Ministro. A questão dos números de queda do MERCOSUL de comércio são de 40%, nós tínhamos um *superávit* grande com o MERCOSUL, basicamente com a Argentina e até o primeiro semestre isso praticamente desapareceu, a perspectiva é de que nós não tenhamos mais *superávit* esse ano, são as informações anteriores. E ainda, até o nosso Ministro Conselheiro da Embaixada da Argentina está aqui presente, uma coisa que tem preocupado muito é

que a Argentina está substituindo o Brasil pela China, quer dizer, na verdade, existe um fator que é a crise financeira como um todo, ou seja, todos os países passaram a comprar menos, mas existe um agravante, é o que a Argentina está comprando, ela está comprando da China e não do MERCOSUL, digamos uma parte importante está sendo, claro que preço sempre é importante, mas a questão realmente do mercado que fica um pouco em 'check'.

Com relação à Venezuela, a questão é mais em relação ao processo de pagamento, quer dizer, eu estive na Federação das Indústrias de Minas Gerais e lá a reclamação era muito no sentido de que o Brasil vende bem para a Venezuela, mas na hora de receber, o Governo venezuelano retém os recursos do Banco Central e isso chegando às vezes até a seis meses, como alguns setores reclamam. Setores específicos, setor de têxteis, setor de carnes, o setor de bebidas e questão, inclusive, de automóveis também que a Fiat, que tem sede em Minas, a Fiat estava a quase um ano aguardando licença de importação. Não sei se isso já foi resolvido, a reunião, realmente, já tem um mês, mais ou menos. De maneira que são esses dois pontos, a questão do MERCOSUL. Em termos de acordos bilaterais, o Brasil só fez acordo MERCOSUL nós só fizemos com Israel até agora, quer dizer, o MERCOSUL não fez acordo com nenhum outro bloco até o momento. E aí seria a terceira pergunta. Esses acordos bilaterais estão dependendo do MERCOSUL?

Ministro com a palavra.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Senador, no caso da Argentina, nós tivemos várias reuniões com a Argentina nos último meses, há um Comitê bilateral de acompanhamento de comércio entre os dois países, quando houve a maior pressão das empresas brasileiras com relação, digamos, à questão Argentina, isso ocorreu logo depois da crise, eu diria que no começo do ano, nós tivemos no Ministério a iniciativa de convocar, de convidar os vários setores brasileiros que tinham maior interesse no mercado argentino para que nós pudéssemos resolver da melhor maneira possível as questões relacionadas ao comércio com a Argentina. E fizemos reuniões em setores, de vários setores automotivos, setor de autopeça, de calçados, de várias autopeças, freios, embreagens e calçados, nós fizemos vários acordos de cotas, que era o que, na época, nós considerávamos razoável e o que era possível aceitar. Isso andou muito bem, Argentina aceitou, nós estabelecemos números bastante grandes, houve uma redução certamente em função do que nós vendíamos no ano passado, mas também essa redução se devia ao fato de que havia uma redução da atividade econômica na Argentina. Mas os setores

todos ficaram bastante satisfeitos com as negociações que nós fizemos e funcionou muito bem durante todo o período. Houve realmente em algumas áreas, alguma substituição de produtos brasileiros por produtos da China. Como ocorreu, inclusive, no Brasil. Em que os próprios brasileiros trocaram produtos que compravam de produtores brasileiros por produtos que vinham da China, e aí há uma enorme influência, o Senador disse que o preço tem uma certa influência, eu diria, Senador, que o preço tem uma enorme influência na intenção de compra de um consumidor. Isso aconteceu no Brasil, eu diria que aconteceu em volumes maiores, uma substituição de produtores nacionais por produtores chineses no Brasil do que de produtores brasileiros por produtores chineses na Argentina.

Os últimos dados que nós tivemos numa reunião há 15 dias do vice-Ministro, que é quem coordena a Comissão de Monitoramento do Comércio entre Brasil e Argentina, mostrou que não havia desvio de comércio de terceiros países que preocupasse o Brasil, nós tivemos a semana passada uma reunião na sexta-feira com a Ministra Débora Jorge da produção em São Paulo, com secretários do Ministério da Produção também, nessas reuniões não houve manifestações ou não houve preocupações maiores do Governo brasileiro com relação aos procedimentos que a Argentina estava fazendo, pedíamos com relação ao atrasos na emissão das chamadas licenças não automáticas, que houvesse uma expedição maior da Argentina com relação a isso, para que pudéssemos entender reclamações de setores brasileiros, setores produtivos brasileiros.

No caso, por exemplo, das autopeças, todas e isso foi confirmado na segunda-feira e na terça-feira por mim, em contato com as próprias montadoras, que não está havendo qualquer problema para a entrada de peças brasileiras para montagem de automóveis na Argentina, automóveis que, aliás, um grande mercado, é o mercado brasileiro, há algum problema com algum outro tipo de peça, mas que nós resolveremos. No caso desse mercado, eu acho que nós realmente temos que conversar, temos que ver qual é o problema e atuar no problema.

No caso da Venezuela, Senador, os dados são bastante interessantes. Nós fizemos um levantamento, nós tivemos uma missão recente na Venezuela agora em agosto e um dos assuntos que foi discutido pelo ministro, aliás, o Presidente Chávez teve uma atitude muito de deferência grande com o Brasil e recebeu o Ministro do Desenvolvimento e nós discutimos durante uma hora e meia todos os problemas que poderíamos ter com a Venezuela, e eu pude vender, inclusive, para o Presidente Chávez vários produtos brasileiros, nes-

sa reunião, inclusive, ajudando a Fiat, não bem a Fiat, mas a Iveco, ele vai pagar tanto que ele está pagando, Senador. Para se ter uma ideia...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E quando foi a reunião? Perdão.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Foi em agosto, recente agora, tem dois meses. Para se ter uma ideia, Senador, os dados são, eu diria que eloquentes com relação à Venezuela, eu só preciso achar aqui, porque tem tanta informação que, por incrível que pareça, não está em ordem alfabética essa pasta aqui. Mas é interessante ver um levantamento que nós temos sobre a Venezuela, nós o ano passado exportamos 5,1 bilhões de dólares para a Venezuela no aumento de 98 a 2008, em dez anos, um aumento de 622% nas exportações para a Venezuela. No primeiro semestre nós exportamos já 1 bilhão e 600 milhões de dólares para a Venezuela e importamos apenas 197, aliás, nós temos ainda um pequeno *superávit* com a Argentina, mas muito pequeno, que eu esqueci de mencionar, nesses seis primeiros meses. Mas nós temos um *superávit* com a Venezuela, e tivemos um *superávit* com a Venezuela o ano passado de quase 5 bilhões de dólares, é o segundo maior *superávit* do comércio exterior brasileiro.

O levantamento que nós temos, Senador, com relação ao problema das empresas, nós temos um total de 133 empresas brasileiras exportando para a Venezuela e 47 tem algum tipo de problema com o CADIV, que é o Centro de Controle de Moedas na Venezuela e há dívidas atrasadas de 73 milhões de dólares, dívidas atrasadas de 73 milhões num universo de mais de 6 bilhões de dólares. Nós tivemos na Venezuela, em agosto, com cerca de 100 empresários, os 100 empresários tiveram todo, inclusive a Fiat, o maior interesses em vender para a Venezuela, se a gravidade da questão dos atrasos de pagamento, se tivesse a dimensão que se coloca no Brasil, que se coloca, por exemplo, e não farei nenhuma crítica à mídia do qual eu me origino basicamente, se nós observássemos as notícias, parece que realmente a Venezuela estava devedora do Brasil na grande maioria dos bens exportados para lá. No entanto, nós estamos falando de 73 milhões de dólares num universo de 6 bilhões de dólares o que parece não significativo, porque para algumas empresas que são pequenas e médias, por exemplo, como eu disse aqui que nós exportamos para lá com médias e pequenas empresas, dois ou três milhões podem ser a diferença entre o sucesso e a fracasso.

Na reunião com o Presidente Chávez, ele garantiu na frente de vários outros Ministros venezuelanos e na frente de outras autoridades do Governo brasileiro, inclusive do Embaixador do Brasil, o Embaixador

Simões, que faz um competente trabalho, competetíssimo, eu diria, trabalho na Venezuela, ele garantiu que todos os problemas seriam resolvidos. O que nos surpreendeu, em relação a essa dívida, que nós não tínhamos, fora duas ou três empresas tinham se dirigido ao Ministério, nós não tínhamos nenhuma informação de que havia 73 milhões de dólares de dívidas com a Venezuela. Essas informações foram levantadas a partir de iniciativa do Ministério do Desenvolvimento, nós nos comunicamos a partir de agosto, a partir da missão com todas as empresas que negociam com a Venezuela para saber qual era a situação dessas empresas com relação aos pagamentos da Venezuela. Eu já tinha visto, inclusive, na semana anterior, e talvez até causado pelo fato de que tinha sido noticiada a missão, de que havia problemas das empresas com dívida na Venezuela, é mais fácil negociar com a imprensa do que com o Governo, me parece que é isso que pensaram as empresas na época. Quando isso não é correto, nós negociamos com o Governo da Venezuela, o Presidente disse que faria os pagamentos, o Embaixador do Brasil, em Caracas, ficou encarregado de fazer todos os contatos para resolver essas pendências, elas estão sendo resolvidas. Inclusive, a pendência sobre a qual falamos recentemente de uma empresa que produz refrigerantes, a pessoa, o diretor da empresa, que é amigo comum nosso, mandou outro dia um e-mail agradecendo o empenho, porque as questões dele, da empresa tinham sido resolvidas totalmente a contento.

Nós fizemos algumas negociações, acho que importantíssimas para a indústria brasileira, com a Venezuela, entre eles, um programa de renovação de frota que deve levar à venda de 100 mil veículos brasileiros com a Venezuela. A Venezuela tem uma frota bastante velha de carros americanos, principalmente da década de 60, 70, 80, carros que estão em condições muito ruins de manutenção, que gastam uma enorme quantidade de combustível e que são altamente poluentes. Nós propusemos ao Presidente Chávez um programa de substituição de no mínimo 100 mil automóveis e mostramos a ele, apresentamos a ele um dado interessante, que em um ano ele poderia vender 5 bilhões de barris de petróleo, com retirada desses 100 mil automóveis, com isso ele poderia praticamente dar um automóvel brasileiro a cada dono desses automóveis velhos e ele fechou a proposta na hora. Nós vamos agora, inclusive, voltar à Venezuela e esses automóveis brasileiros são automóveis a gás para que ele possa ter os 5 bilhões de barris para vender no mercado externo a 70 dólares, o barril. Ele paga esse programa e esse programa pode ter um *payback* de sete a oito meses para o Governo venezuelano e significará a exportação, claro que em

dois anos ou três anos, que é o tempo que nós imaginamos para uma renovação de frota desse tamanho, a venda de cerca de 100 mil automóveis brasileiros a gás para a Venezuela. E, certamente, o Presidente Chávez pagará como tem pagado, no caso da Iveco, por exemplo, nós negociamos com o governo da Venezuela, inclusive, com o próprio Presidente Chávez a venda de caminhões da Iveco, produzidos no Brasil, e está na Venezuela esta semana uma...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sete lagoas, de Minas Gerais.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Sete lagoas, Minas Gerais, mas eu também vendi carro de outro lugar, viu, Senador, para não ser acusado de nepotismo geográfico. Mas também, nós fizemos um... O Presidente estava muito interessado em equipamentos rodoviários e equipamentos agrícolas. Esta semana há um grupo de empresas brasileiras, inclusive multinacionais, inclusive uma delas faz parte do grupo Fiat, na Venezuela em negociações com o Governo a venda de grande quantidade de máquinas e equipamentos agrícolas. Esta iniciativa toda, e eu estou contando um pouco com essa questão da Iveco, a questão das empresas e eu cito, por exemplo, a Caterpillar que está junto com a CNH, Case, na Venezuela para mostrar que se houvesse um problema tão sério de pagamento, Senador, nenhuma dessas empresa estaria sequer se dando o trabalho de ir à Venezuela para negociar venda de alguma coisa.

Portanto, eu acredito que é muito mais causado por problemas burocráticos da própria Venezuela essa questão do atraso com relação ao Brasil, pelo menos. Sem dúvidas nenhuma, no caso das dificuldades que o Governo têm tido com divisas fortes, está havendo um controle de divisas e a prioridade que se dá, a liberação dessas divisas é para alimentos e para bens que sejam considerados prioritários, como são, por exemplo, máquinas rodoviárias e equipamentos agrícolas. Portanto, eu acho que nós ainda temos grande, uma grande possibilidade de venda para a Venezuela, que se tornou um dos mercados mais importantes para o Brasil nos últimos anos.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Permita-me, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Supply.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Considero essas informações, que são recentes, que o Ministro Miguel Jorge nos transmite, deveriam como que, eu queria até fazer a sugestão de que essa resposta às suas notas taquigráficas sejam de pronto encaminhadas ao nosso relator do caso do ingresso da Venezuela no MERCOSUL, Senador Tasso Jereis-

sati, para que ele possa incorporar o testemunho esse que o Ministro Miguel Jorge acabou de dar da reunião com o presidente Hugo Chávez, com representantes do Governo brasileiro e venezuelano e que são informações muito relevantes para a decisão que, acredito, estamos prestes a tomar. Eu até queria lhe perguntar, porque eu, em princípio, estou indo para o Equador quinta-feira que vem, mas se voltar quinta-feira que vem, talvez tenha que ficar aqui. Então, que dia que vai ser a votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu estou aguardando o Senador Tasso Jereissati entregar ainda o relatório, mas ele me informou que está com ele, praticamente, pronto.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Mas agora, com essas informações o relatório vai ser positivo mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não sei, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Bom, é a minha expectativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Essa era uma das pendências.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Senador, não tem nenhuma relação com o fato de ter um relatório sendo elaborado sobre a Venezuela. Mas essa é a terceira missão que o Ministério faz, que o Ministro faz à Venezuela nesses últimos dois anos e meio. E em dezembro de 2007, nós fizemos uma missão com 140 empresas à Venezuela, médias e pequenas empresas, a grande maioria nunca tinham exportado para a Venezuela. E eu me lembro de uma empresa que nunca tinha exportado para a Venezuela, uma empresa do Espírito Santo que trabalha com produtos lácteos, é que em 2008, a partir dessa missão de dezembro, vendeu 200 milhões de dólares em produtos lácteos para a Venezuela e este ano está vendendo, além de produtos lácteos, está vendendo carne e vendendo também café para a Venezuela, é uma empresa de Vila Velha. Eu cito, por exemplo, nesse último encontro, nessa última missão, essas 100 empresas, empresas que fecharam contratos e que eu vi os contratos, fecharam contratos no dia da missão, o que não é comum numa comissão comercial, normalmente se estabelece o contato para que depois a empresa volte e faça a sua venda e etc. Várias e várias empresas assinaram contratos com o Governo da Venezuela durante a nossa permanência de um dia e meio na Venezuela. Os empresários e essa... O Governo brasileiro não vende para a Venezuela, os empresários brasileiros, tanto na primeira, quanto na segunda, quanto na terceira missão, eles gostam muito de vender para a Venezuela, é um mercado importante para o Brasil, um mercado, qualquer mercado para

o qual nós vendemos 5,5 bilhões de dólares, no qual nós compramos 500 milhões de dólares, é um mercado estupendo para o Brasil. Eu duvido que algum outro país pudesse aceitar que um *superávit* desse tamanho com relação a qualquer vizinho.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O Senador Cristovam Buarque estava inscrito anteriormente, já retorna do Plenário, então, com a palavra o Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Ministro, Sr. Presidente, desculpe a minha ausência. Eu estava lá nesse evento do turismo. Eu sou um entusiasta do desempenho brasileiro nessas últimas décadas do comércio exterior, e essa crise foi momentânea, eu acho que ela vai ser superada. A minha preocupação é mais de longo prazo. Eu tenho a impressão e gostaria de ouvir sua opinião, de que daqui para frente, o que vai realmente garantir um *superávit* crescente, uma posição favorável no comércio internacional, é a capacidade nossa de exportamos bens com alto conteúdo de conhecimento, bens de tecnologia de ponta. Da mesma maneira que no passado a gente falava de deterioração dos preços entre primários e secundários e secundários aí eram tratados como produtos industriais, mecânicos, basicamente. Eu creio que a gente vai começar a ter uma tendência cada vez maior a uma valorização e uma elasticidade mais favorável para os produtos que têm o conteúdo de inteligência da importação. E quando a gente analisa a balança comercial da maneira como ela vem, eu não consigo discriminar quanto por cento dessas exportações tem alto conteúdo de inteligência, mesmo na soja, que é um dos produtos que hoje só é possível graças à ciência e tecnologia, não dá para a gente perceber quanto dali saiu. Mesmo os aviões da Embraer, que eu fiz uma discriminação, que dos setores que eu analisei é o melhor para analisar, mas aí é um dos mais preocupantes, porque apesar de ser um produto da alta tecnologia brasileira, quando a gente discrimina, faz uma espécie de análise da anatomia do avião, a parte importada é muito grande, do ponto de vista de conhecimento.

Então eu queria saber se há algum estudo no Ministério que me permitisse saber, primeiro, quantos por cento hoje dessas nossas exportações são resultado de conhecimento, de ciência, de tecnologia, são produtos com alto conteúdo de inteligência? Esse é o primeiro ponto. E segundo, como é que o Ministério hoje tenta influir nas áreas de educação de base, ensino superior, e ciência e tecnologia para que a gente caminhe para essa inflexão na balança comercial. Há

pouco esteve aqui no seu lugar o Ministro da Defesa e colocou ali projetado os 13 ou 14 pontos, não lembro, de chaves para a defesa brasileira. Linhas de ferro, grandes rodoviárias, petroquímicas, não tinha um centro universitário, não tinha um centro de ciência e tecnologia. Ele tentou dizer que isso era outro departamento, como se houvesse hardware e software, mas não, porque nos pontos dele estava Brasília, cuja defesa em função de ser um poder, centro do poder, não centro da ação econômica.

Então, qual é a correlação a influência, a força política que o Ministério está usando para tentar fazer com que o Brasil faça a sua inflexão na área de educação de base e a partir daí possa ter um sistema universitário, de fato, de ponta e institutos fortes de geração ciência e tecnologia obviamente em cooperação com o setor produtivo, porque senão a ciências ficarão apenas isoladas como assuntos acadêmicos, é isso. A relação da educação com a balança comercial daqui para frente, qual é a estratégias do Ministério para influir e hoje como é que está o conteúdo de bens de alto conhecimento dentro da nossa balança?

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Primeiro, Senador, nós não temos esse levantamento e vamos cuidar de fazê-lo. Não será fácil, porque nós teremos que definir o que é alto conteúdo tecnológico, baixo conteúdo tecnológico, mas eu acho que nós poderemos chegar no Ministério a definir alguns critérios que nós possamos usar para ter. Nós temos um levantamento, mas é um levantamento muito primário enquanto valor, mas não é o que o Senador está... Mas não é bem o que Senador está pedindo. Ele pede mais detalhado, que tipo de produto e que tipo de conteúdo tecnológico tem nesse produto. Por exemplo, eu vou, às vezes eu cito demais o automóvel, porque é uma área em que eu participei muito e, portanto, eu conheço bem. No automóvel é fácil você saber quanto você exporta, qual é o conteúdo tecnológico do produto e qual é também o conteúdo tecnológico agregado no Brasil, em relação ao produto que é o que nos interessa mais. Mas, portanto, nós cuidaremos disso, senador, e enviaremos, não só para o Senador, mas também para a comissão, os resultados desse levantamento que nós faremos.

Com relação à questão dos produtos de maior valor agregado, para usar o jargão que se usa na indústria, eu não diria que a preocupação nossa seja apenas com a questão da balança comercial, mas sim como um todo. Eu acho que nós temos um esforço, no caso do Ministério do Desenvolvimento e do Ministério da Ciência e Tecnologia, em fazer com que nós tenhamos produtos com melhor valor agregado para também o mercado interno, o mercado interno hoje é

86%, 87% do nosso PIB é mercado interno. Por óbvio, é muito razoável supor que nós possamos atingir uma produção de maior valor agregado, portanto, de maior volume de tecnologia e com alto conteúdo de inteligência, como diz o Senador, nos produtos que nós fazemos para os consumidores nacionais e por extensão para a exportação. Na política industrial que é a política de desenvolvimento produtivo, a PDP, que nós lançamos em maio do ano passado, uma grande parte da política, ela se dedica à questão do conhecimento, da inovação e da tecnologia. Nós não vamos a ponto, Senador, de fazer interferência qualquer nas atividades acadêmicas, mas nós temos com o Ministério da Ciência e Tecnologia, um trabalho conjunto no plano de ação tecnológica do Ministério da Ciência e Tecnologia, que foi desenvolvido com grande participação do Ministério do Desenvolvimento e vice-versa, também houve uma grande participação do Ministério da Ciência e Tecnologia no plano de desenvolvimento produtivo, que é a política industrial, porque nós temos um eufemismo para dizer que nós fazemos política industrial quando todo país faz isso às escâncaras, nós temos aqui um certo constrangimento. É uma política industrial que realmente se preocupa com isso, porque nos anos mais difíceis pelos quais nós passamos, principalmente em 80 e 90, nós tivemos muito pouca capacidade de desenvolvimento tecnológico.

O Senador se lembrou bem no caso da Embraer que se nós verificarmos, por exemplo, na balança comercial da Embraer, que é uma grande exportadora no Brasil, mas ela é também uma grande importadora exatamente porque boa parte do conteúdo tecnológico e do conteúdo de inteligência que está no avião vem de importações, nós falávamos na sua ausência, Senador, na questão da transferência de tecnologia no caso do programa da compra dos caças independentemente se houve da França ou dos Estados Unidos ou da Suécia, mas que nós deveríamos ter uma enorme preocupação em fazer com que houvesse uma transferência de tecnologia para que nós pudéssemos transferir conteúdo de inteligência para empresas brasileiras que participassem de programas como esse, da fabricação de um produto tão sofisticado quanto um avião caça. Nós temos, inclusive, hoje contatos com centros de produção acadêmicos bastante próximos, principalmente através da agência brasileira de desenvolvimento indústria, da ABDI, que é um braço do Ministério e é um braço importante no relacionamento com essas entidades, agora, acho que nós temos que avançar muito.

O BNDES tem uma preocupação específica com a criação e o desenvolvimento de empresas de alto conteúdo tecnológico, há um programa específico no

banco para as empresas, por exemplo, de biotecnologia, de empresas de alto conteúdo tecnológico até como SID, como empresas sementes, com aplicação de dinheiro em empresas para fazer o início dessas empresas. Cerca de 20 empresas hoje recebem financiamento do BNDES para que elas possam desenvolver-se e são todas elas, empresas que têm alto conteúdo tecnológico potencial. Agora, o esforço do país deveria ser muito maior do que ele faz hoje. Eu acredito que a reversão da situação da economia nos permitirá, porque se é um processo de longo prazo, que nós possamos desenvolver muito o alto conteúdo tecnológico, sem a separação do software e do hardware, como bem colocou o Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Obrigado, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG):

Ministro, eu quero ainda também, antes de concluir, cumprimentá-lo pelo material da balança comercial. Eu mostrava até, em tom de brincadeira ao Senador Heráclito que enquanto dos 27 estados brasileiros, 24 tiveram a queda na exportação, Piauí teve 58% de aumento na exportação. Perguntava para ele que produto é esse que aumentou tanto, ele disse que é porque não exporta nada e, então, exporta pouco, então é fácil conseguir 58%. Mas o outro dado que chama atenção, é realmente referente aos países não tradicionais. E aí que é a minha última pergunta, qual avaliação que o senhor faz desse esforço que é válido de buscar novos mercados na África e outros países? Eu só faço, como disse aqui, o Senador Cristovam não concorda comigo, a questão dos pequenos países, porque, Senador Cristovam, eu tenho aqui até do seu xará aqui, São Cristóvão e Nevis, esse país que está com a indicação de Embaixador aqui feita. São Cristóvão e Nevis vende ao Brasil ou compra do Brasil 937 mil reais, isso basicamente é carne, 300 mil reais de carne, 300 mil de carnes, compra mais do que isso, mais do que 300 mil reais de carne. Então é um país que compra do Brasil 937 mil reais só e o Brasil vai abrir uma Embaixada lá. Eu sei que o assunto não é só o comércio, evidente, eu sei que do seu ponto de vista, mas veja só como é inexpressiva a questão. Daí é que a minha colocação final para o Ministro, porque tem outro quadro aqui que é significativo, a gente vê que Bangladesh, por exemplo, já exportou 300, o Brasil já exportou 308 milhões para Bangladesh, que é um país onde e abriu também uma Embaixada nova. Então, não há uma crítica, são trinta e poucas Embaixadas que foram abertas. A maioria, eu diria o acordo, eu estou realmente implicado é com Saint Kitts & Nevis, eu estou meio implicado com essa Embaixada.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Nada contra o Cristovam, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Nada contra o Cristovam. Então vamos ouvir o Senador.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Mas só para fazer, eu até não sei também como é a questão do Piauí, vou levantar isso como prioridade, mas eu me lembro que em uma missão que nós fizemos a Argélia, Marrocos, os países do Magrebe, os países árabes, havia uma empresa do Piauí, uma produtora de mel e ela vendeu muito mel aos países árabes da África, inclusive, a Líbia e para a Argélia. É possível que o efeito da venda do mel do Piauí tenha já aparecido nesses dados que são mostrados nessa publicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Com todo respeito ao Piauí, não é? Não estou querendo. Mas realmente é porque, evidentemente, não é um Estado com características com tradição de exportação, por isso a colocação. Mas o Senador Oswaldo Sobrinho ainda pede a palavra antes que nós possamos encerrar.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Sr. Presidente, Sr. Ministro, infelizmente aqui nós temos várias comissões funcionando ao mesmo tempo, e a gente perde a oportunidade de ouvir um palestra tão importante como a do Ministro Miguel Jorge, que é para nós de relevância, porque passa a ter o conhecimento do panorama que está acontecendo com o Brasil em relação ao mundo. Mas eu tenho aqui, eu queria fazer uma pergunta, uma indagação.

Eu acho, Ministro, que na verdade as nossas relações comerciais com a América do Sul, principalmente, parece que o Brasil não está privilegiando essas relações. Nós temos aí um contingente espetacular de populacional, nós temos aí todos os países da América do Sul, fazem limite com o Brasil, com exceção do Chile e Equador, a América Central bem pertinho aí, é um continente praticamente que nós exportamos para três, quatro países, cinco países e, praticamente, vamos buscar mercado lá na China que, logicamente, vender até palito de fósforo para a China é um bom negócio com 1 bilhão e 400 milhões de habitantes. Mas eu acredito que nós precisávamos privilegiar mais esse mercado que está aqui na nossa porta, na nossa casa, com distâncias curtas, afim de que pudesse também não só vender, mas também comprar a fim de movimentar esse mercado aqui na nossa vizinhança. Eu acredito que está muito tênue ainda a nossa relação com o MERCOSUL, que é um bloco que precisava realmente colocar força política nisso, força econômica, nos ajudar mutuamente, assim

como faz a União Europeia, como faz outros blocos econômicos do mundo.

Portanto, eu acredito que o Brasil, principalmente nessa parte, precisa fazer, principalmente na parte educacional, precisava o que falou aqui o Senador Cristovam, precisamos interagir mais com esses países do MERCOSUL, aumentar o nosso mercado e fazer com que esse pessoal também venha conhecer o Brasil, conhecer o que nós podemos fazer.

É a posição minha, eu sei que o senhor deve ter falado isso, mas eu não estava aqui na hora, lastimavelmente eu perdi, mas vou ver, depois olharei aqui o material que o deixou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Ministro, para suas palavras finais, portanto.

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: Primeiro, Senador, em relação a sua questão que eu acabei não respondendo do mercado não tradicionais, eles são importantes. Eu uso a frase, o meu avô foi mascate lá no interior de Minas, mascate mesmo e andando ali por Juiz de Fora, Bicas e etc.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Na Grande Rio?

SR. MINISTRO MIGUEL JORGE: É, na Grande Rio. E o meu pai chegou a ser mascate até os seus 12, 13 anos, hoje não poderia ser por causa do estatuto do menor e do adolescente, do ECA, mas ele mascateou por ali, e eu digo que se nós pudermos vender um frango a mais, eu vou vender um frango a mais. Acho que qualquer mercado é importante, todo mercado é importante. Nós temos que abrir mercado. Alguns países compram mais, outros países compram menos, mas quanto mais países comprarem, melhor para o comércio exterior brasileiro. Nós fomos, eu já fiz, estou fazendo a quinta viagem para a África, nós temos feito muito viagem para a América Latina, eu concordo com o Senador, nós não demos, até o Presidente Lula, muita atenção para a possibilidade de vendas para a América Latina, América do Sul, principalmente, e especialmente para a África que também está muito perto do Brasil, basta atravessar um rio mais largo que nós estamos na África.

No caso, por exemplo, da Venezuela que foi um exemplo que eu dei, mas tem outros exemplos aqui que eu posso dar. Nós aumentamos a nossa agenda para a Venezuela de 660 milhões de dólares para 5 bilhões de dólares em cinco anos. Nós temos aumentado, no caso do MERCOSUL, no caso das relações com a Argentina, nós aumentamos tremendamente, nós chegamos a 30 bilhões no ano passado, era o principal parceiro brasileiro, perdeu agora, a Argentina perdeu lugar agora e os Estados Unidos perderam os

dois primeiros lugares com a China nesses primeiros seis, sete meses. E nós fizemos, inclusive, várias missões comerciais que não havia há muito tempo para países latino-americanos e para países do Caribe, para países da América do Sul, Panamá, Peru, Venezuela. Nós tivemos há pouco também outros países do Caribe com Cuba, por exemplo. Cuba é um mercado pequeno? É um mercado pequeno. São 10 milhões de habitantes? São 10 milhões de habitantes. Mas nós vamos a Cuba vender produtos em Cuba. É mais fácil vender para o seu vizinho do que vender para a China, obviamente. Nós temos problemas de cursos maiores, dificuldades de entendimento. Os nossos vizinhos da América do Sul são mais parecidos do que nós do que os chineses, portanto, é mais fácil vender na América do Sul, é mais fácil vender para a África do que vender para a França, para a Inglaterra, que são os chamados mercados maduros, mas também é mais difícil vender para o mercado como a China, basta ver o número de empresas brasileiras que estão na China e empresas brasileiras que estão em mercados vizinhos nossos.

Agora, de qualquer forma, nós não podemos deixar nenhum mercado desatendido. Eu acho que todo mercado é importante para o país, qualquer produto que nós vendamos é importante, a cada 100 milhões de dólares que nós exportamos, nós garantimos 19 mil empregos ou criamos 19 mil empregos se nós aumentarmos em 100 milhões de dólares a exportação, portanto, embora a participação das exportações esteja hoje em 12,4% do PIB brasileiro, sendo a grande maioria do PIB com origem, com base no mercado interno, nós temos que aumentar esse valor, nós temos que aumentar, como disse o Senador Cristovam, aumentar o conteúdo tecnológico, o conteúdo de inteligência dos produtos exportados, porque são esses produtos, inclusive, que geram mais emprego e que geram mais renda.

Eu agradeço, Senador, terminando, o convite feito pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, e me coloco à disposição para sempre que convidado, comparecer com muito prazer e com muita honra a esta comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministro Miguel Jorge, nós é que agradecemos a sua presença, cumprimentando pela sua atuação, está encerrada a sessão.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h09.

ATA DA 39ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às quinze horas e nove minutos do dia vinte e nove de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Flávio Torres, Marina Silva, Renato Casagrande, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, José Agripino, Romeu Tuma, Alvaro Dias e Arthur Virgílio**. Registra-se a presença dos Senadores **Aloizio Mercadante, José Nery, Mario Couto e Sérgio Guerra** e do Deputado **Fernando Gabeira**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da Pauta. Audiência Pública *“para discutir sobre a situação política em Honduras”*. O Presidente convida para compor a Mesa o senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, **Embaixador Celso Amorim**. O Presidente concede a palavra ao Ministro Celso Amorim para fazer sua exposição. Os Senadores **Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante, Sérgio Guerra, João Tenório, José Agripino, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Renato Casagrande, Antonio Carlos Valadares** fazem uso da palavra. A seguir, O Presidente apresenta itens **Extrapauta: Requerimento nº 1.276, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que *“Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Sr. Manuel Zelaya.”* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Romeu Tuma**, para fazer a leitura do seu Relatório e do **Requerimento nº 71, de 2009-CRE** de sua autoria e outros Senhores Senadores, que *Requerem “nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil*

em Tegucigalpa, à suspensão das garantias constitucionais em Honduras e ao fechamento de meios de comunicação de massa ligados à oposição hondurenha” Aprovados. **Extrapauta:** Requerimento nº 72, de 2009-CRE de autoria do Senador Inácio Arruda que Requer “nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Requerimento nº 71, de 2009, que ‘requer nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, à suspensão das garantias constitucionais em Honduras e ao fechamento de meios de comunicação de massa ligados à oposição hondurenha’.” Aprovado. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezoito horas e vinte e um minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZE-REDO**, Presidente.

39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 15 HORAS E 09 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Esta reunião objetiva discutir a situação política em Honduras, tendo como convidado o Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Nós tivemos, a semana passada aqui, a presença também do Embaixador Gonçalo Mourão, Diretor do Departamento da América Central e Caribe, para o mesmo objetivo. Nessa semana, evidentemente, algumas questões evoluíram e outras não, de maneira que esse é o objetivo da presença do Ministro aqui conosco. Eu convido o Ministro Celso Amorim para que possa ocupar a sua posição.

Quero, inicialmente, agradecer a presença do Ministro e a sua pronta disponibilidade para aqui comparecer, no convite que lhe foi feito ainda hoje, no fim da manhã. A evolução da questão em Honduras, Ministro, evidentemente, preocupa a todos os membros do Senado, especialmente desta Comissão, e nós aprovamos aqui, a semana passada, na Comissão, o requerimento de repúdio ao cerco militar à embaixada brasileira. Esse requerimento, no Plenário, houve um pedido de que ele fosse reexaminado aqui, e nós vamos

fazê-lo depois da exposição de V. Exa. Basicamente, eu quero já me antecipar, existe uma discussão grande em relação à permanência de um número elevado de pessoas na embaixada brasileira. E esse seria um ponto básico de discussão e também a questão, eu diria, da definição da situação do Presidente Zelaya, do ponto de vista técnico mesmo, do ponto de vista internacional. Como abrigado, como asilado, qual seria a situação definida dele, e se não é o caso do Brasil já fazer essa definição. São dois pontos fundamentais que estão preocupando. Existe, evidentemente, todo um acordo na questão de que o cerco militar é indevido, é incorreto, é absurdo, de que o corte de energia é mais absurdo ainda. E a questão, portanto, do uso da embaixada que preocupa e a situação, em si, da busca de uma solução, já que a questão se reflete com uma gravidade crescente e com a perspectiva ainda muito nebulosa, em relação ao que vai acontecer, tendo em vista o ultimato que foi dado e que, evidentemente, o Brasil também não pode aceitar.

Então, passaria já a palavra, Ministro, pedindo aos Srs. Senadores, nós vamos, logo depois, começar depois a fase de debates, mas nós vamos ter que ser muito rígidos no horário, tendo em vista que o Ministro realmente veio nesse período agora, antes que comece a Ordem do Dia. Eu quero registrar ainda a presença do Deputado Fernando Gabeira, que está aqui conosco também nesta Comissão. Com a palavra o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Obrigado, Presidente. Realmente nós nos falamos, creio que por volta de meio-dia, hoje eu tinha inclusive um... Tive um almoço com os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, mas me dispus, logo em seguida a esse almoço, a vir aqui. Como V. Exa. compreenderá, não houve tempo para fazer uma exposição, nem creio que seja o desejo, mas muito estruturada, sobre todos os aspectos. Acho que teria que levantar dois ou três pontos iniciais e, depois, talvez, me dispor a responder às perguntas porque temo que também os senadores disponham de pouco tempo. Bem, acho que é preciso assinalar, sem querer voltar em toda a história de como foi o golpe, de como foram as condenações, a situação que existe atual.

A situação é uma situação única e, com isso, creio que, de alguma maneira, estou abordando, embora eu não queira, digamos, ter uma definição técnico-jurídica precisa, até porque é uma situação realmente especial, mas eu queria dizer que a situação que existe, com a chegada do Presidente Zelaya à Embaixada do Brasil, é uma situação única e singular nas relações internacionais. E eu diria singular por vários motivos. Primeiro porque... Que eu me recorde, eu não me lembro de

nenhum governo, de fato, decorrente de um golpe de Estado, como é o caso lá, que tenha sido tão unanimemente condenado. Todos os... Toda a comunidade interamericana, através da OEA, e toda a comunidade internacional, através da Assembléia Geral da ONU, condenaram o golpe de Estado e recusaram reconhecimento ao Governo Zelaya.

No caso da OEA, até mesmo o Estado de Honduras foi suspenso, decisão que, creio, não é tomada desde a decisão que houve sobre Cuba há muitos anos, quase 50 anos atrás. Então, é uma situação *sui generis*. E referendada depois pela Assembléia Geral das Nações Unidas também. Então, isso, em si, já cria uma situação especial. Trata-se, portanto, de um Presidente, não de alguém que sofreu um golpe e estava procurando um lugar onde se asilar para poder fugir de seu país, mas, ao contrário, de alguém que estava fora do país e que voltou ao país, por meios que nós não conhecemos, dos quais não participamos, e, para falar a verdade, eu nem procurei me interessar como isso ocorreu, porque a realidade que nós tivemos que enfrentar, uma semana atrás, mais ou menos, era o fato de que um presidente legítimo, assim reconhecido, independentemente dos seus méritos, mas, assim reconhecido, por toda a comunidade internacional, quase que literalmente bateu à nossa porta.

A antecedência com que nós soubemos do assunto e eu acho que até... Eu queria até aproveitar para esclarecer, porque, às vezes, há uma confusão na mídia em relação... Hoje mesmo, há um artigo do Wall Street Journal traduzido, num jornal brasileiro, em que diz que, então, o Zelaya mentiu. Eu não sei, exatamente, o que eles interpretam por mentir. Quando o Presidente Zelaya diz que entrou de comum acordo na Embaixada do Brasil, isso é verdade porque nós fomos avisados, meia-hora antes, que ele iria entrar. Então, isso é verdade. Não há mentira nesse aspecto. Agora, também é verdade a afirmação feita por mim de que, em momento algum, nós soubemos, até meia-hora antes, que sequer o Presidente Zelaya estava no país. Nós nos vimos confrontados, portanto, com essa situação.

Um presidente legítimo, não apenas considerado por nós como legítimo, mas considerado legítimo pela comunidade internacional, nos pede abrigo e nós assim o fazemos. Na realidade, ao entrar, o que o Presidente Zelaya nos disse, eu falei com ele por telefone, pouco depois de ele entrar, entrar na embaixada, e o que ele nos disse era que ele tinha vindo para tratar do retorno dele à Presidência, o que, aliás, é previsto nas resoluções da OEA e no plano do Presidente Arias, de modo que nada há de absurdo nisso. E ele disse que pretendia fazer isso por meios pacíficos e pelo diálogo.

Nós encontramos que, por todos os motivos, inclusive por ser o Brasil um país que tomou, desde o início, uma posição firme, não só no sentido de apoiar, de condenar o golpe, de apoiar o retorno do Presidente Zelaya, mas também de o fazer por meios pacíficos e pelo diálogo – o Brasil foi claríssimo o tempo todo sobre isso, não participou de nenhum outro intento que pudesse representar conflito ou confronto -, então, achamos que não haveria outro caminho correto senão o de dar esse abrigo. Obviamente, fizemos as advertências ao Presidente Zelaya de que ele deveria evitar qualquer manifestação que significasse uma insuflação, digamos assim, às situações violentas, e eu diria até que, apesar das reclamações, tivemos relativo êxito dentro disso, porque a verdade é que não houve nenhuma violência, nenhum ato de violência, pelo menos que eu saiba, que tenha sido registrado pela mídia, de nenhum ato de violência dos seguidores de Zelaya. Houve manifestações. Ontem mesmo houve uma manifestação, houve uma negociação até com a polícia e a manifestação foi feita pacificamente. Então, os atos que resultaram, ou que poderão ter resultados, não sei se há confirmação exata disso porque não temos meios próprios de informação nesse momento, os únicos atos que teriam resultado em mortes teriam sido atos da repressão. Da repressão, portanto, do governo golpista.

Então, eu diria que, embora nós não possamos cercar totalmente um presidente legítimo de fazer manifestações, nós temos feito, aliás, como tem feito os Estados Unidos, como tem feito a OEA, como tem feito a ONU, temos feito apelos à calma e à moderação e dentro das circunstâncias extremamente emocionais, que cercam a volta de um presidente deposto ao país, alguns aqui têm idade seguramente suficiente para lembrar o que foi a volta, por exemplo, do Presidente Jango ao país... Quer dizer, dentro da situação emocional que cercam as circunstâncias desse tipo... O Jango era vice. Me referindo a 1961. Dentro dessa circunstância, nós tivemos até, eu diria, um êxito, um êxito relativo. Por outro lado, a nossa ação tem sido feita junto à comunidade internacional, sempre através da OEA e das Nações Unidas, em apoio também ao Presidente Arias, mas muito especialmente nos últimos dias, devido à situação de segurança que se criou, procurando mobilizar a OEA e, sobretudo, as Nações Unidas. Porque a OEA, devido à própria Carta da OEA e à Carta das Nações Unidas, ela não tem capacidade de implementação de medidas que as Nações Unidas tem.

Aliás, a própria Carta das Nações Unidas, quando reconhece órgãos regionais, diz que medidas de – eles chamam, em inglês, de *enforcement* – implementação,

só podem ser adotadas com o apoio, com a sanção do Conselho de Segurança. Tivemos muita preocupação, como sabem, em que o Conselho de Segurança se manifestasse de maneira específica sobre a inviolabilidade da embaixada brasileira e das pessoas que se encontram lá, isso foi feito, a declaração da Presidenta do Conselho, que é a embaixadora norte-americana Susan Rice, foi perfeitamente adequada nesse sentido. E enfim, para resumir um pouquinho e dar margem, talvez, às perguntas, porque há muitos aspectos nessa questão, nos últimos dias, e ontem, especialmente, eu estive em contato novamente com o Secretário-Geral das Nações Unidas, com o Secretário-Geral da OEA e com a Secretária de Estado Hillary Clinton, além de outros contatos que foram feitos. Eu estou mencionando os mais importantes. E hoje mesmo o Secretário-Geral das Nações Unidas deu declarações muito fortes, dizendo, entre outras coisas, que ameaças à Embaixada do Brasil em Honduras são inaceitáveis, que o Direito Internacional é claro, que essa imunidade não pode ser nunca violada e que ameaças à embaixada e ao seu *staff* são totalmente condenáveis. E também diz... Eu estou lendo rapidamente o trecho aqui em inglês à minha frente, mas isso pode ser obtido facilmente, imagino até que no *site* das Nações Unidas, e ele diz também, faz também um apelo pela segurança do Presidente Zelaya. E também menciona a necessidade do diálogo, a mediação regional, etc.

Eu queria mencionar um outro fato porque... Bom, o Secretário-Geral da OEA, juntamente com o Presidente do Conselho, fizeram uma declaração também muito positiva, eu diria, e, no que diz respeito à nossa embaixada, muito claramente exigem o respeito à inviolabilidade e das imunidades e privilégios de seus funcionários, de acordo com o Direito Internacional, norma que não admite exceção, é dito aí. E ambos, o Secretário-Geral da OEA e o Presidente do Conselho, recordam também que qualquer violação dessas normas do Direito Internacional afeta seriamente a convivência hemisférica e exigem ação conjunta da comunidade internacional, que é uma maneira de dizer que também as Nações Unidas podem estar envolvidas – inclusive creio eu, não está dito de maneira explícita, mas eu interpreto pelo menos dessa maneira, como uma referência a possíveis ações do Conselho de Segurança, a quem a nossa embaixadora também voltou a escrever ontem.

Eu não vou ler todos os detalhes, mas também o próprio... Essa mesma declaração se refere à reinstalação do Presidente Zelaya, o diálogo e a reconciliação nacional e o restabelecimento da ordem democrática. Eu queria mencionar uma última coisa, porque vi que houve uma grande atenção da mídia a uma parte do

discurso do vice-Embaixador, Embaixador altermo dos Estados Unidos na OEA, eu queria chamar atenção para uma declaração feita ontem, não sei exatamente a que horas, eu não tenho aqui o horário, mas suponho que tenha sido mais tarde, do porta-voz do departamento de Estado, em que também se refere à necessidade do respeito à Convenção de Viena, às missões diplomáticas e às pessoas sob sua proteção.

Então, isso aqui está também na nota do Departamento de Estado ontem, entre outras referências ao Plano Arias e às resoluções da OEA, e todos eles pedem a restituição do Presidente Zelaya ao poder, dentro das condições que foram negociadas. Essa tem sido a posição do Brasil, o Brasil tem uma posição que defende uma solução rápida e pacífica. Rápida porque, se não ocorrer rapidamente, ocorrerão eleições cuja legitimidade tem sido contestada, as próprias Nações Unidas disseram que não enviarão observadores e não podem dar assistência às eleições, se elas forem conduzidas pelo governo de fato. O próprio governo americano teve uma ação semelhante e, obviamente, a comunidade internacional como um todo não poderia, creio eu... Aliás, isso foi dito, não por mim, mas pelo Presidente Arias aos candidatos, a pelo menos dois dos candidatos a essas eleições, que a comunidade internacional não reconheceria eleições que fossem conduzidas nessas condições. Então, basicamente eu diria, para não tomar muito tempo dos senhores, são essas as questões. E dentro aqui do que nós combinamos, eu estaria pronto para responder, faria o possível para responder todas as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Ministro. Eu quero só reiterar aos Srs. Senadores que nós consigamos fazer as perguntas num prazo mais rápido. Sugeriria prazo de três minutos para que a gente possa ter a resposta do Ministro, uma discussão mais efetiva. O primeiro inscrito, Ministro, é o Senador Arthur Virgílio. Mas eu repito o que eu já tinha colocado: o que mais o governo pode fazer ou o que está fazendo para desocupar a Embaixada, do ponto de vista desses outros sessenta...? Deixa o Senador Arthur falar, e, depois, V. Exa. responde, já com o Arthur colocando o questionamento dele também. Essa questão dos sessenta. Quer dizer, não há dúvida quanto ao Presidente Zelaya, mas quanto aos outros sessenta que estão lá dentro da embaixada. Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Bem, Presidente, Ministro Celso Amorim, é sempre um prazer revê-lo. A posição que eu esposo é de defender a integridade da embaixada, obviamente repudiar o uso político da mesma. E vejo que o Brasil, a partir do seu envolvimento voluntário ou involuntário, como V.

Exa. acaba de afirmar e eu não tenho por que duvidar, o Brasil, a meu ver, se afasta dos grandes problemas internacionais e fica preso ao destino de um pequeno país. Perde seu peso negociador em relação a esse conflito, e eu gostaria que V. Exa. se pronunciasse a respeito de que providências estão sendo tomadas para garantir a integridade física dos brasileiros. Porque eu temo retaliações aos brasileiros residentes, diplomáticos ou não, são só quatro, mas, sobretudo, os que estão lá, levando suas vidas normais, cotidianas em Honduras.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Pois é. A minha opinião muito firme e muito clara é que o Brasil não deve, sob nenhuma hipótese, e eu não estou afirmando isso, mas entendo que não deve, em nenhuma hipótese, comprar a agenda política do Presidente Hugo Chávez. Pra mim seria algo deplorável, enfim. Eu gostaria de saber o que é Zelaya na Embaixada Brasileira. É asilado, é refugiado, é hóspede? O Ministro Jobim fala em hóspede oficial. Não sei se isso é adequado. Nesse momento, eu não sei se isso serve ao país, não sei se a declaração do Ministro foi feliz. Asilado, pra mim, é aquele que quer sair do país. Ele... O governo negocia com quem está no poder, ditatorial ou não, e foi assim com os brasileiros que como todos nós sofremos dificuldades, enfim, obtém o salvo-conduto e aí o Sr. José Serra, o Sr. Almino Afonso, o Sr. Paulo Tarso vão para o Chile. Mas não teria cabimento eles ficarem diante daquela ditadura que nós tanto combatemos, todos os dias, na porta da embaixada, fazendo declarações públicas e recebendo membros da imprensa internacional, enfim.

Então, asilo é para sair... Para sair. Esse foi o primeiro caso que eu conheci de asilo para ficar. E isso eu considero estranho. Esdrúxulo, no mínimo. Então, o certo seria negociar o salvo-conduto e abrir as portas para o Presidente Zelaya de qualquer cidade brasileira, como hóspede de honra, onde quer ficar... Enquanto... E aí vem o nosso apego ao princípio da não intervenção e autodeterminação dos povos. O apego nosso dizendo "Olha, e lá aquele país vai saber resolver os seus problemas no momento certo". Aquele país vai saber das suas soluções. Muito bem. Eu, aqui, quero condenar os exageros óbvios do Governo Micheletti, em relação à censura e à imprensa, cortes de franquias individuais, isso é algo com que não posso concordar. Por outro lado [soa a campainha]... Só um pouquinho. Eu vejo que há uma certa complexidade no caso.

Não foi um golpe de Estado clássico. Lá, uma Constituição que não permite direito de *impeachment*, não permite a figura do *impeachment* e que tem, nos

seus arts. 239 e 272, coisas peculiares. O estágio de democracia que é permitido aquele povo viver. Não foi um golpe de Estado clássico. Ele desrespeitou um desses artigos da Constituição e isso foi acionado contra ele, em termos de Suprema Corte, em termos de Congresso Nacional, e, depois, ordem das Forças Armadas para retirá-lo do poder. Muito bem. E aí criou-se aquela dúvida inicial. Foi um golpe? Foi um contra golpe? O fato é que a democracia em Honduras está em perigo, e o Brasil está envolvido como protagonista, quando ele deveria, a meu ver, ser mediador, pura e simplesmente mediador nisso. E para isso era fundamental ter retirado o Zelaya de lá, para, cumprindo com a praxe da regra do asilo, poder ser um país de primeira linha do nosso subcontinente, o nosso continente latino-americano, com toda capacidade de ser esse agente negociador. Muito bem.

Eu estranho, Ministro, uma certa virulência, ou seja – e olhe que eu sou flamenguista –, um certo flamenguismo da nossa autoridade, ao se referir ao outro governo. Ou seja, é típico de quem não vai mediar, porque são declarações muito duras, que vão fechando o espaço negociador. Eu lhe pergunto ainda – eu lhe fiz algumas perguntas, algumas considerações e algumas perguntas – se vê aplicabilidade a esta altura, no Plano Oscar Arias, que previa o retorno de Zelaya, com a participação de um membro de cada poder, tempo determinado para convocar nova eleição. Ou seja, ele não intentaria essa tal aventura do terceiro mandato que o nosso presidente, em boa hora, e com muita sabedoria repudiou, e merece meu aplauso por isso. Como merece minha condenação o Presidente Chávez e merece minha condenação o Presidente Álvaro Uribe. Num segundo mandato, faz parte até de uma certa tradição de democracias maduras. Terceiro mandato, cheira a golpismo claro, clássico, querendo avançar no sentido de mais um autoritarismo.

E quero lembrar que a Convenção de Viena, no art. 61, ela garante a imunidade das embaixadas, das representações diplomáticas. Mas, no seu art. 43, ela proíbe terminantemente a interferência política. Então, me parece que nós temos direito, pelo art. 61, à inviolabilidade da nossa embaixada, mas temos que ter muito cuidado em não estarmos infringindo ou estarmos infringindo o art. 43, que diz que nós não podemos patrocinar ações políticas, e ações políticas é o que não tem faltado por parte do Presidente Zelaya. E volto a lhe perguntar: O que ele é? É hóspede oficial, como disse o Ministro Nelson Jobim? Ele é refugiado? E aí não me parece que seja a posição clássica do refugiado. Ele é asilado? Se é asilado, o que falta para que se cumpra a praxe de se o retirar de lá, até para fluírem as negociações?

Fora disso, eu volto a dizer, temo até pelos 500 ou 600 brasileiros que lá residem, porque vejo que o clima está nos deixando, no mínimo, num impasse de difícil saída, de difícil solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Primeiro, tentando responder à pergunta que V. Exa., Presidente, havia feito, com relação ao número de hondurenhos que lá estão. Eles são hoje, realmente--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Número de brasileiros.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, não. Eu estava respondendo a pergunta dele... Vou me referir a...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Dos sessenta dentro da embaixada.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Que ele cobrou que eu não tinha respondido. Com relação... Isso sempre foi uma preocupação nossa. Eu volto a dizer... Quer dizer, é preciso compreender o momento emocional em que essas circunstâncias se deram, quer dizer, não foi... Não foi... Justamente não foi uma pessoa simplesmente que estava procurando refúgio ou procurando um asilo no sentido normal e corrente do termo. Foi um presidente legítimo, reconhecido como legítimo por toda comunidade internacional, que voltou e que pediu abrigo à nossa embaixada. Isso eu creio que cria uma situação totalmente diferente. No momento inicial, houve realmente um grande afluxo de seguidores do Presidente Zelaya, chegaram a um número grande, perto de trezentos quase. Nós conseguimos que eles fossem sendo retirados aos poucos. Ainda ontem, que foi a última vez que eu tratei desse tema, eles eram cerca de sessenta, e esse número, me garantem, que será diminuído ainda mais, em função até das condições humanas de convivência lá dentro.

São pessoas próximas ao Presidente Zelaya, familiares, amigos e alguns correligionários e que estão aos poucos sendo... Esse número está sendo, aos poucos, diminuído. Realmente, houve um estacionamento, digamos assim, nesse número de sessenta, nós continuaremos a exortar o Presidente Zelaya, a senhora dele que está lá, para que esse número seja diminuído. Para que... Esse foi sempre o nosso entendimento, de tê-lo recebido, tê-lo recebido, para que, através do diálogo – alguns assessores, naturalmente, ele teria necessidade para isso – e por meios pacíficos, pudesse seguir adiante.

Se eu puder me referir às perguntas feitas pelo Senador Arthur Virgílio, eu queria dizer o seguinte, Se-

nador: não há nenhum segmento, não há nenhum segmento da agenda política do Presidente Hugo Chávez. Nesse caso, o que nós estamos fazendo é dando abrigo a um presidente reconhecidamente... Reconhecido como presidente legítimo de Honduras. E reconhecido pela comunidade internacional. Há resoluções da OEA, dizendo que ele deve retornar e deve ser restituído ao poder. É uma situação totalmente diferente. E eu junto isso com a pergunta que V. Exa. fez sobre o Plano Oscar Arias, o Plano Oscar Arias prevê a volta do Presidente Zelaya em condições... O Presidente Zelaya, aliás, aceitou o Plano Oscar Arias. Inclusive, o segundo plano, que é o acordo de São José, quem não aceitou foi o governo de fato. O termo que se usa, se é golpista, governo de fato... Ninguém na sociedade internacional tem uma visão diferente. Ninguém tem uma visão diferente.

Esse é um golpe unanimamente repudiado. Bom, o fato de ser um golpe unanimamente repudiado cria uma situação muito diferente da situação que houve no Brasil, em 1964. Acho que cada situação é uma situação, naturalmente, mas aqui, em 64, houve uma aceitação tácita, em alguns casos, até festejada pelo golpe militar. Não há isso nessa situação. Quer dizer, nem nos Estados Unidos, nem em Cuba, nem Uruguai, nem a Mongólia reconheceram o governo de fato, o governo que emanou do golpe. Então, há uma situação que é diferente, nesse sentido, profundamente diferente, a meu ver. Há também, Senador, uma evolução que, talvez, seja algo que ainda esteja ocorrendo. O Direito Internacional também não é uma coisa absolutamente fixa. E a própria existência da Carta Democrática da OEA, hoje em dia, já cria condições diferentes daquelas que existiram até 15 anos atrás, 20 anos atrás, 30 anos atrás. Então, essa própria existência da Carta Democrática da OEA, entre outras coisas, foi o que levou a Assembléia Geral da OEA, em duas ocasiões, se manifestar de maneira absolutamente... [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Só para pedir silêncio. Não é...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Absolutamente clara de condenação e a favor da restituição do Presidente Zelaya ao poder. Então, se não foi um golpe de Estado clássico, eu não sei bem o que é um golpe de Estado clássico, mas, de qualquer maneira, foi um golpe de Estado e toda a comunidade internacional o considerou dessa maneira, sem exceção. Sem exceção, porque as resoluções na OEA passaram por unanimidade, e, na Assembléia Geral da ONU, por consenso. Quer dizer, não houve ninguém sequer que dissesse: "Não conte o meu voto". Então, essa é a pressuposição.

Com relação ao fato de ser... Vou tentar tratar de todos os temas que V. Exa. mencionou. Com relação ao fato de ser um pequeno país, e digamos, isso... V. Exa. não usou essa expressão, mas, digamos, era mais ou menos o que eu entendo, como se tivesse esse tema sequestrado a política externa brasileira, e nós ficarmos muito concentrados nele, porque naturalmente há uma preocupação nossa também, porque nós temos muitos outros temas a tratar, indiscutivelmente. Agora, eu acho que, lá, o que está em jogo não é só um pequeno país da América Central, que, mesmo assim, mereceria o nosso respeito, mas é o destino da democracia, pelo menos, na América Central. Eu não poderia falar de maneira mais ampla, mas, pelo menos, na América Central, onde, digamos, a tolerância a um golpe de Estado poderia inspirar outros golpes de Estado na região e creio que eu acho que nós não podemos fazer isso.

Creio que esse entendimento é um entendimento compartilhado. Não quero colocar palavras na boca de ninguém. Gostaria que, depois, se nós conseguirmos aqui, inclusive, traduzir e mandar distribuir as declarações do Secretário-Geral da ONU, do Secretário-Geral da OEA e do Presidente do Conselho e, inclusive, a declaração também do porta-voz do Departamento de Estado, para mencionar três, elas vão todas nessa mesma linha. Então, há um entendimento claro de que o papel que coube a nós não foi escolhido por nós, mas nós também não o repudiamos.

Quer dizer, quero deixar claro que o papel que coube a nós foi um papel de defender, de ser o símbolo do desejo da comunidade internacional em Honduras, que é a restauração do regime democrático por um processo negociador, que foi o processo negociador iniciado pela OEA. Eu queria dizer que tão importante quanto o aparente recuo do governo de fato em relação ao estado de sítio, há também uma mudança de atitude aparente – tudo isso nós temos que esperar – com relação à missão da OEA, e está, em princípio, marcada para o dia 2 uma missão precursora e, para o dia, 7 a missão mesmo dirigida pelo Secretário-Geral...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Sim. Foi convite. Está convidado para o Secretário-Geral da OEA. Depois, naturalmente, de terem recusado, no aeroporto, a missão que estava programada. Bem, eu acho que, de qualquer maneira, isso tudo demonstra que a nossa ação, a nossa ação conduz à retomada do diálogo. Porque não estava havendo diálogo algum mais. A verdade é essa. Nós não tivemos... Repito: não tivemos nenhuma participação. Nós soubemos da presença do

Zelaya no país entre 20 minutos e meia-hora antes de ele bater nas portas da nossa embaixada.

Mas o fato de ele estar hoje no país, sob proteção da embaixada do Brasil, é um estímulo ao diálogo. E eu diria mais, Senador, se me permitir, mesmo... Claro que nós temos que frequentemente repetir os chamados à calma e à moderação... Agora, eu não sei o que teria acontecido se o Brasil não tivesse aceito. Ele não pediu asilo. Então, não poderia ser aceito como asilado. Então, se ele não tivesse aceito, ele teria sido preso, talvez morto... Até se reagisse a uma voz de prisão, ou, então, estaria numa serra planejando uma guerra civil, uma insurreição. Acho que nós estamos contribuindo para o diálogo e para uma solução pacífica da questão e essa tem sido a nossa posição.

Com relação aos brasileiros, acho que esse é o último ponto que acho que faltava mencionar... Com relação aos brasileiros, é uma situação delicada. Como sabem, em função do próprio não reconhecimento do golpe de Estado, nós retiramos o Embaixador, nós mantivemos, porém, um encarregado de negócios, justamente para ele ter contato, poder ter contato com os brasileiros. Eu reconheço que, hoje, a situação é extremamente difícil, nós estamos vendo como atuar junto, também, com outros governos, que também não reconhecem o governo de fato, mas que têm maior trânsito, como nós podemos assegurar essa proteção aos brasileiros que estão lá, que é uma obrigação que nós estamos procurando. Agora, a solução real virá pelo diálogo e pelo restabelecimento da democracia em Honduras, e é isso que nós estamos fazendo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Obrigado, Ministro. Cabe a réplica?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Pois não. Ministro, veja bem, quando V. Exa. diz: "Estamos dando abrigo", eu estou plenamente de acordo. É da tradição brasileira. Chegou a dar abrigo até [interrupção no áudio] na nossa tradição. Mas eu me refiro à exorbitância da militância política lá. Pra mim, o abrigo, o asilo é para sair. Ou seja, não caberia outra figura jurídica que não a da concessão do asilo. Essa coisa de hospedar significaria o Brasil, na verdade, estar praticando uma certa ingerência. E olha que eu condeno os métodos do governo que corta franquias democráticas, enfim. V. Exa. faz uma comparação entre os 64 e os tempos são outros...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: V. Exa. fez. Eu só...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Não, eu não falei em 64. Eu, se pudesse esquecer aquilo, esqueceria.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Falou no Serra, e...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É, de certa forma, sim. Certa forma... Eu disse que os exilados não poderiam ficar fazendo proselitismo político contra o regime que eu tanto combati e que todos nós tanto combatemos, enfim, porque o papel deles era ficarem quietos àquela altura. E com salvo-conduto para o Chile como foram. O que o Brasil de 64 teve um apoio... O golpe de 64 que foi ortodoxo, foi contra o Congresso, foi contra a justiça, foi contra tudo. Não houve nenhum foro de legalidade, nada, nada. Ao contrário desse, que se discute se é um golpe, um contra-golpe, enfim. Mas havia a sétima frota aqui dentro. A comunidade estava pronta. Foi uma conspiração que redundou na queda do governo constitucional do Presidente João Goulart. Dessa vez foi um pouco diferente. Eu não acredito nas intenções tão democráticas assim do Presidente Zelaya, como também, e acho bom que o Governo Brasileiro seja muito zeloso desses princípios de garantir, de ajudar a garantir, sem a ingerência, sem a interferência, sem quebrar o princípio da autodeterminação dos povos, zelar por democracia no Caribe, em qualquer lugar que seja, o MERCOSUL tem uma cláusula democrática que a gente tem que usar com muita cautela. Já estamos vendo aí a entrada da Venezuela, ou não, agora, e a cláusula democrática tem que ser um dos pontos a serem discutidos. Nós temos visto uma escalada na Venezuela de censura à imprensa, de censura a órgão de comunicação. Uma escalada de corte de franquias democráticas. E se isso não é ainda a ditadura plena, eu não sei se há a intenção de chegar à democracia plena. Ao contrário. Me parece uma escalada no sentido de suprimir franquias democráticas.

Mas, no mais, eu... Eu digo a V. Exa. que me agrada a ideia do Plano Oscar Arias. Me agrada essa ideia. E me agrada a ideia de que se faça uma eleição a curtíssimo prazo, obviamente que de acordo com a Constituição daquele país, que a Constituição que cabe àquele país... Não temos que fazer o papel dos Estados Unidos no Iraque, não temos que impor o nosso modelo de democracia ao estágio de democracia que pode servir para o povo hondurenho hoje, me parece que, dentro da Constituição venezuelana, é cláusula pétrea, que não pode haver a tal... Não é nem terceiro mandato, é o segundo mandato. Não pode haver outra indicação. É cláusula pétrea. Então, isso aí, a meu ver, deveria ser respeitado, sim, para que ficasse bem patente que isso corresponde àquilo que a sociedade hondurenha entende que seja o seu patamar de democracia.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senador, V. Exa. me permite, eu não vou entrar no mérito se foi um golpe ou um contra-golpe. Para nós, foi um golpe. Agora, eu diria, essa dúvida não existe na comunidade internacional.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois é, mas eu me referia que a outra aceitou... A comunidade internacional aceitou de bom grado um golpe claro contra a liberdade no país. Então--

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, eu quero... Se V. Exa. me permite, só para tentar responder a pergunta. Eu não quero entrar no mérito. Eu tenho minha opinião, o Governo Brasileiro tem a sua opinião. Mas, neste caso, não se trata da opinião do Governo Brasileiro; trata-se da opinião da comunidade internacional, expressa nas resoluções da Assembléia Geral da OEA, expressa na resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas. Então, foi um golpe do ponto de vista da comunidade internacional. Não é a minha opinião.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Por esse aspecto, não teria sido um golpe o de 64, porque a comunidade internacional aceitou de bom grado. Eu queria entender com subjetivismo e olhássemos a questão concreta que está posta lá.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senador, eu não vim aqui responder sobre 64. Eu tenho minhas opiniões sobre 64, como, enfim, era Diplomata, como V. Exa., mas respondi Comissão de Inquérito e IPM, como outras pessoas que se sentiram atingidas naquele momento. Mas eu prefiro não falar de 64 agora. Falarei num outro momento, se V. Exa. me convocar numa outra condição. O que eu quero dizer é que não há dúvida na comunidade internacional, no caso de Honduras, de que, sim, foi um golpe de Estado. Não há dúvida. Não há ninguém na comunidade internacional que duvide disso. Há, digamos, pessoas que concordam ou não concordam com que o Presidente Zelaya gostaria de ter feito. E eu quero dizer a V. Exa. e assegurar a V. Exa. que o que nós estamos apoiando, que são as resoluções da OEA e o Plano Arias, pelo próprio Plano Arias, o Presidente Zelaya já renunciou claramente a ideia de tentar... Seja um segundo mandato, de tentar a reforma constitucional... Isso faz parte do Plano Arias. E quem recusou o Plano Arias não foi o Presidente Zelaya. Quem recusou o Plano Arias foi o governo, de fato, liderado pelo Presidente Micheletti. Então, o que nós estamos apoiando é justamente a mesma coisa que V. Exa. está apoiando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado. Vamos ouvir agora, então, o Senador Aloizio Mercadante, e, em seguida, o Senador Sérgio Guerra. Senador Mercadante... Se-

nador Arthur Virgílio gastou uns cinco minutos, tem um bom tempo aí.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Eu queria iniciar elogiando a atitude do Itamaraty e do Governo Brasileiro nesse episódio, e nós precisamos definir alguns princípios básicos para que a gente possa evoluir. O primeiro é esse: nenhum país democrático do mundo e todos os foros multilaterais que podiam se pronunciar sobre o golpe em Honduras o fizeram, assumindo que foi um golpe e condenando o golpe. A OEA, por unanimidade, a Assembléia Geral da ONU, por unanimidade, a cúpula sulamericana e africana, por unanimidade... Todos os foros internacionais já se pronunciaram. Portanto, foi um golpe. O presidente que foi retirado da sua casa de madrugada, sem o devido processo legal, sem direito de defesa e sem previsão constitucional, evidentemente, que caracteriza um golpe. A Constituição hondurenha é muito clara no seu art.º: *'Nadie' deve obediência a um governo usurpador, nem a quem assume funções ou empregos públicos pela força das armas ou usando meios e procedimentos que quebrem ou desconheçam a Constituição e as leis estabelecidas. Os atos verificados por tais autoridades são nulos. O povo tem o direito de recorrer à insurreição em defesa da ordem constitucional.*

Então, é claríssimo, o art. 3º deles o rechaça. Não há nenhuma previsão do que aconteceu. Não há amparo constitucional. Quer dizer, retirar o presidente de madrugada, colocar num avião e mandar para a Costa Rica. Então, houve um golpe de Estado e o mundo inteiro reconhece que houve um golpe de Estado e condena o golpe de Estado. Eu espero que a oposição conservadora no Brasil assuma. Ou, explicitamente, como fazem já alguns parlamentares que querem uma moção de apoio ao golpe, tentando lembrar um passado que acho que nós lutamos mais de 20 anos para superar, ou, verdadeiramente, a gente mude a qualidade do debate. Portanto, houve um golpe do Estado que é condenado por todas instituições multilaterais. A moção está na Câmara. Tem moção na Câmara. Já tem duas moções apoiando o golpe. Na Câmara dos Deputados, tem duas moções.

Segundo lugar, não precisa nem falar para não dar crédito. Segunda discussão... Houve um golpe de Estado. A segunda discussão é sobre o papel do Brasil nesse episódio. Não foi o Brasil que escolheu acolher o Zelaya. Foi o presidente legitimamente eleito que escolheu a Embaixada do Brasil por razões que ele publicizou. O prestígio e o peso do Brasil em ser um país que tem capacidade política de suportar uma situação delicada como essa que nós estamos atravessando. A terceira questão: nós precisamos hoje, aqui, nos posicionar. Tínhamos aprovado uma moção,

foi a Plenário, foi pedido revisão, eu estou propondo alguns ajustes atualizando a moção. Atualizando em que sentido? Primeiro, condenar a violência à embaixada e qualquer tipo de ameaça que fere a convenção de Viena... Eu vou ler, inclusive, os sete dispositivos e gostaria, depois, da opinião do Ministro, se for de seu interesse. Qual é a conclusão da nossa moção? *"Seu mais veemente repúdio ao cerco policial à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, já condenado pelo Conselho de Segurança da ONU, o qual contraria frontalmente a responsabilidade do Estado hospedeiro, consagradas na Convenção de Viena sobre relações diplomáticas. 2) Sua consternação com as violações do direito à livre manifestação dos partidários do governo legítimo de Honduras, do Sr. Manoel Zelaya, condenados pela Comissão interamericana de Direitos Humanos e com a suspensão das garantias constitucionais do povo hondurenho, bem como o fechamento de rádio e televisões da oposição. 3) Sua advertência a que a vida do Presidente Manoel Zelaya e a inviolabilidade da missão diplomática do Brasil em Tegucigalpa devem ser preservadas a todo custo. 4) Sua conclamação à comunidade internacional, especialmente ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao Conselho Permanente da OEA, a que intervenham positivamente no conflito hondurenho, inclusive mediante adoção de sanções concretas contra o governo legitimamente instalado em Tegucigalpa. 5) Seu firme entendimento de que o Presidente Manoel Zelaya deve se abster de utilizar a Embaixada do Brasil em Tegucigalpa como palanque político, pois isso viola as regras do Direito Internacional público e não contribui para a tão desejada pacificação de Honduras. E 6º: seu sincero apelo a todas as forças políticas de Honduras, para que inicie, sob auspícios da OEA, um processo transparente de diálogo, que conduza esse país à conciliação e a volta à normalidade democrática".*

Portanto, para concluir, Presidente, eu só queria dizer que o Governo Brasileiro já se manifestou publicamente, pedindo ao presidente legitimamente eleito que contenha suas declarações e respeite a condição de neutralidade da nossa embaixada. Agora, o que está em jogo é a democracia na América Central, como bem colocou o Ministro, e os nossos valores como sociedade democrática. Quer dizer, nós não podemos aceitar estado de sítio, a revogação de cinco garantias direitos individuais, a violação dos meios de comunicação com a polícia entrando, depredando, levando os equipamentos como nós vimos, ameaça e chantagem em relação à segurança da embaixada brasileira. E nós, em função de um quadro como esse... E o rechaço, quer dizer, eles expulsaram a delegação da OEA do país. Expulsaram a delegação da OEA. Então, não há...

A proposta do Prêmio Nobel Arias, os sete pontos que ele ofereceu como um acordo, como uma construção, eles inviabilizaram, o governo golpista inviabilizou.

Então, temos que ter firmeza muito clara de rechaçar o golpe, o estado de sítio, a garantia da nossa... Da Convenção de Viena, da nossa embaixada. Pedir, evidentemente estamos pedindo, ao presidente legitimamente eleito, Manoel Zelaya, que se contenha nas suas declarações, para que contribua para um clima de solução desse conflito e eu diria que nós estamos... Se nós conseguirmos construir esses valores que aqui estão, acho que nós daremos uma boa contribuição de mostrar que o Brasil consegue tratar essa questão suprapartidariamente, respeitando o nosso princípio, nossos valores, nossa diplomacia, mas tendo uma posição clara, como todo o resto da comunidade internacional, de condenar o golpe e buscar uma saída negociada que reconheça a legitimidade de um governo que foi eleito e não poderia ter sido destituído como foi. Se V. Exa. quiser fazer algum comentário, sinta à vontade, mas eu quis fazer uma manifestação, reforçando a posição e defendendo essa moção.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Indago ao Ministro se ele quer fazer o comentário ou se passamos para outra pergunta e podemos responder em bloco.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Só muito rapidamente, se V. Exa. permitir. Eu concordo que digamos... Se pudéssemos ter um apoio dos parlamentares do Congresso, isso seria ótimo para a nossa posição porque é um recado claro. Inclusive, esse recado no sentido de que o Presidente Zelaya não exorbite das condições em que ele foi aceito. E eu diria que, de modo geral, nós temos conseguido evitar o pior. Porque o fato é que ninguém da oposição, digamos, dos seguidores do Zelaya foi... Praticou um ato de violência sequer que tenha sido noticiado, pelo menos, que eu saiba.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu quero só... Evidentemente quando o Senador Mercadante falou de oposição conservadora, não se referia a nós. Porque eu assinei com ele o requerimento da semana passada como terceiro signatário e assinei hoje, como segundo signatário, até como primeiro. Eu que sou membro da Comissão. Então, certamente não está se referindo a nós como oposição conservadora.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sobre a moção?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, vocês não chegaram a isso, felizmente. Não fizeram.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está bem, então. Faço parte da base de apoio. Senador Sérgio Guerra com a palavra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Ministro, nós acompanhamos brasileiros que não são superdotados como o Senador Aloizio, nem diplomatas como o Senador Arthur Virgílio. Nós acompanhamos esse episódio com preocupação e interesse e vontade que ele seja resolvido. O que nos espanta rigorosamente nisso tudo é apenas um fato, pelo menos, a mim. Eu não estou falando aqui como presidente de partido, nem como representante de bancada. Não é o meu caso. Quem fala pela nossa bancada é o Senador Arthur Virgílio. Mas eu fico muito desconfiado de alguém que está evidentemente e necessariamente protegido na Embaixada do Brasil, que atua corretamente quando protege e que, a partir dessa proteção, desenvolve uma ação nitidamente política. É um exagero. Não é uma retribuição ao Governo Brasileiro, que o acolheu de forma absolutamente corajosa e positiva.

Mas o que eu vi, o que qualquer pessoa observou é que ele não está apenas lá. Ele está lá numa operação, numa situação em que favorece setores políticos que são aliados dele. E esses setores políticos se movimentam, se manifestam, atuam... Se organizam em torno dele. Claro que, se eu tenho um adversário e esse adversário vai ficar fixado no coração da minha casa, esse adversário terá muito mais chances de progredir do que fora dela. Mas esse não é o caso do Brasil e nem é o caso da diplomacia brasileira. O que estamos fazendo, pelo que eu entendi da palavra do Ministro Celso Amorim, é garantindo que o presidente eleito, de Honduras, no seu país tenha proteção. Tenha onde ficar. Não sofra ameaça, não seja preso. Isso é muito diferente do presidente eleito, a partir dessa base, operar politicamente no interesse, por mais justo que seja, por mais legítimo que seja da sua política.

E o Senador Arthur Virgílio falou algumas vezes aqui em... Por que não trazê-lo para o Brasil, para a Embaixada Brasileira em qualquer lugar? Toda essa discussão cessaria. Ele estaria protegido do mesmo jeito. E a oposição que pode levá-lo ao poder, do povo de Honduras, sustentada pela comunidade internacional, vai cuidar de reestruturar e de interferir como pode e como permite a lei, para que se restabeleça a normalidade democrática lá. Fora disso, apenas uma estranheza. Até porque nós vamos seguramente, daqui dois, três ou quatro dias, ter que votar aqui decisões importantes sobre as nossas relações com a Venezuela. É que para todos nós que preocupa a ação do governo que vitimou o Presidente Zelaya, preocupa

também ação autoritária, atípica, muitas vezes não democrática, do Presidente da Venezuela.

A Venezuela está longe de ser um padrão de democracia, muito menos de respeito aos Direitos Humanos, muito menos de respeito ao direito de imprensa. E, no entanto, não se ouviu até hoje um protesto sequer, uma reclamação sequer do Governo Brasileiro sobre isso. Eu penso que, para que haja equilíbrio, para que nós estejamos unidos nessa questão, na qual o Brasil tem que se sair bem, nós daqui torcemos para que o país, o Brasil, a Embaixada Brasileira, o Itamaraty, o Governo do Presidente Lula se dê bem na atuação que está desenvolvendo, é preciso que haja esse entendimento central. A gente não concorda com a plataforma política que possa desenvolver o Presidente Zelaya, da mesma maneira que estranhamos o silêncio diante das ações óbvias, autoritárias, do Presidente da Venezuela, que é nosso aliado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Sérgio Guerra. O tema agora é com o Senador José Agripino, em permuta com o Senador Roberto Cavalcanti. Se V. Exa... Acho que a gente poderia partir para o sistema de, pelo menos, dois ou três que ele responde rapidamente. Alvaro Dias, depois do... Então, Senador José Agripino.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu consulto se o senhor me inscreveu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, está inscrito, mas ainda está bem pra baixo aqui. Ainda tem depois Alvaro Dias, Inácio Arruda, Wellington Salgado, José Nery. O Flexa está aqui também.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, eu fui inscrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Já está inscrito também.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V. Exa. não leu meu nome.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O senhor está aqui, depois do Romeu Tuma. Porque tem depois... Depois do José Nery, tem Romeu Tuma, João Pedro, Suplicy, Casagrande e Flexa. Porque o número é grande. Mas eu reitero que fiz, para que nós possamos ser rápidos, que eu tinha combinado com o Ministro que era até quatro horas. E quatro horas já está vencido. Senador José Agripino, então, com a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Ministro Celso Amorim, eu vi na... Acho que o Jornal O Globo, um dos jornais de circulação nacional, hoje traz uma pequena manchete, falando que, em Honduras, os partidários do Presidente Zelaya aclamam

nas ruas ao Presidente Lula da Silva como um herói. Aplaudem entusiasticamente a ação do Presidente Lula. Nominam, não é o Brasil, é Presidente Lula, é o herói. A preocupação de nós, brasileiros, não é com que a população hondurenha nesse momento esteja pensando do Presidente Lula. É o que o mundo esteja pensando da diplomacia brasileira. Eu acho que quem está em observação é a reconhecida competência da diplomacia brasileira, que se ouve tão bem em tantos episódios, apartando brigas, resolvendo conflitos... Enquanto eu li num jornal esta manchete, eu ontem estive em Recife, fui ao lançamento do livro do Senador Marco Maciel, e fui até um hotel para conduzir S. Exa. e o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e fiquei no *hall* do hotel um pouco. E algumas pessoas me chamaram... E é incrível, Ministro, como este assunto Honduras está repercutindo junto à população.

A invasão das refinarias do Brasil na Bolívia não chega nem perto, pelo que eu pude depreender da repercussão nas ruas, junto àqueles que têm opinião sobre essa questão de Honduras. Os rapazes me procuraram e me disseram: "E aí, como é? Vai ficar essa questão de Honduras por isso mesmo? Para nós está muito claro". Isso é a opinião deles. É a opinião deles. Vou lhe reproduzir a opinião deles. "Para nós está muito claro. Quando o Presidente Zelaya veio ao Brasil, já estava tudo acertado. Zelaya é da patota do Chávez, do Kadhafi, do Mugabe"... Nominou uma série de pessoas por quem eu pessoalmente não tenho nenhum apreço especial. Nenhum. E quando veio ao Brasil, veio já acertar o asilo às avessas. Asilo consegue quem está no país, tem uma questão política, pede asilo e lá, até que se resolva, ele fica protegido em território neutro. Colocam... Eles colocam.

O que aconteceu para nós – está muito claro – foi um entendimento no qual o Brasil participou, e nós não sabemos se a diplomacia brasileira autêntica está envolvida nisso. Eles colocavam essa questão. Eu não sei se eles fazem a diferenciação entre V. Exa., o Dr. Marco Aurélio Garcia... Não sei. Não sei se fazem. Mas estavam colocando em questão normal habilidade diplomática do Governo Brasileiro. Que teria participado de uma coisa e, como eles diziam, o Brasil estava pagando a conta internacional. Porque diziam eles: "A Venezuela entrou com o plano, entrou com a estratégia, entrou com os contatos, entrou com o avião e o Brasil entrou de gaiato". Entrou com a sede da embaixada, oferecendo um abrigo fora das normas e passando a ser avalista de hostilidades. Me dizia ele, na medida em que o Presidente Zelaya que é Presidente eleito, Micheletti, eu aqui compartilho inteiramente. O Micheletti não é presidente eleito. Há um golpe em curso.

O que é preciso é que as partes internamente se entendam. Mas a minha preocupação é que o Brasil entrou como avalista das hostilidades. Porque, na medida em que hospeda sessenta hondurenhos, Assesores do Presidente Zelaya, que usam a embaixada como púlpito para uma ação política, o Brasil é avalista de hostilidades que podem acontecer entre partidários de um lado e de outro e que não aconteceria se, porventura, o Presidente Zelaya estivesse fora do país. Ministro Celso Amorim, eu já... Como V. Exa., já ouvi tantos casos de Chefes de Estado que foram até depostos e que, depois de tratativas, voltaram gloriamente ao seu país. Agora, voltaram vindo de fora para dentro. Na medida em que Zelaya permaneça na Embaixada do Brasil, o perigo de conflito é, em minha opinião, é permanente.

Os rapazes de Pernambuco têm toda razão. Aí minha pergunta: está nas cogitações do Governo Brasileiro oferecer um salvo-conduto? Salvo-conduto, ele está na embaixada, ele está não sei se refugiado ou se asilado, até porque essa pergunta foi feita e não teve resposta ainda, eu acho que uma saída poderia ser a negociação do salvo-conduto para ele vir até para o Brasil, como já vieram tantos, até que essa questão se resolva dentro de padrões do Direito Internacional e, sem hostilidade, se volte à normalidade em Honduras. A minha pergunta é: está em cogitação esse salvo-conduto? A saída de Zelaya do país, da embaixada, para que se encontre clima interno para a solução do problema e ele volte em paz?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ministro Celso Amorim, se V. Exa. puder responder então ao Aloizio Mercadante, ao Sérgio Guerra e José Agripino.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Bem, com relação às observações do Senador Aloizio Mercadante, eu já me expressei. Com relação às duas últimas intervenções, Senador, até lamento que o Senador Sérgio Guerra não possa estar aqui para ouvir, mas tenho certeza que terá bons--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu ouço por ele.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É que ele é superdotado, ele tem muitas tarefas a fazer na Casa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Isso... Presidente, o senhor veja o que é ato falho. Um chama o outro de superdotado agora, você viu?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Bem, o que eu queria dizer sobre isso, sobre esse tema, inclusive, da ação política... [soa a campainha]. A utilidade da presença do Presidente Zelaya em Honduras é reconhecida por toda a comunidade internacional. Eu

tenho citado, às vezes, os Estados Unidos porque eu sei que justamente, digamos, há um esforço muito grande por um setor, digamos assim, da mídia de querer nos antepor aos Estados Unidos. Mas eu tive ontem uma conversa muito ampla com a Secretária de Estado, em que eu só ouvi palavras de agradecimento por nós estarmos ajudando a proteger a democracia na região, numa região conturbada, numa região que já sofreu vários processos de guerra civil, que não está livre de que haja outros.

E a presença do Presidente Zelaya, como presidente legítimo no país, é vista como um elemento positivo, propiciador do diálogo. Diálogo, repito, Senador, que não estava havendo, porque, justamente, o governo de fato, estou usando o termo diplomático que é usado, o governo de fato não quis aceitar o Plano Arias, o qual foi aceito pelo Presidente Zelaya. E no qual ele fez muitas concessões. Não vou entrar no mérito, mas ele fez muitas... Aceitou que não pediria referendo, aceitou que não se candidataria... Aceitou uma série de outras coisas. Aceitou um governo de unidade nacional... Então, eu até acho que, de certa maneira, ele aceitou... Eu acho que ele tinha que aceitar. Mas V. Exa. imagine, se cada vez que há um problema político, há um golpe de Estado e o resultado é um governo de coalizão, que incentivo isso pode ser para golpes de Estado e para o manejo não democrático das situações.

Mas, ainda assim, creio eu que, tendo sentimento de quem quer evitar, justamente, uma guerra civil, uma violência no seu país, o Presidente Zelaya aceitou essas condições. Quem não aceitou não foi o Presidente Zelaya, foram os golpistas. Não havia diálogo nenhum. Então, dizer que voltariam a uma situação em havia diálogo, não estava havendo. Honestamente, não estava havendo. Havia recusas constantes à ida do Secretário-Geral da OEA... Houve outras. Essa agora ficou mais patente, mas houve outras recusas, houve a recusa do Plano Arias... Em suma, essa situação já existiu. O segundo ponto que queria dizer é que alguma atividade política, os próprios... Digamos assim, não tenho como defini-los, mas os candidatos que estão colocados, que vão participar da eleição, eles aceitam essa presença, tanto assim que estiveram na Embaixada do Brasil para dialogar com o Presidente Zelaya. Infelizmente, digo eu, não chegaram a uma conclusão. Gostaria muito que tivessem chegado. Mas esse é um reconhecimento das próprias forças políticas que se opõem ao Presidente Zelaya, que a presença dele é útil--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O PSDB foi lá conversar? O PSDB de lá.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Propiciou diálogo que não estava existindo. E isso que nós temos feito. Se em algum momento--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): PSDB de lá foi lá?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Se em algum momento houve algum exagero, é possível que tenha havido, nós temos buscado, pelos meios diplomáticos e da persuasão, diminuir. Diminuir, que isso ocorra, conter o Presidente Zelaya e, como já disse, vou repetir mais uma vez, na realidade, isso tem ocorrido, porque não houve, que eu saiba, nenhum ato de violência praticado pelos seguidores do Presidente Zelaya. Então... Inclusive, lhe digo francamente, logo no primeiro dia, talvez até como um refrão, ele usou uma expressão que vinha usando antes, que era "Pátria, restituição ou morte". Eu disse: "Por favor, Presidente Zelaya. Não use a palavra morte", porque tudo que nós queremos evitar é que isso ocorra. E ele acatou, não usou mais essa expressão. E foi diminuindo o número de pessoas na embaixada. Claro que eu preferiria que não tivessem tantas. Mas foi diminuindo, recebeu jornalistas, recebeu um brasileiro, pelo menos, conseguiu entrar... Aliás, nós não impedimos ninguém de entrar. Dificuldade de outros jornalistas foi com as autoridades de fato. Nós facilitamos a entrada. E fez entrevistas... Então, acho que... Esse nível de comportamento político efetivamente existe.

Agora, eu queria dizer também, Senador Agripino, já passando mais diretamente para uma questão que V. Exa. colocou, uma derrota, o mundo vê a diplomacia brasileira... Eu acho sinceramente que o que está acontecendo... Eu não quero tirar disso nenhuma vanglória, mas todo mundo tem nos apoiado. E nós não fomos... Eu queria dizer o seguinte: nós não fomos jamais protagonistas nesse caso. Jamais protagonistas. V. Exa. descreveu uma impressão de um popular que eu respeito, como eu ouço muitas outras também. Mas eu não vou trazer aqui as impressões que eu ouço, todas. Respeito, mas eu posso assegurar que não houve nenhuma combinação para que nós recebêssemos. Nós não tivemos nenhum papel protagonista, quando houve sugestões, inclusive, de que ou o Ministro ou o Embaixador Brasileiro o acompanhassem. V. Exa. se lembra que houve um momento em que vários presidentes foram a El Salvador, o Brasil achou que não devia ir, não devia ir, porque a maneira de... O próprio Secretário-Geral da OEA foi também a El Salvador. Caso o Presidente Zelaya conseguisse chegar de avião lá, eles iriam, enfim, acompanhá-lo, mas não conseguiram. O Brasil não se envolveu em nenhuma dessas atitudes. Posso até dizer algo que nunca foi dito publicamente, mas houve um momento que foi pedido

um avião brasileiro para que o Presidente Zelaya voltasse e nós negamos. Nós negamos. Então, nós não nos envolvemos em nada disso.

Agora, o Brasil tem... Não fomos protagonistas. Por isso não posso nem dizer que a Assembléia Geral da OEA... Nós fomos fazendo realmente o que nós achávamos que devíamos fazer. Eu não vou ler a V. Exas. para não cansar, mas qualquer dessas resoluções, elas são claríssimas na condenação ao golpe de Estado, no pedido da restituição, no pedido da restituição do Presidente Zelaya ao poder, todas elas são claras, as da OEA, da ONU... Todas. E o Brasil teve participação, naturalmente, mas não comandou nenhum processo nisso. A única coisa que o Brasil teve realmente um protagonismo, já depois de termos recebido o Presidente Zelaya, foi num pedido ao Conselho de Segurança das Nações Unidas que condenassem as ameaças à Embaixada do Brasil e às pessoas que estão lá dentro. E conseguimos.

Se houvesse essa dúvida com relação à diplomacia brasileira, Senador... Eu fui Embaixador na ONU quatro anos. Eu conheço as Nações Unidas razoavelmente bem. Sou Ministro pela segunda vez. Fui Ministro do Presidente Itamar Franco com muita honra, sou hoje Ministro do Presidente Lula, com igual honra. E eu não me lembro de nenhum episódio em que um país, um país tivesse pedido uma reunião do Conselho de Segurança, o país não sendo membro do Conselho de Segurança, e ele ser convidado a ser o único a falar e, depois, obter que a Presidência do Conselho de Segurança fizesse uma declaração na linha do que nós havíamos pedido, de certa maneira, até repetindo palavras que nós havíamos usado como intimidação, assédio, etc. Então, eu não vejo essa questão.

Para responder, agora, mais imediatamente a sua pergunta sobre o salvo-conduto. Isso não nos foi pedido. Como não nos foi pedido, nós não estamos oferecendo. A ideia, creio eu, do Presidente Zelaya voltar ao país foi começar esse diálogo. A história julgará se haverá esse diálogo ou não. O fato é que ele não estava havendo. Nós não tivemos nenhuma participação, reitero, eu não posso pedir a ninguém que acredite na minha palavra, mas nós não tivemos nenhuma participação na movimentação que levou o Presidente Zelaya a Honduras. Soubemos da notícia dele meia-hora antes. Quer dizer, uma hora antes, chegou uma Deputada. A Deputada perguntou se nós receberíamos a Sra. Zelaya. A Sra. Zelaya, então, perguntou se nós receberíamos o Presidente Zelaya. Meia-hora depois, ou vinte minutos depois, isso ocorreu.

Então eu telefonei para o Presidente Zelaya, me assegurei de que os objetivos dele eram pacíficos e de diálogo e ofereci a proteção da Embaixada do Brasil,

para que ele continuasse nesses objetivos pacíficos e de diálogo. Portanto, não houve pedido de salvo-conduto e não é um ato *ex officio*, creio eu. Então, eu acho que é preciso que haja o diálogo, a coisa mais importante. Não defendam a diplomacia brasileira porque não estou pedindo isso. Defendam a OEA, defendam as Nações Unidas, defendam as instituições internacionais que todas estão... Defenda o Presidente Arias, que todos estão pedindo o diálogo. É o que nós queremos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

O Presidente Zelaya é um hóspede lá nosso?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Olha, eu não vou, Senador, entrar em categorização jurídica, porque eu acho essa questão complexa. Porque, infelizmente, ou felizmente, as situações históricas se repetem cada vez de maneira diferente. No início da minha apresentação... Eu mencionei o fato de que essa é uma situação absolutamente *sui generis*. Eu não conheço... Não conheço. Talvez seja ignorância minha. Falei com outras pessoas que acho que são cultas a esse respeito, eu não conheço nenhuma situação de condenação tão unânime de um governo emanado, um governo de fato emanado de um golpe de Estado. Não conheço. E eu poderia, eu não queria ler para não cansá-los, mas isso está na Declaração da OEA de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Na declaração... Mas alguns estão em inglês. Um está na declaração, na resolução... Na resolução da OEA sobre a suspensão do direito de Honduras de participar da OEA, é uma resolução muito importante, de 05 de julho. Essa mesma declaração fala na restauração da democracia e do Estado de Direito, bem como a restituição do Presidente Zelaya ao poder. Não fala em asilo, não fala que tem que se proteger ou só asilar. Fala restituição dele ao poder. A resolução da Assembleia Geral da ONU, aprovada por unanimidade, unanimidade, a resolução da Assembleia Geral – eu estou com o texto em inglês – condena o golpe de Estado na República de Honduras... Assembleia Geral da ONU. Condena o golpe de Estado da República de Honduras, que interrompeu o processo democrático e constitucional e o exercício legítimo do poder em Honduras. Então... Então, essas são as situações...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador José Agripino que pede para complementar a pergunta.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Rapidamente, Ministro. V. Exa. mencionou um fato que eu acho que é importante esclarecer. V. Exa. disse que o Presidente Zelaya havia solicitado ao Governo Brasileiro uma aeronave, certamente da FAB, para a sua

condução de volta ao país. E que a aeronave foi negada. Eu gostaria de saber em que circunstância houve esse pedido. Porque, logo em seguida, o mundo todo divulgou que Zelaya chegou a El Salvador em avião da Força Aérea ou um avião venezuelano. Então, há uma conexão nisso. Zelaya vai para Honduras, se hospeda na embaixada brasileira e antes pediu um avião à FAB. A FAB negou. E a Venezuela concedeu. Eu queria um esclarecimento e a circunstância em que esse pedido da aeronave aconteceu. Acho que isso é importante nesse momento--

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Houve um telefonema do Presidente Zelaya pra mim. Porque o que tinha acontecido? Nós tínhamos, dias antes, oferecido um avião ao Secretário-Geral da OEA que foi a Honduras, efetivamente lá teve contatos com... Ele não teve com o Micheletti, enfim, presidente de fato, Micheletti, mas ele esteve com... Esteve com elementos do Congresso e da Corte. Então, talvez, na sequência desse evento, acharam que também, como todos já haviam condenado o golpe, que nós poderíamos ceder o avião, o contato foi comigo e a aeronave foi negada. Por mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito bem. Vamos ouvir, então, agora, o Senador Alvaro Dias--

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: A FAB não foi sequer consultada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Alvaro Dias; em seguida, Inácio Arruda e Wellington Salgado. Eu vou só repetir o pedido para que a gente possa ser mais rápido. O tempo já está avançado. Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Sr. Ministro, primeiramente, é claro, todos nós devemos combater golpistas de qualquer natureza. Nesse caso, embora o Ministro fale em unanimidade, há controvérsias. Há constitucionalistas que divergem em relação a essa situação de Honduras. Alguns defendem que houve o golpe de um lado, outros defendem que o golpe é de outro lado... À luz da Constituição daquele país. Golpe, contra-golpe... Eu entendo, Sr. Ministro, que mesmo quando a decisão é correta sob o ponto de vista diplomático, quando a forma é equivocada, os resultados podem ser comprometedores. É evidente que... E V. Exa. tem acompanhado, que há no Brasil aqueles que defendem a posição do governo e aqueles que condenam a posição do governo. Não só leigos. Inclusive constitucionalistas. Aliás, tudo isso faz nos imaginar que, além de uma eleição democrática para eleger um Presidente em Honduras, há necessidade da eleição de uma constituinte para alterar a atual Constituição do país porque ela está

suscitando muitas dúvidas em relação a um fato tão transcendental.

Portanto, não vejo unanimidade. Isso que dá margem, inclusive, a comentários... Houve uma atrapalhada do Governo Brasileiro. Ou o Governo Brasileiro atuou como linha auxiliar do Presidente Hugo Chávez. E se houve, ora aqui, ora ali, mas a verdade é que isto se ouve por aqui. O fato é que, inclusive, nós sentimos de V. Exa. certa dificuldade em responder a uma questão suscitada pelo Senador Arthur Virgílio que definiria a condição em que se encontra Zelaya na embaixada brasileira de Honduras. Se é ele um asilado, se é ele um refugiado ou se é ele um hóspede oficial. Essa é uma questão. Exatamente se a forma adotada fosse absolutamente correta, certamente V. Exa. não teria dificuldades de aqui definir em que condição se encontra Zelaya na embaixada brasileira.

Do outro lado, eu questiono V. Exa. sobre forma ainda. O Presidente Lula se expôs bastante. O Ministro falou provavelmente menos do que o Presidente Lula. E o Presidente Lula exarcebou. Ele foi duro. Ele agrediu. Ele criticou. Isso não retiraria as condições políticas para que o Brasil, sendo o maior país da América Latina fosse o grande mediador na busca de uma solução de paz para esta crise? Esta é uma indagação. V. Exa. disse, há pouco, que é um fato inusitado recorrer-se ao Conselho de Segurança da ONU nessas circunstâncias. Isso não teria causado certo mal-estar? Foi, pelo menos, é o que se percebeu no noticiário, que houve certo mal-estar durando esta reunião no Conselho de Segurança da ONU, alguém disse: "Esse fato deveria estar sendo discutido na OEA e não aqui, no Conselho de Segurança da ONU". Em relação à questão do avião, o Senador Agripino indagou, mas eu também fiquei curioso. Se houve essa solicitação do empréstimo do avião, o Governo Brasileiro tomou conhecimento dos preparativos para o retorno a Honduras.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Três meses atrás.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exatamente. Então, há três meses, o Governo Brasileiro tomou conhecimento desses preparativos. Não procurou buscar uma alternativa diferente? Esta foi a melhor alternativa? É a indagação que eu faço. Primeiro, essa foi a melhor alternativa para a solução do problema, do lado de Zelaya? E se foi também esta, de abrigá-lo na embaixada, houve essa promessa anteriormente para que ele retornasse com tanta segurança e contrair abrigo ou ele agiu como uma espécie de camicase? Eu vou, independentemente do que possa ocorrer? Ou o Governo Brasileiro assegurou a ele: *Vá que nós lhe damos abrigo na embaixada brasileira.* São questões

que estou colocando aqui, fazendo o papel de advogado do diabo, me perdoe.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Imagina. Você? Imagina...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não, não sou. [risos] Mas deve ser esse o meu papel ou não, Senador Mercadante? E eu tenho agora uma questão também fundamental, Presidente Eduardo Azeredo. Há uma ameaça de invasão à embaixada brasileira. E há quem defenda como juridicamente possível. Não sou eu, advogado do diabo... Segundo diz o Senador Aloizio Mercadante. Mas, alguém que leciona a matéria, Direito Internacional. É a professora da USP, Professora de Direito Internacional da Universidade de São Paulo, Maristela Basso. Ela diz o seguinte, do ponto de vista estritamente jurídico, as condições estão dadas. Segundo ela, ao abrigar Zelaya o Brasil está permitindo que suas instalações sejam usadas como escritório voltado para a agitação política e a desordem pública. Isso é exceder-se em suas funções e não condiz com as normas internacionais.

Esse é um ponto que eu gostaria de ouvir. A outra questão, V. Exa. fez referência à Convenção de Viena, de 1961. Ela determina a imunidade das Missões Diplomáticas no exterior. É um fato. Mas, de outro lado, proíbe, em seu art. 43, que essas missões interfiram em assuntos políticos internos do Estado, onde elas estão presentes. Por saber disso, o Presidente Lula e V. Exa. pediram a Zelaya que se abstivesse de fazer declarações políticas enquanto estivesse na embaixada brasileira. Mas até agora o apelo de V. Exa. não foi atendido. Este é outro fato. Portanto, Sr. Ministro, essa é uma questão importante da Convenção de Viena de 61. Porque, obviamente, um país como o Brasil não pode, de forma alguma, correr o risco de ser acusado de violar essa convenção. E para concluir, apenas dizer que embora seja aqui advogado do diabo, como querem alguns, desejam alguns, obviamente, eu estou aqui também para combater golpistas de qualquer natureza. Se há controvérsias nesse caso, elas existem realmente. Mas, de qualquer maneira, a distância, a dificuldade de refletir sobre o que houve, sobretudo, de concluir sobre que houve, é maior. Especialmente porque esta conclusão tem que se dar à luz da Constituição daquele país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigada, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, permite um aparte só para aditar ao Senador? Ministro, só gostaria que V. Exa., na resposta do Senador Alvaro Dias, pudesse dizer se haveria a possibilidade desses entendimentos terem sido mantidos com o Professor Marco Aurélio, desde que ele fez de-

clarações a respeito disso por ocasião da chegada do Presidente Zelaya à embaixada brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos ouvir, então, o Ministro Celso Amorim. Depois vamos voltar ao Senador Inácio Arruda.

[pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, o Senador Flexa está no fim. Está último da lista aqui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu deixei de fazer a réplica por procuração. Porque eu tinha procuração do Sérgio Guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas vamos acelerar. Vamos acelerar. Vamos ouvir agora o Ministro para responder realmente. Em vez de fazer de três em três, o Ministro está se dispondo a responder uma por uma, ou dois por dois, ou uma por uma. O problema era mais o tempo dele que eu estava preocupado. Mas podendo, tendo em vista à relevância e à disposição do Ministro, continuamos então nesse processo. Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Bem, Senador Alvaro Dias, eu acompanhei de longe, como a sua luta também pela democracia no Brasil, de modo que respeito muito as suas credenciais democráticas. Mas eu queria dizer o seguinte: quando eu me referi à unanimidade, eu me referi à unanimidade da comunidade internacional. Não houve nenhum país, por seus representantes autorizados, por seus governos, que tenha discordado de que houve um golpe de Estado que tenha se oposto à condenação desse golpe de Estado e que tenha deixado de apoiar o pedido de restauração do Presidente Zelaya. Não houve nenhum país. Pode haver discussão teórica entre... Que eu respeito muito. Enfim, entre intelectuais que podem ver a situação de maneira diferente. Mas quando me referi à unanimidade, eu me referi à unanimidade internacional, as resoluções da OEA foram aprovadas por unanimidade, a resolução das Nações Unidas foi aprovada por consenso.

E eu aproveito para passar à segunda, creio que a segunda, pelo menos, é ligada à questão que diz respeito ao nosso pedido do Conselho de Segurança. As declarações da Presidenta do Conselho de Segurança feitas à imprensa e essa pergunta foi feita: "Houve algum membro que discordou?". Ela disse: "Não, essas respostas representam o pensamento de todos os membros do Conselho de Segurança". De modo que tudo que foi dito ali, pela Presidenta do Conselho de Segurança, eu subscrevo. Tudo aquilo corresponde ao que nós pedimos. O que eu disse no início é que não

era óbvio, porque, durante uma primeira semana da Assembléia Geral, os parlamentares frequentemente vão à ONU, mas não é, em geral, na primeira semana. Primeira semana é muito ocupada.

Como se recordam, na véspera, houve, por exemplo, uma resolução, uma Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança para tratar de questões de desarmamento em nível presidencial. Então, eu quis retratar, digamos, que apesar de não ser comum, foi aceito o pedido do Brasil, foi— Foi aceito o pedido do Brasil, foi apreciado por todos os Membros do Conselho de Segurança e os nossos pedidos foram, no nosso entendimento, totalmente acatados. Porque foi claríssima a condenação... Essa dúvida sobre a interpretação, respeito muito a jurista que V. Exa. mencionou... Agora, não é essa visão, não é a visão do Secretário-Geral da ONU, não é a visão do Conselho de Segurança, não é a visão do Secretário-Geral da OEA e não é a visão do Presidente do Conselho da OEA. Todos eles acham, sim, que se aplica à Convenção de Viena e é o que eles estão exigindo nesse momento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só para completar essa questão, por que no dia seguinte o Presidente Lula criticou o Conselho de Segurança da ONU? Dizendo em termos resumidos, "não é mais o mesmo, perdeu força, perdeu importância"...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É, saiu alguma notícia dessas.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu não estava com o Presidente Lula nesse momento. Eu estava... Por fatalidade familiar, eu estava no Rio de Janeiro, não estava com o Presidente Lula na Venezuela, mas eu entendo que o comentário do Presidente Lula, eu entendo, pelo que li na própria imprensa, porque não perguntei a ele, era um comentário de natureza mais geral sobre a relevância do Conselho de Segurança da ONU, à medida que deixa de ser representativo do--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro, eu até concordo com ele. Acho que a ONU está vivendo a Liga das Nações.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Bem, só que talvez o que nós estamos querendo é reformar a ONU para torná-la--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Talvez fosse mais importante lutar por isso do que pelo Conselho de Segurança, vaga permanente, de uma ONU que é Liga das Nações. Primeiro, reformá-la, para depois lutar por isso. É uma inversão de prioridades pra mim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Senador, V. Exa. desculpe, estou respondendo dois ao mesmo tempo. Mas Senador, eu virei aqui com muito prazer

no momento que for convocado ou convidado como por V. Exa.--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É que o tema é fascinante.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Para conversar sobre a reforma das Nações Unidas. Terei muito prazer em conversar sobre isso. Eu fui Embaixador do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sempre defendi a reforma da ONU, a reforma do Conselho de Segurança, nunca fui repreendido por ter adotado essa atitude. De modo que eu acho que esse é um interesse permanente do Brasil, que transcende os governos. Mas voltando, portanto, às perguntas do Senador Alvaro Dias, eu queria dizer isso, quer dizer, a unanimidade se refere à unanimidade da comunidade internacional. A questão da interpretação sobre a Convenção de Viena eu prefiro ficar com a interpretação do Secretário-Geral da ONU e a interpretação do Secretário-Geral da OEA, do Departamento de Estado dos Estados Unidos e com a nossa própria, respeitando que haja outros. Mas vou, de qualquer maneira, dizer a V. Exa. o seguinte: nós temos tido o cuidado de que... A nossa embaixada não está interferindo.

Nós estamos dando proteção, e essa proteção tem sido implicitamente, pelo menos, reconhecida como positiva para o diálogo, senão talvez, pelo próprio Presidente de fato, Micheletti, pelas forças políticas que foram dialogar com o Presidente Zelaya. Foram dialogar. Então, se elas não tivessem aceito essa condição, elas não teriam ido lá. V. Exa. mencionou que eu tenho uma dificuldade em dizer qual é o *status*... Não, não é uma dificuldade porque não é correta. É porque os fatos novos talvez exijam também... O Direito Internacional nunca se viu... Em minha opinião, nunca vi situação internacional em que houvesse uma condenação tão unânime de um golpe de Estado. Por condições históricas, diversas, porque acabou a guerra fria... Por qualquer razão que seja. Mas o fato é que isso criou uma situação *sui generis*.

Agora, quero repetir a V. Exa., o Governo Brasileiro não soube de nenhum preparativo. Sabíamos naturalmente da intenção original do Presidente Zelaya e não precisava estar na televisão depois... Eu gostaria de terminar minha... Se eu puder terminar minha frase, Senador...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Se ele solicitou um avião— [interrupção no áudio]

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Isso faz três meses. Logo depois do golpe... Não, claro que ele comunicou e nós recusamos. E ele, depois, pediu, creio que a um outro governo de outro país, tentou chegar e não chegou. Então, essa parte é pública, não há nenhuma dúvida sobre isso. E nunca mais ele nos so-

licitou nada em termos de ajuda. Eu posso assegurar a V. Exa... Olha, eu tenho cinquenta anos de vida pública, sou um diplomata que tive que enfrentar muitas situações duras também, e eu não posso... Se V. Exa., ou outros, preferem acreditar na palavra dos golpistas, não acreditar na minha, eu não poderei fazer nada. O que posso assegurar a V. Exa. é que o Governo Brasileiro não sabia de plano. Se V. Exa. perguntar: “Mas admitia que haveria uma hipótese?”

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ainda não disse que eu não acredito. Eu estou--

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, não. “Admite que haveria uma hipótese?”. Admito que haveria uma hipótese. Mas não precisa especular para isso. O próprio Presidente Zelaya, quando nós estávamos, creio eu, no Paraguai, quando estávamos no Paraguai, para a reunião do Mercosul, tentou entrar por terra. Isso está na televisão. Então, que isso poderia voltar a se reproduzir, nós obviamente que sabíamos que poderia se reproduzir. O que eu quero dizer é que, nesse momento, nós não fomos avisados, em momento nenhum, nem o Presidente Lula. E eu tenho a convicção, conhecendo o caráter também do Assessor do Presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, que ele não foi avisado, porque, senão, ele teria avisado a mim e teria avisado ao Presidente Lula, coisa que não ocorreu. Então, eu tenho a convicção absoluta de que ele também não sabia. Agora, que a possibilidade poderia... Que isso poderia ocorrer, sempre pôde. A qualquer momento pôde. Nós nunca duvidamos. O que eu estou dizendo é que nós não soubemos, não participamos, recebemos o Presidente Zelaya quando ele literalmente bateu à nossa porta. [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu peço silêncio, de maneira que a gente possa ouvir. Agora, então, o Senador Inácio Arruda com a palavra. Em seguida, será o Senador Wellington Salgado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, antes de entrar na questão concreta, eu quero fazer um comunicado. Na próxima terça-feira, 16 horas, vai ser velado na Reitoria da Universidade Federal os restos mortais do estudante de química da Universidade Federal, Bérqson Gurjão Farias. É uma solenidade que contará com a participação do Estado Brasileiro, na presença do Ministro Vanucci, que estará presente na Secretaria Geral de Direitos Humanos da Presidência da República. É a busca de que a gente, de fato, possa virar completamente essa página do golpe de Estado que ceifou tantas vidas no Brasil. Bérqson era um grande estudante, um jovem atleta da seleção brasileira de basquete e, além disso, fazia um trabalho nas comunidades da periferia de

Fortaleza para que os estudantes pudessem acessar a própria Universidade Federal.

Eu faço isso porque quero ligar uma coisa à outra, efetivamente. Eu tenho a opinião de que, mesmo com a situação de desgaste que viveu o Conselho de Segurança das Nações Unidas, as Nações Unidas, a OEA, face aos acontecimentos no mundo, vide guerra no Iraque. Eu acho que esses instrumentos são muito importantes para a consolidação do processo democrático no mundo. Então, acho que o apelo de V. Exa. deve ser respaldado pelo Brasil e pelas instituições brasileiras, notadamente, o Congresso Nacional, e reforço dessas instituições e de novas instâncias, como UNASUL, MERCOSUL, que são instâncias que nós devemos apelar para reforçar o processo democrático na nossa região. É importante também reforçar a diplomacia brasileira. Apesar de que V. Exa. disse: “Não precisa, estamos fazendo o que é correto”. Eu acho que estão fazendo mesmo o que é correto. Acho que a nossa diplomacia está agindo muito bem. E é por agir muito bem que ela consegue, não só fazer um apelo ao Conselho de Segurança, mas ser atendida. E as suas opiniões serem praticamente, como disse V. Exa., respaldadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Então, acho que isso é novel na diplomacia brasileira. Eu tenho ouvido as dificuldades de alguns setores de chamar os golpistas de golpistas. Os diplomatas e a diplomacia, eu acho que elas devem ter todo zelo pelos termos. Mas acho que nós não devemos ter dúvida sobre o que aconteceu em Honduras. Ali nós tivemos um golpe, o presidente foi defenestrado e, desse ponto de vista, eu fico indagando por que a pergunta de qual é o *status* do Zelaya. Qual é a intenção subjacente? Qual o *status* do Zelaya? Quer dizer, presidente deposto, tem um golpe de Estado, a unanimidade internacional é condenar o golpe de Estado, o presidente anuncia publicamente que deseja voltar ao seu país de qualquer sorte, voltou ao seu país. Molesado, pede proteção à embaixada brasileira, e o Brasil vejo que não tem outra atitude a tomar senão quisesse se acovardar totalmente, senão a atitude de receber o Zelaya. Senão era uma atitude de covarde inaceitável pelo povo brasileiro. Aí seria uma condenação à diplomacia brasileira e ao Governo Brasileiro.

Então, acho que os dois tiveram atitude correta, certa, e merecem o aplauso do povo brasileiro e está sendo aplaudida internacionalmente. Claro. Nós não podemos evitar. Por quê? Porque tem as pessoas, digamos assim, dos setores de direita brasileiro, mais extremados na direita, que são golpistas mesmo. E vão defender o golpismo. Mesmo com as dificuldades que existem. Mas que vão fazê-lo. Eu imagino que não é o

caso do Senado da República, mas tem aparecido por aí setores defendendo a posição do golpe. Imagina-se que em Honduras fecharam até a Rádio Globo. Eu não vi muita repercussão aqui no Brasil. Fecharam até a Rádio Globo lá. Eu não sei, mas... Eu vi na internet. Porque na grande mídia brasileira não teve muita repercussão, não. Mas fecharam a Rede Globo, levaram os equipamentos, invadiram [interrupção no áudio] Rádio Globo, em Honduras, evidente. Então acho que--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então V. Exa. vai condenar a Globovision, lá de Caracas também, não é? Já foi fechada também.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Isso é coisa meio do passado, não é? Teve muita repercussão aqui, diga-se de passagem. Agora, fechar a Globo de Honduras, não teve repercussão. Eu digo isso porque é importante nós... Você imagina que o presidente eleito chegou ao ponto de aceitar as disposições do Plano Oscar Arias. Sinceramente, não é fácil. Não é fácil. Precisa muita disposição de querer apaziguar o seu povo, para aceitar o que foi posto ali. É muita disposição. Oscar Arias, Presidente da Costa Rica. É muita disposição de querer que seu povo se una para retomar a normalidade política da sua nação. Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar, porque nosso Ministro, porque tem esse problema do avião pra lá e pra cá, eu gostaria de perguntar ao senhor se o senhor tem alguma informação de se, no caso do golpe, se o senhor tem informação, através da embaixada brasileira, se foi usada a base militar americana daquele país para levar o presidente para fora de Honduras. Isso é muito importante, porque a Base Soto Cano é uma base na cidade de... Se não estou enganado... Em um distrito... Soto Cano. Sotto, que é [interrupção no áudio]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, não. A base militar americana em um dos distritos de Honduras chama-se Soto Cano. [risos] É o nome da base. Teve importante papel no apoio aos contras na Nicarágua, apoio aos contras, usando o território de Honduras. Ela servia aos contras na Nicarágua e, depois, também serviu para ataque aos chamados rebeldes em El Salvador. Então, é importante nós sabermos... Chegou essa época a ter mais de cinco mil soldados americanos. Se essa base teve participação. Porque trata-se do governo já de Governo Obama, não é mais o Governo Bush, embora eu não saiba se houve troca de Embaixadores, mas já no Governo Obama. A posição do Obama foi de condenação ao golpe e era importante nós termos a informação se, no caso dessa troca de aeronaves, se a base militar americana

foi usada durante este... Se nós temos informação se essa base foi utilizada. Mas considero que a posição brasileira é muito justa e muito correta e, por isso, ela é aplaudida internacionalmente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas V. Exa. não é tucano. V. Exa. não é tucano, eu conheço V. Exa..

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quis induzir a base Soto Cano (sou tucano) e participou do golpe. É isso que V. Exa. quis dizer aqui hoje. Ficou difícil a gente chegar a um acordo sobre a moção depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Wellington Salgado. Seja mineiro, econômico no tempo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deixe eu dar os parabéns pelo Sr. Américo, viu Azeredo. O Sr. Américo. Eu vou colocar rapidamente, Ministro Celso Amorim, eu não creio que nós estivéssemos preparados para receber o Presidente de Honduras na nossa embaixada. Primeiro, porque ela não tinha quase ninguém lá. Esse é o primeiro ponto que ninguém... Nenhum Senador colocou isso aqui. Ela estava completamente despreparada. Semifechada. O Embaixador não estava... Então, não estava preparada realmente para receber. Agora, em função disso, Ministro, dessa situação que estava na embaixada é que eu queria fazer a colocação. A defesa dos direitos, o direito democrático do presidente eleito... Que o nosso país está defendendo, eu sou totalmente a favor. Agora, eu me senti muito constrangido quando eu vi a maneira como estava sendo usada a nossa embaixada.

O nosso país hoje é um país que é reconhecidamente como país moderno, um país pra frente em termos de industrialização, inclusive, de relações com outros países... No entanto, as imagens mostradas da nossa embaixada com o Presidente Zelaya deitado com um chapéu, adormecendo, como se estivesse fazendo uma sesta, uma maneira assim... Eu fiquei muito chocado com isso. Eu queria saber de V. Exa., se V. Exa. está conduzindo algum processo para que nós possamos levar outros representantes do nosso governo para a embaixada. Ou está encontrando dificuldade por parte do governo, o governo de fato, para que possa mandar mais pessoas para a nossa embaixada para que possa, pelo menos, dar uma organizada na casa porque a imagem que está sendo passada para o resto do mundo não seja aquela imagem. Me parece que é uma embaixada que está completamente abandonada, onde a pessoa que está representando é um representante de negócios. Essa só é a minha pergunta.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Encarregado de negócios.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Encarregado de negócios?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: É um nome técnico. Depois eu explico.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sei, mas é um nome horrível. Encarregado de negócios...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Já fui encarregado de negócios muitas vezes.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas falar... Quem está representando lá? O encarregado de negócios está representando a embaixada. Então, veja bem, aqui é uma razão importantíssima. Nós não poderíamos estar preparados para receber o presidente com um encarregado de negócios. A embaixada não estava preparada para isso porque não tinha nada combinado. Só isso que eu queria saber, se há uma ideia de melhorar o encarregado de negócios.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Wellington. Com a palavra o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Com relação à pergunta do Senador Inácio Arruda, também para ser breve, não... Vou evitar concordar com a concordância, mas simplesmente na pergunta--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não precisa V. Exa. citar o nome da base.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: [risos]. Com relação ao uso da base americana, essa informação nos foi dada pelo Presidente Zelaya. Nós não temos meios próprios de confirmar ou não, de verificar essa informação. Não... Não ouvimos nenhum desmentido também formal. Ouvimos apenas a reiteração de que os militares americanos não tiveram nenhuma participação nos eventos. Então, isso é o que eu sei a respeito. Mas repito, não tenho meios próprios de verificar. Com relação... Começando pelo encarregado de negócios é um nome técnico que vem da prática diplomática, aliás, o termo tradicional é em francês, *Chargé d'Affaires*, fica mais chique, e... Que é encarregado de assuntos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Pois é, melhorou. Na realidade qualquer diplomata... Pode até ter nível de Embaixador, se ele não for Embaixador naquele país e se ele assumir, ele passa a ser o encarregado de negócios que é a maneira técnica de se referir que ele não tem o mesmo *status* do Embaixador.

Se me permitir simplesmente explicar o que houve—[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Esse era o tempo do Wellington, que ele gastou menos.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: O nosso Embaixador em Honduras estava no Brasil quando ocorreram esses fatos, porque ele já estava designado para um outro posto e, apenas, nós determinamos que ele não voltasse, em função do golpe que nós não queríamos reconhecer. Ao mesmo tempo... Claro que uma missão como a do Brasil num país como Honduras é necessariamente pequena, dentro dos meios que nós dispomos. Ao mesmo tempo, mantivemos, digamos assim, vamos dar um nome diferente. Mantivemos o nosso Vice-Embaixador, digamos assim, como para tomar conta da Casa, digamos, enquanto não tivéssemos o Embaixador lá até, justamente, com o objetivo de atender a brasileiros enquanto toda essa situação se desenvolvia.

Agora, também respondendo à sua pergunta, o que nós temos procurado fazer é, efetivamente, dar algum reforço. Não é fácil porque da mesma maneira que as autoridades de fato de Honduras recusaram a Missão da OEA poderiam ter recusado também qualquer outro brasileiro que chegasse lá. Felizmente, com a ajuda de outras embaixadas e países amigos que, de uma forma ou de outra, têm contatos mais próximos com o governo de fato nós conseguimos levar uma outra pessoa que é o nosso Ministro Conselheiro na OEA, para que ele esteja presente lá também e, com isso, pelo menos, dividir o ônus da tensão psicológica que significa você estar numa embaixada numa situação desse tipo.

Evidentemente é uma situação complexa, como eu lhe disse aqui no início, é uma situação de grande emoção. Outras pessoas que viveram momentos de retorno de presidentes eleitos, como foi aqui o caso do Presidente João Goulart, em 1961, poderiam imaginar o que teria sido se ele fosse à embaixada, como o povo teria se comportado. Então, naturalmente, não é uma situação que possa ser resolvida, como digamos, um coquetel ou num jantar de cerimônia. É uma situação complexa e nós estamos tentando manter o máximo sob controle. Frequentemente há excessos. Eu reconheço que há excessos, e nós procuramos pela persuasão evitar. E eu creio que os piores têm sido evitados. Várias vezes... Eu volto sempre a um ponto que já mencionei. Vários aqui já mencionaram incitação ao conflito, pelo menos, fica implícito. A própria imprensa... E o que nós temos evitado é justamente isso, não houve nenhuma... Nenhum ato de violência por parte dos seguidores do Zelaya. E atribuo a isso, em grande medida, também

talvez, já à índole do Presidente Zelaya que, sempre, no início disse e foi nessa condição que o aceitamos, que ele tinha vindo a Honduras para tratar do regresso dele, pacífico e pelo diálogo.

E foi com essa condição que ele foi... A proteção da Embaixada do Brasil foi estendida ao presidente eleito, presidente constitucional de Honduras. Então, nós temos ponderado, às vezes ocorre um outro, a gente volta a falar, mas é uma coisa que tem que ser dessa maneira. Porque evidentemente que uma ação drástica a que poderia levar? Poderia levar ele pra fora, ser preso, ser morto... Acho que temos que levar em conta, sempre, que situações alternativas existiriam. Mas já houve várias situações que nos levaram... Aliás, publicamente o Presidente Lula falou, creio que ontem ou anteontem, ele disse que havia determinado a mim, o que de fato ocorreu que falasse com o Presidente Zelaya, que através do nosso *Chargé d'Affaires*, ou diretamente, como eu tenho feito também algumas vezes, para induzi-lo a um comportamento, o mais calmo. Até porque, eu devo dizer, eu disse isso ontem em uma conferência à imprensa, eu acho que o grande suporte para o Presidente Zelaya é a comunidade internacional.

Então, não é possível alienar esse apoio por um erro, até tático, ou por alguma coisa... Então, acho que esse apoio é fundamental. Ele tem sido reiterado e nós temos a confiança de que nós vamos encontrar uma solução pacífica. E aí, digamos, a história, os historiadores dirão depois o papel do Brasil qual foi, eu não me atrevo a julgar. Acho que nós fizemos, como disse o Senador Arruda, a coisa certa. Nós fizemos a coisa que, digamos, a dignidade impunha que fizéssemos, diante de um presidente eleito, reconhecido pela comunidade internacional como único presidente legítimo de Honduras, nós não poderíamos recusar a ele a proteção que nós demos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ministro, deixa eu só colocar--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, não é a título de réplica, mas eu gostaria de lembrar um fato histórico. Porque, por exemplo, no caso do golpe do Brasil, nós ocupamos muitas embaixadas. Em número até superior ao que aconteceu na embaixada brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas para sair do Brasil.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para sair do Brasil, claro. No golpe do Chile é significativa a atitude de uma embaixada em depoimento da esposa, da companheira de Pablo Neruda, em um livro sobre Pablo Neruda, de como a embaixada americana agiu para ir buscar, em casa, personalidades que

eram dirigentes sindicais que, se presos, morreriam, seriam condenados já à morte *a priori*, e a embaixada mexicana agiu com uma atitude de preservação do direito e da dignidade humana, foi buscar lideranças sindicais em casa, líderes políticos, partidários, entre elas, a própria mulher do Neruda. Acho que faz parte desse conserto, seja na Liga... É que nas mudanças das instituições internacionais, normalmente, antecede uma guerra mundial.

Então, uma guerra mundial, Liga das Nações, outra guerra mundial, Organização das Nações Unidas, espero que não aconteça uma outra para que a gente possa reformar a ONU. Eu espero reformá-la ainda no ambiente pacífico, sem guerra fria, sem nada. Mas é importante como o Direito Internacional e a atitude de algumas embaixadas no processo democrático. Eu cito esses episódios porque nós vivenciamos eles aqui no Chile e em outros países da América do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Antes de passar a palavra ao Senador Romeu Tuma, Ministro, eu quero só colocar uma indagação aí em termos já pra frente. Avançando um pouco nas hipóteses. Existe, no momento, um ultimato de dez dias, que já venceram dois ou três, e uma ameaça de desacreditar a embaixada brasileira. Do ponto de vista das convenções internacionais, se houver esse... Se for desacreditada a embaixada, mesmo o Brasil não tendo rompido relações, o Brasil não rompeu relações, o Brasil só retirou o Embaixador, que fique bem claro, não é isso? Mas se houver... Se a embaixada for desacreditada, o que isso muda? Isso fragiliza a nossa posição, possibilita um risco de invasão?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, mas existe uma ameaça de desacreditar a embaixada. Isso que você está querendo dizer é com relação à Argentina e Espanha, me parece, não é, Ministro? Só para esclarecer.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Primeiro que essa ameaça é totalmente ilegal. As obrigações com relação à imunidade das embaixadas são irrevogáveis. Elas são... Elas não comportam exceção, como está dito, aliás, numa dessas declarações que acabei de ler, agora não me lembro mais--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Posso ler aqui, Excelência? Do Secretário-Geral da ONU. *As ameaças contra a Embaixada do Brasil em Honduras são inaceitáveis. O Direito Internacional é claro. A imunidade soberana não pode ser violada. As ameaças aos funcionários e às instalações da embaixada são intoleráveis. O Conselho de Segurança*

condenou tais atos de intimidação. Eu também o faço nos mais fortes termos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O som está fora. É ameaça exatamente de relação às embaixadas que foi feito.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aliás, uma das coisas que eu ia colocar é isso, porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, com a palavra Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só ser rápido, para... Como foi citada a professora da USP, de algumas condições que poderiam realmente trazer uma violação da embaixada brasileira, ela prescreve isso, que traria para Honduras uma situação profundamente desagradável e muito mais grave, que é desacreditar a embaixada brasileira em Honduras. Ela diz aqui, é um pré-requisito que o governo hondurenho... Pedi só... Não sei se eu estou com a palavra ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): V. Exa. está com a palavra, Senador Tuma. Pode continuar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ela tem o pré-requisito. Ela não disse simplesmente que pode tomar a embaixada... Não, tem que ter o pré-requisito de rejeitar que... V. Exa., que eu respeito muito, como embaixador, com a carreira brilhante que fez, de esclarecer que é impossível, até pela nota da ONU que foi lida pelo Mercadante. Então, ela não diz claramente como foi colocado pelo Senador Alvaro Dias, que ela fala num pré-requisito que seria cassar a representação brasileira, que traria, sem dúvida nenhuma, uma desgraça total para Honduras. Porque seria uma violação de Direito Internacional inaceitável. Aqui falaram no...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pode sim. Desculpa. É tão clara a colocação que...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: É só para tentar responder. Eu não estou com a convenção aqui, não tenho todos os artigos à mão, mas o que é claro é o seguinte. Mesmo em caso de ruptura de relações diplomáticas que naturalmente leva até a... Mesmo em caso de guerra, em caso de guerra, que é um caso muito mais extremo, não podem ser desrespeitadas as imunidades diplomáticas. A nossa... O nosso pessoal que ainda estiver lá, por acaso, tem que ser respeitado e o nosso... As nossas instalações têm que ser respeitadas. Agora, se o senhor me pergunta... Então, digamos, isso no fundo é o que o governo de fato tem procurado dar um ar de legalidade para um eventual

ato de força. Agora, ninguém pode ter ilusões quanto a isso. De fato, uma das coisas que me levou...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: É claro. Se ele deu um golpe lá, pode tentar dar um golpe pra fora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dar um golpe em um povo, dar em três é mais fácil.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Por que nós pedimos... O momento decisivo... Nós estávamos considerando esse pedido ao Conselho de Segurança. Devo dizer até que em determinado momento eu tive dúvida, porque eu falei, é uma semana tão complicada aqui, o Presidente Obama vai presidir uma reunião do Conselho de Segurança em que todo mundo quer estar do lado dos seus presidentes, é natural, eu pedi uma reunião do Conselho de Segurança, é uma coisa impopular. Porque todo mundo sabe, Embaixador, Ministro quer estar do lado do presidente. Eu chateando as pessoas, obriguei-as a ficar lá e ter uma reunião. Por que eu decidi fazer isso? Em que momento isso... Eu já tinha pensado, mas em que momento isso ocorreu? Foi justamente quando nós recebemos uma nota que foi passada para o nosso telex da residência, mas não dirigida à residência, e o governo de fato, de Honduras, se referia à nossa embaixada como um dos *locais que o Brasil ainda mantém em Honduras*.

Então, em suma, já queria desqualificar. Agora, essa desqualificação não tem valor jurídico algum. Agora, se eles quiserem fazer um ato de força, eu posso só dizer uma coisa, toda a comunidade internacional ficará contra. O fato do Conselho de Segurança ter tomado conhecimento do assunto é muito importante. Eu não sei o que pode acontecer a seguir, mas o Conselho de Segurança é o único órgão da comunidade internacional que tem poder de implementação, de *enforcement*, como se diz. Então é isso que existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado. Acho que esclarece bem. Com a palavra ainda o Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Falar em salvo-conduto, não há pedido de salvo-conduto porque ele não quer sair de lá. Não está pedindo para sair. Então, falar em salvo-conduto é uma palavra inexistente na situação dele. Porque foi oferecido para ele... Ele, quando esteve aqui, se quisesse o asilo, estava aqui na porta, poderia ter pedido. Então, a intenção dele de retornar à Nicarágua era muito clara. Porque ele ficou na fronteira com a Nicarágua um mês e meio, tentando atravessá-la para poder chegar... Ele chegou a atravessar, só que não teve acesso ao seu país. Eu só queria alertar ao Mercadante e o Alvaro, a novela Paraíso está terminando. E o Zeca pede ao diabinho

que traga de volta a sua noiva. Não começa a falar em demônio aqui porque daqui a pouco ele começa a arrumar confusão maior para nós.

Desculpa a liberdade, mas é... Eu acho que o asilo, se ele quisesse, teria pedido. Só que o Governo Brasileiro, através de V. Exa. e mais o Presidente da República alertá-lo de que ele deve se acalmar e não fazer provocações, é um sinal que ele fez. Fez provocações. Tanto é, que o conflito de rua... V. Exa. fala que nenhum ato... Nenhum ato foi provocado por adeptos de Zelaya. Dentro da embaixada, porque na rua está havendo conflito. Inclusive, houve mortes também que podem ter sido do governo—

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu disse que não praticaram atos violentos, que eu saiba. Pode ser até que tenha havido e eu não saiba.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Houve conflitos e manifestações e tudo isso. Eu não estou criticando. E tanto é que também a grande preocupação, pelo menos, a notícia que chegou encarregado de negócios e o outro funcionário não podem sair da embaixada para visitar a família.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Mas não por causa do Presidente Zelaya?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque não consegue sair.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, mas isso é uma ação... É parte das ações que o Conselho de Segurança condenou. As restrições ao movimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não é o Zelaya que faz... A situação ficou complicada.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: A vida do diplomata, à vezes, é dura.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É uma coisa que desagradou, e acho que foi uma coisa muito desagradável é o Chávez. Pelo menos, está no noticiário, fez chacota do Presidente Lula que disse que não sabia das intenções de Zelaya de ir para à embaixada brasileira. Está num jornal desses. Quer dizer, um negócio pouco civilizado para um Presidente da República. Acho que o Governo Brasileiro está agindo corretamente, com paciência, com tranquilidade, tem o apoio internacional, que é a coisa mais importante. E esperamos que isso, realmente, encontre uma porta aberta para uma solução rápida e que realmente traga de volta a tranquilidade. Porque o embaixador lá eu conheço bem. É um amigo meu, estivemos juntos, ele não pôde assumir a embaixada porque o Brasil... E o Presidente Azeredo fez uma consulta ao Itamaraty porque designaram Embaixador para Honduras e outros países da América Central. Foi isso que V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, não. Na verdade, é sobre os outros. Aqueles... É São Cristóvam e--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Demorou para pôr em discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Porque o Brian ia para uma delas.

[sobreposição de falas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): As angústias porque passou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ele foi designado, acho que já foi aprovado, para Antígua e Barbuda, que foi exatamente a pergunta sobre as pequenas ilhas. Obrigado, Senador Tuma. Então, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente Azeredo, Chanceler Celso Amorim. Nós estamos refletindo, discutindo essa situação de Honduras, e tem um impacto grande aqui no Brasil. Eu gostaria de refletir primeiro acerca do posicionamento de lideranças importantes da oposição aqui no Congresso. A oposição ao nosso governo. Eu fico impressionado, porque lideranças importantes tentam dar a dimensão aos fatos que, no meu ponto de vista, não é a principalidade da questão. Há um golpe militar... Primeiro, se nós formos montar a cronologia, estava em discussão uma constituinte. Um referendo para discutir nada mais legítimo, no meu ponto de vista, do que o país numa... Num fórum como a constituinte discutir os seus rumos. Há um golpe. Um presidente sai cinco da manhã retirado à força, de pijama. O presidente eleito. E o Governo de Honduras deixa o Presidente Manoel Zelaya num outro país.

Então, são fatos fortíssimos. São fatos importantes e resoluções, tanto da OEA, quanto da ONU, e aí tenta-se discutir a embaixada brasileira, a posição do Governo Brasileiro. Meu Deus... Nós precisamos ser implacáveis contra o golpe militar. Vivemos isso aqui no país. A América Latina viveu isso, com muita dor. O Brasil sabe o significado do golpe militar. E conhecemos a história do golpe militar no sentido de dar legitimidade, inclusive, na rua. Ao golpe de 1964. Então, nós não podemos diminuir esse significado tão triste para a recente história da América Central, da América Latina. Então, a posição da ONU, da OEA, do Governo Brasileiro, a condução do Itamaraty, a história do Itamaraty... Podemos colocar nesse contexto. Eu quero dizer da minha opinião. É da maior... Da absoluta confiança. Da mais absoluta confiança na conduta do Itamaraty e na conduta do nosso governo.

O Governo Brasileiro não açodou em nada, absolutamente nada. E quero parabenizá-lo por trazer um

fato que contribui, é esclarecedor acerca da conduta do país. Quando V. Exa. mencionou a negação do avião. Mas nós sabemos também da história. Desde o golpe militar, uma semana depois, o Presidente Manoel Zelaya tentou voltar. Voltou de avião e não foi possível aterrissar. Depois ele tentou voltar pela fronteira da Nicarágua. Fatos. Ou seja, o encaminhamento era de voltar. E voltou. V. Exa. contribuiu no sentido de esclarecer a postura, a conduta de como o Brasil se manifestou na condução dessa questão. Primeiro, condenando o golpe militar. Então eu quero... A minha primeira... A minha primeira observação é no sentido de nós condenarmos absolutamente o golpe militar. Acho que no Brasil há setores ainda com saudade desse momento tão lamentável da história da democracia. Porque há a tentativa de tergiversar sobre o mérito da... Dessa questão. Segundo, os últimos fatos, nós precisamos condenar isso. Com veemência. A Rádio Globo foi fechada e fechada com violência. Alguns funcionários da rádio, da Rádio Globo de Honduras foram detidos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E o canal 36 de televisão.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O canal 36 de televisão. Então, são fatos que exigem de todos os países e da ONU e da OEA um novo encaminhamento. O estado de sítio, as prisões... Então, é preciso ser condenado isso com muita veemência. E a vinda de V. Exa. na Comissão de Relações Exteriores do Senado, acho que é esclarecedor, esclarece e dá força ao movimento de condenação ao golpe militar e no sentido de se buscar o encaminhamento para um entendimento lá no país. Minha pergunta: Neste momento, quais são os procedimentos da ONU, do Conselho de Segurança? V. Exa. tem informação. E quero crer que o procedimento da ONU é diferente do procedimento da OEA. Como é que está se dando isso e se tem mesmo esta diferença que eu... Eu tenho um entendimento que sim. Além do cuidado, das providências acerca da embaixada, tem brasileiros em Honduras. Como o Itamaraty está olhando esta situação de brasileiros, jornalistas...? Porque as últimas 48 horas o governo golpista radicalizou no sentido, inclusive, da repressão. Da repressão. Estado de sítio e horário para tudo... E a situação dos outros brasileiros. Principalmente, os profissionais da imprensa que estão cobrindo esse lamentável episódio lá um Honduras.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado Senador João Pedro. Então, vamos houver o Ministro Celso Amorim para responder os Senadores Romeu Tuma e João Pedro. Em seguida, vamos ouvir o Senador Suplicy e Senador Casagrande.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu estou inscrito, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se os senhores estiverem de acordo, podemos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Seria bom ouvir a todos, Presidente. E depois o Ministro se pronunciaria?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se estiverem de acordo... Então vamos ouvir o Senador Suplicy primeiro. [soa a campanha].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Sr. Ministro Celso Amorim, eu quero... Sinto-me inteiramente esclarecido por suas palavras, quero apoiar integralmente as ações que o Presidente... Que o Presidente Lula... Que V. Exa. como Ministro de Relações Exteriores e toda a equipe do Itamaraty tomaram, as decisões que avaliei como corretas, de proporcionar ao Presidente Manoel Zelaya o devido abrigo na Embaixada do Brasil naquelas circunstâncias, e acho muito importante este pronunciamento hoje, do Secretário-Geral Ban Ki-moon, que fez o apelo pela segurança do Presidente Zelaya conclamando todos os atores políticos a se comprometer seriamente com o diálogo, com os esforços regionais de mediação.

E reiterando que as Nações Unidas se encontram preparadas para oferecer qualquer tipo de assistência. Minha observação e indagação, Ministro Celso Amorim, é que tendo em conta que, inclusive lá na Câmara dos Deputados, houve a iniciativa de parlamentares se disporem a ir a Honduras, eu gostaria até, em acréscimo ao Requerimento do Senador Aloizio Mercadante, com o qual eu estou de inteiro acordo e quero inclusive... Me proponho a assiná-lo, gostaria de observar, Sr. Presidente, que com respeito à questão de fechar rádios e televisões da oposição, quando aqui nesta Comissão se votou um voto de censura ao Governo da Venezuela por ter causado restrições às transmissões de rádio e de televisão, que eu me coloquei favoravelmente, como agora faço questão de colocar o meu apoio a esta observação, na sugestão do Senador Aloizio Mercadante que--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): V. Exa. assinou, sou testemunha, assinou junto comigo, foi o primeiro que assinou, na época.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Exato. E, portanto, nesse caso de Honduras também estamos protestando contra o fechamento de rádios e

televisões da oposição como naquela ocasião. E... Sr. Presidente--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que no caso de Honduras não é da oposição, Senador Eduardo Suplicy. Tem um golpe, tem um governo golpista e tem a mídia local. É diferente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu gostaria de propor e em consonância e em harmonia com o Ministro Celso Amorim, se o Governo Brasileiro avaliar que em alguma oportunidade for adequado, que uma missão de senadores possa ir a Honduras para colaborar em diálogo, seja com o governo de fato e com o Presidente Zelaya para superar esses problemas, eu gostaria de sugerir ao Presidente Eduardo Azeredo que isto seja considerado como uma hipótese. Obviamente, os acontecimentos poderão, de uma hora pra outra, recomendar algo nesta direção, mas gostaria que o Presidente Eduardo Azeredo, inclusive, já considerasse a hipótese de alguns senadores, por sua designação, ajudar nessa missão. Então, é apenas isso, Sr. Presidente. E todo o apoio a V. Exa. Ministro Celso Amorim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Suplicy. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado Presidente Eduardo Azeredo, Ministro Celso Amorim, obrigado pela sua presença aqui junto conosco. Já esgotado praticamente o assunto, mas o assunto muito importante e acho que o parlamentar e o Senado tem que se posicionar com relação a esse tema. A primeira questão é a mesma posição, ou na mesma direção da grande maioria dos pronunciamentos aqui, de condenação ao governo de fato, como V. Exa. tratou e a diplomacia trata, porque é um governo, de fato, golpista, de fato golpista, que não merece e não deve ter o reconhecimento e a credibilidade de nenhum governo democrático, de nenhum Estado democrático que respeite os direitos individuais e coletivos.

Então, se fecha imprensa, se estabelece estado de sítio, se viola ou ameaça violar a embaixada... Governo como esse tem que sofrer todo tipo de atitudes como essa. Não é governo, atitudes como essas devem sofrer todo tipo de condenação da nossa parte. Mas o que eu vejo, Ministro Celso Amorim, é uma certa frequência de atos que, aparentemente, são atos que promovem a instabilidade na América Latina. Não sei ainda... Não sei, não. Aparentemente, nós estamos num processo de construção democrática ainda. Naturalmente estamos, porque nós passamos por um período de governos ditatoriais em diversos países da América Latina e nós estamos ainda num processo de construção das nossas instituições. Mesmo com... Na

época o Presidente Zelaya houve um confronto entre a posição dele e a posição do Congresso e a posição do Poder Judiciário. E houve uma atitude de confronto entre esses poderes, demonstrando claramente ainda um comportamento de não equilíbrio e não respeito entre os poderes. E tivemos a situação da... De Honduras, tivemos mesmo que não haja uma contrariedade à Constituição, mas tivemos uma decisão na Colômbia de partir para um terceiro mandato, mesmo que se respeite e que se consulte a população.

Quando se foge da estabilidade democrática e quando se foge da cultura e quando se força uma posição política de quem está no governo para que a sociedade possa tomar uma decisão para uma mudança constitucional, acho que isso mostra uma fragilidade da nossa democracia ainda em diversos países. Bem fez o Presidente Lula na hora que não aceitou esse tipo de debate aqui no Brasil, porque o Brasil, de fato, tem que ser líder não só econômico, mas tem que ser líder político. Líder político neste continente e acho que a posição do Brasil é uma posição que deve ser, de fato, respeitada. Eu só então questiono, ou faço dois registros a V. Exa.. As ações diplomáticas com o Zelaya, o Presidente Zelaya, fora de Honduras não funcionaram por quê? Porque não teve a força necessária de estados como os Estados Americanos, como os Estados Unidos, não teve naquele momento posições duras como está tendo agora?

Por que não houve nenhum avanço com o Zelaya? Porque a presença do Zelaya lá promove o debate. É importante. Mas também poderá promover, como já promoveu, perdas de vidas de hondurenhos e poderá promover outros conflitos que trarão prejuízo à população de Honduras. Faltou uma posição mais firme. O Brasil teve posição, mas faltou posição mais firme de outros países e outros organismos com relação ao efeito da diplomacia sobre a necessidade do diálogo lá em Honduras. E os próximos passos? V. Exa. já disse aqui um pouco, mas vamos imaginar que o governo golpista de Honduras promova qualquer agressão às instalações físicas e ao território do Estado Brasileiro em Honduras e alguma agressão às pessoas que lá estão. Lógico que a gente não pode tomar decisão por antecedência, mas de um, como disse aqui o Senador Inácio Arruda, de um golpista tudo se espera, até um tipo de agressão como esse. Qual é a atitude--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Até um abraço amistoso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Até um abraço amistoso. Mas qual a atitude que o Brasil poderia tomar uma situação como essa? Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Casagrande. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, com a ruptura da ordem democrática em Honduras e... O golpe de Estado, agora com a crise se avolumando, com a decretação do estado de sítio, prisão de populares, ameaça à invasão da nossa embaixada, Honduras cada vez mais vem construindo em torno de si um cordão de isolamento. Não é apenas a comunidade internacional que está promovendo os meios para desacreditar, desestimular o surgimento de ações como essa, de destituir o governo democrático e instalar no seu lugar um outro governo que não teve o beneplácito da população, do eleitorado. Ou seja, as ditaduras estão sendo condenadas pela comunidade internacional.

É lógico que há declarações até de... Do embaixador americano na OEA, considerando a atitude de Zelaya, em ter voltado ao seu país clandestinamente, como eles afirmam, e o embaixador foi muito enfático ao dizer que foi uma atitude irresponsável. Ainda bem que não considerou a posição do Brasil, nem dos demais países que condenam o regime discricionário de Honduras, não considerou essa conduta, essa atitude louvável, uma situação irresponsável. Agora, como considerar irresponsável... Agora vamos raciocinar do ponto de vista de alguém que foi tirado do poder e, não só tirado do poder, expulso do seu país, levado num avião de forma arbitrária e, como pessoa humana, como político, o Zelaya ao voltar ele não fez mais do que a sua obrigação de ser humano, de político, que foi retirado do poder.

Olhe, durante toda a história humana, um dos atos mais tristes, mais cruéis, mais violentos é o banimento. É a expulsão de alguém que, sendo cidadão, é expulso do seu país para não mais voltar. Então, eu até pelo lado dos Direitos Humanos, considero legítima a participação de Zelaya nesse episódio. Considero inteiramente acobertado pela história de todas as lutas democráticas, eu considero importante e lhei todo o apoio ao lhei empreender esta verdadeira batalha para voltar ao seu país. [soa a campainha]. Por isso, no caso de invasão, Sr. Presidente, já estou encerrando, eu acho que o Brasil não caberia decretar uma guerra por causa de uma invasão. Mas teria que proteger os seus bens, proteger as pessoas ali que estejam ali abrigadas, inclusive, o próprio Zelaya, o seu embaixador provisório, o seu chefe... Encarregado de negócios e, também, se for o caso, promover no campo internacional como que aconteceu em 1979 no Irã, não foi no Irã que houve a invasão da embaixada americana? E o que os americanos fizeram? Promoveram um

processo penal no organismo apropriado para condenar o Irã, como uma nação que descumpriu acordos internacionais. Por isso, eu parablenizo V. Exa., estou inteiramente de acordo com a atitude, não só diplomática, como também, humanitária do Governo Brasileiro ao receber Zelaya na sua embaixada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agradeço Senador Antônio Carlos Valadares. Ministro, com sua permissão, a antes de passar a palavra à Senadora Marina Silva, que é a última Senadora presente e inscrita e, também, ao Deputado Fernando Gabeira que está aqui desde o início também participando, vamos ouvi-lo, e V. Exa. vai concluir, eu quero passar a palavra ao Senador Romeu Tuma para relatar a questão do reexame do Requerimento nº. 70/09 aprovado na reunião do dia 22 de setembro, por solicitação do Senador Heráclito Fortes que pediu o reexame. E aqui nesta Comissão nós já, por entendimento, Senador Mercadante, Senador Arthur Virgílio, ouvido o próprio Senador Heráclito Fortes e, também, subscrito por mim e todos os senadores presentes nós temos algum acréscimo, basicamente, em relação a essa questão de que o firme entendimento de que o Presidente Manoel Zelaya deve se abster de utilizar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foram anotadas as alterações aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim. As alterações foram feitas. Basicamente, é essa de que o Presidente Manoel Zelaya deve se abster de utilizar a Embaixada do Brasil como palanque político, pois isso viola regras do Direito Internacional Público e não contribui para a tão desejada pacificação de Honduras. Então, com a palavra o Senador Romeu Tuma. Essa é basicamente a alteração.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ministro Celso Amorim, acredito que esse documento já, praticamente, faz o que V. Exa. desejava, o apoio do Congresso ao trabalho do Itamaraty e do Governo Lula. Ele fez duas alterações que vou só lê-las. No inciso II, ao invés de falar de corte de toda a imprensa, televisão, rádio... Ele pôs *violação à liberdade de imprensa*. Ele resumiu para a violação de imprensa. E no caso do Presidente Zelaya, que tem que haver proteção à vida do Presidente Zelaya e dos demais abrigados. E a inviolabilidade da missão que já estava no anterior. Ele só tirou e pôs os demais abrigados que era uma expressão mais longa no projeto anterior. E outra modificação que é mais intensa do inciso IV, sua conclamação à comunidade internacional, especialmente, ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao Conselho Permanente das Organizações de Estados

Americanos, OEA, que intervenham positivamente no conflito hondurenho, a partir das relevantes contribuições do plano Oscar Arias, com o estabelecimento de clima propício às negociações em caso extremo, mediante adoção de sanções concretas contra o governo ilegítimo instalado em Tegucigalpa. E outros dois itens já foram aprovados anteriormente. Essas foram as modificações com as quais eu concordo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão, não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o reexame, com essas alterações introduzidas no requerimento, conclamando com voto de censura em repúdio ao cerco militar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vossa Excelência, Ministro...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu pediria urgência ao Plenário e que o presidente também se empenhasse como o Presidente do Senado, se pudesse votar ainda hoje, se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Senador. O faremos. Senadora Marina Silva.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria só parabenizar o nosso Ministro Celso Amorim que, mais uma vez, com muita consistência e competência, com toda essa bagagem e prestígio internacional está dando uma grande contribuição histórica, pode ter certeza, a história vai registrar positivamente a defesa da democracia e Direitos Humanos e das liberdades e cidadania em nosso continente. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em votação a urgência. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada a urgência também. Então, Senadora Marina Silva com a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Muito rapidamente, Sr. Presidente, e agradecendo a V. Exa. por esta oportunidade, e ainda que não seja titular desta Comissão, fiz questão de aqui comparecer. Primeiro, em função da relevância do tema e, em segundo lugar, não poderia deixar de honrar aqui a presença do Ministro Amorim, com quem tive a felicidade de trabalhar durante mais de cinco anos. Devo dizer que nutro por V. Exa. um profundo respeito e sei do compromisso de V. Exa. com a democracia, com as instituições, enfim, e não posso também deixar de dizer que está manejando uma situação bastante delicada, difícil, que vai requerer da nossa parte sabedoria e muita capacidade de negociação em relação a uma questão como essa.

E diante de uma situação como essa, o que V. Exa. disse, não temos porque duvidar da palavra de V.

Exa., de que de fato não tinha conhecimento do que estava em curso e de que esse processo todo aconteceu. Talvez, por não ter as variáveis, numa situação como essa em que se é pego de surpresa, a pergunta adequada é: *O que não poderia deixar de ser feito?* E não o que se faria com precisão diante de uma situação completamente difícil de manejar. E acho que o que não pode deixar de ser feito, em hipótese alguma, é a condenação de qualquer golpe, de qualquer tentativa de desconstruir a democracia, em qualquer que seja o país e, sobretudo, no contexto da América Latina, em que nós sabemos das dificuldades que temos com os processos ditatoriais que já vivenciamos.

Então, isso não poderia deixar de ser feito. Em segundo lugar, em uma situação em que o Brasil é instado por sua embaixada a dar o acolhimento a alguém que corre o risco, enfim, de ser morto, de ter a sua vida e de seus companheiros subtraída, também não é possível não fazer esse acolhimento, obviamente, que buscando preservar o Brasil daquilo que nós jamais poderíamos fazer, que é ingerência em qualquer que seja o país, para podermos honrar aquilo que é a tradição entre os povos, entre os Estados, no que concerne a sua soberania.

E ainda, o que não poderia deixar de ser feito era, exatamente, tentar promover o diálogo. Eu acho que o diálogo é a melhor forma e o melhor caminho para que se busque um entendimento. Obviamente, que estamos diante de uma situação bastante delicada, porque a tradição que temos é daqueles que fogem, buscando abrigo em outro país. E não de quem volta para o seu país e tenta se abrigar dentro de uma embaixada, dentro do seu país. Então, não temos sequer, não sei, não conheço, não há uma jurisprudência em que algo tenha acontecido dessa forma. Então, temos que ter a sensibilidade de que estamos manejando uma situação nova, *sui generis*. E agora nós estamos diante de um fato que, se no processo anterior não tínhamos como prever, porque fomos pegos de surpresa, com a presença do Presidente Zelaya e, obviamente, que ele tem feito manifestações políticas que, no meu entendimento, extrapolam aquilo que é o conselho de V. Exa., e é a orientação das autoridades brasileiras... Nós estamos diante de algo que já podemos... Eu espero que não aconteça, desejo profundamente que não aconteça, mas que é possível que aconteça, que é uma invasão da embaixada brasileira.

Eu não sei o que pode acontecer. E aí temos que estar precavidos, porque esse fato nós temos que saber, sim, como vamos manejar. Então, a pergunta que faço a V. Exa. é como o Brasil, não sei nem se isso pode ser dito, mas como está pensando e se preparando para uma realidade dessa natureza. Porque, se

no primeiro caso, formos tomados de surpresa, nesse caso já não o seremos mais. E aí temos que ter toda uma ação providente, temos que usar mesmo do princípio da precaução em relação a desdobramentos que podem ser dramáticos do ponto de vista do que vai acontecer ali como tragédia, já está acontecendo, e do ponto de vista da relação importante que precisa ser preservada entre os dois países.

E por último, só dizer a V. Exa., Embaixador Amorim, que mais uma vez, tenho todo o respeito pelo seu trabalho e sei que o senhor, como alguém que inclusive enfrentou as ditaduras, na sua época, ao seu jeito, a sua forma, com certeza, quando se orienta, orienta-se por esses princípios. E acho que na América Latina pode estar acontecendo um processo delicado em que, muitas vezes, o sucesso da política para alguns líderes os levam, às vezes, a buscar um terceiro mandato, depois um quarto mandato, um quinto mandato na direção do que o Senador Casagrande estava dizendo. E a perspectiva de revezamento do poder nas democracias é algo que também precisa fazer parte da nossa tradição democrática. Não pura e simplesmente dizer *não*, mas o povo me quer, etc, etc, então posso ficar aqui *ad infinitum*. Mas como uma concepção de mundo, uma concepção de relação política de amadurecimento político que acho que precisamos ainda amadurecer, sim.

E que, talvez, pra mim o grande exemplo de tudo isso foi o nosso Presidente Mandela, que optou por apenas um mandato e se consagrou com uma liderança para o seu país e para o mundo de maior audiência para mediar todos os conflitos no seu país, mesmo quando se ausentou. Muitas vezes, a não presença em termos políticos, concretos, é uma forma de assegurar possibilidade de mediar com autonomia, com... Enfim, com galhardia mesmo, determinados processos que são complexos. Então, eu queria aqui agradecer cumprimentando V. Exa. e dizer que tive a honra de trabalharmos juntos e na questão aí das mudanças climáticas, inclusive, tivemos, enfim, uma atuação conjunta em Bali, que V. Exa. ajudou a fazer o Brasil transitar um pouco para uma posição mais proativa. Não é esse o caso aqui, mas é só para fazer esse registro e já apelando que continue essa liderança da proatividade do Brasil lá em Copenhague. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigada Senadora Marina Silva. Então vamos ouvir...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos ouvir agora o Deputado Fernando Gabeira, com a palavra.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria agradecer a generosidade do Senado, dizer que não conseguimos fazer a tempo uma Audiência Pública, agradecer ao Ministro a sua expressão de desamparo quando tem mais um deputado... [risos]. Eu fiquei realmente também sensibilizado, vou ser o mais sintético possível. Mas, na verdade, eu considero que esse problema não é um problema do Governo Brasileiro, só. É um problema do país. E eu acho que nós todos temos que estar juntos, de certa maneira, para nós buscarmos uma solução. A sua intervenção me deixou assim com uma série de dúvidas sobre os caminhos.

A primeira delas, eu não questiono, é que o Brasil não sabia do que aconteceu. Eu acho que é verdade. O Brasil não sabia do que aconteceu. Mas o Brasil, ao não saber do que aconteceu, precisava pelo menos dizer aos *mui* amigos que não se faz assim com o Brasil. Em primeiro lugar, o Presidente da Venezuela diz que sabia. O cônsul da Venezuela, em Salvador, diz que jantou com o Zelaya, na véspera do aniversário do Zelaya, comeram uma comida típica e decidiram que iam ceder o avião para o Zelaya. E depois quando chega à porta da nossa embaixada, com meia hora, pedindo asilo, eu não acho... Se me permite uma expressão em inglês, já que o senhor usou uma em francês, eu não acho *fair*, entende, com o Brasil.

Faria o Brasil, de certa maneira, reclamar, já que ele foi envolvido numa situação extremamente difícil, sem consulta. Eu posso até achar que o Brasil considere essa posição confortável para ele, interessante no seu caminho internacional. Mas, de qualquer maneira, a consulta é indispensável. Acho que se houvesse... Havia um plano nesse sentido, a consulta é indispensável. Eu mesmo já pedi asilo em alguns lugares, levei gente pedindo asilo em outros lugares, visitei gente que se asilou... E o procedimento sempre era de consultar o país e de fazer um entendimento com o país. A segunda questão é que, uma vez instalado lá, a sua formulação é de que o Brasil seria covarde se não aceitasse o asilo. Ou se não aceitasse a presença dele lá. Eu concordo que o Brasil precisava aceitar a presença. Não podia rejeitar a presença dele. Mas a única saída não era essa. O Brasil podia oferecer um salvo-conduto para ele, uma vez que não foi consultado sobre esse processo, oferecer um salvo-conduto para que ele fosse para outro lugar. Isso é perfeitamente viável. O Brasil recebia e oferecia um salvo-conduto, para não ter que entrar diretamente na questão.

A questão que o Brasil reivindica e que nós todos estamos de apoio, estamos juntos, é que a embaixada é inviolável. A embaixada é inviolável e será inviolável. Mas, quando nós falamos isso, nós nos baseamos em

convenções internacionais. Então, nós reivindicamos o nosso direito baseado numa convenção internacional. Mas, no momento em que nós temos que expressar o nosso dever, nós fugimos da convenção internacional. Porque nós sabemos que na convenção internacional não existe o estatuto do hóspede. Não há tratado sobre hospedaria. Há tratados que envolvem lugares oficiais onde as pessoas estão e precisam seguir um certo caminho. Então, o Brasil corre o risco, no seu afã de lutar pela democracia, e que é importante que ele lute pela democracia, pode estar correndo um risco, de um lado, de estar ultrapassando regras democráticas, que essa regra é internacional, de impedir que as pessoas asiladas tomem uma posição, quer dizer, ele corre esse risco, e também corre o risco de ver que, na mesma semana em que o Brasil faz essa demonstração, o Chávez fez uma bela demonstração de apoio ao Mugabe e todos apoiaram e todos aplaudiram.

Então, na verdade, nós estamos lutando contra algumas ditaduras ou nós estamos lutando de um modo geral pela democracia? Algumas nos tocam, mas outras não nos tocam. E, na verdade, acho que a posição do Brasil deveria ser uma posição democrática contra todos os tiranos, não apenas contra o Micheletti. Não acho que naquele espaço, naquela posição, o Brasil podia expressar. Mas, evidentemente, que aquele encontro trouxe uma série de ditadores que estavam lá. E ditadores que já estão perdendo até o contato com a realidade. O Kadaf... O longo discurso do Kadaf, quem examinar toda a dimensão do discurso dele lá na ONU, vê que ele já não está com um contato muito perfeito com a realidade. Então, essa questão agora—[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

Uma questão importante, só para terminar. Para concluir. O Brasil precisa achar uma saída para isso. Eu acho que o fato de terem nos dado um ultimato não significa nada. Mas significa o seguinte, o Brasil vai insistir no caminho porque a sua afirmação... É o seguinte, nós contribuimos para o diálogo. A entrada do Zelaya na nossa embaixada, a presença dele em Honduras contribui para um diálogo. A Hillary Clinton disse isso também num dia seguinte. Ela confirmou essa posição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

Mas confirmou. Ela falou: Não, a entrada... Depois, depois, quando os fatos se desenvolveram, ontem um dos elementos... Um dos representantes norte-americanos já considerou o plano muito arriscado. Então, o que

eu sinto, embaixador, eu sinto com sinceridade que o Brasil não tinha conhecimento, mas ao tomar conhecimento procurou nas Nações Unidas uma solução para esse problema, procurou o Conselho de Segurança da ONU, que deu ao Brasil as garantias necessárias contra qualquer tipo de ataque à sua embaixada, mas não avançou. Tanto não avançou que no dia seguinte, ou dois dias seguintes, o Presidente da República faz uma certa afirmação sobre as limitações do Conselho de Segurança.

E, finalmente, o assessor principal dele, que é o Embaixador Marco Aurélio, nesse campo, o assessor principal... Não é o embaixador... A comunidade internacional precisa ser mais forte. Eu já apostei muito na comunidade internacional. Eu vivo apostando na comunidade internacional. Mas eu jamais tive ilusões sobre ela. A comunidade internacional tem uma boa capacidade de retórica. Nós tivemos agora com Mianmar, a comunidade internacional tem uma grande capacidade retórica. Mas tudo indica, nesse processo, que nós precisamos discutir um pouco melhor e rever a posição. Eu acho que nós vamos ter que rever essa posição, porque há nuances, há caminhos que podem ser trilhados, e que o governo não está trilhando.

Isso não significa que eu não estarei com o governo, que não estou com o governo nesse ponto. Significa apenas que há brasileiros que consideram que a política externa do Brasil não pode ser feita apenas com uma visão partidária. Ela é uma política nacional. Enquanto nós tivermos dando asilo, o governo estiver dando asilo, nós estaremos com ele, não me importa até para quem ele dê asilo. Mas quando o governo, de certa maneira, passa para o processo a possibilidade de interferir na vida interna de outro país, aí rompe o acordo com a oposição. Rompe o acordo que nós temos em torno da nossa política.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Deputado. Antes de passar a palavra para o Ministro Celso Amorim fazer suas conclusões e sobre as indagações finais, Ministro, eu quero lhe reiterar as minhas convicções pessoais de que, na medida em que o Brasil puder instar esses adeptos do Presidente Zelaya a saírem da embaixada e o próprio Zelaya, como está aqui no nosso requerimento não fazer uso político da embaixada, isso dará muito mais respaldo, muito mais credibilidade e facilitará muito a situação como um todo. Esse momento atual em que existem sessenta pessoas lá dentro, e o presidente usando a embaixada, isso realmente dificulta. Aí é uma questão mais pessoal, não como Presidente da Comissão, é uma crença pessoal minha de que o Brasil ganhará mais razão, à medida que fizer esforços adicionais para retirar esses sessenta adeptos que

estão lá e o presidente se comportar dentro de regras internacionais. Com a palavra, portanto, agradecendo o Ministro Celso Amorim pela sua presença aqui, pelo pronto atendimento e que eu tinha calculado acabar às quatro horas, nós já estamos com três horas e foram quinze oradores... Mas acho que foi bom, Ministro, a sua presença para elucidar bem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eduardo, mas pode deixar a esposa do Zelaya lá?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A família pode ficar e mais dois assessores podem. Pode ficar a família e mais dois assessores.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Bem, são tantas perguntas que eu temo não poder responder, a todas, bem. Mas enfim, vou tentar seguir mais ou menos a ordem em que foram feitas. Eu, talvez até vá seguir um pouco a ordem inversa, se V. Exa. me permitir... Olha, o Brasil realmente não sabia. Agora, também não se sentiu ofendido, porque o Brasil fez, em minha opinião, claro que todos podem discordar, o Brasil fez o que tinha que fazer. Era o presidente legitimamente eleito, assim considerado pela comunidade internacional por todos os membros da comunidade...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Brasil não sabia, mas aprovou e apoiou e apoia essa posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Por favor, a palavra está com o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Nós fomos confrontados com uma situação, se me permitirem... Eu queria tentar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Inácio e Deputado Gabeira, por favor, a palavra está com o Ministro.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: É difícil tentar responder tantas perguntas e tão profundas. Então, eu pediria um pouquinho de paciência com a minha exposição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Já está resolvido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Gabeira não aceita provocação.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu queria voltar aqui ao ponto de dizer o seguinte, o Brasil não sabia. Agora, eu até hesito quando dizem... Ah, então tinha que reclamar porque não sabia... Não, não. Olha, eu preferia... Fomos confrontados com a seguinte situação. Com base nessa situação o Presidente Lula e eu tivemos que tomar a decisão. A situação era a

seguinte, o presidente legitimamente eleito de Honduras, o único reconhecido como presidente legítimo de Honduras, pela comunidade internacional, por todos os membros da comunidade internacional. Esse presidente se apresenta à Embaixada do Brasil, esqueçamos até a meia hora, se apresenta à Embaixada do Brasil, a surpresa poderia ter sido até maior, pedindo proteção e dizendo que vai orientar a sua presença lá pela busca do diálogo e da paz, da volta ao poder pelo diálogo e pela paz.

Eu acho que nós fizemos a coisa certa em dando abrigo. Essa é a minha visão. Outros terão uma visão diferente. Mas essa foi a visão que me inspirou e que inspirou o Presidente Lula. Não se trata de uma pessoa que o Brasil achava, não se tratava de nenhuma patota. Tratava-se do presidente considerado como o único presidente legítimo, como o presidente legítimo, cuja restituição ao poder é exigida por toda a comunidade internacional. Não vou ler de novo as resoluções da ONU e da OEA, cuja restituição poderia ser exigida por toda a comunidade internacional, bateu à nossa porta.

Eu tinha duas possibilidades. Nem sequer a possibilidade do salvo-conduto tinha, porque não pediu. Eu tinha duas possibilidades. Dizer “Não, vai embora, vire-se”. Ou dar essa proteção. Nós resolvemos dar essa proteção e o fato dessa proteção ter sido positiva, foi reconhecida, não só, pela Secretaria de Estado, enfim, mas também até pelos próprios partidos políticos de Honduras, que foram à Embaixada do Brasil dialogar com ele. Se eles achassem que ele era um asilado político que não poderia ter diálogo, eles não teriam ido à Embaixada do Brasil. Então, eles também reconheceram algum mérito nisso. E foram lá dialogar. Por alguma razão eles foram, buscando uma solução. E infelizmente não encontraram. Não foi encontrado ainda. Mas houve um diálogo.

Bem, diante dessas situações, o que o Brasil tentou fazer repetidamente por pedidos do Presidente Lula, pedidos meus? Conter quaisquer excessos. Obviamente é uma situação muito emotiva, Deputado Gabeira. Então, nós temos que trabalhar... Não é uma coisa tão fácil. Eu não tenho um poder de coerção. O único poder de coerção, que eu teria sobre o Presidente Zelaya, é colocá-lo na rua, que significaria a prisão, talvez a morte do Presidente Zelaya e, possivelmente, a guerra civil em Honduras. Estou dizendo possivelmente porque também não sei, não tenho certeza. Essas seriam as posições. Como tenho que responder muitas perguntas, eu pediria um pouquinho de paciência porque elas se encadeiam. Bem, foi diante dessa situação que nós agimos. O fato de ter... Como foi planejado, por quem foi planejado, não interessa. Realmente não

me interessa. Porque é uma determinação da comunidade internacional que ele deve voltar a Honduras e por meios pacíficos e do diálogo. E é isso que nós estamos apoiando, evitando naturalmente todos os excessos. E estamos tentando diminuir, conseguimos diminuir de trezentos, que foi o momento de máxima emoção em que as pessoas pularam, saltaram para dentro da embaixada, diminuimos para sessenta e vamos continuar diminuindo.

Agora, agindo com a delicadeza que a situação requer de todos em todos os aspectos. É isso que nós temos procurado fazer. Bem, com relação a outras questões, quer dizer, não houve, portanto, nenhum afã. O Brasil não quis ter nenhum protagonismo. Eu até mencionei essa situação do avião e quero esclarecer, isso ocorreu há três meses. Por quê? Porque foi logo no início da situação, quando houve a convocação de uma reunião da OEA. Eu falava constantemente com o Presidente Zelaya, como falei constantemente com a Secretária Clinton, como falei frequentemente com o Secretário Insulza. Numa dessas, como nós tínhamos emprestado um avião, como nós tínhamos emprestado um avião do Secretário-Geral da OEA que tinha ido lá e como o Presidente Zelaya, talvez se entusiasmou, achou, “Já que emprestaram para ele vai emprestar pra mim”. Eu disse: “Não”. Eu disse: “Não”. Avisei ao Presidente Lula e disse não.

Então, isso foi o que aconteceu há três meses. Depois disso, ele tentou ir, não conseguiu desembarcar, depois tentou ir por terra... Então, quer dizer, dizer que: “Ah, então o Brasil sabia dos planos!” Ora, que ele estava tentando voltar, que ele estava tentando voltar para Honduras era óbvio. Não precisava saber nenhum plano, bastava seguir as notícias, seguir a televisão e estava visível o tempo todo. Então, eu quero dizer isso. Eu quis ilustrar com o fato de não termos cedido esse avião que nós não estávamos... Primeiro, embarcando em nenhum aventureirismo, em nenhum protagonismo desnecessário. Agora, sim, apoiamos as resoluções todas da OEA. Bem, deixa... Eu achei importante tomar suas perguntas porque elas envolveram um conjunto. Depois há muitas outras perguntas específicas. E eu vou voltar à ordem inicial.

O Senador João Pedro perguntou sobre os procedimentos da ONU e a diferença dos procedimentos da ONU entre a OEA. A grande diferença, Senador, é que a ONU, através do seu Conselho de Segurança tem o poder... Desculpe falar em inglês, mas em português... Preciso até ver porque Carta da ONU deve ser traduzida em português. Mas nós usamos sempre em inglês, mas ela tem o poder de implementação, de efetivação das medidas que ela toma. A OEA não tem. Então, ela tem o poder... A ONU reconhece, in-

clusive, um papel para os organismos regionais. Mas sempre dito... Organismo regional: Primeiro, não pode estabelecer sanções. Não pode, digamos... Tanto que se V. Exa. for ver, a resolução da OEA que trata... Que tratou da suspensão, aliás, é a única sanção que essa é da carta democrática, a suspensão de Honduras da própria OEA, nessa resolução há uma recomendação para que os países revejam as suas relações de cooperação com Honduras, porque não há um poder diferentemente da ONU.

A ONU quando estabelece sanções ao Iraque, sanções ao... Os países têm que cumprir. Então, essa é a diferença com relação às sanções. E se for necessário alguma medida que envolva algum aspecto de uso da força, mesmo que seja para proteger, não para agredir, mas para proteger a organização regional também não tem esse poder a não ser que o Conselho de Segurança da ONU autorize. Então, essa é basicamente a diferença. E o que nós temos pedido? Nós não estamos querendo transferir um assunto todo para a ONU. Nós estamos querendo obter e creio que a declaração do Secretário-Geral da ONU faz isso, obter a confirmação de que a ONU respalda os esforços que estão sendo feitos pela OEA e pelo Presidente Aires para chegar a uma solução a esse caso, enfim, não vou repetir tudo que já disse sobre esses planos.

Então essa é a questão. V. Exa. perguntou também sobre os brasileiros em Honduras. Claro que a nossa capacidade de dar proteção aos brasileiros é limitada. Já era antes, porque nós temos uma missão pequena e não... Não autorizamos a volta... Pedimos... Instruímos o embaixador a não voltar, como muitos países fizeram também, o Brasil não foi o único, muitos outros, eu agora não tenho a lista completa--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): A União Européia. Praticamente toda...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Quase todos. Espanha... Muitos outros. Então, nós não autorizamos o embaixador voltar, mas, de qualquer maneira, mesmo o embaixador, a embaixada é muito pequena, de qualquer modo, como são essas embaixadas na América Central. Acho até que, com o tempo, elas devem aumentar. Acho que o Brasil terá, cada vez mais, um papel mais importante. Mas então, o que nós estamos trabalhando, mas da maneira que nós podemos trabalhar, que envolve certa discricção, conversando com outras embaixadas, que têm talvez uma estrutura mais bem montada, para ver como nós podemos ajudar os brasileiros que estão lá. Eu também não vejo uma ameaça imediata aos brasileiros. Mas é sempre precaução, é necessário e o que nós estamos fazendo.

Não sei se foi V. Exa. que perguntou, mas alguém perguntou sobre o reforço. Isso foi feito também com

o apoio de outras missões, do escritório das Nações Unidas... Enfim, e nós temos nos valido, portanto, da presença de outras... De outras missões que por uma razão ou por outra mantêm contatos formais ou informais mais efetivos. Com relação à ida dos deputados em Honduras. Eles, obviamente, não perguntaram se eu aconselhava que fossem ou não fossem. Eu, num momento como este, não aconselharia. Mas tampouco vou criar nenhuma dificuldade. Pelo contrário, vamos fazer o que nós podemos. A minha grande preocupação é que nós não temos condições de dar nenhum apoio. Por dois motivos. Primeiro pelo que eu já mencionei, que a embaixada é pequena e as pessoas, os diplomatas que estão lá, estão cuidando da sua própria segurança e com muita... E, mesmo assim, com certa dificuldade natural.

Agora, além disso, o Governo Brasileiro não se comunica com o governo de fato de Honduras. Então, por exemplo, eu não posso chegar... Eu não posso nem sequer pedir uma autorização de pouso. Se houver alguma coisa, vou ter que recorrer a outro intermediário. Agora, tampouco vou criar nenhuma dificuldade e se isso for positivo, ótimo. É claro que, digamos, acho que nós não podemos substituir as instâncias negociadoras porque isso é uma questão muito complexa. A OEA já esteve envolvida... O negócio é haver um trabalho de convencimento, que ajude. Nós não temos nada contra, mas temos essa limitação.

Senador Renato Casagrande mencionou várias questões e eu não sei se eu poderia responder a todas. Mas digamos aqui que uma muito importante se refere à agressão. O que o Brasil pode fazer? Nós estamos... O que nós temos feito é todo o possível, pelos meios pacíficos, para evitar que isso ocorra. É todo o possível. A reunião do Conselho de Segurança pedida por nós e realizada na última sexta-feira tinha, primordialmente, esse objetivo, que foi alcançado, era uma decisão do... Uma decisão... Uma declaração da Presidência do Conselho nesse sentido, os nossos esforços junto ao Secretário-Geral da ONU, Secretário-Geral da OEA e se V. Exa. ler as declarações, todas elas são muito fortes em reafirmar a inviolabilidade... Claro que a gente às vezes recorre também a outros contatos mais informais, que a gente sabe chegar lá a quem pode ter alguma ação desesperada. Mas, enfim, isso nós fazemos com... Como se faz normalmente na diplomacia. Mas o que nós podemos fazer é preventivo.

Nada do que é dito aí para justificar alguma ação como, por exemplo, desqualificar a natureza diplomática da nossa missão, encontra amparo algum no Direito Internacional. Mas, como são forças que já deram golpe de Estado contra o direito interno, também podem se atrever a dar um golpe de Estado contra o

Direito Internacional. Um golpe contra o Direito Internacional. Mas, tem que saber que as consequências serão graves. Então, é esse o elemento de dissuasão. Ao mesmo tempo, Senador, nós estamos contribuindo ativamente por um diálogo. Eu não poderia dizer por que eu não quero ficar... Quantas vezes eu falei com o Secretário-Geral da OEA, por exemplo, na semana passada, o fato de ter falado com o Secretário-Geral da ONU, o fato de ter falado em pouco tempo, duas vezes com a Secretária de Estado, o fato do nosso Embaixador em Washington estar mobilizado permanentemente com outros interlocutores... Nós temos contribuído ativamente para o diálogo. E acho que são duas coisas que podem contribuir, acima de tudo, para evitar um desfecho desagradável. A consciência de que as consequências serão graves, por um lado e, por outro, a abertura do diálogo. Por isso a ida do Secretário-Geral, o Insulza, o mais breve possível é de grande importância.

Nós achamos que, efetivamente, até o que está oferecido é um passo adiante, mas ainda é muito distante, porque eles estão oferecendo receber a missão precursora, essa, foi rechaçada no dia 2, e a missão do Secretário-Geral no dia 7. Nós achamos que isso é muito longe. Mas enfim, é onde nós temos trabalhado em torno desse tema. Então, essa aí... Quando V. Exa. pergunta a diplomacia não funcionou por quê? Uma das razões é que a própria OEA não tem mecanismos coercitivos. Claro, eu lendo hoje jornais eu vejo que a própria... Há efeitos econômicos colaterais, de negócio, que começam a ocorrer. Agora, essas pessoas também que deram o golpe, elas têm a sua impermeabilidade. Então, é preciso que haja recados mais claros e é o que nós estamos procurando ter. Com relação... Bom, eu agradeço às expressões de vários, mas especialmente agora do Senador Antonio Carlos Valadares, mas eu queria dizer com relação especificamente aos Direitos Humanos, Senador, que a própria Comissão Interamericana de Direitos Humanos já estava condenando o governo antes desses últimos episódios. Quer dizer, não é dizer porque morreu uma pessoa, porque houve um distúrbio. Não, não. Já estavam pessoas tendo seus Direitos Humanos ameaçados... Antes desses ultimíssimos episódios que eu digo, antes da ida... E ela voltou a se pronunciar agora.

Então eu acho que nós temos também atuado junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para que ela se manifeste. Então, eu queria era deixar claro. E creio que, com relação ao exemplo que V. Exa. mencionou, naquele caso do Irã houve duas resoluções do Conselho de Segurança condenatórias do ato, naturalmente, e a interpretação da Corte Internacional de Justiça de que as obrigações da Convenção de Viena

são inderrogáveis, não lembro exatamente que termo ela usa, mas que não há exceção, vem justamente dessa situação. Que na realidade é uma interpretação, mas que está clara na própria Convenção porque se diz claramente que o Estado acreditado, quer dizer, aquele que recebe, está obrigado a respeitar e proteger, mesmo em caso de conflito armado, os locais da missão. Então, eu acho que essa... Mas essa também tem sido a nossa atitude.

Bem, Senadora Marina Silva, quero dizer que a honra é minha de ter trabalhado com V. Exa., quando V. Exa. foi Ministra do Meio Ambiente, trabalhamos muito juntos, positivamente em Bali. Acho que ali foram dados passos importantes, não só o Brasil, mas o Brasil conseguiu convencer outros países em desenvolvimento também a avançarem, de modo que é motivo de orgulho, sem dúvida, pra mim. Agora, V. Exa. mencionou algo muito importante. Essa é uma situação inédita. É, de fato, uma situação inédita. Eu disse aqui no início, talvez uma pesquisa maior revele outra situação similar. Mas é uma situação inédita, porque não é uma situação de alguém que está querendo fugir do seu país ou que está apenas procurando abrigo contra violência. É alguém que diz, alguém a respeito de quem a comunidade internacional diz ser o presidente legítimo, e quem a comunidade diz que deve voltar ao poder e essa pessoa pede uma proteção a nós. Então, não há... É uma situação realmente inédita e nós estamos lidando com uma... Algo novo. Algo novo em que os livros, textos simplesmente não têm respostas muito claras e aí exige bom senso, exige calma e exige tranquilidade e serenidade.

Agora, sempre poderá haver avaliações diferentes. Eu não discordo, respeito isso, acho que o debate é extremamente... Eu só... A única coisa que eu gostaria é que o debate, como V. Exa. mencionou, digamos assim, não ponha em dúvida a palavra do Ministro. Porque isso seria questionar o patriotismo, questionar a integridade e aí eu não me sentiria nem à vontade, para falar a verdade, em continuar sendo Ministro de qualquer governo. Mas eu espero que essa não seja a visão das pessoas que ponham em dúvida a palavra do Ministro. Bem, como vamos prosseguir, eu creio que isso de uma maneira ou de outra eu já mencionei. O que nós temos que mobilizar... Eu acho que o Brasil, ao contrário do que outros disseram, acho que o Brasil não tem que ser o principal negociador dessa situação.

Acho que quem tem que ser o principal negociador dessa situação deve ser a OEA, com o apoio da ONU, com o apoio da comunidade internacional, com o apoio do Presidente Arias... Apenas, digamos, mantendo a segurança da Embaixada do Brasil e con-

tinuando ação nesses organismos internacionais, nós achamos que talvez haja uma saída. A verdade é que o impasse era total. Obviamente, o governo de fato sempre estava jogando e, de certa maneira, continua a jogar com a passagem do tempo, para esperar que o momento das eleições ocorresse e dissessem: Bom, agora tudo acabou, teve uma eleição, etc e tal. Foi muito importante, repito, o Presidente Arias, como alguns senadores estavam no momento e outros não estavam em outros, eu estou repetindo esse aspecto.

Foi muito importante, em determinado momento, o Presidente Arias cujas credenciais são insuspeitas, de ter simpatia por A, por B ou por C, ter dito aos candidatos que se eles fossem eleitos numa eleição conduzida, sem a volta do Presidente Zelaya, essa eleição não teria... Não seria reconhecida pela comunidade internacional. Então, eu acho que é esse tipo de pressão que tem que continuar. Eu creio que respondi, senão a todas, pelo menos, a quase todas as perguntas que foram feitas e aos comentários que foram expressos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O Senador Heráclito Fortes que chegou mais tarde, ele tinha ido ao velório e enterro do Ex-Deputado, Ex-Governador Roberto Silva e pede a palavra, Ministro.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Uma honra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a sua tolerância, Sr. Ministro, mas lamento, só pude chegar a Brasília agora, estava acompanhando o sepultamento de um ex-colega daqui do Senado e não pude assistir esta Audiência Pública que eu tanto gostaria. Até porque sou um curioso sobre essas questões que envolvem a diplomacia brasileira. Eu queria pedir a V. Exa. que... E, evidentemente, as perguntas que já tiverem sido respondidas, não precisa repeti-las. Serei... Eu depois recorrerei aos anais. O que eu quero é o seu esclarecimento. Se V. Exa. poderia explicar detalhadamente o que foi que motivou a deposição do Zelaya. Essa crise foi a inicial? Nós não estamos lembrando o que foi que motivou, o que foi o golpe de Estado, o que motivou esse golpe. Apenas para que se entenda um pouco o porquê da saída do Zelaya. O que ocorreu para motivar a saída dele. Gestora, quero deixar bem claro aqui que todos nós somos solidários à figura do Zelaya.

Todos nós somos contra o golpe. Todos nós somos contra o uso da força. Coisa que esperávamos até que tivesse sido abolida dessa região. Mas essa lembrança, de como se deu isso, por que deu, o que gerou essa crise seria interessante. O segundo, a minha preocupação, Ministro, é a questão do asilo. O asilo é dado para quem está no seu país e, por falta de segurança, por

ameaça, tem necessidade de procurar apoio de outro país, por questão de segurança pessoal e familiar. A questão do Ex-Presidente Zelaya, não. Ele estava fora do país, retornou, retornou clandestinamente, não sei se esse é o termo exato e nós demos o asilo. Eu queria saber se essa é uma maneira correta. Se o termo aplicado no caso do Zelaya é asilo também. Porque, na realidade, há um aspecto diferente. Ele estava fora e retornou e aí vem a velha história que aí é o que me irrita, o avião do Chávez. O avião do Chávez... Porque esse avião do Chávez, e eu sou curioso, Ministro, já fez um mal muito grande ao Brasil.

Esse mesmo avião com esse mesmo prefixo, pertencente à PDVISA foi que veio aqui ao Rio de Janeiro levar aqueles dois cubanos, trazendo a bordo militantes da... Do serviço secreto cubano e aquela que o Itamaraty não teve participação, é bom que se frise isso. O Itamaraty não teve participação no episódio dos cubanos. Pelo menos, naquela época, foi o que ficou bem claro. Mas se há uma coisa que envergonhou e nos enojou foi a maneira subserviente com que nós agimos naquela questão dos cubanos. E, por coincidência, é o mesmo avião. Aliás, foi o mesmo avião que socorreu a Ingrid Bittencourt. Esse avião presta boas causas e presta causas duvidosas. Mas só esse fato pra mim já me provoca urticária por motivos que... É preciso que o Brasil todo saiba. Agora, V. Exa. podia explicar mais um pouco de como é que foi essa solicitação do Presidente Zelaya de usar aviões da Força Aérea Brasileira, aviões brasileiros para as suas peripécias de sobrevivência ao poder. Seria muito bom.

Agora, em termos concretos, V. Exa. diplomaticamente saiu um pouco da questão. Se a embaixada foi invadida. Devido à tensão ou à irresponsabilidade de alguém. Nós temos um plano B? Como é que nós vamos agir de maneira imediata? Eu queria isso concretamente. Eu sei do esforço de V. Exa. para que não aconteça, mas a tensão lá... Imagine a que nível, a que grau está a tensão nos arredores da embaixada. Em termos concretos, vamos dizer que haja um exagero das partes e a nossa embaixada seja invadida. Como é que nós vamos fazer, Ministro? Como é que nós vamos agir? Nós temos um plano B? Nós temos um... Como é que nós vamos sair dessa?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador, eu já tinha até agradecido o Ministro, mas então vamos agora ouvi-lo. Nós vamos ouvi-lo, pela última vez, Ministro, nesta data. Depois pode voltar outras vezes quando for necessário. Com a palavra, portanto, o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Tentando seguir a ordem, com relação... A origem dos fatos, claro, que sempre poderá ser objeto de uma discussão, se o

Presidente Zelaya estava ou não agindo corretamente. O fato é que todos reconhecem que houve um golpe, que o golpe não é aceitável e que ele deve voltar ao poder. De alguma maneira, o Plano Arias ele atende a esse aspecto. Porque o plano do Presidente Arias estabelece que na volta o Presidente Zelaya se compromete a não insistir na ideia do referendo e acatar a Constituição como ela é, não fazer nenhuma reivindicação, nem de reeleição nem sequer de mudança de Constituição de qualquer tipo. Então, acho que esse aspecto está atendido naquilo que seria, digamos, a maneira como a comunidade internacional encaminhou. Eu discuti aqui já amplamente a questão a que V. Exa. se referiu como que foi... Como o... O Presidente Zelaya chegou à embaixada e não sei se V. Exa. já estava aqui, quando respondi a uma pergunta do Deputado Gabeira. Eu mencionei que fomos confrontados com uma situação. Uma situação que era o presidente legítimo do país, assim reconhecido pela comunidade internacional, literalmente... Eu diria literalmente, porque houve uma diferença de vinte minutos, meia hora... Literalmente, bateu à nossa porta. E eu... Nós não poderíamos ter negado proteção a esse presidente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ele está como asilado? Qual é a situação dele?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Ele não pediu asilo. Ele disse que ele estava voltando, ele tinha... Não nos disse como tinha chegado, fez uma vaga referência na conversa comigo que tinha passado por montanhas... Eu não sei exatamente como foi. Mas nem procurei saber, pra falar a verdade. Porque esse problema, a meu ver, ele é secundário. O problema central, o problema central, a meu ver, é um presidente eleito, reconhecido pela totalidade da comunidade internacional... Porque não é, por exemplo, como no passado que a OEA podia pensar uma coisa, a ONU outra... A totalidade da comunidade internacional, os documentos são claríssimos a esse respeito. Esse presidente reconhecido como presidente legítimo pela comunidade internacional bateu à nossa porta e disse: "Eu vim aqui para tentar voltar ao poder por meios pacíficos e pelo diálogo". E nós achamos que nós devíamos dar proteção para que essa tentativa, por meios pacíficos e pelo diálogo, fosse alcançada.

Desde o primeiro momento tivemos preocupações também que pudesse haver incitação... Ainda que involuntária, porque as emoções são muito grandes, já descrevi aqui em detalhe todas as... O exercício de persuasão que nós temos tentado realizar numa situação complexa em que as emoções estão muito à flor da pele. Mas temos conseguido... Temos conseguido... Eu dou, como exemplo disso, que o fato de que não há nenhuma morte, pelo menos, que possa ser atribuída

a uma ação dos zelaistas. Eles têm, até ontem mesmo, olhando aqui na televisão, até eles negociaram como é que ia fazer o protesto, etc. Então, nós temos procurado fazer isso.

Por outro lado, sim, alguma atividade política ele tem tido. Ele tem recebido. Me consta, inclusive, que a única pessoa dessa Missão da OEA que entrou, que é um funcionário da OEA que veio também na Missão do Arias pediu para encontrar o Presidente Zelaya e nós dissemos que sim. Da mesma maneira que os quatro candidatos, quatro candidatos, inclusive, os dois principais que se opõem muito ao Zelaya, também pediram para... Houve um diálogo entre eles. Eles foram à Embaixada do Brasil dialogar. Então, esse tipo de atividade política, sim, está ocorrendo. Então, essa é uma questão que nós... E isso é pacífico.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma curiosidade. O fato do Brasil não ter reconhecido o governo, o atual governo, o governo de fato, permite aqui... O governo golpista. O governo golpista, como... Se satisfaz o seu ego, o seu desejo... Está atendido. Está atendido. Não vamos deixar que os anais... Fique registrado aqui o desejo do meu caro colega em fazer esse registro, o governo golpista nos dá o direito de usar a embaixada nos termos em que está sendo usada?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Olha, Senador, até já tive oportunidade de ler aqui trechos da Convenção de Viena. A Convenção de Viena diz que a embaixada é inviolável até em casos de guerra. Até em caso de conflitos armados. O que nós temos procurado atuar e, não só nós, eu devo dizer que ninguém, esse questionamento que tenho ouvido aqui de alguns setores no Brasil, não está sendo feito pela comunidade internacional. Ninguém está fazendo esse questionamento. Não, não, o senhor me permite--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porque é na nossa embaixada que o problema está havendo. Não é na comunidade internacional. Os que botaram o Zelaya dentro da nossa embaixada estão batendo palma.

[sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Heráclito, vamos concluir, Senador.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Pela ordem. É que todas essas questões já foram debatidas e respondidas. Desculpe, Senador, mas já foram debatidas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu peço desculpas a V. Exa., sei que V. Exa. é uma senadora hoje muito ocupada com seus projetos de futuro, mas eu peço desculpas e avisei que eu cheguei atra-

sado... Queria que V. Exa. fosse paciente com o colega, solidariedade ao companheiro.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu estou sendo solidária.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não quero tomar o seu tempo.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Não, de jeito nenhum. Eu estou aqui. Só estou dizendo que, como já foram respondidas, talvez fosse de bom alvitre que não repetíssemos as perguntas. É só isso. Mas caberá ao presidente arbitrar favoravelmente a V. Exa. ou a questão de Ordem que encaminhei.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu louvo V. Exa. em poupar um ex-colega, Ministro, porque ele não irritou-se em me responder. V. Exa., evidentemente--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos concluir, vamos concluir, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eu peço desculpas a V. Exa.. V. Exa. é muito ocupada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ministro, vamos concluir. Para concluir, por favor, por favor. Para concluir, Ministro.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu só queria dizer que... Com permissão da Senadora Marina. Eu só queria dizer que, na realidade, esses... Pode ser que alguns estejam batendo palmas, mas mesmo os que são críticos de alguma atitude do Presidente Zelaya, ninguém coloca em questão... Eu não vi... Eu não quero dizer claramente que não ouvi de ninguém, na comunidade internacional, colocar em questão a proteção que nós estamos dando para um diálogo político que seja produtivo e que traga resultados. Pelo contrário, o que todos dizem... Sem me referir àqueles que V. Exa. está se referindo, se me permitir para ser rápido, é que, mesmo os que digamos possam ter críticas ao comportamento dele, eles querem que haja um diálogo político que conduza à solução do problema. Então, essa questão não está sendo discutida com essa paixão que eu vejo no Brasil. Se é asilo, se não é asilo, se pode falar, se não pode falar... Porque na realidade há uma percepção de que isso pode ser e contribuir para o diálogo. Pode ser certo ou pode ser errado.

Com relação ao avião. Eu, senador, eu não sabia nem que era o mesmo avião que tinha levado... Mas o que eu quero dizer é o seguinte, essa questão pra mim... Como ele chegou... Como chegou também eu já disse antes, ele chegou à Embaixada do Brasil nessas condições, se ele tivesse chegado lá pela

mão dos americanos ou pela mão da Venezuela ou por meios próprios a nossa atitude seria a mesma. Nós não tivemos nenhuma participação, não fizemos nenhum plano, mas achamos que era nossa obrigação dar proteção a um presidente legitimamente eleito e permitir que o que ele disse se cumpra. Que ele procure através do diálogo uma solução. E é essa ação também que nós temos tentado desenvolver junto a ele, por meio, como disse, da persuasão. Houve uma pergunta aqui sobre solicitações... Desculpe, eu anotei a palavra solicitações e não me recordo qual seria. Se o Brasil recebeu alguma outra solicitação?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não. A última pergunta se a nossa Assessora permitir...

[sobreposição de falas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se houvesse uma invasão--

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu já respondi... Eu já respondi. Mas toda... A ação da diplomacia...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Chegamos então ao fundo aqui das preocupações. Os atos falhos estão surgindo.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Bem, como disse antes, senador, que estamos tomando todas as providências necessárias, como cabe à diplomacia, para prevenir que essa situação ocorra. Obviamente o Governo Brasileiro tem também canais informais que se comunicam com outros governos que, por sua vez, podem ter também. Então, isso acho que não seria oportuno tratar dessa forma, mas o que é mais importante é, digamos, o esforço que nós temos feito, seja pela dissuasão do Conselho de Segurança, seja por outros meios e que qualquer ação irrefletida e totalmente irresponsável seja tomada pelos golpistas. Também ajudando a que o diálogo ocorra porque esse é o melhor caminho. Eu queria agradecer mais uma vez a atenção de todos e--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós não temos mísseis de 300 quilômetros ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Quero agradecer ao Ministro, agradecer aos senadores, está encerrada a reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 18h21.

ATA DA 40ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia primeiro de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Antonio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Romero Jucá, Demóstenes Torres, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Flávio Torres, Flávio Arns, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Álvaro Dias e Tasso Jereissati**. Justificam a ausência os Senadores **Francisco Dornelles** e **Geraldo Mesquita Júnior**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Comunica, ainda, que o Governo de Moçambique transmitiu um convite à CPLP, Comunidade de Países de Língua Portuguesa, para que esta participe na observação das eleições presidenciais legislativas e provinciais daquele país. Inicia-se a apreciação da pauta. **Item 01:** Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que “*submete à prévia aprovação legislativa toda transação ou acordo visando solucionar litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Romeu Tuma**, para fazer a leitura do seu relatório. O Senador **Roberto Cavalcanti** faz uso da palavra, solicitando vista da matéria. Vista concedida. **Item 02:** Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2007, terminativo na CRE, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “*dispõe sobre a obrigatoriedade da União de trasladar corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior*”. Aprovado com as Emendas nº 1 – CRE e nº 2 – CRE. **Item 03:** Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Tasso Jereissati**, para fazer a leitura do seu relatório. Os Senadores **Herá-**

clito Fortes, Romeu Tuma, Augusto Botelho, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Inácio Arruda, Demóstenes Torres, Álvaro Dias e Pedro Simon fazem uso da palavra. Concedida vista coletiva da matéria. Demais itens da pauta: **Item 04:** Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em 4 de abril de 2007, em Brasília*”. Adiado. **Item 05:** Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007*”. Adiado. **Item 06:** Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto da Adoção de Emendas à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimos, de 1979, adotadas por meio da Resolução MSC. 155(78) do Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Internacional*”. Adiado. **Item 07:** Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008*”. Adiado. **Item 08:** Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Paramaribo, em 22 de abril de 2008*”. Adiado. **Item 09:** Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Manágua, em 8 de agosto de 2007*”. Adiado. **Item 10:** Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Programas Educacionais*

e de Intercâmbio Cultural, celebrado em Brasília, em 27 de maio de 2008". Adiado. **Item 11:** Requerimento nº 963, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros, em que "*requerem, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura ao novo acordo militar EUA/Colômbia, na forma que justifica*". Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às treze horas e quarenta minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 40ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 01 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 11 HORAS E 31 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas de reuniões anteriores. Sras. Senadoras e Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Antes de dar início à pauta, informo aos membros da Comissão que conforme anunciado na reunião de 20 de agosto, o Governo de Moçambique transmitiu um convite à CPLP, Comunidade de Países de Língua Portuguesa, para que esta participe na observação das eleições presidenciais legislativas e provinciais daquele país, eleições gerais, que ocorrerão em 28 de outubro próximo. Em 2008, foram enviadas comissões da CPLP às eleições de Angola e Guiné-Bissau; em 2009, eleições antecipadas presidenciais em Guiné-Bissau também contaram com observadores da CPLP. Eu quero só consultar os Srs. Senadores se há interesse de participar dessa missão de observação eleitoral da CPLP em Moçambique. Se algum tiver interesse, por favor, me comunique que nós estamos na fase final já de definição junto ao Itamaraty para o dia 28 de outubro; seria importante que o Brasil esteja presente, já que não participou de momentos anteriores.

O Item 1 da pauta é o Projeto de Lei nº. 84, de 2005, que é um requerimento aqui ainda, que submete à prévia aprovação legislativa toda transação ou acordo visando solucionar litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira, de autoria

do Senador Pedro Simon e relator Senador Romeu Tuma, que tem o parecer pela aprovação nos termos da emenda nº. 01.

Em discussão, portanto, a matéria. Eu passo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [ininteligível] nós analisarmos um substitutivo que foi aprovado na CCJ. A ideia do Senador Simon é para evitar consolidação de pretensões inidôneas desses contratos entre empresas brasileiras e estrangeiras. Hoje, nós estivemos no Tribunal de Contas e eles estão também pedindo algumas alterações legais para poder coordenar toda essa área de fiscalização mais rigorosa. De forma que eu sou favorável, mas tenho certeza que o pedido de vista poderá melhorar ou provavelmente encontrar um outro caminho. Então, esse é o voto, o relatório, acho que é desnecessário a leitura por inteiro, visto que vai ter pedido de verificação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Maior respeito e admiração aos dois Senadores da autoria, o Senador Pedro Simon e o Senador Romeu Tuma, meu dileto amigo da qual eu tive a gentileza de pré-avisar o pedido de vista--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Houve muita gentileza de V. Exa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): V. Exa. merece muito mais do que isso. E o objetivo básico é fazer revisão tendo em vista que a origem deste projeto oriundo do ex-nobre Senador... Ex-Senador, nobre amigo, ex-Presidente da República Itamar Franco, e como vem já há algum tempo nessa Casa, ele talvez necessite de algumas adequações em função da realidade de globalização brasileira. Só em função disso e prometo devolver na maior celeridade possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ok. Vista concedida. Passamos ao Item 2 que é projeto terminativo que já esteve na pauta por várias vezes e é de muita importância e nós estamos com o *quorum*. Ele dispõe sobre a obrigatoriedade da União de trasladar corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior, em outras palavras, brasileiro pobre que não tenha condição de transportar o corpo para cá. O relatório já foi lido em 25 de junho, tendo sido realizada a leitura do relatório e encerrada a discussão. De autoria do Senador Expedito Júnior e relatoria do Senador Suplicy, que não está presente. O voto é pela aprovação com duas emendas e o projeto é terminativo, portanto, exigindo *quorum* qualificado. São duas votações, tendo em vista que já foram feitas as discussões. Uma votação para o projeto e duas para as emendas.

Portanto, eu vou colocar em votação o Projeto nº. 516. Os titulares, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Com o relator. Senador João Tenório. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Renato Casagrande... Senador Augusto Botelho. Senador Augusto Botelho, o projeto que obriga o Governo a custear o transporte de pessoa pobre que tenha falecido no exterior.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Alvaro Dias. Senador Tasso Jereissati. Portanto, está aprovado com dez votos. Eu não voto como Presidente. A votação se repete para as emendas, estando os Senadores de acordo repetimos os votos. Todos de acordo, portanto estão aprovadas também as emendas. Aprovado o projeto e as emendas nº. 1 e 2 da CRE, a matéria será encaminhada para a Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Passamos, portanto agora ao Item 3, não terminativo, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 430, de 2008 que aprova o texto do protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, assinado em Caracas em 04 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados partes do MERCOSUL e da Venezuela. Autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, relator é o Senador Tasso Jereissati, a quem passo a palavra para a leitura do relatório.

Eu queria convidar o Senador Tasso Jereissati para que venha aqui à Mesa para a leitura do relatório tendo em vista o interesse de todos os Senadores.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Sr. Presidente, Srs. Senadores. O Poder Executivo por meio de mensagem nº. 82, de 2007, submete ao Congresso Nacional o texto de protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL assinado em Caracas em 04 de julho de 2006. O acordo foi, inicialmente, apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou Projeto de Decreto Legislativo decorrente da mensagem presidencial formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado também no Plenário da Câmara dos Deputados em 17 de dezembro de 2008. O acordo foi, em seguida, apreciado e aprovado pela representação brasileira no Parlamento do MERCOSUL, em 18 de fevereiro de 2009. No Senado a proposição foi recebida nessa Comissão em 12 de março, e não tendo recebido proposta de emendas, foi-nos encaminhada para relatar no dia 24 de mesmo mês. Realizaram-se quatro audiências públicas, as duas primeiras por requerimento nosso complementado pelo Senador Eduardo Azeredo. As duas últimas por iniciativa do Senador Fernando Collor e com aditamento do Senador Eduardo Suplicy. Das audiências participaram conhecidos e renomados embaixadores brasileiros, tanto do atual Governo quanto de governos anteriores, além de diversas autoridades, estudiosos do Direito Internacional, bem como políticos da região amazônica e convidados venezuelanos. A todos reiteramos nossos agradecimentos por suas valiosas contribuições.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Peço silêncio, por favor.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Cabe registrar que o Embaixador da República Bolivariana da Venezuela no Brasil foi convidado para participar de uma das audiências, tendo declinado do convite por meio de um fax enviado ao Presidente da Comissão.

Para dirimir dúvidas e preencher lacunas, o protocolo foi objeto de três requerimentos de informações ao Ministério das Relações Exteriores. O primeiro de nossa autoria foi respondido pelo Chanceler Celso Amorim, em 03 de julho. O segundo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo teve as informações enviadas em 29 de julho, e o terceiro, dos Senadores João Pedro e Eduardo Suplicy foi respondido em 10 de setembro.

As contribuições das Audiências Públicas e das informações recebidas em resposta aos requerimentos estão disseminadas ao longo deste parecer e ser-

viram sobremaneira para formar as convicções aqui expressas. Não detalharemos o conteúdo do protocolo de adesão por constar do relatório e já ser de amplo conhecimento de todos.

Passo agora à análise da matéria. Procuramos analisar a proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL sob enfoques objetivos, para chegarmos a uma decisão racional e desapassionada da matéria. Todas as nossas considerações estão fundamentadas em informações e documentações que estão citados ao longo do nosso parecer, já encaminhado aos outros Senadores. Apesar da entrada da Venezuela no MERCOSUL do ponto de vista dos países da região ser uma decisão política, há, contudo, um exame técnico que o Governo e o Congresso Nacional em suas respectivas esferas de competência têm o dever de realizar. Existem condições que devem ser cumpridas e elas constam do próprio Protocolo de Adesão. É de se destacar a importância da decisão que tomaremos. Trata-se do primeiro caso de adesão ao MERCOSUL e firmará precedente que irá ser invocado em casos futuros. Para organizar a nossa análise, iremos segmentá-lo em três aspectos: Primeiro, o fato de que o ingresso da Venezuela é uma decisão política do Governo Brasileiro e seus pares no MERCOSUL, com base em interesses políticos, comerciais e estratégicos. Segundo, que o protocolo de adesão deve ser examinado com rigor do ponto de vista técnico e jurídico formal. E terceiro, sobre a relevância dos aspectos políticos internos e externos da Venezuela e de seus reflexos na região.

Começaremos com os aspectos econômicos e estratégicos. Uma discussão central no MERCOSUL e entre seus estudiosos é sobre a prioridade entre se alargar o bloco, incluir novos membros ou aprofundar e consolidar as instituições. Até o presente, a opção era pelo fortalecimento do MERCOSUL. É bom que se frise que o desempenho comercial intrabloco em comparação com o crescimento do comércio brasileiro com o resto do mundo, nos últimos anos, ou mesmo em relação a outros acordos subregionais de comércio, não vem sendo tão expressivo. O problema central é que o MERCOSUL não avança em termos de livre comércio e em termos de Tarifa Externa Comum. Pode-se até constatar certos retrocessos, como os que assistem ciclicamente nas relações Brasil-Argentina. Preocupante também é a falta de segurança jurídica no MERCOSUL. Uma empresa que exporta para a Argentina não sabe por quanto tempo poderá fazê-lo, porque a todo momento poderão sobrevir medidas protecionistas ou novas regras. Neste aspecto, o ingresso da Venezuela irá agravar o quadro já que ela vem adotando medidas impróprias, como é o caso, por exemplo, das restrições à exportação de celulares para a Venezuela. Além disso,

vem atrasando o pagamento de produtos importados, inclusive do Brasil, por meio de um exótico mecanismo burocrático de autorização para liquidação cambial. Em sentido contrário, os dados realçam a importância da eventual participação da Venezuela. O comércio Brasil/Venezuela cresceu 885% nos últimos dez anos. Hoje a Venezuela é responsável por 2,6% das nossas exportações e a sua participação nas importações do Brasil é de apenas 0,31%. O comércio com a Venezuela foi o que mais contribuiu para o *superávit* da balança comercial brasileira em 2008. 18% do saldo brasileiro vêm das exportações para aquele vizinho. O Brasil tem acesso ao mercado venezuelano graças a uma herança de preferências que pertenciam ao pacto andino e que deixaram de existir quando a Venezuela deixou a comunidade andina; essas preferências terminarão em 2011, abrigando-se uma lacuna se a Venezuela não estiver no MERCOSUL. Tudo, então, terá que ser negociado bilateralmente.

Em relação ao MERCOSUL, a participação da Venezuela no nosso comércio exterior é de igualmente digna de nota. Em 2008, o Brasil exportou 21,74 bilhões para o conjunto MERCOSUL e somente para a Venezuela, 5,15 bilhões de dólares. O Produto Interno Bruto da Venezuela é de 300 bilhões de dólares. Esse potencial econômico atrai investimentos de um conjunto expressivo de empresas brasileiras, especialmente na área da construção pesada. Outro ponto estratégico potencialmente vantajoso para o Brasil é a possibilidade de entendimento regional sobre energia, no qual a Venezuela desempenharia um papel importante no continente em razão de suas formidáveis reservas de petróleo. No caso recente da Bolívia, foi a Venezuela, no entanto, quem deu a ela todo o suporte necessário na revisão do contrato de fornecimento de gás para o Brasil. Assim, fica difícil vislumbrar a Venezuela de hoje como fator positivo na integração energética regional. A entrada da Venezuela, entre outros possíveis benefícios, permitiria ampliar a abrangência do MERCOSUL, que tem privilegiado o sul do continente. Essa adesão sinalizaria forma mais nítida para sua transformação em uma área de integração do continente. A entrada da Venezuela poderá estimular o ingresso de outros países do arco norte do continente, o que consolidaria o bloco em toda a região. Os estados do Norte, particularmente Roraima, estão muito próximos geográfica e economicamente da Venezuela, da Guiana e do Caribe. Para essa parte do Brasil, a adesão se reveste ainda de maior importância.

Passemos agora ao aspecto jurídico formais. Aqui analisaremos o procedimento técnico de adesão e as condições que foram negociadas com a Venezuela para tanto, e que estão incorporadas no protocolo de

adesão. Não são condições substantivas, são requisitos processuais para a negociação. Cuida-se da fixação de programas e cronogramas para a incorporação do acervo normativo do MERCOSUL, para a adoção da nomenclatura de linhas tarifárias e para a liberalização de sua economia para os sócios do bloco. Quando o Tratado de Assunção foi firmado em 91, todos os compromissos para os quatro países foram estabelecidos no anexo 1 daquele ato. A adesão da Venezuela é o primeiro movimento de ampliação do bloco e talvez até pelo pioneirismo, há uma percepção que faltam regras, critérios e prazos claros, embora a sistemática existente não seja de todo omissa.

Na União Europeia, aos candidatos a membros se impõe uma lista de condições, enquanto não as cumprem, não são aceitos, este processo leva anos para ser concluído. A negociação para adesão de novos membros vai além da negociação de tarifas, o país candidato deve ter instituições estáveis que garantam a democracia e o Estado de Direito, economia de mercado apta a enfrentar a concorrência das forças de mercado dos outros países membros e capacidade de assumir as obrigações decorrentes do Estatuto de Estado membro. Em 1995, a União Europeia estabeleceu mais uma condição prévia: O país que tem interesse em ingressar no bloco precisa promover prévia adaptação de suas estruturas administrativas em conformidade com os padrões da União Europeia. Da mesma, forma a adesão à Organização Mundial do Comércio está condicionada ao cumprimento de requisitos bastante severos. Com a Rússia, por exemplo, esse processo tem se estendido por muitos anos sem que até agora tenha sido aceita na OMC. No Tratado de Assunção, a adesão ao MERCOSUL está prevista em seu art. 20, que condiciona a necessidade de negociações para esse ingresso. Porém, o conteúdo do que necessita ser negociado nunca foi totalmente regulamentado, e em 2005, por meio da decisão do Conselho do Mercado Comum nº. 28, tentou-se preencher essa lacuna. Diz o art. 3º: Após a aprovação da solicitação do Conselho do Mercado Comum, instruirá o Grupo Mercado Comum a negociar com os representantes do estado aderente, as condições e termos específicos da adesão, os quais deverão necessariamente compreender: 1) A adesão ao Tratado de Assunção, ao Protocolo de Ouro Preto e ao Protocolo de Olivos, para a solução de controvérsias do MERCOSUL. 2) A adoção de Tarifa Externa Comum do MERCOSUL mediante a definição em seu caso, de um cronograma de convergência para a aplicação. 3) A adesão do estado aderente ao Acordo de Complementação Econômica nº.18 e seus protocolos adicionais, através da adoção de um programa de liberalização comercial. 4) Adoção do acervo normativo

do MERCOSUL, incluindo as normas em processos de incorporação. 5) Adoção dos instrumentos internacionais celebrados no marco do Tratado de Assunção. 6) A modalidade de incorporação aos acordos celebrados no âmbito do MERCOSUL com terceiros países ou grupo de países, bem como sua participação nas negociações externas em caso. Aceita a solicitação do ingresso, devem ser iniciadas de imediato as negociações relativas a todos os temas técnicos referidos. Os resultados dessas negociações serão consagrados em um protocolo de adesão, o qual deverá ser incorporado ao ordenamento jurídico dos estados signatários. Por conseguinte, os resultados dessa negociação deveriam já contar do Protocolo de Adesão. No entanto, no caso específico, preferiu-se em franco descumprimento àquela decisão, fazer negociações *a posteriori*. Por conta disso, o Congresso Nacional vê-se obrigado a pronunciar-se sobre um texto que terá que ser incorporado à ordem jurídica interna sem ter todas as informações necessárias sobre as negociações e mais, sem ter a certeza de que os seus resultados estão conformes ao interesse nacional.

A Venezuela, por seguidas manobras dilatórias, adiou seguidamente a negociação no âmbito do Protocolo de Adesão. Somente no início deste ano foram retomados os entendimentos que, segundo informações transmitidas para o Itamaraty, avançaram sem, contudo, serem concluídos. A decisão de não incorporar seus resultados no texto do protocolo de adesão impõe, sem dúvida, um constrangimento indevido ao Congresso Nacional. Por isso, independentemente de qualquer resultado sobre a entrada da Venezuela, resolvemos apresentar um projeto de resolução para disciplinar o procedimento de decisão do Congresso Nacional sobre protocolo de adesão de novos membros do MERCOSUL, tornando obrigatório o encaminhamento dos resultados de todas as negociações técnicas.

Ao longo desses 18 anos de história, os quatro países do MERCOSUL foram construindo acervo de normas, incluindo decisões institucionais, reduções tarifárias e acordo com terceiros países ou blocos. Qualquer país que queira pertencer ao MERCOSUL tem que, obrigatoriamente, incorporar essa herança normativa. O pressuposto é que todos tenham regras iguais, tarifas iguais e idênticos acordos comerciais com outros países ou bloco. O processo de adesão é justamente para que, em prazo pré-determinado, o país se adeque institucionalmente a esses requisitos. No caso da Venezuela, é certo que o prazo de forma não foi usual. Foi estabelecido para se contar a partir da entrada em vigor do presente protocolo e não previamente, como seria lógico e consoante outros padrões de adesões a bloco de nações. Pelo art. 11 do Proto-

colo, criou-se um Grupo de Trabalho para coordenar as negociações decorrentes. Esse grupo realizou cinco reuniões no lapso de 180 dias e elaborou relatório que foi aprovado pelo Presidente da República no Conselho do MERCOSUL, pelos Presidentes da República no Conselho do MERCOSUL, por meio da Decisão nº. 12, de 22 de maio de 2007. O relatório deixou muitas pendências, e o Conselho nessa mesma decisão, constituiu um grupo de trabalho *ad hoc* com mais 180 dias prorrogáveis por igual período, contados de sua primeira reunião para concluir as tratativas. Segundo informações prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores, em resposta ao nosso Requerimento de Informações nº. 445, a negociação do Protocolo Brasil/Venezuela foi objeto de quatro reuniões bilaterais ao longo de 2008. Neste Grupo de Trabalho seriam negociados os compromissos assumidos pela Venezuela no Protocolo de Adesão no primeiro relatório.

Basicamente os seguintes, cronograma de adesão ao acervo normativo do MERCOSUL, atendida pelo relatório do Grupo de Trabalho da seguinte forma: Primeira fase, até seis meses contado a partir da entrada em vigor do protocolo. Segunda fase, até um ano contado a partir da entrada em vigor do protocolo. Terceira fase, até dois anos contado a partir de entrada em vigor do protocolo. Quarta fase, até três anos contados a partir da entrada em vigor do protocolo e quinta fase, até quatro anos contados a partir da entrada em vigor do protocolo. O cronograma se aplicará ao acervo normativo vigente, classificado no relatório e que inclui as normas referentes a temas vinculados ao relacionamento externo do MERCOSUL.

Cronograma de adesão à Tarifa Externa Comum e a nomenclatura comercial do MERCOSUL, atendida pelo relatório do Grupo de Trabalho da seguinte forma, contado a partir da entrada em vigor do protocolo: A) Em até 60 dias pelo menos 3% das linhas tarifárias da nomenclatura comum do MERCOSUL. B) A partir do segundo ano, pelo menos 20% das linhas tarifárias da nomenclatura comum. C) A partir do quarto ano as linhas tarifárias restantes. Entretanto, pelo mesmo relatório foi determinado que a Venezuela apresentaria até 02 de setembro de 2007, as listas na nomenclatura comum dos produtos das etapas do cronograma de adoção acima reproduzido e este ponto não foi cumprido.

Cronograma para implementação do livre comércio entre os quatro países e a Venezuela. Os cronogramas entre a Venezuela, Paraguai e Venezuela e Uruguai foram aprovados. Entretanto, com a Argentina e o Brasil, o relatório do Grupo de Trabalho informa que se estabelecerão prazo de até 180 dias da data de aprovação do relatório. Já se vão dois anos e esse

cronograma ainda não foi adotado. Adesão da Venezuela aos acordos celebrados com terceiros países, como é o caso, por exemplo, do acordo comercial MERCOSUL/Israel.

Em resumo, até a data de recebimento desse processado, a Venezuela não tinha entregue a lista dos produtos a serem compreendidos por cada item da nomenclatura, não concluiu os cronogramas relativos à liberalização com o Brasil e com a Argentina, nem apresentou a lista de produtos que ficaria fora do processo de liberalização, a chamada lista de exceção. Além do mais, o Governo venezuelano com o beneplácito do Governo Brasileiro decidiu concentrar a adesão de mais de 75% dos produtos no final do período concedido, e não gradualmente como seria de esperar. Portanto, não atendeu o que seriam condições mínimas comparando-se com outros acordos comerciais ou mesmo com a prática internacional.

Com relação aos acordos com terceiros países, segundo a resposta do Requerimento 445, de nossa autoria, o Embaixador Amorim informou que estão sendo realizadas tarefas preparatórias pelo MERCOSUL e pela Venezuela tendo assinalado um prazo de 270 dias para a Venezuela analisar os acordos externos e propor o início de consulta com as contrapartes. Pelo exame estrito dos fatos e das normas aplicáveis, observa-se que os países do MERCOSUL não conseguiram concluir as negociações com a Venezuela. A aprovação do protocolo antes da conclusão das negociações significará que a Venezuela se tornará um membro pleno do MERCOSUL sem que estejam definidas as condições em que serão cumpridos os compromissos aceitos no protocolo. Isto faz com que o Senado Federal não se sinta à vontade em recomendar ou sugerir a sua aprovação. Mesmo se considerarmos que as últimas informações prestadas pelo Ministro Celso Amorim, referidas no relatório, atendem ao requisito do protocolo, as muitas dúvidas levantadas por diversos setores ao longo desses últimos anos justifica a adoção de maiores cautelas no projeto do Decreto Legislativo em análise. No procedimento de elaboração deste parecer em resposta ao Requerimento de Informações 596, recebemos informações sobre os resultados da reunião negociadora realizado entre Brasil e Venezuela nos últimos dias 19 e 26 de maio em Brasília e Salvador, Bahia, para tratar do programa de liberalização comercial no âmbito do protocolo.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, os dois países chegaram a acordos sobre os cronogramas a serem aplicados a desgravação tarifária no comércio bilateral a partir da entrada em vigor daquele protocolo. Os cronogramas, assim como os critérios para seu estabelecimento, constam do informe do Itamaraty. A

manifestação ministerial revela ainda que a relação completa dos itens tarifários e sua distribuição entre os diferentes cronogramas serão finalizados proxima-mente e que será proposto um regime de adequação para a Venezuela entre 2014 e 2018, a exemplo do que ocorreu entre os sócios originais nos primeiros anos do MERCOSUL. Só poderão fazer parte do regime de adequação itens tarifários incluído nas listas de produtos sensíveis para a Venezuela nos respec-tivos acordos bilaterais. A concessão de extensão de prazo de quatro anos por mais quatro pelo regime de adequação, não estava previsto no Protocolo de Ade-são, e adiará ainda mais a liberalização do comércio entre os dois países. A isso se acrescenta a incerteza quanto ao conteúdo da lista de inserção, ainda não negociada, e que excluirá certamente produtos de in-teresse brasileiro. Apesar dessas lacunas, nós temos informações prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores do ponto de vista do Brasil o cronograma aprovado conclui os elementos centrais da negociação bilateral prévia a entrada da Venezuela no MERCOSUL, conforme disposto pelo protocolo de adesão.

Como visto, encontramos grandes dificuldades em analisar o cumprimento dos aspectos jurídico-formais relativos ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Portanto, no intuito de contribuir para aperfeiçoamento dos mecanismos de agregação de novos membros ao bloco, sugerimos que se considere junto a esse Projeto de Decreto Legislativo uma proposta de resolução do Congresso Nacional com disciplina mais rígida para a tramitação de protocolos de adesão nos Estados parte do MERCOSUL. Essa proposta foi desenhada com base na decisão do Conselho do Mercado Comum, já em vigor a adicionada de outros critérios para essa discussão, demonstrou serem essenciais e adaptadas aos moldes do processo legislativo.

Eu gostaria de pedir à minha assessoria, por fa-vor, que distribuísse a tabelinha que nós fizemos para simplificar a todos os Senadores no aspecto puramente comercial quais são os pontos que ficaram pendentes na negociação. É uma tabelinha síntese para que fique claro os pontos que não foram, com certeza, ainda fi-nalizadas na negociação.

Finalmente, passamos agora a analisar o aspecto político da questão. A inclusão de novos membros do MERCOSUL é uma área de integração baseada em regionalismo aberto. Tem fundamentalmente dois re-quisitos: democracia e liberdade de comércio. Nessa ótica é necessário aferir quão estáveis encontram-se estes princípios na Venezuela, para não se colocar em risco a própria identidade do bloco. Do ponto de vista estratégico de médio e longo prazo, como já destaca-mos, é importante o ingresso da Venezuela no MER-

COSUL. Trata-se da terceira economia da América do Sul e possui um comércio pujante e crescente com o Brasil. Sua entrada no bloco estenderia da terra do fogo ao Caribe.

Portanto, desde o início a componente geoeco-nômica foi ressaltada em minha análise, ainda mais porque o processo de inserção da Venezuela no MER-COSUL teve como dos seus principais incentivadores o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando governava o Brasil. Mas, dadas as condições políticas institucionais por que passa a Venezuela sob o Go-verno do Presidente Hugo Chávez, impõe-se analisar com acurado realce os aspectos políticos. O problema que certamente incomoda muitos setores da socieda-de brasileira e nos demais países do bloco, como se sabe, está no desenrolar do processo político que vem ocorrendo na Venezuela, subordinado à personalidade e ao *modus operandi* do seu Presidente, que trazem incertezas quanto ao cumprimento dos compromissos que a Venezuela necessariamente deverá assumir no âmbito do MERCOSUL. Além da análise dos números e de eventuais vantagens que teria o bloco com a en-trada da Venezuela, deve-se focar de forma ampla e profunda, as aplicações políticas da sua aceitação como membro pleno do MERCOSUL.

As preocupações políticas são de diversas ordens. Do ponto de vista do MERCOSUL, coloca-se em pri-meiro lugar o imperativo democrático do Protocolo de Ushuaia, que vincula o bloco na imprescibilidade da nor-malidade institucional para seus membros. O princípio de tal protocolo seriam já potencialmente aplicáveis ao regime político da Venezuela? A cláusula democrática do MERCOSUL refere-se a um único aspecto, a ruptura democrática. E foi acordada em face ao que acontecia no Paraguai, à beira de um golpe de Estado. Não se está discutindo ruptura democrática, porém, na Vene-zuela. O Senado Brasileiro em sua decisão soberana, não pode deixar de considerar os aspectos democrá-ticos em geral de um país que pretenda ingressar no bloco. Se por um lado não há ruptura democrática na Venezuela *stricto sensu*, por outro, fica cada hora mais evidente o processo de cerceamento das liberdades democráticas naquele país, com sucessivas mudanças jurídicas, políticas e na ordem econômica promovidas pelo governo central.

Eu gostaria agora de pedir à minha assessoria que distribuísse também no aspecto político... Já foi distribuído. Os pontos que nós vamos levantar a se-guir. A preocupação com a normalidade democrática nos países do MERCOSUL está expressa em diversos documentos, como a Declaração Presidencial de Las Leñas, de 27 de junho de 92, que afirma ser a plena vigência das instituições democráticas, condição in-

dispensável para a existência e o desenvolvimento do bloco ou a Declaração Presidencial de Porto Iguaçu, de 08 de julho de 2004, que destaca a alta prioridade atribuída às liberdades fundamentais de todas as pessoas que habitam o MERCOSUL, entre outras. Importante destacar a aprovação, em agosto, por essa Comissão de Relações Exteriores, do Projeto de Decreto Legislativo 48609, relatada pelo Senador Efraim Morais, que aprova o texto do Protocolo de Assunção, sob o compromisso com a promoção e proteção dos direitos humanos no MERCOSUL. Este compromisso impõe os princípios de respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais na região, por meio de cláusula específica, a exemplo da cláusula democrática. O ato, assinado em 20 de junho de 2005 pelos Presidentes dos países do bloco, reforçam o entendimento de que o processo de integração no MERCOSUL é muito mais do que econômico, é político e social e dá-se sob império dos verdadeiros princípios democráticos. O Congresso Nacional, em particular o Senado Federal, cometeria grave omissão se analisasse superficialmente a questão democrática na Venezuela circunscrito ao argumento de que a aplicação do protocolo de Ushuaia limitar-se-ia ao caso de ruptura democrática. As diversas Audiências Públicas realizadas e a má instrução do protocolo quanto aos aspectos técnicos da negociação com aquele país, fizeram com que se alongasse o processo de análise. Os depoimentos prestados levantaram preocupantes dados sobre a questão política venezuelana e com o passar do tempo a evolução dos acontecimentos naquele país desenham um quadro cada vez mais grave de desrespeito às liberdades democráticas. A história recente do século XX testemunha que é um erro grave priorizar os aspectos econômicos em detrimento dos políticos, quando não se negocia com Estado onde os princípios democráticos foram subornados ao império da vontade dos seus governantes. Na Europa cometeram esse erro, tanto os países governados por regime de direita quanto de esquerda, o que demonstra ser esta uma consideração que vai além das questões partidária e ideológicas.

Não há como ignorar a legitimidade das eleições havidas na Venezuela, no que se refere ao Presidente Hugo Chávez. Porém, não se pode dizer que exista legitimidade no processo eleitoral como um todo; políticos são proibidos de concorrer, candidatos eleitos de oposição são praticamente impedidos de governar e mudanças políticas e no processo eleitoral são promovidas para privilegiar a eleição de candidatos comprometidos com o projeto chavista. Hoje, o Presidente governa de forma quase ditatorial, uma vez que conta com o Congresso submetido aos seus interesses. É

bom lembrar que a oposição daquele país reconhece, hoje, como grave erro ter retirado seus candidatos nas eleições para a Assembleia Nacional de dezembro de 2005, além de ter promovido uma campanha abstenционista. O judiciário venezuelano, por sua vez, passou por processo de desmonte semelhante. Chávez reformou com a criação de novas cortes, estabelecimento de novas regras para promoção de Juízes fiéis aos seus propósitos, tudo visando ao controle da justiça, submetendo ao seu controle. O Presidente Hugo Chávez tem seguido uma estratégia bastante conhecida de destruição da democracia e implantação de um regime autoritário, utilizando-se dos instrumentos democráticos, dos recursos do petróleo e de uma milícia própria que já supera, e isso é importante, a milícia própria que já supera em número as Forças Armadas, conseguiu dominar os poderes Legislativo e Judiciário, e partiu então para controlar seu país. Fechou um dos maiores canais de televisão e vem fechando rádios e perseguindo sistematicamente a rede de TV Globovisión, utilizando-se para tanto dos mecanismos legais e burocráticos existentes, criando outros e quando não suficientes, partindo para a intimidação pura e simples, como testemunha no passado ataque de chavistas com bombas e granadas às suas instalações. Não podemos esquecer também de outros violentos atos contra a imprensa ocorridos recentemente e relatados na mídia internacional. Além de perseguir os meios de comunicação opositoristas, Chávez encaminhou à Assembleia Nacional a lei dos delitos midiáticos, que criminaliza as opiniões que não forem ao encontro das posições e políticas oficiais. É uma verdadeira lei de censura para intimidar a todos, já que atinge jornalistas e também, “os conferencistas, os artistas ou qualquer pessoa que se expresse por qualquer meio”. O Projeto de Lei foi depois retirado pelo Governo em função da forte reação interna e críticas externas. Porém, a trajetória de Chávez indica que tão logo haja o momento propício, ele aprovará a matéria. Ao final do mês de agosto passado, o Governo venezuelano aprovou na Assembleia Nacional uma polêmica lei da educação, que entre outras medidas estabelece punição para os meios de comunicação que transmitirem conteúdo que exerça influência negativa sobre as crianças, o que muitos temem ser este um instrumento velado para os fins de censura e intimidação.

Todas essas questões relativas ao processo interno do desmonte de instrumentos democráticos na Venezuela e de desrespeito aos direitos humanos encontram-se refletidos nos quatro relatórios da Organização dos Estados Americanos. Eu quero frisar aqui que nenhuma dessas colocações que nós estamos colocando no nosso relatório são de opinião pró-

pria ou apenas informações de ouvido, informações de terceiros. Estão nos relatórios, quatro relatórios da Organização dos Estados Americanos, que nos foram encaminhadas pelo Ministério das Relações Exteriores em 10 de setembro, em atendimento ao Requerimento nº. 775 de autoria dos Senadores João Pedro e Eduardo Suplicy. Esses relatórios foram pedidos pelos Senadores João Pedro e Eduardo Suplicy, onde trazem essas informações que estou agora aqui colocando em nosso relatório.

Em resumo, a Comissão da OEA em seu relatório de 2008, apontou a existência dos problemas e denúncias que foram objeto de justificativas apresentadas pelo Governo venezuelano. São elas: Em relação aos direitos humanos. Acusações e intimidações dirigidas a organizações não governamentais e defensores de direitos humanos em função do seu trabalho de monitoramento da gestão governamental. Impunidade em relação a denúncias de homicídios e execuções extrajudiciais. Como resultado, a Comissão da OEA instou o Estado venezuelano a cumprir com as obrigações internacionais a que se submeteu a ratificar a convenção americana.

Em relação a direitos políticos, atos de intimidação contra setores da sociedade que são críticos ao Governo, em especial no contexto das eleições de novembro de 2008. Inabilitação majoritariamente de possíveis candidatos de oposição à disputa eleitoral de novembro de 2008 por meio de lista encaminhada pelo Controlador-Geral da República ao Conselho Eleitoral Nacional. Manifestações públicas feitas pelas mais altas esferas do Estado, intimidatórias e ameaçadoras aos eleitores e aos postulantes a cargos públicos. Manifestações ameaçadoras feitas pelo Presidente Chávez, incitando o uso da violência contra candidatos de oposição. Como resultado, a Comissão da OEA conclamou o Estado venezuelano a que promova dentro do processo eleitoral o respeito à pluralidade de ideias e opiniões que garantam a participação dos diversos partidos e movimentos políticos venezuelanos.

Outros aspectos preocupantes apontados no relatório da OEA: 1) Perseguição, ataques, ameaça e expulsão do país de defensores dos direitos humanos na Venezuela. 2) Utilização de meios judiciais para instauração de processos penais contra defensores dos direitos humanos, sem provas, com intuito de intimidar. 3) Desrespeito ao art. 12 da convenção americana, que trata da liberdade de consciência e religião, no que se refere a pronunciamentos e incidentes de caráter antissemitas, como por exemplo a operação de mandato de busca e apreensão realizado em dezembro de 2007 contra a sede do Centro Social Cultural e Desportivo Hebraica de Caracas, protagonizada por

30 funcionários da Direção de Serviços de Inteligência e Prevenção, sem motivos aparentes, que seja criar tensão entre a comunidade judaica venezuelana e Governo Nacional e esse ponto eu acho que é muito importante ser notado... Muito grave.

Prossegue o relatório. Isso não está contido no relatório da OEA, pedido pelos Senadores João Pedro e Eduardo Suplicy.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Relator, sabe V. Exa. dizer com que objetivo esses nobres Senadores pediram esse relatório?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Realmente eu não posso afirmar a V. Exa., mas me parece que foi para pedir esclarecimentos sobre se havia ou não havia democracia genuína e verdadeira na Venezuela.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Estão prestando um excelente serviço à democracia brasileira. Eu quero registrar um voto de louvor dos Senadores que propiciaram o acesso de V. Exa., o subsídio que V. Exa. está tendo nessa Comissão por iniciativa desses dois Senadores, que devem ter feito de maneira isenta, até porque são da base do Governo e do Partido dos Trabalhadores. Eu quero esse registro, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Está no processo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós sabemos que o Senador Suplicy é transparente. Eu acho que faz parte do espírito de transparência dele mesmo, trazer as coisas para a realidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Prossegue o relatório, apontando e enumerando diversos casos de perseguição impostas aos meios de comunicação daquele país e a jornalistas, alguns deles já mencionados em nosso parecer. Além disso, trata da questão da subordinação do Poder Judiciário aos interesses do Executivo. Por meio de expediente também já citados em nosso relatório, destacando especialmente, e isso é muito importante, Srs. Senadores, no relatório da OEA, destacando especialmente a nomeação, em 2008, de 1.407 Juízes, dentre eles 919 temporários, 322 acidentais e 159 provisórios, apesar do art. 255 da Constituição venezuelana exigir concurso público para o cargo de Juiz, sob o manto da urgência as vagas vão sendo preenchidas e promoções são feitas por livre provimento. Esta talvez seja uma das informações, do ponto de vista institucional, mais importantes. Vou repetir: Trata da questão... Destacando especialmente

nomeação em... 1.407 Juízes, dentre eles 919 temporários, 322 accidentais e 159 provisórios.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente. Relator, Senador Tasso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Provisório, accidental, temporário... Tudo a mesma coisa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria de saber a diferença entre temporários, accidentais e provisórios.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não sei. Não sei lhe dizer, nós podemos consultar um jurista para dizer o que é isso. Mas o importante, o foco é que é nomeado sem concurso e é por livre provimento. Seria como no caso o Presidente da República aqui sair nomeando... O mesmo procedimento, e eu gostaria de continuar aqui prestando atenção que esses são dados muito graves. O mesmo procedimento se dá em relação à nomeação dos Procuradores Públicos, lá denominados de *fiscales*, Senador Pedro Simon. Apesar do relatório específico referente às eleições do Presidente Hugo Chávez atestar a lisura do processo, não se pode ignorar a gravidade do que é apontado em relação ao desmonte dos instrumentos democráticos naquele país com a progressiva restrição às liberdades democráticas.

Por outro lado, como afirmamos no início desse tópico, além das questões internas de desrespeito às liberdades democráticas na Venezuela, a outra ótica de análise do aspecto político relativo ao seu ingresso no MERCOSUL, refere-se ao papel por ela desempenhado no cenário sul-americano. Há em muitos setores brasileiros preocupação com a grave situação política do entorno do nosso território, onde há sinais de crises potencialmente danosas aos interesses do país. Para estes setores vislumbra-se um arco de instabilidade nos países fronteiriços. Quando o Tratado de Assunção foi assinado em 1991, o mundo passava por profundas transformações, terminava a guerra fria e se afirmava as forças da globalização. Delineavam-se ou consolidavam-se grandes espaços econômicos na América do Norte, Europa e Ásia. O caminho para sobreviver e prosperar da integração. A formação do MERCOSUL era imperativo e sua argamassa foi e continua sendo a solidariedade, o respeito e a confiança. Para tanto, a paz e a democracia eram e são pressupostos essenciais. Atualmente, por exemplo, a Bolívia debate-se com movimento autonomista de alguns departamentos, onde há estabelecida numerosa população brasileira. Como ingrediente, recorde-se o ímpeto nacionalizante do Presidente Morales em relação às refinarias da PETROBRAS. No Paraguai, além da atitude oficial de insuflar a população com manipu-

lação de sentimentos antibrasileiros, com a bandeira da renegociação do Tratado de Itaipu, assiste-se a provocação aos brasileiros lá estabelecidos e trabalhando há décadas no campo. Na Colômbia estão as Forças Armadas revolucionárias da Colômbia, e a crescente possibilidade de incursões em território brasileiro, na medida em que forem mais acuadas por operações do Governo colombiano. Além disso, a ampliação da presença norte-americana em bases militares naquele país, visando o combate ao narcotráfico abriu um novo flanco de apreensões que está sendo utilizado como justificativa para o aprofundamento dos gastos militares na região. O Equador dedica-se a atitudes provocadoras em relação a empresas e a um banco de desenvolvimento governamental brasileiro, em detrimento de normas adequadas e conversações diplomáticas. A Argentina tem primado em adotar medidas protecionistas, que são antítese da integração e dos objetivos do MERCOSUL.

A questão que se coloca nessa órbita de preocupações de caráter estratégico é: nas situações de potenciais conflitos, como as mencionadas, como procederá o Presidente Chávez? O seu comportamento tem sido considerado não por poucos analistas e forças políticas do continente, belicoso, provocativo e fomentador de divisões. Para muitos há evidências de que se dedica a um projeto de poder que não coaduna com os interesses do Brasil e do MERCOSUL. Embora pregando publicamente a integração regional, a Venezuela de Chávez por suas posições radicais tem sido instrumento de divisão e desintegração na América do Sul, acentuada pela criação da ALBA e pelas atitudes confrontacionistas em relação à Colômbia e aos Estados Unidos. Nesse contexto, a Venezuela está trazendo... E em determinado momento ao México também. Nesse contexto, a Venezuela está trazendo para a região uma agenda externa que não é a nossa, nem é do nosso interesse.

Um manifesto envolvimento do Governo venezuelano no episódio da volta a Honduras do ex-Presidente Manuel Zelaya, é mais um dos problemas criados por Chávez. O Governo Brasileiro acredita que a infraestrutura e a logística para o retorno de Zelaya, inclusive a escolha da embaixada brasileira para destino final, tiveram a participação direta do Presidente venezuelano. Se foi isso que realmente ocorreu, mais uma vez Chávez é responsável por dificuldades e embaraços ao Governo Brasileiro. Hugo Chávez tem procurado aumentar sua influência regional com o concurso da renda do petróleo. Porém, não como fator de União e integração, mas como elemento de discórdia. Foi nesse sentido que agiu no episódio das FARC e é nessa linha que busca interferir em assuntos bolivianos. Em

todo esse quadro de instabilidade frequentemente nos deparamos com novos fatos complicadores que apontam para a Venezuela. São acusações de ações intervencionistas em outros países e também de iniciativas que atijam os ânimos em nosso continente. Só para citar dois exemplos recentes, tivemos a denúncia de que armas de origem sueca e de propriedade das forças armadas venezuelanas foram encontradas em poder dos membros das FARC na Colômbia. Além disso, na última reunião da Unasul discutiu-se a inclusão por proposta de Chávez de uma dúbia declaração a respeito da responsabilidade ética da imprensa em nosso continente, posição que foi fortemente rejeitada por Uruguai e Chile.

Tradicionalmente, a atuação da diplomacia brasileira tem sido essencialmente pragmática e centrada nos interesses nacionais de longo prazo, independente de posições ideológicas. Porém, em relação ao Governo Chávez, temos visto o Brasil perigosamente adotar a política de dois pesos e duas medidas nas relações com nossos vizinhos da América do Sul. Esse inédito engajamento ideológico acrescenta fator de grande preocupação sobre as nossas futuras relações com a Venezuela do Presidente Chávez. Quando houver outros governantes do Brasil de outras tendências políticas, passaremos então a ser considerados como inimigos do Presidente Chávez? Como ficarão nossas empresas e nossos investimentos se houver uma mudança de tendências diferentes no poder brasileiro? Com quem Chávez se alinhará no MERCOSUL? O comportamento do Governo da Venezuela gera tantas dúvidas, que conforme amplamente noticiado pela imprensa, há poucas semanas o Governo do Paraguai retirou do Congresso daquele país projeto semelhante ao que ora relato, por ele encaminhado para análise. Essa iniciativa objetivou evitar a rejeição da proposta, uma vez que os Parlamentares paraguaios, provavelmente, em razão de preocupações similares as por mim expostas nesse parecer, não se dispunham a aprová-lo.

Feitas todas essas considerações, é importante também registrar que na análise desse projeto de resolução, lidamos com problemas técnicos relativos à instrução insuficiente do projeto e com aspectos políticos complicados no que refere a práticas democráticas na Venezuela. Não bastassem essas dificuldades, nos defrontamos adicionalmente com fator de ordem institucional dentro do processo decisório do MERCOSUL que se apresentaram como agravantes aos problemas identificados. Nesse sentido é importante termos em mente que quando um acordo de livre comércio passa a ser uma união aduaneira, as condições se modificam. Passam a existir decisões que são mais sensíveis para os países membros e

entre eles mais ainda para uns do que para outros. O avanço do MERCOSUL exigirá uma coordenação de políticas econômicas. O processo de integração como aconteceu na Europa inevitavelmente ascende a novas etapas do processo de entrosamento, como por exemplo, decisões relativas à política externa. E é por esta razão que a União Europeia passou muitos anos discutindo qual seria a sua estrutura jurídica para uma nova fase do alargamento e um dos pontos centrais foi a ponderação de votos. Ponderação de votos que já havia antes, mas que foi reforçada com a adesão de dez novos membros.

O desejável no caso do MERCOSUL seria discutir a ampliação depois de resolvida essa questão. O sistema de decisão por consenso adotado pelo MERCOSUL no Tratado de Assunção tem de ser revisto, especialmente na medida em que o bloco aumenta. É fundamental para um país como o Brasil, que possui metade do PIB latino-americano, propor uma nova disciplina no que diz respeito a tomada de decisão dentro do bloco, para que os países tenham representatividade que guarde alguma proporcionalidade ao peso de seu PIB. A proporcionalidade das representações dos países no Parlamento do MERCOSUL foi o primeiro caso em que se reconhece uma diferença de tratamento para os países na tomada de decisões. Temos que ter uma regra de negociação conjunta que dê a cada parceiro do bloco um poder ponderado de voto. A experiência recente de Doha mostra que tivemos que nos dissociar do nosso principal parceiro, a Argentina, por não possuímos tal regra.

Com base nesses pontos, apresentamos ao final deste parecer uma proposta de indicação à representação brasileira no Parlamento do MERCOSUL para que inste o Conselho do Mercado Comum a reformar o sistema de tomada de decisão de forma a torná-lo mais [ininteligível] com os povos e as economias dos países do bloco.

O nosso voto, por todo o exposto, verifica-se o quanto a questão de adesão da Venezuela ao MERCOSUL é desafiadora. Além dos critérios objetivos que priorizamos de início, um componente subjetivo e de difícil ponderação sobressaiu-se visivelmente durante o processamento no Congresso Nacional. Inicialmente, um fator de menor relevância em nosso espectro de análise, os argumentos sobre a natureza da solidez institucional na Venezuela e sobre a personalidade e forma de agir do Presidente Hugo Chávez, assumiram posição central na fundamentação deste voto.

Não obstante, o argumento de que os governantes são passageiros e os estados são permanentes, o que assistimos na Venezuela é um processo acelerado de desmonte das liberdades democráticas, objeti-

vando a perpetuação do Presidente Chávez no poder, de militarização do país, de promoção de um projeto político ideológico regional expansionista e de constante intervenção provocativa em assuntos externos de outros países.

Durante a elaboração do presente parecer, recebi todas as contribuições que me foram oferecidas, diversos representantes de empresas nacionais que preconizavam a entrada da Venezuela no MERCOSUL como forma de criar o ambiente mais propício à ampliação dos negócios e a realização de investimentos naquele país. Mesmo estes demonstravam alguma reserva em relação ao comportamento do Presidente, porém, confiavam que o Brasil seria capaz de lidar com o problema. Infelizmente, não posso concordar com esse posicionamento. Se no atual quadro isto é possível, bastará uma natural mudança política no comando do Brasil para que o relacionamento entre nossos países corra o risco de sofrer uma perigosa mudança de rumos. Como o Presidente Chávez tem demonstrado pouca consideração a acordos e contratos e costuma pautar suas relações internacionais entre amigos e inimigos, as empresas, investidores e o próprio Governo Brasileiro poderão encontrar no futuro situações difíceis e complicadas. Como aqui demonstrado, há aspectos positivos e, de outro lado, riscos excessivos na admissão da Venezuela ao MERCOSUL. Estes foram ainda agravados pela decisão do Governo Brasileiro de relativizar aspectos técnicos da negociação em função de uma clara opção política.

Por tudo isso e por todas as razões expostas ao longo deste parecer, entendemos que não deve ser aprovado a adesão da Venezuela ao MERCOSUL e, portanto, somos pela rejeição do Projeto do Decreto Legislativo nº. 430, de 2008.

Em seguida, Presidente, eu faço aqui duas propostas que já foram comentadas. A proposta de resolução do Congresso Nacional para que se dê uma estrutura definitiva para que chegue as propostas de novas adesões a esta Comissão, e que não deixe esta Comissão e o Congresso Nacional novamente numa situação constrangedora, e que para isso seja definitivo visto que essa... E não sei se vale a pena eu ler, já que todos vão ter a oportunidade de estudar. E a outra é um processo de indicação para... O acordo comum, no sentido de que seja apressada o processo de ponderação dos votos entre seus membros.

É isso, Presidente, o nosso voto. Eu só gostaria de colocar aqui, foi uma análise bastante profunda, detalhada, racional, minuciosa que nós fizemos, a nossa assessoria, principalmente, contando com a colaboração de várias outras personalidades importantes li-

gadas ao Direito Internacional e que eu coloco a essa Comissão para exame.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu quero cumprimentar o Senador Tasso Jereissati pelo relatório denso, detalhado e importante que aqui profere. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu já havia solicitado a palavra, Sr. Presidente, e quero fazer... Vou pedir vista do relatório do Senador Tasso Jereissati, mas quero fazer também uma ponderação. Primeiro, registrar a competência, a profundidade do relatório, o trabalho bem feito do relatório do Senador Tasso Jereissati, todos nós temos que reconhecer isso. Algumas questões importantes foram colocadas no relatório, questões que merecem e precisam ter resposta, para que nós possamos votar a matéria, estamos conscientes disso também. Estamos todos aqui trabalhando, entendo numa mesma direção, pode haver posicionamento divergente quanto a algum detalhe, algum posicionamento, mas a liberdade democrática, a democracia, o fortalecimento da América Latina são pontos comuns a todos nós. Então, eu peço vista da matéria e queria fazer uma ponderação, farei um voto em separado e espero poder ter no meu voto em separado a condição de apreciar todas as questões levantadas pelo Senador Tasso Jereissati. Todos sabem aqui da minha posição favorável à aprovação da entrada da Venezuela no MERCOSUL.

Então, gostaria de ponderar e pedir a V. Exa. que sendo dado vistas coletivas, que nós tivéssemos 15 dias, portanto, pudéssemos vir para o dia 15 e não no dia 08 apresentar esse voto, exatamente para que tivéssemos tempo até por questões internacionais de levantar alguns posicionamentos, algumas informações e poderemos fazer um debate aqui dentro da discussão, dentro da excepcionalidade, dentro da competência do trabalho que fez o Senador Tasso Jereissati. Portanto, fica aqui o meu pedido de vistas e o meu pedido que possa entregar o voto em separado no dia 15, inclusive em respeito ao trabalho, ao levantamento feito pelo Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O prazo regimental é de cinco dias, mas se o Plenário estiver de acordo, podemos passar para 15 dias.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu gostaria também, para que a vista seja efetivamente coletiva, como é líder do Governo achou que a vista é coletiva.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Duas semanas, Presidente. Duas semanas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para materializar, eu considero até que duas semanas...

Porque são muitas as questões que o Senador Tasso Jereissati alinhou aqui no seu relatório. Então, acho que talvez precisasse até de um tempo um pouco maior.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pode ser dois anos, não é?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vinte dias, etc. Eu sei que a Mesa tem celeridade em resolver rapidamente, mas talvez uns 20 dias fosse mais adequado para que nós pudéssemos ter um voto em separado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Trinta dias, Sr. Presidente, 30 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu queria ponderar, então, que nós pudéssemos marcar o dia 22, que seria uma data mais adequada, também pela agenda aqui da própria Comissão, tem outros pontos que precisamos discutir.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dia 22 eu não me encontro aqui. Gostaria de votar contra a Venezuela. Não tem jeito?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu acho razoável, diante das argumentações, seriam 30 dias. Esse é um assunto delicado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu também concordo. Vamos deixar 30 dias.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O relatório... O relatório do Senador Tasso é um relatório perfeito, de difícil contestação, mas nós temos que compreender a posição do Senador Romero Jucá, ele é um homem de conciliação, é um homem com a visão voltada para o futuro. E, evidentemente, que, como líder do Governo, recebeu essa missão de relatar um assunto que tenho certeza não é da sua querência, mas vai cumprir a missão de líder e vai assumir esse papel. Evidentemente que ele terá como subsídio uma grande contribuição dada a ele por dois companheiros de base, que são os Senadores João Pedro e Eduardo Suplicy. Acho até que ele deve ouvir aos dois porque esta colaboração do Senador Suplicy e do Senador João Pedro, elas são de fundamental importância para que nós conheçamos alguns aspectos até então desconhecidos. Somente alguém que tinha acesso aos fatos que realmente ocorrem na Venezuela, como os dois Senadores em tela, poderiam nos proporcionar o acesso a essas informações. Daí porque eu pondero que seja dado, se o relator concordar, que seja dado um prazo de 30 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Presidente.

[falas sobrepostas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tendo o pedido de vista, talvez precisássemos adiar a discussão. Porque...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não é discussão. V. Exa. já teve a palavra. [soa a campainha].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se tem um pedido de vista, Sr. Presidente, eu pondero sobre a discussão porque a discussão se dará já com os votos separados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas nós não estamos ainda discutindo a matéria. Estamos discutindo apenas o prazo do pedido de ordem. E o Senador Romeu Tuma... Eu já tinha dado a palavra ao Pedro Simon, mas Senador Romeu Tuma pede pela ordem. Então, Senador Romeu Tuma pela ordem. [soa a campainha]

[falas sobrepostas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Questão de ordem que eu perfaço. Primeiro, eu não posso deixar de elogiar o relatório, pela cautela, pela grandiosidade de todos os fatos que surgiram durante esses últimos meses. Mas ele apresenta duas propostas complementares. Nós temos duas coisas, eu acho, para votar. Essa ele dá indicativo de mandar para a Mesa uma nova... Projeto de resolução para adoção de ingresso de novos membros do MERCOSUL, que não está objetivamente dentro do relatório. O relatório é pela rejeição. E esta proposta eu acho interessante não só para a Mesa, mas também para a Comissão no MERCOSUL. E eu pergunto se a votação será em separado ou ela está incluída numa só com esse pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Essa votação será em separado. Será votação para o projeto e outra para as propostas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não sei se ele pediu vistas das resoluções.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, eu pedi vistas do conjunto, do relatório. A proposta de resolução faz parte do relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, não faz parte. Pelo menos não entendo isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Bom, ela faz parte, mas a votação seria em separado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): A votação seria em separado. Mas estou pedindo vista do relatório e do pacote. Da proposta conjunta. Que, aliás, é muito bem feita.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Temos que registrar a profundidade do trabalho.

Sr. Presidente, nós temos aqui a opção do dia 15 e dia 22. V. Exa. adentrou a possibilidade do dia 22; dia 22 não é feriado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O relator não estará aqui.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Dia 15 ele não estará aqui.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sr. Presidente. Opinar sobre... Sr. Presidente, para opinar sobre a data.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu creio que a pressa não deve ser do Brasil. Nós não devemos ter pressa. Acho que tentar antecipar uma decisão, pela importância da decisão que teremos que adotar aqui, é comprometer o resultado final dela e, sobretudo, desvalorizar o trabalho do Senador Tasso Jereissati, que foi um trabalho de profundidade, que consultou especialistas e que não ignorou nenhum dos aspectos que devem ser avaliados para a nossa conclusão final. Senador Tasso Jereissati se preocupou com os assuntos de natureza econômica, de natureza essencialmente comercial, e se preocupou acima de tudo com a questão política, com democracia, direitos humanos, justiça. Nós não podemos analisar um relatório tão importante e de tanta profundidade em poucos dias. Daí, Sr. Presidente, eu entendo que nós deveríamos, primeiramente, deliberar sobre o projeto de resolução, eu creio que esse seria o cronograma adequado. Nós deveríamos aprovar o projeto de resolução, discutir o projeto de resolução, aprovar ou rejeitar, estabelecendo as novas normas para a decisão dessa natureza, especialmente em razão da relevância internacional de uma decisão do Senado Federal, essa é uma decisão que terá repercussão internacional. Nós estamos aí com a exacerbação política na América Latina a partir dos episódios de Honduras e dos reiterados episódios da Venezuela. Uma decisão nossa que terá peso político certamente repercutirá internacionalmente.

Por isso a minha sugestão é que deixemos para o mês de novembro a deliberação sobre essa questão. A discussão, o debate sobre o relatório do Senador Tasso Jereissati e a votação para o mês de novembro, Sr. Presidente. É a nossa sugestão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Alvaro Dias, no momento, como tem o pedido de vista não dá para separar

os dois. Eventualmente, poderá ser separado em dois projetos, mas no momento não há como separar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, dentro do que defende o Senador Alvaro Dias, eu queria solicitar, se fosse possível, que o Senador Tasso Jereissati desse conhecimento a todos os companheiros da íntegra desse documento remetido pela OEA, por solicitação de dois companheiros Senadores. Que fosse feita a distribuição para cada um de nós. É fundamental o acesso a isso, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Também acho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Daí porque eu proponho a data do dia 29. Porque nós estamos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pois é. Só o Senador Flexa Ribeiro e aí define a data.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só para fazer esclarecimento ao Senador Heráclito, esse documento, a íntegra dele, já está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vou pedir à secretaria que distribua para todos. Senador Flexa Ribeiro e depois nós discutimos a data. Aí o Senador Simon poder falar... Ainda sobre a data, Senador Flexa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A minha sugestão vai ao encontro do que foi dito aqui pelo Senador Alvaro e Senador Heráclito, acho que 29 é uma data que pode conciliar os interesses do Senador Jucá. Agora, eu gostaria... Eu iria... Se não houvesse a leitura hoje do relatório, que eu quero parabenizá-lo, Senador Tasso Jereissati, o parecer de V. Exa. é um parecer que merece os aplausos de todos nós, não só dos senadores da Comissão de Relações Exteriores, mas de todos os outros Senadores que não participando do debate na Comissão de Relações Exteriores, com a leitura do parecer de V. Exa., vão poder votar com a informação bastante detalhada. V. Exa. se aprofundou em detalhes da maior importância, econômicos, políticos, de interesse da nação brasileira. Quero parabenizá-lo.

Se não fosse lido hoje iria pedir uma nova audiência. Recebi vários documentos que demonstram a atitude do Governo venezuelano de impedir a liberdade de expressão, de manter em cárcere privado empresários de expressões de oposição na Venezuela. Pela leitura do parecer não é possível fazermos mais essas Audiências Públicas, eu pediria, vou encaminhar à Presidência parte do documento que recebi, porque o documento é bastante substancial, mas vou encaminhar a V. Exa. parte do documento que recebi,

que gostaria que fosse, Presidente Azeredo, que fosse distribuído aos Senadores membros da Comissão e aos demais senadores, para que todos tomassem conhecimento. E lamento apenas, Senador Heráclito, apenas não contarmos aqui com a presença do Senador Suplicy. Não sei o motivo que o impediu de participar desta reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está em São Paulo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele está em São Paulo como poderia estar aqui, ele tem o interesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só Comunicou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas eu quero dizer ao Senador Heráclito, parabenizá-lo também pela solicitação de distribuição do relatório da OEA. Tendo a impressão... Só concluindo, Senador Azeredo, tenho a impressão que o Senador Suplicy, Senador Heráclito, não veio à reunião em função do relatório que ele solicitou que fosse entregue ao relator Tasso Jereissati, da OEA. Em função do relatório, ele resolveu não vir mais à reunião da Comissão de Relações Exteriores, porque se tivesse vindo, Senador Eduardo Azeredo, se tivesse vindo, era a hora apropriada do Senador Suplicy fazer uso do seu cartão vermelho para o Presidente Chávez no MERCOSUL.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A questão da data, vamos optar então pelo dia 29. Seria quinta-feira, 29.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero fazer uma proposta concreta e objetiva. É que o Senador Romero Jucá, como relator, solicite, requesite um avião da FAB e vá à Venezuela constatar a veracidade dessas denúncias.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas você tem que ir junto, Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não. Quem deve ir junto com ele são os dois Senadores, os signatários--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Romero está com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Mas eu acho fundamental o Senador Romero Jucá empreender essa viagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Gostaríamos de ouvir o Senador Pedro Simon, mas ainda pela ordem, Senador Romero.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu concordo com a proposição do dia 29,

registrando que já foi dado vista, portanto nós votaremos a matéria no dia 29. É o compromisso da Comissão. Então, concordo com o dia 29. Inclusive, apresentarei um pouco antes, não deixarei para entregar no dia 29 o meu voto em separado, apresentarei um pouco antes para que todos os Senadores possam ter conhecimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Isso é importante.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): --para votarmos essa matéria no dia 29. Portanto, fica acordado, então, assim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon com a palavra agora. [soa a campainha]. Senador Pedro Simon. Silêncio, por favor. Senador Pedro Simon pediu a palavra já há mais tempo. [soa a campainha]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sei que eu estou ficando numa posição de isolamento, Sr. Presidente, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em absoluto. Sua palavra é sempre muito importante.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu fui o primeiro a pedir a palavra... Mas eu gostaria de falar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, mas é porque os outros pediram pela ordem, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu estou respondendo às minhas assessorias, meus amigos, por exemplo, por que eu não sou relator de nada. Eles dizem: "Mas o senhor é um Senador muito vagabundo, o senhor não trabalha..." Eu digo: "Não, é que ninguém me dá nada para relatar, eu sou uma pessoa marcada".

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não nessa... Nessa Comissão não, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. sabe do carinho e admiração que tenho por V. Exa. Eu sou desde a época que o Ulysses fez aquela bobagem, eu defendi... [soa a campainha]. Desde a época que o Dr. Ulysses fez aquela bobagem e que eu defendia V. Exa. para Ministro da Fazenda do Governo Sarney, eu reconheço em V. Exa. uma grande liderança, uma grande competência. Mas, talvez, ao contrário de todos, eu lamento o seu relatório. Eu estranho que uma pessoa como V. Exa., com a sua capacidade, com a sua inteligência, não tenha citado no seu relatório o que tem de mais importante, que é o MERCOSUL. V. Exa. ficou na análise do debate, das questões do Chávez e se esqueceu de uma luta histórica que vem

ao longo da história, que é a integração da América do Sul. Que é algo que não se consegue, que nunca se conseguiu. Insuflaram uma guerra entre Brasil e Argentina durante 50 anos e ficamos aí nessa luta, o Brasil e a Argentina, metade do Exército Brasileiro estava lá na fronteira com a Argentina.

Eu não sei, eu não quero ler o relatório da OEA, eu nem quero ler. Eu não estranho por que o Suplicy pediu. Claro que a OEA não quer, claro que o americano não quer, muita gente não quer essa integração da América do Sul, eles querem a OEA, porque está lá o americano mandando, impondo, fazendo. Agora, uma integração da América do Sul, os países da América do Sul se unindo, se entendendo, se respeitando... Claro que eles não querem. Claro que a OEA não quer. Nem quero ler o relatório da OEA.

Agora, o meu querido, ilustre líder, Senador relator fala tudo que falou, brilhante. Dou nota 10 ao seu relatório, no que fez. Mas dou uma nota muito baixa no que não fez. V. Exa. tinha que ter citado, V. Exa. tinha que ter citado a história do que é o MERCOSUL, da luta extraordinária. Veja agora quando V. Exa. diz no seu relatório, o melhor aliado do Brasil é a Argentina. Mas em 200 anos quando é que alguém disse uma frase como essa, que o melhor aliado do Brasil é a Argentina, o maior inimigo do mundo do Brasil era a Argentina. Era assim que a gente via. Foi uma obra fantástica do Presidente Sarney, foi uma grande realização do Presidente Sarney. Foi um diálogo extraordinário que foi feito, eu participei como Governador do Rio Grande do Sul, como Ministro da Agricultura, eu vi como foi feita essa integração do MERCOSUL. No início, desde princípio buscamos a integração de todos, mas tinha o Pacto Andino, tinha várias outras entidades se dividindo. Mas o nosso objetivo é a integração da América do Sul, o nosso objetivo é darmos forças à América do Sul. E quando a gente vê o que aconteceu na Europa, quando a gente vê como eles se integraram, como se deram mão, como eles fizeram força, a gente vê como ela é importante. Lá no Mercado Comum Europeu, lá na união dos países europeus, tem país onde não tem nem democracia. Tem países onde eram ontem colônias soviéticas e hoje estão aí e ainda não sabem para onde vão. Não sabem qual é o caminho. Mas estão entrando no mercado comum. Estão entrando ali e estão se integrando, e estão dando um exemplo fantástico. Essa mudança que estão vendo, essa crise mundial mudou. Por quê? Porque o Mercado Comum Europeu está diferente. O americano não é mais dono, não é mais chefe. O euro é muito mais importante do que o dólar a nível internacional em termos de peso. Mas V. Exa. não dá uma palavra

sobre o MERCOSUL, sobre a importância, sobre o significado do MERCOSUL. V. Exa.--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Senador Simon, eu tenho a impressão--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):

Pelo amor de Deus, Senador, não é possível. Essa Comissão... Eu não entendo, eu juro por Deus que eu vou sair. Eu sou um cara completamente forte... Eu sou o Joãozinho de passo certo. Estou vendo vocês brilhante, caminhando do jeito... Eu caminhando errado e parece que eu é que sou o doido. Então eu vou embora, eu saio daqui.

Eu não aceito que essa Comissão vote o seu [ininteligível]. Eu não aceito, eu acho um absurdo. Deixa eu falar, depois você... Eu acho um absurdo. O que importa é a integração do MERCOSUL. O que importa é nós nos darmos força, é nós nos darmos as mãos. Agora, o que importa é isso. Até porque integrando no MERCOSUL nós vamos conduzir a Venezuela para o caminho direto. Nós, a Venezuela... Como fizemos. O Paraguai, que é um golpe de estado atrás do outro, quando o Presidente da República, eleito, renunciou, eles queriam dar outro golpe. Aí foi o Lula e foi o Presidente da República, foram lá e garantiram: "Não, ou assume o vice-Presidente ou vocês caem fora do MERCOSUL".

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):

Permite em aparte, Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):

Não, primeiro eu vou falar. Eu estou desabafando aqui. Eu estou aqui, estou quase explodindo. Então... Eles fizeram... E o Paraguai deixou. E o vice-Presidente assumiu e manteve a democracia no Paraguai. Se a Venezuela estiver no MERCOSUL nós vamos integrar. Nós vamos ter uma Comissão do MERCOSUL que vai cobrar, que vai ver, que vai analisar. Podemos, inclusive, amanhã ou depois, até pedir a exclusão do MERCOSUL, porque o estatuto do MERCOSUL diz que só país democrata é que pode fazer parte do MERCOSUL. Só país democrata é que pode fazer parte do MERCOSUL. Podemos entrar hoje e se amanhã acontecer qualquer coisa, pedimos a exclusão, aí podemos mandar embora. Agora, o Brasil negar... Quer dizer, o Brasil vai matar o MERCOSUL. O Senado, não é nem o Brasil, porque a Câmara foi favorável, a Argentina foi favorável, o Uruguai foi favorável. O Senado Brasileiro vai matar o MERCOSUL, porque mata. No momento que decidir não entra a Venezuela, a Venezuela não entra. E aí a Venezuela vai fazer o pacto bolivariano com a Bolívia, com o Peru, sei lá o quê. Não fez ainda, não. Não, tem conversa, mas não tem... O pacto não existe.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

[pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, tem o Pacto Andino. O bolivariano não existe.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): ALBA.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu quero falar agora, porque V. Exa. está falando sobre o outro relatório, não é o meu. Eu falei o tempo todo em MERCOSUL. V. Exa. não ouviu o meu relatório. Nem leu. Eu gostaria de discutir, pelo respeito que tenho por V. Exa., eu gostaria que V. Exa. lesse o meu relatório e depois disso nós pudéssemos discutir. Eu não vou ler em cima de um discurso apaixonado de quem não leu o relatório.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu só não sei o seguinte, eu não li. Agora--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nem ouviu.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não li.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E nem ouvi.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Agora, eu não sei se V. Exa. leu o relatório que V. Exa. fez. Porque se V. Exa. fez... Eu ouvi o relatório. Ouvi com muita calma. Exagerada calma.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não ouviu, não. Se ouvisse não estaria falando isso. Eu não admito--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu estou dizendo o seguinte: Eu quero falar a essa Casa. O MERCOSUL foi uma obra extraordinária. Tem gestos bonitos. O Sarney, para poder se aproximar da Argentina foi lá no Uruguai. E o Presidente Sanguinetti teve uma atitude fantástica, foi ele que fez a aproximação do Sarney com o Presidente argentino. Uma pessoa antipática, muito seca, brilhante, extraordinário, mas muito antipático. E eu casualmente estava junto, lá em Montevideu o Brasil e o Uruguai conversaram para fazer o entendimento do Brasil com a Argentina. Tudo começou Brasil e Argentina. E depois do entendimento do Brasil e da Argentina nós fizemos o MERCOSUL.

Está todo mundo contra. Eu só não entendo o que, meu querido amigo, Senador Suplicy, foi pedir o relatório da OEA. Mas eu não tinha nenhuma dúvida, a OEA é contra, é radicalmente contra. Como muita gente é contra. Eu gostaria... O que levou o Suplicy a pedir esse relatório, que eu não quero nem ler, porque eu sei que ele é contra. Eu sei que ele é contra. Agora, pelo amor de Deus, em primeiro lugar nós não temos autoridade. Quem ouve nós falar aqui, parece que nós somos os Senadores espetacular... "Ô, o Bra-

sil é uma democracia, uma maravilha. O Brasil é uma liberdade de imprensa. No Brasil o respeito sempre existiu". Que coisa nenhuma! O Brasil até ontem era o pacto do... Do Cone Sul. A ditadura do Brasil com a ditadura do Paraguai, com a ditadura do Chile, com a ditadura da Argentina, com a ditadura da Bolívia e com a ditadura do Uruguai. Esses generais fizeram. Fizeram e mantiveram. E fizeram a tortura, a violência durante todo esse tempo. Esse é o pacto que tinha, era o pacto mais vergonhoso no mundo numa época em que a ditadura, o arbítrio, a violência que mais existiu no mundo foi aqui. Esse era o Brasil. E se nós formos olhar hoje, nós não temos muita dignidade de olhar um pra cara do outro... "Nós somos a perfeição, como é que vamos deixar esses caras entrar?" Nós também não somos santos, Sr. Presidente, nós também temos os nossos equívocos, nós também temos os nossos erros, nós também temos as nossas imperfeições. Tem muita coisa que nós temos para fazer, para virar uma grande democracia. Eu acho, com toda sinceridade, que nós temos condições. Com a Venezuela entrando no MERCOSUL nós temos condições de levar adiante, junto com a Venezuela vem outros países e fazer que o MERCOSUL se transforme numa realidade. Essa decisão do Senado Federal de vetar a entrada, acaba o MERCOSUL. Acaba o MERCOSUL. E eu não quero ser responsável. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Antes de pela ordem, o Senador Pedro Simon falou que não tem recebido propostas, que ele fica...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, não. Pelo amor de Deus, eu erreí, não é nessa Comissão. É em outras.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está bom. Tudo bem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Deve ser na Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pelo amor de Deus.

[falas sobrepostas]

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, apenas para justificar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Fazer uma justificativa. Apenas para fazer uma justificativa de que o Senador Eduardo Suplicy se encontra não em

São Paulo, se encontra em Quito, fazendo uma palestra. Ele conversou comigo, inclusive, preocupado e eu disse a ele que eu iria pedir vistas da matéria e, portanto ele podia viajar com tranquilidade que o debate não seria hoje, seria no outro momento. Então quero fazer primeiro esse registro.

E depois dizer o seguinte, é muito importante que se veja... Eu discordo do Senador Pedro Simon, acho que nós temos que ver relatório da OEA. Agora, nós temos que analisar o relatório da OEA e os relatórios não só quanto à Venezuela, vamos analisar também o que diziam do Brasil, o que diziam de outros países da América do Sul, para gente verificar efetivamente qual é o critério de julgamento e aonde a gente precisa avançar. Eu não sou daqueles que acha que deve desconsiderar, não. Nós temos que considerar tudo. Agora, a decisão dessa Casa será uma decisão política. Vai ser uma decisão política olhando para trás ou olhando para frente. Nós vamos ter que decidir. Então, eu com muita tranquilidade, eu quero louvar o trabalho do Senador Tasso Jereissati, quero registrar a importância do trabalho, eu acho que é um roteiro para debate, para discussão que será acalorada. Existem posturas políticas diferenciadas, inclusive partidárias, a gente sabe disso. Agora, nós vamos procurar colocar no nosso voto separado todas as questões que foram levantadas, com o maior respeito ao trabalho do Senador Tasso Jereissati. Agora, aduzindo esse processo e esse procedimento para o futuro. Não vejo, não vejo como resultado da integração da América Latina se colocar um muro na fronteira de Roraima com a Venezuela. Não vejo. Não vejo. Já bastam as áreas indígenas que foram colocadas. Não vejo. Eu acho que nós temos que ter, sim, é a consciência, a criatividade, responsabilidade de agregar, de abrir as fronteiras e de gerar procedimentos que possam forçar comportamentos nos diversos países da América Latina.

Portanto, farei meu voto, Sr. Presidente, com muita tranquilidade, registro a ausência do Senador Eduardo Suplicy e quero louvar novamente o trabalho com profundidade, com responsabilidade feita pelo Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Tem razão, Senador Romero, o Senador Suplicy também me comunicou, realmente não era São Paulo, me enganei, era Equador. Senador Tasso Jereissati. Senador Flexa pediu pela ordem? Heráclito?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então Senador Heráclito e depois Senador Tasso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Lamentavelmente o Senador Pedro Simon não ouviu o relatório do Senador Tasso Jereissati na sua totalidade.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): V. Exa. não está ouvindo novamente, Senador Pedro Simon. V. Exa. não está ouvindo novamente. Assim como não estava ouvindo agora, não está ouvindo novamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. não ouviu o relatório do Senador--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não adianta, V. Exa. Senador Tasso, comigo não adianta levantar a voz. O senhor recebe carinho e afeto que V. Exa. sabe que eu tenho.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não. Eu não levantei a voz, não. Quem levantou a voz foi V. Exa. que inclusive disse que estava por aqui.

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E dando uma de ditador, coisa que nunca vi na biografia do nosso querido Pedro Simon. Por isso eu queria pedir ao Senador Pedro Simon, com a serenidade que sempre caracterizou a sua vida pública, que desse uma lida profunda no relatório. Porque se há uma coisa que esse relatório faz é enaltecer e preservar os fundamentos da criação do MERCOSUL. Todos nós sabemos que o grande gerador da criação desse bloco foi a necessidade da continuidade democrática no continente. E o que se procura evitar nesse momento é exatamente que essa continuidade democrática sofra abalos. Com as movimentações que estão sendo feitas, de maneira deliberada, comprometendo a democracia continental.

Senador Pedro Simon, nós podemos valer esse relatório por vários aspectos. O primeiro deles é o técnico e o prático. Por que a Venezuela se nega a responder o questionário técnico, que é o princípio de tudo isso? Talvez, se nós não tivéssemos aqui nesse debate, Senador Simon, se de maneira humilde a Venezuela respeitasse a regra do jogo e respondesse tecnicamente e esse questionário foi colocado aqui não na sua totalidade, mas alguns aspectos fundamentais pelo relator Tasso Jereissati. Aliás, quero dizer que nos meus oito anos de Senado, esse foi o relatório mais profundo, mais detalhado, mais estudado que eu vi nesta Casa. É um relatório isento, tão isento que ele traz como peça de informação uma consulta feita por dois Senadores da base do Governo. E francamente defensores da Venezuela. Mostra a isenção e mostra um estudo. Omitir essa resposta da OEA, seja ela contra ou seja ela a favor, seria um erro imperdoável dessa

Casa e um erro imperdoável do relator. Não foi o relator que foi buscar essas informações da OEA.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O erro foi do Senador Suplicy, porque a resposta a gente já sabia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. sabia porque tem contatos permanentes com a OEA. Eu, por exemplo, não sabia. Eu não sabia o que a OEA iria responder e o que a OEA iria pensar. Agora, Senador Pedro Simon, a biografia de V. Exa. é de uma luta permanente pela democracia, a luta de V. Exa. tem sido durante todos os anos da sua vida em defesa da democracia, combateu ditaduras pelas ruas desse país, querer permitir que nós afrouxemos nesse momento a guarda com relação ao retorno de regimes de força no continente, é uma incoerência que a biografia de V. Exa. não permite caber. V. Exa. há de convir que a cautela que nós estamos tendo, que o relator tem se diz respeito a única e exclusivamente à estabilidade democrática do sistema. A estabilidade e essa cautela, ela aumenta quando nós vemos um Presidente hoje bafejado pelo alto preço do petróleo, a fazer manobras que não são manobras desenvolvimentistas, mas são manobras ameaçadoras por todos os países vizinhos à procura de criar um novo tempo e um novo rumo para a política da América do Sul. Foi assim na Bolívia, foi assim no Equador, foi assim na disputa entre a Colômbia e o Equador e tem sido assim em Honduras.

Se nós não dermos limites a essa ação Bolivariana, nós vamos permitir que o Brasil amanhã seja caudatário desse processo. Porque o mais grave de tudo isso é que os fatos mostram que nós estamos sendo levados a reboque. E nós estamos... Estão tentando nos levar a reboque e a diplomacia brasileira mais uma vez se agacha, se acocora porque não quer pelo menos que o Governo da Venezuela cumpra uma regra do jogo, que é assinar um protocolo. No protocolo no qual ele tem que dizer que respeita a democracia, que respeita a regra do jogo com relação aos itens de importação e exportação que estão aí.

Nós já perdemos muito no MERCOSUL num ato de boa vontade na Carta de Ouro Preto quando abrimos mãos de algumas conquistas industriais e comerciais nossas, em nome da integração. Não é possível agora, num momento como esse, se fazer concessões exageradas. E veja bem, Senador Simon, o próprio Paraguai recuou. Recuou por quê? Por temer prejuízos futuros nessa correlação. Daí porque, meu caro amigo Senador Pedro Simon, V. Exa. não pode cometer injustiça de dizer que este documento não fez a exaltação que deveria fazer ao MERCOSUL. Apenas [ininteligível] e aí eu concordo com V. Exa.. Exaltou

menos o Senador Sarney, o Presidente Sarney como deveria. Talvez sua frustração seja essa, mas ainda há tempo de reparar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Permite um aparte, Senador? V. Exa. se referiu tanto a mim... Eu quero dizer apenas o seguinte, eu estou plenamente de acordo com tudo que se fala do Presidente da Venezuela, eu estou totalmente de acordo de que realmente ele está tomando posições obviamente negativas. O que eu quero dizer com muita serenidade agora, é que se nós aprovarmos a entrada dele para o MERCOSUL e ele entrar no MERCOSUL, o MERCOSUL a democracia na Venezuela estará sendo garantida porque, caso contrário, ele vai ser expulso do MERCOSUL. Isso aconteceu, repito, com o Paraguai. Quando o Paraguai depois de uma ditadura enorme determinou que o Presidente caía e ia assumir um General, o Lula e o Presidente uruguaio, argentino, foram lá e disseram: "Não, se o Paraguai fizer isso ele cai fora do MERCOSUL". E assumiu o vice-Presidente. Se a Venezuela entrar no MERCOSUL, nós teremos condições de coordenar, de fazer o trabalho para que mantenha a democracia. Podemos até aí no futuro, sim, pedir a demissão, a rua... Agora, nós sair, impedir a Venezuela de entrar no MERCOSUL, nós estamos marcando o MERCOSUL. Estamos destruindo o MERCOSUL. E isso eu acho ruim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu dei um aparte aqui ao Senador Simon. Senador Simon, vamos fazer a coisa pelo lado certo. Veja bem--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu quero só esclarecer... A discussão. Nós temos--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu apenas dei um aparte, eu concedi um aparte ao Senador Simon. A maneira mais simples de nós resolvermos isso, Senador Simon pode colaborar, é convencer o Sr. Chávez e a Venezuela a aceitarem a regra do jogo e assinar a carta de intenções, preenchendo os itens necessários, Senador Simon. O que nós não podemos deixar--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tudo isso eu concordo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Nós não queremos que a Venezuela entre no MERCOSUL pela porta do fundo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tudo isso eu concordo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós queremos que a Venezuela entre pela porta da frente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tudo isso eu concordo. O que eu não concordo é votar o veto à entrada da Venezuela no MERCOSUL. Votar é o que eu sou contrário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas nós não estamos vetando. Nós estamos exigindo... Nós estamos exigindo que a Venezuela cumpra aquilo que é necessário cumprir. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Para concluir. A discussão da matéria será no dia 29, não será hoje. Nós estamos aqui apenas porque a palavra foi pedida. Mas o Senador Tasso Jereissati, que é o relator, pede a palavra para exatamente esclarecer o que foi colocado pelo Senador Pedro Simon.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Tasso, até a metade do relatório, Senador Tasso, eu tive o cuidado de contar, V. Exa. citou 45 vezes MERCOSUL. Na metade do relatório ainda estou. Tem 45 citações do MERCOSUL.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então vamos ouvir o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Pedro Simon, eu confesso que fiquei bastante surpreso não com sua opinião, mas com a sua exaltação e com a sua qualificação em relação ao trabalho que nós fizemos com muito cuidado. Com muito cuidado. Eu queria colocar a V. Exa., até porque V. Exa. sabe do imenso respeito que não é de hoje, não é do Senado, é de muitos anos que tenho por V. Exa. Que este meu relatório é essencialmente sobre tudo ao redor da integração latino-americana e do MERCOSUL. É totalmente concentrado neste ponto. E eu já tinha ouvido sua opinião algumas vezes aqui nessa mesma sessão e entendo perfeitamente que nós tenhamos posições diferentes sobre o seguinte ponto: Trazer o Chávez para dentro do MERCOSUL ajuda esta integração ou ela atrapalha esta integração? O meu relatório foi totalmente sobre esse assunto. Sobre a integração latino-americana, o MERCOSUL, e justamente por esta razão, e eu falei até a palavra constrangimento, que eu propus esse projeto de resolução que daqui por diante as premissas básicas do MERCOSUL já venham incorporadas no protocolo de adesão, para que nós não tenhamos que discuti-lo aqui. Justamente para que não haja uma desintegração do MERCOSUL.

Durante longa parte, foi longo esse relatório, não faz parte inclusive do meu hábito aqui nessa Casa, eu faço relação de todos os desentendimentos que estão havendo não apenas no MERCOSUL, mas dentro da América do Sul recentemente. A América do Sul e a América Central recentemente, levando, inclusive, até

talvez, lá para os anos 50, mas eu não me lembro, na época de Perón, alguma coisa, ter havido clima de tensão maior interno dentro da América do Sul do que recentemente. Recentemente... Brasil e Argentina. Mas, recentemente, nós estamos vendo focos de tensão acontecendo em toda a América Latina. No Equador, na Venezuela, na Colômbia, na Bolívia, agora na América Central, com o envolvimento direto dos países da América Latina, o que é a guerra, a belicosidade, a ingerência externa, que foi um ponto que V. Exa. defendeu a vida inteira. Tanto que a questão do americano, que o americano que fazia ingerência interna nesse continente durante a história. Hoje não é mais o americano que está fazendo ingerência externa. Neste território, na nossa região. Essa ingerência externa está sendo feito de uma maneira errática, com vários países, um entrando na questão do outro, e isso é a desintegração. A base da integração, a meu ver, é a paz. Não há integração sem paz. E não há integração sem democracia. São as duas bases. O resto é conversa. O comércio é decorrência da paz, os acordos bilaterais são decorrência da paz e da democracia. O ponto de vista que eu tenho diferente de V. Exa. é esse. Nós estamos trazendo para dentro de um projeto--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu concordo com V. Exa. Quer dizer, eu acho que trazer a Venezuela para o MERCOSUL, nós estamos consolidando o MERCOSUL e dando força para a democracia na Venezuela.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Essa é a nossa discordância. Mas V. Exa., e eu não aceito, dizer que no meu projeto, no meu relatório não se falou da importância do MERCOSUL, não se falou da história do MERCOSUL, não se falou da integração da América do Sul como elemento central da discussão, isso é que eu não posso aceitar, por isso que eu disse que V. Exa. acha que não leu o meu projeto. Toda a minha argumentação é na enorme carga desagregadora, tanto do ponto de vista comercial, e aqui tem alguns pontos de vista formais também, tanto do ponto de vista comercial... Porque a Venezuela ainda não aceitou uma série de pontos que já são aceitos por todos os países do MERCOSUL. Então, da função desagregadora que tem tido o Presidente Chávez na América Latina, no lado comercial como na função desagregadora política que ele tem tido. Tanto que eu faço lá para tantas uma referência. Assim como a Venezuela não é só Chávez, o Brasil não é só Lula. Todo o tratamento que nós temos visto na história, na visão política do Presidente Chávez é uma visão muito personalista. É uma visão muito personalista. O Presidente Chávez já rompeu em determinado momento, só para fazer um breve histórico, com o México. Ele man-

dou retirar o Embaixador do México em determinado momento da história. Já foi protagonista de uma cena de violência verbal com o ex-Presidente da Espanha. Já foi desagregador... Veja bem, já foi desagregador, quando eu uso a palavra desagregador, eu não tenho nada a ver com os assuntos internos da Venezuela, eu não quero trazer esse problema para cá para dentro. Já foi desagregador com o nosso Senado, não sei me lembro, foi o papagaio...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Papagaio do Congresso americano.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O Embaixador recentemente foi desagregador. Acho que é o único caso na história recente do Embaixador que disse que não vinha ao Senado. Nós convidamos para vir debater, inclusive eu fui visitar... Ele me visitou e eu tive uma conversa bastante intensa com ele, pessoal--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que tinham naquele dia dois golpistas na Mesa, participaram do golpe diretamente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ele poderia vir no outro dia. Ele poderia mandar dizer que... Mas foi... Já teve... Com a Colômbia. Já mandou retirar, já puxou, já teve atos com a Colômbia. Enfim, o elemento desagregador que representa isso é o meu receio. A visão é oposta a V. Exa., V. Exa. diz: "Trazendo ele para dentro nós vamos consertar isso tudo", e a minha visão é diferente. É um elemento por DNA desagregador, tanto no aspecto democrático, eu não vou falar de democracia para V. Exa. porque V. Exa. tem uma luta democrática muito mais longa e até mais sofrida que a minha. Não vou falar em não ingerência porque também sei que faz parte dessa história. Mas tudo isso está sendo feito o oposto. Afora disso, e eu tenho falado, é da personalidade desagregadora. Vamos dizer que ganhe um Presidente aqui do ano que vem que ele não goste. Como é que vai ser? Porque tem sido historicamente a sua posição.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Se estiver no MERCOSUL, ou assume o Presidente ou a Venezuela cai fora.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu acho que é esse o debate, e acho que é essa a questão, se desagrega ou não. Vou até lhe contar aqui, primeiro, duas informações. Ele criou e já existe uma outra instituição na América Latina que chama Aliança Bolivariana Americana [ininteligível] com ALBA. Existe, está formado, inclusive o Zelaya agora faz parte dessa ALBA, ou seja, só aí já existe uma contradição, ele faz parte de uma que ele é o chefe, e que tem como fundo de pano a identidade chamada Bolivariana, que eu não

sei o que quer dizer isso exatamente até hoje, eu tentei entender o que quer dizer Bolivariana e eu não sei.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vem de Simón Bolívar. Só que o Simón Bolívar--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só que o Simón Bolívar, quando existiu--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nessa época a região toda era a Síria, não tinha o Líbano ainda.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Simón Bolívar quando existiu, foi um grande lutador pela independência dos países da América, mas naquela época não se falava nem em comunismo nem em socialismo. Eu não tenho uma linha, não vejo uma vírgula em qualquer pronunciamento de Simón Bolívar onde ele fala em comunismo ou socialismo. E agora o Chávez é a pátria socialista do Simón Bolívar. É uma piada.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas sabe que na época o Abreu Lima escreveu um dos primeiros livros na América sobre o socialismo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só aí V. Exa. vê... Senador Pedro Simon, só aí V. Exa. vê um elemento de contradição. Ao mesmo tempo que ele pleiteia, ele criou uma outra organização latino-americana em que ele é o líder incontestado da organização. E outra, informação que com certeza... Na Europa, os países que não obedeceram aos critérios básicos, vamos lembrar, inclusive, recentemente, a briga da gigantesca da Turquia para entrar. E mesmo os países do leste europeu ainda não entraram no MERCOSUL, são poucos que já entraram. Apenas aqueles que... Pelo menos os princípios básicos comerciais. Aqui não há razão para que nós não tenhamos como pressupostos, nós não podemos por efeito demonstrativo desagregador, nós não podemos abrir exceção para a Venezuela em determinados pontos quando nós não temos com outros países. E assim, se nós fizermos isso nós vamos ter que fazer... E aqui eu coloquei também a relação da precedência. Se nós fizermos isso, nós vamos ter que fazer daqui por diante, aí nós não vamos ter integração de maneira alguma. Isso que eu queria colocar.

Mas eu vou lhe dizer, eu tive muitas dúvidas em relação a esse relatório. Confesso inclusive e disse ao Senador Azeredo diversas vezes que no início eu iria colocar com ressalvas. No entanto, à medida que os acontecimentos foram... Eu não pedi esse relatório da OEA, eu não pedi, chegou às minhas mãos por...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A pedido de quem?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pedido de João Pedro e Eduardo Suplicy.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, o João Pedro... Não pedi esse relatório. Faz parte de todos os documentos que nós andamos, a nossa assessoria aqui andou estudando.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [ininteligível] pela Comissão?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, esse relatório pela OEA.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas foi a pedido da Comissão? De membros da Comissão?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Foi de membros da Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então ele veio oficialmente, atendendo a pedido de membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, sim.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E eu não poderia desconhecer um relatório desse. Evidentemente que por mais... Essa discussão racional. Mas eu queria, V. Exa. como é um homem católico como eu, e aqui não vai nenhuma comparação direta aos regimes impostos, mas eu estou lendo um livro, acabei de ler um livro sobre a vida de Pio XII, do Papa Pio XII. Até o título do livro é péssimo, chama-se o Papa de Hitler.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tem um livro muito bom que saiu, sobre São Francisco. V. Exa. deveria ler também.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas eu gostaria... Sobre esse livro e por que... Me impressionou muito as acusações que são feitas ao Pio XII até hoje de participar, colaborar com o nazismo na época, e com o fascismo italiano.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ou pelo menos que teria assistido sem participar de nada e as coisas acontecerem.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas aí vem toda a justificativa dada no livro, que é um livro muito bom. Vou até lhe dar um de presente. O livro diz--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E eu lhe dou um de São Francisco.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É dando que se recebe.

[risos]

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Esse livro diz o seguinte: O Papa Pio XII foi muito mais considerado colaboracionista do nazismo porque ele foi para Berlim em 1933, se não me engano, como núncio apostólico encarregado por Pio XI de fazer a concordata da Alemanha com o Vaticano. Essa era a grande missão dele ao ir para morar em Berlim como núncio apostólico, fazer essa concordata. Como V. Exa. sabe, eu não sabia, havia tido recentemente no início do Século XX uma grande perseguição aos católicos na Alemanha. Então, a preocupação fundamental do Pio XI era fazer a concordata do Governo alemão com o Governo. Em nome desse pragmatismo, Pio XII, ou seja, o objetivo dele era assinar a concordata. Em nome desse pragmatismo, ele assistiu todo o desenvolvimento, toda a evolução do nazismo de bico calado, fingindo que não estava vendo, apesar de ser contra, fingindo que não estava vendo, porque achou que qualquer intromissão atrapalharia a missão dele em relação à concordata que o Pio XI lhe tinha incumbido de alcançar. Por incrível que pareça esse livro foi o elemento de convicção fundamental que eu tive aqui ao decidir quando fiquei muito tempo em dúvida. Eu estou assistindo hoje na América Latina uma série de políticos populistas, não democratas, com tendências ditatoriais, uma ingerência gigantesca de países em outros, inclusive até o Brasil começando a se entusiasmar um pouco com essa ideia de que é a grande potência agora--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com relação ao Brasil, justiça seja feita que o Lula mandou arquivar a terceira reeleição. Mérito dele. Mérito dele muito grande, que ele mandou parar.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Concordo inteiramente. Isso eu não tenho dúvida, também mérito do Lula. Agora, eu percebi, por exemplo, agora na questão da... Todos nós aqui, todos nós, V. Exa. me conhece também, a história que... Eu nasci do lado da democracia, contra o golpe, contra os militares. Toda e total repulsa ao golpe de Honduras. Mas ao mesmo tempo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. está falando daquele golpe que o Senador Mercadante participou em 64 com nove anos de idade? Onde uma revelação... Um menino prodígio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu notei, e aí pode ser uma percepção equivocada minha, e aí eu confesso que pode ser uma percepção...

Quando o assunto foi acabar no Brasil, na embaixada brasileira, o problema... Eu notei um certo deslumbramento do nosso Ministério das Relações Exteriores do Brasil ser o foco das atenções naquele momento. Notei isso. Uma percepção muito pessoal, mas notei um certo deslumbramento. Esse deslumbramento é perigoso. À medida que o Brasil hoje é sem dúvida nenhuma uma das grandes presenças no mundo... Não nego a liderança do Lula hoje, sua própria história, sua figura importantíssima, no contexto mundial... Mas começar a nascer um gostinho de interfere aqui, interfere ali, mexe ali, mexe ali... Porque nós é que somos a liderança e vamos ocupar o lugar... O sonho de ocupar o lugar do irmão do norte nesse policiamento latino-americano.

É isso que eu queria colocar e mais uma vez dizendo, só aqui falo o tempo todo sobre integração, são 20 páginas, falo sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Nós temos daqui uma hora a visita do Almirante--

[falas sobrepostas]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, estou inscrito por um minuto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Qualquer coisa que tenha exagerado, eu peço desculpas a V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Tasso, se não for pedir demais à V. Exa., eu gostaria--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tenho por V. Exa. maior carinho, maior admiração. V. Exa. sabe disso. Eu estranhei um pouco, mas eu... Qualquer coisa que eu tenha feito, eu peço desculpas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou lhe contar aqui uma coisa que me passou pela cabeça. O Simon cometeu o mesmo erro que o Fernando Collor cometeu. Recebeu informação errada lá fora e veio para cá [ininteligível]. O Collor foi injusto com ele no Plenário o mês passado e uma coisa exatamente... Não ouviu o que o Simon tinha dito, chegou com aquela truculência. O Simon tem uns decibéis a menos, foi mais comedido, foi mais educado, ele é um gentleman, mas ele cometeu a mesma coisa com V. Exa..

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu fico emocionado com a comparação de V. Exa. Muito obrigado. Nunca imaginava que partisse de V. Exa. Muito obrigado.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): [soa a campanha]. Senador, o

Senador Flexa Ribeiro pede a palavra por um minuto, mas eu quero lembrar que nós temos daqui uma hora a visita do Almirante Chefe de Estado-Maior da República Francesa às 02h30. Eu preciso--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Pedro Simon. Senador Pedro Simon... Ele está saindo. [soa a campanha]. Senador Pedro Simon. Senador Pedro Simon. Senador Pedro Simon. Senador Pedro Simon, eu gostaria que V. Exa. ouvisse. Eu quero... Serei breve. Serei breve, até... Em respeito--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, porque nós temos que voltar daqui uma hora aqui.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Concorde que breve não é uma característica de V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Serei breve, em respeito à admiração que tenho por V. Exa.. É, sem sombra de dúvida, um dos ícones do Senado Federal. Eu quero dizer que o Senador Tasso, ele realmente, no seu parecer, ele buscou defender a integração do MERCOSUL. E a questão está se a entrada da Venezuela desagrega ou não. Mas eu ouvi V. Exa. fazer uma referência, eu queria só que V. Exa. confirmasse isso, que V. Exa., Senador Simon, Senador Heráclito... Senador Simon, só gostaria que V. Exa. confirmasse aquilo que V. Exa. disse, que é de acordo que a Venezuela cumpra as exigências que são já definidas para que possa ser aceito no MERCOSUL, e que eu concluo já, e que pelo relatório e por tudo do Senador Tasso e por tudo que nós tomamos conhecimento, o Presidente Hugo Chávez não cumpre e quer ser aceito na marra no MERCOSUL. V. Exa. disse que é de acordo que ele cumpra. Aí eu pergunto: Ele não cumprindo, V. Exa. vai admiti-lo no MERCOSUL?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sou favorável a fazer qualquer tipo de concessão para a Venezuela entrar no MERCOSUL.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mesmo para não cumprir? Então V. Exa. está se desdizendo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, não. Um momentinho. Eu sou favorável a nós permitirmos o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, porque eu acho que nós permitindo o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, nós do MERCOSUL estaremos garantindo a democracia lá na Venezuela. Porque nós teremos condições, V. Exa. sabe, Presidente, nós teremos condições de influenciar, de ir, de debater, de analisar. Agora, se nós decretarmos a não entrada da Venezuela, nós estamos decretando o fim do MERCOSUL e o fim do MERCOSUL é algo que se levou 200 anos para se criar, talvez só daqui 200 anos que se crie de novo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não foi isso que V. Exa. falou. Está registrado nas notas taquigráficas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está encerrada a reunião. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h40.

ATA DA 41ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e onze minutos do dia sete de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Efraim Morais, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Flávio Torres, Flávio Arns, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Rosalba Ciarlini, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Mozarildo Cavalcanti**. Justifica a ausência o Senador **Roberto Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Comunica, ainda, que o Senador José Sarney convida os Senadores membros da Comissão a participarem da recepção ao Presidente da África do Sul, no dia nove de outubro de dois mil e nove, às 15 horas e 15 minutos, no salão nobre do Senado Federal. Inicia-se a apreciação da pauta. **Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo nº 716, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, assinado na Cidade-Estado do Vaticano, em 13 de novembro de 2008”*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Fernando Collor**, para fazer a leitura do seu relatório. Os Senadores **Geraldo Mesquita, Francisco Dornelles, Marco Maciel, Romeu Tuma e Tasso Jereissati** fazem uso da palavra. Aprovado o parecer favorável. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprova também o Requerimento nº 74, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Romeu Tuma, Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo que pede ur-

gência para o PDS nº 716, de 2009. **Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo nº 786, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira 2003/2005/2006, celebrado em Brasília, em 14 de maio de 2008”*. O Presidente concede a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador **Romeu Tuma**. Aprovado o parecer favorável. O Senador Eduardo Azeredo sugere a inclusão de itens extrapauta. **Extrapauta Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Manágua, em 8 de agosto de 2007”*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Inácio Arruda** para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. **Extrapauta Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007”*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Heráclito Fortes**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. **Extrapauta Item 03:** Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto da Adoção de Emendas à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimos, de 1979, adotadas por meio da Resolução MSC. 155(78) do Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Internacional”*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Tasso Jereissati**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. **Extrapauta Item 04:** Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Programas Educacionais e de Intercâmbio Cultural, celebrado em Brasília, em 27 de maio de 2008”*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Fernando Collor**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. **Extrapauta Item 05:** Projeto de Decreto Legislativo nº 657, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo de Cooperação*

entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Paquistão sobre Cooperação no Combate à Produção, Consumo e Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas, assinado em Brasília, em 29 de novembro de 2004". O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Romeu Tuma**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável.

Extrapauta Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 723, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação Econômica e Industrial, celebrado em Praga, em 12 de abril de 2008*". O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Renato Casagrande**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. A Comissão aprova também o Requerimento nº 75, de 2009 – CRE, de autoria do Senador **Renato Casagrande**, que pede urgência para o PDS nº 723, de 2009. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às onze horas e três minutos, lavrando, eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário da Comissão em exercício, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 11 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Antes de dar início à pauta, transmito aos membros da Comissão o convite recebido do Sr. Presidente do Senado, Senador José Sarney, para participação na recepção ao Exmo. Sr. Jacob Zuma, Presidente da África do Sul, no dia 09 de outubro, depois de amanhã, sexta-feira, às 15h15, no salão nobre do Senado Federal.

Passamos à apreciação da pauta, o Item 01, não terminativo, é um Projeto de Decreto Legislativo nº 716, de 2009, que "*Aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, relativo ao*

estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil, assinado na Cidade-Estado do Vaticano, em 13 de novembro de 2008". O relator é o Senador Fernando Collor, a quem concedo a palavra para a leitura do seu relatório.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como é do conhecimento de todos os Srs. e Sras. Senadoras o conteúdo do relatório, eu vou dispensar a leitura e vou apenas dar, proferir o voto.

Com fundamento no disposto do art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 134, de 10 de março de 2009, submete ao Congresso Nacional o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil, e a Santa Sé, relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil, assinado na Cidade-Estado do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.

O Voto. Pelo exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 716, de 2009.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente. Eu quero pedir vistas desse projeto. Peço a compreensão do Senador Collor, mas eu quero pedir vista para um exame mais... Mais detalhado da questão. O meu pedido está posto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita, nós estamos ainda em discussão. Mas a questão do processo de vista, [ininteligível] já está sendo concluído, o voto já está concluído pelo presente relator, e esse assunto já foi devidamente discutido a nível público na Câmara, aqui realmente o voto foi apresentado ontem.

Mas, tendo em vista já a questão que já vem sendo discutida há muito tempo, eu darei então um prazo mais curto de vista. Então poderia ser o prazo, nós estamos com 10h00, o prazo de 2 horas seria suficiente?

Para poder aproveitar, para votar hoje ainda.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Francisco.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Tratando-se de acordo internacional, que não pode ser modificado, cabe pedido de vista?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, o pedido de vista cabe mesmo em acordo internacional, segundo a informação da consultoria. Eu acho que é que nós poderíamos ter um prazo realmente adequado.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Geraldo Mesquita, porque, na realidade, o acordo entre a Santa Sé, tem personalidade jurídica internacional, e o governo brasileiro, é um acordo que data, o primeiro

acordo, data do início da nossa experiência republicana, se não me engano 1890, uma concordata, e o de que nós estamos tratando agora é praticamente uma renovação de um acordo já que vigia há muito tempo em nosso país.

E se nós olharmos também em função do novo ordenamento constitucional brasileiro, a Carta de 1988, verificaremos igualmente que, na realidade, não há nada que esteja em conflito com a Constituição em vigor, pelo contrário, se mantém dentro dos limites do que a Constituição estabelece, e daí porque eu incorporaria a opinião do Senador Francisco Dornelles e de V. Ex^a. no sentido de que o Senador Geraldo Mesquita aquiescesse com um prazo mais curto de vista. Já porque a matéria há muito tempo vem sendo discutida.

Eu vou fazer, inclusive, uma observação, que antes da formalização desse entendimento, eu, quando vice-Presidente da República, participei de reuniões preliminares com vistas à discussão desse novo acordo.

Como esses entendimentos demandam algum tempo, eu tenho a impressão que isso começou em 96, 97, estamos em 2009 já, e foi discutido à saciedade, quer dizer, quer pelo núncio apostólico, e quer também pelas autoridades brasileiras, inclusive do Poder Executivo.

E eu acho que o adiamento da discussão e votação dessa matéria no Plenário, eu considero que é algo que não concorre para que esse entendimento se estabeleça.

E gostaria de lembrar o que aconteceu na Câmara dos Deputados, quando a matéria foi também discutida nas mesmas comissões onde está sendo aqui discutido também, e teve uma aprovação muito, muito significativa.

Daí o apelo que eu faço ao Senador Geraldo Mesquita, eu sei que os constrangimentos de tempo, etc., mas nós não podemos deixar de reconhecer que é uma matéria que, a meu ver, não contém nada que possa ser polêmica. Mesmo porque desde alguns anos que esta matéria vem sendo discutida inclusive pela imprensa, e de alguma forma também pela própria sociedade brasileira, que se interessa por esses temas, e que diz respeito às relações internacionais do Brasil, e de modo especial do acordo do Brasil com... Desse novo acordo do Brasil com a Santa Sé, que é também um ente que goza de personalidade jurídica internacional, ou seja, é um Estado, inclusive a Santa Sé tem representação inclusive na própria ONU.

Então, essas razões, sem querer constranger o Senador Geraldo Mesquita, são essas razões que me fazem fazer essas ponderações.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O Senador Tuma tinha pedido.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só... Se V. Ex^a. permitir, o relatório do Presidente Collor é perfeito, inclusive ele tem a análise dos pontos polêmicos que surgiram durante a discussão na Câmara e outros locais.

Eu chamaria atenção para um parágrafo, quer dizer, desiderato último do referido documento, "*Aprestar numa só peça jurídica aquilo que já é consagrado, seja pelo consuetudo, seja pelo positivamente normatizado pelo nosso arcabouço legal.*"

Deste modo em nada se acrescenta leis ou privilégios que beneficiam a Igreja Católica, de modo a ferir a isonomia que a Constituição prescreve a todas às confissões e expressões religiosas."

É um acordo entre estados.

Senador Geraldo, é um apelo, eu sei, a ética, a dignidade com que V. Ex^a. se comporta perante projetos que são discutidos, pelas dúvidas que procura esclarecer com mais tempo. Mas esse assunto já vem sendo discutido há algum tempo, teve reuniões em vários lugares do país, inclusive uma discussão muito aberta na Câmara Federal, aonde foi aprovado depois de muita discussão.

O que eu acho interessante, o relatório do Presidente Collor, que ele analisa ponto por ponto, aonde poderia trazer qualquer dúvida que pudesse negar essa concordata... Chamam de concordata o que se faz com o Vaticano, que é um Estado constituído.

Então, eu apelaria para gente que até já está há muito tempo aqui, que o Senador Geraldo pudesse abrir mão desse pedido de vista e, posteriormente, se houver alguma coisa, a gente voltaria.

Sei o que V. Ex^a. representa nessa casa, então tenho essa liberdade em solicitar a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu pediria também, *vênia* ao Senador Geraldo Mesquita para fazer alguns comentários sobre essa questão do acordo Brasil-Santa Sé.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Esse acordo nada mais é do que uma adaptação que se faz às diversas Constituições que o nosso país já teve, e agora consagrado pela Carta de 1988.

Os diversos tratados já celebrados com a Santa Sé nos dão conta de que trata-se de algo que não interfere em momento nenhum na laicidade do Estado.

Nós vemos aqui, por exemplo, que a Santa Sé já tem assinados esses tratados com países do Leste Europeu, de confissões diferentes, religiosas, como a Polônia assinou em 93, a Croácia em 98, a Lituânia em 2000, a Eslováquia também em 2000, a Albânia em 2002. Na América Latina, com a Argentina em 66, El Salvador, 78, Peru, 1980, Colômbia, 1985, e agora, mais recentemente, a Santa Sé celebrou acordos com estados confessionais, com religião oficial distinta da católica, como Marrocos, em 84, Israel em 93, Tunísia, em 97, e até com o Cazaquistão, em 1998.

Então, tendo em vista esses dados, tendo em vista todo o tempo que já foi concedido aos Srs. Parlamentares, tanto da Câmara dos Deputados, como do Senado da República, sendo um tema que já está bastante, vamos dizer assim, discutido, e dirimidas as dúvidas que porventura pudessem existir sobre a laicidade do Estado, sobre a separação do Estado da religião, eu me somaria aos apelos feitos pelo Senador Presidente Marco Maciel, pelo Senador Ministro Dornelles, pelo Senador Romeu Tuma, ao Senador Geraldo Mesquita para que reexaminasse o seu pedido de vistas, e que pudessemos fazer a votação desse acordo, que é um tratado que não cabe nenhum tipo de emenda, cabe apenas a sua aprovação, o seu voto a favor ou o voto de cada um dos senadores contra.

Essa... A minha solicitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu quero lembrar também ao Senador Geraldo Mesquita, eu estou querendo me somar também a este apelo, senadores, se nós pudessemos realmente já caminhar para a votação, porque ele é não terminativo, quer dizer, então a discussão, ela continua em Plenário, ele não é terminativo aqui, e como bem lembrou o Senador Presidente Collor, ele, esse... Não é possível fazer nenhuma alteração, então é sim ou não.

E a Câmara acabou aprovando exatamente, sem prejuízo de outras religiões, não há realmente nada aqui que leve, que esteja se assumindo a religião católica, na verdade é um acordo entre estados.

Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Eduardo, nosso presidente. De fato é duro ouvir tantos apelos de pessoas tão queridas, mas eu insisto no meu pedido de vistas, e digo a V. Ex^a. que ele seja normal, como qualquer pedido de vistas.

Se não for, a mim não interessa, porque eu não quero apenas procrastinar o feito, está certo, eu quero, de fato, examiná-lo.

Essa matéria chegou ao Senado aqui dia 3 de setembro agora. Eu confesso que foram tempos difíceis, e eu não tive a oportunidade de bem observar.

Eu tenho recebido dezenas e dezenas de e-mails, alguns poucos contra... A favor, muitos contra, argumentos de lá e cá, o estado laico no meio dessa discussão, a perspectiva de que se abre com esse acordo, a possibilidade de outros pleitos, de diferentes matizes.

A minha preocupação é concreta e real, digo a V. Ex^a., se o pedido de vista que V. Ex^a. tem autonomia para deferir-lo, se ele for apenas de duas horas, não me interessa, eu gostaria de ter vista do projeto, com mais tempo e vagar, como é próprio da comissão, para que eu possa apreciá-lo, e decidir o meu voto, aqui está em jogo o voto, já que não se pode mudar absolutamente nada no texto.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Portanto, se o pedido de vista for de duas horas, Presidente, não há necessidade nem de V. Ex^a. me conceder, está certo?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Senador Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Sobre essa questão, a que se referiu o querido, estimado Senador Geraldo Mesquita, sobre a laicidade do Estado, o acordo, ele não fixa qualquer tipo de relação de dependência entre as partes.

O Estado brasileiro não se torna submisso à estrutura eclesial católica, nem perde a sua autonomia para a gestão da coisa pública. A Igreja tampouco passa a ser gerenciada por agentes estatais.

O acordo, antes, somente existe, porque a Santa Sé, e o Estado brasileiro se reconhecem como sujeitos soberanos de direito. O acordo não tem por objeto fortalecer, quer o Estado brasileiro, quer a Religião Católica, perante algum incogitável inimigo comum.

Não há nenhuma pertinência em supor que por meio desse acordo se esteja afirmando uma aliança entre o Estado e a Santa Sé, vedado constitucionalmente.

O acordo, conforme já o perceberam tantos, apenas homenageia a liberdade religiosa no país, cuidando de cercar esse direito básico dos limites e das garantias recomendados pelo momento que se vive.

Por isso, eu voltaria a fazer esse apelo, Sr. Presidente, Sr. Senador Geraldo Mesquita, Sras. e Srs. Senadores, que esse pedido de vista, se fosse o caso

de conceder, fosse o mais breve possível, para que nós pudéssemos fazer essa votação no dia de hoje, e levarmos essa discussão posteriormente à Plenário, como disse bem V. Ex^a., já que não é terminativa a matéria aqui com a Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu queria, Senador Geraldo Mesquita, realmente--

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Senador Tasso quer falar, só um instantinho, mas queria só argumentar ainda, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu só queria fazer uma brevíssima observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Como eu tive a oportunidade de recordar, e o Presidente Fernando Collor também a isso se referiu, esses entendimentos entre o governo brasileiro e Santa Sé não se iniciaram recentemente, calculo que uns 7 ou 8 anos, pelo menos.

Em segundo lugar, a matéria já se encontra no Congresso Nacional desde 13 de novembro de 2008, Presidente. Foi assinado em 13 de novembro de 2008--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Foi assinado em 13 de novembro de 2008

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E em setembro, setembro do ano passado, exatamente, então a matéria que tramitou na Câmara foi... Tramitou aqui também no Senado, e com grande divulgação por parte da imprensa, e com grande participação também da Câmara e do Senado Federal.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Presidente Lula estava presente quando foi assinado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Bem... Concluído? Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu querido Senador Geraldo Mesquita, eu gostaria de juntar-me a todos os outros senadores que estão fazendo esse apelo à V. Ex^a., conheço V. Ex^a., conheço sua responsabilidade em relação ao seu trabalho aqui no Senado, o zelo, e

a aplicação que tem quando se trata de matérias que passam pelo exame de V. Ex^a., mas realmente trata-se de uma questão, praticamente, que vem sendo discutida historicamente, não só aqui no Brasil, mas em vários outros países.

E que passou ser, praticamente, um ponto de concórdia, e um ponto de definição da convivência entre o Estado do Vaticano, a Santa Sé, e os diversos países ao redor do mundo em torno da liberdade religiosa, e da autonomia do Vaticano como Estado.

Como esse assunto vai a... E isso tem sido já discutido, eu acho que essa discussão, Senador Marco Maciel, Senador Fernando Collor, isso é uma discussão que vem de, especificamente esse contrato, já foi aqui percorrido há quanto tempo ele chegou aqui no Senado, e no Congresso Nacional, mas, mais do que isso, isso é uma discussão que faz praticamente parte da nossa história.

E eu gostaria de fazer esse apelo, para que as dúvidas que V. Ex^a. venha a ter nós possamos colocá-las no Plenário do Senado, e que nós aqui todos nos comprometemos a lá no Senado, lá no Plenário, pudermos ser ouvidos em atendimento às suas dúvidas, para que nós possamos realmente não perder esse momento, que é um momento importante para todos nós, e que V. Ex^a. também tenha oportunidade, daqui para à tarde, se for em regime de urgência, de estudar e possa colocar todas as suas dúvidas no Plenário.

Gostaria de renovar esse apelo, que é um apelo aqui, eu acho, que praticamente unânime nessa Comissão hoje, e que realmente se não fosse... Não lhe colocaria numa posição de constrangimento como essa se não fosse realmente uma discussão que nós todos temos um envolvimento muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador... [risos].

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O senhor poderia encaminhar uma sugestão?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Talvez pudesse chegar a um entendimento. V. Ex^a. falou numa vista de duas horas, se eu entendi?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, eu falei nela, ontem nós tivemos uma vista de uma hora aqui na Comissão de Agricultura; é regimental, então estaria uma hora.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Em outras comissões acontece isso com alguma frequência, inclusive quando se votou CPMF também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, foi...

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora, uma proposta que eu faria, então, era que pudesse ser até 14h00, a hora quando começa a Sessão do Senado, então teria por volta de três horas e meia para examinar, ou então até o início da Ordem do Dia, que começa em torno de 16h00, porque aí eu tenho a impressão que aí o Senador Geraldo Mesquita já poderia ver satisfeita as suas observações.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu queria só indagar então mais uma vez, Senador Geraldo Mesquita, nós estamos vendo que é praticamente unanimidade, quase unanimidade esse apelo, que a gente pudesse votar imediatamente, com essas lembranças de que ele não é terminativo, que ele... Nós temos um projeto semelhante já correndo na casa em relação a outras religiões, que também merece todo o nosso respeito, ele está na Comissão de Educação.

Então eu lhe indagaria se nós teríamos... Porque do ponto de vista de prazo eu acho que... Nós temos amanhã uma outra reunião aqui, já estava marcada antes, anteriormente, que é a sabatina no novo Diretor Geral da ABIN, então, por isso, que eu convoquei a reunião extraordinária para hoje, tendo em vista exatamente o acúmulo de matéria que nós temos na pauta.

Por isso é que eu lhe faria também um renovado apelo, ao nosso vice-Presidente, inclusive, que a gente pudesse votar ainda agora, senão a gente teria que partir, realmente, a minha disposição seria um prazo menor sim, Senador.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, olhe, eu já afirmei: o prazo menor não me interessa, porque eu não quero empurrar com a barriga a coisa, eu queria de fato em que pese o fato de estar tramitando no Congresso há muito tempo, eu não tive...

Eu estou dizendo, olha, eu tenho recebido, até hoje *e-mails*, poucos a favor, muitos contra esse acordo, o que me chama atenção.

Eu esperava ter a oportunidade da matéria tramitar numa das comissões que eu participo para poder analisar; não tive oportunidade de analisar o texto desse acordo, nem o relatório do Senador Collor em profundidade.

Se o prazo for de duas horas, não me interessa, Senador, já falei, se for o prazo normal, me interessa, se for esse de duas horas, eu retiro, e voto... Sou forçado a votar ou contra, ou me abster de votar nessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então eu vou... Realmente a discussão está colocada. Eu vou lhe pedir a compreensão,

Senador Geraldo Mesquita, porque como já argumentado, por esses pontos de que não terminativo, existe outro projeto semelhante em andamento, nós não podemos, amanhã já temos a pauta prevista--

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Já está em discussão?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então o prazo seria realmente um prazo pequeno, se V.Ex^a então retira o prazo, aí nós poderemos partir para a votação.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está em discussão já a matéria, então, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, então o Senador Geraldo entende, apesar de válido o argumento dele, mas eu peço compreensão dele e então nós poderíamos passar para a votação, então.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão? Colocou em discussão a matéria?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, já está terminando a discussão, mas se, podemos discutir mais ainda, poderemos passar. Ok? Podemos passar então para a votação, então. Eu coloco o relatório, portanto, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O meu voto é pela abstenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está bem. Perfeito. Registrado o voto de abstenção do Senador Geraldo Mesquita. O projeto, portanto, está aprovado, e será encaminhado à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

O Senador Romeu Tuma pede urgência; coloco, portanto, em votação. Se os Srs. Senadores estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada a urgência.

Obrigado, nós passamos, então, para o segundo item, que é um outro acordo, também esse no caso do Governo do Brasil com a Alemanha, sobre cooperação financeira, celebrado em 2008.

O relator é o Senador Renato Casagrande, ele está numa outra comissão ao lado, eu pediria ao Senador Romeu Tuma que pudesse ler o relatório *ad hoc*, para que nós pudéssemos dar seguimento.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença da Senadora Ada Mello no Plenário da Comissão das Relações Exteriores.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já é frequente antiga.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já trabalhou com a gente há muito tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, com esse registro, Senadora, seja muito bem-vinda, Senadora Ada Mello, seja muito bem-vinda aqui conosco.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, é que o projeto, é um acordo, que aprova o texto do acordo entre Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República Federal da Alemanha, sobre cooperação financeira nos anos 2003, 2005 e 2006, celebrado em Brasília em 14 de maio de 2008.

Foi analisado por todos os órgãos, e tenho a importância na análise desse acordo. Portanto, pelo exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional, regimental e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, conforme preceitua o Senador Renato Casagrande.

Esse é o relatório, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, eu coloco, portanto, em votação. Quem estiver de acordo permaneça como está. Está aprovado, portanto.

Extrapauta nós temos ainda alguns acordos, e os senadores relatores estando presentes, eu gostaria de aproveitar, então, o momento, eu começo pelo Senador Inácio Arruda.

Senador, nós temos aqui um acordo entre o Brasil e a Nicarágua, sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico celebrado em Manágua. O parecer é favorável do Senador Inácio Arruda.

Temos depois aqui ainda Senador Heráclito, Senador Tasso, Senador Fernando Collor também tem mais um, e Senador Romeu Tuma. Nós podíamos aproveitar.

Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, também brevemente, "O acordo em apreço mostra-se de relevância ao promover as boas ações entre Brasil e Nicarágua, e segue tendência internacional.

Inegável, portanto, que o presente acordo é instrumento benéfico para as relações internacionais do

Brasil, e portador de benefício direto para o nosso pessoal de serviço exterior.

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2009.

É a análise e o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Inácio Arruda. Portanto esse texto do acordo entre o Brasil e a Nicarágua. Coloco em discussão. Não havendo... Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, em virtude de ter que estar nas outras comissões hoje cedo, não pude estar presente, mas quero registrar o meu voto favorável.

Agradeço, inclusive, a atitude do Senador Geraldo Mesquita de ter desistido de vista com respeito ao Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé.

Então, quero manifestar a minha concordância, também no que diz respeito ao acordo realizado entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, sobre cooperação financeira, além de também ser favorável a este acordo com a Nicarágua, Sr. Presidente.

Era o registro que me senti na responsabilidade de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy. Portanto, continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Ainda também extrapauta o Senador Heráclito Fortes, Projeto de Decreto Legislativo nº 397, é um extrapauta, também um acordo de serviços aéreos entre o Brasil e o Panamá.

Esse trata-se de um... Essa matéria já constou da pauta da Reunião em 1º do 10. Concedo a palavra, portanto, ao Senador Heráclito Fortes, um grande especialista em serviços aéreos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa Comissão... [risos]. Veja quem fala!

"Essa Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo 379, de 2009, PDC 792, que aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá, celebrado em Brasília, em maio de 2007.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República remeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do tratado referido.

Na Câmara dos Deputados o acordo foi aprovado pelo Plenário em 14 de maio de 2009, após passar pelo crivo da Comissão de Diversão e Transportes, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania."

Eu vou me abster, e vou passar, então, Sr. Presidente, por economia processual a análise.

"Elaborado sob inspiração da convenção sobre aviação civil internacional, na cidade de Chicago, em 44, o acordo [ininteligível] visa promover sistema de transporte aéreo internacional que favoreça o estabelecimento e a oportunidade equitativa das respectivas empresas aéreas para investir suas atividades.

O documento almeja ainda assegurar o máximo grau de segurança no transporte aéreo bilateral. O ato em conformidade com o tratado de igual natureza dispõe sobre direitos de tráfico, designação de empresas, isenções fiscais, tributárias e alternativas, e administrativas. Taxas aeroportuárias, tarifárias, oportunidades comerciais, certificados e licença, segurança de voo, segurança da aviação, e estatísticas relacionadas ao tráfico transportado pelas empresas áreas.

O texto quer também a forma de implementação de eventuais modificações. O texto, bem assim o modo de resolver possíveis da inteligência entre as partes no tocante a sua aplicação.

Cuida-se de documento importante, não só para o incremento da relação de amizade entre o Brasil e o Panamá, como também para a ampliação do intercâmbio comercial mediante instituição, de serviço aéreo regular entre os dois países.

No mais, o acordo não afronta a Constituição, e está em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio vigente. Os dispositivos regimentais relativos a sua tramitação foram por igual observados, e em relação à técnica legislativa não há reparo a ser feito."

Antes de apresentar o voto, Sr. Presidente, eu quero lembrar aos Srs. Senadores que a empresa panamenha Copa, já vem realizando inúmeros vôos de passageiros para o Brasil, tendo inclusive V. Ex^a., já por diversas vezes utilizado o a serviço dessa empresa, com destino ao Panamá, e do Panamá ao resto do mundo.

De forma que diante disso eu chamo atenção dos senadores para a ampliação desse acordo, e essa aprovação. Há inclusive, consta dela, nela, a possibilidade da Copa colocar um voo saindo de Brasília para a cidade do Panamá.

Portanto, vou expor o meu Voto.

"Por todo o exposto e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo, 397 de 2009."

Esse é o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Eu quero só, Senador Heráclito, na verdade foi uma vez só que eu já usei o avião da Copa, de Belo Horizonte direto para o Panamá, é um vôo, realmente, instalado há um ano, e é interessante dentro dessa linha de descentralização de vôos.

Senador Tasso Jereissati, o próximo projeto, é o Projeto de Decreto Legislativo nº 480, também extra-pauta, que aprova o texto da adoção de emendas à convenção internacional sobre buscas e salvamentos marítimos, de 1979, adotados por meio de Resolução 155 do Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Internacional.

Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati, a matéria também já constou na pauta da Reunião de 1º do 10.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"Chega a esta Comissão, para análise, o Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2009, que aprova o texto da adoção de emendas à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimos, de 79, adotadas por meio da Resolução 155/78, do Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Internacional, objeto da Mensagem nº 624, de 26 de julho de 2006, enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo em análise.

A proposição passou pelo crivo das Comissão de Viação e Transporte e de Constituição e Justiça e Cidadania e foi submetida à esta Comissão em 22 de junho último.

A Exposição de Motivos nº 36, do Ministério das Relações Exteriores, explicitou os motivos pelos quais se recomenda que o Brasil adote as emendas à Convenção e serviu de subsídio para a Mensagem Presidencial que encaminhou a matéria."

Análise. "Por meio da promulgação do Decreto nº 85, de 1991, passou a vigorar a Convenção Internacional sobre Busca e Salvamentos Marítimos.

No plano internacional, essa vigência teve início em 85.

A Convenção foi adotada por conferência realizada em Hamburgo, Alemanha, em abril de 1979 e teve como objetivo prover estrutura capaz de conduzir operações de busca e salvamento no mar.

Posteriormente, em 1998, foi emendado o anexo da Convenção, de sorte a melhor definir as responsabilidades dos Estados e dar maior ênfase na aproximação regional e nas operações de busca e salvamento marítimos e aeronáuticos.

Em maio de 2004, o Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Internacional, por meio de Resolução 155/78, adotou novas emendas à Convenção do SAR.

Essas emendas objetivaram esclarecer procedimentos existentes, tornando mais claras e eficientes as disposições contidas no texto original, sem alterar de forma substancial o rol de deveres do Brasil em face dos demais signatários.

Por intermédio dessas emendas:

a) amplia-se o conceito de pessoa em perigo no mar para abranger também aquelas que estejam precisando de ajuda e que tenham encontrado refúgio na costa, em um local remoto dentro de uma área oceânica inacessível a qualquer outro meio de salvamento;

b) impõe-se aos Estados o dever de cooperação para a identificação de locais apropriados para o desembarque de pessoas encontradas em perigo no mar;

c) prevê-se o dever de coordenação e cooperação para assegurar que os comandantes de navios estejam prestando ajuda, nos termos da Convenção, às pessoas em perigo no mar;

d) se determina ao centro de coordenação de salvamento ou subcentro de salvamento envolvido, a tarefa de iniciar o processo de identificação dos locais mais apropriados para o desembarque de pessoas encontradas no mar e de informar ao navio ou navios e outras partes relevantes interessadas.

No momento em que cresce a presença do Brasil nos fluxos e rotas comerciais internacionais e que novas riquezas são descobertas em nossa plataforma continental, é de grande importância estarmos coordenados e integrados a acordos e convenções como a presente Convenção Internacional."

O Voto. "Assim, à vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto nº 480, de 2009, que aprova o texto de adoção de emendas à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimos, do Comitê de Segurança Marítima da Organização Internacional".

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos, portanto ao último extrapauta... São mais dois, do Senador Collor e Senador Tuma, o Senador... Esse também que é do Senador Collor já constou na pauta da reunião do dia 1º, e nós então faremos agora.

Projeto de Decreto Legislativo nº 531, que "Aprova o texto de acordo entre o Governo do Brasil e dos Estados Unidos da América, para programas educacionais e de intercâmbio cultural, celebrado em Brasília, em 27 de maio de 2008".

Senador Fernando Collor com a palavra.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"Essa Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2009, que resulta da Mensagem 839, de 29 de outubro de 2008, enviada ao Congresso Nacional pelo Exmo. Sr. Presidente da República, com fundamento no disposto do art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, para apreciação do acordo acima ementado."

Voto. Por todo o exposto, e por não apresentar a proposição qualquer vício de constitucionalidade, juridicidade, ou técnica legislativa, o Voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado, portanto, este acordo de cooperação entre Brasil e Estados Unidos para programas educacionais, intercâmbio cultural.

E o último item, portanto, da pauta, dessa reunião extraordinária, é o Projeto de Decreto Legislativo 657/2009, que "Aprova o texto do acordo de cooperação entre o Brasil e a República Islâmica do Paquistão, sob cooperação no combate à produção, consumo, e tráfico ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas, assinado em Brasília em 29 de novembro de 2004". Mas aqui não chegou nesse período não, aqui chegou recentemente, só para informação.

O Senador Romeu Tuma é que é o relator, a quem concedo a palavra.

Em votação o relatório, em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiveram de acordo

permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado este acordo entre o Brasil e o Paquistão, de combate ao tráfico e consumo ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas.

O Senador Renato Casagrande foi o relator do Projeto do Brasil com a Alemanha, está aqui ao nosso lado, mas o Senador Romeu Tuma foi o senador, relator *ad hoc* na sua ausência. Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas enalteci que V. Ex^a. foi o autor do relatório.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu quero agradecer ao Senador Romeu Tuma por ter feito o relatório e um acordo importante na área ambiental, na florestal, que vai ajudar inclusive a financiar algumas instituições brasileiras, como o Instituto Chico Mendes.

Então, eu quero agradecer a V. Ex^a. por ter, não me substituído, mas feito um relatório muito acima do quilômetro que eu poderia fazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só endosse a assinatura.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Portanto eu quero agradecer... Então podemos colocar mais um extrapauta? [ininteligível] Mais um?

Então é um projeto que "*Aprova o texto do acordo do Brasil e a República Tcheca, sobre Cooperação Econômica e Industrial, celebrado em Praga, em 12 de abril de 2008.*" O relator é também o Senador Renato Casagrande, a quem eu concedo a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, essa... nós temos que opinar sobre o "*Projeto de Decreto Legislativo que resulta da Mensagem nº 616, enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, com fundamento no disposto no 49.*"

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

A proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos, assinada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, e que acompanha a Mensagem Presidencial, o acordo tem por objetivo a expansão e diversificação da cooperação econômica bilateral nas áreas de energia, desenvolvimento agro-industrial e florestal.

Não, isso aqui, esse... Esse aqui foi o do... Da Alemanha, Sr. Presidente... República Tcheca, então peço desculpa à V. Ex^a. "*nas áreas de energia, desenvolvimento agro-industrial e florestal indústria*

automobilística, aeroespacial e de bens de capital; informática; tecnologias de proteção ambiental; sistemas de transporte; padrões técnicos, certificação e metrologia; entre outras, assim como o fluxo bilateral de investimentos."

Então, nesses termos, Sr. Presidente, esse acordo com a República Tcheca, por todo exposto, e por não apresentar qualquer vício de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, o Voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 723, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiveram de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Portanto, antes de encerrar a reunião eu quero relembrar o convite do Presidente Sarney para que possamos receber o presidente da África do Sul, Jacob Zuma, na próxima sexta-feira, às 15h15, e também a reunião de amanhã, às 10h00, para que possamos discutir a indicação do novo Diretor Geral da ABIN.

Eu quero, finalmente, agradecer a presença de todos os senadores nessa reunião extraordinária.

Está encerrada a sessão--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Antes de encerrar, Senador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu só queria pedir urgência nesse acordo da República Tcheca.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito, então em discussão o pedido de urgência. Se estiverem de acordo--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está aprovado.

E o Senador Arthur Virgílio ainda pede a palavra antes que eu [sobreposição de falas] que está encerrada a reunião.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, bem a propósito da reunião, da sessão de oito horas, que parece que foi longa, mas não foi tão longa assim, porque nos Estados Unidos o processo de escolha de um juiz da Suprema Corte demora 40 dias, mas aquela que escolheu o Dr. José Antônio Dias Toffoli, na Comissão de Justiça, e no mesmo dia no Plenário da Casa, com votação bastante consagrada, bastante afirmativa para entrar ele, para ser admitido ele na Corte Brasileira, foi, de qualquer maneira, de certa forma, recordista.

Ou seja, primeiro, as perguntas foram perguntas de verdade, nós não ficamos naquela história de meramente olhar perfunctoriamente os principais dados biográficos do indicado.

Ele foi questionado sobre temas muito delicados, aqueles temas que a maioria dos políticos, se a gente quiser fazer até uma comparação com muitos dos políticos, não gostam de entrar, são [ininteligível], ele respondeu a todos, enfim.

A minha sugestão é que nós nos preparemos para fazer dessa arguição, uma arguição verdadeira, arguição verdadeira, ou seja, que nós deixemos os rapapés para após a aprovação, após a votação, e façamos uma verdadeira arguição.

Queremos saber se cada indicado para alguma agência reguladora tem vocação para o aparelhamento político ou não, se está preparado tecnicamente para o tema a que se destina. Se aquele que vai cuidar da segurança do estado brasileiro, no caso da ABIN, é alguém efetivamente comprometido por princípios basilares da democracia brasileira, se está preparado.

Ou seja, a exortação que faço aos meus pares é que nós tomemos como base a inquirição feita ao Dr. José Antônio Toffoli, que se saiu muito bem dela, e não procedamos diferente com mais ninguém, em relação a...

Até porque, senão, parece que é perseguição a ele, parece que era: "Vamos ver agora o homem se ele é bom mesmo ou não", os outros não precisam mostrar se são bons ou não.

Só queria dizer a V. Ex^a. que eu estarei aqui, e estarei preparado para fazer arguições bastante pertinentes, e bastante duras, se for o caso, porque eu quero para a ABIN o melhor. Ela é para a democracia exatamente o contrário do SNI, porque ela está para a democracia assim como o SNI estava para a ditadura.

O Estado Brasileiro precisa de quem o oriente, de quem o informe, não precisa do dedo duro, do escutador ilegal de mensagens, nada disso, mas precisa de quem oriente o Estado, avisando se vai ter um *lock out*, se não vai ter.

Então, essas funções são nobres, não podem ser desviadas.

Portanto é fundamental que haja perfil democrático, que haja preparo técnico, e que haja a capacidade de convencimento dos Srs. e Sras. Senadoras para nós darmos o nosso voto, quem quer que seja, daqui para frente, em qualquer indicação para ABIN, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, os Conselhos de Ministério Público, e de Justiça, embaixadores, ou seja, que nós saíamos daquela his-

tória de meramente ler aqueles dados que parecem guia de turismo.

Que nós realmente entremos na realidade, que o Brasil hoje é uma potência de porte médio e, como tal, o Brasil tem obrigação de se inserir de maneira mais forte nas discussões sobre política externa, e não ser apanhado de surpresa sempre correndo atrás do que a mídia diz.

O Brasil... O Congresso Brasileiro precisa ter mais protagonismo quando se tratar de discussão de política externa, para falar de vários assuntos.

Portanto, amanhã, que nós façamos uma bela inquirição.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito, Senador.

Eu quero, inclusive, comunicar que eu recebi ontem a visita da Secretária do Governo Americano encarregada da questão de terrorismo, e ela veio ao Brasil exatamente buscando um trabalho de parceria, um trabalho de entrosamento, reconhecendo a importância do Brasil no cenário internacional.

Nós não temos, felizmente, ocorrências de terrorismo, mas temos a responsabilidade de discutir essa questão.

Então, esse é um ponto, inclusive, que nós precisamos discutir com o novo Diretor Geral da ABIN que está sendo indicado. Ele já está no cargo temporariamente, interinamente, desde o problema de mais de um ano atrás que ocorreu com a direção da ABIN, e a ABIN cresce em importância.

Senador Tuma. E Senador Heráclito e Renato Casagrande pedem a palavra também.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só queria concordar com o Senador Arthur Virgílio, e dizer que V. Ex^a. levanta um ponto importante, que é sobre o terrorismo, não há, em tese, terrorismo no Brasil, mas nós somos acusados de homiziar terroristas, principalmente na fronteira.

Então, eu acho que é um ponto de inquirição com o Paraguai, com a tríplice fronteira, de como é o comportamento da vigilância, não só da Polícia Federal, mas como da própria ABIN, no levantamento da movimentação estranha que tem na fronteira.

Eu acho que são coisas correlatas, não há ato, mas poderá haver a preparação, eu acho que é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Obrigado, Romeu... Senador. Então conto com a sua presença amanhã.

Senador Renato Casagrande, para concluir.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, só um tema, um assunto, não sei se já

foi discutido aqui, eu estava na Comissão de Ciência e Tecnologia, não sei se foi abordado.

Nós, na última semana, fizemos um grande debate sobre a posição que o Brasil vai adotar com relação à aquisição dos caças; e qual é a programação nossa?

A Força Área Brasileira anunciou que terá uma posição técnica até o final deste mês, terá um parecer, terá um relatório até o final deste mês. Qual é a programação da Comissão que a gente possa fazer?

Eu me lembrei que aqui ficou uma sugestão para que a gente possa convidar a EMBRAER para comparecer aqui a esta Comissão, e também nós ficamos mais ou menos acordados e entendidos de que nós ficaríamos no... Com o objetivo de convidarmos novamente o Ministro Nelson Jobim, para que pudesse retornar a esta Comissão, para que debatesse essas posições das propostas que as três empresas e os três países estão fazendo ao Brasil.

Já tem a programação feita da Comissão, para que a gente possa dar continuidade a esse debate, esse debate importante?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, ainda não, o que nós temos programado é exatamente essa reunião da ABIN amanhã, temos na semana que vem votação de embaixadores, no dia 29 temos programada já a votação da questão da entrada da Venezuela no MERCOSUL.

Eu estive ontem no Ministério... No Comando na Aeronáutica, uma reunião de congraçamento com os parlamentares, e o Comandante Juniti Saito informa que exatamente está dando segmento normal, e que espera concluir até o fim do mês o relatório.

Portanto, de momento não há nada previsto ainda para a nova reunião.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor não acha importante a gente programar a vinda da EMBRAER aqui, e de novo fazermos um contato com o Ministro Nelson Jobim, ver se ele já está, se já tem informações necessárias para que ele possa retornar aqui à Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, poderia, poderíamos ouvir a EMBRAER antes ainda do relatório.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Antes do relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então eu peço que faça um requerimento para que a gente possa aprovar amanhã.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok, então eu vou convidar então só a EMBRAER.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

E eu apresento o requerimento a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Muito obrigado, Senador Casagrande, está encerrada a reunião extraordinária de hoje.

[pronunciamentos fora do microfone]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo. Nós não pedimos urgência para aquele acordo Alemanha-Brasil não?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu assinei, o senhor fez agora?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Não, urgência, Brasil e Alemanha, não pedimos urgência não?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Mas sem urgência consegue votar hoje?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depende do Presidente, porque acordo pode ser votado. A gente pede para o Presidente Sarney.

[pronunciamentos fora do microfone].

Sessão encerrada às 11h04.

ATA DA 42ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quinze minutos do dia oito de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Efraim Morais, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Flávio Torres, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Romeu Tuma, Tasso Jereissati e Mozarildo Cavalcanti**. Justifica a ausência o Senador **Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, comunica o recebimento de informações do Ministro de Estado do Meio Ambiente em resposta ao Requerimento nº 651, de 2009, de iniciativa da Comissão, sobre o projeto de

instituição de plano especial para servidores do Instituto dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes que servem na fronteira e nas regiões de difícil acesso da Amazônia. O Presidente inclui em **Extrapauta** as seguintes matérias: **Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova os textos dos Atos da União Postal Universal – UPU, aprovados em seu XXIII Congresso, em Bucareste, em 5 de outubro de 2004*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Wellington Salgado de Oliveira** para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 2:** Projeto de Decreto Legislativo nº 659, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de julho de 2007*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Flávio Torres** para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado o parecer favorável. O Presidente submete à apreciação da Comissão o **Requerimento nº 76, de 2009-CRE**, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, que requerem “*nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro da Justiça, Dr. Tarso Genro, sobre as ações e medidas tomadas pelo governo brasileiro em relação aos fatos mencionados na Revista Veja, edição nº 2133 e Jornal Folha de Boa Vista de hoje (06-10-2009), relativos ao seqüestro do empresário e cidadão brasileiro, Vicente Aguiar Vieira, sequestrado em território Venezuelano*”. Aprovado o Requerimento. O Presidente submete à apreciação da Comissão o **Requerimento nº 77, de 2009-CRE**, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, que requerem “*nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, sobre as ações e medidas tomadas pelo governo brasileiro em relação aos fatos mencionados na Revista Veja, edição nº 2133 e Jornal Folha de Boa Vista de hoje (06-10-2009), relativos ao seqüestro do empresário e cidadão brasileiro, Vicente Aguiar Vieira, sequestrado em território Venezuelano*”. Aprovado o Requerimento. O Presidente inicia a apreciação da pauta. **Item 1:** Mensagem nº 183, de 2009, que “*Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Wilson Roberto Trezza para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência –*

ABIN”. O Presidente convida o Senhor Wilson Roberto Trezza para compor a Mesa e concede a palavra ao Senador **Tasso Jereissati** para fazer a leitura de seu relatório. O Senador **Heráclito Fortes** pede vista da matéria. Concedida vista coletiva da matéria. O Presidente submete à Comissão matéria **Extrapauta. Item 3:** Projeto de Decreto Legislativo nº 658, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira, de 24 de outubro de 1991, relativo ao Projeto Saneamento Básico Ceará II, concluído em 28 de junho de 2004*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Tasso Jereissati** para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado o parecer favorável com as Emendas nºs 1 e 2 – CRE, de redação. Aprovado o Requerimento nº 78, de 2009-CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo, Inácio Arruda e Flávio Torres, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 658, de 2009. Durante a reunião, usam da palavra os Senhores Senadores **Wellington Salgado de Oliveira, Eduardo Suplicy, Fernando Collor, Geraldo Mesquita Júnior, Romeu Tuma, Heráclito Fortes, Tasso Jereissati, Renato Casagrande e Pedro Simon**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às onze horas e vinte e oito minutos, lavrando, eu, José Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 15 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Informo que o Ministro de Estado do Meio Ambiente encaminhou informações em resposta ao Requerimento 651, de 2009, de iniciativa dessa Comissão, sobre o projeto de instituição de um plano especial para servidores do Instituto dos Recursos Naturais

Renováveis do Instituto Chico Mendes, que servem na fronteira e nas regiões de difícil acesso da Amazônia. A resposta do Sr. Ministro se encontra na Secretaria da Comissão à disposição das Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Antes de passar ao Item que submete o nome do Sr. Wilson Roberto Trezza para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, nós vamos dar encaminhamento a dois requerimentos e dois decretos... Dois acordos extrapauta.

Vamos começar pelos acordos, então. O primeiro da relatoria do Senador Wellington Salgado. Não havendo nenhuma objeção que possamos fazer essa votação enquanto o Senador... Antes de começar a sabatina em si.

É o Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2009, que “*Aprova os textos dos atos da União Postal Universal aprovados em seu XXII Congresso em Bucarest*” e a relatoria do Senador Wellington Salgado, a quem concedo a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, XXIII Congresso. Só para corrigir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): XXIII. Eu falei diferente?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Falou segundo. Mas está tudo certo.

Relatório. “*Sob análise, nesta Comissão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2009, proveniente da Mensagem 750, de 1º de setembro de 2006, enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, com fundamento no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, conforme emenda.*”

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo em análise.

A proposição, igualmente, restou aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Tratam os acordos encaminhados dos seguintes atos da União Postal Universal, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2006: o Sétimo Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal, o Regulamento Geral da União Postal Universal, a Convenção Postal Universal e respectivo Protocolo Final e o Acordo Referente aos Serviços de Pagamento dos Correios, todos eles visando a incrementar a prestação universal de serviços postais de qualidade.

A União Postal Universal, a segunda organização internacional mais antiga do mundo, é hoje agência especializada da Organização das Nações Unidas, com mais de um século de funcionamento exitoso, o que reforça suas credenciais como instância de relevo para a cooperação internacional e a necessidade de que se envide esforços no sentido de torná-la ainda mais instrumentalizada para alcançar seus objetivos de maneira eficaz.

É a isso que se propõem os acordos em discussão.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PDS nº 481, de 2009”, Sr. Presidente.

É esse meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Em votação, os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos, portanto, ao outro Projeto de Decreto Legislativo, este da relatoria do Senador Flávio Torres. Projeto de Decreto Legislativo 659, de 2009, que “*Aprova o texto do acordo sobre transferência de pessoas condenadas entre o Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 06 de julho de 2007.*”

Com a palavra o Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Chega aqui na Comissão uma proposta já aprovada na Câmara dos Deputados em agosto de 2009.

O projeto trata de... Da cooperação que se dá com acentuado caráter humanitário ao permitir que o condenado cumpra pena em seu meio social e cultural.

“*Nesse sentido, os Estados membros da comunidade internacional deram início à negociação de tratados sobre transferência de pessoas condenadas como maneira de possibilitar a reabilitação social de seus nacionais.*”

No caso em análise, súditos de ambos os Estados, privados de sua liberdade como resultado de sentença penal e condenatória definitiva, poderão cumprir pena em sua própria sociedade.

O aspecto inovador diz com a possibilidade de a cooperação dar-se mediante a utilização de meios eletrônicos ou de qualquer outro que permita melhor e mais ágil comunicação entre as partes.

Cuida-se de avanço importante que objetiva imprimir maior celeridade e afastar desnecessária carga burocrática para assuntos dessa natureza.

O Acordo disciplina, ainda, a obrigatoriedade de o Estado recebedor respeitar a natureza legal e a duração da pena como determinado pelo Estado remetente.

Pelo exposto, e por ser proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 659, de 2009."

É esse meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado, portanto, o texto... O Decreto Legislativo sobre o texto do acordo sobre transferência de pessoas condenadas entre o Brasil e Moçambique.

O Requerimento nº 01 que está aqui na pauta... Requerimento 2, não, Item 2, é o Requerimento nº 76, de 2009, assinado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti e pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. *"Requer nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro da Justiça Tarso Genro, sobre as ações e medidas tomadas pelo Governo Brasileiro em relação aos fatos mencionados na Revista Veja edição 2133 e Jornal Folha de Boa Vista, de 06 de outubro, relativos ao sequestro do empresário e cidadão brasileiro Vicente Aguiar Vieira, sequestrado em território venezuelano."* Em discussão. Não havendo quem queira discutir, portanto encerro a discussão. Srs. Senadores que estiverem de acordo--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sobre esse assunto, acho que o líder Jucá colocou algumas considerações ontem na CCJ, não sei se V. Exa. estava presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não. Na hora, não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, mas como... Eu ouvi, mas eu não poderia simplesmente repetir o que o Senador Jucá falou. Talvez num outro momento o Senador Jucá pudesse dar explicações na CCJ sobre essa... Esse empresário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sequestro de um brasileiro na Venezuela.

As informações do Senador Mozarildo são de que, aparentemente, é alguma ação da FARC. Ele teria sido levado para a Colômbia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A informação que eu tive é que

esse empresário, ele mexia com pedras preciosas e parece que não é só...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Seria uma questão... Não teria nenhuma conotação política.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Poderia não ser só a FARC, poderia ter alguma outra...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Disputa de recursos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas eu não tenho conhecimento. O Senador Jucá deu uma explicação de conteúdo, ele se informou a respeito do assunto, eu captei, mas não absorvi completamente.

Então, se pudesse depois... Agora não, mas uma outra hora...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Tudo bem. V. Exa. sugere o quê? A gente suspende, vote... Aqui é um pedido de informações.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não. Vamos votar, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Votamos assim mesmo. Porque não estão nenhum dos dois aqui. Mas o Senador Mozarildo...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos votar então, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está bom. Então, em votação. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado, portanto.

E o outro Requerimento, 77, no mesmo teor, só que é dirigido ao Ministro Celso Amorim, também pedindo essas informações sobre esse sequestro, quais são as circunstâncias que se deram.

Portanto, também em discussão. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, tendo em conta a relevância da Comissão de Relações Exteriores, eu queria confirmar o que transmiti ontem em Plenário, quando... Tendo em conta que o Senador Alvaro Dias e depois o Senador Arthur Virgílio ponderaram da importância de estarmos vendo e eu constei o Embaixador Sérgio Dane-se, que se encontra presente e que solicitou todas as informações junto ao Itamaraty e o Itamaraty informou que o nosso Embaixador Antônio Simões, do Brasil na Colômbia... Perdão, na Venezuela está em contato direto com a senhora do Sr. Vicente Aguiar Vieira, ela é brasileira, ainda está se verificando se ele de fato tem a cidadania brasileira.

Ele... E está se verificando todas as informações, inclusive em diálogo com a esposa dele, e segundo até a recomendação feita pelo Senador Arthur Virgílio, tendo em conta os detalhes das informações que se está procurando saber, o que o Itamaraty informa é que está acompanhando de perto e tudo e gostaria de prover as informações mais completas na hora em que se desvendar inteiramente o episódio.

Mas, portanto, o Governo Brasileiro, o Itamaraty e o Ministério da Justiça estão acompanhando de perto para se verificar o paradeiro do Sr. Vicente Aguiar Vieira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy. O Embaixador Simões realmente tem sido muito atento a essas questões dos brasileiros lá.

Essa semana também teve uma ocorrência de um trabalhador da construção civil do meu Estado e que estava trabalhando para uma construtora brasileira lá e ele veio a falecer num acidente, o Embaixador deu todo o apoio necessário.

Bom, nós agora teremos então que passar ao Item nº 1, que é a Mensagem 183, de 2009, que submete à apreciação do Senado Federal nome do senhor...

Qual requerimento? O Requerimento não foi votado ainda, o último Requerimento. Então, em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Esse Requerimento de informações sobre esse assunto, V. Exa. trouxe... Então está aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Aprovado. De acordo. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, V. Exa. consultou-me há pouco informalmente sobre a possibilidade de chegarmos a um entendimento, dada a relevância da entrevista dada ontem no Brasil pelo Sr. Antonio Ledezma, Prefeito, Governador lá de Caracas, tendo em vista que ele, ao mesmo tempo que é um dos principais líderes da oposição ao Governo Hugo Chávez, e tendo inclusive feito um apelo no sentido de que possa o próximo Natal ocorrer sem que haja na Venezuela qualquer preso político, ao mesmo tempo que se sentiu muitas vezes prejudicado pelas ações do Governo Hugo Chávez, ele faz um apelo ao Senado Brasileiro no sentido de que não se deixe a Venezuela isolada, não se deixe o Presidente Hugo Chávez isolado do MERCOSUL.

E, portanto, Sr. Presidente, ele faz um apelo a todos nós aqui que consideremos aprovar o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, porque, na avaliação dele, o Presidente Hugo Chávez isolado tenderá a ter

atitudes mais inadequadas do que aquelas que normalmente tem.

Ele faz a avaliação e inclusive dialogou com alguns senadores, ele dialogou, por exemplo, com o Senador Aloizio Mercadante de que será melhor para o processo de democracia, de democratização da Venezuela, que haja o ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

V. Exa. me perguntou se seria adequado, já que nós havíamos concordado, por consenso, que não teríamos mais Audiências Públicas sobre o tempo, e que sem atraso da votação prevista para o dia 29, se for possível, consultado o Prefeito Antonio Ledezma dele estar aqui na Comissão no dia 22, e aí eu até conversei há pouco com o Senador Aloizio Mercadante, ele disse que não teria qualquer objeção, que pudesse vir o Prefeito Antonio Ledezma, convidado para aqui nos falar, faz a sugestão, que poderia ser também por consenso, de que possa o nosso Embaixador no MERCOSUL, o Regis... O nome completo de nosso Embaixador no MERCOSUL?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Arzarian, Arslanian... Porque acho que seria muito interessante que pudesse então haver a presença do Sr. Antonio Ledezma, com a do nosso Embaixador do Brasil no MERCOSUL, porque completaria as informações.

Então, se... Se isto for viável, claro, precisaria saber se o Prefeito Antonio Ledezma poderia comparecer no dia 22, mas faríamos a sugestão de que também o nosso Embaixador pudesse estar presente nessa...

Mas gostaríamos de construir isso por consenso, entre todos aqui, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, porque é uma situação, na verdade, Senador, um pouco inusitada. Porque o voto já foi lido pelo relator, mas como houve pedido de vista, não houve a votação. Não havendo a votação eu considero que é válido termos mais informações.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E o próprio Senador, embora não esteja presente, mas ontem, no Plenário, nós ouvimos quando o Senador Tasso Jereissati ponderou que ele avalia como importante, sim--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A vinda dele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ouvir para complementar as informações e a nossa conclusão, e o próprio Senador Arthur Virgílio, que falava da Tribuna do Senado, mencionou que, quem sabe com esta manifestação, poderíamos até chegarmos a um

entendimento consensual a respeito deste tema, o ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de saber, Sr. Presidente, o que diz o Regimento a esse respeito. Porque há algumas semanas ou meses atrás nós chegamos aqui a um consenso, inclusive por proposta do Senador Eduardo Suplicy, de que não faríamos mais Audiências Públicas--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Para não atrasar mais.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Para não atrasar mais o prosseguimento da análise, da possibilidade do ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Isso pode... Isso aí eu entendo que caso aceite, possa reabrir a possibilidade de nós fazermos outros convites. Outros convites a outras autoridades para podermos...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Com o objetivo ainda de não atrasar a votação marcada para o dia 29.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sim. Com o objetivo de não atrasar ou eventualmente até, se o assunto for relevante, o depoimento que se fizer aqui por parte de alguns dos convidados, a poder até, sim, ser adiado. Porque pode haver um fato novo daqui para lá. Trazido este fato novo por um dos palestrantes.

Mas, antes disso, eu gostaria de saber o que diz o Regimento.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, eu tenho uma sugestão que pode ajudar a todos aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nos próximos dias 19 e 20 o Parlamento do MERCOSUL se reúne em Montevideu. Normalmente, na segunda-feira de manhã nós temos um café da manhã com o Embaixador Regis, com quem o Senador Suplicy gostaria de se avistar.

Eu sugiro que V. Exa. designe aqui uma Comissão da... De representantes da Comissão de Relações Exteriores para participar dessa reunião conosco, lá em Montevideu, quando então o Embaixador Regis seria provocado a falar sobre... No limite, inclusive, do que ele tem condição de fazê-lo, ele poderia explicitar a sua opinião sobre o ingresso da Venezuela no país e isso, Senador Collor e Senador Suplicy, permitiria que ouvíssemos o Embaixador Regis sem prejuízo da votação, que já tem data marcada. Seria [interrupção no áudio] contemplaria todos os interesses aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu considero que, Senador Collor, na verdade o Regimento não é explícito em relação a essa questão. Mas sem prejuízo da votação no dia 29, nós poderíamos fazer uma Audiência Pública. Não há--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, nós já temos três membros efetivos e inclusive V. Exa., somos quatro aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Exatamente. Mas a primeira sugestão ou a primeira indagação é se o regimento é explícito a respeito. Não, não é. Não há uma informação. As Audiências Públicas podem ser feitas até para instruir o processo de votação. Como a votação não foi realizada ainda, o entendimento, discutia com o Diretor de Comissões, é que poderia se fazer, a votação não foi realizada.

Agora, com relação à sugestão do Senador Geraldo Mesquita, acho que é plenamente viável. Nós poderíamos na próxima reunião...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero crer que a sugestão do Senador Suplicy...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O senhor permite? Permite aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É sem prejuízo da votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não. Eu quero crer--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A votação continuaria marcada para o dia 29. Nós faríamos antes dela.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, nós temos um fato novo. Senador Suplicy, queria a atenção de V. Exa., porque eu quero apoiá-lo.

Nós temos um fato novo aí que acho inclusive que, de bom senso, a comissão adiar a votação do dia 29.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não precisa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa.... Aguarda eu justificar? O Senador Suplicy, de maneira patriótica, fez um expediente juntamente com o Senador João Pedro, de consulta à OEA. E eu acho que a essa altura do campeonato é da maior importância nós ouvirmos de corpo presente um membro da OEA, tendo em vista a consulta feita por V. Exa..

V. Exa. infelizmente não estava aqui no dia, mas eu acho que aquela consulta traz alguns subsídios que nós devíamos nos aprofundar nele, inclusive isso vai ajudar o próprio relator.

De forma que eu acho que essa questão da data não é o mais importante. Porque nós estamos tomando uma decisão que é uma decisão definitiva com relação à participação ou não de um país amigo e vizinho nesse processo.

Porque uma coisa é preciso que fique bem claro: o que dificulta a questão da Venezuela ser analisada por esta... Por este Senado, como tem sido difícil de ser analisada pelo Senado Paraguai? A Venezuela tem que preencher um formulário, tem que seguir regras, e essas regras não estão sendo seguidas. Se nós abrirmos mão dessas regras os outros países poderão exigir o mesmo tratamento.

Nós vamos não abrir, nós vamos arrumar uma porta e vamos ter, Senador Presidente, nós vamos quebrar totalmente as condições, a simetria, o que já não é um bom índice para o Brasil, mas nós vamos criar dificuldades.

De forma que eu acho que... Eu quero cumprir o Senador Suplicy e o Senador João Pedro que não está aqui, pela feliz iniciativa da consulta à OEA. Mas acho que diante da resposta, não custaria nada, por precaução, essa Comissão ouvir um membro da OEA sobre a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Vamos ouvir o Senador Tasso Jereissati, o relator do assunto e que ontem, nessa conversa, manifestou essa hipótese realmente de termos uma outra audiência pública sem prejuízo da data prevista de votação.

Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, realmente [soa a campainha] eu considero importante que nós possamos ouvir o Governador. Governador ou Prefeito?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Prefeito. Prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, Ledezma.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O Prefeito de Caracas aqui nessa comissão.

Um dos problemas que eu tive como relator dessa matéria foi justamente a ocorrência sucessiva de fatos novos que vão reforçando ou minimizando a nossa... Os nossos sentimentos e as nossas opiniões.

Eu acho essa questão realmente relevante. É uma posição de um líder importante da oposição na Venezuela e é um fato novo. Acho que é uma questão muito importante, que nós estamos discutindo aqui, como ressaltou o Senador Heráclito Fortes aqui, nós

estamos discutindo uma solução, entrada definitiva para um grande projeto de integração da América do Sul e isso nós não podemos ter... Nos apegarmos a pequenos detalhes técnicos ou em função de fatos que podem ser importantes para uma tomada de decisão dessa comissão.

Então, eu gostaria, realmente, de ouvir pessoalmente, debatendo aqui nessa comissão, quais são as razões, os fundamentos que fazem o Prefeito de Caracas mudar de opinião, já que eu tinha ouvido dele ou lido dele em outras ocasiões opinião completamente diferente e até recebi um apelo emocionado de membros da comissão, da oposição da Venezuela, dizendo que nós não poderíamos cancelar o que está acontecendo lá na Venezuela.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então, como... Assessores do próprio Prefeito estiveram fazendo esse apelo, quase que um apelo desesperado, dizendo que era uma das últimas esperanças em relação a que a comunidade internacional pudesse fazer alguma coisa realmente de concreto.

Por outro lado, eu também tive mais uma informação que vai noutra direção, e que eu gostaria também, que se nós aproveitássemos essa mesma audiência, para ouvir.

Essa outra informação vem da comunidade... No relatório da OEA se faz menção à invasão armada por milícias do Governo Chávez à Sociedade Hebraica de Caracas. Eu até comentei isso com... Está no meu relatório.

E após a leitura disso eu recebi das lideranças da comunidade hebraica aqui no Brasil, uma informação que estão enormemente preocupados com a situação dos judeus na Venezuela, que estão com medo, estão se sentindo ameaçados e que esta questão é muito grave, que nós não deixássemos de prestar atenção a isso.

Relembrando, inclusive, essa crescente integração de certas repúblicas aqui na América do Sul, e aparentemente com o aval até do Presidente Lula, numa aproximação com o primeiro Ministro do Irã que tem novamente reiterado essa semana a sua convicção de que não existiu o holocausto. O que é realmente, por si, só um crime essa afirmação. E aponta--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Também aqui fala o Senador Tuma que o Presidente de Honduras também, deposto de Honduras, está fazendo.

Então, essa circunstância de que a comunidade judaica na Venezuela se encontra com medo, já houve a invasão relatada, comprovada, se nós pudéssemos ter aqui... Eu pediria a permissão de tentarmos trazer alguma liderança, ou do próprio Brasil, aqui do Brasil, que tivesse contato com a comunidade lá ou alguém mesmo da comunidade lá que viesse depor o que está acontecendo aqui.

Eu, pessoalmente, não ficaria tranquilo, a história está aí cheia de exemplos trágicos para demonstrar que nós não podemos ficar, pelo menos, omissos em relação a essas questões.

Então, minha sugestão é que nós ouvíssemos tanto o Prefeito de Caracas, quanto alguém que nós pudéssemos trazer.

De novo, acho que não é questão Senador Suplicy de adiar a votação ou não, a questão não é essa.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas é uma questão que são dois fatos a meu ver profundamente relevantes.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Eu não teria objeção de que pudéssemos, dia 22, ouvir outras pessoas. Mas, acho que o compromisso já acertado de votarmos dia 29 esse deve ser mantido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): É a sugestão que eu formulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pois é, nós teríamos que fazer uma consulta porque, na verdade, são três sugestões. Seria o representante da comunidade judaica, daqui ou de lá, o Prefeito Antonio Ledezma e o Embaixador Regis Arslanian. Senador... Já terminou? Senador Renato Casagrande--

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Eu não teria objeção de... Pode ser convidado o próprio... Cláudio Lottenberg que era Presidente da comunidade para expressar a sua opinião.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, nós, na reunião passada tomamos a decisão de votarmos no dia 29.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Depois já de uma discussão que envolveu aqui o rela-

tor da matéria, os líderes da oposição, envolveu líder do Governo.

Não acho que nós não possamos tomar decisão de mudarmos a data. Mas seria bom que a gente pudesse de novo ouvir as pessoas que estavam envolvidas no debate.

Acho que a posição do Senador Romero Jucá é importante para que nós possamos tomar uma outra decisão.

Então, a minha sugestão a V. Exa. é que a princípio a gente mantenha a votação no dia 29 e tentemos marcar as audiências agora até o dia 29, sem prejuízo se depois a gente precisar, no entendimento, adiar mais uma semana, ou duas semanas, não tem problema... Não gostaria, hoje, de aceitar a mudança da data. Não gostaria, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas não está em discussão a mudança da data da votação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, está sim, está em discussão aqui porque algumas--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A votação seria mantida dia 29. Só seria uma Audiência Pública antes.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ótimo. Sem problema nenhum. Para mim não tem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon, então. Senador Pedro Simon, com a palavra, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu acho que a argumentação apresentada, de ouvir o Prefeito de... Da capital, ela é importante, porque trata-se da oposição, uma oposição radical ao Presidente da República e uma oposição que vem sendo judiada pelo Presidente. Ouvir o pensamento dele me parece muito importante.

Eu concordo de que foi marcado para o dia 29, vamos fazer a votação no dia 29, mas repare que nós estamos hoje no dia 08. No dia 08 até o dia 29 são 11 dias, onde nós podemos fazer muita coisa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): São quantos dias?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 21, V. Exa. falou 11.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): São 21 dias, mais ainda. Dá para fazer muita coisa.

Com relação ao Embaixador, foi feita a proposta de nós irmos lá, mas também eu gostaria... Ele até gos-

taria mais se nós convidássemos ele vir aqui. Ele poderia vir aqui, é só fazer um convite para ele vir aqui.

E com relação a... E Com relação à OEA--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Do MERCOSUL.

Com relação à OEA, que disse o Senador, eu sou favorável. Não sei se é necessário vir agora, porque a posição sobre isso, o documento da OEA deixou muito claro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, mas eu quero dizer o seguinte: eu acho que não é necessário vir a OEA porque o documento já é claro. Mas, querendo que venha, venha. Agora, o que eu quero dizer é o seguinte, eu proponho que se convide o representante da OEA para vir discutir aqui depois o assunto geral. A OEA, América Latina, o MERCOSUL, acho que esse era um assunto interessante, de nós vermos... Até muito estranho que uma comissão que nem a nossa não tenha já tendo uma discussão, um debate com relação à OEA. Eu sou totalmente favorável.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só que nós estamos dentro de um fato concreto. O companheiro Suplicy que é um homem muito antenado às questões externas fez a consulta à OEA sobre a Venezuela. Sobre a democracia Venezuela. Eu acho que nós temos que em atenção ao companheiro [ininteligível] dois pilares do Governo.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon, o Secretário-Geral da--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O que eu quero dizer é o seguinte: eu não me oponho que o Presidente da OEA, a direção da OEA venha agora.

Agora, acho desnecessário, porque a posição dela está clara no documento. Mas acho que nós devemos realmente ter diálogo e iniciarmos, através de um convite, um diálogo, um entendimento, um conhecimento nosso com relação à OEA.

Quer dizer, nós, saber o que é, o que não é, como é que é... Acho que realmente a ideia foi muito importante e eu sou totalmente favorável que nossa comissão tenha um diálogo com a OEA para saber como é, como é que não é...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Podemos discutir Equador, Bolívia, Colômbia, Venezuela.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): No geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A ideia é boa. Ele esteve aqui nos visitando, o Secretário-Geral Miguel Insulza, esteve aqui me visitando, mas é um convite para que ele viesse à comissão acho que é muito interessante, sim. Pudéssemos discutir as Relações Exteriores como um todo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Para falar inclusive de Honduras.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, de Honduras também. E esperamos que até lá a questão se resolva.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De Cuba.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Wellington Salgado e depois a gente poder partir para ouvir o...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, primeiramente ontem eu tive oportunidade de conversar com V. Exa. no Plenário, eu queria aqui diante de todos os membros dessa comissão, parabenizá-lo pela condução dos trabalhos dessa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nós temos passado por momentos turbulentos em Relações Exteriores e V. Exa. tem... Mesmo com as questões partidárias, porém como um bom mineiro tem conduzido bem esse processo. Então queria deixar--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Permite, Senador?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu também, Sr. Presidente, eu vejo o seguinte: não acredito que trazendo mais expositores aqui que vá mudar a opinião de algum senador aqui. Os Senadores já estão com a opinião formada.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu não estou não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu li o relatório de V. Exa., um relatório primoroso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A consulta do Suplicy mudou minha posição completamente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Desculpe interrompê-lo, Senador, para dizer o seguinte

te: na minha opinião, como relator, inclusive, se houver uma exposição realmente convincente de um líder da oposição que provavelmente está muito mais enfronhado no problema do que qualquer um de nós aqui.

Ao mesmo tempo eu levo muito a sério a questão da comunidade judaica. Porque isso é uma coisa perigosíssima, que nós não podemos fechar os olhos.

Então, eu posso... Eu, sinceramente, posso evoluir de posição até mais para frente ou mais para trás, mas em função de argumentos novos que venham a acontecer.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu li o relatório de V. Exa., relatório muito bem feito e vi todo o raciocínio lógico de V. Exa., as questões que foram colocadas, inclusive por governos que poderão vir no país com situações que hoje é uma situação e amanhã com outro tipo de Governo, outra linha de Governo no país poderia ter conflitos.

Então, eu senti muito difícil V. Exa. mudar o seu posicionamento quanto a essa situação. É a minha opinião pessoal, conhecendo a personalidade de V. Exa., conhecimento, relatório que sempre é feito com estudos, com assessoria.

E já, na minha opinião, claro que eu não vou saber mais que V. Exa., V. Exa. falou que pode mudar de opinião. Então, vai prevalecer o que V. Exa. acha.

Porém, a experiência que eu tenho é que nessa comissão e no Plenário já estão formados os posicionamentos. Então, ficar postergando, jogando para o lado não vai adiantar. Nós temos que ver o que nenhum de nós sabemos, qual é o resultado da votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que vai ser terminativa no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas é porque... O Senador Suplicy que trouxe um fato novo no Plenário ontem, que foi a entrevista do Prefeito Antonio Ledezma que é líder da oposição em que ele estaria defendendo, nessa entrevista ele defende a entrada da Venezuela mesmo sendo da oposição.

Então, esse que é o fato novo que nos levou a discutir e essa outra questão em relação à comunidade judaica.

Então essa que é... Senador Collor, e aí nós podemos passar.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu acredito [soa a campanha], eu acredito que cada uma dessas oitivas, e eu sempre defendi aqui que quanto mais Audiências

Públicas nós fizéssemos, tanto mais poderíamos firmar a nossa convicção sobre a possibilidade ou não do ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

Depois de muitas idas e vindas, ficou por consenso entendido que não deveríamos mais ouvir quem quer que fosse, e estabelecêssemos uma data para votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito.

O Senador Eduardo Suplicy, eu juntamente com o Senador Inácio Arruda e outros também chegamos a essa... Essa conclusão, esse consenso.

O que eu tenho absoluta certeza que vai acontecer é que cada um desses convidados que venham aqui para prestar esclarecimentos sobre essa questão, suscitará um fato novo, e esse fato novo fará com que a votação fatalmente venha ser adiada, porque vai apenas aprofundar em alguns as dúvidas que, porventura, tenham contra o ingresso e em outros, da mesma maneira, aprofundar... Colocar dúvidas naqueles que tem a certeza da sua posição hoje em relação ao ingresso da Venezuela.

Vai se causar, pelo que eu entendo, posso estar errado, mas quanto mais oitivas forem feitas nesta Comissão com vistas a deliberar sobre essa questão da Venezuela, mais confusão irá causar e essa confusão irá levar, fatalmente, ao adiamento da votação por esta comissão de uma questão que é tão importante para as Relações Exteriores do Brasil.

Essa é a minha impressão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só uma sugestão. Eu acho que a discussão sobre a Venezuela vem se procrastinando há muito tempo.

Eu sugeriria ao Senador Tasso Jereissati se ele tiver interesse para melhorar ou verificar o relatório que ouça particularmente como relator, convide o prefeito para conversar com ele, para ele poder ter uma noção mais exata da acusação. Não precisa fazer Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque os questionamentos de Audiência Pública realmente--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu vou propor o seguinte: eu vou, então, entrar em contato... Porque a primeira condição é se o prefeito pode vir nesse período. Então, eu vou

entrar em contato com ele primeiro... Fica suspensa a aprovação.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): [ininteligível] só falta persuadir o Senador Heráclito Fortes, que tem seus passos agora acompanhados a cada instante pela imprensa.

Estou vendo... Hoje ele está sentado numa cadeira... Pôs mais baixo e não dá para ver todo o tamanho que ele tem [risos], mas veja que ele é bem maior do que muitos aqui e ele está um pouco mais baixo.

Mas Sr. Presidente, só falta persuadi-lo de que vamos votar a favor da entrada da Venezuela no MERCOSUL. É meu propósito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Vamos deixar em suspenso então. Eu vou entrar com o Prefeito de Caracas e aí nós voltamos a discutir a questão da eventual realização de outra audiência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): As ideias do Senador Suplicy não lhe pertencem, elas pertencem ao povo.

De forma que o momento em que ele lança, eu também abraço e sou signatário dessa ideia. Essa ideia dele é brilhante. E às vezes eu fico me questionando: "Porque que eu não penso como pensa o Suplicy?" Eu não pensei em questionar a OEA. O Suplicy pensou, eu tenho que aplaudir. Quem não faz aplaude o bem feito dos outros. É o meu caso.

Esse convite ao prefeito eu não pensei, ele pensou. Eu tenho que aplaudir.

Não fique pensando que eu fico com inveja das suas brilhantes ideias, não. Eu sou solidário com elas. Eu me emociono em ter podido... Em poder contar no futuro aos meus netos que convivi com o brilhantismo de V. Exa. e acima de tudo a imparcialidade com que defende teses e questões como essas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A sua cadeira está meio baixa, realmente. Nesse ponto ele tem razão. [risos]. Vamos dar seguimento à Mensagem nº 183--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. não tem boa memória, mas essa cadeira quem sempre senta nela aqui é o Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Exato, então ele deve ter abaixado ela um pouco.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, estou pagando o preço.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu quero convidar para compor a Mesa o Sr. Wilson Roberto Trezza--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se V. Exa. quiser trocar também não há problema algum.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Que é indicado para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, ABIN.

Quero convidar também o relator, Senador Tasso Jereissati, se quiser sentar aqui à Mesa também para proferir o seu relatório.

Informo à comissão que de acordo com o disposto na alínea 'f', do inciso III, do art. 52, da Constituição Federal, combinado com o inciso II, do art. 383 do Regimento Interno, a arguição do Sr. Paulo Fernando... Paulo Fernando foi quem saiu, mantiveram o antigo, a questão do computador nem sempre ela ajuda, ela às vezes ela... Ilude. Aqui foi o texto anterior do arquivo anterior, está vendo?

Mas que a arguição do Sr. Wilson Roberto Trezza é em caráter público e apenas a votação será secreta.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Tasso Jereissati, relator da Mensagem para ler seu relatório.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"Essa Casa do Congresso Nacional é chamada a manifestar-se sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor Wilson Roberto Trezza para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, conforme art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição, combinado com o Parágrafo Único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 07 de dezembro de 1999.

Acompanha a Mensagem nº 183, da Presidência da República, de 16 de setembro de 2009, o 'currículo vitae' do indicado, do qual cumpre extrair para este relatório as seguintes informações.

O indicado é bacharel em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pós-graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas, tendo os cursos de Auditoria Governamental pela Associação Brasileira de Orçamento Público e de 'Directivos en Diseño y Gestión de Políticas y Programas Sociales' pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros.

Possui, ainda, cursos de especialização e aperfeiçoamento na área da segurança pública e inteligência, entre os quais convém destacar: – Curso de Informações categoria "B", na Escola Nacional de Informações, ESNI, em 1983; – Curso de Informações categoria "A", na ESNI, em 1989, no qual foi o 1º colocado; Estágio E/13 – Análise Política, Terrorismo e Sabotagem, em 1988.

Como servidor público de carreira da área de inteligência, Wilson Roberto Trezza tem larga experiência na área de administração e gestão pública.

Ingressou no serviço de inteligência em 1981, sendo assessor da Assessoria de Planejamento da ABIN, vice-Diretor da Escola de Inteligência, Secretário de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Agência e, ainda, Diretor-Geral Substituto, neste último cargo desde 1º de setembro de 2008.

Fora da ABIN, Wilson Trezza foi Diretor da Fundação dos Empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicações – Fundação CRT, entre fevereiro de 2002 e março de 2003, Diretor de Administração e Produção do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; entre março de 98 e fevereiro de 2002, e assessor do Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, no período de abril de 1993 a março de 1995, sendo depois, nesse órgão, Coordenador de Análise Contábil e Coordenador-Geral de Contabilidade e Estudos Técnicos.

De acordo com o documento enviado a esta Casa, o servidor em apreço participou, nos últimos 20 anos, de congressos, conferências e reuniões internacionais sobre atividades de inteligência, planejamento e administração pública, tendo integrado comitivas do Serviço de Inteligência e delegações do Governo Brasileiro.

Também proferiu palestras ou ministrou aulas junto à Academia de Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e à Escola Nacional de Administração Pública.

Foi condecorado com a Medalha do Mérito Militar e a Medalha do Bicentenário da Polícia Militar do Distrito Federal.

Antes de concluir este relatório, convém assinalar a importância da atividade de inteligência em um Estado democrático.

Democracia nenhuma pode prescindir dos serviços de informação. É assim em todas as nações desenvolvidas.

Um país que almeja alcançar posição de protagonista no contexto das nações e com os recursos de que dispõe o Brasil, necessita de um órgão de inteligência eficiente, sem que, para tanto, seja necessário malferir qualquer direito individual consagrado na Constituição do País, sobretudo quando vivemos em um mundo em que as questões de segurança ocupam primeiro plano.

Fundamental para que os órgãos de inteligência não cometam abusos em suas atividades é o controle, em especial o controle do Poder Legislativo, que vem sendo feito pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.

Com o Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN e a ABIN, o Estado brasileiro foi dotado de mais instrumentos para a preservação de sua soberania, para a garantia das suas instituições, com respeito absoluto à dignidade humana e aos direitos individuais.

Nesse contexto, o Diretor-Geral da ABIN tem importantes atribuições e responsabilidades.

É o auxiliar direto do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, GSI para questões que envolvam a atividade de inteligência e a defesa do Estado, da sociedade e das instituições democráticas, devendo operar sempre em estreita sintonia com o titular desse Gabinete, de modo a garantir o funcionamento harmônico do órgão de inteligência.

Dada a natureza da matéria, e consoante o Regimento Interno do Senado Federal, art. 383, essas são as considerações a serem exaradas no âmbito do presente Relatório.

Julgo que com essas informações, essa comissão tem condições de votar a presente indicação."

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente, eu quero pedir vistas. Nada contra o Dr. Trezza...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, Senador Heráclito Fortes, mas agradeço se V. Exa. pudesse fazer uma manifestação dessa natureza pelo menos ouvindo antes o Dr. Trezza. Porque será próprio que nós possamos, nesta oportunidade, ouvir a exposição. V. Exa. se tiver quaisquer esclarecimentos poderá ter a oportunidade de justamente perguntar. Então, por uma questão até de respeito ao indicado para ser o responsável pela ABIN, será próprio que possamos ouvi-lo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Vamos ouvir primeiro. Qual a razão do pedido de vista?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Senador Sibá Machado, V. Exa. com esse... Senador Sibá Machado, V. Exa. com essa sua ânsia de defender o Governo a qualquer custo--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu pronunciei o seu nome, Senador Heráclito Fortes, salvo engano, com correção.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estou pronunciando o nome de V. Exa. com correção.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Acho que essa ânsia de atender o Governo a qualquer custo não me permite sequer expor a minha... V. Exa. tomou a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu por acaso pronunciei o seu nome de maneira incorreta?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não. Eu estou pronunciando o nome de V. Exa. de maneira correta. Que erro eu cometi?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Qual foi o erro? Eu não tenho compromisso com o erro. Eu ratifico. O que eu errei?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Acho que V. Exa. está falando com outro Senador, então. Não vou continuar o diálogo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estou falando com V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Heráclito, Senador Suplicy, o pedido de vista é regimental

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria fundamentar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Qual...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): [ininteligível] se nós não poderíamos ouvir...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria fundamentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fundamental. V. Exa. há de convir, e porque que eu poupei ouvir o Dr. Trezza? Porque acho que o Dr. Trezza não é o responsável pela má gestão que a ABIN vem fazendo neste país. Esta comissão mesmo foi testemunha das trapalhadas feitas pelo antecessor dele aqui com relação a aqueles envolvimento de arapongas da ABIN a serviço de... A serviço da Polícia Federal. Aonde o número começou de três ou quatro, passou, terminou em 90 e não se chegou a nenhuma conclusão.

Eu acho, Senador Tasso Jereissati, não tenho nenhum reparo ao relatório de V. Exa.. O meu reparo é a maneira atabalhoada como a ABIN e a GSI vem funcionando no atual Governo. Não assessora o Presidente da República em coisa nenhuma. Familiares do Presidente da República foram envolvidos em escândalos, não tiveram a informação de comunicar o Presidente da República.

Nós tivemos os aloprados. Nós tivemos o Mensalão. E esse órgão, que é um órgão estratégico, é um órgão de auxílio transformou-se num antro de arapongas a bisbilhotar a vida de pessoas, inclusive de parlamentares sem sequer, Senador Casagrande, as respostas e os esclarecimentos sejam... Fossem prestados.

Vários parlamentares entre os quais eu me incluo, o Senador Demóstenes, tiveram as suas vidas bisbilhotadas de maneira ilegal por arapongas da ABIN e você faz correspondência ao Ministro Chefe da GSI e ele responde de maneira leviana, dando certidões de diálogos que nunca existiram envolvendo parlamentares, de gravações que são falsas, de forma que a minha proposta é uma reformulação nesse projeto.

Talvez que reformulado, o próprio Dr. Trezza tenha o perfil ideal. Portanto, Sr. Presidente, o meu pedido de vista é com relação ao mau uso da ABIN no Brasil de hoje.

Daí porque eu mantenho o pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não seria o caso de ouvirmos então o Dr. Wilson, que ele pudesse já fazer... Porque--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria poupá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só um momento. Como o pedido de vista... O questionamento não é em relação à pessoa--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eu queria poupá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É em relação ao órgão, aí que seria interessante--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não seria melhor ele ser ouvido na próxima... Eu queria poupá-lo. E a todos. É melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então vamos ouvir o Senador Casagrande.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porque ele não tem nada. Ele não é parte na questão. Pelo contrário. Foi o melhor momento em que a ABIN viveu no atual Governo.

Vamos lembrar a memória aqui, Senador Tuma, o primeiro foi afastado da ABIN em situações nebulosas. O primeiro indicado da ABIN. O segundo está num asilo dourado em Portugal, mas também tem questões aqui não respondidas nessa comissão.

De forma que a minha questão é essa. A questão é a maneira como a ABIN vem atuando nos últimos tempos. Um órgão republicano para ser um antro de arapongas mal orientados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos ouvir o Senador Casagrande, então.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu... Sr. Presidente, Srs. Senadores. Naturalmente não vou entrar aqui na discussão de mérito levantada pelo Senador Heráclito, mas nós temos uma indicação de um Diretor da ABIN e o relatório apresentado pelo Senador Tasso Jereissati.

Senador Heráclito... Senador Heráclito, se V. Exa. me der atenção aqui eu agradeço.

O debate que nós vamos fazer na semana que vem nós podemos fazer agora. Por que não podemos fazer o debate agora?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou pedir vista. Eu quero poupar o Dr. Trezza. O Dr. Trezza não é... Não está em questão. E eu sou honesto em confessar--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas qual, desculpa, qual o objetivo de V. Exa.? Nós não estamos discutindo aqui um projeto de reformulação da ABIN.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Analisar o assunto. Eu pedi vista, é regimental... Então... Eu quero poupá-lo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Presidente, vista coletiva para a gente...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só uma lembrança aqui--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O pedido de vista não impede que façamos a arguição. Se o Senador Heráclito Fortes--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O pedido de vista suspende a arguição, a menos que o autor concorde. Mas normalmente suspende.

Senador Romeu Tuma. Senador Tuma está com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A minha preocupação, a minha preocupação, que os fatos que o Senador Heráclito levanta, a comissão... Eu fui o relator da matéria, regulamentou a ABIN.

Então, nós criamos, por decisão do Congresso, a Comissão de Fiscalização, que uma vez é a Comissão de Relações Exteriores com maioria e minoria e da Câmara, que praticamente não tem funcionado normalmente, como devia, para fiscalizar todo e qualquer ato que seja praticado que traga qualquer dúvida aos parlamentares.

Ela é secreta, ela tem esse poder de acompanhar e pedir explicações. Eu quero lembrar, que isso é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, mas a Comissão, ela está funcionando, Senador Tuma, o Presidente da comissão é o Deputado Severiano Alves--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, não, não--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas ele agora renunciou, nesse momento ele renunciou ao cargo ontem porque ele trocou de partido e então saiu da Presidência da comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas ela tem que estar sempre presente, chamar sempre que houver dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, seguramente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque é um serviço delicadíssimo para o país e interessa aos parlamentares acompanhar de perto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está bem. Vamos ouvir o Senador Wellington e o Senador Pedro Simon.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, Senador Heráclito, eu sou vice-Presidente... Senador Heráclito, por favor. Eu sou vice-Presidente da CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Heráclito. Senador Heráclito, o Senador Wellington está com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sou Vice-Presidente, Senador, da CCJ. Lá nessa comissão nós todos aqui aprovamos membros para o Supremo, para outros Tribunais. E é normal, é um praxe que nós criamos na CCJ, com o meu Presidente Senador Demóstenes Torres, onde, primeiro, sem a presença dos indicados nós venhamos a ler os relatórios.

E aí, após ler o relatório sem a presença do indicado nós damos vista coletiva. Não é isso, Senador Pedro Simon? Então, não leva a acontecer o que está acontecendo aqui agora.

Sr. Presidente, nós temos que nos organizar... Eu entendo perfeitamente e é regimental o pedido de vista do Senador Heráclito. Se ele pediu não há porque eu questioná-lo, com razão, é uma razão de foro íntimo e ele tem o direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): E V. Exa. está lembrando bem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é foro íntimo não, Senador. Essa questão é uma questão pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Na Constituição e Justiça realmente já funciona assim. Tem razão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O direito de pedir, o direito de pedir. O direito de pedir é de V. Exa.. Agora, o que não pode é, diante das câmeras, nós termos aqui o Sr. Trezza, que não sabia do que isso poderia acontecer e aconteceu. Isso é extremamente desrespeitoso e desagradável para a nossa Casa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Desrespeitoso, não. Não, não, não. É regimental.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tudo bem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É regimental e eu fiz questão de poupar o constrangimento dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É regimental, não é nenhum desrespeito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A exposição do indicado, a exposição do indicado... Eu, pelo menos eu me sinto como que eu teria que ser um pouco mais educado com relação. É regimental, é regimental. Se V. Exa. não se sente assim, eu entendo.

Agora, eu me sinto como sendo descortês com o convidado. Posição pessoal minha.

Então, eu queria que V. Exa. que conduz bem, que nós pudéssemos criar aqui nessa Comissão igual na CCJ. Primeiro dia, vamos ler os relatórios. Vista coletiva. E depois vem o indicado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso que é regimentalmente correto para que não volte a acontecer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria só esclarecer o seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós estamos acostumados aqui a fazer convocações arrumadinhas. É preciso que o Senador Wellington entenda que convocação e que aprovação, ela tem que ser analisada e tem que ser levada sem o "combinemos" antes.

Essa história do arrumadinho pode acontecer isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, eu só quero educadinho. Eu não quero arrumadinho, eu quero educadinho. Não é arrumadinho, não. É educadinho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero saber se eu faltei com educação--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estou me sentindo mal com essa situação. O problema é meu, Senador Heráclito. É meu. Se V. Exa. não se sente, o problema é de V. Exa..

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A sensibilidade de V. Exa. talvez seja maior de que o Regimento da Casa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Regimento eu respeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então pronto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estou pedindo organização para não acontecer isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu estou cumprindo o regimento e quero saber do Sr. Presidente e do próprio [soa a campanha] Dr. Trezza se eu faltei com respeito ou educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, o respeito não houve nenhuma falta com respeito, em absoluto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador, eu faltei com o respeito?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Em absoluto. Não houve falta de respeito.

Senador Pedro Simon e depois nós passamos para a conclusão.

Senador Pedro Simon, com a palavra, por favor.

[soa a campanha]

Senador Pedro Simon, a vista já está concedida coletivamente.

Nós só temos um relatório ainda, espera, tem outro.

Senador Pedro Simon. Acalmar um pouco. Vamos ouvir só...

[soa a campanha]

Vamos ouvir o Senador Pedro Simon, vamos ouvir o Senador Pedro Simon, para então aí concluirmos essa parte da reunião.

Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, com todo respeito ao Senador Heráclito. Ele está absolutamente certo.

Mas, assim como na última reunião, V. Exa. disse que eu podia estar certo, mas eu entrei com um tom com relação ao senador relator da matéria que não devia ter entrado.

V. Exa. foi de uma maneira, assim, que pareceu ser desrespeito. Não foi. Mas V. Exa. falou de uma maneira que parece que não deixou ele falar. V. Exa. está certo. V. Exa. está certo. Está correto. Mas a impressão foi realmente a que não foi de V. Exa., mas foi o que a gente sentiu.

Por isso queria até dizer a V. Exa. que não houve por parte do Senador Heráclito, nem por nossa parte, nada que atinja V. Exa.. Nada que atinja V. Exa..

Até pelo contrário, Senador Heráclito, fez questão de dizer que tem o maior respeito com relação a V. Exa.. São fatos passados que devem ser analisados.

Então, acho que essa coisa--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa questão era bom ser esclarecida, porque o ilustre convidado está aqui e poderia imaginar que tem alguma coisa de pessoal e não tem.

Eu diria mais a V. Exa., que o que há é um debate que está se tentando aprofundar e também não é com relação a V. Exa., que, de certa forma, o Senado, e ele vem sendo muito criticado, ele usa essas... Essas reuniões tão somente para homologar e não para debater.

O ilustre Presidente da Comissão, o Senador Collor de Mello, está usando nos debates que está fazendo perguntas e aprofundamento para saber quem é a pessoa, o que é, para que a gente apenas não homologue, mas fique sabendo o que a gente está falando. Eu acho correto. Eu acho isso absolutamente correto.

E se tratando dessa matéria, realmente tem razão o Senador Heráclito. Com relação ao passado tem muitas interrogações. Muitas interrogações, muitas dúvidas, muitas perguntas a serem feitas.

O relator, com muita competência, analisou V. Exa. e disse como devia dizer os fatos que são positivos. Correto.

Eu acho, também, que nós temos que debater esse passado. Essas dúvidas, essas interrogações, esse pronunciamento, o próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal. É questão e o momento é agora. O momento realmente é agora. Quando V. Exa. vai entrar para nós saber como é que vai ser.

Eu acho que isto... Se acalme.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está bem. Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, está me olhando... Me olha desse jeito, eu já.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon, podemos concluir então. Vista concedida. Eu só peço aos Srs. Senadores que permaneçam, que tem outro item.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, eu queria até prestar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O Senador Pedro Simon ainda pede para concluir a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [ininteligível] o debate que está havendo na sociedade de que o Senado tem por obrigatoriedade aprofundar a discussão em torno das matérias que ele vai votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, perfeito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A biografia, a história, os fatos... Isso é correto. Então... E não há nada mais importante e mais atual, como diz, com correção o Senador Heráclito, que essa situação.

Não é com relação a V. Exa., mas com relação à atuação que vem tendo, as interrogações, as dúvidas, o próprio Presidente do Supremo entrou no meio desse debate e é bom a gente esclarecer.

Acho que se fosse possível, se V. Exa. entendesse que o objetivo é real no sentido de V. Exa. fazer uma exposição aqui e de repente as perguntas vierem em outro sentido, se fosse dado pedido de vista coletivo e o ilustre convidado entendesse que é para... Aliás, eu digo mais, que dessa... Dessas interrogações que virão nesse pedido de vista coletivo, algumas interrogações fosse, chegasse ao conhecimento de S. Exa. antes de ele vir depor, para que não fosse aqui surpreendido.

Então, ele antes de vir depor vai saber das interrogações, das dúvidas, dos problemas que a gente tem.

A começar pelo Senador Heráclito, a gente faria chegar a S. Exa. para quando ele viesse pudesse saber quais são as interrogações no órgão que ele vai chegar.

Eu acho que a intenção foi a melhor possível. Eu acho, com toda sinceridade, que debater e aprofundar essa matéria é correto, mas acho que sem querer o Senador Heráclito foi meio rápido e deu a entender que parecia que tinha alguma coisa. Mas não foi isso que ele quis fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está feito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, só para concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A vista já está concedida. Nós temos só outro item ainda, é um outro acordo, que eu queria pedir aos senadores para permanecerem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É apenas para uma questão de esclarecimento final.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É um acordo que é urgente, porque tem uma visita internacional da Alemanha, então precisamos fazer a aprovação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então eu quero só prestar um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, com a palavra o Senador Wellington... Senador Heráclito Fortes, com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se eu tivesse cometido alguma indelicadeza aqui, teria sido com o meu colega que é o relator, e com quem eu convivo diariamente.

Quero dizer que só tomei conhecimento que ele seria o relator quando cheguei aqui. Não sabia... E acho que não fiz isso.

Do mesmo modo, eu quero dar um exemplo, ontem. O Senador Geraldo Mesquita pediu vistas de um relatório... Do acordo do Vaticano e nem com isso ele foi deselegante ou foi deseducado ou foi grosseiro com Deus, que está em todo lugar.

[risos]

Apenas emitii a sua opinião, Senador Wellington Salgado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas Deus não gostou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não ofendeu. Tanto que não gostou que mandou o senhor, como homem de fé e seu representante aqui, com argumento, convenceram ele a mudar de ideia, ele mudou. Só que, neste caso, o da terra pecadora não vão usar argumentos que me convençam.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Tasso garantiu, pelo menos, o purgatório.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é. O art. 14 nós temos que nos convencer que essas convocações, essas aprovações aqui não são feitas de arrumação. E se não houver o contraditório, se não houver... Melhor acabar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É melhor acabar. Eu tenho argumentos aqui, sigilosos e que posso mostrar--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senador, "são feitas", não. Sempre foram feitas. É isso aí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sempre foram feitas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Heráclito, um aparte a V. Exa.? Um aparte, por favor?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É regimental, V. Exa. pediu vistas, está concedido vista coletiva pelo Presidente.

Acho que é pouco eficiente. Se V. Exa. de fato quisesse discutir a Agência Brasileira de Inteligência, tinha que fazer aqui uma Audiência Pública, um debate, um ciclo de debates sobre o tema.

Porque nós não vamos resolver essa falta de estrutura da ABIN ou esse comportamento da ABIN apenas neste momento de não aprovação do Sr. Wilson Roberto Trezza.

Então, acho que... Eu concordo que há necessidade do aprofundamento do debate, mas acho que o método que está sendo usado não é o método mais adequado e mais eficiente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. vai se convencer de que esse foi o momento mais eficiente.

Porque se eu convocasse uma... Uma Audiência Pública, não teria a repercussão que os senhores mesmos estão dando ao caso. E esse fato não iria ao debate como está indo agora.

E é preciso que nós aproveitemos, como parlamentar, ocasiões como essa para chamar atenção da opinião pública, da ineficácia, da ineficiência e do compadrismo pelas autoridades de segurança e informação no Brasil.

A ABIN do jeito que está hoje e... É melhor ser agregada à Polícia Federal. Porque vive a serviço dela.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): V. Exa. precisa a partir disso aqui desdobrar em alguma ação concreta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Isso. Pronto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É só um fato político e não resolve nada [ininteligível].

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós estamos iniciando hoje, talvez esse momento do pedido de vista sirva para uma reflexão.

Nós tivemos um cidadão que se deu muito bem na Polícia Federal. Foi para a ABIN, foi um desastre. E hoje está num exílio de ouro, em Portugal, tomando vinho da terra, queijo da Serra da Estrela e rindo do que deixou aqui, das coisas mal resolvidas.

O antecessor dele saiu de maneira nebulosa. Estou falando só desse Governo.

De forma que nós temos que repensar. Todo mundo tem medo. Porque tem araponga lhe gravando, araponga lhe seguindo. Gente, nós temos... Ou nós assumimos as nossas responsabilidades como Senador da República e enfrentamos essa questão, mas enfrentamos com coragem, ou não adianta.

Porque que eu quis poupar o Dr. Trezza? Porque ele não é... Eu volto a repetir, talvez que tenha sido o mais discreto, o mais eficiente, e o que menos chamou atenção dos holofotes na sua gestão, na sua interinidade.

E eu não me sentia no direito de fazer com que ele ouvisse fatos que não aconteceram na gestão dele. De forma que eu quero trazer, na segunda-feira, eu voto inclusive pela aprovação dele, não há nada de pessoal. Há contra o sistema, a maneira como está sendo feita.

A ineficiência de não alertar o Presidente da República para os alopados, não alertar o Presidente da República para o perigo das FARC invadindo nosso território, trazendo armas para a região Norte do país, não está alertando, não está cumprindo o seu papel constitucional.

A minha questão vai aí. E eu quero apenas--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

A minha expectativa é que nós possamos desdobrar após esse fato político, da não votação, que é um fato político... Estou à disposição para colaborar, inclusive, desdobrarmos em debate que de fato possa gerar repercussão concreta e efetiva aqui no Senado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. se lembra do episódio onde o Ministro Presidente do Supremo teve conversações suas com o Senador da República gravado por um araponga da ABIN? Qual foi a punição para esse araponga? Aonde é que se chegou?

Eu tenho, por exemplo, gravações que nunca existiram. E um araponga da ABIN atesta... E o General Félix vai lá e confirma.

Tem alguma coisa errada nisso, gente. É preciso seriedade nessa questão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Eu, por exemplo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Nós temos uma reunião... A Comissão de Controle de Atividade de Inteligência, a CCAI está com o seminário previsto para o fim do ano sobre as funções--

[falas sobrepostas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Tem que desdobrar é uma coisa concreta para não ser só essa situação aqui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Lhe dou até uma sugestão. Com o *vacatio legis* da Câmara V. Exa. assume a Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Convoque o General Félix para terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu assumo automaticamente. Como sou o vice-Presidente lá, eu agora assumo a Presidência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Convoca, então para questão de esclarecimento. E convoque o Dr. Trezza. Convide ou convoque, regimentalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Acho que são duas coisas separadas, a CCAI e aqui.

Mas vamos então... A vista está concedida...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, a vista está concedida. Provavelmente nós vamos ter que fazer uma Reunião Extraordinária semana que vem, porque já tinha uma reunião agendada na quinta-feira para dois Embaixadores que tem que vir do exterior para serem ouvidos.

Provavelmente, nós vamos fazer uma extraordinária, então a vista não será sete dias, será seis dias, provavelmente, faremos na quarta-feira.

Mas eu quero passar a palavra ao Senador Tasso Jereissati pedindo aos Srs. Senadores para permanecerem só mais alguns minutos, que apenas um Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre cooperação financeira relativo ao Projeto de Saneamento Básico Ceará II. É muito importante com relação ao Ceará.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agradecer ao Sr. Wilson.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agradecer primeiro... Exatamente, agradecendo ao Dr. Wilson Trezza e que nós estaremos, assim, recebendo-o semana que vem.

Então, com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Srs. Senadores, eu queria primeiro lembrar aqui, Senador Heráclito Fortes, que o nosso Senador Geraldo Mesquita, ao concordar com os apelos que lhe foi fei-

to ganhou a passagem direto para o céu, sem ter que passar no purgatório. Isso aqui foi...

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

[pronunciamento fora do microfone].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Srs.

Senadores. *“Com fulcro no art. 49 inciso I da Constituição Federal, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 29, de 29 de janeiro de 2008, portadora do texto do ajuste por troca de notas ao acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Alemanha [soa a campanha] sobre cooperação financeira de 24 de outubro de 91, relativo ao Projeto Saneamento Básico Ceará II, concluído em 28 de julho de 2006.*

O instrumento internacional em pauta tem por objetivo realizar transferências entre os itens de financiamentos originariamente previstos no acordo sobre cooperação financeira de 24 de outubro de 91.

Consiste na relocação de 7,67 milhões de euros do Projeto Programa de Eletrificação, no interior de Sergipe, previsto no art. 1º, para o Projeto Saneamento Básico Ceará II.”

E há na minha proposta, pela aprovação, com uma pequena emenda de redação, devido a um lapso de redação que houve na mensagem enviada.

“Aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre cooperação financeira, de 24 de outubro, relativo ao Projeto Saneamento Básico Ceará II, concluído em 28 de junho de 2004.”

Portanto, o meu voto é pela aprovação do projeto com uma pequena emenda de redação que estão à disposição dos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Inácio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Peço urgência, porque é uma matéria de alta relevância para o Estado do Ceará, já relatada pelo Senador Tasso Jereissati, então peço em conjunto com o Senador Flávio Torres urgência da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em votação o pedido de urgência para a matéria. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada a urgência.

E, portanto, não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todos os Srs. Senadores, já os convocando para a próxima semana.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h28.

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e três minutos do dia quatorze de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Paulo Duque, Efraim Moraes, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Flávio Torres, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Antes de iniciar a apreciação da pauta, o Presidente submete à Comissão, como item **Extrapauta**, o Requerimento nº 79, de 2009-CRE, de sua autoria, em que requer *“nos termos dos artigos 39, inciso I e 40, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que o Senador Marcelo Crivella represente esta Casa em viagem oficial a Moçambique, a convite da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, como integrante da Missão de Observação Eleitoral da Comunidade para as Eleições Presidenciais, Legislativas e para as Assembléias Provinciais de Moçambique, que ocorrerão no dia 28 de outubro próximo. Diante da importância do momento eleitoral daquele país e da relevância da missão a ser cumprida pelo representante desta Casa, [requer] autorização para a realização da viagem no período de 25 a 31 de outubro do corrente e as necessárias providências para o pagamento de diárias e passagens aéreas em favor do Senador Marcelo Crivella”*. O Presidente concede a palavra ao Senador Pedro Simon, relator da matéria, para que possa fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. Em seguida,

o Presidente inicia a apreciação da pauta e convida o Senhor Wilson Roberto Trezza para compor a Mesa.

Item 01: Mensagem (SF) nº 183, de 2009, de autoria do Presidente da República, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Wilson Roberto Trezza para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. O Presidente concede a palavra ao Senhor Wilson Roberto Trezza para que possa fazer a sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **Heráclito Fortes, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma e Aloizio Mercadante**. O Senador Heráclito Fortes solicita que seja requerido ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República o inteiro teor dos relatórios de inteligência acerca do acompanhamento do referido órgão à recente ação do MST no interior do Estado de São Paulo e também os que se referem às investigações e aos levantamentos a respeito do assim chamado “Escândalo dos Alopados”, ocorrido em meados de 2006. Fazem uso da palavra os Senadores **Mozarildo Cavalcanti, Paulo Duque, Fernando Collor, Pedro Simon, Roberto Cavalcanti, João Pedro e Wellington Salgado de Oliveira**. O Senador Aloizio Mercadante requer sejam solicitadas a íntegra do inquérito policial relativo à Operação Satiagraha realizada pela Polícia Federal e as fitas e respectivas transcrições, referentes a supostos diálogos envolvendo Senadores da República no âmbito daquela operação, ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército Jorge Armando Félix; ao Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro; e ao Juiz da 6ª Vara da Justiça Federal em São Paulo, Dr. Fausto de Sanctis. O Presidente declara aberto o processo de votação relativo à apreciação da Mensagem nº 183, de 2009. Faz uso da palavra o Senador **Antônio Carlos Valadares**. O Presidente submete à apreciação **Extrapauta** os Requerimentos nºs 80 e 81, de 2009-CRE, conjuntamente, ambos de sua autoria, em que requer, respectivamente, “*nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam fornecidos pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República o inteiro teor dos relatórios de inteligência acerca do acompanhamento do referido órgão à recente ação do MST no interior do Estado de São Paulo*” e também “*nos termos do art. nº 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam fornecidas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República o inteiro teor dos relatórios de inteligência elaborados durante as investigações e os levantamentos a respeito do assim chamado “Escândalo dos Alopados”, ocorrido em*

meados de 2006”. Aprovados. Em seguida, submete à apreciação, também **Extrapauta** os Requerimentos nºs 82 e 83, de 2009-CRE, ambos de autoria do Senador Aloizio Mercadante, em que requer, respectivamente, “*nos termos regimentais, seja solicitada ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército Jorge Armando Félix, cópia dos seguintes documentos: íntegra do inquérito Policial relativo à Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal; fitas e respectivas transcrições, referentes a supostos diálogos envolvendo Senadores da República no âmbito da Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal*” e também “*Requeremos, nos termos regimentais, seja solicitada ao Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, cópia dos seguintes documentos: íntegra do inquérito Policial relativo à Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal; fitas e respectivas transcrições, referentes a supostos diálogos envolvendo Senadores da República no âmbito da Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal*”. Aprovados. O Senador **Francisco Dornelles** faz uso da palavra. O Presidente anuncia o resultado da votação da Mensagem nº 183, de 2009, declarando a aprovação do Senhor Wilson Roberto Trezza para o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. Ato contínuo, ele torna a reunião secreta às quatorze horas e dez minutos. A sessão é reaberta ao público às quinze horas e quatro minutos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às quinze horas e quatro minutos, lavrando, eu, José Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 03 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Antes de passar à pauta, que prevê a sabatina do Sr. Wilson Roberto Trezza para exercer o cargo de Diretor Geral da ABIN, eu tenho aqui, ainda, um extrapauta, que é referente ao Requerimento 79, que requer, nos termos dos arts. 39, inciso I, e 40º, do inciso II, do Regimento Interno, a necessária autorização da Presidência do Senado Federal para que o Senador Marcelo Crivella desempenhe missão no exterior.

Solicito ao Senador Pedro Simon que funcione como Relator... Senador Pedro Simon, é uma viagem do Senador Marcelo Crivella para representar o Senado Federal nas eleições gerais que vão ser realizadas, no próximo dia 28, em Moçambique. A Comissão de... A CPLP, de língua portuguesa, tem realmente pedido que o Brasil envie observadores. E, pelo novo sistema, nós temos que aprovar, aqui, na Comissão, todas as viagens internacionais.

[risos]

Vou perguntar ao Senador Suplicy, só dizer que o voto é favorável... Só para o senhor dizer.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Autorização do Senador Marcelo Crivella para desempenhar missão no exterior como representante dessa Casa, em viagem oficial a Moçambique, a convite da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa. O art. 40 do Regimento prevê que a ausência de Senador, quando incumbido de representar a Casa, [ininteligível] deve ser obedecida a licença.

O autor do Requerimento informa, em cumprimento ao disposto, que o Senador Crivella estará ausente do país no período de 25 a 31, para desempenho da missão cuja finalidade é representar esta Casa como integrante da missão de observação eleitoral da comunidade para as eleições presidenciais legislativas e para as assembleias provinciais de Moçambique. Estou plenamente de acordo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Voto favorável, portanto, do Requerimento. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado para representar o Senado, acompanhando, como observador, as eleições que vão ser realizadas em Moçambique, país de língua portuguesa e que caminha no regime democrático e é, na verdade, o segundo país de língua portuguesa em população. Tem uma população superior a Portugal e Angola.

Passamos, portanto, à consideração do nome do Senador... Do nome do Sr. Wilson Roberto Trezza para exercer o cargo de Diretor Geral da ABIN. Autoria do Presidente da República; o Relator é o Senador Tasso Jereissati. Convido para compor a Mesa o Sr. Wilson Roberto Trezza.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Presidente. Com a ausência do Relator?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. O Relator já leu o relatório na última Reunião. Na última Reunião, o Relatório do Senador Tasso Jereissati foi lido. Portanto, passamos à discussão da matéria. O *quorum* já está previsto; alguns senadores estão nas Comissões e virão para a votação.

Informo à Comissão que, de acordo com o dispositivo na alínea "f", do inciso III, do art. 52, da Constituição Federal c.c o inciso II, do art. 383, do Regimento Interno, a arguição do Sr. Wilson Roberto Trezza é em caráter público e apenas a votação será secreta. Como já mencionei anteriormente, o relatório do Senador Tasso Jereissati, favorável, foi lido na última Reunião, tendo havido pedido de vista pelo Senador Heráclito Fortes, que não apresentou nenhuma consideração adicional por escrito.

Passaremos, portanto, à discussão da matéria e concedo a palavra ao Sr. Wilson Roberto Trezza para fazer sua exposição pelo tempo que julgar necessário... Trezza ou Trêzza?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Trezza.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Trezza mesmo. Então, ao Sr. Wilson Roberto Trezza, para que possa fazer sua exposição pelo tempo que julgar necessário. Dr. Wilson.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente... [ininteligível]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só está inscrevendo para fazer as indagações após a apresentação de V. Exa. Com a palavra, Dr. Wilson Trezza.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Exmo. Sr. Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Srs. Senadores membros da Comissão, autoridades presentes, senhoras e senhores, eu acho que as minhas primeiras palavras, dirigidas aos Srs. Senadores, são no sentido do agradecimento pela oportunidade de participar dessa importante Comissão do Senado Federal.

Eu diria que aquilo que possa parecer para os senhores apenas mais um compromisso da vida parlamentar de cada um, para o meu caso, de simples servidor público, esse momento será, sem dúvida, um momento marcante na minha carreira profissional. A possibilidade de comparecer perante essa Comissão e ser arguido pelos senhores é, de fato, talvez, a última etapa de um processo que, se exitoso, me permitirá assumir, agora de direito, o posto ou a função mais relevante para um profissional de Inteligência no Brasil,

que é o de Diretor da Agência Brasileira de Inteligência. Estaria assumindo, aliás, de direito, uma função que, de fato, já vinha exercendo há quase 13 meses.

Eu penso que o propósito dessa Comissão, hoje, é o de avaliar a adequação da indicação presidencial. E, para isso, seria necessário que os senhores pudessem fazer... Ter uma visão, um panorama, um relato, ainda que sucinto, das atividades que desenvolvi, da minha formação profissional, enfim, das experiências que acumulei ao longo da minha vida, tanto na administração pública federal quanto na iniciativa privada. Dessa maneira, eu penso que estaria colaborando para que os senhores formassem o juízo de valor necessário e que embasaria, então, a manifestação e o voto de cada um dos senhores. Nesse sentido, eu vou me permitir, ainda que tenham recebido previamente o meu currículo, discorrer um pouco a respeito dessa experiência, do que foi a minha vida profissional, as habilidades gerenciais, as competências que adquiri ao longo desse processo, e penso que, assim, então, estaria colaborando para a avaliação que os senhores puderem fazer.

Eu sou um cidadão paulistano, tenho 54 anos de idade e comecei a minha vida laboral com 12 anos, na cidade de São Paulo. Aos 18 anos, alternativamente ao serviço militar obrigatório, eu ingressei no CPOR, em São Paulo, e fui declarado aspirante oficial do Exército em 1974. De 74 a 81, eu prestei serviços ao Exército Brasileiro e, paralelamente a esse período de prestação de serviços ao Exército, eu me graduei em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Logo em seguida, em 1981, fui convidado a ingressar no então Serviço Nacional de Informações, onde trabalhei até sua extinção. Já no Serviço Nacional de Informações, eu tive a oportunidade de desenvolver atividades em vários setores responsáveis por áreas temáticas de interesse da atividade de Inteligência.

Em 1983, fui indicado para o Curso de Formação de Analistas, o então chamado Cursos de Formação Categoria A. Concluí esse curso em 1983 e, daí em diante, alternei por alguns anos a chefia de vários setores de análise dentro do Serviço Nacional de Informações. Até que, em 1989, eu fui indicado para o curso que nós considerávamos, então, o nosso... Por assim dizer, o nosso doutorado em Inteligência. O curso de mais alto nível oferecido, àquela época, aos profissionais de Inteligência, que era o curso denominado Curso de Formação de Categoria A.

Tendo em vista a performance que eu pude obter neste curso, eu fui convidado a assumir a chefia de um setor de ensino de Inteligência, agora já então no órgão que sucedeu ao SNI, o centro de formação...

A Secretaria de Ações Estratégicas da Presidência da República e, dentro da Secretaria, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos daquela Secretaria.

Posteriormente a esse período, onde desempenhei minhas atividades até 1992, naquele momento, em 92, após a extinção do SNI e a criação de um novo órgão que o sucedeu, em função da falta de perspectiva profissional, num clima organizacional de baixa e alta estima, eu aceitei um convite para desenvolver minhas atividades fora do órgão de Inteligência. Passei então a prestar serviço... Ou deveria prestar serviço ao então Ministério da Infraestrutura, mas que foi extinto dois dias após a minha apresentação. Nesse momento, fui convidado, então, a trabalhar... A coordenar uma parte do serviço de inventariança de extinção deste órgão.

No ano seguinte, fui convidado a ser assessor do Secretário de Previdência Complementar, uma unidade do Ministério da Previdência e Assistência Social. Nesta atividade, para que eu pudesse melhor desempenhar minhas funções e várias outras comissões na área de Previdência Complementar, eu me pós-graduei em Ciências Contábeis, pela Fundação Getúlio Vargas. Nessa secretaria, eu tive a oportunidade de participar, de ser responsável pelo estabelecimento do marco regulatório da criação, funcionamento, operacionalização, contabilidade, investimentos e fiscalização dos Fundos de Pensão... A Previdência Complementar.

Fruto desse trabalho de elaboração desse marco regulatório, eu fui destacado para elaborar o projeto que veio a ser, depois, a PEC, que fez a separação da Previdência Complementar com a Previdência Social. E deu origem, então, ao sistema de Previdência Complementar que hoje está em funcionamento no país.

Após essa passagem pela Secretaria de Previdência Complementar e em função do trabalho ali desenvolvido, eu fui distinguido com o convite para ser Diretor de Administração e de Produção do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, agora já na área da educação, Ministério da Educação. Nesse Fundo, fui Diretor de dois programas, que eu reputo da maior importância, para a educação fundamental no Brasil: Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional Biblioteca da Escola.

A encomenda que me fizeram nessa ocasião foi que promovêssemos uma modernização desses programas para que pudesse ser revertida uma sistemática eficiência na entrega de livros didáticos no Brasil. Por anos, a educação fundamental padecia desse problema, aonde os livros didáticos chegavam às escolas quase ao final de cada ano letivo. Então, esse processo de modernização permitiu que esse problema fosse solucionado, e conseguimos passar

a entregar esses livros didáticos no início... No momento imediatamente anterior ao início do ano letivo, e nós atendíamos, então, a cerca de 170 mil escolas públicas de ensino fundamental no Brasil, nos três níveis de Governo, que, por sua vez, ofereciam ensino fundamental a 36 milhões de alunos/ano.

Por que é que tocamos nesses assuntos? Para que os senhores possam perceber e possam ter uma ideia da possibilidade de atuação de um profissional de Inteligência, acho que com relativa... Ou com eficiência, com eficácia, em várias áreas de Governo. Acho que a Educação é uma área absolutamente fundamental para o desenvolvimento desse país e ali foi possível, então, o desenvolvimento de um trabalho bastante importante. Essas melhorias, nesses programas de livro didático, permitiram o desenvolvimento de uma série de competências gerenciais, que melhoraram profundamente a performance do Governo na área de Educação. Permitiram a agregação de uma melhoria tecnológica na área de segurança da informação, na área de tecnologia da informação, uma agregação de valor a um projeto de logística, aí baseado em sistemas geo-referenciados, e todo este processo de melhoria foi incorporado posteriormente por um parceiro do Ministério da Educação, nesse programa de livro didático, que é a empresa brasileira de Correio e Telégrafos.

Esse programa, em função do nível de qualidade que atingiu, passou a ser reconhecido mundialmente como maior o programa de distribuição de livros no mundo, e eu tive o prestígio de apresentar esse programa em vários fóruns internacionais e ele foi reconhecido, então, como uma referência nessa área em todo o mundo.

Ainda no FNDE, eu tive oportunidade de trabalhar, de ser um dos integrantes de uma equipe que promoveu o que, naquela época, foi considerado, talvez, o maior programa de descentralização de recursos na Administração Pública. E tivemos como projeto piloto o programa de dinheiro direto na escola--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quem dirigia o FNDE na época, Dr. Trezza?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Dra. Mônica Messenberg.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Foi o Governo Fernando Henrique, não é?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Governo Fernando Henrique.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Foi uma extraordinária dirigente. V. Exa. tem razão.

SENDOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): É um programa de distribuição de...

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Livros didáticos e bibliotecas de escola.

SENDOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Ministério da Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Foi a primeira vez na história desse país que teve...

[risos]

SENDOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Interessante.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): No microfone.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Estavam cortando todos os livros, novinhos, para vender como apara de papel e não ter que cumprir o compromisso da distribuição nacional do livro. Uma coisa tremendamente amarga. Foi na época da distribuição do livro. Não tem a responsabilidade da Agência, nada. Era do Ministério da Educação. Mas a responsabilidade do crime foi a gráfica. Até hoje, senador. Tem mais de... Quase 20 anos, eu não sei o que aconteceu--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Foi no período anterior. Não foi no período que ele era Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sobre a distribuição dos livros, como é que a cautela--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, a cautela é necessária. Nós vimos agora nesse problema do ENEM.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aí a Agência provavelmente tenha o trabalho de ficar vigilante. Tinha a ASI(F). Não sei se ainda a ASI(F) existe. As Agências--

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Já... A época que eu trabalhei no Ministério da Educação, já não tínhamos mais as assessorias e nem as divisões--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa a interrupção.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Muito obrigado pela sua contribuição. Mas eu gostaria de dizer, inclusive, que o processo de modernização do programa passou também pela eliminação desses tipos de problema, graças a um projeto de auditoria desde a impressão do livro, distribuição e a chegada do livro nas escolas.

Nesse Ministério também, no FNDE, nesse programa de descentralização de recursos, nós tivemos como projeto piloto o programa de dinheiro direto na escola, e o programa que reputo da maior importância

que existe ainda hoje e bem administrado, Programa Nacional de Alimentação Escolar. E graças aos processos de auditoria do programa, nós minimizamos as possibilidades de desvios de recursos, de eventuais atos de corrupção e colocamos o dinheiro direto na escola e o dinheiro para a alimentação dos alunos também dentro dos Municípios, concorrendo para a melhoria da circulação de recursos dentro de cada Município, o aumento da arrecadação, o respeito ao cardápio regionalizado de cada estado do país, enfim, uma grande contribuição para a educação, com adicionais resultados paralelos, que tiveram influência em várias áreas de Administração Pública e da própria sociedade brasileira.

Bem, eu encerrei a minha participação na área de educação no ano de 2002. Neste momento, eu fui consultado por uma empresa de consultoria, uma empresa que atua no mercado de Previdência Complementar, sobre o interesse em ser dirigente de um Fundo de Previdência. Resolvi aceitar esse desafio e, para isso, solicitei licença do serviço público, sem remuneração, e fui, então, contratado para ser o Diretor de Seguridade da Fundação dos Empregados da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, que passou posteriormente a se denominar Fundação Brasil Telecom.

A minha contratação nesta empresa Brasil Telecom foi devida à necessidade de um cumprimento de um dispositivo regulamentar da fundação, onde os dirigentes dessa fundação passavam obrigatoriamente por um processo eletivo entre os funcionários da empresa e precisavam necessariamente ser funcionários da patrocinadora. Portanto, fui contratado pela Brasil Telecom para cumprir este dispositivo regimental.

À frente da fundação, nós fizemos uma reestruturação, um equacionamento de um déficit técnico de cerca de 500 milhões de reais e, já no primeiro ano, graças a essa gestão à frente do fundo, nós tivemos um superávit atuarial de cerca de 36 milhões de reais, em benefício dos participantes da fundação. Porém, tendo em vista uma divergência do modelo de gestão vislumbrado pela Brasil Telecom para a fundação, eu fui desligado desta fundação e da própria empresa, em meados de 2003, e retornei, então, para o serviço público.

Aliás, eu gostaria de registrar que sou servidor público por opção e não por falta de opção. Estive fora da área de Inteligência durante cerca de 11 anos; atuei na iniciativa privada e na área governamental, mas nunca perdi o meu vínculo com a atividade de Inteligência, porque acredito profundamente na importância da atividade naquilo que fazia e que faço até hoje.

Bem, retornei para a atividade pública, para a iniciativa, para a área governamental, retornei à ABIN – já encontrei o novo órgão criado, a Agência Brasileira de Inteligência – e fui designado para atuar na área de assessoria de planejamento da ABIN e, posteriormente, na vice-direção da escola de Inteligência da ABIN.

No que foi benéfica a minha participação nesses anos de Administração Pública e iniciativa privada? Eu pude levar para a ABIN este acervo, essa capacidade, essas novas capacidades gerenciais que foram colocadas à disposição da ABIN. Acho que algumas contribuições deram resultados com bastante celeridade; foi possível perceber a adequação dessa experiência da Administração Pública, das melhores práticas públicas e privadas, que puderam ser adaptadas à Administração Pública mesmo num órgão de Inteligência. E foi possível perceber também que--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Gostaria que eu falasse mais alto? Muito bem. Aí foi possível perceber que... E constatar, na verdade, na prática, que os alegados problemas da atividade de Inteligência não são necessariamente, ou não são fundamentados em alguma deficiência técnica da Agência Brasileira de Inteligência. Existe a possibilidade de melhoria da produção de Inteligência, desde que haja uma gestão adequada às peculiaridades de um órgão de Inteligência. A capacidade de gestão pode contribuir profundamente para a melhoria da produção de Inteligência no país. Foi isso que nós tentamos fazer ao regressar da ABIN, trazer, então, esse acervo acumulado, essa experiência para a atividade de Inteligência.

De setembro de 2005 a setembro de 2008, eu tive a felicidade de ser convidado para ocupar uma função que hoje funciona na ABIN, nos moldes de uma Secretaria Executiva, que era a então Secretaria de Planejamento e Coordenação do órgão, hoje Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Essa secretaria tem a responsabilidade que nós chamamos de planejamento [ininteligível] de atividades. Esse planejamento contempla todas as... Anual de atividades da ABIN. Neste planejamento, são especificadas todas as ações de Inteligência para um determinado exercício. E aí, em decorrência disso, as ações paralelas na área de tecnologia, na área de capacitação de pessoal, na área de administração, enfim, todas as outras áreas decorrentes da implementação da atividade de Inteligência. Logicamente que, em função desse planejamento, também cabe a essa secretaria a alocação dos recursos orçamentários necessários a suportar a atividade de Inteligência, a produção de Inteligência

para assessoramento ao processo decisório da Presidência da República.

Também aí, na secretaria, nós podemos perceber esta capacidade de agregação de valores advindos de outras experiências de gestão fora da Inteligência. Também na iniciativa privada. É possível, sim, a melhoria da produção de Inteligência, graças a uma... À gestão eficiente. Eu pude perceber também, nesse retorno à atividade de Inteligência, que, talvez, parte do sucesso que eu tenha obtido à frente desses órgãos fora da ABIN, mas ainda na área governamental e também na iniciativa privada, que a minha formação em Inteligência, a minha experiência como profissional de Inteligência me permitiu, por exemplo, a assinalação, a arregimentação de pessoas competentes, de pessoas envolvidas com a coisa pública, pessoas interessadas no melhor para a Administração Pública, que se possa oferecer para a sociedade brasileira a melhor prestação de serviço possível. Mas isso me foi possível graças a essa experiência em Inteligência, não somente na escolha de pessoas, como também no desenvolvimento das atividades onde a Inteligência me ofereceu, então, esse suporte.

Neste período de gestão à frente da secretaria, nós desenvolvemos uma série de atividades. Por exemplo, essa visão gerencial me permitiu perceber que seria importante também uma revisão doutrinária da atividade de Inteligência. E isso aconteceu e isso permitiu que a ABIN melhorasse, agregasse mais valor aos conhecimentos produzidos e que são oferecidos ao assessoramento do processo decisório nacional, e prova de que essa melhoria aconteceu foi a maior demanda por relatórios de Inteligência, originários da ABIN, e a maior utilização desses relatórios no processo decisório do Presidente da República. Nós temos ciência de que isso tem acontecido.

Bem, mais adiante, já em meados do segundo semestre de 2008, a ABIN passou, talvez, pela sua maior prova, nesses cerca de dez anos de existência. Nesse momento, por razões conhecidas de todos os senhores, acho que dispensam comentários, a ABIN foi alvo de críticas, de uma campanha intensa na imprensa; ela esteve no meio de uma crise institucional, juntamente com outros órgãos, é certo, mas que eu considero absolutamente exógenos. Mas nós nos vimos nessa situação. E foi preciso que os servidores da ABIN, então, demonstrassem a capacidade de união, a confiança que têm no trabalho que realizam e principalmente a confiança no seu dirigente, que, no caso, neste período, coube a mim, então, assumir a direção da ABIN.

Eu acho que talvez tenha sido um dos meus maiores desafios conduzir a Agência nesse momento

de crise, oferecer a tranquilidade para os servidores da ABIN, oferecer a capacidade de tranquilidade suficiente para que eles entendessem que, de fato, não fazem parte deste processo que procuraram impingir aos profissionais de Inteligência e à atividade de Inteligência na Agência Brasileira de Inteligência. Foi necessário que nós encontrássemos a habilidade necessária para que as providências adequadas fossem tomadas nos momentos adequados, neste momento de crise.

Eu gostaria de lembrar, somente para registro, que, neste período, nós tivemos que responder a questionamentos de duas Comissões Parlamentares de Inquérito. Nós respondemos questionamentos para subsídio a cinco inquéritos; nós vivenciamos uma situação altamente constrangedora de termos sido objeto de duas atividades de busca e apreensão em dependências da Agência Brasileira de Inteligência. Outras duas buscas e apreensões em residência de servidores da ABIN, e, nesse período, nós não nos furtamos a oferecer todas as informações que foram solicitadas à ABIN, com transparência, com oportunidade e com completude. Acho que atendemos aos questionamentos. Acho que passamos por esse processo e, graças a esta gestão, que eu posso, neste momento, avaliar, embora tenha sido o condutor da ABIN nesse momento, mas acho que é possível que toda a ABIN admita que o nosso processo de gestão foi adequado. Nós passamos por esse momento de crise; acho que a direção da ABIN, de uma maneira adequada, deixou de constar da pauta dos órgãos de mídia. Hoje nós temos um perfil reservado e altamente adequado a um órgão de Inteligência. Acho que esta condução, neste sentido, com essa adequação, deve ser buscada, deve ser cultivada pelo órgão de Inteligência e pelos seus dirigentes, de maneira que acho que atingimos o nosso objetivo neste ano e pouco mais de ano, 13 meses de gestão.

Nesse período também, foi possível à Agência Brasileira de Inteligência colaborar com o Gabinete de Segurança Institucional na condução de um processo que envolveu oito Ministérios do... Oito Ministérios, e que tiveram, então, a incumbência da preparação de uma proposta de Política Nacional de Inteligência. Essa política está prevista na lei de criação do Sistema Brasileiro de Inteligência e de criação da própria ABIN, desde 1999. Mas agora, felizmente, ela foi ultimada, foi submetida ao Presidente da República, que fará sua apresentação no dia 20 ao Conselho de Defesa e, posteriormente, será encaminhada para apreciação do Congresso, através da Comissão de Controle da Atividade de Inteligência. Nós esperamos ver esse instrumento aprovado, porque ele é de absoluta

relevância para todas as Agências de Inteligência do Governo Federal.

E esta Política Nacional de Inteligência deverá originar um Plano Nacional de Inteligência, e esses dois instrumentos, associados à recém aprovada estratégia nacional de defesa, política de Defesa Nacional e ao conjunto de instrumentos que compõem a política externa brasileira, acho que representa um pacote de providências governamentais da maior relevância e que evidencia a importância da atividade de Inteligência para a obtenção, a consecução, o atingimento de todos os objetivos da sociedade brasileira e de salvaguarda da sociedade de Estado... Enfim, é um instrumento que concorre, em larga medida, para a possibilidade de governabilidade e de orientação, de subsídio ao processo decisório do Poder Executivo, principalmente o do Presidente da República. Logicamente que com a produção de relatórios de Inteligência no nível estratégico, a chamada Inteligência de Estado.

Não é à toa que, agora, recentemente, a exemplo do que aconteceu no Brasil, os Estados Unidos acabaram de divulgar a sua Estratégia Nacional de Inteligência para o período de 2010/2013. Logicamente que, guardadas as devidas proporções, esse documento estabelece um ambiente estratégico que estão inseridos os Estados Unidos, seus objetivos, as suas ameaças, suas propostas de trabalho para a Inteligência. Como eu disse, guardadas as devidas proporções, esse documento tem muita semelhança com o trabalho que foi realizado no Brasil para a apresentação da Política Nacional de Inteligência.

Bem, eu acho que esse ano de gestão à frente da ABIN me permite dizer que nós tivemos acertos e que esta gestão deve ser perseguida porque tem a possibilidade de geração de novos e bons frutos para a Inteligência e para seus profissionais, para o Estado, enfim, para todos aqueles que, de alguma maneira, têm algum interesse, algum contato, alguma relação com a Inteligência no Brasil.

Logicamente que nós temos um projeto de mais longo prazo, de curto, médio e longo prazo. A partir do momento da aprovação da política, da definição do Plano Nacional de Inteligência, nós devemos adequar a Agência Brasileira de Inteligência a esses novos desafios, que são crescentes na exata proporcionalidade do aumento da relevância do Brasil, da inserção do Brasil no cenário internacional. Eu acho que é impossível não se admitir que a posição do Brasil, em relação aos grandes temas da Agência Internacional, mudou de patamar. Hoje, o Brasil é um país ouvido e considerado em todos os fóruns internacionais onde se discutem os grandes temas de interesse da socie-

dade global. Portanto, a Inteligência precisa estar em condições de atender a esses novos desafios.

Recentemente, há questão de pouco mais de uma semana, foi publicado pelo jornal a manifestação do Presidente da Comissão Europeia, que lembrava dessa nova posição estratégica do Brasil no cenário internacional, mas lembrava também que o aumento da influência exige novas responsabilidades. E essas novas responsabilidades, para serem assumidas e para serem levadas a efeito, necessitam, sem dúvida, de um trabalho eficiente na área de Inteligência. Isso é o que acontece em todo mundo. Os órgãos de Inteligência subsidiam as grandes decisões de todos os Estados.

Então, nós estamos empenhados, nesse momento, em um projeto que possa adequar a Agência Brasileira de Inteligência e adequando a Agência à colaboração dessa instituição, com todos os demais órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência, visando as necessidades do país nesse novo momento, nesse novo patamar de importância no cenário mundial. Para isso, nós temos algumas frentes de trabalho que nós pretendemos atacar. Uma delas diz respeito ao elemento que acho que é fundamental para qualquer tipo de organização. Muito mais em relação à atividade de Inteligência, que depende fundamentalmente do elemento humano: é o nosso capital humano. Nós precisamos de manutenção de uma carreira adequada e compatível com as exigências que se faz ao profissional de Inteligência. É preciso remuneração adequada, e, nesse sentido, eu gostaria de dizer que a ABIN, em 2008, conseguiu aprovação, no Parlamento Brasileiro e com a participação dos Srs. Senadores, de um plano de carreira para a atividade de Inteligência. A atividade de Inteligência finalmente foi reconhecida como carreira de Estado.

E isso aconteceu – e é preciso que se diga, é preciso que se registre – após 45 anos de permanência de servidores na ABIN, numa tabela provisória de pessoal temporário. Acho que agora nós estamos num... Recebemos um tratamento adequado e temos melhores condições de contribuir para a produção de Inteligência estratégica, com alto valor agregado para o processo decisório nacional. Mas nós dependemos também de uma capacitação, a formação e o aperfeiçoamento dos profissionais de Inteligência, de forma a que eles possam assumir as responsabilidades de produção da Inteligência no país. Nós precisamos, ainda, de equacionamento de um problema que é fundamental para qualquer organização, que é a questão orçamentária.

Acho que, graças a esta passagem pela Administração Pública, esses dez anos de vivência e de ges-

tão em outras áreas de administração, me foi possível estabelecer uma rede de relacionamento que hoje tem sido útil na gestão à frente da ABIN. Hoje, é possível encontrarmos contatos bem posicionados dentro da Administração, que acabam viabilizando o encaminhamento das questões que são importantes para a Agência Brasileira de Inteligência, como, por exemplo, a negociação do plano de carreira da ABIN, que esteve sob minha responsabilidade e que, nesse momento, isso foi facilitado graças a este relacionamento. Nós podemos, também, não resolver definitivamente, mas minorar a questão orçamentária da ABIN. Hoje, ainda que esse orçamento tenha sido ampliado nos últimos anos, eu poderia dizer, sem medo de estar cometendo nenhuma injustiça, que o orçamento da Inteligência Brasileira é pífio frente às responsabilidades e ao que se espera da Inteligência de Estado.

Acho que comparações não são muito adequadas, principalmente nessa área de Inteligência, porque, de maneira geral, as pessoas desconhecem a estrutura, o porte, as competências dos órgãos de Inteligência de outros países. Como eu digo, não serve de referencial, mas apenas a título de registro, essa Estratégia Nacional de Inteligência publicada pelos Estados Unidos, que não serve de termos de comparação para o Brasil, indica orçamento para 16 Agências de Inteligência Americanas, a chamada Comunidade de Inteligência nos Estados Unidos, para o ano de 2010, da ordem de 75 bilhões de dólares. Esse eu acho que é alguma coisa bastante relevante. Logicamente que não temos a mesma comunidade de Inteligência, não temos as mesmas demandas dos órgãos de Inteligência dos Estados Unidos, mas o fato é que o orçamento de Inteligência, nesse momento, é pífio. É preciso que se dê atenção para essa necessidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Qual é o valor do orçamento brasileiro? 75 bi o americano. E o brasileiro?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Senador, o senhor sabe que algumas informações, alguns dados relativos à Inteligência são considerados dados estratégicos. No entanto, no caso brasileiro, e essa é uma outra frente que nós precisamos discutir e certamente essa discussão se dará no âmbito do Parlamento, o fato é que eu não terei problema em lhe responder, porque o orçamento da Inteligência brasileira é publicado no Diário Oficial, exatamente como qualquer outro orçamento dos órgãos da Administração Pública. Hoje em dia, nós temos um orçamento total – e aí, quando digo total, digo todas as despesas necessárias a pagamento de pessoal, ativo e inativo – da ordem de 350 milhões de reais, no ano de 2009. No entanto, excluídas as despesas destinadas a pagamento de pessoal, resta

para o exercício da atividade de Inteligência, para o financiamento das nossas--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O percentual destinado a pessoal representa quanto?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Em termos de valores? 85%, aproximadamente. Bem, nós trabalhamos, então, no ano de 2009, com o orçamento, após as exclusões feitas na própria Comissão de Orçamento, após o contingenciamento, os sucessivos contingenciamentos, que também a atividade de Inteligência está sujeita, nós temos cerca de 40 milhões de reais para o custeio de todas as atividades envolvidas na produção de conhecimento no Brasil. E isso inclui todos os contratos de prestação continuada, a gestão de todas as nossas unidades; nós estamos presentes em 27 unidades da Federação; temos postos no exterior... Todo o custeio de movimentação de pessoal, toda a nossa verba de caráter sigiloso se encontra nesse montante.

E eu poderia lhe dizer, senador, que, na verdade, hoje, nós contamos, para custeio da atividade de Inteligência, com um valor aproximado de pouco mais de 12 milhões de reais, o que significa menos de 4% do total do orçamento da ABIN. E eu me sinto, às vezes, constrangido em ter que admitir que essa é a nossa realidade. E digo que até concordo com a necessidade de transparência, com a necessidade de... Que os órgãos de controle externo façam... Desempenhem as suas atividades e exerçam de fato um controle externo adequado, mas acho que a atividade de Inteligência não poderia prescindir de um tratamento diferenciado. Não a eliminação da divulgação desses dados, mas que esses dados fossem divulgados para quem de direito e na medida da necessidade de um bom trabalho de controle externo.

Eu digo que, no Brasil, nós facilitamos o trabalho dos órgãos de Inteligência de outros países. Uma das grandes preocupações de qualquer agente de Inteligência de outro país é saber qual é a estrutura de órgão de Inteligência, quantos servidores ele dispõe, com que orçamento conta para o desenvolvimento das suas atividades. E nós, no Brasil, felizmente, facilitamos a vida desses agentes de Inteligência de outros países, porque essas informações estão no Diário Oficial. Eu penso que, com 12 milhões de reais, os órgãos de Inteligência estrangeiros não possam acreditar que nós tenhamos uma absoluta capacidade de acompanhamento das suas atividades. Embora, também, apesar disso, tenha que admitir que a nossa capacidade de Inteligência é bastante razoável e tem atendido às necessidades dos países.

Bem, uma outra frente de trabalho, um outro projeto, uma outra necessidade vislumbrada na gestão do

órgão de Inteligência é que se tenha, no Brasil, um ordenamento jurídico compatível e que dê sustentação, que dê suporte ao desenvolvimento da atividade. Isso passa, por exemplo, pela recepção da atividade de Inteligência no texto constitucional. Certamente, será uma discussão também travada no âmbito do Parlamento, mas que nós esperamos que aconteça, porque é de fundamental importância que a Constituição contemple essa atividade típica de Estado. A Constituição, em 1988, recepcionou a atividade de Polícia Federal, de Polícia Rodoviária Federal... Enfim, uma série de outras atividades, menos... Exatamente. Menos a atividade de Inteligência. E acho que é chegado, então, o momento de que se faça essa discussão e que a atividade de Inteligência seja definitivamente inserida no texto constitucional, para que possa oferecer à instituição, não somente à ABIN, mas a todas as instituições que desenvolvem atividade de Inteligência no país, e aos seus representantes, o respaldo legal necessário para que a atividade seja desenvolvida, não à margem da Legislação, mas coberta pela Legislação adequada.

Enfim, nós temos uma série de frentes de trabalho a serem destacadas e também, por último, acho que gostaria de frisar, que é preciso que – e aí competência da própria ABIN – se defina um desenho institucional, uma estrutura organizacional que possa fazer frente a esses novos desafios, que certamente serão apresentados aos profissionais de Inteligência, à Agência Brasileira de Inteligência. Nós estamos trabalhando nesse sentido, acho que a autocrítica é necessária e nós temos feito isso, em termos de ABIN. Nós temos analisado a necessidade da revisão da doutrina nacional de Inteligência, da revisão da nossa estrutura organizacional, da adequação das nossas competências, dos nossos métodos de trabalho; eles estão sendo analisados, modernizados e adequados ao que é exigido de um profissional de Inteligência, para que possa bem cumprir com sua missão.

Bem, acho que nós teríamos uma série de outras informações, de outros assuntos a serem discutidos. Mas eu penso que, com essas palavras, tenha oferecido aos Srs. Senadores algum elemento para que possam formar o seu juízo de valor e possam deliberar sobre a adequação, ou não, do nome indicado para a assunção da função de Diretor Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Eu quero agradecer a atenção que os senhores me dispensaram e dizer que, de agora em diante, então, fico à disposição para tentar responder aos eventuais questionamentos dos senhores naquilo que diga respeito à minha formação profissional, à minha experiência de gestão, à minha experiência à frente da ABIN, enfim, aquilo que julgarem necessário para

que o propósito dessa reunião seja atingido da melhor maneira possível. Muito obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Um momento. Eu agradeço ao Sr. Wilson Trezza. Nós temos já inscritos aqui oito Senadores: Senador Heráclito Fortes, Senador Romeu Tuma, Senador Paulo Duque, Senador Aloizio Mercadante, Senador Eduardo Suplicy, Senador Pedro Simon, Senador Fernando Collor e Senador Roberto Cavalcanti. Eu quero só reler a parte final do voto do Senador Tasso Jereissati, Relator da matéria, na última semana, em que ele diz que “dada a natureza da matéria e consoante com o Regimento Interno Senado Federal, art. 383, essas são as considerações a serem exaradas no âmbito do presente relatório. Julgo que essa Comissão dispõe das informações necessárias para votar a presente indicação”.

Portanto, esse foi o relatório do Senador Tasso Jereissati, tivemos agora a exposição do Dr. Wilson Trezza e temos os oito inscritos. Pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu apelaria a V. Exa. para que só iniciasse o processo de votação após os questionamentos feitos, até porque nós vamos ter uma parte aberta e tem outra que, pela natureza da matéria, eu vou solicitar a V. Exa. que seja feita em caráter reservado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Apenas a votação é que necessariamente é secreta. Só a votação que é secreta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, sim. Mas que fosse feito ao final.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, evidentemente, pode ser pedido que uma parte seja secreta. Não há nenhuma...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas a votação poderia ser antes dessa--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, eu gostaria que a votação fosse ao final, até para que se discutissem os pontos que eu estou trazendo à Comissão. A partir do momento em que os senadores votam... Estão votando sem conhecimento dos fatos que eu quero trazer à Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Srs. Senadores estando de acordo, daremos seguimento.

Eu vou só, então, solicitar, dado o número de inscritos e a natureza da matéria, que nós tenhamos um cumprimento do tempo, que a gente possa inclusive

ter a resposta imediata, Dr. Wilson Trezza, para não ter aquele sistema de encadeamento, então, possa ser mais direto. Mas como são oito, eu vou pedir que seja no máximo cinco minutos da intervenção de cada um.

Senador Mercadante. Eu quero primeiro saudar a presença do Senador Mercadante, que passou a fazer parte dessa Comissão em substituição ao Senador Flávio Arns. Seja bem-vindo, senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Agradeço. O Senador Flávio Arns continuará provavelmente fazendo... Pelo menos essa foi a combinação que fizemos com o Senador Arthur Virgílio. Eu queria entender um pouco a intervenção do Senador Heráclito. O questionamento dele, ele pretende que seja numa sessão reservada?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Não, uma parte aberta, e outra, reservada, porque são alguns documentos [ininteligível].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Talvez... Eu proporia, então, que nós começássemos pela parte reservada... Eu tenho muita preocupação com negócio de arguição reservada e depois ler no jornal que foi reservado, com as interpretações que as pessoas não conseguem aferir. Mas, dado que é uma Agência de Inteligência, e exatamente não sei do que trata o material que o Senador Heráclito quer apresentar, eu proporia que nós fizéssemos, então, a parte reservada preliminarmente e abríamos depois para fazer todo o resto da intervenção. Como ele é o primeiro inscrito, nós poderíamos começar por aí e depois abríamos para que a imprensa possa acompanhar toda a arguição.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Eu queria até ponderar o seguinte: se fosse feito aberto... Porque, se as respostas forem dadas sem necessidade da reservada, nós podemos abrir mão da reservada.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Está ótimo. Melhor assim. Vamos tentar... Tenho certeza que será possível. Espero que seja.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Mas eu peço, então, o cumprimento do período de cinco minutos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Só pediria a V. Exa. um pouquinho de paciência, uma vez que eu sou o autor do Requerimento de...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Pedido de vista juntamente com outros senadores. Pedido de vista coletivo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Coletivo por adesão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, Dr. Wilson Roberto Trezza, eu quero reafirmar o que foi dito a Sessão passada. O pedido de vistas não tem nada a ver com a atuação de V. Exa. na interinidade da ABIN. Até pelo contrário, acho que a ABIN viveu o momento mais tranquilo, mais discreto dos últimos anos. Mas V. Exa. há de convir que recebeu uma herança maldita: dois antecessores de V. Exa. deixaram essa Agência em circunstâncias, ainda hoje, não totalmente explicadas.

Mas, Sr. Presidente, é importante destacar preliminarmente a necessidade de que a atuação da ABIN seja conduzida na forma da lei, de acordo com os princípios democráticos e em defesa do Estado e da sociedade. A missão do órgão é assessorar o Presidente da República com informações sobre fatos e situações de imediato ou potencial influência no processo decisório, na ação governamental, na salvaguarda e na segurança da sociedade e do Estado. O Serviço Secreto exerce funções eminentemente de Estado, apesar de ser orientado por demanda do Governo.

Observe-se ainda que, para que não ocorra desvirtuamentos na conduta do órgão e abuso nas atividades por eles exercidas, é fundamental que o Serviço Secreto esteja sob rígido controle. No âmbito interno, esse controle cabe ao Diretor Geral. No Executivo, é realizado pelo Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, assessorado pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho do Governo – CREDEN. Há, ainda, o controle externo realizado pelo Poder Legislativo, titular precípua do poder de fiscalização dos atos do Executivo e do qual nada pode ser omitido, inclusive questões de segurança nacional.

Passemos, então, aos questionamentos. São 14 ou 15. Há críticas quanto ao precário orçamento da ABIN, que teria poucos recursos para realizar sua missão de assessoramento ao Presidente da República. Gostaria de ouvir de V. Sa. sobre eventuais limitações orçamentárias do órgão e sobre as perspectivas para o próximo ano. Essa pergunta eu considero já respondida na... As limitações orçamentárias também...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Vou começar mais objetivamente. Uma vez que V. Sa. foi o principal encarregado da gestão de recursos da ABIN, à época da direção geral do Delegado Paulo Lacerda, pergunto se foram empregados recursos destinados a outras operações da Agência na operação Satiagraha. Houve operações de Inteligência que tiveram que ser suspensas ou que não chegaram a ocorrer em virtu-

de da escassez de recursos que teriam sido redirecionados para atividades conduzidas sob a égide do Delegado Protógenes Queiroz? Isso é uma pergunta. Para facilitar, eu posso fazer três; ele responde... Para não... O Diretor Geral da ABIN--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não quer fazer todas? Pode fazer todas, senador. Fazer todas as perguntas fica mais fácil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Prefere? Está bom. O Diretor Geral da ABIN é o principal assessor do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional para assuntos de Inteligência. O Ministro, por sua vez, é o elo entre o Serviço Secreto e o Presidente. Ele leva ao supremo mandatário informações produzidas pela ABIN e recebe dele as orientações sobre demanda de Inteligência. Como Diretor Geral da ABIN, o senhor acredita que poderia haver qualquer operação que não fosse do conhecimento do Diretor Geral do órgão e do Ministro da GSI? Nesse caso, poder-se-ia dizer que o órgão estaria fora de controle? Segunda pergunta. Terceira. Ainda sobre o conhecimento do Ministro Chefe da GSI e do Diretor Geral da ABIN, sobre as atividades exercidas pelo órgão, é concebível que uma operação que envolva mais de 80 funcionários da ABIN ocorra sem o conhecimento e orientação do Diretor Geral e do Ministro?

Outra pergunta. Façamos agora algumas questões relacionadas à política externa e eventuais ameaças a interesse brasileiro no estrangeiro. A ABIN informou ao Presidente da República sobre as pretensões e ações do Sr. Evo Morales no que diz respeito à crise do gás boliviano?

Eu só queria fazer o seguinte, como essas perguntas iniciais têm um direcionamento, e a outra, outro direcionamento, se não era possível ele responder, para não ficar embolado. Há alguma...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, não. Nenhum inconveniente. Só vou pedir objetividade, tanto na pergunta como também na resposta do Sr. Wilson Trezza. Ser mais conciso. O Dr. Wilson Trezza mais conciso possível. Ele vai fazer novas perguntas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero esgotar um tema para passar para outro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Eu imagino que tenha captado toda a extensão dos seus questionamentos. Caso contrário, por gentileza, peço que o senhor me corrija. Mas o primeiro diz respeito à possibilidade de cancelamento de outras operações em

função da escassez de recursos da ABIN, em decorrência da participação na Operação Satiagraha.

Bem, eu, antes de entrar propriamente nesta operação específica, eu gostaria de dizer que, neste ano de 2009, por exemplo, nós estamos no momento do exercício financeiro, onde nós estamos diante desse dilema de prosseguimento, de priorização da atividade de Inteligência ou de honrar compromissos assumidos com contratos de prestação continuada, por exemplo. Sempre que for possível, nós estamos privilegiando a atividade de Inteligência, a produção de conhecimentos.

Em relação à Operação Satiagraha, eu gostaria de dizer e resgatar a seguinte situação: a Agência, na época, era dirigida pelo meu antecessor, e a Agência tem, na sua direção geral, três postos graves: o Diretor Geral, o Diretor Geral Adjunto, Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração, hoje, que, naquele momento da operação, estava sob minha responsabilidade. O planejamento das ações de Inteligência são... Ele é realizado dentro dessa secretaria e, depois de estabelecidos os objetivos, as ações necessárias para o atingimento desse objetivo, esse planejamento é transferido para os departamentos das áreas fins, que são os responsáveis pela execução das atividades. Junto com esse planejamento, segue um limite orçamentário e necessário a fazer frente a essas atividades.

Dentro desse desenho, cabia ao diretor do departamento dispor desse recurso, de acordo com esse planejamento. Eu quero acreditar que isso tenha acontecido dessa maneira, sem problemas. Houve uma autorização para que a prestação da colaboração da ABIN fosse realizada; o custeio das despesas necessárias a essa cooperação atendia aos objetivos de Inteligência, necessidade de produção de conhecimento, e assim foi feito. Não houve necessidade de cancelamento de outras atividades para que esse custeio fosse realizado, mesmo porque, em alguns momentos, os servidores, colocados à disposição do Departamento de Polícia Federal, sempre que possível, desempenhava outras atividades de interesse da ABIN também.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O questionamento é sobre os 80 funcionários que ficaram à disposição e que a ABIN, em determinado momento, disse que eram só quatro, que não tinha conhecimento... Havia falta de controle com relação a...

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Não, Sr. Senador. O que me parece é que talvez tenha sido uma interpretação equivocada das informações prestadas pela ABIN naquele momento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Da própria ABIN.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: E o responsável por essa informação fui exatamente eu, naquele momento em que elas foram divulgadas. Esse questionamento foi feito a mim. Cabia a mim, então, a resposta. Nós fizemos o levantamento e identificamos. No total, durante toda a prestação desta colaboração, nós chegamos a 80 pessoas que participaram da--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas não foi ao mesmo tempo.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Mas nunca simultaneamente tivemos mais, numa média de 10 a 12 servidores da ABIN, em atividade de cooperação com a Polícia Federal. É que o servidor... O servidor era designado para prestar essa colaboração, retornava para uma outra atividade após um tempo e, no lugar dele, era encaminhado um outro servidor. Nós temos um outro raciocínio possível--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas são nomes diferentes. Os 80 nomes são nomes diferentes.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: São nomes diferentes, por quê? Por exemplo, na primeira semana da cooperação, eu tinha disponível X servidores, e eles foram encaminhados. Na semana seguinte, eles retornam para outras atividades e outros cinco, seis, ou sete, ou oito são encaminhados. Nós nunca tivemos simultaneamente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas, veja bem, V. Sa., quando esteve aqui, a operação teoricamente já tinha sido encerrada. E a afirmação foi feita não foi nem por V. Exa., foi pelo próprio Dr. Lacerda, de que só eram quatro. Ninguém tinha conhecimento... A área de planejamento estratégico não tinha conhecimento, já naquele momento, de que, em vez de quatro, eram 80, porque o número é...

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: O senhor me permita insistir um pouco no--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): E o 80 surgiu de onde, Senador Heráclito? 80 surgiu de onde?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, eles próprios chegaram à conclusão. Ninguém inventou o número, não. Não há nenhuma invenção. Eles próprios chegaram à conclusão.

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ele informou.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Sr. Senador, para que se compreenda melhor o funcionamento da atividade, a área--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O próprio Dr. Trezza está confirmando que foram 80 no total. Não simultâneo.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Mais que 80. 83... A área de planejamento estratégico elabora o Plano Anual de Atividades, define as ações necessárias para o atingimento das metas e dos objetivos, aloca recursos para que isso aconteça e transfere essa responsabilidade para os departamentos da ABIN. Não há necessidade de que o Secretário de Planejamento acompanhe o dia a dia, quem está fazendo o que, em que momento, para determinado objetivo de Inteligência. Então, essa responsabilidade é da direção dos departamentos, dos seus coordenadores gerais, dos seus coordenadores... Dos encarregados de caso das operações... Então, isso não necessariamente passa pela secretaria, pela área de planejamento estratégico, porque o planejamento foi previamente feito e os recursos destinados ao custeio da atividade.

Agora, o que eu insisto em dizer é que não é possível dizer que 80 servidores da ABIN estiveram simultaneamente prestando serviço à Polícia Federal. 80 ao longo de X meses de duração da cooperação, mas, no máximo, com um total de 12 a 14 servidores, em média, por momentos de cooperação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Veja, 12 a 14 é bem maior do que o número inicial de quatro. O que mostra que houve descontrole. Houve descontrole, houve... Ou, então, outro tipo de relação que não passou por V. Sa.

Mas vamos às questões externas. A ABIN informou ao Presidente da República sobre as pretensões de ação do Sr. Evo Morales, no que diz respeito à crise do gás boliviano em 2006? Foram produzidos documentos a respeito? Fomos pegos de surpresa, quando da invasão das instalações da PETROBRAS naquele país, ou o Presidente já estaria informado pelo Serviço Secreto sobre a possibilidade de elas acontecerem?

Ainda sobre a Bolívia. Um problema que tem sido objeto de preocupação refere-se à ameaça quanto a brasileiros que vivem há décadas no lado boliviano junto à fronteira com o Brasil. Por decisão do Governo Morales, essas pessoas devem ser retiradas de suas terras em assentamento no interior da Bolívia ou mandadas de volta para o Brasil. A ABIN informou ao Presidente da República sobre essa ameaça grave a brasileiros que vivem e trabalham e produzem no país vizinho?

Há relatório da ABIN sobre as pretensões paraguaias no que diz respeito a acordo com Itaipu? Foi encaminhado ao Presidente da República relatório sobre as eventuais consequências de mudança no tratado entre o Brasil e Paraguai, propostos pelo atual Governo daquele país?

Outra pergunta: há alguns meses, nos procuraram aqui agricultores brasileiros que vivem no Paraguai e que estariam sofrendo constrangimento de algumas autoridades daquele país em sua atividade produtiva. Segundo eles, nossa Embaixada em Assunção lhes teria dado pouca atenção. A ABIN acompanha o caso dessas centenas de famílias de brasileiros que podem estar com seus interesses ameaçados no exterior? O Presidente foi informado sobre isso?

Uma função essencial do Serviço Secreto Brasileiro deve ser a de acompanhar as ações de política externa de quaisquer países que possam gerar ameaças reais ou potenciais aos interesses brasileiros, a curto, médio e longo prazo. A ABIN tem feito isso? Há recurso e pessoal capacitado para isso? São produzidos relatórios ao Presidente da República e seus assessores de política externa sobre esse assunto? Uma vez que as respostas do Diretor Geral serão dadas em caráter reservado, aí podemos deixar para quando essa reunião... Essa parte eu poderia deixar para...

Outra questão cuja resposta eu vou deixar também... Quero falar sobre Honduras; isso aí vai ter que ser necessariamente na Sessão secreta. Vamos agora a um assunto de segurança doméstica. Temos visto que alguns grupos que se--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Heráclito, o Senador Mercadante pediu--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria ponderar à Comissão a seguinte questão. Eu acho que há determinado tipo de preocupação do Senador Heráclito que nós poderíamos fazer numa Sessão posterior, de aprofundamento, por exemplo, da atividade de Inteligência no exterior, que é de grande interesse, eu diria, da Casa. Eu quero tratar do tema depois, do controle democrático sobre o serviço de Inteligência, mas isso tem que ser feito com profundidade e com o cuidado necessário. Nós estamos com uma agenda bastante sensível, evoluindo positivamente, por exemplo, na relação com o Paraguai. Conseguimos aí formatar uma mediação nas demandas em relação à Itaipu, o Parlamento... O Paraguai aprovou a Legislação de residência, que era um dos temas mais sensíveis... Nós avançamos na questão da regulamentação dos sacoleiros, etc. Acho que há todo um tema diplomático...

E a minha preocupação é que possa ser interpretado de uma outra forma, por exemplo, se houve atividade de Inteligência para saber o que poderia acontecer em tal país. Não sei se isso vai ajudar nas nossas relações estratégicas. Acho que era melhor a gente tratar desses temas... Queria ponderar ao Senador Heráclito se nós não poderíamos aprofundar

esse tema posteriormente, na Comissão de Relações Exteriores, numa Sessão reservada só para tratar de política externa, que eu acho que é um tema de grande interesse do país e que nós temos que tratar com o devido cuidado e profundidade. Essa é a ponderação que faço.

Citando o exemplo do Paraguai, não especificamente, mas isso vale para qualquer país.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu discordo, até porque estamos aqui, sabatinando o Dr. Trezza, que vai dirigir e, se aprovado, vai dirigir a ABIN. Mas que já conhece alguns desses aspectos por ter sido interino. E o momento que nós temos é exatamente a sabatina. A sabatina serve para exatamente esses questionamentos. Nós temos feito aqui sabatinas com Embaixadores e, quando o assunto se faz necessário, a Sessão é secreta. E nós esperamos que todos cumpram, de maneira responsável, o sigilo do que ocorre nessa Reunião.

Agora, perder uma oportunidade de ouvir o Dr. Trezza sobre assuntos que estão sob sua responsabilidade e que ficarão sob sua responsabilidade, eu acho que essa Comissão se desfigura.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então, vamos dar seguimento. Se puder concluir as indagações--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estou concluindo. Temos visto que alguns grupos que se escondem sob o manto de movimentos sociais têm desencadeado ações que ameaçam a integridade do Estado Democrático e suas instituições. Há aqueles que, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, defendem mesmo o uso da violência, como fazem com frequência e o fizeram recentemente nos laranjais, em São Paulo, para alcançar seu objetivo, o que a atividade criminosa de alta gravidade ameaça o Estado Democrático Brasileiro de Direito. Mesmo assim, é fato que alguns desses grupos constituem a base de apoio ao Governo que aí se encontra e recebem subvenções federais ou estaduais para realizarem seus "programas sociais". A ABIN tem informado ao Presidente da República sobre a periculosidade desses grupos e dos riscos de tornarem o supremo mandatário refém dos seus objetivos violentos e antidemocráticos?

14) Para que a comunidade de Inteligência atue de maneira consentânea com os interesses nacionais é fundamental que seja orientada por uma Política Nacional de Inteligência. Apenas agora, dez anos depois de criação da ABIN, o Sistema Brasileiro de Inteligência, é que essa política foi apresentada ao Presidente da República. Não é temerário que a Agência venha atuando todos esses anos sem uma política que oriente sobre os interesses brasileiros na área? Gostaria de

ouvir de V.Sa. sua opinião a respeito desse assunto. E, em caráter reservado, sobre a efetividade da nova política de Inteligência que está prestes a ser tornada pública.

Sr. Presidente, eu gostaria de, encerrada essa primeira etapa, nessa parte aberta, voltar depois na questão reservada, esperando dele perguntas que podem ser resumidas, mas objetivas.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, pela ordem, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria propor, os temas de política externa, eu acho que necessariamente nós devemos tratar num âmbito de uma Sessão reservada. Os temas de política doméstica eu prefiro que todos sejam esclarecidos na Sessão que está sendo... Como está sendo feito. Porque, da mesma forma que, em alguns temas, nós temos que ter reserva quando é um Diplomata, quanto mais em se tratando de serviço de informações. Então, acho que não tem como tratar política externa desta forma. Proporia que nós tratássemos, esgotássemos toda a agenda de política interna, doméstica, e, depois, faríamos, ao final, uma Sessão reservada para tratar exclusivamente de política externa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Faremos assim, estando de acordo. Então, Dr. Trezza para responder as perguntas do Senador Heráclito, e, depois, a parte de Relações Internacionais, nós passamos para a parte secreta.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Bem, Senador Heráclito Fortes, eu acho que o senhor disse... Já se julgou satisfeito em relação à questão dos servidores da ABIN, que participaram da chamada--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não satisfeito, mas vi que V. Exa. chegou no limite das suas possibilidades, eu... Não tem nenhum problema.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Bem, a sua outra pergunta é se a ABIN informa ao Presidente da República, ou a quem de direito, se o informou sobre a crise do gás boliviano, sobre as peculiaridades--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essas ficariam, segundo solicitação do Senador Mercadante, para a reservada. Vamos falar sobre o Movimento Sem-Terra.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Com base na leitura que o senhor próprio fez, de um trecho da própria Legislação, da Lei 9.883, que diz que cabe à atividade de Inteligência produzir conhecimento sobre fatos ou situações de imediato ou potencial... Possibilidade de... Ameaças à segurança da sociedade, ou ao

Estado Brasileiro, enfim, à governabilidade. Certamente que os movimentos... O movimento ao qual o senhor se referiu especificamente, o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra recebe um tipo de atenção da ABIN. Nós acompanhamos esses movimentos como acompanhamos qualquer outro tipo de manifestação que possa se enquadrar nesta peculiaridade prevista na Legislação.

Nós produzimos os nossos relatórios de Inteligência, encaminhamos à nossa instância imediatamente superior, que é o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, e ele, com base no conteúdo desses relatórios, os encaminha ao Presidente da República.

Sobre o potencial de violência a que o senhor se refere, em relação a esse movimento, eu poderia lhe dizer que parte, uma parcela, talvez minoritária, dos integrantes desse movimento, tem algum tipo de atuação nesse sentido. Dentro do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, nós temos correntes bastante moderadas, as que acreditam na via da negociação para a solução dos conflitos, que acreditam na via da representação política, enfim, do encaminhamento de solução de reivindicações através da via da negociação. E existe, talvez, uma pequena parcela que tenha, por ideologia, ou até mesmo por crença, não a melhor, resultado da sua ação, algumas ações que são consideradas mais violentas; não é a prática predominante entre todos os integrantes do movimento. Nós temos inclusive verificado a diminuição do número de militantes desse movimento nos últimos tempos. Temos verificado também a diminuição do número de conflitos na área, por problemas agrários no país. Eles têm se restringido a determinadas regiões, inclusive uma tendência de que as manifestações saiam do campo e venham ser realizadas até nos grandes centros urbanos. Então, não poderia caracterizar todos os integrantes desse movimento como pessoas adeptas da violência pela violência, violência pura e simples. Mas há, de fato, alguns integrantes que têm esse pensamento. Não é predominante e acho que não é determinante da postura do movimento como um todo.

Existem essas situações que nós presenciamos recentemente, mas, enfim, em relação à sua pergunta, nós acompanhamos, e sempre que há uma situação que possa colocar em risco os interesses da sociedade, do Estado, ameaça à governabilidade, ao patrimônio público, nós fazemos relatórios de Inteligência e encaminhamos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu solicito a V. Exa., dentro das prerrogativas dessa Comissão, que solicite, em caráter reservado para a Comissão de Defesa, o inteiro teor

dessas informações feitas pela ABIN à Presidência da República sobre os fatos envolvendo o MST no interior de São Paulo. O episódio dos laranjais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, faremos o Requerimento, então--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Uma prerrogativa de V. Exa. como Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim. Eu o farei. Só uma informação complementar. Nesse episódio recente de violência, destruição de laranjeiras e de vandalismo, a ABIN tinha conhecimento prévio de que poderia acontecer?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: De maneira geral, nós temos um conhecimento do *modus operandi* desses manifestantes. Não necessariamente que situações desta natureza, desse tipo e dessa proporção acontecessem neste episódio especificamente que foi mencionado. Isso é uma possibilidade de ocorrência que foge, às vezes, ao alcance da atividade de Inteligência. Eu acho que, talvez, tenha sido alguma coisa que tenha fugido ao controle da própria direção do movimento naquele momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mais alguma pergunta que possa ser respondida ainda?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Há um outro Requerimento. Eu posso pedir a V. Exa.? Já que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É que também a ABIN remeta a essa Comissão, dentro das prerrogativas que V. Exa. tem, o inteiro teor do acompanhamento que ela fez à época sobre aquele escândalo, que ficou conhecido como o Escândalo dos Alopados, aonde foram presos militantes, em véspera de eleição, criou constrangimento para todos nós, independente de partido político, e esse assunto é um assunto marcante na história brasileira. Que enviasse, dentro das prerrogativas da Comissão, o inteiro teor do que está sendo apurado, o que foi apurado sobre esses fatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está bem. Muito obrigado e farei essa mesma indagação. Nós vamos passar, então, ao Senador Romeu Tuma, que é o próximo senador inscrito.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou ser rápido, já que o Senador Heráclito fez perguntas objetivas, que deveriam, sem dúvida nenhuma, vêm demonstrar claramente a necessidade da continuação das reuniões do CECAE. Acho que o CECAE teria

esta função de interpelar e trocar ideias sobre o andamento dos procedimentos consultados pelo Senador Heráclito Fortes.

Então, a importância de que permanentemente o CECAE possa se reunir. Acho que o CECAE continua em atividade, ela foi composta na mudança da infraestrutura da ABIN, na época do General Alberto Cardoso, eu fui o Relator e, com ele, combinamos a importância de se criar um órgão de fiscalização do Parlamento brasileiro. V. Exa. foi Presidente e sabe que é tão importante para evitar esse constrangimento, às vezes, por não sabermos do andamento e da necessidade da participação da ABIN em cooperação com os outros órgãos que não tem nada de ilegal. V. Exa. sabe que se houver requisição de algum órgão, analisará a capacidade financeira, ou não, do órgão que solicitar. Senão, acordos estão sendo feitos, em que o órgão solicitante paga as despesas do órgão que colabora. A Polícia Federal tem feito muito isso com o INCRA, com a FUNAI, com outros órgãos.

Então, não há ilegalidade em colaboração entre os órgãos necessários à Administração Pública nacional. Então, eu não vejo nenhum... Agora, é claro que tem que esclarecer. Falar 80 homens dá para assustar mesmo, porque uma operação com 80 homens é assustadora. Mas, quando há a substituição natural, você tem 30 dias, o outro vem 20 dias... É uma coisa importantíssima porque, provavelmente, a autoridade que presidia o inquérito da Satiagraha necessitava de determinadas ações de Inteligência para completar algumas investigações que tinha dúvida e, sem a capacidade da Inteligência, ele não conseguiria. Apesar de que a Polícia Federal ter um centro de Inteligência bem desenvolvido, bem equipado, e com capacidade maior do que a ABIN porque pode grampear telefone e outras atividades que a ABIN não pode, em razão da Legislação em vigor.

Eu sei que, quando a ABIN foi... O SNI, antigo, que era formado praticamente por um grande número de militares, oriundos a três setores de Inteligência das Forças Armadas. CINEMAR(F), CIE(F) e o da Aeronáutica--

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E eles foram trabalhar na ABIN. E muitas experiências com formação profissional foram feitas na Alemanha e Israel. Eu pergunto se ainda há remanescentes do antigo SNI, dentro da ABIN, porque, se foram profissionais, eles teriam que esperar o tempo de contribuição para a aposentadoria. Então, pode estar havendo uma mescla de novos profissionais dentro da área de Inteligência e aqueles remanescentes da época do antigo SNI.

Houve, um certo dia, uma reunião, já com o General Félix, alguns Parlamentares, onde se foi feito um questionário e teses para a modificação da atividade de Inteligência para alterações na ABIN. Eu sei que aqui nós estávamos falando com o assessor, nós temos uma PEC que está na Câmara, que V. Exa. pediu essa constitucionalização da ABIN, está na Câmara, e vamos ver, Presidente, se a gente procura saber como está. Provavelmente, vindo para o Senado, virá para esta Comissão também se manifestar a respeito e nós vamos estar atentos.

E tem agora criado um regimento, que deve ser aprovado para o trabalho da CECAE, conforme foi explicado e com a colaboração do secretário aqui da Comissão, que é bom que esse regimento seja rapidamente aprovado para que a gente possa, realmente, dentro da Presidência de V. Exa., convocar o CECAE sempre que houver necessidade, inclusive MST, tudo isso, que essas informações, elas realmente surgem dentro da Agência, porque, em tese, sempre se pensou que a Agência fosse trabalho internacional. Mas não é. Ela tem interesse na proteção, visto que o único cliente da Agência é o Governo Federal, o Governo Central, ele que tem que receber as informações da Agência Brasileira de Informações.

E também antigamente tinha ASIS(F), dentro de cada Ministério, que funcionava para colaborar com o Ministro. Ou vigiar se houvesse qualquer desvio de comportamento dentro do Ministério, comunicada a Agência Central, e ela comunicava, é claro, o Presidente da República. Ou o General, chefe de assuntos institucionais.

Eu não sei quais são hoje os objetivos diretos da Agência Brasileira de Inteligência, e, como havia trabalho internacional dentro das embaixadas, não sei se ainda isso está funcionando corretamente, no CIE quando... CIE, não. A CIA, quando funcionava até o final da guerra fria, ela perdeu a qualidade de vigilância de problemas internacionais de armamento e comportamento mais militarizado ou de preocupação político-partidária. Ela passou a verificar com mais intensidade e se dedicar junto ao DEA de parte criminal. Hoje, a CIA trabalha com Inteligência para funcionar junto ao [soa a campainha] Departamento Antidrogas. Eu não sei... Isto também eu acredito que quase todos os órgãos internacionais de Inteligência, na Alemanha e em outros países que eu conheço, também transformaram seu serviço de Inteligência, adaptando a uma busca de informações na área criminal. Não sei se nossa ABIN também está dentro disso e aí estaria a razão na colaboração com o inquérito da Satiagraha.

O senador perguntou sobre o problema dos laranjais. Os laranjais, o inquérito policial está sendo feito

pela Delegacia, um Delegado da região de Jaú. Então, é da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Ela que está fazendo porque eu liguei, pedindo se eles estavam fazendo uma perícia *ad perpetuam*, que é para o futuro sempre estar registrado tudo que aconteceu dentro e quais foram os danos causados à saída deles, que não é vandalismo, Presidente. Eu não considero vandalismo. Considero consequência da prática de um crime grave. Então, houve vandalismo na saída. Quebraram tratores, uma porção de coisas, que passa a ser crime de dano também.

Então, eu pergunto se a ABIN está junto ao delegado para acompanhar de perto e informar claramente ao Presidente da República todos os fatos que ocorreram nesta ação do MST em São Paulo, visto que não é a Polícia Federal que está fazendo o inquérito policial. Então, acho que seria bom que a ABIN solicitasse as informações necessárias para acompanhar de perto o inquérito e o Presidente saber realmente todos os fatos que lá aconteceram. Porque ele será, sem dúvida, julgado na Justiça de São Paulo, e o Governador saberá e poderá não informar o Governo Federal, que deverá ter no arquivo todo o andamento de comportamento bom ou ruim do MST e outros movimentos sociais.

Tinha outras coisas, mas eu acho que o meu tempo se esgotou. Se precisar depois, eu só queria cumprimentar pelo trabalho desse período em que ele dirige a ABIN, numa sequência de graves colocações. O Paulo é meu amigo, o senhor sabe disso, e foi muito forte a campanha contra a Agência, e V. Exa. conseguiu estabelecer uma calma maior, com o atendimento mais claro das necessidades daqueles que precisavam saber do que realmente estava ocorrendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Dr. Trezza, para responder ao Senador Tuma.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Senador, muito obrigado pelas indagações. E, antes de entrarmos propriamente nos temas que o senhor apresenta, eu gostaria de lembrar que a atividade de Inteligência, desenvolvida pela Agência Brasileira de Inteligência, é uma atividade de Inteligência destinada ao assessoramento do processo decisório da Presidência da República, portanto, de nível estratégico. Logicamente que, dentro do Sistema Brasileiro de Inteligência, nós nos relacionamos com todas as Agências de Inteligência dentro do país, mas há uma preponderância de assuntos, na área de Inteligência, ora da área de defesa, ora da área de Inteligência policial, ora da área de Inteligência estratégica, ora de outras áreas de Governo.

Normalmente, quando assuntos dessa natureza chegam ao conhecimento da ABIN, eles são objeto de produção de relatórios de Inteligência, que são difundidos para os órgãos de Inteligência, que têm a competência mais direta para atuar sobre esse tipo de assunto. Exemplo, o caso do MST, do episódio dos laranjais. No nível estratégico das decisões do Presidente da República, esse episódio não é um episódio fundamental, mas é objeto de interesse da Agência Brasileira de Inteligência. Todos os elementos, todos os dados disponíveis na ABIN são consubstanciados num relatório de Inteligência e que também são encaminhados para a área do Ministério da Justiça, no caso, o Departamento de Inteligência da Polícia Federal, que ele, sim, tem maior prepotência neste caso. Ele, sim, terá uma atuação maior, tanto como órgão de Inteligência como órgão policial. Ele oferecerá subsídio para os inquéritos policiais, ainda que isso seja responsabilidade da Polícia Civil, que também tem seus órgãos de Inteligência.

A ABIN, na sua estrutura, tem, como disse anteriormente, uma superintendência em cada Estado da Federação. E, no âmbito regional, também há um Sistema Brasileiro de Inteligência, que funciona e que se interliga e se relaciona. Há um contato, há uma complementação do trabalho de Inteligência realizado nos Estados e em relação ao Governo Federal também.

Portanto, eu acredito que a troca de dados, de relatórios de informação entre a Superintendência da ABIN, em São Paulo, com a polícia, a área de Inteligência da Polícia Civil, com a área de Inteligência da Polícia Militar, com a área de Inteligência da Polícia Federal, produzirá informações suficientes para que os encarregados de inquéritos tenham, se necessário, os elementos necessários para fazer o seu juízo de valor e desenvolver suas investigações, aí, sim, no sentido de produção de provas, não de convicção. Mas de materialização do delito para constituição de prova e as providências necessárias dentro do inquérito.

Então, como eu disse, a grande preocupação da ABIN, em relação mesmo ao movimento, é no nível estratégico e não no nível operacional ou no nível tático.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só queria... Se V. Exa. permitir, em São Paulo, nós tivemos, recentemente, uma experiência... Recentemente, há dois anos, uma experiência importante na continuidade dessa interligação de vários órgãos, quando há um problema sério ocorrendo. Foi o caso do PCC, em São Paulo. Eu estive com o Senador... Com o Governador Cláudio Lembo, à época, em razão da candidatura do Geraldo Alckmin à Presidência, ele assumiu a

governança. Então, o PCC começou a atacar vários órgãos policiais.

Eu fui tomar um café com ele e disse que ele devia fazer... Que não deveria haver um ranço da antiga comunidade de informações. Que devia pedir uma reunião das informações de todos os órgãos de segurança que pudessem colaborar e formar um mosaico do que estava acontecendo. Realmente isso aconteceu, foi feito, inclusive, com as Forças Armadas, com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, e conseguiram mapear todas as ocorrências e fazer um trabalho de Inteligência para contra-atacar e diminuir a ação. Foi quando se descobriu que tudo saía dos presídios, inclusive a movimentação financeira.

Então, eu acho que, quando V. Exa. diz que a importância de continuar a ligação com os órgãos que produzem informações não pode nunca deixar de acontecer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Essa parte aparece no filme também?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): No filme?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É, o filme que está passando agora sobre o episódio.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não sei, eu não vi o filme.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. não contou, então, para o Diretor que produziu o filme?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, mas é importante isso que estou dizendo, o senhor sabe melhor que eu, ao meu tempo, a gente sabia que a atividade estratégica ou não... Mas tem a de... De segurança, que estrategicamente interessa à população brasileira, que é o aumento indiscriminado da criminalidade que, às vezes, os órgãos reunidos podem formar um mosaico. Porque o soldado do Bom Retiro, o policial da Vila Mariana, eles acabam formando cada pedaço de informações que o chefe do órgão poderá transmitir e formar um mosaico mais claro e de lá tirar um planejamento para contra-atacar o crime organizado. Isso que eu queria cumprimentá-lo por essa... Eu quero ver o filme.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): "Salve Geral" é o nome do filme.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: O senhor tem toda razão do que o senhor menciona, e ainda que imagine que tenha oferecido todos os dados necessários para a formação desse juízo de valor, eu só

queria acrescentar que, ainda em relação a questões de segurança--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está um pouquinho baixo, Presidente. Eles aumentaram e diminuíram o volume. Desculpa, viu?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: O aspecto de Segurança Pública pode, em determinados momentos, ser um assunto de interesse estratégico, um interesse da Presidência da República. E a ABIN, talvez em função da sua capilaridade da presença em todos os Estados da federação, das redes de informações que possui e do contato com todas as demais Agências de Inteligência, em determinados momentos, produz relatórios de Inteligência relativos aos aspectos de Segurança Pública no nível estratégico. Para isso, certamente, conta com esta produção pontual relativa a cada estado da federação, a cada órgão de Inteligência, tudo isso compõe o mosaico para produção de um documento prospectivo de assessoramento ao Presidente da República. Não significa que não seja de interesse da ABIN.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Inclusive, é necessário para as visitas que o Presidente faz, receber anteriormente qual é a situação do local para onde ele vai, do estado, do Município... Isso é uma produção permanentemente... Não precisa ser requisitada.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Sem dúvida que não. Mesmo porque a própria criação do Sistema Brasileiro de Inteligência pressupõe essa troca, onde todos aqueles que dispõem de algum dado devem e podem colaborar para que o relatório de Inteligência seja o mais completo--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Fiz uma visita nos Estados Unidos, no CIA, eles tinham nove órgãos de informações nacionais. Nove, que se reuniram para conversar comigo à época que eu estava na Polícia Federal... Então, não há nenhuma disputa entre os órgãos de informação, e, sim, uma colaboração permanente, e eu sei que a ABIN prima por esse princípio.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Sem dúvida. E em relação ao episódio que o senhor mencionou, o PCC em São Paulo... Só gostaria de registrar que a ABIN participou de uma espécie de força-tarefa. Houve uma Reunião Extraordinária do Sistema Brasileiro de Inteligência, as reuniões começaram a acontecer em São Paulo, a ABIN participou e a ABIN tem uma característica que a diferencia das demais Agências de Inteligência, é que nós temos talvez a maior expertise em capacidade de análise. As outras Agências de Inteligência, especialmente na área de Segurança Pública, área pessoal, têm atividade voltada para consumo próprio na área tática e operacional. A ABIN tem uma

grande expertise em análise, em reunião de dados e produção de conhecimentos analíticos. E neste momento, então, colaboramos intensamente para a resolução daquele problema ocorrido em São Paulo.

Bem, mas o senhor perguntava sobre a existência de remanescente, de servidores remanescentes... Sem dúvida nenhuma, acho que não há problema nenhum em responder. De fato, a origem da Agência Brasileira de Inteligência, ela é sucessora de vários órgãos que a antecederam. Começando pelo SNI, passando pela subsecretaria de Inteligência, departamento de Inteligência da secretaria de assuntos estratégicos, subsecretaria de Inteligência, até a criação da ABIN, em 1999. E hoje em dia, já não temos mais... Se não me falha a memória, temos uma pessoa, um oriundo das Forças Armadas que ainda trabalha na ABIN, mas atua basicamente na área de administração. E eu quero acreditar que na área de produção de conhecimento ou na área operacional, já não tenhamos mais militares oriundos daquela... A escola de Inteligência da ABIN funciona...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Não, senhor. Escola de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência, que também é sucessora da antiga EsNI.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ela funciona com curso permanentemente... Cursos... Porque o cidadão que tenha interesse poderá... Selecionado e convocado?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Não necessariamente todo cidadão que tenha interesse. É preciso que ele, primeiro, seja integrante de uma Agência de Inteligência, que tenha atuação, que milite na área de Inteligência para que, dependendo do interesse da sua organização, a ABIN seja consultada e, havendo a disponibilidade de vagas na capacitação de interesse dessa Agência, ele será matriculado. Hoje, nós oferecemos capacitação em Inteligência para todos servidores da ABIN em todas as áreas: Inteligência, operações contra Inteligência, contra terrorismo, enfim, tudo que é necessário para desenvolvimento da nossa competência legal.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: E, paralelamente a isso, nós fazemos a capacitação do capital humano que atua em Inteligência, em todo o Brasil. Na Polícia Federal, no Exército, na Marinha, na Aeronáutica, polícias militares, polícias civis, Corpo de Bombeiros, guardas municipais, enfim, onde exista uma atividade de Inteligência oficial, ou seja, a serviço do Estado, e, havendo interesse e possibilidade de oferta

de vagas, eles passam pelos bancos da Escola, e eu aqui não terei nenhuma parcimônia em dizer, nenhuma falsa modéstia em dizer que a ABIN tem, na sua Escola de Inteligência, a melhor Escola de Inteligência em atuação no Brasil nesse momento. Então, de maneira geral, praticamente todos os profissionais de Inteligência no Brasil, em algum momento, passaram pelos bancos escolares da ABIN.

Então, continuamos fazendo esse tipo de capacitação para todo o Sistema Brasileiro de Inteligência. Então, não temos mais, nesse momento... Isso não é bom nem é ruim. A verdade é que assim, em função do tempo decorrido, não temos mais remanescentes daquele momento. Mas continuamos tendo um bom intercâmbio de... Inclusive na área de capacitação, com serviços de Inteligência de outros países. Mandamos os nossos profissionais para fazerem capacitação fora e também recebemos de outros países, por força de intercâmbio que existe nessa área de Inteligência.

O senhor mencionou a questão da PEC. A ABIN julga de fundamental importância que exista... Que ocorra essa recepção da atividade de Inteligência no texto constitucional. Isso resolveria uma série de problemas, entre eles, a possibilidade de nós termos, por exemplo, uma Lei Orgânica que permitisse, por exemplo, estabelecimento de Código de Conduta, de um regime disciplinar... Enfim, uma série de decorrências da presença da ABIN no texto constitucional. Esse é um objetivo a ser perseguido, e eu gostaria de lembrar que o então Presidente, digo então porque me parece que, por uma questão de mudança de partido, ele deixou a Presidência da Comissão de Controle da Atividade de Inteligência, o Deputado Severiano.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Mas encaminhou uma proposta de Regimento Interno da Comissão e também encaminhou uma proposta de PEC, que contempla, então, ou que prevê a inclusão da atividade de Inteligência no art. 144 da Constituição. Naquele capítulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Vou pedir que seja encaminhada ao Senador Tuma uma cópia dessa PEC do Deputado Severiano.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: O senhor menciona também a necessidade do controle externo da atividade de Inteligência e foi mencionado também pelo Senador Mercadante, e eu gostaria de dizer que, já à época da preparação do Projeto de Lei que deu origem à Lei 9.883, de criação do Sistema Brasileiro de Inteligência, da própria ABIN, houve uma grande cooperação de profissionais de Inteligência dos órgãos

que antecederam a ABIN e, em função desta autocrítica que eu menciono e que nós fazemos com frequência dentro da instituição, os próprios integrantes da atividade de Inteligência entenderam que é fundamental, é preciso e é desejável, por todos os integrantes da ABIN, que exista de fato um controle externo da atividade de Inteligência. Eu acho que este é o processo, é o caminho, é o meio mais rápido de que a sociedade entenda adequadamente o papel da Inteligência no Brasil, o papel desempenhado pela Agência Brasileira de Inteligência, e eu acho que a participação, a validação do Legislativo, do Parlamento brasileiro, é que vai oferecer a credibilidade que nós tanto ansiamos gozar e desfrutar diante da sociedade brasileira.

É preciso que haja a fiscalização porque, havendo a fiscalização, primeiro, é possível correções de rumo. Segundo, é possível que isso sirva como um atestado de competência e de cumprimento da Legislação vigente. Mas, independente do controle externo, e foi mencionado que a Legislação prevê, desde 1999, que ocorresse o controle, mas isso eu não vejo como problema dos mais graves porque também a lei, desde 99, previa a existência de uma Política Nacional de Inteligência, que agora foi finalizada e que nós esperamos ver aprovada em breve.

Também é preciso... O senhor provavelmente se recorde que, em 99, foi criada a ABIN; durante o ano de 2000, foi elaborado o projeto de sistema e da... O projeto de Política Nacional de Inteligência foi submetido à apreciação do Congresso Nacional no ano de 2001 e por uma série de outras questões, ele acabou por não ser ultimado e não foi aprovado, não entrou em vigor. Mas acho que o passado serve basicamente para que nós não repitamos os erros no futuro, e acho que agora nós temos, então, a possibilidade de Implantação da Política Nacional de Inteligência, que estabelece o balizamento para atuação dos órgãos de Inteligência, dos profissionais de Inteligência, estabelecer os pressupostos que devem ser observados por essa atividade, estabelece os objetivos, os instrumentos e principalmente as ameaças com as quais todos os profissionais de Inteligência deverão se ocupar, a partir da aprovação dessa política.

Acho que é importante inclusive para que a sociedade brasileira possa tomar conhecimento do que pensa o Governo Brasileiro a respeito de Inteligência, do que se espera dos órgãos de Inteligência, com que ameaça nós estamos lidando e com que recursos nós temos para desempenhar esse papel. Acho que é fundamental a importância da PNI, mas também do controle externo, que nós pretendemos que ocorra e desejamos, porque é fundamental para a ABIN, para

os profissionais de Inteligência que isso seja feita dessa maneira.

O regimento da CECAE, como foi dito, ele foi encaminhado e está sendo discutido no âmbito da Comissão e ele tem mais um outro benefício para a atividade Inteligência e da própria ABIN. É que hoje, por exemplo, nós não temos opção de uma Comissão do Congresso Nacional que possa encaminhar, por exemplo, uma emenda ao orçamento que beneficia a ABIN. Por falta do Regimento Interno, a CECAE não tinha essa possibilidade, esperamos que, agora, com isso, que possa, por exemplo, avaliar as questões orçamentárias da ABIN, que possa nos ajudar a fazer esse encaminhamento e que possa inclusive apresentar emendas ao orçamento. Bem--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos passar para as outras questões?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Temos outras questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo pede pela ordem.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): É lamentável que um órgão como a ABIN precise de emendas parlamentares para ter orçamento. Acho que o Poder Executivo já deveria mandar um orçamento completo e até suficiente para não precisar de emenda parlamentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeito. Bom, então, Senador Paulo Duque e, em seguida, Senador Aloizio. Senador Paulo Duque primeiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Aperta o som. Está ligado? Mais alto, então.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Essa pergunta é da maior importância. Gostaria até que pudesse responder. Estamos votando o orçamento agora. Isso é bem oportuno.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Senador, agradeço a sua oportunidade de nós discutirmos um pouquinho sobre esse assunto--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, sobre essa matéria o Senador tem toda razão, eu acho até que nós deveríamos, já que há uma decisão de que não serão contingenciados os recursos da Defesa, eu acho que essa é uma área que também não poderíamos ter o recurso contingenciado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então, eu abro mão da pergunta e vou para as outras.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dr. Wilson Trezza, eu gostaria do seguinte: na história da República, quando é que começou a questão da informação no serviço público? V. Exa. pode fazer uma pequena explanação sobre isso? Quando é que começou isso? Em que Governo?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Bem, atendendo à solicitação do Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Peço apenas que seja mais conciso por causa do grande número de inscritos ainda.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Nem peço igualdade de tempo com os outros oradores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não estou pedindo para o senhor, não. Pedi para o Dr. Trezza.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está bem.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Então, atendendo à solicitação do Presidente da Comissão, eu vou responder à sua pergunta sem... Numa tentativa de nós não entrarmos em detalhe. Nós completamos, agora recentemente, em 2007, 80 anos de atividade de Inteligência no Brasil. Considerando que a primeira iniciativa oficial de criação de um suporte, um assessoramento de Inteligência aconteceu em 1927. Depois, tivemos a criação do Serviço Federal de Informação--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Epitácio Pessoa? Com Artur Bernardes? Com quem, afinal?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Sinceramente, não me recordo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): 26 terminou o Governo Bernardes. Foi logo em seguida, Washington Luis.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Washington Luis. Foi o Governo Washington Luis. E depois foram criados os FIS(F), que foi regulamentado pelo ainda no... Ele foi criado 12 anos antes. Mas entrou em funcionamento adequado no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Depois tivemos a criação do SNI em 64, depois os órgãos que o sucederam, até que em 99, tivemos a criação da ABIN. Gostaria de lembrar que, com exceção do órgão criado em 64, todas as outras iniciativas governamentais, nesta área de Inteligência, de criação de instituições que suportassem e que atendessem à necessidade, à demanda dos governos na área de Inteligência foram feitas em plena vigência democrática do país. 27... Juscelino Kubitschek... 99, enfim, todos eles foram aprovados e foram idealizados e colocados em funcionamento no auge do... Na vigência dos sistemas democráticos no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): No Governo Getúlio Vargas, também tínhamos um órgão que era famoso, de Inteligência da época, do Governo Getúlio Vargas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não, de informações. Órgão de informações. Não?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: DIP, mas órgãos de Inteligência, de informações, que sucederam ou que deram origem--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Veja bem, Presidente. Na época de Getúlio, a informação deveria ser muito precária. Ninguém previu objetivamente a Revolução de 30. A intentona de 35, o ataque ao Palácio Guanabara em 38, pelos integralistas. Que não havia informação. Por isso que estou perguntando isso. Isso é importante. Não havia nada. Um país do tamanho do Brasil, da dimensão do Brasil, precisa sim ter um serviço de informação sério, amplo, em que a gente acredite nele. E é por isso que eu estou aqui hoje nessa Sessão. E estou fazendo duas ou três perguntas, só. Só me interessa isso. Porque, lembra, de 11 de novembro... 11 de setembro, lá nos Estados Unidos? Quatro aviões conseguiram invadir o espaço aéreo e houve o que houve.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas isso aí é surpresa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É surpresa? Pois bem. Agências no Estado. O senhor tem ideia quantos servidores estão hoje na ABIN, no Brasil inteiro? Mais ou menos quantos?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Bem, como eu dizia, a respeito de orçamento, esse também seria um dado estratégico, mas nós não temos problema porque eles já foram objeto de... Mas nós temos, hoje, na ABIN, considerando os servidores efetivos da ABIN, os requisitados de outros órgãos e os servidores sem vínculos e de outras carreiras, que não de Inteligência, em torno de 1.880 servidores. Porém, destes, diretamente vinculados à atividade de Inteligência, nós temos cerca de 600 oficiais de Inteligência e cento e poucos agentes de Inteligência.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Na sua opinião franca – o senhor está sendo franco aqui, nessa Reunião –, é pouco, é muito ou é demais? Como é que é? No Brasil. 12 países como limítrofes?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Senador, o que determina a conveniência, o efetivo adequado para a ABIN é exatamente o que se demanda da atividade de Inteligência. Mas, hoje, eu poderia lhe dizer que nós temos um efetivo insuficiente para as responsabili-

dades, para as demandas que se... São canalizadas para a atividade de Inteligência. Principalmente porque nós passamos um longo tempo sem renovação de quadro. Nós começamos a fazer concursos públicos em 94 o primeiro, depois 98, tivemos cinco concursos de lá pra cá.

A nossa média de evasão, de servidores concursados fica em torno de 50% do efetivo. A cada--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É muito pouco então?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: É muito pouco. Agora, não queremos somente número, queremos qualidade, capacitação, capacidade de atuação no exterior.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Claro. Agora, como eu não vi o filme, foi falado um filme aqui, que eu não sei qual é, eu pergunto: Onde é que fica a Superintendência da ABIN no Estado do Rio de Janeiro?

[soa a campainha]

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: O senhor faz essa pergunta em relação a...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Onde é que fica? Em que lugar? Na Praça Mauá?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Fisicamente? Ela fica no que se convencionou chamar, no Rio de Janeiro, de... Naquela região entre o antigo prédio do BNH.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O antigo prédio do BNH?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: O BNH, do lado da Petrobras, outro lado a Catedral...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Pensei que fosse no antigo prédio da Imprensa Nacional, onde fica a Polícia Federal.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Não, senhor.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Tem nada a ver.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Não, senhor.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito obrigado, Presidente. Cumprimento V. Exa. pela bonita explanação que vem fazendo.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Muito obrigado, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Paulo Duque. Vamos ouvir Senador Aloizio Mercadante e em seguida Senador Suplicy. Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, em primeiro lugar, eu ponderei com o Senador Heráclito Fortes que nós deveríamos aprofundar

essa questão do serviço de Inteligência relacionado a... Com uma atividade complementar estratégica à nossa diplomacia. A proposta que fiz é que nós fizéssemos uma Sessão especial, semana que vem, espero que até lá a gente já tenha aprovado a indicação do nosso Diretor Geral, hoje substituto, como definitivo, Dr. Wilson Roberto Trezza, mesmo porque o Senador Heráclito não tem nenhuma objeção à aprovação da indicação, e ele poderia se preparar para aprofundar esse diagnóstico e apresentar a visão da ABIN sobre os principais problemas diplomáticos que nós temos, especialmente no âmbito da América do Sul, que é o nosso foco de maior atenção. E quem sabe inclusive sobre alguns temas também da diplomacia internacional.

Então, ele poderia se preparar, viria semana que vem e nós teríamos uma audiência sobre política externa, a visão da ABIN, as informações da ABIN. O Senador Heráclito está de acordo com essa... Com esse encaminhamento. Nós teríamos uma Sessão especial, na semana que vem, sobre a atividade de Inteligência e relacionado à política externa e a visão da ABIN sobre a América Latina, sobre o que passou na América do Sul, sobre o que pode passar, sobre outras áreas de preocupação... Eu acho que seria a forma mais adequada e nós não faríamos essa Sessão reservada, improvisada, hoje e daria inclusive condição do Dr. Trezza se preparar especificamente para essa pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O Senador Collor pede a palavra sobre esse ponto.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de ponderar da necessidade dessa Sessão secreta, porque, particularmente, eu vejo como extremamente importante que ela seja realizada ainda hoje, com a presença do Dr. Trezza.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim. Pois é, nós podemos fazer a parte secreta... Com, talvez, de uma maneira mais rápida--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, a parte secreta hoje poderia estar ligada aos problemas relacionados à sabatina. Que eventualmente alguém queira--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas alguma coisa internacional talvez pudesse--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O que eu propus ao Senador Heráclito aqui, de comum acordo, é que sobre política externa, o aprofundamento da análise da visão da ABIN sobre política externa, nós fizéssemos uma Sessão especial, inclusive secreta que o Dr. Trezza se preparasse e viesse com todas as

informações e apresentasse o diagnóstico na América do Sul, os problemas que nós tivemos, problemas potenciais que podemos ter na política externa... Quer dizer, acho que daria uma visão, que é o que nos interessa, como Comissão de Relações Exteriores. Agora, se houver alguma questão relacionada à arguição que precise ser reservada, evidentemente eu estou aberto. Não sei se o Senador Collor está de acordo com esse encaminhamento.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu estou de acordo com a realização da Sessão secreta e que a cada Senador fosse dado o direito fazer as indagações que julgasse conveniente ao Dr. Trezza, independentemente de ser de política externa ou não. Acredito que, na Sessão secreta, o tema predominante será de assuntos internos, mas nós não podemos cercear o direito que cada um dos Senadores aqui tem de poder fazer as indagações que julgar convenientes ao Dr. Trezza.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Vamos fazer, então, dessa maneira. Nós vamos ter a secreta, nela qualquer assunto pode--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Os temas que ficarem pendentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas ficamos com uma sugestão de uma reunião específica sobre a questão internacional e as ações de Inteligência.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Futuramente que seria preparado e a visão da ABIN sobre os grandes desafios da política externa e os problemas que tivemos, problemas potenciais que poderíamos ter... Fazer uma análise mais abrangente, que eu acho que subsidiaria a atividade da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Provavelmente não na semana que vem, porque semana que vem está realmente já prevista a presença do Prefeito de Caracas, Antônio Ledesma aqui para falar ainda, antes, eu falei com o Senador Romero Jucá, sem prejuízo da votação dia 29. Teríamos o Ledesma no dia 22 e depois no dia 29--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Excelente. Acho que essa audiência vai ser muito importante para o tema da Venezuela no âmbito da Comissão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Poderíamos começar a votação agora, Presidente? Daqui a pouco não vai haver número.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A segunda sugestão que eu queria fazer, Senador Heráclito colocou uma série de questões que dizem respeito à Operação Satiagraha, que é, de fato, um

tema fundamental para o Congresso se debruçar, no sentido de tratar das questões e aperfeiçoar os mecanismos de controle democrático sobre a atividade de Inteligência. Minha proposta à Presidência é que solicite o inteiro teor desse inquérito para que a gente possa conhecer toda a abrangência em profundidade e que a Comissão possa discutir a questão mais especificamente da participação da ABIN e de outros órgãos no que se refere às formas de controle da atividade de Inteligência.

O terceiro comentário que queria fazer diz respeito à questão do controle. Eu já fui, mais de uma vez, dessa Comissão de controle, que na realidade não controla. Essa Comissão não tem eficácia, não tem periodicidade, não tem uma rotina de trabalho... E não acho que a gente possa continuar assim. Acho muito importante que a gente constitua um mecanismo de controle que seja de fato eficiente. Eu dou um exemplo, por exemplo, nós conseguimos aprovar a prestação de contas do Banco Central, a cada três meses, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. É uma excelente audiência. Quer dizer, além da ata do Banco Central, nós temos ali um debate sobre política monetária, cambial etc., um debate rico que vai formando a convicção dos Senadores numa avaliação permanente sobre a atividade.

Então, você não chama só na crise. A ABIN só aparece aqui quando tem crise. Não há um acompanhamento para saber as contribuições, o mérito, os problemas, as dificuldades... Quer dizer, essa interação que nós precisamos construir. Inclusive porque a atividade de Inteligência pode ajudar o próprio Parlamento a pensar, por exemplo, no caso das Relações Exteriores, nossos desafios futuros. Então, a minha... Eu, particularmente, não acho que é um problema só de regimento da Comissão. A forma como ela está montada hoje, ela não terá o papel que deveria ter, na minha visão. Acho que é uma questão interna... A minha proposta é que ela fosse uma Subcomissão Permanente da Comissão de Relações Exteriores ou da Comissão de Constituição e Justiça; acho mais apropriado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional... Não. E uma Subcomissão Permanente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara. E, para algumas atividades, nós teríamos a Sessão conjunta das duas Subcomissões permanentes. Então, elas se reuniriam em momentos para discutir o orçamento ou para avaliação de uma crise... Mas nós teríamos uma prestação de contas nas duas Casas, onde seria possível uma Subcomissão Permanente que pede informações, que acompanha, que visita e que tenha interação. Porque se for uma Subcomissão dessa Comissão, vai funcionar porque

vai estar na pauta e vão colocar na pauta da Comissão. Se for essa... O Presidente da Comissão de Relações Exteriores, líder da maioria, líder da minoria... Impossível essa Comissão funcionar. Acho que ela foi bem pensada para não funcionar. Como eu acho que ela deve funcionar, que é importante no Estado de Direito democrático, eu proponho que a gente debata um outro mecanismo de discussão.

Por último, eu queria saber do nosso... Como é que ele avalia essa questão do controle democrático do Estado de Direito, que eu acho que é a grande questão, tanto do Satiagraha quanto... É o grande tema. Como é que nós vamos criar um mecanismo de controle democrático, eficiente e qualificado, mesmo porque o controle da atividade de Inteligência não pode se restringir à ABIN. Nós temos outras Agências de Inteligência no país que não têm nenhum mecanismo de acompanhamento. E nenhum mecanismo de controle. Então, o sistema de Inteligência deveria ter uma forma de diálogo permanente, de um controle institucional e democrático. Então, nós precisamos aprimorar esse procedimento.

Por último, a minha... A minha questão era que o nosso Diretor Geral pudesse apresentar melhor a questão desse plano estratégico de Inteligência. Quais são as grandes diretrizes que estão sendo pensadas para esse plano estratégico de Inteligência? E como é que nós poderíamos, futuramente, nesta audiência que vamos fazer, já abrir a discussão sobre esse plano estratégico no que se refere à política externa? Mas quais são as grandes diretrizes que hoje perpassa o plano estratégico de Inteligência da ABIN?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Dr. Wilson Trezza, Senador Romeu Tuma assumam por favor só a Presidência rapidamente, enquanto eu faço... Participo da votação aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Dr. Wilson Trezza, com a palavra.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Senador Aloizio Mercadante, em relação à sua pergunta sobre o controle externo da atividade de Inteligência, complementando a minha manifestação anterior, nós achamos que é de suma importância. E o senhor lembra muito bem que a atividade de Inteligência no Brasil não significa somente atividade de Inteligência desenvolvida pela Agência Brasileira de Inteligência. Nós temos um Sistema Brasileiro de Inteligência composto por várias Agências vinculadas ao Governo Federal e também no nível estadual, e, hoje em dia, até mesmo municipal, existem órgãos vinculados às Administrações respectivas que desenvolvem trabalho voltado para a Inteligência. Então, acho que também por isso é de suma importância que exista esse controle externo e o lugar

adequado é o Congresso Nacional. A exemplo do que há em várias partes do mundo e com eficiência.

O senhor lembra bem sobre a composição da CECAE e logicamente que não cabe ao Diretor Geral da ABIN avaliar ou não a conveniência e a adequação da composição desta Comissão. A única observação que nós faríamos é que de fato os integrantes dessa Comissão talvez sejam as pessoas mais ocupadas do Congresso Nacional. Líder da maioria e da minoria das duas Casas e o Presidente das duas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Logicamente que não cabe a mim julgar se por este fato e simplesmente em função da composição da Comissão, nós não tenhamos tido, talvez, o trabalho que o próprio Congresso desejasse fazer.

Agora, essa sua proposta, logicamente, é muito mais adequada para ser avaliada no âmbito do Congresso do que propriamente da ABIN. Mas qualquer decisão que venha a oferecer para a atividade de Inteligência, para a ABIN ou para as demais Agências, uma possibilidade da existência de um controle externo adequado, eu acho que vem ao encontro dos nossos anseios porque, como eu disse, é, talvez, a melhor forma de nós demonstrarmos para a sociedade a regularidade, a legalidade da nossa atuação, observância dos preceitos constitucionais, do ordenamento jurídico e quem sabe o atestado de competência dos órgãos que desenvolvem essa atividade no país. Logicamente, nós estamos dentro do melhor cenário possível.

Em relação à sua segunda pergunta que era... A sua proposta de Reunião específica para o tratamento dos sistemas relativos à política externa brasileira ou, então, à atuação da ABIN na área internacional, certamente nós estamos à disposição quando... Estaremos à disposição quando formos convocados, mas gostaria de deixar sugestão para apreciação dos senhores. Se não houver inconveniente, se houver possibilidade, que essa reunião pudesse ser feita até nas dependências da própria ABIN, talvez, com a oportunidade dos Srs. Parlamentares conhecerem a nossa instituição e lá, talvez, tivéssemos até maior disponibilidade de elementos para atender a...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quando eu era da Comissão, nós já fizemos isso uma vez, tivemos uma audiência lá, inclusive para que os membros da Comissão conheçam a ABIN, vários departamentos, funcionamento... Ter mais recursos para apresentar. Eu sou inteiramente favorável fazer uma Comissão Externa, que faça uma visita e uma Audiência Pública, uma audiência reservada, no âmbito da ABIN.

Eu, particularmente, encaminharei favoravelmente à iniciativa. Acho muito positiva.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: E eu gostaria de pedir uma gentileza, que o senhor pudesse novamente formular sua última questão porque falamos de tantos...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sobre a política estratégica de Inteligência...

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Ah, sim, Plano Estratégico de Inteligência. Sim, senhor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Poderia delinear as grandes questões hoje que vão orientar essa política estratégica de Inteligência, será objeto de uma discussão posterior. Mas quais são as grandes questões que permeiam essa política?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Muito bem. O planejamento anual das atividades da ABIN, ele é elaborado com base nas... Com base nas orientações que nós recebemos da Presidência da República para a área de segurança institucional e para a própria área de Inteligência e também e principalmente com base nas prioridades estabelecidas pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.

Então, patrioticamente, recebemos um rol de prioridades estabelecidas por essa Câmara, do conselho de Governo, recebemos as orientações da Presidência da República e do próprio GSI e, com base nesses indicadores de atuação, nós desenvolvemos nosso Plano Anual de atividades. Nós temos, na ABIN, 12 projetos; dentre esses projetos, estabelecemos os objetivos de cada um, as metas a serem atingidas, as ações necessárias para o atingimento dessas metas e fazemos, então, a alocação dos recursos. Mas ele tem prioritariamente o condão de ser a materialização daquelas orientações recebidas da CREDEN e do Conselho de Governo.

Logicamente que, agora, a partir da apreciação e, Deus queira, da aprovação da Política Nacional de Inteligência, esta política apresenta um conjunto de objetivos para a atividade de Inteligência e também assinala as principais ameaças que, no entendimento do Governo, devem ser objeto da atividade de Inteligência.

Eu não gostaria de me aprofundar no teor da Política Nacional de Inteligência, mesmo porque ela foi submetida ao Presidente da República e ele estará encaminhando ao Congresso Nacional e, neste meio tempo, há uma possibilidade até de uma mudança de algum desses pontos. Mas entre as principais ameaças, nós temos sabotagem, o terrorismo internacional,

a ameaça ao Estado Democrático de Direito, os crimes na área cibernética, que são uma preocupação do Brasil e de toda a comunidade internacional, criminalidade organizada, lavagem de dinheiro, coisas dessa natureza.

Em termos de ameaça, entre outras, essas são as que eu acho que, até por já serem objeto de interesse da atividade de Inteligência, mas detalhes da política, como eu disse, eu me sinto, talvez, na necessidade de não me aprofundar porque o Presidente da República ainda não encaminhou ao Congresso e poderá haver modificações. Mas certamente que o nosso Plano Anual de atividades no nosso planejamento estratégico, daí em diante, levará em consideração os indicadores, os objetivos, os pressupostos e as ameaças definidas nessa política de interesse, que não é só dirigida à ABIN, mas a todos órgãos de Inteligência vinculados ao Governo Federal.

Paralelamente à Política Nacional de Inteligência, nós já podemos antecipar e vislumbrar a elaboração e aprovação do Plano Nacional de Inteligência, que, aí sim, com base nesse planejamento, nessas diretrizes, estabelecerá com mais clareza o papel específico de cada Agência de Inteligência, as informações de responsabilidade dessas Agências de Inteligência, com que periodicidade, que tipo de difusão será feita, de quem e para quem, enfim, há uma maior definição da competência, da atuação, da difusão, do compartilhamento de dados a partir desse Plano Nacional de Inteligência.

Acho que esse conjunto de medidas governamentais, política e plano, são fundamentais para o direcionamento da Inteligência no Brasil e para a elaboração do nosso planejamento estratégico.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Satisfeito? Senador Eduardo Suplicy, tem V. Exa. a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr. Wilson Trezza, gostaria de perguntar a respeito da formação de agentes da ABIN. Quais são os principais requisitos exigidos em concurso público e as necessidades que devem os que fazem o concurso, do ponto de vista de seu currículo, de sua formação? E, a propósito, se considera adequado o atual quadro de pessoal da Agência para atuar nas diversas responsabilidades que tem o órgão. A Lei 10.667, de 2003, que criou, na ABIN, 1.600 cargos para atual cargo de oficial de Inteligência e 300 cargos para o atual cargo de agente de Inteligência, mas, passados seis anos, em que medida eles foram

inteiramente ocupados; do último concurso realizado, em 2008, consta que foram chamados os 160 candidatos aprovados no qualitativo inicial das vagas. Teria sido pedido ao Ministério do Planejamento apenas acréscimo de 25% em relação ao quantitativo inicial das vagas?

Avalia o senhor que seria de interesse da nação brasileira o fortalecimento do órgão de Inteligência capaz de atuar nas questões mais relevantes e... Mas com um acréscimo daqueles que aguardam a possibilidade de contribuir para a ABIN, tendo em conta que há um número significativo de concursados que estão no aguardo da possibilidade de serem chamados?

Eu gostaria de saber em que medida a questão do narcotráfico também constitui uma preocupação da ação da ABIN, possivelmente em colaboração com o Ministério da Justiça, da Polícia Federal e com os órgãos de segurança estaduais. Em entrevista ontem publicada, no... O Diretor da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, no Globo de ontem, se pronunciou contrário à descriminalização das drogas. Por outro lado, há um movimento e um debate crescente, com a participação inclusive de ex-Presidentes da República, como da América Latina, como o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que considera positivo o debate relativamente ao tema da descriminalização das drogas. Avalia o senhor que essa hipótese deva ser seriamente considerada?

No que diz respeito às preocupações com os movimentos sociais, quando surgem problemas de diversas naturezas, tais como os que aconteceram nas últimas... Há duas semanas atrás, ali na região de Lençóis Paulista e Iaras, em que medida tem a ABIN procurado se antecipar e até realizar ações que possam dirimir, resolver os problemas, fazê-los serem superados, a partir, inclusive, do diálogo? Avalio que aqui o Congresso Nacional, os Deputados Federais, os próprios Senadores podem colaborar neste sentido. Há alguns Parlamentares que têm dito "nós só vamos ouvir aqui o MST no banco dos réus". Outros têm dito, e considero assim mais positivo que seria importante ouvir os seus representantes e promover um diálogo aqui, inclusive em nível do Congresso Nacional e sem a preocupação de estar criminalizando os movimentos sociais.

Portanto, agradeceria que pudesse nos informar em que medida também a ABIN, se preocupada com estas situações, propõe medidas de entendimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa. pode responder, por favor.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Sim, senhor. Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. A sua primei-

ra pergunta diz respeito ao interesse, à necessidade de fortalecimento da ABIN como órgão de assessoramento ao processo decisório nacional. Acho que, sem dúvida, sim. Acho que o órgão de assessoramento, o órgão de Inteligência de Estado, que presta o assessoramento estratégico ao processo decisório do Presidente da República e principalmente do Poder Executivo, deve, na medida do possível, sempre estar em condições de atender às demandas que a ele se apresentam e deve ser fortalecido sempre. Acho que quanto melhor for a sua capacidade de assessoramento, melhor será a possibilidade das grandes decisões, dos grandes temas da agenda do Presidente da República e de interesse do Estado Brasileiro. Então, acho que, sem dúvida nenhuma, há interesse em fortalecimento do órgão. Não pelo simples fortalecimento da ABIN, mas pelo serviço que ela poderá prestar, desde que reúna as condições necessárias para que esse trabalho seja feito em tempo hábil, com oportunidade e a qualidade que se espera de um órgão de Inteligência.

O senhor comenta também sobre a questão dos concursos públicos que nós realizamos e, de fato, a lei que o senhor se referiu aprovou a criação de 1600 cargos para a Agência Brasileira de Inteligência, porém, o provimento desses cargos deveria acontecer numa proporção de 10% a cada concurso público, desde que eles pudessem ser realizados anualmente. Ocorre que, na atividade de Inteligência, em função das suas especificidades, das suas características, nós temos uma Escola de Inteligência, como eu disse, da melhor qualidade, mas, na atividade de Inteligência, não é possível que a formação atenda a este número de servidores. Nós nos limitamos a uma formação que, no limite, alcançaria uma média de 45 a 50 servidores por turma. Isso fugindo do padrão ideal. Nós temos buscado este efetivo em cada turma por necessidade de cumprimento de calendários porque, caso contrário, nossos concursos públicos seriam realizados de quatro em quatro anos, de três em três anos.

Bem, neste ano, por exemplo, nós tivemos simultaneamente quatro turmas de curso de formação de oficiais de Inteligência em andamento simultaneamente. Por isso a nossa dificuldade. Há uma regra no Ministério do Planejamento que um concurso público só é aprovado quando ocorre o provimento do último cargo relativo ao concurso anterior. Dentro dessas turmas, que o senhor coloca 50 servidores realizando um curso de formação, muitas vezes, antes do final da formação, nós já temos algumas baixas. Algumas vezes, após a conclusão do curso de formação, esses aprovados no concurso público não se apresentam para tomar posse. E o pior, em alguns momentos, fazem o concurso, são aprovados, fazem o curso de formação,

começam a trabalhar, têm contato com a atividade de Inteligência e as pessoas que militam nessa atividade e, em seguida, prestam concurso para outras áreas de Governo em busca de melhor remuneração ou coisa do tipo. Agora essa situação foi bastante minorada, tendo em vista a aprovação das carreiras de Inteligência e de termos obtido uma remuneração que chegará, em 2011, ao nível das melhores carreiras dentro do Executivo. Isso deve ser bastante minorado. Mas, como eu disse, a nossa taxa de evasão, nos últimos concursos, tem sido de 50%.

Bom, em relação à possibilidade de aproveitamento de candidatos aprovados e que ultrapassa o número dos 160, nós vamos depender, de fato, do provimento de todos esses cargos, da necessidade de realização de novas turmas, e ainda da possibilidade de recorrermos a esse dispositivo legal que lhe permite solicitar o planejamento um acréscimo de 50% das vagas previstas no concurso. Então, nós teríamos direito, por exemplo, a um pleito de até novas 80 vagas. Ocorre que, para que isso aconteça, é preciso que o planejamento tenha previsão de recurso orçamentário para o ingresso dessas pessoas no serviço público. E isso acontece num momento descasado com a realização do concurso e pela opção dos 50% a mais de vagas. O recurso para o ano que vem foi definido na lei orçamentária anual e aprovado no orçamento da União para o ano que vem. Não havia esta previsão de novos ingressos, fruto deste concurso público. Fizemos um contato com o planejamento, solicitamos o acréscimo de vagas; pelo recurso disponível, nós teríamos direito a uma ampliação de cerca de 34 servidores [soa a campainha] no nível superior e 14 no nível intermediário. Porém, já fomos informados, neste momento, que isso não mais será possível para o ano de 2009. Então, dependemos sempre, apesar do nosso interesse em oferecer a possibilidade para a ABIN de provimento desses cargos, dependemos da disponibilidade orçamentária e da autorização do Ministério do Planejamento. Caso alguma coisa diferente aconteça é intenção da ABIN solicitar o acréscimo de vagas.

Bem, em relação a narcotráfico e à participação da ABIN neste processo, em parceria com o Ministério da Justiça, Polícia Federal e os órgãos estaduais: Entre as preocupações da ABIN, entre os temas de acompanhamento, o crime organizado certamente é um deles. O narcotráfico certamente é uma preocupação da ABIN. Principalmente porque uma peculiaridade da Agência Brasileira de Inteligência é a sua relação com cerca de 82 serviços de Inteligência ao redor do mundo, o que permite a recepção, um intercâmbio de dados que trazem informações úteis para o combate ao crime organizado e principalmente ao narcotráfico.

Muitas das ações desencadeadas pela Polícia Federal são originadas por informações repassadas pela ABIN para o Sistema Brasileiro de Inteligência e, portanto, para a própria Polícia Federal. Então, há uma cooperação da ABIN, há um interesse nesse acompanhamento, há uma possibilidade de ampliação do conhecimento desse fenômeno em função do intercâmbio com outro serviço, mas, preponderantemente, esse trabalho é acompanhado pela área de Inteligência de Segurança Pública, mais precisamente pela Inteligência da Polícia Federal, das polícias militares, polícias civis dos Estados. Mas há uma cooperação significativa da ABIN em relação a esse fenômeno.

Sobre a posição em relação à descriminalização do uso de drogas, e o senhor mencionou a posição de alguns expoentes, alguns estudiosos, alguns interessados neste assunto. Eu, senador, imagino que, na minha condição de Diretor-Geral da ABIN, eu tenho uma opinião como cidadão e tenho uma opinião como Diretor-Geral da ABIN. No caso da atividade de Inteligência, nós dizemos sempre que a nossa responsabilidade, até para que se evite uma... Casos de frustração e de... Uma tentativa de comprometimento com o assunto acompanhado, o nosso compromisso com aquele assunto termina no momento da produção de um relatório de Inteligência. Nós fazemos o relatório de Inteligência, oferecemos todos os dados disponíveis, acompanhado das respectivas análises e até do conhecimento prospectivo, encaminhamos às autoridades competentes e se encerra aí a nossa participação no assunto.

Tenho uma opinião, como eu disse, como cidadão que e outra como Diretor-Geral da ABIN. Mas acho que, na condição de Diretor-Geral da ABIN, a situação em que me encontro hoje perante essa comissão, talvez não devesse fazer um juízo de valor a respeito da descriminalização ou não. Até porque não disponho de todos os elementos para defender ou para contestar aqueles que têm esse entendimento a favor da descriminalização.

Em relação à ocorrência de fenômenos como esses que nós nos deparamos, agora recentemente, na região de Iaras, movimentos sociais, como a ABIN se antecipa a essas ações? Nós trabalhamos com... No trabalho de Inteligência, um trabalho técnico, especializado, e nós trabalhamos com os dados disponíveis recebidos de outros órgãos de Inteligência, trabalhamos com as nossas fontes humanas, com os nossos informantes, enfim, temos um conjunto de fontes de informações e, com base nos dados recebidos, nas informações colhidas, produzimos os nossos relatórios de Inteligência. Sempre que possível, a Inteligência, como uma atividade preventiva e de assessoramento,

terá sempre a grande preocupação, terá como meta a antecipação de possíveis óbices ao desenvolvimento das políticas setoriais, da ação governamental, dos interesses da sociedade, sempre que possível.

Por outro lado, e aí eu preciso aqui... O senhor me permita um comentário, muitas vezes, quando converso com pessoas dos meus círculos de relação pessoal, com pessoas da área governamental, com pessoas, enfim, de várias origens, a impressão que eu tenho é que quando conversam comigo imaginam que eu sou a pessoa mais bem informada deste país. Agora, a atividade de Inteligência tem as suas limitações. Nós temos tido bastante êxito dos relatórios que produzimos; sempre que possível fazemos essas projeções e apresentamos documentos com o assessoramento necessário, sempre que possível. Vez por outra, isso não está disponível e não é objeto das nossas análises.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado. Desculpe, tenho que me ausentar, na CCJ, está sendo votado projeto de minha autoria, preciso ir urgente para lá. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu concordo que nossos Parlamentares, Primeiro Secretário, líder do PT, se é hoje, se é uma outra oportunidade, mas eu acho realmente interessante se a gente pudesse fazer uma reunião mais profunda. Eu, com toda franqueza, acho que pode ser numa outra oportunidade porque não é V. Exa. que está em jogo, não está em causa, aliás, o Senador Heráclito disse, desde o início, essa argumentação, mas acho que está na hora de a gente aprofundar essa matéria.

Para nós, da oposição, e do Governo atual, o cargo de V. Exa. a gente sempre vê com desconfiança. Foi criado na ditadura militar. Quer dizer, então, o SNI foi um movimento feito pelo regime militar. E a gente sofreu muito naquele momento. O que é que era, o que é que não era, como é que era, como é que não era. Eu me lembro que eu participei, fui um dos coordenadores da candidatura do Dr. Tancredo, a importância que ele deu a esse sentido, esse movimento, e inclusive, eu, talvez, ache... Ele teve mais preocupação em selecionar o General Ivan para o SNI do que o General Leônidas para o Exército porque era assunto mais delicado. Não sei se V. Exa. conviveu com o General Ivan, uma figura fantástica. Eu acho que ele teve uma atuação realmente... Ele fez... Ele fez, vamos dizer assim, a ligação entre um SNI criado pelo setor militar, pela ditadura, para um SNI democrático com muita grandeza. Não atirou pedra no passado...

Mas fez a transformação realmente de uma grandeza muito importante.

E eu já contei várias vezes e conto de novo, quando assumi o Ministério da Agricultura, lá pelas tantas, a minha chefe de gabinete, que era a mesma do Ministro Nestor Jost, chega para mim e diz, toda apavorada: “Está aí o General fulano de tal”, que era o chefe do SNI, não sei como é que chama. Cada Ministério era um. DSI. Então, estava com uma carta dizendo que tudo que eu tinha feito, as nomeações não valiam nada porque ele não tinha dado o consentimento, não tinha passado por ele. Então, não valiam nada e que ele está preocupado, muito preocupado, porque ia criar problema. Porque esses atos iam ser anulados. Eu peguei aquilo... Recém chegado lá, ainda mais eu, que vim da oposição, bem oposição... Já tinha gente querendo fazer uma revolução, fazer um carnaval, fazer extinção, fazer comício, não sei o quê. Mas tem gente mais ponderada que disse: “Vai conversar com o General Ivan”. E eu fui conversar com o General Ivan. E o General Ivan disse o seguinte: “Olha, Simon, eu se fosse tu, transformava o limão numa limonada. Isso nós vamos extinguir, no caminho de extinguir, nós vamos reaparelhar, reenquadrar tudo isso. Agora, se tu quer ser o autor, fazer esse trabalho bombástico, tudo bem. Mas o que eu acho que tu devia fazer é... Em primeiro lugar, tirar esse cara. Em segundo lugar, escolher alguém e preparar... Ver o lado positivo disso”. Ele e o General Leônidas me indicar o Coronel Brochado, que depois foi Secretário de Segurança aqui de Brasília. E eu coloquei ele. Chamei ele e disse o seguinte: “Olha, Coronel Brochado, eu quero o seguinte, eu não quero saber da vida de ninguém, da biografia, se é comunista, isso, se está reunido aqui... Isso eu não quero saber [soa a campainha]. Eu quero... Claro que, se o senhor souber de algum movimento contra o Governo, avise porque nós levamos uma briga danada para chegar aqui e não queremos sair daqui. Agora, eu quero que o senhor me veja o problema da corrupção, o levantamento com relação às coisas que estão acontecendo, a começar por mim. Por mim. Não tenho parente e não tenho serviço extra. Eu estou aqui, estou devolvendo os carros... A casa de Ministro que eu não vou usar, estou devolvendo os carros que não vou usar e essa é a determinação”.

O trabalho dele foi fantástico. O trabalho dele foi fantástico. O que nós... Os levantamentos que nós fizemos, lembro, o coitado do Sarney, ele sofreu quando ele provou que um cidadão do IBDF estava envolvido num negócio de ganhar comissão, não sei o quê, na questão dos loteamentos de IBDF, que era o reitor de Uberaba, que o Tancredo, quando Presidente da República, tinha ido visitar o pai dele, lá na... Na Amazô-

nia, passeando na Amazônia, num barco, convidou o pai dele, que era o poeta da Academia Brasileira de Letras; o pai dele disse que não aceitava, mas indicou o filho, e o Sarney: “Essa é a única nomeação pública que o Tancredo fez”. Mas foi demitido.

Então, dali eu convivi muito com o General Ivan. E convivi muito com o próprio chefe da Casa Militar, quando ele fez a coordenação inclusive daquele projeto da maior importância, na minha opinião, que foi o... Como é? Larga norte...

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Calha Norte.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Calha Norte. Foi espetacular. Então, eu vi essa atuação. E eu acompanhei as horas desgastantes na complicação que houve no caso que nós todos sabemos, na operação envolvendo seu antecessor, que eu gosto dele, vou lhe ser sincero, acho homem de bem, homem sério, está lá em Portugal, e a complicação com... E a complicação com o célebre Delegado. Ali, não se sabe direito o que é que houve. Eu acho que houve equívocos. Mas, ali, eu tive uma posição. Eu não gostei muito da decisão do Supremo, do Presidente do Supremo, quando ele cortou tudo, porque eu defendo uma tese: Eu acho que o Brasil é o país da impunidade. E acho que a gente faz muitas coisas, mas, em termos de impunidade, nós não fizemos nada.

Eu tenho dois projetos: Um, que é controvertido. Eu acho que quem tem ficha suja não devia ser candidato. Mas claro que eu não sou bobo e eu sei que é ridículo dizer que quem não tem ficha suja não pode ser candidato, porque aí é um absurdo. O normal, e está na Constituição, que para ser réu, ele tem que ser condenado em última instância. Mas aí eu acrescento um outro projeto, quem tem ficha suja não pode ser candidato. Mas quem tem ficha suja e é candidato, nós temos que encontrar uma fórmula de que ele deva ser julgado até a eleição. Como? Não sei. Mas podemos encontrar uma forma, um estilo, onde o julgamento dele seja até a eleição, porque hoje fica na gaveta. Hoje fica na gaveta. E não acontece nada. Então, eu acho esse um grande equívoco, um grande erro da nossa sociedade. O Supremo agiu duro na operação, processou, inclusive, o juiz que mandou prender o banqueiro; agora o banqueiro está numa boa, não aconteceu mais nada.

O que é que V. Exa. achou daquela operação? Porque os argumentos foram de que houve uma promiscuidade que não podia, que o seu serviço não podia ter entrado em convivência com a Polícia Federal. Agora, nesse sentido, é uma coisa muito interessante, há um debate também. Eu defendo que os Procuradores

tenham Direito. Não me olhe de cara feia, Presidente. Eu falei e V. Exa. adivinhou. V. Exa. adivinhou--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Estou feliz de o senhor ter citado o General Ivan, que me puxou para Brasília. Estou prestando atenção pela seriedade do assunto que V. Exa. está tratando.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas eu vejo com simpatia. Os Promotores também terem poder de investigação. Aliás, eu vou muito além disso. Acho que o Brasil deveria ser que nem Estados Unidos, que nem França, que nem Itália, e terminar com o Inquérito Policial, ficar só com o inquérito judicial. Eu sou a favor de valorizar Delegado de Polícia, dar um caráter, entrar na mesma classe... Desembargador, Ministro... juiz...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ser juiz de instrução. Fazer valer o processo na saída.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso aí. Eu sou a favor dessa questão porque acho que... O exemplo que eu mostro disso tudo é o PC Farias. Ficaram dois anos investigando o PC Farias, anularam todas as provas, depois chegaram à conclusão de que a namorada matou o namorado. Quer dizer, a namorada matou a fonte de renda dela. Uma coisa que não tinha lógica, por quê? Porque ficou tudo no Inquérito Policial. Quer dizer, então, eu acho que essas questões são realmente importantes nesse sentido.

Eu quero fazer justiça, quer dizer, o serviço quando o Presidente Collor continuou depois do Presidente Sarney, também foi feito um aperfeiçoamento nesse entendimento, e hoje o senhor preside um serviço realmente que considero muito importante e muito responsável. Hoje, a gente já está se entendendo que foi criado na ditadura, mas, na verdade, é um regime absolutamente democrático, que precisa, precisa e precisa muito a presença do senhor. É claro que nós vemos que, até lá nos Estados Unidos, tem problemas sérios e tem problemas delicados. Quer dizer, interrogações com relação até onde vai, até onde não vai; é algo que tem complicações.

Eu conversei pessoalmente com V. Exa. e quero dizer, com toda sinceridade, tive a melhor impressão de V. Exa. Acho que V. Exa... A sua fisionomia, a sua maneira de ser, o senhor parece preparado para o cargo que o senhor vai executar. Se fosse para escolher, realmente, o senhor reúne a seriedade, a firmeza; na conversa que tive com V. Exa., para honra minha, suas convicções, sua profundidade e a sua sinceridade. V. Exa. diz as coisas; não o que está certo e o que está errado. Diz as coisas... E acho... Por isso que eu digo que se o Heráclito concordar, a proposta dele, junto

com a proposta do Mercadante, marcar lá adiante uma outra reunião, onde com absoluta tranquilidade, nós... Porque acho um erro do próprio Congresso Nacional. Quer dizer, não dá para dizer, porque ninguém... Não há espaço vazio.

Quer dizer, se nós olharmos o que é a Comissão de Relações Exteriores nos Estados Unidos, lá, se o senhor viesse lá nos Estados Unidos, o senhor estava tremendo. Porque, nos Estados Unidos, toda pessoa que vai para uma investigação é um debate tremendo. Lá eles recusam. Recusaram o homem mais importante que o Obama tinha escolhido, era o cidadão para a Saúde. Senador do maior prestígio, da maior credibilidade, tinha estudos profundos sobre a matéria, era o assunto mais importante da campanha do Obama, e o desgaste que ele está tendo é esse, na hora que foi para a comissão, não passou. Não passou porque tinha um problema não sei o quê. Nós, aqui, não damos a profundidade, a seriedade que deveríamos dar.

Acho que essa comissão, principalmente, ela deve aprofundar. Eu estou gostando do programa da Venezuela, porque na Venezuela nós vamos... Quer dizer, estamos debatendo, estamos discutindo, nós vamos analisar na hora oportuna, mas se vê que aqui nós estamos querendo discutir. Quer dizer, ninguém quer votar por votar. Vamos votar, depois de um amplo debate, amplo estudo, de uma ampla discussão. Eu acho isso muito favorável, essa questão. Eu tenho uma discussão aqui nessa Comissão, chegamos a fazer, Senador Mercadante, um momento chamar o Ministro das Relações Exteriores e chamamos o Ministro, o... O Embaixador do Brasil na ONU, na véspera da reunião do Conselho da ONU para discutir conosco e [ininteligível]. Porque eu acho meio piada, a toda reunião do Conselho da ONU, o Senado nomeia os representantes que vão lá. Vão lá não sei fazer o quê porque não tem participação, não... E, então, eu defendia que nós devíamos conhecer, saber, debater e participar.

Então, acho que essa reunião proposta aqui pelo... Pelos dois Senadores, eu defendo que ela seja marcada, lá adiante, sei lá quando, para discutir e concordo com o Mercadante, aí V. Exa. poderá vir trazer as suas ideias, seu pensamento, seus estudos... E nós podemos, inclusive, alguma dúvida que a gente tenha fazer chegar a ele antes de vir para a reunião. Quer dizer, alguma interrogação, algum problema que achar importante entregar a V. Exa. para fazer esse debate. Acho que ele é necessário. Meus cumprimentos a V. Exa.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Senador, muito obrigado pelas deferências que fez a minha pessoa, e se é que o senhor ainda aguarda minha manifestação a respeito de seus comentários, eu sei que o senhor é uma pessoa de convicções religiosas, e a Bíblia tem

uma passagem, se não me engano, o livro de São João, que diz... “E conhecereis a verdade e a verdade os libertará”. O que eu gostaria de lembrar, com essa citação da Bíblia? É que essa é mais ou menos a situação do órgão de Inteligência e dos profissionais de Inteligência. No momento em que a sociedade brasileira, que o Congresso Nacional, enfim, que os formadores de opinião nesse país tiverem a exata noção do papel da Inteligência, do que é a Agência Brasileira de Inteligência, de quem trabalha e o que faz na Agência Brasileira de Inteligência, a verdade estará libertando a todos nós.

Acho que nós mudamos de patamar, mudamos de visão a respeito do órgão de Inteligência e do seu papel para a condução dos negócios de Estado e para os interesses da sociedade brasileira. Eu acho que, como o senhor mencionou a questão do... Do que acontece em outros países, nenhum órgão de Inteligência no mundo está livre de, vez por outra, ser questionado sobre o trabalho que realiza. Mesmo porque, de maneira geral, a atividade de Inteligência é realizada sob sigilo. E tudo que fica sob sigilo desperta a curiosidade, desperta suspeita nas pessoas. Daí, mais uma vez, lembrarmos da necessidade do controle externo da atividade de Inteligência e da participação do Congresso Nacional como validador dessa atividade, não dos seus funcionários, mas do papel que eles desempenham, dos serviços que entregam à sociedade.

No caso da... Do rigor que o senhor menciona que deveria haver numa sessão de uma comissão como esta, eu quero dizer que é a minha primeira experiência e possivelmente a última perante uma comissão, ser arguido por uma comissão desse tipo, mas eu acho para nós, profissionais de Inteligência, o maior rigor possível seria o maior indicador que, havendo uma aprovação, a pessoa contaria com o aval do Congresso Nacional, o que seria fundamental para o Executivo, para o Congresso, para o órgão de Inteligência e, em consequência, para a sociedade brasileira.

Então, quero lhe dizer que a mim nenhuma pergunta causa embaraço e constrangimento. Posso até não ter condições de respondê-la, mas estou disposto a responder tudo que seja perguntado e, logicamente, que seja possível ser informado, tendo em vista que nós desenvolvemos uma atividade de caráter sigiloso e que a própria lei regulamenta o repasse de informações, em alguns casos, somente através de autorização do Ministro de Estado. Mas fico bastante feliz com as referências que o senhor fez a mim, mas principalmente à Agência Brasileira de Inteligência. E queria lhe tranquilizar e dizer que a Agência Brasileira de Inteligência é uma Casa composta por pais de família, por brasileiro, cidadão, contribuinte e eleitor. Na

ABIN, os servidores todos padecem das mesmas dificuldades que qualquer cidadão brasileiro padece. Na ABIN, nós temos por hábito um exercício de autocrítica que nos leva ao crescimento, nos leva à evolução, nos leva à revisão de métodos e processos no sentido de bem prestar os serviços que dela se espera para a sociedade e para o Estado Brasileiro e, nesse sentido, através dos sucessivos governos.

Não tenho dúvida de que a ABIN tem um quadro de pessoas da maior competência e da maior responsabilidade e compromisso com os interesses da sociedade do Estado. Não tenho dúvida. Mas, certamente, talvez, a minha palavra por si só não baste. Nós vivemos como a “mulher de César”: Temos que ser honestos e parecer honestos. Mas acho que isso acontecerá num breve espaço de tempo, para benefício de todos nós. Na condição de servidor público, na condição de integrante da Agência Brasileira de Inteligência, e de prestador desse serviço, que acho da maior relevância para qualquer Governo, inclusive o brasileiro. Contem conosco, contem com a Agência Brasileira de Inteligência, sempre que for necessário. E me deixa muito feliz saber que o Congresso Nacional tem interesse em ouvir o que nós pensamos a respeito dos temas da agenda internacional brasileira. No que estiver ao alcance da ABIN, todo o assessoramento será prestado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado. Pela ordem, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, alguns Senadores estão com problemas de compromissos. Eu sugeriria que fosse aberto o processo de votação para todos que se sentem em condições de votar, respeitando evidentemente aqueles que desejam aguardar até o final da audiência. Mas que fosse aberta essa possibilidade. O próprio Senador Paulo Duque, por exemplo, não pôde ficar e já se retirou. Não sei se nós teremos a oportunidade de vê-lo retornar a esta Comissão. E preocupado com o *quorum* e dada a qualidade da arguição que está sendo apresentada e propostas, proporia que fosse aberto. Pediria a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O Senador Fernando Collor pede a palavra. Senador Fernando Collor é o próximo orador inscrito. Nós temos... Debatedor inscrito. Nós temos ainda quatro. Fernando Collor, Roberto Cavalcanti, João Pedro e Wellington Salgado.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Antes disso, uma questão de Ordem, Sr. Presidente. Eu pediria que fosse mantido o processo de votação somente ao término do... Da explanação que já foi feita e das indagações que os Senadores têm a fazer ao Sr. Trezza, Diretor Geral da ABIN.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos fazer o seguinte, eu vou abrir o processo terminada essa parte--

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Não, mas não é regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, terminada a parte de debates. Eu digo antes da parte secreta. Mas vou pedir, então, que nós possamos ser mais rápidos nas perguntas. São quatro oradores, mas aí, então--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Eu pediria também, para seguir a orientação do Senador Collor, que o regimento seja respeitado também no prazo da arguição, para gente poder cumprir o regimento integralmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está bom. Com a palavra, o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de inicialmente me regozijar com o Presidente Lula pela indicação do nome do Dr. Trezza para Diretor-Geral da ABIN. Foi uma escolha muito feliz de S. Exa. porque reconheço em V. Sa., Dr. Trezza, os méritos, a capacitação profissional, a honradez para poder dirigir um órgão tão discutido, tão questionado neste país, desde que Pandiá Calógeras, lá nos idos da década de 20, 1927, criou o primeiro instrumento de informação ao Governo, aqui no Brasil.

O grande problema que nós tivemos foi com o desvirtuamento desse serviço de assessoramento e de informação estratégica ao Estado Brasileiro, ao Presidente da República. Quando foi criado o Serviço Nacional de Informações, e alguns anos após a sua criação, o seu criador, o General Golbery do Couto e Silva, ele mesmo disse: "Criei um monstro". Porque ele havia perdido inteiramente o controle sobre as ações do Serviço Nacional de Informações, que deixou de ser um órgão de assessoramento estratégico ao Sr. Presidente da República, e passou a ser um instrumento de esmiuçar a vida de cidadãos e criar e forjar dossiês com o intuito de chantagear os eventuais adversários do regime vigente.

Coube a mim, em 1990, quando tomei posse como Presidente da República, extinguir o Serviço Nacional de Informações. E criar a Secretaria de Assuntos Estratégicos. E enviei para esta Casa, em 1991, o

Projeto de Lei nº. 1.862, dispondo sobre a atividade de Inteligência, sua fiscalização e seu controle, em que trata exatamente disso que nós, Senadores, estamos tratando no diálogo com V. Sa. Isso ficou nas gavetas do Congresso até que, em 1999, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu regulamentar o serviço, trocou o nome de Secretaria de Assuntos Estratégicos, criou a Agência Brasileira de Informação e mandou para cá a regulamentação. Mandou para cá esse projeto, que até hoje não foi regulamentado.

E, como V. Exa. bem disse, eu fiquei muito satisfeito em ouvir essas palavras, que é fundamental que haja esse controle externo, até para dar credibilidade ao serviço que a Agência Brasileira de Informação vem prestando ao Estado Brasileiro porque é uma Agência que não pertence ao Governo que esteja eventualmente no poder. Mas, é uma carreira de Estado, como aqui também já foi dito, como é carreira de Estado a diplomacia brasileira e das Forças Armadas no país.

O que nós temos que verificar é que hoje, no mundo, não é somente o poder das armas que fala mais alto, mas sim o poder da informação. Aqueles poderes chamados de "poderes armados", esses têm como ser a sua atividade regulamentada. Até porque, quando está armado, é visível o armamento que está sendo utilizado, e mais fácil é de fiscalizar. Mas é muito difícil fiscalizar aqueles que detêm o poder da informação, porque ela é passada subrepticiamente, adredemente, sem que se tenha um controle efetivo de onde partiu o vazamento ou de quem partiu o vazamento.

Daí a necessidade absoluta de que, na formação dos quadros da Agência Brasileira de Informação, seja criado um concurso extremamente rigoroso, que a ascensão funcional seja dada por mérito, pelo desempenho, e que seja criado um Código de Conduta Ética e Moral, a que respondam pela infringência desse Código todos aqueles que eventualmente caírem na tentação de jogarem pela mídia ou jogarem nos gabinetes de alguns Parlamentares informações que detratem pessoas que não estejam do interesse do Governo... De alguém que esteja ocupando o Governo naquela oportunidade.

O serviço nacional de informações, ele tratava de fazer coisas as mais absurdas, as mais absurdas. Ele não somente esmiuçava a vida dos asilados lá fora, como também acobertava assaltantes, assaltantes brasileiros, que roubavam lojas de Departamentos. Ele auxiliava essas pessoas a se livrarem dos grilhões, no caso dos Estados Unidos, por exemplo, dos grilhões da Justiça americana, e fazer com que essas pessoas pudessem se evadir do território americano. Até isso o Serviço Nacional de Informações fez.

Então, no momento em que V. Exa. hoje se submete democraticamente ao debate que nós estamos hoje travando, eu gostaria de lhe dizer, Dr. Trezza, que eu nutro, sincera e seriamente, por V. Exa. uma enorme confiança de que, a partir deste momento, essa Agência seja conduzida com capacidade, com Inteligência, com firmeza e com a determinação de fazer o melhor, que são características de V. Exa.

Outras perguntas eu terei e as farei no instante em que essa sessão se tornar secreta. Meus parabéns a V. Exa.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Obrigado pelas suas referências, mais à minha gestão que à minha pessoa, e gostaria de dizer que, se algum êxito, obtivemos nesses 13 meses de gestão frente à ABIN, isso não é um trabalho solo. Isso é fruto de uma equipe absolutamente coesa, escolhida por mim, que merecem toda minha confiança e que dividem comigo a responsabilidade pela gestão da Inteligência brasileira. Nós temos Diretores, hoje todos servidores da casa, todos profissionais de Inteligência, que merecem a minha absoluta confiança. E, enquanto merecerem, estarão comigo nessa empreitada.

Eu quero lhe dizer que eu tenho preocupação com promessas porque nem sempre nós podemos cumpri-las. Mas hoje, sem nenhum receio, gostaria de dizer que não tenho dúvidas de que a Agência Brasileira de Inteligência cumprirá seu papel, com o maior rigor possível, com a maior observância do ordenamento jurídico brasileiro, temos um Código de Ética, temos uma Comissão de Ética, temos uma Corregedoria; nós somos os principais interessados em apurar os desvios de conduta e quero dizer que, na minha gestão, dois servidores já foram demitidos do serviço público em função de processo administrativo instaurado. Não temos satisfação em dizer isso, mas temos a convicção de que é assim que se deve conduzir um dirigente na Administração Pública. Eu digo que o cidadão tem que trabalhar no serviço público com mentalidade de contribuinte. Tem que fazer valer o recurso que recebe e tem que prestar o melhor serviço possível para a sociedade e para o Estado. Nós servimos muito mais a ideias do que homens. Nós estamos à disposição do Governo, mas temos a consciência de que somos uma organização do Estado Brasileiro. E assim será enquanto estiver à frente da ABIN e assim será, com certeza, depois da minha passagem pela ABIN. Porque eu confio profundamente na integridade, na honrabilidade, na honestidade dos servidores que estão comigo nessa empreitada. Problemas nós temos, mas temos toda disposição de corrigi-los, quando forem encontrados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Dr. Trezza. Com a palavra, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Wilson Roberto Trezza, em primeiro lugar, eu gostaria de registrar a normalidade da atuação de V. Sa. no cargo, há mais de um ano. Esta normalidade, eu diria, nós estamos aqui julgando um piloto que pilota para nós todos há mais de um ano. E a que me consta, durante todo esse período, não houve nenhuma anormalidade de vôo. Então, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar V. Exa. por este um ano, porque é um ano de piloto de teste, que está sendo aqui agora... Tendo seu brevê chancelado por nós, senadores.

Outro aspecto que considero muito positivo no perfil de V. Sa. é a humildade. E caracteriza essa humildade profissional, principalmente a V. Sa. sendo oriundo da área de Inteligência. A área de Inteligência para nós, cidadãos comuns, é muito vista como pessoas muito formais, talvez da origem da Inteligência brasileira tenha sido exatamente na época da revolução, então, havia um distanciamento muito grande. E V. Sa. teve o gesto de visitar alguns Senadores e lá prestar esclarecimentos prévios se fossem necessários. Então, esse gesto eu acho que foi um gesto de coragem, um gesto de simplicidade por parte de V. Sa.

Passada essa minha primeira apresentação, peço a paciência, vou ser bem rápido, bem sucinto, eu tinha duas perguntas e um esclarecimento. A primeira pergunta, eu tenho uma origem parecida com a de V. Sa., não no campo da informação, mas no campo da análise contábil. E, fazendo a análise do relatório resumido do *curriculum vitae* de V. Sa., eu encontro dois hiatos que, por questões só de curiosidade, de esclarecimento para nós todos, eu gostaria de ter, assim, feito esse suplemento de informação.

O primeiro período... Porque V. Sa. teve o título... Foi admitido no serviço público como oficial de Inteligência Classe Especial, em 1981. O primeiro fato que aparece como currículo citado por V. Sa. é 1993. Então, esse hiato desses 12 anos eu gostaria, que não consta aqui, eu não consegui informação; peguei cursos sendo feitos, tem cursos feitos aqui em 88, 89, 83... Então, esse hiato entre 81 e 93, eu gostaria que V. Sa. só desse um esclarecimento, para termos essa informação complementar.

Um outro hiato, que eu também teria a curiosidade de ter relatado, é entre setembro de 1996 a março de 98. Esse período de aproximadamente um ano e meio também não consta aqui no currículo resumido. Por isso a necessidade dos esclarecimentos. Então, seriam esses dois... Esses dois esclarecimentos, só

em função do currículo ter sido nos fornecido de forma sintética...

E, por fim, eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Sa. no que tange a V. Sa. dominar a área de informação, tem... É um especialista da área e sabe o problema mundial, brasileiro, dos grampos telefônicos. Eu dividiria o problema de... Denominar grampo telefônico de duas espécies: Os extraoficiais, que todo mundo sabe as formas que possam acontecer e os legais, chamados judiciais. Não seriam grampos, seriam escutas oficiais.

E, pelo que V. Sa. domina do assunto, pelo conhecimento na área, eu até conversava há poucos minutos aqui com o nobre Senador Romeu Tuma, o Senador Romeu Tuma, que também é um especialista na área de segurança, ele comunga dessa nossa opinião, é que existem afirmativas, em nível nacional, de esquentar a quebra de sigilo. Vamos dizer, no Brasil, eventualmente pessoas ou entidades investigadas, ela tem, em determinado momento, sua... Seu controle da... Desse grampo legal, dessa escuta legal esquentado, tendo em vista que, para fugir exatamente barreiras em termo de tempo. Quando se prega uma determinada conversa, a partir daí, essa conversa passa a se tornar legalmente grampeada, coisa que estava sendo feito de forma informal.

Se V. Sa. comunga dessa opinião, eu diria o seguinte, se não haveria necessidade de um controle nacional centralizado? Hoje, o Brasil é muito grande, existem decisões em toda extensão territorial brasileira, se não seria mais seguro para a própria Justiça brasileira nós termos um controle centralizado destas escutas legais a serem empreendidas? Digamos, é oficializado por um determinado juiz grampear determinada instituição ou determinado cidadão, a partir dali, ele comunicaria a uma entidade centralizadora no Brasil e teria esse cadastro para poder, exatamente, para monitorizar a extensão e o tempo dessa escuta. Ou evitando que, se porventura houver, não estou afirmando que exista, estou falando que existem comentários de que existem esses fatos que seriam, segundo a nomenclatura do próprio Senador Romeu Tuma, e o esquentar o grampo legal. Era esse questionamento que faria a--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Roberto, V. Exa. me permite ajudá-lo?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dr. Trezza, o que existe, na realidade, até há uma confusão, mas, a verdade é que através dos recursos daquele Fundo Nacional de Segurança, o Brasil inteiro foi alastrado pelos tais sistemas-guardião. E esses

sistemas-guardião, às vezes, são entregues a pessoas despreparadas nos Estados. Evidentemente que não é o controle da ABIN, esse sistema, o que está desmoralizando a escuta, é provocado geralmente por esse sistema-guardião. A pergunta é: A ABIN sabe disso? A ABIN já tomou providência? A ABIN combate o uso do guardião da maneira que vem sendo feita nos Estados, à revelia de conversas clandestinas... Acho que isso que V. Exa... Não é, Senador?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É. Mas, vamos dizer, o instrumento guardião é um dos instrumentos, é um instrumento até por ser um instrumento legal. Mas a pergunta minha específica é: Se V. Sa. não acha conveniente ser criado um sistema de centralização do controle dos grampos legais. Para evitar se, porventura, esse exemplo citado pelo Senador Heráclito Fortes, no sentido de que o mau uso de um guardião, em algum Estado, permita que seja monitorado determinado cidadão ou determinada entidade e, ao se constatar a efetiva--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A politização do uso.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Ou a politização do uso, uma suposta contravenção... A partir daí é feita a solicitação legal e com isso se consegue legalmente fazer o grampo. É essa a minúcia da exigência de um controle centralizado para que sejam protocolados, no Brasil, em um determinado local, todos os pedidos de grampos telefônicos. Era isso que eu gostaria de falar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Posso acrescentar uma coisa?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Essa preocupação do Senador é correta, me parece que o CNJ já está providenciando o cadastramento de todos os pedidos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): De autorização judicial.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --e fiscalizando, eu acho que tem que aprofundar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): E virou, realmente, uma grande--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --serviço à época da sua existência; a ABIN não está realmente autorizada a fazer esse tipo de fiscalização. Desculpe interromper, que eu estou acompanhando de perto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Estou atendido, basicamente, aqueles dois esclarecimentos dos *time*, de currículo, e essa opinião é uma

opinião, não é uma constatação, que V. Sa. poderia ter sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só para completar, para confirmar, V. Exa.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Pois não. Senador, respondendo, então, primeiramente, às suas indagações a respeito desses hiatos no currículo, eu, quando me foi oferecida a palavra no início da reunião, eu me propus a discorrer sobre a minha vida profissional, tanto dentro da atividade de Inteligência quanto fora, dentro do Governo quanto na iniciativa privada. E, nesse momento, talvez até, pressentindo que esse fosse tema de interesse, comentei sobre esses períodos que o senhor se referiu. De 81 a 83, eu já me encontrava prestando serviços ao SNI. Era servidor do SNI. Atuei em alguns setores responsáveis por áreas temáticas de interesse da atividade analítica do serviço.

Quando cheguei, quando me apresentei ao serviço, fui designado para atuar em algumas áreas e era basicamente um profissional da área de análise. Analisava situações relativas a alguns temas de interesse da atividade de Inteligência. Passei dois anos, neste primeiro momento, no serviço, até que fosse indicado para a realização de curso de analista de informações, e aí então, concluído o curso, fui promovido e continuei nesta atividade de Inteligência por alguns anos seguidos.

No período que o senhor menciona, de 96 a 98, eu era Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Cheguei em março de 98 ao FNDE, e saí em janeiro de 2002. No FNDE, fui Diretor de administração e produção, fui o ordenador de despesas e fui Presidente interino do fundo. Era o Presidente substituto e, por algumas vezes, assumi a gestão do fundo. Aliás, eu quero lhe adiantar já que o senhor mencionou que tem uma formação na área contábil, nos quase cinco anos que passei à frente do FNDE, que é a segunda maior autarquia do Brasil, só é menor que a Caixa Econômica, em termos de orçamento, todas as minhas contas foram aprovadas sem restrição pelo Tribunal de Contas da União. Não sei se satisfiz à sua curiosidade a respeito dos dois períodos?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): [pronunciamento fora do microfone].

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Vamos ouvir agora o Senador João Pedro e depois o Senador Wellington e aí concluir... Sim, desculpa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu pediria esclarecimento sobre esse tema que

foi também abordado pelo Senador [ininteligível] controle grampo legal.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Muito bem. Embora não tenha sido essa a sua pergunta--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pode ficar tranquilo que está tudo gravado.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Eu vou antecipar, senador, que a ABIN primeiro não dispõe de equipamentos para essa atividade. Segundo, não o faz. Eu me considero um legalista. Eu atuo em absoluta observância com a legislação vigente. Hoje, nós não temos competência para esse tipo de ação.

Então, na minha gestão, a ABIN não faz, não fez e não fará sem um respaldo legal. Se, eventualmente, nós tivermos conhecimento de que alguma coisa nesse sentido aconteceu, o que eu não acredito, todas as providências legais cabíveis serão adotadas. Mas eu posso lhe garantir que tenho convicção de que, pelo menos na minha gestão, não aconteceu e não acontecerá sem respaldo legal.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não interrompendo, mas... Só esclarecendo, eu não tenho nenhuma dúvida, tenho a maior confiança na ABIN. Em nenhum momento, a nossa pergunta se acostou ao comportamento praticado pela ABIN. O que, na verdade, muito claramente, o Senador Heráclito Fortes expressou é o mau uso, por exemplo, de um guardião num determinado Estado possa gerar depois uma cumplicidade num tocante a futuro grampo, baseado em informações preliminares não autorizadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E a venda indiscriminada dos aparelhos para quem quiser comprar.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Perfeitamente, senador. Eu até gostaria de enfatizar a observação que fiz antes de começar a responder sua pergunta, eu compreendi, e agradeço a sua pergunta e compreendi perfeitamente que o senhor nem de longe levantou qualquer suspeita desse tipo de atividade na ABIN. Mas eu não poderia deixar de aproveitar a oportunidade para esclarecer porque este é um ponto recorrente de objeto de desconfiança em atividade desenvolvida pela Agência Brasileira de Inteligência. Então, me permita ter aproveitado a sua pergunta para fazer esse tipo de esclarecimento, para reiterar essa nossa posição.

Segundo, em relação... Agora tentando, simultaneamente, responder às duas perguntas, sobre o uso do Fundo Nacional de Segurança Pública para aquisição e distribuição desses equipamentos, eu não sei se os senhores conhecem exatamente o que é, mas é um computador que tem embutido um sistema que permite o controle de... O monitoramento de interceptações telefônicas.

A distribuição do guardião para órgãos de Segurança Pública, por si só, na minha opinião, não me parece um problema. Acho que o grande problema é o uso que é feito desse equipamento. Até onde eu sei, os órgãos que receberam este equipamento são órgãos que têm a autorização para esse tipo de operação e, logicamente, que eu quero acreditar que, da maneira como eu penso e como me considero legalista, os agentes do serviço público que têm esta responsabilidade devem desenvolver essa atividade exclusivamente em observância ao ordenamento jurídico, ao qual seja, com autorização judicial prévia. Se isso não acontece, aí, infelizmente ou felizmente, não está entre o rol de competências da Agência Brasileira de Inteligência fazer esse tipo de controle. Nós trabalhamos com a Inteligência de Estado no nível estratégico, e como nem temos autorização legal e nem competência para esse tipo de fiscalização, não compete à ABIN atuar no sentido de monitorar o uso adequado ou a distribuição destes equipamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O senhor sabe o número que tem no Brasil, mais ou menos?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Não sei lhe dizer, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mais de 10, mais de 20?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Equipamentos? Eu penso que tenha mais de 10 porque nós temos 27 unidades da federação, se cada uma recebeu pelo menos um--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu ouvi... Há um desejo, isto tem um projeto até meu, a Polícia Federal ou outro órgão designado tem que controlar a venda dos equipamentos porque eles vendem para quem quiser comprar. Governador do Estado compra, a polícia e compra para si ou para outro órgão fazer a escuta política, que foge ao conceito de luta contra o crime organizado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente. A questão é essa, saber se a ABIN está atenta para esse fato, se já comunicou, na sua alçada, as autoridades para esse abuso. Porque o que nós temos aí conhecimento é que em vários Estados, esses aparelhos são usados de maneira escrupulosa. E inclusive de maneira grave, invadindo intimidade de pessoas e de familiares.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Sim. Como eu havia dito anteriormente, não é competência da ABIN, e a ABIN não tem esse tipo de atuação. Até mesmo porque nós não direcionamos a nossa atuação para o Estado. As instituições públicas não são objeto de atuação da ABIN, de interesse e de atuação da ABIN.

Nesse sentido, existem órgãos dentro da Administração Pública, do Ministério da Justiça e do próprio Poder Judiciário, que tem muito mais competência e expertise para fazer esse tipo de investigação.

Em relação à venda dos equipamentos, eu acho que se existe a possibilidade de desenvolvimento dessa atividade, é razoável que os órgãos de Estado que têm essa competência possam ter acesso ao mercado para aquisição. Talvez, o que fosse interessante fosse um controle de quem pode e de como comprar, como adquirir. Mas nós não fazemos esse acompanhamento e também, no meu ponto de vista, como Diretor-Geral da ABIN não cabe a um órgão de Inteligência de Estado, de Inteligência estratégica, esse tipo de fiscalização.

Agora, sobre o controle centralizado, eu penso que o controle, centralizado ou não, talvez não seja o fator mais relevante, na minha opinião, agora como cidadão também e como profissional de Inteligência. Mesmo porque o mau uso desta alternativa, dessa prerrogativa legal, talvez não seja coibido com a centralização, com o controle da concessão de autorização para grampos. Porque a situação que o senhor mencionou foge à possibilidade de ser coibida com o simples controle. Porque se ela acontece previamente à solicitação da autorização, a simples centralização não resolveria esse problema, aparentemente. Eu estou fazendo uma avaliação preliminar e com base nos dados que o senhor está me apresentando agora. Precisaríamos de um aprofundamento maior.

Mas eu acho o que é preciso, de fato, fazer com que a Legislação seja observada e todas as vezes em que se detectar o mau uso do instrumento, uma prerrogativa legal utilizada contra o cidadão, de uma maneira inadequada, sem o respaldo legal, que isso devesse ser objeto de uma ação firme dos órgãos policiais e do Poder Judiciário para que o responsável por essa atuação fosse punido severamente. Eu acho que só assim nós estaríamos coibindo esse tipo de prática inadequada e irregular e indesejável, que não presta nenhum serviço para a sociedade, muito pelo contrário, fragiliza o cidadão perante a força que detém as pessoas que tem essa prerrogativa. Mas, sinceramente, não posso lhe dizer se seria bom ou seria ruim. Acho que talvez o principal caminho fosse esse, de que, havendo um desvio de conduta, que fosse punido exemplarmente. Talvez, com uma pena maior, agravada por ser um agente de serviço público, coisas dessa natureza.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, o Dr. Trezza dá uma solução para esse caso, que eu acho seria... Eu daria uma sugestão a V. Exa. que requeresse, dentro das prerrogativas que essa comissão tem, e até agora ela tem sido usada

muito pouco, solicite ao Ministério da Justiça que nos remeta a relação de todos os aparelhos financiados ou vendidos. Porque a venda desse aparelho tem que ter autorização. Todos os aparelhos em funcionamento no país. E a devida senha de acesso. Porque veja bem o caso, aquele famoso caso do caseiro, que teve a sua conta invadida, como é que se descobriu? Você chegou na máquina e a máquina mostrava o registro das pessoas que acessavam. A mesma coisa acontece com o guarda. Se V. Exa. tomar essa providência, dentro das prerrogativas que tem como Presidente da comissão, nós esclareceremos isso de maneira muito fácil.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito bem. Vamos dar seguimento, Senador João Pedro, considero que realmente essa alternativa legal de um projeto, informações do Ministério da Justiça são o melhor caminho.

Senador João Pedro. Com a palavra, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro, eu quero dizer da minha... Da minha expectativa com essa arguição, com esse debate. Porque a Agência de Inteligência tem um encontro no debate, não só para arguir, do ponto de vista da admissibilidade do Diretor, mas de dialogar, e a ABIN ter, dos Senadores, das Senadoras, opiniões que pensam o Estado Brasileiro, pensa a sociedade brasileira.

Então, eu quero dizer da relevância que eu considero do debate. E ainda bem que nós mudamos. O mundo mudou, nós temos um outro contexto político, geopolítico, econômico... Nós saímos de uma fase... E aí não estou querendo desqualificar, mas constatar, de uma instituição tão importante para o Estado Brasileiro, para a defesa dos interesses nacionais, aquela fase de classificar quem era comunista, quem não era comunista, quem é membro desta ou daquela organização. Nós avançamos. Ganhou a sociedade brasileira. Por que é que eu quero dizer isso? Porque eu penso que nós temos, o Estado Brasileiro, a sociedade brasileira tem novos desafios e requer uma instituição moderna, com um perfil, e aqui a minha fala, a minha reflexão vai no sentido do perfil da instituição, com conteúdo, com capacidade... Não só de olhar o Brasil, mas o mundo. O mundo.

Então, o perfil da ABIN, para mim, investir na ABIN é fundamental, é estratégico. Eu não vejo um Estado, um Estado democrático, um Estado forte, não é autoritário, prescindir de uma instituição como a ABIN. Então, ela, para mim, é estratégica. E colocá-la nos debates novos. Eu vou mencionar aqui para externar a minha opinião no debate, no conjunto do debate no dia de hoje, Senador Azeredo.

O MST, esse ato do MST, para mim, não é relevante. Mas não é mesmo porque as instituições no Brasil funcionam. E eu sou contrário ao que aconteceu, mas não é essa a questão. A principalidade, para mim, por exemplo, qual a opinião da ABIN, e aqui poderia fazer na reunião secreta, mas eu quero fazer de forma aberta, qual a opinião da ABIN sobre a movimentação da organização da quarta frota para percorrer a América Latina, a costa brasileira? O que é que uma instituição estratégica da Inteligência brasileira tem como acompanhar esse movimento internacional dos Estados Unidos, na hora em que nós descobrimos o pré-sal? Por exemplo, para mim, o importante hoje, da ABIN, é ela ter um acúmulo sobre essa riqueza que coloca o Brasil entre os cinco países com maior reserva petrolífera do mundo. Isso muda. Então, como é que essa instituição acompanha mudanças tão rápidas, em que nós precisamos defender os interesses nacionais?

O Brasil, nessa crise, sai com uma grande liderança do G-20. E os nossos interesses econômicos aqui? Como é que nós podemos fazer a defesa de produtos que são estratégicos do PIB brasileiro? O Brasil é o maior produtor de frango.

Então, essa coisa da espionagem, o debate sobre a espionagem, sobre os interesses econômicos internacionais, para mim, isso é relevante, e não ato isolado do MST. Então, os interesses nacionais, preparar essa instituição para fazer a defesa dos interesses nacionais, a Amazônia, não a Amazônia só do ponto de vista da sua biomassa, mas da riqueza petrolífera que tem ali, da água que lá está, da cultura que está ali. Então, por exemplo, da biodiversidade. Qual o perfil da nossa Inteligência? Quantos engenheiros nós temos? Quantos geólogos nós temos para compor essa... A Inteligência, essa instituição que cuida dos interesses nacionais? Engenheiros florestais? O debate sobre a energia nuclear.

Então, ou seja, o Brasil é uma liderança, o Brasil foi o referencial da organização do G-20. Essa crise acabou com o G-7. E nós temos uma economia que nós precisamos zelar, e ela está competindo, ela está travando um embate internacional. Como que a Inteligência cuida desses interesses nacionais?

Então, do meu ponto de vista, eu quero dizer que leio o currículo de V. Sa., e eu desejo que V. Sa. lute pelos interesses dessa instituições, faça uma gestão exemplar, mas comprometida com os interesses nacionais... Com os interesses nacionais. O pré-sal é um debate que nós precisamos fazê-lo com essa dimensão dos interesses nacionais. Não é brincadeira, não o país fazer a gestão de uma riqueza a 300 km de distância da costa brasileira e a sete mil metros de profundidade. É um desafio para todos nós. [soa a campainha]

Então, essa é a discussão, do ponto de vista nacional, por exemplo, a minha preocupação, a droga, para mim, já foi levantado por vários Senadores, mas esse ilícito, essa chaga, acompanhar isso... São 500 bilhões de dólares que o tráfico trabalha, mais de 20 mil pessoas assalariadas. Do ponto de vista nacional, nós precisarmos acompanhar isso e reverter e enfrentar essa droga.

Então, armas que estão... Esse é o debate. Então, eu quero dizer que eu confio e desejo que, nesse novo contexto geopolítico do Brasil, V. Sa. possa fazer uma gestão para defender, para acompanhar a complexidade do contexto internacional e dos interesses nacionais. Muito obrigado.[soa a campainha]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Questão de ordem, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu segurei perguntas de conteúdo internacional, envolvendo a política externa do Brasil, num acordo firmado com o líder Aloizio Mercadante. Tendo em vista esse acordo ter sido quebrado pelo Senador João Pedro, eu gostaria de poder também formular abertamente duas perguntas: Uma sobre a feira de Xangai e a outra sobre a Vale do Rio Doce.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria ponderar ao Senador Heráclito e ao Senador João Pedro que nós combinamos que faríamos uma sessão ainda hoje secreta para alguns temas da arguição e faremos uma sessão especial para tratar só de política externa. Portanto, nós deixássemos fora a política externa desse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Wellington primeiro. Vamos lá. Último orador inscrito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Último hoje, não é, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Hoje.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Wilson Roberto Trezza, eu queria dizer o seguinte, quando eu... Eu vim para essa Casa, há quatro anos e meio atrás, o que me dava grande emoção de estar aqui era a liberdade que eu poderia ter, como Senador da República. A liberdade de falar o que quisesse à tribuna e, ao falar, ninguém me contestar, não poder entrar com ação... Isso sempre admirei, em todos os senadores aqui.

Muito bem. E eu vinha acompanhando e participando de tudo que acontecia. E aí aparece essa operação Satiagraha. Nessa operação, e não é porque eu estou na frente do senador que teve problemas, ou que tentaram imputar problemas nessa operação, que é o Senador Heráclito, aqui, e quem conhece a história do Senador Heráclito sabe que o Senador Heráclito trabalhou com Tancredo, caminhou, junto com o Senador Pedro Simon, pela liberdade que o Brasil tem hoje. Sempre ao lado... Tudo que aconteceu é que deu a liberdade para o nosso país de hoje. Ou seja, nós temos hoje... Todo mundo tem o direito de falar o que quiser e as consequências vão dentro da lei. Só que com os políticos, acontece totalmente ao contrário. Ninguém fala nada. Aqui existe sempre uma campanha para desmoralizar o político brasileiro, desmoralizar mesmo. Esquecendo toda a história que ele tenha construído ao longo da sua vida, ao longo da sua vida pública, dedicada... Eu já participei de momentos aqui, inclusive, de CPIs, onde se pediram filmes da porta de um Senador da República aqui dentro. E, no entanto, foi bloqueado, e eu sou a favor. Não há porque você, tendo Câmara de segurança, ter que mostrar quem entra no gabinete de qualquer senador.

No entanto, agora esse mesmo grupo pediu uma filmagem do Palácio. Aquele grupo que eu apoiei para que não mostrasse a filmagem do seu gabinete, quem estava entrando na época do caseiro, esse mesmo grupo hoje pede uma filmagem do Palácio. Quer dizer, o jogo é político, não há uma coerência nas atitudes. Acho que atitude você tem que ser linear. Não pode dançar conforme a música. Tem que ter posicionamento.

E o que acontece? Eu vi o Senador Heráclito sofrer aqui. Sofrer por covardia, pela ABIN atuando, montando escutas... E ele só teve o direito quando ele foi ao Supremo. Ter o direito de ver o que existia contra ele. Essa é uma das posições, Senador Eduardo Azevedo, que eu defendo de que a polícia legislativa tinha que ser forte. Ela tinha que ser bem forte para poder preservar o direito de qualquer político brasileiro, seja ele senador, seja ele deputado. Preservar o direito. Não deixar que situações de empresas familiares pudessem afetar a vida Parlamentar de algum político. E, quando houver vazamento, seja da Receita, seja da ABIN, teria que essa polícia investigar e saber quem vazou e acontecer uma condenação por esse vazamento. E isso não acontece. Você não vê o Ministério Público procurando saber por que é que se vazou informações da Receita sobre algum senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O Protógenes vai ser candidato.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É, isso é o que vem acontecendo.

E eu conheço o Protógenes bem. Não estou aqui para falar do Protógenes, estou falando da ABIN. O Protógenes foi uma pessoa em todo o sistema.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Foi usado pelo Diretor da ABIN.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não quero dizer que foi usado. Esse ponto que não quero chegar. Quero analisar a ABIN como uma grande estrutura. Não quero centralizar numa pessoa. E o que acontece? Eu vi esse direito acabar. Hoje, eu sou Senador da República, e ao falar no telefone sobre algum assunto que possa ser interpretado cortando... Só botando aquele pedaço de alguma maneira, hoje já fico com receio. Eu tenho até aqui esse... Eu tenho dois telefones iguais. E botei no telefone do Senado uma caveirinha. Porque eu olho, não sei qual é que está tocando, sempre olho para saber. Bom, é do Senado, tenho que ter cuidado. Esse eu tenho que ter cuidado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, esse é o do Senado que tenho que ter cuidado, que não teria que ter. Porque esse é o que está gravado, quando você pode ligar para um Senador, discutir algum assunto que está sendo discutido numa comissão, discutir um voto. Por que é que não posso ligar para o Senador Romeu Tuma para discutir um voto que eu posso dar para V. Sa. aqui? Para mim, o maior especialista dessa área é o Senador Romeu Tuma. Posso ligar... Senador, me dê informação sobre esse Sr. Wilson Roberto... O que V. Exa. acha dele? Isso é normal. Mas, no entanto, eu não vou falar. "Senador Romeu Tuma, vou dar um pulo no seu gabinete". Que eu já nem sei também se o nosso gabinete está todo grampeado. É verdade. Quem é que limpa aqui final de semana? Eu moro numa casa minha, que eu já nem converso mais na minha casa. Vai lá fazer manutenção da NET, por que é que não colocam alguma coisa? Esse é o... Esse... Eu converso dentro d'água, de sunga e com água por aqui. Nós estamos caminhando, a verdade é essa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas V. Exa. tem tanta coisa perigosa para conversar?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Até mesmo assuntos de Governo com V. Exa. pode ser uma coisa perigosa, dependendo dos interesses.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nunca foi e nunca será.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um pedido de voto de V. Exa. comigo pode--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas voto é transparente e público.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A votação do próprio Sr. Trezza pode ser algo perigoso. Eu não sei o que estão pensando outros. A verdade é essa. O que estão pensando outros? Eu tenho alma boa e tranquila.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Simon, dessa conversa dentro d'água você está livre porque você afoga. Se a água bater no ombro dele, você afoga.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, eu queria simplesmente que V. Sa. conduzisse a ABIN numa linha dos interesses nacionais. E a democracia e a liberdade dos políticos é interesse nacional. Então, se V. Sa. conduzir a ABIN nesse sentido, e proteger os senadores, proteger os Deputados... Porque eu nunca vi autorização de primeira instância Federal para se gravar alguém, quando aparece um senador, continua gravando. Para mim, senador só pode ser gravado com autorização do Supremo. Então, se vai acontecer uma gravação entre o senador, tem que ser cancelada na hora. Isso que eu não entendo. É uma questão de patente? "Não, mas está com autorização judicial..." Da primeira instância... Aí um senador entra, por alguma razão, para conversar com alguém, aquela gravação continua? Eu não consigo entender isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone]. [soa a campainha]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Gravaram o Presidente do Supremo. E eu te digo uma coisa, porque o Presidente era o Gilmar. Porque o Presidente, naquele momento, era o Ministro Gilmar. Gilmar Mendes. E aí aconteceu o que aconteceu.

Então, eu espero que seja uma nova ABIN... Uma nova ABIN. Que está sendo, desde o momento que V. Sa. assumiu. Espero que continue assim. E eu vou defender aqui, Senador Azeredo, que a gente tenha uma polícia legislativa forte. Possa vir alguém da Federal, que chega aqui... Mas tem que defender os interesses e a proteção dos direitos dos Senadores nessa Casa. Que essa proteção acabou. Todo mundo acha que ser homem público, Senador Tuma, você ser homem público é dizer que você está sujeito a qualquer ataque, mesmo sendo mentirosa, que vira verdade.

Acho que tem que proteger esse direito. Hoje são os senhores; amanhã vão ser outros. E a liberdade é o que é mais fundamental no nosso país, na democra-

cia. Nós estamos perdendo essa liberdade. Perdendo por esse... Por essa infiltração. Então, pediria a V. Sa. que marcasse um novo momento na ABIN, conduzindo, como bem colocou o Senador Pedro aqui, que os interesses da nação, para que possamos ter um país livre e democrático.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Dr. Wilson Trezza, para responder aos Senadores João Pedro e--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. permite eu prestar um esclarecimento já que fui citado nesse episódio da ABIN e, como disse o senador, é uma coisa que me dói muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeitamente. Então, vamos... A palavra com o Senador Heráclito... Nós ainda temos a última inscrição aqui, do Senador Antonio Carlos Valadares, mas o Senador Heráclito, então, primeiro para suas informações.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dois arapongas da ABIN, de nome Eloy(F) Venterlay(F) e Sônia Maria Pariojo(F) Cavalcante de Almeida passaram uma informação de que degravaram uma conversa de um diálogo que eu estaria participando com um cidadão... Deixa eu ver aqui o nome dele. Bom, esse diálogo nunca existiu, até porque eu não conheço a pessoa. É um absurdo. Se não fui eu que pedi imunidade para Senador, não fui eu que pedi imunidade para Ministro do Supremo. E essa... A única coisa que eu quero que a ABIN forneça é a degravação dessa fita. Eu tenho o direito de ouvir. Ou, então, que puna os arapongas que, de maneira criminosa e irresponsável, envolveram um Senador da República nisso. Tanto, que estou formando um expediente a V. Exa. para solicitar na íntegra. O General Félix foi irresponsável e leviano. Tive a maior decepção que se pode ter de homem público, pela idade, pelo respeito que sempre tive a ele. Fiz Requerimento, ele esteve no meu gabinete, ficou de dar a resposta e a resposta que ele deu foi apenas repetir o diálogo inconsequente dos dois servidores. Isso tudo, esse trabalho todo tem a digital do Sr. Paulo Lacerda. E eu vou levar isso até o fim. Eu vou levar até o fim porque a única coisa que eu tenho, Senador Presidente, que levar na vida, é o exemplo a meus filhos.

Ontem, Senador Mercadante, fui absolvido, por unanimidade, no Tribunal Eleitoral, de uma denúncia. Aí aparece na denúncia, o denunciante é um estagiário de jornalismo no Piauí. Sabe o que é estagiário de jornalismo no Piauí? É o Presidente do PT estadual, suplente de Deputado, e, para assumir, foi preciso o PT convocar quatro ou cinco titulares para dar a sua plência. Ontem.

Semana passada, a mesma coisa. Então, essa é uma guerra que vem desde o episódio de Barreirinhas, por quê? Porque eu combato o Governo. E não é justo, Sr. Presidente, que se use esse tipo de expediente, que se use da ilegalidade para combater quem combate o bom combate de maneira aberta.

De forma que eu solicitaria a V. Sa. que atendesse a esse apelo. Se for mentira, puna seus arapongas e coloque no lugar duas pessoas mais responsáveis e melhores. Se não for, a Comissão de Ética está aí para me julgar. Agora, o que não é possível é se enlamear a vida de pessoas; o Senador Demóstenes está aí com a vida também gravada; o Presidente do Supremo... E esses fatos são colocados debaixo do tapete, o Sr. Paulo Lacerda, tomando vinho português da melhor qualidade e comendo queijo da Serra da Estrela. Levou inclusive um tradutor, recebendo também em dólar. Levou para Lisboa um tradutor... Um tradutor. Não é possível isso. Essas coisas precisam de transparência e precisa de esclarecimento.

Queria... Eu queria falar isso, senador, na sessão fechada. Mas o Senador João Pedro me deu a dica. E eu quero finalizar, pedindo informações se os senhores têm alertado o Governo para a feira de Xangai, que se realiza ano que vem. A Feira de Hannover houve uma denúncia de que nós gastamos 14 milhões de dólares num estande de 12 mil m². A da feira de Xangai vai custar 30 milhões, e é um estande de apenas três mil metros quadrados. Isso está dando um 'bafafá' nessa questão, ninguém quer assumir a responsabilidade; o Itamaraty sai de lado... É uma questão estratégica. O que é que a ABIN está fazendo para alertar o Governo com relação a isso? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Heráclito, quero manifestar minha solidariedade total a V. Exa. nesse episódio, o faço em caráter pessoal, não como Presidente, mas é evidente que esse assunto tem que ser devidamente esclarecido--

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --para mostrar, em sessão reservada, o tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Esse assunto tem que ser esclarecido. Realmente não pode ficar uma denúncia desse tipo sem que haja uma punição ou um esclarecimento. Dr. Wilson Trezza.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Muito bem. Bem, eu vou tentar responder às indagações que foram feitas pelos três senadores, Senador João Pedro e Senador--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só uma questão. V. Exa. conhece os dois servidores

citados no ofício? Para não ficar... Conhece os dois servidores?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Sim, senhor. Conheço.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já indagou aos dois servidores a veracidade desse diálogo? Já ouviu esse diálogo?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Se o senhor me permitir, eu vou chegar nesse ponto no momento em que fizer a minha manifestação em relação à sua indagação.

Bem, em relação aos comentários feitos pelo Senador João Pedro sobre a relevância do papel do Brasil no cenário internacional, essa inserção brasileira, essa elevação do *status* do Brasil no cenário internacional, acho que tudo isso é bastante perceptível. É motivo de preocupação da ABIN. O senhor fez um... O senhor traçou um cenário estratégico para o Brasil e preocupações que deviam ser típicas de um órgão de Inteligência, eu gostaria de dizer que nós poderíamos assinar embaixo desse cenário que o senhor traçou. Isso também ocupa as nossas mentes e é objeto da nossa reflexão diária sobre como devemos conduzir a atividade de Inteligência e a Agência Brasileira de Inteligência, para fazer frente a esse tipo de demanda, tendo em vista e principalmente que a atividade de Inteligência é uma atividade de assessoramento preventivo. Não há nada mais atrasado do que uma notícia de ontem. Então, nós temos, sempre que possível, oferecer um assessoramento que possa antecipar decisões de Governo e possa subsidiar as políticas públicas que são implementadas pelo Governo.

Nós temos, até para seu conhecimento, já feito um primeiro trabalho a respeito do pré-sal, trabalho prospectivo, que fala sobre o fato em si e sobre perspectivas futuras em decorrência dessa possibilidade que se apresenta para o Brasil, em termos, inclusive econômicos, financeiros, e que, consequentemente, trará consequências na área política. O crescimento, a ocupação de espaços, o deslocamento de atores internacionais também é uma preocupação e é uma possibilidade de a toda ação corresponde a uma reação. Temos essa preocupação, já elaboramos um primeiro documento nesse sentido e estamos acompanhando este assunto.

Então, fazemos a autocrítica, tentamos nos colocar à frente das questões que se apresentam para a sociedade e para o Estado, porque temos esse compromisso em oferecer esse assessoramento, sempre oportunamente. Então, o senhor tenha certeza de que isso está acontecendo na ABIN e estamos buscando, sempre que possível, a antecipação dos fatos, as aná-

lises perspectivas e a adequação da instituição a essa nova realidade para o Brasil e para o mundo.

Em relação ao comentário feito pelo Senador Wellington Salgado, eu queria dizer que eu me solidarizo com ele, quando fala dessa preocupação com a imagem de qualquer cidadão brasileiro, não somente o membro do Parlamento. Eu também me coloco nessa situação. Eu tenho 54 anos de idade e levei 54 anos para construir uma reputação que pode ser colocada abaixo numa única reportagem, um único dia, comentário, enfim, num único momento. Então, tenho essa preocupação.

Pelo fato de estar à frente de uma instituição como a ABIN, a Agência Brasileira de Inteligência, eu também não estou livre desse tipo de preocupação e desse tipo de invasão. Infelizmente, a realidade é essa. Estaria protegido pelo fato de ser Diretor da ABIN? Tenho algumas proteções, inclusive em função de recursos tecnológicos dos quais nós nos valem para a preservação das comunicações dentro da organização. Mas, além de Diretor da ABIN, eu sou pai de família, eu tenho esposa, tenho duas filhas, embora uma de 10 anos e uma de 20, e eu espero que elas vivam num mundo melhor do que esse. Eu espero que elas vivam protegidas por um ordenamento jurídico que lhe dê garantia de sigilo, que possa lhe garantir o direito de ir e vir, enfim, que tenha todas as prerrogativas de um cidadão deve desfrutar dentro da sociedade, principalmente de preservação de seu sigilo de comunicação, sigilo bancário e coisas dessa natureza.

Mas o senhor não tenha dúvida de que, no que depender da ação, da gestão do Diretor-Geral da ABIN, e aí como disse e quero enfatizar que esse não é um compromisso somente meu, é de todos os diretores que me acompanham, de todo o corpo gerencial da ABIN, a ABIN deverá ter uma atuação absolutamente aderente à proposta que o senhor mencionou, a esse cenário que o senhor visualizou como ideal para uma Agência de Inteligência. É isso que nós pretendemos. E é isso que eu espero conseguir.

Eu não tenho possibilidade, embora trabalhe com Inteligência e produção de conhecimentos prospectivos, de lhe garantir hoje que, até o final do meu mandato, nada acontecerá que deva contrariar isso, esse compromisso que estou assumindo. Nesse momento, eu assumo o compromisso de me empenhar para que as coisas sejam dessa maneira. Agora, com base inclusive na qualidade, na honestidade, na competência e no compromisso dos meus colegas profissionais de Inteligência, com o Estado Brasileiro, com a sociedade, eu tenho possibilidade de dizer que eu tenho a convicção de que isso acontecerá desta maneira.

Bem, em relação ao comentário feito pelo Senador Heráclito Fortes sobre esse episódio que o senhor atribuiu aos dois servidores da ABIN, Senador, com todo respeito que o senhor merece, o senhor e todos os Senadores, nós temos, na ABIN, dois oficiais de Inteligência, Sônia Maria Pajioro(F) e Eloí(F) Ventelay(F). Eu, particularmente, fico entristecido quando vejo uma referência a um profissional de Inteligência, quando ele é tratado como um araponga. Desculpe a sinceridade, mas me deixa profundamente magoado, como Diretor-Geral da ABIN, que um órgão criado pelo Congresso Nacional, através de um Projeto de Lei, uma carreira de Inteligência, criada pelo Congresso, possa ter esse tipo de adjetivo. Mas eu também entendo que isso é fruto de uma visão equivocada que se tem sobre a atividade profissional e sobre a própria ABIN.

Eu espero, confio de que nós teremos capacidade de modificar essa imagem, de fazer com que o entendimento seja outro, que a gente, pela na graça de Deus, nunca mais precise ouvir referências dessa natureza. E por favor, o senhor me entenda, não é uma... De maneira nenhuma, uma repreensão ao senhor--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, V. Exa. não me repreende, não. O senhor está enganado. V. Exa. não repreende que a honra de V. Exa. não foi atingida e a minha eu fui. Araponga se chama aqui aqueles que bisbilhotam indevidamente a vida alheia. São arapongas. E não deveria merecer a defesa de quem vai presidir um órgão como a ABIN. Deveria merecer a repulsa, o repúdio... Porque usar indevidamente o nome de um senador, de um parlamentar da maneira que usaram, não merece a defesa de ninguém. E o nome araponga eu não retiro. Porque o trabalho deles, Dr. Trezza, com toda sinceridade, foi de araponga da pior qualidade. Apenas para dar cobertura aos que erraram no começo de todo esse processo.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Está bem, senador. Então gostaria de lhe trazer outras informações de que eu disponho, talvez o senhor não tenha--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero saber se V. Exa. vai tomar providências com relação a isso?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Eu vou lhe dizer--

SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Eu pediria só que fosse respeitada a intervenção, depois quando ele concluir, que ele estava no meio da exposição, essas interferências prejudicam a qualidade da arguição. V. Exa. agora está tirando o microfone. Não vai tirar. Não vai tirar. Eu vou terminar de falar e V. Exa. vai respeitar. Então, estou levantando--

[falas sobrepostas]

[soa a campanha].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pedindo ao Presidente que pondere que as pessoas concluam a arguição, o depoente conclua--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É porque o Senador Heráclito quis fazer só uma ressalva sobre um termo utilizado--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim, mas assim que ele concluir o raciocínio, a exposição, ele pode voltar a intervir. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está bem. Mas ele já fez... Dr. Wilson.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vai ser protetor aqui de coisa errada?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Dr. Wilson.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu estou sentindo que nós estamos passando aqui... Eu entendo o nervosismo do Senador Heráclito, mas ele está passando do respeito que eu espero que ele preserve. Primeiro, tentar arrancar o microfone da minha mão. Que eu estava falando. V. Exa. concluiu, eu pedi um aparte ao Presidente. Agora, V. Exa. está fazendo ilações que eu espero que não repita porque não é próprio do nosso relacionamento e nem do tema que V. Exa. está tratando até o momento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou na frente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Como V. Exa. preferir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Dr. Wilson.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu que estava no diálogo, ele foi quem disse que iria me repreender, eu disse que não aceito repreensão. Pensei que V. Exa., como senador, defendesse--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): [ininteligível] disse que ia repreender.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Veja o que foi dito.

[falas sobrepostas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele disse que não estava repreendendo V. Exa.. Estava fazendo a defesa da carreira. Ele disse que não estava e não estava repreendendo. Ele disse que não estava e não estava. Se tivesse repreendendo, eu poderia me solidarizar com V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vice-versa. Ele estava dizendo que não estava repreendendo V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos concluir a resposta do Dr. Wilson Trezza.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Eu só queria enfatizar, senador, que se por acaso, eu deixei uma impressão equivocada, eu quero... De maneira nenhuma, me sinto nem no direito e nem é da minha personalidade esse tipo de atitude.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Bem, em relação a esse episódio que o senhor mencionou, as informações que eu disponho são as seguintes. Eu, na época, não era o Diretor da ABIN e não estou me furtando da responsabilidade porque entendo que a Administração Pública é impessoal e atemporal. Mas eu quero registrar, não era a minha gestão, mas tenho conhecimento a respeito do assunto. Acho que é uma situação diferente, um servidor da ABIN a serviço da ABIN, realizar uma atividade de interceptação de comunicação telefônica. Isso não aconteceu. Esses servidores da ABIN, quando colocados à disposição da Polícia Federal, foram designados para um trabalho onde, segundo depoimentos prestados por eles numa sindicância, neste momento, recebidos das mãos de um representante da Polícia Federal, receberam um conjunto de gravações a serem feitas e, nesse momento, encontraram esse diálogo.

Então, na ABIN, senador, eu não tenho esta fita porque ela não foi objeto de uma atividade desenvolvida pela ABIN. A ABIN não faz esse tipo de trabalho e nós não dispomos dessa gravação. Eles estavam à disposição da Polícia Federal. Se estivessem à disposição da ABIN, certamente estariam cometendo um crime, porque não temos a competência para isso e seriam prontamente chamados a responder por isso, o que não significa dizer que eu acho que isso não vá acontecer. Eu não tenho os elementos para lhe responder agora. Existe um processo em andamento e, talvez, eles sejam, de fato, alcançados pela Justiça.

O que eu gostaria de dizer é isso, que a ABIN, nessa operação Satiagraha, não desenvolveu uma operação em função dela. O planejamento anual de atividades da ABIN não contemplou, em nenhum momento nada, nenhuma operação, nenhuma atividade em benefício da Operação Satiagraha. O que aconteceu foi, dentro do que é previsto na Legislação vigente, dentro do que se espera do Sistema Brasileiro de Inteligência, uma cooperação entre a ABIN e a Polícia Federal, no sentido da cessão de servidores que trabalharam sob o comandamento da Polícia Federal no desenvolvimento da atividade de Inteligência.

Então, foi isso que aconteceu naquele momento; essa atividade não foi determinada pela ABIN, não houve uma operação da ABIN para a Satiagraha, nós não realizamos uma atividade de Inteligência da ABIN em relação à Satiagraha. Por isso, não cabe a mim, inclusive, fazer uma avaliação do que foi a operação, se ela foi correta ou não. Eu gostaria que ficasse bastante claro isso. Quer dizer, os servidores da ABIN, no desenvolvimento de uma atividade da própria Agência de Inteligência, estaria absolutamente ao arremio da legislação se tivesse executado uma interceptação telefônica.

Agora, o que eu entendo é que o próprio servidor, ao ser apresentado a um conjunto de tarefas e se deparando com esse diálogo que ele disse que ouviu, também foi surpreendido. Ele não sabia o que encontraria. Ele recebeu um conjunto de gravações para serem feitas, fruto de uma interceptação, que eu quero acreditar que tenha sido--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já divulgado?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Não. Ele recebeu para fazer a gravação. E quero acreditar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E quem divulgou?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Nas dependências da Polícia Federal, ao ser colocado à disposição da equipe que conduzia a operação--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não foi na Agência?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Não foi nas dependências da Agência Brasileira de Inteligência. Não foi uma operação desenvolvida pela ABIN, porque nós não fazemos, não temos equipamento, não temos competência legal para isso. Acho que é muito importante--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas foram eles que divulgaram--

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Não. Eles não divulgaram, senador. O que aconteceu foi o seguinte. Abrimos uma sindicância para apurar essa participação da ABIN nessa operação. O GSI também tinha interesse e a ABIN tinha interesse em saber o que aconteceu; se foi adequado ou se não foi, se foi legal se não foi, se foi dentro das competências dos profissionais de Inteligência ou não. Chamamos todos os servidores que foram colocados à disposição da Polícia Federal para que eles se explicassem o que é que fizeram, quando sob comandamento de representantes da Polícia Federal. Disseram: "Olha, um determinado momento, num determinado dia, eu me apresentei para o trabalho, recebi um conjunto de gravações para serem feitas

e, no curso da análise deste material, me deparei com esse diálogo". Ele não sabia o que encontraria. Nem em relação a esse e nem em relação a qualquer outro. Mas ele não divulgou isso. Ele foi, ao prestar esclarecimento, e informou que isso aconteceu. E eu acho até que, graças a esse depoimento, é que o senador pôde saber que existia este... Acho que até que... Se tiver que enxergar a questão por outro lado, logicamente que essa situação não é boa para ninguém. Mas foi, graças ao depoimento desses servidores, é que o senador pôde saber que isso aconteceu. Mas não foi uma determinação da ABIN, não estavam a serviço da ABIN, não fizeram a interceptação e não sabiam o que encontrariam no momento em que o material foi apresentado a eles. Eles somente fizeram menção a isso no depoimento que prestaram--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Mas eles afirmam que é minha voz, Dr. Trezza. Eles ouviram minha voz alguma vez? Porque eles afirmam, aqui tem uma certidão do General Félix. Infelizmente, isso é confidencial. Mas tem. A minha e do Senador Demóstenes. E a do Ministro, Presidente do Supremo Tribunal. Isso é uma questão séria.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Tanto o processo administrativo quanto os inquéritos que estão em andamento estão correndo em grau de sigilo. Eu não tive acesso ao material. Mas eu... Como eu gostaria de lhe tranquilizar, para que o senhor soubesse que isso não foi uma ação da ABIN, a ABIN--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Tranquilo eu estou. Se há uma pessoa que está com a consciência tranquila, sou eu. Agora, revoltado, revoltado em ver que se usa esse tipo de expediente--

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: E eu gostaria que o senhor tivesse a certeza de que a ABIN não faz esse tipo de--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Aliás, quero dizer a V. Exa., que se V. Exa. quer saber como isso começou, foi quando eu, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa, chamei o Dr. Paulo Lacerda aqui e disse que a ABIN estava procedendo a escutas ilegais e perseguições ilegais no Rio de Janeiro. Aquele famoso caso que o senhor conhece. E o Dr. Paulo Lacerda fez isso em consideração porque tinha por ele maior respeito na época, em vez de tomar as providências, não, tomou-se de ódio por mim e começou a tomar essas providências de arapongagem em cima da minha pessoa. Não é brincadeira isso, não. Eu tenho 35 anos de vida pública e 26 anos de vida parlamentar. É uma coisa que eu não abro mão é da preservação da minha imagem e da minha honra. Dr. Paulo Lacerda não tinha o direito de fazer o que fez. E nem tão pouco esse acobertamento

que você vai para a Federal e a Federal diz que é com a ABIN. Você vai com a ABIN, a ABIN diz que é com a Federal. Meu Deus do céu, e afinal? Cadê essa fita? Cadê a voz? Eu me submeto aqui previamente.

Agora, quero que a recíproca seja verdadeira. Não é brincadeira, Dr. Trezza. Do mesmo jeito que o Dr. Paulo Lacerda tem direito a ter ódio, porque dizem que ele tem conta no exterior e foi o que motivou tudo isso e ele está no direito... Só não está no direito de usar os instrumentos legais, os instrumentos de Estado para isso. Eu tenho direito de exigir esclarecimentos. A minha questão é essa. Tem nada a ver com V. Exa..

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente. Rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria colocar o seguinte: o Dr. Trezza é altamente qualificado e sabe por que é que está aqui... No que está metido. E o Senador Heráclito também tem o direito de, nesse momento, que é o único momento que ele tem, Dr. Trezza, e V. Sa. não tem a ver com essa situação, porém, está no órgão que tem a ver com essa situação, ele tem total direito de expor seu posicionamento aqui, depois de um tempo muito grande. E compete ao meu Presidente, Senador Eduardo, administrar a situação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Tomar providência, exigir da Polícia Federal--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Entendeu, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, recebi o Requerimento, Senador Wellington--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. é que tem o poder de conduzir o processo. Agora, não podemos é deixar um senador sem falar. Ele tem total direito de reclamar, de falar, falar o que quiser aqui.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Deixa eu primeiro dar uma explicação. O Senador Heráclito, Senador Wellington, me encaminhou aqui uma correspondência e eu vou tomar as providências. Exatamente se queixando da demora das informações--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Quem é que tem... Se é a Polí-

cia Federal, a ABIN... Precisamos saber quem é que pode falar--

[falas sobrepostas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que não precisava de uma sessão secreta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Apesar da tensão que tivemos aqui, da forma que estamos chegando a esse fato, eu acho que o encaminhamento e a comissão deveria fazer seria primeiro solicitar o conjunto da investigação da Operação Satiagraha. Para verificar, de fato, as responsabilidades da ABIN, da Polícia Federal nesse processo, se houve abuso de autoridade, quem praticou, aonde, em que circunstância e fazer uma análise mais completa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa era boa. Essa... Cem por cento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que esse é o caminho que a comissão deveria fazer. Para que a gente ter uma análise completa do processo e saber os procedimentos.

Segundo, no caso específico em que são mencionados Parlamentares Senadores, acho que nós deveríamos solicitar, tanto à ABIN e à Polícia Federal a cópia do original ou de uma reprodução da fita. Porque, como está mencionando a existência de uma fita, essa fita tem, evidentemente, tem que estar nos autos. Você não pode ter uma degravação de uma fita que não existe. Então, era é importante que fosse colocada à disposição da comissão a fita no que se refere a esses trechos que nós estamos discutindo, onde são mencionados senadores.

Então, eu pediria ao Presidente da comissão solicitasse a fita, uma cópia da fita, nos trechos que são mencionados senadores, para que a gente possa fazer a perícia e verificar se há. Porque, se não há, houve crime, sim, houve crime. Se não há fita, se não há original, se não há comprovação das vozes, houve crime. E aí os funcionários que estiverem envolvidos terão que se apresentar e terão que ser processados.

Então, eu pediria a íntegra da Operação Satiagraha e esses trechos para fazerem acompanhar da suposta degravação. Acho isso indispensável para que as pessoas possam se defender. Porque a suposição de um diálogo; o Senador Heráclito nega que tenha participado e dois funcionários fazem uma degravação identificando como sendo sua voz, só há uma forma de dirimir essa dúvida: é a disposição da fita pela comissão para que possa ser devidamente esclarecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Quero só lembrar que, tanto na Polícia Federal quanto na ABIN, foram feitas mudanças também, há que se reconhecer, exatamente em função de abusos que foram cometidos, não só nessa situação, mas em outras situações, realmente houve... Acabaram por acontecer mudanças na gestão da Polícia Federal e da ABIN e um dos motivos foram abusos como esse, não só na Satiagraha, mas outras questões também conhecidas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu proporia aqui requerer, pela Corregedoria, todo o material para ser analisado--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essa proposta me atende perfeitamente. Eu quero esclarecer. Não tenho nenhuma...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está ótimo. Então vamos agora... Eu já tinha anunciado o Senador Valadares, antes da... Queria abrir o processo de votação depois da fala do Senador Wellington. Então, já declaro aberto o processo de votação e lhe passo a palavra para uma última indagação.

ORADOR INDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu renuncio.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Presidente. Presidente Eduardo Azeredo, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Com a palavra, Senador... Quem está pedindo a palavra? Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Haverá a sessão secreta após a votação, não é isso? [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu quero lembrar aos Srs. Senadores, nós vamos ter uma parte secreta em seguida.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Exatamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, antes da sessão secreta, enquanto o pessoal está votando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim. Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu compreendo, Sr. Presidente, de que o Brasil estrategicamente-- [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Peço silêncio, por favor, para que o Senador Valadares possa falar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): O Brasil estrategicamente não pode abrir mão de um órgão de Inteligência devidamente estruturado, sólido, para não só dar ao Governo, de forma antecipada, as informações necessárias a determinadas decisões que podem configurar em segurança nacional, como atuar no campo do... Da prevenção do terrorismo, ainda que o Brasil, em relação ao terrorismo, seja um território não preocupante, de vez que o Brasil não entrou em guerra internacional, mantém uma boa relação com a comunidade em todo o mundo, com a comunidade internacional, eu gostaria apenas de saber, de V. Exa., quais as atividades que hoje poderão... Podem ser desenvolvidas, muito embora nesse ambiente de clima e tranquilidade que passa o país, quais as atividades que podem ser exercidas pelos órgãos de segurança, quando falo nos órgãos de segurança, envolvem... Nós queremos envolver ABIN, a Polícia Federal etc., na prevenção de possíveis atos de terrorismo que, queira Deus, não venham a acontecer em nosso país. Mas, como nós somos um país aberto, democrático, com fronteiras bastante extensas, viagens internacionais que acontecem diariamente, não só de avião, como de navio... Enfim, quais as providências, as iniciativas que podem ser tomadas no sentido dessa prevenção?

E por último, eu gostaria apenas de dizer a propósito, a respeito da discussão que aqui se travou sobre as consultas telefônicas e ilegais e, quando se quer dar publicidade a assuntos que venham a enfraquecer o Legislativo e o próprio Supremo, se diz que o Supremo nunca... Até agora, não puniu nenhum Parlamentar que esteja sendo processado no Supremo, e eu pergunto o que é que a Justiça também fez no sentido de processar criminalmente todos aqueles que abusam, que se excedem nas suas atividades, inclusive usando indevidamente, como aconteceu no caso do Senador Heráclito, a escuta telefônica ilegal, a interceptação telefônica ilegal? É uma indagação que eu faço, porque incrível que, num país como o Brasil, ainda existam “intocáveis”. E “os intocáveis” não podem acontecer, sob pena de desmoralização do sistema democrático do nosso país em qualquer órgão, mesmo entre os órgãos de segurança do Estado brasileiro, mesmo entre a Polícia Federal, a ADIN— [interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu peço--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Já terminei a minha indagação e a minha participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG):

Obrigado, Senador Valadares. Dr. Trezza. Depois, nós passamos... Eu peço ao Senador

Mercadante e Senador Romeu Tuma que façam a apuração.

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Senador Antonio Carlos Valadares, muito obrigado pela sua pergunta. Eu gostaria de dizer que nós, brasileiros, até por natureza, por cultura e personalidade, nós nos vemos com olhos de quem acha que todo mundo é amigo do Brasil e nós somos amigos de todos. Eu não diria que nós não temos... Nós não corremos riscos de ocorrência de um atentado, de um ato terrorista no Brasil. Hoje, nós não temos nenhum elemento que indique, que sinalize para a probabilidade de que isso ocorra, o que não significa estarmos livres dessa ocorrência. O Brasil se relaciona bem com a maioria dos países do mundo. Nós não temos motivação política ou ideológica para que isso aconteça em terras brasileiras.

O que é possível acontecer é que o terrorismo também, por sua vez, inclusive em função do processo de globalização e da possibilidade de perpetração de atentados terroristas fora das áreas tradicionais, que isso aconteça em território brasileiro contra alvos de outros países, de interesse dessas organizações.

No Brasil, nós temos representações diplomáticas de vários países, nós temos empresas brasileiras associadas às empresas que poderiam ser alvo desse tipo de acontecimento. Portanto, nós não somos alvos do terrorismo, mas podemos ser palco. Podemos ser não significa com isso que eu esteja dizendo que nós temos elementos, indícios ou probabilidade de que isso vá ocorrer.

Agora, em matéria de terrorismo toda vigilância é pouco. Nós precisamos permanentemente estar acompanhando esse fenômeno em nível internacional. O Brasil é signatário de todas as convenções e resoluções da Organização das Nações Unidas que tratam deste tema. Portanto, nós temos um compromisso internacional com a comunidade mundial. Nós temos o dever, obrigação de acompanharmos o movimento, de entendermos esse fenômeno, de estudarmos os fenômenos, de conhecer os *modus operandi*; nós trocamos informações, como eu disse há pouco tempo, com cerca de 82 serviços de Inteligência ao redor do mundo, tudo isso no sentido de que se possa prestar ao Governo o assessoramento preventivo necessário para que o Brasil não seja pego na contramão e sendo ou alvo ou palco de um atentado terrorista. Esse é o papel de um órgão de Inteligência, juntamente com os órgãos de Segurança Pública, com as outras Agências de Inteligência, com a comunidade internacional. Nós acompanhamos o que acontece no mundo todo com interesse e acompanhamos também a possível possibilidade ou probabilidade de que ele venha um dia acontecer no Brasil.

É lógico que também a mudança do posicionamento estratégico da influência do Brasil como ator internacional traz, acarreta riscos diferentes. Entre eles, não estaria descartada a possibilidade de um acontecimento desse tipo. Mas eu insisto em dizer que, para a tranquilidade da sociedade e do Estado, que nós não temos nenhum indício nesse momento de que isso venha ocorrer. Trabalhamos no sentido da preservação e da informação, de maneira antecipada, no assessoramento do Governo nesse sentido.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas V. Exa. é favorável, por último, àquela indagação que fiz sobre a impunidade que acontece em relação a escutas telefônicas... Crimes que têm que ser combatidos?

SR. WILSON ROBERTO TREZZA: Eu concordo plenamente com sua posição. Eu acho que não somente em relação à escuta telefônica. Qualquer tipo de conduta que seja infringente ao ordenamento jurídico deva ser coibida e deva receber a penalidade prevista no nosso... No nosso ordenamento jurídico. Acho que isso não exime os servidores da área de Inteligência.

Eu, particularmente, defendo até que, contrariamente à minha posição, que o próprio Diretor-Geral da ABIN seja imputável. Hoje o ordenamento jurídico tem uma tipificação para vários procedimentos que são considerados crime. Talvez não fosse exagero que alguma coisa fosse definida na Legislação em relação ao comportamento de um dirigente de um órgão de Inteligência em função das prerrogativas que ele tem, do tipo de temas que ele acompanha e das informações de que ele é detentor ou, vez por outra, o próprio provedor, o fornecedor. Acho que ele deveria sim ser imputável. Não vejo nenhum problema em relação a isso. Ele, como qualquer cidadão, havendo uma atitude que destoe daquilo que deve ser do comportamento esperado de qualquer cidadão, que seja tipificado na legislação brasileira como crime, ele deve responder por isso e receber as sanções cabíveis. Sou plenamente favorável a esse tipo de procedimento, para qualquer que seja o cidadão, inclusive para o Diretor-Geral da ABIN.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado. Antes de anunciar o resultado, eu quero colocar em votação os dois requerimentos solicitados pelo Senador Heráclito, o primeiro de informações ao Ministro Chefe do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência, com relação ao inteiro teor dos relatórios de Inteligência acerca do acompanhamento do devido órgão em relação à ação recente do MST no interior de São Paulo.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

O outro Requerimento é que requer também ao Sr. Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência levantamentos... Relatórios de Inteligência elaborados durante as investigações, levantamentos a respeito do assim chamado "Escândalo dos Aloprados", ocorrido em meados de 2006.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Vamos ter em seguida a reunião secreta ainda.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Sr. Presidente, eu apresentei dois requerimentos orais, que eu gostaria que V. Exa. votasse. A solicitação da íntegra do inquérito da Operação Satiagraha e especificamente as supostas fitas que foram objeto da degravação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está bem. Vou colocar, então, já em discussão e votação, mas pedindo para que seja formalizado em seguida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu poderia sugerir que a Corregedoria fizesse isso para poder ter o prosseguimento investigatório?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acho que solicitaria que fosse feito no âmbito da comissão e depois, se for necessário, encaminharíamos à Corregedoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Coloco em discussão os dois requerimentos. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está também aprovado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, cheguei agora, meu voto, não tive oportunidade de proferir meu voto, mas queria dizer que, já que houve a votação e está encerrada, meu voto era totalmente de apoio à indicação do nosso ilustre Superintendente da ABIN--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O voto é secreto [risos]. Senador Dornelles, nós vamos ter ainda uma parte secreta, logo em seguida, eu quero já anunciar o resultado, foram 14 votos sim, um voto não, nenhuma abstenção. Portanto, está aprovado, nessa comissão, o nome do Sr. Wilson Roberto Trezza para Diretor-Geral da ABIN.

Eu peço, então, aos senhores... Exceto os Srs. Senadores, que se retirem, que fiquem apenas os senadores para que possamos continuar essa parte da reunião. Meus cumprimentos ao Dr. Wilson.

[Sessão secreta às 14h10].

[Sessão reaberta ao público às 15h03].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 15h04.

ATA DA 44ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia quinze de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Efraim Morais, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Flávio Torres, Renato Casagrande, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Submete à apreciação da comissão Requerimentos extrapauta: Requerimento nº 85, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro: “*Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao Requerimento nº 67 de 2009-CRE, destinada a celebrar o “Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento” com a finalidade de incluir no rol de convidados, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende e a Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO, Senhora Beatriz Macedo.*”. Aprovado. Requerimento nº 86, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti: “*Nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja considerada como missão no exterior, sem ônus para o Senado Federal, minha visita ao Japão, no período de 22 de outubro a 03 de novembro do corrente, para tratar de tecnologia de combustíveis alternativos de veículos, matéria de relevante interesse para o Brasil. Outrossim, comunico, conforme estabelecido no art. 39 do mesmo regimento, que estarei ausente do País no período acima referido.*”. Aprovado. . . O Presidente convida para compor a Mesa os Embaixadores Isabel Cristina De Azevedo

Heyvaert e Renato Xavier. **Item 1:** Mensagem nº 176, de 2009, do Senhor Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, Minstra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia.*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Heráclito Fortes**, para fazer a leitura do seu relatório. **Item 2:** Mensagem nº 177, de 2009, do Senhor Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Renato Xavier, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Heráclito Fortes**, para fazer a leitura do seu relatório. Em seguida, declara aberto o processo de votação e concede a palavra à embaixadora **Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert** e ao embaixador **Renato Xavier** para fazer sua exposição. O Presidente torna a sessão secreta às onze horas e quarenta e cinco minutos. A sessão é reaberta às doze horas e cinquenta e dois minutos. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores e, demais projetos: **Pautaextra: Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em 4 de abril de 2007, em Brasília.*”. Adiado. **Item 2:** Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de julho de 2007.*”. Adiado. **Item 3:** Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Paramaribo, em 22 de abril de 2008.*”. Adiado. nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 43 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Declaro aberta a 44ª Reunião Ordinária, desta comissão, e submeto a dispensa da leitura e aprovação da Ata anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Temos aqui um esclarecimento a fazer aos membros da comissão. Informo aos membros que os Requerimentos nº. 82 e 83, de 2009, de autoria do Senador Mercadante, foram aprovados ontem, dia 14, que haviam sido endereçados à Agência Brasileira de Inteligência e à Polícia Federal, serão encaminhados respectivamente aos Ministros do Gabinete de Segurança Institucional e da Justiça, tendo em vista o disposto no art. 217, do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de introduzirmos os nossos Embaixadores convidados, temos dois requerimentos aqui a serem submetidos ao Plenário.

O primeiro é de autoria do Senador Roberto Cavalcanti. *“Nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno, requeiro seja considerado como em missão no exterior, sem ônus para o Senado Federal, minha visita ao Japão, no período de 22 de outubro a 03 de novembro do corrente, para tratar de tecnologias de combustíveis alternativos de veículos, matéria de relevante interesse para o Brasil. Outrossim, comunico, conforme o estabelecido no art. 39 do mesmo Regimento, que estarei ausente do país no período acima referido”*. Os senhores parlamentares que concordam, permaneçam como estão. Aprovado o requerimento.

O outro é de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que *“Requer aditamento ao Requerimento nº 67, de 2009, destinado a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com a finalidade de incluir no rol de convidados o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, e a Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO, a Sra. Beatriz Macedo”*. Os parlamentares que concordam com o requerimento, permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos então à apreciação da nossa pauta, que tem por objetivo sabatinar a Sra. Isabel Cristina de Azevedo e o Sr. Renato Xavier, que estão sendo indicados para representar o Brasil, a primeira na República Democrática Federal da Etiópia e o Embaixador Renato Xavier em São Vicente e Granadinas. Peço ao Senador

João Pedro que, por gentileza, introduza os nossos convidados aqui no nosso Plenário, por gentileza.

Com muito prazer passo a palavra à Embaixadora Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Primeiro é o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Desculpa e obrigado, Senador Supply. Com a palavra o Sr. relator da indicação da Embaixadora Isabel Cristina, Senador Heráclito Fortes, o elegante Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Bondade sua. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição, compete privativamente ao Senado o exame prévio e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Neste sentido, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer da Sra. Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia.

O Ministério das Relações Exteriores elaborou, em razão do preceito regimental, curriculum da indicada.

Nascida em Aimorés, Minas Gerais, em 1954, ingressou na carreira diplomática em 1983, por concurso, tornando-se Terceira Secretária no ano seguinte.

Entre as funções desempenhadas na Administração Pública destacam-se: Assistente na Divisão de América Meridional II (1994); Assistente na Divisão de Pessoal (1997); e Subchefe da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos (1998).

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Cônsul-Adjunta no Consulado-Geral em Milão (1990); e de Conselheira na Missão junto à Organização das Nações Unidas (2007).

No tocante ao relacionamento bilateral, convém registrar, de início, que ele começa a ganhar densidade com a criação, em 1951, da Legação do Brasil junto ao Reino da Etiópia, com sede no Cairo. Nos anos 60, a representação foi elevada à categoria de Embaixada, com sede em Adis Abeba. Essa elevação foi revista na década seguinte. O atual Governo, na linha de prioridades de sua política externa, reabre em fevereiro de 2005 a Embaixada na capital etíope. Tudo indica que esse quadro favorecerá o adensamento das relações tanto bilaterais quanto multilaterais. No contexto multilateral, suficiente recordar que Adis Abeba é a sede da União Africana.

Digno de menção é, ainda, a visita que o Chanceler Celso Amorim empreendeu, em companhia de delegação representativa de distintas áreas do Governo e da iniciativa privada, à Etiópia, logo após a abertura da Embaixada. A comitiva estabeleceu contatos promissores em distintas áreas. Essa circunstância há de colaborar com a cooperação econômica, técnica e cultural entre os dois países. Em relação ao intercâmbio comercial, o Brasil exportou o equivalente a US\$ 32 milhões e importou US\$ 30 milhões, dados de 2008. Nossas exportações concentram-se em açúcar (70%) e produtos manufaturados (tratores e componentes automotivos); já as importações giram em torno de gomas e extratos vegetais.

Sr. Presidente, ante o exposto, julgamos que os integrantes desta comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Antes de finalizar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que a Sra. Isabel tem uma atuação recente muito marcante na representação da ONU em Nova Iorque e se destacou pela atenção e a distinção com que trata os parlamentares que para ali se dirigem, fato que não é muito comum. Então eu faço esse registro para que se consagre nos anais da Casa a atenção e a dedicação que a nobre sabatinada dedica ao Parlamento brasileiro, especialmente àqueles que para lá se dirigem cumprindo suas missões oficiais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A Mesa agradece ao Senador Heráclito. Passamos, incontinenti, à nova Mensagem nº 177, que submete à apreciação do Senado o nome do Sr. Renato Xavier, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas. Mais uma vez peço a gentileza do Senador Heráclito Fortes proferir o relatório.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, com relação ao indicado eu peço o adiamento da sabatina, uma vez que eu não tive nenhum contato com ele e não me sinto em condições de relatar nesse momento. Então eu peço o adiamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Concedo, então, a palavra à Embaixadora Isabel Cristina para fazer a sua exposição, não sem antes reforçar, eu não diria o elogio, mas o registro que fez o Senador Heráclito da atuação de V. Exa. na ONU e da sua profissional e gentil atuação com relação aos parlamentares brasileiros que por vezes acorrem por lá. Embaixadora, com a palavra e fique à vontade quanto à sua exposição.

SRA. ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT: Muito obrigada, Sr. vice-Presidente. Antes de ini-

ciar, peço-lhe autorização para desde esse momento agradecer as gentis e generosas palavras do Senador Heráclito Fortes, que eu devo dizer que é um representante parlamentar do maior gabarito e que sempre foi um prazer trabalhar com ele, assim como com outros parlamentares, e que espero, desde já adiante, no desempenho das minhas funções contar com a presença de vocês, caso eu venha a ser confirmada, nas reuniões parlamentares que eventualmente serão feitas no meu futuro posto. Em todo caso, muito obrigada, Senador, mais uma vez, pelas suas generosas palavras. Eu vou agora então dar início à minha exposição.

Exmo. Sr. vice-Presidente Senador Geraldo Mesquita Júnior, Exmo. Sr. Relator Senador Heráclito Fortes, demais autoridades presentes, caros colegas, caros amigos, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, senhores membros da Comissão de Relações Exteriores, constitui-se para mim uma honra e privilégio comparecer diante da Comissão de Relações Exteriores do Senado para submeter à apreciação de V. Exas. minha indicação como Embaixadora do Brasil na República Federal da Etiópia. No âmbito desse processo, tecerei algumas considerações de caráter geográfico, demográfico, religioso, político e econômico que permitam avaliar todo o potencial do relacionamento Brasil/Etiópia.

Antes de prosseguir, eu gostaria de assinalar a presença aqui entre nós do meu marido, o Reynold(F) Heyvaert, belga de nascimento, mas brasileiro de coração desde o nosso casamento, há mais de dez anos, a quem agradeço pelo companheirismo e afeto constante.

Quero também aproveitar essa oportunidade para expressar o meu reconhecimento pelo trabalho realizado pelo Embaixador Renato Xavier à frente da Embaixada do Brasil em Adis Abeba desde a sua reabertura, em 2005. A sua competência e profissionalismo no desempenho de suas funções certamente facilitarão o cumprimento da minha missão.

Entrando, então, agora no assunto objeto do nosso encontro no dia de hoje, eu gostaria de dizer que a Etiópia é um país com uma história rica, complexa, fascinante e às vezes surpreendente. Mas eu não vou me alongar muito sobre isso, eu gostaria de dar uma visão sobre a geografia do país, que tem naturalmente uma importância muito grande.

A Etiópia, então, é um país que tem como vizinhos no norte Eritreia, no nordeste o Gibuti, no leste nós temos a Somália e no oeste nós temos o Sudão. É um país sem saída para o mar. Tem uma população de 74 milhões de habitantes, dos quais 2 milhões e 700 mil habitam a capital Adis Abeba. Adis Abeba, na realidade, que significa “nova flor”, em amárico, que é a

língua de comunicação, não é uma língua oficial, mas língua de comunicação do Governo do país. Esses dados foram obtidos pelo terceiro censo demográfico de população que foi realizado, foram publicados em dezembro de 2008, então muito recentes, e foram feitos pelo Governo em parceria com as Nações Unidas. Outro dado importante desse censo estatístico é que ele confirma a predominância da confissão cristã no país, inclusive dados que mostravam um número inferior, digamos assim, da confissão cristã, mas na realidade se confirma que a população cristã do país, que é um traço dominante e que condiciona toda a história do país e o seu relacionamento com o mundo, é de 62,8%, dos quais 32,8% são cristãos coptas, e a população islâmica é de 33,9%.

Antes de tratar da Etiópia do ponto de vista político atual, eu gostaria de falar de algumas características, além da questão da religião, que singularizam a Etiópia no contexto regional e mundial.

Em primeiro lugar, a Etiópia é o Estado africano com uma história de independência mais longa do mundo, um dos, são três mil anos de história de um Estado independente.

Em segundo lugar, a Etiópia nunca foi colonizada, o único país africano que jamais foi colonizado e, além disso, é o único país africano a ter vencido uma batalha contra uma potência europeia, isso no Século XIX, ocasião, aliás, em que ele se aproveitou para ampliar algumas de suas fronteiras e que estão, aliás, na origem de muitos dos conflitos que ainda permanecem nos dias de hoje.

Um outro aspecto que é importante salientar também é que a Etiópia é um país que tem uma tradição diplomática também muito grande. Essa tradição diplomática da Etiópia permitiu inclusive que ela sobrevivesse como Etiópia desde o Século XVI, porque houve um momento que a existência da Etiópia, como tal, serve seriamente ameaçada. E no Século XX, nós temos assim elementos bastante distintivos da atuação da Etiópia, tais como: foi o primeiro país africano a ingressar na Sociedade das Nações, em 1923; depois, foi o primeiro país a assinar, um dos primeiros países a assinar a Declaração de Fundação das Nações Unidas, em 1942; e finalmente, ainda não é finalmente, ele pertence também ao grupo dos primeiros 51 países fundadores das Nações Unidas; e finalmente, sim, a atuação da Etiópia encontra-se diretamente vinculada à criação da União Africana, antigamente a Organização da União Africana, por inspiração do então Imperador Haile Selassie e com base em todos esses elementos que eu acabei de dizer, quer dizer, é um país que nunca foi colonizado, um país antiquíssimo e que sempre

serviu como diferencial do país em relação ao restante dos outros países.

Enfim, chegamos ao momento atual, digo, a partir de 1974 cai o regime de Haile Selassie, passa a ser um período de grande movimentação – eu vou tentar resumir ao máximo –, entra o Coronel Mengistu, que adota uma política de mercado centralizada, isto vai de 1974 a 1991, isso coincide também com a queda do Muro de Berlim e com isso ele perde os seus apoios tradicionais, Cuba e Rússia, em consequência disso o regime se enfraquece, e, finalmente, termina por ser disposto pelas forças da oposição, que já estavam combatendo o regime há muito tempo. A partir então de meados de 1991 assume um governo de transição, conduzido pelo atual Primeiro-Ministro Meles Zenawi, nesse momento ainda se passa um período de, digamos, estabelecimento de bases do novo Governo, eleições em nível local, instalação de uma constituinte que, por consequência, conduz no ano 2000 as eleições e que confirmam Meles Zenawi como Primeiro-Ministro da Etiópia. E agora no ano que vem, em 2010, haverá novas eleições. Tem um Presidente que exerce a função honorífica, que é o Girma Wolde-Giorgis, e a função do Chanceler é desempenhada pelo Seyoum Mesfin.

No que se refere à economia, de acordo com dados estatísticos de 2001, o PIB da Etiópia é de 25 bilhões e com uma renda per capita nominal de US\$ 300 anuais por habitante. Digno de observar que o crescimento médio tem sido de 12,3% em 2004, mas a partir daí tem havido taxas levadas entre 10% e 11%, mas é de se esperar que a crise financeira e econômica, eu ainda não tive acesso a dados mais recentes, afete esse crescimento.

Com relação ao restabelecimento das relações Brasil/Etiópia ao nível de Embaixada, isso ocorre em fevereiro de 2005, ela reflete a prioridade atribuída pelo Brasil em sua política externa ao seu relacionamento com os países da África, assim como o reconhecimento brasileiro da relevância da Etiópia nesse contexto, sendo ela a sede da União Africana, ou seja, o relacionamento Brasil/Etiópia tem duas vertentes importantes: a bilateral e a multilateral. Enfim, no plano bilateral então os dados do nosso comércio já foram assinalados pelo Senador Heráclito Fortes no seu relatório. Gostaria apenas de acrescentar em relação aos dados comerciais que a agricultura representa metade do PIB do país, responde por 70% das exportações e constitui fontes de emprego para 80% da população.

Esse ano aconteceu um fenômeno curioso. Segundo os dados estatísticos recentes do comércio de junho de 2009, foi que pela primeira vez o comércio de oleaginosas foi superior ao comércio de café, do qual a Etiópia é o quinto produtor mundial. Pela primeira vez

houve essa superação. Por outro lado, em termos da complementaridade econômica, eu diria que quando há complementaridade entre as economias, essa funciona. É o caso do açúcar, por exemplo. O açúcar brasileiro é o principal produto de compra nesse momento, pelo menos, da pauta de importação da Etiópia. Agora de todo modo, eu creio que esses números todos podem ser melhorados, [ininteligível] economia. Eu acredito que principalmente um campo que se abre, que é muito promissor, é o campo das licitações internacionais. O Banco Mundial tornou a Etiópia um dos seus maiores beneficiários de projetos, de modo que a carteira de projetos do Banco Mundial que contempla a área de água, saúde e infraestruturas rodoviárias é de da ordem de 3,6 bilhões de dólares. Até o momento não tem havido uma participação significativa de empresas brasileiras nesses projetos, mas eu acho que o Brasil reúne todas as qualidades e as condições para deles participar com sucesso.

Há um outro domínio que me parece absolutamente imprescindível no nosso relacionamento com a Etiópia, que é o da cooperação técnica. Têm duas áreas também que eu acho que poderiam ser privilegiadas, que é a área da agricultura e a área da saúde. Em ambos os casos nós temos vastos continentes populacionais da Etiópia que são diretamente implicados por esses dois temas e o Brasil, desse modo, poderia colaborar, contribuir para que a Etiópia alcançasse até 2015 pelo menos alguns dos objetivos do milênio.

Como já dito, a Etiópia é um parceiro incontornável, sendo a sede da União Africana. Aliás, nós não somos os únicos a pensar assim. Para dar uma ideia, há 110 Embaixadas instaladas em Adis Abeba, três apenas a menos do que as que existem em Brasília, sem contar que ela é sede da Comissão Econômica das Nações Unidas, ela abriga representações da OMPI e de outros organismos internacionais. Estou informada, inclusive, que deverá se instalar em breve em Adis Abeba um escritório de representação do Tribunal Penal Internacional. De modo que hoje, num mundo que tende a se tornar mais multilateral, todas as grandes questões têm que ser resolvidas em consenso idealmente e têm que contar então com... O fator sensibilizar os parceiros é importante. Por isso, nós devemos de estar na Etiópia, porque senão a nossa pauta de temas que nós defendemos no exterior, a nossa visão de mundo em termos de comércio, em termos de propriedade industrial, em termos de saúde, nós temos uma ampla pauta em termos de desenvolvimento social e para que essa pauta seja implementada nós precisamos do apoio dos demais países.

Eu queria sublinhar ainda que um outro campo que também é de interesse estratégico para o Brasil e

que o nosso relacionamento com a Etiópia favoreceria o desenvolvimento dessa agenda é na área de energia, principalmente combustíveis. A União Africana é uma caixa de ressonância para a África e hoje em dia as decisões tomadas na União Africana tendem a ser reproduzidas, elas funcionam como diretrizes para os demais países africanos. Eu gostaria de sublinhar o fato que o modelo da União Africana é cada vez mais próximo do modelo da União Europeia, ou seja, ela preocupa imprimir diretrizes não só políticas, mas diretrizes econômicas para o restante do continente e daí ser muito importante que a questão de cooperação, comércio e economia também sejam tratadas nesse nível.

Sr. vice-Presidente, senhores membros da Comissão de Relações Exteriores, eu gostaria, permitam-me agora, discorrer um pouco sobre possível plano de trabalho a ser implementado na Etiópia, se ao final dessa sabatina receber a aprovação de V. Exas.

Em primeiro lugar, creio que não deve haver rupturas na linha de ação da Embaixada na Etiópia. Pretenderia, sobretudo, dar continuidade e acentuar ao máximo as atuais diretrizes de política externa de adensar as relações com o mundo africano, dando ênfase à cooperação técnica nas áreas de agricultura, de saúde, de capacitação institucional e de recursos humanos. Serão muito bem-vindas as sugestões que venham a ser feitas por V. Exas.

No plano interno de uma linha de trabalho, de acompanhamento do que acontece na Etiópia, um dos assuntos mais importantes que vão ter lugar no ano que vem são as eleições etíopes, principalmente para o cargo de Primeiro-Ministro, que acontecerão em maio de 2005. Certamente será um assunto que demandará um segmento muito de perto e que explorará ao máximo características da nossa atividade, que é a capacidade de observar, analisar e informar. Do mesmo modo, deverão merecer do ponto de vista interno atenção as questões relacionadas ao relacionamento da Etiópia com a Eritreia e com a Somália. Esses são assuntos delicadíssimos e que afetam diretamente o equilíbrio regional da região.

No plano econômico bilateral, o comércio acredito que oferece possibilidade que podem ser melhor conhecidas. Para isso eu consideraria importante e seria necessário fazer um estudo mais aprofundado da real capacidade de ambos os mercados e que poderia ser melhor explorado.

Um tema que me seria caro também nesse âmbito seria a criação de uma Câmara de Comércio Brasil/Etiópia, ainda não existente, mas há já em estado embrionário interesse nessa questão.

Com relação, como eu disse antes, um setor que me parece promissor é o setor das licitações internacionais conduzidas pelo Banco Mundial, essas requerem vou requerem, a meu ver, um trabalho intenso de conhecimento das instituições governamentais implicadas nos projetos apoiados pelo Banco Mundial e, também, um conhecimento das principais autoridades bancárias do Banco Mundial para que nós pudéssemos favorecer a participação de empresas brasileiras, que é uma grande preocupação que eu tenho, que é dar uma densidade econômica ao relacionamento Brasil/Etiópia.

Creio que no plano político externo, quer dizer, a presença do Brasil na Etiópia contribui para uma participação mais ativa do Brasil, que busca intensificar a sua inserção no plano internacional, na questão da promoção da paz e segurança da região. O Brasil pode – e há indicações claras nesse sentido – ter voz mais ativa nessas questões. Como disse também e relembro a questão de ser a União Africana uma espécie que segue o modelo da União Europeia, a questão dos biocombustíveis é uma área outra que me parece muito importante e que poderia contribuir para a densificação do relacionamento econômico com a Etiópia e com os demais países africanos. Além de tudo, o Brasil confirmaria, caso esses entendimentos avancem, como promotor de desenvolvimento sustentável, assentado na produção de energia limpa e renovável.

No plano institucional, eu gostaria de estimular visitas de autoridades no mais alto nível. Há, nesse momento, previsão de visitas do Presidente, que seriam reciprocadas pela visita do Primeiro-Ministro, mas, além disso, eu acredito muito na diplomacia parlamentar, de modo que um dos meus itens na agenda que eu colocaria em alto ponto seria a ida de missões parlamentares a Adis Abeba. Anualmente, são relacionadas duas conferências de alto nível de Chefe de Estados, de Ministros, que têm contado com a presença de parlamentares de boa parte de todos os países do mundo. E tenho tido informações que essas visitas têm redundado em propostas concretas em campos da cooperação e no campo econômico, de modo que eu gostaria de desde já registrar que seria extremamente positivo se os senhores, V. Exas., pudessem considerar a possibilidade de tal natureza.

No plano cultural, algo que eu acho importante seria criar um programa de conferências de alto nível com acadêmicos, parlamentares, estudiosos do Brasil para irem à Etiópia e do mesmo modo trazer pessoas, homólogos dos nossos conferencistas para o Brasil para promover um melhor conhecimento de ambos os países. Uma outra coisa que eu acho que considero da maior importância é a promoção da lín-

gua portuguesa no âmbito da União Africana. Como vocês sabem, a língua portuguesa é língua oficial da União Africana. No entanto, há ainda dificuldades no nível da utilização da língua portuguesa como língua de trabalho, de modo que esse será um dos temas ao qual darei muita atenção.

Finalmente, não está na posição certa, me perdoem, mas é que se trata de uma zona de transição: turismo cultural. A Etiópia está conhecendo um grande desenvolvimento no plano do turismo internacional pelas suas grandes áreas arqueológicas, tem um turismo arqueológico, um turismo cultural em Lalibela, onde tem mais de dez templos construídos em rochas, que é tombada pela UNESCO, e várias regiões, sítios naturais também dignos de serem visitados. Acredito que um turismo orientado para esses pontos específicos, eu não diria um turismo como, digamos, se está acostumado, seria um turismo mais de aventura e de conhecimento. Eu acho que a Etiópia é um país que oferece largamente possibilidades nesse campo.

Por enquanto é o que eu gostaria de informar a V. Exas. Muito obrigada e eu estou à disposição de V. Exas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Embaixadora Isabel Cristina, pela sua exposição. Concedo a palavra ao Senador Heráclito para proferir o relatório concernente à indicação do Embaixador Renato Xavier.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, atendendo ao apelo dessa figura extraordinária de Embaixador, que é o Embaixador Sérgio Danese, que hoje presta sua colaboração a esta Casa como nosso elo de ligação ao Itamaraty e atendendo a um apelo, para mim, sempre comovente do meu amigo Senador Eduardo Suplicy--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu agradeço.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --eu vou fazer a leitura do relatório, mas queria lembrar à assessoria do Itamaraty que não custa nada os senhores Embaixadores terem um contato prévio com os parlamentares, principalmente com aqueles que vão ser Relator, porque facilita muito o nosso trabalho. Não é perda de tempo, muito pelo contrário. Eu fui Presidente dessa comissão durante dois anos, não entendo, mas sou um curioso das questões internacionais, quebrei barreiras inclusive para que essa votação fosse feita, sabe o Embaixador que existem divergências com relação à própria criação dessa Embaixada. Acho que nós, senadores, merecemos um pouco de atenção com relação a isso. Sei que os senhores muitas vezes têm

uma agenda muito atribulada, ocupações, mas não custa nada ter um minuto para conversar, principalmente com os senhores relatores.

Sr. Presidente, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Renato Xavier, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à São Vicente e Granadinas.

A Constituição atribuiu competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental, elaborou o *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

Nascido no Rio de Janeiro, ingressou em 1967 no Curso Preparatório da Carreira Diplomata do Instituto Rio Branco e tornou-se Primeiro Secretário no ano seguinte, quando também atuou no Departamento Cultural como Auxiliar. Foi promovido a Segundo Secretário em 1972, Primeiro Secretário em 1979, Conselheiro em 1988 e Ministro de Segunda Classe em 1994.

Entre os cargos exercidos e as funções importantes de que participou, cumpre destacar as seguintes: Embaixada em Varsóvia, na Polônia (1973); Embaixada em Copenhagen, Dinamarca (1975); Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores (1980); Embaixada de Paris (1987); Consulado de Santiago do Chile (1987); Departamento das Américas – Ministério das Relações Exteriores (1990); Divisão do Mar, também no Ministério das Relações Exteriores (1990); novamente Embaixada de Copenhagen, na Dinamarca; e Embaixada em Adis Abeba, Etiópia.

Consta ainda no processado, além do *curriculum vitae* relatado, documentos informativos anexados pelo Ministério das Relações Exteriores sobre São Vicente e Granadinas. Vou me permitir não fazer essa leitura porque naturalmente o expositor, o sabatinado, fará considerações sobre São Vicente e Granadinas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito do relatório. Este é o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Heráclito. Antes de conceder a palavra ao Embaixador Renato, eu quero dizer aos senhores parlamentares que o processo de votação já se encontra aberto. Aqueles que quiserem proferir o seu voto, já podem fazê-lo. Com muito prazer concedo a palavra ao Embaixador Renato Xavier para a sua exposição. Fique à vontade.

SR. RENATO XAVIER: Sr. vice-Presidente, Sr. relator, Srs. Senadores. Em primeiro lugar, minhas desculpas por ter sido ingrato nos últimos cinco anos e não ter agradecido todas as vezes que me lembrei das palavras de encorajamento do meu anterior relator, Senador Heráclito Fortes, quando pôs em alguma dúvida as energias e a minha disposição de enfrentar um desafio tão grande quanto eu estou hoje esperando seja passado à Embaixadora Isabel Cristina. Em nenhum momento as palavras de encorajamento e de estímulo que V. Exa., Senador Heráclito Fortes, pronunciou naquela ocasião, me falharam nesses últimos quatro anos e quatro meses que eu passei em Adis Abeba, que foi um período muito estimulante, feliz, gratificante, que eu passo com grande satisfação para a Embaixadora Isabel Cristina. E essa ingratidão de quase cinco anos confirmou-se ontem, com o descontento que não me permitiu prestar mais uma vez a V. Exa. o meu agradecimento, o meu reconhecimento pela confiança que me transmitiu naquela época e de que eu tanto precisei nesses últimos anos e vou continuar precisando no próximo, porque se bem que a Etiópia tenha sido um país de relação remota para o Brasil e São Vicente e Granadinas seja um relacionamento tão incipiente e ainda tão remeto para nós todos, brasileiros, o trabalho que se desenvolve ou se pode desenvolver nessas áreas tem grande valia e quiçá e talvez uma repercussão parlamentar que poderia muito receber a contribuição dessa Casa com a participação de V. Exas. e a inspiração de V. Exas.

Mais adiante, depois de ter mencionado algumas palavras rápidas sobre São Vicente e Granadinas, que eu espero estejam nos escutando pela televisão do Senado, é preciso, antes de mais nada, dizer que se trata de um processo de normalização que nos leva a abrir uma terceira onda de Embaixadas na América Central e no Caribe. A primeira tendo sido México, Colômbia e Venezuela, logo após da independência. Já em 1906, quase 80 anos depois, abriu-se alegação em Cuba com cumulatividade em outros países da região. E só muito mais tarde, em 1965, nós chegamos em Trinidad e Tobago, Jamaica e Barbados, não exclusivamente por culpa nossa, mas porque muitos desses outros países do Caribe não eram independentes. São Vicente e Granadinas é independente há trinta anos.

Agora num mundo globalizado, com uma vocação democrática, equitativa e igualitária, onde cada país pequeno tem um voto equivalente a um país grande, nós sabemos por experiência própria que a atividade parlamentar depende mais do esforço dos seus representantes do que da importância dos seus Estados. Então eu espero, como um modesto aprendiz parlamentar, poder, a partir de São Vicente e Granadinas,

contribuir para um crescimento do relacionamento do Brasil numa área do mundo um pouco vazia até agora, mas que pela sua importância relativa não pode ser deixada em branco, porque nós vivemos num mundo onde não há mais países importantes e não importantes, não há mais países dependentes de potências coloniais e impérios econômicos que possam ficar à sombra da margem dos acontecimentos.

São Vicente e Granadinas é uma democracia parlamentar e que pertence à comunidade britânica. A Chefe de Estado é a Rainha da Inglaterra. O Primeiro-Ministro Ralph Gonçalves é um grande amigo do Brasil e que tem em inúmeras ocasiões manifestado empenho e interesse em cooperação e relacionamento, é de família portuguesa. São Vicente e Granadinas teve uma grande imigração portuguesa a partir da madeira, principalmente, depois da abolição da escravidão em 1834, se eu não me engano, um pouquinho antes da nossa. É um país com um alto nível de alfabetização, superior a 85%, grandes contingentes de afrodescendentes, portugueses e outras nacionalidades.

O Primeiro-Ministro Ralph Gonçalves tem tido um perfil muito alto. Na intervenção dele na última Assembleia Geral ele disse que estão há sete anos envolvidos num esforço de redação de uma nova Constituição para atualizar os aspectos antiquados, provavelmente associados à ligação deles à comunidade britânica, o que já abre uma nova área de cooperação nossa, do Governo brasileiro e dessa Casa, para a qual eu estou disponível a buscar informações e prestar esclarecimentos. É um país de população pequena, 100 mil habitantes, e com comércio exterior deficitário. Eles estão exportando cerca de US\$ 230 milhões e importando US\$ 750 milhões. O comércio com o Brasil é altamente favorável a nós, o que nos atrapalha, porque impede um crescimento do comércio, e muito dependente de intermediários, sobretudo na América do Norte. Há países do Caribe que estão desejosos em se transformar em centros de distribuição de produtos brasileiros para a região.

O Governo está empenhado na construção de um aeroporto, aonde já estão atuando cubanos e venezuelanos e, além de Cuba e Venezuela, o Primeiro-Ministro gostaria que o Brasil participasse. Uma grande empresa de construção civil já fez missões exploratórias prévias em São Vicente e Granadinas e há duas semanas uma missão da direção de aviação civil do Ministério da Defesa esteve lá para desenvolver esses estudos preliminares. Há também vagas expectativas de compras de aviões brasileiros, mas se nós vendemos aviões até para o Canadá, eu imagino que nós podemos vender aviões também para São Vicente e

Granadinas. Não que eu consiga fazer tudo isso, mas que vá trabalhar nesse sentido.

Ditas essas breves palavras sobre São Vicente e Granadinas, eu tenho que mencionar um aspecto regional mais amplo para situar a importância absoluta desse país no conjunto do Caribe.

Com as três organizações, que são a Associação dos Estados do Caribe, com 25 membros, que incluiu os países continentais, e a Organização dos Estados do Caribe Oriental, que as ilhas mais próximas, São Vicente e Granadinas, nós temos duas organizações de valor menos divulgado, menos amplo e, talvez, com menos reconhecimento político, por enquanto. É no CARICOM, na comunidade de 14 países, fundada em 1973, que nós temos tido a maior facilidade de interlocução e a maior expectativa de desenvolvimento de contatos. O CARICOM congrega uma população de 14 milhões de habitantes, um PIB de US\$ 28 bilhões, exportações em torno de US\$ 12,5 bilhões e importações de US\$ 16 bilhões. Esses países todos são muito coesos e têm uma atuação nos fóruns internacionais muito importante. Nas Nações Unidas eles correspondem a quase 9% dos votos; na OEA eles são responsáveis por mais de 35% dos votos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E costumam votar em bloco.

SR. RENATO XAVIER: E costumam votar em bloco. Se os países não fossem tantos e com relações tão difusas conosco, eu faria agora a lista dos países do CARICOM, que eu posso dizer: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): São Domingos, não?

SR. RENATO XAVIER: A República Dominicana? Não, tem o regime de Estado associado.

Aqui eu seguiria com um relato histórico, mas eu preferiria deixar isso para eventuais curiosidades posteriores, porque todo esse movimento de associação começou com a falida experiência da Federação das Índias Britânicas, que chegou a ter algumas iniciativas concretas, como a Universidade das Índias Ocidentais e o Serviço Marítimo Regional. Seguiu-se o projeto da Associação de Livre Comércio e os maiores desenvolvimentos tornaram-se concretos depois com a criação do CARICOM, em 1973.

Para dar uma ilustração do grau de andamento de progresso do CARICOM, da Comunidade do CARICOM, eu vou fazer uma enumeração rápida dos órgãos que já existem e que a mim impressionaram muito, porque eu tenho a impressão que em outras

organizações que nós fazemos parte mais próximas não houve tantos exemplos de desenvolvimento concretos com recursos tão limitados quanto eles devem conhecer na região. Bom, os órgãos principais são: as Assembleias de Chefes de Governo, que o Brasil assiste como convidado, o Comitê Permanente de Ministros e o Conselho da Comunidade, composto por Ministros responsáveis por temas comuns. Há órgãos chamados secundários, que incluem o Conselho de Finança e Planejamento, o Conselho de Relações Estrangeiras e Comunitárias, o Conselho de Desenvolvimento Humano e Social e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Comercial. Existe um Comitê de Assuntos Legais, um Comitê de Orçamento e um Comitê de Governadores de Bancos Centrais.

Há uma enumeração de 20 instituições comuns, que eu vou tentar enumerar pelo tema principal: Resposta a Desastres, Meteorologia, Corporação Alimentar, Instituto Ambiental e de Saúde, Instituto de Pesquisa Agrícola e Desenvolvimento, Centro de Educação e Treinamento em Saúde Animal e Veterinária, Assembleia de Parlamentares – eu vou voltar a falar de Assembleia de Parlamentares porque me encontro nessa Casa -, Centro Caribenho para o Desenvolvimento da Administração, o Instituto de Alimentação e Nutrição, o Conselho Caribenho de Exames – que eu não sei bem o que seja -, o Mercado Único do CARICOM, a Corte de Justiça e a Comissão de Concorrência, além do Instituto de Informação Regional.

A Corte Caribenha de Justiça para a Solução de Controvérsias está com sua sede em Trinidad e Tobago. É uma Corte que certamente mereceria o nosso acompanhamento porque maiores os contatos, mesmo entre países muito amigos, nunca falta margem para controvérsias. É um esforço que nós vamos ter que fazer em conjunto nesse sentido.

Existe um Banco de Desenvolvimento do Caribe, existe a Universidade da Guiana, a Universidade das Índias Ocidentais, o Centro de Estudo de Direito do Caribe e a Organização dos Estados do Caribe Ocidental, pelo qual eu não cheguei a me interessar muito.

A Instituição das Assembleias Parlamentares já data de 1987, então é um trabalho que nós, novos Embaixadores nos Estados Insulares, vamos ter que fazer, porque nós não podemos deixar uma instituição dessa natureza desacompanhada do nosso Governo e do Poder Legislativo.

Outras duas instituições que eu queria chamar a atenção é a Carta da Sociedade Civil. Como eu tenho visto na África e no resto do mundo, a organização sociedade civil está obedecendo a grupos muito fechados e muito exclusivos de direitos, de mães, de filhos, de órfãos, de minorias, de tal e tal natureza, às vezes

perdendo um pouco de impacto devido à especificidade do tema dos organizadores. Então é um assunto que eu acho que interessa ao Executivo, interessa ao Legislativo e a nós, no serviço diplomático, verificarmos um pouco, certamente a Isabel em Adis vai ver isso, como funciona a sociedade civil internamente para dar um apoio à sociedade civil que não seja limitado aos interesses das organizações que prodigam essa assistência, que é um fator limitante, agressivo ao Governo local e desagradável para a sociedade como um todo.

Existe o Supremo Tribunal do Caribe, que é o Tribunal de Justiça criado em 1999, e existem vários mecanismos para negociações no âmbito da ALCA com os países da África, Caribe-Pacífico e com a União Europeia. Existe um sistema regional de segurança.

Com esses pequenos exemplos que eu apresentei tão mal, tão sumariamente, o que eu queria chamar a atenção é que existe uma possibilidade de esforço pelas novas Embaixadas nas Pequenas Antilhas, nas Grandes Antilhas, em todo o Caribe, que vai exigir um esforço multilateral muito grande, um esforço multilateral que só poderá ser desempenhado por essas novas Embaixadas atuando em conjunto, como estamos fazendo na África agora. O contato das 34 Embaixadas do Brasil na África vai ser um grande consolo e uma grande forma de apoio para a Isabel, porque é um apoio muito solidário, esse ano nós tivemos uma reunião que culminou com o Presidente da República, em que cada Embaixador pode trazer as suas ideias, suas propostas e discutir entre nós em busca de visão multilateral, porque o comportamento bilateral das Embaixadas, principalmente em países que não têm relações históricas, exijam um enfoque multilateral muito grande. Os países com quem nós temos relações há quase 200 anos de independência têm canais paralelos abertos; os países com quem nós começamos a ter relações agora, têm relações que todas transitam pelas Embaixadas e aí ganha o nome, o molde, o feitio da cooperação. Então essa ideia da cooperação é uma ideia que o Brasil não está muito acostumado, porque nós até agora fomos recipientes de cooperação, e o prestígio e o desenvolvimento econômico e social do país nos torna fornecedores de cooperação por uma expectativa dos demais países e nós temos que estar preparados para isso para manter um diálogo equitativo, justo e empenhado em desenvolver o contato com os outros países.

Bom, dito isso, o Caribe continua a ser um pouco uma região de vazio diplomático. Como eu já disse, em São Vicente e Granadinas há duas Embaixadas residentes, uma de Venezuela e outra de Cuba. Há escritórios americanos e dos ingleses. Os cubanos e

venezuelanos já estão engajados na construção do aeroporto, para o que nós também estamos sendo convidados, então é uma oportunidade ótima de nós penetrarmos num mundo onde esperamos ser todos amigos e onde há muito trabalho por fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Quando o senhor fala na construção do aeroporto, não existe de forma alguma ou é um aeroporto grande internacional?

SR. RENATO XAVIER: É um aeroporto grande internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Existem já pistas?

SR. RENATO XAVIER: Existe um aeroporto para acesso regional da Companhia Liat, que tem a sua base principal na ilha vizinha, que é Barbados.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Certo.

SR. RENATO XAVIER: Então o itinerário mais normal que eu tenho visto até agora, mais simples, é Miami, Barbados, Kingstown. Eu não estou confundindo com Kingston. Kingston é a capital da Jamaica e de São Vicente e Granadinas é Kingstown, já perguntei a várias vezes pessoas. Então esse seria um aeroporto maior, porque São Vicente e Granadinas é um destino turístico de alto padrão. Eu tenho verificado nas minhas andanças na África, no Chile, uma tendência de pessoas de alto padrão de consumo procurarem destinos nos climas mais quentes do Caribe, do Brasil, da América do Sul e da África, adquirindo residências secundárias e passando parte do ano, inverno, estações mais difíceis, nessas regiões. O turismo é uma atividade econômica de muito peso no Produto Interno Bruto desses países, um pouco afetado pelo 11 de setembro, mas que tem se recuperado depressa.

Como a Isabel falou no açúcar, existe uma grande possibilidade – e eu estou terminando, porque eu espero que os senhores tenham coisas mais importantes do que me ouvir falar durante tanto tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Fique à vontade.

SR. RENATO XAVIER: A economia do Caribe, ela é toda uma economia voltada para o açúcar. O Willian [ininteligível], que era o homem mais rico da Inglaterra no Século XVIII, era proprietário de usinas de açúcar no Caribe, ele tinha uma renda superior a US\$ 1 milhão. O Caribe continua sendo um grande produtor de açúcar. A Jamaica já tem três usinas de produção de etanol e incluiu entre 5% e 10% de etanol na gasolina dos seus veículos. Então isso é apenas para mencionar que existe uma possibilidade de cooperação nessa área.

Outro assunto que tem chamado a atenção de alguns colegas meus é a vizinhança de Belém como um centro urbano de atração para esses países do Caribe, que estão mais voltados para Miami do que para Belém e para Manaus, para as grandes cidades do Norte, porque o Brasil é um país caribenho, com 700 ou 800 km de costas no Amapá, e que tem muitos interesses comuns por explorar. Todos os estoques de atum que atravessam o Atlântico Sul, da África do Sul, da Namíbia, em diagonal entre o Brasil Continental e o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, que agora não se chama mais penedo, chama-se arquipélago, eu sou um dos contribuintes para essa nova denominação, circulam junto às costas do Brasil para o Caribe e América do Norte.

Então não faltarão margens de interesse, de convergência e de trabalho, que nós vamos ter que procurar desenvolver solidariamente sobre as Embaixadas no Itamaraty, e eu senti muito isso a partir de Adis Abeba com a presença do Congresso. Nós tivemos a oportunidade da União Interparlamentar com a presença da Deputada Maria Helena Veronese, da Deputada Sandra Rosado, do Deputado Átila Lins e do Deputado Fábio Rodrigues, que passaram por lá.

Mas eu desejo à Isabel, que parece ser muito bem relacionada nessa Casa e na outra, que atraia Adis Abeba para as grandes conferências da União Africana, que tem 53 Chefes de Governo, com muitos ministros, duas vezes por ano, para ter uma ideia da vivacidade da vida parlamentar africana. E, quem sabe, se a Isabel conseguir convencê-los disso, sugerir que também no Caribe nós tenhamos uma atuação mais próxima e mais comum, capaz de nos inspirar a participar de um esforço, que vai ser muito grande, apenas do menor espaço territorial dos países onde nós vamos chegar.

Dito isso, eu não sei se me faltou alguma coisa mais grave para dizer e eu pediria ao vice-Presidente que me interrompesse aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agradeço ao Embaixador Renato Xavier. Como determina a Constituição e o próprio Regimento da Casa, essa reunião será transformada em secreta. Peço que permaneça apenas o pessoal credenciado do Itamaraty e peço a gentileza dos demais se retirarem. É uma imposição constitucional e regimental. Designo como Secretário o Senador Suplicy e relembro que o processo de votação se encontra em aberto.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Precisa ter algum cuidado especial. Nós sabemos, por exemplo, que no Iraque o nosso Embaixador costuma até ficar em Amã e não em Bagdá por causa dos ris-

cos, enquanto perdura uma situação de conflito interno de quase guerra civil por vezes. Na Etiópia a situação está mais calma? Só uma breve palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Embaixador, por favor.

SR. RENATO XAVIER: A situação de segurança na Etiópia, em geral, é boa, quase ótima. Descontando as áreas de conflito pontual, no Ogaden, onde populações somalis fazem parte do movimento de libertação, ou em algumas tribos distantes, ou em algumas áreas muito remotas próximas da fronteira da Eritreia, não há riscos maiores à segurança. A população é excepcionalmente pacífica, tranquila e calma. Em Adis Abeba são poucas as referências a pequenos crimes de roubo, de batedores de carteira ou de assalto à residência. Todas as residências têm serviço de proteção como nós temos e medidas especiais para garantir o bem-estar e a tranquilidade dos moradores. Houve atentados no passado, o Presidente Mubarak foi vítima de um atentado lá anos atrás. Ninguém está livre que uma força política(F), com expressão própria, pratique um ato de terrorismo na cidade, o que não tem ocorrido, e o governo tem um controle sobre a segurança geral muito efetivo.

[Sessão secreta às 11h45].

[Sessão reaberta ao público às 12h52].

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com a reunião reaberta, eu quero comunicar a aprovação dos Embaixadores, da Sra. Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, que irá representar o Brasil na República Democrática Federal da Etiópia, e o Sr. Renato Xavier, da mesma forma, representará o Brasil em São Vicente e Granadinas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com a palavra, Senador, por favor.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu quero, primeiro, me desculpar perante V. Exa. e a comissão e aos Srs. Embaixadores pela minha falta de presença. Realmente motivos superiores não permitiram que eu chegasse aqui e devo ressaltar que sou um dos mais presentes a essas reuniões, todo mundo sabe disso. Lamentei não ter podido votar no senhor e na senhora, sobretudo porque a Etiópia me traz uma memória muito grande, sobretudo da Segunda Guerra Mundial, antes da Segunda Guerra Mundial, quando a Itália, de uma maneira inusitada, resolveu invadir aquele País antes da guerra começar, com os seus tanques, as

suas armas, suas metralhadoras, e os etíopes com as suas flechas, suas lanças, seus tacapes.

Então só me resta, Sr. Presidente, dando essa pequena justificativa, desejar a V. Exas. o melhor êxito. Hoje o mundo ficou pequeno, é fácil de se comunicar. O melhor êxito não só na Etiópia, como ainda no outro País, que é--

SR. RENATO XAVIER: São Vicente e Granadinas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nada mais tendo a tratar, eu quero agradecer a presença da Embaixadora Isabel, do Embaixador Renato, desejar-lhes pleno êxito na missão que recebem a partir de hoje. Tenho certeza absoluta que o Plenário do Senado referendará a decisão tomada hoje aqui, concernente às suas indicações.

Agradeço as suas presenças e desejo o maior sucesso nas missões. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 12h56.

ATA DA 45ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e dois de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **Eduardo Azeredo e João Tenório**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Francisco Dornelles, Paulo Duque, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Flávio Torres, Aloizio Mercadante, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Romeu Tuma, e Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Comunica, ainda, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizará viagem oficial ao Departamento Ultramarino de Caiena e ao Suriname. Submete à apreciação da comissão Requerimentos extrapauta: Requerimento nº 87, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo: “Requerimento, nos termos do art. 216 do Regimento Interno

do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, informações sobre os equipamentos de interceptação, gravação e vigilância adquiridos pelo Ministério da Justiça e em funcionamento, bem como sobre os setores em que se encontram e os nomes daqueles que são por eles responsáveis e deles fazem uso. Essas informações devem ser prestadas assinalando os equipamentos, seus usuários e os servidores que dele fazem uso". Aprovado. Requerimento nº 89, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo: *"Requeiro nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Prefeito da cidade de Caracas-Venezuela, Antonio Ledezma, o Representante Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração – ALADI, Embaixador Régis Arslanian, e o Vice-Presidente da Confederação das Associações Israelitas da Venezuela (CAIV), Senhor David Bittan, a participarem de Audiência Pública para tratar da adesão da Venezuela ao Mercosul"*. Aprovado. Requerimento nº 90, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo: *"Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa destinada a discutir a situação atual dos direitos humanos e do sistema judicial na Venezuela, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Robert Amsterdam – advogado canadense do escritório Amsterdam & Peroff (Toronto & Londres); Dr. Paulo Vannucchi – da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Dr. Sérgio Fausto – Secretário-Executivo do Instituto Fernando Henrique Cardoso – IFHC; e Professora Ana Maria Sanjuán – Diretora do Centro para a Paz e Direitos Humanos da Universidade Central da Venezuela"*. Aprovado. O Presidente inicia a apreciação da pauta, fazendo sua inversão. **Item 03:** Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de julho de 2007"*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **João Pedro**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável à Matéria. **Item 07:** Projeto de Decreto Legislativo nº 719, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em San-*

tiago, em 3 de dezembro de 2007". O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Mozarildo Cavalcanti**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável à Matéria. **Item 08:** Projeto de Decreto Legislativo nº 816, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto da Convenção Multilateral Ibero-americana de Segurança Social, celebrada em Santiago, em 10 de novembro de 2007, por ocasião da XVII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estados e de Governo"*. O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senador **João Pedro**, a quem concede a palavra para fazer a leitura do relatório. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra e solicita urgência para a tramitação do Projeto. Aprovado o parecer favorável à Matéria. Requerimento nº 91, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy: *"Requeiro, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 816, de 2009, que aprova o texto da Convenção Multilateral Ibero-americana de Segurança Social, celebrada em Santiago, em 10 de novembro de 2007, por ocasião da XVII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estados e de Governo"*. Aprovado. **Item 05:** Projeto de Decreto Legislativo nº 660, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano na Área de Biocombustíveis, celebrado em Uagadugu, em 15 de outubro de 2007"*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **João Tenório**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável à Matéria. **Item 10:** Requerimento (SF) nº 1.210, de 2009, de autoria do senador João Pedro, que *"Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de censura à Polícia Aduaneira do Aeroporto de Roma, na Itália, em relação à abordagem realizada por policiais quando da visita da Senadora Patrícia Saboya, do PDT do Ceará, àquela cidade, conforme noticiado pela Agência Senado no dia 10 de setembro de 2009"*. O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senador **Eduardo Suplicy**, a quem concede a palavra para fazer a leitura do relatório. O Senador **João Tenório** faz uso da palavra. Aprovado o parecer favorável à Matéria. **Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto da Convenção nº 185 (revisada) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e anexos, adotada durante a 91ª Conferência Internacional do Trabalho da aquela Organização, realizada em 2003, em Genebra,*

a qual trata do novo Documento de Identidade do Trabalhador Marítimo, com vistas na sua ratificação e entrada em vigor no Brasil". O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senador **Mozarildo Cavalcanti**, a quem concede a palavra para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável à Matéria. **Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em 4 de abril de 2007, em Brasília". O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senador **Eduardo Suplicy**, a quem concede a palavra para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável à Matéria. **Item 04:** Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Paramaribo, em 22 de abril de 2008". O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senador **Eduardo Suplicy**, a quem concede a palavra para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável à Matéria. **Item 09:** Requerimento (SF) nº 963, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros Senhores Senadores, que "Requerem, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura ao novo acordo militar EUA/Colômbia, na forma que justifica". O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senador **João Tenório**, a quem concede a palavra para fazer a leitura do relatório. O Senador Eduardo Suplicy faz uso da palavra e solicita o adiamento da discussão e da votação do Requerimento. Aprovado o adiamento da discussão e da votação. O Senador João Tenório assume a Presidência. **Extrapauta Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 800, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, celebrado em Bogotá, em 19 de julho de 2008". O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator, Senador **Eduardo Azeredo**, para fazer a leitura do seu relatório. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra e solicita urgência para a tramitação do Projeto. Aprovado o parecer favorável à Matéria. Requerimento nº 92, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy: "Requeiro, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legis-

lativo nº 800, de 2009, que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, celebrado em Bogotá, em 19 de julho de 2008". Aprovado. Demais itens da pauta: **Item 06:** Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, protocolizado ao amparo do Tratado de Montevideu de 1980 como Acordo de Alcance Parcial de Promoção do Comércio nº 19 (AAP.PC nº19), celebrado durante a Cúpula do MERCOSUL em Montevideu, no dia 9 de dezembro de 2005, entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai, a República da Colômbia, a República do Chile, a República do Equador e a República Bolivariana da Venezuela". Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício encerra a reunião às onze horas e doze minutos, lavrando, eu, José Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 45ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 16 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Informo aos Srs. Senadores que no mês de novembro próximo, a Comissão de Relações Exteriores estará realizando viagem oficial ao Departamento Ultramarino de Caiena, Departamento Ultramarino da França, em Caiena, e ao Suriname. Os Srs. Senadores que tenham interesse de integrar a delegação, por gentileza manifeste sua intenção à secretaria dessa comissão.

A Guiana Francesa e o Suriname são dois países, na verdade a Guiana Francesa um departamento da França, que tem muitos problemas na relação com brasileiros, brasileiros que moram lá.

Eu participei na última semana da II Conferência de Brasileiros no Exterior, que foi realizada no Rio de Janeiro pelo Ministério das Relações Exteriores e fica muito claro, realmente, que esses dois países estão entre, juntamente com Paraguai, com Bolívia, são os países onde o Brasil tem mais dificuldades no momento para os seus nacionais.

Portanto, é importante que uma delegação aqui do Senado possa estar presente nessa viagem. Nós vamos... Ainda não tem a data confirmada, será dia 12 ou dia 19 de novembro. Senador Mozarildo, se puder, será um prazer tê-lo também nela...

Antes ainda de dar início na pauta eu quero também dizer aqui da... Lembrar os senhores membros que essa semana comemora-se o 20º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Vietnã, República Democrática do Vietnã e o nosso país. Eu tive oportunidade de testemunhar o acelerado processo de desenvolvimento deste país, que foi palco de três décadas de conflito armado contra duas potências globais, a França e os Estados Unidos e, hoje, reconstruída a nação vietnamita, apresenta índices de crescimento realmente muito grandes e com uma perspectiva de crescimento ainda... Maior ainda. Então, essa semana do Vietnã no Brasil será agora neste mês ainda de outubro, já está na verdade em conclusão esta... Essa semana vietnamita no Brasil.

Eu quero submeter então à comissão, antes dos Decretos Legislativos, alguns requerimentos que estão aqui na pauta.

O primeiro requerimento é de minha autoria, "*Requer nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro da Justiça informações sobre os equipamentos de interceptação, gravação e vigilância adquiridos pelo Ministério da Justiça e em funcionamento, bem como, sobre setores em que se encontram e os nomes daqueles que são por eles responsáveis e deles fazem uso. Essas informações devem ser prestadas assinando os equipamentos, seus usuários e os servidores responsáveis por sua guarda.*"

Trata-se de Requerimento que é consequência da sabatina da discussão com o novo Diretor-Geral da ABIN, onde essas questões foram levantadas, e quais são os órgãos do Brasil que estão utilizando esses equipamentos de interceptação.

Então coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo, que

o aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O outro requerimento é de... Também de minha autoria, mas fruto de um consenso da discussão com outros líderes, dos diversos partidos como o líder Aloizio Mercadante, Romero Jucá e Arthur Virgílio, que é o Requerimento nº 89, de 2009, que "*Requer nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Prefeito da Cidade de Caracas, Antonio Ledezma, Representante Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração – ALADI, embaixador Regis Arslanian e o Vice-Presidente da Confederação das Associações Israelitas da Venezuela, Sr. David Bittan, a participarem de Audiência Pública para tratar da adesão da Venezuela ao MERCOSUL.*" Essa reunião está agendada, caso seja aprovado o Requerimento, para a próxima terça-feira, às 14 horas, mantida a votação da questão da entrada da Venezuela no MERCOSUL para o dia 29, a próxima quinta-feira.

Coloco em discussão, portanto, esse requerimento. Senador João Pedro. Deseja falar? É o requerimento para que nós façamos uma outra Audiência Pública já na próxima terça-feira, em Reunião Extraordinária, onde vamos ouvir o Prefeito de Caracas.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Dia 27?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Dia 27. Mas vamos manter o dia 29, segundo o líder Romero Jucá, ele prefere manter o dia 29 como o dia de votação.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Manter o 29, é isso. Manter o 29 e 22 com o Prefeito. 27 com o Prefeito. Tem acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Dia 27 com o Prefeito. Está bem? Ok. Então, está em discussão. Não havendo quem queira discutir...

Na verdade, nós tínhamos combinado que eram só quatro Audiências Públicas e não teriam mais. Mas surgiu essa por sugestão da própria base de apoio do Governo. Foi o Senador Suplicy que levantou essa alternativa, tendo em vista a entrevista do Prefeito, que ele mantém críticas ao Presidente Chávez, mas defende a entrada da Venezuela no MERCOSUL.

Portanto, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Ainda outro requerimento. Esse é sugestão também do Senador Flexa Ribeiro e que eu assinei também como autor, que "*Requer nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno, realização*

de Audiência Pública conjunta dessa comissão com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada a discutir a situação atual dos direitos humanos e do sistema judicial na Venezuela, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Robert Amsterdam, Advogado canadense do Escritório Amsterdam & Peroff e Dr. Paulo Vanucci, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Dr. Sérgio Fausto, Secretário-Executivo do Instituto Fernando Henrique Cardoso e a Professora Ana Maria San Juan, Diretora do Centro para a Paz e Direitos Humanos da Universidade Central da Venezuela.”

Essa audiência será realizada na Comissão de Direitos Humanos, mas teria os convites conjuntos aqui também, seria uma reunião com a Comissão de Relações Exteriores.

Coloco, portanto, em discussão também essa proposta de requerimento, sem data ainda marcada.

Estando de acordo, portanto, eu encerro a discussão e coloco em votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Passando agora, portanto, já aos itens de decretos legislativos, eu quero lembrar aos Srs. Senadores sendo essa comissão também de... Além de Relações Exteriores e Defesa Nacional que é... Nós temos aqui no Plenário a realização de uma sessão especial de homenagem ao Dia do Avião. A reunião, ela ainda não começou, vai começar daqui a pouco. Mas nós temos alguns decretos rapidamente aqui.

Vou começar pelo Decreto do Senador João Pedro que é o relator, que está aqui presente, que é o Item nº 03, Projeto de Decreto Legislativo nº 396, que “*Aprova o texto do acordo de extradição entre o Brasil e Moçambique, assinado em Maputo, em 06 de julho de 2007.*”

Eu lembro que o Senador Crivella está nesse momento em Moçambique para acompanhar as eleições que vão se realizar... Estará na semana que vem, na verdade, em Moçambique para acompanhar as eleições gerais que vão ser realizadas no dia 28.

Com a palavra o Senador João Pedro, portanto, para ler o seu relatório.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, da ementa: “*Aprova o texto do acordo de extradição entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique. Assinado em Maputo no dia 06 de julho de 2007.*”

O art. 1º. *Fica aprovado o texto do acordo de extradição entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo no dia 06 de julho de 2007.*

Parágrafo Único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I, do ‘caput’ do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º. *Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.*”

Sr. Presidente, e nós concluímos... Nós concluímos, Sr. Presidente... “*Nos termos, então, do art. 49, do inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição submeto à elevada consideração...*”

Está faltando alguma coisa aqui nesse final, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Seria só o voto.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O voto é favorável, Sr. Presidente. Consideramos relevante esse acordo entre Brasil e Moçambique que trata, sem dúvida alguma, de um assunto relevante, que diz respeito à extradição. O nosso voto--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Página 54.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Página 54; 55... É favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Coloco portanto em discussão o relatório, favorável, a este acordo entre Brasil e Moçambique, para extradição. Srs. Senadores que estiverem de acordo... Coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Agradeço ao Senador João Pedro.

Passo agora já ao Item 07 da pauta que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 719, de 2009, o relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti. Trata-se do texto do “*Acordo entre o Brasil e o Governo do Chile sobre cooperação em matéria de defesa, assinado em Santiago em 03 de dezembro de 2007.*”

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti. Em seguida eu pediria ao Senador João Pedro também que fosse o relator *ad hoc* também de uma convenção multilateral ibero-americana de segurança social, o Senador Romero Jucá é que é o relator, ele pediu urgência nessa aprovação também.

Senador Mozarildo Cavalcanti, com a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, V. Exa. já anunciou a ementa objetivo desse acordo, e eu vou ler aqui a análise e o voto.

“*O acordo em apreço mostra-se de relevância ao promover a cooperação entre Brasil e Chile na área de defesa. A iniciativa dos dois países em cooperar,*

certamente trará vantagens para as populações e os interesses nacionais de ambos.

Note-se que ambos os países possuem Forças Armadas profissionais e bem capacitadas, podendo o intercâmbio de conhecimento entre elas e os exercícios conjuntos contribuir sobremaneira para o aperfeiçoamento dos homens e mulheres das nossas Forças Armadas, desses dois Estados.

Inegável, portanto, que o presente acordo é instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil e implicará benefícios diretos a nosso projeto de Defesa Nacional."

Voto. "Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, observar os preceitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, além de ser versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 719, de 2009." É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado, portanto, o acordo entre o Brasil e o Chile sobre cooperação em matéria de defesa.

Passamos ao Item 08, Projeto de Decreto Legislativo nº 816, que "Aprova o texto da *Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, celebrado em Santiago em 10 de novembro de 2007, por ocasião da XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estados e de Governo.*" Relator Senador Romero Jucá, que não podendo estar presente aqui justificou sua ausência e eu solicito ao Senador João Pedro, como relator *ad hoc*, que faça a leitura do relatório.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Tem o relatório que está distribuído... Eu vou para a análise e o voto.

"A convenção em apreço mostra-se de extrema relevância ao promover a coesão entre os países ibero-americanos, que já unidos pela história comum agora adotam um passo para dar garantias sociais ao trabalhador migrante que circula entre esses Estados.

Este instrumento internacional é estruturado em 35 artigos e cinco anexos, tendo como escopo harmonizar as legislações de seus Estados parte quanto a certos segmentos da seguridade social.

Nomeadamente, destinam-se a regular prestações pecuniárias por invalidez, por velhice, por sobrevivência, por acidente de trabalho e doenças profissionais, seja em regime contributivo geral ou especial, excetuando-se, nesse último caso, quanto ao Brasil, o

regime de previdência complementar, conforme reza o art. 3º, I e II e Anexo I, da nossa convenção.

Positivamente, como salienta a Organização Ibero-Americana de Segurança Social, que promoveu esta convenção, ela permitirá a todos os trabalhadores regulares e seus familiares, com suas cotas sociais quitadas, acumular anos de contribuição em todos os Estados parte onde trabalharam e receber aquele onde reformarem.

Igualmente, importa salientar que a convenção sob análise é o primeiro instrumento vinculante circunscrito à Comunidade Ibero-Americana, o que denota um princípio de integração e formação de identidade nessa zona.

Inegável, portanto, que o presente acordo é instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil no cenário Ibero-Americano e para política de direitos humanos destinada ao trabalhador migrante."

O voto, Sr. Presidente. "Por todo o exposto, por ser constitucional, legal, conveniente e oportuno aos interesses nacionais, bem como vazado de boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 816, de 2009."

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, eu quero ressaltar a relevância deste... Dessa Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, já celebrada em Santiago, em novembro de 2007, por ocasião da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que trata da igualdade no trato, da determinação do campo de aplicação pessoal e material, da submissão à legislação nacional do país em que se realiza a atividade trabalhista, garantir direitos adquiridos, a colaboração administrativa e técnica entre instituições, a vigência de convênios bilaterais, multilaterais, na medida que sejam mais favoráveis, a necessidade de elaboração de acordo administrativo de aplicação, possibilidade que, com a anuência dos Estados parte possa ser ampliado o campo material de sua aplicação no futuro.

E avalio que é muito importante que aprovemos, inclusive o pedido de urgência que já requeiro, Sr. Presidente, para a matéria, tendo em vista a realização da XIX Cúpula Ibero-Americana, que acontecerá em Estoril, Portugal, em novembro próximo.

Então, seria importante aqui aprovarmos e eu requeiro urgência para a apreciação em Plenário também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeito, Senador.

Coloco, portanto, em votação, primeiro relatório. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Coloco agora em votação o pedido de urgência desse acordo que é realmente muito importante nas relações ibero-americanas. Coloco, portanto, em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Passamos ao Item 05 da pauta, o Senador João Tenório é o relator. Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo nº 660, de 2009, que *"Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano na Área de Biocombustíveis, celebrado em Uagadugu, em 15 de outubro de 2007."* Senador João Tenório que é exatamente um grande especialista na área de biocombustíveis, é o relator.

Com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, o relatório, ele destaca, sobretudo, exatamente a implementação de um programa de ação em matéria de biocombustíveis e cogeração com o fito de cooperação intercâmbio técnico da área entre os países... entre o Brasil e alguns países da África... do oeste africano: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal, Togo e Guiné-Bissau.

Bom, este programa tem como objetivo tentar expandir, espalhar, melhor dizendo, a produção de biocombustíveis no mundo.

Essa iniciativa, essa estratégia que o Brasil passou a defender, eu acho profundamente importante, porque caso contrário o biocombustível perde um dos seus pilares mais importantes que é a questão da segurança energética. Se você... Você sai da concentração, da produção de... Energética, que hoje acontece com o petróleo, e espalha essa produção pelo... Pelo mundo, fazendo com que a dependência dos países fiquem menos concentrada.

"O Brasil e os países africanos enfrentam, ainda que em graus distintos de severidade, o desafio inescapável da necessidade de crescimento, aliado ao desenvolvimento econômico e social, que exige a transformação de suas respectivas estruturas econômicas, a fim de que se atinja novo nível de capacidade produtiva."

Esse novo degrau há de contemplar não apenas a eficiência produtiva, resultante da incorporação de tecnologias avançadas e, por consequência, o incremento do valor agregado da produção nacional, mas também a sustentabilidade, premissa do crescimento. Neste ponto, a importância de se revisar as matrizes energéticas."

Para aquela subregião africana, o desenvolvimento da tecnologia e, futuramente, na produção de biocombustíveis algo extremamente significativo, uma oportunidade econômica adicional, de importância incontestada, de inserção no mercado mundial de exportação de energia, campo amplamente promissor àqueles países que logrem uma situação energética superavitária."

Desde o esgotamento das fontes de carvão, nos anos de 1950, por consequência do esforço de guerra e da destruição de diversas minas na tentativa de rendição do inimigo, as teorias econômicas, então indiferentes ao papel estratégico do fator energético, passaram a considerá-lo como bem econômico de sobeja importância."

Vinte anos depois, com a primeira crise do petróleo desencadeada pela Guerra do Yom Kippur, o mundo deparou-se com os graves riscos econômicos, sociais e geopolíticos de se depender de uma única matriz."

Finalmente, com a crise ambiental, aliada com a projeção de uma futura e nova crise de abastecimento de petróleo, o mundo reconhece a necessidade de se investir em fontes de energia renováveis e a premência de introduzir na matriz energética mundial."

A diversificação das fontes energéticas, o desenvolvimento de tecnologias limpas e o combate à pobreza figuram nas Metas de Desenvolvimento do Milênio, como objetivos interdependentes não apenas para motivações políticas."

Como se sabe, o Brasil está na vanguarda do estudo de biocombustíveis, com a tecnologia do etanol."

O aval da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, OCDE, que destacou que o etanol obtido da cana-de-açúcar no Brasil é um dos poucos biocombustíveis que oferecem balanço claramente positivo em termos de emissões poluentes e cujo desenvolvimento deveria ser promovido, reafirma merecer a pesquisa dessa fonte energética aprofundados esforços."

A cooperação técnica e tecnológica inaugurada pelo pacto em estudo não descuida da análise do adequado enquadramento institucional e legal (marco regulatório) e do impacto agrícola e regional que a introdução da nova matriz suscitaria. Também eles serão objetos de estudo. Especial cuidado para conferir ao tema dos direitos de propriedade intelectual resultantes da implementação do Memorando de Entendimento: as condições para a aquisição, manutenção e exploração comerciais serão definidas em projetos, contratos ou programas de trabalho específicos, os quais determinarão a disciplina da confidencialidade de informação cuja revelação ou divulgação possa colocar em risco a aquisição, manutenção ou exploração comercial desses"

direitos sobre possíveis produtos ou processos obtidos sob o acordo bilateral.

De resto, traz o Memorando cláusulas padrão sobre as modalidades de financiamento da cooperação, solução de controvérsias, idiomas de trabalho, vigência, emendamento e denúncia de acordo.

Aduz-se, portanto, ter sido o Memorando cunhado com especial zelo para resguardar os legítimos interesses econômicos bilaterais, tendo por objeto uma relação que se afigura mutuamente profícua e promissora, não apenas em termos técnicos, mas como uma homenagem que o Brasil faz aos princípios constitucionais regentes das suas relações exteriores, dos quais se destaca a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade."

Sr. Presidente, só como informação para ver a importância desse... Desse acordo, sobretudo para os países citados da África, que precisam desesperadamente gerar oportunidade econômica e, consequentemente, gerar emprego, eu tenho aqui uma estatística que mostra o seguinte: no caso específico brasileiro, que é um exemplo, não é um exemplo talvez que possa ser seguido na sua totalidade, mas é uma coisa que pode ser um exemplo. A cana-de-açúcar e o etanol no Brasil, eles estão dando hoje 465.236 empregos. O petróleo, quer seja na sua exploração, quer seja no refino... Enfim, todas as atividades que envolvem petróleo, elas dão apenas 73 mil empregos. Então, é uma atividade... Biocombustível é uma atividade extremamente empregatícia. E isso, sem sombra de dúvida, será um benefício muito grande para os países situados, sobretudo, numa região tão carente de oportunidades, tão carente de ter ações de emprego como é a África.

Portanto, por tudo isso, Sr. Presidente, e por não apresentar qualquer vício de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade ou técnica legislativa, por ser conveniente e oportuno o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 660, de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório. Esses números realmente são da maior importância, número de empregos gerados pela exploração, pelo uso, pela produção de biocombustíveis.

E para um continente como a África, que tem realmente uma carência muito maior de empregos e é tradicionalmente um país de atividade agrícola, evidente que se torna uma opção e o Brasil é líder realmente nessa área, avançou muito. Portanto, tem razão V. Exa. no relatório quando faz esses comentários da sua importância.

Srs. Senadores, coloco, portanto, em discussão. Srs. Senadores que estiverem de acordo... Não haven-

do quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Senador João Pedro, tem um requerimento que é da sua autoria, não sei se é possível ainda permanecer, que é aquele da Senadora Patrícia, sobre aquele incidente que aconteceu com a Senadora Patrícia.

O relator não está presente, mas se V. Exa. [ininteligível] agora rápido antes de sua saída.

Peço ao Senador Suplicy... Senador, podemos aguardar um pouquinho? Então, senador [risos]...

Então podemos começar o outro. Então, vamos começar com o Item 01, primeiro.

Então vamos para o Senador Mozarildo... Já? Então Senador Suplicy... Porque o Senador João Pedro vai ter que se ausentar e o Item 10 é um requerimento que foi apresentado pelo Senador João Pedro, relator Senador Arthur Virgílio não estando presente eu pediria a V. Exa. que fosse senador, relator *ad hoc*.

Trata-se de um... É o requerimento nº 1.210/2009, "*Requer, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado, voto de censura à polícia aduaneira do aeroporto de Roma, na Itália, em relação à abordagem realizada por policiais quando da visita da Senadora Patrícia Saboya, do PDT do Ceará àquela cidade, conforme noticiado pela Agência Senado no dia 10 de setembro de 2009.*" Inclusive, na qualidade de Presidente da comissão, eu também emiti uma nota de protesto e o Ministério das Relações Exteriores prontamente, através do nosso Embaixador na Itália, tomou as devidas providências.

Foi uma atuação abusiva da polícia lá do aeroporto de Roma e, portanto, eu concedo aí a palavra agora ao Senador Suplicy para ler o relatório.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, a atitude praticada por autoridades policiais no aeroporto de Roma caracteriza uma discriminação com brasileiros que viajam para a Itália a turismo ou a trabalho.

Não é a primeira vez que brasileiros são barrados ou maltratados em aeroportos da Europa e essa situação precisa ser de conhecimento do Ministério das Relações Exteriores e providências tomadas a este respeito, assinala o Senador João Pedro.

E o Senador Arthur Virgílio, no seu relatório, fala da importância de aprovação de voto de censura à polícia aduaneira do aeroporto de Roma pela abordagem feita por policiais por ocasião da visita da Senadora Patrícia Saboya, em 10 de setembro de 2009.

A medida salienta que a atitude praticada pelos mencionados policiais é uma discriminação contra brasileiros que viajam para a Itália. O requerimento veio acompanhado de reprodução de notícia veiculada pela

Agência Senado, relatando que o Senador Eduardo Azeredo, V. Exa., Presidente de nossa comissão, disse que conversará com o Presidente do Senado sobre a possibilidade de formalizar pedido ao Governo italiano de punir os policiais que destruíram a Senadora Patrícia Saboya, abordando-a de maneira inadequada, confiscando seu passaporte.

Ressaltou o Senador Presidente Eduardo Azeredo que a situação deve servir de alerta, que abuso de autoridade é agravado pelo fato de que foi praticado contra uma senadora.

Ora, Sr. Presidente, o gesto dos policiais destruindo uma senadora do Brasil, se reveste de imensa gravidade e merece a reprovação da Casa formalizado por meio de requerimento sob análise e, portanto, que merece ser aprovado.

Portanto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.210, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Suplicy.

Coloco, portanto, em discussão. Senador João Tenório. A Senadora Patrícia esteve ontem no Plenário, ela está em licença, e já retorna nos próximos dias, dentro de 15 dias ela reassume. Acho que será no momento que ela voltar interessante ouvi-la em Plenário para que ela possa fazer a exposição.

Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, tem sido algo recorrente, mas entretanto concentrado em alguns países que recorrentemente tem tido essa atitude com o brasileiro de modo geral e no caso específico, especialmente com uma senadora brasileira.

Como são poucos países que tem atuado dessa maneira, sobretudo a Espanha, a Itália... Talvez fosse conveniente para... Digamos assim, evitar que esse constrangimento aconteça com os Srs. Senadores, que houvesse um aviso, digamos assim, às embaixadas quando da locomoção de algum... Deslocamento de algum Senador para algum desses países, apenas um aviso, não era nenhuma interferência, nenhuma intervenção, para que houvesse, assim, uma atenção, digamos assim, sobre o estado de... Não é de tensão, é de atenção para o que viesse a acontecer com um Senador da República.

Isso acontece com muita frequência, por exemplo, o Judiciário. A proteção que é dada a um Ministro do Judiciário quando ele... Ele se locomove daqui para o exterior, tenho visto, tenho acompanhado, tenho sido testemunha, há de fato uma assistência. Mas não é nem isso que a gente quer, é apenas um despertar para a Embaixada. Toda vez que um... Alguém for se deslocar aqui do Senado para algum... Sobretudo para esses

países onde acontecem com recorrência esses fatos. Um aviso, uma lembrança, dizer: "Olha, está indo aí", nós estamos um pouco preocupados com esse estado de coisas que vem acontecendo com recorrência, e acho que talvez fosse uma coisa importante que a comissão...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório.

Quando as missões são oficiais o Itamaraty já sempre faz essa... Já tem essa providência. Mas realmente mesmo em viagens de outro cunho eu acredito que basta realmente os senadores fazerem uma comunicação aqui à comissão ou diretamente à Embaixada, que a Embaixada sempre tem sido muito solícita nessas questões, as embaixadas, nesse apoio aos senadores. São 81 senadores representando todo o povo brasileiro e é correto o que V. Exa. coloca e em termos do apoio necessário, considerando o cargo ocupado.

Portanto, Senador João Pedro que é o autor, eu coloco ainda... Continua em discussão, não havendo quem queira discutir, mas, portanto, encerro a discussão e coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, Aprovado.

Lá no Plenário podemos continuar a discussão já com a presença da Senadora Patrícia, que ela poderá então fazer a sua exposição.

Eu peço agora ao Senador Mozarildo Cavalcanti, nós já estamos rapidamente caminhando então para o fim da pauta, também seja, como relator *ad hoc*, senador, o Item 01, ele também já constou da pauta dia 13 de agosto... Já constou na pauta no dia 13 de agosto, é de relatoria do Senador Antonio Carlos Valadares. O Senador já registrou sua presença aqui, mas não está no momento, eu peço então ao Senador Mozarildo...

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo nº 389, que "*Aprova o texto da Convenção nº 185, revisada, da Organização Internacional do Trabalho, a OIT e anexos, adotada durante a 91ª Conferência Internacional do Trabalho daquela Organização, realizada em 2003, em Genebra, a qual trata do novo Documento de Identidade do Trabalhador Marítimo, com vistas a sua ratificação e entrada em vigor no Brasil.*"

Senador Mozarildo, por favor, com a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Conforme já lida a ementa pelo Sr. Presidente, eu quero ir ao final da análise e ao voto.

"De acordo com estudo realizado pela consultoria legislativa, do ponto de vista do direito internacional do trabalho, trata-se de convenção autoaplicável."

Para o Brasil, que consagra o dualismo moderado, jurídico moderado, talvez se faça necessária a complementação, no plano interno, do ato internacional por meio de regulamentos que lhe deem concretude, a depender do escrutínio dos órgãos administrativos competentes.

Alerte-se, todavia, que as providências que eventualmente se julguem necessárias no plano normativo deverão ser tomadas no prazo de até 12 meses a partir da promulgação do decreto executivo que dê vigência, no plano interno, à referida convenção, conforme doutrina, determinam as regras da OIT.

Demais disso, alertamos para a necessidade de se observar, no trâmite legislativo, a regra insculpida na Convenção Constitutiva, da OIT, art. 19, que determina que a ratificação deverá ocorrer no prazo de um ano, prorrogável por mais 18 meses, em caso de necessidade, a partir da assinatura.

O acordo chega, dessa forma, a esta Casa Legislativa para análise em atraso, o que apenas assoma a urgência em analisá-lo."

E o voto, portanto, é pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Antes de passar ao Item 02, também como relator *ad hoc* solicito ao Senador Suplicy, relator Senador Valdir Raupp e a matéria também já constou de pauta anterior.

Eu quero comunicar aos Srs. Senadores que já tomou posse, já encontra-se em exercício das suas funções o nosso novo secretário da comissão, o Alexandre Bastos de Mello; está aqui o Alexandre, o nosso novo secretário.

Ele trabalhava na Mesa do Senado e já assumiu suas funções. Substitui o outro Alexandre. O Alexandre foi para a Diretoria-Geral do INTERLEGIS, convidado que foi para lá. Portanto, seja bem-vindo e muito obrigado pela aceitação do convite.

Senador Suplicy, trata-se do Decreto Legislativo nº 390, de 2009, que *"Aprova o texto do acordo de cooperação técnica na área de turismo entre o Brasil e o Equador, celebrado em 04 de abril de 2007 em Brasília."* O Senador Valdir Raupp é que é o relator, Senador *ad hoc*, Senador Eduardo Suplicy.

A matéria constou da pauta em 1º de outubro e também 15 de outubro deste ano.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, esta... Este acordo, segundo a exposição de motivos do Poder Executivo, informa que *"Ele é composto de sete artigos, insere-se na estratégia*

de ambos países para desenvolvimento de atividade turística objetivando incrementar o fluxo de turistas e de investimentos entre ambos os países. Não foram apresentadas emendas.

Contempla o desenvolvimento de cooperação entre autoridades de turismo, organizações e empresas. Prescreve o texto o empenho das partes na capacitação profissional do campo de turismo mediante encorajamento de intercâmbio, profissionais representantes da mídia relacionados a turismo e viagem.

O acordo prevê o intercâmbio de informações, a realização de projetos no âmbito de prevenção e combate à exploração sexual comercial de menores em atividades de turismo.

O tema é relevante, feito sob a invocação da Declaração de São Vicente para a proteção de menores contra a exploração pelo turismo sexual, de 1995.

O acordo está de acordo com tratados celebrados pela República com a mesma temática e preenche importante vazio nas relações bilaterais na medida que... Das imensas potencialidades turistas de parte a parte, quanto do incremento cultural e econômico."

Por todo o exposto, por ser a proposição conveniente e oportuna, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa somos pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy.

Eu quero realmente endossar a importância desse acordo, não só na proteção aos turistas, mas também pela grande potencialidade que tem tanto o Brasil quanto o Equador na área do turismo natural, do turismo mais exótico, digamos assim, é realmente muito importante.

O Equador, a sua linha aérea TAME, que usa aviões brasileiros, aviões da EMBRAER, iniciou uma linha entre Quito e Manaus, mas, lamentavelmente, a linha já foi suspensa, o movimento não foi o esperado.

Quem não conhece as Ilhas Galápagos, sugiro, que é uma das viagens mais bonitas que eu já fiz na minha vida. Realmente é um lugar maravilhoso, muito interessante [risos].

Sobre o os auspícios desse acordo fica mais adequado inclusive a visita às ilhas de Galápagos.

Coloco, portanto, em votação. Quem estiver de acordo permaneça como está. Srs. Senadores permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado este acordo entre Brasil e Equador na área de turismo.

Eu peço ainda ao Senador Suplicy que também seja o relator *ad hoc*, do Item 04, o último acordo que nós vamos colocar em votação, já que o outro ainda pendente é de relatoria do Senador Geraldo Mesqui-

ta, nosso vice-Presidente, mas entrou na pauta pela primeira vez hoje.

Este Item 04 aqui também já esteve na pauta nos dias 1º e 10. Relatoria do Senador Gilvam Borges. Não estando presente, portanto, eu peço ao Senador Suplicy.

Trata-se do acordo do Decreto Legislativo 499, que *"Aprova o texto do acordo entre o Brasil e a República de Suriname, sob cooperação em matéria de defesa, assinado em Paramaribo em 22 de abril de 2008."*

Eu reitero a comunicação que já fiz anteriormente, que uma missão oficial dessa Comissão visitará Suriname e Guiana Francesa, ainda agora no mês de novembro.

Srs. Senadores que... Estão todos convidados, será um avião especial da FAB e aqueles que quiserem, seria muito interessante pela situação dos brasileiros que estão lá, a relação do Brasil. Deverá ser ou 12 a 14 de novembro ou então na semana seguinte, 19 a 21. São dois dias, sairemos daqui cedo de Brasília, na quinta-feira, retornando no sábado, no fim do sábado.

Senador Suplicy com a palavra, por favor.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Este acordo, entre o Brasil e o Suriname atribui ênfase à pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, aquisição de produtos e serviços.

"Trata-se também do compartilhamento de conhecimentos e experiências, a promoção de ações conjuntas de treinamento e instrução militar, a colaboração em assuntos relativos a equipamentos e sistemas, bem como outras áreas de interesse comum. Não foram apresentadas emendas."

O acordo está em consonância com o rol de documentos análogos que o nosso país está vinculado com outros países limítrofes. Assim como os demais, objetiva estreitar vínculos bilaterais pela via da cooperação no campo da defesa. Tem como base, contribuir para a paz e a prosperidade local e regional. Tem por fundamento, o interesse comum, reafirma os princípios de soberania e igualdade dos Estados e não interferência em áreas de jurisdição exclusiva das partes. Busca ampliar a cooperação mediante visitas mútuas de delegações", tais como V. Exa. acaba de anunciar, Presidente Eduardo Azeredo, "reuniões entre instituições de defesa equivalentes, intercâmbio de instrutores, de estudantes de instituições militares, apoio às iniciativas comerciais relacionadas a material de serviço vinculados à área de defesa programas e projetos sobre aplicação de tecnologia de defesa e o texto dispõe sobre a responsabilidade financeira segurança e informações sigilosas e responsabilidade civil."

Assim, por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucionais e legais, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 499, de 2009".

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o acordo entre o Brasil e o Suriname sobre cooperação e matéria de defesa.

Nós temos ainda um último requerimento que é do Senador Flexa Ribeiro. Também um outro acordo que esse é da minha relatoria, mas eu vou então colocar primeiro o requerimento e depois o acordo, porque aí eu peço ao Senador João Tenório que assuma a Presidência para eu poder... Em seguida, Senador, não agora. Para eu poder relatar.

Então, esse relatório aqui é o Senador... Trata-se do requerimento 963/2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros, e relator o Senador Flexa Ribeiro. Parecer é pela rejeição da matéria.

Trata-se de um requerimento apresentado com voto de censura ao novo acordo militar Estados Unidos e Colômbia, na forma que justifica.

Eu quero lembrar que o Senador... O Presidente Lula, essa semana mesmo, declarou já estar satisfeito com as garantias oferecidas pelo Governo da Colômbia, de maneira que eu considero até, Senador Suplicy, como membro da base do Governo que perde até um pouco o objetivo do pedido do Senador Mercadante. Mas é pela rejeição.

Eu concedo a palavra ao Senador João Tenório, como relator *ad hoc*.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, o Senador Aloizio Mercadante, com base no art. 223, do Regimento Interno, apresentou Requerimento nº 963, de 2009, por meio do qual pretende seja apresentado voto de censura ao novo acordo militar entre Estados Unidos da América e a Colômbia.

"Para tanto, o requerente sustenta em forma de consideranda, entre outras coisas, que: a América do Sul é uma região de paz; os Estados envolvidos já cooperam entre si no combate ao narcotráfico; os países da região mantêm acordos bilaterais de cooperação judiciária com os Estados Unidos visando à segurança hemisférica; a Colômbia é o terceiro país do mundo em recebimento de ajuda militar estadunidense e o que mais gasta com suas forças armadas em proporção ao seu Produto Interno Bruto; e o acordo implica estímulo a uma indesejável corrida armamentista na América do Sul."

O fundamento do requerimento registra, por fim, o seguinte: 'Manifestamos nossa grande preocupação com o novo acordo militar Estados Unidos e Colômbia, pelo qual aquele país poderá utilizar pelo menos três outras bases colombianas. No nosso entendimento, a imprescindível luta contra o narcotráfico não justifica essa escalada militarista na Colômbia, a qual poderá resultar na militarização de conflitos regionais e na geração de grande insegurança hemisférica, bem como num possível comprometimento dos processos de integração regionais. Reafirmamos nosso compromisso com uma América do Sul soberana, pacífica e integrada e, por último, apresentamos os nossos votos de paz e prosperidade ao grande e amigo povo da Colômbia'."

Análise. "Com base em regra especial contida no § 1º do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, RISF, a matéria foi submetida a essa comissão.

A proposição, todavia, não se encontra de acordo com os dispositivos regimentais que regem o voto de censura, visto que o ato que se quer censurar não se enquadra na definição de acontecimento de alta significação internacional.

Assim, manifestamos-nos contrariamente à sua aprovação.

Importante registrar, por igual, que a censura proposta carrega consigo, ao menos, duas contradições. De um lado, a circunstância de o Senado Federal invocar o princípio da não intervenção nos assuntos internos de determinados países e, em seguida, condenar fato que diz respeito a tema eminentemente doméstico desse mesmo Estado soberano; de outro, a censura se revela, no mínimo, tendenciosa, visto que lançada em relação a um modo de proceder com total esquecimento, por exemplo, do que sucede na Venezuela, que, mediante aquisição vultosa e sem precedentes de material bélico russo, deu origem a distintas formas de reação no contexto regional e mundial.

Agiríamos, assim, em desequilíbrio, com seus... [ininteligível] dois pesos e duas medidas. Esta Casa deve sempre almejar coerência em sua conduta, sobretudo em relação ao tema de política externa. Ou bem censuramos o que ocorre em todos os países da região e no tocante à propalada corrida armamentista ou nos curvamos ao princípio da não intervenção."

Voto. "Do exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Requerimento nº 963, de 2009."

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu acabo de conversar com o Senador Aloizio Mercadante e que fará um pronunciamento daqui a instantes no Plenário do Senado em homenagem à FAB, e ele solicitou, Sr. Presidente, que eu transmitisse que tendo em conta as ponderações de V.

Exa., inclusive das explicações dadas pelo Presidente Álvaro Uribe ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que considerou satisfatórias as explicações, ele então solicitou que seja retirado de pauta o requerimento que aqui havia sido apresentado e cujo parecer foi lido pelo Senador Tenório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, eu coloco portanto... Eu adio a discussão e solicito que o Senador Mercadante faça então, por escrito, a retirada do objetivo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Está bem. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sempre lembrando que nós já tivemos, inclusive, pessoalmente com o Presidente Uribe aqui na Base Aérea de Brasília quando ele também nos deu essas garantias sobre o acordo e que trata-se de uma questão interna da Colômbia.

Senador João Tenório, para concluir só, queria que V. Exa. assumisse aqui a Presidência para que eu possa relatar esse último acordo que é de interesse das Forças Armadas também.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): É um extrapauta, não terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 800, de 2009 da CRE. "Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre cooperação em matéria de defesa celebrado em Bogotá, em 19 de junho de 2009." Autoria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relatoria Senador Eduardo Azeredo; parecer favorável à matéria.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Eduardo Azeredo, relator da matéria, para ler o seu relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, em 13 de janeiro de 2009, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato intencional(F) em discussão.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem, depois de ter sido aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foi também aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, projeto aprovado no Plenário daquela Casa em 24 de setembro de 2009, portanto, menos de um mês atrás.

Aqui conosco ela foi distribuída recentemente, sendo avocada por mim a sua relatoria e, na análise, o texto convencional em apreço mostra-se de relevâncias ao promover cooperação entre Brasil e Colômbia na área da defesa.

“A iniciativa dos dois países em cooperar certamente trará vantagens para as populações de interesse nacionais de ambos.

Nota-se que as partes possuem Forças Armadas profissionais e bem capacitadas, podendo o intercâmbio de entre elas contribuir sobremaneira para o desenvolvimento de homens e mulheres em armas desses Estados.

Ademais, por serem países que compartilham fronteira é fundamental que o Brasil e Colômbia desenvolvam boas relações no campo da defesa.

Inegável, portanto, que o presente acordo é instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil e implicará em benefícios diretos a nosso projeto nacional de defesa.

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais observar os preceitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, além de ser versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 800, de 2009.” É o voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente Eduardo, eu gostaria só de fazer uma pequena referência aqui.

Essa comissão passou anos trabalhando com... Sobretudo, diplomacia. Era a linha quase que exclusiva às questões diplomáticas. Os acordos, os Embaixadores e tal.

E de certa forma houve... Não é um esquecimento, uma falta de necessidade dessa comissão trabalhar na área de defesa por uns anos aí, porque o Brasil, saiu da agenda brasileira, a agenda do Governo Brasileiro a questão da defesa, que era uma coisa que foi relegada a um plano secundário.

De repente, nós nos vemos envolvidos com essas questões internacionais todas e essas questões que afetam diretamente a segurança nacional e consequentemente a defesa.

E quero registrar que V. Exa. inseriu imediatamente a esse novo cenário e o faz de uma maneira brilhante e eu gostaria de assim registrar.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente João Tenório, estou de acordo com o parecer do Senador Eduardo Azeredo, e dada a relevância do entendimento deste acordo e inclusive tendo em conta as relações que tem se desenvolvido entre os dois Governos, com encontro recente dos dois Presidentes, Álvaro Uribe que esteve com o Presidente Lula na semana passada e tendo em conta inclusive o apelo do Ministro Celso Amorim, gostaria de pedir urgência para a votação deste acordo também.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): A manifestação que poderia haver já hou-

veram, aconteceram. Então, nós consideramos... Fica... Colocamos em votação. Quem concorda permaneça como está.

E agora submetemos a proposta do Senador Suplicy que é de urgência, à apreciação da Casa. De acordo, então, aprovado também a questão de urgência sugerida pelo Senador Suplicy.

Não tendo mais nada a ser discutido, nós encerramos a sessão, agradecendo a oportunidade que o Presidente me deu por sentar aqui na Presidência por uns poucos minutos. Obrigado.

Sessão encerrada às 11h12.

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia vinte e sete de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, João Pedro, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Flávio Torres, Renato Casagrande, Inácio Arruda, Valdir Raupp, José Agripino, Romeu Tuma, Alvaro Dias, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Mozarildo Cavalcanti**. Registra-se a presença do Senador **Gerson Camata**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da Pauta. Audiência Pública “*para discutir sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul, em atendimento ao Requerimento nº 89, de 2009-CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, aprovado dia 22/10/2009*”. O Presidente convida para compor a Mesa o senhor Antonio Ledezma, Prefeito da Cidade de Caracas, e o Embaixador Régis Arslanian, representante permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração – ALADI. Comunica, ainda, o recebimento de correspondência do Senhor David Bittan, Vice-Presidente da Confederação das Associações Israelitas da Venezuela, lamentando não poder comparecer. O Presidente concede a palavra ao Embaixador Regis Arslanian e ao Senhor Antonio Ledezma para fazerem suas exposições. Fazem uso da palavra os Senadores

Heráclito Fortes, Arthur Virgílio, Renato Casagrande, Pedro Simon, Tasso Jereissati, Mozarildo Cavalcanti, João Pedro, Inácio Arruda, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita Júnior, Flávio Torres, Eduardo Suplicy, Valdir Raupp e José Agripino. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezessete horas e trinta e nove minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14 HORAS E 20 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Está aprovada a Ata.

Passamos, agora, à apreciação da pauta.

Audiência Pública para discussão sobre a adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, em entendimento ao Requerimento nº. 89, de minha autoria, aprovado dia 20/10, 20 de outubro de 2009.

Quero convidar para compor a Mesa o Sr. Antonio Ledezma, prefeito de Caracas, capital da Venezuela; e o Embaixador Régis Arslanian, representante permanente do Brasil junto à Associação Latino-americana de Desenvolvimento e Integração.

Quero informar, também, aos Srs. Senadores que o Sr. David Bittan, vice-Presidente da Confederação das Associações Israelitas da Venezuela, encaminhou correspondência, lamentando não poder comparecer e manifestando sua opinião de que este assunto não é um assunto da qual seria atribuição da Confederação das Associações Israelitas da Venezuela, mas manifestando todo o seu desejo de apoiar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, e combater, com todos os meios legítimos, a discriminação racial e/ou religiosa, especialmente o antissemitismo, em qualquer de suas formas e modalidades.

Ainda no caso do MERCOSUL, ele assevera que, mediante o acordo comercial existente entre Israel e o

Brasil, que ele espera que, caso a Venezuela participe deste bloco, que sirva para iniciar um diálogo com este país, com o qual mantém estreitos laços, por motivos ancestrais, religiosos e familiares.

Como os senhores todos estão a par, nós já tivemos, durante esses últimos seis meses, uma série de audiências públicas para discutir a proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Foram quatro audiências públicas, e o voto do relator, Senador Tasso Jereissati, foi lido no início deste mês de outubro.

Data de 29 de outubro está acertada para a votação do relatório, tendo em vista o pedido de vistas, com apresentação de voto separado pelo Senador Romero Jucá. Até o momento, o Senador Romero Jucá não entregou ainda seu voto, mas permanece a marcação para o dia 29.

Eu vou, então, já dar início. Esta é uma Reunião Extraordinária, e o objetivo é exatamente ouvirmos o Prefeito Antonio Ledezma, prefeito de Caracas, que recentemente esteve no Brasil e, em algumas entrevistas a jornais de circulação, manifestou sua opinião, e o Senador Eduardo Suplicy e outros senadores pediram que nós pudéssemos ter essa audiência.

Eu quero, de antemão, agradecer ao prefeito, seu esforço de estar aqui conosco, tendo vindo já recentemente, ainda de uma viagem internacional que tinha feito à Europa, mas se dispôs a vir aqui conosco, para poder expor seus pontos.

E agradecer, também, ao embaixador Régis Arslanian, o embaixador é o nosso anfitrião em todas as reuniões do MERCOSUL, em Montevideu, acompanha as questões da ALADI, e o seu nome foi também aprovado, aqui, para que pudesse expor suas posições.

Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há um terceiro convidado, que é o Sr. David Bittan. Encontra-se aqui na pauta. O porquê da ausência?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, é o que eu acabei de explicar, Senador Heráclito, é que ele mandou uma correspondência lamentando não poder estar presente, e isso eu estava lendo aqui, mas colocando a sua posição de que o respeito aos direitos humanos seja permanente, mas ele... aqui está a carta em que ele comunicou que não poderia estar presente.

Vamos, então, já dar início. Eu vou, inicialmente, passar a palavra ao embaixador Régis Arslanian, que é o representante, também, do Brasil junto à Associação Latino-americana de Desenvolvimento Integração – ALADI. Com a palavra o embaixador.

SR. RÉGIS ARSLANIAN: Obrigado, Presidente. Eu queria, antes de qualquer coisa, agradecer o convite

da Comissão de Relações Exteriores para participar desta Audiência Pública.

Eu, ao final, como embaixador, junto ao MERCOSUL, junto à ALADI, é uma honra poder participar desta Audiência Pública sobre MERCOSUL e sobre a possível adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

Eu achei que, talvez, a contribuição melhor que eu poderia dar para essa audiência pública seria eu falar de quanto a adesão da Venezuela poderia significar para o MERCOSUL, à luz dos interesses do Brasil. Quer dizer, qual seria o interesse da integração e do MERCOSUL que houvesse essa adesão da Venezuela?

Afinal, como embaixador junto ao MERCOSUL, junto à ALADI, eu cuido só de integração. Eu cuido de integração, já tem quase 15 anos. Eu, antes de ir para Montevidéu, que é a sede do MERCOSUL, eu cuidava agenda externa do MERCOSUL, agora, eu cuido da agenda interna do MERCOSUL. Portanto, a palavra integração, para o meu trabalho, é a palavra-chave.

E eu acho que a Brasil, se a gente pensar em Brasil, dentro desse quadro de integração que hoje temos, tanto no MERCOSUL como na ALADI, o Brasil tem sido um grande ou talvez o maior ator. Nós, o Brasil, é que temos, o Brasil é que tem impulsionado mais o projeto de integração, tanto no MERCOSUL como na ALADI, mas eu vou falar mais de MERCOSUL.

E eu acho que é responsabilidade nossa, é responsabilidade do Brasil ser o mais ativo e impulsionar mais a integração. E basta olhar, não é uma questão só de se considerar os princípios fundamentais da Constituição Brasileira, no art. 4º, Parágrafo Único, que diz que a gente tem que promover a integração latino-americana, mas também basta olhar para a nossa conformação geográfica, a gente tem, hoje, dez, quer dizer, sempre tivemos dez países que são fronteiras com o Brasil.

A integração, portanto, é do nosso interesse. E nada nos favorecerá se nós tivermos uma vizinhança estagnada, uma vizinhança pobre e uma vizinhança não tranquila, não em paz. E tudo nos favorecerá se nós tivermos uma vizinhança forte e tivermos, conseguirmos construir um continente forte e unido.

Eu acho que isso é do interesse do Brasil, do nosso interesse e muito mais do nosso interesse do que de outros países latino-americanos, quer dizer, pela própria conformação geográfica que nós temos aqui. A adesão da Venezuela eu acho que se inseriria nesse quadro, no quadro de uma necessidade do Brasil de se integrar com os seus vizinhos. E não é uma questão de adesão da Venezuela. Amanhã, se a Colômbia também quiser se aderir ao MERCOSUL, seria muito bem-vinda; se o Peru quiser; se o Chile quiser também.

O Chile já quis, só não aderiu ao MERCOSUL há uns dez anos, doze anos, porque o perfil tarifário do Chile era muito baixo, e do MERCOSUL era mais alto. Então, com isso, o Chile não pôde ser um membro pleno do MERCOSUL.

Mas não é uma questão só de pensarmos na adesão só da Venezuela, mas é que pensássemos na adesão de todos os países latino-americanos, todos os países latinos, o próprio, a própria ALADI já prevê, o próprio acordo do MERCOSUL, o acordo de complementação econômica 18 já prevê que qualquer país latino-americano pode aderir ao MERCOSUL.

A importância da adesão da Venezuela, eu acho que terá uma implicação muito significativa para o MERCOSUL. Hoje em dia, quando a gente pensa em MERCOSUL, a gente pensa no MERCOSUL Cone Sul. Toda a integração do MERCOSUL está voltada, ou pelo menos está concentrada, mais ao sul.

Eu, como embaixador junto ao MERCOSUL e lá em Montevidéu, eu nunca sou chamado para fazer uma exposição sobre MERCOSUL no norte, no Rio Grande do Norte ou no Ceará, eu sempre sou chamado, já fui, desde que eu cheguei lá, dois anos e meio que eu estou em Montevidéu, eu já fui chamado pelo menos uma dez vezes a Porto Alegre, já fui chamado a Curitiba, já fui chamado a Florianópolis, Foz do Iguaçu, mas nunca me chamaram para ir para o norte, porque o MERCOSUL não está no norte. Então, quem sabe com a adesão da Venezuela seria uma boa razão e uma boa justificativa para começar-se a transferir, não a transferir, mas para lançar o MERCOSUL e a integração, porque a gente, quando fala de MERCOSUL, fala de integração, para o norte do Brasil.

Hoje, eu estava vendo isso, pouco tempo atrás, Boa Vista, em Roraima, está muito mais perto de Caracas do que está de São Paulo ou do que está de Brasília. E, entre Boa Vista e Caracas existe uma estrada pavimentada. Se alguém tiver que vir de Boa Vista para São Paulo, tem que pegar um avião, não tem estrada, tem que pegar um avião.

A Venezuela, hoje, é um país caribenho, voltado para o Caribe. Eu me lembro nos anos 80, não sei como estará hoje, mas se falava que o Caribe era o *mare nostrum* da Venezuela. E, também, o que a gente não deve esquecer, mais importante ainda para nós, como Brasil, e mais importante ainda para nós como impulsionadores ou impulsores do MERCOSUL, da integração, é um país amazônico, e todos os nossos interesses que temos na Amazônia nos leva a acreditar que uma integração desse lado da Amazônia, também, maior, só passará a nos favorecer.

Uma palavra apenas sobre as vantagens que terá a adesão, que poderá ter a adesão da Venezue-

la ao MERCOSUL. Um dos instrumentos talvez mais poderosos que hoje em dia temos no MERCOSUL é a questão do FOCEM, é o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL.

Os europeus adotaram os fundos estruturais 20, 25 anos depois de iniciado o processo de integração europeu. Nós adotamos há dois anos e meio o FOCEM, e, hoje, o FOCEM é um êxito dentro do nosso trabalho de construção da integração. É um trabalho de construção, paciente, mas é.

O FOCEM, hoje, conta com quase 300 milhões de dólares de recursos, e nós, em Montevideu, onde se coordena todo o trabalho do FOCEM, que são recursos a fundo perdido, dados para projetos de integração, de interesse para a integração, e foi, sobretudo, criado como forma de reduzir as assimetrias entre países menores e países maiores do MERCOSUL. Hoje, quando trabalhamos sobre o FOCEM, trabalhamos juntos com os venezuelanos; os venezuelanos fazem parte das nossas deliberações em Montevideu.

Qualquer decisão que tomemos sobre o FOCEM, agora, por exemplo, estamos revendo a regulamentação toda do FOCEM. Estava previsto que se faria isso dois anos depois da existência do FOCEM. A Venezuela participa dessa negociação. Agora, na hora da contribuição, em que o Brasil dá 70% do total dos recursos do FOCEM, a Venezuela não pode fazer sua contribuição, porque não é membro pleno do MERCOSUL.

O que seria, talvez fosse o caso de pensar como seria bom que a Venezuela também pudesse, país rico, país produtor de petróleo, exportador de petróleo, que pudesse participar também da contribuição do FOCEM, como forma de reduzir assimetrias. Os fundos de convergência estrutural na União Europeia, foram fundamentais, foram básicos para criar mais equilíbrio dentro da integração europeia, para criar maior segurança na integração europeia, sobretudo em países menores e países maiores; o caso, por exemplo, da incorporação da adesão de Portugal e Espanha foi feita muito fazendo uso dos fundos de convergência na União Europeia. E, hoje, estamos usando, é um sucesso o FOCEM no MERCOSUL, e a Venezuela não pode contribuir para o FOCEM, porque não é membro pleno do MERCOSUL.

O volume de recursos, Sr. Presidente, está em quase 290, 285 milhões de dólares, em três anos, dois anos e meio, três anos de funcionamento, está quase com as contribuições que foram feitas agora, em outubro, devemos estar chegando a 290, 285, 290 milhões de dólares. São recursos a fundo perdido, que estão lá disponíveis, estão nos bancos para projetos de integração no MERCOSUL.

Outro ponto que talvez fosse importante eu mencionar é a participação da Venezuela, da delegação venezuelana no nosso trabalho no MERCOSUL, no dia a dia lá de Montevideu. Temos, hoje, no MERCOSUL, a Comissão de Comércio, que discute as tarifas, que discute os mercados dentro do MERCOSUL; temos o parlamento do MERCOSUL, temos uma bancada brasileira, que vai todos os meses. O senhor esteve agora lá, 10 dias, 15 dias atrás, com a bancada brasileira de nove senadores e nove deputados que vão lá todos os meses e trabalham no parlamento do MERCOSUL, também participa a bancada venezuelana, dentro do parlamento do MERCOSUL.

E temos o GMC, os Grupos de Mercado Comum, quer dizer, todas as instâncias de trabalho conjunto, trabalho permanente, que nós temos no dia a dia do MERCOSUL, sempre estão participando as delegações venezuelanas, e elas têm participado de uma forma muito, muito construtiva e muito positiva, inclusive, com grande sentido integracionista.

Um exemplo disso é a negociação difícil e complexa que nós temos tido na questão da eliminação da dupla cobrança, dentro do MERCOSUL. Quer dizer, o MERCOSUL é uma união aduaneira, e, até hoje, não se conseguiu eliminar a dupla cobrança. Quer dizer, um produto que entre no porto, por exemplo, de Santos, se esse produto vai, eu sempre digo isso, vai ao Paraguai, para a Cidade de Leste, paga tarifa pela segunda vez: paga em Santos e paga também em Cidade de Leste; quer dizer, isso é uma distorção da integração. Isso a gente tem trabalhado desde 2004, dentro do MERCOSUL, para tentar eliminar a dupla cobrança. Foi um trabalho muito grande, se constitui, se elaborou um código aduaneiro, um código aduaneiro enorme, de 800, 900 páginas, se fez a interconexão em informática entre todas as alfândegas do MERCOSUL, isso já está pronto. A alfândega de Belém já está interconectada com a alfândega de Cidade de Leste, só se não conseguiu fechar a questão da redistribuição da renda.

Por motivos até compreensíveis, o Paraguai disse: "Bom, mas qualquer produto que entra no MERCOSUL vai sempre entrar por um porto que seja da Argentina, do Uruguai ou do Brasil. Então, vamos ficar dependendo nós de aportes nessa redistribuição da renda". Pois, nessa negociação, os venezuelanos foram muito positivos, muito motivos, tiveram apenas um ou dois problemas com relação ao código aduaneiro, que também são dois problemas compreensíveis com relação à questão de zonas francas, porque eles têm três zonas francas ou quatro zonas francas, e eles queriam que se limitasse – nós temos uma, uma zona franca de Manaus –, que se limitasse a uma só ou duas. Dentro

do código aduaneiro, a previsão é o estabelecimento das zonas francas, mas sempre foram--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A nossa zona franca está fora?

SR. RÉGIS ARSLANIAN: A nossa zona franca está até 2020...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Desde o acordo de Ouro Preto, na casa de Ouro Preto, está fora.

SR. RÉGIS ARSLANIAN: Está fora, senador. Mas tem as zonas especiais, também, de exportação e tudo.

Então, o espírito que tem prevalecido, e eu tenho que dizer isso, nas negociações do dia a dia, pela Venezuela, tem sido um espírito muito construtivo e muito positivo e tem ajudado muito o trabalho da gente.

Agora, acontece que, quando a gente chega, e chega a um entendimento sobre alguma cooperação, sobre algum projeto de acordo, apesar de eles terem participado dessa negociação toda, esses resultados dessas negociações não são vinculantes para eles, não são obrigação para eles.

Um acordo, por exemplo, dentro do FOCEM não é vinculante, porque eles não podem contribuir para o FOCEM. Um acordo sobre amanhã, sobre uma eliminação da dupla cobrança, também não será vinculante para eles. A gente chega, às vezes, em matéria, muitas vezes, vêm visitas a Montevideu. Por exemplo, teve, há duas semanas, uma delegação muito grande com o secretário executivo do Ministério da Justiça, e tiveram reuniões com os venezuelanos, com os representantes da Justiça venezuelana, e os argentinos, os uruguaios, os paraguaios, efetivamente. Chegou-se a acordos sobre cooperação na área de fronteira, sobre segurança jurídica, sobre migrações, e esses acordos foram, ou seja, a negociação contou com a participação das delegações venezuelanas, mas os acordos que resultarão, os resultados que resultarão dessas negociações e desses entendimentos não serão vinculantes e não terão efeito para os venezuelanos.

Mais tempo um pouquinho, quantas vezes, estava pensando nisso, a quantas vezes que o Ministro Vannuchi, por exemplo, de direitos humanos, da Secretaria de Direitos Humanos já esteve em Montevideu, também tendo reuniões, foram combinados vários projetos de cooperação.

Eu me lembro a última vez que ele esteve, se combinou que se trabalharia na área de cooperação de proteção à criança. Os venezuelanos participaram ativamente dessas negociações, desses entendimentos, que não podem, ou pelo menos não se sentem obrigados, não serão obrigados a participar dos resultados ou participar dos efeitos desses entendimentos.

Era muito rapidamente isso que eu queria dizer. Eu só queria, só para resumir, rapidamente, eu acho que o Brasil tem uma responsabilidade, tem a responsabilidade, e acho que tem cumprido essa responsabilidade, de ser o grande incentivador da integração latino-americana. Isso tanto da parte do MERCOSUL como também no contexto um pouco maior da ALADI, que eu também participo das reuniões da ALADI, somos 12 países latino-americanos, que trabalhamos também. Hoje, por exemplo, estamos trabalhando para ver se conseguimos constituir um espaço de livre comércio latino-americano, inclusive, com a participação do México, onde também a Venezuela tem tido um papel muito importante integracionista.

E eu acho que, uma última palavra, a gente tem que ter uma visão estratégica, eu acho que isso cabe muito ao Brasil, mais do que outros países. Eu acho que o Brasil tem essa responsabilidade, que é maior do que para Uruguai ou de que outros países, de ter uma visão estratégica da integração, como da União Européia. A União Europeia tem quase 60 anos de integração e é, até hoje, um projeto. Há pouco tempo, eu estava num seminário com um representante da comissão europeia, e ele dizia: "Não, porque o nosso projeto de integração". E eu perguntei: "Mas que projeto de integração?". Ele falou: "Não, até hoje é um projeto de integração, é uma construção, é uma construção que a gente vai...". E eles têm os problemas deles, até hoje, não existe moeda única em todos os países da União Europeia, eles não conseguiram aprovar a constituição deles de integração. Então, eu acho que nós estamos num projeto de construção, e é preciso, e o Brasil tem tido, e é responsabilidade do Brasil ter uma visão estratégica, pensar na integração com seus vizinhos.

Se formos uma América Latina forte e unida, eu acho que a gente vai poder enfrentar melhor os desafios nos próximos 20, 30, 40 anos. Eu estava vendo, o outro dia, o crescimento da China, 8... 9% de crescimento, é uma coisa impressionante. Ninguém sabe como é que vai ser. Não é uma questão de se defender contra a China, mas é uma questão de ser competitivo, também, de poder estar em condições iguais e equiparadas, também, com o que vier nos próximos 20, 30, 40 anos.

Essa visão estratégica eu acho que cabe ao Brasil ter e a nossa responsabilidade. Eu queria, mais uma vez, agradecer, foi um honra muito grande poder ser convidado pela Comissão de Relações Exteriores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador Régis Arslanian. Nós vamos ter, agora, a palavra do prefeito

Ladezma, e, logo depois, teremos, então, as questões dos senadores, que terá uma extensão dirigida a V. Exa. também. Já estão inscritos os Srs. Senadores Renato Casagrande, João Pedro e Pedro Simon.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Peço a minha inscrição, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, vamos já ouvir, com muita honra, o Sr. Prefeito, a sua exposição. O tempo que V. Exa. julgar necessário.

SR. ANTONIO LEDEZMA: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Boa-tarde. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senado brasileiro, e falo não somente a título pessoal e em nome do povo da Venezuela, que, felizmente, foi ouvido neste fórum legislativo.

E eu também gostaria de reconhecer o esforço feito por esta Comissão, que é presidida pelo honrado Senador Azeredo, e gostaria de reconhecer, também, o trabalho que foi realizado nos estudos preliminares, com relação à incorporação do estado venezuelano, o governo da Venezuela, a integração ao MERCOSUL, pelo Senador Tasso Jereissati, o estudo realizado por ele.

Gostaria de dizer, em primeiro lugar, que venho defender a vocação integracionista de nosso país. Não se pode confundir com uma política expansionista.

Eu estava ouvindo o Embaixador Arslanian, e ele citou a significação da Venezuela como um país produtor de petróleo, e, certamente, a Venezuela, na sua história recente, a história em que se escreveu a democracia, nas últimas décadas, usou o petróleo como uma forma de defesa da integração, mas nunca como um instrumento para domesticar os governos ou governantes, que, por uma ou outra circunstância, tenham que lidar com problemas econômicos internos.

No marco dessa vocação integracionista, então, nós defendemos que o que o nosso país se incorpore ao MERCOSUL. Não é um pedido recente, essa tese começou a ser defendida desde a última administração do ex-Presidente Rafael Caldeira, que tinha essas preocupações e as partilhava com o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com esse espírito integracionista, nós impulsionamos, na Venezuela, o estabelecimento da comunidade andina de nações, o grupo dos 13, a consolidação do que hoje se conhece como UNASUL. Nós vemos essas plataformas como um cenário mais que conveniente para desenvolver políticas não só comerciais.

Eu estava ouvindo o Exmo. Embaixador falar da necessidade de incorporar a Venezuela, porque, assim com a Venezuela, o fundo seria fortalecido. Políticas

de intercâmbio poderiam ser desenvolvidas sobre hidrocarbonantes, também a questão das tarifas, amplificação dos mercados e os códigos alfandegários aduaneiros.

E eu acrescentaria, também, ao lado dessas argumentações, que há, também, aspectos relacionados com os protocolos, que são também importantes, como o Protocolo de Ushuaia, o tema relacionado à resolução de controvérsias com terceiros, países terceiros, que nós não podemos deixar de lado. São temas relacionados com os valores e virtudes da democracia, que também devem se incorporar à agenda do MERCOSUL.

O problema é que não se pode limitar sobre a discussão sobre a quantidade de alimentos a serem, as toneladas de alimento a serem vendidas e compradas entre a Argentina e o Brasil, mas também as relações que devem ser consolidadas, como no caso da Europa, o exemplo que foi citado na primeira fase deste debate tão importante.

É preciso uma preocupação, também, com a democracia e as regras de ouro da democracia. Eu estimo que há regras técnicas e protocolos que devem ser privilegiados, na hora da tomada de decisão. Dirão, por exemplo, quando eu me refiro à caracterização do governo da Venezuela, que o governo da Venezuela desfruta de legitimidade de origem, é e verdade, porque foi eleito em eleições populares. O Presidente atual da república foi eleito democraticamente.

Assim como é significativa essa legitimidade da origem de um governante, também deve ser a questão dos direitos humanos, os valores democráticos, a legitimidade do desempenho; observar, avaliar, tirar conclusões e seguir os passos do governante, é importante verificar como ele exerce o cargo. O sinônimo da democracia deve ser o respeito aos direitos humanos.

Eu gostaria de informar a esta honrada Comissão que o governo da Venezuela não permite que entre em nosso território, desde há seis anos, uma representação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a entrada deles não é permitida.

O sinônimo de democracia é o respeito aos direitos humanos, e o atual Poder Judiciário da Venezuela declarou, pela boca de seu Presidente, que os tratados em nível internacional, que o governo da Venezuela assinou, não tem validade em território venezuelano, se forem adotadas diferenças contrárias às determinações do Presidente Chávez.

Um sinônimo de democracia é o estado de direito, e, na Venezuela, o estado de direito está vilipendiado. O governo e as instituições devem estar submetidas ao império da lei; um exemplo, se realizou, no ano de

2007, um referendo constitucional, para que, por via democrática, os cidadãos do meu país recebessem, por meio do voto, se nós apoiávamos ou não a reforma constitucional proposta pelo Presidente Hugo Chávez, e a decisão majoritária ditou um veredicto, que rechaça essa reforma constitucional; contudo, o Presidente da República, fazendo uma fraude a essa constituição nacional, vem aplicando, capítulo por capítulo, essa reforma, que foi questionada democraticamente pelo nosso povo, através do referendo.

Um sinônimo de democracia é a liberdade de expressão, e, na Venezuela, a liberdade de expressão também está comprometida. Podem apresentar documentos, exemplos incontestáveis, como, por exemplo, a confiscação da licença de funcionamento do canal mais importante do nosso país. A perseguição que está sendo feita contra o canal de notícias Globovisión, que foi depredado pelo atual regime, e também a retirada de concessão de mais de 34 transmissoras, emissoras de rádio, e autocensura que tem havido, através de uma política de intimidação, que tem sido levado a cabo, e isso mostra aos venezuelanos... Há uma lista negra de mais de 100 emissoras, que poderiam estar submetidas à guilhotina, expostas à guilhotina pelo governo venezuelano.

Um sinônimo de democracia é a existência de partidos políticos. Mas acontece que o governo usa suas... Os funcionários públicos são praticamente obrigados a participar do partido do governo; os opositores são encarcerados; centenas de venezuelano que estão presos, presos políticos, e um caso concreto na cidade da Caracas, numa cadeia venezuelana, o Prefeito Richard Blanco, que está preso simplesmente por causa de um capricho do Presidente da República, e estão presos, também, 11 trabalhadores da prefeitura metropolitana de Caracas, simplesmente porque participaram de uma manifestação de protesto contra os procedimentos, estão presos, também, empresários, como Elísio Cedeño, militares aposentados, jornalistas, como um jornalista do jornal *El País* e da revista *Zeta*, que ele teve que se refugiar ou se exilar.

Assim, na Venezuela, não se tolera dissidência, como se esperaria no regime democrático. E um sinônimo de democracia é o respeito aos resultados eleitorais. No dia 23 de novembro passado, eu fui eleito pela população de Venezuela, de Caracas, como prefeito, mas, logo em seguida, os resultados foram questionados, e eu vou entregar o relatório para o Presidente da comissão, e houve, inclusive, ataques ao meu gabinete, houve um ataque com armas, fuzis, pessoas com rosto coberto e, quando reclamamos, quando pedimos a atuação do Presidente, o Presidente declarou que

não se envolveria nesse problema, que esse era um problema de ordem local.

Três meses depois de eu ter sido designado prefeito pelo povo, o Presidente ordenou ao parlamento que ele controla a elaboração de leis para criar uma estrutura que, contrariando o que foi estabelecido na Constituição, que não podem ser designados a esse nível, designados funcionários, ele designou uma funcionária e leis que permitiram que o Governo Federal esvaziasse financeiramente a prefeitura, tirando cerca de 90% do orçamento da cidade de Caracas.

A situação da cidade chegou a atingir limites tais que eu tive que protagonizar uma greve de fome, na sede da OEA, reclamando recursos do governo. E houve a participação da OEA, da secretaria da OEA. Não só a violação ao prefeito de Caracas, como a violação de artigos constitucionais sobre a descentralização. É um processo que está sendo violado por decisões arbitrárias do governo atual, que aplica leis inconstitucionais para reverter os processos de transferência de competência aos governadores, aos prefeitos; desde 89, leis existentes desde 89.

Democracia é um sinônimo de separação de poderes e, no momento, não há separação de poderes na Venezuela, o Poder Executivo controla o departamento, controla o Poder Judiciário, e, por isso, esses assuntos devem ser de conhecimento dos senadores brasileiros.

Sempre há razões para que julguem nossas afirmações. Eu gostaria, nesta ocasião, de abrir um parêntese: graças à generosidade da presidência, ao me conceder a palavra, gostaria de fazer um convite para que os senadores do Brasil visitem a Venezuela e conversem com vários setores da vida nacional, para que constatem a veracidade ou a falta de fundamento, para que todas essas afirmações que eu fiz até o momento, nesta Comissão.

Eu disse que nós somos integracionistas, somos, afinal, nós criamos. Que o nosso mundos é cada vez mais inter-relacionado, nós não podemos nos isolar, não creio no isolamento. Cuba, em vez de buscar a democracia, serviu para entronizar um regime de tutela, que dura até hoje, e um regime de tutela nesse país Cuba, e nesse povo.

Eu creio que a Venezuela deve retomar a sua atuação na comunidade das nações, de onde nós saímos, pelo Presidente da República. Atualmente, a Venezuela não participa da comunidade andina de nações. Creio que é importante administrar as relações, como eu diria o distinto embaixador, há uma proximidade entre a Colômbia e a Venezuela, mas não relações comerciais.

A Venezuela importava o equivalente a cinco bilhões e 600 milhões de dólares em alimentos, medicamentos, e todas essas relações comerciais que havia antes estão no limbo, agora, por causa de decisões que, da noite para o dia, decisões tomadas da noite para o dia pelo Presidente atual da república.

Tantos benefícios trazidos à Venezuela, à Colômbia, ao México, e, quando nós falamos no MERCOSUL, desde o ano de 2006, está nas mãos dos diferentes governos parte desse protocolo assinado pelos Presidentes da Argentina, Presidente do Brasil, o Presidente do Uruguai, o Presidente do Paraguai.

Desde 2006, esse debate vem sendo feito. O que nós desejamos? O que eu proponho? Eu considero que uma coisa é o Estado da Venezuela e uma coisa é o Governo da Venezuela; uma coisa é o povo da Venezuela, e outra coisa é o Governo da Venezuela; o Estado é permanente, e as circunstâncias são as do atual governo.

O primeiro que dá motivos para que se prolongue esse debate sobre a incorporação ou não da Venezuela ao MERCOSUL é o Presidente da República, mas eu creio que o Presidente está jogando uma política isolacionista, por isso eu proponho uma fórmula, uma fórmula de reconhecer a necessidade de a Venezuela se incorporar ao MERCOSUL, do estado venezuelano, mas condicionado, aqui, o governo, que é outra figura, o governo dê garantias sobre respeito e o acatamento aos protocolos que nós já citamos, como o Protocolo de Ushuaia, a solução de controvérsias e o compromisso com países terceiros.

Gostaria de citar alguns exemplos. Se não me engano, há um protocolo de acordo com Israel, só que, no momento, não existe nem sequer o porteiro da Embaixada de Israel na Venezuela. Devido ao conflito de Israel com a Palestina, a Venezuela tomou partido e a Venezuela rompeu relações com o Israel e expulsou do território venezuelano o embaixador e todo o pessoal da Embaixada israelense na Venezuela.

Como se pode, então, consolidar as relações, os protocolos e os interesses do MERCOSUL com a Colômbia, também com a Colômbia, por exemplo, se há tantas discrepâncias entre o governo da Venezuela e o governo da Colômbia.

E as regras do jogo são importantes, e o Presidente Chávez, quanto mais isolado ele estiver, mais perigoso isso vai ser para a integração e a paz do nosso continente.

Eu creio que o MERCOSUL tem que estar atento aos códigos alfandegários e às tarifas e, também, o MERCOSUL não pode agir com correntes, algemas contra as ameaças que existem contra a paz, atualmente. Não podemos menosprezar os direitos fundamen-

tais da cidadania, o direito à liberdade, à informação, o direito à propriedade, o direito à escolha.

Essas são as primeiras considerações que eu gostaria de fazer com os senhores, na esperança de que se interprete a preocupação que me fez abrir um espaço muito curto na minha agenda, como prefeito da cidade da Caracas, para viajar por algumas poucas horas para essa cidade tão acolhedora.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agradecemos ao prefeito pela sua exposição. Nós vamos passar, então, já imediatamente à fase de debates.

O primeiro inscrito é o Senador Heráclito Fortes. Eu quero pedir a todos os senadores que procurem ser o mais concisos possível, para que nós possamos ter uma participação mais intensa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Em primeiro lugar, eu quero agradecer aos companheiros que permitiram iniciar o debate, uma vez que eu vou me submeter, aqui, a uma sabatina presidida pelo Senador Renato Casagrande, logo mais, na sua comissão. É uma comissão presidida por ele sobre as ações administrativas do Senado.

Eu quero dizer que fiquei muito feliz com a sobriedade e a tranquilidade com que o Embaixador Regis apresentou seu ponto de vista sobre essa questão e também com a presença do prefeito de Caracas.

Acho, Sr. Presidente, que são convocações insuspeitas, porque foram feitas exatamente por parlamentares dito da base de governo. Embora eu gostaria de que essa questão não fosse colocada em termo de base do governo, de um lado, e oposição ao governo, de outro.

Nós estamos tratando, aqui, de uma questão internacional, que é muito importante para o Brasil e é, acima de tudo, muito importante para o futuro deste continente.

Todos nós sabemos, Sr. Prefeito, que o MERCOSUL, antes de se propor ser um bloco econômico forte, ele teve seus alicerces baseados na necessidade continental de nós termos uma democracia segura e, acima de tudo, constante.

A ação de três Presidentes – Sarney, Alfonsín e Sanguinetti – proporcionou a criação do MERCOSUL. De lá para cá nós temos que o Brasil é recordista no maior período de democracia plena, com sucessões presidenciais ocorrendo dentro do que estabelecem as regras democráticas.

A questão da Venezuela no MERCOSUL, ela tem dois aspectos que devem ser analisados: o político, a questão democrática e de interesse eminentemente econômico. Foi dito, aqui [soa a campainha], logo no

início, falou-se, aqui, sobre assimetria, a falta de assimetria entre os países que compõem esse bloco.

O Embaixador Regis citou o distanciamento do Norte do país com a MERCOSUL. O Senador Arthur Virgílio está aqui, o Senador João Pedro, e temos mais alguns senadores do Norte do Brasil. O que nos afastou foi a infelicidade da carta de Ouro Preto, para que ela fosse consignada naquela data, já que havia um ambiente festivo. O Brasil teve que abrir mão de algumas conquistas na área comercial, e a mais grave de todas foi colocar fora os produtos beneficiados na zona franca de Manaus; isso, realmente, nos afastou desse projeto de integração. O fato geográfico é de menos importância.

Agora, o Embaixador Regis falou um ponto, aqui, que nós temos que levar em conta. O Chile, em determinado momento, quis entrar no projeto, saiu porque não se enquadrava no perfil tarifário; esse mesmo perfil tarifário que a Venezuela, agora, se recusa a nele se enquadrar.

Se nós brasileiros vamos abrir mão para a Venezuela entrar, sem o cumprimento do perfil tarifário, nós vamos ter que pedir desculpa ao Chile, porque, lá atrás, não aceitamos essas condições e não vamos mais autoridade de proibir nenhum país ou impor as regras constantes para o acesso dos países ao MERCOSUL.

E aí vamos assumir a responsabilidade de que o MERCOSUL, para nós, será um ônus e não um bônus. Poderemos até fazer a integração política [soa a campanha], podemos até fazer a integração democrática, mas, economicamente, para o Brasil cumprir essas regras será um fiasco.

Daí por que eu acho, Sr. Presidente, que do que esta Comissão precisa, antes da pressa dessa votação no dia 29, nós precisamos refletir um pouco nessa questão. E eu acho que, para essa vinda do prefeito a esta Comissão ter realmente um significado e a profundidade do que foi dito aqui, eu queria apresentar uma sugestão: é que uma comissão do Senado fosse à Venezuela, fosse à Caracas, onde ele sugerisse, para verificar se o que ele diz é verdade ou não. As prisões, a situação praticada e aqui relatada pelo prefeito da maior cidade da Venezuela. Daí porque eu faria um apelo, Senador Marco Maciel e Senador Simon, para que, antes de qualquer votação, esse fato fosse verificado *in loco*; é fundamental que isso ocorra.

Sr. Prefeito, eu presenciei agora. Vou finalizar. Eu estive em Genebra, na reunião da UPI, e há uma questão envolvendo a realização de um congresso anual da UPI na Venezuela. O ano passado, a Venezuela propôs a regulação desse encontro, e há um critério, dentro da UPI, que não seita vetos à participação de

alguns países. E essa questão, há pouco relatada por V. Exa., fez com que a Venezuela vetasse o acesso a alguns países ou não considerasse o visto de entrada dos parlamentares e dos participantes. Saiu do processo, como a Inglaterra saiu, o Canadá saiu, porque as questões soberanas do país não podem afetar o espírito da UPI, que é uma entidade de cento e muitos anos.

Pois bem, de uma virada de jogo extraordinária, a bancada venezuelana exigiu a destituição do secretário geral, Senador Tasso Jereissati, preste atenção, V. Exa. exigiu, em Plenário, a destituição do Sr. Anderson Johnson, que era o secretário executivo da Comissão, atribuindo a ele a reação a esse veto, que, na verdade, não foi.

Imagina o tumulto que se criou, questão de ordem, e os parlamentares venezuelanos, com uma convicção tremenda, defendendo os postulados democráticos, sem abrir mão de nenhum deles. E aí fomos à abertura do voto e tivemos a manutenção lá do secretário de 177 votos a 45m e vocês identifiquem exatamente o bloco de apoio a essa pretensão venezuelana.

Eu estou citando apenas esse fato para mostrar o que será o MERCOSUL com a cabeça atual que nós temos, dos dirigentes da Venezuela. Eu concordo, nós nosso podemos, nós nosso temos o direito de prejudicar a Venezuela como Nação, como país, mas nós temos que ter cuidado com o momento que a Venezuela vive. Nós temos que ter cautela. E o Senado da República não pode aprovar ou rejeitar essa questão, sem uma discussão mais profunda sobre a matéria. Até porque o próprio Paraguai, recentemente, retirou de pauta essa questão. E nós não podemos, simplesmente, atrelados a circunstâncias momentâneas, tomar um decisão, Sr. Presidente, que pode custar muito caro ao país.

Eu queria ouvir do Embaixador Regis sobre essa questão do perfil tarifário. Por que é que o perfil tarifário do Chile não se enquadrava e como é que o da Venezuela vai se enquadrar?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito. Eu quero só informar que eu já tenho aqui em mesa o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, no mesmo objetivo que V. Exa. colocou, requerendo que cinco membros desta Comissão componham uma comissão temporária externa, com a finalidade de ir à Venezuela para verificar *in loco* a situação do país em face da análise nesta Comissão do projeto de Decreto Legislativo nº. 430/2008.

Eu vou aguardar o debate, para depois colocar em pauta este requerimento. E eu queria propor que nós pudéssemos fazer a pergunta de depois em dois, talvez fosse interessante. Três não fica muito, não?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu tenho a impressão de que seria bom deixar o prefeito falar com clareza, porque o ideal seria um, para nós... Nós estamos percebendo que estamos diante de um debate importante, um debate relevante. É tão relevante que nós estamos todos aqui a ouvir o prefeito e estamos há meses, sem nenhuma intenção procrastinatória, há mês com o relatório do Senador Tasso Jereissati sendo elogiado ou sendo criticado, e ele próprio passou outros tantos meses elaborando o relatório.

Então, eu, sinceramente, acredito que a melhor pressa, a pressa mais sábia nesse episódio é a pressa de nós sermos sensatos, ouvindo a quem de direito. Já ouvimos vários ângulos, estamos ouvindo o Embaixador Regis, que é uma figura do maior brilhantismo, estamos ouvindo agora o prefeito da principal dado da Venezuela, uma figura proeminente da oposição venezuelana.

Eu, de minha parte, não tenho pressa nenhuma, acho muito importante isso aqui do que o Plenário, muito mais importante isso aqui do que o debate em Plenário, hoje; francamente, é uma opinião sincera.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Vamos, então, de dois em dois, fica mais dinâmico. Vamos ouvir, então, o Senador Renato Casagrande. Depois os dois expositores.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, muito obrigado. Quero cumprimentar o prefeito de Caracas e agradecer a sua presença e desejar boas-vindas; o Embaixador Regis, aqui conosco. O Senador Heráclito já disse, eu sou Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, e fiz um convite ao Senador Heráclito Fortes e ao diretor geral de casa e teremos, agora, também, às três horas, uma audiência para que o primeiro secretário da Casa, no caso, o Senador Heráclito Forte, mais o diretor da Casa, eles possam apresentar os resultados das ações implementadas, decorrentes da crise que nós vivenciamos aqui no Senado, para que a Senado possa acompanhar todas essas medidas.

Então, a partir da hora que nós ouvirmos os comentários do prefeito e do embaixador, com relação às nossas perguntas, nós teremos que nos retirar para a Comissão de Fiscalização e Controle. Mas eu quero--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não daria para adiar aquela reunião? Porque as duas são muito importantes. Eu, por exemplo, gostaria muito de estar na reunião e gostaria de estar aqui.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos adiar o máximo que nós pudermos adiar, porque nós não podemos conflitar, também, com a ordem do dia. Não sei se hoje tem ordem do dia.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não vai ter ordem do dia, está trancado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós estamos... Mas vamos administrar, para que as pessoas possam, também, daqui participarem da Comissão de Fiscalização e Controle. Mas acho que a primeira questão, que fica claro para mim, Sr. Presidente, é de que nós não temos condições, primeiro, de rejeitar a entrada da Venezuela. Não há condição de rejeitarmos a entrada da Venezuela no MERCOSUL. O que poderá haver é uma complementação de informação e de averiguação do caso, para sabermos quais são as condições, porque nós temos uma [soa a campanha] visão e uma necessidade da integração muito grande.

É lógico que o Brasil, pelo tamanho que tem, às vezes, nós nos bastamos com os nossos problemas internos, às vezes, nós nos bastamos, nós temos o tamanho da Europa, temos 27 unidades federativas, nós somos muito grandes, nós somos um país continental, e, às vezes, nossos problemas internos, das nossas unidades federativas, acabam sendo problemas que consomem o nosso debate e nos tira, às vezes, a importância do debate na relação de visão de integração entre os estados da América.

Mas está claro que, para os países vizinhos, a integração é muito importante e que, para nós, também, integração é muito importante. Nós vencemos um debate sobre democracia na América, um debate que envolve posicionamentos contrários, de quem está daqui olhando lá para a Venezuela, alguns apoiando as decisões do Presidente Chávez; outros rejeitando as decisões do Presidente Chávez. Quando se olha o Evo Morales na Bolívia, quando se olha a situação da Colômbia, o Uruguai, agora, está numa eleição, vivendo uma eleição, com regras bastante claras e definidas, mas a gente vive um processo de discussão democrática, que, no Brasil, começou um debate sobre outro mandato, onde o Presidente Lula teve a maturidade de rejeitar o debate, e nós, no Congresso, tivemos a maturidade de rejeitar o debate, porque uma das questões, também, que representa a democracia é a alternância; o que caracteriza uma democracia também é alternância. Não é só porque a população vai legitimando, elegendo, que isso caracteriza uma democracia, porque quem está no poder, muitas vezes, tem a faculdade e a condição de estabelecer relações de dependência com segmentos importantes da sociedade.

Então, isso, a alternância também é pré-condição para que nós possamos consolidar a democracia, mas cada país faz a sua análise, de acordo com a sua história. Não tem como você fazer uma análise sem ter uma referência. A referência é de cada país,

às vezes, nós achamos um absurdo, mas a cultura de um país, a história de um país pode dizer que aquilo não é um absurdo.

A Venezuela está buscando, há algum tempo, o melhor modelo para que haja o exercício da democracia. Viveu problemas sérios, antes de Chávez. A Venezuela viveu problemas sérios, antes de Chávez. E Chávez veio e ele radicalizou o processo de consulta à sociedade venezuelana.

Na minha avaliação pessoal, passou do ponto. Na minha avaliação pessoal, passou do ponto. O estilo é um estilo que busca a perpetuação no poder, então, ele cumpriu um papel, mas passou do ponto, na minha avaliação pessoal. Não é nem partidária, é pessoal. Mas sou um defensor da entrada da Venezuela no MERCOSUL, sou um defensor e eu tenho a posição muito parecida com a posição do prefeito, de que, numa visão de integração, é melhor que nós tenhamos a Venezuela no debate do que [soa a campanha] nós não buscarmos a integração.

Estou concluindo, Sr. Presidente. Então, faço, também, essa defesa. Mas também acho que estamos marcados dia 29, mas eu também não tenho problema se tiver que atrasar uma semana, duas semanas, acho que esse assunto é um assunto que merece a gente aprofundar a verificação. Não tem sangria, aqui, desatada, que não permita que nós possamos fazer uma avaliação. Só acho que está claro que nós não podemos rejeitar a entrada da Venezuela, acho que tem que discutir um pouquinho mais, que nós discutir um pouco mais a situação da Venezuela, para que a gente busque essa ampliação da integração política dos países da América do Sul. Essa é a posição, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Casagrande.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu ouvi uma frase do Senador Casagrande, que eu acho importante que seja esclarecida, porque meu entendimento foi um pouco diferente do que falou o prefeito do entendimento que teve o Senador Casagrande, e eu queria pedir ao prefeito esse esclarecimento.

Pelo que entendi, V. Exa., prefeito de Caracas, que nos honra com sua visita, disse que é favorável à entrada da Venezuela, do estado venezuelano no MERCOSUL, desde que... Se eu estou entendendo, peço ao tradutor, estou falando devagar, para ficar bem claro. Desde que o governo dê garantias de que as regras básicas que fazem o MERCOSUL, sejam

elas de direitos políticos ou direitos econômicos, sejam respeitadas dentro dessas condições. É isso que eu entendi? Só para o esclarecimento de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos ouvir, então, o Prefeito Ledezma sobre essas duas perguntas, complementadas com a pergunta do Senador Tasso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, qual é a ordem da lista?

SR. ANTONIO LEDEZMA: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: É exatamente assim. Exatamente assim, uma forma que concebemos. Uma coisa é o estado venezuelano, e outra coisa é o governo venezuelano, que se propugna à incorporação do estado da Venezuela ao MERCOSUL e condições ao governo, como figura circunstancial, de garantia de respeito e acatamento ao protocolo.

Como diziam os senadores, aqui não podemos destacar um assento político em diferenças, eu posso ter diferença com o Presidente Chávez, mas não posso ter diferenças com meu país. Não posso me afastar da minha vocação integracionista. Essas diferenças políticas, uma coisa são essas diferenças políticas, outra coisa são as condições, assim, que a minha proposta é de que o Senador Tasso, é que se admita o estado venezuelano, que aqui não há nada contra o estado venezuelano, mas que há uma preocupação pelas regras de ouro da democracia e para garantir, inclusive, o futuro do MERCOSUL.

E agradeço muito o proposto pelo honorável senador, de que uma comissão do Senado da Venezuela possa vir ao meu país, o que seria interessantíssimo e ajudaria muito, que é uma Comissão do Senado brasileiro possa vir para se reunir com distintos, com diferentes setores, inclusive no governo, e possamos debater novamente tudo quanto aqui viemos colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Embaixador Regis.

SR. RÉGIS ARSLANIAN: Obrigado, Presidente. Sobre a questão do perfil tarifário com o Chile, há 12 ou 13 anos, 14 anos atrás, quando houve a negociação para a incorporação como membro pleno do Chile ao MERCOSUL, havia uma diferença muito grande entre o perfil tarifário, na época, do MERCOSUL, e o do Chile. O Chile sempre teve tarifas baixíssimas: 3%, 3,5%. A nossa media tarifária, eu me lembro, era 17%, 18%, hoje está em 1%, 12,5%. Mas, de qualquer maneira, com relação ao perfil tarifário da Venezuela, pelo acordo de complementação econômica que o MERCOSUL tem com a Venezuela, a Bolívia e o Equador, até 2018, vai ser zerado, ou seja, haverá uma cobertura de 90%, 95% dos produtos das linhas tarifárias, da NCM,

da nomenclatura do MERCOSUL, será tudo zerado, portanto, nós estamos meio a caminho. Quer dizer, o ACE 59, em 2018, fará com todos os produtos fiquem a zero, tarifa zero, pelo menos a maioria; haverá sempre exceções, produtos mais sensíveis e tudo.

Hoje, nós estamos, quer dizer, as preferências do ACE 59 fazem com que nós tenhamos um mercado preferencial na Venezuela, quer dizer, o perfil tarifário, hoje, da Venezuela está também hoje muito mais baixo do que seria para outros países, daí, inclusive, nosso comércio ter aumentado muito com a Venezuela.

Portanto, além do mais, a Venezuela, ela tem um mercado, uma economia, quer dizer, não é tão competitiva com a do Brasil, hoje em dia. Nós fizemos, por exemplo, as negociações com a União Europeia, e os europeus perguntaram, disseram: “Mas vocês não têm problema com relação à agricultura?”. Na negociação com a União Europeia, estavam lá os venezuelanos, nas últimas reuniões que tivemos, na última reunião no Rio de Janeiro, há três anos, dois anos, agora está sendo retomado.

Eu disse: “Não, nós não temos problema, nós não somos ofensivos em matéria agrícola”. E os próprios europeus falaram assim: “Bom, mas, então, estamos interessados no mercado de vocês de serviço, tudo”. Não houve problema em matéria de tarifas, com relação à Venezuela, nunca houve. E, além do mais, com o ACE 59, que termina em 2018, caso a Venezuela entre para o ACE 18, que é o MERCOSUL, haverá uma antecipação dessa liberalização comercial para 2014.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Por que a Venezuela, então, não assina todos esses acordos, todos esses protocolos? Qual é a dificuldade da Venezuela...?

SR. RÉGIS ARSLANIAN: O senhor diz do acerto normativo no MERCOSUL?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim.

SR. RÉGIS ARSLANIAN: Ela precisa ser... Esse é outro comentário que talvez... No momento em que ela assinou, a Venezuela assinou o tratado de adesão, ela já se comprometeu, automaticamente, no momento em que entrar em vigência, ela terá que aderir a toda normativa, inclusive ao Tratado de Assunção, prioritariamente, e ao Protocolo de Ushuaia, isso é automático, ela já assumiu esse compromisso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Os bolivianos já assumiram?

SR. RÉGIS ARSLANIAN: Já assumiu ao ter assinado o tratado de adesão, em 2006. Quer dizer, o compromisso dela já foi feito e já foi ratificado pelo congresso venezuelano?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É intenção.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Foi assinatura, foi assinado.

SR. RÉGIS ARSLANIAN: Assinados.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ela já assinou o Protocolo de Ushuaia.

SR. RÉGIS ARSLANIAN: Ou seja, a normativa MERCOSUL, ela já assumiu o compromisso de aderir, de assumir, no momento em que... Agora, tem que entrar em vigência.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A garantia.

SR. RÉGIS ARSLANIAN: O Protocolo de Ushuaia faz parte do Tratado de Assunção.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Uma indagação: o Chile também não tinha assinado?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, o Chile não chegou a assinar, não.

SR. RÉGIS ARSLANIAN: O Chile é tratado, é um país associado ao MERCOSUL, tem um acordo de livre comércio.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Não fez a proposta de adesão?

SR. RÉGIS ARSLANIAN: Houve uma negociação de adesão plena, mas não se chegou a bom termo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Chile não chegou a assinar? Bom, vamos ouvir agora o Senador João Pedro e Pedro Simon. João Pedro com a palavra. Eu estou colocando um prazo de três minutos, prorrogável por mais dois, se for necessário.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Embaixador Régis, Prefeito Antonio Ledezma.

Prefeito, primeiro, eu gostaria de... Eu sou membro da Comissão, mas eu quero que V. Exa., na resposta, deixasse mais claro para mim: a Venezuela deve ou não entrar no bloco? Porque V. Exa. falou de condicionantes, e eu gostaria que, na resposta, V. Exa. abordasse novamente a entrada ou não da Venezuela no MERCOSUL.

Eu quero refletir sobre nesse ponto, sobre os questionamentos sobre a democracia, o valor da democracia e o valor universal, primeiro, eu considero extremamente simbólico, mais do que simbólico, mas uma manifestação de democracia V. Exa. ser uma das principais lideranças da oposição ao governo de Hugo Chávez e ser o prefeito da maior cidade da Venezuela,

uma cidade que tem mais de cinco milhões de habitantes. Para mim é relevante isso, como é relevante V. Exa. ter dito, aqui: “Eu acabei de sair da Venezuela, reservei”, sair para mim é significativo. “Eu saí, saio e volto”, isso é importante para mim.

E o respeito à eleição, não, porque o que se pinta sobre a falta de democracia é uma coisa extremamente repugnante, mas V. Exa. é prefeito e é reconhecido dentro da Venezuela como uma liderança da oposição e como prefeito de Caracas. E considero importante o posicionamento de V. Exa., a vinda aqui à discussão.

A Venezuela, na realidade, eu vejo, aqui, do Brasil, tem feito várias eleições nesses últimos anos. O referendo para mim é um novidade na América Latina, o exercício do referendo. Eu quero destacar isso como extremamente positivo, do ponto de vista da sociedade na Venezuela, a prática do referendo.

E os dois últimos referendos, eles foram acompanhados por comissões internacionais, e reiterando o resultado, não houve questionamento acerca do resultado, houve respeito pelas decisões dos referendos [soa a campainha].

Segundo, foi levantado pelo embaixador, e eu quero refletir sobre isso, refletir com os senadores aqui do Brasil. É a ausência da cultura do Brasil em ter uma relação profunda com os países do norte do nosso país, o Norte brasileiro. O Brasil rapidamente se relaciona com a Uruguai, com o Paraguai, com o Chile, com a Argentina, é um dificuldade histórica uma relação respeitosa, com profundidade, com a Colômbia, com a Venezuela, com o Suriname, com a Guiana.

Presidente Azeredo, nós precisamos acabar com isso. A Pan-Amazônia é prejudicada, do ponto de vista social, econômico, cultural, por conta dessa relação. Nós vamos esperar que o povo da Venezuela derrote o projeto de Hugo Chávez para termos, para celebrarmos essa ampliação do MERCOSUL? Nós não temos que discutir isso do ponto de vista da relação Brasil-Venezuela, mas do ponto de vista estratégico da importância do MERCOSUL. O MERCOSUL sofre pressões. Ou nós vamos esquecer a pressão dos Estados Unidos contra a consolidação do MERCOSUL? Ou nós vamos esquecer, na hora de discutir, ampliar o MERCOSUL, da ALCA para a América Latina?

Então, precisamos ampliar isso, e nada mais importante do que ampliar com a Venezuela, com o quinto produtor de petróleo do mundo. Apesar da luta dura política entre Estados Unidos e Venezuela, 15% do petróleo dos Estados Unidos é comprado na Venezuela, e aí eles não abrem mão da relação comercial. Aí está seguro [soa a campainha].

O Brasil precisa entender isso. A minha região, lá na Amazônia, tem uma relação muito forte com a

Venezuela. Nós não podemos esperar a mudança ideológica, nós temos que respeitar a soberania popular, no voto do povo da Venezuela, e o MERCOSUL, evidentemente, que tratar, não vai ter ingerência em nenhum país, mas nós precisamos zelar pela consolidação da democracia na América Latina.

Então, eu penso que será um erro este poder, o Senado do Estado brasileiro não aprovar a adesão do Estado da Venezuela. Será um erro do século XXI. Nós precisamos votar do ponto de vista social, cultural, econômico, nós nunca vamos ter ingerência dentro da Venezuela, e nem a Venezuela aqui dentro do Brasil, mas nós podemos cuidar do ponto de vista estratégico dentro de um bloco, que é o MERCOSUL.

Então, prefeito, eu gostaria de uma posição acerca da Venezuela no MERCOSUL, que ficasse mais claro. Eu confesso que acabei achando que V. Exa. estava defendendo, defende, mas colocou umas condicionantes. Eu gostaria de ouvi-lo. Mas parabenzá-lo por participar deste debate aqui no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon. Em seguida, ouviremos o embaixador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em primeiro lugar, meu carinho a V. Exa., Embaixador Regis, cuja competência, cuja credibilidade no mundo diplomático nós todos conhecemos e a quem o nosso MERCOSUL deve muito ao seu trabalho e à sua ação.

Eu fico magoado de vê-lo chegar assim de repente, porque eu acho que a delegação do Brasil, do MERCOSUL tinha que recebê-lo, não digo com as homenagens que nós recebemos em Montevideu, mas com as obrigações que nós tínhamos em agradecer a orientação, o esclarecimento, a gentileza de V. Exa., todas as vezes que isso é um fato.

Sr. Prefeito, não há dúvida de que a presença de V. Exa. aqui ainda é uma boa demonstração de que, com todas as dificuldades, nós vivemos em um ambiente de relativa democracia, digamos assim. Teve uma época em que nós, aqui no Brasil, e que esses países, à exceção da Venezuela, que hoje faz parte do MERCOSUL, se reuniu com os generais-Presidentes nomeados para discutir a tortura, a violência, assim foi o Brasil da ditadura militar, assim foi o Uruguai, assim foi a Argentina e assim foi o Paraguai e mais o Chile.

O Cone Sul foi um período, em determinado momento, no mundo inteiro, a região mais triste, mais dolorosa, de mais violência e de mais falta de democracia. Nós estamos tentando reabrir a democracia, o Brasil está fazendo isso e o Brasil pagou um preço muito caro, muito caro. O Uruguai também, a Argentina também, o Chile também e o Paraguai também. Por isso que vê-lo aqui como prefeito da capital, a cidade

mais importante, e líder da oposição, que veio aqui e expressou com muita firmeza as suas convicções, para nós é muito importante.

V. Exa. avançou, inclusive, em alguns aspectos que a gente não sabia, com relação a atos do governo que não correspondem àquilo que nós desejamos para um verdadeiro país.

Eu digo a V. Exa., com o maior respeito, Sr. Prefeito, meu ponto de vista. Eu sou favorável à entrada da Venezuela, apesar do Lula e apesar do Hugo Chávez, porque eu vejo na Venezuela muito mais do que o Sr. Hugo Chávez, eu vejo essa tese do MERCOSUL, Sr. Prefeito, como um luta muito importante da América. É triste nós vermos a América do Sul apontar junto com a África como o continente mais humilhado, mais pobre, com mais desgraça, com mais fome, com mais crianças abandonadas, e a nossa América do Sul tem riqueza, tem potência, tem petróleo, com a Venezuela, tem terras agricultáveis, com o Brasil. É uma região com todas as condições de ser uma grande região. Mas, durante muito tempo, nós não conversávamos com nós mesmos, então, nós, no Brasil, falando português, uma língua diferente, muito mais ainda. Nós falávamos com a Europa, com os Estados Unidos, mas achávamos que o nosso inimigo era a Argentina. Então, durante muito tempo aconteceu isso [soa a campainha]. E, agora, o que a gente sente, o que a gente vê, Sr. Prefeito, é uma perspectiva de nós iniciarmos aquilo que aqui é muito mais fácil do que na Europa. Quem diria que, com todas as guerras, com todas as violências, com tudo o que aconteceu na Europa, com tudo o que aconteceu, a Europa, hoje, é praticamente uma nação, é uma federação com a mesma moeda, com parlamento comum, com uma unidade de pensamento, com uma unidade econômica. Nós achamos que esse é o caminho, e nós achamos que, no momento em que nós avançarmos nesse caminho, nós temos condição de buscar um desenvolvimento para todos nós.

E, com relação à democracia que é tão importante, senhor, nós achamos que uma coisa é nós temos o MERCOSUL, uma coisa é nós termos os países da América todos integrados no MERCOSUL e com a ideologia, com o pensamento, com a doutrina do MERCOSUL, que diz que só pode fazer parte do MERCOSUL o país onde tem democracia. Há pouco tempo, ali no Paraguai, com problemas que houve com Presidente, não queriam deixar o vice assumir e queriam dar um golpe, o Presidente do Brasil e o Presidente da Argentina interferiram e disseram: "Não, ou assume o vice-Presidente ou você sai do MERCOSUL", e assumiu o vice-Presidente.

Então, o que nós achamos é que, em primeiro lugar, se nós decidirmos, porque a Argentina já votou

favorável, o Uruguai já votou favorável, a Câmara dos Deputados já votou favorável, está na nossa mão, no Senado. Se nós decidirmos votar contra, o que vai ficar na história não é que o Senado brasileiro votou contra, porque era contra o Hugo Chávez. O Hugo Chávez vai passar. O que vai ficar na história é que houve um determinado momento em que o Senado brasileiro votou contra a entrada da Venezuela, isso ficar.

E nós, Brasil, que fizemos um esforço enorme, dramático, porque esse é o mérito nosso, modéstia à parte, porque nós sempre fomos olhados com antipatia, porque falávamos o português, porque éramos um continente muito grande, apesar de nós nunca termos tido uma guerra de conquista, apesar de nós nunca termos ido buscar meio metro do território de ninguém, nós éramos olhados com restrição. Foi muito difícil nós fazermos uma integração com a Argentina, fazer uma amizade com os argentinos. Hoje, a não ser no futebol, que eles são muito ruins mesmo [risos], o resto nós somos amigos fraternos e de boa convivência, e isso está se espalhando, está se expandindo.

Então, nós achamos, nós ouvimos, com muita firmeza, a dureza das suas explicações, e quero lhe felicitar [soa a campainha], o senhor veio usando uma linguagem de bom diplomata, da elegância, falou o que tinha que falar. Eu sinto como lhe deve ter doído falar essas coisas num outro país do seu país, mas V. Exa. cumpriu, com muito respeito, seu papel. Mas eu creio e, aqui, eu gostaria, para eu ter mais profundidade do pensamento de V. Exa., se nós tivéssemos que decidir entre votar contra a entrada da Venezuela ou entre a favor da Venezuela, deixando, com toda a clareza, que somos a favor da entrada da Venezuela, mas fazermos as maiores restrições ao atual governo, cumprirmos o pleno exercício da democracia e, a partir de então, isso que o senhor está pedindo aqui, que vá uma comissão do Brasil, do Senado brasileiro lá na Venezuela, que pode ir, mas não tem efeito nenhum, nós podemos fazer no MERCOSUL, exigir que vá uma representação do Brasil, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, uma representação do MERCOSUL para visitar a Venezuela, e aí, se for o caso, pedir, inclusive, a suspensão da Venezuela do MERCOSUL, porque a democracia não está sendo cumprida.

Então, o que nós achamos é que, se nós introduzirmos a Venezuela no MERCOSUL, nós estamos garantindo a V. Exa., nós estamos dando um passo a favor de manter a democracia. Nós temos o rigor contrário ao Sr. Hugo Chávez, agora, se nós recusarmos, o Sr. Hugo Chávez vai falar às repúblicas bolivarianas, vai ser outro acordo, outro entendimento, vai criar outra entidade de divisão e de diversificação do pensamento na América Latina. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Embaixador, com a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Embaixador da oposição, que o senhor quer dizer?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Desculpa [risos], é o Prefeito Dr. Ledezma com a palavra.

SR. ANTONIO LEDEZMA: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Muito obrigado. S. Exa. disse algo muito certo. Eu sou o prefeito da cidade de Caracas e tenho a legitimidade que saiu de um consulta popular, mas esse prefeito, assim como outros governados, como o governador do Estado Táchira, o Governador Vivas, nós não podemos despachar do nosso próprio gabinete, porque eles foram invadidos. Tiraram atribuições nossas, que nós tínhamos, como a de administrar hospitais, escolas, ou seja, um país em que não sei respeitam as regras de ouro da democracia, em que o Presidente argumenta que não se pode tolerar, que não se pode despachar, no centro da cidade, como prefeito da cidade, o Presidente não admite que um pessoa contrária à revolução despache no centro da cidade.

A constituição estabelece as questões de cidadania, mas o Presidente nos trata de forma, ele nos chama de contrarrevolucionários. E, nesse momento eu fui acusado de traição à pátria, por ter cometido, segundo representante do governo atual da Venezuela, eles me acusaram de enviar uma carta ao Senador Sarney, pedindo para que tomem conta das condições que os próprios pais do MERCOSUL estabeleceram.

E assim eu esclareço que eu não vim impor condições, por respeito aos senhores e por reconhecer as regras e as condições existentes, que deram início a essa iniciativa. Eu não vim aqui inventar as fórmulas de Ushuaia e nem de Outro Preto, nem os demais protocolos, eu não vim aqui propor fórmulas para resolução de controvérsias, isso já foi decidido, já existe, e, por isso, e, assim, eu não proponho que alguém derrube Chávez, para que a Venezuela entre no MERCOSUL, não é preciso que ninguém substitua Chávez, isso poderia ser decidido futuramente, respeitando-se as regras de democracia venezuelana pelas eleições.

Vocês têm o direito de duvidar das minhas palavras, mas a obrigação moral com nosso país, como vizinhos, como irmãos, como dizia o nobre senador, seria verificar se é verdade ou não que existem prisioneiros políticos, e o jornalista que está preso no Estado do Táchira poderia. O jornalista Garcia, também, que está preso na Venezuela e tem o estudante Júlio Ribas, de 22 anos, que estava preso simplesmente por participar de uma marcha contra a lei de educação,

que busca ideologizar as crianças venezuelanas. Que, na Venezuela, emissoras de rádio perderam a licença, isso é tão importante quanto os assuntos expostos pelo nobre embaixador, essa é o trabalho dele, esse é o assunto que ele domina e cabe a ele defender num local tão importante, de uma forma tão importante como o MERCOSUL, e, no nosso caso, é vital o assunto dos direitos humanos.

E eu cabo de dar uma informação, e vocês podem constatar e verificar, para ver se eu falsifiquei a história ou se estou transmitindo algo além da verdade, nada mais que a verdade.

O Governo da Venezuela não permite que entre no nosso território um único funcionário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, não é permitida a entrada de nenhum deles.

Nós fazemos parte da OEA e também fazemos parte da ONU, e a questão da comunidade andina das nações, mas não bastam as formalidades. O MERCOSUL tem seus próprios controles, seus próprios sistemas imunológicos, mas, quando me perguntam se deve-se votar a favor ou contra a entrada da Venezuela e quando essa pergunta também é feita por senadores que estão estudando esse assunto há muitos anos, eu sou partidário à integração, porque eu creio nessa vocação de integração. Não se trata de que sejamos socialistas, social-democratas, neoliberais, não se trata da permanência ou não Chávez no poder. Quando se propôs a entrada da Venezuela ao MERCOSUL, Chávez nem estava no poder, era a época do Presidente Caldeira, então, se iniciou um processo de consulta que não se renovou agora, com os empresários, com os negociantes, para ver até que ponto nós somos competitivos, para ver até que ponto nós podemos adequar nossa estrutura econômica e comercial às exigências de um cenário como o MERCOSUL.

E eu reitero que eu advogo pelo reconhecimento do Estado da Venezuela como parte do MERCOSUL, mas que os senhores, como senadores, vocês também são obrigados a proteger o MERCOSUL, e, para proteger o MERCOSUL, também é preciso colocar na balança o preso de figuras que, por seu desenvolvimento, não respeitaram as regras do jogo, e quem pode impedir que um senador eleito pelo povo do Brasil entre nesta sessão? Ninguém pode impedir, não se pode quebrar as regras do jogo. Por mais que seja senador, todos têm que respeitar as ordens do debate, as ordens da intervenção, o mesmo tratamento deve ser dado a todos, em relação à estética, à ética, à tolerância, para que as tarefas sejam desempenhadas melhor forma.

E, quando eu sito as regras de ouro da democracia, esses aspectos contam muito nessas regras, os valores e as virtudes da democracia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado, prefeito. Vamos ouvir, agora, o Senador Tasso Jereissati e o Senador Geraldo Mesquita, depois, então, ouviremos novamente o prefeito.

Senador Tasso Jereissati. Antes, eu quero registrar a presença entre nós do Deputado Federal Germano Bonow, que também é membro do Parlamento do MERCOSUL.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Prefeito da cidade de Caracas, Antonio Ledezma, Sr. Embaixador Regis Arslanian, a quem eu agradeço a presença, nesta Sessão, nesta Comissão.

Eu disse, aqui, quando li o relatório sobre a discussão da participação da Venezuela no MERCOSUL, minha enorme dificuldade em lidar com problema tão delicado, em que, de um lado, vinha a minha convicção e vocação integracionista, da visão clara de que a integração na América Latina é essencial para o futuro dos nossos povos. Que essa integração deverá e terá que ser feita passando por cima de vários obstáculos que nós sabemos que serão, que aparecerão durante essa caminhada.

Por outro lado, diante do receio de ficar omissos como representante do Senado brasileiro e de um processo muito claro, na minha opinião, muito claro, que se tornava a cada dia mais claro, de uma arquitetura de um projeto de poder ditatorial e autoritário, que estava sendo construído na Venezuela.

À medida que essa minha dúvida, que esse meu dilema crescia e passava com o tempo, vários fatos novos vieram ratificar essa convicção e essa visão de que estava sendo construído um estado autoritário, havia um projeto de construção em andamento, não fechado, mas em andamento. O projeto autoritário na Venezuela e que tinha, também, claramente, uma vocação de exportação desse projeto, e essa visão também foi se ratificando, à medida que os acontecimentos iam parecendo, culminando, agora, com a mais recente participação confessa e também declarada, pelo governo brasileiro, de que a montagem da volta do Presidente hondurenho para Honduras, jogando no colo da embaixada brasileira, foi feito pelo governo da Venezuela.

É claramente, e aqui ninguém está enaltecendo o golpe que houve em Honduras, nem defendendo o golpe que houve em Honduras, mas, sim, claramente, o envolvimento direto com aviões venezuelanos, equipamentos venezuelanos, num terceiro país, violando, assim, um princípio que também é muito caro a todos

nós, que é da não intervenção, da não ingerência e nem intervenção em outros países.

E essa minha convicção se tornou maior ainda quando percebi que essa vocação autoritária vinha recheada de uma série de visões perigosas, não somente para a democracia, mas perigosas para os direitos humanos, universalmente aceitos e consagrados por todos os povos civilizados do mundo.

Ao lermos o relatório da OEA, em que se falou, neste relatório escrito pela OEA, de invasão por parte de milicianos da sede da comunidade, eu não sei o nome exatamente, mas da sede da comunidade judaica na Venezuela, com todas as características que vem carregadas daqueles poderes autoritários e que usam determinados preconceitos como arma para a manutenção do poder, instigando o preconceito e a divisão, me fez ainda mais esta convicção se consolidar.

Evidentemente que este lado tinha que se casar com outro lado, o outro lado qual é? A visão integracionista. E onde deveria pesar a visão integracionista? Seria na proteção do MERCOSUL, um MERCOSUL que está começando, e o embaixador aí é um dos pilares da manutenção, da manutenção dessa difícil consecução, já é um mecanismo inicial, que foi construído já há algum tempo e vem se consolidando com idas e vindas, aos poucos, passando por muitas dificuldades [soa a campainha], mas que representa uma instituição que, como toda instituição e organização do mundo, tem que ter regras básicas de convivência e de participação.

Seja na ONU, seja na OEA, seja na União Europeia, seja em qualquer outra instituição, essa constituição, essa organização baseia-se no acordo mútuo de aceitação a essas regras básicas, sejam elas, no caso do MERCOSUL, econômicas ou políticas. E, ao depararmos com o que está acontecendo na Venezuela, vimos, por exemplo, agora, aqui confirmada pela tão clara, tão objetiva exposição feita pelo Prefeito Ledezma. Há avaliações – e aqui eu queria muito falar para aqueles que lutaram tanto contra isso aqui no Brasil.

Falou-se em violação dos direitos humanos, presos políticos, inabilitação de candidatos a postos eletivos, a interferência nos três Poderes, a falta de respeito, a separação entre os três Poderes, a falta da liberdade de imprensa, diz respeito, claro, ao direito de propriedade, que aí, Sr. Embaixador, entra também na questão econômica. Como pode haver a integração entre dois sistemas que são completamente ou tendem a ser completamente diferentes entre si? E, mais ainda, agora, uma das mais odiosas, a repetição, claro que não na mesma escala, isso não, graças a Deus, isso não será mais possível, de preconceitos que nós

pensávamos já superados em termos racionais, pelo menos na nossa região.

Evidentemente que ninguém – e eu acho que passamos, no nosso relatório, toda essa noção –, que ninguém é contra a Venezuela no MERCOSUL. Nós todos somos a favor imensamente da Venezuela no MERCOSUL, queremos e muito a Venezuela integrada conosco, e, aqui, o Senador João Pedro disse algum que eu compartilho com ele, não compartilho com a maioria das coisas que ele disse, mas compartilho que a necessidade da integração do Norte, para nós dos estados do Nordeste, é mais importante ainda, porque nós estamos vendo o Brasil se desenvolvendo e fazendo eixos comerciais do Centro-Sul para baixo, e nada vem crescendo do Centro para o Norte e para o Nordeste. Então, para nós é fundamental.

Agora, a história está cansada de ver, a história está cansada de ver, os livros aí estão cansados de mostrar que a omissão, em nome de direitos, a omissão, em nome de interesses comerciais imediatos, de princípios básicos de direitos humanos e democracia, a omissão, diante de uma visão de curtíssimo prazo, em nome de visões básicas da liberdade humana e da conduta da relação e de valores entre os povos, é um erro histórico provado e comprovado, por tudo aquilo que se viu, principalmente na história do século XX, principalmente na história do século XX.

E eu queria, aqui, colocar que, apesar... Eu brinquei, aqui, com o Senador João Pedro, disse ao João Pedro que parecia que ele não estava achando bom que V. Exa. estivesse solto, disse assim: “Mas como? Você está solto e falando aqui, como é que está solto ainda?”.

Então, isso é evidente que é uma brincadeira, eu conheço, não está preso, a visão do... Conheço bem, sei que é um democrata por excelência, um homem de esquerda, mas um democrata por excelência, mas isso também, nós conhecemos isso, Senador Pedro Simon, nós conhecemos isso, na história do Brasil recente, da ditadura, os governadores do Rio de Janeiro e de outros estados do Brasil era do seu PMDB, eu não era nascido nessa época, mas era do seu MDB.

Nós cansamos de ver Dom Helder e Paulo Brosard, seu companheiro, fazendo conferência lá fora sobre a democracia brasileira, então, isso também, nós vivemos aqui um ditadura duríssima, isso não é nada que se estranhe, pelo contrário, isso são aqueles elementos que indicam aquele processo de criação de um regime autoritário, que vai aos poucos andando, andando, andando e minando os direitos das dissidências.

E mais, V. Exa. descreveu aí muito bem, disse que é prefeito, mas todos os poderes da sua prefeitura, direi-

to à administração dos hospitais da sua cidade, direito à administração das escolas da sua cidade, foram tirados. E estou aqui disposto a fazer todo o possível para contribuir para que a Venezuela entre no MERCOSUL e que a democracia olhe para o futuro, dentro da nossa América do Sul, e não olhe para o passado.

Eu de sã consciência não posso ficar, absolutamente, isso é uma convicção muito pessoal minha, e muito pessoal de... Não sou melhor do que ninguém, mas de um eleitor que gosta muito de história e que não gostaria de ficar omissos diante dessas circunstâncias. Ontem, eu vi no jornal, não me lembro qual o jornal, mas, no jornal *O Estadão*, tinha uma descrição de todos os governos da América Latina, já, que hoje já estão pleiteando a perpetuidade no poder. É impressionante o crescimento que houve na América Latina de governos pleiteando a perpetuidade no poder.

E como disse, aqui, disseram todos, o Brasil, hoje, é um líder, é um líder, sim, na América Latina, pelo tamanho, pelo que representa, mas tem a convicção e a história da não intervenção, mas também tem que exercer seu papel de liderança, não derrubando ninguém, não interferindo em ninguém, mas, do ponto de vista moral, dizendo um basta, quando os direitos humanos fundamentais estão sendo violados.

E é isso o que eu queria colocar e dizer a V. Exa. que, se... Eu não sei... Sendo bastante objetivo, se for possível uma construção de fato, em que se aprove a entrada da Venezuela no MERCOSUL, desde que haja garantias concretas de que esta evolução e essa exportação de modelo autoritário e preconceituoso não serão feitas – e nós teremos ferramentas para impedir essa evolução –, eu estou disposto a estudar, para que possamos chegar a uma coisa, mas uma coisa concreta, porque entendo que essa é a sua visão, e nem poderia V. Exa., estando fora do seu país, chegar fora do seu país e dizer que não aceitaria ou não veria com bons olhos a integração da Venezuela, o seu país, país em que V. Exa., evidentemente, hoje, está numa posição até de sacrifício [soa a campainha], enfrentando essas dificuldades, e, portanto, demonstra o amor que tem por vosso país, chegar aqui e se expor dessa maneira.

Estou perfeitamente entendendo a delicadeza do momento e eu acho que todos aqui, hoje, que duvidam e que têm essa preocupação da não omissão, diante de uma circunstância que isso seja possível, nós estamos dispostos a estudar isso de uma maneira realmente que possa ser concreta e aceitável, diante da nossa visão.

Quero, ao encerrar, Presidente, me estendi um pouco demais, mas, como relator, me dei esse direito e peço a sua permissão de dizer o seguinte: nova-

mente ratificar, o nosso interesse pela participação, pela construção do MERCOSUL total, total. Agora, o próprio MERCOSUL – e aí a história está cansada de provar –, ao entrar elementos com características de dispersão, de divisão corre um risco, porque o embaixador sabe mais do que eu, o MERCOSUL não está tão forte, num momento de consolidação, quanto poderia e nós queríamos que estivesse.

Essa é a colocação que queria fazer, apenas, enfim, parabenizando e agradecendo pela presença dos senhores aqui. E dizer que, da minha parte, também, eu acho que seria imensamente contribuinte para esse debate a presença que o Senador Flávio Torres já manifestou interesse da Venezuela, aqui, de que fosse uma comissão deste Senado à Venezuela.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu não sei e ainda há tempo de falar algumas palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Porque eu tenho só um na lista, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estou vendo se, então, me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Para inscrever, sim. É que ainda temos alguns--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Peço desculpas aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Vou inscrevê-lo aqui, juntamente. Então, vamos ouvir agora o Senador Geraldo Mesquita e, depois, ouviremos, então, o prefeito.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Srs. Senadores presentes, quero saudar o prefeito de Caracas, desejar-lhe uma boa estada no nosso país. Seja bem-vindo, prefeito. E quero saudar muito especialmente, também, meu prezado amigo Embaixador Regis.

Quero, aqui, rapidamente, porque o tempo é muito curto, para aqueles que não frequentam o MERCOSUL ou o Parlamento do MERCOSUL, eu quero, aqui, dizer da importância da presença e da participação do Embaixador Regis.

Eu atribuo, com absoluta sinceridade, tudo aquilo de positivo que nós conseguimos produzir nesse pouco espaço de tempo, que o Parlamento do MERCOSUL funciona, tudo de positivo que nós conseguimos produzir, a representação brasileira, nós devemos, em grande parte, à contribuição, à colaboração e à presença do Embaixador Regis ali em Montevideu, pois ele é embaixador do Brasil para o MERCOSUL e ALADI.

Eu digo isso com absoluta sinceridade, não poderia deixar de comparecer a essa audiência sem fa-

zer esse registro, da importância da sua participação, embaixador, profissional, competente, gentil com a representação brasileira, que compõe o Parlamento do MERCOSUL, e com seu próprio país.

Com relação à discussão, mais uma vez travada nesta importante Comissão, eu quero dizer uma coisa muito simples, haverá sempre alguma razão para que não aprovemos o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, mas eu acho que, ao mesmo tempo, existirão muitas razões para aprovemos o ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

Eu comparo essa situação à situação vivida pela comunidade europeia em face do ingresso de países, por exemplo, do leste europeu. Ali também sempre existiria alguma razão para o não ingresso de um ou outro país, mas a comunidade europeia, em boa hora, decidiu considerar as muitas razões para o ingresso de alguns países que hoje fazem parte da comunidade europeia.

Eu quero esclarecer, aqui, algo. Para quem não sabe, o protocolo constitutivo do MERCOSUL, no que diz respeito ao funcionamento do nosso parlamento, Parlamento do MERCOSUL, estabelece, e o regimento interno do Parlamento do MERCOSUL dispõe que, anualmente, a Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do MERCOSUL haverá de elaborar um relatório sobre a situação dos direitos humanos nos países que compõem o MERCOSUL e o próprio Parlamento do MERCOSUL.

Eu tive o privilégio de ser relator do primeiro relatório, relativo ao exercício de 2008. Está lá sendo apreciado pelo pleno do parlamento. Qual foi a sistemática utilizada? Audiências públicas nos países integrantes do MERCOSUL. Fizemos os quatro países, colhemos depoimentos os mais contundentes e emocionantes, na Argentina, no Paraguai, no Uruguai, aqui, no nosso país, também realizamos. Essa é a sistemática.

Eu estou ansioso pelo ingresso da Venezuela no MERCOSUL, porque ela, se tornando membro pleno do MERCOSUL e do Parlamento do MERCOSUL, por conseguinte, essas audiências públicas serão realizadas por imperativo normativo; não haverá ninguém, em sã consciência, que poderá impedir a presença da Comissão de Direitos Humanos, da qual eu tenho a honra de fazer parte, em território venezuelano, para apurar seja o que for, ouvir quem quer que seja. Isso é um imperativo normativo. Eu já me preparo para essa circunstância.

Eu quero, aqui, confessar – e uso até uma expressão [soa a campainha] utilizada pelo Senador Arthur Virgílio –, caso seja constituída esta comissão para ir à Venezuela eu quero que “me incluam fora dela”, por uma razão muito simples, eu iria lá se essa comissão

do Senado fosse convidada pelo governo venezuelano ou pelo parlamento venezuelano, do contrário, eu me sentiria muito desconfortável.

Agora, como membro da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do MERCOSUL, vou a cavalheiro, à hora que a comissão marcar a audiência a ser realizada ou as audiências a serem realizadas em território venezuelano.

É apenas para marcar a diferença do que eu entendo que é apropriado e do que eu entendo que, do meu ponto de vista pessoal, não seria de todo adequado.

E não se trata de, aqui, estabelecer um tratamento diferenciado com a Venezuela, até porque, aqui, eu quero revelar um fato ocorrido, agora, na última reunião do Parlamento do MERCOSUL, eu tive que fazer uma fala contundente, durante a realização da reunião da Comissão Diretiva do Parlamento do MERCOSUL, porque houve uma tentativa deliberada de cercear o funcionamento da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do MERCOSUL.

Eu fiz uma intervenção dura, dentro da reunião da Comissão Diretiva, dizendo que isso seria um absurdo, se isso se perpetrasse. Eu estou revelando esses fatos para mostrar que não se trata de tratamento diferenciado com a Venezuela, não se trata disso, não se trata disso.

O meu posicionamento... Olhem, o MERCOSUL, até porque é constituído de quatro países, há mais de 18 anos, o MERCOSUL é uma quadra dura, precisa se tornar uma coisa redonda, para rolar [soa a campainha], como diz a garotada aí na rua, precisa do ingresso de outros países para se tornar algo maior, mais abrangente, mais solidário, aqui na América Latina.

Esse é o meu entendimento. O ingresso Venezuela? Eu sou favorável. É um ingresso crítico? É, é um ingresso crítico, meu voto é pelo ingresso crítico da Venezuela. Agora, eu acho que, se a gente pretende integrar a América Latina, a gente não pode começar colocando vetos a essa integração. "Esse pode, aquele não pode", precisamos atrair todos, e não, ninguém aqui se iluda que o ingresso de qualquer país será pacífico, será tranquilo, será morno. Jamais, o MERCOSUL será sempre palco de dissensão, de discordância, de contraditório, e assim é que tem que ser. Não podemos constituir um bloco como esse, esperando que ele seja uma coisa morna, como, aliás, é hoje.

A gente precisa dar vida ao MERCOSUL, e essa vida depende do ingresso de mais países que compõem a América Latina; do contrário, estamos fadados a viver essa modorrenta relação que nós temos hoje do MERCOSUL, isso não vai para lugar nenhum, isso só cresce, se desenvolve se nós ingressarmos, se nós

fizermos ingressar no MERCOSUL países que estão aí, aguardando ansiosamente.

O que nós vamos decidir com relação à Venezuela, para colocarem suas pretensões formais, no que diz respeito a seus ingressos no MERCOSUL, e aí, sim, eu vou passar a acreditar com muito mais entusiasmo no MERCOSUL, no seu futuro; do contrário, nós estamos fadados ao isolamento na América Latina, cada um cuidando do seu próprio umbigo, não olhando para seu vizinho [soa a campainha] ou seus vizinhos e não integrando um fantástico bloco político, social e econômico que nós temos capacidade e competência para formar aqui na América Latina. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Vamos ouvir novamente, então, o Prefeito Antonio Ledezma. Depois, ouviremos Mozarildo Cavalcanti, Flávio Torres, depois Arthur Virgílio e Inácio Arruda.

SR. ANTONIO LEDEZMA: Eu confirmo o que disse nas minhas primeiras intervenções. Nossa vocação para a integração vai além de qualquer interferência. Quando invocamos os protocolos, as regras do jogo, acredito que em nós ativa-se um instinto de preservação. A idéia de proteger esse cenário, de bravas atuações relacionadas aos impulsos de querer vetar, como mencionou o nobre Senador... Quem vetou esse parlamento foi o presidente Chávez. Eu nem me atrevo a repetir as frases usadas para desqualificar os nobres Senadores, que continham adjetivos impronunciáveis. Isso ocorreu simplesmente porque aqui foram feitas observações, questionamentos que, em nenhum caso – como entendi a intervenção do Senador Tasso –, queriam parar ou negar o reconhecimento da Venezuela. O que queriam era garantir que os governos – que repito, são transitórios, motivo pelo qual privilegio o conceito de Estado, que é o que deve ser reconhecido o quanto antes –, se comprometam a respeitar essas regras, esses protocolos, que foram mencionados várias vezes durante essa conversa. Isso é o que eu queria dizer, porque o resto já foi dito.

Nós aprovamos a incorporação da Venezuela ao Mercosul. Mas, como também já foi dito aqui, não podemos pensar somente no cenário comercial e ignorar aspectos que estão intimamente ligados aos direitos humanos. É penoso vir até aqui falar de certas coisas que vivemos. Teria vergonha se pensassem que estou fingindo, que estou exagerando para chamar a atenção dos senhores. Também não quero que pensem que vimos até aqui para pedir clemência. O que queremos é solidariedade, com nosso país, com nosso povo, com os que são fustigados. Podem ver pela internet quantos julgamentos foram iniciados por tradição à pátria,

por conspiração, por desestabilização. Também houve os julgamentos iniciados contra os Governadores dos Estados de Zulia e Táchira, legitimamente designados mandatários em suas regiões, que foram acusados pelo Presidente da República de serem sócios dos paramilitares, ou como mandantes de franco-atiradores para cometer um suposto magnicídio.

Lá, os direitos humanos têm sido desrespeitados constantemente. Não quero dar detalhes das coisas a que somos submetidos, até para salvaguardar nossos nacionais. Isso também deve ser levado em conta na discussão do MERCOSUL. Porque a idéia é fortalecer o MERCOSUL, e a presença da Venezuela o fortaleceria sem dúvida, mas sempre e quando houver o compromisso de respeitar, de reconhecer esses protocolos e essas regras tantas vezes citados nesse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, prefeito. Senador Mozarildo. Vou pedir só, realmente, que a gente consiga ser mais conciso, porque o prefeito me informa que precisa, tem um tempo marcado para ir para o aeroporto.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Eduardo Azeredo, Presidente desta Comissão, Sr. Prefeito, Sr. Embaixador. Dentre os senadores aqui presentes, eu acho que não tem nenhum que esteja tão ligado à Venezuela quanto eu. Eu sou senador de Roraima. Roraima, a geografia nos colocou encaixados dentro da Venezuela. Então, eu tenho já aqui, reiteradas vezes, dito que eu gostaria de que a Venezuela tivesse entrado no MERCOSUL, quando foi fundado. Agora, aprendi, na vida e na prática da minha profissão de médico, que realmente a pressa é inimiga da perfeição e que, como obstetra, sei que todo obstetra quer que uma mulher tenha uma boa gravidez, um bom pré-natal e um bom parto, e esse parto que nós estamos fazendo, que é a entrada na Venezuela no MERCOSUL, tem que ser realmente cuidado com muito carinho.

O que eu quero, como senador de Roraima, é que haja a entrada da Venezuela, como quer o prefeito, mas, como senador da República, me preocupo que realmente essas condições, bem relatadas no voto do Senador Tasso Jereissati, não tenham sido preocupados. E me preocupo mais, quando eu leio o jornal de hoje, que diz assim: "Governo já tem votos para pôr Venezuela no MERCOSUL", Quer dizer, a questão da entrada da Venezuela no MERCOSUL não está sendo uma questão de estado, está sendo uma questão de governo. E, quando se fala em governo, se fala que os governos são transitórios, Fidel também era transitório. Então, a transitoriedade é muito relativa nessa questão.

Mas o que eu me preocupo, também, até com os argumentos, usando o argumento do jornal, é que diz aqui: como o governo já tem maioria para botar a Venezuela no MERCOSUL; dos 19 membros da Comissão de Relações Exteriores, o governo tem onze já favoráveis. Então, teoricamente, nós estaríamos aqui discutindo à toa, porque não é uma questão de concepção de estado, não é uma questão de concepção pessoal que se quer de cada um, mas é uma questão de postura de governo. E, pelo menos o Senado, diferentemente do que pensa o Presidente Hugo Chávez, que nós somos "papagaios de pirata" dos Estados Unidos, nós mostramos, aqui, que nós discutimos com seriedade, com isenção essa questão.

Estamos convergindo para uma posição, lógico que com vieses esses diferentes: uns querem já de qualquer maneira, outros querem, como eu até digo, ontem; se tivesse tido as pré-condições. Mas, aqui, vejam bem, os argumentos de interesse do Brasil, a Venezuela importa 75% dos alimentos e consome bens industriais; o país quer diversificar seus fornecedores, o que abre espaço para os produtos e serviços brasileiros.

O Brasil aumentou o superávit, sem ela estar no MERCOSUL, sem a Venezuela estar no MERCOSUL, o Brasil aumentou o superávit. Mas quem foi que vendeu para a Venezuela? Minas Gerais e São Paulo. Nós do Norte vendemos quase nada, pelo contrário, o Presidente Hugo Chávez agora vetou a compra de celulares da zona franca de Manaus.

Então, não há consistência jurídica, tranquilidade jurídica nessa questão. Daí porque, coincidentemente, eu fiz um requerimento a esta Comissão, no dia 2 de setembro, pedindo que a Comissão nomeasse um grupo de senadores para ir lá. Nós ouvimos, aqui, dois representantes da Venezuela. Agora, estamos ouvindo o prefeito de Caracas, por sinal, por iniciativa do Senador Suplicy. Nós estamos ouvindo posições que são, nesse ponto aqui, convergente, ele quer também que entre, nós queremos que entre, até porque esperamos que esse governo seja o mais transitório, o mais rápido possível, porque, lamentavelmente, não é realmente nessa democracia que eu acredito; uma [soa a campanha] democracia muito adjetivada não funciona.

Vou dar um exemplo, aqui, da insegurança, Srs. Senadores, Sr. Prefeito. Um empresário lá da Roraima está há 80 dias sequestrado na Venezuela, pela FARC, que já fez o contato com a sua esposa, que mora em Roraima, exigindo o resgate, e quer que ela vá. Foi sequestrado no território venezuelano, na cidade de Ciudad Guayana e levada para a Colômbia.

Então, está há 80 dias, praticamente três meses sequestrado. E, apesar das intermediações feitas, não

se tem notícia desse empresário. O nome dele, Vicente Aguiar Vieira, não é um nome, uma coisa fictícia, não. Nome da esposa: Maria Inês.

Então, ora, nós temos fatos concretos que nos levam a nos preocupar com esse ingresso, sim. Levam. E eu não vejo por que se essa pressa tem que ser dia 29, não pode passar do dia 29m de jeito nenhum. A Câmara passou mais de um ano lá e passou sem discutir. Nós estamos esse tempo, aqui, discutindo, discutindo, debatendo, dando oportunidade para todos falarem. Tinha se estabelecido aqui que não poderia mais ouvir ninguém, o Senador Suplicy fez o apelo para ouvir o prefeito de Caracas, o que foi muito bom.

Acho que nós temos que ter é a tranquilidade de fazer esse parto bem feito, para que não fiquem sequelas nem para a Venezuela, que é a mãe, e nem para nós, que vamos dizer assim, vamos ficar com essa criança para cuidar.

Então, espero mesmo que convite, agora feito pelo prefeito de Caracas, que reforça meu requerimento, que possa ser aceito, o convite ser aceito, para que nós possamos ir lá. Alguma coisa demais? Diz o Senador Geraldo que, se eu fosse convidado pelo Presidente ou pelo Parlamento. Então, vamos pedir para que façam esse convite, referendam esse convite [soa a campanha].

Se a oposição, que quer a entrada, representada aqui pelo prefeito, quer a entrada, faz esse convite, eu acho que nada mais do que elegante que esta Comissão aceite o convite e designe os senadores que se dispuserem a ir. Pode ser, inclusive, uma coisa, já que está colocado nesses termos, governo quer, então, bote, por exemplo, cinco senadores ou seis senadores, três do governo, três que não sejam do governo, e vamos lá. Porque, se as coisas são reais, se tudo está bem lá, não há por que temer que nós possamos fazer uma visita.

Eu discordo do Senador Geraldo e do Senador Simon; não discordo, apenas não podemos excluir ou fazer passo apressado e esquecer que, para discutir a questão no MERCOSUL, lá no Parlamento do MERCOSUL, é outra história, tem que passar primeiro pela Comissão de Relações Exteriores.

Então, espero, Sr. Presidente, que nós acatemos o convite que está contido inclusive no meu requerimento, para nós irmos lá. Porque aí eu ficaria com minha consciência tranquila, como sei que os senadores ficarão, de termos dado um voto que permitirá, amanhã, que todos estejamos em paz. Eu não estou. Quando eu vejo um sequestro feito dentro do território da Venezuela, de um brasileiro, lá de Roraima, e que a FARC faz contato com a esposa dele, pedindo o resgate, e eu não vejo nenhuma providência da Ve-

nezuela, eu fico preocupado. Aí é questão de direitos humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mozarildo. Senador Flávio Torres, finalmente [risos].

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Senador Tasso Jereissati fez uma brincadeira comigo, que eu estava me oferecendo para ir para a Venezuela, mas ele, como relator do processo, deveria presidir essa comissão, porque ele que vai ter que chegar aqui e fazer um relato. Então, seria natural que o senador presidisse a comissão.

Mas, falando sério, Sr. Prefeito. Muito obrigado pelo senhor ter vindo. E eu queria dizer o seguinte: que a minha posição não é uma posição de governo ou de base de governo ou de oposição. Eu acho que assunto é um assunto muito sério; do mesmo jeito que passa lá, passa cá. Então, a gente tem que pensar, aqui, como Brasil.

E eu queria confessar aos meus colegas e ao Brasil que, durante muito tempo, Sr. Prefeito, eu fiz muita força para gostar do Chávez, fiz uma força enorme. O que ele fez para a educação, o discurso voltado para os pobres, isso sempre foi, assim, um passaporte, uma entrada, mas eu estou jogando a toalha. Eu estou jogando a toalha e, se eu fosse à Venezuela, eu não iria para averiguar se o senhor diz a verdade ou é mentira, eu acho que senhor diz a verdade, a gente acompanha isso todo dia na imprensa, e essa não é a questão. Eu acho que o que o senhor diz é verdade, e eu acho que a gota de água para mim foi uma declaração que eu vi semana passada, de que ele não vai... A minha área é ciência, Sr. Prefeito, que ele não vai financiar professor pardal para pesquisar atmosfera de Vênus, que os pesquisadores deveriam sair das redomas e ir para as favelas, para fazer uma ciência para favelado.

Olha, Sr. Prefeito, essa declaração me assusta tanto, porque, primeiro, é de um ignorância abismal. Uma pessoa que nunca leu nem em um dicionário o que é ciência para dizer uma bobagem dessas. Então, gente que se mete a falar de muita coisa, acaba dizendo esses negócios. Agora, apesar disso, baseado do princípio da autodeterminação dos povos eu acho que esse problema é muito mais dos venezuelanos do que nosso. O problema do regime, da luta, do embate é do prefeito de Caracas, é dos governadores de Caracas, dos políticos de Caracas, e não nosso. E eu concordo com o que eu tenho ouvido, aqui, mais ou menos, a tônica dos pronunciamentos que, até para que a gente proteja o que acontece em relação aos direitos humanos na Venezuela, é importante que a Venezuela pertença ao MERCOSUL, é importante que

uma comissão nossa possa ir lá e possa ir lá com legitimidade, porque faz parte do MERCOSUL.

Então, é importante que a gente não bote esse homem para longe, que não feche essa porta e abra uma janela para o resto do mundo, porque bem Deus sabe para onde seria. Quer dizer, eu acho que vai perturbar o MERCOSUL? Vai. Eu não tenho a menor dúvida, mas eu acho que a perturbação maior seria se nós não deixarmos a Venezuela entrar no MERCOSUL e deixar com que ele comece a falar ou em outro “MERCOSUL” qualquer coisa ou olhar para o Irã ou para a China. Eu acho que é confusão no nosso continente, porque eu acho que é importantíssimo que nós façamos, que nós tentemos construir um mercado que seja nosso, uma coisa que tenha essa identidade da América Latina que nós sempre buscamos e uma forma que, nesse momento, eu acho que é com tolerância, eu acho que até o MERCOSUL existente hoje não é muito tranquilo, não, acho que tem uns protocolos que não foram cumpridos, é muito um processo de construção mesmo, muito mais, e que a Venezuela seria mais um que requer da gente esforço, requer da gente dedicação, compreensão, o respeito pela autodeterminação, porque eu acho isso importantíssimo.

O problema do Brasil nós resolvemos, o problema da Venezuela os venezuelanos resolvem. Claro, nós vamos nos solidarizar toda vez que alguém tiver seus direitos básicos [soa a campainha], do que a humanidade construiu como princípios que sejam respeitados, a gente se solidarizar com isso.

É isso que eu tinha a dizer, Srs. Presidentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, senador. Eu vou passar já para o Senador Arthur Virgílio, para que nós possamos ter mais rapidez, Sr. Prefeito. Eu vou ouvir, então, mais dois, depois o senhor volta à palavra. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, Embaixador Regis Arslanian, querido amigo, e Prefeito Ledezma. Antes de mais nada, eu lamento a ausência e eu gostaria muito de ter um contato pessoal com o Sr. David Bittan, porque essa questão do antissemitismo para mim é fulcral, é imperdoável se isso de fato acontece.

Mas eu vou até falar por tópicos. O relatório do Senador Tasso Jereissati, ele é um relatório sem preconceitos. Procurou analisar o mais tecnicamente essa questão. Mas não pode deixar de dar uma pincelada política. E é um relatório que está, pelo que cita o senador, aguardando, e agora estamos ouvindo V. Exa., Sr. Prefeito, aguardando a sua fala. E, agora, compreendemos bem o que V. Exa. declarou a um jornal do

seu país, em relação à questão do ingresso ou não da Venezuela no MERCOSUL.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, mais dia ou menos dia, mais ano, menos ano, se o MERCOSUL não se dissolver, a Venezuela entrará no MERCOSUL, não tenho dúvida disso. Eu faço, meu prezado Regis, uma observação. Vejo pontos muito relevantes na política externa brasileira. Tenho pelo Celso um carinho muito grande. Agora, eu não vejo o MERCOSUL como uma prioridade efetiva da política externa brasileira, não vejo, eu vejo que isso aí foi trocado, por exemplo, pelo sonho da cadeira permanente no conselho de segurança de uma ONU que já não existe mais, que está com cara de liga das nações.

A minha pergunta é outra. Esse MERCOSUL que está aí, que não está bem, a Venezuela não vai eternamente estar sob o governo do Sr. Chávez, isso é fato, agora, o MERCOSUL que está, a meu ver, em crise, ele aguenta a convivência com o Sr. Chávez por alguns anos? Essa é minha pergunta. Portanto, não se trata de negar nada à Venezuela, mas, sim, de saber se vetá-la no MERCOSUL é ou não é uma forma de proteger o MERCOSUL. Essa é uma questão.

Outra coisa é que se confunde muito, porque na União Europeia é assim, mas se esquece de que foi uma construção de décadas, essa que levou até a União Europeia, a partir do Mercado Comum Europeu. Foi preciso acertar que o déficit nominal não poderia passar de 2,5%; que a inflação não podia passar de 4%; que teria que haver convergência das políticas macroeconômicas, política fiscal, políticas de reforma estruturais, política monetária, tudo isso foi preciso acertar.

E, sobre esse aspecto, eu vejo o Brasil mais perto do Uruguai, muito mais perto do Chile, e é um elogio que eu faço ao governo brasileiro, inclusive, e muito mais longe da Venezuela, do Equador, da Bolívia do Sr. Evo Morales, mas muito mais longe.

Essa questão do comércio bilateral, o comércio é grande, e nós precisamos fazer isso, porque, senão, vamos perder espaço. O comércio é grande, e diz o Senador João Pedro muito bem, até com os Estados Unidos. Então, não vejo por que teria que entrar no NAFTA, a Venezuela, para o comércio continuar grande, não vejo por que teria que, necessariamente, entrar no MERCOSUL, para o comércio continuar sendo promissor, ou seja, há necessidades de ambas as partes.

Reconheço um mérito do Presidente Chávez: ele foi o Presidente que mais passou a Venezuela do Brasil, isso é um fato. Agora, um demérito: eu vejo a democracia venezuelana capengando, eu a vejo se agarrando nas paredes. Não é uma ditadura, mas é um regime autoritário, a meu ver; inclusive essa desculpa,

ou seja, os presos políticos, todos eles expulsos do país ou encarcerados, acusados da corrupção, leva a crer, então, que todo aquele que faça oposição ao Coronel Chávez é corrupto. É até falta da imaginação, é até falta de criatividade disso, a meu ver. Então, eu não vejo que [soa a campainha]... Espera só um segundo, Presidente. Eu não vejo tenha que fazer o acordo para que o comércio prossiga bem, não vejo. Por outro lado, eu gostaria de dizer a V. Exa. que nós... Eu não vejo o Presidente Chávez como um homem de esquerda, a rigor. Tem um conhecido meu, que quem sabe é muito mais conhecido seu, venezuelano, seu patrício, portanto, que é o Teodoro Petkoff, esse, sim, um homem de esquerda, com uma trajetória na esquerda muito bonita, muito corajosa, que ele diz: "Olha, o maior delírio do Coronel Chávez é ele pensar que ele é o Fidel Castro, e ele não é. Na verdade, ele não toma atitude nenhuma que leve ao rumo do socialismo, tal como ele é visto por Fidel Castro. É mais uma falsa reforma agrária, é mais uma fantasia, enfim, então, eu não vejo como um homem de esquerda, eu o vejo mais como um militar à antiga, um militar que, em certo momento, tentou o golpe, em outro momento sofreu um golpe e, num novo momento, já golpeou várias vezes as instituições venezuelanos, inclusive, com o Congresso que aí está, que é um Congresso sem legitimidade, porque só participam dele praticamente figuras ligadas ao Presidente Chávez, e com sucessivas agressões à constituição venezuelano". Quanto à ida lá, eu considero muito importante que vá uma comissão de parlamentares brasileiros.

E, sinceramente, eu não tenho preconceito, se é um convite do Presidente Chávez, eu iria, se me designasse aqui a comissão, eu iria a convite, sem dúvida alguma, com muito prazer, do prefeito da Caracas. Não vejo que fizesse nenhum mal, gostaria apenas que nós tivéssemos liberdade muito plena para *in loco* e de maneira plural nós analisarmos essa questão.

Eu tenho ainda algumas observações a fazer. Há violação de direitos humanos na Venezuela, de maneira muito mais primária do que no Brasil. No Brasil é uma democracia politicamente consolidada, enquanto a Venezuela marcha para um regime mais autoritário ainda, mas a fome do Brasil é um fato, o banditismo no Brasil é um fato. Tudo isso é uma mancha, é um mácula na nossa democracia, mas eu diria que são estágios diferentes. O Brasil é um país que tem uma democracia politicamente consolidada, e falta costurar certas, fazer certas reformas estruturais, que Venezuela precisa fazer também, e certas medidas que vão, enfim, melhorar a nossa economia.

Eu queria dizer ainda a V. Exa. que ouvi alguns companheiros, muitos prezados, que falaram em elei-

ções. A ditadura brasileira sempre conviveu com eleições, e, aliás, eu não conheço nenhuma ditadura que nosso pratique eleições, até porque é a forma mais falsa, porém a forma mais comum de as ditaduras tentarem fingir que não são. Então, o Brasil teve. Eu estava lembrando algumas. Negrão de Lima e Israel Pinheiro ganham eleições em 65, pessoas de oposição. O Chagas Freitas, uma oposição meio envergonhada, até eu mesmo tinha vergonha dele, enfim, mas era oposição, teoricamente. Mais adiante, em 1982, quando o regime mostrava sinais de cansaço, Leonel Brizola, André Franco Montoro, Tancredo Neves e mais seis governadores de oposição ganharam eleições. Isso foi muito importante para que nós atingíssemos, como outro passo, a eleição direta para Presidente da República no Brasil.

Eu vejo que o simples fato de nós estarmos discutindo a Venezuela aqui é porque tem problemas; se fosse o Peru não haveria esse problema todo, embora eu não me arrependa, em nenhum momento, de participar de uma discussão tão rica, que tem sido um momento tão brilhante na nossa Comissão de Relações Exteriores.

Eu me preocupo muito com a questão do referendo, ou seja, não sei se não é uma deliberada preocupação do Coronel Chávez de, a cada momento, diminuir o poder congressional, a cada momento, tentar um contato direto com o povo, que é muito próprio de políticos populistas, que fazem aquela trajetória que é lamentável: alguém quer ser ditador, consegue ou não. Se conseguir, é porque sufocou a oposição; sufoca a oposição, aí é assassinado, é deposto; e, se isso não acontecer, vai à guerra, faz a guerra com alguém. E nós percebemos que esse não é um caminho estranho ao que o seu país já viveu e não é um caminho estranho essa trajetória que esse cidadão vem descrevendo.

Eu, portanto, meu partido vai seguir o relatório do Senador Tasso Jereissati. Nós temos a votação aqui, nós teremos a votação no Plenário. A capacidade que nós temos de, não havendo acordo, obstruir votações, ela é muito grande, porque, aqui, a correlação de forças é muito semelhante, equipara bastante o governo e a oposição.

Eu entendo, portanto, que, do jeito respeitoso com o que Senador Tasso tratou essa questão, nada ideológico, nada de sim ou não, procurou ver o talvez, procurou ver o que havia de intermediário nisso, nós entendemos que era importante uma comissão ir à Venezuela, para ver isso *in loco*, era importante ver, porque não é normal que nós tenhamos, numa suposta democracia, que realiza tantas eleições, a cada instante eleição, e eleição sempre com o objetivo de largar mandatos do Presidente Chávez ou conside-

rar o direito de disputar outra eleição, que haja tantos presos políticos. O Brasil não tem preso político, hoje. O Brasil não tem preso políticos, o Brasil tem presos que a sociedade injusta forja, mas o Brasil não tem preso políticos.

Eu considero é que é uma situação esdrúxula, uma situação estranha e que merece um exame acurado, portanto, sua palavra é muito importante. Quando V. Exa. diz que nós não devemos deixar a Venezuela só [soa a campainha], eu estou plenamente de acordo com isso. Eu já concluo, Presidente. Eu estou plenamente de acordo com isso. Mas eu queria pensar além do que seria o interesse imediato da Venezuela e além do que seria o interesse imediato supostamente do Brasil. Eu queria pensar no MERCOSUL, que não tem sido, meu prezado Regis, a meu ver, uma priorização efetiva da política externa brasileira. Eu queria pensar se o MERCOSUL resiste ao que venha do Coronel Chávez. Se ele não está praticando, e por isso que eu vejo que ele não é um esquerdista coisa alguma, certo antiamericanismo ultrapassado, anos 50, modelo Cadillac rabo de peixe, não sei se não é isso.

Eu entendo que o ideal seria ele assumir compromissos, quem sabe ficar sem voto, com voz, e assumir compromissos que levassem a Venezuela a condições econômicas e políticas praticadas pelo Brasil, pelo Uruguai, por exemplo, pelo Chile, que é um sócio nosso, sem ser permanente. E, mais, eu entendo que o MERCOSUL tem vícios de origem. Quando a União Europeia se expandiu, aceitando uma porção de competidores do Brasil, em matéria de agronegócio, a União Europeia tomou cuidados. Por exemplo, o voto da França e o voto da Alemanha não são equivalentes ao voto de uma Romênia, de uma Hungria, não são, o peso é maior, e não há o poder de veto que há aqui.

Uma vez dentro da Venezuela, o MERCOSUL; do MERCOSUL, perdão, uma vez a Venezuela dentro do MERCOSUL, o Presidente Chávez poderá exercer poder de veto contra seus inimigos ideológicos, e o Brasil não tem que comprar as inimizades ideológicas de um homem que, a meu ver, tem fracassado na sua política de petróleo, tem arruinado a qualidade dos poços de petróleo na Venezuela, tem permanecido o atraso tecnológico, por que vem passando a PDVSA, é uma situação bastante complicada.

E sua presença nos honra muito. E eu gostaria muito de ver essa comissão composta, convidado seja lá por quem for, até porque eu gostaria muito de saber se, nesses ingredientes todos da crise venezuelana, e eu acho que é uma crise, sim, se ainda tem mais esse que eu julgava banido da América Latina, que é essa prática horrorosa, horrível, do antissemitismo.

Mas é um prazer muito grande recebê-lo, vejo que V. Exa. é um quadro de alta expressão. E eu lhe desejo, em absoluto, liberdade, lhe desejo um futuro político à altura da capacidade que aqui demonstrou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. E vamos ouvir, então, o Senador Inácio Arruda e, em seguida, prefeito, eu lhe passaria a palavra. Escuto, ainda, o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr. Embaixador Regis Arslanian, eu quero também me congratular com o trabalho de V. Exa., na ALADI e na representação brasileira no MERCOSUL, a atenção, o cuidado com os representantes brasileiros, seja do governo e, especialmente, do parlamento brasileiro, que têm sido recebidos com muita atenção pelo senhor e por toda a equipe que senhor conduz no MERCOSUL e na ALADI.

Então, eu quero fazer essa referência, porque é um tratamento e uma dedicação que demonstra o grau com que o senhor conduz os interesses do povo brasileiro e da América do Sul, na importância da integração.

Sr. Antonio Ledezma, prefeito de Caracas, eu considero que, de toda sorte, nós temos feito uma discussão quase que *sui generis* na nossa Comissão, em relação a um tratado. Acho que é a primeira vez que um tratado é tão discutido na nossa Comissão. Demonstra, eu sei que o senador vai ficar meio rubro, mas o trabalho denodo com que ele tem conduzido a Comissão, e a atenção com que ele tem conduzido os trabalhos da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu considero a partir de um grande interesse da nossa região a importância da Venezuela, eu considero que não é boa a ideia política e ideológica que vai examinar qual é a condução política e ideológica de Chávez, porque eu torço pelo dia que meu partido, o Partido Comunista do Brasil, ganhe as eleições no Brasil, e eu gostaria de governar o nosso país, e governar as nossas cidades e não gostaria de restrição ideológica, embora eu saiba que essa é uma questão que sempre é posta na ordem do dia, sempre. Por quê? Porque esses interesses ideológicos estão permanentemente em conflito.

Então, essa é uma questão central. O principal, o mais importante para a América do Sul é a nossa integração. Existem muitos obstáculos, obstáculos grandes na Argentina, grandes no Uruguai, muito grandes obstáculos no Paraguai, na Bolívia, na Colômbia. A Colômbia enfrenta uma guerra interna, não foi criada pelo Chávez, pelo que eu sei, tem mais que 40 anos ou pouco mais, acho que quase 60, quase 40 anos da

guerra interna na Colômbia, não tinha Chávez. Nessa época, se tratava esse problema de surgimento de Chávez na base do fuzilamento, do exílio.

Então, eu acho que a questão central é que nós devemos nos apegar a ela, porque ela, essa questão central é a que tem mais força política. Esses países, especialmente os países que formam hoje o MERCOSUL, eles foram muito importantes para evitar a formação de outro bloco, que, do ponto de vista econômico, do peso de uma única nação, tornava essas nações quase que colônias, que era a formação do bloco a ALCA.

Então, essas atuais nações que estão no MERCOSUL foi que examinaram e concluíram que o mais importante para essas nações é fortalecer o MERCOSUL, mesmo que haja diferenças substanciais entre essas nações, do ponto de vista econômico, do ponto de vista social e do ponto de vista político.

Eu quero lembrar que, desse ponto de vista da questão [soa a campainha] dos direitos humanos, que eu considero muito relevante, e, desse ponto de vista, a garantia essencial que nós temos que examinar, no Congresso brasileiro, é a garantia do governo. Quem assinou o protocolo de adesão foi a Venezuela, foi o estado venezuelano, nós vamos, então, concluir e questionar o estado venezuelano, através do seu representante, que, embora se questione do ponto de vista da democracia, todos concordam, inclusive o prefeito de Caracas, que, do ponto de vista originário, a democracia está garantida.

Então, do ponto de vista originário, estamos resolvidos. O nosso problema é a condução, como se conduz o processo democrático na Venezuela, que é a que interesse atende o processo democrático. Eu lembro que aqui nós consolidamos democracia, e, num determinado período, um determinado governo resolveu que tinha que ter reeleição, nós éramos contra, mas passamos a ter reeleição, é o problema de como conduz a política, como conduz o processo democrático. No Brasil, se deu assim, se estabeleceu a reeleição.

No período da Constituinte, o Presidente Sarney viu-se numa situação de que seu mandato poderia ser reduzido para quatro anos, o Presidente Sarney queria os seus seis anos, que era o que a Constituição anterior, feita pelos militares, determinava. Ele queria os seis, todos queriam seis, ninguém queria reduzir mandato. Mas a Constituição chegou a um meio termo ou [soa a campainha] um bom termo e pôs cinco anos para o Presidente Sarney.

Então, eu vejo que é um processo de conduta política, de exame democrático. Num determinado momento, na Venezuela, ou num largo período, na

Venezuela, que eu saiba, não tivemos eleição para os governadores, o que chamamos aqui de governadores ou de prefeitos. Era atribuição da presidência. A eleição, não, o Presidente escolhe quem vai ser o prefeito de Caracas, quem vai ser o governador, quem vai ser os representantes do Executivo no estado venezuelano. Isso também alterou-se. Tem eleições, de toda sorte.

Então, é preciso examinar essas questões todas. São muitos os problemas que nós poderíamos arguir, do ponto de vista dos direitos humanos que nós prezamos. Veja, a ONU tem uma comissão de direitos humanos, a comissão de direitos humanos da ONU, se a Venezuela fosse examinar, agora, o ingresso do Brasil no MERCOSUL, provavelmente arguiria muita violações aos direitos humanos, porque o relatório das Nações Unidas em relação ao Brasil é gravíssimo, em relação à questão de direitos humanos.

Então, se for examinar de lá para cá, também o cara vai dizer: "Olha, de que direitos humanos você está falando?". O relatório da ONU em relação ao Brasil condena o Brasil e tem condenado muitas políticas nossas. Mas o que eu examino é que, nessa região da América do Sul, o que está ocorrendo, ao contrário de um largo período ditatorial, de exceção da liberdade de pensamento, de ideias, da imprensa, e, desse ponto de vista, nós não fizemos a reforma democrática ainda; no Brasil, não, em relação à imprensa, não. A imprensa é concentradíssima em poucas mãos, de poucas famílias, nacionalmente e nos estados [soa a campainha]. São poucas as famílias nos estados que dominam a mídia, dominam a informação, controlam a informação e praticam censura interna nos seus órgãos de comunicação. Todas, praticamente.

Então, essa reforma nós não fizemos ainda. Fazer uma conferência de comunicação no Brasil está sendo uma dureza, está sendo uma dificuldade. Então, eu acho que a questão do ingresso da Venezuela, nós temos que atentar para esses detalhes todos. Eu acho o que mais importante é consolidar o nosso bloco, é criar as condições. Vai ser a primeira oportunidade de ampliarmos o MERCOSUL. Esse é um fato de história, nós vamos fazer história desse ponto de vista. É a primeira oportunidade de alargar o MERCOSUL. Vai ser repercussões muito grandes, porque outras nações da América do Sul vão querer ingressar após o ingresso da Venezuela.

É claro que nós podemos arguir. Veja o caso da Europa. A Europa, se fosse examinar todas as premissas dos tratados europeus, veja o problema dos déficits nominais na Europa. Quem foi que cumpriu? A França? A Alemanha? Esses países principais da Europa cumpriram o que está no estatuto da União

Europeia? Cumpriram, não. Esse não cumpriram, não. Eles tinham força, não cumpriram.

A Espanha ingressou na União Europeia a despeito dos bascos, que é um problema da Espanha e da França, mas Espanha e França estão dentro da União Europeia. E a Turquia não está é porque o peso da Turquia democrático desequilibra a força da França e da Alemanha, não tem nada com democracia, não tem nada com islamismo, não tem nada com judaísmo, não tem nada com cristianismo, não é tem nada disso, não, é que desequilibra o peso da União Europeia, do ponto de vista da representação, por isso, há um tempo a mais para a Turquia, se retarda o ingresso da Turquia na União Europeia.

Então, eu gostaria de tratar os nossos problemas em relação à Venezuela do ponto de vista político, do ponto de vista econômico e do ponto de vista social e que, realmente, a questão ideológica, porque o Chávez, ele trata um pouco essa... a retórica do Chávez, não sei se ele está falando mais para dentro ou mais para fora [soa a campainha], mas deve ser mais para dentro. Então, falando mais para dentro, a retórica dele é mais ofensiva, para poder sustentar sua posição.

Então, examinar desses pontos de vista e considerar que esse aspecto, então, seria impeditivo, eu considero que não seria correto, do nosso ponto de vista. Eu lembro que, às vezes, a gente pode querer dizer assim: "Não, isso não tem muita importância".

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, só para comentar, porque o tempo do prefeito é 5h15 sem falta. Então, ainda temos ainda quatro para falar e ele para responder.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu faria referência a um nordestino, aliás, tem dois nordestinos muito afeiçoados pela Venezuela: Abreu e Lima, que dá nome a uma refinaria, agora, em processo de compartilhamento com a Venezuela; e o Celso Furtado, ele era um paraibano, formou-se em direito, mas o Celso Furtado foi examinar o problema da Venezuela. Na primeira iniciativa, a pedido da CEPAL. Esse trabalho dele foi impedido de ser publicado, pelo governo venezuelano, à época, em 57. Só agora o BNDES, que tem o Instituto Celso Furtado, resolveu publicar. O trabalho do Celso Furtado de 57 e, depois, o trabalho dele de 74 estão num livrinho muito pequenininho, muito suscito, mas demonstra o que é que significa deixar um povo na miséria, num mar de riquezas. Então, acho que esse é um problema crucial do ponto de vista social.

Então, eu advogo que, primeiro, nós votemos favoravelmente, sim, ao ingresso da Venezuela. Seria um erro histórico, aí não seria omissão, aí seria um erro para a história. Acho que não devemos fazê-lo. O outro aspecto é em relação a você mandar uma

comissão de senadores brasileiros. Eu lembro que o Senado brasileiro convidou a presidência do parlamento venezuelano, e até agora nós não conseguimos materializar, porque é um convite da presidência, na presidência da Garibaldi, o Garibaldi enviou o convite à Presidência da Venezuela, para que ela viesse aqui, mas nós não conseguimos materializar esse convite. Agora, nós formarmos aqui uma comissão para irmos examinar, antes do ingresso da Venezuela no MERCOSUL, quando bem disse o Senador Mesquita, nós temos uma comissão que está fechando agora os trabalhos [soa a campainha] de verificação dos direitos humanos nos países que formam atualmente o bloco. Nós estamos fazendo isso. Então, acho que não seria o mais adequado, do nosso ponto de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O requerimento não será colocado em votação hoje. Vamos deixar para votar na quinta-feira, que é uma reunião ordinária. Mas eu agradeço. Passo a palavra para o prefeito. E, depois, nós vamos ter ainda quatro oradores, Suplicy, Romeu Tuma, Valdir Raupp e José Agripino. Então, nós temos aí pouco mais de dez minutos para tentarmos... O senhor prefere, prefeito, que ouçamos todos?

SR. ANTONIO LEDEZMA: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, vamos ouvir todos. Vamos, então, agora, ao Senador Suplicy. Vou precisar que o senhor seja rápido, Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Embaixador Regis e prezado Prefeito Antonio Ledezma, de Caracas. Considero muito importante seu depoimento, avalio que, quando o senhor deu entrevistas à imprensa, mencionando que, do ponto de vista até da oposição e do processo de democratização da Venezuela, será muito melhor que o governo Hugo Chávez e a Venezuela não sintam isolados, longe do MERCOSUL, porque, com a interação com os demais países, sobretudo o MERCOSUL, o senhor terá muito maior condição de estar, inclusive, expondo as coisas que acontecem na Venezuela. Foi esse o entendimento que tive, inclusive, para pressionar [soa a campainha] ou persuadir o Presidente Hugo Chávez de ter um procedimento o mais democrático e, inclusive, conforme na sua entrevista eu li, que possa haver próximo Natal sem presos políticos.

E gostaria de lhe afirmar, eu, como senador da base de governo do Partido dos Trabalhadores, sou solidário a este propósito, mas considero muito importante e, por isso, inclusive, fui favorável, fui um dos

que propôs o requerimento, ao lado de outros, para que o senhor fosse aqui convidado, e avalio como importante que nós possamos, conforme nós havíamos acordado, votar, no próximo dia 29, depois de amanhã, o ingresso da Venezuela no MERCOSUL e que possamos, então, realizar uma [soa a campainha] visita de senadores à Venezuela e estar lhe ajudando em seu propósito; inclusive, a própria vinda do senhor aqui dialogar conosco e dizer estas coisas, certamente, deverá estar tendo uma influência positiva para o objetivo da democratização e do respeito aos direitos humanos na Venezuela, de tal maneira que considero que o propósito da visita do senhor aqui é importante e é importante que nós possamos aprovar o ingresso da Venezuela, nessa quinta-feira, e ajudarmos o propósito de abertura da Venezuela, com a Venezuela não isolada do MERCOSUL. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, vou procurar ser rápido, visto que o tempo do nosso prefeito, ele tem tempo para pegar o voo.

Então, eu queria saudar e agradecer a presença do prefeito da Caracas, Antonio Ledezma, que com a coragem, com a disposição aqui comparece para expor seu sentimento sobre o ingresso ou não da Venezuela no MERCOSUL. E não poderia, de forma alguma, passar em branco as nossas homenagens ao Embaixador Regis Arslanian, nosso armênio do coração, que tem sido, sem dúvida nenhuma, a vontade de a gente comparecer no MERCOSUL mais para encontrá-lo, do que, propriamente, para discutir os assuntos, visto que o MERCOSUL anda com as pernas bambas, de muleta. E ele tem sido gentil e tem sido o nosso guia. Faz reuniões matinais, que faz antes de irmos ao MERCOSUL, onde ele expõe todos os pontos que estão sendo discutidos na alta esfera do MERCOSUL, das discussões de Presidentes ou de embaixadores.

Então, quero agradecer publicamente todo o trabalho que o senhor tem feito, em benefício do país e, principalmente, da nossa Comissão do MERCOSUL. Muito obrigado. E à sua esposa, também, que tão amável tem sido conosco, oferecendo sempre uma recepção, para que pudéssemos trocar, juntos, alguns aspectos importantes da discussão.

Senador Eduardo Azeredo, eu queria cumprimentar V. Exa., quando recebeu o projeto para entrada do MERCOSUL, analisou quais dos membros desta Comissão poderia ser o relator isento e que buscasse, através de pesquisa, de informações, elaborar um relatório, desprendido de qualquer vocação político-partidária [soa a campainha], e o Senador Tasso Jereissati trouxe um relatório brilhante, com todos os aspectos a serem analisados por seus membros.

O Arthur Virgílio, agora, deu seu ponto de vista de embaixador, de diplomata, também fazendo uma análise de comportamento governamental da política externa brasileira. Então, eu queria agradecer V. Exa..

E estava aqui para falar sobre esse artigo que V. Exa. deu a jornalista. Que, hoje, *O Estadão* publica uma matéria muito clara sobre os objetivos do Chávez, que não condizem com a presença da Venezuela no MERCOSUL. Ele vai querer ter um poder imenso sobre o MERCOSUL atual, para comandar suas decisões dentro da América do Sul, e terá um instrumento dele, pelo que diz *O Estadão*. Eu não tenho por que duvidar muito do artigo, se os senhores lerem [soa a campainha] por completo o artigo.

Então, e, aqui, o senhor Embaixador Regis e o nosso prefeito podem analisar as divergências de opinião, não há consenso, ainda, firme para votação, porque não se consegue separar o interesse da entrada da Venezuela, do povo venezuelano, com o comando do Hugo Chávez, em usar toda a sua estrutura político-partidária, inclusive intervindo nos municípios, claramente, como nos informou o prefeito Antonio.

Eu acho que ainda não é, realmente, um consenso e talvez uma discussão mais aprofundada. Acho difícil uma comissão ir voluntariamente lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas para Caracas. Ele só pode convidar para Caracas. Não pode convidar para que se faça uma visita [soa a campainha], inclusive a Hugo Chávez, que, uma vez, fez um desprezo ao Senado brasileiro. Obrigado, Sr. Presidente. Desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, senador. Senador Valdir Raupp e, depois, Senador José Agripino, e aí concluiremos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sr. Prefeito Antonio, Sr. Embaixador Regis, da ALADI, Sras. e Srs. Senadores, serei bastante breve, Sr. Presidente.

Já falou do requerimento, que não deve se votado hoje, só quinta-feira, mas o requerimento que Senador Mozarildo apresenta, que propõe a criação de uma comissão externa para averiguar a situação da Venezuela, no que se refere à democracia, aos direitos humanos, e votar a matéria só depois desta averiguação, eu queria dizer, Sr. Presidente, com todo respeito ao nobre colega Mozarildo, que o requerimento é antirregimental, não há previsão de criação de comissão externa para tal fim, apenas para representar o Senado em eventos específicos [soa a campainha]. Ademais, quando da discussão do voto contrário do relator Senador Tasso,

ficou acordado que, no dia 29, portanto, na próxima quinta-feira, seria apresentado pelo Senador Jucá o voto em separado para ser votado.

E eu concordo, também, com alguns senadores que me antecederam, como o Senador Inácio Arruda, que o regime de governo, o governo Chávez passa, o Chávez vai passar, a República da Venezuela vai ficar. E eu não vejo diferença, já que Brasil reconheceu a China como economia de mercado, que é também espécie de uma ditadura, eu não vejo, acho que o regime... é a democracia popular. Mas o regime do Chávez está mais curto do que a gente possa imaginar. Então, não vejo nenhum problema em o Brasil aceitar, até para atrair também novos parceiros para... O MERCOSUL está muito pequeno, estamos restritos apenas a quatro países, precisamos ampliar, e a Venezuela é uma parceira importante.

Então, repito, [soa a campainha] o regime do governo Chávez vai passar, a Venezuela vai ficar, o PMDB não é a favor do regime do Chávez, mas é favorável à entrada da Venezuela no MERCOSUL. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ouviremos, então, agora, o último orador, o Senador José Agripino. Foram 14 oradores, prefeito, que quiseram, e embaixador, usar a palavra aqui. Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Senador Azeredo, Sr. Prefeito de Caracas, Dr. Antonio Ledezma, Embaixador Regis Arslanian. Prefeito Antonio Ledezma, eu acho que V. Exa., claro, não tem conhecimento ou informação sobre como se processaram, até agora, os ingressos dos diversos parceiros do Brasil no MERCOSUL. Muitos tiveram seu ingresso muito pacífico, sem discussão. O ingresso do seu país, da Venezuela, é, nesse momento, objeto de grandes discussões e de grandes conflitos de opinião, não pelo povo venezuelano, que é extremamente estimado por nós brasileiros, mas pela figura do condutor do país, o Coronel Chávez.

O que é que a mim preocupa? Importarmos dificuldades que nós nosso temos. Nós acabamos de importar uma dificuldade. O Brasil ofereceu asilo ao Presidente Zelaya, na Embaixada brasileira, em Tegucigalpa, e, a partir daí, o Brasil passou a viver constrangimentos diplomáticos desnecessários, indesejáveis e não previstos, ou seja, a política externa do Brasil, em alguns segmentos da América Latina, está possibilitando a importação de dificuldades desnecessárias e indesejáveis. É o que eu temo com relação à Venezuela.

O Presidente do seu país, embaixador, é um homem que tem muito prestígio dentro da Venezuela, suponho eu. Ele tem seguidores e tem contestadores,

ele é amado e não é amado, é odiado, dentro da Venezuela. Essa é uma questão que diz respeito à Venezuela e aos venezuelanos, nós não temos nada que mexer com isso. Mas, à medida que as posições do Presidente Chávez possam importar para o bloco do MERCOSUL dificuldades, aí, sim, nós, congressistas brasileiros, temos que nos mover.

O Brasil é um país pacífico, tem relações diplomáticas cordiais com Israel, com a Jordânia, com a Síria, com o Egito, com o Afeganistão, com o mundo todo. O MERCOSUL é um bloco que convive também pacificamente, muito embora tenhamos dificuldades intestinas, muitas vezes, entre Brasil e Argentina, Brasil e Paraguai, Brasil e Uruguai, nós vamos convivendo e não temos conflitos com parceiros externos, nem com os Estados Unidos, nem com a União Europeia, nem com o Japão, com ninguém.

O que é que eu temo? Recentemente, o Presidente Chávez foi obrigado [soa a campainha] ou a desapropriar ou a comprar ativos das empresas americanas, em função de posicionamentos políticos do governo. O Presidente Chávez tem uma relação com a os Presidentes americanos conflituosa, com alguns dirigentes de países europeus, conflituosa. Aceito no MERCOSUL, evidentemente que posições de S. Exa. vão ter que receber a solidariedade do bloco. Na medida em que haja um conflito com o Presidente Chávez com o Presidente americano, supõe-se que possa haver a solidariedade do MERCOSUL, e aí inclui-se o Brasil a posições isoladas do Presidente Chávez. E aí nós estaremos importando dificuldades que não temos.

A minha pergunta é muito clara e muito objetiva, muito pragmática e é dirigida ao Embaixador Regis. Recentemente, o Presidente Chávez, em nome da Venezuela, rompeu relações diplomáticas com Israel, que é um país com quem nós temos, nós brasileiros, temos relações antigas, antiguíssimas, muito consolidadas, muito sólidas. A própria criação do Estado de Israel está [ininteligível] em Oswaldo Aranha, numa ação pessoal de um brasileiro ilustre. Há uma colônia de israelense do Brasil fortemente investidora. A relação pessoal de brasileiros com judeus, a relação econômica do Estado de Israel com o Brasil é muito sólida.

Como é que o MERCOSUL, que tem tratado bilateral com Israel, como é o que Presidente Chávez vai se comportar, se ingressando no MERCOSUL, em relação ao recente destrato das relações Venezuela e Israel? Será que ele vai aceitar, ele vai desdizer a posição que tomou recentemente e vai nos deixar confortáveis ou vai entrar em rota de coalizão [soa a campainha], prosseguir em rota de coalizão, deixando nós brasileiros mais uma vez em situação de desconforto?

São questões como essas que nos levam a dúvidas com relação ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL, e é a oportunidade que temos de ver esse tipo de dúvida dirimida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Agripino, líder dos Democratas. O Prefeito Antonio Ledezma, para suas considerações finais, em relação a todos os senadores.

SR. ANTONIO LEDEZMA: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Sobre o assunto do isolamento. O isolamento não é conveniente, sob nenhum ponto de vista. O exemplo citado foi o de Cuba. O bloqueio a Cuba serviu apenas para prolongar, por muitos anos, o que inicialmente era circunstancial. E também se falou, aqui, e falo como venezuelano, parodiando as palavras do honroso senador, não vim aqui como oposição, se eu viesse aqui com picardia, poderia dizer: "Aproveem e suportem um personagem dessa natureza".

Se vocês perguntarem sobre o processo eleitoral e de consultas, é necessário respeitar as eleições e como são realizadas as eleições. O Presidente Chávez, por exemplo, já está no poder há 11 anos, e as próximas eleições presidenciais serão no ano de 2012, ou seja, ele estará no poder durante 14 anos. E ele já declarou que a única pessoa apta para governar a Venezuela é ele mesmo. E uma das reformas da Venezuela sobre as Forças Armadas, o Presidente retomou sua atuação militar ativa e, assim, ele comanda as Forças Armadas nacionais, e, assim, o poder civil está submetido ao poderio militar.

Os valores democráticos, se fala de pobreza. A Venezuela, nos últimos anos, investiu 950 bilhões de dólares em relação ao combate à pobreza, mas, ainda assim, há uma crise nos hospitais, há uma crise de apagões, que ocorrem na Venezuela, atualmente, há crises nos hospitais, crises de água, e a última resposta do Presidente, em cadeias de televisão, cadeias de televisão que, diariamente, nos serviços de informação que transmitem discursos de quatro, cinco, até seis horas do Presidente, a solução defendida pelo Presidente é que o problema vem dos ricos, porque os ricos têm piscinas.

Então, em vez de dar água ao povo, a água é represada nas piscinas dos ricos, e a solução dos apagões, proposta pelo Presidente, é fechar os centros comerciais dos ricos. Assim, os ricos dos centros comerciais, dos shoppings, devem comprar geradores elétricos, como os shoppings que nós vemos em Brasília, no Brasil, em São Paulo.

Então, não é um problema de ricos ou de pobres. A pobreza é um problema que deve ser combatido por

políticas públicas eficientes, como se fez, se faz no Brasil e em outros países do mundo. E o Brasil que hoje é a décima economia de mundo. Na Venezuela, acontecem desapropriações.

O Presidente Chávez, ele participou de cúpulas em Margarita, com países representantes da África, da Ásia, e, depois de voltar da Ilha de Margarita, dessa cúpula, ele declarou na televisão que houve um problema de segurança e me atenderam mal.

Ministro, então, faça... Então, determinou que fosse interditado o Hotel Hilton, devido a um problema de segurança. Mas, na verdade, que problema o Hotel Hilton pede representar para a segurança de um país? Não é essa a questão, não é uma questão de interditar um restaurante ou uma loja. Na Venezuela, existem presos políticos. O governo de Maracaibo está exilado do Peru, porque o Presidente Chávez decretou, determinou assim.

Eles têm empresários presos, porque o Presidente da República assim determinou. O Richard Blanco, também, a segunda autoridade de Caracas, também está preso devido a um capricho do Presidente da República.

Na Venezuela, se publicaram também listas para perseguir os dissidentes do governo no país. É um problema ideológico. O Chávez está perdido num labirinto ideológico. Ideologicamente, o Chávez, ele é a favor do Pinochet, no dia seguinte, ele é a favor de Mao Tsé-Tung, no dia seguinte, é a favor da Fidel Castro.

Não é um problema... O Presidente Chávez sempre denuncia o imperialismo americano, mas, na verdade, é um problema de ambição desmedida de poder, um problema de... Assim, alguém pode... É necessário que existam ideologias para se preservar o cenário político, mas o problema não é só a ideologia, mas é um problema de desempenho. Alguém pode se declarar socialista, como faz o Presidente Zapatero, na Espanha. Alguém pode se proclamar de direita, como fazem as autoridades da Alemanha, e alguém pode se proclamar social-democrata, mas, ao lado da ideologia de cada governante, está também o desempenho, como se exercem os cargos. E as democracias dependem fundamentalmente de princípios, precisava haver separação de poderes.

Assim eu concluo, mostrando nada mais que isto: uma fotografia, vocês podem ver inclusive na Internet, algo que aconteceu no início do mês de março. O prefeito da cidade da Caracas impediu que o prefeito entrasse nas portas do Parlamento na Venezuela. Eu fui impedido de entrar, simplesmente porque eu queria levar uma carta, pedindo um direito de palavra, para ser ouvido pelo Parlamento, porque a lei permite. E, quando se pretende fazer alguma reforma das leis que

governam a cidade de Caracas, a autoridade deve ser ouvida, a autoridade em vigor, mas eu fui impedido, pela força, de entrar no parlamento. Esse é um oficial das Forças Armadas da Venezuela, e, quando pedimos ao governo, a resposta do ministro de relações interiores foi que eu teria que pedir por escrito, previamente, uma permissão para circular pela cidade da Caracas. E, a 25 metros da Assembleia Nacional está o meu gabinete, como o prefeito metropolitano de Caracas. Essa é a realidade que nós estamos vivendo em Caracas e na Venezuela.

Os senhores não estão no mercado, querendo comprar problemas para a Venezuela, e eu não venho pedir clemência, mas eu peço dignidade, mas, por necessidade, eu vim pedir, solicitar solidariedade. Eu dou graças a Deus por ter sido ouvido por esta Comissão distinta, porque muitas portas nos foram fechadas. E, quando pedimos que visitem Caracas, é para que conheçam o que nós vivemos.

O que diria o senhor, como senador da República, se, depois de sair de Brasília, do aeroporto de Brasília o Presidente do Congresso brasileiro transmitisse, em sessão ordinária, o seu deslocamento no aeroporto de Brasília. Isso me aconteceu recentemente, quando eu viajei, acompanhado da minha esposa, mediante um convite de Buenos Aires, e fui acusado de estar promovendo conspirações internacionais, e projetaram minha imagem numa tela gigante, na Assembleia Nacional, ou seja, no Congresso da Venezuela, violando os meus direitos fundamentais como ser humano. Isso ocorre na Venezuela, distinto senador. Portanto, eu os convido, convido os senhores a que visitem Caracas.

A Venezuela precisa da sua presença lá, para que escutem todos os sinos, para que possam verificar até que ponto nós estamos dizendo a verdade ou simplesmente agindo por impulso ou se estamos exagerando ou dizendo coisas que não correspondem à realidade sobre esses problemas que nós enfrentamos, problemas que causam tanta angústia que nós enfrentamos.

Assim, eu confirmo o que acabei de dizer. A Venezuela deve entrar no MERCOSUL, mas o governo da Venezuela deve respeitar as regras do jogo. Uma coisa... Na OEA, não se falam de tarifas, nem de códigos alfandegários, a OEA é um fórum político, e até Cuba entrou na OEA, mesmo que em Cuba não exista garantia, garantia de direitos humanos, nem realização de consultas populares, e o caso do MERCOSUL estão em jogo todos os cenários, os comércio, o mercado, mas também a questão dos direitos humanos, o respeito e o resguardo dos direitos humanos, que foi invocado pela República irmã do Brasil.

Então, agradeço a todos vocês, em nome do povo da Venezuela, por me terem ouvido. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, prefeito [palmas]. Embaixador, só responder rapidamente a pergunta do Senador Agripino.

SR. RÉGIS ARSLANIAN: Obrigado, Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite, embaixador. Queria uma brevíssima pergunta. Talvez o senhor saiba, mas também o Prefeito Antonio Ledezma. Por exemplo, a nossa sessão, a visita, a audiência com o Embaixador Régis e com o Prefeito Ledezma será provavelmente bem divulgada hoje pela imprensa, pelos meios de comunicação da Venezuela? Agradeço se puderem responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador, lhe peço, rapidinho, um minuto.

SR. RÉGIS ARSLANIAN: Melhor o prefeito para responder isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Já respondeu que sim.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu não concluí, também, fazendo felicitações de o que prefeito de Caracas pode vir ao Brasil, porque, quando o Chávez tentou o golpe, ficou preso da cadeia, não pode vir, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está bom, então, vamos ouvir, agora, o embaixador, para terminar.

SR. RÉGIS ARSLANIAN: A pergunta do Senador José Agripino sobre Israel. O acordo de livre comércio que nós temos com Israel, o acordo de livre comércio que o MERCOSUL tem com Israel é um acordo internacional, quer dizer, não será com adesão da Venezuela ou com alguma oposição, objeção da Venezuela que deixaremos de ter esse acordo, esse acordo foi muito, um acordo complexo, muito abrangente, em termos de produtos, então, esse acordo é um acordo internacional e continuará sendo.

A Venezuela tem, pelo protocolo de adesão, tem a possibilidade de aderir ao acordo. Então, ele terá que aderir, teria que aderir ao acordo pelo próprio protocolo de adesão, ou seja, ao entrar em vigência o acordo de adesão, ele tem quatro anos para aderir, para negociar com cada um dos nossos interlocutores, no caso da Índia, por exemplo, se amanhã a gente fechar um acordo com a União Europeia e também com Israel. Poderá também optar por aderir ao acordo, o próprio acordo diz, no art. 7º, e é claro ao dizer isso, após decisão de aderir a este acordo, qualquer Estado que se

torne parte do MERCOSUL, após a data de assinatura deste acordo, já foi assinado, depositará os instrumentos de adesão ante o depositário, portanto, a decisão será da Venezuela de aderir ou não, no momento de ter seu protocolo de adesão vigente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): É possível um Estado membro no MERCOSUL não ter aderido aos acordos bilaterais do bloco com países ou com outros blocos? É possível a adesão? Ao que me consta, não.

SR. RÉGIS ARSLANIAN: No caso, não é um... É um acordo já assinado, um acordo já concluído, que os países membros se obrigariam a se curvar a esses acordos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E os próximos? Os que virão pela frente?

SR. RÉGIS ARSLANIAN: Os próximos, os acordos que vêm pela frente, eles terão que negociar junto conosco. São Novos acordos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com poder de veto?

SR. RÉGIS ARSLANIAN: Exatamente. Como?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com poder de veto?

SR. RÉGIS ARSLANIAN: Não, é como V. Exa. disse, quer dizer, por consenso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Há direito de veto. Por exemplo, a Romênia não pode vetar sozinha nada?

SR. RÉGIS ARSLANIAN: Não, porque, como V. Exa. disse, aí é o poder, é o peso de votação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Prefeito, me permita só... Sr. Prefeito, Sr. Prefeito, por favor. O Senador Suplicy fez uma pergunta ao senhor. Ele perguntou se esse nosso debate, aqui, esse debate protagonizado pelo senhor, pelo Embaixador Regis e pelos senadores brasileiros desta Comissão, se esse debate alcançará repercussão forte na imprensa venezuelana. E aí eu faço um adendo, qual o nível de isenção da imprensa venezuelana, hoje, para dar a notícia pura e simplesmente, enfim. Primeiro, vai haver repercussão? Segundo, qual o nível de isenção da imprensa hoje? Em que nível que ela funciona, do ponto de vista da sua liberdade de informar, de contraditar, de contrariar o poder vigente?

SR. ANTONIO LEDEZMA: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Isso já é notícia na Venezuela, porque eles estão muito atentos a isso, desta sessão e de outras. A imprensa da Venezuela acompanha de perto o tema do MERCOSUL. Então, há um debate que vale a pena escutar e um debate de muita repercussão, com os diferentes pontos de vista, que são muito pro-

lixos, na verdade, algo muito próprio de um povo que é muito politizado, no melhor sentido da palavra.

E os meios de comunicação estão muito atentos sobre minha meta de vir aqui, expor aqui e também do que nós ouvimos aqui nesta reunião, ou seja, há uma vontade a favor da Venezuela, o reconhecimento do que significa a Venezuela e, também, uma preocupação pelos fatos políticos que estão correndo no meu país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, eu quero agradecer a todos os Srs. Senadores, agradecer ao Prefeito Antonio Ledezma, agradecer ao Embaixador Regis Arslanian. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 17h39.

ATA DA 47ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e nove de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Paulo Duque, Efraim Moraes, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Flávio Torres, Renato Casagrande, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Mozarildo Cavalcanti**. Registra-se a presença dos Senadores **José Nery e Sérgio Guerra**. Justifica a ausência o Senador **Augusto Botelho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, comunica o recebimento de correspondência do Prefeito de Caracas, Senhor Antonio Ledezma, expressando agradecimentos por sua participação na Audiência Pública na Comissão e formalizando convite para que delegação da Casa possa verificar *in loco* aspectos sobre a democracia na Venezuela. O Presidente apresenta, como item **Extrapauta**, o Requerimento nº 93, de 2009-CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “*nos termos dos artigos 39, inciso I e 40, inciso*

II, do Regimento Interno do Senado Federal, [requer] autorização para que delegação de Senadores desta Casa realize viagem oficial à Venezuela, em data a ser definida oportunamente, atendendo a convite do Senhor Antonio Ledezma, Prefeito da Cidade de Caracas, formulado por meio de correspondência enviada a esta Comissão no dia 28 de outubro do corrente. Diante da importância e da relevância da missão a ser cumprida pelos representantes desta Casa, [requer] autorização para a realização da viagem e as necessárias providências para o pagamento de diárias e passagens aéreas em favor dos Senadores designados para compor tal delegação". Fazem uso da palavra os Senadores **Romero Jucá, Mozarildo Cavalcanti e Tasso Jereissati**. O Presidente concede a palavra ao Senador João Tenório, Relator no Requerimento nº 93, de 2009-CRE, para fazer a leitura do seu relatório. Fazem uso da palavra os Senadores **Romero Jucá, Eduardo Suplicy, Efraim Moraes, Mozarildo Cavalcanti, João Pedro, Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Tasso Jereissati, Pedro Simon, José Agripino, Geraldo Mesquita Júnior**. O Presidente submete o referido requerimento à votação. Rejeitado. O Presidente inicia a apreciação da pauta ordinária da reunião pela sua segunda parte. **Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela"*. O Senador **Romero Jucá** faz uso da palavra para apresentar voto em separado referente à matéria. O Senador **Mozarildo Cavalcanti** também apresenta voto em separado. Fazem uso da palavra os Senadores **Tasso Jereissati, José Agripino, Eduardo Suplicy e Pedro Simon**. O Senador **Geraldo Mesquita Júnior** assume a Presidência. Faz uso da palavra o Senador **Francisco Dornelles**. O Senador **Eduardo Azeredo** reassume a Presidência. Fazem uso da palavra os Senadores **João Pedro, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Antonio Carlos Valadares, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Wellington Salgado de Oliveira, Arthur Virgílio, Rosalba Ciarlini, João Ribeiro, Inácio Arruda, Flávio Torres, José Nery e Sérgio Guerra**. O Presidente submete o relatório do Senador **Tasso Jereissati** à votação. Rejeitado. Em seguida, o Presidente submete o voto em separado do Senador **Romero Jucá** à votação. Aprovado. Demais itens constantes da pauta ordinária: **1ª parte:** Votação de indicação de membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para compor a Comissão Mista de Controle

das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), na forma do art. 7º, inciso III, alínea "f" do Regimento Provisório daquela Comissão. Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às quatorze horas e vinte e três minutos, lavrando, eu, **Alexandre Bastos de Melo**, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 44 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada a Ata [soa a campainha]. Peço silêncio [soa a campainha].

Só posso dar início agora, porque eu estava na Comissão de Assuntos Sociais, acabamos de aprovar o projeto que trata da certificação de filantropia na Comissão. Então, eu quero convidar o Senador **Geraldo Mesquita**, Vice-Presidente da Comissão, que fique aqui na Mesa, para que o Senador **Suplicy** possa ocupar seu lugar [risos].

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Vai está faltando vários lugares, está muito concorrido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero convidar, então, o Senador **Suplicy** e o Senador **Geraldo Mesquita**, os dois, para sentar aqui.

Antes de dar início à pauta, eu informo aos membros da Comissão o recebimento de correspondência do Prefeito de Caracas, Sr. **Antonio Ledezma**, que esteve aqui na última terça-feira, na qual ele expressa os agradecimentos por sua participação na Audiência Pública e formaliza convite para que a delegação desta Casa possa verificar *in loco* os aspectos que o Sr. Prefeito teve oportunidade de relatar nesta Comissão sobre a democracia na Venezuela, em particular, a relação dos presos e perseguidos políticos, a liberdade de expressão, a situação dos Direitos Humanos e de governos locais e regionais conduzidos por opositores ao partido do Presidente da República.

O Prefeito ressalta que, tal como se manifestou pessoalmente, a sociedade venezuelana valorizaria amplamente a visita à Venezuela de uma representação do Senado Brasileiro.

Passamos, agora, à apreciação da pauta. Na primeira parte, nós vamos... Está suspensa essa primeira colocação, aqui, da indicação de membros da Comissão de Relações Exteriores para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, porque há uma discrepância em relação... Foi alterado o regimento da Comissão, mas ainda não o da ABIN. Portanto, não há como, legalmente, fazermos essa indicação, que seria por votação secreta, o que está se objetivando é que a Comissão, para melhor funcionamento, além de ter os seis membros atuais, que ela possa ter outros seis membros. E, hoje, os seis membros são os líderes da maioria e minoria na Câmara e no Senado e o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado. Nós estamos ampliando para outros seis membros, que seriam indicados pela própria Comissão, mas surgiu ontem uma dúvida jurídica, e, portanto, nós vamos ter que adiar essa definição.

O nome do Senador Romeu Tuma é o nome que está sendo indicado pelos seus... pela sua experiência, que pudesse também participar junto comigo, representando essa Comissão. Nós temos, então, aqui, já a questão do requerimento... Cadê o requerimento? O requerimento do Mozarildo. Ficou pendente da última reunião o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, propondo a ida da Comissão de membros--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu queria saber qual é o teor do requerimento: se é apenas uma visita à Venezuela ou se tem algum condicionante com a votação do relatório e também da matéria no Plenário. Porque, se for uma visita à Venezuela, da Comissão, em qualquer momento, nós não temos nada a obstar. Agora, se for uma Comissão para segurar a votação ou, efetivamente, ir discutir... Quer dizer, como eu li pela imprensa, para perguntar ao Presidente Chávez se ele vai cumprir ou não vai cumprir o que está escrito, eu gostaria de discutir o requerimento. Então, como eu não conheço o teor do requerimento, eu gostaria que V. Exa. dissesse qual...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu vou ler o requerimento. Agora, quero lembrar, Senador Romero Jucá, que nós cumprimos. Estava agendado para fazer 29, a reunião está sendo realizada dia 29, e nós vamos votar aqui hoje.

Agora, o requerimento, ele não impossibilita essa votação.

Então, o requerimento. "Nos termos do art. 39, inciso I e 40... Inciso I, e 40, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização para que a delegação de senadores desta Casa realizem viagem oficial à Venezuela, em data a ser definida oportunamente, atendendo a convite do Sr. Antonio Ledezma, prefeito da cidade de Caracas, formulado por meio de correspondência enviada a esta Comissão, no dia 28 de outubro do corrente. Diante da importância e da relevância da missão a ser cumprida pelos representantes da Casa, requeiro autorização para a realização da viagem e as necessárias providências para pagar as despesas que serão incorridas." Assinado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pela ordem, só. Eu queria fazer uma questão--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Portanto, não há nenhuma menção à restrição de votação, seja aqui ou em Plenário.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu gostaria só de perguntar se essa não seria atribuição do Plenário ou seria da própria Comissão, não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, pelo art. 40, todas as viagens internacionais, inclusive de qualquer membro de qualquer Comissão, têm sido aprovadas por esta Comissão.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Como ficou bem claro na redação e na leitura do requerimento, não está condicionando nem a votação aqui na Comissão de Relações Exteriores e nem no Plenário, embora até haja um entendimento de que essa viagem pudesse ser feita entre a votação aqui na Comissão de Relações Exteriores e a votação em Plenário.

Não vejo por que se uma semana de alteração complicasse nada. Até porque, se vamos aprovar hoje, aqui, como está claro que vamos aprovar, pelo menos é o levantamento que se tem, eu mesmo vou votar a favor. Com ressalvas, tem um voto em separado, votando a favor com ressalvas. Agora, acho que, não só pelo convite feito, mas até para completar o debate sério que fizemos nesta Comissão, ouvindo todos os lados, não vejo nenhum problema. Falei até hoje com o assessor político da Embaixada da Venezuela de que seria até oportuno e até simpático que o próprio

Presidente Chávez aproveitasse a estada do Presidente Lula lá e também fizesse o convite para que a Comissão fosse lá. Com isso, nós teríamos qualquer reserva que, porventura, existente, poderia ficar bastante minimizada.

Então, não vejo nenhum obstáculo se aprovar uma ida de membros da Comissão de Relações Exteriores até lá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, volto a discutir o seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Romero.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Uma coisa é uma comissão de senadores visitar a Venezuela para discutir sobre o ingresso da Venezuela no MERCOSUL; outra coisa é uma Comissão de senadores ir à Venezuela para verificar se há preso político, enfim, fazer uma atividade que, efetivamente, terá uma mídia claramente política, interna, e, portanto, nós estaremos nos envolvendo diretamente na disputa.

Então, eu gostaria de registrar aqui que nós vamos tentar pautar essa votação no Plenário, na próxima semana, a pauta está liberada, é um acordo importante, então, trabalharemos para votar na próxima semana essa matéria e, portanto, nós encaminharemos contrário ao requerimento, exatamente porque... Não pela intenção. Eu acho que é importante que se vá, mas a leitura política que pode se dar a essa Comissão, indo à Venezuela desta forma, a convite da oposição e com esses pressupostos de presos políticos, se há liberdade, o que a imprensa noticiou, de se cobrar se o Presidente Chávez vai cumprir ou não vai cumprir a palavra.

Eu acho que nós temos que nos colocar do lado dos venezuelanos. Eu sei qual seria... Eu sei qual seria a reação do Senado brasileiro se senadores americanos ou franceses dissessem lá: "Não, vamos ao Brasil para ver se o Brasil vai cumprir o acordo, vai cumprir a palavra". Quer dizer, eu acho que essa não é a nossa posição. A nossa posição é fazer uma avaliação técnica, política, eu tenho um voto em separado, aqui, contestando com muito respeito o relatório do Senador Tasso Jereissati, que foi feito com serenidade, com equilíbrio, um trabalho técnico, de profundidade, nos deu trabalho contestar as colocações do Senador Tasso Jereissati. Então, eu acho que essa discussão deve se pautar não pela criação de fatos políticos exógenos em outro país, mas deve se pautar, sobretudo, pelo equilíbrio e pela decisão interna do Brasil. Essa é uma discussão que nós estamos dizendo. Para o Brasil é bom ou não é bom a entrada da Venezuela no MERCOSUL? Nós não estamos discutindo política interna da Venezuela.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Tasso Jereissati pede a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu gostaria de lembrar alguns aspectos importantes. Eu não considero irrelevante que nós deixemos de ver o que está acontecendo na Venezuela, hoje, até porque estou vendo aqui, o próprio prefeito de Caracas, que fez um depoimento impressionante aqui, sendo muito citado, quando ele, em determinado momento, fala ser favorável, com ressalvas concretas, mas ser favorável. Ele é citado em todas as entrevistas e todas as colocações e, pelo que eu li, no próprio relatório do nosso líder do Governo, Senador Romero Jucá. Sempre é citado o prefeito e essa sua frase.

O que se... metade do que o prefeito disse for verdade, seria uma violação clara de toda a tradição da política externa brasileira e uma violação importante dos acordos de Assunção e o Acordo de Ushuaia, que fazem parte integrante, essencial do MERCOSUL. Isso é muito importante.

E eu queria dizer, lembrar o Senador Romero Jucá, ele, talvez, por ser muito novo não lembre, mas, aqui, na época da ditadura militar, era comum nós recebermos comissões de Direitos Humanos, Senador Pedro Simon. Senador Pedro Simon, eu queria apenas lembrar, porque o Senador Romero Jucá é muito jovem, não lembra da época da ditadura militar, que era comum nós recebermos, aqui, comissões de outros países, inclusive parlamentares, que vinham estudar as condições de Direitos Humanos, da democracia brasileira. Isso era feito com alguma constância. O Senador Suplicy com certeza também se lembra disso, já que é um pouquinho mais velho que o Senador Romero Jucá. E que era muito bem recebido por nós, que fazíamos oposições no país. Nós aclamávamos isso como importantíssimo para os nossos Direitos Humanos, que a comunidade internacional estivesse acompanhando isso de uma maneira clara, de uma maneira ostensiva, porque só tinha a beneficiar nós brasileiros.

Então, eu acho importante que aqueles fatos que foram aqui relatados pelo prefeito de Caracas, e que foi tão citado já aqui, sejam verificados. Ele fala em prisão de políticos, prisão de jornalistas, atentado a jornais, atentado a televisões, fala em perseguição a judeus, fala em uma série de outras coisas que, sem dúvida nenhuma, nenhum de nós acha que isso pode fazer parte como componente da unidade, que também é política, do MERCOSUL.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, quero dizer que o relatório

que inclusive foi deixado pelo Prefeito Ledezma está à disposição de todos na secretaria aqui da Comissão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem. Só, no momento oportuno, gostaria de... Eu fiz um voto em separado, gostaria de apresentar meu voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, nós vamos chegar nele. Agora, vamos concluir, então, a votação do requerimento, primeiro, e, dentro dessas normas que nós temos colocado do art. 39 e 40, há necessidade de um relator para o requerimento. Então, eu designo relator Senador João Tenório, a quem concedo a palavra, para que possa relatar este requerimento do Senador Mozarildo.

A inscrição está aberta, inclusive, para as discussões posteriores.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob o Regimento nº. 93/09, CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer, nos termos do art. 39, inciso I, e 40, inciso II do Regimento Interno, a necessária autorização da Presidência do Senado Federal para que a delegação de senadores desta Casa realize visita oficial à Venezuela.

Relatório. Esta Comissão é chamada a pronunciar sobre o Requerimento nº. 93/09, da Comissão de Relações Exteriores, requerendo a necessária autorização para que uma delegação, composta por cinco senadores desta Casa, realize viagem oficial à Venezuela, em data a ser definida oportunamente, atendendo o convite do Sr. Antonio Ledezma, prefeito da cidade de Caracas, formulado por meio de correspondência enviada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 28 de outubro do corrente.

O art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal prevê que a ausência do senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão do país ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado, estabelecendo, ainda, em seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a Comissão que tiver maior pertinência.

O autor do requerimento informa, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que a data da viagem será definida oportunamente e solicita as necessárias providências para o pagamento de diárias e passagem aérea em favor dos senadores designados para compor tal delegação.

O voto. Diante do exposto, meu voto é pela aprovação dessa solicitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu encaminho pelos motivos que já defendi, encaminho contrário ao requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador João Pedro? Nós vamos colocar, somente se mais ninguém quiser discutir--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, eu gostaria, muito brevemente, de dizer--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --que sou favorável a que uma comissão de senadores possa visitar a Venezuela, inclusive a convite do Prefeito Antonio Ledezma, mas sem qualquer condicionalidade à votação. Portanto, poderíamos fazer isso num momento oportuno e quem sabe em novembro ainda. Então, sou favorável, mas sem condicionalidade--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Aí, depois de decidido, aí passa a ser turismo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, ao contrário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, é que eles querem condicionar depois.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Primeiro, o Senador João Pedro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Perdão, é porque o Senador Efraim mencionou que depois seria uma viagem de turismo. Quero aqui ressaltar que eu tenho a convicção de que uma visita de senadores, inclusive para conversar com o Presidente--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não, mas pode ser entendido como disse Romero.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Para conversar com os parlamentares, com o prefeito, com a oposição, com o Presidente Hugo Chávez e transmitir a importância de ele bem cumprir todos... Tudo aquilo que está sendo assinado neste acordo, isso é fundamental. Posteriormente, portanto--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Suplicy...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma visita oficial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em razão ao convite, também.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. Nesse sentido.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Permite um aparte?

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Senador João Pedro pediu a palavra primeiro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Estou inscrito, Presidente?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Quero só esclarecer ao Senador Suplicy, se bem prestou atenção na região do requerimento, eu não falo se vai ser nessa data, se está condicionado à votação. Essa questão é uma questão para discutir, que vai ser agora, vai ser... Porque o mais importante, o mais importante para o Governo, para o líder do Governo, eu agora entendi o porquê da urgência de votar hoje. Porque o Presidente Lula está indo hoje para a Venezuela. Está lá na Venezuela hoje e amanhã. Então, nós vamos votar hoje, aqui na Comissão de Relações Exteriores. Qual é... Votar... Ou pelo menos está na pauta.

Agora, nós não podemos sequer aprovar um requerimento para ir à Venezuela porque... E, no requerimento, não está dito que data é, é para decidir, a Comissão pode decidir. Vai ser antes da votação em Plenário, vai ser depois da votação em Plenário. Eu entendo que, se nós votarmos hoje, aqui, e, pelo que os jornais dizem, o Governo já tem maioria para votar, eu mesmo, que não sou do Governo, não sou da base do Governo, embora meu partido seja, eu vou votar a favor, com condicionantes.

Por quê? O Senador Jucá, que é o líder do Governo, não quer mais do que eu o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, não. Quer diferente de mim. Ele quer uma entrada diferente do que eu quero. Eu quero uma entrada, respeitando certas condições que estão no relatório do Senador Tasso Jereissati.

Então, o meu requerimento não tem a intenção, Senador Suplicy, de procrastinar a votação nem aqui e nem no Plenário. Agora, acho que é pertinente, sim, porque, como V. Exa. disse, ir lá e ouvir não só a oposição, não. Eu acho que nós devíamos também conversar com o Presidente Chávez, com todo mundo. Acho que é altamente pertinente, e repito: ninguém aqui quer mais a entrada da Venezuela no MERCOSUL do que eu. Só que eu não quero a qualquer custo e de qualquer forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador João Pedro, que tinha pedido a palavra, depois, Senador Antônio Carlos e Senador Flexa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita. É fato que, na redação do requerimento, não há esse condicionante. O Senador Mozarildo esclarece e... Só para...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O que eu quero levantar é o seguinte: uma coisa é uma Comissão do Senado brasileiro ir a convite da oposição para verificar denúncias da oposição. Isso é uma inserção numa disputa interna, política de um país. A outra coisa, o que nós vamos... Outra coisa que nós podemos providenciar é um convite conjunto, é um convite conjunto do governo venezuelano e da prefeitura para se falar com todos... Entendeu? É diferente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Romero, não é uma democracia, Romero? Se é uma democracia, qual é o problema? A oposição existe.

[falas sobrepostas]

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nós vamos estar tomando partido de determinado segmento da oposição. Essa não é uma questão interna nossa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Se é uma democracia, a oposição é legítima. Pode convidar uma comissão de senadores. Essa é a democracia em que a oposição não pode convidar--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não é papel nosso. Deles é, nosso é que não é.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Parece-me que quem tem razão, mesmo, é Chávez, quando chama o nosso Senado de papagaio do Congresso americano, parece que--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos ouvir o Senador João Pedro, primeiro. Senador João Pedro, com a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, eu pedi para discutir e me dirigi a V. Exa., que está presidindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeito. Então, vamos colocar a ordem nos trabalhos [risos].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): E quem encaminha a palavra é V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está com a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Primeiro, eu quero dizer, Sr. Presidente, [soa a campainha] que eu vou acompanhar o voto do líder do Governo, Senador Romero Jucá. E quero dialogar com o Senador Tasso Jereissati, que é líder da oposição, aqui no Senado, uma pessoa importante da oposição no Brasil. Dialogar no sentido dos argumentos.

No Brasil, de fato, as prisões políticas foram decorrentes do Golpe Militar de 64. O golpe existiu. Não é o caso da Venezuela, Sr. Presidente, Srs. Senadores. O Presidente Hugo Chávez, presidente eleito pelo voto, eleito, ele tem mandato, nós podemos ter divergência,

mas nós temos que ter toda uma relação respeitosa, do ponto de vista da relação de Estado com o Estado da Venezuela. Também destacar que nós não estamos discutindo, aqui, uma relação bilateral. Não é Brasil e Venezuela, é o MERCOSUL. É multilateral. É um bloco econômico, fundamentalmente. Tem condicionantes? Tem. E é importante nós observarmos. Mas ir à Venezuela, no debate da aprovação do MERCOSUL, a convite do prefeito, para visitar as prisões, não ajuda. Não ajuda. Não ajuda.

Então, nós precisamos ter muito cuidado, porque nós estamos votando, aqui, são interesses do MERCOSUL e tratando e zelando da liderança do Brasil, da liderança importante na América Latina do Brasil no MERCOSUL.

Então, eu voto contrário ao requerimento e não abro mão de uma visita do Senado para visitarmos, e a gente pode pautar não só a questão das prisões, mas outras questões de interesse do Estado brasileiro na Venezuela. Aí tem acordo, e nós podemos tratar com tranquilidade a visita dos senadores lá na Venezuela. Mas não no debate, não na hora em que nós estamos discutindo uma política de Estado multilateral, de interesse não do Brasil, mas de interesse do MERCOSUL, onde o Brasil faz parte. Muito obrigado [soa a campainha].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu quero crer que a intenção do Senador Mozarildo Cavalcanti, ao apresentar este requerimento, é uma atitude de boa-fé. Não acredito, de forma nenhuma, que o objetivo do Senador Mozarildo Cavalcanti seja criar dificuldades ao ingresso da Venezuela no bloco econômico do MERCOSUL. Quero crer que, com a aprovação, pelo Senado Federal, da participação da Venezuela no MERCOSUL, estão criadas todas as condições para que o Brasil, como integrante deste bloco econômico, não só o Brasil como os demais possam, até por resoluções já aprovadas pelo MERCOSUL, terem o direito de visitarem a Venezuela para conhecer *in loco* as providências desse país com relação às exigências para a participação no bloco.

Eu acho que é da maior importância essa visita, proposta pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, mas depois da aprovação da matéria, porque, afinal de contas, há uma relação bilateral respeitosa entre o Brasil e a Venezuela.

Suponhamos que, por exemplo, no caso da acusação dos Estados Unidos com relação ao *dumping* que o Brasil estaria praticando ao colocar no mercado externo a laranja mais barato, aí vem uma comissão de deputados, de senadores para o Brasil fiscalizar o Brasil para saber o motivo por que o Brasil estaria praticando um *dumping*. Quer dizer, é uma interferên-

cia indevida de um país, de um país estrangeiro nas condições internas do Brasil, de modo que eu sou favorável ao requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti e que ele seja aprovado, realmente, depois que nós decidirmos a respeito do ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eduardo Azeredo, eu acredito que o Senador Mozarildo tem todo o conhecimento de causa, toda a razão de propor, através desse requerimento, uma ida de senadores à Venezuela. Não interessa se o convite veio da oposição ou veio do Governo. Acho que a ida dos senadores, e, principalmente, Eduardo Azeredo, daqueles senadores que estão aqui defendendo, agora, a entrada da Venezuela no MERCOSUL, esses é que devem ir até lá, para que eles possam realmente tomar conhecimento.

Talvez, Senador João Pedro, o Senador Jucá não queiram que se faça essa viagem porque temem que aqueles que lá forem e que hoje têm uma posição favorável à entrada do MERCOSUL mudem de opinião, depois de conhecerem a realidade daquele país.

Talvez, Senador Mozarildo, seja essa a grande preocupação do Senador Jucá. É impressionante a capacidade midiática do Presidente Lula. Hoje, quando nós estamos votando, aqui, na Comissão de Relações Exteriores o parecer do Senador Tasso Jereissati, contrário à entrada no MERCOSUL e bastante aprofundado, o Presidente Lula está visitando a Venezuela. Amanhã, amanhã ou hoje... Vai hoje...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Lula tinha marcado anteriormente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Isso é um desrespeito para com o Senado Federal. É um desrespeito. Desrespeito, Senador Suplicy. Porque ele vai querer, com sua presença lá, afrontar os senadores aqui. Afrontar os senadores. Afrontar.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Permita, Senador Flexa Ribeiro, essa viagem estava marcada há tempos, e V. Exa. concordou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não lhe concedi aparte! Eu não lhe concedi aparte.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Está bom.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não lhe concedi aparte. Então, eu lhe ouvi, V. Exa. ouça.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Estou ouvindo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero dizer o seguinte: o que o Presidente Hugo Chá-

vez quer é dobrar o Senado brasileiro, fazendo com que a entrada da Venezuela seja feita da forma autoritária e ditatorial que ele tem como ação naquele país, lamentavelmente, porque, se ele quisesse, Senador Mozarildo, se ele quisesse entrar, que a Venezuela viesse fazer parte do MERCOSUL, como vieram os outros países, ele viria pela forma correta, atendendo às condições necessárias para isso. E ele não o faz, ele não o fez e não o fará.

No momento em que ele estiver pela... Eu diria, e lamento, pelo voto do rolo compressor da base do Governo ter a sua adesão autorizada pelo Senado, nós vamos, sim, não contra a Venezuela, é justo, e eu faria a mesma coisa se fosse prefeito de Caracas, vir aqui defender a entrada da Venezuela no MERCOSUL. É lógico. Ele está querendo que a Venezuela... O problema da entrada da Venezuela no MERCOSUL não é para a Venezuela, é para o Brasil. Este é o ponto.

Então, eu defendo o requerimento do Senador Mozarildo, acho, Senador Eduardo Azeredo, que nós teríamos que ir lá, principalmente os senadores de oposição à entrada, os senadores que concordam, melhor dizendo, com a entrada da Venezuela, porque eu tenho certeza absoluta, Senador Efraim, que eles voltariam de lá modificando seu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós temos mais dois inscritos para discutir o requerimento--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, só para dar uma informação.

Senador Casagrande e Senador Tasso. Para depois passarmos à matéria em si--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, só para dar uma informação e não ficar a ideia do que disse o Senador Flexa. De três em três meses, o Governo brasileiro e o Governo venezuelano têm uma reunião bilateral. Uma reunião é num país, na Venezuela, e outra no país Brasil. Essa reunião foi marcada na Venezuela há algum tempo, já. Fomos nós que marcamos o dia 29 para fazer essa reunião. A agenda do Presidente Lula não foi ajustada à reunião daqui.

Então, gostaria de só fazer justiça, dizer que essa reunião corriqueira, que ocorre de três em três meses, e a próxima reunião, no início do ano, será em Boa Vista, quando nós deveremos assinar uma série de atos conjuntos, Brasil e Venezuela.

[falas sobrepostas]

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Permite, Senador Romero, porque o Senador Flexa Ribeiro, como membro da Comissão, deve ter participado do voto consensual para que marcássemos hoje, dia 29.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Supply, Senador Romero, eu queria só--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Era isso que eu queria dizer a ele, ele preferiu não ouvir-me, com falta de respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só uma informação, o Brasil tem também esse sistema de reuniões trimestrais com a Argentina, que é nosso maior parceiro?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não. Há um acordo bilateral entre Brasil e Venezuela, exatamente preparando para a entrada no MERCOSUL--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o Paraguai e Uruguai, que são do MERCOSUL também?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Já tem. Já é o grupo do MERCOSUL. Aí já é a reunião...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pelo amor de Deus! É a reunião do MERCOSUL.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a Argentina o Brasil reúne, o Presidente Lula reúne--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Já é a reunião do MERCOSUL, claro, já é a reunião do MERCOSUL.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Reúne sistematicamente, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): A Venezuela não faz parte ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Casagrande.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Azeredo, me permita 30 segundos.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos seguir a ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Casagrande, 30 segundos. Eu fui alertado pelo Senador Wellington Salgado que eu tenho--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas, então, em 30 segundos mesmo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Trinta segundos. Tem que conceder os apartes ao Senador Supply, quando ele solicitar, ou mesmo me interromper a qualquer um de nós, porque ele é o super-homem do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo [interrupção no áudio] bastante clara a minha posição com relação ao requerimento. Eu, pessoalmente, tenho vontade de conhecer a realidade política da Venezuela. Não conheço a Venezuela, tenho vontade de conhecer. Acho que é importante que nós possamos conhecer. Mas eu concordo que uma ida de uma Comissão, neste momento, à Venezuela é uma intromissão na política interna da Venezuela. E nós já estamos com problemas em alguns outros países da América Latina, sem resolvermos os problemas...

Então, a minha votação... Seria bom não votarmos o requerimento. Fosse sobrestado o requerimento. Seria bom que não votássemos o requerimento, porque votar para não irmos não é bom, mas votarmos neste momento é pior. Está certo? Seria o ideal que nós não votássemos o requerimento, sobrestar o requerimento. Mas, de qualquer maneira, se, neste momento, de fato, uma ida nesta fase, uma aprovação pareceria uma intromissão.

O MERCOSUL tem uma Comissão de Direitos Humanos que poderá ser acionada para poder fazer a averiguação, investigação e inspeção, visitas à Venezuela. Eu tenho questionamentos com relação à forma como o Governo Chávez conduz a sua política interna, mas eu acho que a votação neste momento do requerimento poderia, de fato, caracterizar uma intromissão. Essa é a minha posição, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria apenas de colocar um pouco de coerência nas discussões, entre nós que estamos avaliando a questão da Venezuela de uma maneira crítica e a posição do Governo. O mínimo de coerência no raciocínio.

As palavras do prefeito valem ou não valem? Então, se as palavras do prefeito não têm credibilidade, é bom não citar as palavras do prefeito. Alguns outros pontos que eu vi, mas um, agora, já para começar, é que nós estamos falando, aqui, de que a visita nossa, nesse momento, seria ingerência na política interna, nós tomaríamos partido entre oposição e Governo, e isso é um absurdo. E, ao mesmo tempo, não vi aqui ninguém ficar espantado quando o Presidente da Venezuela, Chávez, disse que a candidata dele era a Dilma aqui no Brasil e que declarou voto para a Dilma. Ninguém achou isso uma intromissão, que estava tomando partido de um lado ou de outro.

Vamos ter o mínimo de coerência nessa discussão, e que os argumentos tenham uma linha. Mas, se a gente ficar chutando de lá para cá, ela fica completamente irracional, e a gente não vai discutir para chegar

a uma conclusão boa para o país. A gente vai discutir para ganhar por ganhar, na marra, atropelando ou em cima de uma maioria que nós sabemos que existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon. Senador Pedro Simon, com a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon desiste da palavra. Senador Inácio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É rapidamente. Eu tenho, assim, uma opinião de que nós fizemos um grande trabalho na Comissão, conduzido por V. Exa. e pelo relator, de ouvir um conjunto grande da sociedade brasileira, inclusive da oposição venezuelana, que foi quem se manifestou nesta Comissão.

O que está marcado para hoje é a votação do relatório, do parecer. Eu apelo, aqui, ao nosso colega que eu acho que ele está imbuído das melhores das intenções e que a gente possa sobrestar o requerimento para a votação posterior. E vamos diretamente à questão central que nós organizamos, marcamos de comum acordo, estava aqui neste lugar que estou falando o Senador Demóstenes Torres, quando nós marcamos o dia 22, e ele pediu que colocasse na semana seguinte, porque ele estaria viajando e gostaria de participar. Por isso que chegou o dia 29. Não teve nenhuma outra intenção de nenhum Senador.

Então, considerando a boa vontade de todos os lados, eu proporia que a gente sobrestasse o requerimento, nos termos que solicitou aqui o nosso colega Casagrande, e passemos direto à discussão da matéria, que é a votação do relatório.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não, mas, antes do Senador Mozarildo, eu até iria--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Efraim, primeiro.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): --se V. Exa. me permitir, eu concordo com o Senador Inácio. Agora, nós vamos sobrestar o requerimento e, no intervalo da votação no Plenário, nós faremos a visita. E votamos direto a matéria, no acordo, aprovaremos a matéria. E faremos, no intervalo, essa visita. É uma proposta. Se nós queremos... Com diplomacia... Vamos resolver com diplomacia. Se nós não queremos fazer entre Governo e oposição, da forma que tomou partido já Hugo Chávez, como foi dito aí pelo Senador Tasso, já escolhendo o candidato dele... Quer dizer, interferir--

do na nossa política, então, vamos, diplomaticamente, diplomaticamente, já que se trata de relações exteriores, vamos sobrestar, votar com o Senador Inácio, e, no intervalo, também não dá para matar, não.

Para que se tenha uma ideia, a próxima reunião do MERCOSUL, a próxima reunião do MERCOSUL, do qual eu sou parlamentar e V. Exa. também, Senador Inácio também, Senador Tuma, que está aqui, Senador Geraldo, que se encontra aqui, só vai ocorrer no final do mês de novembro. Então, dá tempo suficiente de se fazer a viagem, de se votar... Eu acho...

Senador Pedro Simon, desculpe, que não estava vendo, que é membro também do Parlamento, eu não vejo nenhum... absurdo nenhum uma Comissão que terá a maioria do Governo, porque é o que acontece, Senador Mozarildo, V. Exa. estará, evidentemente, presente, e nós fazemos e votaremos a matéria.

Se nos convenceremos lá, votaremos por unanimidade. Eu acho que é uma proposta bastante saudável. Agora, se quer ir para o rolo compressor, aí é diferente. Aí não tem diplomacia, relações exteriores não existem e, lamentavelmente, vai ficar muito ruim para os nossos diplomatas justificarem uma verdadeira guerra entre os parlamentares brasileiros, porque foi impedido, os próprios parlamentares se negaram a formar uma Comissão para visitar o Estado, num verdadeiro atendimento ao que deseja o nosso Hugo Chávez, já começa a mandar aqui dentro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo deseja falar. Senador Pedro Simon ainda quer usar a palavra. Vamos deixar o Mozarildo para o fim, então.

Senador Pedro Simon, primeiro, Senador Romero. Eu quero só lembrar que nós já estamos há 40 minutos discutindo o requerimento. Senador Pedro Simon e, depois, Senador Mozarildo, e nós partimos para a votação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu queria minha inscrição, também. Aqui atrás, José Agripino, Sr. Presidente, aqui atrás.

[falas sobrepostas]

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos lá [soa a campanha]. Senador Pedro Simon. Senador Pedro Simon com a palavra [soa a campanha]. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acho, com toda sinceridade, nós não estamos nos dando conta de um detalhe. É muito, muito delicado nós enviarmos uma comissão de parlamentares à Venezuela para fazer uma análise que não será para

nós nenhuma novidade. A gente sabe, inclusive, que muito daquilo que o prefeito disse é verdade, nós não precisamos ir lá para ver essas coisas. Agora, ir uma comissão para discutir se vai ou não vai permitir a entrada da Venezuela, nós vamos ser recebidos, vamos causar um ambiente tremendo lá, vai ser... Vai ser uma manchete, vai ser uma questão de guerra--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, só para esclarecer. O requerimento não fala que seja agora, antes da votação. Ele... Tanto é que não coloquei em votação na última reunião.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não tem problema. Depois da votação não tem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A visita não condiciona a votação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Depois da votação em Plenário não tem problema. Uma visita oficial. O Governo da Venezuela convida, o prefeito convida, e uma comissão vai, ouvindo os dois lados. Mas depois da votação. Antes, não. Antes é ingerência.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Simon está com a palavra. Por favor [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos voltar a palavra ao Senador Simon. Eu só fiz o esclarecimento. Vamos voltar a palavra ao Senador Simon. Por favor, Senador Flexa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Flexa, posso falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Flexa, o Senador Pedro Simon está com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Se é para nós irmos lá depois de tomar a decisão, seja qual for a decisão, para entrar ou para não entrar, eu sou a favor, eu sou a favor. Agora, antes de tomar a decisão, nós chegarmos lá na Colômbia, naquela expectativa geral: o que vai acontecer, não vai acontecer? Vai ser um caos. Mas vai ser uma manchete. Eu não sei o que vai acontecer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. permite, Senador Pedro.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E, outra coisa, nós vamos voltar de lá e dizer: não é para entrar. Aí nós vamos ser os responsáveis por tudo. Quer dizer, a Argentina foi a favor, a Colômbia, o Uruguai foi a favor, o Paraguai foi a favor, a Câmara foi a favor, e o Senado vai ser contra? Eu acho muito delicada essa posição. Porque, cá entre nós, não precisa ir lá para ver. Eu, por exemplo, do que falou o prefeito, eu

acho que quase tudo que ele falou é verdade. Eu não preciso ir lá para ver que as coisas... É aquilo que ele está dizendo.

Quer dizer, então, se nós quiséssemos votar, nós podemos votar agora, independente de ir lá. Para mim eu não preciso ir lá. E acho que o prefeito de Caracas, na maioria das coisas que ele disse, é verdadeiro. Agora, ir lá... Vamos pensar o que vai acontecer. Olha, vai ser manchete no mundo inteiro: Senadores... Eu não vou. Os senadores que vão estar lá, não sei quê, para o lado de cá, para o lado de lá... Não importa se foi a convite só da oposição, da oposição, do Governo, é uma tragédia. E nós vamos ficar como os responsáveis finais de tudo. Chegamos aqui e dissemos: "Não pode entrar". Fomos nós que decidimos: "Não pode". Não pode.

Eu, com toda a sinceridade, acho que, antes de nós decidirmos, é um equívoco muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador José Agripino, depois, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu tenho uma preocupação muito grande com a necessidade de as pessoas marcarem posição. Porque nós estamos, em vez de tomar uma posição, que vai ter repercussões. Eu queria fazer, aqui, uma reflexão com os companheiros senadores que vão votar. Quando a refinaria da Petrobras na Bolívia foi invadida, foi cercada por militares da Bolívia, quem é que chegou lá para hipotecar solidariedade à Bolívia? O Presidente Chávez. Na hora em nós tivemos desavenças no Equador, com o Presidente Rafael Correa, com quem é que Chávez ficou? Com o Equador. Na hora em que se discute a elevação de tarifa da energia elétrica de Itaipu, com quem é que o Chávez está? Com o Lugo. Ele está sempre contra o interesse dos brasileiros.

Na hora em que nós cometemos equívocos em diplomacia, como no recente caso de Honduras, na minha visão, o Brasil ofereceu a casa, e o Presidente Chávez ofereceu o avião para o Zelaya chegar em Honduras. Nós entramos num rabo de foguete, na minha opinião.

O que nós estamos oportunizando? A chance de um país amigo, a Venezuela, entrar para um bloco e dar para o Presidente da República do país o direito de veto. Nós já temos grandes dificuldades. O bloco MERCOSUL está fragilizado pelas dificuldades econômicas, pelos conflitos de interesses. Nós vamos importar dificuldades.

Agora, os que vão votar a favor do ingresso da Venezuela vão assumir a responsabilidade por um futuro, porque a democracia, que é o objetivo da viagem,

a democracia venezuelana é ver o estado democrático da Venezuela. O que se quer é isso. É observar se a democracia da Venezuela é correta, se a Suprema Corte tem uma composição correta, se o Congresso é independente. É isso. Porque Direitos Humanos, não.

O MERCOSUL não vai poder arbitrar Direitos Humanos. Não tem fórum para isso. O fórum é a OEA. O fórum é a OEA. Nós temos interesses econômicos. E, para mim, está muito claro. O Presidente da CNI, Confederação Nacional da Indústria, e por razões diversas, manifestou-se contrário ao ingresso da venezuelana no MERCOSUL. Contrário.

Então, nós somos brasileiros para defender interesses do Brasil. Está na hora de cada qual tomar seu compromisso com o Brasil. Eu tenho a minha realidade. Está na hora de tomar, aqui, pelo voto, compromisso com o futuro.

Eu acho, minha opinião, que o ingresso da Venezuela, sem salvaguardas, sem salvaguardas claras, é um risco ao interesse do Brasil. E essa viagem é uma viagem para a marcação de posição, marcação de posição para o futuro. Essa é minha opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita. Então, está encerrado... Não, ainda tem a Senadora Rosalba. Senador desiste... Então, Senador Geraldo Mesquita, Senador Mozarildo, e aí decidimos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente Eduardo, Sras. e Srs. Senadores. Eu queria apenas lembrar um pequeníssimo detalhe aqui, que envolve essa discussão.

Eu, como membro da Comissão de Relações Exteriores, já visitei, se não me engano, três continentes em missão oficial da Comissão de Relações Exteriores.

Em todas essas missões, essas visitas foram precedidas de acerto entre as diplomacias. Do contrário, nós não poderíamos ter viajado. Nós fomos ao Timor Leste, fomos ao Haiti, fomos a vários países do Caribe, da Ásia, mas essas visitas dos membros da Comissão de Relações Exteriores foram precedidas de acordos diplomáticos entre Brasil e os países visitados.

Eu não imagino uma visita dessas sem que isso também ocorra. Essa é minha única preocupação, de a gente sair daqui, ir à Venezuela numa missão de investigação, mesmo, porque a missão será essa, investigação. Sem que essa visita seja precedida do entendimento diplomático entre os países envolvidos com a questão. Era só esse pequeníssimo detalhe que eu queria lembrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita, nosso Vice-Presidente, eu quero só dizer assim, evidentemente

te que essa viagem, se for aprovada, ela... O requerimento fala no convite do prefeito, mas ela será uma viagem que será negociada com o Itamaraty, nosso embaixador nos acompanhará, será feita uma visita ao Governo, também, não apenas à oposição. Eu pelo menos entendo assim.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu estou falando das duas diplomacias, a nossa e a de lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim. Exatamente. Mas eu entendo que, apesar de o convite inicial ser do prefeito, a viagem seria ampla. Não seria só ao prefeito, ela seria a todas as autoridades constituídas, como é qualquer viagem oficial.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador, eu não discuto isso. Eu estou apenas chamando atenção para o fato de que há necessidade de as duas diplomacias se entenderem com relação à viagem. Do contrário...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está certo. Mas aí V. Exa. me força a lembrar que o embaixador da Venezuela no Brasil não quis vir a esta Comissão. Ele foi grosseiro com esta Comissão. Aí me força a ter que lembrar esse detalhe. Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador, eu quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, disse, já aqui, antes, ninguém, nem mesmo o Senador Jucá, que é eleito por Roraima, quer mais a entrada da Venezuela do que eu, que sou senador de Roraima. Agora, a diferença está que eu quero a entrada de maneira cuidadosa, de maneira que realmente nós tenhamos a tranquilidade, amanhã, de dizer que não cometemos equívocos.

Meu requerimento, como está dito, está bem claro, eu não marquei data. Não disse que tem que ser antes da decisão desta Comissão de Relações Exteriores, que, no meu entender, pelos números, já está sacramentada pela decisão do Governo de aprovar hoje, para coincidir com a presença do Presidente Lula lá. Isso também para mim é secundário. É secundário. Para mim, o importante é que a gente... E aí talvez seja meu cacoete de médico, o Senador Simon disse que não precisa ir lá para saber o que está acontecendo. Em tese, não precisa mesmo. Mas eu não consigo conceber que, por exemplo, estou num consultório e chega uma pessoa e diz: "Olha, meu marido está doente, está com essa e essa queixa, eu vim aqui para consultá-lo". Não vou consultar. Eu vou querer examinar o paciente.

O que falta, por exemplo, no meu entender, essa visita não é uma visita de investigação, é uma visita,

realmente, de constatação. De conversar, como disse V. Exa., com o Presidente Chávez... Falei, hoje, com o assessor político da Embaixada da Venezuela, disse desse requerimento, disse da minha posição, e ele me disse, inclusive, que o embaixador estava na Venezuela e que meio-dia ele vai ter um contato e que ele acha interessante. E até disse para ele: "Seria simpático que a Venezuela, quer dizer, através do seu embaixador ou o próprio Presidente Chávez, convidasse também". Ficava o convite de ambas as partes. Não vejo nenhum tipo... Estou preocupado com essa sangria desatada de que a gente tenha que aprovar hoje, aqui, tudo bem, e que não podemos viajar antes da votação em Plenário. Eu não consigo entender onde prejudica.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então, está mantido o requerimento?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Mantido o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então, vamos passar à votação. O requerimento está mantido--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu gostaria de propor uma forma alternativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não tem data prevista para a viagem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, Senador Eduardo Azeredo, aliás, inclusive, à luz das suas reflexões. Se pudermos, aqui, acordar que nós vamos aprovar o requerimento proposto pelo Senador Mozarildo, mas aguardar que haja, então, o convite que, conforme V. Exa. acaba de nos informar, provavelmente vai acontecer da parte das autoridades do Governo venezuelano, a própria Embaixada, então, lhe transmitiu isso. O Senador Romero Jucá também observa que, muito provavelmente, vai ocorrer o convite. Então, que, invés de votarmos hoje, fica o compromisso de que nós votemos mais com... Para que tenhamos, inclusive, o convite de ambas as partes, de Antonio Ledezma, do prefeito, e das autoridades--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Acrescentada uma data posterior à aprovação do bloco.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E que isso já fique aprovado como um consenso entre nós--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Suplicy, o Senador Jucá quer colocar uma coisa no requerimento que não te, que tem que visitar depois da aprovação. V. Exa. está querendo condicionar--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu também gostaria que fosse após a votação... A viagem pode ser feita após a aprovação.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): V. Exa. está querendo condicionar que tenha também o convite do governante. Então, é o seguinte, vamos votar como está.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Como está não tem data. Vamos colocar em votação.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): A minha posição é essa. Se não quiser... [soa a campanha]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu gostaria que fosse--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Considerando que nós temos um grande número de membros, eu vou fazer a votação nominal, então. Senador Suplicy, a favor ou contra o requerimento?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Para ser votado posteriormente. Hoje, voto contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Voto não. Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): João Ribeiro. João Ribeiro não está aí.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Contra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Roberto Cavalcanti não está. Pedro Simon. Francisco Dornelles. Não. Geraldo Mesquita. Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Paulo Duque. Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): A favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Demóstenes não está. Marco Maciel. A favor do requerimento. João Tenório. A favor. Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Flávio Torres não está... Vamos

mais um primeiro suplente aqui do... Aloizio Mercadante não está, Marina, Renato Casagrande. Contra. Do PMDB está completo... Então, faltam três votos, aqui. Rosalba. José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): A favor. Para marcar a posição claramente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): E Romeu Tuma. Mozarildo, o autor do voto. E do PDT não está, nem Flávio Torres nem Cristovam Buarque.

Então são... Está concluído. Foram 10 votos não e oito votos a favor do requerimento. Portanto, o requerimento está rejeitado. Passamos, portanto, agora, já ao objeto da reunião. Item 1, aprova o texto de protocolo de adesão da Venezuela [soa a campanha].

Item 1. Projeto de Decreto Legislativo nº. 430, que aprova o texto do protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL. Assinado em Caracas, em 04 de julho de 2006, pelos presidentes dos Estados partes do MERCOSUL e da Venezuela. Autoria da Comissão de Relações Exteriores. Relator é o Senador Tasso Jereissati. O parecer é pela rejeição da matéria, com a apresentação de propostas complementares ao projeto de resolução e uma indicação. As propostas serão votadas separadamente.

Eu quero lembrar que, em 30 de abril, foi realizada uma Audiência Pública para instrução da matéria, com a presença dos convidados Chanceler Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores; Antônio José Ferreira Simões, embaixador do Brasil na Venezuela; José de Anchieta Júnior, governador de Roraima e Reginaldo Braga Arcuri, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Em 09 de junho foi realizada a terceira Audiência Pública, para instrução da matéria, com a presença dos convidados Dr. Celso Lafer, Dr. Ives Gandra, Dra. Maria Regina Soares Lima e, ainda, o Embaixador, novamente o Embaixador Antônio Simões.

Em 09 de julho foi realizada a quarta Audiência Pública, com a presença do Sr. Darc Costa, presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul; Deputado Neudo Campos, deputado federal e ex-governador de Roraima; Leopoldo Lopes, ex-prefeito do município de Chacal, na região metropolitana de Caracas; Gustavo Tovar-Arroyo, escritor, membro de Direitos Humanos do movimento estudantil venezuelano.

E, também, um segundo painel que o Embaixador Samuel Guimarães, com o Embaixador Luiz Felipe Lampreia e com o Carlos Pio, professor da Universidade de Brasília. A primeira audiência foi realizada ainda no mês também de abril, com a presença dos embaixadores Rubem Barbosa, Sérgio Amaral, Paulo

Tarso Flecha de Lima. E, na última terça-feira, tivemos a presença do prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, e também do Embaixador Regis Arslanian, embaixador do Brasil, junto à ALADI. Portanto, foram ao total seis rodadas de discussões.

Na reunião do dia 1º de outubro, relator Tasso Jereissati leu seu relatório, e, em seguida, foi concedida vista coletiva. Indago ao relator Tasso Jereissati se deseja fazer alguma consideração sobre o relatório. Senador Tasso, quer fazer alguma consideração sobre o relatório?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Sr. Presidente, se for possível, eu gostaria de ouvir as razões do voto do Senador Romero e, se for possível, se concordarem, de eu poder discuti-lo, depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito [soa a campainha]. Eu peço... Eu reitero o pedido de silêncio, para que nós posamos, portanto, ouvir, aqui, porque, no último dia 28, foram apresentados dois votos em separado. O primeiro pelo Senador Romero Jucá e outro Srs. Senadores; o segundo pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Concedo a palavra, portanto, ao Senador Romero Jucá, para a leitura do voto em separado [soa a campainha].

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, o voto que escrevi é um voto que contesta, com muito respeito, o relatório apresentado pelo Senador Tasso Jereissati, um relatório feito com profundidade, um relatório circunstanciado, com aspectos técnicos, portanto, nos deu muito trabalho contestar ponto a ponto, e eu procurei fazer isso nesse relatório, Sr. Presidente.

Eu não vou ler o relatório, vou fazer alguns comentários, tendo em vista que o voto foi ontem já distribuído, inclusive pelo site, para toda a imprensa, para todos os gabinetes. Então, meu relatório, meu voto relata, como relatou V. Exa., as diversas audiências e os fatos que ocorreram aqui; registra a importância da entrada da Venezuela, através da sua economia, no bloco do MERCOSUL; ressalta a importância para Roraima, meu estado, a importância do ingresso da Venezuela no MERCOSUL, ainda mais agora, quando se negocia com a Venezuela, através do Presidente Chávez e do Presidente Lula, uma integração maior da Amazônia ocidental, ou seja, de Roraima e do Estado do Amazonas com os estados do sul da Venezuela, que são a área menos desenvolvidas do estado.

O que nós estamos tratando? Nós estamos buscando uma substituição de importações, que hoje a Venezuela compra da Colômbia, e há uma decisão de comprar menos da Colômbia e comprar mais do Brasil. Isso fará com que aquela região possa ser impulsionada de uma forma muito forte.

Para se ter uma ideia, a Venezuela compra da Colômbia mais do que compra do Brasil. Compra mais de sete bilhões de dólares por ano. E, sem dúvida nenhuma, uma parte disso é alimentos, é materiais que poderão, equipamentos que poderão ser fornecidos pelo Brasil.

Eu relato os 12 artigos do Acordo do MERCOSUL, cada um dos pontos, no meu voto em separado, comento cada um e, depois, faço uma análise do relatório do Senador Tasso Jereissati, dividindo essa análise em seis pontos. Primeiro, a ótica do Estado versus a ótica do Governo. Eu ressalto, Sr. Presidente, que o que nós estamos avaliando, aqui, não é o Governo do Presidente Chávez, nós estamos avaliando aqui [soa a campainha] o Estado da Venezuela e o Estado brasileiro. É o acordo entre países. Os governantes passam, e os países continuam.

Nós estamos tratando de um acordo institucional. Portanto, eu relato, aqui, toda a questão da relação do Brasil com a Venezuela, os passos que foram dados entre o Brasil e a Venezuela. Relato a minha visita com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, inclusive, com as palavras ditas pelo Presidente Fernando Henrique, no Congresso venezuelano, quando exortou a Venezuela a entrar no MERCOSUL.

Cinco reuniões o Presidente Fernando Henrique teve com o Governo da Venezuela, tratando da questão do MERCOSUL. Eu acho que o Presidente Fernando Henrique tem credibilidade e tem visão de estadista para ver o que representava isso para o futuro da Venezuela, do Brasil e da América do Sul, Sr. Presidente.

Depois, eu divido meu voto, no segundo item, no interesse do Estado brasileiro. E aí eu falo das exportações, do acordo comercial que existe hoje entre a Venezuela e o Brasil e ressalto que, hoje, a Venezuela é o sexto destino brasileiro de exportação. E o superávit que nós temos, hoje, da balança comercial, de 4,6 bilhões de dólares, são duas vezes e meia maiores do que o superávit que nós temos com os Estados Unidos da América, Sr. Presidente. É um superávit muito forte, e nós não podemos jogar isso janela abaixo, porque o Governo brasileiro, o Estado brasileiro tem responsabilidade com a geração de empregos, como está fazendo, com a saída da crise mundial, portanto, seria um contrassenso, seria até uma irresponsabilidade nós não termos a condição de pactuarmos um acordo econômico ainda mais forte, visando à substituição da importação da Colômbia e outras condições de fornecimento que nós temos condição de fazer.

Então, eu relato todos esses interesses, relato a questão do pacto andino, relato a posição do Governo da Venezuela, relato tudo isso nesse item segundo. No

item terceiro eu relato o interesse do MERCOSUL em ter a Venezuela. Eu faço um estudo, refutando colocações do Senador Tasso Jereissati, discutindo a questão do momento difícil que vive o MERCOSUL, as questões do protecionismo da Argentina, ressaltando que, diferente da Argentina, a Venezuela importa 70% do que consome e, hoje, importa a maioria da Colômbia e dos Estados Unidos. Então, nós temos, efetivamente, um quadro econômico bastante diferenciado e positivo para o MERCOSUL.

Depois disso, o item quarto trata dos requisitos técnicos. Eu concordo com o Senador Tasso Jereissati, quando ele diz que a questão deve ser técnica. E a questão é técnica. Eu faço a comparação técnica, comparo o ingresso da Venezuela com a questão do Mercado Comum Europeu, comparo as exigências; mais do que isso, comparo as posições de decisões políticas tomadas pelo Mercado Comum Europeu, quando ingressaram a Espanha e Portugal, quando ingressaram países do leste europeu.

Então, nós temos, aqui, todas as razões técnicas, no meu relatório, para aprovar tecnicamente esse voto, também, de entrada da Venezuela. Respondo, item a item, a questão da Venezuela como perturbação do MERCOSUL, falo do caso do Zelaya, falo do caso da guerrilha das FARC, refuto, ponto a ponto, tecnicamente e com posições oficiais do Itamaraty, que é o órgão efetivamente preparado para acompanhar essa questão, e dou as explicações necessárias que estão no relatório. Além disso, trato das questões de democracia e Direitos Humanos, no item 6, Sr. Presidente.

E, aqui, gostaria de começar dizendo o seguinte: nós não ampliamos a democracia, excluindo ninguém. Nós não ampliamos democracia, isolando ninguém. Se isolamento servisse para democracia, o muro de Berlim não tinha caído. A Alemanha oriental teria sido um grande país democrata. E a história mostrou que foi exatamente o contrário.

Se existem problemas, e eu reconheço que existem problemas, existem disputas dentro da Venezuela, se existe tudo isso, o remédio é abertura, é transparência, é mediação internacional, é a posição do Brasil, como uma posição de país mais forte da região, poder ajudar nos entendimentos políticos.

Nós vimos aqui membros, membros da oposição, pela imprensa e aqui presentes, dizendo que é positivo o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, como instrumento de ressalto à democracia. Então, se a oposição venezuelana quer o MERCOSUL como garantia institucional e democrática, porque é que a oposição brasileira vai ser contra o ingresso no MERCOSUL? Sinceramente, eu não entendo, Sr. Presidente.

Então, nós levantamos, aqui, questões, mostramos a evolução do processo democrático, dentro da Venezuela, o Pacto de Fijo, em 1957, a posição das elites venezuelanas, que levaram para a pobreza absoluta quase 70% da população da Venezuela, que tem sido resgatada, agora, independente das questões internas. Nós não podemos contestar os números de diminuição da pobreza, de eleição e de outras questões, inclusive, com declarações de instituições internacionais e do próprio Presidente Jimmy Carter, que foi acompanhar as eleições da Venezuela.

Então, tudo isso eu relato também no meu relatório, Sr. Presidente. Mais do que isso, trato, mais uma vez, de declaração de diversos segmentos que apóiam o ingresso da Venezuela. E transcrevo, mais uma vez, uma declaração, agora, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 2009, que diz que é preciso que a Venezuela entre no MERCOSUL.

Então, nós estamos aqui discutindo tecnicamente e politicamente uma questão que é fundamental. O Governo brasileiro, o país Brasil vai dizer se veta a Venezuela ou não. É um ato de extrema responsabilidade. Nós podemos estar banindo um país de uma integração latino-americana, da América do Sul, que efetivamente é importante que seja feito.

Então, por isso mesmo meu voto diz que o protocolo e a Venezuela atendem plenamente os interesses nacionais do Estado brasileiro, atendem os interesses do MERCOSUL e atendem as preocupações existentes com relação a desenvolvimento político dentro da Venezuela, em matéria de democracia, Direitos Humanos, paz e estabilidade.

Por tudo isso, pela paz e pela integração latino-americana e pela democracia é que eu voto pela aprovação da Venezuela no MERCOSUL. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Para discutir, Sr. Presidente. Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Agripino, deixa eu só... Eu quero só lembrar, aqui, qual vai ser o sistema de votação. Nós temos o relatório do Senador Tasso Jereissati. Caso ele não seja aprovado, aí votaremos o relatório em separado, do Senador Romero Jucá. Se o relatório do Senador Romero Jucá também não for aprovado, aí que votaríamos o relatório em separado do Senador Mozarildo. Mas, antes de passar à discussão, ainda, Senador Agripino, nós vamos ouvir o Senador Mozarildo, que apresentou outro voto em separado. Pois é, vamos ouvir ainda o senador. A lista de inscrição está aqui feita, Senador Suplicy, Senador Dornelles.

Então, logo depois, Senador... Só vou anotando aqui. Senador Mozarildo V. Exa. já está inscrito.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, como eu tenho reiteradamente dito, desde o primeiro dia de discussão aqui, eu sou favorável à entrada da Venezuela no MERCOSUL, mas não nas condições arregaçadas, abertas, sem nenhuma condicionante. Há várias formas de querer uma coisa: uma é querer de qualquer jeito e a outra é querer dentro de preceitos.

Então, por isso mesmo é que eu nem posso acompanhar o voto integralmente do Senador Tasso Jereissati, que é contra, e nem também posso aceitar os argumentos do senador líder do Governo, porque, primeiro, ele mesmo diz que existem os problemas e que o Chávez é passageiro. Então, está definido que existe uma situação anômala na Venezuela. Diz exatamente outra coisa importante, que não é isolando que vamos resolver o problema de democracia. Então, significa que concorda que não há democracia na Venezuela.

Então, por isso eu apresentei um voto em separado, que tenta ficar no meio termo, que, na verdade, diz o seguinte. É muito curto. O meu, por exemplo, dá para ler, porque é muito curto, são apenas duas páginas, nem duas páginas completas.

Na eminência da apreciação, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Projeto de Decreto Legislativo nº. 430, que aprova o protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados partes do MERCOSUL e da Venezuela, venho manifestar, nos termos do art. 132(F), § 6º, inciso I do Regimento Interno desta Casa, meu voto em separado, nos seguintes termos: tendo em vista a aceitação da Venezuela no MERCOSUL, que a aceitação será de grande importância para a consolidação deste bloco econômico a nível mundial, relevando-se, também, o fato de que o MERCOSUL existe antes do atual Governo venezuelano e permanecerá depois deste, ressaltando a importância do cumprimento do art. 1º do Protocolo de Ushuaia, parte integrante do Tratado de Asunción, por todos os membros do bloco, destacando, também, o fato de não cumprimento do estabelecido na regulamentação do art. 20 do Tratado de Asunción, através da Decisão nº. 28/2005, do conselho do mercado comum, voto pela aprovação do protocolo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, portanto, voto pelo ingresso da Venezuela no MERCOSUL, após a adequação deste ao preceituado na Decisão nº. 28/05, da CMC, e pelo sobressatamento do Projeto de Decreto Legislativo nº. 430/08, até que sejam efetuadas as modificações necessárias

para o fiel cumprimento do Tratado de Asunción, no que tange ao ingresso no MERCOSUL.

Portanto, traduzindo em miúdos, eu sou a favor. Quero que entre, mas quero que entre direito. Quero que entre sem essa pressa, sem essa agonia, sem essa sangria desatada. E, mais importante, já que já temos a demonstração de que vamos... Vamos, não, vai ser aprovado hoje, aqui, até porque é uma data simbólica, o Presidente Lula está na Venezuela, vamos aprovar aqui hoje. E aí?

Agora, a forma de aprovar é que onde eu discordo. Eu discordo que seja aprovado, dizendo que a Venezuela não é uma democracia, que o Chávez vai passar, que não sei quê. A única coisa que eu concordo é que realmente a tática de isolar não é a tática correta para garantir a democracia. Se fosse assim, Cuba não teria ficado até hoje com essa democracia relativizada que existe lá.

Então, eu realmente quero o ingresso, até porque eu, repito, como Senador de Roraima, é a parte do Brasil que mais interessa. Agora, argumentar com superávit. Foi conseguido superávit com o quê? Com acordo bilateral que existe e que vai até 2011. E foi conseguido superávit com a Venezuela, quais foram os estados que mais venderam? Aliás, quase que só venderam. São Paulo e Minas.

Então, eu estou preocupado que a região Norte, notadamente meu Estado, tenha uma outra visão nessa questão. E ficar aqui fazendo lirismo acho muito pouco provável que vá mudar essa realidade. De qualquer forma, concluo: eu voto pela aprovação, com essas condicionantes que apresento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mozarildo. Então, vamos já, agora, colocar em discussão o relatório inicial, que é o relatório pela rejeição da matéria, apresentado pelo Senador Tasso Jereissati, a quem eu concedo a palavra, inicialmente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Azeredo. Eu gostaria, aqui, de fazer alguns comentários. Primeiro, parabenizando aí a elegância do voto do Senador Romero Jucá, cada vez mais aprimorando suas habilidades de líder.

Eu gostaria de colocar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o seguinte: quando eu fiz meu relatório, foi um relatório demorado, ele baseou-se nos interesses do MERCOSUL e do Brasil, não nos interesses da Venezuela. Quando levantamos sistematicamente a questão da democracia na Venezuela, não há qualquer tipo de tentativa de ingerência, em relação a qualquer outro país, principalmente a Venezuela.

Nós estamos colocando uma razão técnica muito clara, que existe em todas as organizações internacio-

nais que pretendem formar um conjunto de países ou de nações ou de Estados que tenham interesses comuns, sejam eles comerciais, sejam eles políticos.

Qualquer organização dessas começa por estabelecimento de regras básicas, que vão respeitar a convivência entre os países. Do ponto de vista econômico, por exemplo, é impossível haver relações comerciais em que haja sistemas tributários completamente diferentes ou políticas fiscais completamente diferentes entre si ou até a filosofia econômica completamente diferente entre si, é impossível se fazer um acordo tarifário comum.

Por exemplo, vamos dar o exemplo que eu gostaria que houvesse –apenas estou voltando à palavra coerência –, que houvesse coerência nesses raciocínios. No Mercado Comum Europeu, que foi citado tantas vezes aqui, algumas regras econômicas são fundamentais. Estabelecimento de superávit primário, foram estabelecidos. Todos os países que pertencem à Comunidade Europeia buscam objetivos mais ou menos comuns, com faixas de superávit.

Metas de inflação. Todos os países buscam metas de inflação, e aquele país que não atingir determinada meta de inflação sai do mercado. A política cambial é a mesma. A política cambial, esta tem que ser necessariamente comum.

Ora, se um país... Os mecanismos macroeconômicos têm que ser comuns. Mas eu vou falar, Senador Marco Maciel, basicamente na questão cambial. Se eu tenho um acordo tarifário com um país vizinho e eu tenho uma política, por exemplo, de desvalorização artificial da minha moeda, esse acordo tarifário não vale nada, porque eu barateio meus produtos e levo uma vantagem comparativa fantástica, em relação a outro, mesmo que as tarifas alfandegárias sejam as mesmas.

Então, são obrigatórias essas normas mínimas comuns. Então, no princípio, já, nós não temos essas políticas comuns, que são técnicos, são aspectos profundamente técnicos.

Por exemplo, existe, na Venezuela, e é uma das razões que aqui foi dito tanto do interesse dos empresários brasileiros, a Confederação Nacional da Indústria, Senador Agripino, esteve aqui. Se colocou contra, justamente por uma série de aspectos técnicos que não foram obedecidos. Na Venezuela, hoje, existe um sistema de centralização cambial. Não existe o câmbio livre, como existe aqui. Existe um sistema de centralização cambial.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Que já foi usado contra o Brasil, em negociações. Já foi usado contra o Brasil.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Que já foi usado contra o Brasil, porque esse sistema de centralização cambial não obedece a nenhum tipo de regra, não obedece a nenhuma institucionalização, obedece, simplesmente, à vontade do momento do Presidente Chávez.

Isto é uma regra inaceitável, em qualquer organização civilizada de comércio. Pelo amor de Deus! Isso é básico. Não se pode haver organização de comércio com coisas desse tipo.

Segundo, a Venezuela não aceitou, por exemplo, até agora, o tratado de respeito às tarifas comuns, os acordos comuns com terceiros países. Ora, se nós formamos um país, se nós formamos um grupo, evidentemente que qualquer acordo que seja feito comercial com terceiros países tem que ser acordo comum entre esses países. Se esse acordo deixa, não existe, toda a estrutura desse acordo vai embora, porque países começarão a fazer acordos bilaterais, destruindo todo o sistema comum tarifário.

O Senador Agripino, aqui na última reunião, levantou já uma questão bastante técnica e, mais do que técnica, concreta e objetiva que acontece hoje. Não sei se V. Exa. se lembra dessa sua pergunta. Perguntou ao embaixador brasileiro no MERCOSUL. “Embaixador...” Claramente, hoje existe um problema. Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, através do MERCOSUL, firmaram um acordo bilateral, do conjunto com Israel, de tarifário e comercial. A Venezuela rompeu relações com Israel, expulsou todos os membros da Embaixada de Israel e não aceita qualquer tipo de diálogo com Israel, inclusive, tem colocado, em algumas questões, a não aceitação até do Estado de Israel.

Muito bem. A pergunta que o Senador Agripino fez foi a seguinte, e eu acompanhei. Concretamente, o que vai acontecer no momento seguinte em que a Venezuela entrar no MERCOSUL? Ela vai reatar com Israel, vai reconhecer Israel e, portanto, se integrar nas regras básicas, básicas de mercado comum? Não existe mercado comum sem isso. Regra básica. Ou nós vamos deixar Israel de fora. A Venezuela de fora desse acordo? Se deixar de fora desse acordo, começamos aí a destruição do MERCOSUL, neste momento, nesse primeiro espaço.

Segundo, quando eu estou falando dos aspectos políticos, eu não estou falando em ideologia. Não me importa se o Chávez é de direita, nem ninguém aqui, se é de esquerda, não me importa se o Chávez é isso ou se é aquilo, me importa o seguinte: nas nossas convenções... E lembrem que o MERCOSUL começou, e aqui vamos relembrar, com o próprio Presidente Sarney e com o Presidente Alfonsín, a partir de países que saíam de uma ditadura. A partir de países e de

uma América Latina toda que praticamente vinha de períodos autoritários.

O MERCOSUL serviria, também, de mecanismo para evitar retrocessos nas instituições da América do Sul. Esta foi uma das bases da união. Era comercial e política, nesse sentido. Era o grande ideal de uma América do Sul integrada, unida e democrática, não sujeita mais às aquelas turbulências institucionais que tanto atrapalharam a nossa vida.

Não temos, e aqui volto a repetir, nenhum interesse em gerência na Venezuela. Nós temos é respeitar o MERCOSUL, para que ele não seja destruído definitivamente, já que ele anda muito mal das pernas. E nós mantemos como regra básica aquilo que os fundadores fizeram disso.

Volto a dizer, todas as questões colocadas aqui não são colocadas nem por mim nem por este relatório, nem por qualquer outra pessoa deste Senado Federal. Elas foram colocadas nos tratados de Asunción e no Tratado de Ushuaia, se não me engano do nome, Ushuaia, que é uma coisa parecida com isso aí.

Todas foram tratadas aí e que foram tratados preliminarmente, como pressuposto da união entre os países, da conjunção desses países, fundamentos democráticos. E, aqui, já que nós citamos tanto, e aí eu peço novamente a coerência, se nós falamos da unidade europeia, como exemplo, vamos seguir a unidade europeia como exemplo.

Se nós pegamos as palavras do prefeito de Caracas, aqui, então, vamos falar as palavras dele. Ele elencou aqui. O prefeito de Caracas elencou, aqui, uma série de violações à democracia no país. Ou seja, violações. E pede ao Senado Federal, não acreditem em mim, Srs. Senadores, vão à Venezuela ver se o que estou dizendo é verdade ou não.

Aqui, vários senadores acreditam que é verdade. Ora, de repente, aí eu volto a pedir coerência dos Srs. Senadores, eu volto a pedir coerência dos Srs. Senadores. Eu tinha um papel aqui, que me relembra todos os itens. Vou repetir, aqui, palavras do prefeito.

Ele dizia: “Sinônimo de democracia é respeito aos Direitos Humanos. Há seis anos a Venezuela não permite ingresso de uma Comissão de Direitos Humanos na Venezuela”. O Poder Judiciário da Venezuela declarou – isso é importante, muito importante, os senadores aqui que passaram, e aí eu rogo um pouco de coerência. Passaram a vida inteira, tem sua história baseada nisso.

“O Poder Judiciário da Venezuela declarou não reconhecer tratados internacionais subscritos pelos países que afetem os interesses chavistas, declarações inclusive de Direitos Humanos.” Eu peço um

pouco de coerência à história de cada um e ao que diz cada um.

“Sinônimo de democracia é a existência do Estado de Direito; na Venezuela nem instituições estão submetidas ao império da lei. O referendo de 2007, que negou, por via do voto, reformas constitucionais propostas pelo Presidente Chávez, vem sendo burlado e promovido em capítulos. Existência de liberdade de expressão. Na Venezuela, os meios de comunicação vêm sendo perseguidos, fechando-se televisões e rádios de oposição”.

Jornalista. Dá um exemplo concreto. “O jornalista, diretor do periódico *Novo País*, encontra-se na prisão, e outros jornalistas em autoexílio. É a existência de democracia de pluralidade partidária. Na Venezuela, os servidores públicos são obrigados a filiarem-se ao partido oficial. Na Venezuela, há presos políticos. Sinônimo de democracia: respeito aos resultados eleitorais. Na Venezuela, os governantes eleitos pela oposição têm seus poderes, cargos e orçamentos esvaziados e sua capacidade de governar cerceada”, segundo ele deu seu próprio exemplo.

“Sinônimo de democracia é a existência da separação de poderes. O Poder Executivo venezuelano controla o Parlamento e o Poder Judiciário.” Eu espero que a gente não esteja chegando perto disso aqui, a gente não também não possa mais falar sobre assunto.

Portanto, o que nós estamos falando, aqui, são de aspectos técnicos, de tratados comerciais e políticos firmados entre qualquer... entre a organização do MERCOSUL e os países que venham a querer fazer parte desse tratado.

Quero dizer também que nós estamos abrindo precedente perigosíssimo, porque é o primeiro país não fundador a entrar, depois da sua formação. E nós vamos abrir precedente para de, agora em diante, desrespeitando tratados comerciais e/ou políticos entre os países, fazendo dessa organização meramente um grande faz de conta, sem ter nenhuma realidade concreta.

Quero lembrar, aqui, também, que foi lembrado pelo Senador Agripino, que, independente disso, atentando aí aos direitos, aos interesses não tanto do MERCOSUL, mas aos interesses do Brasil. Em todos os conflitos que nós tivemos aqui, internacionais, girando ao redor da América Latina, nesses últimos anos, a Venezuela participou ativamente contra o Brasil.

Nós tivemos nossos interesses feridos na Bolívia, com clara participação do Sr. Chávez contra o Brasil. Nós tivemos nossos direitos feridos no Equador. Nós tivemos, com clara participação do Sr. Chávez contra o Brasil. Nós tivemos problemas em tratados internacionais com o Paraguai, de energia, com clara inter-

ferência do Sr. Chávez contra o Brasil. Portanto, nós estamos defendendo, aqui, o Brasil e, tecnicamente, os interesses do MERCOSUL, sejam eles políticos e sejam comerciais.

Peço aos senhores que raciocinem um pouco, alguns senadores aqui, todos muito ilustres, mas algum que tem uma história muito vinculada à defesa da democracia neste país, que raciocine. E, agora, simplesmente dizer: preso político é um pequeno detalhe. Liberdade de imprensa é um pequeno detalhe. Prisão de jornalistas é um pequeno detalhe. Não-participação, não-acordo com contratos, não parte de contratos internacionais é um pequeno detalhe. É, realmente, para mim, eu digo aí, até para a história dessas pessoas, absolutamente incompreensível.

É essa a minha resposta, também dando meu respeito à proposta, ao relatório do Senador Romero Jucá, muito bem feito, muito profundo, porém cheio de equívocos e incoerências compreensíveis, para quem defende o Governo com tanta habilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Tasso Jereissati, que é o relator da matéria. Nós vamos passar, então, agora, à lista de inscrição. Eu vou pedir que cada um... Vou colocar automaticamente cinco minutos para que cada um possa usar da palavra. O primeiro é o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de iniciar, primeiro, com uma observação ao Senador Romero Jucá, porque eu gostaria de lhe transmitir a... Eu considero sua exposição, hoje, a elaboração deste voto em separado, que V. Exa. fez com tanto respeito para com o trabalho do Senador Tasso Jereissati, como um dos seus pontos mais altos, aqui, na sua liderança do Governo aqui, no Senado. Que V. Exa., hoje, combinou como que sua experiência como líder do Governo Fernando Henrique Cardoso como também do Governo do Presidente Lula, porque recordou tão bem os momentos em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso se empenhou para que a Venezuela ingressasse no MERCOSUL. V. Exa. também--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nos dois casos, foi o líder do Governo que influenciou os presidentes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Exato. E, com tanta habilidade, e eu acho que, hoje, V. Exa. agiu de uma maneira tal a... Quero lhe dizer, eu, ontem, estava admirado até a maneira como V. Exa., às vezes, é capaz de tão bem absolver, assimilar os projetos, como as três medidas provisórias, ontem, a relativa ao BNDES, a prorrogação de contratos por

tempo determinado, as questões relativas aos sistemas isolados e a PEC da Senadora Lúcia Vânia.

V. Exa. e todos os demais, V. Exa. estava bem a par de tudo e com uma forma difícil de ser, porque são assuntos de grande complexidade para cada um de nós sabermos simultaneamente de todos. E V. Exa., apesar de estar tão empenhado naquilo e com tanta habilidade, hoje nos proporciona um parecer, tanto por escrito, mas oralmente, de excepcional qualidade e com muito respeito às observações do Senador Tasso Jereissati.

E bem V. Exa. assinalou, que eu tenho a convicção, o Brasil terá muito melhor condição de colaborar para que o Governo do Presidente Hugo Chávez possa superar, inclusive, tais situações, como o Senador Agripino e o Senador Tasso Jereissati observaram, seja nas questões relativas ao Presidente Rafael Correa, da Bolívia, Evo Morales ou Fernando Lugo, do Paraguai, cada uma dessas dificuldades, eu tenho a convicção, conforme V. Exa. assinala, que o Governo brasileiro terá condição diplomática e moral muito mais forte para resolver esses problemas, se nós, aqui, aprovarmos o ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

E lembrando, inclusive, que, quando houve uma dificuldade tão imensa para o Governo do Presidente Chávez, foi exatamente a iniciativa do Presidente Lula de criar os amigos da Venezuela, Estados Unidos, México, Colômbia, Brasil e outros, que permitiu a normalização da situação da Venezuela, o que dá ao Governo brasileiro e ao Brasil, porque esta condição de o Brasil proporcionar condições democráticas é algo que é muito do espírito, aí comum tanto do Presidente Fernando Henrique Cardoso quanto do Presidente Lula.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu queria só dar um aparte, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Na direção do que V. Exa. está falando, exatamente para lembrar dois fatos do Governo Fernando Henrique nessa direção. Quando o Presidente Chávez foi deposto, foi o Presidente Fernando Henrique um dos que exigiu a volta do Presidente Chávez. Quando a PDVSA parou a Venezuela e havia uma crise imensa de combustível na Venezuela, no final do Governo do Presidente Fernando Henrique, já tinha havido a eleição do Presidente Lula, foi o Presidente Fernando Henrique que enviou um navio de combustível para não deixar que a Venezuela parasse. Portanto, duas intervenções a favor da democracia, a favor do respeito e da integração.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu só gostaria, só um minuto, para dizer que eu faria o mesmo. E faria o mesmo agora, novamente. Não é

isso que estou discutindo. Nós não queremos derrubar o Governo Chávez. Queremos respeito às regras do MERCOSUL.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E eu quero lhe dizer, Senador Tasso Jereissati--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Para concluir, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --que eu tenho afinidade com seus propósitos de respeito aos Direitos Humanos, às normas democráticas e eu quero, inclusive, aproveitar esta oportunidade. Primeiro, ressaltar que me impressionou, por isso eu fui tão a favor de que o Prefeito Antonio Ledezma viesse aqui, porque, quando ele mencionou que será pior para a Venezuela e para a própria oposição da Venezuela que isolemos o Hugo Chávez, não permitindo que a Venezuela ingresse no MERCOSUL, por isso vai ser tão positivo que nós votemos o quanto antes isso, mas também lembrar, aqui, a palavra de Ledezma e de todos nós e do Presidente Lula ao Presidente Barack Obama de que é preciso acabar o bloqueio norte-americano contra Cuba, porque isso só ajudará... Quer dizer, a quebra do isolamento de Cuba só ajudará a democratização em Cuba.

E gostaria de ressaltar, porque isso foi de interesse de todos nós, como é que, ali na Venezuela, os principais jornais da oposição, isso eu já citei ontem no Plenário, *Lo Universal*, *Nacional*, deram grande destaque, de uma página de cobertura e na primeira página dos jornais para o depoimento do Prefeito Antonio Ledezma.

E quero aqui dizer, eu gostaria e [interrupção no áudio] da Venezuela, que deve estar ouvindo esta Sessão, eu faço um apelo, nós queremos, sim, aprovar, hoje, nesta Comissão e no Plenário, se possível terça-feira, o ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Mas quero também transmitir, eu quero somar o apelo que fez o Antonio Ledezma, prefeito de Caracas aqui, para que este Natal na Venezuela seja um Natal sem presos políticos. E quem sabe possamos, alguns senadores aqui, fazer a visita à Venezuela e testemunhar isso em Caracas. Portanto, eu sou a favor do parecer do Senador Romero Jucá, a favor da Venezuela no MERCOSUL, de pronto.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Tempo concedido ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. A Comissão de Relações Exteriores do Senado vai tomar, hoje, uma

importante decisão relacionada com a entrada da Venezuela no MERCOSUL.

O Senador Tasso Jereissati apresentou um parecer, onde analisa, com a maior profundidade e competência, aspectos relacionados ao assunto, sobre o qual a Comissão vai hoje deliberar. O parecer do Senador Tasso Jereissati é um trabalho que honra o Senado brasileiro, pelo seu conteúdo de pesquisa e estudos por ele realizados. O Senador Tasso Jereissati mostrou a interferência indevida do Presidente da República da Venezuela em assuntos do Poder Legislativo e Judiciário, o desrespeito mostrado pelo Presidente Hugo Chávez das liberdades políticas, principalmente no que concerne à atuação da imprensa. Existem evidências, e mostrou o Senador Tasso Jereissati, da interferência do Presidente Hugo Chávez em questões religiosas.

Sr. Presidente, uma das características que vem sendo visualizada no Presidente Chávez é seu deslumbramento. O deslumbrado se super valoriza, se coloca acima das pessoas e das instituições, passa a ignorá-las e a desrespeitá-las. A história mostra que os mais conhecidos ditadores do mundo viveram fase de grande prestígio e deslumbramento, quase sempre seguida pelo caos e pela depressão.

O Presidente Hugo Chávez, nas suas relações com os Poderes Executivo e Judiciário do país, bem como com a imprensa e até mesmo com outros países, vem assumindo posições altamente desrespeitosas. O ilustre e competente Ministro Celso Amorim narrou nesta Comissão que o Presidente Chávez colocou, em um avião da Venezuela, o Presidente Zelaya, levou para Honduras, colocou-o dentro da Embaixada brasileira, sem qualquer consulta prévia ao Governo brasileiro. Nesse momento, Senador Jucá, nesse momento de deslumbramento do Presidente Chávez, ele levou ao mundo a seguinte mensagem: "No Brasil mando eu".

Sr. Presidente, partilho integralmente da análise do ilustre Senador Tasso Jereissati, sobre a atuação do Presidente Hugo Chávez e seu pouco respeito pelos princípios que regem o Estado democrático.

O ilustre Senador Romero Jucá apresentou a esta Comissão um relatório também muito bem elaborado, onde analisa com profundidade e competência diversos aspectos da entrada da Venezuela no MERCOSUL.

A Venezuela, Sr. Presidente, é o sexto país mais populoso da América Latina, e seu PIB fica atrás somente do PIB do México e da Argentina.

Em 2008, a Venezuela representou o segundo maior saldo comercial do Brasil. Nos últimos 10 anos, o volume de nossas exportações para lá aumentou 858%. Nosso superávit comercial atinge quatro, cinco bilhões

de dólares, mantendo um ritmo de crescimento muito superior ao de outros clientes tradicionais do país.

O Brasil se tornou o segundo maior fornecedor de automóveis e de eletrônicos para a Venezuela; o terceiro de máquinas e equipamentos; o quinto de alimentos; e o sexto de produtos farmacêuticos. Sob o aspecto estatístico, a Venezuela já responde por 10% de nossas exportações totais de medicamento; de 8% das exportações de máquinas e materiais elétricos; de 7% de nossas exportações de automóvel.

Soma-se a isso o fato que, de acordo com os dados do Banco Central do Brasil, entre 2001 e 2005, quintuplicou a presença no mercado da Venezuela de empresas brasileiras nacionais e multinacionais aqui sediadas. O resultado de tudo isso é que, em 2008, o superávit com a Venezuela respondeu a 20% do superávit comercial do Brasil.

Tudo isso, Sr. Presidente, pode se perder [soa a campainha] – eu vou terminar –, caso não haja permissão para a Venezuela integrar no MERCOSUL. Isso porque, com essa expectativa, a Venezuela abandonou a comunidade andina das nações. Contudo, até este momento, as nossas exportações vêm sendo beneficiadas por tarifas preferenciais, ainda decorrentes do acordo de complementação econômica nº. 59, firmado entre o MERCOSUL, quando a Venezuela ainda era membro desse bloco.

Prejudicada a adesão da Venezuela do MERCOSUL, eu quero chamar atenção dos Srs. Senadores, perderemos, já em 2011, as preferências tarifárias, e os produtos brasileiros, que estariam isentos de tarifas, serão majorados em percentuais que, muito provavelmente, vão inviabilizar a exportação de alguns deles.

Os automóveis, por exemplo, terão suas tarifas reajustadas de 23% para 35%; os frangos congelados, de 13% para 20%; os pneus, de 0% para 15%; os bovinos, de 4% para 10%. Isso apenas para citar alguns daqueles produtos.

Desnecessário, Sr. Presidente, que os impactos sobre a economia brasileira serão perversos, caso isso realmente venha a ocorrer.

Sr. Presidente, para terminar, como disse anteriormente, eu concordo plenamente com a análise feita pelo Senador Tasso Jereissati, em relação ao pouco respeito do Presidente Chávez em relação aos princípios de um Estado democrático. Eu discordo, entretanto, da sua conclusão. Entendo eu que o ingresso da Venezuela no MERCOSUL levará esse país a assumir compromisso com os princípios de um Estado democrático, premissa do MERCOSUL, e que, conseqüentemente, darão ao Brasil e a outros Estados membros maiores condições de exigir do presidente da Venezuela que

sejam honrados os princípios democráticos inerentes, os princípios inerentes ao Estado democrático.

Considero, pois, que a entrada da Venezuela no MERCOSUL pode contribuir para o fortalecimento da democracia na Venezuela. No que concerne aos aspectos financeiros e econômicos, a não entrada da Venezuela no MERCOSUL, como disse anteriormente, poderá ter impactos extremamente perversos para a economia brasileira.

Por esse motivo, Sr. Presidente, eu voto favoravelmente ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Dornelles. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Esta matéria chegou ao Senado depois de praticamente um ano na Câmara, um ano na Câmara, aprovada na Câmara, depois de muitos debates, e não foi diferente aqui no Senado.

Participei, Senador Azeredo, de todas as audiências realizadas. Com as duas visões. Contra, para depois, para já, enfim, dou um testemunho de que, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, foi travado um bom debate; com profundidade esse debate. Culminou com a vinda do prefeito de Caracas. A principal cidade, além de capital, do ponto de vista da geopolítica, da importância política, cinco milhões de pessoas vivem em Caracas.

O prefeito veio aqui. É o principal, hoje, é o principal líder da oposição. E eu quero, outra vez, dialogar com o Senador Tasso Jereissati, porque nós não podemos apagar o que disse o líder da oposição, prefeito de Caracas, acerca do Presidente Hugo Chávez, do governo. Mas vamos ao ponto, sobre o MERCOSUL. O que disse o prefeito, ali, onde está sentado o Senador Suplicy? Sobre o MERCOSUL, o que disse o prefeito?

E aí os jornais de ontem, na Venezuela, transcreveram toda a sua opinião. Não cortaram. E eu quero dizer aqui. Eu quero lembrar aqui. Diz, sobre o MERCOSUL. Criticou as prisões, desrespeito, falou à vontade, com liberdade. Mas, sobre o MERCOSUL, aqui os jornais de Caracas. “Sugiro...” Diz o Prefeito, Senador Tasso Jereissati. “Sugiro aos senadores que se incorpore o Estado da Venezuela ao MERCOSUL”. Diz o resto: “Pois uma coisa é o Estado, e a outra coisa é seu governo”. E o resto, em seguida: “O Estado é permanente, e os venezuelanos não podemos ser castigados pelos erros e pelos procedimentos inconstitucionais que comete o Presidente da República”.

É isso. Não, ponto, parágrafo, acabou. Esta... Aí já é o jornal que diz: "É a proposta que formulo...". Outro parágrafo. Não é do jornal, é dele. "Esta é a proposta que formulo... Que formulou...", esse é o jornal. O alcaide Antonio Ledezma aos senadores brasileiros. É isso.

Sobre a Venezuela, Senador Agripino. O líder da oposição foi claro. Mais na frente, ele diz: "Não isolem Hugo Chávez". Está aqui transcrito num jornal não brasileiro. E foi isso que ele disse sobre o MERCOSUL.

E quero destacar o relatório do Senador Jucá, muito bem elaborado. Como o relatório do Senador Tasso, também, bem elaborado. Mas tem aspectos que são relevantes, e eu vejo posicionamentos diferentes, porque o posicionamento recente no programa Roda Vida, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ele defende a Venezuela. Essa Venezuela presidida por Hugo Chávez. O presidente... O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nós temos uma grande responsabilidade. Nós não pomos... Evidente que nós devemos colocar a conduta, a postura, os posicionamentos do Presidente Hugo Chávez. Eu quero chamar atenção, mas nós estamos tratando, aqui, de uma estratégia, do fortalecimento de um bloco da América Latina, Presidente Azeredo. É o bloco. Não é de uma relação bilateral, mas é de uma relação de um bloco importante, que sofre pressões de outros blocos econômicos. Pressões fortíssimas.

Nós precisamos fortalecer a América Latina. Ah, está fraca? Vive... Há pouco, o Senador Tasso falou da debilidade do bloco. E a não adesão da Venezuela ajuda ou atrapalha? É claro que esta economia, a economia da Venezuela, o quinto produtor de petróleo do mundo ajuda o bloco, Srs. Senadores [soa a campainha]. E nós não podemos fazer o julgamento do Presidente Hugo Chávez, que tem mandato para começar e terminar. Nós precisamos trabalhar a importância estratégica da Venezuela, com sua economia, com a história do seu povo, com a cultura latino-americana. Isso é estratégico para o fortalecimento do MERCOSUL.

Nós, com a adesão, estamos construindo esse bloco, consolidando o bloco. Da mesma forma que o Senador Jucá falou da importância da Venezuela para seu Estado, eu quero dizer da importância da Venezuela para meu Estado, o Estado do Amazonas, que tem uma produção significativa na indústria eletroeletrônica que é comprada pela Venezuela.

Srs. Senadores, eu voto favoravelmente à adesão da Venezuela ao MERCOSUL, voto com o voto em separado do Senador Romero Jucá. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Pedro. Quem é o próximo, aqui? Senador Casagrande. Senador Tasso, primeiro, que é o relator.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Tinha antecipado apenas para dizer que não é com a ponta de alegria que eu vejo a enorme evolução do PT e da base do Governo pelas opiniões do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu acho que ele vai se tornar ainda o líder do PT [risos].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não tenho dúvida que o Jucá é capaz de conseguir isso. Jucá está nesse caminho.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Jucá já é o líder do próximo governo. Bem, Presidente, Senadores e Senadoras. Não há dúvidas, Sr. Presidente, com relação aos argumentos econômicos da integração e da inclusão da Venezuela no MERCOSUL. Não há dúvida. Já o relatório do Senador Romero Jucá, o voto do Senador Francisco Dornelles foram posições importantes, que caracterizaram a importância da inclusão da Venezuela no MERCOSUL.

A questão do Norte do Brasil. O Norte do Brasil, hoje, não se sente no MERCOSUL. A possibilidade de o Norte do Brasil se sentir uma região incluída na política de integração do MERCOSUL é uma questão importante e fundamental. E, sem dúvida, nós, como o país mais importante economicamente, ampliar este relacionamento é muito importante.

Então, não há dúvida com relação às questões econômicas. A dúvida que tem, o debate que tem é com relação à questão política. E, aqui, já quero parabenizar a instituição Senado, a Comissão de Relações Exteriores, porque o debate que está sendo feito, aqui na Comissão de Relações Exteriores, já é um ponto importante, que rebate e repercute na Venezuela.

Se todos nós; todos nós, não, se a maioria, mesmo quem vai votar favoravelmente à inclusão da Venezuela, tem questionamentos ao modelo, à forma, ao jeito do Presidente Hugo Chávez, que eu tenho questionamentos, mesmo com esses questionamentos, nós vamos votar favorável, o debate, o rebatimento desse debate, lá na Venezuela, já ajuda a despertar o interesse da região sobre essa forma de governar do Presidente Hugo Chávez.

Então, primeiro, reconhecemos de que esse debate já é um ponto importante, positivo para aquilo que nós queremos de aperfeiçoamento não só da Venezuela, o que a gente pode querer como cidadão americano, mas de toda a América Latina, que é um trabalho que o Brasil deve fazer como líder da região. As outras questões, na política, que eu acho importante, assim, a Venezuela assinou o Protocolo de Ushuaia. Assinou. Dito aqui pelo... Ontem, confirmado pelo embaixador e reafirmado já por outros diplomatas que aqui estiveram. Então, esse é um ponto importante.

A outra questão, regra central e pilar central da minha posição e da posição de muitos aqui: nós estamos discutindo a Venezuela, nós não estamos discutindo o Chávez, simplesmente. Estamos discutindo a Venezuela. Se fosse avaliar só o Chávez, nós teríamos, também, muitas restrições. Nós discutimos a Venezuela, que, apesar de toda a tentativa de perpetuação, Chávez passará. Chávez passará. Então, não querendo me intrometer na Venezuela, no Governo da Venezuela, mas nós estamos discutindo a Venezuela.

Segundo, nós vamos estar mais próximos das decisões da Venezuela. O Brasil continuará sendo líder importante dessa região, e um líder tem que ter um papel de aproximação, de puxar para perto de si. A Venezuela, como um irmão que ainda está se decidindo, efetivamente, na consolidação do seu processo democrático, é fundamental que nós não abandonemos esse irmão. É fundamental que puxemos para perto e que possamos debater, discutir e construirmos um caminho da democracia na América Latina.

A democracia na América Latina ainda não é uma prática e um valor consolidado totalmente, pelo histórico de governos autoritários [soa a campainha] que nós tivemos aqui nessa região.

Então, é fundamental que nós brasileiros possamos ser, além de um Estado líder na área econômica, nós possamos ser líder na área política. Não líder para dominar, para ser soberano, é um líder para agregar, para puxar, para estabelecer prática, para cultivar práticas da democracia que nós tanto precisamos. É nessa visão de integração político-econômica e de posição do Brasil numa liderança humilde, de humildade no relacionamento da agregação, que meu voto, com todo respeito ao Senador Tasso, porque reconheço o trabalho feito, ao Senador Mozarildo, votarei no parecer do Senador Romero Jucá. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Casagrande. Com a palavra o Senador José Agripino e, em seguida, Antonio Carlos Valadares.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu não quero tecer considerações econômicas, porque eu acho que a manifestação na CNI já fala por si só. E, na hora em que o principal órgão da indústria brasileira manifesta-se contrário ao ingresso da Venezuela, porque adotou uma postura refletida; no mínimo, refletida.

Eu não precisaria nem recorrer ao que já acontece nas relações comerciais entre o Brasil e... Entre a Venezuela e os Estados Unidos. Quem é que não conhece, Senador Marco Maciel, as rusgas permanentes de Chávez com Bush, Chávez com Obama? No entanto, o campeão nas relações comerciais da Vene-

zuela são os Estados Unidos. Por uma razão básica, o que prevalece são os interesses de parte a parte. É o que comanda. É como o resto do mundo capitalista. É isso que interessa.

O que me preocupa, e aqui eu quero me referir a duas coisas, uma falada pelo Senador Dornelles, que falou sobre o deslumbramento do Chávez, e outra sobre o que o Senador Casagrande acaba de dizer: "O Chávez passará". É minha dúvida, Senador Casagrande. Porque ele domina o Supremo Tribunal, a Suprema Corte da Venezuela, e o Congresso venezuelano suponho que tenha munhecado.

Ele está conseguindo tudo o que precisa, inclusive a reeleição indefinida. A menos que a gente consiga, neste episódio, produzir resultados permanentes. A menos que a gente consiga, agora, resultados permanentes. Eu vou votar contra nesta Comissão. Vou votar contra o ingresso da Venezuela. Mas votarei a favor no Plenário, daqui a uns dias, semanas, se duas coisas acontecerem. Se, como disse ao Senador Dornelles, o deslumbrado Presidente Chávez adotar uma postura de concórdia com o MERCOSUL e voltar atrás na sua postura com Israel, respeitando uma cláusula do MERCOSUL, clara, o MERCOSUL, Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina firmaram um acordo bilateral com Israel, que é um país que tem relações com o Brasil atávicas.

A criação do Estado de Israel ocorreu pelas mãos de Osvaldo Aranha, na ONU. A colônia judaica no Brasil é expressiva, forte. Nós temos relações robustas e muito interessantes com Israel. Mas, independente disso, o MERCOSUL tem o acordo bilateral.

É notório, Senador Tasso Jereissati, que o Presidente Chávez expulsou o embaixador e toda a Embaixada, os membros da Embaixada, expulsou, foram tangidos para fora. Como é que eles agora querem participar de um bloco econômico que tem como cláusula pétrea o respeito, o endosso aos acordos bilaterais preexistentes?

Então, se ele tomar a atitude, declarar daqui até lá no Plenário: "Não, eu vou, em nome do ingresso no MERCOSUL, que é uma coisa que interessa ao povo venezuelano, ao povo venezuelano, por quem eu tenho maior respeito, eu vou voltar atrás e vou reatar relações com Israel, vou firmar o documento em que o MERCOSUL, como bloco, tem uma posição de acordo bilateral mantido com Israel". Está resolvido.

Segundo ponto, a cláusula democrática é fundamental, Senador Casagrande. É fundamental. Do contrário, a história de vida dos senhores, aqui, não vale a pena. Não vale a pena. A luta pelos pressupostos democráticos. Quem é que não sabe... O tão mencionado prefeito de Caracas esteve aqui e, a par de pedir

a aprovação do ingresso da Venezuela no MERCOSUL, em nome do fim de um isolamento, ele explicitou [soa a campainha] uma série de agressões ao regime democrático na Venezuela. Dentre os quais, agressão a Direitos Humanos com a prisão, presos políticos.

Tão fácil seria, e eu voto a favor, voto, se o Presidente Chávez chegar, daqui a 15 dias, daqui a um tempo e dizer: "Em nome da cláusula democrática respeitada, que é cláusula pétrea para ingresso de um país no MERCOSUL, eu estou convidando uma delegação da OEA para fazer incursão na Venezuela, para investigar as denúncias de agressão aos Direitos Humanos".

Faça as duas coisas, que eu voto tranquilamente, porque nós teremos dado passos no sentido de um recuo, de posições que são muito intransigentes, de um governante que só trabalha no rumo--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Porque a OEA--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Um instante só. Só trabalha no rumo de contrariar os interesses do povo brasileiro. Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Porque a OEA e não o MERCOSUL?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Por uma razão muito simples, Senador. Teria toda razão, se fosse do MERCOSUL. O MERCOSUL não atua em Direitos Humanos. Eu estudei esse assunto. O MERCOSUL não atua em Direitos Humanos. O órgão da América que atua diretamente em Direitos Humanos é a OEA, que está prontinha para atuar. Está prontinha para atuar. Se ele desse uma sinalização, sinalize, a OEA está convidada a vir a Caracas para investigar os casos de denúncias de Direitos Humanos. Voto, na hora, a favor.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Agripino, o protocolo constitutivo do MERCOSUL, relativo ao Parlamento do MERCOSUL atribui à Comissão de Relações Exteriores do MERCOSUL a atribuição de verificar a situação dos Direitos Humanos nos países que fazem parte do MERCOSUL, sendo obrigado, inclusive, a emitir um relatório anual sobre essa condição.

Eu falo isso em razão da pergunta que lhe fez o Senador Pedro Simon. Há um órgão do MERCOSUL, dentro do Parlamento do MERCOSUL, encarregado dessa verificação e desse informe. Anual, inclusive.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senador Geraldo Mesquita, eu consultei o Itamaraty sobre isso. Agora, até pelo fato de a Venezuela não estar participando do MERCOSUL, eu acho que o árbitro, para analisar esse tipo de questão, até a votação, seria o órgão que está à disposição, a OEA.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O regimento... Só um pouquinho [soa a campainha]. O regimento prevê--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Se for possível o MERCOSUL entrar, o MERCOSUL e a OEA. Agora, que ele convide, que ele convide.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O regimento prevê, inclusive, que essa verificação pode ser feita nos Estados associados, desde que a Mesa diretiva do Parlamento autorize.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Ou a OEA... Convida membro da Comissão, aqui, das Relações Exteriores daqui. O que me interessa dar um passo para frente no rumo do cumprimento de exigências do bloco MERCOSUL, que é a cláusula democrática? Aí entraria ou a OEA, como me foi dito ou essa Comissão do MERCOSUL para investigar os casos de agressões a Direitos Humanos.

E, no caso do deslumbrado, por que não concordar, até para não passar a imagem deslumbrado, remitente? Por que não concordar com um recuo tático, com o acordo bilateral feito do MERCOSUL com Israel? Que deve ter sido feito, porque é importante para o bloco. Se essas duas coisas forem feitas, são duas coisas de pequena monta, eu voto tranquilamente a favor.

Agora, fora isso, eu estarei dando uma contribuição, no meu entendimento, a uma quebra dos princípios do MERCOSUL. Estarei dando a minha contribuição para o futuro. E nessa eu não quero entrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado. Senador José Agripino. Passamos. Agora, a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, é quase unânime o pensamento de que o Presidente Chávez pratica uma política individualista, do ponto de vista interno, e, do ponto de vista externo, temerária, com uma atuação marcada pelo divisionismo.

E o relatório do Senador Tasso Jereissati foi muito preciso a respeito desse assunto, entrou em profundidade na questão política, e nós todos não podemos deixar de reconhecer o trabalho exitoso, profundo, brilhante do Senador Tasso Jereissati.

O relatório do Senador Romero Jucá reconhece as fragilidades políticas do Presidente Chávez. E o relatório foi reforçado pela palavra balizada do nosso colega, que tem o respeito de todos nós, Senador Francisco Dornelles, que reconheceu esse panorama de dificuldades políticas, de antipatias aos procedimentos discricionários do Presidente Chávez.

É possível, e aqui já se falou, que, com a entrada da Venezuela no bloco, no nosso bloco econômico, quem sabe, nós poderemos aumentar o nosso relacionamento econômico, e ele será, se continuar com essa sua doutrinação bolivariana, será voz isolada no bloco econômico do MERCOSUL.

E há, como o Senador Geraldo Mesquita se referiu, normas bem claras a respeito do comportamento dos membros do MERCOSUL. Nenhum membro do MERCOSUL pode agir individualmente, em prejuízo do bloco, porque as decisões, elas não são individuais, elas são coletivas.

A União Européia, Sr. Presidente, para aceitar o ingresso de qualquer país, faz debates calorosos, como aqui nós estamos fazendo no Senado Federal. Os debates aqui travados repercutem não só na Venezuela como no mundo inteiro.

O Senado Federal não poderia deixar de fazer essa discussão pormenorizada, inclusive para fortalecer o sistema democrático da Venezuela. Nisso eu quero parabenizar o trabalho da oposição aqui no Senado Federal. Temos que reconhecer [soa a campainha] que isso vai render bons frutos. Aprovando o ingresso da Venezuela, o Brasil continuará participando deste debate internamente no MERCOSUL, exigindo providências no respeito aos Direitos Humanos, no respeito às cláusulas do acordo da Venezuela com todos os membros do MERCOSUL e para fortalecer a democracia no continente sul-americano.

Tenho certeza, senhor. Há quem diga que a entrada do Sr. Hugo Chávez, ou melhor, da Venezuela, pode ser o desaparecimento do MERCOSUL. Quem sabe, com sua entrada, a Venezuela vai ganhar politicamente, com a abertura democrática mais acentuada e, também, com ingresso de outros países que ainda estão em dúvida da participação no MERCOSUL.

Portanto, Presidente, eu quero parabenizar e saio daqui, tenho certeza absoluta, mais consciente do papel que cada um de nós deve exercer nesta Casa. A oposição exerceu com dignidade seu papel, que é reconhecido pelo Governo, mas, infelizmente, eu não posso votar com a oposição. Eu votarei com o Brasil. Votarei, em respeito às relações econômicas mantidas pelo Brasil com a Venezuela, pelo histórico, pelo passado de uma boa relação bilateral com a Venezuela.

E vamos construir, dentro do MERCOSUL, uma individualização, harmonização, no sentido do fortalecimento da democracia interna na Venezuela. Agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Vamos ouvir, agora, o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu gostaria de salientar a emoção que eu tenho ao falar sobre essa matéria. É um assunto a que eu me dedico desde jovem. Presidente da junta governativa da UNE, nós realizamos o primeiro Congresso de Estudantes de Direito da América Latina, para debater as questões da América Latina, 1958.

E ali foi aprovada uma moção por unanimidade. Disse que era uma entidade que representasse os países da América do Sul e que buscasse a unificação desses países da América do Sul.

Como Ministro da Agricultura do Presidente Sarney, eu acompanhei esse trabalho desde seu início. Eu venho do Rio Grande do Sul, e nós do Rio Grande do Sul pagamos um preço muito caro por essa inconformidade do Brasil com a América Latina. Durante meio século, defenderam a tese de que a guerra da Argentina com o Brasil era inevitável. E, durante meio século, metade do Exército brasileiro ficou na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina. Alegrete tem seis quartéis. Uruguaiana tem cinco quartéis do Exército. Santiago tem seis quartéis. O Rio Grande do Sul, o trem é bitola inscrita, porque na Argentina é bitola e de Santa Catarina para cá é bitola larga. Então, nosso é bitola estreita, para, quando a Argentina nos invadissem, tivesse mais dificuldade em entrar no Brasil.

Até hoje, 100 quilômetros na fronteira com a Argentina não pode ter fábrica, não pode ter indústria. E a região mais rica e mais próspera do Rio Grande do Sul, que era a fronteira do Rio Grande do Sul, hoje é quase que eu diria uma miséria.

Então, essa integração a gente sempre defendeu. Mas o que eu vejo nisso é que o Brasil sempre foi visto com antipatia pela América. Português, os outros todos falam espanhol. Um país de continente, do tamanho de um mundo. Quando a gente discutia nos congressos, eles respondiam o seguinte: "Mas vem cá, mas não é americanos e norte-americanos que mandam lá, não sei quê? É, mas eu prefiro os norte-americanos do que os brasileiros". Quer dizer, o brasileiro quer substituir o americano.

Então, havia uma antipatia generalizada contra o Brasil. O Sarney teve um grande papel. O Presidente Sarney iniciou. E, modéstia à parte, como seu Ministro da Agricultura, eu participei. Quando começaram a fazer a nova República, tem que ter uma movimentação diferente. O regime militar teve, respeitou o Itamaraty. E justiça seja feita, o Itamaraty, no regime militar, teve independência, atuou, avançou e deu prioridade à integração com a África.

Então, o que vamos fazer na nova República? Porque a tese que surgiu foi da integração na América Latina. Você estava lá, como chefe da Casa Civil,

como Ministro da Educação. Então, vamos fazer essa integração.

Convidado para a reunião, eu fui um dos primeiros que disse: "Presidente Sarney, não adianta querer fazer a integração da América Latina, não adianta fazer qualquer reunião, se, antes, não houver um diálogo [soa a campainha], um entendimento Brasil e Argentina. Se nós não nos acertarmos, o Brasil com a Argentina, o resto não sai nada". Como é que vamos conversar? Presidente Alfonsín, um grande cidadão, mas introvertido. E o Ministro das Relações Exteriores da Argentina é um sujeito antipático, grosseiro, sem nenhuma [ininteligível]. Aí fomos falar Presidente Sarney, o Ministro das Relações Exteriores e eu, Ministro da Agricultura, fomos falar no Uruguai com o Presidente Sanguinetti. Ele que depois era Ministro das Relações Exteriores, que, depois, foi Presidente do Banco Interamericano.

Aí o Uruguai, o Sanguinetti teve o grande papel de fazer a ligação do Brasil com a Argentina, fazer a integração dos dois países. E as primeiras reuniões foi Brasil e Argentina com o Uruguai. E daí surgiram os entendimentos, e fomos adiante, e surgiu o MERCOSUL, que era para ter mais gente. O Chile não entrou, porque o Chile estava em lua de mel com os Estados Unidos, acordos formidáveis, e era muito melhor para ele ficar lá do que ficar do lado de cá. Aí iniciou o MERCOSUL.

Eu acho, Sr. Presidente, com toda sinceridade, eu assino tudo o que o Senador Tasso Jereissati falou. Tudo que ele escreveu eu estou de acordo com ele. Tudo. E, quando ele cobra das pessoas, e, entre elas, eu me incluo, que viveram aquele regime do arbítrio, da ditadura, e como é que vê essa situação agora? É claro, eu, como o Senador Tasso Jereissati, assino seu manifesto nesse sentido e acho que nós temos que ver com a maior restrição, com a maior resistência, com a maior mágoa o que está acontecendo na Venezuela. Se depender de nós, vamos terminar.

Aliás, nesse sentido, estou lendo no jornal que o nosso líder do Governo está indo para a Venezuela, acompanhando o Presidente. Já pode levar mais alguém, já começa a fazer as negociações. Já que ele está lá, acho que ele pode ali, com o Presidente Lula e com o Presidente da Venezuela, que vá mais alguém, e aquilo que, de certa forma, era para ser feito, independente de não ter sido aprovado, ele pode fazer. Da minha parte, ele já tinha potencial nesse sentido.

O que eu digo é o seguinte, tem razão, Senador Tasso, tudo o que ele disse tem razão. Mas eu me sinto, acho que estou ficando velho demais, eu não tenho mais o poder de argumentar, outro dia, eu fui fazer um discurso... O Tasso ficou bravo comigo, e, no fundo, fui ver que eu que errei na minha maneira de fazer, depois

pedi desculpa, mas eu vi que não, eu não sou mais o mesmo. A velhice. Está na hora de eu ir para casa. Mas o que eu queria dizer é uma coisa muito singela.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas está cada vez melhor, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Estamos vivendo uma hora muito importante. Olha a maravilha dos Estados Unidos, da Europa. Várias razões pelas quais essa crise que estourou no mercado financeiro americano, porque espalharam dinheiro à vontade para casa e não sei mais o quê, e os bancos americanos, por um dólar, financiavam cento e tanto. Não estourou como devia estourar, como sempre estourou na crise da Argentina, na crise da China, na crise da Rússia, não estourou. O Mercado Comum Europeu já está diferente, porque a Europa agiu com sentimento.

Até na Inglaterra, que é ali cachorrinho do americano e que faz tudo, não pôde fazer. Porque a Alemanha, porque a França, porque... E eles têm poder. O euro, hoje, é uma moeda que vale mais do que o dólar. Então, as coisas estão... Se pode acontecer lá, se lá eles estão unidos, imagine se nós vamos analisar, aqui, como é que a França aceita a Alemanha, que invadiu duas vezes e tomou conta de Paris? Como é que a Inglaterra aceita a Alemanha, se foi bombardeada e quase reduzida a zero, Londres e tudo mais. Mas eles colocaram essas questões de lado, e, no início, era horrível.

Quando a gente fala, a gente se queixa, nós do MERCOSUL: "Mas está muito ruim essas reuniões, a gente não sai, a gente não consegue andar". Os europeus dizem: "Mas lá também foi assim". Lá foi assim durante muito tempo. E, hoje, o Congresso europeu é muito mais importante que a Câmara dos Comuns da França [soa a campainha] ou da Inglaterra ou que a Assembleia França. O euro é a moeda mais forte que tem. O resto desapareceu.

Então, nesse momento, eu aprovo todo o parecer do Senador Tasso. E, como membro do MERCOSUL, eu me responsabilizo. Aprovada a entrada da Venezuela, entrou a Venezuela, eu me proponho a ser dos primeiros que vai propor que uma Comissão do MERCOSUL, de parlamentares do MERCOSUL, vá à Venezuela cobrar tudo o que ele está falando. Vá na Venezuela cobrar tudo o que está sendo feito. Vamos sair da primeira coisa, eu me proponho a ser o primeiro a assinar, claro que não sou, porque tem gente mais importante do que eu, não vai deixar ser, mas eu vou assinar que no MERCOSUL... Podermos até tomar essa decisão já, agora. Aprovado, nós vamos fazer uma comissão para ir lá cobrar essas coisas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas nessa V. Exa. vai, não é? Nessa comissão V. Exa. vai à Venezuela junto conosco? Porque na outra...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Depois de entrar, eu vou. Porque aí é tranquilo. Agora, antes de entrar, eu não sou louco. Eu vou lá, uma briga que vai estourar, não sei como é que termina.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Nesta confissão que V. Exa. propõe, do MERCOSUL.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não... Eu... Com 80 anos, que segurança eu tenho?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É importante sua presença nesta do MERCOSUL.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então, o que eu quero dizer... Eu gostaria que meu amigo Tasso pelo menos entendesse minha posição. Pelo menos entendesse. O que está acontecendo na Venezuela... Espera aí um pouquinho. É tudo grave. É. Mas, alguns anos atrás, nós estávamos aqui discutindo que... Nós estávamos discutindo um pacto da ditadura, da ditadura do Brasil com a ditadura da Argentina, com a ditadura do Chile, com a ditadura do Uruguai, com a ditadura do Paraguai, que era o Cone Sul da América Latina, que era, no mundo, a zona mais vergonhosa de ditadura, de tortura, de violência e tudo mais. Quer dizer, isso nós conhecemos. Isso nós conhecemos e sabemos que é assim. Nós temos competência de lutar contra ele.

O que eu vejo é o seguinte: esse Hugo Chávez desaparece. Amanhã ou depois, ele termina [soa a campainha]. Cá entre nós, quem começou essa história toda foi nosso querido amigo Fernando Henrique. Se não tivesse votado a reeleição dele, naquela hora que votamos a reeleição dele, pegou a moda, e todo mundo começou a votar reeleição. Esse mérito do Lula. Justiça seja feita, porque o Lula não aceitou a tese da reeleição. Esse mérito ele tem. Porque com [ininteligível] de 80%, se tivesse feito um carnaval de reeleição, nós estaríamos discutindo essa questão. Mas eu não tenho nenhuma dúvida. Esse Presidente da Venezuela acaba e acaba mal.

Agora, o que nós temos que falar é com uma sensibilidade tranquila. O que vai sair da decisão nossa, rejeitando a Venezuela? O parecer do Senador Tasso é muito claro. Ele não está rejeitando, ele está querendo que se façam algumas questões, que a Venezuela cumpra alguns compromissos, antes de entrar. Isso está muito claro, aqui. Mas a gente sabe que o que vale não é o fato, é a versão do fato. E a versão do fato, a nível internacional, é o Senado brasileiro vetou a entrada da Venezuela.

Então, nós vamos ser os responsáveis pela Venezuela não entrar. E é o que vai ficar. É o que vai ficar.

E, daqui 10 anos, ninguém mais se lembra do Hugo Chávez, nem o que era nem o que não era. Mas a nossa decisão vai ficar para o resto da vida. Vai ficar para o resto da vida.

Então, eu acho que, deixando claro, podemos assinar uma moção aqui, eu gostaria de assinar uma moção, à margem disso, por exemplo, se for aprovada, assinar uma moção nossa: "Votamos a favor, mas queremos dizer que somos contra o que está acontecendo, mais isso, mais isso, mais isso que tem que mudar". Até porque vamos ser claros: "Só pode participar do MERCOSUL democracia". E, modéstia à parte, o MERCOSUL, com todos os erros, já deu exemplo. Iam instalar uma ditadura no Paraguai, o Presidente do Paraguai foi afastado, iam tirar o Vice-Presidente, botar uma ditadura, o Lula e o Presidente da Argentina interferiram e--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Fernando Henrique.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Fernando Henrique, perdão. E o Presidente da Argentina interferiram e disseram: "Não. Ou assume o vice ou vocês caem fora do MERCOSUL". E assumiu o vice. Quer dizer, isso já aconteceu. Quer dizer, o MERCOSUL já deu um exemplo de garantia da democracia.

Eu concordaria, Senador Tasso, de nós fazer... Eu gostaria. Se, por acaso, for aprovado o ingresso, vamos assinar o memorial aqui de cobrança. "Assinamos a favor do ingresso, mas queremos isso, mais isso, mais isso que está errado e que esperamos que seja mudado." É isso que eu queria dizer, com profunda sinceridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon. Seguramente, vai ser necessário fazer esses grupos do MERCOSUL. Aí vamos ver o que nós podemos fazer. Próxima inscrita é a Senadora Rosalba. Permuta com o Senador Heráclito Fortes. Então, Senador Heráclito Fortes. Depois Senador Flexa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, é evidente que o que se discute aqui, exaustivamente, nesta Sessão, não mudará um voto, nem contra nem a favor. Todos já chegaram aqui com suas convicções. Lamentavelmente, não serviu para formar opinião algumas sugestões e alguns requerimentos feitos pelos próprios colegas, pelos próprios senadores.

Por exemplo, há um requerimento de dois colegas que pedem um parecer da OEA sobre a situação da Venezuela. O parecer faz parte do relatório do Senador Tasso Jereissati. E precisa-se ver o que diz esse relatório a respeito da democracia praticada no país vizinho.

Segundo lugar, solicitou-se, aqui, a presença do prefeito de Caracas. Os argumentos que nós temos para mostrar e demonstrar a inconveniência da Venezuela, no momento, integrantes do MERCOSUL nos foram dados pela própria base, por aqueles que querem defender, a qualquer custo e a qualquer jeito, a presença imediata do Sr. Chávez no MERCOSUL.

A presença do prefeito de Caracas aqui deve ter sido um banho de água fria nos autores da ideia da sua convocação. Mas, nem por isso, modifica a convicção de cada um. E usam como argumento o fato da Venezuela, através de a imprensa colocar nas primeiras páginas, a posição do prefeito, dando a falsa ideia de que é uma posição favorável ao Chávez.

Esqueceram-se de dizer, aqui nesta Casa, que os jornais que fazem essa divulgação são, até por obrigação ou por falta de opção, favoráveis ao Governo do Sr. Chávez.

Nós temos argumentos para contestar esse acesso, esse ingresso imediato, quer seja pela questão política, quer seja pela questão econômica, se a lógica prevalecer. É só uma questão de opção. A questão econômica, ela é mais grave. O MERCOSUL, ao ser criado, já criou prejuízos irrecuperáveis para o Brasil, mas vamos esquecer o Tratado de Ouro Preto. Vamos para as consequências posteriores.

Eu quero lembrar que, três anos atrás, aproximadamente, o Chile quis participar do MERCOSUL. E os países fundadores foram contra, porque o Chile não se adaptou, não quis se adaptar às cláusulas tarifárias. Como é que agora nós vamos abrir mão para a Venezuela? Ao abrir mão para a Venezuela--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Há um equívoco, com todo respeito, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, Excelência.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O MERCOSUL sempre só faltou se ajoelhar aos pés do Chile para ele entrar. Ele, Chile, é que não quis entrar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porque não se adaptava às cláusulas tributárias, tarifárias.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, ao contrário. Ele não quis entrar--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não se adaptou. Tinha prejuízo, atendendo à regra do jogo. Como é que nós vamos abrir mão agora para a Venezuela? Nós temos que chamar o Chile, pedir desculpa pela decisão anterior, e nós não vamos ter o direito, a partir de agora, de exigir que nenhum país cumpra todo aquele questionamento técnico exigido para as novas adesões. É só uma questão de opção.

Mas, Senador Simon, vamos ser bem práticos e bem pragmáticos nessa questão. Se quisermos ver o retrato da expectativa que se gera no país a respeito da Venezuela entrar ou não, fomos visitar os corredores da FIESP, que é a porta-voz do empresariado, que maior conexão tem com o país, com a Venezuela. E aí você vê uma coisa interessante. Durante três, quatro meses, os empresários... Não estou falando dos grandes empresários. Eu estou falando dos pequenos empresários, que são sufocados, Senador Tasso Jereissati, lá no comércio da Venezuela.

Então, você vê, durante três, quatro meses, os funcionários... [soa a campainha] os empresários defendendo o ingresso da Venezuela. Estão com pagamento em dia ou querem receber o pagamento? Os mesmos, seguinte, são contrários, porque estão com o pagamento atrasado, e o Sr. Chávez ameaçava o empresariado brasileiro. Essas questões é que precisam ser vistas. Se defender, aqui, eminentemente a questão comercial, colocando de lado nossa soberania, é um erro grave. Nós estamos cometendo um erro de difícil reparação no futuro.

Quero lembrar mais aqui um fato: a questão dos Direitos Humanos. E a oposição questionou que o MERCOSUL tem, na sua estrutura, órgãos de defesa dos Direitos Humanos. Mas onde estão os parlamentares brasileiros que estavam no MERCOSUL, quando uma delegação de advogados venezuelanos foi para lá, para o Plenário do MERCOSUL, exigir dos membros daquele Parlamento que tomassem providências com relação ao sofrimento que o povo venezuelano está sofrendo, no que diz respeito ao cerceamento da democracia naquele país? Se usam, aqui, os argumentos, quando os argumentos são contrários, joga-se de lado. Não é possível.

Outra coisa inaceitável é se falar, aqui, em trazer ou se ouvir o Embaixador da Venezuela no Brasil, esse embaixador que agrediu o Senado da República e, quando ele agrediu o Senado da República, ele não agrediu apenas os que são contra a entrada da Venezuela no MERCOSUL, ele agrediu o Senado como instituição, ele agrediu a Casa como um todo. E não respeitou os que são contra e nem os que são a favor. Desrespeitou a instituição, porque respeito nenhum eles têm a ela, até porque o Senado da República venezuelana foi fechado, para atender aos caprichos do Sr. Chávez.

Portanto, meus caros colegas, sei que nada mudará essa decisão. E isso será um voto da consciência de cada um. Eu só espero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é que, depois desse brilhante relatório feito pelo Senador Romero Jucá, estudado e aonde se evoca diversas vezes o sempre inspirador de todos,

que é o Presidente Fernando Henrique. Eu só espero, meu caro Senador Mozarildo, que seu colega de representação, o Senador Romero Jucá, não passe por um constrangimento [soa a campainha], que eu espero que não aconteça, de o Chávez invadir Roraima. Aí eu quero ver o que Romero vai dizer ao povo daquele Estado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Vamos ouvir, agora, o Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, ainda depois, Arthur Virgílio, substituindo o João Tenório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eduardo Azeredo, eu ouvi atentamente a todos os senadores que se pronunciaram a respeito da votação da entrada da Venezuela ao MERCOSUL.

[falas sobrepostas]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Posso continuar, Senador Jucá? Posso continuar? Eu fico bastante intrigado, Senador Eduardo Azeredo, que nós estamos aqui me parece que num consenso, Senador Tasso Jereissati, num consenso. Todos nós, tanto os que declaram voto a favor da entrada imediata da Venezuela como contra, temos uma posição consensual de que a Venezuela não atende ou não atendeu os requisitos necessários para sua inclusão no MERCOSUL. Tanto que se pretende que seja feita a votação, permitindo a entrada, e, após, se faça uma missão de senadores àquele país, cobrando do Presidente Hugo Chávez que ele atenda, Senador Suplicy, às exigências que V. Exa. reconhece que não foram completadas.

Nós estamos invertendo a ordem dessa questão, estamos colocando a carroça à frente do boi. Por que nós vamos fazer a votação antes dele, do Governo da Venezuela, do Presidente Hugo Chávez cumprir com as suas obrigações junto ao MERCOSUL, nas informações? Por um capricho do Presidente Hugo Chávez? Porque ele faz questão de, de forma autoritária, ter sua adesão ao MERCOSUL da forma como ele quer, e não da forma como está previsto nos acordos dos países do MERCOSUL.

Eu tenho absoluta certeza de que nós estamos aqui, todos nós, conscientes, tomando uma posição que é importante para o futuro do nosso país. Lamento somente, Senador Eduardo Azeredo, que não tenhamos, aqui, hoje, o Senador Collor, que, ao longo desses meses, foi um defensor combativo da não entrada da Venezuela no MERCOSUL, com argumentos fortes, pela sua competência, pela sua inteligência.

Ele seria um aliado nosso, hoje, Senador Tasso Jereissati, na possibilidade de inverter os votos da base do Governo nesse aspecto. Espero poder contar com o Senador Collor no Plenário, quando formos lá,

Senador Wellington Salgado, votar, referendando ou não o que for aqui discutido ou aprovado na Comissão de Relações Exteriores.

Espero, sinceramente, que possamos ter o Senador Collor, defendendo a não entrada da Venezuela no MERCOSUL, como sempre fez, em todas as suas intervenções ao longo desse debate.

O Presidente Hugo Chávez tem demonstrado que deseja o MERCOSUL apenas como um estágio, um passo tático para sua [soa a campainha] integração bolivariana, de cunho indefinido e baseada em teses econômicas, sociais e políticas superadas.

Hugo Chávez não tem priorizado. Aí eu gostaria que o Senador Jucá estivesse aqui, para que pudesse me orientar melhor. Posso até... Pode até mudar meu voto, Senador Jucá. O Hugo Chávez não tem priorizado, em repetidos pronunciamentos, o MERCOSUL, como plataforma prioritária de inserção regional, ressaltando sempre a integração bolivariana e outros atores fora da órbita do MERCOSUL.

O receio é que esse procedimento sinaliza para a adoção de medidas unilaterais, conflitantes com os interesses do bloco. A união aduaneira, que é o MERCOSUL, negocia e assina acordos com diversos países e blocos do mundo, inclusive alguns que têm sido alvos da artilharia retórica e até de medidas concretas, restritivas do Presidente Hugo Chávez, como foi a questão aqui levantada pelo Senador Agripino.

Como ficariam as negociações do MERCOSUL, doravante, tendo como membro pleno um país cujo governante pode adotar restrições unilaterais que prejudiquem as negociações? Uma das salvaguardas do MERCOSUL é o Protocolo de Ushuaia, sobre o compromisso democrático. Mesmo havendo essas garantias, os riscos que o MERCOSUL correria, admitindo um membro que não se tem conduzido com a ortodoxia democrática que se pratica na maior parte do mundo, é muito grave.

É bem possível que a ação truculenta de Hugo Chávez traga riscos concretos de supressão de liberdades democráticas, e, por consequência, comprometimento da estabilidade do MERCOSUL.

Do ponto de vista político, surge a dúvida de que o novo membro não somaria nas discussões com os grandes parceiros comerciais do MERCOSUL. Ao contrário, pode representar mais um embaraço. Como diz o editorial da terça-feira passada de *O Estadão*, nenhum político [soa a campainha] responsável tem o direito de manter ilusões.

O jornal *O Globo* de hoje, em seu editorial, também afirma que é ilusão achar que o caudilho se curvará aos estatutos do MERCOSUL, onde consta a cláusula democrática. Ao contrário, ele tentará redesenhar o

acordo comercial à imagem e semelhança da ALBA, Alternativa Bolivariana para as Américas.

Sob todos os pontos de vista, quem perde é o Brasil e o MERCOSUL. A questão central é que, ao contrário do que diz o Palácio do Planalto, o acordo será, sim, com Hugo Chávez, cuja figura se confunde com o Estado venezuelano. Então, Senador Eduardo Azeredo--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa, queria uma cópia desse documento, depois, se V. Exa. puder...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Encaminharei a V. Exa., e V. Exa. poderá pedir as notas taquigráficas, que terá também. Mas eu quero dizer, terminando, Senador Eduardo Azeredo, que nós vamos tomar, hoje, uma decisão, aqui na Comissão de Relações Exteriores, que não é terminativa, porque terminativo será no Plenário do Senado, e que eu diria que é morte anunciada.

Nós, que defendemos não a não entrada da Venezuela, Senador Arthur Virgílio, que fique bem claro. Nós não somos contra a entrada da Venezuela. Nós aceitamos, queremos a entrada da Venezuela, desde que a Venezuela... Ou seja, o Presidente Hugo Chávez cumpra os pré-requisitos para que isso seja feito. Diferentemente do que quer o bloco do Governo, Senador Suplicy. Quer que ele seja admitido, para depois ele cumprir as [soa a campainha] exigências do MERCOSUL.

Eu voto contrário, voto a favor do parecer do Senador Tasso Jereissati, parabenizando, Senador Tasso, porque o parecer de V. Exa. foi um parecer em que V. Exa. se debruçou ao longo de vários meses, de vários meses. E fez uma peça que ficará nos anais do Senado Federal, para que, no futuro, Deus queira que isso não aconteça, lá no futuro, se houver aquilo que se imagina que possa acontecer com o Presidente Hugo Chávez no MERCOSUL, a Nação brasileira esteja atenta, pelo parecer de V. Exa., como eu disse, feito ao longo de vários meses, diferentemente do parecer do Senador Jucá, construído em 24 horas, para atender a vontade do Presidente Lula.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Eu ia pedir aos senadores para desistirem de falar, porque aí colocava em votação, e nós íamos ter resultado diferente. Mas o Senador Inácio já chegou, já complicou. [risos]. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu encaro com a maior seriedade a Sessão de hoje. E não duvido que seja essa a percepção dos demais senadores com as-

sento nesta Comissão. Comissão que atrai, inclusive, senadores de outras especialidades, enfim.

Hoje, nós estamos, a meu ver, e vou aqui colocar minha opinião, é uma coisa tão óbvia, porque eu não vou colocar a opinião de outra pessoa, eu só posso colocar a minha. Cada um coloque a sua, portanto. Estamos, hoje, antecipando a missa de sétimo dia do MERCOSUL. A tendência, com a entrada da Venezuela, será do isolamento do MERCOSUL, que já não vai bem das pernas, que não é uma prioridade do Governo atual. É um encargo econômico-financeiro para o Brasil.

O Brasil tem feito concessões incríveis, ao longo do tempo, para manter o MERCOSUL e aceita um Estado nacional governado por um homem que não tem compromisso com a cláusula democrática, que vai em marcha batida para instaurar uma ditadura no seu país e que trabalha com conceitos econômicos que tendem a levá-lo ao isolamento e, certamente, levarão ao isolamento o próprio MERCOSUL.

É uma decisão que estamos tomando. Aqui, é fácil saber, o Senador Azeredo, em tom de muito bom humor, falava da eventual maioria que a oposição teria neste momento. Mas nós sabemos até o resultado, sabemos quanto vai dar. Entendo que não foi em vão toda essa discussão, todo esse debate, porque diminuiu em muito o número de senadores que exaltavam as qualidades do Presidente Hugo Chávez, como se ele fosse um norte ou um guia condutor dos povos. Isso diminuiu. Isso caiu.

Hoje em dia, praticamente todos, as exceções são ilustres e raras, são exceções. Hoje em dia, todos os que ouvi aqui se manifestarem falam que, apesar de Chávez, a Venezuela deve ser admitida. Apesar de Chávez. Senador Jereissati me manda um bilhete extremamente arguto, inteligente, perguntando se seria possível a União Europeia se consolidar como se consolidou com Hitler dirigindo a Alemanha, Mussolini dirigindo a Itália, Franco dirigindo a Espanha, e eu acrescento, Portugal sendo comandado por Oliveira Salazar.

Eu vejo que teria um ovo de Colombo, com muita tranquilidade. Os argumentos foram ricos. O pronunciamento do Senador José Agripino foi brilhante. O pronunciamento do Senador Simon reflete sua alma pura, sua alma correta. Mas tem um ovo de Colombo. Por que a pressa? Por que não estabelecer uma área de livre comércio pura e simplesmente para se começar a conversar? Não haveria prejuízo, portanto, para tão decantada negociação comercial entre os dois países. Enquanto isso, a Venezuela teria todo o seu tempo para se adaptar às exigências democráticas e para se adaptar às exigências econômicas.

E, aqui, vai um elogio ao Governo brasileiro, como vai um elogio ao Governo do Uruguai. E não posso fazer o mesmo elogio ao Governo da Argentina, neste momento. As condições econômicas, macroeconômicas. O Brasil caminha para a inflação baixa e demonstra preocupação, que não está cumprindo com muita correção, com o equilíbrio fiscal. A Venezuela se sustenta a peso de estiolar a única riqueza natural que lhe foi prodigalizada, que é o petróleo.

A PDVSA piora a cada momento. Os poços de petróleo da Venezuela se empobrecem, porque não há avanço tecnológico a ponto de aproveitar de maneira correta [soa a campainha]. Mas eu pergunto, Sr. Presidente, se nós estamos ou não estamos, hoje, tomando uma decisão grave.

O Senador Simon e o Senador Heráclito travaram um debate muito interessante sobre a entrada do Chile. E os dois tinham, cada um, parte da razão. Mas o fato é que o Chile, querendo entrar, ele entra à hora que ele quiser, sem esse debate todo. A Venezuela entrará porque existe uma maioria disposta a fazê-la entrar no MERCOSUL. Não existe uma unanimidade a admitir seu ingresso. Isso, para mim, mostra que nós avançamos em muito.

Eu já cheguei a ouvir elogios aqui, e essas coisas eu esqueço, porque estimo todos meus colegas, cheguei a ouvir elogios àquela figura que usa sapato alto, da Coreia do Norte. Como se aquilo fosse uma expressão do anti-imperialismo, da luta contra o imperialismo americano, enfim.

Nós estamos diante de um momento muito sério. Nós estamos... A pergunta que faço é muito simples: o MERCOSUL, que tem um início torto, com cláusula de veto, com direito de veto, que impede que os países se desenvolvam a partir de acordos bilaterais, que tem sido um ônus para o Brasil, eu que entendo que é desejável que o Estado venezuelano um dia entre para o MERCOSUL, e as pessoas dizem: "Chávez um dia passará". Eu ouvi esse argumento de todos, até dos mais ilustres defensores do Coronel Chávez. Todos argumentam que Chávez passará. E eu nem quero que ele morra tão rapidamente assim, embora o destino de ditador, hoje em dia, Senador Inácio Arruda, seja inclusive a prisão na Espanha, como aconteceu com Pinochet. Eu não vejo diferença entre Fidel Castro, Pinochet, ditador é ditador. Atentado aos Direitos Humanos é atentado aos Direitos Humanos, seja praticado por gente de direita, de esquerda, de bola, de rebola, de carambola, de centro, de lado, de outro lado, de qualquer lado. Ditadura é ditadura, e eu advogo liberdade democrática para todos e advogo respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.

A vida de ex-ditador não é uma vida fácil, hoje. Um Juiz da Espanha pode prender um ditador. E todos os ditadores, sem exceção, acumulam fortunas no exterior. Todos, sem exceção. Não importa o discurso que usem, acumulam fortuna no exterior, porque toda ditadura leva, inevitavelmente, à corrupção daquele que controla o poder do Estado. Tenha o discurso que tenha. Tenha barba ou não tenha barba. Mas todos eles são, sem dúvida alguma, capazes de acumular fortunas pessoais, imaginando que terão, ao caírem, e todos caem um dia, terão vida farta no exterior.

Eu vejo que o Senador... O Coronel Chávez vai passar. Mas a pergunta que eu faço é se o tempo que ele permanecerá no poder permitirá ao MERCOSUL resistir [soa a campainha]. Se ele fica mais dois anos, três anos, dez anos, Senador Simon falava: "Daqui a 10 anos não se fala mais isso". A intenção dele é ficar, Senador Simon, mais do que 10 anos no poder. Ele pretende eleições ilimitadas. E eleições com cerceamento às campanhas eleitorais, com o Congresso, que é a imagem e semelhança dele, que não tem uma oposição atuante, como teve aquela contra Fernando Henrique, tem esta contra Lula, neste momento. E num dia nem contra Fernando Henrique, nem contra Lula, uma que fiscalizou Fernando Henrique e outra que fiscaliza Lula. E a outra que fiscalizará quem quer que vença a eleição.

Lá isso não existe, à luz do dia. Há um clima de coação às pessoas que divergem do poder. E, se o poder não é mais autoritário e mais absoluto ainda, é porque as condições práticas não foram dadas ainda ao Coronel, que gostaria muito de exercer o poder autoritário e ilimitado sobre a Venezuela.

Eu voto com a maior tranquilidade. Os argumentos todos, Senador Jereissati, que V. Exa. arrolou são argumentos com os quais eu concordo [soa a campainha]. Seguiremos sua orientação e peço a V. Exa. um pouco de tolerância, Sr. Presidente.

Os argumentos todos que V. Exa. arrolou são argumentos da maior sensatez. Eu voto com a maior tranquilidade. Eu recebo pressão de empresários do meu Estado, que dizem: "É bom para o Amazonas". É bom para o Amazonas que nós tenhamos o fortalecimento da democracia no subcontinente latino americano. O argumento do Dr. Marcondes Neto, empresário, se contrapõe do Armando Monteiro. Marcondes Neto diz, apressadamente, que o comércio depende disso. E eu pergunto: "Então, por que não área de livre comércio, se estamos falando apenas de comércio? E por que floresce o comércio da Venezuela com os Estados Unidos, se há um antagonismo tão grande e ideológico entre Chávez e o Presidente Obama, agora, e muito maior, antes, entre ele e o Presidente Bush?"

Por quê? Por que não se fazer área de livre comércio? Armando Monteiro diz que não, que nós devíamos partir pela área de livre comércio. E, a partir daí, darmos passos mais ousados pelo merecimento do parceiro que integraria conosco o MERCOSUL.

Eu, sinceramente, vou encerrar dizendo que eu não creio no MERCOSUL. Não acredito que o MERCOSUL floresça. Vejo que o MERCOSUL se desintegrará, e vamos ver quem está com a razão. Vamos ver, no futuro, quem está com a razão. Espero, sinceramente, que o errado seja eu. Espero, sinceramente, que o equivocado seja eu, que o equívoco seja meu. Espero, sinceramente, que seja uma coisa muito boa para o Brasil e até, absurdamente, aos meus modestos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Com a Venezuela. Eu não acredito no MERCOSUL já sem a Venezuela, muito. Não foi uma prioridade do atual Governo o MERCOSUL. Com a Venezuela, eu acredito no isolamento do MERCOSUL. Mas acredito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que a decisão grave que estamos tomando, neste momento, com resultados previsíveis, se todos votarem, sabemos, homem experiente como o Senador Romero Jucá sabe quantos votos haverá para cada lado.

E vamos ver no Plenário como a coisa se desenrola. Mas eu voto com a maior tranquilidade, com a mesma certeza com que votei contra a prorrogação da CPMF. Com a mesma certeza com que costumo dar os meus votos. Votos que podem ser equivocados aos olhos de alguns, e eu respeito as posições em contrário, até porque, ao contrário de Chávez, eu sou um democrata que pratica a democracia e respeita seus adversários. Eu não quero calar a voz de ninguém e não aceitaria nunca que minha voz fosse, ela própria, calada. Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E V. Exa. vota como Senador e como membro do corpo diplomático brasileiro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Neste momento, eu voto, Senador, eu voto como Senador. E, por isso mesmo, eu acabei não ficando no Itamaraty, porque eu não saberia não expressar minha posição e teria muita dificuldade de aceitar posições de Estado com as quais eu não concordasse. Por isso eu optei por seguir os passos de V. Exa., e até buscando segui-lo na independência com que se porta nos seus momentos de vida pública.

Mas, Sr. Presidente, é um momento extremamente grave. É uma das decisões mais importantes que esse Congresso tomará. É um momento brilhante para a Comissão de Relações Exteriores. Mas eu chamo

atenção para um fato. Todos aqui dizem: "Apesar de Chávez, a Venezuela deve entrar". Quase que desejando que ele cumpra o destino dos ditadores. Ditador procura abafar a oposição, implantar o poder autoritário, depois disso, ele ou é deposto ou é assassinado ou ele faz a guerra com algum país. E o país mais fácil para ele fazer a guerra é a pequena Guiana, porque ele não pode fazer a guerra com a Colômbia, ele seria fragorosamente derrotado e não ousaria propor nada parecido contra o Brasil, que seria igualmente fragorosamente derrotado. Com a Guiana é possível. Mas é a trajetória tradicional dos ditadores desse nosso infeliz subcontinente. É a trajetória infeliz desse nosso infeliz e indigitado continente sul-americano.

Nós vimos o crescimento do MERCOSUL, que demorou décadas, até chegar à União Europeia, da qual não escapará a Inglaterra, que terá que a esse tratado aderir [soa a campainha]. A Inglaterra não tem futuro, a partir dos movimentos da economia mundial, não terá futuro de longo prazo, se a Inglaterra não aderir à zona do euro.

Nós estamos falando de uma realidade, de uma pujança econômica. Em contraposição a uma união que não realizou seus fins e que vê problemas econômicos e políticos à sua frente. A cláusula democrática sendo desafiada e, ao mesmo tempo, problemas econômicos que virão.

Eu não sei como será o Brasil, nas próximas rodadas de Doha, com a Venezuela ao nosso lado. Os parceiros da Venezuela são parceiros que, de jeito algum, interessariam ao Brasil, sequer do ponto de vista econômico. O delírio bolivariano vai fazer um palco estudantil no MERCOSUL. E nós vamos ver, depois, se isso é ou não é uma verdade que, se Deus quiser, será desmentida.

Eu gostaria de ver as verdades que aqui coloco do meu coração desmentidas pela prática de um homem que até hoje só me decepcionou. Esse homem, Senador Jereissati, e eu encerro, não cumpre suas palavras. Certa vez, eu fiz uma visita a ele, no governo passado, como Ministro do Presidente Fernando Henrique, levei a ele uma carta. O Presidente Fernando Henrique me pediu que lesse a carta e fechasse o envelope. Eu li a carta e fiquei envergonhado. Era uma carta em que uma pessoa adulta passava um pinto no sobrinho. Trabalhe com as oposições, não feche as portas do diálogo. Eu fechei a carta. Lá fui recebido e tirei uma foto com ele. Ele ficou de me mandar a foto. Até hoje não mandou nenhuma foto. Imagine o compromisso democrático, que é o que ele não quer cumprir. A foto era tão fácil, era mandar a foto, enfim. E fui lá oferecer a solidariedade a ele, porque, naquele momento, ele

havia sido vítima de uma tentativa de golpe, havia sido de tentativa de golpe, depois virou ele o golpista.

Eu percebo que nós temos uma decisão muito grave a tomar. Eu gostaria muito que nós tivéssemos livres dessa peia de oposição votar de um jeito e Governo votar de outro. Eu percebo a grande vontade de tantos dos senhores de fazerem condicionantes. O Senador Mozarildo vota a favor, é de Roraima, tem pressões terríveis, mas fez aqui um voto em separado, dizendo das suas condicionantes, dizendo do que ele gostaria que fosse feito, dizendo do ritmo que ele gostaria. E eu percebo que talvez nenhum de nós esteja tranquilo no dia de hoje. Eu não estou, até porque, odiando ter certezas absolutas como eu odeio ter certezas absolutas, porque o caminho mais célere para a estupidez é alguém que vive de certezas absolutas, eu procuro não ser estúpido e, portanto, procuro não viver de certezas absolutas, mas eu estou com uma certeza quase absoluta de que nós estamos, hoje, dando um golpe de morte naquilo que poderia ser uma união econômica com economia maior do que a economia da Alemanha, se tivesse havido efetiva priorização e um correto direcionamento para os caminhos do MERCOSUL.

Portanto, Senador Jereissati, eu voto seguindo [soa a campainha] sua orientação e voto, mais do que tudo, seguindo minha consciência, eu voto contra o ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Quem pediu pela ordem? Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria fazer mais um apelo para que a gente iniciasse o processo de votação. Eu tenho um compromisso, vou ter que me ausentar. Caso isso não seja concretizado...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Geraldo, o problema é que realmente não dá para começar o processo de votação, porque os outros querem ainda falar. Nós temos ainda inscritos Inácio Arruda, Flávio Torres, João Ribeiro, Rosalba, que foi permuta com o Heráclito, Mozarildo Cavalcanti e José Nery.

Agora, o que eu poderia... O que eu faria o apelo é que nós temos um prazo de cinco minutos. Eu tenho dado cinco minutos, prorrogáveis por mais dois. Se todos cumprissem os cinco minutos, nós teríamos meia hora e concluiríamos o processo. Se todos estiverem de acordo... Sim, Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, se o Senador Inácio quiser me dar permissão, o meu é muito rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senadora Rosalba é rápido. Ela estava inscrita antes.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu vou usar só os cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, vamos ouvir primeiro a Senadora Rosalba.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Se todos falarem brevemente...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu queria dar a seguinte sugestão, porque ninguém vai mudar o voto por causa de discurso. Todo mundo já está definido. Eu já sei como vou votar. Quero falar, porque, se todo mundo for falar, eu também vou falar. Tem um negócio ali... Todo mundo quer falar por causa daquilo ali. Uma das coisas é aquilo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois o senhor está redondamente enganado.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): O povo está nos vendo. Então, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pois é, mas a votação, ela vai ser feita tomando os votos--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, eu sei perfeitamente. Mas, como V. Exa. me concedeu pela ordem, eu quero concluir, dizendo o seguinte: se todos abrirem mão, eu sou o terceiro aí. Eu também abrirei, para acelerar o processo de votação, porque eu estou aqui desde o início. Eu fui um dos primeiros que chegou aqui hoje. Mas abrirei. Cancelei viagem minha para estar aqui, tinha compromisso forte no meu Estado, Fiquei aqui. Então, se todos abrirem mão, abrirei. Se...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas ninguém vai abrir mão, não.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Então, vamos falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, vamos pedir. Três minutos está bom para cada um? O Inácio não concorda, de jeito nenhum. Senadora Rosalba com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, exatamente, porque essa é uma decisão [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, vamos ouvir a Senadora Rosalba, por favor. Silêncio.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É exatamente porque essa é uma decisão muito sé-

ria, é uma decisão realmente grave, como colocou o senador, que nós temos que cada um colocar, aqui, suas interrogações, suas posições. E eu gostaria de colocar que, depois de ter ouvido, analisado com muita... Analisado tanto o relatório do Senador Romero como o relatório do Senador Tasso, a minha posição é favorável à entrada da Venezuela, sim. Porque é uma questão... Nós não podemos, de forma, nenhuma fazer, deixar de termos mais um país participando do MERCOSUL, pensando apenas nas questões que são de ordem política.

E se esse é o caminho também para auxiliar que algumas questões que vão de encontro à falta de liberdade, à falta de democracia, dentro do país, possam auxiliar; e isso eu estou convencida de que realmente a Venezuela não é um país em que todas as ações do seu governante sejam democráticas. Até porque as palavras dos senadores que estão defendendo a entrada, como o Senador Suplicy e o próprio Senador João Pedro, Senador Romero colocaram que isolar seria pior. Para que possamos avançar, também, nas questões democráticas.

Então, a minha posição é essa. E queria, aqui, deixar muito clara, porque se trata de uma questão de... uma ação de Estado, não de um governante.

Torcendo, de boa-fé, que realmente o Presidente Chávez tenha refletido bastante e que veja que sua entrada no MERCOSUL não será para criar dificuldades com nosso país nem com os países que fazem parte do MERCOSUL. Muito pelo contrário, seja para promover uma integração maior e, com isso, nosso país possa ampliar, não somente continuar, mas ampliar todas as suas relações econômicas e que... de comércio com a Venezuela e com o restante da América. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senadora Rosalba. Senadora Rosalba não gastou nem três minutos. Aí nós escorregamos bem. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos aproveitar o tempo que V. Exa. poupou para elastececermos, aqui, as opiniões [risos]. Eu quero dizer, Sr. Presidente, que o conjunto razoável das opiniões que temos defendido, aqui no Congresso Nacional, em relação ao MERCOSUL estão contidas no voto em separado, apresentado pelo Senador Romero Jucá; em conjunto, trabalhamos intensamente, não foi em 24 horas, foi um voto trabalhado, pensado, discutido, razoavelmente, consulta às assessorias, nós fomos consultados, para examinar as opiniões, oferecemos opiniões.

Eu considero que seria uma visão limitada, extremamente limitada, nós arguirmos, aqui, a questão

do ingresso da Venezuela, localizando o problema no presidente venezuelano. Isso seria uma limitação grande, mesmo porque, se examinarmos a trajetória da Venezuela, durante mesmo no período em que ela era colocada como um exemplo de democracia para a MERCOSUL, quando todos os outros estavam na ditadura, todos arguíam que a América do Sul estava na ditadura, e a Venezuela era considerada uma democracia. Claro, não por V. Exa., evidentemente.

O chamado pacto de Punto Fijo, na Venezuela, foi um pacto excludente, uma democracia excludente. Não tinha eleições para prefeito, não tinha eleições para governadores, e as contestações a esse pacto foram feitas na base do massacre.

Em 89, quem não lembra, aqui, do “Caracaço”, na Venezuela, onde milhares de corpos ficaram estendidos no meio da rua em Caracas, fuzilados, milhares de presos na Venezuela.

Na verdade, era uma contestação à exclusão política e, sobretudo, à exclusão brutal econômica. Esse povo não tinha direito a nada. Quem chegava à Venezuela tinha um choque, porque um país riquíssimo, uma elite bilionária, mas multibilionária, e um país numa extrema miséria. A cidade de Caracas é de uma miséria só. É isso que é a cidade de Caracas. É a isso que levou esse conjunto de governos anteriores ao Governo de Hugo Chávez.

Hoje, evidente, tem o Governo do Hugo Chávez, a situação econômica da Venezuela melhorou substancialmente, a vida do povo melhorou, tem mais saúde, tem mais educação, tem um programa de moradia permanente, de infraestrutura. Só para lembrar, o Estado de São Paulo, de 76 a 2009, vai chegar a 70 quilômetros de metrô. Em cinco anos, uma empresa brasileira no Estado venezuelano, a Norberto Odebrecht, vai entregar 40 quilômetros de metrô. Olha que é bem menor a cidade de São Paulo, a cidade de Caracas com a cidade de São Paulo. E a limitação econômica daquele estado em relação, hoje, à cidade de Caracas.

Então, eu imagino que nós tratarmos dessa questão da Venezuela, fazendo uma pontuação meramente ideológica, porque, se formos considerar, meus colegas senadores, se nós formos considerar os pactos, entre eles o da União Europeia [soa a campainha], uma boa parte dos países centrais da União Europeia não cumprem as determinações. É Alemanha e França. Alemanha e França não cumprem as determinações do que está escrito no pacto da União Europeia, em relação a cláusulas econômicas.

Então, se não há esse cumprimento nesse pacto, que é o mais avançado de todos, o que dirá de um nascedouro, que é o MERCOSUL, que é estratégico para nós brasileiros. Não é para os venezuelanos,

não. Aqui, uma das declarações feitas pelo prefeito de Caracas, não ouvi a declaração dele aqui, mas na imprensa, no material que foi entregue, diz: "Chávez não quer entrar no MERCOSUL". Por que talvez não quisesse? É porque há assimetria, Srs. Senadores, e os senhores acho que não andam só na Europa e nos Estados Unidos, andam na América do Sul, eu tenho andando, por obrigação parlamentar, na América do Sul, a assimetria, meu caro Senador Azeredo, entre o Brasil e os três maiores, Argentina, Colômbia e Venezuela, é brutal. Assimetria econômica entre esses três. Eu não estou falando de Bolívia, de Equador, de Uruguai, de Paraguai, de Chile. Com esses, companheiros, a assimetria é incomparável.

Então, interessa é ao Brasil. Fortalece a posição brasileira. Politicamente, fortalece a posição brasileira. No fundo, talvez esse seja o problema. Talvez esse seja o problema. Fortalece o Brasil. Ter a América do Sul mais unida, mais fortalecida, mais agregada, fortalece a posição brasileira. Não fortalece a posição venezuelana, não. Pelo contrário, se eles fossem olhar estritamente do ponto de vista econômico, sinceramente [soa a campainha], interessa a nós, interessa ao Brasil. E acho que temos que votar nesses termos. Considerar os problemas com Equador, com a Bolívia, olha a assimetria, gente. Examina isso. Esse que era o problema grave. A assimetria brutal entre Equador e Brasil, entre Bolívia e Brasil.

Os tratados talvez fossem brutais com eles. Quem tratou de amenizar a questão não foi Hugo Chávez ou de aticar, foi o Governo brasileiro que fez articulações políticas, diplomáticas com essas nações, porque era importante para o Brasil.

É importante para o Brasil o Equador mais próximo do Brasil. É importante a Venezuela mais próxima. Acho que é desse ponto de vista que nós temos que analisar. Interessa ao Brasil votar contrário a essa matéria? Não interessa ao Brasil. Esse posicionamento contrário não ajuda o Brasil. Agora [soa a campainha], votar para fortalecer o MERCOSUL, mesmo com esses problemas, mesmo com os problemas que tem, é muito importante para a nossa Nação. É muito importante para o Brasil.

Eu acho que é nesse sentido que nós temos que votar. Por isso que trabalhei em conjunto com o Senador Romero Jucá, não para contestar o Senador Tasso Jereissati, não se trata de contestar, mas para que a gente pudesse aproveitar a oportunidade de alargar um dos instrumentos mais importantes para consolidar o processo político e democrático na América do Sul.

Não tem menos democracia na América do Sul, companheiros. Pelo contrário. O que nós estamos assistindo, no atual quadro, em toda a América do Sul,

é mais democracia. A democracia está se ampliando na América do Sul, não está se restringindo. Acho que é nesse sentido que eu voto com o Senador Romero Jucá, meu caro Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Inácio Arruda. Vamos ouvir, agora, o Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Muito dificilmente, Sr. Presidente, alguém que fala agora não vai repetir argumentos. Mas, portanto, eu vou saltar um pouco. Eu queria, rapidamente, tirar a carapuça que me botou o final do pronunciamento do Senador Tasso Jereissati. Estou com a carapuça desse tamanho na cabeça.

"Logo você, que lutou por Direitos Humanos, logo você que lutou pela anistia, está defendendo que se prenda gente por pensamento, está defendendo que se cercee o trabalho da oposição." Não estou. Quero deixar bem claro que eu vou votar a favor da Venezuela, mas eu não voto a favor do que acontece na Venezuela.

Eu sou dos que concordo com o relatório do Senador Tasso até a penúltima página dele. Concordo com tudo o que ele diz, até porque não foi ele que disse, foi a OEA, foi não sei o quê. Concordo até muito perto. Eu não concordo na última página, quando ele diz que por isso nós vamos votar contra. Por isso eu vou votar a favor. Para a Venezuela ficar mais perto, para o Brasil poder ter ingerência, para a gente começar uma semente de uma coisa que começa torta, começa errada, começa capenga, mas começa. Começa uma coisa nossa, da América Latina.

E eu quero um pouco mais. Eu não sei se eu sou ingênuo, pelos meus quatro meses aqui, ou se eu sou mesmo é besta. Mas eu vi que a gente está muito perto de uma coisa que seria uma coisa muito bonita, que não seria essa corda esticada, que eu vejo todo dia, de o Governo votar no Governo e de a oposição votar na oposição. Isso para mim é decepcionante, aqui no Senado, porque eu não vejo as pessoas... Eu não vejo o Senador Arthur Virgílio, de vez em quando, divergir do Tasso. Eu não vejo o João Pedro, de vez em quando, divergir do Juca...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Isso é porque V. Exa. não sabe como a gente diverge quando a gente está--

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Eu estou só dizendo que lá, mas, no Plenário, é tudo muito arrumadinho, como aqui está muito arrumadinho. Todo mundo: "Eu vou seguir o parecer do Tasso"; o outro: "Eu vou seguir o parecer do Jucá". Eu gostaria muito de seguir os dois pareceres. Eu queria muito que nós seguissemos os dois.

Vou botar uma crítica no Tasso e vou votar a favor da entrada da Venezuela. Porque eu senti que o Senador Tasso andou bem pertinho disso. Só achei que condicionantes... Como é que a gente pode condicionar o Chávez? Que nós vamos ter problema com o Chávez, eu não tenho a menor dúvida. Isso é um maluco. Vamos ter muito problema com ele [risos]. Mas vamos ter muito mais sem ele. Problema nós vamos ter com ele sempre. Ele está aqui, a gente lê no jornal sobre ele todo dia. A gente vai ter com ele ou sem ele. Ele próximo nós vamos ter menos ou vamos lidar com esses problemas.

Então, o apelo que eu faço é: a Argentina, hoje, está lá os caminhões na fronteira, porque não pode entrar comida. Então, vamos ter sempre. Eu queria fazer, aqui, um apelo que pode ser de um ingênuo, de um iniciante, que é o seguinte: é fazer um apelo ao Senador Tasso Jereissati, que concorde em votar pela entrada da Venezuela no MERCOSUL, e pedir ao líder Jucá que nós assinemos, hoje, um manifesto expondo todas essas preocupações, porque eu não quero concordar com preso político, eu não quero concordar com fechamento de jornal, eu não quero concordar com governador que se elege, e não toma posse, eu não quero concordar com milícia, eu não quero concordar com educação ideologizada e dirigida, eu não quero concordar com isso.

Então, eu quero discordar publicamente disso. Mas a Venezuela entra. Então, com isso, eu votaria muito mais tranquilo. Eu vou votar a favor, mas votaria melhor. Eu iria para a minha casa mais satisfeito, se nós conseguirmos o que parece ser uma façanha, mas para mim é uma coisa muito próxima de acontecer. Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. Espero não ter me repetido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flávio. Senador Tasso Jereissati, relator.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu coloquei... Eu coloquei, eu... [soa a campainha] Presidente. Eu coloquei, em determinado momento, e ontem, depois que nós ouvimos aqui a palavra do prefeito de Caracas e que ele colocou uma posição que foi lida aqui pela metade, pelo... Aqui no Senado. Ele disse o seguinte: "Nós achamos que é importante a aprovação da entrada da Venezuela, do Estado da Venezuela no MERCOSUL, desde que a entrada da Venezuela no MERCOSUL seja acompanhada dos...". A palavra que ele usou foi garantias dadas pelo Governo venezuelano de que tais princípios, tais pontos seriam modificados de uma maneira concreta. Essa foi a palavra dele.

Eu me lembro, inclusive, que, quando da interpeção do Senador Casagrande, que falou que via que o prefeito de Caracas estava aceitando a entrada no MERCOSUL, eu pedi para ele esclarecer se a aceitação dele era pura e simples. Ele disse: "Não. A aceitação não é pura e simples. A aceitação seria desde que o Governo", e a palavra que ele usou, Senador Casagrande, tenho quase certeza que fossem dadas garantias democráticas, isso, isso e aquilo... E eu me lembro, inclusive, que o Senador Casagrande disse: "Foi isso mesmo que eu entendi", não é isso ou estou enganado? Foi isso mesmo que eu entendi.

Diante disso, eu saí e disse aqui que aceitaria repensar, diante do que teria colocado o Senador Casagrande. O Senador Casagrande... O prefeito de Caracas. No entanto, logo no momento seguinte... E eu cheguei a conversar com V. Exa., Presidente, e V. Exa. me disse que a posição do Governo seria, hoje, votar, independente de qualquer acordo, e que seria votar o relatório do Senador Romero Jucá contra nosso relatório. Foi isso a colocação que foi feita.

Então, se houver a possibilidade de uma coisa parecida... Evidente que essa nota... Vamos ter que adiar e ver como é que nós vamos colocar, porque nós precisamos escrever uma coisa paralela, no mesmo momento, etc. Então, eu concordo com a sugestão do Senador Agripino, Senador... Senador Arthur Virgílio. Estou colocando, aqui, que concordo, desde que seja feito concomitantemente com essas condições. Senador Agripino...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu soube que a [ininteligível] já está vindo aí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Vamos terminar de ouvir os oradores...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se é possível essa construção, eu acho salutar.

[soa a campainha]

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não há concordância na proposta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A proposta do Senador Tasso Jereissati não foi aceita pelo Senador Romero. Então, vamos ouvir, agora, o Senador João Ribeiro. Senador Tasso está propondo fazer o entendimento. Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, eu prometo... Eu prometo que, inspirado na figura de Fidel Castro [soa a campainha], que os discursos nunca são menos do que uma hora e meia e sempre de seis, oito horas, eu vou ser breve.

Então, para deixar a coisa bem... Castigar um pouco aqui, também, mas eu, Sr. Presidente, isso é só para descontrair, para dizer o seguinte: eu estive... Participei de uma reunião, aliás, a primeira que participei como Senador da República no Estado do Amapá, na cidade de Macapá, recentemente, há mais ou menos duas semanas, quando eu ouvi a opinião de todos os governadores da Amazônia, sobretudo da região Norte, quando se discutia a questão da preservação, a questão ecológica, a reunião que o Brasil participará em Copenhague, no mês de dezembro, e que os governadores estarão para defender a posição da Amazônia. Eu observei atentamente aos discursos, inclusive do governador, do Senador Arthur Virgílio e do Senador João Pedro, do Amazonas, Eduardo Braga, e de tantos outros que defendem a entrada da Venezuela no MERCOSUL.

Observando, e todas essas observações, assim como fez o senador que me antecedeu, que, aliás, fez uma fala muito interessante, que ninguém, em sã consciência, vai apoiar o que ele mesmo disse, as loucuras de Hugo Chávez. Mas os governadores todos da região Norte, eu não ouvi nenhum pronunciamento lá, Senador Agripino, nenhum pronunciamento de um governador da região Norte e da Amazônia que fosse contrário à entrada da Venezuela no MERCOSUL. De todos que lá estavam.

Lamentavelmente, no final só fiquei eu de senador lá, tinha mais dois senadores, que depois foram embora, não participaram, acabei ficando até o final do encontro e percebi, portanto, eu sou da região Norte, eu sou da Amazônia, mas sou também brasileiro. Então, a minha posição é exatamente essa. Eu vou votar a favor da entrada da Venezuela, não vou discutir o problema político local... Também sou contra muito daquilo que foi colocado aqui. Quem é que, hoje... Hoje não tem espaço mais para ditador. Não existe espaço, em lugar nenhum. Ditadura não é bom para ninguém. Nós sabemos disso. Não adianta a gente... Isso é retórica.

Agora, também a gente ficar contra. O pessoal costuma dizer que, quando... Em política existem algumas... Alguns chavões, algumas coisas que são usadas, que você, quando... É preferível você ter o inimigo próximo de você, para você controlar ele. Se o Hugo Chávez é esse inimigo que nós achamos que ele é, e tem gente que acha que é, é melhor que a Venezuela esteja no MERCOSUL [soa a campainha]. Até porque o comércio da região, Sr. Presidente, sobretudo da minha região, ele vai ser fortalecido com a entrada da Venezuela no MERCOSUL.

Então, é por isso que eu voto, é por esses motivos, é por questão econômica e por achar que é bom

para o país. Vamos ver, o tempo nos dirá quem tinha razão, quem tem razão, nesse dia de hoje, quem está errado.

Voto a favor do relatório do Senador... Do substitutivo do Senador Romero Jucá, que é da região Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado por cumprir especialmente o tempo, também. Então, agora, nós temos dois últimos oradores: Mozarildo Cavalcanti e José Nery. Mozarildo Cavalcanti com a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, eu, na verdade, não quero fazer como aquele amigo, na época que lançaram o vídeo cassete, que ele gravava o jogo e depois ia para a casa do sogro dele, botava o vídeo cassete e apostava no resultado. Nós sabemos o resultado disso aqui. Mas, no entanto, eu quero dizer o seguinte: algumas coisas ficaram bem marcadas, aqui.

Primeiro, hoje, uma data emblemática, o Presidente Lula já deve ter decolado às 13h30 para a Venezuela, chega lá às 17h30 na hora local, e, daqui a pouco, a votação se dará. Mas minha posição é aquela, Senador Eduardo. Eu sou a favor e quero, inclusive, adotar meu voto em separado, já que, se for aprovado um dos dois, o meu não será apreciado, quero adotar como declaração de voto.

Então, eu voto a favor, com as ressalvas do meu voto em separado, que são justamente as ressalvas contidas no parecer do Senador Tasso Jereissati.

Mas o que eu fiquei admirado, aqui, primeira coisa é que vou cobrar depois, quando a Venezuela estiver no MERCOSUL, os senadores que com ênfase defenderam, porque vai beneficiar a região Norte. Porque, depois que ela entrar, eu quero ver esses senadores realmente se preocupando com a região Norte. Porque hoje não existe preocupação do mercado, do comércio da Venezuela com a região Norte. Mas eu quero dizer assim, que outra coisa que eu concluí, assim, uma unanimidade quase: que o Chávez é realmente um... Não é adequado. E aí eu fico em dúvida se a música que deve ser cantada aqui é aquela da novela recente, que é "você não vale nada, mas eu gosto de você", ou se é aquela outra do Chico Buarque, que "apesar de você, amanhã será outro dia".

Então, nós estamos nesse dilema. É, realmente, outro argumento importante dos defensores, de que é melhor não isolar a Venezuela; não sendo uma democracia, é melhor não isolá-la. Aliás, o prefeito de Caracas disse isso aqui, do que isolá-la. Então, estamos naquela... Naquele beco sem saída. Votar sim ou não, não podemos alterar o acordo, não podemos botar condicionantes. Mas, então, eu quero dizer, como Senador

de Roraima, eu voto pela entrada da Venezuela, com as ressalvas contidas no meu voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está, portanto, registrado o voto do Senador Mozarildo. E o último orador é o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Sras. e Srs. Senadores. Todo esse debate em relação ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL decorre da nossa dificuldade de compreender o processo de... Os processos de transformação que viveu a Venezuela e os parâmetros da democracia venezuelana, que guarda diferenças fundamentais com nossa própria experiência.

A democracia direta, a participação da população nas grandes decisões nacionais, através dos referendos e plebiscitos, como acusar... Como acusar de ditadura um país que realiza eleições a cada dois anos, e a vontade da maioria do seu povo tem sido por afirmar aquele processo que guarda profunda experiência com a nossa própria experiência e de outros países da América Latina. Portanto, subestimar, de forma recorrente, a capacidade política do povo venezuelano de escolher seu próprio caminho não é apenas, como muitas vezes aqui se manifesta, apenas para alguns a condenação de eventuais excessos que poderiam ser cometidos pelo Presidente Hugo Chávez, trata-se, na verdade, de uma falta de reconhecimento da capacidade do povo venezuelano escolher o seu próprio futuro, do ponto de vista político, dos caminhos que melhor interessa à afirmação do seu país e de sua gente.

Portanto, é difícil compreender que lá a companhia de petróleo, e eu pude testemunhar isso visitando os bairros pobres de Caracas, cedendo, permitindo, participando do esforço de construção de inclusão social, de democracia e de participação do povo, áreas enormes da PDVSA sendo destinadas à construção de escolas, de centros sociais, de postos de saúde, de poder ouvir, diretamente de gente do povo, que até ontem não tinha voz, e no conselho comunitário, popular poder dizer: "Agora, nós aqui reunimos e nós decidimos, juntos, quais são as obras públicas que devem ser construídas no nosso bairro. Nós estabelecemos, junto com o Governo, as prioridades".

Isso é uma qualidade diferente de democracia, de participação, que nós não estamos acostumados e não conseguimos entender. Portanto, recusar... Recusar o ingresso da Venezuela no MERCOSUL é recusar o sonho, a integração latino-americana, que defendo, seja expandida paulatinamente aos demais países, ao Peru, à Bolívia, ao Chile, ao Equador, à Colômbia, com as quais, inclusive... A Colômbia, inclusive, com as quais temos profundas divergências com os cami-

nhos tomados por aqueles países. Mas acho, também, que o futuro que nós queremos da integração deve garantir a presença de todos os países, sem nenhum tipo de restrição.

Portanto, Sras. e Srs. Senadores, o grande óbice ao ingresso da Venezuela não é de natureza econômica, diplomática, social ou de qualquer natureza. É um óbice puro e exclusivamente de natureza política e ideológica, porque nós somos incapazes de compreender o que se processa na Venezuela e as mudanças que fazem com que seu próprio povo seja o agente e construtor das próprias transformações.

De certa forma, nossa convivência com a experiência das elites, que, historicamente, tem governado nosso país, inclusive, nós não temos e não estamos acostumados a esse tipo de controle social, de participação política, que coloca o povo como objeto, como instrumento fundamental [soa a campainha] das mudanças.

É essa nossa posição, Sr. Presidente, e, aqui, ninguém pode acusar de que não colaborei com o tempo, porque usei apenas dois minutos e meio do tempo a mim permitido. Muito obrigado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Em votação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador José Nery. Mais algum orador deseja participar? Senador Sérgio Guerra pede a palavra. Eu já abri a exceção. Eu já abri a exceção para o Senador Nery, que também não é membro. Então, vamos ouvir o Senador Sérgio Guerra, que é Presidente do PSDB. Está bem, são cinco minutos.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Lá no partido, a gente tem juízo, no PSDB. Então, a gente não vai perder tempo com uma dúvida que não existe. Não há nenhuma hipótese de fortalecer o regime de Hugo Chávez e servir a democracia. Nenhuma. O Chávez não apenas produz autoritarismo, ditadura, populismo, como exporta as três coisas. Ele é exportador de populismo, de ditadura. E há sinais preocupantes, aqui no Brasil, visíveis.

Por exemplo, não faz um mês, dois meses, a moda é querer calar o Tribunal de Contas da União, essa democracia brasileira aí. Por que calar o Tribunal de Contas da União? Porque a Ministra fica sentada lá na Mesa do PAC, batendo na Mesa, ela gosta de fazer isso, e o Tribunal de Contas vendo as obras. Tem que ver, porque estão irregulares. Em grande parte, irregulares.

Nós queremos, aqui, criar um ambiente muito parecido com o da Venezuela. Aqui houve um ensaio de terceiro mandato, aqui tem uma candidata que não

respeita a democracia, aqui fizeram a festa, agora, no interior do Nordeste, uma festa para ver uma obra que não está com 15% de execução, não, que eu perguntei às empresas que estão trabalhando lá. Está com menos de 10%. Passaram três dias para ver uma coisa que eu vi em 30 minutos.

Então, tudo que nós não precisamos é desse Governo que reclama da imprensa, que a imprensa não pode fiscalizar, que a imprensa não pode falar, que ninguém pode ter opinião, que despreza o Congresso, quando o Congresso é contra ele, que adora, adora fazer negócio com Judas, com o diabo. E, depois, desconfia do Mensalão. O Mensalão é consequência, rigorosamente consequência das alianças que o Presidente fez com o diabo e continua a fazer.

E nós vamos abrir, conciliar com Hugo Chávez? Nem pensar. Nosso partido não vota com isso, é contra isso. Votamos com o relatório do Senador Tasso Jereissati.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, vamos colocar. Encerrada a discussão, nós vamos colocar em votação. Primeiro, o parecer do Senador Tasso Jereissati [soa a campanha].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, apenas uma observação que eu queria fazer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Aca- bou a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A discussão já está encerrada, mas o Senador Tasso pediu só pela ordem a palavra. Senador Tasso. É o relator.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu sei que vai ser difícilimo ganhar, aqui, porque a maioria já está dada e pertence ao Governo e não quer nem sequer a hipótese de fazer nenhum tipo de acordo proposto aqui...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Chávez foi eleito pelo voto, Sr. Presidente.

[falas sobrepostas]

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas eu gostaria de dizer, Senador [soa a campanha]--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Por favor [soa a campanha]. Por favor, vamos ouvir o relator e, depois, nós votamos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É a palavra final do relator. Vamos levar a sério. A gente já sabe o resultado, vamos levar a sério.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria de dizer que eu já considero uma vitória, para mim, pessoalmente, evidente que não importa para mim

pessoalmente. Mas eu, que fui a vida inteira chamado pelo PT de "porco capitalista", vejo finalmente que meus princípios, neste momento, os valores democráticos, valores morais são muito mais altos do que o vil metal de um mero superávit comercial, e vejo que hoje estamos justamente demonstrando isso aí.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Em votação. Depois da votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu vou fazer votação nominal. Vou fazer votação nominal.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Vota- ção nominal, a orientação do voto. Primeiro o relator, a primeira votação é do relator--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Romero assumiu a Presidência?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Quem votar com o Tasso vota sim. Quem votar não vota contra o relatório do Tasso.

[falas sobrepostas]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Para encaminhar, Sr. Presidente. Apenas para orientar, sem fazer futurologia, orientar os seis votos da opo- sição. O voto é sim, pelo relatório do Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu não posso votar, só no caso de desempate. Então, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sou o mais antigo Senador do PT. Nunca ouvi qualquer senador se referir ao Senador Tasso Jereissati nos termos citados. Então, quero, com todo respeito ao seu parecer, eu voto não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Antonio Carlos Valada- res.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não podia fazer secreta a votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Francisco Dornelles.

Senador Geraldo Mesquita não está mais. Senador Romero Jucá. Senador Paulo Duque. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A favor do Brasil. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Sim. E acho que, se o voto fosse secreto, ia ser mais de seis para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): E o Senador Tasso Jereissati é voto conhecido. E eu não voto--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu acho que só dava cinco porque a foto chegou, já.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador do PTB, Senador Moza-
rildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Meu voto, Senador, no caso do relatório do Senador Tasso, é pela abstenção, porque eu não posso votar contra a entrada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Abstenção do Senador Mozarildo. E do PDT, Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Não. Eu voto não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Bom, então, nós temos aqui... Ainda falta... Falta ainda um do bloco de apoio ao Governo, é o que está presente, Senador Renato Casagrande. Renato Casagrande também não. E mais um ainda do PMDB. Bloco PMDB, PP, Almeida e Inácio Arruda. São, portanto, 11 votos não, seis votos sim e uma abstenção. Portanto, está rejeitado o relatório do Senador Tasso Jereissati. Onze não e seis sim. E uma abstenção.

Agora, passamos, então... Rejeitado o parecer do Senador Tasso Jereissati, passamos à votação do voto em separado. Tem preferência o voto do Senador Romero Jucá, que foi apresentado primeiro. Então... Em votação o voto em separado... Eu vou repetir, en-

tao, a votação do voto em separado [soa a campainha]. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agora, voto sim, no parecer do Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon. Senador Francisco Dornelles. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Paulo Duque. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador João Tenório. João Tenório. Saiu? Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Não. Voto não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Quero dizer que voto sim pela entrada, mas com a declaração de voto do meu parecer... Meu voto em separado, porque não concordo com as demais alegações. Voto sim, com as ressalvas, como voto em separado meu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O voto, então, é sim, mas com a ressalva. Com a declaração de voto. Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Eu queria votar sim, mas eu queria... Um minutinho. Queria me confessar decepcionado com a posição do líder do Governo. Dizer para ele que matemática é melhor do que aritmética. É mais possante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Voto sim. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Da oposição está faltando dois votos... Um voto só, já que eu não voto, mas não há nenhum outro presente do bloco...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem a Rosalba que votou e saiu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Cadê o João Tenório? Então... Está aprovado por 12 votos sim, cinco votos não. Doze votos sim, cinco não. Está aprovado, portanto, o relatório do Senador Romero Jucá. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 14h23.

ATA DA 48ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia cinco de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Flávio Torres, Inácio Arruda, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma e Tasso Jereissati**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente apresenta à Comissão **Itens extrapauta:** Ofícios nºs 172 e 192 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, dirigidos ao Presidente do Senado Federal, Senador José

Sarney, solicitando autorização para que uma delegação de Senadores possa participar do 4º Fórum de Governança da Internet, a se realizar no período de 12 a 19 de dezembro de 2009, em Sharm El Sheikh, no Egito. Em seguida, concede a palavra ao Senador Flávio Torres, relator da matéria, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado o parecer favorável. O Presidente convida os embaixadores Miguel Júnior França Chaves de Magalhães e Haroldo Teixeira Valladão Filho para compor a Mesa da Comissão e, ato contínuo, inicia a apreciação da pauta ordinária. **Item 1:** Mensagem nº 112, de 2009, de autoria do Presidente da República, que *“submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis”*. Os Senadores **Cristovam Buarque e Romeu Tuma** fazem uso da palavra. O Presidente concede a palavra ao Senador Cristovam Buarque, relator “ad hoc” da matéria, para fazer a leitura do relatório. **Item 2:** Mensagem nº 201, de 2009, de autoria do Presidente da República, que *“submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor HAROLDO TEIXEIRA VALLADÃO FILHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago”*. O Senador Geraldo Mesquita Júnior assume a Presidência e concede a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, relator da matéria, para fazer a leitura de seu relatório. O Senador **Francisco Dornelles** faz uso da palavra. O Presidente declara aberto o processo de votação e concede a palavra ao embaixador Miguel Júnior França Chaves de Magalhães para fazer sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Heráclito Fortes**. O Senador Eduardo Azeredo reassume a Presidência e concede a palavra ao embaixador Haroldo Teixeira Valladão Filho para fazer a sua exposição. Os Senadores **Antonio Carlos Valadares, Paulo Duque, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Roberto Cavalcanti e Flexa Ribeiro** fazem uso da palavra. O Presidente apresenta, então, mais um **Item Extrapauta:** Projeto de Decreto Legislativo nº 656, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005”*. O Presidente concede a palavra

ao Senador Paulo Duque, relator da matéria, para fazer a leitura de seu relatório. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. Aprovado o parecer favorável. O Senador **Paulo Duque** apresenta o Requerimento nº 95, de 2009-CRE, solicitando urgência para a referida matéria. Aprovado. O Presidente torna a sessão secreta às onze horas e cinquenta e um minutos. A sessão é reaberta às onze horas e cinquenta e oito minutos. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores e, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 25 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 48ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Primeiro item, extrapauta. Trata-se dos Ofícios nº 172 e 192, da Comissão de Ciência e Tecnologia, de 30 de outubro e 03 de novembro, do Sr. Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, dirigido ao Senador José Sarney, solicitando autorização para que uma delegação de senadores possa participar do 4º Fórum de Governança da Internet, a se realizar no período de 12 a 19 de dezembro de 2009. Eu concedo a palavra ao Senador Flávio Torres para ler o relatório.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Obrigado, Sr. Presidente. “O Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, encaminhou ao Presidente do Senado Federal, o Senador José Sarney, os Ofícios nºs 172 e 192, de 2009 – CCT, de 30 de outubro e 03 de novembro de 2009, respectivamente, solicitando autorização para participar do 4º Fórum de Governança da Internet, no período de 12 a 19 de novembro, já considerados os dias necessários ao trânsito, na Cidade de Sharm El Sheikh, no Egito, com ônus referentes a passagens e diárias para esta Casa. De acordo com os ofícios supracitados, é solicitada a participação de

S. Exa., o Senador Flexa Ribeiro, e dos Srs. Senadores João Ribeiro, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra e Valdir Raupp.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, prevê que a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no país ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado, estabelecendo ainda em seu § 4º a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a comissão que tiver maior pertinência.

Voto. Diante do exposto, o meu Voto é pela aprovação da presente solicitação, Sr. Presidente”.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flávio Torres. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria indicar o Geraldo para ir a essa reunião porque ele tem cara de árabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É verdade. Aí ele fica por lá [risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aí ele fica por lá [risos]. Só falta um turbante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós temos um outro item extrapauta, que é um Projeto de Decreto Legislativo de um Acordo Básico entre o Brasil e Burkina Fasso, até nós vamos receber a visita dos dirigentes de Burkina Fasso nas próximas semanas, mas o Senador Paulo Duque eu vou aguardar um pouco mais.

Então vamos passar já para o primeiro item da pauta em si, primeiro convidando aqui para compor a mesa os Embaixadores Miguel Júnior França Chaves de Magalhães e Haroldo Teixeira Valladão Filho.

O Item 1 é a Mensagem nº 112, de 2009, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Miguel Júnior França Chaves de Magalhães, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis”. O Relator é o Senador Demóstenes Torres, que justificadamente não está no momento. Eu solicito ao Senador Romeu Tuma que seja o relator *ad hoc* da Mensagem do Embaixador Miguel Júnior França Chaves de Magalhães para a Federação de São Cristóvão e Névis.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Antes, porém, vamos ouvir então o Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpe quebrar o protocolo e tudo. Obviamente nada contra essa figura maravilhosa que é o Tuma, que passou por aqui, aliás, me elogiando, mas o candidato foi meu aluno no Instituto Rio Branco.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu gostaria de passar a relatoria para ele.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu teria o maior prazer de ser o relator *ad hoc*, mas tem um problema: é que eu sou suplente e o meu titular está aqui na frente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu me retiro.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não se retire, aí não dá, aí é demais [risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não posso me retirar, mas é uma homenagem ao embaixador e eu sugeriria que eu repassasse ao senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, basta ficar registrado que foi meu aluno e que eu adoraria ter sido o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, não há nenhum impedimento que V. Exa. possa ser o relator, mesmo com a presença do titular. Apenas na hora do voto é que só pode ter um voto do titular, se ele estiver presente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Na hora do voto eu estarei bem representado pelo senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Cristovam, com muita honra, eu passo ao senhor--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então com a palavra o Senador Cristovam.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --e em homenagem ao embaixador também, sem dizer também que não estou me retirando da fácil missão de relatar a indicação de V. Exa..

SR. MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES: Muito obrigado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradecendo a cortesia do Senador Tuma e a sua aceitação da proposta, eu quero aqui com muita honra ler o relatório do Senador Demóstenes Torres, que lembra, obviamente, no começo, que essa Casa é chamada a opinar sobre a indicação feita pelo Sr. Presidente da

República do Sr. Miguel Júnior França Chaves de Magalhães, que é Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à Federação de São Cristóvão e Névis. Mais uma razão, aliás, para lhe pedir: o nome do país é São Cristóvão [risos].

“A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente”. Como eu costumo fazer nesses momentos, eu quero dizer da satisfação de ver no Brasil, Senador Tuma, existir essa praxe, que não é comum em todos os países. Eu diria que raríssimos países têm essa praxe, do Poder Executivo submeter-se ao Poder Legislativo na escolha dos embaixadores da Nação e do Estado do Brasil.

“O Ministério das Relações Exteriores, atentando ao preceito regimental, elaborou o curriculum vitae do diplomata indicado, do qual foram extraídas as informações que se seguem.

É nascido em Fortaleza, em 11 de abril de 1945, filho de Miguel Mesquita Magalhães e Zeneide França Chaves de Magalhães. É graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal e Mestre em Administração de Negócios pela Universidade da Califórnia. Em 1979 concluiu o Curso de Preparação da Carreira de Diplomata e ingressou no Itamaraty no posto de Terceiro Secretário em 1980”. Foi aí que eu tive o privilégio de ser seu professor, entre outros que hoje já são embaixadores, inclusive o nosso Embaixador Danese, que representa o Ministério das Relações Exteriores aqui no Senado e o seu assessor que também foi meu aluno e que em breve será embaixador também [risos], o que mostra que eu estou ficando velho. Essa é a realidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ou um garoto precoce.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade. *“O diplomata indicado ascendeu a Conselheiro em 1966 e a Ministro de Segunda Classe em 2004, nos dois casos por merecimento.*

Entre as funções desempenhadas na chancelaria, na administração federal e no exterior destacam-se: Assessor da Secretaria de Assuntos Relacionados ao Ministério da Fazenda em 1986; Diretor-Adjunto de Administração da Presidência da República, 1990; Assessor e Subchefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, 1995; Conselheiro da Embaixada em Madri, 1997; Conselheiro na Embaixada em La Paz, 2000; Cônsul-Geral Adjunto no Consulado Geral em Chicago, um importante Consulado do Brasil em 2003;

Cônsul-Geral Adjunto em São Francisco", mais uma vez um posto importante para o nosso serviço exterior.

"A partir do informe elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexado à Mensagem Presidencial, depreendem-se os aspectos relativos ao país onde o diplomata representará o Brasil. A Federação de São Cristóvão e Névis é constituída por duas ilhas principais e que teve origem na colonização pelos ingleses em 1623. Integraram a Federação das Índias Ocidentais em 1958, na qual permaneceram até a sua dissolução em 1962, quando tornaram-se Estados Associados do Reino Unido em 1967, mas gozando de autonomia na gestão de seus assuntos internos. Sua área é de apenas 261 km² e a sua população é de apenas 40 mil habitantes, predominantemente afrodescendentes. Seu Produto Interno é de, eu diria também apenas, 797 milhões, mas com uma renda per capita de US\$ 20.000 por ano", que não é mais pequeno.

Além disso, eu quero dizer que chamei de pequeno o território e pequena a população, mas eu não chamo de pequeno país. Eu tenho dito por aí sempre que não existe país pequeno. Existem países com territórios pequenos, com populações pequenas, com PIBs pequenos, com renda per capita pequena, que não é o caso, mas todo país tem a dimensão igual no cenário planetário das Nações Unidas. E é nesse sentido que eu quero reafirmar o meu apoio constante ao Governo do Presidente Lula e ao Ministro Celso Amorim nessa abertura de representações em todos os países. Às vezes até tenho tido discordância com outros senadores, que eu respeito muito, mas acho que a simples colocação da bandeira nesses territórios tem um significado especial para o Brasil. Outros países já fizeram isso, até menores que o nosso, como Cuba, que ficam presente em todos os lugares e isso dá uma dimensão especial ao país. E na hora dos votos das Nações Unidas, esse voto vale igual ao dos Estados Unidos, salvo no Conselho de Segurança, ainda.

"A economia de São Cristóvão é pequena e tem florescido graças ao setor de turismo e construção civil. O açúcar, historicamente, é o principal produto e representa atualmente apenas 20% do PIB. As principais exportações continuam sendo o açúcar, melão, algodão e coco. Nos últimos anos tem havido considerável diversificação com o aumento da participação do turismo, serviços financeiros e indústrias leves na formação do PIB. A Federação de São Cristóvão e Névis mantém bom relacionamento com os seus vizinhos e participa ativamente da Organização dos Estados do Caribe Oriental e da Comunidade do Caribe. A embaixada residente no Brasil foi criada em 18 de fevereiro do ano de 2009. As relações comerciais com o Brasil, embora de pequena monta, vêm cres-

cendo exponencialmente, revelando possibilidade de ainda maior aumento. Registre-se que do total de 391 mil exportados pelo Brasil para São Cristóvão e Névis, no período de janeiro a maio de 2009, 53% foram requerentes a frango congelado. Em 2008, o total de comércio entre os dois países foi da ordem de US\$ 1 milhão, ou seja, desse US\$ 1 milhão, US\$ 391 mil é um produto agroindustrial, correspondente ao produto frangos congelados.

São Cristóvão e Névis é um dos quatro países inicialmente selecionados para a cooperação na produção de biocombustíveis no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Brasil e os Estados Unidos da América sobre a matéria, o que representa mais uma oportunidade para a cooperação setorial bilateral, que é o grande futuro que nós temos: colaborar com países bem maiores do que nós do ponto de vista de suas rendas e ciência e tecnologia, mas ao mesmo tempo levarmos a nossa simpatia e a nossa irmandade para países da América Latina e muito especialmente da África.

Diante do exposto, julgo que os integrantes dessa comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito desse relatório", salvo que eu me protejo do fato de ser suplente e não poder votar, para poder fugir ao aspecto secreto do voto e dizer que se eu votasse, eu daria o meu voto favorável, obviamente sob a suspeição, pelo fato de ter tido o privilégio de ser professor do nosso Embaixador Miguel Júnior França Chaves de Magalhães.

Essa é a minha leitura ao Voto do Senador Demóstenes Torres.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Também. O Senador Roberto Cavalcanti diz também, porque eu tenho a honra também de ter dois senadores meus ex-alunos, o Senador Demóstenes e o Senador Sérgio Guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito bem, está ótimo, parabéns [risos]. Senador Cristovam, o Secretário da Comissão--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aprenderam o que com V. Exa., Senador Cristovam?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aprenderam a ser melhores senadores do que eu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Cristovam, o secretário da Mesa me esclarece que como V. Exa. leu o relató-

rio, então neste caso, no art. 112, o voto é de V. Exa. e não do Senador Flávio Torres, está bem? Agora no outro, não.

Antes de passar a palavra ao embaixador, eu quero passar também para a leitura do Item 2, que é Não Terminativo, convidando o Senador Geraldo Mesquita para que assuma aqui a Presidência, porque sou eu o relator da Mensagem do nome do Embaixador Haroldo Valladão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Eduardo, Srs. Senadores. Enquanto V. Exa. não inicia o seu relatório, o Senador Buarque deu aqui as razões pelas quais ele pediu a relatoria da indicação do nosso querido Embaixador Miguel e eu vou dar aquela que me impediria de ser o relator. É porque o Embaixador Miguel é filho de um Mesquita, de Santa Quitéria, terra do meu querido avô, no Ceará, e para não ser acusado de prática de nepotismo aqui, eu declinaria de plano [risos]. É uma brincadeira aqui, apenas para a gente relaxar o ambiente.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, a indicação do Sr. Haroldo Teixeira Valladão Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, é uma indicação que vem no sentido de que o nosso atual embaixador, na Croácia, possa agora assumir um novo cargo.

“O Ministério das Relações Exteriores elaborou o curriculum do indicado, que é nascido no Rio de Janeiro, é filho do saudoso Professor Haroldo Teixeira Valladão e de Margarida Bandeira de Mello Valladão. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1970, ingressando na carreira diplomática por concurso e tornando-se Terceiro-Secretário ainda em 1970. Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores, destaca-se a de Coordenador-Geral do Direito Internacional e Consultor Jurídico Substituto. No exterior exerceu, entre outros, os cargos de Ministro Conselheiro encarregado de negócios na Embaixada em Madri; Cônsul-Geral no Consulado Geral em Genebra; e Embaixador em Zagreb, na Croácia.

No tocante ao relacionamento bilateral, o informe proporciona as seguintes informações: antes mesmo da independência de Trinidad e Tobago, o Brasil estabeleceu Visto Consular em Port Of Spain. Isso se deu

em 1942, como parto do esforço adiado de guerra. Em 1965, a representação foi levada à categoria de Embaixada. Portanto, já há 44 anos. Desde então, as relações são bastante amistosas. Visitas de alto nível em tempos recentes aprofundaram o relacionamento bilateral. Viagem do Chanceler Celso Amorim em 2005 à Trinidad e Tobago e do Primeiro-Ministro trinitário Patrick Manning em 2008. Nessa oportunidade foram assinados quatro acordos: Memorando de Entendimentos para a cooperação no campo da energia, em vigor, acordos sobre serviços aéreos bilaterais, acordo de cooperação técnica e convenção para evitar a dupla tributação. Os encontros ganharam densidade política com a visita do Presidente da República à capital de Trinidad e Tobago por ocasião da 5ª Cúpula das Américas, em abril deste ano.

A presença brasileira em Trinidad e Tobago cresceu nos últimos anos. Isso se deu de maneira destacada no domínio da promoção cultural. Na área econômica, percebe-se crescimento consistente e praticamente ininterrupto do comércio bilateral, com saldos favoráveis ao Brasil. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Trinidad e Tobago é o maior parceiro comercial do Brasil em toda a região compreendida pelo Caribe e pela América Central. Exportamos minério de ferro, óleo bruto de petróleo, álcool etílico, madeiras, materiais de construção, papéis, produtos lácteos e café solúvel. Importamos amoníaco, anidro, fios de ferro e aço e gás natural liquefeito. Observa-se, ainda, crescente interesse de empresas brasileiras por oportunidades de negócios naquele país, com ênfase no campo da infraestrutura e do saneamento. Há por igual possibilidades nas indústrias de alimentos e de energia.

Merece registro, por fim, o Acordo de Alcance Parcial celebrado em 2001 pelos dois países no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração – ALADI. Cuida-se de Tratado de preferências tarifárias e que tem por objetivo a promoção de fluxo de comércio bilateral por meio de intercâmbio de preferências tarifárias entre as partes, cooperação em temas de comércio e participação crescente do setor privado. O documento, já chancelado por esse Congresso Nacional, encontra-se pendente de incorporação do ordenamento jurídico trinitário.

Ante o exposto, julgamos que os integrantes dessa comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial”.

Antes, porém, Sr. Presidente, eu quero dar o meu testemunho da atuação do Ministro Haroldo Valladão na Croácia, onde o ano passado, em missão com a presença do então Secretário do Ministério da Agricultura, eu pude acompanhar o seu trabalho e verificar in

loco a excelência da sua atuação. A Croácia, como se sabe, é um país novo, recém independente e que está prestes a integrar na totalidade o Mercado Comum Europeu, a União Europeia. Portanto, o testemunho que eu queria dar também é esse, positivo, sobre a atuação do Embaixador Haroldo Teixeira Valladão, que agora é designado para Trinidad e Tobago.

É o relatório, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Concedo a palavra--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pois não, senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu pergunto a V. Exa., como alguns senadores já conhecem profundamente os dois embaixadores, se seria possível abrir a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu ia fazer em seguida, senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu ia fazer em seguida. Concedo a palavra ao Embaixador Miguel Júnior França Chaves de Magalhães para fazer a sua exposição e comunico aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o processo de votação já se encontra aberto. Aqueles que pretendam votar, já podem fazê-lo na cabine ali reservada para o Senador Inácio Arruda.

SR. MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES: Muito obrigado, Sr. Presidente. Exmos. Srs. Senadores e Senadora, é uma honra estar aqui diante dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa na mesma condição em que já estiveram diplomatas tão ilustres e com os quais eu me orgulho agora de passar a dividir o privilégio de haver sido indicado para representar o nosso País em terra estrangeira. Poder participar desse processo de avaliação por parte do Legislativo de uma indicação do Executivo também é uma fonte de prazer cívico, pois embora já faça parte do nosso cotidiano, trata-se de exercício essencialmente democrático, como bem assinalou o Senador Cristovam. Infelizmente, esse exercício ainda não é regra geral para todos os países.

Ao mesmo tempo em que o desenrolar desse processo pode eventualmente vir a receber conotações políticas, ressalto o ânimo suprapartidário que deve caracterizar uma carreira de estado, tal como a carreira diplomática. A fidelidade--

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Embaixador, só um instantinho. Eu quero só declarar que o voto já está aberto, tendo em vista que os relatórios já foram lidos. Então quem já se julgar em condições de poder votar, já pode votar, enquanto ouvimos os dois embaixadores.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vamos ter a reunião da Subcomissão de Segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito, temos outras comissões em seguida também. Então com a palavra.

SR. MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES: Bom, voltando então aqui. A fidelidade a esse princípio de ânimo suprapartidário da carreira diplomática, isso está demonstrado no desempenho das funções que me coube desempenhar ao longo de quase 30 anos de serviço público. Não é por falta de modéstia, mas apenas para ilustrar o que eu disse, que eu resalto algumas delas.

Entre 1985 e 1988 fui assessor na área econômica do Itamaraty e do Ministério da Fazenda. O Presidente da República era o atual Presidente desta Casa. Seu Chanceler era o falecido Abreu Sodré, um dos fundadores do antigo PDS, e o Ministro da Fazenda era Bresser Pereira, que foi do PMDB e depois do PSDB. Em 1990, fui designado pelo Itamaraty para auxiliar no desenho e execução do novo organograma administrativo do Palácio do Planalto, determinado pelo então Presidente Fernando Collor. Em 2004, minha promoção a Ministro de Segunda Classe foi assinada pelo Chanceler Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Governo Lula. Sou, portanto, um diplomata de carreira a serviço do Estado Brasileiro.

Se aprovado por V. Exas., terei sempre presente que sou depositário da confiança não apenas do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que me distinguiu(F) com esta honrosa missão, nem tampouco apenas do Presidente da República, que muito me honrou a submeter o meu nome a essa Casa, mas também de V. Exas.. Asseguro que de mim não faltará empenho para estar à altura ao que esperam todos de um embaixador do Brasil.

A Federação de São Cristóvão e Névis é um jovem e pequeno país. Apesar de termos uma discordância de termos com o Senador Cristovam quanto à denominação, mas certamente é pouco conhecido. Se encontra no continente americano, no Caribe, mais especificamente. Eu pediria que quem está aí à frente pudesse dar um *zoom* nas ilhas. São essas duas. A primeira é São Cristóvão.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Presidente, [ininteligível] para a gente identificar bem o local.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, sim.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): E também [ininteligível]. Dá a impressão que é na África, mas é no Caribe.

SR. MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES: É no Caribe, é no Caribe. Então são essas duas ilhas centrais. A primeira é São Cristóvão e a debaixo Névis.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agora já deu bem.

SR. MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES: Basseterre é a capital, que fica na Ilha de São Cristóvão. Bom, embora a imaginação popular associe o Caribe a praia e salsa, na verdade é uma região rica em várias outras coisas e tem uma história um pouco complicada. Certos conflitos e tensões internacionais que ocorreram nas últimas duas décadas ilustram bem isso: a crise dos mísseis soviéticos em Cuba, a intervenção militar dos países da OEA na República Dominicana, onde o Brasil enviou tropas, e a invasão americana na Ilha de Granada, em 1983, atestam um pouco dos conflitos e tensões internacionais naquela área.

A abertura de embaixadas brasileiras nos países caribenhos não pode ser vista apenas pelo ângulo contábil ou mesmo pela dimensão comercial. Como disse certa vez um ex-chefe meu, embaixador em um país latino-americano, ao ser consultado sobre a intenção de um outro país no Atlântico Sul integrar a Organização do Tratado do Atlântico Norte, disse ele: "Já vi homens mudarem a história, mas nunca vi ninguém mudar a geografia". E a geografia aqui, no caso de São Cristóvão e Névis, e também a história, colocam o Brasil em uma rota de aproximação e não de distanciamento. Pelo lado geográfico, temos uma proximidade física com o Caribe que pode ser surpresa para quem habita o Sul do Brasil ou o Sudeste, mas disse-me ontem o Senador Mozarildo que em férias dirige seu automóvel de Roraima para a Ilha Margarita, em plena praia caribenha. Se a pouca distância do Norte do Brasil para o Caribe induz ao turismo, certamente não será empecilho para o desenvolvimento de laços econômicos e culturais.

No que diz respeito à história em foco, é a história recente que estamos fazendo agora. O Brasil de hoje é, indiscutivelmente, um País diferente de dez, 15 anos atrás. Vários fatores contribuíram para, por exemplo, termos nos transformado em credores do FMI, tampouco foi apenas um golpe de sorte ou de imaginação que teve o economista do Banco Gol-

dman Sachs que criou a sigla BRIC (B-R-I-C) para rotular o Brasil, Rússia, Índia e China com os países do Século XXI. O fato é que hoje em dia o Brasil tem uma presença e um peso internacional como nunca teve na sua história. Com essa mudança de patamar, não vêm somente elogios. Pelo menos no tabuleiro das relações internacionais, isso vem acompanhado de maiores responsabilidades. E uma das cobranças é certamente uma presença em número maior de países e de distintos fóruns internacionais.

No entanto, ao contrário da Rússia, da Índia e da China, o Brasil não tem peso militar de relevo. Nossa história, nossa tradição e a nossa vizinhança mesmo demandam um outro tipo de atuação e de postura. Creio que estamos no caminho certo ao optarmos por um *soft power*, ou seja, um poder menos duro, modalidade em que podemos atuar com menos recursos financeiros do que os necessários para estabelecer e manter poderosas forças armadas. A instalação de novas embaixadas, principalmente em países como São Cristóvão e Névis, passam a fazer sentido nesse contexto, pois para executar-se uma política de *soft power* é preciso primeiro marcar presença para a partir daí constituir relações amistosas, desenvolver laços de cooperação, enfim, tornar possível a penetração da cultura, de produtos brasileiros a partir da nossa economia, da nossa cultura e da nossa boa imagem, que felizmente nos beneficia.

Eu queria, com isso, deixar bem claro que tudo que nós temos feito a favor da instalação de novas embaixadas passa por um critério rigoroso, como bem mostra a resposta que foi dada pelo Itamaraty a um requerimento de informações que partiu desta Casa.

Muito obrigado e quero agradecer especialmente aos meus Relatores. Eu fui muito feliz em ter mais de um Relator, inclusive o meu ex-professor e mestre em economia do Rio Branco.

Muito obrigado, professor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Encontramos uma solução para dar *quorum* a esta Casa e o Itamaraty tem que colaborar com isso: é colocar embaixadores que sejam cearenses, porque a coletividade cearense aqui no Senado extrapola o limite geográfico e vem toda para cá, e ex-aluno do Professor Cristovam. Então nós teremos sempre *quorum* garantido. Se o Itamaraty tiver esse cuidado, facilita muito a aprovação nessa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Muito bem. Vamos ouvir agora então o Embaixador Haroldo Teixeira Valladão Filho, que fará a sua exposição.

SR. HAROLDO TEIXEIRA VALLADÃO FILHO: Muito obrigado, Sr. Presidente. Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, eminente Senador Eduardo Aze-re-do. Srs. Senadores, com a devida *venia* de V. Exas. dividirei a minha exposição em três partes, a saber: breve resenha histórica institucional e dados básicos da República de Trinidad e Tobago, estado das rela-ções com o Brasil e aprimoramento das relações com o Brasil.

Resenha histórica institucional e dados básicos da República de Trinidad e Tobago. País insular, Trinidad e Tobago foram descobertas em 1498, por Cristóvão Colombo. Foi mantida sob soberania espanhola até 1797, tendo em vista a rarefação populacional, ha-vendo os habitantes aborígenes das etnias Aruaques e Caraíbas(F), em especial, sido praticamente dizimados, a colônia espanhola fomentou política de imigração de católicos, composta de franceses da Europa e das Antilhas, fugidos da Revolução, além de negros liber-tos, escravos do Caribe francês. Esse aporte marcou a demografia e a cultura de Trinidad e Tobago.

Em 1797, uma expedição britânica derrotou as pequenas(F) forças espanholas estacionadas na ilha. O Tratado de Amiens, em 1802, garantiu à Inglatera a posse das duas ilhas, que a Coroa Inglesa uniu administrativamente em 1889. A economia na época colonial foi marcada pelas plantações de cana-de-açúcar, de cacau e tabaco, com utilização de mão de obra escrava.

Com a abolição, em 1834, da escravatura, hou-ve a necessidade de se buscarem formas alternativas de trabalho e a imigração se diversificou: portu-gueses da Ilha da Madeira e outros europeus, ingleses, escoceses, islandeses, etc., se dirigiram ao trabalho em Trinidad e Tobago. Em 1844, o Governo Britâni-co iniciou a importação de mão de obra indiana. Em 1849, chegaram os primeiros chineses. As correntes imigratórias provenientes da Europa, África e Índia, configuram Trinidad e Tobago como um país de com-plexa demografia, o que a distingue de outros países do Caribe Anglófono, com acentuada predominância de descendentes de africanos.

Trinidad e Tobago, que é o país insular mais próximo do Brasil do Caribe, ocupa uma área total de 5.128 Km². É rico em petróleo e gás natural. Para lhes dar uma ideia dessa riqueza, direi que produziu, em 2008, 163 mil barris de petróleo por dia, para um consumo de 28.700 barris por dia, com uma exporta-

ção de 38.990 barris/dia e reserva de 728,3 milhões de barris/dia. Quanto ao gás, produziu, em 2008, 39 bilhões de m³, para um consumo de 20 milhões de m³, exportando 18 bilhões de m³ e com uma reserva de 481 bilhões de m³.

O nome oficial é República de Trinidad e Tobago, com o idioma oficial sendo o inglês e a capital *Port Of Spain*. Outras cidades importantes são San Fernan-do e Arima. A população atinge a 1 milhão e 300 mil habitantes, tendo como principais grupos étnicos os descendentes de africanos (37,5%), descendentes de indianos (40%), ascendência mista (18,4%). O PIB é estimado em US\$ 24 milhões, com uma elevada renda per capita de US\$ 18.600. O crescimento do PIB, em 2008, foi de 3,5%. Exportou cerca de US\$ 15 bilhões e importou em torno de US\$ 7 bilhões, com um saldo da ordem de US\$ 8 bilhões e com reservas internacionais de quase US\$ 9 bilhões, para uma dívida externa de US\$ 3,5 milhões. Trata-se de uma República Democrá-tica Parlamentar, tendo como Presidente George Ma-xwell Richards, reeleito pelo Parlamento em fevereiro de 2008 para um mandato de cinco anos, tendo como Primeiro-Ministro Patrick Manning desde 24 de outubro de 2001, reeleito em 2002 e novamente em novembro de 2007. O parlamento é bicameral. O Senado tem 31 assentos, 16 de seus membros indicados pelo partido do governo, nove pelo Presidente da República e seis pela oposição. A Câmara possui 41 assentos e seus membros são eleitos pelo voto popular e tem manda-tos de cinco anos. A Chanceler é Paula Gopy(F). Os principais partidos políticos são o Movimento Nacional do Povo, de Patrick Manning, e o Congresso Nacional Unido, de Basdeo Panday, líder da oposição. A inde-pendência foi alcançada pacificamente e deu-se em 31 de agosto de 1962. O país tornou-se membro da Comunidade Britânica, com a Rainha Elizabeth como Chefe de Estado, representada por um governador-geral. Em 1936, os trinitários optaram pelo sistema republicano de governo, permanecendo, porém, dentro da Comunidade. O Presidente da República passou a ser o Chefe de Estado. Trinidad e Tobago orgulha-se de possuir um Prêmio Nobel de Literatura, concedido em 2001, ao Sr. Naipaul.

Estado das relações entre o Brasil e Trinidad e Tobago. O Brasil abriu Consulado(F) em *Port Of Spain* em 1942 e Embaixada em 1965. Membros da ONU, ambos os países compartilham dos valores e princípios democráticos básicos da convivência internacional, tais que a democracia representativa, o estado de direito, a não ingerência às autodeterminações dos povos, a solução pacífica das controvérsias, a repressão ao ter-rorismo e ao tráfico de drogas. Participam e colaboram nas principais organizações do sistema das Nações

Unidas. Em matéria de candidatura, o Governo de Trinidad e Tobago aguarda uma posição de consenso da CARICOM, da Comunidade do Caribe, para emitir o seu voto de apoio à candidatura do Brasil a um assento de membro permanente e um Conselho de Segurança ampliado. Pediu apoio o Brasil à candidatura a um posto não permanente no Conselho de Segurança para o biênio de 2010/2011, o que foi concedido.

No tocante a Acordos, estão em vigor: o de Isenção de Vistos, o de Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Técnica, Econômica e Comercial, o de Transportes Aéreos e o de Entendimento para Cooperação em Energia.

Em exame estão acordos sobre: serviços aéreos, que permitem o estabelecimento de rotas regulares entre os dois países para dinamizar as relações com Caribe e Trinidad e Tobago, em especial; o acordo para evitar bitributação e prevenir a evasão fiscal que reside no incentivo ao comércio e ao fluxo de investimentos; o acordo básico de cooperação técnica que fornece um marco legal para a instalação de ações de cooperação técnica de maior envergadura.

Ao abrigo de um maior entendimento, a PETROBRAS e a PETROTRIN estão em tratativas para o fornecimento de gás natural ao Brasil e para a exploração em águas profundas trinitárias. Também em tratativas se acha a Companhia Vale do Rio Doce com a sua congênera, com o sócio local, sobre a instalação de uma siderúrgica aproveitando o minério de ferro do Brasil e o gás natural de Trinidad e Tobago. Existe o transporte de gás natural liquefeito pelo Porto de Pecém, no Ceará, e de distribuição no Nordeste. O comércio bilateral tem francamente aumentado, chegando na casa de US\$ 1 bilhão e 200... US\$ 1 bilhão em 2008, sendo a maior parceria comercial em toda a região compreendida pelo Caribe e a América Central.

Exportamos principalmente minérios de ferro e seus concentrados, óleos brutos de petróleo, álcool etílico, madeiras, materiais de construção e café solúvel. Importamos amoníaco, anidro, ferro fundido, ferro e aço, máquinas de ferro e aço, combustíveis, gás natural liquefeito. Em 2008, exportamos US\$ 745.450.000 e compramos US\$ 239.787.000(F), com um total de US\$ 1.025.000.000 e saldo a nosso favor de US\$ 465.713.000.

Aprimoramento nas relações Brasil e Trinidad e Tobago. O esforço [ininteligível] comercial de investimento há de ser conduzido pela participação em missões comerciais nos dois países, em feiras e exposições [soa a campainha] de caráter geral e especializada e em seminários de divulgação das potencialidades das duas economias em turismo, por exemplo. Também serão úteis as pesquisas de mercado e a criação da

Câmara de Comércio reunindo empresários dos dois países. Atenção muito especial deve ser conferida ao apoio consular a nossos compatriotas, pois como se sabe os mesmos estão cada vez mais imigrando para o exterior em busca de melhores condições de trabalho. A par disso, [ininteligível] fronteira, por razões de turismo, acadêmicas, como estudantes e professores, e de trabalho em empresas locais ou multinacionais.

Deve ser entendida(F) com celeridade e cortesia toda a gama dos serviços consulares, atos notariais de registro civil, certidões, emissões de passaportes e declarações, legalizações de documentos, títulos(F) eleitorais, alistamento militar. No campo cultural, manifestações artísticas devem ser estimuladas de lado a lado na área da música, pintura, gravura.

[ininteligível] Trinidad e Tobago e o inverso no Brasil constituem oportunidades a serem também exploradas. A cooperação técnica é instrumento de projeção para ambos os países. A transferência e a absorção de conhecimentos específicos marcam os aspectos fundamentais que se envolvem no plano de ajustes definidores de projetos, programas de atividades e de agências executoras. Não raro, a cooperação técnica bem sucedida conduz a posteriores transações comerciais envolvendo bens e serviços.

Se os Srs. Senadores, com o generoso beneplácito de V. Exas., aprovando o meu nome para chefiar a missão diplomática do Brasil na República de Trinidad e Tobago, o que muito me honraria, empenharei o melhor dos meus esforços para estreitar as relações, os laços de amizade e cooperação entre Brasil e Trinidad e Tobago. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Haroldo Valladão. Antes de passar então, portanto, já aos questionamentos, eu quero fazer só uma declaração aos senhores membros dessa comissão, que me elegeram Presidente da comissão, que têm tido todo o respeito e um relacionamento muito positivo, que temos tido aqui.

Como V. Exas. sabem, existe um inquérito no Supremo Tribunal Federal que envolve questões ligadas ao período em que fui Governador do Estado de Minas Gerais. Eu vou, logo após a esta reunião, fazer uma entrevista, mas antes eu quero dizer a V. Exas. que podem estar absolutamente tranquilos da lisura com que me comportei à frente do Governo de Minas Gerais. Não há nenhum documento que possa comprovar qualquer coisa diferente. Fala-se num patrocínio a eventos esportivos. Eu não autorizei e não há nenhum documento que mostre que eu tenha autorizado este evento que é mencionado no inquérito que está sendo relatado no Supremo.

Eu reitero o meu absoluto respeito às decisões do Supremo Tribunal, é fundamental que nós tenhamos uma instituição forte como é o Supremo, mas eu me senti no dever de trazer aos senhores aqui esta palavra, ainda que sucinta, sobre o comportamento e o que é objeto deste inquérito. Eu tenho exatamente ainda questionamentos que mostrarei na entrevista. Por exemplo, existe um recibo que foi citado de 4 milhões e 500 mil reais, inacreditáveis 4 milhões e 500 mil reais, que teria sido assinado por mim. Simplesmente esse recibo é falso, não existe este recibo. Ele é objeto de um processo que eu movo há dois anos contra um conhecido estelionatário que chama-se Nilton Monteiro, que é já desmoralizado, os senhores já ouviram falar nesse nome, é um homem que lançou uma chamada "lista de Furnas", querendo imputar malfeitos há vários dos homens públicos.

Eu quero apenas trazer essa palavra rápida por um dever aos senhores, que sempre me trataram com todo o respeito e que podem continuar tendo o respeito, que eu me submeterei à decisão do Supremo, mas não posso de forma alguma me calar frente a um tipo de argumentação que é baseada em recibo falso. Muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente? Eu peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Eduardo Azeredo, todos sabem como V. Exa. tem se comportado aqui no Senado Federal: como um Senador trabalhador, eficiente, sempre observando a ética e a decência. Como Governador de Minas Gerais, aliás, todos os governadores estão sujeitos a esse tipo de constrangimento, de processo movido muitas vezes pelo ódio, pela inveja e pelo desrespeito às regras normais da democracia.

Em que pese o respeito que eu tenho pelo Supremo Tribunal Federal, o Supremo está com todo o direito de fazer as investigações, não só sobre a vida de V. Exa., mas sobre a vida de qualquer um de nós, é um direito constitucional, entretanto nós confiamos que as provas que já estão no processo investigatório, no inquérito, como outras que advirão com a defesa que será proporcionada a V. Exa., tudo será esclarecido e estaremos contando com V. Exa. como um dos candidatos mais fortes no próximo ano lá em Minas Gerais.

Conte com o nosso respeito, com o nosso estímulo e a nossa admiração. Esta é a palavra do PSB aqui no Senado Federal.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O senhor pode dar a palavra ao PMDB?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Valadares. Eu quero só dizer que não me move nenhum interesse de candidaturas futuras. Me move apenas demonstrar que a minha vida pública sempre foi pautada na correção. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu quero dizer a V. Exa. que nós da Comissão de Relações Exteriores, especialmente eu, em meu nome pessoal, em nome da minha bancada, confiamos integralmente no seu comportamento, nos exemplos que nos têm dado sempre e, sobretudo, na sua conduta parlamentar de governador, de senador. Conte conosco. Eu quero que V. Exa., quando sair por essa porta, saiba que está contando conosco. É só isso que eu queria dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Paulo Duque, eu agradeço a V. Exa. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu o conheço desde o tempo de governador, quando fomos colegas dos dois lados, e de lá para cá a minha admiração só aumenta. A gente, querendo ou não, termina acompanhando a vida particular das pessoas e a sua eu acho que enobrece o Senado. É nesse sentido que eu espero que o Supremo analise e decida da maneira que de fato mostre aquilo que a gente não sabe a seu respeito ou assuma a posição de que o seu mandato não tem nada manchando.

Eu quero dizer que eu diria quase o mesmo, porque não o conheço tanto, em relação ao Senador Expedito. Só depois da decisão tomada é que a gente imagina que ela deva ser cumprida. Também em relação ao Capiberibe, que eu conheci até mais, mas foi tomada a decisão, que ela seja cumprida. O senhor começa dizendo que, se for tomada, que seja cumprida, mas eu espero que a decisão do Supremo seja capaz de distinguir que o senhor é um homem de bem e que não usa instrumentos desse tipo para se eleger.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam. Só esclarecer que no meu caso não tem nenhum processo de cassação também, é apenas uma questão na área penal que se levanta, mas eu me achei no dever de trazer aqui essas informações. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Prezado Presidente Senador Eduardo Azeredo. Avalio que V. Exa. está tomando uma decisão importante de aqui, de uma maneira mais sincera perante seus colegas, estar dizendo da sua convicção de que não há qualquer comprovante de procedimento inadequado e irregular que pudesse contrariar a legislação e que V. Exa. está muito seguro de que irá comprovar inteiramente esta afirmação.

Eu gostaria também, como os meus colegas há pouco disseram, que, sobretudo neste período de convivência quase que diária aqui no Plenário do Senado, na nossa convivência, inclusive nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que V. Exa. vem presidindo, eu quero dar o meu testemunho de que seja nas suas ações no Plenário, seja aqui nessa comissão, bem como em outras, V. Exa. tem se conduzido com muita correção, com muita isenção, preside aqui os trabalhos com grande respeito para com todos e V. Exa. tem demonstrado no seu procedimento cotidiano assim o respeito a valores éticos que são também os meus, de sempre estar procurando saber o que é a verdade em cada episódio, seja ele relacionado às questões, por exemplo, do Governo do Presidente Lula, seja às questões internacionais que são aqui objeto dos nossos debates e em situações inclusive como esta recente do ingresso da Venezuela, decisão que vamos tomar na próxima semana no Plenário. V. Exa. conduziu os trabalhos de maneira a fazer com que todos aqueles que tenham o ponto de vista de que devemos, sim, aprovar a Venezuela no MERCOSUL, seja os que avaliam que ainda não estão preenchidas todas as condições e que, por isso, manifestaram nesta comissão o seu voto contrário, mas de todos os lados nós ouvimos o depoimento sobre a condução difícil, mas que V. Exa. aqui o fez da melhor maneira possível. Então eu faço questão de dar esse meu testemunho.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy, eu agradeço o seu testemunho e as suas palavras.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Eduardo, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): V. Exa. fez uma solicitação, pedida a todos nós aqui, que eu acho que não havia necessidade de fazê-lo, de que continuemos a valorizar e crer na sua integridade. O nosso convívio com V. Exa. esse tempo todo aqui no Senado, o seu comportamento, ele é uma prova viva, ele aponta para caminho completamente diverso daquele que é insinuado em um inquérito que, como disse o Senador Valadares, todos nós estamos sujeitos a conviver com determinadas situações como essas. Mas o seu comportamento aqui aponta para caminho completamente diverso. A fala dos seus companheiros aqui é a prova disso, do seu prestígio, da consideração que temos por V. Exa., do respeito. Portanto, é aguardar que V. Exa. seja incisivo no ato de demonstrar a sua completa... Eu não diria inocência, porque não se trata aqui disso, mas o seu completo

afastamento desses fatos que a V. Exa. são imputados. V. Exa. continua aqui com a maior tranquilidade, tendo o nosso voto de confiança, a nossa consideração e o nosso respeito. Eu tenho certeza disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Eu tinha até pedido a V. Exa. que eventualmente presidisse essa comissão, mas decidi realmente estar aqui presente e trazer essa palavra a todos os senhores. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Eduardo Azeredo, “Mais cedo ou mais tarde a virtude triunfa sempre” – diz Ecclesiastes. Evidentemente que V. Exa. está passando por um processo desgastante do ponto de vista pessoal e emocional porque o raio de ação da calúnia, já dizia o velho Ulisses Guimarães, é dez vezes maior que o do desmentido. Mas eu não tenho nenhuma dúvida de que o Tribunal, com sobriedade e, acima de tudo, com justiça, haverá de reconhecer a inocência de V. Exa., até porque é inadmissível para Minas Gerais e é inadmissível para o Congresso Nacional ver um filho de Renato Azeredo envolvido numa questão dessa natureza. V. Exa. é honesto por origem, é honesto por pedigree. Teve esta Casa um dos maiores articuladores políticos que Minas Gerais produziu e que a minha geração teve a oportunidade de conviver. De forma que eu acho que isso de V. Exa., o pedaço, essa quadra que V. Exa. passa, logo-logo será esclarecida e V. Exa. pode ficar tranquilo que passa por esse episódio sem nenhum arranhão entre os colegas, sem nenhum arranhão entre os colegas. Acho muito bonita a solidariedade que os companheiros prestam nesse momento, todos. Uma das emoções que eu tive foi ver, por exemplo, o Senador Cristovam Buarque defender o nosso colega Capiberibe, quando poucas pessoas tiveram coragem no Plenário do Senado de fazê-lo. Foi para mim um momento de muita alegria pessoal ver o Senador Cristovam Buarque, novíssimo na atividade parlamentar, embora ele já tivesse sido governador, ter tido aquela coragem naquele momento – e todos nós sabemos o porquê – de defender o Senador Capiberibe. De forma que a vida pública é de correr riscos e eu só espero que amanhã ou depois os que tenham a coragem de tomar atitudes como essa que nós estamos tomando não tenham o pedido de prisão feita por partidos que tenham os interesses contrariados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Heráclito. Então feitos já esses esclarecimentos, nós vamos voltar à parte normal da reunião. Eu concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, que está inscrito,

e em seguida ao Senador Suplicy. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Quero dar o meu posicionamento acompanhando o que os companheiros unanimemente fizeram, porque eu sabia que eu era o primeiro inscrito a falar, então eu tive que ter a paciência de aguardar. Foi muito enriquecedor porque agora só me falta complementar, porque todos foram unânimes em relatar o perfil de V. Exa..

Na medida em que nós vamos envelhecendo a maturidade nos dá a capacidade da avaliação e as pessoas, à medida em que têm esse amadurecimento e convivem com V. Exa., podem aferir a integridade que é exalada por V. Exa.. V. Exa. é uma pessoa que tem, ao longo de todo esta nossa convivência aqui no Senado Federal, transmitido as melhores imagens, as melhores posturas. Eu desafio um outro senador que tenha melhor postura, melhor comportamento ético, competência e assiduidade de que V. Exa.. As pessoas são aquilo que elas são, elas não conseguem ter uma dupla realidade. V. Exa. no cotidiano, no dia a dia, exala e transmite a todos os seus companheiros esse comportamento ético. Então jamais V. Exa. sairia do comportamento ético eventualmente num cargo de governador ou eventualmente em qualquer campanha. Eu tenho certeza de que um inquérito é um inquérito, nós todos estamos expostos aos inquéritos, isto faz parte até da vida pública. O cidadão, ao optar pela vida pública, ele se expõe a essas circunstâncias, mas V. Exa. vai comprovar a falsidade das acusações, a nulidade do processo. Eu tenho certeza que todos os colegas vão ter o prazer de um dia brindar com V. Exa. o encerramento desse caso.

Mas dito essas palavras que precedem as nossas observações a respeito de dois candidatos, eu acho que na verdade são dois profissionais de carreira e todos demonstram que têm uma experiência que eu diria que até extrapola ser embaixadores nesses dois países. São países fantásticos, belíssimos, de economias que tendem a cada dia alavancarem em função do que é o mundo moderno, da globalização e do reconhecimento deles.

Mas, na verdade, me foi transmitido pelo Embaixador Miguel Magalhães, através da sua experiência ele conseguiu na sua fala já dar pinceladas significativas sobre a minha curiosidade. Mas eu gostaria de aguçar um pouco mais essa minha curiosidade no sentido de fazer uma avaliação. Nós estamos aqui no Senado Federal, a cada semana, com a proposta de embaixadores em países que o Brasil não possuía. Há duas semanas nós tivemos São Vicente e Granadinas e se fizermos uma avaliação, a pujança e a expectativa econômica é bastante semelhante. Agora estamos com

São Cristóvão e Névis, o Senador Cristovam Buarque não poderia deixar de votar contrário tendo em vista a sua afinidade de São Cristóvão para Cristovam, na verdade ser seu professor e nosso professor. E agora Trinidad e Tobago também, onde é um pouco mais densa a sua realidade econômica. Mas se nós fizermos uma análise do país que S. Sa. tomará conta em nome do Brasil, São Cristóvão e Névis, ela tem uma economia que se assemelha a uma cidade pequena do Nordeste. Eu digo cidade pequena do Nordeste porque eu venho do Nordeste, uma cidade de cinquenta mil habitantes, com o PIB que ela tem, na verdade é um bairro de uma cidade capital de um Estado como a Paraíba. João Pessoa tem só um bairro com mais de cem mil habitantes e os habitantes de São Cristóvão e Névis são de aproximadamente 50 mil habitantes.

Então o que eu gostaria que V. Exa. nos enriquecesse com a experiência que V. Exa. tem é no sentido de que onde está, na verdade, esse interesse brasileiro que justifique que uma embaixada deficitária economicamente, que supostamente seria uma embaixada deficitária, guardada as proporções seria melhor o Brasil inaugurar um consulado num país pujante de que uma embaixada, isso sob o aspecto econômico, mas na verdade no texto que acompanha o encaminhamento do Embaixador Haroldo Teixeira Valladão Filho, fala sobre os votos, em que aproximadamente 44% dos votos da OEA a CARICOM detém. Então talvez seja por aí. Então eu gostaria, como cidadão, como brasileiro, como senador, ter uma explanação de V. Exa. no sentido de me clarear até que ponto vai o interesse brasileiro de se tornar um País, já que o Brasil pretende se tornar aí uma das cinco maiores potências do mundo, de ter estas presenças? Onde está exatamente a necessidade estratégica dessa presença?

Na verdade já votei nos dois, então abro aí só a discussão a nível de termos a ilustração com a experiência que V. Exa. tem.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, que também está inscrito, e depois o Senador Flexa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quero transmitir aos meus desejos de sucesso ao Embaixador Miguel Júnior França Chaves de Magalhães, que vai exercer função diplomática em São Cristóvão e Névis, e também ao Embaixador Haroldo Valladão Filho, que estará em Trinidad e Tobago.

Como ambos vão para o Caribe, para a América Central, eu agradeço muito se puderem nos transmitir a avaliação que fazem do episódio que acontece agora em Honduras, porque certamente está repercutindo em todas as Américas, mas, sobretudo, ali na América Cen-

tral. Que avaliação fazem dos passos que estão sendo dados para a realização de um entendimento entre as partes dissidentes, o Presidente Zelaya e o Chefe de Estado de fato, Miqueletti, se estão acompanhando de perto os passos que inclusive o Itamaraty está desenvolvendo, juntamente com os outros países, como os Estados Unidos, uma vez que justamente aquele que foi designado para ser Embaixador dos Estados Unidos no Brasil realizou uma missão importante que, segundo o noticiário, parece ser bem sucedida, pelo menos na direção positiva, mas se aguarda o desfecho. Como estão ambos indo para a América central, eu acho que este é um assunto de grande interesse.

Em segundo lugar, tendo em conta as perguntas do Senador Roberto Cavalcanti sobre por que em ambos os países estar agora o Brasil colocando embaixadores, me parece, mas eu gostaria de reforçar esses dados, que a própria exposição de ambos denotou um aumento considerável do comércio com estas duas nações, relativamente pequenas, mas que mostram um dinamismo muito significativo e potencialmente, portanto, o fato de o Brasil ter ali embaixadores poderá contribuir para que este desenvolvimento do próprio comércio das relações econômicas e culturais, ainda mais porque os países da América Central, como São Cristóvão e Névis e Trinidad e Tobago, também têm um relacionamento bastante interessante do ponto de vista cultural da sua música. Sabemos todos que, por exemplo, o Estado do Maranhão tem uma relação muito próxima com a América Central, sobretudo com a Jamaica, o reggae, há um intercâmbio de músicos, por exemplo, e eu gostaria de saber se também ocorre isto com os países onde irão estar presentes.

E, finalmente, gostaria de lhes transmitir que como tenho procurado ajudar, inclusive na condição de copresidente de honra da Rede Mundial da Renda Básica, me coloco à disposição de poder debater este assunto tanto em São Cristóvão e Névis como também em Trinidad e Tobago. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy. O Senador Flexa Ribeiro, primeiro, está inscrito, depois nós vamos passar aos embaixadores. Depois o Senador Cristovam.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo, serei bastante breve. Quero fazer minha as palavras dos senadores que já me antecederam e que aqui declararam solidariedade a V. Exa.. V. Exa. tem o carinho e o entendimento de todos os mineiros que o elegeram e da Capital Belo Horizonte, que o elegeram Governador do Estado e o elegeram Senador da República. Conhecem a vida de V. Exa.. Sabem que V. Exa. não tem nada a ver com o que está

sendo questionado e discutido naquela denúncia no STF. O processo não foi ainda acatado, ele está em fase de discussão e tenho certeza absoluta que V. Exa. tem todas as condições de demonstrar o equívoco que possam estar cometendo e trazer a público, ao conhecimento do resto do Brasil, porque para Minas Gerais V. Exa. não precisa dizer a pessoa íntegra e honrada que V. Exa. é e sempre foi na política. Conte com a solidariedade não só do PSDB, não só do PSDB, o seu partido, mas de todos os senadores que o conhecem aqui pelo trabalho e pelo comportamento de V. Exa. no Senado Federal.

Com relação aos nossos embaixadores, o Embaixador Sr. Miguel Júnior Magalhães, que vai representar o Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis, e o Embaixador Haroldo Valladão Filho, que vai representar o Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, eu apenas quero desejar sucesso na nova missão que irão assumir. Eu tenho certeza absoluta que o Brasil vai estar muito bem representado e vão poder não só estreitar as relações de amizade como também o intercâmbio comercial e cultural. Que Deus abençoe a todos vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Embaixador Miguel Júnior com a palavra, primeiro.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, eu—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Desculpe, falta o Senador Cristovam ainda.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --queria fazer uns comentários. Em todas essas sabinas de embaixadores, eu tenho aproveitado tirar proveito, tentando aprender quais são os grandes problemas das relações internacionais do Brasil nos próximos 20, 30 ou até mais anos. Aos poucos eu fui construindo uma lista grande e que passa por países ricos e países não ricos. É uma lista que chega a 15 itens, como escassez de recursos, tanto escassez de recursos para a vida, terra, água, como escassez de recursos para a economia. Diversos.

Mas no caso específico desses países, eu acho que têm alguns que eu gostaria de ouvir a opinião de vocês. Um desses itens que me preocupam no futuro é a vulnerabilidade. Hoje cada país está sendo vulnerável ao que acontece em qualquer outro país. Eu pergunto: até que ponto esses dois países podem trazer alguma ameaça ao Brasil, por exemplo, do ponto de vista do terrorismo, que é uma forma de vulnerabilidade? Do ponto de vista de lavagem de dinheiro? Do ponto de vista de contrabando? Então eu pergunto... Ou outras vulnerabilidades.

Segundo, relacionado à vulnerabilidade, mas eu trato diferente, do ponto de vista de tráfico, tráfico de drogas, tráfico de crianças que começa a haver no mundo, tráfico de órgãos, inclusive, se há algum risco de que se transformem em base para isso.

O outro é no que se refere à cooperação entre ciência, tecnologia e cultura, especialmente, no caso dos dois.

E, finalmente, integração. Até que ponto nós temos a possibilidade de ter esses países como parte dessa grande comunidade que se construa em termos do MERCOSUL e em termos da UNASUL.

Esses são os pontos que eu deixaria para o caso de vocês, deixando de lado mesmo o comércio, que é uma coisa que a gente vai ter que enfrentar cada vez mais no futuro para o bem ou para o mal E outros itens. Então ficaria a ideia da integração, a ideia da cooperação entre ciência, tecnologia e cultura, o problema do tráfico e o problema da vulnerabilidade que possa afetar o nosso País se esses países se transformem em bases de terrorismos, em base de lavagem de dinheiro e outras ilicitudes que tomam conta hoje do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam. Com a palavra, portanto, agora, o Embaixador Miguel Magalhães.

SR. MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES: Muito obrigado. As perguntas são todas perguntas muito interessantes, perguntas que demandam um pouquinho de tempo para responder e eu tentarei fazer o melhor possível.

Começando pelo Senador Cristovam, eu vou começar do fim para o começo para que a gente chegue a uma conclusão que talvez possa nos ajudar.

Com relação à vulnerabilidade, no caso de São Cristóvão e Névis, são realmente duas ilhas pequenas com uma população reduzida. Não creio que tenhamos algum potencial de vulnerabilidade por si.

No que diz respeito a tráfico de drogas, é possível que devido à produção, principalmente de maconha, na maior parte das ilhas, isso possa se tornar um problema, senão for cuidado. Existe uma iniciativa entre o Brasil e Estados Unidos de cooperação trilateral justamente para propiciar a esses países menores alguma fonte de renda alternativa. Os Estados Unidos têm um programa de ajuda ao Caribe, se chama *The Caribbean Basin Initiative*, que é a Iniciativa da Base do Caribe, que prevê recursos justamente para o combate a drogas. Mais especificamente nós temos uma cooperação assinada dentro do Acordo de Entendimentos da Produção de Combustíveis Alternativo. As ilhas foram sempre produtoras de açúcar, desde o Século XVIII. Parou de produzir no ano de 1993 porque era

uma produção deficitária. Os Estados Unidos querem ressuscitar a cultura da cana-de-açúcar com vistas à produção de etanol e nós temos um acordo com os Estados Unidos para a transferência de tecnologia, não só na produção, como no marco regulatório e controle de qualidade. O Primeiro-Ministro das ilhas já se pronunciou favoravelmente, está muito interessado em que o Brasil envie uma delegação para por em prática o que já existe no papel. Então eu acho que por aí a gente pode contribuir um pouco para a substituição da cultura de maconha por algo que venha a ser utilizado na produção de etanol.

Lavagem de dinheiro. A ilha foi um paraíso fiscal até 1992. A partir de então sofreu muita pressão dos Estados Unidos para que o marco regulatório bancário fosse atualizado, ele foi e hoje em dia não é mais um paraíso fiscal.

Com relação à cooperação técnica, nós temos esse projeto junto com os americanos, mas temos também um projeto da EMBRAPA para a produção de hortaliças na Ilha de São Cristóvão, na maior. Creio que por aí também temos muito terreno a percorrer, porque praticamente não existe nada em matéria de cooperação técnica.

Com relação à cooperação na área musical, que o senador falou. O Brasil é um País talvez dos mais ricos em cultura musical. Nós temos gêneros diferentes e, como o senhor bem falou, o Maranhão tem algo que muita gente se admira, que seja tão próximo do Caribe. Eu confesso que não tenho tanto conhecimento sobre a situação musical de São Cristóvão e Névis, além do que normalmente se pode encontrar em disco comercial, mas existe um projeto do Ministério da Cultura de cooperação com países menos desenvolvidos. Por aí eu creio que vamos ter oportunidades de trazer não só músicos, como também companhia de teatro. Eles têm uma companhia de teatro profissional, é a única ilha que tem uma companhia de teatro profissional. Espero que tenha o apoio não só do Poder Executivo, mas também do Poder Legislativo, na concessão de verbas para a realização de projetos de cooperação.

O Senador Roberto Cavalcanti fez a pergunta chave, que eu acredito que está provavelmente na cabeça de todos: Por que é que o Brasil precisa ter uma embaixada na Federação de São Cristóvão e Névis? Somando tudo que eu disse até aqui e acrescentando um pouco mais. A visão geoestratégica de um País como o Brasil não pode ser a mesma de um país pequeno. Nós somos um País grande, nós somos uma potência regional. Há uma expectativa de que o Brasil se comporte como está comportando agora. Há uma expectativa que o Brasil tenha uma presença em um número maior de países e que leve a esses países o

conceito de uma potência pacífica, de uma potência de cooperação, de uma potência latina. Isso é importante para nós e eu acho que é importante para o resto da América Latina também. Creio que o primeiro passo a ser dado é plantar a bandeira, é abrir uma embaixada, é se fazer presente. A partir daí nós podemos lançar... A embaixada, eu costumo dizer, é como um porta-aviões. A partir daí você pode lançar vários instrumentos de ação, mas é preciso ter uma presença física. Por menor que seja o país, esse País, como disse o Senador Cristovam, tem voto na ONU, esse país tem voto no CARICOM, esse país tem voto na OEA. Então nós temos que utilizar os nossos porta-aviões. O Brasil tem uma economia suficientemente grande para justificar não só a abertura de embaixadas, mas a abertura de consulados. O Itamaraty, infelizmente, tem um orçamento bastante reduzido para o que se podia fazer, nós temos menos de 1% do orçamento da União. Para um País com as dimensões econômicas do Brasil, é muito pouco. Nós somos 1.300 diplomatas. Os Estados Unidos tem dez mil. Então nós precisamos ampliar a nossa presença e, como disse antes, o primeiro instrumento dessa ampliação é uma embaixada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador. Eu vou designar o Senador Roberto Cavalcanti para atuar como secretário, mas antes ainda de transformar em secreta a reunião, eu quero ainda dar a palavra ao Senador Paulo Duque, que é um outro projeto extrapauta, que é Não Terminativo: "Projeto de Decreto Legislativo nº 656, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e Burkina Fasso, assinado em Brasília em 30 de agosto de 2005". Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É um Acordo entre o nosso Governo e o Governo da República de Burkina Fasso. Burkina Fasso, Sr. Presidente, significa "Terra dos Incorruptíveis". É uma coisa é para se adivinhar, sendo que fica ali aonde eu fui há pouco apontar, juntamente com a embaixatriz aqui ao meu lado, a noroeste da África. É um Acordo interessante, porque quanto mais o Brasil fizer Acordos, quanto mais o Brasil tiver representantes nesses países emergentes, que conquistaram a duras penas a sua independência, muito melhor para nós.

A proposição inicial foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e na Comissão a esse relator em 10 de setembro de 2009, não recebendo emendas.

Cuida-se aqui de um Acordo-Quadro, significa um Acordo Básico entre o Brasil e a Burkina Fasso, que é um nome interessantíssimo, que visa fortalecer as relações entre os aparatos de ciência e tecnologia dos

dois países por meio da cooperação entre os programas de política correlatas. Segundo o informe ministerial, a assinatura do Acordo possibilita a continuidade das ações já iniciadas no campo da saúde e o início das atividades de cooperação em outras áreas de interesse comum, como a agricultura, pecuária e irrigação do semiárido, que é importantíssimo para nós isso, e esportes também. Essa cooperação poderá envolver instituições do setor público e privado.

O trágico em tudo isso, Sr. Presidente Eduardo Azeredo, é que nós aprovamos aqui textos dessa natureza e ficamos depois sem saber, sem saber de fato o que é que houve, como é que evoluiu, quais foram os resultados práticos e objetivos disso. Sabia, Senador Cavalcante? Vamos assinar esse Acordo, mas depois não sabemos se houve algum resultado prático ou objetivo porque são muitas as atividades, tanto lá como aqui, e, sobretudo no Congresso Nacional com as mudanças eventuais.

Mas vamos em frente. São 11 artigos. O Acordo dispõe sobre as condições para a cooperação técnica entre os dois países. Estipula-se que os programas e projetos serão implementados por meio de ajustes complementares, que indicarão as instituições executoras e os componentes necessários à sua implementação, inclusive com a participação de instituições dos setores públicos e privados. As partes contratantes contribuirão em conjunto ou separadamente para a implementação dos programas e projetos, bem como poderão buscar financiamentos de outras agências.

Nos termos do art. 6º, cada parte concederá(F) o pessoal designado pela outra parte para exercer funções em seu território, visto conforme a regra de cada parte. Isenção de taxas aduaneiras, de impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais durante os seis primeiros meses de estada, isenção de impostos, etc. O Acordo poderá ser emendado e entrará em vigor a partir da data de recebimento da segunda notificação de ratificação, quer dizer, esse acordo poderá ser emendado, será alterado e só vai entrar em vigor a partir da data do recebimento das seguintes – para ver como é complicado e burocratizado esse processo. Ainda não está em vigor. Terá a vigência por um período inicial de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais ou sucessivos, salvo em caso de denúncia por uma das partes.

Com base no exposto, consideramos ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise. Conclui-se esse Parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 656, de 2009. Esse é o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Paulo Duque. Eu coloco em discussão. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Ape- nas, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que o Ministro de Relações Exteriores e o Itamaraty têm sempre se colocado à disposição, têm inclusive comparecido aqui com frequência, cerca de três vezes a cada ano, e um qualquer oportunidade, prezado Senador Paulo Duque, nós podemos arguir sobre cada um destes acordos. Então pelo menos quero informar que da parte do Ita- maraty, se V. Exa., por exemplo, quiser apresentar um requerimento de informações ou encaminhar pergun- tas ao Itamaraty, eu tenho a certeza que estão aqui os representantes, o embaixador está presente aqui e sobre os dados desse aqui, desse Acordo, certamente esta Comissão e V. Exa., como eu próprio, temos toda a possibilidade de obter as informações, as mais pre- cisas. É só isso que eu queria acrescentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeito. Senador, eu quero só dizer que realmente o Ministro Celso Amorim já esteve aqui por várias vezes, ele tem sido sempre muito atento.

Encerrada, portanto, a discussão, eu coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o presente Acordo.

De acordo com o dispositivo no inciso IV, do art. 52, da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único do art. 383, do Regimento Interno, a Reunião da Comissão será transformada em secreta, a fim de que os embaixadores sejam arguidos pela comissão.

Eu solicito, portanto, peço licença a todos os senhores que estão aqui que se ausentem, ficando apenas os embaixadores e representantes do Itama- raty. Logo em seguida nós, então, reabriremos com o resultado da votação e com a sua conclusão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presi- dente, eu queria antes de terminar, saber de V. Exa. se é possível conceder urgência para a votação em Plenário desse projeto sobre a "Terra dos Incorruptíveis".

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, senador, é possível, podemos colocar também a urgência em votação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então eu peço, desde já requeiro a V. Exa. essa urgência. Está aprovado?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Coloco em votação o pedido de urgência. Os senadores que estiverem de acordo per- maneçam como estão. Está aprovada, portanto, a ur- gência também.

Vamos só aguardar então que a sala seja liberada para que nós possamos passar a alguma questão que os senhores tenham em relação à urgência.

[Sessão secreta às 11h51]

[Sessão reaberta às 11h58]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A reunião está reaberta e eu co- munico a aprovação dos Embaixadores Miguel Júnior França Chaves de Magalhães para a Federação de São Cristóvão e Névis, por 14 votos, foram 15 votos, portanto, teve um abstenção, e do Sr. Haroldo Teixeira Valladão Filho para a República de Trinidad e Tobago, também por 14 votos, com uma abstenção.

Está, portanto, encerrada a presente reunião. Eu agradeço e desejo muitas felicidades a ambos os embaixadores. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h59.

ATA DA 50ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA CO- MISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDI- NÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia doze de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Sena- dor **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Re- lações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Paulo Duque, Efraim Moraes, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Flávio Torres, Renato Casagrande, Augus- to Botelho, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Adelmir Santana, José Agripino, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Cristovam Buarque e Marcelo Crivella**. Registra-se, também, a presença do Senhor Deputado Federal **Átila Lins**. Justifica a ausência o Senador **Geraldo Mesquita Jú- nior**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos. Comunica, ainda, que a As- sessoria Parlamentar da Marinha convida os Sena- dores membros da Comissão para uma visita oficial à Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro, nos dias 26 e 27 de novembro próximo. O Senador **João Tenório** assume a presidência. Inicia- se a apreciação da pauta. **Item 01:** Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2009, de autoria do Senhor Pre-

sidente da República, que *“Autoriza a União a doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos”*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Eduardo Azeredo**, para fazer a leitura do seu relatório. Os Senadores **Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, Augusto Botelho, Heráclito Fortes, Pedro Simon, Renato Casagrande e Paulo Duque** fazem uso da palavra. Aprovado o Projeto. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprova também o Requerimento nº 97, de 2009 – CRE, de autoria do Senador **Heráclito Fortes**, que requer, *“... nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de louvor ao Governador José Serra, então Ministro da Saúde do Governo Fernando Henrique Cardoso, pela iniciativa da quebra das patentes de medicamentos, o que possibilita, hoje, a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2009, nesta Comissão”*. O Senador Eduardo Azeredo sugere a inclusão de item extrapauta. **Extrapauta Item 01:** Requerimento nº 1.482, de 2009, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF), que *“Requer, nos termos regimentais, a indicação de (2) dois Senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH para compor a Delegação que irá participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP 15 em Copenhague (Dinamarca), a realizar-se entre os dias 7 a 18 de dezembro de 2009”*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Eduardo Suplicy**. Aprovado o parecer favorável. **Item 02:** Mensagem nº 231, de 2009, do Senhor Presidente da República, que *“Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América”*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Heráclito Fortes**, para fazer a leitura do seu relatório. Em seguida, declara aberto o processo de votação e concede a palavra ao Embaixador Mauro Luiz para fazer sua exposição. Os Senadores **Roberto Cavalcanti, Arthur Virgílio, Paulo Duque, Marco Maciel, João Tenório, Francisco Dornelles, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, José Agripino, Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo e Heráclito Fortes** fazem uso da palavra. O Presidente torna a sessão secreta às treze horas e um minuto. A sessão é reaberta às treze horas e vinte e três minutos. O Presidente comunica a aprovação do Embaixador Mauro Luiz. Nada mais havendo a tratar, o Presidente

encerra a reunião às treze horas e vinte e três minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 47 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Uma vez que a reunião anterior da Comissão, a 49ª, ainda está ocorrendo no Plenário do Senado, a Ata referente deverá ser lida e aprovada na próxima reunião. Trata-se de uma reunião, uma Audiência Pública da qual eu já participei na sua abertura e comuniquei que estava me encaminhando para cá para que nós pudéssemos abrir esta Reunião Ordinária. A Audiência Pública é para a comemoração do Dia Internacional da Ciência pela Paz.

Nós temos aqui, antes ainda de passarmos à oitiva do embaixador, temos duas questões. Uma delas, eu quero informar aos Srs. Senadores o recebimento de convite da Assessoria Parlamentar da Marinha para a realização de visita oficial à Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro, nos dias 26 e 27 de novembro próximo. Os Srs. Senadores que tenham interesse, por favor, manifestem a sua intenção à Secretaria dessa comissão. A Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia está exatamente localizada na Região dos Lagos e o objetivo é conhecer essa instalação importante da Marinha nos dias 26 e 27 de novembro.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É ao lado de Cabo Frio, em São Pedro da Aldeia. São Pedro de Aldeia é a base de apoio do porta-aviões, onde está a Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O porta-aviões fica no Rio, mas o aeródromo fica lá em São Pedro. A previsão é sairmos daqui de Brasília, o pernoite no Rio de Janeiro na quinta-feira, 26, e na sexta-feira então é que seria feita a visita ou será feita a visita, com a decolagem em helicóptero

do Rio para São Pedro da Aldeia e depois em São Pedro da Aldeia toda a visita, com almoço e regresso às 15 horas para o Aeroporto Santos Dumont.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dias 26 e 27 de novembro.

Temos ainda aqui como primeiro item da pauta o Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2009, que “Autoriza a União a doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos”. Eu solicito ao Senador João Tenório que assuma a Presidência, eu sou o Relator, para que eu possa fazer a leitura deste relatório. Trata-se de um projeto com urgência para que possamos auxiliar Moçambique na guerra contra a questão da AIDS e a fabricação de antirretrovirais.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Com a palavra o Relator Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, é o Projeto de Lei que foi recebido na Câmara em 15 de outubro de 2008 e a sua tramitação foi encerrada nas Comissões Técnicas da Câmara em 22 de setembro de 2009, portanto, há um mês e meio atrás. Recebido no Senado no dia 02 de outubro, essa proposição já foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e Assuntos Econômicos, nas quais recebeu parecer favorável, e aqui na Comissão de Relações Exteriores cabe-nos abordar a sua também validade. Na CAE não foram feitos óbices ao PLC, tampouco na CCJ.

O Projeto de Lei representa uma relevante iniciativa de concretização da solidariedade da República Federativa do Brasil em relação ao Continente Africano e, particularmente, à República irmã de Moçambique. Brasil e Moçambique já dispõem de um Acordo Geral de Cooperação, assinado em 1981 e promulgado em 1984, que contempla atividades conjuntas nos campos econômico, científico, técnico, tecnológico e formação de pessoal, que serão realizados por meio de acordos ou de programas especiais. Assim, em primeiro lugar a doação prevista no Projeto de Lei subsume-se ao previsto no Acordo Geral de Cooperação, de maneira perfeitamente adequada aos seus objetivos.

Esse caráter humanitário do Projeto de Lei está bem descrito na exposição de motivos assinada pelo Ministro do Estado da Saúde, que acompanha a proposição. Segundo esse informe, o perfil epidemiológico de Moçambique justifica a urgência da doação.

Com dados de 2006, estima-se em 300 mil o total de pessoas que necessitam de tratamento antirretroviral naquele país e apenas 40 mil delas foram tratadas, mesmo assim sem a medicação apropriada. Calcula-se que haja cerca de 500 novos infectados por dia. Os órfãos de pais vitimados pelo vírus já passam de meio milhão de crianças.

Do ponto de vista estratégico, a nota ministerial também traz pontos importantes. Assinala o Ministro da Saúde que a instalação da fábrica de antirretrovirais em Moçambique propiciará o controle de epidemias e reduzirá o número de óbitos não apenas nesse país, mas também em outras nações para onde a produção poderá ser exportada. Ainda nesse sentido, salienta que é importante para o Brasil confirmar a sua disposição em subsidiar a iniciativa, visto que esse tema vem atraindo a atenção de outros possíveis doadores.

A eventualidade e a apropriação do projeto da fábrica de antirretrovirais por terceiros países acarretaria a perda de valioso instrumento de cooperação e de afirmação de interesses brasileiros na África. Assim, observa-se que o projeto se reveste de forte conotação humanitária, representando também meio para adensamento das relações com Moçambique e com a África, sempre lembrando que Moçambique é um país de língua portuguesa e que tem a segunda maior população. A população é maior até mesmo do que Angola e do que Portugal.

A alocação da verba do Ministério da Saúde propicia uma breve reflexão sobre a adequação dessa origem, uma vez que se trata de atividade relacionada mais à cooperação internacional que à saúde da população brasileira. Entretanto, salienta-se o adiantado envolvimento do Ministério da Saúde nessa doação, principalmente por intermédio da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, que já que desenvolve trabalho em Moçambique para a viabilização da implantação da fábrica, bem como os reflexos que essa atividade pode ter para a saúde dos brasileiros. Portanto, justifica-se a alocação tal como prevista no Projeto de Lei do Presidente da República.

Dessa forma, o projeto, além de encontrar respaldo no ponto de vista constitucional e sob os aspectos econômico, financeiro e tributário, também está amparado no Acordo Geral de Cooperação entre Brasil e Moçambique, significando inestimável ajuda de cunho humanitário de país extremamente carente e de especial relacionamento com o Brasil pelas raízes comuns. Contribuiu, ademais, para as boas relações do Brasil no âmbito internacional.

Portanto, o Voto, pelo exposto, tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, é

pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2009.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Para discutir.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar ao relator, o Senador Eduardo Azeredo, que trouxe no seu relatório um aspecto muito humano dessas relações entre Brasil e África. É a sensibilidade que nós temos de enxergar que naquele lado do Oceano Índico, do Continente Africano, existem irmãos nossos ligados não só pela língua que falamos, mas por laços históricos, em que hoje estão morrendo milhares, deixando milhões de crianças. Centenas de milhares já morreram na África Austral, milhões de pessoas já morreram na África Austral, Moçambique é epicentro dessa crise e nós temos a tecnologia. Nós hoje não estamos fazendo a doação de dinheiro. Nós estamos fazendo a doação é de tecnologia, é de ciência, é de espírito público. É um exemplo para o mundo.

O Brasil, mesmo com suas dificuldades, perplexidades, desafios, óbices no seu próprio desenvolvimento, verifica que na escala das necessidades e das prioridades Moçambique precisa muito mais do que nós. Estamos dando um gesto extraordinário.

Eu não esperava outra coisa da voz de Minas, da voz de Eduardo Azeredo. Eu tenho certeza que nesse momento somos aplaudidos e nos vêm à mente os discursos de Nabuco, Patrocínio, Princesa Isabel, que nos redimiram da vergonha extrema dos anos da escravidão e que disseram realmente que o Brasil deveria ser e apontaram um País de exemplo na construção de uma raça com o sangue de índio, negro e branco. E isso agora se traduz, um século depois, na decisão que engrandecesse esse Senado Federal, essa comissão, numa decisão de apoiar o Tratado de Cooperação Brasil-Moçambique, assinado em 2003, para o qual eles esperam com uma ansiedade de um vigia que aguarda pela aurora. Eu estive lá há 15 dias atrás, comissionado pelo Senador Eduardo Azeredo, para assistir às eleições presidenciais. E a pergunta que os Ministros e as pessoas que eu encontrei me faziam era essa: "Senador, lá no Brasil, quando é que nós vamos efetivar o Tratado de Cooperação? Quando é que nós vamos produzir antirretrovirais aqui em Moçambique? A crise se alastra, se agrava". Olha: os brasileiros, cinco mil famílias brasileiras estão trabalhando nas minas de carvão do Rio Zambeze, trabalhando pela Companhia Vale do Rio Doce e foram recebidos naquele país de dificuldades. 40% do PIB, Eduardo Suplicy, são doações da Comunidade Europeia. 80%

da força de trabalho é informal. E dos 20% formais, 80% trabalham para o governo, com um salário máximo de US\$ 200. É um país de imensa necessidade e hoje o senador, com esse relatório, consagra definitivamente, terminantemente esse Tratado pelo qual eles aguardam desde 2003.

É um momento solene. Eu não sei se encontraria no curso do meu mandato um momento tão bonito e que eu pudesse, eu que conheço de perto aquilo ali, que vivi dez anos ali, nas áreas pobres do Malawi, da Zâmbia, do Lesoto, da Suazilândia, no meio das áreas rurais, eu que vi crianças que morreram no meu braço na igreja, porque o africano tem esse costume, na hora da morte ele corre para morrer dentro de uma igreja. Quantos eu não vi ali, para minha tristeza, para minha amargura, morrendo.

Hoje na África, Senador Azeredo, não há um banco que abra uma conta sem antes um exame de sangue. Não há uma companhia que venda um automóvel, que venda um implemento agrícola ou que faça um seguro sem que a pessoa apresente um exame de sangue. Não há um casamento feito em nenhuma igreja sem que os noivos apresentem o exame de sangue. Então vive-se esse flagelo, essa tristeza, e nós poderemos, para a nossa alegria e para a glória do Brasil, levar para lá tecnologia de vinte antirretrovirais, que no coquetel de 25 poderá prolongar a vida daquelas pessoas por vinte anos com qualidade. Não vamos salvar, mas vamos poder prolongar a vida deles vinte anos com qualidade. E nesses 20 anos eles poderão, se Deus quiser, encaminhar seus filhos, que hoje muitas crianças ficam no braço dos avós. Avós que viveram os 20 anos de guerra, dez anos de guerra contra o colonizador e depois dez anos de guerra civil entre Frei Lima e RENAMO. Então o país foi destruído pelos anos da guerra e esses avós estão cansados, são homens e senhoras que viveram essas guerras todas e agora têm que cuidar dos netos.

Olha, hoje aqui na Comissão de Relações Exteriores o Brasil se engrandecesse. Parabéns, Senador Eduardo Azeredo. Eu tenho certeza que na sua trajetória política esse dia ficará marcado de maneira indelével, porque é um relatório espetacular e que eu acredito que todos nós vamos votar com orgulho para aprovar.

Muito obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Crivella, muito obrigado pela grande fotografia que V. Exa. traz da situação lá de Moçambique e que, sem dúvida nenhuma, contribuirá para uma reflexão mais profunda de todos os senadores na hora de votar.

O próximo inscrito para--

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Por favor, primeiro o médico, o Senador Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Quem mais entende [risos]. Senador Augusto Botelho.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu até estava pedindo informações a ele sobre retrovírus e ele poderá informar a todos sobre o que significa como médico.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Os retrovírus são os vírus da família do HIV, da AIDS, o vírus da AIDS. Têm outros vírus dessa família retrovírus, mas a gente fala em retrovírus quando está se referindo, nesse caso, ao vírus da HIV.

Eu pedi a palavra porque eu sou trabalhador da saúde e muitos brasileiros que estão nas filas dos hospitais esperando para ser operados ou que chegam num posto de saúde e não encontram medicamentos podem se indagar quando ouvirem o Brasil passando quase 14 milhões de reais para um país da África para fazer uma fábrica de remédios lá para os africanos. "Pois é, mas se nós estamos precisando de remédio, por que é que vai dar para eles?" Porque lá em Moçambique existem 300 mil pessoas infectadas com o vírus e precisando de tratamento. São pessoas que estão com o vírus e que estão doentes. O ano passado o Governo de Moçambique já conseguiu tratar 40 mil pessoas. Quando a gente não trata uma pessoa infectada pelo vírus, essa pessoa morre. Então o Brasil está dando, repassando esse dinheiro para lá, mesmo precisando de dinheiro para a saúde aqui, porque essas pessoas estão morrendo, vão morrer. O Senador Azeredo relatou aqui, são 500 mil crianças órfãs por pais mortos em consequência da infecção do vírus da HIV.

Então nós, como brasileiros, como seres humanos, estamos fazendo uma coisa para salvar os nossos irmãos lá da África. Se não fizer isso, vão morrer, o ano que vem talvez existam mais 250 mil crianças órfãs porque os pais morreram. Então é lógico que essa fábrica não vai resolver o problema, mas vai conseguir fazer com que as pessoas viviam como os nossos pacientes de HIV vivem aqui. Os portadores de vírus são mantidos em condições de viver, de trabalhar, de tudo, de ter a sua vida normal porque nós, o Brasil, felizmente fornece medicamentos a todos os pacientes portadores de HIV e que necessitam do medicamento. Claro que algumas vezes há um descompasso por causa de administração, de faltar um medicamento, mas que isso é coisa temporária e passageira.

Então eu peço aos brasileiros que entendam, porque o Presidente Lula e nós, a Nação Brasileira está fazendo isso porque são pessoas morrendo. Nós estamos falando em pessoas morrendo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): 500 mil órfãos. É um número assustador realmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Senador Augusto Botelho--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu peço a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): --pelas informações técnicas, sobretudo, que V. Exa. traz a essa Casa, qualificadas pela sua profissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Passo a palavra ao Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria também de dar apoio ao parecer do Senador Eduardo Azeredo e a esta proposição do Executivo, que o Senador Marcelo Crivella tendo conhecimento maior do que o nosso lá de Moçambique, ressalta sobre a sua importância.

Eu estive em Moçambique em 2007 junto com uma missão do Banco Mundial para examinar os diversos projetos. Estive lá no Parlamento, com o Poder Executivo também. A nossa então Embaixadora Leda Lúcia Camargo foi extremamente atenciosa. Eu posso aqui testemunhar o valor imenso que terá este acordo pelo qual o Governo Brasileiro, através da FIOCRUZ, proporcionará ao desenvolvimento ali destas vacinas antirretrovirais com medicamentos que proporcionarão a melhoria da condição de saúde para uma população, amiga de um povo irmão, e é tão significativo para nós, brasileiros, podermos aprofundar os laços de amizade com Moçambique com ações desta natureza.

Sou inteiramente a favor, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado, Senador Suplicy. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes para dar a sua contribuição a esse voto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, dois motivos me trazem a fazer uso da palavra nesse momento. Evidente que há um terceiro, que é parabenizar o Senador Eduardo Azeredo pelo seu parecer, pela maneira como ele aborda o tema.

Mas eu não poderia deixar de citar aqui duas pessoas importantes para que isso se torne realidade: o nosso atual Embaixador em Moçambique, Toninho Souza e Silva, que foi deslocado do Timor-Leste para Moçambique, serve naquele país já há um ano e pouco, que teve um empenho decisivo, inclusive contatando

com alguns parlamentares. Eu digo isso dando o testemunho de quem foi Presidente dessa comissão, para que o mais rápido possível esse acordo fosse feito.

Em segundo lugar, eu quero ressaltar aqui e pedir a V. Exa. que determine a comunicação do fato ao então Ministro da Saúde José Serra. Foi exatamente a sua audácia, a sua coragem ao quebrar patente, ao desafiar o mecanismo poderoso das multinacionais do setor que permitiu que o Brasil dominasse algumas tecnologias que agora são importadas. Daí porque, Sr. Relator, eu solicito a V. Exa. que comunique ao ex-Ministro da Saúde e atual Governador de São Paulo a minha iniciativa de fazer um registro público nos anais dessa Casa em louvar à atitude que ele teve quando Ministro da Saúde. O Brasil deve muito a esse gesto e esse ato de hoje é uma consequência dessa ousadia e dessa coragem.

Muito obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Quero corrigir, porque o Senador Botelho, sempre equilibrado, mas firme, me disse: "O Brasil e o mundo", de forma que eu quero acrescentar a colaboração do colega Botelho.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Senador Casagrande está inscrito para discutir?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Eu quero me escrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Está inscrito antes o Senador Pedro Simon, que é o próximo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu quero apenas felicitar o Governo Brasileiro. Eu acho que esse projeto é altamente positivo. Eu acho que o Brasil, com todas as suas dificuldades, com todos os seus problemas, estender uma mão e, como muito bem diz o Senador Crivella, dar uma assistência a um país como Moçambique é um exemplo para o mundo. Eu, ao contrário de alguns, vejo em alguns gestos do Governo Brasileiro de solidariedade aos países da África algo realmente de muito concreto e muito real. Por isso, o meu voto é muito feliz e eu felicito ao Senador Azeredo pelo seu parecer. E felicito a nós, porque eu acho que nós estamos votando um projeto realmente muito significativo. Repare V. Exa. se as grandes nações que gastam orçamentos com bilhões destinados à guerra, destinados a se prepararem para a guerra, usassem uma parte dessa verba no combate à fome, à miséria e à saúde, o que poderiam fazer? É pouco

o que estamos fazendo? É, mas é importante, é um gesto e o Brasil está tendo coragem de fazê-lo. Eu voto com muita alegria a favor desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Senador Pedro Simon, V. Exa. com a estatura moral que tem, sem sombra de dúvida, dá um aval a esse projeto, é uma coisa muito importante. Nós ficamos assim muito mais seguros, mais tranquilos para conduzir e votar esse projeto com o aval de V. Exa..

Com a palavra o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Presidente. Também quero, muito rapidamente, manifestar minha posição favorável ao projeto. Um país como Moçambique, que depende de tanta colaboração externa para que possa encontrar um caminho para trazer qualidade de vida às pessoas, para trazer dignidade às pessoas. Então qualquer ajuda, colaboração e parceria é muito importante, é fundamental.

Eu acho o que Brasil tem um papel a cumprir. O Brasil tem muitos problemas sociais, tem muitas dificuldades, não é um País ainda rico, desenvolvimento. Rico é, mas não é desenvolvido como outros países, tem um caminho a percorrer ainda, mas o Brasil não pode se ausentar dessa fraternidade internacional, dessas relações internacionais, dessa colaboração e dessa parceria. Então se nós temos dificuldades em diversas áreas, Moçambique tem muito mais. Então a posição brasileira é uma posição que merece ser apoiada e o relatório do Senador Eduardo Azeredo também merece ser apoiado pela sensibilidade manifestada nesse relatório.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É

que eu pedi a V. Exa. que consignasse o voto de congratulações ao então Ministro Serra, sendo que regimentalmente ele precisa ser colocado em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Está sendo redigido pela secretaria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A

sugestão é que fosse procedido o voto e a formalização viria logo a seguir.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Certo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Para economiza de tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Pode ser feito. Então o Senador Heráclito Fortes propõe um voto de louvor àquele que foi, na verdade, o grande iniciador desse processo, digamos assim, de recuperação da AIDS aqui no Brasil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Momento em que se comunica a ele a assinatura desse--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Se comunica a assinatura desse projeto. Então ele sugere o voto de louvar e a comunicação da aprovação desse projeto. Está submetido à discussão. Como ninguém quer discutir, vamos à votação. Quem estiver de acordo permaneça como está. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, quem sabe fosse o caso de no requerimento cumprimentar também o Senador José Serra por estar apoiando em 95% a política econômica do Governo do Presidente Lula.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Isso aí seria na CAE.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Se quiserem, eu autorizo que coloque também no requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Está bom.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Não havendo quem queira discutir, em votação. Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente que no momento conduz a Sessão: não vamos politizar esse assunto, porque brincar com a saúde é uma coisa muito séria. Eu não sei como surgiu a AIDS no mundo, o Médico Augusto Botelho também não sabe, ninguém aqui sabe como é que surgiu, mas surgiu, surgiu após a Segunda Guerra Mundial, a verdade é essa. E o Brasil com os seus médicos inteligentes está hoje talvez na vanguarda em busca do tratamento e da cura. E é o Rio de Janeiro, mais uma vez, que está escrevendo essa história. Como eu disse ontem na CPI da PETROBRAS, alguns não gostaram, mas na verdade é o seguinte: a história do Brasil é escrita sempre, desde a criação da PETROBRAS, no Rio de Janeiro.

Então eu queria dizer o seguinte: as manifestações aqui me sensibilizaram. Por exemplo, quem é que conhece Moçambique aqui dessa mesa?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Crivella, o Suplicy.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Marcelo Crivella, dez anos em Moçambique, dez anos em Moçambique. Na África toda, mas, sobretudo, em Moçambique. Ele nos deu aqui uma lição de humildade, solidariedade. Quem mais conhece?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Suplicy.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O senador passou de avião por lá?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu estive visitando por uma semana em 2007.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Em 2007?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Moçambique eu visitei participando da Comissão do Banco Mundial para examinar os projetos que o Banco Mundial apoiava em Moçambique.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas não há nenhum tipo desse que fazemos agora, porque não é empréstimo, é doação. Nós estamos doando, se eu não me engano, US\$ 7 milhões para ser iniciada a construção de uma fábrica que vai amenizar ou vai, talvez, solucionar ou iniciar uma nova fase naquele tratamento. Dizem até, eu não sei se é verdade, Dr. Botelho, que a origem da AIDS é exatamente a África, o Continente Africano. Eu não sei se isso é a realidade, V. Exa. talvez poderá esclarecer melhor isso.

Agora o que nós queremos, o que eu quero nesse momento é exatamente falar em Brasil. É o Brasil que está doando, não é o José Serra, não é o Aécio Neves, não é o Sérgio Cabral, não é ninguém. É o Brasil, são todos os brasileiros que estão fazendo isso. Somos todos nós que merecemos o voto de congratulações porque estamos ajudando um país, e todos aqui, mesmo aqueles que têm o olho azul como eu, têm os seus antecedentes africanos. Essa é que é a verdade, essa é que é a verdade.

Agora, a única coisa que eu desejo é que essa comissão no futuro, eu não sei como é que ela vai ser constituída, já que ela está aprovando isso, sem o apoio dela seria impossível essa doação, que haja no mínimo um acompanhamento. Que pudesse todos os anos ou de seis em seis meses nos informar, seja aqui, ou seja, a FIOCRUZ, que aquela fábrica, que nós colaboramos para que ela se erguesse, está sendo edificada, está sendo terminada ou então que vai ser inaugurada.

Era isso que eu queria dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Senador Duque. O número de senadores presentes permite considerarmos o quorum qualificado. Encerrando as discussões, iniciamos a votação com quorum qualificado.

Então vamos à chamada nominal. Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): A favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): João Ribeiro, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Francisco Dornelles, Senador Geraldo Mesquita, Romero Jucá, Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Efraim Morais, Senador Demóstenes Torres, Senador Marco Maciel, Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Senador Flexa Ribeiro, Senador Aloizio Mercadante, Senadora Marina, Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Senador Magno Malta, Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Senador Almeida Lima, Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator, com o Autor e com V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Obrigado. Senador Wellington?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria fazer uma consulta ao Sr. Titi(F) como é que o ministro me orienta nessa votação? É favorável? Eu acompanho o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Senador Valdir Raupp, Senador Gilvam Borges. Nós estamos com nove votos a favor e nenhum voto contra. Dez votos, aliás, com o voto do Senador Eduardo, que é o Relator. Está aprovado o relatório do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por unanimidade, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Por unanimidade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Parabéns, Senador Eduardo e parabéns à comissão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradeço ao Senador João Tenório, que conduziu como Presidente esta votação.

Vamos então dar segmento. Nós temos ainda, antes de convidar o embaixador, só uma questão que eu peço ao Senador Suplicy que seja o Relator. Trata-se de uma solicitação da Comissão de Direitos Humanos, do Senador José Nery, de uma participação internacional.

Antes eu quero comunicar que a aprovação que foi feita na semana passada de um grupo de senadores que iriam à *Internet Governance Forum*, ela foi cancelada, os senadores não irão mais nessa Convenção na semana que vem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Onde era?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Era no Egito, *Internet Governance Forum*.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A comissão é chamada para pronunciar-se sobre o Requerimento 1.482, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que requer a necessária autorização para a delegação formada por dois senadores em viagem oficial à Copenhague, no próximo mês de dezembro, para participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP-15. O art. 40, do Regimento Interno, prevê que a ausência do senador, quando incumbido de representação da Casa ou ainda no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário se houver ônus para o Senado. E no seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida esta Comissão.

Em reunião do dia 28 de outubro, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa fez a indicação do nome do Senador José Nery como primeiro integrante da delegação, conforme o registro das notas taquigráficas, deixando para designar oportunamente o segundo participante.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, a comissão requerente informa que os senadores participantes estarão ausentes do País de 07 a 18 de dezembro de 2009. Solicita as necessárias providências para o pagamento de diárias e passagens aéreas em favor dos membros da delegação.

O meu Voto é pela aprovação da solicitação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, senador Suplicy. Senador Heráclito com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu sugeriria a indicação do segundo nome na pessoa do Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeitamente. Eu vou só perguntar ao Senador Nery, que fez pela Comissão de Direitos Humanos o pedido de aprovação. Então em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Convido agora para compor a mesa o Embaixador Mauro Luiz Vieira, que é indicado para os Estados Unidos da América.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quem é que vai?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Embaixador Mauro Luiz Vieira, que é o nosso atual Embaixador na Argentina.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Duque já pediu a inscrição?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Já pediu a inscrição [risos].

Mensagem nº 231, de 2009: "Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Mauro Luiz Lecker Vieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América". O Relator é o Senador Heráclito Fortes, a quem concedo a palavra.

Senador Heráclito com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Embaixador Mauro Vieira, senhores diplomatas aqui presentes.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Mauro Luiz Lecker Vieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o *curriculum vitae* do interessado, do qual estaríamos para este relatório as informações que se seguem: nascido na Cidade de Niterói/RJ, ingressou em 1973 no Curso Preparatório da Carreira Diplomática do

Instituto Rio Branco, mesmo ano em que se formou em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Tornou-se Terceiro Secretário no ano seguinte, quando também atuou no Departamento Econômico como Assistente. Foi promovido a Segundo Secretário em 1978 e, por merecimento, a Primeiro Secretário em 1980, a Conselheiro em 1987, a Ministro de Segunda Classe em 1993 e a Ministro de Primeira Classe em 1999. Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar as seguintes: Divisão de Política Financeira e Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores; Embaixada em Washington (1978); Delegação junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); Secretaria-Geral (1985); Ministério da Ciência e Tecnologia (1985/1986); Ministério da Previdência Social (1987); Chefe da delegação brasileira junto ao Governo de Cuba para a execução do projeto de ensaio clínico para a substância melagenina no tratamento de Vítigo (1988); Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores (1989); Secretaria-Geral na Embaixada do Brasil no México (1990); Secretaria-Geral de Política Exterior (1992); Gabinete do Ministro das Relações Exteriores (1993/2003); Embaixada em Paris (1995); Secretário-Geral – Chefe de Gabinete (1999); e Embaixada do Brasil em Buenos Aires – Argentina. O *curriculum* aqui omite, eu faço questão de ressaltar, que o Embaixador Mauro Vieira foi aprovado na sabatina nessa Casa para Embaixador do Brasil na Suíça, para servir em Berna. Porém, com a posse do novo Governo, assumiu a chefia do gabinete do atual Ministro de Relações Exteriores, daí porque não exerceu essa função.

Tem uma carreira, portanto, notabilizada por atuações de porte em departamentos de alto relevo para as relações comerciais brasileiras, o que lhe imprimiu a marca da experiência incontestada que ora credencia Mauro Luiz Vieira à elevada indicação presidencial.

Consta ainda no processado, além do *curriculum vitae* relatado, documentos informativos anexados pelo Ministério das Relações Exteriores sobre as relações bilaterais do Brasil e os Estados Unidos, o que deixaria para o próprio sabatinado falar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. A importância de uma competente representação diplomática brasileira junto ao Governo dos Estados Unidos é manifesta por sua condição de potência, cuja liderança internacional, ainda que desafiada por outros centros de poder no âmbito internacional, como a China e outros países do BRIC, do qual o Brasil faz parte, perpetua-se. Os Estados Unidos seguem como a principal potência econômica e militar mundial, o que numa análise não ideológica, mas objetiva, afirma os argumentos e profecias sobre o fim breve de seu ciclo hegemônico.

Tendo em vista a natureza ora apreciada, não me cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório. Mas não poderia, Sr. Presidente, dar aqui um testemunho pessoal da correção, da competência e habilidade do Embaixador Mauro Vieira, de forma que o meu parecer é pela sua aprovação nessa Casa, na certeza de que o Brasil terá um grande representante nos Estados Unidos da América. Esse é o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Nós vamos então ouvir o Embaixador Mauro Luiz Vieira, mas eu quero desde já informar aos Srs. Senadores que, tendo em vista o relatório já favorável, aqueles que quiserem já podem votar. O processo de votação, portanto, já está aberto.

Eu concedo a palavra ao Embaixador Mauro Luiz Vieira, nosso atual Embaixador na Argentina. Eu acabo lembrar aos Srs. Senadores que ele também está à disposição para informações sobre o seu atual posto, além das informações sobre o posto futuro, caso seja aprovado por todos nós.

SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA: Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores, Sr. Relator dessa sabatina, Senador Heráclito Fortes, Srs. Senadores.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a todos os Srs. Senadores e ao Presidente da Comissão pela minha convocação em prazo rapidíssimo, em prazo recorde. A Mensagem com a minha indicação chegou a esta Casa terça ou quarta-feira da semana passada e em tão curto espaço de tempo posso estar aqui presente, pela terceira vez, como mencionou o Relator, para me submeter ao preceito constitucional de aprovação por esta Casa antes de assumir as funções de Embaixador do Brasil em Washington, com a qual me distinguiram o Sr. Presidente da República e o Sr. Ministro das Relações Exteriores.

Eu não quero sobrecarregá-los com dados ou com muitas informações. Queria apenas fazer uma referência, como já mencionou o Presidente da Comissão, que estou vindo da Embaixada em Washington e numa conversa prévia com o Senador Azeredo ele sugeriu que eu abordasse muito rapidamente a questão da minha gestão, do meu período como Embaixador em Buenos Aires. Eu não vou me estender muito sobre este aspecto porque inclusive está aqui o Embaixador Ênio Cordeiro, que é o atual Subsecretário da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, que me sucederá na Embaixada em Buenos Aires e nos próximos dias deve ser convocado para se apresentar também a esta Comissão.

Eu só gostaria de dizer que a relação Brasil-Argentina é fundamental, é estratégica. O Brasil e Argentina nos últimos anos, a partir do Governo Sarney em diante, construíram uma relação bilateral muito fértil, muito profícua. Nós chegamos a um ponto, no último ano, de um comércio bilateral de US\$ 31 bilhões, que é um recorde. É um comércio fundamental para a Argentina e, também, importantíssimo para o Brasil. Para a Argentina é o primeiro parceiro mundial, é o primeiros parceiro em todo o continente, antes, inclusive, dos Estados Unidos. Nós temos uma relação muito intensa e muito densa em todas as áreas e temos um mecanismo, que se chama MICBA, que é o Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina, que se reunirá pela quarta vez, é presidido pelos presidentes e na próxima semana, dia 18, estará presente em Brasília a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner para presidir essa reunião que aborda todos os aspectos e trata de todos os grupos de trabalho que se reúnem e que tomam decisões na relação bilateral. É a quarta vez e também será a quinta viagem que ela faz, quarta viagem, aliás, que ela faz ao Brasil, e eu gostaria só de registrar que a relação é tão importante e é demonstrada pelas visitas bilaterais. É a quarta vez em menos de dois anos de presidência. Mas o Presidente Lula dedicou grande atenção às relações com a Argentina e esteve desde a primeira vez, em dezembro de 2002, como Presidente eleito, até hoje, 15 vezes na Argentina, evidentemente não todas as vezes como em visitas bilaterais, grande parte das vezes ou metade das vezes sim como visita bilateral, mas em outras para reuniões em outros fóruns como o MERCOSUL, Grupo do Rio e outras reuniões multilaterais. Isso eu acho que é o símbolo maior da importância dessas relações.

Agora passando à nossa relação com os Estados Unidos, eu gostaria de só relembrar, como disse o Sr. Relator, de que os Estados Unidos é e continuará sendo a maior potência econômica e militar, apesar de todas as previsões em sentido contrário como decorrência da crise financeira que se originou no mercado americano, no mercado financeiro americano, mas eu não tenho dúvidas de que a potência da economia americana se fará sentir e estará presente no cenário internacional por muitos e muitos anos.

Os Estados Unidos têm um PIB gigantesco, um PIB de US\$ 14,5 trilhões, que é nove vezes, por exemplo, o PIB brasileiro e é 3,5 o PIB do segundo, terceiro e quarto, que é Japão, Alemanha, França e Inglaterra. É uma imensa diferença, é uma grande potência econômica.

Os Estados Unidos estão no momento saindo de uma grave crise financeira, que afetou a todo mundo, mas as perspectivas de recuperação são muitos gran-

des. No terceiro trimestre desse ano já houve um crescimento positivo do PIB importante, no trimestre, de quase 3%, e as projeções para o ano que vem são de 3% anual e em 2011 de 5%, o que mostra que estamos numa fase de recuperação, apesar de que nem todas as notícias são positivas. Há notícias de desemprego crescente, em níveis muito altos, há ainda um *déficit* comercial elevado, mas a economia americana se caracteriza basicamente por uma economia de serviços e menos uma economia de exportação. O peso das exportações no PIB é algo entre 8% e 10% e os Estados Unidos têm, são todos dados que os senhores conhecem sobejamente, mas o maior parque industrial do mundo. As relações nessa área empresarial são importantíssimas com o Brasil. Há uma estatística que confirma que das 500 maiores empresas americanas, mais de 300 estão presentes no Brasil.

Eu gostaria só de acrescentar do ponto de vista militar também, o Senador Heráclito Fortes mencionou a potência militar, e é verdade, os Estados Unidos têm um efetivo militar de 1,5 milhão de homens e tem um orçamento militar que é, neste ano fiscal que terminou agora, foi de US\$ 611 bilhões de dólares e para o próximo ano é superior em 4%. É o dobro praticamente do PIB de todos os países, por exemplo, da América do Sul. Nenhum país na América do Sul tem um PIB, aparte do Brasil, evidentemente, à exceção do Brasil, o PIB dos maiores está por volta dos US\$ 300 bilhões. Então só o orçamento militar americano é duas vezes esse número.

A conjuntura política atual é muito positiva. A chegada do Presidente Obama ao governo abre um período positivo e com grandes possibilidades e grandes potencialidades para o Brasil. O Governo Americano tem dado sinais, tem dado gestos, em vários momentos, desde a posse do Presidente, do seu discurso de posse, que enviou mensagens ao mundo, depois nas suas visitas, primeiro ao Cairo, quando mandou uma grande mensagem de paz ao mundo árabe e a outros em outras ocasiões.

Eu gostaria de apenas dizer, para não me alongar muito, que a relação com os Estados Unidos neste momento, o Brasil é visto como um interlocutor válido, respeitável e importante, não só para termos bilaterais ou regionais, mas também para temas globais. Essa é a visão que se sente no Executivo Americano, que eu creio que é parte da missão do Embaixador do Brasil em Washington de tentar transmitir também essa visão ao Legislativo, tanto ao Senado como à Câmara, que tem função importantíssima no Governo Americano, onde as opiniões são formadas.

Eu gostaria só de me referir que a estrutura deste diálogo bilateral é muito intensa. Nós temos um diálogo

intenso e maduro e estamos a ponto de criar um chamado mecanismo abrangente que reunirá os grupos de trabalho, os comitês e todos os grupos, os fóruns que constituem a relação bilateral. São cerca de dezoito na atualidade e que passarão a integrar esse mecanismo abrangente que será presidido pela Secretária de Estado Hilary Clinton e pelo Ministro Celso Amorim. São todos os campos da relação bilateral. Eu queria apenas mencionar o diálogo de parceria econômica Brasil-Estados Unidos, que é fundamental, o Foro de Altos Executivos Brasil-Estados Unidos, que é também muito importante porque reúne sob a presidência dos governos os mais importantes empresários das duas áreas e muitos assuntos com muitas sugestões, como, por exemplo, a concessão de vistos para empresários com longa duração, por dez anos, uma sugestão para o avanço das negociações num acordo de dupla tributação, que o Senador Dornelles conhece muito bem, e também um memorando de entendimentos, um grupo de trabalho sobre cooperação em biocombustíveis, que é fundamental. E, finalmente, eu mencionaria também a Comissão de Ciência e Tecnologia que se reunirá proximamente, se reunirá em novembro deste ano em Washington, onde os Estados Unidos é o maior parceiro científico e tecnológico do Brasil em áreas, evidentemente, importantes e de liderança.

Eu queria finalizar, terminar a minha rápida exposição por aqui, dizendo que evidente que eu estou à disposição de todos os senhores para responder a outras perguntas. Eu só queria acrescentar que o ano de 2008 foi um ano difícil, de crise. Mas eu queria registrar apenas que nesse ano o comércio bilateral Brasil-Estados Unidos bateu recordes, foi o maior de todos os tempos, foi de US\$ 54 bilhões. Foi muito maior e cresceu com mais dinamismo com o Brasil do que com os outros países da região do continente ou do mundo, em outras regiões do mundo com os quais os Estados Unidos têm acordo de livre comércio. Isso demonstra a importância que os dois governos dão, ao tempo que dedicam e uma importância que não desvia a possibilidade de diálogo, de atuação com outros países, mas que, sim, reafirma a importância dos Estados Unidos.

Eu termino, então, os meus comentários e me coloco à disposição dos senhores para as respostas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador. Já está aberta a lista de inscrições e o primeiro que está inscrito é o Senador Roberto Cavalcanti. Em seguida, o Senador Paulo Duque.

Senador Roberto Cavalcanti com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente Eduardo Azeredo, que magistralmente comanda esta nossa Comissão, Sr. Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira, demais senadores.

Analisei atentamente o *curriculum* de V. Sa. e, na verdade, é um *curriculum* exemplar. É um *curriculum* de muitos privilégios positivos, sem dúvida fruto do gabarito técnico que V. Sa. tem, porque V. Sa. ocupou cargos nas melhores embaixadas do Brasil. A exemplo de Washington, a exemplo do México, Paris, Buenos Aires, Montevideu, então na verdade é um privilégio muito grande e o Itamaraty não teria dado estas missões a V. Sa. se V. Sa. não tivesse a condição técnica profissional para exercê-las. V. Sa. agora vai para uma embaixada que talvez seja a embaixada mais importante do nosso País, porque os Estados Unidos, sem dúvida, é a maior ou talvez a maior força econômica do planeta.

Agora da forma que eu elogio o *curriculum* de V. Sa., eu dei uma olhada coincidentemente na cronologia histórica do país em que V. Sa. vai exercer a função de embaixador e coincidentemente há uma característica realmente muito beligerante desse país, Estados Unidos, porque em vinte e oito citações aqui da cronologia histórica do país, catorze das vinte e oito se referem a guerras. Inicia a cronologia com a Guerra Civil Americana e termina com a Guerra do Iraque e Afeganistão, passando por todas as demais guerras. Então eu gostaria de uma análise de V. Sa. no tocante à habilidade, tendo em vista que o País Brasil é um País que tem um histórico extremamente passivo, extremamente harmônico com as comunidades mundiais, em confronto--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Roberto Cavalcanti, é que ele não citou a armação dos golpes, porque se tivesse citado a lista era muito maior [risos].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É, na verdade, esse cargo que V. Sa. irá ocupar é um cargo que terá que ter esta preocupação estratégica no tocante a distanciar o Brasil, País extremamente pacto nas suas relações internacionais, de um país que tenha uma certa dificuldade de relacionamento internacional, digamos desta forma, tendo em vista essas catorze guerras citadas na cronologia que está anexa ao *curriculum* de V. Sa..

Era essa a abordagem que eu gostaria e, mais uma vez, enfatizar o excelente *curriculum* que V. Sa. apresenta.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. O próximo inscrito é o Senador Paulo Duque.

O Senador Arthur Virgílio, senador, pede se pode fazer a troca com o senhor. O Senador Arthur Virgílio é o terceiro, mas ele tem um compromisso.

Então Senador Arthur Virgílio, com permuta com o Senador Paulo Duque, que será depois. Nós vamos fazer de três em três.

Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Obrigado, Presidente. De fato eu tenho um compromisso com o Deputado Átila Lins fora daqui--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você vai viajar?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não é no exterior, é no Brasil, é em Brasília. Eu ressalto ao que salta aos olhos de qualquer senador com assento nesta Comissão, que o *curriculum* do Embaixador Mauro Lecker é de fato bastante sólido, já é bastante sólido, até porque se trata de uma figura com muita juventude, com muito tempo pela frente. Ele tem uma vasta experiência administrativa para dentro da Casa, nos postos mais chaves, e sem nunca ter chefiado uma missão foi designado logo para um teste de fogo, um batismo de fogo, que foi Buenos Aires. Eu reputo o segundo posto em ordem de importância para o Brasil. O primeiro é este para o qual V. Exa. se dirige agora e o segundo precisamente é aquele que foi a sua estreia como chefe de missão. V. Exa. será substituído em Buenos Aires pelo não menos talentoso Embaixador Ênio Cordeiro, eu tenho o prazer de ser o Relator do Embaixador Ênio Cordeiro, que igualmente acumulou uma enorme experiência, mas é o primeiro posto que vai chefiar. Eu tenho certeza que vai se sair igualmente bem.

Esse posto em Washington estava sendo ocupado por alguém que também não havia sido titular, chefe de missão, o Embaixador Patriota, que também saiu com maturidade. Então este é um ponto a favor. Eu tenho uma porção de discordâncias em pontos fulcrais da política externa conduzida pelo meu prezado amigo Embaixador Celso Amorim, mas reconheço que alguns golpes de audácia deram certo, como, por exemplo, essa renovação muito clara, essa aposta em talentos que fizeram um bom papel e que consolidaram relações muito profícuas nesses dois países. Eu estou me referindo a V. Exa. em Buenos Aires, na Argentina, e ao Embaixador Antonio Patriota em Washington. Eu tenho certeza que o trabalho do Embaixador Ênio Cordeiro nesse posto nevrálgico para nós, que é Buenos Aires, vai ser de mais avanço ainda, até porque fundado numa base bastante sólida que V. Exa. a ele lega como boa herança.

Agora eu tenho algumas impressões a relatar. Não vou repetir a discordância que tenho em matéria

de política externa em relação ao governo que aí está, mas percebo que há boa vontade em relação ao nosso Presidente, essas relações pessoais são muito relevantes, por parte do Presidente Americano. Percebo que o Presidente Americano fez a abertura possível nos limites do que aquele país pode abrir com toda a sofisticação, com toda a complexidade das suas relações internacionais, com todas as suas características que são de fato complexas. Para mim esse é um parceiro privilegiado. Eu não considero que mais investimentos por uma vaga titular no Conselho de Segurança da ONU signifique um bom passo de política externa. Entendo que, primeiro, não se realiza. Segundo, a ONU virou liga das nações. A ONU ou é reconstruída ou é substituída por um outro organismo. A ONU não é um órgão com a relevância que talvez suponha o nosso Presidente ou talvez suponha a diplomacia brasileira. Até os bombardeiros unilaterais do Presidente Bush [soa a campainha] sobre o Iraque, do ditador Saddam Hussein, mostraram mesmo que era possível se tomar uma atitude unilateral e ficar por esse mesmo. Houve demasiado esforço nessa direção, demasiado peso jogado nisso e algumas relações que poderiam ter sido privilegiadas, a começar pelos Estados Unidos, a começar pela União Europeia, eu não vi que tivesse dado todo o avanço. Percebi pouca ênfase no MERCOSUL. Hoje eu, sinceramente, entendo o MERCOSUL mais como um ônus para o Brasil, que fica impedido de fazer... Se tivesse sozinho faria acordos bilaterais fantásticos para a nossa economia, preso ao protecionismo argentino e à instabilidade política do Paraguai, até o tamanho diminuto da economia uruguaia, o projeto de se expandir por toda a América do Sul está restrito a essa coisa no mínimo duvidosa, no mínimo controversa, que é o ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Eu tenho visto já senadores mudarem de opinião, Senador Roberto Cavalcanti. Eu tenho visto já senadores mudarem de opinião com esses dois adiamentos que houve de votação, dizendo que em função das últimas declarações do Coronel Chávez, já não se sentem a vontade para votar a favor de alguém que fala abertamente em guerra num subcontinente que na parte do continente latino-americano, que é a América do Sul, que não tinha guerras desde o Chaco, que não tem guerra desde o Chaco. Escaramuças de fronteiras, sim, e guerrilhas intranacionais, sim. Isso é algo que não caracteriza o confronto militar entre duas nações. A Guerra do Chaco foi a última, mais de cem anos atrás. E alguém me aparece com a figura da guerra no seu discurso, exatamente repetindo aquilo que é o comum nos ditadores, nos próprios ditadores, o ditador que sufoca a oposição, depois se não o depõe, ele faz a guerra. E geralmente não vence as guerras.

O único ditador que eu vi que entrou numa boa guerra, já no final do seu período de ditador, foi Vargas, que terminou entrando na boa guerra, ao lado dos aliados, contra o nazifascismo. Os demais têm como exemplos o ilustre Galtieri na Argentina e o fracasso do poderosíssimo encouraçado Belgrano, que não aguentou o primeiro pipoco enviado por qualquer nau Argentina. Mas eu percebo que não é nem ameaça militar, que eu não vejo como concreta a ameaça militar venezuelana, eu acho que é um exército pouco adestrado, é um exército incapaz. Eu vejo o fato de ter alguém que joga na desestabilização e vejo que [soa a campainha] – já concluo, Sr. Presidente – nós trabalharmos área de livre comércio com a Venezuela ou com quem que fosse seria mais profícuo do que atrairmos os problemas políticos do Coronel Chávez para dentro do MERCOSUL, que já não vai bem das pernas a meu ver, Embaixador Mauro, já não vai bem das pernas no meu entender. Então vamos ver o que pronuncia, o que diz o Plenário do Senado sobre isso, nós não faremos o jogo de obstrução, esse é um compromisso que temos com o próprio Ministro Celso Amorim, de em algum momento chegarmos a bater chapa e não jogarmos para postergar indefinidamente algo que precisa ter uma definição clara.

Mas obviamente que eu percebo que essa armadilha na qual o Brasil está preso, que é o MERCOSUL, que não funciona e que nos impede de fazer acordos bilaterais e profícuos, que o próprio MERCOSUL não avança, porque ele próprio está imobilizado, está virando uma ficção, e mais esse complicador, que é o ingresso da Venezuela, levando-se em conta que o Chile habilmente se dispôs a fazer conosco qualquer entendimento de livre comércio, mas não quis entrar, não quis adentrar as fronteiras do MERCOSUL, o Chile foi sábio nisso, a meu ver, o Brasil quem sabe deveria se repensar, talvez até propor um recomeço do MERCOSUL, talvez propor algo que fosse dar um passo atrás para depois dar os dois passos à frente, voltando à área do livre comércio, já que nós estamos encontrando divergências macroeconômicas, divergências em relação à cláusula democrática, estamos vivendo um período que é obscuro na América do Sul, com diversos momentos de atentado à liberdade de imprensa, inclusive aqui no Brasil com censura ao jornal O Estado de São Paulo há mais de cem dias em função da proibição imposta àquele jornal de publicar o inteiro do que saiba o jornal sobre essa Operação Boi Barrica. Essa é uma coisa descabida, não tem cabimento se falar em falta de liberdade de imprensa num País que tem instituições tão consolidadas quanto o Brasil. Então eu fico muito envergonhado de ver Honduras, aí eu vejo Nicarágua, aí eu vejo Rafael Correa,

eu vejo Evo Morales, eu vejo Hugo Chávez e vejo o Brasil com esse contencioso grave, que é a censura ao jornal O Estado de São Paulo.

Então eu sinto que não é um momento brilhante e o Brasil deveria liderar dando exemplos muito claros, liderar o processo democrático de consolidação da democracia na América do Sul. O Brasil deveria reorganizar o MERCOSUL, quem sabe dando esse passo atrás. V. Exa. tem informações muito mais frescas, infelizmente eu nem poderei... Eu saberei depois pelo Senador Azeredo, que eu tenho um compromisso que urge, mas eu teci todas essas considerações até porque entendo que V. Exa. vai agora cumprir uma missão que o aproximará do Governo Americano numa hora difícil para o Presidente Obama, porque o Presidente Obama tem poucos meses até a próxima eleição para definir se realiza ou não realiza o grande governo que o mundo espera dele. A oposição a ele tem sido uma oposição muito odiosa, diferentemente da oposição que nós fazemos aqui. Nós não nos opomos a acertos do governo, nos opomos a erros do governo e é o nosso dever. Às vezes o governo se ofende. Ontem queriam que nós pedíssemos desculpa pelo apagão. Quase que nos pedem para nós pedirmos desculpas pelo apagão que o Governo causou. Eu digo: "Não exagerem". Nós estamos aqui para colaborar e apoiar acertos e corrigir erros, apontando os erros, que esse é o papel de uma oposição consequente. A oposição que faz o Partido Republicano ao Presidente Obama é semelhante à oposição que o PT fazia ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é uma oposição raivosa, irracional, em que o Partido Republicano nega preceitos dele próprio, nega posições jurisprudenciadas pela própria luta do Partido Republicano. Isso pode criar uma situação de maioria parlamentar para o Partido Republicano e, quem sabe, inviabilizar muitos dos sonhos que são sonhos bons para o mundo, que se relacionam com os Estados Unidos, do Governo do Presidente Barack Obama.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, eu quero até lembrar que exatamente o Presidente Obama já indicou o Embaixador dos Estados Unidos ao Brasil desde maio, Thomas Shannon. Exatamente são representantes do Partido Republicano que estão viabilizando até hoje, seis meses que isso está acontecendo, quer dizer, a oposição americana não está deixando com que o embaixador americano venha para o Brasil.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O Embaixador Clifford é uma excelente figura, inclusive vai se estabelecer em São Paulo, pelo que sei, mas isso mostra a infantilidade, porque negar a um governo indicar o seu embaixador... O que nós podemos,

Embaixador Mauro, é fazer perguntas, é quem sabe inquirir, é colocar em cheque certas questões, ouvir o seu pronunciamento a respeito de temas polêmicos, mas eu não julgo justo negar ao Presidente da República de ter o embaixador que ele quer e no lugar que ele quer, porque ele ganhou esse direito nas eleições. Eu respeito muito a legitimidade que as eleições conferem a um verdadeiro regime democrático.

Então some-se isso à admiração que tenho por V. Exa., ao respeito que tenho intelectual e pessoal por V. Exa.. Eu só lhe desejo sorte e espero que haja uma guinada no sentido de se aproveitar as relações pessoais boas entre os dois Presidentes, e eram boas as relações entre o Presidente Lula e o Presidente Bush, eram boas, como eram boas as relações do Presidente Fernando Henrique e o Presidente Clinton, aproveitar essas boas relações e sem nenhuma dúvida privilegiar esse parceiro, porque me parece que é o mais maduro a fazer. É muito mais importante do que nós criarmos uma Embaixada na Botswana, é muito mais importante. É importante mesmo nós privilegiarmos essa relação porque isso significará pragmatismo e perspectiva de preocupação positiva com o desdobramento da economia brasileira. Mas eu lhe desejo sorte, o meu voto é conhecido, porque eu acabei já de implicitamente fazer, o que eu agora eu faço explicitamente, que eu vou ter a honra, se já estiver aberto, eu não sei se está, de votar a favor da indicação de V. Exa. e também--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): V. Exa. me permite um breve esclarecimento?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Claro, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): É possível que V. Exa. ainda não tenha conhecido as declarações mais recentes do Presidente Hugo Chávez, que diz que não tem nenhuma intenção bélica, que ele não foi tão bem compreendido, que ele quer ter paz com a Colômbia, com os seus vizinhos. Tem mais alguns detalhes, eu não os conheço todos, mas pelo menos ouvi no caminho para cá uma nova declaração dele com o seu sentido mais pacífico.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É, eu acho, Senador Suplicy e Embaixador Mauro Iecker, eu acho que--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Ele deve ter ouvido as observações de V. Exa. no Plenário ontem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Olha, hoje em dia, pode parecer gozação de V. Exa., mas hoje em dia um houve o outro mesmo. Ontem eu falei para uma rádio colombiana por uma hora. Tem uma piada de mau gosto, que não é contada por mim. Eu contaria uma de gosto melhor um pouquinho. Ela

diz que ele não oferece perigo militar real porque avião russo com piloto venezuelano não sai do solo [risos], fica no solo. Então não haverá mesmo a hipótese de guerra. Mas é a alentador que ele diga isso, porque o mínimo que eu espero, eu não o aplaudo por isso, é o mínimo que eu espero. Significa dizer que quando nada retornou ao seu estado normal, porque falar em guerra no Continente Americano significa resposta muito clara ao racionamento de energia elétrica que ele submete ao povo venezuelano, e isso tudo ele estiolando a última riqueza, a única riqueza com que conta o seu povo para vencer o subdesenvolvimento, que é o petróleo. Está sendo muito mal explorado por ele, que inclusive causa problemas técnicos e graves a uma PEDEVESA que, por falta de tecnologia, está deixando piorar as condições de extração do petróleo, diminuindo a capacidade de oferta dos seus poços.

Eu sei que esse seu mandato será espinhoso e sei que o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Heráclito Fortes e o Deputado Átila Lins não deixarão de visitá-lo algumas vezes, algumas vezes no posto. Quem sabe eu o visite pelo menos uma, como fiz em Buenos Aires, enfim, mas eles voltarão--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está um a zero para você, que eu não fui lá nenhuma vez.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não foi? Um a zero.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A Buenos Aires eu não fui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não foi a Buenos Aires?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não fui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Enfim, eu fui a Buenos Aires, tive ocasião de estar com o embaixador e só ganhei com essa vida, só ganhei, porque se eu for pelo menos uma a um outro posto dele--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Deve ser o Mão Santa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O Senador Mão Santa não sai de lá, isso é verdade, isso é verdade também [risos].

Mas, embaixador, muita sorte então e eu lhe desejo que prossiga nessa carreira brilhante que se desenha acima, é o reconhecimento do seu mérito, é acima de questões partidárias ou de questões de governo, a diplomacia brasileira não pode se partidizar, não deve se partidizar, eu não vou a favor da filiação do Ministro a partido qualquer. Eu entendo que se era filiado, devia se desfiliar. O Ministro do Exterior e o Presidente do Banco Central, se eram filiados, deveriam se desfiliar e, se não eram filiados, não de-

veriam se filiar a partido, porque a nossa diplomacia sempre se caracterizou por um brutal profissionalismo, profissionalismo que faz de V. Exa. e do Embaixador Ênio Cordeiro exemplos de diplomatas que não nos deixam com inveja de nenhum país, de nenhum país. São pessoas que, enfim, têm toda a capacidade técnica e a sensibilidade política de--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite um aparte?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Claro, com muita honra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Alvíssaras. Eu acho que a diplomacia brasileira, a partir de agora, vai ganhar alguma coisa. Já está anunciado aí que o Sr. Marco Aurélio Garcia, a partir de agora, é o coordenador da campanha da Dilma. Então ele vai deixar em paz o diplomata brasileiro para que exerçam as suas atividades sem interferência. Agora coitada da candidata com um coordenador desse.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É, eu ia dizer isso, então alvíssaras de novo porque eu não sei o que vai sobrar da candidatura dela. Mas de qualquer maneira, não estamos preocupados com isso, ela é que está muito preocupada com isso mesmo. Os dois apartes, muitos enriquecedores, eles me levaram a estender a fala [soa a campainha] e eu concluo, Embaixador Mauro, lhe desejando sorte, dizendo que vou colocar uma bolinha branca ali. Se fosse *Country Club*, V. Exa. estaria pelo meu voto aprovado tranquilamente para sócio. Eu não sou como um daqueles irmãos Marques que dizia que esse clube não é sério, porque ele me aceita como sócio. Eu acho que esse clube aqui tem que se portar com seriedade e é muito bom aceitá-lo como representante do Brasil em Washington. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Senador Paulo Duque, lhe agradecendo a permuta. Logo depois então vamos ouvir o embaixador numa rodada de três senadores. A votação está aberta.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O Senador Inácio Arruda já saiu ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Já votou e saiu.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, é um prazer participar dessa Sessão e desta votação. É sempre uma demonstração não só de cultura, como de sabedoria dos integrantes do Senado.

Eu estou vendo que o nosso embaixador fez uma carreira brilhante no Itamaraty, oriundo do Instituto Rio Branco, que vai representar agora o Brasil no principal posto diplomático para o Brasil, que é a Embaixada em Washington. Ele saiu de uma experiência interes-

sante também, porquanto o Brasil e Argentina sempre tiveram um relacionamento extraordinariamente bem sucedido, muito embora também extraordinariamente como rivais. Não é só no esporte, no futebol, não. Eu digo isso porque durante uma fase de uma constituinte brasileira houve episódios muito sérios na Carta Branda, eu não sei se V. Exa. se lembra disso, do chamado Livro Azul entre Brasil e Argentina, um livro que haveria sobre pessoas suspeitas.

Em suma, é um país... V. Exa. esteve lá por dois anos, dois anos. Cinco anos. Então sedimentou seus conhecimentos de uma maneira extraordinária, porque não é fácil representar o País junto a um outro que sempre equilibrava uma relação amistosa e, às vezes, inamistosa.

Vejo também o seguinte, embaixador. O Brasil sempre utilizou durante muito tempo a Embaixada de Washington como um posto de grande politicagem. Basta dizer que foram embaixadores lá homens do tipo Osvaldo Aranha, Ernani Amaral Peixoto, Juraci Magalhães, Walter Moreira Sales, banqueiro, que não tinha nada a ver, e agora V. Exa., que é do quadro do Itamaraty. Isso é que é importante, fez carreira no Itamaraty. Não ocupou nenhum posto eletivo de deputado como esses nomes que eu acabei de citar aqui.

Por isso, eu não vou arguir V. Exa. porque acredito não só no relatório do Senador Heráclito Fortes, acredito, como vejo na sua presença aqui muita competência, sabedoria, inteligência e cultura. Vou votar em V. Exa..

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Paulo Duque. Então com a palavra o nosso Embaixador Mauro Vieira.

SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA: Muito obrigado. Eu queria aproveitar e responder rapidamente as perguntas feitas.

A primeira, pelo Senador Roberto Cavalcanti, dizendo que realmente guerras houve no passado, os nossos países todos estiveram envolvidos em guerras de independência e, como o senhor bem lembrou ou talvez o Senador Arthur Virgílio, o Brasil esteve também presente ao lado dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o único País da América latina que esteve presente nas duas Guerras Mundiais. Na Primeira Guerra o Brasil enviou um batalhão de médicos e enfermeiros que criaram um hospital militar em Paris, muito lembrado e muito reconhecido pelo Governo Francês. Eu acho que a chegada, o início da administração do Presidente Obama, traz mensagens e traz gestos que podem nos deixar com fé, com esperança de que temos um novo período, temos

um período de diálogo harmonioso, de conveniência. O Presidente Obama, no próprio discurso de posse, fez referência a uma mensagem que circulou o mundo, que foi que os Estados Unidos estaria com a mão aberta aos que descerrassem o pulso, depois houve importantes pronunciamentos na sua visita ao Cairo ao mundo mulçumano, quando esteve em Praga fez uma mensagem, estendeu também a mão ao Irã para uma negociação, e acho que teve, sobretudo com o nosso continente, atitudes muito positivas, como foi a questão da Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago, em que ele se reuniu com os Presidentes, os Chefes de Estado dos países que compõem a UNASUL, num gesto muito importante, muito construtivo. Eu tenho certeza de que há um espaço, a forma com que o Executivo Americano vê a relação com o Brasil nesse momento é muito auspiciosa e muito positiva. Eu acho que vamos ter possibilidades de negociar, de manter as nossas posições com independência, com altivez, concordar em coisas que são muito importantes e fundamentais e manter as nossas posições discordantes em pontos que não podemos ceder. Mas mesmo esses pontos de discórdia não comprometem a relação como um todo e são tratados à parte, encapsulados, sem comprometer, sobretudo, o que pode ser de positivo, o que pode avançar. Eu acho que isso é uma aproximação muito positiva e muito construtiva. É o que eu gostaria de dizer ao senhor.

Gostaria, também, de agradecer as palavras do Senador Paulo Duque. Dizer a ele, agradeço as referências ao Serviço Exterior Brasileiro, ao qual tenho muita honra de pertencer, e só lembrar que na Embaixada em Washington, eu não sei exatamente a partir de quando, mas há muitos anos que os embaixadores são de carreira. Posso, com mais precisão, dizer que em Buenos Aires, onde tenho a honra de estar, desde 1951 todos os embaixadores foram embaixadores de carreira. Então é um período bastante longo, bastante importante, que mostra que a escolha foi feita com pessoas que fizeram a carreira dentro da instituição e que se especializaram.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Desde 1951?

SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA: Desde 1951 todos os embaixadores foram de carreira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA: Não, eu estou me referindo a Buenos Aires. Washington foi mais recente, mas eu acho que desde os anos 80. Eu estive em Washington, no meu primeiro posto, aliás, com dois chefes, dois embaixadores que vinham de Buenos Aires, o Embaixador João Batista Pinheiro e o Embaixador Azeredo da Silveira, que deixava de ser

chanceler, mas que havia sido antes embaixador em Buenos Aires também, e creio que deste período, isto foi no final dos anos 70, daí em diante eu acho que houve um embaixador fora da carreira, que antes havia sido da carreira, que deixou a carreira, que foi o Embaixador Marcílio Marques Moreira, que fez o Instituto Rio Branco e deixou a carreira como Primeiro Secretário, que foi embaixador. Eu acho que isso demonstra a importância dada às relações com os dois países.

Era o que eu teria a responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador. Antes de passar aos próximos senadores inscritos, o Senador João Tenório, Francisco Dornelles e Eduardo Suplicy, na sequência de três, eu quero aqui registrar a profícua atuação do Senador Flávio Torres, do Ceará. Essa é a última Reunião dessa Comissão que ele participa, tendo em vista que a titular, a Senadora Patrícia Saboya, volta na próxima semana. Ontem o Senador Flávio fez o seu discurso no Plenário, eu pessoalmente não estava lá no momento, eu estava num almoço no Itamaraty, mas eu quero exatamente registrar, senador, a sua atuação e a sua presença sempre muito assídua aqui, sempre muito colaboradora e, portanto, desejar muito sucesso e agradecer a sua presença entre nós nesse período.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Antonio Carlos Valadares, pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de fazer uma sugestão a V. Exa. e ao Plenário. Devido ao adiantado da hora, que todos os inscritos fossem ouvidos, ao invés de uma lista de três. Eu não sei se o Plenário estaria de acordo, mas é a sugestão que eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Se todos estiverem de acordo, nós temos aqui ainda inscritos o João Tenório, Francisco Dornelles, Suplicy, Pedro Simon e Antonio Carlos Valadares.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): E peço que me inscreva rapidamente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pois não.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu queria apenas, em rápidas palavras, subcrever o que V. Exa. disse a respeito do desempenho do nosso Senador Flávio Torres, que se desincumbiu muito bem no exercício do mandato do Senado Federal, em função do afastamento(F) da Senadora Pa-

trícia Saboya. Então o nosso reconhecimento ao seu desempenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marco Maciel. Então o Senador João Tenório com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr. Embaixador Mauro Vieira. Eu não tinha tido a oportunidade de conhecer V. Sa.. Tivemos ontem uma conversa demorada sobre as relações entre o Brasil e a Argentina de um lado e a sua percepção, a sua maneira de enxergar como serão as relações entre o Brasil e Estados Unidos daqui para frente, sobretudo com a presença do Presidente Obama na frente do Governo Americano.

Quero dizer que fiquei bastante impressionado não apenas pelo seu conhecimento das relações com a Argentina, não apenas com o seu conhecimento com as relações e com os problemas dos Estados Unidos, que terá que ser enfrentado, que terá que ser discutido e avaliado, mas, sobretudo, pela sua avaliação global de uma geopolítica que, evidentemente, tem uma interação uma coisa com a outra, não há como você separar, criar ilhas, porque o mundo hoje, inexoravelmente, é um planeta só, digamos assim, e as interligações políticas, técnicas, financeiras, elas são inexoráveis. Portanto, o meu registro da minha boa impressão que eu tive na conversa com V. Sa..

Eu gostaria só de completar, para obedecer aí a orientação do senador, que sugeriu andar rápido com as coisas hoje, é que eu acho que o Itamaraty está um pouco, digamos assim, lhe conferindo um excesso de trabalho, porque tirar V. Sa. de Buenos Aires e imediatamente depois colocá-lo em Washington, evidentemente que é uma promoção, que é tudo isso, mas dizer que primeiro devem acreditar muito na sua capacidade de trabalho, porque a Argentina, nós sabemos, todos sabemos, que as relações diplomáticas com a Argentina, as relações de um modo geral com a Argentina são complicadas e são intensas, extremamente intensas. E com Washington serão, sem sombra de dúvida, que é ali onde acontece, digamos assim, movimentos, ideias que afetam o mundo como um todo e muito particularmente o Brasil e muito particularmente a relação Brasil com os Estados Unidos. Então V. Sa. está sendo castigado, digamos assim, com o excesso de trabalho que o que Itamaraty lhe confere, mas temos certeza absoluta de que isso será correspondido em função daquilo que eu pude absorver do conhecimento que V. Sa. tem, não apenas digo da relação com a Argentina, da relação com os Estados Unidos, mas sobretudo e principalmente, de uma visão geopolítica do mundo como um todo.

Muito obrigado, seja feliz e tudo de bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório. Senador Francisco Dornelles com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu quero cumprimentar o Itamaraty pela indicação de V. Exa. para a Embaixada do Brasil em Washington. Eu considero que o relacionamento dos Estados Unidos com o Brasil deve ter sempre um caráter prioritário pela importância das suas relações econômicas, financeiras e comerciais com o Brasil.

Eu só queria chamar a atenção de V. Exa. para um ponto no momento em que V. Exa. vai assumir a Embaixada em Washington. O Brasil fez acordos para evitar a dupla tributação da renda com vários países do Mercado Comum Europeu, com o Japão. Em todos eles houve a preocupação de impedir que esses países exercessem esse poder tributário dentro do Brasil. De modo que foi estabelecido que os lucros dessas empresas no Brasil, o Brasil tributa e eles não tributam. Os lucros da Fiat na Itália são tributados no Brasil e não são na Itália. Os lucros da Peugeot no Brasil são tributados no Brasil e não são na França. Os lucros da Valmet são tributados no Brasil e não são na Finlândia. Os Estados Unidos no momento pretende fazer um acordo preliminar de dupla tributação com o Brasil em que ele exerce o seu poder tributário dentro do Brasil, quer dizer, ele quer tributar os lucros de suas empresas no Brasil mesmo que não distribuídos. É um direito que ele tem. Mas se nós fizermos com os Estados Unidos um acordo nesses moldes que os Estados Unidos propõe, todos os países da União Europeia e até mesmo o Japão, que tem um esquema pendente de táxi(F), vão pedir uma revisão.

De modo que eu vejo, muitas vezes, empresários brasileiros querendo porque querendo fazer o acordo com os Estados Unidos sem saber o conteúdo [soa a campanha] e as repercussões desses acordos em relação a outros que nós fizemos com a União Europeia e o Japão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Esse tempo não era seu, não. Esse tempo era ainda do Senador Tenório. Só para dizer que a campanha tocou, mas o tempo era do Senador Tenório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Ah, desculpe. Então eu pediria a V. Exa. que olhasse com carinho e com atenção essa proposta de acordo. Acordo com os Estados Unidos, sim, mas dentro dos mesmos moldes e das mesmas concessões feitas pelos países da União Europeia.

Segundo, chamar também a atenção, existe aqui, eu nem sei se chegou à Comissão de Relações Exteriores, um acordo que foi assinado entre o Secretário

da Receita do Brasil e o Secretário da Receita dos Estados Unidos que eu acho que é um tipo de acordo de troca de informações que deveria ser assinado pelas embaixadas ou pelos Ministros. Eu acho difícil que você possa admitir acordos entre dois países assinados por autoridades que a gente respeita, gosta, mas que juridicamente são do segundo escalão.

Eu chamaria a atenção de V. Exa. para esses dois pontos, sabendo que isso é uma área que V. Exa. conhece profundamente, participou de várias negociações, então eu pediria que V. Exa. olhasse essa situação do empresariado brasileiro e mesmo americano que quer fazer um acordo do Brasil com os Estados Unidos pensando exclusivamente nos seus negócios, sem ter condições de analisar as repercussões que isso têm no relacionamento com os outros países do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Francisco Dornelles. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, prezado Embaixador Mário Luiz Iecker Vieira. Quero, em primeiro lugar, agradecer a atenção com que V. Exa., nas ocasiões em que estive visitando a Argentina, Buenos Aires, V. Exa. teve a gentileza de ali dar-me a maior atenção, inclusive acompanhando de perto os esforços que ali realizei com o Coutier(F) e Copresidente de Honra da Rede Mundial da Renda Básica. Participei ainda há um ano atrás, em novembro último, em Buenos Aires de diálogo no Senado Argentino, onde um grande número de economistas e senadores estão debatendo o assunto da renda básica. Eu tive a oportunidade também de dialogar com a Ministra Kirchner, que é irmã do ex-Presidente Kirchner e que vem desenvolvendo projetos recentes, inclusive da *Asignación Familiar*, *Asignación Universal por Hijo*, que guarda relação com o Programa Bolsa Família aqui no Brasil.

Eu gostaria de, inclusive, lhe transmitir que nós estamos colaborando muito com a Rede Argentina da Renda Básica, com o seu Presidente Rubén Lo Vuolo, que estará presente no Congresso Internacional da *Basic Income Earth Network*, que se realizará na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, em 1º e 02 de julho do ano que vem. O Presidente Lula deverá fazer a palestra de abertura desse importante encontro, onde estarão argentinos, norte-americanos, o próprio, hoje, Coutier(F), da *Basic Income Earth Network*, que é da Universidade de Georgetown, americano por Sr. Karl Widerquist, que esteve aqui na semana passada e, inclusive, presenciou, foi no dia 29 de outubro último, presenciou um fato inédito no Brasil, pois ele esteve

presente e fez uma palestra aos Vereadores da Câmara Municipal de Santo Antônio do Pinhal, o primeiro dos 5.564 municípios brasileiros que instituirá, para todos os seus sete mil habitantes, uma renda básica de cidadania. Eu gostaria até de informar que na tarde de hoje, às sete e meia da noite, no final da tarde, às sete e meia da noite se realizará a cerimônia de sanção. É o primeiro projeto municipal de uma renda básica para todos os habitantes de Santo Antônio do Pinhal, eu inclusive estarei lá nesta cerimônia, algo que significará uma experiência muito relevante. É justamente nos Estados Unidos da América que há 27 anos a experiência positiva e bem sucedida de um dividendo pago hoje a todos os seus 700 mil habitantes, no Estado do Alasca, que fez do Alasca o mais igualitário dos estados norte-americanos, então gostaria de poder continuar a lhe contar dos passos que acontecerão com respeito a este assunto. O próximo congresso da *Basic Income Earth Network* se dará em co-operação com o Canadá, em Montreal, no próximo ano.

Mas eu gostaria de lhe perguntar, Embaixador Mauro Vieira, a respeito de um dos maiores problemas hoje enfrentados pelos Estados Unidos da América, que é justamente a guerra que acontece no Afeganistão [soa a campanha]. Quais serão, na sua avaliação, os passos que se farão necessários para realizar os meios de pacificar aquela região, os conflitos do Afeganistão, que se espalham pelo Paquistão? Tendo em conta o enorme interesse do Presidente Barack Obama de contribuir para a paz no mundo, seja ali no Iraque, seja no Oriente Médio, mas em especial, dada a complexidade do conflito no Afeganistão e no Paquistão, agradeço muito se puder nos relatar qual é a análise que faz a respeito.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy. O Senador Pedro Simon é o próximo orador inscrito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu confesso que é com muita emoção que eu voto no Embaixador Mauro para Embaixador dos Estados Unidos. Eu tenho por S. Exa. o maior respeito, a maior admiração e acompanho S. Exa. desde o início, inclusive vi S. Exa. no belo trabalho no primeiro Ministério de Ciência e Tecnologia com o nosso amigo Renato Archer, quando realmente foi feita uma revolução em termos de o Brasil entrar na era moderna e que hoje a gente vê os seus efeitos. Acompanhei S. Exa. em todo aquele trabalho, desde a preparação até a criação da nova República, até os trabalhos que culminaram com a vitória do Dr. Tancredo, a morte do Dr. Tancredo, a participação de S. Exa. no Governo junto com Renato Archer e a sua ascensão realmente da maior impor-

tância no Itamaraty. Eu vejo com muito carinho no Dr. Mauro daqueles jovens, e foram muitos, não tanto, mas que se empenharam com amor, com carinho, com afeto no restabelecimento da democracia no Brasil e que deram no Itamaraty essa força de grandeza que fez com que nós atingíssemos a posição que temos hoje a nível internacional.

V. Exa. vem de uma posição muito importante em Buenos Aires e dá para se notar o que foi a vossa presença em Buenos Aires. Repetindo o Presidente Lula, nunca como antes [risos] as relações Brasil e Argentina tiveram uma posição tão significativamente importante. Durante o período de V. Exa. lá e foi um período difícil, problemas com o Presidente e com a sua esposa Presidente, mas foi impressionante, nunca aconteceu isso, um diálogo tão positivo, tão concreto entre Brasil e Argentina como agora. Do Presidente do Brasil ir a Buenos Aires numa hora drástica, onde a Presidente vivia momentos difíceis, só para levar a solidariedade do Brasil, só para levar o apoio, a firmeza do Brasil. Eu sei que V. Exa. foi o grande responsável por esse trabalho e é fruto desse seu trabalho, de aproximação e de integração Brasil e Argentina que V. Exa. está indo para os Estados Unidos numa hora singular.

Não é por nada que V. Exa. está indo para os Estados Unidos. Mas estamos, pela primeira vez, às vésperas de ter um relacionamento, eu diria, com mais grandeza entre Brasil e Estados Unidos [soa a campanha]. Nós estamos em véspera de ter um relacionamento que não é de respeito humilhante, mas é de grandeza igual. V. Exa. vai para os Estados Unidos quando o Presidente Brasileiro tem uma relação e tem profundo respeito por parte do Presidente Americano. Não há dúvida nenhuma, não temos como fugir disto, que nunca na história do Brasil o Brasil esteve numa posição de tanto destaque a nível internacional. São várias as razões. Eu acho que uma delas é o BRIC, eu acho que é algo realmente que o mundo inteiro debate, analisa e constata, China, Brasil, Rússia e Estados Unidos (sic), metade da população, quase que metade do mundo, e países que estão tentando se identificar.

Por outro lado, eu vejo com muita simpatia a presença do Presidente Americano. Não é que tudo sejam flores. Eu vou dizer a V. Exa., que está indo para lá, uma mágoa que eu tenho. Eu acho que não precisavam as quatro bases, as cinco ou seis dos Estados Unidos na Colômbia serem feitas da maneira com que foram feitas. Repare V. Exa. que nem no Governo Bush acontecia isso. O relatório que saiu do Departamento de Estado Americano, enviado ao Congresso Americano, explicando as bases americanas ali, é diferente das notícias que correram, porque ali não fala apenas de

problemas internos dos Estados Unidos, mas diz que a um preço muito barato se estabeleceu bases, tendo em vista o antiamericanismo notadamente da Venezuela e do Presidente da Venezuela. Eu até acho, com toda a sinceridade, que o Governo Brasileiro não se empenhou como devia ter se empenhado na tentativa. Eu argumentava que o exemplo do Haiti é um caso onde ao invés de o americano entrar, como normalmente entra, enviaram uma missão da ONU, lá está e o trabalho está sendo bem feito. Eu falava que poderia se fazer uma coisa nesse sentido, da Organização dos Estados Unidos Americanos, mas à margem disto eu reconheço que o trabalho do Presidente Obama tem sido muito positivo. Aquela triste penitenciária de Cuba, o relacionamento que tem havido--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Está me dizendo aqui o nosso amigo, o nosso líder, que o Chávez disse que não convocou o povo para a guerra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É notícia de hoje de manhã.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso deve ter sido coisa do nosso Primeiro Secretário do Senado que espalhou isso. Não convocou o povo para a guerra, ele convocou o povo para se preparar para se defender [risos].

Por isso que eu acho que a presença de V. Exa. lá é muito importante. Por isso que eu acho que o embaixador, seu amigo, que cai entre nós vem da mesma época, das mesmas lutas, do mesmo grupo que participou dessa nova República e que vem vindo com V. Exa., a amizade que os senhores têm, eu dou uma importância mais do que possa se imaginar à ida de V. Exa. para os Estados Unidos. E olha: conte conosco, porque V. Exa. vai desempenhar um grande papel e condições têm de fazer isso, têm condições realmente porque o Brasil têm condições de desempenhar esse novo papel, têm condições. Fruto, inclusive do seu trabalho, terminou aquela fase de Brasil e Argentina, um olhando para o outro de cara feia. A Argentina até se manifestou favorável ao Brasil ingressar no Conselho da ONU. Eu não sei se foi com muita sinceridade, mas pelo menos publicamente a afirmativa foi feita [soa a campainha].

Então eu confio muito e acho que V. Exa. terá um papel realmente muito importante nesse novo tipo de diálogo Brasil e Estados Unidos, nesse novo tipo de diálogo América do Sul e Estados Unidos. Eu dou muita importância ao MERCOSUL. Acho que o Brasil teve uma vitória, porque o americano queria criar uma entidade que fosse uma nova organização americana de livre comércio, onde o americano dominaria.

O MERCOSUL tem um significado, que é o início de uma perspectiva de nós nos dialogarmos, de nós termos o entendimento da América do Sul, que é uma região que tem povo, que tem terra, que tem agricultura, que tem riqueza riquezas, e é uma das regiões mais pobres do mundo, ter condições de crescer, ter condições de avançar.

Por isso, eu que o tenho como um amigo meu e que tenho uma honra muito grande de conhecê-lo, de respeitá-lo, rezo muito para que V. Exa. se saia muito bem. Eu gostaria, dentro do possível, em primeiro lugar, tenho certeza que falo em nome de toda a Comissão que V. Exa. conte com a gente. Qualquer problema, qualquer dúvida, qualquer questão que a gente possa ajudar no sentido de facilitar o seu trabalho, o seu relacionamento, conte com a gente. E eu gostaria, dentro do possível, no que os encargos de V. Exa. permite, que nos mantivesse informados para que a gente pudesse ajudar, pudesse colaborar com o trabalho magnífico de V. Exa.. Eu repito: nós estamos vivendo aqui uma Reunião muito importante, porque não é uma designação de mais um embaixador, é o Embaixador dos Estados Unidos, mas eu diria que não é o Embaixador dos Estados Unidos iguais aos anteriores. Agora V. Exa. irá numa outra posição, numa outra realidade, num outro momento, e tenho certeza que V. Exa. será um grande fator de dignificação do povo brasileiro. Meu abraço muito carinhoso a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon. Vamos ouvir agora o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, nós sabemos que os Estados Unidos representam, na nossa balança comercial, um grande fator de desenvolvimento quanto às exportações. Aqui os dados que nos foram fornecidos mostram que o comércio entre os dois países aumentou em 21% e houve um recorde histórico de US\$ 53 bilhões em 2008. Entre os países latino-americanos, o Brasil é o segundo mercado para as exportações dos Estados Unidos, atrás apenas do México. O Brasil é o maior receptor de investimentos norte-americanos entre os países da América do Sul e em termos de estoque de capital os Estados Unidos é o maior investidor estrangeiro no Brasil.

Entretanto, Sr. Embaixador, apesar dessas relações tão fortes e tradicionais entre o Brasil e os Estados Unidos, há algumas batalhas que estão sendo travadas entre o Brasil e os Estados Unidos. Por exemplo, os plantadores ou os produtores de algodão nos Estados Unidos receberam subsídios indevidos, numa atitude, a meu ver, de concorrência desleal dos

Estados Unidos para com o Brasil e outros países. Isso gerou, por parte da Organização Mundial do Comércio, uma decisão autorizando o Brasil a retaliar os Estados Unidos. O Brasil pediu cerca de 2,5 bilhões de reais como contrapartida aos prejuízos causados pelos americanos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Soa meio engraçado isso, o Brasil retaliar os Estados Unidos [risos].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A OMC autorizou. Então a OMC, ao invés de conceder ou de retribuir ao Brasil os 2,5 bilhões solicitados, concedeu apenas US\$ 300 milhões de dólares. Por outro lado, os produtores de laranja do Brasil, os exportadores de suco de laranja congelado do Brasil estão reclamando – e com razão – de que os americanos acusam o Brasil de ter praticado *dumping* na comercialização desses produtos. Essa questão está também na OMC, significando dizer que isto é prejuízo para as exportações brasileiras de suco de laranja. Inclusive nós fizemos na Comissão de Assuntos Econômicos há pouco tempo, por iniciativa do Senador Suplicy, uma reunião muito boa com os produtores de laranja, de suco de laranja de São Paulo [soa a campanha] e também vieram pessoas de Sergipe para tratar desse assunto.

Então há uma boa relação, comercial, entre os Estados Unidos e o Brasil, porque há batalhas a serem dirimidas e eu acho que diante da crise descomunal que foi expandida para o mundo inteiro em razão da desorganização financeira dos Estados Unidos, que não teve o cuidado de estabilizar o seu mercado financeiro como teve o Brasil, mas exportou para o mundo inteiro, inclusive para o nosso País, a sua crise, a crise do *subprime*, que eclodiu aqui também no Brasil. Mas é incapaz, o americano, de responder positivamente a uma coisa que sempre foi uma tradição: o Brasil exportar para os Estados Unidos o suco de laranja, que hoje representa um índice até menor do que antes, em que 20% das nossas exportações de suco de laranja vão para os Estados Unidos e 60% para o Mercado Comum Europeu, mas mesmo assim os americanos estão dispostos a retaliar o Brasil, a meu ver num processo de vingança, porque o Brasil está querendo ressarcimento em face do *dumping* praticado nos subsídios dados aos produtores de algodão, que são os maiores financiadores do Presidente Barack Obama, os produtores de algodão.

Então eu gostaria de saber da sua opinião. Eu sei que é este é um assunto delicado para V. Exa. falar, mas já que V. Exa. vai morar alguns anos nos Estados Unidos como nosso representante, representante do Brasil na grande nação americana, eu gostaria de saber

a sua opinião sobre essa diferenciação de tratamentos, essa discriminação que os americanos estão fazendo contra os produtores de laranja e protegendo, e essa proteção já é reconhecida pela OMC, a sua opinião a respeito desse comportamento indelicado, posso dizer assim, interesseiro dos Estados Unidos, protegendo um segmento produtivo dos Estados Unidos e prejudicando um segmento produtivo dos brasileiros, que é o segmento dos produtores de laranja.

Eu agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Heráclito Fortes, como relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu faço uma sugestão a V. Exa. que encerre o processo de votação, num momento em que praticamente todos votaram, falta apenas um senador, que deverá completar agora. E, segundo, eu solicito a V. Exa. que, caso aprovado, o processo do embaixador seja encaminhado ao Plenário em regime de urgência para que possamos, caso possível, fazer essa votação hoje, uma vez que o Brasil está sem um representante titular na representação do Brasil em Washington. O próprio questionamento do Senador Valadares justifica o meu pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, Senador Heráclito, nós encaminharemos, tão logo aprovado, rapidamente para a mesa, para ver a possibilidade de votar ainda hoje.

Nós temos o Senador José Agripino agora inscrito. O senador não está. Senador Marcelo Crivella e depois o Senador Augusto Botelho. Depois nós vamos transformar a reunião ainda em secreta, eu pessoalmente tenho algumas perguntas a fazer em relação ao Brasil e Argentina.

Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Eduardo, serei aqui modesto no meu tempo. Eu precisava vir aqui para prestar um depoimento da percuciência para analisar os fatos e perseverança e bravura para realizar as missões diplomáticas de interesse nacional, do mais alto interesse nacional, que eu testemunhei o Embaixador Mauro realizar em sua gestão exemplar à frente da Embaixada Brasileira em Buenos Aires. Seu mandato não foi fácil, foi uma epopéia, a travessia de um terreno minado, uma batalha sem tréguas. Não houve nesse período de crise financeira mundial, aguda, não deixou de faltar expediente dos mais inesperados aos mais ardilosos que não requeressem, nas relações bilaterais entre Brasil e Argentina, a atenção, o esforço, a inteligência e a fórmula de solução diplomática para se dirimem es-

sas questões, que eram acesas pelas paixões, pelos interesses contrariados, pelos noticiários de jornais, e mesmo no paroxismo dessas crises em nenhum momento o nosso embaixador se permitiu tornar-se lascível ou perder a alta linha da sua compostura ou deixar de enfrentar com toda a boa formação, ele como filho de Rio Branco, as questões mais prementes. Não é um homem do prosclênio, não é um homem da ribalta. Ele vem à frente apenas quando convocado por uma questão urgente e depois volta para o fundo do palco apenas para tomar a cena quando novamente chamado para intervir numa questão urgente.

O Embaixador Mauro é muito querido no Itamaraty, respeitado e admirado pelos seus colegas e eu tenho certeza que será aclamado, não é nem votado, aclamado nessa Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Crivella, basta ver a presença na comissão nessa quinta-feira, hoje de tanto afazeres na Casa, que já dá uma demonstração do prestígio do embaixador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sem dúvida, e eu venho representar aqui, na minha modesta participação, todos os senadores que não são membros dessa Comissão. Eu não sou membro. Eu vim aqui em respeito à biografia, ao trabalho honesto, a esse vulto do Itamaraty, que é o nosso Embaixador Mauro, que merece de nós todos os aplausos, todas as loas e os votos de que faça uma gestão extraordinária à frente da nossa embaixada mais importante, que é no epicentro das decisões mundiais, Washington, Estados Unidos.

Embaixador Mauro, receba do PRB, do seu admirador, falo aqui em meu nome, falo em nome do vice-Presidente da República, que tem por V. Exa. o maior apressamento e respeito, em nome de todo o nosso partido, em nome de Samuel Pinheiro Guimarães, que é Ministro indicado pelo nosso partido à frente de uma Secretaria importantíssima, a de Assuntos Estratégicos. Nós todos temos por V. Exa. o maior respeito, apressamento, admiração e desejamos, ardorosamente, que V. Exa. desincumba de maneira brilhante e o Rio se engrandecesse mais uma vez com a indicação de um carioca, de um carioca de Copacabana, quer dizer, mais carioca não podia, para comandar, para dirigir, para presidir as relações diplomáticas Brasil e Estados Unidos. Parabéns a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador, seja bem-vindo aqui, mesmo não sendo membro, será sempre bem-vindo. Já foi membro e será sempre muito bem-vindo aqui pela sua vivência, o seu conhecimento e a sua experiência.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador José Agripino então com a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Presidente Azeredo, obrigado pela tolerância, eu estava aqui atendendo a imprensa. Embaixador Mauro Vieira, V. Exa. é um privilegiado do Itamaraty, porque deixa o maior posto, imagina-se que seja Washington, eu acho que é Buenos Aires, e vai agora para Washington. É um privilégio trabalhar(F) no Itamaraty, mas não é um privilegiado, é um homem moldado para esse tipo de função pela sua competência, pela sua habilidade, pela sua forma de tratar as pessoas e os fatos. Vai encontrar nos Estados Unidos um quadro que V. Exa. sabe que é diferente do que era há dez anos atrás, cinco anos atrás. Eu acabei de chegar da ONU e senti claramente: ótimo, o Brasil hoje é consultado para tudo, o Brasil cresceu, teve um *upgrade* na sua relação no plano internacional.

A minha preocupação é que como o Brasil é chamado para discutir desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, racismo, segurança na Faixa de Gaza, para tudo o Brasil é chamado, na ONU e no plano internacional. V. Exa. vai para Washington e vai ter, evidentemente... Foi muito bem colocada a pergunta do Senador Dornelles, que envolve um acordo bilateral, envolveria um acordo bilateral do Brasil com a França, do Brasil com a Itália, por razões de ordem tributária. Nós temos uma questão, um contencioso pendente com os Estados Unidos e com o continente chamado ALCA, que está meio adormecido, ninguém fala mais na ALÇA, e que, na verdade, é um acordo de comércio que envolverá os países da América, onde o Brasil tem mais hoje do que tinha ontem uma função ou uma posição preeminente e que precisa voltar, até porque ele significa, como o MERCOSUL significou, ele significa a modernidade das relações políticas e, principalmente, econômicas. Só que há vantagens e desvantagens. Há vantagens e desvantagens para o Brasil.

Todo mundo sabe que o *lobby* funciona claramente e é legítimo na política americana, que remete à proteção de determinados setores da economia dos Estados Unidos, como nós também temos o direito de fazê-lo. Mas mais dia, menos dia, a União Europeia, que foi um bloco exitoso, gerou a obrigação de que outros blocos, como o MERCOSUL, tivessem a oportunidade de acontecer. O nosso MERCOSUL, na minha opinião, está cambaleante, ele está mal, ele está mal. Pode, atravessadas as crises, pode voltar a existir. Mas eu acho que é oportuno que o assunto ALCA volte à Ordem do Dia e eu gostaria de conhe-

cer a sua opinião sobre as perdas e ganhos do Brasil nesse contexto, nessa nova postura do Brasil, que é um País mais importante, mais respeitado. Aquilo o que Brasil dizia à época do Bush e que não merecia a devida consideração do Governo Americano pode ter hoje uma interpretação diferente na medida em que nós coloquemos as nossas dificuldades e as nossas pretensões. Em função desse contexto todo eu gostaria de ouvir as suas considerações sobre o Brasil, Estados Unidos e a ALCA neste momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Com a palavra agora o Senador Augusto Botelho e depois o Senador Cristovam, aí encerramos a participação dos senadores.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Sr. Embaixador Mauro Vieira. V. Exa. está sendo indicado porque tem competência para representar o Brasil nos Estados Unidos, que é o nosso principal parceiro comercial. Eu faço minhas as palavras elogiosas que todos pronunciaram para o senhor e quero apenas lhe fazer uma indagação.

Eu tenho exercido o meu mandato aqui em nome das pessoas, da gente, em nome do ser humano. O meu estado e nós da Amazônia todos temos muita dificuldade em relação ao visto nos Estados Unidos, porque até um certo tempo a gente mandava os documentos de lá e tal e a embaixada fazia, autorizava. Mas de um tempo para cá a pessoa tem que vir aqui à Brasília, que é o ponto mais próximo da Amazônia para vir, e volta. Nisso ele já gasta mais ou menos uns US\$ 1.500 entre passagem, hospital (sic) e tudo e tal, quer dizer, que para os Estados Unidos até reduz o dinheiro que ele vai poder gastar lá quando for fazer a sua viagem. Eu já estive na embaixada conversando e uma pessoa da embaixada, eu não me lembro o nome dela, daquela embaixada, falou que eles fizeram isso em retaliação a uma atitude tomada por nós, porque antes era até de dez anos o visto, inclusive tinha visto de dez anos e tudo, antes de ser senador, em que mandava-se os documentos e as pessoas não tinham dificuldade. Então isso criou um grande problema, porque nós que estamos mais próximos dos Estados Unidos, a nossa passagem realmente é mais barata, lá da Amazônia, do Amazonas para ir para lá, e temos essa dificuldade. Então a minha pergunta é assim: se existe alguma possibilidade, se poderia tentar contornar esse problema que é um problema realmente para nós, da Amazônia, tentar fazer uma forma de voltar ao que era. Se a gente está criando alguma dificuldade, o senhor agora lá na embaixada pode fazer com que essa reciprocidade seja amenizada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, eu não sou membro efetivo dessa comissão, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É sempre membro [risos].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --frequentemente a permanentemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É o nosso ex-Presidente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ex-Presidente. Não precisei votar porque o Senador Flávio Torres já votou. Eu não tenho nenhuma pergunta específica a fazer, embora em todas as sabatinas eu tenho procurado um debate sobre quais são os grandes temas que devem nos preocupar nas próximas décadas nas relações exteriores do nosso País.

Eu pedi a palavra apenas para dizer da minha satisfação de estar aqui assistindo à sabatina do Embaixador Mauro, que eu o conheço pessoalmente há muitos anos em Brasília, que eu conheci como embaixador na Argentina e pude presenciar a maneira como ele facilita as coisas dos brasileiros que aí vão. Portanto, dizer de que eu me sinto tranquilo como brasileiro de tê-lo como embaixador nos Estados Unidos, essa posição tão chave, embora eu acredito menos difícil do que na Argentina. Eu creio que o senhor passou pelo teste máximo que um embaixador brasileiro pode passar, especialmente nesses últimos anos. Washington é um ponto chave, mas não tão difícil, aparentemente, pois as coisas podem mudar.

Neste momento eu creio que tenha uma importância específica, é a tentativa de empurrar ao máximo a colaboração com o Governo Obama nesses próximos sete anos. Aí eu vejo de uma maneira que eu tenho insistido com os alunos do Rio Branco, quando eu me encontro, que a tentativa é de que os nossos diplomatas tenham um chapéu grande e um chapéu pequenininho. O grande é do Brasil e o pequenininho é do planeta. A globalização vai obrigar que cada embaixador e cada Presidente da República de vez em quando se sinta também um representante da humanidade inteira e lá nos Estados Unidos é que está a posição mais chave para que o Presidente Americano possa cada vez mais assumir a sua posição de líder, um dos líderes, nunca vamos ter um, mas um dos líderes da humanidade, como havia antes da queda do Muro de Berlin, os líderes socialistas, os capitalistas, os desenvolvimentistas que falavam para o mundo inteiro. Os que fizeram a libertação da África falavam para o mundo inteiro na defesa dos seus movimentos.

A gente vai entrar num outro período desse, porque nesses vinte anos depois da queda do Muro de Berlin, cada país voltou-se para dentro, perdeu a perspectiva. É engraçado, globalizou-se apequenando os líderes e ampliando os empresários do ponto de vista comercial. Os empresários cresceram com a globalização e os líderes se apequenaram. Eu creio que a gente vai voltar a ter agora um momento de engrandecimento novamente pelo tamanho dos grandes problemas, como o aquecimento global, migração em massa, desigualdade crescente, tudo isso, e lá o senhor vai estar no ponto chave, eu não diria difícil, em tentar incrementar ao máximo a colaboração do Brasil. Por quê? Porque os Estados Unidos é o maior de todos, mas o Brasil é onde melhor pode surgir uma proposta nova para a humanidade, porque é o País que tem todos os problemas e tem os recursos necessários. Os outros países têm os problemas e não têm os recursos, como a África, e outros têm os recursos sem os problemas. Nós temos os dois. Se casamos isso com o Presidente dos Estados Unidos que queira levar essa proposta ou a proposta que surgir aqui para o mundo inteiro, eu creio que vamos ter a chance de encontrar saídas para as crises que vivemos, que não é a crise financeira, é a ecológica, a social e a ideológica.

Então o senhor vai estar numa posição chave e eu quero dizer que eu me sinto tranquilo de ter um embaixador do seu porte nessa posição. É só isso que eu queria falar, Senador Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, senador Cristovam Buarque. Eu já quero também, Sr. Embaixador, primeiro cumprimentá-lo pelo seu trabalho na Argentina, desejar muito sucesso na sua quase certa aprovação, vamos fazer a apuração daqui a pouco, mas eu quero me referir a dois pontos aqui.

Um é uma emenda constitucional de autoria do senador Cristovam, que eu fui relator e assumi esta luta também, que é a questão da representação dos brasileiros no exterior. Os Estados Unidos têm cerca de um milhão e duzentos mil brasileiros morando nos Estados Unidos, dos cerca de três milhões que estão fora do nosso País. Assim como a França e como a Itália têm representações da sua população no exterior, essa questão realmente nos parece ser muito válida no Brasil. Nós já aprovamos em primeiro turno aqui no Plenário do Senado e aguarda, entretanto, a votação definitiva. V. Exa. vai estar nos Estados Unidos, onde então estará esse contingente de brasileiros, 1 milhão e 200 mil. A crítica que surgiu na época foi de que essa emenda constitucional levaria a um segundo projeto e que esse segundo projeto levaria à criação de cerca de, não se sabe o número ainda, mas um número pe-

queno, inferior a dez Deputados Federais, e que seria custo adicional. Eu acho que a democracia, ela justifica isso plenamente, uma representação como essa seria da maior importância para o Brasil. Eu estive no Rio de Janeiro participando de uma reunião do Itamaraty, onde o Embaixador Oto Maia exatamente coordenou toda essa questão discutindo os problemas brasileiros no exterior.

E aí eu me somo ao Senador Augusto Botelho, não pelo ângulo que ele falou, mas pelo ângulo daqueles dos Estados Unidos que vêm para o Brasil. Nós temos hoje me parece que dez consulados nos Estados Unidos. Então é fundamental que essa questão também avanços, porque essa reclamação que o Senador Augusto Botelho tem, com toda a razão, de que tem que vir à Brasília para tirar um visto para ir aos Estados Unidos, também os americanos têm com relação ao Brasil quando tem que procurar esses consulados. E aí eu já manifestei pessoalmente a minha crítica na opção que foi feita de prioridade: o governo brasileiro criou embaixadas em países com 39 mil habitantes, quando poderia ter criado mais consulados nos Estados Unidos. Nós aprovamos aqui na semana passada o embaixador para São Cristóvão e Neves, que tem 39 mil habitantes, uma pequena ilha ou um conjunto de ilhas no Caribe. Eu acredito que, em termos de prioridade, seria mais adequado um 11º consulado nos Estados Unidos ou coisa parecida. De maneira que esse ponto também dos vistos é que eu queria colocar para V. Exa., porque é um ponto que atrapalha do ponto de vista de negócios, atrapalha do ponto de vista de turismo. E a questão dos cinco ou dez anos, também é do meu conhecimento que o Brasil é que não tomou essa iniciativa de passar para dez, que os Estados Unidos desejaria transformar o visto em dez anos.

Então eu vou passar a palavra para o embaixador e depois então é que nós vamos transformar em secreta. Embaixador, para a resposta a tanto senadores que se puseram aí, foram doze senadores, comigo treze.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria indagar a V. Exa.: alguma dessas perguntas o embaixador pode considerá-la delicada e achar melhor respondê-la na parte secreta. Seria sugestão do Relator a V. Exa. de consultá-lo, já que vamos transformar em secreta, se não faríamos já a partir de agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Fica a critério do embaixador. Se o embaixador quiser--

SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA: Se o Presidente concordar com proposta do Sr. Relator, eu estou totalmente de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Possamos transformar já em secreta. Muito bem.

SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA: Têm umas perguntas que são realmente altamente delicadas, então--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Então de acordo com o disposto no inciso IV, do art. 32, da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único do art. 383 do Regimento Interno, a reunião da comissão será transformada em secreta, a fim de que o embaixador possa responder alguns questionamentos que foram feitos aqui. Antes eu designo o Senador Cristovam Buarque para atuar como Secretário.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, eu tenho que sair para um almoço no Ministério das Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tudo bem. Então eu vou pedir ao Senador Suplicy, solicito que seja o secretário da votação apenas. Os embaixadores e membros do Itamaraty que quiserem permanecer, podem permanecer. Os demais que estão aqui presentes, por favor, deixem que a sala seja reservada para essa parte secreta.

[Sessão secreta às 13h01]

[Sessão reaberta às 13h23]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A reunião está reaberta. Eu comunico a aprovação do Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira para os Estados Unidos da América por unanimidade, foram 18 votos.

Está encerrada a presente reunião. Eu desejo muito sucesso ao embaixador ao nos representar nos Estados Unidos.

Sessão encerrada às 13h23.

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às quinze horas e quatorze minutos do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Geraldo**

Mesquita Júnior, Paulo Duque, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Gilvam Borges, José Agripino e Arthur Virgílio. Justifica a ausência o Senador **Romeu Tuma**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, comunica à Comissão que o Comando do Exército está planejando uma viagem à Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, para participar da solenidade da entrega das espadas aos futuros aspirantes, no período de 27 e 28 de novembro. Comunica, também, o adiamento da viagem ao Suriname e Guiana Francesa para a semana seguinte. Ató contínuo, inicia a apreciação da pauta, convidando o Embaixador Enio Cordeiro para compor a Mesa. **Item 01:** Mensagem nº 232, de 2009, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ENIO CORDEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Marco Maciel**, relator “ad hoc” da matéria, para que possa fazer a leitura do relatório. Após a leitura, o Presidente declara a abertura do processo de votação e concede a palavra ao Embaixador Enio Cordeiro, para que possa fazer a sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, Aloizio Mercadante, Inácio Arruda e José Agripino**. O Presidente torna a sessão secreta às dezesseis horas e vinte e seis minutos. A sessão é reaberta às dezesseis horas e vinte e oito minutos. O Presidente comunica a aprovação do Embaixador. O Senador **Flexa Ribeiro** faz uso da palavra. **Item Extrapauta:** Requerimento nº 99, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, em que requer, “*nos termos do Art. 50, da Constituição Federal, e do Art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, no intuito de debater o apagão elétrico que ocorreu recentemente no País. Solicito que para esta Audiência seja enviado convite às seguintes autoridades: Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão; Ministra-Chefe da Casa Civil, Srª. Dilma Rousseff*.” O Senador **Roberto Cavalcanti** faz uso da palavra. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezesseis horas e trinta e três minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diá-

rio do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. — Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 15 HORAS E 14 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Passamos, portanto, à pauta.

Antes, eu quero comunicar aos Srs. Senadores que o Comando do Exército está planejando uma viagem à Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, para participar da solenidade da entrega das espadas aos futuros aspirantes, com a partida de Brasília prevista para as 10h15 do dia 27 de novembro, sexta-feira, e regresso no dia 28, sábado, no período da tarde. Como se sabe, ela está localizada em Rezende, no Rio de Janeiro, fazendo parte do Sistema de Ensino do Exército Brasileiro. Os Srs. Senadores que se interessarem ou puderem comparecer, por favor, procurem a secretaria da comissão.

Eu quero também comunicar que estava previsto para essa semana, foi adiado para a próxima semana, uma viagem ao Suriname e Guiana Francesa, em avião da Força Aérea Brasileira, devemos sair daqui na quinta-feira da próxima semana, pela manhã, retornando no sábado. Também da mesma maneira os Srs. Senadores que estiverem interessados, dentro daquele mesmo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Neste final de semana?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, o próximo, dia 26, então é na outra semana e não nessa. É naquele mesmo molde da viagem ao Haiti, tem uma programação extensa, então são dois países, na verdade a Guiana não é um país, mas o Suriname e a Guiana Francesa têm realmente uma série de problemas na relação com o Brasil de fronteira, não de problema de disputa, mas problemas realmente dos brasileiros que estão lá, de maneira que é importante realmente que a gente busque essa integração com os dois países. Então, também, nesse caso,

quem estiver interessado, eu solicito que comunique aí para que nós possamos intimar o grupo.

A Mensagem que nós temos é o Item nº 1 de hoje, é a única Mensagem, tratando-se de Reunião Extraordinária, agora já completamos o quorum inclusive com a presença do Senador Arruda e do Senador Roberto Cavalcanti. É a Mensagem nº 232, de 2009, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Ênio Cordeiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina”. A Presidente Cristina Kirchner inclusive faz uma visita oficial ao Brasil amanhã, então será uma boa coincidência que já possamos ter a discussão do novo embaixador no momento da visita da Presidente. O Relator é o Senador Arthur Virgílio, que já esteve aqui, mas não está no momento, vai retornar, mas eu solicitaria ao Senador Marco Maciel que, como Relator *ad hoc*, pudesse fazer a leitura do relato emitido pelo Senador Virgílio.

Senador Marco Maciel com a palavra, portanto, com muita honra para todos nós.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Ênio Cordeiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

A Constituição Federal atribuiu competência privativa ao Senado Federal, como é notório, para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem: nascido na Cidade de Curitiba, Paraná, ingressou em 1975 no Curso Preparatório à Carreira Diplomática, Instituto Rio Branco, e tornou-se Terceiro Secretário no ano seguinte, quando também atado ou na Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores. Foi promovido a Segundo Secretário em 1979, a Primeiro Secretário em 1982, a Conselheiro em 1990, a Ministro de Segunda Classe em 1997 e a Ministro de Primeira Classe em 2006, sempre por merecimento, frise-se.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou cumpre destacar os seguintes: Primeiro Secretário na Delegação Permanente em Genebra, Primeiro Secretário na Embaixada em Lima,

Conselheiro na Embaixada de Libreville, Subchefe na Divisão de Assuntos Humanitários e de Meio Ambiente, Adjunto da Assessoria para Assuntos Sociais da Secretaria-Geral da Presidência da República, Conselheiro na Embaixada em Washington, Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Houston, Chefe da Divisão de Meio Ambiente em 1995, Ministro Conselheiro na missão junto à Organização das Nações Unidas (ONU), Nova Iorque, em 1997, Ministro Conselheiro da Embaixada de Viena em 2003, Diretor do Departamento da América do Sul em 2004, representante do Ministério das Relações Exteriores no Conselho de Administração de Itaipu em 2007, Subsecretário-Geral da Secretaria-Geral da América do Sul em 2007.

Cuida-se, portanto, de diplomata que alia ao conhecimento técnico o zelo pela coisa pública, a integral dedicação às tarefas que lhe foram conferidas. Aos atributos profissionais, pode-se agregar a lhanesa no trato e a retidão de caráter.

Em reconhecimento à sua atuação profissional, Ênio Cordeiro foi agraciado com a Ordem de Oficial do Peru – grau de Oficial em 1989 –, com a Ordem do Rio Branco – grau de Grande Oficial em 2005 e a Ordem do Mérito Mauá – grau de Oficial em 2006.

Consta ainda do processado, além do *currículo* relatado, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre as relações bilaterais entre Brasil e Argentina. Segundo o Itamaraty, dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior apontam que o fluxo comercial bilateral alcançou a cifra de US\$ 30,8 bilhões em 2008, o que significa incremento da ordem de 24,2% em comparação com 2007.

Em razão da crise mundial, o Governo Argentino revisou os valores e critério para bens sensíveis, calçados, têxteis, móveis, artigos metalúrgicos, brinquedos, eletrodomésticos, automotiva, com o fim de proteger a sua indústria local de eventuais práticas de concorrência ilegal, principalmente por parte do Sudeste Asiático. A concorrência afetou produtos brasileiros, sobretudo com a ampliação do universo de produtos da linha branca, calçados e têxteis, sujeitos a licenças comerciais não automáticas de importação.

Diante da forte queda do comércio bilateral observado a partir de 2008, foram realizadas diversas rodadas de reuniões setoriais para dar solução satisfatória ao contencioso. A importância da Argentina na política exterior brasileira é incontestável e motivo para o alto perfil do diálogo bilateral.

Os investimentos brasileiros na Argentina são significativos, da ordem de US\$ 7 bilhões. A participação percentual das principais empresas brasileiras nos diversos setores econômicos daquele país, em 2008,

revela grande integração das economias. A produção de petróleo e gás na Argentina é a maior da PETROBRAS fora do País, tudo a justificar os esforços de integração energética e infraestrutura, bem como o adensamento da cooperação científica, técnica e tecnológica, nuclear, educacional e aeronáutica, também na área de saúde de que dá notícias a chancelaria brasileira.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório, razão pela qual encerro a apresentação na condição de relator *ad hoc* da matéria que está agora sob a apreciação da Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo nobre Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marco Maciel. Antes de passar a palavra para o embaixador, tendo em vista já a leitura do relatório, eu declaro aberto o processo de votação e concedo a palavra ao Embaixador Ênio Cordeiro para fazer a sua exposição.

SR. ÊNIO CORDEIRO: Sr. Presidente da comissão, Exmo. Senador Eduardo Azeredo, senhores membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. É uma honra, para mim, submeter-me à apreciação e ao exame da Comissão para, se for aprovado pelo Senado Federal, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

Eu gostaria em primeiro lugar, Sr. Presidente, de agradecer a Comissão e, especialmente, ao senhor, pela rapidez com que pode ser programada essa arguição. Desejo agradecer especialmente também ao Senador Marco Maciel, que tenha relatado na condição de relator *ad hoc* a apresentação da minha indicação. Um profundo agradecimento ao Sr. Presidente da República e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Embaixador Celso Amorim, pela honra de indicação para exercer a função de Embaixador em Buenos Aires e a demonstração de confiança que essa indicação representa.

Sr. Presidente, eu estou cumprindo 35 anos de serviço no Itamaraty e estou plenamente consciente da alta relevância do posto para o qual estou a ser indicado no contexto da diplomacia e do serviço exterior brasileiro, da importância singular das relações da Argentina com o Brasil no contexto da integração regional e no contexto da promoção de condições mais equânimes no mundo moderno.

Caso merecedor da aprovação do Senado Federal, essa será a minha primeira designação para uma chefia de missão diplomática no exterior. A Embaixada do Brasil em Buenos Aires é, certamente, um dos principais postos do Serviço Exterior Brasileiro e as relações do Brasil com a Argentina são, das relações estratégicas, certamente a mais intensa de todas as

nossas relações, a mais profunda e a mais antiga de todas as nossas relações na história diplomática brasileira. Uma ilustração dessa intensidade do relacionamento do Brasil com a Argentina está precisamente no fato de que nos últimos sete anos o Sr. Presidente da República realizou nada menos do que 15 visitas, 15 visitas presidenciais à Argentina. Isso foi reciprocado com nada menos do que dezessete visitas principais de mandatários argentinos ao Brasil. O Presidente Duhalde esteve uma vez no Brasil, o Presidente Néstor Kirchner esteve nove vezes no Brasil durante o seu mandato e a Presidenta Cristina Fernández, que estará em Brasília amanhã para um encontro presidencial, fará amanhã a sua sétima visita ao Brasil em dois anos de mandato.

Sr. Presidente, com a sua permissão, se o senhor estiver de acordo e seguindo as orientações que recebi, eu gostaria de centrar as observações iniciais em três pontos: a qualidade política do relacionamento do Brasil com a Argentina, as questões comerciais que serão objeto de atenção central no encontro dos dois presidentes amanhã e as implicações desse contexto para as relações no âmbito do MERCOSUL e as relações no âmbito da integração sul-americana.

A América do Sul é uma prioridade central nas relações exteriores do Brasil e a América do Sul vive hoje, vive nesse momento um tempo de integração. A integração é um ponto de partida para o fortalecimento da nossa presença no mundo e o Brasil é um País de muitos vizinhos também. Sendo um País de muitos vizinhos, o terceiro País em número de vizinhos no mundo, necessariamente cultiva uma visão regional do seu projeto de desenvolvimento. O sentido prático da integração, nós normalmente dizemos, que é organizar a vizinhança em torno de um projeto comum e esse projeto comum promove maior diálogo político na região, promove integração econômica e comercial entre os países e uma integração maior da infraestrutura de transportes, de comunicação e da infraestrutura de energia em todo o continente.

O projeto de integração nos leva a buscar uma intensificação das relações bilaterais com todos os países vizinhos, nos leva a buscar a consolidação no MERCOSUL, o fortalecimento do MERCOSUL, a construção da UNASUL, da União das Nações Sul-Americanas, e a articulação de iniciativas no âmbito da América Latina e do Caribe, a iniciativa de cooperação.

O ponto onde eu queria chegar é precisamente a centralidade das relações do Brasil com a Argentina nesse projeto de integração. Se não houver uma visão comum entre o Brasil e a Argentina, não seria possível avançar na integração sul-americana e no âmbito do MERCOSUL. Nunca é demais dizer que do pon-

to de vista do Brasil e também do ponto de vista da Argentina as relações do Brasil com a Argentina, as relações bilaterais são o eixo central a partir do qual se projeta a integração possível no âmbito do MERCOSUL e no âmbito da América do Sul.

O segundo ponto que eu queria tratar, Sr. Presidente, é a qualidade das relações, a qualidade política das relações bilaterais nesse momento. Desde o princípio e desde a época da independência as relações do Brasil com a Argentina passaram por momentos que transitaram de um ambiente de rivalidade para um ambiente de cooperação. Fala-se muito dessa carga genética de contraposição que vem marcando as relações desde o período colonial, mas a partir da década de 80, do século passado, houve um abandono definitivo pelos dois países das hipóteses de conflito entre o Brasil e a Argentina e uma intensificação cada vez maior das relações entre os dois países. Há dois favoritos que contribuíram essencialmente ultimamente para isso. O primeiro foi a reconstrução da democracia como um ponto de inflexão nos dois países e que nos aproximou. O momento de recuperação da democracia é coincidente na história dos dois países. O segundo fator foi a construção de confiança a partir da abertura recíproca pelos dois países dos seus programas nucleares. Esse ambiente novo a partir da década de 80 permitiu que os dois países superassem definitivamente a lógica da rivalidade e substituíssem a lógica da rivalidade pela lógica da cooperação e da integração. Nós passamos assim numa transição dos temas do Bacia do Prata para os temas do MERCOSUL, para os temas da UNASUL, onde a visão do outro, a visão do outro país não é mais a visão de um adversário, mas sim a visão de um sócio, a visão de um aliado. Hoje a integração, pode se dizer com toda a clareza e segurança, que é uma parte segura da própria identidade do Brasil e da identidade da Argentina. A integração é vista pela sociedade dos dois países como um patrimônio comum.

Há uma ampla convergência nas posições do Brasil e da Argentina no cenário internacional. O padrão de votação no âmbito das Nações Unidas e o comportamento dos dois países em todos os fóruns multilaterais é testemunho disso. Haveria apenas três elementos que possivelmente na sessão posterior da arguição, se houver interesse, eu poderia desenvolver, onde se verifica algum tipo de divergência ou de diferença nos países no cenário multilateral. O primeiro diz respeito à reforma do Conselho de Segurança. Também há alguma diferença de posições no âmbito da Rodada Doha, nas negociações comerciais multilaterais e talvez em questões de não proliferação nuclear exista uma pequena diferença de posição entre os dois

países, mas que não chega a nos fazer caminhar de forma diferente nas negociações.

No plano bilateral, as relações do Brasil com a Argentina estão no seu melhor momento político. Em que pese o ressurgimento episódico de algumas questões pontuais na área comercial, certamente as relações do Brasil com a Argentina nunca tiveram num momento político tão favorável. O Brasil e a Argentina têm uma aliança estratégica, têm uma aliança estratégica que é semelhante como toda aliança estratégica a um casamento de longo prazo e como toda aliança estratégica e como toda associação de longo prazo existem dificuldades, existem divergências que podem aparecer. Essas dificuldades refletem, na verdade, a intensidade do relacionamento. Se não houvessem dificuldades, provavelmente estaríamos tratando de uma relação irrelevante. O problema não é que existam divergências. O fundamental é que as divergências encontrem um caminho natural e canais institucionais de diálogo para a sua solução. E isso é o que não falta nas relações do Brasil com a Argentina. Existe uma perfeita fluidez do diálogo e nessa fluidez de diálogo, de contatos entre todos os níveis governamentais, sempre se tem presente o quadro mais amplo dos interesses de longo prazo dos dois países.

Os dois presidentes têm realizado encontros semestrais, pelo menos dois encontros por ano, no âmbito tenho de um mecanismo chamada MICBA – Mecanismo de Integração e Cooperação entre o Brasil e a Argentina. E aí os presidentes fazem uma avaliação regular, semestralmente, do encaminhamento dos projetos de cooperação, dos projetos estratégicos de cooperação existentes entre os dois países, que cobrem uma ampla gama de áreas: projetos estratégicos na área nuclear, há projetos estratégicos na área espacial, na área de energia, na indústria aeronáutica, na indústria naval, em ciência e tecnologia, e um exemplo mais recente, quer dizer, da divergência de padrões e da divergências de interesses entre os dois países é a adoção de um padrão de TV digital comum. Há cooperação na área militar, há cooperação na área financeira e na área de infraestrutura.

No setor econômico e na área econômica, o setor empresarial dos dois países logrou desenvolver ao longo dos últimos anos uma densa rede de negócios. Há intenso comércio entre os dois países, há intensa relação de investimentos entre os dois países. Não seria demais dizer – e é uma constatação fácil de fazer – que há, na verdade, muito mais integração entre o Brasil e a Argentina do que normalmente transparece. Os nossos setores empresariais, as nossas economias, o nosso comércio, o nosso investimento recíproco, existe muito mais integração do que normalmente se

reconhece e que transparece na imprensa, sobretudo em matéria de integração produtiva.

Os investimentos brasileiros, e aí existem sempre algumas estatísticas que são divergentes, o Senador Marco Maciel leu uma cifra de US\$ 7 bilhões como os investimentos consolidados e o estoque de investimentos do Brasil na Argentina. Na verdade nós já temos hoje, segundo algumas estatísticas do Banco Central, possivelmente US\$ 9,5 bilhões de investimentos consolidados de empresas brasileiras na Argentina. E no sentido inverso isso também ocorre. Nós temos mais de US\$ 3,5 bilhões de investimentos registrados no agro e no setor elétrico, sobretudo, de investimentos argentinos no Brasil.

Ainda no setor econômico, os financiamentos do BNDES são muitos importantes na relação, são muito importantes na implementação de projetos de infraestrutura na Argentina. Já foram realizados, em financiamentos do BNDES, desembolsos da ordem de US\$ 3 bilhões nos últimos anos e a carteira de projetos em execução e em aprovação poderá adicionar outros US\$ 4,5 bilhões a esses financiamentos.

Chegamos agora à questão do comércio, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Esse tem sido, na verdade, apesar de que ganha na imprensa algumas conotações por vezes negativas, como se tratasse de uma grande possibilidade de guerra comercial entre os dois países, o que existe e o que se nota na simples verificação dos dados estatísticos da evolução do comércio e da relação comercial entre os dois países é que existe uma forte interação comercial e o que comércio tem sido um fator de apoio ao crescimento da economia do Brasil e da Argentina. No ano de 2002 o comércio havia caído ao mínimo de US\$ 7 bilhões e a partir de 2002 teve uma recuperação muito sensível, chegando a US\$ 31 bilhões, quase US\$ 31 bilhões no ano de 2008. Isso gerou, no ano de 2008, com exportações de US\$ 17 bilhões do Brasil e importações brasileiras da Argentina de US\$ 13 bilhões, um saldo para o Brasil de US\$ 4 bilhões. Mas esse crescimento comercial de US\$ 7 bilhões em 2002 do intercâmbio comercial para US\$ 31 bilhões em 2008, representa, na verdade, um crescimento de quatro vezes e meia, quatro vezes e meia em seis anos, o que demonstra o dinamismo da relação comercial e como ela pode responder a sinais de crescimento nos dois países. Esse crescimento do comércio é em função do dinamismo das duas economias, mas, sobretudo, foi em função do aumento da recuperação, a partir de 2003, da capacidade de demanda interna na Argentina e recuperação da capacidade industrial naquele país.

As importações que a Argentina realiza no Brasil representam 30% de tudo que a Argentina importa; 1/3

de tudo que a Argentina importa provêm do Brasil. E as importações da Argentina dirigidas ao Brasil correspondem a 20% de todas as exportações argentinas; 1/5 do que a Argentina exporta vem para o Brasil. O que é importante salientar nesse dado de comércio é, sobretudo, não apenas o crescimento quantitativo, mas a qualidade da relação comercial. Os US\$ 17 bilhões que o Brasil exportou no ano passado para a Argentina não chegam a representar 10% do que foram as exportações brasileiras naquele ano, mas são muito importantes em termos de qualidade de comércio para o parque industrial brasileiro, sobretudo para o parque industrial de São Paulo e para a Zona Franca de Manaus.

Agora com relação à importância do mercado brasileiro para os produtos argentinos, os dados também são reveladores e muito ilustrativos, de um vigoroso potencial no relacionamento bilateral. Os US\$ 13 bilhões que a Argentina exportou para o Brasil no ano passado correspondem ao dobro do que a Argentina exportou para a China, que é o seu segundo parceiro, ao dobro do que a Argentina exportou para os Estados Unidos, que é o terceiro parceiro, e o triplo do que a Argentina exportou para o Chile, que é o quarto parceiro comercial. No ano passado foi sessenta e poucos por cento, 65%, mas nesse ano 75% das exportações já realizadas da Argentina para o Brasil, desde o mês de janeiro até o mês de outubro, corresponde a manufaturados, e 60% da produção de automóveis na Argentina vêm para o Brasil, 60% da produção de automóveis da Argentina é exportada para o Brasil. Neste ano de 2009, de cada dez automóveis que a Argentina exportou, nove vieram para o Brasil. Há uma perfeita imbricação entre a indústria automotiva dos dois países. A produção de automóveis na Argentina é muito alimentada a partir da exportação de autopeças brasileiras. O Brasil teve, ao longo desse ano, quase US\$ 1 bilhão em *superávit* na exportação de autopeças para a Argentina e essas autopeças retornam incorporadas no processo produtivo na forma de produto final Brasil. Mas também no ponto das relações regionais e da importância do mercado brasileiro para as economias regionais na Argentina, um dado bastante ilustrativo é que 30%, por exemplo, das exportações de Mendoza são dirigidas ao mercado brasileiro.

Esse é, portanto, o quadro geral, esse é, portanto, a imagem da floresta, o potencial e o vigor que tem a relação comercial entre os dois países.

Saindo da floresta e passando rapidamente para as árvores localizadas e que podem indicar algumas dificuldades episódicas e que se repetem no relacionamento comercial, mas que nunca chegam a representar uma ameaça a uma grande diminuição no comércio,

tem ocorrido frequentemente, quer dizer, de tempos em tempos, algumas dificuldades de natureza comerciais que levam a algumas restrições a serem impostas no comércio. As restrições que estão ocorrendo nesse ano derivam, essencialmente, do impacto da crise financeira que deixou sua marca na economia dos dois países e deixou a sua marca no comércio bilateral. As exportações brasileiras neste ano para a Argentina caíram 40% e as importações brasileiras da Argentina caíram 20%, o que levou a um relativo equilíbrio do comércio. Hoje nós estamos exportando, até o que vai do ano, US\$ 9,5 bilhões e importando US\$ 9 bilhões da Argentina, com um pequeno superávit de US\$ 500 milhões. É muito difícil, é muito difícil que se possa reproduzir nesse ano um comércio que ultrapasse a barreira de US\$ 22 ou 23 bilhões. Portanto, será bastante inferior ao que foi o intercâmbio comercial no ano passado. Espera-se que o efeito da crise, que já tem passado aqui no Brasil e também na Argentina, possa nos levar a uma recuperação do vigor do intercâmbio comercial no ano de 2010.

Em função dessas dificuldades, o Governo Argentino entendeu necessário reintroduzir algumas medidas que controle as importações durante esse ano e essas medidas, embora não dirigidas especificamente ao Brasil, porque nem poderia ser assim, pelo simples fato de que a Argentina, 1/3 de tudo que importa vem do Brasil, quando se tomam medidas restritivas(F), pelo menos esse 1/3 exportado pelo Brasil está afetado, recebe a incidência de medidas de restrição. Essas medidas vieram na forma de licenças não automáticas, de imposição de valores e critérios, na forma de uma série de investigações antidumpings que estão em curso, exigências de consolidação de faturas para a realização de operações comerciais e outras formas talvez mais informais de administração de comércio que levaram a uma, se não ruptura, a dificuldades no relacionamento empresarial entre os atores econômicos brasileiros e argentinos. O Ministério de Indústria e Comércio brasileiro estima que essas medidas tenham afetado em média cerca de 14% do valor das exportações brasileiras. Existe também, se deve levar em consideração isso, quer dizer, uma diferença cambial, porque tem havia uma apreciação cambial no Brasil e uma relativa desvalorização cambial na Argentina na relação entre as duas moedas, o que tem favorecido mais exportações para o Brasil e menos exportações brasileiras no sentido da Argentina.

O Brasil, inicialmente, aceitou, o Governo Brasileiro inicialmente aceitou alguns acordos setoriais que promovessem encontros dos setores privados para promover alguns acordos setoriais de restrição voluntárias de exportações, na expectativa de que

isso pudesse levar a um restabelecimento pronto da fluidez de comércio dentro dos volumes acordados e que não houvesse, além de haver a liberação mais expedita de licença de exportação por parte do lado argentino, que não houvesse desvio de comércio em favor de terceiras fontes. Não foi o que se observou ao final, mesmo nesses setores que estavam sujeitos a restrições quantitativas voluntárias, não foi o que se chegou a verificar em todos os casos. As dificuldades permaneceram e isso levou do nosso lado também à introdução de algumas medidas de licenciamento e de restrição que estão sendo tratadas de maneira madura pelos dois governos e que serão objeto de discussão nos entendimentos que os Ministros de Estados, altos funcionários e os dois presidentes darão as instruções políticas de como encontrar o caminho para a solução dessas questões pontuais.

O que é necessário salientar é que essas questões localizadas na área comercial não desfazem o quadro da floresta, não desfazem o quadro geral de duas economias que são complementares, duas economias que têm grande potencial e que têm um grande potencial de crescimento em função da dinamização que pode ocorrer a partir da solução das dificuldades impostas pela crise financeira nesse ano.

O que importa, Sr. Presidente, numa perspectiva de presente, de médio e de longo prazo, é sempre preservar a qualidade excelente da relação, não desviar da direção estratégica que o relacionamento bilateral tem e procurar sempre em causar e sempre dar seguimento ao tratamento dessas questões pontuais com o sentido de pragmatismo, com o sentido prático e com a percepção clara que da mesma forma que os dois países... Não interessa nem à economia brasileira comprometer empregos ou comprometer o espaço natural e comprometer os níveis de produção num país vizinho, não interessa na Argentina da mesma forma buscar um equilíbrio das relações comerciais entre os dois países pelo mínimo denominador comum, mas, sim, num ambiente de crescimento, de investimento, de crescimento de integração produtiva entre os dois países.

Essas eram as observações que eu queria fazer inicialmente.

Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador. Pela ordem, Senador Supply.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Em nome também do Senador João Pedro, nós precisamos pedir licença, temos um compromisso urgente,

uma visita à Papuda agora, ao Sr. Cesare Battisti, e quero cumprimentar também em nome do Senador João Pedro o Embaixador Ênio Cordeiro, desejando sucesso na sua missão na Argentina. Cumprimentos pela exposição tão completa, ainda mais sobre o bom relacionamento que temos com os nossos amigos argentinos. Com licença, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Supply.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Já votamos favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Antes de passar a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti e ao Senador Mercadante, eu quero só deixar a minha saudação também, embaixador, e já deixar uma primeira questão em relação ao comércio Argentina-China. Realmente os números que estão colocados são muitos fortes, muito expressivos nessa relação do Brasil com a Argentina, algumas informações adicionais muito interessantes sobre o que V. Exa. colocou aqui, sobre a questão dos investimentos brasileiros na Argentina.

Eu queria só esses dois pontos: a questão das restrições aos calçados brasileiros e a substituição do Brasil pela China como um forte fornecedor a esse país.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Exmo. Sr. Senador Eduardo Azeredo, agradeço a gentileza da ordem de inscrição, Embaixador Ênio Cordeiro. Eu não sei se o chamo de Embaixador ou se de Ministro, eu estou nessa dúvida, porque as duas posições são funcionais aí.

Em primeiro lugar eu gostaria de registrar, fiz um breve sobrevoo ao material apresentado e V. Exa. tem desde o início da formação familiar já um lado sofisticado do Itamaraty, porque os seus pais, Benedito, não é um Benedito comum, e a Edmée, nome francês, que é o lado feminino do Edmee(F).

V. Exa. teve o privilégio de, desde os 22 anos, já estar na carreira diplomática. Não é fácil um garoto de 22 anos estar já no Instituto Rio Branco. Então, sem dúvida, V. Exa. tem--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Me permite só um comentário, senador? De fato, não é fácil e no caso específico teve um obstáculo, quase intransponível, que poderia comprometer essa brilhante carreira. Ele foi obrigado a estudar com o Senador Arthur Virgílio na mesma turma [risos]. Imagina o que deve ter sido isso. Se nós que conhecemos o Senador Arthur Virgílio de hoje, aos 56 de idade, imagina o Arthur com 20 anos, naquela época, o que é que não deve ter causado [risos].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Dando sequência, V. Exa. teve, além dessa experiência, vamos dizer, do bom berço e de estar aos 22 anos já no Instituto Rio Branco, V. Exa. passou por excelentes experiências profissionais em Genebra, Lima, no Gabão, no Peru, em Boston, em Houston, em Nova Iorque, em Viena, na Áustria. Então V. Exa. acumula uma larga experiência.

Mas pela minha formação, eu tenho uma visão mais empresarial, eu me surpreendi e surpreendi de forma gratificante com o foco econômico que V. Exa. traz. Aqui a análise foi muito pouco política, vamos dizer, nós falamos muito pouco da política em si, partidos políticos argentinos e tal. V. Exa. se deteve aos aspectos mais pragmáticos do relacionamento entre dois países, que é o relacionamento mais duradouro, que é o relacionamento econômico. As políticas, elas são dinâmicas, elas se esvaíam ao longo do tempo.

Eu gostaria, na verdade, de fazer três perguntas a V. Exa.. Uma é no sentido de que com a experiência que V. Exa. tem, os anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, eles apresentam um crescimento em volumes significativos dos saldos das balanças comerciais entre os dois países e significativos e positivamente a nível de Brasil. No ano de 2009, passados nove meses, nós estamos acumulando apenas um valor que corresponde a 10% ou menos de 10% do que foi acumulado ao longo dos doze meses, pelo menos da série histórica dos quatro anos anteriores. Então eu gostaria que V. Exa. nos brindasse com uma análise do que é que acontecerá, qual é a previsão para 2010--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O senhor concede um breve aparte? Eu acho que agregando a esse aspecto, eu acho que a política vem na frente, mas tocando no rumo do Senador Roberto Cavalcanti, eu acho que uma questão que sempre nós discutimos aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos especialmente, é com relação aos indicadores argentinos: a garantia, o crédito desses indicadores, principalmente o referente aos dados da inflação Argentina. Então eu acho que são coisas assim muito interessantes e que a gente precisaria... Porque sempre fica uma dúvida no ar. Há um respeito mútuo muito grande, mas sempre fica um questionamento com relação a essas informações dos indicadores argentinos que são oferecidos para o mundo em geral.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Dando sequência, então neste item [soa a campainha] o questionamento nosso é simplesmente saber, na avaliação de V. Exa., o que é que acontecerá no fechamento de 2009 e que previsões nós temos para 2010.

Para finalizar, só dois outros questionamentos. No tocante ao sistema de pagamentos de moedas locais,

que foi fruto de reunião realizada em 08 de setembro de 2008, qual a avaliação de V. Exa.? Vamos dizer, as trocas internacionais estavam sempre pautadas a uma moeda de referência, o Brasil sempre usou como referência o dólar e pautar e agregar uma nova moeda nas relações de trocas com moedas locais significa, na nossa opinião, uma modernidade e uma defesa da economia dos dois países. Eu gostaria de ouvir uma abordagem de V. Exa.

E realmente para finalizar, aqui no documento que nós recebemos se reporta a um novo acordo automotivo bilateral, que foi assinado em maio de 2008, que prevê que em 2013 nós teremos a liberação total das trocas comerciais no setor automotivo. Acostumado com as idas e vindas da política econômica, inclusive brasileira, eu pergunto a V. Exa. se V. Exa. acredita que em 2013 efetivamente nós vamos ter a liberação total de tarifas aduaneiras, tributária, no tocante às trocas entre veículos produzidos nos dois países.

Eram esses os questionamentos e parabenizo a V. Exa.. Eu já estou descredenciado de prestígio porque já votei bola branca, então já não tem mais valia. Eleitor no sertão da Paraíba deixa para votar no finalzinho do dia para poder ser um pouco mais valorizado, mas eu confesso que já votei.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Vamos ouvir o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Eu, primeiro, quero saudar o Presidente, demais senadores, parabenizar o Itamaraty e o Presidente da República por indicar o Embaixador Ênio Cordeiro para essa tarefa. Ele, como Subsecretário-Geral da Subsecretaria da América do Sul, viveu muito intensamente toda essa agenda bilateral e neste caminho que o Brasil optou de profissionalização das nossas embaixadas valorizando o Itamaraty, evitando as indicações políticas, acho que dificilmente nós poderíamos ter alguém mais talhado, mais preparado para essa função tão estratégica.

Eu queria fazer só três comentários e sugerir aí uma reflexão. Primeiro, eu acho que Brasil e Argentina estão para a história do MERCOSUL e da integração da América do Sul como França e Alemanha estiveram para a União Europeia, que foram os dois grandes países que patrocinaram a construção da integração regional. Felizmente nós superamos nossas diferenças, a ideia de serem países concorrentes na agenda internacional, e hoje cada vez mais estamos trabalhando numa sintonia diplomática, econômica e estratégica muito positiva.

Eu queria levantar três pontos. O primeiro, eu vejo com preocupações essa estratégia da China, que é motivada, em última instância, pelos 40% do PIB chinês que são destinados às exportações e que hoje não encontram mais no mercado americano, europeu e japonês o seu abrigo, estão disputando o comércio e mercado aonde existir e com os instrumentos que forem necessários. Claramente o MERCOSUL precisa avaliar e pensar estrategicamente como se posicionará diante desse fato.

O segundo, a pergunta é objetiva. Nós precisamos reverter essa lógica protecionista no comércio bilateral Brasil-Argentina. Na crise de 29 e em outras crises o protecionismo sempre representou menos mercado, menos investimento, menos emprego, menos bem-estar para a população. O caminho para nós sairmos da crise, seguramente, não é o protecionismo. Acho que o melhor caminho é a integração produtiva, a integração das cadeias produtivas. Talvez o exemplo do setor automotivo seja um bom exemplo, como nós fizemos um acordo automotivo que foi extremamente favorável à Argentina e que permite um comércio bilateral mais articulado e a integração do sistema produtivo dá uma perspectiva muito promissora para o comércio bilateral.

E o terceiro é de como é que V. Exa. analisa o impacto da Venezuela, o ingresso da Venezuela no MERCOSUL. O que é que significaria para o MERCOSUL, para as relações com a Argentina, o ingresso da Venezuela.

Apesar de fazer as três perguntas, eu estou sendo chamado no Plenário lá porque a campanha, aquela campanha significa que começou a Ordem do Dia. E como o Arthur Virgílio não está aqui e o Agripino saiu correndo, eu já estou preocupado com o que é que eles estão fazendo no Plenário. Ah, está aqui? Voltou. Ele está só escondido. É que vi ele sair correndo daqui, eu fiquei mais preocupado ainda.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Na verdade, a campanha estava tocando porque tinha havido uma homenagem antes da Ordem do Dia. Foi encerrada a homenagem e aí se retomou a Sessão Ordinária.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas não começou?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Ordem do Dia, não.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se o Agripino está aqui, eu estou mais calmo então. Só o Arthur Virgílio lá, boa parte dos problemas estão no Plenário, mas não todos. Então, de qualquer forma, eu aguardarei o tempo que for possível a resposta de V. Exa.. E quero parabenizá-lo, porque realmente ter

estudado com o Arthur Virgílio é uma tarefa fantástica, o que mostra que V. Exa. tem uma competência para a convivência e para o exercício acadêmico exemplar. Brincadeiras à parte, o Arthur Virgílio eu tenho certeza que deve ter motivado muito a turma, como motiva aqui o Senado na sua combatividade, nas suas intervenções, na sua história política.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Aloizio Mercadante. Então vamos ouvir agora o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu queria ainda que rapidamente, porque nós estamos lá com uma sessão em curso, primeiro de tudo sublinhar positivamente a indicação do Embaixador Ênio Cordeiro. S. Exa. tem prática de MERCOSUL, de América do Sul e está sendo indicado para o segundo mais importante posto de diplomacia brasileira.

Eu acho que V. Exa. está, pelas informações que eu disponho, pelo contato que tivemos, eu acho que V. Exa. está aparelhado para o desempenho dessa função. Eu pessoalmente como cidadão brasileiro, pela conversa que tivemos, eu me sinto confortável em votar na indicação de V. Exa., pelos seus méritos, pelo seu preparo e pela confiança que eu tenho.

Agora eu não tenho por que não lhe alertar para uma preocupação. O Brasil e a Argentina, desde a criação do MERCOSUL, foram parceiros que se equilibraram. Ultimamente, muito embora o Uruguai, a Argentina, o próprio Paraguai e Chile estejam crescendo a taxas maiores do que a do Brasil, muito embora a Argentina tenha uma renda per capita bem maior do que a do Brasil, ainda tenha, o gigantismo do Brasil hoje é um fato incontestado e um fato – e essa é a minha preocupação – que leva muitas vezes em qualquer desentendimento comercial, político, que há entre o Brasil e alguém, os alguém se juntam em solidariedade a uma ação anti-Brasil. A Venezuela é solidária com a Argentina quando em causa está a disputa pela venda da linha branca, de automóveis, eventualmente de sapatos. Quando a tarifa de Itaipu é questionada, o Presidente Lugo recebe a solidariedade da Venezuela, do Equador e por aí vai. Então as relações entre o Brasil e a Argentina são relações muito particulares. Tudo que acontece em Buenos Aires, nós temos correspondentes da Rede Globo e da Record lá em Buenos Aires. O que acontece lá chega aqui imediatamente, chega aqui imediatamente.

Quando os desentendimentos comerciais acontecem, não acontece entre quem compra e quem vende. É entre governos. Imediatamente estabelece-se o entendimento governo a governo, chanceler a chanceler. O embaixador na Argentina é um ser poderoso,

porque ele exerce uma interlocução muito maior do que a interlocução exercida pelo Embaixador do Brasil na Alemanha, por exemplo, porque os gigantes da Alemanha se entendem com os gigantes brasileiros e o governo assiste. Mas nas questões de MERCOSUL, e particularmente Brasil e Argentina, a presença do governo, do embaixador, é muito importante. E eu receio, por essa fase nova... O Brasil é a bola da vez, eu não tenho nenhuma dúvida. Graças a Deus. Mérito do governo? Em parte. É a bola da vez, o Brasil hoje é a capa do *The Economist*, está lá o Cristo Redentor com as pernas em chamas como se fosse um foguete. Com procedência ou sem procedência ou com meia procedência, o Brasil hoje é um País que chama a atenção do mundo. Quem chama a atenção desperta a inveja. E a relação do Brasil com a Argentina tem características que a gente conhece, que extrapolam a rivalidade entre o Boca Juniors e o Flamengo.

Então eu queria saber como é que V. Exa. espera encontrar, em função desse gigantismo do Brasil, da solidariedade que os países, afora o Brasil, no MERCOSUL e na América do Sul se fazem entre si contra os interesses do Brasil, como é que V. Exa. vai encarar esse tipo de dificuldade que, se existia, existia em escala muito menor do que vai passar a existir daqui para frente? Porque se nós precisamos ter uma relação positiva e precisamos, sim, com a Argentina, eu adoro Buenos Aires, eu gosto de ir à Argentina, vamos continuar vizinhos e amigos sempre. Como é que V. Exa. vê, como é que está preparado para ver... Num desentendimento do Brasil com a Argentina, eu não tenho nenhuma dúvida, o Chávez vai chegar na hora e vai trazer o Rafael Correa, vai trazer o Lugo, vai trazer todo mundo para ficar solidário com a Argentina contra o Brasil. Essa é uma razão pela qual eu acho que a Venezuela no MERCOSUL é um risco. Mas em jogo vai estar a relação política e diplomática e comercial do Brasil com a Argentina. Eu acho que nós temos que estar preparados para esse fato novo, que é o gigantismo e o que o gigantismo desperta nas relações diplomáticas e comerciais.

Eu gostaria de ouvir a sua percepção sobre esse fato, se é que eu estou correto, se eu estou certo, e lhe desejar muito bom êxito. Já votei, como diz o Senador Roberto o meu voto já está dado. Eu espero que V. Exa. tenha muito bom êxito, vai ser aprovado com certeza aqui no Plenário e eu espero que V. Exa. tenha muito bom êxito na sua missão na Argentina, nesse país irmão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador José Agripino. Vamos ouvir então o Embaixador Ênio Cordeiro.

SR. ÊNIO CORDEIRO: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou responder inicialmente às perguntas do Senador Cavalcanti.

O senhor se referia, primeiro, se eu acredito e se nós podemos acreditar de que haverá livre comércio a partir de 2003. Eu, no fundo, sou um grande otimista na integração e acredito. Agora todos nós precisamos sempre lembrar do art. 1º do Tratado de Assunção. O Tratado de Assunção que criou o MERCOSUL diz assim: *“Será criada em quatro anos – e esse Tratado é de 1991 – uma zona de livre comércio, uma união aduaneira, um mercado comum, livre circulação de bens, livre circulação de serviços, livre circulação de fatores de produção”*. É evidente que os objetivos às vezes colocados num tratado internacional não se materializam com a velocidade que as pessoas que negociaram o tratado e a vontade política do momento previa. Mas a pergunta “Quando teremos livre comércio no setor automotivo?” eu acho que é fácil responder, porque nós temos livre comércio no setor automotivo. 30% de todo o comércio entre o Brasil e a Argentina é dentro do setor automotivo e não se cobrou um centavo nos últimos anos de tarifa por esse comércio, porque ele está compreendido dentro do acordo automotivo e pelo sistema flex, que nós pudemos estabelecer na última revisão do acordo, para cada unidade que o Brasil recebe pode exportar 1,95 e a Argentina para cada unidade que importa pode exportar para o Brasil 2,50, e dentro desse referencial de flex todas as exportações e importações realizadas no âmbito do acordo automotivo são em absoluto ambiente de livre comércio. Então eu diria: eu não sei se nós devemos acreditar piamente, mas o fato é que nós logramos construir com a Argentina uma relação muito íntima de interconexão, de interligação no setor automotivo, e na prática, quer dizer, embora o Tratado de Assunção não compreenda nem o setor automotivo e nem o setor sucroalcooleiro, o setor automotivo está efetivamente livre de tarifas para circulação de produtos finais e de autopeças.

A sua primeira pergunta, na verdade, foi sobre a diminuição do saldo do Brasil com a Argentina. Eu acho que, em matéria de comércio, nenhum país deve se preocupar, senador, na verdade com saldos estruturais ou déficits estruturais na balança comercial. É muito importante e isso eu falo setorialmente de país a país. É muito importante para o equilíbrio dessas contas nacionais que cada país procure ter um comércio com o mundo relativamente equilibrado ou contas com o mundo relativamente equilibradas. Mas o importante é que os dois países busquem, no caso do Brasil e da Argentina, recuperar os níveis de comércio que já tiveram em 2008 a partir de 2010, porque em 2009 será impossível, num ambiente de maior integração

produtiva, num ambiente [soa a campainha] crescente, de cada vez maior interrelação entre os setores produtivos dos dois países.

A questão do comércio em moedas locais é muito importante e é uma pena e é talvez uma frustração. Embora a utilização do sistema de comércio em moedas locais tenha sido crescente mês a mês, ela ainda é bastante pequena com relação ao valor total do comércio entre os dois países. Isso em parte porque o próprio sistema foi concebido para ser um sistema que favoreça as pequenas importações e exportações, as importações e exportações entre as indústrias pequenas e de médio porte. Mas há medidas que podem ser tomadas para incentivar uma maior utilização. Primeiro, a divulgação do próprio sistema, que ainda não é muito conhecido, mas cada vez que uma indústria utiliza, um exportador utiliza, um importador utiliza, volta ao sistema. Nós estamos crescendo de volume de mês a mês e o que se verifica é que é sempre uma repetição dos usuários. O usuário que utiliza, normalmente, volta ao sistema no mês seguinte. Mas há uma limitação fundamental, que é a inexistência de financiamento em moedas locais. Para que se possa fazer pagamentos em moedas locais, também essas importações e exportações deveriam ter sido inicialmente financiadas em moeda local. Como as grandes importações e exportações são normalmente financiadas internamente, pré-embarque e pós-embarque em moeda estrangeira, ainda em dólar norte-americano, ainda não foi possível encontrar um mecanismo que possa preencher essa deficiência.

O Senador Inácio Arruda, num aparte ao senhor, perguntou sobre a credibilidade dos índices de inflação. Essa é uma discussão que existe na Argentina. É uma discussão que é encarada, inclusive pelo setor governamental, sem nenhum receio.

Com relação à inflação, com relação à taxa de emprego, taxa de desemprego, sobretudo, há uma grande discrepância entre os índices oficiais, que são oferecidos pelo INDEC, que é o IBGE de lá, e as taxas que provêm de estudos feitos por consultorias privadas. Um ponto fundamental é que o FMI e o Banco Mundial nas suas estatísticas usam as estatísticas e divulgam as estatísticas oficiais. Mas os números indicam, por exemplo, que a taxa de inflação na Argentina estaria, os oficiais, entre 7% e 8%, e algumas consultorias falam de 13% ou em números mais elevados também. Taxas de desemprego, a mesma coisa.

Com relação à redução do PIB neste ano, há consultorias privadas que indicam a possibilidade de uma redução muito mais pronunciada do que os números oficiais. Eu não tenho visto nas relações da Argentina com o mundo, nas relações da Argentina com o Brasil,

nas relações da Argentina com as instituições financeiras, na relação da Argentina no âmbito do grupo do G-20, por exemplo, nas discussões sobre reformulação do sistema regulatório internacional de finanças, algum questionamento sério do Governo Argentino com relação à credibilidade das estatísticas. Mas existe este fato, que é uma discrepância que tem se repetido ao longo de vários meses, de alguns anos já, entre aquilo que são as estatísticas oficiais e as estatísticas do setor privado de consultoria.

O Senador Mercadante se referia especificamente a três pontos: a incursão de produtos chineses na região do MERCOSUL e na América do Sul de maneira geral e que tipo de cuidados e de reação se deveria ter de parte das empresas e dos governos da região; como seria possível reverter a lógica protecionista no âmbito do MERCOSUL e restabelecer um espírito de integração produtiva; e perguntou também quais eram os comentários que eu poderia fazer com relação ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

Aqui eu aproveito e respondo ao mesmo tempo para o senhor e o Senador José Agripino, que fez também perguntas relativas ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

Tinha uma pergunta sua com relação ao setor calçadista e as implicações com relação às implicações com a China e no comércio bilateral.

Começando pela questão da Venezuela. O que eu responderia, Sr. Senador, é que por vezes por vezes o debate político, a discussão pública parece confundir o ingresso da Venezuela no MERCOSUL com o ingresso do mandatário da Venezuela no MERCOSUL. Não se trata de um clube de presidentes; se trata de uma associação de estados e nessa associação de estados há regras e essas regras têm sido observadas em todo o processo de negociação, inicialmente do protocolo de adesão, e agora, quer dizer, dos atos e das normativas complementares ao protocolo de adesão. O meu entendimento e o entendimento do Itamaraty é certamente o de que faz todo o sentido, faz todo o sentido no contexto não apenas do MERCOSUL, mas da vertebração da integração sul-americana o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, que já está aprovado pelo Parlamento, pelo Congresso Argentino, está aprovado pelo Congresso Venezuelano e pelo Congresso Uruguaio. Eu acho que a questão deve ser analisada sob o prisma econômico e sob o prisma político.

Sob o prisma econômico, a Venezuela é uma economia que adiciona ao MERCOSUL um PIB de mais de US\$ 330 bilhões. É um PIB semelhante ao da Argentina. Adiciona um contingente populacional e um mercado novo. A Venezuela é também a sexta maior reserva de hidrocarbonetos no mundo, a sexta maior

reserva de petróleo, mas é a nona maior reserva de gás também. O Brasil é o terceiro maior fornecedor da Venezuela e o nosso comércio com a Venezuela tem experimentado um crescimento exponencial nos últimos anos. Eu tinha separado apenas alguns dados aqui que revelam que as exportações do Brasil para a Venezuela cresceram. Em 2003, elas eram de US\$ 600 milhões; em 2004, cresceram para US\$ 1 bilhão e 400 milhões; em 2005, cresceram para US\$ 2 bilhões e 200; em 2006, chegaram a US\$ 3,5 bilhões; em 2007, US\$ 4 bilhões e 700 milhões; em 2008, US\$ 5 bilhões e 100. E o desempenho das exportações do Brasil para a Venezuela nesse ano, embora também tenham sofrido algum impacto da crise financeira e da diminuição do comércio, continuam bastante dinâmicas. Essa simples sequência de aumento de comércio revela que não está aqui uma simples diminuição de tarifas. O que está aqui é uma decisão, uma decisão política de se associar ao Brasil, uma decisão política de se associar às economias do MERCOSUL. Isso ocorreu no comércio da Venezuela com a Argentina, também ocorreu no comércio da Venezuela com o Paraguai e com o Uruguai.

Há frequentemente alguns questionamentos que se apresentam de parte de setores exportadores brasileiros com relação a dificuldades de pagamentos no âmbito do sistema de controle de câmbios que há na Venezuela, pagamento das exportações brasileiras. Mas na verdade, quer dizer, essas dificuldades existem de tempos em tempos, elas são superáveis e são superadas e é muito mais fácil tratá-las num ambiente regulatório do MERCOSUL do que num ambiente bilateral que não contenha as regras do MERCOSUL.

As empresas brasileiras também têm tido uma participação na economia e no desenvolvimento venezuelano muito importante. São oportunidades que também desse ponto de vista justificam a consideração favorável de um ingresso da Venezuela no MERCOSUL. As empresas brasileiras de exportação de serviços, na área de construção, sobretudo, detêm uma importante parcela, uma importante parcela dos contratos firmados pelo Governo Venezuelano para projetos de implantação de obras de infraestrutura no país.

Agora sob o ponto de vista político, quer dizer, há preferência sempre na ordem política sobre estilos de governar, estilos de fazer as coisas, estilos de se relacionar com os outros. Pode haver reparos, quer dizer, que legitimamente alguém deseje fazer e se faz. Agora uma questão central, isso eu acho que é de justiça reconhecer: não se pode falar pode falar ou não se deveria falar de um... Esteve recentemente aqui e falou no Congresso Nacional o Prefeito de Caracas. Isso demonstra, quer dizer, que a oposição na Venezuela,

com relação ao espaço político da oposição na Venezuela e o sistema político do país, a oposição encontra o seu espaço. Uma das deficiências da democracia venezuelana hoje, talvez a maior delas, seja de que não existe uma representação significativa de oposição no Congresso, resulta essencialmente do fato de que a oposição decidiu não participar das eleições legislativas e investiu, naquele momento de maneira certamente errada, numa deslegitimação do processo eleitoral. Isso resultou numa conformação de forças políticas dentro do Congresso Venezuelano que favorece amplamente a passagem de legislação de interesses do Governo. Mas há sim uma grande liberdade de imprensa no país, há sim, quer dizer, uma grande discussão dos temas políticos da imprensa e vem vai à Venezuela, quem vai à Cidade de Caracas e outras cidades do país, vê pelo próprio vigor das características que aparece na imprensa uma demonstração de que não há falta de liberdade e de expressão no país.

Agora de tudo o que eu acho que se pode retirar de elemento positivo com relação nessa dimensão política de uma ampliação do MERCOSUL com o ingresso de novos países, nesse caso com o ingresso na Venezuela, é o caráter de influência positiva que o MERCOSUL pode exercer no processo político dos países que o integram. No início do MERCOSUL, inclusive o ingresso do Paraguai no MERCOSUL foi num momento em que não se poderia dizer que era o melhor momento da democracia vivida, porque ainda estavam num momento de transição entre um governo de corte autoritário para uma transição democrática no país. Certamente foi o MERCOSUL que criou uma rede de proteção à democracia e à estabilidade institucional nos países da região. E isso irradia. A democracia de um país é certamente sempre o resultado de duas coisas: da maturidade, porque democracia se conquista, democracia se faz pela determinação do próprio povo, mas é das condições peculiares e da maturidade, quer dizer, e do amadurecimento das convicções democráticas do país e das boas ou más influências que podem vir do exterior. O MERCOSUL é sempre uma boa influência e essa boa influência é também [soa a campainha] mais uma justificativa que nós vemos no sentido de favorecer o ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

O Sr. Presidente se referia a uma questão específica que dizia respeito a restrições no âmbito de calçados. Esse é um dos setores em que houve discussões setoriais entre o setor exportador brasileiro e os setores econômicos na Argentina. Se chegou a um acordo setorial que permite a exportação pelo Brasil de 500 (sic) milhões de pares no ano de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): De pares ou de reais?

SR. ÊNIO CORDEIRO: De pares, de pares de calçado, 15 milhões de pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Quinze?

SR. ÊNIO CORDEIRO: Quinze milhões de pares. Pelos termos do acordo as exportações dentro desse volume deveriam ter uma expedição de licenças não automáticas mais expeditas, que não constituíssem uma dificuldade localizada no comércio, e se deveria proceder a um monitoramento desse movimento de importação e exportação de forma a assegurar que uma restrição de exportações brasileiras não significasse desvio de comércio em favor de terceiros. O que se verificou, na verdade, o que se verificou na verdade é que terá havido uma mudança de participação relativa nos últimos meses das exportações brasileiras no mercado interno argentino e que teriam sido suplantadas, nessa participação, pelas exportações chinesas. O Brasil não tem, as nossas autoridades da área econômica e comercial e o Itamaraty não têm e nenhum brasileiro teria qualquer reserva a limitar exportações se elas pudessem estar contribuindo exclusivamente para um aumento da produção interna na Argentina.

Agora, os nossos parceiros argentinos entendem que limitar exportações para que o déficit com o Brasil seja [soa a campanha] apenas substituído com déficit de outras origens, não faz sentido. Não faz sentido numa união aduaneira, não faz sentido numa área de livre comércio, como é o MERCOSUL, não faz sentido dentro de uma relação estratégica como Brasil e Argentina tem. Essa questão específica está sendo discutida entre as partes, está sendo discutida entre os setores, tem sido objeto de tratamento nos entendimentos prévios da visita da Presidenta Cristina Fernández amanhã é um dos pontos de maior preocupação das autoridades brasileiras encontrar os caminhos, encontrar as fórmulas de restabelecer a fluidez no comércio e restabelecer a fluidez no comércio, se possível, com equilíbrio nas relações comerciais, mas que esse equilíbrio se faça com o aumento das exportações argentinas para o mercado brasileiro a partir do crescimento da nossa própria demanda, com a recuperação dos índices de produção a partir do próximo ano e a partir já desse final de ano que está acontecendo.

Eu acho que essas questões que existem em alguns setores, elas se repetem na relação comercial em função certamente de alguma coisa que deve ser mais profunda e mais estrutural e que deverá requerer a médio e a longo prazo uma reestruturação no âmbito da economia Argentina desses setores que necessitam,

de tempos em tempos, uma maior proteção de parte da política industrial e da política econômica do país.

São essas as observações que estão me ocorrendo. Se eu esqueci algum aspecto, por favor, eu pediria que me chamasse a atenção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu indago aos Srs. Senadores se há alguma questão adicional. Então de acordo com o disposto no inciso IV, do art. 52, da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único, do art. 383, do Regimento Interno, a reunião da comissão será transformada em secreta, a fim de que o embaixador possa continuar sendo arguido pela comissão. E eu designo o Senador Roberto Cavalcanti para atuar como secretário. Convido também os diplomatas para que possam permanecer aqui na sala.

Nós temos que transformar, é constitucional. Nem que seja para abrir e fechar, mas nós temos que fechar um pouquinho e aí também faremos a apuração dos votos.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Presidente, eu acho que a sabatina foi satisfatória. Nós estamos com a Ordem do Dia em curso, poderíamos abrir e fechar e proclamar o resultado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas temos que fechar pelo menos um pouquinho. Então vamos fechar, nem que seja por alguns instantes [risos].

[Sessão secreta às 16h26]

[Sessão reaberta ao público às 16h28]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está reaberta a reunião. Eu comunico a aprovação do Embaixador Ênio Cordeiro para a República da Argentina por unanimidade dos votos, desejando ao embaixador muito sucesso na sua missão neste que é, sem dúvida alguma, um grande país e um dos principais parceiros comercial do Brasil, parceiro intelectual, parceiro cultural, de maneira que essa sua missão será seguramente, ainda mais por ser a primeira missão como embaixador, será uma missão desafiadora pela natureza do Brasil e da Argentina, que felizmente hoje vivem em perfeita harmonia.

O Senador Flexa Ribeiro chegou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Primeiro eu quero parabenizar o Embaixador Ênio Cordeiro. Lamentar, embaixador, não ter podido chegar a tempo de sufragar o nome de V. Exa., mas o meu

voto é declarado. Apesar de ser secreto, declarado a favor da sua indicação para representar o nosso País na República Argentina. Farei com muito prazer a votação em Plenário a favor do seu nome.

Eu pediria a V. Exa., Senador Eduardo Azeredo, eu encaminhei à mesa um requerimento, pediria que V. Exa. o inserisse extrapauta e o colocasse em votação, se os nossos pares assim concordarem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, Senador Flexa. Como se trata de extrapauta, eu quero então comunicar aos senadores para que possamos tomar a decisão se incluímos ou se fica para a próxima reunião. É um requerimento que "Requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, e do art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública, no âmbito dessa Comissão, no instituto de debater o apagão elétrico que ocorreu recentemente no País. Solicito que para essa Audiência seja enviado convite ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e à Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff".

Eu pergunto aos Srs. Senadores se estão de acordo que seja incluído extrapauta. Senador Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu, na verdade, assisti hoje pela manhã um longo debate em uma outra comissão a respeito do mesmo assunto. Então eu não sei, na verdade, como me conduzir. Eu posso votar sim ou não, mas na verdade--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se abstenha.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, eu não me abstenho, não, porque na minha vida eu nunca me abstive de nada. Eu votaria contra, votarei contra, mas, na verdade, esse é um posicionamento em função única e exclusivamente desse assunto ter sido longamente debatido hoje pela manhã, perdemos uma manhã inteira debatendo isso, exatamente esse mesmo assunto, foi uma queda de braço entre Governo e oposição no tocante ao requerimento.

Então eu acho que esta operação da oposição é uma operação extremamente democrática e não posso, a não ser, externar o meu voto contrário, mas não tenho nada a me opor no tocante à sua votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador, eu quero reiterar que o requerimento foi trazido agora pelo Senador Flexa Ribeiro, por isso é que eu estou indagando aos senadores presentes se incluímos em pauta ou não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas ele será votado por nós três?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, será votado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sem dúvida será dois a um, porque os dois senadores que aqui estão presentes fizeram parte hoje pela manhã de todo esse debate no tocante ao mesmo tema em uma outra comissão. Então eu não tenho dúvida de que serei derrotado por dois a um. Mas democraticamente, democraticamente eu entendo a operação e não tenho nada a me opor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está certo, então vamos incluir extrapauta, pela maioria aqui presente. Eu coloco, portanto, em discussão o requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ninguém quer discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O senhor quer discutir novamente?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Não, a discussão já aconteceu no tocante a nos referirmos de que trata-se de uma manobra democrática da oposição no sentido de inserir em uma outra comissão um tema que já foi hoje pela manhã longamente debatido. Meu voto é não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito bem. Eu quero só esclarecer que, na verdade, como essa comissão discute também Defesa Nacional, o tema pode ser incluído, sim, porque trata-se de energia elétrica e, evidentemente, trata-se de Defesa Nacional.

Então eu coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Quem estiver contra... Então, portanto, aprovado com o voto contrário do Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está, portanto, encerrada a reunião.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h33.

ATA DA 52ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores

Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Junior, Romero Jucá, Paulo Duque, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Patrícia Saboya, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque. Justificam a ausência os Senadores **Augusto Botelho e Romeu Tuma.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e comunica que recebeu, na Comissão, carta da Embaixada de Moçambique, com os resultados oficiais da quarta eleição presidencial e legislativa e da primeira eleição para assembleias provinciais, realizadas naquele país em 28 de outubro do corrente ano, presenciada pelo Senador Marcelo Crivella, em nome da CPLP – Comissão de Países de Língua Portuguesa – representando o Senado Federal. Informa também que o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, convida os membros da Comissão para receber: o Exmo. Sr. Mahmoud Ahmadinejad, Presidente da República Islâmica do Irã, no dia 23 de novembro, segunda-feira, às 15h30, no salão nobre do Senado Federal; o Exmo. Sr. Václav Klaus, Presidente da República Tcheca, no dia 24 seguinte, terça-feira, às 15 horas, no salão nobre do Senado Federal; e, ainda, o Exmo. Sr. Jia Qinglin, Presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, no dia 26 de novembro, quinta-feira, às 10h30, também no salão nobre. O Presidente reitera o convite feito pela Assessoria Parlamentar da Marinha, para que membros desta Comissão realizem visita oficial à Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro, dias 26 e 27 de novembro próximo. Inicia-se a apreciação da pauta. **Item 01:** Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que “*Dispõe sobre a aplicação de normas internacionais no Brasil e dá outras providências*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Cristovam Buarque**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado parecer pela prejudicialidade da matéria. O Presidente sugere inclusão do **Item Extrapauta:** Projeto de Lei da Câmara nº 282, de 2009, de autoria do Senhor Presidente da República, que “*Dispõe sobre o acesso às graduações superiores de militares oriundos do Quadro de Taifeiros da Aeronáutica*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Romero Jucá**, para fazer leitura do seu relatório. Fazem uso da palavra os Senadores **Inácio Arruda e Aloizio Mercadante.** Aprovado o projeto. O Presidente sugere inclusão de mais um **Item Extrapauta:** Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2009, de autoria do Senador Magno Malta, que “*Altera o art. 9º do Código Penal Militar, para estabelecer a competên-*

cia da Justiça Militar no julgamento de crimes dolosos contra a vida cometidos no contexto de abate de aeronaves civis na hipótese do art. 303 do Código Brasileiro de Aeronáutica”. O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador **Inácio Arruda.** O Senador **Romero Jucá** faz uso da palavra. Aprovado o projeto. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprova também o Requerimento nº 98, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer “Nos termos dos artigos 39, inciso I e 40, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, [...] autorização para que delegação de Senadores e Assessores seja autorizada a representar esta Casa em viagem oficial ao Suriname e à Guiana Francesa, no período de 26 a 28 de novembro do corrente. Os membros da comitiva serão oportunamente designados. Para o sucesso da missão parlamentar, foi solicitada ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, a cessão de uma aeronave da Força Aérea Brasileira para a realização dos deslocamentos necessários. Diante do exposto, e tendo em vista a importância dessa missão, solicito, ainda, as providências cabíveis para o pagamento de diárias em favor dos Senadores e assessores designados”. O Presidente sugere inversão de pauta para o **Item 5:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 718, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto da Resolução FAL 8 (32), que resultou em adoção de Emendas ao Anexo da Convenção sobre a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, adotadas em 7 de julho de 2005.*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Francisco Dornelles**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado parecer favorável. O Senador Inácio Arruda solicita inversão de pauta para o **Item 7:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 866, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global – Global Environment Facility – GEF, instituição financeira internacional*”. O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador **Inácio Arruda.** Aprovado parecer favorável. O Presidente sugere inserção de **Item Extrapauta:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 847, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do ajuste complementar ao acordo para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios, para prestação de serviços de saúde, firmado no Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 2008*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Geraldo Mesquita Junior**, para fazer a lei-

tura do seu relatório. Aprovado parecer favorável. O Presidente sugere inversão de pauta para o **Item 4**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 717, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, protocolizado ao amparo do Tratado de Montevideu de 1980 como Acordo de Alcance Parcial de Promoção do Comércio nº 19 (AAP.PC nº19), celebrado durante a Cúpula do MERCOSUL em Montevideu, no dia 9 de dezembro de 2005, entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai, a República da Colômbia, a República do Chile, a República do Equador e a República Bolivariana da Venezuela”*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Geraldo Mesquita Junior**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado parecer favorável. A Comissão aprova em seguida o Requerimento nº 100, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que requer urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 866, de 2009. É aprovado também o Requerimento nº 101, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que requer urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2009. O presidente sugere o adiamento dos seguintes itens da pauta: **Item 2** – Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008, de autoria do Deputado Alberto Fraga, que *“Estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo”*. Adiado. **Item 3** – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 496, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008”*. Adiado. **Item 6** – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 721, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006”*. Adiado. **Item 8** – Requerimento nº 1313, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, que *“Requer, nos termos regimentais, voto de rejúbilo ao embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebida no Estado do Paraná, come-*

morado em 30 de setembro de 2009”. Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 23- MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Comunico os Srs. Senadores que recebi, na comissão, carta da Embaixada de Moçambique, com os resultados oficiais da quarta eleição presidencial e legislativa e da primeira eleição para assembleias provinciais, realizadas em 28 de outubro do corrente ano. As cópias do documento estão disponíveis aos Srs. Senadores, na secretaria da comissão. O Senador Marcelo Crivella esteve presente, em nome da CPLP, da Comissão dos Países de Língua Portuguesa, representando o Senado Federal.

Informo também que o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, convida os membros da comissão para receber o Exmo. Sr. Mahmoud Ahmadinejad, Presidente da República Islâmica do Irã, no dia 23 de novembro, segunda-feira, às 15h30, no salão nobre do Senado Federal, e também o Exmo. Sr. Václav Klaus, Presidente da República Tcheca, no dia 24, terça-feira, às 15 horas, no salão nobre do Senado Federal. São duas visitas oficiais, portanto, ao Senado. E ainda... Não, tem uma terceira. E ainda o Exmo. Sr. Jia Qinglin, Presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, no dia 26 de novembro, quinta-feira, às 10h30, no salão nobre. Reitero o convite feito pela Assessoria Parlamentar da Marinha, para que membros dessa comissão realizem visita oficial à Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro, dias 26 e 27 de novembro próximo. Srs. Senadores que tenham interesse, por favor, manifestem sua intenção na secretaria dessa comissão também.

Nós vamos ter, na verdade, duas reuniões hoje. Temos uma que é a aprovação das emendas e esta aqui, que é a aprovação de alguns projetos e acordos internacionais. O primeiro é da relatoria do Senador Cristovam Buarque, já estando aqui presente, é o Pro-

jeto de Lei do Senado nº. 98/06, complementar, “*que dispõe sobre a aplicação de normas internacionais no Brasil e dá outras providências*”. O autor é o Senador Antero Paes de Barros; relator, Senador Cristovam Buarque, a quem concedo a palavra, Senador Cristovam. O parecer é pela prejudicialidade da matéria. O item 1.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente, esse é um projeto do nosso colega, ex-Senador Antero, com quem eu tive diversas conversas. Um projeto que tivemos muitas dificuldades para chegar a uma posição. Acho que, no final, eu vou quase que direto, porque é um parecer muito longo que os senadores já receberam, mas que recomenda pela prejudicialidade. A análise do projeto é de que o Brasil tradicionalmente já inicia suas relações internacionais, com base nos princípios jurídicos da boa-fé. Porém, em razão de não ter sido vinculado às convenções de Viena sobre o direito dos tratados e entre estados e organizações internacionais, nem possui disciplina interna própria, o Brasil tem celebrado tratados, com fundamento em normas consuetudinárias e práticas administrativas. Foi diante desse cenário que eu próprio considerei louvável a iniciativa do Senador Antero Paes de Barros, que apresentou um projeto com 63 artigos, para que se tenha ideia, a fim de preencher a lacuna que nós temos no Brasil. Entretanto, após diálogo com especialista em Direito Internacional, destacadamente no campo do direito dos tratados, com pessoas do Ministério das Relações Exteriores e com o próprio Senador Paes de Barros, importa termos algumas considerações quanto [ininteligível] legislativa e mérito. Por isso, senador, aqui está o parecer, com a análise de cada um dos artigos, são 68. Nós analisamos quase 40 desses e concluímos que verifica-se que o projeto, tal como está, não deve ter curso. Poder-se-ia ter [ininteligível] importante da matéria, em sua fase de regulamentação, caminhar para a elaboração de um substitutivo que tornasse as dificuldades apontadas.

Eu quero considerar também, na linha da rejeição do projeto – a gente precisa cuidar mais dos que rejeita do que dos que aprova – o fato de que a eventual disciplina da matéria, mediante Lei Ordinária, é contrária ao nosso ordenamento constitucional. Nesse sentido, o princípio constitucional da separação dos poderes poderia ser afrontado, na medida que o Legislativo buscaria regulamentar a competência relativa do Presidente da República. Em face de tudo isso que eu lamento, mas opino pela prejudicialidade do PLS nº. 98/2006, complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Cristovam, eu agradeço e coloco em discussão. Não havendo quem queira dis-

cutir, coloco em votação. Portanto, pela prejudicialidade. Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Portanto, está prejudicado. Nós já temos o quórum regimental, portanto eu vou colocar... Ao invés de passar para o Item 2, vou passar para os dois itens terminativos que estão aqui, extrapauta. Um deles--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu pediria que nós pudéssemos colocar extrapauta, como primeiro item, o Projeto de Lei da Câmara 282, que trata da questão dos taifeiros. Já estou com o relatório pronto para relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeito. Se os Srs. Senadores... Se os senadores estiverem de acordo, vamos começar por eles. Estão todos de acordo. Vamos começar, portanto, pelo Projeto de Lei da Câmara nº. 282, terminativo, de 2009, “*que dispõe sobre o acesso às graduações superiores de militares oriundos do quadro de taifeiros da Aeronáutica*”. Autoria da Presidência da República. O Senador Romero Jucá é o relator, a quem concedo a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, esse projeto é de extrema justiça e determina e permite que os taifeiros possam, tanto na reserva quanto da ativa, chegarem ao acesso à graduação, ao limite de suboficial. Portanto, faz justiça aos taifeiros. É uma questão que é prioridade do Governo, foi encaminhado em regime de urgência pelo Presidente da República, e nosso parecer é favorável.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Faz justiça aos taifeiros brasileiros.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Faz justiça a todos os taifeiros da nossa querida Aeronáutica.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está bem. Obrigado, senador. Em discussão. Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria, mais uma vez, reforçar a iniciativa meritória, que vai valorizar parte das Forças Armadas, de um trabalhador que presta serviços aos oficiais e que tem que ter esse reconhecimento institucional. O apoio ao projeto dos taifeiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado. Senador Dornelles pediu a palavra? Não. Só colocar em votação. Quem vota com o relator, vota ‘sim’. Portanto, vamos para a votação nominal. Senador Eduardo Suplicy não está. Senador Valadares... Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Francisco Dornelles. Senador Romero Jucá, que é o relator. Voto conhecido. Senador Marco Maciel. O meu voto também é com o relator. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senadora Marina, Renan... Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): E Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Dez votos favoráveis. Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº. 282/09, que dispõe sobre o acesso às graduações superiores.

[palmas]

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Ape- nas para registrar, Sr. Presidente, que esse projeto é terminativo. Portanto, ele ficará cinco dias na Mesa e, depois, irá à sanção para o Presidente da República; portanto, rapidamente, o Presidente sancionará essa lei e fará justiça a todos os taifeiros do Brasil. Obrigado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu faço um apelo--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Cristovam. Tem mais um terminativo só, se V. Exa. puder ficar... Também é rápido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu encaminho apelo a todos os senadores para que não assinem nenhum recurso a essa matéria. Para garantir a--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nin- guém vai fazer uma maldade dessa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para garantir a imediata sanção pelo Presidente da Repú- blica.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Projeto de Lei da Câmara nº.

218/09. O Projeto 218, ele "altera o art. 9º, do Código Penal Militar, para estabelecer a competência da Jus- tiça Militar, no julgamento de crimes dolosos contra a vida, cometidos no contexto de abate de aeronaves civis, na hipótese do art. 303, do Código Brasileiro de Aeronáutica". De autoria do Senador Magno Malta, o relator é o Senador Geraldo Mesquita, que já esteve aqui e não está no momento. Eu pediria ao Senador Inácio Arruda que fosse o senador *ad hoc* dessa ma- téria. O parecer é pela aprovação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, nos termos do regimento, é solicitada a presença de uma comissão, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, CRE, a iniciativa de V. Exa., que requer, nos termos regimentais--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Por favor, não... Por enquanto, não é esse, não. É só para ser *ad hoc* do projeto extrapauta do Código Penal Militar, que é de relatoria do Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O pa- recer é favorável.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): En- tão, Sr. Presidente, o Geraldo Mesquita fez um rela- tório substancial, firme, como é a sua atitude aqui, no Senado Federal, e o nosso voto é pela aprovação, seguindo o voto do relator originário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Em discussão o projeto. Não ha- vendo quem queira discutir, encerro a discussão e lem- bro às Sras. e Srs. Senadores que o projeto também é terminativo, exige quórum qualificado. Vamos, então, à votação novamente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu proponho que seja usada a mesma votação do projeto anterior, já que estão os mesmos presentes...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De acordo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas tenho que ler de qualquer maneira, não? Vamos lá. Romero Jucá, favorável... Roberto Cavalcanti...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eduardo Azeredo... Aloizio Mer- cadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Inácio Arruda. Relator *ad hoc*. Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mozarildo Cavalcanti. Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): E falta o Francisco Dornelles. Nove votos mais o meu voto... Então, portanto, está aprovado. Portanto, está aprovado também o Projeto de Lei do Senado nº. 218. Voltamos à pauta normal, ainda, antes de discutirmos as questões do orçamento, e o Item 2, não terminativo, Senador Mercadante, são dois itens de sua relatoria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu peço inversão para o Requerimento 98, de autoria de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então vamos primeiro com o Requerimento que está em mãos do Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): “*Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº. 98/09, de autoria de V. Exa., Senador Eduardo Azeredo, que requer, nos termos regimentais, autorização para que as delegação de senadores e assessores represente o Senado Federal em viagem oficial ao Suriname e à Guiana Francesa, no período de 26 a 28 de novembro*”. Nosso parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado. Só reitero aos Srs. Senadores que, se tiverem interessados, realmente são dois países vizinhos ao Brasil, Suriname e Guiana Francesa, e que será uma viagem de avião da FAB. Aqueles que estiverem interessados... Mas não é um [ininteligível], é um avião a jato. Srs. Senadores que estiverem interessados, se manifestem junto à Secretaria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, aproveito também para pedir a inversão da pauta no item 7. É muito significativo, estamos às vésperas da Conferência de Meio Ambiente, e o Brasil é um país protagonista. Senador Antonio Carlos Valadares é o relator, eu peço que V. Exa. distribua para

outro senador, para que a gente possa votar imediatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Antes disso, vou ouvir o Item 5, do Senador Dornelles, que está aqui, que é o relator. Enquanto isso, fazemos já a distribuição *ad hoc* do...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já combinei com ele que irei à terra dele para festejos de final de ano. São João Del Rei vai ser...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Projeto de Decreto Legislativo nº 718.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu não consigo chegar lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vai estar no Rio de Janeiro. É uma boa opção. “Aprova o texto da Resolução FAL 832, que resultou em adoção de emendas ao anexo da convenção sobre a facilitação do tráfico marítimo internacional, adotados em 07 de julho de 2005. Relator: Senador Francisco Dornelles, a quem concedo a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o relatório já foi distribuído e é um projeto de resolução, e, pela minha posição, é pelo exposto, por ser proposição do Executivo, conveniente e oportuno aos interesses nacionais. Minha posição é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o Decreto Legislativo nº. 718/09, “*que aprova o texto da Resolução FAL 832, com a relatoria do Senador Francisco Dornelles*”.

Vamos, então, agora ao Item 7. Eu solicito ao próprio Senador Inácio Arruda que seja o relator *ad hoc* do Projeto de Decreto Legislativo nº. 866, “*que aprova a proposta de participação do Brasil na quarta recomposição dos recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global – Global Environment Facility, instituição financeira internacional*”. O relator é o Senador Antonio Carlos Valadares, que está em missão oficial ao exterior. Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, como sempre, o Senador Antonio Carlos Valadares, um senador bastante atencioso, faz um relatório pertinente, que garante os objetivos do Brasil. Portanto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 866/09.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, senador. Portanto, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de

acordo, permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado. Ainda dos senadores aqui presentes, o Senador Geraldo Mesquita. Senador, do que foi aprovado, já foi o extrapauta sobre o Código Penal Militar. Nós temos ainda o não terminativo, também extrapauta, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 847/09, "que aprova o texto do ajuste complementar ao acordo para permissão de brasileiros, estudo e trabalho nacionais fronteiriços, brasileiros e uruguaios, para a prestação de serviços de saúde, firmado no Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 2008. Portanto, é um acordo para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios para serviço de saúde. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 847/09, que resulta da Mensagem 218, de abril de 2009, do Presidente da República, para apreciação do ajuste complementar ao acordo para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios, para prestação de serviço de saúde, firmado no Rio de Janeiro, em novembro de 2008, senador. O instrumento internacional em pauta compõem-se de três artigos. É longo. Essa é uma medida que vem de interesse às populações fronteiriças. É um acordo, como eu disse, para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios, na área de prestação de serviço de saúde, Senador Azeredo. É um projeto absolutamente meritório, e o meu voto é favorável à aprovação do Decreto Legislativo nº. 847/09.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita, nosso vice-Presidente. Ainda hoje, pela manhã, encontrei com representantes do Ministério da Saúde, que diziam realmente da importância desse projeto. Eu coloco, portanto, em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

E, finalmente, temos mais um item, também, da relatoria do Senador Geraldo Mesquita, que é o Item 4, não terminativo, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 717/09, "*que aprova o texto do Acordo Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados, protocolizado ao amparo do tratado de Montevideu, de 1980, como Acordo de Alcance Imparcial de Promoção do Comércio nº. 19, celebrado durante a Cúpula do MERCOSUL, em Montevideu, no dia 09 de dezembro de 2005, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Ainda também Colômbia e República do Chile, Equador*

e República Bolivariana da Venezuela". Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agradeço mais uma vez, senador. Quero, antes de mais nada, pedir desculpas pelo atraso aqui, na Comissão, porque eu estava recebendo nossos prefeitos, lá, municipais. É um momento de definições, de alocação de emendas, os prefeitos merecem toda a nossa atenção, por isso me atrasei um pouquinho para chegar nessa importante comissão.

Como disse o Senador Azeredo, esse é um Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL. Senador Mozarildo disse que eu não poderia relatar, que eu sou parte interessada. [risos]. É brincadeira dele, claro. E o projeto tem em vista a aprovação do texto do Acordo Quadro sobre Complementação Energética e Regional entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados, protocolizado ao amparo do Tratado de Montevideu como Acordo de Alcance Parcial de Promoção do Comércio, celebrado durante a cúpula do MERCOSUL, ocorrido em Montevideu, em 2005, entre Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Chile, Equador e Venezuela. O instrumento representa um acordo quadro sobre integração energética, o nosso especialista aqui é o Senador Inácio Arruda. Ele entende do assunto melhor do que ninguém, sabe da importância desse acordo quadro e, ante o exposto, Senador Azeredo, tendo em vista o impacto positivo na consolidação na integração continental, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 717, nos termos em que ele está vazado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Esse acordo, realmente, dentro do MERCOSUL... Ainda ontem tivemos aqui a visita, a Brasília, pude participar da reunião que estava a Presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, e é importante esse intercâmbio cada vez mais crescente, para que o MERCOSUL realmente cumpra a sua finalidade de criação. Teremos reunião do Parlamento do MERCOSUL, também, na próxima semana, no dia 30. Portanto, coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, peço urgência. Requeiro urgência para esse item, que é muito significativo, e para o Item 7 da pauta, que já foram aprovados ambos os projetos de resolução.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. A proposta do Senador Inácio Arruda de urgência, coloco também em discus-

são. Em votação. Estando todos de acordo, aprovado. Temos ainda dois outros Decretos Legislativos, com relatoria do Senador Aloizio Mercadante, mas ele não está aqui, nesse momento. Então, vamos adiar para a próxima reunião, e também um de relatoria do Senador João Ribeiro, e outro, do Senador Alvaro Dias. Vamos passar, então, já a concluir essa parte da reunião e passarmos a discussão das emendas ao orçamento, emendas de bancada, emendas de comissões. Está encerrada essa parte, portanto, da reunião.

Sessão encerrada às 10h45.

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2010

Às onze horas e cinco minutos do dia dezenove de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **João Ribeiro, Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Paulo Duque, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Patrícia Saboya, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque**. Justifica a ausência o Senador Romeu Tuma. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é o de discutir e votar as emendas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Orçamento de 2010. O Presidente concede a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão, para fazer a leitura de seu relatório. Às onze horas e cinquenta minutos o Presidente suspende a reunião. Às quinze horas e três minutos do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e nove, o Senhor Presidente reabre a reunião. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti, para fazer a leitura do novo relatório apresentado. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao **Orçamento de**

2010: Emenda nº 01 – Ação: 2048 “Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico”, no valor de R\$ 520.506.000,00 (quinhentos e vinte milhões quinhentos e seis mil reais), para a unidade orçamentária nº 52111 – Comando da Aeronáutica –, apresentada pelos Senadores Romeu Tuma, Inácio Arruda, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo e Valdir Raupp. **Emenda nº 02 – Ação: 8495 “Eventos Internacionais Oficiais”,** no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para a unidade orçamentária nº 35000 – Ministério das Relações Exteriores –, apresentada pelo Senador Eduardo Azeredo. **Emenda nº 03 – Ação: “Apoio à Implantação da Estratégia Nacional de Defesa”,** no valor de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), para a unidade orçamentária nº 52101 – Ministério da Defesa –, apresentada pelo Senador Eduardo Azeredo. Após a aprovação das emendas, o Senador Geraldo Mesquita Júnior assume a Presidência. O Presidente em exercício submete à Comissão itens extrapauta. **Extrapauta Item 01:** Requerimento (SF) nº 1.533, de 2009, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF), que *“Requer, nos termos regimentais, autorização para que os Senadores Fátima Cleide e Flexa Ribeiro integrem a delegação que irá participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP – 15, de 7 a 18 de dezembro de 2009, em Copenhague, Dinamarca, representando a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle”*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator, Senador **Eduardo Azeredo**, para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável à Matéria. **Extrapauta Item 02:** Requerimento nº 102, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Cícero Lucena, que *“Nos termos do Art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a esta Comissão que aprove e proponha ao Plenário desta Casa, a realização de Missão ao exterior, composta pelos Senhores Senadores Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra, na República Popular da China, no período de 29 de novembro a 07 de dezembro do corrente ano, conforme convite anexo enviado pela The Overseas Exchange Association of Guangdong Province (Associação de Comércio Internacional da Província de Guangdong), com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências com autoridades do Executivo e do Legislativo daquela província chinesa, em especial quanto às questões relativas à utilização de novas tecnologias no sistema de iluminação pública, sistemas de energia solar e eólica”*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator, Senador **Eduardo Azeredo**, para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável

à Matéria. O Senador Eduardo Azeredo reassume a Presidência. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às quinze horas e dez minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 45 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E abrimos a nova reunião, declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária referente a questão das emendas de comissões para orçamento de 2010, o relator, o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, eu quero dizer que é uma honra muito grande relatar essa questão das emendas aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e quero começar pelo meu relatório. Primeiro, fazendo um histórico que, conforme regimentalmente previsto, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, convocou reunião para o dia 19 de novembro de 2009, com o objetivo de analisar e discutir as propostas de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 46, de 2009, do Congresso Nacional, que é o Projeto de Lei Orçamentário Anual para 2010, nos termos do disposto no art. 43 da Resolução nº 1 de 2006.

“No prazo estabelecido foram apresentadas 13 propostas de emendas de apropriação, conforme discriminado no Anexo 1. Não foram apresentadas propostas remanejamento de texto ou de cancelamento, portanto só foram apresentadas emendas de apropriação”.

Análise das propostas. “A Comissão de Relações Exteriores nos termos do anexo à Resolução nº 1 poderá apresentar até três propostas de apropriação e três propostas de emendas de remanejamento. Portanto, não foram apresentadas emendas de remanejamento, só de apropriação. Então, só podemos aprovar três emendas – no caso, só de apropriação porque não foram apresentadas nenhuma de remanejamento – relativas às subáreas temáticas do Ministério de Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, no âmbito das matérias que lhe sejam regimentalmente afetas.

A análise empreendida focalizou, inicialmente, a adequação das em propostas de emendas apresentadas à disposição da legislação vigente especialmente a Resolução nº 1, de 2006, e as demais orientações

contidas no relatório do Comitê de admissibilidade da emendas e no parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Afinal, analisou-se o mérito de cada uma das propostas apresentadas.

No exame das 13 propostas de emendas apresentadas verificou-se que 12 delas são relacionadas a programações constantes do Projeto de Lei Orçamentário enviado pelo Poder Executivo, e somente uma trata de programação nova, proposta nº 10. A análise permitiu a conclusão de que as propostas de nº 3 e 4 não poderão ser admitidas, por contrariar a legislação vigente, Resolução nº 1 de 2006.

Os impeditivos para a admissão das propostas em questão são os seguintes, conforme já sumariados no Anexo 1: as propostas de emendas nº 3 e 4 objetivam a acrescentar recursos às programações constantes no orçamento do órgão, não compreendido da área de atuação da CRE, o que contraria o disposto o art. 43 da Resolução nº 1: as Comissões permanentes do Senado e da Câmara, relacionadas em anexo a esta Resolução, cujas competência estejam direta e materialmente relacionadas à área de atuação pertinente a estrutura de Administração Pública, poderão apresentar emendas ao projeto.

Dentre as propostas de emendas admissíveis, verificou-se que algumas delas foram direcionadas para programações iguais constantes já no PLO 2010 – Projeto de Lei Orçamentária já de 2010. Nesse contexto, aglutinadas as propostas iguais e eliminadas aquelas consideradas inadmissíveis, conclui-se que as propostas apresentadas abrange seis programações constante da PLO de 2010, e uma não constante do mesmo, proposta nº 10, conforme demonstrado no Anexo 2.

Ainda que todas as propostas sejam meritórias, esta relatoria teve que priorizar apenas três, tendo em vista as limitações impostas pela Resolução nº 1.

Diante do exposto, e analisando o mérito de cada uma das propostas, votamos que essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional delibere pela apresentação das seguintes Emendas do Projeto de Lei nº 46.

A Emenda nº 1, na verdade, apresentada pelos Senadores Romeu Tuma, Inácio Arruda, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo e Valdir Raupp. A unidade orçamentária é o comando da aeronáutica; a ação: manutenção e suprimento de material aeronáutico no valor de 520 milhões, 506 mil reais.

A 2ª, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro e por mim, do Ministério da Defesa, para o Programa Ca-

lha Norte, referente à implantação de unidades militares na região do Calha Norte, 100 milhões de reais.

E a 3ª, apresentada pelo Senador Eduardo Azevedo, a unidade orçamentária o Ministério da Defesa, e que é apoio a implantação da estratégia nacional da defesa, no valor de 2 bilhões de reais.

Totalizando, portanto, 2 bilhões, 620 milhões, 506 mil.

Propomos, ainda, e isso é importante, que a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal seja incumbida de proceder as adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto a Comissão Mista de Plano, Orçamentos Públicos e Fiscalização”.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, são quatro emendas?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): São três emendas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A nossa comissão só tem direito a três?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só tem três, pela norma. Em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, pela ordem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De toda a sorte eu gostaria de discutir com o nosso--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A primeira inscrição é do Senador Roberto Cavalcanti, logo depois eu lhe passo a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Caso o companheiro...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De jeito nenhum [ininteligível].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É uma honra. Sr. Presidente, senhor nobre relator, meu Cavalcanti amigo, e parente, três Senadores nessa Casa são Cavalcanti: Cristovam, Mozarildo e eu.

Na verdade, Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação só no sentido, não é crítica, é, talvez, uma observação construtiva no sentido de que nós devemos atentar que o nome da nossa comissão é Comissão de Relações Exteriores e Defesa, as duas se complementam.

Dentro critério de relações exteriores existe, sim, Sr. Presidente, dentro dos critérios históricos nossos, em razão exatamente dessa Comissão se tratar de

uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa, nós temos sempre uma tradição que pelo menos uma dessas emendas sejam direcionadas a área das relações exteriores.

Eu tenho um profundo respeito e admiração com as Forças Armadas, acho que as Forças Armadas no Brasil estão passando por um momento extraordinário de reequipamento, tanto o Exército, Marinha, a Aeronáutica, principalmente a Marinha. Sou, na verdade, acho que as alocações de emendas para essas armas e para essa área da defesa é extraordinária.

Agora, eu gostaria de fazer uma ponderação no sentido de que nossa Comissão é a única comissão que pode alocar recursos para relações exteriores, diferentemente de outras comissões que podem também, e o fizeram, alocando recursos para a área da defesa.

Então, a minha ponderação vem no sentido que se pudesse haver, ainda se houver tempo, o acatamento de alguma dessas emendas para a área das relações exteriores. Porque V. Exa. é extremamente sensível a esse nosso apelo, eu tenho certeza, no sentido de nós não podemos sermos a única comissão que é exatamente a da Relações Exteriores e não termos acatado, deixarmos absolutamente órfão, as relações exteriores. O Ministério das Relações Exteriores não terá guarida em nenhuma outra comissão, porque não cabe, legalmente, as outras Comissões em fazerem a indicação de emendas para as relações exteriores.

Então, eu faria essa ponderação para que pudesse ser feito um ajuste e ser pensado no sentido de que pelo menos uma das três emendas privilegiasse, contemplasse as relações exteriores exatamente em função do nosso nome, da tradição e do merecimento.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, mais do que breve, eu proponho o acolhimento da emenda de V. Exa. Senador Eduardo Azevedo, destinada ao Ministério das Relações Exteriores, no aporte de 20 milhões. O relator, com sua habilidade de sempre, vai encontrar o mecanismo para resolver esse dilema internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu quero só explicar... Realmente está aqui na emenda como eventos internacionais oficiais. Na verdade, trata-se de próprio aos brasileiros no exterior, então não é evento, evento. Na verdade, o objetivo é de apoiar os brasileiros que estão no exterior, através de reuniões, que sejam reuniões aqui no Brasil, sejam reuniões no próprio exterior.

Eu participei, no Rio de Janeiro, recentemente, de uma reunião muito interessante, sim, com os brasileiros que vieram de 53 países diferentes--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu estive lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): V. Exa. também participou. Então esse que é o objetivo. Então o nosso relator é que está com o desafio, senador. Como nós podemos fazer para poder acomodar as demandas?

É evidente que também essa questão do Projeto Calha Norte é da maior importância no país como um todo, eu não sei se ele poderia ser englobado, já que no fundo ele está dentro do Programa Nacional de Defesa. Então, que eu peça a palavra--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, eu quero primeiro esclarecer ao Senador Roberto Cavalcanti e também ao Senador Inácio Arruda que só V. Exa. apresentou emenda para a área de Ministério de Relações Exteriores. Não houve nenhuma outra emenda para o Ministério das Relações Exteriores. Então... Sim, mas o que nós podemos fazer, como não houve nenhuma emenda de remanejamento, incluí-la como emenda de remanejamento. Porque de apropriação... Veja bem: 20 milhões para eventos em detrimento... Por exemplo, Calha Norte -- V. Exa. argumentou -- é um programa que, embora pareça só militar, é um programa de integração de toda uma área, que antigamente era só... o nome dizia: Calha Norte é a parte Norte da calha do Rio Amazonas. Agora vai até o Estado do Acre, toda a fronteira problemática, portanto, até com relações exteriores.

Então, eu gostaria de defender a Emenda do Calha Norte, porque abrange todos os Estados da Amazônia desde lá o Amapá até o Acre.

E, portanto, eu acho que se podemos fazer algum tipo de acolhimento é esse, de uma emenda de remanejamento, botar essa parte do Ministério da Defesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exa. sabe do extremo carinho e respeito que eu tenho por V. Exa. E a argumentação de V. Exa. é justa no sentido de que os projetos que foram acolhidos são projetos também merecedores.

A nossa argumentação é de que a nossa Comissão, por ser a única que pode abrigar emendas para relações exteriores, ela não poderá deixar de fazê-lo. É injusto que a única Comissão... Se, porventura, houve uma única sugestão de emendas, que coincidentemente coube ao nobre Presidente desta Comissão, eu lamento, acho que nós deveríamos... Até me penitencio de não ter feito, que me acostaria a emenda,

mas, na verdade, essas emendas que estão propostas por V. Exa.--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Roberto Cavalcanti, é porque a emenda feita pelo presidente já é muita força.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas, veja, a argumentação nossa... Existe uma proposta que é no sentido de adicionar 20 milhões à atividade de eventos internacionais oficiais, exatamente dentro do espírito da emenda do Presidente Eduardo Azeredo.

Então eu faria a ponderação, e a minha ponderação não é tirando a justeza das que foram escolhidas, é porque se nós abandonarmos o Ministério de Relações Exteriores, nós não teremos a chance de fazê-lo.

E o remanejamento, eu acho que é extremamente danoso, porque o remanejamento ele tira do próprio Ministério. O remanejamento não agrega, não soma. Ele realoca recursos. Enquanto, na verdade, é extrema justeza, de extrema valia, que a Comissão de Relações Exteriores, pelo menos acolha uma emenda destinada ao Ministério de Relações Exteriores.

É injustificável se nós sairmos daqui, fechando uma Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa, tendo o Ministério da Defesa, a área da defesa outras comissões para acolher em suas emendas... Que essas emendas que V. Exa. acolheu possam ser realocadas em outras Comissões, mas que a Comissão de Relações Exteriores não seja exemplo de abandono ao Ministério das Relações Exteriores. Paciência, meu querido Senador Mozarildo Cavalcanti.

Tem que haver um critério de justiça para que a Comissão de Relações Exteriores exerça até sua nomenclatura, se não nós vamos chamar... Vamos abandonar relações exteriores e vamos ser só a Comissão de Defesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Se não, não--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --eu pediria, eu faria esse apelo para que houvesse essa flexibilização.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Nós estamos aqui com o representante da Ministério da Defesa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, não. Não pergunta que eu sugiro que corte qual? Não acabe a mim cortar. Eu acho que poderiam ser reagrupados os valores...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu sei. Então, aí cabe ao relator, que se dedicou ao assunto... Eu estou pegando o assunto hoje, que esse relatório chegou a nossas mãos há poucos minutos. Eu acho que cabe ao relator optar pelo cancelamento de uma delas e acolher a do Ministério das Relações Exteriores. Eu peço essa sensibilidade, essa atenção.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Roberto, eu quero dizer o seguinte: V. Exa. argumenta razoavelmente bem. Porque digo razoavelmente bem, não, argumenta bem. Porém, veja bem, nem sequer os Assessores do Ministério de Relações Exteriores me procuraram--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E nem a mim.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): --como relator, nem ao vice-Presidente. Portanto, não houve uma articulação do Ministério. Além disso, a Assessoria analisou que o Ministério das Relações Exteriores está muito bem aquinhado comparativamente com o da Defesa. Então eu não vejo que se nós deixarmos de colocar aqui uma emenda para relações exteriores, nós estamos deixando de fora.

Porém, a decisão é da maioria. Eu... Fizemos uma análise e vimos o quê? Atender ao Ministério da Defesa, a aeronáutica, o Ministério da Defesa como um todo, e ao Programa Calha Norte, que abrange todos os Estados da Amazônia que fazem fronteira com países que nós [interrupção do áudio].

Então essa é a observação que eu faço, agora cabe encontrarmos o caminho. Eu já sugeri remanejamento. Lógico, Senador Roberto Cavalcanti, se é pouco, pode muito bem realmente haver um reajuste do orçamento do Ministério das Relações Exteriores.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu sugeriria

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Roberto Cavalcanti, deixa eu só sobre dar um esclarecimento. O Ministério das Relações Exteriores me procurou como, Presidente da Comissão, fazendo essa demanda que eu estou explicando, que é para os brasileiros no exterior em relação... Agora, nós estamos com representante do Ministério da Defesa aqui. Quer dizer, duas emendas estão com o Ministério da Defesa. O Ministério da Defesa, então, poderia fazer essa definição, como que pode atender.

Eu também já apresentei o ano passado emendas para o Projeto Calha Norte. O Projeto Calha Norte é, realmente, da maior importância. Só se nós tivemos uma definição do Ministério da Defesa aqui de como pode atender o Projeto Calha Norte e, ao mesmo tem-

po, ter esta emenda para a implantação da Estratégia Nacional de Defesa.

Então, eu solicito ao representante do Ministério da Defesa que tente o entendimento.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de fazer a mesma reflexão, no sentido de que, talvez, uma sugestão, se fosse exatamente o Projeto Calha Norte ou um outro esse, sim, passar para o remanejamento... Não pode existir a possibilidade porque são três única, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Negativo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Então, lamentavelmente, eu acho que continuo com a argumentação nossa, e faço a defesa do Ministério das Relações Exteriores, no tocante à articulação.

Eu sou testemunha, nesta Casa aqui, eu frequento com absoluta frequência, desde que fui indicado para esta Comissão, todas as sessões... Existe a presença da representante do Ministério das Relações Exteriores aqui. Talvez junto à Assessoria, talvez tenha havido a falha do Ministério das Relações Exteriores não ter acessado à Assessoria, que a Assessoria, na verdade, é que nos ajuda, senador, a implementar esses relatórios.

Mas o Ministério da Defesa é atuante, permanente, e a articulação e a testemunha do próprio presidente que o procurou, no sentido de ser acolhida. Eu continuo fazendo a defesa de que pelo menos uma das emendas seja acolhida para o Ministério das Relações Exteriores, em razão da nossa comissão se chamar Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senadora Patrícia, pede a palavra? Seja bem-vinda, em retorno a essa comissão.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador. Muito obrigada. Presidente e Srs. Senadores, eu peço perdão por ter chegado atrasada a reunião de comissão, em função de outro compromisso, mas percebo que há uma certa polêmica em relação àquilo que se deve acatar.

Eu já estive na situação do Presidente, quando presidi a Comissão de Assuntos Sociais e sei que é difícil fazer com que o cobertor dê para todos. Há demandas importantíssimas, todas são prioridades, mas é muito difícil para aquele que é relator e aquele que é Presidente, inclusive, escolher dentro – parece a escolha de Sofia – o que nós vamos desprezar.

Mas eu queria... Eu... Todos, e eu quero agradecer... Aproveitar e agradecer a essa comissão, na pessoa do Presidente Eduardo Azeredo, porque há mais ou menos dois meses atrás, um mês, dois meses atrás, eu fui vítima de uma situação muito constrangedora, na Itália, e essa Comissão se manifestou de forma muito corajosa, e eu queria aqui agradecer de todo o coração pelo apoio que eu recebi de todos os membros dessa comissão, inclusive com declarações veementes do Presidente Eduardo Azeredo.

Mas eu queria justamente, por isso, talvez, Senador Marco Maciel, eu tenha agora uma preocupação muito maior e, às vezes, Deus coloca a gente numas situações que a gente não entende. Eu não entendia porque eu estava sendo vítima da tanta agressão de tanta violência, de tanta estupidez. Nós que somos países irmãos, nós que somos países com povo alegre... Mas dessa vez, assim, foi uma sensação muito ruim, uma sensação de impotência. E, depois disso, eu percebi que muitos brasileiros, porque fui procurada por muitos brasileiros que moram fora, têm vivido essa mesma situação ou situações ainda muito mais delicadas e até violentas ou perigosas.

Há um certo distanciamento das Embaixadas, pelo que eu ouvi das pessoas que me procuraram, em situações que colocam brasileiros em situações muito difíceis, e que quando precisam, muitas vezes, da Embaixada, de uma palavra, isso há uma burocracia muito grande, um distanciamento muito grande.

Eu sou favorável que se coloque recursos para o Ministério das Relações Exteriores. Nós somos uma comissão de mérito, que trata deste assunto, mas desde que haja um compromisso, Senador Presidente Senador Eduardo Azeredo – e ontem eu conversava com V. Exa. –, desde que possa haver um compromisso do Ministério das Relações Exteriores de, talvez não prestar contas, mas quem sabe nos falar um pouco aquilo que está fazendo em relação aos brasileiros que moram fora do nosso país.

Porque como eu, como senadora, em nenhum momento, eu usei disso, a não ser no final, quando eu vi que a situação estava muito violenta, Senador Marco Maciel, foi a forma de tentar debater esse assunto. Então, assim, eu concordo que a gente possa fazer aqui um... Buscar um entendimento, mas desde que haja um compromisso do Ministério das Relações Exteriores em nos dizer aquilo que está fazendo pelos brasileiros lá fora, que passam por dificuldades, de que forma acolhe os brasileiros. Porque eu tenho testemunhos de muitos brasileiros que ainda estão sendo maltratados fora do nosso país.

Então eu, além de agradecer a essa comissão, eu queria deixar essa observação. Eu acho importante

que a gente possa promover, inclusive, senador, como ontem nós conversávamos, quem sabe um grande seminário, buscando ouvir os brasileiros que moram fora, buscando ouvir as Embaixadas, quais são suas dificuldades ou limitações para que haja essa completa integração e acolhimento dos brasileiros lá fora. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigada, Senadora Patrícia. Realmente essa questão tem crescido de importância, são três milhões de brasileiros que estão no exterior já: 1 milhão e 200 nos Estados Unidos, são 300 mil na Europa, não, 300 mil no Japão, na Europa um outro tanto, de maneira que há uma número crescente de brasileiros que precisam dessa atenção, são cidadãos brasileiros.

E eu, inclusive, relembro a questão que nós já aprovamos da possibilidade de que tenhamos representantes eleitos por essas comunidades aqui na Câmara dos Deputados. É uma Emenda Constitucional, que depois exigirá um projeto de complementação para definir como que seria essa eleição e o número de vagas. Não há nenhum objetivo de crescer o número de Deputados, na verdade, é mais uma questão de abrir a possibilidade.

Mas nesse caso específico realmente é porque o nome da emenda está aqui como eventos, e na verdade não eventos, é a realização de reuniões de apoio a esses brasileiros no exterior. Essa é que é a colocação. E eu sou informado que na Câmara dos Deputados, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, foi aprovada outra emenda, mas pequena, e não é desse assunto, é de outro assunto de Cooperação Internacional. Não se refere a essa questão aqui.

Então, Senador Mozarildo, seria possível nós fazermos, aumentarmos de dois milhões para dois bilhões e cem, esse que está no Ministério da Defesa, e aí então teríamos a complementação. Nós aumentaríamos essa emenda três de dois bilhões para 2 bilhões e 100 exatamente para poder englobar a questão do Calha Norte, estaria dentro do apoio ao Ministério da Defesa com um todo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pela ordem Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, esse Projeto Calha Norte, ele é o projeto mais importante que tem para a região Amazônica. Mais importante. Ele trata de Defesa Nacional, ele trata de estrutura de municípios, ele trata de tudo que o é possível, faz todo tipo de serviços. São, me parece, 60

municípios que são atendidos em toda a Amazônia, em torno de 60, não é isso? Por esse município. É impossível, é impossível não estar atendido, e eu quero parabenizar o Senador Mozarildo Cavalcanti. E mais. E mais, quero propor que o valor de 100 milhões seja alterado para 500 milhões, para atender... Eu não sou contra a solicitação do Senador Roberto Cavalcanti, em hipótese nenhuma.

Agora, nós não podemos atender uma emenda de Comissão de 20 milhões para o Ministério de Relações Exteriores, 20 milhões de reais, quando existe programa—

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V. Exa. propõe aumentar para 500 milhões a do Ministério das Relações Exteriores?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu também proponho. Proponho. Só que nós temos que encontrar como adequar. No da Calha Norte é impossível. A proposta é manter Calha Norte; segundo, aumentar o valor para 500 milhões da Calha Norte; e encontrar uma solução para atender os 20 milhões do Ministério de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro, o Projeto Calha Norte, ele já é muito antigo, ele já tem mais de 20 anos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu acredito que todo ano ele está, ele está sendo, ele recebe recursos ordinários do orçamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É um dos poucos projetos que atende a Amazônia, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ele não tem consta do projeto? No orçamento ele não tem nenhum recurso?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não tem, não. É um dos poucos projetos, um dos poucos projetos que são realizados na Amazônia, que é via Ministério da Defesa Nacional. Um dos poucos projetos. Efetividade, as emendas que... Os recursos que lá são alocados, eles são realizados.

Então não há a menor possibilidade de a Amazônia ficar sem dotação para esse projeto. Não há. Eu peço o entendimento de V. Exa., que representa o estado que tem áreas também de depressão econômica, como é o Vale do Jequitinhonha, e sabe das dificuldades que essas populações passam.

Então, nós vamos encontrar uma outra solução para atender o Ministério das Relações Exteriores, que

eu estou a favor. Sou a favor. Agora, não alterando o Calha Norte.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Na verdade, senador, deixa eu explicar: não está se tirando dinheiro de Calha Norte, não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ninguém está tirando dinheiro do Calha Norte, não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acho que V. Exa. chegou um pouquinho atrasado--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não está tirando dinheiro, não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Eu não cheguei atrasado, não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não está entendendo a filosofia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não está tirando dinheiro do Calha Norte, não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou entendendo tudo, Senador Roberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não está tirando--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nós não queremos tocar em nada--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou conversando com o Senador Mozarildo, o relator, desde ontem.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A emenda da Calha Norte.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): V. Exa., desde ontem, lembrou-se do Ministério das Relações Exteriores?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ela, ela... Essa emenda, anualmente... Procure historicamente, Presidente, historicamente, procure nas emendas apresentadas pela Comissão, se lá não está a Calha Norte. Procure e veja se historicamente a Calha Norte não é atendida, faça uma...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, o que eu estou querendo dizer--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): --nós temos que lembrar... Não adianta, também, colocar um trilhão de reais, porque isso é irreal. Essa aqui é uma proposta que vai para a Comissão de Orçamento como um todo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico, nós vamos por 500.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pois é. Ainda depende da sua estratégia. Eu prefiro que nós coloquemos valores--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está colocando dois bilhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu prefiro que nós coloquemos valores, eu prefiro se coloque... Sim, para a Estratégia Nacional de Defesa que engloba--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então!

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Estratégia Nacional de Defesa, que engloba todas as todas as questões da defesa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não estou discutindo o valor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, é um valor grande.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só estou querendo que o valor--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu estou dizendo aqui que fazer emenda inexequível também não ainda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não é inexequível, não. Nós vamos defender o Senador Mozarildo. Eu, o Senador...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr. Presidente pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Senador Inácio Arruda já pediu a palavra a mais tempo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador, nós vamos todos defender lá com o Presidente da Comissão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos ouvir o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu acho que nós deveríamos fazer a seguinte premissa. Nós apresentamos aqui uma área estratégica da nação, que é a Defesa, e uma área estratégica da nação, que são as Relações Internacionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Exatamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então se nós estamos tratando de recursos para essas áreas não pode haver hipótese que nós vamos sair daqui sem ter uma emenda para as relações exteriores.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Exatamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, primeira... É um premissa que nós devemos acertar entre nós.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Algo tem que ser dado ao Ministério das Relações Exteriores. Temos que dar uma solução.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pode ser uma emenda para Relações Exteriores e as duas para Defesa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Como vai compatibilizar isso eu não sei.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agora nós vamos sair com uma emenda para relações exteriores.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É lógico.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Feito isso, encontramos os meios de adequar as duas emendas da área de defesa. Uma para relações exteriores, duas para a defesa. Eu acho que é assim que nós deveremos conduzir--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Essa é a filosofia que deveria nortear.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --que é o mais ajustado e mais correto, e atende a todos na Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É o mínimo que pode ser feito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É impossível sair sem ter uma emenda das relações exteriores, seria uma agressão que não teria tamanho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): V. Exa. me concede?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo, o relator. Depois vamos ouvir o Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Bom, eu quero primeiro fazer aqui uma consideração para que nós fiquemos bem tranquilos. Eu acho que aqui ninguém é contra a que o Ministério das Relações Exteriores seja atendido, mas quero dizer que das 13 propostas apresentadas só uma se referiu ao Ministério das Relações Exteriores.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que o Ministério só quer uma.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim, mas acontece que nem V. Exa., nem o Senador Roberto Cavalcanti—

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas basta uma, Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): --apresentaram. Fora isso se você olhar realmente—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu tenho a solução, Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Um minutinho. Agora, eu, inclusive, como relator, fiquei... Venho ficando, ao longo desses anos que eu estou aqui no Senado, eu fico perplexo como é que o Governo Federal, que é quem elabora o orçamento para órgãos estratégicos, como é o caso do Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores, deixa esses Ministérios a correr atrás. Lá na Câmara dos Deputados e aqui para complementar o seu orçamento.

Essas áreas, Defesa Nacional e Relações Exteriores, não precisariam de nós aqui estarmos discutindo—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): --nós tínhamos que estar discutindo aqui coisas, realmente, que dizem respeito as nossas regiões, às fronteiras, peculiaridades. E não ao macro que devia vir já completamente contemplado no orçamento, que é feito pelo Poder Executivo.

Agora todo ano é isso. Na hora da votação corre-se atrás dos Parlamentares, Deputados e Senadores, para completar o orçamento de órgãos estratégicos, como é o caso, repito, do Ministério da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores. Então, aí fica, como disse a Senadora Patrícia Saboya, o relator, seja ele quem for, numa saía justa porque vai cobrir todos.

Então, eu vou repetir, de 13 propostas só uma para relações exteriores em 20 milhões. Eu não estou criticando o fato de só ter uma, não. Uma seria o suficiente, mas mostra, inclusive, aí a falta de articulação do Ministério de Relações Exteriores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte Senador Mozarildo?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Agora, além disso, nós realmente estamos conscientes, até pelo que se passa goepoliticamente no nosso continente, que as nossas Forças Armadas têm que ser reforçadas urgentemente.

Então, não é possível que diante desse quadro o governo, que está criando Embaixada uma atrás da outra em países que têm 100 mil habitantes, 200 mil habitantes, não se preocupe de trazer um orçamento adequado ao Ministério das Relações Exteriores. A crítica não ao Ministério das Relações Exteriores, não, é ao Governo Federal, aos técnicos que elaboram o orçamento.

Agora, vamos encontrar um meio termo. Agora, não tem, Senador Roberto Cavalcanti, escrito que tenha que ter uma emenda obrigatoriamente para relações exterior. A lógica é que tenha.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Um momento.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não. Tem três pela ordem aqui. Não. Não

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): [soa a campainha] Um momento aí.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só um instantinho.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem é quem falar mais alto aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador, só um instantinho. [soa a campainha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [ininteligível].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem é pela ordem, ele é quem decide.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, sim. Eu quero, assim, eu quero insistir na proposta que possa ser englobado. Porque o Ministro Nelson Jobim esteve aqui nessa Comissão e explicou para todos nós o que é Estratégia Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa é uma guarda-chuva de todo o tamanho onde estão as questões materiais de equipamentos, estão as questões de recursos humanos, estão as questões regionais, e, portanto, quer dizer, elas estão dentro disso daí.

Então eu insistia que nós pudéssemos englobar o Projeto Calha Norte dentro da emenda da Estratégia Nacional de Defesa.

Vamos ouvir o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu queria, Presidente, primeiro pedir desculpas--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É que o Senador Osvaldo Sobrinho já está inscrito.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu peço licença ao Senador Osvaldo, com licença. Eu peço desculpas ao meu primo, amigo, Senador Mozarildo, por tê-lo induzido ao erro, não é? Eu induzi ao erro, eu não fiz uma emenda voltava para as relações exteriores. Deveria ter feito, porque aí não teria dado esta oportunidade de ser publicamente citado como não ter apresentado uma emenda.

Então eu peço perdão por ter induzido ao erro, mas a indução ao erro, politicamente a indução ao erro, significa que eu proporcionei a falta de elementos que proporcionasse ao nobre relator fazer um relatório que tivesse a oportunidade de lembrar que nós somos a única, isso que eu queria ponderar, Senador Flexa, nós somos a única Comissão que pode alocar recursos para o Ministério das Relações Exteriores.

As críticas ao Ministério das Relações Exteriores, ao Governo, isso pouco importa, não cabe, porque isso é uma continuidade, nós teremos “n” governos pela frente, temos uma história brasileira do Ministério das Relações Exteriores extraordinária. Então, o que me cabe aqui é só ponderar no sentido de que, ao ser votado, que eu acho que chegará um momento que será posto em votação. Então no momento que for colocado em votação, seja ponderado pelos colegas que a única oportunidade que o Ministério das Relações Exteriores tem é de ser abrigada as suas emendas única e exclusivamente nesta Comissão, razão pela qual ela se chama Comissão de Relações Exteriores e Assuntos Estratégicos. Os assuntos estratégicos têm outras Comissões para abrigá-lo, e está sendo abrigada, poderia estar sendo obrigada por duas grandes emendas da nossa Comissão.

Agora nós, Comissão de Relações Exteriores...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Roberto Cavalcanti, ademais, o orçamento, enviado pelo Executivo, acolheu a proposição dos nobres Parlamentares, em relação ao Projeto Calha Norte, com 35,5 milhões de reais, que é pouco, porque os companheiros querem 100.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quinhentos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Querem 500 agora. Quer dizer, não tinha essa emenda, não, mas eu subscrevo para 500. Então, na verdade, houve um atendimento, que nós poderemos considerar que numa região tão vasta, ele é muito pequeno, e é, porque algumas unidades militares do Ceará estão sendo transferidas para a região Norte, são unidades grandes; no Rio Grande do Norte também outras. São unidades muito grandes e exigem recursos razoáveis que eu considero que é um recurso pequeno.

Mas não deixou de ser atendido pelo Executivo, o Executivo já mandou 35,5 milhões. Eu acho que nós devemos aumentar. E acho que é perfeitamente factível aumentar dentro da estratégia de defesa, não há prejuízo. Até é mais fácil remanejar do que você deixar totalmente de fora o Ministério das Relações Exteriores.

Eu acho que o nosso companheiro Senador Mozarildo tem muita capacidade para resolver esse dilema que não é, absolutamente, surreal. Dá para ser resolvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Osvaldo Sobrinho

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, duas causas nobres, todas elas... É pequenininho, curtinho.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E agora que saiu da primo para sobrinho, vai ser resolvido.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): A perna é longa e o cobertor é curto. E eu aqui tenho a felicidade, eu não primo de Mozarildo, mas sou sobrinho de todos vocês. Então eu quero dizer que para nós é um prazer defender essa tese porque eu acho que são duas instituições que merecem.

O Ministério da Defesa tem feito um grande trabalho para esse país, aliás, é a segurança de todos nós, de um Brasil como o nosso, de dimensões continentais com 8 milhões, 511 mil km²... Da América do Sul somente dois países não fazem divisa conosco, Chile e Equador, todo pó resto faz; da América Central também. Portanto, nós temos logicamente que dar condições ao Ministério da Defesa.

Mas, se nessa Comissão não contemplar o Ministério das Relações Exteriores, perdeu sentido da coisa. É o único lugar que eles têm, o foro que eles têm para buscar alguma coisa é aqui. E vamos ser francos, o Ministério das Relações Exteriores tem feito um grande trabalho para esse país. À medida que abre Embaixada, abre mercados, abre oportunidades para o Brasil, para a gente colocar todos os nossos, aquilo que nós queremos a nível de mundo.

Portanto, eu acho que nós temos que achar uma forma, sem tirar a Calha Norte, achar uma forma aqui de contemplar as relações exteriores. Eu acho que é uma questão de justiça até. E até para motivar os nossos embaixadores no sentido de continuar prestando um grande serviço a esse país. E olha que nós podemos dizer que o nosso sucesso internacional deve à diplomacia que nós temos, deve ao Ministério das Relações Exteriores, que, na verdade, faz um trabalho já muito, mas agora muito mais.

Portanto, Sr. Presidente, acredito que temos que achar uma forma comum, mas atendendo ao Ministério, sem tirar a Calha Norte, evidentemente, mas o Ministério... Se não contemplar aqui, vai contemplar onde? Não tem outro lugar. Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pela ordem Senador Flexa Ribeiro. Eu quero lembrar que o Calha Norte, ele já recebe emendas também das bancadas da região Norte, ele pode receber emendas também, que é outro tipo de emenda, que é a emenda de bancada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos recebem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, a relações exteriores não recebe emendas de bancadas. O Calha Norte, sim, pode receber de bancadas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quando V. Exa. me conceder a palavra eu falo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu estou só terminando de falar, esclarecendo, lembrando também que existem hoje remessas dos brasileiros do exterior, seis bilhões de dólares por ano. Quer dizer, na verdade é também o atendimento a brasileiros que enviam recursos para o Brasil, o que se objetiva com essa emenda de apoio aos brasileiros no exterior.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas como vai ser feito isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Apoio a atividade deles no exterior, as reuniões que acontecem, apoio que nós temos jurídico, aos brasileiros no exterior. O Embaixador esteve aqui, o Embaixador Oto Maia, e explicou todo o tipo de atendimento que já é feito hoje pelos Consulados do Brasil que estão no exterior. Quer dizer, a crítica que é colocada aí, que eu endosso, eu acho que, na verdade, o Governo Federal está errado em não já trazer o orçamento com essa questão resolvida. Mas nós estamos aqui para discutir o orçamento, exatamente discutir complementação ao orçamento, corrigir os erros--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se ele mandasse tudo resolvido, não precisava--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, aí não precisava do orçamento vir cá. Então, eu concordo que essa é uma questão que não deveria vir com lacunas, mas essa é uma função nossa de complementar. Então, eu quero

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Senador Flexa Ribeiro pediu a palavra primeiro, deixa eu só--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, mas eu cedo para a Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não, eu só queria fazer--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Patrícia ela é nossa musa.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): --uma sugestão, Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu estou vendo aqui que a primeira emenda é para o Comando da Aeronáutica, não isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim. É para manutenção e suprimento de material aeronáutico.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Acolhida. A segunda, Ministério da Defesa; a terceira, Ministério da Defesa. Nós não poderíamos juntar a primeira emenda com a terceira emenda?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Essa seria uma proposta.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): A primeira emenda que é do comando da aeronáutica com o apoio e implantação da Estratégia Nacional de Defesa, aumentando esse valor com o da primeira emenda... Ficaria... Aqui é quanto? Quanto é esse valor da terceira?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Essa uma proposta que--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Dois bilhões. Ao invés de dois bilhões--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dois e meio

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Dois e meio.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pronto.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Para contemplar o comando da aeronáutica. E aí ficaríamos com duas emendas, que seria implantação de unidades militares na região do Calha Norte, não tocaríamos no Projeto Calha Norte, que é tão importante. Juntaríamos a primeira e a terceira emenda, que seria a segunda emenda. E a terceira do Ministério das Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pena que é uma é de custeio, a outra é de investimento. A de aeronáutica é de custeio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Essas duas não dá para unir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): E a de estratégia—

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Dá para unir as duas de investimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A de estratégia nacional—

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Dá para unir as duas de investimentos, que é Calha Norte e o Estratégia de Defesa, que são investimento. A outra é manutenção e suprimento, não tem—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): É só uma questão burocrática?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente. Pela ordem, eu acho que nós temos a solução, Presidente. V. Exa. como mineiro, conciliador...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não pode?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não é porque realmente são coisas diferentes aqui. O que o técnico está explicando é que na implantação da Estratégia Nacional de Defesa não é só investimento, é investimento e custeio. Agora, o da aeronáutica é apenas custeio, que é manutenção e suprimento de material aeronáutico.

A questão de unidades militares na região Calha Norte, esta está dentro do Plano Nacional de Defesa. O Ministro mostrou aqui, eu lembro bem ele mostrando aqui o que está previsto no Plano Nacional de Defesa. Está previsto a implantação de novos postos militares na fronteira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Postos da Aeronáutica e postos do Exército.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Posso, posso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Para que tenhamos cem quilômetros a cada um. Que é o Calha Norte.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então dentro da Estratégia Nacional de Defesa está prevista a implantação de unidades militares na região do Calha Norte.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só não está destacado, mas no programa que o Ministro apresentou aqui está lá. Eu não lembro o número, eu acho que era 28 novos postos militares na fronteira. Eu já fui lá, já vi como é que importante realmente esse projeto.

Então eu acho que a semelhança está muito mais entre unidades militares dentro da Estratégia Nacional de Defesa do que a questão da manutenção aeronáutica entrar dentro do plano.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, posso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, Senador Flexa Ribeiro. Agora.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, V. Exa., como um bom mineiro, conciliador, vai encontrar a solução para atender o interesse de todos. Como bem disse o Senador Osvaldo Sobrinho, e eu já disse isso na CI, lamentavelmente o cobertor é curto. E o relator, eu quero parabenizar o Senador Mozarildo, ele fica... Em dezenas de emendas ter que escolher três.

E o que é pior é que nós ficamos aqui discutindo e, ao final, o orçamento, por não ser impositivo, acaba não sendo realizado. Quer dizer, a gente trabalha, discute meses a fins para chegar, talvez, a parte mais nobre do legislativo, da ação legislativa, que é o Orçamento da União, e, ao final, ele se torna uma peça de ficção.

Mas eu acredito, e eu quero que o Senador Roberto Cavalcanti, que tem toda a razão, Senador Roberto Cavalcanti, não tiro de V. Exa. a razão de que nós temos que contemplar no Ministério das Relações Exteriores, como também não tiro a razão do Senador Eduardo Azeredo que o Executivo já deveria ter encaminhado isso, como não tiro a razão do Senador Eduardo Azeredo de que o governo cria embaixadas em países de 50 mil habitantes, gastando muito mais do que a emenda que V. Exa. está propondo. Muito mais.

Então, mas o que eu quero tentar fazer, encontrar a solução, foi aprovada uma emenda na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara para o Ministério das Relações Exteriores de 24 milhões e meio. Então a preocupação do Senador Roberto Cavalcanti, ela já está contemplada lá na emenda da Câmara.

O que nós podemos fazer, nós do Senado Federal, é irmos ao Presidente da Comissão, o Senador Almeida Lima, o Senador Almeida Lima, e solicitar ao Senador Almeida Lima, e ele tem condições a isso, que ele acate e aumente esses recursos, podendo até tirar os 20 milhões de algumas dessas duas emendas que

nós vamos atender para suplementar a da Câmara no valor necessário.

Eu acho com que isso, nós já temos a janela aberta pela emenda aprovada na Câmara. Então, eu acredito com o Senador Almeida Lima, nós vamos conseguir, Senador Marco Maciel, nós vamos conseguir atender o Ministério das Relações Exteriores, colocando esses 20 milhões, que eu concordo com o Senador Roberto Cavalcanti. Só que tem essa chance aqui já. Existe. Isso me foi passado pelo próprio Ministério. Tem essa chance.

Então, uma outra...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Qual Ministério [ininteligível]?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, não sei. Chegou aqui para mim... Relações Exteriores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não. Ah, não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O Embaixador Danese me informou que não, que esse é um outro projeto, é o projeto de cooperação internacional, não é o projeto de apoio aos brasileiros no exterior.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Que essa que foi aprovada na Câmara se refere as ações específicas de cooperação internacional, não de apoio aos brasileiros no exterior. São duas medidas diferentes. A ação de cooperação técnica internacional, isso é que foi aprovado na Câmara. Cooperação técnica internacional não é a mesma coisa que realização de eventos de apoio aos brasileiros no exterior.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então eu acho que a solução da Senadora Patrícia, incorporando a aeronáutica na defesa, a gente pode resolver e contentar a todos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que aí tem mais dificuldade, porque aí trata-se--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, mas a gente--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro, porque a emenda da aeronáutica é custeio.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas o Ministro Jobim, ele vai encontrar a solução.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, não, não. É fácil resolver--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Até porque o Senador Mozarildo vai fazer uma alteração de texto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Era mais fácil com o contrário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível]. O Senador Mozarildo quer fazer uma proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo, então vamos tentar chegar a um consenso.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Bom, eu quero dizer o seguinte. Na verdade, eu tinha feito, ao final, dizendo que a Comissão fizesse, recomendasse, ficasse incumbida de proceder às adequações junto a Comissão Mista de Orçamento. Aliás, nós temos dois senadores aqui que são da Comissão Mista de Orçamento, Senador Roberto Cavalcanti e Senador Sobrinho.

Mas eu acho que essa proposta realmente da Senadora Patrícia, do Senador Inácio Arruda, tem cabimento, porque na emenda do Ministério da Defesa tanto tem custeio quanto investimento. E, portanto, a da aeronáutica pode perfeitamente ser incluída aqui. E a do Calha Norte, eu quero acrescentar aqui, ao invés de só unidades militares, que foi um lapso meu mesmo, apoio à infraestrutura dos municípios do Calha Norte, porque se não ficamos só reduzidos a unidades militares.

Então, nós passaríamos, portanto, acolheríamos a emenda de V. Exa., Senador Eduardo, como a primeira emenda, como Ministério das Relações Exteriores; passaríamos a da aeronáutica para o Ministério da... Englobaríamos no Ministério da Defesa; e manteríamos o do Calha Norte, acrescentando que, além das unidades militares, apoio à infraestrutura dos municípios.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu, da minha parte, eu acolho e parabeno, um Cavalcanti não iria falhar na hora "h". Então...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vai começar como? Vai começar com o custeio ou vai começar com investimentos? Se puder juntar, não tem problema. Aliás, se puder juntar não tem problema para nenhuma das duas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo, o objetivo--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Por que pede ser Calha Norte e Defesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu acho que seria interessante, mas do ponto de vista técnico a informação é que realmente isso não, a questão da aeronáutica não cabe

aqui, porque a criação da ação específica possibilitará a implantação do objetivo da Estratégia Nacional de Defesa, dos recursos alocados nas seguintes operações: dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas, impedir o uso do espaço aéreo nacional; organizar as Forças Armadas sobre a égide de monitoramento, controle, mobilidade e presença; fortalecer o setor estratégico espacial cibernético e nuclear; reposicionar o efetivo das três forças: a Marinha estará mais presente na região da Foz do Amazonas e nas grandes bacias--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Bom, Calha Norte

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): --fluviais do Amazonas e do Paraguai.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Calha Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Quer dizer, isso já está na justificativa da emenda de dois bilhões. Quer dizer, está exatamente falando: reforçar as posições. Está aqui, olha, reposicionar o efetivo das três forças: a Marinha estará mais presente na região da Foz do Amazonas e nas grandes bacia fluviais do Amazonas--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pronto, é puro Calha Norte, gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): --e no Paraguai. E ainda que--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Não tem nada a ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Paraguai, Paraná.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que na da aeronáutica não possível aplicar depois a emenda. Se fizer essa junção, ela não será aplicada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Adensar a presença das unidades da Exército da Marinha e da Força Área nas fronteiras, priorizar a região Amazônica. Então, eu acredito que é já é muito mais, faz muito mais sentido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quer dizer essa emenda de dois milhões--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): [ininteligível] Calha Norte dentro do--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu estou acabando dizer--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --pode até botar o nome de Emenda Calha Norte.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Na proposta que eu fiz é o seguinte: passamos

o da aeronáutica juntar com defesa, e o de a Calha Norte, suprimimos, portanto, unidade militar para apoio a infraestrutura dos municípios do Calha Norte

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse que é importante.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas essa modificação foi feita agora, Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim, é a proposta--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que eu acho correto que o relator faça. Não está errado, não. Mas, ela está muito mais adequada na defesa--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Essa não consta do orçamento--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Consta, lógico que consta! Calha Norte faz apoio aos municípios de região.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim, lógico.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Aliás, é quem mais faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Pois é, mas ela não pode ser incluída aqui na...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas ela é... Feito sem precisar desse...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos suspender, então, a reunião e voltamos na terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só suspendendo a reunião

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Terça-feira, porque tem a CAE também não resolveu ainda, então eu acho que tem tempo para a gente negociar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Porque deixar o Calha Norte de fora para ficar englobado--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não está deixando o Calha Norte de fora, não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está sim. Está sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ele está dentro--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está sim.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Porque essa aí é uma ação, e eu estou propon-

do, modificando inclusive a emenda do Senador Flexa Ribeiro e a minha, para apoio a infraestrutura

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu entendi bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Entendi bem, aí estaria mais clara a redação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu ouvi V. Exa. lendo os objetivos da defesa--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Da emenda da Estratégia Nacional de Defesa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu ainda estou com uma audição assim razoável, está dando para... E quando tem som ampliando as possibilidades de ouvi-lo, melhor. Então tudo que V. Exa. falou está dentro da Calha Norte. Então está--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu também entendo assim. Eu entendo que está aqui--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Está difícil compreender a resistência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É, eu entendo dessa maneira também, que estaria bem claro--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Proponho que nós poderíamos resolver agora, mas se não der, paciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Vamos suspender a reunião.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos colocar para terça-feira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Vamos suspender a reunião.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos lá com o Ministro, vamos lá com o Ministro.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Lamentavelmente, eu não estarei aqui na próxima terça-feira para defender...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu queria pelo menos que houvesse consenso--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu defendo o interesse de V. Exa..

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Consenso nosso no sentido do seguinte: está escrito na Resolução 1, de 2006, que compete te exclusivamente a esta comissão apresentar emendas para relações exteriores. Então que nós possamos honrar o nome da nossa Comissão e entre uma das três emendas contemplar o Ministério das Relações Exteriores. Era este o apelo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já está encontrada a formula.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Está encontrada a formula, não é? Posso me ausentar tranquilo?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, o relator vai--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Bom, senador. Eu vou então... Eu acho que o melhor nesse caso aqui é nós realmente suspendermos a reunião para buscarmos o entendimento--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): --e melhores informações realmente do que é possível e o que não possível--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso, V. Exa. não nega que é mineiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): --dentro do sentido de que temos garantias do Ministério da Defesa de que o projeto Calha Norte está efetivamente contemplado. Eu acho que são algumas informações que seriam relevantes.

Então está suspensa a reunião. Nós retomaremos, avisando ao Srs. Senadores.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h38.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL – CRE

53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 15 HORAS E 04 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro reaberta a 53ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Discussão e votação das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 46, de 2009, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o texto do projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010 (VOLUME VI)”. O relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti. A reunião foi iniciada no último dia 19, o relator já fez a leitura do seu relatório e nós estamos então exatamente buscando o consenso e por isso eu concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Conforme já lido o nosso relatório e discutido na Sessão que foi suspensa, nós tínhamos um impasse a resolver, que era a questão de contemplar o Calha Norte e deixar de contemplar o Ministério das Relações Exteriores. Mas depois das conversas, tanto com a assessoria do Ministério da Defesa, que assumiu o compromisso de atender, portanto, a parte do Calha Norte, e também com o Ministério das Relações Exteriores, nós estamos propondo, portanto, que as emendas fiquem da seguinte forma: a primeira, de autoria do Senador Romeu Tuma, Inácio Arruda, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Valdir Raupp, para atender ao Comando da Aeronáutica em manutenção exclusivamente de material aeronáutico no valor de R\$ 520.506.000,00 (quinhentos e vinte milhões e quinhentos e seis reais); a segunda, portanto, o valor dela é de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões), passa para a terceira, que é de autoria do Senador Eduardo Azeredo para o Ministério da Defesa, para apoio e a implantação da Estratégia Nacional de Defesa, no valor, portanto, que será de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil), com o compromisso de atender a questão do Calha Norte. Portanto, a segunda passará a ser a emenda do Senador Eduardo Azeredo, que é destinada ao Ministério das Relações Exteriores, que será para a gestão da política externa, eventos internacionais oficiais, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Eu quero, inicialmente, agradecer ao senador, a sua boa vontade nesse entendimento e explicitar ainda nessa fase de discussão que está implícito o

compromisso do Ministério da Defesa de que parte desses recursos da emenda maior, dessa emenda de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões), seja realmente utilizada para acelerar o processo do Calha Norte, quer dizer, é um projeto da maior importância, que já que vem em andamento, o programa de Estratégia Nacional de Defesa já prevê a ampliação desses postos de fronteira, mas é fundamental que isso não fique para os últimos anos, que seja implantado já.

Então por isso é que eu queria deixar realmente registrado também o meu entendimento e o meu compromisso com o Senador Mozarildo, o Senador Flexa, o Senador Mesquita, os Srs. Senadores que são especialmente da Região Amazônica, de buscarmos juntos, como também o Senador Almeida Lima, esse entendimento com relação ao orçamento final.

Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, eu coloco, portanto, em votação o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o projeto com as três emendas da Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tudo resolvido?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Foi tudo resolvido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está incluído a Relações Exteriores, a Aeronáutica e o Ministério da Defesa, incluídos no Projeto Calha Norte.

Antes ainda de encerrar, eu tenho aqui dentro do que prevê o art. 40, um projeto extrapauta referente à viagem, é o Requerimento nº 1.533, que “Requer, nos termos regimentais, autorização para que a Senadora Fátima Cleide e o Senador Flexa Ribeiro integrem a delegação que irá participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP-15, de 07 a 18 de dezembro de 2009, em Copenhague, Dinamarca, representando a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle”.

Bom, eu mesmo assumi como relator aqui, avo-quei para mim a relatoria. Nós já aprovamos aqui anteriormente, também para depois a aprovação do Presidente do Senado, outros membros que estarão autorizados a ir nessa reunião. É uma reunião da maior importância e, portanto, o Voto é pela aprovação da solicitação.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem

de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado também e será encaminhado à Mesa.

Tem ainda uma outra questão de viagem... Esse outro requerimento, assinado pelo Senador Cícero Lucena e pelo Senador Flexa Ribeiro, ele ainda não foi encaminhado à presidência. Ele teria que ser inicialmente encaminhado à Presidência para depois vir para cá e aí voltar ao Plenário. Mas trata-se de uma questão de urgência, porque será no dia 29 de novembro agora, já no próximo domingo. Fazemos então, aprovamos aqui?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos deixar para o Presidente Sarney tomar a decisão final? Tá bom. Nesse caso eles requerem a essa Comissão a realização também de missão no exterior, os Senadores Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra, na República Popular da China, de 29 a 07 de dezembro – o Flexa vai chegar de uma e entrar na outra então, vai chegar da China e vai direto para a Dinamarca -, conforme convite em anexo enviado pela *The Over Science Association Guangdong Province* – Associação de Comércio Internacional da Província de *Guangdong*, com o objetivo de promover o intercâmbio de experiência com autoridade do Executivo e do Legislativo daquela província chinesa, em especial com as questões relativas à utilização de novas tecnologias e sistemas de energia solar e eólica. Também coloco em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco, portanto, em votação esse parecer favorável dentro deste objetivo proposto aqui pelo Senador Cícero Lucena. O convite está aqui em anexo. Está aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 15h12.

ATA DA 54ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e dezoito minutos do dia três de dezembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Antônio Carlos Valadares**, **João Ribeiro**, **João Pedro**, **Roberto Cavalcanti**, **Pedro Simon**, **Geraldo Mesquita Júnior**,

Paulo Duque, **Marco Maciel**, **Heráclito Fortes**, **João Tenório**, **Flexa Ribeiro**, **Fernando Collor**, **Aloizio Mercadante**, **Renato Casagrande**, **Augusto Botelho**, **Inácio Arruda**, **Valdir Raupp**, **Gilvam Borges**, **José Agripino**, **Romeu Tuma** e **Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Inicia-se a apreciação da **1ª parte** da Pauta. **Item 6:** Projeto de Decreto Legislativo nº 870, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública, assinado em Brasília, em 6 de novembro de 2008*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Roberto Cavalcanti**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado parecer favorável. **Extra Pauta:** Requerimento nº 103, de 2009-CRE, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, que requer “... nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 870, de 2009, que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública, assinado em Brasília, em 6 de novembro de 2008*”. Aprovado. **Item 5:** Projeto de Decreto Legislativo nº 865, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, do Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/Eletróbás, celebrado em Brasília, em 13 de agosto de 2008*”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Marco Maciel**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado parecer favorável. **Extra Pauta:** Requerimento nº 104, de 2009-CRE, de autoria do Senador **Marco Maciel**, que requer “... nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 865, de 2009, que “*Aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, do Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/Eletróbás, celebrado em Brasília, em 13 de agosto de 2008*”. Aprovado. **Extra Pauta:** Requerimento nº 105, de 2009-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que requer “... nos

termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Presidente da República voto de conclamação para que, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, lance nos fóruns internacionais, principalmente na ONU – Organizações das Nações Unidas –, proposta de emenda ao Estatuto de Roma, de 1998, que criou a Corte Penal Internacional, em Haia, que possibilite a esse Tribunal o julgamento de responsáveis por crimes contra o Meio Ambiente, ampliando sua jurisdição”. Aprovado. **Item 1:** Projeto de Lei da Câmara nº 186, de 2009, de autoria do Presidente da República, que “Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e dá outras providências”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **José Agripino**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado parecer favorável. **Item 2:** Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Aloizio Mercadante**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado parecer favorável. **Extra Pauta:** Requerimento nº 107, de 2009-CRE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer “... nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2009, que ‘Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008’”. Aprovado. **Item 3:** Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **João Tenório**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado parecer favorável. **Extra Pauta:** Requerimento nº 108, de 2009-CRE, de autoria do Senador João Tenório, que requer “... nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2009, que ‘Aprova o texto do Acordo Quadro sobre

Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006’”. Aprovado. **Item 7:** Projeto de Decreto Legislativo nº 875, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrado em Brasília, em 14 de maio de 2008”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **João Pedro**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado parecer favorável. **Extra Pauta:** Requerimento nº 109, de 2009-CRE, de autoria do Senador João Pedro, que requer “... nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 875, de 2009, que ‘Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrado em Brasília, em 14 de maio de 2008’”. Aprovado. **Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo nº 845, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo sobre um Programa de Férias e Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, assinado em Auckland, em 28 de agosto de 2008”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Heráclito Fortes**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado parecer favorável. **Extra Pauta:** Requerimento nº 110, de 2009-CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que requer “... nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 845, de 2009, que ‘Aprova o texto do Acordo sobre um Programa de Férias e Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, assinado em Auckland, em 28 de agosto de 2008’”. Aprovado. Inicia-se a apreciação da **2ª parte** da Pauta: **Item 1:** Mensagem (SF) nº 208, de 2009, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Antonio Carlos Valadares**, relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório. Após a leitura do relatório, o

Senador Fernando Collor pede vista da matéria. Os Senadores Fernando Collor, Heráclito Fortes, Geraldo Mesquita Júnior, Roberto Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Renato Casagrande fazem uso da palavra. Foi concedida vista ao Senador Fernando Collor.

Extra Pauta: Requerimento nº 111, de 2009-CRE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que requer “... nos termos Regimentais, seja retirado o Requerimento (SF) nº 1.276, de 2009, aprovado por esta Comissão sob o número RQS nº 70, de 2009 – CRE, no dia 22 de setembro de 2009, que “Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Sr Manuel Zelaya, na forma da justificação anexada”. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às doze horas e dezenove minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 19 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 54ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à apreciação da pauta, que tem Projetos de Lei, acordos de Projeto de Decreto Legislativo e a discussão da indicação do embaixador do Brasil na Maurîtânia, Embaixador Flávio Hugo Lima Rocha Junior.

Vamos começar, aqui, nos itens não terminativos, presentes, aqui, com o Senador Roberto Cavalcanti. Senador, começando com o item de relatoria de V. Exa.

O Projeto de Decreto Legislativo nº. 870/09, que “aprova o texto do acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública, assinado em Brasília, em 06 de novembro de 2008”. A relatoria é do Senador Roberto Cavalcanti, a quem concedo a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Agradeço, Sr. Presidente. Trata-se de uma... de um acordo da mais alta importância entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa da Alemanha. Inclusive, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está na Alemanha, e esta viagem, um dos itens previstos é exatamente a assinatura desse acordo.

É um projeto que visa... É originário da Câmara, na Câmara, ele já passou pelo crivo da Comissão de Segurança Pública, combate ao crime organizado e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ela, na verdade, é acompanhada da proposição da mensagem 156, de 13 de março de 2009, do Poder Executivo.

Este encaminhamento ao Congresso Nacional, ele busca aprofundar a cooperação bilateral, na área de Segurança Pública, especialmente no que se refere à execução de projetos técnicos e operacionais, com vistas à modernização de instituições brasileiras ao combate à criminalidade.

A exposição de motivos registra, também, a cooperação, que será conduzida nas áreas de prevenção e combate a crimes transnacionais, cometidos ou projetados, e prevê a troca de informação, o intercâmbio de experiência, a dotação de medidas de prevenção e repressão e capacitação de especialistas.

Ao projeto não foram apresentadas emendas. Da análise, trata-se de um acordo, de um ato internacional, que está sob análise, e no desejo de fortalecer a cooperação entre os dois países, o Brasil e a Alemanha, e visa promover o bem-estar social e a Segurança Pública de ambos os Estados. Indica, por igual, a importância da cooperação, que se busca na prevenção e repressão à violência e à criminalidade. Destaca, ainda, a observância dos princípios da igualdade de direitos, da reciprocidade e do benefício mútuo, como guias do acordo celebrado.

Os Srs. Senadores têm a cópia do nosso relatório, e vou ao Voto. Por todo o exposto e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, por não encontrar óbices contra a constitucionalidade e a juridicidade, além de ser versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 870/09.

Na verdade, Sr. Presidente, trata-se de um acordo, o próprio Senador Romeu Tuma, que está aqui ao meu lado, que, em nível de Brasil, é uma das autoridades máximas nessa área, poderá, de forma consubstanciada, se acostar a este nosso relatório, no sentido de dotar o nosso país de melhor tecnologia, de melhores instrumentos técnicos no combate à criminalidade, através deste acordo entre um país como a Alemanha, que detém instrumentos de alta eficiência, no tocante à área técnica, no combate à criminalidade.

Era isso, Sr. Presidente, nada mais tendo a relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Eu coloco em discussão. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A gente não pode discutir o que está certo. O relatório do Senador Roberto Cavalcanti é perfeito. Queria chamar atenção que o Ministério da Justiça é a instituição designada para poder cumprir um acordo, ora relatado pelo Senador Roberto Cavalcanti. E importante, Senador Roberto Cavalcanti, o destaque que V. Exa. dá ao art. 4º do acordo, em que cita um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito... dez assuntos importantes, na área de segurança. Eu chamaria bastante atenção, que já existe, no Brasil, desde o tempo em que eu era diretor da Polícia Federal, o adido policial da Alemanha. Sempre trabalhou conosco, principalmente na troca de informações a respeito do tráfico de drogas.

E o Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Justiça, e o Ministro, felizmente é meu filho que é o secretário, tem andado mundo afora, para um acordo sobre o tráfico de pessoas, no respeito aos Direitos Humanos, em busca, sem dúvida nenhuma, de melhor tranquilizar a população, com que vem acontecendo no crime transnacional. Aqui fala em prostituição infantil, turismo sexual, pedofilia e tantos outros, que hoje ultrapassam nossas fronteiras e até além-mar.

Então, de forma que eu sou favorável à aprovação, com louvores ao relatório do Senador Roberto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Coloco em votação, portanto. Não havendo quem queira mais discutir... Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem. Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a V. Exa. a confiança na relatoria de tão importante item, tão importante acordo e, ao mesmo tempo, solicitar que V. Exa., dentro do regimento desta Casa, colocasse o presente projeto em regime de urgência, para que nós pudéssemos estar aqui... Nosso requerimento, para que nós pudéssemos dar a celeridade que o assunto necessita.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, encaminharei para a secretaria, sim--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Presidente está indo à Alemanha.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Já está lá, já.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Já está na Alemanha. Está perfeito. Faremos isso de imediato, pela secretaria.

O Senador Marco Maciel é o relator... Nós temos sete itens e um requerimento apresentado pelo Senador Fernando Collor, e depois é que teremos o embaixador.

Então, eu passarei, agora, para o Item 5, que é o PDS nº. 865/09, que "*aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, do Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Brasil e a Alemanha, sobre o Projeto Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/Eletróbrás, celebrado em Brasília, em 13 de agosto de 2008*". Senador Marco Maciel é o relator, eu, portanto, lhe passo a palavra, com muita honra.

Senador, eu, antes, vou só pedir ao Senador Heráclito Fortes que assuma a Presidência por dez minutos, que, hoje, comemora-se, ali no Plenário, os 50 anos do SERPRO, órgão do qual eu fui presidente e já está na minha hora de falar. Então, eu vou e volto correndo, enquanto discutimos os demais projetos. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Presidente Senador Heráclito Fortes, Sr. Presidente Fernando Collor de Mello, Senador Romeu Tuma, Senador Roberto Cavalcanti e Senador João Tenório, Sras. e Srs. Senadores.

"Sr. Presidente, com base no art. 49, inciso I, inciso I da Constituição Federal, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem 913, de 20 de novembro de 2008, portadora do texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre cooperação financeira, de 24 de outubro de 1991, relativa

ao programa e ao projeto, Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/ELETROBRÁS.

A troca de notas foi concluída em 13 de agosto de 2008. Por preceito constitucional, como sabem V. Exas., a mensagem presencial iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados. Naquela Casa, ela foi destinada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que decidiu pela formulação e aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, presentemente em análise.

A proposição foi seguida e apreciada pelas comissões de Minas e Energia, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e Cidadania. Aprovada pelo Plenário da Câmara, no dia 28 de outubro de 2009, a proposição foi recebida no Senado Federal no dia 04 de novembro subsequente.

Distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na mesma data, foi, em seguida, designada para o relator, que este subscreve o parecer, após prazo regimental, sem que tenha recebido emendas”.

Análise. “O instrumento internacional em pauta constitui Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre cooperação financeira, de 24 de outubro de 1991, a que já aludi.

O ajuste que ora se aprecia, Sr. Presidente, é relacionado com o projeto, aspas, ‘Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/ELETROBRÁS’, fecha aspas, e foi concluído pelos dois governos, em 2008, como já tive oportunidade de a esse dado me referir.

O ajuste tem por objetivo reprogramar empréstimos e contribuições financeiras não reembolsáveis, num total de 37 milhões, 232 mil, 289 euros e 52 centavos, destacando que esse ajuste passou a ser denominado de, aspas, ‘Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/ELETROBRÁS’, fecha aspas, em substituição ao anteriormente denominado, aspas, ‘Energias Renováveis no Norte e Nordeste do Brasil’, fecha aspas.

As notas trocadas, de idêntico teor, por sua natureza, compõem-se de cinco itens, referentes aos aspectos econômico-financeiros e outros dois de caráter administrativo operacional.

Pelo Item 1, a República Federal da Alemanha arrola os valores e a reprogramação de seis empréstimos e de uma contribuição financeira não reembolsável, a serem feitos ao Brasil, detalhando no Item 2 os prazos e condições para a quitação dos empréstimos.

Os Itens 3 e 4 prevêm uma contribuição financeira não reembolsável e o empréstimo conjugado, a

serem feitos pela Alemanha, também com destinações específicas e condições de quitação.

O Item 5 sumariza a movimentação financeira, que ocorrerá entre os dois países, para o programa objeto do ajuste.

Quanto aos parágrafos procedimentais, adjetivos, portanto, eles resolvem sobre a questão das disposições do Acordo de Cooperação Financeira Brasil e Alemanha, de 1991, para os casos omissos e sobre os idiomas oficiais do pacto, que são o português e o alemão.

Conforme anotado na exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, o instrumento internacional em exame é indicativo da continuidade das relações amistosas entre o Brasil e a Alemanha, mediante laços de cooperação financeira que visam a promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Explicita, Sr. Presidente, que o ajuste complementar refere-se a dois tipos de repasses: empréstimos de contribuições financeiras não reembolsáveis, e os empréstimos deverão ser quitados nos termos acordados. As contribuições não... As contribuições não reembolsáveis constituem montante que será doado, mediante a condição a ser aplicada no programa específico.

Esse ajuste insere-se, portanto, no profícuo quadro atual de cooperação econômica e financeira entre Brasil e Alemanha. Diversos instrumentos normativos bilaterais estão em vigor entre os dois países.

Nessa cooperação, observa-se preocupação alemã no sentido de que os projetos brasileiros de infraestrutura tenham conteúdo de sustentabilidade, com privilégio para projetos que envolvam energias limpas e de preservação ambiental, como é o caso, por exemplo, de hidrelétricas.

Com esse intuito, abrem as portas para suporte técnico e contribuições financeiras não reembolsáveis. O desenvolvimento de programas de pequenas centrais hidrelétricas é importante para o setor elétrico nacional, uma vez que incrementa a oferta de energia renovável a custos já competitivos, não demandam investimento inicial elevado, podem ser implantados em curtos prazos, apresentam baixo impacto ambiental, aí a razão da opção pela hidroeletricidade, e empregam significativa quantidade de mão de obra local, gerando emprego, além de poderem ser construídas próximas das áreas de consumo, evitando a construção de grandes sistemas de transmissão.

Ante o exposto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ante o exposto, considerando-se a inexistência de proposição de quaisquer vícios de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa, tendo em vista o impacto positivo deste ajuste

financeiro para a infraestrutura do país, o Voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 865/09". Esse é o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Os Srs. Senadores que queiram discuti-lo... Senador Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só, Senador Marco Maciel, é doação em empréstimo não reembolsável?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente. Mesmo que seja aplicado num programa--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --de renovação renovável, sem poluição. Já tem alguma vinculação com o Programa Internacional de Não Aquecimento.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É a primeira vez que eu vejo empréstimo não reembolsável.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está ok. Parabéns pelo relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Aliás, é uma boa modalidade para quem toma esse empréstimo [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Feito o esclarecimento, não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, gostaria que fosse concedida urgência para a proposição que acabamos de aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em votação a solicitação de pedido de urgência. Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Solicito à Mesa que tome as devidas providências.

Temos requerimento sobre a Mesa, que vamos ler. *"Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Presidente da República voto de conclamação, para que, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, lance nos fóruns internacionais, principalmente na ONU, proposta de emenda ao Estatuto de Roma, de 98, que criou a Corte Penal Internacional, em Haia, que possibilite a esse Tribunal julgamento de responsáveis por crimes contra o meio ambiente, ampliando sua jurisdição".*

O requerimento é de autoria do Senador Fernando Collor. Nós temos aqui a justificativa, mas, como ele pede para encaminhar, o próprio encaminhamento

quero crer que seja a justificativa. Portanto, passo-lhe a palavra.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Presidente Heráclito Fortes.

"A Corte Penal Internacional, com sede em Haia, na Holanda, ela foi criada pelo Estatuto de Roma, de 17 de julho de 1998, e que entrou em vigor em 1º de julho de 2002. Tem como objetivo impedir a impunidade daqueles que cometem graves crimes que ameacem a paz, a segurança e o bem-estar mundiais.

Embora relacione-se com a Organização das Nações Unidas, a corte é órgão independente, dotado de personalidade jurídica internacional própria. Ela tem jurisdição sobre pessoas, no que diz respeito aos mais sérios crimes, objeto de preocupação da comunidade internacional, e complementa as jurisdições penais nacionais.

De acordo com o instrumento que a fundou, o Estatuto de Roma, do qual o Brasil é signatário, a Corte Criminal abrange o genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e de agressão. Essas grandes áreas de jurisdição são objeto de extensa e precisa tipificação, de que citam-se alguns exemplos.

No caso do genocídio, o documento internacional contempla os atos cometidos com a intenção de destruir total ou parcialmente um grupo nacional étnico, racial ou religioso. São ações que se verificam, por exemplo, por meio da morte de membros do grupo ou da imposição deliberada de condições de vida que podem levar à sua destruição física, total ou parcial.

No que diz respeito aos crimes contra a humanidade, temos situações, como amplo e sistemático ataque contra qualquer população civil, caracterizado pelo extermínio ou transferência forçada de população. Sobre crimes de guerra, o estatuto cita desobediência à Convenção de Genebra, de 12 de agosto de 1949, principalmente em relação à população civil. Inclui uso de substâncias tóxicas e venenosas, o emprego da fome como método de luta e o tratamento humilhante e degradante.

Esses poucos exemplos da exaustiva listagem do Estatuto de Roma, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, mostram-nos que todas essas condutas são, em síntese, agressões ao ser humano, à própria humanidade, que não podem ficar impunes.

Temos, aqui, uma inegável analogia com as agressões à natureza. O tratamento degradante dado ao meio ambiente, que se torna, também, agressão ao ser humano. Assim, a mudança climática, ao provocar violentas alterações ambientais, como secas e chuvas torrenciais frequentes, está levando ao deslocamento forçado de populações inteiras.

O aquecimento global já causa aumento do nível dos oceanos, como todos nós sabemos, forçando o deslocamento populacional em várias partes do globo, como já acontece, hoje, em Tuvalu e Kiribati, e mesmo ao desaparecimento paulatino de ilhas habitadas.

As mudanças do clima levam à diminuição de colheitas e à fome e prejudicam, principalmente, as populações mais carentes. A escassez de água e a desertificação também atingem as camadas mais pobres. A emissão de gases tóxicos e o lançamento descontrolado e irresponsável de poluentes na atmosfera, nas águas e no solo equivalem ao uso de venenos e armas químicas, cuja condenação já é prevista nas convenções sobre a guerra e encampada pelo estatuto que criou a Corte Criminal Internacional.

Assim, creio que, agora, às vésperas da Conferência de Copenhague, COP-15, é chegado o momento de propormos que às atribuições da corte sejam acrescentados os crimes ambientais internacionais. Não podemos deixar que os autores de crimes contra a natureza e, portanto, contra a humanidade, que equiparo aos genocidas e aos criminosos de guerra, fiquem impunes, por mais politicamente poderosos que hoje sejam. Deverão ser julgados dirigentes que, por ação ou omissão, cometam crimes ambientais internacionais.

Cumpra, portanto, fazer com que a corte passe a ter competência para julgar crimes ambientais contra a humanidade. O Estatuto de Roma prevê, no seu art. 121, a possibilidade de que, sete anos após sua entrada em vigor, que aconteceu em 2002, qualquer Estado membro poderá propor emendas. Determina, ademais, a realização de conferência de revisão, também após sete anos de vigência.

Essa conferência terá lugar no próximo ano, em 2010, em Uganda. Como o Brasil, desde a Rio 92, está na vanguarda da luta internacional pelo meio ambiente, conclama o Governo brasileiro a propor emenda ao Estatuto de Roma, no sentido de que a corte passe a ser competente para julgar crimes ambientais contra a humanidade”.

É essa a justificativa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que apresento ao requerimento que V. Exa. tem sobre a Mesa.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir... Sobre a matéria?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sobre a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Não, eu queria apoiar a iniciativa. Acho que não basta nós estabelecermos metas globais para enfrentar o aquecimento global e combater os gases tóxicos, nós precisamos de instrumentos novos, que sejam capazes de enfrentar esse imenso desafio.

Eu tenho defendido, algum tempo, que... Acho que já apresentamos, inclusive, o voto, aqui no Senado Federal, para que fosse constituído um organismo, a exemplo da Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, FMI, para tratar uma agência global, no âmbito da ONU, que tratasse dessa matéria. E também a constituição de um fundo internacional, que seria formado pela contribuição de 1% sobre o valor das importações dos países.

E acho que nós precisamos de um Tribunal, que tenha a competência de julgar também os crimes ambientais, pela importância histórica, decisiva que essa matéria trará na agenda internacional e na preservação da vida no planeta. Então, quero parabenizar a iniciativa, e tem todo o nosso apoio.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sobre a matéria, com a palavra o senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estava... O relatório é importantíssimo. Importantíssimo o relatório do Senador Fernando Collor, porque é o momento exato em que se discute a coisa mais importante para a preservação da vida. Vida eu digo num caráter geral, não só do ser humano, mas da própria natureza, das pessoas. E o senador tem um conhecimento profundo sobre isso, tem participado de todas as comissões, discutido o assunto na televisão e na própria Infraestrutura, que ele preside. De forma que eu gostaria de receber cópia do relatório, porque eu acho que é importante, até para nossa orientação. Cumprimento V. Exa.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Mesa comunica que já estará providenciando as cópias, e V. Exa. terá acesso a uma delas logo, logo.

Não havendo mais quem queira discuti-la, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 01 da pauta. Da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Lei da Câmara 186/09, PL 2.878/08, na origem. Do Presidente da República, que “dispõe sobre a criação da Universidade Federal

da *Integração Latino-Americana, UNILA, e dá outras providências*”.

Tem como relator o Senador José Agripino, a quem passo a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse Projeto de Lei da Câmara nº. 186/09 é de iniciativa do Presidente da República e tem como finalidade criar a UNILA.

“A criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana integra o conjunto de ações do Governo Federal voltadas para a valorização da educação, na condição de instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável e de mecanismos de inserção das parcelas mais carentes da população brasileira, nas instituições de ensino superior.

Reportamo-nos especialmente àquelas que integram o plano de desenvolvimento da educação, PDE, e, de modo particular, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, REUNI.

A proposição insere-se no conjunto de ações e metas do plano de ação do MERCOSUL, para o período 2006/2010, entre as quais se destacam: contribuir para a integração regional, mediante políticas educativas que promovam a cidadania regional; uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos Direitos Humanos e ao meio ambiente; e promover a cooperação solidária e intercâmbio para melhorar os sistemas educativos dos Estados pares.

Nesse contexto, o funcionamento de instituições educacionais de fronteira, como é o caso da UNILA, constitui resultado esperado para o fim do período acima mencionado. Conforme sintetiza com propriedade o relator da matéria na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Deputado Ângelo Vanhoni, a criação da UNILA é empreendimento histórico e representa um passo fundamental para a construção de uma mentalidade de integração regional, fundamentada nos valores mais relevantes para o século em que vivemos. A valorização da diversidade e o combate à discriminação, a cultura da paz, a tolerância e a solidariedade”.

Quero fazer um destaque especial. A integração latino-americana, através do MERCOSUL, ou sul-americana, através do MERCOSUL, já deu passos robustos e importantes, como o Parlamento do MERCOSUL, as reuniões permanentes dos fóruns econômicos, e a criação da UNILA será o grande amálgama do MERCOSUL, no campo da educação e da cultura.

“Por essa razão e em face das ponderações é que nosso Voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 186/09”.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Para discutir, tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, eu queria cumprimentar V. Exa., Senador José Agripino, porque é um assunto que foi tratado numa das reuniões do MERCOSUL. A importância da instalação na universidade, que vai servir os países componentes do MERCOSUL.

E o Ministro Fernando Haddad esteve na reunião do MERCOSUL, em Montevidéu, para explicar as condições da criação dessa universidade, principalmente os currículos especiais que elas terão, para desenvolvimento da área de direito, de indústria, de tudo aquilo que possa favorecer a integração dos países do MERCOSUL. De forma que eu cumprimento V. Exa. e pediria a urgência para o projeto, em razão da... do compromisso que o Brasil já assumiu, perante o Parlamento do MERCOSUL. O Mercadante é testemunha, aqui, que o Fernando Haddad lá esteve para expor e assumiu, perante os outros membros, compromisso da instalação urgente dessa universidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação. Senador Mercadante, para discutir.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer o parecer do Senador José Agripino, competente parecer de uma matéria que acho que é fundamental que o Brasil tenha a dimensão do que ela pode representar.

Se nós quisermos aprofundar o processo de integração regional, além dos acordos comerciais, nós precisamos superar o déficit democrático do MERCOSUL, fortalecendo o Parlamento do MERCOSUL e criando instituições que avancem na construção da UNASUL.

Criar uma universidade latino-americana será uma grande oportunidade de pensar a especificidade regional, de integrar culturas, de ter uma visão multidisciplinar da problemática da integração, dos projetos estruturantes, que vão impulsionar o desenvolvimento da América do Sul e da nossa integração. Portanto, acho que é um projeto de grande alcance histórico, patrocinado pelo Governo, com participação de toda a oposição, que eu tenho certeza de que ajudará a construir essa ideia generosa e relevante para a história latino-americana.

Quero parabenizar o Senador José Agripino pelo relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há um requerimento de urgência, feito pelo Senador Romeu Tuma. Os senadores que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente. Estou encaminhando por escrito Requerimento nº. 106, solicitando exatamente a tramitação, em regime de urgência, para esse Projeto de Lei. E eu vou colocar na pauta da reunião de líderes a inclusão dessa matéria como um dos assuntos prioritários a serem votados, antes do recesso.

Mas estou encaminhando a V. Exa. o requerimento de urgência, coincidente com a proposição feita pelo Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. será atendido. Item 2.

Bom, faríamos, então, a fusão. Existe um requerimento do Senador José Agripino... V. Exa... Em votação o requerimento do Senador José Agripino. Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 2 da pauta. Projeto da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Decreto Legislativo 496/09, PDC 984/08. De autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008”*.

O autor é o Senador Aloizio Mercadante, a quem passo a palavra. O relator. Para que fique claro.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Relator. Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse projeto é um Decreto Legislativo nº. 496/09, que *“aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008”*.

Eu vou apenas ler um resumo, dado que foi distribuída a íntegra do nosso parecer.

“O objetivo do projeto é permitir que os dependentes de membros de missão diplomática ou consular, de uma das partes signatárias, sejam autorizados a exercer atividade remunerada no Estado aqui ditado, de acordo com a Legislação do referido Estado e uma vez obtida a respectiva autorização, nos termos do presente acordo.

Segundo o acordo, são considerados dependentes o cônjuge, companheiro ou companheira, filhos e

filhas solteiras, menores de 21 anos, filhos e filhas solteiras menores de 25 anos, que estejam frequentando cursos universitários, em horário integral, e filhos e filhas solteiras dependentes economicamente de seus pais e com deficiências físicas ou mentais.

A posição do nosso relatório é favorável, lembrando que o Brasil tem acordos semelhantes, assinados com diversos outros países. Tais acordos refletem a tendência atual de extensão aos dependentes dos agentes das missões oficiais a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

E lembrando que, hoje, 03 de dezembro, o Presidente está em Berlim, reunido com o Presidente da República Federal da Alemanha, Horst Köhler, e, na sexta-feira, em Hamburgo, onde participará da sessão de encerramento do Encontro Empresarial Brasil/Alemanha.

A visita de Estado à Alemanha insere-se no quadro de intensificação da aproximação política, econômica e comercial entre os dois países, verificada principalmente a partir das visitas do Brasil do Presidente Horst Köhler, em março de 2007, e da Chanceler Ângela Merkel, em maio de 2008.

Portanto, vem, dentro desse esforço do Governo e, agora, do Senado Federal, de aprofundarmos as relações com essa nação tão importante econômica, política e historicamente, que é a Alemanha, um país que lidera a integração da União Europeia, que tem um papel destacado na economia e nas finanças internacionais, tem uma presença muito forte na nossa história, com muitos migrantes que vieram da Alemanha, especialmente para São Paulo; temos muitas importantes empresas aqui e lá atuando, o comércio bilateral muito forte, e estamos, agora, aprimorando nossas relações bilaterais.

Portanto, somos favoráveis ao projeto, na forma do relatório apresentado”.

E queria, depois, também, presidente, assim que for aprovado, solicitar o pedido de urgência à matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de parabenizar o Líder Aloizio Mercadante e o espírito do projeto. É inconcebível que, realmente, membros de... Dependentes de membros de missões diplomáticas não possam exercer, reciprocamente,

nos seus países, atividades como as que estão aqui previstas.

Parabéns pelo espírito do projeto e parabéns pelo relatório do Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Há um pedido de urgência--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pedido de urgência ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em votação o pedido de urgência. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 3. Comissão de Relações Exteriores, sobre o projeto do Decreto Legislativo 721/09, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"aprova o texto do Acordo Quadro sobre a Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa do Peru, celebrado em Brasília, em 09 de novembro de 2006"*.

O relator é o Senador João Ribeiro, que, encontrando-se ausente, peço ao outro João, Tenório, que exerça a função de relator, a quem passo a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): *"Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 721, de 2009, que resulta na Mensagem nº. 601, de 13 de agosto de 2007, enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com art. 84, inciso VIII da Constituição, para apreciação do acordo acima ementado."*

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo, em análise, ali registrado sob o número 1.383/09.

A proposição passou, em seguida, pelo crivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Turismo e Desporto. A proposição vem do Senado Federal... Vem ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 02 de setembro de 2009, e a este relator, em 15 de setembro, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

Segundo esclarece a exposição de motivos assinada pelo ministro de estado das relações exteriores e que acompanha a mensagem presidencial, o acordo realizado as aspirações nacional de cooperação e integração da América do Sul fortalece a confiança e a transparência mútua em matéria de defesa.

São priorizados pelo acordo a pesquisa e o desenvolvimento, o apoio logístico e a aquisição de produtos e serviços. O compartilhamento do conhecimento e a experiência, a promoção de ações conjuntas de treinamento e instrução militar, a colaboração em assuntos relativos a equipamentos e sistemas, a intercâmbio de pessoal e informação, a cooperação em matéria de equipamento militar e treinamento".

Análise. *"Para além de um acordo de cooperação na área de defesa, o pacto bilateral, ao reconhecer o art. 1º, alínea 'a', tem por objetivo o desenvolvimento de visão compartilhada de defesa e a identificação de temas e interesses comuns, no âmbito global, hemisférico e regional, reveste-se de importância estratégica. Esse é o princípio que inspira e norteia toda a cooperação, em todos os seus meios e modos."*

Embora os conceitos contemporâneos de geopolítica privilegiem a manutenção e a expansão do poder, pela extensão de outras redes de influência e dependência, que não a delimitada pela força bélica, econômica, ideológica, política, como exemplos, de certo, a capacidade de defesa de um país permanece como importante elemento de definição de sua inserção internacional, para além de sua instrumentalidade, na debelação das ameaças internacionais ou transnacionais, como a criminalidade organizada."

Ao se projetar a formação de um espaço de integração regional, na qual a união de esforços aperfeiçoa os resultados das políticas governamentais e regionais, em nome da segurança e da defesa, como no caso concreto, nada mais razoável que a pacificação prévia de uma perspectiva conjunta de defesa.

É nesse sentido que alinhavam todas as atividades de cooperação do tema. De resto, constam do acordo cláusula padrão sobre a responsabilidade financeira, quando a cooperação e a assistência médica ou ao pessoal responsabilidade civil pelas atividades militares, levado a cabo no bojo da cooperação, segurança de matérias classificadas, emenda, revisão e ajustes complementares, solução de controvérsia, vigência e denúncia do tratado.

No momento histórico vivido, no qual a América Latina é assaltada por desconfiças mútuas, quanto à intenção implícita dos países na reformulação e promoção dos seus programas de defesa e incremento de efetivos. A valorização da cooperação regional, em termos tão transparentes quanto os fixados nesse acordo é de todo oportuno e conveniente para estabilizar as expectativas e reafirmar o compromisso e interesse e valores comuns do subcontinente. Acena aos participantes do tabuleiro geopolítico regional a boa-fé e o compromisso próprio de quem patrocina a causa da atuação conjunta.

O Voto, Sr. Presidente, portanto, por todo o exposto e por não apresentar o Projeto de Decreto Legislativo nº. 271/09 vício algum de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, além de revelar conveniente e oportuno, o Voto é por sua aprovação”.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Peço desculpas de estar usando a palavra toda hora, mas tem um alerta que o Senador João Ribeiro faz, aqui, senador, que eu cumprimento V. Exa., ao final de seu relatório, em que V. Exa. alerta para o momento histórico vivido na América Latina.

A desconfiança mútua, e isso parece que vem crescendo entre os países, em razão de comportamento não muito claro de alguns presidentes ou líderes regionais. De forma que esses compromissos, esses acordos entre países, para que dê uma transparência de cooperação, e não militarização total, o que vem acontecendo, com reaparelhamento das forças bélicas, em razão da possibilidade de qualquer agressão, acho que V. Exa. recebe os cumprimentos por esse alerta, e acredito que outros acordos dessa natureza deverão ser estimulados. Parabéns, senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Só me acostar ao que foi pinçado, com extrema competência, pelo Senador Romeu Tuma, no tocante ao relatório, que é... O trecho que se refere ao momento histórico vivido pela América Latina, no seu aspecto militar. Parabenizo ao relator, ao relator *ad hoc* e ao Senador Romeu Tuma.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 6.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em votação o pedido de urgência. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 6 da pauta. Comissão de Relações Exteriores. Projeto de Decreto Legislativo nº. 870...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, já foi votado e aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ah, já foi votado e aprovado?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, vamos passar ao item... Em

atenção a V. Exa., o Item 7. Mas, na realidade, deveria ser o Item 4, que eu relato. Mas eu quero ser bonzinho com V. Exa., hoje.

Um momento só. Projeto de Decreto Legislativo 875/09, PDC 1.741, na origem, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova o texto de Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha, sobre a Cooperação no Setor de Energia, com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrado em Brasília, em 14 de maio de 2008”*.

Senador João Pedro, por demais oportuno esse acordo, nesse mesmo em que nós estamos vivendo apagões. V. Exa. é o relator, a quem passo a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou, avançado, sair do relatório já para a análise.

“Versado em nove artigos, o acordo estabelece cooperação bilateral no setor de energia, com foco em energias renováveis e eficiência energética.

Nós consideramos o ato internacional em apreciação às partes contratantes, destaco, em resumo, a necessidade de assegurar o uso seguro e sustentável de energia; a imprescindibilidade de processo de energia que reduza a emissão de poluentes e gases de efeito estufa na atmosfera.

O objetivo comum de cooperação para aperfeiçoar e desenvolver infraestrutura de energia sustentável, por meio de eficiência energética e medida de economia de energia, o interesse comum no desenvolvimento de tecnologias, no campo da eficiência energética e das energias renováveis.

O presente tratado está de tal ou qual maneira amparado num acordo quadro sobre cooperação, em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, firmado entre as partes, em 20 de março de 1996.

Ele se vale por igual do acordo básico de cooperação técnica firmado entre as partes, em 17 de setembro de 1996. Pode-se, ainda, invocar a parceria no setor energético, estipulada por ambos os países, em plano de ação sancionada por seus respectivos governos, em fevereiro de 2002.

Vê-se, pois, que se cuida do item importante na agenda bilateral. Assim, o acordo dá consequência ainda maior à aproximação bilateral que se pretende no campo das energias renováveis.

Nesse sentido, o documento indica, como áreas adequadas para a cooperação bilateral, no campo das energias renováveis e hidrelétrica, eletricidade, a energia eólica, a solar, a biomassa, os resíduos sólidos, a geotérmica, a oceânica e os biocombustíveis.

No domínio da eficiência energética, indica todas as formas de conservação e uso racional de energia. Com o objetivo de aprofundar a cooperação, as partes criarão grupos de trabalho específicos. O texto dispõe, ainda, a necessidade de observância dos direitos de propriedade intelectual, em conformidade com a respectiva legislação nacional e com os acordos internacionais em vigor, nos dois países.

Em seus dispositivos finais, o documento disciplina sua validade em 15 anos, renovados por períodos de cinco anos, salvo eventual denúncia por uma das partes.

Assim é que, em nosso entendimento, o acordo bilateral em tela segue os parâmetros normativos brasileiros, com relação à matéria. Para além dessa circunstância, ele proporcionará as relações teuto-brasileiras, salto qualitativo, na medida em que proporciona elementos concretos para a efetivação da cooperação, em campo da maior importância, para ambos os países, e em derradeira análise para a humanidade.

O Voto, Sr. Presidente, por todo o exposto, não apresentando projeto qualquer vício de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, somos pela aprovação do presente Projeto do Decreto Legislativo 875/09”.

Esse é o Voto, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Pedro. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, eu estou solicitando urgência para a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Vamos primeiro... Quem estiver de acordo permaneçam como estão. Srs. Senadores. Portanto, está aprovado, solicitada urgência pelo Senador João Pedro.

Senador João Tenório com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu gostaria de registrar a importância desse item, porque todas as oportunidades que nós temos de participar de algum evento, sobretudo evento internacional, como foi o caso, agora, em Nova Iorque, na ONU, o tema de meio ambiente atinge o Brasil de uma maneira completamente, digamos, assim, assimétrica, eu diria.

De um lado, o país é criticado pela destruição das suas florestas, das queimadas recorrentes, enfim, tudo isso que todos nós temos conhecimento. Do outro lado, é super elogiado pelo seu trabalho, pela

busca das energias renováveis, como é o caso proposto, agora, pelo relator João Pedro, no acordo com a Alemanha.

Então, tudo aquilo que vier a proporcionar uma extensão, uma facilitação e uma... Digamos assim, levar ao mundo esse empenho brasileiro, essa preocupação brasileira de trabalhar com esse item é muito bem-vindo, porque compensa, pelo menos em parte, aquela visão negativa que nós temos do outro lado da questão, que é a questão do desmatamento, que sempre é recorrente, das queimadas, enfim.

Então, eu gostaria de citar o senador... De registrar ao Senador João Pedro, concordar plenamente com seu relatório e dizer que eu acho que está exatamente dentro do momento que vive a audiência internacional e, particularmente, os interesses brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório. E coloca, realmente, com pertinência essa questão da importância da questão ambiental.

O último item que nós temos, antes de passarmos ao embaixador, é o Item nº. 4, de relatoria do Senador Heráclito Fortes. É o Projeto de Decreto Legislativo nº. 845/09, que “aprova o texto do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho entre o Governo do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, assinado em Auckland, dia 28 de agosto de 2008”.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A urgência não, está bem. Tem razão. Então, coloco em votação o pedido de urgência para o item anterior, relatado pelo Senador João Pedro. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovada também a urgência.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): “Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima remetido.

No mesmo sentido, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo 845, de 2009, PDC 1.396, de 2009, na origem. Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado em Plenário, no dia 08 de outubro de 2009, após passar pelo crivo das comissões de Trabalho, Administração, Serviço Público e Constituição, Justiça e Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem 128, de março de 2009, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, bem como a exposição de motivos nº. 39, de 03 de fevereiro de 2009 do ministro de estado das relações exteriores.

Cumpra registrar, ainda, que não foram apresentadas emendas ao projeto, no prazo regimental”.

O tratado composto de 15 artigos, Sr. Presidente, eu vou resumir, para facilitar o trabalho de V. Exa., “permite a brasileiros em gozo de férias e trabalho, trabalho para cidadãos brasileiros na Nova Zelândia e para cidadãos neozelandeses no Brasil.

O programa contempla, como o nome indica, a possibilidade de trabalho de nacionais de cada Estado no território do outro. Isso se dá mediante outorga do visto temporário, que se insere na categoria conhecida como visto de férias e trabalho.

O visto mencionado outorga ao portador a possibilidade de trabalhar no país, receptor como meio de complementar os fundos destinados a sua viagem de férias. O contexto da facilitação de vistos insere-se na prática de a maioria dos Estados celebrarem acordos bilaterais, em que se concedam a seus nacionais, de forma recíproca, certos benefícios consulares e de outra índole.

Esse modo de proceder favorece o intercâmbio cultural entre súditos de diferentes países, e, no presente caso, possibilita aos jovens por eles contemplados a experiência de viver em outro país, sem ônus de experimentar custos mais elevados. Deve-se observar, contudo, que o trabalho não é a principal razão dessa visita”.

Então, Sr. Presidente, resumindo, o objetivo é esse, é um tratado... Acho que altamente positivo, no atual momento, melhor para o Brasil do que para a própria Nova Zelândia.

Por determinação expressa de V. Exa., tive que sacrificar-me ir à Nova Zelândia dois meses atrás, onde observei a satisfação com que estudantes brasileiros já praticam, de maneira informal, esse programa e aguardam com muita ansiedade essa formalização.

Daí porque meu parecer é favorável e apelo para a compreensão dos companheiros, no sentido da sua aprovação. Ao mesmo tempo, rogo a V. Exa. que ponha em votação, caso aprovado o objetivo do requerimento, que... O objetivo, que aprove um requerimento de urgência para a matéria, uma vez que há uma expectativa muito grande entre brasileiros e neozelandeses para a prática formal desse acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Heráclito coloca com muita clareza essa questão, o número de brasileiros que vão fazer intercâmbio na Nova Zelândia tem crescido

muito, e são recebidos de uma maneira muito amável, e todos que retornam retornam muito satisfeitos. Tem sido essa uma grande... Tem sido um grande fluxo de estudantes brasileiros que aprendem inglês na Nova Zelândia e de lá voltam satisfeitos com esse conhecimento.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, duas abordagens. Uma primeira, que gostaria que V. Exa. me colocasse nesse mesmo nível de sacrifício do Senador Heráclito Fortes. Quando tiver essas oportunidades de ir à Nova Zelândia eu gostaria de ser voluntário a este sacrifício. Em segundo lugar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Só para compensar, ele foi também em Cayenne e Paramaribo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Isso, isso, também concordo. Viagem é sempre muito gostosa. E gostaria também de fazer o registro, me acostando às palavras de V. Exa., eu tenho um filho que passou um ano na Nova Zelândia, fazendo *high school*, e é exatamente o problema, este acordo vai minimizar uma série de pequenos incidentes que existem, hoje, no tocante ao desejo daqueles brasileiros que lá estão trabalharem.

O país é fantástico, o país é belíssimo, o nível de inglês e o nível de educação, realmente, é exemplar. Eu parabenizo o acordo e parabenizo o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu indagaria só do Senador Heráclito se ele fez aquele negócio... Como é que chama? Que pula de *bug jumping*... Como é que aquele que pula... Aquele esporte radical?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É o país sede dos esportes radicais, então, nós queríamos saber exatamente de qual dos esportes radicais o senador participou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero dizer a V. Exa. que uma das coisas que eu aboli da minha vida é o radicalismo, em qualquer circunstância. Então, o esporte também não me serve. Eu sou um moderado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, continua em discussão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até no esporte.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Trata-se de um senador regenerado [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Continua em discussão. Não havendo quem queira, portanto, discutir mais, eu coloco em votação, portanto, este acordo do Brasil com a Nova

Zelândia. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado.

Vamos à urgência. Agora, coloco também em votação a urgência solicitada pelo Senador Heráclito Fortes. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Passamos à segunda parte da reunião. Eu convido, para compor a mesa, o Embaixador Flávio Hugo Lima Rocha Junior, indicado para a República Islâmica da Mauritânia.

A Mensagem nº. 208/09, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Flávio Hugo Lima Rocha Junior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República Islâmica da Mauritânia*”.

O relator é o Senador Antonio Carlos Valadares, a quem concedo a palavra, para ler seu relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Embaixador, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Flávio Hugo Lima Rocha Junior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República Islâmica da Mauritânia.

Presidente, eu gostaria que pedisse aí ao locutor que aumentasse o volume. Caso contrário, se não for possível... Já melhorou.

“*A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal, para apreciar, previamente, e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Art. 52, inciso IV.*”

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou curriculum vitae do diplomata, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem: nascido em Recife, Pernambuco, Flávio Hugo Lima Rocha Junior de Mello é filho de Flávio Hugo Lima da Rocha e Nair Souza Lima Rocha. Frequentou, no Instituto Rio Branco, o curso de preparação à carreira de diplomata, em 1984. Nomeado terceiro secretário, em 1985, o diplomata foi promovido a segundo secretário, em 1990, e, por merecimento, a primeiro secretário, em 1997; a conselheiro, em 2004; e a ministro de segunda classe, em 2009.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: assistente da divisão de visitas, cavalheiro da ordem de maio, ao mérito, Argentina; assessor do departamento econômico, terceiro e segundo secretário da Embai-

xada em Varsóvia; segundo secretário na Embaixada em Londres; segundo, primeiro e conselheiro comissionado na Embaixada em Argel; chefe da divisão de informática, chefe substituto da coordenação geral de planejamento estratégico, encarregado de negócios em missão diplomática na Embaixada em Argel; chefe substituto no departamento de comunicação e documentação; conselheiro na Embaixada em Paris.

Consta, ainda, no processado, além do currículo relatado, documento informativo sobre a República Islâmica da Mauritânia. República Islâmica da Mauritânia, capital Nouackchott, caracteriza-se como República Presidencialista, tendo o atual Presidente Mohamed Ould Abdel sido eleito em 2008, após o golpe que tirou do poder o Presidente Abdallahi, e, como chefe... Abdallahi, e, como chefe do governo, Yahya Ould Ahmed el-Waghef(F), desde agosto de 2009.

O Brasil e a Mauritânia estabeleceram relações diplomáticas em 1961. Desde então, assinaram acordo bilateral, o protocolo sobre a expansão comercial e cooperação econômica, em 10 de março de 1976, que ainda está em vigor.

Atualmente, o Brasil é representado, junto ao governo, pela embaixadora brasileira em Dakar, em caráter cumulativo. Nos últimos anos, os contatos entre autoridades de alto nível dos dois países intensificaram por ocasião da Cúpula América do Sul-Países Árabes, a ministra dos negócios estrangeiros e da cooperação [ininteligível] manifestou interesse de intensificar o diálogo político e a cooperação bilateral com o Brasil.

Fora, então, manifestada a decisão política de concretizar a abertura da Embaixada do Brasil na Mauritânia. Embora as relações bilaterais Brasil-Mauritânia ainda estejam aquém do seu potencial, a tendência é de expansão, a curto e médio prazos, principalmente a cooperação em matéria de petróleo e gás. Tendo em vista que a Mauritânia dispõe de importantes jazidas offshore e significantes reservas de gás natural.

Existe também possibilidade de cooperação nos campos de agricultura, pecuária e biocombustível. Ainda no campo econômico, é importante lembrar que, embora ainda pouco expressivo o comércio entre Brasil e Mauritânia, teve grande incremento, desde 2003. Passou de 19,5 milhões para 79,4 milhões de dólares, em 2007, exportando açúcar, 41,6 milhões de dólares, carnes, cereais e fumo, sendo o sétimo maior exportador para a Mauritânia.

Desde 2007, o comércio se beneficia da criação da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Mauritânia, com sede em São Paulo. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações, no âmbito deste relatório. Somos favoráveis integralmente à aprovação do nome indicado pelo Sr.

Presidente da República, o Dr. Flávio Hugo Lima Rocha Junior, para ocupar, em caráter permanente, na condição de embaixador do Brasil, junto à República Islâmica da Mauritânia”.

Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Antonio Carlos. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

Senador Fernando Collor pede vista. É regimental. Portanto, vista concedida, pela solicitação do Senador Fernando Collor. Uma semana, até a próxima reunião da semana que vem, então.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu só, como relator, tendo em vista que se trata de... A primeira Embaixada que o Brasil está instalando na Mauritânia, o que é um fato histórico, já que, hoje, quem responde pela Embaixada é nossa embaixadora em Dakar, eu gostaria de ponderar, se possível, tem todo o direito nosso Presidente Collor de pedir vistas. Mas, se possível, gostaria que V. Exa. reconsiderasse, já que o indicado tem todas as qualificações necessárias para o exercício do cargo e se trata de um fato histórico, que, pela primeira vez, o Brasil está instalando uma Embaixada lá na Mauritânia. O que isso vai incrementar, sem dúvida alguma, nosso comércio bilateral. Que, como eu falei no relatório, nos últimos... Nos últimos anos, tem crescido enormemente.

Mas V. Exa. tem todo direito. Apenas eu peço, se possível, sua reconsideração. Não é nada em relação ao meu relatório.

Eu gostaria que ficasse bem claro que nosso presidente... Nosso colega, Senador Collor, Fernando Collor, acaba de afirmar que nada tem de restrição ao nosso relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeito.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ele vai, na próxima sessão, devolver o relatório, com as explicações a que ele tem direito. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Heráclito, primeiro, com o uso da palavra, depois Roberto e Geraldo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidente que a solicitação do Senador Collor, ela é regimental. E não nos resta outra alternativa, a não ser acatá-la. Ele tem um prazo regimental, que terá que ser seguido. E esse prazo é até cinco dias. Evidentemente que eu queria fazer uma proposta--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Cinco dias úteis.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Úteis. Eu queria fazer uma proposta, que dependerá de V. Exa. É uma convocação de uma Sessão Extraordinária para hoje, às três horas da tarde. Se, até esse horário, o Senador Collor dirimir suas dúvidas sobre a matéria em votação, ela seria realizada; caso contrário, nós temos que respeitar o direito legal do companheiro de fazer o pedido de vista. Apenas apresentaria essa solicitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Collor, antes.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, em relação às solicitações que aqui foram colocadas, eu entendo perfeitamente a que foi feita pelo Senador Antonio Carlos Valadares, relator da matéria, e também o que solicita o Senador Heráclito Fortes. Mas, de minha parte, eu não teria condições de, em poucas horas, oferecer, e fazendo o estudo que eu desejo fazer, oferecer minha opinião. Por isso eu peço a V. Exa. que me conceda o prazo de vista, no período regimental, sem convocação de nenhuma outra Sessão Extraordinária para o dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, já que está decidido o pedido de vistas, gostaria só--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, não. Estamos discutindo ainda. Foi decidido, mas estamos ouvindo o Plenário.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Uma que, na verdade, eu, como pernambucano, gostaria muito de votar em meu conterrâneo, mesmo se tratando de uma transferência que faz parte, da mesma forma que no serviço militar, no serviço diplomático, mas, realmente, quem estava de 2006 a 2009 em Paris e vai para a Mauritânia, a missão é uma missão realmente... É o idioma.

Agora, no tocante, na verdade, me acostar às observações que vão, sem dúvida, serem feitas pelo Senador Collor, eu teria duas ponderações, senador: uma é que fosse observado o intercâmbio bilateral, que, na verdade, é muito frágil, as importações brasileiras inexistem, estão a quase nível zero, um país que nós não temos trocas comerciais. Então, algo tem que ser feito no tocante a essas trocas internacionais e também no tocante ao perfil do Sr. Presidente, o Abdel Aziz, que, em 2005, assumiu o poder, através de um golpe de Estado, derrubando o presidente, e, em 2008, novamente assume o poder... Em 2008, novamente assume o poder, através de outro Golpe de Estado, e o Brasil, que tem, assim, uma tradição extremamente democrática, é muito importante que nós atentemos,

e, muitas vezes, nós reclamamos desse tipo de atitude... Na verdade, não nos cabe tecer comentários, que são de ordem interna de cada país, mas, na verdade, é muito importante que se possa, na verdade, identificar o que ocorreu, que finalizou com essa eleição, em 18 de julho último, na qual o presidente teve 52,47% dos votos.

Só essa observação, só no caráter construtivo e ilustrativo das observações que serão, sem dúvida, feitas pelo Senador Fernando Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita, nosso vice-Presidente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, a gente precisa se habituar com essas coisas. A gente faz o regimento, depois estranha quando a gente recorre ao regimento. É regimental. Não há que se discutir uma questão dessas. Tenho certeza absoluta de que não é nada contra ninguém em especial, é apenas regimental.

Olhe só, na matéria relatada pelo Senador Heráclito Fortes, eu só não pedi vista em razão da extrema consideração que tenho pelo Senador Heráclito Fortes. Porque eu acho um absurdo e aqui eu quero lavar um protesto, inclusive, acho um absurdo o Brasil, inserido num contexto de MERCOSUL, estabelecer, como diz aqui o relatório do Senador Heráclito, trata-se do primeiro acordo do gênero, envolvendo o Brasil. Ou seja, um acordo que prevê um programa de férias e trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia.

Por que não se faz no âmbito do MERCOSUL? Pelo menos, pela primeira vez. Tem muito uruguaio, muito argentino, muito paraguaio, muito boliviano, um monte de gente, muitos jovens nessa região da América Latina, querendo estabelecer um acordo desses com o Brasil. Por que não se faz com países da América Latina, em especial do MERCOSUL?

Portanto, eu queria deixar aqui lavrado meu protesto. Em sendo a primeira vez que o Brasil estabelece um acordo desses, acho um absurdo que o Brasil não o faça com um dos países do MERCOSUL, organismo que a gente precisa fortalecer de todas as formas e de todas as maneiras. Nada, em absoluto, com relação ao Senador Heráclito, que eu tenho uma estima especialíssima, mas eu iria pedir vista. Não pedi em razão da estima que tenho por ele.

Mas eu quero deixar aqui lavrado esse protesto. Absurdo que o Brasil faça uma coisa dessas, relegue a segundo plano um organismo de fundamental importância, como é o MERCOSUL, para essa região. E faça um acordo com um país, também nada tenho

contra a Nova Zelândia. Mas acho um absurdo uma coisa dessas. Quero deixar bem claro meu protesto, em relação a essa matéria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Citado que fui, gostaria de ter...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Espera aí. Só quero só concordar com o Senador Geraldo Mesquita, realmente, há uma necessidade de fortalecimento do MERCOSUL, são países mais vizinhos. Eu não sei exatamente a iniciativa desse acordo, se foi do Brasil, se foi da Nova Zelândia. Sempre tem alguém que toma a iniciativa. Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Geraldo Mesquita, que essa iniciativa partiu do Governo da Nova Zelândia. A Nova Zelândia vem estimulando que estudantes brasileiros que se dirijam para lá, para esse tipo de programação.

E seria ideal, Senador Mesquita, que os países citados por V. Exa. fizessem a mesma proposta. Eu acho que esse intercâmbio é fundamental. Mas é o primeiro. E eu acho que pode servir de modelo para outros, para os outros subsequentes. Agora, a iniciativa é da Nova Zelândia, nós temos uma média de sete por um, sete neozelandeses para um brasileiro, ele, por esse aspecto, é positivo para o Brasil. Agora, esses estudantes estão indo para a Nova Zelândia, principalmente, aperfeiçoar línguas, trabalhar na área de informática, trabalhar na área de tecnologia, e, na verdade, ele é positivo e é proveitoso. Agora, seria bom, inclusive, uma proposta no Parlamento do MERCOSUL, para que isso se tornasse uma regra e houvesse esse acordo entre os países que participam do MERCOSUL.

Parabenizo V. Exa. Apenas esclareço que essa iniciativa é uma iniciativa que partiu da Nova Zelândia.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim. Senador Eduardo Suplicy, que já tinha pedido a palavra antes.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Acho compreensíveis as observações do Senador Geraldo Mesquita, mas acho que ele tem consciência de que entre os países do MERCOSUL há uma facilidade de locomoção de--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, senador, há um excesso de dificuldade.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Permita que eu possa registrar que, por exemplo, nós brasileiros, assim como os argentinos, paraguaios, uruguaios e assim por adiante, mesmo outros países relacionados ao MERCOSUL, permitem que nós pos-

samos viajar, por exemplo, para estes países apenas com a carteira de identidade. Recentemente, também, foi feito um acordo de livre residência e, então, se facilita muito.

Com respeito às questões do trabalho e tudo, acho que pode, sim, avançar mais na direção, seja para estágios e trabalho, porque ainda há certas restrições. Nós precisamos avançar mais rapidamente em direção à livre residência. Então, a livre locomoção desses cidadãos entre os países do MERCOSUL, sem dúvida.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria só--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): --replicar o Senador Eduardo Suplicy. Trata-se de um acordo, senador, que estabelece a possibilidade de trabalho numa faixa de pessoas jovens, pessoas que, em milhares, vivem em porões, lá na sua terra, em São Paulo, por falta, exatamente, de um acordo desses.

Milhares de jovens bolivianos, inclusive, vivem lá em porões, lá em São Paulo, em trabalho escravo, submetidos a trabalho escravo, por falta de um acordo desses. Portanto, eu mantenho meu protesto. Acho um absurdo uma coisa dessas: que o Brasil não volte os olhos para fazer acordos dessa natureza. Não precisa que ninguém tome a iniciativa. O Brasil deve tomar a iniciativa. Se quer realmente fortalecer o MERCOSUL. Se não quiser, é outra história.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado. Bom, não havendo mais quem queira se manifestar, eu quero dizer que eu, infelizmente, não posso, inclusive, hoje, além da solicitação do Senador Collor de mais tempo, que não pode ser hoje, eu também não tenho condições, hoje à tarde, por compromissos anteriormente agendados, de poder presidir a reunião. De maneira--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas, com respeito a este tema, presidente, eu havia pedido a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ah, V. Exa. não falou sobre o tema.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não, agora é sobre--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O pedido de vista ainda.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não, agora...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, pedido de vista, antes que eu dê minha decisão final, então. Senador Suplicy. Desculpe, então.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Gostaria de ponderar e até pedir um esclarecimento, Sr. Presidente, sobre a questão do pedido de vista, que é regimental. Senador Fernando Collor solicitou. Mas o que eu pergunto é: será que termos a arguição do Sr. Flávio Hugo Lima Rocha Junior não poderia, inclusive, colaborar para a elucidação de possíveis dúvidas que o Senador Fernando Collor, eventualmente, tenha?

Então, eu pergunto se o pedido de vista adia, necessariamente, a arguição, porque nós--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, eu considero que é mais adequado que ele possa, no dia da votação, ser arguido. Apenas adiantar... Adiantar só a exposição dele. Depois fazemos a votação, sem a presença dele, não seria adequado. Então, ele fica entre nós, aqui no Brasil, mais uma semana... Acho que seria o melhor. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu acho que esse pedido de vista, que eu reconheço como legítimo e regimental, pode contribuir para adiar a votação, não para a próxima semana, para a semana seguinte, porque não é na semana seguinte que vários senadores estarão viajando a Copenhague?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, é na próxima semana.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Na próxima semana. Então, com a viagem desses senadores, possivelmente, nós não teremos nem número para a votação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Estarão viajando para onde?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Para Copenhague. É a conferência do clima. Eu não estarei viajando, infelizmente, mas muitos senadores--.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pela Comissão de Relações Exteriores não há nenhum. Nenhum Senador vai pela Comissão de Relações Exteriores. Mas existe uma delegação...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tem um.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pela Comissão de Relações Exteriores, não. Agora, existe...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas eu quero saber se membros da Co-

missão de Relações Exteriores indicados por outras comissões ou pelo Plenário estarão ausentes, aqui, por ocasião da votação, na quinta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim. Alguns, sim.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E não dá para fazer reunião em Copenhague, não é?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu quero saber se essa viagem vai contribuir para a falta de *quorum*. Isso que eu quero saber.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E não dá para fazer a reunião em Copenhague? [risos]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, porque eu, mesmo, relator, estarei aqui. O indicado estará aqui... Como é que nós podemos fazer? O Presidente Collor estará aqui. Não é, Fernando Collor? Estará aqui. Então, não há como fazer em Copenhague. A não ser que V. Exa. requeira em Plenário [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Valadares, eu acredito que a maior parte estará, nós somos 19 membros e temos os suplentes... Então, eu acredito que não haverá problema. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu entendo, Sr. Presidente, e não quero adivinhar as razões do ilustre senador que pediu vistas, mas eu imagino que, entre elas, é uma discussão que a gente tem com relação a esse número de novas embaixadas que o Brasil vem criando em alguns países, notadamente na África.

Nós sabemos de embaixadas que ainda tem só embaixador num quarto de hotel, e que essa é uma discussão interessante. De um lado, o Itamaraty argumenta que é a nova posição do Brasil, como a grande potência emergente, e a procura, inclusive, dessas nações, fazendo questão de... da presença de Brasil. Do outro lado, há uma crítica, por parte de alguns setores da imprensa, da imprensa não, do próprio Itamaraty, dizendo que, a rigor, não funcionam, porque um embaixador num quarto de hotel, sem condições necessárias para desempenhar seu trabalho.

Eu quero trazer meu pensamento pessoal, porque é minha absoluta obrigação, sobre a figura do Dr. Flávio Hugo Lima Rocha, que eu conheço pela sua competência, pela sua capacidade, pelas qualidades que ele tem, como um dos grandes jovens que se preparam para substituir essa... essa... Digamos assim, essa equipe do Itamaraty, que, hoje, está completando... Roma, Paris, Londres, e que tem que ser substituída por outra. E eu acho que o Embaixador Flávio é desses em que o Itamaraty está investindo. É um gesto importante.

Eu dizia a S. Exa., eu preferia ficar quinto secretário em Paris do que embaixador para onde ele vai [risos]. Mas ele me respondeu, com muita categoria, que faz parte da vida. Quer dizer, e a vida dele como embaixador é servir seu país. E, embora as comodidades de Paris, ele vai lá, num país humilde, praticamente começar do zero, porque o relacionamento, até então, com o Brasil é nenhum, mas eu quero dizer que tenho a obrigação de trazer minha manifestação de respeito, de carinho, de afeto, de conhecimento, através das várias manifestações que eu tive, as várias referências que eu tive, sei do papel importante que S. Exa. representa, hoje, em Paris, onde nós tínhamos um embaixador, na minha opinião, de primeiríssima categoria, que nós estamos devendo uma homenagem a ele, que ainda não se prestou. Eu apresentei lá atrás, na comissão... aqui nesta comissão, para nós convidá-lo para fazer a homenagem que ele tem direito, pelas injustiças cruéis que ele sofreu, quando num ato absurdo, ridículo e estúpido, dos Estados Unidos, fizeram uma reunião para afastá-lo da Presidência. Ele que tinha terminado de ser reeleito. E, hoje, ficou provado que ele estava certo.

Se deixasse a entidade que ele presidia fazer o que queria, que era aceita pelo Iraque para fazer toda a investigação e verificar, hoje, os órgãos de segurança dos Estados Unidos, o governo americano reconhece que estava errado, que estava errado e que o Iraque não tinha absolutamente nenhum estoque de preparação de armas químicas.

Então, foi um erro brutal da diplomacia e do serviço de segurança americano, e, para fazer isso, para fazer esse erro brutal, afastar um embaixador de um cargo da maior importância, de maior significado, e, até hoje, o Itamaraty, com todo respeito, não fez as homenagens que ele merece. Embora, na Embaixada da França, ele, e tendo ao lado o Embaixador Flávio, tem feito uma coisa... V. Exa., na Embaixada, que é algo inédito.

Ao que eu sei, o presidente francês e o Presidente Lula se encontraram quantas vezes este ano? Dez vezes. Eu acho que não existe, na história do mundo, dois presidentes, o francês e o brasileiro se encontraram dez vezes, durante este ano. Alguns, de má-fé, dizem que foi por causa da venda dos aviões. Eu não sei, eu acho que foi... E teve uma decisão nota mil, na minha opinião, que foi o ato que o Lula e o presidente francês assinaram, em Paris, e o ato foi tão importante, foi tão significativo, e a crítica do Lula foi tão positiva, que o Obama, que tinha feito um gesto muito triste, ele e o presidente da China, onde, pela primeira vez, o chamado bloco dos dois, China e Estados Unidos, o Z2(F),

lançaram uma nota, dizendo que nada na reunião do clima, que tudo ia ficar só para o ano que vem.

Depois da nota do presidente da França e do Presidente Lula, depois da crítica dura que foi feita a essa decisão, os dois voltaram atrás. E o Presidente Obama, que não ia estar indo a Copenhague, o governo chinês, que não ia estar indo a Copenhague, e ambos estão levando uma proposta. É o ideal, não é o ideal? Não sei. Mas é o contrário do Governo Bush, durante oito anos, não tomou conhecimento de nada.

Então, nisso tudo, tem a presença do nosso embaixador. Eu tive... Eu não sou, aqui... Eu vejo, aqui... Não vou citar nome, mas vários companheiros, que citam duas, três vezes por ano, na minha última viagem, mas eu, agora, vou dizer, depois de 20 anos, na minha viagem a Paris, no ano passado, eu tive a oportunidade...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Escolheu bem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Escolhi, não é? Escolhi bem. Vinte anos valeu a pena. Por minha conta, diga-se de passagem. Sem passagem, sem diária, sem coisa nenhuma. E sem atender o convite do embaixador, que era parar na Embaixada, não, parei no hotelzinho mixuruca.

Pegamos o hotel recomendado na internet, quando chegamos lá, era o hotel na frente do Moulin Rouge, e era um hotel meio genérico, assim, tivemos que sair correndo [risos]. Tivemos que sair correndo. Até eu gostei, eu podia até ficar, mas o pessoal da Embaixada, que me levou, era capaz de se espalhar por aí afora e ia ser um fiasco.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Ele estava em lua de mel, ele estava em lua de mel com a esposa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ali, eu tive oportunidade de assistir Ao trabalho de V. Exa. e da equipe que está lá e que realmente me emocionaram, pela dedicação, pelo carinho, pelo esforço, pela competência e vi, depois daquilo que eu assisti, essa aproximação impressionante, onde o presidente francês e o Presidente Lula estão realmente fazendo um trabalho de maior significado.

Eu considero uma vitória sensacional do Presidente Lula a nota com a França, eu considero uma vitória sensacional do Presidente Lula de fazer uma nota dura, com relação ao Obama e ao presidente chinês, e eu considero uma vitória sensacional nossa, no momento, que, depois de terem dado a nota os dois presidentes, falando na China, dizendo que não iam, eles voltarem atrás, assinarem uma nota, vão e vão apresentar.

Isso tudo tem a presença do nosso Embaixador Flávio, que participou dessa equipe, e é exatamente essa equipe, esse trabalho que ele fez, que faz com que o Itamaraty busque, nessa renovação necessária de pessoas... Eu não sei, mas disse para ele que... Não faço questão de visitá-lo, no país que ele vai, gostaria de poder, quando ele... Mas eu não sei quantos anos ele vai chegar, para chegar a Paris, e, quando chegar lá, infelizmente, eu já estou lá do outro lado do mundo. Mas eu espero dizer ao meu filho que vá visitá-lo, dizendo: "Olha, meu pai gostava muito do senhor". Mas quero dizer que, antecipadamente, meu voto, meu carinho, meu afeto, minha admiração e tenho certeza de que o ilustre senador que fez a solicitação de vistas eu acho correta, mas nem ele nem nós não temos nada que não seja maior profundo respeito por V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Senador Pedro Simon, permite um aparte? V. Exa. faz uma justa homenagem ao Embaixador José Bustame. Só faltou mencioná-lo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente. Sr. Presidente, ainda...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Casagrande, só o Senador Romeu Tuma tinha pedido a palavra, depois V. Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Lógico. Primeiro o Romeu Tuma, e, depois dele, eu queria me pronunciar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só concordar com o Senador Pedro Simon, inclusive, consultar V. Exa., já que V. Exa. reclamou do Itamaraty uma explicação sobre o número de embaixadas que estão sendo criadas, se V. Exa. recebeu informações solicitadas por esta Comissão sobre vossa Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, senador, recebi a resposta. A resposta do Itamaraty informou o custo estimado dessas embaixadas no Caribe, da ordem de 250 mil dólares de instalação, e outros 250 mil dólares por ano. Com relação ao número de brasileiros residentes em São Cristóvão e Neves, o Itamaraty informou não ter conhecimento de brasileiros moradores lá. Com relação ao número de brasileiros visitantes, também respondeu não ter conhecimento do número de visitantes.

Daí que eu realmente, no próprio Plenário, manifestei minha discordância com a abertura dessas embaixadas. Nós tivemos, Senador Heráclito e eu, em Caiena, tivemos em Paramaribo, vimos a importância de consulados, consulados para atender os brasileiros.

Então, minha crítica é no sentido de que esse recurso poderia ser melhor utilizado, se fosse para outro consulado ou para a expansão do consulado de Caïena, por exemplo, para expansão de outros consulados, ao invés de abrir uma Embaixada em São Cristovam e Neves, onde, pelas próprias palavras do Itamaraty, não existe conhecimento de brasileiros morando ou visitando.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só pedi essa explicação, porque o Senador Pedro Simon levantou, agora, a questão da Embaixada. E agradeço V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vou encaminhar a V. Exa. a resposta do Itamaraty sobre esse aspecto. Senador Heráclito, o Senador Casagrande tinha pedido a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É só um minuto, uma curiosidade, aqui. Eu estou recebendo, recebi, aqui, Senador Pedro Simon, três telefonemas. Senador Simon.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ele está, agora, num outro telefonema, recebendo um.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Deve ser o mesmo assunto [soa a campainha]. Eu recebi, agora, três telefonemas. A curiosidade é geral. E isso deve-se à sua popularidade. As pessoas estão querendo saber o nome desse hotel em que V. Exa. se hospedou em frente ao Moulin Rouge [risos].

Veja que coisa impressionante a popularidade do Senador Pedro Simon [risos]. Todo mundo quer saber o nome desse hotel. V. Exa. pode nos fornecer?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [soa a campainha] Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Eduardo Azeredo, cumprimentá-lo e cumprimentar todos os senadores, cumprimentar o Embaixador Flávio, dizer que eu sei, não estava aqui na hora, mas sei que todos os apelos já foram feitos ao Senador Fernando Collor, para que ele pudesse abrir mão do pedido de vista. Como ele não recuou do seu pedido de vista, eu, naturalmente, compreendendo que é um direito de nós senadores fazermos esse pedido de vista, por qualquer senador... [interrupção no áudio] aparte compulsório, porque está pegando meu microfone, eu vou conceder a ele esse aparte.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. está de aniversário, é importante, porque ele está completando a idade que pode se candidatar a Presidente da República, e nós apenas estamos na dúvida se

fazemos a festa, hoje, aqui, ou semana que vem, em Copenhague. Estamos discutindo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, vai ter que ser aqui... Obrigado, Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nosso parabéns ao Senador Renato Casagrande, pelo seu aniversário.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Eduardo Azeredo, obrigado todos os senadores. A festa terá sequer aqui, porque eu não terei oportunidade de ir a Copenhague. Já fui numa reunião preliminar, e outros senadores estão indo, re-presentando o Senado do Brasil.

Mas eu já sei que foi feito o apelo, o Senador Fernando Collor está resistindo e firme com relação ao pedido de vista, é direito que ele tem, então, não retornarei a esse tema. Mas eu quero só agradecer, porque o Embaixador Flávio esteve comigo no meu gabinete, apresentando suas patentes, como se diz, e dizendo o que ele pretende fazer, o que ele faz em Paris, o que ele pretende fazer na Maurîtânia, se esta Casa aprovar seu nome. Eu quero dizer que eu votarei favoravelmente a V. Exa., à indicação de V. Exa., no momento da votação, e sei que o senhor desenvolverá um bom trabalho na Embaixada, no cargo, na função que passará a exercer, assim que nós aprovarmos, e V. Exa. fizer lá a instalação da Embaixada na Maurîtânia. Mas é para agradecer sua visita e me colocar à sua disposição.

Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Renato Casagrande. Nós vamos, portanto, embaixador, exatamente com todo nosso agradecimento pela sua presença aqui, hoje, mas, então, como é regimental, não é a primeira vez que acontece, nós vamos conceder o pedido de vista, remarcando para a próxima semana, dentro do prazo regimental.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, vamos deixar bem claro, aqui, para que não fique nenhuma dúvida. Tive a curiosidade de perguntar ao Senador Collor se havia alguma coisa de pessoal contra o embaixador--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, ele já disse que não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não há nada. É bom ficar bem claro. É uma questão regimental, é um direito que ele tem, não tem nada de--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente. Não é a primeira vez, inclusive.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Então, deixar bem claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): De maneira que, então, essa questão está... O pedido de vista está aprovado e está previsto para--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente, foi bom esse reparo do Senador Fernando Collor, porque pode ser que alguém queira explorar o fato de ter pedido de vista o senador, quando é um fato normal, e ele faz questão de dizer que não é nada contra o indicado, nada contra o embaixador. Isso é bom. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós temos, ainda, dois outros assuntos. O Senador Flexa e o Senador Roberto Cavalcanti, que pedem a palavra. Senador Flexa tinha se inscrito primeiro, Senador Cavalcanti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, mas eu cedo ao...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, Senador Cavalcante primeiro.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Meu é muito rápido. Queria só aproveitar essa tribuna, que é a Comissão de Relações Exteriores, para fazer um reconhecimento, que é a competência efetiva do Prêmio Nobel de Economia, Mister Krugman, e, no tocante a recente palestra feita em São Paulo, na qual ele faz algum alerta a respeito da desvalorização do dólar e a valorização do real e suas consequências, mas para fazer meu protesto na frase, na qual ele diz que está considerando a possibilidade de se desfazer dos seus investimentos em títulos brasileiros.

Eu acho que não constrói, nós temos um economista da responsabilidade e da importância do Prêmio Nobel vir ao Brasil e, aqui no Brasil, fazer a ameaça de que irá se desfazer dos títulos que ele possui no Brasil. É só essa observação.

Acho que, como economista, eu reconheço o valor do Prêmio Nobel, mas acho que, no território brasileiro, ele não tinha o direito de fazer essa ameaça, que, sem dúvida, terá repercussão mundial.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores. A Comissão de Relações Exteriores aprovou, em setembro de 2009, Senador Azeredo, em setembro de 2009, um requerimento, apresentando um voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e a repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante

legítimo de Honduras, Sr. Manuel Zelaya, na forma da justificação anexada.

Esse requerimento, que teve como primeiro subscritor o Senador Aloizio Mercadante, e vários outros senadores subscreveram, ele perdeu o objeto. Ele está para ser aprovado na Mesa Diretora do Senado e no Plenário, mas achamos que ele perdeu o objeto, face que o cerco à Embaixada do Brasil em Honduras já foi suspenso.

O Brasil, lamentavelmente, a juízo meu, tomou uma posição incorreta, naquele episódio. Incorreta. Talvez levado por uma ação de indução do Presidente Hugo Chávez, lamentavelmente. Lamentavelmente. E eu proponho que a comissão aprove a retirada desse requerimento que está no Plenário, por perda de objeto. Já não há mais [ininteligível]. Já ocorreram as eleições, o presidente eleito, Sr. Porfirio Lobo.

E eu espero que o Brasil, Senador Eduardo Azeredo, Senador Fernando Collor, eu espero que o Brasil mude sua posição, em relação à política externa e não busque se unir ao que eu denomino de eixo do mal. Eu acho que isso não fica bem para o Brasil.

O Brasil, hoje, desponta como uma liderança mundial, reconhecidamente. E temos todas as oportunidades de avançarmos como liderança, em relação ao resto do mundo, em especial na América do Sul, incontestemente, apesar de que o Presidente Hugo Chávez quer porque quer ser o grande líder do continente e, para isso, ele prejudica a população da Venezuela, usando seus recursos do petróleo para distribuir benesses a outros países, conforme interesses da sua política do socialismo bolivariano, com relação a Cuba, com relação à Bolívia, com relação ao Paraguai, talvez, agora, ao Uruguai. E todas essas ações contrárias aos interesses do Brasil.

Eu acho que o Brasil vai ficar isolado, se não reconhecer o governo que foi eleito em Honduras. Os outros países todos, inclusive os Estados Unidos, já o reconheceram. Nós tivemos uma missão de parlamentares brasileiros, deputados e senadores brasileiros foram a Tegucigalpa acompanhar as eleições. E, conversando com um deles, me relatou que o que ele constatou foram... Foi que as eleições se deram num clima de total liberdade, sem que houvesse coerção nenhuma.

Então, os países outros estão reconhecendo, acho que é hora de acabar com isso... O Brasil ter uma saída honrosa desse passo em falso que deu, ao ceder o espaço brasileiro em Honduras, que lá a Embaixada nossa representa nosso país. É território nacional. Ceder para que pudesse hospedar, não tem outra palavra para usar, o Presidente Zelaya, e que se encontra, até hoje lá, já passaram as eleições, e era

importante que o Ministério das Relações Exteriores pusesse um ponto final.

Então, eu proponho, Presidente, que se faça o encaminhamento de retirada do requerimento do Plenário, por perda de objeto. E espero... Eu lamento muito, Senador Fernando Collor, quando nós aprovamos, aqui... Quando nós discutimos, aqui, a questão da entrada da Venezuela no MERCOSUL, V. Exa. estava em viagem. V. Exa. sempre foi um guia, para mim, nesta questão. Eu sempre o acompanhei, em todas as suas intervenções, sabedor de que V. Exa., como ex-Presidente da República, não podia ser um condutor melhor para nós outros, seus pares, aqui na Comissão, em relação a isso, nos orientando que votássemos contrário à entrada da Venezuela no MERCOSUL, por ser prejudicial ao Brasil.

Eu... Lamentavelmente, perdemos, aqui na Comissão de Relações Exteriores, espero que possamos reverter no Plenário, fiz tudo o que foi possível para que nós pudéssemos votado ontem, votado ontem, porque eu acho que a gente poderia ter condições... Não sei se de vencer, mas, pelo menos, de ter espaço para discutir e mostrar ao Brasil os verdadeiros objetivos do Sr. Hugo Chávez; verdadeiros objetivos.

Hoje eu vou fazer, no Plenário, uma observação sobre isso, porque, lamentavelmente, marcaram para que isso fosse pautado para a quarta-feira próxima. E, na quarta-feira, eu não vou poder estar aqui, por estar recebendo uma comenda, que muito me honra, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Então, eu não estarei na comissão. Lamento. Se for possível obstruir essa votação de quarta, para que possamos fazê-la na quinta ou na outra semana, eu vou pedir isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Já há um compromisso do nosso partido de não obstruir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas eu pedi ao Senador Arthur Virgílio que não assumisse esse compromisso ou que nós votássemos ontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Nós podemos fazer discurso. Nós todos podemos fazer discurso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas eu não vou estar aqui. V. Exa. fará dois, um por V. Exa. e outro em meu nome. Então, espero que todos nós possamos, de cabeça fria, como se diz, conscientes, mostrando os argumentos, mostrando que nós não somos contra a Venezuela, não temos nada contra, muito pelo contrário, a Venezuela é um país irmão, que deve ser respeitado e admirado por todos os brasileiros. Agora, nós não podemos aceitar a imposição de um chefe de Estado que quer dobrar o Senado Federal, no sentido

de impor sua aprovação, sem cumprir as obrigações que antecedem a entrada no MERCOSUL.

Isso é um precedente, Presidente Collor, da maior gravidade, porque, a partir daí, qualquer país vai poder entrar no MERCOSUL, sem assumir os compromissos que os outros já assumiram. Se nós fizermos isso, e eu espero que não façamos, nós vamos abrir o precedente para todos os outros.

Então, os outros vão dizer: "Não, eu quero entrar, porque eu quero entrar". As condições são essas. A condição para ser senador é passar por um processo eleitoral, ter a aprovação da população do seu estado, para chegar aqui. O Presidente Hugo Chávez, ele quer passar por cima da condição da eleição e, fazendo uma analogia, no caso, ser incluído sem passar pelas... pelos pré-requisitos necessários.

Então, eu espero que não aconteça dia 09. É o primeiro esforço que eu vou fazer. Em acontecendo dia 09, que o Senado brasileiro possa ter sua independência e realmente dizer: "Seja bem-vindo, Presidente Hugo Chávez. Seja bem-vindo. Cumpra as exigências do tratado do MERCOSUL, que V. Exa. terá as portas abertas para que possamos, juntos, fortalecer esse mercado comum da América do Sul".

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A solicitação do Senador Flexa Ribeiro refere-se a requerimento, salvo engano, de iniciativa do Senador Aloizio Mercadante, aqui aprovado, e que se encontra em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Foi subscrito por mim também. Eu também subscrevi.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E V. Exa. e ele poderão, os senhores poderá, Senador Flexa Ribeiro, quando da apreciação do requerimento em Plenário, discuti-lo. Mas aqui, agora, não há como se votar um requerimento que tramita em Plenário. Regimentalmente, não há, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, questão de ordem. O Senador Suplicy, ele assume palavras que eu gostaria que ele pudesse justificá-las. Ele diz que é uma questão regimental. A comissão é soberana, Senador Suplicy, para aprovar uma proposta de retirada do requerimento. Ela é soberana para isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não uma proposta que foi aqui aprovada pela maioria--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas ela pode desaprovar.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Ela já está no Plenário. Mas, Sr. Presidente, não há *quorum*.

[falas sobrepostas]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. usou desse mesmo argumento antidemocrático ontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Flexa, só esclarecer--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só isso. Só gostaria que o Senador Suplicy parasse de usar essa ação dele, antidemocrática, quando ele se vê numa situação difícil, ele requer...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Absolutamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Requer que... Verificação de *quorum*. Fez isso terça-feira, na Comissão de Reforma Agrária, na Agricultura, melhor dizendo, e o faz hoje. Se fosse pedida verificação de *quorum*--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador [soa a campanha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu completo. Eu estou com a palavra, a não ser que V. Exa. me casse.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, não vou cassar sua palavra. Mas é porque eu queria só fazer uma explicação. Eu quero dizer que, regimentalmente, quem tem que fazer a retirada é nossa Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pronto. É isso que eu vou pedir ao Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Nós não estamos modificando o teor. O teor está aprovado. Ela foi aprovada aqui por nós, está aprovada. Agora, se ficar lá na pauta do Plenário, ele será aprovado extemporaneamente. Para não continuar na pauta do Plenário, nós é que temos que pedir o retorno à comissão. Só isso.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Para que isso seja feito, Sr. Presidente, então, há necessidade de *quorum*.

O Senador Flexa Ribeiro protesta que eu venha a registrar se há ou não *quorum*, quando ele propõe algo que ele sabe que precisaria ser objeto de melhor reflexão de toda a comissão e não apenas com a presença dele--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, mas é que não há nada de--

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas não está mudando o mérito.

Eu assinei e continuo... Para mim, está correto. Nós aprovamos corretamente o repúdio ao cerco. Isso está mantido. Só que--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Que a proposta dele seja melhor examinada, quando houver o *quorum*.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só se ele pedir verificação de *quorum*, que eu quer que fique registrado a--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu peço. Está pedido. Regimentalmente, direito democrático, porque ele--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas o senhor tem que ter "apoio-mento" de mais três.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pronto. Era isso que eu ia dizer--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não há *quorum* regimental, Sr. Presidente. Não há *quorum*... Peço verificação. Não há *quorum*. V. Exa. não pode. V. Exa. não--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qual é o "apoio-mento"?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): V. Exa. reunir, aqui, apenas quatro senadores e quiser tomar uma resolução, sem--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, regimentalmente, o Senador Suplicy tem que ter apoio para pedido de verificação de *quorum*. Não havendo, V. Exa. coloca em votação.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): "Apoio-mento" para três é no Plenário. V. Exa. sabe, tantas vezes, quando se tentou aprovar requerimentos ou proposições com poucos senadores, qualquer senador que aponta que não há *quorum* suficiente, não pode haver. Tem que aplicar a proporcionalidade, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos os projetos que foram aqui aprovados ou em outras comissões, muitos são aprovados, o *quorum* na--

[falas sobrepostas]

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Num universo de 81, são três; num universo de 17, quantos são?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na presença, Senador Suplicy. V. Exa. já aprovou inúmeros projetos relatados por V. Exa. sem *quorum* presencial.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Quando há consenso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem *quorum* presencial.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Sim, quando há consenso. Sim, quando há consenso, não há dúvida. Quando não há consenso, é direito regimental da minoria solicitar--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não existe meio grávida. Existe o requerimento. V. Exa. também incorre contra o regimento. Eu peço a V. Exa. que me diga qual o artigo do regimento que define verificação de *quorum* na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A verificação de *quorum*, pelo meu entendimento, [ininteligível] realmente, precisaria de três "apoios".

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, V. Exa., como Presidente, decida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, mas, por outro lado, Senador Flexa, nós temos sempre procurado, aqui, uma busca de um consenso, de um entendimento maior.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, aí, não. Nós temos que procurar cumprir o regimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, se nós pudermos adiar essa questão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, eu não vou pedir para retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Adiar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nem adiar. Vamos cumprir o regimento. Se o regimento pede apoio de três, ele vai ter que ter três ou, então, eu quero que ponha em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, vamos ver com o Senador Suplicy.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Eu quero que ele cumpra o regimento. O Senador Suplicy é democrata e seguidor do regimento.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Sr. Presidente, o Senador Flexa Ribeiro é um voto pela retirada do requerimento. Eu voto pelo... Contra. Está empatado. V. Exa. decide.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, pronto. V. Exa. decide.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Se V. Exa. considerar adequado que se vote algo dessa natureza, que poderia ser feito num momento em que estivesse toda a comissão, o bom-senso indica que uma decisão dessa natureza deva ser feita com o Plenário completo ou pelo menos com--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo, V. Exa. é o voto de Minerva.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): V. Exa. quer impor algo, quando V. Exa. sabe... V. Exa. reconhece que nós estamos quase sem *quorum*. E V. Exa. deseja que seja aprovado algo que o bom-senso indica deveria ser apreciado por todos. E para que insistir em algo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, o bom-senso, Senador Suplicy, indica que o Brasil não deveria ter se sujeitado à situação vexatória que passou na Embaixada de Honduras. Esse é o bom-senso.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Podemos discutir esse assunto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse é o bom-senso.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Bem, mas o bom-senso indica... V. Exa., então, avaliou como adequado o golpe militar feito em Honduras, realizado em Honduras e criticado por todos os países, inclusive os Estados Unidos, mesmo, o próprio governo norte-americano criticou o golpe de Honduras, V. Exa. quer, aqui, como único senador presente, agora, estar apoiando o golpe militar de Honduras?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não estou apoiando golpe militar nenhum.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): É o que eu estou transmitindo a V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está dizendo isso.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Eu não estou dizendo. É a interpretação que eu formulo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, decida com o voto de Minerva.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, a questão não é questão de maior relevância, porque o mérito não está em discussão, Senador Suplicy. O mérito... Eu assinei e continuo considerando que nós devemos e fizemos o voto de repúdio, o repúdio foi aprovado, foi registrado e será mantido. Só que ele não terá a aprovação; caso aprovado aqui, não terá aprovação do Plenário, porque caducou. Porque não há mais justificativa para isso. Mas ele não será revisto. Essa que é a diferença. Não é uma revisão. Ele está aprovado e continuará aprovado. Só para economia processual. Uma economia processual.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Que seja essa solicitação objeto de consideração da comissão com *quorum*. Neste momento, esta comissão não tem *quorum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas aí... Aí, realmente... Para pedido de verificação, seria necessário três, se aplica a Comissão o mesmo rito do Plenário. Aí, no caso, então,

nós temos a maioria de presença. Então, vamos colocar em votação, eu, como presidente, então, decido favoravelmente, no sentido de retirar--

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu manifesto ao contrário, porque considero que a manifestação... A manifestação do Senador Flexa Ribeiro é uma proposição a favor do golpe militar. E, se V. Exa.--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. que está dizendo.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu assim interpreto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. que está falando.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu interpreto. Não, interpreto, porque V. Exa. quer que nós retiremos nosso repúdio ao golpe militar. Sou a favor da democracia e tenho voto suficiente--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [soa a campanha] Está encerrada--

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Tem voto suficiente de quase nove milhões de... Que apóiam a eleição democrática de senador eleito diretamente pelo povo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, eu quero só dizer que minha posição mantenho, meu repúdio ao golpe, meu repúdio como Presidente e apoio à moção que foi aprovada aqui. Apenas por economia processual, meu voto é com o Senador Flexa, para que não haja mais necessidade de votar em Plenário, tendo em vista novos fatos que surgiram e a superação do evento, em si. Minha posição é democrática e é assim que eu termino essa reunião de hoje. Está encerrada a reunião.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, eu quero registrar... Eu faço questão de registrar que o Senador Suplicy gosta de colocar palavras dele em outras pessoas. Eu, em nenhum momento, vou apoiar qualquer que seja processo antidemocrático ou contra a democracia, em qualquer país. O que se viu lá foi uma tentativa de golpe que foi condenada e que ocorreu uma eleição, que está sendo reconhecida... Reconhecida, agora, por todos os países.

Então, não há mais necessidade de continuar com o requerimento que está lá. Só isso. O Senador Suplicy não... não consegue avaliar o que se está pedindo aqui.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está certo. Então, está encerrada a sessão, com as palavras do Senador Flexa.

Sessão encerrada às 12h20.

ATA DA 55ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia dez de dezembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Patrícia Saboya, Augusto Botelho, Gilvam Borges, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque**. Registra-se a presença do Senador **Oswaldo Sobrinho**, que não integra a Comissão. Justifica a ausência o Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, declara prejudicado o Requerimento nº 106, de 2009-CRE, aprovado na reunião de 03/12/2009, de autoria do Senador José Agripino, que requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 186, de 2009, que "Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e dá outras providências". O Presidente inicia a apreciação da pauta ordinária, fazendo sua inversão. **Item 24:** Documento constante do Ofício nº OF/GABJU nº 614 – 3ª Vara/AC, que "*encaminha ao Presidente do Senado cópia da decisão proferida em Ação Penal movida pelo Ministério Público Federal*". O Presidente concede a palavra ao Senador **Francisco Dornelles**, relator da matéria, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado o relatório pelo arquivamento da matéria. O Presidente comunica à Comissão o recebimento do Aviso 1.825-SESES-TCU-PLENÁRIO, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, dando conhecimento do Acórdão proferido pelo Plenário do TCU nos autos do processo nº TC 009.799/2006-1. O Presidente retoma a pauta ordinária. **Item 1:** Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2009, que "*altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de estabelecer nova hipótese de aplicação extraterritorial incondicionada da lei brasileira*". O Presidente concede a palavra ao Senador **Antônio Carlos**

Valadares, relator da matéria, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado o parecer pela remessa da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para análise do mérito. **Item 15:** Projeto de Decreto Legislativo nº 820, de 2009, que “aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka, assinado em Brasília, em 16 de setembro de 2008”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Cristovam Buarque**, relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 17:** Projeto de Decreto Legislativo nº 841, de 2009, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia sobre Cooperação na Área da Cultura, assinado em Brasília, em 16 de julho de 2008”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Cristovam Buarque**, relator da matéria para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 6:** Projeto de Decreto Legislativo nº 478, de 2009, que “aprova o texto emendado da Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, 1972, bem como as Emendas adotadas até 29 de novembro de 2001”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Paulo Duque**, relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 8:** Projeto de Decreto Legislativo nº 695, de 2009, que “aprova os textos das Resoluções MSC.142(77), MSC.151(78), MSC.152(78), MSC.153(78), MSC.154(78), MSC.170(79), MSC.171(79) e MSC.194(80), adotadas nas Sessões do Comitê de Segurança Marítima Internacional, ocorridas de 2003 a 2005, que resultaram em emendas à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar – SOLAS”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Paulo Duque**, relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 7:** Projeto de Decreto Legislativo nº 661, de 2009, que “aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago, assinado em Brasília, em 25 de julho de 2008”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Mozarildo Cavalcanti**, relator “ad hoc” da matéria, para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 11:** Projeto de Decreto Legislativo nº 814, de 2009, que “aprova a Lista de Compromissos Específicos do Brasil resultante da VI Rodada de Negociações em Matéria de Serviços ao Amparo do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços no Mercosul, aprovada pela Decisão nº 1/06 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, em 20 de julho de 2006”. O Presidente

concede a palavra ao Senador **Mozarildo Cavalcanti**, relator “ad hoc” da matéria, para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 12:** Projeto de Decreto Legislativo nº 815, de 2009, que “aprova os textos das Resoluções MEPC 117 (52), MEPC 118 (52), MEPC 132 (53), MEPC 141 (54), MEPC 143 (54), MEPC 154 (55), MEPC 156 (55) e MEPC 164 (56), adotadas por ocasião de realização das Sessões de nºs 52ª, 53ª, 54ª, 55ª e 56ª, do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, que resultaram na adoção de Emendas à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Marinha por Navios – MARPOL 73/78, da Organização Marítima Internacional”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Mozarildo Cavalcanti**, relator “ad hoc” da matéria, para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 9:** Projeto de Decreto Legislativo nº 812, de 2009, que “aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande para Cargas Transportadas por Rodovia, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006, que complementa o “Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande”, celebrado em Brasília, no dia 21 de julho de 1987”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Pedro Simon**, relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 3:** Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2009, que “altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (obriga as concessionárias de serviço aéreo a divulgar nota oficial, em 90 dias após a ocorrência de acidente aéreo com vítimas)”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Heráclito Fortes**, relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório. O Senador **Roberto Cavalcanti** faz uso da palavra. Aprovado o parecer favorável com a emenda substitutiva apresentada pelo relator. **Item 13:** Projeto de Decreto Legislativo nº 817, de 2009, que “aprova o texto do Instrumento de Emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Roberto Cavalcanti**, relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 19:** Projeto de Decreto Legislativo nº 843, de 2009, que “aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suazilândia, assinado em Maputo, em 25 de janeiro de 2008”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Heráclito Fortes**, relator “ad hoc” da matéria, para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 21:** Projeto de Decreto Legislativo nº 848, de 2009, que “aprova o texto do

Acordo sobre Gratuidade de Vistos para Estudantes e Docentes dos Estados Partes do Mercosul, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006". O Presidente concede a palavra à Senadora **Patrícia Saboya**, relatora "ad hoc" da matéria, para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 4:** Projeto de Lei da Câmara nº 295, de 2009, que "autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina e dá outras providências". O Presidente concede a palavra ao Senador **Cristovam Buarque**, relator "ad hoc" da matéria, para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável com a emenda nº 01-CRE, apresentada pelo relator "ad hoc". **Item 16:** Projeto de Decreto Legislativo nº 840, de 2009, que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Caracas, em 30 de dezembro de 2005". O Presidente concede a palavra ao Senador **Flexa Ribeiro**, relator "ad hoc" da matéria, para fazer a leitura do relatório. O Senador **Roberto Cavalcanti** faz uso da palavra e pede vista da matéria. Vista concedida. O Senador **Romeu Tuma** solicita a retirada de pauta do **Item 5:** o Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2008, que "aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994". Retirado de pauta. A Senadora **Patrícia Saboya** assume a Presidência. **Item 14:** Projeto de Decreto Legislativo nº 818, de 2009, que "aprova o texto do Instrumento de Emenda à Constituição da União Internacional de Telecomunicações (Genebra, 1992) com Emendas feitas pela Conferência Plenipotenciária (Quioto, 1994) e pela Conferência Plenipotenciária (Mineápolis, 1998), aprovado em Marraqueche, em 18 de outubro de 2002, juntamente com as reservas feitas pelo Brasil". A Presidente concede a palavra ao Senador **Flexa Ribeiro**, relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório. O Senador **Eduardo Azeredo** reassume a Presidência e registra a presença do ex-Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. Aprovado o parecer favorável ao Item 14. Os Senadores **Romeu Tuma**, **Cristovam Buarque**, **Rosalba Ciarlini**, **Patrícia Saboya**, **Mozarildo Cavalcanti** e **Heráclito Fortes** fazem uso da palavra. O Presidente agradece a presença do Senhor Geraldo Alckmin e retoma a pauta ordinária. **Item 10:** Projeto de Decreto Legislativo nº 813, de 2009, que "aprova o texto do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de

Produtos Pirateados e Falsificados, celebrado em Assunção, em 20 de junho de 2005". O Presidente concede a palavra ao Senador **Romeu Tuma**, relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. O Presidente apresenta **Item Extrapauta:** Requerimento nº 112, de 2009-CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "requer nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Luis Fernando Corrêa, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, para discutir, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, assuntos referentes à atuação da Polícia Federal no controle e na fiscalização das fronteiras brasileiras e da faixa de fronteira". Os Senadores **Romeu Tuma** e **Mozarildo Cavalcanti** fazem uso da palavra. Aprovado o requerimento. O Presidente retoma a pauta ordinária. **Item 20:** Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2009, que "aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega, sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, concluído em Brasília, em 15 de maio de 2008". O Presidente concede a palavra à Senadora **Rosalba Ciarlini**, relatora "ad hoc" da matéria, para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável. A Senadora **Patrícia Saboya** assume a Presidência. **Item 18:** Projeto de Decreto Legislativo nº 842, de 2009, que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia, celebrado no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 2008". A Presidente concede a palavra ao Senador **Eduardo Azeredo**, relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. **Item 22:** Projeto de Decreto Legislativo nº 925, de 2009, que "Aprova os textos do Acordo-Quadro de Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevideu, em 8 de dezembro de 2005, e do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevideu, em 18 de dezembro de 2007". A Presidente concede a palavra ao Senador **Eduardo Azeredo**, relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório. Fazem uso da palavra os Senadores **Oswaldo Sobrinho** e **Romeu Tuma**. Aprovado o parecer favorável. O Senador **Eduardo Azeredo** reassume a Presidência. **Item 2:** Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008, que "Estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo". O Presidente concede a palavra ao

Senador **Cristovam Buarque**, relator “ad hoc” da matéria, para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável com a emenda nº 01 – CCJ/CRE. **Item 23:** Requerimento nº 1.313, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, que “*requer, nos termos regimentais, voto de rejúbilo ao embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebida no Estado do Paraná, comemorado em 30 de setembro de 2009*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Antonio Carlos Valadares**, relator “ad hoc” da matéria, para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 46 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Na 54ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no último dia 3 de dezembro, foi aprovado o Requerimento nº 106, de 2009, da CRE, solicitando audiência para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 189/2009, que dispõe sobre a criação da UNILA, Universidade Federal de Integração Latino-Americana. Considerando que a matéria em apreço foi despachada nos termos do art. 91 do Regimento Interno, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Educação, sendo que foi conferido caráter terminativo a esta última Comissão nos termos do art. 49, inciso I, da Norma Interna, não cabe, segundo art. 336, Parágrafo Único do Regimento Interno, Regime De Urgência – nós aprovamos aqui o regime de urgência. Nesse sentido, declaro prejudi-

cado o Requerimento nº 106/2009, apresentado pelo Senador José Agripino.

Determina a Secretaria da Comissão que providencie a juntada das notas taquigráficas da presente reunião ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2009.

Nós vamos iniciar já com o Item nº 24, que é da relatoria do Senador Francisco Dornelles, que “encaminha ao Presidente do Senado cópia da decisão proferida em Ação Penal movida pelo Ministério Público Federal”. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, V. Exa., com base no art. 96, designou-me relator de documento constante, vindo da 3ª Vara da Brasília, e foi encaminhada a essa Comissão pelo senador Papaléo. O relatório foi distribuído. Meu voto... a análise trata-se de hipóteses que não encontra amparo em nenhum instrumento jurídico da República, da Constituição ou do Regimento Interno desta Casa. Não há notícia sobre como dar curso ao solicitado. Nossas atribuições que são inúmeras e da maior responsabilidade não inclui exame de providências para execução de rogatória na Bolívia. Descabido por igual, sugerir que o Parlamento poderia produzir legislação no sentido de dar vazão ao que foi solicitado. É que estamos diante de uma situação que envolve outro Estado soberano. Assim caberia ao Poder Executivo dar início às negociações, visando disciplinar o assunto no Plano Bilateral. Sobre isso, a decisão em comento foi por igual endereçado ao Ministério das Relações Exteriores.

No exposto, Sr. Presidente, opinamos pelo arquivamento do documento objeto do presente parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Francisco Dornelles. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Portanto, aprovado.

Temos, ainda, aqui, a questão do outro aviso que foi recebido pela Comissão. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu Aviso nº 1825, do TCU. O Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, dando conhecimento a este Colegiado do acórdão proferido pelo Plenário do TCU nos autos do Processo nº TC 097992006/1. Trata-se de representação formulada pelo Deputado Federal Luiz Carlos Rauli, requerendo fiscalização nas Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS, com enfoque nas áreas de gestão, controle, fiscalização sobre a empresa Itaipu Binacional, incluindo, para tanto, a troca de informações e a realização de auditoria conjunta com a Controladoria-Geral do Paraguai, tudo em face de

denúncias de maior versação de recursos no âmbito da empresa Binacional vinculadas na imprensa.

O material é um material amplo que está aqui na secretaria, de forma que as Sras. e os Srs. Senadores que manifestarem interesse em conhecer a decisão de TCU, podem solicitar à secretaria da comissão cópia do mencionado aviso. E, basicamente, o voto do relatório, ele prevê toda uma... foi feita toda uma análise a respeito da solicitação do Deputado Luiz Carlos Rauli, e em se tratando de uma questão ligada à Defesa Nacional como um todo, pelo fato de se tratar da Itaipu Binacional, nós temos aqui, eu vou ler o relato final.

“Vistos, relados e discutidos esses autos de representação encaminhada a esse Tribunal pelo Deputado Federal Luiz Carlos Rauli, nos termos do art. 237, inciso III, do Regimento Interno, requerendo fiscalização na ELETROBRÁS, com enfoque nas áreas de gestão, controle e fiscalização sobre Itaipu Binacional, atribuindo para tanto a troca de informações e a realização de auditoria conjunta com a Controladoria-Geral do Paraguai, tudo em face da denúncia de maior versação de recursos no âmbito da empresa Binacional veiculadas na imprensa. Recordo os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em decisão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em: 1. levantar o sobrestamento deste processo; 2. conhecer a presente representação nos termos do art. 237, inciso III, Regimento Interno desse Tribunal; 3. converter a apreciação do processo em diligência nos termos do art. 116 do Regimento Interno do Tribunal para franquear ao Ministério das Relações Exteriores, por intermédio do Ministro de Estado, seu ingresso nos presentes autos, se assim desejar, para que no prazo de 90 dias, contados da ciência, apresente as razões que entender pertinentes; determinar à secretaria das sessões, nos termos dos art. 18, inciso I, alínea “a”, da Resolução do TCU nº 170/2004, que dê ciência da presente deliberação mediante aviso ao Ministro das Relações Exteriores.”

Esta foi a reunião no último dia 2, agora, de dezembro, em que foi realizada esta sessão e, depois, encaminhado todo o material para a Comissão de Relações Exteriores.

Senador Antonio Carlos Valadares está também já conosco. E nós temos já uma pauta ampla de questões ligadas mais a tratados internacionais e o primeiro seria com V. Exa., Senador Valadares, que é o Item 1 da Pauta, que trata do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2009, que “*altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 40 (Código Penal), com a finalidade de estabelecer nova hipótese de aplicação extraterritorial incondicionada da lei brasileira.*” A origem e autoria é da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a pedo-

filia e o relator é o Senador Antonio Carlos Valadares, a quem passo a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): “*Examina-se o pelo Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 236, de 2009, que veio a esta Comissão para o exercício da competência atribuída pelo art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.*

A proposição, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, acrescenta alínea ao inciso I do art. 7º do Código Penal para estabelecer a aplicação incondicionada da lei penal brasileira aos crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, quando a vítima ou o agente for brasileiro ou pessoa domiciliada no Brasil.

Na justificação, alega-se que a Parte Geral do Código Penal, produzida no início da década de 80, ao prever as hipóteses de aplicação da lei penal brasileira aos crimes praticados no exterior, deu especial ênfase a certos interesses, especialmente patrimoniais, que, segundo o entendimento prevalente à época, justificariam a exceção ao princípio da territorialidade.

Argumenta-se que o texto legal vigente não está de acordo com a superveniente Constituição Federal, que estabeleceu como prioridade absoluta a proteção integral da criança e do adolescente. O patrimônio, que teria recebido especial importância do legislador no art. 7º do Código Penal, tem importância.

Protegidos no dispositivo que se pretende alterar e em face dos princípios que organizam a aplicação extraterritorial da lei penal (da defesa, da nacionalidade, da justiça universal e da representação).

Pelo exposto, concluímos pela necessidade da orientação a seguir em relação à matéria (art. 133, inciso V, item “d” do Regimento Interno) e, para tanto, seja solicitada audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de que se manifeste sobre o seu mérito, nos termos do art. 138, inciso I, combinado com o art. 2º (sic), alínea “d”, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.”

Este é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiveram de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Senador Cristovam Buarque é o relator do Item 15 e também do Item 17. Vou passar, então, para os dois. O Item 15 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 820, de 2009, que “*aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica do Governo da República Federa-*

tiva do Brasil e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka, assinado em Brasília, em 16 de setembro de 2008.”

Nós estivemos até na residência da embaixadora uma vez... Ainda é a mesma embaixadora?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Senador Valadares. Como disse o Sr. Presidente, trata-se de um acordo entre o Brasil e a República Democrática Socialista do Sri Lanka com o objetivo de incrementar e regulamentar a cooperação técnica entre o governo daquele país e o nosso.

O relatório, Sr. Presidente, deixa claro que *“em cumprimento do exposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente submeteu à apreciação do Congresso o texto do ato internacional acima emendado. Nesse sentido, a Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 820, de 2009.”*

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado pelo Plenário, no dia 1º de outubro de 2009, o que mostra – aí eu faço questão de parabenizar a equipe da Comissão de Relações Exteriores – que nós estamos sendo rápidos, de 1º de outubro de 2009 já estar aqui para que possamos votar. A demora tem sido entre 16 de setembro e, agora, de 2008, que é quando foi apresentado em outras instâncias. Eu sei que o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, manifesta a sua preocupação, com razão, pela demora, como o Congresso demora a aprovar esses projetos, o que cria dificuldade nas relações com outros países. Mas aqui dentro, eu quero parabenizar a equipe, e, especialmente, o Presidente, pela rapidez com que foi feito.

“Acompanha a proposição a Mensagem 914, de 20 de novembro de 2008, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado apresentado ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos correspondentes.

O documento ministerial informa, em síntese, que *‘a assinatura desse instrumento atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação técnica de diversas áreas de interesse mútuo de forma a estipular o progresso e o desenvolvimento dos dois países’.*

Os consideranda, Sr. Presidente, *do instrumento sob análise destacam o fortalecimento das relações de amizade e de cooperação entre os dois povos, bem como o interesse mútuo em estimular o desenvolvi-*

mento socioeconômico de seus respectivos países. O documento coloca ênfase no desenvolvimento sustentável e no reconhecimento das vantagens recíprocas da cooperação.

O tratado compõe-se de onze artigos. Eles não destoam, em linhas gerais, de acordos dessa natureza que nos vinculam a outros países. Cuida-se, com efeito, de típico instrumento de cooperação técnica que há de ser implementado por meio de ajustes complementares. Prevê-se, por igual, o supervisionamento de sua correta aplicação por comissão conjunta a ser instituída para esse fim.

Trata-se, portanto, de acordo vocacionado a aproximar Brasil e Sri Lanka pelos vínculos fortes de cooperação técnica. Essa forma de avizinhamo de deixar as raízes mais profundas no relacionamento bilateral em benefício das gerações vindouras.

Eu acrescento, por fora do texto escrito, como é importante o Brasil se apresentar no cenário das nações como uma fonte de tecnologia, e como também é positivo buscar tecnologias nas mais diversas áreas. Não há um país no mundo que não tenha alguma coisa a nos ensinar, e, nós, pelo tamanho, temos muito a ensinar a outros.

Ontem, em uma visita ao Ministro Celso Amorim, ele fez questão de me mostrar algodão recolhido na África, produzido graças à colaboração da EMBRAPA. Ou seja, é um presente que ele recebeu, durante a sua visita, em que ali estava um algodão que não teria sido produzido na África se não fosse um acordo desse tipo, que permitiu a cooperação. Nós, quando analisamos esse acordo, analisamos com uma certa frieza. Você vê que por traz disso tem coisas concretas que passam a acontecer.

E o Sri Lanka é um país com o qual o Brasil passou a ter uma relação mais próxima, depois, com tsunami, que o Brasil foi um dos países que esteve presente desde o primeiro momento com apoio. E, em poucos anos depois, passou a ter relações diplomáticas diretamente, tendo um embaixador em Colombo.

“Por essas razões, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, é que somos pela aprovação do projeto, presente Projeto de Decreto Legislativo nº 820, de 2009.”

Este é o meu parecer, Senador Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Eu coloco, portanto, em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado,

e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral de Mesa para as devidas providências.

O Item 17, também é da relatoria do Senador Cristovam Buarque, é o Projeto de Decreto Legislativo nº 841, de 2009, que *“aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia sobre Cooperação na Área da Cultura, assinado em Brasília, em 16 de julho de 2008.”* O Senador Cristovam que além de educação também é versado e professor de toda essa área, então é o nosso relator. Com a palavra Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente, eu acho interessante que esse projeto vem em continuação ao outro. Primeiro foi cooperação técnica, e, esse, cooperação cultural. Duas coisas que se ligam perfeitamente, embora não sejam as mesmas em nenhuma hipótese. São coisas bem diferentes. Uma busca cooperação para dar soluções a problemas, que é a cooperação técnica; o outro visa uma cooperação para promover o lado lúdico, bonito da vida, da alma, que cada país tem e que se encontram nas suas atividades culturais.

A Lituânia é um país com uma atividade cultural muito intensa, embora seja um país tão com pequeno. Mas é um país de muita música, muito balé, muito artesanato e muita arte plástica, em geral. E, por conta disso, o Governo do Brasil assinou, em Brasília, em 16 de julho de 2008, esse acordo o Governo da República da Lituânia.

“Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo 841, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo feito entre os dois Governos.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República – por meio da Mensagem 816, de 21 de outubro de 2008 – submeteu à apreciação do Congresso o texto do ato referido.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída às Comissões de Educação e Cultura e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. E o projeto foi aprovado pelo Plenário daquela Casa, em 24 de setembro de 2009.”

Ou seja, mais uma vez eu felicito a nossa equipe, que aqui, menos de dois meses, estamos já votando o projeto.

“Acompanha a Mensagem presidencial referida a Exposição de Motivos nº 348, do Ministério das Relações Exteriores, e de 8 de setembro, do Ministério

das Relações Exteriores, da qual cabe estacar a seguinte passagem:

Convencidos de que a cooperação contribuirá para o conhecimento cada vez mais amplo da cultura de ambos os países, as Partes acordaram em fixar um marco geral que coordena, fortalece e incrementa suas relações no campo cultural.

O Acordo prevê intercâmbio de experiências e realizações na área cultural, destacando o conceito do patrimônio cultural, a importância da cooperação nos campos da cinematografia, artes plásticas, teatro e música, e as facilidades para pesquisa em institutos, arquivos, bibliotecas e museus. As Partes concordaram, ainda, em criar um Comissão Conjunta para implementar a cooperação de que trata o referido Acordo.

O tratado compreende quinze artigos. Esgotado o prazo regimental, sem a apresentação de emendas, a proposição foi distribuída.

Da análise, eu quero dizer que o Acordo em apreciação dispõe em seu preâmbulo de que as Partes estão convencidas de que ‘a cooperação mútua no campo da cultura pode contribuir significativamente para o fortalecimento das relações amigáveis entre as duas nações.’” O que é um fato absolutamente verdadeiro.

A cooperação cultural eu acho que é a que abre mais fortemente as outras formas de cooperação. É claro que eu ponho entre as cooperações culturais, as cooperações desportivas, que eu imagino que devam ser incentivadas. Nunca esqueçamos que a China voltou a se relacionar com os Estados Unidos depois dum jogo de pingue-pongue; e o futebol tem sido usado, inclusive entre a Palestina e o Estado de Israel.

Com efeito, iniciativas nos campos das artes plásticas, do teatro, do cinema e da música têm o condão de aproximar ainda mais as respectivas populações. Essa aproximação há de ser cada vez mais consistente na medida em que o relacionamento bilateral no campo da cultura também o seja.

O tratado prevê, ainda, a troca de experiência e a cooperação nas áreas do patrimônio cultural, da restauração – em que eles são muito competentes –, da proteção e da conservação. Cuida, por igual, do relacionamento direto de museus mediante encorajamento dos respectivos poderes públicos. Há, também, previsão de apoio a atividades que obriguem a divulgar literatura, com traduções entre os autores de um e outro país e organizar programas de intercâmbio de artistas.

Para avaliar a exata implementação deste instrumento, é instituída um Comissão Conjunta de Cooperação no Campo da Cultura entre os dois países. Essa Comissão terá, entre outras, as funções de avaliar e definir áreas prioritárias; aprovar e avaliar problemas

de cooperação; e supervisionar a implementação do Acordo.

O ato internacional em apreço não destoa de outros de natureza assemelhada que vincula a República brasileira a outros países. De igual modo, preenche vazio nas relações bilaterais e aponta para iniciativas certamente beneficiarão futuras gerações de brasileiros e lituânios."

É preciso lembrar que existe uma pequena população de descendentes de lituânios no Brasil.

"Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, observar os preceitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, além de ser versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 841, de 2009."

E eu concluo, Sr. Presidente, se me permite, sendo que alguns anos atrás eu sugeri ao Ministério das Relações Exteriores que tentasse conseguir do Governo Brasileiro, na sua generalidade, especialmente da FAB, que aquele tal de sucatinha, aquele avião que seria aposentado com a compra de um novo, passasse a ser usado para transportar artistas e desportistas brasileiros do Brasil para outros países. Eu creio que seria uso extremamente positivo. O avião está aí, a tripulação está aí, só precisava comprar uns sanduíches para distribuir durante os vôos, e conseguir que os países, aonde os nossos artistas e atletas fossem, dessem a hospedagem.

Eu vejo aqui o embaixador [ininteligível] que representa o Ministério das Relações Exteriores, e eu olhando para ele, eu faço a sugestão de quem a gente não consiga recuperar essa ideia. Eu acho que eu dei a sugestão foi ao Ministro de Cultura, na época, Gilberto Gil, e não ao Ministro das Relações Exteriores. Eu creio que a gente podia ter uma "sucultura", em vez de sucatinha, um "sucultura", que pudesse servir para promover o intercâmbio cultural, levando artistas brasileiros para países diversos a um custo muito baixo e com o retorno muito alto.

Então fica aqui o meu voto favorável a esse acordo com a Lituânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão. Eu quero apenas dizer exatamente que concordo com essa ideia, realmente eu acho que nós temos a necessidade inclusive que os aviões sejam operados, sejam voados, para treinamento da tripulação, para poder ter o próprio aparelho em si, e essa é uma utilidade muito eficiente, realmente teria do ponto de vista cultural.

Eu comentava até a pouco, aqui, que nessa recente viagem à Guiana Francesa, nós tivemos lá também uma demanda da comunidade brasileira que quer

voltar... alguns brasileiros que foram para lá e querem voltar e não têm dinheiro para voltar. E gostariam também de ter, pudessem ter algum reforço da FAB. Alguns são mandados à força, aqueles garimpeiros ilegais são mandados à força. Não é esse o caso. Nós estamos falando que seria um caso esporádico de alguns vôos emergenciais que poderiam trazer brasileiros que querem voltar, mas que não têm mais condição de retornar ao seu país, como é o caso tanto do Suriname quanto da Guiana Francesa.

E, coloco, portanto, em discussão, esse acordo entre Brasil e Lituânia. Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o acordo do Brasil com a Lituânia, com relatoria do Senador Cristovam Buarque.

Nós temos ainda aqui o Senador Paulo Duque, são dois itens, Senador Paulo Duque. V. Exa. é o relator dos Itens 6 e 8. Podemos passar a ele e, depois, então, retornaríamos aos outros. Tem inclusive, dois com a minha relatoria.

O item 6 da Pauta é o Decreto Legislativo nº 116, de 2008, que *"aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, concluída em Belém do Pará, em de julho de 94."* Não, não, não... Esse é o cinco. Desculpa, eu me enganei.

É o Item 6. Item 6 é o item não terminativo. É o Decreto Legislativo nº 478, de 2009, que *"aprova o texto emendado da Convenção sobre Regulamento Internacional para Evitar Abaloamentos no Mar, bem como as Emendas adotadas até 29 de novembro de 2001."* O relator é o Senador Paulo Duque, a quem concedo a palavra. Como representante do Rio de Janeiro, nada melhor que cuide de um tratado sobre Abaloamento no Mar.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, falar nisso o Tribunal Marítimo continua funcionando no Rio de Janeiro, sabia? Bem ali perto da Praça Mauá. Falar em Abaloamento.

O relatório é o seguinte, Presidente: *"em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação desse Congresso, o Congresso Nacional, o texto do ato internacional acima referido."*

Na Câmara dos Deputados, o projeto de decreto legislativo, redigido de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, foi aprovado, em 4 de junho de 2009, tendo naquela Casa passado pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Viação e Transportes.

Acompanham a proposição a Mensagem 137, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao

Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos respectiva. Dessa exposição cabe destacar o seguinte:

O Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, conhecido pela comunidade marítima brasileira como RIPEAM, é de fundamental importância, devendo estar sempre disponível no passadiço de qualquer navio, na forma mais apropriada possível, para consulta pelo pessoal de serviço.

A Exposição de Motivos ressalta, ainda, que o tratado em apreço concluído no âmbito da Organização Marítima Internacional, é uma das convenções daquela entidade que reúne o maior número de adesões dos países, naturalmente.

O texto da Convenção traz uma série de regras de deslocamento para as embarcações, sinalização, bem como procedimentos de manobra para evitar abalroamentos. É um verdadeiro código internacional de navegação.

O acordo mostra-se de extrema relevância aos interesses brasileiros. Importante notar que o tratado, de 1972, ratificado em 74, foi objeto de uma série de Emendas, as quais foram consolidadas no texto original, o que gerou praticamente nova convenção completa e regulamento em forma integral.

Entendemos de grande relevância para o Brasil assinatura do referido tratado, pois precisamos seguir os padrões da navegação adotados em todo o mundo e dos quais a Organização Marítima Internacional é guardiã.

Inegável, portanto, que o presente acordo é o instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil, particularmente no que concerne a regras de navegação marítima."

E lembro, Presidente, que temos uma costa marítima de mais ou menos oito mil milhas, muita coisa.

"Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versados em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 478, de 2009."

Este é o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Paulo Duque. Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está, portanto, aprovado. Vamos passar ao outro item também de relatoria do Senador Paulo Duque, que é o Item 8.

Projeto de Decreto Legislativo nº 695, de 2009, que "aprova os textos das Resoluções MSC.142, MSC.151, MSC.152, MSC.153, MSC.154, MSC.170, MSC.171 e MSC.194, adotadas nas Sessões do Co-

mitê de Segurança Marítima Internacional, ocorridas de 2003 a 2005, que resultaram em Emendas à Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar – SOLAS." Com a palavra, o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): No meu passo, Presidente. "Em cumprimento a legislação que já citei, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto de atos internacionais acima ementados, esses atos que V. Exa. acabou de se referir. E essa Comissão necessariamente é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo 695, na origem teria o nº 1.048, de 2008.

Na Câmara dos Deputados, as resoluções foram aprovadas pelo Plenário, em 13 de agosto de 2009, após serem estudadas e aprovadas na Comissão de Justiça e Cidadania. Tudo isso em regime de urgência.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 480, do Poder Executivo, que encaminha os textos das resoluções do Congresso Nacional. Elas foram adotadas pelas Sessões do Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Internacional, realizada em 2003 a 2005, nesse período. Há, também, no acervo documental produzido a Exposição de Motivos 123, do Ministério das Relações Exteriores, que informa uma série de atos e convenções ligadas a esse assunto.

Ressalta-se a grande conveniência para a comunidade Marítima Brasileira que o texto do diploma legal em pauta é enriquecido com as novas emendas, que faça parte da legislação brasileira.

Cumpra registrar, ainda, que não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

As resoluções objeto da proposição em análise resultaram em emendas que incidem sobre o Anexo da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar. As modificações introduzidas na Convenção visam adequá-las aos novos tempos e às novas situações vivenciadas por embarcações e suas tripulações ante o avanço tecnológico verificado nas últimas décadas.

As emendas são de natureza eminentemente técnica e foram introduzidas ao texto convencional por meio de várias Resoluções do Comitê de Segurança Marítima da Organização Mundial."

Estão aqui agendadas todas essas resoluções.

"Do exposto, vê-se, que as alterações implementadas do Anexo da Convenção guardam estreita relação com temas técnicos sob a responsabilidade da Operação Mundial. Considerando que o Brasil é membro da Organização, tendo em vista que possui mais de oito mil quilômetros – eu disse oito mil milhas, mas, na realidade, são oito mil quilômetros – de costa – nenhum

país tem isso, talvez –, recordando que as resoluções em apreciação versam majoritariamente sobre temas vinculados à segurança da navegação e destacando que elas não afrontam o ordenamento jurídico pátrio, resta ao Congresso aprová-las.

Por todo o exposto, e por ser esta proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 695, de 2009.”

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Paulo Duque, com o relatório favorável. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco votação. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Está, portanto, aprovado, e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Vamos agora... Eu solicito ao Senador Mozarildo Cavalcanti que, como relator *ad hoc*, possa relatar os Itens 7, 11 e 12, começando pelo Item 7 que é também não terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 661, de 2009, que “aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago, assinado em Brasília, em julho de 2008.” Relatoria do Senador Valdir Raupp, mas solicito ao Senador Mozarildo Cavalcanti que faça a relatoria *ad hoc*. Com a palavra o senador.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu vou resumir partindo para a parte final do relatório e o voto.

“O Acordo em análise contempla a matéria inserida nos domínios da cooperação internacional. Inexiste no texto acordado indicação precisa de domínios para eventual parceria. Ao contrário, o tratado prescreve como objetivo a promoção de cooperação técnica nas áreas que as partes determinem, conjuntamente, como prioritárias.

O texto acordado não destoa de tratados celebrados pela República a mesma área temática, bem assim de atos internacionais de idêntica natureza celebrados por outras soberanias. Assim, ele dispõe, entre outras coisas, sobre a possibilidade da designação de instituições para executar ou coordenar os projetos, atividades ou iniciativas; sobre o estabelecimento da Comissão Conjunta para acompanhar os trabalhos no âmbito do Acordo; sobre transparência de equipamentos.

O documento, por fim, estabelece período inicial de vigência de cinco anos. Esse prazo, contado da data da entrada em vigor do ato, será automaticamente renovado por períodos subsequentes de cinco anos, a não ser que qualquer das Partes manifeste, por escrito, seis meses antes de inspiração de qualquer dos períodos, a intenção de denunciá-lo.

O voto. Por todo exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo, nº 661, de 2009.”

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mozarildo. Coloco em discussão o relatório, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Passamos, agora, aqui, ao Item 11. Conforme anunciado também como relator *ad hoc* o Senador Mozarildo Cavalcanti. O relator é o Senador Geraldo Mesquita, que está em viagem, e é o Projeto de Decreto Legislativo nº 814, que “aprova a Lista de Compromissos Específicos do Brasil resultante da VI Rodada de Negociações em Matéria de Serviços ao Amparo do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços no MERCOSUL, aprovada pela Decisão nº 1/06 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, em 20 de julho de 2006.” Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, igualmente eu vou resumir tanto o relatório quanto a análise, passando aos finalmente, vamos dizer assim.

“A presente Lista substitui e amplia os compromissos horizontais, bem como os compromissos setoriais em serviços prestados às empresas, serviços postais, serviços de ‘courier’, serviços de telecomunicações, serviços audiovisuais, de construção e serviços relacionados à engenharia, distribuição, educação, bem como serviços relacionados ao meio ambiente, serviços financeiros e também relacionados à saúde, serviços sociais, serviços de turismo e viagens, bem como recreacionais, culturais, esportivos e serviços de transporte.

Cabe estacar, por fim, que a Lista de Compromissos do Brasil resultante da VI Rodada limita-se a consolidar a abertura já praticada pelo Brasil nos setores listados. Nos termos da Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, sua ratificação e incorporação no marco jurídico interno será um passo fundamental para o objetivo de integração profunda estabelecido pelo Tratado de Assunção.

Em época de desaceleração do comércio, inclusive no MERCOSUL, a composição em exame deve ser saudada como um sinal de que o processo integracionista prossegue, a despeito de todas as dificuldades. O fato de ter alcançado a sexta rodada de negociações no âmbito do Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços representa a disposição

dos Estados Partes do MERCOSUL de preservar, de perseverar na busca dos pontos comuns que levarão ao aprofundamento da integração.

Ante o exposto, tendo em vista o impacto positivo na consolidação da integração mercosulina, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 814, de 2009."

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Passamos ao Item 12, também não terminativo, com a relatoria *ad hoc* também do Senador Mozarildo Cavalcanti, em substituição ao Senador Renato Casagrande.

Projeto de Decreto Legislativo nº 815, de 2009, que *"aprova os textos das Resoluções – e aí tem vários números aí –, adotadas por ocasião da realização das Sessões do Comitê de Meio Ambiente Marinho, resultado na adoção de Emendas à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Marinha por Navios – MARPOL 73/78, da Organização Marítima Internacional."* Portanto, é uma convenção internacional para prevenção da poluição marinha por navios. Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Vou também ao resumo do relatório da análise, passando à parte final que diz:

"O Brasil tem se caracterizado, em suas relações internacionais, pela postura de proteção do meio ambiente e de prevenção e controle das diversas formas de poluição. É patente o interesse do Brasil em cooperar com as demais nações nesses assuntos, mormente quando a colaboração ocorre no contexto multilateral, ancorada por um organismo multilateral dotado de experiência e tradição e com excelente nível técnico, como é a Organização Marítima Internacional.

A análise demonstra que as emendas à Convenção Internacional para Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL 73/78), ora submetidas ao crivo congressual, visam a tornar o tratado mais eficaz em seus objetivos.

O voto, portanto, ante o exposto, tendo em consideração a importância dos atos internacionais em apreço, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 815, de 2009."

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Em discussão a matéria, o relatório. Não

havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Senador Pedro Simon, o Item 9 é da relatoria de V. Exa., poderemos passar... depois volto ao três. Agora vamos para o Senador Pedro Simon e depois o Senador Heráclito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É raro eu ser relator, de vez em quando, uma vez por ano... Para ele não ficar com mal com a consciência dele, uma vez por ano ele deixa para Simon. Porque é um projeto muito aquele delicado, muito complexo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Esse é o Projeto de Decreto Legislativo nº 812, de 2009, que *"aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande para Cargas Transportadas por Rodovia, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006, que complementa o Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande."* Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Agora eu fico emocionado por receber um projeto tão delicado, tão complexo e tão difícil. V. Exa. depositou confiança em mim. Muito obrigado.

"Acautela-se o projeto na verificação da mercadoria cuja permanência no recinto ultrapasse o prazo estabelecido pela Secretaria da Receita Federal, quando vier fundada a suspeita de falsa declaração do conceito. Também quando permite a vedação do regime pela determinada situação, por motivo de ordem econômica, fiscal, ou outros julgados relevantes.

Trata-se de uma liberalidade por parte do Governo brasileiro em relação a seus vizinhos, no intuito de lhes facilitar o comércio exterior, não totalmente alheia às normas constitucionais e internacionais de cooperação, com fundamento em uma tradição secular que ora ganha novas roupagens."

É mais uma das medidas que eu acho altamente positiva, que o Brasil adota aqui com relação ao Paraguai, que não tem Porto, e, facilitando junto, o que já acontece muito, muito com relação ao Porto de Paranaguá, aqui também, às vezes, com relação ao Porto de Rio Grande. Eu sou totalmente favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon. Realmente isso facilitará, sem dúvida alguma, quer dizer, o Brasil como saída para os produtos do Paraguai. Eu coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em vota-

ção. As Sras. Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Está, portanto, aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 812, de 2009, e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral de Mesa para as devidas providências.

Vamos, agora, ao Item 3. O Senador Heráclito Fortes é o relator. O Item 3 da Pauta é o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2009, que *“altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 86, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (obriga as concessionárias de serviço aéreo a divulgar nota oficial, em 90 dias após a ocorrência de acidente aéreo com vítimas).”* Autoria Deputado Vic Pires Franco, e o relator é o Senador Heráclito Fortes, com o parecer favorável à matéria, nos termos da emenda do substitutivo que apresenta. Concedo, portanto, a palavra ao Senador Heráclito Fortes, relator da matéria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, para facilitar, vou resumir o parecer.

“O PLC 67, de 2009, originário da Câmara dos Deputados, em resumo, acrescenta artigo ao Código Brasileiro da Aeronáutica que determina que em caso de acidentes aéreos com vítimas, o explorador da aeronave acidentada fará a publicação de nota oficial com as conclusões periciais da autoridade policial competente em 90 dias após ocorrido o fato, entre outras alterações com o mesmo propósito.”

Entendo que, embora meritória, a matéria originária da Câmara dos Deputados, a divulgação de conclusões periciais acerca de acidentes aeronáuticos com vítima é papel do Estado e não de empresa exploradora de atividade aeronáutica como propõe o PLC.

Ademais acredito que uma coisa é a investigação policial, a outra coisa é investigação aeronáutica. A investigação policial busca os responsáveis pelo acidente com objetivos civis e penais; a investigação aeronáutica de caráter eminentemente preventivo busca a identificação de todos os fatores que possam ter contribuído para o sinistro, e evitá-lo no futuro.

Saliento, a investigação aeronáutica não busca punição de eventuais responsáveis pelo acidente aéreo, que é atribuição da polícia. Aliás, essa postura prevista no Anexo 3 da Convenção da Aviação Internacional, mais conhecida como Convenção de Chicago, promulgada em nosso País pelo Decreto 21.703, de 46. Mas embora o citado anexo tenha sido promulgado no Brasil há muito tempo, a legislação brasileira não abrigou os princípios do anexo 3.

Então, com propósito de solucionar essa lacuna, proponho o substitutivo que dispõe sobre a investigação aeronáutica e a publicidade de seus relatórios, em termos já estabelecidos internacionalmente pela Convenção de Chicago.

A propósito, o substitutivo ora apresentado é visto como substancial avanço legal tanto pela assessoria parlamentar da aeronáutica, quanto pela assessoria parlamentar do Ministério da Defesa, instituições com legítima e legal competência para manifestações sobre esse assunto. É o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Em discussão o relatório.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O Senador Roberto Cavalcanti para discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu me acosto ao relatório do nobre Senador Heráclito Fortes, porém fazendo um ressalva de que isto é um paliativo. Quer dizer, na verdade, nós não podemos estabelecer um prazo fixo de 90 dias para termos nem o relatório da aeronáutica e nem termos o do relatório final. A exemplo o acontecimento do Airbus da Air France que até hoje as conclusões ainda não estão finalizadas, e já se passaram mais de 90 dias. Mas é importantíssimo que nós possamos dar esse passo e termos algum relatório--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É exatamente isso que nós estamos modificando. Agradeço V. Exa.--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Parabenizo o relator e, no momento oportuno, votarei favoravelmente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Quando oportuno, também, pela menção a esse acidente da Air France, eu quero lembrar que ainda nós fizemos, anteontem, uma homenagem no Dia do Marinheiro e as notícias dão conta de que o orçamento da Marinha não foi reposto com essas despesas extras que ocorreram. Os números são realmente muito grandes: o número de navios que foram utilizados, o número de horas de marinheiros, o número de horas de voo. E nem a Marinha nem a Aeronáutica foram ainda, tiveram os seus orçamentos recompostos pelo Ministério do Planejamento. Portanto, é importante que as duas áreas, que se empregaram tanto, se esforçaram tanto, sejam devidamente reembolsadas das despesas extras que ocorreram.

Terminado a discussão, não havendo mais quem queira discutir, eu coloco em votação. As Sras. Senadoras e Senadores que estiverem de acordo permanecem como se encontram. Está aprovado.

Vamos passar, agora, ao relator Senador Roberto Cavalcanti, também aqui do Item 13, que é o PDS nº 817. Projeto de Decreto Legislativo nº 817, não ter-

minativo. *“Aprova o texto do Instrumento de Emenda da Constituição da OIT, Organização Internacional do Trabalho.”* Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, trata-se de um relatório de uma decisão de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que só agora está sendo examinada pelo Senado Federal, tendo em vista que passou algum tempo em discussão, em aprovação lá Câmara. A operação e a decisão na nossa Comissão e no Senado Federal estão sendo feitas de forma extremamente célere. Eu vou tentar ser bem sucinto, para nós não perdemos tempo.

Na verdade, isso é um texto que vem de um instrumento, de uma Emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho, a OIT, que nós todos conhecemos. Veio originário da Câmara e foi encaminhada à Câmara em 6 de outubro de 2003. E chegou a esta Casa em 1º de outubro de 2009.

“Cuida-se aqui da apreciação de uma emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi adotada por ocasião da 85ª Conferência Internacional do Trabalho, em 19 de junho de 1997. O teor da emenda é facultar à Conferência Internacional do Trabalho, por proposta do Conselho de Administração (do qual o Brasil é membro permanente na condição de um dos países de maior importância industrial).”

Fazem parte desse bloco de dez países considerados de maior importância industrial Alemanha, Brasil, China, Estados Unidos, Rússia, França, Índia, Japão, Reino Unido e Itália. Há uma pequena omissão da Itália no parecer, mas que será acrescido quando do texto definitivo. Peço que a taquigrafia faça essa anotação de incluir a Itália.

Na verdade, por se tratar de uma... nós estamos simplesmente aderindo a uma decisão tomada, que visa... o objetivo é eliminar um longo processo de submissão, os diversos Estados membros, das pretendidas derrogações. São atos que precisam ter uma celeridade maior lá na OIT, e que foi aprovada e precisa ser chancelada por esses países.

Então o nosso voto é favorável, e considerando a inexistência de vícios de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa. Então opino pela aprovação do Projeto de Decreto Lei 817, de 2009. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Coloco em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiveram de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o Decreto Legislativo nº 817, que *“aprova o texto do Ins-*

trumento de Emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho.”

Vamos passar ao Item 19, que é de relatoria do Senador Efraim Morais. Não estando presente, eu solicito a seu colega de partido, o Senador Heráclito Fortes, o nosso Primeiro Secretário, que seja relator *ad hoc*.

É o Projeto de Decreto Legislativo nº 843, de 2009, que *“aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suazilândia, assinado em Maputo, em 25 de janeiro de 2008.”*

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente, *“em cumprimento ao art. 49, inciso I, combinado com o 84, inciso VIII, da Constituição Federal, O Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido na emenda. Nesse sentido, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo 843, de 2009 (PDC 1.671, na sua origem).”*

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado pelo Plenário, em 8 de outubro de 2009, após passar pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem 841, de 29 de outubro de 2008, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado do Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos 344, de 8 de setembro, do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Em sua exposição, o Chanceler registra, entre outras coisas, que a assinatura desse Instrumento que atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo de forma a estimular o progresso e desenvolvimento dos dois países. Indica, também, que a cooperação técnica prevista no documento poderá envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países.

Cumpra registrar, ainda, que não foram apresentadas emendas ao projeto.”

Eu vou finalizar por aqui, porque trata-se desses corriqueiros acordos que nós fazemos com os países no sentido de estreitar relações através de cooperações técnicas e afins. Portanto, o meu voto é pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agradeço ao senador Heráclito Fortes, o relatório *ad hoc* e coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiveram de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado.

Passamos agora ao Item 21 da Pauta que é da relatoria do Senador Inácio Arruda, que não estando pretendeu solicitar a Senadora Patrícia Saboya, também do Ceará, que possa, depois que achou o óculos. Já tinha pedido antes, mas ela estava sem óculos para poder ler o relatório, agora...

É o Decreto Legislativo nº 848, de 2009, que *"aprova o texto do Acordo sobre Gratuidade de Vistos para Estudantes e Docentes dos Estados Partes do MERCOSUL, celebrado em Córdoba."* Autoria da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL. Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O relatório no Senador Inácio Arruda, meu conterrâneo, um relatório bastante fundamentado e é um relatório pequeno e eu vou ler todo porque é só uma página.

Então *"com fundamento no disposto no art. 49 da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 996, de 20 de dezembro de 2007, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Gratuidade de Vistos para Estudantes e Docentes dos Estados Partes do MERCOSUL, celebrado em Córdoba, em 20 de julho 2006."*

A análise. Cuida-se aqui da apreciação de singelo, mas importante, acordo para o sistema do MERCOSUL, mormente no setor educacional. Por este ato, vistos de residência temporária para estudantes secundários, de graduação e pós-graduação e docentes e pesquisadoras nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL serão gratuitos para intercâmbio intrabloco.

O acordo está estruturado em quatro artigos: a) cursos de graduação ou pós-graduação; b) cursos secundários no âmbito de programas de intercâmbio de instituições governamentais e não-governamentais; c) docência ou pesquisa em estabelecimentos de educação ou universidades; e o outro artigo de mérito dispõe que a isenção aplica-se também aos familiares dependentes do beneficiário.

Os demais artigos disciplinam a denúncia, o depositário e a entrada em vigor do tratado.

O voto. Por todo o exposto, por considerarmos ser constitucional, jurídico e regimental e conveniente aos interesses do País, o voto é pela aprovação do projeto." Esse é o voto pelo parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senadora Patrícia. Portanto, o voto é favorável ao PDS nº 848 sobre Gratuidade de Vistos para Estudantes e Docentes no MERCOSUL. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Coloco em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que

estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Esse acordo é um acordo importante realmente para incentivar, do ponto de vista realmente educacional, do ponto de vista cultural, esse intercâmbio de estudantes e docentes no âmbito do MERCOSUL.

Vamos passar agora ao Item 4, que eu peço ao Senador Cristovam Buarque como relator *ad hoc*. Então, o relator é o Senador João Pedro, ele está no Plenário com homenagem a Pedro Teixeira, desbravador português no Amazonas, e, portanto, ele já esteve aqui mais cedo. Eu peço ao Senador Cristovam que seja o relatório *ad hoc*.

É o Projeto de Lei da Câmara nº 295, que *"autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina."* De autoria da Presidência da República. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, é com satisfação que eu substituo o Senador João Pedro no caso específico desse projeto de *"doar área para instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina e dá outras providências"*.

Esse projeto, na verdade, está creio que há mais de dez anos em processo, não do ponto de vista formal no Congresso, mas do ponto de vista da decisão que se tomou o Governo do Distrito Federal de se fazer essa concessão, e por isso nós fomos chamados a autorizar o Poder Legislativo a doar área para instalação da Embaixada Delegação Especial Palestina e dá outras providências.

"Na Câmara dos Deputados, o projeto tramitou pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma do art. 24, inciso II, do Regimento Interno daquela Casa."

No Senado, distribuiu-se o projeto às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa agora nessa Comissão de Relações Exteriores... Não, cabendo à última, cabendo à Comissão de Constituição e Justiça a decisão terminativa. Nós, entretanto, na Comissão de Relações Exteriores somos obrigados a relatar e fazer o registro.

O projeto, do Presidente da República, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar lote no Setor de Embaixadas Norte, em Brasília, Distrito Federal, para instalação do que aqui está sendo chamada de Embaixada, mas eu quero fazer uma emenda substituindo o termo Embaixada pela Delegação Especial da Palestina. A proposição dispõe, ainda, que a escritura da transferência da propriedade contará cláusula de

reversão do imóvel, caso ocorra alteração da finalidade na doação.

Vê-se, pois, que a proposição não destoa de iniciativas assemelhadas que ocorreram no romper da mudança da nova capital da República. Naquela altura, foram doados terrenos aos Estados com que o Brasil mantinha relacionamento diplomático.

O caso presente tem, no entanto, características que se relacionam à circunstância de a criação de um Estado palestino independente ainda pender de decisão da comunidade internacional. Daí a necessidade de lei federal para fazer a doação condicionada (cláusula de reversão). Exposição de Motivos endereçada ao Presidente da República pelo Ministro das Relações Exteriores que esclarece, após relatar o relacionamento histórico entre o Brasil e o povo palestino, o seguinte:

‘Concedeu-se, inicialmente, Permissão de Uso a Título Precário do Lote 46, localizado no Setor de Embaixada Norte, a fim de instalar a sede da Delegação Especial da Palestina. À época, foi necessário lançar mão de recurso alternativo à doação, pelo fato de a Palestina ainda não ser um território constituído, em condições de oferecer reciprocidade. Posteriormente, a medida foi anulada pelo governo do Distrito Federal.’”

Eu quero dizer que quando foi concedida, eu era governador e tive muito prazer em ter feito isso na época.

“Uma vez anulado o termo de cessão de uso no governo que me substituiu, nova tentativa foi levada a cabo em 2005, quando a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou o Projeto de Lei de doação. Todavia, no âmbito desse processo, o Tribunal de Contas do DF apontou vícios de forma e de conteúdo que levaram ao abandono da iniciativa.

O Brasil, continua a citação do Ministro das Relações Exteriores, não tem poupado esforço no sentido de melhorar as condições de vida do povo palestino e colaborar com a pacificação da região, a fim de levar à formação de um Estado palestino soberano, geograficamente coeso e economicamente viável. É conveniente, pois, que a Delegação Especial da Palestina encontre no território brasileiro tratamento acolhedor compatível com os esforços empreendidos.’

A iniciativa do chefe do Executivo federal proporciona dupla leitura.

No plano interno, regulariza situação existente a título precário, homenageia a significativa comunidade de palestinos situados em território nacional e dá consequência ao que dispõe o Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965, que incorporou ao ordenamento

jurídico pátrio a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

No plano internacional, a doação do terreno consolida a posição brasileira em prol do reconhecimento do Estado Palestino. A iniciativa demonstra, por igual, atitude coerente com esse desiderato, bem assim com a instalação do governo brasileiro em 2004 do Escritório de Representação nos Territórios Palestinos em Ramallah. Esse ato adensou, ainda mais, o nível de relacionamento bilateral.

O presente projeto é, por conseguinte, louvável e oportuno. Ele, por certo, contribuirá de maneira superlativa para o relacionamento palestino-brasileiro.

Pelo exposto, e por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei da Câmara nº 295.”

Eu diria somos, enfaticamente, pela aprovação, com essa emenda de redação em que desautoriza o Poder Legislativo a doar área para a instalação da sede da Delegação Especial da Palestina, e dá outras providências, no lugar de Embaixada da Palestina.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Perfeito. Então eu coloco em discussão tanto o relatório quanto a emenda colocada. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está, portanto, aprovado o projeto da Presidente da República de doação de área para instalação da representação da Delegação Especial Palestina aqui no Brasil, em Brasília.

O próximo item é o Item 16. Eu solicito o Senador Flexa Ribeiro como relator *ad hoc*. Esse item é da relatoria do Senador Romero Jucá, que é do Estado de Roraima, e é um assunto que se refere à fronteira do Brasil com a Venezuela.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 840, que *“aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Caracas.”* Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Eduardo Azeredo, Sra. Senadora e Srs. Senadores. Eu, por determinação de V. Exa., tenho a honra de substituir o Senador Romero Jucá como relator *ad hoc*, fazendo a leitura do seu parecer. Farei apenas, Presidente Eduardo Azeredo, estarei fazendo tão somente a leitura do parecer do Senador Romero Jucá.

“Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 840, de 2009 (DPC 571, de 2008, na origem, que resulta da Mensagem 911, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Caracas, em 30 de dezembro de 2005.

Análise, Sr. Presidente. O acordo versado em sete artigos impõe o intercâmbio de informações de caráter estratégico-operacional, o treinamento técnico ou operacional especializados, fornecimento de equipamentos e recursos humanos para serem empregados em programas específicos na área mencionada anteriormente, mútua assistência técnica e exercícios e operações sujeitas à legislação de cada país, com vistas a alcançar os objetivos colimados no acordo.

Voto, Sr. Presidente. Por todo exposto, e visto estarem observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 840, de 2009.” Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de pedir vistas, tendo em vista que trata-se de um acordo de operação paramilitar entre... Eu digo paramilitar porque envolve não diretamente confrontos militares, mas sobre o pretexto da interceptação de aeronaves envolvidas em eventuais atividades ilícitas, como existem conflitos na nossa região... Tenho um profundo respeito ao parecer do Senador Romero Jucá, porém eu não estou devidamente instruído e amadurecido no tocante a uma decisão, por, exatamente, para poder envolver o País, Brasil, em algum incidente eventualmente existente entre países vizinhos e amigos como Colômbia e Venezuela. Por isso eu peço vistas ao presente projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. Não havendo quem queira contestar, está, portanto, concedido o pedido de vista, solicitado pelo Senador Roberto Cavalcanti ao Projeto de Decreto Legislativo nº 840.

Senador Flexa Ribeiro, o PDS nº 818, Item 14, é da sua relatoria. É o Projeto de Decreto Legislativo que *“aprova o texto do Instrumento de Emenda à Constituição da União Internacional de Telecomunicações com Emendas feitas pela Conferência Plenipotenciária de Quioto e pela Conferência Plenipotenciária de Mineápolis, em 98, aprovado em Marraqueche, em 18 de*

outubro de 2002, juntamente com as reservas feitas pelo Brasil.” Essa união internacional se reuniu bem: Genebra, Quioto, Mineápolis e Marraqueche e Quioto. Andou um bom pedaço de mundo aí.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem, se V. Exa. permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu pedi para retirar um projeto, o número é 116, para um reexame. Tem algumas incorreções e eu gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, está retirado o Projeto 116 por solicitação do Senador Romeu Tuma. Solicito à Senadora Patrícia que possa assumir a Presidência rapidamente aqui, só para eu receber aqui o ex-governador Geraldo Alckmin que está aqui presente. E com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Flexa, com muito prazer dou a palavra a V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A alegria é minha, Senadora Patrícia Saboya, ser presidido por V. Exa. na ausência do Senador Eduardo Azeredo.

“O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional os atos internacionais em epígrafe.

Iniciando se pela Câmara dos Deputados, a Mensagem foi apreciada nas Comissões daquela Casa, dando origem ao Projeto de Decreto Legislativo que foi aprovado em setembro de 2009.

A proposição foi recebida no Senado Federal em outubro de 2009.

Análise, Sra. Presidente. A Exposição de Motivos faz constar que os plenipotenciários dos Governos dos Países-membros da União Internacional de Telecomunicações (UIT) reuniram-se em 2002 e adotaram os Instrumentos de Emenda à Constituição e à Convenção da UIT. Estes documentos foram internalizados pelo Brasil com a promulgação do Decreto 2.962.

O presente Instrumento assegura o aprimoramento da Constituição e da Convenção da organização, reafirmando seus objetivos.”

Eu quero saudar aqui a presença do nosso governador Geraldo Alckmin. Seja bem vindo governador. Participe conosco da...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Azeredo, V. Exa. que acaba de reassumir, me

tirando o prazer e a alegria de ser presidido pela Senadora Patrícia Saboya.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pirou o visual?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito. Mas a alegria retornou de contar agora com o ex e futuro governador de São Paulo Geraldo Alckmin, que está aqui conosco nos dando a honra de participar dessa Reunião da Comissão de Relações Exteriores.

Continuando a análise, Sr. Presidente, do PDS nº 818, de 2009. Vou retroagir um pouco para poder ter sequência na leitura.

“O presente Instrumento assegura o aprimoramento da Constituição e da Convenção da organização, reafirmando seus objetivos, entre eles o de manter e ampliar a cooperação internacional para o aperfeiçoamento de todas as categorias de telecomunicações; promover e prestar assistência técnica aos países em desenvolvimento; mobilizar os recursos necessários para a sua execução; estimular o desenvolvimento dos meios técnicos e sua exploração mais eficaz, além de levar os benefícios das novas tecnologias a todos os habitantes do planeta, sempre com fins pacíficos.

As modificações dedicam-se ao setor de radiocomunicações e padronização das telecomunicações.

As disposições harmonizam-se com as diretrizes e orientações vigentes no Brasil.

O voto, Sr. Presidente. Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Decreto Legislativo nº 818, de 2009.” Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está, portanto, aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria saudar o governador Geraldo Alckmin que nos dá a honra da sua visita, matando as saudades, visto que permanentemente tive a oportunidade de, por autorização dele, percorrer o Estado de São Paulo, sempre em agradecimento à confiança que os eleitores de São Paulo tiveram no governador e em mim, como senador. Espero que a presença do senador não seja para

acostumar com esta Casa, e desista de ser o nosso futuro governador. Sei que é muito mais importante para o Estado de São Paulo que ele volte a nos governar, tendo em vista a eficiência do desenvolvimento com V. Exa. no Espírito Santo, em Minas Gerais, e ele em São Paulo, conseguiram reabilitar as finanças paulistas, atender a todos os prefeitos um por um, pouco, a nenhum perguntando a que partido pertencia. Sabia que o prefeito representava o cidadão na cidade, portanto, assinava os acordos sem saber a que partido pertencia. Sabia por fora, mas, oficialmente, não, porque ele tinha o desejo de servir todos os paulistas e os brasileiros que lá moram. Prazer em vê-lo, governador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, endosso e realmente é uma honra para esta Comissão receber aqui a presença do governador Geraldo Alckmin, e hoje, como Secretário do Desenvolvimento de São Paulo, gosto muito do seu trabalho. Eu quero ouvir, então, o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero apenas dizer do privilégio também de estar aqui diante do nosso governador, e dizer que sou administrador seu não só pela sua administração, mas também pela honradez que o senhor tem demonstrado ao longo de toda essa sua vida, na linha do velho Covas, que pautou a sua vida também num comportamento acima de qualquer suspeita. É um privilégio fazer política num país e num tempo que tem pessoas como o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Gostaria também aqui de dizer da grande alegria de reencontrar o nosso governador, amigo, médico como eu, e que eu tenho tido a oportunidade, indo a São Paulo, Alckmin, sempre aquela velha história, a gente entra no táxi e pergunta, porque ninguém melhor de que os taxistas para nos dar informações de como está indo o governo. E quantas e quantas vezes eles fazem referência mais elogiosas ao seu trabalho, a sua competência, a sua honradez, a sua honestidade. E isso nos deixa muito feliz. E eu tenho também o privilégio de tê-lo me acompanhando no *Twitter*.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu também não poderia deixar de falar. Viu como vale a, governador Alckmin, ser tão bom, tão sério, tão decente e tão honesto? Aqui, V. Exa. recebeu elogios de diversos parlamentares e de diversos partidos, mas todos a mesma convicção da sua seriedade, do trabalho. E eu sou daquelas que ainda tem esperança na política de

poder conviver sempre com homens de bem como o senhor. Então fico aqui muito... nós todos temos muito prazer em recebê-lo, lhe damos boas-vindas e esperamos que num futuro muito próximos você possa estar ou aqui ou em outro lugar, mas prestando serviço a toda a nossa comunidade, a toda população que tem tanto carinho e apressado por V. Exa.. Parabéns por todo o seu trabalho e pela sua vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, eu quero, embora tenha cumprimentado na sala da presidência, o nosso governador Geraldo Alckmin, e como frisou a Senadora Rosalba, também é um colega médico, que tive o prazer não só de apoiá-lo na campanha para presidente, como votar, e lamento que não tenha tido sucesso no segundo turno. O Brasil perdeu uma grande oportunidade. Vou declarar, portanto, a minha simpatia e a minha admiração. Como foi frisado aqui, principalmente, nós que acreditamos que ainda é possível fazer política com seriedade, V. Exa. é um exemplo para o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu me junto a todas as manifestações que já foram feitas aqui dos companheiros senadores, prestando depoimento sobre essa extraordinária figura que é o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Eu, sobre todos eles, tive um privilégio: eu fui, por indicação dos Democratas, coordenador da campanha presidencial de Geraldo Alckmin, e tive a oportunidade de conviver mais intensamente nas viagens que empreendemos pelo Brasil afora, e foi um grande aprendizado, e uma admiração que se tornou crescente e transformando numa amizade que eu cultivo muito, pelo caráter, pela seriedade e, acima de tudo, pela maneira como o Alckmin encara o Brasil, encara o Brasil, acredita no Brasil, e pela maneira como ele defende, com convicção, os seus pontos de vista. O governador Geraldo Alckmin é daqueles homens que pode até perder o voto, mas não perde o compromisso com a verdade, não perde, não brinca com o caráter. Coisa muito rara hoje na política brasileira. De forma que eu faço esse registro que tive esse privilégio, de conviver com ele e também o seu candidato vice José Jorge, que foi outra extraordinária figura que conviveu com todos nós dentro desse Senado.

Quanto ao futuro, São Paulo é quem vai decidir. Eu não me arriscaria aqui fazer nenhum prognóstico. Eu peço apenas, rogo a Deus que encaminhe Alckmin para o melhor, não só para si, mas também para o povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito. Portanto, agradecemos a presença e a visita do governador Geraldo Alckmin, que honrou a nossa Comissão com a sua presença aqui.

E concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma para continuar a pauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É o Item 10, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É o Item 10 da Pauta. É o PDS—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É o apelo que o Itamaraty está fazendo--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Isso, PDS nº 813, Item 10, está na volume um. E é o Projeto de Decreto Legislativo nº 813, que *“aprova o texto do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Piratados e Falsificados, celebrado em Assunção.”* Autoria da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL. E com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É página...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Página 294, do primeiro volume.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): *“Essa comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo 813, de 2009, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL, que aprova o texto do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Piratados e Falsificados, celebrado em Assunção, em 20 de junho de 2005.”*

Nós sabemos a importância desse acordo, Presidente, porque há uma invasão de produtos pirateados, falsificados, inclusive na área dos medicamentos, de forma que a criação desse setor de inteligências, que já funciona um pouco pela Polícia Federal, que tem os segmentos de vigilância de fronteira e também a colaboração de alguns parlamentares do Paraguai, que fazem parte do MERCOSUL, estão interessados em procurar, dentro da esfera fiscal do seu país, esquematizar um sistema do grande prejuízo de arrecadação de impostos que são criados lá, visto que a maioria dos produtos que vêm da Ásia, de alguns países do mundo árabe contrabandeados, que tem porta de entrada para o Brasil, para a América do Sul, através do

Paraguai. Não é o interesse do povo paraguaio; então, nós achamos importantíssimo.

Eu apresentei um requerimento para a criação da CPI dos produtos dos medicamentos falsificados que estão entrando no País, e que podem causar a morte de vários brasileiros. Até hoje, infelizmente, os prazos não foram cumpridos e vários partidos ainda não apresentaram o nome dos que representarão nessa CPI, que já aprovada. De forma que até o Itamaraty pede urgência na aprovação desse parecer, que eu solicito aos senhores membros desta Comissão que o aprove diante da importância do fato e do prejuízo econômico que o país vem sofrendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma, nosso especialista nessas questões todas ligadas à inteligência do combate à pirataria, falsificação, ao contrabando de produtos pirateados. Eu coloco em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Está, portanto, aprovado e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral de Mesa para as devidas providências.

Agora tem dois itens que eu sou o relator, mas antes, ainda, temos, já estamos encaminhando para o final, eu quero colocar o requerimento aqui primeiro do Senador Mozarildo em votação. É o requerimento que nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor do Departamento de Polícia Federal, para discutir, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, assuntos referentes à atuação da Polícia Federal no controle e na fiscalização das fronteiras brasileiras e da faixa de fronteira. Senador Mozarildo para sustentar o seu requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem. Só se V. Exa. poderia concordar com o pedido de urgência desse procedimento contra a pirataria. Desculpa, senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ele já entrará.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso vai interessar também a Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma, a Secretaria me informa que já estará automaticamente na Mesa ainda. Então, na próxima semana, poderemos aprovar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, o requerimento por si só explicita muito bem qual é o objetivo da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Nós já ouvimos o Ministério da Defesa, que, portanto expôs como é que está a situação das fronteiras; ouvimos o Ministério das Relações Exteriores; e, agora, queremos ouvir a Polícia Federal, que, justamente, são as três instituições que, digamos assim, mais envolvidas com as a questão das nossas fronteiras. Então, eu gostaria muito de contar com a aprovação para que nós possamos ouvir da Polícia Federal qual é a realidade da polícia nas fronteiras, carências, e, enfim, todos os detalhes. Para encaminhar—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Senador Romeu Tuma, para encaminhar o requerimento de convite ao Sr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Polícia Federal.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Concorro plenamente com o Senador Mozarildo, porque há algumas informações de desativação de alguns postos de fronteira de vigilância naquela região para uma reformulação da presença da Polícia Federal, e, é claro, do trabalho que os pelotões de fronteiras estão desenvolvendo com a participação maior no controle, principalmente, do contrabando, pirataria e plantações de cocaína, hoje, quase que na fronteira próximo à Venezuela. De forma que é importante que a gente acompanhe, até porque esta Comissão tem este valor da relação com os países vizinhos que fazem fronteira com a Região Amazônica.

Eu cumprimento o Senador Mozarildo pela iniciativa, e gostaria que fosse aprovado, porque assim o nosso Diretor-Geral poderia trazer um planejamento futuro que se prepara para a Amazônia brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco em votação o requerimento. Os Sras. e Srs. Senadores e estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Vamos passar ao Item 20 da Pauta. É de relatoria do Senador Arthur Virgílio, e eu solicito a Senadora Rosalba Ciarlini que seja relatora *ad hoc*.

É o Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2009, que *“aprova o texto do Acordo por Troca de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega, sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes de*

Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, concluído em Brasília.

Antes, Senadora Patrícia, você poderia assumir aqui, porque logo eu tenho dois que eu sou relator. Então, com a palavra a Senadora Rosalba e, depois, eu solicito a Senadora Patrícia Saboya que assuma a presidência para os dois itens seguintes que eu sou relator. Senadora Rosalba com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada, Senador Presidente Eduardo Azeredo. Inclusive, quero agradecer pela designação de relatar *ad hoc*, do Senador Arthur Virgílio, esse projeto que trata do Acordo por Troca de Nota entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega, sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, concluído em Brasília, em 15 de maio de 2008.

É este o relatório, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

“Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto de acordo entre a República Federativa do Brasil e Reino da Noruega que permite o acesso ao trabalho aos familiares dos agentes diplomáticos, consulares e de pessoal técnico e administrativo que se encontrem em missão oficial no território da outra Parte Contratante, que, de maneira diversa, ver-se-iam obrigados a interromper a sua carreira profissional.

Nesse sentido, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 884, de 2009.

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado pelo Plenário, em 8 de outubro de 2009, após passar pelo crivo da Comissão de Relações Exteriores, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Cumpra registrar, ainda, que não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Análise. O tratado em apreço visa a permitir que os dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico de uma das Partes Contratantes designado para exercer uma missão oficial na outra como membro de missão diplomática ou repartição consular ou missão junto a organização internacional sejam autorizados a exercer atividade remunerada no Estado acreditado, de acordo com a legislação do referido Estado e uma vez obtida a respectiva autorização nos termos do presente Acordo.

Conforme bem coloca o Ministério das Relações Exteriores na indigitada Exposição de Motivos, trata-se de acordo semelhante aos assinados com mais de uma dezena de países ao longo de última década e reverte uma tendência mundial.

Segundo o Acordo, são considerados dependentes: o cônjuge, o companheiro ou a companheira permanente; filhos e filhas solteiros menores de 21 anos; os filhos e filhas solteiros menores de 25 anos que estejam frequentando cursos universitários em horário integral; e os filhos e filhas solteiros portadores de necessidades especiais.

O Acordo estipula que as solicitações de autorização para o exercício de atividade remunerada sejam transmitidas às autoridades competentes do Estado acreditado e que o pedido deverá conter informações a respeito da atividade pretendida. Ela poderá ser negada caso o empregador seja o Estado acreditado ou fundações pública, empresas públicas ou sociedades de economia mista, por evidência incompatibilidade e suspeição e quando seja considerada prejudicial à segurança do Estado. Poderá, ainda, ser revogada se o dependente prestar, de má fé, informações falsas ou ocultar outras sobre circunstâncias relevantes para decisão de se conceder a permissão, ou, ainda, de acordo com as determinações gerais do Direito Administrativo do Estado acreditado.

As obrigações serão baseadas, sobretudo, na reciprocidade, o que indica que mudanças na legislação ou na prática nacionais quanto ao tema poderão ter como contrapartida mudanças na disciplina das atividades remuneradas exercidas por dependentes diplomáticos pela outra Parte contratante.

Fica acordado que a autorização para o exercício na atividade remunerada terminará na data do término da missão do indivíduo a quem a pessoa em questão esteja vinculada.

Estabelece também o regime de imunidades a vigorar para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidade de acordo com as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, especificando que não gozarão de imunidade civil e nem administrativa no que diz respeito às atividades relacionadas diretamente com seu emprego. Quanto à imunidade penal, se o dependente for acusado de delito cometido de relação à atividade remunerada, o Estado acreditado deverá seriamente considerar a renúncia àquela imunidade.

O voto. Por todo o exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional, legal e regimental, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 884, de 2009.”

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini, relatora *ad hoc*. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o Decreto Legislativo nº 842, Acordo entre o Brasil e a Noruega para isenção de visto... Não é 842, desculpe. O 844 entre o Brasil e a Noruega. Senadora Patrícia, por favor, pode assumir aqui?

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Projeto de Decreto Legislativo nº 842, de 2009, *“aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia, celebrado no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 2008.”* Autoria Comissão de Relações Exteriores e a relatoria do Presidente Senador Eduardo Azeredo, que com muito prazer eu passo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senadora Patrícia. Exatamente, o objetivo de eliminar o visto é que ele *“será concedido por motivos de viagem cultural ou em missão de estudos; de negócios; na condição de artista ou desportistas; na condição de estudante; na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob o regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro; e na condição de correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira. A duração do visto é temporário a do vínculo que o motivou, por regra.*

Assim é que, em nosso entendimento, o Acordo bilateral em tela segue os parâmetros normativos brasileiros com relação à matéria, fazendo aplicar às relações russo-brasileiras a isenção para vistos de curta duração, nas hipóteses já mencionadas.” Este é o voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Próximo Item nº 22. Item não terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 925, de 2009. *“Aprova os textos do Acordo-Quadro de Comércio entre o MERCOSUL e o Estado de Israel, assinado em Montevideu, em 8 de dezembro de 2005, e do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e o Estado de Israel, as-*

sinado em Montevideu, em 18 de dezembro de 2007.” Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL; relatoria: Presidente Senador Eduardo Azeredo. Concedo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sra. Presidente, este acordo é da maior importância. Ele é o primeiro acordo assinado entre o MERCOSUL, como um bloco de países, ou qualquer outro país. Esse Acordo-Quadro de Comércio entre o MERCOSUL e o Estado de Israel tem, portanto, uma importância do seu caráter inicial que se deseja que o MERCOSUL possa assinar novos acordos com a Comunidade Européia, com outras comunidades de comércio, como é o caso NAFTA, da ASEAN. Enfim, este é um acordo da maior importância, ele já foi aprovado na pela Câmara, foi aprovado na Comissão Mista do MERCOSUL. Na recente visita do Presidente de Israel, Shimon Peres, este assunto foi objeto também de abordagem, de entendimento.

E, portanto, eu quero, nesta análise, que é uma análise longa que está em mãos dos Srs. Senadores, ressaltar essa importância. Israel tem um Produto Interno Bruto de 162 bilhões de dólares; uma renda *per capita* de 22 mil dólares. São dados de 2007. É um mercado consumidor altamente expressivo, evidenciado pelas importações de 55 bilhões de dólares em 2007. O intercâmbio comercial entre Brasil e Israel chegou a mais de um bilhão em 2007. As exportações brasileiras aumentaram 30% em relação a 2006, seguindo a trajetória ascendente dos anos anteriores.

Portanto, uma média de crescimento de 28% no último quinquênio. Os principais produtos de importação do Brasil com Israel são cloretos de potássio, superfosfato e outros fertilizantes e herbicidas. Já as exportações brasileiras estão focadas em itens agrícolas, como carne bovina congelada, soja e açúcar. Além do impacto econômico, esses Acordos terão implicações políticas importantes. Como Israel é um país desenvolvido, a conclusão das negociações afastou a tese de que o Itamaraty daria prioridade aos acordos com países pobres apenas. Assim, Israel que é aliado também dos Estados Unidos, recebe oposição ferrenha dos países árabes, mas não deve ser objeto de obstáculo para esse intercâmbio entre o Brasil dentro do MERCOSUL e Israel. Portanto, o parecer é favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Em discussão o relatório do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Para discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Senador, por favor.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Não seria bem uma discussão, seria mais para parabenizar o relatório tão bem elaborado pelo Senador Eduardo Azeredo. Aliás, é da sua lavra sempre as boas coisas que se faz nessa Comissão e nesse Senado. V. Exa. é um homem que a sua produção legislativa aqui, ela é das melhores, e também a sua contribuição para o Senado da República tem sido, assim, uma contribuição inestimável. E eu quero dizer que V. Exa. é um dos homens públicos que merece o meu respeito, a minha consideração, o meu carinho pela sua luta política, por tudo ter feito pelo Brasil. Apesar de, em alguns momentos, ser mal compreendido e até injustiçado, eu quero dizer que V. Exa. recebe do povo de Mato Grosso o carinho mais profundo, porque nós entendemos, compreendemos e acompanhamos a sua luta. E, portanto, quando vem aqui qualquer matéria que é da sua lavra, eu paro para ler, e atentamente, porque eu sei que aí tem coisa boa.

E, principalmente, voltando-se para o caso do MERCOSUL, esse Acordo comercial, eu acredito que é de grande valia, e nós temos que fazer com que o MERCOSUL, realmente, ele se expanda, que ele possa mostrar as suas riquezas para outros países e aumentar a sua comercialização. Eu sou muito defensor da comercialização aqui na própria América do Sul, porque nós temos um mercado todo muito inexplorado ainda, abrangente, e que a gente pode expandir bastante a nossa economia. Mas, é lógico, que nós temos que não só pensar nos países da América do Sul, mas também pensar em países da África, Ásia, onde tiver comprador e aonde pudermos vender, nós temos que expandir, até por isso que a nossa economia está bastante desenvolvida.

E gostei, aqui, de ver, quando se relata aqui que nós temos muito a oferecer, principalmente, no campo agropecuário, fornecendo insumos e tecnologia para esse povo, e eles também têm para gente. O Brasil, daqui alguns anos, será indiscutivelmente um dos países que mais vai fornecer tecnologia no campo da agricultura. Principalmente, agora, com o domínio dos serrados, com os domínios da parte árida desse país, o semiárido, nós teremos condições que nós enfrentamos dificuldades e enfrentamos problemas, e que conseguimos ultrapassar as nossas próprias barreiras. E, portanto, o Brasil é um país que pode oferecer muito ao mundo. E eu estou muito feliz, eu sou um homem que veio do Centro-Oeste, um homem que lavra a terra também, eu trabalho nessa atividade, e tenho certeza que hoje nós já temos uma tecnologia e uma experiência muito grande no campo do trabalho agrorural.

Portanto, parabenizo a V. Exa. por trazer aqui esse parecer, esse relatório tão bem feito, tão bem es-

tudado, tão bem explicativo, e dizer que a nós de Mato Grosso, nós queremos, acima de tudo, parabenizar a Comissão, presidida pela nossa cearense que honra esta Casa também pelo seu trabalho, pela sua luta, mas que dizer que o seu trabalho, o seu parecer, e o seu relatório mesmo se não tivesse lido já mereceria o meu respeito, a minha consideração e o meu apoio. Portanto, tem o meu apoio para esse parecer tão bem colocado. Muito obrigado, V. Exa..

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Muito obrigada, senador Osvaldo sobrinho. Não havendo... Para discutir a matéria, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não é nem para discutir, tendo em vista a exposição que fez o nosso colega de partido em favor do relatório do Senador Eduardo Azeredo, que a gente não precisa nem ler, é votar a favor e não discutir. Mas este aqui é interessante, como membro do MERCOSUL, o senador também o é, nós participávamos um pouco da discussão desse Acordo lá. O senhor lembra, senador?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E o resultado sempre é favorável, que dá... Muita gente, ontem, nas discussões sobre a entrada da Venezuela, fez ver que o parlamento no MERCOSUL ainda não tem vida, ainda não tem presença, o que eu digo que não é verdadeira, tendo em vista a participação efetiva da nossa delegação e dos países que fazem parte dele. Isso é um sinal de que há vida, porque já houve um acordo do MERCOSUL diretamente com o país soberano. Então, eu acho que outros acordos deverão vir com a União Européia, que está sendo discutido. Então, eu acho que tem um valor muito grande, como é o primário, talvez o primeiro acordo MERCOSUL com o país fora do continente sul-americano, e virá, talvez, o entusiasmo com a União Européia. Eu cumprimento V. Exa. e o meu voto é favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Senador Eduardo--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Tuma, e Senador Osvaldo Sobrinho agradeço também as suas palavras. E eu quero só ainda complementar nessa fase de discussão, porque é importante um ponto aqui que está no texto, mas que não foi salientado por mim ainda. Que, na verdade, essa integração comercial plena é fundamental, não só com Israel, mas com outros países, com os países árabes inclusive. Mas um aspecto, entretanto, mereceu ser ressaltado na fase congressual da aprovação dos acordos, foi o objeto dimensionado à Clausula Interpretativa. Foi adicionada a proposição e o nosso

parecer foi o relator na Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL.

Ela traduz uma recomendação aos gestores do Acordo para quando da sua implementação para especial atenção à questão palestina, que perpassa a existência de Israel, inclusive em todo o seu sistema socioeconômico e produtivo. O parlamento europeu vem, reiteradamente, chamando atenção para a grave questão humanitária nos territórios ocupados.

Em 1995, a União Européia celebrou Acordo de associação com o Estado da Israel, que substituiu o anterior Acordo de cooperação entre a Comunidade Européia e Israel, firmado em 75. Posteriormente, por meio de comunicado publicado no jornal oficial da União Européia, a Comissão Européia notificou os importadores que produtos provenientes locais submetidos à administração de Israel, a partir de 67, isto é, assentamentos israelenses na Cisjordânia, Faixa de Gaza, Jerusalém Oriental e nas Colinas de Golan não poderiam se beneficiar de tratamento aduaneiro preferencial estabelecido pelo Acordo de associação entre a União Européia e Israel. Por conseguinte, não são outorgadas as preferências tarifárias àqueles bens cujo certificado de origem indique que a profissão que lhes confere *status* de origem tenha se dado em cidade, vila ou zona industrial submetida a esta administração temporária.

Tendo em vista essa preocupação com relação à justeza da aplicação do livre comércio, sem violação do Direito Internacional, o Congresso Nacional registrou e solicita atenção para os mecanismos normativos previstos no próprio acordo para a sua maior vitalidade institucional. Esse é o registro que eu queria fazer, portanto, deixando claro que o Acordo se aplica a todos os produtos de Israel, com exceção apenas destes das faixas de assentamento da Cisjordânia, Faixa de Gaza, Jerusalém Oriental e Colinas de Golan.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Eduardo Azeredo. Agora, não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordaram permaneçam como se encontram. Aprovado o projeto. Passo agora a Presidência para o Senador Eduardo Azeredo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigada, Senadora Patrícia Saboya. E, vamos, agora, são mais dois itens apenas.

O item 2 é o Senador Aloizio Mercadante, ele esteve nessa solenidade do Plenário, e é um Projeto de

Lei que veio da Câmara, o Projeto de Lei nº 141. Eu solicito o Senador Cristovam Buarque que seja o relator *ad hoc*, para que nós possamos, então, concluir toda essa pauta vasta do dia de hoje, faltando apenas mais um depois desse do Senador Cristovam Buarque.

É um projeto que “estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo.” É de autoria do Deputado Alberto Fraga. A relatoria do Senador Aloizio Mercadante é favorável nos termos da Emenda nº 1 da CCJ. Eu solicito, portanto, ao senador Cristovam Buarque que leia o relatório como relator *ad hoc*.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente, eu tenho o prazer de relatar o parecer do Senador Aloizio Mercadante, porque concordo inteiramente com o que ele colocou. Para relatar esse projeto que estabelece normas formais para envio ao Congresso de atos institucionais.

“O que vem ao exame da Comissão é um Projeto de Lei da autoria do Senador (sic) Alberto Fraga.

A proposição contém apenas dois dispositivos. O art. 1º determina que os tratados, sujeitos ao Congresso Nacional, nos termos do inciso VIII do caput do art. 84 da Constituição Federal, enviados à Câmara dos Deputados por mensagem presidencial, deverão conter, quando realizados em língua diversa do vernáculo pátrio, além do texto traduzido para a língua portuguesa, a cópia do original na língua predominante para as negociações ou em que se dará o registro no organismo internacional.

No Casa da origem, Câmara dos Deputados, a matéria foi examinada na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nesta Casa, o Senado, já houve pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aprovou relatório ad hoc do Senador Renato Casagrande, com Emenda ao art. 1º.

Não há reparo no que tange à constitucionalidade e juridicidade.

No mérito, a proposição contribui para o aperfeiçoamento da participação do Congresso Nacional no processo de incorporação de tratados ao ordenamento jurídico brasileiro. O conhecimento, pelos parlamentares, do texto adotado como autêntico pelas Partes que negociaram o tratado poderá tomar a participação congressual mais ativa e, acima de tudo, precisa.

Foi o caso, por exemplo, da Convenção Interamericana contra a Corrupção, negociada no âmbito da Organização dos Estados Americanos e concluída originalmente em Caracas, em 29 de março de 1996. Em 28 de novembro de 96, o texto original da referi-

da convenção foi ao Congresso Nacional, através da Mensagem 1249/96, para a devida apreciação.

Análise mais acurada revelou que o texto original continha impropriedades de redação e de tradução que não podiam ser escamoteadas. Assim, procedeu-se à revisão do texto.

Concluído esse importante trabalho de revisão, foram enviados para todos os Estados Partes o texto devidamente retificado.

O pior, entretanto, é quando erros de tradução são encobertos após a aprovação congressual, o que dificulta a própria ratificação do acordo, convenção ou tratado.

Em muitos desses casos, como correu com a referida Comissão Interamericana contra a Corrupção, uma consulta direta à versão (ou versões) autêntica ou autênticas do ato internacional é suficiente para dirimir quaisquer dúvidas.

Assim sendo, parece meritório e oportuno que a mensagem presidencial remetida ao Congresso Nacional, que eu já vem acompanhada, normalmente, apenas a versão oficial do tratado em português, contenha, também, a versão ou as versões autênticas no idioma ou idiomas utilizados nas negociações.

Dessa forma, foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania a seguinte emenda:

Art. 1º As mensagens presidenciais enviadas à Câmara dos Deputados, para o cumprimento do disposto no inciso VIII do caput do art. 84 da Constituição Federal, deverão conter, no caso de tratados, convenções e atos internacionais que não possuam versão autêntica em língua portuguesa, a versão oficial no vernáculo e as versões autênticas, mediante cópias autenticadas pelo Ministério das Relações Exteriores.

Considerando que tal emenda aprovada corrija as imperfeições do texto original do projeto, tornando-o o mais preciso técnica e formalmente, ao mesmo tempo em que mantém o mérito e a oportunidade da matéria em apreço.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 141, de 2008, com a emenda adotada pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania."

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam. Realmente é importante essa alteração para facilitar a discussão de todos os textos. Às vezes, acontece realmente de algum vir sem a devida tradução, e isso facilitará o andamento tanto na Câmara, quanto aqui no Senado, além de valorizar a língua portuguesa. Portanto eu coloco em discussão. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo... não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo

permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei do Deputado Alberto Fraga, o Projeto de Lei da Câmara nº 141.

O último item da pauta é o Item 23, que eu solicito ao Senador Antonio Carlos Valadares como relator *ad hoc*. E o relator é o Senador Álvaro Dias. Trata-se de um Requerimento nº 1313, de 2009. "*Requer, nos termos regimentais, votos de rejúbilo ao embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebido no Estado do Paraná, comemorada em 30 de setembro de 2009.*" De autoria do Senador Flávio Arns. Portanto, é um voto ao embaixador da República Federal da Alemanha e ao Instituto Goethe de Curitiba. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, passando logo à análise.

"*A Empresa Investe Brasil estima estarem instalados no Brasil cerca de 1,2 mil empresas alemãs, em diversos setores: automobilístico, eletroeletrônico, químico, farmacêutico e de equipamentos, gerando 250 mil empresas e a receita anual aproximada de 33 bilhões de dólares.*

Essa parceria é longa. Desde o fim do século XIX, o crescimento e a modernização do Brasil estão associados à presença alemã. Os laços bilaterais se fortaleceram paulatina e constantemente, não só pela importante participação da comunidade teuto-brasileira como também pela proficuidade das relações comerciais, científicas e culturais, fortemente ampliadas após a Segunda Guerra Mundial. Nos anos 50, o investimento alemão no Brasil representava 12% do total dos estrangeiros diretos, só perdendo para o americano. Nas décadas seguintes consolidou-se como o segundo mais importante.

A partir da década de 70, o capital alemão foi decisivo para desenvolver a indústria pesada, contribuindo para o notável crescimento da nossa economia. Nos anos de 1980, houve queda relativa da participação alemã nos investimentos diretos externos no Brasil, em razão da abertura de outros mercados.

A presença alemã no Brasil e a parceria bilateral por ela favorecida são valores inequívocos da construção nacional. Celebrar a vinda de tão importante, laboriosa e construtiva comunidade estrangeira para o país significa o reconhecimento e o agradecimento por sua peculiar colaboração, de caráter múltiplo – moral, social, intelectual, científico, entre outros – tão bem harmonizada com as demais comunidades estrangeiras e elementos nacionais.

Ante o exposto opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.313, de 2009."

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está, portanto, aprovado.

Antes de encerrar, eu quero agradecer a presença de todos os senadores que aqui compareceram nesta data. Foram 24 Acordos, Tratados, Leis que puderam ser aprovados, e tendo... E agradecendo a presença do Embaixador Sérgio Danesi, sempre presente aqui conosco.

Nós ainda teremos uma reunião na próxima semana, e a pauta, entretanto, está praticamente esgotada, mas nós temos a possibilidade, ainda, de alguma sabatina de embaixadores, e também alguns projetos que ainda podem entrar na pauta, de maneira que, por hoje, eu quero agradecer. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h43.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 15:00 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às quinze horas e trinta e dois minutos do dia 16 de junho de 2009, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para tratar da atuação da Universidade Federal do Acre em temas relativos à Região Amazônica, em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2009-CRE, de autoria dos Senadores **Mozarildo Cavalcanti** e **Eduardo Azeredo**, aprovado dia 21/05/2009, com a Presença dos Senhores Senadores **José Agripino**, **Flexa Ribeiro**, **Geraldo Mesquita Júnior** e **Tasso Jereissati**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida a Sra. Olinda Batista Assmar, reitora da Universidade Federal do Acre, para compor a Mesa. Em seguida, o Presidente apresenta

o **Requerimento nº 1, de 2009-CREPAF**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, que “requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, seja discutido o programa Amazônia Sustentável – PAS”, com a presença dos seguintes convidados: Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Sr. Roberto Mangabeira Unger; Ministro do Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc. Aprovado. Ato contínuo, apresenta a **Indicação nº 1, de 2004**, de autoria do Senador **Arthur Virgílio**, que “sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por meio da Subcomissão da Amazônia, o estudo de medidas de proteção da Floresta Amazônica”. O Senador **Flexa Ribeiro** faz uso da palavra para apresentar a **Emenda nº 1, de 2009-CREPAF** à indicação em epígrafe. Aprovado o parecer favorável à Indicação nº 1, de 2004, com a Emenda nº 1, de 2009-CREPAF. O Senador **Geraldo Mesquita Júnior** faz uso da palavra. O Presidente concede a palavra à Sra. Olinda Batista Assmar para fazer sua exposição. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezesseis horas e trinta e oito minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**, Presidente.

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009, ÀS 15 HORAS E 32 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto a Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado. Antes de passar a palavra à magnífica reitora da Universidade Federal do Acre, quero submeter ao plenário dois requerimentos, um do Senador **Flexa Ribeiro**

que requer nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com art. 90, Inciso 5º do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Subcomissão Permanente da Amazônia e da faixa de fronteira em conjunto com a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle e com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, seja discutido o Programa Amazônia Sustentável – PAS. Primeiro, o Ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Sr. Roberto Mangabeira Hunger. E segundo, o Ministro do Meio Ambiente Sr. Carlos Minc. Senadores que concordarem, permaneçam como estão. Aprovado.

Segundo ponto é um parecer do Senador Flexa Ribeiro que sugere a criação, aliás, um parecer a respeito de uma proposta do Senador Arthur Virgílio que propõe a criação de uma... Sugere a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Subcomissão da Amazônia, o estudo de medida de proteção da Floresta Amazônica. O Senador Flexa Ribeiro apresentou um parecer favorável com a seguinte redação: "Sugere a Subcomissão Permanente da Amazônia e da faixa de fronteira da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, estudo de medidas de proteção da Floresta Amazônica".

Então, como nós estamos, Senador Flexa, praticamente fazendo esse estudo aqui na Comissão, eu queria sugerir que nós indicássemos um relator para coordenar esse estudo das medidas de proteção da floresta, podendo ele ficar livre para, inclusive, pedir da consultoria Legislativa esse estudo, ao mesmo tempo em que nós fazemos as audiências aqui com os reitores, com as autoridades que nós já começamos a fazer, com o Diretor do INPA, a Presidente da EMBRAPA, o Presidente da Sociedade Brasileira de Ciências. Então, eu gostaria de despachar para o Senador... Ah, verdade, o assessor me alerta aqui que primeiramente vamos ouvir a leitura do voto pelo Senador Flexa Ribeiro, que é o relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti, Dra. Olinda Assmar, reitora da Universidade Federal do Acre, Senador Geraldo Mesquita, Srs. Senadores. O Senador Arthur Virgílio propôs à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por intermédio da Subcomissão Permanente da Amazônia e da faixa de fronteira, promover estudos abrangentes que possam contribuir para a defesa da Floresta Amazônica. Sugere ainda a formulação de proposição Legislativa, a realização de simpósio com a participação de Universidades Federais, como V. Exa.. disse, Presidente Mozarildo, já estamos fazendo essas audiências públicas, ainda

hoje temos a honrosa presença da reitora da Universidade do Acre, ou medidas de outra natureza com o propósito de proteger as riquezas naturais da região e evitar o desmatamento.

O autor em sua justificativa, cita matéria jornalística, televisiva que noticia à sucessão de crimes que ocorre na Floresta Amazônica. Primeiro, a madeira é retirada, depois entram os grileiros que ocupam ilegalmente uma terra que pertence ao Governo Federal, por último a área é arrendada para criadores de gado que fazem o corte raso e levam a floresta inteira ao chão. Por fim, o Senador demonstra preocupação com a biopirataria e exorta o Senado Federal a assumir a defesa da Amazônia.

Então, a proposta do Senador Arthur Virgílio é uma proposta que preocupa a todos nós. Todos nós Senadores, principalmente nós Senadores Amazonidas, que temos na floresta o grande... A grande riqueza e a grande responsabilidade nossa de torná-la perene para as futuras gerações. Mas é preciso também que se defenda o amazonida, aqueles brasileiros que lá se encontram e que ainda hoje como V. Exa.. colocou por ocasião da reunião com os Senadores franceses, eles próprios também defenderam a necessidade de que esses brasileiros, algo em torno de 25 milhões que lá habitam possam ter uma qualidade de vida que lhe dê dignidade para o sustento de suas famílias.

Então, é preciso aliar, aliar a questão do desenvolvimento com a questão da sustentabilidade. Naquela audiência pública que fizemos sobre Ciência e Tecnologia na Amazônia, o Presidente do INPA dizia que não usaria mais a palavra de preservar, porque preservar seria isolar a Amazônia, e nós não podemos isolar a Amazônia, temos que conservar a Amazônia. Esse que é a obrigação nossa, e o dever de todos os brasileiros.

Então, a proposta do Senador Arthur Virgílio vem ao encontro da preocupação de todos nós. Então, o nosso voto é pela aprovação da indicação nº 1 de 2004, com a seguinte emenda: Dê-se a ementa da indicação nº 1 de 2004, seguinte redação: "Sugere a Subcomissão Permanente da Amazônia e da faixa de fronteira da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o estudo de medidas de proteção da Floresta Amazônica". Esse é o voto, Sr. Presidente, para apreciação dos nossos pares na Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu coloco em discussão a proposta. Se algum Senador quiser se manifestar. Eu quero colocar em votação. Aprovada a indicação com a emenda apresentada, eu quero ressaltar que essa indicação do Senador Arthur Virgílio ela é de 2004, portanto, o que nós estamos fazendo já está atenden-

do o que ele pede, mas eu queria designar o Senador Geraldo Mesquita para ser o relator, portanto, dessas providências que nós já estamos tomando em atenção à proposta do Senador Arthur Virgílio, que é justamente de fazer um diagnóstico sobre a questão da Amazônia e ao final apresentar como ele diz aqui, um estudo, e o que é mais importante, um plano efetivamente de desenvolvimento da Amazônia que como falou o Senador Flexa Ribeiro, leva em conta primordialmente os 25 milhões de habitantes que lá estão. Então...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Mozarildo, Presidente da nossa Subcomissão, prezada amiga e reitora da Universidade Federal do Acre, Professora Olinda Batista. Não aceitar uma responsabilidade como a que V. Exa. me atribui agora, Senador Mozarildo, era negar tudo aquilo que a gente se propõe. Louvo, inclusive, a iniciativa e a persistência de V. Exa. em ver instalada essa Subcomissão da Amazônia, deve-se muito ao seu esforço, à sua perseverança o fato de ela estar se reunindo e funcionando. E nós... Nosso, nosso entendimento acerca dela e acerca da próxima CPI da Amazônia, é exatamente, se insere exatamente no propósito aqui já vislumbrado pelo Senador Arthur Virgílio em 2004, ou seja, quando se fala em projeto para a Amazônia, passa-se por cima de algo que eu acho que é fundamental.

É o levantamento de informações precisas no diagnóstico profundo, né, da nossa ampla região Amazônica e tão diversificada para que, enfim, a gente possa se arvorar ao direito de sugerir um projeto ou projetos para a Amazônia. Portanto, eu aceito de bom grado aí a responsabilidade que V. Exa. me atribui. É claro que ele será cumprido a par das ações de todos nós. Não seria apenas um relator, seria aquele que procurará sintetizar tudo aquilo que o nosso espírito, a nossa dedicação, a nossa região possa trazer à luz aqui.

E, portanto, vamos... Vamos trabalhar, arregaçar as mangas. Quero aproveitar a oportunidade de saudar a presença da Professora Olinda nessa Subcomissão. Dias atrás estive com ela no seu gabinete, na Reitoria da Universidade Federal do Acre, falando exatamente do funcionamento da nossa Comissão. E mencionei a possibilidade de convidar a Professora Olinda para vir aqui nessa Comissão, mal sabia que essa iniciativa já tinha sido tomada por V. Exa. Chegando aqui fiquei feliz da vida por saber que já o nosso pensamento é homogêneo nesse sentido.

Precisamos começar... Quando se fala em colher-se um diagnóstico da Amazônia, precisamos ouvir aquelas pessoas que têm um conhecimento profundo da nossa região. A Professora Olinda é uma militante da Universidade, de muitos anos, apesar da sua juventude, é uma pessoa que conhece profundamente

os problemas vividos pela Universidade Federal na Amazônia. Situações muita das vezes angustiantes, situações que denotam um certo descaso do poder central com aquelas unidades de ensino que devem ser pontas de lanças do processo de busca, de formação, de informação, de acúmulo de conhecimento capaz de fazer com que os próprios amazônidas cuidem do seu quintal e cuidem bem, fazendo com que eles se transformem em celeiros de desenvolvimento, de quem vive no Acre, em Roraima, enfim, toda a Amazônia.

Portanto, eu queria saudar primeiro a iniciativa de V. Exa. e a presença aqui da Professora Olinda, que como eu disse é uma militante profundamente conhecedora do que se passa no âmbito das unidades de ensino Federal superior na Amazônia. Eu acho que ela juntamente com os demais reitores que serão convidados e já foram convidados poderão trazer para essa Comissão um acervo de informações capaz de nos permitir juntos raciocinarmos e tecermos considerações acerca do que deve ser feito naquela nossa grande região. Era o que eu tinha a dizer nesse momento, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): O objetivo, portanto, principal dessa nossa reunião é uma audiência pública para tratar da atuação da Universidade Federal, especialmente aqui no caso da Universidade Federal do Acre em termos relativos a região Amazônica em atendimento ao requerimento nº 23 de 2009, da Comissão de Relações Exteriores de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Eduardo Azeredo, aprovado no dia 21 de maio. E aqui está presente a Dra. Olinda Batista Assmar, reitora da Universidade Federal do Acre, que gentilmente atendeu o nosso convite, apesar dos seus inúmeros afazeres aqui em Brasília e lá também. E informo também que o Reitor da Universidade Federal de Rondônia, Dr. José Januário de Oliveira Amaral, também convidado para esta audiência pública enviou justificativa explicando as razões de não poder comparecer neste dia. Então, eu tenho a honra de conceder a palavra à reitora da Universidade Federal do Acre, Professora Olinda Batista Assmar para fazer a sua exposição.

SRA. OLINDA BATISTA ASSMAR: Eu gostaria de cumprimentar o Senador Mozarildo, nosso colega e conterrâneo Geraldinho, demais Senadores presentes. E dizer da nossa satisfação de estar aqui, embora não tenhamos preparado, nem tido tempo para preparar nada, como o professor... Como o nosso Senador colocou, nós conhecemos a Universidade desde a época da sua criação, sabemos dos problemas e estamos tentando, com seis meses de administração, resolver alguns problemas.

E estamos, inclusive, tomando ciência de todas as pesquisas que estão sendo realizadas no âmbito da Universidade com outras parcerias; parceria também com Universidades do exterior, parceria com Universidades e instituto de pesquisa da própria Amazônia, com Universidades do Centro-Sul. E realmente temos uma... Um manancial de pesquisas interessante que infelizmente não foram publicadas ainda. Isso nos surpreende bastante, porque desde que eu entrei eu estou tentando conseguir esses dados e agora nesse momento, assim, de sufoco, eu disse: "Olha, eu quero os dados de qualquer maneira. Vocês me arranjam, eu faço o que vocês precisarem para que a gente possa ter em mãos".

E acho que é muito interessante que a nossa Universidade e eu creio que outras, nós já temos 35 anos de Universidade. As Universidades, as menores que nós chamamos que é do Amapá e de Roraima, têm menos anos, mas têm tido mais privilégios porque nós vivíamos isolados até uns 10, 15 anos atrás, até por estrada. E dizemos sempre que estamos progredindo em algumas coisas e regredindo em outras, porque nós tínhamos dois vãos diários, passamos para um na tarde, agora passamos todos para a noite. Então, a gente para chegar aqui em Brasília a gente tem que passar a noite acordado. Um sai três horas da manhã, outro sai duas horas. O que é muito desgastante, né, porque a gente tem as reuniões na parte da manhã, eu também outra reunião no clube, na parte da manhã, essa reunião à tarde, tem o dia todo de reunião na ANDIFES, para discutir as questões da Universidade Federal, porque nós temos três associações, as Federais e as outras Universidades que são as Estaduais e as Municipais e junto com as privadas.

Então, me colocaram no Conselho Deliberativo e eu já estava com a quarta reunião que eu não podia vir. Então, eu não pude, inclusive, desmarcar para estar aqui na parte da manhã. Mas nós entendemos que para que nós avancemos na Amazônia, é necessário que haja políticas mais voltadas para a Amazônia, no sentido principalmente na qualificação de Recursos Humanos e incentivos. O que é que nós temos de principal problema hoje nas instituições de um modo geral na Amazônia? É a fluência, pessoas qualificadas e de imediato as pessoas vão, como nós somos um Estado isolado e temos o Campus de Rio Branco que é na sede, embora não seja tão isolado, mas só tem dois vãos como eu disse, pela noite, e no nosso Campus de Cruzeiro do Sul que é chamado Campus da Floresta, que foi... Entrou no programa de expansão do Governo com a luta dos políticos e de várias Universidades que estavam pesquisando, porque nós temos a maior biodiversidade do planeta que está ali

centrada na Serra do Moa, em Cruzeiro do Sul. E essas Universidades, inclusive, a UNICAMP, USP, Universidade de Viçosa, UFRJ, a UFMG e muitas outras elas já pesquisavam lá em Cruzeiro do Sul, quando nós tivemos a oportunidade de entrar nesse projeto de expansão e hoje a gente já tem um Campus lá com a infraestrutura razoável.

Agora, o que nós temos de problema sério é a fixação de doutores e mestres, né? Porque quando as pessoas vão para lá e que vêem que o salário é muito pequeno para o custo de vida que temos lá em Cruzeiro do Sul, que nessa época vai tudo de avião, inclusive, o tomate chega a ter oito reais o quilo, então, as pessoas ficam assustadas. E o quê que a gente tem feito? Perdido os melhores doutores que poderiam estar contribuindo com a instituição, com as pesquisas na Amazônia, fortalecendo as pesquisas, a gente tem uma debandada, quer dizer, se entram 20, daqui a dois meses não tem dez. Então, esse é o grande problema.

Eu, inclusive, coloquei que seria interessante que houvesse, talvez, um kit incentivo. Nós tínhamos antigamente um incentivo de fronteira, que é um adicional de fronteira, porque são regiões isoladas. Todo mundo sabe que nós temos núcleos da Universidade Federal em todos os Municípios aonde só vão aviões pequenos e não são regulares, têm que ser fretados, como Jordão e Santa Rosa. Então, nós... Como que a gente vai levar? Eu falo isso na educação também para a saúde. Como é que nós vamos ter um trabalho mais efetivo nesse lugar e querer fixar alguém qualificado nesses lugares? Então, é muito complicado. Eu acho que, se a gente tivesse, talvez, uma política que pudesse estar fazendo esse rodízio de pessoal qualificado nessas regiões, eu acho que seria um bom projeto.

O meu marido, quando ele foi Deputado, por pouco tempo aqui, Federal, nós tínhamos essa ideia, eu, inclusive, tinha conversado com ele, essa ideia, inclusive, na área da saúde porque área da saúde também é da mesma maneira, nós não temos como... os profissionais de Rio Branco, eles vão prestar serviço uma semana, lá nos Municípios distantes, mas isso não é ter assistência à saúde permanentemente. Isso é ser... ter a saúde esporadicamente. Da mesma maneira a educação. Você quer levar. Nós temos hoje condições de levar a parte tecnológica para Cruzeiro do Sul e nós não temos a infraestrutura, ainda um suporte tecnológico eficiente para que a gente possa ter altas tecnológicas e desenvolver altas pesquisas. Nós estamos construindo o Instituto da Biodiversidade em Cruzeiro do Sul, mas a nossa preocupação é com o pessoal, na verdade. Há todo um potencial em relação aos recursos hídricos, a questão da floresta,

fauna e flora. E a Universidade ela está numa região, num setor estratégico da Amazônia. E nós deveríamos aproveitar isso.

Mas nós estamos também com a nossa pesquisa ainda incipiente porque a maioria dos nossos doutores eles estavam sendo contratados a dois, três anos. O nosso projeto de qualificação vem de 35 anos, só que a pessoa ela faz doutorado ela permanece um pequeno tempo lá e sai. E aí a gente perde a força de trabalho qualificada e nós estamos sempre tentando, nós estamos agora com 90 profissionais fazendo doutorado e numa crise muito grande porque os alunos estão sem aula, contratando substitutos e a qualidade desce, nesse momento, que as pessoas são temporárias, quer dizer, um salário vergonhoso de 800 reais para iniciar, realmente, é um acinte. Eu falo sempre, que a gente não faz educação sem priorizar educação, mas tem que priorizar em termos de infraestrutura, porque não se faz educação com prédio, com mesa, com cadeira, se faz com gente, se faz com ideias.

Então, acho que o salário ele é um atrativo, os incentivos embora possa não ter uma maneira de ter um salário melhor, mas que possa ter outros modos de que a pessoa possa estar lá mais contente, de permanecer um tempo mais nesses lugares que não é só o Acre, o Amazonas tem vários lugares no Amazonas que são... que também têm essa questão que só se vai de barco ou de avião, lá em Rio Branco só vai de avião, porque o barco você passa aí navegando muito tempo. Os rios não são navegáveis o ano inteiro, só são seis meses durante a cheia. Então, a gente tem esses três potenciais na Amazônia. E temos pesquisa, muitas pesquisas, inclusive, na parte madeireira, na parte da flora, na parte da fauna. O nosso herbário é um dos maiores herbários do Brasil lá em Rio Branco. Nós temos o Parque Zoológico que tem, vamos dizer assim, uma pesquisa, assim, vários convênios com instituições estrangeiras onde, se você vai, por exemplo, em Nova York, ou no museu em Nova York, você vai encontrar peças que nós não temos no Brasil. Por quê? Porque o que nós temos de mais essencial no Brasil é levado para fora, quer dizer, sem nenhum controle. Hoje já há um cuidado, mas nesse momento se discutiu há pouco tempo atrás essa questão das patentes lá na Amazônia. Mas não há um controle. A própria Universidade nesses convênios pela falta de pessoal que a gente está com um quadro defasado, trabalhando com pouca gente, é muito complicado. E a gente não tem, assim, como dar conta de tudo.

Mas nós temos, na verdade, os grandes projetos, nós temos um projeto trinacional, que seria uma pós-graduação trinacional e temos o MAP que é um Movimento Brasil, Peru e Bolívia que lá eles se articu-

lam na questão da preservação e na sustentabilidade. Temos cinco cursos de Mestrado em que um dos cursos é ecologia e todos os projetos estão voltados para essa questão da sustentabilidade e o desenvolvimento. Então, eu acho que a gente tem caminhos. Agora, nós não temos também uma cultura da publicação desses trabalhos e nem recursos. Então, estamos carecendo realmente de ter ido para que a gente possa mostrar, inclusive, contribuir mais com tudo o que está acontecendo na Amazônia, com tudo o que poderá vir a contribuir na Amazônia.

E agora mais recentemente nós estamos voltando o nosso trabalho para as engenharias, por causa da hidroelétrica de Giral e temos um... vamos dizer assim, muitos desafios com a estrada 364 que liga o Brasil ao Peru, que passa por, que corta o vale do Acre, quer dizer, a Universidade ela tem que estar preparada para isso porque nós temos aí a necessidade de desmatamento. E se... na verdade, a Universidade tem como contribuir porque temos vários profissionais qualificados com pesquisas interessantes nessa área de sustentabilidade, desenvolvimento e sustentabilidade, né, porque entendemos também, como falou o Senador, que a preservação ela já passou. Foi, hoje nós temos que pensar também no homem, porque você não pode preservar matando o homem. E o que a gente tem? A gente tem uma pobreza muito grande. Nós temos falta de emprego, porque o único empregador é o Governo e nós precisamos ter indústria, quer dizer, na medida em que o Estado vai se industrializando a força de trabalho vai sendo melhor, como é que se diz? Melhor... vai sendo assumida por aquelas empresas e a Universidade vai ter que ir acompanhando também esse momento, né, porque nós não temos, assim, preocupação na área tecnológica porque nós não temos essas grandes empresas como tem o Sul, por exemplo. Essa parte profissionalizante.

A nossa Universidade ela tem se pautado essencialmente na formação de profissionais, mas profissionais principalmente voltados para educação. Mas nesse momento nós já estamos mudando o foco, e é necessário que se mude, porque eu acho que o trabalho que a Universidade vem fazendo na formação de professores, embora seja ainda... e para tirar o Acre realmente do Estado em que estava com a maioria dos professores, ensino básico, que professores que eram leigos, pessoas que não tinham nem o ensino primário, antigo primário dando aula, então, hoje nós já temos uma situação bem mais confortável. E eu acho que para desenvolver qualquer lugar, qualquer país, eu acho que a prioridade tem que ser educação. Eu não concebo nenhum país desenvolvido que não tenha a Educação como prioridade, não no papel, mas de fato,

com políticas mais equitativas, mais equilibradas, porque a gente tem na região Norte culturalmente, eu faço pesquisa na região Norte, na minha área, a gente... nós somos brasileiros por opção. Estamos brasileiros. Porque lutamos para ser brasileiro. E na nossa cultura, quer dizer, o acreano ele é realmente lutador. Ele luta, ele cria, criou sua Universidade, ninguém acreditava pelas condições em que foi criada, com o custo... depois vem economia, depois federalizada. Hoje nós estamos competindo de igual para igual, os nossos alunos para nossa satisfação, por exemplo, nosso curso de direito tem selo da OAB. Os cursos brasileiros nem todos têm selo da OAB. Então, é nossa nota máxima. E não é apenas por titulação, é por pessoas que têm uma experiência de vida, de trabalho na área e que querem dar aula, contribuir. Essa é a grande contribuição que a gente tem. Fora outras áreas, nós estamos com a medicina agora que foi uma questão muito polêmica na hora que foi criada pelas condições que nós tínhamos. E, eu, inclusive, me posicionei contra, porque eu achava que a gente deveria melhorar os demais cursos para poder criar um curso de medicina.

Mas, hoje, eu vejo pela procura que está tendo o curso de medicina, que tem um viés da medicina familiar que é aquele generalista, não é o especialista. E lá nós precisamos disso. Porque a população por não ter, por ser desempregada, viver de bolsa-família, é um absurdo, você viver de bolsa-família, 80 reais ali para cuidar das crianças e não tem emprego. E é uma cultura complicada. Eu sou de lá, ele é de lá e a gente sabe que é complicado isso para... e a Universidade tem esse papel, não só de produzir, disseminar conhecimento, mas também de criar condições de contribuir com Políticas Públicas, através do seu trabalho, das suas pesquisas. Eu estou à disposição, viu.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CALVACANTI (PTB-RR): Senador Geraldo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Professora Olinda, eu tenho uma preocupação. A senhora no início da sua fala mencionou o fato de que hora a gente avança, hora a gente regride ali na nossa região, não é, citou, por exemplo, a frequência dos vôos. Nós tínhamos as duas empresas operando, TAM e Gol, ofereciam frequências diurnas, de repente retiram as frequências diurnas e a gente passa a ser escrava de horários, assim, cruéis para voar do Acre a Brasília e para outros lugares. Por que eu trago essa sua lembrança à baila? É para dizer que a nossa região não é só na questão do transporte aéreo que isso acontece. A nossa Universidade... uma vez eu cheguei a dizer aqui num debate acerca da situação das Universidades Federais. Eu digo: "Olha, a Universidade Federal do Acre por vezes tem dificuldade de

pagar conta de luz, porque às vezes chegam pessoas aqui, autoridades do próprio Governo, dizendo que fazem e acontece em, que as Universidades estão muito bem. Não estão não. Não estão não. Estão no papel, como a senhora diz". Não se faz pesquisa, não se faz educação, no papel, para que a gente tenha sucesso, inclusive, resultados. A gente precisa de... no caso das Universidades, pessoal capacitado, muita gente capacitada. Se formos considerar o universo dos quadros capacitados que nós temos na área de educação, na área da pesquisa, em relação ao restante do país, é algo muito preocupante, algo muito preocupante e nós temos muita estrada aí para recuperar. E isso só se faz com investimento público, como a senhora disse, com política pública.

Instalar, simplesmente um Campus avançado em Cruzeiro do Sul com nomes bonitos, etc, mas sem o necessário respaldo financeiro para que aquilo ali se consolide é uma situação que deixa a Universidade, inclusive, com um drama na mão. Então, a pergunta que eu queria fazer à senhora é se o histórico do repasse de recursos Federais para a nossa Universidade Federal do Acre, ele tem sido ao longo dos tempos, ele tem sido suficiente, satisfatório? Eu digo isso, professora, porque não sei se é o caso das outras Universidades Federais do Amazonas, mas no nosso caso, por exemplo, em algum patamar, em algum percentual há necessidade de, por exemplo, parlamentares alocarem a título de emenda pessoal recursos para alguns projetos, alguns programas da própria Universidade. Quando, na verdade, isso não deveria se fazer necessário. Isso deveria ser um plus, aquilo que o Governo Federal tem obrigação de repassar e por vezes não repassa. É inadmissível, por exemplo, que uma escola de Ensino Superior, aliás, seja onde for, passe pelo constrangimento de ter dificuldade com o seu custeio diário. Já não digo... já não digo com relação à sua missão precípua, que é formar a inteligência de uma determinada região. Portanto, a consulta que lhe faço, acho que seria muito pertinente e apropriado sabermos aqui se o volume de repasses de recursos Federais sem considerar aquilo que vai a título de emenda parlamentar, ele é hoje considerado satisfatório, suficiente, para que a Universidade planeje e execute as suas ações. Eu gostaria de saber da senhora.

SRA. OLINDA BATISTA ASSMAR: A Universidade, acho que a grande maioria, ela tem vivido muito, não só dos recursos do Governo Federal, porque hoje tem a ANDIFES, que é a associação dos reitores. Então, eles têm lá uma matriz. E essa matriz de distribuição de recursos ela depende do número de alunos, do número de cursos e outras variáveis. Nós temos colocado a questão da região Amazônica, que

ela não pode estar sendo colocada, porque uma coisa é você ter 100 mil alunos, por exemplo, em São Paulo. Está correspondente a população de São Paulo. Mas nós não temos uma população tão grande. A nossa população é rarefeita, ela está espalhada, ela não está concentrada como está São Paulo, como está Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, etc. Ela está rarefeita e as ações elas são muito mais caras. Então, você ter um mesmo padrão nacional para todas as Universidades já é desigual. É essa a nossa questão. Os recursos eles vão dentro da perspectiva da instituição, dentro daquilo que foi aprovado, né, pela matriz, de distribuição de recursos e para que a gente possa atender a demanda da sociedade, nós temos que buscar recursos fora. Por exemplo, nós queremos fazer um curso, Cruzeiro do Sul não tem um Juiz, o Juiz tem que estar rotativamente lá. Então, nós temos que criar um curso lá, nem que seja um curso temporário. Para fazer esse curso, nós temos que pagar por fora, conseguir emenda parlamentar para levar esse curso para Cruzeiro do Sul. Então, as emendas parlamentares elas têm servido principalmente para fazer juízo a essas demandas, tanto de curso de graduação, quanto de pós-graduação que é fazer uma parceria, por exemplo, com a USP, os fiscais, outra Universidade para qualificar nossos profissionais nas diversas áreas.

Agora mais recentemente nós temos, na parte da infraestrutura, nós temos tido bons recursos, porque temos tido projetos e hoje está tudo condicionado a você ter projeto, ser eficiente na gestão que eu acho isso muito interessante, porque muitas vezes os recursos vão para a Universidade e vão pela crise que nós temos, nós temos para fazer projetos um arquiteto. Então, você tem centenas de projetos para fazer. Trabalhar, você não pode contratar. Quer dizer, então, a Legislação, na verdade, é o que atrapalha bastante o trabalho da Universidade, os órgãos de controle. O que o TCU está com todos os detalhes diariamente em cima da Universidade, AGU, Ministério Público, então, não se pode trabalhar com essa camisa de força. E a autonomia que está lá no art. 207, da Constituição, está esquecida. Foi quando se começou a discutir, quer dizer, um termo de ajuste do Ministério da Educação e as Universidades com o TCU e ficou aí, aí entrou já uma nova discussão que é o novo ENEM, o novo ENEM vem com outra discussão que você tem, você não pode decidir sozinho, a comunidade que depende disso aí, ela que vai ser beneficiada ou não com o seu novo ENEM.

Então, aderir ou não, vai depender da sociedade. Se a sociedade quer a adesão do projeto, a gente vai aderir. A questão passa por aí. Eu acho que em recurso de infraestrutura, hoje, nós, inclusive, fizemos

a pactuação com o Ministério, porque tínhamos todo o planejamento de infraestrutura, porque nós temos uma estrutura da Universidade 30 anos atrás, inclusive, a estrutura administrativa. A questão dos cargos, quer dizer, a Universidade cresceu, tinha cinco cursos agora tem 42, está do mesmo jeito. Então, tudo isso requer recursos. E as coisas estão presas por causa da Legislação disso, daquilo que não pode isso, que não pode aquilo.

O maior problema que eu vejo, nesse momento, não é nem a questão de ter recurso ou não. É a questão daquela exigência que tem que fazer isso, fazer aquilo. E que você tem que ter o recurso e gastar esse dinheiro, executar e a burocracia no serviço público é grande. Nós vamos fazer uma licitação, são 60 dias, 90 dias. Aí alguém entra com recurso, aí vai passando. Você tem licitação com um ano. Porque as pessoas entram com recurso. A lei diz que pode. Então... E aí a gente pode estar na iminência de perder o recurso. Esse é um dos grandes problemas que nós temos. São os órgãos de controle hoje. Eu acho que agindo mais, não sei se em todas as Universidades, mas no Acre ali estão quase mandando na Universidade, a gente tem que reagir, a gente está com bastante... com ações e questionando bastante o Ministério Público por causa disso, né, porque daqui a pouco eles vão assumir lá administração superior. De tanta ação, de tanta coisa pequena que vai para a Universidade e a autonomia saiu pelo espaço. Está só no papel, na Constituição, no 207.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Essa... A senhora mencionou o fato de que a Universidade saiu de cinco cursos para quarenta e tantos cursos.

SRA. OLINDA BATISTA ASSMAR: E dois.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Quarenta e dois cursos com a mesma estrutura física e burocrática, não é isso?

SRA. OLINDA BATISTA ASSMAR: Isso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Não será por isso que a Universidade não consegue, de forma satisfatória, dar curso às exigências que se põe à frente da Universidade, professora?

SRA. OLINDA BATISTA ASSMAR: Com certeza.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): E por consequência disso, talvez, esse aí seja o flanco aberto da Universidade, por onde os órgãos de fiscalização que estão presentes, cada vez mais presentes, mas cumprem a lei, como estão cumprindo a lei. E eu diria até para a senhora, ainda bem que eles estão lhe ajudando a não cometer equívocos,

a não cometer erros. Às vezes há um excesso, às vezes há um excesso de visitas, porque no dia que eu lhe visitei na Universidade, a senhora estava lá, saindo de uma reunião de várias horas com o pessoal do TCU, etc. Às vezes o pessoal exagera na programação, etc. Isso tem que ser de forma metódica. Não pode ocupar a administração da Universidade para atender as exigências do órgão.

Mas eu acho que, por outro lado, a gente deve ficar tranquilo porque lá na frente, quando a senhora largar a Reitoria da Universidade, que um dia largará, a senhora, talvez, agradeça. "Olha, graças ao TCU, graças a AGU, seja lá quem for, nós evitamos de cometer alguns equívocos, alguns erros". Mas eu creio, professora, que essa... A senhora, ao mesmo tempo que diz que o volume de recursos talvez seja satisfatório, a impressão que eu tenho, professora, é que a Universidade precisaria de um aporte de recurso extraordinário para se adequar a essa mudança brusca que a Universidade sofreu, ou seja, de ter que administrar cinco cursos e num espaço de 20, 25 anos, passar de cinco para 42 cursos, com a mesma estrutura física e burocrática que tinha para gerir cinco cursos. Então, nesse sentido, eu acho que... o Senador Mozarildo, ontem, fez um pronunciamento, alertando para os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios, por exemplo. Segundo ele, os critérios adotados não levam em conta as peculiaridades de algumas regiões como a Amazônia, etc. Os critérios deveriam ser outros.

Eu tenho a impressão que a senhora mencionou, por exemplo, 100 mil alunos em São Paulo e de forma concentrada. Não é a mesma coisa que, digamos, 20, 30 mil alunos no Acre de forma espalhada, ali, por aquele grande interior de difícil acesso, de difícil instalação, seja do que for. Portanto, eu acho que... eu acho que... eu vou, inclusive, relacionar como um ponto de reflexão, aqui, nosso, Senador Mozarildo, a necessidade... Olha, eu tenho a impressão de que não é só a UFAC que está passando por isso.

SRA. OLINDA BATISTA ASSMAR: Não é, não.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Ou seja, que saiu de uma situação, uma circunstância de ter que gerir cinco cursos para, em um espaço de 20, 30 anos, passar a gerir 40, 50 cursos com, praticamente, sem qualquer alteração na sua estrutura burocrática, até física. Então, eu acho que essa é uma questão que deve sensibilizar o Governo Federal no sentido de fazer com que, de forma extraordinária, o Governo Federal permita que as Universidades se adequem a essa nova realidade. E aí, sim, para fazer face, fazer responder à altura as exigências, porque eu sei da dificuldade, talvez, que a senhora passe até

para promover um processo licitatório. Tem que ter pessoal qualificado, tem que ter pessoal treinado para exercer uma tarefa dessa. E por vezes nos falta, por vezes nos falta até isso. Isso atrasa o processo, isso gera vícios nos processos que demandam recursos, etc. E por aí vai.

Então, talvez, Senador Mozarildo, seja um ponto de reflexão para todos nós aqui, nessa Subcomissão, esse período de 20, 30 anos vividos pelas Universidades Federais, pelas instituições de Ensino Superior Federais na Amazônia, e talvez em Roraima a situação seja muito parecida, não é? Há 30 anos atrás era um número pequeno de cursos, hoje deve ser um número grande de cursos, talvez seja o caso de mudarmos o critério de repasse de recursos para as Universidades daquela região. Nós não podemos ter o mesmo critério de repartir recursos para as Universidades, as instituições Federais lá do Rio, de São Paulo, por exemplo, para as de Roraima, de Rondônia, para o Acre, entende? Então, é compreensível a situação que a senhora está vivendo e eu acho que só muita coragem, muita persistência, muita dedicação para tentar manter as coisas com a precariedade constante e presente, com as dificuldades, mesmo, mesmo tendo acesso a esses recursos como a senhora diz.

Mas eu acho que nós estamos precisando de algo extraordinário ali. Nós estamos, até agora, levando as coisas ali na Amazônia de forma ordinária, como se diz. Eu acho que nós precisamos de um choque para que as Universidades passem a ter presença mais significativa na região, gerando mais inteligência, gerando mais pesquisa, gerando mais inserção na sociedade, porque eu não consigo admitir, professora, uma Universidade que não tenha profunda inserção na sociedade. A sociedade precisa da Universidade e a Universidade é fonte geradora daquilo que a sociedade precisa e requer.

Então, eu acho que um dos pontos que a gente precisa debater aqui é exatamente isso, Senador Mozarildo, é alteração de critérios de repasse de recursos para as Universidades Federais da nossa região e um momento em que o Governo Federal precisa se compenetrar de que algo de extraordinário tem que ser feito. Além do ordinário que já vem sendo feito, algo de extraordinário tem que ser feito, para que as unidades por ali possam dar um salto de qualidade e se adequar às exigências do mundo de hoje, que são muito maiores do que a 20, 30 anos atrás.

SRA. OLINDA BATISTA ASSMAR: Eu só gostaria de fazer um adendo que, com relação a essa questão dos recursos, realmente os recursos de manutenção são aqueles que não conseguem compor ou dar suficiente para o período, porque são recursos de uma

rubrica lá. A questão da infraestrutura, que eu falo que a gente tem recursos, é para infraestrutura. Mas, como eu disse, a infraestrutura, ela precisa de manutenção. Você cria um curso e nós temos conseguido bastante recurso através de projetos dos professores, de financiamentos, vários órgãos de pesquisa, FINEP e outros, a maioria dos laboratórios, eles estão sendo feitos através desses projetos.

O projeto do biodiesel, todos esses projetos que são... que têm um impacto na região, eles têm um financiamento grande. Eles fazem laboratório, equipamento e etc. Agora, aí não tem pessoal para colocar lá, não tem a manutenção porque está em extinção os quadros, nas Universidades, da questão da limpeza, de motorista, etc. Hoje, nós temos carro e não temos motorista para dirigir e não podemos contratar ninguém. Esse é um grande problema, um dos grandes problemas também, né, que a gente está vendo como é que vai fazer. Se autoriza, tem que cadastrar um pesquisador. Se acontece alguma coisa, como é que a Universidade vai ficar? Porque não tem uma pessoa específica para ali. Então, na verdade, a questão da manutenção é uma questão bastante séria na Universidade.

A construção de... no projeto Reúne, nós fomos porque temos algumas metas a cumprir, eu não sei se nós vamos cumprir essas metas que foram colocadas no Reúne, nós tivemos um adicional de 24 milhões. Agora, depende do número de aluno, depende do número de saída, depende do número de contratação. E temos aqui, de 2007 para cá, nós tivemos um avanço muito grande na parte de contratação de pessoal. O problema não é nem apenas a contratação, é a fixação. Porque como... e estamos, inclusive, contratando graduado, porque a Universidade, ela vai ter que se repensar.

Inclusive, eu estava numa reunião agora, recentemente, porque ela fixou que a Universidade, ela tem que dedicação exclusiva, doutores. Agora, como você vai querer um doutor, médico, com doutorado, dando aula numa Universidade com mil e poucos reais, tendo que largar o seu consultório, seu plantão em que ganha 4.500 ou um advogado que é Juiz, Promotor, desembargador, etc., ou outros profissionais liberais? Então, eu acho que tem que ter uma repensagem(F) numa nova avaliação do quadro das Universidades. Porque se pensou uma coisa, na realidade o Brasil é grande e está mostrando que tem que ter um outro perfil. Não é o perfil que foi desenhado porque alguém concebeu que aquilo ali, quer dizer, a vivência está mostrando, não sou eu que estou dizendo, a maioria das Universidades estão vendo isso, têm problemas com relação a isso. Porque aí vem uma nova proposta de contrato de 20 horas, de 30 horas e antes eles

queriam só DE. Nós temos uma imposição, pela LDB, que nós temos que ter doutorado até o ano de 2010, senão nos transformamos em escolão de Ensino Médio. Quer dizer, é um outro problema também, que a gente... Nós temos cinco cursos de mestrado, um teria que ter nota maior para poder galgar o doutorado. E aí falta produção, falta dinheiro para produção científica, quer dizer, todo mundo tem que estar cobrindo disciplina, porque o ensino é principal ali, o ensino da graduação, nós não podemos deixar, e são questões que uma vai desencadeando na outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero fazer uma pergunta, inicialmente, reitora. Os planos do Governo Federal para o Acre, nos planos, a Universidade Federal é, de alguma forma, consultada?

SRA. OLINDA BATISTA ASSMAR: Ela...

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Para a região, em termos de desenvolvimento da região?

SRA. OLINDA BATISTA ASSMAR: A ANDIFES, que é a representação das Universidades, ela está participando de tudo. Eu não sei, assim, porque tinha um vice-presidente da Região Norte, Professor Marco Aurélio; como eu entrei e ele saiu, eu não sei se ele participava como representante da Amazônia desses debates. Porque eu sei que a diretoria toda da ANDIFES, ela participa de todas as questões que são... todos os projetos do Governo, etc. E depois leva para o Pleno, para dizer o que é que aconteceu, o que é que foi veiculado; se o Pleno não aprova, leva outra proposta. Na parte de Recursos Humanos tem sido assim, na parte que eu tenho acompanhado tem sido assim.

Agora, com relação a Região Amazônica, teve um projeto que foi muito interessante, que era o PNOGP: Programa de Pós-Graduação para Amazônia, que acabou. Nesse projeto, os projetos que estavam começando poderiam ter ascensão, porque hoje nós concorremos nacionalmente. E é difícil você concorrer nacionalmente com um projeto, a não ser uma pessoa que tenha uma alta experiência de pesquisa. Mas, quem está iniciando, você não consegue porque tem um bilhão, tem muito dinheiro para pesquisa, mas precisa ter bons projetos. E acho que foi até você que colocou, por exemplo, dos Municípios... Foi outro encontro, quer dizer. O que nós estamos fazendo? O Município, ele está participando, hoje, porque nós estamos fazendo um curso de economia voltado para gestão administrativa, para que ele tenha pessoal qualificado para elaborar esses projetos. Porque a grande maioria dos projetos vinha para cá, eram discutidos e não eram aprovados porque não tinham consistência, né? Quer dizer, isso é necessário

que a gente reveja, porque isso é importante também. Não sei se eu respondi, se eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Mais ou menos. O problema, reitora, é o seguinte: nós estamos discutindo, justamente, a inteligência da Amazônia realmente é que produza, vamos dizer assim, a receita para a Amazônia. Nós aprovamos aqui, hoje, ouvir o Ministro Mangabeira que já tem um plano para a Amazônia, que ele diz que é um esboço, mas que é um plano que já está sendo aplicado. Eu queria saber exatamente isso. As Universidades Federais, principalmente, mas até as Estaduais, estão sendo ouvidas, por exemplo, por esse Ministério? Será que o Ministério da Integração Nacional também ouve as Universidades ou são apenas, digamos assim, os seus tecnocratas, seus especialistas que bolam esses planos? Porque até o Parlamento não é ouvido, por exemplo; que somos representantes da Amazônia e se lança um plano para a Amazônia e nós não somos nem ouvidos.

SRA. OLINDA BATISTA ASSMAR: Eu sei que a ANDIFES participa, os membros da ANDIFES. Agora, especificamente as Universidades da Amazônia, que eu saiba, algumas... houve algumas reuniões na administração passada, o Professor Jonas participou, o ex-reitor, mas ficou ali, não sei qual foi o resultado, ali, se aquele debate, se ele serviu de subsídio para alguma ação que possa estar no planejamento do Governo, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Pois é, então, até gostaria que, se a senhora depois pudesse remeter depois para a Comissão algum dado, assim, concreto que houvesse uma colaboração solicitada da Universidade, e eu quero também, aqui, discordar com o que o Senador Geraldo Mesquita falou, do tratamento que é dado para a Amazônia. A senhora falou de uma matriz nacional para dividir os recursos, quer dizer, não leva em conta que a Amazônia é muito diferente, até mesmo da Região Nordeste, imagine da Região Sul e Sudeste. E o que nós vimos, inclusive, agora, no relatório do UNICEF, uma coisa estarrecedora, porque nós temos 90 mil jovens, na Amazônia, analfabetos; jovens analfabetos. Temos 160 mil jovens até 14 anos fora da escola.

Então, essa realidade, realmente, vai dizer, é culpa das Universidades? É culpa de quem? Eu acho que muito além de buscar os culpados é justamente fazer um diagnóstico de que o que acontece é que a Amazônia ainda não está incluída na agenda nacional. E é justamente isso que nós queremos auscultar das Universidades, porque esse problema que a senhora colocou aqui, eu tenho a impressão que são comuns a

todas as Universidades da Amazônia, principalmente. É fixar, por exemplo, uma pessoa em Roraima, no Acre e Rondônia. E eu tenho dito que é uma fase que a gente tem que passar. O Governo, através da Universidade, banca uma pessoa para fazer um doutorado, ela fica lá um período e depois vai embora para São Paulo, vai para o Rio de Janeiro, para o Nordeste, enfim. E nós, da Amazônia, vamos ficando para trás.

Então, eu acho que realmente nós temos que fazer esse diagnóstico, propor essa mudança, essa matriz. Ora, se o FPM, como disse o Senador Geraldo Mesquita, não leva em conta, por exemplo, o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, não leva em conta, a senhora colocou muito bem, as distâncias continentais que nós temos e com a frequência de voo, que a forma de chegar lá só é, realmente, por voo, dois voos noturnos, então fica, realmente, o Brasil não está, realmente, se importando com incluir a Amazônia na sua agenda nacional, porque eu sempre digo, primeiro nós somos relativamente pouca gente; 25 milhões é muita gente, mas se compararmos com a população de São Paulo, somos, mais ou menos, a metade.

Por outro lado, vamos à parte econômica: somos 8% do PIB nacional, também somos insignificantes nesse particular. Mas eu acho que a grande revolução que tem que se fazer é justamente nós termos uma mudança de pensamento e investir especificamente na pessoa, no ser humano da Amazônia e como V.Exa. colocou muito bem, primeiramente pensando na educação, sem o que as outras coisas não se fazem. Eu quero dizer que V.Exa. terá o tempo que quiser para fazer algum adendo, mas pedir, principalmente, que nos mande mais subsídios, porque o que nós queremos é, primeiro, que as Universidades da Amazônia sejam ouvidas e que, para serem ouvidas, elas têm também que serem prestigiadas, tanto elas tem voz como tem também a vez de poder ter um tratamento diferenciado em relação as Universidades que rodeiam aqui, digamos, o poder central.

SRA. OLINDA BATISTA ASSMAR: Você sabe que essa sua colocação, ela é... até já foi colocada na ANDIFES, porque eles acham que não têm que ter privilégio para ninguém. Não é privilégio. Eu acho que as peculiaridades, elas existem. Você tem o percurso, por exemplo, Rio/São Paulo, Bahia, um transporte, como é que se diz? Terrestre. Lá, nós não temos. Quer dizer, já é um diferencial bem substancial com relação a outros centros que se locomovem com rapidez, com facilidade, com vários meios de transportes. Aqui, o nosso só tem um e olhe lá, com muito perigo, nas madrugadas.

Mas o que eu queria dizer é que a gente está à disposição, nós trouxemos alguns dados aqui, mas não

sobre recurso, sobre pesquisas que estão sendo feitas, todos os projetos que estão elencados aqui, quer dizer, da área madeireira, nós temos trabalhos, inclusive, com a Petrobrás, que é o Projeto PIATAM, que não foi para o Governo, ele foi para as Universidades. O Governo não tem participação nesse projeto, que eu acho que a Universidade do Acre, Cruzeiro do Sul, é uma pesquisadora de... É Amazonas e UNE e outra Universidade lá da... que tem esse Projeto PIATAM, que é um projeto financiado pela Petrobrás, que está, exclusivamente, dentro das Universidades. E outros projetos com outras fundações que a gente tem, trabalhando todas essas questões, inclusive a questão dos recursos hídricos, né, que é... Acho que é um dos temas preocupantes que as Universidades tem que se debruçar sobre esse tema, sobre a questão da água no mundo, porque nós detemos aí... E pelas pesquisas paleontológicas, a Amazônia, ela já foi mar, pelo acervo colhido na Amazônia, os pesquisadores, não sei quantos mil anos atrás, eles supõe que lá já tinha sido mar por causa das carcaças encontradas; elas são as maiores que foram encontradas no Brasil. Umas estão no Acre, inclusive. E é um acervo muito grande da paleontologia. E isso demonstra que, no futuro, a gente não sabe o que é que nós vamos ser, né, se nós vamos voltar a ser água tudo, ou se nós vamos voltar a ser deserto. Enfim.

A questão climática também, nós temos vários pesquisadores, inclusive. A gente tem um grupo de pesquisadores que veio de Cuba, que ficou, acho que debandou lá de Cuba e continua no Acre, são excelentes profissionais, professores da Universidade e essa parte de... parte climática é tocada pelo Professor Alejandro, que trabalha toda essa parte aí, que dá todas as informações, é uma pessoa entusiástica no assunto e tem também um americano lá, que trabalha há muitos anos, é um pesquisador, não é da Universidade, mas ele trabalha no Parque Zoobotânico, e o Parque Zoobotânico é a única floresta no perímetro urbano, a maior floresta no perímetro urbano, 100 hectares de mata virgem, preservada. Quer dizer, é a única parte preservada lá na nossa Universidade.

E eu acho que nós temos potencial, nós temos bastante pessoas qualificadas hoje, sendo convidadas. Inclusive, agora, recentemente estava indo dois profissionais convidados para o exterior, pela qualidade das pesquisas que eles têm. Só que as pesquisas no Brasil, elas não estão servindo para nada, que é uma pena, né? Mas eu... No meu entendimento, falta divulgação. A gente precisa ter uma política de editoração que nós estamos tentando verificar como encaminhar isso para que as pesquisas possam retornar para a sociedade e trazer os benefícios que as pesquisas e

o conhecimento, de um modo geral, trazem. Aí eu só agradeço aí a oportunidade de trazer um pouco aqui da nossa Universidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Bem, agradecemos, reitora, a sua presença. E o material que a senhora puder deixar e puder mandar depois, porque nós vamos realmente ouvir todos os reitores da Amazônia, também os diretores gerais dos Centros Federais de Ensino Tecnológico, dos IFETs, porque queremos realmente ter um diagnóstico da inteligência e da ciência que está disponível na Amazônia. Muito obrigado a V.Exa. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 16h38.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2009

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia oito de julho de dois mil e nove, na sala 13, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveria, Lobão Filho, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Patrícia Saboya, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Gilberto Goellner, Eduardo Azeredo, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita Júnior e Augusto Botelho reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da Comissão de Relações Exteriores. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 019, de 2008-CCT de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Wellington Salgado de Oliveira, que requerem "...nos termos constitucionais e regimentais, sejam realizadas duas audiências públicas, em datas

a serem agendadas, objetivando, sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento regional, discutir sobre o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia Legal, com os seguintes convidados: a) para a primeira audiência, Sua Excelência o Senhor Sérgio Machado Rezende, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; os Senhores Adalberto Luis Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA); Silvio Crestana, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); e Jacob Palis Jr., Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); b) para a 2ª audiência, os Senhores Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA); e a Senhora Ima Célia Guimarães Vieira, Diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 019, de 2008-CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "..., nos termos regimentais, que a Audiência Pública constante no Requerimento nº 19 de 2008-CCT de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Wellington Salgado, seja feita em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, acrescido do nome do Sr. Cláudio José Reis de Carvalho, Chefe – Geral da Embrapa Amazônia Oriental"; ao Aditamento nº 02 ao Requerimento nº 019, de 2008 – CCT de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Renato Casagrande, que requer "..., nos termos regimentais, que seja acrescido ao Requerimento de Aditamento nº 01 de 2009 – CCT, de minha autoria, o nome da Diretora do Instituto Evandro Chagas, Sra. Elisabeth Conceição de Oliveira Santos"; e ao Requerimento nº 26, de 2009-CRE, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo, que requerem "..., nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública em duas partes, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em datas a serem agendadas, objetivando, sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento regional, discutir sobre o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia legal, com os seguintes convidados: a) para a primeira audiência, Sua Excelência o Senhor Sérgio Machado Rezende, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; os Senhores Adalberto Luis Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA); Silvio Crestana, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); e Jacob Palis Jr., Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); b) para a 2ª audiência, os Senhores Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Imar

César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA); a Senhora Ima Célia Guimarães Vieira, Diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); o Sr. Cláudio José Reis de Carvalho, Chefe – Geral da Embrapa Amazônia Oriental e a Sra. Elisabeth Conceição de Oliveira Santos." Comparecem à reunião os Senhores Lauro Morhy, Membro do Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA; Ima Célia Guimarães Vieira, Diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG; Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, Diretora do Instituto Evandro Chagas – IEC e Cláudio José Reis de Carvalho, Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da Comissão de Relações Exteriores e Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, Églio Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – SENADOR **FLEXA RIBEIRO**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; – SENADOR **MOZARILDO CAVALCANTI**, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE JULHO DE 2009

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 08 de julho de

2009 para a realização da 2ª Audiência Pública conjunta com a 4ª reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da Comissão de Relações Exteriores, com o objetivo de discutir sobre o Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação na Amazônia Legal sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento regional.

Atendendo ao Requerimento nº 19, de 2008, CCT, e aditamento de autoria dos Exmos. Srs. Senadores Renato Casagrande e Wellington Salgado de Oliveira e Flexa Ribeiro e ao requerimento nº 26, de 2009 da Comissão de Relações Exteriores de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo. Lembramos que a primeira Audiência Pública foi realizada no dia 03 de junho de 2009, com a presença dos convidados Luiz Antônio Barreto de Castro, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e de Desenvolvimento do Ministério de ciência, tecnologia, MCT, Adalberto Luís Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia, INPA, Tatiana Deane de Abreu Sá, Diretora Presidente em exercício da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa; Jacob Palis Júnior, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, ABC.

Iniciando os trabalhos dessa reunião, submeto à apreciação do Plenário dispensa da leitura e aprovação das atas das comissões anteriores da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT e da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, CREPAFF. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovada. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no diário do Senado Federal.

Comunicado da Presidência: Expediente recebido, Ofício nº 488, de 2009 do Ministério de Ciência, Tecnologia que encaminha impressos produzidos pelo Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada, Ceitec S.A., órgão vinculado ao MCT. A) rastreabilidade de rebanhos, conhecido como chip do boi; B) Identificação de documentos e passaportes. Chip passaporte; e C) identificação eletrônica de veículo, rastreabilidade veicular.

Solicito à Secretaria dessa Comissão que distribua cópia desse material as Sras. e Srs. Senadores presentes.

Dando continuidade à audiência, solicito ao Senador Mozarildo Cavalcanti e ao Senador Geraldo Mesquita que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa quando convocados.

Convido a sentar-se à Mesa os senhores Dr. Lauro Morhy, membro do Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; Dr. Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia, CBA; Dra. Ima Célia Guimarães Vieira,

Diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi; Dra. Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, Diretora do Instituto Evandro Chagas; Dr. Cláudio José dos Reis Carvalho, Chefe Geral da Embrapa, Amazônia Oriental.

Agradeço aos nossos convidados para a 2ª Audiência Pública em que discutiremos na Comissão o tema de sistema de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia Legal.

Como foi relatado na abertura da reunião, nós na primeira Audiência Pública, basto proveitosa, com a presença de ilustres convidados, nós aprofundamos essa questão da maior importância para a Amazônia. Para o Brasil como um todo, a questão da ciência, tecnologia e inovação e em especial para a Amazônia, que é a única forma, a meu juízo, de se fazer o desenvolvimento sustentável, explorando as riquezas que nos foram generosamente dadas por Deus na Amazônia, tem a maior biodiversidade, a maior floresta tropical do mundo, o maior reservatório de água potável do mundo, com tecnologia. Nós temos condições de fazer a exploração sustentável desses recursos naturais usando ciência e tecnologia e inovação na nossa região.

Quero passar a palavra ao primeiro convidado da segunda audiência, que representa a SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Dr. Lauro Morhy, já foi reitor da Universidade de Brasília, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e que aqui representa o Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. V. Sa., Dr. Lauro, terá dez minutos para a sua exposição, prorrogáveis por mais cinco.

Com a palavra o Dr. Lauro Morhy.

SR. LAURO MORHY: Agradeço em nome da SBPC e em meu próprio nome, o convite para participar dessa Audiência Pública. Tenho a honra de cumprimentar, na pessoa do Senador Flexa Ribeiro, dos Srs. Senadores Mozarildo, do Senador Lobão, todos os Senadores dessa Casa, a todos os parlamentares, a todos os amazônidas, especialmente a bancada da Amazônia no Congresso Nacional, e nesta oportunidade também envio o nosso abraço fraterno a todos os amazônidas, meus conterrâneos. Quero dizer que eu também sou da Amazônia, vivo a Amazônia e me considero uma espécie de amazônida infiltrado aqui em Brasília. Mas que está sempre lutando pela região, sempre buscando colaborar com a formação de quadros e hoje na SBPC.

Como todos sabem, a SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, há dois anos atrás realizou a sua primeira reunião científica em Belém do Pará, e agora, no próximo domingo, deverá iniciar a sua reunião, sua 61ª Reunião em Manaus. Então, isso para nós nos enche de satisfação, de orgulho, e, sobretudo de

esperanças, no momento em que a SBPC juntamente com a Academia Brasileira de Ciência apresentam um novo plano para a Amazônia, um plano de... Na área de ciência, tecnologia. Nas reuniões sobre a Amazônia é comum falar-se muito da sua grandiosidade, das suas riquezas naturais, da ambição internacional sobre ela, temos livros importantes sobre isso, especializados. Também sustentabilidades, conflitos de terra, conflitos entre ambientalistas e desenvolvimentistas, sobretudo nos últimos tempos, realmente assuntos e problemas amazônicos são complexos, difíceis de serem equacionados e exigem estratégias científicas especiais mais do que nunca, além de uma contribuição muito forte da sociedade, sob todos os aspectos políticos também dos nossos políticos brasileiros. A Amazônia é motivo de orgulho para todos nós, mas é também motivo de grande responsabilidade ambiental até em nível mundial. É também motivo de preocupação à medida em que as nossas fronteiras agrícolas se expandem e o Planeta Terra vai ficando rapidamente super povoado, despertando atrações por grandes áreas pouco povoadas, especialmente as que ainda são possuidoras de riquezas naturais, como a nossa Amazônia.

Quando os portugueses e espanhóis aqui chegaram e encontraram civilizações surpreendentes, mas não foram capazes de perceber devidamente a sua cultura e conhecimento científico, tecnológico, por incrível que pareça, naquela época, tal era a sua ambição desmedida por ouro e prata. Mas, aos poucos, foram percebendo outros valores, e então foram descobrindo que ali também existiam riquezas naturais e até tecnologias próprias. Quando **Charles-Marie de La Condamine** descobriu, já por volta de 1744 que índios usavam látex da seringueira para fabricar garrafas, botas e bolas, bolas ocas que se achatavam quando apertada, como ele dizia, mas que se tornava a sua forma primitiva tão logo eram liberadas, à primeira vista isso apenas parecia aos europeus algo muito exótico, e talvez nem tenham percebido mais tarde que a ideia básica para as câmaras de ar dos pneus do irlandês **John Boyd Dunlop**, desenvolvido em 1888, nasceu de fato com as bolas indígenas, verdadeiras câmaras de ar esféricas.

Da cultura técnico científica primitiva da Amazônia restaram vários conhecimentos que foram melhorados com o tempo. Borracha e seus derivados, óleos vegetais, farinhas, pigmentos, fibras vegetais, remédios, perfumes e alimentos diversos, obtidos a partir de cereais, raízes e frutas. Entretanto, essa herança não tem sido aproveitada em toda a sua potencialidade. É preciso então que a ciência praticada na Amazônia estude e aprimore as tecnologias regionais existentes, respeitando, porém as técnicas que fazem

parte da cultura tradicional da região. E isso vem sendo feito no âmbito das universidades, dos institutos de pesquisa, dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, os novos IFETs, de instituições privadas diversas, empresas e organizações sociais, e ainda pelos amazônidas em seus lares e pequenos empreendimentos no interior da Amazônia.

O Brasil já dispõe de um sistema bastante evoluído e diversificado de ciência, tecnologia. Nos últimos tempos, esse sistema vem se preocupando cada vez mais com a inovação, ou seja, com a exploração econômica e comercial bem sucedida de novas ideias. Ao longo dos anos vem sendo construída uma política de fomento à pesquisa e desenvolvimento pelos governos Federal, estaduais e municipais, e em crescente parceria com o setor empresarial. A Amazônia vem sendo incorporada nesse processo, mas é necessário que essa inclusão seja bem mais acelerada. Afinal, vivemos um período da história em que as demandas globais, nacionais e locais demandam por água, energia, alimentos, biocombustíveis e fármacos, e a Amazônia tem tudo isso e muito. Práticas ambientais destrutivas também aumentaram a importância geopolítica da região que, pela sua extensão, riqueza e recursos naturais.

Em documento recentemente divulgado, a SBPC e a Academia Brasileira de Ciências propuseram à sociedade e ao Governo a implantação e consolidação de um novo paradigma de ciência, tecnologia e inovação para a região, capaz de impactar decisivamente o seu desenvolvimento. Esse assunto será fortemente debatido na próxima reunião científica em Manaus. Considera-se que as instituições científicas existentes na região, em que pese a sua boa qualidade, são em número insuficiente para a execução dessa estratégia. Assim, um planejamento integrado de grande porte para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação da região, exige a participação e coordenação de diferentes ministérios, governos estaduais, municipais, setores empresariais e sociedade civil, em ação conjunta e integrada, sobretudo.

Mas há uma preocupação toda especial também com a continuidade desse trabalho. É necessário superar a estagnação, a falta de continuidade dos esforços, esse é um grande problema, eu venho da bancada científica da Amazônia e aqui também, e sempre com esse grande problema da falta de continuidade desse trabalho, frequentemente os trabalhos são paralisados por falta de recursos ou então por dificuldades operacionais diversas. E que venha um planejamento moderno para ações dinâmicas e realmente inovadoras e revolucionárias, compatíveis com a extensão e grandiosidade da Amazônia em todos os sentidos, estabelecendo-se

um novo paradigma com novos horizontes à altura de novos tempos e que merece o nosso Brasil.

Ainda há muito que se saber sobre a Amazônia, mas o que já se sabe permite que usemos mais em ações concretas e inteligentes de sustentabilidade, e que requer apoio firme e continuado dos que governam a região e o país e principalmente a sociedade. Propõe-se investimentos no parque científico, tecnológico e acadêmico em cerca de quatro anos da ordem de 20 a 30 bilhões de reais, ou seja, cerca de apenas 1,5% do PRB, produto regional bruto, isso seria de um enorme impacto na região, viabilizando novo paradigma em harmonia com diretrizes governamentais de crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade sócio-ambiental assegurando, como a gente diz, a floresta em pé. Tudo seria feito com avaliações permanentes também em novos padrões.

Eu quero dizer ainda, para encerrar essa minha participação, já que o nosso tempo está se encerrando, que como pensador científico de bancada mesmo, trabalho com proteínas, estruturas de proteínas, fito químicas, estrutura de plantas e terpenóides e tudo isso, eu vivi, sofri muito e sofro ainda mesmo, numa fase hoje mais de orientador de tese, essa dificuldade de continuidade de trabalho, continuidade de recursos, muitas vezes não é nem volume de recursos, é a facilidade da aplicação desses recursos e ultimamente então a aplicação desses recursos tornou-se uma coisa, quase que uma aventura muito grande; muitas vezes um pesquisador, um dirigente de uma instituição pública pode terminar a sua fase de trabalho até com graves acusações, considerando as restrições tão perversas e cruéis que existem no sistema burocrático nacional, que tornou quase inadmissível as instituições públicas.

Eu agradeço a oportunidade dessa primeira fala e espero mais adiante participar desse debate, dessa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dr. Lauro Morhy, que representa a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, pela sua exposição, e concedo a palavra ao Dr. Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia, CBA. V. Sa. terá 10 minutos prorrogável por mais cinco.

SR. IMAR CÉSAR DE ARAÚJO: Bom-dia a todos. Senador Flexa Ribeiro, em nome de quem eu cumprimento os demais componentes da Mesa, Srs. Senadores, demais participantes.

Há uma grande demanda nacional, principalmente na Amazônia, por Recursos Humanos, por recursos para aplicar em pesquisa, e todo mundo, todos aqueles que praticam e que dizem que essa é a necessidade

hoje para desenvolver a Amazônia é investimento em ciência, tecnologia e inovação com mais recursos e com mais gente, não existe como negar isso. Mas eu vou tratar hoje aqui de um assunto que de certa forma também é muito importante e está relacionado com o que eu chamo de equilíbrio entre as forças na área de ciência e tecnologia. O nome normalmente que se dá hoje é ciência, tecnologia e inovação. Esses três, essas três áreas da ciência, as três áreas [ininteligível] de tecnologia e de inovação, elas tem muitas vezes funções diferentes, mas que também não são possíveis de serem desenvolvidas sem a participação de todas elas juntas, em conjunto, equilibradas.

Eu vou usar de um *Power Point* para fazer um pouco, falar um pouco do CBA e ao mesmo tempo tentar passar essa informação de como se entende ou como eu entendo hoje esse equilíbrio entre as forças de ciência, tecnologia e inovação e como isso poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Eu gostaria que você pudesse passar...

Isso é rapidamente o projeto CBA, foi criado por três... Ou pelo Ministério do Meio Ambiente e hoje ele é normalmente administrado por três Ministérios e que agora foi a partir de uma Comissão criada pelo Presidente da República se juntou seis Ministérios para estudar um modelo de gestão do CBA. Esse é um dos problemas que vamos tratar na frente rapidamente depois, no caso. Por favor, o próximo.

O CBA é um centro tecnológico, ele logicamente não é um centro de pesquisa básica e nem pesquisa padrão. E é voltado para a inovação tecnológica, portanto ele está na área daquele trio de inovação tecnológica e basicamente ele deverá promover a inovação tecnológica em processos de produtos da biodiversidade da Amazônia. A ação integrada com universidades e centros de pesquisa é óbvio, num processo dessa natureza, exatamente quando começa a falar do equilíbrio, a necessidade de que se faça um relacionamento, quem trabalha com inovação precisa e necessita de relacionamento com esses tipos de instituições. Há um tipo de objetivo de aumento da densidade tecnológica no setor industrial na região. Eu acho que a região sempre é tida como a terra prometida, cheia de vantagens, cheias de produtos naturais, mas de certa forma hoje nós só exportamos e só produzimos muito mais casquinhas de produtos brutos do que produtos com tecnologia e com valor agregado naquela região. É uma das funções desse centro a promoção de um ambiente favorável à inovação.

Serviços tecnológicos, nós temos hoje nesse centro, vamos mostrar rapidamente um conjunto de laboratórios muito modernos para prestar serviços às empresas e deixar muitas vezes e não só de a gente

estar mandando pra fora da região nossas matérias-primas quase que em estado bruto, mandando também produtos, extratos a serem analisados fora, muitas vezes, por exemplo, como Manaus hoje para fazer uma exportação as análises hoje de microbiológica estão sendo feitas lá no Nordeste ou em São Paulo, no caso. Isso que a gente está chamando de uma... Criar uma condição própria para inovação e aumento da densidade no setor. E principalmente um desenvolvimento de fusão de produtos e processos biotecnológicos com valor agregado em toda a cadeia produtiva. Queria que clicasse naquele valor agregado, vou dar um exemplo do que nós estamos querendo dizer com valor agregado, no caso.

Nós temos no centro um núcleo que trabalha com a parte de informação e nós pedimos apenas um produto como exemplo, hoje já temos com quase 60 estudando também esse tipo de comportamento, mas perguntando o seguinte, quem é que pesquisa copaíba, que é um dos produtos representantes daquela região hoje em termos de comércio nacional e internacional, e chegamos àquele quadro da frente lá. O Brasil hoje pesquisa praticamente a mesma quantidade que o resto todos os países do mundo pesquisam copaíba, no caso. Isso medido logicamente em publicações sobre copaíba. E perguntamos depois o seguinte, quem é que realmente usa esse conhecimento hoje sobre a copaíba? E nós chegamos à conclusão que nas patentes, que seria um índice bom para medir isso, que a copaíba, hoje no escritório europeu de patentes, você tem aqui o Brasil participando de um processo, nem de um produto é em articulação com outra instituição. Quer dizer, todo o tipo de uso dos conhecimentos da copaíba estão fora do Brasil e feitos por outros países. Por favor, o próximo.

Quando você vai para o escritório americano, o Brasil nem aparece, simplesmente não aparece. Então, nós estamos dando exatamente aquele esquema que uma vez eu escutei de um Diretor do CNPq que dizia o seguinte: "O Brasil é um país hoje já considerado de primeiro mundo para transformar dinheiro em conhecimento", nós somos hoje o 13º país em publicações no mundo, mas somos um país tipo troglodita para transformar esse conhecimento em dinheiro. Então, esta é uma área, hoje, não que ela seja mais importante do que as outras, mas é a área que nós precisamos concluir o processo. Ciência e tecnologia e inovação, essa é a função do centro. Pode, por favor, passar o próximo.

O Japão fez um trabalho... Isso aqui rapidamente, porque acho que isso é muito importante para a gente passar essa mensagem que a gente quer passar para os senhores. Ele fez um trabalho sobre o equilíbrio de

ciência, tecnologia e inovação em países, diversos países do mundo e utilizou para isso, de uma maneira muito simples, uma planta. Cada um daqueles símbolos que vocês vêem ali, não vou entrar em detalhe, que depois nós vamos deixar essa palestra aqui a cópia, quem quiser dar uma olhada com mais detalhe, pode olhar. Significa alguma coisa, por exemplo, a água é quantidade de recurso que se joga, a flor é a parte de tecnologia avançada, a terra e o vaso é outro tipo de função... E o próximo slide, por favor.

E nesse slide, nós temos uma comparação entre os vários países e os Estados Unidos foi tomado como padrão. Então, ele tem uma planta bem equilibrada. Ele tem bastante vaso, quer dizer, bastante dinheiro, ele tem... Aqui vem exatamente aquelas funções que eu estava colocando. O vaso, o que significa, o número de pesquisadores, etc., etc. Mas o que interessa pra gente hoje aqui é mostrar que você tem aqui dentro, dentro dos países grandes do mundo, você tem um desequilíbrio danado. Vê a planta da França comparada com a outra, no caso. Ela tem uma limitação muito grande na área exatamente de inovação tecnológica; você vê, por exemplo, o Japão é menor, mas é mais equilibrado, quase nas mesmas condições, você vê a Alemanha que lá na área de inovação, eles têm problema tecnológico. A Grã-Bretanha já tem problema noutra área, já se faz mais inovação e etc., etc. O que a gente está exatamente querendo mostrar é que existe um *gap* no Brasil na área de inovação tecnológica. Portanto, quando nós estamos falando que precisamos de milhões de dólares, precisamos, sim. Mas nós precisamos de especialistas, nós precisamos também de outros tipos de profissionais e de outras formações na Amazônia para criar esse ambiente e criar exatamente esse equilíbrio que nós estamos falando. Então, essa é uma primeira mensagem que a gente gostaria de dizer. Pode passar para o próximo, no caso.

O que é o CBA? O CBA foi criado... Primeiro se criou um programa, chamado Probem, ainda bem que não existe o "promal", porque está tendo alguns tipos de problemas bastante sérios aqui que se tivesse o promal nós estávamos no inferno. Mas o Probem exatamente foi o programa criado do qual o CBA foi criado para dar apoio a ele num programa de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Quer dizer, em resumo, o CBA está atuando na área de inovação tecnológica em articulação com todas as universidades e outros centros de pesquisas e universidades do Brasil e da região para fazer inovação tecnológica. Isso significa o seguinte, trabalhar com empresas para desenvolver novos produtos com agregação de valor e passar a deixar de exportar casquinhas e substâncias brutas para exportar ou para vender no Brasil, exportar...

Quando a gente fala exportar está incluindo inclusive para o resto do país a parte, vamos dizer, de produtos com base tecnológica e com valor agregado na região. Essa é a ideia. Então, o CBA é muito mais um movimentador dessa máquina que da qual você tem a biodiversidade, tem a biotecnologia como instrumento e tem a bioindústria como fim, no caso. Se nós não fizermos rodar a coisa desse jeito, nós não teremos um desenvolvimento equilibrado na região e, portanto, muito dificilmente nós teríamos um desenvolvimento sustentável. Nós teríamos um desenvolvimento cangalha na região.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Dr. Imar, só pra gente saber onde a gente está pisando--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Assim, grosso modo, de zero a 100, como o senhor avaliaria o alcance das metas fixadas pelo CBA até agora?

SR. IMAR CÉSAR DE ARAÚJO: Eu diria o seguinte, nós estamos caminhando em passos de tartaruga. Não sei medir para o senhor em termos de quantitativo, realmente, que se esperaria. Apesar de tudo, o CBA hoje nós estamos esperando que tenha para ele um modelo de gestão específico, esse é o grande problema do CBA. Nós íamos mostrar ali na frente exatamente esse tipo de situação. E hoje ele é um projeto da SUFRAMA, que é quem está financiando o CBA em quase 70% dos recursos totais que já foram investidos no CBA até hoje, trabalhando com bolsistas, que nós não podemos contratar gente. Então, apesar de tudo, Senador, nós conseguimos hoje... Devemos chegar no final do ano com os nossos laboratórios equipados em quase 92%, totalmente equipados. Gente nós estamos formando, inclusive mão de obra especializada que o próprio país tem hoje deficiência dela. Por exemplo, nós trabalhamos hoje com produtos que na hora que você trabalha com fármacos ou com cosméticos você precisa de uma área que chama-se farmacologia e toxicologia, nessa área é uma área que o Brasil, de certa forma, é muito fraco. Nós estamos fazendo treinamento de pessoas da região em número suficiente para atender o CBA, inclusive com mais, para atender a demanda da própria região, outros profissionais treinados no caso. Essa área de formação de recursos humanos e a área de laboratórios está crescendo bem, estamos já fazendo vários projetos em articulação com a empresa, mas eu diria que nós estamos andando em passo de tartaruga por falta de um modelo de gestão para a administração do CBA. É difícil. As pessoas dizem que

você não fixa... Hoje até houve uma entrevista agora recentemente, o Diretor do INPA disse que não se fixa bolsista. O bolsista na realidade a CBA perdeu 40% dos seus bolsistas formados. Isso significa o seguinte, em vez de a gente fixar, nós estamos formando gente e olha que muitas vezes está recebendo esse pessoal, vários deles passaram em concursos da USP, da UFRJ, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quer dizer, está voltando à terra pessoas que foram formadas e preparadas para fazer inovação. Porque esta é uma área de... Várias pessoas que trabalham nessa área sabe que você hoje tem muita academia dentro do país. Tem muito pouca gente na área de inovação. E quando você começa a formar pessoas nessa área, você começa a perdê-los por falta de um tipo de modelo. Eu não sei se respondi sua pergunta, no caso. Muito obrigado.

Bom, essa é a ideia, vamos passar porque eu tenho um tempo curto aqui, no caso. A estrutura do CBA é uma estrutura muito grande, nós estamos aqui de maneira geral vocês podem depois ver na cópia, são 12 mil metros quadrados, e algumas novidades. São laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, você tem central de produção de extrato, planta piloto de processos industriais, quer dizer, uma empresa pode concluir o seu projeto dentro do CBA já em níveis próximos do que ele vai usar na prática depois. Tem uma incubadora de base tecnológica que essa daqui também é uma das áreas importantíssimas que precisa ser discutido porque base tecnológica, na realidade é muito difícil de fazer, aí sim, aí entra a questão financeira. Financiamento desse tipo de processo, porque é desenvolvimento de produto. Então, você precisa de muito mais dinheiro do que simplesmente formar uma empresa e muitas vezes a empresa não tem dinheiro para botar nesse tipo de ação, no caso.

Aqui vem aquele biotério que nós falamos na farmacologia, que é a base para fazer os trabalhos clínicos e pré-clínicos, temos áreas de apoio a empreendedorismo e gestão de inovação e áreas administrativas de maneira geral. Eu vou correr um pouco, porque a gente tem algumas coisas para mostrar rapidamente aqui no caso.

Esse é o CBA, é um prédio que foi criado inclusive para ganhar condições de sigilidade. Quando vai trabalhar na empresa, a primeira coisa que a empresa quer é ter certeza de que você tem sigilidade, você não vai botar aquilo que você está trabalhando com ela para fora, senão ela não trabalha. Ela não vai entrar no esquema, no caso. Vamos passar rapidamente, por favor, o próximo slide.

Essa é uma visão do centro, a parte da frente dele é uma parte que foi feita para ter acesso livre, controle normal que se faz, mas livre. Por favor, o próximo.

Atrás estão os laboratórios, esses laboratórios são todos eles feito em pilotis, tipo o arquiteto preferiu esse tipo de arquitetura copiando as palafitas da Amazônia para evitar exatamente terraplanagem, é feita por juntas de trabalho. O CBA é o seguinte, não é como um departamento... Os nossos departamentos, as nossas áreas de ação trabalham totalmente integradas. Então, entra, por exemplo, os produtos aqui na produção de extrato, daqui ele é preparado o extrato que vai para os diversos laboratórios, então você tem um processo de continuidade. Nós não temos duplicidade de equipamentos, o que é já é uma grande economia na área de montagem de laboratório. Por favor, o próximo.

O CBA começou em... A primeira coisa que se fez com o CBA foi criar um modelo de gestão, uma unidade para administrá-lo. Infelizmente foi criada a BIOAMAZÔNIA que foi qualificada com OS(F) em setembro de... Houve uma quebra de contrato com a BIOAMAZÔNIA, e nós ficamos órfãos, motivo pelo qual a SUFRAMA assumiu esse tipo de responsabilidade e eu acho que galhardamente ela conseguiu chegar até um determinado ponto que se não tivesse feito isso, eu acho que nós estaríamos hoje cheios de morcegos e outros animais dentro do centro. A infraestrutura predial foi entregue em 19/12/02, começamos a trabalhar em 2005, foi quando entraram os primeiros pesquisadores, numa parte, a portaria do Ministério passou para a SUFRAMA porque não podia assumir isso de qualquer maneira, mas foi dada essa função a ela e foi criado um projeto estruturante que hoje o CBA é um projeto estruturante da SUFRAMA e ele está trabalhando sob essa forma no caso. Vamos passar vários deles aí, por favor, isso aí eu acho que não é muito importante.

A gente tem dado um foco de ação hoje basicamente em cosméticos, no caso fitocosméticos, a área... Nós estamos mudando o nome, botando agora em vez de fitoterápicos, bioterápicos, porque hoje, por exemplo, as grandes possibilidades que temos no CBA está sendo mostrado que os microorganismos têm uma propriedade muito maior de acerto do que a própria... Os próprios... As próprias plantas, no caso. E alimentos funcionais e nutracêuticos, que também é uma tendência mundial. Nós estamos dando foco nessa área com parceria com esses tipos de instituições. Por favor, o próximo.

Aqui tem o seguinte, na realidade esse é um quadro que está um pouquinho defasado, nós temos hoje 184 pessoas, esse é um dado de dezembro, mas essa é uma área. O CBA tem 66% dos seus técnicos e funcionários na área de laboratórios, quer dizer, isso

significa que a gente está gastando muito pouco na área de administração. Primeiro que a nossa administração é feita fora do CBA, através das fundações, no caso. Por favor.

E aí vem um relacionamento com a indústria que pra gente esse quadro mostra de qualquer... Uma indústria, uma empresa para entrar em contato com o CBA para trabalhar, ela vai achar sempre uma maneira de entrar lá. Isso que esse quadro diz. Por favor, o próximo.

E aqui nós temos aqui uma série de tipos de produtos que também não vou listar todos, mas são produtos que estão hoje com uma demanda muito grande em cima do CBA. Área de inseticidas naturais, corantes naturais, extratos secos e concentrados, que é uma tendência também de você não exportar água ou não vender água da Amazônia, porque você aumenta muito o transporte, é de secar esses extratos e essas coisas. Alimentos funcionais. Passa, por favor, o próximo. O próximo.

A parte de cosméticos, que é uma demanda muito grande, fitoterápicos e fármacos, biocombustível e a parte de flores tropicais que está aqui dentro, numa área que hoje nós temos um programa juntamente com o SEBRAE que está conseguindo fazer um trabalho agora para toda a região, inclusive feito no Estado do Amazonas, agora nós já começamos a fazer em toda a região. Por favor, o próximo.

Isso aí também acho que é a mesma coisa que está lá, mas é coisas que concreto em termos de trabalho que o CBA está fazendo. Próximo.

Bom, eu... O tempo já está um pouquinho curto, eu queria simplesmente... Eu vou deixar essa cópia dessa palestra, ela está bem maior do que isso aqui e aqueles que tiverem interesse pode dar uma folheada e essas informações serão passadas.

Mas eu volto a dizer o seguinte, o Centro foi criado para a Amazônia e tem uma função que eu reputo de grande importância para a região. Falta para ele, hoje, basicamente com todo esse instrumental feito, com o pessoal que já está lá, a base de pessoal já formada, organizada e treinada, está faltando para ele que se dê a ele um tipo de personalidade jurídica específica para que possa ser administrado e se possível dentro das maiores felicidades possíveis. Houve agora esse grupo de tarefa que eu citei do Presidente e que foi criado e foi escolhido uma empresa pública para administrar. Então, nós deveremos estar, logo, logo estar sendo encaminhado ao Senado a criação dessa empresa pública para administrar o CBA.

Então, aqui fica a minha... O meu pedido, eu suplico aos senhores que dê atenção a esse projeto porque

esta será, vamos dizer, a vida desse Centro que me parece que de grande importância para a região.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia, CBA.

E passo a palavra ao nosso terceiro expositor, Dr. Cláudio José Reis de Carvalho, chefe geral da Embrapa Amazônia oriental. V. Sa. terá dez minutos prorrogáveis por mais cinco.

SR. CLÁUDIO JOSÉ REIS DE CARVALHO: Acho que eu gostaria de chegar aqui perto, pelo microfone... Bom, está contando já meu tempo...

Bom, bom-dia a todos, ilustríssimo Senador Flexa Ribeiro, ilustríssimo Senador Mozarildo, eu gostaria de agradecer a oportunidade que os senhores estão nos dando de falar nessa Casa, saudar os demais parlamentares.

Acerca de um mês atrás, a nossa diretora que está responsável pela agenda da Amazônia, Dra. Tatiana Sá, fez uma apresentação nessa Casa mostrando a Embrapa, o papel da Embrapa em geral nesse mesmo tema, e eu gostaria de aproveitar a oportunidade para expor a vocês, fazer um recorte mais para o nosso centro, que é um centro bastante antigo, é o maior centro da Embrapa, da rede da Embrapa, em pessoal e tamanho, e é o centro mais antigo de pesquisa agropecuária na Amazônia, tem 70 anos. Estamos fazendo exatamente 70 anos agora e está no Estado do Pará, que por razões óbvias é o estado que está na fronteira do... Que é obrigado a gerar tecnologias para a ocupação da área já aberta, então nós... Todos vocês sabem o que nós estamos enfrentando lá, os grandes desafios. Mas enfim, meu nome é Cláudio de Carvalho, o grande desafio que nós temos na Amazônia é esse, construir sistema de produção de agropecuários e florestais sustentáveis em uma região que é um dos maiores reservatórios de água doce e biodiversidade do planeta. E que esses sistemas sejam econômicos. Então, é um desafio enorme que nós temos pela frente e o nosso centro é emblemático, porque por ser mais antigo e por ser um centro ecoregional incorpora grande parte das agendas também dos outros centros da Embrapa que existem na Amazônia, aqui os senhores tem a rede de Embrapa na Amazônia, em laranja são os centros que já existem, uns maiores e outros menores, nós somos o maior, depois de nós vem Manaus, depois Acre, Rondônia, Macapá e agora novas unidades estão sendo abertas no Mato Grosso, estamos instalando em Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Então, muito rapidamente também essa ação integrada que existe... exige uma ação integrada entre o

centro da Amazônia e os demais centros da Embrapa, nós somos 41 centros até o momento, fora os novos, e nós dissemos que fazer qualquer ação com o centro da Embrapa implica em você fazer ações também com toda a rede Embrapa de pesquisa, ou seja, nós podemos ter... Acionar centros de biotecnologia, etc. para participar dessas agendas de pesquisa. Essa é um pouco da ação também da Pan-Amazônia que nós temos a Embrapa e a Embrapa Amazônia oriental tem o consórcio que é o consórcio iniciativa amazônica, que ele congrega diversas instituições de pesquisa em toda a Pan-Amazônia, então isso nos dá uma capilaridade muito grande e faz com que nós possamos trocar informações e trocar experiências com os centros de pesquisa dos países vizinhos. Fora também as unidades que estão na África hoje, na Venezuela, e etc.

Nossa agenda de pesquisa ela é baseada em documentos, no documento básico, no Plano Amazônia Sustentável, e numa síntese mais operacional para nós no sistema produção sustentável da Amazônia legal e Embrapa nos biomas. E desses documentos ressaem esses principais temas de atuação que o nosso centro reflete, que são ordenamento, gestão e monitoramento territorial, o manejo de valoração e valorização da floresta e opções tecnológicas para a área de consolidação. Isso é um tema que nós temos sido muito solicitado por várias agendas do Governo. Nós recentemente todas as unidades da Embrapa em 2008 fizeram seu Plano Diretor para o período 2008/2011, mas aquelas três linhas são contempladas fortemente em todas as unidades da Embrapa na Amazônia e basicamente existe alguma adaptação por centro, mas a grande parte delas atende essas linhas. O nosso centro particularmente, ele tem uma estrutura especial de interiorização onde nós temos... Onde tem essas bandeirinhas amarelas, são locais onde existe escritório de representação local de transferência de tecnologia, porque nada adiantaria nós geramos tecnologia se essa tecnologia não chegasse à mão do consumidor, que no caso é o nosso cliente, o produtor.

Então, essas são estruturas de apoio e ali em Marabá nós queremos especificamente instalar uma estrutura que vai se dedicar à pesquisa de plantas para reflorestamento, plantas nativas, espécies nativas para reflorestamento. Então nós estamos já fazendo as tratativas e o Governo estadual também está participando, vai ser uma estrutura mista em que vai haver a iniciativa privada, nós da Embrapa, Governo, enfim. Isso está já bem em estado... Estamos começando a fazer isso. Aqui são, na nossa participação, os cursos de pós-graduação em que nós participamos também, para vocês tenham uma ideia, nós participamos também ativamente na formação de pessoal em toda a nossa

rede da Amazônia, as organizações locais e regionais com que nós temos parcerias, banco e instituições federais, as ações de parceria e programas de Governo Estadual e Federal, estamos presentes nas diversas agendas do Governo Federal, nos diversos programas, programa mais alimentos e finalmente no Governo Estadual campo cidadão um milhão de árvores.

Aqui a cooperação internacional que existe no nosso centro especificamente. É um centro reconhecido por ter o grande peso de cooperação internacional, ora no momento nós estamos passando por um período de adaptação, e uma coisa que nós temos que fazer e que nós vínhamos tentando catalisar, nossa diretora mesmo, Tatiana Sá que foi idealizadora desse modelo seria de fazer, de proporcionar maior integração entre os centros e instituições de pesquisa do próprio Pará. Então, aqui nós temos um exemplo de arranjo institucional possível e que já vem sendo exercitado, que se passa entre a UFPA, Universidade Federal do Pará, a Embrapa, o UEPa, Museu Goeldi, SECTAM, enfim, várias outras instituições próximas.

Aqui um exemplo que nós... Um exemplo dessa cooperação interinstitucional é com a Universidade Federal do Pará, a Embrapa e outras organizações que estão instalando agora o sistema paraense de inovação, o SIPI, que vai se basear num parque tecnológico, um deles instalado no Guamá, em que a Embrapa dos seis laboratórios que são instalados, a Embrapa participa de quatro, no planejamento e na execução de pesquisa. Então, esses espaços vão ser espaços dedicados ao desenvolvimento de pesquisa, inovação e inclusive com incubação de empresas. Então uma excelente oportunidade que nós temos para difundir nossas pesquisas, etc.

Dentro desse sistema paraense de inovação temos a participação da Embrapa nessas redes. Uma rede de biomassa florestal, que nós somos os líderes, uma rede de energia renovável, uma rede de engenharia biológica e uma rede de biocósméticos, que é a mais recente que nós temos participação. Essa rede [ininteligível] vamos favorecer uma série de saídas, uma série de produtos que são na verdade inovações e que podem agregar valor, podem verticalizar muitos dos produtos da nossa biodiversidade.

Aqui são exemplos do laboratório de qualidade do leite que está sendo instalado também, que vai ser muito importante o crescimento da bacia leiteira com qualidade e aumento de produção no nosso estado, nós temos uma produção muito pequena e nós precisamos aumentar isso e aumentar com qualidade. Esse laboratório é financiado parte pelo Mapa, Embrapa, UFPA, existe um consórcio de instituições. Então vejam que sempre nós estamos procurando trabalhar junto com

outras instituições, acho que esse é que é o enfoque que deve ser dado na nossa agenda de ciência e tecnologia na Amazônia.

Já aqui produtos do zoneamento, nós estamos participando ativamente do zoneamento, não só do Pará, mas de toda a Amazônia, alguns produtos que já se fazem e alternativa para a recuperação econômica de áreas alteradas. Aqui sistemas agroflorestais, dois sistemas muito desenvolvidos, o Bragantino, que é uma inovação e também o Tipitamba, que é a nossa agricultura sem queima. Todos esses sistemas fazem parte de um enfoque, hoje de fazer agricultura sem queimar, e com isso preservando, conservando os ambientes e preservando a biodiversidade natural.

Aqui um pouco da... Um dos resultados que existe de um dos nossos sistemas, nós provamos esses dados estão publicizados, estão publicados, que se você adota nosso sistema de trituração sem queima, você emite quatro vezes menos gases de efeito estufa em CO₂ equivalente, do que usando o sistema tradicional. Então isso já é um ganho.

Aqui são produtos da agroindústria que nós temos potencial bastante grande, muito de vocês já ouviram falar do cupulate, por exemplo. O cupulate é o chocolate feito de semente de cupuaçu, que pode ter emprego muito grande na merenda escolar, um grande volume dele é produzido e não se faz nada, se joga fora a semente de cupuaçu. Então, o cupulate, vocês devem ter escutado na mídia a questão das patentes, mas a patente é nossa e foi uma das inovações que nós trouxemos, fora outras que nós podemos citar.

Manejo florestal para pequenos proprietários, produtos não madeireiros, agregação de valor, nós temos uma inovação também, um secador solar que está sendo usado para baixar o teor de aflatoxina da castanha do Pará que era proibida ser exportada que estava com mais de oito PPT de aflatoxina e nós, com o processo de secagem e boas práticas, nós conseguimos reduzir esse teor de aflatoxina e o nosso secador solar foi uma das inovações que foi levada para agregar valor a essa cadeia da castanha.

A questão das florestas plantadas também, como eu disse para vocês, nós temos um grande papel na domesticação, coleta e legalização da produção de sementes de árvores nativas para a Amazônia, que devido a questões legais nós não podemos plantar exóticas, nós estamos fazendo um grande esforço com as nativas. Já temos alternativas. Nós temos 30 anos de pesquisa com espécies florestais e já sabemos dessas espécies quais são as mais indicadas, quais as que crescem mais, qual é o volume de madeira, nós temos esses dados à disposição.

E também no campo, o grande desafio agora, devido a nossa pecuária que está no Pará, especificamente muito grande, nós temos os questionamentos, por exemplo, da emissão de gases de efeito estufa pelo gado. Eu cheguei ontem à noite de uma reunião em Ribeirão Preto, em que nós estamos fazendo um grande projeto para quantificar isso em condições tropicais, que nós temos a quantificação em condições subtropicais. Mas nós temos que ter isso para poder fechar o balanço e colocar esse balanço em sistemas agroflorestais, como por exemplo, você ter pastagens e árvores também aumentando o conforto animal, a fixação de carbono e talvez até quem sabe tornando esse balanço positivo, ou seja, fixando mais do que emitindo. Mas nós precisamos ter números para provar isso, nós não temos esses números ainda, mas vamos ter.

Aqui são alguns exemplos do que existe. Na parte de agroenergia nosso principal produto é o dendê, nós lidamos com uma doença, inclusive, AF que nós temos uma grande necessidade, o CBA poderia ser um parceiro muito grande para nos ajudar nisso, pesquisa com amarelecimento fatal, que é uma das principais barreiras e semente. Mas nós temos já algumas alternativas, que são o plantio de híbrido do dendê amazônico, que é o caiaué, com o dendê africano. Nós temos resultados que mostram que esse cruzamento, esses híbridos, são tolerantes ao AF, pelo menos até agora com três anos na plantação da marborges, não temos tido ocorrência de AF, e com uma boa produtividade.

Nós precisamos fazer um centro genealógico no Pará para trabalhar com cruzamentos de híbridos e produzir nossos híbridos. Porque hoje é um grande problema para as pessoas que querem plantar dendê, comprarem semente. A expansão da dendecultura de óleos vegetais no mundo é muito grande, e isso força o mercado e o mercado não aguenta. A própria produção de semente nossa é muito pequena.

Aqui é um exemplo de outros óleos também que são inovações, que fazem parte do nosso capital natural que pode ser utilizado, por exemplo, a bacaba tem condições excelentes de produzir óleo, patauá, a própria pupunha também produz bastante óleo, nós temos esse levantamento, tucumã é a bola da vez. Esse tucumã, ele pode ser utilizado em quase que substituição em áreas de AF crítico ao dendê, e ele é passível de utilizar a mesma planta de esmagamento do dendê sem fazer grandes modificações. Então, é o óleo de excelente qualidade, até para biscoiteria, para outros usos industriais. E nós já temos tucumã sem espinho, nós temos uma coleção dessas plantas todas que eu mostrei para vocês... Esse é sem espinho mesmo, que o pesquisador está encostando a mão nele aí, olha, para

provar que não tem espinho. Uma grande barreira é a quantidade de espinhos, agora com o melhoramento genético, e para isso é necessário o campo genealógico de lá do [ininteligível] para que nós trabalhemos com isso, nós podemos ter um avanço maior. Biotecnologia no caso que nós fazemos aqui é resgate de embrião, que o tucumã custa a germinar. E nós temos que germiná-lo com resgate de embrião.

Outra coisa que é muito presente em nossa agenda são pesquisas com aquicultura, não só piscicultura. Aquicultura, incluindo quelônios, nós estamos com um sistema quase pronto para tornar zootécnico um animal que é o muçua, que foi predado e nós já temos todo o processo criatório mapeado, vamos transformar em animal zootécnico e vamos devolver ele para a natureza, vamos devolver o contingente dele para a natureza na Ilha do Marajó e outros lugares também da Amazônia.

Essa é a grande inovação que nós temos que trazer para o campo, para a ocupação de áreas já alteradas e para pastagens degradadas, que é o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta. Vocês... Pena que não dê para ver aqui, mas isso aqui é uma plantação de filho, isso é um dos nossos campos, nós não temos mais experimento de parcela pequena. De fato nós estamos validando essa tecnologia que foi desenvolvida já há algum tempo, nós estamos validando ela no Norte, por quê? Porque nós precisamos adaptar para a nossa condição de solo, clima e até mesmo perfil dos nossos produtores. Então, nessa mesma área você faz agricultura, você aduba, a agricultura paga a adubação e depois você entra, no final você entra já com a pastagem na última colheita de milho, você já entra com a pastagem. Então, na reforma do pasto, que é um grande custo que existe, não se usa queima, em primeiro lugar, em segundo lugar proporciona a produção de alimentos e terceiro quando você acaba depois desse ciclo, você tem uma produção de biomassa de capim muito maior. Isso vai fazer com que seja contido o avanço da pecuária sobre a floresta.

Bom, aqui é o nosso projeto de boas práticas, melhoramento genético que nós fazemos sempre, uma grande novidade, o nosso feijão, caupi, o feijão de corda, o feijão macassar, que antigamente era rasteiro, se colhia rasteiro, agora ele é colhido com máquina e virou uma *commodity*. Hoje nós exportamos feijão caupi para mais de sete países, e é uma opção, é a proteína mais barata que existe. Feijão caupi ou Vigna, Vigna unguiculata, ele era rasteiro, agora por melhoramento genético ele está alto, ele pode ser colhido com colheitadeira. E nós estamos agora aumentando a produtividade. Porque vocês podem ver que existem duas, três vagens, nós estamos querendo aumentar

agora a produtividade que ainda está um pouco baixa, 800 quilos por hectare a mil quilos por hectare.

Outras opções também de inovação é meliponicultura, que é o mel de abelha sem ferrão, que é um mel excelente que é isento de pesticidas e que tem um apelo muito grande, inclusive para cosmetologia fina.

E era isso que eu queria apresentar para vocês. Desculpem ser tão corrido, mas o centro é grande, as opções que nós temos também são muitas, e eu convido os senhores se quiserem, podem dispor de mais informações no debate.

Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Agradeço ao Dr. Cláudio e tenho a honra de passar a palavra agora à Dra. Ima Célia Guimarães Vieira, diretora do museu paraense Emílio Goeldi.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Srs. Senadores, caros colegas da Mesa, dirigentes, senhoras e senhores. Em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite de estar aqui e apresentar um pouco do que faz o museu paraense Emílio Goeldi nos seus 143 anos de existência, o que fez e o que faz, a sua agenda de pesquisa e apresentar para vocês algumas preocupações e desafios que nós achamos importantes nessa temática de ciência e tecnologia para a Amazônia nesse mundo em transformação, nessa região que está em constante transformação e nesse momento de incertezas que nós vivemos com relação ao destino que se dá a essa imensa região.

O museu paraense Emílio Goeldi é a instituição mais antiga de pesquisa científica e tecnológica da Amazônia, a sua criação data de 1866, quando não haviam universidades na região e ele tomou para si uma agenda científica muito ampla, as áreas de ciências naturais e ciências humanas. O planejamento estratégico em 2006 estabeleceu como missão a realização de pesquisa, promoção de inovação, a formação de Recursos Humanos, conservação de acervos e comunicação de conhecimentos sobre a região. Ele é o terceiro maior museu do país, é o segundo maior museu de história natural do Brasil, e todas as suas coleções são tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional.

Numa agenda de pesquisa ampla é importante colocar e apresentar com que efetivo de pesquisadores e servidores nós contamos. Vejam que em 1989, quando a agenda de pesquisa era menor, ou seja, trabalhávamos menos, nós tínhamos 333 funcionários e hoje, em 2008, os dados de 2008 apontam em decréscimo e um número de 252 funcionários, numa

diminuição enorme, o que impede que possamos fazer mais do que devemos, do que queremos, e que deve realmente ser feito pela Amazônia. Então, essa situação não é uma situação apenas do museu Goeldi, é situação de todos os institutos de pesquisa, do Ministério da Ciência e Tecnologia, já há um entendimento no Ministério de que é necessário ampliarmos essa força efetiva de servidores, principalmente pesquisadores, mas esbarramos em autorizações do Ministério do Planejamento, pois os institutos de pesquisas não tem autonomia para a contratação como tem as universidades, por exemplo. Próximo.

Então, quando falamos de formação de recursos humanos, é importante ressaltar a atuação da instituição desde níveis fundamental e médio, que são a formação de iniciação científica com clube de pesquisador mirim, programa de estágios, programa de bolsas de iniciação científica do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado, programa de capacitação institucional do próprio Ministério de Ciência e Tecnologia e os níveis de mestrado e doutorado, esses todos em parceria com as instituições locais, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal Rural da Amazônia e com a Embrapa. Próximo, por favor.

Então, a agenda de pesquisa, ela é formulada na base de quatro grandes temáticas, ciências naturais, sistemas naturais e diversidade biológica na Amazônia, as dinâmicas socioculturais e ocupação humana na região, as tecnologias ligadas à documentação, desculpe, esse item tem que estar junto com o terceiro, o quarto e terceiro, conservação e gestão de acervos científicos e na área de museologia e comunicação e educação científica. Por favor.

Então, os acervos que são importantíssimos, como base do conhecimento da instituição, eles somam mais de quatro milhões de itens. E aí nós temos tanto na área das ciências humanas, como o acervo arqueológico etnográfico e como na área de ciências naturais, com herbário, com a coleção de aves, de répteis, de peixes, de mamíferos e de invertebrados que somam dois milhões de animais, e ainda fósseis e minerais e um acervo bibliográfico e arquivado muito importante na região, na ordem de 250 mil itens que são todos voltados para... Sobre a região amazônica. Na área de comunicação nós temos o Parque Zoobotânico, alguns de vocês conhecem, no centro da cidade, que é onde ocorre todo o programa de educação científica, educação ambiental e museologia e a parte de comunicação, informação e documentação. Por favor.

Na área dos sistemas naturais e biodiversidade, nós temos uma agenda de pesquisa para o conhecimento da biodiversidade da Amazônia extensa, ela está relacionada principalmente aos inventários de fauna e

flora, ao monitoramento da biodiversidade, a modelagem de biodiversidade, tentando entender a distribuição das espécies daqueles vários grupos taxonômicos, há muitas descobertas de novas espécies, nós temos nos últimos oito anos a descoberta de cerca de 100 espécies novas para a ciência, nunca antes conhecida, elaboramos a lista de espécies ameaçadas de extinção no Estado do Pará e aqui tem um dado interessante, que essa lista já conta com 181 espécies de plantas e animais. E aí nós temos muito mais... Quase o dobro de espécies ameaçadas de extinção do que as descobertas de novas espécies nos últimos dez anos, demonstrando que o nosso conhecimento é muito mais lento do que a taxa de impacto sobre as espécies da nossa biodiversidade. Só um dado interessante aqui também para colocar, é que a cada onda de desmatamento que nós conhecemos e que são anunciadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, outro instituto do MCT, nós temos cerca de um milhão de espécies de árvores são atingidos a cada ano pelo desmatamento que varia entre 15 a 20, 24 mil quilômetros quadrados por ano, nós temos uma destruição de cerca de um milhão de árvores, de indivíduos, portanto, acima de dez centímetros de diâmetro e cerca de um milhão de primatas e aves. Isso são dados de um artigo que nós produzimos e que é baseado no conhecimento que nós temos sobre a distribuição desses grupos de espécies de plantas, de árvores, de primatas e de aves na Amazônia. Então vejam que é um número muito alto e aqui nós temos que reverter logicamente esse quadro, porque não é possível mais suportar taxas tão altas de desmatamento na região.

E com relação à comunicação, nós temos incentivado sempre as crianças de nível fundamental e médio que desenvolvam trabalhos na área de biodiversidade e temos então esse Prêmio Jovem Naturalista, que é dado todos os anos para estudantes de nível médio e fundamental. Próximo, por favor.

Aqui é um pouco do tipo de pesquisa que é feita no campo com os inventários e coletas e hoje nós temos, não diria um impedimento, mas temos uma restrição à atuação do pesquisador no campo, porque temos que ter inscrição e licença do sistema de biodiversidade, do MMA para a atuação do pesquisador, isso limita a atuação do pesquisador e hoje o MCT e o MMA estão discutindo de que forma nós podemos controlar, digamos assim, ter não o controle, mas o conhecimento do que se faz no país em termos de estudos de biodiversidade sem o controle excessivo dos pesquisadores nessa área de biodiversidade. Então, eu espero que em breve nós tenhamos um acordo entre o MCT e o MMA com relação a essa questão de coletas, de

licenças de coletas para estudos da biodiversidade e acesso a recursos genéticos. Próximo.

Aqui é pra dar uma ideia para vocês de como o monitoramento de fauna por meio de armadilhas fotográficas pode ser útil no conhecimento e no monitoramento de espécies em ambientes que são conservados ou em ambientes que estão sob pressão madeireira e que deve ser controlado. Então, aqui são animais que nunca antes tinham sido vistos numa unidade de conservação, onde o museu Goeldi tem uma estação científica, floresta nacional de Caxiuanã e mostra a presença de inúmeros animais, grupos de invertebrados importantes na cadeia biológica e também como importantes também para os processos ecológicos nessas unidades de conservação. Próximo.

Aqui o outro grupo de estudos que são realizados pelo Museu Paraense Emílio Goeldi é sobre a dinâmica de florestas, uso e manejo de recursos naturais, a variação de impacto de uso da terra sobre a biodiversidade, aqui nós temos realizado estudos de longo prazo sobre atividades de agricultura e pecuária, principalmente, mas também extração madeireira e alguns números já mostrei para vocês e o impacto é muito alto, tanto pelo desmatamento em si como também pela utilização, extração seletiva de madeira ou extração de produtos da floresta. E os estudos sobre o potencial fitoquímico, principalmente oleaginosas com o Grupo de Trabalho, grupo de pesquisa atuando na área. Próximo.

Aqui também temos estudos na área da Costa Norte, por meio de estudos geoambientais e antropológicos com vários eixos de entendimento sobre essa importante área da costa do norte do Brasil, dinâmico, bastante dinâmico. Próximo, por favor.

E aqui um pouco do que nós fazemos com relação à conservação desses acervos, que é a base do conhecimento da biodiversidade. E aí um pouco também do papel dos programas do Ministério da Ciência e Tecnologia, no caso o programa de biodiversidade que modernizou uma das principais coleções e referência internacional sobre a biodiversidade da Amazônia, a coleção de árvores que tinham esses armários antigos e que hoje está todo modernizado e ampliado, proporcionando maior... Que nós possamos trazer mais material para essa coleção. Próximo.

Aqui é outra coleção de répteis e anfíbios, como era e hoje como está. Próximo, por favor.

Aqui a coleção paleontológica, mostrando alguns... Apenas uma coleta, o que nós trazemos de material. Aqui é o caso de uma preguiça gigante que viveu acerca de seis mil anos atrás na Amazônia. Próximo.

Aqui é o incremento dos acervos nos últimos dez anos, nove anos, demonstrando o esforço que a

instituição tem tido para aumentar o conhecimento sobre a região, no caso de plantas. Próximo. No caso de aranhas, que se conhecia muito pouco, tinham apenas 1.400 lotes, hoje tem mais de 15 mil. Próximo. Espécies novas são descobertas no próprio parque do bosque Rodrigues Alves em Belém do Pará, foram descritas três espécies novas no parque em Belém mesmo, no caso dos peixes. Próximo. No caso das aves. E também acho que foram esses exemplos que eu trouxe. Pode passar.

Aqui o esforço também de se colocar isso disponível *on-line*, o nosso herbário já está disponível as espécies típicas, que são espécies determinadas inicialmente pelo pessoal da instituição ou que passou pela instituição. Próximo.

Aqui o papel da nossa estação científica como uma importante contribuição para análises locais, mas também para o entendimento global do funcionamento da Floresta Amazônica que é a floresta nacional de Caxiuanã, onde o Museu Goeldi tem uma estação científica, pode passar, com três mil metros de área construída. Pode passar, por favor. E com uma beleza muito grande, mas com uma infraestrutura de pesquisa, pode passar, por favor, que não tem igual no mundo tropical com laboratório que pode abrigar cerca de 60 pessoas a cada excursão, tem bibliotecas, auditórios, laboratórios, acesso a *e-mail*, energia fotovoltaica a residências... Fica a 400 quilômetros em linha reta em direção à Ilha do Marajó, passando um pouco a Ilha do Marajó. Aqui a infraestrutura, é um laboratório aberto para pesquisa científica no Brasil e também para o exterior, a experiência que nós temos em treinamento e capacitação é muito grande, agora mesmo em julho nós vamos ter um treinamento internacional junto com a Embrapa e várias universidades, e a USP, a universidade dos Estados Unidos em aspectos ecológicos e de mudanças climáticas, temos uma torre de 60 metros de altura onde o Projeto LBA atua, o projeto TEAM de monitoramento de biodiversidade também atua, o programa de biodiversidade do MCT, são programas de longa duração, programas importantíssimos para o conhecimento e o monitoramento da Floresta Amazônica e que é imprescindível que o Brasil tenha, especificamente o CNPq mantenha seus programas de longo prazo nessas estações dessa natureza, que são estações importantes para o conhecimento da região. Próximo.

Aqui é o estudo da... Só para mostrar para vocês a importância também de outra rede de pesquisa, que é uma rede nacional que envolve seis institutos do MCT, que é a rede GEOMA, que vem estudando a dinâmica da fronteira agrícola e tendo papel importante no subsídio de políticas como a política de combate ao

desmatamento, de regularização fundiária. Próximo. Pode passar, por favor. E que vem estudando a dinâmica dessa região, a Amazônia não é mais uma região coberta totalmente por florestas, todos sabemos que já tem... Pode colocar, por favor.

Cerca de 700, 800 mil quilômetros quadrados nesse chamado arco do desmatamento, que já está alterado e que precisa, como disse o Dr. Cláudio, de uma atuação de ciência e tecnologia voltada tanto para o entendimento de como... Sobre a dinâmica dessa parte da Amazônia que está alterada como busca, a busca de alternativas de iniciativas sustentáveis e de restauração florestal, seja restauração da produtividade, da terra, como restauração de florestas nas áreas de reserva legal e de preservação permanente. Próximo.

Aqui é um pouco dos estudos que nós fazemos, mostrando a alteração das áreas de preservação permanente e reservas legais utilizadas pela pecuária. Aqui ainda com a parte de ocupação humana, a instituição desenvolve estudos arqueológicos de longo prazo, entender a ocupação dessa região fazendo salvamentos arqueológicos, estudos antropológicos indígenas, de populações tradicionais e na área de colonização, estudos linguísticos de resgate de línguas, principalmente línguas ameaçadas de extinção e de documentação dessas línguas e até o retorno para a população indígena com alfabetização das línguas indígenas, das populações indígenas nas línguas de origem. Próximo.

Aqui a contribuição da instituição para políticas públicas tem sido muito grande, temos desenvolvido trabalhos de demarcação e caracterização de terras indígenas, participado de zoneamento econômico ecológico no Estado do Pará e Estado do Acre, diagnósticos socioambientais, planos de manejo e unidades de conservação, ontem estive recebendo o presidente do serviço florestal brasileiro e do Instituto Chico Mendes para discutir o plano de manejo da floresta nacional de Caxiuanã, formulado listas de espécies ameaçadas de extinção, programas de restauração florestal, documentação de línguas, ação de apoio ao Ministério Público e o GRPU, planos de combate ao desmatamento, contribuição na análise do TCU sobre gestão ambiental da Amazônia e ordenamento costeiro. Próximo.

E alguns desafios que eu gostaria de colocar aqui por fim é com relação a alguns de nós aqui já falamos, sobre a fixação e qualificação de pessoal. Não é possível que a Amazônia tenha hoje somente 1500 a 1800 doutores. Nós em algum tempo da história desse país foi investido, o Brasil o Estado Brasileiro investiu no Estado de São Paulo e por isso o Estado de São Paulo tem esse diferencial que tem hoje. Não apenas pelo esforço do Estado de São Paulo, mas porque o Bra-

sil investiu fortemente nesse Estado e o que não está acontecendo com a região amazônica. Nós não temos um programa, um plano no PPA, por exemplo, que seja um Programa Amazônia, como nós temos um programa de satélites, como nós temos o programa nuclear. Não foi possível ainda, a despeito do esforço do MCT, de estabelecer um programa para a Amazônia de ciência, tecnologia, não foi possível estabelecer esse programa e nós temos hoje ações do Ministério da Ciência e Tecnologia, ações do Ministério da Agricultura por meio da Embrapa, ações do Ministério da Saúde por meio da Fiocruz, do Instituto Evandro Chagas, mas não temos um programa integrado, forte, que possa dar o salto que a Amazônia precisa para estar no outro patamar e nós não termos repetido o que nós temos todos os anos, desmatamento, problemas sociais, ambientais, de saúde, crises no setor produtivo, etc.

Então, eu não acredito que com ações setoriais de ciência e tecnologia nós vamos dar esse salto nos transformarmos realmente numa potência em termos de produção, de conservação e social, do ponto de vista social, sem um investimento maciço nessa região. Os novos modelos de interação entre as instituições também é necessário, os modelos atuais, eles não permitem que nós atuemos de forma integrada e sinérgica, como aqui colocou o Dr. Cláudio, nós precisamos de um novo modelo de estrutura organizacional e orçamentária para os institutos de pesquisa com autonomia de contratação de pesquisadores e de captação e de uso de recursos.

Não é possível que nós tenhamos ainda que recorrer a solicitações de bancada para que nós possamos realizar a missão da instituição. Acho que as ações de bancada têm que ser para projetos específicos estratégicos para a região, um *plus* no que as missões das instituições estão fazendo, todos os anos assistimos, eu mesma já estive solicitando emendas de bancada, mas para a atuação para complementação da atuação da missão da instituição. Não é possível que nós tenhamos isso. Nós temos que ter uma forma que dê autonomia aos institutos de pesquisa e que nós possamos atuar para podermos aproveitar de todo o potencial que temos. A agenda de pesquisa tem que manter o rigor científico, nós não podemos abrir mão disso, mas nós temos que ter mais agilidade. É uma discussão que nós travamos no âmbito das nossas instituições, hoje nós temos muitas organizações não-governamentais atuando como instituições de pesquisa por conta da agilidade que elas têm, tanto no recebimento de recursos como no uso e como na contratação de pesquisadores. As instituições de pesquisa não tem e aí nós atuamos com muito mais lentidão, porque os pesquisadores atuam em várias

frentes e não podem se dedicar a uma ação específica. Próximo, por favor.

Aos mecanismos de monitoramento das ações de pesquisas é importante, é preciso mostrar produtos e sermos cobrados por produtos. Criar instrumentos de fomento fora do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, aí com a parceria com empresas, etc. Estabelecer coordenação regional de CTI. Nós não temos coordenação regional, nós não temos a FINEP na Amazônia, nós não temos a presença do Ministério da Ciência e Tecnologia, apenas por meio dos seus três institutos, o último instituto criado foi o Instituto Mamirauá, se não me engano cerca de 10 anos atrás, o INPA tem 60 anos, o Museu Goeldi tem 143 anos, a Embrapa e Amazônia oriental tem 60 anos ou 70 anos, o Instituto Evandro Chagas tem 70 anos. Então, nossos institutos estão velhos, mas no sentido do tempo, mas modernos na sua atuação, etc., mas... Maduros, eu diria. O Museu Goeldi é o avô de todos os outros, mas nós precisamos de outras instituições na Amazônia. Precisamos de instituições fortes e fortalecer também as instituições de pesquisa que já existem, não adianta criar novos institutos e deixar os institutos à míngua. Acho que tem último slide.

Integrar as bases técnico científicas e sócio produtivas regionais, aqui o Dr. Cláudio falou muito bem, Dr. Imar sobre isso, Dr. Lauro, reconhecer as diferenças entre as instituições e os estados de modo a potencializar suas complementaridades, acho que eu já falei sobre isso, e sempre o desafio de montar cadeias de conhecimento associadas a cadeias produtivas. Aí exige o esforço de nos planejamentos estratégicos das instituições, que nós façamos essa articulação entre cadeias de conhecimento, cadeias produtivas.

Acho que é só. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO

CAVALCANTI (PTB-RR): Então agora, agradecendo à Dra. Ima, tenho a honra de passar a palavra à Dra. Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, Diretora do Instituto Evandro Chagas.

SRA. ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS:

Bom dia. Eu quero agradecer o convite para estarmos aqui. Eu sou pesquisadora do Instituto Evandro Chagas, essa é a sede tradicional, na verdade trabalhamos numa sede nova. Esse é o nosso símbolo. Me dou conta nessa hora que tem que ter... Como? Belém do Pará. É uma instituição que provavelmente ninguém conhece aqui, porque uma das características do brasileiro é conhecer menos o que ele tem do que os estrangeiros fazem.

Mas não vim aqui para falar dela, infelizmente, gostaria mais de falar dela. Mas, essa apresentação... Aceito o convite para vir aqui há uns cinco dias atrás,

optei, sendo eu da área da saúde, a nossa instituição é de saúde pública e pesquisa biomédica, optei não por falar da saúde... Não quero falar da saúde, mas partindo do princípio de que saúde é o resultado da interação do homem com o meio ambiente, quer dizer, quando ela é bem sucedida ele tem saúde, quando ela é má sucedida ele tem a doença. Partindo dessa premissa que não é inovação minha, é de um autor chamado [ininteligível] nos anos 80, salvo eu, mas eu acho a mais completa e a mais moderna para encarar a saúde e doença, então optei para falar daquilo que nas nossas observações, andando na Amazônia remota, inclusive, sempre voltam ao nosso espírito como problemas que poderiam ser desenvolvidos pela ciência e tecnologia e como não são, acabam retornando para as populações sobre a forma de agravos, de agravamento da saúde, agravamento da qualidade de vida hoje, prefiro falar em qualidade de vida do que em saúde. Outra, por favor.

Eu sou pesquisadora do Instituto Virologista há três anos na direção. Isso eu já disse. A outra, por favor.

Bem, o desenvolvimento sustentável da Amazônia, eu acho que o que eu escrevi aí é um consenso, ele passa pela apropriação do conhecimento em suas diferentes instâncias e eu quero fazer um aparte para dizer que apesar... E eu concordo com o Dr. Lauro, que já tem muita coisa de ciência e tecnologia com o representante da Embrapa também, sendo desenvolvido aqui, não necessariamente aquilo que a gente precisava na região amazônica, que não é nem melhor nem pior, mas extremamente diferente e o que eu penso de... E infelizmente o pensamento da ciência ainda está muito voltado para as regiões do país que significam sim um maior número de votos, um maior número de pessoas, mas um menor espaço geográfico, e eu também fico muito incomodada com o fato da falta de apropriação pelas populações regionais de toda e qualquer coisa que se gera na área de ciência e tecnologia, não chega na população. Não chega. Quando chega numa empresa, já fico satisfeita. Mas, além disso e sobretudo, precisa, sim, chegar nas populações. Então eu sei que esse desenvolvimento sustentável passa, sobretudo por isso, a superação de desigualdade só vai acontecer assim, a pobreza que me parece ainda o maior risco para a saúde, não são as nossas doenças, por mais graves que elas sejam, o mais grave mesmo é ser pobre, e depende de decisões políticas apropriadas, lúcidas, mas também depende, e eu às vezes... Às vezes eu acho assim que nós devíamos ter lá na Amazônia um pouco mais de espírito cabano, porque passa pela nossa capacidade de lutar pela integridade das nossas populações, porque no final, aqui estamos falando que

não agimos adequadamente também na área de ciência e tecnologia o suficiente para devolver para essas populações, que, aliás, pagam inclusive, a ciência e tecnologia que a gente faz, são pagas pela população, que não recebem de volta nada e que ficam pagando em cada geração de Governo. Não, vamos pagar mais um pouco que um dia chega... Bom, desculpe. Não é política o meu... Outra. Mas fico indignada.

Quando deixamos de inovar perdemos oportunidade de crescer com propriedade, de mudar o mundo, de alterar paradigmas, de rasgar horizontes para outras realidades a partir da nossa própria experiência. É isso que a Amazônia não faz, como ela não inova a partir da sua experiência exportando coisas para o mundo, ela frequentemente é usuária, mesmo quando a gente desenvolve uma inovação aqui, a base da inovação frequentemente é usuária de um modelo que veio fora respondendo a uma realidade... Quem gera tecnologia está gerando em cima de uma realidade que conhece, ela está rompendo os paradigmas próprios, quando a gente importa ou mesmo quando se inova. É na base de uma coisa que já foi importada, a gente não faz nada disso. Outra, por favor.

Eu optei então por tratar dessas tecnologias que mesmo que estejam sendo desenvolvidas para o país, carecem da ideia que precisam ser apropriadas para as nossas inúmeras circunstâncias da Amazônia. Então, eu comecei pelo setor energético. Eu não vejo como falar de tecnologia e ciência sem pensar em energia e sem pensar em recursos humanos, mas deixei recursos humanos para o fim. É fundamental para qualquer ideia de desenvolvimento, precisa contemplar o potencial do ponto de vista de energia. Então, aí eu vejo essas nossas mega tecnologias de grandes hidrelétricas, eu não vou nem questionar aqui, que não é minha praia e pode ser que não... Mas eu questiono por que na Amazônia não se considera que não preciso energia só para desenvolver grandes empreendimentos. Belo Monte e Alcoa precisam? Tá bom. Com todos os defeitos vamos lá fazer. Mas por que nós não pensamos na tecnologia de energia e que vai gerar, sim, uma série de benefícios para as pequenas populações humanas, remotas ou não, dentro ali da Amazônia, são empreendimentos pequenos que não agredem o meio ambiente, e que veja bem, essas populações, a gente chega assim num lugar remoto que não tem nada. Saúde nunca tem que educação menos, mas a gente chega lá sempre um político um dia passou deixou um motorzinho a diesel, a comunidade coleta, faz uma coletinha, compra o óleo... Mas para quê? Para ver a novela da globo, e fazem eles muito bem, e o futebol. Para mais nada.

Então, a gente tem que deixar que essas comunidades tenham energia gerada por pequena geração de energia através da qual eles possam fazer, sim, desenvolver, sim. Veja, ainda agora o Dr. Lauro falava em essências e eu deixei as essências fora da minha lista. Mas veja, a gente tem na floresta em pé, cujo valor... A Berta Becker escreve isso e eu digo também há algum tempo, se não se valorizar a floresta em pé, ninguém vai deixar de cortar árvore coisa nenhuma. Porque a agropecuária está aí, todas as duas precisam... E a indústria madeireira também e como ninguém sabe e ninguém acha que a floresta em pé vale mais financeiramente, monetariamente, ela fica sendo dizimada todo dia, e essas populações que moram como heróis nessas áreas, elas poderiam... Veja bem, resina, leite, coco, as essências das quais eu havia esquecido, castanhas diversas, a castanha de Sapucaia, todo mundo adora castanha que agora é da Amazônia, apropriadamente, já foi do Pará e do Brasil, gente, a castanha de Sapucaia é uma delícia, na minha região tem gente que nunca provou. Além de que ela é presa num negócio amarelo que o morcego gosta e que um dia eu resolvi provar, e que é delicioso, aquilo tem que ter um emprego industrial, mas ninguém olha para isso. Venenos animais e vegetais, microorganismos em geral, etc. Quer dizer, as frutas nossas. Essas pequenas populações, eles fazem os doces gostosíssimos, alguns dos quais a gente nem conhece nas capitais. E que se elas tivessem pelo menos energia, claro que precisa de transporte depois disso, a gente vê... A gente vai a lugares em que as frutas apodrecem no chão e para que vão fazer... Ter algum aproveitamento? Não tem energia, não tem transporte, vai fazer o quê? Comem. Quando não comem o resto se estraga. Então, a gente está jogando fora aqui na Amazônia um bocado de coisas que poderiam ser sim desenvolvimento contabilizado para diferentes estados da região e produzidos em pequenas comunidades, bastava que quando pensasse em energia, não pensasse só numa grande empresa. Tem que pensar na produção das pequenas comunidades. Outra.

Então, eu também fico muito preocupada quando a gente volta para fazer algo menor do que uma grande hidrelétrica, a gente pensa em termoeletricas agora mesmo precisamos fazer uma em Barcarena e estou absolutamente apavorada da quantidade de mercúrio que vai ser jogado, só estou considerando o mercúrio, não estou considerando mais nada, vai ser jogado ali. Mas tudo bem.

Então, é o seguinte. Fazer hidrelétrica, sim. E daí? Onde é que estão as nossas ideias para biocombustíveis? Tem que ser sempre fóssil, carvão ou petróleo? Não. E veja, não existem estudos suficientes para se

usar a biomassa desse país, que é fantástica, não existem estudos suficientes que permitam uma tecnologia que permita fazer com que essa biomassa seja fácil de aproveitar, não exija tantas quantidades, de que maneira vamos usar a biomassa, dependendo da região onde ela é utilizada ou como transportá-la de maneira barata. Mas eu aqui nem ia dizer esse negócio de maneira barata. Falta dinheiro nesse país não senhor, viu. Não falta. Falta inúmeras outras coisas, mas dinheiro não falta. E, sobretudo mal gasto.

Então, acho que a gente poderia começar a pensar nas tecnologias que objetivando a energia, sejam capazes de fazer com que a biomassa saia dos livros, saia das tecnologias e entre para o dia a dia, para o cotidiano. Outro dia vi um trabalho feito em Manaus usando tucumã e fiquei impressionada, nunca tinha pensado no tucumã daquele jeito, além de comê-lo. Será importante desenvolver tecnologias adequadas para aproveitar também a energia luminosa, eólica... Mas eu acho que a biomassa é aquilo que a gente precisa com muita urgência olhar e tirá-la do papel, tirá-la daquela ideia linda que o Brasil é rico em ter. Outra, por favor. Se continuar assim não vou dar conta. Pode passar a outra. Eu não enxergo... Botei uma cor que eu não enxergo.

Recursos da floresta em pé. Estou dizendo, recursos da floresta em pé. Eu já falei no anterior que os recursos da floresta em pé podem ser aproveitados não só nas grandes indústrias, mas nas pequenas comunidades, desde que elas tenham o mínimo para fazer isso. Nós temos que... Veja, esses recursos da floresta em pé, eles passam predominantemente além de passarem por aquela possibilidade de você adequadamente permitir que as pequenas comunidades explorem esses recursos da floresta em pé, nós temos que pensar que, na minha visão o que tenho andando por aí, eles podem ser sobretudo aproveitados e imediatamente pela indústria de alimentos, pela indústria farmacêutica, passando pelos combustíveis e outros usos industriais. E eu já ouvi aqui o que está se fazendo nisso e eu acho ótimo, mas é preciso mais. Mas volto a dizer, é preciso que isso possa ser apropriado pelas populações residentes na região. Nada chega nelas. Outra, por favor.

Tecnologias para corte e uso da madeira. Bom, eu... Eu estou até... Eu não quero tirar uma única árvore, nem do parque do instituto que... Para tirar uma é uma luta, mas eu fico muito incomodada, eu sei que a gente tem que cortar árvores, eu sei de tudo isso, apesar de ter maior convicção de que a floresta em pé dá mais dinheiro. Entretanto, eu me recinto da falta de manejo dessas florestas. Eu fico horrorizada quando leio artigos e vejo que para cada vez que

tira uma árvore, se derruba uma série de árvores pequenas que deixam de crescer... Uma árvore custa a crescer, gente. Então, você aproveita uma e impede de ter várias. Ora, tem que ter... Assim, também leio tecnologias para fazer isso. Mas, eu aplico a relação que eu aplicava com os garimpeiros. Os garimpeiros tinham há 500 anos desenhos de equipamentos para eles fazerem sem jogar mercúrio no ar. Acontece que eram pesados, complicados... Claro que o pobre do garimpeiro que vai descer de uma voadeira e depois andar, andar, andar, não vai levar aquele negócio nas costas. Então eles nunca quiseram. Porque ninguém pensava que aquela não era a tecnologia. Hoje já tem coisa melhor. Então, eu penso que essa tecnologia de manejo da floresta não está sendo boa, porque como ninguém usa... Se fosse fácil, tudo aquilo que vem facilitar o trabalho a gente acaba adotando. Suponho que ela não seja... Precisa ser vista também. Mas, outro dia procurando saber como é que a gente aproveita a madeira nas serrarias e tudo, eu também vejo que há um desperdício enorme, porque muita coisa de madeira nas serrarias que é jogada fora, pode virar um produto industrial, industrializado, servindo à população. Eu não sei o que é, mas sei que pode. Outra, por favor.

É por isso que a gente está aqui, para pedir que prestem atenção na área de ciência e tecnologia para essas coisas. Estudo na área de alimentos. A riqueza dos produtos particularmente botânicos na Amazônia, cujo uso é conhecido por nossas populações regionais, incluindo a cabocla, negra e indígena, merece a oportunidade de ser usada, inclusive como substituição de outros mais difíceis e mais caros. Não podemos esquecer que as mudanças climáticas vieram entrando de sola em vários setores, eu digo em todos a qualidade de vida humana, inclusive na alimentação. Por que a gente vai continuar tendo que usar trigo a vida inteira quando se pode fazer um pão gostoso de macaxeira, uma vez eu vi que a USP até fazia isso, e outras maneiras de aproveitar o que a gente tem na Amazônia para produção de alimentos, coisas que não são preciso nem inventar, se a gente procurar conhecer melhor a cozinha indígena, cabocla, a negra, a gente já vai achar isso. A nossa culinária é ótima. Isso é o que a gente encontra nos estados, nas capitais. Porque quando a gente vai para o interior a gente vê que é muito mais rica do que a gente tem nos nossos restaurantes.

E essas mudanças de clima da qual a gente não vai falar aqui, na verdade, elas têm que obrigar a se rever os critérios de ciência e tecnologia que hoje nós temos. Porque ela vai mudar tanto a vida dos homens, os homens foram bem sucedidos numa época da evolução da terra que era boa para eles, mas essa época acabou e daqui por diante cada vez mais ser

mais difícil. Todo conhecimento que a gente já gerou até agora precisa ser revisto à luz dessas mudanças climáticas que vão precisar, sim, alterar muito do que já se sabe e se pode aplicar. Outra, por favor. A outra. Quando tiver uma figura pode passar.

Sei que existem inúmeros estudos nesse setor feitos por ótimas instituições brasileiras, entretanto, creio que precisamos de especial atenção para a agricultura muito dependente de agrotóxicos, além de estudos sobre os transgênicos, isso ainda é uma interrogação. Só vejo... Claro que... Eu não acho que faça mal para ninguém comer um transgênico, eu quero saber se vai fazer mal para nosso agricultor que nunca mais vai poder ter a semente dele e vai ter que comprar toda vez. E na pecuária o uso excessivo de hormônios. Gente, hoje em dia a gente pega a água num manancial qualquer e nós trabalhamos na minha instituição, minha instituição só para fazer um pouco de comercial, ela tem os melhores laboratórios de toxicologia que o Ministério da Saúde tem no país. Fazemos o que a USP faz, talvez com equipamentos mais modernos, menos a parte relacionada com elementos radioativos, ainda não chegamos lá, vamos chegar. Mas quanto ao mais são ótimos. E hoje em dia, a gente que vai num manancial, eu estou na maior saudade quando eu pegava uma água e só via... Eu só fazia micro biologia da água. Eu estou com saudade desse tempo, porque eu podia dizer para quem usa: "Olha, essa água está horrível, mas você ferva. Ou então põe o hipoclorito que aí resolve". Porque agora, o que a gente encontra são os metais, são os agrotóxicos todos, orgânicos, inorgânicos. E também estamos começando a encontrar quantidades de hormônio, quer dizer, as populações na Amazônia inclusive, isso vale para o país inteiro, mas estou falando da Amazônia, elas estão consumindo água com agrotóxicos, mas também com uma quantidade de hormônios muito grande. E que tendem a aumentar e que começam, começam em tudo que a gente joga de medicação e daquilo que a agropecuária usa nos seus... Outra, por favor. Nos seus produtos. Outro.

Transportes. Além de novas tecnologias para o setor de transportes, precisamos de uma política menor. Inclusive que contemple nossa vocação de ribeirinhos. Não sei se alguém conhece bem a Amazônia, quando digo a Amazônia não é só as capitais. A gente para chegar na Amazônia remota, ou até em alguns municípios que não são tão remotos assim, você para começo de conversa não tem um avião grande que te deixe lá. Você tem que logo entrar naqueles aviões menores. Para segundo de conversa, você quando chega lá quer dar um pulinho mais, você tem que pegar uma voadeira, depois andar não sei para onde... Olha, pra

mim tem uma figura importantíssima na Amazônia que é o mateiro, e a gente... Porque naquela floresta, da qual eu morro de medo, não entro sem eles, mesmo que eu tenha um GPS na mão, eu ainda prefiro o mateiro. Então, a gente não tem transportes adequados, entrar naqueles barcos na Amazônia é um suicídio. Pesquisador faz isso. Mas de vez em quando afunda um, aí vai para a Globo, que nenhum minuto se lembra de dizer que a gente precisa de uma política pública melhor para transportes na região. Mas se lembra de botar toda vez que afundam nossos barcos. A gente tem que transportar pessoas... Eu não estou falando de saúde aqui, mas saúde à distância que é a solução para os nossos municípios longínquos, eu não tenho condição de botar gente lá que queira ficar com toda propaganda que se tem de morar na cidade, que queira ficar lá fazendo saúde. Mas eu posso botar pessoas que sejam capazes de manipular saúde à distância. Aí você faz saúde à distância e vai mandar o paciente grave para algum lugar como? De voadeira passando quatro, cinco dias viajando? Não pode. Então, transporte é muito importante nessa nossa região. Outra, por favor.

Subsolo. Gente, ninguém conhece este subsolo... Do país inteiro, mas também não se conhece o da Amazônia, e como é que eu vou ficar sem ter um inventário dessas riquezas fantásticas do nosso subsolo? Se não seja para ter o inventário e saber o que tem, o que tem no cofre, como é que se vai negociar se a gente não sabe? A gente vende, entrega e não sabe o que tem embaixo. Agora, com certeza fora do país se sabe, mas nós não sabemos. Outra.

Exploração mineral na Amazônia. Exploração mineral... A exploração mineral tem sempre melhorado suas tecnologias mineral. O garimpo, o garimpo é uma atividade produtiva importante, sobretudo no meu estado que é o Pará que é um estado minerário. Outra. Mas, os estudos... A gente pode... O garimpeiro é um pequeno produtor disso, mas, somado àquele trabalho de formiguinha, ele é importante. No Pará ele é muito importante. Agora, como ninguém se dedica... Veja, há uns seis, oito anos atrás, você tem no que se fazia na garimpagem. Ele alterou a declividade da Cobra Fumando, que é o lugar... Não vou explicar que é longo, mas um negócio chamado Cobra Fumando, bastou ele alterar a declividade daquilo para que a produção aumentasse, diminuindo essa declividade, e isso foi um avanço tecnológico na área garimpeira enorme. Então, tecnologia não é só aquilo que eu preciso de um matemático, um físico, um químico e N pessoas, eu preciso que as pessoas que gerem tecnologia conheçam aquilo que elas precisamos mexer. No caso da Amazônia tem que ir para o campo. Outra, por favor.

Outra coisa que está sendo um problema muito grave que não tem tecnologia para isso, e isso ninguém está estudando, é como aproveitar os rejeitos de todas essas empresas. A lama vermelha na Alunorte, o alumínio... O arsênio no Amapá... Eu não fiz uma lista de todos os rejeitos que a gente já têm, que são problema, e eu acho que a tecnologia não é só de como aproveitar isso em alguma coisa. Ou uma tecnologia para reintegrar no solo, ou uma tecnologia para ver como aproveita, num processo produtivo qualquer, mas que precisa, precisa, porque nós estamos ficando com uma quantidade enorme de rejeitos. Lá no Instituto Evandro Chagas a gente ainda vai ter um estudo sobre isso. Assim que... Mas precisa. Outra, por favor.

Agora nós chegamos nos recursos humanos. Não, os princípios ativos. Já foi falado aqui, nós temos princípios ativos fantásticos, a gente não conhece nem, eu diria que a gente não conhece um décimo do que precisaria conhecer nisso. É muito importante, porque os princípios ativos não precisam ser só na área da botânica, mas também através dos venenos de animais e tudo. É uma área que precisa de emprego de tecnologia maior. Outra, por favor.

Os recursos humanos deliberadamente deixados para o fim, eu não vejo como fazer ciência e tecnologia sem ter uma quantidade de recursos humanos preparados na região melhor. O instituto Evandro Chagas, do qual eu não falei aqui, mas também faz ciência e tecnologia, ele há 23 anos não tem um concurso público, nós estamos lutando agora para ter um. Entretanto, nunca foi acionado pelo Governo Federal sem cumprir todas as suas tarefas, somos laboratório nacional e internacional para vários exemplos, o instituto é só um exemplo. Outra.

Educação e ciência, se a gente quer falar de ciência e tecnologia na Amazônia, vamos falar também da ciência... A gente devia até falar da educação fundamental, só vou falar do nível superior aqui. Gente, apesar de nós termos número de doutores que nunca chegam e até os dados que usei aqui eu sei que estão defasados, mas eu precisava usar dado e ter uma referência, eu fico me perguntando por que todos os incentivos que existem nesse país, bolsas, por exemplo, quando você dá uma bolsa para alguém que mora no Sul, maravilha, no Sudeste, até no Centro-oeste, ele vai fazer seu doutorado ali na esquina, ele não precisa pagar lavadeira, comprar comida, pagar casa nem nada. Quando se dá uma bolsa para alguém na Amazônia que tem que sair da Amazônia para aprender em algum lugar, meu Deus, ele tem que fazer tudo isso e a bolsa é a mesmíssima. Não é possível. Hoje em dia a gente já tem bastante... Uma razoável quantidade de pós na região, mas algumas a gente não tem e são

muitas as que a gente não tem. Há que ter uma política diferenciada também para isso, senão, como é que a gente vai... Eu nem... Apesar de ter 200 instituições particulares na Amazônia, ter 27, se não me engano, públicas, eu até achava que do ponto de vista de você estimular a pós-graduação tão necessária, a gente devia pensar na política de distribuição dos recursos para incentivar isso. Outra, por favor.

O Estado do Pará, ele ultimamente tem se preocupado muito com ciência e tecnologia. Hoje em dia eu pensei aqui do Estado do Pará o Sistema Paraense de Inovação, o SIPI, que o colega da Embrapa já falou, destaquei algumas ações do SIPI que eu acho fundamentais, uma delas é a criação da SEDECT, da Secretaria de Estado e Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, que realmente tem moldes no papel estão ótimos e vamos esperar que ela cumpra, a criação da FAPESPA, que é uma fundação de amparo à pesquisa no Estado do Pará, que realmente está tentando com toda a crise pela qual o estado está passando, fazer alguma coisa. O programa a Prática de Incentivos para Empresas Inovadoras, que isso precisa de fiscalização, Programa Navega Pará, é lindo. Ele vai levar internet em municípios brasileiros... Aquele garoto que eu, quando vou converso, cuja inteligência brilha, ele vai ter acesso, porque nós, assim, na nossa... Na nossa arrogância de... De distribuição de tudo, a gente esquece da inteligência dos excluídos. Meu Deus, a genética não faz isso. Nós não podemos nos dar ao luxo de deixar a inteligência dos excluídos à margem de qualquer coisa e fazemos isso. Então, esse Navega Pará eu vejo sempre assim. Quantos jovens... Porque vão ter acesso a tantas informações através de um ponto de internet de graça na sua cidade, não vão um dia poder ser pessoas sentadas aqui conosco e até em instâncias maiores. Então programa que me fala muito perto. Os Parques de Ciência e Tecnologia, que são os PCTs, que são fantásticos, espero que sejam criados, vai ter um em Belém, que é o do Guamá, já foi referido aqui, mas vai ter no Tocantins e Marabá e no Tapajós e Santarém. E as infraestruturas de laboratórios de pesquisas P&D, que isso é o que está mais atrasado, mas está podendo contar com todas as instituições parcerias, como o Goeldi, a Embrapa, o Instituto Evandro Chagas, que também é uma parte do detalhamento do Programa de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará muito bom. Outra.

Na Amazônia, uma vez me disseram que é uma região onde o perto fica sempre muito longe. E é. Eu não sei quem disse isso, porque quem pronunciou já estava citando e eu não sei quem é, mas eu me apropriei. A inserção do conhecimento tecnológico na vida das populações como valor agregado para alavancar o

desenvolvimento e construir para a melhoria da qualidade de vida é urgente e já foi muito adiada. Fica para os programas de Governo e para a sociedade amazônica a necessidade de inovar, importar, adaptar e implantar várias instâncias do processo de apropriação tecnológica. Até o acesso, sobretudo para as comunidades rurais, ribeirinhas ou não, da tecnologia disponível nas diferentes instâncias que constroem infraestrutura básica outra da sociedade humana.

A grande massa de excluídos ainda hoje não tem acesso ao atendimento de necessidades básicas como educação, saúde, emprego e lazer. Lazer é muito importante para a saúde. Os benefícios gerados pela tecnologia ainda estão distantes e precisam chegar. A distribuição do conhecimento ignora as leis da genética. Gente, que coisa, como é que eu vou achar que só os filhos nossos que tem acesso à educação, aquela educação de segundo grau, que até devia estar falando se eu tivesse mais tempo. Gente, eu tantas vezes vejo a inteligência brilhar nos olhos de um garoto que eu sei que nunca vai aprender ler, talvez. Ou então vai só aprender ler. Eu tenho vontade de trazê-lo para outra instância para ver o que aquilo vai devolver para a sociedade. Então, esse luxo de não chegar até esses excluídos é um luxo que o país não pode pagar, é muito caro. Então, acho que para se falar de ciência e tecnologia a gente tem que falar de recursos humanos, tem que falar dessas políticas e tem sim que não desperdiçar toda inteligência desse país, não vai ser suficiente para fazer o que a gente precisa e para nos fazer enfrentar essa mudança de clima do jeito que existe tantas diferenças, daqui a pouco a gente tem uma tecnologia para colocar os ricos dentro de uma bolha e deixar os excluídos aí de fora morrendo e aguentando todas as consequências dessas mudanças.

Então, vocês me desculpem, mas como eu acho que só podia falar disso a partir do que eu vejo aí na minha tarefa de pesquisadora, foi isso que eu fiz e espero que ajude.

Muito obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Elisabeth Santos, diretora do Instituto Evandro Chagas pela sua brilhante exposição.

SRA. ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS: Mais entusiasmada do que brilhante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Tão brilhante quanto entusiasmada.

E quero aqui me desculpar com os expositores anteriores, Dra. Ima Vieira, do Museu Emílio Goeldi e em parte com o Dr. Cláudio Carvalho, da Embrapa, eu tive que me ausentar para ir participar na Comissão de Constituição e Justiça, da sabatina ao novo Procurador-Geral da República. Mas fui aqui muito bem substituído pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, e depois pelo Senador Geraldo Mesquita na Presidência desta Audiência Pública.

Nós vamos passar agora à lista de inscrição dos Senadores para que possam fazer as suas indagações aos convidados dessa segunda Audiência Pública. Pela ordem de preferência, o Senador Renato Casagrande como autor do requerimento. É o primeiro Senador a fazer seus questionamentos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer a presença de todos os expositores que aqui vieram dar sua contribuição. Não tenho uma pergunta específica, acho que as exposições foram muito explícitas naquilo que nós estamos precisando nesta região da Amazônia. E não vi a exposição do Dr. Lauro e nem do Imar. Não tive a oportunidade de assistir as duas exposições, assisti às demais exposições, mas eu fiquei assim muito... Acho que constatamos efetivamente a necessidade da integração entre esses institutos. Acho que essa integração, ela é fundamental. Eu não vejo caminho para a Amazônia. Não vejo caminho para implantarmos um novo modelo de desenvolvimento, seja na Amazônia ou fora dele, se não houver uma passagem pelo investimento em novas tecnologias, em ciência, não vejo caminho, porque se nós temos que ter novas fontes de energia, temos que ter energética, nós temos que ter novos modelos produtivos, nós dependemos efetivamente desse investimento. E a Amazônia é mais de 50% do território brasileiro e nós temos de fato uma disposição, uma alocação de recursos humanos, financeiros, muito aquém daquilo que nós precisamos para desenvolver aquela região. Desenvolver aquela região, a gente faz o cálculo do investimento por população, mas desenvolver aquela região é de certa forma manter aquela região preservada e dando condições de sobrevivência às pessoas que estão lá, de terem qualidade de vida que foi aqui a palavra muito bem utilizada. Então, ter um programa específico para a região da Amazônia é fundamental, e institucionalizarmos esse programa.

O Governo lançou o programa Amazônia Sustentável, e a Dra. Ima disse que a Amazônia não tem ainda um programa. Esse programa Amazônia Sustentável não é um programa que tinha objetivo de fazer a integração de todas as políticas na área tecnológica, na área científica, na área de regularização fundiária,

na área de combate ao desmatamento, na área... Esse programa, na avaliação de vocês, ele atende efetivamente àquilo que nós precisamos para a Amazônia? Esse programa é um programa que pode ser aperfeiçoado, ele está no caminho correto, esse é um programa que aponta a direção para a gente poder andar debaixo do braço e fazer a defesa dele por aí fora? Ele trata da questão da estruturação desses institutos de pesquisa? Acho que a instituição mais capilarizada da Amazônia é a Embrapa, que tem centros em praticamente todos os estados, alguns estados com mais de um centro... Qual é a área tecnológica, científica, que nós ainda estamos aquém da nossa necessidade, precisamos de ampliar a nossa ação em áreas... Nós temos que fortalecer os institutos, temos que criar outros, mas quais as áreas que nós ainda estamos sem nenhuma estrutura de ação? O Centro de Biotecnologia da Amazônia está bem alocado no Ministério do Desenvolvimento? O Ministério do Desenvolvimento tem identidade com esse trabalho ou é bom que esse centro tivesse vinculado a um outro Ministério, para ter mais identidade com o trabalho?

Eu vejo, assim, de certa forma não ouvi a exposição de V. Exa., posso estar cometendo uma injustiça aqui enorme porque eu não conheço o Centro. Conheço o Instituto Emílio Goeldi, conheço o INPA, não conheço o Evandro Chagas, a Embrapa oriental eu já... Quando fui visitar o Museu Emílio Goeldi nós passamos lá na Embrapa oriental, mas assim, nós temos pouco conhecimento. Está certo, mas assim, a primeira impressão que tenho quando olho o centro de biotecnologia da Amazônia é que ele está meio deslocado. A primeira impressão que eu tenho. Desculpa a minha... É impressão, isso não é informação, é impressão. E eu acho também que não se resolve só mudando de um lugar para outro, acho que tem que ter uma política de integração entre esses institutos. Mas efetivamente o programa da Amazônia sustentável é um programa que atende a essa expectativa que nós precisamos ou que desejamos, de um programa integrado na região da Amazônia?

Eu queria só colocar isso e agradecer efetivamente nós temos um potencial enorme, a gente tem tanta coisa, acho que o desafio que a gente tem é fazer chegar ao lado de vocês as pessoas. O que a Dra. Elisabeth falou. Você faz um excelente trabalho, mas até isso chegar lá no caboclo, lá no agricultor, lá no pecuarista, lá na pessoa que está usando a floresta, é uma dificuldade. Então, acho que nós temos desafios enormes naquela região pela dimensão, pela riqueza, pela ameaça que tem naquela região, mas nós temos que ter de fato um norte, que não é inflexível, tem que ser flexível para as alterações necessárias, mas temos

que saber de fato para onde a gente está caminhando. E V.Exa. que é da região, Senador Mozarildo que é da região, Senadores aqui, o Mesquita, o Augusto, são todos da região. Eu é que sou do Estado do Espírito Santo, mas tenho muito interesse no debate daquela região, porque sou brasileiro.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Renato Casagrande, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Então, V.Exa. como capixaba tem um cuidado muito grande com a Amazônia também. Com o Brasil e com a Amazônia. O nosso estado teve o privilégio de receber vários irmãos do Espírito Santo e de todo o Brasil e especialmente do Sul e do Nordeste para nos ajudar a desenvolver o Pará e a Amazônia brasileira.

Pela ordem, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pela ordem, Senador Flexa. Eu queria sugerir, já que somos poucos, que nós fizéssemos as intervenções e os nossos ilustres convidados fariam as suas considerações após isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Geraldo Mesquita, e faremos da forma como V. Exa. sugere. Todos os Senadores inscritos farão seus questionamentos e depois nossos convidados poderão respondê-los. Eu pediria só que fizesse as anotações, já que não serão respondidas as indagações a cada questionamento. Eu também, como autor do projeto, do requerimento, melhor dizendo, poderia agora fazer meus questionamentos, mas vou seguir a lista que já está aqui elaborada, passando a palavra ao Senador Augusto Botelho como o segundo inscrito.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente... Senhores Presidentes. Temos duas comissões aqui reunidas. Primeiramente eu gostaria de agradecer a todos os expositores e dizer que todos merecem aplausos, mereceriam palmas vibrantes, mas aqui o regimento não permite que a gente bata palma. Todos nós gostamos da exposição e eu vou fazer algumas perguntas pontuais a alguns.

Primeiramente fazer ao Dr. Imar e ao Dr. Lauro Morhy. Nós temos produzido bastantes trabalhos científicos, somos 13º em produção de conhecimento científico, segundo a exposição. Agora, por que nós somos tão precários e até ausentes no registro de patentes? Gostaria de que os senhores nos respondessem nesse sentido. A outra é uma consideração à Profa. Ima Vieira. Prof. Ima Vieira fez um questionamento que eu concordo plenamente das dificuldades que nós temos de colocar os nossos pesquisadores em campo em

virtude dos obstáculos criados pelo MMA e pelo MCT. Se ela tem alguma sugestão para facilitar isso.

Eu vou lembrar um fato que aconteceu com a Embrapa, que desenvolveu um cultivar de feijão que é resistente à seca, introduziu um gene de uma planta do Nordeste nele e ficou três ou quatro anos tentando fazer o experimento de campo aqui, na Embrapa aqui do Brasil. Não conseguiu, em virtude das dificuldades ambientais, foi fazer nos Estados Unidos, ou seja, a gente pega, produz o conhecimento aqui e dá logo para os outros? Então, nós temos que fazer um... Achar um meio termo nisso, achar uma forma de vencer essas barreiras.

Gostaria também de conversar com a Dra. Elisabeth sobre os... Ela reclamou... Ela é favorável aos transgênicos, mas reclamou que o agricultor ia ficar sempre comprando a semente. Nós... A lei no Brasil, a lei da biotecnologia não permite que a gente introduza o gene "Terminator" nas sementes transgênicas no Brasil. Seria um gene que permitiria a reprodução.

SRA. ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Quando a gente compra uma semente transgênica, ela tem que ser reproduzida então... Só se eles fizerem uma outra melhor que a gente vai ter que comprar de novo. Graças a Deus nós temos... Discutimos bastante aqui e evoluímos nesse sentido.

E dizer que eu sou lá de Roraima. Nós não temos nenhum instituto de pesquisa ainda, nós temos duas universidades, uma estadual... Aliás, uma Universidade Estadual e duas Federais. A Universidade Federal de Roraima e o nosso Instituto de Tecnologia. Dois... Três com a estadual. E há uma universidade virtual também, estadual. A gente tem... Eu tenho o sonho de criar um instituto de pesquisa lá, mas realmente, por enquanto a gente tem estimulado, tem investido, como ela reclamou, tem que precisar dos parlamentares colocarem as emendas e tudo para poder trabalhar e produzir... É triste isso. A gente tenta aqui na Comissão de Orçamento aumentar o orçamento da ciência e tecnologia, mas tem dificuldade. Dificuldade porque realmente o país não declarou como uma prioridade a ciência e tecnologia. O único órgão que consegue furar um pouco as barreiras é a Embrapa, porque a Embrapa já pagou o que gastou com ela em cem vezes, dez vezes, 500 vezes. Mas a nós da Amazônia interessa muito. Eu fiquei feliz em saber que a Embrapa está pesquisando a bacaba, o tucumã, a tatajuba, a andiroba, que são coisas que a gente vê lá na própria convivência que são produtos que precisam de andar. Lá em Roraima acho que não temos nenhuma pes-

quise nesse sentido não, mas vamos tentar empurrar para o lado de lá também.

E dizer que eu acredito no trabalho dos senhores realmente é o que vai fazer a mudança na qualidade de vida de nós, os habitantes da Amazônia. A professora Elisabeth reclamou muito que realmente o conhecimento não chega no amazônida. Realmente isso é uma coisa difícil. Agora já tem um discurso aqui agora de desmatamento zero. “Ah, o desmatamento zero, é muito bonito esse discurso, não cortar mais nenhuma árvore”. E como é que vai viver o Sr. Zé Povinho que vive lá na beira do rio, no meio da mata, que só sabe comer se ele derrubar um pedacinho, que não ofende nada à floresta, que ele no máximo consegue sozinho trabalhando, derrubar um hectare por ano, derruba, queima, porque ele não tem o que fazer com a madeira mesmo, planta para comer. Então, nós podemos criar desmatamento zero. Mas depois que a gente desenvolver uma tecnologia, dê recurso para ele poder aplicar a tecnologia, transferir o conhecimento para ele, para ele poder viver sem cortar nenhuma floresta. O valor da floresta em pé é muito grande, eu também admito isso, acredito nisso, mas as dificuldades para o homem explorar aquela floresta em pé é muito difícil. A Embrapa é que vai achar caminhos pra gente plantar castanheiras, plantar pés de copaíba e de andiroba para poder fazer a exploração racional. O homem sozinho pegar e ir lá num pé de castanha que está aqui, em Roraima não tem castanheiras densas que você tem... tem num hectare 50, 100 pés de castanha. Você para explorar castanha lá tem que andar muito e carregar muito peso e furar muito pé em espinho, andando no meio da mata. Então, nós temos que dar condições para esses homens poderem sobreviver. Eu fico feliz de saber que... Fiquei até alegre de saber... A bacaba é uma coisa que eu gosto muito, tucumã eu gosto de comer muito tucumã também, mas não sabia que o tucumã era tão rico em óleo assim e a bacaba. Lá no Pará a gente come mais açaí. E em Roraima também esse costume já passou para lá, nós também usamos muito açaí.

E muito obrigado por todos, espero que os senhores não percam o seu entusiasmo, pesquisa é uma coisa que a gente faz porque gosta mesmo, e fica trabalhando, e continuem, porque é dos senhores que depende o futuro da nossa Amazônia e a propriedade da Amazônia.

SRA. ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós somos para brigar para mandar dinheiro para lá. Não se preocupe que eu sou um brigador para dinheiro para pesquisa. Porque nós dizemos “a Amazônia é nossa”.

Como que é nossa? Ninguém tem nada no papel para dizer que é nossa. Não damos dinheiro para pesquisador pegar e catalogar os nossos produtos, para reconhecer as nossas espécies. Aí chega um gaiato, pega uma bactéria nossa, leva e registra.

Outro problema do nosso país é não poder registrar organismos vivos, com patente. Acho que nós temos que quebrar essa barreira para poder evoluir. Todo mundo registra. Por que nós não registramos? Por que nós fazemos isso? A Embrapa para registrar os produtos dela tem que ir na Argentina, nos Estados Unidos. Então, são barreiras que isso depende da gente, não depende dos senhores, não. Nós temos que trabalhar aqui e os senhores tem que cobrar dos parlamentares de vocês, que quebrem essas barreiras.

Muito obrigado e parabéns, os nossos aplausos e nossas palmas efusivas a todas as exposições dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Augusto Botelho. O próximo inscrito é o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Srs. Presidentes, Flexa Ribeiro e Moza-rildo, Srs. Senadores, ilustres convidados.

Eu inicio fazendo uma pergunta a todos. Eu queria saber se ao longo do ano, por exemplo, e no exercício das funções de V. Sas., se vocês se encontram regularmente como nós estamos vendo aqui essa banca hoje aqui repleta de entusiastas. Eu queria saber se há regularmente, se vocês se encontram regularmente, funcionalmente, trocam informações, etc. Eu estava aqui lembrando no início da exposição, Dr. Imar, quando ele mencionou o fato de que o Centro que ele dirige depende da conjunção de esforços de três Ministérios para gerar um modelo de gestão do próprio Centro dele. Eu acho isso inacreditável. Às vezes quando é um Ministério só já é difícil, o que dirá três Ministérios envolvidos numa operação de gerar o modelo de gestão para um Centro desse, eu acho que é... Atribuo a isso talvez o fato de que o centro ainda não tenha deslanchado na medida em que todos nós gostaríamos que tivesse acontecido. E pegando esse gancho, eu tempos atrás eu me batia aqui na tribuna do Senado várias vezes provocando inclusive o Presidente Lula, que entre Ministérios, secretarias especiais e extraordinárias têm mais de 40. Ou seja, um Governo tem 40 Ministérios. E eu provocava o Presidente Lula, sugerindo a ele um a mais ou um a menos, acho que não ia fazer a menor diferença, que instituísse o Ministério da Amazônia. Porque o Senador Casagrande... Acho que ele foi assim, na ferida, o que falta, e, sobretudo para a Amazônia, é uma... A Amazônia não falta recurso, não falta... Recurso que eu digo, recurso

natural, né? Financeiro falta em abundância. Mas eu acho que falta, sobretudo uma coordenação única, uma coordenação geral. Eu acho que isso seria... Poderia se verificar, talvez, uma experiência, um Ministério da Amazônia. Eu acho que centralizaria todas as ações, coordenaria quando nada todas as ações, eu acho que nós teríamos oportunidade de avançarmos mais ainda na busca da excelência ali.

E a Dra. Elisabeth me deixou muito impressionado, porque ela reproduz algo que eu também penso muito nisso, Dra. Elisabeth. Quando se fala em ciência e tecnologia na Amazônia, ou seja, lá onde for, imagina-se alta ciência, a ciência pura, etc. E normalmente há uma dissociação completa desse trabalho, dessa área com o conhecimento popular, com a experiência... Normalmente os processos se iniciam, você reunindo insumos, elementos, etc. Quando se trata de se discutir ciência e tecnologia e agora inovação na Amazônia, isso tudo passa em cima da cabeça dos habitantes da Amazônia como avião de carreira. É algo inatingível, algo inalcançável, a não ser pelo esforço e a dedicação individual daquelas pessoas envolvidas no processo, isso é algo lastimável. Nem sempre, como a senhora disse, a gente precisa da química pura, da física quântica para resolver algumas questões. Senador Augusto Botelho está aqui falando de uma tradição, o caboclo na Amazônia, aquele pequeno produtor que se envolve com a produção de alimentos, que é ele que produz alimentos na Amazônia, na verdade. Ele até hoje tem uma única forma de produzir, que aquela forma... Ontem o ex-Presidente Fernando Henrique proferiu uma frase muito interessante aqui, por ocasião dos festejos dos 15 anos do Plano Real, ele disse: "Olhe, até hoje nós queimamos árvores no Brasil". Ele diz que é uma coisa quase troglodita, isso. É algo inimaginável que até hoje a gente consiga queimar árvore na Amazônia, queimar... Então, veja, o caboclo tradicional, aquele que planta e colhe na Amazônia, ele só conhece uma tecnologia, ele derruba, broca, queima e planta.

O Dr. Cláudio, da Embrapa, mostrou inclusive com imagens aqui, tecnologias de plantio, plantio direto. Mas eu queria inclusive que o Dr. Cláudio especificasse qual é a extensão da utilização dessa tecnologia, porque isso é outra coisa também, Dr. Cláudio, que chega, por exemplo, no meu Estado do Acre eu converso com o pessoal, "vamos parar de queimar, tem plantio direto". "O quê? O que é isso?" É uma coisa ainda que parece distante daquele que é o maior interessado. Então, fica o Brasil criticando pesadamente, acidamente, as pessoas que estão ali tentando sobreviver na Amazônia, com uma dificuldade extrema, no limite da sobrevivência. O Brasil fica comodamente tecendo críticas pesadas, ácidas, por vezes nos chamam

até de criminosos, porque nós estamos aqui e acolá envolvidos com alguns processos que para o resto do Brasil isso pode parecer uma coisa assim, inacreditável. Mas é verdade. Olha, bastaria que a ciência e tecnologia hoje instalada na Amazônia comesse ajudando nos processos mais simples, nos processos mais simples. A navegação nos nossos rios, que até hoje é uma atividade de alto risco, só chega ao conhecimento da população brasileira quando morrem 87, 115 num naufrágio de uma embarcação daquela que não tem a mínima segurança. As vias na Amazônia, a gente tem que inclusive repensar isso. Os ramais, as estradas vicinais, a senhora falou na... Olha, tem produtor de banana no Acre que deixa de colher a produção em determinado período, porque não tem como tirar do roçado. Não tem como tirar. Então, quer dizer, o que a gente perde, o desperdício que há na produção, por falta de uma maior concatenação dos processos. A pessoa precisa morar, plantar, viver, se movimentar e por vezes a vida dela é truncada. Num desses aspectos aí, ou em vários deles.

Então, é necessário que a gente baixe um pouco a bola também e interaja mais com a população. A senhora foi de uma felicidade incrível. Nós estamos de forma até preconceituosa, a gente olha para uma massa enorme de pessoas, e às vezes a gente se dá ao direito de achar que deles não poderá vir absolutamente nenhuma contribuição. A gente está tão equivocado nesse ponto, que a gente chega a ficar cego, isso é uma cegueira cultural. O conhecimento popular, a experiência popular é uma coisa de uma riqueza tão grande que se aqueles que estão à frente do processo científico, tecnológico, de inovação, como eu disse, baixasse um pouco a bola e interagisse mais com essas comunidades, com essas pessoas, tenho a impressão que esses processos se enriqueceriam muito mais. Nós nos apropriaríamos muito mais do conhecimento que não surge apenas nos laboratórios.

Enfim, eram essas as considerações, para não me estender mais, Senador Flexa, gostei muito das exposições, eu acho que... Eu volto àquela pergunta que eu fiz inicialmente. Eu queria saber se as senhoras e os senhores se encontram regularmente, trocam informações e experiência, se vocês têm... Se nós temos um banco de dados acerca do trabalho de vocês, da experiência de vocês, daquilo que já foi produzido em termos de conhecimento. Enfim, eu acho que a gente precisa evoluir e chegar a isso.

Eram essas as considerações que gostaria de ter feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Geraldo Mesquita e passo a palavra para seus questionamentos ao Sena-

dor Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, eu quero inclusive elogiar o trabalho que o Senador Flexa está fazendo em parceria, conjuntamente com a Subcomissão da Amazônia, porque se tivesse fazendo esse trabalho separadamente, como, aliás, vem acontecendo no Senado ao longo do tempo, nós realmente ficamos com a Amazônia espalhada como está hoje em vários Ministérios, espalhada aqui em várias comissões. Então daí a razão de nós termos a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Mas, a Amazônia é muito grande para ficar realmente sendo tratada só por uma Comissão, ou pior ainda, tratada por várias comissões sem conexão. Senador Geraldo fez uma pergunta aqui aos expositores, se eles têm essa troca de informações e um trabalho, digamos assim, de parceria científica na questão. E quando nós assumimos a Subcomissão da Amazônia, conversei com o Senador Flexa, chegou à conclusão o seguinte, não adianta a gente ficar aqui fazendo discurso sobre a Amazônia, sejam aqueles chamados ambientalistas, sejam os desenvolvimentistas, se nós não formos para a parte realmente científica. Se nós não produzirmos um pensamento científico da Amazônia sobre a Amazônia. Senão nós vamos ficar aqui, como tem sido ao longo desses séculos, seguindo receitas vindas ou do exterior ou do Sul, do Sudeste do Brasil. Então, nada contra, por exemplo, que algumas universidades do Sul tenham estudos bons sobre a Amazônia, mas nós precisamos ter na Amazônia esses estudos e o que eu ouvi aqui, por isso que digo, não tenho perguntas, mas é realmente uma coisa que é constante. Quer dizer, falta de quê? De recursos, falta de atenção para com essas instituições, porque senão nós vamos ficar, repito, nessa questão. E pior, essa discussão entre ambientalistas e desenvolvimentistas não está levando em conta, por exemplo, os seres humanos da Amazônia, como foi frisado aqui. Não está levando em conta. Seja um lado, ou seja, o outro. Aliás, dia desses, eu ouvi uma... Foi lá inclusive num encontro lá em Belém, no Parlamais, não tenho certeza do nome da pessoa, mas é um economista que é professor da Unamais, que ele disse que toda pessoa que defende alguma coisa e termina com "ista", tem complicação. Aí ele botou flamenguista... Vai, por exemplo, olhar para os outros times com algum olho de simpatia? Não vai. Então, seja o ambientalista ou o desenvolvimentista, eles são apaixonados por respectivos campos, quer dizer, o ambientalista bota o ambiente acima do ser humano. O desenvolvimentista, vou botar entre aspas aqui todos dois, levam em

conta o quê? Um desenvolvimento passando por cima de certas questões científicas. Então, eu quero dizer que esse trabalho que nós estamos fazendo de ouvir o pensamento, as ideias das pessoas que fazem ciência, tecnologia e inovação na Amazônia, é para que nós possamos ter aqui no Senado um diagnóstico dessa realidade, vamos ouvir também os reitores, já começamos a ouvir, ouvimos a Reitora da Universidade Federal do Acre, vamos depois ouvir os governadores por último, porque embora nós também sejamos políticos, achamos que é preciso que o político também haja em bases científicas, senão, ele vai ficar com um discurso retórico sem consequência prática e como foi dito aqui por vários expositores e também os que perguntaram, as coisas ficam passando por cima ou fica numa elite, mas o povo propriamente da Amazônia não tira proveito nenhum.

E eu falo isso não é porque eu nasci na Amazônia, me formei na Amazônia, lá na Universidade Federal do Pará, voltei para o meu estado para trabalhar no meu estado, sou Senador porque resolvi que só ficando lá, clinicando como médico eu não ia contribuir em nada para mudar a realidade do meu estado dentro da Amazônia, fui deputado federal, deputado federal constituinte e tenho a honra de estar no segundo mandato. Mas acho que nós precisamos avançar mais em relação à Amazônia. E no Século XXI é inacreditável que nós ainda estejamos com um estágio talvez do Século XIX ou no máximo do século XX.

Então eu quero agradecer a participação de todos e dizer que vamos estudar profundamente essas coisas aqui colocadas, depois vamos condensar e já trocamos ideia aqui com o Senador Flexa, talvez o próximo passo seja fazermos seminários na Amazônia para concluir de fato um plano que tenha base científica e tenha realmente levar em conta a questão dos 25 milhões de amazônidas que lá vivem.

Eu agradeço, portanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Os questionamentos que eu gostaria de fazer aos ilustres convidados, eu queria, antes, dar uma ideia de como é que surgiu esse requerimento das audiências públicas sobre a ciência, tecnologia e inovação na Amazônia. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ela é uma comissão nova no Senado Federal. Teve um presidente anterior que foi o Senador Wellington Salgado e eu assumi agora no início dessa Sessão Legislativa. Como se pode ver, é uma Comissão que tem uma abrangência bastante ampla, e a área de comunicação e informática, ela toma, ocupa a Comissão quase que na sua totalidade

do tempo, não deixando um espaço para que a ciência, tecnologia e inovação pudesse também colocar os seus pleitos, que a gente possa discutir no Senado Federal essa questão. Ora, isso acontece não só aqui no Senado, lamentavelmente. Isso se verifica a nível de país e a nível de políticas públicas.

Normalmente a área de ciência, tecnologia e inovação, ela é sempre colocada como em segundo plano numa inversão do seu papel. Os países desenvolvidos a nível global, todos eles têm uma base científica que permitiram o seu desenvolvimento. Todos eles. E investem pesadamente em ciência e tecnologia. O Brasil, lamentavelmente, ainda não acompanha esse ritmo. Apesar de vir crescendo os investimentos em relação ao PIB, hoje, salvo engano, esse investimento em ciência, tecnologia e inovação está na faixa de 1.2% do PIB o que ainda é muito pouco comparado com outros países desenvolvidos e comparado com relação ao próprio PIB, ao próprio PIB do Brasil em relação ao PIB do Japão, o PIB dos Estados Unidos, da própria China, falando também da comunidade europeia agora de forma conjunta. Nós tomamos como determinação ao longo da nossa Presidência à frente da Comissão de que a ciência, tecnologia e inovação pudesse ter o espaço merecido nessa Comissão reclamante e faremos isso. E começamos, trouxemos aqui numa Audiência Pública o Ministro de Ciência e Tecnologia para que ele pudesse expor o seu projeto a nível do Executivo, e começamos fazer várias Audiências Públicas sobre essa questão e à Amazônia em especial. E convidamos, como bem disse o Senador Mozarildo Cavalcanti, como a Subcomissão Permanente da Amazônia para que nós pudéssemos fazer essas audiências em conjunto. Senador Mozarildo ele foi, Senador, perfeito na sua avaliação de que a Amazônia, ela perpassa por todos os Ministérios e falta, lamentavelmente, vontade política para que nós possamos desenvolver de forma sustentável a nossa região. O discurso é muito fácil e é bonito, todos nós concordamos de que não devemos e não podemos trazer a degradação para a Amazônia. Ela lamentavelmente, ao longo dos séculos, já teve grande parte da sua área degradada. O que nós temos que fazer agora é levar pela ciência e tecnologia, levar o conhecimento para aproveitar essas áreas já alteradas, consolidando essas áreas e fazendo com que na Amazônia se possa produzir muito mais do que se produz hoje para ajudar o Brasil e o mundo em alimentos, conhecimentos, sem que se precise derrubar uma única árvore a mais, que é o que o Senador Mozarildo fez referência ao desmatamento zero.

Então, nós temos conhecimento para isso, precisamos só empregá-los, precisamos só ter a coragem de enfrentar esta realidade que como foi dito aqui, esse

discurso entre ambientalista e desenvolvimentista, os dois, a meu juízo, eles estão em pólos extremos e que não levam a nada. O que leva é, na realidade, fazer com que, com ciência e tecnologia nós possamos desenvolver adequadamente de forma sustentável a Amazônia. Eu ouvi aqui de um dos nossos convidados na audiência passada, e adotei a partir daí, Dra. Elisabeth, de não usar mais o termo preservar a Amazônia. Porque me parece que foi do Diretor do INPA que fez uma referência que dizer que preservar é isolar. É isolar. E nós não pretendemos nem queremos isolar a Amazônia do resto do Brasil e nem do mundo. Temos que usar o termo de conservar. Nós temos que usar a inteligência para conservar a Amazônia, desenvolvendo a Amazônia de forma que possamos melhorar a qualidade de vida desses 25 milhões de brasileiros que lá estão.

Eu queria, como primeira indagação aqui, pedir... Não é nem uma indagação, é uma solicitação que eu fiz aos convidados anteriores e que eu faço aos senhores e às senhoras que nos honram com suas presenças, de que possam usar a Comissão de Ciência e Tecnologia como instrumento de apoio à ação de pesquisa de ciência e tecnologia na Amazônia e no Brasil. Porque nós parlamentares estamos abertos a... E necessitando das informações de que forma nós podemos ajudá-los. De que forma o Congresso Brasileiro pode ajudar a área da ciência e tecnologia para que ela possa realmente ter o apoio necessário, financeiro e estrutural, humano, para que possa avançar nos seus objetivos. Então, todas as sugestões dos senhores e senhoras serão muito bem recebidas pela Comissão de ciência e tecnologia e com certeza pela Subcomissão também da Amazônia.

Sei das dificuldades dos recursos. Isso é um outro ponto que eu quero deixar bem claro. Por ocasião, e agora nós vamos iniciar a discussão do orçamento de 2010, é importante que chegue aos Senadores e às comissões os pleitos de recursos que as entidades precisam para darem continuidade aos seus projetos. Sei que todas as entidades aqui estão agregadas ao Ministério e pelo Executivo são encaminhados os seus orçamentos, mas nós podemos complementar esses orçamentos, fazendo emendas parlamentares de Comissão, de bancada e individuais de tal forma que possa trazer esses recursos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos. O Dr. Imar, ele fez referência na sua exposição à questão de transformar conhecimento em dinheiro e não dinheiro em conhecimento. Eu concordo, eu digo que o Brasil lamentavelmente ele ao invés de exportar conhecimento ele exporta talento. As nossas inteligências vão para o exterior por não terem apoio para desenvolverem seus trabalhos

no Brasil, vão para o exterior, desenvolvem suas pesquisas e depois nós importamos o conhecimento que é desenvolvido por brasileiros lá fora, quando deveria ser ao contrário, apoiar a inteligência brasileira para desenvolver o conhecimento aqui, exportarmos esse conhecimento.

Aí eu perguntaria: O que V. Sas. acreditam ser necessário para que nós possamos trazer para a Amazônia, no caso específico aqui, um maior número de pesquisadores de tal forma que eles possam estar fixados na Amazônia. Qual a dificuldade? A dificuldade é falta de mão de obra local, de cérebros na região ou dificuldade de trazer de outras regiões do Brasil e não ter como fixá-los na nossa região por falta de meios de remuneração adequados para que desempenhem as suas pesquisas. Perguntaria também se a lei de inovação, no entendimento de V. Sa., trouxe algum benefício para essa fixação, da forma em que o pesquisador passa pela nova lei de inovação a ter também uma participação no resultado do trabalho por ele desenvolvido, quando esse trabalho tiver chegado à indústria para que possa ser usado pelos consumidores. A Dra. Elisabeth, ela fez referência à questão da educação fundamental. Isso eu diria, Dra. Elisabeth, é básico. Lamentavelmente a educação no Brasil, ela não tem ainda atingido o nível necessário com relação à qualidade. Nós nos preocupamos muito com a quantidade, quer dizer, queremos universalizar o ensino fundamental, 100% das crianças no ensino básico atendido. Perfeito. Eu acho que nós temos que dar oportunidade a todos. Mas, não basta só a quantidade, é preciso que se tenha qualidade naquilo que se está transferindo, na formação do cidadão, da geração futura que vai substituir e vai comandar esse país, os estados e municípios brasileiros no futuro. Então, eu perguntaria se a dificuldade na parte de ciência e tecnologia já no desenvolvimento de pesquisa, ela hoje pode ajudar essa dificuldade que fundamentalmente pode ter vindo pela falta de um ensino básico de formação de pessoas que tenham esta vocação, porque eu diria que a pesquisa é um sacerdócio a nível de ciência. Eu perguntaria se não deveria, já no ensino básico, também no ensino fundamental formar ou induzir a vocação para a ciência e tecnologia, não só nas áreas de exatas, de... Mas em todas as áreas do conhecimento e de ciências humanas, de conhecimento humano.

Quantos pesquisadores nós temos na Amazônia hoje, se é que nós temos essa informação, e quantos seriam necessários no entendimento de V. Sas.? Foi dito aqui também que 60% dos trabalhos, na audiência anterior, 60% dos trabalhos desenvolvidos sobre a Amazônia, eles são desenvolvidos fora do... Não por

brasileiros, por estrangeiros, e que somente 40% desse trabalho é desenvolvido por brasileiros. Isso foi um dado da audiência passada. Isso quer dizer, eu diria, vem confirmar aquilo que dizemos que há um conhecimento da Amazônia muito maior de fora do Brasil do que do Brasil, ou seja, os brasileiros conhecem menos a Amazônia do que outros países? Talvez por isso haja essa cobiça internacional em relação à nossa região? Há falta de conhecimento produzido por brasileiros sobre a região amazônica?

E por último, o Senador... Quero também, ao agradecer a presença de todos os convidados, dizer da importância de todos os que aqui vieram. O Museu Emílio Goeldi, eu tive a oportunidade de ver aqui, é o segundo maior museu de história natural do país e o terceiro maior museu do país. Uma referência internacional e para orgulho nosso está lá no Pará, assim como também o Evandro Chagas é uma referência internacional e está também lá no Pará. A Embrapa, como já foi dito aqui, Embrapa oriental, representado pelo Dr. Cláudio e já tivemos a Embrapa nacional, também tem o reconhecimento de toda a sociedade brasileira e pelas suas... Desenvolvimento de pesquisa, ela é responsável seguramente pela... Hoje pela posição do Brasil como um grande produtor de alimentos e será, sem sombra de dúvida, o grande produtor de alimentos para o mundo. Porque nós temos condições de alcançar o mercado mundial já nas áreas alteradas, sem precisar agredir mais as florestas. Aí não só da Amazônia, mas de todo o nosso território brasileiro. Então, eu quero agradecer a presença dos senhores e senhoras e colocar novamente a Comissão à disposição para que nós possamos trabalhar em conjunto. Vamos trabalhar em conjunto pelo Brasil e pela Amazônia.

Eu vou passar agora aos nossos convidados, para que possam expor as suas respostas aos questionamentos que foram aqui feitos. Iniciando pelo Dr. Lauro Morhy, que representa a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

SR. LAURO MORHY: Bom, temos aqui um número bastante grande de questionamentos, perguntas a responder. Preciso primeiro me organizar aqui nessa... Bom, não vou responder na ordem, porque ficou um pouco embaralhado.

Bom, uma das perguntas foi se a gente se encontra regularmente. De fato, não. Os que estão aqui na Mesa se encontram eventualmente em alguma reunião científica, em alguma cooperação. Mas, com certeza a gente se encontra na literatura científica, porque todo mundo está sempre vendo o que se produz na área, o que vem por aí, o acompanhamento de cada instituição. E eu acho que isso é preciso que haja sempre,

mas não devemos esquecer que também temos a reunião anual da SBPC que é sempre uma oportunidade dos encontros e de conversas, de trocas de ideias, de experiência. E também nós temos um número muito grande de eventos, reuniões, cada um na sua área. Por exemplo, eu participo da reunião da área de bioquímica e também da área de política de ciência e cada um participa na sua respectiva área. É um número muito grande de reuniões, então cada um conversa muito na sua área. Esse é um dos pontos altos da SBPC, que ela procura integrar todas as subáreas do mundo científico. Então acho que é importante observar isso, que ela faz esse trabalho e também a certa altura com o crescimento da atividade científica no Brasil, tornou-se impossível que todas as reuniões, todas as subáreas especializadas fizessem seus encontros dentro da SBPC, porque seria uma coisa impossível até de se operacionalizar. Então esse encontro existe numa linha de discussão, de debates e principalmente da reunião anual da SBPC e em reuniões, cada um na sua subárea e da academia de ciência também que tem lá os seus especializados e... Mas já no nível mais reservado, mais fechado como a gente diz.

Agora, eu queria observar também que há uma grande preocupação na comunidade científica em relação à Amazônia, não só de apropriar conhecimento, quer dizer, pegar conhecimentos que já estejam estabelecidos, por melhores que eles sejam, mas principalmente desenvolver conhecimentos e também adaptar conhecimentos que valem a pena adaptar. Isso é o que a gente pratica quase que no dia a dia, essa adaptação, quer dizer, trazendo a bagagem do mundo científico todo, não só da Amazônia, não só do Brasil, mas do mundo todo e procurando adaptar e ver o que aquilo serve para a região e ver o que a gente pode aproveitar. Mas sempre com essa preocupação também de desenvolver *know-how*, e isso vem sendo muito brilhantemente setores como a Embrapa, por exemplo, por universidades da região que tem pesquisas importantes, institutos de pesquisa que tem... Aqui nós temos instituto histórico, o Instituto Evandro Chagas é histórico, o Museu Goeldi tem história de pesquisa na região. Então, isso é a resposta com relação a esse assunto de... Essa colocação feita quanto à importação e a apropriação de conhecimento. Então, a gente quer apropriar, mas quer também adaptar e ver o que ele pode servir e também de gerar novos conhecimentos.

Com relação a essa parte do... Ainda quanto a essa conversa da comunidade científica, eu também devolveria um questionamento não assim a título de questionamento de polêmica pesada, mas um estranhamento, vamos dizer assim, de por que também a

bancada da Amazônia, do Senado e da Câmara não conversam muito mais. E por que a Comissão de Ciência e Tecnologia, com tantas frentes que ela tem aqui no Senado, por que ela não se desmembra, a parte de C e T e faz uma Comissão Conjunta com a Câmara? Por que não? Parlamentares que se interessam por ciência e tecnologia e que poderão ter um papel importante. Então, não sei se isso é possível legalmente, mas acho que deveria ser, porque afinal de contas aqui é o Congresso Nacional, aqui estão os nossos representantes. Isso está relacionado um pouco com essa coisa da conversa dentro da comunidade científica. A gente tem essa dificuldade, mas também existem dificuldades em outros níveis. E existe um *overlap*, ou melhor dizendo, uma superposição muito grande na gestão pública nacional, em todos os domínios, não apenas na área de ciência e tecnologia. Nós temos número grandioso de instituições no país, muitas dessas instituições até fazendo a mesma coisa. E até disputando entre elas mesmas, recursos e poderes dentro da República. Isso acontece dentro da Amazônia também. Então, seria o caso de se pensar até um enxugamento nisso aí, até mesmo com uma otimização, foi lembrado aqui que o Governo tem 40 Ministérios, tem um *overlap* enorme aí, tem uma superposição enorme nesse Ministério e até disputando quem vai fazer isso, quem vai fazer aquilo, e no final essa disputa muitas vezes traz até resultados negativos.

Outro ponto que eu achei importante do questionamento aí é com relação à fixação de pesquisadores. Realmente isso tem um custo. É preciso para fixar qualquer pesquisador em qualquer lugar, assim como qualquer servidor ou qualquer empregado também, em qualquer empresa, é preciso antes de mais nada que se tenha um bom projeto, senão você vai botar aquela pessoa ali pra fazer o quê? Ela tem que ter um objetivo ali. Ela vai fazer alguma coisa. Então, dentro de algum plano, dentro de algum esquema. Do contrário a gente fica simplesmente fixando, gastando recursos públicos sem resultado. Então, esse ponto também me parece importante, e observar que essa fixação depende muito de um plano de ciência e tecnologia que nós precisamos ter para a Amazônia, diria até para o país. Nós temos um Plano Nacional que foi apresentado aqui, acho que até nessa Comissão, o plano em 2008 foi lançado um plano que foi resultado de três reuniões, três conferências nacionais de ciência e tecnologia. Portanto, não vieram... Esse plano não veio apenas das lideranças e dos dirigentes públicos, mas veio da base realmente, veio da comunidade, nós discutimos isso por três oportunidades e já estamos preparando a quarta Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, que, aliás, ontem mesmo numa reunião com o pesso-

al da SUFRAMA e pessoal da Amazônia, já comecei a fazer um apelo pra que a gente também comece a preparar uma participação muito mais forte da Amazônia na próxima Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, porque o Plano Nacional de Ciência e Tecnologia que está em vigor, está sendo desenvolvido, que na verdade é resultado de um esforço de muitos anos da comunidade científica também, esse plano quase que não contemplou a Amazônia a não ser com muitas intenções. Então, é preciso ter. E esse plano que está sendo lançado agora pela Academia Brasileira de Ciências e pela SBPC, seria bom que ele não fosse visto apenas como um documento relacionado com o Congresso da SBPC que começa domingo em Manaus, até como uma jogada de marketing ou coisa desse tipo. A gente gostaria muito que ele fosse pra valer mesmo. Então, nós precisamos ter realmente um plano forte, uma decisão de Governo de investir fortemente na região, investir dentro de um plano, dentro de um projeto com acompanhamento, com avaliações e tudo isso, mas nós não podemos continuar com investimento tão pífio, tão pequeno na região amazônica, deixando instituições muitas vezes à míngua até para o seu dia a dia, quer dizer, nós vemos aí depoimentos importantes sobre isso.

Ainda teria um montão de coisa aqui, mas não queria também tirar a oportunidade, tomar o tempo e tirar a oportunidade dos colegas de discutir melhor essa temática toda. Mas nós temos documentos sobre a Amazônia discutindo inclusive PAS foi questionado aqui, foi levantado aqui qual é o papel do PAS em todo esse panorama da vida científica na região amazônica, eu lembro que o PAS foi um esforço do Governo também com participação da comunidade, foi feito debates nacionais, eu participei de um desses debates pelo menos, mas eu considero que ele precisa de algumas revisões em muitos aspectos, e, sobretudo, no que diz respeito à atividade científica e também dentro de um plano de prioridades nacionais de investimento. A Amazônia não pode ficar relegada sempre a uma coisa para depois. "Olha, é pra depois, é quando tiver dinheiro, quando a gente puder" e tudo isso, a gente sempre fica com as sobras. A gente tem que investir realmente pra valer. E acho que esse projeto aqui pode não ser o melhor do mundo, esse da SBPC com a Academia de Ciência, mas a gente tem esperança que venha a ser um ponto de partida para uma postura nova, mais decisiva em relação à Amazônia.

Foi perguntado aqui quantos doutores nós tínhamos, quantos pesquisadores. No momento nós temos 2800 doutores na Amazônia, dos quais a metade, mais ou menos, envolvido com pesquisa científica de algum modo, seja ligado à instituição científica, a empresa

muito pouco com relação à empresa, e neste ano de 2009 nós estaremos preparando mais 700 doutores na Amazônia. Isso ainda não é nada, uma vez que a meta, o sonho seria a gente ter nesse momento pelo menos 20 mil doutores pesquisando a Amazônia. E dentro desse projeto que ainda considero modesto quando falei aqui 20 bilhões de reais, alguns até se assustaram, quer dizer, 20 bilhões de reais para dez anos. Se você considerar salário, considerar tudo isso, é quase nada em relação à Amazônia. Mas é uma nova postura, é um trabalho desta vez mais planejado, mais organizado e mais avaliado.

Acho que eu já abusei da bondade da Mesa e falar... Mas só queria para encerrar esse abuso que tive aqui de falar demais, eu também considero que é fundamental que esse sistema burocrático que a ciência e a educação vivem precisa ser superado. Nós não podemos mais ser um gestor, entrar reitor ou entrar diretor de uma instituição científica e sair de lá como possível criminoso, por ter assinado convênios, assinado contratos, coisas desse tipo. Isso, não é possível uma coisa dessa. Acho que hoje todo mundo tem até medo de assinar papel nesse país, na gestão pública. Não é só na área científica. Então, esse é o meu apelo final, porque isso precisa ter uma decisão. Isso não significa também que deva se relegar a um segundo ou terceiro plano o controle, de modo nenhum. O controle precisa ser forte, muito bom, mas é preciso que se invista também no executivo. Nós investimos muito na polícia, quer dizer, no controle. Mas não investimos no principal, que é no executivo. Aquele executivo lá não tem um misero auditor para ajudá-lo, não tem às vezes um contador para ajudar nas contas. Então, esse é um ponto que muitas vezes vai deixando pra depois, vai se preocupando mais com as coisas urgentes da ciência, da pesquisa e tal, mas eu considero que esse assunto é hoje de grande prioridade.

Obrigado e desculpe, mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Lauro Morhy, e passo a palavra ao Dr. Imar César Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia.

SR. IMAR CÉSAR DE ARAÚJO: Eu acho que já foi dito muita coisa que eu pretendia falar, aliás, uma satisfação saber que há uma comunhão de ideias hoje, pode a gente não falar muito, mas acho que as ideias estão alinhavadas e alinhadas, no caso. Então, eu vou pegar alguns pontos aqui que eu acho que é muito importante sob o ponto de vista de algumas perguntas que foram feitas, mas também ponto de vista de talvez tirar alguma dúvida com respeito a algumas coisas que a gente normalmente fala e muitas vezes não fica muito claro. Bom, houve um questionamento

pelo Senador Renato Casagrande que ele não se encontra aqui, onde o Centro deveria estar alocado. Isso é uma questão que acho que já foi superada e de certa forma, como nós mostramos, eu acho que a gente tentou mostrar de que o Centro hoje é um centro que está voltado para o término da ciência, tecnologia e do desenvolvimento tecnológico em cima de inovação com produção de empresas e que empresas pra mim isso é um termo bastante genérico, empresa não se fala apenas empresa industrializada, e sim toda a cadeia produtiva que você começa a trabalhar em termos de transformar aquilo que foi dito aqui também, não me lembro mais por quem, mas de que não adianta você querer deixar de desmatar a floresta se você não conseguir condições econômicas, parece que foi dito lá pelo nosso amigo, o Senador Augusto Botelho. Hoje, inclusive em termos mundiais, a inovação se encontra nos Ministérios de Desenvolvimento e de Indústria, essa é uma tendência e que de certa forma isso hoje já está mais ou menos equacionado, não está se discutindo mais se vai ficar. Agora, isso não quer dizer que os outros ministérios não estão presentes, pelo contrário, acho que tem funções ali na área de inovação, você precisa de todo esse pessoal trabalhar em conjunto. E acho que tem que se integrar, porque senão você não vai conseguir resultados em inovação, no caso.

Aproveito para *linkar* à pergunta que foi feita pelo Senador Flexa Ribeiro com respeito à lei de inovação. Acho que ela foi um grande passo, ela despertou o espírito do brasileiro hoje, inclusive nos acadêmicos, naquelas pessoas que ficavam muito enclausuradas na suas pesquisas, em tentar chegar ao fim da linha, chegar a poder de certa forma botar produtos... Porque afinal de contas quem está pagando essa conta são as pessoas que estão produzindo, da própria ciência e da tecnologia. É ela que paga. Eu sou também... Já fui Diretor da Embrapa, de centro da Embrapa, e a gente sabe que a Embrapa deu um grande passo nessa área. O passo que ela deu, o resultado hoje foi graças à cabeça de algumas pessoas que tiveram muita coragem de começar a trabalhar com inovação tecnológica antes mesmo da lei de inovação, que, aliás, isso acho que é de conhecimento de todos, foi a própria Embrapa que incentivou e o trabalho da Embrapa que serviu de modelo para criar muita coisa da lei de inovação. Então, acho que... Apenas como exemplo é o seguinte, até a remuneração dos profissionais hoje da academia levam a que ele faça publicações.

Aí vem uma outra pergunta que foi feita que acho que... Por que é que nós não temos muita patente no caso? Porque patente, na realidade, para o pesquisador, nunca lhe foi dado a ele que se ele fizer uma patente e trabalhar nesse sentido, ele tenha algum tipo de retor-

no em relação a isso, mas publicar ele tem. Você tem a nossa lei hoje de promoção das universidades, no centro de pesquisa, ela funciona da seguinte maneira: Vocês quanto mais publicam, mais você ganha pontos para ser promovido. E se você publica em revistas internacionais, muitas vezes você ganha mais pontos. Olha bem, isso é um processo pra mim de transferência de tecnologia e de conhecimentos para outros tipos de países que, por causa de sua disponibilidade de recursos e programas muito intensivos na área de inovação, sai na frente e a gente acaba fazendo aquilo que o senhor disse, que o Senador Flexa disse, que a gente começa a comprar de novo aquilo que saiu do país, no caso. Então, acho que a lei de inovação para mim foi uma das grandes vantagens hoje em relação a esse sistema de ciência, tecnologia, inovação no caso, e acho que ela está iniciando e já tem alguns resultados que a gente sente esse tipo de interesse em todo mundo, de trabalhar nesse tipo de sentido. Logicamente nós não estamos querendo que todo mundo faça isso. Como eu disse, isso é um equilíbrio que tem que existir. Você não vive sem ciência básica.

Teve uma época, a época do Presidente Collor, todo mundo sabe que ele tentou, ele acabou com uma série de órgãos e queria acabar com a Embrapa. Isso é de conhecimento de todos. Na realidade, eu faço até aqui uma colocação que eu sempre faço porque acho que tem grandes vantagens no ex-Presidente, mas acho que tem um problema que ele acabou com as instituições também de grande importância nesse processo como um todo que é a parte de assistência técnica nesse país. E que responde muito daquilo... Por que as coisas não estão chegando lá na frente? Por que não flui esse tipo de processo? Por que o produtor não é educado a produzir melhor e de maneira mais eficiente, em vez de estar muitas vezes utilizando uma tecnologia que é antiga e que ela, além de não lhe dar os retornos necessários, essa tecnologia também vai contra o meio ambiente, vai contra uma série de outros tipos de processos no caso.

Então, eu acho que esse tipo de situação, por exemplo, ele... A Embrapa apresentou naquela época uma pesquisa básica única para justificar porque ela não devia se acabar, e foi uma pesquisa pura, básica, que chamou-se o seguinte, um trabalho feito por vários pesquisadores brasileiros, mas que foi coordenado pela Dra. Joana **Doberainer**, que exatamente sobre a fixação de nitrogênio da soja. Quando ela conseguiu descobrir por que é que o cerrado não fixava soja, conseguiu em termos de pesquisa profunda e básica provar e resolver esse tipo de problema e o Brasil hoje é o maior produtor de soja do mundo, graças à pesquisa. Então, a ideia é que não se faça essas coisas

todas, no caso, a ideia é que você cumpra um processo integrado e esse tipo de situação.

Me foi perguntado essa parte das patentes, eu só lembro mais uma coisa o seguinte, existe um dado para provar o quanto que é que nós estamos defasados nesse tipo de situação. Aquele gráfico da planta que eu fiz aqui, algumas pessoas tentaram fazer um gráfico para o Brasil. A planta não existe, ela não tem caule para se sustentar, tem folhas de lado que não se consegue. Então, o que acontece é seguinte, isso nos dá um tipo de estatística que eu acho que é muito interessante a gente pensar. O Brasil hoje é o 13º em publicações científicas no mundo, entre 50 países, e é o 43º na área de inovação. Essa é uma informação que acho que é interessante dizer por que nós não temos patentes. Porque a patente, quando você tem um conhecimento que vale a pena você inclusive patentear, porque se você simplesmente pesquisa e publica, já acabou a possibilidade de patentear. E a ideia está passando pra frente, no caso.

Eu já recebi um sino, deixa eu ver se consigo colocar aqui mais algumas coisas aqui, que acho que é interessante ser colocado. Eu acho que o Dr. Lauro, ele disse sobre o processo da necessidade de doutores. Eu disse aqui e gostaria de fazer apenas um acréscimo ao que ele disse. Eu acho que 20 mil é um número razoável para a gente começar a pensar em fazer ciência de profundidade na Amazônia. Não poderia ser menor do que um número desse, isso eu concordo. Mas também, eu acho que... Eu sei que ele sabe disso, talvez não tenha falado, mas ele concorda com esse raciocínio, nós precisamos também de outros tipos de profissionais treinados para participar desse processo que nós temos, de integração do processo de ciência, tecnologia e inovação, que são os especialistas, as pessoas como foi colocado aqui, precisam trabalhar. Como é que nós vamos fazer estrada na Amazônia, que chove o ano todo? Isso aí, na realidade, dificilmente você vai encontrar doutores para fazer isso. Você vai precisar de gente com conhecimento, especialistas, formar gente e treinar gente para fazer. E várias outras pessoas colocaram aqui assuntos mais ou menos semelhantes de problema que precisa de ser resolvido, a área de energia para as pequenas comunidades, como é que você vai entender que uma comunidade pode melhorar a sua tecnologia se ela não tem energia elétrica? E como é que você vai manter o sistema de energia elétrica em comunidades isoladas? Eu acho que o país teve um erro grave na área de colonização quando foi dado um processo de que na realidade era muito mais importante você ocupar a área do que organizar processo de colonização. Isso foi um processo lá atrás que não adianta querer voltar agora, mas de

certa forma você saiu espalhando gente pelas estradas e hoje o próprio extrativismo levou que essas pessoas também se isolassem naquele tipo de processo enorme que é a Amazônia e que muitas vezes, aí que eu digo, algumas críticas que se faz à Amazônia é que tem, por exemplo, o processo de queimar a floresta, ele é universal. Todos os países de clima tropical usam esse tipo de processo. Isso é um processo desenvolvido pelos índios. Porque como não tem adubo, você tem uma terra fértil, ao queimar ela aduba a terra. Nós precisamos dar adubo para esse cara, arranjar uma outra maneira de fazer com que esse indivíduo, essa pessoa possa deixar de desmatar. E aí está grande utilização de áreas, como foi dito me parece pelo Senador Flexa, que é exatamente utilizar as áreas que já estão alteradas, ele não precisa. Isso no resto do mundo nós já temos um exemplo. Aqueles países que a população cresceu muito rapidamente entraram agora em mineração que eles chamam, no caso. Aí sim você vai caminhar em direção de terras degradadas, porque você não tem como mais, em vez de ter dez anos para voltar na mesma terra que ele faz no rodízio dele de queima, de corte e queima, ele vai gastar cinco e quando começa a diminuir, aí sim você começa a minorar, chega a determinado ponto que você vai ter que abandonar aquelas áreas por degradação.

Então, só algumas considerações de uma maneira geral e eu acho que isso aí... Eu só gostaria de fazer um último comentário com relação ao conhecimento popular. Vocês vão me desculpar, eu não quero tirar o charme do conhecimento tradicional, mas eu acho que ali está a grande fortuna brasileira para trabalhar na Amazônia. Você fazer hoje uma pesquisa na floresta para desenvolver um novo produto ou descobrir uma nova molécula, a probabilidade de acertar, ela chega a ser um milhão por uma, que você tem no caso, isso é impossível você trabalhar desse jeito, o mundo não está trabalhando mais nesse sentido, ele está tentando encontrar determinados tipos de serviços e o CBA está fazendo estudo em cima disso, de aumentar essa probabilidade. Então você pode, por exemplo, hoje os caras estão estudando as bactérias dos que seriam as áreas de pressão. Se você tem pressão biológica, com certeza vai ter novas moléculas, coisas novas para colocar e uma das maiores possibilidade que nós temos é exatamente o conhecimento tradicional, que você já tem gente que diz o seguinte: "Olha, isso faz efeito, isso tem função, isso entra..." Só que aí volta aquele problema que alguém também levantou, não sei quem foi, que é o problema da lei de acesso. Nós temos grandes problemas com essa lei e temos grandes... Hoje é uma Medida Provisória, existe uma lei [ininteligível], mas existe hoje o seguinte, por exem-

plo, hoje você já tem alguns tipos de consentimento, por exemplo, o CBA tem uma licença do CGEN para fazer coleta, fazer bioprospecção para uso econômico. O número disso que tem no Brasil não passa de três ou quatro que tem esse tipo de licença. Não existe nenhuma para você acessar o conhecimento tradicional. Nenhuma licença para você entrar no conhecimento tradicional. E quem fez isso, para tentar fazer isso, logicamente ninguém está dizendo que não tem que pagar os direitos e dar os valores e fazer as repartições de benefícios necessários em relação a isso. O que existe é que exatamente é muito difícil você trabalhar da maneira que está sendo feito hoje de acordo com as regulamentações que existem por aí no caso.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Imar e passo a palavra à Dra. Ima Célia Guimarães Vieira, diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Vou tentar ser breve, para responder alguns desses questionamentos colocados pelos Srs. Senadores. O Senador Renato Casagrande coloca a pergunta de qual área de ciência e tecnologia que precisa ser fortalecida. A minha avaliação é de que existem muitas áreas do conhecimento na Amazônia que realmente precisam ser fortalecidas, mas tem uma particularmente, que tem muito poucos pesquisadores e os institutos de pesquisa não atacam muito fortemente. Em primeiro lugar, a água. Muito poucos pesquisadores trabalham com recursos hídricos na Amazônia, com... E nós precisamos ter ou um instituto próprio, já foi proposto pela SBPC um instituto da foz do Amazonas com essa missão, mas ainda não conseguimos estabelecer uma agenda de pesquisas com esse recurso, é importante para a região amazônica. Nós temos algumas áreas das ciências humanas também muito pouco abrangidas na Amazônia. Arqueologia, por exemplo, só existem os arqueólogos do Museu Goeldi hoje, temos alguns poucos no Amapá, Universidade Federal do Pará tem contratado, mas ainda é muito pouco para o que precisa ser conhecido sobre a ocupação da região, os salvamentos arqueológicos... A cada grande projeto você vê... Com mineradores, você tem uma quantidade enorme de artefatos arqueológicos que são salvos e colocados nas reservas técnicas, principalmente no Museu Goeldi, hoje tem uma no Amapá e hoje no museu do Marajó. Eu diria outros, mais na frente vou falar especificamente de um caso muito sério onde nós estamos tendo uma crise grande, que é a de botânicos.

Com relação ao PAS, ele pergunta se atende às expectativas de um programa integrado. A minha avaliação, eu acompanhei um pouco o PAS, é de que

ele atende para a integração de políticas públicas. Na área de ciência e tecnologia, da articulação de programas ele atende muito pouco ou eu diria até quase nada dessa... De articulação de programas ou planos de ciência, tecnologia.

O Senador Augusto Botelho nos pergunta sobre a questão específica da dificuldade que eu comentei aqui, o Dr. Imar também comentou, sobre a coleta, coleta de material biológico e acesso a recursos genéticos. Hoje o que está vigente é uma Medida Provisória, como ele falou, mas tem uma lei que deve vir ao Congresso Nacional, que é a PL de Acesso a Recursos Genéticos, e que essa Medida Provisória trouxe, a meu ver, um excessivo controle sobre as atividades dos pesquisadores. E o que está... Tanto com relação à CGEN e depois a normativa do SISBIO, um ligado a recursos genéticos, outro ligado a coleta de material biológico, mas é difícil para um pesquisador, um gestão de ciência, tecnologia dissociar a coleta de material biológico e de recursos genéticos. O excessivo controle acaba prejudicando, desestimulando as pessoas a entrarem nessa atividade. Então, hoje nós temos, por exemplo, a partir da implementação do SISBIO 2007, pouco estímulo a que novos pesquisadores na área de biodiversidade atuem e alguns pesquisadores já meio cansados desse excessivo controle, estão se dedicando à história da ciência, a outro tipo de atividade. Então, o que tem de propositivo? O MCT está discutindo nesse momento, por via da Secretaria Executiva, com os diretores dos institutos, principalmente o INPA, o Museu Goeldi e o Mamirauá a proposta do MCT para essa PL que vai chegar aos senhores. Então, nós estamos revendo esses conselhos, tanto o CGEN quanto o sistema de informação, que é o SISBIO, não achamos necessário que o SISBIO controle as atividades dos pesquisadores, essa é uma missão do MCT e, portanto, a ideia é que o CNPq faça o cadastro dos institutos de pesquisa, dos pesquisadores que trabalham com biodiversidade e não o SISBIO, que deveria estar cuidando das unidades de conservação e dos estudos e pesquisas desenvolvimento em unidade de conservação que é para isso que o Instituto Chico Mendes foi criado, não para coordenar as atividades de biodiversidade fora das unidades de conservação. Então, aí tem um acordo que tem que ser feito, uma negociação entre os Ministérios.

O Senador Geraldo Mesquita nos pergunta sobre os encontros regulares entre os gestores. No Pará... Na Amazônia nós temos o Fórum de Gestores Públicos da Amazônia, que é da SUDAM. Foi instituído acerca de cinco, seis anos atrás, teve no início uma atuação mais importante do que hoje, o ano passado eles voltaram e fizeram duas ou três reuniões, e acho que esse

ano uma reunião e no passado duas. Continua a articulação dos fóruns dos gestores públicos. No Estado do Pará nós temos uma condição interessante, que é o Protocolo dos Institutos de Ensino e Pesquisa, que também foi criado cerca de seis anos atrás, atuou mais fortemente até dois ou três anos atrás, hoje está mais enfraquecido, mas por conta da criação da Fundação de Amparo à Pesquisa, esses mesmos dirigentes dos institutos e universidades fazem parte do conselho da FAPESPA. Então, de certa forma nos reunimos durante... E discutimos ações importantes de C e T para o Estado do Pará. E aí temos os convênios estabelecidos entre as instituições com o Evandro Chagas, com a Embrapa, com o INPA, com as universidades, temos pós-graduações conjuntas, eu mostrei aqui quatro pós-graduações que o Museu Goeldi atua, sempre em conjunto com as universidades e institutos locais, e acho que esses fóruns são, além da SBPC que foi citado pelo Dr. Lauro, são fóruns importantes em que trocamos ideias com relação às ações de ciência e tecnologia para a região.

O Senador Flexa Ribeiro nos pergunta sobre o que é necessário, o que é preciso para trazer para a Amazônia o maior número de pesquisadores. Aí eu vejo três situações importantes, senador. Uma é a abertura de concursos públicos, sem a abertura de concursos públicos para os institutos de pesquisa, não há como fixar. As bolsas, elas podem atrair pesquisadores de fora, tem várias naturezas, pesquisadores doutores, pós-doutores, mas eles não se fixam na região, porque não está havendo concursos públicos na mesma intensidade em que há bolsas. Nós temos, só em termos de bolsa de capacitação institucional, por exemplo, que é as bolsas dadas pelo CNPq aos institutos do Ministério da Ciência e Tecnologia, nós temos hoje no Museu Goeldi cerca de 50 bolsistas de nível mestrado, doutor e pós doutor, contra 54 pesquisadores. Então, já temos quase que o equivalente de bolsistas e pesquisadores no quadro... Do quadro da instituição. Então, a questão do... Dra. Elisabeth nos mostrou que o Evandro Chagas não tem concurso público há 23 anos. Não é o caso do Museu Goeldi, que tem tido concursos públicos nos últimos anos, mas muito aquém da sua necessidade. Todos os institutos já levaram ao Ministro da Ciência e Tecnologia a sua necessidade, ele já pleiteou junto ao Ministério de Orçamento e Gestão, mas não foi atendido no pleito, que seria cerca de três mil doutores para todos os institutos do MCT. Então, esse ano o Museu Goeldi só teve duas vagas para pesquisador e duas vagas para tecnologistas de nível superior. E outro é estímulo salarial, certamente hoje com carreira de C e T nós temos maior estímulo, os salários melhoraram, e hoje tem muito mais estímulo do que no passado,

quando o pesquisador ganhava cerca de quatro, cinco mil reais, hoje ele ganha, no ápice da carreira, cerca de dez mil reais líquido.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Dra. Ima, desculpa interromper. O professor Lauro Morhy citou a existência de 2.800 profissionais da Ciência e Tecnologia. Isso envolve bolsistas, esse número, Dr. Lauro? Não, né? São profissionais.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: A atuação de dois mil doutores. Envolve alguns bolsistas, sim.

SR. LAURO MORHY: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu pergunto o seguinte, esses profissionais são profissionais já...

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: No mercado de trabalho? Já atuando?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, eles foram recrutados através de concursos públicos?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Geraldo quer saber se eles estão já estáveis, concursados.

SR. IMAR CÉSAR DE ARAÚJO: Se eles são efetivos ou parte deles são bolsistas?

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Parte deles, eu acredito que sejam bolsistas.

SR. LAURO MORHY: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LAURO MORHY: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: [pronunciamento fora do microfone].

Esses números devem estar associando os doutores que estão pesquisadores e professores das universidades, e mais alguns bolsistas doutores com nível de pós-doutorado que estão na região com bolsas. Esse número deve estar representando isso. E a outra condição, então os concursos estímulos salarial e instituições consolidadas e com recursos, com orçamentos capazes de garantir agendas de pesquisa de longo prazo e comprometidas com que a Amazônia necessita. Então, essas três situações são *sine qua non* para que nós tenhamos, atraiamos mais doutores para a região amazônica.

A lei de inovação o Dr. Imar já falou, só gostaria de acrescentar que há dificuldade muito grande na sua implementação, não é fácil realmente implementar essa lei de inovação porque ela vai de encontro à legislação vigente com relação à questão orçamentária

que eu coloquei aqui, ao modelo de como funciona a relação com o orçamento, com a... Então a instituição não pode receber recursos, por exemplo, hoje, na sua... Como fonte... Na fonte, sem que ela tenha o orçamento para garantir que esse recurso entre. Então, se eu me associo como empresa e eu não tenho orçamento capaz de receber esse recurso, eu tenho que me utilizar de outras alternativas que hoje ou até o ano que vem nós temos autorização, os institutos e universidades, de utilizarmos das fundações de apoio. Mas já há uma restrição, um acórdão do TCU que limita essa parceria entre as instituições de pesquisa e universidades com as fundações, isso deve estar sendo regulamentado nos próximos anos, então eu acredito que isso também vá prejudicar com relação à parceria com empresas, porque enquanto nós não mudarmos a forma de como os orçamentos chegam nas instituições e como... Se eu aumento a minha receita própria, o orçamento de receita própria, eu impacto o orçamento na fonte sem. Então, não é um orçamento extra. E aí dificulta para a manutenção da instituição. Então, essa equação tem que ser resolvida para que a lei de inovação possa ser de fato implementada.

E aí com relação aos doutores que eu gostaria de enfatizar com um pouco mais de cuidado, é a questão dos botânicos. Hoje há uma crise na Amazônia com relação à botânica. Nós temos hoje atuando na Amazônia, produzindo floras, trabalhando com formação de recursos humanos e produzindo *papers* de qualidade, muito poucos doutores, não chegam a 10 pesquisadores botânicos taxonomistas. São cinco, seis botânicos taxonomistas e isso equivale a um botânico para cada um milhão de quilômetros quadrados na Amazônia ou o equivalente a um botânico para cada 10 mil espécies de plantas. Só para comparar com a Grã-Bretanha, nós temos na Grã-Bretanha um botânico para 600 quilômetros quadrados ou um botânico para três espécies de plantas. Então, para vocês verem que o desafio do conhecimento da biodiversidade, de plantas, quando nós estamos falando da valorização da floresta em pé, da valorização dos produtos de recursos naturais da Amazônia, tudo que a Embrapa aqui apresentou, a Dra. Beth falou e tudo que nós também apresentamos, o que nós temos já de espécies ameaçadas de extinção e tudo, vocês veem que há uma necessidade de um programa. Eu fiz um exercício rápido para o Estado do Pará, eu apresentei a fundação e a secretaria de ciência, tecnologia e nós precisaríamos hoje para triplicar o esforço que nós temos hoje, então ter de 15 a 20 botânicos atuando no Estado do Pará, nós precisaríamos de apenas três milhões de reais por mês contando com o salário deles, com bolsas de produtividade que seriam bolsas de apoio adicionais, com recursos

para tratamento de floras, para levantamentos... São cerca de três a cinco milhões de reais, o que é nada. Por ano. Para que a principal instituição no Pará que tem feito isso é o Museu Goeldi, temos alguns outros poucos pesquisadores botânicos na UFPA, a Federal Rural, nenhuma na Universidade Federal do Pará, pelo menos em Belém, tem uma taxonomista em Santarém e um ou dois na Embrapa, não é Cláudio? Talvez um ou dois pesquisadores na Embrapa. Então, essa... Há uma crise dos botânicos na Amazônia, isso no passado já foi bem melhor do que é hoje, então acho que essa é uma área que tem que ser investido.

E com relação... Só para terminar, os trabalhos de brasileiros estrangeiros, as publicações, aí nós temos que dizer que esse reconhecimento dos pares que o Dr. Imar falou, ele é cada vez mais exigido do pesquisador, que ele faça... Produza e dissemine a sua produção em revistas indexadas nas principais bases de indexação do mundo, que é a base ISI, e poucas revistas brasileiras tem indexação nessa base ISI. Então, por conta disso, tanto os brasileiros quanto os pesquisadores estrangeiros ou os amazônidas brasileiros de outras regiões e os estrangeiros produzem o conhecimento, divulgam o conhecimento, seus *papers* são publicados nessas grandes revistas que tem essa indexação na base ISI, porque essa é a principal, digamos assim, fonte, base de dados e que todos os países, quando você diz o Brasil é o 13º, etc., se conta a publicação nessas bases de dados. Então, o que o Brasil já fez de esforço? Ele já investiu fortemente na indexação de suas revistas na base SciELO, que é uma outra base de dados que tem importância na América do Sul e houve investimento do CNPq forte para indexação dessas revistas, apoio, etc., algumas das revistas nós já temos indexadas, mas quando você vai partir para cursos de pós-graduação, aí a CAPES entra... Pena que o Dr. Jorge Guimarães não esteja aqui, com uma avaliação das revistas brasileiras baseadas na qualificação ISI, e não baseada na indexação SciELO. E aí entra em discussão, que é o que está sendo discutido com a comunidade científica nas sociedades científicas, nos institutos, etc., as revistas brasileiras, elas mesmo com todo o recurso que foi colocado para que essas revistas melhorassem de qualidade, quando chega na avaliação da pós-graduação, ela não é contabilizada no mesmo nível que nós gostaríamos que fosse e aí alguns cursos que têm seus pesquisadores publicando mais em revistas indexadas na base SciELO não são contabilizados com conceito melhor. Então, há toda uma avaliação da CAPES dos periódicos brasileiros e alguns bons periódicos que têm melhorado bastante, que tem... Mas ainda não chegou na qualificação do ISI, ficaram com uma qualificação bem baixa. Então,

essa discussão, ela está ocorrendo, deverá ser discutida na SBPC e tudo isso influencia de onde o brasileiro e o amazônida, em particular, está produzindo. Então eu, como pesquisadora, para melhorar o curso de pós-graduação em botânica, do qual eu faço parte, eu tenho que publicar nas melhores revistas internacionais e infelizmente não estão no Brasil. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Ima e me preocupo de colocar mais uma espécie na lista das de extinção, que são os botânicos, pelo que a senhora acabou de nos dizer aqui. Mais uma preocupação, Senador Augusto Botelho, são tantas espécies em extinção que eu me preocupo que nós, nós os humanos, estejamos também daqui a pouco incluídos nessa lista.

Passo a palavra à Dra. Elisabeth.

SRA. ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS: Começando pela pergunta da Ima, esse assunto é... Eu concordo com que o colega da Embrapa disse, com que ela disse, mas é um assunto que precisa de muito mais discussão, aqui não é um fórum e eu vou pular. Fixação de pesquisadores também é um assunto difícil de discutir aqui, mas, sobretudo o que eu vejo aqui das perguntas é o seguinte. Senadores, a gente não precisa na Amazônia só de recursos, a gente precisa que mudem muitas regras, que se discutam regras, porque se vocês mandarem dinheiro e essas regras continuarem do mesmo jeito, não vai adiantar nada. A Ima diz que precisaria de uma coisa ridícula para contratar não sei quantos botânicos lá, pois se mandarem esse dinheiro para ela, ela não vai poder contratar mesmo, porque eu tenho dinheiro e não posso contratar, viu? Quer dizer, dinheiro nesse país não parece ser o problema. Agora, as regras... Bom, agora o Ministério do Planejamento, eles simplesmente não querem que a gente trabalhe. Se, aliás, servidor público é assim, se ele não fizer nada, ninguém lhe cobra isso. Então, ele pode receber o dinheiro dele no fim do mês e não fazer nada, e ninguém cobra. Agora, se quiser trabalhar, é uma trabalhadeira danada, é horrível. Então, não adianta só dinheiro, tem que ter regras mudadas com urgência.

Sobre nós não nos encontrarmos, olhe, eu concordo com que os colegas dizem, a gente não se encontra suficiente. Entretanto, um mecanismo, os mecanismos que a Ima listou estão ótimos. E tem uma coisa que as financiadoras fizeram e que ajuda muito, como agora você precisa ter projetos interdisciplinares e multi-institucionais, isto na verdade fez mais para forçar as instituições a terem interlocução uma com a outra do que todas as regras anteriores. Alguém... Mas acho que foi o Senador que já não está aqui, falou em desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Eu nem

ia falar isso, mas... Desenvolvimento sustentável já é uma coisa complicada, se você pensa em desenvolvimento sustentável com modelo de desenvolvimento que o mundo inteiro usa, a gente chega assim na situação de que eles nem são compatíveis. Então, a gente deixa o modelo aí e a gente vai fazendo o possível para que seja sustentável, mas há uma incompatibilidade fundamental entre falar em desenvolvimento sustentável e adotar um modelo de desenvolvimento que o mundo inteiro usa e a gente também, apesar de criticar, usa.

Bom, falta a Coordenação-Geral, Senador. Olha, só adiantaria um Ministério para a Amazônia se ele fosse forte, e não vai ser. Então, tudo que eu queria é ter um escritório dentro do Ministério do Desenvolvimento, um escritório que chegasse lá e defendesse a Amazônia, visse todas as coisas, que não deixasse a Amazônia ser surpreendida como a gente é de vez em quando e a última foi essas regras que mudaram pra gente dar bolsa. No instituto Evandro Chagas, 51% dos servidores nossos são bolsistas. Eu só tenho 48 e pouco de pesquisadores reais. Que daqui para 2011, 49% desses pouquinhos que são da casa já vão poder se aposentar, se vão se aposentar ou não eu não sei, mas já poderiam, se quisessem. E hão de convir, desses 51% de bolsistas, tem bolsistas a 15, 20 anos na instituição. Quer dizer, é até uma incompatibilidade legal você ter uma pessoa durante tanto tempo passando de uma bolsa para outra e agora o poderoso Ministério do Planejamento, eu nem quero falar mal dele, porque a gente está precisando de concurso e eles é que estão tratando disso. Mas veja lá, eles dizem assim: "Não, o serviço público não pode ter bolsa, porque bolsa caracteriza salário que no serviço público só pode ser feito com concurso". Droga, claro que é! Eles querem o quê? Que a gente trabalhe como? Que a gente cresça como? Ou porque dizem "A Amazônia não pode crescer" a gente vai ficar lá quietinho? Não. Aliás, somos quietos até demais. Mas, então, se eles botam uma regra dessa, você vai fazer como? Então, veja bem, depois de uma luta enorme, a gente conseguiu apesar de querer o concurso, estou farta de saber que nem toda pessoa inteligente, boa pesquisadora, aplicada e tudo vai passar no concurso. Isso já estou partindo do princípio de que vai sair esse ano, se Deus quiser. Então, aí faz o concurso, eu espero que a maioria passe. E aquele inteligente, inovador, importante para a instituição, fazer o que com ele? Dizer: "Tu não passastes, vai embora", mas nem pensar.

Então, já queria ter um recurso, uma maneira de conservar a bolsa até o outro concurso, para ver se ele passava. Agora, aí conseguimos dinheiro no Ministério da Saúde durante... A garantia de que durante dois

anos, tendo que renovar, claro, a gente conseguiria dinheiro. Agora, não posso, o dinheiro está lá e eu não posso. Porque... E bolsa no serviço público é salário, o que é verdade. E eles mudaram essa regra antes de resolver os problemas outros. Então, complicado, só dinheiro não adianta.

Alguém falou... Eu não lembro quem. Mas eu acho que foi ainda o senhor. Que a gente precisa da tecnologia de ponta, complicada, mas também precisa de tecnologias em nível mais baixos. Eu diria, Senador, que a gente precisa de tecnologia em vários níveis de apropriação, quer dizer, a gente tanto precisa ser apropriado uma tecnologia como aquela que você tem... Falou lá para os garimpeiros, basta diminuir a inclinação da Cobra Fumando que a produção de vocês, a recuperação do ouro vai ser maior, tanto precisamos dessa, como aquela que eu preciso assim das brilhantes inteligências que isso a gente tem.

Eu não vou responder coisas que acho que já foram otimamente respondidas. Levar pesquisadores para a Amazônia. Eu concordo com a Ima e por isso eu repito que é preciso sobretudo concurso público. Agora, concursos públicos, veja bem, a Amazônia. Aí você vai fazer... O concurso tem que ser para o país inteiro. Aí você vai fazer um concurso aqui na Amazônia, passa. Assim que passa você pergunta logo: "Quanto tempo eu posso ficar na Amazônia antes de pedir transferência para lá?". Isso é uma droga, não pode ser. Isso é regra. Tem que ter regras diferentes. Porque senão isso vai continuar acontecendo. Aí você a duras penas consegue um concurso, consegue a vaga, o "desinfeliz" vai para lá e daí a três anos volta para o Sul Maravilha. Ora, não tem condição.

A lei de inovação que eu não conheço tão bem quanto à Ima, eu conheço um pouquinho de nada, é melhor que ela exista do que não exista. Agora, eu gostaria que ela tivesse sido mais discutida e eu... Às vezes eu... Não, é melhor não... Não, de jeito nenhum.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Aqui é um ambiente democrático, pode falar.

SRA. ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS: Não vai ninguém concordar comigo nessa Mesa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Fale. É bom a gente ouvir o contraditório.

SRA. ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS: Não, eu só ia dizer que às vezes eu achava que ela é assim um instrumento muito bom para conferir um valor econômico para o conhecimento. E eu, no fundo do que eu penso, ainda que nem sempre tenha coragem de defender, não sei se o conhecimento não devia ser mais de todo mundo... Então era uma coisa que dentro dessa lei a gente precisaria ver.

Ensino básico. O meu Estado, que nem sempre ele faz as coisas assim tão próprias, ele tem um programa que já começa a fixar no nível fundamental, no ensino fundamental. A gente lá no instituto chama de PIBiquinho, não que seja esse o nome, é que eu não me lembro o nome, mas é um PIBIC que... Ah é, PIBIC Júnior. Ele começa a agregar alunos no ensino médio, isso é bom, mas quando eu me referi ao ensino médio, quero ao menos que eles saiam do ensino sabendo ler, o que não está acontecendo muito, né? Mas tem esse PIBiquinho, que é uma boa ideia.

Quantos pesquisadores na Amazônia, eu não vou entrar nisso. Outra coisa, pesquisas ou trabalhos publicados. Acontece muitas vezes que um pesquisador estrangeiro desenvolve dentro de uma instituição um trabalho de pesquisa. Como o potencial e a... O estrangeiro geralmente ele é mais convencido do que o nosso pesquisador de publicar logo. Então, às vezes uma pesquisa da qual aquele estrangeiro participou, nem foi o pesquisador mais importante, mas ele acaba publicando mais que os nossos pesquisadores, e todas aquelas outras regras também precisam ser vistas.

Nosso colega da Embrapa lá pelas tantas disse que quem paga a conta é o pesquisador e tudo. Não, quem paga a conta de tudo nesse país é mesmo a população. Inclusive dos nossos salários, bons ou maus, das nossas pesquisas apropriadas ou não, com bons resultados ou não. Ele não recebe o resultado, mas quem pagou a conta foi ele, e paga adiantado.

Aqui fiz uma nota que não sei o que é. Essas dificuldades que o Goeldi e outras instituições têm com essas regras que estão sendo de controlar o pesquisador, pesquisador e eu sou, posso dizer, pesquisador é muito abusado. Eu acho que precisa das regras, sim. Agora, veja, lá no Instituto Evandro Chagas, a gente tem usado essas licenças para a instituição. Então, a gente sempre encara como licenças que devem ser dadas para a instituição. Quer seja na própria... Como é aquele... A gente sempre pede uma... É a instituição que precisa fazer isso, nós não temos tido problema. Eu não sei no SISBIO, eu estou por fora desse negócio de se a gente tem tido dificuldade ou não, mas no CGEN e licenças para ter animais e tudo, e como ninguém protege o homem e a nossa maior pesquisa é com homem, não tem ninguém que me impeça de ir lá e é sobre tudo isso que a gente faz. A gente vai investigar homem, ninguém protege, por enquanto está bom para nós [risos].

Eu acho que... Eu não entendi duas coisas. Mas já está na hora, vocês desculpem, eu comi um pedaço de chocolate ainda agora, porque eu sou diabética, tomo insulina, e eu já estava à beira de uma hipoglicemia, aí tive que comer o chocolate. Mas, mais uma vez

obrigada. E as instituições, e eu sabemos que estou falando por todas as que estão aqui, estão à disposição dos senhores, Senadores. Porque não é só vocês esperarem que a gente venha pedir para vocês. Quando vocês terem uma nota técnica, telefone. Na sexta-feira, às sete horas da noite, que o nosso Ministro da Saúde faz isso, e a gente vai trabalhar sábado e domingo e vai mandar para os senhores terem segunda-feira. Porque isso é o que essas nossas instituições fazem. Elas respondem bem. E o que nós estamos pedindo aqui é que os senhores respondam bem para nós também. Mas não é só dinheiro, viu? Se as regras não mudarem... Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço à Dra. Elisabeth Santos, diretora do Instituto Evandro Chagas, e Dra. Elisabeth, a solicitação que nós fazemos a V. Sas. é no sentido... V.Exa. terminou dizendo que as regras... A Dra. Ima falou sobre o mesmo assunto... Que precisam ser alteradas, essa é a função do Legislativo. Então, essas alterações para que possa funcionar melhor o sistema de ciência e tecnologia, vocês podem nos encaminhar essas sugestões que nós fazemos o processo legislativo sobre elas. E vão nos ajudar a defender, porque muitas delas o Executivo vai querer impedir que haja a mudança. Então, nós vamos fazer essa parceria com vocês, no sentido de que chegando a sugestão, nós possamos abrir o projeto legislativo e com o acompanhamento aprovado, para que eles possam vir a facilitar pelas mudanças que vocês... Que V. Sas entendem necessárias, a gente possa realmente consolidar o sistema de ciência e tecnologia no Brasil como um todo, porque as regras são para o nosso país.

Nosso convidado a responder os questionamentos, para encerrar a nossa Audiência Pública, Dr. Cláudio Carvalho, chefe geral da Embrapa Amazônia oriental.

SR. CLÁUDIO JOSÉ REIS DE CARVALHO:

Bom, eu vou tentar ser bem rápido, porque já estamos bem avançados na hora, mas é uma excelente oportunidade de debate.

Bom, eu queria falar primeiro, vou começar de trás para frente, falando sobre alguns questionamentos que o Senador Flexa Ribeiro fez a respeito da questão do que se debateu aqui sobre patentes e trabalhos publicados, acho que as coisas, elas andam um pouco imbricadas nas instituições de ciência e tecnologia. A Embrapa é um pouco especial, porque nós somos uma empresa que visa a produção de tecnologia, produtos e serviços. Então, para nós, o nosso pesquisador, ele é orientado, a política da empresa orienta que nós façamos pesquisas objetivando um produto e os *papers* são decorrência. E nós temos feito isso e isso tem dado

certo. Eu acho que grande parte dos pesquisadores da Embrapa, a Dra. **Joana Doberainer** era um exemplo disso, e mesmo hoje o nosso Presidente, o nosso atual Diretor Presidente que está aí, o Pedro Arraes, eles são exemplo disso, que trabalharam com variedade de feijão, com fixação de nitrogênio e etc., conseguiram um produto e mesmo assim... E além de conseguir o produto tem ainda reconhecimento científico com trabalhos publicados em revistas internacionais. Haja vista a questão agora de inoculante para a cana, que é uma das grandes aquisições, uma das grandes inovações que vai permitir uma economia enorme de nitrogênio. Mas enfim, eu acho que a orientação pode ser essa.

Agora, o que existe também na questão das patentes é que normalmente nos países de ponta as patentes elas surgem muito na academia. E nós temos universidades enfraquecidas quanto a esse aspecto. A gente tem muita dificuldade dentro da Embrapa em atuar junto com as universidades, porque nosso enfoque, o nosso ritmo é um pouco outro. Nós objetivamos o produto enquanto eles têm mais a questão do saber pelo saber, e nós estamos mais orientados, a pesquisa mais orientada a produzir algum serviço, alguma coisa. Mas enfim, hoje em dia com o advento das FAPs, Fundações de Apoio às Agências de Fomento, inclusive o Pará acaba de ter a dele agora, graças a Deus, que a Amazônia já tinha, outros estados já tinham e nós temos agora, acho que vai dar uma grande alavançada e vai ser um incentivo, e a instalação de parques tecnológicos. O nosso exemplo de associação, esse caso nosso da associação da Embrapa com parques tecnológicos que são da Universidade Federal do Pará, nós vamos querer trabalhar isso muito minuciosamente, para ver se esse modelo pode ser instalado e eu tenho a impressão que se isso já funciona em outros estados, tem que funcionar para nós também. Então, nós estamos muito implicados e muito aplicados em fazer com que isso funcione, acho que as FAPs e os parques tecnológicos. Eu tenho a impressão que a coisa por aí se nós fôssemos adentrar por esse aspecto, nós teríamos muito ganho muito grande no número de patentes. Aqui também o CBA criou uma grande expectativa na gente e ele tem um problema, me perdoe Imar, de falar, mas é porque a questão da... A governança no começo do CBA teve alguns problemas, mas agora o CBA está [ininteligível] e eu acho que é uma excelente oportunidade de associação do CBA com a Embrapa, sobretudo a Embrapa Amazônia oriental, ocidental, a gente tem até um certo ciúme do INPA também, que está mais perto de vocês, tem mais acesso. O CBA é magnífico, ele tem uma capacidade instalada enorme. Eu tenho a impressão que aí é outra vertente que nós

vamos poder alavancar mais patentes e processos e que vai colaborar bastante.

Agora, Senador Flexa, quanto à questão da fixação dos pesquisadores na Amazônia, além de tudo que já foi dito, necessidade de concurso, etc., existe uma coisa que se chama salário e condições de trabalho. Eu, mais do que ninguém, dessas instituições todas, está vivendo um drama hoje e nós estamos renovando 60% do nosso quadro, 60% do quadro de pesquisadores. E o pior, devido à crueldade legal que nós só podemos abrir uma vaga 18 meses depois que a folha roda vazia, o conhecimento tácito daquele pesquisador que sai não passa para o próximo, ou seja, e nós estamos captando gente com doutorado já no mercado de trabalho. Pessoas novas e que estão entrando sem aquele conhecimento e sem o tratamento de corporação que nós damos na Embrapa, porque na Embrapa nós temos todo um pensamento orientado para a instituição, então as pessoas entram sem esse pensamento institucional e com muito viés de academia, que para nós, em princípio, no começo é um pouco um obstáculo. Mas que nós estamos conseguindo contrapor isso e envolvendo esses pesquisadores em equipe mais experientes. Isso está sendo um problema para nós. Então, salário e condições de trabalho é fundamental. A pessoa vem do Sul, chega aqui, se ela tem um bom salário, ela até fica um pouco, mas se ela não tem condições de trabalho para estar publicando, para fazer coisas para progredir o conhecimento dela, fica muito difícil, então, se nós não temos laboratórios modernos, se não temos instalações condizentes, por exemplo, a biotecnologia, nós temos um problema seriíssimo para fixar as pessoas aqui. As pessoas normalmente vão embora e saem e vão para outros lugares mais adiantados. Nós tivemos um pesquisador em biotecnologia que durou três meses no nosso Centro e não conseguiu fazer o que ele queria e teve que ir embora, ele trabalhava com proteínas modificadas, e na época nós não tínhamos como fixar essa pessoa lá. Então, uma das coisas a se fazer é isso, é investir bastante em condições de trabalho.

Bom, agora eu queria passar às considerações que o Senador Mozarildo Cavalcanti fez também, e eu concordo com ele, que nós temos que ter uma ação integrada e complementar entre as nossas instituições com uma agenda comum para a Amazônia, para a solução dos nossos problemas mais emergentes. Porque é a consolidação da fronteira aberta, dos espaços, estudar a biodiversidade, os impactos, ter números sobre isso. Ter números sobre a biodiversidade, sobre os impactos. Nós temos que ter isso. Para poder lidar com as críticas, nós temos que ter contracríticas e para ter contracríticas nós temos que ter números.

É só assim que se convence as pessoas. E também eu concordo com ele, tem que se fugir um pouco do maniqueísmo, desse maniqueísmo do bom e mal, do certo e errado, de mata e não desmata, e colocar inteligência em cima disso. Eu tenho a impressão que se nós não... Tenho certeza, e as pessoas estão cada vez mais convencidas disso, se nós não colocarmos inteligência nisso, nós vamos ficar nessa lengalenga eternamente e ninguém vai dar um passo adiante na questão da Amazônia, do desmatamento, etc.

A questão do extrativismo, eu cito aqui... O extrativismo ele funciona até certo ponto, porque à medida que a pressão aumenta sobre o produto extrativo, esse produto extrativo fica escasso e se torna mais longe. O Oma(F) têm excelentes trabalhos mostrando isso. Por exemplo, o pau-brasil é um bom exemplo de produto extrativo que acabou, o pau rosa é outro produto extrativo que acabou. Então, para nós trabalharmos com as nossas... Nosso produto da biodiversidade, como por exemplo, andiroba, copaíba, etc., nós temos que ter sistemas produtivos, nós temos que colocar essas plantas em sistema produtivo. Tem que domesticar e ter sistema produtivo, sistema de produção. Senão, fica muito difícil. Já estou acabando. Deixa eu ver aqui agora...

O Senador Augusto Botelho também de Roraima, ele falou de bacaba, andiroba e tucumã, exatamente aí senador, o papel da Embrapa é colocar isso em escala, domesticar. Mas, nós temos uma coisa a mais que vale muito dinheiro e que ninguém paga. Nós fizemos pelo menos três expedições botânicas, o Dr. Rubens Lima, que é o nosso decano, já foi diretor duas vezes na nossa instituição, ele fez três expedições científicas em que ele arrebanhou uma grande parte de hemoplasma dessas plantas todas que estão lá no nosso centro. Então, nós temos uma diversidade muito boa para trabalhar melhoramento genético e inclusive como eu mostrei, o tucumã sem espinho, que já é um avanço bom para o manejo. Então, isso nós temos que fazer... O nosso papel é justamente esse, é criar escala qualquer pessoa diz: "Quero 100 toneladas de óleo de copaíba". Como é que faz? Não faz, ninguém tem. Então é isso, é criar escala.

E também na questão de registro de espécie de seres vivos, nós temos que prestar muita atenção porque nós temos tido já... Está havendo... Estão havendo pesquisas muito sérias sobre fungos e bactérias daqui do solo da Amazônia que são mobilizadores de fosfato. Se a pessoa... Os grupos conseguirem isso aí, isso vai ser um avanço enorme, porque vai nos economizar muito em fertilizante, mas é uma fronteira muito longínqua, a meu ver, de ser atingida.

Agora, a questão que foi colocada pelo Senador Geraldo Mesquita, sobre tecnologias sem fogo, qual a extensão e a possibilidade de transformar essa aplicação ficar mais corrente, eu acho, senador, que nós temos muito que avançar no lado legal disso. Justamente gerar políticas públicas. A Embrapa hoje tem no seu portfólio tecnologias sem uso de fogo para três níveis. Um produtor que não tem dinheiro nem para comprar um enxadão e que vive da plantação de mandioca em termos de arrancador, e nós conseguimos dobrar a produção dele, tem tecnologia para o médio, o médio grande produtor que é o Sistema Bragantino e tem aquele sistema sem queima que o senhor ouviu. Então, a questão... A filosofia é: Trocar fogo por fosfato, a gente queima para obter fósforo e para obter uma neutralização do solo. É por isso que o caboclo queima, além de limpar o terreno, porque é insano você limpar o terreno com uma foice. Só quem já experimentou fazer isso sabe o quanto pesa. Então, quanto à tecnologia que usa aquele trator, nós estamos já tentando colocar produto mais barato, que sejam mais em conta e agir na forma de patrulhas mecanizadas. E eu acho que já está na hora de nós começarmos um grande programa de não utilização de fogo na Amazônia, só com isso nós vamos preservar muito a biodiversidade, porque triturando nós conseguimos manter o raizame, o banco de sementes, etc. Então, seria uma coisa que eu queria colocar.

Bom, o Senador Casagrande, ele perguntou se o PAS atende às necessidades. Eu acho que o PAS, se não fizesse nada demais, só fizesse o zoneamento, por exemplo, no nosso Estado do Pará, já seria de enorme valia. Porque isso para mim, ordenamento territorial e a regularização fundiária, é tudo que esse estado quer para poder crescer e crescer bem. Nós todos sabemos disso.

Agora, à minha colega do Evandro Chagas, eu queria falar para ela o seguinte, que nós temos condições hoje de produzir um boi que nós chamamos de boi verde, que é o boi a pasto. E dentro do programa de boas práticas e com a instalação do laboratório de qualidade do leite, nós vamos poder rastrear, por exemplo, resíduo de pesticida, resíduo de hormônios em todos esses produtos. Então, é novamente a inteligência e tecnologia que tem que ser usada para contrapor nosso problema.

E o choro final é a questão de levar para os nossos Senadores uma provocação que seria tentar ver alguma forma de nos melhorar na agilidade de contratação, compras e cooperações. E outro tratamento para nós além da Lei 8.666, quer dizer, a Lei 8.666 nos impede muito de nós termos um desempenho muito melhor, são algemas que nos colocaram. E redução

também de impostos para nós. Por exemplo, taxistas compram carro com redução de impostos e nós do serviço público compramos com preço cheio. Então, se nós retirássemos impostos para fazer a compra de veículos, tratores e equipamentos em grande parte, seria uma imensa ajuda e uma enorme economia até para o fundo da União.

Seriam essas as minhas considerações. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Cláudio, Diretor-Geral da Embrapa Amazônia oriental e a todos os nossos convidados, que de forma brilhante trouxeram aqui informações da maior importância, para que nós possamos dar continuidade aos trabalhos da Comissão de Ciência e Tecnologia.

E ao finalizar, reitero a solicitação que fiz no início e por várias vezes de que V. Sas. encaminhem aos parlamentares, aos Senadores propostas de alterações da legislação vigente que possa vir a ajudar a consolidar e ampliar o sistema de ciência e tecnologia na Amazônia e no Brasil.

Agradecendo a todos, dou por encerrada a nossa Audiência Pública de hoje.

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para tratar de questões relativas à fronteira brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 68, de 2009-CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, aprovado em 17/09/2009, com a **Presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, Geraldo Mesquita Júnior e Valdir Raupp**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, convida o Embaixador Ênio Cordeiro, Subsecretário-Geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, para compor a Mesa. O Presidente concede a palavra ao Embaixador Ênio Cordeiro para fazer a sua exposição. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e

vinde e sete minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**, Presidente.

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 33 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa de leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos, agora, à apreciação da pauta. Audiência pública para tratar de questões relativas à fronteira brasileira, em atendimento ao Requerimento nº. 68 de 2009, da Comissão de Relações Exteriores, de minha autoria.

Como já estando compondo a Mesa o Sr. Embaixador Ênio Cordeiro, Subsecretário-Geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, concedo a palavra ao embaixador, para que possa fazer sua exposição a respeito das nossas fronteiras, ou melhor, da faixa de fronteiras do Brasil com os países limítrofes.

EMBAIXADOR ÊNIO CORDEIRO: Muito obrigado, Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão. Antes de mais nada, um agradecimento especial de parte do Itamaraty, pelo convite de participar e deixar registrado nesta sessão da Subcomissão o ponto de vista do Itamaraty a respeito da questão de fronteiras e faixa de fronteiras.

Eu vim, hoje, acompanhado dos chefes das comissões de demarcações de limites do Ministério de Relações Exteriores e do Diretor-Geral do Departamento da América do Sul, do Itamaraty, Ministro João Luiz Pereira Pinto.

Eu gostaria, senador, de, nessa rápida exposição, deixar registrado três linhas de comentário: a primeira, a questão geral da integração sul-americana e como a integração fronteiriça participa e como essa dimensão, na integração fronteiriça, participa do esforço ou se incorpora ao esforço de integração sul-americana. Em seguida, fazer breves comentários sobre a questão

de demarcação de fronteiras e da integração fronteiriça como tal.

Os senhores sabem que a integração da América do Sul é uma prioridade central de política externa brasileira, não é uma prioridade excludente, porque o Brasil continua fazendo um esforço de uma diplomacia universalista e que amplia suas esferas de relação com todos os países, todos os grupos de países ao mesmo tempo, mas nós vemos a integração regional como, na verdade, o ponto de partida, a partir do qual o Brasil e todos os países da região podem fortalecer a sua presença no mundo.

O Brasil é um ator central em todas as negociações internacionais, participa das negociações sobre fortalecimento do multilateralismo, fortalecimento das organizações multilaterais, a rodada de Doha, Comércio Internacional, G-20 financeiro, sobre a reestruturação do sistema financeiro internacional, mas, em todas essas negociações, o Brasil é um ponto de referência pela sua capacidade de mobilização, pela sua capacidade de influência.

Nós costumamos dizer que, sem uma articulação de interesses no plano regional, é muito difícil que qualquer país, não só o Brasil, qualquer país possa exercer influência no plano mundial. E, se um país não é capaz de exercer influência no plano regional, seria muito difícil, também, que pudesse projetar sua capacidade de influência no plano internacional.

Então, os esforços de integração têm esse sentido, eles, além de aproximarem os países, fortalecem a presença dos países no cenário internacional.

O Presidente da República costuma dizer que o Brasil não é uma ilha, e, nesse sentido, ele está sempre querendo dizer que a projeção de uma prosperidade e desenvolvimento do Brasil não pode ser vista isoladamente do seu entorno regional.

O Ministro de Estado também costuma dizer que não há espaço para isolamento, que todos os países, hoje, no mundo, atuam em blocos; a China é um grande bloco, os Estados Unidos atuam em blocos, a União Europeia atua em bloco, todos os países África, grupo dos 77, todos os países procuram, nas suas realidades geográficas, nas suas realidades políticas, proximidades que possam fortalecer sua presença no mundo.

O nosso ex-Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que acabou de assumir as funções como Ministro de Estado da Secretaria de Assuntos Estratégicos, costuma insistir também, quando faz suas exposições, de que todo país precisa desenvolver relações harmônicas com seus vizinhos. Não existe país que possa se dar ao luxo de dispensar uma convivência harmônica com os vizinhos, e o Brasil é um país muito especial nesse sentido, porque

nós somos o terceiro maior país do mundo, em termos de números de vizinhos. O Brasil tem dez vizinhos, e apenas dois outros países têm mais vizinhos que o Brasil, que são exatamente a Federação Russa e a China, República Popular da China.

Um país que tem dez vizinhos, é o terceiro maior em número de vizinhos, também tem uma dimensão de fronteiras que espanta pelos números. Nós temos quase 17 mil km de fronteiras com esses países vizinhos. Esses quase 17 mil km de fronteiras, se alguém se lembra que a circunferência da Terra é um pouco mais de 40 mil km, quer dizer, as fronteiras do Brasil é praticamente a metade da circunferência da Terra. Isso demonstra o tamanho do desafio que nós temos na área de fronteiras e nas relações com vizinhos.

Essa dimensão de vizinhança, portanto, é uma dimensão que sempre esteve presente e que não pode deixar de estar presente nas relações externas do Brasil. O Brasil é um país que tem vizinhos, há outros países que têm menos vizinhos, há outros países que têm vizinhos problemáticos, o Brasil, felizmente, pela sua história e pela sua localização geográfica, pela natureza das relações que desenvolve com seus vizinhos, é um país que, desde a época do Império, na verdade, essa dimensão de vizinhança, na política externa, sempre foi muito presente. Estava um pouco centrada, na época do Império, nos países do Cone Sul, na Bacia do Prata, mas, hoje, essa nossa preocupação é com construir um projeto comum com a vizinhança, se estende às vizinhanças maiores: a América do Sul, América Latina, América Central e Caribe.

Esse é o sentido prático da integração, então, nós costumamos dizer, um esforço de integral, um esforço de organização da vizinhança, em torno de um projeto comum. Parte esse esforço da centralidade das relações bilaterais entre os países, mas o que se está aqui é construindo um novo sistema orgânico de relações, com base nessa realidade comum da vizinhança.

Nesse sentido, é sempre curioso salientar que a América do Sul é o último continente que está se organizando politicamente, em torno de um projeto de identidade comum, de um projeto de aproximação política. E esse projeto tem alguns pilares centrais. Os pilares centrais, eu diria que são quatro do projeto de integração: o primeiro é o fortalecimento do diálogo político entre os países da América do Sul em proveito de maior estabilidade política, maior estabilidade democrática, em toda a região; o segundo pilar é o pilar da promoção de maior integração econômica e comercial entre os países da América do Sul; o terceiro pilar é o pilar da maior promoção de uma maior integração da infraestrutura, da infraestrutura de transportes, comunicações e energia no continente; e, por último,

um quarto pilar é o que diz respeito à preocupação central da subcomissão, é a questão da integração fronteiriça e da integração cidadã. É uma integração voltada não apenas para aqueles três pilares iniciais, de fortalecimento do diálogo político, de promoção da integração econômica, de integração da infraestrutura, mas também é muito voltada para o estreitamento das relações de fronteira e para atender às necessidades do cidadão de fronteira.

Com relação ao diálogo político, eu diria, apenas para citar rapidamente, objetivos que se buscam, com relação a cada um desses pilares. Em matéria de diálogo político, o que se busca é desenvolver uma capacidade endógena na América do Sul, entre os países, através da coordenação e do diálogo e de resolver pacificamente, de resolver de forma constitucional situações de conflito interno entre os países e, pacificamente, situações de conflitos entre dois países na região. Até porque qualquer região que não desenvolva essa capacidade endógena de resolver seus próprios problemas é uma região que rapidamente se tornaria quintal de outras influências.

Em matéria de integração econômica, basicamente, o que se busca é construir um ambiente de prosperidade comum. No entendimento de que a prosperidade dos nossos vizinhos é parte da prosperidade do Brasil, também, e que, inversamente, quer dizer, se houver instabilidade econômica e social nos países vizinhos, isso afeta diretamente a nossa capacidade de promover o desenvolvimento do Brasil.

Aqui, o que se busca, essencialmente, nesse pilar da integração é aumentar o intercâmbio entre os países da região, e nós estamos fazendo um esforço muito forte no sentido de aumentar o intercâmbio comercial e investimentos de integração produtiva entre os países da América do Sul.

Os dados estatísticos eu não vou citar, mas dão um exemplo impressionante de como simplesmente, nos últimos seis anos, seis anos e meio, nós conseguimos multiplicar por quatro o nível de comércio e de intercâmbio entre os países, o Brasil e os países da América do Sul.

Há a integração que fazemos no âmbito do MERCOSUL, há também a integração que nós fazemos no âmbito dos acordos de livre comércio entre os países do MERCOSUL e outros países da região. No âmbito da infraestrutura eu diria, Senador Mozarildo, que nós temos aqui, provavelmente, o maior *déficit* integrador da região sul-americana. O continente sul-americano é um continente que mal se comunica, onde há falta de estradas, há falta de pontes, há falta de comunicação. Alguém que queira sair, olhando daquele mapa, alguém que queira sair de Santiago e vir à capital do

Brasil leva mais tempo do que sair de Santiago e chegar a Tóquio ou sair de Santiago e chegar a Madri. Nós temos deficiência de transportes aéreos, nós temos deficiência de transportes regionais, não há voos regionais, e não há um marco regulatório que facilite para as pessoas saírem de uma cidade fronteiriça na Bolívia e poderem se deslocar para uma cidade fronteiriça no Brasil.

As dificuldades também são da ordem de um marco regulatório de custos, de custos de transportes, mas, aqui, tem sido feito um esforço enorme, no sentido de identificar eixos de desenvolvimento, identificar vias e corredores bioceânicos de integração, eixos de desenvolvimento que fazem parte da iniciativa de integração da infraestrutura da América do Sul, que é IIRSA.

O grande gargalo que nós temos desses esforços é o gargalo do financiamento. O Brasil tem feito um grande esforço no sentido de financiar obras de infraestrutura de integração na América do Sul. Nos últimos anos, já se aprovaram mais de 60 projetos que contam com financiamentos brasileiros, por um valor total de mais de sete bilhões de dólares. Agora, isso, nós temos recursos do BNDES, nós temos recurso do PROEX, nós temos até uma lei nova, a Lei 11.499, que permite ao Brasil fazer financiamentos concessionais para atividades de operações e obras de integração física na América do Sul.

Ora, esses recursos são recursos limitados, apesar de serem recursos importantes, diante da grande necessidade de integração do continente. Há questões de custos, há questões de garantias, hoje em dia, para você fazer uma operação de financiamento, para qualquer país, na região da América Latina e do Caribe, às vezes, os custos de garantias, porque os critérios de precificação utilizados pelo BNDES, pelo sistema brasileiro, são critérios importados da OCDE, podem elevar o custo do financiamento em mais de 40%.

Há, também, essa área de integração energética, que é muito importante, eu diria que, hoje, na América do Sul, a energia o mesmo fator integrador, o aglutinador de força de integração como o carvão e o aço exerceram uma função aglutinadora nas origens da integração europeia.

E com isso, senador, eu passaria, então, quer dizer, à quarta e última dimensão, que é o ponto central dessa nossa participação, hoje, nas atividades da Subcomissão. A integração fronteiriça é um novo universo dentro desse grande mundo da integração sul-americana. Hoje em dia, as fronteiras não são mais vistas como espaço de separação, elas são verdadeiramente espaços de integração, houve uma densificação das relações fronteiriças, e, hoje, nós costumamos dizer que, em grande medida, a agenda de integração do

Brasil com os países da América do Sul é uma agenda de integração fronteiriça.

Há, além das relações normais entre os países, entre o Brasil e cada um dos países vizinhos, relações federativas que estão se desenvolvendo nos últimos anos. Em boa medida, hoje, quando se fala de relações do Brasil com a Venezuela, são relações que transitam pelo Amazonas, são relações que transitam pelo Estado de Roraima. Quando nós falamos relações do Brasil com Paraguai, nós estamos falando, também, de aproximação política, aproximação econômica, aproximação de toda natureza cultural, educacional, entre os Estados do Sul do Brasil e do Paraguai; com a Bolívia é a mesma coisa com relação aos estados do Mato Grosso.

Hoje, existem associações federativas como o ZICOSUR, como o MAP(F), que são encontros de autoridades de municípios, encontro de autoridades estaduais, de departamentos, de províncias de outros países e de estados brasileiros.

E há um fato curioso, também, que grande número de visitas presidenciais que se realizam, hoje em dia, são visitas que ocorrem na fronteira. Isso não é um fato novo, quer dizer, visitas importantes que nós tivemos no passado e que marcaram relações, por exemplo, do Brasil com a Argentina, o encontro de Uruguiana, foi o Presidente Quadros e o Presidente Frondizi que se encontraram na cidade de Uruguiana e de Passo de Los Libres. Mas, hoje em dia, um grande número dos encontros que o Presidente da República tem com os mandatários dos países sul-americanos se realiza em cidades de fronteira, e o Presidente, nos últimos seis anos, já fez mais de 80 visitas a países vizinhos, já recebeu, também, mais de 80 visitas de mandatários de países vizinhos. E, nessas visitas, há um universo de acordos de cooperação que são assinados, mais de 400 acordos, na área de cooperação técnica, e todas as áreas de cooperação foram firmadas nessa vizinha, nos últimos seis anos e meio.

Essa dimensão e esse universo novo de integração fronteiriça, ela também se calca numa densificação das relações humanas. Nós temos, hoje, uma nova demografia de fronteiras no Brasil, há uma maior circulação de pessoas, de bens e serviços.

Então, grande parte da agenda que nós temos com os países vizinhos é uma agenda voltada para a fronteira, voltada para a integração de aduanas e de serviços fronteiriços e para atender às necessidades desses movimentos migratórios, que são bastante recentes na história; não tão recentes assim, tem quatro décadas que iniciaram, mas, hoje, é um forte contingente de brasileiros e descendentes de brasileiros que residem na área fronteiriça com o Paraguai, mas, tam-

bém, não é apenas com o Paraguai, e nós recebemos contingentes importantes de países vizinhos, também, sobretudo, paraguaios, bolivianos.

Mas as pessoas que estão acostumadas a transitar pelas fronteiras do Norte sabem que 5%, hoje, da população do Suriname é constituída por brasileiros, 5% da população da Guiana é constituída também, hoje, de brasileiros e que estão sempre numa situação muito precária em termos de regularização da situação migratória, por isso que, em grande parte, a nossa agenda de integração fronteiriça, a nossa agenda de integração para os países da América do Sul é voltada para atender às necessidades dessa transumância, são acordos de regularização migratória, que nós estamos firmando com todos os países, são acordos de facilitação de residência, que estamos fazendo, também, no âmbito do MERCOSUL e da UNASUL, são acordos de dispensa de passaporte e de vistos, que permitem que os cidadãos sul-americanos possam transitar de um país ao outro com a simples utilização de um documento de identidade.

São acordos de permissão de trabalho, de residência e de estudo, isso está acontecendo com a maioria dos países já, quando não temos um acordo em vigor, estamos negociando um acordo. Esses acordos permitem que o cidadão fronteiriço, é alguma coisa que na Europa existe há algumas décadas, a condição de um estatuto de fronteira do cidadão *frontière*, aquele que pode, com seu simples documento de cidadão fronteiriço, ter, além do livre trânsito entre as cidades de fronteira, ele pode, por ser cidadão residente nessa faixa de fronteira, ter uma autorização automática de estudo, de residência, de trabalho, no outro lado da fronteira.

Hoje em dia, houve uma grande vivificação, onde as pessoas que vivem na faixa de fronteira, o pai mora nessa cidade, o filho mora na outra cidade, a tia e os primos, avós, há uma interpenetração das famílias na região de fronteira e há uma necessidade de atender essa exigência de facilitação de maior circulação, de maior facilidade na circulação de pessoas de bens e serviços entre a fronteira.

Há, também, a questão de prestação de serviços de saúde, e isso precisa ser atendimento com acordos específicos na área do relacionamento bilateral com os países vizinhos. Nós estamos solucionando, através de um acordo que acabou de ser aprovado no Congresso brasileiro, a questão de prestação de serviços de saúde na fronteira com o Uruguai, porque, até recentemente, uma pessoa que precisasse de serviços em hemodiálise, por exemplo, em Santana do Livramento, precisava viajar ou a Bagé ou a Porto Alegre, para poder ter atendimento através de SUS. Hoje em dia, ele

pode cruzar a fronteira, que é atravessar uma rua, e há um grande centro de referência na cidade de Rivera, que pode fazer isso. Havia dificuldade de coordenar os pagamentos, através do sistema de SUS do Brasil e o sistema de medicina pública no Uruguai.

Isso tudo está facilitado, hoje em dia, através de acordos que fazem parte dessa agenda nova de integração fronteiriça, que é uma forte dimensão, como eu estava dizendo, da diplomacia brasileira, hoje. A questão de previdência social, que é outra dimensão que vem sendo atendida, hoje em dia, as pessoas trabalham dez anos no Chile e cinco anos no Uruguai e, depois, vêm se estabelecer com residência no Brasil. Fizaram contribuição previdenciária nos países de origem, e essa contribuição é hoje reconhecida, através de acordos específicos que nós fomos estabelecendo.

Os tempos de contribuição se somam e se fazem as transferências necessárias. Hoje em dia, uma pessoa pode receber, também, a sua contribuição previdenciária em moeda local, significa alguém que seja chileno, que tenha uma contribuição previdenciária que recebe no Chile, antigamente, precisaria que alguém fosse receber e fazer uma transferência bancária, com prejuízo cambial, são aposentadorias pequenas, e que alguém, um aposentado, com 300 dólares no Chile e com toda a carga tributária, a carga de transferência cambial poderia receber o equivalente a 240, 230 dólares no Brasil. Hoje em dia, se faz uma transferência automática, com utilização de moeda local.

Essa facilitação da vida das pessoas, para circular entre os países, sobretudo da vida do cidadão fronteiriço, é que é a grande dimensão, a grande novidade nos esforços de integração. Eu mencionaria, também, áreas com reconhecimento de estudos. Hoje em dia, nós já temos, no âmbito do MERCOSUL, mecanismo de reconhecimento automático de estudo na área do ensino médio, do ensino primário e do ensino técnico, mas o ensino superior continua sendo o grande desafio, que nós precisamos facilitar a possibilidade de trabalho para pessoas formadas no país e poderem residir no outro e exercer, de forma mais livre, as suas profissões de origem.

O que se está buscando é, assim, uma extensão, a partir dos acordos de regularização migratória, acordos de facilitação de residência, permissão de estudo, trabalho, extensão de direitos civis, que tenderão, em algum momento, a construir uma verdadeira cidadania sul-americana, calcada na necessidade do cidadão, calcada na necessidade, sobretudo, do cidadão de fronteira.

É por isso que, hoje em dia, o trabalho das divisões técnicas, das divisões políticas do Itamaraty, em grande medida, quando se fala da relação bilateral com

um país como a Argentina, como o Paraguai, como a Bolívia, a Venezuela, o Peru, Colômbia, etc., nós trabalhamos muito com novos mecanismos de atuação, e esses mecanismos de atuação traduzem sempre a importância que tem a fronteira e a proximidade das relações fronteiriças.

Nós temos comitês de fronteiras, que estão sendo reativados e outros que têm tido uma atividade bastante intensa, ao longo dos anos, que reúnem os cônsules das cidades vizinhas, que reúnem as autoridades das cidades vizinhas, prefeitos, vereadores, autoridades federais, autoridades estaduais, de aduanas, de Polícia Federal, autoridades militares, núcleos empresariais, que discutem as questões próprias de cada núcleo de fronteira de cidades gêmeas e, a partir daí, fazem recomendações através das expectativas chancelarias.

Nós temos comissões de vizinhança, que, normalmente, comissões bilaterais, que, normalmente, são comissões presididas, em nível de... conduzidas em nível de vice-chanceleres, e essas comissões se dobram em diversos grupos de trabalho, grupos de trabalho sobre desenvolvimento fronteiriço, grupo de trabalho sobre saúde na fronteira, que é uma questão muito importante, a assistência e cooperação que o Brasil pode dar às populações fronteiriças e atendimento na área de distribuição de vacinas, de atendimento a controle de vetores de doenças como malária e outras.

Grupos de trabalho sobre cooperação ambiental na fronteira, grupos de trabalho sobre gestão de escolas bilíngues, isso é uma coisa muito importante que tem acontecido nas fronteiras do Brasil. Nós temos facilitado o ensino do espanhol nas escolas de fronteira e nós temos obtido, quer dizer, a facilitação, também, de parte dos países vizinhos para que a gente coloque professores brasileiros com horários determinados para ministrar aulas de português para os alunos dos países vizinhos que moram nas cidades fronteira.

Nós temos fóruns de municípios fronteiriços, alguma coisa que não acontecia muito, não era comum, na história dessa relação de fronteiras, que os municípios de um lado e de outro se encontrassem com regularidade para discutir questões... Uma coisa que se constituiu, um instrumento que se constituiu uma década atrás e que tem produzido excelentes resultados, também, o fórum de municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, todos eles têm uma nova realidade geográfica, até. E têm uma realidade econômica e social, necessidades próprias de saneamento, necessidades próprias e peculiares de defesa, de questões de controle de ilícitos que fazem com que exista uma maior vinculação também nessa área.

Acordos de localidades fronteiriças vinculadas. Nós temos identificados 33 grupos de cidades fronteiriças vinculadas, desde a fronteira norte até a fronteira sul, a maior aglutinação desse tipo de cidades gêmeas no Sul do Brasil, mas há, também, na fronteira do oeste e há, também, na fronteira do norte.

Há questões que precisam ser tratadas, como: como facilitar o comércio fronteiriço entre as cidades gêmeas; como melhorar a malha rodoviária e ferroviária, o planejamento urbano, os serviços de transporte, saneamento integrado, distribuição de água. Às vezes, só faz sentido você ter um sistema de coleta de lixo entre as duas cidades; às vezes, só faz sentido você ter um sistema integrado de geração de energia, porque a energia é produzida a partir de fontes termoeletricas, cooperação policial, integração energética, que eu havia falado, questões de defesa civil e controles integrados de fronteira, controles integrados de aduana.

Ao invés de você ter, de um lado da ponte, um sistema de controle migratório, de controle de transporte de cargas, de controle de alfândegas, e, do outro lado da ponte, repetisse a mesma coisa, trazer para um único lado da ponte um centro integrado, isso, através de acordos que fizemos no MERCOSUL, é possível, hoje em dia, você ter centros integrados, onde você coordena os dados de informação de cada um dos sistemas de Polícia Federal, de alfândegas dos dois países, para que isso possa ser um único controle, mais ágil e mais eficiente.

E há, também, toda essa área e os desafios relacionados com o controle de atividades ilícitas na fronteira, não só o contrabando, mas a questão de controle de tráfico de armas, tráfico de drogas, corte ilegal de madeira e garimpo ilegal. Assim que é a agenda do Brasil com todos os países, e eu poderia citar exemplos, se houver interesse, mais tarde, quer dizer, com o Paraguai, com a Argentina, Bolívia, Uruguai, todos os países nós temos questões específicas, que são relacionadas com o desenvolvimento fronteiriço.

Eu vou citar apenas dois ou três exemplos, para ficar uma forma ilustrativa do que estou falando. Nós aumentamos, por exemplo, nas relações com Paraguai, uma das demandas que nós atendemos, recentemente, foi o aumento do volume de compras que podem ser feitas pelos turistas; antes era 100 dólares, passou para 300 dólares. Isso é uma decisão que tem tremendo impacto sobre as economias locais e que é muito importante, não foi só para o Paraguai, porque isso também se reproduziu em toda a fronteira brasileira, como regulamento da Receita Federal.

Nós estamos desenvolvendo um regime chamado RTU, o Regime Tributário Unificado, que permitirá a regularização de todo um comércio minorista nas

regiões de fronteira, iniciando por essa região com o Paraguai, que até hoje ocorre à margem da lei, e que as pessoas estão tendo a oportunidade de se transformar de contrabandista e de superar todo o estigma e a pecha de uma atividade ilegal, e se criam as condições, através de um sistema simplificado de tributação, com determinadas normas, regras e com determinado limite, para que as pessoas possam ter atividade, entrar na legalidade e ter uma atividade controlada pelo Estado, também.

Há, em toda a fronteira brasileira, um grande esforço de construção de pontes. A primeira ponte, isso é importante sempre a gente lembrar, a primeira ponte entre o Brasil e a Bolívia foi inaugurada dois anos atrás; a primeira ponte entre o Brasil e Peru foi inaugurada dois anos atrás; as primeiras estradas que têm uma natureza realmente bioceânica começaram a ser construídas três, quatro anos atrás. As deficiências que nós temos nessa área de comunicação, sobretudo, e de vinculação, às vezes, levam com que os municípios e a sociedade civil cheguem do que o Estado.

Nós temos pontes clandestinas na fronteira, e a gente tem que ir atrás para regularizar. Primeiro, verificar se elas podem comportar um tráfego, em seguida, se elas podem ser transformadas num acordo bilateral que regularize essa situação das pontes que foram construídas por autoridades municipais, que não tiveram tempo de esperar que os dois governos construíssem uma ponte, fizessem um acordo, porque, às vezes, entre um acordo de construção de uma ponte e o início das obras passam-se, na verdade, 10, 15, 20 anos.

A ponte sobre o rio Tacutu, que o Presidente Lula e o Presidente Jagdeo acabaram de inaugurar, numa região que o senhor conhece muito bem, foi um tortuoso caminho, que durou mais de 40 anos, desde o momento em que se firmou o primeiro acordo para construção da única ponte que une a Guiana com o Brasil.

Mas os acordos para construir uma ponte e a construção de uma ponte trazem, junto consigo, também, toda essa agenda, quer dizer, de atender um regime especial de transporte, um regime especial de migração, questões de comércio fronteiriço, etc. Há investimentos brasileiros, também, que vêm junto com isso e oportunidades novas, que antes não eram vislumbradas, quer dizer, hoje em dia, há empresas brasileiras interessadas em desenvolver como iniciativa privada, sem financiamento do governo, com gerenciamento através de concessões. Uma hidrelétrica na Guiana, no rio Mazarune, que passará, inclusive, em determinadas épocas do ano, em determinadas horas do dia, a fornecer energia para o Estado de Roraima.

O Ministério de Relações Exteriores, além ter essa sua agenda própria, na área de integração fronteiriça, participa de esforços interministeriais, de realização de estudos integrados, relativos à faixa de fronteira. Os senhores estão bastante familiarizados com as atividades do PDFF, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, e do relatório do grupo de trabalho criado no gabinete de segurança institucional, para tratar de assuntos especificamente de fronteira.

A faixa de fronteira, hoje, envolve 588 municípios, ela se estende por 11 estados da federação e reúne uma população, hoje, de mais de dez milhões de brasileiros. Ela está organizada em três arcos, a partir desse estudo, e várias subregiões, mas aí há uma série de recomendações que estarão chegando no seu momento oportuno ao Congresso Nacional, sobre exame de mudança de proposta na legislação aplicável à faixa de fronteira, que é a Lei 6.634/79, articulação de iniciativa nos três níveis de governo, dirigidas a atendimento da necessidade fácil de fronteira, o estabelecimento de um marco normativo, que permita se pensar, num futuro próximo, a ter um verdadeiro estatuto de fronteiras, que possa ser implementado, não de forma uniforme, mas que dê diretrizes gerais de política e que dê definição de direitos e de normas de comportamento, com relação a esforços conjuntos dos países do desenvolvimento de suas regiões fronteiriças.

Mas tudo isso está voltado para a identificação de arranjos produtivos locais, identificar qual a melhor vocação, quer dizer, integradora, em termos econômicos, entre os municípios e regiões de fronteira, um apoio à cidadania, um apoio a melhoraria das condições econômicas e sociais na região de fronteira.

Eu passo, assim, a um último aspecto, Senador Mozarildo, que é o que diz respeito à demarcação de fronteiras. Isso é um esforço que o Brasil vem realizando, desde o seu nascimento, aliás, antes do seu nascimento. Os tratados de limites precedem o nascimento do Brasil, até precedem o descobrimento do Brasil. Nosso primeiro tratado de limites é o Tratado de Tordesilhas, depois tivemos, ainda na época de Colônia, o Tratado de Madri, o Tratado de El Pardo, o Tratado de Santo Ildefonso, mas os grandes tratados que definiram a nossa fronteira são da época do Segundo Reinado e da Primeira República.

Apenas para fixar os conceitos, a delimitação, que é a fixação dos limites entre o Brasil e os países vizinhos, o que é muito importante, porque a definição do limite é a primeira condição para a paz. Você, quando define um tratado de limites, onde termina um país, onde começa o outro, ali você estabeleceu a condição de convivência e a primeira condição da paz e da harmonia entre as nações.

Mas, depois da delimitação num tratado de limite, você passa pela etapa de demarcação, que é a etapa de colocação dos marcos principais, que caracteriza a fronteira, e, depois, para uma etapa de caracterização, mesmo, que é a colocação de marcos secundários e uma densificação dos marcos, para que eles possam ser intervisíveis; essa é a situação ideal.

Nós temos uma comissão demarcadora de limites que atende a fronteira do norte e uma comissão demarcadora de limites que atende a fronteira do sul. Essas comissões realizam uma série de atividades, mas a principal atividade é a realização, com os países vizinhos, de uma comissão bilateral por ano e de uma campanha bilateral por ano. Nessas campanhas, o que se faz, basicamente, é uma densificação dos marcos, é manutenção dos marcos, é inspeção dos marcos de fronteira.

Nós temos poucas questões pendentes de fronteiras no Brasil, as que eu conheço, com alguma proximidade melhor, dizem respeito à fronteira com a Bolívia. Ali, até pelas decisões tomadas em 1957, 1958, que foram depois ratificadas pelo Congresso, dez anos depois, a Ilha de Guajará-Mirim ainda não está adjudicada, é uma ilha que fica em frente à cidade de Guajará-Mirim e Guayaá Mirim, do lado boliviano, mas ela até está mais próxima do lado boliviano, mas é uma ilha em que os dois países decidiram, nos acordos de Roboré, que tratariam desse assunto oportunamente. Oportunamente, aparentemente, não chegou até hoje, e nós teremos que encontrar uma solução sobre a adjudicação, mas há outras ilhas, cerca de 80 ilhas no rio Guaporé e no rio Mamoré que ainda não estão adjudicadas.

Há questões que nós não reconhecemos como questões pendentes, mas que são colocadas normalmente para o Brasil, por parte de alguns vizinhos, reivindicações feitas de parte do Paraguai, com relação a um pequeno trajeto da fronteira, próximo à área de Itaipu, e reivindicações do Uruguai, com relação a Rincón de Artigas, chamada Ilha Brasileira.

Há questões que são interessantes na vida cotidiana do trabalho das comissões, e aqui estão acompanhando o Coronel Kurkowski(F), o Engenheiro Dalberson, que são os dois chefes das duas comissões. As fronteiras também, às vezes se movem, porque há meandros que formam parte da fronteira, contorno dos rios, que, normalmente, o trajeto do rio forma meandros, e esses meandros, às vezes, se fecham, e isso altera, quer dizer, às vezes, a condição da fronteira. Há uma necessidade permanente de estar se verificando e densificando os marcos e caracterizando a fronteira, para que esses movimentos, a barra, por exemplo, do Arroio Chuí, no extremo Sul do Brasil, precisou ser

estabilizada, porque ela também se movimentava, e esse é um trabalho que as comissões de fronteira têm que acompanhar.

As linhas geodésicas, esse é outra questão interessante. Por exemplo, há uma longa linha geodésica que ela chama-se Tabatinga-Apapóris, ela parte de Tabatinga e sobe em linha reta, assim, um pouco oblíqua até a região do Apapóris, e tem centenas de quilômetros essa linha.

Agora, ela foi demarcada e caracterizada, os marcos foram colocados, muitos anos atrás, de acordo com os instrumentos de localização e de situação da linha que nós dispúnhamos antigamente. Hoje em dia, se dispõe do GPS de formas muito mais sofisticadas de terminação e se verificou que, muitas vezes, o marco que foi colocado 50 anos atrás estava a 200m mais para lá ou mais para cá de onde, na verdade, a linha deveria estar.

Esse trabalho de correção, de colocar a fronteira novamente no lugar onde, hoje em dia, se tem certeza de que é por onde passa a linha é um dos trabalhos também que as comissões têm que fazer. Há, também, não um controle policial, mas a necessidade de manter a linha de fronteiras livre de edificação e, às vezes, uma linha de fronteira que corta a cidades como Tabatinga e como Letícia, que corta cidades como Santana do Livramento e Rivera. Até mesmo na fronteira de Roraima esse tipo de problema, que você, às vezes, tem uma ocupação com a linha de fronteira que é irregular e que precisa ser chamada atenção das autoridades do Ministério Público Federal, para que se possa, se for possível, na medida do possível, tomar as medidas corretivas necessárias.

Mas eu queria apenas citar esses exemplos para dizer, quer dizer, do tremendo esforço que Itamaraty faz, também, além do desenvolvimento fronteiriço como uma dimensão da integração sul-americana, dar continuidade do trabalho inconcluso do Barão do Rio Branco, porque nós temos ainda tarefas de demarcação que são muito importantes para manter a paz e para manter, quer dizer, esse nível de entendimento que nós temos com todos os países vizinhos.

Senador Mozarildo, essas são as observações e a contribuição que o Itamaraty gostaria de dar às atividades da subcomissão, hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Obrigado, Embaixador Ênio. Eu gostaria, primeiro, de dizer que realmente fiquei bem satisfeito com a explanação de V. Exa., porque alguns dados para mim são novos, mas alguns são bem conhecidos, especialmente no que tange lá ao meu Estado de Roraima. Por exemplo, V. Exa. falou na questão de saúde, de educação, eu diria que, até bem

pouco tempo, a cidade de Pacaraima, lá na fronteira com a Venezuela, recebia mais pacientes venezuelanos do que pacientes brasileiros para tratar. Isso vem mudando, até porque houve uma iniciativa de estado para estado, Estado de Roraima com Estado Bolívar, fizemos uma série de convênios, inclusive, que envolveu não só educação, porque temos, por exemplo, a Universidade Federal de Roraima e a própria Universidade Estadual têm cursos, como V. Exa. colocou, bilíngues, quer dizer, que vêm estudantes da Venezuela, que têm aula em português, aprendeu o português e também vêm professores da Venezuela ensinar o espanhol lá para nós.

Eu acho que essa questão aí, bem frisada por V. Exa., que é a questão de preocupação, além da linha de fronteira, vamos dizer assim, é densificação de marcos, por exemplo, no caso do Estado de Roraima, se olhamos a parte noroeste, ali, onde está a reserva Ianomâmi, é um problema sério, porque, até algum pouquinho tempo atrás, houve um genocídio lá com o grupo ianomâmi e que, inclusive, nosso Ministro da Justiça, à época, foi lá e, na verdade, estava dentro no território venezuelano, porque não havia, efetivamente, uma clareza no que tange a essa... Já que existe ianomâmi do lado de cá, existe ianomâmi do lado de lá, e também a presença, vamos dizer assim, de garimpeiros e de outras pessoas que transitam livremente. Garimpeiros da Venezuela que vêm para cá, garimpeiros do Brasil que vão para lá; lógico, numa atividade ilegal, mas que existe.

Então, eu entendo que realmente essa preocupação que V. Exa. colocou, no caso de Roraima, citou aí um exemplo, se nós olharmos a relação – estamos discutindo inclusive aqui, na Comissão de Relações Exteriores, a entrada da Venezuela no MERCOSUL. O que entendo é que, por exemplo, de Roraima para a Venezuela, não tem uma linha área, temos uma estrada asfaltada, é verdade, temos uma estrada afastada, que nos permite deslocar, tanto é que o Amazonas utiliza dessa estrada para ir, também, até para a Ilha de Margarita, os amazonenses vão passar férias através da BR-174, mas, realmente, carece de haver uma intensificação na aviação regional, acho que é fundamental para toda a faixa de fronteira que uma aviação regional estivesse presente, até porque, como um dado por V. Exa., se nós temos dez milhões de habitantes aí nessa faixa e que, de alguma forma, dependem.

No caso de Roraima, é um caso específico, hoje, com a zona franca, lá em Santa Elena do Uairém, a população de Boa Vista vai comprar até o rancho mensal lá em Santa Elena, porque é mais barato do que em Boa Vista, e ainda vai assim, vai com tanque de

gasolina pela metade e lá bota uma gasolina praticamente de graça.

Então, nós precisamos intensificar, acredito que esse trabalho aí junto ao Itamaraty, junto aos outros ministérios, eu entendo que um problema que atuava muito bem nessa questão era um problema, pelo menos no que tange à parte Norte, problema calha norte, que vem sofrendo uma dificuldade nisso aí.

E a explanação de V. Exa. me deixa tranquilo no que tange a esses pontos. Agora, quero deixar registrada essa questão de que era muito interessante haver a densificação de marcos, falo na parte noroeste de Roraima, há uma reclamação, também, no que tange lá exatamente na tríplice fronteira Brasil, Venezuela e Guiana, porque há um temor muito grande, dada a questão de que a Venezuela contesta praticamente a metade do território da Guiana. Então, nós não sabemos, amanhã, como é que fica o Brasil nessa história, ainda mais agora que houve a demarcação da reserva de Raposa Serra do Sol, e saíram daquela região da fronteira, praticamente da linha de fronteira, mais ou menos 500 famílias, que lá estavam há algumas gerações. Então, eu acho que tem que se redobrar até a atenção com essa fronteira aí.

E, finalmente, eu gostaria até de pedir a V. Exa., e nós vamos depois listar, mas o que o senhor puder adiantar, até porque nós queremos criar um acervo, aqui na Comissão, para podermos, efetivamente, ter uma informação precisa sobre a Amazônia, sobre a faixa de fronteira, e a gente poder realmente apresentar, ao final desse ciclo de audiências, nós já ouvimos, aqui, como eu lhe disse, da parte, vamos dizer, da Amazônia, institutos como o de pesquisa, foi Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, o Instituto de Biotecnologia da Amazônia, o Instituto Evandro Chagas, de Belém, o Museu Emilio Goeldi, também de Belém. Estamos procurando ouvir e vamos ouvir as universidades, ouvir, vamos dizer assim, a inteligência existente na Amazônia, para que a gente possa ter, depois dessas sugestões todas, ter um plano que case, justamente o desenvolvimento da Amazônia como um todo, mas de toda a faixa de fronteira, que eu entendo não só sensível, no que tange a esses vizinhos que nós temos, e eu concordo plenamente que nós não vamos nos desenvolver sozinhos nessa faixa, se não estivermos perfeitamente integrados, tanto do ponto de vista comercial quanto do ponto de vista da saúde, da educação e de outros aspectos, também, da cidadania.

Eu considero que essa sua vinda aqui foi muito importante para que nós pudéssemos ter clareza no que tange a essa questão, vamos dizer assim, diplomática. Já ouvimos, aqui, o Ministro Jobim, que apresentou o plano de estratégia de defesa nacional, vamos ouvir

o diretor da Polícia Federal, para ouvir quais são as carências e as sugestões que ele tem, porque nós queremos, realmente, fazer, ao final disso, um projeto que represente um plano de desenvolvimento para a região Amazônia e para a faixa de fronteira.

Então, eu quero agradecer a V. Exa. e dizer que nós vamos, depois de passar para os outros membros da comissão a palestra de V. Exa., fazer algumas solicitações que espero que possam ser atendidas. Então, eu quero agradecer e deixar o microfone para as suas considerações finais.

EMBAIXADOR ÊNIO CORDEIRO: Muito obrigado ao senhor, Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo convite que nos fez, e dizer simplesmente que não apenas eu, como o subsecretário geral da América do sul, mas todos os meus colaboradores estão à inteira disposição do senhor, dos membros da Comissão, dos auxiliares da subcomissão, para dar segmento ao diálogo que iniciamos hoje e para tornar mais conhecida a atividade do Itamaraty, que não é exclusiva dele, na verdade, todos os órgãos da Explanada do Ministério tem alguma forma de atuação na área de fronteiras, mas também uma peculiaridade bastante própria desse tipo de exercício, desse tipo de atividade é que não é só o Governo Federal que atua, há uma responsabilidade, um interesse muito próprio, que, inclusive, move e chega antes, às vezes, do Governo Federal, a atuação dos estados, dos municípios, das associações empresariais, da população, da cidadania fronteiriça.

Esses aspectos que o senhor acaba de mencionar são aspectos certamente que ganham uma atenção durante as atividades de intensificação da relação bilateral do Brasil com os países vizinhos. O senhor mencionava a estrada com a Venezuela, quer dizer, uma das dificuldades iniciais e que requer acordos, inclusive internacionais, e cooperação internacional é sinalização bilíngue, você não pode ter uma estrada, hoje em dia, é pouco conhecido dos brasileiros, e há muitos anos, não é de ontem que se inaugurou essa estrada. Hoje em dia, é possível sair em estradas asfaltadas de Manaus, de Boa Vista, e chegar ao litoral da Venezuela.

É uma estrada que tem um potencial turístico enorme e que tem sido utilizada pelo potencial turístico, mas também como via de transporte de cargas é muito importante. É uma estrada onde circulam motoristas brasileiros, circulam motoristas venezuelanos e que não tem sinalização bilíngue, nem do lado venezuelano, nem do lado brasileiro. Os funcionários que atendem e que abordam, por vezes, quer dizer, o motorista brasileiro, de motoristas estrangeiros no território de um ou de outro país, às vezes, não estão

preparados com conhecimento linguístico para atender às necessidades de uma nova relação.

O bom, nisso tudo, senador, e o senhor mencionava que, algumas vezes, há dificuldades de fronteiras, que o Brasil tem praticamente resolvidas todas, e os países vizinhos nem sempre as têm, essas questões de fronteiras não têm dificuldade no esforço de integração. É verdade que existe uma questão pendente entre a Venezuela e a Guiana, e que, por exemplo, essa ponte que liga, sobre o rio Tacotu, a cidade de Lindem e a cidade de Lethen, aliás, a cidade fronteiriça do Brasil e da... Bonfim e Lethen, é uma ponte que, a partir do Brasil, adentra em território disputado, mas nem a construção da ponte, nem a pavimentação da estrada, que é um projeto que temos, é contestada pela Venezuela, porque é uma área, hoje em dia, que está sob administração guianense e que os esforços de integração e de intensificação das relações fronteiriças passam por cima dessa disputa, quer dizer, ela não tem impedido que a Venezuela compreenda que os esforços de desenvolvimento e de maior relacionamento entre as populações de fronteira se sobrepõem e podem ser trabalhados e podem ser desenvolvidos, quer dizer, sem que os países renunciem às suas reivindicações, mas sem que essas reivindicações se sobreponham, de forma insuperável, a uma aproximação maior e na construção da integração sul-americana.

Muito obrigado, de novo, Senador, e nós estamos sempre à sua disposição.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Agradeço mais uma vez ao Embaixador Ênio Cordeiro e quero, também, dizer que esta audiência, hoje, foi muito importante para a nossa subcomissão, e vamos, portanto, como dissemos, demandar ainda algumas informações complementares, depois de passarmos para os demais membros.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 11h27.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a

Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores **ELISEU RESENDE, GILVAM BORGES, JOÃO RIBEIRO, INÁCIO ARRUDA, CÍCERO LUCENA, OSVALDO SOBRINHO, ACIR GURGACZ, ROSALBA CIARLINI, FRANCISCO DORNELLES, MÁRIO COUTO, GILBERTO GOELLNER, WELLINGTON SALGADO, MARCONI PERILLO, FLEXA RIBEIRO, IDELI SAVATTI, VALDIR RAUPP, PAULO DUQUE, MÃO SANTA E EDUARDO SUPLICY**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Comparecem ainda os Senhores Senadores não-membros **RENATO CASAGRANDE E ROMERO JUCÁ**. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas da 43ª, 45ª e 46ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Senador **Fernando Collor** procede à leitura dos comunicados da Presidência. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: **ITEM 1 – EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL** – Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2010. (PL Nº 46/2009 – CN – na origem) – Deliberação das Emendas a serem apresentadas à LOA 2010. **Autor:** Comissão de Serviços de Infraestrutura. **Relator:** Senador Francisco Dornelles. **Resultado:** Após exposição do Relator foram Aprovadas as seguintes Emendas ao PLOA/2010: **EMENDA Nº 01 – CI** (Apr. Acrésc.) **Órgão:** 39000– Ministério dos Transportes; **Unidade Orçamentária:** 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; **Programa:** 1461 – Vetor Logístico Centro-Sudeste; **Ação:** 7K18 – Construção de Ponte sobre o Rio Paraná – Três Lagoas – Castilho – na BR-262 – no Estado de São Paulo; **Valor:** 70.000.000; **EMENDA Nº 02 – CI** (Apr. Acr.) **Órgão:** 32000 – Ministério de Minas e Energia; **Unidade Orçamentária:** 32101 – Ministério de Minas e Energia; **Programa:** 0273 – Luz para Todos; **Ação:** 1379 – Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional; **Valor:** 900.000.000; **EMENDA Nº – 03** (Apr. Incl.) **Unidade Orçamentária:** 39207 – VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; **Programa:** 1457 – Vetor Logístico Centro-Norte; **Ação:** Construção Ferrovia Norte-Sul Trecho Belém (PA) – Anápolis (GO); **Valor:** 900.000.000; **CI EMENDA Nº – 04** (Apr. Incl.) **Órgão:** 39000– Ministério dos Transportes; **Unidade Orçamentária:** 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; **Programa:** 1458 – Vetor Logístico Leste; **Ação:** Construção BR-070– Trecho Div. GO/MT – Divisa DF/GO; **Valor:** 300.000.000; **CI EMENDA Nº – 05 – CI** (Rem) **Órgão:** 39000– Ministério dos Transportes; **Unidade Orçamentária:** 39252 – De-

partamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; **Programa:** 1459 – Vetor Logístico Nordeste Setentrional; **Ação:** 113V – Construção de Contorno Rodoviário – no Município de Mossoró – na BR-304 – no Estado do Rio Grande do Norte; **Valor:** 5.000.000; **ITEM 2 – Decisão Não-Terminativa – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2009.** “Institui a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas – PNMC e dá outras providências.” **Autoria:** Deputado Sarney Filho. **Relatora:** Senadora **Ideli Salvatti**; **Parecer:** Durante a reunião a Relatora, Senadora Ideli Salvatti reformula seu relatório, concluindo pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer com as Emendas nºs 01 e 02 – CI; **ITEM 3 – Decisão Não-Terminativa – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2009.** “Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.” **Autoria:** Deputado Sebastião Bala Rocha. **Relatora:** Senadora **Ideli Salvatti**. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer **ITEM 4 – Decisão Não-Terminativa – PETIÇÃO (SF) Nº 4, DE 2003.** “Descumprimento de convênio celebrado entre a FUNAI e FURNAS, que visa repor à comunidade indígena Avá-Canoeiro seus recursos ambientais necessários à sua preservação física e cultural, conforme disposto no Decreto Legislativo nº 103/96, de 24 de outubro de 1996, que autoriza a realização do aproveitamento Hidroelétrico da Serra da Mesa, em trecho do Rio Tocantins e seus afluentes, no Estado de Goiás. **Autor:** Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); **Relator “ad hoc”:** Senador **Wellington Salgado**; **Parecer:** Contrário ao pleito contido na Petição; **Resultado:** Aprovado Parecer; **ITEM 5 – Decisão Terminativa – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2009** “Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, para proibir a utilização de metanol nos processos de fabricação de biodiesel a partir de óleos vegetais. **Autor:** Senador João Tenório; **Relator:** Senador **Gilberto Goellner**; **Parecer:** Pela Rejeição do Projeto; **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2009. Usaram da palavra os Senhores Senadores **Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Rosalba Ciarlini, João Ribeiro, Paulo Duque, Cícero Lucena, Eliseu Resende, Francisco Dornelles, Ideli Salvatti, Marconi Perillo e Flexa Ribeiro**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência declara encerrada a reunião às onze horas, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com

a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 08 HORAS E 31 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 43ª, 45ª e 46ª reuniões. Os Srs. e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovadas.

Informo às senhoras e senhores membros que encaminhei a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura ofício circular a todos os servidores nela lotados, determinando que a retirada, o fornecimento ou a liberação de qualquer processo ou documento interno só poderá ser efetuado mediante minha prévia e expressa autorização. Essa determinação abrange a solicitação de parlamentares, servidores e quaisquer pessoas externas à Casa. Esclareço que esta iniciativa visa, além de manter o bom e correto andamento de nossas atividades, evitar qualquer problema ou constrangimento com os servidores que trabalham na Comissão.

Comunicações: em comemoração aos 120 anos da proclamação da República, o Senado Federal realizou seu segundo concurso de redação com o tema: “Muito prazer, sou cidadão de uma república chamada Brasil”. A entrega da premiação ocorrerá no salão negro do palácio do Congresso Nacional, hoje, dia 19 de novembro, às 10h30 da manhã. Logo após, haverá comemoração com o hasteamento, no pavilhão nacional, em frente à rampa do Congresso.

No último dia 16 de novembro, segunda-feira passada, fazendo parte do ciclo de debates “Agenda 2009/2015: desafios estratégicos setoriais”, realizamos o primeiro painel, que apresenta o terceiro desafio, “Infraestrutura e políticas públicas”, ouvindo pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, Ricardo Paes de Barros e Jorge Abrahão de Castro. Os dois pesquisadores apresentaram dados que mostram que o país evoluiu muito, nos últimos anos, no que diz respeito à redução da pobreza e à garantia do acesso aos bens básicos. Porém o diagnóstico de ambos é o mesmo: ainda há muito a ser feito, no que diz respeito às políticas públicas, para reduzir a distância entre os mais ricos e os mais pobres.

Ricardo Paes de Barros, técnico de planejamento e pesquisa, analisou a evolução temporal da queda da extrema pobreza no país, de 1990 a 2008, associada ao acesso a itens como saneamento básico, telefone, eletricidade e internet. Ele percebeu que o progresso no acesso aos bens, especialmente no que diz respeito ao saneamento básico, não ocorreu na mesma proporção da redução da pobreza, além disso, os dados apresentados mostram que a pobreza continua concentrada na população considerada mais vulnerável.

Barros comparou o acesso ao telefone de um negro pobre, que vive na área rural da região Norte, sem nenhuma escolaridade, numa família com muitas crianças, com o de um branco, com renda *per capita* de mil reais, que vive na região urbana do Sudeste, com escolaridade completa e poucos filhos na família.

No primeiro caso, o acesso registrado foi de cerca de 12%, ao passo que, no segundo, de praticamente 100%. Apesar de ter avançado bastante em todos esses indicadores, a situação do Brasil, segundo ele, continua, exceto no caso da eletricidade, extremamente desigual.

O pesquisador Jorge Abrahão de Castro, por sua vez, apresentou estudo que associa acesso a esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos, diferenças regionais e renda. De acordo com o levantamento, se de 1992 a 2007 os mais pobres estão sempre em pior situação, em todos os indicadores, essa parcela da população é a que apresenta sempre evolução mais significativa nos gráficos.

O estudo também mostra que, no país, cerca de cinco milhões de pessoas comprometem mais de 30% de seu orçamento com moradia, o que é considerado um ônus excessivo. Na escala nacional, o Distrito Federal lidera o *ranking* do maior ônus para o cidadão com aluguéis. No que diz respeito ao adensamento excessivo, há, no país, de acordo com estudo pelos pesquisadores apresentado, 12 milhões de pessoas vivendo sem habitações, com dormitórios, sem habitações, com dormitórios ocupados por três pessoas ou mais. Na lista das regiões metropolitanas, aparece nesse item em primeiro lugar a cidade da Belém, seguida pela região metropolitana de São Paulo.

Para o professor Jorge Abrahão de Castro, a carência no saneamento se torna mais crítica quando se analisam as áreas rurais do Norte e Nordeste. De acordo com ele, no Nordeste, apenas 23% da população tem acesso à água com canalização interna. No Norte o percentual se reduz para 12%. Ele apontou as consequências sociais do quadro, com destaque para a mortalidade infantil.

Quando questionados sobre eventuais áreas prioritárias para a aplicação dos recursos da explora-

ção do petróleo da camada de pré-sal, na área de infraestrutura, os pesquisadores apontaram os setores de saneamento, abastecimento de água e habitação como vitais.

Serão realizados mais cinco painéis sobre o tema “Infraestrutura e políticas públicas”, o que encerrará, no final, no meio do mês de dezembro, e, ao final, o ciclo de debate, cujo objetivo é propor soluções para os principais gargalos que impedem o crescimento do país.

Já foram discutidos os temas “Infraestrutura para inovação e desenvolvimento” e “Marco regulatório do Pré-sal”.

Dando início aos itens constantes da pauta de hoje e antes da apreciação de requerimento que se encontra sobre a mesa, eu gostaria de passar a palavra ao relator do Item 1 da pauta dos nossos trabalhos de hoje. Emenda à lei orçamentária anual, a LOA, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2010, PL n.º 46/2009, do Congresso Nacional, na origem, deliberação das emendas a serem apresentadas à LOA 2010. Autor: Comissão de Serviços de Infraestrutura. Relator: Senador Francisco Dornelles. Parecer pela inadmissibilidade ante a legislação pertinente das emendas de apropriação n.º 20, 21, 24, 25 e 47; 2: pelo acolhimento integral no mérito das emendas n.º 3 e 7, e as idênticas a essa, de n.º 8 e 9 e também da 12; 3: pelo acolhimento parcial, no mérito das emendas de n.º 13 e 36; 4: pelo não acolhimento no mérito, pelas razões expostas neste relatório, das emendas de n.º 1, 2, 4, 5, 6, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, para proferir seu parecer.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Presidente Fernando Collor, Senador Eliseu Resende, Senador Paulo Duque, Sras. e Srs. Senadores.

“Com base nos art. 43 e 45 da Resolução 01/2006, esta Comissão reúne-se para deliberar sobre emendas e apresentar o Projeto de Lei Orçamentária de 2010. Inicialmente, é preciso evidenciar a natureza dos critérios de caráter institucional e interesse nacional, previsto nesse artigo.

Emendas de apropriação: sobre essas emendas, incide o limite máximo de quatro emendas, fixado pelo art. 44, § 1º, inciso I, combinado com o anexo da Resolução n.º 01/2006. Inicialmente, eu devo propor que sejam inadmitidas as Emendas 20, 21, 24, 25 e 27, por não atenderem o caráter institucional.

Os órgãos responsáveis por essas ações não estão incluídos entre aqueles passíveis de receberem emendas desta Comissão, ou seja, o Ministério das

Cidades e o Ministério do Turismo. O quadro seguinte sintetiza as emendas apresentadas e consideradas admissíveis, em função das áreas de concentração, as quais sejam transporte, minas e energia e comunicações.

Na esfera das minas e energia, percebo que três das quatro emendas apresentadas propõem destinar recurso ao Programa Luz Para Todos, na ação de atendimento das demandas por energia elétrica em localidades isoladas, portanto, acolhe integralmente a Emenda n.º 07, razão pela qual ficam atendidas também as Emendas 8 e 9, todas elas ligadas ao Programa Luz Para Todos.”

Entretanto... acolhendo a 7, eu estou acolhendo a 8 e a 9, também. É sobre o mesmo assunto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está bem, certo.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Eu vou ter o 7 de menor número. “Na área de transporte, apresenta uma diversidade de ações que deve ser bem estudada. O quadro seguinte detalha as emendas apresentadas nesta área de concentração. Ressalto que, embora tenha havida uma grande demanda por parte dos integrantes desta Comissão, deixo de incluir no quadro as emendas apresentadas ao DNIT, para estudos de impacto ambiental e de viabilidade de projetos, por entender que esta Comissão, no ano atual, tendo em vista as características praticamente quase de mudança de administração, deve priorizar as emendas para obras em andamento. Ademais, já na proposta orçamentária, existe uma dotação de 260 milhões para o DNIT fazer esses estudos, que entendo suficientes, destinados a essas ações.

Considero que, tendo em vista o limite de três ações, de três emendas, em função dos dados apresentados no quadro, que devo acolher duas emendas na área do transporte, rodovias e um na área de transporte, ferrovias.

Entre as emendas destinadas ao transporte rodoviário, entendo que a n.º 3 é a característica, a escolha de emendas é que ela tivesse ações entre mais de um estado, entre estados diferentes. A n.º 3 é que envolve maior impacto econômico, uma vez que envolve uma ponte fluvial na divisa entre o Estado de São Paulo e Mato Grosso. A rodovia atendida faz parte de um corredor de transporte inter-regional e internacional, que une os centros produtores do Sudeste ao sul da região Centro e Norte, à fronteira com países andinos.

Outra emenda de interesse regional é a de n.º 12, que tem por objetivo adequar um trecho rodoviário importante, a BR-07, em área urbanizada, em Águas Lindas de Goiás, área de influência do Distri-

to Federal, que faz parte de uma estrada que vai até Mato Grosso.

Desse modo, no que se refere às emendas no modal rodoviário, acolho as emendas 3 e 13. No âmbito rodoviário, destaca-se, naturalmente, a ferrovia norte, sul, maior empreendimento da espécie em andamento no país, de características eminentemente inter-regionais e objeto de duas das três emendas apresentadas.

Uma emenda é direcionada ao trecho Palmas-Uruaçu e a outro trecho Belém-Panorama. A primeira, entre Palmas, em Tocantins, para Uruaçu, em Goiás, e a segunda de Belém, no Pará, para Panorama, em São Paulo.

O segundo trecho, embora mais abrangente do que o primeiro, não consta na lei plurianual, o que inviabiliza o acolhimento da emenda, entretanto, considerando sendo do maior interesse público acolher as emendas apresentadas. Portanto, proponho a disponibilizar os recursos, por meio da ação 7M59, referente ao trecho Belém-Anápolis, já existente do plano plurianual.

Acolho parcialmente as Emendas nº. 13 e 36, com a retro mencionada alteração do código de ação. Quanto às demais emendas de apropriação, não obstante seu inegável mérito, proponho o não acolhimento, tendo em vista os critérios adotados neste relatório, ou seja, a prioridade, 90% foram para a área de transporte rodoviário, o percentual da ferroviária e, tendo em vista o número reduzido de ações, minha prioridade foi para emendas que envolviam ações envolvendo mais de um estado."

Esse é o relatório que eu submeto a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao relator, Senador Francisco Dornelles. Em discussão a matéria.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, gostaria de...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Entendo que o parecer do Senador Dornelles está bastante criterioso, ele abrange e identifica emendas que têm um atendimento mais amplo, que beneficiam várias regiões, além de ser relativa modalidade importante, como são as modalidades rodoviárias e ferroviárias.

Escolher um trecho ou um programa que atinja ou que atenda várias regiões e vários estados parece-me, Sr. Presidente, que estamos dentro de um critério de escolha de emendas para comissões, como a Comissão de Infraestrutura, que são emendas abrangentes, que abrangem um segmento maior do território nacional e dá maior contribuição à economia e ao

atendimento aos fluxos de produção, sejam os fluxos de produção ferroviários, sejam os fluxos de produção rodoviários, de forma que estou favorável ao parecer do Senador Dornelles, achando que fica bem aprovar seu parecer, porque assim nós estamos acolhendo emendas adequadas, aqui na Comissão de Infraestrutura do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Eliseu Resende. Continua em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Cícero Lucena, para discutir.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, obrigado. Quero, primeiro, reconhecer o mérito do relatório do Senador Francisco Dornelles, exatamente contemplando aquilo que é possível. Mas nós não podemos deixar de registrar as duas coisas; primeiro é que eu entendo que, numa comissão como esta, tem exatamente o mérito de ver o desenvolvimento e o crescimento nacional, e o modelo, não culpa da Comissão, mas o modelo proposto, hoje, na composição do orçamento, eu entendo que aqui seriam debatidas e discutidas as ações que mais contribuiriam, dentro da visão nacional.

E o que nós estamos vendo, presidente, é que há muito mais interesse do governo, muitas vezes, em atender uma emenda individual, que é pontal, muitas vezes, sem o efeito que deveria ter o custo/benefício em benefício da população, serem liberadas, serem priorizadas as de emenda de bancada, que, a meu ver, estariam num grau de maior responsabilidade, porque voltaria na questão regional, estadual, para aquelas ações que viessem proporcionar um resultado melhor para os estados. Essas também já têm um percentual de liberação muito inferior às emendas individuais, e essas nacionais menos ainda.

É triste dizer isso, mas é a verdade. Eu sinto, como, por exemplo, eu fui relator, o ano passado, em uma das comissões, e todos nós sabemos de um problema seriíssimo que este país vive, que é a questão dos resíduos sólidos. Eu aprovei, na minha relatoria, com a concordância dos pares daquela comissão, 205 milhões de reais para cidades com menos de 50 mil habitantes, para a FUNASA, para equacionar essa questão dos lixões, que todos nós conhecemos.

Municípios com menos de 50 mil habitantes, que fossem formados consórcios, que fossem apoios técnicos de desenvolver projetos de aterros sanitários, porque, normalmente, a solução para municípios com menos de 50 mil habitantes não são outras, a não ser a de que aterros sanitários. E, infelizmente, de 205 milhões aprovados para o orçamento deste ano, até agora, o governo liberou apenas 10 milhões, e concentrado

em dois estados, Mato Grosso e algumas cidades do Rio Grande do Norte.

Então, eu quero apresentar, aqui, apresentei a emenda do Porto de Cabedelo, compreendo o não acatamento por parte do Ministro Dornelles, em função das demandas nacionais, mas não posso deixar de lamentar e convocar todos os senadores membros desta Comissão e das demais para que a gente re-pense essa questão do orçamento. Primeiro porque o governo só libera o que quer e para quem quer e, segundo, está priorizando, às vezes, coisas pontuais, em detrimento de questões nacionais e de questões regionais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. A matéria continua em discussão. Com a palavra o Senador Paulo Duque, para discutir a matéria.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, eu, pela primeira vez, desde que estou aqui no Senado, eu aprecio um tipo de parecer, um tipo de emenda, um tipo de tentativa legislativa, vou dizer assim, em relação a uma comissão, a determinada comissão. Eu desconhecia esse tipo de procedimento, eu não sei se outros mais antigos do que eu, aqui, conheciam esse tipo de procedimento, de emenda de comissão. E tenho minha dúvida, que é a principal, se essas emendas serão realmente concretizadas, se serão executadas, afinal.

Não só é uma dúvida pessoal, como ainda o próprio Senador Cícero Lucena acaba de expor o ponto de vista, que é muito difícil conseguir a concretização disso. Tudo equivale a sonhos, sonho de fazer uma ponte, sonho de melhorar uma praça, sonho de afastar um...

Eu pergunto a V. Exa. o seguinte... Eu não quero perguntar nem agora, porque S.Ex^a está ocupado com... É viável, presidente, é viável, Senador Eliseu Resende, que isso seja objetivado, que seja realizado? V. Exa., que é antigo na casa, sabe me informar se isto aqui pode ser sonho transformado em realidade ou pode ser apenas um sonho?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a permissão do Senador Paulo Duque, eu passaria a palavra ao relator, Senador Dornelles, Senador Ministro Dornelles, que pediu a palavra para responder a indagação de V. Exa., senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu, primeiro, tenho que agradecer muito ao Senador Paulo Duque de não ter apresentado ele e eu também nenhuma emenda para o Rio de Janeiro, porque eu ficar num situação extremamente difícil, não tive que fazer essa... Não sei se ia me considerar

impedido, mas, se considerasse impedido, a imprensa do Rio não ia me perdoar. Mas, de qualquer maneira, quero dizer que nós apresentamos emendas de comissão e espero que essas emendas de comissão atendam o Rio de Janeiro.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que eu concordo plenamente com a observação feita pelo Senador Lucena, eu acho que as emendas mais importantes deviam ser as emendas de comissão. Eu acho que o orçamento deveria ser discutido dentro de cada comissão específica.

A Comissão de Orçamento devia ser, na realidade, consolidar as propostas das diversas comissões. De modo que toda parcela, por exemplo, de transporte, relacionada com infraestrutura, devia ser discutida na Comissão de Infraestrutura. Poderia até ser estabelecido um trabalho conjunto entre as comissões da Câmara e do Senado, durante o ano, porque essas emendas de comissão, elas têm uma visão nacional.

Eu concordo plenamente com o Senador Lucena de que nós deveríamos dar prioridade às emendas de comissão, porque elas, realmente, são as mais importantes e são, geralmente, elaboradas por pessoas que têm a competência técnica e o conhecimento do problema.

E a dificuldade que existe para o relator é que o número de emendas da comissão é um número bastante reduzido, e, muitas vezes, tem que fazer prioridades, como essa que foi feita aqui, em termos de escolher duas rodovias, aquelas que tinham maior abrangência, maior quilometragem, que estão, mais ou menos, no estágio mais próximo ou mais necessitado de complementação e escolher um Ferrovias Norte-Sul, que atravessa vários estados, preenchendo esse critério que eu conversei com V. Exa., e que nós estabelecemos aqui, em parte, de comum acordo, esses princípios gerais que foram adotados.

De modo, Sr. Presidente, eu só queria, esses são os comentários que eu queria fazer aqui, as observações do Senador Paulo Duque e ao Senador Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Francisco Dornelles. Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Na verdade, nós temos as emendas individuais, as emendas de bancada e as emenda de comissão. As emendas específicas, projetos específicos, que o Senador Cícero Lucena mencionou aqui, o Porto de Cabedelo, cabem mais às bancadas dos estados proporem emendas para atender a projetos específicos.

É importante o Porto de Cabedelo, o calado do Porto de Cabedelo pode aumentar demais, com a explosão de pedras que prejudicam a navegabilidade, no acesso ao Porto de Cabedelo. A bancada do estado correspondente, do Estado da Paraíba, pode promover uma emenda que atenda a esse projeto específico.

As emendas de comissão são emendas mais genéricas. Eu quero mencionar, aqui, uma menção feita pelo Senador Dornelles, quando disse que as emendas não atenderiam ministérios fora do campo da infraestrutura e citou o Ministério das Cidades. Nós entendemos que há um erro na distribuição das prerrogativas dos ministérios.

Os metrô, por exemplo, o aperfeiçoamento dos metrô e as prioridades para os metrô do Brasil, seria uma emenda de comissão. Apenas o metrô, em vez de estar no Ministério dos Transportes, ele está no Ministério das Cidades e ele deixa de comparecer aqui. Mas nada mais junto do que a Comissão de Infraestrutura colocar uma emenda para melhoramento e ampliação do sistema metroviário do Brasil.

Essa é uma emenda típica de emenda de comissão. Temos de dar prioridade ao sistema de transporte ferroviário eletrificado e, no caso do transporte de passageiros, dar ênfase ao transporte metropolitano por ferrovias, que é o sistema de metrô, que abrange vários estados, São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Recife e Salvador, caracterizando um esforço amplo de desenvolvimento de uma modalidade de transporte ferroviário rápido e eletrificado. Essa é uma emenda característica de emenda de comissão, assim como outras ações que podem também ser mencionadas.

Então, nós temos de distinguir aqui as emendas específicas, projetos específicos, que cabem às emendas de bancadas estaduais, e as emendas genéricas, mais amplas, que cabem às comissões técnicas.

A manifestação do Senador Dornelles é correta, quando a gente pensa em colocar a análise das comissões técnicas como fator importante para definir as emendas de bancada que são apresentadas. Essa é também uma sugestão importante. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Eliseu Resende. Com a palavra a Senadora Rosalba, para discutir a matéria.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu entendo perfeitamente o que colocou o Senador Eliseu Resende, que as emendas de comissão, elas têm um caráter, vamos dizer, amplo, um caráter nacional, em função de ações que possam ser desenvolvidas nas mais diversas re-

giões, e, claro, em algumas áreas, alguns vetores setoriais logísticos, que têm maior impacto para ajudar a nossa Nação.

Na realidade, eu tinha apresentado a emenda, que, na minha concepção, também é importantíssima, porque não é que ela passa pelo Rio Grande do Norte, mas também traz um benefício muito grande a todo o país, até porque trata-se da BR-304, que ela liga, é a ligação que você tem norte e sul, pelo oeste, que é mais, vamos dizer assim, de uma movimentação muito intensa. E eu votei, conheço essa rodovia, quase que semanalmente eu passo por ela e vejo que, a cada dia, está ficando impraticável. É algo assim de uma dificuldade imensa. BR-304, que ela veio...

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Natal e Mossoró?

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que ela veio, Natal, Mossoró e Fortaleza. Quem vem do Norte, obrigatoriamente, vai ter que passar por ela, quem vem do Sul também, obrigatoriamente, indo para o Norte, vai passar por ela, nesse sentido.

Então, apresentei essa emenda por entender assim, o escoamento de produção, área de petróleo, enfim. E fiz esse apelo, até porque já tem um pequeno trecho que foi iniciado, já existe outro que está em estudo, seria uma oportunidade de a gente poder também desafogar nesta área. Mas cabe ao relator uma análise, dentre tantas emendas que foram apresentadas, só que aqui eu volto, mais uma vez, a dizer do quanto é importante para toda aquela região Nordeste, até porque nós temos também outra atividade importante, que beneficia todos os estados nordestinos, é deixar vir e virem aqueles que participam também das atividades turísticas.

Considero importantíssimo também a questão das ferrovias, e o Senador Eliseu Resende, que foi relator do Plano Nacional de Viação, fez um trabalho realmente magnífico, e eu quero, aqui, mais uma vez, agradecer por ter acatado colocar o trecho da ferrovia interligando também o Rio Grande do Norte, que estava totalmente fora desse projeto ferroviário do Brasil.

Quero até, mais uma vez, agradecer a competência e o entendimento de o senhor ter acatado isso, que é importante para nosso Rio Grande do Norte. E tomara que, um dia, faça parte da Transnordestina.

Então, era isso que eu queria colocar, da mesma forma, entendendo que todas são importantes, e que eu queria só aqui um esclarecimento com relação à área de energia. Pelo que eu entendi, uma das emendas será destinada para essa área de energia. Eu gostaria de saber se dentro--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Luz para Todos.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Luz para Todos. Se será colocado, também, nessa emenda, se há possibilidade de estar sendo contemplada a utilização de energias alternativas limpas, como é o caso da energia solar e energia eólica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Francisco Dornelles, a indagação da Senadora Rosalba Ciarlini, por favor.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O programa Luz para Todos é um programa abrangente. Quer dizer, não caberia, aqui, verificar, analisar o programa em si. Ele foi destinado ao programa e sobre, realmente, as prioridades desse programa não era objeto desta Comissão.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, não, é que eu estou fazendo essa observação, porque nós entendemos que, se é Luz para Todos, existem áreas, inclusive, que o custo/benefício de você levar uma energia solar é possível e, de outra forma, se torna, realmente, um custo quase que impossível.

Outra questão também, já que tivemos recentemente um apagão, quanto mais o Brasil tiver investimentos nessa área, para que possamos gerar energias de alternativas, isso será também importante, para dar mais segurança ao setor energético do nosso país. Obrigada.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Presidente, se me permitir, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende e, depois, o Senador Goellner, para discutir.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O programa Luz para Todos não leva em conta a fonte de energia—

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Depois do Senador Goellner, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Normalmente, a fonte é energia hidroelétrica, que é energia abundante, é a energia de origem dos potenciais hidráulicos, mas os sistemas isolados podem utilizar também a energia eólica e, eventualmente, a energia solar, para integrar o programa Luz para Todos.

Na verdade, a energia não tem cor, a energia vai pelas linhas de transmissão, vai pela distribuição e atinge seu objetivo, sem a identificação da cor da energia, ou seja, da sua origem e se é uma energia gerada pela ação dos ventos ou pela ação solar ou pelos potenciais hidráulicos. De forma que o programa Luz para Todos é um programa genérico, o Senador Dornelles colocou aqui como emenda da Comissão,

e nós aplaudimos e achamos que o programa é um programa importante.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, obrigada, Sr. Presidente. Eu queria só o Sr. Relator, mas só aqui um detalhe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senadora Rosalba.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só para concluir.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senadora, só para lhe dizer o seguinte.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Esse programa Luz para Todos, ele trata da distribuição e de transmissão, e não de geração, de modo que ele só trata, exclusivamente, da distribuição; a geração, realmente, ele não entra nesse campo. E foram atendidas todas as emendas do Luz para Todos, porque eram praticamente semelhantes.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas, como não trata da geração, poderá também ser utilizado dentro de um, vamos dizer assim, suporte de outro programa, tanto energia que possa ser eólica ou solar?

Presidente, mas só... Relator, só aqui, Senador Dornelles, foi entendido que as emendas deveriam ser, vamos dizer, de caráter nacional, as mais amplas possível. Na realidade, a duplicação da BR-304 não foi considerada assim, por atender apenas dois estados, embora atenda todo o Brasil, nessa interligação norte e sul. No entanto, a Emenda nº. 12, que foi acatada, ela tem o objetivo de adequar um trecho rodoviário importante da BR-07 em área urbana localizada em Águas Lindas de Goiás, área de influência do Distrito Federal, região conhecida como entorno.

Então, essa aqui deveria o Governo de Goiás ou Distrito Federal trabalhar para ser uma emenda da bancada, não uma emenda de comissão. Não tenho nada contra Brasília nem contra Goiás, mas aí ela está bem específica. Vamos dizer assim, a BR-304, ela é muito mais ampla do que realmente só o entorno, em Águas Lindas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Marconi, em relação à questão específica levantada pela Senadora Rosalba, já que V. Exa. é do Estado de Goiás, gostaria de opinar?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria de, inicialmente, agradecer ao relator, competente relator, Senador Francisco Dornelles, por ter escolhido essa emenda como uma de suas emendas aprovadas. E, na verdade, eu

gostaria de dizer que, além da importância estratégica desta obra, já que Águas Lindas é uma cidade aqui no entorno de Brasília, que conta com mais de 300 mil habitantes, a cidade que mais cresceu no Brasil, ela faz parte da quadruplicação de uma rodovia importante, a 070, que, salvo melhor juízo, deve ter sido iniciada pelo Ministro Eliseu Resende. É uma rodovia que foi iniciada na década de 60, início de 60, final de 50, e, de lá para cá, se arrasta há anos.

A sugestão que eu faço ao Ministro Dornelles é que não apenas esse trecho em Águas Lindas, mas também a Emenda 37 sejam agrupadas, porque, com isso, nós vamos ter, havia já explicado ao Ministro Dornelles, com isso, nós vamos ter a conclusão definitiva da chamada rodovia Brasília-Cuiabá. É uma rodovia de integração nacional, não só de integração regional, faltam, hoje, cerca de 70 km para que essa rodovia esteja integralmente concluída.

No ano passado, como presidente da Comissão, nós conseguimos, e ano retrasado, nós conseguimos reiniciar a obra. As obras estão vindo na direção de Brasília. Quase todos os trechos já estão prontos, Sr. Presidente. Se o Ministro Dornelles puder contemplar a Emenda 37 com esta emenda já aprovada por ele, a de nº. 12, numa só, nós teremos, aí sim, o atendimento a uma obra de interesse nacional.

Então, a sugestão que eu faço ao Ministro Dornelles, aliás, o apelo que faço a ele, em nome dos goianos, dos mato-grossenses, dos brasileiros, é que nós tenhamos condições de aglutinar as duas, aprovar as duas e, com isso, concluir, nesse ano que vem, essa chamada rodovia Brasília-Cuiabá, uma das primeiras rodovias do plano JK e que, depois, teve sua continuação nos governos seguintes e que se arrasta já há quase 50 anos.

Eu defendo, de forma veemente, não só a conclusão, Senadora Rosalba, do trecho em Águas Lindas, que está em fase de conclusão, mas defendo que a rodovia inteira seja concluída, a partir dessa emenda.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Marconi Perillo. Senadora Rosalba.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu entendo perfeitamente que o Senador Marconi Perillo esteja defendendo esse trecho, porque quem não faz um pouco mais pela sua terra não fará nada pela terra dos outros.

Então, eu defendo também o trecho da BR-304, porque, inclusive, está a mesma situação, nós já temos um trecho concluído, que liga Macaíba a Parnamirim, nós já estamos com um estudo de viabilidade [soa a

campanha] técnica, econômica e ambiental de outro trecho, que vai até o trevo 226, com a BR-226. Então, por que essa ser incluída? Se não puder ser nas emendas de apropriação, que seja adequada numa emenda de remanejamento, mas que a BR-304 fique contida, até porque é a hora de a gente compensar também as diferenças regionais e as injustiças que acontecem com nosso Nordeste.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Inácio, nós temos, aqui, para discutir, ainda, o Senador Goellner.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sobre a 304.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É sobre isso que o Senador Goellner vai falar agora, já tinha solicitado a palavra. O Senador Goellner, para continuar a discutir a matéria.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sr. Relator, eu vejo que o DNIT não foi contemplado em várias emendas, que, praticamente, até os valores eram os mesmos, no sentido de contemplar as hidrovias, os estudos e as viabilidades técnicas, econômicas, a consecução de importantes vias navegáveis do país.

Existem projetos, estudos de viabilidade a serem efetuados, e há uma necessidade premente de contemplá-los. Então, houve uma manifestação formal da parte do DNIT, do Ministério do Transporte, para que vários senadores aqui colocaram suas propostas, a Emenda nº. 18, a 19, a 26, 27, 28, de diversos senadores, versando sobre a mesma apropriação de resultados em navegação, estudos de impactos ambientais, que não são fáceis.

Eu diria que a via do Teles Pires-Tapajós, hoje, necessita de 250 milhões, para um verdadeiro estudo, são três ou quatro hidroelétricas que colocam lá, e precisam ser efetuados, urgentemente, os estudos de acompanhamento das eclusas e canais, para poder andar concomitante com a construção das usinas hidroelétricas.

Então, como, infelizmente, essa emenda, localizada num trecho específico, que é a emenda do Senador Marconi Perillo, eu vejo que, até lá na Comissão de Orçamento, depois, ela poderá ser cortada, ela não tem um caráter nacional, infelizmente. Sua emenda...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ela vai a Cuiabá.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, eu sei, ela vai até a divisa. Mas é dentro do Estado de Goiás.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não, mas ela vai até Cuiabá.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas eu vejo, Senador Dornelles, que nós deveríamos dar atenção especial também às vias navegáveis, e não só à construção de trechos, porque essa aí é do orçamento, tem recurso do PAC, o que está faltando, hoje, no DNIT são projetos, para dar início à navegação no país, porque é o meio de transporte mais econômico, mais viável, ambientalmente perfeito, comparando com os outro, até com a ferrovia, e sem comparar com a rodovia.

Então, eu gostaria de ver, se pudéssemos reorientar esses estudos, de contemplar esses projetos, pegando um projeto apenas, porque são vários ali, que poderia ser atendido, então, o DNIT na consecução dos planos de estudos de impacto ambiental, que são muito necessários para as vias navegáveis do país.

Então, esse é o apelo que eu deixo, Sr. Relator, a esta Comissão, para que apóiem. Isso aí vários estados, Estado do Pará, Mato Grosso, Tocantins, todos os estados do Norte do país estão aguardando o transporte por via navegável, e, infelizmente, não há uma diretriz específica, está faltando recursos para projetos, e é isso que especifica essas emendas aí, no orçamento fiscal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Goellner. Senador Ministro Dornelles, algum comentário? Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, para... Com licença, senador, Senador Ministro Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Dentro do critério, senador, sabe que, muitas vezes, essas opções são difíceis, mas o senhor vê, aqui, que a prioridade nossa é em relação, embora tenha havido grande demanda por parte dos integrantes da Comissão, deixo de incluir no quadro das demandas apresentadas ao DNIT, por entender que esta Comissão deveria priorizar as emenda em andamento. Foi um critério adotado, eu não vou dizer nem que é certo ou errado.

E já existe, na proposta orçamentária, uma dotação de 260 milhões para o DNIT, destinada a essas ações, por isso a preferência foi destinar para obras já iniciadas, como a Transnordestina, pegamos a estrada, a BR em relação a São Paulo e Mato Grosso, e essa a que se referiu V. Exa., que, na realidade, pega Brasília, Goiás e vai até Mato Grosso. Foram as duas emendas rodoviárias que eu acatei.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Teria ficado mais justo se tivesse uma para o Nordeste. Porque ficava o Centro-Oeste já está sendo atendido, o Sul, São Paulo, Mato Grosso, Norte, nós teríamos

que ter uma para o Nordeste, presidente, para nossa região.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Se o coração falasse, posso dizer a V. Exa. que seria minha prioridade.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu acho que a prioridade do relator, a que nós... Tenho certeza de que nós... É só substituir e colocar um benefício para o Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes do Senador Flexa Ribeiro, por gentileza, o Senador Marconi Perillo, que é o autor da emenda, que ele deseja fazer algum esclarecimento sobre a 304.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não, com todo o respeito ao Senador Goellner, meu amigo e companheiro da região Centro-Oeste, eu queria apenas pedir permissão ao Presidente Collor, ao Senador Dornelles, para mostrar no mapa, aqui, a rodovia BR-070, ela tem o mesmo nome, em relação ao Estado do Mato Grosso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Só o Collor, que está com a vista muito boa, está conseguindo perceber aí essa... Porque o Senador Dornelles não está enxergando isso aí, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de acrescentar, aqui, nessa discussão da BR-070, a própria nomenclatura, 070, indica que é uma rodovia radial. As rodovias radiais são aquelas que nascem de Brasília e, como raios de propagação, vão aos diferentes pontos do território nacional.

Temos a 010, a 020, a 030, a 040, e essa é a 070, que liga Goiás a Cuiabá, numa transversal. Ela é realmente uma rodovia de interesse nacional e da maior importância. É uma radial, assim como nós temos que compreender, também, a importância da BR-304, de Natal a Mossoró, que chega à região de Apodi e Pau dos Ferros, lá no Rio Grande do Norte, que é um transversal.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, lembro que tem Fortaleza, também, e o Inácio Arruda sabe muito bem. E a interligação com a 101, 110, com a 226, todas essas passam exatamente... A 304 é que faz essa interligação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Inácio, o Senador Flexa Ribeiro havia solicitado. Logo em seguida, eu passarei a palavra ao senhor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu acho que é sobre a 304, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, por gentileza, Senador Inácio Arruda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pode falar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, primeiro, se o critério for nacional, nós temos que transformar a emenda em emenda nacional, e, sendo emenda nacional, ela nem é 304, nem 070, nem 040, nem 080, ela é emenda nacional, está certo?

Se quisermos atender esse critério nacional. Eu, como tenho que puxar para o lado de cá, do meu lado, que é o nosso, aqui, meu, da Rosalba Ciarlini e de outros companheiros do Nordeste, evidente que eu vou vender a 304. E considero que o Senador Marconi Perillo tem toda razão em defender a 070, que liga Brasília ao entorno de Brasília e o Estado de Goiás e Cuiabá.

A 304 é uma via que sai de Natal, vai até Boqueirão do Cesário, no Estado do Ceará, e liga a 101 e um trecho de ligação da BR-101 à BR-116, que liga a BR-116, liga Fortaleza e vai a Pelotas, no Rio Grande do Sul. Então, quer dizer, se tiver mais nacional do que isso, eu considero um pouco difícil ser encontrado no mapa do Brasil.

Então, você pega a 101 e a 116, que não são radiais, mas, antes, ela era radial, porque era a que ligava ao Rio de Janeiro, que era a capital, era a 101 e a 116, ambas eram radiais. Se você quiser considerar a capital à época. Então, essas duas BRs são ligadas pela 304, fazer esse trecho de ligação, porque elas não se encontravam, duas paralelas saíam aqui e se encontraram nessa ponta do Nordeste, ela se encontram com a 304.

E a 304 tem outra vantagem, ela se encontra com uma radial, hoje, que é, ao ligar com a 116, ela vai encontrar, lá em Fortaleza, a 040, que é uma radial, e vai encontrar a 222, que liga, em cima todo o Norte. Então, ela é uma via de ligação desse conjunto de BRs, nessa ponta que é o Ceará, lá em Fortaleza. Então, você faz essa ligação. Então, ela tem muito peso, ela tem muito significado para nossa região, evidentemente, porque é um trecho que está ali dentro daquela região, e, além disso, ela é uma via federal, de ligação dessas BRs que se encontram praticamente dentro do Estado do Ceará.

Então, eu pediria atenção especial, porque, se não é possível, porque eu não quero jamais tirar qualquer trecho rodoviário das mãos do Senador Marconi Perillo, ainda mais que atende o Estado do Mato Grosso,

que é a região pantaneira do nosso país, que a gente atenda nas possibilidades de remanejamento.

Se não for possível, a gente faz uma de remanejamento, porque o orçamento, também, do Ministério do Transporte não é essa coisa tão pequena. Então, a gente pode pegar outro setor e fazer o remanejamento. Para quê? Para abrir uma janela para o relator setorial, porque, se ele não tiver lá a 304, de qualquer sorte, ela nem janela vai ter para poder caminhar no orçamento.

Então, essa é a proposição: ou transforma em nacional ou fazemos uma emenda de remanejamento, que possa atender essa solicitação da Senadora Rosalba, que eu considere muito significativa e importante que a gente... Só não tinha ainda colocado essa ligação forte entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, que era preciso ser feito, neste instante.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só para complementar o Senador Inácio Arruda. E, no Rio Grande do Norte, ela também é como se fosse, assim, o acesso, a ponte com a 405 e a 226.

Então, são várias BRs que passam, é como se fosse, é uma ponte para a interligação com todas essas BRs, que vão... Já pensou, Senador Collor, como é que eu vou conhecer aquelas praias lindas e maravilhosas da sua Alagoas? Tem que ir pela 304 até Natal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [risos] Obrigado.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tem de apreciar o melhor melão.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O melhor melão do Brasil, que se encontra, realmente, na nossa região.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que é produzido no Ceará e no Rio Grande do Norte.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mossoró e regiões vizinhas. E no Ceará, também, lá no Vale do Jaguaribe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Flexa Ribeiro, para discutir, e, em seguida, Senador Valdir Raupp.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Fernando Collor, Senador Eliseu Resende, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu imagino a dificuldade do nosso relator, Senador Francisco Dornelles, para poder identificar, entre 47 emendas da maior importância, para todas as regiões brasileiras, três que pudessem ser atendidas.

Eu concordo plenamente com o Senador Dornelles, quando ele falou que uma das condições que ele adotou para escolher as emendas era das obras já iniciadas. Eu acho que isso é fundamental, Presidente Collor, o Brasil tem que tomar uma posição, e eu acho

que isso deveria partir, inclusive, do Congresso Nacional, de que, no orçamento da União, nós teríamos que priorizar as obras já em andamento.

Porque o que acontece no Brasil é que as obras se arrastam por décadas, porque elas são iniciadas, não são continuadas, e, em seguida, são iniciadas outras obras, que também não são continuadas.

Na Amazônia, no meu Estado do Pará, nós temos lá a Transamazônica, nós temos as Santarém-Cuiabá, nós temos a hidrovía Araguaia-Tocantins, a hidrovía Teles Pires-Tapajós, são obras da maior importância, não para o Pará, para o Brasil, e que, lamentavelmente, nós esperamos há 30 anos que elas se complementem.

Se nós tivéssemos feito 100 km, 100 km, que o Senador Eliseu Resende, como que *expert* dessa área, sabe que não é nada para a União, por ano, nós já teríamos concluído todas essas rodovias, mas, lamentavelmente, isso não é feito.

Então, eu quero parabenizar o Senador Francisco Dornelles pela condição que ele teve para escolher as emendas. Eu entendo que o cobertor é curto, eu entendo. E, muito mais, Senadora Rosalba, que, lamentavelmente, ainda há pouco escutei o Senador Cícero Lucena lamentar que fez uma comissão, ano passado, de 210 milhões de reais para atender a questão dos resíduos sólidos, nos municípios de menos de 50 mil habitantes. Isso é uma situação de calamidade pública, de saúde pública, em todo o Brasil. Principalmente nesses municípios menores de 50 mil habitantes. E que ele dizia, e eu ouvia pelo rádio, que só conseguiu liberar, dos 200 e tantos milhões, 10 milhões, ou seja, lamentavelmente, o orçamento continua sendo uma peça de fantasia.

Nós trabalhamos, aqui, vários meses, na Comissão Mista de Orçamento, nas comissões, nas bancadas, e, ao final, o orçamento aprovado, ele não é respeitado, ele não é respeitado, a vontade do parlamentar não é respeitada, porque ele é contingenciado, ele é não liberado.

E aí eu quero, aqui, lembrar o saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães. O projeto que ele propôs do orçamento impositivo eu acho que tem que progredir e tem que ser aprovado, de tal forma que, ao final da peça orçamentária, o Brasil saiba, efetivamente, o que será executado no ano seguinte.

Agora, com relação às emendas da Comissão de Infraestrutura, eu quero, como já disse, parabenizar o Senador Francisco Dornelles, pelo seu precioso relatório, e agradecer, agradecer que ele acatou uma emenda do Senador João Ribeiro, subscrita também por mim, Senador Flexa Ribeiro, que trata da Ferrovia Norte-Sul.

Quando essa rodovia foi lançada pelo então Presidente José Sarney, lá na década de 80, ela foi contestada de que seria a ferrovia que ligava o nada com coisa nenhuma, porque, naquela região, onde se estalaria a ferrovia, não havia produção.

Aí nós ficaríamos discutindo, se assim o fosse, investimentos necessários para desenvolver uma região, que não estariam feitos, porque a região não estava desenvolvida. E está aqui a realidade da obra. Hoje, ela é, sem sombra de dúvida, a mais importante obra de integração de toda essa região; inclusive, vai ligar São Paulo a Belém.

E o Senador Dornelles foi inteligente, como sempre, e com o espírito, que eu diria, de estadista, porque ele poderia muito bem ter rejeitado a emenda, Senador João Ribeiro, ter rejeitado a emenda, porque nós colocamos a emenda no trecho Belém-Panorama, São Paulo, para ir buscar Norte-Sul lá de baixo, para ela realmente ser norte e sul. E ele atentou que esse trecho não está na lei do plano plurianual, ou seja, não poderia ser acatada.

E isso é um assunto, Senador João Ribeiro, que nós, com a ajuda do Senador Eliseu Resende, vamos ter que trabalhar para incluir no plano plurianual esse trecho Belém-Panorama, São Paulo. Mas o que é que fez o Senador Dornelles? Ele foi buscar o trecho constante no plano plurianual, que é Anápolis-Belém, também da Norte-Sul, e, através desse trecho, ele contemplou o trecho Palmas, Tocantins, Uruaçu, Goiás e contemplou Belém, no Pará, com Anápolis, Goiás. Então, ele, com isso, conseguiu atender a emenda proposta pelo Senador João Ribeiro e por mim.

Eu agradeço a V. Exa. e o parabenizo pelo trabalho como relator das emendas da Comissão de Infraestrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Senador João Ribeiro tem a palavra, para discutir a matéria. Em seguida, o Senador Valdir Raupp.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, eu quero, também a exemplo do que fez o Senador Flexa, cumprimentar o Senador Francisco Dornelles pelo discernimento, pela maneira clara e transparente como ele fez seu relatório. Pedir até desculpas à Comissão, no sentido da apresentação dessa emenda, que, lamentavelmente, eu havia aconselhado à minha assessoria de Belém a Anápolis, exatamente, Senador Flexa, para proteger esse trecho que V. Exa., todo ano, briga muito por ele, e aqui nós temos que fazer justiça a isso. E, fazendo assim, eu estaria contemplando, também, nosso amigo Senador Marconi Perillo, que é outro senador

que briga permanente, nesta Comissão, por esta obra tão importante, essa ferrovia de integração nacional.

E já dizia o Senador Flexa, e eu aqui quero repetir, que ouvi, pessoalmente, do Presidente Lula, por mais de uma vez, quando das primeiras vezes que fui conversar com ele sobre a ferrovia, a Ferrovia Norte-Sul, e ele, na primeira vez, principalmente, me disse, olhou para mim, me observou, ficou me observando um instante, depois disse assim: “Eu tenho que te confessar uma coisa: eu fui o maior crítico dessa ferrovia, quando o Sarney lançou e eu fiz discursos, porque eu não acreditava nessa ferrovia, mas é porque eu não conhecia o Brasil todo, depois que eu fui andar de ônibus, percorrer o Brasil, na caravana da cidadania, eu mudei minha opinião completamente. Tanto é verdade, que eu quero construir essa ferrovia. Eu, hoje, quero construir essa ferrovia”.

E eu para a tribuna, Presidente Collor, e disse isso, perguntei a ele se eu podia dizer isso que ele havia me dito, ele falou: “Pode, pode, foi fato que ocorreu, que aconteceu, está registrado nos anais no Congresso Nacional”.

Então, com essas palavras, eu quero apenas dizer o seguinte: desde o primeiro momento, Senador Flexa, que uma emenda que fiz, na época, emenda de bancada e já emenda de comissão, nós fizemos emenda de bancada, do Tocantins, algumas, para que a ferrovia pudesse andar no trecho do Tocantins, porque ela já estava em Imperatriz, o Presidente Sarney o deixou em Imperatriz, ela veio até Porto Franco e, depois, no estreito, na divisa. E, para atravessar o Rio Tocantins, era preciso fazer uma ponte, senão não tinha como atravessar. E essa ponte eu tive a alegria de apresentar emenda na época, e nós aproveitamos os recursos e fizemos aquela ponte. Depois, fizemos a Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis, Senador Fernando Collor. V. Exa. foi Presidente da República, conhece este país tão bem.

E aí inauguramos o primeiro trecho, Senador Marconi, até a cidade da Araguaína, passando por Babaçu-lândia, a segunda plataforma multimodal. Depois, inauguramos o trecho de Araguaína-Colinas, que também tem uma plataforma multimodal. E, agora, tem o trecho de Guaraí para nós inaugurarmos. Esta Comissão está convidada. Eu acho que a gente deveria, no próximo trecho que for inaugurado da ferrovia, fazermos, aqui, uma comissão, e, dessa comissão, Senador Fernando Collor, para ver a importância dessa obra.

Tem críticas da execução da obra, porque o Tribunal de Contas tem sido enérgico nesse sentido, e eu não quero, aqui, condenar o Tribunal de Contas; aquilo que estiver errado, esteve paralisado alguns trechos,

mas já voltaram todos os trechos a funcionar, já estão trabalhando normalmente.

Um mês atrás, Senador Marconi, lançamos a obra com a presença do Juquinha, que é um goiano, seu conterrâneo, nosso amigo, o presidente da VA-LEC, de Gurupi a Uruaçu, lançamos aquele trecho e numa festa muito grande, já iniciou o obra ali. Então, nós temos a plataforma de Gurupi, a plataforma de Palmas, e, essa semana, Senador Marconi, só para esta Comissão tomar conhecimento – vou tomar mais dois minutinhos, para dizer que, na semana passada, eu estive na Eletronorte, conversando com o Dr. Ademar Palocci, porque nós precisamos colocar energia nessas plataformas multimodais, senão, como é que o empresário vai para lá investir, comprar seu terreno, implantar ali a sede da sua empresa? E não tem energia, ainda, nessas plataformas, lamentavelmente.

E a empresa de energia elétrica estava contes-tando, e não queria ali implantar, dizendo que não era lucrativo, não tinha retorno financeiro. Então, nós estamos numa, travamos uma batalha, uma luta, o Governador Carlos Henrique Gaguim, viemos ao Ministro Lobão, exatamente para acertar essa situação, porque é preciso colocar energia em todas essas plataformas, para que a ferrovia venha a funcionar plenamente.

E eu quero, aqui, para concluir, Senador Francisco Dornelles, porque, se eu for falar tudo [soa a campanha] o que eu gostaria de falar a respeito da ferrovia, eu, que sou entusiasta da luta pela ferrovia Norte– Sul, aqui tem o Senador Flexa, o Senador Marconi, alguns senadores que se destacaram mais, por conhecer de perto essa situação, por conhecer a importância dessa obra de perto.

Eu diria, Senador Fernando Collor, que não apenas para o Tocantins, mas eu tenho dito, nos meus pronunciamentos que faço lá no meu estado, que o Estado de Tocantins tem dois momentos importantes, na nossa história; o primeiro deles eu destaco que foi a criação do próprio estado, na Constituição de 88; e o segundo será na inauguração da Ferrovia Norte-Sul, quando ela estiver pronta até São Paulo.

E eu acho que aí que minha assessoria errou, porque não observou a questão do PPA, mas eu quero, aqui, agradecer a compreensão do Senador Francisco Dornelles, de ter tido a capacidade de síntese e procurado atender esse trecho, que já está no PPA. E nós vamos nos comprometer, Senador Flexa, de colocar até São Paulo, já que a bancada paulista até agora não se preocupou com isso, eu não quero aqui fazer nenhuma crítica à bancada paulista, mas essa ferrovia vai até São Paulo, então, é uma ferrovia de integração nacional.

Por isso eu faço questão de, todo ano, Senador Eliseu Resende, V. Exa. que é um homem que conhece muito tudo isso que nós estamos falando, isso é retórica para V. Exa., sei disso, e, portanto, eu fico muito feliz de nós estarmos aqui, acatando essa emenda, de atender ao Senador Flexa Ribeiro, nessa sua luta, porque atende muito bem, essa ferrovia precisa, sim, para o Pará, para ter alternativa, não só o Porto de Itaquí, no Maranhão, mas para Belém, Senador Marconi, é importante que ela vá...

[soa a campainha]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador João Ribeiro, é importante lembrar—

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Silêncio, por favor, eu vou conceder aparte ao Senador Marconi.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu vou conceder aparte ao Senador Marconi.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Silêncio, para que possamos ouvir o Senador João Ribeiro e o Senador Marconi Perillo, na sua intervenção, por favor.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente Collor, presidente, Eliseu, Senador João Ribeiro, pelo projeto que já foi desenvolvido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, a Ferrovia Norte-Sul não chegará só a Santa Fé do Sul, em São Paulo, ela vai chegar ao Estado do Paraná e ao Estado do Mato Grosso do Sul...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): E na Bahia, também.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Até porto do Paraná e Corumbá.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): E um ramal que sai da Bahia.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Um ramal para balsas e um ramal para Bahia, portanto, é uma ferrovia de verdadeira...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Integração nacional.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Integração nacional, mas ela vai chegar ao porto de Corumbá, quando ficar pronta.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Perfeitamente, Senador Marconi, muito bem lembrado por V. Exa.. Existe, também, Senador Marconi, a bancada do Mato Grosso, e aí a gente tem que fazer justiça, ainda de saudosa memória, o Senador Jonas Pinheiro, que, hoje, não está mais aqui, mas ele lutava muito para que saísse, Senador Goellner, que também tem lutado para isso, para que saia um ramal do Estado do Mato Grosso, integrando a Ferrovia Norte-Sul, no Tocantins. Então, veja que ela é, mais ou menos, a

espinha dorsal de integração de várias regiões e de várias ferrovias do nosso país; não só é uma ferrovia de integração nacional, mas de outras ferrovias, que vão se integrar a ela.

Eu acho que foi, e nisso nós temos que cumprimentar o Presidente Sarney, porque foi ele que lançou, na época, foi num momento de muita lucidez, em que ele, com seus técnicos, preparou esse projeto, e que hoje está aí encantando a todos nós. Eu espero só que a gente consiga alocar os recursos e fazer essa obra funcionar.

Sr. Presidente, eu agradeço, peço desculpa por ter me excedido um pouco, coisa que eu raramente faço, mas, quando fala de ferrovia, eu sou realmente um apaixonado pela ferrovia, porque eu acho que ela será a solução dessa região pobre, desse corredor pobre, principalmente do meu querido Estado do Tocantins, quando nós iremos produzir alimentos e exportar para os grandes mercados consumidores lá fora. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador João Ribeiro. Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu gostaria muito de que o relator estivesse aqui presente, mas ele que dar uma saída estratégica. Mas eu queria fazer uma sugestão. Eu tenho duas emendas que são nacionais. Quando se carimba uma emenda, é muito difícil chegar a um consenso, porque aí teria que carimbar uma para o Nordeste, uma para o Norte, outra para o Sul, outra para Centro-Oeste [risos] e outra para o Sudeste, para poder atender pelo menos as regiões.

Então, eu acho que seria mais fácil aprovar emendas nacionais, como de infraestrutura, como tem a Emenda 26 e a Emenda 27, que é para estudos e projetos. E a Emenda 27 não precisa nem ser a minha a ser aprovada, porque tem emendas de dez Sras. e Srs. Senadores, que vão no mesmo sentido. Então, se atender qualquer uma dessas dez emendas, que tem até aqui o nome dos senadores que apresentaram emendas para estudo de viabilidade, do João Durval, do Marconi, do Flexa Ribeiro, minha, da Fátima Cleide, do Mão Santa, do Gilberto Goellner, enfim, dez senadores seriam contemplados com a emenda de estudo de dado.

Então, essa é minha sugestão, porque, se ficar discutindo emendas carimbadas, vai ser muito difícil chegar a um consenso. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão—

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, antes de encerrar a discussão, eu quero fazer uma proposição ao nosso--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes de encerrar, o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --relator. Nós fizemos uma consulta ampla, que tem o objetivo de atender à Senadora Rosalba, na sua tese de atender a BR-304, consultamos o Senador Eliseu. Nós temos, aqui, um trecho ferroviário, que está situado no vetor logístico leste, que é o Item 1.459 de orçamento. Nossa proposição é atender essa emenda de remanejamento em cinco milhões, não prejudica esse trecho ferroviário, porque o relator setorial pode fazer essa correção.

Então, nós estamos propondo retirar, de 1.458, vetor logístico leste, cinco milhões, tem 16, e ficaria 11, a 304, em remanejamento, ficaria com cinco, e nós discutiríamos, em seguida, com o relator setorial, fazendo as correções necessárias para poder atender tanto nossa colega Rosalba Ciarlini, como atender também ao trecho rodoviário leste, que é muito significativo.

Então, isso pode ser atendido tranquilamente, se tivermos a sensibilidade de estadista do nosso colega Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Dornelles, como relator, em relação à demanda feita pelo Senador Inácio Arruda e Rosalba Ciarlini.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador, presidente, eu aceito a proposta da Senadora Rosalba e do Senador Inácio com o maior prazer. Vocês sabem que o Nordeste, para mim, é uma área extremamente importante, e principalmente com a concordância do Senador Eliseu Resende de fazer o remanejamento. Foi a competência da Senadora Rosalba e do Senador Inácio Arruda que encontraram uma fonte, para abrir um janela. Eu aceito essa emenda de remanejamento.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senão cinco milhões.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu agradeço. É um começo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem. Parabéns à Senadora Rosalba e parabéns ao Senador Inácio Arruda por essa conquista e muito obrigado ao Senador Ministro Dornelles, pela sua sensibilidade, compreensão e capacidade técnica para encontrar um meio de atender a demanda dos senadores aqui referidos.

Continuando, para a discussão, e, antes de nós iniciarmos logo a votação, porque temos outras matérias importantes na pauta. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só para perguntar ao Senador Dornelles se haverá a possibilidade da junção das duas emendas, 12 e 37.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Exatamente, 12 e 37.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Isso está definido, Senador Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Está definido.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu queria também aproveitar...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senadora Rosalba, por favor.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com a permissão de V. Exa., aproveitar para agradecer ao relator e a sua equipe, que, de forma tão competente, conseguimos encontrar um forma de abrir uma janela, já que todas as portas estavam fechadas. Abrindo essa janela, o Senador Eliseu Resende também nos auxiliou nesse caminho, pode ser pouco, mas eu sou daqueles que toda encaminhada se começa com um passo. Se nós conseguirmos dar esse passo, vamos lutar para que possamos chegar até o fim e conseguir duplicar toda a BR-304. Isso vai ser... até porque é justo que o Nordeste seja beneficiado, nenhuma emenda de comissão... Eu estive aqui analisando, era direcionada, vamos dizer assim, para o Nordeste.

Eu sei que alguns senadores do Sul, talvez por não conhecer o Nordeste, por não reconhecer a força que temos de resistência, de trabalhadores, talvez não deem tanto valor a que nós possamos estar melhor estruturados. Se o governo realmente valorizar a infraestrutura no Nordeste, tenho certeza de que nós passaremos a ajudar as outras regiões, como já fazemos, de forma até indireta e sem reconhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senadora Rosalba, e parabéns pelo seu pronunciamento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, para agradecer a sensibilidade de V. Exa., que nos aturou, do Senador Eliseu Resende, e o espírito, realmente, que foi dito que tinha um espírito de estadista, deu para todos percebermos que o Senador Dornelles acolheu aos demandas do Rio Grande do Norte e do Ceará, que, como disse a Senadora Rosalba, é um passo que nós vamos dar para recuperar esse trecho rodoviário brasileiro, que é muito significativo.

Então, agradeço a V. Exa., Senador Eliseu e Senador Francisco Dornelles. Penhoradamente, o Nordeste brasileiro agradece a V. Exa., e vamos comemorar em São João Del Rei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Senador João Ribeiro aqui, olha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador João Ribeiro com a palavra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Só uma informação, Sr. Presidente, que eu falei tanto, mas esqueci de dar uma informação importante a esta Comissão. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Silêncio, por favor.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Que, com referência aos argumentos, inclusive adotados pelo Senador Francisco Dornelles, no seu relatório, eu gostaria de dizer que está no relatório preliminar, aprovado pela Comissão de Orçamento, que nós aprovamos na quinta-feira da semana passada, e, portanto, com esse relatório, está recomendado, no relatório, realmente, que sejam priorizadas, não apenas as emendas de comissão, mas as emendas de bancada.

Principalmente, eu queria dar essa informação à Comissão, se alguém não observou esse detalhe, na apresentação das emendas de bancada, que, sobretudo, as obras ainda não concluídas que sejam priorizadas, e que o prazo, Sr. Presidente, termina na terça-feira, para quem tem que apresentar suas emendas também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem lembrado pelo Senador João Ribeiro. Encerrada a discussão, passamos à votação. Em votação o parecer do Senador Francisco Dornelles, que conclui: 1— pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, das emenda da apropriação de nº. 20, 21, 24 e 25 e 47, 30 modalidades de remanejamento; 2— pelo acolhimento integral no mérito das emendas de nº. 3, 7 e as idênticas a essas, de nº. 8 e 9, 12 e 37; 3— pelo acolhimento parcial no mérito das emendas de nº. 13 e 36; 4— pelo não acolhimento no mérito, pelas razões expostas neste relatório, das emendas de nº. 1, 2, 4, 5, 6, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46.

Os senadores que aprovam o relatório permanecem como se encontram. Aprovado o relatório. As emendas aprovadas vão à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, pela ordem, o Senador Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): É simplesmente para esclarecer que a Emenda 12 e a 37, houve aglutinação e foram aprovadas as duas em conjunto; 12 e 37.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Já foi colocado aqui. Vou ler novamente, Senador Ministro Francisco Dornelles. Segundo, pelo acolhimento integral no mérito das emendas de nº. 3, 7 e as idênticas a essas, de nº. 8, 9, 12 e 37.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): E a 30, da Senadora Rosalba, de remanejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Também já foi dito no Item 1. Pela inadmissibilidade ante a legislação pertinente das emendas de apropriação, de nº. 20, 21, 24, 25 e 47, e pela modalidade de remanejamento, a nº. 30, pelo acolhimento. Está correto?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Está correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu queria, mais uma vez, agradecer a sensibilidade deste grande brasileiro, Ministro Senador Francisco Dornelles, por ter acolhido essa nossa solicitação pela conclusão da BR-070, uma rodovia verdadeiramente de integração nacional, iniciada há 50 anos.

O senhor vai colaborar muito pela integração definitiva e a conclusão dessa radial. Então, meus agradecimentos ao Ministro Senador Francisco Dornelles e meu agradecimento também pelo acolhimento da emenda nossa, em relação à Ferrovia Norte-Sul. O senhor acolheu uma emenda de minha autoria e uma emenda de autoria dos senadores João Ribeiro e Flexa Ribeiro.

Com esta emenda acolhida, V. Exa. também vai colaborar pela conclusão do trecho Palmas-Uruaçu. A Ferrovia Norte-Sul é uma ferrovia de caráter nacional, uma ferrovia de mais de 2.000 km de extensão, vai ligar o Porto de Itaqui, no Maranhão, até o Porto de Corumbá, no Rio Paraná, aliás, do Rio Paraná, no Mato Grosso do Sul, portanto, uma ferrovia da mais alta importância.

Nesses anos em que me encontro aqui na Comissão de Infraestrutura, apresentei emendas, todas elas foram acolhidas, e graças a esse trabalho da Comissão de Infraestrutura, Presidente Collor, nós estamos conseguindo prosseguir e avançar na construção da Ferrovia Norte-Sul, conforme lembrado aqui pelo Senador João Ribeiro e pelo Senador Flexa Ribeiro.

Por fim, eu gostaria de parabenizar o Presidente Collor pela iniciativa de um projeto que intensifica a fiscalização sobre as obras públicas inacabadas, que hoje está tramitando na CCJ, é um projeto que tem o meu apoio integral, é uma bela iniciativa de S.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Infelizmente, foi adiada para a semana que vem, mas nós estamos estaremos fiscalizando e propugnando, Presidente Collor, pela aprovação desse projeto, que é um projeto que visa dar transparência e, principalmente, combater o desperdício, combater a solução de continuidade nas obras públicas, porque isso significa desperdício. Portanto, esse projeto de S.Ex^a, que vai obrigar a intensificação da fiscalização das obras inacabadas, é um projeto meritório, de interesse público e que merece o apoio e o respaldo de todos os senadores desta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Marconi Perillo, pelas suas palavras tão generosas. E os cumprimentos que o Senador Marconi Perillo exprimiu eu gostaria de que a Mesa toda se associasse, todos os membros desta Comissão, pelo trabalho relevante que, mais uma vez, o Senador Ministro Dornelles presta a esta Comissão, ao Senado da República e ao país. Parabéns ao senhor, senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Gostaria de agradecer o grande apoio e o grande... Tudo que eu recebi de V. Exa. nesse trabalho, e dizer que, sem esse apoio de V. Exa., esse trabalho não teria sido realizado, de modo que esse relatório eu considero um relatório conjunto do relator e do presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É bondade de V. Exa., sua presença engrandece essa Comissão, e a Mesa Diretora dos trabalhos da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal lhe agradece, penhoradamente, pelos trabalhos que o senhor vem prestando a esta Comissão, como disse, ao Senado e ao Brasil. O Item 3 da pauta.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Projeto de Lei da Câmara nº. 284/2009, decisão não terminativa. "*Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os art. 6º e 50 da Lei 9478, de 6 de agosto de 97, e dá outras providências.*" Autor: Deputado Sebastião Bala Rocha. Relatora: Senadora Ideli Salvatti.

Parecer favorável ao projeto. Observação: a matéria vai às Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e fiscalização e Controle em decisão terminativa.

Antes de conceder a palavra à Senadora Ideli Salvatti, para proferir seu relatório, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Item 5 é o único de caráter terminativo nesta Comissão. Para nós não perdemos o quórum qualificado, que já está seriamente comprometido, mas poderão voltar os senadores que estiveram aqui nas comissões de orçamento, eu gostaria de pedir inversão de pauta. Porque, senão, nós não vamos poder analisar o Item 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Vou pedir à secretaria da mesa que entre em contato com os Srs. Senadores que saíram agora, para dar presença em outras comissões, para que eles retornem, a fim de que nós prontamente coloquemos em pauta o Item nº. 5 da pauta, conforme solicitação de V. Exa..

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº. 284/2009.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Sr. Presidente. E o Projeto de Lei da Câmara nº. 284, de autoria do Deputado Sebastião Bala Rocha, visa criar o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Esta proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados e é fruto da compilação de várias outras propostas, várias outras proposições. O PL 2.223/2007, do Deputado Sebastião Bala Rocha, juntamente com o PL 2.635/2007, do Deputado Eduardo Valverde, o PL 3.820/2008, do Poder Executivo, e o PL 3.570/2008, do Deputado Anselmo de Jesus.

O texto que vem para a apreciação do Senado Federal foi o substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, com duas subemendas apresentadas na Comissão de Minas e Energia daquela casa.

Nas palavras do relator da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Arnaldo Jardim, o PL nº. 3.820/2008, é o mais abrangente dos projetos em análise, ao propor a criação do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima, que concentraria os recursos destinados às ações de mitigação da mudança do clima e adaptação

aos seus efeitos e detalhar a aplicação da parcela da participação especial que cabe ao Ministério do Meio Ambiente.

Dessa forma, adotamos o texto do projeto aprovado pelo Poder Executivo como base para um substitutivo que incorpora o conteúdo dos demais projetos. Embora o projeto que ora apreciamos seja, do ponto de vista formal, de autoria do Deputado Sebastião Bala Rocha, trata-se, materialmente, de texto apresentado pelo Poder Executivo.

Essa observação preliminar é importante para o exame da constitucionalidade da vários dispositivos do PLC nº. 284, até porque, como cria fundo, isso tem que ser obrigatoriamente iniciativa do Poder Executivo.

A proposição está estruturada em 14 artigos, e, de acordo com o art. 1º, o projeto cria o Fundo Nacional de Mudanças do Clima, dispondo sobre sua natureza, finalidades, fontes e aplicações de recursos. Conforme o art. 2º, o Fundo estará vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e terá natureza contábil.

A finalidade do Fundo é assegurar recursos para apoio a projetos, estudos ou financiamentos de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos. Por força do art. 3º do projeto, além de dotações orçamentárias, doações e empréstimos, entre outros, o Fundo terá como fonte de recursos até [soa a campanha]...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Silêncio, que a relatora está preferindo seu relatório, por favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito obrigada, presidente. O Fundo terá como fonte de recursos até 60% dos recursos destinados ao Ministério do Meio Ambiente, de participação especial proveniente de concessões reguladas por aquela lei, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade.

Aliás, aqui, eu queria fazer um pequeno parêntese, porque nós nosso podemos ainda incluir nessa proposta, porque obviamente não está com a tramitação concluída, mas no fundo do Pré-sal já está aprovada emenda, na Câmara, de destinação de recursos do Pré-sal para este Fundo Nacional de Mudanças Climáticas.

Nós não podemos ainda incorporar, porque não é legislação aprovada, mas com certeza estes 60% dos recursos que são destinados ao Ministério do Meio Ambiente, na legislação que já está em vigor, já fariam parte do fundo, e, mais, teremos um recurso significativo advindo da exploração do Pré-sal.

De acordo com o art. 4º, o Fundo Nacional será administrado e coordenado por um comitê gestor, vin-

culado ao Ministério do Meio Ambiente. As competências e a composição desse comitê serão estabelecidas em relacionamento, assegurada a participação de seis representantes do Poder Executivo Federal e cinco do setor não governamental.

O art. 5º fixa as diretrizes para aplicação dos recursos do Fundo. O financiamento concedido com recursos do Fundo terá como garantia os bens definidos a critério do agente financeiro, que, em função do disposto no art. 7º, será o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social o BNDES. O BNDES poderá habilitar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e outros agentes financeiros públicos para atuar nas operações de financiamento com recursos do Fundo.

Conforme o art. 8º, o comitê gestor deverá ser mantido atualizado, em relação aos financiamentos aprovados. Os arts. 10 e 11 do projeto fazem adequações e alterações de outras legislações.

Segundo a exposição de motivo que acompanha o PL nº. 3.820/2008, do Poder Executivo, o Fundo Nacional constitui instrumento fundamental para viabilização da política e do plano nacional sobre mudança do clima.

Além da Comissão de Infraestrutura, a proposição será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos e, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização.

Nossa Comissão de Infraestrutura é uma comissão importante para análise, até porque, por aqui, passa a apreciação de matérias extremamente relevantes, em termos de logística, de geração de energia, e, portanto, todas essas ações, elas têm implicações no clima, elas têm implicações nessa questão das mudanças climáticas, e por isso que é muito importante o parecer desta Comissão, com relação não só à política nacional de mudanças climáticas, como também a constituição deste Fundo.

Nós temos uma situação, com relação à matriz energética do Brasil, que todos nós sabemos é a matriz, é uma das mais limpas do mundo, muito acima da média mundial, os biocombustíveis substituem, gradativamente, os combustíveis fósseis, mas é muito importante fazer, no Brasil, uma transição abrangente para um paradigma econômico pouco intensivo em carbono, com repercussões sobre os setores de transporte, mineração e aproveitamento de recursos naturais, que é o principal objetivo desta Comissão. E esse também é o objetivo da política nacional sobre mudança de clima.

Nós acreditamos, portanto, que o PLC nº. 284 vem, em boa hora, criar um fundo necessário à condução da Política Nacional sobre Mudança do Clima,

uma política estruturante para todas as demais ações, nos âmbitos público e privado, relacionados com a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil.

Meu voto, Sr. Presidente e demais senadores, pelo exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 284. E gostaria, ainda, de realçar que nós estaremos aprovando esta matéria, e espero que, da mesma forma, seja aprovada nas outras duas comissões, pelas quais ainda falta a apreciação, porque, em dezembro, nós estaremos acompanhando e participando, aqui do Congresso Nacional, irá uma grande delegação acompanhar o debate da Conferência das Nações Unidas, a COP 15, sobre o clima.

E é de fundamental importância que o Brasil leve para esta conferência não só a proposição, já divulgada do Brasil, dos nossos compromissos voluntários com a redução da emissão dos gases de efeito estufa, até como forma de exigir e de cobrar que os demais países, principalmente Estados Unidos, União Europeia, Japão, China, também assumam esses compromissos e as metas, que, no caso dos países desenvolvidos, não são compromisso voluntários, são metas, são, portanto, obrigatórios.

E o Brasil fará muita diferença, como já vem fazendo, não só ao assumir compromissos voluntários, de forma pública, com percentuais explicitados pelo Presidente da República, como aconteceu agora, bem recentemente, mas que também, em termos de Congresso Nacional, nós possamos levar matérias importantes, como essa da criação do Fundo, da criação da política, aprovada [soa a campainha], até para fazer o diferencial, presidente, como os Estados Unidos, que o Presidente Barack Obama tem se escudado no fato de o Congresso Nacional dos Estados Unidos não ter ainda aprovado a política nacional relativa às questões climáticas, e, portanto, o Presidente Barack Obama se esquivava de assumir compromissos, assumir metas.

Então, poder chegar à Conferência de Copenhague, na COP 15, não só com a posição do governo brasileiro, mas também do Congresso Nacional do Brasil definido, aprovado, transformado em lei, eu não tenho a menor dúvida de que fará muita diferença, será algo importante para o nosso país.

Então, é por isso e com esses argumentos que eu pediria a aprovação de todos os parlamentares desta Comissão para que, com a aprovação do Senado, poder ser sancionado ainda antes da conferência, que inicia no dia 6 de dezembro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Nossos cumprimentos à Senadora Ideli Salvatti, pelo brilhantismo do seu relatório. Em discussão a matéria. Para discutir, Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Sr. Presidente, Sra. Relatora Ideli Salvatti--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em seguida, o Senador Ministro Eliseu.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Eu serei rápido, porque sei que temos ainda outras matérias a serem apreciadas e votadas, mas a grande preocupação que eu tinha, até agora, presidente, era exatamente em relação à institucionalização de metas, que ficariam sujeitas também, ou seja, condicionadas também ao inventário que será discutido no ano que vem, discutido, apreciado e aprovado no ano que vem.

Levar para a COP 15 apenas declarações de intenções seria muito temerário, então, à medida que votamos e projeto e ouvimos da Senadora Ideli Salvatti todas essas salvaguardas, todas essas considerações e, principalmente, todos esses compromissos em relação à efetiva institucionalização, percebo que o Brasil sairá à frente de países como os Estados Unidos e a China, que estão se recusando, inclusive, a irem à COP 15.

Portanto, eu quero dizer que vou aprovar com prazer, vou votar pela aprovação com prazer deste relatório, porque o que nós precisamos, efetivamente, é de metas institucionalizadas, para chegarmos e sermos reconhecidos como um país sério em Copenhague. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Marconi Perillo. Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende, para continuar a discussão do Item 3 da pauta, Projeto de Lei da Câmara 284/2009, que tem como relatora a Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Merece louvor o parecer na Senadora Ideli Salvatti, e somos pela aprovação do projeto. É importante destacar a posição do Brasil, no que diz respeito à matriz energética. Nós temos uma situação privilegiada, em termos de matriz energética, com a descoberta de novas reservas de petróleo, com a presença de carvão, nós temos os energéticos mais sujos, mas, do outro lado, com potencial hidráulico que temos e a exploração desse potencial, através de pequenas centrais hidroelétricas, a energia eólica, a biomassa e urânio, nós estamos citados, também, entre os países maiores produtores de energéticos limpos, para produzir uma matriz energética mais adequada para atender o desenvolvimento econômico e social do país, sustentando o meio ambiente, melhorando a qualidade do meio ambiente e diminuindo o teor de carbono da atmosfera.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Eliseu, e, se pensarmos na combustão, que é praticada no Brasil, em automóveis, só imaginar que 25% do combustível utilizado nos automóveis, na gasolina, 25% já é álcool, e a maioria da frota já pode ser abastecida com álcool, que é um combustível também na escala dos biocombustíveis.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Somos o maior produtor de etanol do mundo. E, hoje, a gente assiste aos Estados Unidos investindo fortemente na eletrificação de automóveis, no carro elétrico. Os Estados Unidos, que nasceram com a indústria automobilística movida a petróleo.

Nós costumamos dizer que a era do carvão terminou antes de o carvão terminar, agora, a era do petróleo vai terminar também antes de o petróleo terminar. Porque os países têm de partir para as energias mais limpas, e as grandes nações do futuro serão aquelas que tiverem produzido a melhor e mais limpa matriz energética. De forma que esse é um tema, Sr. Presidente, da maior importância, que nós devemos parabenizar o parecer da Senadora Ideli Salvatti, e fica nosso voto inteiramente favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado o Senador Ministro Eliseu Resende. A matéria continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado o parecer da Senadora Ideli Salvatti, ao Projeto de Lei nº. 284/2009. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos, em seguida, à análise do Item 5 da pauta, em decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº. 356/2005, que *“acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº. 11.097, de 13 de janeiro de 2005, para proibir a utilização de metanol nos processos de fabricação de biodiesel a partir de óleos vegetais”*. Autor: Senador João Tenório. Relator: Senador Gilberto Goellner. O Parecer do relator é contrário ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, para proferir seu parecer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, trata-se de um projeto que visa à substituição de uma matéria-prima, na confecção de biodiesel, substituindo o comumente usado metanol por um produto também de suma importância para o país, que é o álcool, que é o etanol, porém, dadas as análises técnicas, econômicas e de que toda indústria brasileira está operando com máquinas e equipamentos que se utilizam exclusivamente do metanol, não há como mudarmos essa matriz, e eu perguntaria se, com essa explicação, como é pela rejeição, eu precisaria ler toda a análise do projeto.

Estou tentando encurtar. Então, pela rejeição, porque ele não se adequou à indústria nacional e às prerrogativas de toda a utilização, hoje, que já é feita plenamente com metanol.

E nosso voto é pela rejeição do projeto encaminhado pelo Senador João Tenório, e ao qual eu já conversei, e ele amplamente entendeu a nossa justificativa e nosso relatório. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Goellner. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Em votação o Projeto de Lei do Senado nº. 356/2009, votação nominal. Como vota o Senador João Ribeiro?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Mário Couto?

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Voto com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Ministro Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Ministro Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota a Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vou acompanhar o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Doze votos não ao projeto. O projeto foi rejeitado, a matéria vai à secretaria geral da mesa.

Vamos, agora, ao Item 2 da pauta, que trata do Projeto de Lei da Câmara nº. 283/2009, que “*institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, PNMC, e dá outras providências*”. Autor: Deputado Sarney Filho. Relatora: Senadora Ideli Salvatti. Parecer: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observação: a matéria vai às comissões de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, para proferir seu relatório.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito obrigada, Sr. Presidente. E, dando continuidade, porque os dois projetos, tanto o que institui o Fundo quanto este projeto que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, fazem parte da estruturação das políticas públicas voltadas para a necessidade de o Brasil se adaptar a tudo o que precisa ser feito para reduzir, diminuir, mitigar e podermos enfrentar as mudanças do clima no planeta e no nosso país.

“Este Projeto de Lei de nº. 283, ele tem como objetivo instituir a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e o texto que está sob apreciação do Senado Federal é resultado da compilação de diversas proposições que tramitaram na Câmara dos Deputados, que foram apensadas ao Projeto de Lei nº. 18, de autoria do Deputado Sarney Filho.

Entre elas, merece especial destaque o PL 3.535/2008, de autoria do Poder Executivo, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e dá outras providências. O projeto está estruturado em 12 artigos, o projeto estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional sobre

Mudança do Clima. O art. 2º apresenta definições importantes para aplicação da lei, entre elas, figuram os conceitos, como mudança do clima, gases de efeito estufa, mitigação e adaptação, impacto e vulnerabilidade, fonte e sumidouro.

O art. 3º do projeto estabelece os princípios da Política Nacional de Mudança do Clima, que são a precaução, prevenção, participação cidadã, desenvolvimento sustentável e, no âmbito internacional, as responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Na execução da política, deverão ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: todos têm o dever de atuar em benefício das presentes e futuras gerações, para redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático; serão tomadas medidas para prever, evitar ou minimizar as causas, identificadas da mudança climática; as medidas tomadas devem levar em consideração os diferentes contextos socioeconômicos de sua aplicação; distribuir os ônus e encargos decorrentes entre os setores econômicos e as populações e comunidades interessadas; e o dispêndio público com as ações de enfrentamento das alterações climáticas não sofrerá contingenciamento de nenhuma espécie, durante a execução orçamentária.

Os objetivos da Política Nacional de Mudanças do Clima estão numerados, a partir do art. 4º, e, entre eles, merecem especial destaque: a redução das emissões antrópicas de gases de efeito estufa, em relação às suas diferentes fontes; fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa, em território nacional; e implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima, pelas três esferas da federação, com a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários.

As diretrizes da Política Nacional de Mudança do Clima, por seu turno, consta do art. 5º e, entre elas, figuram os compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, no Protocolo de Kyoto e nos demais documentos sobre mudança do clima, dos quais viera a ser signatário; ações de mitigação da mudança do clima, em consonância com o desenvolvimento sustentável, que sejam sempre que possível mensuráveis para sua adequada quantificação e verificação, a posteriori; as medidas de adaptação para reduzir os efeitos adversos da mudança do clima; e a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico; a utilização de instrumentos financeiros e econômicos para promover ações de mitigação e adaptação à mudança do clima; e o aperfeiçoamento da observação sistemática

e precisa do clima e suas manifestações no território nacional e nas áreas oceânicas contíguas.

Conforme o disposto no art. 6º, a política nacional contará com os seguintes instrumentos: o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima; o Fundo Nacional sobre Mudança do clima, comunicação nacional do Brasil à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do clima, de acordo com os critérios estabelecidos por esta convenção e por suas conferências das partes; medidas fiscais e tributárias, linhas de crédito e financiamento, linhas de pesquisa e dotações orçamentárias específicas para ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa e de adaptação aos impactos da mudança do clima; e mecanismos financeiros e econômicos, em âmbito doméstico internacional, referente às ações de mitigação e adaptação.

O art. 7º estabelece instrumentos institucionais para a atuação da política nacional. São eles, entre outros, o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, a Rede Brasileira de Pesquisa sobre mudanças climáticas Globais – Rede Clima –, e a Comissão de Coordenação das Atividades de meteorologia, climatologia e hidrologia.

O art. 8º da proposição trata da concessão de linhas de crédito e financiamento por instituições financeiras oficiais. O art. 10 dispõe sobre a substituição gradativa dos combustíveis fósseis por fontes renováveis da matriz energética brasileira, conforme já foi, inclusive, aqui especificado, pelo nosso querido Ex-Ministro Eliseu Resende, que diz que todos nós esperamos que a era do petróleo acabe antes, efetivamente, de ele terminar.

Segundo o art. 11, os princípios, objetivos, diretrizes e instrumento das políticas públicas e programas governamentais deverão compatibilizar-se com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos da política.

O art. 12 veicula a cláusula de vigência, determinando que a lei entrará em vigor na data de sua publicação. Além desta comissão, mais duas outras comissões, de Assuntos Econômicos e a de Meio Ambiente, vão apreciar a matéria, sendo terminativa na Comissão de Meio Ambiente.”

Volto a dizer que esta Comissão é a Comissão que tem muita responsabilidade na aprovação desta matéria. Eu tenho muita honra de ser relatora tanto desta matéria como da outra já aprovada, que cria o Fundo. Todos nós sabemos que, dentro das competências desta Comissão, a redução das emissões antrópicas de gases de efeito estufa, em diversos econômicos, especialmente transportes e geração de

energia elétrica, passam a ter um cuidado muito especial de todos os senadores que compõem esta tão importante Comissão, e, portanto, este projeto merece estar sendo apreciado com muito cuidado e diligência por esta Comissão.

Eu gostaria, também, de dizer que esta questão da diminuição gradual da participação dos combustíveis fósseis na matriz energética brasileira é muito importante e tem sido permanentemente apreciada por esta Comissão.

Com relação ao projeto, da forma como ele veio do Congresso, aliás, da Câmara, há um erro, que é claramente de redação, no *caput* do art. 10, que, quando faz menção à substituição gradativa dos combustíveis fósseis como instrumento de ação governamental, no âmbito da Política Nacional de Mudanças do Clima, no projeto está utilizada a sigla PNMA, que, visivelmente, é um erro, e, portanto, nós estamos apresentando uma emenda de redação, para corrigir este erro no art. 10.

O art. 11, que se refere explicitamente à consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono, na geração de energia elétrica, nos transportes públicos urbanos e interestaduais de cargas e passageiros e na mineração, entre outros. Portanto, todos os temas, Senador Eliseu Resende, que competem à Comissão de Infraestrutura do Senado.

Nós estamos, por último, incluindo uma emenda, para a qual eu peço bastante atenção, porque houve, inclusive, uma proposta, no sentido de nós podermos ter as metas incluídas no projeto, o Brasil tem, de forma muito clara, colocado a posição de que nós somos terminantemente contra que haja o nivelamento dos compromissos e das responsabilidades entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos têm que assumir, sim, metas para serem cobrados, para serem avaliados e monitorados pelo planeta.

Os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, que não foram responsáveis pelo aquecimento, pela grande geração de gases de efeito estufa, como os Estados Unidos, a União Europeia, o Japão, nós não podemos ser submetidos à meta; nós temos compromissos voluntários que é de responsabilidade, como país, que temos que ter, e o Brasil avançou, não só apresentou a questão dos compromissos voluntários, como especificou, estabeleceu os percentuais e os compromissos voluntários a serem desenvolvidos até 2020, em termos de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Por isso nós estamos apresentando uma emenda, que é uma emenda de mérito, incluindo como artigo, no projeto, o seguinte texto: “*Para alcançar os obje-*

vos da Política Nacional de Mudança do Clima, o país adotará como compromisso nacional voluntário ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas a reduzir entre 36,1% e 38,9% das suas emissões projetadas para 2020.

Parágrafo Único: decreto disporá sobre a projeção das emissões para 2020, assim como o detalhamento das ações para alcançar o objetivo expresso no caput. Portanto, não só o projeto passa a ter, a explicitar, a institucionalizar o compromisso voluntário, não subordina esse compromisso voluntário ao inventário” – que era outra discussão, que ontem permeou algumas conversas que tivemos com o Senador Casagrande e com outros senadores e senadoras aqui do Senado da República –, então, não subordina o inventário, ou seja, seja qual for o resultado do inventário, o Brasil tem esse compromisso voluntário da mitigação das emissões, da redução das emissões de gases de efeito estufa, nos parâmetros, nos percentuais já anunciados pelo governo, que levará, inclusive, para a conferência, e um decreto disporá sobre a especificação, o detalhamento, e aí tudo ficará explicitado de forma mais transparente no decreto.

E eu queria, inclusive, pedir não só aprovação da matéria, com esta emenda, o projeto, obrigatoriamente, terá que voltar à Câmara, e aí nosso objetivo de tê-lo aprovado antes da abertura da Conferência vai ficar profundamente difícil. Então, eu estou propondo, nós vamos ter reunião de líderes, agora em seguida, não é, Senador Casagrande? Como a matéria eu espero aprovada aqui pela Comissão, levaremos o resultado disto para a reunião de líderes, para ver que tipo de providência o Senado pode adotar, no sentido, de repente, de nós aprovarmos, quem sabe, de comum acordo, poderíamos tentar aprovar no Plenário, hoje à tarde, e isso poderia viabilizar que a Câmara tivesse o tempo hábil de aprovar e a gente poder sancionar a lei, antes da ida à Conferência, que inicia no dia 6.

Então, era isso, Sr. Presidente, desculpe ter me alongado, mas a matéria, efetivamente, merece uma especial atenção desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida. Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. Para discutir o Senador Casagrande e, em seguida, o Senador Marconi Perillo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora, eu não sou membro da Comissão, Sr. Presidente, e agradeço a concessão da palavra, mas, como nós estamos, eu estou envolvido nesse tema, discutindo, V. Exa. também tem envolvimento no tema, quis vir aqui acompanhar o relato da Senadora Ideli, conversei com ela ontem.

E eu, primeiramente, quero parabenizar a Senadora Ideli pelo relatório dela.

O relatório, que repete grande parte daquilo que foi aprovado na Câmara, mas um relatório que dá um passo adiante, ainda não vi a redação da emenda completamente, mas, na leitura do relatório da Senadora Ideli, é importante que a gente reconheça que um passo que ela está dando adiante é o passo de nós institucionalizarmos os compromissos que o governo brasileiro está assumindo.

O governo brasileiro adotou um compromisso, presidente, Senador Fernando Collor, de assumir metas voluntárias de evolução das emissões. E é lógico que essa já foi uma mudança de comportamento de governo. O governo, até pouco tempo atrás, não aceitava esse tipo de discussão, de debate. Então, o governo já mudou de posição política, e que foi muito importante. E tomou uma decisão de governo, mas essa não foi uma decisão de Congresso, não foi uma decisão de sociedade. À hora que o governo toma uma decisão de colocar uma meta, precisar haver mobilização da sociedade e da administração pública em torno da meta, para chegar à meta. E aí a Senadora Ideli coloca que vai ter um decreto que vai dizer qual o caminho, qual o roteiro que nós vamos seguir para chegarmos em 2020 com uma redução de 36,1 a 38,9 daquilo que nós emitiríamos se nada fosse feito, porque essa é a decisão do Brasil.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Me permite apenas um aparte, Senador Casagrande, porque uma das minhas grandes preocupações, ontem, quando nós conversamos, era de que, ao institucionalizar, nós acabamos também engessando, e tem muita coisa para acontecer, por exemplo, os Estados Unidos e a China, num primeiro momento, não queriam nem conversa sobre isso, se reuniram, se acertaram, parece que nem iriam à Conferência, aí teve um posição muito clara do presidente, acho que a posição do Presidente Lula tem sido muito--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito boa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --contundente, muito boa. Parece que eles já mudaram de posicionamento. Então, já há uma expectativa de que compareçam, de que, de repente, se comprometam, que apresentem números, metas, efetivamente.

Na Conferência, também, acho que tem uma parte do debate da Conferência que é a questão financeira, que tem forte incidência, porque países como o Brasil podem reduzir, inclusive, a emissão de gases de efeito estufa, num ritmo muito acelerado, se, efetivamente, tivermos mecanismo internacionais de

financiamento, maiores, em volume mais significativo, mais poderoso.

Então, por isso que eu acho que, ao deixarmos para o decreto dar, digamos, o detalhamento, nós não ficaremos engessados e, de repente, conforme o resultado da Conferência, o decreto poderá, inclusive, dar ritmo diferenciado daquilo que o governo, até agora, já desenhou, com seus ministérios, em termos até poder chegar no voluntário aí, no compromisso voluntário assumido, de 36 até 38, se dá quase que exclusivamente com os recursos que o Brasil tem condição de assumir.

Agora, se houver evolução e ampliação de recursos internacionais, eu tenho absoluta certeza de que poderemos, inclusive, alcançar esses compromissos voluntários até antes de 2020, como está previsto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Mesmo que haja, haverá o detalhamento no decreto, Senadora Ideli, mas V. Exa. colocou a meta, institucionalizou a meta, então--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Casagrande, eu coloquei o compromisso voluntário, porque, assim, é muito importante fazer esse diferencial, pode parecer um preciosismo--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

É o compromisso voluntário. Não há meta--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pode parecer um preciosismo, mas todos nós temos que ter... Quem tem que ter meta, obrigatoriedade frente ao planeta são os Estados Unidos, é a União Europeia, é o Japão, nós temos compromisso com o país e com nosso povo. É diferente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Então, só para eu concluir, Senador Fernando Collor. A tese que nós defendemos é dos compromissos comuns, mas diferenciados. Na verdade, todos nós temos compromisso, de forma diferenciada, diferenciada de quem já entrou no seu processo de desenvolvimento há mais tempo e, conseqüentemente, já emitiu muito mais gases de efeito estufa do que nós, mas que nós também temos compromissos, diferenciados dos demais países que estão num processo de desenvolvimento.

Então, a posição do governo brasileiro é uma posição que avançou; o debate veio para a política, que é importante, porque esse debate que estava na área técnica, alguns senadores, deputados se envolvendo no tema, o debate vem para o centro da questão de quem é candidato à Presidência da República ou pré-candidato, dos partidos que têm pré-candidaturas, no Congresso. E, à hora que a gente coloca isso, efetivamente, numa proposta, nós estamos também assumindo o compromisso, não só o Governo Federal, o Poder

Executivo, mas nós também, Senador Flexa Ribeiro, Congresso Nacional, estamos assumindo o compromisso com essa política, se a gente aprovar.

E eu sou relator, deverei ser relator, na Comissão de Assuntos Econômicos, me comprometo, aprovando aqui, a gente pode aprovar na terça-feira, se o Senador Garibaldi Alves acertar e aceitar que a gente já inclua na pauta na próxima terça-feira, para que a gente possa votar com rapidez.

Então, assim, se nós assumimos e votarmos, nós vamos estar assumindo um compromisso, e o Congresso vai ter o papel de fazer o acompanhamento das ações que irão levar à definição, à chegada e ao objetivo das metas estabelecidas.

Então, quero parabenizar a Senadora Ideli e parabenizar a Comissão de Infraestrutura, por já ter pautado hoje essa matéria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Renato Casagrande. Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Sr. Presidente, é forçoso reconhecer, aqui nesta, diria, sessão histórica da Comissão de Infraestrutura, que duas figuras públicas brasileiras foram da mais alta importância para que o próprio governo avançasse em relação a esse tema. Eu me refiro à pré-candidatura da Senadora Marina Silva, que eu acho que, sem essa pré-candidatura, nós não estaríamos nesse estágio avançado, em relação à questão da institucionalização; e o compromisso institucional que o Governador Serra fez, recentemente, em São Paulo.

Eu acho que essas duas tomadas de posição foram fundamentais para que o Brasil avançasse em relação a esse tema. Sem demérito a todo o esforço da Senadora Ideli Salvatti, do autor dos projetos na Câmara e, principalmente, da atuação impecável do Senador Casagrande, mas eu diria que é preciso levar em consideração que esses dois fatos são muito relevantes, hoje, para que o Brasil, o governo brasileiro adote uma postura diferenciada, em relação a essa questão da COP 15; não mais levando apenas metas ou declarações de intenção, mas levando, efetivamente, uma meta institucional, variando de 36,1 a 38,9, em relação às metas de redução do efeito estufa, até o ano de 2020.

Eu apenas acho que, na Comissão de Meio Ambiente, Senador Casagrande, a questão da condicionalidade ao inventário possa ser melhor discutida. Eu, particularmente, defendo que a questão do inventário seja absolutamente levada em consideração.

Apesar dessas considerações todas, eu gostaria de dizer que o relatório da Senadora Ideli avança, la-

mentavelmente, esse tema está sendo discutido muito de afogadilho, já no apagar das luzes, na última hora, mas antes tardes do que nunca, o importante é que o Brasil possa levar a Copenhague uma declaração de metas institucional, séria e que possa servir de parâmetro para os outros países. Meu voto será favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Marconi Perillo. Eu gostaria de fazer umas observações quando da Conferência, da realização da Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, nós tivemos uma grande dificuldade de conseguir a participação dos Estados Unidos na assinatura dos principais tratados e entendimentos que já estavam em curso e prontos para serem assinados, no decorrer da Conferência. E recebemos a informação, faltando uns quatro dias para o encerramento da Conferência, de que o presidente dos Estados Unidos não viria, não estaria presente, como previsto, à Conferência.

E, sem a assinatura dos Estados Unidos, por exemplo, apoiando o Tratado da Biodiversidade e apoiando os pontos contidos na chamada Agenda 21, seria malogrado todo o esforço planetário, no sentido de que fazer com que aquela Conferência trouxesse à luz não somente as questões que estavam afligindo toda a comunidade mundial, mas, sobretudo, dando uma direção do que cada um dos países do planeta poderia ou acabaria fazer, para diminuir os efeitos da destruição, já em processo.

E lembro-me de que fui procurado pelo então Comandante Jacques Cousteau, de saudosa memória, e ele disse a mim que a única forma de nós conseguirmos que o presidente americano viesse à Conferência seria que nós, ele, eu, como presidente do Brasil, e mais umas duas ou três figuras proeminentes no campo da defesa do meio ambiente, fôssemos, no dia seguinte, a Washington e criássemos o fato consumado, a presença de seis pessoas, inclusive, do presidente do país que sediava a Conferência do Meio Ambiente, solicitando a presença do presidente americano.

E, quando acho que a Casa Branca tomou conhecimento dessa iniciativa que estava sendo engendrada, imediatamente, para a felicidade de todos nós, o presidente americano decidiu comparecer, veio à Conferência, e a Conferência foi salva. De modo que essa posição, hoje, da China e dos Estados Unidos, de quererem, de alguma forma, impedir que Copenhague avance com as propostas que ali serão apresentadas e que atinja os objetivos que todos nós desejamos, eu acredito que, com um pouco de força e de pressão política, não somente do presidente do Brasil, mas, pelo que eu vejo publicado, o presidente da França, que é

um país líder da Comunidade Europeia, e de outros países de igual jaez, que isso possa ser conseguido.

Tendo um conversa franca e aberta com o novo presidente americano Barack Obama, que já demonstrou ser sensível ao tema, inclusive na entrevista coletiva de que ele participou, antes de encerrar sua visita à China, ele deu um sinal, emitiu um sinal de que essa posição possa ser reconsiderada. Então, eu acredito firmemente que, se o governo brasileiro colocar pressão no assunto, assumir a vanguarda, como vem assumindo, com as decisões recentemente tomadas, e acho, tenho motivos para acreditar que a China e os Estados Unidos possam comparecer a Copenhague, e atender a essas aspirações de todos nós, que vivemos neste planeta.

Continua em discussão a matéria. Senadora Ideli Salvatti, como relatora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, Sr. Presidente, apenas para fazer o registro. A posição que o governo brasileiro adotou, até agora, e a sequência de ações adotadas, elas foram muito... Eu acredito que foram muito corretas, porque é um jogo, onde a movimentação de cada uma das peças, cada uma das posições precisa ser milimetricamente estudada, e dentro, também, da cronologia, do tempo certo.

Então, a própria evolução da posição pública do Brasil, ela foi construída nesses termos, para ir criando o tensionamento e ir criando situações de muita dificuldade, para que os principais responsáveis pelo aquecimento sejam efetivamente pressionados e obrigados a mudar de posição.

Quando o Brasil, num primeiro momento, não apresentou número, naquele momento, não podia apresentar número mesmo, não tinha como apresentar. Se constrói, vai-se dando o passo, conforme o momento, e, quando nós, nesses últimos dias, apresentamos nossos compromisso voluntários, criou um fato muito difícil para que os Estados Unidos e a China, tanto que eles se movimentam a ponto de quase constituir um fórum das duas únicas nações, inclusive, a visita do Barack Obama à China está sendo considerada, digamos assim, a inauguração do G2, e, no mundo, tudo que nós não precisamos é de uma articulação desses dois poderosos países, articulando e decidindo em nome de todos nós.

Então, acho que a posição do Presidente Lula, do governo brasileiro tem sido meticulosamente estudada, avaliada, e o que vem sendo executado, no momento, que vem sendo executado, da forma como vem sendo executado, estão aí os resultados, e eu não tenho a menor dúvida, Senador Fernando Collor, que acumula essa experiência, na condição de Presidente da República, ter vivenciado o momento da Eco 92.

E V. Exa., como bem reportou agora, sabe o quanto determinadas ações acabam criando situações extremamente positivas, de obrigar os que não querem, de livre e espontânea vontade, assumir compromissos. Então, eu acho que este é o momento. E, volto a dizer, a aprovação pelo Congresso Nacional, consolidando os compromissos voluntários assumidos pelo Brasil, pode se constituir nesse novo fato, esse passo a mais, tornando cada vez mais insustentável a posição dos Estados Unidos e da China.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela aprovação do projeto, com as duas emendas apresentadas. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovada. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, encontra-se sobre a mesa um requerimento de minha autoria, que pediram a V. Exa. que, submetida ao Plenário sua inserção extrapauta, na reunião de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador, requerimentos aqui recebidos, pelas normas e procedimentos internos da Comissão de Infraestrutura, inclusive, tem um meu aqui também, é somente na sessão seguinte. Extrapauta não pode ser apreciado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso é regimental?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É regimental. São normas e procedimentos internos da Comissão de Infraestrutura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É procedimento ou é regimental, porque todas as comissões, presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Depende muito da comissão, senador, depende muito da comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, nós temos um regimento, que é o que rege o trabalho do Senado Federal, do Congresso Nacional. Todas as comissões, todas aceitam a inclusão extrapauta, tanto de requerimento quanto de projetos—

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Flexa Ribeiro, eu tenho

um requerimento meu aqui, que eu não vou colocar, porque não participo...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas deve colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não o farei, porque não está incluído na pauta da reunião de hoje. Então, são normas e procedimentos que cada um dos presidentes de comissão votam, de acordo...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas eu pediria, então, a V. Exa. que, ouvido o Plenário, nós pudéssemos--.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não há por que ouvir o Plenário, senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como não? O Plenário é soberano, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não há como ouvir o plenário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. é democrático.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sou, sou um democrata, exatamente, agora, eu gosto das coisas organizadas...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não há nenhuma desorganização a respeito de apresentação de requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Há normas e procedimentos internos, estabelecidos desde que eu assumi a Comissão de Infraestrutura, e essas normas e procedimentos internos eu não abro de segui-los, é por isso que eu digo a V. Exa. que, na próxima reunião, o senhor, V. Exa., pedindo, solicitando para incluir na pauta, será incluído na pauta, e nós faremos a apreciação do seu requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. concorda que o Plenário é soberano nas decisões?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Plenário do Senado é soberano, mas, em outras questões, nessa, não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, nessa questão, sim, já que ela não é regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O senhor acha que é, eu acho que não é.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O senhor acha que é, e eu acho que não é.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, eu gostaria que V. Ex^a submetesse.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, até uma questão de ordem, é só pedir verificação de quórum, nós não temos mais...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não submeterei ao Plenário. A decisão está tomada e não submeterei ao Plenário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas V. Exa. não está sendo democrático.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Estou sendo democrata, porque estou cumprindo rigorosamente com as normas e procedimentos internos da Comissão de Infraestrutura, que eu presido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não com o regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas presido com regimento, mas obedecendo às normas e procedimentos internos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas quem aprova as normas e procedimentos é o Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É a própria comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É a própria Comissão de Infraestrutura, que já foi aprovada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Volta ao contrário, vota contra o requerimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não temos nem como votar, porque não tem quórum, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se nós não temos quórum, nós não poderíamos ter votado seu projeto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas meu projeto não era terminativo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas precisa de quórum para votar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim, mas nós estávamos...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso também não é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A competência é do presidente. Vamos passar ao Item 4 da pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu continuo pedindo pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Acabou pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, é questão de ordem, agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Nem questão de ordem. Está encerrado o assunto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como não tem questão de ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não tem questão de ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas tem que ter.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está encerrado o assunto. Nós temos uma pauta, aqui, para cumprir. Depois da pauta cumprida, aí o senhor levanta sua questão de ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão da ordem tem precedência sobre a pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não tem precedência, o senhor está discutindo uma coisa que é regimentalmente está de acordo...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É questão de ordem, presidente. Aí o senhor vai ter que me explicar em que artigo do regimento V. Exa. se baseia para não atender a inclusão extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E para encerrar a discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Depende.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Vai encerrar a discussão, porque o senhor vai entender, uma pessoa inteligente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora, se o senhor me convencer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): “Art. 89. *Eu não, o regimento. Ao presidente da comissão compete ordenar e dirigir os trabalhos da comissão, dar-lhe conhecimento de toda matéria recebida*”, e por aí adiante. Está aqui ordenar e dirigir os trabalhos da comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concordo com V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E foi isso que eu fiz, ordenando com as normas e procedimentos internos da Comissão de Infraestrutura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu continuo na questão...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não há a menor possibilidade de eu colocar em apreciação requerimento apresentado por qualquer senador no dia de hoje, fora da pauta--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas V. Exa. vai ter que dizer qual o artigo do regimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não vou ter que dizer coisa nenhuma.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como coisa nenhuma?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Já disse aqui, já está aqui incluído. Já está incluído.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não está. Aí não diz. Aí não diz. Aí diz que V. Exa. vai ordenar, dirigir, mas V. Exa. não vai determinar...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ordenando os trabalhos desta Comissão.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não concluí, presidente, V. Exa. me desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, o Senador Flexa está pedindo uma questão de ordem, e questão de ordem é regimental, eu acho que seria importante o senhor ouvir essa questão da ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A pedido do Senador Marconi Perillo, questão de ordem, ouço o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só gostaria de saber qual o artigo do regimento que não permite a inclusão extrapauta de projetos, projetos...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Essa não é a questão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas é uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A questão não é essa. É questão de ordem, mas a questão que o senhor está levantando não é essa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É essa, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não é, porque está aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É questão de ordem. O senhor tem que me dizer que artigo--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu vou ler novamente. "Art. 89, ao presidente da comissão compete ordenar e dirigir os trabalhos da comissão." Eu ordenei os trabalhos da comissão, como presidente da Comissão de Infraestrutura, de não aceitar apresentação de requerimento

e colocar em votação sem que tenha sido apresentado na reunião imediatamente anterior àquela que estamos realizando. Eu ordenei assim. De acordo com a competência que me é dada pelo regimento do Senado Federal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, eu gostaria que V. Exa. me explicasse se o requerimento que foi aprovado na reunião de segunda-feira, aqui na CI, ele foi incluído na pauta da...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Foi aprovado, porque era uma reunião extraordinária, essa é a reunião ordinária.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, presidente, aí o senhor vai me desculpar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Essa é um reunião ordinária.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É a mesma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É o normal da comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A mesma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se V. Exa. estivesse presente na reunião de segunda-feira, poderia fazer da mesma maneira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. não poderia marcar segunda-feira, porque segunda-feira nós estamos nos estados. V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. está nos estados, eu não estou. Eu estou presidindo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas deveria estar, deveria estar também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por que deveria?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque deveria estar fazendo campanha lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E fazendo acompanhada para quê?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não sei, não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O senhor cuida da sua vida, e eu cuido da minha.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Cuidamos das nossas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agora, pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não concluí, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Já está concluído, já está concluído.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não está, não, não está, eu quero que V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Para mim está concluído. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para mim não está.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu continuo com a palavra, a não ser que V. Exa. me casse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Que caçar sua palavra!

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, eu continuo com a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu quero que V. Exa. casse sua falta de bom-senso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, bom-senso não é falta minha, não. Eu estou lhe perguntando se o requerimento que V. Exa. colocou na reunião de segunda-feira, ele estava pautado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A reunião de segunda-feira não era reunião ordinária, era uma reunião extraordinária. Então, portanto, foge aos ditames de uma reunião ordinária da Comissão de Infraestrutura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, V. Exa., na ordenação que fez, explicitou que só seria ordinária a não inclusão?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como assim, seria ordinária?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está dizendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está explicitado nas normas e procedimentos nas reuniões ordinárias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quer dizer que, na extraordinária, pode ser apresentado?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Porque, na reunião extraordinária, não estava previsto, quando da redação das normas e procedimentos internos da Comissão de Infraestrutura, não estava previsto que, nas segundas-feiras, eu faria um ciclo de audiências públicas para tratar dos

gargalos da infraestrutura, por isso que ficou omissa essa situação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estou curioso com esse requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu não tenho nem conhecimento do teor do requerimento, para não dizer que estou fazendo juízo de valor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não estou fazendo juízo de valor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu gostaria que pudesse me ser assegurada a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu quero comunicar a V. Exa.. Senadora Ideli, a palavra está assegurada a mim. Eu estou... quero comunicar a V. Exa., talvez V. Exa. não tenha sido informado pela secretaria, a reunião de hoje é extraordinária...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A reunião de hoje é extraordinária, no sentido de que a Comissão de Infraestrutura, ela não tem data para ser realizada, então, é uma questão de terminologia... Ela, todas as quintas-feiras, todas as quintas-feiras...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, hoje, é extraordinária, está aqui a convocação, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Todas as quintas-feiras a reunião aqui é tida como extraordinária, embora seja considerada como ordinária, porque ela, ordinariamente, se reúne aqui, como se reunia na época em que era presidente o Senador Marconi Perillo, que também presidiu muito bem esta Comissão, às quintas-feiras, aparecia aí no frontispício, reunião extraordinária, embora seja para nós considerada reunião ordinária.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Regimentalmente, é extraordinária, está aqui no ofício.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas, para as normas e procedimentos que foram estabelecidos pela presidência desta Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não existe isso. V. Exa. me desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Existe, porque está aqui, eu estou ordenando.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O que é que tem nesse requerimento, Flexa, eu estou curioso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Cabe a mim ordenar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. pode escutar o requerimento, não tem nada demais o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas eu não quero nem saber o que está escrito, para não parecer que eu estou fazendo juízo de valor. Eu não tenho nem conhecimento do teor do seu requerimento. Qualquer que seja o requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas nós estamos numa reunião extraordinária, V. Exa. disse--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não é extraordinária, de acordo com o conceito que nós temos aqui das normas e procedimentos...

[tumulto]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Federal, omissão de serviço...

[tumulto]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, eu exijo que me seja concedida a palavra, até porque, Sr. Presidente--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso é o Cacique Cobra Coral. Isso é o Cacique Cobra Coral que está agindo sobre V. Exa..

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por favor, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Essa matéria já está vencida, essa matéria já está vencida, já lhe foi concedida uma questão de ordem. Agora, pela ordem, eu passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, em seguida, entrarmos no Item 4 da pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está caçando a minha palavra?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Estou caçando sua palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora, queria saber se V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A palavra de V. Exa. está caçada, se é isso que V. Exa. quer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero saber se V. Exa. é democrático?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É isso mesmo. Senadora Ideli Salvatti com a palavra, pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, apenas a seguinte questão regimental. Quem ordena, quem estabelece a pauta de reunião ordinária ou extraordinária é V. Exa.. Caso algum parlamentar queira apresentar alguma proposição que não conste da pauta, recorre, faz o recurso, e isto é submetido ao Plenário, o Plenário delibera. É visível que nós não temos a menor condição de deliberar, não há quórum para deliberação, não há quórum.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, não podia aprovar o projeto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas ninguém levantou, nem questionou, Senador Flexa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ninguém pediu verificação, Flexa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, é o seguinte: está encerrada a questão, porque V. Exa. ordenou a pauta, ao apresentar qualquer documento extrapauta, e está visível que não será votado. Então, Sr. Presidente, encerrado o assunto, definitivamente, por qualquer modalidade regimental, de não ser acatado o que V. Exa. determinou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ouvido o pela ordem da Senadora Ideli Salvatti, com a palavra o Senador Wellington Salgado, para a leitura do Item 4 da pauta. *"Decisão não terminativa, Petição do Senado Federal nº. 8/2004, que trata de descumprimento de convênio celebrado entre a FUNAI e FURNAS, que visa repor a comunidade indígena Avá-Canoero seus recursos ambientais, necessários à sua preservação física e cultural, conforme disposto no Decreto Legislativo nº. 103/96, de 24 de outubro de 1996, que autoriza a realização do aproveitamento hidrelétrico da Serra da Mesa, em trecho do Rio Tocantins e seus afluentes, no Estado de Goiás."* Autor externo: presidente da Fundação Nacional do Índio, FUNAI. Relator *ad hoc* Senador Wellington Salgado. Parecer: contrário ao pleito.

Observação: em 11/12/2003 a Comissão de Assuntos Sociais aprovou o parecer pelo arquivamento da matéria, em 23/11/2004, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou o parecer favorável ao encaminhamento de consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para a apreciação de constitucionalidade e juridicidade da matéria e pela aprovação de requerimento de informações aos presidentes da Agência Nacional de Energia Elétrica, e assim por diante.

Concedo a palavra ao relator *ad hoc*, Senador Wellington Salgado, para proferir seu relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Seguindo o conselho do meu ilustre Senador Eliseu Resende, farei um voto bem resumido, já que sou *ad hoc*. O voto é contrário ao pleito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório do senador *ad hoc* Wellington Salgado, que conclui contrariamente ao pleito contido na petição. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. A matéria vai à secretaria geral da mesa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A sessão está encerrada, cumprindo a pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem. Presidente, não faça isso, presidente...

Sessão encerrada às 11h02.

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2009, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia vinte e três de novembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência declara aberta a reunião, e anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública, dentro da **Agenda 2009-2015 “Desafios Estratégicos Setoriais”**, proposta pelo Senador **Fernando Collor** e elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores **Delcídio Amaral**, **Flexa Ribeiro** e **Gim Argello**, destinado a debater o Terceiro Desafio: “**INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS**”, Painel II – “**TELECOMUNICAÇÕES – BANDA LARGA E ACESSIBILIDADE NOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES**”, com a presença dos seguintes convidados: **Dra Emília Maria Silva Ribeiro Curi** – Diretora Conselheira da ANATEL; **Dr. Nelson Simões** – Diretor geral da Rede Nacional de

Pesquisa (RNP) e **Dr. Márcio Wohlers de Almeida** – Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura (IPEA). O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usou da palavra o Senhor Senador **Flexa Ribeiro**. Usaram ainda da palavra o **Dr. Igor Vilas Boas de Freitas** – Consultor Legislativo do Senado Federal e o **Sr. João Maria de Oliveira** – Técnico de Planejamento e Pesquisa, da Diretoria de Estudos Setoriais do IPEA. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo à presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte e uma horas e três minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 18 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Inicialmente, gostaria de anunciar a realização, no próximo dia 25 de novembro, quarta-feira, da 5ª Reunião do Grupo de Trabalho da Comissão de Serviços de Infraestrutura, criado com o objetivo de debater e elaborar a proposta de um marco regulatório dos biocombustíveis, sob o tema “Tecnologia de motores e combustíveis”. Esse será o quarto painel, e participarão da reunião representantes da ANFAVEA, Associação Nacional de Veículos Automotores; da CNT, Confederação Nacional de Transportes; da ABIMAQ, Associação Brasileira de Indústrias de Máquinas e Equipamentos; do SINDIPEÇAS, Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores; e do SINDICOM, Sindicato Nacional de Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes.

Coordenado pelo Senado Inácio Arruda e composto pelos senadores Gilberto Goellner e Delcídio Amaral, o grupo de trabalho anuncia o propósito de oferecer aos senhores membros desta Comissão, já no mês de dezembro, o resultado das atividades implementadas pelo grupo de trabalho, apresentando anteprojeto de lei para avaliação e posterior deliberação dos Srs. Senadores, viabilizando, assim, a apresentação, por

parte desta Comissão, de um marco regulatório para o setor de biocombustíveis.

Como comunicação, em nossa reunião passada, gostaríamos de registrar que aprovamos duas propostas que definem compromissos dos países sobre o clima. As propostas contemplam metas brasileiras que poderão ser levadas à 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, COP 15, a ser realizada em Copenhague, no início de dezembro.

A primeira proposta, ela cria a Política Nacional sobre Mudança Climática, o PNMC, e a outra institui o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, FNMC. O projeto PLC nº. 283/2009 estabelece, entre outras medidas, que os gastos públicos previstos para ações de enfrentamento das alterações climáticas não poderão estar sujeitos a contingenciamentos pelo Governo Federal. Define, ainda, princípios, objetivos e diretrizes para aplicação desta política. São princípios da Política Nacional sobre Mudança do Clima a precaução, a prevenção, a participação cidadã e desenvolvimento sustentável, no âmbito internacional.

A proposta prevê responsabilidades comuns, porém diferenciadas, para países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Entre os objetivos dessa política, destacam-se a redução das emissões de gases do efeito estufa e a implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima, a serem assumidas pelos governos federal, estaduais e municipais.

A relatora, a Senadora Ideli Salvatti, incluiu uma emenda para que o Brasil adote como compromisso nacional voluntário ações de mitigação das emissões de gases, com vistas a uma redução, até o ano 2020, entre 36,1% e 38,9%.

Também na última reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a reunião ordinária, nós tratamos, aliás, na última reunião das audiências públicas, realizadas às segundas-feiras, nós tivemos a presença de dois pesquisadores do IPEA, Dr. Ricardo Paes de Barros e o Dr. Jorge Abrahão de Castro. Os dois pesquisadores apresentaram dados que mostram que o país evoluiu muito, nos últimos anos, no que diz respeito à redução da pobreza e à garantia do acesso aos bens básicos. Porém, o diagnóstico de ambos é o mesmo: ainda há muito a ser feito, no que diz respeito às políticas públicas, para reduzir a distância entre os mais ricos e os mais pobres.

O Dr. Ricardo Paes de Barros, técnico de planejamento e pesquisa, analisou a evolução temporal da queda da extrema pobreza do país, de 1990 a 2008, associada ao acesso a itens como saneamento básico, telefone, eletricidade e internet. Ele percebeu que o progresso no acesso aos bens, especialmente no que diz respeito ao saneamento básico, não ocorreu

na mesma proporção da redução da pobreza, além disso, os dados apresentados mostram que a pobreza continua concentrada na população considerada mais vulnerável. Barros comparou o acesso ao telefone de um negro pobre, que vive na área rural da região norte, sem nenhuma escolaridade, numa família com muitas crianças, com a de um branco, com renda *per capita* de mil reais, que vive na região urbana do Sudeste, com escolaridade completa e poucos filhos na família. No primeiro caso, o acesso registrado foi de cerca de 12%, ao passo que, no segundo, de praticamente 100%.

Apesar de ter avançado bastante em todos esses indicadores, a situação do Brasil continua, exceto no caso da eletricidade, extremamente desigual, segundo sua observação.

Já o Dr. Jorge Abrahão de Castro apresentou um estudo que associa acesso a esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos, diferenças regionais e renda. De acordo com o levantamento, se, de 1992 a 2007, os mais pobres estão sempre em pior situação, em todos os indicadores, essa parcela da população é que apresenta sempre evolução mais significativa nos gráficos. O estudo também mostra que, no país, cerca de cinco milhões de pessoas comprometem mais de 30% de seu orçamento com moradia, o que é considerado ônus excessivo. Na escala nacional, o Distrito Federal lidera o *ranking* do maior ônus para o cidadão com aluguéis ou com o pagamento de aluguéis.

No que diz respeito ao adensamento excessivo, há, no país, de acordo com o estudo, 12 milhões de pessoas vivendo em habitações com dormitórios ocupados por três pessoas ou mais. Na lista das regiões metropolitanas, aparece, nesse item, em primeiro lugar, a cidade de Belém, seguida pela região metropolitana de São Paulo.

Para o Dr. Jorge Abrahão de Castro, a carência no saneamento se torna mais crítica quando se analisam as áreas rurais do Norte e Nordeste. De acordo com ele, no Nordeste, apenas 23% da população tem acesso à água com canalização interna; no Norte, o percentual se reduz para 12%. Ele apontou as consequências sociais do quadro, com destaque para a mortalidade infantil.

Serão realizados mais cinco painéis sobre o tema “Infraestrutura e políticas públicas”, que encerra o ciclo de debates, cujo objetivo é propor soluções para os principais gargalos que impedem o crescimento do país.

Já foram discutidos os temas “Infraestrutura para inovação e desenvolvimento” e “O marco regulatório do Pré-sal”.

Questionados ainda sobre eventuais áreas prioritárias para aplicação dos recursos da exploração do

petróleo da camada do Pré-sal na área de infraestrutura, os dois pesquisadores apontaram os setores de saneamento e habitação como vitais.

O painel de hoje, o painel que estaremos, hoje, realizando, trata do tema... O objeto do painel dois, o tema “Telecomunicações: banda larga e acessibilidade nos serviços de telecomunicações”. Para debater esse tema, objeto do nosso painel nº. 2, convidamos os seguintes participantes, para compor a mesa: A Dra. Emília Maria Silva Ribeiro Curi, diretora conselheira da ANATEL; e o Dr. Márcio Wohlers de Almeida, diretor de estudos e políticas setoriais, inovação, produção e infraestrutura.

Sejam a senhora e o senhor bem-vindos a esta Comissão.

Eu passo a palavra ao Dr. Nelson Simões, diretor geral da Rede Nacional de Pesquisa, RNP, para fazer sua explanação.

V. Sa. terá 20 minutos para fazê-la, com cinco minutos de tolerância. Por favor, V. Sa. tem a palavra.

SR. NELSON SIMÕES: Bom, primeiro saudar o Presidente Collor, agradecer o convite para estar presente aqui e falar um pouco da experiência da Rede Nacional de Pesquisa, no tema ligado às rede de alta capacidade no país e discutir esse tema, que é tão importante e no que nós temos trabalhado, principalmente nas instituições ligadas à educação e pesquisa, para criar uma infraestrutura de colaboração, que permita geração de conhecimento no país, integrando todas as universidades, todos os centros de pesquisa, hospitais, escolas tecnológicas, museus, e isso é um tema que tem, para nós, importância, há 20 anos, e agora ainda mais, pelo papel que isso assume para o desenvolvimento do país no futuro.

Seguinte, por favor. Bom, eu espero falar, primeiro, dessa relação entre aplicações e infraestrutura, eu acho que isso é muito importante, entender como se relacionam e como esses dois temas estão absolutamente interligados e, portanto, colaboram um para o outro, e, depois, comentar, muito brevemente, três aspectos ligados a uma infraestrutura de banda larga, que são muito importantes, principalmente para o Brasil, um país que está em desenvolvimento e que vai precisar cuidar desses aspectos, para que não só as pessoas, mas as empresas e as organizações tenham acesso à comunicação em colaboração de qualidade.

Bom, essa figura tenta resumir um pouco um aspecto que é importante, esse de reconhecer a necessidade de uma infraestrutura avançada como um componente essencial para qualquer política que nós queiramos criar no país, para geração de conhecimento e desenvolvimento.

E infraestrutura é algo, quer dizer, complexo, de alcance nacional, implantação nem sempre simples, em geral, demorada, de custo elevado, mas é absolutamente essencial para motivar, habilitar usos de futuras gerações de aplicações.

Então, o que essa imagem tenta descrever é que há um relacionamento entre a criação de uma infraestrutura no país, moderna, que habilita, que favorece e que vai permitir que empresas, pessoas, organizações possam usar novas implicações. Ela, portanto, é necessária, mas a demanda são essas aplicações, são esses usos – e aí a gente pode citar vários como exemplo – que geram o desenvolvimento.

Então, de fato, são as aplicações que motivam e que devem sempre estar, vamos dizer, no nosso radar, são as aplicações-chave para o país que devem motivar e viabilizar os planos de infraestrutura num país.

Então, a primeira acho que conclusão importante é que a gente não deve se encaixar em falso dilema do que é que vem primeiro: se as aplicações ou a infraestrutura, mas ter muito claro de que, se nós estamos projetando determinado papel para colaboração e comunicação no Brasil, isso vai exigir e vai motivar investimentos em infraestrutura, e, por outro lado, essa infraestrutura que vai habilitar toda uma nova categoria de aplicações.

Essas coisas, no nosso caso, num país, às vezes, com quantas assimetrias, vão precisar de estímulos diferentes, em momentos diferentes.

Para o seguinte, por favor. Isso aqui é só um exemplo, dentre os muitos, que fazem parte do dia a dia da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa; 600 instituições, por exemplo, podem passar num cinema que ainda não existe, que é um cinema numa resolução muito alta, mais alta do que a da TV digital, entre centros de experimentação de música e dança, entre os vários países.

O seguinte. Aqui tem só um *flash* do que ocorreu em 30 de julho, pela primeira vez, nós transmitimos um filme produzido no Brasil, por um cineasta brasileiro, nessa resolução chamada 4 K, são oito milhões de *pixels*, são duas vezes a definição de um TV em TV digital, diretamente, ao vivo, de São Paulo para a Universidade de Keio e também para um centro em San Diego.

Eu vou pedir para você tocar, enquanto a noite não chega, porque eu acho que essa matéria explica. Não foi possível. Bom, então, eu vou falar com palavras o que uma imagem poderia explicar melhor.

É aquele vídeo que está no diretório, se você conseguir tocá-lo, eu agradeço. É uma matéria muito boa, feita na Cultura. Está aí, entrou.

[exibição de vídeo]

REPÓRTER: *Milhares de quilômetros de cabos de fibra ótica, 70 pesquisadores de diferentes países envolvidos, muitos cálculos e gráficos, engenhocas, engenhocas e mais engenhocas, tudo isso para simplesmente projetar o filme, enquanto A Noite não Chega, em três lugares ao mesmo tempo, São Paulo, San Diego e Tóquio.*

Daí você pode pensar: “Ah, mas isso também seria possível com Skype”. É verdade. A diferença é que essa projeção do fail é em 4 K. “Mas que raios é isso?” Significando: é uma tecnologia que viabiliza projeção em altíssima definição, com milhões de pixels por imagem. Ufa! Em linhas gerais, é isso. Mas tem mais detalhes, não é, professor?

ENTREVISTADO: *Uma fibra ótica, ela tem o diâmetro de aproximadamente um fio de cabelo. Nessa fibra, com essa espessura, a gente consegue passar toda essa transmissão ou fazer todas as ligações telefônicas da cidade de São Paulo, passar por uma única fibra, feito essa.*

[música]

REPÓRTER: *É mesmo impressionante imaginar quanta informação circula por esse cabo tão fininho, mas impressionante ainda é imaginar que essa rede atravessa os oceanos, para que a transmissão possa acontecer em tempo real, em Tóquio e em San Diego. Toda essa tecnologia só é possível porque existe uma cooperação internacional entre redes de alto desempenho.*

No Brasil, o projeto foi desenvolvido na Faculdade Mackenzie. A princípio, as intenções eram exclusivamente científicas.

ENTREVISTADO: *Descobrimos que, para nossa felicidade, talvez a maior aplicação dessas redes, não tem a ver com ciência, mas, sim, com arte, com outros aspectos muito importantes para a sociedade.*

[música]

REPÓRTER: *Toda a operação ainda está em desenvolvimento e tem aplicação limitada; as restrições desafiam a organização do fail, que precisa mobilizar um exército de profissionais e parceiros para viabilizar a projeção.*

ENTREVISTADA: *Tudo é referente, o projetor, o equipamento, a forma de editar, a forma de filmar, a forma de projetar, a forma de transmitir, tudo isso é um desafio.*

[música]

REPÓRTER: *O esforço é mais do que válido. Se a tecnologia realmente evoluir sem larga escala, imaginem só no que a internet pode se transformar, num futuro próximo.*

Bom, essa categoria de aplicações é a mesma de telemedicina, é a mesma da imersão, é a mesma da

biologia molecular, vídeo de alta resolução. A seguinte. Aplicado à colaboração. Então, pensemos o cenário daqui a cinco anos. O cenário daqui a cinco anos é a linguagem ou o vídeo?

Se nós olharmos as estatísticas atuais, no Brasil, hoje, mesmo com todas as deficiências de uso de banda larga, 47% dos usuários – aqui todos os dados que eu estou usando são do Comitê Gestor da internet no Brasil, da pesquisa TIC Domicílios –, 47% dos usuários brasileiros veem vídeo através da internet, e 15% divulgam seus vídeos, estão criando vídeo e colocando na rede.

Então, a linguagem do vídeo vai dominar essas redes. A capacidade das redes não vai ter limites, a gente não tem encontrado limites, nem práticos, nem teóricos. As novas tecnologias em materiais estão permitindo isso.

Quer dizer, há já um conjunto de aplicações que integram políticas públicas, hoje, no Brasil. Eu citei algumas ali: a formação de professores, na UAB; a qualificação e a segunda opinião médica, na Rede Universitária de Telemedicina ou no Programa Nacional de TeleSaúde. Quer dizer, conteúdos de cultura brasileira, a cinemateca brasileira, com todos os seus acervos, acabou de ser integrada à RNP, em São Paulo, a Biblioteca Nacional. Na área de meio ambiente, há várias aplicações, monitoramento de meio ambiente, com redes e sensores, funcionamento das florestas.

Então, você tem um cenário também, em que as várias políticas, as várias atividades de colaboração utilizam essa infraestrutura de banda larga, e, obviamente, isso gera um quantidade enorme de dados que vão ser transportados, armazenados e reutilizados.

Seguinte. Então, eu queria fazer, agora, assim, uma abordagem, agora um pouco mais detida, em três aspectos de infraestrutura de banda larga, que eu acho que são importantes, que nós devemos considerar, para viabilizar esses cenários futuros de usos intensivos no Brasil. Primeiro é a abrangência, quer dizer, a nossa abrangência, ela pode ser mapeada nessa metáfora das rodovias, das vicinais ou das estradas estaduais ou das avenidas, que estão nas cidades. Quer dizer, a gente ainda tem coberturas parciais.

Do ponto de vista do *backbone*, quer dizer, é preciso resolver a cobertura de todas as regiões, isso tem a ver muito com a região Norte. Há ações já que a ANATEL estabeleceu. Eu acredito que a conselheira vá falar, então, várias dessas ações estão já previstas e são extremamente importantes do ponto de vista da abrangência dos grandes *backbones*, das grandes infraestruturas.

A integração hemisférica, quer dizer, qual é a capacidade de integração, nos países da América Lati-

na e também com a colaboração direta com a África. Hoje, por exemplo, em vários projetos de colaboração científica, a gente tem uma inviabilidade pelo tempo dos sinais, que, necessariamente, percorrem caminhos físicos pela América do Norte.

Nas vicinais, já houve um grande avanço com políticas regulatórias que trocaram as obrigações, por exemplo, para criação dos *back halls* nos municípios. Então, ampliar essa em todos os municípios, não só a fixa, como também a móvel, e isso também está sendo feito, nas novas licitações de frequência, vão habilitar essas aplicações interativas. E é muito importante pensar também na ampliação de uma competição maior nessa oferta de rede, nesses municípios.

A abrangência vai ser alcançada, mas também a competição vai ter que ser perseguida. Em cada cidade, nas avenidas, eu diria que o desafio aí é asfaltar a cidade. Quer dizer, tem muita cidade que está asfaltada no grande centro, na região de maior renda, e faltam redes de acesso adequadas, principalmente para permitir usos de aplicações mais demandantes, como o vídeo.

E aí eu creio que incentivar o empreendedor, não só o privado, como o público, nessas cidades, passa por alocação de espectro, para uso de iniciativas de redes comunitárias, redes nos municípios, pequenos provedores, que possam ter também direitos de passagem facilitados nessas cidades. Às vezes, é extremamente difícil ter acesso a uma infraestrutura urbana, seja porque a passagem não é regulamentada ou mesmo não se tem informações sobre isso, suficientes, no nível do município.

Então, outras ações que vão nessa linha também é o incentivo ao acesso móvel para baixa renda. É uma grande ferramenta de inclusão. E, principalmente, à longa distância, dá opções para esses que estão operando nas cidades poderem, de uma forma competitiva, ter transporte para outros pontos do país, quer dizer, se conectar à infraestrutura nacional.

Seguinte. Esse mapa mostra um esforço de interiorização em curso, onde o grande crescimento do sistema de educação no Brasil está promovendo a conexão no interior de 150 novas escolas técnicas, 70 *campi* e várias outras instituições. Esse é um desafio grande, é um desafio de ligar os alunos, professores, pesquisadores, que estão sendo distribuídos por todo o território nacional, com alta capacidade.

Seguinte. Esse é outro, que tem a ver com a conexão dos hospitais de ensino, para uso de telemedicina; já são 33 hospitais ligados, fazendo uso dessa rede, e mais 70 na terceira etapa.

Seguinte. Esse é um aspecto também importante. É comum ver críticas à capacidade da banda larga

brasileira, ela é lenta. Capacidade é um alvo móvel, capacidade depende da aplicação, é a relação ligada à infraestrutura. Então, é preciso ter metas para incentivo de uso, e isso eu acho que é o que puxa a demanda de maiores capacidades, são as aplicações que estão sendo colocadas na rede e que estão exigindo maiores capacidades em banda larga. Infelizmente, ainda é a lógica do incremento gradual no setor de telecomunicações.

As redes são atualizadas de acordo com a demanda, faz parte de uma lógica, de um equilíbrio econômico, mas nós entrando numa nova era, onde os usos vão ser muito intensos, e as transições vão ser muito grandes. Então, isto é um ponto a se pensar: como atender as capacidades futuras de uma forma que não seja incremental.

No acesso, na nossa visão, hoje, já se justificaria pensar em 1 Mb/s como uma banda larga, no Brasil, como uma capacidade adequada; 20 Mb para instituições e pequenas empresas; e 1 Gb para universidades e corporações. A RNP tem trabalhado com esses valores, por exemplo, as universidades, em área urbana, estão sendo ligadas a 1 Gb/s

Lembrar, também, e que nós temos nossas dificuldades de infraestrutura, que limitam isso ou tornam inviável economicamente, que 256 K, que equivale a 41% dos usuários de banda larga no Brasil, é muito melhor do que não ter um acesso dedicado à internet. Se vocês não tiveram a experiência de usar a internet por linha discada, eu posso garantir que 256 K é muito melhor.

Então, isso não pode ser uma razão para não se implantar 256 K ou de velocidade um pouco superior, de 512, até porque isso é uma tendência natural de crescimento e evolução da infraestrutura. Tem uma atividade importantíssima, que é integração dessas estradas dos vários provedores, que são esses pontos de troca de tráfego. Isso permite que *backbones* comerciais se encontrem em várias cidades e troquem tráfego entre si. Isso impede, por exemplo, que um e-mail mandado por uma organização que está do outro lado da rua, só porque ela pertence a outro provedor, tenha que ir a São Paulo ou ao Rio de Janeiro e retornar pela outra rede.

Então, esses pontos de interconexão, onde as estradas se integram, acrescentam capacidade e segurança à infraestrutura de banda larga no país.

Então, eu acho que é muito importante definir essa capacidade nominal de acesso dos provedores. Quer dizer, hoje você tem contratos de banda larga assimétricos, onde 10% é assegurado por contrato. Então, é possível, sim, independente de fatores externos, através de medidas contínuas, através até de

uma verificação, assegurar a qualidade dentro da rede do provedor, independente de fatores externos. E aí já tem iniciativas da ANATEL com Comitê Gestor da internet, o INMETRO, que estão buscando isto: verificar, medir e assegurar certa qualidade no uso dessa capacidade.

E, aqui, tem uma ação também extremamente importante, de ampliação de capacidade para baixa renda. A universalização, por exemplo, nessa área pode ser uma medida de médio e longo prazo que pode favorecer o acesso à banda larga, às comunidades que têm dificuldade de pagar por esse serviço.

Então, é uma mudança importante no marco regulatório, eu sei que a ANATEL tem estudo sobre isso, está contemplando isso no PGR, e eu acredito nisso como um dos mecanismos capazes de favorecer esse aumento da capacidade, em vários âmbitos.

Bom, e, certamente, quer dizer, é preciso pensar no futuro, vários países estão investindo numa infraestrutura de banda larga muito maior e muito mais moderna, e isso vai exigir grandes investimentos, que é levar fibra até as casas ou próximo às premissas das casas, e isso vai ser necessário, e é importante que se pense num incentivo para que esses investimentos possam ser feitos também no Brasil, e não só nas áreas de maior renda.

Essa é uma infraestrutura de alta capacidade do *backbone* nacional, que deve estar em produção em 2010, e aqui é preciso registrar, de público, os avanços que foram feitos nessa direção, graças a medidas de contrapartida de pesquisa em desenvolvimento, que a ANATEL adotou, principalmente na anuência com a Oi, e que estão viabilizando criar uma infraestrutura desse tipo para pesquisa de educação no Brasil.

Seguinte, por favor. Isso é um exemplo de como fazer redes comunitárias, quer dizer, é outra iniciativa de levar um Gb para todas essas instituições, nas grandes metrópoles. É possível gerar redes com relativamente um investimento baixo. Esse é o exemplo de Fortaleza; em todas as capitais nós teremos isso, são infraestruturas permanentes, de 20 anos, que podem ser ampliadas basicamente com troca de componentes, a um custo marginal.

Seguinte. Esse terceiro fator é o que define o uso ou não uso, hoje, da internet no Brasil. Se a gente olha as estatísticas do Comitê Gestor, por conta do preço é que boa parte dos usuários do Brasil não usam internet no domicílio, 54%, segundo a pesquisa. E se pergunta qual o preço declarado que ele apagaria, 35% pagaria até 50 reais, mas isso já deixa de fora um percentual grande da população brasileira. Então, o preço tem sido uma barreira severa para a ampliação da banda larga.

Na nossa visão, na RNP, eles refletem muito os custos antigos, legados de infraestruturas que estão aí já há algum tempo. E, de certa forma, certa carência de investimento em pesquisa, em inovação, nessas infraestruturas.

A situação de monopólio, ou mesmo de duopólio, o fato de a gente ter operações móveis em todos os municípios, muito breve, vai ajudar muito a ter um início de competição. Mas isso, na nossa experiência, a gente tem comprado, no mercado, serviços de telecomunicações, isso, dois concorrentes, ainda é insuficiente para ter uma redução importante.

O *back hall* também, de certa forma, como é o único, ele impõe preços, no atacado, que, às vezes, limitam o empreendedor na cidade. Então, ali, tem um problema também de entrada nos preços de atacado. Como é que eu consigo transporte de longa distância para escoar meu tráfego?

Aí tem dois mecanismos importantes: um de agregação e um de desagregação. Por exemplo, agregação, nós devemos ter mecanismos para facilitar que novos prestadores de serviço possam ter acesso a dutos e fibras que possam estar sendo implantados não só nas áreas urbanas, na urbanização das cidades, como também nas grandes obras de infraestrutura do país. Obras de infraestrutura deveriam prever dutos e fibras, para que pudessem ser mais facilmente comprados e adquiridos pelos prestadores de serviços de telecomunicações e, com isso, favorecer uma redução de seu investimentos.

E, no outro lado, a desagregação do que já existe, que é extremamente importante. Há muita infraestrutura que é a única em vários pontos, e as dificuldades para obter acesso são limitadores ou, quando se obtém, são barreiras à redução do preço.

Então, acho que, nesse sentido, é preciso regular antes e ajustar depois. A gente reconhece o grande esforço nessa área que o órgão regulador tem feito, mas aqui é preciso facilitar, de alguma forma, a entrada de novos prestadores, principalmente daqueles que precisam ter acesso à infraestrutura, que é um...

No nosso caso, assim, para pesquisa em educação, a gente tem vivido isso. Não serve de parâmetro a comparação de preço que eu estou colocando aqui, mas ela serve para mostrar que, quando se usa inovação para criar as redes, os custos diminuem bastante. E aqui eu estou falando de custos embaixo, não de preço.

Por exemplo, o *backbone* ótico, esse que está já operando, começou em 2005, ele aumentou três vezes a capacidade da rede, e o custo diminuiu 30%. Isso foi feito pela forma como a engenharia da rede foi feita, ela era mais simples e mais poderosa.

Essas redes metropolitanas, que estão sendo implantadas nas cidades, o fato de elas terem parcerias criadas com as empresas de energia elétrica, e a gente poder fazê-lo a uma capacidade muito alta, com uma rede própria, reduz um custo por Mb a quase cinco reais por mês, por instituição para 1 Gb. Então, são figuras de custo de criação de infraestrutura que mostram a capacidade, com novas tecnologias, para gerar resultados importantes, como preços e custos.

Bom, eu gostaria de terminar chamando atenção para isso, que acessibilidade, comunicação e colaboração vão moldar o país que a gente vai ter no futuro. Isso vai estar presente em todas as atividades. Há um grande esforço, feito por todos nós, governo, órgão regulador, para incentivar esses investimentos futuros em telecomunicações. E eu acredito que esse novo ambiente requer também novas visões regulatórias e eu penso que passa por ter serviços digitais, autorizações únicas convergentes, que simplifiquem isso, tanto em regime público, para que possamos usar recursos de universalização, principalmente onde não há interesse, a renda é pequena e precisa ter o investimento do Estado para favorecer a distribuição desse benefício, e que universaliza isso.

Segundo, é ter essa visão de que as aplicações arrastam a infraestrutura. Então, quais são os grandes objetivos e os grandes desafios em educação, ciência e tecnologia, saúde, cultura, que condicionam e que vão determinar esse estabelecimento de metas de ampliação de um serviço com essa categoria no Brasil, no futuro? Isso é muito importante.

E acho que é essencial, a gente tem visto isso no nosso dia a dia, é utilizar a capacidade de pesquisa não só das universidades, também das empresas, a capacidade de inovação. Há empresas muito competentes, em várias áreas, em *software*, em transmissão ótica, em sistemas, aqui no Brasil, para preparar não só indústria, como a sociedade, para esse uso autônomo, esse uso informado desse ambiente e extrair ao máximo o melhor dessas novas aplicações.

Era isso, presidente. Muito obrigado pela oportunidade. Estou disponível para as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Nelson Simões, sobretudo pela... Não somente pela exposição, pelo conteúdo, mas pelo cumprimento do tempo previsto.

Eu passo, agora, a palavra ao Dr. Márcio Wohlers de Almeida, que é diretor de estudos e políticas setoriais, inovação, produção e infraestrutura. V. Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Bem, em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Senador

Fernando Collor, que reconheceu seu trabalho na Comissão de Infraestrutura, e, em seu nome, eu cumprimento todos os presentes.

Justamente no dia de hoje, onde há umas visitas presidenciais, o trabalho se mantém. Agradecer também à equipe de IPEA, que colaborou com a confecção dessa nova apresentação, que nós vamos fazer, na qual vamos apresentar alguns cenários factíveis, aqui, para a possibilidade da disseminação da banda larga. O Rodrigo Abtala(F), Luiz Cobota(F) e João Maria, que me ajudaram muito a preparar.

Então, a ideia, quem é que está... Ok, então, quando eu fizer assim... [risos] ok. Então, está aqui nossa agenda. Nossa agenda é feita por essas, vamos dizer, considerações iniciais, cenários de demanda, cenários de oferta, o debate que existe hoje. A *Folha de S. Paulo*, ontem, deu algumas ideias do que vai ser feito. E, provavelmente, amanhã está prevista a apresentação, pela Presidente da República, de um plano nacional de banda larga. Está previsto, se vai ser divulgado já é outra questão.

Muito bem, então, em termos de nós deixarmos muito bem claro quais são as considerações iniciais, hoje, sobre a questão da banda larga, primeiro, nós temos que ver que, depois de 1995, 96, 97, que foram os anos de preparação da privatização, quando estava vivo o Sérgio Motta e todo o ministério, a Telebrás, de certa maneira, foi colocada como a empresa mais lucrativa da América Latina, de tal maneira que não houvesse falha na privatização.

Então, a privatização aconteceu em 1998, quando a demanda reprimida era muito alta. Vender uma linha era um ativo, até hoje a gente coloca no imposto de renda, não sei por que, uma linha de telecomunicações como ativo. E vocês referem-se, vejam como, hoje, 7% da quantidade de assinantes, é aquele último número que está em cima, ali, de 2002, ou seja, nós já temos uma densidade de quase 7% de banda larga, entre 212 milhões de assinantes.

A telefonia fixa, que vem lá embaixo, 41, 42, é um fenômeno de todo mundo que a telefonia fixa é um tipo de telefonia de voz, que vem sendo, em todo o mundo, um serviço que, gradativamente, ele vem sendo não mais disponibilizado, seja porque ele vem substituído pelo telefone celular, seja porque ele tem substitutos de longa distância, o Skype, que hoje mesmo foi vendido por um grupo de investidores e não pertence mais a eBay. E, hoje, ninguém de longa distância usa telefone de longa distância.

Então, como já foi dito pelo presidente da Microsoft, nossos netos vão olhar para aquela coisa preta e vão falar: "Isso aqui era um telefone, avô? Para que você usava esse telefone?". Próximo.

Bem, por que é banda larga? Eu não preciso dizer mais por que é banda larga. A banda larga permite *download*, *upload*, as redes sociais. Nossos filhos, hoje... Eu não consigo entender o que nossos filhos fazem hoje, já tem outra linguagem "cq", "pq", tal. E existem redes sociais que já são imitadas pela televisão, ou seja, as televisões, de certa maneira, terminam, hoje, com uma espécie de vídeo cacetada, blog, vídeo blog, não tem jornalista que não tenha seu blog.

O que é esse blog? Significa que as redes de telecomunicações, hoje, elas tem conteúdo se o consumidor produz telecomunicações. Não sei como lá, em Alagoas, como já estão proliferando Twitter, blog...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se generalizando, dentro daquela camada.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Dentro daquela camada superior, os consumidores vivem valorizando, e aquilo é um valor muito grande. E, de certa maneira, as operadoras querem vender combo, ou seja, uma combinação de telefonia fixa, que, muitas vezes, vem de graça, a internet, banda larga, e a televisão, ou seja, cada vez mais, o conteúdo é o king, o conteúdo é o rei.

Então, as senhoras que ficam em casa, todo dia recebem telefonema: "Você não quer receber um combo? É muito melhor, etc.". Porque a receita da telefonia fixa, cada vez mais, é menos usado. O telefone celular, é lógico, para os jovens, existe o telefone, vamos dizer, as pessoas até brincam, "pai de santo", ou seja, recebe mais, recebe mais o passe, mas você não consegue telefonar. Hoje, 80% dos telefones, mais ou menos, são telefone pré-pagos, mas dão uma base muito grande.

Então, por que banda larga? Seja OCDE, seja TIFF(F), eu não vou dizer por que é banda larga, banda larga viabiliza esse serviço, ela está em cima da infraestrutura. Vamos dizer, se a gente tivesse um sistema de camadas, são elementos que fornecedores, a CISCO, etc., fornecem para infraestrutura, depois tem a camada de telecomunicações e daí tem a camada de Hollywood, tem a camada que fornece serviços de telecomunicações, e, por último, tem o consumidor, que, hoje, já é um produtor de telecomunicações.

Então, tem uma dimensão econômica, tem uma dimensão social, que permite não só, vamos dizer, o que se chama de *downstring*, que são esses novos serviços, como *upstring*, ou seja, novas tecnologia, e o Brasil tem que participar de novas tecnologias, nós temos poucas tecnologias, mas temos algumas empresas que resistiram, então, nós temos 20 empresas. Não é nada, mas, para as novas tecnologias, um país

como o Brasil, que não tem empresas de tecnologias, não sabe usar bem as empresas de tecnologia.

Uruguai, Costa Rica, Chile, países pequenos, é evidente que não têm escala para ter empresas de tecnologia. Agora, Coreia, grandes empresas, têm que ter empresas que desenvolvem, senão o conjunto de tecnologias, desenvolvem nichos de tecnologias.

Por exemplo, para fazer a televisão digital, o Japão prometeu que ia instalar uma fábrica de chips; que eu saiba, até hoje, não veio uma fábrica de chips. Agora, para comprar aviões de caça, o Ministério da Defesa vem negociando fortemente com os três fornecedores. E, que eu saiba, até hoje, nem a França, nem a Inglaterra, nem os suecos já fecharam o negócio que se chama *offset*, ou seja: "Compramos o foguete, mas vocês nos dão tecnologia".

Nós compramos um padrão digital europeu e brasileiro, mas, até agora, não veio a fábrica de semicondutores. Então, tem que ter para baixo, ou seja, tem que ter rede, mas tem que ser para cima, ou seja, nós temos que ter um pouco de tecnologia, tem que ter técnicos, senão, o uso de tecnologia é muito pouco. Próxima, por favor. Muito bem.

A densidade dos vários países, é lógico que os países, os 20 principais países, os países que têm renda mais alta, tem Suécia, um país baixo, vocês já sabem disso, e, lá embaixo, o coitadinho do Brasil, proporcional à sua renda *per capita* e à educação, está 5,3. Próxima.

Aqui, o mercado instalado de banda larga. Vocês já viram o país, mais ou menos, já é o 10º do mundo, mais um pouco, o Brasil já tem uma capacidade instalada, um número absoluto de banda larga 10,1. Significa que mais empresas vêm aqui disputar o mercado de banda larga.

Anteontem, a Vivendi, uma empresa europeia, veio aqui e comprou a GVT. Por que a Vivendi veio aqui? Só para ter lucros? Não. Ela veio competir com a Telefônica, ela veio competir com a Oi Brasil Telecom. Então, significa que o potencial brasileiro, seja *downstring*, seja *upstring*, está interessado no mercado brasileiro.

O mercado brasileiro, logicamente, não é igual ao chinês, não é igual ao mercado hindu, mas é um mercado que está nos BRIC, ou seja, Brasil, Rússia, China e Índia, ou seja, o Brasil, hoje, vamos dizer, é a bola da vez, é como está na *Economist*, ou seja, é um foguete disparando. Próxima, por favor. Não, anterior. Anterior. Já foi falado. Muito bem.

A densidade dos países/ está lá o Brasil, cotadinho. Se a gente tomar em densidade, o Brasil, dentro dos 20 maiores países, ou seja, podemos dizer que esse é o G20. O Brasil tem poder político, dentro do

G20, não é à toa que presidente, que eu não sei pronunciar o nome... O senhor sabe, senador, do Irã, que está aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mahmoud Ahmadinejad.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Como

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mahmoud Ahmadinejad.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Mahmoud Ahmadinejad. Eu vou aprender [risos]. Se o moço que me trouxe aqui sabia...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mahmoud.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Mahmoud.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É o primeiro nome.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Mahmoud Ahmadinejad. Ou seja, o Brasil é uma potência política, mas, se o Brasil, ele consegue ter um poder político, no qual ele consegue ter uma presença geopolítica, na qual os principais presidentes veem aqui, e o Brasil tem um poder geopolítico, é inconcebível que o Brasil, dentro do G20, tenha uma posição de banda larga ou de outras...

Os quatro do BRIC estão lá, estão por último, você vê que o México está aqui 7, a Rússia, a China quase encostadinha, porque a China, ela tem uma população de 1,2 bilhão. A Índia, de 1 bilhão. Então, o denominador é muito grande, o denominador é grande. Se ainda tivesse superado o Brasil, eu me jogava ali, senador [risos]. Porque lá são 1,2 bilhão aí.

A Rússia, eu não lembro de cara a população, mas 600 milhões, e está na frente do Brasil. O México, aí já é uma vergonha, está na frente do Brasil, porque está próximo dos Estados Unidos, então, tem aquelas maquilas, ela já é um quintal bem cuidadinho dos Estados Unidos.

A Turquia já tem... A Polônia, mas a Polônia era um país bem desenvolvido da União Soviética. E daí, Itália para frente, já subindo. Formosa já é um país pequenininho, países baixos já são pequeninhos, mas, lá embaixo, está lá o Brasil, que poderia estar numa posição melhor, mas eu concordo com o senador de que está lá, pelo menos, ele não está embaixo da China, da Índia. Se o Brasil tivesse embaixo da Índia, que tem uma população equivalente a da China, aí a gente não tinha o que fazer.

Muito bem. Agora, vêm os exercícios. Próximo, por favor. Aqui está... Olha que estranho, nos Estados Unidos. Aqui, são várias tecnologias de banda larga. A tecnologia de ADSL, ou seja, a operação de cabos, ela vem desenvolvendo linearmente, e as empresas

de operadoras de... as operadoras de telefonia, aqui, as operadoras de telefonia fixa, as operadoras de telefonia a cabo, nos Estados Unidos, principalmente nas grandes metrópoles, mas, no conjunto, elas já ganham, nos Estados Unidos, porque elas sempre foram muito fortes. E as companhias de terceira geração, os aparelhos pequeninos de terceira geração, seja a febre do iPhone, seja a febre dos outros, já conseguem estar muito acima, seja das operadoras de telecomunicações, seja aqui.

Mas a lógica é que existe um fenômeno de juventude, aqui, existe um fenômeno e, aqui, nós estamos começando a terceira geração. Então, a terceira geração, por sangue, que é *wireless*, já é um fenômeno nos Estados Unidos, que passou tudo isso daqui. E aqui nós temos alternativas de *wireless*, ou seja, sem fio, que são muito interessantes, mas o governo precisa dar incentivos para que aconteça algum fenômeno.

Geralmente, nós estamos atrasados uns 10, 15 anos dos Estados Unidos, tomara que a gente consiga atrasar menos que os Estados Unidos, que a gente esteja atrasado 10, esteja atrasado cinco, sei lá, que a gente está atrasado quatro, mas a média sempre cinco, 10, 20, 30. A primeira geladeira chegou quando, aqui no Brasil? Sei lá, 30 anos depois. Televisão demorou quanto para chegar aqui no Brasil? Jogo do Brasil eu assisti na rua, em 58. O radinho *speaker*, que era meio vagabundo, eu assisti na rua. Já tinha rádio aí.

Próxima, por favor. Muito bem. Programa banda larga na escola, para terminar aquilo lá. As operadoras fizeram uma troca inteligente, aqui, e resolveram o problema da banda larga nas escolas, seja a Brasil Telecom, a CTBC, coordenadas pela Casa Civil, elas têm 16 meses para botar banda larga nas escolas. Vai dar 24.000 escolas conectadas, na primeira rodada; atingem 2.000 municípios, ou seja, 24.000 alunos, que eu saiba, ainda no Governo Lula. Ou seja, com isso, eu acho que é um PAC nas escolas, com efeito multiplicador, desde que nossas professoras estão aqui, desde que não sejam três anos atrás, que são muitas professoras: "Não, não, no meu computador ninguém entra". Porque elas botavam computador num escritório sem sala, então, realmente ninguém roubava o computador, mas também não usava.

Então, foi feito, coordenado pela Casa Civil, pelo César Álvares, então, o problema de banda larga, que eles trocaram por telefone público, está resolvido. Próximo, por favor.

Bem, a análise da demanda, nós fizemos alguns cenários e, agora, estamos falando do setor privado, com as políticas públicas. Próximo, por favor. Muito bem.

Através de um acordo que o IPEA fez com o NIC.br, o NIC.br, que é o comitê gestor, esse é o braço, vamos dizer, operativo do comitê gestor de informática do Brasil, ou seja, que toma conta dos nossos domínios, que toma conta aqui. Nós teríamos, aqui, dentro desses 57, ou seja, domínios, nós temos 18 domicílios sem computador, 25 domicílios sem telefones. Então, se a gente juntar e colocar, e temos, aqui, domicílios com banda larga, se a gente colocar, principalmente no potencial de crescimento mais alto, se, nesses domicílios, a gente conseguir não só as Casas Bahia, mas se a gente conseguir, com o programa de redução, que é chamada lei do bem, se a gente conseguir colocar computador. Se esses domicílios que já têm telefone, também a gente...

Aliás, aqui, ela já tem computador, e as telefônicas conseguem chegar lá, e não estão muito afastadas, porque elas não estão em área rural, e os domicílios com telefone, com auxílio das Casas Bahia e com o programa de auxílio, o programa de lei do bem, o que a gente vai ter aqui, além do custo elevado?

Então, dá um cliquezinho aqui, e rapidinho a gente vai indo. O que significa aqui? Motivos para a falta de acesso à internet do domicílio. Como foi falado aqui, pelo meu colega Nelson Simões, o que é o principal? Por que as pessoas não têm computador na sua casa? Custo elevado, depois, não têm acesso, elas não têm acesso nem em outro lugar, no acesso. Têm acesso em outro lugar, seja na escola, seja no trabalho, seja em *lan house* – desculpe, aqui –, seja na escola.

Depois, 18% não têm interesse no computador; 17%, falta de disponibilidade; e 17%, custo-benefício não vale a pena. E tem gente que não tem habilidade, não tem a cultura de acumulação(F).

Então, vamos dar um clique aqui de volta. Muito bem, então, o custo elevado, seja da banda larga, seja do computador. Dá um clique aqui embaixo, por favor. O que é que acontece? Aqui que eu queria falar. Percentual dos domicílios que não têm acesso a computador. Aqui, sim, 75% dos domicílios que não têm acesso a computador, na pesquisa do NIC.br, ou seja, do núcleo que toma conta, na pesquisa feita recentemente, em 2008, dizem [soa a campainha] que computador é muito elevado... É a minha? [risos]

Que o custo é muito elevado, 34 [ininteligível] e o custo-benefício não vale a pena. Aqui, por favor. Está bom. Eu termino em cinco minutos.

Então, nós fizemos um cenário, se a gente adicionar computador, adicionar, na linha direta, computador, nós temos um potencial de banda larga de 43 milhões, com modificações não muito grandes.

A próxima, por favor. Então, o que é aconteceria? Nós estaríamos em terceiro lugar, com medidas

elementares, ou seja, os Estados Unidos teriam uma massa de 83 milhões; nós teríamos uma massa de 73 milhões; e o Brasil teria uma massa de 43 milhões, ou seja, nós chegaríamos, com o setor privado, com uma densidade média da OCDE, ou seja, 43 milhões, teríamos 42 milhões de novos acessos, e isso daria escala para uma política industrial de fomento à cadeia de 3 milhões. Próximo, por favor.

E, agora, nós teríamos o quê? As barreiras à inclusão digital, nós teríamos disponibilidade de acessos, habilidades, [ininteligível]. Vamos ver que usar computador não só para usos banais, nós temos várias o quê? Próximo, por favor.

Essa figura é muito interessante, eu não vou explorar aqui. A camada de fora é a camada de infraestrutura, ou seja, aqui, a inexistência de satélite, a inexistência de computador, a inexistência de satélite, e, aqui, a parte de barreira econômica, etc., etc. A do meio são as camadas de limitações motoras. Aqui, é a palavra dos deficientes, os deficientes também precisam de reconhecimento de fala, que nós já temos, desenvolvido pelo [ininteligível] a de fala para conhecedor. Aqui são aqui.

Depois, aqui dentro, na terceira camada, a gente precisa ter educação, a gente precisa ter conteúdo apropriado, a gente precisa ter linguagem, acesso, precisa ter cultura, precisa ter no trabalho, aqui, precisa ter governo eletrônico, ou seja, aqui, a gente precisa ter alfabetização bastante aqui, mais de 50%, a alfabetização é limitada, as pessoas sabem ler apenas o quê? Sabem ler para onde vai o ônibus, sabem ler alguma coisa, sabem ler seu nome para dar no banco, mas é uma alfabetização que o IBGE não pega; dizem que ela é alfabetizada, mas é uma alfabetizada semifuncional.

Então, tem um conteúdo agregado, então, indo no sentido anti-horário, é um círculo vicioso, indo aqui, é um círculo virtuoso, essa daqui. Se a gente chegar aqui no meio, é a sociedade da informação. Nós queremos chegar aqui. Para que a gente quer chegar na sociedade da informação? Para as pessoas arrumarem novos negócios, para as pessoas participarem da circulação de ideias, para elas participarem na social.

Portanto, a banda larga é para as pessoas terem participação social, não é para gente ficar apenas discutindo coisas ridículas na internet, é para a gente interagir, é para a gente interagir com o Senado, é para gente interagir com os órgãos públicos, é para gente interagir com nossos pares; se a pessoa é matemático, interagir com matemáticos; se a pessoa é educadora, é para participar com educadora. Próximo, por favor.

Análise de oferta, são cenários possíveis, o preço nós já falamos. A qualidade aí é um problema. A

velocidade é um problema. Clica aqui, por favor. O que é que acontece? Geralmente, a gente contata 44 de uma operadora, mas ela oferece 64. Então, a gente pensa que vai dar um *download* de madrugada, mas, se a gente ler aquelas letrinhas pequenas que estão no contrato, lá naquelas letrinhas pequenas no contrato, ela diz lá: "Olha, você está fazendo um contrato de 44 kb/s, mas nós vamos oferecer, nós garantimos 44. Olha, aqui nós vamos oferecer 22 Mb/s, mas, na realidade, nós vamos oferecer até 1 Mb. Se der, se não tiver congestionamento, nós chegamos a 1 bit. Olha, aqui nós vamos oferecer 8 para vocês, mas em condições ideais, se tiver congestionamento, se você ligar sete, oito da noite, porque internet tem congestionamento, que nem ônibus, que nem trem da Central do Brasil, etc., etc."

Voltando aqui. Então, a qualidade, a cobertura, em sete estados. Voltando, para a gente terminar. Não, próxima, por favor. Então, a infraestrutura existente, nós temos a rede metálica, nós temos o *back hall*, que é um concentrador que vai chegar, em 2010(F), em todos os municípios brasileiros, nós temos um *backbone* de fibra ótica instalado em todo o país, que as operadoras têm aqui. Próximo, por favor.

Nós temos um preço *versus* carga tributária que é um absurdo, mas isso é coisa dos estados, os estados adoram tributar. O governador de São Paulo resolveu, agora, fazer uma internet por 29 reais e diminuir, mas, se a gente olhar a tributação estadual, vai dar esse número aqui em cima, até 53. Olha, Roraima, [ininteligível], Pernambuco, etc.

Desculpe, senador, em Alagoas, o seu era o menor de todos, mas dá 44%, sabe por quê? Porque, aqui, não dá para sonegar. Então, não dá para sonegar, isso aqui paga força pública, isso daqui paga todas as escolas, isso daqui paga uma série de serviços públicos, então, é um problema difícil isso daí. Se tirar o ICMS dos serviços públicos, da água, o senhor sabe melhor do que eu, se tirar os serviços públicos, como é que vai pagar os professores? Então, é um equacionamento difícil.

Indo para o final, então. Se a gente olhar, aqui, esse eixo aqui é um eixo relativo entre o preço relativo e a proporção da renda do país. Você vê que a Rússia, por exemplo, ela está aqui embaixo, ela tem um preço relativo e uma densidade pequena. O Brasil tem um preço alto e uma proporção de PIB muito pequena, também.

Aqui, são as economias avançadas. A Suécia tem uma alta relativa e também tem o quê? Ela tem um preço de banda larga, mas as pessoas pagam do PIB dela muito pouco sobre essa banda larga. Então, sobra para ela fazer muitas outras coisas, ou seja, o

que sobra de renda para ela gastar em outras coisas, muita coisa. Próximo, para terminar.

As operadoras, em um mercado, fazendo cenários aqui, a gente pode fazer um cenário de 80, 40 e 20. Se a gente fizer um cenário, por exemplo, de 11,5, as operadoras não vão ter receita. Se a gente fizer um cenário, por exemplo, aqui, de preço de 40, um pouco, elas vão ter um cenário de 20. Hoje, elas ganham com a banda larga 19. Aqui, de 20 elas empatam.

Se a gente fizer um cenário de faturamento atual, aqui, com o preço de 80 reais, que eu acho muito caro, hoje, elas ganham, com a banda larga, 161,9, e daí elas têm 169. Se a gente fizer um preço de 80, dá uma densidade de 60, eleva para 31, domicílios aumentados de 55, população 19, olha que elas ganham muito! Elas vão precisar só de alguns incentivos.

Mostra os incentivos, que é o próximo aí. Incentivos, próximo slide. Próximo slide. Aí nós vamos ter que ter políticas diferenciadas. Próximo slide. Se a gente mostrar a área B, área urbana com duas prestadoras, área B, área urbana com uma prestadora, área C, área rural, onde a gente está com problema. Próximo, por favor, próximo, por favor. Nós vamos ter que usar políticas tecnológicas, aqui tem as várias políticas tecnológicas, que eu vou abrir depois. Próximo, por favor. Aqui, estão aquelas áreas, área com duas prestadoras ou mais, Avenida Paulista, Avenida Rio Branco, aqui é o melhor dos mundos, operadores adoram vir aqui, elas adoram estar aqui, mas a gente tem que fomentar novas tecnologias para baixar o preço, ainda, aqui. E tem que aumentar os pequenos provedores, aqui e tal.

Nas áreas A e B, a gente tem que ter a desagregação de rede, obrigar elas a alugar redes para outros provedores, com o mesmo preço que ela aluga um para eles, temos que ter novas radiofrequências e condição de TV. Nós temos que ter investimento público, para ter desoneração fiscal na área B. Na área C, só com o FUST, enquanto o FUST ficar fazendo caixa para o Ministério da Fazenda, nada feito [soa a campainha], e a capacitação, utilização.

Para o penúltimo slide. Eu já recebi duas coisas. O debate que saiu ontem na *Folha de S. Paulo*. Aqui, mais um e termino. Existem propostas, o senhor já sabe, a Casa Civil defende uma proposta; o planejamento defende outra proposta; e o Ministério das Telecomunicações defende outra proposta.

Até amanhã, eles têm que se compor. Até ontem, a *Folha de S. Paulo* apresentou essas três propostas. Eles têm diferentes visões de infraestrutura; uma tem que ser pública; outra tem que ser pública; ao Ministério de Comunicações.

A Operações diz que tem consórcio público-privado; o planejamento quer reviver a Telebrás. Espero que ninguém compre ação da Telebrás, porque, senão, não fica bom. Eu não comprei ação da Telebrás, espero que ninguém de vocês daqui comprem ações da Telebrás, senão, vai ficar um situação ruim para todos vocês que vieram aqui e compraram ações da Telebrás, e o Ministério de Comunicação quer só a tele privadas.

Modelo de negócio vai ser aqui, e a última milha tem que ser pequenos provedores de internet pela Casa Civil, pequenos provedores de internet para aqui, e o Ministério de Comunicações dizem que as teles levam redes a todos os municípios.

O último, mesmo, de verdade, é que a banda larga, segundo o Ministério de Planejamento, o mercado diz que tem alta barreira de mercado, quando a gente olha só para o mercado, e, portanto, tem que ter regulação para baixar as barreiras regulatórias. Próximo.

E eu digo adeus. E as conclusões: o tamanho do mercado permite a implantação e desenvolvimento [ininteligível], temos que ter educação digital, existem infraestruturas subaproveitadas; a universalização de banda larga reduz a rentabilidade; os impostos, por si só, não explicam o alto preço de serviço; o Estado promover a banda larga, usando vários instrumentos de política pública.

Muito obrigado, senador, desculpe. E eu agradeço sua gentileza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Márcio Wohlers de Almeida pela sua explanação.

E passamos, em seguida, a ouvir a Dra. Emília Maria Silva Ribeiro Curi, para fazer sua explanação. V. Sa. dispõe de 20 minutos.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Boa-noite a todos. Presidente Fernando Collor, obrigada pelo convite na Comissão. Senador Flexa Ribeiro, obrigada pela presença aqui na Comissão. Dr. Nelson Simões, da RNP, companheiro aí do mesmo tema; e Dr. Márcio Wohlers, senhores e senhoras aqui presentes.

Bom, esse é um tema um pouco árido, todos os dados e todas as informações aqui apresentadas são muito importantes, mas, de fato, todos batem na ANATEL, que é o órgão regulador e tem a obrigação de infraestrutura. Terminam na ANATEL, então, bater já é um pingue-pongue, que já estou acostumada.

Mas, olha, primeiramente, eu gostaria de agradecer a oportunidade, mais uma vez, de poder discutir tema tão relevante à população e ao desenvolvimento do país e de minha especial predileção.

Presidente Collor, o senhor no estava aqui, na época, mas, quando eu fui sabatinada pela Comissão

de Infraestrutura, na minha ida para a ANATEL, alguns jornalistas aqui presentes lembram bem das minhas exposições, minha bandeira sempre foi banda larga, eu comecei com banda larga, na minha apresentação e na sabatina, e reforço ela aqui, na minha apresentação, na necessidade do país de fomentar.

Fiz várias exposições pregando a banda larga para o serviço público, questões essas que estão em discussão no Palácio do Planalto, conforme o Dr. Márcio e o Dr. Nelson Simões já colocaram. O Dr. Nelson Simões, inclusive, faz parte da comissão que está discutindo o assunto no Palácio, ela ainda não se concluiu. Acredito que amanhã será uma apresentação para o Presidente Lula, e não ainda para a sociedade. Ela está ainda em âmbito de discussão interna, no Poder Executivo. Mas, em breve, assim que presidente achar conveniente, acredito que ele deva colocar para a sociedade.

Nesse sentido, minha proposta, essa noite, será a de trazer a V. Exa. e a todos que nos assistem um comparativo entre experiências internacionais de reconhecido êxito na disseminação da banda larga e o atual estágio das políticas públicas de telecomunicações adotadas no Brasil, quanto a essa questão.

De forma preliminar, todavia, creio ser pertinente relembrar a importância do tema ora tratado, por meio da reprodução de alguns dados acerca do impacto da expansão da banda larga sobre o desenvolvimento econômico. Portanto, minha apresentação será dívida em três questões básicas, a primeira: por que massificar o acesso à banda larga?

A própria realização desse debate é, por si só, reveladora do consenso que hoje se tem sobre a importância de levar o acesso à banda larga a toda a sociedade. Com efeito, não seria despropositado afirmar que essa é uma decisão já tomada, e o consequente desafio já foi assumido pelos órgãos públicos competentes, como já falamos aqui. No entanto, creio ser importante relembrar os impactos econômicos da disseminação da banda larga, como forma de ressaltar a responsabilidade que temos como reguladores, formuladores de políticas públicas e legisladores e também para reforçar a urgência das decisões a serem tomadas. Mais do que urgentes, elas já vêm passando, nós ficamos no debate, insistimos, temos várias sugestões, mas continuamos no debate. Então, acredito que, agora, estamos caminhando para uma política mais assertiva e positiva.

Com esse propósito, acima de tudo e do estudo publicado pelo Banco Mundial e que se encontra em uma revisão de literatura pertinente, além de projeções a respeito do impacto da banda larga sobre o crescimento econômico.

No documento, aponta-se que, para os indivíduos, os principais benefícios relacionados com acesso à internet em alta velocidade são: a maior facilidade e disponibilidade de obtenção de informações relevantes e o incremento das possibilidades de interação social.

Como resultado, obtém-se o desenvolvimento do chamado capital humano, com a consequente melhoria das condições de inserção no mercado de trabalho, para os indivíduos beneficiados. Para as empresas, parece haver ampla evidência que aponta para a redução de custo e aumento da produtividade, como resultado direto da incorporação da banda larga aos processos organizacionais e produtivos.

Ganhos especialmente relevantes são observados nas empresas voltadas para o mercado externo, em que o acesso de qualidade à internet permite reduzir as despesas de telecomunicações, além de facilitar a obtenção de informações acerca de mercados relevantes.

Com efeito, estudo realizado em 27 países desenvolvidos e 66 países em desenvolvimento revelou que o aumento de um ponto percentual na quantidade de usuários está relacionado a um aumento de até 4,3 pontos percentuais nas exportações, sendo 3,8 pontos percentuais nas exportações de países de baixa renda para os de alta renda.

Outro setor particularmente beneficiado é o de serviços financeiros, que tem feito uso cada vez mais intenso na internet no relacionamento com seus clientes e prestadores de serviço. Já nas comunidades que investiram na oferta de banda larga a seus cidadãos e empresas, foram observados diversos efeitos positivos sobre a economia local, como ganho de competitividade das empresas ali estabelecidas; aumento da criação de emprego, das vendas no varejo e da arrecadação.

Nas comunidades rurais, identificou-se, especialmente, a diminuição das assimetrias de informações relacionadas ao comportamento dos mercados de produtos agrícolas, com consequentes ganhos para os produtores locais. Além desses resultados, também é possível associar maior disponibilidade de acesso em banda larga à reformulação de processos de pesquisa e desenvolvimento, que podem ser baseados em esforços colaborativos de diversas unidades de pesquisa em tempo real.

Existem também evidências de ganho de eficiência na organização e implementação de políticas públicas e na prestação de serviços públicos, como aplicações em telemedicina e educação; na prevenção e combate de criminalidade; na ampliação de infraestrutura e espaços urbanos de convivência, entre outros. Experiência aqui já relatada pelo Dr. Nelson Simões,

pela Rede Nacional de Pesquisa com telemedicina e com outros serviços que já estão sendo implantados.

Em que peso o conjunto de tais evidências, não havia ainda um estudo econômico formal a respeito dos impactos econômicos da banda larga, objetivo a que se dedicou o documento aqui mencionado. Nesse sentido, a partir de um modelo econométrico previamente definido, estimou-se que um incremento de 10 pontos percentuais na penetração do acesso à banda larga, em países em desenvolvimento, pode resultar em um aumento de 1,38 percentual no crescimento da renda *per capita*.

De especial relevo no citado estudo é a constatação de que o impacto da banda larga é significativamente maior do que o de outros serviços de telecomunicações, como internet discada, telefonia móvel ou telefonia fixa, cuja contribuição para o crescimento *per capita*, em condições equivalentes, é de, respectivamente, 1,12, 0,81 e 0,73 ponto percentual.

Creio que a leitura desses dados serve não somente para reforçar nossa convicção quanto à importância da disseminação da banda larga, sua importância também reside em apontar qual deve ser a prioridade, quando se pensa em universalização de serviços de telecomunicações. Além disso, também nos dá o senso da urgência que devesse ter, ao tratar do tema, pois nos releva (sic) o quanto deixamos de crescer a cada ano, em que aditamos a adoção de um modelo de expansão de acesso à internet em alta velocidade, o que nos leva à segunda questão, que pretendo adotar.

O que devemos fazer? Para abordar o que entendo ser a questão mais difícil, faço novamente o uso de estudo acadêmico sobre o tema, contido em relatório de Berlman Center, da Universidade de Harvard, relativo às experiências internacionais de êxito na expansão do acesso em banda larga à internet.

As conclusões mais relevantes dizem respeito às políticas voltadas para a promoção da competição e do investimento público em infraestrutura de redes. Na primeira vertente, segundo o estudo, observou-se que, ao contrário do que sustentado por teses influentes, a competição entre plataformas de redes distintas não é suficiente para criar um mercado eficiente e verdadeiramente concorrencial de oferta de acesso em banda larga. As experiências de sucesso demonstraram a necessidade de implementar políticas que reduzam as barreiras à entrada de novos competidores, por meio do compartilhamento de redes já existentes.

Mecanismo dessa natureza permite o surgimento de novos competidores na oferta de acesso aos usuários finais, tendo como suporte as redes instaladas pelos operadores de maior porte.

Outra alternativa apontada pelo estudo, no mesmo sentido, é a implementação de um modelo de separação estrutural, em que a propriedade das redes é desmembrada da prestação de serviços aos usuários finais. Neste modelo, uma empresa seria responsável unicamente pelo fornecimento dos elementos de redes, que seriam ofertados em condições isonômicas e não discriminatórias. Há outras empresas dedicadas à comercialização do acesso aos usuários.

Essa solução foi adotada no Reino Unido e, mais recentemente, na Nova Zelândia, país que, até então, notabilizava-se pela ausência de uma regulação específica para o setor de telecomunicações.

Segundo os autores, as evidências estatísticas coletadas são significativamente robustas para sustentar a importância de políticas de abertura de redes para a promoção de um mercado efetivamente competitivo, para os usuários finais, e, conseqüentemente, para a obtenção de índices elevados de penetração de qualidade de serviço. Para tanto, ressaltam: é necessário não somente que a materializa esteja regulamentada, mas também que as regras estabelecidas sejam firmemente aplicadas pelo regulador, tendo em vista a natural resistência dos operadores com maior poder de mercado à abertura de suas redes aos concorrentes. Em países em que houve excitação na implementação dessas políticas, os resultados alcançados ficaram abaixo do esperado.

Um segundo ponto relevante para desencadear a expansão da banda larga é a existência de políticas consistentes e de longo prazo para a promoção de investimentos públicos ou privados, em redes de telecomunicações. Foi observado que os países com melhor desempenho, em termos de penetração de serviço, são aqueles que há mais tempo contam com políticas que garantam fluxos significativos de versões nesse segmento.

Nesse sentido, observa-se tanto a realização de investimentos públicos diretos como a concessão de benefícios para a promoção de investimentos privados, a exemplo de empréstimos subsidiados, desonerações tributárias, entre outros.

Um dos exemplos de sucesso observados é a iniciativa denominada CITYNET, adotada na cidade de Amsterdam. Naquela localidade, o governo contratou, em regime de parceria público-privada, a construção de uma rede de fibra ótica voltada, inicialmente, para o atendimento de 37 mil domicílios. A entidade responsável por sua implementação, por sua vez, licenciou a operação no atacado para um investidor privado, cuja função é prover a infraestrutura necessária para os fornecedores que atuam na camada do acesso ao usuário final. Paralelamente, contudo, é também necessário,

nos casos em se impõe investimento público direto, preservar a existência de um mercado competitivo para a oferta de acesso aos usuários. Nesse sentido, a partir da experiência de Amsterdam, a comunidade europeia estabeleceu, em 30 de setembro de 2009, uma política para investimentos estatais em projetos de banda larga.

De acordo com as orientações aprovadas, as redes financiadas com recursos públicos devem ser neutras e aberta, de forma a permitir sua utilização por todos os prestadores interessados, com o objetivo de permitir a criação de um mercado efetivamente competitivo, capaz de levar serviços de qualidade a preços justos e razoáveis aos consumidores.

Em outra vertente, observou-se também a importância de programas voltados ao lado da demanda. Nesse esforço, entre as iniciativas estudadas, encontram-se políticas relativas à construção de centros de acesso coletivo à internet; a venda subsidiada de computadores a famílias de baixa renda; a instalação de computadores em escolas; a integração de conhecimento de informática e de tecnologia da informação nos currículos escolares; entre outros.

Tais programas evidenciam que a disponibilidade de acesso pode ser suficiente, por si só, para promover a ampla utilização das potencialidades da banda larga. Esse breve levantamento de experiências internacionais, por sua vez, remete à nossa realidade, no que se mostra especialmente pertinente indagar: estamos no caminho certo?

Nesse momento, importa abordar as medidas que já foram tomadas e aquelas que se encontram em fase de discussão, voltadas à ampla disseminação da banda larga. De forma preliminar, contudo, conforme ressaltei no início da minha fala, observo que esse objetivo foi assumido pelos principais agentes públicos envolvidos, o que é evidenciado pela própria realização desse evento.

No que compete à ANATEL, o desafio foi expressamente assumido no Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações do Brasil, abreviando, PGR, aprovado pela Resolução nº. 516, de 30 de outubro de 2008, documento em que a massificação do acesso à banda larga aparece como primeiro objetivo da atualização da regulamentação.

Quanto aos caminhos que devem ser adotados para atingir esse objetivo, o tratamento do tema no PGR também se encontra em sintonia com as diretrizes anteriormente expostas. Nesse sentido, releva ressaltar que a primeiro propósito estratégico da atualização da regulamentação ali mencionada é justamente massificar a banda larga por meio do estímulo ao surgimento

de vários prestadores de acesso e do estímulo do uso de infraestrutura existente.

Essa disposição também se articula com outros, previstos no mesmo documento, em que se encontram os deveres de estabelecer o modelo de competição, com condições favoráveis ao uso das redes compartilhadas e multiplicidade no acesso, e o de estimular a ocupação das redes e a comunicação inter-redes.

Esses objetivos encontram-se plenamente incorporados nas ações do curto prazo, denominados no PGR, de que destaco também os seguintes: elaboração do plano geral de metas de competição – a ANATEL está em estudo do PGNC, acredito que até o final do ano teremos uma consulta interna na agência e, no início do ano, já estaremos com ela em discussão no conselho diretor, para ir à consulta pública –; disponibilização de radiofrequência para a massificação do acesso em banda larga – nós temos o 3G, a banda H, 450 MHz para a área rural, entre outros que estão em discussão dentro da agência, que também acredito que, no primeiro trimestre do ano de 2010, já vai estar disponível à população –; regulamentação dos serviços para ampliação da oferta e da competição; regulamentação da desagregação de elementos de rede de telecomunicações – o famoso *unbundling*, e esse com mais dificuldade, todos que são do setor sabem das dificuldades de prover o *unbundling* entre as empresas, e é meio... De fato, a ANATEL vai ter que utilizar do fórceps(F) da agência reguladora, para que isso socorra.

Nós tentamos... No PGR, quando foi elaborado, nós discutimos muito o PGO, e esses três temas que estão aqui, como o elemento de desagregação, a desagregação total e a compartilhada, são temas que foram amplamente discutidos na audiência pública do PGO e ficou para ser discutido no PGR. Agora, em curto prazo, nós já estamos na época, também acredito que, no primeiro semestre do ano que vem, esse é um tema árduo para a agência, mas ele vai acontecer.

Implementação otimizada do modelo de custos, incluindo acesso em banda larga e a realização de estudos sobre os impactos de solução de separação funcional, separação empresarial e separação estrutural; outro tema também complexo, que não vai deixar de acontecer.

Quer dizer, se nós não pegarmos de frente esses seis itens, muito dificilmente teremos o acesso à banda larga no nosso país, da forma que nós estamos colocando. Também nas ações de médio prazo, contempla-se a adequação das obrigações para os serviços de telecomunicações, no sentido de possibilitar a oferta de planos específicos de banda larga, inclusive para a população de baixa renda, e a revisão do modelo de

remuneração de redes, com o objetivo de estimular a competição e os investimentos na expansão e modernização das redes e ampliar o tráfego inter-redes.

Além dessas ações, o PGR ainda determina que sejam incorporados à pauta de discussões da ANATEL a revisão dos contratos de concessão, que já foi consulta pública, já está indo ao conselho diretor, que é da regulamentação da telefonia fixa, e também do PGMU, que é o Plano Geral de Metas para a Universalização, também já teve consulta pública, já vai estar novamente em discussão final no conselho diretor, no sentido de fixar novas metas para ampliação das redes do STFC, de suporte à banda.

A oferta da faixa de 3,5 para prestadores de pequeno, médio e grande porte, com diferentes compromissos de abrangência, como eu já falei, e a destinação de faixas de radiofrequência para possibilitar a oferta de banda larga por meio dos mais diversos serviços, também como já falei.

Paralelamente, cumpre mencionar iniciativas recentes da ANATEL, como a regulamentação do acesso à banda larga por meio de rede de energia elétrica. Não posso deixar de falar. Tive a oportunidade de ser relatora desse regulamento. Tive um encontro com a ANATEL e, recentemente, participei de vários eventos de Smart Grid, em que reforça a necessidade da expansão da banda larga por esse setor e a ansiedade deles de participarem e a oferta.

A elaboração desse novo relacionamento, também que está em estudo na ANATEL e terminou hoje a consulta interna, que é a utilização que nós estamos fazendo do serviço de comunicação multimídia e autorização do serviço de comunicação multimídia, nós temos que fomentar o crescimento de provedores de internet no nosso país, e esse fomento [soa a campanha] visa à competição.

Só mais um pouquinho, obrigada. Não só eles são os que vão prover o serviço na ponta, no país, não dá para esquecê-los. Em outra vertente, ao analisarmos as políticas públicas de promoção do investimento em infraestrutura para banda larga, observamos que passos importantes já foram dados, assim, merece especial referência a política de universalização das redes do STFC, de suporte à banda larga como mencionado tanto pelo Nelson Simões como pelo Dr. Márcio Wohlers, o *back hall*, que busca levar redes próprias para o tráfego em altas velocidades, para todos os municípios brasileiros, que vai estar concluído em 2010.

Paralelamente, sabemos que o Poder Executivo encontra-se em vias de divulgar, como já falei também no início, o Plano Nacional de Banda Larga, que certamente conterà medidas para alavancar o investimento nessa área.

Outra medida importante que me cabe mencionar foi tomada nesta Casa, de autoria do Senado Federal, que trata do Projeto de Lei nº. 103, que está na Câmara, que cria novos mecanismos para utilização do recurso do FUST, permitindo sua aplicação em projetos de banda larga.

Quer dizer, o Poder Legislativo também vem participando progressivamente e ativamente nesta mesma preocupação, que é a expansão da banda larga.

Não obstante esses avanços, é preciso reconhecer, em consonância com as experiências internacionais de sucesso, a necessidade de programas que incentivem a expansão da banda larga pelo lado da demanda, assim, deve-se enfrentar o desafio da popularização de microcomputadores e, da mesma forma, da disseminação do conhecimento básico e indispensável para que os cidadãos possam desfrutar de todas as potencialidades da internet em alta velocidade.

Experiências bem-sucedidas, em nível local, devem ser adequadamente divulgadas, a fim de que os gestores públicos possam ter acesso a um amplo cardápio de soluções. De especial relevo, a meu ver, são as políticas para o uso da banda larga nas escolas, pois não basta levar a rede até esses estabelecimentos, é preciso também pensar em como incorporar esses recursos nos currículos, na capacitação dos professores e alunos e nas dinâmicas sociais das famílias e dos ambientes onde as escolas estão inseridas, porque a infraestrutura lá, sem saber utilizar, de fato, fica muito difícil a gente conseguir alcançar nosso objetivo.

Diante do relato que ora apresento, não posso deixar de ter uma visão otimista acerca do futuro da banda larga em nosso país, creio que as ações planejadas pela ANATEL, aliadas às políticas públicas de investimento em infraestrutura de redes de telecomunicações, ao trabalho dos ministérios das Comunicações, da Educação, da Ciência e Tecnologia, da Casa Civil, enfim, uma ação articulada de todo o governo, a projeção constante do PGR, de 170 milhões de acesso à banda larga, em 2018, estou certa que será alcançada.

Meu otimismo, todavia, não deve servir para minimizar os desafios que temos pela frente. Não basta estarmos no caminho correto, é necessário percorrê-lo até o fim, para que alcancemos os objetivos que almejamos.

De fato, a ansiedade para que a banda larga chegue, de ponta a ponta, no país nosso, com a extensão territorial, que é o grande desafio, embora nós temos aí a frequência, o satélite, o cabo, DSL, nós temos uma extensão territorial considerável, com diversidades ecológicas e situações também territoriais diversas.

A ansiedade de se ter a banda larga na sociedade, de qualidade, que hoje a grande preocupação é a qualidade, também, não é só colocar o acesso, é ter um controle da qualidade do acesso, às vezes, nos leva a correr mais do que poderíamos ou que nós estamos indo mais devagar do que deveríamos, o que não é a realidade. Estamos tentando alcançar, a passos largos, esse objetivo e tenho certeza de que nós vamos alcançá-lo o mais rápido possível. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dra. Emília Maria Silva Ribeiro Curi, pela sua explanação, ela que é representante da ANATEL nesta nossa Audiência Pública.

Na lista de inscritos, para fazer perguntas aos nossos palestrantes, está o Dr. Igor Vilas Boas. V. Sa. tem três minutos para formular seu questionamento.

SR. IGOR VILAS BOAS: Obrigado, senador, presidente da Comissão, pela oportunidade de fazer questionamentos aos nossos convidados.

Gostaria de formular questões diferentes para todos vocês. Em relação aos números apresentados, o Dr. Nelson Simões deu exemplos de como o RNP tem conseguido ampliar sua presença no país. A questão seria: qual é a participação da RNP na formulação, nesse debate e formulação do Plano Nacional de Banda Larga, se há um envolvimento concreto da equipe da RNP junto ao planejamento, à Casa Civil, ao Ministério de Comunicações e à ANATEL para auxiliar na formulação da melhor modelagem para isso?

Dra. Emília, eu gostaria de... Aqui se falou bastante em preço, preço, realmente, tem sido um limitante, mas há outro aspecto muito importante, na oferta de serviços de telecomunicações, que é a qualidade para o consumidor. A senhora comentou, agora há pouco, sobre a preocupação da ANATEL de ampliar o número de empresas ofertantes do serviço de acesso à internet, dentro da autorização do ECM, que é a licença típica para isso: o que a ANATEL tem feito em relação à gestão da qualidade da oferta do serviço?

Dr. Márcio Wohlers, gostaria que senhor comentasse, se possível, parece que vocês formularam alguns cenários de demanda e, como foi uma apresentação de números bem extensa e relativamente rápida, qual é a conclusão essencial em relação à necessidade? Quer dizer, há espaço para queda de preços de banda larga, de forma que a receita total das operadoras, considerando a propensão a pagar, considerando os preços aí da pesquisa do NIC.br... [soa a campainha] Qual é o espaço de redução de preços previsto pelo IPEA, no sentido de aumentar a penetração, sem perda de receita, por parte das operadoras como um todo? Obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Igor. Com a palavra, o Dr. Nelson Simões.

SR. NELSON SIMÕES: A RNP tem trabalhado até antes mesmo da formação desse grupo, na discussão desse tema, porque, basicamente, criar uma infraestrutura com a forte interiorização que a gente precisa hoje, para atender 600 instituições no Brasil, requer políticas públicas eficazes, não só para disseminação da banda larga, como também para capacitação de recursos humanos, para pesquisa em desenvolvimento.

Eu sei que você tem acompanhado isso também. Então, boa parte do percurso da RNP nessa discussão, já desde 2003, está sendo utilizada agora, para nós criamos um modelo que seja importante, que nos permita avançar rápido. Há muitas dificuldades nesse caminho. E que principalmente integre todos os nossos recursos públicos e privados, todas as nossas competências, nas várias instituições, para de fato ter um plano que consiga favorecer a inclusão de mais pessoas num prazo, da forma como o presidente tem demandado, com vistas a metas de inclusão, não só no curto prazo, no próximo ano, no médio prazo, 2012, mas também até 2014.

E esse é um esforço que só começa, quer dizer, vai ter que se desdobrar em várias outras políticas e manter toda uma discussão contínua com os órgãos, todos os envolvidos nessa tarefa.

Então, a colaboração é estreita e tem sido, da nossa parte, muito frutífera. A gente tem encontrado saídas e soluções para modelos novos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dra. Emília, por favor.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Sua pergunta é muito pertinente e muito importante. De fato, a questão da qualidade, na ação dos serviços sem qualidade, fica muito difícil.

O serviço de comunicação multimídia, quando ele foi implantado, quando a ANATEL fez o relacionamento para a autorização desse serviço, na época, nós pensávamos em telefonia fixa, e não serviço de comunicação multimídia como hoje está. Então, é necessária a atualização do regulamento e é necessário, também, em paralelo, um regulamento de qualidade do serviço.

Nós não temos o regulamento de qualidade do serviço de comunicação multimídia para banda larga, fato esse que está demandando da agência um trabalho enorme. Semana que vem, também um regulamento de qualidade do serviço está subindo ao conselho diretor, ele vai entrar em consulta interna na ANATEL, na próxima quinta-feira. Hoje, terminou a consulta in-

terna da autorização do regulamento já existente, que já sendo revisto. Do regulamento de qualidade, ele começa em consulta interna na semana e, na outra, sobe ao conselho diretor. Ambos os regulamentos deverão ir para consulta pública, no início do ano que vem. A sociedade vai poder participar amplamente.

Com relação ao regulamento de abertura dos novos provedores de serviço, quer dizer, a revisão deste regulamento, é importante, Igor, porque, hoje, nós temos provedores de internet que querem prestar o serviço lá no interior de Traipu, em Alagoas, e ele teria que pagar para a ANATEL 9.000 reais, para começar a prestar esse serviço. É muito alto, para quem quer ser um provedor de internet, e nós queremos fomentar ele no país. Para uma cidade do interior, é inviável 9.000 reais. Mas nós temos outros casos de grandes prestadoras que 9.000 reais é muito pouco.

Então, esse relacionamento está, inclusive, tratando da questão de assimetria, para que possamos tratar com empresas pequenas e empresas grandes. A ANATEL começa, a partir de agora, a ter uma visão de políticas [soa a campainha] de pequenas empresas. Então, essa questão de fomentar o provedor de internet é muito importante, mas também termos um provedor do internet com qualidade, mais ainda.

O regulamento de qualidade do serviço de comunicação multimídia, ele deve contemplar – eu vou citar três itens, mas ele contempla muito mais que isso. Um dos itens, que, inclusive, está sendo discutindo muito, e a *Folha de S. Paulo* hoje fez uma matéria, mas ela fez a matéria endereçada ao 3G, que é a telefonia móvel celular que está fornecendo a banda larga aos usuários, contratando um mega, mas podendo fornecer até 10% desse 1 mega. Esse é um dos itens que está sendo tratado no novo regulamento de SCM, mas também eu sou a relatora do regulamento de qualidade do serviço móvel de celular do SMP, o qual também estamos vendendo essa questão.

Então, como é que fica o usuário? Ele contrata um serviço de 1 mega, e a empresa pode dar para ele até 10%, mas ele paga o que: 1 mega ou 10%? Como se controla isso? Qual o direito do usuário? Como ele vai exigir isso? Como a ANATEL pode acompanhar isso? Como a ANATEL pode responder à sociedade essa situação? É isso que eu estou discutindo agora.

Este regulamento de qualidade do serviço móvel pessoal, que está sendo revisto, que abrange o 3G, que é banda larga, vai de encontro na mesma situação da qualidade do serviço de comunicação multimídia, sendo que, no serviço de comunicação multimídia, nós vamos um pouco mais além, como ocorreu aqui com a CPI da Pedofilia, que nos deu uma experiência enorme, que o Senado abriu o debate, e, dentro desse

debate, ficou uma dificuldade, senadores presentes, de identificar as pessoas que tinham acesso à internet pelos provedores, porque os dados caíam, não tinham dados, a quem procurar.

Nós estamos também colocando, no regulamento de comunicação multimídia de provedores, que eles têm que guardar os dados desses usuários pelo menos três anos, até para que a gente possa ter acesso de quem utilizou, de que forma utilizou, a Polícia Federal poderá ter esses acessos. Quer dizer, são dados importantíssimos que também não tinha uma exigência e nem obrigatoriedade de guarda.

Outra questão, o direito dos usuários de ser atendido e qual o prazo do atendimento. Quem serve do serviço de comunicação multimídia, que são os provedores de internet que provêm esse serviço, também nós temos as empresas que também se servem desse serviço; não só o usuário pessoa física, como usuário pessoa jurídica.

Infelizmente, eu vou citar o caso da Telefônica, o Speedy, quando caiu o sistema do Speedy em São Paulo, quantas empresa não ficaram sem prestar o serviço ao seu contratado? Essa qualidade do serviço como ficou? Como foi, qual é a exigência? O que é que ele tem de direito, nesse retorno de assistência? Em quanto tempo a Telefônica teria que restabelecer esse serviço e qual seria a indenização? Quer dizer, esse direito também a ANATEL está revendo e é com urgência. Semana que vem, a gente já vai estar debatendo e acredito que a sociedade como um todo, no início do ano que vem. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Emília. Agora, para responder a pergunta do Dr. Igor Vilas Boas, o Dr. Márcio Wohlers de Almeida.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Bem Igor, desculpe de ter passado tanta numerologia, mas foram alguns cenários que foram feitos. A questão dos cenários um, dois e três, que nós falamos de preço, evidentemente, esse cenário envolve tanto um esforço das operadoras privadas, que demandam do setor público determinados privilégios, e também o setor público, determinadas ofertas de política.

Então, no cenário atual, por exemplo, a banda larga, em média do país, fazendo uma cesta atual, pegando os preços médios de 1 Mb, que custa diferente em cada capital, e pegando os orçamentos das empresas, as operadoras, hoje, têm um faturamento médio mensal com banda larga de 162 reais.

Muito bem, a estimativa é de que, num cenário absolutamente conservador, se as empresas passarem para ter um faturamento médio mensal de 81 reais, ou seja, diminuir pela metade esse valor, ou seja, isso é

uma massa, eu não estou dizendo qual é o preço médio, isso a gente teria que estudar cada capital, cada caso é um caso, o custo aqui. Se elas tiverem um preço médio mensal de 80, dessa cesta, aqui, nós iríamos ter um avanço significativo, que iria envolver determinadas políticas públicas, iria envolver determinadas demandas dessas empresas, que, na sua carta do Guarujá, elas pediram ao setor público desoneração tributária de serviços, investimentos e dispositivos, redefinição de competência normativa, adequação de regras e custos e direitos de passagem, alocação de novas faixas de rede frequência, oferta de novas outorgas, isso em agosto de 2009.

Então, contrastando a demanda das empresas mais a oferta de políticas públicas para a ANATEL, teria que ter um entendimento entre essas empresas. Iam passar as empresas, no nosso estudo, que ainda é preliminar, metade do faturamento delas. Isso iria ser altamente lucrativo, porque elas iam passar de 19,7, que elas faturam hoje, para 30,5, ou seja, elas iriam aumentar muito seu faturamento com banda larga, ou seja, era um negócio extremamente lucrativo de elas, uma vez casando a demanda delas com a política.

E qual era o ganho da sociedade? O ganho da sociedade seria: a densidade iria passar para 16%; o acesso em milhões, em pouco espaço de tempo, ia passar para 31 milhões; os domicílios atendidos iam passar de 18% para 55%; e a população atendida ia passar de 31%, supondo um número "x" de pessoas por domicílio, para 97,4%. Ou seja, mesmo num cenário relativamente, não vou dizer adverso, mesmo na área não otimista, mas num cenário de casamento de interesses, nós íamos ter uma possibilidade de melhorar os interesses. Ou seja, as operadoras caminham para um lado, o Poder Público – não vou criticar a ANATEL –, o Poder Público, em geral, caminha por um lado paralelo.

Se a gente puder fazer esses encontros, e esses encontros que não sejam na calada da noite, só coordenados pela Casa Civil, que tenham uma coordenação pública, o Senador Collor está aqui para tornar mais transparentes esses encontros, eu acho que, com a Casa Civil apresentando esse plano, nós podemos ter um absoluto aumento da oferta da banda larga na Casa Civil, e esse estudo do IPEA é uma primeira contribuição para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Márcio. Dr. Igor, algum comentário? Por favor.

SR. IGOR VILAS BOAS: Nessa queda de 162 para 81, a que o senhor se referiu, que produziria esses efeitos sociais e econômicos para—

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Você está com a minha...

SR. IGOR VILAS BOAS: Não. Eu estou só fazendo referência, agora, aos números que o senhor citou. Então, dentro desse cenário que o senhor diz que é normal, nem otimista, nem pessimista, mas, de 162 para 81, seria essa cesta média?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Isso,

SR. IGOR VILAS BOAS: Qual é a participação, a contribuição para essa queda do setor público, em termos de tributos, e do setor privado, em termos de redução de preço, efetivamente? O IPEA chegou a fazer essa simulação?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Não, nós não chegamos a fazer essa simulação. Nós fizemos a simulação de quanto as empresas ganham, hoje, de 19,7. Nós estamos só dizendo que as empresas têm um mercado maior, as empresas poderiam oferecer mais banda larga, aumentariam seu mercado, ou seja, de microeconomia, ou seja, se você tem um mercado cujo preço é mais alto, e a demanda, menor, microeconomia básica, você tem um mercado maior e um preço um pouco menor, mas a fatia do bolo aumenta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciadamente fora do microfone].

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Sim, mas eu estou dizendo que isso foi calculado para todo o Brasil, em média. Nós calculamos para todo o Brasil. Pode ser que alguma cidade tenha ficado não premiada. Mas o que eu estou dizendo é que nós não fixamos esse exercício apenas para Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas, as capitais; isso não foi fixado para capitais, foi fixado para as maiores cidades, pegamos um cesta de pequenas e médias cidades, e as empresas preferem ficar nessa posição defensiva, ou seja: "Eu garanto o meu mercado, mesmo que esse mercado seja um mercado, vamos dizer, 'oligopolista', mas seguro, do que partir para um mercado mais amplo e atacável".

Repara, se eu aumento meu mercado, e ele fica muito grande, e vai que começam bichinhos estranhos, provedores do internet, pequenas comunicações. As empresas, elas são espertas, elas não querem que também o mercado... Estou falando como Márcio Wohlers, com uma pequena ironia, se aumentar muito meu mercado e diminuir a margem dele, as empresas têm mais lucros, mas elas ficam um pouco mais vulneráveis. Estou falando, o advogado do diabo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E elas repassariam isso ao consumidor final?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Repassariam ao consumidor final.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A desoneração faria com que elas...

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Muito, muito, porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): De que forma?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Elas fariam pelo preço, ou seja, pelo preço delas, já que o preço médio mensal, que hoje está no preço médio mensal de 160, elas poderiam passar de um preço médio para 81, ou seja, a base da pirâmide poderia aumentar mais. Ela daria um preço de 81, mas o número de acesso seria 31 milhões. Então, se a gente aumentar, fizer a conta 80×31 milhões, dá 30,5. Hoje, elas têm um preço de 161×10 .

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): 162.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: 162×10 .

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): 16.200 .

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: 16.200 .

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A metade.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: A metade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Certo. Algum comentário adicional? Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Collor, primeiro, eu quero saudar nossos convidados, Dr. Nelson, Dra. Emília e Dr. Márcio. E dizer da importância desta Audiência Pública para que, dentro do programa da Comissão de Infraestrutura, para nós discutirmos os desafios estratégicos setoriais. E essa questão das telecomunicações, banda larga no serviço de telecomunicações é da maior importância.

Eu ouvi a parte da exposição do Dr. Márcio e da Dra. Emília por inteiro, a do Dr. Nelson eu peguei a cópia, Dr. Nelson, e dei uma olhada aqui. Mas é importante.

O Dr. Igor, nosso consultor, que, junto com o Marco, Ana Luiza, que nos assessora nessa parte, que conhece tudo, a gente, como usuário, a gente só navega, e ele fez já alguns questionamentos, mas o que me preocupa, Presidente Collor, é ver que o Dr. Márcio falou, agora, algo que os economistas chamam de economia de escala. Quer dizer, se você aumenta a base, diminui o preço, você tem um faturamento maior, teria um resultado melhor para as empresas, isso é lógico, isso está provado, só que não entra na

cabeça dos governos, “dos”, não é “do”, é “dos”, no plural, comprovado, agora, com a redução do IPI, na crise, para indústria automobilística. Se reduziu o IPI, aumentou o número, aumentou a produção, aumentou o consumo, na realidade, não houve perda de receita para a União. Então, bastava esse exemplo, agora, desses três meses ou seis meses de redução de IPI para aprovar que é possível, sim, reduzir essa carga tributária, aumentando a base, e, com isso, aumentar a receita. E aí isso facilitaria bastante o desenvolvimento do país. Nós teríamos competitividade, e é o que se busca todo o tempo.

No caso, aqui, da banda larga, eu fico meio confuso. O Dr. Márcio colocou aqui que está em discussão no governo a questão de qual a política a ser adotada. Eu vejo, tinha separado...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, merece fé, não é? Eu acho que sim.

Eu tinha separado aqui, já não... Vou já encontrar aqui.

Está aqui. Resumo das propostas, *Folha de S. Paulo*, 21/11. Eu acho estranho que, dentro do governo, você tenha três correntes, e tem uma que eu entendo, aqui, que... Aí eu gostaria de perguntar ao Dr. Nelson, ele, na exposição dele, também falou que haveria possibilidade de ofertar, a um custo do megabit de 4,6 por mês, não é isso? Eu não assisti à sua palestra, mas me parece que isso aqui seria se o governo fosse o responsável pela construção da rede e fornecimento do projeto.

Eu vejo que uma das propostas que está em discussão no governo é a do planejamento, é fazer o governo ser o fornecedor, ou seja, nós estamos voltando para trás, nós estamos, ao invés de nós abrimos oportunidades, e foi dito aí que o que vai diminuir, realmente, o custo é a competitividade, é a oferta, é a oferta do serviço.

Na minha região, Dr. Márcio colocou um mapa aqui, que eu tomei um susto. A banda larga nas escolas, ele fez um mapa do Brasil, aqui, eu gostaria até que, se fosse possível, reproduzir esse mapa aí, para saber se isso é verdadeiro mesmo. Banda larga no Brasil, nas escolas.

Um pouco para trás ainda, para trás, para trás, bem para trás. Não, não. Para trás, que eu digo, é para frente. É a página 9. Aí, olha, olha lá!

Esse número embaixo, aqui, 2009, 22 mil, 2010, 11 mil, são escolas a serem atendidas?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora, olhem como está a Amazônia, ali?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Localidades...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não pode ser municípios, porque o Brasil não tem isso...

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: E as empresas se comprometeram--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Brasil não tem 22 mil municípios. Escolas.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: São escolas urbanas, esse é um acordo do PGMU2, que o Ministério das Comunicações, Casa Civil e ANATEL, na revisão do PGMU, se propôs, entre essas empresas, a assinatura desse contrato, que são trocas de postos, PSTs, por pontos do *back hall*; esses pontos chegarão a 3.124 municípios. São pontos que chegam lá e, chegando lá, se passará, quer dizer, lá vai ter um pontinho que você pode fazer a última milha, que vai ligar para outros locais. Mas o objetivo principal é informatizar a escola pública urbana.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, agora, veja, o que a senhora chama de escola?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Aí deixa eu te explicar a questão do Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Há pouco, Dra. Emília, quando a senhora estava fazendo sua exposição, eu recebi uma ligação do Senador Rodolfo Tourinho, nosso companheiro aqui e tem... Nos dá uma saudade muito grande, porque era um senador competente e teve um trabalho exemplar aqui no Senado Federal, ao longo dos oito anos.

E ele fazia uma ligação para mim para elogiar seu trabalho lá na ANATEL e dizendo da importância que é esta Audiência, no sentido de se fazer, realmente, discutir a questão da banda larga. Mas aí, veja, como o governo--

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: O senhor tem toda razão, Norte é um problema.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --é padraço com relação à região amazônica. É um vazio, Senador Collor, é um vazio em relação ao resto do país. Você não tem uma preocupação. Em função disso, eu acho que nós teríamos que avançar.

Eu fiz, eu tentei fazer um projeto, com o Igor, para usar o FUST. É um absurdo o governo ter 9 bilhões, 10 bilhões de reais parados, e não utilizar. Que era para fazer a universalização da telefonia móvel, por quê? Porque, nas andanças minhas pelo interior do meu estado, todo mundo sonha com o telefone móvel, e o telefone móvel, quando chega, chega na sede dos municípios, quando chega, porque chega, ainda hoje.

Agora, com a 3G, com a terceira geração, e, até 2010, “deve” chegar, eu sempre coloco “deve”, porque a gente não assume essa responsabilidade lá, porque,

quando a gente chega no interior, e diz: "Olha, eu tenho um mapa que diz: 'município de Alenquer, vai chegar a empresa tal, do mês tal, do ano tal'". Aí, depois, eles vão me cobrar, se a empresa não chegou, se não tem a telefonia.

Então, o que eu acho? Primeiro, o governo tem capacidade de ele assumir a responsabilidade de estar à frente desse processo, ou seja, ao invés de deixar a iniciativa privada ir abrindo, aí a iniciativa privada dando oportunidade a todos, ou seja, não vamos fazer duopólio, vamos dar oportunidade; aqui foi falado várias vezes em pequenos provedores, onde os grandes provedores não têm interesse.

Quem é que vai ter interesse, Presidente Collor, de colocar o provedor de internet em Afuá, na Ilha do Marajó? Ninguém. A não ser alguém que tenha interesse lá, naquele município, para poder levar... Quando nós temos, na Amazônia, internet discada, Santarém, Santarém é, vamos dizer, a cidade polo do oeste do Pará, aprovamos, agora, uma universidade para lá, a internet é discada.

Então, eu não vejo. Minha pergunta básica é: foi dito aí que teria que mudar o sistema, deveria ter um sistema de rede, que eu entendi assim, de dar acesso e o atendimento ao interessado, ao consumidor seria feito por outras empresas, ou seja, uma empresa daria a plataforma, e as outras ofereceriam o serviço. E aí vem a questão [soa a campainha] que já nós discutimos e até fizemos um grupo de trabalho na CCT, que não avançou, com relação às informações de alguns meses atrás, da UIT, de que a telefonia no Brasil era a mais cara do mundo. Aí eu pergunto: mais cara por quê? Pela tributação? Mais cara por quê? Por falta de escala?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Competitividade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Competitividade? Eu gostaria muito que o IPEA fizesse e encaminhasse para nós um estudo comparado de preços de serviços, em outros países, com o Brasil. Nós não tivemos isso aqui, nós estamos vendo que a banda larga no Brasil é 160 reais, se vier para 80, vai mais do dobrar o usuário, com isso, dá uma maior receita. Sim, mas quanto custa essa banda larga em outros países, fornecida pelas mesmas empresas que estão aqui? As mesmas, são empresas multinacionais que operam o mercado.

E, Dra. Emília, nós fizemos uma Audiência Pública na CCT, uma semana atrás, para discutir uma consulta pública, em que a ANATEL queria não permitir o fornecimento, o atendimento de banda larga pelas TVs a cabo, me parece.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: TVs frequência, MMDS.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De frequência, alegando que, dentro do espectro de, se não me engano, é 2,5 MHz.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: É 2,5, 2,5 giga. Desculpe, 2,5 MHz; 2,5 a 2,7.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Daria para atender banda larga e a TV, e aí a ANATEL acha que não, que tem que atender só a TV, e não a banda larga. Isso não é diminuir o mercado, ou seja, diminuir a competitividade? Nós não estamos aumentando o preço? Eu acho que devíamos trabalhar no sentido contrário.

E, por último, para encerrar, a senhora falou várias vezes aí na questão de qualidade, quantidade. Quando se fala em universalização, para mim, universalização só quando chega à pessoa, ao usuário, ao cidadão, aí está universalizado. Dizer que a telefonia fixa no Brasil está universalizada não é verdade.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Falta ainda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não é verdade, é uma meia verdade. Porque ela pode estar em comunidades com mais de 100 habitantes, é obrigada a companhia a colocar o telefone público, sim, telefone público, e o acesso ao cidadão? Não tem.

Então, o que marca a universalização é o acesso ao cidadão. Eu fiz um projeto, está tramitando e me parece, se Deus quiser, tem o apoio do governo, de que se usem recursos do FUST, altera a lei do FUST, para que se usem esses recursos para a questão da assinatura básica do telefone fixo, que é o que impede muita gente ter telefone fixo. "Eu não uso meu telefone, pago "x" reais sem usar, eu prefiro ter um pré-pago", como o Dr. Márcio disse, que parece só... Só desce... Como é?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Pai de santo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pai de santo, só recebe. Então, eu acho que essa seria uma questão, eu acho que a FUST e o FISTEL, nós temos no Senado Federal, no Congresso Nacional, Senador Collor, nós temos que encarar com coragem e abrir esses dois fundos e construir algo que seja bom para a sociedade, porque eles estão pagando no custo da telefonia, estão pagando no preço da tarifa, e não estão se beneficiando com isso.

A ANATEL diz, e com razão, que ela teria, não está acompanhando a regulamentação, em função da velocidade da tecnologia. Me parece que a senhora falou resumindo isso. Então, por que a ANATEL não está acompanhando? Falta recursos? Fala pessoal qualifi-

cado? Porque, se tivesse retaguarda para acompanhar a tecnologia, avançava *pari passu*, mudava hoje a tecnologia, amanhã já tinha uma regulação. E, quando a ANATEL usa apenas 10% do recurso do FISTEL.

Então, para que a sociedade paga 90% a mais? Nós temos que ter coragem, Senador Collor, de reduzir isso, se é 10%... Para que é o FISTEL? Fundo para Fiscalização do Sistema de Telecomunicação. Se só precisa de 10%, nós não precisamos pagar 90% a mais. A sociedade não precisa pagar. Então, esse é um assunto que vai abrir.

O projeto a que a Dra. Emília se referiu, que está na Câmara, que é do Senador Mercadante, era esse a que eu me referi no início, quando eu conversei com o Dr. Igor, para fazer a universalização da telefonia móvel, e aí ele disse que o projeto do Senador Mercadante já atendia o que eu pretendia, quando ele usava o FUST para a banda larga.

O que eu acho, Presidente Collor, é que nós estamos avançando numa velocidade muito pequena em relação àquilo que a gente tinha que fazer. Nós estamos sendo atropelados pela tecnologia, e, desse jeito, a preocupação do Dr. Márcio pode acontecer: nós ficamos, a qualquer momento, abaixo da Índia lá e fechando aquele grupo dos países a que ele se referiu.

Então, acho que o governo tem que tomar isso como uma vontade política para fazer, liberar os recursos e fazer de maneira que a gente possa integrar o Brasil, do Norte ao Sul, do Leste ao Oeste, porque eu acho que, sem banda larga, nós não vamos ser um país de primeiro mundo como pretendemos e chegaremos a ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Dra. Emília.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Senador Flexa, antes de mais nada, muito pertinente o que o senhor colocou. São preocupações da sociedade, a cobrança constante à ANATEL. Com relação ao programa de banda larga nas escolas, em que não parece a região Norte, eu quero dizer o seguinte: esse é um programa que começou, ele não termina em 2010, ele continua em 2010. A região Norte não está excluída, não--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está esquecida.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: [risos] Muito pelo contrário, aliás, eu adoro a região Norte, tenho uma preocupação, assim, especial por ela, mas ela tem uma diversidade que nos outros territórios que não tem, que as pessoas não percebem e não observam, porque não saem de Brasília, infelizmente. Porque, quando vai para uma região maravilho-

sa, que é a região Norte, vê-se que se tem problemas com os rios, tem o problema com o IBAMA, você não pode desmatar. Está passando lá o Tucuruí, o leão do Tucuruí, onde está levando fibra ótica junto...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já poderia estar a banda larga.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Está chegando lá. O fato é que o leão é assim, eles vão vencendo a mata, a mata vai vendendo eles e vai seguindo, inclusive, com o problema do IBAMA atrás. Mas esta questão está sendo discutida com prioridade...

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Eu trabalhei no IBAMA. Fui funcionária efetiva no IBAMA. Na realidade, eu era uma "ecochata", viu, senador? Eu adoro o meio ambiente, o IBAMA. Mas tem problemas, de fato, esse é um dos desafios para chegar lá, mas não é um impedimento para não se ter. Porque nós temos satélites, temos frequência, como o senhor colocou.

Quando o senhor cita a dificuldade com relação à região Norte, há, sim, a dificuldade é a questão da característica da região, na situação de ela ser diferente, ela não é plana, ela tem rios, ela tem matas...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem tecnologia para isso?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Tem tecnologia, que é isso que eu vou falar. O *back hall* não se acaba aí, ele é por satélite, também. O que está colocado aí nesse mapa são as linhas que foram feitas, que eu imagino que ele fez, eu vou lhe trazer atualizado, em seu gabinete, foram as que vão acompanhando a linha telefônica, o ADSL, ele não expandiu aí o satélite. Então, esses dados aí estão, do gráfico, não está correto. Ele atinge 3.124 municípios, de todo o país, não é só na região para baixo, o Norte está sendo contemplado também. Aliás, o investimento em Belém, em fibra ótica, é conhecido no Brasil inteiro, inclusive pela ANATEL. Nós fomos convidados a ver o investimento que o governo estadual está fazendo.

Por si só, os governos estaduais estão buscando o acesso a dados. Independente de uma regulamentação ou não, eles estão buscando pela ansiedade, e sabendo eles que o estado se desenvolve rapidamente com acesso à informação. Então, eu vou passar ao gabinete do senhor os dados do *back hall*, que dizem respeito à região Norte. Aí não está contemplado satélite.

Com relação a 2,5, eu acompanhei muito a comissão da qual o senhor é presidente e o que correu na última reunião. O fato é que o MMDS, a frequência de 2,5, ela foi cedida às empresas que hoje fornecem esse serviço, nos governos passados, governos de 20, 30 anos atrás, aliás, 11 empresas dessas, este ano, tiveram a renovação delas por mais 15 anos, que é um direito delas. A Lei de Telecomunicações, a LGT,

previa isso, uma renovação a mais do que eles já tinham de direito.

O fato é que eu fui voto vencido no conselho diretor, sobre essa questão, senador. Eu concordo com o senhor plenamente, é um setor frutífero. É até perigoso falar com mais detalhe, me exponho numa situação meio constrangedora, mas essas empresas que hoje estão com essas frequências, elas têm condições de dar TV por assinatura, telefone móvel, telefone fixo, banda larga, por que não? Por que elas não podem pedir autorização à ANATEL e ter esses serviços?

Eu não vou me estender muito, porque, de fato, vai entrar numa situação muito delicada, é uma situação constrangedora e delicada, mas, ao mesmo tempo, nós temos frequência, também, para dar, as empresas móveis. Há condições de fazer um acordo, tanto para as empresas de MMDS como as empresas de telefonia celular.

A ANATEL tem condições de atender os dois mercados e a indústria também. Não há necessidade de matar um setor, em detrimento do outro, não há, muito pelo contrário, nós podemos, automaticamente, hoje, fazer com que elas funcionem, inclusive, para a região Norte, senador. Essas frequências de 2,5, elas vão baixas e de longo alcance. Para a região Norte é o que há e, para a área rural, nem se fala. Por isso a briga enorme com relação a esta frequência, que estava esquecida.

Agora, ela estava esquecida, e as empresas que a detinham estavam se esforçando para prover o serviço, tiveram uma série de percursos alheios a ela e também por proveniência de serviços delas mesmas, mas que a ANATEL tem o papel de fomentar essas empresas para que elas funcionem, e não para acabar com elas.

Nós temos a obrigação de que, quando o espectro é substituído a outro, nós temos é que dar a eles outra alternativa, e não deixar o empresário sem nada, isso não se faz, em lugar nenhum de mundo, aliás isso afugenta investidores no Brasil. Não é assim que se tratam as empresas, muitas delas brasileiras, que tentaram se firmar no país, e não tiveram incentivo para isso.

Eu não vou estender, porque essa é uma matéria muito delicada, ela me deixa numa situação diferenciada do conselho diretor, porque eu fui voto vencido, meu foi está na internet, eu coloco meus votos para a sociedade. Está claro lá que eu defendi 110 MHz para essas empresas, para que elas pudessem fornecer todo o serviço. Ora, nós estamos indo para a convergência, por que elas não têm direito? E quem disse, onde está escrito que só as empresas de um grupo têm que dar banda larga no país? Quem tem que fazer banda larga

são todas as empresa disponíveis e que têm condições para isso. Entendeu? Então, não existe mercado para um, para dois, existe mercado para todos, e o papel da agência reguladora é tratar todo mundo por igual, dentro das suas situações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A senhora me permite?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente? Não, eu acho que é com essa lógica que nós vamos atender a sociedade, ou seja, com isso, vai reduzir os preços, que vai ter concorrência...

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Sim, todos os serviços, plataforma, sim, disponíveis.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vários oferecendo, e vocês escolhem, aqueles que podem ter condições de um acesso a uma internet com uma velocidade maior terão, os outros vão se contentar com aquela que terão naquele instante, mas é importante que tenha.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: O custo desse serviço, por ser frequência, os equipamentos, reduz o valor para o usuário; a competição, de fato, reduz o valor para o usuário; os tipos de plataforma, à medida que eles vão disseminando, reduz o valor para o usuário. É a competição que reduz o valor para o usuário.

Essa questão da desoneração tributária, senador, é uma questão muito importante e delicada, também. Hoje, telecomunicações é um assunto estratégico para qualquer país em desenvolvimento, para qualquer país desenvolvido, mas é muito minuciosa essa discussão, é uma discussão que não se faz só de um setor, é uma discussão que entra a Fazenda, entra o planejamento e, de fato, a Presidência da República, não há como deixá-la fora, mas que os tributos têm que ser discutidos em parcerias, tem. Que é uma necessidade da expansão de telecomunicações no país, é. Que nós estamos vivendo uma dificuldade enorme, estamos. Que há uma briga de tecnologia, muito, o órgão tem que se distanciar disso, porque nosso papel é fomentar o serviço para todo mundo, por igual, sem A, nem B, nem C.

Quando eu falei, aqui, que a gente tinha que colocar a simetria regulatória, é porque o órgão não vinha com a simetria regulatória. Todas as empresas que se dirigem à ANATEL são de poder de mercado significativo, as pequenas nem chegam à porta.

Para nós termos preço, nós temos que fomentar as pequenas, por que não? Temos condições de as que estão aí fomentar serviços? Temos. Quem pode

dar banda larga? Qualquer um, desde que queira fazer. A agência tem por obrigação a dar a todos.

A questão dos pequenos provedores, para o senhor ter ideia, lá em Ananindeua, lá em Marabá, que não tem internet, que há uma dificuldade enorme, que me procuram, eu tenho pequenos provedores que estão servindo com clandestinidade, eles estão fazendo, porque eles não têm condições de pagar a ANATEL os 9.000 reais, eles começam a funcionar, aí, do serviço deles atende o DETRAN, atende hospital, atende o banco, na ilegalidade, aí vai a ANATEL lá e lacra ele. Lacra um município inteiro. E lacra, e fica o pobre do provedor me ligando: "E aí? Eu não sabia que tinha isso, eu não sabia que tinha aquilo, aquela informação não me veio, e eu não tenho 9.000 reais para pagar".

Eu tenho quase 2.000 provedores no país na ponta, no interior, na clandestinidade. É uma situação preocupante? Demais. Temos que fazer alguma coisa? Urgentemente. E eles são os que vão levar, de fato, para a ponta o serviço, ninguém vai sair de Brasília para fomentar lá em Ananindeu, eu duvido que uma empresa grande não vai para Marabá, não vai para Afuá, não vai para...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Mas não tem, não vai. Não tem, porque é Norte, tem dificuldades, tem não sei o quê. Você entendeu?

Então, nós temos que ter olhos para essas situações que estão ocorrendo em grandes escala. Hoje, temos quase 2.000 provedores de internet numa situação de clandestinidade, e não querem, e a fiscalização lacra, com Polícia Federal, lacra o município inteiro. É complicado. Nós temos que achar uma solução? Temos. Esse regulamento que vai, agora, para o conselho diretor, que renova a autorização, é essa a preocupação da ANATEL, agora. Além de promover--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Vai reduzir, está de 9.000 a 1.200. Eu ainda acho 1.200 caro, eu acho caro, é uma coisa que nós estamos discutindo internamente. Quem tem até 30 mil habitantes, "x", acima de 30 mil, "x". Talvez esta seria a solução; inclusive, senador, nem sempre o município--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que até 30 mil habitantes seria isento. Fazer o favor de o cara levar a internet lá.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: É uma preocupação. Quem sobe? Aí vamos depender de uma série de outras questões, inclusive legais, que impedem a isenção, mas que pode ser baixa, pode, não é? Pode e queremos que seja. Como é que nós

vamos fazer um Plano Nacional de Banda Larga, uma Política Nacional de Banda Larga, só no papel? Ela precisar ser fomentada, e, para ela ser fomentada, nós temos que ter mão de obra, estrutura, trabalho. A ANATEL, por obrigação, tem que fomentar os serviços. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Fico muito feliz de ouvir, nós todos, o que disse a Dra. Emília, porque ela representa exatamente o espírito do que deve ser uma agência reguladora, uma agência do Estado, um agência voltada para as interesses da população e, no caso, para a expansão da banda larga em todo o país.

Senador Flexa, algum comentário?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só queria fazer um pergunta, que eu li, outro dia, na mídia, e fiquei... Apesar de o Presidente Collor não gostar da palavra, eu vou ser brigado a usar, presidente, se fala muito em apagão. Então, há possibilidade de haver, face ao aumento da demanda, um apagão da telefonia brasileira?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Olha, vamos lá. O que ocorreu em São Paulo causou aí um espanto, porque foi... Aliás, o que ocorreu em São Paulo nunca ocorreu no mundo. O Brasil... O mundo se voltou ao Brasil pelo que aconteceu com a empresa telefônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Isso no caso do Speedy.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: No caso do Speedy. Não só do Speedy, ela também teve apagão em telefonia fixa, também.

O caso de São Paulo nos gerou aí uma série, inclusive, de experiências novas, não se falava em apagão na área de telecomunicações e nem se esperava esse tipo de problema. Mas, de fato, houve um saturamento da estrutura da empresa...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Sim, é isso que eu quero lhe explicar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O que está se falando é que talvez não tenhamos condição de atender à demanda lá na frente.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Pois é, então, o fato de São Paulo é um caso atípico da empresa Telefônica, de saturamento da estrutura dela. Nós não precisamos dar para a Telefônica nenhum espectro, nenhuma ampliação de radiofrequência, e ela teve o problema do Speedy.

Por que ela teve o problema do Speedy? É um problema de investimento de infraestrutura, senador. As empresas de telefonia móvel ainda estão investindo

em infraestrutura, e esse investimento de infraestrutura, a exemplo do 3G, vai até março de 2010. No caso do Maranhão, recentemente, que houve um apagão da telefonia celular. Por que houve um apagão? Porque eles estão investindo em infraestrutura. Então, o que ocorre? Quando se renova o equipamento, para expansão do serviço, isso é feito na madrugada, durante o dia, quando vai funcionar, o usuário não consegue, porque não faz leitura do aparelho, isso é natural correr. Apagão, apagão eu não acredito. Por falta de radiofrequência, por falta de espectro no país, não. Uma empresa ou outra, por falta de investimento, não quero crer, porque a ANATEL está acompanhando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Doutora, haveria condições de aplicar um Smart Grid no sistema telefônico, para evitar isso?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: De imediato, não. Eles estão implantando, com a tecnologia existente no Brasil, e ainda avançando, e teve um problema no regulamento da ANEEL, que a ANEEL, inclusive, vai abrir novamente consulta pública e vai rever, mas ele é efetivo e pode funcionar, mas não acredito que a gente tenha condições de funcionar tão rápido, mas, para daqui até as Olimpíadas, sim, claro que sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem a Copa.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Desculpe, a Copa está bem mais perto. Também. Há um investimento e há uma pressa do setor em fomentar, na parte do BBPL e PLC, que é a banda larga de energia elétrica. No que diz respeito ao que está ofertado hoje, nós temos estudo do que está ofertado hoje tem que fazer investimento de infraestrutura das empresas, e a ANATEL tem espectro para licitar, tem mais espectro. Nós vamos licenciar a banda Hm que é mais 3G, são mais entrantes, mais competidores. Nós temos aí três competidores, que estão no mercado, doidos para ingressar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A se-nhora... Permite, presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor, senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A se-nhora tocou num assunto aí, que eu sou questionado por onde passo, porque a mídia anunciou que já estaria disponível a internet pelo sistema de eletricidade. Quer dizer, você ia colocar, plugar a tomada e usar pela internet. Poderia explicar, porque eu acho que o Brasil inteiro quer saber se já está à disposição, como é que vai funcionar o sistema.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Senador, já está à disposição, porque os regulamentos já estão prontos, já foram aprovados, tanto na Agência Nacional de Telecomunicações como na Agência Nacional de Energia Elétrica.

O que ocorre, hoje, com relação a esse serviço, nós já temos experiências efetivas, tem Barreirinhas, temos no Rio Grande do Sul, que funcionam muito bem, inclusive, com 200K disponíveis, mas não se usa, porque os equipamentos que nós temos hoje não são de quarta geração, não atingem a esse volume de dados, que são transmitidos.

As empresas, a Eletropaulo, em São Paulo, a Eletropaulo Telecomunicações já está fazendo esse serviço, inclusive, ela já tem condomínios provendo esse serviço, e essa é uma grande solução, inclusive, Senador Collor, presidente, para os prédios históricos, porque você não mexe em nada da infraestrutura dela, você coloca na caixa de energia elétrica uma entrada, um roteador, e ele transmite dados para o prédio inteiro. Ele já está disponível, ele já pode ser utilizado. Agora, tem empresas que estão ingressando para poder fazê-lo.

A Copel faz no Paraná, a Copel faz com sucesso, e ela aguardava ansiosamente essa regulamentação. A CEMIG Minas, as empresas de energia elétrica tiveram aí um desencontro, porque ficaram na obrigação de abrir outra empresa só para telecomunicações, para não se misturar com as empresas de energia elétrica, para não prejudicar o usuário de energia elétrica, porque vai usar a infraestrutura, que são os postes, o cabeamento. Então, há uma preocupação da ANEEL em não ter queda de energia, não ter interferência no serviço que ela já vem fornecendo. Mas, ao mesmo tempo, vai modernizar a infraestrutura de energia, e muito, porque, quando se quiser prover esse serviço, muitas dessas empresas vão, inclusive, atualizar cabecamentos antigos e vão se servir de cabecamentos novos de energia, que estão sendo colocados.

Esse leão do Tucuruí, mesmo, a banda larga de energia elétrica para ele é tudo o que já de bom. Já está acontecendo, já tem casos de sucesso, de insucesso eu não vi nenhum, nenhum, não existe nenhum. Agora, são competidores e novos entrantes, e eles estão com investimento efetivo para fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Márcio Wohlers, por favor, queria fazer algum comentário?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Não, Senador Flexa Ribeiro, com suas pergunta, desculpe fazer esse comentário, é muito interessante a gente usar os países, verificar as experiências dos países asiáticos, não só pela questão de renda, mas como

eles trataram as experiências de telecomunicações. Então, eles têm uma cultura, evidentemente, diferente da nossa, e não dá para transplantar, nós temos uma cultura muito importada dos Estados Unidos, que funciona desde há 120 anos, com relação aos órgãos reguladores, é uma experiência que foi também transplantada para a Europa, que já tinha uma cultura reguladora, de algumas dezenas de anos, mas lá eles ocupam uma estratégia de país. Nessa estratégia de país, não existe uma concorrência tecnológica, na qual se percam as economias de escala, ou seja, há espaço para pequenos entrantes, há espaço para alguma diversidade tecnológica.

Mas, por exemplo, a Coreia adotou o CDMA e pronto, não teve uma concorrência entre o GSM e o CDMA ou, até os antecedentes que a gente teve, aqui em São Paulo, que, de certa maneira, para um país tão grande, houve alguma popularização, porque, depois, o GSM viu-se que era melhor, mas a Coreia só viu que era o CDMA, desenvolveu a indústria que fabricou o CDMA, exportou as fábricas de CDMA, seus chips de CDMA, e a Samsung se transformou, tendo suas divisões de CDMA, em um gigante mundial.

Por quê? A Coreia se concentrou nessa coisa. Em ela se concentrou, ela criou multinacionais do mundo inteiro, que entra, porque são multinacionais e multidivencionais, e aqui o Brasil, não, divide um pouco para todos, e não sobra nada para internacionalização. O Japão idem, o Japão também só tem uma... O IDN, se não me engano, se não estou traído pela memória, só tem uma tecnologia para o 2G, para 3G ele está caminhando, não deixa penetrar outras tecnologias. Porque isso produz economias de escala, ele não exporta, porque é feito ideograma, isso para o mercado japonês, não sei o tamanho, 200 e poucos milhões, eles não exportam, mas dá suficiente para as empresas japonesas concorrerem em outras questões.

A Coreia já fez a cobertura em quarta geração, também. Então, essa questão de concorrência tecnológica, abrir espaço para todos, é algo que o Brasil tem que discutir na Câmara, tem que discutir no Senado, tem que discutir no Poder Executivo e tem que discutir na ANATEL; não podemos deixar um projeto de Brasil, cada um vai para um lado, as instituições, dentro do Brasil, têm que ser pensadas num projeto de Brasil, e esse projeto de Brasil, como você está falando, não pode ser multifacetado entre as instituições.

O debate que nós estamos fazendo, a transparência do debate tem que chegar a uma conclusão, senão, se a gente dividir por todos, o Brasil perde a economia de escala, o Brasil vai conseguir algumas empresas pequenas, que vão estar lá, a Natura vai es-

tar lá, a Sandálias vai estar lá por sua própria vontade, mas nós não vamos conseguir gigantes.

E, hoje, telecomunicações, farmacêuticas é um mundo de gigantes. O Brasil jamais vai conseguir ser um Liliput, num mundo em que a Huawei japonesa adquire, japonês ela contrata de mil em mil. Então, senador, hoje, para a gente olhar, e o Brasil se transformar numa exportação de valor agregado e não competir só em soja e trigo, os órgãos têm que, capitaneados talvez pelo Senado, que tem uma transparência grandes em aqui pensar em questões, na qual, infelizmente, o mundo, hoje, não é um mundos de dispersão, não é um mundo aberto, de tal forma que a gente pense que a concorrência é uma concorrência aberta para todos.

O Brasil tem que fazer apostas. Se o Brasil não fizer apostas, apostas planejadas, apostas que tenham certificação de órgãos grandes, apostas que a ANATEL participe, e essas apostas, uma vez o Brasil tendo um planejamento, uma vez o Brasil tendo, essa opinião, vamos dizer, do IPEA, que pensa o desenvolvimento, feitas essas apostas, nós vamos para frente.

Esse é o mundo asiático, essa foi a experiência coreana e a japonesa, que produziram os *chaebols*, que produziram grandes empresas. Então, a ideia de concorrência tecnológica, em algumas áreas, é uma falácia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Márcio. Com a palavra o Dr. João Maria de Oliveira, diretor de estudos setoriais e técnico de planejamento e pesquisa do IPEA.

SR. JOÃO MARIA DE OLIVEIRA: Obrigado, Presidente Collor, só queria fazer uma pequena correção, só sou pesquisador do IPEA, o diretor de estudos setoriais é o Dr. Márcio Wohlers.

Eu queria formular uma questão, de forma bem objetiva, embora que baseado basicamente nas coisas que a Dra. Emília falou por último e o Dr. Márcio.

Na realidade, minha pergunta vem em função do que a Dra. Emília falou, mais um pouquinho, quando fala que pensar banda larga no Brasil não pode ser pensado de forma multifacetada. Se nós pensarmos sobre o aspecto das populações e das pessoas, e a senhora e o Dr. Márcio apresentaram dados da possibilidade de se crescer o mercado para 40 milhões de domicílios, digamos assim. O que fazer? E aí minha pergunta vai, até o final, fazendo alguns questionamentos para, no final, pensar exatamente sobre as questões do tipo: que instrumentos de política pública, o Estado brasileiro, eu estou falando o Estado, não mais o governo, pode formular, dado que – vamos aos elementos – 40 milhões de novos domicílios podem acessar banda larga, no sistema de STFC?

Essas pessoas nem sempre têm condições de usabilidade e muito menos de inteligibilidade. Se nós pensarmos que banda larga não é só para consumir informação, mas também para produzi-la, de que adianta a gente pensar em prover banda, prover infraestrutura, se nossa população não vai ter condições de utilizá-la adequadamente.

Pelo lado da oferta, me parece que é comum para os três que apresentaram tão bem suas questões que infraestrutura existe. A infraestrutura, inclusive, de última milha, para propiciar, por exemplo, a utilização de uma banda larga que permita acesso até a 2 mega, hoje, nossa infraestrutura permite isso, e, no entanto, 44% do acesso à banda larga no Brasil, hoje, vai até, no máximo, 256K, a preços exorbitantes.

E aí vem outra questão, também, que é: se nós pensarmos simplesmente o efeito de exoneração fiscal, nós cairíamos o preço de nove vezes o preço do Japão para cerca de sete vezes. E o que fazer, então, com essa diferença? Então, temos que pensar. Então, a questão básica é: quais são os instrumentos de política pública efetiva que o Estado brasileiro tem que usar para conseguir, por um lado, fazer nossa população ter condições de utilização de banda larga e, por outro, fomentar a competição tão desejada no Brasil?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dra. Emília.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Reforça o que eu falei aqui, o que eu apresentei...

SR. JOÃO MARIA DE OLIVEIRA: Desculpe, a pergunta era para os três.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Não, não, eu sei. Mas você reforça, eu fico até agradecida, porque, de fato, essa é a preocupação de todos, e esses são os questionamentos que sempre vêm. Você demandar, dar à sociedade o acesso à internet, a acesso à banda larga, sem saber se ela vai de fato utilizar, até as desigualdades econômicas. Tem muita gente no Brasil que quer muito, os filhos querem muito, mas tem muita gente que nem sabe que vai ter o acesso e o que vai fazer com ele.

Mas, olha, antes de eu ir para a ANATEL, antes mesmo de passar pelo Senado Federal, eu fiquei 12 anos no Ministério da Educação, e, dentro desse período de 12 anos no Ministério da Educação, no governo passado, a ansiedade era de informatizar, começou com os kits tecnológicos, que eram a televisão, o videocassete, antena parabólica e um gerador de energia para as escolas terem acesso a um canal de TV ou até mesmo acesso à televisão, que eles não tinham essa informação.

O que ocorreu com essa experiência? Muitas dessas localidades não sabiam manusear o equipamento

eletrônico, mas muitas, mesmo. Era, assim, gritante nossa falta de cultura com o eletrônico.

Depois, no governo passado, se tentou muito informatizar, o programa do ProInfo, do Ministério da Educação, só que se tentou informatizar o oposto, colocava os computadores, os núcleos de estudos dos computadores, mas não tinha a rede para ligar os computadores, não tinha a energia para ligar, e os professores não tinham a capacidade de manusear os computadores.

Então, foi uma série de erros, na tentativa, começando do fim para o início, e o início para o meio, e não se chegava a lugar nenhum. O atual governo, o que ele fez? Esse programa do *back hall*, que está aí colocando, que são 3.124 municípios acessando, tendo o direito de ter o acesso. Porque essa é uma estrada que está chegando lá, não é o acesso em si, o acesso gera aí a necessidade da última milha, como o senhor falou, e aí vamos ver quem vai acessar.

A última milha, hoje, dentro da ANATEL, está sendo discutido quanto vai custar, de que forma vai ser cobrada. Quando isso estiver disponível à população, que será em 2010, de fato, nós vamos ter aí uma grande expansão do acesso à internet.

Mas como fazer para as pessoas acessarem e terem um acesso a isso? Incluindo nos currículos, as *lan houses* já vêm fazendo isso. Se você tiver oportunidade de ver uma *lan house* no interior do Pará, você vai ver que as pessoas humildes estão acessando a *lan house*, geralmente jovens, jovens que têm a curiosidade e querem ver.

Então, há um desafio de colocá-lo no currículo escolar, vai ter que colocar nos currículos escolares, porque também os professores, as pessoas mais velhas têm uma resistência à tecnologia, é natural que tenham, é estranho aquilo, ou, às vezes, têm vergonha de explicar ao aluno que não sabem manejar esse equipamento.

Então, o que se precisa? Precisa fomentar, para que se façam cursos espontâneos, instantâneos. A própria escola faça curso para os pais dos alunos, a própria escola faça curso para o comércio local. Se não tivermos essa iniciativa, essa campanha e essa vontade do Ministério das Comunicações, do Ministério da Educação, do Ministério da Cultura, vai ser difícil fazer a informação chegar.

Nós temos programas de governo que já estão sendo implantados, mas há dificuldades do manuseio, você tem toda a razão. Eu acredito que um das políticas é a inclusão dessas matérias, como um curso transversal, nas escolas, urgentemente, não só nas escolas, como nas comunidades, nas ONGs. Tem muita ONG que está dando cursos rápidos e têm in-

teresse de explicar à população, cursos itinerantes, que são interessantes. O governo vai ter que fomentar, não tem jeito.

Com relação à última milha, a tarifada última milha, se é que vai ser tarifa, está sendo discutida muito, as empresas que estão querendo fomentar o serviço do BPL, o PLC, que é banda larga na energia elétrica, também querem fornecer a última milha, elas têm condições de fomentar a última milha, em localidades com difícil acesso. É só uma questão de tempo para isso estar sendo elaborado.

Agora, tem uma colocação do Dr. Márcio Wohlers e outra do senador, que eu queria colocar aqui. Na questão da universalização da telefonia fixa, na qual ele fala que não está universalizada, que muitas localidades não têm orelhão, ele tem razão. A ANATEL aprovou, recentemente, o Plano de Metas de Universalização, que é dinheiro do FUST. O FUST está, a partir de 2010, colocando 64 milhões, em localizados, que são oito milhões de localidades, no período de três anos, um orelhão, que tem menos de 100 habitantes, quer dizer, locais que têm 60, 50 pessoas dispersas, elas se movimentam, inclusive, são pessoas itinerantes, vão ter acesso à telefonia, perto de um posto ou perto dum Correio ou perto de um bar, um comércio local.

Viu, senador? Ficou uma resposta sem lhe dar.

A ANATEL aprovou, recentemente, vai até para o conselho... Já foi para o conselho consultivo, o Plano de Metas de Universalização, que usa o dinheiro do FUST, para colocar orelhões em nove mil localidades que ainda não possuem orelhões, abaixo de 100 habitantes.

O senhor tem toda razão. A universalização, ela é extensiva, porque ela não se conclui. E essas pessoas que ficam itinerantes, pessoas que mudam e trazem sempre, elas mudam e levam, aquele local vira uma comunidade de 60 pessoas, vai ter o telefone, nesses três anos. Dá 64 milhões, o FUST vai bancar, porque não é obrigação das empresas, é do dinheiro do FUST, para essas localidades.

Com relação ao Dr. Márcio Wohlers, a ANATEL não regula tecnologia, não pode. Se nós cairmos para regulamentar tecnologia, acontece o que aconteceu com o MMDs e o LTE. O que é que um órgão regulador tem que participar de tecnologia? Isso não ajuda na competição, não ajuda. Se ajudasse, nós não tínhamos travado todo um setor por conta de uma frequência que quer ir para outro setor, que só terá condições de utilizá-la daqui a cinco anos.

A tecnologia que está sendo discutida, que é o LTE, em que peso que já me disseram que tem até 2010, alguns países que estão utilizando, não está no Brasil. A indústria já está fomentando para que ela

venha, mas, até agora, as informações oficiais que eu tenho, é 2015. O país vai ficar esperando?

Se nós temos espaço para todos e tudo, não há por que esperar. E reforço, se a ANATEL entrar em regulamento de tecnologia, nós vamos ficar numa situação muito complicada. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Nelson Simões.

SR. NELSON SIMÕES: A primeira consideração é em relação à capacitação para o uso. Acho que nós temos muito a fazer, mas isso não é uma preocupação que eu teria, eu não teria essa preocupação e falo, assim, de uma iniciativa até que envolve universidades. Talvez a elite de todos os usuários brasileiros de internet, onde tudo nasceu e onde há, ainda hoje, grande carência para capacitação no uso de aplicações avançadas, nos centros de pesquisa, nas universidades, engenheiros, técnicos.

O que o Márcio falou é muito importante. A gente precisava formar uma legião de engenheiro que possa lidar com TI, TIC, nos próximos anos, que nós não estamos formando. Então, em todos os níveis, não só para o uso, mas para o projeto, para a implantação, o país tem grande carência.

Mas eu acho que, principalmente para esse uso do cidadão, na escola, no posto de saúde, é essencial que se habilite o acesso. Quer dizer, ou a gente vai criar condições de igualdade para que o acesso, que, hoje, meus filhos têm em casa e que eles podem testar, aprovar, errar, aprender, e assim, hoje, vamos dizer assim, o método de lidar nesse novo ambiente, ou a gente vai continuar gerando gerações de excluídos digitais, que nunca viram, nunca usaram, não sabem como fazer.

Quer dizer, tem muito pouco tempo, isso era verdade, muitas organizações ainda é, em médias e pequenas empresas no Brasil. Quer dizer, não tem habilidades básicas. Mas eu não me preocuparia com isso. Acho que uma das coisas em que eu acredito é que a linguagem, essa linguagem que está chegando, que é a linguagem do audiovisual, ela vai favorecer muito a inclusão de muitas pessoas, que têm dificuldades, sim, em escrever, em se expressar corretamente, mas isso está mudando, e a gente vê em experiências dos projetos da cultura, de pontos digitais, na grande iniciativa do MEC, de colocar os polos funcionando dentro da Universidade Aberta, na formação de professores.

Quer dizer, tem todo um ambiente sendo criado, para incluir, e eu tenho visto a transformação até dos alunos que recebem seu computador e podem ligar na rede da escola e começar a tirar foto de si e mandar para o colega. Quer dizer, essa é uma vivência que precisa ser criada para todas as crianças no Brasil. Elas

precisam ter esse tipo de inclusão para poder criar o potencial de fazer usos mais sofisticados.

Então, eu acho que, apesar de reconhecer o grande trabalho que a gente tem pela frente, nessa área, eu não acho que isso seja uma razão para não avançar rapidamente e não disponibilizar rapidamente acesso à plataforma.

Infraestrutura existe? Ela existe, mas ela carece, na minha visão, de muitos atributos de abrangência, de preço e de capacidade. Então, o país tem isso de uma forma muito desigual, e esse é o problema para a gente ter uma política de sucesso em banda larga, é preciso criar os mecanismos regulatórios e viabilizar infraestrutura onde não existe, para que isso ocorra. E, certamente, isso passa por competição; competição é excelente, se não houvesse competição no Brasil, a partir da privatização do sistema Telebrás, a RNP não estaria onde está hoje. Se a gente tem um *backbone* que é 10 Gb, em dez estados, é porque houve, em toda uma indústria de telecomunicações, que foi capaz de gerar isso para educação e pesquisa, em 2005.

Agora, isso se fez com muita pesquisa em desenvolvimento, com redes experimentais óticas, feitas com CPqD, com empresas brasileiras, que geraram produtos específicos para gerar uma solução de baixo custo, adequadas às necessidades, que não estava sendo utilizado nenhum *backbone* IP, até então.

Então, eu acho que esse tipo de ingrediente falta, hoje, na nossa indústria de telecomunicações. Tem que ter mais. Porque parte dos custos são devidos a legados, a infraestruturas ineficientes, e a gente está vendo os problemas ocorrendo no mercado de telecomunicações.

Não é que eles não estejam preparados para, mas é preciso criar certos incentivos, para que o grau de eficiência e produtividade dessas infraestruturas e capacitação desses recursos seja muito maior do que a indústria tem hoje.

Então, na nossa experiência, a competição viabilizou muita coisa, nos últimos anos, mas ela não existe em muitos mercados e em muitos lugares, e aí precisa entrar a política pública, favorecendo a competição e, quando não é possível, universalizando algo que não pode esperar.

Até para esclarecer ao Senador Flexa Ribeiro, aquele valor que está na apresentação é um valor que mostra, é uma comparação, é o custo básico de uma infraestrutura de muita alta capacidade, que foi feita e aprovada RNP nas capitais, então, é um custo por megabit para uma capacidade de 1 Gb. Obviamente, isso não é preço. A NP não tem departamento de marketing, não vende, não tem atendimento 24 horas, mas isso é uma comparação do que a inovação--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A tributação está aí dentro?

SR. NELSON SIMÕES: A tributação está aí dos equipamentos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está dentro dos 4%?

SR. NELSON SIMÕES: Está dentro dos 4%, dos equipamentos, da operação. Então, isso foi feito utilizando tecnologia, que demonstra que é possível ser eficiente, numa área metropolitana, e integrar as instituições que demandam alta capacidade. É um parâmetro, é um parâmetro para a gente pensar o que a gente pode fazer nessa área.

E, em relação a isso, é importante notar que, se a RNP não fizesse, não seria feito para as universidades brasileiras, então, a forma de fazer também é importante. Porque as 600 instituições que fazem conhecimento no Brasil, elas precisam de uma rede na fronteira. Se você licitar e tentar comprar no mercado, você não vai achar. Então, essa é uma dificuldade que alguns estados, alguns municípios, até o próprio governo, para tratar telemedicina, educação a distância e formação de professores, vive no dia a dia. Então, ou você dá respostas a isso, e isso eu entendo que tem criado oportunidades para o empreendedor público, que está fazendo, alguns estados fizeram, a RNP tem feito com relativo sucesso, ou você simplesmente não vai ter solução.

Quer dizer, a redução de custo é imensa, obviamente, o estado consegue fazer isso com grande sacrifício, mas ele está atuando, de fato, nas falhas do mercado, ele está atuando onde o mercado não tem conseguido, até então, prover soluções de custo, de abrangência, de capacidade.

Então, isso deve, sim, estar como uma preocupação contínua, de tal forma que as políticas possam induzir essa competição, possam resolver essas falhas. E, até para dar um exemplo, das 27 redes metropolitanas, que são esses anéis ligando as instituições, a única cidade onde nós não precisamos fazer um processo de implantação, de construção da própria rede, foi São Paulo, que é quase outro país. Você consegue chegar lá e licitar uma infraestrutura ótica avançada por 20 anos, a um custo, com competição.

Então, nós queremos competição, também, em Marabá, em Santarém, nós queremos ligar a Universidade Federal do Oeste do Pará a 10 Gb, porque ela é igual à UFRJ, à Federal do Paraná, à UFMG ou ao INPE, e isso demanda, às vezes, uma ação em que você vai ter que ir e implantar e implementar. É o que a gente está fazendo junto com o Governo do Estado, nós vamos ter uma infraestrutura muito boa para ligar ao interior do Pará.

Então, eu acho que é um pouco isso. A gente vive um momento, onde temos uma oportunidade de formular políticas para incentivar competição, mas também temos uma oportunidade de atuar, principalmente, ligado às políticas públicas mais importantes, para suprir essas deficiências.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Nelson Simões. O Dr. Márcio Wohlers teria um comentário ainda a fazer.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: É só um comentário, não sei se sobrou uma pecha, aqui, que eu não sou, não seria favorável à competição, muito pelo contrário, eu sou favorável à competição, eu estava querendo só enfatizar que os países asiáticos, eles escolheram, certamente, não foi o órgão regulador que escolheu, foi o governo, de muita colaboração entre as empresas de P&D, e tem competição, dentro de uma tecnologia hegemônica.

Então, quando eu visitei o Japão, por exemplo, a figura do Zico vendia, como o Zico era muito popular como técnico lá, ele vendia serviço para uma empresa. A Embratel de lá também tinha uma concorrência, também. Então, a concorrência, dentro das empresas, é muito forte, inclusive, na China, hoje.

A China, hoje, que é um partido comunista, dominando as telecomunicações, tem concorrência da China. Ou seja, China tem pelo menos duas grandes empresa de telecomunicações que concorrerem entre si. Uma empresa de telecomunicações oriunda da ferrovia, outra empresa oriundo da energia, só que ambas comprem equipamentos da Huawei, ou seja, Huawei é grande fornecedora de telecomunicações, que nem no Japão.

O Japão tem uma concorrência feroz, mas dentro da concorrência IDN, ou seja, de jeito nenhum, eu defendi o monopólio, ou seja, existem empresas, a ANTT é uma empresa que é obrigada a fazer um *unbundling*, a banda larga, no Japão, é uma das maiores do mundo, junto com a França, porque o órgão regulador e o governo obrigaram a fazer o *unbundling*. Tem uma concorrência feroz, mas a tecnologia hegemônica definida pelos órgãos de P&D, etc. obrigaram uma tecnologia única, para ter economia de escala.

Jamais eu defendi o monopólio, eu defendi a concorrência, mas esses países se especializaram e exportaram uma concorrência definida, uma tecnologia defendida pelo Estado. A maneira de oferecer à população é fortemente concorrencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Márcio Wohlers.

Eu teria uma colocação a fazer e endereçar uma pergunta à Dra. Emília. A informação que nos chega é que, até o final de 2010, não haverá mais regiões ou áreas de sombra, no que tange à comunicação via telefonia celular. Porque, em diversas regiões do país e em áreas de estados, há uma grande reclamação de que o celular não pega, de que, no trecho tal, fica mudo, então, ao mesmo tempo, vem a informação de que, até o final de 2010, essas zonas de sombra definitivamente desaparecerão.

Eu gostaria de saber da Dra. Emília se ela tem conhecimento disso, e, sendo isso verdadeiro, se é factível que aconteça em 2010 e, se não é verdadeiro, por que não pode isso ser alcançado.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Presidente, a pergunta é bastante pertinente. Até 2010, quando se fala até 2010, foi porque nós tivemos uma licitação em 2007, e o 3G tinha que fazer a expansão, e, pela licitação, começaria da ponta, do centro, porque geralmente as licitações eram do centro para as pontas.

As empresas que ganharam a licitação, que são as empresas de telefonia móvel, têm que implantar o 3G até 2010. Mas isso não significa que os pontos de sombra estão externados, porque isso depende de torres, de estações, e, hoje, há um conflito enorme entre as empresas de telefonia e alguns governos municipais, estaduais, para a implantação dessas torres, por causa da radiação, por conta da localização.

Juiz de Fora, então, é o ponto que mais me vem ao gabinete, em termos de reclamação. Vem o prefeito, vem a comunidade, vêm médicos e vêm as empresas de telefonia, que querem prover o serviço, mas não podem pôr torres, porque a lei municipal não permite.

O Congresso Nacional aprovou uma legislação sobre essa questão das torres de telefonia, e o Presidente Lula sancionou, mas a lei federal ainda não conseguiu amparar as empresas, para se dispor da questão do terreno local, para se colocar uma torre. Então, há um problema que tem que ser resolvido, a cada caso, é local. Esses casos estão sendo arbitrados, a ANATEL, em muitos dos casos, têm entrado para ajudar na questão. E a população fica sem saber o porquê, às vezes, da sombra, do porquê daquela sombra.

Aqui mesmo, em Brasília, se sai do aeroporto e pega o Eixão Sul e vem até a rodoviária, perto do Banco Central, tem uma falha, aliás, não só perto do Banco Central, ali na entrada do Eixão Sul e na saída do Eixão, para ir para o Norte, tem duas falhas ali. Eu já até avisei as empresas de telefonia. Você está falando, a linha cai, você está indo, a linha cai. Olha lá o presidente da ACEL ali.

Mas isso não é culpa das empresas de telefonia. É culpo da questão... é local. É municipal. Há autorização para se colocar essas torres, há uma dificuldade para isso e há um conflito constante. Eu estou citando Juiz de Fora, porque o presidente da ACEL, não o senhor, mas o anterior, esteve comigo, e eu estive inclusive na Câmara de Vereadores. Então, é uma situação que não se resolve até 2010. São situações jurídicas, localizadas e que vão persistir à medida que as pessoas vão abrindo ou o gestor local deixe colocar as torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E, no caso de Juiz de Fora, especificamente, é o caso da uma legislação municipal, que impede a colocação dessas torres?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Sim, de uma legislação municipal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E o prefeito atual ou o prefeito anterior não se sensibilizou em tentar modificar essa lei?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Sim, ele fica numa situação constrangedora, porque ela fica com a Câmara de Vereadores dividida, e, politicamente, é difícil explicar a necessidade, porque fica faltando o acesso, mas, ao mesmo tempo, há aquela preocupação das pessoas com a questão da saúde, porque a radiação da torre gera câncer. Isso é mais complexo do que parece.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E que não é verdadeiro isso?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdadeiro isso?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Essa é um pergunta interessante. O CPqD tem um estudo sobre essa questão, e a ANATEL acompanha sempre. Há uma radiação, mas não gera câncer, não causa nenhum problema de saúde, isso tudo está previsto na instalação da torre, nas regras, e, até hoje, eu não conheço ninguém que teve câncer por causa de um telefone celular, pelo menos, comprovadamente, não me veio, nenhum um telefone.

Lembra quando veio o telefone fixo de mesa, que as pessoas tinham dificuldade de atender, por problemas disso ou daquilo... Tinha alguns mitos, não era de todo verdade, a mesma coisa no telefone celular. Há estudos, tem estudos no CPqD interessantes sobre este assunto, mas não é nada comprovado, não tem nenhuma comprovação de que gera problema para a saúde.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Collor, essas áreas de sombra eu acredito que 2010, 2015, 2020 nós não vamos conseguir superá-las.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Senador, o problema sabe o que é? A tecnologia avança. E, hoje, a rede que está suportando um telefone digital, amanhã, sabe Deus o que será. Como hoje eles estão substituindo os telefones analógicos para os digitais, tem que mexer no equipamento, e, sempre mexendo no equipamento, há, de fato, um acompanhamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lá no Pará a gente já sabe, diz: "Olha, vamos para a estrada, até o quilômetro tal, a gente pode falar, do quilômetro tal adiante, não vamos falar, só vamos falar adiante", ou, então, tem que subir numa montanha, num morroinho, para poder falar, porque embaixo não fala. Tem essas características da Amazônia, que é diferenciada de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É verdade, senador. Aqui mesmo em Brasília, que é a capital do país, em várias áreas por onde nós passamos, a gente já sabe que, passou por ali, vai cair a ligação, vai cair a chamada.

Mas eu gostaria de agradecer, em nome de todos os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, a presença do Dr. Márcio Wohlers, da Dra. Emília, do Dr. Nelson, pela presença nesta Audiência Pública, muito esclarecedora.

Devo registrar, também, uma particular satisfação, porque, 20 anos atrás, se aqui estivéssemos tratando de questões da infraestrutura na área de telefonia, nós estaríamos... ou de computação, nós estaríamos tratando com integrantes da CACEX para saber por que as guias de importação estavam demorando tanto, porque havia uma legislação que dizia que, havendo similar nacional, não poderia haver importação, e nós estávamos, naquela época, com computadores que eram mastodontes, quatro gerações atrás daquela que era disponibilizada no *Joint Store(F)* americano.

Então, hoje, estamos falando em banda larga, em telefonia celular, em computação, em universalização da computação para o acesso a todas as escolas, das novas gerações, para que saibam manejar convenientemente este novo mundo, esses instrumentos do novo mundo, e que sejam alfabetizados digitalmente

Na expectativa de que os senhores também tenham tido aqui a oportunidade de colocar o que desejam, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, as palavras que V. Exa. proferiu agora identificam bem e esclarecem à Nação brasileira que o Brasil foi descoberto antes de 2003.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, o Senador Flexa Ribeiro, muito obrigado pela presença, pela participação sempre ativa do Senador Flexa Ribeiro.

Agradecendo, esperando que todos os senhores que aqui vieram também tenham se deparado com um bom debate, para que fique esclarecida a população que assiste à TV Senado.

E convoco todos os senhores membros desta Comissão para a próxima reunião, que se realizará no dia 26 de novembro, quinta-feira próxima, às 8h30 horas, neste Plenário.

Está encerrada a reunião. Muito obrigado a todos os senhores e senhoras.

Sessão encerrada às 21h04.

ATA DA 49ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA CONJUNTA COM A 57ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença da Senhora Senadora e dos Senhores Senadores **SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, EDUARDO SUPPLY, PAULO DUQUE, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO, ELISEU RESENDE, FLEXA RIBEIRO, ANTONIO CARLOS VALADARES, LOBÃO FILHO, EFRAIM MORAIS, ADELMIR SANTANA, ALMEIDA LIMA E MÃO SANTA**. Justifica a ausência o Senhor Senador **OSVALDO SOBRINHO**. Deixam de comparecer os demais Senadores Membros da Comissão. Comparece ainda o Senhor Senador não-membro **ROBERTO CAVALCANTI**. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas das 47ª e 48ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Senador **Fernando Collor** procede à leitura dos comunicados da Presidência. A Presidência submete ao Plenário da Comissão o seguinte **ITEM 01 – EXTRAPAUTA – ATO nº 02 de 2009 – CI**: “Disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura”. **Autor**: Senador **Fernando Collor**. **Resultado**: **Aprovado**. Dando continuidade, o Presidente anuncia o motivo da reunião, informando que a Audiência Pública atende ao **Requerimento nº 54, de 2009 – CI**, de autoria dos Senadores **Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy** e do **Requerimento nº 66, de 2009 – CAE**, de autoria dos Senadores **Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy**, para

a prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida no País no último dia 10/11/09, atingindo 18 Unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor a curto, médio e longo prazos, com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Márcio Zimmermann** – Ministro de Estado Interino de Minas e Energia; **Dr. Nelson Hubner** – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; **Dr. Hermes Chipp** – Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS; e **Dr. Luiz Pinguelli Rosa** – Físico, Ex-Presidente da Eletrobrás, diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE/UFRJ. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os Senhores Senadores **PAULO DUQUE, VALDIR RAUPP, EDUARDO SUPPLY, ELISEU RESENDE, WELLINGTON SALGADO, LOBÃO FILHO, ROBERTO CAVALCANTI, ANTÔNIO CARLOS VALADARES E EFRAIM MORAIS**. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

**COMISSÃO DE SERVIÇOS
DE INFRAESTRUTURA – CI**

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, CONJUNTA COM A 57ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviço de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 47ª e da 48ª Reuniões. Os Srs. Senadores e Sras. Sena-

doras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1.664, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 002.960/2007-4, pelo Plenário daquela corte, em 18 de novembro de 2009, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam. Trata-se de auditoria de natureza operacional com o objetivo de avaliar a legalidade, eficiência, eficácia e economicidade do programa. Este programa é um programa integrado de revitalização e contrato de restauração e manutenção, identificando oportunidades de melhoria e recomendações.

A cópia do referido aviso encontra-se à disposição dos Srs. e Sras. Senadoras na Secretaria desta comissão pelo prazo de 15 dias antes de ir ao arquivo.

Registro, também, o recebimento do Ofício CONLEG/GB Senado Federal nº 0251, de 2009, do Consultor-Geral Legislativo Dr. Bruno Dantas, encaminhando publicação intitulada *Avaliação da Proposta para o Marco Regulatório do Pré-sal*, de autoria dos consultores legislativos Carlos Jacques Vieira Gomes, Francisco Eduardo Carrilho Chaves, Paulo Roberto Alonso Viegas e Paulo Springer de Freitas.

Procurando adiantar-se na produção de estudos técnicos que possam colaborar para o debate dos grandes temas nacionais, a Consultoria Legislativa, através do empenhado esforço de seu centro de altos estudos, promove texto com o objetivo de estimular a discussão em temas centrais do debate nacional.

Informo, ainda, o recebimento do trabalho intitulado *Panorama da Energia Nuclear no Mundo*, elaborado pela ELETRONUCLEAR, empresa do sistema ELETROBRÁS. Pesquisas de opinião mais recentes têm apontado para uma mudança de comportamento quanto à posição de ambientalistas e público em geral em relação à matriz ELETRONUCLEAR no Brasil e no mundo.

A ideia de que a energia nuclear é insegura e danosa ao meio ambiente tem perdido o espaço diante dos ganhos que nos proporciona no combate aos danos causados pelos gases do efeito estufa. Ainda assim, dúvidas com relação ao processo de geração, manipulação de combustível e tratamento de rejeitos persistem.

Com o objetivo de esclarecer questões como essas, é que a ELETRONUCLEAR apresenta o panorama da energia nuclear no mundo, tema este que será objeto de uma Audiência Pública, que estaremos realizando no primeiro semestre do ano que vem.

Comunicado da Presidência desta comissão. Em virtude de questões de ordem levantadas na reunião do

dia 19 deste mês, quinta-feira passada, eu gostaria de elucidar algumas questões, e trazer ao conhecimento das Sras. e Srs. Membros desta comissão algumas propostas de iniciativa da Presidência.

Sobre as competências do Presidente da comissão diante do pedido de inclusão de proposições na pauta. Sobre isso, o que eu tenho a dizer é o seguinte: o Regimento Interno é mais do que claro quanto à faculdade do Presidente da comissão em acatar ou não pedido de inclusão de matéria na pauta. O art. 89, inciso I, prevê que ao Presidente de comissão compete ordenar e dirigir os trabalhos da comissão. Mesmo que se alegue que este artigo, específico sobre as competências do Presidente da comissão, não disponha textualmente sobre a elaboração da Ordem do Dia da comissão, impõe-se, então, como rezam os princípios gerais do processo legislativo, art. 412, inciso VI, a adoção da analogia para decisão de casos omissos, ou seja, há de se recorrer analogamente às atribuições do Presidente do Senado discriminadas do art. 48, cujos incisos VI e XIII, dispõem:

Art. 48. Ao Presidente compete, § [ininteligível] designar a Ordem do Dia das sessões deliberativas e retirar matérias da pauta para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão no avulso e para sanar falhas da instrução.

Inciso XIII. Decidir as questões de ordem.

Mais claro ainda é o art. 163, ao dispor:

Art. 163, passo a lê-lo: *“As matérias serão incluídas na Ordem do Dia a juízo do Presidente, segundo sua antiguidade e importância, observada a seguinte sequência:”*

E aí vale ressaltar que no caso de requerimento, trata-se da última proposição em ordem de importância a figurar na pauta. § 4º, inciso II, alínea ‘e’.

Além desses respaldos regimentais, esta Presidência, na ocasião, alegou também as normas e procedimentos internos desta comissão, documento elaborado e divulgado aos membros logo no início dos trabalhos ordinários em março deste ano.

O Item 5 do documento, ele prevê, baseado do Parágrafo Único do art. 198, do Regimento Interno, que: *“Salvo situações extraordinárias, e a critério do Presidente da Comissão, nenhuma reunião da comissão será realizada sem que a pauta, devidamente preparada pela Secretaria da Comissão, seja enviada aos membros desta mesma comissão, 48 horas antes de sua realização”*.

Ou seja, esta Presidência entendeu, a seu critério, e diante do pedido de inclusão na pauta de requerimentos naquela sessão, na última... da nossa última reunião, que não se tratava de situação extraordinária. A mesma interpretação deu-se em relação a requeri-

mento de minha própria autoria que, naquela reunião, também encontrava-se sobre a Mesa.

Quanto ao art. 214, seu Parágrafo Único e inciso III, dispõe que é oral e despachado pelo Presidente o requerimento de inclusão em Ordem do Dia de matéria em condições regimentais de nela figurar. E, assim, foi feito. Despachou-se para que a matéria constasse da pauta da próxima reunião, pois naquela não se encontrava em condições regimentais, já que não havia sido dado conhecimento com os dois dias de antecedência.

Por fim, cabe esclarecer ainda que a Presidência poderia, como é praxe nesses casos, submeter os requerimentos de inclusão de matéria à decisão do Plenário da comissão.

Contudo, a Presidência não adotou esta alternativa já que, diante do baixo número de membros presentes naquele momento, certamente haveria o pedido de verificação de *quorum* por parte da base do Governo, o que fatalmente faria com que caísse a sessão antes ainda de se esgotar por completo a pauta estabelecida para deliberar-se naquele dia. Daí a decisão pelo não acatamento do pedido.

Sobre as reuniões ordinárias e extraordinárias desta comissão. O Regimento Interno do Senado prevê que as Reuniões da Comissão de Serviço de Infraestrutura, se ordinárias, realizar-se-ão semanalmente, às terças-feiras, às 14 horas, art. 107, inciso I, alínea 'b'; Se extraordinárias, ocorrerão mediante convocação especial para dia, horário e fim indicados.

Desde o início dos trabalhos, em março deste ano, esta Presidência optou por não adotar o dia e horários previsto no regimento, especialmente pela tendência de permanentes interrupções das reuniões em função do início da Ordem do Dia do Plenário às 16 horas. Da mesma forma, evitaram-se os dias de terça e quarta-feira pela manhã, de modo a não coincidir, ainda que parcialmente, com as reuniões das Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição e Justiça.

Daí a adoção, ainda que mediante convocações extraordinárias, da quinta-feira, às oito e meia da manhã. Esse dia e horário tornaram-se, consolidaram-se na prática, e ao longo do ano, como se fossem reuniões ordinárias, ou seja, para a deliberação das matérias e, eventualmente, se necessário, realização de Audiências Públicas.

Já a segunda-feira, no horário das 18 horas, foi escolhida para a realização das Audiências Públicas constantes da programação da Agenda 2009-2015: Desafios Estratégicos Setoriais. Ou seja, constituem reuniões extraordinárias com o fim específico, mas que, em situações excepcionais, podem utilizadas

para eventual deliberação de matéria de relevante interesse ou urgência.

Esse tem sido o entendimento da Presidência, inclusive já absorvido e consolidado pela maioria dos membros da comissão, até porque, invariavelmente, esta é a prática que tem sido repetida semanalmente. Contudo, para formalizar esta prática e dando-lhe um caráter de regra mais efetiva, a Presidência está apresentando Projeto de Resolução à Mesa do Senado da República para alterar o Regimento Interno no que concerne ao dia e horário das reuniões ordinárias desta comissão.

Além disso, até que o projeto seja aprovado, estamos propondo o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura nos seguintes termos:

Art. 1º. Até que seja alterado, por resolução, o art. 107, inciso I, alínea 'b' do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Serviços de Infraestrutura reunir-se-à, semanalmente, durante a Sessão Legislativa Ordinária, para fins deliberativos e demais atividades regimentais e ordinárias que lhe competem, às quintas-feiras, às 08h30 da manhã.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não prejudica a realização de eventual reunião ordinária no dia e hora previstos no Regimento Interno.

Art. 2º. Nos termos regimentais, especialmente o art. 107, inciso II, do Regimento Interno e a critério do Presidente da comissão, poderá ser convocada reunião extraordinária em dia e hora distintos dos previstos no art. 1º, para deliberação de proposições e demais atividades da competência da comissão. Esse ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gostaria, assim, de submeter a esta comissão a presente proposta do Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, chamando a atenção que ele é destinado apenas para o biênio 2009-2010, coincidente com o mandato da Presidência desta comissão.

A alteração definitiva, ela ficará a cargo da avaliação de toda a Casa, mediante o projeto de resolução que acabo de ler, modificando o Regimento Interno.

Além disso, destaco que se trata de iniciativa apenas para formalizar uma prática já consolidada no âmbito dessa comissão, com os devidos cuidados de redação para não afrontar o Regimento Interno.

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo com o Ato nº 2 permaneçam como estão. Aprovado o Ato nº 2.

O secretário da comissão me informa, neste momento, que o projeto de resolução do Senado que esta comissão encaminhou à Mesa Diretora dos nossos trabalhos, já será, já foi confirmada pela Secretária-Geral da Mesa que esse projeto de resolução será

lido hoje no Plenário desta Casa, corroborando, desta forma, que as reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura, às quintas-feiras, às 08h30 da manhã, serão reuniões ordinárias.

Agradecendo a presença das Sras. e Srs. Senadores, gostaria de iniciar a pauta do dia de hoje, da nossa 49ª Reunião Extraordinária.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública em atendimento aos Requerimentos nº 54, de 2009, da Comissão de Infraestrutura e do Requerimento nº 66, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria dos Senadores Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, para prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrida no País no último dia 10 de novembro de 2009, atingindo 18 Unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, mediante ou, melhor dizendo, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor no curto, no médio e longo prazos, com os seguintes participantes, que aproveito e convido para que tomem assento à Mesa: Dr. Márcio Zimmermann, Ministro de Estado Interino das Minas e Energia; Dr. Nelson Hubner, Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Dr. Luiz Pinguelli Rosa, Físico, ex-Presidente da ELETROBRÁS, Diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, do COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o Dr. Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, ONS.

Convido os senhores palestrantes para tomarem assento à Mesa e lhes dou, em nome Comissão de Serviços de Infraestrutura, as melhores boas-vindas.

A Presidência informa que o tempo destinado à exposição inicial de nossos convidados terá a duração de 20 minutos, quando abrir-se-á a fase de interpelação pelos senadores inscritos, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurando igual prazo para a resposta do interpelado, após o que, poderá este, ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao convidado o mesmo tempo para a tréplica.

A palavra será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se os oradores de cada partido, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, no seu inciso XI.

Comunico aos Sras. e Srs. Senadores que a lista de inscrição para a inquirição dos nossos palestrantes já se encontra aberta sobre a Mesa. Passo a palavra, para iniciar o nosso debate no dia de hoje, ao Dr. Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do

Sistema Elétrico – ONS. V. Sa., como disse há pouco, dispõe de 20 minutos para a sua explanação.

SR. HERMES CHIPP: Senador, eu falo daqui ou posso... Porque aqui tem gravação. Ok. Bom-dia a todos, senadores presentes, demais autoridades e senhoras e senhores. Bom, a finalidade dessa minha apresentação é descrever no estado que está hoje a análise da perturbação num ambiente em que está sendo elaborado um relatório técnico e à primeira reunião compareceram 70 especialistas.

Antes de qualquer coisa, só uma apresentação rápida. Como dito, eu sou Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador, Engenheiro Eletricista, que trabalhou 30 anos na ELETROBRÁS e dez no Operador Nacional do Sistema, na área de planejamento da operação e operação de sistemas.

Bom, então vamos à ocorrência do dia 10, às 22h13. E antes da descrição da ocorrência, colocar para vocês uma contextualização muito importante. O critério de segurança com o qual o sistema é planejado no Brasil e a nível internacional. O sistema é planejado de forma a que não se perca a continuidade do suprimento quando ocorre a perda de um elemento no sistema de transmissão ou geração. Esse é o critério adotado a nível internacional.

Planejamento. Evidentemente o operador, ele busca outra segurança. Quer dizer, mais segurança com relação a esse critério através de medidas operativas, que dizem respeito aos esquemas especiais de proteção e informações tipo, meteorológicas ou foco de calor para poder administrar esses intercâmbios, reduzir o carregamento, quando possível, olhando segurança-custo.

Então, uma contingência dessa natureza, o sistema não é planejado para suportá-la, e o operador busca medidas para reduzir o seu efeito quando acontece.

Então, operávamos nesse dia... Ali estão as quatro principais regiões do País: Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, Sul e os intercâmbios entre essas regiões. E importante notar ali o tronco de Itaipu, quer dizer, Itaipu gerando 5.800 MW, através do sistema de corrente alternada, 5.300 através do sistema de corrente contínua e uma entrega aqui através do sistema de 765 kV de 8.500 MW, porque o Sul, em função do seu excedente de energia, estava entregando, e ainda está entregando seus excedentes para as demais regiões do País.

Bom, importante também notar segurança. Com esses intercâmbios o sistema estava operando de forma a suportar contingência dupla com 750 kV. Isso é muito importante, e, como eu disse, o critério que o operador tem que seguir em função de procedimentos e regras definidas e reguladas pela ANEEL é de con-

tingência simples. Note que nesse dia nós estávamos operando em contingência dupla. Porque, como eu falei, o operador prover mais segurança, desde que isso não imponha um custo elevado. Sempre o binômio segurança-custo.

Então, os reservatórios nas situações que estão, você consegue, muitas das vezes, agregar um nível de segurança maior com relação àquele que é exigido.

Bom, então estávamos com consumo de 60.700. Aqui tem as gerações, em bloco, de cada região, hidráulica e térmica, e os intercâmbios. Então o relevante nessa figura é o carregamento e o critério de segurança e a segurança com a qual nós estávamos operando nesse momento.

Bom, aqui os limites. Esse é o valor. Limite para “n-2”, que é contingência dupla. A gente chama de contingência simples “n-1”, bem afastado do limite mesmo para dupla. E aqui, também, 5.560; contingência dupla, 5.800. Então está aqui que o eu falei. E, aqui, para essa operação do critério padrão, eu poderia estar aqui até com 6.300 e aqui até com 9.600, 9.700.

Bom, uma coisa importante notar que houve muito... Quando ocorre um evento dessa natureza, vários especialistas do setor, às vezes até de outras áreas, colocam suas opiniões. E eu ouvi opiniões como: “As usinas do Paraná estavam paralisadas”. Vocês devem ter lido isso. Então eu estou mostrando aqui a geração das grandes bacias, das grandes usinas no momento. Quer dizer as usinas do Paraná geravam, com uma disponibilidade de 5.500, geravam 4.700 com uma folga, apenas, de 700 MW.

E aqui tem todo o panorama das gerações, a folga de geração hidráulica, tirando Itaipu; aqui a reserva de potência operativa, que o operador tem que manter no sistema para suprir eventuais contingências de perda de geração, crescimento de carga inesperado, variações de carga na hora da ponta, do pico de consumo, que você programa, e, às vezes, em função de temperatura ou de outros fenômenos, elas podem se dar maior ou menor. Então, essa geração chama-se reserva de potência operativa e para suprir alguns impactos do sistema para a qual se destina.

Aqui as usinas do Sul. A mesma coisa: o Sul gerando, entregando 3.000, inclusive alocando parte da sua reserva nas usinas da Região do Sudeste e Centro-Oeste, pelo excedente no momento. Então está aqui a folga que tinha.

Então aqui está a disponibilidade das usinas do Paraná, e o que estava gerando uma folga apenas de 700 MW. Porque existem esquemas automáticos de controle de geração em que, para você manter o equilíbrio da carga-geração minuto a minuto, a geração, automaticamente, é alterada, ela corre atrás da

carga para manter o equilíbrio da frequência, no caso do nosso sistema em 60 hertz. Pode seguir.

Bom, descrição da perturbação de uma forma bem simples. A ocorrência se deu a partir do desligamento das linhas de 765 kV entre Ivaiporã e Itaberá, devido a três curtos-circuitos monofásicos, praticamente simultâneos – eu vou mostrar melhor no diagrama – próximos à subestação de Itaberá, comprovados pelos registradores de perturbações.

Registradores de perturbações são equipamentos de observabilidade que a gente dispõe no sistema, que é como se fosse análogo a caixa preta do avião. Ocorrem esses fenômenos, ele dispara quando você tem variações bruscas de tensão, voltagem ou frequência. Então ele dispara a corrente no sistema e você registra o que ocorreu. E ele disparou, registrando todos os curtos, com bastante clareza.

Bom, a acentuada queda de tensão resultante causou o desligamento de bipolos de corrente contínua, depois da perda das interligações, e das interligações em 500 kV e 230 kV entre as Regiões Sul e Sudeste, Centro-Oeste, separando o Sul do resto do sistema, provocando na área São Paulo e Rio de Janeiro, onde existe a convergência de grande parte da malha de transmissão de eixo de alta tensão... Inclusive o sistema de Itaipu em corrente alternada, convergindo para a subestação Tijuco Preto e corrente contínua convergindo para Ibiúna, tiveram colapso de tensão. O que é colapso de tensão? É uma queda rápida da tensão em que não há tempo para você ter, segurar o sistema ou evitar a propagação através de medidas manuais. Você evita, como os senhores vão ver, através desses esquemas especiais que são automáticos, que atuam num tempo compatível. Quando a queda é muito rápida, isso não é possível.

Bom, no sistema Sudeste, tendo como sequência desligamentos sequenciais, em função dessa queda de tensão brusca em grande parte do sistema de alta tensão, usina do sistema interligado, com interrupção de 24.500 MW, atingindo, principalmente, devido a esse efeito dominó, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e apenas 10% de Minas Gerais.

Os outros estados, eu vou mostrar, os outros estados tiveram pequenos desligamentos de carga em função de um esquema regional de alívio de carga, que se destina a manter o equilíbrio carga de geração, quando você tem perda de geração, mesmo que você não tivesse nenhuma perda de linha de transmissão. Então, cada distribuidora, ela seleciona cargas para serem cortadas, através de alimentadores que são imediatamente religados, e são os mais rapidamente religados porque são desligamentos programados.

Os senhores vão ver que nas outras regiões esses esquemas atuaram, aí atingindo os demais estados, mas, significativamente, o colapso de tensão atingiu esses estados, esses tiveram grandes desligamentos. Os demais, por um esquema regional de alívio de carga, os desligamentos pequenos, restabelecidos muito rapidamente.

O tempo médio de restabelecimento das cargas, já levantados pelos técnicos nos relatórios, foi em média de 220 minutos. Esse tempo médio, ele representa a média ponderada em função dos tempos em que os montantes de carga vão sendo restabelecidos. Se faz uma média ponderada e se tira o tempo médio. Essa informação é padrão de relatório desse tipo a nível internacional. Todos os países usam esse tipo de avaliação. Pode passar.

Aqui, através de ilustração, o sistema de Itaipu, 60 hertz. Aqui Tijuco Preto. O Sul entregando 2.900, como mostrado anteriormente: 1.900 através das interligações de 500 e 230, e chegando aqui em Tijuco Preto através do sistema de 765, 6.500 totalizando os tais 8.500 que nós mostramos. Pode passar.

Aqui o curto às 22h13 no primeiro circuito; 13,5 milésimos de segundos depois o curto no outro circuito; e 3,5 milésimos depois desse curto, o curto praticamente no barramento de Itaberá. Pode passar. Por favor.

Desligando aqui o sistema de 750 kV. Bom, evidentemente, com esse volume de transmissão nesse sistema de 750 kV, quando você separa entre Ivaiporã e Itaberá, com a atuação correta da proteção, isolando o defeito, você tem a usina da Itaipu ligada à Região Sul. Ora, se você perde esse carregamento, você tem que cortar.

Existem esquemas automáticos para adaptar e restabelecer o equilíbrio carga-geração, cortando unidades geradoras de Itaipu. Então, imediatamente, com a perda dessa linha, foram cortadas cinco unidades em Itaipu. E aqui, Itaipu ligada ainda com o Sul, o Sul com excedente de energia, o que ia acontecer? O Sul ia sair junto.

Então, esse esquema de corte de geração atuou aqui... Essa lógica, desligando as linhas de 750 kV entre Foz do Iguaçu e Ivaiporã, onde está ligado o Sul, mantendo o Sul, praticamente, intacto. Então esse é o primeiro esquema de desligamento que funcionou e, o mais fundamental, que preservou a Região Sul praticamente intacta. Porque também se falou que os esquemas de desligamentos não atuaram e tal. Então, eu estou esclarecendo a atuação dos principais, já na apresentação, resultado já do relatório.

Bom, essa sequência aqui, ela é muito importante porque ela dá detalhe de tempos. Para os senhores verem a velocidade desse fenômeno. Então, está aqui

o primeiro curto, como eu já mostrei; 13,5 segundos aconteceu depois que aconteceu o segundo; e 3,5 após, o terceiro. E aqui estão os tempos de eliminação desses circuitos.

O primeiro, em 48 milissegundos foi eliminado, a abertura da linha, foi isolado o curto e aberta a linha; o segundo com 62,3 milissegundos; e o terceiro, aqui, no final, tendo um tempo total entre o primeiro curto e sua eliminação de 104 milésimos de segundos. Observe aqui em baixo a característica desse evento.

Tivemos aqui, nesse momento aqui, um primeiro curto, monofásico, que evoluiu para trifásico, porque ele foi próximo à subestação, e dá para entender. Se esse curto fosse mais distante, eu tenho dois circuitos que correm com um quilômetro variando entre um e dois de distância, circuitos um e dois, e tem um terceiro circuito que corre a 20, 22 km de distância. Se esse curto fosse mais afastado, esse fenômeno seria diferente, porque a queda de tensão seria menor, e aí conduziria essa potência, como outras ocorrências... Conduzir-se-ia potências, como em outras ocorrências aconteceram, coisas similares, perda de três circuitos com intervalos de tempos maiores e não houve colapso de tensão em nove ocorrências triplas de 2000 até 2009, mas em condições completamente diferentes.

Então, veja bem, nesse momento aqui, nesse intervalo de tempo, basicamente 31 milésimos de segundos, nós ficamos com três curtos-circuitos simultâneos. Isso é comprovado a seguir: aqui dois circuitos, aqui um, aqui dois, aqui três, aqui dois, aqui um, e aí a eliminação dos três. Aí vem o colapso de tensão na área São Paulo

Então, está lá, a perturbação teve início, foi isso que eu coloquei, com uma falta monofásica na fase B da linha Ivaiporã-Itaberá. A falta foi eliminada em 48 milissegundos, pela atuação da proteção de distância, que é um tipo de proteção, que identifica esse fenômeno, em ambos os terminais. É 3,5 segundos, eliminado em 48, e o terceiro, ocorreu um terceiro curto na fase C de barra de Itaberá, a falta foi eliminada pela atuação da proteção diferencial de barras, comandando a abertura dos disjuntores, e adicionalmente em 87 milésimos de segundos ocorreu o desligamento automático da linha Ivaiporã-Itaberá pela atuação do relé de sobrecorrente neutro do reator de linha no terminal de Ivaiporã. Aqui já é um termo, é muito técnico do relatório, que eu fiz questão de transcrever, porque é o estágio que esse relatório está nesse momento. Pode passar.

Bom, essa é... esses são os registros do que a gente chama de caixa-preta do setor elétrico: são esses osciloperturbógrafos que ficam observando e, quando ocorre uma variação brusca de tensão ou corrente no

sistema, ele registra, dispara e soa rapidamente, quer dizer, não tem objetivo de confundir.

Só para visualizar de uma forma simples o registro. Aqui, essas três primeiras indicações são as tensões, as voltagens nas três fases. Aqui, normal, antes do curto, senoidal, a frequência industrial, normal. Quando chegou aqui, curto na fase B, a tensão foi a zero. Essa tensão que foi a zero à proximidade da subestação, ela evoluiu para tensões zero também, nas outras fases B dos outros circuitos. Os outros oscilogramas eu vou mostrar.

Então aqui está a tensão na fase A, na fase B, onde houve o curto, fase C. Aqui as correntes nas fases, as correntes e as tensões. Aqui é que caracteriza o curto, que a tensão vai a zero, e aí não se transmite potência. Abre, aqui o defeito. Foi eliminado aqui o primeiro defeito do primeiro circuito já mostrado na frente. Vamos ver o oscilograma do segundo circuito. Foi o segundo curto-circuito.

Olha, na fase B daquele circuito que houve o curto, praticamente um curto simultâneo na fase B do outro circuito. Quer dizer, aí que se verificou a evolução de um curto monofásico para um curto trifásico, devido à proximidade da subestação, menos de 500m, praticamente em cima subestação. Se fosse mais para o meio da linha, esse fenômeno seria completamente diferente. Pode passar o outro.

Aqui, o terceiro circuito, na fase C do terceiro circuito se deu aqui tensão zero. Então, eu tive praticamente três curtos-circuitos trifásicos, nos três circuitos, durante 31 milissegundos, milésimos de segundo, conforme mostrado naquele primeiro diagrama. Contingência que eu com 40 anos de operação, 30 na ELETROBRÁS e dez no Operador, nunca vi igual, 40 anos. Vamos lá.

Bom, aqui uma ideia dos desligamentos de uma forma muito simples, para os senhores terem uma ideia desses tempos. Olha, aberta as linhas de 750 kV, conforme já mostrado, aí vem, a seguir, a queda de tensão é brusca e aí as proteções vão desligando os demais equipamentos que a gente chama, é vulgarmente chamado efeito dominó. Há um desligamento em cascata, porque não se transmite potência. A tensão vai a zero. Se a tensão vai a zero, a potência, a gente pode traduzir com uma multiplicação da tensão pela corrente, ela vai a zero não se transmite, e aí afunda e se tem um colapso.

Bem, aqui desligou a linha Ibiúna-Bateias, 0,68 segundos após. Depois veio o desligamento, o colapso de tensão em São Paulo, imediatamente após os 750 Ibiúna-Bateias, praticamente separando o Sul do Sudeste. Porque a outra linha de alta tensão que liga o Sul ao Sudeste, que é Londrina-Assis-Araraquara,

colocada após o blecaute de 2002, para dar mais suportabilidade a esse tipo de fenômeno para aquela contingência que aconteceu no blecaute de 2002, bem mais suave do que essa, e abriu essa linha de 500 kV, que também foi um reforço adicional nesse... Reforços de transmissão que estão acontecendo no sistema.

Imediatamente após abriu a linha Água Vermelha-São Simão. Essa é a malha de 500 e 440 kV do sistema Sudeste. É o evento três. Evento quatro, a linha Água Vermelha-Marimbondo, e o sistema foi desmontando. Evento cinco, as usinas do Paraná desligaram, porque a tensão foi a zero. Paranapanema também. E aí começou a desligar com 0,8 segundos após a primeira eliminação. E aí, a separação total num tempo 2,5 segundos após o "t=0", que é o tempo inicial do fenômeno.

Aqui foi a saída do bipolo de corrente contínua, porque nessas outras contingências que aconteceram, as nove que eu falei triplas, que aconteceram de 2000 [soa a campainha]--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. dispõe de mais cinco minutos.

SR. HERMES CHIPP: Ah, muito obrigado. As outras nove, a queda de tensão foi diferente, e não houve a saída do bipolo, que provocou o colapso de tensão. Pode passar. Eu vou andar mais rápido.

Aqui, em azul, são os outros desligamentos. Separou o sistema Acre-Rondônia, que, recentemente, entrou em operação. Ilhamento, também, evitando o blecaute total no Acre-Rondônia. Nuclear de Angra, usinas hidráulicas no Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esses outros desligamentos, em preto, já foram mostrados no diagrama. Pode passar.

Aqui, a atuação do esquema de controle de emergência eu já coloquei, lá no primeiro desenho. Separação do Acre e Rondônia. Esquema de ilhamento das usinas do Tietê e do Pardo, que... Esquema identificado na análise dos outros blecautes, que foi possível viabilizar, isolando 2.000 megawatts na área de São Paulo.

Abertura controlada de 500 kV, evitando a propagação do defeito para as áreas Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Regiões Norte e Nordeste, parte de Minas Gerais e o Sul. Minas Gerais só cortou 10% da sua carga, em torno disso.

Então, um evento essa gravidade, o sistema com a evolução e os investimentos feitos de 2000 a 2009 – eu estou pegando só os últimos anos, comparando com o blecaute de 99 e 2002 – esses investimentos evitaram que se propagasse como em 2009... 99 e 2002 para as demais regiões. Porque em 99 e 2002 as contingências foram menos severas e os efeitos

foram mais severos, porque desligou, como desligou São Paulo e Espírito Santo, em todo o País, Sul, Norte e Nordeste. Dessa vez eles ficaram praticamente intactos. Pode passar.

Está aqui essa separação: São Paulo, Rio, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e 10% de Minas ficaram desligados, e o restante ligado com esses sistemas acoplados. Pode passar.

Aqui são as cargas desligadas e aqui o tempo médio de recomposição. Repara que, tirando o Sudeste, olha o tempo médio. E temos os principais Estados afetados, os outros, os tempos foram muito mais rápidos. Olha no Sul, muito mais rapidamente, porque foram esquemas regionais de alívio de carga.

Então, quando se fala em 18 Estados, parte está aqui, com recomposição quase que muito rápida, porque não aconteceu o efeito dominó, ficaram intactas. Pode seguir.

Aqui as condições, só para contextualizar, foi uma coisa muito discutida também. Nós não geramos esses produtos, nós consolidamos os produtos dos institutos.

Então tem aqui a região sujeita a fortes chuvas, rajadas de ventos e descargas, no dia 10/11. Pode passar. Aqui a condição do tempo, que não foi só descarga, se discutiu muito descarga, mas chuva é um problema para isolamento significativo. Então chuva de ventos e descargas registrados aqui pela DIUC(F), que a gente recebe informações das empresas que têm postos de observação, de 24mm de chuva na área de Itaberá, concentrados em curto período de tempo. Pode passar.

Aqui a imagem da descarga às 13, de 13 às 14h30, motivo pelo qual essas medidas operativas, nós reduzimos 1.500 MW na geração de Itaipu, nesse momento. Pode passar.

No momento da ocorrência, dez horas, bem mais fraca, mas ainda com descargas. Pode passar.

Outra coisa importante é mostrar que não só, como, aparentemente, a gente é induzido a acreditar que só descargas fortes atmosféricas provocam, não. As descargas fortes, pelo contrário, elas são normalmente capturadas e absorvidas as energias pelo para raio, e você isola. As fracas, que entram indiretas, é que podem atingir o condutor.

Então, é uma outra coisa que eu estou colocando, porque nós não discutimos condições meteorológicas com os institutos. Agora, o efeito delas é elétrico, é de especialista de área elétrica e não da área meteorológica.

Aqui é Itaipu, foi muito colocado também, motivo pelo qual a gente reduziu aqueles mapas, a redução geração, quando deu o alerta de tempo severo pela

intensidade de descargas. Aqui é sua redução e aqui o seu aumento na hora da ocorrência, porque, como eu mostrei, nós operávamos além do critério de segurança, suportando contingência dupla, dentro perfeitamente dos limites. E não se espera que você, para evitar essa contingência de probabilidade remotíssima, você gere 4.000 megawatts de carga diariamente, porque 4.000 MW térmica, diariamente, para botar o carregamento no tronco para suportar essa contingência custa 500 a 600 milhões de reais por mês, para evitar uma contingência remota desse tipo. Não se usa isso, porque a probabilidade é remota. Tanto que esse sistema opera há 30 anos e essa contingência nunca aconteceu. Pode seguir. Eu vou correr aqui, senão não vai dar.

Os relatórios, investigações e análises. As equipes técnicas estão analisando as causas [soa a campainha] referentes aos curtos, e pelos registros gráficos eu e de imagem dos equipamentos afetados estão sendo consideradas as seguintes hipóteses: curtos-circuitos provocados por descargas fracas, não fortes, ou pela redução da efetividade dos isoladores submetidos às condições meteorológicas adversas, que são chuvas intensas e ventos. Mais rápido, doutor.

Aí uma imagem do que aconteceu no isolador pedestal, e que caracteriza e comprova. Aí outra: sinais da descarga elétrica, que pode ter sido provocada pela redução da suportabilidade do isolador ou por descarga atmosférica. Não se tem a certeza, nós vamos jogar com todas as hipóteses e medidas. Se não se detectar uma, se detectar duas ou três para prevenir para todas as três que nós identificarmos como possível.

Relatório técnico de elaboração está indicando as seguintes providências... Sempre a gente faz a análise da viabilidade de implantação de sistemas especiais de proteção. Vocês viram que esse sistema, ele consegue fazer o ilhamento de parte do sistema, depende desse fenômeno elétrico da tensão. Possibilidade de implantação desses esquemas, reavaliação de medidas e ações para reduzir o tempo de restabelecimento, sempre a gente faz.

Uma experiência dessa, embora o Brasil esteja no âmbito internacional muito bem em termos de recomposição comparados a outros países. Eu presido um grupo que congrega 12 dentre os maiores operadores do mundo, da Europa, Ásia e dois dos Estados Unidos, e nesse assunto nós estamos transferindo experiência para eles. Vocês viram que o blecaute de 2003 dos Estados Unidos demorou quatro dias para restabelecer; da Itália, um dia, 24 horas com sistema muito menor. [soa a campainha]. Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O tempo de V. Sa. esgotou. Naturalmente as perguntas que serão feitas pelos Srs.

Senadores dará oportunidade a V. Sa. de responder com base no trabalho que trouxe para o esclarecimento desta comissão.

Então eu passo a palavra—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, pela ordem. Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, eu sei que V. Exa. conduz muito bem essa Comissão, inclusive a Comissão tem critérios, como já foi demonstrado outras vezes. Agora, eu estava gostando muito da exposição do Sr. Hermes, inclusive algumas situações que ninguém passou para o veículo de comunicação, e se passou, eles não quiseram tornar público isso.

Eu não sei se terminou realmente tudo que ele tinha para oferecer. Eu não sei se V. Exa., que é muito criterioso, eu já conheço o perfil dessa Comissão, mas se V. Exa. pudesse ver se existiria a possibilidade de--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu diria, Senador Wellington, o seguinte: que nas perguntas que serão feitas por V. Exas. Srs. Senadores, o Dr. Hermes, sem dúvida nenhuma, terá condições de, com o apoio do que ele trouxe, do *Powerpoint*, fornecer outras explicações que se fizerem necessárias, e até pontuais, de acordo com as preocupações que V. Exas. irão apresentar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Tem Senadores inscritos. Eu passaria a palavra ao Senador Paulo Duque, para fazer as suas indagações ao Dr. Hermes, Operador Nacional do Sistema.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dr. Hermes, V. Exa., V. Sa. é engenheiro?

SR. HERMES CHIPP: Sim,

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Elétrico?

SR. HERMES CHIPP: Elétrico. Eletricista.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Desde... A sua formação é essa?

SR. HERMES CHIPP: É, formado em 71, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o curso de pós-graduação--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Lá no Rio de Janeiro?

SR. HERMES CHIPP: Rio de Janeiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É temos lá grande área de pesquisa lá, lá no Fundão, não é isso?

SR. HERMES CHIPP: É, no Fundão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E para quem não é engenheiro é um pouco difícil nós percebermos rapidamente uma exposição dessa muito técnica. Mas somos todos homens de bom senso e é exatamente dentro do bom senso que eu quero saber. V. Sa. descarta qualquer tipo de possibilidade de sabotagem nesse processo?

SR. HERMES CHIPP: Totalmente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Totalmente?

SR. HERMES CHIPP: Totalmente. Pelo registro dos osciloperturbógrafos e pelas imagens dos isoladores com chamuscamento, não é? Completamente. Porque pela altura e pela coisa, precisava-se de equipamentos que seriam visíveis nos três circuitos próximos à subestação para provocar isso. O ser humano... não tinha que ser um, tinham que ser vários, porque para provocar isso com sabotagem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É claro.

SR. HERMES CHIPP: Não existe a menor hipótese.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dentro da agência que V. Exa. é Presidente, Diretor-Geral. Qual o número de funcionários que o senhor tem para tocar isso, fiscalizar isso, ligar e desligar e etc., mais ou menos, no Brasil.

SR. HERMES CHIPP: Veja bem, o nosso... São em torno de 700 funcionários--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Só?

SR. HERMES CHIPP: É, porque metade está nos centros de controle. Nós temos 350 para esses estudos e análises e outras atividades--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei, eu digo --

SR. HERMES CHIPP: E os centros de controle a metade. Tem um centro em Brasília aqui, que é o nacional, e mais 400. Recife, Florianópolis, no Rio de Janeiro, e um outro da Região Norte, no próprio local aqui no CNOS, em Brasília, Centro Nacional de Operação do Sistema.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Aqui? Funciona aqui?

SR. HERMES CHIPP: Aqui.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O senhor funciona aqui?

SR. HERMES CHIPP: Não. Eu funciono no Rio.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ah, no Rio.

SR. HERMES CHIPP: Escritório central onde congrega a equipe de estudos, de análises e planejamento e de transmissão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ali na Presidente Vargas, onde é que fica?

SR. HERMES CHIPP: Fica na Rua da Quitanda, esquina daquela, quase... Primeiro prédio da Rua da Quitanda, em frente ali aquele prédio da Loreal, onde tinha a Prefeitura, tem uma parte da prefeitura ali.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei. Eu só queria dizer a V. Sa. o seguinte: o cidadão que fica preso num elevador no 44º andar do Edifício da Rua da Assembleia 10 que V. Sa. conhece, por mais de um minuto, é um castigo muito grande. Então, as grandes cidades têm essa possibilidade de perigo, não é?

E ficar na rua, em silêncio, no escuro é uma coisa--

SR. HERMES CHIPP: Claro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora preso num elevador, lá em cima, é perigoso. E a minha sugestão aqui é muito simples e muito provinciana. Eu sou do Rio, é apenas esse cuidado todo especial. Inclusive a agência tem poderes de obrigar edificações monumentais a terem sua própria energia para emergências como essa, ou não tem?

SR. HERMES CHIPP: Olha, eu diria para o senhor o seguinte: para se suportar uma contingência desse tipo, o investimento em transmissão seria tão alto--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É?

SR. HERMES CHIPP: Praticamente eu tinha que estabelecer um sistema de 765 kV de Itaipu praticamente redundante ou, pelo menos, mais dois, complementados--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É muito caro, não?

SR. HERMES CHIPP: Caro, é antieconômico. Por isso que não se pratica para esse tipo de contingência de probabilidade muito remota. É uma questão de probabilidade e custo, é o *trade-off*, o binômio--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Pode acontecer em cem anos?

SR. HERMES CHIPP: Trinta anos de operação, essa contingência tripla já aconteceu com essa vez, dez vezes, sendo que as outras nove os tempos foram muito maiores e distantes da subestação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Cada vez está se melhorando--

SR. HERMES CHIPP: Foi possível--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): --mais o controle--

SR. HERMES CHIPP: É, como se fosse, assim, de uma forma simples, três pancadas. Ao invés de ser tripla de uma vez só... Uma pancada, o sistema se re-

ajeita; aí vem outra pancada, ele se reequilibra com esses esquemas; aí vem outra pancada, ele suportou, ele suporta. Simultânea é impossível.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E o senhor considera a sua equipe técnica de primeira grandeza?

SR. HERMES CHIPP: Ah, considero. Não é sendo o Operador, não. Nós trabalhamos esse relatório, ele está sendo elaborado com 70 técnicos do setor, inclusive do Ministério, todos os agentes, Ministério de Minas e Energia, ANEEL acompanhando. Porque a ANEEL depois tem a função de fiscalizar o próprio relatório e os equipamentos dos proprietários para haver outro tipo de verificação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora, Dr. Hermes, a Angra 1, Angra 2, geração de energia termonuclear não teve problema nenhum?

SR. HERMES CHIPP: Nenhum. Ela desligou porque houve a queda de frequência--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei.

SR. HERMES CHIPP: Porque houve o desequilíbrio carga-geração quando se perdeu 14.000 MW em Itaipu, injetando em São Paulo, imediatamente. Depois, outro desligamento. Então a frequência cai e usina nuclear tem uma restrição de proteção que não pode ter muita queda de frequência. É uma explicação simples, então ela desliga. E depois ela é restabelecida, ela volta lentamente, mas é restabelecida.

O que nós pesquisamos, e sempre fazemos com esses blecautes foi... O de 99 e de 2002, nós pesquisamos a viabilidade de implantar um esquema de ilha-mento para Angra, porque só Angra 1 e 2 conseguiria segregar 2.000 MW no Rio de Janeiro, numa carga de seis seria 30%. Então seria interessante.

Não foi viável. Para essas contingências a queda é tão rápida de tensão e frequência, que a potência transmitida, como a tensão vai a zero, encerra a transferência de potência. Então vai havendo o efeito dominó, por atuação da proteção.

Agora, nós vamos sempre tirar proveito disso. Uma vez acontecido o pior... Agora, os técnicos têm que mergulhar nisso, nossos e dos agentes, e ver o seguinte--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Aí é que está.

SR. HERMES CHIPP: --quais são as medidas que se pode fazer para reduzir esse efeito para coisas similares. Embora de probabilidade remota, a gente dimensiona. Não nos sentimos confortáveis nem satisfeitos nem com o tempo de restabelecimento, que a nível internacional é bom, mas não é confortável para a gente.

A gente sempre procura – pelo que o senhor falou: o sujeito preso do elevador – medidas preventivas para evitar o que for possível; depois medidas para evitar o efeito dominó; e depois reduzir o tempo de recomposição. São três providências em três--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): São situações terríveis. No hospital, por exemplo, durante uma cirurgia. De qualquer maneira, eu agradeço as explicações que V. Sa. me deu, limitadas por causa das minhas próprias perguntas, e muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, ao Senador Paulo Duque. Antes de passar a palavra ao Senador Eliseu Resende, eu gostaria de fazer dois pequenos questionamentos. Se nós tivéssemos, Dr. Hermes, instalados os *smart grids* no nosso sistema, isso teria acontecido?

SR. HERMES CHIPP: Olha, *smart grid*, senador... Nós estamos inclusive fazendo uma análise muito profunda disso nesse grupo internacional. Porque *smart grid*, ele é um... Eu considero um guarda-chuva tão amplo, que todas as medidas de segurança que se implantam ou com automatismo ou de outro tipo, desde a geração até o final da cadeia na distribuição, tudo o que você implanta de segurança é adicionado ao *smart grid*.

Por exemplo, países como o Brasil, a Índia, a China... É Brasil, China, Índia e Rússia que têm sistemas de transmissão com grandes distâncias, eles... O *smart grid* dele principal não é a relação desses operadores com os distribuidores. Tem o *smart grid* lá na distribuição, mas são esses esquemas, inteligentes e automáticos, que ilham e evitam, reduzem o efeito dominó no que é possível.

Esse, basicamente, é a conclusão que está chegando lá, mas não está ainda concluída, mas essa é uma das ações em termos de... Até não gosto muito do termo *smart grid*, eu gosto do *grid smart*, quer dizer, sempre transformar o *grid* mais inteligente. Isso é permanente. Essa busca aí é *smart grid*. Esses esquemas de ilhamentos adicionais, se forem viáveis, eu estou tornando o *grid* mais seguro. Tudo o que vai se conseguir de medida de ilhamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas isso não está sendo automático, porque se houvesse--

SR. HERMES CHIPP: Automático.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --a instalação. Mas havendo a instalação do *smart grid* em todo o sistema, haveria automaticamente também o sistema de compensação da energia, o que evitaria uma das hipóteses da so-

brecarga na rede de transmissão que tenha provocado o curto-circuito.

SR. HERMES CHIPP: É, o senhor pode sempre conseguir mais. Eu acho que acontecendo isso: "Olha, eu tenho esses esquemas. Então, o meu *smart grid* está dimensionado dessa maneira". Eu consigo colocar algo mais inteligente para prevenir, reduzir ou reduzir o tempo de recomposição, é isso é que é tornar o *grid smart*. Sempre a gente está perseguindo isso

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Senador Eliseu Resende para a indagação ao Dr. Chipp.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A minha colocação é rápida. Eu acho que o papel do Operador Nacional do Sistema, num sistema interligado, como é o sistema brasileiro, é extremamente importante.

Nós estamos aqui diante de um apagão, que não foi decorrente de falta de investimentos na geração de energia. Toda vez que há um apagão, há um entendimento inicial de que faltou investimentos para geração. Não é este o caso aqui. Não teria faltado também investimentos para a instalação das linhas de transmissão que interligam o sistema.

Há um problema relacionado com descargas elétricas que provocaram o curto-circuito, dando como consequências o que nós tivemos. Pelas explicações do Operador Nacional do Sistema, nós estamos sujeitos a ter repetidamente fenômenos novos como este.

A pergunta que eu faço ao Presidente do Operador Nacional do Sistema é: quais as medidas que serão efetivamente adotadas para que nós tenhamos o alívio desses fenômenos, a diminuição da sua incidência, num sistema delicado como é o sistema brasileiro, formado por sistema integrado interligado, que reúne o fornecimento de energia por várias usinas interligadas e de grande potencial hidráulico? Esta é a minha pergunta.

SR. HERMES CHIPP: Senador Eliseu, ali o senhor me deu oportunidade de complementar ali a solicitação do senador que pediu para prosseguir, o Wellington, e me deu oportunidade de terminar ali com as medidas, na resposta.

Então, eu coloquei o seguinte: esse tipo de fenômeno, onde você tira um retrato do sistema, você tem, basicamente, duas finalidades: a primeira delas é mais simples, que é verificar o comportamento dos modelos de simulação matemáticos frente ao comportamento físico do sistema. Esse é o primeiro modelo... A primeira... O grande benefício, é ajustar esse modelo.

O segundo é o que eu respondi. Você tem... Você vai olhar em função das causas. Ali tem inspeções que vão ser feitas nesses isoladores quanto as suas

portabilidades, quando submetidos a chuvas intensas. Chovia 24mm, embora todos os equipamentos – é que vem sendo testados com a providência que está em andamento – tenham atendido a norma, não é, está se verificando as medidas, e esse relatório vai indicar providências no sentido de se verificar isso. Que depois tem a fiscalização da ANEEL para ver se nessa linha de indicação de provável causa você tem medidas preventivas que evitem ou reduzam.

A outra é: A. Não pôde reduzir e aconteceu. Pode acontecer algo similar, eu acredito que essa que nunca aconteceu em 40 anos com essa característica muito difícil, mas similares podem. E aí, como já ocorreram de 2000 e 2009. E aí criar medidas, identificar medidas que reduzam a propagação.

E o terceiro, recomposição. Como ele colocou, o Senador Paulo Duque, nós não estamos nunca sossegados e nem confortáveis com esse tempo de recomposição. A meta é reduzi-lo sempre, porque o desconforto é máximo. Não sei se atendi...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Eliseu.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu quero registrar que teremos possibilidade de ter novos apagões tais como este no sistema brasileiro, que é um sistema delicado. Se tivéssemos tratando de sistemas isolados, as causas e as intervenções seriam diferentes.

É preciso estabelecer um sistema de antecipação de medidas, de fiscalização e controle, através do Operador Nacional do Sistema para que nós evitemos novos apagões como este. Estamos sujeito a tê-los.

SR. HERMES CHIPP: Senador, o senhor permite complementar rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Sa. tem direito à réplica.

SR. HERMES CHIPP: Uma informação importante, que eu estou identificando, embora não esteja lá no dia a dia do relatório, eu estou, entro, eventualmente. Comparando esse blecaute com o blecaute de 99 e 2002, a gente identifica claramente que a origem de 99, que foi a subestação de Bauru, e 2002, uma linha de 440 kV e de Araraquara – o senhor conhece o sistema – são questões muito menos relevantes para o sistema, em termos de impacto, do que perder a transmissão em corrente alternada e contínua de Itaipu.

Naquelas ocasiões, desligou-se, com impacto significativo, todas as regiões do país. E, dessa vez, o Sul ficou intacto, Norte e Nordeste praticamente intacto, e boa parte do Sudeste.

O que caracteriza, claramente, que esses investimentos em interligações inter-regionais em linhas de eixo de alta tensão, eles tornaram o sistema mais ro-

busto, ou seja, para um impacto muito mais severo, o efeito dominó foi muito menor. Então, caracteriza que os investimentos que estão sendo feitos em transmissão, eles estão trazendo benefícios significativos. Não fosse isso, esse impacto seria muito pior do que aconteceu em 99 e 2002.

Isso tem que ficar claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Eliseu Resende V. Exa. deseja fazer algum comentário? [soa a campainha] Obrigado. Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Convidados. O Governo errou na comunicação quando houve o apagão. Todos nós sabíamos que quem deveria falar pelo governo seria o Operador do Sistema, [ininteligível] Dr. Hermes Chipp.

E todo mundo começou a dar palpite, aí acabaram se enrolando na comunicação e deu margem à mídia fazer o que fez, acho que a coisa não foi tão grave, o bicho não foi tão feio. É claro que um apagão de quatro, cinco horas causa transtorno à população e prejuízo, mas isso já aconteceu em outros países também, em maior escala. E, no Brasil, isso tem acontecido... E não foi um apagão por problema de geração, foi uma pane, um fenômeno natural.

A pergunta que eu faria, pelo que eu entendi, o fenômeno aconteceu em cadeia, em efeito dominó porque as redes estavam próximas uma das outras. É isso? As três redes?

SR. HERMES CHIPP: É o sistema é efetivamente interligado, ele está se tornando cada vez mais malhado. E as transmissões, essas transmissões são... Nós temos o privilégio de termos potencial hidrelétrico e distante do centro de cargas. Então você tem transmissão à longa distância.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): E qual a distância segura, e o que está sendo feito nos próximos complexos energéticos--

SR. HERMES CHIPP: Como é que é?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau?

SR. HERMES CHIPP: Ah, sim, sim são dois rios--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O que está sendo acontecendo agora são quase 7.000 MW sendo transportados de Rondônia para São Paulo, para Araraquara--

SR. HERMES CHIPP: Sim.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): --para redistribuir porque o Norte não vai consumir toda essa energia.

SR. HERMES CHIPP: São 2.500 km de distância, distância entre os dois—

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Distância entre uma rede e outra para que não haja—

SR. HERMES CHIPP: Assim, entre os dois—

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Quando caia um raio, não haja esse fenômeno de desligar em cascata, duas, três, quatro redes.

SR. HERMES CHIPP: Entre os dois sistemas bipolos de correntes contínuas e de transmissão do Madeira, a distância média é dez quilômetros um do outro. Por favor.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Aí, não--

SR. HERMES CHIPP: Espera aí, eu acho que eu tenho um especialista ali. Dez quilômetros? Até dez, tá.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Aí não teria esse problema de cair as duas redes que vão estar em paralelo?

SR. HERMES CHIPP: Reduz a possibilidade significativamente. Perfeito.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Uma outra pergunta seria para a ANEEL. Eu vou aproveitar já, eu acho que a gente ganharia tempo se todos falassem, depois fizessem as perguntas em bloco. De que maneira a ANEEL fiscaliza as linhas de transmissões e as subestações, com que periodicidade e quantos técnicos fazem parte desta fiscalização?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Hubner, quebrando um pouco aqui o protocolo, mas em função da pergunta do Senador Valdir Raupp, eu pediria a V. Sa. que respondesse a essa indagação.

SR. NELSON HUBNER: A minha apresentação seria exatamente detalhando o que a gente vai fazer. Eu não sei se deveríamos esperar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa.pode esperar para a exposição do Dr. Hubner? Obrigado. Mais algum questionamento ao Dr. Hermes.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Fernando Collor, Sr. Nelson Hubner, presidente... Vice-Presidente Eliseu Resende, prezado Márcio Zimmermann, Secretário-Geral do Ministério, prezado Professor Luiz Pinguelli Rosa e Dr. Hermes Chipp, agradeço as suas explicações, acho que são muito importantes.

Eu gostaria de, primeiro, indagar qual foi o tempo que foi necessário para a ONS diagnosticar o que, efetivamente, aconteceu para que... e se este diagnóstico que aqui o senhor demonstrou é, agora, um diagnósti-

co definitivo. Segundo. Pelo que compreendi o senhor mostrou os três curtos-circuitos e mostrou que muito provavelmente eles se deram em razão das condições meteorológicas.

Eu pergunto se... porque ali há, por exemplo, referência a uma intensidade muito grande das chuvas. Mas eu pergunto, sem ser eu engenheiro elétrico, se o que produz os curtos-circuitos tais como os que aconteceram, na intensidade e na velocidade que se somaram, isso decorreu mais da intensidade de chuvas, isto é, da quantidade de água que... da precipitação ou, em especial, por causa dos relâmpagos, dos raios, e se são efetivamente os raios ou a soma... a combinação? Eu gostaria de compreender melhor.

E no que diz respeito às medidas preventivas da linha do que o Senador Eliseu Resende vinha... perguntou. Eu gostaria de saber, para que se realize as medidas preventivas que a ONS e todos... o Ministério de Minas e Energia, a ANEEL, e todos considerem adequados, isto significará uma demanda de investimentos de que natureza, de que ordem? Nós estamos próximos de ter um sistema que pode prevenir blecautes como os que aconteceram ou estão demandará um volume de investimentos e de que ordem?

E, finalmente, comparando o sistema brasileiro, para o território brasileiro tão grande, com outros países, como se pode qualificar a qualidade do sistema de transmissão... de geração e transmissão de energia elétrica brasileira em comparação a outros países? Nós estamos bem avançados? Falta muito?

São essas as indagações, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. V. Exa. tem cinco minutos para a resposta.

SR. HERMES CHIPP: Ok. Podia voltar, Dr. Ismam(F) à página anterior, que vai ajudar a responder a primeira... Não, as hipóteses. Sim... A primeira questão que o senhor perguntou são as hipóteses. O relatório está em andamento, ele não está concluído ainda, mas praticamente duas hipóteses estão sendo colocadas pelos técnicos.

A primeira delas é que nunca pode se descartar com condições meteorológicas adversas são descargas. Eu coloquei que a primeira impressão que a gente tem é que só raio forte cria o problema. Não.

Raios fortes e raios fracos. Os fracos são, às vezes, até mais perigosos, porque eles não vêm de uma forma direta nos para-raios. Os que estão, os cabos para-raios para proteger no alto do circuito, para não atingir o circuito, se não tem a descarga elétrica, que é a condução da corrente, que provoca o curto.

A outra são as investigações ali que estão feitas ou a concomitância das duas, porque a gente tem o

registro, mas não tem a recomposição do fenômeno, como às vezes se consegue recompor... a gente vê, às vezes, recomposições em caso de crime e tal, você não consegue recompor, dada a velocidade desse fenômeno.

Então, você tem as duas hipóteses e a gente não abandona nenhuma delas. Então, veja bem. Passa, por favor, Dr. Ismam(F). Chega lá nas investigações. Aí.

Então veja bem, a primeira delas, de descargas, estão lá os para-raios. Evidentemente esse relatório vai indicar inspeções se for identificada alguma suspeita de danificação ou chameusamento, como houve nos isoladores.

A segunda é que tem-se, claramente, que através de testes que vem sendo feitas e literatura internacional do EPRE(F), os Estados Unidos têm artigos técnicos que isoladores submetidos a chuvas intensas, à concentração de chuvas, ele perde suportabilidade, principalmente quando você tem chuvas com intensidades superiores a três milímetros por minuto, está perfeito? E a norma, a norma exige que esses equipamentos atendam para chuvas de um milímetro por minuto.

Então, eu acredito que em função dessa investigação, algumas providências de troca ou adaptação, como está ali, possam ser tomadas por Furnas, a partir da consulta ao fabricante. Esse é um processo investigativo que vai haver agora, a partir, provavelmente, da fiscalização da ANEEL, que abrange esse tipo de investigação. Esse é o primeiro ponto.

Então a parte primeira preventiva, são essas as investigações. Se a gente não tem uma causa bem clara: "É essa", a gente trabalha com todas para definir medidas que minimizem a parte, a primeira parte, que é preventiva.

A segunda eu já expliquei. Quer dizer, dado o fenômeno, o fenômeno elétrico/tempo, toda essa sequência, a gente faz estudos para dizer o seguinte: "É possível reduzir esse efeito dominó com esquema de proteção ou ilhamento sempre". Segunda fase.

E a terceira. Olha, a recomposição se deu em tempo médio de 220 minutos. Por exemplo, São Paulo demorou mais. O que houve em São Paulo, tem alguma identificação que justifique alguma medida? Por exemplo, você tem usinas que a partida dela automática. É um esquema chamado de *black start*. Ela parte automaticamente. Apagou, ela parte.

Vai se verificar nesse relatório se houve alguma falha que atrasou, não que resolveria a contingência, só em termo de recomposição para poder reduzir o tempo de incômodo e transtorno, como o Senador Paulo Duque colocou. São essas as ações.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Muito obrigado, Dr. Chipp. Passo agora a palavra ao Dr.—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não. Senador Wellington Salgado pela ordem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só... Eu queria eu acho que eu esqueci de me inscrever, só queria fazer uma pergunta ao Operador, se V. Exa.me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, V. Exa.será atendido, pode formular a pergunta ao Dr. Chipp. V. Exa. tem cinco minutos para formulá-la.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se bem que com o nome de Hermes Chipp tinha que estar no Departamento de Informática, alguma coisa assim, não na parte elétrica.

Dr. Hermes, eu tive acesso ao restante do relatório de V. Sa., e fica bem claro, o relatório está bem apresentado, tem questões técnicas, que para nós, que somos de fora do ramo, fica difícil entender, siglas e tudo o mais. Mas quando coloca em linguagem clara, que eu peguei o restante do relatório, dá para se ver claramente o que aconteceu.

E quem é político sabe que há toda uma apresentação política e no meio coloca-se que o problema é esse e tal. Diante do seu relatório, eu vi o que houve foi o seguinte. Claro que a razão que deu origem foi a climática, mas o que se chegou pela questão técnica é que a suportabilidade dos isoladores quando submetidos à chuva. Esse foi grande questão.

Vocês tinham uma especificação, estavam lá os componentes e se achava que diante das questões climáticas, ele suportaria essas questões climáticas. E não aconteceu. Então, no meio, você explica isso no seu relatório, e coloca que já estão em andamento testes no laboratório da CEPEL.

Então, para mim, está claro. O que aconteceu foi isso. Tem determinados isoladores, que para as especificações apresentadas pelos fabricantes, eles suportariam determinada atuação climática e isso não aconteceu. Foi isso, Sr. Hermes?

SR. HERMES CHIPP: Essa foi uma das hipóteses. Eu coloquei duas. Porque a primeira, a descarga atmosférica—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, está aqui--

SR. HERMES CHIPP: --não pode ser descartada. Duas hipóteses—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A descarga atmosférica é o que te dá origem a testar se esses isoladores estariam aptos a suportar ou não--

SR. HERMES CHIPP: Não, é... Esse isolador--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Porque aqui fala assim--

SR. HERMES CHIPP: Deputado, desculpa, só para... O isolador, a redução da suportabilidade é devido a chuvas intensas nele. Quando você molha aquelas saias, ela [ininteligível] tem lá o retrato apareceu ali.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vi, eu vi a foto.

SR. HERMES CHIPP: Dependendo de chuva e forma de vento, você acumula mais água ou menos água, ou seja, se não tiver vento, chuva vertical tende a escoar. Quando fica essa película, é como se você, com a água, que é um grande condutor, você desse passagem à corrente. Então é chuva. Essa causa provável não é devido à descarga, é chuva. A descarga elétrica, que provoca o curto-circuito, que mostrou, ali, pelo chamuscamento, ela pode ter origem nesses casos devido à redução do isolamento, devido a chuvas ou a descargas. São duas causas prováveis.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, mas, de qualquer maneira, foi no isolamento?

SR. HERMES CHIPP: Não pode se afirmar, porque você não pode descartar a descarga. O que eu mostrei... Havia, durante o dia, descargas intensas, tanto que, avisadas pelos institutos, que eles entregam esses dados para a gente pelas empresas; tanto é que, durante o dia, conforme a intensidade informada, nós, inclusive, reduzimos durante o dia, às 14 horas, a geração de Itaipu.

Quando chegou perto da ocorrência, o senhor viu lá, o mapa, já era muito menos intensa, mas não significa... Você com menos intensa, você não reduz. Não há necessidade de você impor ao sistema medida de segurança adicional porque isso custa. Itaipu estava vertendo na ocasião. Essa redução que a gente fez, mesmo com vertimento.

A outra hipótese é que eu estou dizendo para os senhores, é o seguinte: que, para suportar... Se eu fosse operar o sistema, como ele é hoje, para suportar essa contingência, eu teria que reduzir 4.000 megawatts nesse carregamento de 8.500 que estava chegando pelos 750 kV. Isso significa praticamente 4.000 de geração térmica. Isso custaria 600 milhões por mês.

O mês passado eu estive aqui, na CPI, para responder por outra razão, que são os encargos, a geração térmica adicional para manter a segurança com relação a apagão, a racionamento, que é um efeito

muito mais pesado e significativo. E uma discussão, se devia ou se devia; as pessoas reclamam que pagam por segurança.

Imagine o que é gerar 600 milhões de custo para o consumidor adicional, com geração térmica de 4.000 megawatts diária, para prover o sistema de segurança para suportar uma contingência dessas, que nunca aconteceu; eu nunca vi na minha vida, em 40 anos de operação. É antieconômico.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está certo. Agora, Presidente, só para finalizar, são coisas que acontecem e que algumas pessoas que praticam algumas defesas, por exemplo, de meio ambiente, que eu aceito e entendo que é importante também, o ser cuidar do meio ambiente, mas todo o momento que nós tentamos fazer alguma grande obra, nós temos essa grande obra questionada por uma série de certificados que precisa ter para ser realizada. Só que, na hora que... Claro que não tem como acontecer, mas se nós tivéssemos várias hidrelétricas atendendo, não teria um blecaute desse tamanho.

O que acontece? Quando falta luz, todo mundo grita. Por quê? Porque sentiu na pele faltar luz. Mas, enquanto o Governo está tentando fazer alguma coisa para que isso não aconteça, todo mundo grita também. Então, nós temos que definir o que nós queremos. E aí entender que o Governo não está aqui poder destruir regiões para se fazer hidrelétrica, ele faz porque precisa atender a todos. E isso nunca é levado em conta, sempre parece... Da mesma maneira que agora; nós temos encarado que produtores de carne, plantadores são criminosos.

Agora, o dia que faltar comida na gôndola do supermercado, todo mundo vai gritar.

SR. HERMES CHIPP: Claro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, isso é que vem acontecendo no país ultimamente. Então precisamos ter atenção quanto a isso. Talvez isso tenha sido um aviso, um aviso que os opositores usam como bandeira, mas aqueles que tiverem bom senso vão ver que nós temos que tomar as atitudes corretas para atender a grande maioria da população. Obrigado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Wellington Salgado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu pediria à V. Exa. que me permitisse fazer também uma pergunta ao Dr. Hermes Chipp.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não. Com a palavra o Senador Edison Lobão Filho, para indagar ao Dr. Chipp. V. Sa. tem cinco minutos para fazê-lo.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Dr. Chipp, bom-dia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): No início desta, no início desta crise--

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Presidente Collor, eu tinha--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É verdade, desculpe.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): --o Ministro Edison Lobão havia afirmado como justificativa, como provável justificativa daquele blecaute, condições climáticas adversas. Nessas condições climáticas adversas incluíam-se ventos fortes, chuvas torrenciais e descargas elétricas.

O grande problema, a grande celeuma que ocorreu na imprensa foi que um determinado indivíduo disse aos veículos de comunicação que, naquele dia, naquela faixa horária, não tinham ocorrido descargas elétricas de grande [ininteligível], com elevada amperagem.

Então, ele fez uma afirmação de que as descargas elétricas ocorridas naquele período de tempo eram três, quatro vezes menores do que a suficiente para criar aquele blecaute. Mas V. Sa., agora, agora, na sua exposição, há cinco minutos atrás, disse que descargas elétricas de baixa amperagem, às vezes, são até mais perigosas para a rede elétrica do que as de grande amperagem.

Então, eu gostaria que V. Sa. explicasse melhor, porque esta frase perdida dentro do contexto do que você falou esclarece quase que todo o problema lá na sua origem. E eu fiquei muito curioso, porque foi a primeira vez que eu ouvi essa afirmação e não ouvi essa afirmação e nem essa explicação ao longo de todo esse processo.

Então eu queria que V. Sa. pudesse adentrar mais na explicação técnica desta pequena frase de elevada relevância dentro da explicação geral desse problema que ocorreu.

SR. HERMES CHIPP: Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Sa. tem cinco minutos para responder ao Senador Edison Lobão Filho.

SR. HERMES CHIPP: Não, eu consigo com muito menos. Olha só, uma coisa é muito importante, eu disse no início: quem diz se tem descarga forte ou descarga fraca -- eu disse no início, tenho dito para a mídia -- são os institutos com os quais a gente tem

contrato para informar descarga, chuva; institutos de meteorologia e empresas.

As empresas também, como aquele registro que eu mostrei, da *DUKE Energy* indica chuva de 24 milímetros, e tem uma informação que eu fui... Outra coisa: não cabe aos institutos de meteorologia inferirem consequência de intensidade de descarga do fenômeno elétrico. Isso é uma especialidade da área elétrica.

Então, da mesma forma que nós temos o contrato com eles e usamos o que eles dizem para fazer essas reduções, foco de calor, descarga, chuvas, ventos... Para você, que o sistema é planejado para "n-1", e você não vai ficar para justificar, com isso, o apagão. Você teria que prover medidas para evitá-lo, se for possível. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto, fui mergulhar na questão através até do Diretor-Geral do CEPEL, em contato com o INPE, você tem a informação -- isso eu estou passando como eu identifiquei -- que é a seguinte: você tem 100%, praticamente, de certeza na identificação de descargas com intensidade superiores a 25 KA. Abaixo, que são as fracas, você tem só 85. Então, 15% das descargas fracas você não detecta. E as fracas, elas, às vezes, são mais perigosas de que as fortes. Então, essa inferência, de que a descarga forte é o que causa, é equivocada, não se pode afirmar isso. Ela pode causar também, mas a fraca também, porque ela penetra no condutor de forma não prevista, não vem por cima, que o para-raio protege -- o cabo para-raio é como você tem para-raio nos edifícios --, quando vem por cima ele protege e descarrega para terra. Se protege, a onda trafega na linha, na torre, resistência da torre de aterramento, e você dissipa energia, nada acontece aos condutores, não haveria descarga elétrica, não haveria curto. Está perfeito?

Então, descarga atmosférica pode provocar descarga elétrica sendo fraca e chuva, com certeza, está identificado por testes de laboratórios que isoladores, que vamos ver agora quais são as providências, se são trocas, se são de consulta ao fabricante, essa coisa toda, para você minimizar esse efeito da chuva.

Porque a redução de suportabilidade para chuvas de ordem de três milímetros chega a 30% de redução. Então, isso está sendo investigado, está em andamento, e é uma coisa que tem que ser feita, está sendo feita rápida, para você reduzir as medidas preventivas, para reduzir a possibilidade desse fenômeno, se, por essa razão, repetir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Edison Lobão, algum comentário?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): De onde se conclui claramente que o técnico que falou que não

poderia ter sido uma descarga elétrica é um apedeuto a energético.

SR. HERMES CHIPP: Bom, aí eu...

[risos]

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Bom, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes de passar a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, eu gostaria de indagar ao Dr. Chipp quem é o fabricante dessas torres de transmissão.

SR. HERMES CHIPP: Os fabricantes eu não sei, das torres eu não sei, senador. Eu me preocupei com os isoladores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Os isoladores.

SR. HERMES CHIPP: É, esses isoladores de Itaberá, ele tem... Os testados, os que vêm sendo testado são Santana, se não me engano, e Gold(F). O Dr. Márcio, eu acho que tem essa informação de forma mais precisa, hoje.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: É a Santana e a Gold(F) [ininteligível]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E nesse caso não há um prazo de garantia, não há responsabilidade desses fabricantes num caso como esse? Porque o cidadão que está na sua casa e que tem o seu aparelho elétrico danificado [soa a campainha] por uma falta de energia, como essa que aconteceu, ele tem a quem recorrer para ser ressarcido do seu prejuízo.

Nesse caso, dos isoladores que foram queimados, como disse muito bem aqui o Senador Wellington, a quem se poderia recorrer, no caso? Ao fabricante? Para saber se houve algum defeito na peça, se as especificações que ele colocou como sendo daquela, no caso daquele isolador, se essas especificações estavam perfeitamente de acordo?

SR. HERMES CHIPP: Boa pergunta, porque dizem respeito às providências, devido a essa linha de investigação. Os resultados preliminares desses testes indicam que esses isoladores, tanto os que foram retirados de campo nesse processo, e continua, não terminou, como aqueles que foram retirados do almoxarifado, reservas, apresentaram o mesmo resultado. Ou seja, atenderam às normas técnicas que determina que se suporte essa tensão para chuva de até um milímetro por minuto.

Então, veja bem, o que vai se verificar agora é o seguinte: ora, embora esteja atendendo às normas, vale a pena – eu vou dizer até minha opinião, eu acho que vale em função da consequência – que, embora tenha atendido às normas – porque são informações

preliminares, eu não tenho ainda essa conclusão de Furnas com os testes do CEPEL, nós estamos para receber, vai fazer parte dessa investigação – vale a pena prover, com adaptações – porque aí você tem que consultar o fabricante, tem técnicas de usar, às vezes até se debocha – é tipo de um guarda-chuva de uma placa que faz essa chuva escoar e não escoar pelas saias dos isoladores, e outras técnicas. São adaptações. E a outra é a própria troca por isoladores mais resistentes. É isso que vai ser verificado. Eu, particularmente, acho que vale a pena. Pelo nível de incidência de chuva que a história mostra que existe nas regiões próximas a Itaberá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ou seja, se houve alguma falha no oferecimento das especificações por parte da fabricante, ele será acionado.

SR. HERMES CHIPP: Sem dúvida. Isso vai ser fruto, isso vai--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ao final do relatório.

SR. HERMES CHIPP: Ao final do relatório. E a fiscalização da ANEEL, que vai a campo e testa, vê os testes, os resultados e tal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti. V. Exa. tem cinco minutos para sua indagação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu agradeço ao Presidente Fernando Collor e cumprimento a todos os presentes na Mesa. A minha abordagem é mais a nível de constatação de que questionamento.

Essa Comissão convocou uma série de profissionais, de técnicos, de gestores, que, na verdade, dominam o setor elétrico. Essa abrangência dessa convocação técnica, ela foi motivo de muita polêmica aqui no Brasil, explorado pelos que fazem oposição ao governo e explorado pela mídia, no intuito de fazer uma falsa interpretação do qual o real objetivo dessa nossa convocação.

Posteriormente, na Comissão de Ciência e Tecnologia, eu assinei um requerimento convocando quase que as mesmas pessoas naquela Comissão, com o mesmo propósito desse esclarecimento, e também fomos interpretados de forma bastante equivocada. Ao nosso requerimento foi acostado um requerimento de forma, assim, jocosa, com uma organização não credenciada que visava, exatamente, desmerecer o espírito das nossas convocações.

Eu saio desta reunião, dessa Audiência Pública, de uma forma muito enriquecida, por duas razões:

Primeiro porque, cada vez mais, eu percebo que o Brasil está muito bem entregue. A gestão brasileira, o nível de competência da gestão brasileira há de se reconhecer que está em muito boas mãos. Aqui, nesta Comissão e em outras Comissões, nós temos convocados gestores, Presidentes de Banco Central, autoridades máximas deste País, e eu, como empresário, eu estou senador, mas, na verdade, eu sou empresário, eu posso constatar o excelente nível desses profissionais, desses gestores, que, na verdade, tomam conta do Brasil.

Nesta Casa, nós passamos por um problema, que é um problema de credibilidade. Muitas vezes essa credibilidade, o questionamento dessa credibilidade é uma criminalidade indevida. Aqui nessa Casa se trabalha muito, nessa Casa tem parlamentares fantásticos, com experiências, Ex-Presidente da República, Ex-Ministro, Ex-Governadores, há uma seleção, esta Casa é uma academia, esta Casa... É um enriquecimento participar desta Casa. Mas não é isto que é visto lá fora.

E, na verdade, nós temos, especificamente, no Senado nós temos 81 membros. Acho que as convocações... hoje nós estamos com 10% desta frequência, aproximadamente 10% dessa frequência. E eu diria que eu estou sentindo falta é exatamente daqueles membros que lá fora, através de entrevistas, lá fora junto à mídia, se postam considerado que nossas convocações são as visam proteger determinadas figuras do governo, que visam não esclarecer, quando, na verdade, se aqui estivesse, estariam vendo o alto de explicação. Essa explanação do Dr. Hermes Chipp é uma explanação além de tudo didática.

Eu cumprimento V. Exa. pela clareza, pela didática e pelo domínio, e da identificação real dos problemas.

Nós estamos aqui identificando que um determinado isolador não funcionou da forma "X", determinada centelha elétrica pode provocar isso ou aquilo. Aqui não se está tentando polemizar, aqui está se tentando, na verdade, esclarecer e fazer com que a população brasileira, esteja melhor protegida lá na frente. Porque os acontecimentos não acontecem por fatos pontuais, acontecem em decorrência da somatória de fatores. Isso é num acidente aéreo, isso é em qualquer dos fatos [soa a campainha] eles acontecem em função de consequências de fatores que se sucedem.

Então eu parabeno esta Comissão, parabeno o Presidente Fernando Collor pela iniciativa, foi o primeiro que teve a coragem de convocar toda uma equipe de gestores, pessoas que dominam o setor, para que nós possamos sair o Senado Federal dando um exemplo de busca de esclarecimento real, e não

de politizar um fato que, na verdade, é um fato técnico que tem consequências econômicas.

Eu parabeno a todos, parabeno ao Presidente Collor e eu acho que nós estamos dando uma lição de como tratar seriamente de um problema que atingiu a muitos milhões de brasileiros. Era isso, muito obrigado. Essa é a constatação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Roberto Cavalcanti pelas suas palavras. E eu passo, em seguida, a palavra ao Dr. Luiz Pinguelli Rosa para fazer a explanação, V. Sa. dispõe de vinte minutos para fazê-lo.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Sr. Presidente, eu agradeço a honra de estar aqui, com pessoas tão importantes, e no Senado, para discutir essa questão.

Houve uma grande confusão de informações e a natural até que isso ocorra, porque o público, a mídia sofre muito o impacto de uma perda de energia, e tem a preocupação de entender o que se passa, e muitas vezes as explicações não são tão simples, como o Hermes está colocando aí, com muita competência, as possibilidades, os problemas.

Eu acho que algumas premissas, que a essa altura já devem estar bastante esclarecidas, mas de qualquer modo para puxar o fio da meada, me desculpendo por não ter podido assistir todo o debate anterior e a exposição do Hermes, porque eu vim do Rio de Janeiro e estou surpreso com a pontualidade da sessão aqui, Sr. Presidente, porque eu cheguei aqui no primeiro avião que eu consegui, pelo tempo de voo, saindo cedo do Rio.

Agora, a primeira questão que está bem esclarecida, puxando o fio da meada, é que não houve falta de energia. Portanto, foi um fato diferente, substancialmente, daquele de 2001. Eu acho que esse precedente, 2001, serviu muito de fogo na fogueira, era uma memória muito desagradável, porque em 2001, houve um racionamento. As pessoas eram obrigadas a diminuir o seu consumo de energia sob pena de um corte de energia nas famílias, nas casas e também nas empresas. Isto, então, é uma memória que pesou. Dois mil e um não é um ano tão distante. Então não foi o mesmo caso.

As usinas e também as linhas de transmissão. Em 2001 havia energia no Sul, que não podia ser trazida o Sudeste, foi o foco do problema, porque não havia ainda a última das linhas Itaipu que foi depois construída. Não só essa, outras linhas. Então, o sistema ficou mais interligado.

E outro esclarecimento, que eu acho que a essa altura também já foi feito, mas na mídia houve muita confusão, e até acho que isso ainda não é totalmente

esclarecido, é que o sistema interligado é uma vantagem para o Brasil. Não tem sentido abrir mão do sistema interligado. Não tem sentido abrir mão da hidroeletricidade. Discute-se a expansão – eu até critico o governo pelo número de termoeletricas que tem entrado, eu acho que elas são piores até, não só pelo problema do custo, como também pelo problema muito em voga no mundo hoje a discussão, que é o efeito estufa, da emissão dos gases. E que o Brasil tem uma vantagem por usar muita hidroeletricidade em relação à maioria dos países que usam muito carvão mineral como a China, a Índia, os Estados Unidos, quase toda a Europa. Então nós não podemos abandonar uma vantagem de recurso natural que o País dispõe.

Se a gente integrar no tempo, não precisa ser muitos anos, não, poucas décadas, o potencial hidrelétrico brasileiro, ele é muito maior em energia do que o pré-sal. Se o pré-sal é uma festa, todos hoje comemoram o pré-sal, a energia... Isso é o óbvio, porque se você integrar infinitamente, você tem infinita energia hidrelétrica, porque ela é renovável. Mas o potencial do Brasil é muito grande. Nós inclusive usamos uma parte dele, modesta. Os Estados Unidos tem uma capacidade instalada hidrelétrica maior que a do Brasil, embora tenha recursos muito menores, ele usa muito mais os recursos hidroelétricos dele que o Brasil. É também uma desinformação muito comum

Então, a hidrelétrica ainda é uma opção fundamental. Nós não devemos, por causa desse risco, queimar essa vantagem comparativa que o Brasil tem de dispor de muitos recursos hídricos para gerar eletricidade, e ainda usa pouco eles. Acho que isto tudo não isenta o governo da responsabilidade, eu acho que aí houve um erro, sim, como já um dos senadores que arguiu aqui colocou. Houve um problema de comunicação.

O governo não pode ser isentar da responsabilidade. É como a Air France não pode dizer que a Airbus é ótimo. Ele foi projetado, e todos gostam do Airbus, ele voa pelo mundo todo. Mas ele ficou até hoje, o público brasileiro sem a explicação coerente do que aconteceu com o famoso e triste caso que sobrevoava o Atlântico numa situação inexpugnável. Que nada é mais seguro do que um avião a 10 mil metros de altura. O problema do avião é quando ele desce e sobe, e não quando ele está a 10 mil metros de altura. Então eu acho que nós também temos de dar à sociedade brasileira essa resposta, e ainda não está muito esclarecido. Certamente avançou muito.

O pouco que eu ouvi do Hermes falando e do que me ajudou aqui o Zimmermann, eu acho que as coisas começam a aparecer, a luz no fim do túnel, mas é preciso lembrar que a vantagem hidrelétrica

nos obriga a usar linhas de transmissão, até porque o País é vazio no território. O Brasil não é um País de densidade populacional elevada, e é ocupado de forma muito heterogênea.

Os recursos hidroelétricos estão lá, onde Deus colocou, ou a natureza, tanto faz; e as pessoas estão onde a história levou-as a estar. Então a concentração populacional nos faz trazer energia de Itaipu. É uma linha considerada longa. Porque nos países desenvolvidos houve umas comparações totalmente equivocadas que foram divulgadas. Comparar... até por pessoa de formação técnica.

Comparar o sistema brasileiro com o norte-americano ou europeu quanto a falhas, é completamente equivocado. Porque lá, tanto nos Estados Unidos como na Europa, existe demanda em toda a parte, e existe geração em toda a parte. Existe demanda em toda a parte porque são países densamente povoados e com o nível de desenvolvimento bastante homogêneo.

Então há indústrias, há cidades importantes e habitantes. E, também, como são todos de base termelétrica, que já superaram a disponibilidade hidrelétrica deles, que é muito termo do que a nossa, eles têm geração em toda a parte. Porque a termoeletricidade, você coloca a usina próximo do centro de carga, o mais próximo possível. Porque não tem sentido, a termoeletrica você escolhe onde vai botar, a hidrelétrica você usa as quedas d'água melhores onde elas estão.

Então não pode se comparar. Se comparar, tem que levar essa diferença, porque o nosso sistema exige linhas mais longas. Há análogos ao Brasil? Sim. O Canadá, por exemplo. Ele também é um País de povoação heterogênea e que usa muito hidroeletricidade, mas não os Estados Unidos. Então é diferente.

Mas, mesmo nos Estados Unidos, houve problemas de falta de energia, então o sistema elétrico está sujeito a isso. Ninguém pode prometer um sistema tecnológico de falha zero. Primeiro que o custo de redução de possibilidade de falha é muito elevado. Ele cresce exponencialmente quanto mais seguro você deseja o sistema, a ponto de não ser possível economicamente; segundo, que também é tecnologicamente impossível, você sempre poderá ter uma falha, até porque tem um elemento humano também, não é só o sistema técnico. Todo o sistema técnico tem uma interface humana. Bom, então há necessidade de esclarecer o que aconteceu e reconhecer que nós temos uma vulnerabilidade. É claro que a probabilidade de um evento desse tipo é baixa.

Eu estou vendo aqui a explicação do Hermes, respeito muito o Operador Nacional do Sistema, considero um órgão dos mais competentes do setor elétrico, do sistema técnico em geral do Brasil, e é responsável pelo

despacho da carga e pela operação do sistema. Mas essa vulnerabilidade exige uma atenção enorme.

Eu estou aqui mais debatendo com algumas questões que coloca o Hermes, porque eu acho que ele é o especialista, e detém as informações mais corretas. Nós não podemos, por exemplo, nos acomodar, eu vou usar essa palavra, nessa situação de vulnerabilidade. É claro que nós não esperamos que um evento desse ocorra com frequência muito grande, ele será raro, nas ele deve ser minimizado o mais possível.

Não é só o problema do evento em si, a falha na linha é também a propagação de suas consequências. Não sei, talvez o Hermes tenha colocado essa questão, há o problema do ilhamento. Quer dizer, esse ilhamento que é a ideia de circunscrever as consequências, ele não funcionou bem. Ou ele estava projetado... Funcionou bem, mas estava projetado de uma forma que não foi capaz de deter essa propagação de consequências.

Primeiro caíram as três linhas de corrente alternada, eu entendo que... O Zimmermann me ajudava aqui a interpretar as informações do Hermes, que você pode ter, sim, isso pode acontecer, essa contaminação das três linhas. Elas entram nas mesmas subestações, têm barramentos. Parece que, em 1999, o que aconteceu foi algo parecido.

Agora, caiu também a linha de corrente contínua que vinha de forma independente, a parte Paraguai, que é gerada em 50 ciclos, transforma para a corrente contínua, que é uma tecnologia avançada. Corrente contínua é mais "avançada" do que a alternada, é mais nova. E, apesar disso, também caiu, quer dizer, o sistema foi caindo. São Paulo caiu, o Rio caiu.

De certo modo, o nível de população atingida foi maior do que 99, embora a favor do réu, devemos dizer que, o tempo foi muito menor. O réu aqui é o evento. O réu é o evento, não é o Hermes. O réu somos todos nós da elite brasileira que devemos a explicação para o povo brasileiro, que nós é que somos os que podemos ter acesso à informação e entendê-la.

E eu acho que ficam todos nós olhando "Que diabos que aconteceu?", não é só o Hermes. Então, a favor do réu existe o tempo. Em 99 foi maior, São Paulo ficou muito mais horas apagada. E, também, aí pela coincidência foi de noite, e na noite grande número de pessoas já se recolheu, etc.

Imagina uma falha dessa pegando o anoitecer, que é onde todo mundo precisa de eletricidade... subir... Eu já subi 15 andares que é o edifício que eu moro lá no Rio, por falta de energia, isso é terrível. À noite tem outros problemas, mas de qualquer modo o número de pessoas atingidas diminui um pouco.

Mas, então, eu acho que nós não podemos ficar confortáveis com isso. Essas explicações colocadas são interessantes. Por exemplo, uma cobrança que temos que fazer é essa questão dos transformadores. Nós não podemos ter transformador que fica resfriado quando chove, eles têm que tomar um...

Agora, é preciso ter, claro, consciência de que estamos tendo, talvez, fenômenos climáticos mais intensos, é uma dúvida ainda, mas há uma forte ideia de que isso... tendências de análises que já foram feitas de que está havendo uma intensificação de fenômenos climáticos severos. Aquele fenômeno chamado Catarina, há poucos anos atrás no Sul, essas frequentes enchentes.

Enfim, é possível que o fenômeno climático esteja se intensificando, e nós vamos ter que proteger melhor o sistema, porque a probabilidade vai aumentar de falhas por eventos climáticos.

Proteger de raios, já é protegido bastante bem. Apesar de tanto em 99, como agora, nós atribuímos a raio.

Eu discuti muito o caso de 99. Naquela época também houve essa discussão, porque na subestação Bauru não tinha havido uma tempestade de raios severa, os raios tinham se localizado há muitos quilômetros de distância. Mas isso que o Hermes explicou também foi aventado naquela época, a propagação horizontal do efeito. Porque o raio induz, o raio nem precisa atingir fisicamente propriamente a linha, ele pode induzir eletro... Fazer uma indução eletromagnética que induz uma sobretensão, uma sobrecorrente altíssima. E aí a gente reclama. O para-raio também da subestação, no caso da Bauru, que é mais antigo e mais estudado, falhou.

Quer dizer, a subestação que ali é muito delicado, porque as três linhas são independentes. Claro que elas podem até se aproximar pelo vento, mas são desenhadas para estarem afastadas, etc. Tem para-raio ao longo da linha, mas quando entra na subestação, um sistema mais intrincado.

E um curto-circuito na subestação tende a contaminar todas as linhas que estão entrando ali. Lá em Bauru, esse foi um ponto vulnerável. Eu não sei se aqui também tem... Seria possível impedir que, ao chegar na subestação, as outras duas linhas tenham sido afetadas, poderia ser impedido por uma forma mais adequada de para-raio na entrada da subestação para barrar essa sobretensão? Não sei.

A questão que também que está bem clara pelo Hermes, com a complementação do Zimmermann é que nós vamos precisar nos dedicar à pesquisa e à solução do problema da resistência do dielétrico, dos isolantes sob camadas muito fortes de água, sob inci-

dência muito maior do que o comum. Esses números colocados aí, parece que foram superados o nível de segurança do isolante.

E é uma responsabilidade enorme que eles têm, então eu acho... Eu estava até brincando aqui... Botar um guarda-chuvinha em cada um, uma coisinha qualquer, parece que nos canadenses estão fazendo uns desenhos desses, alguma coisa... não é um guarda-chuva, mas é algo que... Um dispositivo de proteção, que no Brasil é fundamental.

Se a gente não garantir esse sistema hidrelétrico, eficaz nós teremos maior dificuldade em licenciar novas hidrelétricas, cada vez maior. Ele já tem dificuldades ambientais... Se o argumento de que elas não dão confiabilidade devido às longas linhas e às falhas que ocorrem, eu acho que o governo terá maior dificuldade e será ruim para o Brasil não aproveitar esse potencial, e esse sistema inteligente, que permite você usar interligadamente o que é gerado numa região do País para alimentar a carga na outra. Você vê esse caso que Itaipu estava servindo ao País todo.

Aí vem uma outra questão, que o Hermes já colocou. Eu acho que é um erro completo imaginar que a gente vá agora colocar todas as termoelétricas a gerar energia, para evitar o uso das linhas mais longas ou diminuir muito a percentagem da energia que vem atrás dela. Eu acho errado, porque é caríssimo isso, você vai pagar o combustível e o consumidor vai pagar.

Agora, talvez esteja muito pesado o papel de Itaipu na geração, há uma lógica. Itaipu é uma usina fio d'água. Eu não sei se já foi explicado há pouco pelo Hermes, mas ela não acumula água. A água está acumulada ao longo da bacia, acima das outras usinas, muitas, mas não ela. Então a água que passa ali ou você gera energia ou verte, e ela vai embora.

Então é racional, energeticamente e economicamente, você usar o mais possível da água. Está feita a barragem, ou usa a água ou não usa. Se você não usar, talvez tenha que usar termelétricas, pagando pelo combustível e emitindo gases para a atmosfera, e o Brasil é cobrado depois porque aquece o planeta. Então, eu acho correto. Mas é preciso pensar essa proporção.

Não sei se no cálculo probabilístico de falha do sistema seja conveniente compensar um pouco em certos momentos. Por exemplo, quando houver chuva muito forte. Quer dizer, em situações atmosféricas muito severas ao longo do 'linhão' de Itaipu, que é aquele que vem até aqui o Sudeste, até São Paulo, trazendo muita energia, muita quantidade de energia elétrica, a gente diminuir essa proporção nesses momentos [soa a campanha]. Acabou o meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mais cinco minutos.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Obrigado, Presidente. Então eu acho que eu termino aqui essa complementação às observações anteriores dos senadores e da exposição do Hermes. E coloco uma coisa mais geral, o sistema hidrelétrico brasileiro interligado é inteligente, é bom, e nós devemos continuá-lo. Mas eu acho que nós devemos prestar atenção ao modelo institucional do setor elétrico.

Eu li com atenção aqui a convocação, e coloca além do problema específico da falha, a real situação do nosso sistema elétrico, notadamente na geração transmissão, gerenciamento e as perspectivas de investimento no setor. O investimento no setor vai bem? Eu não acho... A água havia inclusive... Além do investimento, havia água.

Eu até brinco, às vezes, que São Pedro é da base aliada: ajuda, em geral, não tem atrapalhado a água, tirando aí há dois anos atrás com a questão do gás natural acoplado, passou-se um aperto novamente, mas muito menor do que em 2001. Porque em 2001 faltava investimento. Agora não. Mas o sistema institucional está muito complicado.

Eu vou dar um exemplo relativo a esse caso que eu não gosto, que não é o caso, é o exemplo fora do caso, mas é relativo a ele. Eu não acho bom fazer licitação de trechos de linha de transmissão. Cada empresa tem um pedaço da linha, tantos quilômetros, etc. Na subestação acaba havendo mais uma de empresa operando, que são aquelas que chegam a ela. E as empresas, naturalmente, têm hierarquias diferentes, têm filosofias diferentes.

Eu acho que o sistema tinha que ser um pouco mais unificado. Eu acho que a ELETROBRÁS tinha que ter um papel mais parecido com o da PETROBRÁS. Se nós somarmos a participação do grupo ELETROBRÁS levando em conta CHESF, ELETRONORTE, FURNAS na geração e da transmissão do sistema do Rio Madeira, ele tem a maior parte da participação, mas está toda segmentada com vários parceiros, a TRACTEBEL, etc.

Bom, nada contra isso, mas eu não acho que um sistema elétrico da dimensão do Brasil ganhe muito nessa partição. O sistema elétrico brasileiro nessa fase atual de muita hidroeletricidade, ele não um sistema típico de competição do mercado. Ele é um sistema cooperativo. Tanto é que reconheceu-se que o relatório da Cooperlave(F) estava errado quando propunha uma competição entre hidrelétricas, e criou-se esse sistema hoje operado por uma NOS, onde o despacho da carga não tem nada a ver com os contratos de compra e venda de energia. E que o me deixava danado que lá,

no tempo que eu estava na ELETROBRÁS, FURNAS gerava energia, porque ela tinha água, e era mais barata, e a ONS corretamente mandava gerar.

Recebia um tostãozinho por aquilo e os contratos eram de algumas termoeletricas, que não geravam energia e eram remuneradas. E eu ficava muito bravo com isso: “Mas, poxa, eu que estou gerando, e não ganho quase nada.” Quinze reais por megawatts/hora; o outro gerava, gerava não, o outro tinha contrato, vendia energia, que ele não gerava, porque a ONS corretamente mandava a hidrelétrica funcionar e ganhava 120 reais por megawatts/hora. Isso está uma confusão.

Tem produtor independente, consumidor livre em contratos bilaterais, onde a energia chega a estar aí, esteve há pouco tempo 16 reais o megawatt/hora. E nós pagamos na nossa casa 400 reais o megawatt/hora.

Obrigado, Presidente, eu acho que eu posso terminar dizendo que, para mim, é uma oportunidade de chamar a atenção do sistema institucional, que eu acho que precisa alguns aperfeiçoamentos.

E do ponto de vista técnico, acho que estamos no caminho certo. Temos de cobrar o governo a identificação dessas causas e também as providências para diminuir a vulnerabilidades desse sistema a bem da expansão do sistema hidrelétrico. Que se esse sistema hidrelétrico não tiver apoio político, apoio da sociedade, nós vamos trocar a hidroeletricidade por usinas a carvão, a óleo, etc., até que chegam as fontes renováveis na quantidade necessária que ainda está longe de acontecer. Obrigado

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Luiz Pinguelli Rosa pela sua explanação. Senadores inscritos... O primeiro deles [soa a campainha] Senador Antônio Carlos Valadares. V. Exa. tem cinco minutos para fazer a sua pergunta.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Fernando Collor, ilustre Presidente, eminentes convidados, participantes desta Audiência Pública, senhor vice-presidente Senador Eliseu Resende, Senadores.

O famoso blecaute de fornecimento de energia elétrica aconteceu no dia 10, uma terça-feira. Já no dia 13 deste mês, o ilustre professor Dr. Luiz Pinguelli fez publicar na Folha de São Paulo um artigo que eu considero uma peça neutra, clara e fundamental para esclarecer ao grande público o que realmente aconteceu naquele fatídico dia, que poderia ser mais fatídico se o suprimento de energia, ao invés de ser temporário, fosse permanente, como aconteceu em 2001, quando o governo foi obrigado a tomar medidas drásticas, inclusive da ameaça de corte de energia elétrica nas

residências, caso um determinado calendário de utilização da energia elétrica não fosse cumprido. Isto é, a população foi submetida a um processo de vigilância, o que jamais havia acontecido no Brasil, por falta de investimentos na área de energia elétrica.

Em determinado trecho deste artigo, que eu fiz questão de colocar no meu blog, eu tenho um blog. Aliás, todos os senadores aqui tem blog, tem Twitter, inclusive eu acompanho muito o nosso Presidente Fernando Collor no seu Twitter. E eu fiz questão de colocar no meu blog, e quem desejar ler novamente esse artigo, que eu considero fundamental, do Dr. Pinguelli, poderá encontrar não só na *Folha de São Paulo*, no dia 13/11, como também no meu blog e em tantos outros que se aproveitaram, como eu me aproveitei, da sapiência e da sabedoria do Dr. Pinguelli. Então, em determinado trecho, ele fala: “É preciso esclarecer, porém, que o ocorrido na terça-feira foi totalmente diferente do chamado apagão de 2001, quando o governo decretou um racionamento obrigatório de energia elétrica para toda a população, sob pena de desligamento da residência ou empresa, por alguns dias, caso não fosse cumprido o corte no consumo. Naquela ocasião havia falta de energia para atender a demanda, pois esta vinha crescendo mais rapidamente do que a capacidade instalada no país. Enquanto houve chuvas suficientes para a geração de hidrelétrica, o sistema funcionou e o problema foi adiado. Quando as chuvas se reduziram – disse o Dr. Pinguelli [soa a campainha].

Posso continuar Presidente? Mais um minuto?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem um minuto mais.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): “...os reservatórios estavam vazios e faltou energia no sistema. Alertei o então Presidente Fernando Henrique Cardoso por uma carta como Coordenador do Instituto Virtual da COPPE e cheguei a conversar com José Jorge, à época Ministro das Minas e Energia.”

Então, eu gostaria, em resumo, de saber, de forma sintética, qual o teor desta carta?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Qual...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O teor desta carta?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Ela é pública, ela está num livro, até num trecho, eu não estou...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, mas o essencial. Mas eu posso me comprometer a recuperar [ininteligível].

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Ela era o alerta disso. A gente fazia aquela curva, que eu tinha feito isso no tempo também do álcool quando faltou. A gente tem um crescimento da demanda, crescimento da oferta, é uma curva de colisão.

Igual na Engenharia Naval. Os engenheiros navais sabem que dois navios, depois de um certo ponto de aproximação, não há manobra que evite, é só bater de melhor modo possível. E é fácil acontecer isso também em casos como esse. A demanda crescia muito mais do que a capacidade instalada, era claro que ia faltar, ia cruzar.

Só não faltava porque chovia bastante. Mas no momento que faltasse não tinha reserva de geração. Foi isso que eu escrevi.

Eu até agradeço a sua citação, e me honro por ela, porque logo depois desse artigo, eu tive uma reunião com o Presidente Lula e a Ministra Dilma, por causa dessa história da mudança climática, da posição brasileira. O Zimmermann também participou de algumas. E para minha surpresa, eu falei: “Ih, agora é que eu vou brigar com a Dilma de novo aqui, porque acabei de escrever esse artigo aí falando...” E ela falou: “Não, seu artigo foi ótimo, esclareceu tudo na medida do certo, não é?”

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, eu estava certo, quando publiquei no meu blog o artigo de V. Sa.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Bom, não sei. Mas eu estou falando o fato só, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então o teor da carta eu posso encontrar onde... Professor Pinguelli, onde eu posso encontrar o conteúdo, o texto completo?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Eu vou pegar sua... Eu vou pegar o seu cartão e providenciar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pois não.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Que lá na COPPE a gente localiza esse livro ou o texto. O livro é certo que eu localizo, onde está transcrito uma parte. E se eu conseguir encontrar no arquivo o texto integral, eu mando.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço à V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Antônio Carlos Valadares. Com a palavra o Senador Wellington Salgado, o próximo senador inscrito. V. Exa. dispõe dos naturais cinco minutos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Serei rápido, Presidente. Eu queria só perguntar ao professor Luiz Pinguelli, da UFRJ, no qual eu tive o DRE 761334257 lá. Eu queria saber o seguinte: diante da exposição do Professor Hermes

Chipp, que não é só *chip* de computador, ele também tem o Hermes, de gravata.

Eu queria saber o seguinte: V. Sa. concorda, concorda que esse problema foi nesse equipamento, diante das exposições, diante dos estudos que V. Sa. fez, que foi nesse equipamento o problema? Porque eu tenho certeza que o Dr. Hermes não poder fazer uma observação concreta: “Não, foi aqui”. Porque envolve uma série de processos que virão. Isso é certo. Vão acionar quem? Vão acionar o produtor desse prejuízo todo que foi dado.

Mas, aqui, numa posição de um estudioso, qual é a opinião do Professor Luiz Pinguelli sobre esse assunto, objetivamente?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Deixa eu me qualificar. Eu sou físico, embora tenha estudado engenharia elétrica no Instituto [ininteligível] de Engenharia, mas a minha profissão é físico, foi no que eu fiz doutorado, etc. E trabalhei, e trabalhei em planejamento energético, inclusive na ELETROBRÁS. Não sou um especialista em sistema de transmissão. Aqui o especialista é o Hermes, porque, inclusive chefia, preside a instituição aonde reúne os especialistas desta área.

É claro que os especialistas não só na NOS, estão também nas empresas. A linha, inclusive, não é da ONS, a linha é de cada empresa até como eu critiquei. Nesse caso, é de Furnas.

Mas é plausível, é possível e provável que tenha ocorrido uma das duas hipóteses. Eu não posso dizer que uma é melhor que a outra. E pelo que eu entendi, uma coisa que deve ser melhor aprofundada é a proteção de subestação à entrada dessas sobretensões que podem vir por um fio e é mais difícil segurar a entrada dela no fio, no cabo.

Agora, na subestação, ela é catastrófica, porque ela passa de uma para outras linhas. Então, ali, para mim, é um ponto de ataque do problema, que parece que aconteceu também em Bauru, bloquear essa entrada.

Segundo ponto que eu vejo da boa explicação do Hermes, daqueles... desenho, não, daquela foto projetada – que eu até cobrei isso num primeiro momento – que eu fui pego, imaginem os senhores, pela TV Globo, até por causa dessa história do clima, que eu estava discutindo isso, volta e meia eu estava envolvido no debate da questão de metas brasileiras, não sei o que, de Copenhague. E me pegaram em casa, e eu nem sabia, porque eu estava dormindo, eu não vi o apagão, o blecaute, o incidente. E não sabia. E fui acordado por um telefone lá do *Bom Dia Brasil*, para ir lá. Eu falei... O que... Foi lá e me deram uma explicação e fizeram umas perguntas. Então a gente... A primeira

coisa que me ocorreu é isso: “Bom, se um raio caiu em algum lugar, deve haver uma marca física.”

Num primeiro momento, depois desse dia, ainda, o assunto começou a ser muito aventado, e não aparecia essa marca física. Mas, agora, já há muito tempo, e o Hermes colocou aí, existe lá o isolante atingido. Agora, ele está dentro da norma de resistência, da norma técnica. Então a gente tem mudar a norma técnica. A minha é essa, se está dentro da norma técnica, e aconteceu isso, vamos mudar a norma técnica e ver o que os canadenses estão fazendo, como disse aqui o Zimmermann, botar um guarda-chuvinha em cima de cada um, não sei que o que fazer, mas nós vamos ter que estudar, isso é o problema.

Existe o CEPEL, que é o Centro de Pesquisa de Energia Elétrica, que é ligado ao grupo da ELETRO-BRÁS, e botar o pessoal para trabalhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Wellington Salgado, satisfeito? Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, último inscrito para fazer indagações ao Professor Luiz Pinguelli Rosa. Cinco minutos Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O diálogo do Dr. Luiz Pinguelli Rosa, com respeito ao Dr. Hermes, ao que nos explicou o Dr. Hermes Chipp, levantou algumas dúvidas, mais, inclusive, agora, nesta, observações sobre o que aconteceu com esse isolante.

E eu gostaria de perguntar se... O senhor mencionou que há um sistema de para-raios que, portanto, deve proteger as linhas de transmissão. Até que ponto o sistema de para-raios estava suficientemente adequado para... O para-raios procura impedir que, ou seja, numa casa ou num edifício, que caía uma raio e destrua a casa ou o que seja. Por que é que foi, então, atingido?

Segundo. Este é o dano causado, que resultou no curto-circuito e daí... e para consertar isso está custando muito caro?

Eu queria ter uma melhor ideia sobre se nós vamos procurar prevenir quanto isto vai custar. Quer dizer, as suas recomendações, no sentido de prevenir problemas daqui para frente, envolvem que tipo de investimento?

Quem sabe isso esteja na exposição que o Dr. Márcio Zimmermann e o Dr. Nelson Hubner venham a fazer, mas eu ainda tenho esta preocupação em procurar saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A sua indagação, senador, é ao professor Pinguelli?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É para o conjunto.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Presidente, eu posso dar uma resposta muito rápida?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor, em seguida, eu passarei a palavra, então, ao Dr. Chipp.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: É, porque os outros é que são os especialistas. E até quando eu faço essas imagens coloquiais do guarda-chuva, não é que eu esteja brincando com coisa séria, é que, de fato, isso é uma coisa muito especializada. Agora, conceitualmente, o que a gente precisa pensar é como proteger o isolante da chuva.

Todo dielétrico se rompe, inclusive o ar. Até uma hipótese era que os cabos se aproximaram demasiadamente por um vento anormal, e aí o ar rompe o dielétrico, salta uma fagulha. É um problema sério de segurança elétrica no manejo até de chaves, você... O ar é isolante, mas, às vezes, ele é rompido, está aí o raio, aliás, o raio da natureza é um rompimento desse dielétrico entre a nuvem e a terra.

Agora, eu acho que essas questões que o senador levanta merecem resposta. Eu acho que é possível chegar a níveis de segurança razoáveis. É difícil um sistema técnico garantir a proteção 100%. Entendeu? Mesmo... Você vê, às vezes, uma pessoa atingida por um raio [soa a campainha] numa localidade até não tão distante de edifícios, que, teoricamente, fazem uma cobertura de um raio em volta, dependendo da altura dele.

Então, todo sistema pode ter uma falha e pode ocorrer a falha nos para-raios dos sistemas, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Chipp, dois minutos.

SR. HERMES CHIPP: Eu vou começar buscando esclarecer sua questão e a sua preocupação. Tem todo o sentido.

Ou seja, embora os testes em andamento até então estejam indicando que os equipamentos estão dentro da norma, se se identifica que o nível de precipitação que aconteceu, dessa vez e outras vezes, a escala é alta, vale a pena investir, dar mais proteção.

Não é para-raios, é isolador de pedestal. São isoladores dos equipamentos que têm nas subestações. Então, sob chuva, já está identificado que ele perde suportabilidade. Então, tem adaptações – o Professor Pinguelli falou em chapéu, e é chapéu mesmo, parece um chapéu de chinês – é uma placa para chuva não escoar por ele naquelas lâminas, naquelas saias, para não reduzir a suportabilidade. E outros, em função desse teste, trocam uma conjugação das duas coisas, independente, na minha opinião, se está atendendo

a norma perfeitamente [soa a campainha]. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, eu queria colocar para o Professor Pinguelli, essas colocações que o senhor fez, inclusive na mídia, que falhou a ilhamento e tal. Uma pena o senhor ter chegado depois que eu apresentei.

Ilhamento depende do fenômeno: às vezes dá, às vezes não dá. Por exemplo, foi possível fazer ilhamento no Tietê, foi possível separar o Sul, foi possível manter o Norte e o Nordeste interligados. Isso são ilhamentos.

Agora, por exemplo, eu citei no início, a partir do blecaute de 99, nós fizemos um estudo, inclusive com Consultoria, tal a complexidade, para buscar o ilhamento de Angra. Não foi viável para aquele tipo de fenômeno e acredito que não essa viável para esse, porque o colapso foi mais rápido. Não adianta ilhar com tensão zero, já pagou, já não tem transferência de potência. O equipamento está em estado, está em coma, ele está vivo, mas com tensão praticamente nula, não adianta separar. Para ilhar, tem que separar. Em condições dessas grandezas elétricas, que ele fique isolado separado. Então, o primeiro ponto, eu quero dizer para o senhor, que não falhou ilhamento nenhum. Primeiro ponto.

O segundo ponto que eu quero esclarecer: o operador coloca essas condições de despacho num *site*. Nós temos um documento chamado IPDO, todo dia está lá às condições de carregamento. Mostra que a gente reduziu – eu mostrei ali – o carregamento em Itaipu. Porque falou-se sobrecarga em Itaipu, está gerando demais em Itaipu, o senhor repetiu hoje isso aqui agora. Não está se gerando demais nada em Itaipu.

Muito bem colocado o negócio da térmica, mas nós estávamos operando com segurança acima do critério suportando contingência dupla exatamente porque as indicações dos institutos sobre descarga, chuva e vento não eram favoráveis. Isso foi dito desde o início.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Um minuto.

SR. HERMES CHIPP: Que não eram favoráveis. Outra coisa, [ininteligível] mensagem: o operador, ele é uma associação civil, de Direito Privado e sem fins lucrativos, independente. Ele é obrigado... o valor dele maior é a transparência, eu disse isso na CPI. E quantas vezes os senhores me chamarem para vir será o maior prazer.

Eu acho que essa Casa é a Casa que tem a legitimidade para esclarecer à sociedade. Porque, até agora, a coisa está confusa. Porque os tiroteios são de todo tipo, sem conhecimento de causa. Tem algumas coisas que a gente não sabe ainda, estão sendo

investigadas. Tem 70 técnicos analisando. Aí como disse o Senador Cavalcante, fala todo mundo sem saber que o aconteceu.

Então, veja bem, nós estamos, senador, à disposição quantas vezes essa Comissão ou outras quaisquer solicitarem. Como eu disse lá na CPI: “Não precisa chegar a uma CPI, porque nós somos obrigados a sermos transparentes.” Então, estamos à disposição sempre para esclarecer, para evitar essa confusão que se fez no primeiro momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Chipp. Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Passo a palavra ao Dr. Nelson Hubner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, para sua exposição. V. Sa. dispõe de vinte minutos para fazer a sua explanação.

SR. NELSON HUBNER: Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite de estar aqui presente nessa Comissão em nome do Presidente dessa Comissão, Senador Fernando Collor.

Eu diria o seguinte: a ANEEL, nesse momento, ainda... ela trabalha num tempo diferente do operador. Quer dizer, no primeiro estágio de toda essa investigação se dá através desse relatório que o Hermes destacou aqui, onde são envolvidas todas as empresas que tenham alguma relação com o ocorrido naquele dia, se investigam as causas mais prováveis, pontos de fragilidade do sistema, eventuais pontos de melhoria. E tudo isso é colocado nesse primeiro relatório, que é feito, e é uma obrigação do Operador Nacional do Sistema. Ou seja, cada ocorrência, cada perturbação que existe no sistema elétrico brasileiro, o operador é obrigado a gerar, então, esse documento, onde faz a análise de toda essa ocorrência.

Também, sempre que tem essas ocorrências mais críticas, depois o Dr. Zimmermann vai poder detalhar, ou seja, existe no Brasil hoje Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, onde todos nós somos convocados pelo Ministério para apresentarmos também toda a situação e analisarmos essa contingência.

Então, qual é o apelo da ANEEL nesse aspecto? A ANEEL, desde esse primeiro momento, ela participa tanto durante a confecção desse relatório, acompanhando toda essa confecção. E, ao mesmo tempo, em paralelo, já iniciamos todo o processo de fiscalização em todos agentes envolvidos com essa ocorrência.

Então, as nossas equipes já foram à campo, onde vão nas subestações, onde fazem análise das condições de operação daquelas instalações, verificamos

todos os registros históricos de manutenção em cada uma das instalações relacionadas a esse evento, verificamos todos os registros de ocorrência também, ou seja, como o Dr. Hermes colocou aqui, ou seja, tudo o que ele implantou colocou, mostrou todos aqueles registros, aquelas curvas, que ele colocou na tela aqui, a ANEEL recolhe lá de todos esse equipamentos, de todos os registros que ficam em cada uma desses agentes, nós trazemos para a agência. Ao mesmo tempo fiscalizamos a própria operadora, ou seja, o próprio Operador Nacional do Sistema, ou seja, toda a sua... Verificamos a programação dele de operação, se estavam de acordo com os critérios definidos para a operação do sistema, se estava operando com os recursos otimizados, se estava operando com o nível de segurança exigido para cada um do dia, com as condições que a gente tinha naquele dia.

Verificamos em cada um dos agentes, inicialmente estamos fazendo isso com todos os agentes de transmissão, no caso FURNAS na SETEP, em São Paulo, que foi uma empresa muito atingida.

Todas as determinações e recomendações anteriores de processo de fiscalização da ANEEL, se todas aquelas recomendações e determinações foram atendidas. Vamos fazer verificações de inspeções e testes em todos os equipamentos, em especial esses equipamentos que operaram sob essa ocorrência, para verificar se todos eles estão operando de forma adequada, ou seja, fazemos todas as verificações.

Depois, a partir disso aí, quer dizer, nós recolhemos todas essas informações e vamos fazer uma análise, e aí, sim, contando inclusive com a ajuda de especialistas que estão nas universidades, e tudo, no sentido de quê? De buscarmos verificar se: 1º se todos esses equipamentos que operaram nessa ocorrência, operaram de forma adequada, como estavam programados a fazê-lo; se toda essa coordenação dessa proteção, todo esse sistema que nós temos, que o Dr. Hermes citou aqui, até para permitir esse isolamento, isolamento de carga, e que permitir que o sistema pudesse continuar operando, mesmo na ocorrência de um fator adverso, se operaram de forma adequada. Vamos verificar também, ou seja: não, se concluirmos [ininteligível] de fato, para as condições objetivas de operação.

O sistema todo operou de forma adequada, todos os equipamentos operaram, mas se cabe algum investimento adicional, alguma sugestão de melhoria no próprio sistema, para que, ou seja, em condições também viáveis do ponto de vista econômico, ou seja, que eu pudesse, que nós possamos evitar no futuro que, mesmo ocorrência com esse nível de gravidade, possamos impedir não só essa ocorrência, mas no

caso da ocorrência limitar o seu impacto, a sua ação pelo sistema brasileiro. Também vamos investigar e estamos investigando já todo um processo também de restabelecimento, ou seja, uma vez que teve essa ocorrência, vamos verificar, aí envolvendo as empresas de distribuição também, que elas têm uma relação muito forte, que na hora que acontece desse, o restabelecimento começa das usinas que ficaram paralisadas, foram desligadas... Então, o restabelecimento das usinas. Então vamos fiscalizar também cada uma daquelas usinas, se estão com todos os seus equipamentos e a situação de manutenção delas operando tudo de forma adequada, manutenções sendo feitas corretamente, se elas operaram como deveriam ter operado numa situação dessa. Vamos verificar, com todas as empresas de distribuição, se no processo de restabelecimento dos sistemas tudo foi feito de forma adequada.

Verificamos todos os sistemas, inclusive de comunicação entre o operador, entre as empresas de transmissão, entre as empresas de distribuição, tanto durante, na ocorrência do evento e em todo esse processo de restabelecimento. Então a ANEEL faz esse processo. Quer dizer, isso aí, como o Dr. Hermes está colocando, ele já explicou detalhamento. Existe uma série de também de dúvidas da gente.

Quer dizer, quando a gente... Ele coloca essa questão dessa dúvida com relação até o nível de isolamento desses equipamentos que estão colocados nessas linhas, combinado com ocorrência de condições climáticas, de chuva e de tudo. Ou seja, temos duas linhas de pesquisa e, com certeza, levarão muito mais tempo para termos uma certeza absoluta de que o seguinte: cabem de fato ações ou esses isoladores não estão... Quer dizer, a especificação deles não permite eles isolarem e manter o sistema intacto com determinado nível de ocorrência de chuvas.

Então, tudo isso aí cabe uma pesquisa muito mais profunda, que deverão ser prolongadas essas pesquisas, através do nosso Centro Pesquisa, através de discussões com fabricantes nacionais e internacionais. Porque é óbvio que esses equipamentos são os mesmos equipamentos que são instalados no mundo inteiro para linhas com essas características.

São especificações internacionais e que foram feitas a partir de pesquisas bastante, também, profundas. Então todos esses aspectos, que serão analisados e pesquisados pelas equipes de pesquisa da ANEEL, e, conjuntamente, com indagações junto aos especialistas que estão colocados em todas as empresas, no Operador Nacional do Sistema e nas universidades.

Então, é esse trabalho, a gente espera concluir. Por exemplo, todas essas análises, concluir os nossos

relatórios... Pelo mês de fevereiro só que nós teremos essa análise mais completa, onde nós poderemos, a partir, então, de todas essas observações, essas indagações já levantadas no relatório, que o operador prepara, aprofundarmos todas as investigações, com todos os agentes, e darmos, realmente, indicações mais concretas do que deveremos fazer para o futuro em termos da melhoria e adequação dos nossos sistemas. O que cabe, realmente, investimentos e se couber os investimentos, e dando uma posição muito mais segura.

E, sim, vai ser levado inclusive para... Com certeza, para o nosso Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, onde essas questões são discutidas e passam a fazer parte de todo um conjunto de projetos, de tudo que vão ser colocadas num planejamento. E aí lícitados no futuro pela própria agência em termos de reforços, se forem necessários, no sistema de transmissão, de geração do País

Então esta é a função que cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Nelson Hubner. Eu faria uma seguinte pergunta, Dr. Hubner: cabe à ANEEL estabelecer, ou elaborar, as exigências técnicas dos equipamentos que venham a ser adquiridos pelo sistema?

SR. NELSON HUBNER: Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Concessionários?

SR. NELSON HUBNER: Não, os equipamentos não. Esses equipamentos, eles são frutos, realmente, de pesquisas internacionais e tudo, e são aprovados através de regulamentos de normas técnicas, tanto nacionais, por exemplo, por uma ABNT; e internacionais, através de institutos internacionais de normatização.

Então, isso não cabe. Cabe à Agência é verificar se todas as instalações que estão... Foram implantadas no Brasil, seja subestações, as linhas de transmissão, distribuição, elas estão... foram construídas de acordo com esse padrões e normas certificadas nacional e internacionalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Num edital de licitação, por exemplo, que é feito para a construção de uma linha de transmissão, quem estabelece que tipo de transformador, qual a carga que ele tem que transmitir e receber; esses isoladores, qual a capacidade que eles têm de se proteger de intempéries como essa... quem estabelece esse tipo de pré-requisitos?

SR. NELSON HUBNER: Quando se trata de uma nova instalação de uma linha ou de uma geração, são sempre feitos estudos. De geração, a partir, os próprios

agentes podem fazer. Hoje, no Brasil, a gente está concentrado muito em cima da empresa de pesquisa energética, a EPE, então, ela elabora todos aqueles estudos técnicos e coloca isso, submete à prova para uma licitação.

No caso, também, de transmissão, o planejamento da transmissão é feito por essa empresa, e ela define, também a partir de requisitos e solicitações do próprio Operador Nacional do Sistema, onde, todo ano, ele prepara relatórios, aonde ele aponta pontos onde precisam ter aprimoramentos nos sistemas, do ponto de vista da operação, e isso se junta com aspecto do planejamento. A partir disso, então, são aprovados nossos planos de expansão, e isso é colocado para a agência para licitar. Mas cada uma dessas linhas, por exemplo, seja de 500 kV, de 440 kV, ou seja, o planejamento define esse nível, agora, todas as especificações dos equipamentos já são equipamentos padrões, em termos de isolamento das linhas e tudo, e essas especificações são colocadas nas licitações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Então, eu passo a palavra ao Ministro de Estado das Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, para sua exposição. Muito obrigado ao Dr. Nelson Hubner.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Presidente, eu gostaria de me inscrever, depois, para fazer indagações ao Dr. Nelson Hubner.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, V.Exa. já está inscrito, senador.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Será após a exposição do Sr. Márcio Zimmermann ou será agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Será após a exposição do Dr. Márcio Zimmermann.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Positivo.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer o convite, de o Ministério de Minas e Energia ter oportunidade de participar desta Audiência Pública, da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Cumprimentar o Presidente Collor, que tem trabalhado, que tem motivado e conduzido esta Comissão, trazendo os assuntos de infraestrutura, principalmente, nós, da parte ou elétrica ou energética, como um todo, incluindo a parte de petróleo e gás, com grandes discussões, aqui. Os colegas de setor, que estão sentados aqui, que nós conhecemos já há muito anos, o Dr. Hermes Chipp, que convivemos no GCOI, durante muito tempo. O Dr. Nelson Hubner, que fomos colegas de Ministério, com uma longa carreira aí, também, no

setor elétrico, na área, trabalhou da CEB e depois no Ministério, já há muito anos, e na ANEEL.

Senador Eliseu Resende, que teve uma passagem muito importante pelo setor elétrico brasileiro, quando o setor elétrico vivia uma crise bastante grande, em 1993, e ele teve uma participação bastante importante, na Lei 8.631. O Professor Pinguelli Rosa, que também velho conhecido e até eu tive a honra, na época em que ele foi Presidente da Eletrobrás, eu fui diretor de pesquisa do Centro de Pesquisas Elétricas, o CEPEL, que já foi várias vezes citado aqui.

E o Dr. Pinguelli representa uma instituição, que, para nós, do setor elétrico, tem uma importância-chave, que foi uma das grandes universidades brasileiras, a Federal do Rio, juntamente com outras, que formaram gerações e gerações de engenheiros, especializando na área de sistema elétrico de potência, tanto na parte elétrica como energética.

Eu acho que, depois de todas as explicações que nós tivemos, eu acho que é interessante nós fazermos uma reflexão, com relação às características que nós temos nesse setor elétrico brasileiro. Na verdade, é um setor que é importante. Quando nós estamos analisando uma situação que ele foi levado a um extremo, é importante nós observamos como é que ele está estruturado.

Ele é um setor que, ao longo do tempo, teve uma evolução muito forte. O Brasil, desde o início, ele veio a se diferenciar de outros países. O Professor Pinguelli falou muito bem aí dessa característica. A usina hidrelétrica é longe da carga. Então, eu tinha que ter grandes sistemas de transmissão.

E, ao mesmo tempo, esse setor elétrico, baseado na hidroeletricidade, ele acabou trazendo uma estrutura com características bastante especiais, e uma delas é que ele veio desenvolver, ao longo do tempo, uma cultura de operação do sistema, que é reconhecidamente, internacionalmente, como uma área bastante especializada e que se desenvolveu muito em função dessas nossas características de operarmos interligados.

Quando nós estamos falando que nós trabalhamos com essa parte da operação, que evoluiu do GCOI, e, hoje, nós temos esse operador independente, conforme o Dr. Hermes falou muito bem. Quer dizer, nós temos um... Na verdade, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que participam todos os segmentos da geração, transmissão, distribuição, que participam do ONS.

Então, ela é uma entidade que ela é muito... Ela, necessariamente, pela operação do sistema, ela é obrigada a ser transparente e, ao mesmo tempo, pela própria presença dos diversos segmentos que tem.

E, além disso, ela é uma função delegada da Agência Nacional de Energia Elétrica. Ela é fiscalizada, ela é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Um ponto importante, um setor estruturado como o nosso, que começamos lá no Conselho Nacional de Política Energética, que é presidido pelo Ministro Lobão e que é o órgão que assessora o governo, nessa área da política energética brasileira. A forma como ficou estruturado com o Ministério de Minas e Energia, não mais aquele Ministério esvaziado, não mais aquele Ministério que, provavelmente, tinha várias pessoas na área administrativa, e ninguém na parte técnica. Um Ministério que vem se estruturando, que já vem até tendo técnicos já de carreira, dentro do Ministério, cumpre um papel importantíssimo, que é justamente você ter um papel, exercer o papel do poder concedente, na sua plenitude, e através desses órgãos que eu venho citando.

Quando nós entramos que planejamento é um item muito citado, é um item muito dito, na verdade, o setor elétrico, ele sempre teve uma convivência excepcional. Necessitava do planejamento, pela característica desse tipo de indústria. Infelizmente, nós tivemos um determinado período que esse assunto saiu de pauta.

Em 2004, com um novo modelo do setor, com os ajustes que foram necessários, depois daquela situação de racionamento que nós tivemos em 2001, 2002, se retomou fortemente, se estruturou uma Secretaria de Planejamento do Ministério e, ao mesmo tempo, se criou uma empresa de pesquisa energética, destinada justamente a fazer os estudos, para suportar essa coordenação do planejamento, que é feita pelo Ministério de Minas e Energia.

E, hoje, só para citar, nós temos, no Ministério, como secretário de planejamento, alguém que coordenou muitos anos o planejamento, no setor elétrico brasileiro na época do GCPS, Dr. Altino Ventura. Assim como nós temos, na empresa de pesquisa energética, Dr. Tolmasquim, com uma larga experiência dentro da COPPE. A COPPE, que é uma das instituições de ponta nessa área de planejamento energético e que, hoje, então, dirige a empresa de pesquisa energética.

Ao mesmo tempo, a estrutura que nós temos no entorno disso, o Dr. Hermes Chipp, que dispensa apresentação, pela história que tem na operação do sistema brasileiro; e o Dr. Nelson, pela forte vivência do setor elétrico e que, hoje, dirige uma agência importantíssima e que tem um papel-chave nesse modelo de que nós estamos falando. Até como uma agência do Estado, uma agência que tem uma independência administrativa muito forte e que tem a nobre missão de regular, mediar e fiscalizar. Uma coisa importantíssima,

porque mexe com dois interesses, e quem investe em geração e transmissão, as empresas que são... E, ao mesmo tempo, o consumidor. E ele tem que ter equilíbrio nisso. A agência tem um papel-chave nisso.

Quando nós voltamos para esse nosso sistema elétrico, a partir do momento que eu tenho uma estrutura montada, é muito importante ver, e eu acho que... Eu cumprimento a forma como a Comissão de Infraestrutura até montou, para você analisar uma coisa séria, como foi esse blecaute que ocorreu dia 10 de novembro, começar pelo operador nacional do sistema expor.

Todo mundo sabe que uma ocorrência, na verdade, é a cultura do Brasil, que se desenvolveu ao longo do tempo, você tem que analisar detalhamento, porque operação é melhoria contínua. Se você não fizer melhoria contínua na operação, você vai ter, cada vez, uma degradação maior do sistema.

Grandes perturbações todos os sistemas têm. Você tem que sempre trabalhar é com a melhoria contínua e a minimização, principalmente quando você está lidando com um sistema com dimensões continentais, como o nosso, praticamente um sistema que... Se nós tínhamos, em 2002, alguma coisa da ordem de 67 mil quilômetros de linha de transmissão na rede básica, nós, praticamente, agora, já estamos perto de 103 mil quilômetros de linha de transmissão que está em construção e termina agora, nesse período. Então, com uma implantação nos últimos anos, até 2009, foi 21 mil quilômetros que entraram em operação, até o início do ano; até 2010, vamos para, praticamente, 103 mil quilômetros. Isso integrando e, de uma forma planejada, integrando cada vez mais.

Eu posso citar, por exemplo, eu estive à frente da Secretaria de Planejamento, até o Ministro Lobão me convidar para a Secretaria Executiva, até o final de 2007. Se nós olharmos interligação Sul-Sudeste, que o Dr. Hermes mostrou aí, toda aquela energia que vem de Itaipu e mais do Sul para o Sudeste. Se nós observarmos que, além do sistema de transmissão, que foi ampliado por terceiro circuito, para dar mais confiabilidade, 750, três linhas de 500 kV foram construídas, nos últimos anos, interligando a região Sul com o Sudeste. Aquele problema que nós tínhamos vivido no passado, de que: "Ah, nós tivemos o racionamento", mas, infelizmente, a região Sul está sobrando água, está colocando água fora, mas não conseguia mandar, para ajudar a minimizar o efeito que você tinha na região Sudeste.

Então, esses investimentos de transmissão foram feitos, para que você não venha a ter uma situação daquela, onde faltaram investimentos. Nós tivemos o problema estrutural, não foi só um conjuntural, falta de

chuva, foi um problema estrutural e, ao mesmo tempo, agravado com essas restrições de transmissão.

E, nos últimos anos, quando você restaura a função de planejamento, que é importantíssima para um setor como esse, você, então, enxerga e vai criando uma expansão coordenada, necessária e de forma que você tenha essa infraestrutura disponível e que você consiga fazer com que o país mantenha taxas de crescimento necessárias para atender o desenvolvimento econômico e social de um país como o nosso.

E, quando nós falamos setor elétrico, no Brasil, nós estamos falando em alguma coisa que o desafio permanente que se tem, ora na operação, ora no planejamento, ora nos investimentos, nós não podemos minimizar isso, nós não podemos falhar no investimento. Por isso há uma preocupação do governo, forte, de ter mantido esse investimento nesse nível.

Se nós falarmos que nós somos uma sociedade, onde o consumo *per capita* de energia é da ordem de 2.300 quilowatts/hora/ano, como unidade, os senhores talvez fiquem na dúvida, mas só lembrando, os Estados Unidos é da ordem de 13 mil quilowatts/hora/ano o consumo *per capita*. Nós vamos para a Europa, é 7, 8, 9 mil.

Aí, vocês: "Bom, eles são...". Os Srs. Senadores: "Eles desenvolvidos, e nós estamos a caminho". O senhor sabe quanto é o consumo da África do Sul? É de 4.700, 5 mil quilowatts/hora/ano. Então, o Brasil tem, e todo esse esforço que se tem feito em ampliar o atendimento de energia em regiões que não eram atendidas, como o Luz para Todos, que hoje já atingimos mais de dez milhões de pessoas.

É importantíssimo, e aí cria o desafio para o setor elétrico. É uma sociedade que está se desenvolvendo socialmente, economicamente, se tornando mais justa, e, ao mesmo tempo, necessariamente, com uma necessidade de investimento forte, em energia elétrica. Esse processo, para vocês terem uma ideia, de 2003 a 2008, nós tivemos investimento da ordem de 16 bilhões, 17 bilhões, em transmissão, e nós vamos chegar a alguma coisa da ordem de 40 bilhões até o final do ano que vem, quando você começa a integrar mais o sistema brasileiro.

Aí os senhores podem perguntar: "Mas vocês acabaram de ter uma situação dessas, vocês continuam querendo integrar mais? Continuam querendo fazer mais hidrelétricas na Amazônia?"

Nós temos que lembrar que, recentemente, em contato lá com o Departamento de Estado, com o secretário de energia americano, eles sonham em ter um sistema interligado como o nosso, eles sonham em ter, por quê? Hoje, se uma região passa uma situação complicada, em nível energético, a outra não

consegue atender, e há uma desotimização até para que eles possam implantar o mercado, como funciona no Brasil, desotimizou, e você não consegue isso.

E eles têm um sistema, que é conforme o Professor Pinguelli falou, realmente, têm mais hidrelétrica que o Brasil, eles têm, e, ao mesmo tempo, é um sistema muito baseado na termoeletrica. A termoeletrica próxima à carga. Quando nós falamos em fonte, por que nós vamos para a hidrelétrica? E por que nós investimos em hidrelétrica?

A hidrelétrica vai durar 100 anos, 200 anos, uma barragem bem mantida, uma usina com investimentos pequenos, você consegue mantê-la operando o mínimo 100 anos, uma hidrelétrica; uma termoeletrica não vai passar dos 40 anos. Então, para a sociedade, na verdade, você cria uma vantagem competitiva muito grande. Então, hidrelétrica é um caminho natural que o Brasil tem e deve continuar.

Vai ser sozinho? Não, nós vamos ter expansão. Até 2030, nós temos que investir 120 mil megawatts. Nós temos que construir de linha de geração 120 mil—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite só, mas, por exemplo, Itaipu vai durar só 100 anos ou é uma coisa assim, como a muralha da China, que fica...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu comecei antes, mas só que meu horizonte—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu fiquei, agora, preocupado com—

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Mas ela vai—

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Por 100 anos para a geração hidrelétrica. Cem anos para a geração hidrelétrica. Depois de 100 anos, pode ter outro uso, não precisar mais dessa energia—

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Claro, claro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas está lá para...

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Está.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Como muralha da China.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Principalmente, com os trabalhos que se faz em reservatórios, que se evita o aspecto do assoreamento, essa barragem vai *ad aeternum*.

Esse ponto, então, ele é bastante importante. Então, quando você, num modelo como esse, você planeja transmissão. Então, você já está fazendo tudo planejado, não é ao léu. Com sistemas de leilões, por exemplo, que eu acho importante, é até interessante, que nós tínhamos determinado preço dos leilões de transmissão num patamar mais alto. Aí foi liberado, nesse governo, que o grupo Eletrobrás voltasse a par-

ticipar; associados com a iniciativa privada ou não. As tarifas caíram, caíram fortemente. Aí, na sequência, o grupo Eletrobrás começou a perder, que os espanhóis baixaram mais ainda. Quem é que ganhou no final? Consumidor.

Esse aspecto, por exemplo, que o Professor Pinguelli citou, de várias empresas chegando numa subestação, a prática levou, na verdade, que você... Normalmente, é uma empresa a proprietária da instalação que opera aquele... O outro fabricou, o outro implantou, mas faz um acordo de operação, e isso tem ocorrido muito, de a grande transmissora operar.

Na parte de geração, que eu estava comentando que nós vamos ter uma expansão bastante forte, eu acho que é importante dizer que esses leilões nós só licitamos o que tem a licença prévia e, quando tem a licença prévia, nós levamos, de forma que, hoje, o Brasil montou um modelo, que nasceu sob a ressaca daquele problema do racionamento de 2001.

Então, hoje, cinco anos antes, nós estamos fazendo leilões de usinas, para atender aquela necessidade, que a energia mais cara é aquela que não tem.

Com relação a esse evento, eu não posso deixar de comentar, eu sei que o Hermes já explicou muito, mas, como eu passei uma grande parte da minha carreira profissional trabalhando com operação, eu não posso deixar de fazer um comentário.

Eu acompanhei os blecautes de 84, 85 e 86, e o Hermes falou bem, quando disse a característica e os impactos. O primeiro de 84 foi um transformador em Jaguará, uma usina da CEMIG. O segundo grande blecaute nós tivemos em Água Vermelha, o transformador de Água Vermelha. Aí, em 99, já começou esse aspecto sistêmico maior, nós tivemos em Bauru. E o de 2002, Hermes, foi Ilha, Ilha Solteira, Araraquara, está certo, está.

O de 99, 2002, o primeiro atingiu 70% da carga do sistema interligado brasileiro [soa a campainha]. O segundo atingiu alguma coisa da ordem de 60%, 56%, e esse, agora, foi 40%. Uma característica interessante que nós tivemos nessa situação, o Ministro Lobão estava em reunião com o Presidente da República e logo foi avisado pela Secretaria de Energia Elétrica e o operador nacional do sistema sobre a ocorrência, que ele passou imediatamente para o Presidente.

Então, pela primeira vez, nós tivemos um evento, onde o Ministro e o Presidente estavam nivelados com informações, que o operador nacional do sistema passava diretamente ou passava... E, ainda, nós tivemos uma situação do próprio Ministro Lobão, o Senador Lobão Filho acompanhou o Ministro, nós tivemos... Nós nos deslocamos para o Centro Nacional de Operação e acompanhamos.

E a grande preocupação, naquele momento, era o restabelecimento da carga. Isso, tivemos oportunidade de passar a madrugada lá e assistir a todo o desafio que o operador nacional do sistema e as empresas têm para normalizar o atendimento ao sistema. Então, em nível de estrutura, da forma como funcionou o operador, operando, o Ministério, com poder concedente, acompanhando. E o Ministro, então, determinou a criação de um grupo, porque nós temos, por um lado, o operador nacional do sistema, com os agentes, fazendo um relatório completo. E o relatório completo, ele é separado, eu tenho que ver, eu que observar as causas? Tenho. Eu tenho que analisar o desempenho da proteção, dos esquemas de emergência, de todos os esquemas especiais de ilhamento? Tenho.

É hora de eu ver se tudo aquilo que se planeja e estuda como se desempenhou na hora. E eu preciso analisar fortemente, e o operador está fazendo isso, como é que foi a recomposição desse sistema.

Nós temos índices que são realmente entre os melhores do mundo, nós temos blecaute aí de 24 horas, quatro dias, três dias no resto do mundo, e o Brasil, nesse agora, foi de 220 minutos o tempo médio, pelo critério internacional que se mede.

Quando nós olhamos, então, esse aspecto de você ter normalizado, nesse tempo, o operador vai ter que analisar se não dava para melhorar esse tempo, e aí é com os agentes, as distribuidoras, as transmissoras e as geradoras. "O que nós precisamos melhorar para minimizar?" Operação do sistema é melhoria contínua, e esse relatório é importantíssimo.

O Ministro determinou criar uma Comissão para acompanhar, porque o relatório vai fazer, ONS vai fazer esse relatório, tem interagido muito com o Ministério. A ANEEL, como órgão regulador, mediador e financiador, já está em campo, e a ANEEL e a ONS, a ANEEL interagindo com grandes especialistas de universidades, fazendo o papel dela, que é de fiscalizar e que é dar uma... fazer uma análise profunda disso.

Juntamente, esses relatórios e a comissão que foi criada no Comitê de monitoramento, determinada pelo Ministro, nós vamos, então, analisando toda essa situação que ocorreu, a forma como o sistema desempenhou, então, como poder o concedente determinar medidas, em conjunto com a ONS, com a ANEEL, com os agentes, que devam ser implementadas, para que você venha a minimizar esses impactos ou para minimizar a possibilidade de ocorrer eventos dessa natureza. Porque, conforme tem sido bem dito, na verdade, você tornar o sistema 100% confiável elevaria a tarifa a um custo que seria impossível de atingir. E, ao mesmo tempo, nós temos que ter orgulho da geração, das gerações de engenheiros de sistema de potência,

que ajudaram a criar esse sistema inédito no mundo, trabalhando com tensões.

Nós estamos falando de uma linha que entrou em operação em início da década de 80. Início da década de 80, o Brasil trabalhando com 750. O CEPEL, que foi tantas vezes citado aqui, ele possui laboratórios de alta tensão e extra alta tensão, que são os maiores do hemisfério sul. E, hoje, e funciona [soa a campainha], para evento dessa natureza, o CEPEL está interagindo com o ONS, está interagindo a ANEEL, importante para chegar a essas conclusões.

Então, a mensagem que eu gostaria de passar, como o Ministro Lobão está em viagem, representando o Brasil nos Estados Unidos, e, agora, está em Estocolmo, no Suécia, eu, como secretário executivo e ministro interino, então, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a oportunidade para trazer para ele, para os Srs. Senadores a forma como o setor é estruturado e a forma como o setor vai investigar, com toda a transparência, e, ao mesmo tempo, propor melhorias que forem necessárias, e isso, conforme o Ministro Lobão tem declarado, fazendo de forma aberta, com a academia, com os agentes e com toda a estrutura do setor elétrico. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro de Estado Interino das Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann.

Eu passo a palavra ao Senador Edison Lobão Filho, para uma indagação ao Dr. Nelson Hubner, Diretor-Geral da ANEEL.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Nelson Hubner, na realidade, Sr. Presidente, eu vou fazer uma pergunta ao Dr. Nelson Hubner e, com base na resposta, eu gostaria de interagir com o Professor Pinguelli.

Dr. Nelson Hubner, dentro desse processo de licitação de leilão das redes de transmissão. Depois de o empreendedor executar, dentro dos parâmetros da ANEEL de qualidade e definição técnica, normas técnicas, terminada a execução da linha de transmissão, ela é entregue ao distribuidor, é entregue ao gerador ou ele, empreendedor, passa a operar aquela linha de transmissão?

SR. NELSON HUBNER: Quando é feita uma licitação de uma linha dessas, a gente licita, para um agente que ganhar aquela linha, ele vai construir, operar e manter aquela linha. A responsabilidade é dele.

O que muitas vezes acontece, como o Dr. Márcio colocou, é que, nas instalações, por exemplo, principalmente em grandes subestações, onde você tem um agente que já opera aquela instalação como um todo, existem acordos, por exemplo, de operação, você

passa para aquele outro agente a responsabilidade de operar dentro de uma subestação, mas toda a questão da manutenção e operação da linha é responsabilidade desse agente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então, complementando a pergunta, eu, interagindo, aqui, com meu companheiro Inácio Arruda, nós fizemos algumas ilações.

Na rede rodoviária, quando atravessamos do Maranhão para o Ceará, por exemplo, você tem trechos rodoviários, onde a qualidade da via é uma no Estado e é outra, totalmente diferente, no outro. Um pode ser totalmente esburacado, e o outro pode ser um tapete o asfalto. É possível que isso ocorra no sistema de transmissão, pela diferente execução, ou seja, agentes diferentes executando aquela linha de transmissão. É possível que um trecho tenha uma qualidade superior a outro trecho?

SR. NELSON HUBNER: É possível. O que a gente cuida, e aí a ANEEL tem responsabilidade sobre isso, é de efetuar todos os processos de fiscalização, de modo que todas essas instalações de transmissão, as subestações estejam todas elas operando como manda todo um rigor técnico dessas questões, ou seja, todos os equipamentos sejam mantidos. A gente acompanha. Não é só... Às vezes, a gente não fica indo a todas as subestações, o tempo todo, mas a gente acompanha, e temos fiscalizações, também, que são remotas, ou seja, com as informações que são passadas por todos os agentes, com relação a seus processos de manutenção, acompanhamento sistemático e tudo isso, que é feito também pela agência.

Então, na verdade, o que a gente cuida é que estejam todos, mas até mesmo dentro de uma mesma empresa. Nós já tivemos ocorrências, no passado, no Brasil, que, quando nós fomos fiscalizar e verificamos, em determinada instalação, que não estava, quer dizer, os padrões de instalações não estavam adequados, como mandam as normas, nossas normas. E a empresa, inclusive, foi penalizada, aí tem multas, tem consequência para esse agente. Esse agente e outras instalações dele estavam em perfeito estado de funcionamento. Determinada área dessa mesma empresa, às vezes, não tem também o mesmo cuidado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu me considero satisfeito com as respostas do Dr. Nelson Hubner.

O Professor Pinguelli fez a colocação da preocupação dele. Inclusive, gostei muito da sua exposição, com algumas colocações, em relação ao ilhamento, ao excesso de geração por parte da Itaipu, bem respondidas pelo Dr. Hermes Chipp, a respeito da sua preocupação de que, dentro do nosso modelo de ex-

pansão, o poder federal determinou a participação de empreendedores privados.

E aí eu recebi, aqui, inclusive, eu gostaria de ler alguns trechos aqui, Sr. Presidente, da Federação Nacional dos Urbanitários, uma posição oficial deles, através desse panfleto, aqui, eu queria ler apenas alguns trechos. Mas, dentro desse documento que eles entregam, entregaram, mostra, aqui, que o Poder Público, através da Eletrobrás, detém apenas 56% da transmissão e 38% da geração de energia no país.

De onde se conclui, por consequência, que mais ou menos 45% da transmissão é privada, e quase 60% da geração é privada. Então, percebe-se que, sem a presença do empreendedor privado, possivelmente, o país não teria condições, vamos dizer orçamentárias, financeiras de executar um projeto arrojado de expansão da nossa capacidade de geração, de transmissão.

Então, V. Sa. criticou o modelo, com a presença do empreendedor privado, mesmo dentro dessa nossa realidade. O senhor permanece nessa tese de que o Estado deveria homogeneizar, através da iniciativa própria, em toda a parte de geração e de transmissão ou só da parte de transmissão ou só na parte de geração.

O que o senhor vê, dentro dessa capacidade limitada do Estado, de promover essa necessária expansão do nosso sistema?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Eu... Não é bem assim. Eu discordo da sua interpretação. Primeiro, que eu não acho que tem que ser o estado o operador de toda a geração, transmissão e proprietário. Não. É preciso ter uma liderança, como no setor de petróleo existe no Brasil. Porque eu discuti muito o problema do petróleo, e, na época, se acreditava que, uma vez mudada a Lei do Petróleo, haveria um papel cada vez menor da PETROBRAS, e não verdade. Não fosse a PETROBRAS, não teria pré-sal. É a PETROBRAS a empresa líder no setor. Por outras razões, completamente diferentes do que procurar petróleo, um setor elétrico interligado dessa dimensão é cooperativo.

A privatização mundial do setor elétrico foi feita com base em sistemas termoeletricos, que são competitivos, podem ser mais ou menos cooperativos, mas eles são possíveis de serem competitivos, com vantagens como é o caso da Inglaterra.

Eu acho que, no Brasil, era preciso que a Eletrobrás tivesse um papel maior, dada a dimensão que ela tem. Ela é minoritária em muitos empreendimentos.

E o dinheiro, cá em nós, em grande parte, para a expansão, vem do BNDES e da própria Eletrobrás, como minoritária. Eu acho que era melhor ser um pouco mais integrado, não eliminar o setor privado, absolutamente. Mas eu sempre me bati contra: por que a

Eletrobrás não poderia ser majoritária, em parcerias com o setor privado?

E nunca vi por que não. Porque era uma empresa de dimensão e capacidade, que não é a Eletrobrás *holding*, é o grupo Eletrobrás, é a CHESF, é Furnas, é a ELETRONUCLEAR é a ELETRONORTE, etc. Então, eu achava melhor pensar esse setor elétrico de uma maneira um pouco mais integrada. É claro que os elementos integradores estão aqui presentes.

O próprio Ministério, que, de fato, evoluiu enormemente, criou a EPE e, hoje, é um órgão de planejamento do setor elétrico real, do setor energético, aliás. É a ANEEL que, como o Hubner bem expôs aqui, tem uma responsabilidade de supervisão no país todo, de reger o sistema, que não havia antes, e ONS, que é quem faz... Isso aqui é uma coisa *sui generis*. Porque o que ia ser feito era uma competição total. Era lá o Mário Santos, antecessor do Chipp, do Hermes, na Presidência do ONS, e ele mesmo se revelou quanto a essa ideia, e criou-se uma coisa *sui generis*, no Brasil, que o despacho é feito independente dos contratos, para que você use a água da melhor... Se não, não teria sentido ser interligado.

Como bem disse o Zimmermann, essa interligação é uma jabuticaba, que tudo mundo de bocha de coisa brasileira, que todo mundo gosta de coisa estrangeira, achando que é melhor, mas não é. O caso do sistema interligado é um sistema brasileiro, é uma tecnologia, uma concepção. E eu acho que o papel de uma grande empresa líder seria, poderia ser mais importante do que tem sido.

Essa é minha discordância profunda com o governo, muito mais importante do que a causa, de que certamente foi uma fatalidade, do acidente, que poderia ocorrer em qualquer situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu estou extremamente satisfeito com todas as respostas. Essa questão estratégica de a Eletrobrás participar com 49 ou com 51, eu acho que isso é uma definição de governo e não acho que altere tanto a qualidade do nosso sistema.

Mas, então, eu passo a ler trechos curtos, muito curtos, se V. Exa. me permite, sobre a posição da Federação Nacional das Urbanitárias, que eu acho importante deixar declarado, aqui, e registrado nesta Comissão.

“Na avaliação da Federação Nacional dos Urbanitários, a entidade que representa quase a totalidade dos trabalhadores eletricitários do país, muitas impropriedades estão sendo veiculadas quanto à interrupção de energia, ocorrida às 22h13 do último dia 10, por

peças que desconhecem inteiramente a complexidade do setor elétrico brasileiro.

Essas opiniões distorcidas da realidade têm constrangido os trabalhadores eletricitários, que sentem atingidos profissionalmente. É importante ressaltar que os trabalhadores eletricitários, técnicos e especialistas, altamente qualificados e respeitados internacionalmente, construíram e operam um dos melhores e mais confiáveis sistemas elétricos do mundo.

Um sistema complexo [soa a campainha], eficiente e robusto, usado como paradigma por países do primeiro mundo, que, por essas razões, tentam imitá-lo. Apesar da robustez, qualidade e eficiência do sistema elétrico brasileiro, ele não é infalível, como não o é nenhum outro sistema no mundo. Infelizmente, para que um sistema elétrico seja completamente seguro, o preço da tarifa seria exorbitante.

Finalmente, é importante frisar que os trabalhadores eletricitários se esforçaram ao máximo para que o restabelecimento da energia elétrica se desse no menor prazo possível e sem nenhum acidente de trabalho ou danos aos equipamentos e para diminuir ao máximo os transtornos causados à população.”

Então, essa é a posição que eu gostaria que ficasse registrada em ata desta Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E o pedido será atendido, Senador Lobão Filho. E alguns comentários, ao que foi as perguntas aqui feitas, formuladas pelo Senador Lobão Filho ao Dr. Nelson Hubner, o Ministro do Estado, Zimmermann, gostaria de fazer algumas colocações, logo em seguida, o Dr. Hermes, também.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Só acrescentar a um ponto que o Dr. Nelson colocou, é que, na verdade, nesse modelo que nós temos, no sistema de transmissão, na verdade, você tem sinal econômico, que motiva alguém a construir bem, a operar e manter bem, porque tem penalizações no contrato de concessão, e é uma atividade totalmente regulada pela ANEEL, a atividade de transmissão, e que implica perda de receita, dependendo do desempenho.

Então, todos os que estão no setor sabem que esse é o ponto-chave e que tem mostrado, pelo desempenho – a ONS pode falar e a própria ANEEL –, que, na verdade, isso tem dado tranquilidade sobre esse aspecto. Tem sinal econômico, para que ele seja eficiente.

E outro ponto, presidente, só para complementar, o grande esforço que o governo fez e vem fazendo, com relação ao grupo Eletrobrás, é no sentido de que, se o grupo Eletrobrás, no passado, estava condenado, a Eletrobrás a parte financeira passar para o BNDES,

e todas as outras empresas serem privatizadas, na verdade, com esse governo, ele optou por uma linha, uma terceira linha e que, em nível mundial, acabou virando um exemplo.

Você mantém as características de mercado, [soa a campanha] você protege o consumidor, com a forma como você estruturou esse modelo, e, ao mesmo tempo, permite que o Estado e o setor privado participem desse setor. E uma coisa importante, e é isso que o governo pensa fortemente: é importante ter empresas estratégicas como a Eletrobrás.

Uma empresa dessas é que praticamente mantém o centro de pesquisas do setor elétrico brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro Zimmermann. O Dr. Hermes... E eu gostaria também de aditar duas perguntas às considerações que o senhor irá fazer à pergunta formulada pelo Senador Edison Lobão Filho.

A primeira delas é que o senhor nos informasse, quando em relação à data da divulgação do relatório final, que o Operador Nacional do Sistema está realizando, com as conclusões do que houve do que aconteceu, em relação ao blecaute, bem como as medidas preventivas que serão tomadas, a partir daí, para que minimize-se ao máximo, se não puder eliminar novos blecautes.

E a segunda indagação é a respeito do relatório que o Tribunal de Contas da União fez há alguns anos. E, nesse relatório, o Tribunal de Contas da União apontou algumas deficiências encontradas no sistema elétrico. Minha pergunta é: se, decorridos esses anos, as deficiências ali apontadas naquele relatório já foram superadas ou algumas delas ainda persistem.

E se, no caso de persistirem, se algumas dessas deficiências apontadas, eventualmente, puderam contribuir com o blecaute verificado há semanas.

V. Sa. tem a palavra e cinco minutos para as respostas.

SR. HERMES CHIPP: Vamos começar, senador, pela primeira. Depois eu volto à complementação de suas questões, que são conotações importantes, dada a relevância da questão.

A primeira é bem objetiva, data da divulgação final. Nós temos o prazo dado por esse grupo, criado pelo ministro, no âmbito do comitê de monitoramento, de 30 dias após o dia 16 de dezembro. Mas nós estamos todo o esforço para entregar esse relatório na mão do ministro, no comitê de monitoramento, até dia 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dia 4 de...?

SR. HERMES CHIPP: Agora, a semana que vem, sexta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A semana que vem?

SR. HERMES CHIPP: Sexta-feira outra. E na mão da agência reguladora também, para efeito da sua função de fiscalização.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, essa é a data da entrega do relatório final, apontando—

SR. HERMES CHIPP: É. Eu tenho mais prazo, mas estou perseguindo essa data.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas podemos contar com essa data do dia 4?

SR. HERMES CHIPP: Sim, a não quer que um processo, porque eu ainda pretendo... Eu tenho que consolidar com os agentes, não depende só do operador, porque esse relatório é feito por técnicos especialistas do setor, não só do ONS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, é o relatório do Operador Nacional do Setor, que ficará--

SR. HERMES CHIPP: Isso, já consolidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Já consolidado no dia 04--

SR. HERMES CHIPP: Com os agentes, até o dia 4, para encaminhar ao comitê de monitoramento. Esse é o primeiro ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeito.

SR. HERMES CHIPP: As medidas. Com todas as medidas e providências indicadas por esses especialistas e por nós consolidadas.

Então, o relatório do TCU, eu diria para o senhor que, se o senhor for colocar todas as necessidades apontadas para atender esse critério de padrão de segurança, de manter a continuidade de suprimento, para uma contingência simples, no sistema nacional com essa dimensão, a tarifa se elevaria de forma absurda, que é o equilíbrio entre segurança e custo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como aqui já foi verificado.

SR. HERMES CHIPP: Isso. De qualquer forma, o que a gente faz? Nós fazemos, e o processo é assim, o planejador, ele emite um plano de expansão da transmissão, com dez anos, com seus critérios, com sua visão de planejador. O operador olha esse sistema, com três anos à frente, a análise elétrica, e faz os ajustes com seu olhar de operador.

E aí isso é encaminhado para o Ministério, que consolida esses dois olhares, esses dois relatórios, e encaminha para a ANEEL, com as obras consolidadas, para a ANEEL proceder ao processo de outorga de concessão, seja através de leilão, seja através de

autorização. Depende da característica. Se for ampliação, leilão; se for reforço, uma duplicação de um transformador ou uma coisa, uma licitação mais simples, para aquele próprio proprietário.

Então, é assim que se faz e se trabalha prioritariamente, ou seja, se procede a implantação das obras prioritárias, quais sejam, aquelas cujos impactos são mais graves. Perfeito? Esse é o processo. Bom, esse é o primeiro ponto. Então, respondi, aqui.

Esse relatório do TCU tem uma série de equipamentos periféricos que precisam ser implementados, que não têm relação nenhuma com esse tipo de blecaute. Precisam ser locais e precisam ser implementados, para se aproveitar o benefício máximo dessas obras que são leiloadas. Ou seja, é como se eu colocasse uma linha de transmissão nova e aí, lá no caminho dela, ela permite escoar a potência, e aquém o sistema receptor, há uma restrição de um equipamento periférico de menor custo, um transformador de correntes, uma bobina de bloqueio, enfim, equipamentos terminais de linha ou de transformadores, de custo mais barato.

Tem outro instrumento, chamado plano de modernização das instalações do sistema, que trata desses equipamentos de custos mais reduzidos, mas que são necessários, para poder utilizar os benefícios das grandes obras de forma plena. Então, é isso que o TCU colocou, e a gente vai colocando prioritariamente na mesma linha dessa consolidação, encaminha para a ANEEL e implanta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ou seja, os senhores deram atenção [soa a campanha] ao relatório apresentado--

SR. HERMES CHIPP: Total, total.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --pelo Tribunal de Contas da União.

SR. HERMES CHIPP: Total, até porque ele é elaborado com base nos relatórios que a gente pública, de forma transparente, em nosso site.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Inclusive, está à disposição no site do Ministério.

SR. HERMES CHIPP: Disposição a todo mundo--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Encaminhado lá --

SR. HERMES CHIPP: Agora, a pergunta do ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, em relação ao ministro, ao embaixador, ao Senador Lobão Filho.

SR. HERMES CHIPP: Agora, a pergunta do Ministro Senador Lobão Filho, senador, o Márcio acabou respondendo. A regulação econômica é tal, que um

agente de transmissão, ele recebe uma receita pela linha que é do leilão.

Já colocando a questão que o Professor Pinguelli colocou, eu acho que a modificação do modelo, que permite a parceria público-privada, não impede que a Eletrobrás e suas empresas estatais federais participem de leilão, nem de transmissão, nem da geração. Era proibido, agora, não mais. Tanto é que...

Veja bem, isso é muito bom, porque o que interessa à sociedade não é uma linha que seja privada ou pública. Pelo menos na minha opinião. Empresa estatal ou privada, o que interessa é o processo do leilão, em que vence aquele que exigir a menor receita, por aquela obra, e que implica em menor tarifa para o consumidor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em nível de qualidade...

SR. HERMES CHIPP: Seja ele privado e tal. A qualidade que você colocou, Nelson, colocou muito bem, ela é caracterizada no edital, através do projeto básico da linha, então, existem requisitos mínimos [soa a campanha]. Então, eu sou obrigado a cumprir esse requisito mínimo que a ANEEL estabelece no edital.

Se eu quiser, por essas penalizações, fazer uma coisa melhor, para desligar menos, porque eu sou penalizado pela indisponibilidade, por um fator chamado parcela variável, eu agrego a isso, por minha conta, mais segurança, gasto mais, para ter maior receita, menor de desconto, mas o mínimo ele tem que atender. Chama-se projeto básico das instalações, vai anexo ao edital [soa a campanha]. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Considerações finais, o Dr. Nelson Hubner gostaria de fazê-las. V. Sa. tem dois minutos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. permite uma, antes que faça as considerações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por gentileza. Sem dúvida, senador. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, eu peço desculpas ao Dr. Nelson Hubner.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, o Ministro Márcio Zimmermann mencionou, na sua exposição, investimentos da ordem de 16 bilhões de reais e, depois, mencionou 40 bilhões de reais. Mas eu agradeceria muito se puder nos informar se, do ponto de vista de recursos financeiros, qual a estimativa de quanto custou o restabelecimento da normalização da transmissão de energia, após o acidente, e quanto custarão, se é possível já se estimar, as medidas necessárias para prevenir as novas interrupções de energia, ou seja, o relatório que o presidente mencionou, que gostaríamos de receber, também, possivelmente, terá esta informação. Mas já

se pode ter uma estimativa de quanto custará isso e estará... Isso é parte, por exemplo, isso modificará os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento na área da energia elétrica?

E eu fiquei, também, interessado em conhecer exatamente como são designados os diretores da ONS; o Diretor Geral da ANEEL, os membros da ANEEL são aqui arguidos e aprovados por nós. Mas eu quero dizer que impressionou-me muito positivamente seu conhecimento, a capacitação, para aqui explicar, assim como de todos os quatro, mas eu fiquei curioso de saber como são designados os diretores da ONS, se puder nos informar.

E, presidente, não é propriamente o tema de hoje, mas, e até há um requerimento na CAE para se examinar isso, mas, de alguma maneira, a questão da cobrança da tarifa de energia, que foi objeto de uma polêmica, e acho que a ANEEL, mesmo, está examinando, se o senhor puder nos dar uma breve informação sobre isso. E se isso, de uma maneira, vai afetar os investimentos e a capacidade de o sistema todo de energia elétrica realizar investimentos.

Só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se eu entendi, são duas indagações: uma ao Dr. Nelson e outra ao Ministro Zimmermann. É isso, senador?

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): E, então, a quem puder responder sobre como são designados a ONS—

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): --os diretores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, eu vou pedir ao Dr. Nelson Hubner, que, aproveitando as considerações finais que ele estaria pronto para fazê-las, que responda a pergunta do Senador Suplicy, em seguida, eu passo ao Dr. Hermes e, depois, ao Ministro Zimmermann. Com a palavra o Dr. Nelson Hubner.

SR. NELSON HUBNER: Com relação à questão dos investimentos, senador, a preocupação da ANEEL, é óbvio que a gente tem que estar sempre buscando esse equilíbrio, que o Dr. Márcio colocou, ou seja, a segurança máxima que quer o operador, ou seja, para o sistema, para ele, quanto mais investimento no sistema de transmissão, quanto mais sobra de energia tiver, tem mais segurança de operar.

Mas o equilíbrio disso, porque o consumidor está do outro lado, ele paga a conta. Então, temos essa preocupação. E, às vezes, quando a gente vê, às vezes, colocado, que, no momento de uma ocorrência

dessa, que está faltando investimento no Brasil, com certeza a gente pode afirmar que não há falta de investimentos no Brasil.

Se pegar só o segmento de transmissão, nos últimos anos, inclusive o peso desse segmento, em relação ao custo total do sistema elétrico, ele cresceu proporcionalmente, quer dizer, praticamente duplicou, nos últimos cinco anos. Então, só para o senhor ter uma ideia, nós investimos, de 2000 para cá, por exemplo, em ampliação do sistema de transmissão, em obras licitadas pela ANEEL, em torno de 22 a 23 bilhões de reais.

Também, ao mesmo tempo, temos [soa a campanha], como o Dr. Hermes colocou, que são receitas, investimentos que são feitos, autorizados diretamente para a ANEEL, que é óbvio que não nos permitem ter um processo de licitação, ou seja, são mais urgentes e precisam ter uma ação mais rápida, em torno de 14 bilhões de reais, nós estamos em 36 bilhões de reais, investidos só no sistema de transmissão, nos últimos anos.

E, quando a gente pega a evolução, inclusive, dos dados estatísticos dos nossos sistemas, a gente vai ver, quer dizer, com o crescimento do sistema, ele está cada vez mais sujeito a chuvas e trovoadas, ou seja, a interferências, a questões climáticas, a tudo e problemas técnicos, ou seja, a base da sistema ampliou muito.

E a gente vai ser, se você olhar, por exemplo, de 2005 para cá, praticamente, as perturbações no sistema cresceram quase uns 40%, no entanto, quando a gente vai ver as consequências, ou seja, perturbações com corte de cargas, ano a ano, eles estão se reduzindo, ou seja, tem mais ocorrência em função do crescimento do sistema. No entanto, o sistema está muito mais robusto e que está permitindo, apesar de ter mais perturbações no sistema, ter menos ocorrência com corte de carga, em todo o sistema brasileiro.

Então, a preocupação da ANEEL sempre é às vezes questionar até se não estamos investindo demais, ou seja, temos sempre essa preocupação em dosar o devido investimento com uma realidade, em termos da consequências, nas tarifas dos consumidores [soa a campanha].

Essa é a mensagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Hermes, dois minutos.

SR. HERMES CHIPP: Senador Eduardo Suplicy, os diretores do ONS são cinco diretores: um geral; um administrativo, para assuntos corporativos; um de operação; um de planejamento da operação e programação; e um de operação em tempo real, que cuida do centro de controle e da supervisão de controle.

Para o senhor entendeu completamente, eu era... Eu estou com dez anos de ONS, eu fui diretor de planejamento e programação até final de 2005, quando o Dr. Mário Santos saiu, e aí eu fui indicado para ser diretor geral. Até então, eu era um diretor indicado pelo mercado, porque dois são indicados pelo mercado e três, pelo governo. Quando eu passei a diretor geral, fui indicado pelo governo.

Então, que o é relevante, nesse processo, é a característica dessa organização, por ela ter que ser independente e transparente, ela não tem que ter vínculos fortes com nada, e essas pessoas têm que ser técnicos especializados, na minha visão, para poder passar o que o senhor me falou [soa a campainha], que eu passei, e qualquer outro teria que passar coisa similar.

Então, o fato de ser indicado três pelo governo ou dois pelo mercado não tem a menor relevância, na minha visão, nesse momento, porque tem sido respeitada essa característica, esse perfil, até agora.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Eduardo Suplicy, está satisfeito com as respostas?

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Mas a chegada do primeiro senador da oposição, hoje, aqui, me faz fazer uma indagação, acho que o ministro pode--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O vice-presidente da Comissão é também da oposição.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Muito bem, está certo. Mas é que, desde que houve o apagão, eu tenho percebido, acho que não me novembro tanto do Senador Efraim, talvez tenha até falado da Paraíba, mas alguns senadores falam que, lá no Amazonas, lá no Piauí, tal, continua a haver blecautes e tudo.

Então, eu agradei, já que eles não vieram, mas agora chegou o Efraim, se podem, se o Senador Efraim, se pode esclarecer: continuam a ocorrer blecautes pelo Brasil, nos estados do Nordeste e do Norte, e tal?

Só para completar a informação, em homenagem, aqui, à chegada do--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A indagação é feita--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Se V. Exa. quiser me convocar para a próxima Audiência Pública, para que eu possa responder, mas eu não vou responder ao Senador Eduardo Suplicy. Eu vejo a saudade que o senador tem da oposição, não é?

Porque, na realidade, o blecaute na Paraíba é total, é na segurança, é na saúde, é em todos os sentidos.

Mas eu estou aqui à disposição, se for-me permitido, eu vou responder. Lamento, porque, na condição--

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Mas de energia--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): --de relator setorial da infraestrutura, no orçamento da União, estava numa reunião, há pouco, com o relator geral, por isso atrasei um pouco da minha presença. Mas a Paraíba continua no apagão, é preciso que V. Exa. diga ao Presidente Lula que olhe com bons olhos para a Paraíba, que o apagão lá é geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Efraim. Seja bem-vindo--

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Só uma observação, não vou fazer uma pergunta--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, senador.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): --ao Sr. Luiz Pinguelli Rosa, a quem muito respeito e admiro, há muito anos, mas eu queria dizer que eu achei boa a informação que eles nos trouxe, do seu bom encontro com a Ministra Dilma, o Presidente Lula e o Ministro Márcio Zimmermann, onde houve uma harmonia neste encontro. É uma boa notícia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Para as considerações finais, o Professor Luiz Pinguelli Rosa e, em seguida, concluindo nossa Audiência Pública, o Ministro das Minas e Energia Dr. Márcio Zimmermann.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Bem, eu vou discordar profundamente do Hermes, que eu concordei quase tudo com ele, mas a tarifa brasileira para o consumidor é caríssima. Se o objetivo dessa participação privada, esse modelo defendido pelo Hermes, era essa tarifa baixa, para o consumidor ficar feliz, ele não está.

Eu disse, aqui, a diferença do que paga por megawatt/hora, em certo momento, o consumidor livre, que é o grande consumidor industrial, que tem contratos bilaterais fora do controle da rede, daquele que está ligado à rede, que é o empresário comum e as famílias, etc., é brutal, no Brasil. É muito cara a tarifa.

SR. HERMES CHIPP: Olha só, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Os leilões de transmissão têm tido resultado de deságio média da ordem entre 40% e 50%, melhor não possível, porque você dá... É cara por causa de tributo, não é por causa do leilão da--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Não. Não, senhor.

SR. HERMES CHIPP: A linha--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Espera aí, não, absolutamente--

SR. HERMES CHIPP: --tem saído com 40% de deságio.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Não, absolutamente.

SR. HERMES CHIPP: Você fala que a transmissão está cara--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Mas o consumidor está pagando, é uma tarifa--

SR. HERMES CHIPP: É uma desinformação, professor--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: É um sistema total--

SR. HERMES CHIPP: Desculpa.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Você pega o retorno das empresas elétricas que--

SR. HERMES CHIPP: Desculpa, que uma coisa não tem a ver com a outra--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Como não tem?

SR. HERMES CHIPP: A transmissão tem o sucesso total do modelo--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Você chegou e disse que tudo é para o consumidor pagar barato. Eu estou dizendo que ele está pagando caro demais--

SR. HERMES CHIPP: Sim, mas

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Compara a tarifa brasileira com a japonesa, que é um país rico, e você vai ver que o consumidor residencial brasileiro paga caro--

SR. HERMES CHIPP: Sim, mas--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Agora, bom, tira os impostos, compara direto, sem imposto, ainda assim. Bom, têm encargos setoriais, que não é imposto, mas, de qualquer modo--

SR. HERMES CHIPP: 7%.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: A própria transmissão é bem remunerada. E a transmissão, como disse o Zimmermann, começou a diminuir o que era o preço da transmissão, vamos chamar assim, já que ela entra em leilão, não é bem uma tarifa, quando a Eletrobrás entrou maciça e passou a disputar associada a empresas. Eu me lembro do primeiro leilão do Governo Lula.

Minha visão é de que o sistema não está todo errado, mas ele precisa consertar. Eu fui um dos carpinteiros, aliás, junto com a Dilma, que ajudei a martelar a mesa lá, na primeira eleição do Lula, discutimos muito esse modelo, o próprio Lula participou muito. O Presidente participou de muitas, quase todas as reuniões, para falar a verdade, o Mantega e o Presidente, além de Dilma e eu, Tolmasquim e uma porção de gente.

E eu vi que a mesa não está boa, na minha opinião. Eu acho que essa tarifa é cara e eu dou razão ao Hermes que o objetivo, um dos objetivos do setor

elétrico, é uma modicidade tarifária, e essa participação privada, que foi prometida antes do Governo do Presidente Lula até, para diminuir essa tarifa, não diminui. E o retorno de empresas elétricas que estão no Brasil, particularmente as distribuidoras, é muito alto.

Então, na minha opinião, o que o papel devia ser da Eletrobrás mesmo [soa a campainha], de suas empresas, era reduzir a tarifa, essa é a ideia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não é papel da Eletrobrás.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: E dar mais consistência ao sistema.

SR. HERMES CHIPP: Sim, mas--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Agora, isso aí é uma opinião, eu respeito a sua. Eu só estou dizendo que, quando você disse que --

SR. HERMES CHIPP: Não, não, eu não estava dizendo--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: --tudo é para o peço baixo do consumidor, eu digo que não está saindo o resultado bom, porque não está baixo.

SR. HERMES CHIPP: Eu estou dizendo... Um aparte importante. Eu estou dizendo o seguinte: a gente não está discordando. Se a Eletrobrás ou qualquer outra empresa não é proibida de participar dos leilões, esse é o processo competitivo; não deve ter nenhum privilégio, porque o consumidor quer o menor preço. E outra coisa, tarifa elevada. Você sabe quantos países do G8 têm tarifa residencial mais elevada que o Brasil? Três: Alemanha, Itália e Reino Unido.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Bom, isso com esse câmbio, no momento. O câmbio--

SR. HERMES CHIPP: Não, é muito maior, não é o câmbio, não --

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: O câmbio anômalo. Pega. O Roberto Araújo publicou um livro sobre, ele é uma cara extremamente, competente trabalhou comigo na Eletrobrás, eu o considero um cara ótimo.

SR. HERMES CHIPP: Do ponto de vista--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Eu acho que vocês o conhecem tanto quanto eu.

SR. HERMES CHIPP: Conheço.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Mas porque eu não era colega dele e só quando fui para a Eletrobrás que passei a trabalhar junto. Então, eu acho que o sistema não está perfeito, e, para mim, a imperfeição dele não é porque ele falha, que, de vez em quando, há um sistema que falha. Eu acho que há o que corrigir no sistema como modelo institucional, e que uma coisa tem a ver com outra.

Agora, claro, é uma matéria de opinião, essa é minha opinião, não vou dizer que caiu a linha por cau-

sa disso. A participação privada derrubou a linha, isso seria uma burrice monstruosa--

SR. HERMES CHIPP: Claro, até hoje eu--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Claro.

SR. HERMES CHIPP: Eu estou dizendo outra coisa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Claro.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Já que se tratou de tarifa e se tratou de consumidor, eu não sei a quem de direito eu faria essa pergunta, a quem de direito puder responder eu agradeceria, só para tirar uma dúvida.

Com o novo acordo que foi feito com o governo, em relação a Itaipu e Paraguai, qual será a repercussão do custo de tarifa de energia para o consumidor brasileiro, se haverá, se não haverá, qual será?

Eu não sei se já foi feita essa pergunta aqui, antes. Eu cheguei um pouco atrasado.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Não, não fez, não.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu não sei se é possível algum esclarecimento, se alguém, é possível que, aqui, alguém não tenha esses dados, mas, se for possível, eu agradecia, só para que o Brasil tivesse conhecimento, o que isso vai...

Nós sabemos que esse acordo Paraguai, Brasil, Itaipu iria até o ano de 2023, se não me engano, 2023. E que houve, agora, um acréscimo de 300%, mais ou menos, algo de 200%, 300% do repasse que o país pagará a Itaipu, para o Paraguai, e o consumidor, ele vai pagar essa conta? Essa é minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes, eu perguntaria ao Professor Luiz Pinguelli Rosa se teria alguma consideração a fazer, além da resposta que foi dada ao Dr. Hermes.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Em termos finais? [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em termos finais.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Não. Eu só posso dizer que eu agradeço essa oportunidade e devo reiterar a admiração que eu tenho pelo Hermes, pela instituição dele, o ONS é muito competente. E essa discordância que eu tenho é filosófica, não é técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem, muito obrigado. Eu

passo a palavra ao Ministro de Estado interino Dr. Márcio Zimmermann, para responder a indagação do Senador Efraim Morais, do Senador Eduardo Suplicy e fazer suas considerações finais.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Obrigado, senador. O Senador Eduardo Suplicy tinha levantado um ponto, um ponto bastante importante, sobre qual é o impacto que nós tivemos, com relação a esse blecaute.

Eu acho que é importante, de tudo aquilo que nós falamos aqui, da forma como esse setor, ele é estruturado, a partir do momento que teu um relatório inclusive do ONS, que a ANEEL faça sua fiscalização. Porque a ANEEL, na verdade, ela tem um papel-chave nisso, ela vai identificar, exatamente dentro das regras, que ela é toda, através das suas regras internas, suas resoluções, ela vai agir de forma a que, da mesma forma como ela já divulgou e tem autuado aquelas pessoas que o Nelson colocou, desde a primeira entrevista coletiva, que tiveram problemas de equipamentos elétricos e tal, entrem com pedido, e tem determinado prazo, que a ANEEL atende isso.

Então, eu acredito que, após feitos esses relatórios, concluídos, encaminhados para a ANEEL, ela toma, já de praxe, suas medidas que vão ser feitas nesse caso.

Com relação ao aspecto, não sei se deu para responder, senador. Então, a conclusão é importante desse relatório.

Com relação à parte do que o Senador Efraim Morais comentou, e até eu acho que é uma oportunidade muito grande, falou em região Norte e, depois, Paraíba. Eu começaria... A Paraíba, por exemplo, ela, praticamente, está avançando muito, no Programa Luz para Todos, ela tem feito investimentos grandes lá, o Governo Federal, através do Luz para Todos. E isso eu imagino que, em mais algum, provavelmente, até o final do ano, o Dr. Josias deve confirmar, é um estado que vai atingir a universalização, provavelmente, até o final do ano que vem.

Então, eu acho que isso é um marco importantíssimo de você dar energia para todos os paraibanos. Isso significa que é uma melhoria e vai ter efeitos no desenvolvimento da Paraíba, tenho certeza, nos próximos anos.

Agora, um ponto importante, e que eu acho que o Congresso teve um papel-chave, agora, recentemente, quando o governo, nós sabemos que nós tivemos problemas, nós temos regiões do Brasil que têm atendimento precário; nós chamamos os sistemas isolados, não o caso da Paraíba, é o caso da região Norte.

Desde 2004, 2005 que se trabalha no planejamento, com... A coisa mais importante para esses sistemas é entrarem no sistema interligado, é você interligar e

botar nos padrões que você tem no sistema interligado. Então, para isso nós fizemos leilões daquelas linhas que estão interligando, interligamos este ano o sistema Acre-Rondônia, que vai reduzir a conta de consumo de combustível fortemente, a partir de 2012, e a interligação do Estado do Amazonas e Amapá.

Com essa interligação, então, praticamente, 90 e poucos por cento dos sistemas isolados do Brasil vão estar interligados. E, com isso, você passa a ter... Aqueles sistemas vão ter que conviver com os padrões que nós temos no sistema interligado.

Então, é um salto que, na verdade, o Congresso aprovou, agora, na semana passada, o Senado devolveu para a Câmara, e já está para a sanção presidencial. Essa lei, agora, à hora que for promulgada, que tem um impacto bastante positivo para o setor; para o setor e para a população dessas regiões.

E um ponto, presidente, que eu gostaria de tocar é com relação a Itaipu. Em Itaipu, nós temos um grupo participando das discussões, em função daquele memorando de entendimento que os dois presidentes assinaram, e onde previu determinadas decisões, e uma delas até já está aqui no Senado, que é o aumento do fator de multiplicação da energia cedida.

Só lembrando, hoje, nós estamos pagando pela energia de Itaipu alguma coisa em torno de 45 dólares, mais ou menos, é isso aí, por megawatt/hora. Esse fator de multiplicação aí, ele vai ter, deve levar, não tenho bem certeza, mas acho que é em torno de 46 ou 47 dólares por megawatt/hora, alguma coisa nesse sentido. Isso aí você está falando em 80 reais ou algo parecido

É um ponto importante observar que, primeiro, esse assunto, havia um pleito do Paraguai, de vender para terceiros países, conforme o senador falou muito bem, nós temos um tratado, que está em vigor e vai até... O tratado é *ad aeternum*, na verdade, mas ele tem uma vigência, de determinados termos, até 2023. E, nesse caso, a declaração dos presidentes ficou bem clara, que o Brasil vai discutir esse assunto, mas não com relação à cessão para terceiros.

O que nós estudamos, hoje, é a forma como o Paraguai poderia internalizar essa energia, e está se discutindo. E, à hora que isso aí estiver... Provavelmente, em evoluindo essas negociações, naturalmente, qualquer alteração, no caso de Itaipu, tem que passar pelo Congresso Nacional, o Senado tem um papel preponderante, para qualquer modificação que viesse a ser feita.

Agora, o importante é que essa energia, a energia que um país não usa, ela vai continuar sendo utilizada, exclusivamente, pelo outro país. E, hoje, só lembrando, com esses leilões de grandes hidrelétricas, nós

voltamos para esses patamares aí, que têm baixado bastante, e isso, naquela discussão que nós tivemos aqui, com relação à tarifa, um ponto importante é que leilões de transmissão, se antes nós trabalhávamos com empresas, que trabalhavam, em 2003, 2002, com taxas internas de retorno, na transmissão altíssima, elas caíram no mundo real. A competição levou, e isso tem efeito. Uma coisa são as distorções econômicas e sociais do país, que levam determinados segmentos a terem um tratamento tributário e que levam a determinadas... E outra coisa é o aspecto de que, na cadeia, a geração, nós conseguimos voltar a construir usina na Amazônia e usinas a 71 reais o megawatt/hora, como foi o caso de Jirau; Santo Antônio, 78; Belo Monte, temos uma expectativa bastante favorável, também, nesse sentido.

Então, todo esse trabalho que vem se fazendo, em nível de geração e de transmissão, levam, naturalmente, na cadeia, a uma diminuição e uma "eficientização" de todo o setor.

Mais uma vez, Sr. Presidente, só para aproveitar, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer o convite formulado ao Ministro Lobão e dizer que, para nós, é sempre prazer estar participando desta Comissão Infraestrutura e prestado aí todas as informações e ainda com a facilidade que o Ministro Lobão é um senador. Então, esse é um aspecto bastante positivo e que ajuda nessa interface, nessa interação que existe entre o Ministério de Minas e Energia e o Senado da República.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu não sei se nós estamos tomando o tempo de V. Exa., mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas é importante que nós possamos ter um esclarecimento, ficou, entendi perfeitamente as explicações de V. Exa., quando coloca a situação do entendimento entre os presidentes, a importância do Senado, mas sempre é uma importância para carimbar o que foi decidido, lamentavelmente, não houve, por exemplo, nesta Comissão, Comissão de Infraestrutura, com a presença de V. Exa. e de outras autoridades, inclusive paraguaias, para que aqui nós discutíssemos esse acordo, esse entendimento. Porque o que nós lamentamos é que hoje o--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador, se V. Exa. me permitir, já existe, se não me engano, na Comissão de Relações Exteriores, um requerimento aprovado para se tratar desse assunto, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não, tudo bem, mas eu não acredito que—

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por isso que nós não tomamos a iniciativa de fazê-lo.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas era antes, antes do acordo. Antes do acordo, presidente. Quer dizer, se a importância do Senado é tanta para—

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É que o acordo só não está fechado, está em discussão.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas já está papel e já foi anunciado ao governo como entendimento. Não haverá grandes mudanças, nós sabemos disso. Porque nós sabemos, hoje, que o PIB, a parte maior do PIB do Paraguai é esse recurso que recebe de Itaipu, é a talvez, a maior parcela. E, agora, ela duplicou. Duplicou, quase que duplicou em relação ao que vai ser repassado, pago do Brasil ao Paraguai. Tudo bem, está decidido, nós vamos discutir aqui.

Minha preocupação é esta: vai haver aumento de tarifa, não resta dúvida. Isso aí nós não temos como dizer que não haverá. E, depois, ministro, aí V. Exa. responde.

Quanto à questão do Luz para Todos, na Paraíba, eu quero lembrar que, desde o início do ano 90, a Paraíba faz um programa, em parceria com o Cooperar, e que já houve... Inclusive, o atual governador da Paraíba, na eleição passada, fez uma propaganda, ainda quatro anos atrás, seis anos atrás, que tinha acabado com o último candeeiro da Paraíba. E V. Exa. ainda diz que vai concluir. Então, veja V. Exa. de que também houve, por parte dos governadores da Paraíba, essa preocupação.

Eu espero que acabe, até porque a propaganda o PROCON condenou, de que o governo, o atual governador do Maranhão, quando foi candidato a senador, a bandeira dele era de que “apagou-se o último candeeiro da Paraíba”, não tinha mais candeeiro.

Veja V. Exa. que parece-me que o PROCON tem que agir, até porque o Governo Federal ainda não concluiu essa parte, e que nós estamos torcendo e esperamos que a Paraíba seja um dos primeiros a ter 100% coberta, em toda a sua área. Parabéns a V. Exa., eu agradeço a atenção.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Senador, eu acho que um ponto importante, com relação a Itaipu, se o senador leu, com bastante exposição de motivos, que foi encaminhada para cá, com relação à nota reversal...

Então, na nota reversal, ela está muito clara que não vai ter aumento de tarifa, está bem claro aí. No

encaminhamento para o Senado, está dito ali que não vai ter aumento de tarifa.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: É a forma que foi encaminhada. E aí, por último, só para comentar, presidente, com relação à Paraíba, eu acho que um ponto importante, o primeiro estado brasileiro, quando é que foi universalizado? O ano passado, então, seis anos atrás, eu acho muito difícil que a Paraíba tenha sido universalizada. A ANEEL, acho que tem esse dado também. Primeiro foi o ano passado—

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu estou de acordo com V. Exa., só que a propaganda do atual governador, o ex-senador, José Maranhão, seis anos atrás, inclusive com uma lamparina, se nós formos lá para o Nordeste, que se chama de candeeiro, disse lá: “Apagamos o último candeeiro da Paraíba”, quer dizer, há seis anos. E o Governo Lula vem fazendo algumas ações nesse sentido, está certo? Veja, V. Exa., que não pode, o território paraibano não pode crescer, então, eu acho que o PROCON que não agiu bem—

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Talvez o senador, só se me permite, talvez o senador entendesse, por exemplo, quando foi fixada a meta de 2003 do Luz para Todos, qual era a meta? Era atingir dois milhões de ligações. Certo? Aí dois milhões de ligações foram atendidas, só que os estados, por exemplo, que foram universalizados, o ano passado, apareceram com adicionais, apareceram com... Então, hoje, nós já temos mais de 900 mil ligações—

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Ministro, ministro, se V. Exa. me permitir—

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: --que nós nos comprometemos a fazer—

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Ministro, esses recursos—

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: --até o final do ano que vem.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Esses recursos eram empréstimos feitos do estado com o BID, no projeto chamado Cooperar, não eram recursos do Governo Federal, eram recursos através de empréstimo, que o estado está pagando, eu quero só deixar claro. Não era a meta do Governo Federal, era um empréstimo, que ainda existe esse projeto hoje, que se chama Cooperar, que tem várias ações e que foi feito empréstimo nesse sentido. Recentemente, nós aprovamos, aqui, empréstimo de mais alguns milhões de dólares para o Cooperar. Faz ações na área hidráulica, elétrica, social, enfim, é uma...

Só deixar claro que são programas distintos, não é Luz para Todos. Não estou aqui a criticar o Programa

Luz para Todos, pelo contrário, eu quero até elogiar que faz um belo trabalho, não só na Paraíba, mas sei que no Brasil todo. Mas eu estou me referindo, aqui, ao projeto Cooperar, lá da Paraíba, que é um empréstimo entre o Governo do Estado com o BID, evidentemente, com a participação do Governo Federal, dando a garantia.

Por isso é que eu esclareço a V. Exa. que o último candeeiro do Cooperar, eu não estou falando, aqui, em V. Exa.. Então, nós não tínhamos meta, porque foi, realmente, uma propaganda enganosa, na hora em que o cidadão vai para a televisão, vai para a rádio e diz que a Paraíba não tem mais candeeiros, todas as propriedades rurais tinham sido alcançadas com o Projeto Cooperar, o que não é verdade, que não é verdade, e V. Exa. acaba de confirmar, não desmentindo lá, mas dizendo o que verdadeiro, o que é realidade, que nós temos ainda que pedir mais ao Governo Federal, que o Governo Federal leve mais essa ação para a Paraíba, e que nós possamos ser o segundo a ser 100%.

Eu garanto a V. Exa. que terei o maior prazer de receber, além de V. Exa., o Ministro Lobão, que é o nosso companheiro aqui, para anunciar isso na Paraíba.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. senadores, senhores convidados. Sr. Presidente, eu queria parabenizá-lo, mais uma vez, pela excepcional iniciativa de convocar esta Audiência Pública, com figuras como as que estão presentes nesta mesa, que deram uma aula sobre setor energético, hoje, aqui, para nós senadores.

Entristece apenas a ausência e faço menção aos senadores da oposição, excetuando o Senador Efraim Morais, que não se manifestou com agressividade, durante o evento do apagão, me entristece que aqueles mais agressivos não estiveram presentes, hoje, aqui, para receber esta aula sobre o setor energético.

Eu me lembro que, no dia seguinte ao blecaute, um senador do Sul, inclusive ex-governador do Sul, chegou a dizer que nem estava chovendo tanto assim no Sul do país. Então, é uma pena que eles não estivessem aqui presentes, para que pudessem tirar todas as dúvidas e receberem todos os esclarecimentos que nós hoje aqui recebemos.

Mas eu reputo a V. Exa. essa iniciativa brilhante, com grande competência administrou, mais uma vez, e eu faço esse elogio a V. Exa. e estendo a cada membro desta mesa, que todos, igualmente, foram excepcionais, nesta manhã de quinta-feira. Muito obrigado a todos vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Edison Lobão Filho—

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu acho que cheguei atrasado e fiquei com vontade de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Efraim [risos].

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas só para não concordar muito em relação à presença. Estiveram presentes seis, nove senadores da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não são 14, não?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): São nove presentes aqui, aliás, nove, 10, 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Quatorze.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Então, veja bem, V. Exa., que existem aqui vários senadores da oposição. Eu posso ver, aqui, Adelmir Santana, eu posso ver aqui Efraim Morais, Eliseu Resende, eu posso ver aqui Flexa Ribeiro e ainda posso ver aqui Lobão Filho, que está mais ou menos de um lado ou de outro, porque o pai é ministro, não pode ser nem oposição e nem governo [risos].

Então, eu diria a V. Exa. que, na realidade, é bom que se diga que há a participação, é uma quinta-feira, e a maioria é do governo, e quem tem que dar explicações é o governo, e o governo está bem representado aqui, dando suas explicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Efraim Morais. E eu gostaria de agradecer a presença, nesta nossa Audiência Pública, do Ministro de Estado interino das Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann; agradecer ao Dr. Nelson Hubner, Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica; ao Dr. Luiz Pinguelli Rosa, físico, ex-Presidente da Eletrobrás, enfim, Diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e ao Dr. Hermes Chipp, diretor geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, ONS, pelas explicações que aqui concederam a todos os membros da Comissão de Infraestrutura. E, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, eu agradeço a presença de todos.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu convoco os senhores membros da Comissão para nossa próxima reunião, a se realizar no dia 30 de novembro, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, integrando a "Agenda 2009, 2015: desafios estratégicos setoriais".

Sobre o terceiro desafio: "Infraestrutura e políticas públicas", apresentando o Painel nº 3, "Saneamento

básico: situação do país e propostas de soluções”, com os seguintes convidados: Dr. Francisco Danilo Fortes, presidente do FUNASA; Dr. Raul Pinho, Instituto Trata Brasil; Dr. Mário Vieira Marcondes Neto, presidente da CONASA; e esses três; e o Professor Francisco de Assis Salviano de Sousa, professor da unidade acadêmica de ciências atmosféricas da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, mestre em hidráulica e saneamento, pela Escola de Engenharia de São Carlos, e doutor em hidráulica e saneamento pela Escola Politécnica da USP.

São os quatro expositores da próxima segunda-feira, às 18 horas, aqui, neste Plenário da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

Sessão encerrada às 12h22.

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2009, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia trinta de novembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura. A Presidência declara aberta a reunião, e anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública, dentro da **Agenda 2009-2015 “Desafios Estratégicos Setoriais”**, proposta pelo Senador **Fernando Collor** e elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores **Delcídio Amaral**, **Flexa Ribeiro** e **Gim Argello**, destinado a debater o Terceiro Desafio: **“INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS”**, Painel II – **“SANEAMENTO BÁSICO – SITUAÇÃO DO PAÍS E PROPOSTAS DE SOLUÇÕES”**, com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Francisco Danilo Forte** – Presidente da Fundação Nacional de Saneamento – FUNASA; **Dr. Raul Pinho** – Presidente do Instituto Trata Brasil, **Dr. Mario Vieira Marcondes Neto** – Presidente da Companhia Nacional de Saneamento – CONASA e o **Dr. Francisco de Assis Santiago de Souza** – Professor da Unidade Acadêmica de Ciências Atmosféricas da Universidade Federal de Campina Grande-PB; Mestre em Hidráulica e Saneamento pela Escola de Engenharia de São Carlos-SP e Doutor em Hidráulica e Saneamento pela Escola Politécnica da USP-SP. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usa-

ram da palavra o Dr. Arnaldo Augusto Setti e o Dr. Eduardo Teixeira – ex Presidente da PETROBRAS. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo à presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte e uma horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 18 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a Reunião de nº. 50, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da Sessão Legislativa nº. 3, da Legislatura nº. 53.

Inicialmente, eu gostaria de anunciar a realização, no dia 02 de dezembro, na próxima quarta-feira, da sexta e última reunião do grupo de trabalho da Comissão de Serviços de Infraestrutura, criado com o objetivo de debater e elaborar alguma proposta de um marco regulatório dos biocombustíveis.

Para este que será o painel nº. 5, meio ambiente, foram convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente, MMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA. Coordenado pelo Senador Inácio Arruda e composto pelos Senadores Gilberto Goellner e Delcídio Amaral, o grupo de trabalho realiza esta, que será sua última reunião, e anuncia o propósito de oferecer aos senhores membros desta Comissão, já no mês de dezembro, o resultado das atividades implementadas pelo grupo de trabalho, apresentando um anteprojeto de lei para avaliação e posterior deliberação dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, viabilizando, dessa forma, com a apresentação, por parte desta Comissão, de um marco regulatório para o setor de biocombustíveis.

Comunicado: no último dia 23, segunda-feira passada, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, dentro da programação da “Agenda 2009/2015: desafios estratégicos setoriais”, Audiência Pública sobre “Banda larga e acessibilidade nos serviços de telecomunicações”, dentro do painel dedicado às políticas públicas.

Participaram desse painel o diretor geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, RNP, Dr. Nelson Simões; o diretor de estudos setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, Dr. Márcio Wohlers

de Almeida; e a conselheira da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, Dra. Emília Maria Silva Ribeiro Cury.

Segundo o Dr. Nelson Simões, o preço tem sido a barreira mais severa para impedir a ampliação da banda larga no Brasil. Ele baseou sua informação em pesquisa feita pelo Comitê Gestor da Internet, que constatou que o alto custo impede que 75% dos entrevistados usem computadores, e 54% deles, impedidos de se conectarem à internet, também devido ao custo.

Ainda citando dados da pesquisa, o Dr. Nelson Simões informou que 35% da população brasileira estaria disposta a pagar por uma conexão à rede de banda larga, se seu valor fosse até de 50 reais por mês. Para ele, também é importante a adoção de política de incentivo ao acesso móvel de baixa renda, bem como a disponibilização do transporte de longa distância, de forma competitiva.

Já o Dr. Márcio Wohlers de Almeida, do IPEA, estimou que, se o custo médio do fornecimento do serviço de banda larga no Brasil caísse dos atuais 162 reais para algo em torno de 81 reais, o número de domicílios que acessam a internet via banda larga mais do que dobraria.

Se houvesse um acordo nesse sentido entre empresas e governo, com a possibilidade até de uma desoneração tributária, o lucro provavelmente seria maior, e o preço cairia, então, pela metade.

Para o Dr. Márcio Wohlers, as redes de comunicação avançadas são um componente-chave para ecossistemas inovadores e suporte para o crescimento da economia. Além disso, essas redes facilitam a invenção, o desenvolvimento, o aprimoramento do conhecimento de novos produtos, processos e modelagem de negócios.

A terceira debatedora, Dra. Emília Maria Cury, da ANATEL, declarou que massificar o acesso à banda larga é uma decisão já tomada pelo Governo Federal e também é uma meta da própria agência, que vem trabalhando nesse sentido. Ela destacou que, além de ampliar a oferta do serviço, a ANATEL tem se preocupado com a qualidade do acesso à internet, que vem sendo oferecido no Brasil.

Sobre essa universalização, abordada pela Dra. Emília, tivemos a boa notícia de que, no dia seguinte, terça-feira, dia 24, no dia seguinte à Audiência Pública aqui realizada, o ministro de estado das comunicações, Senador Hélio Costa, que vem demonstrando um excelente trabalho à frente de sua pasta e se dedicando pessoalmente a esse tema, apresentou a proposta do Plano Nacional de Banda Larga ao Presidente da República.

Intitulado “Um plano nacional para banda larga: o Brasil em alta velocidade”, o documento estabelece um conjunto de medidas para disseminar, até 2014, a oferta de acessos à internet por rede banda larga e promover o crescimento da capacidade da infraestrutura de telecomunicações no país. O valor do plano totaliza 75,5 bilhões de reais.

Outra meta prevista no texto de Ministério é atingir 60 milhões de acessos banda larga móvel, entre terminais de voz e dados e *modems*, até 2014. O plano prevê o acesso à internet banda larga à totalidade das 70 mil escolas ainda não atendidas e situadas em áreas rurais, preocupação esta amplamente debatida durante nosso painel, especialmente em virtude da desigualdade de entendimento do serviço entre as diversas regiões do país.

Outra questão abordada pela Dra. Emília Cury refere-se à proposta da chamada simetria regulatória, ou seja, a fixação de regras e taxas para a prestação dos serviços, como de provedor da internet, por exemplo, de acordo com o tamanho e a capacidade econômica de casa empresa, já que o preço único de 9.000 reais para regularização, devido à ANATEL, inviabiliza o funcionamento de cerca de duas mil empresas provedoras que, hoje, acabam atuando na informalidade.

Esse foi o resultado da nossa última Audiência Pública, tratando da infraestrutura e políticas públicas. Dando por segmento ao ciclo dessas audiências, promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, e após cumpridas as etapas dos dois primeiros desafios; o primeiro deles, aqui tratado, foi “Infraestrutura para inovação e desenvolvimento”; o segundo foi “O marco regulatório do Pré-sal”; e, agora, o terceiro desafio “Infraestrutura e políticas públicas”.

Hoje, teremos o painel, portanto, nº. 3, tratando do tema “Saneamento básico – situação do país e propostas de soluções”, com os seguintes participantes, que aproveito e convido para que tomem assento à mesa: Dr. Francisco Daniel Forte, Presidente da Fundação Nacional de Saúde, FUNASA; Dr. Raul Pinho, Presidente do Instituto Trata Brasil; Dr. Mario Vieira Marcondes Neto, Presidente da Companhia Nacional de Saneamento, CONASA; e o Dr. Francisco de Assis Santiago de Souza, professor da unidade acadêmica de ciências atmosféricas da Universidade Federal de Campina Grande, mestre em hidráulica e saneamento pela Escola de Engenharia de São Carlos, São Paulo, e doutor em hidráulica e saneamento pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Em nome dos senhores e senhoras integrantes desta Comissão, desejo a todos as melhores boas-vindas.

A questão do saneamento básico no país e o abastecimento de água potável é um dos grandes problemas e gargalos que a infraestrutura do país, hoje, enfrenta. Um recente estudo realizado pelo Hospital Sírio Libanês apresentou um dado que nos deixou todos pressionados; esse estudo demonstrou que 65% dos entendimentos realizados pelo Hospital Sírio Libanês, aqueles que foram atendidos pelo Sistema Único de Saúde, 65% dessas pessoas atendidas pelo SUS, via Hospital Sírio Libanês, adoeceram em função da falta de saneamento básico ou da falta de acesso à água potável, isso numa cidade como São Paulo, uma das maiores capitais do mundo e de um estado que é o estado mais próspero do país.

E aí nós podemos imaginar o que não estará acontecendo por este Brasil profundo, onde as condições de vida e as desigualdades sociais são bem mais agudas. Não podemos prosperar na questão de uma infraestrutura adequada aos direitos do cidadão, sem que nós pensemos no saneamento básico e no abastecimento de água potável, no acesso de água potável nas residências dos brasileiros.

Não basta somente nos preocuparmos com saúde, com educação, claro, com a ciência, com a sustentabilidade ambiental, sem que nós enfoquemos também a questão deste item fundamental, que é o de infraestrutura, na parte de saneamento e abastecimento de água.

Numa das audiências públicas, aqui realizadas, com técnicos do IPEA, foi perguntado a cada um deles, individualmente, quais itens eles acrescentariam àqueles já sugeridos de Governo Federal como objeto de aplicação dos recursos auferidos com a receita do Pré-sal. E eles disseram, sem que estivessem combinados, que, sem dúvida nenhuma, acrescentariam investimentos na área de saneamento e na área de abastecimento de água.

Por isso todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras desta Comissão dão a esta Audiência Pública, senhores ilustres palestrantes aqui presentes, uma enorme importância, e esperamos, como tem sido em todas essas audiências aqui realizadas, que possamos não somente sensibilizar as autoridades do Poder Executivo, mas também alertar a população para a necessidade premente e urgente de nós fazermos algo para investirmos maciçamente nesse setor, que demanda tanta atenção e também tanta determinação e vontade política.

Por isso dou a cada um dos senhores aqui presentes o peso devido à importância deste tema. Vamos iniciar nossa audiência, ouvindo a palavra do Dr. Francisco Danilo Forte, Presidente da Fundação Nacional

de Saúde, FUNASA. V.Sa. disporá de 20 minutos para fazer sua exposição.

SR. FRANCISCO DANILO FORTE: Muito obrigado ao Presidente Fernando Collor por esta oportunidade de compartilhar, nesta mesa, com as autoridades aqui presentes, no que diz respeito ao saneamento público no nosso país.

Nós, que fazemos a Fundação Nacional de Saúde, tivemos e temos exatamente essa preocupação de fazer a relação direta do saneamento com o problema da saúde. Há 300 anos, a academia de medicina da Grã-Bretanha determinou que a maior descoberta do ser humano, com relação à política social, de bem-estar social, foi exatamente o advento da política de saneamento básico, como um bem público, para transformar o acesso à água tratada, à água potável para essas populações, como o grande indutor de saúde publica na Grã-Bretanha, naquele período, e no mundo moderno de hoje.

E a gente sabe das dificuldades que nosso país encontra, até porque a política de saneamento público, no Brasil, é uma política recente, do ponto de vista histórico, e que a gente fez, inclusive, um roteiro de apresentação, em que a gente pega o desenvolvimento dessa política, tentando fazer a correlação direta dos investimentos em saneamento com os investimentos em saúde.

Pode passar a primeira aí. Então, os antecedentes da política de saneamento do nosso país, como eu falei, é uma política recente, a partir de 1942. Se a gente for compreender que o Ministério da Saúde no Brasil, ele é criado só em 1937, com a Constituição de 37, em 42 a gente cria o Serviço Especial de Saúde Pública, que dá origem à Fundação SESP, que, posteriormente, se transforma na própria FUNASA.

Em 60, tem a criação da Fundação SESP, com um convênio, inclusive, com os Estados Unidos, que vincula ao Ministério da Saúde a atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no financiamento de obras de saneamento do nosso país. Em 67, a gente tem a criação do BNH, com o intuito de promover a política de saneamento, juntamente com a política habitacional.

Em 71, a gente tem a criação do PLANASA, que foi o grande marco na política de saneamento do país, dando dimensão nacional a essa política de investimento, implementando a lógica financeira de retorno do capital investido, como um plano de financiamento para esses investimentos.

Em 86, a gente tem a extinção do BNH e o consequente declínio do PLANASA, que era o motor principal da política de saneamento do BNH, com a transferência, naquele período, para as ações para a Caixa Econômica

Federal, que, até hoje, é um grande berço financiador das políticas de saneamento no nosso país.

Em 91, a gente tem a criação da FUNASA, com a criação da SUCAM e da Fundação SESP. A FUNASA, que vem, exatamente, tentar harmonizar essas ações de saneamento com as ações de saúde, dentro do Ministério da Saúde. Em 91, inclusive, no governo do Presidente Collor, nós temos a criação do Ministério de Ação Social, que também faz uma política de investimento, tanto na área habitacional como na área de saneamento básico.

Em 95, tem o programa de modernização do setor de saneamento, com a reestruturação da política de saneamento público no nosso país. Em 91, tem o lançamento do Projeto Alvorada, que, até então, foi o maior projeto de saneamento, no atendimento aos pequenos municípios e ao saneamento rural, no nosso país, exatamente com essa política do Projeto Alvorada, que, inclusive, serviu de ensinamento para a FUNASA, com relação ao atual PAC.

Em 2003, já no governo do Presidente Lula, tem a criação do Ministério das Cidades, que é o responsável pela política nacional de desenvolvimento urbano e saneamento. É o grande mentor institucional, ao qual se vinculam as políticas de saneamento, inclusive, com a instituição da Lei 11.107, que é a lei dos consórcios públicos de 2005, que estimula aos municípios a se consorciarem para fazer política de saneamento, seja na questão do abastecimento de água, esgotamento sanitário, e, principalmente, a gente tem trabalhado e estimulado muito na relação com a questão dos aterros sanitários e do destino final dos resíduos sólidos.

Em 2007, no ano do lançamento do PAC, nós temos, também, a política federal, a instituição da política federal de saneamento básica, que é a Lei 11.445/07, que determina, que harmoniza, que consolida todas as leis, com relação à política de saneamento no nosso país.

É a partir da Lei 11.445 que a gente tem a normatização da determinação das ações e da distribuição das prerrogativas dos entes federados, com relação ao saneamento.

Pode passar. Em 2007, como eu já falei, é a partir daí que nós vamos fazer nosso desenvolvimento, é instituído o PAC, que é o Programa de Aceleração do Crescimento, com a distribuição de recursos onerosos e não onerosos. Os onerosos são os recursos orçamentários que estão dentro do orçamento geral da União, do OGU. Inicialmente, estava previsto recursos não onerosos apenas 12 bilhões de investimentos, dos quais a FUNASA ficou responsável pelos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, ficando

com 4 bilhões para serem investidos, na prática, em três anos.

A partir de 2008 a 2010 é que se dão os investimentos, na prática, porque 2007 foi um ano de elaboração da política de investimento e de recursos onerosos, principalmente, no FAT e do FGTS, que dá um total de 20 bilhões de reais, recursos esses administrados pelo Ministério das Cidades, totalizando, junto com a contrapartida, até então, preestabelecida pelo GPAC, que é o grupo gestor do PAC, no que diz à política de saneamento, e mais oito bilhões de reais, totalizando 40 bilhões para serem investidos no PAC, na proposta inicial.

Esse recurso, inclusive, foi ampliado, já com as novas prerrogativas e as novas políticas de investimentos que foram desenvolvidas a partir daí.

Os recursos da FUNASA foram distribuídos em alguns subeixos, que são importantes de serem aqui aquilatados, porque, inclusive, eu coloco o PAC da FUNASA como o grande PAC da inclusão social, a partir de uma política de saneamento. A FUNASA trabalha com populações isoladas, principalmente populações, os índios e os quilombolas, e também em áreas endêmicas, áreas geograficamente distribuídas, onde estão presentes, principalmente, a malária e a doença de Chagas. E também nas políticas com relação aos eixos, priorizando principalmente, a partir de uma constatação da mortalidade infantil como vetor da política de falta de saneamento, municípios que necessitem de políticas de abastecimento de água; esgotamento sanitário; melhorarias sanitárias domiciliares, que são os banheirinhos da FUNASA; a questão do destino final dos resíduos sólidos; uma política de saneamento rural, tanto para as comunidades abaixo de 2.500 habitantes como também para os assentamentos rurais e algum problema agrave, também, que nós temos no país, hoje, principalmente concentrado na região Nordeste do país, que é o problema da água na escola.

O Brasil, ainda hoje, tem quase quatro mil escolas que não têm sequer um aparelho hidráulico, infelizmente, e há uma concentração muito grande dessas escolas, principalmente no Estado da Bahia, e que nós resolvemos fazer uma programação desse Programa Água na Escola, para levar água tratada para essas escolas, para que essas crianças tenham não só o asseio durante o período escolar, mas também uma política de educação e saúde, que é muito importante, dentro de uma política de educação ambiental, que o país precisa.

Desenvolvemos também um programa de qualidade da água; são regiões geográficas do país que têm dificuldade de fazer análise laboratorial biofísico-química da água de consumo humano. A FUNASA

está construindo, vai construir 25 laboratórios, dos quais 14 nós já temos selecionados e contratados. É um investimento da ordem de 50 milhões de reais, que nós já temos 56 contratados e temos ainda que contratar mais 44 milhões de reais, exatamente para fazer esses investimentos.

E o apoio à política de catação, porque, além da questão do destino final dos resíduos sólidos, nós temos uma massa de trabalhadores brasileiros que sobrevive à custa do lixo, tirando sua riqueza, seu sustento econômico a partir do material reciclável.

Nós temos uma meta de atender, apoiar 210 cooperativas no país. Nós já estamos, inclusive, com o programa iniciado, agora, para 2009, 2010, onde a gente já está investindo algo em torno de 100 milhões de reais, dos quais 50 milhões agora já pré-selecionados.

Então, é bom ter alguns números, para a gente ter a dimensão. No Brasil... Pode voltar um pouquinho... Nós temos algo em torno de cinco mil aldeias indígenas, das quais a gente tem como meta 2.137, para fazer, principalmente, abastecimento de água e melhorias sanitárias domiciliares, nós já estamos, hoje, selecionados em 1.664, com obras em execução em 1.134. Dessas 1.134, nós já temos algo em torno de 60 obras prontas e temos a contratar, pré-selecionadas, numa parceria da FUNASA com a FUNAI, mais 1.003 aldeias, que vão ser contratadas agora, no orçamento de 2009/2010, para execução de, principalmente, abastecimento de água.

Para se ter um ideia, apenas 7% dos índios do Estado do Amazonas têm acesso à água tratada, apesar de morarem na maior bacia de água potável do mundo. Então, esse tratamento é importante, para que esse consumo chegue a essas populações.

Nós estamos, inclusive, numa parceria muito importante com o Exército brasileiro, ali na região de São Gabriel da Cachoeira, que é lá na Cabeça do Cachorro, na fronteira do Brasil com a Venezuela, porque lá nós temos um problema muito grande de metais pesados na água. Então, nós precisamos dar qualidade a essa água, para o consumo daquelas comunidades.

Área Quilombola. Esse número está defasado, são 394 comunidades que estão pré-selecionadas. Nós já estamos com obra em 210 comunidades quilombolas e temos a contratar algo em torno, aqui, de mais 170, 180 comunidades, principalmente no Estado da Bahia, do Maranhão, onde há maior concentração de quilombos.

Essas comunidades eram comunidades que viviam totalmente alijadas do processo de saneamento básico no nosso país, até porque a grande maioria delas tem o problema da viabilidade econômica do investimento, e a FUNASA não só faz o investimento

no saneamento, como também faz a capacitação de técnicos de nível médios nessas comunidades, para darem sustentação a esses sistemas e a continuidade deles.

Na malária, nós temos 90 municípios de alto risco, principalmente na Amazônia Legal, dos quais nós selecionamos apenas 31, que são os de maiores riscos; e aqui está Manaus e Porto Velho, dentro desses 31 pré-selecionados, para fazer política, principalmente de drenagem dos igarapés. As cidades cresceram, e esses igarapés ficaram urbanos, e tem problema seriíssimo de drenagem.

Nós conseguimos um feito muito importante, da FUNASA com a prefeitura de Ariquemes, quando a gente chegou na FUNASA, em 2005, Ariquemes era conhecida na FUNASA como "Aqui tremes", tamanho era o foco de malária lá na região. E, graças a uma política acertada que a gente fez com o prefeito, a gente conseguiu erradicar a malária no município de Ariquemes. E esse exemplo serve para os demais municípios que estão pré-selecionados no alto risco.

Doença de Chagas. Nós temos três indicadores, baixo, médio e alto risco. Ao todo, no Brasil, são quase 2.600 municípios que têm doença de Chagas. Nós pré-selecionamos apenas aqueles municípios da faixa de alto risco; são 623, aqui tem mais um, que não foi pré-selecionado na seleção inicial. Nós já contratamos, em 517 municípios, nós ainda temos para contratar algo em torno de 105 municípios.

Nós estamos, hoje, com execução de 20 mil unidades, em execução já de obra, com relação à melhoria habitacional, porque a gente sabe que o hospedeiro do barbeiro é exatamente a casa de taipa, nessa região de alto risco. Nós temos, no Estado de Alagoas, do Presidente Collor, nós temos 56 municípios pré-selecionados, que nós estamos trabalhando exatamente para tentar a erradicação.

Os recursos ainda são pequenos, para esse montante da necessidade. Nós precisamos de ampliação de algo em torno de 540 milhões de reais de investimento, e a gente espera que, com a execução desses e com o advento do segundo PAC, a gente consiga avançar para erradicar pelo menos nesses 622 municípios que foram pré-selecionados.

Abastecimento de água. Nós estamos trabalhando com 1.321 municípios, dentro da prioridade principal da questão da mortalidade infantil, dos maiores para os menores, a média nacional de mortalidade infantil é 23,3 para cada mil nascidos vivos; dado do IBGE.

Nós encontramos, na realidade brasileira, municípios com mais de 200 para cada mil nascidos vivos, como é o caso de Ipueiras, no Tocantins, aqui na região do Tocantins.

Então, essa seleção foi feita dos maiores para os menores, priorizando exatamente esse indicador como indicador mais importante. Temos, também, aqui, como indicador a baixa cobertura sanitária e também a questão de áreas, como, por exemplo, a área da transposição do São Francisco, que a FUNASA ficou com responsabilidade em alguns municípios, principalmente esses municípios abaixo de 50 mil habitantes, de priorizar a política, seja de abastecimento de água, seja de esgotamento sanitário, seja de melhoria sanitária, os banheiros da FUNASA. Municípios que não (sic) têm, ainda, uma precariedade muito grande, principalmente nas populações periféricas, com relação à falta de banheiros e de esgotamento sanitário.

Resíduos sólidos. Estão aqui apenas os municípios da transposição; são apenas oito municípios na transposição, que ficaram sob a responsabilidade da FUNASA, para a questão dos aterros. Nós estamos estimulando, dentro, inclusive, de uma emenda que saiu aqui, da Comissão de Seguridade Social do Senado, os municípios a se consorciarem, conforme a Lei 11.107, para que a gente possa fazer uma racionalização de recursos, estimulando a esses consórcios públicos aterros sanitários coletivos, porque aí você diminui área de degradação do meio ambiente e racionaliza recursos, com um potencial maior de atendimento.

Saneamento em área rural. Eu já falei, são as comunidades abaixo de 2.500 habitantes e também os assentamentos rurais, nos territórios da cidadania. Nós já estamos com 756 convênios selecionados, dos quais 754 contratados, e temos ainda mais 180 milhões de reais para recursos para liberar, agora no ano de 2009 e 2010.

Água na Escola. Eu falei também já por cima. Nós temos, aqui, uma meta de 889 escolas, das quais já contratamos 457. Temos ainda 432 a serem contratadas, e, aqui, nós temos um problema seriíssimo, que é o problema posse do terreno, que, inclusive, é um gargalo, que a gente vai discutir dentro dos problemas da questão do saneamento básico.

Essas escolas, na sua grande maioria, são escolas que são doações de terrenos, que foram feitas aos municípios. Antigamente, não se tinha escritura, eram áreas agrícolas, que ficaram sem escritura, e nós temos um problema seriíssimo das prefeituras, em fazer a comprovação dessas escolas como áreas públicas. E aí você fica no gargalo de como repassar recursos federais para esses municípios, se não estão escrituradas as áreas de investimento.

Laboratório e cooperativa já... Pode passar.

Então, aqui, estão as metas da posição, agora, de novembro deste ano com relação à contratação e empenho; isso aqui a gente já falou, agora, em matéria

de recursos. Pode passar. Porque nós vamos para os pontos polêmicos, que é mais importante.

As áreas de atuação. Já falei, as populações, áreas especiais, área indígena, além de [ininteligível] Quilombola. Epidemiológica, malária e doença de Chagas, e os municípios abaixo de 50 mil habitantes. Pode passar.

Saneamento rural, até 2.500 habitantes, e as ações complementares, que são os laboratórios de qualidade da água e o apoio... Então, pode passar.

O problema em si, que é o problema, inclusive, o Presidente Collor já abriu falando dele, que é questão da água contaminada e o saneamento inadequado, causa de morte de mais de cinco mil crianças por dia, no mundo. O dado da UNESCO, do ano passado, é que sete milhões de crianças morreram, em 2008, no mundo, por falta de saneamento básico.

Os 65 % das internações hospitalares, que Presidente Collor falou de São Paulo, é um problema que se reflete no Brasil como um todo. Existe uma matéria da *Folha de S. Paulo* que uma criança morre, a cada 96 minutos, por falta de saneamento básico. Isso é um dado que apareceu na *Folha de S. Paulo*, em julho de 2000.

Nós temos cerca de 2.000 municípios com alta taxa de mortalidade infantil no país; 74% da população vive sem água potável e sistema de esgoto, nesses dois municípios de alta taxa de mortalidade infantil. Os investimentos de saneamento têm efeito direto na redução dos custos de saúde, existe, inclusive, uma estimativa que é de, para cada um real investido, economiza quatro na saúde, na medicina curativa, principalmente nas doenças pediátricas. Pode passar.

As demanda de investimento, no país como um todo, por região, esse aqui é o quadro do Brasil. No ano 2000, vários investimentos, na ordem de 70 milhões; em 2010, a estimativa é que se passe para 123 milhões de reais, com uma carência de estimativa, até 2020, de 178, aí vai dar mil, milhões, vai dar bilhões de reais.

A demanda por investimento por água e esgoto, por IDH, a gente vai perceber que a maior demanda é exatamente onde está o IDH abaixo de 0,76, ou seja, as pessoas mais pobres são as que mais precisam de investimento em água e esgoto. Pode passar.

Os principais problemas e as dificuldades que a gente tem hoje. O problema do planejamento, de médio e longo prazo, porque são obras que você, hoje, prepara para serem executadas posteriormente. Nós temos uma dívida do PAC com recursos garantidos, com relação aos investimentos em saneamento, mas nós temos uma baixa capacidade técnica institucional, e isso em todos os entes federados, na União, esta-

dos, Distrito Federal e municípios, pela baixa executividade histórica que nós temos, com relação a essa questão; os investimentos sempre foram muito aquém das necessidades, inclusive, com, hoje, falta de pessoal para essas execuções; a questão da legislação ambiental, hoje, nós temos uma legislação ambiental de primeiro mundo e com áreas do país, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com uma debilidade técnica muito grande, com relação a essas questões.

Nós temos dificuldades, inclusive, de tirar essas licenças, porque têm estados que nós temos dificuldade até de gente para fazer projeto. A gente que vive rodando pelo Brasil, principalmente nos estados e territórios, nós temos dificuldade de gente para elaboração de projetos na área de abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente.

Então, quer dizer, por quê? Porque não tem técnico, não tem capacidade técnica, num país da dimensão do Brasil, e há uma concentração muito grande, no Brasil, dos municípios na faixa litorânea; 80% da população brasileira vive em até 2.000 quilômetros do Oceano Atlântico. Então, nas regiões mais distantes, nós temos estados e territórios que agora que está formando a primeira turma de engenharia civil.

Então, quer dizer, nós precisamos avançar com relação a essa parte de projeto e precisamos de uma legislação flexível, também, com relação aos investimentos de pequena monta, porque você não pode ter o mesmo grau de exigência de uma obra grande para uma obra pequena, de impacto, às vezes, apenas municipal ou distrital, mas a legislação é a mesma, indiferente da execução que ela segue à frente.

Esse problema da titularidade do terreno é um problema também sério, com nossos parceiros, principalmente estados e municípios, por causa da... Nós até flexibilizamos isso aqui, com base numa resolução do Ministério das Cidades, para que a gente possa pelo menos iniciar as obras, enquanto os gestores apresentam a regularidade dessas áreas para esses investimentos. Mas é um problema que, em algumas questões, é secular.

Nós temos o problema da disputa política, ainda com relação a prestadores e titulares dos serviços, principalmente nas regiões metropolitanas e nas brigas entre os entes, estados e municípios, sobre a titularidade e a prestação, nas áreas de saneamento, onde tem as companhias estaduais e existe uma disputa entre de quem é o papel, se o papel é do estado, se o papel do município, com relação a essa carência.

A Lei 11.445 já avança com relação a essa questão, mas a gente precisa ainda de leis estaduais e leis

municipais que disseminam essa dúvida com relação a essa questão.

A pulverização e a fragmentação das intervenções, no universo da FUNASA, hoje, nós temos 16 mil convênios em andamento, para um universo pequeno de engenheiros e técnicos para acompanhar todas essas obras, no país como um todo. E isso se estende não só à FUNASA, mas também aos outros prestadores e aos outros formuladores de política de financiamento, e a questão também das normas brasileiras, com relação aos projetos de engenharia, que é essa flexibilização que a gente precisa fazer, também, com relação à questão da Lei de Licitações, que o grau o exigência, de abrangência é muito maior do que as áreas de intervenção, muitas vezes, que a gente é obrigado a trabalhar, no caso específico da FUNASA. Pode passar.

A proposta de solução é ampliar esse debate com os entes federados, inclusive, essa oportunidade que a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado nos dá é importante, com relação a isso. O apoio técnico à implementação dos consórcios – eu já tenho falado sobre isso –, é muito importante para fazer avançar, principalmente nos pequenos municípios; o apoio técnico e financeiro na elaboração dos planos municipais de saneamento, que é uma resolução da Lei 11.445, para que todos os municípios brasileiros tenham seus planos de saneamento, inclusive, discutido com a sociedade local, para que a gente possa avançar nessas políticas, elaborando projetos de maior resolubilidade; a revisão da legislação, a gente precisa fazer uma revisão, principalmente no que diz respeito às pequenas intervenções, porque elas estão muito rígidas com relação à execução das obras de pequena monta; regulamentar normas de licitação e contratos, principalmente nessas áreas mais devolutas do país; a construção dos planos, de ter compromissos plurianuais, para repasse de recursos, aqui já está sendo executado no Governo Federal como um todo, com relação ao PAC, até porque já tem essa questão de as obras de saneamento serem obras de longo prazo, não de curto prazo.

A atuação dos órgãos de controle, hoje, no país, inclusive, o próprio Presidente da República tem questionado muito o grau de exigência com relação a essa questão. Para vocês terem uma ideia, no saneamento rural, que, muitas vezes, é um poço, uma caixa d'água e um centro de distribuição de água, já teve órgão de controle que veio pedir sondagem para essas pequenas intervenções. E, muitas vezes, as sondagens e o estudo prévio saem mais caro do que a própria ação de execução da obra.

Então, quer dizer, são questões que a gente precisa viabilizar, do ponto de vista também de controle, para que a gente não tenha maior dificuldade com relação a isso. E, no nosso caso específico, a reestruturação da própria FUNASA, com a ampliação dos quadros técnicos. Nós temos um quadro muito reduzido, a FUNASA, há 18 anos, não fazia concurso público, nós conseguimos realizar, agora, três concursos públicos, dos quais 114 para engenheiros, e aí nós temos outro problema, que é a questão da defasagem salarial dos servidores públicos federais, na sua grande maioria, e, no nosso caso específico, que existe uma distorção muito grande com relação à competição com o mercado.

O mercado, hoje, está pagando salários bem mais vantajosos do que os salários dos concursados. Só para vocês terem um ideia, nós fizemos um concurso no primeiro semestre deste ano para 114 vagas e nós já temos quase 60 vagas ociosas, porque o pessoal passou no concurso da FUNASA e passou em outros concursos posteriores ou saíram para a iniciativa privada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Qual é a base desse salário desse concurso?

SR. FRANCISCO DANILO FORTE: O salário do efetivo dá 2.300 reais, é muito pouco, para um engenheiro. E para o temporário dá na faixa de 4.600 reais. Só para o senhor ter um dado comparativo, aqui, que eu soube a semana passada, teve um rapaz que tinha passado no concurso de FUNASA e passou, agora, para escrivão da Polícia Militar, aqui no DF, ganhando 9.000 reais, com todo o mérito aos escrivães da Polícia do DF, mas aí fica muito distorcido, com relação à questão dos engenheiros da FUNASA. E os médicos, também, estão nessa mesma situação. Pode passar.

Então, quer dizer, em linhas gerais, esse é, mais ou menos, o quadro de atuação nossa. Vocês puderam observar que o quadro de intervenção das FUNASA é exatamente onde estão as populações mais carentes do nosso país, não só do ponto de vista de saneamento, mas, inclusive, do ponto de vista econômico.

Nós temos uma carência muito grande nessas nossas áreas de atuação, e a gente precisa, exatamente, que esse debate nos ajude a nos dar um horizonte, em que a gente possa ter uma flexibilidade melhor e maior para a execução e também um potencial de fortalecimento da nossa própria instituição, para que a gente possa atender melhor esse público-alvo, que precisa muito da inclusão social e que tem um momento rico, como esse momento do PAC, que é uma oportunidade muito grande para se investir e se fazer inclusão social, a partir de uma política de saneamen-

to. Meu muito obrigado, Senador Collor, e a todos que fazem esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Danilo Fortes, Presidente da Fundação Nacional de Saúde, FUNASA. Eu teria algumas indagações a fazer ao Presidente da FUNASA, com base no relatório que ele aqui apresentou e num dos pontos que ele sugere possam ser eliminados: fragmentação e pulverização das intervenções. No setor de saneamento, as obras são dispersas e estão sob a responsabilidade de vários prestadores e tomadores. Quantos ministérios tratam da questão de saneamento, hoje, no Brasil?

SR. FRANCISCO DANILO FORTE: Nós temos saneamento na FUNASA, para essas populações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Que tipo de populações?

SR. FRANCISCO DE ASSIS SANTIAGO DE SOUZA: Abaixo de 50 mil, sempre abaixo de 50 mil habitantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Municípios abaixo de 50 mil habitantes--

SR. FRANCISCO DE ASSIS SANTIAGO DE SOUZA: Populações isoladas, quilombos e índios, áreas epidemiológicas, Chagas e malária; malária, principalmente na Amazônia Legal. A FUNASA trabalha nesse universo.

Nós temos, no Meio Ambiente, política de saneamento referente à questão das intervenções de saneamento ambiental. Nós temos no Ministério da Integração. Nós temos no Ministério das Cidades. Basicamente, são esses os órgãos que trabalham com saneamento básico no nosso país.

A política de saneamento, ela é traçada, do ponto de vista legal, pelo Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Saneamento, do ponto de vista macro, e cada desses órgãos trabalha no seu universo específico, dentro dessa distribuição que é feita. E, no caso específico do PAC, nós temos a política, coordenação do GPAC, que é vinculada à Casa Civil, e o PAC da FUNASA foi todo compartilhado com os entes, por exemplo, na área quilombolas, nós fizemos a programação juntamente com a SEPPIR, que é a Secretaria de Políticas Especiais para Inclusão Racial; no caso dos índios, com a FUNAI; no caso da doença de Chagas, com a SVS do Ministério da Saúde, que é quem faz a formatação e nos dá os indicadores dos municípios que estão no baixo, médio e alto risco; nós priorizamos o alto risco. A mesma coisa na questão da malária, com a SVS, que é a Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, e, com os demais municípios, dentro da pesquisa que foi feita com o

IBGE, compartilhando com o Ministério das Cidades, o planejamento e a própria Casa Civil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dentro dessa... Nesse elenco de ministérios que estão envolvidos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário não está, também?

SR. FRANCISCO DANILO FORTE: Ele participou conosco na elaboração da política do saneamento rural e na priorização dos assentamentos, que estão em território de cidadania, e também nas comunidades rurais abaixo de 2.500 habitantes, dentro dessa mesma linha de prioridade; prioridade a partir dos indicadores de mortalidade infantil, do maior para o menor, e também por áreas. Por exemplo, nós temos uma responsabilidade maior, com relação à questão da transposição do São Francisco, porque, na própria licença ambiental, três pontos da licença ambiental da transposição ficaram sob a responsabilidade da FUNASA; se não me engano, é o 225, 227 e 228, que são exatamente aqueles municípios ribeirinhos da bacia do Nordeste setentrional, que vão receber as águas da transposição, porque não adianta a água chegar boa para consumo humano, e, à medida que ela vai a vazante, ela vai sendo poluída pelo próprio lençol freático, que despeja ali sua água servida.

Então, existe uma política de estender essa política de saneamento a todos os municípios das populações que vão recebendo a água da transposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Essa fragmentação ou diluição de recursos entre vários agentes públicos, naturalmente, deve estar dificultando a eficiência na aplicação desses recursos e obtenção de resultados, não é?

SR. FRANCISCO DANILO FORTE: Eu acho que é um ponto importante a ser debatido, porque é lógico que, se você tem uma orientação una, você tem uma política mais de conformidade maior. Ao mesmo tempo, nesse caso específico da atuação da FUNASA, a pluralidade desse atendimento e também o fator de desassistência dessas populações têm que ser levado em conta.

Por exemplo, quando você faz um assentamento, aliás, uma política de saneamento numa área Quilombola, do ponto de vista das companhias estaduais, ela não tem viabilidade econômica, na maioria das vezes, porque ela tem um custo operacional que está fora do alcance dessas companhias estaduais.

Eu vivi isso em algumas companhias estaduais que se recusaram a receber sistemas, em alguns dessas comunidades. Então, você tem que ter sustentabilidade para isso, e a FUNASA trabalha na preparação, na capacitação, inclusive local, para poder dar sustentabilidade a esses pequenos sistemas. A mesma coisa

em área indígena. Então, quer dizer, pequenos municípios, assentamento rurais, então, quer dizer, essa fragmentação também é necessária, do ponto de vista de que ela atende a essas demandas que o “grande sistema” (entre aspas), não atenderia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas, dentro disso, não poderia, dentro de um comando único, essa fragmentação não poderia ser feita, mas obedecendo a uma mesma estrutura?

Eu digo, porque, hoje, nós temos quatro ministérios, cinco ministérios que trabalham, cada um, dessa forma diluída, no campo do saneamento básico, e me parece que a lógica dessa diluição desses recursos, entre agentes, não gera os efeitos que nós esperamos. Por exemplo, dentro das obras do PAC, as obras que estão diretamente relacionadas ao saneamento básico são aquelas que estão sofrendo o maior número de atrasos, e é claro que os atrasos não são devidos à falta do desembolso ou à falta de recursos orçamentários, mas devido a vários problemas, como aqui também já foram elencados, desde a falta de projetos; a falta de conhecimento dos municípios e dos prefeitos da importância da obra; dificuldades entre estados e as cidades maiores, entre o que cabe ao estado e o que cabe ao município, por onde vai passar a rede; essa tarifa, quem deve cobrar essa tarifa, se é o estado, se é o município; o problema com as companhias estaduais de saneamento, *vis-à-vis* com a possibilidade de parceria público-privado, também nessa área, que eu acho que isso seria uma grande alternativa e uma grande solução.

Então, esses diversos agentes que estão envolvidos nessa questão, eles ficam perdidos, sem saber a quem se dirigir, porque vão à FUNASA, a FUNASA, claro, que tem estabelecidas aí suas atribuições, como V. Sa. já colocou. Populações, municípios de até 50 mil habitantes, áreas indígenas, quilombolas e tal.

Aí vão ao Ministério das Cidades, o Ministério das Cidades diz assim: “Não é comigo, é porque isso aqui pega uma parte que envolve o desenvolvimento agrário”. Vai no desenvolvimento agrário, aí diz assim: “Não, isso é com o Ministério, agora, da Integração Nacional, porque tem um obra lá do São Francisco, e aí isso tem uma interface que nos impede de tratar dessa questão”.

Então, o que se percebe é que, em função dessa série de desencontros, as obras, que são fundamentais para a infraestrutura do país, como são as obras de saneamento básico e de fornecimento de água potável, são aquelas que estão recebendo, estão tendo o menor número de recursos disponíveis e o maior atraso na execução dessas obras.

E eu lhe perguntaria: seriam esses os motivos que estão levando ao atraso nas obras de saneamento, que estão dentro do PAC? Teria outros motivos que poderiam ser acrescentados a esses? E quais soluções poderiam ser trazidas para evitar esses atropelos e, finalmente, fazer com que essas obras de saneamento e abastecimento de água avancem, deslanchem dentro do cronograma estabelecido?

SR. FRANCISCO DANILO FORTE: Eu, particularmente, acho que o maior problema, hoje, não é o falta de recursos, porque eu acho que nós nunca tivemos uma oportunidade tão grande e tantos recursos na área de saneamento como nós temos agora. Eu estou há 25 anos lidando nessa área, e nós temos um volume de recursos ofertados muito grande, para a política de saneamento.

Eu acho que o maior problema que nós temos hoje, primeiro, nós temos um problema estrutural da engenharia, no nosso país. Inclusive, eu estava lendo até um jornal hoje de manhã, um desses jornais grandes de São Paulo, eu não me lembro se foi a *Folha* ou foi o *Estado*, que falava exatamente do problema dos cursos de engenharia. Os cursos de engenharia, eles diminuíram muito a intensidade da procura pelos cursos de engenharia...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela falta de obras, não é?

SR. FRANCISCO DE ASSIS SANTIAGO DE SOUZA: Exatamente, pela falta de obras no passado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Falta de planejamento.

SR. FRANCISCO DANILO FORTE: Então, quer dizer, o país precisa de uma política educacional para formatar, para incentivar, para estimular o retorno do *glamour* que a engenharia particular, na década de 70. Eu, quando fiz vestibular para engenharia, era um dos cursos mais requisitados que tinha, para nós vestibulandos da época, era o curso de engenharia.

Então, com o advento da tecnologia, principalmente da informática, dos cursos de direito, dos concursos nessas áreas, houve um esvaziamento dessa área. Segundo, eu acho que os próprios entes federados não estavam, também, preparados para esse volume de investimento que nós temos hoje.

Por exemplo, a FUNASA tem 16 mil convênios, é um número muito expressivo, muito obrigado de ações que precisam ser executadas, para um universo inferior a 400 engenheiros, hoje.

Se você for ver, engenheiro de sala técnica, engenheiro de campo, você vai ter uma distribuição aí de um engenheiro cuidando de 500 projetos, o que é

humanamente impossível. Quer dizer, eu acho que precisa desse fortalecimento.

A outra coisa que vai chamar gente para fazer isso é a valorização do trabalho de engenharia, seja como servidor público, seja como o executor das obras. E tem, também, os dois problemas paralelos, que é o problema de legislação, que nossa legislação, principalmente a legislação ambiental, ela é uma legislação de primeiro mundo, a legislação de controle no país avançou muito, e nós não tivemos a mesma preocupação nas aplicações.

Por exemplo, tem muitas prefeituras no Brasil que não têm uma Secretaria de Infraestrutura, Presidente. Por exemplo, nesse universo em que a FUNASA trabalha, nós temos prefeituras que não têm uma comissão de licitação.

Eu visitei prefeituras que não tinham um computador. Infelizmente, ainda existe essa realidade, nesse universo, que a gente está voltado para ele. E essa oportunidade é uma oportunidade que pode mudar essa realidade, porque você tem uma oferta de capacidade, para poder desenvolver exatamente esses atrasos que a gente tem com relação à política saneamento.

Então, eu acho que nós temos uma oportunidade que está colocada, que essa oportunidade do PAC, que está aí colocada para nós, temos um desafio, de fazer essa execução acontecer. A gente tem medido, não tem medido esforços exatamente para buscar construir isso. E eu peço, inclusive, nas minhas reuniões com os prefeitos, nos estados, inclusive, eu fiz uma lá no Estado de Alagoas, foi muito interessante, tinha mais de 40 prefeitos conosco, lá da coordenação regional da FUNASA, exatamente para discutir esses pontos. E a gente vê a preocupação, os prefeitos com vontade de fazer, com vontade de executar e presos, muitas vezes, a essa legislação, a essa falta de documentação. Há necessidade dessa flexibilização, inclusive, para que a gente possa fazer os investimentos.

Então, eu acho que são vários gargalos pequenos, que podem, com o tempo, ir sendo resolvidos. E uma boa parte deles, inclusive, depende muito desta Casa, quando se refere à questão de legislação, na questão da política de saneamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Danilo Forte, outras indagações serão feitas ao final da exposição dos demais palestrantes.

E eu passo, agora, a palavra ao Dr. Raul Pinho, Presidente do Instituto Trata Brasil. V. Sa. tem os 20 minutos regimentais para fazer sua exposição.

SR. RAUL PINHO: Muito obrigado, Presidente, agradeço a oportunidade. Bom, vamos passar o próximo slide.

Com o instituto... O que é o Instituto Trata Brasil? É um movimento da sociedade civil, que teve origem na iniciativa de quatro empresas, Amanco, Braskem, Solvay e Tigre, foi criada há dois anos, com o objetivo de manter a população, informar a população brasileira, a sociedade, sobre a importância do saneamento e os impactos sociais que todos nós cidadãos sofremos, por não contar com esse serviço. Pode passar.

O desafio é de sensibilização da sociedade civil e do Poder Público, e a proposta é de criação de um movimento nacional para perseguir a universalização dos serviços. Próximo.

A realidade do saneamento no Brasil, já foi falado aqui pelo Dr. Francisco Forte, é uma agenda que não corresponde, absolutamente, a um país que aspira ter um destaque global, 7ª economia do mundo, estamos aí liderando posições de liderança na Conferência de Copenhague, e o saneamento é uma agenda que está totalmente fora dessa realidade. Próximo.

Esse é um *ranking* que foi publicado, há um mês, mês passado, pela Organização Mundial de Saúde, abordando a questão da incidência de diarreia no mundo, são 1.500 crianças por ano que morrem de dor de barriga, um milhão e 500. E apresenta esse *ranking*, que eu denominei o "*ranking* da vergonha", que são os países com maior população sem acesso a banheiro, e o Brasil está ali em sétimo lugar, junto com Bangladesh. Próximo.

Esses são os estudos que nós contratamos com a Fundação Getúlio Vargas, foi uma série de cinco pesquisas, relacionando a falta de saneamento aos impactos sociais, que mostra diretamente os impactos, nas três dimensões de IDH: na educação, em saúde e renda, quer dizer, onde tem mais saneamento fica evidente aí, nas três curvas, essa correlação. O próximo.

Os impactos o Dr. Francisco também já abordou, a questão da mortalidade, morrem, no Brasil, sete crianças por dia, são 200 por mês, por dor de barriga, da diarreia. Temos o problema da dengue, que está avançando. Nós temos um dos nossos embaixadores, [ininteligível], em São Paulo, e tem alertado permanentemente a questão do avanço da dengue e dito, inclusive, que esse ano, no verão, nós vamos ter uma surpresa, de muito mortalidade por acaso de dengue, que não é diretamente relacionada a esgoto, mas é, sim, saneamento ambiental, lixo e drenagem.

Da pesquisa da FGV, sobe em 22% o risco de uma criança morrer antes de seis anos de idade, uma criança que não tem saneamento. O outro dado da pesquisa da FGV, criança que mora ou estuda em ambiente que não tem saneamento adequado tem um aprendizado 18% menor, isso é gente de periferia, baixa renda, e, além do mais, ainda se impõe a esse pessoal

um aprendizado menos, não dando a menor chance de qualquer competição futura na sociedade.

Ausência no trabalho. Quem não tem saneamento falta 11% mais. As internações que o Presidente já tinha comentado, de 65% aí de internações hospitalares. Próximo.

Isso é uma pesquisa que nós realizamos com o Ibope. Pode passar, pode passar vários aí. Pode ir passando. Eu vou lá para o final, porque é o resumo. Esse aí. Nós contratamos o Ibope, em meados do ano, para a realização de uma pesquisa para avaliar a percepção da população sobre a qualidade e a satisfação, em relação ao saneamento.

Então, isso foi feito nas maiores cidades brasileiras, com população, são 79 cidades com mais de 300 mil habitantes, e têm dados como aquele ali, quer dizer, 31% da população não sabe o que é saneamento, não sabe para onde vai o esgoto da sua casa ou se recebe tratamento ou não, é totalmente insatisfeita com o serviço, não se dispõe a pagar a conta, considera que, quando tem o saneamento, 84% responderam que melhora sua qualidade de vida, ou seja, não tem informação, isso aqui, inclusive, eu uso, junto até a AESB, que é a Associação das Empresas de Saneamento, das empresas estaduais, porque é, inclusive, um instrumento de informação ao cliente. Quer dizer, o cliente desses operadores é a população. Se a população não sabe que serviço recebe, para onde vai o esgoto, evidentemente, ela não quer pagar a conta. Agora, ela percebe, sim, a melhoria na qualidade da vida e nos índices de saúde, inclusive quando tem o serviço.

Um dado surpreendente dessa pesquisa, 68% da população diz que a administração municipal é responsável pelo serviço. Quer dizer, não é a CAESB, a SABESP ou CEDAE, no Rio. Quer dizer, a população entende que é o prefeito e tem razão, porque é uma questão de cidade, é um problema urbano, e, em primeira instância, o responsável por prover esse serviço ou pelo menos em se preocupar que o serviço seja prestado de uma forma adequada tem que ser o prefeito.

Outro dado importante da pesquisa, nunca ouviu uma campanha, muito menos em escola, quer dizer, água, saneamento, água tem que começar na escola, é um problema educacional do uso racional da água, de fechar a torneira, de ter higiene, isso se aprende na escola. A população, 64% reclamaram que não têm esse tipo de campanha.

E também na cidade, em termos de campanha política, também nunca tomaram ciência ou conhecimento desse tipo de informação e gostariam de ter essa informação.

Então, a população não se mostra suficientemente insatisfeita, também, com o serviço, porque, como está lá em cima, por que a gente se depara com esse cenário? É um total, não digo nem certo, que foi a palavra que o Ibope usou, mas há um total desconhecimento sobre o tema, e, portanto, é um tema invisível.

E eu tenho falado que é invisível, porque ele não tem foto, não tem foto e não dá voto. Então, fica aí esquecido. E nosso papel, no Trata Brasil, é de manter esse assunto em evidência. Estamos há dois anos no mercado, contratando essas pesquisas e divulgando, justamente para alertar a mídia, a imprensa; o saneamento tem que estar muito à presença na imprensa, em função desses dados que têm sido divulgados com essas correlações. Por favor, o próximo.

Bom, sobre a oferta do serviço. Pode passar. A gente continua com índices de cerca de 1/3 das nossas necessidades com a universalização. A gente precisa de 0,60, 60%(F) do PIB de investimentos anuais, e continuamos, apesar do PAC e tudo, quando eu falo em investimento, é investimento realizado, não simplesmente o disponibilizado, mas o que, efetivamente, acontece e o que é gasto, que anda, infelizmente, ainda nesta casa de 1/3.

E há décadas que o Brasil investe 1/3 do que precisa. As obras demoram a acontecer, falta capacitação, já foi mencionado, projetos, e, mesmo com provisionamento de recursos, quer dizer, o problema não é só dinheiro, essa história, isso aí é um "PACderme", que está parado há 20 anos, o setor ficou, desde que foi extinto o BNH, em 86, largado, habitação e saneamento. Então, não adianta chegar, de uma hora para outra, botar 40 bilhões em cima da mesa, que o dinheiro não vai sair assim.

Então, para haver todo um preparo, planejamento, Lei de Licitação, tem que ter dinheiro. O Brasil precisa resgatar investimento em infraestrutura, de forma permanente.

Bom, em relação aos déficits que a gente tem, já de 92 a 2006, a taxa de redução é de 1,31. Só com o pouco investimento que foi feito do PAC, já resultou numa sensível melhora na redução dos déficits. Pode passar o próximo.

Isso é uma curva que nós... Volta ali à anterior. É PAC, é lei de saneamento, é uma maior conscientização, quer dizer, mas, principalmente, o que motivou esse aumento na taxa de redução dos déficits foi, a partir de 2006, esses fatores, quer dizer, criação do Ministério das Cidades, PAC e a Lei de Saneamento.

De 2006 para 2007, essa taxa passou para 5% ao ano, redução do déficit; era de 1,31. De 2006, houve um aumento de quatro vezes e meia, passou para cinco. E,

nesse ritmo, em 25 anos, cairá o déficit do saneamento para 17,6, que, hoje, é da ordem de 50%.

A próxima curva. Pode passar. Isso foi... Nós divulgamos, na semana passada, resultado da última pesquisa contratada com a FGV, que já mostra, aqui, de 2007 para 2008, uma significativa redução. Quer dizer, hoje, o Brasil, o déficit é de 49,08, passamos... Hoje, tem mais brasileiros com acesso à rede de esgoto do que sem rede de esgoto. E por que rede de esgoto? Porque o saneamento... Nada contra, tem que ter intervenção rural, preocupação com os indígenas e tal, mas o principal problema social do saneamento está concentrado nas cidades. É aí que morre criança, porque aí que tem adensamento, e a criança está brincando na [ininteligível]. Quer dizer, na zona rural, o maior problema é a água, nem tanto o esgoto. O próximo.

Aí são *rankings* que nós apresentamos. Só para ter a noção, Belo Horizonte é a cidade que tem menor déficit, em termos de rede de esgoto. Bahia houve um crescimento fantástico, em função do Bahia Azul; isso a gente compara muito, quando fala da falta, do problema do avanço. Por que não avança? É questão de gestão, questão de prioridade.

A Bahia iniciou um programa de despoluição da Baía de Todos os Santos, ao mesmo tempo em que a Bahia, no Rio de Janeiro, PDBG. A Bahia passou de 57 de déficit para 7; o Rio de Janeiro tinha 21, ficou lá em 14. Quer dizer, não avança, quer dizer, a Bahia deu prioridade. Então, é fundamental. A gente mostra isso para ver. As cidades, os estados onde tive investimento permanente, a coisa melhora, e todos os reflexos, na questão dos impactos sociais, eles são sentidos. Pode passar.

Aí nos estados, quer dizer, lá era cidade e aqui é estado. Estado, o mais, a cidade bem servida, em relação à rede de esgoto, é São Paulo. Tem um déficit somente de 12%. Agora, lá embaixo, Piauí, Amazonas, Roraima, Pará, Maranhão, Alagoas, Tocantins, até aqui, Santa Catarina, que é um estado que a gente imagina de primeiro mundo, está lá, 72% de déficit na questão de rede de esgoto. Isso é para mostrar como nós estamos atrasados em nível de Brasil.

Nós temos, aqui, cinco estados com menos de... Três estados com menos de 30% de déficit. Próximo.

Isso é um *ranking* que nós fizemos, comparando as 79 maiores cidades do Brasil, *ranking* das melhor e das piores, em relação à prestação do serviço. Pode passar.

As melhores cidades, serviço prestado na cidade. A melhor foi Franca; isso baseado em vários indicadores, que contemplam água, coleta de esgoto, tratamento, perda, que é um negócio terrível, na questão

da gestão. Nós fizemos esse *ranking* de 2003 a 2007, a perda d'água, em 2003, era de 43%, Presidente, em 2007, exatamente os mesmos 43%, não houve avanço de nada. Quer dizer, não se investe em gestão. Não adianta ficar botando dinheiro, aumentando oferta de serviço, sem melhorar a gestão do serviço.

Então, eu exemplifico, aqui, as dez primeiras cidades, você tem uma operação estadual, tem algumas operações municipais e tem operação privada, aqui, que é Niterói, e Jundiá, que tem um BOT também de participação privada.

Então, *Build-Operate-Transfer*, quer dizer, o cara contrata um parceiro privado para implantar, por exemplo, uma estação de tratamento, e ele passa a operar aquela estação e, ao final do prazo de amortização do investimento, devolve o ativo. São as dez cidades melhor colocadas no *ranking*; nesse caso de Jundiá, sim, é um dos exemplos. Sim, algumas parcerias, sim, são bem-sucedidas.

No final do *ranking*, também tem lá, principalmente, eu, como carioca, me vergonho disso aqui, porque estão lá São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, as piores colocadas no *ranking*. Nós temos aí Copa do Mundo, nós temos Olimpíadas; não é possível continuar com esse cenário. Quer dizer, tem que haver uma reação, uma pressão por parte da sociedade, para que haja esses investimentos. Porque, lá em cima, todos têm, com níveis de atendimento lá de esgoto de 90% a 100%, aqui em Sorocaba; Niterói, que era uma cidade que, em 2003, não tinha nada, agora está lá com 90%, mais de 90%, quase que universalizada.

Tem Sorocaba, que público, Uberlândia e, aqui embaixo, está Belém, Porto Velho, as três lá do Rio, que eu mencionei, e tem Manaus, aqui, também, com operação privada, para mostrar, também, que tem o céu e o inferno, nos três modelos de gestão, tanto estadual quanto municipal e quanto privada. Próximo.

Bom, aí, para situar a questão dos investimentos, disponibilidade de recursos públicos para investimentos em infraestrutura no Brasil. A ABDIB divulgou, uns meses atrás, um levantamento quantificando em 160 bilhões a necessidade de recursos anuais para investimentos em energia, cerca de 28; óleo e gás, mais demandante 70 e tanto; transporte e logística, também 20 e poucos; saneamento, 13,5. O que é 13,5? É o 178 lá, que o Dr. Francisco Forte falou, atualizado pelo número, pelo próprio PMSS, dá 270 bilhões, que, em 20 anos, daria 13,5 bilhões por ano, de investimento para a universalização. E a parte de telefonia. O próximo.

O Brasil tem investido, historicamente, aqui, em 2003, tal, em 2008, foram pouco mais de 100 bilhões, com demanda de 160, ou seja, os nossos déficits em

investimento em infraestrutura continuam aumentando. Próximo.

Aqui é para mostrar um dado do Ministério das Cidades, mostrar a relação, e já inclui, inclusive, recursos do PAC, ano a ano, o que está sendo comprometido, ou seja, disponibilizado e contratado financiamento e, efetivamente, o que é gasto. O que interessa é isso aqui: chega lá na ponta, obra realizada, material colocado, emprego gerado e salário pago a trabalhador. Isso aqui que dá desenvolvimento. Aqui em cima é mais discurso.

Então, eu digo: a gente continua na proporção, aqui, lá de 30%, 40% das demandas para... Do que é disponibilizado da demanda para universalização. Próximo.

Isso aí pode passar, já foi focada a questão do PAC. Aqui é dado do próprio Ministério das Cidades, em relação ao desembolso do PAC. Até hoje, um programa que começou em 2007, concordo que 2007 não tinha mesmo como começar, porque é aquilo que a gente falou, não é chegar e botar o dinheiro em cima da mesa e vai gastar. Então, mas, de qualquer forma, nós temos um período de 2008 e praticamente 2009, um ano e meio de PAC efetivo, nós temos, até hoje, 15% só gastos.

Aqui é... Eu também estou pautando isso mais no final. Aqui, nós acompanhamos algumas obras do PAC, na questão de esgoto, em cidades de 500 mil habitantes. Só para dar uma relação de como que avança, aqui na Caixa Econômica. A Caixa Econômica, são 83 obras que a gente acompanha, teve um valor total de 2,4 bi e um desembolso de 337. Próximo.

BNDES, contratação de 400 milhões, desembolso de 77. Houve um percentual um pouquinho melhor. Aqui tem uns percentuais. Pode passar. Aqui, tem uns percentuais. Caixa Econômica, em financiamento, são 45 órgãos, 7,5% liberado. Isso tudo vocês veem que está mais ou menos compatível com aquele percentual do Ministério das Cidades, de 15%.

O OGU da Caixa, 10% de desembolso pago, efetivamente pago, e, do BNDES, um percentual mais elevado, que andou mais 20%. Próximo.

Aqui é do OGU, o OGU nós tivemos, até agora, do PAC, 10 bilhões aprovados, 8, 7,8 empenhados, pagos efetivamente 875 milhões, até o dia 03 de setembro com base no SIAF, aqui do Senado.

Uma dificuldade que nós temos, como entidade da sociedade, para acompanhar isso, é exatamente conseguir esses dados; não existem. Quando o governo fala, apresenta balanço do PAC, em geral, os dados do desembolso, eles não estão sendo apresentados. Eu acho que isso aí não é para atirar pedra, ou para bater, mas é para a gente monitorar, até saber.

Nós temos, com esse trabalho que a gente faz de acompanhamento, uma ligação direta com todas essas empresas operadoras. Eu tenho resposta, está tudo no nosso site lá, da SANEPAR, da SABESP, da CEDAE, CEDAE, não, não responde, mas dos municípios. Por que não aconteceu? Qual é o problema que você está enfrentando? Aí tem todo tipo de resposta, que eu vou estar pautando mais adiante. Pode passar.

Aqui é só para mostrar de março para setembro, quase que não houve avanço nenhum, em relação ao crescimento do desembolso. Pode passar.

Bom, então, o caminho de soluções. Primeiro, eu acho que, nós achamos fundamental a sociedade estar participando disso, entendendo e valorizando essa intervenção, porque, se a sociedade não valoriza, fica muito difícil de o prefeito e tal tomar iniciativa e até convencer e destravar todo o processo.

A implementação da lei, ela é fundamental [soa a campanha]. Quer dizer, uma das exigências da lei é essa questão do Plano Municipal de Saneamento. Nós fizemos uma cartilha, que está disponível no nosso site, para orientar prefeito. Quer dizer, até porque prefeito não sabe o que é Plano Municipal de Saneamento, não tem um dinheiro na prefeitura, como já foi mencionado aqui, então, há necessidade de ter, sim, uma capacitação do administrador, lá na ponta, que, em última instância, é o responsável pela utilização na intervenção.

Agilização dos investimentos. Quer dizer, um dos entraves quais são? Regularidade do processo licitatório. Aqui, a Lei de Licitação, ela tem que ser realizada, quer dizer, é uma lei já ultrapassada, nós temos, hoje, aí a Lei do Consórcio, a Lei das PPPs, que são leis que apresentam mecanismos totalmente novos, atualizados, que a Lei de Licitações impede.

Então, ao criar esses conflitos, vem o Tribunal de Contas, Tribunal tanto da União quanto do estado, travam licitações. Quer dizer, tem um monte de obras aí, dessas que a gente acompanha, paralisadas, porque, lá adiante, a obra contratada, o Tribunal de Contas, e também o Ministério Público, volta até mandando parar uma obra, porque houve problema na fase licitatória.

Projetos executivos básicos, também, malfeitos, composição de custo, nesses editais, também mal calculados, editais mal formulados. Outro problema; isso aqui aconteceu na SANEPAR, licitações colocadas, a parte de material, por exemplo, um preço totalmente desatualizado, aí a licitação dá deserto, o cara faz, leva três, quatro meses entre o período de publicações e de proposta, aí dá deserto. Aí vai fazer nova. Isso tudo é atraso, é atraso no processo de implementação. Próximo.

Certidões negativas de INSS, via de regra, as empresas públicas e os municípios não apresentam, então, aí suspendem seus desembolsos, contrapartida, também, aqui no caso de Carapicuíba, eu estive lá e aconteceu, era um município que não tinha dinheiro para contrapartida, foi feito um convênio com o governo de estado, na época, houve eleição, mudou o prefeito para outro partido, virou oposição, não saiu a contrapartida, parou todo o processo do projeto do PAC.

Inconformidades técnicas, aspectos ambientais e fundiários já foram pautados, aqui, pelo Dr. Francisco. Aspectos fundiários, titulação, como tem o terreno e também aí trava depois a liberação. O próximo.

Bom, precisamos ter criatividade de novas fontes de financiamento. Já mostramos, ali, que não existe dinheiro público para financiar toda a necessidade de infraestrutura do país, principalmente no saneamento.

Existem já PPPs, principalmente para esgoto, em andamento. Eu cito três: Guaratinguetá, em São Paulo; Rio das Ostras, no Rio; Rio Claro, em São Paulo, são contratos novos, que estão sendo implementados, com parceiro privado investindo na questão de rede e estação de tratamento de esgoto.

A qualificação de investimento, comprar produto com norma, projetos bem adequados, quer dizer, essa Lei de Licitação, também, ela privilegia sempre o menor preço. Então, está cheio de exemplos aí, de casos de operador estadual, municipal, enterrando cano forma de norma. Um dos nossos patrocinadores é a Tigre, a gente tem acompanhamento disso, tanto a Tigre quanto a Amanco.

A carga tributária, um setor que demanda 13,5 bilhões para sua universalização, tem grande parte da população carente sem esse serviço, ou seja, população não tem dinheiro para pagar tarifa, não faz muito sentido recolher ao tesouro 1,6 bilhões, por ano, de PIS/COFINS.

Isso aqui já foi falado, a divisão de competências. Eu, além dos ministérios mencionados, que é Cidades, Saúde, Integração, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social, eu coloco o Trabalho, porque o FGTS está aqui, a política de liberação é do conselho curador, então, tem um envolvimento, aqui, e a Casa Civil, que é a coordenadora do PAC, Fazenda, porque o tesouro que não deixa municípios, estado contratar financiamento, e Planejamento, também, que define as aplicações.

Então, Presidente, é tudo isso aqui botando a colher nessa cumbuca. Não é fácil.

Bom, atualização do setor. O setor precisa se atualizar. Continua com uma estrutura complexa, arcaica, que não permite a utilização dos procedimentos, mesmo com legislação e recursos financeiros. Quem pilota essa mudança, aqui? Quer dizer, alguém tem que ver

todos esses entraves e tem que pilotar isso, tem que ir derrubando barreira a barreira: é Tribunal de Contas, Ministério Público, centralizar as intervenções, ter uma política única, não adianta soltar dinheiro para PAC, se a Fazenda e o tesouro não deixam tomar dinheiro, se investimento e saneamento continuam sendo considerados dívida, não é?

Tanto que tem PPP de esgoto; se tem PPP de esgoto é porque existe sistema de esgoto que se paga, senão, não teria PPP. Então, não dá para considerar saneamento como sendo dívida, isso tem que mudar. Próximo.

Isso aí é para mostrar... Eu tirei essa transparência de um estudo feito da participação privada em saneamento, que mostra... Isso foi feito por uma consultoria estrangeira, mostra as interfaces de tudo no saneamento. Está lá, o Congresso, no Executivo, você tem vários ministérios, Banco de Desenvolvimento; nos estados, você tem as assembleias, secretarias estaduais, agências reguladoras; no município, prefeitura, empresas de *utilities*, agência regulatória, e, aqui embaixo, vêm empresa de engenharia, fornecedor, não dá nenhum para ler, mas é um em arranhado, uma teia de arranha esse negócio.

Quer dizer, enquanto não simplificar esse processo, nós vamos ter grandes dificuldades, realmente, de avançar nessa agenda. Próximo.

Só para completar, além de a gente acompanhar e mobilizar, temos algumas ações, também, como essa cartilha, que é uma iniciativa do instituto, para ter uma luz para o prefeito, pelo menos, ele saber o que é um plano de saneamento, isso tem que ser feito pela legislação, até o fim do ano que vem; pouquíssimos municípios fizeram.

Quer dizer, se não fizeram, a penalidade seria não se habilitar recursos públicos, a partir de 2011, para suas intervenções. Evidentemente, a gente luta para que essa lei, que levou 20 anos nesta Casa e foi aqui nesta sala que ela foi acertada, na Comissão Mista Senado/Câmara, a gente luta para que essa lei, ela vingue e ela tem que acontecer, para a gente não retroceder e não complicar ainda mais o cenário. Próximo.

Bom, é isso aí, muito obrigado. São meus, nos-
sos apoiadores. E eu agradeço a oportunidade, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Raul Pinho, pela sua explanação. E é apenas o site, onde os senhores prefeitos ou interessados podem encontrar essa cartilha, é o site...

SR. RAUL PINHO: www.tratabrasil.org.br.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, lá, quem acessar esse site, vai encontrar...

SR. RAUL PINHO: Vai encontrar essa cartilha, vai encontrar todas as pesquisas realizadas com FGV, com o Ibope.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Um prefeito que esteja interessado, ele lendo, acessando o site, vai ter todos os passos que ele tem que dar, para ter o acesso às fontes de financiamento e recursos?

SR. RAUL PINHO: Exatamente. E como ele tem que fazer um plano, quais são as etapas que contemplam esse plano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Agora, vamos passar a palavra ao Dr. Mario Vieira Marcondes Neto, que é Presidente da Companhia Nacional de Saneamento, CONASA. V.Sa. dispõe dos 20 minutos regulamentares.

SR. MARIO VIEIRA MARCONDES NETO: Bom, boa noite a todos. Eu queria agradecer, pessoalmente, o Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, Senador Fernando Collor, pela oportunidade, inclusive, de a gente debater, aqui, que os problemas todos, aqui, vão colocar, e a gente sabe, são praticamente, está diagnosticado e vem sendo debatido há algum tempo, no Brasil. Mas as causas de não se andar, na área de saneamento, é que nós devemos nos aprofundar e realmente debater, para tirar esses entraves, que, hoje, existem por aí.

Nós utilizamos como fonte de pesquisa, a maior parte dos nossos índices vem do Instituto Trata Brasil, principalmente, aqui, ABCON, de onde nós fazemos parte como associação. É uma das apoiadoras do Instituto Trata Brasil. Então, eu vou fazer uma complementação até da exposição que o Dr. Raul Pinho acabou fazendo.

Eu queria iniciar, citando um trecho de uma obra, onde diz o seguinte: *"Estabelecer sistemas de abastecimento de água potável e de remoção de dejetos tornou-se o mais importante projeto de infraestrutura de toda a cidade industrializada do planeta. A aparência da rede elétrica, em torno da virada do século, tende a atrair mais atenção, mas foi a construção da invisível rede de linhas de esgoto e encanamento de água potável que tornou a cidade moderna mais segura para os intermináveis prazeres que a eletricidade proporcionaria"*.

Esse trecho faz parte do livro *Mapa Fantasma*, que conta a história, a luta de dois homens contra a cólera, que veio mudar a história do saneamento nas grandes metrópoles. Essa obra narra os acontecimentos

associados ao surto de cólera, ocorrido na Inglaterra, em 1854. Em Londres, naquela ocasião, morreram mais de 500 pessoas, em uma semana, e as vítimas desse surto de cólera teve como ponto de partida o despejo, em local impróprio, da água de lavagem de fraldas de uma criança com diarreia. O resultado foi a contaminação de uma fonte pública de água e a proliferação do vibrião colérico.

Foi em razão desta tragédia, em pesquisa na área atingida, que o médico John Snow chegou à conclusão de que a água contaminada era responsável pela disseminação da doença. Daí a conclusão de que as cidades não podem prescindir de sistemas de distribuição de água potável e coleta de esgoto; foi um caminho sem volta.

Começaram a surgir, nessa época, metade do século XIX, os primeiros sinais de uma política de saneamento no Brasil. A cidade do Rio de Janeiro, por ser, na época, o centro político e cultural do país, foi pioneira no setor e a terceira capital do mundo moderno a possuir um sistema de esgotamento sanitário, depois de Londres e Paris.

Em 1864, o sistema de esgoto da cidade do Rio de Janeiro era basicamente formado por uma rede coletora, estação elevatória e estação de tratamento de esgoto.

Então, isso no século XIX, nós iniciamos, na dianteira, junto com o que estava correndo no mundo, e paramos, estacionamos e temos, hoje, uma das piores situações, em termos de saneamento básico do mundo.

O reconhecimento da importância do saneamento e de suas relações com a saúde do ser humano remonta às mais antigas civilizações. Egípcios, gregos, romanos cuidavam de suas águas e dejetos; ruínas de uma civilização que se desenvolveu ao norte da Índia, há aproximadamente quatro mil anos, evidenciam indícios de hábitos sanitários, incluindo a presença de banheiros e esgotamentos sanitários nas construções civis, além de drenagem nas ruas.

O próprio *Velho Testamento* apresenta diversas abordagens vinculadas a práticas sanitárias, em relação ao povo judeu, como, por exemplo, as instruções para limpeza e vedação de poços para evitar possível contaminação.

Apesar de todos concordarem sobre a importância do saneamento básico para a proteção da saúde pública, a preservação da natureza e a promoção de desenvolvimento econômico-social, ainda há muitas carências na área, principalmente nos países pobres ou em desenvolvimento.

Segundo a ONU, em todo o mundo, há 2,6 bilhões de pessoas sem acesso à saneamento básico de qua-

lidade. O resultado dessas carências é reconhecido: 80% das doenças, nos países em desenvolvimento, estão relacionadas à falta de abastecimento de água com qualidade.

No Brasil, a situação não é diferente e bastante preocupante. Parcela significativa da água doce existente no país está comprometida; entre os grandes causadores do problema está o despejo inadequado de esgoto sanitário em cursos d'água. O índice de atendimento urbano por coleta de esgoto no Brasil é de apenas 50%, sendo que, desse esgoto que é coletado, apenas 32,5% é tratado.

Na prática, significa dizer o seguinte: de cada dez imóveis existentes nas cidades brasileiras, sete não têm efluentes sanitários tratados. Os efeitos danosos que essa situação pode ter sobre o meio ambiente e a saúde pública são incalculáveis. Isso sem falar que, a médio e longo prazo, a poluição dos cursos d'água tende também a tornar cada vez mais difícil o abastecimento das cidades com água potável.

O aprofundamento e a soma desses problemas, todos associados a carências de saneamento básico, vai resultar em problemas dos mais variados. Podem ser incluídos aí o desabastecimento de água, em algumas áreas, o comprometimento de ecossistemas e a proliferação de doença associadas à falta de saneamento.

Bom, esses problemas todos que nós já estamos enfrentando, principalmente carência de água de boa qualidade, para ser tratada e distribuída à população, nós já estamos enfrentando, hoje, em várias regiões do Brasil. E isso não é privilégio de situações, como a gente sempre ouviu falar, em região como a região Nordeste do Brasil, não, nós temos problemas sérios já ocorrendo no Sul no Brasil.

O Dr. Raul Pinho falou da situação do Estado de Santa Catarina, que tem um dos piores índices de saneamento básico do Brasil. O Estado de Santa Catarina, hoje, ele só está na frente do Piauí, em termos de saneamento básico, e lá nós já temos problemas sérios de mananciais de água contaminados e que não têm água adequada para ser servida à população.

Bom, as consequências dessa fala de investimento e dessa situação que está correndo, hoje, no Brasil. Quais são as principais? A falta de investimento e de políticas públicas adequadas coloca o Brasil em situação de destaque negativo na área de saneamento. Na década de 80, como já foi mostrado aí, o Brasil investiu o equivalente a 0,28% do PIB em saneamento básico. Entre 91 e 94, o índice caiu para 0,13 do PIB.

Para garantir a expansão e universalização dos serviços, necessário se faz investir 0,6% do PIB por ano, como já foi demonstrado aí, nós estamos inves-

tindo, hoje, 0,2. Os reflexos da falta de investimento em saneamento básico, os principais deles são o quê? Alguns já foram citados pelo Instituto Brasil e outros, que são índices de pesquisas do próprio instituto, que são o seguinte: 11% das faltas do trabalhador, sem acesso à coleta de tratamento de esgoto e demais serviços de saneamento básico, estão relacionados ao problema; crianças que não têm acesso ao serviço de saneamento básico apresentam redução de 18% no aproveitamento escolar; 31% da população das maiores cidades brasileiras não sabem o que é saneamento básico.

Na última década, cerca de 700 mil internações hospitalares ao ano foram causadas por doenças relacionadas à falta ou inadequação de saneamento; 65% das internações, em hospitais, de crianças com menos de 10 anos são provocadas por males originados da deficiência ou da inexistência de água limpa e de esgoto.

Sete crianças morrem, todo dia, no Brasil, em decorrência de diarreia; por ano, são mais de 2.500 crianças, menores cinco anos, vítimas de doença que prolifera em área sem saneamento básico; 60% da ausência de crianças de 0 a 6 anos, em creches e salas de aula, devem-se a doenças relacionadas com a falta de saneamento.

Os gastos anuais do Sistema Único de Saúde com tratamento de doenças ligadas à falta de higiene chegam a 300 milhões de reais. Já foi demonstrado aí que, a cada um real investido em saneamento, poderia estar-se economizando quatro reais na área da saúde.

Bom, e as principais causas dessa situação do saneamento básico. Dinheiro, como já foi dito aqui, não é a principal causa. Os entraves, os principais entraves disso aí, o primeiro é a incapacidade dos municípios de exercer sua função de poder concedente. Existe uma discussão, hoje, no Brasil, que o Dr. Francisco Forte citou aqui, com relação à titularidade. Esse aí é um dos entraves existentes, hoje, que causa a maior discussão para que o município não volte a atuar como poder concedente e titular dos serviços de água e esgoto.

Com a instituição do PLANASA, na década de 70, o que aconteceu? A maioria dos municípios brasileiros era administrada por departamentos de água. E, com a implantação do PLANASA e em razão dos investimentos propostos pelo governo, na época, foram criadas as companhias estaduais, que vinham exatamente para suprir e resolver o problema de saneamento.

Então, a grande maioria dos municípios entregou os serviços, através de contratos, praticamente de adesão, eram contratos de concessão, mas com cláusulas que esses municípios aderiam. A grande maioria, com

prazos entre 25 e 30 anos, com tarifa estabelecida pela companhia estadual, pelo Governo do Estado, para resolver o problema de saneamento básico.

As consequências disso todos nós sabemos, essas companhias estaduais, com raras exceções, não cumpriram seu papel, a grande maioria delas operara de forma deficitária, dando prejuízo, e não cumprem seu papel social. E elas não cumprem e operam com prejuízo não é em razão da tarifa, nós temos inúmeros exemplos ali, que, quando se listam as dez principais cidades, com os melhores índices de saneamento do Brasil, apenas uma cidade aparece ali com gestão de companhia estadual. Podem ver que, em todas as outras, tinha uma privada e a restante com gestão dos próprios municípios, que, em função das autarquias ou de seus departamentos de água, que nunca entregaram essas companhias estaduais, estarem ali no próprio município, conhecem muito melhor.

A história do subsídio cruzado, que foi implantado na época do PLANASA, não serviu para resolver o problema de saneamento no Brasil. Então, esse é o primeiro. O segundo grande problema, que está exatamente nessas companhias estaduais, é o excesso de contingente de pessoal, com gestão inadequada e frequente ingerência política nessas companhias. Isso aí foi o que matou.

Nós temos um exemplo, no Estado de Santa Catarina, que, quando a gente cita, nós estamos atuando, porque, na realidade, a CONASA é uma empresa que atua na área de saneamento, mas com capital privado. Nós temos, hoje, concessões no Estado de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e no Paraná. E, no Estado de Santa Catarina, a companhia estadual, em Santa Catarina, conseguiu, durante 30 anos, dotar o estado de apenas 12% de esgoto tratado.

Itapema é um município, no litoral de Santa Catarina, é uma cidade turística, que tem uma população de 50 mil habitantes, mas, na temporada, ela chega a 300 mil pessoas que vão lá veranejar, e chegou num ponto que a maior indústria que eles tinham era o turismo, e essa indústria estava morrendo.

A cidade tinha zero de esgoto e, quando chegava na temporada, que esses turistas lá chegavam, faltava água para valer. Aqueles que conhecem, ali, o litoral de Santa Catarina, isso não é privilégio de Itapema, mas de praticamente todas as cidades do litoral de Santa Catarina, é faltar água e não ter tratamento de esgoto.

A própria população, no ano de 2002, iniciou um movimento de retomada, por falta de cumprimento dos objetivos da companhia estadual. Esse sistema foi retomado, e o município lançou uma nova licitação, para concessão desse serviço público.

Em 2004, com a criação de uma sociedade de propósitos específicos, os vencedores da licitação foram obrigados a construir uma sociedade de propósitos específicos, que é Águas de Itapema. Em cinco anos de atuação no município, dotou o município, agora, para esse verão, já vai ter 65% de esgoto tratado e 100% de água servida. Lá, Itapema, hoje, faz dois verões consecutivos que não falta água para a população.

O sistema foi desligado do sistema principal da CASAN, que área a companhia estadual. Hoje, tem sistema próprio de água e está com 65% de esgoto tratado. Foram investidos, ali, 75 milhões para chegar nisso.

No final de 2010, nós vamos atingir 85% e, no final de 2011, nós vamos estar atingindo metas de final de contrato, que é 95% do esgoto tratado, que era para ser atingido em 2017. Houve, ali, uma antecipação de investimento, com recursos captados do mercado, nada de financiamento público. Foram com emissões de títulos, com garantias de recebível, que foi realizado todo esse investimento, em cinco anos de operação.

Isso se repetiu, agora, em Santo Antônio de Pádua, onde já foram investidos 10 milhões de reais, através do mesmo sistema, em dois anos de atuação; e na cidade de Salto, interior de São Paulo, uma cidade de 110 mil habitantes, onde a concessão de Salto é somente de esgoto, e, agora, em janeiro de 2010, em três anos, Salto, que também não tinha esgoto tratado, era zero de esgoto tratado, vai atingir 95%.

Nós estamos entregando, agora em janeiro, mais 10 mil ligações de esgoto, acrescentando às outras 20 mil que lá tem. Em três anos, Salto vai ter 95% de esgoto tratado.

Então, qual é a principal causa disso aí? É tarifa? Essas companhias estaduais não conseguiram cumprir seus objetivos, em função de tarifa? Não. Não foi em função de tarifa. Porque esses três exemplos dados aqui são operados com tarifa abaixo das companhias estaduais. E foram viabilizados recursos e estão lá. Nosso maior entrave, hoje, é com relação à gestão. Essas companhias estaduais, com raras exceções, podemos citar, aqui, quatro companhias estaduais: são SABESP, COPASA, a CAESB, aqui em Brasília, e a SANEPAR, todas as demais operam de forma deficitária ou não têm capacidade de endividamento ou não cumprem com seus objetivos, com situações caóticas.

A outra questão, mesmo quando se quer resolver os problemas, é a reduzida capacidade de endividamento para captação de recursos onerosos para investimentos na área de saneamento. Isso já foi colocado aqui, nós temos um entrave, que, hoje, a contabilidade pública considera os gastos em saneamento como gasto público, e não como investimento. Enquanto nós

tivermos essa situação, enquanto perdurar essa situação, o que vai acontecer é que a grande maioria dos municípios não tem capacidade de endividamento e não pode contrair empréstimo, inclusive para fazer PPPs; não tem, mesmo que queiram parceria público-privada, elas não têm como entrar com absolutamente nada, porque o problema está exatamente nessa questão.

Então, esses eram os pontos, aqui, que eu acho que tudo o que foi colocado aqui, os problemas que nós tínhamos, o que se pedia e muito para que a iniciativa privada entrasse e investisse maciçamente nessa área, era o marco regulatório, e esse veio, veio através da Lei 11.445, ele está aí, mas o problema não está mais na legislação.

A questão da titularidade, sob meu ponto de vista, está superada, isso nós temos já inúmeros decisões, hoje, nos tribunais, dizendo que a titularidade é dos municípios. Nós temos a discussão em regiões metropolitanas, onde tem duas ADINs aí, em tramitação no Supremo Tribunal Federal, sendo que a ADIN da Bahia, que já está mais adiantada, e, hoje, o processo parece que está com vista ao Presidente do Supremo, ao Presidente Gilmar Mendes, mas, pela tendência da votação, inclusive nas regiões metropolitanas, pela tendência que vem, é de se dar a titularidade dos serviços aos municípios.

E temos que tomar muito cuidado. Santa Catarina, nós temos um problema, que o estado inteiro, foi baixada uma lei; e aí é que está o problema. Foi baixada uma lei, criando região metropolitana no Estado inteiro. O estado inteiro é uma região metropolitana.

Então, nós temos que tomar cuidado com esses entraves e impedir, muitas vezes, essa atuação. No Estado do Paraná, nós temos uma situação mais grave ainda. Foi feita uma emenda à constituição estadual, proibindo o capital privado de atuar no estado, na área de saneamento. Então, há este impedimento legal, hoje, na constituição. Apesar... E aí vem o entrave que se cria, os obstáculos que se criam, através dos Tribunais de Contas.

O do Paraná é um caso *sui generis*, não existia, primeiro, que se tentou, e, contra a lei, em tese, não cabia ação nenhuma, tinha que ter um fato, um caso concreto. O município de Andirá lançou um edital de concessão. A companhia estadual impugnou e conseguiu, num primeiro momento, uma liminar para suspender a licitação, alegando que ela não havia sido indenizada dos investimentos realizados, que é outra grande discussão que existe aí.

Bom, essa matéria foi superada, chegou ao STJ, e o STJ disse que indenização não é fator impeditivo para se licitar nada. Determinou que desse continuidade à licitação. Quando foi dada continuidade à lici-

tação, essa emenda constitucional estava aprovada, a SANEPAR volta com novas ações, entra no Judiciário, mas não conseguiu, no Judiciário, em nenhuma das instâncias. Aí ela não consegue em primeira instância, não consegue no Tribunal do Paraná e não consegue aqui, através de uma medida cautelar, onde queriam suspender novamente a licitação, em decorrência dessa emenda constitucional, mas ela conseguiu, com essa mesma medida cautelar, a suspensão, no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná concedeu uma liminar, suspendendo o processo licitatório, dizendo que tem uma emenda constitucional que impede que a licitação seja feita.

Então, vejam os senhores que os obstáculos, hoje, não está mais na legislação, o problema nosso é cultural. Enquanto a gente não mudar esse aspecto, principalmente dessa confusão que se faz, hoje, no país, entre privatização e concessão de serviço público. Muita gente, à hora que vê que algum município vai lançar o edital, começam aqueles que são contra, dizendo que os serviços estão sendo privatizados; eles não estão sendo privatizados, eles estão sendo concedidos. Privatizar é vender, para nunca mais voltar.

A Constituição é clara com relação a isso. E, mesmo as companhias estaduais, elas estão ali como concessionárias de serviço público, assim como aquela concessionária de capital privado também está lá, explorando da mesma forma. Então, esses são os principais entraves que a gente tem que mudar.

Então, os principais aspectos: a gestão, e o principal problema é cultural. Enquanto a gente não achar uma forma de despolitizar esse debate, com relação a esse problema que se criou, principalmente, que privatização virou um crime no país, onde a iniciativa privada não pode chegar, capital privado, hoje, não é bem-vindo em lugar nenhum, nós não vamos resolver o problema. Porque não basta estar à disposição todo esse dinheiro que está aí, se não há capacidade de se aplicar isso aí, da forma que está sendo feito. Isso é o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Mario Vieira Marcondes Neto, pelas suas considerações. E passo a palavra, agora, ao Dr. Francisco de Assis Salviano (sic) de Souza, que é professor da unidade acadêmica de ciências atmosféricas da Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba, mestre em hidráulica e saneamento pela Escola de Engenharia de São Carlos, em São Paulo, e doutor em hidráulica e saneamento pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

V.Sa. dispõe de 20 minutos para suas considerações.

SR. FRANCISCO DE ASSIS SANTIAGO DE SOUZA: Muito boa noite. Boa noite. Obrigado ao Presidente, pela oportunidade de estar aqui, nesta importante Audiência Pública. Já se falou muito acerca de muita coisa que eu iria falar, e, sendo assim, eu vou pular alguns *slides*, mesmo porque nosso tempo aí parece que vai ser ultrapassado.

Pois bem. Já na Idade Média, ali, do século V dC até o século XV dC, já se usava água aí para incentivar e trabalhar na indústria. Em 1945, já havia os primeiros textos de ensinamento da hidráulica, e, pasmem, saneamento e gestão das águas. Já se falou da cólera. Por favor, pode passar.

Na Idade Moderna, 1945 e 53, 14 a 53 e 70 a 89, a hidrologia entra em cena, e aí começam a aparecer as metodologias de diminuição de vazões, e por aí vai.

Em 212 anos depois, o Brasil descobre, que foi descoberto lá em cima, que as chuvas eram muitos importantes para as fontes de água e para as águas subterrâneas, e aí veio o apagão de 2001, que a gente não se preocupou muito com as chuvas nas barragens.

Na França, isso é importante, em 1829, já havia multa e prisão para quem sujasse as águas e matasse os peixes, ou seja, atingisse a vida aquática. Meados do século XIV, já se inicia a implantação do saneamento, administração e legislação deste e de outros... Século XIX, desculpa. Desse e de outros serviços públicos.

Lá pelos anos de 1842, há o renascimento da relação entre saneamento e saúde pública. Um estudo do Edwin Chadwick traz para nós a medicina preventiva. Próximo.

Situação atual do planeta: um bilhão de pessoas não têm acesso à água potável, podem morrer, até meados do século, deste século, dois bilhões de pessoas. Morrer, não, sofrer por falta, por escassez de água, se não for adotada alguma política de preservação e recuperação dos recursos hídricos.

Diariamente, no mundo, 126 mil crianças têm doenças ligadas à qualidade da água ou a deficiências de saneamento; e 80% das doenças, no mundo, ainda se relacionam com a falta de controle adequado da água. Por favor.

Saneamento básico no Brasil, século XVIII, abastecimento público da água era feito por chafariz e fonte. Basta lembrar que, ainda hoje, também, em algumas localidades é feito assim, ou até mesmo com lata d'água na cabeça.

Responsabilidade da captação e distribuição de águas, as próprias vilas; remoção de dejetos e lixo, as próprias famílias. Na Primeira República, e aí vai

de encontro com o dado, é que o Rio de Janeiro era a quinta cidade do mundo a adotar sistema de coleta e esgoto, e foi concluído em 1864.

Na década de 1950, surge problema com a degradação dos corpos d'água, devido ao processo de industrialização e urbanização, conflitos sociais e aumento da pobreza, a má qualidade de vida, concentração populacional e a exploração contínua, já naquela época, dos recursos naturais. Na década de 1970, criou-se o PLANASA e as SESBs(F) dos estados.

Problemas à vista. Estimativa da população em 2020, no Brasil, população urbana, 92,5%. E isso vai nos trazer mais problema. Próximo.

No Brasil, há uma moda, quase nacional, de construir viadutos, aturar mangues e também as margens dos rios. Veja, aqui, por exemplo, uma figurinha, que está mostrando que essa pista local, na verdade, muitas vezes, ela é também área de inundação, tanto de um lado quanto do outro.

O que é que se espera com isso? Que, no momento das cheias, a inundação chegue a esse nível máximo. Isso é o que é projetado, só que água também quer seus espaços laterais, que foram ocupadas pelas famosas marginais.

O que ocorre é que, uma vez a cidade impermeabilizada e crescendo a cada dia mais, as águas passam a tomar conta dessas marginais. E aí a cidade ganha a chamada equação da inundação, que é função da intensidade da chuva, mais a impermeabilização da cidade, que, por sua vez, reduz a infiltração e aumenta a velocidade do fluxo d'água, mais a ocupação irregular do solo. Então, a chuva, nesta equação, vira uma variável forçante. Material, por favor.

Não basta: a cidade já está pronta para sofrer inundação, basta ter qualquer tipo de chuva aí, que já inunda a cidade de São Paulo, a exemplo disso. Próximo.

Evolução dos investimentos, nas últimas quatro décadas. Vejam os senhores que, em todas as regiões, quem foi privilegiada foi a região Sudeste, com investimento de esgoto e investimento em água.

Análise: há desigualdade inter-regional, com vantagem para o Sudeste; desigualdade intrarregional, com vantagem para o Estado de São Paulo; por sua vez, desigualdade intraestadual, com vantagens para a cidade de São Paulo.

Esses critérios de alocação de recursos não atenderam sequer a demografia regional. Passa.

Vejam aí que o peso relativo da população *versus* o investimento em saneamento básico, de 68 a 84, o Sudeste ganha disparado, mesmo tendo um peso relativo menor do que as demais regiões do país. Passa.

Aí é um dado da Caixa Econômica Federal, que amostra a variação de investimento em saneamento básico, de 68 a 96. Vinte e nove anos que a gente tem uma situação decrescente. Passa.

Para reforçar ainda este dado da CHESF(F), a gente tem aí o PIB de 70, ao ano 2000. O ideal, como foi falado, seria investimento de 0,63% PIB ao ano.

O que se vê é um decréscimo aí do investimento em saneamento básico, até os anos 70. Veio dar uma melhorada em 1965, e isso vai refletir, como a gente vai ver lá em cima, no período de 96 a 2007. Passa.

Fiz uma evolução histórica dos investimentos em saneamento básico, e isso é uma visão geral do passado, presente, e quiçá que futuro seja assim. Desde o primeiro momento, a gente teve uma queda acentuada de 68 a 95 dos investimentos em saneamento básico; de 96 a 2009, praticamente 2010, a gente tem uma situação quase estacionária. Mudou, mas não mudou tanto. Quase constante.

E espera-se, entre o período de 2010 a 2030, que haja bastante investimento, na ordem de 0,63% do PIB ao ano, para que a gente possa, em 2030, alcançar a universalização. Próximo.

A pergunta é a seguinte: para onde vão os esgotos da cidade? Esqueçam a parte vermelha e vejam somente a azul. Corre tudo para os rios. Próximo.

Para onde vão as águas poluídas? E aí a poluição difusa, é diferente, poluições de borracha de pneu de carros e por aí vai, oficina e tudo o mais. De novo, os rios. Isso é mais uma razão para que precisa preservar as bacias hidrográficas e manter funcionando o sistema de drenagem. Lei para isso já existe, é a Lei 9.433, que todos já conhecem. Passa.

O Trata Brasil, de 95 a 2007, fez a seguinte pesquisa, juntamente com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. E aí mostra o resultado em 79 cidades; o critério foi população superior a 300 mil habitantes e a concentração, nessas cidades, de 70 milhões de habitantes. Os números são os seguintes: produção diária de esgoto, 8,4 bilhões de litros, isso quer dizer que a gente deve estar gastando aí, em torno de 10 a 11 bilhões de litros de água por dia; esgoto tratado, 34%; esgoto não tratado, 64%. Passa.

Aí estão as cidades em que trabalhou o Trata Brasil, do Sr. Pinho. Passa.

No período da pesquisa, houve melhoria de saneamento, 14%, 5% melhoria em tratamento de esgoto. Foi perguntado o que é saneamento básico, isso já foi falado, 31% no sabe. E, aqui, eu juntei escola juntamente com as cidades, e isso dá, em média, 70% de resultado.

Há destaque aí para a universalização dos serviços de água e esgoto para o Estado de São Paulo, para alguns municípios do Estado de São Paulo. Passa.

A gente sempre enxerga que o esgoto sempre corre atrás da oferta de água; a água sempre está acima, e o esgoto vem um pouco abaixo, e isso não é à toa, é porque o esgoto é muito mais difícil e mais caro de se tratar. Próximo.

Em números, foram perguntados a 605 prestadoras, houve um crescimento de água, na rede de água, 16,5; crescimento na rede de esgoto de 11,3.

A previsão... Isso aqui é Fundação Getúlio Vargas, a previsão para a universalização, mantidos os indicadores atuais, é de 112 anos. E o instituto faz a seguinte conclusão: que o Brasil teve uma melhora, eu diria que é uma leve melhora, no alcance das prestações de serviço de coleta e tratamento de esgoto, e conclui, ainda, que saneamento básico não é ainda prioridade nem para o poder público, nem para a população. Passa. Pode passar.

Pois bem, a gente tem a questão da destinação final dos resíduos coletados: lixões, 9,5%; aterros controlados, 26,6%; e aterro sanitário 67%. Mas, confrontando esses valores com o ano de 2000, dados do IBGE, e aqui não é Instituto Trata Brasil, isso aqui foi um copista errado, isso aqui, na verdade, é um dado do Ministério das Cidades.

A hipótese feita nessa pesquisa é a seguinte, não foi Trata Brasil: que os aterros sanitários não são aterros sanitários licenciados. O que é um aterro sanitário licenciado? É um aterro que segue todas as normas do IBAMA, e não o que está entre os lixões e o aterro sanitário.

O aterro sanitário licenciado está aqui embaixo, só que não é isso aqui. Fiz a comparação de 2000 para 2007, o que a gente vê é o seguinte: em 2000, esta situação, aqui, e 2007, essa aqui. Veja que inverteu-se; apenas em sete anos, a gente saiu dos lixões e foi direto para o aterro sanitário, ou seja, a hipótese da pesquisa é de que esses aterros não são licenciados.

Para tomar como base o Estado do Rio de Janeiro, a gente pegou o exemplo aí. O Estado do Rio tem 92 municípios, e apenas 11 aterros sanitários licenciados. Isso quer dizer que significa 12%, aproximadamente, que o lixo do estado tem boa destinação. Portanto, essa hipótese da pesquisa pode estar correta, a de que esses aterros sanitários não são licenciados. Próximo.

Identificação do problema e proposta de solução. O déficit de saneamento básico é apenas um dos problemas das cidades. O que fazer para isso? Repensar o desenvolvimento socioeconômico, com base na ocupação sustentável das cidades, inclusive os solos(F).

Fazer o quê? Desenvolver o interior, porque não dá para colocar todo mundo nas capitais. Pois bem, o *boom* do saneamento básico foi na década de 80, mas foi fundamentado exatamente nas regiões mais ricas e nas chamadas populações mais ricas, dentro da própria cidade.

Proposta de solução. Melhorar a distribuição de renda, para que as populações mais pobres tenham acesso ao crédito, para a compra da casa própria, isso é muito importante, e também pagar pelos serviços de saneamento básico. Próximo.

As estimativas de prazos e gastos para o país atingir a universalização é, na verdade, um exercício de ficção. Eu já vi várias previsões aí, inclusive, até para 2010, e isso não se confirmou, de forma nenhuma.

E também porque os investimentos no setor são variáveis e, muitas vezes, não são executados, como mostrou, agora, o Dr. Mario.

Proposta de solução. O setor não deve pautar apenas na execução de grandes obras, é preciso ter algumas alternativas técnicas, que, muitas vezes, mais simples, mais baratas, mais eficientes do que as alternativas tradicionais. Os 66,3% do total de internações por doenças infecciosas e parasitárias estão associados à falta de saneamento básico.

Proposta de solução. Ora, o que fazer com esse número, aqui? Se esse pessoal aqui cai nos hospitais e traz um custo alto para o SUS, era preciso fazer um monitoramento sistemático, no banco de dados SUS, SNS, para monitorar as internações. E para que serve isso? Para tomar algumas decisões para o setor, no futuro.

Também há uma falta de percepção da sociedade para com a importância do saneamento básico. O que fazer com isso? Educar as crianças. As crianças, quando apreendem as coisas, elas dificilmente esquecem, por exemplo, quando elas aprendem que têm que escovar os dentes depois de comer e lavar as mãos antes de comer, eles não se esquecem disso mais não. Próximo.

Áreas de respeito aos recursos naturais. O que fazer? Gerenciamento integrado de recursos hídricos, com base nas leis federais 9.433 e 11.455, e usar uma coisa que pouca gente está usando, que são os instrumentos de gestão, que é o usuário pagador e o poluidor pagador, com efetiva participação da sociedade.

Nos pequenos municípios, não há capacidade de pagamento pelo serviço de saneamento básico. O que fazer? Adoção de técnicas alternativas e inovação tecnológica; uso de energia alternativa, e por aí vai. A China já está muito bem, com relação à energia eólica, está produzindo bastante energia eólica, a um custo mais baixo.

Gestor público. Estados e municípios investem pouco em saneamento básico. O que fazer? O Governo Federal deve flexibilizar as regras de concessão de empréstimo ao setor, setor público, a fim de melhorar o desempenho dos programas do Governo Federal, e, para isso, pode-se usar o critério de metas de redução de perdas. Próximo.

A ocorrência de eventos extremos é inevitável nas cidades. Isso traz prejuízo seriíssimo para o setor de saneamento. O que fazer? Fazer zoneamento, nas áreas de risco, nas cidades, e usar o Plano Diretor estratégico, pelo menos, respeitá-lo, que muitos prefeitos não fazem isso.

Sistema de abastecimento público é ineficiente, há uma perda de 43% do sistema. Isso é um absurdo grande. Aí um destaque para a SANASA, de Campinas, que reduziu suas perdas em 12%.

O que a prestadora pode fazer? Fazer micromedicações na rede, manutenção e modernização do sistema. Consumidor precisa ver o que pode fazer. Pode regular suas caixas d'água, torneiras e por aí a fora, economizar. E o Poder Público pode fomentar pesquisa e dispositivos hidráulicos mais econômicos.

Isso aqui é algo muito fácil de ser feito, o SENAI faz isso, algumas áreas do SENAI fazem isso muito bem.

Sistema de irrigação ineficaz. Aí vem perda d'água por evaporação, salinização do solo, aumento de unidade, proliferação de insetos e por aí vai. Adorar técnicas modernas de irrigação e drenagem, gotejamento de microaspersão, por exemplo, e reuso das águas residuais.

No nosso estado, e todos conhecem, aqui, no Sudeste, o coco da cidade de Souza, pois bem, esse coco é irrigado com a técnica lá da Idade Média, que chama-se inundação. Próximo.

Qual o modelo de gestão adotado? O que prevalece nos países é o estadual e o municipal; aqui é 70%, municipal 20% e o privado 10%. E quero chamar, aqui, a atenção dos senhores, que não se pode demonizar as empresas públicas, nem se pode, também, endeusar as empresas particulares.

Historicamente, na Inglaterra, houve sérios problemas com relação às PPPs. É possível manter os modelos predominantes atuais, desde que haja avaliação sistemática da eficiência da prestação de serviço. O governo tem como controlar isso perfeitamente.

Como cumprir as leis federais 9.433 e 11.455? Adotar decisões conjuntas, no âmbito da bacia hidrográfica, considerando que o município poluidor, aquele que está a montante, precisa cuidar da sua sujeira ou dos seus dejetos, para que essa sujeira não vá para jusante.

Outra coisa que é muito comum são os prefeitos se associarem por região ou microrregiões. Era preferível que se associem por bacia hidrográfica. Reduzir os resíduos sólidos orgânicos estimados em cerca de 60% do lixo total. É um crime misturar resíduos inorgânicos com resíduos orgânicos.

O que fazer? Uma legislação para incentivar o uso de trituradores de lixo doméstico orgânico, isso facilitará a reciclagem do lixo inorgânico; incentivar a pesquisa de fabricação de plástico biodegradável; e responsabilizar o fornecedor pelo destino de produtos poluentes.

Você pode dizer: "O CONAMA trata disso". Nem sempre, o que se vê por aí, dentro de rios e nos terrenos, são pneus velhos, carcaça de pneu, e esse controle aí não está sendo efetivamente feito.

Como minimizar os efeitos da inundação? Exigir que o gestor público cumpra o Plano Diretor das cidades, via liberação de recursos. Próximo.

Metas. O saneamento básico só será eficiente, quando se adotar alternativas tecnológicas, juntamente com aplicação de sanções legais e metas de qualidade de água; instituir e fazer funcionar, nos próximos dois anos, os comitês de bacia hidrográfica, baseado na lei aqui já falada, com acentuada densidade democrática, a fim de viabilizar soluções municipais e criativas para o setor; atingir a universalização, com qualidade de serviço de saneamento básico, nos próximos 20 anos, com investimento da ordem de 0,63% do PIB ao ano; incentivar, com programas, as secretarias municipais de recursos naturais e saneamento básico, cujas gestões respeitem as decisões dos comitês de bacia hidrográfica, a partir de 2010; e colocar gente que seja do ramo da secretaria, porque, senão, isso não vai funcionar; em sete anos, dobrar o salário-mínimo de 270 para 526 dólares, obviamente, mantendo a inflação sob controle; modernizar, atualizar e disponibilizar banco de dados, hidroclimáticos(F), esses bancos precisam ser *on-line*, nos próximos dois anos, isso vale para a ANA, para o CPTEC, para o INMET, e por aí vai. Próximo.

Atingir a universalização dos serviços de saneamento, em 2030, com perda de água no sistema na ordem de 20%, isso que é aceitável no mundo, hoje. Dotar, nos próximos cinco anos, de reservatório o Nordeste, de proteção natural, para minimizar a vaporização potencial e reduzir essas perdas em 10%; isso é um ganho muito grande para a região semiárida.

A partir de 2010, efetuar projetos e programas destinados aos estados que irão receber água da transposição do Rio São Francisco, para que esses estados possam distribuir essa água internamente. Sugerir a gestores públicos que aprovem lei até 2012, obrigando o uso de hidrômetros individuais e aproveitamento

de águas das chuvas em condomínios verticais e de hidrômetros individuais e trituradores domésticos e reuso das águas cinzas para usos menos nobres, em condomínios de alto padrão.

Para efeito de empréstimos às prestadoras, um órgão competente do GF deverá, a partir de 2010, acompanhar sistematicamente os indicadores de eficiência dessas empresas. Próximo.

A partir de 2010, fomentar pesquisa de viabilidade econômica, para tratamento de água potável e residuais, com base em nanotecnologia; isso já está sendo feito no mundo. Só que é preciso testar a viabilidade técnica; a viabilidade econômica, desculpe.

O setor de saneamento é um grande consumidor de energia, a partir de 2010, fortalecer pesquisas para viabilizar, economicamente, as fontes de energia alternativas, como eólica e solar. A partir de 2010, incentivar projetos e programas junto ao gestor público, responsável pela prestadora, em parceria com universidades, para encontrar melhor solução para o tratamento de águas residuais.

Quero dizer que, na minha cidade, isso já está sendo feito, juntamente com nossa universidade, e está tratando 500 m³ de esgoto por dia. Próximo. Aí é uma reflexão. E muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Qual seria a reflexão, professor? O senhor poderia... Para os telespectadores.

SR. FRANCISCO DE ASSIS SANTIAGO DE SOUZA: Pois não: não existem soluções lineares para problemas complexos e arraigados na cultura social. As opiniões antigas devem dar lugar às novas, para que um futuro melhor para todos seja possível. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Professor Francisco de Assis Salviano (sic). Antes de iniciarmos com as perguntas daqueles que estão inscritos, eu gostaria de tecer alguns comentários.

Nós, hoje, estamos às vésperas da realização, em Copenhague, da COP-15, para tratar de medidas que deverão ser tomadas para atenuar ou mitigar os efeitos do aquecimento global. E essa é uma preocupação que vem mobilizando o planeta. E é algo que surpreende a cada um de nós a posição adotada por líderes de potências importantes, de fazerem de conta que este problema não esteja afetando já nosso cotidiano. E está de uma forma brutal. Se, hoje, por exemplo, as emissões de gases que causam o chamado *greenhouse effect* fossem reduzidos a zero, nada do que foi destruído, por esse acúmulo de gases na atmosfera, seria reconstituído.

As geleiras polares não seriam recompostas; a elevação, portanto, do nível das águas dos mares não voltariam aos níveis anteriores; o estrago feito na fauna e na flora, seja terrestre, seja marítima, não teria como ser re composto; e isso nos leva a uma reflexão de que, diante da iminência dessa conferência, não chegar aos seus objetivos e diante do aniquilamento paulatino que estamos verificando, realizado contra o planeta, que é um ser vivo, se não seria, ficava aqui imaginando, quando da exposição e, sobretudo, do tema sobre a água, se não seria o caso de se constituir, no Tribunal de Haia, uma comissão especial ou uma câmara especial para se julgar crimes contra a humanidade, baseados nos ataques que vêm sendo observados à natureza e ao meio ambiente.

É brutal os números que nos são apresentados. Os 50 países mais pobres do planeta, eles contribuem com menos de 20% das emissões globais de CO₂ e outros. E os 80%, os 140 países mais ricos contribuem com 80% dessa emissão. Sendo que a emissão dos países mais pobres provém devido à queima de madeira, de árvore, de carvão, para que possam cozinhar seus alimentos, ou seja, são os 20% que poluem em função da pobreza, e os outros 80% dos países poluem em função do consumismo desenfreado, do desperdício, e não querem parar com esse sistema, que está aí engendrado há muitos e muitos anos.

Há uma evidente e clara posição desses países de boicotarem a próxima conferência COP-15. E é fundamental que nós estejamos atentos a isso, como também atentos para que esse tema que foi aqui levantado e que vem junto com a questão do saneamento básico, que é o da água, seja levado muito em consideração.

Em 1995, eu fui convidado pela Sociedade Real da Suécia, de ciências políticas, para lá fazer um debate, uma palestra sobre questões ambientais e outros pontos. E eu fiquei impressionado, em 1995, com o número de seminários e conferências que estavam sendo realizados, naquela semana em que eu lá estive, tratando do tema específico da água.

A preocupação de que a água, em algum momento, a água potável, em algum momento, ela vai faltar ao planeta. Nós estamos preocupados com o ar e temos que nos preocupar rigorosamente com isso, tanto que eu sugiro que seja criada, dentro do Tribunal da Corte de Haia, essa câmara, para julgar aqueles que forem vistos como indutores desse processo de destruição planetária.

Temos que nos preocupar, também, com água e com a terra. A questão da água, no Brasil e no mundo, é algo terrível, seja pelo excesso, no caso da água do mar, seja pelo excesso que essa água está, hoje, se

mostrando para todos nós e destruindo, em função, como nós sabemos, em função do derretimento das calotas polares, e isso está destruindo países, pequenos países, ilhas, arquipélagos do Pacífico Sul, como Tuvalu, Kiribati, que já estão “exportando” (entre aspas) seus habitantes, porque sua área geográfica está diminuindo, e o espaço para que os nativos ali permaneçam não está sendo suficiente para uma qualidade de vida minimamente razoável.

Então, países próximos àquelas ilhas do Pacífico Sul já estão assinando tratados para receber, anualmente, contingentes de população, para diminuir o número de pessoas, em função... habitantes daquele país, em função da diminuição da sua extensão geográfica.

Na questão das nossas bacias hidrográficas, esse é outro grande problema, a destruição que vem aí, também, das nossas matas ciliares, que repercute na questão do desflorestamento, do desmatamento, isso faz com que nossos rios deixem de ser perenes, os que eram perenes; os que não eram perenes deixam de existir, simplesmente; o solo começa a ficar, como nós dizemos, normalmente, esturricados, sem nenhuma possibilidade de ali se plantar ou de se colher o alimento que venha a saciar a fome de imensa parte da população brasileira e mundial. E nós não estamos dando a atenção devida à questão da água.

O saneamento básico, vejamos como as coisas são entrelaçadas, o saneamento básico, a importância dele. Porque a importância do saneamento, além de tudo, evita que haja essa contaminação dos lençóis freáticos, e vários estados, quando se constroem os poços artesianos, pela falta de condições que as companhias municipais ou estaduais têm de fornecer água para as residências, então, se perfuram os chamados poços artesianos. E o número, a experiência que se tem visto é que o número de poços artesianos que têm encontrado água poluída, já lençóis freáticos, a 20, 30 metros, já poluídos pela falta de saneamento básico é extremamente elevado.

Aqui mesmo em Brasília, capital da República, temos esse lago, que é a vida de Brasília. Esse lago vem sendo desrespeitado, diariamente, pelos moradores de Brasília. Brasília que é a cidade que tem o maior, o melhor IDH do Brasil, a melhor qualidade de vida do Brasil, a melhor renda *per capita* do Brasil e oferece esse triste exemplo da depredação que estão fazendo desta grande riqueza natural que nós temos.

Isso sem falar no nosso litoral brasileiro; aqui foi citado um estado do Sul do país, uma região, comparada com outras regiões, rica, que sofre dessa falta do saneamento básico. Isso interfere na indústria do turismo, que é a indústria não poluente, quando os mares, o grande atrativo, sobretudo no Nordeste, agora, falo

do Nordeste, o grande atrativo que estados nordestinos têm é exatamente o sol e a praia, para os tristes que vêm do sul ou lá do exterior. E nossas praias, em grande parte, poluídas, pela falta de saneamento básicos dos municípios litorâneas.

Quando aqui foi convocado o grande investimento feito na Bahia, no Estado da Bahia, que foi despoluído, se contrapondo... O Dr. Raul colocou aqui esse número. A despoluição, os recursos foram destinados para a despoluição da Baía de Guanabara e a Baía de Todos os Santos, se não me engano, lá em Salvador. Enfim, e os resultados foram logo apresentados; na Bahia, os recursos foram aplicados com constância, com eficiência, e o índice alcançado de despoluição foi um índice notável.

A própria Suécia, onde há pouco disse que estive em 95, e eles estavam com a preocupação da água, o rio que corta Estocolmo era um rio extremamente poluído e, hoje, lá, depois do trabalho que eles realizaram, se pesca, nesse rio, salmão, que é um peixe muito sensível a qualquer tipo de poluição; a água tem que ser uma água muito boa, para que ele encontre ali seu habitat.

A discussão de empresas estatais, empresas municipais ou privadas para o tratamento do saneamento básico. É preciso que nós nos lembremos de que todo o saneamento de que hoje o Brasil dispõe foi um saneamento construído, feito, realizado graças à iniciativa do Estado brasileiro, dos estados que compõem a federação e também municípios.

A capacitação técnica desses engenheiros que pertencem a essas companhias estatais é inegável; são técnicos do melhor e mais alto nível. Infelizmente, obras de saneamento deixaram de ser prioridade, no Brasil, por uma visão míope, para utilizar uma palavra mais suave, da classe política, porque aquele velho chavão de que “obra de saneamento significa cano enterrado no chão, é uma obra que ninguém vê e, portanto, não rende dividendos eleitorais”. É um raciocínio tosco, rudimentar, mas que, infelizmente, fez parte desses últimos 20, 30 anos, desde que o PLANASA, ou menos um pouco, o PLANASA se extinguiu.

Então, essa falta de visão política da importância do saneamento fez com que essas empresas dos estados e de alguns municípios maiores fossem relegadas a um segundo plano; não fosse dada a elas a prioridade necessária, não fossem dados a elas os recursos necessários para se elaborar os projetos indispensáveis para que fosse realizado o saneamento e o abastecimento de água potável devido.

Agora, com o Programa de Aceleração do Crescimento, volta-se a esse tema. E, nesse meio-tempo, o que aconteceu? As empresas estatais foram definhan-

do, e o Professor Francisco Salviano (sic) aqui colocou, não é... a crítica não pode ser feita às empresas estatais, porque elas foram definhando pela falta do apoio político de que elas precisam para cumprir sua tarefa e sua atribuição.

E, com isso, também, foi se perdendo a cultura da importância do saneamento, do abastecimento d'água, foi se perdendo também a empolgação, no meio universitário, por um ramo, como foi dito aqui pelo Dr. Danilo Forte, Presidente da FUNASA, da juventude universitária por uma carreira tão bonita como a de engenheiro hidráulico, ambiental, sanitário, enfim, de engenheiro. E, agora, quando vem o PAC, e demonstra o Governo Federal sua prioridade de investir na área de saneamento, o que acontece? As empresas não estão preparadas para realizar com rapidez e eficiência a aplicação desses recursos; não existem projetos técnicos; a capacidade de endividamento dos municípios está esgotada; a Lei de Responsabilidade Fiscal impede, em vários casos, que possam contrair novos empréstimos; há uma carência da apresentação das certidões negativas dos municípios e dos estados, em relação aos impostos; e isso faz com que, hoje, nós aqui verificando que, de todos os setores em que o PAC vem atuando, aquele setor que vem respondendo com mais lentidão é exatamente aquele dedicado ao saneamento e ao abastecimento de água.

É esse paradigma que nós, agora, estamos tentando quebrar, com esse ciclo de audiências públicas que estamos realizando. E chamando a atenção, também, que, como aqui também foi muito bem dito, a questão do saneamento é um investimento do Estado brasileiro. Não se pode exigir de um município uma contrapartida que ele não tem condições de oferecer, tem que se mudar essa mentalidade.

A questão, por exemplo, da Caixa, que é um orgulho para todos nós, mas são infindáveis as dificuldades... Não digo que seja... Dificuldades que a Caixa queira colocar, mas a burocracia, o que ela exige para que as prefeituras possam obter recursos para fazer não somente obra de saneamento, mas de habitação, é um emaranhado de papel, é um emaranhado de certidões e, quando uma já está pronta, prestes a assinar o contrato, aí uma certidão já está vencida, tem que tirar nova certidão, ou seja, desburocratizar essa área também é fundamental.

A Ministra Dilma, ela encontrou, ela elencou trezentos e tantos entraves para obras públicas, de um modo geral, e focando muito em habitação, em saneamento. Ela fez a pergunta: por que essas obras não são feitas na rapidez que nós precisamos que elas sejam feitas? E aí foi elencando trezentos e tantos, e foi eliminando um por um, um por um, chegou a re-

duzir isso a 60; hoje, está em 40. Mas não adianta a gente reduzir isso, sem que haja uma conscientização de toda a máquina estatal e também de toda a classe política, para a emergência e a importância de nós estarmos focados nessa que é uma questão que, em função da emergência do aquecimento global, não está sendo dada a devida atenção, que é a questão da contaminação do nosso solo e a contaminação das nossas águas, o que vai, daqui mais um pouco, levar a esse outro grande problema, que vai destruir o que o cientista James Lovelock chama de Gaia, que é este ser vivo que é nosso planeta.

Tudo o que aqui foi colocado pelos nossos palestrantes de hoje, todos têm suas razões, a participação também da iniciativa privada eu acho muito importante. Por que não? Por que não? Por que alijar a iniciativa privada de uma parceria com o estado, com o município, para realizar obras de saneamento e de abastecimento de água? O que é mais urgente e mais importante: nós discutirmos a necessidade da saúde da população e da qualidade da vida da população ou nós discutirmos se a iniciativa privada deve ou não participar, por uma questão de enfoque, um viés ideológico ou não? O mais importante, no meu entender, é atender a população.

Então, atendendo a população, de uma forma eficaz e atendendo a população sem que ela seja penalizada com tarifas exorbitantes, eu acho que, sendo feita uma parceria nesse sentido, que isso pode muito bem prosperar, sem que haja qualquer tipo de preconceito, e isso em todo o mundo já se faz assim. Ainda mais nós sabendo que os estados e os municípios dispõem de muito poucos recursos para oferecer, em contrapartida, ao financiamento que lhes é oferecido, que é algo que tem que ser mudado também, de dizer que esse não é um dinheiro que deve ser emprestado, é um dinheiro que deve ser entendido como um investimento do Estado às suas unidades federativas.

É muito satisfatório para a Comissão de Serviços de Infraestrutura participar dessa série de audiências públicas, ouvindo autoridades e pessoas tão gabaritadas e com um currículo tão expressivo, tratando dessas questões que vêm afligindo nosso cotidiano.

Passando, agora, a palavra àqueles que estão inscritos para fazer pergunta aos nossos debatedores, aos nossos expositores, eu passaria a palavra ao Dr. Arnaldo Augusto Setti, que é engenheiro, pesquisador do Instituto Internacional de Mudanças Globais.

V.Sa. dispõe de cinco minutos para fazer sua pergunta, endereçada a qualquer um dos palestrantes.

SR. ARNALDO AUGUSTO SETTI: Agradeço, Exmo. Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, parabênizo

pelos trabalhos que vêm sendo realizados, permitindo uma visão da infraestrutura no país, sua capacitação e suas demandas.

Tive a oportunidade de acompanhar o serviço desta Comissão de 1995 a 2002, na condição de assessor do Exmo. Sr. Senador Bernardo Cabral, e, de 2003 a 2005, como assessor técnico do Senador Paulo Otávio.

E vejo que esta Comissão, cada vez mais, mostra sua importância na estratégia e no desenvolvimento do país. Permita-me colocar aos conferencistas convidados, antes, parabenizando-os pelas aulas ministradas, alguns pequenos pontos.

Primeiro, seria sobre... A questão do saneamento exige, ao nosso ver, um esforço nacional muito grande. Gostaria de ouvir dos conferencistas considerações sobre os diversos modelos institucionais e gerenciais disponíveis. A empresa pública, os serviços municipais diretos, os serviços municipais com o apoio da FUNASA, PPP, empresas privadas e a FUNASA, diretamente. E uma pequena análise, rápida, do modelo do BNH.

Outra questão seria como contabilizar ou creditar o saneamento e os benefícios à saúde, evitando-se as despesas com as doenças de veiculação hídrica e, com isso, aumentar o orçamento do setor.

Foi dito que há muito recurso, mas, na realidade, é devido a nossa questão de pouca capacidade de gestão e a questão da burocracia, mas, na realidade, em termos da demanda global há necessidade de mais recursos.

Então, poderia... Uma provocação! Poderia o saneamento participar do orçamento do SUS? E teria uma colocação ao Sr. Presidente, que o saneamento é uma questão social, cultural, ambiental, de saúde, de gestão financeira, política, institucional. E acredito que nós necessitamos de uma valoração dos profissionais e dos projetos em saneamento, mudando a Lei de Licitação para o critério técnico, 80% da parte técnica, por exemplo, e 20% de custo.

A capacitação do governo, usuário e sociedade, talvez através de um plano nacional de capacitação de recursos hídricos em saneamento, como existe na área de recursos hídricos.

Poderia ser feito, em termos de interiorização de técnicos, um projeto tipo o Projeto Rondon em saneamento, em que nós teríamos alocação de técnicos, nas prefeituras, através de algum tipo de incentivo, por exemplo, mestrados ou recém-formados, com dois anos de serviço na prefeitura, tipo de um serviço militar ou algo parecido, assim.

Poderíamos usar, para a questão de capacitação e divulgação da questão, o uso da Lei Rouanet. Nós tivemos a possibilidade de fazer um trabalho sobre o

orçamento no DF, utilizando a Lei Rouanet, tomando o saneamento como uma questão cultural.

E me permito, Sr. Presidente, como foi feito um grupo de trabalho com participação do Senador Delcídio, em outra área, talvez a comissão poderia prestar mais serviço ainda do que já vem prestando, através de um grupo de trabalho com propostas efetivas para essa mudança, na área de saneamento, aproveitando todo esse cabedal de conhecimento, a boa-vontade [soa a campainha], se tivesse as entidades, ainda com participação da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental, Associação das Empresas de Saneamento Básico do Brasil e outras entidades. Talvez pudesse sair da comissão, além de todo esse depoimento, um relatório bem substantivo e profundo, com propostas efetivas, mesmo, tendo em vista, inclusive, próximo eleição presidencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A sugestão de V. Exa. está devidamente anotada, e vamos tratar de realizá-la. Para responder as indagações feitas, eu passaria, inicialmente, a palavra ao Dr. Danilo Forte, Presidente da FUNASA.

SR. FRANCISCO DANILO FORTE: Eu acho que, primeiramente, com relação a esse problema da execução, eu acho que a gente vai continuar com esse mix de execução, até porque as áreas a serem atingidas por essa execução, na política de saneamento, elas são muito diferenciadas. Existem os grandes centros urbanos, que é uma tratativa, uns têm viabilidade econômica; outros precisam de uma ação mais forte de governo, porque o investimento se dá de uma forma maior, com relação à demanda que ali está colocada; existem algumas áreas de execução direta, que são as áreas onde estão mais distantes do mercado, possivelmente, nas áreas em que as populações têm mais dificuldade de acesso às políticas públicas, e, para isso, precisamos de uma intervenção direta do Estado, seja através da FUNASA ou seja através de qualquer outro órgão, dependendo do trabalho.

O momento é um momento rico, oportuno, porque existe um debate feito em torno da questão do saneamento. Essa questão da preocupação mundial com o meio ambiente tem levado esse debate para todo mundo, tem democratizado esse debate em todos os lugares. O governo do Presidente Lula é um governo que tem uma preocupação muito grande com a inclusão social, e isso também enriquece o debate.

Eu, um mês atrás, estava participando da Expocataadores e estava muito feliz de estar ali, reunindo com catadores de materiais recicláveis, e olha que isso é um avanço social muito grande. Quem um dia imaginou

que a gente tivesse uma plenária nacional, discutindo com catadores de materiais recicláveis tirados do lixo, uma política de saneamento. Ninguém nunca imaginou isso, eu pelo menos, nunca tinha imaginado.

E acho que tem avanços sociais importantes com relação a isso, o debate dentro da... a igreja debate bem esse problema. Aqui, mesmo, no Senado, eu estive com a Senadora Rosalba, uns dias atrás, discutindo o problema da malária. Estava o Dom Ascona aqui conosco, discutindo o problema da malária em Anajás, lá no interior do Pará, que é um problema grave.

Esse problema da dengue também é um problema que está colocado no Brasil inteiro, um país tropical como o nosso, e aí você se depara com situações, inclusive, esdrúxulas, como, por exemplo, no caso da minha cidade, Fortaleza, que a dengue é um problema domiciliar.

O que é que acontece na periferia de Fortaleza? A periferia de Fortaleza não tem a continuidade do abastecimento de água, e as pessoas têm a cultura de armazenar água em casa; armazena em potes, em vasilha, em tambores, e esses vasilhames, esses tambores, esses locais de armazenamento se transformaram em criadouros do mosquito da transmissão da dengue. E, hoje, nós temos a grande Fortaleza toda em alto risco, entre as cidades, inclusive, que estão aí listadas no Ministério da Saúde como cidades que têm um potencial de crescimento da questão da dengue, que hoje está colocada.

Nós temos, aqui, a questão que foi muito falada aqui, a educação e saúde é uma questão que está no Brasil inteiro. A gripe H1N1 demonstrou que um dos grandes veículos era a falta de higiene pessoal. E, hoje, a gente que anda pelo Brasil percebe uma cobrança com relação a essa questão da água na escola, da educação em saúde, para que as crianças criem o hábito do acesso a uma política de higienização, que vai ter desdobramento com relação a isso.

O debate na questão da defesa do meio ambiente, o saco plástico, hoje, é um verdadeiro inimigo público número um de qualquer política de drenagem fluvial do país. A gente sabe o que grande problema, hoje, do entupimento das galerias pluviais é garrafa PET, é saco plásticos, resíduos que são colocados nessas galerias [soa a campainha], que transformam cidades como São Paulo em verdadeiras vias abertas de alagamento, por quê? Porque falta drenagem, e as ruas e avenidas se transformando em rios.

Então, eu acho que essa é a Casa, o Presidente Collor foi muito feliz, quando trouxe para o Parlamento o debate sobre essa questão. E acho que a ideia de todos os entes que participam desse debate, aqui está o Instituto Trata Brasil, que tem um trabalho belíssimo

de pesquisa, com relação a isso, os demais que participaram dessa mesa, tem outros que estão fora daqui que precisam participar desse debate, para poder a gente buscar soluções.

O que não pode é a gente ter uma legislação ultrapassada, que requer procedimentos que, muitas vezes, não se pode cumprir, ao mesmo tempo, ter um rigor dos órgãos de controle, dentro de uma política que precisa ser flexibilizada.

Eu não posso fazer um banheiro em São Paulo do mesmo jeito que eu faço um banheiro no Acre. Não tem como, são situações diferenciadas, de forma de intervenção, de forma de trabalho, de custos, e que precisam ser adaptadas a cada realidade do Brasil. O país é muito grande, as dimensões são muito extensas, e a política tem que ser desdobrada com essa modernização legislativa e também com maior acompanhamento, mas dentro de cada realidade, que a gente precisa intervir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Dr. Danilo Forte. Dr. Raul Pinho também para responder a indagação feita pelo Dr. Setti.

SR. RAUL PINHO: Eu gostaria só de fazer uma complementação, em relação à questão de modelo de gestão. Nós nosso vamos fugir muito do que nós temos aqui, hoje. Então, eu acho que a grande diferença e acho que aí o Legislativo foi sábio na questão de discussão da legislação, é exigência dos planos municipais ou regionais de saneamento.

Eu acho que a realização desses planos vai dar o norte de desenvolvimento do setor, quer dizer, sem planejamento e tendo a bacia hidrográfica como unidade de gestão, nós não vamos avançar. Agora, se vai ser estadual, municipal, com PPP ou não, isso vai sair da discussão do plano, que vai definir qual é a meta de universalização e o que aquela sociedade quer, em quanto tempo, e aí caberá aos administradores municipais, estadual e Governo Federal definir as soluções. Eu acho que é por aí, não dá para separar, dizendo: "Não, é público estadual ou é público municipal", não, é um mix, e esse mix está aí sendo praticado há muitos anos e tem que ser continuado.

Agora, há um espaço, sim, não sendo privatista, que nós não somos, a gente defende o investimento, há um espaço e uma necessidade de ter mais recursos sendo alocados. Se há dessas possibilidades dessas PPP, pelo menos vamos ver esses modelos que estão sendo praticados, hoje, e se estão sendo bem-sucedidos.

Com relação à parte orçamentária, eu volto a defender, quer dizer, a criação de fundos, foi falada aqui a questão do Pré-sal. O Pré-sal poderia ser até

uma participação de um fundo de universalização dos serviços, assim como esse recurso do PIS/CO-FINS também poderia contribuir para esse fundo, para atender a população, principalmente de baixa renda. Era só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Raul. Dr. Francisco Salviano (sic).

SR. FRANCISCO DE ASSIS SANTIAGO DE SOUZA: Eu quero deixar bem claro... Contra as PPAs, muito pelo contrário, eu acho que as PPPs, desculpa, que não sou contra as PPPs, muito pelo contrário, se as PPPs tiverem capacidade de se instalar, que se estalem.

Gostaria de lembrar, ainda, que saneamento básico não é telefonia móvel. Uma vez que você está conectado à rede, você será um consumidor cativo, e aí é preciso ter muito cuidado, porque, de repente, as empresas podem gostar muito de ganhar. Podem querer faturar muito, e aí as tarifas vão para o espaço. Isso aconteceu aonde? Na Inglaterra. A Inglaterra tem uma experiência muito forte com as PPPs.

Pois bem, com relação ao SUS/SNS, que eu propus ali, é que, se não me engano, o PIB para a saúde, o ano passado, me corrija quem tiver esse número atualizado, foi de 7,2%. Se muitas internações são devidas à qualidade da água ou falta de saneamento básico, eu acho que... Por que não? Se não está indo mais doença para a SUS, é possível que esse dinheiro seja investido em saneamento básico; que o Ministro Temporão no se ouça.

Com relação às cidades mais distantes, poderia ser feito um mestrado profissionalizante, para que essas pessoas pudessem trabalhar. O que se nota, realmente, é que falta engenheiros que queiram trabalhar com saneamento básico. Realmente, depois da computação, o pessoal correu para... Saiu da área das engenharias e, hoje, estão mais preocupados com os cursos de computação do que a engenharia.

Com relação à captação e emissão do esgoto, eu acho que só se resolve com base em gerenciamento de recursos hídricos. Não dá para falar somente em saneamento básico, quando a gente faz o que faz com nossas bacias hidrográficas, capta água bruta e devolve esgoto muito sujo. Então, temos que ter cuidado com isso, porque, senão, a gente não vai conseguir chegar à universalização do serviço.

Com relação aos catadores do lixo, eu acho realmente isso muito degradante, da forma que é feita no país, isso não é profissão, isso era para ser proibido. As pessoas estão adoecendo em cima dos lixões, e não está resolvendo problema nenhum.

Outra coisa é trabalhar com novas tecnologias para as cidades de 10, 15 mil habitantes, levar saneamento básico para lá, não ao custo do que é feito hoje, mas a um custo muito mais barato e levando também energia alternativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Francisco Salviano (sic). Dr. Mario Marcondes Neto, ainda para resposta às indagações do Dr. Setti. Em seguida, passaremos ao orador inscrito em seguida.

SR. MARIO VIEIRA MARCONDES NETO: Só para complementar o que está sendo falado aqui, com relação a modelos de exploração, que foi falado. Nós, praticamente, os modelos são aqueles previstos em lei, e nós só temos três modalidades: ou é concessão plena, regulada pela lei de concessão, que é lá de 1995; ou através das PPPs, que dividem a modelagem em concessão administrativa ou concessão patrocinada; ou o serviço sendo explorado diretamente pelo poder concedente, através de suas autarquias ou departamentos, mas têm que estar ligadas essas empresas diretamente ao poder concedente.

Não existe o que está se tentando fazer aí, não está previsto, na legislação, a possibilidade de renovação desses contratos de concessão que foram firmados na década de 70, com essas companhias estaduais, de se fazer a prorrogação desses contratos, através de termo aditivo sem licitação, onde, na maioria das vezes, o que nós vemos visto aí, nessas renovações, continuamos pecando da mesma forma.

Primeiro, que está vedado por lei, isso aí é matéria pacífica, o art. 175 da Constituição é bastante claro, ao dizer que não se pode conceder sem licitar, e as companhias estaduais, elas têm obrigação de participar dessas licitações. Os contratos têm que ser licitados. Elas são sociedades de economia mista, equiparadas às pessoas jurídicas de Direito Privado, elas não têm privilégio de renovar da forma que estão sendo renovados, da mesma forma, com tarifa estipulada pelo Estado, sem metas, sem agência reguladora para fiscalizar, elas fazendo o que bem entendem, em termos de investimento. São elas que determinam. Elas não querem respeitar a vontade do poder concedente, que é o município.

Então, a questão da preocupação que todo mundo tem, se a iniciativa privada vai entrar ou não, a iniciativa privada só vai entrar se a lei for cumprida, qual seja, se colocar processo de licitação na rua. É a única forma que ela tem. E, à hora em que esses processos são colocados, a gente não vê a companhia estadual comparecendo, para vir disputar essas licitações. Por quê? Porque ela pratica tarifa única; todo mundo sabe o preço dela e todo mundo sabe que, quando vai um

edital para a rua, aqueles que vão participar vão entrar com tarifa dali para baixo, e ela não tem como fazer isso; simplesmente por isso que elas não vão lá. Elas não têm como ir lá e abaixar a tarifa delas, porque, o dia em que elas abaixarem, que essa regra não existe, na está na legislação, ela tem que abaixar para o estado inteiro.

Elas têm uma tarifa única para todas as cidades que elas administram. Essa distorção é que tem que acabar. Não estou dizendo, aqui, hoje, a modelagem que foi colocada aí exige que, se não for o poder concedente o explorador direto do serviço, que isso tem que partir para ser licitado.

Até o Presidente está me passando. aqui. O art. 175 diz que incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação dos serviços público. Então, não tem como você fazer e assinar contratos, hoje, de concessão, e qualquer contrato desses que estão aí, hoje, inclusive dos que estão em vigência, dessas companhias estaduais, são concessões de serviço público, para todo mundo, não podemos falar.

A diferença é que essas companhias estaduais, elas têm capital público, são sociedade de economia mista, e essas licitações novas que estão sendo ganhadas aí também, que são concessões de serviço público, tem capital privado lá, mas está aberto para que essas companhias participem. Aliás, algumas já perceberam que não terão espaços nessas renovações, que estão sendo anuladas, inclusive, aliás, são atos administrativos nulos, em que o Judiciário tem dado respaldo para invalidar [soa a campainha] esses atos ou, através, o próprio Executivo tem invalidado, também, esses atos administrativos. É isso que eu queria complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Dr. Marcondes Neto. E, agora, eu passo a palavra ao Dr. Eduardo Teixeira, ex-ministro de Estado, para fazer sua indagação.

SR. EDUARDO TEIXEIRA: Sr. Presidente, senhores palestrantes, é sempre um prazer estar aqui, porque são sessões que quem vem sempre aprende algo, seja pelo debate, pelo choque de idéias, pelas informações prestadas, raciocínios apresentados.

Eu, antes de fazer propriamente minha pergunta, que eu vou qualificar um pouco de provocação, no bom sentido, eu queria registrar minha preocupação quanto à FUNASA. A FUNASA é um órgão de Estado da maior importância para o país. Os números apresentados pelo Presidente, em relação à sua estrutura salarial, são efetivamente números que têm que ser passíveis de reflexão pelos poderes da República.

O trabalho que a FUNASA faz e aonde ninguém vai, inclusive na área de saneamento, ele é de um grande mérito. Essa foi uma fundação criada no seu governo. Dito isso, eu queria registrar, não digo uma discordância; mas eu gostaria de qualificar, eu acho que falta dinheiro para o saneamento. Porque dinheiro... Eu estou usando um termo mais corriqueiro, são caixas que não se falam. Não adianta ter dinheiro no Orçamento Geral da União ou no orçamento do estado ou mesmo na empresa prestadora de serviços, seja lá pública ou privada, esse dinheiro tem que correr toda a linha, até ser efetivamente gasto e pago.

E os indicadores todos mostram que, quando sai do orçamento para efetivamente gasto, o índice de realização de pagamento é muito baixo. Isso tem a ver com o processo de ajuste fiscal que o Brasil sofre, há mais de 20 anos, 25 anos, que, hoje, eu diria, não diria que não é mais necessário, porque atenção às finanças públicas é uma obrigação do gestor, é uma preocupação da sociedade, mas, só para os senhores terem ideia, o Brasil, neste ano, ele vai ter o melhor desempenho fiscal entre os países do G20.

E ainda vem dar opinião, aqui, dizendo que a gente tem que fazer isso e aquilo. É interessante esse dado, porque mostra a seriedade como as contas públicas no nosso país são tratadas. Isso já vem de muito tempo. Isso é um processo longo, a vitória da sociedade brasileira é que o priorizou e o atesta.

Mas eu digo que falta dinheiro por isso, porque, primeiro, o tamanho do desafio é enorme. Enquanto sociedade organizada, um país democrático, constituições sólidas, estáveis, independentes, é uma vergonha o atual estágio do saneamento básico do Brasil, particularmente na área de captação, tratamento e disposição de esgoto. São indicadores inaceitáveis.

Esses número de universalização, concordo com o senhor, são indicadores. Nós temos que perseguir, temos que ter indicadores para perseguir, são importantes, cruciais, mas tem que botar muito dinheiro, muito dinheiro. Isso passa por uma decisão pública, que junta não apenas os poderes da República, mas a sociedade organizada, e a pesquisa apresentada, ela nos assusta um pouco.

Mas eu digo que falta dinheiro, porque sobra dinheiro, em alguns lugares, não digo que sobra, mas tem recursos suficientes em alguns lugares, e um das tabelas apresentadas mostra isso muito bem, onde mostra uma concentração de gasto na região Sudeste, mas é claro, das quatro empresas que... É uma situação sólida no Brasil, duas estão na região Sudeste, as de Minas e a de São Paulo, as outras são aqui do DF e no Paraná.

Então, a concentração é consequência de um processo um pouco mais complexo, porque simples alocação de recursos, já que a União, não é a União que faz esses investimentos, são os estados, muito mais do que a União. A União concede crédito, e as outras empresas, tirando essas quatro, não têm nem capacidade de endividamento, nem de pagamento. Portanto, elas não podem tomar créditos, Sr. Presidente.

Temos que mudar a legislação? Eu acho uma discussão muito válida. Mas eu quero só alertar que o tamanho do problema faz com que seja necessário acabar, preliminarmente, com o debate público-privado, o que é melhor e o que é pior.

Existem empresas públicas magníficas, inclusive no setor, empresas públicas que qualquer investidor privado, e, hoje, já estão sendo constituídas grandes empresas do setor privado na área de saneamento; qualquer empresário do setor privado adoraria ser sócio, aliás, tem empresas que têm ações nas bolsas de valores, inclusive fora do Brasil, são empresas bem geridas, com corpo técnico de primeira qualidade, capacidade de pagamento e endividamento, mas isso não resolve o problema de saneamento. Porque nós temos vários "Brasis", desculpe o termo, tem uma enorme área no Brasil, com milhões de brasileiros, que, se não for feito um aporte de recursos fiscais, e a União é crucial nesse momento, não resolverá seu problema de saneamento.

As empresas estaduais, isso foi um processo longo, algumas poucas são muito sólidas, mas a maioria não tem esses indicadores, elas não precisam só de dinheiro, não adianta botar dinheiro ruim, do dinheiro bom em cima de dinheiro ruim, e aí a sugestão, que, infelizmente, não foi aprovado, quando da elaboração do PAC, é aporte de capital a partir de recursos da União, com *golden share*, que tem que entrar na gestão, sim.

Os indicadores de perda, que foram mostrados aí, são muito graves, e a perda é na produção e na distribuição da água [soa a campainha], sem falar na questão da medição, quando o setor privado sempre investe, porque tem que fazer o financiamento do seu gasto.

Só para terminar. Por tudo isso, eu diria ao senhor, Sr. Presidente, que os três sistemas vão conviver, a participação privada é crescente no setor, ela pode se dar por várias formas, sendo contratada da empresa estadual, desenvolvendo um projeto em parceria com a empresa estadual, como, aliás, outros setores de infraestrutura. Na área de energia está acontecendo isso, as grandes usinas brasileiras, as SPEs(F) têm participação da União, através das suas empresas, e

o setor privado também, e investidores [ininteligível] a partir dos seus fundos.

Então, essa é uma falsa questão, nós temos empresas privadas de excelente qualidade, mas temos empresas privadas, aliás, que, nos últimos 12 meses, mostraram sua verdadeira face no Brasil e no exterior, porque a propriedade do capital sozinho, se é público ou privado, não explica eficiência e zelo pela coisa pública.

Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro Eduardo Teixeira. Alguma consideração de alguns dos senhores que estão aqui na mesa ou todos concordamos com o que o Dr. Eduardo Teixeira colocou?

Muito obrigado pela sua colaboração e contribuição, Ministro Eduardo Teixeira. Agora, o próximo inscrito é o Dr. Guilherme Pacola, da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora x Rio.

SR. GUILHERME PACOLA: Boa noite, Sr. Presidente, boa noite membros da mesa e demais integrantes desta Comissão. Eu, apesar de não participar da questão de saneamento básico, mas eu trabalho em infraestrutura de estradas e venho acompanhando, a longo tempo, essa questão de saneamento básico.

E o Ministério dos Municípios fez um estudo, agora, nesta década, com o final desses contratos que foram celebrados com essas companhias estaduais, na década de 70, a respeito das tarifas praticadas por essas companhias estaduais, onde ele concluiu de que as tarifas praticadas estavam muito além das tarifas praticadas pelos municípios que executavam o próprio serviço de saneamento básico, como também de outras empresas pública e autarquias, com preços bem inferiores ao dessas companhias.

E, como esta Mesa muito bem explanou, hoje, essas companhias estaduais deixaram a desejar no cumprimento de seus contratos, não alcançando as metas necessárias, com relação às suas atividades e seus objetivos, um contrato que foi firmado.

Eu gostaria de saber qual a razão de essas companhias estaduais resistirem tanto a um processo licitatório, que é muito mais democrático e que está esculpido na Constituição Federal, em pretender apenas na prorrogação de seus contratos, sem participarem de uma concorrência.

E também eu gostaria de saber o que as agências reguladoras, a ANA e a ANVISA, vêm atuando nesse sentido, com relação a essas companhias que estão aí ainda, praticando os contratos antigos e querem perpetuar, como se fossem proprietárias desse serviço público, que todos sabemos que são dos municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Guilherme Pacola. Passaria a palavra ao Dr. Danilo Forte, para iniciar a resposta.

SR. DANILO FORTES: Primeiramente, agradecer a intervenção do Ministro Eduardo. Eu acho que é esse saneamento que diferencia um pouco a FUNASA dos órgãos financiadores, na área de saneamento. É a presença da capilaridade que é o Brasil. Eu acho que, inclusive, a gente tem sofrido muita pressão de debate, inclusive, até sobre a própria instituição, a extinção da instituição, porque aí vem aquela máxima que no Brasil é muito comum, quando a gente vê Santa Catarina, que foi muito bem falado aqui pelo Mario, derretendo por falta de drenagem, eu me lembro do DNOS. O DNOS era um órgão que cuidava de drenagem, e simplesmente extinguiram o DNOS não botaram nada no lugar, para cuidar da drenagem.

O Ministério da Integração tem um departamento para fazer esse acompanhamento e, realmente, hoje o país não tem uma política de drenagem para os grandes eventos.

O problema das companhias é reserva de mercado, é muito cômodo qualquer pessoa ter uma reserva de mercado própria para ela, principalmente para uma empresa, que tem um corporativismo forte, ninguém pode se iludir com isso, todas as companhias têm seu corporativismo, tem sua defesa de mercado, e, quanto mais ela preservar aquela área de mercado dela, ela vai ter um controle maior sobre aquela dada situação.

Por outro lado, falta um poder mais coercitivo, que foi muito bem colocado aqui pelos Raul, que é um absurdo, São Gonçalo, encostado no Rio de Janeiro, não tem esgoto, um milhão e 200 mil pessoas sem assistência de política de saneamento, esgotamento sanitário. E, ali ao lado, fronteira de rua, fronteira de São Gonçalo com Rio de Janeiro é de rua, hoje, se funde uma com a outra, e não tem esgotamento sanitário, e o Rio de Janeiro é a cidade mais famosa do Brasil, a mais conhecida do mundo.

Então, quer dizer, eu acho que nós temos esse momento desse debate. Eu acho o que fruto do PAC, o importante foi jogar esse momento para que a gente pudesse estar, inclusive, debatendo aqui, e acho que dele vão ter muitos desdobramentos, inclusive, a retomada, no setor de engenharia no país, da construção civil, da engenharia de transporte.

Eu trabalhei nessa área de transporte de estradas, também, eu me lembro que a gente passava dois anos para receber um fatura do DNIT, hoje em dia, a fatura estando aqui, com 15 dias, você está recebendo. Nós sofremos muito, também, em momentos passados, as estradas que melhoraram muito, mas ainda tem tam-

bém muito o que se fazer, com relação a esse setor, também, da engenharia no nosso país.

E eu acho que esse é o grande *redecap* que a gente tem hoje da política de investimento do governo do Presidente Lula, porque esse debate está colocado, o setor, como um todo, está se mobilizando, o debate está fervilhando, existe a necessidade do fortalecimento das instituições. Essas instituições precisam ser reconhecidas, inclusive nos seus valores de pessoal. É um absurdo essa discrepância salarial que existe.

Nós, no ano passado, a FUNASA, em São Paulo, perdeu um rapaz, técnico de primeira qualidade, doutor na Poli, para uma empresa de iniciativa privada, para ganhar seis vezes o que ganhava na FUNASA.

Ele olhou para mim e disse: "Dr. Danilo, eu vou?". Cara tem família, tem mulher, tem menino para criar, o que é que eu posso fazer? Então, essa é uma questão que está colocada hoje, a valorização desse servidor que está disponível para estar aqui, para estar no Acre, para estar no Rio Grande do Sul, e esse problema está no Brasil inteiro. Falta água no Rio Grande do Sul, falta água no Ceará, sobra água em Santa Catarina, e assim vai [soa a campainha].

Então, quer dizer, nós precisamos exatamente reunir excelências, como a que a gente está vendo, tanto da parte dos debatedores como da parte da Comissão de Infraestrutura, para racionalizar esse pensamento, é isso que precisa ser feito. E colocar nisso uma legislação moderna, que acompanhe essa necessidade.

Porque, por exemplo, a Lei de Responsabilidades Fiscal engessou muita coisa, muita coisa neste país. Os órgãos de controle têm sido muito severos, em alguns momentos, e a gente, na FUNASA, tem sofrido muito com isso, muito, e acho que todos os órgãos do governo federal que tratam com investimento.

Então, eu acho que a gente precisa dar esse *upgrade*, aproveitar esse momento, em que essas coisas todas estão colocadas, porque faltam recursos para o tamanho do Brasil, mas nós já temos recurso para a partida, o V0 já está jogado, e, a partir do V0, você vai ter continuidade e o desdobramento que precisa ser feito.

Então, eu agradeço, aqui, a oportunidade que a Comissão de Infraestrutura nos deu. O Presidente Collor é sensível a essa questão, a esse debate, tanto é que está fazendo muito bem esse seu trabalho à frente desta Comissão, que é importante para o Senado e para o Brasil, e nós estamos dispostos a contribuir, dentro daquilo que nos é pertinente, com a experiência vivida, de uma instituição que tem uma abrangência enorme, uma demanda espetacular e que precisa ser reconhecida e fortalecida, dentro desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Raul Pinho.

SR. RAUL PINHO: Só complementar. Na questão da regulação, a ANA não tem nenhuma participação na questão do saneamento. Quer dizer, as agências reguladoras, conforme exigência da legislação, ou elas serão municipais ou serão estaduais, mas não tem nem a ANA e nem a ANVISA, a ANVISA ainda tem um controle em relação à qualidade de água, mas regulação de contrato e saneamento, hoje, fica a cargo das agências estaduais e municipais.

Estaduais, quando o operador é uma empresa estadual, você vê logo que a regulação fica prejudicada, que o padrão é o mesmo, o governador, a agência estadual e o operador estadual. Então, não tem regulação.

Com relação às licitações, é isso o que Dr. Danilo falou, reserva de mercado, a nova lei prevê, também, os tais contratos de programa, e elas não vão participar de licitação nunca, entende? Existe todo o mecanismo de lei de como fazer, mas a base eu volto a insistir, para o avanço são os planos, que, a partir dos planos, então, vai ter um modelo de gestão, vai ter o contrato de programa, que a empresa estadual vai ter que se enquadrar na questão de meta, de política tarifária, e vai ter que ter o agente regulador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Raul Pinho. Sr. Francisco Salviano (sic).

SR. FRANCISCO DE ASSIS SANTIAGO DE SOUZA: Só complementando um pouco. Já foi dito, aqui, que as empresas municipais e estaduais foram relegadas a segundo plano. É como se coloca um velho no asilo, para ele morrer sozinho lá. Pois bem, se essas empresas fossem devidamente assistidas, elas teriam um desempenho, com certeza, muito melhor do que têm hoje.

Foi citado, aqui, também, pelo ex-ministro Teixeira, que tem empresa que todo mundo gostaria de ser SÓCIO, isso é verdade, a SABESP, por exemplo, a SANASA, a de Belo Horizonte, que eu não me lembre o nome agora, a COPASA, são empresas que se sobressaem muito bem. Por que as outras não se sobressaem? É porque as cidades em que elas atuam e os estados, esses estados não têm capacidade de pagamento. Somente isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agora, agradecendo ao Dr. Paçola, pela sua participação, eu perguntaria se tem alguma réplica ou está satisfeito com o que foi aqui colocado.

Então, agora, as considerações finais dos senhores palestrantes. Dois minutos para cada um dos senhores, começando pelo Dr. Danilo Forte.

SR. FRANCISCO DANILO FORTE: Eu acho que o debate está colocado, eu acho que a oportunidade que nós temos para executar política de saneamento é uma oportunidade ímpar, Eu estou há 25 anos no setor, e nunca vi um momento tão rico como esse que nós estamos vivendo. Eu acho que existe a necessidade que está colocada, existe a necessidade do aperfeiçoamento dos gestores públicos e dos entes federados, para conduzirem essa política. No nosso caso específico, eu peço apoio da Comissão de Infraestrutura, do Presidente Collor e de todos os que fazem o setor, para observarem a necessidade do fortalecimento da nossa instituição.

A FUNASA precisa avançar na sua oxigenação, dar ampliação dos seus quadros [soa a campainha] para corresponder à demanda de um país carente em necessidade de política de saneamento, como o Brasil, e nós estamos abertos para debater sempre essa questão.

Inclusive, o Raul Pinho tem colocado muito essa questão dos planos municipais de saneamento, nós estamos avançando com relação a isso, nós estamos estimulando na parte dos consórcios que já estão formados, a preparação desses entes dos consórcios. Nós temos um programa de cooperação técnica, esse programa não tem como atender o Brasil inteiro, porque são 5.600 municípios, mas nós estamos, inclusive, priorizando, estamos com uma portaria em vigor, para atender solicitações de entes municipais que queiram participar desse programa conosco, e, temos também, essa parte da cooperação técnica que eu já falei, em que a FUNASA, inclusive, empresta a expertise, a experiência dela para todos os que lidam nessa área de saneamento.

Muito obrigado, Presidente Collor, e ficamos abertos sempre, para qualquer intervenção que seja necessária, na defesa do setor e na defesa do nosso trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Grato ao Dr. Danilo Forte, Presidente da FUNASA, pela sua participação nesta nossa Audiência Pública. E eu passo a palavra, para suas considerações finais, ao Dr. Mario Vieira Marcondes Neto. V.Sa. tem dois minutos.

SR. MARIO VIEIRA MARCONDES NETO: Bom, eu queria dizer que nós temos que nos conscientizar de que nós temos um problema para resolver, e esse problema, aqui, não vai ser resolvido só pelo público e nem pelo privado. A necessidade de investimento nessa área é da ordem de 170 bilhões, para resolver

o problema de saneamento, como disse muito bem o Ministro Eduardo Teixeira; esse dinheiro aí, podemos nos juntar todos, que ainda vai faltar para resolver.

Então, o problema nosso é achar a forma que nós vamos resolver, mas isso tem que mudar, essa situação aí não pode perdurar.

Queria agradecer a todos a oportunidade deste debate, principalmente ao Presidente da Comissão de Infraestrutura, que trouxe esse tema para ser debatido e colocado, de suma importância para o país. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Dr. Mario Vieira Marcondes Neto, Presidente da Companhia Nacional de Saneamento, CONASA [soa a campanha].

Com a palavra, para suas considerações finais, o Dr. Francisco de Assis Salviano (sic) de Souza. Dois minutos.

SR. FRANCISCO DE ASSIS SANTIAGO DE SOUZA: Inicialmente, agradecer ao Presidente desta Comissão pela oportunidade de estar aqui debatendo questão tão importante, como é do saneamento básico, e deixar, aproveitar a oportunidade para deixar uma sugestão, para que esta Casa trate de projetos e programas para que seja aprovada a socialização das águas do São Francisco.

Minha cidade, com 390 mil habitantes, Campina Grande, na Paraíba, no ano 2000, passou por sérios problemas de abastecimento, chegando a 16% da sua capacidade de seu reservatório. Então, dessa forma, a água do rio São Francisco é muito bem-vinda não só para Campina Grande, como também para as cidades periféricas e do entorno de campina grande. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado Dr. Francisco de Assis Salviano (sic) de Souza, professor da unidade acadêmica de ciências atmosféricas da Universidade Federal de Campina Grande, mestre em hidráulica e saneamento pela Escola de Engenharia de São Paulo e de São Carlos, em São Paulo [soa a campanha], e doutor em hidráulica e saneamento pela Escola Politécnica da USP São Paulo.

Passo a palavra ao último palestrante, Dr. Raul Pinho, para suas considerações finais.

SR. RAUL PINHO: Bom, mais uma vez, agradeço, Presidente, pela oportunidade. Eu acho que é fundamental o envolvimento do Legislativo na discussão dessas questões.

A gente é um setor travado, o Executivo, da forma isolada, não vai conseguir resolver esses problemas. Eu lanço um desafio, realmente, porque o setor de saneamento, nós temos leis, graças à ação conjunta do

Senado com a Câmara, que resultou nesse decreto, na Lei 11.445, e eu acho que esse desmonte dessas barreiras nós só vamos conseguir tendo um ente, fora do dia a dia dessa operação, discutindo, propondo alternativas para que a gente consiga, de fato, evoluir, porque com essas discussões, a parte ideológica, corporativismo, defesa, realmente, de posição de mercado, fica muito difícil.

Eu tenho um exemplo, lá no Rio, a CEDAE [soa a campanha], por exemplo, que tem passado a parte de esgoto para os municípios; está ficando com a água, assinando renovação de contratos e deixando o esgoto com o município. Isso aconteceu com Nova Iguaçu, com Duque de Caxias, Belford Roxo, não dá, isso não é sério, não é política séria para resolver o problema de saneamento no Brasil.

Então, isso tem que ser visto, tem que ser debatido, discutido e, como representante dos estados nesta Casa, eu acho que esse representante tem que estar sabendo desse tipo de operação, para resolvermos o problema como um todo.

É uma política vergonhosa, como disse o ministro. O Brasil não pode continuar com essa agenda desse jeito. Muito obrigado. Estamos à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Raul Pinho, pela sua participação, ele que é Presidente do Instituto Trata Brasil, ao tempo em que agradeço, em nome de cada um dos senhores e senhoras membros desta comissão, senadores e senadoras, a todos aqueles que tiveram oportunidade de participar desta nossa Audiência Pública.

E, antes de encerrarmos a presente reunião, eu informo aos senhores e senhoras que, na próxima quinta-feira, dia 03 de dezembro, será realizada a segunda Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a crise energética. Estão convidadas as seguintes autoridades: Dr. José Antônio Muniz Lopes, Presidente da Eletrobrás; Sr. Cesar Ribeiro Zani, diretor de operação do sistema e comercialização de energias de Furnas; Sr. Gilberto Câmara, Presidente do INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; e o Sr. Cyro Vicente Boccuzzi, consultor e diretor da Expertise Consultoria e Orçamento em Energia Eficiente, ECOee.

Agradecendo a presença de todos, especialmente, mais uma vez, aos nossos convidados, que aqui compareceram e prestaram essa grande e valiosa colaboração sobre o tema de políticas públicas, hoje tratado, saneamento básico e abastecimento de água.

Convoco os senhores membros para a próxima reunião, que, como disse, se realizará no dia 03 de dezembro, às 8h30 da manhã, neste Plenário na Comis-

são de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 21h22.

ATA DA 51ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA CONJUNTA COM A 59ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia três de dezembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença da Senhora Senadora e dos Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, DELCÍDIO AMARAL, EDUARDO SUPLYCY, ELISEU RESENDE, FLEXA RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER, GILVAM BORGES, INÁCIO ARRUDA, JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, OSVALDO SOBRINHO, PAULO DUQUE, SERYS SLHESSARENKO E VALDIR RAUPP**. Comparecem ainda os Senhores Senadores não-membros, **RENATO CASAGRANDE E ROBERTO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas das 49ª e 50ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Senador **Fernando Collor** procede à leitura dos comunicados da Presidência. O Presidente anuncia o motivo da reunião, informando que a Audiência Pública atende ao **Requerimento nº 54, de 2009 – CI**, de autoria dos Senadores **Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy** e do **Requerimento nº 66, de 2009 – CAE**, de autoria dos Senadores **Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy**, para a prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida no País no último dia 10/11/09, atingindo 18 Unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor a curto, médio e longo prazos, com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Albert Cordeiro** – Diretor Geral do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPEL; **Dr. Cesar Ribeiro Zani** – Diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia de Furnas; **Dr. Gilberto Câmara** – Diretor do INPE (Instituto Nacional de Pes-

quisas Espaciais); **Dr. Cyro Vicente Boccuzzi** – Consultor e Diretor da Expertise Consultoria e Orçamento em Energia Eficiente – ECOee e **Dr. Djalma Mosqueira Falcão** – Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Às dez horas e vinte e três minutos, o Senador **Fernando Collor** passa a presidência ao Senador **Eliseu Resende**. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os Senhores Senadores **Valdir Raupp, Roberto Cavalcanti, Paulo Duque, Osvaldo Sobrinho, Eduardo Suplicy e Delcídio Amaral**. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às onze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, CONJUNTA COM A 59ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 49ª e 50ª Reuniões, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

Comunicados. Informo às senhoras e senhores membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura que encaminhei ontem, dia 02 de dezembro, ofício dirigido ao Dr. Nelson Hubner, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL nos seguintes termos: "Ofício nº 189/2009. Sr. Diretor, diante da recente divulgação do cometimento de erros nos cálculos dos reajustes das tarifas de energia elétrica nos últimos sete anos, solicitamos a antecipação dessa Agência Nacional de Energia Elétrica, no sentido de encaminhar à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal relatório contendo os cálculos dos valores cobrados a mais dos consumidores brasileiros nesse período. Certos da devida atenção a ser dada

ao assunto, reiteramos os votos de consideração. Cordialmente". E assino.

Ontem ainda recebi comunicação telefônica do Sr. Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, informando-me que ele está à disposição desta comissão para vir aqui prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários, logo após terminem os estudos que estão realizando para chegar a uma conclusão do que realmente aconteceu.

Comunicado da Presidência: *"Sobre o relatório da Comissão de Serviços de Infraestrutura, relativo aos quatro painéis do pré-sal, realizados em outubro e novembro, gostaria de adicionar um ponto de extrema relevância que não constou do documento enviado recentemente a todos os senadores e às diversas autoridades envolvidas na questão. Trata-se do impacto ambiental causado com o aumento da emissão do dióxido de carbono, proveniente da exploração da camada do pré-sal. Nesse sentido e para efeito de registro, inserimos o seguinte trecho no citado documento. É esse o trecho, aspas: 'A questão ambiental é outro tema prioritário no rol das precauções frente à exploração do pré-sal, atividade cujo impacto pode quadruplicar o volume da Petrobras de emissão de gases do efeito estufa. Daí a importância da aplicação e do aperfeiçoamento de tecnologias como, por exemplo, o da separação e reinjeção de gás. Vale frisar que esse tema foi inúmeras vezes debatido nas quatro Audiências Públicas que foram realizadas nesta comissão para tratar do marco regulatório do pré-sal, e por um lapso, na hora da redação por parte da Consultoria, da parte da Secretaria desta Comissão, não foi incluída esta preocupação, externada pelos senhores membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura".* Aqui eu observo que essa questão, especialmente quanto à necessidade de investimentos em tecnologias para amenizar ou mesmo solucionar o aumento da emissão de gases com a exploração do pré-sal, passa tudo isso necessariamente pela capitalização da PETROBRAS, assim como pela destinação dos recursos oriundos das aplicações do fundo social, cujo percentual deverá ser direcionado à preservação ambiental.

Sobre a primeira audiência realizada na Comissão de Assuntos Econômicos em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, no último dia 26 de novembro, a primeira audiência sobre a crise energética, nós tivemos aqui como participantes o Dr. Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS; o Prof. Luiz Pinguelli Rosa, Diretor do Instituto Alberto Luís Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; do Dr. Nelson Hubner, Presidente da Agência Nacional

de Energia Elétrica e do Dr. Márcio Zimmermann, Ministro de Estado Interino das Minas e Energia.

Um breve relato sobre que o foi discutido naquela audiência. Para o Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, ONS, o Engenheiro Elétrico Hermes Chipp, o blecaute que atingiu 18 estados, no dia 10 de novembro, foi causado por problemas técnicos isolados nas linhas de distribuição da energia gerada na Usina de Itaipu, entre as cidades de Ivaiporã, no Paraná, e Itaberá, em São Paulo; devido a três curtos circuitos simultâneos que geraram um efeito dominó em outros estados.

Ele garantiu que não existe a menor hipótese do chamado apagão ter sido causado por sabotagem. Em sua exposição, aliás, respondendo uma pergunta do Ilustre e Exmo. Senador Paulo Duque. Em sua exposição, o Diretor do ONS explicou também que o relatório técnico sobre as causas do chamado apagão, que está sendo elaborado por 70 técnicos, deverá ser concluído até o dia 04 de dezembro, ou seja, até amanhã. Amanhã deveremos ter o relatório técnico divulgado pela ONS, ou pelo ONS, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico. Disse ainda o Dr. Hermes Chipp que são duas as prováveis causas dos curtos circuitos que levaram ao blecaute, descargas atmosféricas e/ou redução da capacidade dos isoladores submetidos às fortes chuvas, eventos.

O Dr. Hermes Chipp descartou qualquer tipo de comparação com os apagões de 99 e 2002, ocorridos, segundo explicou, por falta de investimentos no setor elétrico, mas não garantiu que o sistema esteja livre de outras interrupções de energia como a ocorrida recentemente. Segundo ele, temos que identificar os problemas e criar medidas preventivas que o reduzam.

Já o Diretor do Instituto Alberto Luís Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Prof. Luiz Pinguelli Rosa, disse que, apesar do blecaute não ter sido causado por falta de investimentos, o governo não pode se isentar de responsabilidades. Segundo o Dr. Luiz Pinguelli, o blecaute, ocorrido no início do mês, é uma oportunidade para se chamar a atenção para o Sistema Brasileiro de Energia Elétrica, que precisa de aperfeiçoamentos apesar dos altos investimentos feitos no setor. "Há necessidade de se esclarecer o que aconteceu e reconhecer que temos vulnerabilidades que exigem atenção, não podemos nos acomodar nessa situação", afirmou o Prof. Pinguelli.

Para o Presidente da ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica, Dr. Nelson Hubner, a entidade depende do relatório técnico, esse que amanhã deverá ser divulgado ou será divulgado pelo Dr. Chipp, Operador Nacional do Sistema, a entidade depende, a ANEEL

depende do relatório técnico sobre as causas da interrupção no fornecimento da energia elétrica, ocorrida no último dia 10, a fim de sugerir as medidas mais adequadas para evitar situação similar no futuro.

A partir do relatório que apontará as possíveis causas do apagão que atingiu vários estados, ressaltou Nelson Hubner, a ANEEL verificará se há necessidade de mais investimentos na área. O Presidente da ANEEL explicou que a agência participa na elaboração de tal relatório com as equipes técnicas e fiscaliza todos os agentes envolvidos no incidente. Pontos como as condições de operação, os registros históricos de manutenção e ocorrências, a adequação aos critérios e a operação do sistema de forma segura, entre outros, são verificados pela agência, conforme informou seu Diretor-Geral.

Respondendo a questionamento, o Presidente da ANEEL disse que a agência apenas fiscaliza se as instalações forem feitas dentro dos padrões internacionais, mas não faz exigências técnicas em relação aos equipamentos a serem adquiridos pelo sistema operacional. O Sr. Hubner explicou que esses equipamentos resultam de profundas pesquisas e são adotados em todo o mundo.

Já o Ministro Interino de Estado das Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, defendeu o constante planejamento do setor elétrico para evitar situações de racionamento ou de blecautes. Para cumprir o desafio de levar energia a todos os pontos do território nacional de dimensões continentais, conforme observou ele, é imprescindível o planejamento. São 130 mil quilômetros de linhas de transmissão instaladas do país, integradas de forma planejada, segundo ele informou. Ele previu que a demanda por energia vai aumentar nos próximos anos, uma vez que o Brasil está crescendo e, por isso, o país precisa continuar investindo no setor. Segundo o Ministro Interino, o Governo destinará 40 bilhões de reais para investimentos até o final de 2010. Atualmente, informou ele, o consumo de energia elétrica do Brasil está em 2.300 quilowatts por hora, enquanto que esse consumo é de 13 mil quilowatts/hora, nos Estados Unidos, e de 4 mil quilowatts/hora, na África do Sul, citou esses países como exemplos.

Ele argumentou ainda que o Brasil investe prioritariamente em hidrelétricas, devido à durabilidade da instalação que ultrapassa os cem anos. Uma termoeletrica, sistema usado comumente na Europa, destacou, tem durabilidade de apenas 40 anos em média, em sua avaliação, a hidrelétrica é o caminho natural do Brasil.

Outros temas mais específicos também foram abordados na audiência, como sobre equipamentos. Sobre essa questão, o Dr. Hermes Chipp, do ONS, re-

latou que o relatório técnico que está sendo concluído sobre o blecaute poderá conter recomendações de novos investimentos em equipamentos de transmissão de energia elétrica. Enfatizou ainda que Furnas poderá ter de consultar fabricantes de equipamentos que seriam substituídos ou adaptados para suportar as contingências como a ocorrida. De acordo com ele, as providências serão avaliadas segundo critérios de probabilidade dos incidentes e custos para novos investimentos, por isso estariam descartados novos investimento em infraestrutura. A título de exemplo, o Dr. Chipp esclareceu que, para reduzir em quatro mil megawatts a carga na região onde começou o blecaute, seria necessário um investimento de até 600 milhões de reais ao ano, o que, segundo ele, torna-se um custo inviável, frente à baixa probabilidade de nova ocorrência. Sobre o assunto, o Dr. Zimmermann do Ministério das Minas e Energia, alegou que um sistema elétrico 100% confiável teria uma tarifa, ou geraria uma tarifa inviável. Uma alternativa de solução, levantada pelo Diretor-Geral do ONS, seria a implantação nos isoladores onde ocorreram as descargas elétricas simultâneas, no dia 10, de sistemas para evitar contingências em dias de fortes intempéries. Ele ressaltou ainda que, segundo as vistorias realizadas pela ANEEL, os sistemas de manutenção das linhas de transmissão têm em geral cumprido os níveis de exigência das normas impostas.

Porém, a agência deverá terminar apenas em fevereiro um levantamento completo do ocorrido, portanto depois do relatório final do ONS que deverá ser apresentado amanhã.

Além disso, o Dr. Hermes Chipp destacou que, se Furnas não tiver cumprido suas exigências de manutenção nas linhas de transmissão, poderá ser multada pela ANEEL, mas, se for determinado o incremento de segurança dos sistemas, diferentemente do que está previsto até hoje, o estado poderá arcar com o custo desses futuros ajustes.

Sobre Itaipu. Questionado durante a audiência, o Ministro Márcio Zimmermann garantiu que o novo acordo, feito entre os governos brasileiro e o paraguaio, em relação à usina hidrelétrica de Itaipu, não aumentará o valor da tarifa de energia elétrica. A proposta enviada ao Congresso para discussão não prevê essa possibilidade, explicou o Dr. Zimmermann.

Urbanitários. Ainda durante a audiência, foi lida nota divulgada pela Federação Nacional dos Urbanitários, afirmando que, em relação ao blecaute do dia 10 de novembro, "muitas impropriedades estão sendo veiculadas por quem não entende nada sobre o setor". A nota afirma que o sistema elétrico brasileiro é complexo e que "os trabalhadores eletricitários, técnicos e especialistas altamente qualificados e respei-

tados internacionalmente construíram e operam um dos melhores e mais confiáveis sistemas elétricos do mundo". Tal sistema, enfatiza a Federação, é copiado por muitos países.

Esse foi, portanto, o relatório sucinto da última reunião que fizemos, realizamos em conjunto, Comissão de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Econômicos, destinadas à avaliação da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica no último dia 10.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O senhor me permite, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É bom destacar, neste contexto dessas exposições que nós temos tido aqui, na Comissão de Infraestrutura do Senado, que há uma diferença grande entre o ocorrido em 2002 com relação ao blecaute de energia e as ocorrências recentes.

Lá nós tivemos como razão a falta de oferta de energia, que produziu medidas do governo relacionadas inclusive com o racionamento. Aqui, as ocorrências, pelo que foi constatado nas exposições técnicas, são de natureza totalmente distinta. São de natureza relacionada com o sistema existente no Brasil, que é o sistema interligado de usinas conectadas e operadas pelo Operador Nacional do Sistema de forma a maximizar o seu fornecimento de energia. E as causas apontadas referem-se à delicadeza do sistema.

O fato de ser um sistema interligado, vulnerável, com uma grande malha de transmissão de energia, pode ocasionar a necessidade de um sistema perfeito, pela impossibilidade da existência de um sistema perfeito, evitar as causas de desgaste do material e de operação do sistema.

Há muito que verificar, mas ficou concluído, pelas exposições, que, para que nós tenhamos a segurança 100% no funcionamento do sistema interligado, haverá necessidade de investimentos em recursos tecnológicos e financeiros de alto montante, que passa a ser a preocupação das autoridades que puderam, ao fim, ser representadas aqui e fizeram as suas exposições.

Então, Sr. Presidente, é o caso de ter e saber fazer a diferença entre o que ocorreu num episódio e no outro, para que nós identifiquemos as verdadeiras causas, e o setor elétrico, implantado no país, tem que se cuidar efetivamente de atuar preventivamente com planejamento seguro, para que, num sistema interligado, nós possamos ter o fornecimento de energia de uma forma permanente e segura.

Estamos sujeitos a ter ainda episódios como esses, mas confiamos na atuação da ONS, do Operador

Nacional do Sistema, da Agência Nacional de Energia Elétrica, na análise e exame dos projetos de fornecimento futuro de energia, para que nós possamos minimizar a frequência desses fenômenos que prejudicam o fornecimento de energia elétrica no Brasil.

Eu gostaria de dizer essa palavra, uma pequena experiência que nós temos do setor, eu estou vendo aqui a equipe de técnicos do grupo Eletrobrás, presente, fui Presidente de Furnas, fui Presidente da Eletrobrás, conduzimos no seu governo, Sr. Presidente, a construção da Usina Nuclear Angra 2, preparamos a Usina Angra 3, e o Brasil tem um futuro muito promissor para a expansão da energia, para os diferentes pontos de energia e para a introdução de uma matriz energética, constituída de fontes limpas de energia, que possa promover o nosso desenvolvimento de uma forma normal, sem perturbação da vida da sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende pela suas considerações, ele que, como todos nós sabemos, é uma referência no setor, não somente energético do país, mas no setor de infraestrutura de um modo geral e que nos dá a honra de copresidir conosco a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado.

A presente reunião do dia de hoje destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 54, de 2009, da Comissão de Infraestrutura e do Requerimento nº 66, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria dos Senadores Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, para prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrido no país, no último dia 10 de novembro de 2009, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente das áreas de geração, transmissão e gerenciamento. E ainda sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimento no setor, a curto, médio e longo prazo, com os seguintes participantes, que aproveito e convido para que tomem assento à Mesa: Dr. César Ribeiro Zani, Diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia de Furnas; Dr. Gilberto Câmara, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE; Dr. Albert Cordeiro, Diretor Geral do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica, CEPEL; Dr. Djalma Mosqueira Falcão, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Cyro Vicente Boccuzzi, Consultor e Diretor da ECOee, Expertise Consultoria e Orçamento em Energia Eficiente. Em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, dou a todos as melhores boas-vindas e peço-lhes que tomem assento à Mesa.

Antes de dar a palavra aos nossos palestrantes do dia de hoje, eu gostaria de registrar a presença, nesta reunião, do Dr. Carlos Nadalutti Filho, Diretor Presidente de Furnas, dos Srs. Diretores de Furnas e também do Dr. Francisco Romário, Secretário Executivo Adjunto do Ministério das Minas e Energia, aos senhores as nossas melhores boas-vindas.

Gostaria de informar aos senhores participantes desta reunião que cada um dos senhores terá vinte minutos para fazer a sua explanação. Os Srs. Senadores inscritos para formular as demandas que desejarem a cada um dos participantes, terão cinco minutos para fazê-lo. V. Sas. palestrantes terão cinco minutos para responder e serão concedidos mais dois minutos para réplica e dois minutos para tréplica. Mais uma vez solicito a compreensão de todos os senhores para que possamos cumprir rigorosamente com o tempo estabelecido pelas normas e procedimentos internos da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para iniciar os nossos trabalhos, eu passo a palavra ao Dr. Cesar Ribeiro Zani, Diretor de Furnas. V. Sa., como disse, dispõe de vinte minutos para a sua exposição.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Bem, bom-dia a todos. Exmo. Sr. Presidente dessa Comissão, Senador Fernando Collor, Exmo. Senador Eliseu Resende, Exmo. Senador Paulo Duque, Exmo. Senador Valdir Raupp. Exmos. colegas da Mesa, dando início à apresentação, gostaria primeiramente de fazer um breve resumo da minha carreira.

Comecei em Furnas em 78, como Engenheiro da Divisão de Análise de Sistema; em 96, me tornei chefe da Divisão de Estudos Elétricos Especiais da Operação; em 2003, eu me tornei Chefe do Departamento de Estudos Elétricos; em 2004, Superintendente de Operação e, em setembro desse ano, Diretor de Operação. É uma honra estar aqui, representando Furnas.

Eu vou fazer um breve relato do que é Furnas para... Muitos de vocês, dos senhores, conhecem, mas é bom a gente repassar para ter ideia do tamanho da empresa, da sua responsabilidade pública. Como os senhores sabem, Furnas é uma concessionária de serviço público e atua no segmento de geração e transmissão. Na condição de subsidiária da Eletrobrás, foi-lhe conferida a missão de construir e operar centrais elétricas de interesse supraestadual(F) nacional e sistemas de transmissão extra altas tensões que visassem a integração interestadual dos sistemas e transporte de energia, produzida em aproveitamentos energéticos binacionais.

Essa integração é a grande beleza do sistema elétrico brasileiro, onde você aproveita sistemas, situações em que você tenha chuvas em determinadas

regiões e seca em outros. Então, no momento em que você tem chuvas do Sudeste, você não tem no Sul e pode fazer esse intercâmbio, transformando as linhas de transmissão em verdadeiros tubos de transmissão de água, aonde você, por diversidade hidrológica, otimiza o sistema interligado brasileiro.

A empresa possui instalações no Sudeste, no Centro-Oeste, interligando oito estados e o Distrito Federal, onde está situada cerca da metade da população brasileira, que responde por aproximadamente 66% do PIB do país. Fazendo um resumo, as usinas de Furnas em parcerias e próprias são: Itumbiara, Marimbondo, Furnas, Luiz Carlos Barreto, Mascarenhas de Moraes, Corumbá, Porto Colômbia, Funil, Serra da Mesa, Manso e Peixe Angical, todas essas hidrelétricas.

Nós temos duas usinas termoeletricas, Santa Cruz e Roberto Silveira, São Gonçalo está fora de operação. As nossas subestações são 46, e o que a gente destaca é a capacidade de transformação, ou seja, a capacidade de transformadores instalados no sistema Furnas, totalizando 101 mil MVA, isso é próximo de 50% de toda a capacidade da transformação do Brasil.

Total de linha de transmissão do sistema Furnas é em torno de 20 mil quilômetros. Os principais circuitos que a gente vai falar hoje bem detalhadamente são destinados a transmissão da energia da UH Itaipu, nas extensões de 750 kV e 600 kV/DC, corrente alternada e corrente contínua. Circuitos estratégicos também existe para essa otimização eletroenergética de que eu falei no início, que interliga as Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e o Norte do país.

Aí é o mapa do sistema Furnas, aparecem também linhas de outras concessionárias, mas é a área de atuação de Furnas que vai desde o Tocantins até Foz do Iguaçu, desde Vitória até o Mato Grosso, Cuiabá.

Nós também temos um sistema de telecomunicações que dá suporte a todo o sistema de proteção e micro-ondas e comunicações do sistema de Furnas, também é de grande extensão, micro-ondas, e fibra ótica. Estamos expandindo esse sistema de fibra ótica.

Bom, só para os senhores terem ideia dos tamanhos de equipamentos da quantidade, nós temos 644 transformadores, totalizando aquele valor de 101 mil MVA de transformação. Ali tem uma fotografia de um transformador de 500, 138 kV, temos 1072 disjuntores de 500 kV, disjuntores são idênticos daqueles da nossa casa, que desarmam quando tem um curto-circuito em uma tomada elétrica na nossa casa, só que o tamanho é muito maior e a complexidade do equipamento também.

Essas aí são 48 quadriválvulas do sistema de corrente contínua, de transmissão em corrente contínua,

responsáveis por transmitir praticamente a metade da transmissão do sistema de Itaipu. Aquela ideia, por favor, dá uma ideia da dimensão, aquelas quadriválvulas que estão à direita estão dentro do prédio que está à esquerda, aquilo é um prédio, onde as quadriválvulas que fazem a conversão de corrente alternada para a corrente contínua estão ali.

Bom, de linhas de transmissão os vinte mil quilômetros que nós temos estão divididos em 163 circuitos de linhas de transmissão que comportam 43 mil torres, 141 mil quilômetros de cabos condutores, 36 mil quilômetros de cabos para-raios e aproximadamente quatro milhões de isoladores. Nós estamos tocando nos isoladores porque é um ponto que a gente vai destacar. Usinas, 58 geradores hidráulicos e oito geradores térmicos.

Como nós falamos, o sistema de telecomunicações, 110 estações de micro-ondas, totalizando quatro mil e 200 quilômetros aproximadamente e cinco mil quilômetros de linhas com cabo OPGW.

Bom, agora me dedicando um pouco mais a explicação sobre a perturbação do dia 10. Esse é um mapa do tempo, inclusive foi apresentado aqui também pela NOS, em que as fontes que nós utilizamos são semelhantes, é do satélite GOES, aonde vinha se aproximando uma frente fria de grande intensidade, e ali, no mapa, aparece ela se aproximando de Foz do Iguaçu. Aquelas linhas tênues em azul são os circuitos que saem de Foz do Iguaçu e vão até Tijuco Preto e Ibiúna, são as linhas de transmissão. Aquele momento era por volta das 10h45 da manhã.

Bom, dando sequência ao que aconteceu do que nós temos certeza. Vamos lentamente aqui. Houve... Às 22h13, houve o primeiro curto na fase B do sistema de 765 kV, atingindo a linha, o circuito 1, entre Ivaiporã e Itaberá. Nesse momento, ocorreu o primeiro curto-circuito. Curtos circuitos provocam o desligamento da linha, a proteção da linha, tal qual eu comentei aqui, na nossa casa, o disjuntor é junto com a proteção. A proteção está inserida dentro do disjuntor da nossa casa. Quando existe um curto-circuito aqui, a proteção da linha opera para desligá-la. Se isso não fosse feito, a linha sofreria sério dano, porque permaneceria conduzindo a corrente de curto, ou algum equipamento poderia se danificar seriamente também. Como na nossa casa, se houver um curto na tomada e nós não... o disjuntor não desarmar, vai queimar todo o circuito e provavelmente até ter risco de incêndio.

Bom, isso foi às 22h13min6s. A linha desligou e logo após, logo após... Logo após não, quase que imediatamente, em termos de tempo, 13 milésimos de segundos depois, houve uma nova falha, agora na fase A do circuito dois. Quer dizer, começamos com uma

falha na fase B do circuito 1, seguida de uma falha na fase B, do circuito 2, a fase A do circuito 2. Começamos na fase B e foi para a fase A do circuito dois, 13 milésimos de segundos depois. A gente pode considerar isso praticamente simultâneo, só destaca que 13 milissegundos, porque 13 milissegundos é o tempo que realmente decorreu. Pode ir.

Logo em seguida, quatro milissegundos depois, ocorreu o terceiro curto-circuito na fase C, praticamente na barra, no isolador do pedestal da barra, a anterior também tinha sido no isolador de pedestal da barra, desligando então o terceiro circuito entre Ivaiporã e Itaberá.

Nesse momento, eu destaco, estávamos transferindo da Usina de Itaipu para o sistema Sudeste um total de 5.585 pelo sistema de correntes alternada, está aqui, esse valor aqui 5.585 e pelo sistema de corrente contínua, que eu vou citar depois, 5.400, totalizando aproximadamente 11 mil megawatts. Pelo Sul, nesse momento estava sendo injetado por esse sistema que desligou, mil megawatts, totalizando 12 mil megawatts e aqui pela linha Ibiúna-Bateias, que não aparece aqui, mais mil, totalizando 13 mil megawatts, 13.500 megawatts. Esse era o total de transferência do Sul e da Usina de Itaipu para o Sudeste nesse momento. Bem, pode passar.

Quando isso ocorre, você tem perda tripla, existe um esquema que foi projetado para isso é o ECE do 765 kV, que a lógica 8, onde desliga, como o ONS falou, já apresentou aqui, o Dr. Hermes Jorge Chipp, desligam-se essas unidades, 10, 12, 14, 16 e 18— A, o sistema Sul ilhou o sistema Sul ilhou e ficou separado e permaneceu em operação corretamente.

Aqui estão o que a gente chama das caixas pretas do sistema elétrico brasileiro que está instalado em todas as sub-estações que nos dá, diferentemente da questão dos aviões, nós dá quase que imediatamente o que ocorreu, às vezes isso é complicado de se analisar, porque quando a contingência é mais severa ou quando envolve muitos eventos, você não consegue analisar imediatamente.

Nesse caso foi um evento fácil, quer dizer, relativamente fácil de verificar o que ocorreu. Aqui nós temos as correntes que estavam passando nos circuitos, e aqui, as extensões. Passa para o próximo, por favor. Para o anterior, primeiro. Volta mais um. Passou demais, vai para o primeiro, exatamente. Verifica-se pela tensão na fase A, que, nesse momento, ocorre uma falha que leva a tensão a zero. Logo depois, na fase B... Aliás, vamos para o início. Primeiro é na fase B, a fase B está normal e ocorre uma falha que leva a tensão para zero a partir desse momento aqui, ou seja, o primeiro curto na fase B do circuito Itaberá-Ivaiporã...

Na fase B, Ivaiporã-Itaberá, circuito 1. Verifica-se aqui, pela própria tensão na fase A, do próprio circuito, a falha foi no outro, que há uma subida na tensão e, logo depois, um desligamento também da fase A do circuito 1, pelo circuito 1, e, na fase C, a mesma coisa. Passa para o próximo que a gente vê melhor.

Aqui a gente tem na fase A, mais claramente de Itaberá-Ivaiporã circuito 2, a subida da tensão e, logo após, o curto-circuito no circuito 2. Pode passar para a próxima. E aqui a gente vê na fase C do circuito 3, o mesmo evento, a tensão sobe e vai a zero, provando que o curto-circuito aconteceu praticamente simultâneo, configurando um curto-circuito evolutivo, monofásico evolutivo, ou seja, foram três curtos monofásicos que evoluíram e chegaram a configurar um curto trifásico não simultâneo.

Aqui a gente apresenta o esquema de controle de emergência do 765 kV, que mostra qual é a esquema de, caso haja um distúrbio, como funciona. Pode passar. Aqui é um detalhe importante sobre o sistema de corrente contínua, há muitas perguntas sobre por que o sistema de corrente contínua saiu de operação. O sistema saiu de operação porque qualquer sistema de corrente contínua daquela época, ele necessita necessariamente de tensão do lado AC na sua inversora, na sua estação inversora, que no nosso caso é Ibiúna em São Paulo. Ibiúna, o sistema HVDC para poder transmitir, ele precisa que o sistema onde esteja conectado em São Paulo, no caso, em Ibiúna, esteja funcionando adequadamente.

Houve um colapso de tensão como o ONS colocou aqui, houve um colapso de tensão logo após a falha simultânea que nós apresentamos. Como houve um colapso de tensão, o lado AC do sistema elétrico do Sudeste oscilou, a tensão do lado AC diminuiu muito, caiu, e o sistema de corrente contínua não conseguiu continuar transmitindo. Corretamente, a proteção atuou no sentido de reduzir a demanda de potência, colocou em controle de corrente e tentou mantê-lo funcionando, mas não houve possibilidade porque a tensão caiu muito no lado AC e operaram corretamente as proteções de subtensão DC do elo de corrente contínua, ele não consegue mais injetar por mais que tente, então são quatro pólos, os pólos vão desligando automaticamente e não tem como. A única forma dele manter é ter um mínimo de estabilidade do lado AC, em Ibiúna. Podemos ir.

Aqui estão as marcas das descargas que ocorreram nos isoladores, essas fotos já saíram em vários lugares. Aqui são algumas fotos que apresentam a dimensão desses equipamentos, porque a gente fala em isolador de pedestal, a gente não tem noção, nós não temos noção do tamanho que é um sistema de

765 kV. Isso aqui é um isolador de pedestal e aqui é onde ele está colocado, a gente dá a ideia das dimensões, são 25 metros, algo equivalente a dez andares, mas o tamanho próprio do isolador que é feita em dois segmentos.

Bom, então quais são as hipóteses que nós analisamos? Como eu disse, essa análise, houve, com certeza, os curtos-circuitos, ficou fácil de analisar a questão do curto-circuito, tanto nós quanto a ONS fazemos isso de maneira junta, chegamos a conclusão de que houve os curtos, isso não há dúvida. Agora, os curtos foram provocados por quê? Bom, a nossa hipótese é que foram provocados por descarga atmosféricas ou por redução da capacidade elétrica dos isoladores submetidos às condições meteorológicas adversas. Destaco que os isoladores do sistema de 765 kV são projetados dentro da norma e atendem a capacidade da norma, desde o seu projeto e continuam atendendo, mesmo depois de 20, 30 anos de operação.

Bom, quais são as providências. As providências nós, durante inspeções de rotina feitas anteriormente, detectamos trincas nesses isoladores há algum tempo atrás e aí nós passamos a investigar qual era o efeito dessa trinca, já que nós tínhamos, por experiência, que trincas da base do isolador não comprometem a sua capacidade. Mas de qualquer maneira, apelamos para a excelência do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica e levamos esses isoladores para testar, após 20 anos de operações, compará-lo com o IP, com o isolador de pedestal novo, sob chuva e a seco. E nós chegamos à conclusão de que o comportamento desses isoladores novo ou aqueles que tinham alguma falha, alguma trinca na sua base era o mesmo, ou seja, eles tinham o desempenho sob capacidade hidrelétrica idêntico e não havia nenhum efeito sobre isso.

Mas, de qualquer maneira, fizemos avaliação de soluções para aumentar a suportabilidade dielétrica dos isoladores, essa avaliação está em curso dentro do CEPEL, nós estamos procurando aumentar a suportabilidade dielétrica dos isoladores, estamos adquirindo, dentro dessa lógica de tentar dar um aumento, como a ONS colocou aqui, o aumento na capacidade, estamos pesquisando soluções de substituir esses isoladores por isoladores que talvez tenham capacidade dielétrica maior com distância de escoamento maior.

Isso ainda vai ser testado e submetido ao CEPEL para que a gente teste os equipamentos.

[soa a campainha]

Temos então essas soluções que estão em andamento, estão em estudo e, pode passar a próxima. E estamos também estudando essa questão do *booster shed*. O *booster shed* é um chapéu como o próprio ONS colocou aqui, que é uma solução que pode ser adotada

e de imediato caso ela seja bem-sucedida nos seus testes que estão, que vão estar em andamento dentro em breve ou já estão sendo feitos no CEPEL.

Então, essas são as providências de Furnas, de caráter imediato, para tentar diminuir a probabilidade de termos problemas dessa natureza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Sr. César Ribeiro Zani, pela sua exposição, e passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para o seu questionamento. V. Exa terá cinco minutos para fazê-lo, senador.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Sr. Vice-Presidente Senador Eliseu Resende, Srs. Convidados. Eu queria perguntar ao Dr. César Ribeiro, Diretor de Furnas, quando da audiência da semana passada, o Operador Nacional do Sistema, Dr. Chipp, eu esqueço o primeiro nome, ele disse que a queda dos três circuitos foi em cadeia, talvez tenha sido pela proximidade um do outro. Não tem lógica. Se caiu um, se eles estão separados, por que caiu os outros dois? E eu perguntei qual a margem de segurança da distância de um circuito para o outro, se nas próximas linhas de transmissão, como no caso do Madeira, que vai transportar mais de seis mil megawatts de Rondônia para São Paulo, que a subestação receptora vai ser Araraquara, no Estado de São Paulo, e vão ser duas linhas, uma de Jirau e outra de Santo Antônio. E às vezes aproveitam o mesmo traçado até para diminuir a despesa, e fazem as duas linhas muito próximas uma da outra, então se existe uma margem de segurança de um circuito do outro para que não haja o que aconteceu nessa questão de Furnas.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Exmo. Senador, boa pergunta, é até bom para explicar o que eu acho que vale a pena a gente destacar. Nesse caso específico, não haveria influência... Nesse caso específico, não houve influência da distância dos circuitos, porque todas as falhas se deram dentro, praticamente dentro, da sub-estação. A primeira foi na entrada do filtro de onda do circuito 1. Eu tenho a entrada da sub-estação, eu tenho filtro de onda e eu tenho para-raios. Ela penetrou e abriu o primeiro curto-circuito. As outras duas falhas se deram dentro da sub-estação em isoladores de pedestal, dois isoladores de pedestal, e eu destaco que nenhum deles tinha trinca, quer dizer, é bom que se diga que a questão de trinca só afeta como a gente já comprovou no CEPEL, a questão mecânica, não tem a ver com a questão dielétrica, dielétrica que eu falo é capacidade de isolamento. Então nesse caso específico, a gente pode dizer que realmente não houve influência com essa questão de proximidade. Mas me arriscando a falar sobre desempenho dos sistemas elétricos,

do qual eu participei durante muitos anos na análise no GCOI, realmente quando você tem proximidade de circuitos, você constrói circuitos muito próximos, você pode ter em eventos de chuva e ventos de alta intensidade que superem a capacidade de projetos, a perda de dois circuitos. Se você corre ou na mesma torre ou muito próximo, como já aconteceu em alguns casos no Brasil.

Então, nesse caso específico, eu posso dizer que realmente não houve essa influência, ok, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Valdir Raupp satisfeito com a resposta. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço ao Presidente Senador Fernando Collor e parabênz e cumprimento todos os participantes dessa nossa audiência.

A minha pergunta é bem próxima da do Senador Raupp, no sentido de que, exatamente, na audiência passada, foi dito que esta proximidade, se existem momentos, quando os isoladores estão na rede nos grandes pórticos, eles estão realmente separados fisicamente de uma forma apropriada. Porém, quando eles se aproximam da subestação, existem momentos em que eles estão realmente na entrada da subestação, eles estão bem próximos uns aos outros.

Eu diria, e me acostamento exatamente ao questionamento do Senador Raupp, se isso seria uma especificação a ser alterada lá na frente, em projetos futuros, com o qual se dê alguma proteção maior a essa eventual causa de curtos.

Um outro questionamento que também é originário, exatamente, da outra sessão, seria no sentido de que se existe algum estudo, se aqui... Porque as condições de clima, hoje, no mundo, são muito polêmicas. Existem cientistas que estão dizendo que as mudanças são mais rápidas do que nós pensamos, outras que são mais lentas do que nós pensamos. Na verdade, o meu questionamento é se existe por parte do setor elétrico brasileiro alguma pesquisa ou algum trabalho científico, no sentido de verificar se essas alterações atmosféricas, se elas realmente tendem a agravar as ocorrências, como nós temos sentido muito na Região Sul, com ventos, descargas elétricas, se isso implicará em mudança e alterações de projetos futuros e especificações de isoladores, em toda uma sequência para que permita que, a nível de Brasil, lá na frente, nós estejamos preparados para enfrentarmos essas adversidades, que não são inerentes a governos, são inerentes à natureza, mas que governos têm que ter a cautela de se antecipar, se eventualmente existe essa tendência.

É só se existe alguma identificação de alteração de condições atmosféricas que realmente signifique alterações de especificações até dos próprios isoladores. Essa é a pergunta, muito obrigado.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Começando pelo final, Senador Roberto Cavalcanti, eu vou começar pelo fim. Eu desconheço que existam estudos, quer dizer, pesquisas a esse respeito, correlacionando à questão atmosférica com o setor elétrico. Mas acho, na minha opinião, que esse questionamento pode até existir, essa pesquisa, eu desconheço. Eu acho que esse questionamento é válido porque realmente existem muitas discussões sobre clima, alguns dizem que não há mudanças climáticas, outros dizem, existe muita polêmica a respeito disso. Mas, por sentimento, a gente sente que algo está mudando, essa questão que a gente olha no Sul do país e eventos que... Maiores ventos, maiores efeitos de tornados, que, pelo menos, eu me lembro, quando eu era guri, nunca vi tornado, pelo menos já havia televisão, já havia imprensa. Quer dizer, não é possível que essa coisa seja uma novidade.

Então, realmente, há uma necessidade de se estudar a questão de descargas atmosféricas e de volume de chuva, para que, se for necessário, nos novos projetos, se adotem outros critérios. Hoje, os critérios que todo o sistema elétrico brasileiro adota, e Furnas especificamente, todo o projeto atendem as normas, os equipamentos estão dentro das normas e comprovam que estão dentro das normas em ensaios. Então são normas da ABNT, no caso dos isoladores de pedestal, normas brasileiras que especificam critérios de projetos. Os nossos projetos têm desempenho muito bom. Para vocês terem uma ideia, o sistema de transmissão de 750 kV, ele tem aproximadamente um desempenho acima de 99,5% de disponibilidade. Então a gente tem realmente um desempenho bom naquele sistema, em termos de confiabilidade de disponibilidade.

Agora, para a primeira pergunta, a questão da proximidade dos circuitos, realmente tem um momento que eles podem vir separados, mas vai ter um momento aonde vai se juntar, e não tem como ser de outra forma, os circuitos têm que entrar em algum ponto da subestação. No projeto, pode-se otimizar a entrada, mas vai ter um momento onde eles vão entrar juntos.

Pode perguntar, à vontade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu não sou a pessoa apropriada para comentar, porque a minha formação não é Engenharia, mas talvez a necessidade dessa aproximação se dê num ambiente mais fechado. Quer dizer, poderia entrar por cada lado da subestação um cabo e, lá, internamente, protegido das condições atmosféricas, eles terem essa aproximação. Não necessariamente dentro do projeto concebido

atualmente, que os dois se unem já na parte externa e vão se aproximando, se aproximando e entram num só lado da subestação. Eu estou leigamente fazendo essa sugestão, mas, na verdade, eu acho que poderá haver modificação de projetos que minimizem esses riscos de eventuais descargas elétricas atmosféricas, mas o meu limite de sugestão fica aí, dentro da humildade da não formação profissional.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Paulo Duque com a palavra, por favor. V. Exa. deseja somente a inscrição e fazer—

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A inscrição para...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeito.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A inscrição para fazer algumas indagações ao Dr. Ribeiro Zani.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra V. Exa., Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Porque a sede de Furnas acha-se situada exatamente em Botafogo, na minha cidade no Rio de Janeiro. Eu gostaria de saber inicialmente... Quando o Ministro Eliseu Resende era o Presidente de Furnas, eu tive oportunidade de visitá-lo lá, algumas vezes levando problemas da minha cidade...

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Exatamente.

E queria saber se, lá na Rua Real Grandeza, é que V. Exa. trabalha, se é exatamente lá.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: É lá.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É lá.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Com muita honra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E lá, na Rua Real Grandeza, onde está a sede principal, vocês possuem algum controle, porque o Brasil é muito grande, não é? As distâncias, as cidades que V. Exa. citou, por exemplo, eu não nunca tinha ouvido falar. Vocês têm uma maneira técnica de um controle sobre todos esses 175 quilômetros de linhas, que foi dito aqui, pelo Presidente Collor, hoje, de transmissão, vocês têm o controle ali?

Eu não sei se vocês têm ali algum controle. 24 horas por dia, como é que funciona esse negócio?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Sim, respondendo--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso aí é uma pergunta que a opinião pública deve estar querendo saber, realmente. Nós estamos aqui tentando...

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Exmo. Senador Paulo Duque, eu trabalho realmente em Botafogo, no 12º andar, tive a honra de ser presidido pelo Exmo. Senador Ministro Eliseu Resende, e, na época que eu estava ainda guri lá, trabalhando como Engenheiro. E realmente Furnas tem um sistema de supervisão e controle que abrange todo o sistema de transmissão de Furnas, existe um Centro... A organização da operação de Furnas em tempo real, em 24 horas, nós temos um Centro em Botafogo, na Rua Real Grandeza, 219, e temos quatro centros regionais. Em Goiás, fica na Usina de Itumbiara; em Minas, fica na Usina de Furnas; em São Paulo, que fica em Campinas; e no Rio de Janeiro, que é um centro regional que cuida da área light e ampla, em Jacarepaguá.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Jacarepaguá?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Jacarepaguá. Isso, na subestação Jacarepaguá.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Essa eu não conheço.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: É o Centro de Operação Regional Rio de Janeiro. Esses centros de operação e o central – são cinco centros, quatro regionais e um central -, eles têm capacidade de supervisionar toda a rede de Furnas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Toda?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Toda a rede de Furnas. Hoje, com a mudança... Quer dizer, depois que houve a mudança do modelo e a criação do operador, todas essas informações são passadas para o operador de supervisão... Ou seja, o que eu digo que é supervisão? É estado dos disjuntores e das linhas, ou seja, se estão ligados ou desligados, valores de tensão, valores de corrente e outras grandezas elétricas são passadas para a ONS. E a ONS é que, hoje, coordena a operação do sistema em harmonia com Furnas e os demais agentes.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quer dizer que, durante 24 horas por dia, existe a vigilância e a observância, ou seja, desses quatro pontos que o senhor acaba de citar?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Isso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Em quatro Estados Federais.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Em todos. Em todos, abrange todo o sistema Furnas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O senhor acha que, se não tivesse havido aquela tempestade, não teria ocorrido?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Com certeza, não.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com certeza, não. É uma coisa está dependendo da outra, sem dúvida alguma, não é?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Sem dúvida alguma.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É aí a hipótese até que eu perguntei na última semana, se teria dito possibilidade de haver uma sabotagem, porque o povo ficou assustado. E nós aqui representamos o Estado e o povo também. E a nossa intenção aqui, que não somos engenheiros, eu acho que não tem nenhum engenheiro aí, tem? Você é engenheiro? Não é engenheiro. Então somos todos advogados, professores, etc. não tem engenheiro aqui, quase, praticamente.

Mas era só isso. Primeiro a oportunidade de conhecer V. Exa. foi muito boa, já sei onde V. Exa. pode ser encontrado, 12º andar, na Rua Real Grandeza, muito bom. E, ao mesmo tempo, levar os nossos – que somos sempre indagados – esclarecimentos que, com muita oportunidade, vieram aqui, convocados pelo nosso Presidente, Senador Fernando Collor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado à V. Exa., Senador Paulo Duque. Eu passo a palavra agora ao Presidente do INPE, Dr. Gilberto Câmara, para sua exposição.

SR. GILBERTO CÂMARA: Muito bom-dia, Srs. Senadores, Presidente, Senador Collor, vice-Presidente, Senador Eliseu Resende, Srs. Senadores presentes, Srs. Convidados. O INPE dispõe de diversos sistemas que fazem serviços para a sociedade brasileira, e, hoje, nós vamos falar dos resultados de dois desses serviços que o INPE tem com relação ao tempo... a situação no dia 10 de novembro, na região do sistema de Itaipu.

O INPE tem um sistema de monitoramento de descargas atmosféricas, que foi construído com o apoio grande de todos os operadores do sistema elétrico, em particular com a grande colaboração de Furnas, e o INPE também faz a previsão de tempo e clima do Brasil que os senhores também podem acompanhar, todos os dias, na Rede Globo, através de um sistema de satélite de supercomputadores.

Eu vou falar um pouquinho da chamada rede BrasilDat. Essa rede é uma rede de sensores de raios e que está instalada preponderantemente no Centro-Oeste e no Centro-Sul, onde está a concentração do sistema de Itaipu e do sistema Furnas e que cobre...

Então, são 53 sensores, cobrindo toda a região, cobre muito bem o Centro-Oeste e o Centro-Sul, cobre um pouco menos o Nordeste, nós esperamos ter agora o apoio da CHESF para cobrir o Nordeste e futuramente com a instalação aí das novas estações, novas redes hidrelétricas na Amazônia há também cobertura da Amazônia. Próximo, por favor.

Esse sistema permite a detecção de 100% das descargas elétricas, ou seja, dos raios acima de 25 kVA, *Kilovolt-Ampere*, de intensidade. E 85% abaixo de 25 *Kilovolt-Ampere*. E aí está indicada no caso a subestação da Itaberá e quais foram todos os sistemas de detecção de descargas que permitiram uma análise das descargas atmosféricas naquela região.

Então nós temos aí um conjunto grande de locais que tinham, de diferentes distâncias de Itaberá e que nos permitiram então analisar o que poderia ter acontecido. E notem que a eficiência então para raios intensos, ela é total, e para raios menos intensos ela é parcial. Próximo por favor.

Então essa foi, essas são todas as observações de raios que foram detectados das onze e meia da manhã, as onze e meia da noite no tempo local em toda esta região. Então aqui são por horas do dia, a gente pode verificar diferentes horas do dia e aqui nós temos em vermelho a principal linha do sistema Itaipu, verificou-se que realmente ocorreram descargas atmosféricas durante o dia inteiro, num dia de intensa atividade, em todo o sistema. Aqui são mais de manhã cedo e aqui mais à tarde. Próximo por favor.

Essas foram todas as descargas verificadas no sistema de Itaipu, aqui, na de Foz do Iguaçu até Ivaiporã-Itaberá. Então verifiquem que realmente durante o dia 10/11 ocorreram um conjunto de grande de descargas detectadas pela rede. Insisto que a rede tem um poder de detecção que não é perfeito, mas que indica, nós temos essas indicações e essas indicações evidentemente estão disponíveis inclusive na Internet e são colocadas à disposição de todo o sistema e particularmente da equipe de Furnas. Próximo, por favor.

Então esses são os raios por hora no dia 10 de janeiro na rede inteira de Itaipu. Então começando aí às onze e meia da manhã, uma hora da tarde, cinco horas da tarde e aqui na hora da interrupção. Note que então ocorreram durante todo o dia um conjunto grande de descargas elétricas ao longo de todo o sistema Itaipu, então foi um dia intenso de atividades. Próximo.

E especificamente na hora exata do acidente, a rede não detectou descargas sobre a estação de Itaberá, o que não quer dizer que não tenha havido descargas e não quer dizer que não tenha havido um processo de indução anterior, eu não sou especialista

no setor elétrico, a minha área é a informática, mas a gente verifica que especificamente nesse horário não se detectou descargas, o que pode do ponto de vista nosso, pegando aqui do horário das 22h03 às 22h23, nesse horário de vinte minutos houveram descargas, mas fora da rede Itaipu.

Então o que a gente pode afirmar, com base nisso, é que não aconteceu nenhuma descarga superior a 25 kVA e que a probabilidade de ter acontecido alguma descarga menor é da ordem de 15%, que é a possibilidade de detecção da rede. Próximo.

Bom, isso é o caso dos raios. O Dr. César, de Furnas, falou também da questão atmosférica das chuvas, e, como o próprio sistema de raios já indicou, evidente que esse dia foi um dia de intensidade de chuvas grandes. Então, se nós olharmos agora aqui, é o dado meteorológico. Esse dado é a temperatura do topo das nuvens no horário de 22h15, do dia 10, que pode ser assumido como mais ou menos a situação de 22h03, onde houve o apagão.

E aqui, esse dado... Nós inferimos a intensidade das chuvas pela temperatura do topo da nuvem, porque o satélite... Aqui é o dado do satélite meteorológico GOES-10, recebido pelo INPE e o CPTEC, que quanto maior é a temperatura do topo da nuvem, quanto mais alta a nuvem, mais a nuvem é profunda, digamos assim, a gente usar o termo comum, os [ininteligível], e maior a probabilidade de estar associada à chuva. Então a gente identifica aqui que a temperatura, nessa região aqui, perto de Itaberá, estava da ordem de menos de 70°C, o que indica um conjunto de nuvens profundas e, de forma geral, um conjunto de nuvens estabelecidas sob essa região aqui, que vai da fronteira entre São Paulo e Mato Grosso, e Paraná, até chegando na capital paulista. Próximo, por favor.

Então, o que ocorre, Presidente, é que nós temos... Como indicou o Dr. César, raios não seriam as únicas causas possíveis de um blecaute. Chuvas intensas também podem induzir a uma situação de indução eletromagnética da área da rede que, em circunstâncias específicas, aí, evidentemente a chuva por si só, mas um conjunto de circunstâncias que precisariam ser investigadas eletricamente também pode ser a causa. Eu quero dizer o seguinte: raio não é a única causa de um blecaute; chuva intensa, associada à indução eletromagnética, também pode ser a causa, como foi colocada aqui, pelo Dr. César. A gente fica associando que sempre tem que ser um raio. Nem sempre tem que ser um raio; pode ser um raio, pode não ser. Então eu só queria deixar claro que o INPE não detectou raios fortes, mas detectou uma chuva forte.

E poderiam ter associado a raios de intensidade menor que teriam acontecido na região, que poderiam

ter acontecido, mas não teriam sido detectados... Não, só para voltar, volta os dois slides para... Não, volta mais um.

Presidente, o fato que nós tivemos... Houveram... Como o senhor tem razão, houveram raios anteriores... Volta mais um, por favor, mais um.

Então, quer dizer, isso aqui foi o que aconteceu durante o dia. Ou seja, houve uma intensidade grande de raios durante o dia, em toda a rede Itaipu, no dia 10 novembro. Todos esses raios, detectados aqui, estão sobre a rede. Próximo, por favor, mais um. Em princípio, às 10 horas da noite, quando ocorreu o blecaute, não detectamos raios, mas – próximo, por favor – detectamos que continuava havendo uma intensidade de chuvas fortes na região. Isto visto pela imagem do satélite, próximo por favor. E também pelo radar meteorológico do DAE, que mostra que no momento, às 22h15 do dia 10, estava ocorrendo uma chuva de intensidade forte na região de Itaberá. Esses são dados que do sistema... São dois sistemas separados: o sistema de detecção de raios, do INPE, e os nossos sistemas de previsão do tempo, eles dão indicação complementar. Essa indicação foi submetida, tecnicamente, à equipe do CEPEL e Furnas, que, agora, com base nesses dados, tem mais uma informação adicional para investigar quais seriam os eventos associados. Insisto que podem ter sido raios, podem não ter sido, eu acho que a questão evidente que existem fenômenos meteorológicos ocorrendo naquela região, naquele momento. Próximo, por favor.

Então é isso. Eu acho que são as informações técnicas que o INPE tem para trazer para os Srs. Senadores da Comissão. Muito obrigado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente... Presidente, gostaria de me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com licença, se o senador permitir... Tanto o Presidente, tanto o Operador Nacional do Sistema, como também, hoje, o Dr. César, eles apresentaram fotografias que mostram os isoladores vitimados por raios. Esses raios teriam causado algum curto? Porque, segundo V. Sa. nos informou, no período em que houve o blecaute, não houve nenhuma incidência de raios naquele período, mas, sim, das nuvens, com uma temperatura de menos 70° C. A minha pergunta é: a que horas eventualmente teriam ocorrido esses raios que danificaram os isoladores ou aquela parte que foi demonstrada aqui por fotos?

SR. GILBERTO CÂMARA: Pois não, Presidente. Por favor, você poderia voltar a apresentação, acho que é o slide seis ou sete. Esse slide cinco, pode o slide cinco primeiro, por favor. Se pode verificar que ocorreram raios detectados, note, insisto Presidente Collor, o

fato do sistema não ter detectado raios, não quer dizer que não tenham havido. O nosso--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas de baixa intensidade.

SR. GILBERTO CÂMARA: De baixa intensidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Acima de 25. Abaixo de 25 --

SR. GILBERTO CÂMARA: Acima de 25, o nosso sistema tem confiabilidade altíssima e abaixo de 25 tem confiabilidade alta. Isso pode ter ocorrido. Agora, o fato é que esses dados mostram, Presidente Collor, que ocorreram raios ao longo de toda a linha, e particularmente próximo das subestações, durante o dia inteiro, então... Presidente, esse dado é consistente com as ocorrências de, digamos assim, nos isoladores, ter ocorrido, verificado que aconteceu um raio lá, isso é consistente, porque um raio pode ter ocorrido antes, não precisa ter ocorrido às 22 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E não ter causado nenhum efeito...

SR. GILBERTO CÂMARA: Naquele momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Naquele momento.

SR. GILBERTO CÂMARA: Quer dizer, o fato de ter não ter ocorrido às 22 horas não quer dizer que não tenha havido raios, tanto que o sistema detectou raios ao longo do dia. Isso mostra que... Isso aqui é o número de raios no sistema Itaipu como um todo. Então note que começou a chover e ter raios intensos, essa intensidade começou a crescer e chegou num pico lá por volta das 17, 18 horas e depois foi diminuindo.

Então, vamos dizer assim, os dados do INPE batem com a constatação de Furnas. Quer dizer, são consistentes com o fato de que teria havido a incidência de raios na região, não necessariamente às 22 horas, mas, provavelmente, anteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Gilberto. Dois minutos para as considerações do Dr. César a respeito da exposição feita pelo Presidente do INPE, Diretor do INPE.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Fazendo um adendo ao que foi colocado pelo Dr. Gilberto, a questão do curto-circuito sobre a cadeia de isoladores, ela pode ocorrer por uma... Você vence, o fenômeno vence a capacidade dielétrica de isolamento do isolador de pedestal. Esse fenômeno pode acontecer por uma descarga atmosférica, mas pode ser causada por chuva também. Então uma chuva muito intensa, muito concentrada, pode provocar a desrupção(F) e o curto-circuito, através da cadeia de isoladores ou qualquer

outro equipamento isolante. Quando há um raio, isso acontece, há a ruptura e o estabelecimento do curto-circuito, e pode acontecer também com grande volume de chuva, acontecer a desruptura(F) e também o curto-circuito.

A desruptura(F) é a primeira centelha. A partir do primeiro elétron que consegue saltar, todos os outros vão atrás e estabelece o curto-circuito, só para esclarecer essa questão.

SR. DJALMA MOSQUEIRA FALCÃO: Acontecido em 2002. Outro aspecto importante: a questão da tecnologia existente no Brasil, ela é similar, tão boa e, em alguns aspectos, até superior àquelas existentes em outros países, inclusive nos desenvolvidos. E no que diz respeito a blecautes, nós temos observado blecautes tão intensos e até mais intensos que os nossos em outros países. Por exemplo, todos se recordam da data de 14 de agosto de 2003, que, juntamente com 11 de setembro, uma data fatídica nos Estados Unidos, onde houve um grande blecaute na região Nordeste dos Estados Unidos, e Nova Iorque ficou, não durante cinco horas sem energia, mas durante alguns dias sem energia.

Então a nossa tecnologia é similar, equivalente a usada em outros países, e essa tecnologia não evita a ocorrência de blecautes, eles podem ocorrer, raramente ocorrem, mas pode ocorrer amanhã. A teoria da probabilidade indica que sim, ou podemos passar uns dez anos sem ter um blecaute.

Agora, é lógico que todos nós nos perguntamos se é inevitável, então não podemos fazer nada? Não, podemos e devemos fazer. Eu acho que a grande vantagem de uma reunião como essa que nós estamos realizando, e todos os estudos que as empresas envolvidas estão fazendo, é justamente no sentido de melhorar o desempenho do sistema, para que os blecautes ocorram com menor frequência ainda e principalmente para que eles atinjam o menor número de consumidores possíveis, ou causem dificuldades para o menor número de consumidores. É um pouco semelhante, o paralelo é quase perfeito com a aviação. A apuração das causas de um acidente aéreo não tem o objetivo de punir o piloto ou alguém, mas, enfim, de entender o que aconteceu e evitar que aconteça. Embora nós saibamos e não deixamos de usar o transporte aéreo, que eles vão acontecer uma vez ou outra.

Agora, como é que a gente pode melhorar o desempenho do sistema em relação ao blecaute? A primeira ideia é a redundância, nós vamos ter que ter mais linhas, mais subestações, mais transformadores. Agora, esta opção é uma opção cara. Linha de transmissão é uma coisa muito cara, uma subestação é uma coisa muito cara e coloca uma questão, digamos, que

a sociedade tem dificuldade de responder. Por exemplo, eu tenho certeza que, se formos a um consumidor, principalmente o residencial, e perguntarmos: “Bom, no Brasil, tem acontecido blecautes a cada cinco anos – digamos -, você concordaria em que a sua conta de luz fosse dobrada, para que, ao invés de a cada cinco anos, ocorresse a cada 20 anos?”. Eu tenho certeza que o consumidor residencial diria: “Não, eu prefiro pagar a mesma coisa ou até menos, e, de vez em quando, ter um blecaute”. Então é uma questão de custo/benefício. Já alguns consumidores comerciais, industriais, que trabalham com determinados processos e que são muitos afetados pela falta de energia, esses estariam dispostos a pagar uma conta maior, mas aí para eles existem soluções localizadas. Quer dizer, eles podem ter sua geração de reserva, eu vou falar isso daqui a pouco, existem avanços tecnológicos que podem permitir que este consumidor seja muito pouco afetado ou praticamente não afetado por um blecaute. Portanto, a opção de, ao invés de três linhas no circuito AC de Itaipu colocar seis linhas, ela não é viável, porque ela onera a conta de energia para prevenir um evento que raramente acontece.

Uma manutenção mais rigorosa, isso acabamos de ouvir alguns do que me precederam falar sobre as questões climáticas, de fato, aparentemente há um aumento na intensidade dos fenômenos climáticos, portanto o sistema elétrico assim como também outros aspectos da infraestrutura, edifícios, pontes, viadutos, etc., oleodutos, gasodutos, todos terão que sofrer um certo processo de revisão nas suas práticas de manutenção, para levar em consideração um, digamos assim, um aumento de intensidade dos fenômenos climáticos que aparentemente são acontecendo.

Outro aspecto também ligado à manutenção seria a questão do envelhecimento dos equipamentos, quer dizer, o setor elétrico brasileiro já tem uma série de equipamentos que tem aí seus 40 anos, 50 anos e que vão exigir maior cuidado no que diz respeito à manutenção.

É necessário também melhorar, e isso pode trazer benefícios em relação a evitar blecautes, a questão da gestão do sistema. Por exemplo, essa questão climática novamente, a questão de raios de chuvas, quer dizer, é muito importante para o setor elétrico que exista uma monitoração de boa qualidade desses fenômenos e que o operador do sistema, as empresas, os agentes que trabalham com os equipamentos, eles tenham a possibilidade de receberem uma informação de uma condição climática adversa com uma certa antecedência e com isso reprogramar a operação desse sistema de tal forma que, caso aquela situação climá-

tica adversa provoque um desligamento, esse tenha um impacto menor.

Então eu acho que é muito importante que seja dada ao sistema elétrico essa oportunidade e que em tendo esses dados se desenvolvam métodos para prevenção. Quer dizer, se a rota está cheia de turbulência, o piloto tem que tomar suas providências, mas ele precisa saber disso, ele precisa ter a informação.

Bom, essas propostas que eu coloquei até agora, eu colocaria dentro de uma categoria de soluções convencionais, é o que normalmente já sem sendo feito. Mas no momento nós estamos vivendo em nível internacional um movimento que pode representar num futuro não muito distante, uma verdadeira revolução do setor elétrico, e que os senhores já devem ter ouvido falar e atende pelo nome em inglês de *Smart Grid*.

Smart Grid, a tradução que temos usado aqui no Brasil e que o Dr. Cyro Boccuzzi é um dos especialistas no assunto e que certamente vai abordar na sua fala também, traduzimos por Redes Inteligentes, ou seja, principalmente nos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro e o grande blecaute de 14 de agosto de 2003, se criou, digamos, a visão de que o sistema elétrico americano e por extensão o nosso também e todos os outros no mundo, é extremamente vulnerável. Nós acabamos de dizer que os blecautes vão ser acontecer por causas naturais, imagina se um terrorista, se o Bin Laden fosse um engenheiro elétrico, aí o negócio ficaria grave. Então, a partir desse... no caso deles lá, de um medo muito grande dessa questão de segurança, começou a se desenvolver nos Estados Unidos, na Europa por outras razões, principalmente pela integração de fontes renováveis, essa ideia de que o sistema elétrico, ele no momento não está usando toda a tecnologia de automação, computação e comunicações digitais disponíveis para a humanidade. Digamos, nós até agora, o sistema elétrico tem um desempenho que eu considero razoável, mas existe muito campo ainda para melhorar esse desempenho. E se deu a esse movimento, a ideia chamada desse termo *Smart Grid*, Redes Inteligentes, ou seja, dotar o sistema de uma capacidade de perceber e se antecipar aos problemas, em inglês se chama de *self-healing*, seria uma espécie de automedicação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. DJALMA MOSQUEIRA FALCÃO: Bom, o Governo Americano já liberou, este ano, 3.4 bilhões de dólares para esse programa, e o programa completo tem uma previsão de mais de vinte bilhões de dólares. Claro que eles estão usando isso também para recuperar a economia americana, mas uma das prioridades é a modernização do sistema elétrico. Pela

introdução, primeiro de grande... intensa da tecnologia de computação, comunicação e automação. Um outro aspecto das *Smart Grids* é a questão da geração distribuída. Quer dizer, como eu acabei de dizer é impossível evitar um blecaute, mas se eu tiver uma capacidade local, por exemplo, o Senado. Digamos que o Senado instale aqui dentro o que a gente costuma chamar de uma micro-rede, é um sistema independente, um micro sistema elétrico, que tem sua geração própria e que trabalha em paralelo com o sistema da empresa concessionária. No caso de um blecaute, com o uso de tecnologia de automação sofisticada, esse sistema suavemente conseguirá absorver as principais, as cargas principais aqui do Senado. É claro que ele não vai conseguir manter todas as luzes acesas, mas manterá as principais, os elevadores, enfim. A parte do serviço médico e outras coisas desse tipo.

Então, na medida que esse conceito de micro-rede se espalha, e edifícios, escolas, shopping centers e hospitais, principalmente, etc., forem dotados dessa capacidade, o efeito do blecaute que vai continuar a existir também será muito menor do que existiria quando temos uma dependência total de grandes centrais hidrelétricas, como é o caso de Itaipu.

Ai vem a pergunta: bom, mas, então, o Brasil está caminhando no sentido errado, estamos construindo mais grandes hidrelétricas. Não. Nós estamos fazendo o correto, as grandes hidrelétricas têm condições de oferecer energia a um custo muito mais barato do que qualquer outra solução. Essa geração distribuída é um complemento, é uma garantia para um caso de um blecaute como esse, e é também uma forma de integrar fontes de geração de baixo impacto ambiental, por exemplo, um painel fotovoltaico. É possível colocar hoje em dia com um custo razoável painéis fotovoltaicos em residências, em grandes edifícios, que não tem praticamente nenhum impacto ambiental e tem uma capacidade de suprimento de energia local.

Outro exemplo que se fala muito, o carro elétrico. O carro elétrico está chegando, brevemente teremos aqui nesse estacionamento centenas de carros elétricos com suas baterias carregadas de energia, eles funcionarão também como um elemento armazenador de energia que numa emergência poderá ser utilizada.

Bom, a pergunta: e, no Brasil, o que nós estamos fazendo em relação a esse novo conceito de *Smart Grid*? Bom, a minha resposta é, digamos assim, é otimista, nós já estamos fazendo muita coisa. Embora às vezes o nome não esteja ligado à coisa que está sendo feita. Por exemplo, várias empresas brasileiras estão instalando sistemas automáticos de medição eletrônica, que é um dos passos da instalação desse *Smart Grid*.

A própria ANEEL já fez uma consulta pública, estamos estudando e fazendo projetos pilotos de sistemas de comunicações digitais, aplicados aos sistemas elétrico sem fio, usando PLC, que é a transmissão de instalação pela própria rede elétrica.

Um aspecto importante também em estudo já, é a alteração da estrutura tarifária. Porque quando essas micro-redes existirem, elas não só vão receber energia da concessionária como elas poderão vender também energia para a concessionária, e nesse caso é preciso ter uma regulamentação adequada. Existem, por exemplo, a ONS está instalando o sistema de medição fasorial sincronizada, é um termo técnico, mas enfim, é um sistema de informações que adquire faz medições ao longo de sistema todo do país todo, sincronizadas através do sistema GPS, o que vai permitir também uma fotografia mais precisa do sistema.

Já temos no nosso sistema vários esquemas especiais de proteção, vários deles atuaram aqui no blecaute e foram responsáveis por parte do sistema continuar funcionando. O processo de automação das subestações também em andamento.

Enfim, quer dizer, já estamos fazendo no Brasil várias coisas nessa direção. O que, na minha opinião, está faltando é uma coordenação dessas atividades, observar os conceitos, reunir todas essas atividades que tão sendo realizadas dentro de uma mesma visão, adaptando essa nova tecnologia que está em grande ênfase nos países desenvolvidos à realidade nossa, onde temos uma série de especificidades diferentes do que acontece nos Estados Unidos e na Europa.

[soa a campainha]

Bom, essa era o que eu tinha a dizer, me coloco aqui então à disposição para alguma pergunta. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, ao Prof. Djalma Mosqueira Falcão pela sua exposição. Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Gostei muito da sua explanação, vejo que o senhor é um homem otimista, como otimistas somos todos nós que estamos aqui.

V. Sa. disse inclusive que estava faltando, talvez uma coordenação de [ininteligível], não foi isso? Para atuar em conjunto. Isso é uma ideia ótima, eu tenho a impressão que isso já está ocorrendo e aqui no Senado, começou aqui nessa Comissão, parece incrível, mas começou, e felizmente também temos aqui um engenheiro elétrico, olha aqui, chegou agora, Dr. Delcídio. Que é um acontecimento.

Eu pergunto o seguinte: o senhor leciona na UFRJ, ali, no Maracanã?

SR. DJALMA MOSQUEIRA FALCÃO: Não, na Ilha do Fundão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ah, então, é na...

SR. DJALMA MOSQUEIRA FALCÃO: Na Universidade Federal.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Universidade Federal, na Ilha do Fundão?

SR. DJALMA MOSQUEIRA FALCÃO: Isso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Os seus alunos indagam, ficaram muito curiosos, indagam muito sobre o fenômeno?

SR. DJALMA MOSQUEIRA FALCÃO: Sem dúvida.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ou é só os senadores que estão curiosos sobre isso?

SR. DJALMA MOSQUEIRA FALCÃO: Não, os alunos ficaram muito curiosos e otimistas também, porque, quando, embora seja um fenômeno desagradável para a sociedade, mas chama a atenção para a Engenharia Elétrica, e aí o mercado de trabalho deles melhora. Então, eles ficaram muito entusiasmados, não com o blecaute em si, mas com as explicações que se seguiram ao blecaute.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Houve uma troca de informações muito positiva hoje aqui. Eu só lamento não poder que isso continue sempre, porque já estamos quase no final do nosso mandato. Mas foi uma iniciativa que criou uma outra dimensão nessa comissão.

O Presidente Collor, com sua experiência, seu otimismo, conseguiu fazer um dinamismo diferente nessa comissão. Muito obrigado pela sua presença, por ter vindo aqui. Foi muito bom o senhor ter vindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Paulo Duque e passo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Presidente Fernando Collor, senadores presentes e conferencistas. Na verdade, é um assunto que movimentou o Brasil e surpreendeu a todos, até porque nós nunca estamos preparados para o contingente, para as coisas que não vimos ainda ou que vimos com pouca frequência.

Mas acredito que é um fato que se deu uma dimensão, é lógico que tem que se dar, porque é um país que precisa de energia todas as horas e todos os minutos, mas se deu uma dimensão muito grande a um fato que pode ocorrer em qualquer sistema do mundo, do mundo. Isso não é só no Brasil, quer dizer, nós temos um sistema operando aí com há mais de 40 anos com equipamentos já um pouco antigos e tal,

é lógico que um dia chega à exaustão, isso vai acontecer de desligar mesmo. Foi bom até para a gente preparar com novas tecnologias, com novos equipamentos, com novas providências, com novas medidas, a fim de que se possa evidentemente evitar problemas maiores no futuro.

Agora, eu acho que a dimensão que foi dada ao problema foi maior que o próprio problema. É bom que se preocupe, mas também é bom que se entenda que pode acontecer isso em qualquer momento, trata-se de equipamentos, trata-se de material que foi colocado aí à disposição e que a qualquer hora pode acontecer.

Portanto, eu acho que o esclarecimento foi muito bom, eu já estava assistindo antes de aqui chegar, através do sistema de televisão, e acredito que foi muito bom a presença dos senhores aqui e logicamente será sempre bom, a fim de esclarecer os parlamentares e a população como um todo, até porque tem uma capilaridade muito grande essa sessão, mas eu acredito que vale a pena por essas precauções, por essas medidas de que devem ser tomadas, até para valorizar os nossos novos engenheiros aí, aumentando o campo de trabalho, mas eu acredito que é um fato normal como outro qualquer, e que nós temos apenas que nos prevenir para o futuro, não achando que o mundo acabou porque teve um apagão num determinado dia, foi apenas uma forma de nós começarmos a nos prevenir para um futuro melhor.

Parabenizo a todos os senhores que trouxeram aqui esclarecimentos inovadores a essa comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Osvaldo Sobrinho, pela sua participação, sempre tão importante para a nossa comissão.

Passo a palavra ao Dr. Cyro Vicente Boccuzzi, consultor e Diretor da ECOee, Expertise Consultoria e Orçamento em Energia Eficiente. V. Sa. dispõe de vinte minutos.

SR. CYRO VICENTE BOCCUZZI: Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão Senador Fernando Collor, Excelentíssimo Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Eliseu Resende, em nome de quem eu cumprimento os demais senadores, as demais autoridades do setor presentes. E gostaria então inicialmente de agradecer o convite e iniciar a minha apresentação falando também, fazendo também da mesma forma que o Dr. César, um breve resumo da minha carreira.

Eu sou Engenheiro Eletricista e fiz uma carreira de 25 anos na Eletropaulo, a empresa distribuidora da Cidade de São Paulo, onde eu entrei como engenheiro estagiário e tive oportunidade de ocupar diversos cargos na área de engenharia, na área de operação do sistema

e também na área de tecnologia. E fui vice-presidente até praticamente final do ano de 2007, quando eu saí e fundei a minha empresa, é uma Consultoria pequena chamada ECOee, que objetiva atuar em três focos principais, primeiro na área de gestão de sistema de energia, o segundo na área de tecnologia, na área de energia e o terceiro na área de sustentabilidade na área de energia e infraestrutura, notadamente as questões ambientais e também as questões as novas fontes renováveis de energia.

Ao sair da Eletropaulo e já como Diretor Presidente da ECOee, eu também tive, durante um período entre fevereiro de 2008 e junho agora de 2009, a honra de poder ter ocupado também a função de Diretor Executivo da Andrade & Canellas, que é uma grande Consultoria uma respeitada Consultoria que desenvolve empreendimentos na área de energia e mais recentemente então, em fim de junho para cá eu estou concentrando o meu trabalho na ECOee.

Já em novembro do ano passado, final de 2008, e também como fruto do desenvolvimento da minha carreira e ligações internacionais com entidades internacionais, eu sou membro sênior do IEEE, que é um instituto que congrega engenheiros eletricitas do mundo inteiro, uma comunidade técnica e tecnológica que desenvolve, que comanda todo o avanço tecnológico, eu resolvi em novembro do ano passado fundar o que a gente chamou de Fórum Latino Americano de Smart Grid, como o professor Djalma já bem situou, essa tecnologia de redes inteligentes é um assunto que tem tomado de forma absoluta a pauta de todo o planejamento energético das maiores potências do planeta, notadamente a América do Norte, não só Estados Unidos mas também Canadá, Europa e mais recentemente Ásia e Austrália.

Basicamente o que é o *Smart Grid*. Eu vou tentar aqui, de uma forma bastante rápida, falar sobre essas novas tecnologias. Eu talvez frustre alguma parte da plateia porque eu não tenho elementos, estando fora do setor, não estou mais em uma empresa do setor, eu não tenho elementos adicionais às boas explicações já fornecidas aqui pelo Dr. César e pelo Dr. Gilberto a respeito do incidente efetivo do dia 10. Mas o Fórum Latino Americano de *Smart Grid*, ele tem promovido eventos na área, onde eu tenho tido oportunidade de trazer autoridades mundiais sobre o tema. No primeiro evento que nós fizemos em novembro de 2008, foi bastante interessante porque o tema ainda não tinha muita divulgação aqui na América Latina e nem no Brasil, e quando eu convidava pessoas aqui do país para participarem do evento, muita gente eu tinha que enviar junto com o convite uma explicação do que era

Smart Grid, que o Dr. Djalma já brilhantemente mostrou aqui, já falou.

Mas agora, nesse segundo evento... No primeiro evento ainda no ano passado nós tivemos aí a participação 11 autoridades mundiais sobre o tema, notadamente pessoas da Europa, Estados Unidos, do EPRI, Electric Power Research Institute, que é o CEPEL dos Estados Unidos tem dedicado especial atenção ao tema, e nesse ano nós chegamos a trazer também o Presidente do NIST, que é Inmetro dos Estados Unidos, que está cuidando de toda a normatização de equipamentos e tecnologias e preparando uma implantação massiva dessas tecnologias na América do Norte e na Europa.

Basicamente o que nós temos buscado fazer através do Fórum Latino Americano é nos unir a um esforço de colaboração global nessa área, são tecnologias, como eu falei, emergentes o setor elétrico brasileiro hoje tem um sistema alinhado com as melhores tecnologias do mundo, mas essas tecnologias nos demais países já se demonstraram insuficientes para atender as necessidades da sociedade atual. Nós tivemos essa prova, essa demonstração, na prática nesse evento do dia 10.

A energia elétrica, segundo a Academia de Engenharia Americana, foi o vetor decisivo e a obra suprema de engenharia do século passado, porque ela indubitavelmente foi a obra de engenharia que mais contribuiu para o desenvolvimento da sociedade moderna. A eletrificação massiva da cidade teve um papel fundamental e determinante no desenvolvimento das telecomunicações, da sociedade digital, dos sistemas bancários, dos sistemas comerciais, dos mercados econômicos, enfim, de tudo aquilo que a gente está acostumado a viver numa vida moderna. E só quando a gente tem um evento como esse do dia 10 que assolou o Brasil e que assola outros países do mundo da mesma forma e que pode vir a assolar novamente, é que se percebe que esse vetor que motivou todo esse progresso da sociedade, ele infelizmente não incorporou todo esse avanço ainda para fornecer um serviço mais confiável.

E essa tecnologia de *Smart Grid* é exatamente isso, é como fechar o *gap* dos sistemas atuais de energia que foram concebidos na essência na década de 50, na década de 60, por uma sociedade analógica como fazer eles acompanharem a necessidade de uma sociedade digital, que é a atual que a gente tem.

De repente, quando falta energia nós sabemos que nós não conseguimos andar nas cidades porque os sinais estão parados, os transportes eletrificados estão parados, os elevadores estão parados, você então vai num restaurante, você não consegue pagar

a conta porque você não consegue ter cartão de crédito. E de repente você toma a consciência de que a sociedade atingiu um grau de dependência do serviço de uma forma absolutamente incompatível com a tecnologia atual.

É esse movimento que está se iniciando em escala mundial, nós não temos ainda sistemas dessa natureza como estado da arte, mas vamos passar a ter em dois ou três anos implantações significativas. Existem já iniciativas tomadas em vários países do mundo nessa direção. Esse sistema, ele combina uma série de tecnologias, não é uma única tecnologia e é uma filosofia totalmente diferente de operação das redes atuais.

Nas redes atuais nós colocamos as usinas convenientemente distantes dos grandes centros para evitar problemas de poluição, de barulho ou de riscos, e trazemos essa energia através de linhas de longa distância, e no *Smart Grid* o que privilegia, o que se coloca é uma evolução de tecnologia de geração em pequena escala e local, onde, como bem falou o professor Djalma, você consegue atender através de micro-redes, micro ilhamentos, parte da demanda ou parte da demanda mais crítica das grandes cidades. Essas tecnologias também incorporam a necessidade de uma medição eletrônica, onde você não cobra um valor único da energia ao longo do dia, você tem que ter um sinal de preço alinhado com os custos de fornecimento.

Hoje os nossos sistemas não estão preparados para cobrarem diferentes tarifas ao longo do dia e o nosso sistema hoje, no horário de ponta, ele é extremamente demandado e há horários em que ele fica ocioso. Então a tarifa, hoje, ela cobra o custo médio desse sistema. Além disso, nessas novas tecnologias, se desenvolvem ferramentas para uma atuação mais granular de controle de demandas, ou seja, na tecnologia atual, você interrompe grandes regiões, quando um evento, como esse que ocorreu, tem lugar. Os esquemas atuais, eles têm que manterem um completo equilíbrio entre a geração e a carga, e, quando se perde uma quantidade significativa de geração, como se perdeu nesse caso, através da queda simultânea das três linhas, é praticamente impossível, em curtíssimo espaço de tempo, você conseguir eliminar uma grande quantidade da carga, e aí você tem aquilo que a gente chama de efeito dominó. Esses sistemas, eles já são preparados para controlarem demandas de clientes que podem ser controladas e que tem menos prioridades. E tudo isso mediante também um sinal tarifário, então clientes que se oferecem para contribuir com as empresas de eletricidade nessa redução espontânea da

demanda, eles podem ter um desconto na conta, então os sistemas de medição têm que estar preparados.

Essas tecnologias também têm um objetivo muito forte na área do uso eficiente de energia, então a busca do uso eficiente otimizado de energia, a otimização dos ativos atuais, evitar como eu falei, a sobrecarga nos horários de ponta e a ociosidade nos horários de pouca utilização. Esses sistemas também, eles incorporam inteligência para agregar essa micro geração distribuída, os sistemas atuais são unidirecionais, eles são preparados para levar energia da fonte produtora distante até os clientes e eles são incompatíveis com a geração local, isso é um problema na tecnologia atual. Você precisaria ter um outro nível de automação que essas novas tecnologias também estão trazendo.

A questão do armazenamento de energia, o Prof. Djalma falou sobre o carro elétrico, que é um dos meios, as baterias elétricas poderiam suprir energia, por exemplo, num blecaute então as nossas casas poderiam ter o mínimo para manter uma lâmpada acesa durante um evento como esse, ou pelo menos para os bares para passar o cartão de crédito dos seus clientes que ficaram parados, imobilizados pelo blecaute, mas essa tecnologia de armazenamento, ela é fundamental. Nós armazenamos água nas nossas casas, mas nós não conseguimos armazenar energia ainda, e essas tecnologias estão evoluindo muito rapidamente e ficando acessíveis. E isso vai ao encontro da necessidade de se utilizar fontes renováveis, energia solar, por exemplo, durante o dia quando está se gerando energia solar em cada casa, as pessoas não estão lá dentro para consumir.

Então gerar durante o dia e armazenar para que essa energia possa ser usada durante a noite é muito importante. E todo esse gerenciamento do uso simultâneo, daquilo que é suprido pelas empresas de energia e aquilo que é produzido localmente, é um sistema que tem que ter inteligência embutida para poder prover.

Agora, essas tecnologias como eu falei são tecnologias que vão proporcionar a mais dramática transformação no serviço de energia já ocorrida em todos os tempos. Desde o início, quando Thomas Edson começou a colocar disponível esse sistema em Nova Iorque. Mas para isso acontecer tem uma série de coisas que precisam acontecer.

É muito importante a padronização, e aqui nesse ano o Fórum trouxe justamente uma pessoa que está liderando esse esforço local, esse esforço mundial, para evitar que a gente tenha padrões locais incompatíveis com o resto do mundo, nós precisamos estar inserindo o Brasil dentro de uma visão de contextos de tecnologia global, da mesma forma que em várias outras áreas tecnológicas nós temos padrões globais.

Nós precisamos ter um engajamento efetivo e um Programa de Governo para financiar esses sistemas, porque são sistemas caros, eles são sistema mais confiáveis, mas essas tecnologias, elas vão ganhar escala na medida em que elas forem colocadas em prática. Então as primeiras implantações, as implantações pioneiras estão acontecendo no mundo e os governos têm necessariamente fomentado essas implantações. Como falou o Prof. Djalma, o Governo Obama devotou 3,4 bilhões especificamente para essa rubrica e esse dinheiro de fomento teve uma contrapartida de outros quase cinco bilhões de dólares por parte das empresas que se candidataram a implantar esse sistema. São oito bilhões de dólares que estarão sendo investidos em dois anos nos Estados Unidos, modernizando essa infraestrutura nas grandes cidades. Esse dinheiro tem uma parte de fomento e tem uma parte da iniciativa privada, então esses programas são muito importantes.

Na Europa, vários governos incentivaram a implantação de geração distribuída através de energia solar, energia eólica, para consumidores comuns e garantiram tarifas razoáveis, para que esse investimento fosse feito e essa geração adicional fosse colocada à disposição da sociedade, de forma que os consumidores pudessem vender de volta para a rede.

Em alguns países, como, por exemplo, a Itália, entre 2003 e 2008, se trocaram mais de 32 milhões de medidores e estão se implantando uma série de aprimoramentos no modelo regulatório, o acesso ao mercado livre dos clientes, enfim, tem uma toda uma série de funcionalidades que vão vir a reboque.

Nesses dois eventos que a gente teve oportunidade de promover, foram dois eventos internacionais, o primeiro em novembro de 2008, o segundo em novembro de 2009. Como eu falei, nós começamos a inserir a América Latina, especialmente o Brasil, os dois foram em São Paulo, num contexto de colaboração global, aonde o Brasil, hoje, ele já é olhado como um mercado importante e já existe, dentro do setor brasileiro, a academia envolvida, autoridades envolvidas. Nós tivemos, nesses eventos, autoridades do governo participando. No primeiro, o Dr. Maurício Tolmasquim, da EPE, da Empresa de Planejamento Energético, esteve presente acompanhando os trabalhos e falando sobre o trabalho da EPE. No segundo, nós tivemos presença do Dr. Nelson Hubner na abertura e vários técnicos da ANEEL acompanhando. Então, essas tecnologias, elas estão sendo acompanhadas pela área técnica do governo, mas é preciso mais do que isso, nós precisamos ter um Programa de Governo, onde o governo, com uma política, incentive o desenvolvimento dessas tecnologias e facilite a implantação de-

las simultaneamente a esses projetos, que, como foi falado aqui, são necessários para atender demanda crescente de energia do povo brasileiro.

O brasileiro hoje, alguém já falou isso, ele consome algo em torno de 1/8 do que um americano consome, ou 1/6 do que um europeu consome, nós temos diferenças de temperaturas menores aqui e usamos menos equipamentos para calefação e ar-condicionado, mas existe um espaço para crescimento da demanda individual dos lares brasileiros na medida em que melhoram as condições de vida. Então essas obras estruturantes que estão sendo feitas e planejadas ainda de acordo com a tecnologia atual, ela são necessárias para garantir o crescimento da infraestrutura para o crescimento econômico do país. Mas em paralelo a isso é fundamental que o governo comece agora a fazer um trabalho de fomento tecnológico inspirando empresas, inspirando inovações no país nessa área. Nós precisamos também adaptar essas tecnologias às nossas necessidades, não é simplesmente pegar o que estão fazendo lá fora e trazer. E o Fórum é um instrumento para isso, aonde a gente tem que ouvir as boas experiências, ter um contato e um *networking* com os técnicos que estão liderando os desenvolvimento dessas tecnologias e trazer *know-how* para o Brasil para as empresas brasileiras adaptarem produtos que estejam em conformidade com as nossas necessidades.

Bom, de uma maneira geral, eu creio que esses eram os pontos principais, e só para finalizar, os efeitos dessas tecnologias, essas tecnologias são fundamentalmente colocadas na área de distribuição e os efeitos dessas tecnologias, elas chegam até os sistemas de transmissão motivadas pela geração em pequena escala e local, você tem *backups* locais que reduzem os impactos dos blecautes, você proporciona com o advento dessas tecnologias um corte mais seletivo de cargas, você tem uma capacidade adicional de armazenamento de energia e também consequentemente uma menor dependência das grandes fontes. Então você consegue vencer de uma maneira diferente o desafio entre a instabilidade constante entre o consumo e a demanda, e essa exposição das grandes linhas aos fatores externos que sempre vão acontecer.

Então mais uma vez finalizando, eu gostaria de agradecer o convite e a oportunidade e ter a oportunidade de explicar essas tecnologias para os senhores. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado Dr. Cyro Vicente pela

sua exposição. Eu pergunto se os senadores gostariam de fazer alguma indagação ao Dr. Cyro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós vamos passar então a palavra ao Dr. Albert Cordeiro. Tem a palavra por vinte minutos. Dr. Albert Cordeiro é Diretor Geral do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica, CEPEL.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Excelentíssimo Sr. Senador Eliseu Resende, que tanto já fez pelo setor elétrico brasileiro, é uma honra estar aqui, em seu nome eu cumprimento todos os demais senadores. Também me sinto honrado de estar aqui representando o Presidente da Eletrobrás, Dr. José Antônio Muniz Lopes, que por motivo de força maior devidamente comunicado aqui a ambas as Comissões e aprovado, pediu-me para substituir.

Eu gostaria de dizer que eu sou, com muito orgulho, pesquisador do CEPEL há 25 anos, estando atualmente no cargo de Diretor-Geral. Espero depois dessa passagem pela Diretoria Geral voltar ao meu Centro pesquisa como pesquisador novamente.

O CEPEL, já adiantando, ele está comemorando 35 anos, ontem tivemos uma solenidade que nos tocou, e sem falsa modéstia somos o maior centro de pesquisa e desenvolvimento, inovação em energia elétrica do hemisfério Sul e um dos maiores do mundo. Isso não construímos sozinhos, construímos com apoio principalmente do sistema Eletrobrás, dos técnicos do setor elétrico brasileiro e da academia, como tem aqui do lado o meu nobre colega Djalma Falcão.

Dito isso, eu gostaria que fosse projetado o próximo slide, esse slide talvez alguns senhores conheçam com certeza o Senador Delcídio Amaral, a gente tem aqui o sistema interligado brasileiro, ainda sem a interligação do Acre e Rondônia aqui com o sistema do Mato Grosso. E o que a gente nota aqui? Quando a gente compara esse mesmo sistema elétrico interligado na mesma escala da Europa, é o mesmo tamanho, da mesma magnitude, então nós temos um grande sistema elétrico interligado para um país continental. A pergunta que surge é: isso é bom ou ruim ter um sistema interligado? Nem bom e nem ruim, é excelente. Por quê? Porque permite primeiro a troca de energia, a otimização energética das bacias hidrográficas do nosso sistema elétrico. Permite também que no caso de contingências ou de falha de alguns desses elementos, como ele é malhado, temos várias opções de restabelecer o atendimento sem causar prejuízos. Com a quantidade de linhas de transmissão que tem aqui na subestação, até pela minha formação em confiabilidade, não existe sistemas no mundo 100%

confiável. O custo seria literalmente infinito, só que a maioria dessas falhas que acontecem devido a essa natureza desse sistema, nós nem percebemos, por quê? Porque temos condições aqui de ferramentas, não só de metodologias, programas computacionais como de equipamentos, tecnologias para planejamento da expansão em sistemas de grande porte.

O setor elétrico brasileiro, principalmente a CEPEL detém tecnologia para isso, exportamos, operação, planejamento da operação, operação em tempo real, como foi colocado aqui. Então isso é algo, me desculpe o entusiasmo, mas magnífico. Agora, ele é não é infalível e quando falha, nós temos que analisar suas razões e procurarmos sempre aprimorarmos.

O sistema hoje em qualquer lugar do mundo ele trabalha no critério chamado N menos 1, o que quer dizer isso? Ele suporta a perda de um elemento no circuito. Em situações especiais a perda de dois circuitos chamado N menos 2. N menos 3 seria impagável e não obstante nós temos, apesar de não termos condições de colocarmos nem necessidade de N menos 3, em vários esquemas automáticos com tecnologia para operar esse sistema e existe uma cadeia de planejamento desde a expansão, planejamento da operação e operação em tempo real.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O senhor faria a gentileza de repetir o termo, que eu não sou engenheiro.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O termo que o senhor citou 1, 2 e 3, o mesmo termo outra vez, só para ouvi-lo melhor.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Pois não. Nós chamamos o seguinte, quando há falha do circuito, ele é desconectado da rede, o sistema é projetado na malha principal do sistema brasileiro, um sistema interligado que aos demais circuitos e redespacho de geração acomodem o atendimento da carga sem interrupção. Em situações especiais como é esse chamado de sistema de transmissão de Itaipu, tronco Itaipu, ele é projetado para na falha de dois circuitos não haver interrupção de fornecimento. Como é que isso ocorre? Porque a gente tem condições de redespachar energia das outras usinas geradoras para atendimento da carga, e existe caminho para isso, porque investimentos maciço em transmissão mais adequados, necessários, não exorbitamos, principalmente de 2003 para cá. Isso causa desafio, temos tecnológica para fazer isso? Temos, nacional, não por nacionalismo puro, porque o Brasil é um único país, vou chamar aqui em desenvolvimento que detém o acervo de metodologias, programas computacionais e infraestrutura laboratorial de primeiro mundo. Isso é a realidade, não construímos

só o CEPEL, mas o CEPEL há 35 anos vem disponibilizando isso para o setor elétrico brasileiro.

Os produtos CEPEL transcendem as barreiras do sistema Eletrobrás, isso é um sistema. Operador nacional do sistema elétrico utiliza as nossas ferramentas, a empresa de pesquisa energética utiliza. A Câmara Comercial de Ação de Energia tem utilização das nossas ferramentas, inclusive a agência reguladora, ANEEL, estamos no estado da arte, muitas vezes acima de vários países desenvolvidos. Por favor.

Aqui temos, só para contextualizar, a parte de bacias hidrográficas com usinas hidrelétricas. É um sistema bastante complexo porque eu não posso prever água, mas eu tenho que fazer o gerenciamento tem envolvido aqui custos econômicos significativos, mas também segurança energética. Temos aqui no Brasil desenvolvido lá pelo CEPEL o melhor sistema de programação de despacho considerando incertezas, principalmente as incertezas hidrológicas.

É a maior aplicação desse porte no mundo. Motivo de prêmios internacionais e para tomada real de decisão. E também forma base dos preços spots(F). Então o que é o papel do CEPEL nesse sentido? Preservar, aprimorar, esse patrimônio tecnológico que não nos pertence, é do país. Dito isto, eu gostaria, pode ir em frente, por favor, eu já coloquei isso. Por favor.

Aqui, embora nós estamos colocando na questão de transmissão, mas, no requerimento, aqui, que me foi enviado, estamos lidando também com a questão de planejamento energético, nós temos aqui uma cadeia de modelos e metodologias para o planejamento da expansão de operação energética. Esse conjunto aqui subsidiou o Plano Nacional de 2030, elaborado pelo estudo EPE, com as diretrizes do Ministério de Energia, esse outro conjunto aqui vai apoiar os planos decenais de expansão de energia elétrica, então utilização pelo EPE desse conjunto, faz-se a ponte hoje em dia, o Senador Delcídio deve lembrar, GCOI, GCPS, modelo de [ininteligível] coordenação, não temos mais. Essa parte aqui que o modelo chave ou *new wave*, ele faz a transição suave entre a expansão e a operação. Então, a partir daqui é utilizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico para, a cada mês, a cada semana, saber como o mercado deve ser atendido, qual a percentagem de geração hidrelétrica e qual a percentagem de geração termoeletrica, balanceando economia, balanceando riscos e balanceando segurança energética.

Vamos aqui para a parte semanal e vamos para a parte horária e vamos, inclusive, para tempo real, como foi indagado aqui, há pouco. O nosso sistema SAGE para supervisão e controle em tempo real do sistema não tem paralelo. Quebramos a questão no passado

de quando a gente vai fazer... Desculpe toda vez estar me referindo ao senhor, Senador Delcídio, não quero influenciar o Senador Eliseu que está presidindo aqui a Mesa, mas o senhor deve lembrar quando comprava [ininteligível] comprava o hardware, as máquinas e os softwares, e ficávamos prisioneiros disso, o sistema evoluía, tínhamos que jogar fora e comprar tudo de novo. Com a SAGE não, nós garantimos fácil concorrência de qualquer equipamento multinacionais, mas nós garantimos integração desde a nível da subestação até o Centro Nacional de Operação do Sistema aqui em Brasília. Isso fez cair em ordem de dez vezes os preços de centro de controle. Tecnologia nacional, estamos exportando.

Feito isso, eu queria voltar aqui para alguns pontos relacionados aqui com o que aconteceu. Eu diria que, por exemplo, que o Dr. Gilberto Câmara foi muito feliz ao explicar aqui os fenômenos, o Dr. Zani também. Como ele colocou, não é área da CEPEL, é área do INPE, descargas atmosféricas ou raios de intensidade e corrente abaixo de 25 kiloampere, eu acho que tem nessa área de São Paulo, praticamente 100% de capacidade de detecção, abaixo disso tem pelo menos 15% detecção. Então quando a sistema BrasilDat não detectou, o que significa? Não houve raio naquele momento? Não. Nós temos até, eu não estou dizendo que é exatamente, 15% de chance de ter caído raios e não ter sido detectado pela rede BrasilDat.

Agora, raios de menor intensidade, Dr. Zani já se referenciou aqui, raios de menor intensidade não é preocupante? Às vezes são os mais preocupantes, por quê? Porque como ele tem mais chance de fugir da proteção da blindagem natural para raios de maior amperagem, e em condições meteorológicas adversas, chuvas fortes e ventos, essa combinação mesmo um raio de baixa intensidade pode causar a chamada descarga elétrica, aquela que apareceu na foto mostrada aqui. Não estou aqui afirmando que foi a descarga elétrica, que foi o raio sozinho, foi chuva, ou é muito difícil caracterizar um fenômeno que ocorre em 13 milésimos de segundos, três curtos sucessivos. E jamais estamos afirmando que caíram três raios juntos também. Então não temos condições de dizer até o momento, a gente sabe a origem, os curtos-circuitos em 13 milésimos de segundos. Mas se a causa foi a raio, não. Tem 15% de ter caído o raio e não ter sido detectado. Mas certamente as condições meteorológicas nesse caso influenciaram.

E o que CEPEL está fazendo nisso? Anteriormente, já lá em 2007, quando houve uma falha semelhante e não que houve desligamento, mas falha de duas linhas no sistema, estava protegido, como eu lhes falei, caiu duas linhas de novo em condições meteorológi-

cas adversas. O CEPEL, Centro de Pesquisa do Setor Elétrico, foi procurado por Furnas, vamos investigar. O primeiro elemento que o Dr. Zani já colocou, havia aqui trincas na base dos isoladores, pode ter problemas mecânicos, mas será que tem problemas de capacidade dielétrica, quer dizer, de facilitar o curto-circuito, a descarga, a tensão que seria suportável?

O CEPEL começou a investigar. O que nós observamos? Pegamos amostra de subestações, inclusive Itaberá, levamos aos nossos laboratórios, se tivermos tempo eu vou tentar acelerar aqui para mostrar a nossa infraestrutura, e que o detectamos? Não houve comprometimento da parte elétrica por aquela trinca. Agora, não sabemos se está uma mudança climática naquela região, mas aquela região tem uma taxa de chuva elevada. Então o que fizemos?

Primeira dúvida: será que esses isoladores, que já estão há 20 anos do campo se degradaram sua capacidade de proteção? Fomos fazer o ensaio, primeiro, a norma, vamos aplicar a norma brasileira que é baseada em normas internacionais, chuvas de um milímetro por minuto, em um minuto, passou-se. Se der tempo eu tenho um filmezinho feito lá nos nossos laboratórios sobre isso aí. Passou.

Mas somos Centro de Pesquisa, não somos centro de ensaios, passou, não passou, acabou nossa responsabilidade. Nós fomos analisar, porque também trabalhamos em modelos digitais de simulação. E o que nós observamos? Lá, em 2007, que tensões, não de 2 PU, 2,5 PU de [ininteligível] duas vezes a capacidade suportável, mas tensões de 1,5, 1,6 ocorreram. Mas com essas tensões e houve descarga, que o está acontecendo? Fomos investigar. Num trabalho investigativo, submetemos esses isoladores a chuvas de maior taxa de variação, três milímetros por minuto e cinco milímetros por minuto, e confirmamos que há perda da capacidade dielétrica. Ora, lembremos aqui que o sistema 765 kV de Furnas é o maior em operação no mundo nessa tensão.

Será... Não temos problemas relatados em magnitude quando a gente está falando em classe de tensão de 500 kV, então passamos a ter um trabalho de pesquisa experimental para saber se as soluções associadas aí para nessas regiões que aparentemente está com uma variação, não podemos garantir, mas está com chuvas mais intensas recentemente, se a gente pode fazer algo para melhorar o equipamento e daí iniciamos os trabalhos de pesquisas.

Dificuldades colocadas pelo Dr. Zani, isoladores pesados de grande altitude que a gente tem que balancear a suportabilidade mecânica e não pode quebrar a cadeia de isolador com a dielétrica. E aí veio estudos, inclusive com participação de fabricantes,

ensaiados lá no nosso laboratório. Então a conclusão que nós temos hoje é chuvas intensas acima da norma têm capacidade de reduzir a rigidez dielétrica desses isoladores.

Então vamos tentar ter algumas alternativas, já o *booster shed*, tem gente que chama de “chapéu chinês”, para evitar que há uma circulação de água maior pelos isoladores, temos também aumento da distância entre cada um dos discos, geometria de saias, estamos fazendo isso em colaboração com Furnas, com os fabricantes, com a Eletrobrás, para nós aqui aponarmos soluções melhores nessa classe de tensão que é impar a nível mundial.

Foi indagado talvez pelo senhor, eu já não lembro... E a questão de para-raios, ou foi o Senador Eduardo Suplicy, já lá fizemos, aí, sim, uma análise exaustiva de para-raios para ver se havia degradação, não havia. Nós já esperávamos, porque para-raio [ininteligível], quando tem problema, ele já se mostra, já se quebra, não. Então a conclusão nas amostras realizadas aqui, pegar um isolador, está no almoxarifado, guardadinho, limpo, e com aquele que tem há 20 anos no campo, houve degradação? Não.

Agora, essa trinca mecânica é normal que se troque. Eu gostaria de ir em frente. Falei demais, não vai dar tempo de passar esse filme. Mas pode ir em frente, pode ir em frente, por favor... Pois não, eu vou me reter ao tempo, senador. Aqui é o seguinte: foi indagado algo aqui relevante. Aqui a gente tem LPNE, desculpe, que é a Linha de Potência Natural Elevada. O que a tecnologia brasileira está fazendo?

Aumentar a capacidade de transmissão das linhas a baixo custo, com mudanças de configuração de campos eletro-magnéticos, de geometria de condutores e subcondutores. Temos projeto elétrico, de aterramento, tem muito a ver com descarga, torre de fundações, equipamentos elétricos ambientais. Me permita falar aqui em ambientais. Sim, condições meteorológicas influenciam projetos de linha de transmissão.

Os senhores viram, na apresentação do Dr. Gilberto Câmara, que, lá, na Amazônia, quando a gente vai desenvolver de forma sustentável a hidroeletricidade brasileira, muito poucos sensores. Precisamos colocar mais sensores, precisamos aumentar essa rede de sensores, precisamos pegar as redes existentes, a grande rede do INPE com outras redes como SIMEPAR e outras e o próprio CEPEL tem alguns registradores de descarga.

Precisamos mapear Mato Grosso, precisamos mapear Amazônia, porque serve tanto para a operação, que é a discussão nesse momento, mas para o planejamento de transmissão. E o Brasil tem, via CEPEL, capacidade de trabalhar isso. Por favor.

Aqui peguei o projeto elétrico subdividi em sub-projetos, vamos em frente, pesquisa teórica, pode ir clicando, por favor, resultados de computador, de campos eletro-magnéticos, desculpe alguns em inglês, por favor, aqui geometria de campos, precisamos testar em laboratórios, pesquisas experimental. Por favor.

Aqui, no início, uma linha 230 kV da CHESF, em nova geometria tecnologia nacional, pode ir clicando, não tão rápido, por favor. Aqui espaçadores assimétricos para 500 kV da CHESF, implantados já. Por favor. Aqui ensaio de feixe expandido aqui, de descargas para fazer com que esses isoladores tenham suportabilidade adequada, 500 kV ensaiada previamente no CEPEL quando a gente consegue dar a capacidade hidrelétrica adequada, aí que a gente implementa em campo, por favor.

Teste de corona aqui, por favor. Aqui linhas implantadas. Presidente Dutra, Fortaleza, 740 quilômetros implantadas com essa tecnologia e outros exemplos, que eu pararia aqui.

Eu gostaria adiante de comentar a questão colocada aqui pelos meus colegas, o Dr. Boccuzzi e o Dr. Djalma Falcão, sobre *Smart Grid*, nos meus dois minutos que me faltam. Eu, Albert, estou falando agora, pessoalmente, como pesquisador. Eu não gosto do termo *Smart Grid*. Eu gosto do termo *Smarter Grid*, ou seja, redes mais inteligentes, porque o nosso sistema de transmissão já é dotado, sim, de redes inteligentes, semelhantes a qualquer um do mundo e, às vezes, melhores, como colocado aqui.

Vamos colocar mais automatismo. Cuidado, controlar um sistema desses, interligado com sérios automatismos, a gente quer que ele funcione quando a gente precisa, cuidado para ele funcionar quando a gente não precisa, isso é um provocador de distúrbios ou talvez até de blecautes. Quem precisa de 4 mil megawatts por ano de capacidade tem que pensar em soluções mais robustas a nível de transmissão e também não pode esquecer essa questão de geração distribuída algo do futuro.

Eu costumo dizer lá no CEPEL para os nossos pesquisadores que o pesquisador é um profissional, antigamente eu diria engenheiro, mas hoje não, nós temos geógrafos, tem pessoal do meio ambiente, tem tudo, é um profissional com os pés no chão e olhar no futuro e que seja capaz de construir uma trajetória, algo que na distribuição, redes de distribuição, níveis de tensões mais baixos, precisamos incrementar mais automatismo, mais controles.

Foi falado aqui em sistemas de medição, o CEPEL tem patente mundial, o Dr. Roberto Caldas é um dos autores em sistemas inteligentes de medição. Brigamos com a Zimmerman na Alemanha e ganhamos, PMU,

sistemas de medições fatoriais, isso, sim, para níveis de transmissão, vai ser um grande avanço.

CEPEL foi citado no NIST, o sistema americano, nós temos já parceria, já mandamos técnicos para lá, estamos envolvidos no projeto nacional de adotar dessa rede de medições fatoriais. Obrigado pelo tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Dr. Albert Cordeiro pela sua exposição que foi brilhante.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de transmitir aos Srs. Expositores que eu tenho certeza que todos nós aprendemos muito com as palavras do Dr. Cyro Vicente Boccuzzi, Gilberto Câmara, César Ribeiro Zani, Albert Cordeiro e Djalma Mosqueira Falcão e--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Infelizmente eu vou ter que sair, e para atribuir a necessidade de votar ali na Comissão de Relações Exteriores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Gostaríamos de agradecer portanto, a presença dos nossos convidados.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu gostaria, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Passo a palavra ao Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dizer que foram brilhantes os expositores, nos deram uma lição necessária para que nós pudermos explicar algumas coisa a quem nos questiona, e que eu estou muito satisfeito e feliz de tê-los ouvido a todos, são homens inteligentes, brasileiros esclarecidos que se deslocaram de São Paulo e de outros lugares distantes e vieram aqui nos dar a sua presença e sua sabedoria. Eu quero dizer o seguinte: nós aqui funcionamos com um certo dinamismo, o Presidente Collor teve que ir para a Relações Exteriores, Comissão, eu tenho que ir para lá agora, estamos sabatinando o Embaixador brasileiro, por isso peço desculpas aos senhores por ter que me retirar, mas foi um grande prazer. E prometo visitar o seu CEPEL lá no Rio de Janeiro, muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Paulo Duque. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria cumprimentar o Presidente Senador Eliseu Resende; cumprimentar o Dr. César Ribeiro Zani, Diretor de Furnas; Albert Cordeiro Diretor-Geral do CEPEL;

Prof. Djalma Falcão, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Gilberto Câmara, Diretor do INPE; Dr. Cyro Boccuzzi Consultor e Diretor da ECOee.

Eu infelizmente, Sr. Presidente, não pude acompanhar desde o princípio essa Audiência Pública, até porque nós... Houve reunião de bancada hoje pela manhã e, portanto, a agenda ficou um pouco prejudicada e eu não pude estar aqui às oito e meia. Mas eu queria fazer algumas considerações do pouco que eu ouvi sobre essa questão do apagão. Ou esse desligamento, esse blecaute que houve há duas semanas atrás.

Primeiro o seguinte, eu acho que nós precisamos deixar bem claro o que é o apagão e racionamento. Ou blecaute e racionamento. Blecaute é o que aconteceu há duas semanas atrás; racionamento é uma coisa ao longo do tempo e, no meu ponto de vista, muito pior.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Decorrente da falta de oferta de energia.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É o que é uma situação muito mais grave, nós não estamos diante de uma falta de energia, nós tivemos um blecaute, que não bom para ninguém, as pessoas sofrem, os constrangimentos são grandes, mas uma coisa é blecaute, que talvez a palavra apagão tenha uma relação mais direta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Significa, talvez.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E outro é racionamento, que a apelidaram de apagão, mas é uma coisa muito pior, porque o racionamento afeta o dia das pessoas por longos meses, afeta a indústria, afeta o comércio, é um transtorno. Eu já vivi, hoje eu sou engenheiro já enferrujado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Experimentado.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Experimentado não, eu já estou mui aquém das nossas tecnologias, mas o senhor e eu também, nós vivemos racionamento no Nordeste, nós vivemos racionamento em parte do norte do país, nós tivemos, depois, um racionamento maior que atingiu várias regiões brasileiras. E a região Sul ficou de fora porque o link era fraco, a região Sul tinha mais geração, mas não tinha transmissão suficiente. E o racionamento é um estrago. É uma coisa horrorosa o que o racionamento traz, especialmente com relação ao desenvolvimento econômico e social do país.

Então, mas nós temos que, primeiro, partir desse conceito de blecaute e racionamento, são coisas diferentes, e essa palavra apagão que caiu no cunho popular, ela está mais muito ligada a um blecaute do

que a um racionamento, que é muito mais grave, são coisas diferentes.

O segundo ponto que eu gostaria de destacar também, e que a gente observou quando houve esse blecaute, é a absoluta desarticulação no que se refere a informações. O que se viu foi um espetáculo dantesco naquelas duas três horas pós apagão. Eu tinha saído do Senado era mais ou menos uma 10h da noite, dez e meia, Brasília não sofreu com isso, e nós ouvindo da rádio e-mails chegando dizendo que o Rio de Janeiro estava apagado, São Paulo estava apagado, falei: "O que o será que está acontecendo? Deve ser um negócio grave".

Aí eu recebi uma ligação de Campo Grande, Campo Grande, o meu estado "está tudo pagado aqui". Eu falei: "Bom, então é feio o negócio". Cheguei em casa, liguei a televisão, aí vi o transtorno e o inacreditável é o seguinte, quando aconteceu o transtorno, assessor de comunicação social deu opinião, vários dirigentes do setor elétrico deram opinião, eu acho que a única... e isso já bem mais tarde, eu acho que a única opinião, pelo menos mais equilibrada que eu ouvi, não sei se ouvi todas as opiniões, mas eu ouvi, eu acompanhei a maioria das opiniões, mas foi quando entrou o César falando sobre Furnas, que cuida do sistema de transmissão de Itaipu.

Porque, no início, era uma competição: quem foi o responsável pelo apagão, o que não estava em jogo naquele momento, se era Itaipu, se foi Furnas. Itaipu dizia que era Furnas, a ANEEL entrou também dando opinião. Uma verdadeira loucura. Até assessor de comunicação, assessor de imprensa falou também no auge do... Quando ninguém sabia de nada.

Então acho que essa é uma lição que vai ficar para essa ocorrência. Eu acho que, quando acontece um acidente nesse nível, tem que falar Operador Nacional do Sistema, é quem tem a visão do conjunto, a visão de como o sistema está operando e concentra as principais informações do sistema. Então, eu acho que, nesse aspecto, houve um... acho que foi muito mal comunicado, muito mal... Os primeiros momentos, eles deveriam mais do que nunca exigir silêncio. E, sim, nós concentramos todos os nossos esforços na retomada do sistema, o que efetivamente aconteceu.

Então eu acho que esse é um ponto que eu achei falho, é quando as informações começaram a surgir com relação a esse blecaute, a esse desligamento.

Uma outra questão, eu tive acesso ao relatório resumo da sessão anterior, é só uma correção aí de caráter conceitual, porque acho que foi dito aqui que as usinas termoeletricas, elas gostam mais de hidráulica porque ela dura mais. Isso não é propaganda de produto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu compreendi a observação de V. Exa.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eles hidrelétricas elas são mais utilizadas porque elas duram mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Cem anos, eu acho que é difícil prever.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Termoeletrica dura menos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não faz sentido essa previsão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não é essa a questão. A questão é primeiro a nossa vocação é a energia renovável. E segundo, tem que ter uma fatia de termoeletricidade, seja ela qual for, para otimizar o sistema. Então eu acho até que esse resumo, ele tem uma conceituação no meu ponto de vista de equivocada, não é questão de durabilidade, é questão de otimização. A coisa é diferente.

E eu queria fazer uma... E aí uma abordagem muito rápida sobre o setor de energia. Eu não vi aqui, e acredito que talvez o Dr. César tenha oportunidade de ter apresentado, porque eu mesmo, quando vi o defeito, eu fui criado em barragem e em sistema de transmissão, quando eu vi que três linhas saíram por curto-circuito ou por descarga atmosférica, eu fiquei meio... eu fiquei preocupado com isso porque é uma coincidência inacreditável, mas absolutamente comprovável, porque os oscilogramas eu não sei se mostraram oscilogramas aqui, eles, o oscilograma de tensão fase a fase das linhas e de corrente dá para ver se teve curto ou não e isso é inapelável.

Eu não sei se foi apresentado aqui, foi apresentado? Ah, eu não vi. Mas essa é uma informação importantíssima.

E só para registrar, quer dizer, na verdade começou, o curto começou numa das linhas de 750 kV e aí e houve ocorrência em outras linhas com sobretensão nas fases não defeituosas, é isso?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Não. Esclarecendo que já foi mostrado, Senador Delcídio Amaral é um prazer.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, o senhor só desculpe, que como eu não peguei um pedaço da reunião--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Vamos ouvir o Dr. César.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Obrigado, Presidente. Mostrando o que ocorreu, pelos oscilogramas. Esse aí é da linha Ivaiporã-Itaberá circuito 1, foi o primeiro circuito que saiu. Houve uma falha na fase B, que foi a

primeira, aqui está a tensão da fase B da linha Itaberá-Ivaiporã, e ela vem aqui e nós temos o curto-circuito nesse momento. Foi o primeiro curto, esse curto, Senador Delcídio, se deu no--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas isso é o quê? Em uma das fases?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: É, numa fase, na fase B, no circuito 1 da Itaberá-Ivaiporã.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Se deu sobre o filtro de onda da entrada da subestação. A entrada de subestação, para-raio e filtro de onda, o primeiro arco-voltaico se deu em cima do isolador de pedestal, em cima do filtro de onda.

Eu vou aproveitar aqui, embora nós temos outros dois oscilogramas, para mostrar a fase A e C. Nesses mesmos circuitos, embora as outras falhas tenham sido em outros circuitos, eu vou mostrar em seguida. Mas já que o senhor é um especialista, eu posso detalhar [riso].

Na fase A, foi a segunda que ocorreu o curto, ocorreu o curto no outro circuito 2, que eu vou apresentar, mas logo depois, o senhor vê que ela passou um ciclo, e no próximo ciclo já houve a falha. Nós vamos ver mais claramente na hora que colocarmos o circuito 2.

E na fase 5, que foi a última, ela se deu logo em seguida, imediatamente depois. Quer dizer, não houve nenhum ciclo. Para ter uma ideia, isso foi apresentado pelo Dr. Hermes aqui na apresentação do ONS, essa falta ainda não tinha sido eliminada, porque o tempo é de dois e meio ciclos para a extinção do... Abertura do disjuntor, as outras fases estavam entrando em curto. Quer dizer, foram curtos... Três curtos monofásicos, curtos evolutivos que se transformaram em curtos trifásicos.

Mostrando o próximo, aqui está o circuito 2 e a falha, foi no circuito 2, foi na fase A. Então, está aqui a falha, e depois, passado mais um... Próximo, isso. Aqui na fase C, vamos ver aqui a tensão na fase C... Onde está? Aqui. Tensão na fase C do circuito 3. Novamente é a falha nesse ponto. Após a tensão estar no máximo, novamente a falha. Essas duas falhas, a primeira se deu no filtro de onda. As outras duas falhas, quer dizer, as outras duas... arcos-voltaicos que provocou circuitos se deram nas cadeias do isolador de pedestal do circuito 2 e do barramento. A sequência foi essa.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quer dizer, se eu entendi. Houve uma falha monofásica na bobina de bloqueio... É bobina de bloqueio lá na frente, não é?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Isso, isso, isso.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Na bobina de bloqueio--

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: No isolador.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): No isolador da bobina de bloqueio.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Isso.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Aí isso, depois, alguns milissegundos depois, pegou a fase A?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Começou na fase B, foi para a fase A do outro ponto--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E depois pegou a fase C.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: De outro ponto.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): De uma linha?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Não, de três linhas. A primeira foi na fase B do circuito 1, filtro de onda. A segunda foi na fase A do circuito 2, na entrada dela, no isolador de pedestal dela. E o terceiro foi na barra, na barra, na fase C, onde fica conectado--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Do outro circuito?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Onde fica conectado o outro circuito.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É, porque... Sr. Presidente, eu não tinha visto em nenhuma, em nenhuma explicação sobre esse defeito, eu não tinha visto nenhum oscilograma. Eu vi fotografia de tudo quanto é coisa, mas oscilograma é a primeira vez que eu estou vendo. Porque o oscilograma é infalível, é o que aconteceu antes do defeito e depois do defeito. E aí é muito claro que a tensão... Que a tensão vai para o chão e aí, conseqüentemente, caracteriza curto-circuito e depois os desdobramentos com menos de um ciclo, pelo que eu estou vendo aí.

Então, é um acontecimento absolutamente excepcional. Excepcional. Eu mesmo, inclusive, quando me falaram que três linhas tinham saído por descarga, eu: "Isso não é possível". Três linhas por descarga atmosférica é uma coisa complicada. Agora, eu estou vendo que é perto da subestação, no isolador de pedestal de bobina de bloqueio, e, Sr. Presidente, eu vi muitos curto-circuito na minha vida, viu? E o curto-circuito é uma desgraça, porque, às vezes, quando o senhor tem um curto, e o curto, ele não é metal-metal, o curto é pelo ar, é pela cadeia de isoladores, e muitas vezes o curto, e o curto não é disciplinado, ele... É um pouco o que o Dr. Albert Cordeiro disse aqui, ele é meio, ele é errático, e aí a possibilidade de pegar outras fases, isso pode efetivamente acontecer, eu não tinha visto esses oscilogramas ainda.

Posso continuar?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pode, por favor.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Acho que o doutor Albert quer...

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Só uma palavra. Eu não sei se eu teria a liberdade de apresentar um ensaio no CPU de dois minutos, no máximo três, sobre a suportabilidade dessa descarga no isolador, uma primeira seção que passou dentro da norma. Eu não sei se seria interesse dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós estamos encerrando a sessão, depende do interesse de V. Exa.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, o Presidente é que manda. Aqui é presidencialista a comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sem problema. Dois minutos.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Pois não.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu depois só queria fazer algumas observações, viu, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Faz um favor, será um prazer ouvir o senhor.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Depois?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Depois.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Está bom.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Você pode, por favor? Esse ensaio é uma sessão do isolador, vocês vão observar daqui a pouco que a gente vai colocar uma chuva artificial dentro da norma, vai ocorrer centelhamento, mas vai passar. Está sendo utilizada uma câmera ultra violeta adquirida do CEPEL, recurso da Eletrobrás, custa 200 mil dólares essa câmera, para poder ver isso. Vocês estão vendo aí a chuva, começa aí esse centelhamento, é ionização do ar, como se eu quisesse quebrar a rigidez dielétrica, vocês vão ver que ali não vai acontecer. Mais em cima, devido à proximidade, aí do arco... Já está terminando, que o tempo aí é entre um minuto, um minuto e meio a suportabilidade. Então, esse tipo de ensaio que a gente faz pra ver. Depois a gente faz chuva de 3 milímetros por minuto, depois 5 milímetros por minuto e é nessa cadeia que a gente está tentando passar isoladores, aumentar o design dos discos, para suportar limites acima da norma.

E também sugiro aqui que a gente instale pluviômetros nessas regiões aí, que tem maior intensidade de chuva, que a gente precisa da taxa de variação da

chuva, quantos milímetros por minuto. Eu acho que é suficiente. Agradeço. Vai passar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria de... Então, uma vez que está... E foi muito bom esse... Eu não sei, saiu em algum lugar esse oscilograma, mostrando, explicando isso?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Ele foi apresentado na reunião do Comitê de monitoramento do setor elétrico no dia seguinte à ocorrência. No dia 11, às 17 horas.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas foi explicado isso em algum, outro lugar que--

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Eu creio que na Audiência Pública... Na Audiência Pública, na coletiva de imprensa foi apresentado.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Houve... Posso responder, senador? Houve uma reunião emergencial do CMSE, convocada pelo Sr. Ministro Edison Lobão, e na coletiva de imprensa esse oscilograma já tinha sido trazido, ato contínuo, por Furnas e foi mostrado, e tinha-se ali uns 50 ou 60 jornalistas. Só não foi publicado em mídia, mas foi mostrado. A caixa preta apareceu, como o senhor se referiu.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, Presidente, eu só gostaria de fazer também alguns registros, o seguinte: até um pouco em função da cobertura que foi dada a esse, a essa ocorrência, eu sou oriundo do setor elétrico. O setor elétrico do Brasil é um dos melhores setores elétricos do mundo, disparadamente. Nós temos tecnologia, nós somos ponta em termos de setor de energia no mundo. Nós temos um sistema complexo, operado... Eu vi uns sistemas aí, o *new wave*, esse é da minha época ainda, peguei aí um resto de... os sistemas são operados de uma forma extremamente competente, com sinal econômico claro, com otimização energética e o que nós temos no Brasil instalado hoje é o estado da arte. E eu ouvi cada barbaridade nessas avaliações que foram feitas, eu sou do tempo do relé eletromecânico ainda, que tinha disco de indução, aquelas coisas. Eu peguei já a transição, quando começou o releamento estático, que na minha época era o tal do mode 3, da GE, que era uma proteção de distância e que era uma proteção totalmente estática, foram os primeiros relés. Hoje, na minha época, uma casa de relé, na época do senhor, uma casa de relé era do tamanho dessa sala aqui, hoje a gente vai numa subestação dessa e vê uma casa de relé, eu acho que deve ficar limitado a esse espaço da mesa aqui diretora da Comissão de Infraestrutura. É uma coisa... É uma evolução tremen-

da, evolução sob o ponto de vista de releamento de proteção, de telecomunicações.

Eu sou da época do carrier ainda, da onda portadora, depois entrou fibra óptica, ou seja, um avanço espetacular, extraordinário. Portanto, eu rejeito qualquer tipo de afirmação que o setor elétrico brasileiro é um setor ultrapassado, isso é de gente que está... Ou não sabe ou está querendo levar a discussão para uma politização absolutamente inadequada. Então não existe isso. Quer dizer, as nossas... Esse sistema de Itaipu é um dos melhores sistemas do mundo. O sistema de corrente contínua, acho que 600kv, não é? Eu já nem lembro mais, é um sistema referência no mundo em termos de confiabilidade, são linhas de 750kv, são poucas as linhas no mundo que operam com 750kv em corrente alternada. Eu me lembro quando estavam concebendo Três Gargantas, a Usina de Três Gargantas... Muita gente de Três Gargantas veio a Itaipu para olhar o sistema inteiro, para olhar as máquinas. É modelo no mundo. Então, "devagar com o andor que o santo é de barro", aí é demais. Quer dizer, as coisas que foram faladas, coisas absolutamente inadequadas. Eu, na minha época, nós inauguramos terminal, unidade terminal remota de memória de ferrite, não era memória estática ainda, hoje é tudo memória estática, você tem o sistema...

Quando eu vi algumas entrevistas, e aí Dr. Cyro, falavam desse *Smart Grids*, então: "Os caras..." parecia que era uma coisa... O nosso sistema é muito inteligente. É muito inteligente. O nosso sistema é um sistema, é um primor o setor elétrico brasileiro, se existem outros conceitos que estão sendo implementados, acho isso louvável, o Dr. Cyro falou aqui com intensidade, o Prof. Djalma Falcão também, mas nós não podemos deixar de considerar que a evolução do setor elétrico brasileiro, dos sistemas de controle, proteção, medição, dos equipamentos, isso é incomparável, Sr. Presidente, incomparável, incomparável. Nós não fazemos feio para país nenhum do mundo.

Outro conceito que tem que acabar é o seguinte: Eu comecei a achar, e vi de uma forma até inacreditável, algumas pessoas, cientistas, que eu só posso conceber isso assim, uns pensadores do setor elétrico brasileiro, do setor elétrico mundial, durante a discussão do apagão, do blecaute, a população estava achando que ter sistema interligado era ruim e que tinha que ter sistema isolado. Isso é um absurdo. Isso é um negócio completamente fora de--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Principalmente diante do gigantesco potencial hidráulico--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Hidráulico que nós temos--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Que o Brasil possui.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E o Dr. Albert, que eu ouvi atentamente, a geração distribuída é uma saída importante, o governo está promovendo isso não só através de PCHs, mas de geração, utilizando bagaço de cana, uma série de outras alternativas, mas pelo amor de Deus, falar que sistema interligado é ruim, como diz o velho Raul lá do baú: "Para o mundo que eu quero descer". Deus me livre, isso é um negócio absurdo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Praticamente não temos alternativa, temos de ter sistema interligado.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Claro, Presidente. Então, são essas coisas e que corroboradas, pelo menos pelo que eu entendi, pelos especialistas aqui, todos os especialistas que aqui falaram, é inegável o avanço do setor, a alta confiabilidade do sistema elétrico brasileiro.

E eu não... Uma vez já eu tive a oportunidade de ver os oscilogramas, acho que o oscilograma fala por si só, eu também gostaria só de fazer alguns comentários e eu não sei se... O que me estranhou, César, é porque que Itaipu saiu inteira. Porque eu já levei blecaute em usina, de sair usina inteira, é um vexame para todo chefe de usina perder uma usina inteira, é um negócio devastador, é uma vergonha, a gente não sabe nem onde enfiar a cara.

Evidentemente, eu acho que o sistema de corrente contínua também saiu. A minha preocupação é se a usina parou de uma vez ou se as máquinas ficaram rodando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O Dr. César pode informar, talvez.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Eu não tenho de cabeça, porque essa análise é feita pelo ONS, mas creio que ficaram quatro máquinas em Itaipu. Elas tiveram que ser cortadas, eu mostrei aqui, porque não tinha como continuar transmitindo potência, já que não havia caminho, há não ser por Ivaiporã, só que Ivaiporã que entra pelo sul estava exportando também--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Estava no limite?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Estava no limite. Então o sul foi ilhado, corretamente ilhado, e Itaipu ficou sem ter onde colocar energia, as máquinas foram cortadas e ficou quatro máquinas girando, eu creio que no processo de [ininteligível] eu não tenho certeza. Foi muito bem colocado pelo senador, as primeiras informações devem ser feitas pelo ONS, todas as análises posteriores em conjunto com os demais agentes, tanto

as informações iniciais pós-ocorrência quanto depois. Então, esse é um detalhe.

Com relação à presença da Usina de Itaipu, esse foi o esquema que permaneceu e operou e manteve pelo menos quatro máquinas, cinco máquinas foram cortadas.

A questão da corrente contínua, que me lembraram ali, a questão da corrente contínua eu apresentei aqui, o sistema de corrente contínua, ele exige que eu tenha um sistema receptor em corrente alternada presente, com mínimo de tensão e corrente para as grandezas elétricas--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sub-tensão?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: É. Então houve um colapso de tensão na área São Paulo, que trouxe o sistema a ser de corrente contínua, houve um colapso de tensão, o sistema de corrente contínua tentou permanecer injetando potência, mas aí as proteções de sub-tensão DC atuaram tirando os pólos corretamente, não tinha como continuar transmitindo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Satisfeito, Senador Delcídio?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Acho que o Dr. Albert... Eu vou concluir, viu Presidente, não vou me estender.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Dr. Albert, faça o favor.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Pois não. Só três esclarecimentos. Eu acho que, na sessão anterior, também foi apresentado aqui o oscilograma. Eu queria dizer que há sempre a oportunidade para melhorias, olhar os esquemas de controle da [ininteligível], o tempo de restauração e a gente está trabalhando nisso como sempre pesquisa, além das ações institucionais.

Quería dizer que nós recebemos no CEPEL, foi citado o IEEE, um pedido para o novo item do próximo ano ter uma sessão especial sobre esse blecaute. Está escrito lá: "Para enfatizar sua rápida recuperação".

E uma última notícia, estamos investindo 42 milhões da Eletrobrás mais 15 milhões da MCT via FINEP para construir um novo laboratório do CEPEL para chegarmos a 1.100 Kvc e mais ou menos 800 Kvcc, tudo isso desenvolvimento da [ininteligível] da Amazônia em base sustentável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Delcídio com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu acho que essas coisas já estão relativamente esclarecidas, a única coisa que eu lamento é por que as térmicas a gás natural não partiram, pelo menos para atender algumas áreas estratégicas do

país. O Rio de Janeiro tem mais de dois mil megawatts dentro do Rio de Janeiro que já poderia ter entrado. Eu não sei se foi por facilidade operacional, pelo retorno de Itaipu, a retomada do sistema, isso eu não entendi. São Paulo tem várias usinas também a gás natural dentro da cidade de São Paulo, não entraram também. Mato Grosso do Sul tem uma dentro de Campo Grande, não entrou também, Três Lagoas, ali próximo da divisa também não entrou, Minas Gerais tem centrais também, não entraram. Essa é a dúvida que eu fiquei porque elas têm... E aí eu vi outra barbaridade de algumas pessoas até que eu pensei que conheciam um pouco melhor o que é geração de termoeletrônica. "Ah, demora muito para entrar", usina a vapor, que usina a gás apertou o botão é igual turbina de avião, não tem conversa, parte ligeiro.

Então, eu... talvez seja uma decisão lá na hora, do operador nacional, que julgou que era mais conveniente retomar Itaipu, aí existem critérios que talvez sejam mais sofisticados e consequentemente acho que não é esse aqui o momento de a gente discutir, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Mas importante a observação de V. Exa. As térmicas foram feitas para serem usadas nessas oportunidades.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Também. E nós não vimos esse movimento, pelo menos eu não percebi, porque o Rio, eu vi ficou muito tempo fora e São Paulo também.

Então, essa é uma dúvida que eu tive, o porque que não foram despachadas, porque elas estão operando, e sei que estão em condições de entrar no sistema a qualquer momento, pelo menos é o que o contrato diz. E fora, mesmo térmicas a óleo, mas aí é uma outra questão, que aí depende muito da configuração das máquinas e é uma coisa mais complexa.

E, pelo que eu compreendi do que foi sugerido, aliás, está sendo apresentado aqui, quer dizer, os estudos, os aperfeiçoamentos estão sendo feitos especialmente na suportabilidade dielétrica dos equipamentos, pelo que eu entendi, que é isolador de pedestal, enfim, outras melhorias.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Isso é parte, porque está se configurando chuvas em taxa de variação mais densas ali dentro, essa é uma parte no caminho. Outra parte é estudar, é se há possibilidade, sabe que o sistema evoluiu bem, devido a investimentos em transmissão nos últimos anos. Alguma outra hipótese de ligamento, de algum outro controle de emergência e, inclusive o senhor está dando aulas aqui pra gente, também, a questão da própria recomposição, fluente ou não parte dielétrica, ou térmicas a gás se couber, principalmente.

Então, tudo isso é que eu queria dizer, a gente tem que identificar causas e ter oportunidade de melhorias, isso vai ser analisado.

Tem uma comissão criada pelo Sr. Ministro Edison Lobão para sugerir até oportunidades de melhoria nesse sentido. Além disso, vai ser [ininteligível] ONS dentro do relatório, o RAP, Relatório de Análise de Perturbação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Observações finais, senador.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pelo que eu entendi, o sistema de controle na leitura que os técnicos do setor elétrico fizeram, ele operou adequadamente?

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Sim.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quer dizer, esquema de alívio de carga, tudo isso aí operou dentro do projetado?

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: É. Daí o fato de ter ligamentos propositais, salvando a Região Sul, salvando ali Norte e Nordeste, parte de Minas Gerais. Então, funcionaram adequadamente. Não obstante, tem que se investigar a oportunidade de melhoria ainda em cima, mas funcionaram devidamente.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, era isso, essas observações, queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Contribuições extremamente importantes por parte de V. Exa., senador.

Eu gostaria de aproveitar a presença ainda dos nossos convidados, para trazer ao conhecimento deste Plenário, que o nosso Presidente Senador Fernando Collor, encaminhou um expediente à ANEEL, dizendo que *"diante da recente divulgação do cometimento de erros nos cálculos dos reajustes das tarifas de energia elétrica nos últimos sete anos, solicitamos a antecipação dessa Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANEEL no sentido de encaminhar à Comissão de Infraestrutura do Senado relatório contendo os cálculos dos valores cobrados a mais dos consumidores brasileiros neste período"*. O Presidente Fernando Collor nos pede que informe que ele acaba de receber a resposta da ANEEL, dizendo que *"a Agência já instaurou processo de audiência pública para obter subsídios e informações para adequação da metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual mediante aditivo de contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, visando a neutralidade dos itens não gerenciáveis. O objetivo dessa audiência será discutir a alteração das cláusulas econômicas dos contratos de concessão e serviço público, de distribuição de energia, especificamente quanto à formula do reajuste"*.

Essa foi a resposta da ANEEL que o Presidente Collor pretende levar ao conhecimento do Plenário.

Eu agradeço a presença dos nossos convidados, Dr. César Ribeiro Zani, Dr. Gilberto Câmara, Dr. Albert Cordeiro, Prof. Djalma Falcão e Dr. Cyro Vicente Boccuzzi, pela presença e extraordinária contribuição ao esforço de esclarecimento sobre a interrupção do fornecimento de energia elétrica ocorrida no país no último dia 10 de novembro de 2009, que atingiu 18 unidades da Federação. Agradeço a presença dos nossos convidados.

Quero informar ao Plenário que estava programada uma reunião... Os nossos convidados estarão dispensados. Muito obrigado pela presença. Muito grato.

Havia uma reunião programada. Eu pergunto se há algum interesse. Os itens da Pauta correspondem a quatro projetos de lei e três requerimentos. Os três requerimentos são de autoria do Senador Fernando Collor, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena. Nenhum deles está presente. Há quatro projetos de lei, um que tem o parecer do relator Eliseu Resende, outro parecer do relator Osvaldo Sobrinho que não está presente, o outro tem o parecer do Senador Valdir Raupp e, finalmente, o último tem o parecer do Senador Heráclito Fortes, que também não está presente. Eu perguntaria se é o caso de abrir a sessão para essa reunião deliberativa, ou se deixaremos a pauta para a próxima sessão.

Consulto o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): A minha preocupação é se na próxima sessão vamos ter quórum. Hoje já foi difícil de quórum e conseguimos o quórum para votar, não deliberativa, porque nesse momento não tem quórum aqui para votar nominal. Então se a gente pudesse, pelo menos, fazer o meu relatório, agora, fui informado também que o Senador Delcídio entrou com requerimento para sobestar esse Projeto da Rodovia 080, que é o meu relatório.

A gente tinha combinado de votar mesmo não tendo votando ainda o PNV na Câmara dos Deputados, o SNV, o Sistema Nacional de Viação, mas esse projeto poderia ser votado para que o DENIT pudesse começar a adiantar os projetos, começar a desenvolver um projeto, que não tem projeto em alguns trechos dessa rodovia, isso foi inclusive acordado, acertado dentro com os técnicos do DENIT para que fosse feito esse relatório. Foi feito até de comum acordo, em parceria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Parece que há um requerimento do Senador Delcídio sobre uma matéria. Vamos tratar, então, esse item da Pauta que corresponde...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, eu acho que o Requerimento, por exemplo, tem precedência. Nós não temos *quorum*.

Quer dizer, em sendo assim, como é que nós vamos dar continuidade nessa reunião? Porque como é que nós vamos votar o requerimento? E o requerimento, ele não é contra o projeto que o Senador Raupp apresentou. Ele simplesmente adota, ele deixa sobrestado o projeto até a aprovação do SNV, o que no meu ponto de vista e a liderança do Governo me procurou para conversar sobre isso, de certa maneira tem bom senso isso, porque nós estamos com SNV que foi exaustivamente trabalhado, por V. Exa., tramitando na Câmara, que nós aprovamos aqui na Comissão de Infraestrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quero dizer ao Senador Raupp que eu não tenho nada contra, a minha questão é questão de mérito, quando estamos com SNV tratando e nós já estamos abrindo outras alternativas em cima do SNV, que foi extremamente generoso, quando tratou dessa questão, do Sistema Nacional de Viação, para a gente já começar novamente a retomar alternativas que já agora não foram atendidas pelo SNV.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Como relator do Projeto do Sistema Nacional de Viação, eu gostaria de informar que nós levamos em conta as proposições, as emendas relacionadas com a rede rodoviária do Estado do Mato Grosso e do Centro-Oeste.

E houve emendas do Senador Jaime Campos e do Senador Marconi Perillo, relacionadas com o traçado da BR-080 e o traçado da BR 414 se não me engano. Como relator, eu acatei as emendas propostas pelos senadores. O SNV foi aprovado na Comissão de Infraestrutura e no plenário do Senado Federal, por unanimidade e foi para Câmara.

Lá na Câmara está tramitando, falta a última tramitação, que é o Plenário da Câmara. Se o SNV for aprovado, ou quando for aprovado, ele revoga o Plano Nacional de Viação.

O projeto de lei que o Senador Valdir Raupp é relator modifica novamente o traçado dessas estradas e propõe essa alteração no Plano Nacional de Viação. Acontece que o Plano Nacional de Viação será revogado pela SNV quando for aprovado.

Então, nós temos duas alternativas, que eu expus, inclusive, ao Senador Valdir Raupp.

A primeira alternativa, aprovamos a sua proposição inserindo as modificações no PNV. Mas o PNV, dois meses... A partir de... Cerca de dois meses a partir de agora, no máximo dois meses, será revogado. Então, eu preciso de essa proposição começar toda de novo, mediante novo projeto de lei. Ou então sobresta-

mos o projeto, tal como estamos fazendo com outros, com outras iniciativas parlamentares, esperando que o SNV seja aprovado para que assim nós possamos com simples emendas de... Redação, possamos aprovar facilmente.

Essa é uma decisão do Plenário. Achemos, parece que o Requerimento do Senador Delcídio é no sentido do sobrestamento.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, até para... Porque se for no Plano Nacional de Viação, com a aprovação do SNV ele vai cair.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Revoga, cai. Aí tem que fazer uma nova lei, mudando-se o SNV.

Gostaria de ouvir a consideração do Senador Valdir Raupp.

SR. SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não há possibilidade de incluir essas alterações no SNV?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não há?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Essas alterações da BR-080, desses traçados, que não está no SNV?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Essa pergunta eu não entendi.

SR. SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Se existe possibilidade do relator inserir no relatório essas modificações, essas alterações do traçado da 080, que não estão no SNV.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não, porque está na Câmara, e a Câmara não pode introduzir emendas de mérito. Ela aceita ou rejeita integralmente as modificações do Senado.

A decisão tomada Senador Valdir Raupp, nós temos aqui algumas dezenas de projeto de lei semelhantes. E também na Comissão de Viação e Transportes da Câmara. É sobrestar, esperar que o SNV seja aprovado e aí a gente faz uma emenda de redação e modifica o SNV na forma como V. Exa. deseja na sua proposição.

SR. SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Aí eu teria que apresentar uma emenda, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É mais fácil.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Teria que apresentar uma emenda...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Aprovado... Revogado o Plano Nacional de Viação, o mesmo projeto de lei é analisado aqui com emenda de redação, ou seja, modifica... Substituindo a expressão Plano Nacional de Viação, por Sistema Nacional de Viação.

É, sem dúvida nenhuma a solução mais simples. E produz o mesmo resultado de colocar agora no PNV que vai ser revogado, talvez seja a solução da revogação do PNV. E a nova lei do SNV talvez seja mais demorada ainda para obter os resultados esperados.

SR. SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O senhor acha que há possibilidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não há problema com relação à aprovação da alteração do traçado. Não estamos entrando no mérito. Apenas uma questão de forma, para obter a aprovação o mais rápido possível.

SR. SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): E o senhor acha que esse SNV será aprovado esse ano ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Há um esforço no sentido de se aprovar esse ano ainda. Está na última tramitação.

SR. SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Tudo bem. Tenho que me render. Com a experiência do Senador Elizeu Rezende.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Asseguro a V. Exa. que não há nenhum problema de mérito.

SR. SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu estou entendendo, estou entendendo.

É uma questão de forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Alteração do traçado já está autorizada, pelo menos virtualmente, informalmente.

SR. SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É uma questão de forma.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só uma.. Para registrar existem outros casos aqui na Comissão de Infraestrutura que nós estamos adotando o mesmo procedimento. Quer dizer, de sobrestar, quer dizer, com o mesmo argumento que está sendo apresentado nesse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O secretário aqui da comissão está dizendo que pelo menos uma dúzia de projetos estão sobrestados.

Nós vamos encerrar então, a reunião.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós vamos convocar os senhores membros da comissão para nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 07 de dezembro, segunda-feira, às 18 horas, neste Plenário, integrando a agenda 2009/2015, *Desafios estratégicos setoriais*, sobre o terceiro desa-

fio, *Infraestrutura e Políticas Públicas*, apresentando o Painel IV, que é a discussão do projeto de lei do Governo Federal sobre as agências reguladoras, com os seguintes convidados expositores: Dr. Ralph Lima Terra, vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base ABDIB; e o Dr. Luiz Alberto dos Santos, esse vem sempre aqui, quando se fala em agência reguladora – é o subchefe de análise e acompanhamento de políticas governamentais da Casa Civil; e o Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho, Presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras.

Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h50.

Senado Federal
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2009, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia sete de dezembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura. A Presidência declara aberta a reunião, e anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública faz parte da **Agenda 2009-2015 “Desafios Estratégicos Setoriais”**, proposta pelo Senador **Fernando Collor** e elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores **Delcídio Amaral**, **Flexa Ribeiro** e **Gim Argello**, destinada a debater o Terceiro Desafio: **“INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS”**, Painel IV – **DISCUSSÃO DO PL DO GOVERNO FEDERAL SOBRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS**, com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Ralph Lima Terra** – Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB; **Dr. Luiz Alberto dos Santos** – Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência República e **Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho** – Presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras. O

Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usou da palavra o Dr. Marcelo Barros da Cunha – Diretor da Secretaria de Fiscalização e Desestatização do Tribunal de Contas da União – TCU. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo à presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte horas e sete minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada.

Senador Fernando Collor
Presidente

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI

52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 18 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

A presidência registra o recebimento do Ofício GP nº 984/09, do Presidente de Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Deputado Elcio Alvares, agradecendo o convite para participar da Agenda Desafios Estratégicos Setoriais, e informando de impossibilidade de sua participação.

Também esta Comissão recebeu do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia o seguinte ofício: “Ofício nº 349 GP/ALE/2009, Porto Velho, 1º de setembro de 2009. Excelentíssimo senhor, chegou ao conhecimento desse parlamento estadual que a empresa Propower Geradora de Energia Ltda.,

sucessora da empresa Rovema Veículos e Máquinas Ltda., no interesse de beneficiar empreendimentos referenciados em questão, solicitou a Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON que seja postulado, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, a suspensão em relação as PCH's Machadinho e Cachoeira Formosa do beneplácito de sub-rogação da Conta de Consumo de Combustíveis, CCC, referente as linhas de transmissão Arari-Machadinho 138 kV, e Montenegro-Buritit 69 kV, incluindo os respectivos bays terminais. Tal informação vem a lume no momento em que o Município de Machadinho d'Oeste atravessa uma séria e prejudicial crise no setor de energia elétrica, maximizado pela promessa e compromisso descumpridos pela CERON que, quando incitada a manifestar sobre a problemática, posto ser a concessionária atuante no Estado de Rondônia, assegurou a solução do impasse, apresentando um conjunto de obra, qual seja a construção de uma PCH e uma linha de transmissão interligada ao sistema nacional, cuja a execução seria providencial, mas nada fez.

Diante desse cenário, transparecem elementos indicadores de que outros interesses, que não os da população dos aludidos municípios, tendem a sobrepujar o PÚBLICO, ocasionando uma verdadeira inversão axiológica a revelar supostas violações de ordem constitucional e legal, o que não se admite.

Com efeito, os municípios – segundo ainda o Presidente da [ininteligível], a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia –, com efeito, os munícipes estão indignados com a notícia máxima, porque a interligação do Sistema Nacional – SIN é uma expiração histórica, cuja luta tem feito parte da identidade dessas localidades. A pretensão da empresa não somente contraria o bem-estar local por quanto a energia térmica gerada, além de alto custo, é insuficiente para atender satisfatoriamente a demanda, como também atenta quanto ao meio ambiente por empregar procedimento de geração altamente poluente ou menos ecologicamente correto do que a interligação ao SIN.

Por fim, vê-se que a problemática – ele insiste na problemática –, além das implicações imediatas ressentidas pelos aludidos municípios, mancha indelevelmente uma das políticas governamentais mais importantes, qual seja o Programa Luz para Todos cuja execução, em todo o território nacional, tem-se afigurado uma vitrine da atual gestão Federal, fato que também reclama acurada a atenção.

Diante do exposto, solicita-se que a problemática – ele insiste no termo problemática – em questão seja efetivamente dirimida, beneficiando-se os Municípios de Machadinho e Buritit. Assinado Neodi Carlos Fran-

cisco de Oliveira, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.”

Esse foi o ofício encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa Senador José Sarney, que encaminhou à Comissão de Infraestrutura, e eu solicito à Secretaria desta Comissão que faça o devido encaminhamento desse ofício, dando-se conhecimento aos três senadores do Estado de Rondônia, que coincidentemente fazem parte desta Comissão, bem como encaminhar a ANEEL para as providências que o caso requer.

Comunicados. Na última segunda-feira, dia 30 de novembro, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou o 3º Painel sobre Infraestrutura e Políticas Públicas, constante da Agenda 2009-2015, Desafios Estratégicos Setoriais com o tema “Saneamento básico, situação do país e propostas de soluções”. Participaram da audiência Dr. Francisco Danilo Fortes, Presidente da FUNASA; o Dr. Raul Pinho, do Instituto Trata Brasil; o Dr. Mário Vieira Marcondes Neto, Presidente da CONASA, Companhia Nacional de Saneamento; e o Professor Francisco de Assis Salviano Sousa, da Universidade de Campina Grande, Paraíba. Os quatro rebatedores foram unânimes em reconhecer que, além da falta de recursos, os maiores problemas do setor... Na realidade, eles disseram que não havia tanta falta de recursos, mas, sim, o que eu vou agora passar a ler:

“Os maiores problemas do setor na área de saneamento são: a gestão deficiente – eles criticaram muito o aspecto da gestão – da área de saneamento e abastecimento d’água, a desvalorização de engenharia – no sentido de que hoje a profissão de engenheiro não está sendo tão atraente como era há alguns anos atrás –, a falta de projetos e a capacidade de endividamento dos municípios que está esgotada.”

Para o Dr. Francisco Danilo Forte, que é o Presidente da FUNASA, *“o país vive o momento mais rico de sua história para investir em saneamento básico, mas enfrenta dificuldade de planejamento no médio e longo prazos”*. Ele assinalou que a legislação referente à fiscalização e licitação deveria ser mais flexível, pois as exigências legais são as mesmas para as grandes e as pequenas obras. Segundo ele, o maior problema não é a falta de recursos, como havia dito anteriormente, o problema é estrutural: os estados e municípios não estavam preparados para o volume de recursos disponíveis.

Por sua vez, o Dr. Raul Pinho lembrou que sete crianças morrem por dia no Brasil devido à diarreia. Ele apresentou uma pesquisa contratada ao IBOPE pelo movimento Trata Brasil que revelou a ignorância da sociedade em relação ao saneamento básico. Segundo a pesquisa, 31% dos brasileiros não sabem o

que é saneamento básico; 1/3 da população brasileira não sabe, nunca ouviu falar sobre o que vem a ser saneamento básico; 64% nunca ouviram falar sobre o tema na escola; 77% nunca viram uma campanha de esclarecimento sobre como ter o asseio, o aspecto da higiene ou mesmo de como fazer a colocação das águas servidas; e 41% não estão dispostos a pagar pelo serviço. Talvez, seguramente pela falta de conhecimento da importância do saneamento básico, pela falta de informação, 41% não estão dispostos a pagar pelo serviço de esgotamento sanitário.

Na sua avaliação, Dr. Raul Pinho, o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, vem tendo dificuldades exatamente por falta da percepção de que é preciso um preparo antecipado por parte da população. Não é uma questão de dinheiro apenas, nisso concordando com o Dr. Danilo Forte da FUNASA, o problema é que não se investe em gestão. O governo não divulga a quantidade de desembolso quando faz anúncios do Programa de Aceleração do Crescimento que, até agora, só gastou 14,8% dos recursos disponíveis. Ou seja, os recursos existem, as dificuldades encontradas e os entraves estão na sua aplicação devido àqueles itens que aqui foram colocados. Não é somente colocar o dinheiro em cima da mesa, afirmou o Dr. Raul Pinho.

Já o Dr. Mário Vieira, o Presidente da CONASA, disse que o Brasil estacionou no século XIX em relação ao saneamento básico, e que a carência de água tratada já é verificada em várias regiões do país. Como exemplo, ele citou o caso de Santa Catarina, o município do sul do País, dos mais ricos Estados brasileiros e que tem um dos piores índices de saneamento do País, semelhante ao do Estado do Piauí. Entre os principais entraves, ele listou a incapacidade dos municípios se endividarem, a frequente ingerência política nas companhias estaduais de saneamento – isso realmente é uma praga – e a politização do debate sobre a privatização desse serviço.

Em sua intervenção, o Professor Francisco Salviano lamentou a constatação de que o saneamento não é uma prioridade para o Poder Público nem para a sociedade. Na opinião dele, a solução passa pelo desenvolvimento do interior do País; melhoramento da distribuição de renda; adoção de sistemas mais simples, baratos e eficientes; educação ambiental no ensino básico – acho eu fundamental; e avaliação sistemática de eficiência da prestação do serviço. Para ele, caso o Brasil continue investimento por ano no setor apenas 0,2% do Produto Interno Bruto, a universalização do saneamento básico no País, conforme já foi divulgado, só será alcançado em 200 anos. Na sua avaliação, para que o saneamento básico, o tratamento de água

de esgoto e de água, e o fornecimento de água seja alcançado, no Brasil, até 2030 seria preciso investir atualmente 0,63 do Produto Interno Bruto.

Durante o debate, apontou-se ainda como fator negativo a pulverização, por cinco Ministérios, das atribuições e recursos destinados à política de saneamento básico. O fato reflete em dificuldades como os atrasos em muitas obras do PAC.

Quero também salientar, Sras. e Srs. Senadores, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura começou a preparar uma série de estudos e iniciativas, especialmente de proposições Legislativas, com base nos problemas levantados e nas soluções apontadas durante o debate desse último painel sobre saneamento básico e fornecimento de água potável. Para tanto, devemos, inicialmente, considerar como serviços que compõem o saneamento básico o seguinte conjunto: 1. Abastecimento de água potável; 2. Esgotamento sanitário; 3. Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; 4. Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Devemos, também, nós, da Comissão, ter em mente que os seguintes dados como subsídio para priorização das propostas. 1. Atendimento quanto aos serviços de água: 80,9% da população total é atendida e 19,1% não atendida; 2. Atendimento quanto aos serviços de esgotamento sanitário; 58% da população brasileira não é atendida, 9,5% é atendida apenas com coleta e 32,5% é atendida com coleta e tratamento; 3. Cobertura de coleta de resíduos: 98,5% da população urbana possuem coleta domiciliar e 1,5% não possuem coleta; Quanto às unidades de processamento de resíduos sólidos domiciliares cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre o saneamento: 28,2 referem-se a lixões, quase 1/3; 32,4% referem-se a aterros controlados; e 39,4% referem-se a aterros sanitários. 5. Atendimento quanto aos serviços de drenagem urbana: 21,4% dos municípios possuem drenagem e 78,6% dos municípios não possuem drenagem.

Esses dados demonstram de início que à exceção dos serviços de coleta de resíduos sólidos todos os demais necessitam de soluções prioritárias, notadamente os serviços de esgotamento sanitário e de drenagem urbana. Da mesma forma, alguns dados preocupantes refletem bem as dificuldades em torno do tema: 31% da população desconhecem o que é saneamento e, mais grave, apenas 3% relacionam o saneamento básico à saúde. Somente 3% relacionam o saneamento básico à saúde. E 41%, como já foi também visto aqui logo no início da fala, 41% não pagariam para ter o seu domicílio ligado à rede coletora de esgoto. Ou seja, as soluções dos problemas passam, necessariamente, por uma ampla campanha de divulgação da importância

dos serviços de saneamento e também da educação, da instrução, já a partir do ensino básico.

Outro aspecto a se considerar referem-se à regulamentação do setor, em especial a proposta de revisão e flexibilização das leis que regulam as atividades de saneamento. Assim, devemos aprofundar a discussão em torno da Lei 11.445, de 2007, denominada a Lei de Regulação do Setor de Saneamento Básico, e que contém os princípios da universalização do acesso, da integralidade e intersetorialidade das ações e da participação social. Do mesmo modo, há de se estudar possíveis alterações da Lei 11.107, de 2005, e no Decreto nº 6.017, de 2007, que dispõe sobre a formulação de consórcios públicos e que são imprescindíveis para a implantação de ações integradas entre os municípios. Além dessas normas, a Lei de Licitações, a famosa Lei nº 8.666, de 93, deve também ser objeto de estudo, de modo a facilitar o processo de contratação de todos os serviços que envolvem o setor. Tudo isso é de extrema importância para a correta elaboração e a efetiva implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, que é o principal instrumento que detém os municípios para o planejamento e a gestão do saneamento.

Assim, esperamos, em breve, poder submeter, nós, senadores e senadoras que fazem parte da Comissão dos Serviços de Infraestrutura do Senado, esperamos, em breve, poder submeter à apreciação de todos um conjunto de propostas a serem apresentadas aqui no Senado Federal. Para as Sras. e Srs. Membros que queiram contribuir com a iniciativa, estamos abertos e desejosos de receber contribuições.

Integrando a Agenda 2009-2015 Desafios Estratégicos Setoriais, dentro do 3º Desafio: Infraestrutura e Políticas Públicas, apresentaremos hoje o Painel nº 4, que vai tratar da discussão do Projeto de Lei do Governo Federal sobre as agências reguladoras. É o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, com os seguintes participantes, que aproveito e convido para que tomem assento à mesa: Dr. Ralph Lima Terra, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base, ABDIB; Dr. Luiz Alberto dos Santos, Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais de Casa Civil da Presidência da República; e Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho, Presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras – ABAR. V. Exas. considerem-se muito bem vindos a esta Comissão.

Para iniciar, então, as palestras de hoje, nós convidamos o Dr. Luiz Alberto dos Santos, que é Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais de Casa Civil da Presidência da República. V. Sa. disporá de 20 minutos para sua exposição.

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Muito boa-noite. Eu, inicialmente, gostaria de agradecer ao convite do Presidente Senador Fernando Collor para estarmos aqui, nesta Reunião da Comissão de Infraestrutura. Cumprimentar também os demais presentes, especialmente o Dr. Wanderlino, Presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras, que tem sido um parceiro nosso permanente nas discussões sobre essa matéria.

E, desde logo iniciar minha exposição tentando fazer um relato um pouco breve do tema que nós estamos já desde o ano de 2003 acompanhando no âmbito do Governo Federal que é, precisamente, a reforma de marco regulatório das agências reguladoras federais.

Esse é um tema que nós gostaríamos, desde logo, de contextualizar. Se insere no debate maior sobre a natureza e complexidade da função reguladora, exercida pelo Estado, como função exclusiva de Estado, nos termos do art. 174, da nossa Constituição, e que se define, teoricamente, como uma atividade de controle contínuo e focado, que se exerce por meio de uma agência pública sobre atividades consideradas importantes para uma determinada comunidade. Esse conceito, obviamente, é um conceito mais amplo de regulação que envolve o conjunto da função regulatória estatal, e que levado, enfim, a seu extremo pode inclusive incorporar dimensões tais como a taxação, subsídios e quaisquer outras formas de controle ou influência social da ação estatal. Próximo, por favor.

Nós temos, basicamente, três tipos de regulação a considerar, em nome das quais nós vamos poder classificar e compreender melhor a atuação das nossas instituições regulatórias, e dentre elas as agências reguladoras. Entre elas a regulação econômica, que é aquela voltada precisamente para a correção das imperfeições do mercado, especialmente no âmbito da entrada e preço, confiabilidade, saída, e isso com efeitos importantes no que se refere aos investimentos na área de infraestrutura; a regulação social, que envolve, precisamente, a provisão dos bens públicos e na produção do interesse público com as atividades regulatórias na área de saúde, segurança e meio ambiente; e, por último, a regulação administrativa, que tem um caráter mais amplo, envolve o exercício do próprio poder regulamentar, que também é inerente à ação do Estado.

Esses conceitos, eles são encontrados na experiência internacional, em diferentes formas e modelos, nas estruturas adotadas pelo exercício de função regulatória com diferenças, inclusive, de enfoque entre as agências reguladoras na experiência norte-americana e nas européias que se considera, teria uma abordagem um pouco mais ampla.

A nossa discussão a respeito desse tema, ela se deu, inicialmente, em 2003, quando o Presidente da República determinou a elaboração de um estudo feito através de um grupo de trabalho interministerial, conduzido pela Casa Civil da Presidência da República, e que identificou alguns problemas na adoção dos conceitos e das estruturas regulatórias no âmbito Federal. Inicialmente percebeu-se a existência de uma certa dose de improvisação e incompletude na adoção do modelo de agências reguladoras, uma diversidade e heterogeneidade dos próprios modelos adotados no âmbito das agências reguladoras criadas nesse processo, agências ainda, então, muito vulneráveis à risco de captura pelos agentes de mercado e um insuficiente nível qualidade da nossa regulação. Verificamos também, naquela oportunidade, que tinha havido, e se aprofundava, inclusive, com o tempo, um processo de esvaziamento dos Ministérios com absorção de atividades inclusive de formulação e de políticas pelas agências reguladoras, um pouco também parte da própria omissão dos próprios Ministérios.

Tivemos, nesse processo, a transferência – a nosso ver inadequada indevida, genérica – do poder concedente da administração direta da União para as agências reguladoras e um processo de estruturação incompleto que se refletia, por exemplo, na inexistência até então de quadros de pessoal nas agências reguladoras adequadas a sua finalidade. Verificava-se, também, uma cooperação muito frouxa entre as agências reguladoras e os órgãos do Sistema de Defesa da Concorrência, assim como deficiências relativas à prestação de contas das agências, não apenas junto ao legislativo, mas também na sua relação com o executivo, na medida em que tem natureza autárquica e submete-se, portanto, à supervisão ministerial, mas também com relação à própria sociedade em virtude da incompletude e insuficiência dos instrumentos de controle social e de gestão.

Concluiu-se, então, pela necessidade de uma revisão do modelo e do papel das agências reguladoras, mediante a reformulação das suas funções e da sua organização institucional, assim como também da necessidade de revisão de vários marcos setoriais relativos, precisamente, inclusive, à questão da infraestrutura. Isso levou à elaboração, inicialmente, de um projeto de uma nova lei geral, que nós chamamos Lei Geral das Agências Reguladoras, que foi, então, objeto de um processo de debate público, que teve, inclusive, uma etapa de consulta pública, mas passou por um escrutínio bastante amplo, com debate na mídia, através de realização de seminários. E, ao final, então, de 2003, nós já tínhamos um projeto para reforma do marco legal das agências reguladoras no Brasil,

inicialmente em duas proposições. Foram unificadas inclusive por sugestão de parlamentares na Câmara dos Deputados, num único projeto, buscando, então, enfrentar essa dificuldade, então identificada.

As instituições regulatórias no âmbito Federal, elas têm uma configuração histórica bastante complexa. Inicialmente, nós percebemos a diversidade das formas institucionais adotadas por próprio exercício dessa função sem que tivesse numa clareza maior de o porquê tais ou quais situações terem se travestido ou revestido dessa figura de agência reguladora. Foram criadas dez agências reguladoras a partir de 1996, com heterogeneidade inclusive entre elas, mas num processo de, enfim, cópia ou de mimetismo institucional imperfeito, em virtude das influências dos modelos internacionais que foram considerados.

Ainda assim, quando nós olhamos essas dez agências vis-à-vis e os demais órgãos e entidades da administração federal que exercem funções regulatórias, para muitos, ainda hoje, é um pouco complicado dizer por que esta ou aquela também não é agência reguladora, ou por que, entre as nossas agências reguladoras, estas são agências reguladoras, e não autarquias ou autarquias especiais de outro tipo. A verdade é que nós optamos, nesse debate, por não promover a revisão de nenhuma situação individual, ou seja, não descaracterizar como tal nenhuma das agências reguladoras já existentes, mas, a partir dali, para uma utilização mais conscienciosa e mais criteriosa desse modelo, para que nós pudéssemos, então, criar, no futuro, novas agências ou justificar melhor a criação de novas agências. Próximo, por favor.

Essa discussão, ela partiu também de uma conclusão muito importante que foi a da necessidade das agências reguladoras para que fiscalizem as falhas de mercado e consigam nos prover de maior estabilidade regulatória e, com isso, otimizando o fluxo de investimentos privados. Por outro lado, também, como conclusão necessária desse processo, nós adotamos a proposta de que aos Ministérios deveriam ser asseguradas as funções relacionadas à formulação das políticas públicas setoriais, e às agências, principalmente as funções regulatórias e fiscalizatórias nos mercados regulados, com ampliação dos mecanismos de controle social e prestação de contas e a profissionalização das nossas agências reguladoras.

Esse tema, ele, hoje, já ultrapassa largamente aquela discussão ocorrida em 2003. Se no início nós discutimos as agências reguladoras como um tipo institucional, num contexto político e social e econômico, hoje nós temos esse debate sobre as agências reguladoras inserido num campo muito maior de discussão que é o campo da governança regulatória

que, na verdade, transcende em muito as agências reguladoras, embora ela seja uma parte fundamental desse debate.

Entre os diferentes aspectos que vem se colocando hoje como fundamentais nessa discussão, nós temos a discussão sobre o acesso à informação *versus* a cultura do segredo, que ainda permeia grande parte da relação entre a cidadania e o estado do nosso País; a discussão sobre o problema da nossa cultura jurídica que produz uma quantidade muito grande de normas, com sistema jurídico e normativo extremamente fragmentado e uma necessidade de consolidação normativa que permita a todos os setores da sociedade, não apenas setores econômicos regulados, mas os cidadãos saber exatamente quais são as suas obrigações e direitos em cada momento; a discussão maior sobre a reforma do judiciário e as necessidades de termos uma Justiça mais célere e mais ágil, mas também reduzirmos os espaços para judicialização das políticas públicas, que tem sido um tema frequente nas nossas relações entre os setores econômicos e os cidadãos e o Estado; discussão sobre transparência e participação social no contexto em que a democracia participativa se afirma cada vez mais; a própria natureza das instituições regulatórias – se devem ou não ser agências e em que medida devemos criar novas instituições; os próprios marcos regulatórios que precisam ser continuamente revisados; e, por fim, o tema maior da qualidade da regulação como um grande desafio especialmente para as economias emergentes.

Quando nós olhamos sobre esse prisma, nós percebemos que ainda o nosso país se encontra num patamar de qualidade da regulação inadequada em escala comparada internacional. Os dados, divulgados anualmente, pelo Banco Mundial, ainda nos colocam num patamar inferior à média dos países da OCDE, embora um pouco melhor do que a média da América Latina, mas, quando nós olhamos, em perspectiva comparada, em relação mesmo a países do nosso subcontinente, como o caso do Chile ou mesmo o caso do México, nós percebemos que ainda há muito o que fazer para que a nossa qualidade de regulação seja comparável. Volta um pouquinho, por favor.

O Banco Mundial desenvolve já há 10 anos uma pesquisa anual sobre indicadores de governança. Esses indicadores de governança, eles são calculados a partir de diferentes fontes que são feitas... pesquisas que são feitas nos países, em todos os países que são pesquisados... Isso envolve tanto pesquisas feitas por instituições de opinião em mercado como também instituições setoriais que costumam avaliar, em cada setor, as instituições em diferentes aspectos da governança.

Esse índice da qualidade de regulação, ele tem média, nos diferentes países que são medidos – são cento e tantos países em torno de 15 diferentes fontes que são ponderadas e dão origem a esse índice – que, então, permite de alguma forma estabelecer uma comparação entre os países. Então, são basicamente pesquisas reputacionais em que, por exemplo, setores regulados opinam... entidades da sociedade civil, defesa de consumidor, etc., opinam sobre como funcionam as instituições regulatórias, e isso dá origem, portanto, ao índice qualidade da regulação.

Além desse índice também existem vários outros, inclusive um muito importante que tem gerado sempre polêmica no nosso caso, que é o índice de controle de corrupção, que permite, por exemplo, comparar, sobre essas mesmas perspectivas, como a sociedade daquele país, os agentes econômicos, veem as medidas adotadas pelos diferentes governos no que se refere a controle da corrupção.

Neste índice nós temos uma percepção diferente, por exemplo, daquela que se tem quando a transparência internacional, que inclusive é uma das fontes consideradas nesse índice do Banco Mundial, quando ela mede o índice de corrupção percebida. Então, são coisas diferentes. As medidas que um governo adota para controlar a corrupção tem uma concepção, uma mensuração diferente do índice de corrupção percebida que é bem mais restrito.

Curioso notar que nesses dois índices, no último ano, o Brasil teve um desempenho positivo. No entanto, em relação à qualidade da regulação, essa série histórica mostra que nós não estamos, assim, evoluindo como gostaríamos, pelo menos sob a perspectiva dessa pesquisa.

O professor Bernardo Müller da Universidade de Brasília tem também feito estudos aqui no Brasil muito interessantes para medir qualidade da nossa governança regulatória, e ele afere setores, através também de pesquisa reputacional, como autonomia, tomada de decisão, instrumentos de decisão, controle e *accountability*, para que eles gerem, ao final, um índice de governança regulatória. E, aqui, nós vemos que mesmo entre nossas próprias agências reguladoras nós também temos diferenças sensíveis entre elas, a ANATEL figurando com índice de governança regulatória bastante superior, por exemplo, ao da Agência de Transportes Aquaviários. É um índice que nós podemos criticá-lo, podemos questioná-lo, mas não podemos ignorá-lo, na medida em que é um dos poucos estudos sistemáticos e conclusivos que nos permitem identificar algumas vulnerabilidades no âmbito dessas instituições. Próximo, por favor.

A abordagem que o governo vem fazendo em relação a este tema é nitidamente uma abordagem de caráter institucionalista, ou seja, nós partimos de premissa de que instituições eficientes, associadas a uma maior capacidade de administrativa, conduzem a um maior desenvolvimento econômico. Temos, nesse processo, por meio de instituições mais sólidas e competentes, redução de incerteza, estabelecimento de estruturas confiáveis para interações e, finalmente, a redução de custos de transação, o que vem, portanto, em benefício da própria economia e, particularmente, em setores em que são geradas externalidades relevantes e que os investimentos têm um prazo de maturação bastante longo. Próximo, por favor.

Esse processo de revisão, ele se consolidou, portanto, num projeto de lei, o Projeto de Lei 337, enviado ao Congresso Nacional em abril de 2004, baseado em alguns conceitos fundamentais, entre eles a necessidade de um conjunto homogêneo e estável de regras para orientar gestão e atuação da agência, a nossa Lei Geral das Agências, com uma definição clara de competências entre Ministérios e agências reguladoras, especialmente no que se refere à discussão sobre o poder concedente, com a possibilidade de delegação dessa prerrogativa. O conceito de autonomia deveria ser melhor especificado, melhor clarificado, afim de permitir não apenas a independência técnica e a capacidade das agências reguladoras exercerem suas funções de regulação e fiscalização, mas delimitar com precisão até onde essa função é a função própria das agências e não se confunde com o exercício das funções de política. Trabalhamos, também, com o problema da autonomia *vis-à-vis* a questão da vinculação entre receitas e orçamento, com vistas a permitir a superação de restrições orçamentárias, mas a partir da perspectiva do desempenho e da gestão das instituições regulatórias. E, finalmente, o problema da participação social e prestação de contas através de ampliação e disseminação do uso de consultas e Audiências Públicas, do fortalecimento e criação em todas as agências de ouvidorias independentes da diretoria das agências reguladoras, a uniformização dos processos de transparência e prestação de contas e a melhoria dos mecanismos de prestação de contas junto ao Poder Legislativo.

Esse projeto é um projeto de 2004. Em muitos momentos foi feita uma leitura de que este projeto estava parado no Congresso, na Câmara dos Deputados, que o governo tinha abandonado. Na verdade, isso não corresponde à realidade. Eu gostaria, aqui, de lembrar rapidamente, Senador, a tramitação que esse projeto teve até agora na Câmara dos Deputados e o quanto, nesse processo, inclusive, ele foi amadure-

cendo e merecendo contínuos aperfeiçoamentos propostos pelo relator ou pelos relatores até chegarmos ao ponto em que nós estamos.

Esse projeto foi enviado em abril de 2004, inicialmente em Regime de Urgência Constitucional, o que previa, naquele momento, 45 dias de tramitação na Câmara, 45 dias de tramitação no Senado. Por requerimento, por solicitação dos líderes a Urgência Constitucional foi retirada e, então, depois negociada uma urgência de líderes, um requerimento de urgência de líderes para que ele pudesse ser apreciado no Plenário.

Em maio de 2004, nós tivemos a aprovação da Medida Provisória 155, que superou um dos principais problemas identificados, que foi a questão dos quadros de pessoal das agências reguladoras. Essa MP foi convertida na Lei 10871 e criou as carreiras de especialistas em regulação – técnico regulação, analista administrativo e técnico administrativo –, no âmbito de todas as agências reguladoras, permitindo que dali para frente pudéssemos realizar concursos públicos para povoar as agências reguladoras com quadros de carreira.

Em maio de 2004, portanto, na mesma época, foi retirada a Urgência Constitucional, e, em junho de 2004, o então relator na Comissão Especial, Deputado Leonardo Picciani apresentou o seu primeiro substitutivo, que foi, então, objeto de um amplo debate na Comissão, mas especialmente com os deputados da oposição, que, então, tinham críticas e reservas ao projeto. Esse processo levou a que, até o mês de dezembro desse ano, nós continuássemos em discussão, visando a construir um texto que pudesse ir a voto na Câmara dos Deputados, mas já entramos, então, em 2005, com um calendário político um pouco mais complicado, e aí nós, infelizmente, não conseguimos apreciar esse projeto em Plenário.

Em setembro de 2005, tivemos um fato importante, que foi a sanção da Lei 11.182, com a criação da Agência Nacional de Aviação Civil.

Em novembro de 2006, mais de um ano depois, concluímos um processo de discussão com entidades da sociedade civil, particularmente a FIESP, que apresentou um conjunto de sugestões ao projeto, uma boa parte delas incorporada.

E, finalmente, em fevereiro de 2007, esse projeto foi incorporado como uma das prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento. Em maio de 2007, o Deputado Leonardo Picciani apresentou uma nova versão do substitutivo, já incorporando uma série de sugestões e recomendações de diferentes setores.

Em agosto de 2007, nós tivemos, em função de crise, na época, do setor aéreo, uma Comissão Geral

na Câmara dos Deputados com a finalidade de debater o tema e os projetos relacionados às Agências Reguladoras.

Em novembro de 2008, as agências reguladoras concluíram um processo de discussão com governo e apresentaram sugestões, novas sugestões, as próprias agências apresentaram sugestões, no sentido de aperfeiçoamento do texto, boa parte delas também incorporada. E, finalmente, tivemos, em junho de 2009, com a substituição, inclusive o Deputado Leonardo Picciani assumiu Secretaria no Município do Rio de Janeiro, foi então designado relator o Deputado Ricardo Barros, que apresentou um novo substitutivo, consolidando esse conjunto de alterações.

Desde então, nós temos trabalhado nesse debate na Câmara dos Deputados, visando construir um ambiente favorável a apreciação do projeto, que é, hoje, inclusive uma prioridade de vários partidos, inclusive dos partidos da oposição, e aguarda, portanto, a oportunidade de ser submetido ao Plenário na forma discutida pelo Deputado Ricardo Barros.

Quais são os principais itens mantidos pelo substitutivo do relator e que constituem-se, enfim, aspectos centrais da proposta? Transferência do poder concedente para os Ministérios ou devolução desse poder concedente para os Ministérios, permitindo-se, inclusive, a delegação dessa competência para as agências reguladoras naquelas hipóteses em que os Ministérios entenderem conveniente; uma uniformização de regras para as agências reguladoras, inclusive relativas à composição dos Conselhos Diretores, duração dos seus mandatos, procedimentos em caso de vacância e quarentena; a obrigatoriedade de consultas públicas prévias à tomada de decisão no caso de minutas e propostas de alteração de normas relevantes de interesse geral; e a redefinição das competências das agências reguladoras, [ininteligível] de defesa de concorrência, de modo a que o fomento à competição se torne um parâmetro fundamental do trabalho das agências e da cooperação entre setores.

Também garantiu-se e manteve-se a preocupação manifestada inicialmente de assegurar às entidades constituídas para defesa do consumidor da ordem econômica, da livre concorrência, do meio ambiente, recursos hídricos o direito de receber apoio técnico de especialistas das agências... contratados pelas agências durante os processos de consulta pública; manteve-se as normas relativas à existência no âmbito de cada agência de uma ouvidoria independente, sem subordinação hierárquica ao seu conselho diretor, assim como as atribuições essenciais propostas para os ouvidores foram também mantidas, especialmente a de zelar pela qualidade dos serviços prestados pelas

agências e a acompanhar os processos internos de apuração de denúncias e reclamações; e, finalmente, o aprimoramento dos mecanismos de prestação de contas.

O projeto sofreu, no entanto, uma série de alterações e melhorias, entre elas uma melhor caracterização da natureza das agências; instrumentos de maior publicidade do processo de tomada de decisão das agências reguladoras, com sessões abertas e com gravação de todas as suas discussões e deliberações; premissas tais como de que a regulação deve ser sempre ser exercida em razão do interesse público e sua sujeição aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e motivação; a substituição da figura originalmente prevista do contrato de gestão por dois planos, o plano estratégico de trabalho e o plano de gestão e desempenho aprovados pela própria agência reguladora e não por instâncias externas; a obrigatoriedade da implantação, em cada agência, de uma agenda regulatória com planejamento da ação regulatória da agência para o próximo exercício; aperfeiçoamentos relacionados à transparência do processo decisório no âmbito das consultas públicas; articulação entre as agências e os órgãos de defesa de consumidor e de defesa do meio ambiente, que não constavam inicialmente da proposta; uma maior articulação entre as agências reguladoras por meio de criação de instrumentos para evitar superposição ou sobreposição de funções entre elas; articulação, também, entre as agências reguladoras federais e as agências estaduais; mecanismos relacionados à duração, mandatos, requisitos para investidura nos mandatos, interinidade no caso de vacância ou vaga nos conselhos diretores. [soa a campanha]

E aqui destaco um aspecto muito importante, que foi a preocupação, manifestada pelo relator, na Câmara dos Deputados, de limitar o mandato dos dirigentes das agências reguladoras a um período único de quatro anos, sem recondução. Embora essa não seja a proposta do Poder Executivo, nós respeitamos a proposta do relator, e este, certamente, será um debate que ocorrerá em Plenário, na Câmara dos Deputados.

Finalmente, concluindo, senador, eu gostaria de destacar um debate que têm ocorrido com bastante intensidade na Câmara dos Deputados, que diz respeito à questão do controle externo da atuação do próprio Tribunal de Contas no que se refere aos processos regulatórios. Essa é uma discussão que tem trazido aqui e ali algum atrito na medida em que algumas agências entendem que o Tribunal de Contas da União tem invadido a seara decisória das agências reguladoras. Também não é um tema originalmente proposto pelo Executivo, mas os substitutivo do relator, com a con-

cordância do Tribunal de Contas da União, incorporou um dispositivo estabelecendo que o Tribunal de Contas não se pronunciará sobre a discricionariedade das escolhas regulatórias das agências reguladoras.

No entanto, há uma proposta em discussão dos líderes na Câmara dos Deputados de dar-se a esse dispositivo uma redação diferente no sentido do dizer que o Tribunal de Contas somente se pronunciará sobre o mérito das deliberações quando solicitado pelo Congresso Nacional por suas Casas ou pelas respectivas Comissões. Então, esse é um debate certamente também que ainda ocorrerá em Plenário na Câmara dos Deputados, e que compete, claramente, ao Poder Legislativo na medida em que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Essas questões, elas foram enriquecidas no debate também pela necessidade de nós ajustarmos a Lei de Criação da Agência Nacional de Aviação Civil, criada posteriormente, e que precisa ser adaptada às concepções finalmente adotadas ao longo desse debate. Próximo, por favor.

E, finalmente, concluindo. As perspectivas de aprovação desse projeto dependem essencialmente da agenda da Câmara dos Deputados, da agenda legislativa. Os senhores sabem, nesse período nós tivemos inúmeros momentos à obstrução da pauta ou por medida provisórias ou por outras razões ou por força do próprio processo eleitoral, e isso impediu, infelizmente, que uma proposição dessa natureza e complexidade pudesse ser apreciada no Plenário. No entanto, hoje, nós estamos diante de uma situação ímpar, em que o projeto já passou por um processo de aperfeiçoamento e amadurecimento muito grande, e cremos que se trata apenas e tão somente de obtermos uma janela de oportunidade na Câmara dos Deputados para que ele possa então, sendo aprovado e contemplando essas questões centrais, ser então enviado ao Senado Federal, onde nós temos inclusive um ambiente muito propício na medida em que o Senado Federal já aprovou inclusive desde o mês de outubro de 2007 a proposta de Emenda à Constituição nº 81, do Senador Tasso Jereissati, negociada inclusive aqui nessa Comissão, e que contribuirá também de forma significativa para o aperfeiçoamento das instituições regulatórias no nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Luiz Alberto dos Santos pela sua explanação. Eu gostaria de fazer algumas indagações. A primeira delas é em relação ao contrato de gestão, Ministérios/Agências Reguladoras. Para que serve, exatamente, esse contrato de gestão?

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Bom, na verdade, essa é uma discussão que, hoje, nós estamos considerando superada, na medida em que a opção, inicialmente formulada, de estendermos a obrigatoriedade da assinatura de contratos de gestão para todas as agências reguladoras – hoje nós temos quatro agências reguladoras que devem firmar contrato de gestão com os respectivos Ministérios supervisores – foi substituída no texto final, já pelo Deputado Leonardo Picciani, proposta que foi mantida agora pelo Deputado Ricardo Barros, por dois novos instrumentos que não têm a mesma característica de contratualização, mas que têm uma finalidade semelhante ao que se refere aos objetivos de promover a melhoria da gestão.

Esses dois instrumentos são o plano estratégico de trabalho de duração plurianual, compatível com o plano plurianual; e o plano de gestão e desempenho compatível com a Lei Orçamentária Anual, de duração, portanto, anual, e que materializaria compromissos firmados espontaneamente pela própria agência no que se refere a indicadores de melhoria de qualidade regulatória e de gestão e desempenho.

Esse instrumento, o contrato de gestão, ele, no nosso país, tem uma história não de hoje. Na verdade, é um tema que entra na nossa administração em meados dos anos 90, quando algumas empresas estatais começaram a firmar contratos de gestão – me lembro de dois casos, a PETROBRAS e a Vale do Rio Doce –, mas foram experiências isoladas que não geraram, naquele momento, uma maior apropriação das técnicas relacionadas à contratualização de gestão. Outros países, como a França, têm uma tradição bem maior nessa matéria, e na literatura internacional encontramos vários relatos bem-sucedidos do uso de instrumentos de contratos de gestão, como é o caso, por exemplo, da Nova Zelândia.

Sob essa inspiração, na reforma administrativa, Emenda Constitucional nº 19, esse tema foi introduzido no nosso ordenamento constitucional por meio da incorporação ao art. 37, § 8º, que prevê a possibilidade de ampliação da autonomia de órgãos e entidades de administração pública, mediante a assinatura desse tipo de contrato.

Essa disposição, ela foi parcialmente regulamentada no que se refere às agências executivas, que são um dos instrumentos previstos na reforma do aparelho do Estado defendida pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Também foi adotada essa forma de contratualização em relação às organizações sociais, que são entidades de direito privado que não integram a administração pública. E de lá para cá nós tivemos outras experiências setoriais no âmbito da própria administração, sendo as mais importantes

inicialmente as das agências reguladoras. Nós temos contratos de gestão, previstos na Agência Nacional de Energia Elétrica, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na Agência Nacional de Saúde Suplementar e na Agência Nacional de Águas. Então são quatro, das dez agências reguladoras, que têm previsão de assinatura de contrato de gestão. Dessas quatro, três têm regularmente firmado contrato de gestão. A ANEEL não renovou o seu contrato de gestão e isso, inclusive, aos olhos do próprio Tribunal de Contas, não seria uma deficiência administrativa, mas não gera tão pouco nenhuma penalidade.

No âmbito de outros setores de administração, nós temos tido contratos de gestão no âmbito, por exemplo, das organizações da marinha, organizações prestadoras de serviço da marinha; temos a experiência também no âmbito do Hospital da Rede Sarah, de hospitais do aparelho locomotor, a antiga Associação das Pioneiras Sociais, antiga Fundação das Pioneiras Sociais; temos também contratos de gestão firmados no âmbito do serviço florestal brasileiro; e, mais recentemente, na Agência de Promoção de Exportações, APEX Brasil, e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a ABDI.

Então, são esses os setores em que nós temos, hoje, contratos de gestão, mas nas agências reguladoras, aprovada essa proposição, nós não teremos mais a obrigatoriedade de assinatura de contratos de gestão em nenhuma delas, porque esse modelo será substituído por um instrumento que a própria direção da agência estabelece a prova, e a partir daí ela poderá ter algumas prerrogativas especiais no que se refere à gestão orçamentária e financeira. Esse tem sido um debate permanente. As agências reguladoras, algumas delas têm fontes próprias de receitas, outras nem tanto, mas todas elas reclamam de sua reduzida autonomia orçamentária e financeira. Num contexto de recursos escassos, a melhor forma de superar esse problema é dar transparência às metas e objetivos a serem atingidos para que nós possamos melhor justificar a locação de recursos e, com isso, também legitimar o desembolso desse recurso. E o contrato de gestão previa-se, poderia contribuir para isso, mas o plano de gestão e o plano estratégico suprirão essa necessidade, sem haver aquela preocupação ou aquela dúvida de se o contrato de gestão serviria para limitar ou restringir a autonomia das agências.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Luiz Alberto dos Santos. Uma outra questão diz respeito ao PLC nº 6, que trata da questão das atribuições do CADE, *vis-à-vis* com as atribuições das agências reguladoras. A formatação final desse PLC atendeu às expectativas

das agências reguladoras ou há ainda uma interferência forte do CADE sobre as atribuições das agências reguladoras?

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Me parece, Senador, que essa discussão foi bem resolvida, aqui no Senado Federal, mediante às emendas que foram aprovadas, e que, embora determinem o retorno do projeto à Câmara dos Deputados, contam com o integral apoio e respaldo do próprio governo. Foi uma discussão que foi feita aqui pelo CADE e pela liderança do governo, mas também foi acompanhada pelo Ministério da Fazenda e pela Casa Civil. Portanto, o texto refletiu um acordo que interessava tanto às agências, mas também interessava ao governo.

E, de certa forma, me permita esclarecer, essa discussão, ela estaria resolvida, ainda que não se fizesse essa mudança, na medida em que o projeto de lei das agências reguladoras, sendo norma específica, é justamente lá que nós teríamos o tratamento das questões que envolvem, por exemplo, agências reguladoras que têm, hoje, competências relacionadas à defesa da concorrência. E a redação da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 3.337 é absolutamente compatível com o acordo que foi construído aqui no Senado, de modo que, nos parece, a redação dada tanto aqui quanto lá, ela converge e atende tanto às agências como também ao governo, já que nunca foi interesse e disposição do governo reduzir ou enfraquecer a atuação das agências reguladoras, mas obter uma maior integração e cooperação e complementaridade entre os ambos os setores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado. Temos aqui inscrito o Dr. Marcelo Barros da Cunha, Diretor da Secretaria de Fiscalização do Tribunal de Contas da União, que gostaria de dirigir uma pergunta ao Dr. Luiz Alberto dos Santos. V. Sa. dispõe de cinco minutos para fazer a sua pergunta.

SR. MARCELO BARROS DA CUNHA: Exmo. Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura, a quem eu cumprimento. A pergunta dirigida ao Dr. Luiz Alberto dos Santos diz respeito ao artigo que foi referido na sua apresentação sobre a atuação do TCU na avaliação das agências reguladoras. No caso, a redação, hoje, colocada no substitutivo, afirma que o TCU não irá se pronunciar sobre a discricionariedade das escolhas regulatórias. No caso, o TCU, hoje, dispõe da Secretaria de Fiscalização de Desestatização e sua estrutura, que é especializada na avaliação do desempenho da atuação dos órgãos reguladores. No caso, nós entendemos que possivelmente a inclusão desse artigo possa gerar dúvidas quanto à extensão da atuação do tribunal, como

hoje ela se opera. O entendimento da Secretaria é de que ela não se pronuncia sobre mérito das deliberações regulatórias, mas realiza uma auditoria voltada ao desempenho: se as agências hoje, elas cumprem os seus objetivos legais e regulamentares de forma eficiente, eficaz, econômica. Então, eu gostaria de questionar se, hoje, essa redação... Qual é o alcance dela em relação ao TCU e também dentro da própria competência constitucional do Tribunal em auditorias constitucionais?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Luiz Alberto, cinco minutos pela resposta.

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: De fato esse é um tema muito complexo e sensível sobre todos os aspectos, tanto que é uma discussão que surge a partir de preocupações e demandas por um lado das agências, mas também de setores do próprio Congresso, na Câmara dos Deputados, que optaram, então, por introduzir esse debate e essa solução.

A redação do Parágrafo Único, que eu mencionei, que foi exposto aqui, ela foi objeto, na ocasião, de uma discussão que envolveu o então Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Walter Alencar, na medida em que buscava uma solução redacional que não inviabilizasse a atuação do Tribunal de Contas, precisamente em relação a essa questão da auditoria voltada ao desempenho, e tão pouco desconhecendo as competências que a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União lhe assegura em virtude dos contratos de concessão que são firmados com o Poder Público.

Ocorre que essa redação ainda terá que ser interpretada, e, como nós sabemos, a lei é mais sábia que o legislador. Ou seja, uma vez adotada qualquer que seja a solução, ela fugirá ao nosso controle ou entendimento e, certamente, surgirão dúvidas em relação a qual o seu real alcance, e esse teste terá, então, que ser feito sob a perspectiva da realidade.

Quanto ao texto que foi mencionado como proposta dos líderes, trata-se de uma solução redacional que foi apresentada pelos líderes do PSDB e do Democratas, e que tem, em princípio, uma posição, uma disposição favorável do relator, o Deputado Ricardo Barros. Até o momento nós, no governo, não tivemos ainda o *feedback* a partir dessa redação de qual seria o seu impacto, se isso traria reais problemas ao Tribunal de Contas da União, mas me parece que é uma solução [ininteligível] talvez até um pouco mais restritiva do que a solução anterior que foi, sim, discutida com a Presidência do Tribunal, de modo que, certamente, haverá, embora seja uma proposta do Partido Democratas, que, recorde em discussões ocorridas na lide-

rança do governo, se manifestou de forma a preservar de forma mais rígida as competências do Tribunal de Contas, ou seja, não aceitando uma redação que pudesse trazer qualquer restrição, redução de prerrogativas ao Tribunal de Contas. Mas, paradoxalmente, me parece que a redação proposta é ainda mais restritiva do que a redação inicialmente discutida. De modo que é um debate que terá que ocorrer, e acho que a contribuição do Tribunal de Contas para essa discussão é relevante e devemos ouvi-lo nesse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Marcelo, dois minutos para réplica se desejar.

SR. MARCELO BARROS DA CUNHA: Eu gostaria de apontar que eu concordo que essa redação da proposta dos líderes realmente se mostra mais restritiva, pois ela reconhece que haveria somente a possibilidade de discussão de mérito, sem explicitar o que seria essa discussão de mérito, somente mediante provocação do Congresso Nacional. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Luiz Alberto, deseja fazer algum comentário? Dois minutos.

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Muito rapidamente, Senador, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a oportunidade e registrar que, independentemente, da tramitação do Projeto de Lei 3.337, o governo tem investido em outros esforços, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade da regulação. Eu destaco aqui precisamente a criação por meio de decreto do Presidente Lula de um programa, o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão e Regulação, que é um programa que é conduzido e coordenado pela Casa Civil, com a colaboração no seu Comitê Gestor do Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda, e seu Comitê Construtivo de todas as agências reguladoras federais e Ministérios Supervisores, além do Ministério da Justiça e do CADE, e que tem como proposta promover medidas e estudos voltados à melhoria da qualidade da regulação.

Esse projeto, esse programa conta, inclusive, com a parceria de entidades como o IDEC, como a própria ABAR, que tem contribuído para que nós possamos identificar linhas de atuação e construir alternativas de fortalecimento da capacidade institucional das nossas instituições regulatórias.

Entre estas discussões [soa a campainha] nós temos, hoje, uma questão muito importante que é a possibilidade de introduzirmos no nosso sistema regulatório a análise de impacto regulatório. Não apenas nós temos estudos em curso hoje como estamos trabalhando inclusive com experiências pilotos, espe-

cialmente no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e temos certeza de que essa iniciativa for bem sucedida, de introdução da análise de impacto regulatório, nós daremos um passo muito importante para que a nossa regulação seja, não apenas uma regulação mais confiável, mais transparente, mas de melhor qualidade e, com isso, mais conectada aos interesses reais da sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado mais uma vez ao Dr. Luiz Alberto dos Santos pela sua explanação e pelas suas respostas. E eu passo a palavra agora ao Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho, que é o Presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras, a ABAR. V. Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.

SR. WANDERLINO TEIXEIRA DE CARVALHO: Sr. Presidente, Dr. Luiz Alberto, Dr. Ralph, senhores e senhoras. Olha, a ABAR encara essa iniciativa da Comissão de Serviços Infraestrutura do Senado Federal como da máxima importância. Foi muito oportuno, diversos setores da infraestrutura que estão sendo discutidos a importância da... sua questão estratégica, e nós achamos que a questão de regulação se insere perfeitamente nessa questão das questões estratégicas.

A ABAR, rapidamente, é uma associação com 35 agências reguladoras filiadas: agências federais, estaduais e municipais. Nós já estamos com 35 agências, e os Estados, quase todos estão filiados, e agências municipais existem sete agências. Pode passar.

O Dr. Luiz Alberto já falou da questão da regulação com muita ênfase e importância, e eu vou falar, principalmente, das questões do dia a dia das agências reguladoras. Nas agências reguladoras, normatizar serviços públicos ou atividades econômicas relevantes, tendo por base as leis e decretos, quer dizer, a agência reguladora não pode ir a mais do que as leis e decretos estabeleçam; fiscalizar as atividades reguladas, porque, se você estabelece normas e não fiscaliza essas normas, vale tanto quanto nada. Quem é operadora do direito sabe muito bem que, se não tiver fiscalização, não adianta nada; a mediação de conflitos entre o poder concedente e as operadoras dos serviços públicos e as atividades econômicas e seus usuários. Também essa é uma questão fundamental; e a ouvidoria também, a ouvidoria é fundamental nas agências reguladoras. Nós achamos que a ouvidoria é a fonte, é a janela da agência reguladora com a sociedade, e daí a importância que nós damos, vamos falar mais a frente, sobre essa questão.

É clássico o símbolo da regulação. Quer dizer, na teoria da regulação se imagina esse triângulo equi-

lâtero. Num vértice estão lá os usuários dos serviços públicos; o outro, governo ou poder concedente e as concessionárias de serviço público, e o papel da agência reguladora é o centro geométrico desse triângulo, que objetiva realizar o equilíbrio entre esses três atores institucionais em prol do interesse público.

Outra questão muito relevante é a questão do fenômeno da captura. Naquele triângulo – volte, por favor –, nesse triângulo, se a agência reguladora por qualquer... indevidamente favorece qualquer um desses atores institucionais, o governo, as concessionárias ou os usuários dos serviços públicos, diz-se que ela foi capturada por um desses atores. Pode passar.

Então esse fenômeno da captura é muito importante no dia a dia dos reguladores. Os reguladores andam no fio da navalha sobre essa questão de captura. Como pode ocorrer a captura? Tem várias formas, três formas principais:

Uma por motivos ideológicos ou partidários do regulador. Um exemplo marcante atual ocorreu nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, a regulação tem uma tradição centenária, as agências reguladoras naquele país, e, com o advento do neoliberalismo, com o Reagan, se tentou fechar ou diminuir o papel das agências reguladoras, uma vez que os neoliberais, por definição ideológica, querem a desregulação completa de economia e não aceitam uma intervenção do Estado na economia, e a regulação é uma forma de intervenção do Estado na economia. O que aconteceu recentemente? Ao não poder enfraquecer, acabar com as agências reguladoras, foram sendo nomeados para as agências reguladoras, durante esse período aí de desde a década de 80, reguladores comprometidos com neoliberalismo que fingiam que regulavam e deixou solto a regulação ao bel prazer do mercado. O exemplo mais marcante é a questão do *Fed*, do *Federal Reserve*, que na questão da regulação bancária, que completamente deixou à vontade os bancos para fazer o que bem atendessem, e está aí a crise que surgiu, que todos sabem que a regulação teve uma questão muito importante.

Outra forma de captura é por inadequado conhecimento técnico dos reguladores e/ou dos servidores das agências reguladoras. Por exemplo, quando regulador define uma tarifa que favorece o concessionário em detrimento dos usuários, evidentemente é uma forma de captura, embora, às vezes, não realizada de má-fé. E o contrário, quando dá uma tarifa populista muito baixa, que desorganiza o serviço, também ele foi capturado pelos usuários. Quer dizer, então a questão da formação dos reguladores do quadro de servidores das agências é fundamental. E aqui eu tenho a elogiar a iniciativa do governo da Casa Civil da

Presidência da República do Programa PRO-REG, que o Dr. Luiz Alberto já falou, que tem sido fundamental no sentido de formar reguladores, de formar servidores das agências reguladoras, tendo em vista que é uma iniciativa muito nova no País. Não tem um *expertise* ainda nacional no País de expressão de forma a que estejam preparadas as agências para não sucumbir a questão da captura.

E outra, finalmente, a corrupção dos reguladores ou dos servidores quando o operador simplesmente compra. A corrupção pura e simples. Esse é o pior dos mundos que pode ocorrer com a agência reguladora, quer dizer, ocorreu isso realmente é muito triste e difícil essa questão. Pode passar.

Outra questão importante é a necessidade de independência, autonomia administrativa e financeira, transparência, tecnicidade e celeridade decisória da agência regulatória. Isso é uma questão fundamental também que depende disso tudo isso aí: de questões da Lei que cria as agências; e também a vontade dos reguladores de ter transparência; a questão da tecnicidade, de ter corpo técnico bem preparado; e ser rápida nas decisões. O serviço público brasileiro tem uma tradição de ficar jogando o cidadão de um lugar para outro, não resolve o problema dele. Quer dizer, uma agência reguladora tem que resolver os problemas rapidamente. Não pode ficar protelando no tempo essa questão.

A questão da autonomia administrativa... é fundamental a questão de mandatos para os reguladores, sem os quais não existe regulação independente. Nós, na ABAR, enfrentamos vários problemas. Realmente ao nível das agências federais nunca enfrentamos esse tipo de problema, mas nas agências estaduais e municipais é problema seriíssimo, porque quando o regulador contraria o governador ou o prefeito, o prefeito quer demiti-lo. É da cultura brasileira, de certa forma, de o governador ou o prefeito falar: "Não atendeu o que eu queria, eu vou te demitir". Então, nós temos tido embates judiciais nessa questão, quando é demitido um regulador porque tem mandato, e temos... o Poder Judiciário tem dado guarida muito boa aos reguladores.

A regulação e a lei. Para que ocorra regulação independente é necessário, então, que a lei contemple dispositivos que garanta normatização, fiscalização e imediação independentes, mandatos fixos com estabilidade do regulador, e que a lei crie condições para a inexistência de capturas.

Principais divergências relativas ao PL 33.374. Quando surgiu o projeto, Luiz Alberto já falou – alguns problemas eu falar só os principais que grande parte deles já está resolvida. A questão da outorga de conces-

são e permissão. A outorga de concessão e permissão de serviços públicos delegados a terceiros ou de atividades econômicas relevantes deve ser conferida pela agência reguladora ou pelo Ministério setorial, que é o poder concedente. Quer dizer, então ficou essa disputa: “Não, é agência reguladora” “Não, é o Ministério”. O governo, por exemplo, defende a questão de ser os Ministérios. Nas Leis de Criação das Agência Reguladoras então existentes – e muitas delas a outorga é atribuição da agência reguladora – e, evidentemente, algumas leis que já saíram posteriormente ao próprio projeto do governo, já modifica essa situação, como o marco do setor elétrico, se não me engano a ANAC também, a questão da concessão passou claramente a ser do Ministério.

O Projeto de Lei de Poder Executivo passa essa atribuição para o Ministério que, contudo, pode delegar a agência. Quer dizer, esse é o projeto de lei, e essa posição foi adotada pelo relator em PL do substitutivo, quer dizer, essa aí, quer dizer, na medida em que o Ministério passa à agência da delegação de fazer em seu nome, quer dizer, a situação já fica melhor. Pode passar.

Nos estados e municípios a outorga de concessões e permissão, em geral, são de responsabilidade do Poder Executivo através do governador de Estado ou prefeito, ou ainda dos secretários setoriais. Contudo, na maioria dos casos cabe à agência reguladora realizar licitação e, sobretudo o edital e o contrato de concessão ou permissão. Quer dizer, fica igual nos estados e municípios... é semelhantemente a proposta do governo.

A ABAR não tem posicionamento oficial sobre esse assunto, uma vez que não há consenso entre suas associadas sobre ele, principalmente das agências federais. Têm agências federais que defendem que a outorga deve continuar com as agências federais, e têm outros que não, que não precisam, a decisão do governo de repassar as agências, o poder de fazer o edital e fazer o contrato de concessão ou discutir, isso já é suficiente, não precisa, e o que poder concedente deve ficar realmente com o Poder Executivo. Nós temos um exemplo claro, agora, eu pessoalmente acho que é incontestável, que Agência Nacional de Petróleo tem o poder pela lei atual da Lei do Petróleo de definir, e ela definir os blocos que seriam colocados em licitação. O Projeto de Lei de Partilha fala que cabe à agência escolher esses blocos, fazer os estudos técnicos e fazer uma seleção desses blocos, submeter ao Ministério de Minas e Energia, que, por sua vez, vai estudar a questão e submeter ao Conselho Nacional de Pesquisa de Política Energética, que, por sua vez, vai definir e submeter ao Presidente da República.

Ou seja, o poder concedente está sendo exercido no mais alto grau da República. É o próprio Presidente da República é que vai decidir, quer dizer, dando uma importância muito grande para a questão, dessa questão tão relevante para o País. Quer dizer, essa questão do petróleo, quer dizer, se entendeu que o Presidente da República que tem que decidir essa questão em última instância. Então, eu concordo perfeitamente com isso. Pode passar.

Contudo, existe um consenso nas agências reguladoras todas elas. No caso da mudança do modelo atual, ou seja, que muitas agências é poder concedente, quer dizer, faz o papel de poder concedente, que é uma contradição com aquela questão de triângulo. Porque na medida em que a própria agência é o poder concedente, quer dizer, ficam só dois atores: ela, quer dizer, o concessionário, usuário e ela, e o governo desaparece do triângulo lá clássico da regulação.

Então, contudo, existe um consenso no caso de mudança atual. É absolutamente necessário que a agência reguladora, no mínimo, tenha condições de modificar o edital e o contrato de concessão, principalmente o último, se elaborados pelo poder concedente sem consultar a agência. Porque aí seria uma questão difícil, por ser fundamental para uma boa regulação e a defesa do interesse público. Nós temos a experiência disso.

Antes do advento das agências reguladoras estaduais principalmente, a Lei do Gás, o gás canalizado, os estados assinaram contratos de concessão com as empresas concessionárias de gás canalizado, e é uma contrato horrível, é um problema seriíssimo o contrato, nocivo ao interesse público, nocivo aos usuários, e que nós da ABAR inclusive estamos fazendo um estudo jurídico sobre esses contratos de forma a questioná-lo, talvez, no Poder Judiciário, tal é como são draconianos. Quer dizer, se a agência reguladora tivesse participado dessa elaboração, desse contrato, desse edital, provavelmente a situação seria diferente. Então, a gente considera que é muito importante a participação da agência reguladora na elaboração do contrato de concessão.

A questão do ouvidor. Essa lei foi uma das questões, o PL do Poder Executivo relativamente à figura do ouvidor, causou muitas divergências. A principal delas é que ele seria um corpo estranho na agência com o poder de eventuais relatos ao Presidente da República e aos Ministérios, ao Congresso, etc., acerca da conduta dos reguladores. O atual substitutivo, salvo melhor juízo, resolveu o problema. Nós consideramos, do ponto de vista da ABAR, que essa questão está resolvida ao dar aos reguladores a oportunidade de defesa ao apreciarem os relatórios do ouvidor e, se for o caso,

contestarem fatos e/ou conclusões nele relatadas. O relatório dos reguladores seria enviado às autoridades – ao Congresso do Senado, à Câmara, ao Presidente da República, aos Ministros, etc. – o... também junto com o relatório do ouvidor, o relatório do conselho diretor. Então, quer dizer, nós achamos que está equilibrado e que o ouvidor tem que ser independente, é a nossa opinião, tem que ser totalmente independente, e mais os reguladores têm o direito de defesa para as questões em que ouvidor falar.

A questão do contrato de gestão. Quando saiu o projeto, ele previu a existência de contrato de gestão entre Agência Federal e o respectivo Ministério. Muitos críticos desse dispositivo argumentavam que ele objetivava diminuir a autonomia e a independência das agências. O contrato de gestão é previsto na Constituição Federal para dar mais autonomia às entidades públicas. Contudo, os críticos argumentavam que o dispositivo do PL que introduziu o contrato estava redigido no sentido de subordinar a agência ao respectivo Ministério setorial. Num atual substitutivo, acredito, também, que esse já foi publicado e está resolvido. O atual contrato de gestão foi substituído pela obrigatoriedade de agência reguladora elaborar o seu plano estratégico e trabalho e seu plano de gestão e desempenho, que atende bem ao que é defendido tanto pelo Governo Federal como pelas agências. Eu acredito que essa questão está resolvida também.

Sugestões de aperfeiçoamento do substitutivo do relator. Na ouvidoria, o mandato deveria ser de quatro anos, igual ao presidente e diretores das agências, não somente dois anos. Por que dois anos? Dois anos é muito pouco, porque quando ele estiver bom de serviço lá naquela seção, acabou o mandato dele. Entre as atribuições do ouvidor, também, deveria contar ainda a mediação de conflitos entre os operadores e usuários, como ocorre em várias agências reguladoras estaduais e municipais, porque, salvo melhor juízo, na interpretação que estamos dando ao § 1º do art. 22, não caberia ao ouvidor a mediação de conflitos, isso seria feito pelos diretores da agência. E, no entanto, a nossa experiência nas agências estaduais e municipais, que isso é amplamente utilizado, é muito importante que o ouvidor, que tenha contato com a população, com os usuários e com os operadores, ele tenha a condição de fazer mediação.

Na agência que eu presido, a Agência Goiana de Regulação, os casos lá de mediação são, 90% dos casos são resolvidos numa mesa, em que senta o operador e usuário e os casos são resolvidos. Os 10% que não são resolvidos vai para a diretoria que decide. Tem que decidir a favor ou contra o usuário, mas tem que decidir rapidamente.

O processo de escolha do ouvidor deveria ser o mesmo aplicado aos membros de Conselho Diretor, ou seja, indicação do Presidente da República, sabatina e a aprovação do Senado Federal. Por quê? Se o ouvidor tem que ser independente do Conselho Diretor, que a gente defende que ele seja realmente, ele já entra em desvantagem, porque ele só será indicado pelo Presidente da República, não passará pelo Senado, não fará sabatina. Ele, então, já entra politicamente em condições de inferioridade perante os membros do Conselho. Então, seria muito importante que também fosse, tivesse a mesma, o mesmo rito, a mesma situação do ouvidor, para dar força ao ouvidor.

A eventual perda de mandato do diretor deveria ser idêntica também àquela dos membros do Conselho Diretor, de forma a diminuir as possibilidades de captura. A simples possibilidade de sua exoneração pelo Presidente da República, como previsto no § 1º do art. 23, não é conveniente. Quer dizer, na medida em que ele pode ser demitido a qualquer momento pelo Presidente da República, embora tenha mandato ele não tem estabilidade, ele fica numa situação de inferioridade junto aos membros do Conselho Diretor. Então, eu acho que para dar força ao ouvidor, ele devia ser a mesma que é válida para os diretores seria também para o regulador.

Do processo de escolha dos reguladores. Essa aqui também é uma questão que eu enfatizo, a importância do PRO-REG, a importância do Dr. Luiz Alberto que está preocupado em melhorar a qualidade dos reguladores que entram nas agências. É uma questão fundamental... Nós, acho, e pelo o que eu sei o PRO-REG está estudando seriamente essa questão, está fazendo estudos, mas nós temos uma sugestão baseada num caso específico e concreto de uma agência reguladora estadual. A nossa proposta é a seguinte: aberta a vaga para Conselho Diretor de agência, bem como a de ouvidor, o Poder Executivo publicaria no Diário Oficial da União edital para a escolha de candidato aos citados cargos. O edital traria todas as condições exigidas para os cargos e a regras de escolha. O edital seria posto no *site* da Web e da agência respectiva. Vencido o prazo das inscrições, a agência reguladora interessada transformaria cada inscrição em processo, e todos os que fossem autuados seriam enviados para a Advocacia-Geral da União para estudo dos currículos selecionados, e selecionados determinados números de processos para realização de entrevistas com cada candidato selecionado.

Na entrevista, a AGU poderia contar com especialistas de regulação e/ou do serviço público ou atividade econômica, objeto de regulação para assessorá-la. Egresso de universidades, outros centros de pesquisa

ou até de agência reguladora já... Então, com essa forma, eu pus a AGU, mas pode ser a Casa Civil, pode ser qualquer outro órgão de Governo Federal. Aí só foi... Eu utilizei a AGU porque no Ceará – pode passar – tem um exemplo desse, é a Procuraria-Geral do Estado que faz essa escolha.

Visando a escolha dos melhores candidatos para os cargos de Conselho Diretor e ouvidor, a AGU prepararia uma lista sêxtupla ou tripla, quer dizer, aí é o critério de governo, de candidatos inscritos que seria enviada ao Presidente da República para escolha do nome que seria enviado ao Senado Federal, para sabatina, para aprovação ou rejeição. Caso o nome enviado ao Senado Federal fosse rejeitado, o Presidente da República escolheria o novo nome naquela mesma lista que ele já tem.

Essa sistemática provavelmente resultaria na escolha de regulador de melhor qualidade técnica e menos suscetível ao fenômeno de captura, principalmente ideológica e/ou partidária.

Modelo similar já é praticado no Brasil pelo Estado do Ceará, para a escolha dos reguladores da Agência Estadual, a ARCE. Lá, é semelhante, assim, quer dizer, o governador publica o edital, as pessoas se candidatam, a Procuraria-Geral do Estado faz uma seleção e indica ao governador que escolhe umas daquelas pessoas.

Descentralização das atividades de fiscalização para estados e municípios. O art. 34 do substitutivo necessita ser aperfeiçoado para que a descentralização das atividades de fiscalização para estados e municípios se torne efetivo e não letra morta. Porque a realidade, hoje, é que somente duas agências reguladoras fazem descentralização, que é ANEEL e a ANTT. As demais não fazem. O caput do art. 24 não é afirmativo, ele deixa ao critério das agências reguladoras fazerem a descentralização ou não. Isso elas já tem hoje, e não fazem. Só duas fizeram.

Uma redação alternativa seria – eu concordo que os estados têm, são corretos e perfeitos os dispositivos, os estados têm que ser competentes, têm que ser administrativa e tecnicamente estruturados, não podem escolher qualquer estado que não esteja em condições. Então, as agências reguladoras deviam ter a seu critério as condições, e ela verificar se determinada agência reguladora estadual está capacitada ou não para fazer a descentralização, e realmente negar aquelas que não estão capacitadas, mas não ficar a seu critério sempre se faz a descentralização ou não. Então, essa é uma questão importante e relevante para gente.

Conclusões gerais. O substitutivo da Câmara dos Deputados é bem melhor do que o projeto origi-

nal, mostrando que a negociação parlamentar com o governo e a sociedade é frutífera – e aqui, mais um vez, eu relato a participação do Dr. Luiz Alberto dos Santos, que foi fundamental nessa negociação com a sociedade, quer dizer, foi espírito aberto do governo e que avançou muito. [soa a campainha].

Só concluindo. Embora persistam ainda poucas divergências, após a eventual aprovação do substitutivo na Câmara dos Deputados, com a continuidade da negociação no Senado Federal, poderão ocorrer ainda melhorias no seu texto. O substitutivo ainda pode ser melhorado caso se consiga introduzir alterações relativas ao processo de escolha dos membros do Conselho Diretor e do ouvidor, de forma a melhorar a qualidade dos futuros reguladores. Além disso, criar condições mais objetivas à descentralização das [ininteligível] agências reguladoras federais para agências reguladoras estaduais.

A título de informação, somente a ANEEL e a ANTT promovem a descentralização de fiscalização respectivamente dos setores elétricos e de transporte estadual e internação de passageiros, com elevado êxito. Acredita-se ser um equívoco acreditar que outras agências federais consigam fiscalizar com eficiência as atividades de suas competências sem a descentralização para estados e municípios, agindo apenas a partir de Brasília ou de Rio de Janeiro, tendo em vista a dimensão continental do Brasil. Os estados ou os municípios estão mais perto da população e têm condições mais efetivas de fazer uma melhor fiscalização. É isso, agradeço muito o convite. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho pela sua explanação. Eu teria algumas considerações a fazer. Naturalmente a agência, o papel de uma agência reguladora e a existência dela própria só se verifica numa economia de mercado. Numa economia fechada, como nós tínhamos anteriormente, não havia espaço para que uma agência reguladora pudesse atuar. A questão das tarifas que aqui foi citada também da precaução, do cuidado que deve ser dado à elaboração de estudos com vistas a uma mudança na tarifa desse ou daquele serviço por um agência reguladora, procede, realmente tem que se tomar muito cuidado, mas lembro que antigamente essa mudança de tarifas, o aumento de tarifas era feito em quatro paredes na medida em que a estatal precisava de caixa, e não se buscava a eficiência para se ter recursos suficientes para manter a máquina, e se buscava, ia-se ao Poder Executivo, e se pedia reajuste de tarifa. Isso existia muito no setor elétrico, no setor de petróleo e de combustível, e assim por diante.

O papel das agências reguladoras, o que eu ouvi aqui dos senhores, o que me deixou um pouco preocupado é com o que eu considero um excesso de burocracia. Eu não sei se eu entendi corretamente, mas eu vejo a agência reguladora como algo muito enxuto, muito simples. É uma agência que está ali, não é para intervir, como diz o termo, é regular o mercado. O Estado não pode ficar ausente de regular determinadas atividades econômicas para poder arbitrar a razão e a defesa, sobretudo, do consumidor final, daquele que deve ser atendido por aquela outorga de concessão.

Então, acho que devia ser uma estrutura enxuta, tem que ter, sem dúvida, autonomia financeira, autonomia total, teria que ter uma independência técnica, conforme eu anotei aqui alguns dados, uma independência técnica. Os mandatos também dos reguladores, eles deveriam não ser coincidentes com o mandato do Presidente da República, para que não houvesse qualquer dúvida quanto à indicação daqueles nomes.

Em relação a todo aquele trâmite de passar do ouvidor, de passar por isso, de passar por aquilo, que vai para AGU, que vai para isso, fazer lista sêxtupla, acredito que o melhor modelo seria o do Chile. É concurso público, e vai... se habilitam aqueles que... Cria-se inclusive a carreira, habilitam-se aqueles que se consideram em condições de fazer e de passar pelo concurso público, e aí, naturalmente, estaríamos escolhendo os melhores.

E também há agências reguladoras, não pode haver uma regra somente para todas as agências reguladoras, porque tem agências com características muito próprias, cujas regras se fossem colocadas para essa Agência de Vigilância Sanitária... Essas mesmas regras que são colocadas para Agência de Vigilância Sanitária não serão as mesmas regras que serão colocadas, por exemplo, para a ANATEL, para serviço de telefonia, serviços de fornecimento de energia elétrica. A própria ANP, agora, que foi citado pelo Dr. Wanderlino, é um caso um pouco diferente em função de um acontecimento extraordinário que foi a ocorrência do petróleo na camada do pré-sal. Quer dizer, em função desse achado extraordinário, e que vai relançar o Brasil do ponto de vista econômico e de potência mundial, é que foram tomadas essas medidas.

Mas acho, também, que pelo aqui foi dito, não tinha conhecimento de que havia tantos degraus que teriam que ser... subir tantos degraus que se chegar a uma decisão do Presidente da República, eu acho que isso também teria que ser uma coisa menos burocratizada, porque o que mais atrapalha o desenvolvimento de uma economia dita atualizada, contemporânea, eficiente, competitiva é o excesso de burocracia. Quer dizer, o excesso de burocracia que consome as energias,

que consome os recursos, e que retira desses setores a competitividade de que eles necessitam para poder competir internamente e, sobretudo, externamente.

Então, apenas essas considerações que eu faria, e quando chegar aqui no Senado eu terei melhores condições de avaliar isso e de oferecer alguma contribuição que possa ser ou não atendida. Mas julgo que o papel da agência tem que ser um papel de muita eficiência, tem que haver a sua... e para isso, para ser eficiente, para não ter nenhuma ingerência política na escolha dos seus indicados, que é fundamental, não pode haver a ingerência política na indicação desses que vão fazer parte do Conselho Diretor das agências reguladoras. Isso tem que ser feito mediante concurso público, com mandato fixo de quatro anos, não coincidente com o mandato do Presidente da República, com autonomia financeira, com a independência técnica, para que possa fazer e executar o seu trabalho, que é o que só ia acontecer em agências que funcionam bem, como é o caso do Chile.

Passo a palavra agora ao Dr. Ralph Lima Terra, que é Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base. V. Sa., Dr. Ralph, terá os 20 minutos para fazer a sua exposição.

SR. RALPH LIMA TERRA: Obrigado, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura de Senado. Cumprimentar o Dr. Luiz Alberto dos Santos da Casa Civil e o Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho, Presidente da ABAR.

Eu trouxe aqui um conjunto de informações que acho que vou... não vou precisar nem dos 20 minutos que o senhor me concedeu. Rapidamente explicar a ABDIB. A ABDIB é uma entidade fundada em 1955, de caráter nacional. Foi fundada em São Paulo, a sede continua sendo em São Paulo, escritórios no Rio de Janeiro e Brasília. Tem como principal missão colaborar para a melhoria do ambiente de negócios e para atração de investimentos de todos os parceiros, não só os interessados internamente, mas todos os parceiros, principalmente esse mundo globalizado e cada vez mais ampliado. E a ABDIB é composta pelas empresas que produzem bens e serviços para infraestrutura e indústria de base. Infraestrutura, eu estou me referindo a quatro principais segmentos: energia, em todas as suas formas; transporte, em todos seus modais; telecomunicações; e saneamento básico e meio ambiente. E as indústrias de base que produzem os insumos que alimentam toda a indústria da infraestrutura: cimento, siderurgia, mineração, papel e celulose, química e petroquímica. Próximo.

Em 2008, essas empresas, que compõem a ABDIB, faturaram 345 bilhões de reais. São 144 grupos empresariais, o que equivale, aproximadamente, 15%

de PIB, com 318 mil empregos diretos. Aqui um registro: o setor é altamente terceirizado e verticalizado. Então, tem mais ou menos uma relação para cada um emprego direto tem de quatro a cinco empregos indiretos. Próximo.

Então, rapidamente, vamos direto a necessidade e a realidade de investimento em infraestrutura no Brasil. Esse é o tamanho do nosso desafio: o Brasil precisa de 160 bilhões de reais por ano, ao longo dos próximos dez anos, em infraestrutura: energia elétrica; aqui percebe-se petróleo e gás com percentual enorme; transporte e logística; saneamento e telecomunicações.

Esse, como eu disse, é o tamanho do desafio para que o Brasil, ao longo dos próximos dez anos, possa se tornar um País competitivo a nível mundial e, com isso, gerando capacidade, para que a sociedade brasileira como um todo se torne capaz de competir não só internamente, mas buscar participação no mercado externo, nessa economia, como eu disse, cada vez mais globalizada. Próximo.

Essa é a nossa realidade. Nos últimos seis anos, com os números atualizados pelo critério do IPCA, isso que nós temos conseguido fazer, chegando a 2008 a um total de 106,8 bilhões de reais. Portanto, somente 66% daquilo que é necessário anualmente para o que País se torne competitivo. Observe que a participação dentro desses 106,8 de investimentos públicos é extremamente significativo, da ordem de 60%, 63,6, e 43,2% capitais de origem privada. Portanto, mais ou menos, uma relação 60/40. Observa-se que em 2004 esses números chegaram a ser muito parecidos, mas, por outro lado, muito aquém do desempenho em 2008. Então, nós estamos—

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Na visão da ABDIB qual é a melhor divisão de investimentos públicos e privados?

SR. RALPH LIMA TERRA: A nossa visão é que esse processo é extremamente dinâmico, levando em consideração não só os aspectos internos, desenvolvimento da economia brasileira, mas também a disponibilidade de recurso a nível internacional. A gente observa que 2007, 2008, antes mesmo dessa crise financeira internacional, nós já tínhamos observado uma certa, digamos assim, estagnação do potencial de investimentos privados na infraestrutura, e, por outro lado, uma crescente participação da retomada da máquina pública que começa a ter um desempenho extremamente interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Foi o PAC?

SR. RALPH LIMA TERRA: Foi o PAC. O PAC foi fundamental nesse processo. Fim de 2006, início

de 2007, essa transformação e o crescimento significativo. Agora, a nossa visão é de que vamos precisar cada vez mais harmonizar o investimento capital de origem privada e o investimento público. O Brasil não pode abrir mão nem de um crescente de participação do capital público, do investimento estatal, e alcançar novos patamares de participação do investimento privado, e temos todas as condições pra isso. Eu estou evidenciando isso, porque na nossa visão da ABDIB, isso aqui é o retrato da importância das agências reguladoras no desenvolvimento do País. Já é importante hoje, e vai ser cada vez mais importante. Próximo.

Isso aqui, Senador, são os cinco pontos que compõem a agenda permanente da ABDIB. Isso é processo de intensa reflexão, e que procuramos expressar naqueles cinco pontos, que após uma intensa discussão interna, nós identificamos como sendo a agenda permanente. A ratificação da importância do capital privado, como mostra o quadro anterior, apesar de historicamente esse País, a infraestrutura desse País ter sido construída com recursos públicos, está claro para nós a importância crescente do capital privado em parceria, associado e complementando os investimentos públicos.

O segundo, marcos regulatórios estáveis, claros, representando um compromisso formal entre o interesse público, o serviço público e, eventualmente, o capital privado. Eu vou pular o terceiro.

Definição de um conjunto de projetos estruturantes. Isso aqui para nós é fundamental. Hoje o PAC só não tem um desempenho ainda mais significativo porque o País, ao longo desses últimos 20 anos, praticamente aniquilou o seu setor de engenharia, de projetos estruturantes, e, agora, nós estamos recomeçando esse processo. Isso é fundamental. Nós temos que ter um estoque de projeto.

E a criação de mecanismos alternativos para financiamentos e captação do capital privado.

Voltando aqui ao terceiro ponto. Um dos cinco pontos da nossa agenda permanente é a consolidação da autonomia e independência dos entes reguladores como órgãos de Estado. Para nós esse é o conjunto de regras que norteia a atividade e ação da ABDIB. Próximo.

Eu vou, Senador, vou direto agora a rápidos comentários sobre o Projeto de Lei 337/2004, e o seu substitutivo do Deputado Ricardo Barros, que se encontra na Comissão pertinente na Câmara dos Deputados. Consciente de que esse substitutivo ainda não foi aprovado, mas como última, a peça mais atualizada dessa importante... Da importância das agências reguladoras, nós vamos elencar aqui quatro pontos

que a gente considera como avanço em relações as versões anteriores.

Na nossa visão, o projeto, hoje, tem uma melhor caracterização da autonomia das agências, isso disposto em diversos artigos, mas significativamente no art. 3º onde fica claro que cada agência passa a ter um órgão orçamentário e, com isso, ter uma maior possibilidade de desempenho das suas funções.

O segundo aspecto, que eu ressalvo aqui as questões relativas a uma melhor redação, para nós fica claro a não interferência do controle externo do TCU nas questões regulatórias, que são questões extremamente técnicas e, portanto, deveriam ficar inteiramente restritas ao ambiente das agências reguladoras.

O terceiro aspecto é a substituição do contrato de gestão, que é uma ferramenta importante, mas substituído pelo Plano de Gestão e Desempenho, que é uma ferramenta mais moderna e com maiores possibilidades de garantir o desempenho de cada uma dessas agências, se levados em consideração os aspectos peculiares e especificidades de cada setor, com um detalhe: mediante aprovação interna. Ou seja, fica bem claro que as agências reguladoras, além de terem competência para determinar os seus planos e os seus marcos operacionais, não vão poder usar isso como justificativa de aprovação externa, indicação externa, com isso limitando a sua competência.

O quarto aspecto: foi criado um conjunto de alternativas para remediar as eventuais vacâncias dos dirigentes, que, historicamente, nesses últimos dez anos, tem sido um dos principais problemas do desempenho das agências reguladoras no Brasil. Próximo.

Pontos que a gente considera ainda fundamentais para serem aprimorados. Além da aprovação do regulamento, é importante que os instrumentos de acompanhamento também devam ser estabelecidos por ato interno de cada uma dessas agências, na medida em que, como o Senador Fernando Collor já disse anteriormente, o ambiente regulatório, por exemplo, da ANATEL é bem distinto do ambiente regulatório da ANTT, da ANTAC, só para ficar em alguns exemplos. Então, é importante que cada agência possa internamente discutir e estabelecer suas normas e seus instrumentos de acompanhamento. Próximo.

Outro ponto importante, que nós consideramos que deveria ainda ser aprimorado, é que os parâmetros para indicação do ouvidor devam utilizar os mesmos critérios ou critérios equivalentes que são utilizados hoje para indicação dos diretores. Aliás, mais ainda, o ouvidor tem que ser tão ou mais competente do que os diretores para o seu adequado desempenho na função. Próximo.

Aqui um quadro que a gente procura manter permanentemente claro na visão da ABDIB. A diferença e a distinção, a complementaridade entre os Ministérios e as suas respectivas agências. Na nossa visão, não temos dúvidas em afirmar que cabem aos Ministérios a determinação da política setorial, o estabelecimento das diretrizes, o planejamento do setor e das áreas – ou seja, o quê, quando, como licitar –, e o estabelecimento do plano de outorga no que diz respeito aos objetivos gerais, e o cronograma – mais uma vez o quê, quando e como licitar. E cabe às agências realizar, executar o processo de outorga. Definidas as orientações dos Ministérios, as agências teriam o papel de modelar e editar os atos e habilitar, ou, eventualmente, cassar, direitos de empreendedores, órgãos... Cada uma das suas agências terem o papel de conduzir as licitações e gerenciar os contratos de fiscalização e a implementação de cada um desses contratos.

E, para fechar – próximo –, um ponto que nós consideramos fundamental: as agências reguladoras devem ser órgãos de Estado, quaisquer que sejam os governos daquele momento. Hoje, como os números mostram uma crescente participação dos investimentos públicos e também privados, é importante que a gente tenha a visão clara de que o que vem aí pela frente vai tornar essas agências reguladoras organismos ainda mais importantes para o desenvolvimento do nosso país. Essa é a nossa visão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Ralph pela sua explanação. E passaríamos, agora, à fase final da nossa audiência, com as considerações finais dos nossos palestrantes. Cada um terá cinco minutos para fazê-las. Dr. Luiz Alberto dos Santos tem a palavra.

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Muito obrigado, Presidente Collor. Mais uma vez, foi muito importante nós podermos estar aqui compartilhando essa discussão com ABDIB, com a ABAR e com os senhores, na medida em que o que foi dito representa, de fato, muito do que já se obteve em relação a esta matéria na medida em que se construiu um razoável consenso em muitos dos aspectos que são contemplados no Projeto de Lei 3.337.

Mas há de fato algumas questões que ainda poderão vir a ser objeto de aperfeiçoamento não apenas na fase final de tramitação na Câmara como também no âmbito do Senado Federal.

Me parece que essa discussão que foi que a posta pelo Dr. Wanderlino, e que eu muito rapidamente tentei também mencionar, em relação aos processos de escolha dos dirigentes das agências, continua sendo um calcanhar de aquiles na medida em que se exige das agências um nível de confiabilidade, de... enfim,

capacidade decisória e de transparência, é preciso que os processos de escolha dos seus dirigentes sejam os mais possíveis também socialmente controlados e meritocráticos.

Essa experiência que aqui foi mencionada do Estado do Ceará, ela foi inclusive objeto de um dos estudos realizados pelo PRO-REG, intitulado Sistema de Seleção de Diretores e do Pessoal de Gerência Superior das Agências Reguladoras, realizados sobre contrato, no âmbito do PRO-REG, pela Professora Alqueta Pecci da Fundação Getúlio Vargas, e que conclui precisamente no sentido de se estabelecer um mecanismo de seleção, baseado em comitê de seleção, que se não reproduz exatamente a sistemática de um concurso público, com aplicação de provas, certamente dá muito melhores condições de nós podermos identificar as capacidades necessárias para o exercício das funções. Essa é uma discussão que o Poder Executivo ainda está fazendo, não será, talvez, possível incorporá-la ainda nessa fase de discussão da Câmara dos Deputados, mas espero que nós tenhamos oportunidade de discutir melhor esse assunto, senão por meio de uma outra iniciativa, talvez ainda no âmbito do próprio Senado Federal.

Sobre a discussão das ouvidorias, essa tem sido também uma discussão muito rica. Participei, recentemente, do último evento promovido pelos ouvidores nas agências reguladoras, sob patrocínio da Agência Nacional de Aviação Civil, e que coloca, de fato, uma expectativa que tem os próprios ouvidores de ter uma atuação mais intensa. E a sugestão aqui colocada de que os ouvidores possam ter uma atuação em relação à mediação de conflitos, me parece uma sugestão bastante interessante que poderá, eventualmente, ainda ser absorvida nesse processo.

Da mesma forma a discussão sobre a duração dos mandatos dos ouvidores embora a solução encontrada na Câmara dos Deputados até o momento seja de permitir a renovação por meio de um novo mandato dois anos mais dois anos, o que daria os quatro anos, talvez a solução de se dar o mandato de quatro anos não seja, de fato, inconveniente para os objetivos que se propõe proposta, o debate.

Em relação a questão do poder concedente é, sem dúvida nenhuma, o tema mais complexo e que demandará ainda discussões, mas a posição do governo nesse ponto é muito clara e muito firme: entendemos que deva ficar sob a alçada do Ministério da área a decisão inicial e a decisão final, cabendo à agência reguladora as etapas intermediárias que vão desde a elaboração do edital até o próprio julgamento das propostas, encaminhando, ao final, o resultado da análise para o Ministro supervisor adotar a decisão ou

encaminhar, se for o caso, ao Presidente da República essa decisão de outorga.

Portanto, creio que, salvo essa discussão que tem um caráter evidentemente político também, nós convergimos bastante com as contribuições e sugestões que foram aqui apresentadas, e creio que convergimos também [soa a campainha] na preocupação de construir agências reguladoras sólidas que atendam aos interesses da nossa economia e da nossa sociedade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Luiz Alberto dos Santos. Dr. Wanderlino, por favor.

SR. WANDERLINO TEIXEIRA DE CARVALHO: Eu acho que foi extremamente proveitosa a Audiência Pública, pelo menos da nossa parte, de a gente ver o interesse do governo, expresso na pessoa do Dr. Luiz Carlos (*sic*) de chegar a melhorias no projeto. Isso é realmente importante.

Eu creio, brevemente, a questão que o Senador falou corretamente na questão que ele falou, eu acho que todos, é quase um consenso agora, contrariamente ao consenso de Washington, que a desregulação completa da economia eu acho que realmente é um equívoco e não tem condições de prosperar mais. Se tem que haver regulação, aí o papel da agência reguladora é importante. Agora, a questão do excesso de burocracia, realmente esse é um problema que muitas agências têm, tanto federais como estaduais e municipais, têm que resolver. Eu falei aqui muito claramente. Uma questão importante para o projeto é a celeridade nas suas decisões. Esse eu considero fundamental. Se as agências reguladoras cair na vala comum do serviço público do País, de que fica jogando o cidadão para lá, para cá, para o outro lado, vai para isso, e não decide, ela realmente vai perder prestígio na sociedade, e isso é uma coisa muito importante.

A questão das tarifas, o Senador tem que inteira razão. Antes da regulação aqui no Brasil, a imensa maioria das tarifas eram autorreguladas. As empresas estatais é que decidiam as tarifas, quer dizer, isso aí realmente é uma questão que não tem sentido do ponto de vista da necessidade tanto delas... Delas, elas resolvem o problema delas, mas não resolvem o problema dos usuários, e aí a questão de triângulo. Quer dizer, a tarifa tem que ser módica, como manda a Constituição. A tarifa tem que ser módica. E o serviço tem que ser adequado, por outro lado. Então, à agência reguladora que cabe regular essa questão.

As regras para diversas agências, o Senador falou, realmente é evidente que cada agência do setor é diferente do outro, senão poderia fazer uma agência só. Então, é uma agência... setoriais porque são dife-

rentes. O que resolve isso são os marcos regulatórios. Cada setor tem que ter o seu marco regulatório bem feito, detalhado, com todas as especificidades.

E outra questão, a questão daquele artigo da questão do TCU, só rapidamente entrando nessa questão. A nossa preocupação por parte das agências, e eu espelho isso como Presidente da ABAR, que é a nossa preocupação, é a questão da tecnicidade. Quer dizer, os setores regulados são tão amplos e diversificados que achamos impossível que a sistemática do TCU de fazer os seus quadros de pessoal sejam suficientes para que eles tenham *espertises* técnicas em todos os setores regulados. Porque a forma de entrada de pessoal no TCU, eu sei que basta ter curso de nível superior. Aí não passa determinados engenheiros, por exemplo, não passam no concurso. Como que o TCU vai fiscalizar se ele tem *expertise* naquela área tendo em vista a imensa diversidade da engenharia. Não basta a pessoa ser engenheiro.

Teve um exemplo marcante aqui que teve muito problema. Na duplicação da Rodovia Brasília-Goiânia o TCU suspendeu as obras alegando que estava tendo superfaturamento. Eu era, nessa época, Secretário da Federação Nacional dos Engenheiros, e recebi uma colocação do Sindicato de Engenheiros aqui do Distrito Federal, colocando que quem foi fazer [soa a campainha] – só concluindo – quem foi fazer a fiscalização e a vistoria era um filósofo e um engenheiro eletricitista. Ora, um filósofo, convenhamos, por mais que eu respeite, ele não tem condições de fazer uma fiscalização de engenharia rodoviária; e o engenheiro eletricitista também. Embora seja engenheiro, ele não tem a mínima condição de fazer verificação de uma obra rodoviária. Quer dizer, levou e depois se verificou que não era nada daquilo que o Tribunal... E ficou oito anos parado. Quer dizer, então essa questão eu acho que o Tribunal tinha que fazer revisão nos seus métodos de captação de funcionários, servidores, fazer concurso específico para as diversas profissões necessárias ao Tribunal, a fiscalização do tribunal, que é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB/AL): Muito obrigado Dr. Wanderlino. E, para finalizar, o Dr. Ralph Lima Terra para as suas considerações finais.

SR. RALPH LIMA TERRA: Senador Collor, eu queria ilustrar a importância dessa discussão e parabenizar a Comissão de Infraestrutura do Senado pelo fato de ter se antecipado e promovido essa discussão, porque a matéria ainda nem chegou na Casa, ainda está na Câmara, mas ela é da maior importância. E eu gostaria de ilustrar rapidamente com uma visão do que está acontecendo agora, não é futuro, não, é agora.

Estão ocorrendo simultaneamente no Brasil três licitações que, individualmente, chamariam a atenção em qualquer lugar do planeta. E todas as três, a figura das agências reguladoras, cada uma em seus segmentos, é fundamental.

O trem rápido Campinas-São Paulo-Rio de Janeiro, uma obra que se estima aproximadamente 40 bilhões de reais. A licitação deve iniciar o processo nos próximos dias.

As 40 sondas de posicionamento dinâmico, que é a primeiríssima etapa da questão do pré-sal. É só o início: 12 já foram contratadas fora do país, na medida em que nós nunca produzimos aqui no Brasil, e 28 estão sendo licitadas, serão construídas no Brasil. Estima-se, aproximadamente, um bilhão de dólares cada sonda. Portanto, olha o tamanho da encomenda.

E a usina hidrelétrica de Belo Monte que fora *Three Gorges*, na China, e Itaipú, no Brasil, quando construída será a terceira maior usina hidrelétrica do planeta.

Então, todas essas três iniciativas, só para ficar nessas que chamam mais atenção, elas seriam importantes em qualquer lugar do planeta. E tem uma coincidência, as três estão sendo feitas, agora, e simultaneamente no Brasil. E a figura de organismos reguladores de Estado para fiscalizar, implementar e cuidar para que esses empreendimentos, quando prontos, desempenhem adequadamente as suas funções, a figura da agência reguladora é fundamental. Então, isso eu acho que serve para ilustrar essa discussão, e uma melhor compreensão da sociedade como um todo do papel das agências reguladoras, deixando claro deveres e direitos dos concessionários e de todos os organismos que convivam com esse ambiente. Eu gostaria de agradecer a oportunidade e estamos à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB/AL): Muito obrigado ao Dr. Ralph. E pelo o que nos disse agora sucintamente e resumidamente o Dr. Ralph, nós percebemos a importância da figura do Estado na economia, porque a fonte da iniciativa, ou melhor dizendo, a iniciativa dessas três grandes obras que deverão ser realizadas é a iniciativa do Governo Federal que, naturalmente, vai necessitar e vai sempre incentivar também a participação privada, mas a capacidade indutora do Estado é enorme. Haja vista o Programa de Aceleração do Crescimento que, no começo, muitos criticaram o governo, porque isso seria uma interferência muito grande na economia como um todo e tal, mas não perceberam que é dessas iniciativas do Executivo é que brotam e estimulam a iniciativa privada a se associar ao Estado brasileiro

no sentido de levar adiante aqueles projetos e aquelas propostas.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo a presença de todos, especialmente dos nossos convidados: Dr. Ralph Lima Terra, da ABDIB; Dr. Luiz Alberto dos Santos, da Casa Civil da Presidência da República; e Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho, da ABAR, que aqui compareceram e prestaram importante colaboração sobre o tema, contribuindo para este debate.

Convoco as Sras. Senadoras e Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a se realizar no dia 10 de dezembro próximo, às oito e meia da manhã, neste Plenário, quando realizaremos a 3ª Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos sobre a repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrida no País no dia 10 de novembro de 2009, bem como acerca de real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento, e ainda sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor a curto, médio e longo prazos. Para tanto foram convidados o Dr. Márcio Tolmasquim, Presidente da Empresa de Planejamento e Energia; o Professor Evandro Emílio de Souza Lima, engenheiro elétrico e professor aposentado da Universidade de Brasília; Dr. Jorge Miguel Samek, Diretor-Geral da Itaipu Binacional; e o Dr. Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União. Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 20h06.

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2009, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia sete de dezembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura. A Presidência declara aberta a reunião, e anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública faz parte da **Agenda 2009-2015 “Desafios Estratégicos Setoriais”**, proposta pelo Senador **Fernando Collor** e elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores **Delcídio Amaral**, **Flexa Ribeiro** e **Gim Argello**, destinada a debater o Terceiro Desafio: **“INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS”**, Painel IV – **DISCUSSÃO DO PL DO GO-**

VERNO FEDERAL SOBRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS, com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Ralph Lima Terra** – Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB; **Dr. Luiz Alberto dos Santos** – Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência República e **Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho** – Presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usou da palavra o Dr. Marcelo Barros da Cunha – Diretor da Secretaria de Fiscalização e Desestatização do Tribunal de Contas da União – TCU. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo à presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte horas e sete minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 18 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

A presidência registra o recebimento do Ofício GP nº 984/09, do Presidente de Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Deputado Elcio Alvares, agradecendo o convite para participar da Agenda Desafios Estratégicos Setoriais, e informando de impossibilidade de sua participação.

Também esta Comissão recebeu do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia o seguinte ofício: *“Ofício nº 349 GP/ALE/2009, Porto Velho, 1º de setembro de 2009. Excelentíssimo senhor, chegou ao conhecimento desse parlamento estadual que a empresa Propower Geradora de Energia Ltda., sucessora da empresa Rovema Veículos e Máquinas Ltda., no interesse de beneficiar empreendimentos referenciados em questão, solicitou a Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON que seja postulado, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, a suspensão em relação as PCH's Machadinho e Cachoeira Formosa do beneplácito de sub-rogação da Conta de Consumo de*

Combustíveis, CCC, referente as linhas de transmissão Arari-Machadinho 138 kV, e Montenegro-Burititis 69 kV, incluindo os respectivos bays terminais. Tal informação vem a lume no momento em que o Município de Machadinho d'Oeste atravessa uma séria e prejudicial crise no setor de energia elétrica, maximizado pela promessa e compromisso descumpridos pela CERON que, quando incitada a manifestar sobre a problemática, posto ser a concessionária atuante no Estado de Rondônia, assegurou a solução do impasse, apresentando um conjunto de obra, qual seja a construção de uma PCH e uma linha de transmissão interligada ao sistema nacional, cuja a execução seria providencial, mas nada fez.

Diante desse cenário, transparecem elementos indicadores de que outros interesses, que não os da população dos aludidos municípios, tendem a sobrepujar o PÚBLICO, ocasionando uma verdadeira inversão axiológica a revelar supostas violações de ordem constitucional e legal, o que não se admite.

Com efeito, os municípios – segundo ainda o Presidente da [ininteligível], a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia –, com efeito, os municípios estão indignados com a notícia máxima, porque a interligação do Sistema Nacional – SIN é uma expiração histórica, cuja luta tem feito parte da identidade dessas localidades. A pretensão da empresa não somente contraria o bem-estar local por quanto a energia térmica gerada, além de alto custo, é insuficiente para atender satisfatoriamente a demanda, como também atenta quanto ao meio ambiente por empregar procedimento de geração altamente poluente ou menos ecologicamente correto do que a interligação ao SIN.

Por fim, vê-se que a problemática – ele insiste na problemática –, além das implicações imediatas ressentidas pelos aludidos municípios, mancha indelevelmente uma das políticas governamentais mais importantes, qual seja o Programa Luz para Todos cuja execução, em todo o território nacional, tem-se afigurado uma vitrine da atual gestão Federal, fato que também reclama acurada a atenção.

Diante do exposto, solicita-se que a problemática – ele insiste no termo problemática – em questão seja efetivamente dirimida, beneficiando-se os Municípios de Machadinho e Buritis. Assinado Neodi Carlos Francisco de Oliveira, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.”

Esse foi o ofício encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa Senador José Sarney, que encaminhou à Comissão de Infraestrutura, e eu solicito à Secretaria desta Comissão que faça o devido encaminhamento desse ofício, dando-se conhecimento aos três senadores do Estado de Rondônia, que

coincidentemente fazem parte desta Comissão, bem como encaminhar a ANEEL para as providências que o caso requer.

Comunicados. Na última segunda-feira, dia 30 de novembro, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou o 3º Painel sobre Infraestrutura e Políticas Públicas, constante da Agenda 2009-2015, Desafios Estratégicos Setoriais com o tema “Saneamento básico, situação do país e propostas de soluções”. Participaram da audiência Dr. Francisco Danilo Fortes, Presidente da FUNASA; o Dr. Raul Pinho, do Instituto Trata Brasil; o Dr. Mário Vieira Marcondes Neto, Presidente da CONASA, Companhia Nacional de Saneamento; e o Professor Francisco de Assis Salviano Sousa, da Universidade de Campina Grande, Paraíba. Os quatro rebatedores foram unânimes em reconhecer que, além da falta de recursos, os maiores problemas do setor... Na realidade, eles disseram que não havia tanta falta de recursos, mas, sim, o que eu vou agora passar a ler:

“Os maiores problemas do setor na área de saneamento são: a gestão deficiente – eles criticaram muito o aspecto da gestão – da área de saneamento e abastecimento d’água, a desvalorização de engenharia – no sentido de que hoje a profissão de engenheiro não está sendo tão atraente como era há alguns anos atrás –, a falta de projetos e a capacidade de endividamento dos municípios que está esgotada.”

Para o Dr. Francisco Danilo Forte, que é o Presidente da FUNASA, “o país vive o momento mais rico de sua história para investir em saneamento básico, mas enfrenta dificuldade de planejamento no médio e longo prazos”. Ele assinalou que a legislação referente à fiscalização e licitação deveria ser mais flexível, pois as exigências legais são as mesmas para as grandes e as pequenas obras. Segundo ele, o maior problema não é a falta de recursos, como havia dito anteriormente, o problema é estrutural: os estados e municípios não estavam preparados para o volume de recursos disponíveis.

Por sua vez, o Dr. Raul Pinho lembrou que sete crianças morrem por dia no Brasil devido à diarreia. Ele apresentou uma pesquisa contratada ao IBOPE pelo movimento Trata Brasil que revelou a ignorância da sociedade em relação ao saneamento básico. Segundo a pesquisa, 31% dos brasileiros não sabem o que é saneamento básico; 1/3 da população brasileira não sabe, nunca ouviu falar sobre o que vem a ser saneamento básico; 64% nunca ouviram falar sobre o tema na escola; 77% nunca viram uma campanha de esclarecimento sobre como ter o asseio, o aspecto da higiene ou mesmo de como fazer a colocação das águas servidas; e 41% não estão dispostos a pagar pelo serviço. Talvez, seguramente pela falta de conhe-

cimento da importância do saneamento básico, pela falta de informação, 41% não estão dispostos a pagar pelo serviço de esgotamento sanitário.

Na sua avaliação, Dr. Raul Pinho, o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, vem tendo dificuldades exatamente por falta da percepção de que é preciso um preparo antecipado por parte da população. Não é uma questão de dinheiro apenas, nisso concordando com o Dr. Danilo Forte da FUNASA, o problema é que não se investe em gestão. O governo não divulga a quantidade de desembolso quando faz anúncios do Programa de Aceleração do Crescimento que, até agora, só gastou 14,8% dos recursos disponíveis. Ou seja, os recursos existem, as dificuldades encontradas e os entraves estão na sua aplicação devido àqueles itens que aqui foram colocados. Não é somente colocar o dinheiro em cima da mesa, afirmou o Dr. Raul Pinho.

Já o Dr. Mário Vieira, o Presidente da CONASA, disse que o Brasil estacionou no século XIX em relação ao saneamento básico, e que a carência de água tratada já é verificada em várias regiões do país. Como exemplo, ele citou o caso de Santa Catarina, o município do sul do País, dos mais ricos Estados brasileiros e que tem um dos piores índices de saneamento do País, semelhante ao do Estado do Piauí. Entre os principais entraves, ele listou a incapacidade dos municípios se endividarem, a frequente ingerência política nas companhias estaduais de saneamento – isso realmente é uma praga – e a politização do debate sobre a privatização desse serviço.

Em sua intervenção, o Professor Francisco Salviano lamentou a constatação de que o saneamento não é uma prioridade para o Poder Público nem para a sociedade. Na opinião dele, a solução passa pelo desenvolvimento do interior do País; melhoramento da distribuição de renda: adoção de sistemas mais simples, baratos e eficientes; educação ambiental no ensino básico – acho eu fundamental; e avaliação sistemática de eficiência da prestação do serviço. Para ele, caso o Brasil continue investimento por ano no setor apenas 0,2% do Produto Interno Bruto, a universalização do saneamento básico no País, conforme já foi divulgado, só será alcançado em 200 anos. Na sua avaliação, para que o saneamento básico, o tratamento de água de esgoto e de água, e o fornecimento de água seja alcançado, no Brasil, até 2030 seria preciso investir atualmente 0,63 do Produto Interno Bruto.

Durante o debate, apontou-se ainda como fator negativo a pulverização, por cinco Ministérios, das atribuições e recursos destinados à política de saneamento básico. O fato reflete em dificuldades como os atrasos em muitas obras do PAC.

Quero também salientar, Sras. e Srs. Senadores, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura começou a preparar uma série de estudos e iniciativas, especialmente de proposições Legislativas, com base nos problemas levantados e nas soluções apontadas durante o debate desse último painel sobre saneamento básico e fornecimento de água potável. Para tanto, devemos, inicialmente, considerar como serviços que compõem o saneamento básico o seguinte conjunto: 1. Abastecimento de água potável; 2. Esgotamento sanitário; 3. Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; 4. Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Devemos, também, nós, da Comissão, ter em mente que os seguintes dados como subsídio para priorização das propostas. 1. Atendimento quanto aos serviços de água: 80,9% da população total é atendida e 19,1% não atendida; 2. Atendimento quanto aos serviços de esgotamento sanitário; 58% da população brasileira não é atendida, 9,5% é atendida apenas com coleta e 32,5% é atendida com coleta e tratamento; 3. Cobertura de coleta de resíduos: 98,5% da população urbana possuem coleta domiciliar e 1,5% não possuem coleta; Quanto às unidades de processamento de resíduos sólidos domiciliares cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre o saneamento: 28,2 referem-se a lixões, quase 1/3; 32,4% referem-se a aterros controlados; e 39,4% referem-se a aterros sanitários. 5. Atendimento quanto aos serviços de drenagem urbana: 21,4% dos municípios possuem drenagem e 78,6% dos municípios não possuem drenagem.

Esses dados demonstram de início que à exceção dos serviços de coleta de resíduos sólidos todos os demais necessitam de soluções prioritárias, notadamente os serviços de esgotamento sanitário e de drenagem urbana. Da mesma forma, alguns dados preocupantes refletem bem as dificuldades em torno do tema: 31% da população desconhecem o que é saneamento e, mais grave, apenas 3% relacionam o saneamento básico à saúde. Somente 3% relacionam o saneamento básico à saúde. E 41%, como já foi também visto aqui logo no início da fala, 41% não pagariam para ter o seu domicílio ligado à rede coletora de esgoto. Ou seja, as soluções dos problemas passam, necessariamente, por uma ampla campanha de divulgação da importância dos serviços de saneamento e também da educação, da instrução, já a partir do ensino básico.

Outro aspecto a se considerar referem-se à regulamentação do setor, em especial a proposta de revisão e flexibilização das leis que regulam as atividades de saneamento. Assim, devemos aprofundar a discussão em torno da Lei 11.445, de 2007, denominada a Lei de Regulação do Setor de Saneamento Básico, e que contém os princípios da universalização do acesso, da

integralidade e intersectorialidade das ações e da participação social. Do mesmo modo, há de se estudar possíveis alterações da Lei 11.107, de 2005, e no Decreto nº 6.017, de 2007, que dispõe sobre a formulação de consórcios públicos e que são imprescindíveis para a implantação de ações integradas entre os municípios. Além dessas normas, a Lei de Licitações, a famosa Lei nº 8.666, de 93, deve também ser objeto de estudo, de modo a facilitar o processo de contratação de todos os serviços que envolvem o setor. Tudo isso é de extrema importância para a correta elaboração e a efetiva implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, que é o principal instrumento que detém os municípios para o planejamento e a gestão do saneamento.

Assim, esperamos, em breve, poder submeter, nós, senadores e senadoras que fazem parte da Comissão dos Serviços de Infraestrutura do Senado, esperamos, em breve, poder submeter à apreciação de todos um conjunto de propostas a serem apresentadas aqui no Senado Federal. Para as Sras. e Srs. Membros que queiram contribuir com a iniciativa, estamos abertos e desejosos de receber contribuições.

Integrando a Agenda 2009-2015 Desafios Estratégicos Setoriais, dentro do 3º Desafio: Infraestrutura e Políticas Públicas, apresentaremos hoje o Painel nº 4, que vai tratar da discussão do Projeto de Lei do Governo Federal sobre as agências reguladoras. É o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, com os seguintes participantes, que aproveito e convido para que tomem assento à mesa: Dr. Ralph Lima Terra, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base, ABDIB; Dr. Luiz Alberto dos Santos, Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais de Casa Civil da Presidência da República; e Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho, Presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras – ABAR. V. Exas. considerem-se muito bem vindos a esta Comissão.

Para iniciar, então, as palestras de hoje, nós convidamos o Dr. Luiz Alberto dos Santos, que é Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais de Casa Civil da Presidência da República. V. Sa. disporá de 20 minutos para sua exposição.

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Muito boa-noite. Eu, inicialmente, gostaria de agradecer ao convite do Presidente Senador Fernando Collor para estarmos aqui, nesta Reunião da Comissão de Infraestrutura. Cumprimentar também os demais presentes, especialmente o Dr. Wanderlino, Presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras, que tem sido um parceiro nosso permanente nas discussões sobre essa matéria.

E, desde logo iniciar minha exposição tentando fazer um relato um pouco breve do tema que nós estamos já desde o ano de 2003 acompanhando no âmbito do Governo Federal que é, precisamente, a reforma de marco regulatório das agências reguladoras federais.

Esse é um tema que nós gostaríamos, desde logo, de contextualizar. Se insere no debate maior sobre a natureza e complexidade da função reguladora, exercida pelo Estado, como função exclusiva de Estado, nos termos do art. 174, da nossa Constituição, e que se define, teoricamente, como uma atividade de controle contínuo e focado, que se exerce por meio de uma agência pública sobre atividades consideradas importantes para uma determinada comunidade. Esse conceito, obviamente, é um conceito mais amplo de regulação que envolve o conjunto da função regulatória estatal, e que levado, enfim, a seu extremo pode inclusive incorporar dimensões tais como a taxação, subsídios e quaisquer outras formas de controle ou influência social da ação estatal. Próximo, por favor.

Nós temos, basicamente, três tipos de regulação a considerar, em nome das quais nós vamos poder classificar e compreender melhor a atuação das nossas instituições regulatórias, e dentre elas as agências reguladoras. Entre elas a regulação econômica, que é aquela voltada precisamente para a correção das imperfeições do mercado, especialmente no âmbito da entrada e preço, confiabilidade, saída, e isso com efeitos importantes no que se refere aos investimentos na área de infraestrutura; a regulação social, que envolve, precisamente, a provisão dos bens públicos e na produção do interesse público com as atividades regulatórias na área de saúde, segurança e meio ambiente; e, por último, a regulação administrativa, que tem um caráter mais amplo, envolve o exercício do próprio poder regulamentar, que também é inerente à ação do Estado.

Esses conceitos, eles são encontrados na experiência internacional, em diferentes formas e modelos, nas estruturas adotadas pelo exercício de função regulatória com diferenças, inclusive, de enfoque entre as agências reguladoras na experiência norte-americana e nas européias que se considera, teria uma abordagem um pouco mais ampla.

A nossa discussão a respeito desse tema, ela se deu, inicialmente, em 2003, quando o Presidente da República determinou a elaboração de um estudo feito através de um grupo de trabalho interministerial, conduzido pela Casa Civil da Presidência da República, e que identificou alguns problemas na adoção dos conceitos e das estruturas regulatórias no âmbito Federal. Inicialmente percebeu-se a existência de uma certa dose de improvisação e incompletude na

adoção do modelo de agências reguladoras, uma diversidade e heterogeneidade dos próprios modelos adotados no âmbito das agências reguladoras criadas nesse processo, agências ainda, então, muito vulneráveis à risco de captura pelos agentes de mercado e um insuficiente nível qualidade da nossa regulação. Verificamos também, naquela oportunidade, que tinha havido, e se aprofundava, inclusive, com o tempo, um processo de esvaziamento dos Ministérios com absorção de atividades inclusive de formulação e de políticas pelas agências reguladoras, um pouco também parte da própria omissão dos próprios Ministérios.

Tivemos, nesse processo, a transferência – a nosso ver inadequada indevida, genérica – do poder concedente da administração direta da União para as agências reguladoras e um processo de estruturação incompleto que se refletia, por exemplo, na inexistência até então de quadros de pessoal nas agências reguladoras adequadas a sua finalidade. Verificava-se, também, uma cooperação muito frouxa entre as agências reguladoras e os órgãos do Sistema de Defesa da Concorrência, assim como deficiências relativas à prestação de contas das agências, não apenas junto ao legislativo, mas também na sua relação com o executivo, na medida em que tem natureza autárquica e submete-se, portanto, à supervisão ministerial, mas também com relação à própria sociedade em virtude da incompletude e insuficiência dos instrumentos de controle social e de gestão.

Concluiu-se, então, pela necessidade de uma revisão do modelo e do papel das agências reguladoras, mediante a reformulação das suas funções e da sua organização institucional, assim como também da necessidade de revisão de vários marcos setoriais relativos, precisamente, inclusive, à questão da infraestrutura. Isso levou à elaboração, inicialmente, de um projeto de uma nova lei geral, que nós chamamos Lei Geral das Agências Reguladoras, que foi, então, objeto de um processo de debate público, que teve, inclusive, uma etapa de consulta pública, mas passou por um escrutínio bastante amplo, com debate na mídia, através de realização de seminários. E, ao final, então, de 2003, nós já tínhamos um projeto para reforma do marco legal das agências reguladoras no Brasil, inicialmente em duas proposições. Foram unificadas inclusive por sugestão de parlamentares na Câmara dos Deputados, num único projeto, buscando, então, enfrentar essa dificuldade, então identificada.

As instituições regulatórias no âmbito Federal, elas têm uma configuração histórica bastante complexa. Inicialmente, nós percebemos a diversidade das formas institucionais adotadas por próprio exercício dessa função sem que tivesse numa clareza maior de

o porquê tais ou quais situações terem se travestido ou revestido dessa figura de agência reguladora. Foram criadas dez agências reguladoras a partir de 1996, com heterogeneidade inclusive entre elas, mas num processo de, enfim, cópia ou de mimetismo institucional imperfeito, em virtude das influências dos modelos internacionais que foram considerados.

Ainda assim, quando nós olhamos essas dez agências vis-à-vis e os demais órgãos e entidades da administração federal que exercem funções regulatórias, para muitos, ainda hoje, é um pouco complicado dizer por que esta ou aquela também não é agência reguladora, ou por que, entre as nossas agências reguladoras, estas são agências reguladoras, e não autarquias ou autarquias especiais de outro tipo. A verdade é que nós optamos, nesse debate, por não promover a revisão de nenhuma situação individual, ou seja, não descaracterizar como tal nenhuma das agências reguladoras já existentes, mas, a partir dali, para uma utilização mais conscienciosa e mais criteriosa desse modelo, para que nós pudéssemos, então, criar, no futuro, novas agências ou justificar melhor a criação de novas agências. Próximo, por favor.

Essa discussão, ela partiu também de uma conclusão muito importante que foi a da necessidade das agências reguladoras para que fiscalizem as falhas de mercado e consigam nos prover de maior estabilidade regulatória e, com isso, otimizando o fluxo de investimentos privados. Por outro lado, também, como conclusão necessária desse processo, nós adotamos a proposta de que aos Ministérios deveriam ser asseguradas as funções relacionadas à formulação das políticas públicas setoriais, e às agências, principalmente as funções regulatórias e fiscalizatórias nos mercados regulados, com ampliação dos mecanismos de controle social e prestação de contas e a profissionalização das nossas agências reguladoras.

Esse tema, ele, hoje, já ultrapassa largamente aquela discussão ocorrida em 2003. Se no início nós discutimos as agências reguladoras como um tipo institucional, num contexto político e social e econômico, hoje nós temos esse debate sobre as agências reguladoras inserido num campo muito maior de discussão que é o campo da governança regulatória que, na verdade, transcende em muito as agências reguladoras, embora ela seja uma parte fundamental desse debate.

Entre os diferentes aspectos que vem se colocando hoje como fundamentais nessa discussão, nós temos a discussão sobre o acesso à informação *versus* a cultura do segredo, que ainda permeia grande parte da relação entre a cidadania e o estado do nosso País; a discussão sobre o problema da nossa cultura jurídica

que produz uma quantidade muito grande de normas, com sistema jurídico e normativo extremamente fragmentado e uma necessidade de consolidação normativa que permita a todos os setores da sociedade, não apenas setores econômicos regulados, mas os cidadãos saber exatamente quais são as suas obrigações e direitos em cada momento; a discussão maior sobre a reforma do judiciário e as necessidades de termos uma Justiça mais célere e mais ágil, mas também reduzirmos os espaços para judicialização das políticas públicas, que tem sido um tema frequente nas nossas relações entre os setores econômicos e os cidadãos e o Estado; discussão sobre transparência e participação social no contexto em que a democracia participativa se afirma cada vez mais; a própria natureza das instituições regulatórias – se devem ou não ser agências e em que medida devemos criar novas instituições; os próprios marcos regulatórios que precisam ser continuamente revisados; e, por fim, o tema maior da qualidade da regulação como um grande desafio especialmente para as economias emergentes.

Quando nós olhamos sobre esse prisma, nós percebemos que ainda o nosso país se encontra num patamar de qualidade da regulação inadequada em escala comparada internacional. Os dados, divulgados anualmente, pelo Banco Mundial, ainda nos colocam num patamar inferior à média dos países da OCDE, embora um pouco melhor do que a média da América Latina, mas, quando nós olhamos, em perspectiva comparada, em relação mesmo a países do nosso subcontinente, como o caso do Chile ou mesmo o caso do México, nós percebemos que ainda há muito o que fazer para que a nossa qualidade de regulação seja comparável. Volta um pouquinho, por favor.

O Banco Mundial desenvolve já há 10 anos uma pesquisa anual sobre indicadores de governança. Esses indicadores de governança, eles são calculados a partir de diferentes fontes que são feitas... pesquisas que são feitas nos países, em todos os países que são pesquisados... Isso envolve tanto pesquisas feitas por instituições de opinião em mercado como também instituições setoriais que costumam avaliar, em cada setor, as instituições em diferentes aspectos da governança.

Esse índice da qualidade de regulação, ele tem média, nos diferentes países que são medidos – são cento e tantos países em torno de 15 diferentes fontes que são ponderadas e dão origem a esse índice – que, então, permite de alguma forma estabelecer uma comparação entre os países. Então, são basicamente pesquisas reputacionais em que, por exemplo, setores regulados opinam... entidades da sociedade civil, defesa de consumidor, etc., opinam sobre como fun-

cionam as instituições regulatórias, e isso dá origem, portanto, ao índice qualidade da regulação.

Além desse índice também existem vários outros, inclusive um muito importante que tem gerado sempre polêmica no nosso caso, que é o índice de controle de corrupção, que permite, por exemplo, comparar, sobre essas mesmas perspectivas, como a sociedade daquele país, os agentes econômicos, veem as medidas adotadas pelos diferentes governos no que se refere a controle da corrupção.

Neste índice nós temos uma percepção diferente, por exemplo, daquela que se tem quando a transparência internacional, que inclusive é uma das fontes consideradas nesse índice do Banco Mundial, quando ela mede o índice de corrupção percebida. Então, são coisas diferentes. As medidas que um governo adota para controlar a corrupção tem uma concepção, uma mensuração diferente do índice de corrupção percebida que é bem mais restrito.

Curioso notar que nesses dois índices, no último ano, o Brasil teve um desempenho positivo. No entanto, em relação à qualidade da regulação, essa série histórica mostra que nós não estamos, assim, evoluindo como gostaríamos, pelo menos sob a perspectiva dessa pesquisa.

O professor Bernardo Müller da Universidade de Brasília tem também feito estudos aqui no Brasil muito interessantes para medir qualidade da nossa governança regulatória, e ele afere setores, através também de pesquisa reputacional, como autonomia, tomada de decisão, instrumentos de decisão, controle e *accountability*, para que eles gerem, ao final, um índice de governança regulatória. E, aqui, nós vemos que mesmo entre nossas próprias agência reguladoras nós também temos diferenças sensíveis entre elas, a ANATEL figurando com índice de governança regulatória bastante superior, por exemplo, ao da Agência de Transportes Aquaviários. É um índice que nós podemos criticá-lo, podemos questioná-lo, mas não podemos ignorá-lo, na medida em que é um dos poucos estudos sistemáticos e conclusivos que nos permitem identificar algumas vulnerabilidades no âmbito dessas instituições. Próximo, por favor.

A abordagem que o governo vem fazendo em relação a este tema é nitidamente uma abordagem de caráter institucionalista, ou seja, nós partimos de premissa de que instituições eficientes, associadas a uma maior capacidade de administrativa, conduzem a um maior desenvolvimento econômico. Temos, nesse processo, por meio de instituições mais sólidas e competentes, redução de incerteza, estabelecimento de estruturas confiáveis para interações e, finalmente, a redução de custos de transação, o que vem, portanto,

em benefício da própria economia e, particularmente, em setores em que são geradas externalidades relevantes e que os investimentos têm um prazo de maturação bastante longo. Próximo, por favor.

Esse processo de revisão, ele se consolidou, portanto, num projeto de lei, o Projeto de Lei 337, enviado ao Congresso Nacional em abril de 2004, baseado em alguns conceitos fundamentais, entre eles a necessidade de um conjunto homogêneo e estável de regras para orientar gestão e atuação da agência, a nossa Lei Geral das Agências, com uma definição clara de competências entre Ministérios e agências reguladoras, especialmente no que se refere à discussão sobre o poder concedente, com a possibilidade de delegação dessa prerrogativa. O conceito de autonomia deveria ser melhor especificado, melhor clarificado, afim de permitir não apenas a independência técnica e a capacidade das agências reguladoras exercerem suas funções de regulação e fiscalização, mas delimitar com precisão até onde essa função é a função própria das agências e não se confunde com o exercício das funções de política. Trabalhamos, também, com o problema da autonomia *vis-à-vis* a questão da vinculação entre receitas e orçamento, com vistas a permitir a superação de restrições orçamentárias, mas a partir da perspectiva do desempenho e da gestão das instituições regulatórias. E, finalmente, o problema da participação social e prestação de contas através de ampliação e disseminação do uso de consultas e Audiências Públicas, do fortalecimento e criação em todas as agências de ouvidorias independentes da diretoria das agências reguladoras, a uniformização dos processos de transparência e prestação de contas e a melhoria dos mecanismos de prestação de contas junto ao Poder Legislativo.

Esse projeto é um projeto de 2004. Em muitos momentos foi feita uma leitura de que este projeto estava parado no Congresso, na Câmara dos Deputados, que o governo tinha abandonado. Na verdade, isso não corresponde à realidade. Eu gostaria, aqui, de lembrar rapidamente, Senador, a tramitação que esse projeto teve até agora na Câmara dos Deputados e o quanto, nesse processo, inclusive, ele foi amadurecendo e merecendo contínuos aperfeiçoamentos propostos pelo relator ou pelos relatores até chegarmos ao ponto em que nós estamos.

Esse projeto foi enviado em abril de 2004, inicialmente em Regime de Urgência Constitucional, o que previa, naquele momento, 45 dias de tramitação na Câmara, 45 dias de tramitação no Senado. Por requerimento, por solicitação dos líderes a Urgência Constitucional foi retirada e, então, depois negociada uma urgência de líderes, um requerimento de urgên-

cia de líderes para que ele pudesse ser apreciado no Plenário.

Em maio de 2004, nós tivemos a aprovação da Medida Provisória 155, que superou um dos principais problemas identificados, que foi a questão dos quadros de pessoal das agências reguladoras. Essa MP foi convertida na Lei 10871 e criou as carreiras de especialistas em regulação – técnico regulação, analista administrativo e técnico administrativo –, no âmbito de todas as agências reguladoras, permitindo que dali para frente pudéssemos realizar concursos públicos para povoar as agências reguladoras com quadros de carreira.

Em maio de 2004, portanto, na mesma época, foi retirada a Urgência Constitucional, e, em junho de 2004, o então relator na Comissão Especial, Deputado Leonardo Picciani apresentou o seu primeiro substitutivo, que foi, então, objeto de um amplo debate na Comissão, mas especialmente com os deputados da oposição, que, então, tinham críticas e reservas ao projeto. Esse processo levou a que, até o mês de dezembro desse ano, nós continuássemos em discussão, visando a construir um texto que pudesse ir a voto na Câmara dos Deputados, mas já entramos, então, em 2005, com um calendário político um pouco mais complicado, e aí nós, infelizmente, não conseguimos apreciar esse projeto em Plenário.

Em setembro de 2005, tivemos um fato importante, que foi a sanção da Lei 11.182, com a criação da Agência Nacional de Aviação Civil.

Em novembro de 2006, mais de um ano depois, concluímos um processo de discussão com entidades da sociedade civil, particularmente a FIESP, que apresentou um conjunto de sugestões ao projeto, uma boa parte delas incorporada.

E, finalmente, em fevereiro de 2007, esse projeto foi incorporado como uma das prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento. Em maio de 2007, o Deputado Leonardo Picciani apresentou uma nova versão do substitutivo, já incorporando uma série de sugestões e recomendações de diferentes setores.

Em agosto de 2007, nós tivemos, em função de crise, na época, do setor aéreo, uma Comissão Geral na Câmara dos Deputados com a finalidade de debater o tema e os projetos relacionados às Agências Reguladoras.

Em novembro de 2008, as agências reguladoras concluíram um processo de discussão com governo e apresentaram sugestões, novas sugestões, as próprias agências apresentaram sugestões, no sentido de aperfeiçoamento do texto, boa parte delas também incorporada. E, finalmente, tivemos, em junho de 2009, com a substituição, inclusive o Deputado Leonardo Picciani

assumiu Secretaria no Município do Rio de Janeiro, foi então designado relator o Deputado Ricardo Barros, que apresentou um novo substitutivo, consolidando esse conjunto de alterações.

Desde então, nós temos trabalhado nesse debate na Câmara dos Deputados, visando construir um ambiente favorável a apreciação do projeto, que é, hoje, inclusive uma prioridade de vários partidos, inclusive dos partidos da oposição, e aguarda, portanto, a oportunidade de ser submetido ao Plenário na forma discutida pelo Deputado Ricardo Barros.

Quais são os principais itens mantidos pelo substitutivo do relator e que constituem-se, enfim, aspectos centrais da proposta? Transferência do poder concedente para os Ministérios ou devolução desse poder concedente para os Ministérios, permitindo-se, inclusive, a delegação dessa competência para as agências reguladoras naquelas hipóteses em que os Ministérios entenderem conveniente; uma uniformização de regras para as agências reguladoras, inclusive relativas à composição dos Conselhos Diretores, duração dos seus mandatos, procedimentos em caso de vacância e quarentena; a obrigatoriedade de consultas públicas prévias à tomada de decisão no caso de minutas e propostas de alteração de normas relevantes de interesse geral; e a redefinição das competências das agências reguladoras, [ininteligível] de defesa de concorrência, de modo a que o fomento à competição se torne um parâmetro fundamental do trabalho das agências e da cooperação entre setores.

Também garantiu-se e manteve-se a preocupação manifestada inicialmente de assegurar às entidades constituídas para defesa do consumidor da ordem econômica, da livre concorrência, do meio ambiente, recursos hídricos o direito de receber apoio técnico de especialistas das agências... contratados pelas agências durante os processos de consulta pública; manteve-se as normas relativas à existência no âmbito de cada agência de uma ouvidoria independente, sem subordinação hierárquica ao seu conselho diretor, assim como as atribuições essenciais propostas para os ouvidores foram também mantidas, especialmente a de zelar pela qualidade dos serviços prestados pelas agências e a acompanhar os processos internos de apuração de denúncias e reclamações; e, finalmente, o aprimoramento dos mecanismos de prestação de contas.

O projeto sofreu, no entanto, uma série de alterações e melhorias, entre elas uma melhor caracterização da natureza das agências; instrumentos de maior publicidade do processo de tomada de decisão das agências reguladoras, com sessões abertas e com gravação de todas as suas discussões e deliberações;

premissas tais como de que a regulação deve ser sempre ser exercida em razão do interesse público e sua sujeição aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e motivação; a substituição da figura originalmente prevista do contrato de gestão por dois planos, o plano estratégico de trabalho e o plano de gestão e desempenho aprovados pela própria agência reguladora e não por instâncias externas; a obrigatoriedade da implantação, em cada agência, de uma agenda regulatória com planejamento da ação regulatória da agência para o próximo exercício; aperfeiçoamentos relacionados à transparência do processo decisório no âmbito das consultas públicas; articulação entre as agências e os órgãos de defesa de consumidor e de defesa do meio ambiente, que não constatavam inicialmente da proposta; uma maior articulação entre as agências reguladoras por meio de criação de instrumentos para evitar superposição ou sobreposição de funções entre elas; articulação, também, entre as agências reguladoras federais e as agências estaduais; mecanismos relacionados à duração, mandatos, requisitos para investidura nos mandatos, interinidade no caso de vacância ou vaga nos conselhos diretores. [soa a campainha]

E aqui destaco um aspecto muito importante, que foi a preocupação, manifestada pelo relator, na Câmara dos Deputados, de limitar o mandato dos dirigentes das agências reguladoras a um período único de quatro anos, sem recondução. Embora essa não seja a proposta do Poder Executivo, nós respeitamos a proposta do relator, e este, certamente, será um debate que ocorrerá em Plenário, na Câmara dos Deputados.

Finalmente, concluindo, senador, eu gostaria de destacar um debate que têm ocorrido com bastante intensidade na Câmara dos Deputados, que diz respeito à questão do controle externo da atuação do próprio Tribunal de Contas no que se refere aos processos regulatórios. Essa é uma discussão que tem trazido aqui e ali algum atrito na medida em que algumas agências entendem que o Tribunal de Contas da União tem invadido a seara decisória das agências reguladoras. Também não é um tema originalmente proposto pelo Executivo, mas os substitutivo do relator, com a concordância do Tribunal de Contas da União, incorporou um dispositivo estabelecendo que o Tribunal de Contas não se pronunciará sobre a discricionariedade das escolhas regulatórias das agências reguladoras.

No entanto, há uma proposta em discussão dos líderes na Câmara dos Deputados de dar-se a esse dispositivo uma redação diferente no sentido do dizer que o Tribunal de Contas somente se pronunciará sobre o mérito das deliberações quando solicitado pelo Congresso Nacional por suas Casas ou pelas respec-

tivas Comissões. Então, esse é um debate certamente também que ainda ocorrerá em Plenário na Câmara dos Deputados, e que compete, claramente, ao Poder Legislativo na medida em que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Essas questões, elas foram enriquecidas no debate também pela necessidade de nós ajustarmos a Lei de Criação da Agência Nacional de Aviação Civil, criada posteriormente, e que precisa ser adaptada às concepções finalmente adotadas ao longo desse debate. Próximo, por favor.

E, finalmente, concluindo. As perspectivas de aprovação desse projeto dependem essencialmente da agenda da Câmara dos Deputados, da agenda legislativa. Os senhores sabem, nesse período nós tivemos inúmeros momentos à obstrução da pauta ou por medida provisórias ou por outras razões ou por força do próprio processo eleitoral, e isso impediu, infelizmente, que uma proposição dessa natureza e complexidade pudesse ser apreciada no Plenário. No entanto, hoje, nós estamos diante de uma situação ímpar, em que o projeto já passou por um processo de aperfeiçoamento e amadurecimento muito grande, e cremos que se trata apenas e tão somente de obtermos uma janela de oportunidade na Câmara dos Deputados para que ele possa então, sendo aprovado e contemplando essas questões centrais, ser então enviado ao Senado Federal, onde nós temos inclusive um ambiente muito propício na medida em que o Senado Federal já aprovou inclusive desde o mês de outubro de 2007 a proposta de Emenda à Constituição nº 81, do Senador Tasso Jereissati, negociada inclusive aqui nessa Comissão, e que contribuirá também de forma significativa para o aperfeiçoamento das instituições regulatórias no nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Luiz Alberto dos Santos pela sua explanação. Eu gostaria de fazer algumas indagações. A primeira delas é em relação ao contrato de gestão, Ministérios/Agências Reguladoras. Para que serve, exatamente, esse contrato de gestão?

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Bom, na verdade, essa é uma discussão que, hoje, nós estamos considerando superada, na medida em que a opção, inicialmente formulada, de estendermos a obrigatoriedade da assinatura de contratos de gestão para todas as agências reguladoras – hoje nós temos quatro agências reguladoras que devem firmar contrato de gestão com os respectivos Ministérios supervisores – foi substituída no texto final, já pelo Deputado Leonardo Picciani, proposta que foi mantida agora pelo Deputado Ricardo Barros, por dois novos instrumentos que não têm

a mesma característica de contratualização, mas que têm uma finalidade semelhante ao que se refere aos objetivos de promover a melhoria da gestão.

Esses dois instrumentos são o plano estratégico de trabalho de duração plurianual, compatível com o plano plurianual; e o plano de gestão e desempenho compatível com a Lei Orçamentária Anual, de duração, portanto, anual, e que materializaria compromissos firmados espontaneamente pela própria agência no que se refere a indicadores de melhoria de qualidade regulatória e de gestão e desempenho.

Esse instrumento, o contrato de gestão, ele, no nosso país, tem uma história não de hoje. Na verdade, é um tema que entra na nossa administração em meados dos anos 90, quando algumas empresas estatais começaram a firmar contratos de gestão – me lembro de dois casos, a PETROBRAS e a Vale do Rio Doce –, mas foram experiências isoladas que não geraram, naquele momento, uma maior apropriação das técnicas relacionadas à contratualização de gestão. Outros países, como a França, têm uma tradição bem maior nessa matéria, e na literatura internacional encontramos vários relatos bem-sucedidos do uso de instrumentos de contratos de gestão, como é o caso, por exemplo, da Nova Zelândia.

Sob essa inspiração, na reforma administrativa, Emenda Constitucional nº 19, esse tema foi introduzido no nosso ordenamento constitucional por meio da incorporação ao art. 37, § 8º, que prevê a possibilidade de ampliação da autonomia de órgãos e entidades de administração pública, mediante a assinatura desse tipo de contrato.

Essa disposição, ela foi parcialmente regulamentada no que se refere às agências executivas, que são um dos instrumentos previstos na reforma do aparelho do Estado defendida pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Também foi adotada essa forma de contratualização em relação às organizações sociais, que são entidades de direito privado que não integram a administração pública. E de lá para cá nós tivemos outras experiências setoriais no âmbito da própria administração, sendo as mais importantes inicialmente as das agências reguladoras. Nós temos contratos de gestão, previstos na Agência Nacional de Energia Elétrica, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na Agência Nacional de Saúde Suplementar e na Agência Nacional de Águas. Então são quatro, das dez agências reguladoras, que têm previsão de assinatura de contrato de gestão. Dessas quatro, três têm regularmente assinado contrato de gestão. A ANEEL não renovou o seu contrato de gestão e isso, inclusive, aos olhos do próprio Tribunal de Contas, não

seria uma deficiência administrativa, mas não gera tão pouco nenhuma penalidade.

No âmbito de outros setores de administração, nós temos tido contratos de gestão no âmbito, por exemplo, das organizações da marinha, organizações prestadoras de serviço da marinha; temos a experiência também no âmbito do Hospital da Rede Sarah, de hospitais do aparelho locomotor, a antiga Associação das Pioneiras Sociais, antiga Fundação das Pioneiras Sociais; temos também contratos de gestão firmados no âmbito do serviço florestal brasileiro; e, mais recentemente, na Agência de Promoção de Exportações, APEX Brasil, e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a ABDI.

Então, são esses os setores em que nós temos, hoje, contratos de gestão, mas nas agências reguladoras, aprovada essa proposição, nós não teremos mais a obrigatoriedade de assinatura de contratos de gestão em nenhuma delas, porque esse modelo será substituído por um instrumento que a própria direção da agência estabelece a prova, e a partir dali ela poderá ter algumas prerrogativas especiais no que se refere à gestão orçamentária e financeira. Esse tem sido um debate permanente. As agências reguladoras, algumas delas têm fontes próprias de receitas, outras nem tanto, mas todas elas reclamam de sua reduzida autonomia orçamentária e financeira. Num contexto de recursos escassos, a melhor forma de superar esse problema é dar transparência às metas e objetivos a serem atingidos para que nós possamos melhor justificar a locação de recursos e, com isso, também legitimar o desembolso desse recurso. E o contrato de gestão previa-se, poderia contribuir para isso, mas o plano de gestão e o plano estratégico suprirão essa necessidade, sem haver aquela preocupação ou aquela dúvida de se o contrato de gestão serviria para limitar ou restringir a autonomia das agências.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Luiz Alberto dos Santos. Uma outra questão diz respeito ao PLC nº 6, que trata da questão das atribuições do CADE, *vis-à-vis* com as atribuições das agências reguladoras. A formatação final desse PLC atendeu às expectativas das agências reguladoras ou há ainda uma interferência forte do CADE sobre as atribuições das agências reguladoras?

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Me parece, Senador, que essa discussão foi bem resolvida, aqui no Senado Federal, mediante às emendas que foram aprovadas, e que, embora determinem o retorno do projeto à Câmara dos Deputados, contam com o integral apoio e respaldo do próprio governo. Foi uma discussão que foi feita aqui pelo CADE e pela liderança

do governo, mas também foi acompanhada pelo Ministério da Fazenda e pela Casa Civil. Portanto, o texto refletiu um acordo que interessava tanto às agências, mas também interessava ao governo.

E, de certa forma, me permita esclarecer, essa discussão, ela estaria resolvida, ainda que não se fizesse essa mudança, na medida em que o projeto de lei das agências reguladoras, sendo norma específica, é justamente lá que nós teríamos o tratamento das questões que envolvem, por exemplo, agências reguladoras que têm, hoje, competências relacionadas à defesa da concorrência. E a redação da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 3.337 é absolutamente compatível com o acordo que foi construído aqui no Senado, de modo que, nos parece, a redação dada tanto aqui quanto lá, ela converge e atende tanto às agências como também ao governo, já que nunca foi interesse e disposição do governo reduzir ou enfraquecer a atuação das agências reguladoras, mas obter uma maior integração e cooperação e complementaridade entre os ambos os setores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado. Temos aqui inscrito o Dr. Marcelo Barros da Cunha, Diretor da Secretaria de Fiscalização do Tribunal de Contas da União, que gostaria de dirigir uma pergunta ao Dr. Luiz Alberto dos Santos. V. Sa. dispõe de cinco minutos para fazer a sua pergunta.

SR. MARCELO BARROS DA CUNHA: Exmo. Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura, a quem eu cumprimento. A pergunta dirigida ao Dr. Luiz Alberto dos Santos diz respeito ao artigo que foi referido na sua apresentação sobre a atuação do TCU na avaliação das agências reguladoras. No caso, a redação, hoje, colocada no substitutivo, afirma que o TCU não irá se pronunciar sobre a discricionariedade das escolhas regulatórias. No caso, o TCU, hoje, dispõe da Secretaria de Fiscalização de Desestatização e sua estrutura, que é especializada na avaliação do desempenho da atuação dos órgãos reguladores. No caso, nós entendemos que possivelmente a inclusão desse artigo possa gerar dúvidas quanto à extensão da atuação do tribunal, como hoje ela se opera. O entendimento da Secretaria é de que ela não se pronuncia sobre mérito das deliberações regulatórias, mas realiza uma auditoria voltada ao desempenho: se as agências hoje, elas cumprem os seus objetivos legais e regulamentares de forma eficiente, eficaz, econômica. Então, eu gostaria de questionar se, hoje, essa redação... Qual é o alcance dela em relação ao TCU e também dentro da própria competência constitucional do Tribunal em auditorias constitucionais?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Luiz Alberto, cinco minutos pela resposta.

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: De fato esse é um tema muito complexo e sensível sobre todos os aspectos, tanto que é uma discussão que surge a partir de preocupações e demandas por um lado das agências, mas também de setores do próprio Congresso, na Câmara dos Deputados, que optaram, então, por introduzir esse debate e essa solução.

A redação do Parágrafo Único, que eu mencionei, que foi exposto aqui, ela foi objeto, na ocasião, de uma discussão que envolveu o então Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Walter Alencar, na medida em que buscava uma solução redacional que não inviabilizasse a atuação do Tribunal de Contas, precisamente em relação a essa questão da auditoria voltada ao desempenho, e tão pouco desconhecendo as competências que a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União lhe assegura em virtude dos contratos de concessão que são firmados com o Poder Público.

Ocorre que essa redação ainda terá que ser interpretada, e, como nós sabemos, a lei é mais sábia que o legislador. Ou seja, uma vez adotada qualquer que seja a solução, ela fugirá ao nosso controle ou entendimento e, certamente, surgirão dúvidas em relação a qual o seu real alcance, e esse teste terá, então, que ser feito sob a perspectiva da realidade.

Quanto ao texto que foi mencionado como proposta dos líderes, trata-se de uma solução redacional que foi apresentada pelos líderes do PSDB e do Democratas, e que tem, em princípio, uma posição, uma disposição favorável do relator, o Deputado Ricardo Barros. Até o momento nós, no governo, não tivemos ainda o *feedback* a partir dessa redação de qual seria o seu impacto, se isso traria reais problemas ao Tribunal de Contas da União, mas me parece que é uma solução [ininteligível] talvez até um pouco mais restritiva do que a solução anterior que foi, sim, discutida com a Presidência do Tribunal, de modo que, certamente, haverá, embora seja uma proposta do Partido Democratas, que, recorro em discussões ocorridas na liderança do governo, se manifestou de forma a preservar de forma mais rígida as competências do Tribunal de Contas, ou seja, não aceitando uma redação que pudesse trazer qualquer restrição, redução de prerrogativas ao Tribunal de Contas. Mas, paradoxalmente, me parece que a redação proposta é ainda mais restritiva do que a redação inicialmente discutida. De modo que é um debate que terá que ocorrer, e acho que a contribuição do Tribunal de Contas para essa discussão é relevante e devemos ouvi-lo nesse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Marcelo, dois minutos para réplica se desejar.

SR. MARCELO BARROS DA CUNHA: Eu gostaria de apontar que eu concordo que essa redação da proposta dos líderes realmente se mostra mais restritiva, pois ela reconhece que haveria somente a possibilidade de discussão de mérito, sem explicitar o que seria essa discussão de mérito, somente mediante provocação do Congresso Nacional. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Luiz Alberto, deseja fazer algum comentário? Dois minutos.

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Muito rapidamente, Senador, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a oportunidade e registrar que, independentemente, da tramitação do Projeto de Lei 3.337, o governo tem investido em outros esforços, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade da regulação. Eu destaco aqui precisamente a criação por meio de decreto do Presidente Lula de um programa, o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão e Regulação, que é um programa que é conduzido e coordenado pela Casa Civil, com a colaboração no seu Comitê Gestor do Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda, e seu Comitê Construtivo de todas as agências reguladoras federais e Ministérios Supervisores, além do Ministério da Justiça e do CADE, e que tem como proposta promover medidas e estudos voltados à melhoria da qualidade da regulação.

Esse projeto, esse programa conta, inclusive, com a parceria de entidades como o IDEC, como a própria ABAR, que tem contribuído para que nós possamos identificar linhas de atuação e construir alternativas de fortalecimento da capacidade institucional das nossas instituições regulatórias.

Entre estas discussões [soa a campainha] nós temos, hoje, uma questão muito importante que é a possibilidade de introduzirmos no nosso sistema regulatório a análise de impacto regulatório. Não apenas nós temos estudos em curso hoje como estamos trabalhando inclusive com experiências pilotos, especialmente no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e temos certeza de que essa iniciativa for bem sucedida, de introdução da análise de impacto regulatório, nós daremos um passo muito importante para que a nossa regulação seja, não apenas uma regulação mais confiável, mais transparente, mas de melhor qualidade e, com isso, mais conectada aos interesses reais da sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado mais uma vez

ao Dr. Luiz Alberto dos Santos pela sua explanação e pelas suas respostas. E eu passo a palavra agora ao Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho, que é o Presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras, a ABAR. V. Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.

SR. WANDERLINO TEIXEIRA DE CARVALHO:

Sr. Presidente, Dr. Luiz Alberto, Dr. Ralph, senhores e senhoras. Olha, a ABAR encara essa iniciativa da Comissão de Serviços Infraestrutura do Senado Federal como da máxima importância. Foi muito oportuno, diversos setores da infraestrutura que estão sendo discutidos a importância da... sua questão estratégica, e nós achamos que a questão de regulação se insere perfeitamente nessa questão das questões estratégicas.

A ABAR, rapidamente, é uma associação com 35 agências reguladoras filiadas: agências federais, estaduais e municipais. Nós já estamos com 35 agências, e os Estados, quase todos estão filiados, e agências municipais existem sete agências. Pode passar.

O Dr. Luiz Alberto já falou da questão da regulação com muita ênfase e importância, e eu vou falar, principalmente, das questões do dia a dia das agências reguladoras. Nas agências reguladoras, normatizar serviços públicos ou atividades econômicas relevantes, tendo por base as leis e decretos, quer dizer, a agência reguladora não pode ir a mais do que as leis e decretos estabeleçam; fiscalizar as atividades reguladas, porque, se você estabelece normas e não fiscaliza essas normas, vale tanto quanto nada. Quem é operadora do direito sabe muito bem que, se não tiver fiscalização, não adianta nada; a mediação de conflitos entre o poder concedente e as operadoras dos serviços públicos e as atividades econômicas e seus usuários. Também essa é uma questão fundamental; e a ouvidoria também, a ouvidoria é fundamental nas agências reguladoras. Nós achamos que a ouvidoria é a fonte, é a janela da agência reguladora com a sociedade, e daí a importância que nós damos, vamos falar mais a frente, sobre essa questão.

É clássico o símbolo da regulação. Quer dizer, na teoria da regulação se imagina esse triângulo equilátero. Num vértice estão lá os usuários dos serviços públicos; o outro, governo ou poder concedente e as concessionárias de serviço público, e o papel da agência reguladora é o centro geométrico desse triângulo, que objetiva realizar o equilíbrio entre esses três atores institucionais em prol do interesse público.

Outra questão muito relevante é a questão do fenômeno da captura. Naquele triângulo – volte, por favor –, nesse triângulo, se a agência reguladora por qualquer... indevidamente favorece qualquer um desses

atores institucionais, o governo, as concessionárias ou os usuários dos serviços públicos, diz-se que ela foi capturada por um desses atores. Pode passar.

Então esse fenômeno da captura é muito importante no dia a dia dos reguladores. Os reguladores andam no fio da navalha sobre essa questão de captura. Como pode ocorrer a captura? Tem várias formas, três formas principais:

Uma por motivos ideológicos ou partidários do regulador. Um exemplo marcante atual ocorreu nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, a regulação tem uma tradição centenária, as agências reguladoras naquele país, e, com o advento do neoliberalismo, com o Reagan, se tentou fechar ou diminuir o papel das agências reguladoras, uma vez que os neoliberais, por definição ideológica, querem a desregulação completa de economia e não aceitam uma intervenção do Estado na economia, e a regulação é uma forma de intervenção do Estado na economia. O que aconteceu recentemente? Ao não poder enfraquecer, acabar com as agências reguladoras, foram sendo nomeados para as agências reguladoras, durante esse período aí de desde a década de 80, reguladores comprometidos com neoliberalismo que fingiam que regulavam e deixou solto a regulação ao bel prazer do mercado. O exemplo mais marcante é a questão do *Fed*, do *Federal Reserve*, que na questão da regulação bancária, que completamente deixou à vontade os bancos para fazer o que bem atendessem, e está aí a crise que surgiu, que todos sabem que a regulação teve uma questão muito importante.

Outra forma de captura é por inadequado conhecimento técnico dos reguladores e/ou dos servidores das agências reguladoras. Por exemplo, quando regulador define uma tarifa que favorece o concessionário em detrimento dos usuários, evidentemente é uma forma de captura, embora, às vezes, não realizada de má-fé. E o contrário, quando dá uma tarifa populista muito baixa, que desorganiza o serviço, também ele foi capturado pelos usuários. Quer dizer, então a questão da formação dos reguladores do quadro de servidores das agências é fundamental. E aqui eu tenho a elogiar a iniciativa do governo da Casa Civil da Presidência da República do Programa PRO-REG, que o Dr. Luiz Alberto já falou, que tem sido fundamental no sentido de formar reguladores, de formar servidores das agências reguladoras, tendo em vista que é uma iniciativa muito nova no País. Não tem um *expertise* ainda nacional no País de expressão de forma a que estejam preparadas as agências para não sucumbir a questão da captura.

E outra, finalmente, a corrupção dos reguladores ou dos servidores quando o operador simplesmente

compra. A corrupção pura e simples. Esse é o pior dos mundos que pode ocorrer com a agência reguladora, quer dizer, ocorreu isso realmente é muito triste e difícil essa questão. Pode passar.

Outra questão importante é a necessidade de independência, autonomia administrativa e financeira, transparência, tecnicidade e celeridade decisória da agência regulatória. Isso é uma questão fundamental também que depende disso tudo isso aí: de questões da Lei que cria as agências; e também a vontade dos reguladores de ter transparência; a questão da tecnicidade, de ter corpo técnico bem preparado; e ser rápida nas decisões. O serviço público brasileiro tem uma tradição de ficar jogando o cidadão de um lugar para outro, não resolve o problema dele. Quer dizer, uma agência reguladora tem que resolver os problemas rapidamente. Não pode ficar protelando no tempo essa questão.

A questão da autonomia administrativa... é fundamental a questão de mandatos para os reguladores, sem os quais não existe regulação independente. Nós, na ABAR, enfrentamos vários problemas. Realmente ao nível das agências federais nunca enfrentamos esse tipo de problema, mas nas agências estaduais e municipais é problema seriíssimo, porque quando o regulador contraria o governador ou o prefeito, o prefeito quer demiti-lo. É da cultura brasileira, de certa forma, de o governador ou o prefeito falar: "Não atendeu o que eu queria, eu vou te demitir". Então, nós temos tido embates judiciais nessa questão, quando é demitido um regulador porque tem mandato, e temos... o Poder Judiciário tem dado guarida muito boa aos reguladores.

A regulação e a lei. Para que ocorra regulação independente é necessário, então, que a lei contemple dispositivos que garanta normatização, fiscalização e imediação independentes, mandatos fixos com estabilidade do regulador, e que a lei crie condições para a inexistência de capturas.

Principais divergências relativas ao PL 33.374. Quando surgiu o projeto, Luiz Alberto já falou – alguns problemas eu falar só os principais que grande parte deles já está resolvida. A questão da outorga de concessão e permissão. A outorga de concessão e permissão de serviços públicos delegados a terceiros ou de atividades econômicas relevantes deve ser conferida pela agência reguladora ou pelo Ministério setorial, que é o poder concedente. Quer dizer, então ficou essa disputa: "Não, é agência reguladora" "Não, é o Ministério". O governo, por exemplo, defende a questão de ser os Ministérios. Nas Leis de Criação das Agência Reguladoras então existentes – e muitas delas a outorga é atribuição da agência reguladora – e, evidentemente,

algumas leis que já saíram posteriormente ao próprio projeto do governo, já modifica essa situação, como o marco do setor elétrico, se não me engano a ANAC também, a questão da concessão passou claramente a ser do Ministério.

O Projeto de Lei de Poder Executivo passa essa atribuição para o Ministério que, contudo, pode delegar a agência. Quer dizer, esse é o projeto de lei, e essa posição foi adotada pelo relator em PL do substitutivo, quer dizer, essa aí, quer dizer, na medida em que o Ministério passa à agência da delegação de fazer em seu nome, quer dizer, a situação já fica melhor. Pode passar.

Nos estados e municípios a outorga de concessões e permissão, em geral, são de responsabilidade do Poder Executivo através do governador de Estado ou prefeito, ou ainda dos secretários setoriais. Contudo, na maioria dos casos cabe à agência reguladora realizar licitação e, sobretudo o edital e o contrato de concessão ou permissão. Quer dizer, fica igual nos estados e municípios... é semelhantemente a proposta do governo.

A ABAR não tem posicionamento oficial sobre esse assunto, uma vez que não há consenso entre suas associadas sobre ele, principalmente das agências federais. Têm agências federais que defendem que a outorga deve continuar com as agências federais, e têm outros que não, que não precisam, a decisão do governo de repassar as agências, o poder de fazer o edital e fazer o contrato de concessão ou discutir, isso já é suficiente, não precisa, e o que poder concedente deve ficar realmente com o Poder Executivo. Nós temos um exemplo claro, agora, eu pessoalmente acho que é incontestável, que Agência Nacional de Petróleo tem o poder pela lei atual da Lei do Petróleo de definir, e ela definir os blocos que seriam colocados em licitação. O Projeto de Lei de Partilha fala que cabe à agência escolher esses blocos, fazer os estudos técnicos e fazer uma seleção desses blocos, submeter ao Ministério de Minas e Energia, que, por sua vez, vai estudar a questão e submeter ao Conselho Nacional de Pesquisa de Política Energética, que, por sua vez, vai definir e submeter ao Presidente da República. Ou seja, o poder concedente está sendo exercido no mais alto grau da República. É o próprio Presidente da República é que vai decidir, quer dizer, dando uma importância muito grande para a questão, dessa questão tão relevante para o País. Quer dizer, essa questão do petróleo, quer dizer, se entendeu que o Presidente da República que tem que decidir essa questão em última instância. Então, eu concordo perfeitamente com isso. Pode passar.

Contudo, existe um consenso nas agências reguladoras todas elas. No caso da mudança do modelo atual, ou seja, que muitas agências é poder concedente, quer dizer, faz o papel de poder concedente, que é uma contradição com aquela questão de triângulo. Porque na medida em que a própria agência é o poder concedente, quer dizer, ficam só dois atores: ela, quer dizer, o concessionário, usuário e ela, e o governo desaparece do triângulo lá clássico da regulação.

Então, contudo, existe um consenso no caso de mudança atual. É absolutamente necessário que a agência reguladora, no mínimo, tenha condições de modificar o edital e o contrato de concessão, principalmente o último, se elaborados pelo poder concedente sem consultar a agência. Porque aí seria uma questão difícil, por ser fundamental para uma boa regulação e a defesa do interesse público. Nós temos a experiência disso.

Antes do advento das agências reguladoras estaduais principalmente, a Lei do Gás, o gás canalizado, os estados assinaram contratos de concessão com as empresas concessionárias de gás canalizado, e é uma contrato horrível, é um problema seriíssimo o contrato, nocivo ao interesse público, nocivo aos usuários, e que nós da ABAR inclusive estamos fazendo um estudo jurídico sobre esses contratos de forma a questioná-lo, talvez, no Poder Judiciário, tal é como são draconianos. Quer dizer, se a agência reguladora tivesse participado dessa elaboração, desse contrato, desse edital, provavelmente a situação seria diferente. Então, a gente considera que é muito importante a participação da agência reguladora na elaboração do contrato de concessão.

A questão do ouvidor. Essa lei foi uma das questões, o PL do Poder Executivo relativamente à figura do ouvidor, causou muitas divergências. A principal delas é que ele seria um corpo estranho na agência com o poder de eventuais relatos ao Presidente da República e aos Ministérios, ao Congresso, etc., acerca da conduta dos reguladores. O atual substitutivo, salvo melhor juízo, resolveu o problema. Nós consideramos, do ponto de vista da ABAR, que essa questão está resolvida ao dar aos reguladores a oportunidade de defesa ao apreciarem os relatórios do ouvidor e, se for o caso, contestarem fatos e/ou conclusões nele relatadas. O relatório dos reguladores seria enviado às autoridades – ao Congresso do Senado, à Câmara, ao Presidente da República, aos Ministros, etc. – o... também junto com o relatório do ouvidor, o relatório do conselho diretor. Então, quer dizer, nós achamos que está equilibrado e que o ouvidor tem que ser independente, é a nossa opinião, tem que ser totalmente independente,

e mais os reguladores têm o direito de defesa para as questões em que ouvidor falar.

A questão do contrato de gestão. Quando saiu o projeto, ele previu a existência de contrato de gestão entre Agência Federal e o respectivo Ministério. Muitos críticos desse dispositivo argumentavam que ele objetivava diminuir a autonomia e a independência das agências. O contrato de gestão é previsto na Constituição Federal para dar mais autonomia às entidades públicas. Contudo, os críticos argumentavam que o dispositivo do PL que introduziu o contrato estava redigido no sentido de subordinar a agência ao respectivo Ministério setorial. Num atual substitutivo, acredito, também, que esse já foi publicado e está resolvido. O atual contrato de gestão foi substituído pela obrigatoriedade de agência reguladora elaborar o seu plano estratégico e trabalho e seu plano de gestão e desempenho, que atende bem ao que é defendido tanto pelo Governo Federal como pelas agências. Eu acredito que essa questão está resolvida também.

Sugestões de aperfeiçoamento do substitutivo do relator. Na ouvidoria, o mandato deveria ser de quatro anos, igual ao presidente e diretores das agências, não somente dois anos. Por que dois anos? Dois anos é muito pouco, porque quando ele estiver bom de serviço lá naquela seção, acabou o mandato dele. Entre as atribuições do ouvidor, também, deveria contar ainda a mediação de conflitos entre os operadores e usuários, como ocorre em várias agências reguladoras estaduais e municipais, porque, salvo melhor o juízo, na interpretação que estamos dando ao § 1º do art. 22, não caberia ao ouvidor a mediação de conflitos, isso seria feito pelos diretores da agência. E, no entanto, a nossa experiência nas agências estaduais e municipais, que isso é amplamente utilizado, é muito importante que o ouvidor, que tenha contato com a população, com os usuários e com os operadores, ele tenha a condição de fazer mediação.

Na agência que eu presido, a Agência Goiana de Regulação, os casos lá de mediação são, 90% dos casos são resolvidos numa mesa, em que senta o operador e usuário e os casos são resolvidos. Os 10% que não são resolvidos vai para a diretoria que decide. Tem que decidir a favor ou contra o usuário, mas tem que decidir rapidamente.

O processo de escolha do ouvidor deveria ser o mesmo aplicado aos membros de Conselho Diretor, ou seja, indicação do Presidente da República, sabatina e a aprovação do Senado Federal. Por quê? Se o ouvidor tem que ser independente do Conselho Diretor, que a gente defende que ele seja realmente, ele já entra em desvantagem, porque ele só será indicado pelo Presidente da República, não passará pelo Sena-

do, não fará sabatina. Ele, então, já entra politicamente em condições de inferioridade perante os membros do Conselho. Então, seria muito importante que também fosse, tivesse a mesma, o mesmo rito, a mesma situação do ouvidor, para dar força ao ouvidor.

A eventual perda de mandato do diretor deveria ser idêntica também àquela dos membros do Conselho Diretor, de forma a diminuir as possibilidades de captura. A simples possibilidade de sua exoneração pelo Presidente da República, como previsto no § 1º do art. 23, não é conveniente. Quer dizer, na medida em que ele pode ser demitido a qualquer momento pelo Presidente da República, embora tenha mandato ele não tem estabilidade, ele fica numa situação de inferioridade junto aos membros do Conselho Diretor. Então, eu acho que para dar força ao ouvidor, ele devia ser a mesma que é válida para os diretores seria também para o regulador.

Do processo de escolha dos reguladores. Essa aqui também é uma questão que eu enfatizo, a importância do PRO-REG, a importância do Dr. Luiz Alberto que está preocupado em melhorar a qualidade dos reguladores que entram nas agências. É uma questão fundamental... Nós, acho, e pelo o que eu sei o PRO-REG está estudando seriamente essa questão, está fazendo estudos, mas nós temos uma sugestão baseada num caso específico e concreto de uma agência reguladora estadual. A nossa proposta é a seguinte: aberta a vaga para Conselho Diretor de agência, bem como a de ouvidor, o Poder Executivo publicaria no Diário Oficial da União edital para a escolha de candidato aos citados cargos. O edital traria todas as condições exigidas para os cargos e a regras de escolha. O edital seria posto no *site* da Web e da agência respectiva. Vencido o prazo das inscrições, a agência reguladora interessada transformaria cada inscrição em processo, e todos os que fossem autuados seriam enviados para a Advocacia-Geral da União para estudo dos currículos selecionados, e selecionados determinados números de processos para realização de entrevistas com cada candidato selecionado.

Na entrevista, a AGU poderia contar com especialistas de regulação e/ou do serviço público ou atividade econômica, objeto de regulação para assessorá-la. Egresso de universidades, outros centros de pesquisa ou até de agência reguladora já... Então, com essa forma, eu pus a AGU, mas pode ser a Casa Civil, pode ser qualquer outro órgão de Governo Federal. Aí só foi... Eu utilizei a AGU porque no Ceará – pode passar – tem um exemplo desse, é a Procuraria-Geral do Estado que faz essa escolha.

Visando a escolha dos melhores candidatos para os cargos de Conselho Diretor e ouvidor, a AGU pre-

pararia uma lista sêxtupla ou tripla, quer dizer, aí é o critério de governo, de candidatos inscritos que seria enviada ao Presidente da República para escolha do nome que seria enviado ao Senado Federal, para sabatina, para aprovação ou rejeição. Caso o nome enviado ao Senado Federal fosse rejeitado, o Presidente da República escolheria o novo nome naquela mesma lista que ele já tem.

Essa sistemática provavelmente resultaria na escolha de regulador de melhor qualidade técnica e menos suscetível ao fenômeno de captura, principalmente ideológica e/ou partidária.

Modelo similar já é praticado no Brasil pelo Estado do Ceará, para a escolha dos reguladores da Agência Estadual, a ARCE. Lá, é semelhante, assim, quer dizer, o governador publica o edital, as pessoas se candidatam, a Procuraria-Geral do Estado faz uma seleção e indica ao governador que escolhe umas daquelas pessoas.

Descentralização das atividades de fiscalização para estados e municípios. O art. 34 do substitutivo necessita ser aperfeiçoado para que a descentralização das atividades de fiscalização para estados e municípios se torne efetivo e não letra morta. Porque a realidade, hoje, é que somente duas agências reguladoras fazem descentralização, que é ANEEL e a ANTT. As demais não fazem. O caput do art. 24 não é afirmativo, ele deixa ao critério das agências reguladoras fazerem a descentralização ou não. Isso elas já tem hoje, e não fazem. Só duas fizeram.

Uma redação alternativa seria – eu concordo que os estados têm, são corretos e perfeitos os dispositivos, os estados têm que ser competentes, têm que ser administrativa e tecnicamente estruturados, não podem escolher qualquer estado que não esteja em condições. Então, as agências reguladoras deviam ter a seu critério as condições, e ela verificar se determinada agência reguladora estadual está capacitada ou não para fazer a descentralização, e realmente negar aquelas que não estão capacitadas, mas não ficar a seu critério sempre se faz a descentralização ou não. Então, essa é uma questão importante e relevante para gente.

Conclusões gerais. O substitutivo da Câmara dos Deputados é bem melhor do que o projeto original, mostrando que a negociação parlamentar com o governo e a sociedade é frutífera – e aqui, mais um vez, eu relato a participação do Dr. Luiz Alberto dos Santos, que foi fundamental nessa negociação com a sociedade, quer dizer, foi espírito aberto do governo e que avançou muito. [soa a campainha].

Só concluindo. Embora persistam ainda poucas divergências, após a eventual aprovação do substitui-

tivo na Câmara dos Disputados, com a continuidade da negociação no Senado Federal, poderão ocorrer ainda melhorias no seu texto. O substitutivo ainda pode ser melhorado caso se consiga introduzir alterações relativas ao processo de escolha dos membros do Conselho Diretor e do ouvidor, de forma a melhorar a qualidade dos futuros reguladores. Além disso, criar condições mais objetivas à descentralização das [ininteligível] agências reguladoras federais para agências reguladoras estaduais.

A título de informação, somente a ANEEL e a ANTT promovem a descentralização de fiscalização respectivamente dos setores elétricos e de transporte estadual e internação de passageiros, com elevado êxito. Acredita-se ser um equívoco acreditar que outras agências federais consigam fiscalizar com eficiência as atividades de suas competências sem a descentralização para estados e municípios, agindo apenas a partir de Brasília ou de Rio de Janeiro, tendo em vista a dimensão continental do Brasil. Os estados ou os municípios estão mais perto da população e têm condições mais efetivas de fazer uma melhor fiscalização. É isso, agradeço muito o convite. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho pela sua explanação. Eu teria algumas considerações a fazer. Naturalmente a agência, o papel de uma agência reguladora e a existência dela própria só se verifica numa economia de mercado. Numa economia fechada, como nós tínhamos anteriormente, não havia espaço para que uma agência reguladora pudesse atuar. A questão das tarifas que aqui foi citada também da precaução, do cuidado que deve ser dado à elaboração de estudos com vistas a uma mudança na tarifa desse ou daquele serviço por um agência reguladora, procede, realmente tem que se tomar muito cuidado, mas lembro que antigamente essa mudança de tarifas, o aumento de tarifas era feito em quatro paredes na medida em que a estatal precisava de caixa, e não se buscava a eficiência para se ter recursos suficientes para manter a máquina, e se buscava, ia-se ao Poder Executivo, e se pedia reajuste de tarifa. Isso existia muito no setor elétrico, no setor de petróleo e de combustível, e assim por diante.

O papel das agências reguladoras, o que eu ouvi aqui dos senhores, o que me deixou um pouco preocupado é com o que eu considero um excesso de burocracia. Eu não sei se eu entendi corretamente, mas eu vejo a agência reguladora como algo muito enxuto, muito simples. É uma agência que está ali, não é para intervir, como diz o termo, é regular o mercado. O Estado não pode ficar ausente de regular determinadas atividades econômicas para poder arbitrar a razão e a

defesa, sobretudo, do consumidor final, daquele que deve ser atendido por aquela outorga de concessão.

Então, acho que devia ser uma estrutura enxuta, tem que ter, sem dúvida, autonomia financeira, autonomia total, teria que ter uma independência técnica, conforme eu anotei aqui alguns dados, uma independência técnica. Os mandatos também dos reguladores, eles deveriam não ser coincidentes com o mandato do Presidente da República, para que não houvesse qualquer dúvida quanto à indicação daqueles nomes.

Em relação a todo aquele trâmite de passar do ouvidor, de passar por isso, de passar por aquilo, que vai para AGU, que vai para isso, fazer lista sêxtupla, acredito que o melhor modelo seria o do Chile. É concurso público, e vai... se habilitam aqueles que... Cria-se inclusive a carreira, habilitam-se aqueles que se consideram em condições de fazer e de passar pelo concurso público, e aí, naturalmente, estaríamos escolhendo os melhores.

E também há agências reguladoras, não pode haver uma regra somente para todas as agências reguladoras, porque tem agências com características muito próprias, cujas regras se fossem colocadas para essa Agência de Vigilância Sanitária... Essas mesmas regras que são colocadas para Agência de Vigilância Sanitária não serão as mesmas regras que serão colocadas, por exemplo, para a ANATEL, para serviço de telefonia, serviços de fornecimento de energia elétrica. A própria ANP, agora, que foi citado pelo Dr. Wanderlino, é um caso um pouco diferente em função de um acontecimento extraordinário que foi a ocorrência do petróleo na camada do pré-sal. Quer dizer, em função desse achado extraordinário, e que vai relançar o Brasil do ponto de vista econômico e de potência mundial, é que foram tomadas essas medidas.

Mas acho, também, que pelo aqui foi dito, não tinha conhecimento de que havia tantos degraus que teriam que ser... subir tantos degraus que se chegar a uma decisão do Presidente da República, eu acho que isso também teria que ser uma coisa menos burocratizada, porque o que mais atrapalha o desenvolvimento de uma economia dita atualizada, contemporânea, eficiente, competitiva é o excesso de burocracia. Quer dizer, o excesso de burocracia que consome as energias, que consome os recursos, e que retira desses setores a competitividade de que eles necessitam para poder competir internamente e, sobretudo, externamente.

Então, apenas essas considerações que eu faria, e quando chegar aqui no Senado eu terei melhores condições de avaliar isso e de oferecer alguma contribuição que possa ser ou não atendida. Mas julgo que o papel da agência tem que ser um papel de muita eficiência, tem que haver a sua... e para isso, para ser

eficiente, para não ter nenhuma ingerência política na escolha dos seus indicados, que é fundamental, não pode haver a ingerência política na indicação desses que vão fazer parte do Conselho Diretor das agências reguladoras. Isso tem que ser feito mediante concurso público, com mandato fixo de quatro anos, não coincidente com o mandato do Presidente da República, com autonomia financeira, com a independência técnica, para que possa fazer e executar o seu trabalho, que é o que só ia acontecer em agências que funcionam bem, como é o caso do Chile.

Passo a palavra agora ao Dr. Ralph Lima Terra, que é Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base. V. Sa., Dr. Ralph, terá os 20 minutos para fazer a sua exposição.

SR. RALPH LIMA TERRA: Obrigado, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura de Senado. Cumprimentar o Dr. Luiz Alberto dos Santos da Casa Civil e o Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho, Presidente da ABAR.

Eu trouxe aqui um conjunto de informações que acho que vou... não vou precisar nem dos 20 minutos que o senhor me concedeu. Rapidamente explicar a ABDIB. A ABDIB é uma entidade fundada em 1955, de caráter nacional. Foi fundada em São Paulo, a sede continua sendo em São Paulo, escritórios no Rio de Janeiro e Brasília. Tem como principal missão colaborar para a melhoria do ambiente de negócios e para atração de investimentos de todos os parceiros, não só os interessados internamente, mas todos os parceiros, principalmente esse mundo globalizado e cada vez mais ampliado. E a ABDIB é composta pelas empresas que produzem bens e serviços para infraestrutura e indústria de base. Infraestrutura, eu estou me referindo a quatro principais segmentos: energia, em todas as suas formas; transporte, em todos seus modos; telecomunicações; e saneamento básico e meio ambiente. E as indústrias de base que produzem os insumos que alimentam toda a indústria da infraestrutura: cimento, siderurgia, mineração, papel e celulose, química e petroquímica. Próximo.

Em 2008, essas empresas, que compõem a ABDIB, faturaram 345 bilhões de reais. São 144 grupos empresariais, o que equivale, aproximadamente, 15% de PIB, com 318 mil empregos diretos. Aqui um registro: o setor é altamente terceirizado e verticalizado. Então, tem mais ou menos uma relação para cada um emprego direto tem de quatro a cinco empregos indiretos. Próximo.

Então, rapidamente, vamos direto a necessidade e a realidade de investimento em infraestrutura no Brasil. Esse é o tamanho do nosso desafio: o Brasil precisa de 160 bilhões de reais por ano, ao longo dos

próximos dez anos, em infraestrutura: energia elétrica; aqui percebe-se petróleo e gás com percentual enorme; transporte e logística; saneamento e telecomunicações.

Esse, como eu disse, é o tamanho do desafio para que o Brasil, ao longo dos próximos dez anos, possa se tornar um País competitivo a nível mundial e, com isso, gerando capacidade, para que a sociedade brasileira como um todo se torne capaz de competir não só internamente, mas buscar participação no mercado externo, nessa economia, como eu disse, cada vez mais globalizada. Próximo.

Essa é a nossa realidade. Nos últimos seis anos, com os números atualizados pelo critério do IPCA, isso que nós temos conseguido fazer, chegando a 2008 a um total de 106,8 bilhões de reais. Portanto, somente 66% daquilo que é necessário anualmente para o que País se torne competitivo. Observe que a participação dentro desses 106,8 de investimentos públicos é extremamente significativo, da ordem de 60%, 63,6, e 43,2% capitais de origem privada. Portanto, mais ou menos, uma relação 60/40. Observa-se que em 2004 esses números chegaram a ser muito parecidos, mas, por outro lado, muito aquém do desempenho em 2008. Então, nós estamos—

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Na visão da ABDIB qual é a melhor divisão de investimentos públicos e privados?

SR. RALPH LIMA TERRA: A nossa visão é que esse processo é extremamente dinâmico, levando em consideração não só os aspectos internos, desenvolvimento da economia brasileira, mas também a disponibilidade de recurso a nível internacional. A gente observa que 2007, 2008, antes mesmo dessa crise financeira internacional, nós já tínhamos observado uma certa, digamos assim, estagnação do potencial de investimentos privados na infraestrutura, e, por outro lado, uma crescente participação da retomada da máquina pública que começa a ter um desempenho extremamente interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Foi o PAC?

SR. RALPH LIMA TERRA: Foi o PAC. O PAC foi fundamental nesse processo. Fim de 2006, início de 2007, essa transformação e o crescimento significativo. Agora, a nossa visão é de que vamos precisar cada vez mais harmonizar o investimento capital de origem privada e o investimento público. O Brasil não pode abrir mão nem de um crescente de participação do capital público, do investimento estatal, e alcançar novos patamares de participação do investimento privado, e temos todas as condições pra isso. Eu estou evidenciando isso, porque na nossa visão da ABDIB,

isso aqui é o retrato da importância das agências reguladoras no desenvolvimento do País. Já é importante hoje, e vai ser cada vez mais importante. Próximo.

Isso aqui, Senador, são os cinco pontos que compõem a agenda permanente da ABDIB. Isso é processo de intensa reflexão, e que procuramos expressar naqueles cinco pontos, que após uma intensa discussão interna, nós identificamos como sendo a agenda permanente. A ratificação da importância do capital privado, como mostra o quadro anterior, apesar de historicamente esse País, a infraestrutura desse País ter sido construída com recursos públicos, está claro para nós a importância crescente do capital privado em parceria, associado e complementando os investimentos públicos.

O segundo, marcos regulatórios estáveis, claros, representando um compromisso formal entre o interesse público, o serviço público e, eventualmente, o capital privado. Eu vou pular o terceiro.

Definição de um conjunto de projetos estruturantes. Isso aqui para nós é fundamental. Hoje o PAC só não tem um desempenho ainda mais significativo porque o País, ao longo desses últimos 20 anos, praticamente aniquilou o seu setor de engenharia, de projetos estruturantes, e, agora, nós estamos recomeçando esse processo. Isso é fundamental. Nós temos que ter um estoque de projeto.

E a criação de mecanismos alternativos para financiamentos e captação do capital privado.

Voltando aqui ao terceiro ponto. Um dos cinco pontos da nossa agenda permanente é a consolidação da autonomia e independência dos entes reguladores como órgãos de Estado. Para nós esse é o conjunto de regras que norteia a atividade e ação da ABDIB. Próximo.

Eu vou, Senador, vou direto agora a rápidos comentários sobre o Projeto de Lei 337/2004, e o seu substitutivo do Deputado Ricardo Barros, que se encontra na Comissão pertinente na Câmara dos Deputados. Consciente de que esse substitutivo ainda não foi aprovado, mas como última, a peça mais atualizada dessa importante... Da importância das agências reguladoras, nós vamos elencar aqui quatro pontos que a gente considera como avanço em relações as versões anteriores.

Na nossa visão, o projeto, hoje, tem uma melhor caracterização da autonomia das agências, isso disposto em diversos artigos, mas significativamente no art. 3º onde fica claro que cada agência passa a ter um órgão orçamentário e, com isso, ter uma maior possibilidade de desempenho das suas funções.

O segundo aspecto, que eu ressalvo aqui as questões relativas a uma melhor redação, para nós fica

claro a não interferência do controle externo do TCU nas questões regulatórias, que são questões extremamente técnicas e, portanto, deveriam ficar inteiramente restritas ao ambiente das agências reguladoras.

O terceiro aspecto é a substituição do contrato de gestão, que é uma ferramenta importante, mas substituído pelo Plano de Gestão e Desempenho, que é uma ferramenta mais moderna e com maiores possibilidades de garantir o desempenho de cada uma dessas agências, se levados em consideração os aspectos peculiares e especificidades de cada setor, com um detalhe: mediante aprovação interna. Ou seja, fica bem claro que as agências reguladoras, além de terem competência para determinar os seus planos e os seus marcos operacionais, não vão poder usar isso como justificativa de aprovação externa, indicação externa, com isso limitando a sua competência.

O quarto aspecto: foi criado um conjunto de alternativas para remediar as eventuais vacâncias dos dirigentes, que, historicamente, nesses últimos dez anos, tem sido um dos principais problemas do desempenho das agências reguladoras no Brasil. Próximo.

Pontos que a gente considera ainda fundamentais para serem aprimorados. Além da aprovação do regulamento, é importante que os instrumentos de acompanhamento também devam ser estabelecidos por ato interno de cada uma dessas agências, na medida em que, como o Senador Fernando Collor já disse anteriormente, o ambiente regulatório, por exemplo, da ANATEL é bem distinto do ambiente regulatório da ANTT, da ANTAC, só para ficar em alguns exemplos. Então, é importante que cada agência possa internamente discutir e estabelecer suas normas e seus instrumentos de acompanhamento. Próximo.

Outro ponto importante, que nós consideramos que deveria ainda ser aprimorado, é que os parâmetros para indicação do ouvidor devam utilizar os mesmos critérios ou critérios equivalentes que são utilizados hoje para indicação dos diretores. Aliás, mais ainda, o ouvidor tem que ser tão ou mais competente do que os diretores para o seu adequado desempenho na função. Próximo.

Aqui um quadro que a gente procura manter permanentemente claro na visão da ABDIB. A diferença e a distinção, a complementaridade entre os Ministérios e as suas respectivas agências. Na nossa visão, não temos dúvidas em afirmar que cabem aos Ministérios a determinação da política setorial, o estabelecimento das diretrizes, o planejamento do setor e das áreas – ou seja, o quê, quando, como licitar –, e o estabelecimento do plano de outorga no que diz respeito aos objetivos gerais, e o cronograma – mais uma vez o quê, quando e como licitar. E cabe às agências realizar, executar

o processo de outorga. Definidas as orientações dos Ministérios, as agências teriam o papel de modelar e editar os atos e habilitar, ou, eventualmente, cassar, direitos de empreendedores, órgãos... Cada uma das suas agência terem o papel de conduzir as licitações e gerenciar os contratos de fiscalização e a implementação de cada um desses contratos.

E, para fechar – próximo –, um ponto que nós consideramos fundamental: as agências reguladoras devem ser órgãos de Estado, quaisquer que sejam os governos daquele momento. Hoje, como os números mostram uma crescente participação dos investimentos públicos e também privados, é importante que a gente tenha a visão clara de que o que vem aí pela frente vai tornar essas agências reguladoras organismos ainda mais importantes para o desenvolvimento do nosso país. Essa é a nossa visão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Ralph pela sua explanação. E passaríamos, agora, à fase final da nossa audiência, com as considerações finais dos nossos palestrantes. Cada um terá cinco minutos para fazê-las. Dr. Luiz Alberto dos Santos tem a palavra.

SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS: Muito obrigado, Presidente Collor. Mais uma vez, foi muito importante nós podermos estar aqui compartilhando essa discussão com ABDIB, com a ABAR e com os senhores, na medida em que o que foi dito representa, de fato, muito do que já se obteve em relação a esta matéria na medida em que se construiu um razoável consenso em muitos dos aspectos que são contemplados no Projeto de Lei 3.337.

Mas há de fato algumas questões que ainda poderão vir a ser objeto de aperfeiçoamento não apenas na fase final de tramitação na Câmara como também no âmbito do Senado Federal.

Me parece que essa discussão que foi que a posta pelo Dr. Wanderlino, e que eu muito rapidamente tentei também mencionar, em relação aos processos de escolha dos dirigentes das agências, continua sendo um calcanhar de aquiles na medida em que se exige das agências um nível de confiabilidade, de... enfim, capacidade decisória e de transparência, é preciso que os processos de escolha dos seus dirigentes sejam os mais possíveis também socialmente controlados e meritocráticos.

Essa experiência que aqui foi mencionada do Estado do Ceará, ela foi inclusive objeto de um dos estudos realizados pelo PRO-REG, intitulado Sistema de Seleção de Diretores e do Pessoal de Gerência Superior das Agências Reguladoras, realizados sobre contrato, no âmbito do PRO-REG, pela Professora Alqueta Pecci da Fundação Getúlio Vargas, e que

conclui precisamente no sentido de se estabelecer um mecanismo de seleção, baseado em comitê de seleção, que se não reproduz exatamente a sistemática de um concurso público, com aplicação de provas, certamente dá muito melhores condições de nós podermos identificar as capacidades necessárias para o exercício das funções. Essa é uma discussão que o Poder Executivo ainda está fazendo, não será, talvez, possível incorporá-la ainda nessa fase de discussão da Câmara dos Deputados, mas espero que nós tenhamos oportunidade de discutir melhor esse assunto, senão por meio de uma outra iniciativa, talvez ainda no âmbito do próprio Senado Federal.

Sobre a discussão das ouvidorias, essa tem sido também uma discussão muito rica. Participei, recentemente, do último evento promovido pelos ouvidores nas agências reguladoras, sob patrocínio da Agência Nacional de Aviação Civil, e que coloca, de fato, uma expectativa que tem os próprios ouvidores de ter uma atuação mais intensa. E a sugestão aqui colocada de que os ouvidores possam ter uma atuação em relação à mediação de conflitos, me parece uma sugestão bastante interessante que poderá, eventualmente, ainda ser absorvida nesse processo.

Da mesma forma a discussão sobre a duração dos mandatos dos ouvidores embora a solução encontrada na Câmara dos Deputados até o momento seja de permitir a renovação por meio de um novo mandato dois anos mais dois anos, o que daria os quatro anos, talvez a solução de se dar o mandato de quatro anos não seja, de fato, inconveniente para os objetivos que se propõe proposta, o debate.

Em relação a questão do poder concedente é, sem dúvida nenhuma, o tema mais complexo e que demandará ainda discussões, mas a posição do governo nesse ponto é muito clara e muito firme: entendemos que deva ficar sob a alçada do Ministério da área a decisão inicial e a decisão final, cabendo à agência reguladora as etapas intermediárias que vão desde a elaboração do edital até o próprio julgamento das propostas, encaminhando, ao final, o resultado da análise para o Ministro supervisor adotar a decisão ou encaminhar, se for o caso, ao Presidente da República essa decisão de outorga.

Portanto, creio que, salvo essa discussão que tem um caráter evidentemente político também, nós convergimos bastante com as contribuições e sugestões que foram aqui apresentadas, e creio que convergimos também [soa a campainha] na preocupação de construir agências reguladoras sólidas que atendam aos interesses da nossa economia e da nossa sociedade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Luiz Alberto dos Santos. Dr. Wanderlino, por favor.

SR. WANDERLINO TEIXEIRA DE CARVALHO: Eu acho que foi extremamente proveitosa a Audiência Pública, pelo menos da nossa parte, de a gente ver o interesse do governo, expresso na pessoa do Dr. Luiz Carlos (*sic*) de chegar a melhorias no projeto. Isso é realmente importante.

Eu creio, brevemente, a questão que o Senador falou corretamente na questão que ele falou, eu acho que todos, é quase um consenso agora, contrariamente ao consenso de Washington, que a desregulação completa da economia eu acho que realmente é um equívoco e não tem condições de prosperar mais. Se tem que haver regulação, aí o papel da agência reguladora é importante. Agora, a questão do excesso de burocracia, realmente esse é um problema que muitas agências têm, tanto federais como estaduais e municipais, têm que resolver. Eu falei aqui muito claramente. Uma questão importante para o projeto é a celeridade nas suas decisões. Esse eu considero fundamental. Se as agências reguladoras cair na vala comum do serviço público do País, de que fica jogando o cidadão para lá, para cá, para o outro lado, vai para isso, e não decide, ela realmente vai perder prestígio na sociedade, e isso é uma coisa muito importante.

A questão das tarifas, o Senador tem que inteira razão. Antes da regulação aqui no Brasil, a imensa maioria das tarifas eram autorreguladas. As empresas estatais é que decidiam as tarifas, quer dizer, isso aí realmente é uma questão que não tem sentido do ponto de vista da necessidade tanto delas... Delas, elas resolvem o problema delas, mas não resolvem o problema dos usuários, e aí a questão de triângulo. Quer dizer, a tarifa tem que ser módica, como manda a Constituição. A tarifa tem que ser módica. E o serviço tem que ser adequado, por outro lado. Então, à agência reguladora que cabe regular essa questão.

As regras para diversas agências, o Senador falou, realmente é evidente que cada agência do setor é diferente do outro, senão poderia fazer uma agência só. Então, é uma agência... setoriais porque são diferentes. O que resolve isso são os marcos regulatórios. Cada setor tem que ter o seu marco regulatório bem feito, detalhado, com todas as especificidades.

E outra questão, a questão daquele artigo da questão do TCU, só rapidamente entrando nessa questão. A nossa preocupação por parte das agências, e eu espelho isso como Presidente da ABAR, que é a nossa preocupação, é a questão da tecnicidade. Quer dizer, os setores regulados são tão amplos e diversificados que achamos impossível que a sistemática do

TCU de fazer os seus quadros de pessoal sejam suficientes para que eles tenham *especialidades* técnicas em todos os setores regulados. Porque a forma de entrada de pessoal no TCU, eu sei que basta ter curso de nível superior. Aí não passa determinados engenheiros, por exemplo, não passam no concurso. Como que o TCU vai fiscalizar se ele tem *expertise* naquela área tendo em vista a imensa diversidade da engenharia. Não basta a pessoa ser engenheiro.

Teve um exemplo marcante aqui que teve muito problema. Na duplicação da Rodovia Brasília-Goiânia o TCU suspendeu as obras alegando que estava tendo superfaturamento. Eu era, nessa época, Secretário da Federação Nacional dos Engenheiros, e recebi uma colocação do Sindicato de Engenheiros aqui do Distrito Federal, colocando que quem foi fazer [soa a campainha] – só concluindo – quem foi fazer a fiscalização e a vistoria era um filósofo e um engenheiro eletricitista. Ora, um filósofo, convenhamos, por mais que eu respeite, ele não tem condições de fazer uma fiscalização de engenharia rodoviária; e o engenheiro eletricitista também. Embora seja engenheiro, ele não tem a mínima condição de fazer verificação de uma obra rodoviária. Quer dizer, levou e depois se verificou que não era nada daquilo que o Tribunal... E ficou oito anos parado. Quer dizer, então essa questão eu acho que o Tribunal tinha que fazer revisão nos seus métodos de captação de funcionários, servidores, fazer concurso específico para as diversas profissões necessárias ao Tribunal, a fiscalização do tribunal, que é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB/AL): Muito obrigado Dr. Wanderlino. E, para finalizar, o Dr. Ralph Lima Terra para as suas considerações finais.

SR. RALPH LIMA TERRA: Senador Collor, eu queria ilustrar a importância dessa discussão e parabenizar a Comissão de Infraestrutura do Senado pelo fato de ter se antecipado e promovido essa discussão, porque a matéria ainda nem chegou na Casa, ainda está na Câmara, mas ela é da maior importância. E eu gostaria de ilustrar rapidamente com uma visão do que está acontecendo agora, não é futuro, não, é agora.

Estão ocorrendo simultaneamente no Brasil três licitações que, individualmente, chamariam a atenção em qualquer lugar do planeta. E todas as três, a figura das agências reguladoras, cada uma em seus segmentos, é fundamental.

O trem rápido Campinas-São Paulo-Rio de Janeiro, uma obra que se estima aproximadamente 40 bilhões de reais. A licitação deve iniciar o processo nos próximos dias.

As 40 sondas de posicionamento dinâmico, que é a primeiríssima etapa da questão do pré-sal. É só o início: 12 já foram contratadas fora do país, na medida em que nós nunca produzimos aqui no Brasil, e 28 estão sendo licitadas, serão construídas no Brasil. Estima-se, aproximadamente, um bilhão de dólares cada sonda. Portanto, olha o tamanho da encomenda.

E a usina hidrelétrica de Belo Monte que fora *Three Gorges*, na China, e Itaipú, no Brasil, quando construída será a terceira maior usina hidrelétrica do planeta.

Então, todas essas três iniciativas, só para ficar nessas que chamam mais atenção, elas seriam importantes em qualquer lugar do planeta. E tem uma coincidência, as três estão sendo feitas, agora, e simultaneamente no Brasil. E a figura de organismos reguladores de Estado para fiscalizar, implementar e cuidar para que esses empreendimentos, quando prontos, desempenhem adequadamente as suas funções, a figura da agência reguladora é fundamental. Então, isso eu acho que serve para ilustrar essa discussão, e uma melhor compreensão da sociedade como um todo do papel das agências reguladoras, deixando claro deveres e direitos dos concessionários e de todos os organismos que convivam com esse ambiente. Eu gostaria de agradecer a oportunidade e estamos à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB/AL): Muito obrigado ao Dr. Ralph. E pelo o que nos disse agora sucintamente e resumidamente o Dr. Ralph, nós percebemos a importância da figura do Estado na economia, porque a fonte da iniciativa, ou melhor dizendo, a iniciativa dessas três grandes obras que deverão ser realizadas é a iniciativa do Governo Federal que, naturalmente, vai necessitar e vai sempre incentivar também a participação privada, mas a capacidade indutora do Estado é enorme. Haja vista o Programa de Aceleração do Crescimento que, no começo, muitos criticaram o governo, porque isso seria uma interferência muito grande na economia como um todo e tal, mas não perceberam que é dessas iniciativas do Executivo é que brotam e estimulam a iniciativa privada a se associar ao Estado brasileiro no sentido de levar adiante aqueles projetos e aquelas propostas.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo a presença de todos, especialmente dos nossos convidados: Dr. Ralph Lima Terra, da ABDIB; Dr. Luiz Alberto dos Santos, da Casa Civil da Presidência da República; e Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho, da ABAR, que aqui compareceram e prestaram importante colaboração sobre o tema, contribuindo para este debate.

Convoco as Sras. Senadoras e Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a se realizar no dia 10 de dezembro próximo, às oito e meia da manhã, neste Plenário, quando realizaremos a 3ª Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos sobre a repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrida no País no dia 10 de novembro de 2009, bem como acerca de real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento, e ainda sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor a curto, médio e longo prazos. Para tanto foram convidados o Dr. Márcio Tolmasquim, Presidente da Empresa de Planejamento e Energia; o Professor Evandro Emílio de Souza Lima, engenheiro elétrico e professor aposentado da Universidade de Brasília; Dr. Jorge Miguel Samek, Diretor-Geral da Itaipú Binacional; e o Dr. Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União. Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 20h06.

ATA DA 53ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA CONJUNTA COM A 61ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia dez de dezembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, CÍCERO LUCENA, EDUARDO SUPLEY, ELISEU RESENDE, FLEXA RIBEIRO, GILVAM BORGES, MÃO SANTA, MARCONI PERILLO, OSVALDO SOBRINHO E PAULO DUQUE**. Justifica a ausência o Senhor Senador **JOÃO TENÓRIO**. Comparece ainda o Senhor Senador não-membro, **ROBERTO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas das 51ª e 52ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Senador **Fernando Collor** procede a leitura dos comunicados da Presidência. O Presidente anuncia o motivo da reunião, informando que a Audiência Pública atende ao **Requerimento nº 54, de 2009 – CI**, de autoria dos Senadores **Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy** e do

Requerimento nº 66, de 2009 – CAE, de autoria dos Senadores **Dalcídio Amaral** e **Eduardo Suplicy**, para a prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida no País no último dia 10/11/09, atingindo 18 Unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor a curto, médio e longo prazos, com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Maurício Tiomno Tolmasquim** – Presidente da Empresa de Planejamento em Energia – EPE; **Dr. Evandro Emílio Souza Lima** – Engenheiro Elétrico e Professor aposentado da Universidade de Brasília – UnB; e **Dr. Jorge Miguel Samek** – Diretor Geral de Itaipu. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os Senhores Senadores **Paulo Duque** e **Roberto Cavalcanti**. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às onze horas e nove minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS
DE INFRAESTRUTURA – CI

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, CONJUNTA COM A 61ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura, e aprovação das Atas da 51ª e 52ª Reuniões. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A Presidência informa que o Senado Federal, através do Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, o Senado Inclusivo, convida para a abertura da V Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, no próximo dia 15 de dezembro, às 11h00, no Salão Branco do Palácio do Congresso Nacional. O Salão Branco é o salão da chamada chapelaria.

Comunico, também, aos Srs. e Sras. Senadoras membros desta Comissão o recebimento do relatório anual da ANTT de 2008, encaminhado pelo Diretor Geral da Agência, Dr. Bernardo Figueiredo. Esse relatório está à disposição das Sras. e Srs. Senadores que tenham interesse em conhecê-lo na sua íntegra.

Comunicados. Segunda Audiência Pública – Crise do Setor Elétrico. Na última quinta-feira, dia 03 de dezembro, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a 2ª Audiência Pública para debater as causas da crise do setor elétrico, causada pelo blecaute ocorrido no país no último dia 10 de novembro deste ano.

Participaram desta 2ª Audiência os Srs. Cesar Ribeiro Zani, Diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia das Centrais Elétricas de Furnas; o Dr. Gilberto Câmara, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; o Professor Djalma Mosqueira Falcão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o Dr. Cyro Vicente Boccuzzi, Consultor e Diretor da Expertise Consultoria e Ordenamento em Energia Eficiente– ECOEE; e o Dr. Albert Cordeiro, Diretor Geral do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPEL, representado ou representando, melhor dizendo, o Dr. José Antônio Muniz Lopes, Presidente da ELETROBRAS.

Os especialistas dos diferentes ramos das áreas de energia elétrica, eles concluíram que o apagão ou o blecaute ocorrido no dia 10 de novembro foi resultado da associação de descargas elétricas e de intensas chuvas que atingiram a Usina de Itaipu, entre as cidades de Ivaiporã, no Paraná, e Itaberá, em São Paulo. Para eles, os fenômenos climáticos provocaram curtos circuitos simultâneos em várias outras regiões, causando blecaute em dezessete estados e no Distrito Federal.

O Diretor de Furnas, Dr. Cesar Ribeiro Zani, disse não haver dúvida de que o blecaute foi causado por descargas atmosféricas e fortes chuvas, que reduziram a capacidade de atuação dos isoladores de Itaipu. Ele ponderou também que em inspeções anteriores concluiu-se que as trincas verificadas nos isoladores não interferiam na sua capacidade de isolamento.

Mas, segundo ele, já estão sendo adotadas providências para evitar que circunstâncias como as verificadas no dia 10 provoquem novos blecautes.

Uma delas é a investigação da suportabilidade dos isoladores de pedestal, os IPs, além da aquisição de novos isoladores com distância de escapamento aumentada para a substituição nas subestações.

Por fim, estão ainda utilizando os chamados *booster shed*, chapéus para isoladores.

A mesma constatação foi feita pelo Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, Dr. Gilberto Câmara.

Eu pediria que fechasse a porta, por gentileza. Muito obrigado.

E eu peço especial atenção das Sras. e Srs. Senadores para este item da explanação do Dr. Gilberto Câmara, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, porque houve uma interpretação, ao que parece, equivocada, de alguns veículos de comunicação a respeito do que aqui afirmou o Dr. Gilberto Câmara.

Ele explicou, o Dr. Gilberto Câmara, Diretor-Geral, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, ele explicou que o INPE não detectou raios de grande intensidade para justificar isoladamente o blecaute. No entanto, ele observou que esses raios, associados às fortes chuvas, podem sim ter sido a causa dos curtos circuitos.

Segundo ele, o sistema do INPE consegue detectar com 100% de precisão raios com intensidade acima de 25 quilowatt-ampère de potência; abaixo disso, ou seja, abaixo de 25 kA, o sistema consegue detectar com 85% de precisão. Isso significa dizer que há uma possibilidade de 15% de que as descargas menores ocorridas no horário do blecaute não tenham sido detectadas.

O Diretor do INPE destacou que embora não tenham sido registradas descargas elétricas no horário exato do blecaute, havia o registro de uma alta intensidade de chuvas, especialmente nas regiões das subestações e da própria Usina de Itaipu e ao longo de toda a linha de distribuição e transmissão.

Isso significa que os dados apresentados por Furnas batem exatamente com os dados que registramos no INPE, segundo afirmou o Sr. Gilberto Câmara. E com observação, reiterando o que disse a pouco, ou seja, diferentemente do que divulgaram alguns veículos de comunicação.

O INPE considera, sim, possível o blecaute ter sido causado por descargas elétricas de menor intensidade não detectadas pelo Instituto.

Seria o caso daqueles 15% de imprecisão ao identificar descargas com potência abaixo de 25 kA, aliadas às fortes chuvas, são capazes de afetar o sistema.

Já o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr. Djalma Mosqueira Falcão, ressaltou que os blecautes são inevitáveis e têm ocorrido no Brasil a cada cinco anos em média, apesar da qualidade da tecnologia do nosso setor elétrico. Segundo ele, a nossa tecnologia é similar, equivalente a usada em outros países e essa tecnologia não evita a ocorrência de blecautes e elas podem ocorrer, raramente ocorrem, segundo ele, mas podem ocorrer, hoje, amanhã ou outro dia.

O professor destacou também para a necessidade de maior atenção na manutenção dos equipamentos, principalmente dos mais antigos, com 40 ou 50 anos de uso, bem como para o aspecto da gestão do setor elétrico, principalmente com a adoção do conceito *smart grid*, ou seja, redes inteligentes que dotam o sistema de uma capacidade de perceber e se antecipar aos problemas.

Na ocasião, ou na opinião do Diretor da Expertise Consultoria e Ordenamento em Energia Eficiente, Dr. Ciro Vicente Boccuzzi, as tecnologias existentes atualmente têm se mostrado insuficientes para atender as necessidades da sociedade moderna, que atingiu, segundo explicou, um grau de dependência do serviço elétrico, entre outras, “*absolutamente incompatível com a tecnologia atual*”, fecha aspas.

Diz ele: “*Não temos ainda sistemas que atendam a essas necessidades*”. Diz ele: “*Não temos ainda sistemas no plano mundial, não é somente no Brasil, mas os teremos em dois ou três anos*”, afirmou, ao explicar que vem sendo feito já em vários países em termos de investimentos no setor elétrico.

Já o Diretor-Geral do Centro de Pesquisas em Energia Elétrica, CEPEL, Dr. Albert Cordeiro, considerou excelente o fato de o Brasil dispor de um sistema elétrico interligado, pois isto permite que falhas possam ser corrigidas sem causar grandes prejuízos.

Ele destacou que não existe nenhum sistema no mundo totalmente seguro, mas graças às tecnologias atualmente disponíveis, a maioria das falhas não é percebida.

O Dr. Albert Cordeiro observou ainda que alguns isoladores de Itaipu já estão em operação há mais de 20 anos e apresentam trincas. Porém, garantiu que eles, ou elas, as trincas, não foram responsáveis pelo blecaute. Afirmou, no entanto, que chuvas intensas como as ocorridas no dia 10 de novembro podem reduzir a capacidade de isoladores de hidroelétricas.

Sobre o relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Ministério das Minas e Energia para a apuração

das causas do blecaute e que foi objeto de esclarecimentos na 1ª Audiência Pública, realizada no dia 29 de novembro, o Diretor-Geral... O Diretor Geral da... O Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Dr. Hermes Chipp, informou na ocasião que o documento conclusivo do ONS estaria pronto e seria entregue no dia, no último dia 04 de dezembro, o que foi feito.

O Diretor Geral do ONS encaminhou no dia 04 de dezembro, conforme ele afirmou aqui em Audiência Pública, encaminhou ao Comitê Gestor do Grupo de Trabalho do Ministério das Minas e Energia, o relatório do Operador Nacional do Sistema... Ou do Sistema Elétrico.

Sobre esta questão, recebemos ofício do Secretário Geral do Ministério das Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, que aqui compareceu na última Audiência Pública, na qualidade de Ministro Interino das Minas e Energia, o seguinte ofício:

“Sr. Senador, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, membros da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Imediatamente após a perturbação do dia 10 de novembro de 2009, foi iniciado o processo de análise e identificação das causas do desligamento, bem como identificar as eventuais providências a serem tomadas, conforme rotina do setor elétrico brasileiro e definido no módulo 22, dos procedimentos de rede, especificamente o sub-módulo 22.3, análise de perturbação do Operador Nacional do Sistema Elétrico, ONS e aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Apesar da evolução significativa na análise e avanços na identificação das causas, até o momento não foi possível concluir a elaboração do relatório final.”

O ONS entregou a minuta do relatório de análise de perturbação, conforme aqui já foi dito, no dia 04 de dezembro de 2009.

“Na 3ª Reunião do Grupo de Trabalho, realizada no dia 08 de dezembro de 2009, o Grupo de Trabalho criado pela Portaria do Ministério das Minas e Energia, de 03 de novembro de 2009, foi solicitado ao ONS informações adicionais.

E em função deste fato, aquele operador solicitou prazo para a entrega daquele relatório revisado até o dia 16 de dezembro de 2009, data esta que foi o prazo dado pelo Excelentíssimo Sr. Ministro das Minas e Energia para que os estudos técnicos que apresentassem os motivos do apagão, do blecaute ocorrido no dia 10 fossem apresentados, fossem explicitados. As razões principais para conclusão do referido relatório são coletas”, segundo ainda o Ministro, o Ministro Interino, no momento da audiência e Secretário Executivo do Mi-

nistério das Minas e Energia, “são coleta de um grande número de dados e informações com todos os agentes envolvidos, ONS e empresas, principalmente no que concerne à recomposição do sistema, à necessidade de testes adicionais, e análises complementares em equipamentos envolvidos, assim como a complexidade das análises na perturbação.

Abaixo, informo o resumo do andamento das ações executadas até o momento pelo Grupo de Trabalho do Ministério das Minas e Energia:

a) realização de reunião técnica para início das investigações e convocação para a elaboração do relatório de análise e perturbação nas instalações do ONS no Rio de Janeiro, no dia 11 de novembro de 2009, sob a coordenação do ONS e participação dos Ministérios das Minas e Energia, da ANEEL e de Furnas Centrais Elétricas;

b) realização da Reunião Extraordinária do Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico, no dia 11 de novembro de 2009, para análise da perturbação. A reunião foi presidida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, com a participação de Secretarias do Ministério, do ONS, da ANEEL, da empresa de pesquisa energética, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica de Furnas, da companhia de transmissão de energia elétrica paulista, da Itaipu Binacional, do Ministério das Relações Exteriores e do Governo do Estado de São Paulo;

c) emitida a deliberação na Reunião Extraordinária do CMSE para a criação de um grupo de trabalho, para, num prazo de trinta dias, acompanhar os estudos e análises da perturbação e propor ações que repercutam em melhorias na gestão operacional do sistema;

d) a realização de reunião inaugural do grupo de trabalho, no dia 17 de novembro de 2009, no Ministério das Minas e Energia;

e) realização da primeira reunião técnica para a elaboração do RAP... Do ONS no Rio de Janeiro, no dia 17 de novembro de 2009;

f) realização da segunda reunião do grupo de trabalho, no dia 1º de dezembro de 2009, no MME, para acompanhamento e avaliação dos trabalhos da análise da perturbação;

g) realização da segunda reunião técnica para avaliação da minuta do RAP, do ONS, no Rio de Janeiro, no dia 02 de dezembro de 2009.

O RAP é a sigla que se dá ao relatório de análise de perturbação.

h) realização da terceira reunião do Grupo de Trabalho, no dia 8 de dezembro de 2009 no Ministério das Minas e Energia, para acompanhamento e avaliação da minuta do RAP.

i) agendamento para o dia 10 de novembro de 2009, da 4ª reunião do Grupo de Trabalho, que será realizada exatamente hoje, do RAP, que é o relatório de análise de perturbação.

Diante do exposto, informo a V. Exas. que o relatório final da análise da ocorrência no dia 10 de dezembro de 2009 deverá estar concluído até o dia 16 do corrente mês, 16 do corrente mês de dezembro, de acordo com a portaria assinada pelo Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão.” Assinado, Ministro, Secretário Executivo Márcio Pereira Zimmermann.

O referido expediente do Ministro em exercício, por ocasião da última Audiência Pública, Secretário Executivo do Ministério das Minas e Energia, Márcio Zimmermann, encontra-se a disposição das senhoras e senhores membros desta Comissão, na Secretaria da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Esperamos, assim, podermos tomar conhecimento no dia 16 deste mês deste relatório, para que todas as dúvidas quanto as causas do blecaute sejam definitivamente dirimidas por parte dos senhores membros destas duas Comissões do Senado Federal, respectivamente Comissão de de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Econômicos.

Passando à destinação da realização desta Audiência Pública, foram convidados quatro palestrantes. Um deles, o Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, enviou um ofício, que eu passarei a ler, para o conhecimento das senhoras e senhores membros da Comissão de de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, mas antes fazendo uma observação.

O Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, órgão este que divulgou um relatório há alguns anos atrás apresentando possíveis deficiências no sistema energético e elétrico brasileiro e, portanto, a participação dele seria muito importante para alguns esclarecimentos, porque o TCU elaborou um vasto relatório sobre a questão elétrica brasileira.

Inclusive, a informação que nos chega é de que o então Ministro, ainda não Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Ubiratan Aguiar, teria feito parte do grupo de trabalho que havia realizado esses estudos, detectando falhas, eventuais falhas existentes àquela oportunidade, da feitura do relatório, do Sistema Elétrico Nacional, que ele aqui estivesse para nos fornecer alguns dados, algumas explicações e responder algumas demandas que, sem dúvida, as Sras. e os Srs. Senadores teriam a fazer.

Foram feitos dois contatos com o Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União para que ele aqui comparecesse a nosso convite. O primeiro, no dia 03 de dezembro, para que ele comparecesse à Audi-

ência Pública imediatamente a seguir ou a Audiência Pública do dia 03.

Anteriormente ao dia 03, o convite foi feito para que ele aqui estivesse no dia 03 e ele informou que não poderia estar, por compromissos anteriormente marcados.

Foi feito um segundo contato para que ele pudesse estar hoje presente então na nossa Audiência Pública. E aí recebemos por escrito, porque a primeira recusa havia sido verbal, pedimos para que ele enviasse por ofício. E ele endereçou a estas Comissões o seguinte... Ofício, nos seguintes termos:

“Srs. Presidentes, ao cumprimentá-los cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 195/2009, de 07/12/2009, por meio do qual V. Exa. convida-me para participar da Reunião de Audiência Pública a realizar-se no próximo dia 10 de dezembro, às 08:30 horas, destinada a tratar do assunto objeto do Requerimento nº 54/2009, da Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy.

Em atenção ao referido ofício, comunico a impossibilidade da minha participação no mencionado evento, tendo em vista que compromissos desta Presidência já haviam sido agendados para o dia 10 deste mês.

Agradeço o convite formulado e aproveito o ensejo para reiterar à V. Exa. a minha manifestação de alto apreço” – que nós retribuimos ao Sr. Ministro Presidente do TCU – Assinado, Presidente Ubiratan Aguiar, mas não sem antes lamentar, em nome da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos, que o Sr. Ministro Presidente não possa ter aceito o convite destas Comissões, para tratar de um assunto de tamanha envergadura e importância.

Importância essa magnificada pelo relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União, de alguns anos atrás e que direcionavam, poderiam direcionar os nossos debates para questões específicas de onde técnicos do TCU puderam detectar, à época, as tais deficiências alegadas naquele relatório.

Lamentamos, mais uma vez, a ausência do Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone] Eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Paulo Duque, pela ordem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Por acaso, o Presidente do TCU é engenheiro, eletricista, alguma coisa, ligado tecnicamente ao assunto? Ou ele é advogado, apenas um ex-político, sabe—

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu não saberia dizer a V. Exa. a

formação profissional dele. Mas o fato é que ele deu declarações e entrevistas logo após o blecaute ocorrido no dia 10 de novembro, dando conta de que o Tribunal de Contas da União já havia, anos atrás, denunciado falhas que estariam existindo no sistema de distribuição de energia elétrica no Brasil.

E que esse relatório, havia nesse relatório, haviam sido detectadas essas... Haviām sido detectadas essas falhas pelos técnicos designados pelo TCU para tal finalidade.

E também recebemos a informação que a essa época o então hoje Ministro Presidente do TCU fez parte deste grupo de trabalho ou coordenou este grupo de trabalho realizado por técnicos do Tribunal de Contas da União.

Por isso, nós julgávamos de suma importância que a participação do Presidente do Tribunal de Contas da União pudesse trazer, de viva-voz, o relatório elaborado pelo Tribunal que hoje ele preside e que, segundo ele, apontava as falhas existentes no sistema elétrico brasileiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Por duas vezes houve uma tentativa dessa Comissão em trazer para os nossos trabalhos o tal relatório ou a viva-voz do Presidente do Tribunal de Contas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeito.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu acho, com toda sinceridade, um assunto dessa magnitude e o esforço que está se fazendo aqui nessa Comissão, não foi devidamente considerado com a seriedade. Afinal de contas, o Tribunal de Contas da União é pertinho daqui, não é longe.

Eu indago de V. Exa. sobre a possibilidade de solicitarmos, quando eu digo solicitarmos, pode ser eu, pode ser a Comissão, pode ser V. Exa., o tal relatório.

Na hora "H", na hora do apagão, vamos dizer assim, o Presidente dá entrevista, bota sua banca, diz que já fez isso e aconteceu, tal; na hora que precisa um trabalho sério, está se fazendo nesse Senado, por meio desta Comissão, não vem.

Eu acho que valia a pena, ainda, mais uma tentativa, a terceira; vamos dar mais uma oportunidade.

Olha o que eu estou falando: vamos dar uma oportunidade, a última, para que o Sr. Ubiratan Aguiar, que deu entrevista, que falou na rádio, possa enviar o tal relatório.

Não sei se V. Exa. conhece o tal relatório, ou se o Presidente, que é, o vice-Presidente, conhece o relatório. Eu não conheço, mas estamos aqui para conhecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa., a solicitação de V. Exa. será atendida, Senador Paulo Duque, e vamos fazer mais uma tentativa.

A questão, o envio puro e simples do relatório por parte do Tribunal de Contas da União não nos parece, salvo melhor juízo, suficiente para que tenhamos, com a sua leitura por cada um de nós, uma noção exata do que os técnicos e o Tribunal de Contas da União quiseram afirmar de forma específica e minuciosa no que está ali exposto.

Por isso que nós estamos solicitando a presença do Ministro Presidente do TCU, para que ele possa, com a distribuição do relatório, debater conosco, termos desse relatório, para que nós possamos também, com o contraponto que faremos com técnicos outros que não sejam técnicos do Tribunal de Contas da União, possamos nesse contraponto e nesse entrecruzar de opiniões, fazer o nosso juízo de valor do que de fato aconteceu.

O envio, por parte do TCU, simplesmente, de um relatório não nos parece suficiente para que as nossas dúvidas sejam dirimidas.

Por isso, mais uma vez e aproveitando aqui o que o Exmo. Senador Paulo Duque coloca, eu peço à Secretaria que providencie imediatamente, mais uma vez, o expediente, convidando para a nossa próxima Audiência Pública S.Exa., para que nos dê a honra e o prestígio da sua presença na nossa Comissão, a fim de debatermos uma questão que, afinal de contas, foi tão magnificada pelas entrevistas concedidas pelo Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União logo após o blecaute.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Essas entrevistas foram realizadas há muito tempo ou foram recentes?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Logo após a ocorrência do blecaute do dia 10 de novembro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então, mais um motivo para que ele venha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente, Sr. Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Porque o trabalho aqui é sério. E o povo está vendo isso. Eu já tenho recebido manifestações positivas sobre o trabalho que está sendo realizado aqui, no meu estado, pelo menos, no Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Senador Paulo Duque. Como disse, a solicitação de V. Exa. será devidamente atendida.

Antes de passarmos também à nossa Audiência Pública, eu gostaria de ler um ofício endereçado à Ministra-Chefe da Casa Civil, Dra. Dilma Rousseff, pela Presidência desta Comissão.

“Sra. Ministra, com o intuito de atender as normas regimentais do Senado Federal e os ritos, prazos e interstícios internos da Comissão de Serviços de Infraestrutura, solicitamos o obséquio de que sejam tomadas providências junto aos Ministérios no sentido de que as indicações de autoridades submetidas à apreciação desta Comissão sejam encaminhadas com a devida antecedência.

Acreditamos que a medida dará maior eficiência ao processo de aprovação por esta Casa dos nomes indicados pelo Executivo Federal, evitando eventuais dificuldades quanto ao processo legislativo, como as verificadas nas recentes mensagens para as diretorias da ANATEL e da ANEEL.

Encaminhamos anexos os atos internos da Comissão pertinentes à questão.

Certos da atenção a ser dada ao assunto, renovamos nossos votos de consideração.

Cordialmente, assina o Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.”

Bem, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública em atendimento aos requerimentos nº 54, de 2009, da Comissão de Infraestrutura, e do Requerimento nº 66, de 2009 da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria dos Senadores Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, *“Para a prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida no País no último dia 10 de novembro de 2009, atingindo Unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento, e ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos, investimentos estes realizados no setor no curto, médio e longo prazos.”*

E para esta Audiência Pública convidamos, além do Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, que declinou pela segunda vez do nosso convite, os seguintes participantes que aproveito e convido para que tomem assento à Mesa, ao mesmo tempo em que apresento-lhes as boas-vindas dos senhores membros e Sras. Senadoras membros desta Comissão aos nossos participantes, da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos:

Dr. Márcio (sic) Tolmasquim, Presidente da Empresa de Planejamento em Energia – EPE; Dr. Jorge Miguel Samek, Diretor Geral de Itaipu; e o Professor Evandro Emílio Souza Lima, Engenheiro Elétrico e Professor da Universidade de Brasília-UNB.

Convido os senhores a tomarem assento à Mesa.

A Presidência informa que o tempo destinado à exposição inicial dos nossos convidados terá a duração de vinte minutos, quando será aberta à fase de interpelação, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao convidado o mesmo tempo para a tréplica. Tréplica.

A palavra será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido, de acordo com o inciso XI, do art. 398, do Regimento Interno do Senado Federal. Comunico que a lista de inscrição já se encontra aberta sobre a mesa.

Gostaria de passar a palavra ao Professor, ao primeiro palestrante desta manhã, Professor Evandro Emílio Souza Lima, Engenheiro Elétrico, ele é Professor da Universidade de Brasília. V.Sa. dispõe de vinte minutos para sua explanação.

SR. EVANDRO EMÍLIO SOUZA LIMA: Bom, eu acho muito sábio um ditado, a primeira vez que ouvi foram os americanos falando, que conhecer um problema é 50% de sua solução.

Então, é com muita honra, com muito prazer que eu venho aqui dar uma contribuição sobre o problema da estabilidade e do controle dos sistemas elétricos de potência.

Esse problema é muito grande, é muito complicado e, na realidade, não existe um problema, não existe um problema da estabilidade dos sistemas de potência; existem várias... Vários problemas, de vários tipos de estabilidade de sistemas de potência.

Então, por exemplo, para tornar mais interessante: uma máquina ela é feita de um rotor, um gerador é feito de um rotor, rotor que roda, movido por uma turbina, uma resposta lenta, porque é um ativo mecânico, e uma parte externa chamada estator, estática, que é ligada ao sistema.

Então, quando o rotor gira, é como se fosse um imãzinho, forma-se um campo girante, um campo magnético norte-sul. Quando o estator é ligado ao sistema, forma-se um campo girante sul-norte. E esses dois imãzinhos andam juntos, sincronamente.

Bom, agora, se eles andarem juntos, sem fazer nenhum ângulo, não há transmissão de potência. Para haver transmissão de potência nós temos que acelerar o rotor, formar um ângulo com o imãzinho do estator.

Então este ângulo é que vai determinar a potência. Um o imã está ligado na turbina, está sendo empurrado e o imã do estator, aquele do campo girante ele dá... A gente chama... Ele dá um torque sincronizante, é como um freio. E sempre tem que ter o equilíbrio entre a potência que entra e a potência que saí, mantendo esse ângulo constante.

Então, vocês vêem que interessante, lá no Jacuí, no Rio Grande do Sul, com Tucuruí, lá no Norte, nós estamos sincronamente trabalhando com a mesma velocidade, com a mesma velocidade sincro. Vê a magnitude do problema, como é interessante e crítico esse sistema e normalmente ele funciona muito bem.

Bom, mas se nós formos analisar, a gente apaga uma luz aqui, outro ascende lá, o total da carga ela é sempre suprida aonde a carga variou, os geradores mais próximos é que supre.

Então, se a gente analisar não é aquela coisa, assim, maravilhosa que andam os dois imãzinhos. Esse aqui, então, fica um pouco oscilando devagar. Então nós temos aqui, nessas pequenas perturbações, nós temos o problema chamado de estabilidade do regime, ou estabilidade dinâmica.

Bom, agora vamos imaginar o seguinte... Primeiro, eu quero dizer, o máximo desse ângulo que eles fazem é 90 graus. Por quê? Depois de 90 graus, a medida que esse ângulo vai crescendo a potência vai aumentando, a potência no sistema, mas depois de 90 graus a potência começa a diminuir, então a parte da estabilidade é até 90 graus. Então, normalmente, eles andam assim.

Agora vamos imaginar que um transformador tenha queimado e tenha havido um curto-circuito e uma linha caiu. Então, nesse caso, nós temos uma grande excursão, uma grande excursão até voltar de novo a um ângulo compatível com a potência necessária. Então aí nós temos um problema chamado de estabilidade transitória.

E o que é importante nós vermos é o seguinte: na década de 30, 40, as necessidades, os requisitos da estabilidades transitórias são diferentes dos requisitos da estabilidade do regime, da estabilidade dinâmica.

Então, vocês vêem como esse problema é complexo. E o sistema elétrico tomou partido da estabilidade transitória. Por quê?

Se a gente visitar uma subestação, a gente vê que toda hora está caindo... Está um estouro danado, é um disjuntor que abriu uma linha, é um... Em casa a gente sabe que um disjuntor já faz barulho, imagina numa subestação, então isso é comum. Então, o projeto do sistema é, prioriza a estabilidade transitória.

Então, tem... Depois, na década de 90, final da década de 80, apareceram outras estabilidades.

Por exemplo, antes até... Existia a estabilidade chamada resultante, é quando essa excursão aqui foi tão grande que perdeu o sincronismo, então teve que fazer um processo de resincronização, os russos faziam isso muito bem, os russos que desenvolveram essa técnica, resincronizar o gerador. Então é de uma complexidade técnica muito grande e aspectos contraditórios.

Por isso que nesse primeiro resumo, introdução, eu cito o filósofo Hegel. Hegel dizia: "A verdade é o todo. A verdade é o todo." Se nós não procurarmos ter uma visão de conjunto, nós podemos exagerar uma verdade limitada transformando numa mentira. Por quê? Porque ela impede de nós termos uma compreensão do todo.

Então, esse problema de ter a noção do conjunto, do todo, de procurar ver os vários aspectos, as contradições da realidade é um processo que tem que estar sempre em mente do planejamento do nosso sistema elétrico.

Então, eu vejo aqui, no Brasil, que quando dá uma falha dessas, como recente, as explicações já saem na hora: "Ah, foi isso, foi aquilo, foi aquilo." Eu vou dizer para vocês: o primeiro grande blecaute que houve, mais conhecido, no cinema, 1965, deixou Nova York parada, até hoje tem interpretações diferentes para esse blecaute.

O relé, o relé que atua e que dispara o disjuntor, que é o elemento de potência. Bom, então o relé não era novo, então o pessoal começou a culpar o relé. Teve um engenheiro, o maior guru de sistemas dinâmicos do mundo Ocidental, chamado Charles Concórdia, que chegou e deu uma outra interpretação.

Qual é a interpretação que ele deu? É que o problema era uma falha, que era uma falha humana. Por quê? Foi na região Nordeste dos Estados Unidos, do Canadá, a região de Toronto estava com quatro geradores em manutenção, tinha entrado em manutenção, e a parte Norte dos Estados Unidos, de Niagara, estava mandando, injetando uma corrente. E o relé disparou, caíram como nós, três linhas, três linhas. Quando elas caíram essa energia vem para trás, vem para trás e saiu derrubando todo o sistema da Costa Nordeste dos Estados Unidos.

E o que tinha havido? O operador não tinha notado que o relé tinha sido ajustado para condições de cargas comuns. Não tinha avisado a pessoa que ajusta os relés, dizer: "Olha, eu vou ter um despacho grande por causa disso, nós vamos socorrer, ajusta o relé." Então o relé disparou.

Foi culpa do relé, que normalmente todo mundo culpa? Não foi. A culpa foi humana. Essa interpretação

de Charles Concordia e que há trinta e tantos anos, diferente de outras.

Então quando corre aqui no Brasil essas explicações rápidas, essa coisa toda, eu me lembro desse fato

Agora, Charles Concordia, ele teve um ponto importante, ele evitou, o lugar onde ele estava, ele trabalhava na GE em Nova York, ele evitou que esse blecaute atingisse, por quê? Ele vinha estudando a interconexão dos sistemas, os tipos de perturbação e previu isso. Então o que ele fez?

Ele tinha disponível, os geradores ele viu: "Com esses geradores que eu tenho, eu posso salvar essas e essas cargas essenciais" e fez um sistema de ilha-mento. Isso em 1965. Fez o sistema de ilha-mento, na hora o relé atuou, ilhou, ele ficou incólume, enquanto ao redor dele todo mundo caía.

Bom, houve 97, GPM, New Jersey, Pennsylvania e Maryland, aí ouviram o Concordia, ele criticou: "Vocês tinham que fazer sistema de ilha-mento, esse tipo de perturbação vai ocorrer outras vezes."

Bom, os Estados Unidos estava... Na época o Sputnik tinha saído, estava a guerra fria e 90% do sistema elétrico é particular. Lá a gente sabe que a Justiça é muito mais célere que aqui. Então, nos Estados Unidos, criaram uma entidade que nós não temos correspondente aqui, foi o *National Electric Reliability Council*. *Reliability* é confiabilidade. Essa entidade era feita pelas próprias empresas, ela não queria o governo, a filosofia dela era não meter política no meio, por quê? Porque eles viram que existia um efeito dominó e que se um trabalhasse mal derrubava todo mundo.

Eles vêm, essa organização é cara, eles vêm numa luta enorme, por quê? Logo no início... Foi... É... Auto... Era uma livre adesão. Eles viram que era interessante, que para eles era rentável economicamente investir em confiabilidade. Então, era por livre adesão.

Chegou em 1992, a NERC, a FERC, que corresponde a ANEEL de lá, criou um ato, o seguinte: eles, nessa organização que cuidava, esse Conselho, ele depois, ao invés de National passou a ser North America porque engloba o Canadá, engloba o México também, é o maior, esse sim, esse é o maior sistema elétrico mundial. Então, ele faz padrões de projeto e de operação, não é só de operação, padrões de projeto.

Bom, então o que aconteceu? Em 1992, já efeito de Thatcher na Inglaterra, o sistema inglês foi privatizado, entrou... As companhias eram verticalizadas, distribuição, transmissão, geração foram segmentadas. Acabou a década de 92, a década de 90, o pessoal fez um balanço e diz: "Olha, diziam que esse mercado

de energia ia baixar o preço da energia elétrica, não abaixou e o petróleo baixou."

Mas isso veio numa força enorme para os Estados Unidos e então, em 1992, fez a FERC, a ANEEL de lá, fez esse ato que dizia o seguinte: "Olha, tem que dar liberdade; então, qualquer um, pessoa rica, pega aí, compra um terreno, está aqui passando uma linha, ele bota uma turbina e ele tem o direito de entrar aqui nesse sistema." O que aconteceu?

Essa noção de mercado acabou com a cooperação que tinha entre as empresas, virou competição, ela foi a culpada do grande apagão, dos apagões da Califórnia, depois a gente até pode discutir um pouco.

E, então, o NERC que não queria política, não queria se meter em política, teve que entrar na política para conseguir que seus padrões a planejamento e operação tivessem força de lei, tivessem força de lei. Isso foi conseguido em 18 de junho de 2007.

Primeiro, eles conseguiram passar no Senado e depois de muito tempo eles passaram... Passaram na Câmara de Deputados, em 18 de 2007. Então, eles, hoje, são organização cujos padrões de planejamento e operação são, tem força de lei.

Bom, essa entidade nós não temos. E hoje, se fala muito que nós estamos malhando, que nós estamos tratando mal o nosso sistema elétrico. Não é isso.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mais cinco minutos.

SR. EVANDRO EMÍLIO SOUZA LIMA: O nosso sistema elétrico, essa noção de conjunto, ter a noção do todo, nós não temos. Porque o nosso sistema elétrico ele está politizado.

Então, é natural que quando um Partido tenha a... Ele defenda sua Administração como a melhor e mostre as vantagens. Então, a gente vê que não tem essa noção do todo.

E por exemplo, eu vou me reportar ao blecaute iniciado em Bauru; para mim aquilo foi um decepção incrível. Eu, como observador, como vocês, primeiro eu vi nos jornais alguém dizendo, do setor elétrico, dizendo que tinha ocorrido uma coisa, um fenômeno que de cem em cem aparecia, que era um raio em cima de uma subestação. Bom nós não temos anos para ter estática disso. Então deve ter sido algum estudo, algum estudo, maluco, papel aceita tudo, hoje o *Power Point* também aceita tudo.

Dali a pouco eu li: "Não, há 30 anos ocorreu um raio também na Espanha." Então, eu ouvindo um jornal da TV, um técnico morava a dois quilômetros dali, chegou e disse: "Olha, eu não vi raio nenhum." Aqui em Brasília a gente sabe que muitas vezes cai um raio

a 12 quilômetros daqui, parece que caiu na quadra da gente. Eu digo: Não houve raio em Bauru

Passados alguns dias eu leio nos jornais, num cantinho, o raio caiu a 25 quilômetros de Bauru, da subestação, entrou pela subestação. Entrou. Um raio, essas linhas tem que ter proteção. Eu aprendi que linhas de 400 kV, os fenômenos atmosféricos causam sobretensões muito menores que as sobretensões de manobra, eu aprendi isso. Eu mostro livros, estão escritos. Então escritos

Nós estávamos... Hoje nós falamos que linhas de 765 kV sucumbiram a raios, então eu li que caiu a 25 quilômetros, não foi... Porque tem para-raio, essas linhas têm para-raios, é drenado, as torres são aterradas.

Então, esse raio tinha que ser aterrado, para torre, e se entrou pela linha, entrada de subestação importante, tem centelhadores para evitar de entrada de linha.

Bom, aí eu soube que essa notícia que tinha caído a 25 metros foi uma repórter que abriu, que enquanto estava entrevistado um engenheiro da ANEEL e ele saiu, ela abriu... Ela desconfiou, abriu a gaveta e viu lá esse relatório dizendo que o raio tinha caído a 25 quilômetros.

Bom, então isso aí me causou uma certa... uma grande perplexidade e eu acho que esse agora, esse último raio, esse último problema que houve, eu acho cedo de nós falarmos. As primeiras notícias [soa a campainha] Só para... As primeiras notícias que eu ouvi é que cairia a primeira linha, caiu a segunda 50 milissegundos, e caiu a terceira 75 milissegundos.

Os relés, a proteção, ela tem que ser coordenada e um relé leva de 15 a 30 segundos, um disjuntor de 30 a 60 segundos. Então entre 45 segundos e 90 segundos é bem provável que a proteção tenha atuado indevidamente, por falta de coordenação. Isso é muito comum.

Então eu tenho dúvida, eu não me arriscaria a dizer sim e nem não. E só lembrar Concórdia, que 1965, ainda resta dúvida sobre o apagão de Nova York.

Muito obrigado, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Professor Evandro Emílio Souza Lima.

Pela ordem de inscrição, cabe ao Senador Paulo Duque fazer a primeira interpelação ao Professor Evandro Emílio Souza Lima. Com a palavra, S.Exa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Professor Souza Lima, V. Exa. leciona aqui em Brasília?

SR. EVANDRO EMÍLIO SOUZA LIMA: Leciona-va, eu sou aposentado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas eu estou com V. Exa. e com o Hegel, "a verdade é o

todo". É o que está fazendo essa Comissão. Ela procura ouvir todo mundo que conhece o assunto, das mais diferentes regiões.

V. Exa. por exemplo discorreu muito sobre problemas de apagões que ocorreram no exterior, não foi? México, Estados Unidos, Canadá, Margareth Thatcher, e por aí, fazendo uma espécie de ligação com o ocorrido no nosso país, o apagão de 10 novembro de 2009.

V. Exa. fez questão de vir lá de trás, trazendo exemplos, exemplos, mas não se pode nem comparar hoje em dia o sistema elétrico de antes com hoje. Quanta melhoria, quanto sucesso. Mas é o todo que nós estamos procurando nessa Comissão. Nós não estamos nos baseando na palavra ou da explicação de apenas um órgão ou de um cidadão que conheça o assunto.

Nós queremos todo mundo participando, colaborando, isso o que o Presidente Senador Fernando Collor conseguiu até agora. Trazer gente aqui dos mais diferentes setores, das mais diferentes formações intelectuais sobre o assunto, para trazer sua opinião. Só não conseguimos trazer até agora o Presidente do Tribunal de Contas que deu entrevista sobre o assunto, falou muito e discorreu mas não veio aqui completar esse todo.

Eu felicito V. Exa. com suas explicações, que foram explicações sinceras de um estudioso, de um conhecedor. Pode estar certo que foi positiva a sua presença aqui.

Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Paulo Duque. Eu passo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Bom dia a todos os membros da Mesa. Parabenizo mais uma vez o Presidente Fernando Collor, pela iniciativa de tentar, de uma forma técnica e disciplinada, apurar o que ocorreu no Brasil no tocante ao apagão.

As audiências públicas para nós todos são de extrema riqueza, particularmente eu, Roberto, me considero sequencialmente muito enriquecido aqui no Senado Federal ao participar de audiências públicas. Porque as audiências públicas promovem a oportunidade do contraditório, a audiência pública promove a oportunidade do enriquecimento a nível de informações.

O objetivo primordial nosso, aqui, nesta Audiência Pública, é confiabilidade do sistema. Hoje pela manhã eu fazia uma entrevista numa rádio, num programa que eu tenho todas às quintas-feiras, e dizia e me cobravam qual a minha agenda hoje no Senado.

E eu dizia que uma das minhas prioridades estava, estar presente aqui nesta audiência, pela seriedade dela e exatamente pela objetividade dela. Nós aqui

não estamos buscando politizar; o calendário eleitoral existe aí, e existem pessoas que pelo senso de oportunidade, eu não diria oportunismo para não ofender, mas pelo senso de oportunidade tentam politizar os acontecimentos.

E a falta de energia pode acontecer na sua casa por um simples galho de árvore que caía na sua rua e cria um curto-circuito na posteação que lhe abastece. A lição que vem é não plantar árvore próxima ou pelo menos ter um sistema de poda, para que a aquela árvore não sequencialmente daqui alguns anos venha ter um galho que vá cair sobre a rede.

Mais ou menos de forma simplória eu estou transmitindo desta forma não a V. Exas., mas, na verdade, porque nós temos a TV Senado, que é um instrumento de comunicação muito forte.

Então, o objetivo dessa Comissão, na verdade, é buscarmos confiabilidade no sistema através de apuração dos fatos. V. Exa., V. Sa. trouxe aqui uma frase extraordinária que é: "A verdade é o todo." Exatamente, eu diria que a verdade é o todo, porque abrange todos os fatos que proporcionaram o esclarecimento da verdade ou proporcionaram a esclarecer o que aconteceu na verdade.

Eu diria, assim, plagiando V. Sa. no sentido de que a verdade é a história. Se nós conseguirmos resgatar a história, nós temos a verdade. V. Sa. resgatou a história de diversas formas, como professor universitário através de trabalhos feito sobre o assunto. E como professor também sobre o resgate dos acontecimentos.

O apagão citado por V. Sa. em 1965, em Nova York, e até a complementação citada por V. Sa. em 2007, são passados 40 anos, 40 anos se passaram para que houvesse o disciplinamento do todo, conforme palavras de V. Sa. Então eu acho que o Brasil está de parabéns porque nós estamos buscando esse disciplinamento do todo de uma forma célere, de uma forma técnica.

Não estaremos e nenhuma nação do mundo estará isenta a um apagão, porque um apagão ele pode ser circunstancial [soa a campainha], ele pode ser motivado por diversos fatores, inclusive fatores alheios à segurança que, atentados, por exemplo, mas os efeitos dos apagões é que podem ser minimizados, porque exatamente como V. Sa. falou, os bloqueios e proteções para que aquela coisa não se [ininteligível].

Eu parabeno V. Sa. e saio daqui enriquecido com a forma e a abordagem que V. Sa. nos trouxe. Meus parabéns e obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Professor, algum comentário? Dois minutos.

SR. EVANDRO EMÍLIO SOUZA LIMA: É, eu gostaria só de fazer um comentário, que é uma mensagem minha.

É o seguinte: nós temos que investir em confiabilidade. Agora, de uma maneira equilibrada. A gente sabe que ganhando confiabilidade a gente vai gastar mais para ganhar maior confiabilidade.

Agora, se lembrar desse exemplo dos Estados Unidos. Eles lá, empresas privadas, eles há 40 eles sustentam o NERC. Há 40 anos eles sustentam o NERC. Então, para eles vale a pena, e eu acho que aí é questão da sociedade, aí é questão... O consumidor, a Justiça é célere. Os prejuízos... Só os prejuízos da Califórnia [soa a campainha] foram da ordem de três bilhões de dólares num desses blecautes.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu passo a palavra, agradecendo as considerações feitas pelo Professor Evandro Emílio Souza Lima. Eu passo a palavra ao Dr. Jorge Miguel Samek, Diretor Geral da Itaipu binacional.

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Bom dia. Muito obrigado. Eu quero que as minhas primeiras palavras sejam de cumprimento à Comissão. Eu quero cumprimentar a todos os Srs. Senadores e em especial o Presidente Fernando Collor que teve a oportunidade de inaugurar a 18ª unidade geradora em Itaipu no dia 6 de maio de 1991, foi a primeira fase de Itaipu, que agora em 2007 se completou com as duas últimas unidades geradoras.

E o nosso Senador Eliseu Resende, que todos aqui, quem atuam no setor elétrico, sabem que ele foi o salvador do setor elétrico. O setor vivia uma pane extraordinária num determinado momento histórico do nosso país, tem uma lei famosa, a Lei Eliseu Resende, que restabeleceu todos os procedimentos num grande encontro de contas e que nós de Itaipu somos eternamente gratos a sua atuação.

Srs. Senadores, senhoras e senhores eu rapidamente vou fazer uma exposição. Pode passar. Passa, passa. Aqui.

Essa é a nossa geração de Itaipu, peguei desde os últimos dez anos. Esse ano de 2008, o ano passado nós batemos o recorde mundial, que já era nosso, tinha sido atingido em 2000, o ano do pré-acionamento. E nós, no ano passado, superamos essa marca.

Para esse ano, nós iremos ficar na casa dos 92 milhões de megawatts/hora. Não vamos conseguir suprir a produção do ano passado, por quê? Porque o sistema está trabalhando com muita folga. Nós estamos vivendo os melhores 20 anos do ponto de vista hidrológico. Nossos reservatórios estão numa situação

absolutamente tranquila do ponto de vista de produção de energia.

Sul completamente cheio, Sudeste, para essa época do ano, numa situação quase cheia, Nordeste numa situação excelente e o Norte começa a se restabelecer em Tucuruí a partir da agora, mas estamos ultrapassando 50% da capacidade do reservatório. Tanto que o conjunto das termoeletricas no Brasil estão, basicamente, quase todas desligadas. Elas funcionam como se fossem um estepe, entram em operação quando tem *stress* hídrico ou um problema na geração. Como não estamos tendo um problema de *stress* hídrico, nem problemas de geração, elas estão ali como um seguro.

E isso tem uma excelente notícia, que, possivelmente, para o próximo ano, vamos ter uma energia bem mais barata, que a energia a gás, a partir do momento do impulsionamento dessas termoeletricas, elas saem mais cara. E com a valorização do real também em relação ao dólar, a energia de Itaipu ficou mais barata em todo o ano de 2009, que vai repercutir na tarifa de 2010. Por favor.

Esse eu peguei porque está se falando muito, desde que ocorreu esse blecaute, que está tendo uma superprodução, que Itaipu foi demais demandada, etc. e etc. Eu estou pegando o mês de setembro, o mês de outubro e mês de novembro, são os três meses que eu peguei para demonstrar que a demanda que o Operador Nacional do Sistema está fazendo sobre Itaipu está exatamente menor do que ocorreu em 2000, menor do que ocorreu em 2003, menor de que ocorreu em 2007, está na média, estamos num processo absolutamente normal da nossa atividade, com um problema: estamos deixando, podíamos estar gerando mais aquela parte em amarelo, não é amarelo, eu não sei que cor que é aquilo, mas é um marrom, aquela partes toda nós estamos com vertida turbinável.

O que é isso? Vertido turbinado? Temos máquina, temos água, mas o operador nacional do sistema não está nos demandando. Possivelmente deve ter energia mais barata no Brasil em outras áreas, que o Operador Nacional do Sistema faz esse despacho, através de preço e obviamente verificando a questão hidrológica.

E aí, nós poderíamos estar produzindo naquela escala lá em cima, mas infelizmente estamos com esse processo, que podíamos estar produzindo mais e estamos vertendo essa água. Por favor.

Esse é o suprimento no Mercado Brasileiro. Veja que no ano de 97 foi o ano que nós representávamos 26%, foi o momento mais intenso da participação de Itaipu. Esse 33 lá é a participação no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste. É muitos ovos na mesma ces-

ta. Nós já representamos 33% da participação nessa região importante do Brasil e naquela época 26% de todo o consumo de energia elétrica do Brasil. Porque o sistema é todo interligado.

Ele fica... À medida que novos empreendimentos estão entrando em operação, diminui a nossa importância do ponto de vista de geração. Itaipu vai continuar sendo a maior geradora do mundo. Não tem três gargantas, não vai ter nenhuma outra usina que vai conseguir gerar energia nessa quantidade, porque nós recebemos água de 44 usinas que estão a montante de Itaipu.

Todas as águas do Rio Grande, do Parnaíba, todas as águas do Tietê, todas as águas do Paranaapanema, todas as águas dos rios Ivaí, Piqueri, Tibagi, do Pantanal Sul Matogrossense, as águas do Lago Paranoá chegam em Itaipu.

Essa posição extraordinária nos dá essa condição dessa produção intensa de energia. Nós temos um caudal basicamente permanente de produção. Você vai em três gargantas, ela serve também para fazer o problema de degelo, serve para fazer proteção de enchentes e assim por diante.

Nós, não. Estamos numa localização extraordinária, e à medida agora que o Rio Madeira entrar em funcionamento, na sequência Belo Monte, depois Tapajós e mais essa centena de hidrelétricas menores.

As termoeletricas de cana, as termoeletricas a gás, carvão, Angra 3, a nossa representação vai diminuindo e a partir daí, mesmo com um incidente dessa natureza, dessa monta e dessa magnitude, não ocorreria blecaute no Brasil. Então a ampliação dos investimentos, novos empreendimentos dá uma segurança energética muito grande. Por favor.

Isso aqui é o que nós mais nos orgulhamos. Itaipu tem como marca registrada e digo isso desde o início da sua operação, não é mérito dessa gestão, muito pelo contrário está no DNA da empresa é o trabalho permanente diário contínuo de manutenção. O nosso índice de disponibilidade das máquinas, as máquinas estão sempre prontas a fornecer energia. Isso se faz como na aviação, aquilo é determinado. Não se brinca com isso tem que parar, para executar a manutenção, temos hoje uma expertise.

Aliás, diga-se de passagem, o Brasil é considerado o país, hoje, em hidrelétrica o nº 1 é a ponta do mundo. Pode passar. Passa... Esse é do dia 10, passa para o de ontem, passa senão eu vou demorar, que eu tenho só dez minutos, vai mais um.

É o seguinte: eu tenho dois grandes modos de gerenciamento. Diariamente, às oito horas da manhã eu tenho esse boletim na minha Mesa, peço desculpas

de não ter trazido o de ontem, porque eu vim para cá e eu peguei o de anteontem.

O que é isso? Nos dá uma radiografia, uma tomografia do que se passou nas últimas 24 horas. Nós recebemos 15 mil e 800 metros cúbicos, metros cúbicos, por segundo de água, turbinamos, ou seja, produzimos energia com 10 mil e vertemos essa sobra, a que eu me referia, essa sobra que eu me referia exatamente está... Veja, se nós tivéssemos mais nove unidades em Itaipu, nesse momento teríamos condição de produzir mais.

Claro que são fatos que não ocorrem de forma contínua, por isso que foi feito um projeto com a dimensão de 14 mil, quanto tem a jusante, quanto tem a montante, a queda, a produção por máquina, as máquinas estão disponíveis, temos 19. Aqui esta essa aqui, a unidade 9-A entrou desde anteontem, ontem, aliás, em manutenção, volta no dia 18, os principais destaques, pode passar, que ocorreram no dia, destaque de operação a cada instante. Qual foi o maior momento de intercâmbio que tivemos com a Eletrobrás, o maior intercâmbio com o Paraguai com a ANDE os destaques em perspectiva, quanto que vamos continuar recebendo de água, e fazemos um monitoramento diário como é que estão os reservatórios à montante da usina.

Isso eu iniciei me referindo a 70 no Sudeste, quase 98 no Sul, Nordeste com 60%, acima de cinquenta, e Norte acima de 50.

E, por último, nós tínhamos, antigamente, o que chamávamos de mecanismo, era o antigo MAE, que hoje se chama Câmara de comercialização de energia, essa energia que se vende no mercado livre, já há mais de dois meses, talvez estamos indo para três meses, estamos vendendo pelo preço mínimo.

Está sobrando energia no Brasil. O preço de operação na Câmara de comercialização está 16 reais e 31 centavos por megawatt /hora. Para vocês terem uma idéia, em janeiro de 2007 esse preço estava em quase 700 reais. Pode seguir, por favor.

Esse é um outro dado importantíssimo, está na Internet; diariamente se faz o acompanhamento do sistema elétrico brasileiro como um todo. O sistema elétrico aí não importa se a usina é federal, se é estadual, se é particular, o sistema elétrico brasileiro é operado pelo imperador nacional do sistema. No dia de ontem, anteontem, nós estávamos, olha, aí, soma isso aqui, 77 com mais 17, 95% de toda a produção de energia elétrica do Brasil, tinha origem hidráulica, origem limpa, renovável.

Em que pese, olha, a nuclear com 2% em 91, as termas convencionais, algum carvão no Rio Grande do Sul e outras a gás, e o sistema isolado com uma participação diminuta e a eólica com isso aí. Então, por

mais que na nossa matriz energética o setor elétrico corresponda com pouco mais de 75%, está tão boa a folga hidrológica que estamos abastecendo 95% e é uma energia limpa e mais barata. Pode passar.

Esse sistema é todo interligado, vocês vejam que o Sul está com uma sobra grande de produção de energia, manda para o Sudeste, nossa energia de Itaipu toda vai para o [ininteligível], faz a distribuição. O Norte, neste momento, está quase empatando. Dentro de mais dez dias, Tucuruí já vai estar produzindo mais do que o Norte necessita, vai estar mandando energia para o Nordeste, enquanto ele manda para o Nordeste, o Nordeste recupera Sobradinho e todos os seus demais reservatórios, e assim o sistema elétrico brasileiro vai se conduzindo. Pode tocar. Passa esse aí que eu já falei, esse é o que nós estamos deixando de turbinar e podíamos estar produzindo. Passa, passa, pode passar. Passa.

Isso aqui é uma coisa que é fantástica porque isso que é o sistema interligado brasileiro. Senador Paulo, o senhor dá uma olhada, Paulo Duque, nós estamos com 98% hoje do mercado interligado. É impossível dizer se essa energia aqui é de Itaipu, se é da CEMIG, se é da COPEL, se é de Furnas, se é da ELETRONORTE, se é da ELETROSUL, se é de Xingó, não temos como isso aí, ela está interligada e o operador vai colocando.

Uma capacidade instalada de 101 mil megawatts, com quase já 95 mil quilômetros de linhas e uma importação que é a parte de Itaipu, aonde o Paraguai não usa aquela energia produzida, obrigatoriamente, pelo tratado, o Brasil adquire. Pode passar, Tozzi(F).

Isso aqui é para se ter uma ideia do que representa o nosso sistema. Se você colocar ele em cima do mapa da Europa, temos discutido e recebemos muitos europeus, muita gente da União Européia, o nosso sistema no Brasil sobreposto na Europa, vai de Lisboa, passa de Varsóvia, cobriria Budapeste à Londres. É disso que nós estamos falando, são mais de 95 mil quilômetros de transmissão. Quando vamos para a parte de distribuição, nós temos, hoje, 4,5 milhões de quilômetros de linha. Pode tocar.

Isso aqui é o que diferencia o Brasil do resto do mundo. Nossa hidro tem que somar 77 mais a importação que é da Itaipu, veja essa aqui é a matriz de oferta, mas eu mostrei a pouco, ontem nós estávamos produzindo com 95%, nós estamos com folga e a nossa produção do ponto de vista de carvão, de biomassa e gás, estão em *backup*, sem necessidade de utilização.

Quer dizer, o empresário brasileiro, o industrial brasileiro, aquele que quer fazer investimento, pode

fazer, porque por falta de energia não vai ter problema. Pode tocar.

O que equivale isso? Estamos iniciando Copenhague. Se nós não tivéssemos Itaipu nós teríamos a necessidade para produzir a mesma quantidade da energia elétrica, se fosse através de petróleo como é na Europa, como são em vários países, teríamos uma necessidade de 513 mil barris dia, um gás bom, meio, 47 milhões de metros cúbicos de gás. Isso que representa Itaipu.

Mas olha o que acontece em termos de emissões. Essa utilização de Itaipu nós evitamos 85 milhões de toneladas ou 37 milhões se fosse por gás, 85 se fosse produzida por carvão que é a principal fonte energética na Rússia, na própria Europa e assim por diante. A produção do Brasil, pode tocar, isso não importa, pode tocar, pode tocar.

Eu quero dizer o que ocorreu também, porque no dia 10, aliás, tem acontecido já desde três meses atrás, fenômenos com o *El Niño*, quando vem o *El Niño*, não é *La Niña*, são períodos de intensas chuvas. Então os próximos cinco anos, podem se preparar, serão anos de chuva acima da média. Há um aquecimento do oceano, isso repercute.

Nesse dia 10, em Foz do Iguaçu, essa é a estrada que liga para Itaipu – passa rapidinho, Tozzi(F) -, olha aqui, você não conseguia chegar às cinco da tarde, olha o tamanho das raízes, árvores de 40, 50 anos, derrubaram e caíram como se fosse boliche, cinco ou seis em série. E eu trabalhei a madrugada inteira do dia 10, na absoluta convicção de que havia caído torres, como já aconteceu várias vezes.

Eu falei: “Ô, deve ter dado um tornado, esse vento que veio da Argentina, e subiu Brasil acima, estamos aí refletindo isso em São Paulo, dias atrás no Rio Grande do Sul, dias atrás do Acre, no Piauí, enfim, grandes precipitações de vento, de chuva, e de precipitação atmosférica, grande quantidade de raios, é um problema para nós.

E nesse dia, no horário que aconteceu o incidente, foi 10 horas e 13 minutos. Nesse exato momento, ali nós estamos às 10, às 10h15, tem que tirar duas horas, porque é *Greenwich*, vocês vão ver o que ocorreu. Olha Itaberá, isso não é um dado da Itaipu; Itaberá, desculpe, eu não sou muito bom. Aqui, olha, isso aqui é onde ocorreu o problema. Olha, Foz de Iguaçu não tinha raio, Campo Grande pouquinho, mas, acima de Londrina, e olha o que aconteceu em Itaberá, Curitiba uma cruzinha, olha a quantidade que nós tivemos de descarga atmosférica que interfere, sim, no processo da produção. Uma quantidade de 50 raios por cruzinha, uma quantidade intensa. Eu até nem sabia, mas o Brasil é o país que mais recebe descarga atmosférica

do mundo, e o Estado de São Paulo diz que é o que mais recebe do Brasil. Pode passar.

Olha, o que eu fiz também? Trouxe para os senhores as principais perturbações que já ocorreram em Itaipu desde 94 para cá, já é a quarta vez que cai o sistema inteiro, por proteção. Na minha gestão, eu estou há sete anos, eu vou fazer sete anos agora em Itaipu, é a primeira vez que ocorreu a paralisação das 18 unidades, rodamos em vazio.

Não teve problema nenhum em Itaipu, não foi problema de geração, mas por proteção e por problema do curto-circuito, acabamos gerando em vazio um bom período. E com um processo de recomposição extraordinário. Doze minutos depois, Paraguai já estava funcionando, o Sul não apagou, eu não sei porque colocam na conta dos 18 Estados, isso não é verdadeiro. Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul não teve nenhum problema, o problema ocorreu depois de Ivaiporã, o Sul estava super... Estava produzindo a mais do que a sua necessidade, não teve interrupção no Sul do Brasil. Recompusemos imediatamente, o operador começou de novo a nos solicitar e a cada hora, gradativamente, eu tenho ali na frente, fomos recompondo, mas aqui estão.

Primeira grande perturbação eu coloquei em vermelho, apesar que está errado, porque no dia 02 de novembro de 97, os senhores podem ver, desculpa Presidente, aqui ó, caiu todas as linhas de 60, depois tivemos, pode tocar, vai passando. As que estão em vermelho foram as vezes em que saiu Itaipu totalmente.

No dia 11 de março de 99, perda de uma barra na subestação da Bauru a que o professor se referiu, também fez com que nós saímos da produção. Depois... Porque a proporção é tão grande da produção da Itaipu, quando ocorre problema na transmissão e aí para Itaipu, o sistema todo cai, apesar do ilhamento, isso que ele falou também, o professor falou, funcionou.

A Região Norte, a região Nordeste e a Região Sul ficaram ilhadas, a recomposição foi muito rápida, porque que teve um pequeno problema para o Nordeste, por quê? Porque o Nordeste estava recebendo energia do Sul nesse sistema todo interligado, e aí óbvio ao estar recebendo e ter um curto-circuito não se possibilitou mais mandar.

Mas, de imediato, em 48 minutos o Nordeste já voltou a funcionar, Xingó, todas as outras grandes, Paulo Afonso e tal, entraram em operação rapidamente e recompuseram o sistema. Norte a mesma coisa e o Sul a mesma coisa. O problema ficou restrito, forte, na região de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esses foram os três grandes Estados afetados por esse processo.

Mas vejam, nós temos tido vários e vários, que eu só peguei as principais perturbações, ninguém no país não percebe. Nós em janeiro caiu todas as linhas de 60 hertz, metade da produção de Itaipu. Eu tenho mais cinco? Metade das linhas e não apagou um foco, imediatamente o sistema está [ininteligível] e faz a substituição.

Agora, quando saí todas as linhas aí efetivamente o sistema brasileiro tem esse problema que nós tivemos. Pode tocar. Toca.

Esse aqui, para mim foi assim, se eu fosse um professor, eu daria nota 9,5 pelo restabelecimento do sistema, pela rapidez. Mostrou a robustez do sistema brasileiro. Nós em três horas e meia, média, estávamos com tudo funcionando e veja, tivemos problemas às 22 horas e 13 minutos. Na madrugada, a diminuição da produção nossa, da energia diminui muito no Brasil, mas quando todo mundo acordou o sistema estava completamente restabelecido.

E se formos pegar as grandes perturbações que ocorreram no mundo, vocês vão ver que o período para botar de novo o sistema em pé, Nova York e aquela vez nos Estados Unidos com o Canadá foram 26 horas, quatro dias, quando teve, aliás, esse de Nova York e Canadá foram quatro dias para restabelecer.

Outra vez que ocorreu lá um problema em Nova York foram 26 horas. A Itália teve um problema e atingiu uma quantidade também enorme de pessoas, levou 24 horas e nós em 3 horas e 30 minutos em média, estávamos com o sistema restabelecido. Por favor.

Não houve falha, já falei, todas estavam em operação continuavam disponíveis, foi fechada, pode passar, pode passar, recomposição.

Entfim, estamos num procedimento absolutamente muito bom do ponto de vista do sistema elétrico brasileiro. Isso é uma conquista de gerações de brasileiros.

Querer criminalizar o setor elétrico é um desserviço ao país. Eu recebo semanalmente visitas de todas as partes do mundo. Essa semana que passou, o Presidente da Usina de Três Gargantas estava lá nos visitando.

Quando você mostra como é que é o sistema brasileiro, essa interligação, hoje os Estados Unidos querem fazer isso a Europa querem copiar, nós somos vanguarda do processo.

Então, houve o problema, não tem... Vai ter novos, não vou dizer que não vai ter. A possibilidade de ocupar esse mesmo raio no mesmo lugar é quase impossível, mas não impossível, nós temos mil quilômetros de linha de transmissão. Três quilômetros elas têm que se juntar para entrar na subestação, é o lugar de maior cuidado. Ali é que se cuida, foi ali que aconteceu o problema.

Estive agora nessa semana que passou no Rio de Janeiro, em Adrianópolis, fica no Município de Nova Iguaçu, tem um grande problema do CEPEL, ali não paralisa as pesquisas, é de forma permanente. Está se trabalhando a tempo para cada vez mais solidificar esse processo, ter cada vez mais garantias e mais solidez. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Parabéns ao Dr. Jorge Miguel Samek pela sua exposição, muito obrigado. Por ordem de inscrição—

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Eduardo Supply.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, eu preciso pedir desculpas, mas eu vou tomar o avião às 11h00 para Foz de Iguaçu e gostaria até de transmitir ao Diretor-Geral de Itaipu, Jorge Miguel Samek, eu estarei participando ali da reunião anual da ANPEC, a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação de Economia, que me convidaram para expor sobre a renda básica de cidadania. E, portanto, eu não terei condição [ininteligível] sair de pronto.

Quero cumprimentar o Professor Evandro Emílio Souza Lima, ao Diretor Presidente da Empresa de Planejamento de Energia, Márcio (sic) Tiomno Tolmasquim e transmitir o meu abraço e os meus cumprimentos aos três e em especial ao meu colega e amigo, Jorge Miguel Samek, se por acaso eu estiver lá mais tarde ou até amanhã de manhã, eu gostaria de lhe fazer uma visita.

Então, Presidente, eu tenho que pedir desculpas, mas hoje eu tenho esse outro compromisso e cumprimento à V. Exa., ao Senador Eliseu Resende pela condução destes esclarecimentos.

Eu, certamente todos nós aqui, estamos aprendendo nesta sequência de depoimentos sobre o apagão, mas muito mais do que sobre o apagão, estamos aprendendo muito sobre o sistema de geração de energia no Brasil.

Eu ouvi boa parte da exposição do [soa a campanha] Professor Evandro e os cumprimentos, peço licença, Sr. Presidente, muito obrigado, os parabéns à V. Exa. e à Comissão pelo trabalho que está sendo realizado no diagnóstico do sistema energético brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Eduardo Supply, desejamos que o senhor faça uma boa viagem, e lamentamos que não possa, com o seu brilhantismo, continuar colaborando com os trabalhos da Comissão no dia de hoje.

Passo a palavra, em seguida, ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Agradeço Sr. Presidente e, na verdade, seria mais uma vez repetir que a cada dia que passa nós saímos enriquecidos dessas audiências.

E no tocante a exposição brilhante do Dr. Jorge Miguel Samek, eu saio daqui extremamente feliz, porque aquela verdade, ela chega de uma forma ou de outra. Só aquela frase de que, contrariando o que politicamente é dito, nós não tivemos o apagão nos Estados do Sul é uma lição.

O Brasil todo foi catequizado de que aquele apagão teria sido nacional, eu estou na Paraíba e na Paraíba não houve apagão, mas ficava assim, achando que eu era uma ilha de exceção. E, na verdade, hoje nós temos aqui a constatação de que esse tal apagão nacional ele não foi nacional.

Isso é muito importante Presidente, porque nós vamos pouco a pouco, em busca da verdade, em busca dos esclarecimentos técnicos e na verdade constando e fazendo com que desmorone, a cada dia, uma bandeira indevidamente usada, que é uma bandeira política, em função de ocorrências extremamente técnicas e meteorológicas. Então eu saio daqui extremamente feliz pela verdade.

Em segundo lugar, eu também saio feliz em função da matriz energética brasileira. Eu estive a pouco mais de 20 dias no Japão, e o Japão que é um exemplo de nação bem administrada, eficiência japonesa a excelência japonesa é incontestável, mas eles têm uma fragilidade muito grande na sua matriz energética, completamente diferente do modelo brasileiro.

Por isso que eu acredito que, na verdade, tudo isso que se fala que o Brasil será uma das cinco potências mundiais, esse nosso acontecimento de sermos uma dessas cinco potenciais mundiais, sem dúvidas, está prestes a acontecer e uma das razões é exatamente essa matriz energética.

Outro aspecto que me faz também sair daqui muito feliz é a constatação que V. Sa. fez, de que o Brasil é o primeiro lugar no mundo em competência, em eficiência na geração de energia hidroelétrica.

Eu, quando era jovem, assistia os exemplos norte-americanos, Canadá, muitos técnicos brasileiros saíam para o Canadá para fazer suas Pós-Graduações é tal, exatamente para se mirar em modelos mais avançados.

Hoje, V. Sa. constata que o Brasil é o primeiro lugar no mundo nessa qualidade de energia que, sem dúvida, em termos de custo x benefício, em termos de não poluição é extraordinária.

Mas, exatamente me acostando a essas constatações, V. Sa. apresentou o mapa da produção de Itaipu e se verifica uma estabilização nos últimos dez anos em termos de capacidade. E um surgimento de outras matrizes energéticas e de outras unidades geradores, saindo Itaipu de 33% para 25% no tocante a Sul, Sudeste e Centro-Oeste e de 26% para 19% em termos da matriz energética brasileira como um todo.

Feitas essas constatações e esses registros, eu gostaria de fazer à V. Sa. duas perguntas.

Uma é se Itaipu tecnicamente tem algum projeto para sua ampliação. [soa a campainha] O que está previsto para que dentro dessa extraordinária localização que V. Sa. explanou que ainda hoje nós estamos até jogando água fora, fruto desse manancial de água, se existem projetos? E, na verdade, se nós próximos dez anos, essa pergunta é uma pergunta chave para mim, se nos próximos dez anos, se os projetos previstos e a matriz energética atenderá ao país. Porque as oposições fazem um terrorismo muito forte sobre que o Brasil estará lá na frente num apagão elétrico fruto da não previsibilidade de novas unidades, não investimento e tal.

Então, eu gostaria que V. Sas. nos esclarecesse e aproveitasse a oportunidade que V. Sa. está falando para o Brasil todo através da TV Senado, para esclarecer à população o que existe em termos de planejamento estratégico na geração de energia a nível de Brasil.

Muito obrigado e parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Dr. Jorge Miguel Samek, cinco minutos para a resposta, por favor.

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Primeiro, só mais um dado: até agora, o Brasil só usou 1/3 do seu potencial hidráulico; temos 2/3 a serem utilizados.

Segundo, o modelo é feito sempre levando em consideração as últimas cinco décadas de regime pluviométrico. Então, Itaipu está na totalidade da sua capacidade, não vai ter a 21ª turbina ou o gerador, unidade geradora.

Esse ano é um ano excepcional, como eu espero que será o ano que vem e o outro, enquanto está o *El Niño*, mas também já passou, três, quatro, cinco anos, sem passar uma gota pelo vertedouro.

Então a capacidade mediana, medida de todos esses rios que compõe a bacia do Paraná, essa água que nós recebemos do Centro do Brasil para baixo, levou a fazer um projeto nessa dimensão.

Então nós estamos na totalidade da capacidade mostrada por esses estudos. O maior *stress* hídrico

que o Brasil viveu foi nos anos de 51, 52 e 53. Foi a maior seca registrada na história do Brasil, isso nesse momento que se discute muito, a questão climática, Copenhague, tem que se levar isso em conta.

Quer dizer, do ponto de vista da utilização dos campos, dos cerrados, da agricultura e etc., haver e a se verificar com a questão ambiental. Isso é outro debate, obviamente que tem essa interferência humana, mas também tem que ser relativizado, porque a maior seca que ocorreu no História do Brasil foi no ano de 51, 52 e 53.

Sobre a sua segunda pergunta, Senador Roberto Cavalcanti, está aqui o maior especialista em planejamento do Brasil, que é o Professor Maurício Tolmasquim, que foi o Vice-Ministro de Minas e Energia, fundou a empresa de planejamento energético, tem todos esses dados. Seria um atrevimento meu querer falar sobre o que acontecerá nos próximos dez anos.

Então, se o senhor me permite, Senador, eu gostaria que na explanação do Professor Maurício Tolmasquim, ele tem muito mais condições, ele está muito mais gabaritado para fazer essa resposta

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Roberto Cavalcanti, algum comentário a fazer sobre as respostas do Dr. Jorge?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não. Na verdade, eu me sinto atendido nas respostas e como cidadão brasileiro, independente de ser Parlamentar, eu passarei o fim de semana tranquilo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone] Roberto Cavalcanti que é uma surpresa no Senado, agradável surpresa, ele já fez algumas perguntas que eu gostaria de ter feito à V. Exa. Mas eu ainda quero, antes de dispensar, que me esclarecesse sobre um assunto que está me... Itaipu pode ser ampliada em termos de usina, pode ser ampliada, ou não precisa mais ser ampliada, não deve ser ampliada? Qual é a sua opinião?

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Ela, se formos observar hoje, e foi interessante que, em janeiro, eu recebi a visita do Presidente da Alemanha, não da primeira Ministra, o Presidente. E nós estamos vertendo, não como ontem, inclusive nós estávamos vertendo metade do que está se produzindo, nós estávamos vertendo três mil metros cúbicos por segundo.

Ele pegou e falou: "Mas, por que vocês não utilizam a capacidade toda?" Eu falei: "Presidente, os nossos técnicos são muito bons. Se a gente não fez um

projeto maior é porque, economicamente, se fizesse maior, pelos índices pluviométricos que se observa nos 50 anos, nós fizéssemos na capacidade máxima. E a capacidade máxima é 14 mil megawatts de potência instalada, com funcionamento de 18 unidades de forma permanente".

Então, nós estamos naquele benefício total que podemos usufruir dessa beleza que é o Rio Paraná, e com a grande vantagem, não é, Senador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Já é a maior do mundo, mas com a grande vantagem de termos essas águas reguladas. Nós temos uma caixa de água, uma casa com 44 caixas de água. Cada usina, tipo Furnas, Marimbondo, e vem vindo, Três Marias, todas essas usinas, as dos Parapanema inteiro, tem seus reservatórios, alguns maiores e outros menores, toda essa água obrigatoriamente tem que chegar em Itaipu. Nós temos 29 bilhões de metros cúbicos nos nossos reservatórios. Isso daria para cada habitante do planeta 5 mil litros de água, esse é o nosso reservatório, mas que se renova a cada 33 dias.

A cada 33 dias, essa água continua, vai em direção a Buenos Aires e se renova, temos um amplo programa de proteção florestal. Fizemos toda a recomposição da mata ciliar, desde Guaíra a Foz do Iguaçu. Temos 110 mil hectares de área plantada, uma série de programas ambientais que chama Programa Cultivando Água Boa.

São 108 ações ambientais e que nos dão essa capacidade extraordinária de Itaipu produzir tanta energia e, ao mesmo tempo, fazer esse binômio da produção de energia, da geração de emprego e renda, mas também da preservação do meio ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Como é que está o relacionamento político entre o país Brasil e o país Uruguai; Uruguai e Paraguai?

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Está... Do ponto de vista da usina?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Da usina.

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Zero problema.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não há problema?

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Não temos problema, temos um bom relacionamento. Temos conversado de forma permanente e passamos por um grande teste, que depois de quase 60 anos do Partido Colorado do Paraguai, quer dizer a usina inteira foi construída durante a vigência de um Partido, depois toda a sua...

Além da execução da obra, a sua... O período de estar produzindo energia e o Paraguai sofreu um grande teste, ganhou um Presidente de uma outra agremiação partidária.

Obviamente que é o principal empreendimento do Paraguai. Para vocês terem uma idéia, Itaipu hoje vale 60 bilhões de dólares. Portanto, metade é paraguaia é um empreendimento que tem um valor ali de 30 bilhões de dólares [soa a campanha]. E o PIB paraguaio é 11 bilhões de dólares, quer dizer, é o principal empreendimento do país.

Nós passamos de *royalties*, cessão de energia, enfim, dotamos o Paraguai de energia para os seus próximos 30, 40, anos, é o único país do mundo que não vai ter que gastar um centavo com geração de energia.

Então, foi um grande negócio para o Brasil e para o Paraguai. E a nossa relação está ótima, com os últimos encontros que tiveram entre o Presidente Lugo com o Presidente Lula, se fez uma série de entendimentos que passarão aqui pelo Senado da República, pelo Congresso.

E isso ajuda tudo nesse processo de integração. Nós queremos uma América Latina cada vez mais unida e no setor energético vai chegar um momento que nós vamos estar todos interligados, porque isso melhora o sistema. Os regimes hídricos são diferenciados para o Brasil já é uma beleza. Imagine quando a gente interligar no todo.

Agora, é um processo a ser construído.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É um processo a ser construído?

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A partir do zero?

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Não, não, já está... Já andamos muito. Metade da caminhada já está feita, Itaipu é o exemplo maior disso, são dois países produzindo essa enormidade da energia.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, eu felicito V. Exa. por ter chamado essa equipe maravilhosa para a exposição de hoje.

E também o Professor Jorge Samek por ter vindo aqui com seu otimismo, com sua explicação clara e mostrando a verdade que estava sendo muito dilapidada, por muita gente e por muito noticiário despreparado e falso.

Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Paulo Duque.

E, em seguida, passamos a palavra ao Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da EPE – E.P.E. -, melhor dizendo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E.P.E.?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E.P. E.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O que significa?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Empresa de Pesquisa Energética.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Empresa de Pesquisa Energética. Obrigado.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Eu queria saudar aqui o Senador Collor, dizer que é uma honra estar mais uma vez nessa Comissão. Saudar o Senador Eliseu Resende, o Senador Paulo Duque, o Professor Evandro, meu caro amigo Samek, que hoje dirige Itaipu de maneira brilhante e é o grande responsável pelas boas relações entre o Brasil e o Paraguai.

Mais do que um grande dirigente de Itaipu, ele é um verdadeiro Embaixador do Brasil com o Paraguai. É uma pessoa que... respeitadíssima lá no Paraguai e que tem trabalhado muito em prol dessa relação.

Eu vou rapidamente falar sobre o setor elétrico e sobre a expansão do setor elétrico. O próximo, por favor.

O sistema elétrico nacional, o Brasil é um país continental, ele está dividido em algumas regiões, a Região Sul, a Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e o Norte. Nós vemos que o grande reservatório do Brasil aonde está concentrada 69% do estoque de água e, portanto, de energia hidroelétrica do Brasil é na Região Sudeste e Centro-Oeste, e as outras regiões elas atuam articuladamente com essa região. Próximo por favor.

Eu queria mostrar nesse gráfico, isso aqui é a energia afluyente que entra nas usinas. O que nós podemos ver? A cor vermelha é a hidrologia da Região Sul. As demais curvas é a afluência natural nas outras regiões. O que nós vemos? Quando a hidrologia está boa nas demais regiões, ela está baixa na Região Sul e vice-versa, quando as demais regiões está baixa está boa na Sul.

Ou seja, a gente tem regimes hidrológicos diferentes entre as regiões. Então, o que nós construímos no Brasil? No Brasil, nós construímos um sistema cooperativo, invés de cada região atuar por si, nós fizemos um sistema que uma região quando está sobrando água, ela manda energia através das linhas de transmissão para outra que está faltando. E no outro período a outra manda de volta.

Dessa maneira, o que acontece? Nós precisamos menos capacidade instalada de geração e o consumidor paga menos tarifa, por quê? Se cada região do Brasil fosse funcionar de maneira autônoma, nos momentos que a hidrologia está mais baixa, a gente tinha que quer ter plantas funcionando. No período que a afluência estivesse mais alta aquelas plantas estavam paradas à toa. Então a gente tinha que fazer um investimento enorme.

Para evitar isso a gente fez um sistema que é único no mundo. É um sistema único no mundo, que é coordenado de maneira centralizadamente. E eu acho que todo o brasileiro uma vez na vida deveria ir... Aqui em Brasília tem um centro, que é o Centro do Operador Nacional do Sistema, que é espetacular. Tem... É cheio de computadores, você tem o Brasil todo, como se fosse uma sala de guerra; todas as usinas do Brasil em tempo real, ele está lá, vendo. Essa funciona, essa para, essa funciona, essa para.

E ele controla o Brasil todo e otimiza todo o despacho elétrico. Nessa magnitude que tem no Brasil, eu não conheço em outra parte do mundo. É uma coisa única, desenvolvida por nós brasileiros, o pessoal vem aqui e fica boquiaberto, é uma coisa espetacular desenvolvido aqui no Brasil. E mais, a próxima.

O que é interessante também? Aqui é o período de maior seca que teve no Sudeste o período de maior seca na história no Sul e nós vemos o quê? Vemos que eles se deram em períodos diferentes. Então, também o fato da gente ter as regiões interconectadas traz segurança, porque se uma região está com problema o que acontece? A outra vai em socorro.

Em 2001, na época do racionamento, o que aconteceu? Nós tínhamos água sobrando no Sul e o Sudeste estava em racionamento. O Sul poderia ter ajudado o Sudeste. Por que não ajudou? Porque faltou investimento em transmissão. Não tinha, naquela época, na década de 90, investimentos em transmissão suficiente.

Eu vou mostrar a seguir o grande investimento que esse governo fez, o Brasil fez a partir de 2003, no sentido de sanar esse problema e aumentou enormemente a cooperação entre as regiões, porque construímos muitas linhas de transmissão. Próximo.

Então nós temos um Brasil que é interconectado, 90 mil quilômetros de linha. Como o Samek mostrou quando, a gente plota o mapa, esse sistema interligado brasileiro sobre a Europa, se a Europa tivesse o sistema interligado brasileiro, Portugal poderia vender energia para a Rússia, eles não chegam nem de longe, eles não têm isso, eles não têm como fazer isso.

Então é, quer dizer, é uma coisa espetacular a gente, o sistema que a gente conseguiu botar aqui no Brasil. Próximo.

Agora, é claro que essa interconexão faz com que nosso sistema seja mais complexo, é claro. E é claro também que a gente precisa de maior investimento em transmissão, se a gente tiver só termoeletrica, é claro que você traria menos investimento. Então, você por um lado tem mais complexidade e mais investimento. Por outro você reduz a necessidade de capacidade de geração.

Se estima que se nós não tivéssemos um sistema interligado, nós teríamos um capacidade instalada, no Brasil, 12 a 20% maior. Imagina a tarifa que seria para o consumidor. Então, o fato de funcionar interligadamente reduz a questão; reduz custo e pode usar a energia hidroeétrica, que é muito mais barata. Próxima por favor.

Bom, então a gente tem uma matriz que basicamente é hidrelétrica, que tem esse menor custo e a transmissão permite então trazer energia lá de longe até o centro de carga, as térmicas estão mais próximas ao centro de carga, mas são mais caras e tem a questão da poluição.

Alguma térmica a gente tem que ter, porque, é claro, a gente em algum momento não pode ficar só dependendo da afluência hidrológica e ela fica lá paradinha e para o momento de aperto hidrológico, você liga ela, mas a maior parte de tempo ela está parada ali, em *stand by*.

E você tem as fontes alternativas que devem ser usadas estão sendo aumentadas, a gente está fazendo agora um leilão de eólica, que vai ser um leilão muito grande, mas que tem a questão também da variabilidade. Os ventos você tem 30, 35 do tempo, então você tem que ter outras fontes que são fontes mais contínuas. Próxima, por favor.

Teve uma grande diferença, tentaram fazer uma grande confusão, racionamento e blecaute, que foi o que aconteceu. Eu queria chamar a atenção dos senhores que o que aconteceu agora não tem nada a ver com a tragédia que aconteceu nesse país entre 2001 e 2002.

O que aconteceu em 2001 e 2002 foi devido a falta de investimento, tanto em capacidade de geração, que durante anos não acompanhou o crescimento da demanda, como falta de investimento em transmissão, que fez com que o Sul do Brasil não pudesse salvar o Sudeste com a energia necessária.

Agora, o que aconteceu foi um acidente pontual numa linha, num ponto que teve consequências, mas foi um acidente.

A duração do que aconteceu em 2001 e 2002, foram nove meses de racionamento, de corte de energia. Nós estamos falando do blecaute que ocorreu agora, um fato que durou 3 horas e 40 minutos, em média. Então, comparar esses dois fatos é, com as consequências, são totalmente distintas.

No racionamento de 2001 e 2002, se reduziu, se deixou de abastecer o equivalente a 75 mil gigawatts/hora. O que se deixou de gerar nessas poucas horas do blecaute foram 100 gigawatts/hora, ou seja, 750 vezes menos do que no caso do racionamento.

A estimativa do TCU é que o racionamento causou o impacto de 45 bilhões de reais, que eu acho que é uma estimativa, eu acho que bastante até modesta, porque os senhores se lembram, o Brasil estava em vias de voltar ao crescimento, estava em vias de retomar o crescimento e o crescimento foi abortado por aquela tragédia que aconteceu, a gente perdeu pelo menos dois ou três pontos percentuais do PIB.

Então eu diria 45 bilhões, já 45 bilhões o que aconteceu ali de noite, num certo... Teve transtorno? Teve. Mas não tem nem de longe a magnitude do que teve no racionamento.

Então, tentar comparar ou transformar o fato que aconteceu por um acidente por questões lá com uma questão que foi devido a anterior, que foi falta de planejamento e investimento e com causas enormes...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: E problema de geração, é uma questão de querer confundir a opinião pública. Alguém fazer isso só pode estar querendo trazer confusão para a opinião pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se eu bem entendi, em 2001 e 2002, o que aconteceu foi a falta da geração de energia.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Falta de geração, a gente não tinha...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Energia suficiente para atender a demanda.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Não tinha energia suficiente. Quer dizer, então o que aconteceu? Você tinha, teve realmente uma hidrologia mais baixa, mas como não tinha construído mais usinas, o que aconteceu? Na hidrologia... Se a gente tivesse construído mais usinas, mesmo com uma hidrologia ruim, nós não teríamos problema

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E agora--

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Agora, foi agravado ainda o fato que não se construiu usinas, mas também não se construiu linhas de transmissão.

Então, faltou investimento de geração e faltou em transmissão, o que fez com que o Sul do Brasil não pudesse ajudar o Sudeste. É claro que o Sul não poderia salvar, porque o caso foi tão grave o que aconteceu, que o Sul... Mas poderia melhorar a situação se a gente pudesse ter mandado energia para lá.

O que aconteceu agora, Senador, foi um acidente por... Que está sendo investigada as causas, pontual de uma linha--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E não teve nada a ver com... Havia energia suficiente para atender a demanda.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Hoje, nós temos, nossos reservatórios estão vertendo água, nós nunca tivemos reservatórios tão cheios, as termelétricas que estão, inclusive, desligadas, quer dizer, a gente tem uma capacidade de geração que não está sendo utilizada porque é excedente.

Então, quer dizer, não tem nenhuma comparação com o que aconteceu. Então, tentar trazer, comparar esses dois eventos e torná-los iguais é tentar confundir a opinião pública. Próximo por favor. Próximo.

Bom, nós, na década de 90, o planejamento foi destruído no país e nós retomamos o planejamento, por quê? Porque investimento em infraestrutura necessita visão de longo prazo.

Então, nós temos hoje o planejamento de longo prazo, que é o Plano Nacional de Energia, que é o plano até 2030, temos os planos decenais, que são refeitos a cada ano e esses planos indicam que linha que tem que ser construída, que usina que tem ser construídas e são feitos os leilões. Próximo.

Então, para se ter uma idéia, entre 96 e 2002, se houve um crescimento da oferta de cerca de 3 mil megawatts por ano. Entre 2003 e 2010, nós teremos o crescimento da oferta de cerca de 4 mil e cem megawatts ao ano. Próximo.

Foram feitos, além disso, uma série de leilões que garantem não só, quer dizer, além daquilo que foi construído, nós temos uma, estamos garantindo o futuro. Nós já temos energia contratada até 2014.

Então, nós estamos deixando para o próximo governo, já contratado usinas com licença, inclusive, que atendem as necessidades de crescimento do Brasil até 2014. Próximo. Próximo.

Na transmissão o planejamento é feito usando uma série de critérios mas eu queria, próximo, salientar um.

Qual o critério de planejamento? O critério de planejamento é um que é usado no mundo todo, que

a gente chama *N menos 1*. Ou seja, a gente planeja o sistema que, de tal maneira que ele deva operar normalmente, sem corte de carga, na condição de carga máxima, mesmo com a perda de um elemento qualquer, ou seja, você perdeu uma linha de transmissão, perdeu o transformador ou um gerador, o sistema continua funcionando. Então, assim é que é planejado.

Além disso, a gente tem uma reserva girando e tem fatores--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: É no mundo todo. Mas eu queria dizer além. Próxima.

Apesar de ser planejado assim, nos locais mais sensíveis o Operador, ele opera considerando um rigor ainda maior, ele usa o critério *N menos 2*, que é o que estava [ininteligível] naquele momento, naquela região.

Ou seja, ele reduz a carga e opera de tal maneira, que mesmo que saia simultaneamente duas linhas ou tenha dois fatos simultâneos, o sistema continua operando. O que aconteceu naquele momento é que saíram três linhas ao mesmo tempo.

Bom, então é uma coisa que realmente foi... Não tem sistema que possa estar preparado para uma questão dessa magnitude. Próxima.

Eu queria mostrar, então, aquela questão da transmissão. Entre 96 e 2002 foram construídos 1.500 quilômetros de linha ao ano. Entre 2003 e 2010 estão sendo construídos 3.400 quilômetros, 3.392 quilômetros de linha ao ano. Ou seja, duas vezes, mais do dobro que foi construído antes, é isso que dá a segurança que nós temos hoje.

É claro que você tem que ter um limite para isso, a gente não pode construir ao infinito, claro, você sempre pode construir mais, mas você tem que olhar o bolso do consumidor, porque se você tiver muita redundância vai chegar um momento que o consumidor vai falar: "Espera lá", é aquela questão do seguro, você vai botando o seguro, mas chega um ponto que você... O consumidor fala: "Não, espera um instante, já é redundância demais, eu não posso pagar isso."

Então, tem que ter, olhar as duas coisas, segurança e o custo. Próximo. Mas aumentou muito. Então isso aí são todas as expansões, é muito difícil de ver, eu queria passar adiante, eu vou terminando por aqui, com a seguinte questão: aqui é a interconexão do Sul com outras regiões. Então, era aquilo que eu estava falando, olha só.

Lá em 2002, nós estávamos podendo mandar de uma região para outra, em torno de três mil megawatts, médios. Agora, já em 2009, é em torno de seis

mil megawatts médios. E ali é o planejamento do que já nós estamos planejando aumentar, então dobrou a capacidade do Sul poder cooperar com as outras regiões. Vamos para a próxima, por favor.

A mesma coisa com o Nordeste, era em torno de mil megawatts médios, agora nós estamos em 4 mil megawatts médios, a capacidade do Nordeste receber ou exportar e vender energia para outra região, ou seja, a gente quadruplicou a capacidade de uma região cooperar com o outra. Próxima.

E aqui é o Sudeste, o Sudeste em relação ao Norte e Nordeste que é a mesma coisa, também aumentamos enormemente a capacidade de uma região cooperar com a outra.

Então, resumidamente, eu queria deixar a mensagem que nós temos, no Brasil, atualmente, um sistema elétrico tanto na parte de geração e transmissão [soa a campanha] que deve dar orgulho a todos os brasileiros, que é um sistema extremamente robusto, gerenciado de uma maneira com instituições que usam a melhor técnica, que vem pessoas de todo mundo olhar que o está acontecendo. Agora, que não é imune a acidente, isso não existe. Acidentes... qualquer atividade humana, ela está sujeita a acidentes.

O que a gente pode fazer e tem feito é planejar e expandir para reduzir ao máximo a possibilidade que esses acidentes ocorram. Agora, deixar bastante claro que, em termos de geração, o Brasil vive uma situação muito boa, e nós temos já hoje a condição de dizer que em 2014, com as obras que já foram contratadas através de leilões, nós temos um importante excedente de energia.

Era isso que eu queria dizer, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Maurício Tolmasquim pela sua explanação. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dr. Maurício, o senhor falou com muito entusiasmo dessa... Desse organismo que existe aqui em Brasília, incitando, inclusive, a que façamos uma visita lá. Onde é que fica isso?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: É o Centro do Operador Nacional do Sistema, eu passo depois o endereço.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Centro.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: É o Operador Nacional do Sistema. ONS

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Setor de indústria e abastecimento de Brasília.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: É um... É um centro que tem um mapa enorme, quer dizer tem um aquário, a gente não pode entrar a gente pode ver, a gente vê de um aquário de fora.

Os operadores ficam dentro de um aquário. E nesse aquário você tem um mapa do Brasil todo, com todas as usinas, eles têm uma bancada lá que tem todos os computadores, eles operam em tempo real tudo o que está acontecendo no Brasil, tem um sistema de computador, lacrados com—

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Desde quando está instalado isso?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Ah, isso já tem algum tempo, já têm alguns anos que... Doze anos, mais ou menos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Doze anos?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: É, é. Isso é uma questão que foi... O Brasil, essa... Mas essa tradição de geração centralizada, de despacho centralizado, o Brasil sempre teve. Antes da ONS isso era feito pela ELETROBRAS, pelo GCOI, que era o grupo Coordenador que fazia isso.

Então, isso, quer dizer, o ONS continuou, mas é algo que vem desde a ELETROBRAS, então é uma coisa... E isso é muito importante porque... Uma história importante, na década de 90, o governo contratou uma consultoria inglesa que é a Coopers & Lybrand, para fazer um novo modelo do Brasil. E aí a Coopers & Lybrand tinha um modelo da Inglaterra que tinha feito toda uma reforma para liberalizar tudo na época da Thatcher.

E eles pegaram e botaram um modelo competitivo onde cada usina na hora de despachar competia com a outra, e eles vieram para o Brasil e pegaram aquele mesmo documento que eles tinham feito para a Inglaterra e botaram para o Brasil, aliás nem traduziram para o português, estava em inglês mesmo.

E na época, esse... Se implantássemos isso, o sistema que hoje tem essa cooperação entre uma região com a outra desaparecia, cada região quase que viraria competidora entre si, então a gente teria, acabaria esse sistema interligado.

Na época, os técnicos da ELETROBRAS, eu devo dizer, de maneira heróica, fizeram uma resistência e vários professores, e acabou mostrando que não era, que a nossa realidade era hidrelétrica, que a base da Inglaterra é termoeletrica.

Então, lá tinha uma certa lógica, que aqui era um outro país, é um país continental, com hidrelétricas,

as hidrelétricas longe do centro de cargas que não podia simplesmente copiar uma realidade da Inglaterra para cá, que era uma coisa absurda. E felizmente conseguiu-se resguardar esse patrimônio nacional, que é essa gestão centralizada dos nossos recursos, então foi... Mas tivemos em vias, num certo momento, de perder isso daí.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente Collor, eu acho que foi muito positiva a exposição feita aqui pelos três cientistas, verdadeiramente são cientistas.

E o Brasil, seguramente, muito deve a eles três, especialmente o Senado fica agradecido, sem dúvida, com o comparecimento aqui dos senhores, que nos puderam dar através não só dessa Comissão, mas através da TV Senado [soa a campainha], da Rádio Senado, que são elementos sensacionais de divulgação, uma grande colaboração.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Paulo Duque.

Eu teria um questionamento a fazer ao Dr. Maurício. O *N menos 1* e o *N menos 2*, poderia ser considerado como um *smart grid* ou não?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Não. Quer dizer, o *N menos 1* e o *N menos 2* é um critério que o planejamento usa, que a operação usa.

O *smart grid*, Senador, é algo que a gente vai caminhar para isso, que é... São redes inteligentes, em que você tem vários benefícios.

Eu vou dar um exemplo de utilização. Por exemplo, o dia que a gente conseguir desenvolver, na casa o consumidor pode, de repente na casa, dele, falar: "Olha, eu vou desligar a energia em tal momento, porque a tarifa está mais cara", a indústria poder regular.

Tem vários outros benefícios que você pode em termos de informação que pode ser implementado.

O *smart grid* está sendo pesquisado no mundo todo e ainda tem uma questão do—

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Custo.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Custo envolvido aí. Eu acho que ele virá, ele virá. Agora ainda é algo que está, vamos dizer, está caro quer dizer e ainda está em fase de pesquisa, de análise, mas ele virá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E há uma estimativa de que isto custaria 600 milhões por ano, em termos de investimento? O senhor tem mais ou menos uma ideia de quando isso custaria?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não tem ideia?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Aí não tem ainda. [sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas, fundamentalmente, tem que associar esse investimento a saber se o consumidor está disposto a pagar o aumento que terá na sua conta de energia, não é isso?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Hoje não é só questão de investimento, é uma tecnologia que também está em desenvolvimento, então é algo que está... Nos Estados Unidos, o mundo todo está se pesquisando bastante aqui no Brasil também as nossas empresas estão vendo, mas não é algo que ainda está operacional. Ela tende a entrar, mas ainda não está operacional.

Então, hoje a gente já está acompanhando o estágio dessa nova tecnologia, que levaria a uma nova racionalização e etc. Mas ela não... Vamos dizer, em termos de segurança, não é o fator principal, mas a nacionalização no nosso sistema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E se esse *smart grid* estivesse já operando, instalado no Brasil, isso não teria evitado também esse acidente, não é isso?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Não. Não teria evitado o acidente.

O acidente aconteceu, está se analisando, o NOS, como o professor bem disse, porque qualquer evento como esse, nós temos que aproveitar para aprender com ele.

Então, o que os técnicos estão fazendo e está se convidando inclusive vários professores de várias universidades para cooperar? Acontece isso, a gente tem que estudar profundamente para ver, "Bom o que a gente pode fazer para minorar a próxima vez? Será que oilhamento tem alguma maneira de funcionar melhor? Será que têm algum... Isolador, será que tem alguma questão que possa ser feita? Será que a questão do tempo de restabelecimento ou por exemplo a prioridade do restabelecimento, a ordem que vai sendo restabelecido pode ser mudada? Por exemplo, será que poderia começar nos maiores centros e depois nos menores?"

Então, tem várias questões que vão sendo colocadas, por quê? Aconteceu o evento, você tem obrigação de estudar, analisar, para tentar aprender com ele.

Então é isso... E aí o professor tem razão quer dizer, isso vai durante algum tempo todo mundo vai e temos obrigação de fazer isso, analisar para quê? Para

poder aprimorar, então se espera inclusive que no relatório que saía, saiam recomendações de aprimoramento. Se a gente... Acontece um evento e a gente não aprende com ele, a gente fica no mesmo estágio.

Então, a ideia é ver que o aconteceu, tentar ver como é que pode mitigar isso, resolver isso. Agora, não se deve é politizar isso: "Não, está tudo errado." Não é. Foi um acidente, vamos investigar, estamos investigando, vamos ver o que é possível fazer para minorar na próxima vez as consequências caso ocorra de novo e é isso que nós estamos fazendo

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. E em relação aquela questão ocorrida em 2001 e 2002, pelo que eu entendi, pela explanação que os senhores fizeram e sobretudo o Dr. Maurício, em 2001 e 2002, ocorreram dois problemas básicos, ou seja, não havia energia suficiente para atender a demanda e não havia também linhas de transmissão suficientes para distribuir essa energia caso houvesse possibilidade de gerar essa energia.

Já, agora, em novembro, em 10 de novembro, nós tínhamos capacidade de atender inteiramente a demanda, totalmente a demanda e tínhamos linhas de transmissão suficientes para levar essa energia da fonte geradora até a fonte consumidora. Essa diferença básica entre o que ocorreu em 2001 e 2002, que provocou o racionamento, e como o senhor aqui colocou teve um prejuízo de 75 mil gigawatts, para o que aconteceu agora nesse blecaute, que trouxe apenas um prejuízo de 100 gigawatts.

E, além disso, além disso, o tempo de duração que ocorreu, que foi de três horas e meia, aproximadamente, contra o que ocorreu em 2001 e 2002, que foram de seis a sete meses. Fundamentalmente é isso.

E por outro lado, que esse Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério das Minas e Energia, ele, até o dia 16 de dezembro, coletando as informações de todos os órgãos que estão envolvidos nesse grupo de trabalho, ele até o dia 16 de dezembro irá apresentar uma resultante desses estudos que foram realizados, explicitando de forma clara de que maneira poderemos minorar os efeitos de acidentes que venham a ocorrer, com isso aperfeiçoando o sistema, não somente de geração, mas de distribuição das linhas de energia elétrica do sistema elétrico brasileiro. É isso, fundamentalmente.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Perfeito, Senador. O senhor sintetizou de maneira perfeita o meu pensamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Tranquilo. Não era essa a minha intenção. Era apenas tirar a minha dúvida.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Mas é...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Mas o senhor...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Poder de síntese.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pelo menos, eu acho que eu estou tentando aprender. Muito obrigado.

Considerações finais dos nossos palestrantes, começando pelo Prof. Evandro Emílio Souza Lima, caso deseje fazer alguma consideração final em dois minutos, por favor.

SR. EVANDRO EMÍLIO SOUZA LIMA: As minhas considerações são... Tem que ser uma visão de conjunto; confiabilidade, o americano ganha dinheiro aumentando confiabilidade, criando um organismo caro. Mas as companhias, eles não teriam 41 anos de NERC se eles não ganhassem dinheiro com isso.

E eu atribuo isso, principalmente, a rapidez da Justiça, que o consumidor vai em cima. Aqui a gente vê problemas pendentes, eu dei uma entrevista no Correio Braziliense, existem esqueletos [soa a companhia] de... Então esse problema da confiabilidade não aparece tão claro.

Então eu acho que nós temos que partir para esse... Com uma maneira equilibrada, de criar um órgão, tipo o órgão, a organização que cuida da confiabilidade nos Estados Unidos. Eles não perdem dinheiro, americano há 41 anos eles têm lucro em defender a confiabilidade.

Alguém está perdendo no nosso caso, eu acho que é o consumidor. Os prejuízos, eu tenho alguns artigos em jornal, eu assisti... Eu tenho um artigo, inclusive, os principais culpados do blecaute foi depois, foi um na Câmara de Energia, foi na Câmara de Deputados, um debate que houve entre o Presidente da ANEEL Mário Abdo e o engenheiro Carlos Schneider, Presidente da CELESC.

Foi um debate que eu comparei que é o problema do ovo e da galinha, quem é que chegou primeiro. E o engenheiro Carlos Schneider, ele apontou, nós temos muito pontos frágeis, que ele chamou [soa a campainha] vulneráveis.

E eu... E era interessante o seguinte: a ANEEL queria multar a CELESC e a CELESC tinha naquele ano, devido ao problema de Santa Catarina, da Ilha de Florianópolis, tinha dois cabos de 138 e um cabo de 13, e esse cabo de 13 estava sendo soldado com

maçarico, coisa que existe em todo mundo, a melhor tecnologia. Incendiou o pessoal caiu no mar e incendiou os dois cabos e a ilha ficou nas escuras.

Bom, a ANEEL, queria multar a CELESC. A CELESC, naquele ano, ela tinha sido considerada pelos consumidores a melhor companhia de distribuição da América Latina. E a ANEEL dizia: "Olha, vocês não cumpriram as metas de frequência e de interrupção que nós acordamos." Quem é que tinha razão nesse problema? Como é que nós vamos multar uma companhia que ganhou um prêmio e os consumidores escolheram como a melhor da América do Sul.

Aí uma pergunta de um deputado me esclareceu, deputado de Santa Catarina; ele chegou e disse o seguinte: "As recomendações da ANEEL evitariam o que aconteceu lá em Santa... Lá em Florianópolis?" Não. As recomendações não... E a CELESC tinha cumprido.

Então, na realidade, esse ponto, nesse caso vulnerável, é como se fosse uma mina, uma mina pode passar, 10, 15 anos sem estourar e um dia estoura.

Então a ANEEL, tinha que chegar a gente tem que identificar esses pontos, isso que está ocorrendo no Leblon, no Rio de Janeiro, nós temos que identificar esses pontos e a ANEEL, chegar e dizer: "Olha, vamos consertar isso porque... E vamos considerar na tarifa, evidentemente." E ir, pouco a pouco, de uma maneira transparente, aberta, ir sanando esses pontos, frágeis e vulneráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está bem.

SR. EVANDRO EMÍLIO SOUZA LIMA: Era isso que eu tenha que dizer, desculpe o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor, professor. Muito obrigado, mais uma vez, pelas suas considerações.

Dr. Jorge Samek.

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Só me resta cumprimentar a Comissão, seus senadores, pelo trabalho que está realizando, cumprindo com o seu dever de ouvir, cobrar, propor, isso acho que orgulha o nosso Senado e dizer de que estamos num momento muito bom no país. Nós não podemos perder esta oportunidade.

A ELETROBRAS, o Ministério de Minas e Energia, se recompôs, está havendo uma verdadeira transformação no grupo ELETROBRAS, capitaneado pelo seu Presidente José Antônio e que todo o mês, nós presidentes das empresas elétricas do Brasil, junto com a nuclear, nos reunimos, discutimos, junto com o Ministério de Minas e Energia, Professor Márcio Zimmermann, com o Ministro Lobão, para dar cumprimento a isso que a E.P.E. tem planejado para o Brasil.

E os projetos estão aí, Rio Madeira em construção, Belo Monte já devia ter saído este ano a licitação, infelizmente foi postergada para o início do ano que vem. Depois vem o Complexo Tapajós, mas mais de uma centena de usinas médias, cenas estão em curso no país. E esse país é abençoada tem toda a matriz energética e veja que o bagaço da cana, Presidente Collor, que dá quase uma Itaipu, aproveitado na sua totalidade, ela inicia a sua produção quando começa a diminuição das chuvas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Quando tem vento forte, como o Prof. Maurício citou, no Nordeste Brasileiro, é exatamente a época que diminui as chuvas.

Quer dizer, são complementariedades que estão à nossa disposição. E devemos obrigatoriamente colocar tudo isso em funcionamento para que o Brasil possa crescer nessa... Nesse desenvolvimento econômico que estamos vivenciando, para dar uma melhor condição de vida para o conjunto do povo brasileiro.

Era isso que eu tinha a dizer e muito obrigado pelo convite

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, mais uma vez ao Dr. Jorge Samek, Diretor-Geral de Itaipu.

E agora, para as considerações finais, o Dr. Maurício Tolmasquim.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Eu queria, antes de mais nada, agradecer essa oportunidade que o Senado está dando, para esclarecer não só o Senado, mas a opinião pública através da TV Senado, dizer que o fato que ocorreu, o acidente que ocorreu, está sendo analisado e vai sair um relatório, justamente identificando não só as causas, mas também as melhorias que podem eventualmente ser feitas para caso ocorra um novo acidente, poder ser mitigado o efeito.

Dizer que nós temos um sistema extremamente robusto em termos de transmissão e de geração, que hoje, considerando um cenário de crescimento do PIB de 6% o ano que vem e 5% nos demais anos, nós temos um excedente bastante expressivo de energia [soa a campanha] em 2014, quer dizer, hoje a gente trabalha justamente com uma visão de futuro, então 2014 já ter um excedente.

E que dado isso, nós tivemos até agora a possibilidade de tomar uma decisão, ia ocorrer um leilão para 2014, esse leilão houve um problema com a questão das usinas hidrelétricas que não tinham licença só tinham térmicas e como nós queríamos preservar a

matriz limpa, e nós temos já um excedente bastante expressivo para 2014, nós sustamos esse leilão.

E estamos mantendo um outro leilão que vai ocorrer agora, apenas de energia eólica. Então, o Brasil fará esse ano na próxima segunda-feira um leilão de energia eólica; para se ter uma idéia, estavam habilitados a participar desse leilão o equivalente a 10 mil megawatts. Só lembrando isso, 10 mil megawatts, as usinas do Rio Madeira tem 6 mil e 300 megawatts.

Então, nós estamos falando realmente do Brasil continuar trilhando esse caminho de ter uma matriz renovável com a hidrelétrica, com a bioeletricidade, que é a energia a partir do bagaço da cana com a eólica e com segurança. Para isso, nós estamos fazendo os investimento em transmissão e os investimento em geração.

Então, dizer, tranquilizar o Senado e aos brasileiros, que justamente o Brasil está com um sistema robusto e mais, com uma matriz que dá orgulho ao país e que permite agora o Brasil brilhar em Copenhague e ser a atenção do mundo.

Lembrando que, enquanto os países desenvolvidos têm apenas 7% de energia renovável, a média mundial é apenas de 13%, o Brasil tem 46% de energia renovável.

E é com isso, inclusive, que estamos indo à Copenhague, é com esse orgulho de ser um país do mundo que tem uma contribuição a dar ao planeta por justamente ter uma matriz renovável

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Maurício.

Antes de encerrarmos esta reunião, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença dos nossos convidados, Dr. Maurício Tolmasquim, Dr. Jorge Miguel Samek e o Professor Evandro Emílio Souza Lima, pela presença dos senhores e pela grande contribuição que estão dando ao esforço de esclarecimento que a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos, vem realizando sobre a interrupção havida no fornecimento de energia elétrica em novembro deste ano.

Convoco os senadores e senadoras membros desta Comissão de Infraestrutura para a próxima reunião, a se realizar no dia 14 de dezembro, segunda-feira às 18h00, neste Plenário integrando a Agenda 2009-2015, *desafios estratégicos setoriais*, onde estaremos abordando o terceiro desafio, *infraestrutura e políticas públicas*, com o Painel nº 05, tratando da infraestrutura e integração na América Latina, com os seguintes convidados e expositores: Dr. Rodrigo Otaviano Vilaça, Diretor-Executivo da Agência Nacional dos Transportes Ferroviários; Dr. Everton de Almeida Carvalho Engenheiro Nuclear, Secretário-Executivo

da Federação das Câmaras de Comércio da América Latina e Presidente da Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento; Dr. Paulo Augusto Vivacqua Presidente e Fundador do Consórcio do Corredor Atlântico do MERCOSUL; e Sr. Luiz Alberto Mincarone, Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais.

Está encerrada a reunião com os agradecimentos a todos os presentes.

Sessão encerrada às 11h09.

ATA DA 54ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia quatorze de dezembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores **JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, WELLINGTON SALGADO, HERÁCLITO FORTES, OSVALDO SOBRINHO, PAULO PAIM, JOÃO PEDRO, VALTER PEREIRA, ALMEIDA LIMA, ADELMIR SANTANA E JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador **Fernando Collor** procede a leitura dos comunicados da Presidência. **PARTE I: Deliberação de matérias: ITEM 1 –** Decisão Não-Terminativa – **MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 260, DE 2009**. “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com os arts. 23 da Lei nº 9.742, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor JARBAS JOSÉ VALENTE para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do Senhor Plínio de Aguiar Júnior.” **Autoria:** Presidente da República. **Relator:** Senador **Wellington Salgado**. **Parecer:** A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Lido o Relatório, foi concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 – CI. **ITEM 2 –** Decisão Não-Terminativa – **MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 261, DE 2009**. “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome

do Senhor EDVALDO ALVES DE SANTANA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.” **Autoria:** Presidente da República. **Relator “ad hoc”:** Senador **Valter Pereira**. **Parecer:** A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Lido o Relatório, foi concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 – CI. **ITEM 3 –** Decisão Não-Terminativa – **MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 262, DE 2009**. “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor JULIÃO SILVEIRA COELHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em decorrência do término do mandato da Senhora Joísa Campanher Dutra, em 22 de dezembro de 2009” **Autoria:** Presidente da República. **Relator:** Senador **João Ribeiro**. **Parecer:** A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Lido o Relatório, foi concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 – CI. **ITEM 4 –** Decisão Não-Terminativa – **MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 270, DE 2009**. “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT” **Autoria:** Presidente da República. **Relator:** Senador **Oswaldo Sobrinho**. **Parecer:** A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Lido o Relatório, foi concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 – CI. **PARTE II: Audiência Pública, integrando a Agenda 2009-2015 “Desafios Estratégicos Setoriais”,** proposta pelo Senador **Fernando Collor** e elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores **Dalcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello**, destinado a debater o Terceiro Desafio: “**INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS**”, Painel V – **A INFRAESTRUTURA E A INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**, com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Rodrigo Otaviano Viçela** – Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANFT; **Dr. Everton de Almeida Carvalho** – Engenheiro Nuclear, Secretário-Executivo da Federação das Câmaras de Comércio da América Latina e Presidente da Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento – ABIDES; **Dr. Paulo Augusto Vivacqua** – Diretor Presidente do Corredor Atlântico do MERCOSUL; e **Dr. Luiz Alberto Mincarone** – Presidente da Associação Brasileira de Transportes

Internacionais. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os Senhores Senadores **João Ribeiro, Wellington Salgado, Heráclito Fortes, Osvaldo Sobrinho e Valter Pereira**. Excepcionalmente, por indagação do Senador **Heráclito Fortes**, usou da palavra o Senhor Geraldo Lourenço de Souza Neto para explicação pessoal. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte e uma horas e dezoito minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 18 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 54ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Comunicados: “Reunião do último dia 07 de dezembro de 2009, audiência que tratou da Lei Geral das Agências Reguladoras. No último dia 07 de dezembro, segunda-feira passada, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou o quarto painel do terceiro desafio de infraestrutura e políticas públicas, constantes do ciclo de debates da agenda 2009 e 2015, desafios estratégicos setoriais para discussão do Projeto de Lei sobre as agências reguladoras, o PL 3337/04, que encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados.

Participaram do painel o Dr. Ralph Lima Terra, vice-Presidente da ABDIB; o Dr. Luiz Alberto dos Santos, Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República; e o Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho, Presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras – ABAR.

A necessidade de mais autonomia técnica e financeira para as agências reguladoras brasileiras foi unanimidade entre os participantes da audiência. Todos concordaram, também, que o processo de indicação

e escolha dos dirigentes das agências precisa ficar livre de ingerências políticas. O Dr. Luiz Alberto dos Santos, da Casa Civil, afirmou que, embora enviado ao Congresso Nacional em abril de 2004, o Projeto de Lei 3337/04 não está parado na Comissão da Câmara dos Deputados, pois vem sendo debatido e modificado desde então, por meios de diálogos entre os diversos setores políticos, técnicos e econômicos envolvidos.

Ele defendeu a ampliação da prestação de contas por parte das agências reguladoras, a permanente fiscalização e o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios de cada setor estratégico. Afirmou também que a qualidade da regulação no Brasil ainda é inferior à média mundial, conforme análises de organismos internacionais, mas destacou que a Agência Nacional de Telecomunicações, a ANATEL, é uma das agências brasileiras mais bem qualificadas atualmente.

O representante da Casa Civil registrou ainda que o Projeto de Lei em debate prioriza a autonomia financeira e a independência técnica das agências brasileiras, além de manter a figura da Ouvidoria em cada uma delas, como órgão independente em relação ao Conselho Diretor da respectiva agência. Destacou, também, que o projeto dá mais publicidade e transparência para as reuniões decisórias das agências, inclusive com gravação de vídeo e que aumenta a importância do planejamento estratégico desses órgãos.

Por sua vez, o Presidente da ABAR, Dr. Wanderlino Teixeira de Carvalho, ressaltou que o tema deve ser encarado como questão estratégica para o Brasil. Para ele, a existência de uma Ouvidoria em cada agência é essencial. “A Ouvidoria é uma janela entre a Agência Reguladora e a sociedade”, assinalou o Presidente da ABAR, afirmando que as agências precisam de garantias para que seus processos decisórios sejam céleres.

Para ele, o principal objetivo de um órgão de regulação deve ser a manutenção do equilíbrio entre governos, as concessionárias de serviços públicos e os usuários, para que o interesse público seja preservado. Afirmou que a ingerência política ou partidária, o conhecimento técnico inadequado e a corrupção são elementos que acabam com a possibilidade de o interesse público ser colocado em primeiro lugar.

Como exemplo, elogiou o modelo chileno, que realiza concursos públicos para a escolha de membros de Conselhos Diretores das agências reguladoras. O Dr. Wanderlino Teixeira defendeu também o mandato de quatro anos para diretores e ouvidores, sem recondução, e não coincidente com o mandato do Presidente da República. Já o vice-Presidente Executivo da ABDIB, Dr. Ralph Lima Terra, defendeu a separação nítida das atribuições entre Ministérios e Agências. Para ele, a

definição da política setorial e das diretrizes, além do planejamento das licitações e outorgas de serviços públicos, deve ficar a cargo de cada Ministério.

Às agências, caberia realizar o processo de outorga, com base nos parâmetros recebidos pelo respectivo Ministério, conduzir as licitações, gerenciar e fiscalizar a implementação dos contratos. Da mesma forma, defendeu mais independência para as agências. Para ele, as agências reguladoras devem ser órgãos de Estado, independente do Governo em andamento.

De acordo com os palestrantes, o PL 3337/04 também institui maior articulação entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa do consumidor e do meio ambiente. E ainda aumenta a articulação entre as agências nacionais e as agências estaduais e municipais.

Por fim, quanto à fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União, o projeto estabelece que o TCU só poderá se pronunciar sobre o mérito das deliberações de natureza regulatória das agências quando for solicitado pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal ou pela Câmara dos Deputados e respectivas comissões. Cada agência também deverá enviar relatório anual às duas casas do Congresso, para que seja avaliado o cumprimento das metas estabelecidas e dos planos estratégicos de trabalho e de gestão e desempenho, previstos no projeto".

Um segundo comunicado é que esta comissão recebeu resposta da Exma. Sra. Ministra da Casa Civil, Dra. Dilma Rousseff, respondendo a um ofício, encaminhado, por esta Comissão, à S. Exa., sobre a Audiência Pública, em que, aqui, tratamos da questão de saneamento básico e abastecimento de água potável. Daquelas debates, foram extraídas algumas sugestões diretamente ligadas ao tema, e, em nome dos membros desta comissão, dos integrantes desta comissão, eu encaminhei esses pontos à Sra. Ministra da Casa Civil, para o seu conhecimento e reflexão.

O primeiro ponto trata da destinação de parte dos recursos, arrecadados com a exploração do petróleo na camada do pré-sal, a programas de saneamento básico e abastecimento de água potável.

O segundo: a concentração das realizações de saneamento do Ministério da Saúde, por intermédio da FUNASA, já que se entendeu que a pulverização dessas ações, cujos recursos são divididos entre quatro Ministérios, dificulta o alcance dos resultados.

Terceiro: a aplicação de recursos para saneamento básico diretamente pelos municípios, de preferência sem a intermediação dos Governos Estaduais e Federal, de maneira a acelerar o desenvolvimento das ações.

Quarto: ampliação do total de recursos, atualmente destinados à área de saneamento, inclusive mediante emenda ao Projeto de Lei Orçamentário de 2010.

Quinto: elaboração de estudos por especialistas e juristas, para a alteração de dispositivos da legislação em vigor sobre saneamento, de modo a eliminar a insegurança jurídica, hoje constatada, e que, segundo avaliação, tem acarretado significativa redução de investimentos privados no setor.

Foram esses os pontos anotados na correspondência enviada por esta comissão à Sra. Ministra Dilma Rousseff, que, em função do recebimento deste ofício, enviou a seguinte resposta: "Srs. Senadores e Sras. Senadoras, saúdo a iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal em realizar Audiência Pública a respeito de tema tão estratégico para o desenvolvimento do país, como é o caso do saneamento básico.

Assim, é com satisfação que recebo as colaborações que resultaram da referida audiência, o que reflete o elevado patamar de interlocução do Senado com o Executivo Federal, em especial no tocante aos assuntos relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Com respeito à primeira sugestão encaminhada por V. Exas., de que parte dos recursos, arrecadados com a exploração do petróleo e da camada do pré-sal, seja destinado a programas de saneamento básico, assinalo a proposta de criação de um Fundo para atender a objetivos variados.

O primeiro deles é criar uma poupança pública para beneficiar as futuras gerações e não somente a atual, com a extração do pré-sal, o que seria feito por meio da separação das receitas advindas do setor petrolífero das receitas orçamentárias, por intermédio da criação de um Fundo Soberano de Investimentos.

Esse Fundo teria, ainda, o benefício de atenuar os possíveis efeitos da entrada de divisas, oriundas da exploração do pré-sal na economia, além de permitir que seus rendimentos se constituam numa fonte regular de recursos de longo prazo para financiar políticas socioambientais.

Nesse sentido, a sugestão apresentada não colide com os objetivos propostos pelo Governo Federal e, certamente, será objeto de discussão do futuro Comitê Gestor do Fundo. No que se refere à proposta de concentração das ações de saneamento, sob responsabilidade da FUNASA, cumpre salientar que, no âmbito do Governo Federal, considera-se pacífica a divisão de funções entre os órgãos federais que efetuam tais ações, divisão esta que foi amplamente discutida e pactuada com os diversos segmentos representativos do setor, pelos entes da Federação e também pelos operadores dos serviços.

É importante destacar que, em 2003, foi constituído Grupo de Trabalho Interministerial, com a participação de todos os Ministérios e instituições federais, atuantes na área de saneamento, inclusive a FUNASA, para discutir a atuação do Governo Federal e para propor mecanismos, visando a aperfeiçoar a qualidade da atuação da União. Tal grupo considerou pela necessidade de uma coordenação mais eficiente das iniciativas, pela definição de competências claras entre os órgãos da União, segundo sua vocação histórica e capacidade técnica, e pela manutenção de um modelo de atuação multisetorial, que privilegie a interface natural das ações de saneamento básico com as políticas de desenvolvimento urbano, saúde e recursos hídricos.

Assim, considerou-se importante fortalecer o papel do Ministério das Cidades como coordenador central da Política de Saneamento, além da privilegiar a abordagem multisetorial da Política de Saneamento. As conclusões do grupo foram acatadas e incorporadas ao Plano Plurianual de Investimentos 2004, 2007, 2008, 2011.

Atualmente, existem quatro órgãos federais, atuando significativamente na área de saneamento, com divisão de competências bem estabelecidas, sob a coordenação do Ministério das Cidades, FUNASA, Ministério da Integração Nacional, CODEVASF e o próprio Ministério das Cidades. À FUNASA compete atuar em iniciativas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana em áreas rurais, terras indígenas e municípios com população inferior a 50 mil habitantes, privilegiando o controle de agravos à saúde.

Ao Ministério das Cidades compete apoiar iniciativas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana em municípios de regiões metropolitanas ou com população total superior a cinquenta mil habitantes. Ao Ministério da Integração Nacional compete a construção de estruturas de captação e adução de água multimunicipal, notadamente na região do semi-árido e a implementação de obras de drenagem urbana, para controle de erosões fluvial e marinha.

À CODEVASF, em estreita cooperação com a FUNASA, compete adotar iniciativas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos urbanos, em municípios com população inferior a 50 mil habitantes, nas bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba.

Diante do exposto, entende-se mais adequado preservar a atual divisão de competências, o que garante o foco de cada órgão nas especificidades de cada política setorial e de cada área da atuação, contribuindo para se alcançar em melhores resultados.

Quanto a proposta – e essa parte aqui é grifada – quanto a proposta de aplicação de recursos diretamente pelos municípios, sem a intermediação dos Governos Estadual e Federal, como forma de acelerar a execução das ações de saneamento, há que se ressaltar fatores limitantes que se apresentam. Como o setor ficou muitos anos sem receber grandes investimentos, estados, municípios e muitas companhias de saneamento deixaram de investir na expansão e na valorização dos seus quadros técnicos, o que tem limitado não apenas sua capacidade de elaboração de projetos, como também de execução, acompanhamento e fiscalização das obras.

Além disso, alguns estados e municípios encontram-se impossibilitados de ter acesso aos recursos da União, tanto pela falta de capacidade financeira para tomar financiamentos, devido a endividamentos acumulados em anos anteriores, quanto para cumprir as exigências legais e técnicas, necessárias a contratação dos projetos.

Deve-se a isso somar dois outros aspectos da questão, que concorrem para tornar mais complexa a contratação e o início das obras, quais sejam as exigências para se obter o licenciamento ambiental e a falta de titularidade dos terrenos, o que tem demandado tempo e esforço significativos. Uma parcela significativa das exigências é de cunho legal, o que ressalta a importância das discussões com o Congresso Nacional para o seu aperfeiçoamento.

No âmbito do Governo Federal, constata-se que tem havido enorme esforço para reduzir as exigências e os trâmites burocráticos ao mínimo necessário, para o que conta com grande colaboração do Legislativo Federal, reconhecendo-se, entretanto, que sempre é possível simplificar e aperfeiçoar ainda mais os processos existentes.

Por fim, é importante ressaltar que a Política de Saneamento, a lei 11. 445, de 2007, pressupõe o cumprimento dos contratos de concessão, atualmente existentes, e estabelece prazos para os municípios em situação precária ajustarem-se aos princípios da nova legislação.

De forma a melhor observar os princípios de governança dos sistemas de saneamento, observa-se que cerca de 80% da população que reside em 69% dos municípios brasileiros tem seus serviços de abastecimento de água operados por companhias estaduais de saneamento, de forma que se entende ser prudente interagir e firmar parcerias tanto com os Governos Municipais, na condição de poder concedente, como com os estaduais, na condição de operador dos serviços, sob pena de piorar ainda mais a prestação

dos serviços e de retardar o acesso da população aos benefícios.

Cumpra ressaltar que, por se tratar de serviços de interesse local, a Constituição Federal atribui aos municípios a competência de prestar, diretamente ou por regime de concessão, os serviços. É o inciso V, do art. 30, da Constituição Federal.

Não obstante, o inciso IX, do art. 23, confere à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a competência comum de promover programas de saneamento básico e atribui aos estados integrar a organização o planejamento e a execução de funções públicas, de interesse comum, em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões". É o § 3º, do art. 25.

E assim prossegue a Exma. Sra. Ministra da Casa Civil, na resposta que oferece aos membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, e eu pediria à Secretaria desta comissão que providenciasse a remessa aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras a cópia integral da resposta de S. Exa., bem como a cópia do ofício, enviado pela Presidência desta Comissão à Exma. Sra. Ministra Chefe da Casa civil, Dra. Dilma Rousseff.

A presente reunião, em sua primeira parte, destina-se à apreciação das Mensagens do Senado Federal nºs. 260, 261, 262 e 270, de 2009, que submetem à deliberação do Senado os nomes indicados para as diretorias da ANATEL, ANEEL e DNIT.

O processo de aprovação de autoridades, no âmbito desta comissão, conforme dispõe o ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura, em seu art. 2º, alíneas A, B e C, e seus §§ 1º, 2º e 3º, será realizado em duas etapas. O art. 2º, do ato nº 1, desta comissão, diz que: "A avaliação do indicado será feita em duas etapas. A) na primeira etapa, o relator apresentará o relatório à comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais; B) na primeira etapa, o relator poderá discutir com os membros da comissão o conteúdo das questões que serão formuladas ao indicado; C) na segunda etapa, o candidato será submetido à arguição dos membros da comissão, e, em seguida, o relatório será votado. § 1º: 'Não será exigida a presença do indicado na primeira etapa. § 2º: Será concedida automaticamente vista coletiva, após a apresentação e discussão do relatório, na primeira etapa. § 3º: 'Haverá um intervalo máximo de duas sessões entre a primeira e segunda etapas'".

O primeiro item da pauta é a Mensagem do Senado Federal nº 260, de 2009, "que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com

os arts. 23, da Lei nº 9.742, de 16 de julho de 1997, o nome do Sr. Jarbas José Valente para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, na vaga do Sr. Plínio de Aguiar Júnior". Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Relatório: "A comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação".

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira para proferir o seu relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Sr. Presidente, Presidente já do Brasil e Presidente dessa comissão, Senador Fernando Collor, e demais senadores presentes.

Antes de passar o meu relatório, eu queria dizer que o Sr. Jarbas José Valente já merecia ter sido indicado para esse cargo há muito tempo. Inclusive o Senador Jarbas José Valente, desculpe, Sr. Jarbas José Valente, quando eu criei, quando eu fui o primeiro Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, era a pessoa a quem, sempre que eu tinha algumas dúvidas importantes, era a quem eu recorria e me fez, me ajudou a fazer um grande trabalho à frente daquela comissão.

Eu vou passar o meu relatório, Sr. Presidente.

"Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 23, da Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, o Sr. Presidente da República submete, pela Mensagem nº. 260, de 2009, à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Jarbas José Valente, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, na vaga do Sr. Plínio de Aguiar Júnior, como bem foi colocado pelo Presidente dessa comissão.

De acordo com o dispositivo constitucional, anteriormente citado, cabe, privativamente, ao Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. A competência da Comissão de Serviços de Infraestrutura para a matéria, por sua vez, deriva do disposto no art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada à Resolução nº 1, de 2005, cujo procedimento deve observância ao rito descrito no art. 383, de nossa Carta Regimental.

De acordo com a nova sistemática de arguição, estabelecida pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, aprovada pelo Ato nº 1, de 2009, a avaliação do candidato será feita em duas etapas, como bem colocou o Presidente. Esse relatório visa cumprir o rito previsto para a primeira etapa do processo e tem por

objetivo apresentar aos membros desta comissão a análise dos documentos enviados ao Senado Federal pelo indicado, nos termos do art. 1º, do referido Ato.

Constam dos autos da presente o curriculum vitae do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, Item 1.

O indicado nasceu a 06 de fevereiro de 1956, na Cidade de Posse, Estado de Goiás. Graduado em Engenharia Elétrica, pela Universidade de Brasília, formou-se em 1981. A proximidade com a Academia fez com que o indicado tenha dado continuidade à ampla formação, com a realização de cursos de especialização em diversos centros, como o **Convergence of Broadcasting and Telecommunications Regulation Course – University of Westminster**, em Londres, de Regulação em Serviços Públicos de Telecomunicações, IBB, na George Washington University, em Washington, EUA, Estados Unidos. E de Extensão em Práticas Anticoncorrenciais, pela Fundação Getúlio Vargas, Brasil.

Sempre atento à evolução da disciplina acadêmica que abraçou, participou como conferencista e palestrante em Seminários no Brasil e no exterior, tais como o 8º. Congresso Internacional de Telecomunicações, da Telexpo 98. O Direito de Passagem no Institute for International Research, no Congresso da ABTA, 99, Inter-Regional Seminar on the transition from [ininteligível] to digital TVBroadcasting, do International Telecommunication Union, e outros.

Profissional de brilhante carreira, o Sr. Jarbas José Valente exerceu profícua atividade profissional em diversos setores da vida pública. Merece relevo sua experiência como Presidente do Conselho de Administração da TELEMS, de 1997 a 1998. Membro do Conselho de Administração da TELESERGIPE, de 1995 a 1996. Membro do Conselho de Administração da TELEGOIÁS, de 1996 a 1997".

E, aqui, algumas informações importantes que eu queria passar aos Srs. Membros dessa comissão, haja vista que ele está sendo indicado para ANATEL. Ele já foi Conselheiro Substituto do Conselho Diretor da ANATEL, de 2000 a 2002 e de 2004 a 2006 e Superintendente Executivo Substituto da ANATEL, de 2002 a 2004. Exerce, desde o ano de 2001, o cargo de Superintendente de Serviços Privados da ANATEL.

Então, vejam bem, senhores, estamos indicando alguém que já tem uma experiência no setor e que já foi, por dois, quatro... durante quatro anos substituto como Conselheiro-Diretor da ANATEL e também Superintendente Executivo Substituto da ANATEL, de 2004 a 2006. Ou seja, esse senhor já tem seis anos de experiência nessa agência.

"Além dos atributos profissionais, que lhe renderam títulos e homenagens, cumpre finalmente consignar suas grandes virtudes pessoais, ornamentadas por sua notória competência e dedicação.

Em relação às informações, requeridas no inciso II, do art. 1º, do ato que disciplina o presente procedimento, passo a descrever as declarações feitas pelo candidato. Item a) quanto à existência de parentes que exerçam ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, o candidato declarou não possuir parentes que trabalhem ou que tenham trabalhado para empresas do setor de telecomunicações e que participam da Fundação Educativa e Cultural Areias Brancas, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.991.762/0001-95, que detém permissão para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos. Os irmãos: Ivon José Valente, CPF nº 227.425.651-91, Wagner José Valente, CPF nº 227.425.731-00, Getúlio José Valente, CPF 069.260.961-04, e Inimá José Valente, e tem um nome de um grande pintor, que é o Inimá, CPF nº 038.224.191-68, o sobrinho Inimá, também Inimá, José Valente Júnior, CPF nº 612.749.231-15, o primo Aquilino Correia de Melo, CPF nº. 189.773.591-04, e o sogro José Cavalcante Santana, CPF nº 004.353.251-91, e a sogra também, Maria de Lourdes França Cavalcante, CPF nº. 066.880.631-15.

Em relação à sua participação em empresas e entidades não governamentais, o indicado declara que não participa, ou participou, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais; em relação à sua situação fiscal, o candidato apresentou Certidão Negativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Certidão Positiva de Débitos, porém, com efeitos de Negativa, da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, onde mantém residência.

Quanto ao seu envolvimento em ações judiciais, o Sr. Jarbas José Valente declara figurar nas seguintes ações cíveis, sobre as quais anexou certidões dos respectivos órgãos do Poder Judiciário: a primeira Ação Judicial, em que figura como ator, em desfavor do INSS, na 5ª Vara, Processo 2006.34.00.036833-6, cujo objeto é averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial, julgada procedente em parte. Recurso de Apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª. Região, pendente de julgamento.

Existe também uma ação de Execução Fiscal, em que figura como Executado, movida pela Fazenda Pública do Distrito Federal, Processo nº. 2007.01.1121389-2, na 1ª. Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, pendente de decisão judicial.

Quanto a sua participação em Conselhos de Administração de Empresas Estatais, o candidato declara ser, ou ter sido, membro do Conselho das seguintes entidades: Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, na qualidade de substituto eventual de conselheiro; membro do Conselho Diretor, durante o período de vacância que antecedeu à nomeação de novo titular; e nos casos de impedimento de conselheiro, nos períodos de 29 de junho de 2004 a 27 de agosto de 2004, e 09 de setembro de 2004 a 04 de novembro de 2004, 16 de novembro de 2005 a janeiro de 2006.

Em relação à argumentação escrita, exigida pelo inciso III, do art. 1º, do Ato nº 1, dessa comissão, de 2009, dessa comissão, o Sr. Jarbas José Valente apresenta uma exposição de motivos que procura evidenciar sua aptidão técnica e moral para o cargo ao qual foi indicado, destacando, ao final, os desafios que acredita estarem no caminho da ANATEL.

Ele afirma que envidará os seus esforços, no sentido de dar continuidade ao trabalho, em prol do desenvolvimento das telecomunicações no Brasil e na qualidade dos serviços prestados ao povo brasileiro. De modo que, em cumprimento ao disposto no art. 2º, do Ato nº 1, de 2009, desta comissão, submeto à apreciação e julgamento desta douta comissão um resumo das informações que caracterizam a vida profissional do Sr. Jarbas José Valente, certo de haver elementos suficientes para orientar a deliberação acerca da presente indicação.

Por fim, acredito que a sabatina poderá confirmar o aparente preparo técnico e a adequada escolha do indicado para o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações. Sala de Comissão". É esse é o meu relatório, Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira se manifestar, fica concedida vista coletiva até a próxima reunião.

Vamos para o Item 3 da pauta, decisão não terminativa, Mensagem do Senado Federal, nº 262, de 2009, "que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único, do art. 5º, da Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Sr. Julião Silveira Coelho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, em decorrência do término do mandato da Sra. Joísa Campanher Dutra, em 22 de dezembro de 2009". Autor: Presidente da República. Relator: Senador João Ribeiro. Parecer: "a comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação".

Concedo a palavra ao Sr. Senador João Ribeiro, para proferir o seu relatório.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): "Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nos termos do art. 52, inciso III, alínea 'f' da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único, do art. 5º, da Lei nº 9.427, de 26 de novembro de 1996, o Sr. Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Julião Silveira Coelho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL.

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, o assunto cabe a essa Comissão de Serviço de Infraestrutura, conforme estatui o art. 104, combinado com o art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal.

O Sr. Julião Silveira Coelho é formado em Direito, pelo Centro Universitário de Brasília, UniCEUB. Gradou-se em 2001, ano em que passou a ser advogado associado de Pinheiro Neto Advogados, em Brasília, tendo como área de atuação o Direito Tributário e Direito do Trabalho. Militou nas áreas trabalhista e fiscal, com ênfase nos setores consultivo tributário e de contencioso tributário judicial e administrativo.

Em 2002 e 2004 atou na Procuradoria Federal, junto à ANEEL, no setor contencioso, entre agosto de 2002 e maio de 2003, e no setor consultivo, entre 2003 e novembro de 2004. Entre 2004 e 2006, exerceu a função de advogado em matéria de direito de energia elétrica, no Wald e Associados de Brasília. Atua, desde 2005, nos setores contencioso e consultivo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Lotado inicialmente na Procuradoria de Meio Ambiente, Direito Urbanístico e Patrimônio Imobiliário, entre agosto de 2005 e abril de 2006; em seguida, na Procuradoria Administrativa, desde maio de 2006. Também, desde 2006, é sócio, administrador, e fundador da Firma Julião Coelho Advocacia, onde presta serviço de consultoria jurídica e de contencioso administrativo judicial, em questões ligadas ao setor elétrico brasileiro.

Merece referência o fato de o Sr. Julião Silveira Coelho ter elaborado os trabalhos diretamente relacionados com o setor elétrico, tais como ações diretas de inconstitucionalidade e diversos pareceres jurídicos, bem como sua participação em inúmeros cursos, congresso e seminários relacionados com sua área de atuação. Também proferiu palestras sobre o marco regulatório do setor, a expansão do mercado livre e energia nuclear.

Portanto, o histórico profissional resumido, aqui apresentado, demonstra a experiência do Sr. Julião Silveira Coelho, na área de energia elétrica, em especial na área jurídica, credenciando-o ao exercício das funções diretivas no campo da regulação do setor elétrico.

Entendemos, portanto, que os elementos, apresentados, atestam a capacidade técnica e gerencial do indicado. Além disso, o postulante ao cargo de Diretor da ANEEL atende ao disposto do Ato 1, da Comissão de Infraestrutura, ao declarar que Guilherme Silveira Coelho, seu irmão, exerceu atividade de estagiário de Direito, no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, entre março de 2005 e fevereiro de 2006; no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, entre março de 2006 a março de 2007; no escritório de advocacia Levi e Salomão Advogados, entre abril e agosto de 2007; no Superior Tribunal de Justiça, STJ, entre agosto e dezembro de 2007; e, desde janeiro de 2008, exerce a atividade de estagiário no Escritório Julião Coelho Advocacia. Participou como sócio do escritório Wald Advocacia entre novembro de 2004 e abril de 2006 e participa, desde maio de 2006, como sócio do Escritório Julião Coelho Advocacia. Está em situação fiscal regular, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, consoante documentação apresentada. Não figura como parte em nenhuma ação judicial e não atuou no Conselho de Administração de empresas estatais ou na direção de Agências Reguladoras.

Deste modo, entendemos que essa comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Julião Silveira Coelho para ocupar o cargo de Diretor da ANEEL”. É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão o parecer do Relator. Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º, do art. 2º, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura.

Item 2 da pauta, decisão não terminativa, Mensagem do Senado Federal nº 261, de 2009, “que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Sr. Edvaldo Alves de Santana, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL”. Autor: Presidente da República. Relator ad hoc: Senador Valter Pereira. Parecer: “A comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação”.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Valter Pereira, para proferir o seu relatório.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): “Sr. Presidente, Srs. Senadores, em atendimento ao art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, da Lei 9.427, de dezembro de 1996, o Sr. Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Edvaldo Alves de Santana para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia – ANEEL.

Nos termos do citado dispositivo constitucional, o Senado Federal tem competência privativa para apreciar a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, mediante arguição pública, seguida de voto secreto. A instrução do processo de avaliação dos titulares cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos dos arts. 104 e 383, do Regimento Interno.

Edvaldo Alves de Santana é Doutor em Engenharia de Produção, título obtido em 94. Anteriormente, obteve os títulos de Mestre em Engenharia de Produção, em 1986, e de Bacharel em Economia, em 1981. Todos os títulos foram outorgados pela Universidade Federal de Santa Catarina. O indicado é professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina, cargo do qual se encontra afastado desde 2000, cedido que está à ANEEL.

Na Agência Reguladora, exerceu, inicialmente, o cargo de Superintendente de Estudos Econômicos e de Mercado. Em 2005, foi aprovado, nesta Casa, para exercer o cargo de Diretor da ANEEL. É o atual vice-Presidente da Associação de Reguladores Ibero-americanos de Energia.

Entre 76 e 92, exerceu a função de Chefe de Divisão de Análise de Investimentos da ELETROSUL. Entre as diversas atividades, exercidas no setor elétrico, atuou como consultor em tarifas, planejamento de operação, reestruturação do setor elétrico, análise de riscos para Project Finance e, durante a crise de energia de 2001, participou de vários trabalhos no âmbito da Câmara de Gestão da Crise de Energia.

Possui vários trabalhos científicos, publicados em revistas nacionais e internacionais e em congressos. É coautor de quatro livros. Orientou várias teses de mestrado e de doutorado, tanto na Universidade Federal de Santa Catarina quanto na Universidade de Brasília.

O postulante ao cargo de Diretor da ANEEL atende ao disposto do Ato nº 1, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, especialmente o seguinte: 1) desde 2001 não mais participa de duas empresas de consultoria e engenharia, não reguladas pela ANEEL, das quais era sócio cotista. Sua esposa, Sra. Luísa Maria Campos Lustosa, trabalha na Leme Engenharia, empresa não regulada pela ANEEL, e se declarará impedido na hipótese de haver processos tramitando nessa agência,

em atendimento à orientação da Comissão de Ética da Presidência da República.

Constam débitos na Receita Federal com exigibilidade suspensa, e não constam débitos fiscais inscritos na dívida ativa da União. Não constam débitos perante a Receita do Distrito Federal. Não constam ações cíveis ou criminais contra o postulante.

O postulante declara não participar de Conselho de Administração de qualquer empresa regulada ou fiscalizada pela ANEEL, nem de diretoria de associações representativas de interesse dos agentes setoriais. Diante do seu histórico profissional, resta demonstrada a vasta experiência do Sr. Edvaldo Alves de Santana, no âmbito da indústria de energia elétrica e da regulação de mercados do setor de infraestrutura.

Adicionalmente, em face do atendimento ao disposto no Ato CI nº 1, entendemos que o postulante está credenciado para continuar o exercício das funções diretivas na ANEEL. A partir dos dados apresentados, corroborando a capacidade técnica e gerencial do indicado, consideramos que esta comissão está em condições de deliberar sobre a recondução do Sr. Edvaldo Alves de Santana ao cargo de Diretor da ANEEL".

Anexo, Sr. Presidente, está o curriculum vitae do candidato indicado, e esse é o nosso parecer.

Aliás, a bem da verdade, é a leitura do parecer, formulado pelo ilustre relator originário, que foi o Senador Lobão Filho

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado à V. Exa., Senador Valter Pereira, pela leitura do relatório, na condição de relator *ad hoc* desta matéria. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, fica concedido vista coletiva, nos termos do § 2º, do art. 2º, do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Item 4 da pauta, decisão não terminativa, Mensagem do Senado Federal nº 270, de 2009, "*que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, DNIT*". Autor: Presidente da República. Relator: Senador Osvaldo Sobrinho. Parecer: "*A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação*".

Concedo a palavra ao Sr. Senador Osvaldo Sobrinho, para proferir o seu relatório.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, só para consultar à V. Exa. se foi concedida vista coletiva *ex officio* à Mesa ou se foi a pedido de algum senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Isso está de acordo com o parágrafo do Ato nº 1.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ah, já é...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Já é norma...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já é norma da...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está aqui.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não há necessidade, só para informar, V. Exa. já me prestou informação, já sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O art. 2º, senador, o art. 2º: "A avaliação do indicado será feita em duas etapas: a) na primeira etapa, o relator apresentará o relatório à comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais. Alínea 'b': na primeira etapa, o relator poderá discutir com os membros da comissão o conteúdo das questões que serão formuladas ao indicado; 'c': na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da comissão, e, em seguida, o relatório será votado. Não será exigida a presença do indicado na primeira etapa. E § 2º: será concedida, automaticamente, vista coletiva, após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa".

Haverá um intervalo máximo de duas sessões entre a primeira e segunda etapa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Portanto, V. Exa. vai seguir o trâmite do § 3º que permite a V. Exa., a qualquer momento, apresentar o nome dele, desde que esteja dentro desse intervalo de duas sessões

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. Até o máximo de duas sessões.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, para esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O pedido de vista coletiva anula a possibilidade de um pedido de vista individual, por parte de algum senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

--que queira... Diferentemente do que acontece, por exemplo, na Comissão de Relações Exteriores, onde o pedido pode ser feito de maneira individual?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Exatamente, senador. A vista é concedida de uma única vez, vista coletiva do processo para todos os Srs. Senadores, membros desta comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Agora, a definição de uma ou duas sessões cabe exclusivamente ao Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ao talante da Presidência da Comissão. Obrigado, senador.

O Senador Valter Pereira havia pedido pela ordem, eu havia concedido a palavra ao relator do Item 04 da pauta, a Mensagem do Senado Federal nº 270, de 2009, cujo relator é o Senador Osvaldo Sobrinho, tratando da indicação do Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Com a palavra o Sr. Senador Osvaldo Sobrinho, para proferir o seu relatório.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, fui designado para ser o relator da indicação do Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto para um cargo público de relevância, que é a Diretoria Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura – DNIT.

O Sr. Geraldo é um homem que tem, apesar da tenra idade, muito jovem ainda, possui um currículo invejável. É um homem que já prestou serviço à nação em várias situações, em vários órgãos, e que eu gostaria de ler, inicialmente, o currículo dele, para que todos pudessem conhecer a pessoa que nós estamos falando.

Trata-se do Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto, é advogado, tem OAB de Minas Gerais, portanto, discípulo do nosso companheiro Salgado, Wellington Salgado, da sua terra, a [ininteligível] é muito boa. OAB é 50.114. Filiação de José Júlio de Souza e Rita Carmo Dias, natural de Ipatinga, Minas Gerais, nascido em 30/07/57. Esposa: Silvana Dias de Souza. Ele é doutor em [ininteligível] estudos de política e estratégia da Escola Superior de Guerra, feito em 1995, equivalência com graduação *stricto sensu* de doutorado. É doutorando em Direito Ferroviário, pela Universidade Argentina, tem pós-graduação lato sensu em Reengenharia Humana e Desenvolvimento de Pessoal, pela Faculdade de Humanidades Pedro II, Rio de Janeiro. Pós-graduado lato sensu em Ciências Políticas e Ad-

ministração Pública, Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, em 1996. Pós-graduado lato sensu em Políticas e Estratégias Nacionais, pela Fundação Universidade do Tocantins, em 99. Pós-graduado lato sensu em Administração Pública, Fundação Universidade de Tocantins, em 2000. Pós-graduado em Inteligência e Mobilização Nacional, em 1998; pós-graduado em Políticas e Estratégias Nacionais, pela ADESG, Rio de Janeiro, e o curso de Direito fora feito na Faculdade de Direito Vale do Rio Doce, em Governador Valadares. Atividade exercida: Secretário de Estado de Saúde do Estado do Tocantins; Secretário Executivo da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins; Diretor de Departamento Estadual de Relações do Trabalho; Secretário do Governo de Tocantins; Diretor do Departamento de Informática da Secretaria de Segurança Pública do Tocantins; Diretor do Departamento de Telecomunicações, também de Tocantins; Diretor Jurídico da Secretaria de Estado de Saúde do Tocantins; Professor Universitário na área de Informática Jurídica, em Tocantins; iniciação ao [ininteligível] de Direito e Direito Público e Privado. Foi delegado representante junto a INTERPOL, Diretor Implantador e Reconhecedor da Faculdade do Tocantins, Diretor-Geral da Faculdade União Educacional de Ensino Superior do Médio Tocantins, Presidente do Instituto Teotônio Vilela, Seção Tocantins, Assessor e Presidente da [ininteligível] e superintendente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. podia esclarecer? INTERPOL?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Polícia Internacional.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Engenheiro, com esse currículo todo, na INTERPOL? Não há um erro nisso aí, não?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Ele é advogado e engenheiro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, sim, mas delegado?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): É junto à Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na INTERPOL?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porque a INTERPOL é função para...

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Delegado, representante junto(F). Quer dizer, foi de uma função especial.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não tenho muito conheci-

mento, mas deve ser do PSDB, porque é ligado à Fundação...

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Teotônio Vilela.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Teotônio Vilela. Isso é coisa de tucano.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

É, né?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

E, também, ele é um homem que já passou por várias instituições e entidades. Entre condecorações e medalhas, ele é amigo da Marinha do Brasil, tem o título de amigo do [ininteligível] CPOR, também tem título de Distinção Adesguiana, da ADESG, membro da Escola Adesguiana, Medalha do Mérito de Tocantins, Medalha de Mérito João Gomes e, também, Medalha de Comendador de Santana do Livramento, do Rio Grande.

Tem várias viagens internacionais, a serviço da Escola Superior de Guerra, e também... As suas últimas funções foi membro representante em várias instituições, é professor de Direito Público e Privado da Universidade de Tocantins, Diretor-Geral da Faculdade, também, do Médio Tocantins.

Bom, é um currículo vasto, é uma pessoa de experiência. Parece-me que, pela primeira vez, o DNIT terá, na Diretoria Ferroviária, um engenheiro ferroviário também, com pós-graduação e doutorado, o que é, indiscutivelmente, um currículo, por mais que tenha todas as atividades que tenha feito, mas tem, indiscutivelmente, um currículo apreciável, um currículo que pode a gente ficar sobre ele. Passarei a ler o relatório.

“Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre Mensagem nº 270, de 2009; nº 1001, de 09 de dezembro de 2009, na origem, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 88, da Lei 10.233, de 05 de julho de 2001, com o nome do Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes”.

Relatório. *“Por meio da Mensagem nº 270, de 2009 e nº 1001, de 09 de dezembro de 2009, na origem, o Sr. Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte – DNIT.*

Nos termos do art. 52, III, ‘f’, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares dos cargos que a lei

determinar. A autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, o DNIT, é o órgão executor da política de transporte do Governo Federal, que é dirigido por um Conselho Administrativo e por sete diretores, nomeados pelo Presidente da República.

O parágrafo único, do art. 88, da Lei nº 10.233, de 2001, estabelece que os membros da Diretoria do DNIT serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação, pelo Senado Federal, nos termos do mencionado dispositivo constitucional. Determinado, ademais, que o ocupante desses cargos deve ser brasileiro, de idoneidade moral, reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT, ao lado de desfrutar de elevado conceito no campo dessas especialidades.

Atualmente, cursa o Curso de Direito Ferroviário, na Universidad Del Museo Argentino, em Buenos Aires. Sua experiência profissional abrange os seguintes cargos: Secretário de Estado do Tocantins... Que eu já li todos esses cargos, anteriormente, em seu currículo. Portanto, não consta publicações do indicado”.

Passo, agora, a analisar o cumprimento do disposto no art. 1º, o Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura. *“As informações, exigidas pelo inciso I, foram prestadas, conforme já detalhado nesse relatório. Para o cumprimento das exigências mencionadas no inciso II, foram apresentados os seguintes documentos: declaração do indicado de que não tem parentes em linha reta e que não tem, nem jamais tivera, qualquer tipo de vinculação profissional no setor de transporte; declaração do indicado de que não participa, ou participou, de empresas ou entidades não governamentais, seja pelo proprietário, dono ou gerente; declaração...”.* As declarações necessárias, que a Comissão exige, Sr. Presidente.

“Em síntese, as informações, contidas no currículo, anexado a Mensagem 270, de 2009, sugere que o indicado possui formação e experiência profissional adequadas ao exercício do cargo para o qual foi indicado pelo Exmo. Sr. Presidente da República e que não pesam contra ele ações ou processos que deponham contra a sua conduta moral.

Sendo assim, submetemos à apreciação e ao julgamento desta douta comissão a indicação do Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto, constante na referida mensagem presidencial, em cumprimento ao disposto do art. 52, III, ‘f’, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único, do art. 88, da Lei nº 10.233, de 05 de julho de 2001. Sala das Comissões”. Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu gostaria que o Sr. Geraldo... Porque para... Eu gostaria que ele prestasse--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Porque, de acordo... De acordo, senador, com o Ato nº 1... De acordo... Aqui diz... O Ato nº 1 desta comissão diz que não será exigido... Art. 2º, § 2º--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não será exigido, mas eu vejo outros indicados aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não será exigida a presença do indicado na primeira etapa, que é exatamente essa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Na segunda etapa, que é a próxima, na próxima reunião--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eu perguntaria à V. Exa. se caso ele estivesse aqui, se ele poderia já prestar esse esclarecimento, desse: "Delegado representante junto a INTERPOL".

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Claro que sim, mediante--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se não ele não dormirá, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mediante a vontade de V. Exa., ele poderia já responder, caso aqui estivesse.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São duas questões que eu gostaria que ele respondesse, e, atualmente, cursa o Direito de doutorado, na Universidade Del Museo Social, na Argentina. Como é que pode exercer uma função fazendo esse curso de doutorado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele está atrás de V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por gentileza, senador, com a permissão de V. Exa., V. Exa. poderia nominar de quem se trata, identificar-se, para os membros da comissão?

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO: Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, seu nome?

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO: Meu nome é Geraldo Lourenço de Souza Neto. A pergunta, Excelência, eu não... Eu estava lá fora, eu não ouvi a pergunta de V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Diz aqui o seguinte: "Atualmente, cursa o doutorado em Direito Ferroviário, na Universidade Del Museo Social, na Argentina, em Buenos Aires". O meu primeiro questionamento--

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO: Sim, senhor.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Eu poderia explicar antes isso aí, porque, na verdade, eu conheço esse projeto de pós-graduação, mestrado e doutorado. Hoje, existe uma ligação Brasil... Os países do MERCOSUL de uma forma em geral, que estão dando oportunidades para pós-graduação, mestrado e doutorado em várias universidades, Argentina, Paraguai--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Quer dizer, onde o aluno queria essas universidades... E a obrigatoriedade do aluno é a mesma do cumprimento da carga horária que a CAPES exige aqui, mas se o aluno vai duas vezes e faz, manda o trabalho lavrado aqui, duas vezes por ano, ele vai e fica 15 dias no primeiro semestre e 15 dias no segundo semestre... São cursos já aprovados, alguns deles têm equivalência com os cursos do Brasil.

Agora, cada universidade no mundo especifica seu tipo de trabalho e a forma como o aluno faz a sua pesquisa. Portugal faz assim, nós temos vários alunos de Cuiabá fazendo em Coimbra, em universidades, também, espanholas. Então, hoje, é muito versátil e tem até o tipo de mestrado e doutorado sanduíche, que faz a parte aqui, faz a parte da outra, quer dizer, isso tornou-se muito dinâmico, esse processo de pós-graduação.

E alguns países já fazem até a distância, o aluno nem lá vai frequentar, ele manda só o trabalho e os professores vão, na época do exame, ele presta o exame lá, primeiro se submete ao trabalho, depois vai e faz--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São 15 dias, então, por ano?

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO: Não, são--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): 30 dias--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos ouvir o...

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Dois parâmetros--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porque ele é que--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Só para explicar, porque eu sou Relator—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Eu sei.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

--eu gosto de saber o que ele faz. Por favor.

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO:

Senador, é um curso reconhecido pela *CONEAU*, da Argentina. Lá, hoje, na Argentina, tem mais de 4 mil alunos. Nós vamos durante dois anos, fazemos a parte doutrinária, que nós terminamos agora, este ano.

São 15 dias no primeiro semestre, 15 dias no segundo semestre, durante dois anos. Após isso, nós temos dois anos para entregarmos o projeto, a tese, para fazer a defesa de tese.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

São apenas 30 dias que, de qualquer maneira, Sr. Presidente, evidentemente que isso não vai prejudicar a sabatina dele, mas é bom dizer que é um funcionário público diretor de uma agência que se ausenta para um curso no exterior duas vezes por ano. Isso era preciso que se desse uma examinada, e não vamos prejudicá-lo por esse caso, mas V. Exa. disse, são 15 dias, 15 com mais 15 são trinta. Quem é que paga essas ausências?

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO:

Essa fase nós já passamos, Excelência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Como?

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO:

Essa fase já está vencida. Nós já terminarmos a fase de doutrina e agora--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

E agora, a parte.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Agora é elaborar a tese.

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO:

Acabou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Essa parte da tese.

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO:

Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Essa parte da tese é apenas--

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO:

Dois dias.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Ah, bom. Mas de qualquer maneira é uma questão que eu preciso que se veja, prezado Senador, é uma questão eu preciso ver.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Sem dúvida.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Agora, segundo, eu queria só essa explicação: o que significa a figura do delegado representante junto à INTERPOL?

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO:

Na verdade, eu tenho a formação jurídica, delegado de polícia de carreira, de classe especial, e fui representando o Estado do Tocantins junto à INTERPOL Brasil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Aqui não tem a sua formação de delegado.

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO:

O cargo de delegado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Não, a formação--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não tem. Eu li também, não tem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Eu gostaria, Sr. Presidente, que esse currículo fosse devolvido para a inclusão da função, ele é delegado de carreira, eu acho que nós não podemos omitir, até porque é uma carreira brilhante, uma carreira fantástica.

E aí eu achei... O grande erro, que eu achei -- o senhor não me leve a mal -- o senhor foi agraciado com a honrosa função de delegado representante da INTERPOL. Então, o senhor tem uma formação de delegado. E não seria bom para o seu currículo essa omissão.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Sr. Presidente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Eu pediria que fosse incluído.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Sr. Presidente, eu peço --

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB-AL): A solicitação de V. Exa. será atendida imediatamente, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB-AL): Eu solicitaria que o Sr. Relator pudesse fazer--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Eu peço que inclua... Eu peço que a Mesa inclua no currículo do indicado esse cargo que foi citado agora, até para ficar mais completo o currículo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

E o registro da omissão. Essa omissão é inaceitável, nós estamos aqui apreciando o nome de pessoas que vão ocupar agências reguladoras. Não há porque, Sr. Presidente, a omissão de funções exercidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Que seja feita a indicação do indicado como--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Isso é um precedente inaceitável, afinal de contas--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E também a colocação do Senador Heráclito Fortes, que faça constar, por favor, no relatório do Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidentemente que continuo a dizer--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Ok.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De minha parte não prejudicará em nada, mas não se pode aceitar precedente dessa natureza. Afinal de contas, isso é um currículo que vai para os anais da Casa. Como é que ele é delegado da INTERPOL sem ter um curso?

Eu estranhei, eu sou uma pessoa observadora. E afinal de contas eu vejo o Senador Romeu Tuma, que foi vice-Presidente da INTERPOL, e mostrar com muito orgulho a sua origem. Então, eu acho que pode ter sido um lapso, uma má orientação de Assessores, não é de bom alvitre essas omissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, pela sua observação.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Eu queria somente fazer uma correção para--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Osvaldo Sobrinho, como Relator.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Se o senhor me permite, eu acho que, quando ele, aqui, na [ininteligível], coloca "delegado representante junto à INTERPOL", ele já está falando que é delegado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não. Não. Delegado... Existem vários tipos de delegado. O Presidente Collor, no exercício de Presidência da República, nomeou inclusive Parlamentares para exercer cargo de delegado plenipotenciário. Você tem, no meio civil, as delegações. Delegado deriva de delegação, e não da função.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Tudo bem, ótimo. Eu entendo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O delegado, aqui no caso, é o delegado--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Certo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --que deve ter sido concursado.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Mas eu acredito, aí--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O senhor é da polícia de onde?

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO: Polícia Civil, concursado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De que Estado?

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO: Tocantins.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Do Tocantins. Então, falta...

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Então, eu acredito que... Se o senhor me permite--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é verdade?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Na verdade, eu estou fazendo um relatório e não tenho nenhuma--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro, V. Exa. não tem nenhuma culpa, recebeu--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Lógico. Agora, eu acredito que não houve nenhuma má intenção do indicado--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, de maneira nenhuma.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Porque ele colocou, se ele quisesse omitir--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro!

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): --alguma coisa não colocaria que é delegado... Que tinha sido delegado da INTERPOL.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Isso, muitas vezes--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): V. Exa. tem razão, é importante--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --a culpa...

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): É importante essa--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Isso muitas vezes a culpa é do mau assessor, que esquece que ele é da origem--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A origem dele foi delegado, e talvez tenha sido a parte mais bonita da vida dele, o começo da vida--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Toda a origem--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O senhor tem algo contra delegado?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, pelo contrário. Eu tenho algo a se omitir que um dia ele foi delegado. A omissão—

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Ok, mas eu peço a—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pelo contrário, eu estou aqui defendendo a carreira, defendendo a profissão.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Beleza. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, está em discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador João Ribeiro. Continua em discussão o relatório do Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero dizer que o indicado, Dr. Geraldo Lourenço, é meu particular amigo, é delegado de carreira, realmente, do Estado do Tocantins, com uma carreira brilhante.

E que... Sei que ele deve ter muito orgulho das funções que exerceu na vida. Eu sei que... Viu, Senador Heráclito Fortes, eu acho até que deve ter sido em função da extensão do currículo, o fato dele ter feito essa citação na questão da INTERPOL, eu acho que ele... Houve esse lapso na questão da informação do currículo. Mas eu tenho certeza que isso não prejudicará—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, da minha parte, de maneira nenhuma.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu sei.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero que V. Exa. entenda o seguinte—

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu sei.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O que é que ficou aqui estranho? “Delegado representante junto à INTERPOL”. Mas por que delegado junto à INTERPOL? Ele tinha que ter uma qualificação para ter sido nomeado para essa função.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Claro, claro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, a minha preocupação inclusive é com—

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu sei, Senador Heráclito Fortes, eu só estou—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --a própria biografia do indicado.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Pelas colocações de V. Exa. É que eu estou fazendo a minha

argumentação dessa forma, dizendo que é uma pessoa que eu conheço e que está exercendo... Já exercia interinamente, não exercia a função, mas já está trabalhando no Ministério.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu daria até um exemplo aqui: “Assessor do Presidente da Infraero” é um cargo menos importante do que ter sido delegado.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): É claro, claro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E não está omitido, está aqui.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): É o que eu coloquei. Eu acho que em função do currículo—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é verdade?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): --tão grande, eu acho que ele acabou pecando. Isso não quer dizer que seja problema, V. Exa. mesmo acabou de dizer que não. Eu acho que a informação que eu posso dar é que sei que o Dr. Geraldo é uma pessoa capaz e que, com certeza, para exercer esse cargo aqui, precisa ter a disposição do Governo do Estado de Tocantins.

E eu... Ele sabe que, na época, eu interfeiri junto ao Governo do Tocantins para que ele viesse prestar esse serviço em Brasília, até porque é uma função que engrandece a todos nós lá do Estado, que não temos ninguém no Superior Tribunal em Brasília, não temos um Ministro, não temos cargo nenhum de destaque.

Eu acho, Dr. Geraldo, que esse será o cargo de maior destaque para um tocantinense, V. Exa. que é mineiro, um amigo que é mineiro, mas que está no Tocantins desde o início, desde a sua fundação. Foi o que ajudou lá, exerceu o cargo de Secretário de Estado, enfim, teve várias missões importantes, e todas elas eu sei que fez com capacidade e com competência.

Então, eu não tenho dúvida, Senador... Não, o Senador, Osvaldo Sobrinho, nosso querido amigo Osvaldo Sobrinho, que o Dr. Geraldo Lourenço fará um grande trabalho diante da Diretoria Ferroviária no Ministério dos Transportes. E, da minha parte, ele contará com todo o apoio, apoio integral, para que ele possa exercer ali o seu mandato. O que eu puder ajudar eu estou pronto para contribuir, para colaborar. E espero que ele faça realmente como fez nas outras funções que passou por essa vida afora, que exerceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Sr. Senador João Ribeiro pela sua colocação.

Então, a solicitação do Senador Heráclito Fortes ao Sr. Relator Senador Osvaldo Sobrinho foi atendida pelo Sr. Relator e será incluído no relatório esse aden-

do da sua função, de delegado de polícia civil, o que então enseja essa indicação que ele teve--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Poderia até explicar de em termos mais claros. Nós estamos vivendo em uma casa política, em um mundo político. Vamos dizer que amanhã venha uma acusação de que ele, como delegado, tenha combatido o crime organizado no Tocantins, mas nós não sabemos disso. E a Comissão foi omissa? Foi negligente? Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem toda a razão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Então, eu quero proteger os dois lados. Quero protegê-lo e quero proteger a Comissão. Até porque eu recebi um pedido de que olhasse com atenção o caso dele, que é uma pessoa que eu tenho muito apreço, que é o ex-Senador Júlio Campos. E eu não quero faltar com o Senador Júlio Campos com a minha dedicação, mas acima de tudo com a verdade. Daí por que esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. A solicitação do--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --Senador Heráclito Fortes está devidamente atendida de acordo com a aquiescência do Senador Osvaldo Sobrinho, e isso na próxima reunião, quando da sabatina, já estará sendo distribuída aos Srs. Senadores a nova versão, a nova versão ou adendo à versão original apresentada pelo candidato. Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, eu já vi que o Senador Heráclito Fortes está satisfeito por esta inclusão. Eu queria perguntar se está atendido, para que possa ficar nos anais o requerimento onde o Senador Osvaldo Sobrinho irá incluir. Está satisfeito?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Perfeitamente. Resolve... Por parte da Comissão eu acho que nos atende, perfeitamente. Não tem nenhum problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira mais discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do ato nº 1 de 2009 da Comissão de Infraestrutura.

Eu peço que faça chegar às mãos do Sr. Senador Osvaldo Sobrinho um ofício recebido por esta Mesa, mas endereçado ao Sr. Senador Relator dessa última matéria agora analisada, por parte do Diretor Executi-

vo na ANTF. Por favor, eu peço ao Secretário que faça chegar às mãos do Senador Osvaldo Sobrinho.

A segunda parte desta reunião destina-se à realização de Audiência Pública integrando a Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais, sobre o terceiro desafio: “Infraestrutura e Políticas Públicas”. Apresentaremos hoje o painel nº 5: “A Infraestrutura e a Integração na América Latina”, com os seguintes participantes, que aproveito e convido para que tomem assento à Mesa:

Dr. Rodrigo Otaviano Vilaça, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, ANTF; Dr. Everton de Almeida Carvalho, Engenheiro Nuclear, Secretário-Executivo da Federação das Câmaras [soa a campanha] de Comércio da América Latina e Presidente da Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento, ABIDES; Dr. Paulo Augusto Vivacqua, Diretor Presidente do Corredor Atlântico do MERCOSUL; e Dr. Luiz Alberto Mincarone, Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais.

Sejam V. Sas. bem-vindos a esta Comissão e a esta Audiência Pública. Concedo a palavra ao Dr. Paulo Augusto Vivacqua, Diretor Presidente do Corredor Atlântico do MERCOSUL. V. Sa. dispõe de vinte minutos para sua exposição.

SR. PAULO AUGUSTO VIVACQUA: Inicialmente, eu agradeço ao convite do Senador Fernando Collor e à Comissão de Serviços de Infraestrutura pela oportunidade de apresentar algumas ideias sobre a integração da América do Sul a esta Comissão.

Nós presidimos um centro de planejamento estratégico dedicado à integração da América do Sul. Dirigimos os projetos Carajás, Norte-Sul, Ferronorte, Ferroeste, Corredor Centro-Nordeste, Centro-Oeste, Corredor Bioceânico, Norte Peruano e o Corredor Marítimo Vitória-Zarate, dentre outros projetos.

Nós fundamos a Valec, e aqui são envolvidos cerca de 10 mil quilômetros de ferrovia. Nos projetos Carajás, Ferrovia Norte-Sul e Ferronorte nós contamos com um poderoso apoio em várias etapas, em várias circunstâncias, do Presidente Senador Fernando Collor, do Presidente Sarney, Senador e depois Presidente Sarney.

O Senador, Presidente Collor, na época, nos ajudou de forma decisiva a estruturar o Corredor Centro-Leste. Este corredor aqui hoje é um dos três maiores corredores de grãos do Brasil, e ele promoveu ao ser articulada uma economia, está promovendo, de mais de 200 milhões de dólares de fretes ao setor agrícola do país. Próximo, por favor.

O tempo e o curso das viagens, objeto de ações da política global de transportes, tem caído continuamente em função dessas políticas globais. E, em

consequência, o comércio global tem subido também dramaticamente, em função dessa queda. Próximo.

No Brasil, não tem sido assim. O tempo e o custo das viagens se estabilizam há décadas num patamar muito alto, motivado pelo predomínio de um tipo de matriz, a rodoviária, sobre as demais. E é uma política vinculada a interesses de um setor específico, e nos coloca de forma muito diferente do resto do mundo, nessa quadra já há várias décadas. Próximo, por favor.

Para se ter uma ideia, o nosso custo médio de transporte interno é o dobro do Canadá, China, Rússia e Estados Unidos. O dobro. Nós estamos perdendo aí cerca de 21 bilhões ou 20 bilhões de dólares por ano de crescimento de PIB por esta razão. E aqui está uma comparação entre Brasil e Canadá. A matriz canadense é mais ou menos bem distribuída aqui entre navegação, ferrovias e rodovias. A nossa é predominantemente ferroviária.

É isso nos coloca em uma posição de muito baixa competição internacionalmente. Nós estamos abaixo de todos os BRICs no Fórum Internacional de Competitividade. O Brasil está aqui, em 72º lugar, abaixo da China, Índia, Rússia. Em primeiro lugar estão os Estados Unidos, em termos de competitividade. Por favor, a próxima.

O comércio mundial se concentra muito entre essas três macrorregiões aqui: o leste da Ásia, Europa e Estados Unidos. Aqui estão os maiores portos do mundo que evoluíram nos últimos 15 anos, de posições quase que insignificantes, como, por exemplo, aqui um porto como... Tomemos Xangai, um milhão de containers 15 anos atrás, 22 milhões de containers hoje.

E outros portos, como Cingapura, de dois para 25 milhões. China, nada para dizer 19 milhões, tem havido uma imensa evolução em tamanho de navios, movimento comercial, movimento de portos. O nosso principal porto, que é Santos, movimenta apenas cerca de dois milhões, dois milhões e meio de containers ano.

E nós também não fazemos trânsitos transcontinentais aqui, como são feitos lá nos Estados Unidos, na Europa e também... Principalmente Estados Unidos e Europa. E aqui vige, nessas regiões, o transporte interno multimodal, ferroviário, hidroviário, de navegação. Próximo, por favor.

Na América do Sul, a consequência deste fato é que o nosso continente fica todo... É como se fosse um arquipélago, concentrado o PIB e concentrada a população nas bordas continentais. O grosso do comércio é feito para fora, pouco comércio para dentro, e no centro uma ilha de recursos naturais cercada aí por fretes altos por todos os lados.

Nós estamos perdendo em termos continentais, também, aí, cerca de 37 bilhões de dólares de cres-

cimento de PIB. E eu chamo a atenção para que 70% da população e do PIB concentram-se aqui na borda Atlântica do continente.

Nós temos custos altos em todo o continente, população costeira, comércio, como disse, mais para dentro, pouco para dentro e muito para fora, recursos naturais subaproveitados, uma economia pouco competitiva, alto consumo de combustível e grande emissão de CO₂, por essa razão. Por favor, próximo.

E aqui se verifica que o comércio que fazemos com esta banda do continente é muito pequeno, 4% com o Caribe, 4% com o pacífico Norte, 8% do comércio que esses países fazem com o exterior. É muito pouco, soma apenas 16 bilhões de dólares. É por causa dessa desarticulação. Próximo, por favor.

Se nós construirmos esta ferrovia, que já projetamos, está em construção uma parte, que é a Feronorte, em construção, projeto nosso... Projetamos a sua continuação através dos Andes até Bayovar, no Pacífico, conseguimos aqui pousar nos Andes, a baixa altura, apenas 1800 metros. Se fizermos esta ferrovia, dinamizarmos a Santos-Antofagasta, dinamizarmos a navegação pluvial e oceânica por todo o Rio Amazonas, e dinamizarmos, aqui, a cabotagem, nós poderemos unir o PIB do Nordeste, por exemplo, neste caso aqui de cima, que é um PIB grande, de 500 e tantos bilhões de dólares, com os PIBs aqui dessa região – 600 e tantos bilhões de dólares – e com o PIB do Caribe.

Aqui quase não há comércio entre essas regiões, e poderemos, então, aumentar de muito o comércio, dinamizando essas rotas fluviais aqui por cima. E por baixo, também, neste caso, unindo esta região aqui, que é a principal região econômica do hemisfério Sul, muito mal costurada com o continente por esta ferrovia, e dinamizando essa, unir esta região e também esses países. E facilmente poderemos fazer, aí, mais 12 bilhões de dólares de comércio sobre os 16 atuais. Por favor, o próximo.

Em termos, assim, mais globais, esta concentração econômica aqui ao longo do Atlântico, onde nós temos esses grandes PIBs, desde o Caribe, passando pelo PIB do Nordeste, o PIB do Sul, Sudeste, grandes PIBs aqui, um trilhão de dólares, com os PIBs da Argentina e Uruguai aqui em baixo, 500 e tantos bilhões de dólares... Esses PIBs são unidos entre si pela costa, por dentro, por Rodovia, um absurdo. Isso, em face do Atlântico, são distâncias superiores a Lisboa, Moscou, isso tudo vulnerabiliza muito essas economias. Quem está aqui não pode vender para cá e vice-versa, porque vende a custo muito caro, vende menos do que deveria. E se não houvesse aqui as tarifas protetoras de fora, através de navegação entrariam aqui de forma

franca, por navio, em todas essas cidades, produtos do mundo todo.

E aqui nós temos 28 cidades grandes, 82 milhões de habitantes, um PIB somado aqui de dois trilhões de dólares, vulnerabilizados por essa exposição fácil à competição externa. Só barrados pelas tarifas. E veja como as coisas procedem aqui em Miami. Quer dizer, completamente diferente.

Chega aqui um grande navio, rapidamente ele é descarregado, barcas e navios pequenos pelo litoral distribuindo para as cidades dos Estados Unidos, caminhões só até 300 quilômetros e ferrovias além, assim procedem eles lá. Próximo, por favor.

Isso tudo pode ser resolvido de uma maneira simples, ou pelo menos a estrutura central, nós traçamos aqui na Valec esta ferrovia, esta que une o Nordeste ao centro do Brasil, esta que une até Santarém-Cuiabá, e de Cuiabá até o Pacífico agora, como nós mencionamos. Essa ferrovia, a dinamização desta, como vimos, a dinamização da cabotagem dos dois lados, e complementos aqui e ali de ligações, e dinamização dos rios, isso produzirá outro continente. Um continente de custo mais baixo.

E o custo estando mais baixo, e tendo como ir e vir, o comércio naturalmente acontece, porque é uma atividade social de base, da raiz da sociedade, as pessoas começam a fazer negócio. E esse continente poderia dar um salto de crescimento. Próximo, por favor.

E, no caso brasileiro, aqui com mais detalhe, aqui está a concentração populacional e economia do país, a nossa grande base industrial, a principal, eu repito, de todo o hemisfério Sul do globo. Aqui estão 170 milhões de hectares que podem ser cultivados, é igual à área toda, hoje, sob cultivo nos Estados Unidos, a ser cultivada no cerrado.

Cerca de 15 Itaipus, 150 gigawatts de potencial, energia hoje é tudo no mundo. Isso tudo poderia ser interconectado pela cabotagem, as cidades costeiras todas entre si, para dentro por ferrovias, para o Pacífico por ferrovias e hidrovias. Enfim, teríamos essa grande integração criando outro país, desafogando as cidades costeiras com empregos no interior, atraindo para lá a população, isso tudo a um custo relativamente baixo, como nós vamos mostrar. Próximo, por favor.

E como fazer isso? Essa situação é muito estável, essa situação ruim do Brasil está estável há décadas. Portanto, tem fortes forças sociais, políticas e econômicas sustentando isso. É o setor, basicamente, já estabelecido aqui há décadas, e todo o complexo em torno das rodovias. Nós queremos mudar isso, atribuir à nossa matriz uma configuração normal.

E como criar força para movimentar todas essas outras forças que mantêm a estabilidade negativa,

digamos assim, dessa situação? Nós imaginamos – estamos trabalhando para isso – criar uma frente de cidades costeiras e portos de navegação feita por... Composta por prefeitos das cidades portuárias, que muito perdem com essa situação, associações comerciais e industriais.

E criar também, paralelamente, uma frente de agricultura e logística, onde se associa a força política da agricultura, que é grande, com a agroindústria, a agricultura do país, formando aqui um complexo forte e influente, e aqui outro, capaz de movimentar a nossa matriz para onde ela deve estar. E atribuir às cidades um poder sobre seus portos, um poder forte, para que as cidades tenham no seu porto um pilar forte do seu crescimento, as cidades portuárias, e não como é hoje, o porto para lá e a cidade para cá, como se nada estivesse acontecendo. A cidade para cá e o porto para lá, e sem navegação, e as rodovias fazendo o trabalho.

Se as cidades assumirem a liderança, através dos seus prefeitos e das suas associações empresariais e toda a sua sociedade, o poder sobre seus portos pode transformar a cabotagem em um período curto, porque a cabotagem é até uma solução muito simples, porque o mar está aí, não precisa ser pavimentado, não precisa fazer terraplanagem no mar. É só endireitar os portos e botar navios, facilitar a ida do navio para o mar. Próximo, por favor.

Aqui está uma simulação que nós fizemos, nós simulamos a evolução da nossa matriz para uma matriz parecida com a do Canadá. Menos rodovias, o dobro de ferrovias e três vezes mais navegação. Nós simulamos os resultados que isso traria para o país. Próximo, por favor.

Os resultados estão aqui. Nós economizaríamos, em 25 anos, 600 bilhões de dólares, de energia que seria... Deixaria de ser gasta. As empresas economizariam 800 bilhões de dólares acumulados em 25 anos, uma soma colossal, que seria aplicada pelas próprias empresas no seu desenvolvimento e geração de empregos. Nós deixaríamos de emitir cerca de 800 milhões de toneladas de CO₂, uma contribuição poderosíssima à questão ambiental global. Nós evitaríamos, em termos de morte, cerca de 360 mil mortes evitadas com essa nova matriz. Empregos, nós criaríamos, com essa nova matriz, cerca de 38 milhões de empregos, cerca de duas mil novas cidades a modo de cem mil, no interior. O PIB cresceria quase quatro trilhões de reais a mais em 25 anos, e a arrecadação de impostos seria aí da ordem de mais de 600 bilhões de dólares, acumulados ao longo de 25 anos.

E o custo disso? Em termos de investimento em infraestrutura direta, 20 a 25 bilhões de reais. Só. Por-

tanto, é uma coisa inteiramente factível e simples de ser feita, e inteiramente ao nosso alcance. Próximo, por favor.

Agora, veja o seguinte: Os transportes... Isso é outro lado da questão, que é um lado extremamente importante. Os transportes abrindo o centro do país à ocupação e à exploração de recursos naturais, os quais nós somos abundantes, e leva... Esta equação, quer dizer, abrir o centro e explorar recursos, tem que ser cuidada, essa equação, de forma que essa exploração seja feita evitando-se a predação dos ecossistemas brasileiros e dos sistemas, o que não tem sido feito.

A ocupação central do Brasil é feita sem um planejamento correto. Aliás, às vezes, sem planejamento nenhum. Então, se eu abro o acesso ao interior, eu estou abrindo também o acesso a uma brutal depreciação do nosso capital natural. É preciso abrir, levar, em um contexto de planejamento e proteção daquele planejamento, para que ele seja efetuado.

E que planejamento é esse? Preservação de ecossistemas – 1; 2 – uso dos recursos naturais de formas sustentáveis. Não adianta eu abrir uma jazida de minério de ferro e explorá-la rapidamente, esvaziar e criar um buraco. Eu tenho que explorar dentro um clima e de um ritmo útil ao país, que não é da noite para o dia. Isso precisa ser visto, não existe isso. A política de transporte tem que ser feita de forma coordenada com a política de exploração dos recursos do interior, e coordenada com a política de cuidados com os ecossistemas. Senão, eles desaparecem nesse contexto. O que tem acontecido.

E maximizar os resultados dessa exploração de recursos naturais, no sentido de *upgrade*, melhoria, criação de recursos humanos a alto nível. Os recursos obtidos pela exploração, por exemplo, de jazidas minerais, têm que ter correlação direta com educação, formação de quadros e elevação do padrão da população. E da mesma forma tem que ter relação direta com a construção da infraestrutura, inclusive saneamento, moradia, ferrovias.

Isto é uma opinião inclusive de Paul Krugman, Prêmio Nobel de Economia de 2008. E é preciso se ter, neste caso, sempre esta interrelação aqui: Que a riqueza de um país é a soma da riqueza natural; da soma do seu capital humano, da qualidade dele; e a soma dos seus recursos físicos. Se eu uso os recursos naturais sem utilizá-los para aumentar recursos físicos e recursos humanos, eu estou simplesmente depredando ou explorando predatoriamente um país. Então, a política de transporte tem esses três componentes, pelo menos: Cuidar dos recursos naturais de forma adequada e fazê-lo trabalhar em função de recursos humanos e recursos físicos. O próximo, por favor.

Agora, uma questão que sempre é preciso ter em mente quando se trata de projetos macroscópicos, megaprojetos, como esse dos quais estamos falando. Devemos ter em sempre em mente o seguinte: projetos macroscópicos, megaprojetos, são sempre ou quase sempre anunciados de forma manipulada. Esses projetos são sempre apresentados como produzindo receitas superestimadas, benefícios econômicos sociais e ambientais superestimados, e são subestimados ou omissos: Investimentos, custos, prazos, impactos econômicos e sociais. Isso acontece muito.

Então, sempre que um macroprojeto é apresentado, ele tem que ser discutido à exaustão com a sociedade, de forma muito transparente, para que não sirva de novo a interesses que não são os da República de uma maneira mais geral. Próximo, por favor.

Nós estamos trabalhando, hoje, com a nossa sociedade sem fins de lucro, na promoção desta frente das cidades portuárias, da cabotagem, dessa frente agrícola e de logística da qual falamos, e promovendo projetos específicos, como essa ferrovia que cruza os Andes até Bayovar; a promoção da melhoria daquele eixo ferroviário de Santos-Antofagasta, de um porto centro amazônico, que visa ligar a economia do Nordeste e do Norte às economias através do Rio Amazonas, do Noroeste da América do Sul. E também estamos promovendo a eletrificação ferroviária.

O Brasil deveria, hoje, já ter seus principais troncos de carga. Carajás, ferrovia Vitória-Minas, aqui em baixo, e os troncos Belo Horizonte/Rio/São Paulo eletrificados, porque consome menos combustível e a nossa eletrificação é basicamente de origem hidráulica. Portanto, é menos emissão ainda.

E um projeto que estamos promovendo também é florestas, água e energia, que é, nas regiões do país, onde possível, promover reflorestamento para melhorar a produção de água dos mananciais e de energia em conjunto; e envolver a população nesse tipo de planejamento na base. Isso é outro projeto, que nós chamamos de geoplanejamento municipal de base. Próximo.

Nos fomos agraciados, através das nossas atividades nos último 30 anos, com o título utilidade pública pela província de Buenos Aires, pelo governo do Espírito Santo, pela cidade de Vitória, fomos eleitos membros desse comitê pró-corredor da OEA, e temos sido objeto de tese, fomos, [soa a campainha] pela Universidade do Texas.

Eu agradeço a atenção de todos, e fica encerrada aqui a minha exposição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Paulo Au-

gusto Vivacqua, Diretor Presidente do Corredor Atlântico do MERCOSUL.

E V. Sa., Dr. Paulo Vivacqua, trouxe à baila a importância da formação de quadros de nível técnico à altura das nossas necessidades, para suportar um processo de desenvolvimento sustentado do Brasil nos próximos anos. E esse, inclusive, será o objeto... Esse tema, inovação, recursos humanos, sua qualificação, será o objetivo das Audiências Públicas que nós, desta Comissão, estaremos realizando no primeiro semestre de 2010, em que nós pretendemos reunir, nessas Audiências Públicas, o mundo acadêmico, o mundo empresarial e os agentes públicos. E encontrar uma maneira de fazer interagir a necessidade da iniciativa privada com aquilo que pode disponibilizar as universidades públicas e/ou privadas para o atendimento na formação de quadros específicos.

Por exemplo, nessas Audiências Públicas, realizadas neste ano, nós sentimos sempre, em várias dessas reuniões, a reclamação de alguns de seus participantes quanto à falta, por exemplo, de engenheiros. Há uma falta, hoje, enorme, de engenheiros no país.

Há uma falta muito grande de projetistas. Tanto que o Programa de Aceleração do Crescimento vem sofrendo bastante em função não da ausência de recurso e da sua disponibilidade para aplicação, mas, sobretudo, pela ausência de projetos. E quando a gente vai ver na origem, porque o projeto não foi realizado, sempre vem, também, a resposta: Nos faltou pessoal especializado para a execução desses projetos.

De modo que esse é um ponto pouco observado, pelo que nós notamos no noticiário e nas discussões que são feitas hoje, no Brasil. É muito em função do que está sendo anunciado em termos de investimentos, em termos do que se pretende fazer, mas há que se ter uma preocupação em relação à formação de recursos humanos com alta qualificação e com a qualificação que atenda à demanda do mercado. E que o mercado esteja necessitando, para exatamente o país poder sustentar esse salto no desenvolvimento qualitativo que pretende nos próximos anos.

Agradeço mais uma vez ao Dr. Rodrigo Vilaça pela sua... Desculpe, ao Dr. Paulo Vivacqua, Diretor Presidente do Corredor Atlântico do MERCOSUL. Agradeço ao Dr. Paulo Vivacqua, portanto, a sua explanação, e passo a palavra ao Dr. Luiz Alberto Mincarone, Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais, ABTI. V. Sa. dispõe de vinte minutos para sua exposição.

SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE: Muito obrigado. Minha boa noite, eu queria saudar o Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor de Mello, aos demais colegas e aos que estão presentes.

A nossa colocação, do ponto de vista mais rodoviário, já que a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais congrega as empresas do transporte rodoviário que fazem a ligação não só do MERCOSUL, mas também na região Norte, com a Venezuela, principalmente, Cone Sul, Peru, Bolívia, Equador também. Próximo.

Bom... Pode passar, por favor. Bom, nós, dentro das questões de infraestrutura, a questão do transporte é muito importante e é um elemento vital na integração regional, para facilitar o fluxo de bens e pessoas. Sem desmerecer as outras necessidades de infraestrutura, o transporte é o elemento que dá o início e a arrancada de toda a integração entre os povos do mundo. Próximo.

Bom, nós precisamos de um transporte adequado, porque com essa infraestrutura de transporte adequado... E aí vem desde a infraestrutura de rodovias, passando por infraestrutura de aduanas e a integração intermodal, que é muito importante também. A partir daí é que nós vamos conseguir baixos custos e a competitividade dentro da América Latina.

Como falou o nosso palestrante Paulo Vivacqua, realmente os custos dentro da América Latina são muito altos e isso inviabiliza, praticamente, as operações comerciais entre alguns países da região, principalmente aqueles mais distantes ou que tem áreas vazias, como a Floresta Amazônica, entre eles.

Essa integração vai se dar através de eixos rodoviários, ferroviários e aquaviários, essencial, e aí nós temos que distinguir um pouco a questão dos eixos, porque cada um tem a sua especificidade. Enquanto que em várias regiões o ferroviário vai se sobressair, podemos ter outras regiões na qual o rodoviário possa ser mais competitivo. É o caso, por exemplo, Rio Grande do Sul com o Uruguai, que são distâncias extremamente curtas, na qual o rodoviário é o mais indicado.

Bom, nós temos a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana, o IIRSA, que é um programa conjunto dos 12 países da América Latina. E ele procura a promoção do desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicações de uma forma sustentável e equitativa, através da integração física desses países. Através disso, se estimula a integração política social e econômica sul-americana. Oficialmente, o IIRSA é uma iniciativa multinacional, multissetorial e multidisciplinar, que contempla os mecanismos de coordenação entre os governos, instituições financeiras multilaterais e o setor privado.

Dentro do IIRSA, nós temos dez principais eixos de integração e desenvolvimento. Desde o Eixo Andino; Eixo Andino do Sul; o Eixo Amazonas; o Eixo Caicórnio; o Eixo do Escudo das Guianas; o Eixo Sul;

o Eixo Interoceânico Central; o Eixo Hidrovia Paraná, Paraguai, Paraná; o Eixo MERCOSUL-Chile; e o eixo Peru, Bolívia e Brasil.

Aqui, nós temos um mapa que basicamente dá uma noção para nós, assim, desses eixos, e alguns pontos que depois nós vamos destacar. O nosso enfoque do trabalho foi partir dessas integrações que têm fronteiriças, porque a integração de infraestrutura, seja rodoviária, ferroviária ou até hidroviária, se baseiam nas fronteiras.

As fronteiras são os pontos de integração onde os países conseguem se comunicar. Não só a comunicação de transporte, mas, também, a comunicação de energia também é feita por linhas de transmissões, que contemplam as regiões fronteiriças. Próximo.

Bom, nós já tivemos, agora recentemente, em setembro, a inauguração de uma ponte no Município de Bonfim, no Estado de Roraima, liga a Guiana com o Brasil. Essa ponte facilita muito o transporte, o escoamento da produção agropecuária e as mercadorias da Zona Franca para essa parte das Guianas. Então, isso faz parte do Arco Norte, que liga o Brasil com a Guiana, Suriname e Guiana Francesa, integrando o norte brasileiro ao Caribe.

Então, aqui, nós temos, além desta ponte que foi inaugurada recentemente, nós já temos há mais tempo a integração do Brasil com a Venezuela, através de rodovia asfaltada que sai de Manaus, Boa Vista, e vai penetrando na Venezuela pela fronteira, que pode chegar hoje até Caracas, perfeitamente, via rodoviária. De Manaus a Caracas nós já temos uma integração bem elaborada e com uma boa infraestrutura.

Nós temos o Brasil e Peru, uma fronteira de Assis-Brasil em Aparí, na qual existe um investimento forte do Brasil dentro do Peru, com financiamento do BNDES e aporte do governo brasileiro, para a construção de uma rodovia que corta o Peru para chegar aos portos do Pacífico.

Também temos a integração Brasil-Bolívia, em quatro fronteiras menores. Algumas fronteiras para um tráfego mais regional e outras que permitem uma integração com as ferrovias bolivianas, como é caso de Corumbá-Porto Suarez, que hoje é o principal acesso que temos, no Brasil, para a Bolívia, na qual tanto caminhões como trens levam as mercadorias da fronteira boliviana para dentro do país. Próximo.

Bom, o Brasil... Com o Paraguai já são outros perfis, são normalmente fronteiras secas, sendo que as quatro fronteiras habilitadas para o intercâmbio comercial são a Ponta/Pedro Juan Caballero, Guaíra/Novo Mundo, com o Salto Del Guaíra do outro lado, Santa Helena/Puerto Índio e Foz do Iguaçu com Ciudad del Leste.

À medida que vamos descendo na integração latinoamericana, até pela facilidade geográfica e histórica entre os povos, nós vamos ter mais fronteiras. No caso da Argentina, nós temos sete fronteiras habilitadas. Começamos aqui no Paraná e Santa Catarina com Foz de Iguaçu/Puerto Iguaçu.

Aqui nós chamamos de Tríplice Fronteira, porque tem Brasil, Argentina... E antes tinha Brasil, Paraguai, que é Foz do Iguaçu/Ciudad del Leste. E temos Capanema/Andresito, no Estado do Paraná, e Dionísio Cerqueira/Bernardo de Irigoyen, que já é no norte da Argentina. E, já descendo para o Rio Grande do Sul, nós temos cinco fronteiras: Porto Mauá/Alba Posse, Porto Xavier/São Xavier, essas duas com balsas, integração através balsas. São Borja/Santo Tomé que é a primeira ponte com a aduana integrada feita no MERCOSUL, na qual todos os controles aduaneiros e fito sanitários estão num lado da fronteira, no lado argentino, em Santo Tomé. Mas os veículos não param dos dois lados da fronteira, eles vão diretamente para um lado e os dois controles são integrados num lado, num país, que, no caso, é a Argentina, que pode servir de exemplo para outras fronteiras.

Temos Itaqui/Alvear que é uma fronteira também com balsa, e Uruguaiana/Paso de Los Libres, que é o porto da América Latina, com uma passagem de mais de 800 caminhões por dia nessa fronteira, que faz a conexão não só com a Argentina, mas como o tráfego com Chile, dividindo um pouco com Foz do Iguaçu e Porto Iguaçu. Mas ainda, Uruguaiana/Paso de Los Libres ainda é o maior porto de integração entre o Brasil, Argentina e o Chile.

Brasil e Uruguai, apesar de ser uma fronteira que é relativamente pequena, mas nós temos seis postos de fronteira, Barra de Quaraí/Bela União, que está próxima à Uruguaiana, depois Quaraí/Artigas, Santana do Livramento/Riviera, Aceguá/Aceguá, Jaguarão/Rio Branco, e o extremo Sul, que é o Chuí brasileiro com o Chuy Uruguai. A maioria desses aí são fronteiras secas, com exceção de Jaguarão, onde tem ponte, perdão, e Quaraí/Artigas também.

Bom, o que nós temos... Entendemos como sendo importante nessa questão da integração, e aí atendendo às especificidades, nós estamos focando mais aqui embaixo, porque justamente a questão distância nos remete que os modais mais adequados para as regiões centro-oeste e norte são os modais hidroviários e os modais ferroviários.

Exceto no caso específico da fronteira com a Guiana, pela proximidade com a Venezuela, que pode haver um intercâmbio comercial muito importante entre a Zona Franca de Manaus e essas duas regiões das Guianas e da Venezuela. O Peru, a integração é mais

o interesse brasileiro de exportar via Pacífico, escoar via Pacífico, que enquanto não tiver uma ferrovia que possa atender a essa demanda, eu acredito que os caminhões vão atender a demanda.

E eu queria dizer para os nossos colegas que não existe uma competitividade entre os modais, existe uma complementariedade entre os modais. Normalmente, o transporte rodoviário abre algumas fronteiras, pela sua facilidade e pelo investimento menor. E a partir daí nós sabemos que à medida que os volumes de cargas se justificam, o modal ferroviário entra para fazer seu papel. Então, existem momentos e existem áreas em que um modal ou outro possa prevalecer.

Bom, então nessa integração que nós colocamos os mercados argentino, principalmente chileno, uruguaio e paraguaio, do MERCOSUL, a duplicação do trecho da BR 290, entre a cidade de Guaíba, vizinha a Porto Alegre e Uruguai, que leva à Argentina e ao Chile, eu acho que é um ponto importante na infraestrutura.

Nós vamos chegar, praticamente, ao final de 2012, com todas as rodovias duplicadas de São Paulo a Buenos Aires, exceto esse trecho. Recentemente – eu tive 15 dias atrás visitando o trecho Argentina – ele está numa fase bem adiantada de duplicação, desde a fronteira de Paso de Los Libres a Buenos Aires. Nós temos o trecho Florianópolis/Porto Alegre também em fase – Osório, no Rio Grande do Sul – em fase de duplicação.

Então, nós teremos um eixo duplicado, no qual esse trecho aqui, que são mais ou menos 620 quilômetros, que estaria faltando à duplicação... A duplicação não é um investimento muito oneroso, porque é um trecho bem plano, não há necessidade de grandes desapropriações, nem pontes, nem nenhuma área de grande dificuldade para construção da infraestrutura.

E na ligação com o Uruguai seria a duplicação do mesmo trecho, quer dizer, Guaíba... Até Guaíba é um eixo único que sai de São Paulo e vai até Porto Alegre, até Guaíba, e dali para diante nós teríamos um trecho de Guaíba a Jaguarão, em torno de 380 quilômetros, que poderia ser duplicado como sendo o corredor principal para o Uruguai.

E quando nós falamos corredor para o Uruguai nós também estamos falando corredor para a Argentina, porque através de Montevideu nós podemos fazer o transpasso para Buenos Aires por *ferry boat*, ou até através de outras pontes do Uruguai com a Argentina, inclusive com alguma distância um pouco menor do que essa da região de Uruguai e Paso de Los Libres.

Agora, os dois corredores são importantes porque são regiões altamente industrializadas, tanto o sul do Brasil, Paraná, desde São Paulo até o sul, na

qual são mercadorias de alto valor agregado, em que justifica o transporte via rodoviária em função da necessidade da rapidez da entrega e da diminuição dos estoques em termos de prazos mais demorados para outros modais. Mas é claro que o modal ferroviário e o marítimo também têm papel preponderante, principalmente nos produtos primários e de menor valor agregado, onde o custo baixo é essencial. E a partir daí o modal ferroviário e marítimo vão ser extremamente competitivos.

Agora, no produto de alto valor agregado, eu vou citar, por exemplo, a produção de laticínios do Rio Grande do Sul, que em certas ocasiões poderia suprir alguma demanda do Uruguai com a entrega de produtos altamente perecíveis em questão de 12 horas via rodoviária. Então, são dois modais que vão se complementar e principalmente essa região aqui necessita dessa infraestrutura de duplicação. Mais, atualmente, a região da Argentina, pelo alto intercâmbio, com a Argentina e com o Chile também, do que a região do Uruguai, mas que em seguida deveria ser objeto também de uma adequação.

Bom, na questão da Argentina, nós temos três pontes. Uma em Foz de Iguaçu com Puerto Iguaçu, uma em São Borja com São Tomé na Argentina e outra em Uruguai. E já se faz necessária a construção de uma quarta ponte entre uma dessas cidades fronteiriças, principalmente do Rio Grande do Sul, de Uruguai para o norte, com a Argentina.

Ali nós temos uma região de grande produção industrial do Rio Grande do Sul e do oeste catarinense e que já necessitaria uma ponte principalmente para atender a região de Misiones e o norte da Argentina, o Chaco, outras províncias do Norte e integrando até com a Bolívia, porque a saída para Uruguai é uma saída mais ao Sul, nós podemos depois voltar àquele primeiro mapa lá que a gente pode identificar essa necessidade de uma saída mais ao norte.

É uma integração importante, hoje se dá quase por balsa e nós não queremos entrar no mérito de qual a cidade... Aí uma questão de examinar com profundidade, um estudo que venha determinar qual é a necessidade da próxima ponte que possa existir entre os países, inclusive levando em conta até propostas ferroviárias também, porque hoje em dia a única ponte ferroviária é a ponte de Uruguai/Paso de Los Libres, que é rodo-ferroviária. Próxima.

Bom, para que a integração ocorra, é necessário o estabelecimento da UNASUL, do mercado sulamericano. E aí vem um ponto importante, que são os procedimentos de liberação das mercadorias e veículos de forma ágil. Nós achamos que a integração, seja ferro-

viária, seja rodoviária, precisa seja de ter a liberação ágil de mercadorias e veículos. Próximo.

Atualmente, no MERCOSUL, nós não temos essa agilidade. Os procedimentos são mais demorados e mais burocráticos do que antes do seu advento. Eu até queria me fixar nesse ponto no final das minhas colocações, porque em 1991 o Presidente Collor assinou o trato de Assunção – o trato de Ouro Preto, não é? – de Assunção com o MERCOSUL, e eu posso dizer que em 18 anos o tempo de demora nas fronteiras do MERCOSUL é maior do que antigamente.

E uma análise é muito simples: Os tratados ficaram em um âmbito político e comercial, esqueceram da parte operacional. Nós tivemos cada vez mais a intervenção de organismos públicos, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, agricultura, sem desmerecer o papel importante dessas agências, mas assim, quando você colocar dez organismos em fronteira sem ter um gestor, esse é um ponto muito falho.

Nós entendemos que a Câmara de Comércio Exterior, a CAMEX, que é um órgão Interministerial que avalia as questões e implanta os acordos comerciais, teria que atuar também no nível operacional. Nós achamos que a CAMEX não conseguiu chegar ao nível de operação. Então, eu posso dizer que se nós importamos um arroz da Tailândia ou um arroz de Paso de Los Libres, a vinte quilômetros da fronteira, eu posso dizer, sem mentira nenhuma, que a documentação é mais complicada vinda da Tailândia do que vinda de vinte quilômetros da fronteira, por quê?

Porque além de apresentar... Perdão. É mais complicada da Argentina do que da Tailândia, por quê? Porque além de toda a documentação que se exige, trazer um produto de qualquer país do mundo se exige mais um certificado de origem para provar que é do MERCOSUL. Então, se eu tenho vinte documentos, no MERCOSUL eu tenho 21. Então, esse eu acho que... Até o Senador, se, um dia, as V. Exas. pudessem tocar nesse ponto e até trazer em alguma Comissão essa questão da verdadeira integração do nosso país, eu acho que teria que passar por essa questão da operação.

E eu vou dizer que não é só isso, eu vou dizer também a questão do fluxo de pessoas. Um motorista de um caminhão internacional tem que descer de um caminhão, parar na fronteira e fazer um processo migratório como se fosse um turista, e pagando ainda... Eu estive lá na fronteira para checar isso aí, antes de vir para cá, uma semana atrás. Pagando dez pesos, que não é uma insignificância, mas são sete reais que cobram dele para poder trabalhar dentro do MERCOSUL.

Então, são questões que o Itamaraty não dá conta, a Agência Nacional de Transportes Terrestres não está dando conta. Eu acho que ou o governo, talvez a Casa Civil ou o próprio Congresso Nacional têm que chamar a si, buscar uma solução para esse aspecto da verdadeira integração.

Nós tivemos agora a questão da gripe A, foi outro pandemônio na fronteira, houve morte de motorista. Você imagina 800 caminhões parados, em média, levando dois a três dias para cruzar uma fronteira? É a propagação da gripe. E nós tivemos o primeiro caso de morte de gripe A no Rio Grande do Sul, foi de um motorista da cidade de Erechim, primeira morte brasileira, motorista em Erechim, no Rio Grande do Sul, que passou pela fronteira de Uruguaiana e foi um dos ficaram, também, dois ou três dias parados lá, em contato os argentinos. Isso é efeito, vamos dizer assim, colateral do problema dessa falta de integração que existe no nosso país.

Bom, e um rápido comentário, então, a respeito do que o nosso colega Paulo Vivacqua colocou, que nós compartilhamos da [soa a campainha] complementariedade dos modais, e achamos que além do desafio da infraestrutura nós temos um grande desafio que é como haver a interconexão, a intermodalidade entre os modais. Porque hoje em dia é outra dificuldade, que eu diria. Com os modais podemos criar grandes infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, mas se não houver uma gestão intermodal nós vamos ter muita dificuldade e não vamos chegar a uma solução eficiente de baixo custo como todos nós queremos.

Meu muito obrigado pela atenção, e estamos à disposição através da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais e a Confederação Nacional de Transporte, aqui em Brasília também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Luiz Alberto Mincarone, Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais, pela sua exposição.

E o que ele acaba de registrar, no que diz respeito a essa burocracia, é a plena realidade. Esse é o retrato, infelizmente, ainda do nosso país, onde se estabelece algum órgão, onde se faz presente alguma iniciativa, com o intuito de facilitar, de agilizar... Ao contrário, cria-se uma enorme burocracia em volta e que emperra todo e qualquer processo que se queira, no caso de integração, ou até mesmo do desenvolvimento econômico desta região.

Enquanto Presidente da República, eu me lembro que revoguei mais de cem mil decretos, atos, portarias, normas, exatamente para tentar facilitar, minimizar o peso que a burocracia exerce sobre o chamado custo Brasil. Mas como uma erva daninha, que a cada novo

movimento que se faz com vistas a um processo econômico de desenvolvimento, se estabelece.

Isso a que o Doutor Luiz Alberto se referiu é uma realidade, e já está anotada a sua sugestão. Esta Comissão irá se dedicar quando da apreciação da integração latinoamericana, no âmbito do que compete à infraestrutura nós estaremos nos dedicando a esta questão específica, e V. Sa., se não se incomodar, poderá novamente voltar a ser convidado a participar de um novo debate, que será nessa próxima... E dentro desses quadros, desses painéis que realizaremos, no começo do ano que vem, no primeiro semestre de 2010, relacionados com a questão da inovação, da questão dos recursos humanos, e nós incluiremos aí também a preparação de uma burocracia profissional, que é o que faz falta, também, ao Brasil.

É uma burocracia que permaneça, independentemente do governo que ali esteja instalado. Uma burocracia profissional, enxuta, que reduza os custos e que faça do cotidiano daqueles que vivem do transporte nas suas diversas modalidades e na exportação de seus produtos, mais tranquilidade e mais eficiência.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Everton de Almeida Carvalho, engenheiro nuclear, Secretário Executivo da Federação das Câmaras de Comércio da América Latina e Presidente da Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento, ABIDES. V. Sa. dispõe dos vinte minutos para sua explanação.

SR. EVERTON DE ALMEIDA CARVALHO: Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o honroso convite do Presidente da Comissão, Senador Collor de Mello e cumprimentar a todos.

E dando início vamos, então, abordar a questão da integração energética. Isto é um ponto que acaba se tendo uma relação estreita com toda a questão que foi abordada até o momento, que é a integração dos eixos dos modais de transporte.

Vamos abordar a questão da eletricidade porque é algo que já está bem estabelecido em termos de América do Sul, embora com algumas limitações que vão ser também apresentadas, falamos também dos combustíveis e algumas interações com o transporte hidroviário, e num caso muito específico, é o caso do Rio Madeira, as hidrelétricas do Rio Madeira que é um ponto que está gerando uma certa discussão bastante acalorada não só no Brasil, mas também em toda a América Latina. Próximo.

O cenário energético da América do Sul é bastante conhecido, mas o gás natural, hoje, já apresenta uma penetração importante na matriz energética, uma tendência de aumento da sua participação. Existe uma estrutura de interconexões que vai ser mostrado agora abaixo. E na área elétrica existem trocas de energia elé-

trica em nível bilateral ou sub-regional. A expansão da integração elétrica depende da solução de problemas técnicos operacionais e políticos, e que vale também, de uma certa forma, para a questão do gás e dos derivados de petróleo de uma forma geral. Próximo.

Eu vou observar esse mapa com um pouco mais de atenção e vamos fazer alguns comentários, porque, na realidade, na realidade, os eixos de integração são esses que estão mostrados aqui em termos de energia. E podem reparar que a Região Amazônica, ela é o Centro desse sistema e tem que ser levada em consideração para qualquer abordagem que se venha a fazer na área de integração energética. Existem possibilidades de trocas dentro do Cone Sul, o Brasil está sempre participando – até pela razão geográfica –, e praticamente todas as trocas, menos dessas aqui na Comunidade Andina, e o Chile e o Peru. E o centro... E até mesmo por causa, agora, da questão do aquecimento global e da questão da redução do desmatamento, tudo isso tem uma interconexão direta com a matriz energética que vai funcionar. Vai depender muito de como é que isso vai ser planejado e executado à luz do que já ocorre hoje, a partir do que já ocorre hoje. Próximo, por favor.

A ELETROBRÁS que é o organismo fundamental, a empresa Líder no Brasil e líder na América Latina, tem que ser observada qual é a sua posição em relação a isso. Então, promover a integração energética entre os países da América Latina é um dos objetivos da ELETROBRÁS. *“Criar oportunidades de investimentos em energia elétrica nos países da América Latina com benefícios a economia no segmento de fornecedores de bens e serviço”*. Isso, de uma certa forma, já vem ocorrendo, até mesmo tivemos um caso recente que foi o caso do Equador, onde uma empresa brasileira teve problemas com a construção de uma hidrelétrica. Mas de qualquer jeito esse é um ponto fora da curva, nós temos todas as condições de usar a nossa competência para trabalhar nessa linha de trazer esses benefícios à economia com o apoio, inclusive, do BNDES que tem linhas de financiamento para isso e outros mecanismos. *“Gerar oportunidades de desenvolvimento sustentável por meio de integração física”*. Este ponto é um ponto que nós vamos abordar um pouco mais à frente.

Vamos falar do que já está funcionando e algumas coisas novas, que estão sendo tratadas. Existem três formas, três modalidades de interconexão na área elétrica. Eu estou falando das centrais de geração de energia elétrica, binacionais, no caso, Argentina/Uruguai, Argentina/Paraguai, Brasil/Paraguai, casos conhecidos de Itaipu e etc. Potencialmente, agora, Brasil/Peru, o Ministro Edison Lobão, ele esteve a semana

passada lá, exatamente no Peru discutindo esse grande potencial de sete mil megawatts para uma exploração binacional. É uma fronteira nova de expansão que a ELETROBRÁS está trabalhando; é meia Itaipu como disse o Presidente Collor. E o Brasil/Bolívia é um caso a ser estudado e nós estamos aí com uma abordagem a ser discutida, porque aí nós temos as duas usinas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, mais uma prevista binacional já dentro do território da Bolívia, que é um ponto a ser avaliado porque há problemas de natureza ambiental, políticos e nós vamos discutir esse assunto com um pouco mais de detalhes mais à frente. A venda de energia firme já ocorre nesses casos, intercâmbios de oportunidades que a troca, dependendo das conveniências ou das demandas que já ocorrem. Próximo por favor.

A Comissão de Integração Energética Regional é o fórum principal prestigiado por todas as empresas, inclusive a ELETROBRÁS, etc., que estuda a questão da interação, integração energética... Integração elétrica, basicamente, embora seja energética aqui, mas este fórum é elétrico e tem vários... já tem mais de 25 anos de existência e é o principal instrumento, mostrando que há uma maturidade no setor elétrico, no continente, em relação a questão da integração. Próximo.

O Projeto CIER 15, que é o principal estudo em andamento avalia toda a questão das oportunidades, a questão principalmente dos gargalos regulatórios que é um problema de harmonização dos ambientes regulatórios para que funcione essa integração. Próximo.

São aí as interconexões fisicamente mostradas, eu não vou entrar em maiores detalhes, já foi citado. Mas são todos os dados aqui, o que está em estudo, o que está operando. E aqui entra a questão do Peru. Aqui que é uma coisa nova que nós vamos aqui, as usinas. A próxima, por favor. Pulou uma aí, por favor, acho que tem que voltar.

As usinas do... Estão mais a frente, pode passar, por favor. Esses são os projetos que são apontados aí como resultado dessa integração, essa é a maior integração do MERCOSUL, integração com a Comunidade Andina com ganho de escala, aumento de segurança operativa, maior eficiência na utilização dos intercâmbios de oportunidade através do uso da infraestrutura existente e exportação de energia. É a operação da integração vai se dar dentro diversas vantagens para os integrantes dos diversos... Próximo, por favor.

E aqui são as oportunidades que estão aí, que foram descritas acima, eu destacaria aqui essa questão aqui da oportunidade para a integração energética do Brasil com a Comunidade Andina das Nações através da exploração sinérgica do potencial hidráulico do Brasil, Peru e Bolívia. Esse, realmente, é o case novo que

tem que ser considerado, porque, na realidade, vamos construir usinas de grande porte no país vizinho. Claro, que o mercado interno do Peru, que não é estão expressivo assim, vai absorver uma parte dessa energia, mas é diferente de Itaipu, as usinas estarão localizadas dentro do território do Peru e as linhas de transmissões terão que ser construídas e interligadas com as linhas de transmissões que vão operar com a energia gerada nas usinas do Rio Madeira. Então é um case bastante interessante e, se efetivado e concluído, esperamos que sim, vamos trabalhar para isso, apoiar as empresas e a ELETROBRÁS nesse empreendimento é um sucesso. Isso poderá ser o grande marco em termos de integração energética na América, porque o Peru, realmente, ele está com um dinamismo muito grande no setor elétrico, a competência como o nosso Presidente tem destacado nos seus comentários, a competência técnica, os quadro técnicos do Peru são... Tanto que temos um intercâmbio muito grande de técnicos do Brasil e do Peru e isso facilitará. Próximo.

Esses são os empreendimentos, as localizações, somam perto de sete mil megawatts e cada caso é um caso e isso está sendo tratado dentro do plano estratégico da ELETROBRÁS com bastante... isso já está bastante avançado. Próximo.

São aqui os números, para saber aqui, estamos falando de 7.564 megawatts. Existem algumas questões que tem que ser consideradas também nesse planejamento estratégico porque existe problema, por exemplo, o Sendero Luminoso voltou a atuar com uma certa intensidade lá no Peru e algumas dessas usinas aqui são localizadas em áreas onde a atuação desse movimento tem sido impeditiva, inclusive, de fazer avançar com estudos hidrográficos e etc.. Mas acreditamos que a dinâmica da história deverá, a ELETROBRÁS junto com seus parceiros lá, identificar onde começar, aonde for mais fácil. A tendência é essa, é fazer aonde há maior estabilidade.

O gás natural... As soluções do Brasil, uma delas que são amplamente conhecidas, interconexões energética no Cone Sul é uma das prioridades. Esse assunto é bastante conhecido, mas vamos destacar algumas coisas. Próximo.

O cenário do gás natural nos países do Cone Sul, o grande potencial do crescimento no mercado do gás natural, necessidade do esforço integrado para estabelecimentos de regras conjuntas, que é um dos gargalos que vem sendo mencionados, inclusive, pela ANP e pelos especialistas. Regras claras e estáveis para a atração de investimentos privados, importante papel do regulador de cada país para buscar a harmonização regulatória e garantir o efeito de funcionamento dos mercados energéticos. A realidade atual é que cada

país está buscando garantir seu suprimento com confiabilidade através de soluções nem sempre de menor custo. Isso é um problema a ser resolvido, nós temos aí, obviamente, informações de que o Brasil busca o seu espaço. E a própria PETROBRAS, hoje em dia, claramente, indica que com o aumento da produção do pré-sal e da Bacia de Santos, ela pretende chegar a exportar gás para o Chile, que tem um certo problema político com a Bolívia. São questões da integração energética que tem muito a ver com o ambiente político que está se acenando.

Esses são os objetivos da PETROBRAS, o *player* é mais importante, mas aqui é só para destacar que atuar no negócio do GNL de forma verticalizada, integrada priorizando o atendimento do mercado do Cone Sul, ou seja, visão de mercado, integração de mercado. *“Atuar na integração energética da América do Sul”*. Então é uma visão também de integração. Próximo.

É a nossa malha dos gasodutos que existem, os planejados, isso é muito conhecido também. Próximo.

São aqui os custos de investimento necessário para fazer isso e como é que vão ser os custos de transporte, tarifa de transporte. Essas tarifas, elas estão dentro do que se pratica no mercado internacional, alguns desvios acontecem devida a razões muito específicas. Próximo.

Este é o foco aqui que nós gostaríamos de destacar que é exatamente esse pioneirismo das duas Usinas do Madeira, que já são empreendimentos que já estão em implantação e aqui vemos o território da Bolívia, o território do Brasil. E isso é uma questão muito importante, porque se for adotar estratégia de construir as usinas com o Peru, por que não adotar a mesma estratégia de construir as usinas, porque o Rio Madeira é formado pelo Rio Madre de Dios e o Rio Beni que vem da Bolívia. E a questão aqui é que a gente também, como estava conversando o Dr. Paulo, a gente vai construir hidrovia para transportar o quê? Ou vai construir, vai produzir energia para ser transportada para onde? Então há uma discussão muito ideológica, aqui, com a Bolívia, porque vai construir uma usina, uma terceira usina já dentro do território boliviano para que a demanda de energia elétrica da Bolívia, ela é atendida pelas termoelétricas a gás e algumas hidrelétricas que... E é um país que tem somente 11 milhões de habitantes. Então o consumo é baixo embora...

SR. EVERTON DE ALMEIDA CARVALHO: É, a terceira usina projetada nós vamos ver os dados dela, já fica do lado boliviano, no Rio Beni, com as águas já dos rios bolivianos.

SR. EVERTON DE ALMEIDA CARVALHO: E que formam o Madeira; são a afluentes do Madeira. A Próxima, por favor.

Então, aqui, por exemplo, o Dr. Luiz Alberto citou esse projeto do Iza(F) dentro da bacia do Rio Madeira e da área de influência dessas hidrelétricas existe alguns projetos que estão previstos... Alguns estão em andamento, outros estão só no papel, mas há um levantamento de dados bastante interessante aqui do Iza(F). Por exemplo, aqui o complexo hidrelétrico do Rio Madeira está dentro do... Embora seja um projeto que já esteja em andamento já tenha sido licitado, já tenha os empreiteiros trabalhando e etc.. A hidrelétrica binacional, Bolívia/Brasil. Está aqui, é um projeto Peru/Brasil/Bolívia porque os rios são rios que eles se unem, um vem do Peru e outro vem da Bolívia e forma o Madeira. Hidrelétrica de Cachoeira da Esperança, Rio Madre de Dios, Bolívia, é uma outra usina que já não é binacional, seria uma usina que o Iza(F) está prevenindo para ser construído pela Bolívia. Aqui, já algumas intervenções na área de hidrovias que vão favorecer a navegabilidade do Rio Beni, e do próprio Rio Madeira a montante da Usina de Santo Antônio de Jirau.

Então esse é um ponto crítico que é o que eu vou destacar aqui porque, na realidade, nós temos que fazer uma conquista desse território, no bom sentido, não no território boliviano, mas de que é viável, que é benéfico para os dois países que essas usinas sejam construídas. A Bolívia contesta muito que o estudo de impacto ambiental, por exemplo, de Santo Antônio e Jirau foi feita até a fronteira do Brasil, claro, porque a legislação ambiental brasileira só vale dentro do nosso território, não vale em território boliviano. E todos os outros dados inferidos são relativamente fracos do ponto de vista da sua base, até porque não foi feito o estudo dentro do território da Bolívia com profundidade, não se poderia ter dados suficientes para se chegar a conclusões, embora em termos, por exemplo, de aumento do nível do rio, e tal, de possibilidade de aumentar a inundação é razoavelmente confiáveis, mas há contestações na Bolívia. Porque existe a questão dos sedimentos que não se conhece direito esse histórico, não se conhece direito como será o comportamento futuro disso e isso poderá trazer imprecisões e, obviamente, há uma questão política aí envolvida ideológica que o Brasil ainda é visto como um imperialista e está usando a água dos rios que vem da Bolívia para gerar uma quantidade enorme de energia que não vai para a Bolívia. A gente tem que ser realista e entender que tem que existir algum tipo de negociação, algum tipo de compensação, até porque para a gente se beneficiar também, a integração tem que ser ampla e tem que ser econômica também. Não adianta ser só energéti-

ca e daí vem o segundo ponto, próximo, por favor, que acho importante estar trazendo aqui para a discussão aqui nessa comissão. Pode passar.

Aqui, o PL 5355 que está na Câmara dos Deputados, na Comissão de Minas e Energia, o Relator, o Deputado Márcio Junqueira, trata da questão das eclusas que é um assunto debatido exaustivamente aqui, aliás, esse projeto é originário do Senado, resultado de um trabalho conjunto aqui liderado pelo nosso Presidente Collor, do Senador Eliseu Resende e com um apoio muito decidido do Senador Delcídio Amaral, que chegaram numa equação que eu considero uma equação razoável para resolver esse problema. Embora, é necessário, eu acho que aqui... Eu estou auxiliando o Deputado Márcio Junqueira na análise desse projeto, vamos fazer uma Audiência Pública promovida por ele no ano que vem, provavelmente, logo no começo, para a gente discutir esse projeto, porque a questão da eclusa do Rio Madeira é um ponto não resolvido. O DNIT tem no seu planejamento das suas ações, está lá planejado, mas não tem nenhum valor. Não tem nenhum valor. Todas as ações do DNIT nas hidrovias de interesse do Brasil e até outros de interesses de integração tem lá os valores de acordo com a sua intervenção, alguns até para a implantação da própria eclusa. Mas essas a gente já não tem, embora o nosso Plano Nacional de Transporte, ele já prevê o valor, três bilhões de reais, mas isso é muito pouco, a gente sabe que isso está longe da realidade e precisamos discutir esse assunto. Por quê? Porque, na realidade, ao viabilizar a navegabilidade do Rio Madeira e por consequências Beni e Madre de Dios para frente, nós estamos criando um corredor de integração, esse é o corredor de integração. Mas é aqui, é transportar o que para onde, com que ganho, em que contexto econômico isso tem que ser vai se dar. Essa que é a grande discussão que o Brasil precisa pensar a longo prazo. Muito bem, nós sabemos que o setor elétrico brasileiro não quer, não tem disponibilidade ou não quer [soa a campainha] por questão da sua estrutura, penalizar o contribuinte com investimento nas eclusas. Para frente, por favor. A próxima, por favor.

Então o que nós estamos fazendo em conjunto com a Universidade Amazônica de Pando e com a Universidade Federal de Rondônia, é um estudo macroeconômico dos impactos desses empreendimentos, mas com foco principalmente num indicativo de programas e projetos econômicos, indicativo de programas e projetos socioambientais para que os bolivianos participem disso. Isso é uma iniciativa binacional de uma ONG brasileira, que é a ABIDES, que eu presido, e a COMATRE(F) é uma ONG boliviana com uma Universidade brasileira e uma Universidade boliviana. É

fazer esse negócio, fazer esse dever casa para que a integração ocorra de fato, ocorra com a participação e que a economia, ela se movimente porque se não também não compensa fazer a eclusa.

Então agradeço a atenção de todos e estou à disposição para perguntas futuras. Muito obrigado, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Everton de Almeida Carvalho, Secretário Executivo da Federação das Câmaras de Comércio da América Latina e Presidente da Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento, ABIDES, pela sua exposição.

Passo a palavra, agora, ao Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, ANTF, Dr. Rodrigo Otaviano Vilaça. V. Sa. disporá dos 20 minutos para a sua explanação.

SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA: Presidente Collor, muitíssimo grato pela oportunidade de voltarmos a essa comissão para tratarmos das questões de infraestrutura e principalmente no nosso subsector que é a ferrovia brasileira. E mais ainda quando se trata da integração da ferrovia na América do Sul. Pode passar.

A minha agenda vai estar estruturada e eu vou passar rapidamente por esse *slide*, pela quantidade, mas para servir de subsídios, que é começando com ponto nevrálgico. Nós temos 8% da nossa malha rodoviária pavimentada. daquelas 29 mil quilômetros de ferrovia, daqueles, oito mil já não tem atividade comercial; 46 portos organizados, 120 terminais. Esse três modos de transporte foram os que mais evoluíram no nosso sistema brasileiro, devido ao que nós chamamos de privatização ou concessão do serviço público de transporte de cargas; 23% das nossas hidrovias são utilizadas e, como o Dr. Everton falou a pouco, sem eclusas ou com poucas eclusas, ou seja, nós perdemos um potencial de utilização que é inaceitável. Esse PL, esse projeto do senador e do deputado... E que remete ao vice-Presidente dessa comissão, dessa Casa, o Senador Eliseu Resende, é até inacreditável que só agora é que se pede, ao fazer uma hidrelétrica, que se faça a eclusa.

Aeroportos públicos. Tomara que tenhamos os primeiros privados no ano de 2010, seja ele, Viracopos, Galeão e outros. E dutos ou minerodutos, ou gasodutos, que é pouquíssimo explorado no nosso País, é completamente distorcido do que nós temos necessidade para produtos de combustíveis químicos, o próprio etanol, o álcool, e o gás de uma maneira geral. Em resumo, nós não temos quase nada para um país continental como o nosso. E não é apenas pela Copa do Mundo ou pela Olimpíada, no Rio de Janeiro, que

nós precisamos melhorar, não. A situação interna do nosso País no que se refere à infraestrutura é muito degradante, é muito ruim. Começamos a ter uma sinalização desse atual Governo com o Programa Nacional de Logística e Transporte elaborado pelo Ministério dos Transportes. Aí, sim, começamos a olhar um horizonte, mas já com um atraso bastante significativo. E o atraso, Presidente Fernando Collor, já começa em 1958 nas ferrovias. Nós tínhamos 39 mil quilômetros quando se iniciou processo de desestatização em 96. Foram apenas 28.214 quilômetros levados à iniciativa privada, e se chegarmos em 2015 chegaremos com 35 mil quilômetros, ou seja, cinco décadas, quatro décadas de completa inatividade do sistema ferroviário que só nessa última década começou com a privatização, portanto, é caso de sucesso no País a termos um resultado mais expressivo. E esse mapa demonstra muito bem isso, o mapa precisa... A ferrovia brasileira precisa interiorizar.

O Professor Vivacqua comentou muito oportunamente a questão do PIB brasileiro ligado ao litoral brasileiro. E nós, aqui, nos nossos projetos de integração da malha ferroviária brasileira, já protegemos a Amazônia, no seu curso natural há uma extensão aqui até o Peru, vamos ver mais a frente. Como a Norte-Sul chegando ao porto do Rio Grande, indo ou podendo ir de Santarém ou de São Luís, até o porto de Rio Grande com uma única bitola, esse é o principal problema da nossa malha.

Vale lembrar que nós somos regulados pela Agência Reguladora, naturalmente, que existe há apenas cinco anos. Então nós precisamos reestruturar a operação nas malhas, incorporar e desincorporar trechos, implantar contratos operacionais. Enfim, nós precisamos olhar o futuro para poder melhor nos integrarmos, porque, do contrário, nós não teremos uma força suficiente regulatória para pormos em prática.

O que nós fizemos, Presidente, nesses 10 anos, 12 anos de concessão, foi análise tipicamente operacional daquilo que nós nos propusemos a recuperar do sistema ferroviário brasileiro. O que pretendemos, nessa próxima década, entre 2010 e 2020, é realizar a síntese com objetividade do que vimos e vivenciamos ao longo desses 12 anos, ou seja, por em prática um pouco do que nós vamos ver à frente. E melhorar ainda, poder entre 2020 e 2030, quando se deseja chegar ao País a 52 mil quilômetros de malha, apenas em 2030 é o que hoje nós necessitamos, 52 mil quilômetros de malha na ferrovia brasileira.

E para deixar alguns números, 20 bilhões, 10 bilhões em impostos, se a iniciativa privada demonstrando claramente que ela trouxe o resultado que nós esperávamos, em média 2 bilhões e 700 milhões de

reais de capital privado investido pelas concessionárias ferroviárias de carga.

Vale lembrar que a rede dava um *déficit* anual, ou de período, de um bilhão de reais naquele ano, um por um, naquela época, aos cofres do Governo Brasileiro. E em dez anos, nós realizamos entre impostos, aluguel da malha, concessão da malha, arrendamento e até mesmo o CIDE, 10 bilhões de reais. O que voltou para o sistema? Menos de 783 milhões de reais pelo Ministério dos Transportes, ou seja, privatizar valeu a pena.

Esse é um quadro de resumo, aumentamos e retomamos o número de funcionários, aumentamos a nossa produção, investimos os 30 bilhões, já considerando 2009, reduzimos índices de acidente que são os objetivos básicos, meta de contrato e de metas que nós temos. Que situação é essa de integração na América do Sul? Mais especificamente da única ferrovia que a produz. O meu colega Mincarone já falou sobre esse processo com a Argentina/Chile, e a América Latina logística é essa ferrovia que possui ferrovia, 21 mil quilômetros, aproximadamente, entre o Brasil e a Argentina e aí viabiliza, nesse trânsito em Uruguiana ou nessa passagem, através de São Paulo a Buenos Aires, ou mesmo a Zárate, a oportunidade de termos trens expressos que passam de desde alimentos, químicos, fertilizantes e petroquímicos a prazos médios de liberação, como foi dito também a questão dos intervenientes nessa fronteira brasileira, nesse cruze de liberação de um país para o outro que é extremamente complicado. Independente disso, nós estamos trabalhando para criar desembaraço aduaneiro em Tatuí, assim como do lado argentino também, para que a operação seja melhor avaliada pelo sistema.

E agora entrando mais detidamente, e aí começam os problemas. Exatamente aí, as bitolas, são sete, sete tipos diferentes nos países da América do Sul e do Centro Caribe. Próximo.

Capacidade por eixo, outra dificuldade que nós temos das diferenças entre as ferrovias e principalmente nas bitolas que levam a termos que tipo de problemas? Vamos ver. Ferrovias com conexão internacional. Operando, no caso do Brasil, três: Argentina com Brasil, o da Bolívia com o Brasil que também foi citado pelo Mincarone, que é uma passagem em Corumbá e apenas cinco ativadas para transportar 1,4 milhões de toneladas! O que significa isso em termos de movimentação brasileira? Nada. Então eu tenho alguns questionamentos de que... Pode pôr o próximo. Eu sou um pouco nacionalista, eu prefiro... E temos que olhar o Brasil, em primeiro lugar, nesse trato, porque nós temos os Andes para transpor, mas principalmente uma costa maravilhosa com portos expressivos, com

uma necessidade de infraestrutura daquele primeiro *slide*, que não é dúvida, creio eu, para ninguém, onde nós temos que pôr em prática esse visão de primeiro o nosso País, voltado para o Oceano Atlântico, posteriormente para outras situações em que nós possamos ter resultados. Como, por exemplo, o Paraguai com o Brasil, uma obra ponte rodoferroviária para buscar o algodão e a soja dessa região e usar com para os portos. Ótimo! É possível.

Vamos ter a transoceânica ou a transcontinental que vem ao Peru aqui em Boqueirão do Acre e depois vai com o Peru, adianta transpor? Será que vale a pena? E eu ainda tenho um último questionamento no *slide* final que leva a uma preocupação maior ainda. As bitolas com a América Latina é o Caribe são sete e não se transporta container, são cargas a granel. Então esta já é uma dificuldade maior. Quais são as tendências? Estagnação na construção de novas vias, essa é a tendência da América do Sul, com exceção do Brasil e Colômbia, desde 70 não se faz nada. Nós estamos agora há dez anos recuperando a infraestrutura da via. Não se pensava em explorar pesos maiores, no Brasil, hoje, já possui estudos por eixos de 37, 5 toneladas por eixo que é a experiência do *Have Hall(F)* das ferrovias citadas aqui pelo Prof. Vivacqua, da Vale. Trens turísticos tratar de pessoas em trânsito nesses países sul-americanos é mais complicado ainda por via férrea, não existe. Começamos a olhar o trem de alta velocidade. Trem de alta velocidade. E falta esse desenvolvimento dos corredores. E aí traz essa dificuldade. Como é que nós vamos consolidar fluxo de transporte ida e vinda? Transporte com custo e tempo competitivo. Que eixo de integração priorizar? Que desenvolvimento econômico e social vai nos trazer esses resultados? E que lugares estratégicos nós podemos plantar ou criar plataformas logísticas multimodais com custos acessíveis e que interesse ao usuário? Porque é ele que é o formador dessa situação. A soja por Rondônia, que seja, para levar para a via os Andes são dois milhões de toneladas. O que são dois milhões de toneladas perto de 100 milhões de toneladas que nós teremos daqui há cinco, seis anos de plantação de soja no País, estando ela no centro-sul do Brasil? Essa é uma das dificuldades que nós entendemos para o lado do Pacífico.

Tem a rede Americana que dá sucesso, o caso do México, com a chamada NAFTA. Lá eles aplicam... Além de quase 300 mil quilômetros de via, ou seja, dez vezes mais que o Brasil, há um aumento significativo de movimentação de containers e de alguma carga geral, mas os mexicanos já começam a ter um tipo de problema que nós vamos mencionar um pouquinho mais na frente. Pode passar.

Aqui é o sistema ferroviário mexicano natural que ele tem sete fronteiras com os Estados Unidos. Sete passagens para o Texas, principalmente, e onde há aquele velho problema do mexicano ou da apresentam dos coiotes nas ferrovias. Além do tráfico de mercadoria há o tráfico de gente o que já é um problema para as questões do trato como nós ouvimos o Mincarone citar exemplos do passado já onde o MERCOSUL é ineficiente para nosso sistema.

Aqui trouxe por curiosidade, Presidente Fernando Collor. A Centro América há projetos também na [ininteligível] do BID(F) para uma linha no Pacífico e uma linha no Oceano Atlântico passando por todos esses países. E hoje nós temos um problema sério: problemas políticos na Guatemala relativos, perdão, problemas trabalhistas na Guatemala, na ferrovia concessionada e o caso da Honduras que é uma questão política. Há esses projetos de sairmos da Colômbia e irmos ao México, Guatemala-México, para transportar por via férrea; projeto estimado para 2020 com muitas ressalvas. Por favor.

A UIC. A UIC é o lado europeu asiático e que traz aí várias situações que eu também quis deixar para essa comissão que já se encontra eficiência em termos de transporte custo-logístico. Esse é o exemplo: nós vamos sair de Xangai e ir ao porto de Hamburgo em 11 dias com trem de container. Essa é a visão que hoje já é operada por parte da UIC. Os meus colegas citaram a IIRSA, nós também temos todo esse envolvimento, conhecemos os projetos, estamos observando, sabemos que é e o principal deles está aqui: é o chamado eixo do MERCOSUL, no Chile, para que nós tenhamos uma oportunidade de fazer essa transposição. E ainda há um outro que é o da linha do Equador que também poderia funcionar.

E que critérios nós entendemos para o êxito dessa integração ferroviária? Macrosistema ferroviário. Essa é a primeira questão. Aí nós temos bitola métrica, *standard*, larga e as outras quatro que existem no sistema. Há vários estudos que permitem essa transposição que nós questionarmos é: Porque transpor? E carregar pouco produto se nós vamos levar produtos a granel e voltar com container? Qual o aproveitamento de equipamento ferroviário que existirá nessa situação passando por vários países? Não creio ser o mais adequado para o momento.

Impulsionar os corredores ferroviários. Sem dúvida nenhuma, nós queremos isso, mas tem que ter concentração de carga para a ferrovia como o Mincarone disse. Nós somos cientes da integração entre os modos de transportes. Temos que trabalhar isso não entendemos de outra forma. Como viabilizar com diferentes bitolas? E apoio de regiões no mediterrâneo

também é uma questão do ZICOSUR que é formada por essa questão de dificuldades comerciais entre os países. Pode passar.

Acesso aos portos no exterior. Nós temos que apoiar os projetos de acesso terrestres aos portos principalmente no Brasil que essa interface é a mais absoluta entre os dois modos de transporte que viabilizam, levam e trazem as mercadorias. Nós temos que nos preocupar, primeiro, com a nossa situação interna e depois pensar nos corredores interoceânicos porque as legislações são completamente diferentes uma da outra.

Além disso, desenvolver um sistema único de regulação, ou de regulamentação para o transporte ferroviário. A nossa agência tem cinco anos, nós ainda teremos mais cinco, Presidente Fernando Collor, para que nós tenhamos um regulamento interno que seja factível, que possa até gerar repactuação desse contrato de 30 anos de concessão que nós possuímos.

Nós temos que ser eficientes nas ferrovias com 400, 500 km. Não há situação no Brasil de *double deck*, de dois containers empilhados, porque não é viável em termos de problemas de deficiência de gabarito, de pontes e de túneis no Brasil, que é justamente aqui que se torna e se demonstra a eficiência do México para com os Estados Unidos. É dentro dessa linha que nós encontramos resultado.

A eficiência ambiental. É inegável que o sistema ferroviário é o modo de transporte mais ambientalmente correto mais até mesmo do que hidrovia. Nós observamos isso, inclusive, na Revista Exame dessa quinzena que traz claramente que a mudança de matriz de transporte que o Governo Brasileiro se propõe a fazer leva em consideração a questão do ganho ambiental.

Esses são os corredores, assim, como o meu colega Mincarone colocou dos rodoviários, Presidente, que nós temos em ferrovia: o eixo de Capricórnio – eu falei Equador, mas é Capricórnio –; embaixo o MERCOSUL Andino, são essas as situações, mas são apenas dois em funcionamento, apenas dois. Próximo.

São esses os corredores com distâncias superiores, mas repito, no nosso entendimento, nós temos que trabalhar para o nosso oceano Atlântico que ainda é o menor caminho e ainda com um diferencial. Vamos para as conclusões.

A América do Sul tem opção de integração? Tem. Leste, Oeste, Norte a Sul. Vale a pena se pensar nisso? Vale, mas os países têm que resolver primeiro as suas deficiências internas. É mais eficiente para o transporte de longa distância a ferrovia? Não há dúvida com o tipo de mercadoria que vai. E a intermodalidade ajuda nessa sustentação os corredores como o Paulo citou. Próximo.

E é com base nisso que nós identificamos e vamos identificar os clientes ferroviários e rodoviários incorporando obras de infraestrutura necessária, nós estamos trabalhando nesse sentido, mas ainda há uma necessidade muito grande pela frente. Vamos lá. Considerações finais da primeira parte.

A intermodalidade e a efetivação na multimodalidade é um fator prioritário no nosso conceito ferroviário, hoje, para principalmente focar produtividade com redução de custo logístico, nós não temos dúvida disso. As vantagens da integração são todas essas. Nós possibilitamos a utilização de vários modais com o aproveitamento ideal e adequado de cada um deles. Próximo.

Não há dúvida que esse conceito de ferrovia, hidrovia, rodovia [soa a campainha] há de trazer dentro de cada tipo de modo de transporte a sua economia mais viável.

Presidente, aqui é um primeiro comentário de sugestão à comissão. O CONIT se reuniu pela primeira vez depois de criado em 2001, no final deste mês de novembro, para discutir ou iniciar o processo de discussão com sete Ministérios para tratar da política nacional de transportes futura.

Então é de forma extremamente importante que esse CONIT trate disso. E aí o primeiro questionamento: Com quantas agências de transportes nós vamos tratar? Afinal de contas, temos que concentrar como V. Exa fez no Ministério de Infraestrutura, o super Ministério, ou estamos com três agências reguladoras de transporte, um Ministério dos Transportes, um DNIT que opera obras e ainda há uma Secretaria Especial de Portos. De que forma se muda uma matriz de transporte com total desvinculação de ideias? No nosso ponto de vista, isso ameaça esse atraso que nós já vivemos e complica mais ainda a nossa operação olhando o futuro.

O custo logístico, de novo, é fundamental porque o usuário não vai fazer parte desse processo se não houver vantagens econômicas para o sistema. E olha que nós operadores ainda vamos buscar as vantagens sociais. E aí vem o Plano Nacional de Logística e Transporte, estão aí as ferrovias transcontinental, que é essa que vai do norte do Rio de Janeiro, ali em Niterói até o Acre e se prolonga pelos portos do... pelo continente... Pelo País do Peru, a integração da Oeste/leste na Bahia e a Ferrovia Norte-Sul. Planos citados, ou ferrovias citadas pelo Professor Vivacqua extremamente importante para isso. Aqui está o mapa brasileiro, o mapa da integração logística brasileira, é esse trabalho que nós deveremos realizar, ou seja, tratar com que a nossa ferrovia integrada em bitola larga com os projetos novos, e estreita aonde for, pos-

sa proporcionar aos portos brasileiros essa situação de melhor escoamento dessa fronteira agrícola, que é essa mancha aqui, com o Pantanal protegido, com a nossa Amazônia muito bem protegida, além das nossas fronteiras pelo Ministério da Defesa Nacional e que possibilite o uso integrado.

Olhando o outro mapa vamos chegar a 15 mil novos quilômetros de ferrovia, está aqui a do Peru, essa transcontinental, que leva, além disso, à chegada da Norte-Sul, como disse, de Santarém-Belém até o Porto de Rio Grande.

E aí, Presidente, o porquê... Esse é o projeto peruano que continua, eu acho que, talvez, o meu colega Everton tenha conhecimento dessa linha. O próximo. É só uma ilustração. E aí está o canal da Panamá, Presidente, tem uma outra foto. E aí eu lhe pergunto: O canal do Panamá, que estive recentemente 15 dias atrás lá, vendo as obras da segunda linha do canal do Panamá com apenas duas eclusas. Os mexicanos estão apavorados porque vão perder toda a linha de container que hoje desemboca nos portos mexicanos do Pacífico. Se nós vamos ter uma operação costeira ou uma transposição pelo canal do Panamá, hoje administrado pelo canal do Panamá, perdão, pelo Panamá, pelo País, entregue no ano de 2000 pelo Presidente Carter ao povo panamenho. Por que nós temos que atravessar os Andes se os containers vão chegar de forma mais econômica, mais racional nos portos do Norte, Nordeste Brasileiro, que servirão de *hub*(F) para trazer para a América do Sul, se não quiser passar pela Costa, por baixo aqui pela América do Sul, pela Argentina, pela Patagônia.

Nós temos que olhar o tratado como um todo, olhar o plano estratégico como um todo, por isso que eu repito: nós temos que trabalhar primeiro o nosso País para olharmos com melhor atenção os projetos de infraestrutura com a América do Sul, porque o Caribe já olha os dois lados. E com essa situação, repito, estará pronto em 2016, provavelmente antes do nosso trem de alta velocidade, que dirá de outras ferrovias para transpor o Andes seja por 1.700 metros de altitude, ou 1.200 o ou quase rasteiro. Não há necessidade de nós investirmos tanto num sistema não vai trazer resultado econômico no nosso ponto de vista. Era isso, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado Dr. Rodrigo Otaviano Vilaça pela sua exposição. E eu teria algumas questões a lhe fazer, Dr. Rodrigo. Primeiro essa questão das bitolas que nós sempre ouvimos muito falar nessa diversidade da largura do tamanho das bitolas, por que isso aconteceu? Porque não houve uma orientação do sentido de uma bitola de um mesmo tamanho –

não sei se é esse o termo que se diz -, medida, dessa mesma medida, sobretudo nesses países fronteiriços com o Brasil.

SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA: Já foi uma tendência, nós temos que lembrar que são 153 anos de ferrovia no Brasil, ou seja, nós estamos falando de uma ferrovia do Século XIX, então houve uma necessidade por parte dos ingleses, na época que foram os principais criadores da ferrovia brasileira e Sul-Americana, de criar diferenças para que não houvesse nenhuma possibilidade justamente de cruzar a fronteira para um outro País.

Então, de fato, esta é a realidade que historicamente nós temos por viver. Infelizmente é assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Isto de nossa parte em relação aos vizinhos e em relação aos vizinhos, entre eles, também seria o mesmo--

SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA: A mesma situação ocorre entre a Argentina e a própria Bolívia; a Argentina com o Uruguai, até mesmo dentro do Caribe nós observamos essas diferenças de bitolas, até porque tinha um cunho diferente, era transporte de passageiros, ou turístico ou com movimentação de carga. Então nunca houve essa necessidade de, até então, intenção, mas lógico até pela dificuldade do comércio propriamente dito. Os novos projetos, sim, já estão numa única bitola ou será no caso do Brasil, 1,600m. No Peru já é uma medida de 1,435 que é o modelo americano que é totalmente unificado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): No caso dessa ligação--

SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA: Dessa ligação com o Peru.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --Com o Peru já ficará em 1,60 no Peru também?

SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA: Não, ficará 1,435.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em toda a extensão?

SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA: Peruana, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Só peruana.

SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA: No Brasil, 1,600. Aí haverá--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Haverá um transbordo?

SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA: --exatamente que o ocorre na Argentina, hoje, que há necessidade do *Handle*(F), do transbordo da carga, para outras movimentações. Porque há necessidade de parar mesmo

e fazer a troca ou essa migração de um sistema para o outro, exatamente como ocorre na Argentina, mesmo hoje ainda se pensa dessa forma. Mas o projeto chegar ao Peru ainda vai--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Demorar um pouco. Dr. Vivacqua, alguma consideração?

SR. PAULO AUGUSTO VIVACQUA: Só uma contribuição que é a questão da bitola. A ferrovia, na Europa, é um instrumento fundamental nas guerras. Exércitos e materiais eram movidos por ferrovias, pesadamente. Então, os países tinham o interesse em ter bitolas diferentes para dificultar operações militares de um dentro do outro. Então isso também existia em relação às ferrovias, além disto, as ferrovias começaram a ser desenvolvidas em vários pontos de acordo com os padrões locais, também houve essa mistura.

Nos Estados Unidos, por exemplo, havia uma ple-tora interna de bitolas de todos os tipos, e um dia--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dentro dos Estados Unidos.

SR. PAULO AUGUSTO VIVACQUA: Dentro dos Estados Unidos. Por outros razões aí e por essas questões mais locais, "eu fabrico assim, você fabrica de outra forma uma locomotiva". Porque isso começou de uma forma não centralizada, eu faço uma locomotiva o outro faz uma outra em outro lugar, no início, digamos, da produção do material ferroviário. Então, em determinado momento, os Estados Unidos decretaram a unificação das bitolas, foi o Governo, vai ser assim... Então eles retificaram, consertaram aquilo tudo e unificaram o País por decreto do Governo. Aqui na América do Sul haviam rivalidades fortes entre o Brasil e a Argentina que certamente também contribuíram nesse sentido.

Agora, uma outra observação sobre essa questão dos eixos de cruzamento. Quando lá, na VALEC, eu tracei a malha central, que foi a Norte-Sul, a FERRONORTE, até Porto Velho e a Centro-Nordeste que vai de Recife, da malha nordestina, até o Bico do Papagaio(F), essas ferrovias tracei-as, eu, quando fundei a VALEC.

Essas ferrovias estão em construção: a Norte-Sul, a outra em 1,60m. Resolvemos fazer em 1,60m para ir começar esse projeto de unificar. Carajás, já tínhamos feito com um 1,60m, depois de Carajás, Norte-Sul com 160m. Agora, esse cruzamento ao norte do Peru, eu que lancei isso aqui no Brasil, ele veio do seguinte, numa conferência do clube de Roma que estava eu lá fazendo uma palestra na Espanha, um peruano engenheiro me apresentou uma ideia dele de uma ferrovia cruzando os Andes por ali na bitola local, que é um 1,44m, se não estou enganado; 1,45m, a do Peru, cru-

zando, indo para a Venezuela. Eu, ao ver aquilo, tive uma surpresa, porque Andes, para mim, eram quatro mil metros, mas ele me mostrou a tal de Abra de Porculla, que é um ponto baixo. Eu fui lá, fomos lá, a Dra. Sandra e eu, visitamos aquilo e eu projetei um porto em Bayova, ali na Costa norte, profundidades imensas; áreas abrigadas é preciso fazer ali um mega porto de qualquer tamanho. Está na cara da Ásia. É bem mais... Daquela Costa aos mercados chineses é uma quilometragem, nove mil e poucos quilômetros, milhas, está perto. E o Brasil, o Acre está em linha reta, eu creio que a 500 km do litoral, só. Nós chegamos a quase, que a cerca de quase 500 quilômetros do Pacífico em linha reta. Então nós estamos ali no lado do Pacífico, uma parte do Brasil está do lado do Pacífico. Ali se vê, daquele ponto ali para lá, são estamos dentro d'água com quinhentos e poucos quilômetros em linha reta. E os Andes ali tem 1.800, passamos com... Fizemos um traçado ferroviário, ensaiamos, conseguimos passar com um túnel ali, a baixa altura, 1.800m se cruza, aquilo é uma ferrovia de baixa altura.

Esta ferrovia, a minha ideia, me saltou aos olhos neste episódio lá na Espanha, de que podíamos ligá-la com a FERRONORTE em 1,60m e chegar lá, mas para quê? Quando começamos a Norte-Sul, as pessoas diziam: "Ligará o nada a coisa nenhuma". O nada era o cerrado lá em cima fértil e o Carajás que já estava pronto. Esse cerrado vazio levei, eu, para lá, 18 grupos que fundaram rapidamente, grupos agrícolas, rapidamente, fundaram o polo de balsas que está produzindo hoje um milhão, mais de um milhão em toneladas de soja. As cidades brotaram daquele solo. Então é óbvio que se eu faço uma ferrovia de penetração... Essa ferrovia, esse cruzamento interessará muito ao Peru, porque desenvolve o Norte do Peru e desenvolve o Oeste do Brasil, daqui para cá, deste ponto para cá é mais perto ir à China, por aqui, do que deste ponto, é igual... Aliás, a linha divisória está aqui, a China ao Japão, a distância é igual, daqui para cá ou daqui para lá. Essa região aqui que é grande, é um país isso aqui. As escalas brasileiras confundem... Isto aqui é do tamanho de uma boa parte da Europa. Eu posso, eu vou unir esse território mais o Peru com os mercados da Ásia; está mais perto custa menos para chegar lá e interessa ao Peru. Portanto, é um projeto que se eu associá-lo a desenvolvimento do território, eu levo para lá a agricultura, já vai ter uma pesada produção hidrelétrica aqui, como citado, Dr. Everton, das barragens. Então, eu vou ter um polo elétrico, terras, minerais, transporte para a Ásia, aqui do lado. Eu posso criar aqui, rapidamente, um movimento econômico forte de penetração como criamos aqui com a Norte-Sul. Aqui criamos um polo. Ela não tinha nada. Era um nada aqui. Do nada surge,

hoje, um milhão de toneladas de soja em cidades todas se enriquecendo aqui porque eu abri esses recursos naturais e botei junto ao mercado.

É a mesma coisa eu botar eletricidade, terras, minerais junto ao mercado asiático através de um mega porto aqui. O Peru é o dono da maior parte do projeto, porque a ferrovia daqui para cá é peruana. Nós estamos com a FERRONORTE já por aqui assim, é continuá-la, é desenvolver, criar um centro de desenvolvimento. Como bem falou o Dr. Rodrigo, é também, e urgentemente necessário ligar tudo aos nossos portos, porque as ligações são precárias e ruins, nós temos que fazer isso. Agora, como eu mostrei aí na minha transparência, os recursos para fazer tudo isso, inclusive essas ligações para fora, são pífios se comparados com os benefícios que vão ser gerados. São recursos pequenos, inclusive são pequenos em relação à economia do Brasil. Se faz, no Brasil, um mistério para fazer ferrovia, parece que eu estou falando em ir a Marte, para fazer mil quilômetros de ferrovia... A Norte-Sul eu comecei essa ferrovia, fiz alguns quilômetros, era para ficar pronta em quatro anos, já são mais de 20, já são 20. É um absurdo o que se faz com as ferrovias brasileiras. Há dinheiro. Nós procedemos em relação a essas ferrovias de forma medíocre e pequena, contando *peanuts*, amendoins; há dinheiro para fazer isso. Veja só, o trem bala custará quantos bilhões, o trem bala?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Setenta e seis.

SR. PAULO AUGUSTO VIVACQUA: Bilhões. Isso aqui custa... Esse projeto que eu coloquei aqui, no máximo, uns 30 bilhões. Então tem dinheiro. E os 30 bilhões também estão incluídos: cruzar os Andes, chegar aos portos, consertar isso aqui... Unificar bitolas eu não coloquei ali, mas é fácil, devíamos mandar baixar uma lei: Bitola, agora, no Brasil é tanto e tem um prazo, e vamos financiar, o BNDES financia isso, tem jeito. É querer fazer. Agora, falta a vontade política, não é a toa que um Brasil que faz avião e compete internacionalmente com aviões de ponta, que é um tecnologia complexa, nós temos capacidade de engenharia, de pensamento de mercado, de engenharia de pesquisas para coisas complexas. Não é possível que um pouco da nossa massa cinzenta e um pouco do nosso dinheiro não reforma em tudo isso depressa. Nós não estamos falando em coisa complicada. É transporte fácil. Ferroviário. Fizemos Carajás, agora, ferrovia de ponta, aquela feita toda no Brasil, trens correndo a 80 km/h, com 20 mil toneladas de carga em cima; carga por eixo, na época, era 30 toneladas, tudo funcionando como um relógio, tudo feito aqui. Agora, em Carajás eu tive que enfrentar CPIs, quase que linchamentos

porque eu dirigi aquele projeto. Na Norte-Sul eu fui literalmente linchado, porque nessa hora se levanta uma hidra com várias cabeças para tentar comer o projeto, e conseguem. Porque Carajás está até lá, Carajás não, a Norte-Sul está até hoje a passos de cágado, uma coisa simples, óbvia. Não tem um túnel ali para fazer, nenhuma ponte, dá *double decker* lá, sim. Carajás também não tem túnel é *double decker*, tudo é *double decker*, faça. Por que não se eletrificou Carajás? Nós fizemos o projeto para a ferrovia ser eletrificada a partir de 30 milhões de toneladas, era possível. Eletrificar com Tucuruí, menos consumo de energia fóssil. Não se faz, por quê? Como bem falou o Rodrigo, a questão de transporte no Brasil está toda fragmentada, são várias agências, vários ministérios, secretarias disso. Não pode, é um sistema integrado tinha que ter algo central de ação... Ministério de alta responsabilidade porque ele tem a ver com todo o desenvolvimento do nosso e dos nossos vizinhos que dependem de nós. Nós ocupamos metade desse continente, nós temos responsabilidade para com ele, integrá-lo. E poder... Agora, integrar primeiro, entregar primeiro. O Rodrigo usando as suas informações, integrar primeiro as nossas instituições porque isso está uma barbaridade, um puxa para lá outro puxa para cá. Tinha que ser tratado com o mesmo grau. Imagine eu pegar o Banco Central e dividi-lo em várias partes: um cuida do crédito a longo prazo, o outro cuida a curto prazo, o outro da dívida externa e divididos. É uma loucura e fizemos com o transporte. Eu estou falando como engenheiro e como vice-Presidente da Academia Nacional de Engenharia e como Secretário... Presidente do Comitê de Transportes e Logística, da Academia Nacional de Engenharia. O que se vê aqui é um descabimento, é de envergonhar. Como é que eu posso ter um porto de um lado, ferrovia do outro. É uma loucura. Trem bala do outro. Isso tem que ser tratado com o mesmo grau de integração com que eu trato a política macroeconômica, Banco Central, a mesma... É tão grave quanto aquilo. O Exército Brasileiro é integrado. Imagina pegar... levar a cavalaria para um lado, infantaria para o outro... Nós fizemos isso com os transportes, por isso é que não anda. Isso que eu mostrei ali, o Brasil pagar o dobro do custo dos outros países, por décadas, e nós admitirmos isto. É escandaloso. Bastou uma reunião de V. Exa com o Presidente da República... Quando precisamos fez a reunião. Nós, simplesmente, fizemos uma coisa elementar, foi fazer a Vale do Rio Doce se unir a rede, naquele dia, com o porto. É o óbvio, mas o óbvio não se fazia há décadas. Quando se fez o óbvio, em dois anos nós passamos ali a exportar de nada, hoje nós passamos cinco milhões de toneladas de grãos por aquele corredor. Não é citado em lugar nenhum, esse

corredor não aparece nos mapas até hoje. É o terceiro corredor exportador de grãos do Brasil, e grãos para o Brasil hoje é importantíssimo porque o Brasil é uma potência agrícola mundial. Esse corredor não aparece nos mapas, o grau de integração é tão grande que não está no mapa. Pega-se o mapa não está o corredor Central-Leste, um dos principais...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PAULO AUGUSTO VIVACQUA: O [ininteligível], nós criamos aqui os maiores navios de grãos, nós pussemos... São navios carregando 120 mil toneladas de grãos, um corredor importante, não aparece no mapa. É esse o grau, desculpe o termo que eu vou usar, de bagunça que isso está no Brasil. O nosso caso é bagunça, com perdão da expressão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado Dr. Paulo Vivacqua pelas suas considerações. Dr. Rodrigo Otaviano, alguma consideração adicional?

SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA: Presidente, eu pretendo endossar as palavras do professor. A quantidade aqui são três Agências de Transportes, são quatro... Um ministério e dois Ministérios de Portos, de Transportes. Concorro plenamente, para mudar a matriz de transporte não pode ser descentralizado. Essa política não vai funcionar, não vai trazer resultados expressivos.

Unificação de bitola. É importante dizer que nós somos uma concessão, nós fomos privatizados, nós somos... E pagamos pelo aluguel da malha. Economicamente não se viabiliza alterar ou unificar a malha no Brasil, mas é importante ressaltar que hoje o Ministério dos Transportes tem a política de trabalhar a expansão e essa integração entre a bitola larga e a estreita, aonde tem deve ser realizada. A própria Norte-Sul começava na bitola larga e terminava na FCA, aqui em Anápolis bitola estreita. Então, quer dizer, já tinha um conceito equivocado. E, hoje, ela vai continuar até o Rio Grande, já trazendo de norte a sul, assim como nós queremos de leste a oeste. E como bem citou o professor, nos Estados Unidos existem as chamadas *short lines*, que são para usos específicos de algumas cidades, ou de alguma atração turística ou de alguma atividade comercial que realiza. São mais de 500 empresas nesse sentido. Mas o grupo das nove americanas e canadenses maiores, para lhe dar uma dimensão, a quinta possui mais malha ferroviária que o Brasil todo. Então nós estamos atrasados e se nós não nos juntarmos num plano maior, eu não entendo como nós vamos poder mudar essa matriz de transporte.

SR. PAULO AUGUSTO VIVACQUA: Eu tenho um pequeno comentário, se o senhor me permite

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois, não Dr. Paulo Vivacqua.

SR. PAULO AUGUSTO VIVACQUA: Dr. Rodrigo, um absurdo é as concessionárias terem que pagar pelo aluguel da malha. A malha deveria ser concedida de forma que o concessionário pudesse cobrar o menor custo de transporte para a sociedade. Essa deveria ter sido a ideia da concessão privada e não concedê-la contra um pagamento de aluguel. A quem? Ao Governo? Quer dizer, o Governo tira da concessionária dinheiro e a concessionária tira o dinheiro de quem? Do usuário do transporte que coloca a carga lá.

Então, para que o Governo quer esse dinheiro? O Governo devia querer o contrário e que o custo fosse o mais baixo possível--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Baixo para competir.

SR. PAULO AUGUSTO VIVACQUA: Porque ele é meio de transporte, não fim. Então já começa com o erro do tipo de concessão. O Governo tinha que desonerar ao máximo o concessionário, um. Dois, ele investir junto com o concessionário ou sozinho. Por exemplo, questão da retificação das bitolas. O Governo investe. É meio. Quer dizer, o Governo tem que ir encontro e não chegar assim: "Toma as ferrovias, eu não tenho mais nada com isso". Como mais ou menos, na minha percepção, foi feito. Eu me livro da bagunça que eu mesmo fiz, entrego para lá e fico... E ainda cobro aluguel. Ué, eu tinha que ir ao contrário, desonerar para fazer o Brasil crescer mais e ganhar aqueles 20 bilhões de dólares anuais que nós estamos perdendo de PIB, segundo, segundo quem? Jeffrey Sachs, da Universidade de Harvard, um dos economistas mais respeitados do mundo que eu estou usando aqui como base para esses cálculos, desses ganhos adicionais se baixar o custo do transporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Eu faria apenas uma indagação ao Dr. Rodrigo, muito obrigado ao Dr. Paulo Vivacqua mais uma vez.

Esse órgão, o CONIT, poderia servir para ser esse fator aglutinador de propor medidas, de propor essa integração que hoje não existe?

SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA: Pode sim, Presidente, porque ele reúne em sete ministérios. São sete ministérios, inclusive o da Defesa Nacional, com seus representantes máximos, ou seja, seus ministros e que a primeira tarefa colocada pelo Ministro dos Transportes, nesse primeiro encontro, foi para ratificar e complementar o trabalho do Plano Nacional de Logística e Transporte elaborado pela Secretaria de Estratégica, do Ministério, através do Secretário Paulo Sérgio e do Marcelo Perrupato.

Já é um começo, apesar de ser um Conselho de 2001, que foi a primeira reunião realizada. É um começo junto com o [ininteligível]. Então a resposta é sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Rodrigo Otaviano Vilaça pelas suas considerações finais e para o mesmo eu convidaria o Dr. Luiz Alberto Mincarone para fazer.

SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE: Eu acho que dentro da mesma linha que nós estamos falando, das dificuldades maiores que nós temos, eu acho que além da questão da duplicação da rodovia, que eu queria deixar registrado, essa falta da integração, essa bagunça, também, no comércio exterior, na operação, como citou, eu acho que é um ponto nevrálgico. Eu não citei todos os fatores, mas, por exemplo, a Receita Federal para fazer, às vezes, uma pequena mudança no sistema aduaneiro de desembaraço exterior, ela depende do SERPRO. E o SERPRO, às vezes, demora seis meses para fazer uma pequena adaptação, coisa que podia se fazer em uma semana se fosse uma empresa privada que tivesse ganhos de qualidade.

E essa questão... Não existe nenhum grupo de integração, grupo de gestão, agricultura, saúde, cada um faz o que quer.

Eu vou citar um outro exemplo. A Receita Federal tentou colocar plantões nos domingos, na fronteira, em Uruguaiana, que é o principal porto, e resolveu voltar para trás porque os outros órgãos não acompanharam.

Então a receita até quis colocar o desembaraço aos domingos para facilitar, mas a agricultura, a AN-VISA, não pôde acompanhar. Agora, não acompanha, por quê? Porque não existe uma política única na operação de comércio exterior também.

Então, enfatizar que eu acho que a necessidade maior nossa para sermos competitivos, hoje em dia, está em realmente repensarmos como é que nós fazemos as integrações, seja integrações dos modais, seja integração dos organismos públicos que intervêm no comércio exterior. Eu acho que são os dois grandes problemas que nós temos hoje em dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem. Eu me lembro, antes de passar a palavra ao Dr. Everton de Almeida Carvalho para as considerações finais que ele terá, eu me lembro que discutimos, dentro dessa questão dos transportes, da melhor integração dos transportes, visando uma maior competitividade dos produtos brasileiros no exterior para reduzir o custo Brasil, isso passava pela redução dos custos dos portos, e eu me lembro que numa reunião dessas setoriais que eu promovi, mostraram um quadro em que o custo

da tonelada, do transporte de uma tonelada, o custo do frete de uma tonelada, de Paranaguá a Itaqui, lá em cima, no Maranhão, saía mais caro do que o frete cobrado do mesmo produto, a mesma tonelage, de Tóquio a Paranaguá. E isso foi algo que nos deixou muito surpreendido a todos. Tanto que uma das nossas iniciativas seria, após as eleições municipais que se realizaram em 92, seria atacarmos de frente essa questão dos portos brasileiros, dos elevados custos que eles transferem ao exportador brasileiro passando por essa integração também que se referiram todos os nossos palestrantes da noite de hoje.

Eu passo a palavra ao Dr. Everton de Almeida Carvalho.

SR. EVERTON DE ALMEIDA CARVALHO: Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, obviamente, na área da energia não temos problema de bitolas, que são muito mais complexos, embora nós temos a diferença de frequência em alguns países, usam 50 hertz, outros 60, o Brasil utiliza 60, mas eu vejo que a integração energética vai se dar somente onde nós estamos consolidados no Brasil que não é muito diferente dos outros segmentos.

O setor elétrico está entrando, atualmente, no Peru porque se consolidou, e investiu e está investindo exatamente nesse caminho da integração do Centro-Oeste, do Norte do Brasil. Nesse ponto, eu concordo com quase todos os expositores que não dá para levar infraestrutura para depois servir somente, ou, por exemplo, no caso, nós trazermos energia para o Sudeste.

É necessário que o desenvolvimento econômico chegue na região e que essa energia seja aproveitada nessa operação que o Paulo bem citou aí, que nós temos "Europas" aí ou duas "Europas" nessa região mediterrânea. E a Bolívia, para mim, é emblemática, porque a Bolívia tem uma fronteira muito grande com o Brasil e tem vocações muito próximas, tem uma série de problemas ideológicos a serem resolvidos, mas o Brasil não pode desistir disso porque é uma área estratégica, e talvez seja a mais de fácil acesso em termos de poder integrar os sistemas produtivos, levar as nossas ecoagrovilas como contribuição, já que é um País que quer prestigiar o seu campesinato. Vamos trabalhar na produção, porque energia sem produção, ela é praticamente uma coisa meio vazia.

Então esse modelo de simplesmente ir lá, e tirar energia e trazer para o Brasil está esgotado. É necessário que haja uma genuína cooperação econômica para que essa energia seja aproveitada em toda a sua potencialidade, porque é bom para o Brasil também isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida. Muito obrigado, Dr. Everton. Eu gostaria de participar as Sras. Senadoras, Srs. Senadores e Srs. Palestrantes que amanhã estaremos realizando... A Comissão de Serviços de Infraestrutura, do Senado Federal, estará realizando sua última reunião desta Sessão Legislativa.

Ao longo desses meses de março até dezembro, a Comissão de Infraestrutura realizou um total de 55 reuniões, sendo 43 extraordinárias e 12 reuniões conjuntas com outras comissões. Foram 35 Audiências Públicas. E no decorrer destas reuniões foram apreciadas ou deliberadas 166 proposições, sendo 22 Projetos de Lei do Senado, quatro Projetos de Lei da Câmara, sete Mensagens do Senado Federal, dois Avisos, duas Petições, 56 Requerimentos, 53 Emendas às proposições, 13 Emendas Orçamentárias, e dois Atos da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Trago ao conhecimento dos senhores como forma de demonstrar que o nosso trabalho, ao longo dessa Sessão Legislativa, foi no sentido de aprimorar os conhecimentos que os Srs. e Sras. Senadoras já têm, já possuem, sobre diversos aspectos que afligem a Infraestrutura Nacional, onde se localizam os gargalos que precisam ser retirados para fluir melhor as nossas riquezas e as nossas potencialidades.

Nas Audiências Públicas, dentro dos desafios estratégicos setoriais, nós tratamos, em primeiro lugar, da Infraestrutura para a Inovação e Desenvolvimento, analisamos e abordamos o atraso e as demandas, setores que avançam além da crise, os programas governamentais diversos que tratam da questão da infraestrutura, diagnóstico, avaliação e perspectiva das agências reguladoras e dos setores regulados pela comissão. Em seguida, passamos pelo debate do marco regulatório do pré-sal, nos antecipando à chegada aqui no Senado da República dos quatro projetos de lei encaminhados pelo Executivo Federal ao Congresso Nacional. Durante essa semana, acredito, que tenhamos já a votação de um deles que trata do sistema de partilha. E nós, aqui, nesta comissão, já abordamos todos os temas objetos dos projetos de lei a que me referi sobre a questão da partilha *versus* concessão, isso foi analisado profundamente com uma série de Audiências Públicas e com a participação de muitos senadores e senadoras preocupados com a questão. Também foi debatido aqui o objeto de um outro projeto de lei, do segundo, que é a criação da Petrosal, a Empresa Brasileira de Administração do Petróleo e Gás Natural. Analisamos aqui, também, o Fundo Social, o projeto que fala dos programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência, tecnologia e sustentabilidade ambiental.

Tratamos da capitalização da PETROBRAS, pesquisa e lavra do petróleo de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos em áreas não concedidas localizadas no pré-sal, preparando, desta forma, a todos nós, senadores e senadoras, para o debate que se avizinha nesta Casa quando aqui chegarem os projetos de lei devidamente avaliados pela Câmara Federal.

E finalizando esse nosso ciclo de Audiências Públicas, com esta Audiência Pública de hoje, concluímos este ciclo em que tratamos da Infraestrutura e Políticas Públicas, apresentando o desafio de políticas públicas para melhorar a nossa infraestrutura, o que aqui hoje foi feito com muita proficiência pelos nossos debatedores a quem mais uma vez eu agradeço. Entramos na questão das telecomunicações, como das políticas públicas em relação às telecomunicações, em relação ao saneamento básico e abastecimento de água potável e, não sei se coincidência, ou não, mas ficamos todos nós, integrantes desta comissão, muito felizes por verificarmos que logo em seguida o Exmo. Sr. Presidente da República manifestou a sua preocupação com este tema, inclusive destinando uma maior parcela de recursos para a questão do saneamento básico. Tratamos aqui, também, das agências reguladoras, do papel que elas desempenham, do papel que elas desenvolvem, da sua posição que estava, talvez, um pouco, ou continue em algumas delas, desfocada da realidade para qual elas foram criadas, do objetivo para a qual elas viram criadas. As agências reguladoras sendo agências de Estado ou do Estado e não de Governo, bem como da melhor qualificação buscar sempre uma maior e melhor qualificação daqueles que são indicados para compor o seu Conselho-Diretor e finalizamos hoje com a integração da América do Sul e até avançamos um pouco na questão da América Latina, no campo dos transportes de modo geral.

De modo que acredito que a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado cumpriu, a contento, o seu objetivo de podermos levantar temas de muito interesse, não somente para o conhecimento daqueles que precisam tomar conhecimento do que acontece no Brasil, em termos desse emperramento que dificulta o nosso desenvolvimento a pleno... a "velas enfundadas", como nós gostaríamos, e também para que melhore o conhecimento que nós, senadores, precisamos ter para debater assuntos de tamanha importância para o futuro do nosso País.

Ao encerrar a presente reunião, mais uma vez eu gostaria de agradecer a presença de todos. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 21h20.



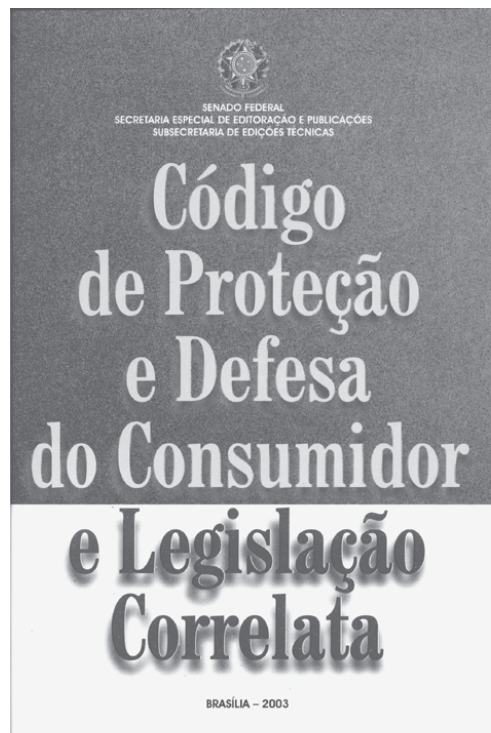
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



Edição de hoje: 1086 páginas

OS: 2009/19890